00100.236874/2025-31

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. A AO Nº 206, TERÇA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2025

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)
Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)
1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)
2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)
2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de Agosto de 2025 7

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de Agosto de 2025 48

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 84

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 2025 122

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 144

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 186

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de Setembro de 2025 209

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de Setembro de 2025 261

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de Setembro de 2025 322

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 343

Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 30 de Setembro de 2025 356

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 31ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de Agosto de 2025 (em conjunto com a 21ª Reunião da CRA e 19ª Reunião da CDR)**(Vide item 1.8)**

Ata da 44ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de Setembro de 2025 (em conjunto com a 61ª Reunião da CDH)**(Vide item 1.5)**

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Outubro de 2025 392

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de Outubro de 2025 437

1.2.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Ata da 3ª Reunião, realizada em 30 de Setembro de 2025 478

Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de Outubro de 2025 522

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 569

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 666

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 698

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 771

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 829

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 901

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 903

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 1043

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 1068

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 1103

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2025 1128

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1187

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1194

1.5 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 1209

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Setembro de 2025 1248

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Setembro de 2025 1283

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 1341

Ata da 61ª Reunião, Conjunta, realizada em 24 de Setembro de 2025 (em conjunto com a 44ª Reunião da CAS) 1378

1.5.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Ata da 1ª Reunião, realizada em 21 de Maio de 2025 1424

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Julho de 2025 1439

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 1526

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1550

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1581

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 1586

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 1608

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de Agosto de 2025 (em conjunto com a 21ª Reunião da CRA e 31ª Reunião da CAS)**(Vide item 1.8)**

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 1631

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1697

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 1713

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 1737

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 1745

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Novembro de 2025 1770

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de Novembro de 2025 1774

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 21ª Reunião, Conjunta, realizada em 20 de Agosto de 2025 (em conjunto com a 19ª Reunião da CDR e 31ª Reunião da CAS) 1825

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de Agosto de 2025 1867

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2025 1914

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 1950

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 2006

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 2021

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Outubro de 2025 2048

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1 de Outubro de 2025 2063

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de Outubro de 2025 2080

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2025 2109

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Outubro de 2025 2126

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 2149

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de Outubro de 2025 2162

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2025 2205

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de Outubro de 2025 2214

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Outubro de 2025 2235

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 2237

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 2240

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 2262

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de Novembro de 2025 2309

1.8.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Julho de 2025 2331

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de Agosto de 2025 2336

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 2370

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 2400

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 2431

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de Setembro de 2025 2458

1.10 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 2482

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 2489

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de Novembro de 2025 2491

1.10.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de Maio de 2025 2497

Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de Julho de 2025 2506

1.11 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Setembro de 2025 2543

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de Setembro de 2025 2555

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de Outubro de 2025 2576

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 2605

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de Outubro de 2025 2607

1.12 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2025 2637

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de Novembro de 2025 2687

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 21, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 110,000,000.00 (cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - Desenvolve SP, instituição financeira do Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Desenvolve SP - Infraestruturas Sustentáveis." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 23, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor até US$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa BID-BNDES de acesso ao crédito para MPMEs e Pequenos Empreendedores - PRO-AMAZÔNIA." **Autoria:** Presidência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. **Relatoria:** Senador Omar Aziz (*Ad hoc*), substituiu Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 58, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, a fim de prorrogar prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência de saldos financeiros constantes dos seus Fundos de Saúde." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1974, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o item 9 do Anexo II da Lei nº 9.872/1999, que "Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 426, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para zerar os valores destinados ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional relacionados às estações rádio base e às repetidoras do Serviço Móvel Pessoal localizadas em áreas rurais." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 2692, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a fim de modificar os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF); e revoga a Medida Provisória nº 1.294, de 11 de abril de 2025." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 2336, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com a emenda nº 1-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/05

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 5 de agosto de 2025.

Comunico às Senadoras e aos Senadores que, no dia 19 de agosto, esta Comissão realizará audiência pública com a Sra. Ministra Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, para tratarmos da política de subsídios tributários, financeiros e creditícios da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico ainda que foi apresentado à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício CEI nº 39.167/2025, Ministério da Fazenda. Encaminha, em cumprimento aos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado nº 20, de 2004, o relatório de execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, referente ao segundo trimestre de 2025.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Bom dia, Sr. Presidente... Opa, desculpe! Você estava falando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muita honra!

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15ª Reunião, realizada em 15/07/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Item primeiro da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 110,000,000.00 (cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. - Desenvolve SP, instituição financeira do Estado de São Paulo, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Desenvolve SP - Infraestruturas Sustentáveis.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para proferir seu parecer.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia; bom dia a todos os colegas aqui presentes.

Eu queria destacar inicialmente que o "Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis" tem por objetivo gerar impacto positivo e considerável com relação à qualidade da água e ar, bem como promover o uso de energia renovável, a redução de emissão de carbono, eficiência da iluminação pública, aprimoramento da mobilidade urbana e no combate a enchentes por meio da disponibilização de subempréstimos a municípios, concessionárias, pequenas e médias empresas localizadas no Estado de São Paulo.

Cumpre destacar ainda que a Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) é uma empresa estatal não-dependente (integrante da administração indireta daquele estado). Assim, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, ela não se sujeita à observância dos limites de endividamento estabelecidos por este Senado Federal. Ademais, o Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis está inserido no plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plurianual daquele estado, referente ao quadriênio 2024/2027, estabelecido pela Lei Estadual nº 17.898, de 9 abril de 2024.

Indo à análise.

As operações de crédito externo dessa natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

Quanto à capacidade de pagamento do mutuário, a Secretaria do Tesouro Nacional informa que a Coordenação-Geral de Participações Societárias (Copar), por meio da Nota Técnica SEI nº 4197/2024/MF, de 4 de dezembro de 2024, avaliou que a Desenvolve SP apresenta classificação "A" e, portanto, está apta a contratar operação de crédito externo proposta.

Sobre a contragarantia a ser oferecida, constata-se que o Conselho de Administração da Desenvolve SP autorizou a contratação da operação de crédito em questão, bem como o oferecimento pela empresa de contragarantias à garantia da União, conforme declaração de contragarantias. Além disso, a Lei Estadual nº 17.302, de 11 de dezembro de 2020, alterada pela Lei nº 17.472, de 16 de dezembro de 2021, autoriza o Poder Executivo do Estado de São Paulo a prestar contragarantias à garantia oferecida pela União em operação de crédito externo a ser realizada entre, por um lado, a Desenvolve SP e, por outro, o New Development Bank e o BID, no valor de até US$200 milhões, destinados a financiar o programa em referência. A referida lei estabelece que a contragarantia à garantia oferecida pela União compreende as cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidos no art. 155, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal da República.

Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi), informada à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (Copem), ambas vinculadas à Secretaria do Tesouro Nacional, mediante o Ofício SEI nº 11284/2025/MF, de 28 de fevereiro de 2025, as contragarantias oferecidas pelo Estado de São Paulo foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideradas suficientes para ressarcir a União caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Adicionalmente, a Coafi informou que o ente impetrou a Ação Cível Originária nº 3.590 perante o STF, discutindo a compensação prevista na Lei Complementar nº 194/2022, decorrente das perdas relacionadas ao ICMS incidente sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transportes, conseguindo liminar que impedia a execução das contragarantias. Porém, em decorrência de acordo homologado pelo STF em julgamento encerrado em 02/06/2023, a ação foi suspensa e, conforme Parecer SEI nº 2935/2023/MF, de 09/08/2023 (SEI nº 36174677), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional: "d) Em relação às dívidas garantidas, caso os Estados não honrem voluntariamente as parcelas que vencerem após a suspensão das ações, relativamente aos contratos objetos das respectivas ACOs, a STN poderá executar as respectivas contragarantias e inserir o ente no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais".

Há margem para a concessão da pleiteada garantia pela União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007. De acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao segundo quadrimestre de 2023, o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 24,35% da receita corrente líquida. Quanto ao intralimite anual, proposto pela STN, o montante de operação de crédito de entes subnacionais garantidas pela União e deferidas pela STN correspondia a 92,07% do valor.

A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública, por meio do Ofício SEI nº 27.108/2023/ME, em conformidade com o Capítulo III da Portaria MF nº 501, de 2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo efetivo da operação, que foi calculado em 4,5% ao ano, para uma duração de 11,9 anos, em face de um custo de captação estimado para emissões da União em dólares, com a mesma duração, que é de 6,96% ao ano, portanto superior ao custo calculado da operação. Nessa condição, tampouco há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme deliberação do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN, divulgada pela Resolução GECGR nº 7, de 23 de junho de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Importa ainda consignar que o empréstimo em questão será concedido pelo BID, organismo financeiro internacional do qual o Brasil faz parte, e as cláusulas contratuais, que são as usualmente aplicadas por esse organismo, estão em conformidade com as normas brasileiras.

Finalmente, importa consignar que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conclui, em observância ao disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que a minuta de contrato de empréstimo não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos.

Voto.

O pleito da Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) encontra-se de acordo com o que prescreve a legislação pertinente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos seguintes termos:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023
> [...]
> O SENADO FEDERAL resolve:
> Art. 1º É a Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Desenvolve SP – Infraestruturas Sustentáveis".
> Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º desta Resolução deverá ser realizada nas seguintes condições:
> I – Devedor: Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP;
> II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
> III – Garantidor: República Federativa do Brasil;
> IV – Valor: até US$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V – Taxa de juros: taxa Secured Overnight Financing Rate (SOFR) acrescida de *funding margin* e de *spread* a serem definidos periodicamente pelo BID;
VI – Atualização monetária: variação cambial;
VII – Cronograma estimado: US$ 27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2025, US$ 27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2026, US$ 27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2027 e US$ 27.500.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2028;
VIII – Prazo total: 300 (trezentos) meses;
IX – Prazo de carência: até 66 (sessenta e seis) meses;
X – Prazo de amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;
XI – Periodicidade de amortização: semestral;
XII – Sistema de amortização: constante;
XIII – Comissão de crédito: de até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo:
XIV – Despesas de inspeção e vigilância: até 1% (um por cento) do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.
[...]
Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à Agência de Fomento do Estado de São Paulo (Desenvolve SP) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.
Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* deste artigo fica condicionada ao seguinte:
I – que sejam cumpridas de maneira substancial as condições especiais prévias ao primeiro desembolso;
II – que seja verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do mutuário em face da União e de suas controladas;
III – que o Estado de São Paulo celebre contrato com a República Federativa do Brasil para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das cotas ou parcelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da participação do Estado na arrecadação da União, na forma do disposto nos arts. 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II, da Constituição Federal, bem como das receitas próprias a que se refere o art. 155, igualmente da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Oriovisto, com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é só uma observação: como é de praxe, em todos esses pedidos de empréstimo, eu tenho votado a todos eles "sim", porque entendo que são financiamentos para projetos que vão ter um resultado, que trazem progresso. Sou de acordo com isto: que a União dê aval a esses empréstimos.

Mas eu estava observando a nossa pauta hoje e, na sequência, nós temos um outro para o BNDES de US$750 milhões. Isso dá mais de R$4 bilhões. E fiquei pensando – e acho que esta deve ser uma preocupação desta Comissão – no volume de empréstimos que temos aprovado com aval da União, todos eles muito bem-intencionados, todos eles para gerar progresso nos estados ou no país, como é o caso do BNDES. O do BNDES até já estão chamando de "*Make* BNDES *great again*", porque não tem outros recursos, então agora vamos tomar em dólar. Há sempre a justificativa de que o Brasil tem reservas em dólar suficientes para pagar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente aprova sem visão do todo. Falta um acompanhamento. Eu pedi até um estudo para ver o quanto isso está aumentando, de um ano para o outro, o quanto nós temos aprovado. Algum controle sobre esses empréstimos nós temos que ter, porque um dia eles vão vencer e são as gerações futuras que vão pagar. Eu espero que os projetos todos deem resultado, que a gente seja muito bem-sucedido e que o dinheiro para pagar exista – é nesse sentido que a gente aprova –, mas algum controle sobre isso eu acho que esta Comissão tinha que ter. E nós estamos aprovando isoladamente, sem ter a visão do todo.

É só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Eu votarei favoravelmente tanto a esse como ao do BNDES.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Para discutir, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa. para discutir.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – A preocupação do Senador Oriovisto é absolutamente procedente, principalmente no que tange a órgãos federais. Estados e municípios não são entes autônomos sob o ponto de vista da relação internacional. Então, eles demandam, precisam, de fato, que a União dê o seu aval para esses financiamentos. Mas a União, ao dar esse financiamento, ela pega uma contragarantia: municípios dão como garantia parcelas do Fundo de Participação dos Municípios; e os estados dão, como contragarantia à União, parcelas do Fundo de Participação dos Estados. Dessa maneira, para os entes subnacionais, a União não corre nenhum risco de que a inadimplência eventual de estados e municípios acarrete uma despesa inesperada, de fato, para a União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a financiamentos para BNDES e outros órgãos federais, aí, obviamente, a garantia é da União, de maneira que procede muito a preocupação levantada por V. Exa.

Eu sugiro ao Sr. Presidente que encaminhe um ofício à Secretaria do Tesouro Nacional e à Seain – que são os órgãos do Governo que têm o controle e as informações relativas a isso –, para que a gente possa manter, e a gente possa ter aqui na Comissão de Assuntos Econômicos um placar do que é historicamente a garantia da União em relação a entes subnacionais e a financiamentos a repartições, a órgãos federais de fato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sem querer polemizar, apenas... Senador Cid, estados como o Rio de Janeiro, como Minas Gerais e outros estados que tiveram grandes dificuldades financeiras e incapacidade mesmo de honrar suas dívidas... acaba sempre na União, né? Por mais garantia que a União tenha, estoura sempre do lado da União, porque como é que faz quando eles não pagam, né? E eles dão uma garantia que, no fundo, se o estado executar, fica sem dinheiro para pagar funcionário e inviabiliza o estado, né? É complicado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – V. Exa. está falando em relação ao que passa pelo Senado, mas existem mais empréstimos a juros bancários que não passam pelo Senado, o que é pior ainda. Esses ainda são juros pequenos – você está me entendendo? –, que você vai pegar e... juros bem menores.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Só passam pelo Senado empréstimos internacionais.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Internacionais. Os nacionais, que são feitos com Banco do Brasil, com Bradesco, com Caixa Econômica, não passam, não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Não passam, não. Não passam, não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não passam, não. Passam pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela Procuradoria-Geral. Não passam, não.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone.*) – Só passa pelo Senado o internacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A respeito disso, é importante afirmar que nós já votamos um projeto de resolução nesta Comissão, obrigando que a Fazenda informe a esta Comissão sobre o endividamento desses entes federativos...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – De municípios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... dos municípios e estados, especialmente no que se refere a esses empréstimos, a essas operações internas.

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Nada, Presidente, eu só peço, uma vez aprovado, o caráter de urgência para essa resolução do Senado, porque o Estado de São Paulo já espera receber recursos este ano.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso na forma do Regimento.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

A votação, como falei anteriormente, será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Hamilton Mourão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário.

Eu submeto à votação o requerimento de urgência do Senador Hamilton Mourão.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Deixa que eu leio o do Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Lê?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Leio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 23, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor até US$ 750,000,000.00 (setecentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa BID-BNDES de acesso ao crédito para MPMEs e Pequenos Empreendedores - PRO-AMAZÔNIA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Eu tenho a satisfação de designar o Senador Omar Aziz como Relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

O relatório é do Senador Eduardo Braga, e eu vou ler o relatório, porque para a nossa região esses investimentos são muito importantes.

Aqui, só para dar uma explicação, se vocês levantarem os empréstimos feitos pelo BNDES para as Regiões Sul e Sudeste, comparados com os para as Regiões Norte e Nordeste, vocês ficarão abismados com a desproporcionalidade de recursos que o BNDES encaminha a essas regiões mais "abastadas" – entre aspas – em relação às regiões que mais necessitam desses recursos. A Amazônia sofre muito com isso. Os valores, Senador Oriovisto, são desproporcionais. O BNDES trabalha de uma forma... vem trabalhando... Agora, com esse empréstimo que V. Exa. falou há pouco, talvez a gente consiga um recurso a mais em relação a equipamentos, desenvolvimento sustentável e outras questões. Por isso a importância.

Eu já tive oportunidade, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, de pedir, na época, as informações dos empréstimos que eram feitos pelo BNDES. Para as Regiões Sul e Sudeste, são desproporcional e infinitamente superiores os empréstimos em relação ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste – é desproporcional. Isso causa um desequilíbrio em relação... aprofunda esse desequilíbrio em relação às nossas regiões. Por isso a importância desse empréstimo, que é especificamente para a nossa região.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 23, de 2025, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$750 milhões, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa BID-BNDES de acesso ao crédito para micro e pequenas empresas e pequenos empreendedores – Pró-Amazônia.

A presente Mensagem nº 23 encaminha proposta de autorização de operação de crédito externo no valor de até US$750 milhões, a ser contratada entre o BNDES e o BID.

Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa BID-BNDES de acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas, chamado Pró-Amazônia, que visa promover o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, fortalecendo a produtividade e a geração de empregos.

A operação foi considerada apta ao financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos, com a condição de que a contrapartida local fosse assegurada pelo mutuário.

As informações financeiras da operação foram registradas no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo do Banco Central do Brasil, com a devida conferência das informações financeiras cadastradas em conformidade com a minuta do contrato de financiamento.

Análise.

Nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal autorizar a contratação de operações externas de interesse da União e suas entidades.

O pleito encontra respaldo na Resolução 48, de 2007, do Senado Federal, e na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no seu art. 40.

A Secretaria do Tesouro Nacional manifestou-se favoravelmente à concessão da garantia da União, considerando a regularidade da situação fiscal e a capacidade de pagamento do BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante ao custo da operação, a STN salienta que a Taxa Interna de Retorno calculada para a operação com recursos do capital do BID foi de 5,5% ao ano, com uma duração de 10,78 anos. Considerando o custo de captação do Tesouro no mercado internacional na data de referência, a STN concluiu que o custo se encontra em patamares aceitáveis.

Cumpre destacar que, por se tratar de operação de crédito de entidade cujo capital pertence integralmente à União, não serão exigidas contragarantias do BNDES.

Quanto ao limite para concessão de garantia, a Secretaria do Tesouro Nacional salienta, no seu parecer, que, de acordo com as informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2024, havia margem para a União conceder a garantia pleiteada.

Por sua vez, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, também por intermédio de parecer, informa que o pleito observa normativo que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos. Desta forma, conclui pelo encaminhamento do pleito ao Senado Federal.

Voto.

Diante do exposto, conclui-se que a operação de crédito a ser celebrada pelo BNDES encontra-se de acordo com a Resolução 48, de 2007, do Senado Federal, e a Lei Complementar 101, de 2000, devendo ser concedida a garantia à operação de crédito externo pretendida.

Sala da Comissão.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senador Oriovisto, com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – De novo, Sr. Presidente, só para fazer um pequeno histórico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer ao Senador Relator que votarei favoravelmente, não tenha dúvida. Tenho certeza de que as intenções do empréstimo são as melhores possíveis e de que farão bom uso do dinheiro. Mas, só para o BNDES, nós já aprovamos este ano, aqui, no dia 15 de maio, se não me engano, US$200 milhões. E depois, no dia 14, acho que de junho, aprovamos mais 30 bilhões de ienes, que equivalem a US$200 milhões. Então, se somarem esses dois aqui, mais esses US$750 milhões agora, isso já vai para US$1,150 bilhão só este ano, só agora, nesse primeiro semestre. É só, de novo, para voltar àquele ponto de que nós não temos noção do todo – né? – e de que as dívidas estão se somando.

Mas eu voto favoravelmente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Para discutir rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Para discutir.) – Bom, é óbvio que uma operação de crédito internacional tem um risco cambial, né? Eu acho que o risco cambial hoje, no Brasil, só existe quando interessa aos bancos, e aí usam o Banco Central para fazer atentado contra a moeda nacional. É isso que vem acontecendo no Brasil.

As subidas do dólar no Brasil têm a ver com a participação direta do Banco Central. Antigamente, os bancos faziam os ataques especulativos, agora eles terceirizaram. O Presidente do Banco Central é tão deles, a pessoa é tão deles, que aí é o Banco Central quem faz a especulação, o atentado contra o real.

Portanto, eu tenho absoluta tranquilidade: com a reserva cambial que o Brasil tem, algo em torno de US$340 bilhões, US$350 bilhões, não há grande risco, não tem prognóstico de grande risco em relação ao câmbio.

O que é importante ressaltar – e é de se ressaltar lamentando –, Senador Oriovisto, é que sai mais barato para as empresas pegarem o BNDES para fazer um financiamento em dólar com a taxa de 5,5% do que fazer com o real, em que a Selic, a taxa básica de juros, é 15% ao ano. Isso é um crime, crime de lesa-pátria o que está se fazendo neste país! Este ano, a União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desembolsará só para serviço e juros de dívida mais de R$1 trilhão. Isso é cinco vezes o Bolsa Família.

Portanto, se se dá ao Bolsa Família R$200 bilhões, para a elite brasileira, para os ricos, para os bancos se dá mais de R$1 trilhão. Lamentavelmente, é essa a situação do nosso país.

Eu acho que o Mercadante está encontrando aí caminhos para driblar o que a banca nacional faz de mal a esta nação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Após a votação, eu queria pedir urgência para a gente votar em Plenário, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, faremos isso.

Eu queria só informar aos Senadores e Senadoras que esta Comissão e o Plenário do Senado Federal aprovaram a Resolução do Senado nº 43, de 2001, para dispor sobre o acompanhamento e a transparência das operações de crédito interno dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e que obrigatoriamente essas informações chegarão a esta Comissão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Fazer o placar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, fazer o placar, e vamos verdadeiramente cobrar para que, como coloca o Senador Oriovisto, antes de nós aprovarmos e apreciarmos essas matérias, nós possamos ter, evidentemente, todas as informações, porque, quando isso não acontece – e a resolução foi feita para impedir a continuidade desse processo –, você acaba não tendo informações sobre o grau de endividamento interno desses entes federativos.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à matéria, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal.

A matéria vai ao Plenário.

E, antes, eu submeto à apreciação desta Comissão o requerimento, que foi apresentado pelo Senador Omar Aziz, de urgência para a matéria no Plenário.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência. (*Pausa.*)

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 27/5/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator da matéria, o Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

É um prazer muito grande cumprimentar meus colegas na volta do nosso recesso e cumprimentar todos que estão aqui na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

E, Sr. Presidente, apenas para contextualizar, este relatório já foi lido na última vez em que nós nos reunimos. Neste relatório nós realmente fizemos algumas alterações. Este relatório tem sido motivo de uma conversa constante, muito ativa e produtiva com a Marinha do Brasil, com a Anac, com a CNI e com a CNT. Então, a gente tem procurado dialogar. O tema avançou bastante no consenso com todas essas entidades citadas aqui. E eu promovi algumas alterações no texto, Presidente.

Se o senhor me permitir, eu gostaria apenas de dar conhecimento, deixando registradas nos *Anais* desta Casa, das mudanças que foram promovidas no relatório que apresentei na semana passada. Portanto, se o senhor autorizar, eu cito só os itens que foram acrescentados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – As mudanças foram as seguintes:

A Marinha e a ANAC continuarão responsáveis pelo ensino profissional de algumas atividades, como a de navegação, que tem potencial impacto na segurança nacional.

Para recompor as receitas do Fundo Aeroviário, propõe-se a transferência de 5% da arrecadação do Fundo Nacional de Aviação Civil, ajustados após análise da agência reguladora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra mudança. O texto do PL foi ajustado para retirar o repasse de recursos de empresas de telecomunicações, aeronáuticas e de infraestrutura aeroportuária para o Sest e para o Senat, mantendo esses valores no Fundo Nacional de Aviação Civil.

Outra alteração. O substitutivo não altera as leis do Sesi e do Senai, mantendo a arrecadação de empresas de transporte metroviário e ferroviário com o Serviço Social da Indústria.

E finalmente, Presidente, foi incluído um artigo para que as cooperativas de transporte recolham suas contribuições ao Sescoop, reforçando a segurança jurídica.

Portanto, Presidente, foi feita uma arrumação, o balaio foi adequadamente trabalhado, e tenho a impressão de que essa decisão resolve o problema desse projeto.

É isso, Sr. Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Oriovisto, com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acompanho esse processo já faz algum tempo, até eu sei que houve um acordo com o pessoal da Aeronáutica, porque é um fundo, é coisa de R$250 milhões, se não me engano, não é? Esses R$250 milhões hoje são usados para coisas importantes do sistema aeroviário – aeroportos, etc. e tal –, e sem eles a aviação não consegue sobreviver, precisa desse dinheiro. Então, eu estranhei muitíssimo que houvesse um acordo para que esses recursos deixassem de ir para o aeroviário e fosse para o Sest e o Senat. Não tenho nada contra o Sest e o Senat, não me coloquem contra ninguém, não estou contra ninguém, eu só quero discutir a lógica da coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O argumento é que o Orçamento da União vai prever esses recursos para a aviação, ou seja, não vai faltar dinheiro, o Governo vai dar outro dinheiro, mas a minha pergunta é: perguntaram ao Governo se ele está de acordo com isso? Porque eles são mais... Numa época em que a dívida está galopando, dificuldade para cumprir teto, para cumprir arcabouço fiscal, aumenta-se em R$250 milhões sem perguntar ao principal interessado se ele está de acordo. É isso que eu estranho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu quero pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É que... (*Pausa.*)

Tá, perfeito.

É que, em função do fato de ter sido apresentado um novo relatório, o pedido de vista é, sim, pertinente, na forma regimental.

Na próxima semana, votamos.

Concedo vista ao Senador Rogério Carvalho.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 58, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, a fim de prorrogar prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência de saldos financeiros constantes dos seus Fundos de Saúde.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Cid Gomes para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Muito grato, Sr. Presidente. Agradeço também a deferência que o senhor teve ao me designar Relator deste projeto de lei complementar, que é da lavra de um conterrâneo cearense que tem uma grande atuação na área econômica; trata-se do Deputado Mauro Filho.

Apesar do grande benefício – salvo engano nós estamos tratando de mais de R$3 bilhões –, este projeto é um projeto muito simples: ele simplesmente coloca, como prazo para que estados e municípios possam aplicar os recursos repassados em anos anteriores, até o dia 31 de dezembro deste ano.

Então, com a permissão de V. Exa., eu passo direto à análise.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar os aspectos econômicos e financeiros da matéria, além da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Do ponto de vista jurídico, a iniciativa não apresenta vícios formais ou materiais. Está em conformidade com a Constituição Federal. A proposição não se insere no rol das de iniciativa exclusiva do Presidente da República, tampouco interfere na estrutura da administração pública, respeitando os princípios da legalidade, separação de Poderes e boa técnica legislativa.

Sob a ótica econômica, a proposta revela-se salutar. Permitir que os entes subnacionais possam dispor de prazo adicional para execução de saldos financeiros já transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde, sem gerar impacto fiscal adicional para a União, é medida que respeita o princípio da responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Trata-se, portanto, de um aperfeiçoamento normativo que visa garantir maior efetividade na aplicação dos recursos já disponíveis, evitando sua devolução por decurso de prazo e assegurando o cumprimento de sua finalidade pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A experiência recente da pandemia expôs fragilidades operacionais e de planejamento em diversos entes da federação. Muitas dessas administrações ainda enfrentam dificuldades para retomar o ritmo normal de execução orçamentária e precisam de mais tempo para aplicar os recursos remanescentes de forma qualificada. Essa prorrogação, longe de representar morosidade, é um reconhecimento da complexidade do cenário atual e da necessidade de reforçar a capacidade de resposta dos sistemas de saúde locais.

A proposição não gera despesa adicional, tampouco impõe obrigação nova à União, visto que trata de valores já transferidos anteriormente, cujo prazo de utilização seria apenas prorrogado. Além disso, contribui para o princípio da eficiência do gasto público, previsto na Constituição Federal.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025.

Quanto ao mérito, o voto é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Renan...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Aqui, Presidente. Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Renan, só para pedir a V. Exa., aqui, de forma oficial, que V. Exa. possa colocar, extrapauta, o item do Projeto de Lei 2.336, que é oriundo da Câmara dos Deputados e que regulamenta a profissão de condutores de ambulância no Brasil.

Já esteve na pauta outras vezes, infelizmente não foi possível votar, mas eu requeiro a V. Exa. que inclua na pauta da ordem do dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Faremos isso, Senador Mecias.

Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para pedir a V. Exa. que submeta à apreciação deste Plenário uma votação de urgência para que essa matéria seja votada em Plenário.

Como nós estamos tratando de prorrogar o prazo até 31 de dezembro, cada dia que passa, antes da aprovação, de fato, dessa matéria, que já foi aprovada na Câmara... E nós tivemos o cuidado de não fazer nenhuma alteração, para que ela, daqui do Senado, já vá à sanção do Presidente da República.

Então, o pedido de urgência ao PLP nº 58, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Eu coloco em votação a urgência proposta pelo Senador Cid Gomes.

Em votação a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

E eu registro aqui, com muita satisfação, a presença do Prefeito Dani da Elba, de Maragogi; do Prefeito George Clemente, de São Miguel dos Campos; do Vereador Bel Correia; do Jó Clemente, que é Secretário de Articulação; e do Alvaro, que também é Secretário da Administração Municipal.

São Prefeitos e lideranças do Estado de Alagoas. É uma honra muito grande tê-los aqui.

Nós vamos votar o Projeto 2.692, de 2025, extrapauta, e também o projeto sugerido pelo Senador Mecias de Jesus.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2692, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, a fim de modificar os valores da tabela progressiva mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF); e revoga a Medida Provisória nº 1.294, de 11 de abril de 2025.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Não apresentado

Eu tenho a satisfação de designar V. Exa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... como Relator da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Bom, Presidente, eu creio que essa matéria já é bastante conhecida. Ela, na verdade, é a atualização da tabela de cobrança do Imposto de Renda que vai fazer a isenção.

Não é o projeto até 5 mil. Esse é a isenção até dois salários mínimos, que foi votado na Câmara. Eu agradeço a V. Exa. por ter feito essa tramitação rápida, porque a Mesa só despachou para V. Exa. ontem à noite.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Só que vence no dia 11 a medida provisória, se nós não votarmos, e, portanto, ao final, vou lhe pedir também que coloque a urgência em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu vou direto à análise.

Cabe a esta Comissão apreciar os aspectos econômico e financeiro da matéria, conforme comando do art. 99, inciso I, do Regimento Interno Senado Federal. Também devem ser analisados a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito do projeto, por se tratar da única Comissão Temática por onde a matéria tramitará.

Não vislumbramos vício de competência, pois compete à União disciplinar o Imposto sobre a Renda, nos termos do inciso III do art. 153 da Constituição Federal.

A proposição não viola preceito constitucional. Muito pelo contrário, concretiza a progressividade tributária, prevista no inciso I do §2º do mesmo art. 153 da nossa Constituição, ao garantir a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física àqueles que não possuem capacidade contributiva.

Logo, entendemos que o PL nº 2.692, de 2025, é constitucional, formal e materialmente correto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à juridicidade, o PL está em harmonia com o ordenamento jurídico. Não há necessidade de reparos na técnica legislativa.

Quanto aos aspectos econômico e financeiro, a aprovação do PL nº 2.692, de 2025, acarretará a redução da arrecadação na ordem de R$3,29 bilhões em 2025, R$ 5,34 bilhões em 2026 e R$ 5,73 bilhões em 2027. Esses dados constam na exposição de motivos que acompanha a Medida Provisória nº 1.294, de 2025, que possui o mesmo teor do projeto ora em análise.

Imperioso destacar que o aumento da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, objeto deste PL, não se configura incentivo ou benefício tributário e, por isso, prescinde da obediência ao art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Não obstante, diante da gravidade do cenário fiscal, os impactos na arrecadação previstos para 2026 e 2027 foram considerados na estimativa que acompanha o PL nº 1.087, de 2025, em tramitação na Câmara dos Deputados, conforme destacou o parecer da Câmara dos Deputados. Na Nota Conjunta nº 01, de 26 de maio de 2025, emitida em resposta ao Requerimento de Informação nº 1.229, de 2025, de autoria do Deputado Rubens Pereira Júnior, o Ministério da Fazenda apresentou a estimativa de impacto fiscal consolidada das duas proposições, conforme o quadro abaixo. Aí aparece um quadro que está distribuído exatamente sobre a queda de arrecadação e os dividendos, toda a exposição numérica dessa matéria.

Os dados apresentados demonstram que, embora o reajuste da tabela do Imposto de Renda proposto neste PL gere uma renúncia fiscal em 2025, as medidas compensatórias previstas no PL nº 1.087, do mesmo ano, neutralizam as perdas nos anos subsequentes. Isso gera um resultado líquido neutro para os cofres públicos a partir de 2026, o que permite concluir pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 2.962, de 2025.

No mérito, julgamos que o PL nº 2.692, de 2025, merece ser aprovado.

O projeto representa a continuidade do esforço do Governo Federal com a política de valorização permanente do salário mínimo, prevista na Lei nº 14.663, de 2023. Essa lei assegurou a desoneração do Imposto de Renda da Pessoa Física para quem recebia até o dobro do salário mínimo, fixado, naquele ano, em R$1.320,00.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já em 2024, a Lei nº 14.848, de 1º de maio de 2024, elevou a faixa de isenção da tabela progressiva do mesmo Imposto de Renda para R$2.259,20, a fim de acompanhar o aumento do salário mínimo – que subiu para R$1.412,00 – e, com isso, manter a desoneração para quem auferia renda de até dois salários mínimos.

Em 2025, o salário mínimo subiu para R$1.518,00, nos termos do Decreto nº 12.342, de 2024. Logo, a aprovação desse PL é crucial para que a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física continue alcançando as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros que recebem até dois salários mínimos, isto é, R$3.036,00.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentário-financeira e, no mérito, pela aprovação do PL nº 2.692, de 2025.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão.

Na forma do Regimento, eu coloco a proposta de votação da urgência sugerida pelo Senador Rogério Carvalho.

Em votação a urgência.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a urgência, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, portanto, a urgência.

Extrapauta sugerido pelo Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 2336, DE 2023

- Não terminativo -

Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação com emendas

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Mecias de Jesus para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Renan, muito obrigado por escolher meu nome para relatar essa matéria importante para os condutores de ambulância do Brasil e, por que não dizer, importante para todos aqueles que usam esse sistema no Brasil.

Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu posso ir direto à análise?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Conforme o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos apreciar matérias relativas às finanças públicas. Tendo em vista que grande parte dos condutores de ambulâncias em nosso País prestam serviços aos entes federativos, cabe a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão analisar a matéria, em especial os efeitos econômicos resultantes das medidas propostas.

Quanto à constitucionalidade, é competência privativa da União legislar sobre direito do trabalho, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Além disso, a proposição não está contida no rol de matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, cabendo, portanto, iniciativa parlamentar.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional. Isso inclui a técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, destacamos que o exercício da profissão de condutor de ambulância tem uma considerável relevância social e um alto potencial lesivo, tanto pelo risco inerente ao trânsito quanto por estar relacionado ao atendimento de emergências. Os condutores de ambulâncias precisam dirigir em situações de atendimento a ocorrências e, assim, estão sujeitos a exceções a normas de trânsito, como ultrapassar limites de velocidade para garantir atendimento rápido. Portanto, é importante um preparo rigoroso para que o profissional esteja plenamente capacitado para enfrentar essas situações de forma adequada.

Ademais, é absolutamente razoável que o condutor de ambulância seja considerado integrante da área da saúde, visto que sua atuação não se restringe a dirigir o veículo, mas também abrange prestar auxílio à equipe médica durante o transporte e o manejo adequado de equipamentos necessários à proteção do paciente. Outra semelhança é a exposição direta aos mesmos riscos biológicos que afetam os demais profissionais da saúde.

Por fim, ressaltamos que é positivo que o projeto preveja explicitamente que o condutor esteja sempre acompanhado de outros profissionais da área de saúde durante o atendimento médico, o que permite que seu reconhecimento como profissional da área não implique a atribuição de responsabilidades que excedam sua capacitação. Essa previsão protege tanto os pacientes quanto os próprios condutores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ato contínuo, Sr. Presidente, por emenda desta relatoria, foi incluído artigo que trata das atribuições específicas do condutor de ambulância, com o objetivo de aprimorar o texto e conferir maior segurança jurídica à futura regulamentação da matéria.

Quanto aos efeitos econômicos da matéria, é importante ressaltar que não tem o condão de automaticamente conceder o direito à aposentadoria especial para os profissionais da área, o que é verificado caso a caso, nos termos do art. 57, §3º, da Lei nº 8.213, de 1991. Portanto, a matéria não apresenta efeito negativo direto às finanças públicas nem implica o descumprimento dos requisitos do Novo Regime Fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal ou da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.336, de 2023, com emenda apresentada por esta relatoria.

Sr. Presidente, esse projeto é, sem dúvida nenhuma, de grande importância para os pacientes, para os condutores de ambulância de todo o Brasil. E eu quero cumprimentar os condutores de ambulância de Roraima, na pessoa do condutor Natan, pois fazem um excelente trabalho em Roraima pela área de saúde.

É o relatório, Sr. Presidente, e é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Entendi que V. Exa., Senador Mecias, está colocando uma aposentadoria especial. Não?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Eu digo que não; está no relatório que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ah, eu ouvi então... Desculpe.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – ... isso não implica uma aposentadoria especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Ah, não implica.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Não implica.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – O.k. Era só porque...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Na medida em que não... Desculpe, eu entendi o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

Eu queria comunicar aos Prefeitos, queridos amigos Dani e George Clemente, que hoje nós votamos três matérias de interesse dos municípios: essa última de condutores de ambulância pública e privada, a da isenção do Imposto de Renda até dois salários mínimos, que já se encontra em execução em função da medida provisória cujo prazo vai expirar brevemente, e uma matéria muito importante, que foi relatada aqui pelo Senador Cid Gomes, que trata da transferência e da transposição dos recursos do fundo de saúde, que vai possibilitar a execução de recursos que estavam paralisados em função da impossibilidade de fazer essa transferência ou fazer essa transposição. Portanto, é uma matéria muito importante para os estados e para os municípios.

Item 6 da pauta – é o último item da pauta.

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 426, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para zerar os valores destinados ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional relacionados às estações rádio base e às repetidoras do Serviço Móvel Pessoal localizadas em áreas rurais.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Alan Rick para proferir o seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a deferência, cumprimento os demais amigos Senadores e servidores desta Comissão e peço a V. Exa. aquiescência para ir direto à análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre proposições relativas a tributos, tarifas, empréstimos compulsórios, finanças públicas e assuntos correlatos. Nesse sentido, o exame da matéria em pauta é de competência deste Colegiado.

O setor de telecomunicações desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Além de ser a base para a nossa conectividade, esse segmento sustenta atividades essenciais para a modernização nacional, como governo digital, telemedicina, educação à distância, cidades inteligentes, agricultura conectada e a Internet das Coisas. Nesse contexto, o incentivo à expansão da infraestrutura de telecomunicações, especialmente em áreas menos favorecidas, como as rurais, é estratégico para o desenvolvimento do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, o Projeto de Lei nº 426, de 2023, que é oriundo de uma iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia, mostra-se oportuno. A conectividade no campo é relevante para impulsionar o desempenho do agronegócio, da agricultura, da pecuária, que, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da USP, representa 22% do PIB brasileiro em 2024. Esse setor contribui significativamente para a balança comercial do país e é responsável pela geração de milhões de empregos diretos e indiretos, além de promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação no campo. A expansão da conectividade rural, portanto, tem potencial para ampliar ainda mais esse crescimento, a fim de permitir a adoção de tecnologias como agricultura de precisão, monitoramento em tempo real e gestão eficiente de recursos.

A carga tributária sobre o setor de telecomunicações é elevada. Entre 2001 e 2023, esse setor contribuiu com mais de R$246 bilhões para fundos setoriais. Contudo, apenas 8,3% desse montante foram, efetivamente, aplicados para a melhoria dos serviços de telecomunicações, o que resultou em uma sobrecarga desproporcional para as empresas do setor. Ademais, essa carga eleva os custos dos serviços essenciais para os consumidores, de modo a restringir o acesso da população a uma infraestrutura básica de qualidade de vida no mundo moderno.

Além da CFRP, Fistel e Condecine, o setor ainda contribui com o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel).

A título de cenário, vale frisar que, historicamente, o Fust foi contingenciado e, por isso, não era usado para sua finalidade. Entretanto, o ano de 2023 foi o primeiro em que parte dos recursos do Fust foi utilizado para a melhoria dos serviços de telecomunicação, com o uso de cerca de R$220 milhões em política pública, correspondendo a 0,7% de aplicação do valor total arrecadado. Ou seja, os valores das contribuições e taxas setoriais, ao invés de promoverem o desenvolvimento econômico e social, na prática, são utilizados para o alcance do superávit primário.

Essa prática deve ser desencorajada. A Avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil 2020, no capítulo “Tributação de serviços de telecomunicação e radiodifusão”, reforça que os recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos fundos não deveriam ser usados para cobrir o déficit orçamentário da União, mas, sim, para expandir a sua conectividade, especialmente em áreas com oferta limitada de serviços.

A desoneração proposta pelo PL nº 426, de 2023, oferece uma oportunidade de corrigir distorções e viabilizar investimentos para ampliar a conectividade. Um estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da USP, realizado para o Ministério da Agricultura, indica que a cobertura total das áreas rurais demandaria um aumento no número de torres de telecomunicações das atuais 4,4 mil para 20 mil torres.

A redução dos custos tributários é um fator indispensável para viabilizar esse salto em infraestrutura, de modo a gerar impactos positivos em produtividade, em competitividade e em acesso a serviços públicos essenciais para as comunidades rurais.

Diante disso, avaliamos que a desoneração poderia ser ainda mais abrangente. Nesse sentido, propomos uma emenda substitutiva que contemple também a isenção das contribuições destinadas ao Fust e ao Funttel na isenção prevista pelo PL 426, de 2023.

A ampliação do alcance da desoneração cria um ambiente tributário mais favorável aos investimentos em infraestrutura de telecomunicações nessas áreas, trazendo impactos ainda mais significativos para o desenvolvimento rural e a conectividade no Brasil.

Além disso, é importante ajustar o texto para garantir sua adequação fiscal, conforme o que dispõe a Lei nº 14.436, de 2022, sobre concessão de benefícios fiscais. De acordo com o art. 143 desta lei, as proposições legislativas que tratem de benefício tributário devem conter cláusula de vigência de no máximo cinco anos, designar órgão gestor e endereçar como serão definidas as metas e objetivos da política pública. Dessa forma, apresentamos uma proposta de emenda que contempla a adequação fiscal.

Por fim, a medida proposta vai além da inclusão digital: ela fomenta ganhos de produtividade no campo, fortalece a competitividade do agronegócio e promove o desenvolvimento social. Ao viabilizar a conectividade, o projeto contribui tanto para a integração do Brasil às cadeias globais de inovação tecnológica quanto para a redução das desigualdades regionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o nosso voto, pelo que expusemos, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 426, de 2023, com a emenda substitutiva que já consta nos autos desta Comissão e que, portanto, já está sob conhecimento dos Srs. Senadores.

Sr. Presidente, me permita fazer apenas uma explanação aos colegas do que é arrecadado com os fundos, porque sabemos que toda proposta que altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deve ser acompanhada de uma estimativa de impacto orçamentário e financeiro. E a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado emitiu essa nota técnica que ampara o nosso relatório exatamente para respaldar aquilo que apresentamos há pouco aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

A receita com a arrecadação destes fundos no Brasil, veja só, ao longo dos últimos anos, é: do TFI, por exemplo, em milhões de reais, em 2020, R$2.297.053; em 2021, R$2.388.936; chegamos a 2024 com R$2.388.936; do TFF, R$3.503.510 em 2020, chegando, em 2024, a R$3.643.650; do Condecine, R$885 milhões em 2020; R$974 milhões em 2021; R$1,144 bilhão em 2022; chegando a R$1,209 bilhão em 2024.

A renúncia para que se proceda maior capacidade de investimento para gerar mais telecomunicação na zona rural, nas áreas rurais brasileiras é ínfima comparado ao impacto positivo. A renúncia chegaria a no máximo, Sr. Presidente... Nós estamos falando aqui de algumas dezenas de bilhões em arrecadação – dezenas de bilhões em arrecadação –, e a renúncia teria um impacto, para 2026, de apenas R$8.678.757. É ínfimo o valor desta renúncia comparado ao alcance e ao benefício de se aumentar a infraestrutura para a conectividade rural, tão importante no nosso país.

Portanto, peço aos nossos pares que possamos aprovar a matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Para discutir.) – Querido Senador Alan Rick, a assessoria nossa, eu estava conversando com a sua assessoria... Eu sei que o valor é muito pequeno realmente, R$8 milhões, e concordo com V. Exa. que o alcance é muito maior. O problema é que a regra da Lei de Responsabilidade Fiscal não fala de grande ou pequeno. Então, eu vou pedir a V. Exa. – porque eu acho realmente bastante razoável – que, entre aqui e a ida para o Plenário, a gente busque, porque senão acaba ficando sempre uma pendência para quem vai ter que sancionar, porque pela Lei de Responsabilidade Fiscal você não pode sancionar se não tem a compensação, apesar de ser pequena, mas com o descumprimento da norma tanto faz R$8 milhões ou R$80 milhões.

Eu só vou buscar com a minha consultoria, a minha assessoria – porque não ofende o projeto – só para a gente deixá-lo liso para ser sancionado. Pode ser?

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Perfeito.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu sei que V. Exa. não queria.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não, perfeito. Presidente, eu concordo, o Governo tem que se cercar de todos os cuidados em relação à LRF. Entendo que a matéria tem um alcance social gigantesco.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Claro.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – E, com o compromisso de que possamos votar a matéria...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – De que a gente ajuste.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... e fazer um ajuste, o senhor está...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Eu sei que é pequeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É, o valor é muito pequeno...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – É, por isso vai ser fácil achar compensação.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... mas o alcance social é gigantesco.

Perfeito, perfeito!

Seria um pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Seria um pedido de vista... (*Pausa.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Se V. Exa. me der pelo menos uma semana...

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Perfeito.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – ... só para a gente fazer esse ajuste, para facilitar a própria sanção do seu projeto.

Obrigado.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente, só para contribuir...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – ... porque eu também entendo que o alcance social é significativo e eu sei que o Senador Jaques Wagner está tentando buscar um caminho para que isso seja adequado da melhor forma possível, para não ter um motivo para veto lá na frente, mas, para assegurar, eu gostaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedir vista coletiva no sentido de que a Liderança do Governo tenha um pouco de pressa para retornar o projeto a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Na forma regimental, eu defiro o pedido de vista do Senador Mecias de Jesus.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinco minutos do dia doze de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 79, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e n° 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviços Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1- CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 426, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para zerar os valores destinados ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional relacionados às estações rádio base e às repetidoras do Serviço Móvel Pessoal localizadas em áreas rurais." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática. **Relatoria:** Senador Alan Rick. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2- CAE (Substitutivo), e contrário à Emenda nº 1. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei Complementar**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

n° 127, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte"." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável às Emendas nºs 4, 5 e 6–PLEN e contrário à Emenda nº 7–PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1974, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o item 9 do Anexo II da Lei nº 9.872/1999, que "Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Giordano (MDB/SP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2838, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de Novembro de 2005 – Lei do Bem." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com uma subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2406, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com três emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3470, de 2019 - Terminativo -** que: "Insere o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas apresentadas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3745, de 2023 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, das Emendas nº 2-CCJ e 3-CCJ, de uma emenda de sua autoria, e pela prejudicialidade da Subemenda nº 1-CCJ. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 73, de 2025** que: "Requer adiamento de discussão do PL 79/20" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 75, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre o regime aduaneiro especial de exportação e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (Repetro)." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 76, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o cumprimento das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 524/2024-TCU-Plenário." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 77, de 2025** que: "Requerimento TCU_Acórdão nº 524/2024-TCU-Plenário, que trata da auditoria operacional sobre o Repetro-Sped e o Repetro-Industrialização," **Autoria:** Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 68, de 2025** que: "Requer o aditamento de convidados à Audiência Pública objeto do REQ 58/2025 - CAE" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 51, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública pra instruir oPL 2387/2023" **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 12 de agosto de 2025.

Comunico aos Senadores e às Senadores que, no dia 19 de agosto, na próxima terça-feira, esta Comissão realizará audiência pública com a Sra. Ministra Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento, para tratar da política de subsídios tributários, financeiros e creditícios da União.

Comunico ainda que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Ofício SEI nº 43370, do Ministério da Fazenda;

– Ofício nº 19707, de 2025, Banco Central do Brasil;

– Ofício nº 296, de 2025, da Câmara Municipal de Pindamonhangaba, São Paulo;

– Ofício nº 78, de 2025, da Câmara Municipal de São Pedro, São Paulo.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 05/08/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, porém, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, permitam-me trazer a esta Comissão um tema que tem transtornado os brasileiros e exigido avanços desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

O Presidente norte-americano Donald Trump potencializou crises, causou transtornos e gerou incertezas em todo o mundo, mas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o delírio tarifário tem efeitos perversos também para grandes investidores, empresários e consumidores nos Estados Unidos.

Especificamente contra o Brasil, após mais de 70 exceções, as tarifas unilaterais incidem sobre café, carne, cana-de-açúcar e derivados da cana-de-açúcar, e frutas, produtos que irão gerar, sem dúvida nenhuma, impactos inflacionários nos Estados Unidos e podem desacelerar a economia por lá. Bom, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, não é, mas o impacto macroeconômico é bem abaixo do anúncio inicial.

Mas quero aqui chamar rapidamente a atenção para outro segmento ainda pouco iluminado que certamente está levando pânico aos investidores em turismo, especialmente no Estado da Flórida, berço político do Secretário de Estado Marco Rubio, descendente de imigrantes cubanos, cuja agressividade boicota o próprio estado que o projetou politicamente.

O jornal *Valor Econômico* noticiou, no dia 14 de abril deste ano, que as ações do conglomerado Disney, de entretenimento, caíram vertiginosamente, algo em torno de 30%, em função das tarifas impostas por Trump. Foi, sem dúvida nenhuma, o terceiro pior desempenho da bolsa em 2025. Este pânico entre grandes investidores da Disney, grandes fundos de investimentos e gigantes do sistema bancário vem se agravando.

Quero citar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, um dado relativo ao número de turistas do Brasil com destino a Orlando, cidade dos parques da Disney. O Brasil, como todos sabem, é o quarto emissor de turistas para os Estados Unidos e o segundo, para a Flórida. Em 2022, foram para Orlando ou entraram por Orlando 575 mil brasileiros; em 2023, 696 mil brasileiros; em 2024, houve uma estabilização, 697 mil brasileiros; e, agora, em 2025, havia uma previsão de mais de 750 mil brasileiros, mas, até junho, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, apenas 174 mil estiveram em Orlando. Mais de 30% dos brasileiros, como todos sabem, que vão aos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos entram por Miami – mais de 30% –, e 17% ingressam por Orlando, e em percentuais menores, por outras cidades.

O brasileiro, Senador Izalci, fica nos parques da Disney entre sete e dez dias, o dobro de outras nacionalidades, e gasta em média R$1 mil por dia. Uma receita anual superior a mais de R$10 bilhões, portanto, está ameaçada, já que a emissão de vistos para os Estados Unidos caiu, e as longas filas em embaixadas e consulados não existem mais. Até as passagens aéreas de companhias brasileiras, as mais caras do mundo, estão mais baratas, estão mais em conta pela queda da demanda. Os brasileiros estão adquirindo, inevitavelmente, um certo ranço e desprezo, infelizmente, por quem nos despreza.

Isso certamente favorecerá o turismo doméstico. E abro um parêntese aqui para citar Alagoas, um dos principais destinos turísticos do país, por exemplo, com belas praias, cânions e outras belezas naturais, que está sempre e estará de braços abertos para receber os turistas brasileiros que preferiam ir para a Flórida e que hoje preferem o turismo doméstico.

Quanto aos nossos produtos taxados unilateralmente, o Brasil busca o diálogo, o que é da própria tradição da nossa diplomacia. Se a negociação não prosperar, não será por falta de disposição da parte brasileira. Esses produtos afetados têm preço e qualidade e, portanto, podem encontrar novos mercados no médio prazo.

Também, procurando proteger nossa produção e nossos empregos, o Brasil, além de buscar os organismos internacionais, terá um plano de contingência para atenuar a taxação injusta e desproporcional.

Sem dúvida nenhuma, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, patriotas de verdade agem dessa forma contra ingerências externas que podem prejudicar a nossa economia e a nossa gente.

O item primeiro da pauta, que tem o Senador Laércio Oliveira como Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só consegui acompanhar, imagino, a segunda metade da sua...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Informação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... manifestação, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Manifestação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E ela me interessou muito, e tenho certeza de que ao Senador Rogério Carvalho também, uma vez que fizemos parte e fazemos parte daquela Comissão Externa que agora adquiriu não foros permanentes, mas pelo menos prolongados, inclusive demonstrando – e acho que o Senador Rogério Carvalho desta vez vai concordar comigo – uma expressão que nós ouvimos de mais de um Senador americano: "O tarifaço é um tiro no pé dos Estados Unidos". E os números que V. Exa. trouxe corroboram isso, com dados estatísticos, razão pela qual eu estou pedindo que V. Exa. quebre o sigilo da sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Já quebrou falando, mas eu queria o texto, especialmente no que tange a essa erosão de brasileiros que, se eu me lembro bem, do 697, o praticado foi 174, ou seja...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, até junho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, uma quebra de 60%.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É. E, inclusive, com consequência nas filas de pedido de vistos na embaixada e consulados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um saudável esvaziamento nas filas em termos de turismo interno, como V. Exa. ressaltou.

Portanto, eu não quero discutir o assunto, quero apenas ficar com uma cópia...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, farei isso com muita satisfação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... com um bom conjunto de informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu não quero discutir essa matéria também, não. É só porque eu ouvi o relatório, e V. Exa. disse que até junho houve uma queda para 150 mil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É de 174 mil até junho – são os dados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas em junho ainda não tinha sido anunciado o tarifaço, foi só agora em julho, agosto. O tarifaço foi a partir de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, mas já tinha...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não em função do tarifaço.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Já tinha tarifaço de outros países. Eu falei do movimento e falei também dos números da entrada de brasileiros, por Orlando e por Miami, e a questão da queda nas filas de vistos aqui no Brasil, na embaixada e nos consulados.

Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu acho que isso reflete muito a política interna dos Estados Unidos, o medo dos imigrantes que moram lá, ou seja, nós temos um conjunto de coisas que afasta o turista. O turista não vai para um país para sofrer nenhum tipo de constrangimento, né? Então as pessoas, receosas e com razão, não querem se submeter a nenhum tipo de constrangimento. Eu acho que isso reflete uma certa precaução daqueles que poderiam e gostariam de ir para esse país. Mas, diante das notícias e em face de possíveis constrangimentos, as pessoas não vão. Isso está muito óbvio pela manifestação e pelos dados que o Presidente Renan apresentou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu concordo plenamente com Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passei uns dias lá – como sempre, há 20 e poucos anos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

Item primeiro da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2020

- Não terminativo -

Altera os Decretos-Leis nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, nº 9.403, de 25 de junho de 1946, e nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis nº 5.461, de 25 de junho de 1968, e nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transporte e dos transportadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviço Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 27/5/2025, foi concedida vista coletiva da matéria.

2. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Sobre a mesa temos um requerimento do Senador Rogério Carvalho, que requer, nos termos do art. 279, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da discussão do PL 79/2020, que altera os Decretos-Leis 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, 9.403, de 25 de junho de 1946, e 1.305, de 8 de janeiro de 1974, e as Leis 5.461 e 8.706, para determinar que as contribuições de todos os trabalhadores em transportes e dos trabalhadores autônomos sejam recolhidas em favor do Serviço Social do Transporte (Sest) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat). O requerimento requer o adiamento para o dia 23 de setembro de 2025.

Em discussão.

Eu concedo a palavra ao Senador Laércio.

Essa matéria, realmente, já constou várias, várias vezes da nossa pauta, já teve, em função de um entendimento havido aqui nesta Comissão, alteração do próprio relatório do Senador Laércio. E, portanto, eu acho que seria muito bom se nós pudéssemos avançar para a sua apreciação.

Com a palavra V. Exa. para discutir o requerimento.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia a V. Exa., bom dia a todos que estão participando da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, meus colegas Senadores e Senadoras.

Era mais ou menos isso que o senhor já encaminhou, Presidente. Eu quero encaminhar contrariamente a esse requerimento, exatamente pelo que o senhor acrescentou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse assunto já foi discutido pacientemente, eu concordei com todos os passos que nós demos aqui, como é comum nesta Comissão, no sentido de aprofundar o tema, e reformulei o relatório que apresentei, acrescentando os entendimentos que foram construídos com todos os atores envolvidos no assunto.

Portanto, eu queria encaminhar de modo contrário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para encaminhar.) – Todos sabem a importância do Sistema S e o seu robusto financiamento.

O Sistema S é um dos sistemas que mais tem financiamento regular no Brasil, inclusive com sobra de caixa anualmente. Então, retirar recursos de uma área que já tem dificuldades...

Por exemplo, eu estive, no Estado de Sergipe, na Capitania dos Portos, que é responsável pela formação, por exemplo, de todos os marinheiros e de todos aqueles que são condutores ou pilotos... Não sei que nome que se dá a quem conduz barcos de navegação. Ou seja, tudo isso é feito pela capitania dos portos.

Nós estamos falando aqui de um recurso que sai desses setores para o setor de transporte terrestre, certo? Ou seja, nós tiramos de uma área que não tem financiamento fixo uma verba e a colocamos numa área que tem financiamento fixo, que tem financiamento robusto.

Portanto, não tem uma solução e é por isto que volta: porque essa questão não está equacionada.

Como se vai fazer com esses setores que têm dificuldades de ter acesso a recursos para cumprirem as suas atribuições? Porque só quem forma pilotos, condutores de barco neste país é esse setor ligado à Marinha. De onde vai sair o recurso? Esse recurso seria utilizado para esse e outros fins. Como vai ficar a formação de pilotos, de pilotos de aviões? Como é que fica tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

isso? Nós vamos pegar o dinheiro desse setor que não tem financiamento fixo e transferir para o Sest Senat? Esse é um debate que a gente precisa fazer.

Eu sei que o adiamento de discussão é para que a gente possa, de fato, chegar a um termo, no sentido de que não se prejudiquem esses setores. É isso que está em discussão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci, e Senador Laércio, na sequência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, este projeto já foi apresentado aqui, já estava na pauta e foi retirado, exatamente porque havia dúvida com relação a essa questão da formação, mas foi fruto de um acordo. Tanto a Marinha quanto o Sistema S concordam com o texto deste projeto.

Então, essa discussão... Eu questionei, e o Relator, inclusive, é do Sistema S. Então, ele entende bem essa matéria.

De fato, a Marinha entende que, nessa parte do recurso, quem pode, de fato, ajudar melhor é o Sistema S. Então, eu acho que essa discussão já foi feita e gostaria de que esse projeto já fosse hoje apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Presidente, Renan, é apenas para trazer uma informação: quando nós retiramos este projeto, eu fiz uma conversa larga com os atores envolvidos, conforme eu já disse. A própria Marinha participou dessa conversa. Há um acordo fechado já com a Marinha também, fechado com a Anac, com todas as partes envolvidas, com o Sest e com o Senat...

Portanto, é mais ou menos o que o Senador Izalci falou. Nós já discutimos esse assunto. Não existe nenhum óbice que impeça que a gente avance com esse projeto. Os recursos agora – digamos assim, usando uma linguagem simples – estão carimbados. Agora a Marinha, de fato, vai ter o recurso para poder fazer o treinamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, esses recursos, Presidente, caíam no fundo especial. E, para sair do fundo especial e chegar na Marinha, aí o problema estava instalado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A votação do...

Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra, V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente, com todo o respeito e tal, cada região tem uma peculiaridade. A minha é a praticagem, Senador Rogério Carvalho. Se não tem prático, você não consegue navegar na Amazônia. E, só para você ter uma ideia, saindo do Estado do Pará, para entrar no Amazonas, quanto à praticagem, ali na fronteira, cada região tem um prático, e é uma fortuna quanto cobra um prático. O prático cobra uma fortuna para levar um navio. Ele só faz...

E lá o caboclo – e eu estou acostumado a navegar de noite –, o cara lá vai pelo olhar. Ele sabe onde tem a pedra, pelo olhar dele, né? Aquilo vem da cultura cabocla, da cultura do amazonense, da cultura do indígena. Ele conhece bem as regiões. Cada um tem as suas peculiaridades.

Eu acho, Senador Laércio, que nós temos que ver as peculiaridades das nossas regiões.

Nós temos aí essa questão de passar recursos para o Sesc, Senat, né? Tenho todo o respeito pelo trabalho deles, mas temos que ver as peculiaridades de cada região, para que a gente possa ajudar a todos e não ficar especificamente só no nicho que nós estamos discutindo neste momento.

É a minha opinião sobre isso, e eu espero que a gente possa aprimorar.

Tem muitas leis que nós aprovamos aqui, Senador Amin. Eu tenho uma, Senador Renan, que até comentei com V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós criamos aqui, quando o senhor era Presidente do Senado, as cotas – cota de gênero. Tem uma Vereadora do interior do Amazonas, no Município de Codajás, que está sendo cassada. Ela é mulher, veja bem. Ela está sendo cassada por causa da cota de gênero. Olhe só! Ela está sendo prejudicada, porque o partido não tinha a cota necessária de gênero.

Então, não é um homem que está sendo cassado, é uma mulher que está sendo cassada. Para mim, é uma distorção da lei. Ela não pode ser prejudicada, como mulher, por causa de cota de gênero. Na minha opinião, mas a lei prejudica.

Então, nesse sentido, Senador Renan Calheiros, é que a gente pode, futuramente, Senador Laércio, ir estudando como é que a gente pode fazer com que cada região tenha esses benefícios desses recursos aí que estão sendo destinados.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só para...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só, só para corroborar.

Por que a Marinha e os demais entraram em entendimento? Porque, quando esse recurso vai para o fundo, ele não é aplicado, ele acaba indo para fazer o superávit primário. Então, a Marinha entende que realmente ela não tem usado esse recurso. Então, é muito melhor estar no Sistema S, que pode executar o recurso, do que ficar num fundo que não é executado. No fundo, no fundo, é isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Essa é uma informação que a gente tem da Marinha, viu, Laércio? Nem Marinha não reportou isso, nem a Liderança do Governo, e, portanto, a gente tem essa dúvida.

O correto seria se a gente pudesse fazer uma audiência com a Marinha, com esses segmentos todos, para a gente tirar essas dúvidas.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio Oliveira, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Continuo com a minha opinião. Encaminho contrariamente a este requerimento, em função de que este assunto já foi discutido, de que há um entendimento fechado.

O que o Senador Izalci colocou aqui é verdade absoluta. O recurso que a gente aprova, com este projeto, coloca a Marinha em uma condição de fazer o treinamento, respeitando a particularidade de uma região importante, que eu fui conhecer – eu fui conhecer.

A narrativa que o senhor fez, Senador Omar Aziz, é perfeita. Eu tive, inclusive, a oportunidade e o privilégio de fazer uma navegação também e entender como é que funcionava a sua região, como existem também as particularidades de outras regiões. O que a gente está fazendo com este projeto é dando autonomia à Marinha, para que ela possa, de fato, aplicar recurso em qualificação, para formar essa mão de obra tão importante para a Região Norte.

Além do mais, o Sest e o Senat também se incorporam a este projeto, para que os recursos sejam aplicados para a formação de mão de obra não só para a Região Amazônica, mas também para todas as regiões onde a necessidade da navegação também é fundamental.

Por isso, Presidente, eu encaminho contrariamente ao requerimento, para que a gente aprove o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, por duas razões eu me perfilo ao lado da posição do Senador Laércio.

Em respeito ao que falou aqui o nosso querido Senador Omar Aziz, ele tem toda a razão. O conhecimento empírico – é assim que se chama –, esse, do homem que navega por instinto, é o conhecimento... Esse não vai fazer curso nunca nem precisa, mas também não pode praticar regularmente uma profissão. É diferente. Nós estamos tratando aqui de formação profissional formal. E, aí, eu acho que a disponibilização do recurso, para que seja efetivamente implementado... E a Marinha não faz isso, porque o dinheiro do fundo, todo mundo sabe, é esterilizado para pagar juro. Nesse caso, ao reservar o dinheiro para ser aplicado pelo Sistema S,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em parceria com a Marinha, o dinheiro está indo para a sua finalidade – no caso, formação profissional.

Só não vale para a Amazônia. O livro que eu usei, o livro que eu usei para conseguir a minha habilitação de arrais e agora de mestre-amador é *Navegar é fácil*. Se o senhor ler, mesmo não sendo fenício, mas tendo na sua origem a navegação de Chipre para o Oriente Médio, que foi a jornada dos nossos irmãos palestinos... O senhor fez aquela navegação lá remotamente sem formação, mas agora tem que ir para a escola.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só para esclarecer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O problema nosso é que os nossos rios são novos. Se você pegar o Rio Amazonas, o Solimões, o Purus, o Juruá, eles são rios que nós chamamos de rios novos, são rios que estão em formação ainda. Eles têm alguns milhões de anos, mas são rios novos, eles não estão consolidados. E, cada ano, conforme a cheia ou a seca, muda o leito. E aí vem a experiência empírica que V. Exa. está colocando, porque...

A navegação não tem um leito fixo em rios novos, que a gente chama de rios novos, não são rios consolidados; diferente do mar, que está consolidado, diferente de rios de água negra, que estão consolidados. As águas amarelas não estão consolidadas. São rios ainda em formação, que, conforme a seca ou a cheia, mudam o leito. E, aí, só a experiência do caboclo, na formação... E, aí, por isso a praticagem, para que você possa navegar, e principalmente em época de seca, poder navegar, porque o calado fica muito pequeno. Aí, por isso essa experiência. Por isso que eu falo que cada região tem uma peculiaridade.

É só para colocar essa questão.

Então, o apelo que eu faço ao Senador Laércio é para que a gente possa direcionar recurso do Sest Senat, né? E, se a gente pudesse esperar mais um pouco, isso não aprovando hoje, esperando mais uma semana, duas semanas, para gente aprovar, eu acho que não seria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum tipo de problema para o repasse, porque a grande preocupação do Senador Izalci, que é a minha preocupação, é que de todos esses fundos realmente não serão utilizados os recursos, e depois vão para o déficit primário ou para fazer superávit.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Vou trazer uma informação aqui que é importante, já que já se fala aqui em uma possibilidade de aprofundar o assunto.

Quando o senhor abriu esta sessão e leu esse item primeiro, Presidente Renan Calheiros, o senhor colocou claramente: não terminativo nesta Comissão. Então, esta Comissão aqui imprime uma dinâmica, que eu acho muito positiva, de tramitar com o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vai para a CAS.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Então, assim, vamos aprovar aqui na CAE...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos muito ao Senador Rogério.

Essa matéria, portanto, como lembrou o Senador Laércio, não é terminativa nesta Comissão. Ela ainda vai tramitar na CAS (Comissão de Assuntos Sociais) do Senado Federal, e nós voltamos à apreciação da matéria.

Eu concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira, para proferir o seu relatório.

O Senador Wellington é o autor do projeto.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, conforme nós combinamos na última reunião, em que o senhor me permitiu a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavra e eu fiz os acréscimos ao texto, o motivo e a razão de tanta discussão que nós fizemos aqui, discussões positivas para enriquecer o projeto.

Portanto, o que foi acrescentado ao texto eu só vou repetir, mas gostaria que o senhor desse o relatório como lido, em função de todas as informações já passadas, mas as alterações que foram feitas para trazer clareza ao texto foram as seguintes: a Marinha e a ANAC continuarão responsáveis pelo ensino profissional de algumas atividades, como a de navegação, que tem potencial impacto na segurança nacional.

Segundo: para recompor as receitas do Fundo Aeroviário, propõe-se a transferência de 5% da arrecadação do Fundo Nacional de Aviação Civil, ajustado após análise da agência reguladora.

Terceiro: o texto do projeto de lei foi ajustado para retirar o repasse de recursos de empresas de telecomunicações aeronáuticas e infraestrutura aeroportuária para o Sest Senat, mantendo esses valores no Fundo Nacional de Aviação Civil.

Outro item: o substitutivo não altera as leis do Sesi e do Senai, mantendo a arrecadação de empresas de transporte metroviário e ferroviário com o Serviço Social da Indústria.

E foi também incluído um artigo para que as cooperativas de transporte recolham suas contribuições ao Sescoop, reforçando a segurança jurídica.

Foram essas as alterações que nós fizemos ao texto, Sr. Presidente, e é por isso que eu encaminho o relatório pela sua aprovação.

Com a sua permissão também, Presidente Renan Calheiros, registro aqui a presença, como o senhor já fez aqui, do Senador Wellington Fagundes, que é o autor, o nobre autor desse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senador Wellington Fagundes, autor do projeto, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobre Relator Laércio, eu acho que é importante aqui, primeiro, registrar que já foi feito um entendimento – portanto, vamos votar, como o Presidente já conduziu.

Eu destaco aqui... O próprio Senador Laércio fez aqui algumas alterações que a gente entende que é só para ajustar e para equilibrar ainda mais os interesses e viabilizar o projeto. Portanto, só para melhorar. Eu destaco também que o Relator manteve a transferência parcial das contribuições de empresas privadas dos modais aquaviário e aéreo para o Sest Senat e também um reconhecimento de que essas entidades atuam para todos os modais de transporte e precisam ser financiadas por todos. O objetivo principal é direcionar os recursos, então, para qualificação dos profissionais trabalhadores do setor de transporte.

Aí, Sr. Presidente – é importante –, nós estamos falando aqui de quem entende da área.

Na pandemia, a CNT fez um trabalho brilhante, indo às estradas, fazendo vacinação, atendendo às famílias dos transportadores, e isso foi muito importante para que o Brasil não parasse. Então, em nome da CNT também, do Presidente Vander, eu registro aqui esse trabalho em todas as mãos que nós fizemos.

Aqui também eu registro a Frente Parlamentar de Infraestrutura de Transporte e Logística, a Frenlogi.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica. Esta matéria não é terminativa nesta Comissão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Laércio Oliveira.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... eu queria pedir licença aos colegas Senadores e a V. Exa. para falar sobre os vetos que o Presidente da República fez, na semana passada, em relação às leis ambientais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Enquanto a ONU fala que é contra as guerras, o mundo todo ignora o que a ONU... Aliás, eu não sei mais o que a ONU faz, de fato, porque tudo que ela decide ninguém respeita.

Enquanto a China e os Estados Unidos, que são as duas maiores economias do mundo – ou alguém duvida disso? – se lixam para a questão ambiental, para as questões climáticas, o Brasil acha que é o salvador do mundo, e alguns vetos feitos pelo Presidente são vetos que não dá para admitir, como, por exemplo, estradas que já foram asfaltadas serem reasfaltadas, como a BR-319.

Então, estou fazendo um apelo aqui – e farei isso publicamente hoje – ao Presidente Davi Alcolumbre, para que, quando cheguem ao Senado os vetos do Presidente, ele paute em menos de 24 horas para o Senado e a Câmara restabelecerem o desenvolvimento do país.

Tem muito antipatriota aí trabalhando contra o Brasil lá fora, mas tem antipatriota aqui dentro do Governo que trabalha contra a população brasileira também, que está a serviço de países que se lixam – vamos falar a verdade – para a questão ambiental, como são as duas maiores potências econômicas, que estão se lixando: não vão participar de COP nenhuma e não vão dar nenhum tipo de atenção a isso. O que me espanta é que foi discutida essa questão com o Chefe da Casa Civil, o Ministro Rui Costa, e foram decididas as questões do que a gente poderia ou não, e depois o Governo vem e veta. Eu vou fazer esse apelo ao Presidente Davi Alcolumbre, para que os Senadores e Senadoras possam analisar os vetos que foram feitos, porque isso é urgente, é urgentíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o Brasil não pode ficar contra o desenvolvimento do país aí sendo taxado, sendo que quem taxa a gente não se preocupa com a questão ambiental e quer explorar, quer mais. A segunda potência que mais emite CO_2, a China, hoje se lixa para essa questão, e o Brasil, com uma equipe, convence o Presidente de que uma estrada que já foi asfaltada, pessoal... Essa é uma estrada que já foi asfaltada...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Consolidada.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... consolidada, e não houve nenhum movimento estranho de desmatamento nessa região. E agora, para fazer média com outros países, nos prejudicam. Esses também são antipatriotas, não são pessoas que estão a serviço da população brasileira, não, porque quem está a serviço da população brasileira não deixaria dois estados isolados, como Roraima e o Estado do Amazonas – não deixariam, se fossem brasileiros e defendessem os interesses do Brasil.

É nesse sentido, Senador Renan Calheiros, que a V. Exa., como ex-Presidente desta Casa, como Presidente da CAE, e aqui aos Senadores que estão me ouvindo que faço um apelo para que a gente possa fazer esse apelo ao Presidente Davi Alcolumbre, que, chegando aqui, em menos de 24 horas, mostre que o Senado e a Câmara não são subservientes a ninguém, que analise veto a veto e aqueles que nós entendermos que devem ser mantidos, vamos mantê-los, mas aqueles que não devem ser mantidos, nós vamos derrubar os vetos da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Omar, quero dizer que eu concordo inteiramente com a intervenção feita por V. Exa. Vamos conjuntamente falar com o Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, para que nós possamos marcar o mais rapidamente possível esta sessão do Congresso Nacional para apreciação de vetos.

Hoje mesmo eu trouxe aqui, no início da reunião, um assunto que não tem sido muito iluminado, mas que tem causado um pânico, um verdadeiro pânico aos grandes fundos de investimentos e gigantes do sistema bancário norte-americano, que são os verdadeiros proprietários da Disney. Nós tivemos uma queda vertiginosa, nos últimos meses, e citei dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Orlando: 30% dos brasileiros que vão para os Estados Unidos entram por Miami, e 17% apenas por Orlando.

O número de brasileiros que entraram por Orlando, em 2022, foi 575 mil; em 2023, 696 mil; em 2024, 697 mil. Este ano, nós teríamos, normalmente, uma entrada de brasileiros, por Orlando, na ordem de 750 mil, levando em consideração o crescimento dos anos anteriores. Até junho, nós tivemos, de entrada de brasileiros por Orlando, apenas 174 mil.

O brasileiro é diferenciado; ele fica nos parques da Disney de sete a dez dias, diferentemente dos turistas de outras nacionalidades. E o brasileiro gasta por dia, lá na Disney, R$1 mil. Então, isso é um prejuízo fundamental, há uma queda vertiginosa.

Aqui, no Brasil, nós não temos mais na embaixada, nem nos consulados, as conhecidas filas de visto para os Estados Unidos. Até as passagens para os Estados Unidos, de empresas brasileiras, que são as mais caras, talvez, do mundo, tiveram seus preços diminuídos em função da procura, que, evidentemente, diminuiu. E nós tivemos, como consequência disso, também um crescimento significativo do turismo interno.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Especialmente em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Especialmente em Alagoas, que é o primeiro destino turístico, hoje, do país.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O Marcos do Val está incluído?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não – infelizmente, não. (*Risos.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, substitutivo.

A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Sociais. (*Pausa.*)

Nós temos alguns requerimentos na pauta, conforme anunciado no início da reunião. Tenho aqui três requerimentos do Senador Fernando Farias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro requerimento:

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 75, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira de Oliveira, informações sobre o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural (Repetro).

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)

O segundo requerimento:

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 76, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre o cumprimento das determinações e recomendações contidas no Acórdão nº 524/2024-TCU-Plenário.

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)

E um outro requerimento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 77, DE 2025

- Não terminativo -

Requerimento TCU_Acórdão nº 524/2024-TCU-Plenário, que trata da auditoria operacional sobre o Repetro-Sped e o Repetro-Industrialização,

Autoria: Senador Fernando Farias (MDB/AL)

Não havendo objeção da Comissão, nós vamos apreciar os requerimentos preferencialmente em globo.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Presidente, Renan, com sua permissão, eu quero cumprimentar o Senador Fernando Farias, que apresentou os requerimentos.

Esse é um assunto importantíssimo. É um assunto que chega a esta Comissão, ou seja, chega, Sr. Presidente, ao ambiente propício, que é esta Comissão de Assuntos Econômicos, para gente fazer uma discussão. O Repetro é um assunto muito grave e a gente precisa enfrentar essa discussão, ter os dados precisos, conforme o requerimento do Senador Fernando.

Portanto, eu subscrevo esse... Não sei nem se regimentalmente é possível, mas subscrevo o requerimento. Caso não seja possível, eu me somo ao pedido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos o registro.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação os requerimentos.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os Requerimentos 75, 76 e 77, de 2025.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item segundo da pauta...

Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – Obrigado aí por ter colocado e obrigado ao Laércio.

Isso aí surgiu de uma auditoria que o Tribunal de Contas fez e ele constatou uma renúncia fiscal de R$32 bilhões, só para um número assim de começo. Então, nós estivemos com o pessoal e pedimos para fazer esses requerimentos.

Obrigado aí, viu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada, disponha sempre, Senador Fernando.

Item segundo da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 3745, DE 2023

- Terminativo -

Acrescenta o inciso IV, ao art. 6B, da lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o abatimento no saldo devedor do FIES, através de serviços, aos advogados que o fizerem nas defensorias públicas.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto, das Emendas nº 2-CCJ e 3-CCJ, de uma emenda de sua autoria, e pela prejudicialidade da Subemenda nº 1-CCJ.

Observações:

1. Em 1/4/2025, foi aprovado requerimento de adiamento de discussão da matéria.

2. A matéria foi apreciada pela CCJ, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas n°s 2-CCJ e 3-CCJ e pelo acolhimento parcial da Emenda n° 1-CCJ, com a Subemenda n° 1-CCJ.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Renan, eu quero agradecer a V. Exa. a deferência por ter indicado o meu nome como Relator desta matéria.

Mas eu gostaria, antes, Presidente Renan, de me juntar à fala do Senador Omar com relação aos vetos feitos pelo Presidente Lula ao marco do licenciamento ambiental, vários vetos totalmente desnecessários, descabidos e em prejuízo para os estados brasileiros, sobretudo para a Região Norte do Brasil. Inclusive, um dos vetos, no meu entendimento, fere o pacto legislativo, porque, dito pelo próprio Supremo, não há superioridade entre os órgãos ambientais do Brasil, entre o Ibama e o órgão ambiental do estado.

Não há superioridade entre eles, não há hierarquia entre eles. E o Presidente... O que há é um acordo de cooperação técnica entre esses órgãos ambientais que podem se ajudar. E o Presidente vetou esse artigo colocado no licenciamento ambiental que dá autonomia aos estados de fazer o seu licenciamento ambiental, sem, logicamente, interferência do órgão ambiental federal.

As exigências são as mesmas. Inclusive, há pouco tempo, eu ouvi o Governador do Pará falar sobre a ação do Ibama no estado dele. E ele dizia que as mesmas questões que o Ibama cobra para o licenciamento o órgão ambiental do Pará também cobra, as mesmas coisas. E mesmo com esse licenciamento feito pelo Governo do Pará, o Ibama invade fazendas, invade propriedades, multa, embarga e torna produtores como se fossem criminosos neste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero me juntar ao colega Senador Omar Aziz e pedir também ao Presidente Davi Alcolumbre que possa pautar o mais rápido possível e que o Congresso Nacional possa restabelecer a sua função de legislar.

Vou ao relatório, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Colegas Senadores e Senadoras, esse relatório já foi lido aqui antes e foi feito adiamento de discussão, foi feito pedido de vista – já avisando para o Senador Rogério, porque ele está caladinho aqui, daqui a pouco ele vai querer pedir vista novamente. Já foi feito o pedido de vista. Portanto, eu quero, se V. Exa. me permite, passar direto à análise, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Análise.

Consoante o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE tem competência para opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas. Como se trata de exame terminativo, caberia igualmente uma análise dos aspectos formais da matéria. Todavia, a CCJ já se pronunciou a respeito da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 3.745, de 2023.

A matéria é meritória. Atualmente, beneficiam-se da possibilidade de abatimento junto ao Fies: professores da rede pública de educação básica; e médicos integrantes de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada ou médico militar das Forças Armadas, com atuação em áreas e regiões com carência e dificuldade de retenção desses profissionais. Também foram contemplados profissionais da saúde que trabalharam no âmbito do Sistema Único de Saúde durante o período de vigência da emergência sanitária decorrente da pandemia da covid-19.

Estender o alcance da norma aos advogados que atuam junto às defensorias públicas vai no sentido de fortalecer a prestação do serviço de assistência jurídica integral e gratuita aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hipossuficientes. Trata-se de direito fundamental previsto no art. 5º da Constituição Federal, que, todavia, não é plenamente atendido por carência de profissionais habilitados em face da alta demanda. Por sua vez, o parecer da CCJ torna o dispositivo ainda mais abrangente e efetivo, pois acrescenta ao rol das profissões beneficiárias os bacharéis em Direito e profissionais de outras especialidades que prestem efetivos serviços nas defensorias públicas. Vale dizer, potencialmente, uma gama de profissionais, tais como psicólogos, assistentes sociais, administradores, engenheiros, educadores, médicos, arquitetos, jornalistas e tecnólogos.

No entanto, julgamos pertinentes dois pequenos ajustes de redação. O primeiro visa suprimir a expressão “na forma do regulamento” do texto do novo inciso, posto que o *caput* do art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 2001, já contém tal disposição, tornando ociosa a repetição. O segundo ajuste redacional almeja eliminar contradição evidente no texto, garantindo sua coerência, conforme acolhimento oral da Emenda nº 2 da CCJ.

Desta forma, o *caput* do art. 6º-B da Lei 10.260, de 2001, prevê a concessão do benefício, independentemente da data da contratação do financiamento, enquanto o §7º do mesmo dispositivo impõe uma limitação temporal, já que não condiz com o escopo normativo pretendido. A revogação expressa apenas confirma a deliberação legislativa já adotada. Para tanto, apresentamos emenda desta relatoria.

Do ponto de vista econômico, a medida pode ajudar a reduzir a taxa de inadimplência junto ao Fies, ao mesmo tempo em que contribui para a empregabilidade de parcela dos beneficiários do programa de financiamento estudantil.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.745, de 2023, com emenda apresentada por esta relatoria, bem como pela aprovação das Emendas 02 e 03, da CCJ, ficando prejudicada a Subemenda nº 1, da CCJ.

Ao art. 6º-B, passa a contar o inciso IV: "IV – advogados, bacharéis em direito e profissionais de outras especialidades que prestem efetivos serviços nas defensorias públicas."

Sr. Presidente, essa é a emenda de minha relatoria, e o nosso relatório propõe dar aos hipossuficientes, àqueles que necessitam das Defensorias Públicas uma prestação de serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda maior ao povo brasileiro, àqueles mais necessitados, e dar, consequentemente, a oportunidade para que os alunos e esses profissionais que se formam com a ajuda do Fies possam descontar apenas 1% da sua dívida do Fies pelos trabalhos prestados à Defensoria Pública do Brasil, tanto à Defensoria Pública da União como dos estados. É tão somente 1%. É insignificante o que se vai abater, mas é alto, é um ganho enorme para a sociedade brasileira e para a Defensoria Pública.

Peço o voto dos colegas Senadores e Senadoras.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente, queria pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Queria pedir vista, Sr. Presidente.

Aqui, eu acho que nós temos... O impacto inicial era de 17,69 bilhões, mas ele agora falou em 1% desse valor total. Portanto, vamos pedir vista para que a gente possa conversar com o Governo e ver qual o encaminhamento que a gente pode dar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só informar que, no dia 01/04/2025, foi aprovado aqui nesta Comissão o requerimento de adiamento de discussão da matéria, não tendo ainda havido pedido de vista. Portanto, na forma do Regimento, eu concedo o pedido de vista ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Mecias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – V. Exa. tem razão, a minha assessoria também me informou que há quatro meses o projeto foi pautado aqui e foi pedido adiamento de discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E somente agora o projeto volta para pauta. O pedido de vista é correto, e eu gostaria de fazer o pedido de vista coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Defiro o pedido de V. Exa., pedido de vista coletivo. Portanto, essa matéria deverá estar pronta para ser incluída na pauta da próxima reunião.

Eu queria aproveitar a oportunidade para comunicar aos Senadores e às Senadoras, aos Deputados e às Deputadas que hoje teremos, às 14h30, mais uma reunião da Comissão Mista do Congresso Nacional que aprecia a Medida Provisória 1.303. Hoje, às 14h30, começaremos as audiências públicas. E a primeira acontecerá hoje, com a presença do Ministro Fernando Haddad. Portanto, às 14h30 de hoje, na Comissão Mista que aprecia a Medida Provisória 1.303, nós teremos uma audiência pública, a primeira audiência pública, com a presença do Ministro Fernando Haddad.

O próximo item da pauta é o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 426, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para zerar os valores destinados ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, à Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e à Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionados às estações rádio base e às repetidoras do Serviço Móvel Pessoal localizadas em áreas rurais.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Alan Rick

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Alan Rick para proferir o seu relatório.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a V. Exa. a deferência.

Nós fizemos a leitura do relatório na reunião passada e recebemos a Emenda nº 1, proposta pelo Senador Jaques Wagner, ilustríssimo amigo Senador Jaques Wagner. E, diante da necessidade de buscarmos um caminho para incentivarmos a internet nas áreas rurais do Brasil, que são hoje os setores, as áreas menos atingidas, menos abraçadas pela comunicação via internet, nós estamos propondo apresentar aqui o nosso voto rejeitando a emenda, abrindo uma conversa com o próprio setor para buscar um entendimento acerca disso.

Como eu relatei na semana passada, a arrecadação do setor é de mais de 40 bilhões/ano e o incentivo fiscal dado para instalação de torres... Vejam bem, nós vamos incentivar a instalação de torres de radiodifusão, de internet ao custo de apenas uma renúncia fiscal que não chega a R$9 milhões – R$8 milhões e um pouquinho – e, a partir daí, o Governo passa a arrecadar muito mais com a internet gerada, produzida e oferecida a essas populações. É um ganha-ganha. Ganha a população, ganha o Governo, ganham aqueles que vão investir na instalação de torres, porque há, historicamente, Presidente Renan, Senador Mecias, Senador Rogério, Senador Izalci, no Brasil, a cultura de se tributar pesadamente a infraestrutura que, na ponta, vai gerar uma série de benefícios e uma arrecadação maior para o Governo.

Então, o nosso entendimento é que nós podemos construir, juntamente com o próprio setor, a solução adequada, uma vez que a renúncia fiscal é tão pequena, é quase que ínfima, diante do tamanho do benefício gerado a essas populações rurais e também ao próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, que passará a arrecadar algo que ele não tinha, que é essa produção de comunicação de internet na zona rural.

Assim, invertendo essa lógica que nós compreendemos que hoje é extremamente desgastante para a população rural, é negativa para esse segmento da nossa população tão importante que produz alimentos, nós rejeitamos a Emenda nº 1.

Portanto, solicitamos, Sr. Presidente, neste momento, que a gente possa votar e aprovar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O parecer do Senador Alan Rick é favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado, e o parecer do Senador Alan Rick com relação à Emenda nº 1, da CAE, é contrário à emenda.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Alan Rick. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2, da CAE (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria pedir para a gente apreciar, extrapauta, dois requerimentos de audiência pública: um é o Requerimento 68, de 2025, de autoria do Senador Jaques Wagner, que pediu para eu o subscrever, para incluir uma pessoa em uma audiência que já está agendada; o outro é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requerimento de audiência pública, da Senadora Leila Barros, que não pôde estar aqui e pediu que eu o subscrevesse.

Eu queria pedir que a gente pudesse apreciá-los.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso com muita satisfação, a exemplo do que (*Fora do microfone.*) já fizemos com os requerimentos do Senador Fernando Farias.

Requerimento 68, e Requerimento 51, da Senadora Leila. São esses dois requerimentos que serão apreciados.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 68, DE 2025

- Não terminativo -

Requer o aditamento de convidados à Audiência Pública objeto do REQ 58/2025 - CAE

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 51, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública pra instruir o PL 2387/2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Os Senadores e as Senadoras que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Não havendo mais nada a tratar, eu agradeço, mais uma vez...

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é com relação ao item 5, que foi retirado da pauta e que trata da questão da Lei do Bem.

A gente precisa, Presidente, ter um foco diferenciado com relação à questão do impacto desses projetos de benefício de incentivos, porque muitas vezes o retorno é muito maior do que o incentivo dado. Então, nessa área de inovação e tecnologia, se a gente não seguir o exemplo dos países desenvolvidos, que concedem incentivos fiscais para realmente a inovação no país, a gente não vai, a gente vai ficar atrasado a vida toda.

Então, hoje, por exemplo, a Lei do Bem, que foi um grande avanço que aconteceu no Brasil, atende só às grandes empresas, e nós temos hoje *startups*, nós temos microempresas, nós temos lucro presumido. Essas empresas pequenas também precisam entrar na era tecnológica. Ela já foi retirada de pauta algumas vezes.

Eu conversei há pouco, aqui, com uma das servidoras da Receita Federal, e a gente precisa encontrar um caminho para esse entendimento, porque, por exemplo, quanto ao Ministério da Ciência e Tecnologia – e eu tenho dados também já de audiências públicas anteriores –, na área de ciência e tecnologia, a cada R$1 investido, há um retorno de R$5. Então, a gente tem que discutir essa matéria, porque senão o Brasil não vai chegar aonde já deveria estar há muito tempo nessa área.

Então, o Relator disse que na semana que vem vai pedir para colocar na pauta novamente. Nós temos essa semana para discutir realmente o impacto disso. Eu não vejo o impacto; na prática, eu vejo que haverá um ganho muito grande de investimento. Agora, infelizmente, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente só pensa a curto prazo. Ninguém pensa a longo prazo neste país aqui. Ninguém pensa no país, ninguém pensa em política pública, né? A gente só pensa, a maioria, na próxima eleição. Ninguém pensa na próxima geração.

Então, esse projeto aqui já saiu da pauta por cinco vezes, e a gente precisa realmente votar essa matéria. Quem é a favor da inovação e da tecnologia vote favorável. Quem é contra vote contra. Mas não podemos ficar adiando, a vida toda, um projeto tão importante para o país como esse.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só comunicar à Deputada Luciene Cavalcante, que é Deputada Federal por São Paulo, que o seu nome está incluído no Requerimento da Senadora Leila para participar da audiência pública.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) – Senador, se possível, eu gostaria só de agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Infelizmente, o Regimento impede, o que... Mas seria uma honra muito grande.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) – Está bom, o regimento não permite. Seria só agradecer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Eu queria só lembrar que hoje teremos, às 14h30, a presença do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aqui no Plenário 6, da Ala Nilo Coelho. O Ministro participará da audiência pública da Comissão Mista do Congresso Nacional que apreciará a Medida Provisória 1.303. Esta será a 2ª Reunião – e a primeira de audiência pública.

Portanto, eu queria convidar os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas presentes ao Congresso Nacional.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda do Senador Fabiano Contarato, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Irajá, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 52/2025 - CAE, de autoria Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Finalidade:** Audiência pública para que sejam prestadas informações sobre a avaliação da Pasta quanto à eficiência dos subsídios tributários, financeiros e creditícios concedidos pela União; e o cumprimento do disposto no Art. 4º da Emenda Constitucional nº 109, de 2021, que determina ao Governo a apresentação de plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, até o nível de 2% do PIB. **Participante:** Sra. Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/19

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 19 de agosto de 2025.

Comunico aos Senadores e às Senadoras que está aberto o prazo para apresentação de emendas de Comissão ao PLN 2, de 2025, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Orçamento de 2026. O prazo é de 19 a 25 de agosto. Ao meio-dia termina o prazo impreterivelmente.

As emendas apresentadas perante esta Comissão serão deliberadas na reunião do dia 26 de agosto de 2025. O Relator das emendas aqui na CAE será o Senador Eduardo Braga.

Sras. e Srs. Senadores, como todos sabem, hoje é um dia muito importante para esta Comissão, porque nós temos a honra e a satisfação de receber a Ministra Simone Tebet, Senadora desta Casa, que reúne competência, seriedade, equilíbrio e a visão moderna do mundo, que é irrecusavelmente globalizado e cada vez mais multilateral.

Espero que no dia de hoje possamos fazer, sem dúvida, um debate profícuo, democrático, denso e respeitoso.

No debate que fizemos em torno da medida provisória sobre a compensação do IOF, pudemos fazer uma discussão civilizada, como devem ser todas as discussões nesta Casa. Tenho certeza de que hoje reproduziremos isso aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como Presidente da CAE, tenho reiterado, Sra. Ministra, que, mesmo após a vitória jurídica quanto à competência do Poder Executivo no decreto do IOF, o Governo pode e deve qualificar o gasto público também pelo lado da despesa. Tenho defendido publicamente que o Executivo o faça em algumas vertentes, cuja simbologia para o equilíbrio fiscal é inequívoca: redução dos subsídios, revisão dos contratos, venda de ativos imobiliários e aplicação do teto salarial.

Como todos sabem, nunca se fez no Brasil uma racionalização do gasto público. Acho que hoje, mais do que nunca, precisamos fazê-la.

Os subsídios concedidos às empresas – Senador Mourão, é uma honra grande tê-lo aqui – envolvem mais de 800 bilhões. É uma renúncia fiscal que representa quase 7% do Produto Interno Bruto.

A Constituição Federal determina a redução gradual desses subsídios até o patamar de 2% do Produto Interno Bruto, e esta é uma tarefa, sem dúvida nenhuma, inadiável. Não é uma opção; é uma obrigação.

Quando eu tive a honra de presidir o Senado Federal, revisamos todos os contratos do Senado e cortamos 20% dos gastos sem nenhum prejuízo das nossas rotinas. Naquela oportunidade, eu cito, como exemplo extremo, a existência de um contrato, Ministra, longevo, renovado automaticamente ano a ano, para manutenção de máquinas de datilografia manual. O detalhe é que já não havia nenhuma destas máquinas na Casa, que há anos eram consideradas e são consideradas peças de museu.

A União dispõe ainda de um patrimônio de 1,7 trilhão, um verdadeiro desperdício de patrimônio imobiliário. Muito deste patrimônio está invadido, depreciado, sublocado ou até abandonado. Mais do que uma receita nova, com a venda, o Estado deixaria de gastar com despesas correntes mensais, como luz, água, segurança, manutenção e outros itens.

Também, quando presidi a Casa, apliquei, aqui no Senado Federal, o princípio constitucional do teto salarial, em que, aqui no Senado, ninguém recebia mais do que os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Para que todos tenham uma ideia do que isso significava, naquela oportunidade nós tínhamos mais de 1,2 mil servidores do Senado ganhando acima do teto constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O teto constitucional é outro mandamento constitucional. Penso que o artigo, e isso foi demonstrado aqui no Senado, é autoaplicável e dispensa verdadeiramente regulamentação, uma vez que o texto da carta não remete o tema para lei ordinária ou complementar.

Nós votamos aqui no Senado uma lei complementar que, depois, foi para a Câmara, demorou anos e anos, agora voltou para o Senado completamente distorcida, mas, mesmo sem a lei, por entender que o princípio constitucional é autoaplicável, nós aplicamos aqui no Senado Federal.

E claro que nós tivemos ações junto ao Supremo Tribunal Federal. E nós ganhamos as ações junto ao Supremo Tribunal Federal, com o mandamento apenas pelo Supremo de que nós citássemos individualmente, um a um, cada um dos servidores que ganhavam acima do teto constitucional.

Encerrando e já passando a palavra para a nossa convidada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada. É uma honra grande, Amin.

Eu queria dar duas palavrinhas, rapidamente, sobre esse cenário externo.

O Brasil integra o Brics, e este bloco não é um bloco contra ninguém, absolutamente. Ele já representa 50% da população mundial, 45% do comércio global e 30% do Produto Interno Bruto.

É legítimo que essas nações, sem dúvida nenhuma, que integram os Brics, busquem prosperar, aumentar as suas produções, diversificar o comércio externo e discutam a adoção de uma moeda ou um pacote de moedas em suas transações comerciais.

O que é bom para os Brics, tem se demonstrado, não é bom para os Estados Unidos. O medo do enfraquecimento do dólar e a perda da influência global explicam boa parte da atual esquizofrenia tarifária do Presidente norte-americano.

As exportações brasileiras para os Estados Unidos representam 11% da pauta total de exportações e são favoráveis, como se sabe, a eles. A dependência hoje é significativamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor, e o impacto, depois de 700 exceções, mais de 700 exceções, afeta de perto 36%, mais ou menos, das exportações aos Estados Unidos.

Se a negociação não prosperar, e todos nós esperamos que as negociações prosperem, mas, se não prosperarem, por inflexibilidade deles, haverá, sem dúvida, impactos setoriais inegáveis, mas os produtos brasileiros que são destinados aos Estados Unidos haverão de achar novos mercados, seja na União Europeia, seja no Brics, dado que eles têm preço e qualidade.

A repercussão na macroeconomia não será cataclísmica. Temos uma diplomacia mundialmente conceituada, a diplomacia do Brasil, nenhum contencioso e, historicamente, sempre apostamos no diálogo.

Por essas razões, este Congresso dotou o país, com a participação de todos, e esta Comissão tomou a iniciativa, de uma legislação específica de reciprocidade para ser usada, exatamente, quando os canais de negociação estiverem obstruídos.

Entre a aprovação aqui na Comissão de Assuntos Econômicos e o Plenário das duas Casas, foram apenas 48 horas e algumas votações unânimes, como aqui na Comissão e no Plenário do Senado Federal, pelo menos.

Friso que a agilidade e a unidade se fizeram em função de uma convergência em um momento de polarização da oposição e do Governo, nesta Comissão de Assuntos Econômicos e no Plenário do Senado Federal. Eu acredito que é assim que os Senadores e Senadoras devem agir.

Mas, como eu dizia, é uma satisfação muito grande ter hoje aqui a Ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Eu registro a presença do Secretário-Executivo, Gustavo; do Claudemir, representando o Ministério da Fazenda e da Receita; e o Wesley, que é o nosso Secretário Nacional de Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas.

Virgínia, seja bem-vinda.

Então, com muita satisfação, eu concedo a palavra à Ministra Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Obrigada, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, querido companheiro de partido, Senador Renan Calheiros.

Eu vou pedir aqui a vênia para cumprimentar todos os colegas que aqui vejo não só de partido, mas de Senado Federal.

É uma honra poder voltar a esta Casa, honra de voltar a esta Casa ao lado de Renan, honra de voltar a esta Casa para rever velhos amigos e honra de poder voltar a esta Casa para tratar de um tema tão relevante para o Brasil.

Acho que o Presidente Renan já fez todo o preâmbulo da minha fala, tratando aqui de um tema tão relevante, que é revisão de gastos, que é falar de gastos tributários, com a coragem devida, porque não é fácil diante da relevância do tema.

Eu quero dizer que não venho sozinha. Eu venho com o Secretário-Executivo, Gustavo Guimarães, que também já foi assessor desta Casa, e estou aqui com dois Secretários do Ministério: a Secretária Virgínia, que é a Secretária Nacional de Planejamento, e o Secretário Wesley, que é o responsável pela avaliação de políticas públicas, revisão de gastos e por essa belíssima apresentação que foi elaborada.

Venho também com dois integrantes do Ministério da Fazenda: o Claudemir, que é o nosso Chefe de Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, e o Rodrigo de Oliveira, que é Coordenador-Geral de Tributação e Contencioso da Receita Federal.

Espero – e tenho certeza disso – que daqui sairão bons frutos.

Líder Eduardo Braga, também na sua pessoa, cumprimento de novo todos os colegas.

Eu quero ser bem objetiva na apresentação, porque quero beber da fonte da sabedoria de cada um, mas não posso deixar de dizer, Renan Calheiros, que muito do que aqui está exposto é fruto também das considerações que faremos, da experiência vivida, da análise de cada membro desta Casa e do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se há um tema, Senador Mourão, sobre o qual esta Casa se debruça há pelo menos duas décadas, esse tema é a questão relacionada aos gastos tributários. Eu posso falar pelo menos dos últimos dez anos.

Por oito anos, no Senado Federal, nós nos debruçamos em cima da questão da importância de revisar gastos públicos. E não é revisar para cortar. Nós temos que parar de ter dedos ao falar desse assunto. Temos que falar de *spending review*, sim, mas *spending review* à moda brasileira. Não é para cortar por cortar. Eu tenho uma máxima: pior do que gastar muito é gastar mal, porque, quando a gente gasta mal, mesmo quando gasta na educação, não produz o efeito necessário.

Eu vou apresentar uma lâmina que não está na exposição, mas eu vou pedir para o Wesley providenciar... Eles falam: "Mas você tem coragem?". Eu falo: "Eu tenho coragem de mostrar porque eu votei". E nós vamos ver o que nós estamos fazendo com o dinheiro do Fundeb.

O dinheiro do Fundeb, em 2020, portanto, há cinco anos, era R$16 bilhões; hoje são R$60 bilhões – cinco anos. Eu pergunto: o que melhorou na qualidade da educação básica das nossas crianças e dos nossos jovens? Então, alguma coisa está errada.

"Ah, tem que cortar?". Ninguém está falando em cortar. Quando eu falo de revisão de gastos, não significa tirar nenhum centavo do Fundeb, mas rever como é que esses gastos estão sendo feitos, para onde eles estão indo e dar, quem sabe, mais flexibilidade para os Prefeitos, que hoje estão também mais engessados no Fundeb, para que eles possam fazer o dever de casa: colocar *tablet* na mesa dos nossos alunos, melhorar a qualidade da infraestrutura, dar qualificação para os nossos professores, cobrar resultado também dos nossos professores e dos nossos alunos. Senão, o Orçamento brasileiro realmente é insuficiente.

Então, eu quero dizer que, se o Orçamento brasileiro for de forma eficiente... O Brasil cabe dentro do Orçamento brasileiro se nós fizermos o dever de casa.

E fico muito feliz, já antecipando, porque foi uma pergunta que me fizeram na entrada: o que eu achava do projeto aprovado do Senador Esperidião Amin... Eu falo: "Olha, eu conheço o projeto na origem, que era muito bom. Eu não sei como é que ele saiu do Senado". Eu não tive

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o privilégio de ver, Senador Esperidião Amin, mas, de qualquer forma, que bom que esteja na Câmara dos Deputados para que a gente possa avançar nesse assunto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Posso pedir um aparte? (*Pausa.*)

Se a senhora tiver alguma dúvida, fale com o seu Gustavo, porque ele é o responsável...

A SRA. SIMONE TEBET – Gustavo. Porque ele ajudou. Eu sei disso. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... pela última revisão feita no Senado.

A SRA. SIMONE TEBET – É? Que bom! Não me contou, viu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É. Gustavo Guimarães é coautor por parceria.

A SRA. SIMONE TEBET – Bom, se não estiver muito bom, então, Senador Esperidião Amin, não sei se ele vai continuar como Secretário-Executivo, não, viu? (*Risos.*)

Mas que bom. Fico feliz que tenha essa convergência de Executivo com o Legislativo.

Eu vou ser muito breve mesmo. Sei que é muito importante o debate. Eu queria já começar direto falando dos números que nós temos, tá? E aí explicando algumas coisas em relação a isso.

Hoje, o nosso total de subsídios atingiu quase R$700 bilhões – para serem mais exatos, R$678 bilhões.

Eu vou olhar por aqui, pela minha planilha, para não ficar direto ali.

Se nós formos ver, a maior parte desses subsídios se refere aos gastos tributários, em azul-escuro, na ordem de R$563 bilhões; um valor menor é em relação aos benefícios financeiros, que é aquele apoio monetário direto ou indireto, através de subsídios, enfim, bolsas, processos a fundo perdido, na ordem aqui, que está em amarelo, de R$65 bilhões – depois nós vamos ver por que cresceu –; e um valor ainda menor dos benefícios creditícios, que são aqueles ligados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos créditos. O Pronampe, por exemplo, que nós aprovamos quando eu era Senadora, está aqui muito bem utilizado dentro desse processo.

O que me pediram no requerimento foi especificamente nos debruçarmos em cima dos maiores subsídios, que são referentes aos nossos gastos tributários, ou seja, redução de receitas dos impostos que são pagos através de subsídios que nós damos, o que vai desde o Supersimples, que é o maior, como veremos, até os menores subsídios.

Passando, em números percentuais, nós estamos falando hoje... E isto saiu hoje, eu fiz questão de já publicar de manhã, pedi para o Wesley que liberasse hoje de manhã para a imprensa, para que os Senadores pudessem vir mais pautados, pudessem ler o assunto – uma partezinha bem modesta da apresentação já está na imprensa – : o total de subsídios atingiu 5,78% do PIB em 2024.

Nós fizemos um recorte aqui no ano de 2021, que foi quando nós aprovamos, e eu estava aqui, a Emenda Constitucional 109, de 2021. Não lembro se eu estava Presidente da CCJ, se o Senador Oriovisto era o Relator – eu tenho dúvida em relação a isso –, mas me lembro, inclusive, dos debates, com a participação do Senador Esperidião Amin, na CCJ.

Dentro desse corte, apesar da emenda constitucional, olhem o que acontece em 2022, em 2023 e em 2024. Nós temos um aumento dos gastos, subsídios totais, depois uma pequena queda – e nós vamos explicar a razão dela –, mas o que interessa especificamente é a linha debaixo, que é a linha dos gastos tributários em função do projeto que está agora na Câmara, aprovado pelo Senado. Mesmo com a emenda constitucional, eu cresço em percentual e depois eu tenho uma pequena – uma pequeníssima – queda que vocês vão ver quando a gente faz o dever de casa num único projeto. Uma única medida foi responsável por essa queda, mas lá na frente nós vamos ver.

As variações principais da expansão, que é uma expansão nominal. Então, dela aqui não deduzimos inflação, mas houve uma expansão nominal de 4% em 2024 em relação a 2023, de R$22 bilhões. Nós vamos ver que esse número, Senador Braga, seria de mais de R$50 bilhões de expansão se nós não tivéssemos, com a aprovação do Congresso Nacional, feito uma única medida que eu vou mostrar agora. Então, aqui muito rapidamente, porque não são os números aqui que interessam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Supersimples é o campeão e tem que ser, ninguém aqui é contra esse subsídio, esses gastos tributários. Ele é responsável por algo em torno de 17% aqui do total de todos os subsídios dados em relação aos gastos tributários. Houve uma elevação aqui, uma variação de R$9 bilhões.

Eu não vou citar um por um, eu vou só aqui mostrar que nós temos subsídios relacionados à agricultura e à agroindústria – segundo colocado.

Aqui, isentos e não tributáveis têm a ver muito com a questão da idade, do envelhecimento da população. Portanto, são os aposentados que passam a ter direitos.

Aí vêm todos lá. Há a Zona Franca de Manaus, tão querida e protegida pelo Senador Braga e pelos membros desta Casa. Vêm todos os benefícios. Aqui estão os demais que vão escalonando.

Eu quis colocar aqui uma informação importante em relação às decisões políticas que nós tomamos para o bem ou para o mal, sem entrar no mérito. Não cabe aqui discutir se fizemos bem ou se fizemos mal. Aqui estão quais são as consequências dos nossos atos.

Começamos pela desoneração da folha de salários. Nós conseguimos aí... Começou a ter resultado aquele trabalho que os senhores fizeram... Nós solicitamos tirar a desoneração da folha de salários. É claro que eu estou com 2024, e, por isso, não teve um impacto positivo ainda, foi só de R$300 milhões, mas vai ter um impacto bem maior este ano e gradativo naquela escala que nós fizemos, acabando com a desoneração da folha.

Ao contrário, olhem como uma decisão política, aprovada por nós, pelos senhores e pelo Executivo, dá. Nós tivemos um aumento significativo por conta de ter aprovado a desoneração da folha dos municípios. De novo, meritório? Ninguém discute, mas a gente tem um acréscimo de R$10 bilhões só no ano de 2024.

O que salvou... É porque é isto: é troca. Muitas vezes, a gente tem que trocar gastos tributários que eram eficientes e visavam o interesse coletivo no passado e que não mais produzem efeitos para a sociedade brasileira por novos subsídios que são relevantes para a população. Então, qual foi a troca aí? O que deu um certo equilíbrio? É o último, eu vou direto ao último, que é a questão da reinserção do PIS-Cofins nos combustíveis, o que tinha sido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tirado lá na época da pandemia, voltando para os cofres públicos algo em torno de R$31 bilhões. Então, ele de alguma forma equilibra alguns outros subsídios que nós demos. Por isso, a conta não cresceu cinquenta e poucos bilhões, mas R$22 bilhões, porque nós tivemos o equilíbrio aí, entre outras coisas, dos combustíveis.

Indo especificamente... E eu sei que esta seria ou será uma pergunta que vai ser feita, porque a gente atirou no que viu e acabou não acertando o que queríamos. A emenda constitucional que nós aprovamos, que foi mencionada aqui, muito corretamente, pelo Presidente Renan Calheiros, estabeleceu que o Executivo de então teria que, no prazo de seis meses, apresentar um plano de redução gradual de incentivos e benefícios federais de natureza tributária acompanhada das correspondentes proposições legislativas. O Governo de então fez isso, cumpriu o que prevê a Constituição, mas aqui tem uma pegadinha. Aqui ele fala, lá no vermelho, no item do §1º: "II - de modo que esse montante, no prazo de até 8 (oito) anos, não ultrapasse 2% (dois por cento) do produto interno bruto".

Se nós olharmos lá atrás – e estamos com 5,78% –, vamos falar assim: nós não estamos fazendo o dever de casa, né? A questão é que nós estamos fazendo o dever de casa. Nós vamos provar só que ela está sendo insuficiente, porque onde está a pegadinha? Eu digo pegadinha no bom sentido, porque não tinha outra coisa. Nós excluímos dessa limitação todos os benefícios constitucionais. Nós dissemos o seguinte: nós temos que chegar a 2% dos benefícios, dos subsídios infraconstitucionais. E aí nós estamos cumprindo a emenda constitucional, por incrível que pareça.

Vamos lá. Lembram que eram mais ou quase R$600 bilhões de subsídios? O que eu tenho que ficar em 2% é o referente aos subsídios infraconstitucionais que são dos que eu tenho que excluir aqui, né? As exceções são de R$297 bilhões, estão indo direto para a linha segunda ali. Olha, eu tenho que estar com 2% em cima dos 47% possíveis de limitação. E, nesse aspecto, hoje, nós estamos com 2,3%. Nesse aspecto, portanto, há necessidade de redução de cerca de R$31 bilhões para enquadramento dos limites 2% ao longo dos próximos anos.

O que significa? Que a regra foi boa, ela foi importante, mas ela é absolutamente insuficiente para a gente resolver o problema dos gastos tributários; ou seja, nós, Executivo e os senhores, vamos cumprir até 2029, que são oito anos; nós estaremos cumprindo, porque nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos com 2,3%. O problema é que ficou fora das exceções, e não estou dizendo para incluir, porque são subsídios constitucionais. Nós estamos fora, metade dos subsídios ficam fora, ficam congelados no que se refere a isso.

Então, dentro desse aspecto, já avançando um pouquinho, é ponto de partida, a meu ver, com todo o respeito ao projeto do Senador Esperidião Amin, que é fundamental. Ele é ponto de partida, mas ele não é ponto de chegada para o que se refere à revisão de gastos. Ele é fundamental para nós. Nós precisamos e clamamos, inclusive, aos nossos Líderes para que aprovem o projeto na Câmara dos Deputados, mas nós estamos falando de um corte linear – se for esta decisão –, do corte de subsídios infraconstitucionais da ordem de algo em torno de R$20 bilhões. Ele ainda ficará muito aquém daquilo que nós precisamos fazer

Mas é mais do que isso; independentemente de falar de corte ou não corte, é otimizar os gastos tributários. Essa é a grande mensagem que eu gostaria de deixar, porque, de novo, pior do que gastar muito, é gastar mal. Se a gente gasta muito, o dinheiro que for, para ciência, tecnologia, inovação, educação, nós faremos deste um outro país – não interessa. Dá até para falar, a partir daí, que isso não é gasto, que é investimento. Hoje é gasto; é gasto porque a gente não tem como resultado final a qualidade da política pública.

Então, já indo do meio para o final da minha apresentação, aqui era o que é exceção e não é exceção. Não preciso dizer que o Supersimples é exceção, ou seja, nisso aqui não se mexe, isso é garantia constitucional, e a gente fez o recorte de que no projeto a gente só vai falar de corte, num primeiro momento, de subsídios infraconstitucionais e, ainda assim, dentro daquele princípio do corte linear. Então, os passíveis de cortes são esses. Depois, a apresentação vai estar com os assessores dos senhores. Não acho que é essa a questão, até porque essa apresentação vale mais para a Câmara – aqui já foi aprovado o primeiro projeto.

Aqui, é só para não passar batido, não é matéria objeto desta reunião, mas o segundo subsídio em escala são os chamados benefícios tributários, que não é renúncia de receita, mas é recurso... (*Pausa.*) Financeiros, desculpem-me.

... recursos monetários que saem dos cofres públicos para alguma política pública necessária. Aqui, nós temos todos eles: o Pronaf, por exemplo, que é o mais conhecido; o FNDCT, que é fundamental – ciência, tecnologia e inovação, ninguém discute. Aquele primeiro é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só porque: "Ah, porque houve uma variação de R$18 bilhões"... Isso aqui é um calote de 1980 que, em 1990, mandaram resolver. Então, nós estamos acelerando. Isso depois pode ser explicado melhor pela equipe técnica do Ministério da Fazenda, mas isso aqui não é aumento para beneficiar, mas isso aqui é a reposição daquilo que nós estávamos devendo.

Então, esses são os benefícios. Houve uma expansão nominal na ordem de R$20 bilhões; o valor total dele hoje é de R$65 bilhões. Eu não saberia dizer se esse valor vai cair – depois eu peço para o Claudemir falar –, em função do Fundo de Compensação de Variações Salariais, se isso vai cair ao longo dos próximos dois anos, vertiginosamente, em função de agora a gente ter dado uma arrancada, tá?

Por fim, os benefícios creditícios. Houve uma retração, ao contrário – fizemos, de alguma forma, o dever de casa –, de R$33 bilhões, embora, e não poderia ser diferente, no desenvolvimento regional, tenha tido um aumento dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, uma pequena variação para cima de R$500 milhões, mas nós tivemos uma diminuição do custo médio de emissão associada a alguns fundos, como é o caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador, em que houve uma queda de R$10 bilhões, e do Fundo da Marinha Mercante, porque tem o efeito contábil, que também o Ministério da Fazenda pode explicar melhor, e por isso deu uma diferença a menor do Fundo da Marinha Mercante, de algo em torno de R$20 bilhões.

Aqui – já indo para os meus últimos cinco minutos de apresentação, porque, como eu disse, queria ser muito breve para dar oportunidade –, apenas, de uma outra forma, quero lembrar que os subsídios tributários, que é a razão do requerimento aqui da minha audiência, do meu convite... Eu falo que é minha convocação, porque Renan não pede, ele convoca, não é? Enfim, aqui, só para a gente... O assunto é gastos tributários em relação aos tributários, não aos benefícios creditícios ou financeiros, por quê? Porque 63% dos subsídios são gastos tributários. Então, está aqui, do maior ao menorzinho, apenas numa escala visual: 10% correspondem aos subsídios financeiros, estão ali em menor escala; 7% correspondem aos subsídios creditícios.

Aqui é uma repetição.

E, nos meus últimos cinco minutos, eu queria aqui só rapidamente dizer que, em setembro, nós estaremos... Eu queria dizer, dar em primeira mão, isto aqui ainda está fechado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas a gente faz aqui o dever de casa na avaliação de políticas públicas. Desde que eu assumi o ministério, nós criamos uma secretaria específica, de que o Wesley é o nosso Secretário, que avalia e monitora esse crescimento de políticas públicas: a eficiência, onde tem erros, onde tem fraudes, onde tem ineficiência das políticas públicas, de novo, não é? Onde tem erro e fraude para cortar, onde tem ineficiência para fazer a política pública se tornar eficiente, não necessariamente cortá-la.

Então, existe um Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, chamado Cmap: ele foi criado lá atrás, em 2019, e elas são avaliadas com base no plano plurianual que os senhores aprovam. Até hoje, já tem 66 avaliações realizadas, oito em andamento, porque não é simples – a nossa equipe é muito enxuta e muito pequena, mas tem o apoio, especialmente, do Ipea, da Enap, do Ministério de Gestão, enfim, é interministerial –, e 34 das 66 avaliações realizadas falam sobre o quê? Subsídios.

A gente tem esse material para colocar, depois, à disposição das senhoras e dos senhores. Eu sei que está pequenininho – eu acho que foi meio proposital, o Wesley não quis anunciar antes –, porque isso aqui vai ser anunciado, tornado público em setembro, mas aqui nós temos em vermelho, nas bolinhas vermelhas, aqueles subsídios que já foram avaliados, relacionados a subsídios e, em verde, os que se referem a gastos diretos.

Então, por exemplo, já foi avaliada a aposentadoria por moléstia grave ou acidente, já foi avaliada a desoneração do PIS-Cofins, já foi avaliado o BPC, já foi avaliado o Programa Bolsa Família. Em relação à saúde, já foi avaliado o programa de apoio aos médicos especialistas. Na área da educação, foi avaliado o Prouni, foi avaliado o Pnae. No que se refere a indústrias, o MEI já foi avaliado, o Supersimples já foi avaliado. Na infraestrutura, várias medidas avaliadas. Na agricultura, também medidas foram avaliadas. E, na última lâmina aqui, foram avaliadas, também, na área do trabalho: seguro-defeso, seguro-desemprego, abono salarial. O Minha Casa, Minha Vida, na área de habitação e saneamento. Na área de esporte, a Lei de Incentivo ao Esporte; no meio ambiente, etc.

Eu finalizo dizendo que a avaliação não significa que nós só temos notícias ruins, não: nós temos notícias boas para dizer que muitas dessas medidas são importantes, são relevantes, diminuíram a desigualdade social, atendem ao interesse público, mas nós temos muitos pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de observação. Nós temos aqui medidas em que faltam, talvez, um novo arcabouço legal para combater fraude, combater erros, combater ineficiências, e temos uma ou outra medida que já não atendem mais ao interesse público e que podem, por exemplo, ser substituídas por medidas boas.

Então, eu paro por aqui para poder deixar o debate fluir, agradecendo imensamente a oportunidade, mais uma vez, de poder estar aqui perante os senhores. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Ministra Simone, por suas palavras iniciais.

Eu concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria cumprimentar V. Exa. por trazer, em toda abertura da sessão da Comissão de Assuntos Econômicos, uma reflexão sobre as questões de relevância para a economia do país.

Sobre essa questão do controle do gasto público, eu queria, corroborando com V. Exa., trazer algumas questões. Eu acho que, ao longo dos últimos anos, nós vivemos uma restrição orçamentária que, no Executivo, de alguma forma... Essas restrições foram acomodando e, de certa maneira, qualificando o gasto público pelas restrições.

Esse é um dos elementos mais fortes para qualificar o gasto público e definir a precisão do gasto público, a pertinência, etc. Porém, como disse a Ministra e eterna Senadora Simone Tebet, algumas regras precisam ser revistas para que a gente possa melhorar o gasto público em alguns setores porque, se não melhorar a aplicação do recurso público, a gente reduz a abrangência de políticas importantes e de inclusão.

Portanto, nós precisamos compreender a necessidade da revisão e de novas regras legais, infralegais e até mesmo de procedimentos administrativos para que a gente evolua no sentido de qualificar o gasto público em áreas relevantes como na área de assistência social. É fundamental para a gente melhorar a qualidade de vida, melhorar a distribuição de riqueza no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, mas isso, se não vier acompanhado de uma qualificação e de uma precisão nesse gasto, a gente não estará cumprindo a missão que é diminuir as desigualdades sociais.

Então, nesse sentido, eu acho muito importante este debate. Este debate a gente precisa fazer sempre, ele nunca se esgota, ele é um debate permanente. Eu queria cumprimentar V. Exa., Presidente, por trazer sempre este debate aqui. Mas a gente percebe que o fato de serem constitucionalizadas determinadas isenções não quer dizer que elas estejam cumprindo neste momento a função que cumpriram no momento em que foram criadas, introduzidas.

Eu acredito que a gente precisa avançar neste campo constitucional também para, talvez, redirecionar até. Eu também quero concordar com a Ministra Simone Tebet, quando ela diz que não é o tamanho do gasto, é a qualidade desse gasto, é em que lugar a gente precisa fazer esse gasto, onde está, e perseguir algo que às vezes, inclusive aqui, na nossa Casa, no Senado, não é o que define o que de fato deve presidir a definição de um incentivo, de uma renúncia fiscal, que é o interesse público. Ou seja, onde é que está o interesse público para que a gente possa repensar o gasto público, as isenções constitucionais e infraconstitucionais que foram concedidas ao longo do tempo?

Então, eu acho que este debate é extremamente pertinente, e a gente deve fazer, Presidente, de forma reiterada, porque ele não vai se esgotar numa reunião, numa iniciativa. A vida institucional, o país é muito vivo e, na medida em que as coisas vão acontecendo, vão se criando novas necessidades e substituindo-se necessidades antigas por novas necessidades. Cabe a gente, porque também é um processo vivo o processo legislativo, acompanhar e se adequar para garantir, de fato, o interesse público.

Então, eu não tenho nenhuma questão, porque eu acho que foi muito bem apresentado, foram claramente colocados os nossos desafios, que não são do Governo, são do Brasil. Não são do partido A, do partido B, não são uma questão de fundo partidário ou ideológico, mas sim... Claro, tem um componente ideológico, porque o interesse público está associado ao modo como a gente pensa, mas creio que, na média, nós pensamos em ter um país que gere bem-estar e prosperidade para mais brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Simone, eu queria aproveitar a oportunidade e deixar duas perguntas. Evidentemente, a Senadora Simone já tratou com relação à questão dos subsídios da Emenda 109, da obrigatoriedade da redução para 2%, mas eu gostaria, sinteticamente, de saber como tem sido a atuação da pasta nesse dia a dia. E, se a senhora poderia trazer... Eu vi, nas palavras iniciais, que essas informações serão dadas, se não me engano, a partir de agosto, mas alguma coisa das avaliações da eficiência dos subsídios produzidas exatamente pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas da pasta.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Bom, antes de mais nada, só para fazer uma observação sobre a fala do Líder Rogério Carvalho, acho que é importante, de alguma forma... Ele fez uma colocação que eu não havia ainda feito. A gente pode ter algumas divergências de nomenclatura, mas nós falamos a mesma coisa, né?

Eu acho que o papel da responsabilidade fiscal é esta, dentre outras coisas: não é cortar o essencial, é cortar aquilo que não mais atende ao interesse público. E é fazer com que, com responsabilidade fiscal, a gente consiga os recursos necessários para garantir aquilo a que todos nós nos propusemos: fazer justiça social, diminuir a desigualdade social, acabar com a miséria, com a fome e colocar na pauta as políticas públicas essenciais.

Diante disso, essas acomodações do Orçamento vêm fruto do novo arcabouço fiscal que nós aprovamos no Congresso Nacional. Nós já estamos – respondendo a pergunta do Presidente Renan Calheiros – fazendo revisão de gastos toda vez que a gente fala assim: "Olha, é preciso bloquear ou contingenciar ou repriorizar internamente". A gente faz isso ao repassar para os órgãos os novos limites orçamentários, tendo em vista a dificuldade fiscal que nós temos.

E cada órgão, da Ministra dos Direitos Humanos, passando pelo Ministro Haddad, da Fazenda, porque todos nós temos que repriorizar gastos, nós vamos falar: "O meu orçamento está limitado. Onde é que eu preciso colocar o dinheiro do povo brasileiro?". Mas aí, eu entro num outro elemento fundamental, porque a revisão de gastos é tão necessária porque as demandas do dia a dia impõem aos senhores dizerem "sim" ou "não" às demandas que chegam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós mesmos temos um compromisso de campanha do Presidente Lula que é colocar o pobre no orçamento e garantir isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil. Não dá para falar que quem ganha até R$5 mil é rico; não dá para falar que quem ganha até R$5 mil é classe média alta; é, quando muito, classe média no Brasil. Em muitos países do mundo, nem é classe média, se você considerar o quanto isso dá hoje em dólar. E você garantir isso é justiça tributária, é justiça social.

Só que isso tem um impacto, tem um custo: 30 bilhões, 40 bilhões, 20 bilhões... Eu não vou entrar nem em números; a gente está fazendo avaliação, eu não quero nem citar números aproximados. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: ele cabe no Orçamento por quê? E aí vem um dado importante: a maioria dos gastos tributários vão para os 10% mais ricos no Brasil. Isso não é discurso de esquerda, isso é um discurso de alguém que é de centro, que é liberal e que está com os números mostrando. E por que isso? É porque os mais ricos, como eu, como vocês – nós todos aqui somos uma classe diferenciada, comparada à média brasileira –, temos o poder de voz, temos os *lobbies* legítimos, que são feitos dentro e fora do Congresso Nacional, são feitos na rua, abordando-nos, nos meios de comunicação, na mídia, no mercado. Então, eles conseguem avançar no orçamento brasileiro. Dez por cento da maioria dos gastos tributários no Brasil... Desculpa, a maioria dos gastos tributários no Brasil vão para os 10% mais ricos. Então, dizer que não dá para isentar a classe média, que hoje tem que, no final do mês, fazer conta para ver se consegue, de repente, fazer uma compra no comércio ou ir a um restaurante levar a sua família, ou juntar dinheiro para no final do ano poder viajar, mesmo o aposentado, é não conhecer a realidade dos números ou, na pior das hipóteses, é não governar para os muitos e governar para os poucos.

Então, eu quis dar esse exemplo, Senador Fernando, para mostrar a importância. E não é um discurso de nós contra eles. Nós queremos mais é que o setor produtivo, a indústria, o comércio, a agroindústria, o agronegócio, as pessoas produzam, tenham o seu recurso, para gerar ainda cada vez mais emprego. Mas, quando a gente fala de Orçamento público, em que a gente tem que priorizar, a gente tem que se lembrar do seguinte: nós temos mais de 210 milhões de brasileiros; eles cabem dentro do Orçamento brasileiro, desde que a gente reprograme e tenha a coragem, o que não é fácil, de fazer os cortes, combater fraude, erro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ineficiência dos gastos públicos ao mesmo tempo. Parte desse recurso é para o Orçamento se equilibrar, outra parte é para repriorizar, garantindo benefícios a quem ainda não tem.

Então, assim, apenas para defender... Eu defendo realmente, já defendia, como candidata à Presidência da República, a isenção; na época eu propunha logo de cara, no primeiro ano, isenção de Imposto de Renda para quem ganhava R$3 mil. De novo, isenção para quem ganha até R$5 mil cabe no Orçamento brasileiro, basta a gente mexer com alguns detalhes em relação aos gastos tributários.

Em relação à última observação do Senador Renan, eu vou pedir – e aí vai entrar na sua conta, Renan, como o seu ganho político, em função de ter me convidado aqui –, para o Wesley... Era para ser em setembro a apresentação pública. Vamos antecipar isso?

O SR. WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Vamos.

A SRA. SIMONE TEBET – Quando você consegue fazer uma apresentação pública dessas, colocar todo o trabalho... Por que é muita coisa, sabe, Renan? Se a gente for em uma por uma dessas medidas aí que foram avaliadas, foram 66 avaliadas...

O SR. WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – No dia que o Senador chamar, a gente aparece aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, muito obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET – E quando a gente pode publicar, para ele poder vir, para poder apresentar? Quando a gente publicaria oficialmente?

O SR. WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Não sei se está saindo minha voz no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está.

O SR. WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA – Com relação à publicação, a gente depende só da aprovação (*Fora do microfone.*) do Conselho de Monitoramento e Avaliação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a gente tem a reunião de aprovação das recomendações das avaliações deste ciclo. Então, a gente tem Fundo de Exportação, Perse, Cebas Assistência Social ali vinculados a esse ciclo de avaliação. Aprovando, a gente fecha o relatório final, que, por prerrogativa da lei do PPA, a gente encaminha aqui para o Congresso. E tem até uma apresentação prevista para a CMO, mas a gente pode fazer uma apresentação para cá e para o Senador Renan Calheiros, a pedido, a convite, do que a gente tem observado ali.

Para além das avaliações desse ciclo, a gente mencionou aqui as 34 avaliações desde 2019 que têm sido avaliadas pelo Cmap. A gente tem feito um esforço também de mapear avaliações externas. Então, a gente chegou a mais de cem avaliações externas feitas sobre subsídios tributários, creditícios e financeiros.

E por que isso é importante, Senadoras e Senadores presentes aqui? É importante para alimentar uma discussão qualificada acerca dos subsídios, porque, quando a gente propõe um corte linear, a gente desperdiça a chance de um olhar qualificado sobre os subsídios com base nessas evidências que têm sido produzidas com embasamento científico. Então, eu acho que é legal a gente ter essa oportunidade de mostrar esse trabalho para vocês.

A SRA. SIMONE TEBET – Vamos fazer o seguinte, então, Wesley: como tem reunião hoje do Cmap, vamos ver se até o meio da semana que vem a gente torna públicas essas informações, porque...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ótimo.

A SRA. SIMONE TEBET – ... aí eles já vêm preparados para debater. Eu acho que esse é o grande papel, né?

O SR. WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Farias, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Presidente, parabéns por trazer essa discussão aqui para a CAE, com a nossa Ministra Simone.

Ministra Simone, eu vi a sua satisfação com a recuperação do PIS-Cofins dos combustíveis de R$31 bilhões. A senhora estava muito satisfeita.

O Governo Federal estimou os gastos tributários para o ano de 2025 em mais de 550 bilhões. Nesse número, no entanto, não estão considerados valores relativos ao principal regime especial da indústria de óleo e gás, o Repetro, de que trata a Lei 13.586. Os estudos socioeconômicos de organizações não governamentais apontam gastos da ordem de 30 bilhões anuais. A esse respeito, eu questiono: por que razão os subsídios tributários do Repetro não estão incluídos no demonstrativo de gastos tributários elaborado pelo Governo Federal?

Sobre o Repetro, Ministra, me chamou a atenção quando li numa reportagem que o TCU, por intermédio do hoje Presidente Vital, detectou 32 bilhões de subsídios, e até ficou uma coisa meio parada.

Então, aqui na CAE, nós aprovamos requerimentos para informar os gastos do Repetro ao TCU, à Fazenda e ao Ministério de Minas e Energia. Queria saber alguma coisa sobre isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Perfeito.

Senador, é muito importante a sua colocação, porque, se a gente olhar a mídia, ora aparece assim: "O tamanho dos subsídios é de 600 bilhões", arredondando; ora assim: "Ah, o Ministro Haddad falou que é de setecentos e pouco, e a Ministra Simone falou que é de 600 bilhões", "Ué, Haddad e Simone não estão se entendendo? Por que sai um número do MPO e outro número da Fazenda?".

Primeiro, os nossos números são os números da Fazenda, os números da Receita Federal em relação aos subsídios. Segundo, de acordo com a lei, existem várias metodologias e, quando a gente fala de subsídios e gastos tributários, a gente tem que apresentar o demonstrativo de gastos tributários. No caso do Repetro, é regime especial, então ele fica fora dos gastos tributários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o senhor tem absoluta razão, isso não significa que não saiu da conta de alguém. Alguém está deixando de pagar imposto ou, no caso dos benefícios financeiros, alguém está recebendo recursos da União. Isso tudo é dinheiro. Se a gente não arrecadar, se gastar mais do que arrecada, a gente vai ter que emitir título e endividar o Brasil, e isso compromete, obviamente, o futuro, porque, enquanto a relação dívida-PIB estiver muito alta, os nossos títulos nós teremos sempre que comprar a juros muito altos. Isso gera insegurança, o câmbio dispara, a moeda desvaloriza, isso gera inflação, e chega aos mais pobres com comida mais cara. Então, foi muito boa a pergunta do senhor.

Quando a gente está tratando só de gasto tributário, a gente não pode incluir Repetro. Quando a gente está falando de Dirbi, que é um outro demonstrativo da Receita, aí a gente inclui tudo. Como é da Receita, o Ministro Haddad fala de Dirbi, então ele junta tudo e chega ao valor, e este valor é verdadeiro: de alguma forma, entre renúncias, aquilo que a gente deixa de arrecadar ou aquilo mesmo que a gente deveria estar tributando e não tributa, quase chega a R$800 bilhões. Por exemplo, fundos exclusivos, *offshore*, são recursos que a gente... Ou mesmo taxar super-ricos... Eu não vou entrar no mérito, eu não quero aqui polemizar sobre quem deve votar, como ou se isso é certo. Eu estou dizendo que isso tudo são políticas públicas ou são recursos que poderiam ou deveriam estar sendo arrecadados e que não estão. Por exemplo, lucros e dividendos. De novo, não quero saber se devemos votar ou não, mas o Brasil é um dos únicos países do mundo a não tributar. Isso não deixa de ser, na avaliação mais ampla, não nesta aqui, recursos que o Brasil poderia estar arrecadando sem necessariamente – e sem – aumentar a carga tributária da classe média, dos mais pobres.

Eu vou pedir só rapidamente, porque eu acho que essa pergunta é relevante, pois a mídia tem usado isso muito – e agradeço imensamente a sua pergunta – e até para que se dê oportunidade para o Ministério da Fazenda, que o nosso Secretário Claudemir possa falar com mais propriedade, porque ele é campeão nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra.

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimento a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos aqui atender a questão do Senador.

Realmente, sobre o Repetro, foi motivo de muitos questionamentos a razão por não ser considerado como gasto tributário ou como benefício tributário.

Em todo o mundo, a questão do petróleo, que envolve a exploração, a produção e a comercialização de petróleo, é tratada na forma tributária de forma distinta. O conceito de gasto tributário significa tudo aquilo que se distancia do sistema de referência, do sistema padrão.

A questão do petróleo envolve, primeiro, uma *commodity*, cujo preço não é definido no mercado interno; segundo, envolve a necessidade da alocação de um grande volume de recursos; terceiro, o ciclo de produção do petróleo não é de um ano, como é o normal de todas as empresas, o ciclo de produção de um poço pode chegar até oito ou catorze anos.

Dada essa tipicidade do setor de petróleo, o sistema tributário faz uma adaptação ao negócio petróleo, e nessa adaptação entra o Repetro. O que é o Repetro? É a desoneração dos tributos de comércio exterior daqueles itens que vão ser importados e que, na sequência, serão exportados. Nós não exportamos tributos. Então, quando nós importamos determinados componentes – e aí eu estou falando de componentes de embarcação para prospecção e exploração de petróleo – para fabricação de plataformas aqui no nosso território e essas plataformas vão ser destinadas à exportação, nós teríamos que desonerar essas empresas. Aí entra o Repetro.

O Repetro vai falar assim para o contribuinte do setor de petróleo: como a sua atividade é típica do petróleo e você só exerce essa atividade, o sistema tributário tem como excluir os tributos que você vai utilizar na importação para evitar que, quando você exportar o seu produto, eu tenha que devolver o tributo.

Então, hoje, toda a indústria nacional... E você tem regimes semelhantes, como é o *drawback*. Se você importa com a finalidade de produzir um bem e esse bem vai ser exportado, ou seja, na exportação ele seria desonerado, seria por demais a administração tributária exigir que o contribuinte pagasse o tributo na importação – e a plataforma leva uns dois, três anos para ser construída –, ficasse sem essa disponibilidade econômica, e somente na exportação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

administração tributária devolver o tributo para ele porque o bem seria exportado. O Repetro funciona mais ou menos assim.

Uma pequena parte do Repetro, que é aquela aquisição no mercado interno, essa, sim, é gasto tributário e está registrado, mas é a pequena parte. Então, quanto ao Repetro e aos demais regimes especiais que nós temos na sistemática aduaneira, em que você isenta a importação ou suspende o tributo da importação, o tributo depois é desonerado. O objetivo disso é evitar que o contribuinte tenha a necessidade de um encaixe financeiro no início, porque se ele importa hoje para produzir uma plataforma que vai levar vários anos, ele teria que despender financeiramente isso. Então, a gente desonera o contribuinte, permite que ele tenha uma disponibilidade econômica maior para o seu investimento e evita que, lá na frente, a administração tributária tenha que devolver o tributo, porque esse bem foi exportado.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Essas plataformas são exportadas ou ficam aqui?

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – As plataformas acompanham os poços e elas são de titularidade das empresas que prestam o serviço, ou de prospecção, ou de produção, ou de transporte, tá? Então, vamos imaginar aqui um poço que está situado na nossa plataforma continental. A plataforma que está ali não pertence a uma empresa situada, residente aqui no Brasil, que aufere lucros no Brasil. Essa plataforma, essa empresa está situada no exterior. Então, quanto à titularidade, a plataforma fica pronta e a plataforma é colocada para a disponibilidade dessa empresa, que vai fazer a produção. Essa empresa, então, recebe, ela vai importar essa plataforma, ela vai comprar do Brasil. E isso entra na nossa balança comercial.

Se nós fizermos uma investigação nos anos pretéritos, em que o Brasil estava colocando plataformas nos principais poços, perfuração do pré-sal, a gente vai ver que a nossa balança comercial registrava lá a exportação desses bens. E essa exportação entra nos ingressos de recursos, porque é uma venda de um bem produzido no país.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode-se dizer que a prospecção de petróleo, a produção de petróleo aqui é subsidiada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Não é subsídio. O que é um subsídio? O subsídio é a transferência do recurso do Estado para o ente público, tá?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sim, mas se ele deixa de arrecadar...

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Mas ele teria que devolver depois, né? Então há uma espécie de compensação. Hoje, por exemplo, para um exportador de um item que não tem programa, a exportação é desonerada. Hoje, um item que, vamos admitir, seja produzido no Brasil e que não tenha programas...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, eu entendo que a exportação realmente é desonerada, mas isso não é uma exportação praticamente, é uma exportação para uma empresa que está aqui para uma empresa de fora que ela diz trazer, né?

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS – Tecnicamente, Senador, a gente chama assim, não classifica como subsídio. Por quê? O que é um subsídio? É a transferência de recursos do ente público para o ente privado. Essa transferência não existe, porque eu já teria que devolver isso. Agora, o que existe? Existe uma adequação ao negócio. Então, eu não posso tratar uma exploração, uma atividade econômica que envolve um capital altíssimo e um risco altíssimo, né? Nós temos poços históricos... Se a gente for olhar o histórico do setor de produção do Brasil, nós temos poços que foram abertos com a projeção de produção de petróleo em oito anos. Ocorreram três anos de extração e a pressão do poço já não deu mais; ou seja, todo aquele investimento se perdeu.

Então, assim, essas atividades de alto risco – isso não é só no Brasil –, ou seja, se você tem um risco do negócio embutido, elas têm um tratamento tributário diferenciado. Não significa que é transferência para o ente público. Aqui, no caso, há um favor financeiro, porque a empresa não precisa despender aquele recurso no momento inicial, mas esse recurso seria devolvido para ela lá na frente, tá?

Exemplo disso são os demais programas. Nas zonas de processamento de exportação, por exemplo, acontece a mesma coisa. A empresa se instala na zona de processamento de exportação, adquire itens no mercado interno e itens no mercado externo e esses itens são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desonerados, com que finalidade? Não é um benefício, é porque se ela exportar o item, a Receita tem que devolver o recurso. Então, para evitar que ela entre na fila da burocracia da devolução, esse recurso é disponibilizado já *a priori*. Isso flui, flui a atividade econômica.

A questão tributária tem que ser o mais neutra possível. Então, o Repetro, assim como o Drawback, assim como os demais regimes especiais que funcionam da mesma forma, buscam dar fluidez ao negócio econômico e neutralidade para a questão tributária. O tributo não pode atrapalhar o negócio. Esse é o mote, a justificativa principal para programas como o Repetro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Eu queria aproveitar a oportunidade e tirar uma dúvida de um assunto que está na ordem do dia.

Quando eu fui Presidente do Senado e do Congresso, nós aprovamos o teto de gastos. E eu vi tristemente, em várias oportunidades, o teto de gastos ser furado. É evidente que o teto de gastos era uma norma mais inflexível do que o arcabouço, o arcabouço fiscal.

Agora, novamente, eu vejo com a mesma tristeza o Governo excepcionalizando despesas ao teto de gastos. E faz isso com uma certa rotina, fez nas enchentes do Rio Grande do Sul, fez agora no pacote para compensar o tarifaço, chegou a fazer até para subsídios do Poder Judiciário.

Eu estou perguntando porque eu penso exatamente como estou afirmando. Eu acho que esta prática esvazia o próprio arcabouço fiscal. Eu queria exatamente perguntar à Ministra do Planejamento qual a avaliação que ela faz dessas despesas do Governo que são excepcionalizadas ao teto de gastos.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Bom, acho que a pergunta não está fora, porque ela está dentro disso aqui, né?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET – A gente precisa voltar um pouquinho, ao ano de 2022, quando a gente – e eu aprovei também –, nós aprovamos a PEC da Transição para repor políticas públicas que tinham sido descontinuadas no Governo passado. Nós abrimos e começamos com 149 bilhões, achando que aquilo ainda seria suficiente, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET – Quando a gente aprovou o arcabouço fiscal, a gente colocou o arcabouço dentro do limite do possível. A partir dali, algumas medidas aconteceram.

Com relação ao Rio Grande do Sul, eu tiraria, porque foi uma questão excepcional, prevista na Constituição, que permite crédito extraordinário, mas é que o somatório disso, casas, calamidades públicas, decisões meteóricas vindas do Supremo Tribunal Federal absolutamente imprevisíveis, diante do arcabouço que foi restrito, que a gente não podia sair dali, porque qualquer medida – eu tenho os números aqui, depois eu passo –, qualquer medida fora realmente não garantiria o cumprimento do arcabouço fiscal, ela veio e aconteceu. Então, não só as calamidades públicas, como decisões judiciais, medidas em que nós não tivemos, de novo, no processo democrático, mas nós não tivemos êxito no Congresso Nacional. Então, aliado a tudo isso, fez e faz com que muitas vezes a gente tenha que sair do arcabouço.

Aí eu queria colocar algumas coisas, compartilhar essa responsabilidade com as senhoras e com os senhores, com muita tranquilidade. Nós apresentamos dois pacotes, ainda que modestos, de revisão de gastos. Um deles foi quase que todo aprovado pelo Congresso Nacional, mas foi restrito. Quando nós quisemos discutir questões como o fundo do DF, como a questão de análise do Fundeb, no mérito, para poder fazer com que esse recurso, por dentro da educação, pudesse ser melhor aproveitado para não precisar colocar mais dinheiro na educação, isso foi barrado pelo Congresso Nacional, mas é do jogo político. Como é do jogo político o Congresso ainda não ter avançado nos supersalários, que foi mencionado por V. Exa., Senador Renan Calheiros. Então, assim, é preciso compartilhar um pouco as responsabilidades, e aí nós concordamos com muitos dos Senadores e das Senadoras do Congresso Nacional que comentam essa situação.

Eu sou a favor de um Judiciário garantista. Eu acho que o Judiciário tem realmente que proteger, no máximo possível, garantir a ampla defesa, o contraditório, o devido processo legal, qualquer um que esteja sendo ali questionado, que esteja ali na função, depois do inquérito, de réu. Isso é verdade. Só que a gente tem que tomar muito cuidado com um termo que não é meu, mas eu vou pegar emprestado: Judiciário assistencialista. Eu quero dar um exemplo claro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que está acontecendo na PEC 66. E é por isso que a gente precisa, Senador, Mourão, inclusive, do seu voto, se for possível, e dos demais membros.

Quando a gente coloca aqui para resolver o problema dos precatórios, a gente, sim, está abrindo o espaço fiscal no ano que vem, abrindo o espaço fiscal – eu disse com toda a transparência, antes do recesso – de 12 bilhões. Mas sabe para quê? Para cobrir um meteoro que caiu nas nossas costas, que eu não discuto o mérito, eu acho o mérito mais do que louvável, sou a primeira a defender como mãe e como mulher, que a mulher, mesmo que não tenha contribuição previdenciária, tenha direito à licença maternidade. Só que ela chegou do nada. Aí fala: "Ah, mas espera aí, como é que não cabe isso dentro do orçamento?" Mas não estou falando de R$500 milhões, não estou falando de R$1 bilhão, eu estou falando, de forma conservadora, de R$12 bilhões. Num orçamento em que as despesas discricionárias estão deste tamanho, a liberdade que o Executivo tem para realizar políticas públicas é pequena e, diga-se de passagem, eu não sou contra emendas parlamentares, nunca fui. Assim, eu sou muito clara e objetiva. Eu tenho coragem de defender emendas parlamentares. Só que, na minha época, as emendas parlamentares não correspondiam a mais de um terço do que o Executivo tem de liberdade orçamentária.

O que eu quero dizer para as senhoras e para os senhores é que isso tudo faz parte de revisão de gastos. A gente tem que analisar, inclusive, a própria questão das emendas parlamentares. No conjunto, você tem o Executivo sendo bombardeado e cobrado para cumprir regras fiscais, e nós temos que cumprir regras fiscais. Eu sou a mais liberal do Governo do Presidente Lula. Só que aí a gente recebe meteoro da licença maternidade das mulheres para cumprir. Agora, mulher vítima de violência, que é outro projeto meritório, mas veio do Judiciário e não do Congresso Nacional ou do Executivo, que mulheres vítimas de violências, que não têm direito a auxílio-doença ou mesmo acidente, não pode ficar desamparada. Então ela vai ter direito ao BPC enquanto estiver fora do ambiente de trabalho – é mais do que meritório –, mas é mais uma bomba bilionária nas nossas costas. E elas vêm, num atropelo – sendo bem objetiva –, dentro de um orçamento absolutamente restritivo.

Do valor total, as pessoas falam assim, Senador Fernando: "Nós temos cinco trilhões, é o nosso orçamento." Tira o serviço da dívida, sobra metade disso, um pouco mais, 2,9... vamos arredondar para 3 trilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente tira as despesas obrigatórias, que são obrigação nossa, previdência, benefícios previdenciários, custeio da máquina, pagamento de servidor e tudo mais, tira o piso da educação, da saúde, de investimento, porque 0,6% do PIB tem que ser para investimento... Quando a gente tira as despesas obrigatórias, o que sobra de 5 trilhões? Alguém poderia aqui ou quer chutar? Um pouco mais de 200 bilhões dos 5 trilhões. Dos 200 bilhões, como eu disse, 60 bilhões são de emendas parlamentares. E uma parte dessa ainda é daquilo em que a gente não pode ter liberdade, que é para atender ao piso da educação e da saúde. O Presidente não pode falar "coloca numa ponte, coloca numa estrada, coloca numa ferrovia para chegar a produção mais rápido", porque eu ainda tenho que consumir uma parte dessas despesas discricionárias para cumprir os pisos. Então, o que sobra mesmo para o Executivo é 60%, e o Congresso fica com 40%. Aí a gente não consegue avançar em outras questões fundamentais, como a questão dos supersalários. E, de novo, faz parte do jogo democrático.

Eu estou aqui até para agradecer, porque a maioria das medidas que o Governo manda o Congresso Nacional aprova. Mas é só para compartilhar um pouco essa corresponsabilidade. Não é fácil. E eu não gostaria de estar dizendo isso, porque eu concordo integralmente com o Presidente Renan: a gente não pode furar a regra fiscal. Ela precisa de credibilidade. Ela precisa garantir àqueles que vão emprestar dinheiro para o Brasil fazer políticas públicas que eles podem me emprestar com juros baixos, porque as nossas finanças são saudáveis, o nosso orçamento está sendo executado e a saúde financeira do país é robusta, mas nós temos esses percalços que são hoje da política.

Eu encerro. É muito relevante a sua colocação, Presidente Renan, porque há um ano eu dei uma entrevista, e as pessoas falaram assim: "Ah, mas como que a gente vai resolver esse imbróglio da revisão de gastos, daquele dever de casa que a gente tem que fazer para a máquina pública ser eficiente e gastar menos, né?". Eu falei: "Na janela". Aí eles perguntaram assim para mim, Senador Renan: "Que janela?". Foi Mira Leitão que me perguntou: "Que janela?". Eu falei: "Na janela de outubro a dezembro de 2026". Eu não sei quando que eu disse isso. Ela ficou assim... Eu falei: "Porque é o seguinte: enquanto em 2022 a janela eleitoral foi da PEC da transição, que muitos chamam de PEC da gastança, a gente precisava repor dinheiro que tinha sido cortado de ciência, tecnologia, inovação, Minha Casa, Minha Vida, educação etc. – foram 160 bilhões –, agora nós temos que fazer o processo inverso". Agora nós temos que que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter uma PEC, ou seja lá qual for a medida do novo Congresso Nacional que vem pela frente, fazer a PEC da contenção. A gente vai ter que fazer nessa janela um dever de casa muito rigoroso, para que o próximo Presidente, seja quem for o próximo Presidente, tenha condições de governabilidade.

Então, assim, agradeço a pergunta, porque nos permite dizer que eu lamento também, muitas vezes, ter que fazer isso, mas as ações muitas vezes que vêm alheias à nossa vontade, de novo, não são R$500 milhões, que já seria muita coisa, são 10 bilhões, 12 bilhões, 5 bilhões. E acho que virão ainda outras pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – São, assim, muitas contradições e, lamentavelmente, Senador Mourão, o Congresso Nacional está envolvido nelas. Uma mais recente... Eu sou o Presidente da Comissão Mista que está avaliando a Medida Provisória 1.303, que, na verdade, é uma compensação àquilo que o Governo perdeu, em função da decisão do Supremo, com relação ao IOF.

Veja bem, nós estamos pacientemente aguardando que a Câmara dos Deputados aprecie esse projeto. Ultimamente, o Relator da isenção do Imposto de Renda tem dito que ele vai aumentar para R$7,5 mil, mas ele quer aprisionar as fontes da Medida Provisória 1.303, ou seja, o Governo fica perdido nessa condução.

Quando o Ministro Haddad esteve aqui na semana passada, eu fiz esta pergunta para ele: o que é que o Governo vai fazer? Porque, dentre as contradições, ele é contra que se tributem os fundos que são isentos e é contra também que se eleve a alíquota das *bets*, com o pueril argumento de que 50% das *bets* vivem na informalidade. Então, em vez de aumentar a alíquota, bastaria cobrar essas *bets* que vivem na informalidade. O Congresso Nacional vive também com essas contradições, mas eu acho que a presença, por exemplo, da Ministra Simone Tebet à frente do Ministério do Planejamento é uma oportunidade para que a gente possa aclarar essas dificuldades todas.

Por exemplo, eu citei as enchentes do Rio Grande do Sul fora do teto e não citei os R$145 bilhões da PEC da transição. O que é, na verdade, a PEC da transição? São investimentos que o Governo não poderia fazer, em função de um teto de gastos que já estava verdadeiramente furado, mas a PEC da transição, lamentavelmente, embutiu o orçamento secreto, ou seja, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos afrouxando a regra da PEC da transição para manter, para inserir o orçamento secreto nessa regra que é frouxa. O Congresso não pode, não deve responder por isso, porque não é todo o Congresso que defende o orçamento secreto, mas o lamentável é que a banda do Congresso que defende o orçamento secreto, defende em sintonia com a banda do Governo que quer afrouxar o arcabouço fiscal. É uma coisa absolutamente lamentável, num país onde nunca fizemos uma revisão do gasto público. Se há um país no mundo que nunca fez uma revisão do gasto público, em nenhum momento da sua história, lamentavelmente, é o Brasil.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Para expor.) – Presidente Renan, eu fico muito feliz de escutar a sua fala. Não poderia ser diferente, conheço a sua história e as suas bandeiras. E aqui eu aproveito para fazer um apelo para que o senhor carregue essa bandeira mesmo dos gastos tributários.

Eu não vou repetir, colocar os números aqui, mas eu queria reforçar, em relação ao PIS-Cofins, uma única medida, que foi reinserir... Foi necessário no período da pandemia, tiramos o PIS-Cofins do combustível. Nós estávamos num momento de epidemia, de crise, ninguém sabia se sobreviveríamos, porque não tínhamos nem vacina. Aquilo foi colocado excepcionalmente. Quando o Congresso teve a coragem de falar: "Agora, volta"...

Aquele benefício foi necessário por um tempo, ele atendia ao interesse público no momento da pandemia, agora ele não atende mais. Esse dever de casa – e eu enalteço o Congresso Nacional por ter feito isso – nos restituiu, Senador Fernando, Senador Mourão, Senador Renan, R$30 bilhões para os cofres públicos. Permitiu que a gente não furasse teto, permitiu que não se paralisassem as políticas públicas e permitiu que não se tivesse que ficar avançando em aumento de receita, aumento de imposto.

Se a gente fizer isso – de novo, eu quero parabenizar o Senado, porque ele já fez o dever de casa, está lá na Câmara – como ponto de partida e não de chegada... Eu particularmente não gosto do corte linear, mas é um bom ponto de partida, porque são 10% só, né? Então, assim, se a gente aprovar no Congresso Nacional, para o ano que vem já, esse corte linear dos gastos tributários infraconstitucionais, que deve dar algo em torno de R$20 bilhões, já é um bom ponto de partida para falar o seguinte: o Brasil começou a fazer o dever de casa em relação aos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gastos. Mas não é um ponto de chegada. Nesse meio tempo, acho que, de novo, assim que for publicado, semana que vem, esse estudo dos gastos tributários – o que ainda é eficiente, o que não é mais eficiente –, a gente vê o que poderia rever, o que de gasto tributário a gente pode realmente extinguir, Senador Fernando, o que a gente pode melhorar. O que a gente pode extinguir não é nem para fazer superávit ou para cumprir meta. Alguns a gente vai extinguir para garantir, por exemplo, não da forma como está sendo feita, a compensação do Imposto de Renda dos R$5 mil.

E, de novo, grita mais quem pode mais. Quem pode mais são os mais ricos, que fazem *lobby*. Eu não tenho problema em falar nisso, porque eu estou entre essas pessoas, vamos dizer assim, em condição social, então eu posso falar com muita tranquilidade. Mas aqueles mais pobres não são os mais beneficiados pelos gastos tributários. Repetindo, a maioria dos gastos tributários do Brasil são destinados aos 10% mais ricos. E, de novo, muitos deles precisam estar lá, porque é quem produz, é quem gera emprego, é a indústria, é o agronegócio, é a agroindústria; mas há certas medidas que não se justificam.

E eu me esqueci de falar uma coisa enquanto o Senador Braga estava aqui. O Supersimples, que eu defendo, assim, com unhas e dentes, eu considero um programa que garante a competitividade dos pequenos. Ele hoje precisa... Nós estamos analisando, o Ministério da Fazenda está fazendo um belíssimo trabalho na verticalidade, mas é preciso discutir a horizontalidade. Eu sei que tem pelo menos 20 projetos aqui tentando aumentar o rendimento bruto do Supersimples. É impossível aumentar o rendimento bruto sem ter que cortar dos pequenininhos. Então esta análise precisa ser feita.

E mais, hoje, quando uma empresa, Senador Renan – e isso quem inclusive comentou comigo foi o Senador Eduardo Braga –, alcança o rendimento bruto anual, de cujo valor eu não me lembro mais, mas depois eu peço para o Gustavo ou para o Claudemir me passar, quando ela chega no valor do rendimento bruto, ela pega um outro CPF, da esposa, do filho, e cria uma nova empresa. Então eu tenho, sei lá, uma fábrica de picolé...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É R$4,8 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET – É R$4,8 milhões. Obrigada, Senador Mourão. Quando eu estava Senadora, na última vez que eu votei, era três milhões e poucos, então já aumentou.

Eu tenho uma fábrica de sorvete, então eu faço tudo lá. Quando eu percebo que eu cheguei no rendimento bruto, eu falo: "Deixe-me fazer o cabinho lá do picolé, o palitinho do picolé, num outro CNPJ [eu falei CPF], num outro CNPJ, de uma outra fábrica, com outro nome. Aí eu faço a casquinha, aí eu faço...", e vai-se criando uma... Eles chamam de "engenharia tributária", não é? É esse o termo que vocês dão, não é? É um termo tão bonito para uma coisa tão feia, porque isso para mim é...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Planejamento.

A SRA. SIMONE TEBET – Planejamento tributário. Planejamento é coisa bonita, planejamento é o que falta no Brasil. (*Risos.*) Planejamento é o que vai resolver, vai fazer sobrar dinheiro para ciência, tecnologia, inovação e educação. Eles usam um termo bonito para algo feio, né? Porque isso aí é uma malandragem, uma maquiagem tributária à custa dos mais pobres.

Então, assim, eu estou muito feliz de saber que esta CAE é presidida por alguém... Primeiro a experiência do Senador Renan, não só porque presidiu a Casa, mas pelos anos. Eu não sei se tem algum Senador que tem mais mandato que o Senador Renan Calheiros aqui, no Senado Federal, mas, assim, que tem a experiência, que tem a coragem, que dialoga com todos, e eu espero realmente que, depois dessa aprovação, dessa publicação, uma ou outra medida dali possa virar projeto. Ali eu acho que vai ter muita coisa que pode gerar 10, 15, 20 projetos de lei para serem discutidos, debatidos, porque esse é o bom caminho.

Eu quero aproveitar, Senador Renan – se me permitir; sei que nós já estamos chegando ao fim – para parabenizar esta Casa também, não só por ter mandado o projeto do Senador Esperidião Amin para a Câmara dos Deputados, mas pela CPI que está abrindo, em relação à adultização, à sexualização das nossas crianças nas redes sociais. Eu acho que o que esse garoto – eu posso chamar de garoto, porque tem a idade da minha filha mais velha, né? – o que esse youtuber Felca fez, esse serviço, esse bom serviço que ele fez ao Brasil me dá uma esperança danada no futuro do Brasil, sabe, depositar todas as minhas fichas nessa juventude que, muitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vezes, é esquecida por todos nós, mas está ali, nas redes sociais ou fora delas, nos bancos das universidades, dizendo assim: "Vai chegar a minha vez, e, quando chegar a minha vez, eu, enquanto jovem, vou fazer muito diferente do que vocês, meus pais, fizeram".

Ele teve a coragem de mexer nesse vespeiro, de acordar um tema que estava adormecido por todos nós, mostrando que, quando nós queremos, nós deixamos a polarização de lado e nos unimos àquilo que a gente precisa. Eu vi a direita e a esquerda dizendo: "Esse debate precisa ser feito". E é isso, né? Não? Entre *big techs* e a vida das nossas crianças e dos nossos jovens, entre a força econômica e o poderio econômico das redes sociais, das trilionárias – não é bilionárias – redes, *big techs* e a vida, a integridade física, a integridade mental das nossas crianças, dos nossos jovens, não há dúvida de para que lado nós temos que pender.

Isso não é restringir liberdade de expressão; isso é combater crime, crime hediondo. Pedofilia é crime hediondo. Isso significa alertar os nossos pais e as nossas mães, que não têm culpa, que são da geração como a minha, como a do Senador Renan. A gente não nasceu nesse mundo e, às vezes, a gente não consegue orientar nossos filhos para dizer: "Cuidado com a exposição dos seus filhos. Exponham o mínimo possível, não os exponham ali em situação que possa gerar gatilho em certas pessoas criminosas, que vão utilizar daquilo numa rede pior, da pior espécie possível".

Então, assim, que a gente não confunda e não eleve este debate para polarização, que isso é restrição de liberdade de expressão, porque não é restrição de liberdade de expressão. Falo como mãe, falo como mulher e falo aqui como ex-colega Senadora das senhoras e dos senhores, desculpa aqui, mas eu acho que o tema exige...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

A SRA. SIMONE TEBET – ... eu parabenizar a Casa, seja pela CPI, seja pelo projeto em discussão, o PL do Senador Alessandro, que já saiu desta Casa; portanto já foi votado e está lá, no Senado Federal, e o Governo Federal apoia o PL que está lá – sei porque eu estive ontem com a Ministra dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito bom.

Senador Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Só uma colocação, insistindo ainda no Repetro, dos combustíveis, o PIS-Cofins, foi bem colocado que ele teve o momento dele, o momento da covid, que foi o Repetro; não foi para o pré-sal? Será que já não passou o momento dele? É só uma colocação.

E outra, uma informação para conhecimento. O Presidente Renan sempre fala aqui do 1 trilhão imobilizado aí.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É 1,7 trilhão.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É 1,7 trilhão.

Quem é que dá conta disso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É de patrimônio imobiliário da União.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Para vender isso? Só curiosidade. Isso aí realmente é uma pergunta...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É patrimônio da União – SPU.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SPU, é SPU.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ela é que pode botar para vender e fazer...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Nesse lado do balcão... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É muito dinheiro, né?

A SRA. SIMONE TEBET – Senador Fernando, assim, primeiro que nada é interditado no debate. Eu acho que Repetro produziu efeito. Continua ou não? Esse regime especial continua a produzir? Atende a interesse público ou não? É uma colocação, não sabemos. Vamos atrás, acho muito importante o senhor trazer. É isso que significa revisão de gastos, a gente debater e falar: "Opa, mudei de ideia, realmente ainda atende mais cinco anos, mais dez anos ou não". Acho que este debate saudável, transparente, corajoso, porque a gente mexe em vespeiros, tem que ser feito. Fiquei oito anos no Senado, lutei por isso oito anos em revisão de gastos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É verdade.

A SRA. SIMONE TEBET – E não é só revisão de gastos. Vamos falar da sonegação. Vamos falar da sonegação, que é da ordem de 500 bilhões/ano, é estimativa conservadora – 500 bilhões/ano. Se a gente pensar em conseguir criar sistemas para combater 10% – não é fácil, a gente está falando de 50 bilhões –, a gente não precisa aumentar a carga tributária, a gente não precisa furar teto, porque não se pode, tem-se que garantir a credibilidade do arcabouço fiscal.

Então, nós temos muito dever de casa. Não é simples. É fácil falar, é fácil a gente estar aqui, na hora em que a gente coloca, vêm os *lobbies*. Eu me lembro nas reformas: na reforma da previdência, na reforma trabalhista e na reforma tributária, que agora vai resolver grande parte dos nossos problemas que a gente discutiu aqui, a partir de 2030. De 2030, Claudemir?

O SR. CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS (*Fora do microfone*.) – A partir de 2027.

A SRA. SIMONE TEBET – Em 2027, em nível federal – ele sempre me corrige isso. Mas, em nível estadual, em relação à unificação do ICMS com o ISS também. A partir de 2030 ou 2031 o municipal e o estadual? Em 2033, 2031?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, nós vamos resolver muitos dos nossos problemas com a própria reforma tributária. Inclusive, essa medida que nós apresentamos por conta do tarifaço, a medida provisória, só está antecipando por um ano e meio algo que a reforma tributária que os senhores aprovaram já vai produzir a partir de 2027, tanto que ela vale para este ano e 2026, que é a desoneração – que, de novo, é gasto tributário, nós vamos renunciar –, mas essa é uma renúncia do bem. Quer dizer, a gente renuncia a desoneração por outra coisa, por outro sistema agora, que é tributário, que é a desoneração de qualquer exportação que hoje só atinge os produtos primários e semielaborados, mas uma forma de fortalecer a indústria com a desoneração dos produtos industrializados no que se refere ao imposto de exportação. Mas por outra razão aí, por uma questão da própria reforma, que, de forma sistêmica, conjuntural, e não pontual, fez essa escolha, que é uma escolha política em relação a esse subsídio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós agradecemos a presença de todos e especialmente a presença da Senadora e Ministra do Planejamento, Simone Tebet, que tem cumprido um papel fundamental à frente do Ministério do Planejamento e honra o Executivo da mesma forma que honrou o Senado Federal no mandato que exerceu com o apoio de todos os pares daqui da Casa do Congresso Nacional.

Simone, muito obrigado mesmo por sua honrosa presença aqui.

A SRA. SIMONE TEBET – Eu só tenho a agradecer o convite, Senador Renan.

Aproveito apenas para dizer – eu não cheguei a mencionar – que também está na hora de a gente colocar ali as *bets* para pagarem um pouco de imposto para gente diminuir um pouquinho e colocar tudo especialmente na saúde para combater a ludopatia, esse vício...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sem dúvida, sem dúvida.

A SRA. SIMONE TEBET – ... esse vício, e restringir ainda mais, com a ajuda do Congresso Nacional, porque lamentavelmente é um vício. Ele atinge o rico, atinge o pobre. Então, que a gente possa fazer com que elas, sejam formais ou informais, porque a gente sabe que tem muitas na informalidade, possam contribuir um pouquinho mais para o bem-estar da população brasileira, já que arrecadam bilhões por ano, não é nem numa década.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui também a minha solicitação para que a gente se debruce sobre a matéria, porque o Presidente Renan comentou que era uma forma de compensar a isenção dos R$5 mil do Imposto de Renda, e eu acabei não mencionando que concordo com ele que isso não pode sair da compensação da isenção de R$5 mil do Imposto de Renda.

Mais uma vez, muito obrigada.

Aqui estou vendo também servidores públicos aí defendendo os seus direitos. É assim que se faz democracia, não é? Democracia se faz não no grito ou no ódio, mas no diálogo.

Quero agradecer imensamente ao Senador Mourão, que eu sei que pensa muitas vezes diferente de mim, mas tem sempre a urbanidade, a gentileza de trato, de falar, de colocar as suas ponderações, muitas vezes contraditórias à minha, com toda a hombridade. Eu acho que é isso que a população quer. A população está cansada. Ela quer a polarização do bem, aquele debate saudável dos diferentes contraditórios, porque é isso que faz a democracia, mas com aquele respeito, dando exemplo para as futuras gerações.

E fico aí na esperança de que o apelo – eu não sei qual é o pedido das senhoras e dos senhores – possa ser debatido no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos a todos. Muito obrigado, Ministra Simone Tebet. Muito obrigado a vocês aí também pelas presenças.

(*Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Damares Alves, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Pedro Chaves, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 48, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 53,600,000.00 (cinquenta e três milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Sergipe Digital, Conectado e Sustentável - CONECTA-SE." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 49, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 120,000,000.00 (cem e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Santa Catarina:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resiliência Ambiental, Inovação e Inclusão Social no Espaço Rural." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 50, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Recuperação e Manutenção Segura e Resiliente de Rodovias Estaduais (Estrada Boa)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 54, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Arapiraca, Estado de Alagoas, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Arapiraca." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Mensagem (SF) n° 40, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e da Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Pará (Educação por Todo o Pará)." **Autoria:** Presidência da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (*Ad hoc*), substituiu Senador Jader Barbalho. **Relatório:** Nos termos do PRS que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/26

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 26 de agosto de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício SEI nº 47.272/2025-MF, do Ministério da Fazenda;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Aviso nº 735-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União; e

- Ofício SF 250.334.104.31, da Câmara Municipal de Araras, São Paulo.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Passamos, portanto, ao item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 53,600,000.00 (cinquenta e três milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Sergipe e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Sergipe Digital, Conectado e Sustentável - CONECTA-SE.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Eu concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa. por me designar como Relator desta mensagem.

Eu peço permissão para ir direto à análise.

O Anexo 1 da minuta de contrato de empréstimo informa que o objetivo do projeto é aumentar o acesso e uso de serviços e infraestrutura digitais sustentáveis no Estado de Sergipe. Ele está dividido em quatro partes: infraestrutura digital resiliente, transformação digital, sistemas de energia eficientes e distribuídos para infraestrutura e serviços digitais sustentáveis e gerenciamento do projeto.

Os desembolsos ocorrerão ao longo de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo. O custo total do projeto foi estimado em US$67 milhões, sendo US$13,4 milhões provenientes de contrapartida estadual e o restante financiado pelo Bird.

Nos termos do §4º do art. 11 da Portaria Normativa do Ministério da Fazenda nº 1.583, de 13 de dezembro de 2023, estão dispensadas da análise de custo efetivo máximo aceitável as operações garantidas pela União cujos credores sejam organismos multilaterais ou agências governamentais estrangeiras, o que se aplica ao presente caso.

Em resumo, o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional considerou atendidas as seguintes exigências:

a) cumprimento dos requisitos contidos no art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e nas Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, de 2001, e alterações subsequentes;

b) inclusão do programa no plano plurianual e na lei orçamentária do estado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) obtenção de autorização do Poder Legislativo local e oferecimento de contragarantias à União (Lei Estadual nº 9.507, de 2024);

d) existência de margem para a concessão, pela União, da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o estado reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora;

e) observância dos gastos mínimos com saúde e educação e dos limites máximos para as despesas com pessoal; e

f) pleno exercício da competência tributária do estado.

A situação de adimplência do ente e a regularidade quanto ao pagamento de precatórios deverão ser comprovadas por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato. O ente informa, ainda, que não assinou contratos de parcerias público-privadas. Quanto à oportunidade, à conveniência, à viabilidade e aos riscos para o Tesouro Nacional, o titular daquele órgão entendeu que a presente operação de crédito deve receber a garantia da União.

Por fim, conforme a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

O voto.

Em conclusão, o pleito do Estado de Sergipe encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 40, 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos seguintes.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

O parecer do Relator é favorável. (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Pedido de urgência, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria vai ao Plenário.

Eu submeto o pedido de urgência ao Plenário.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Romero, é uma honra grande tê-lo aqui na Comissão.

Está aprovado, portanto, o pedido de urgência.

A matéria vai ao Plenário.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 120,000,000.00 (cem e vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar de Santa Catarina: Resiliência Ambiental, Inovação e Inclusão Social no Espaço Rural.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Observações:

Eu tenho a honra de conceder a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, sou-lhe muito grato por me ter designado Relator desse projeto. Tenho muito orgulho do esforço que o Governo faz ao longo dos anos para privilegiar a pequena propriedade.

Somos o estado com o melhor índice de Gini, acho que secundado pelo Estado de Sergipe, ou seja, temos feito um esforço muito grande para viabilizar, para dar renda, para atualizar o trabalho da propriedade rural eminentemente familiar. Nesse sentido, temos progredido. Por exemplo, o porco tipo carne foi uma pesquisa da Embrapa, empresa que é uma bênção para o Brasil – é uma bênção – e que ajudou a transformar o país de importador para grande exportador de comida.

Então, é com muita alegria que eu dou aqui o meu relato e o voto absolutamente favorável a esse esforço que o Governo do Estado de Santa Catarina, hoje sob a gestão do nosso ex-colega e amigo Jorginho Mello, faz para atualizar o apoio à pequena propriedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Bagattoli, que é coestaduano de nascimento – nasceu em Ibirama –, sabe da grande importância, por exemplo, das cooperativas. A Aurora é a nossa maior exportadora, a Cooperativa Aurora. Tem 14 cooperativas vinculadas a ela, 140 mil empregados, além dos associados, quer dizer, empregados e associados. Portanto, é uma multinacional, mas uma multinacional que tem milhares de proprietários.

E é para fortalecer e atualizar a produção desse conjunto de pequenos patrões que se destina este recurso. São US$120 milhões a serem obtidos com a garantia do Governo Federal, do Banco Mundial, do Banco Interamericano, aliás, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

E é com muita satisfação que eu apresento não apenas o programa, que tem US$30 milhões de contrapartida do Governo do estado, portanto é um programa de US$150 milhões... E, por ter cumprido todas as formalidades legais relacionadas ao financiamento, o meu parecer é absolutamente favorável.

Mais uma vez, agradeço a V. Exa. por ter tido esta oportunidade de trazer aqui o meu depoimento a favor desse esforço do Estado de Santa Catarina em prol da pequena propriedade e, consequentemente, da propriedade familiar.

É o parecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação, votação simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal que apresenta.

A matéria vai a Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – E por isso, Presidente, se V. Exa. me permite, além de agradecer aos Senadores e a V. Exa., eu peço urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o requerimento de urgência proposto pelo Senador Esperidião Amin.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

A matéria vai a Plenário.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa de Recuperação e Manutenção Segura e Resiliente de Rodovias Estaduais (Estrada Boa).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, de igual forma, agradeço muito a V. Exa.

Estou sendo Relator de dois projetos relacionados a duas áreas às quais dediquei maior esforço também quando Governador e vejo que esse esforço está sendo aprimorado.

E faço ainda o registro de que Santa Catarina tem melhorado o seu cenário de qualidade das rodovias estaduais certamente estimulado e impulsionado por emulação pelo atual Ministro dos Transportes, que deixou um legado muito importante em matéria de infraestrutura. Até o nosso Senador Fernando Farias, inclusive, concorda com isso. E V. Exa., certamente.

Eu estou fazendo propaganda aqui do Ministro Renan Filho, que espalhou pelo Brasil a estatística do seu estado, estimulando todos a fazerem também alguma coisa assemelhada a esse programa de Santa Catarina que é o Programa Estrada Boa, que agora está sendo complementado pela Estrada Rural.

Então, é um esforço do estado, que passa a contar com este empréstimo no valor de US$300 milhões e que vai, com isso, conseguir aliviar a nossa pressão.

Nós não temos ferrovias estaduais, nós temos ferrovias de passagem. Nós não temos, Presidente. O Governo Federal não construiu nenhum metro de ferrovia no sentido leste-oeste ou oeste-leste, que é o da nossa exportação. O que nós temos, hoje, de ferrovia é a Ferrovia Tereza Cristina, que, inicialmente, se destinava à exportação de carvão e, hoje, está diversificando, uma ferrovia que foi construída graciosamente, ou seja, como um saldo de contrato do Percival Farquhar, ligando Porto União a São Francisco. As ferrovias principais do estado são no sentido norte-sul, ou seja, de passagem por Santa Catarina.

Então, a nossa demanda pela rodovia é muito forte. Temos cinco portos, aliás, seis portos, e estamos agora, praticamente, abrindo mais um porto na Baía da Babitonga, constituindo, com isso, um *hub* portuário muito importante, mas só dois têm conexão ferroviária e somente um com o sistema ferroviário nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse esforço para melhorar as nossas rodovias se materializa também com esse empréstimo, satisfeitas todas as condições formais e financeiras, merecedor, portanto, do pedido de empréstimo do Governo do estado, e merecedor do nosso parecer favorável, do voto favorável, e, tenho certeza, da aprovação desta Comissão e, posteriormente, do Plenário.

Portanto, é um voto favorável, que eu descrevi dessa forma em termos de seu mérito, pedindo a aprovação dos nobres pares.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à apreciação.

Apreciação da Mensagem nº 50, de 2025, de autoria da Presidência da República, que teve como Relator o Senador Esperidião Amin.

Em votação.

A votação será igualmente simbólica.

Em votação, o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado.

Acolho também o pedido do Senador Esperidião Amin para a urgência da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Agradeço a todos e sou obrigado a tornar pública uma assertiva que eu acho que é elogio, mas estou desconfiado de que pode ter outro sentido.

Quero dizer que V. Exa. facilitou que o Esperidião aprovasse US$420 milhões num dia só.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não sei o que ele está querendo com isso, mas é outro tipo de provocação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Romero Jucá, você sabe que a inteligência dele sempre sobreleva.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode ser que tenha algum outro sentido.

Muito obrigado a V. Exa., e o pedido de urgência eu reitero.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência, a matéria vai a Plenário.

Item 4 da pauta.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 54, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Arapiraca, Estado de Alagoas, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Arapiraca.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável à matéria nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra V. Exa., para a leitura do relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Presidente, eu acho que o senhor vai ficar muito satisfeito com este relatório, que dá um empréstimo de US$40 milhões para sua Arapiraca.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, vamos lá.

Vem à análise do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, solicitação para que seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$40 milhões entre o Município de Arapiraca, Estado de Alagoas, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Arapiraca.

O Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Arapiraca – Arapiraca para Todos é uma iniciativa municipal criada com o objetivo de transformar a cidade em um espaço mais acessível, integrado e sustentável. Ele nasce da necessidade de enfrentar os desafios de uma cidade em expansão, que exige não apenas melhorias no transporte urbano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas também políticas de inclusão social e de preservação ambiental. O programa busca articular mobilidade, cidadania e meio ambiente em um mesmo eixo de ação, promovendo a modernização da infraestrutura urbana ao mesmo tempo em que amplia direitos e oportunidades para a população.

Entre suas principais ações, estão a melhoria do sistema viário e do transporte coletivo, com a abertura e requalificação de vias, a construção de ciclovias e calçadas acessíveis e a adoção de medidas que facilitem o deslocamento seguro de pedestres, ciclistas e motoristas. No campo socioambiental, o programa atua na recuperação de áreas degradadas, na criação e manutenção de espaços públicos de convivência, no incremento de áreas verdes e no fortalecimento de práticas de educação ambiental junto à comunidade. Além disso, procura integrar bairros periféricos ao centro urbano, reduzindo desigualdades territoriais e promovendo maior coesão social.

Dessa forma, o Arapiraca para Todos se configura como um projeto abrangente de planejamento urbano, que alia desenvolvimento econômico e social a uma perspectiva de sustentabilidade ambiental, estabelecendo bases para que a cidade cresça de forma equilibrada, justa e preparada para os desafios do futuro.

É o relatório.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, consoante o art. 2, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos. Adicionalmente, informou que o mutuário recebeu classificação "B+" quanto à capacidade de pagamento.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023, o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis do contrato de empréstimo, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer SEI nº 2.747/MF, aprovado em 29/07/2025. No referido parecer, comprovou-se: (a) a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; (b) a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e (c) as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional. Ademais, a STN informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo (SCE-Crédito).

Cabe ainda enfatizar que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

A Lei municipal nº 3.741, de 05/11/2024, alterada pela Lei municipal nº 3.769, de 12/06/2025, autorizou o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as receitas discriminadas no §4º, do art. 167, da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitias.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância. Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Município de Arapiraca, no Estado de Alagoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao voto, Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte...

Voto, Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – (*Falha no áudio.*) Em votação.

Os Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Acolho pedido de urgência do Senador Fernando Farias.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai, portanto, ao Plenário.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 40, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e da Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Pará (Educação por Todo o Pará).

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Nos termos do PRS que apresenta

O Relator é o Senador Jader Barbalho. Eu tenho a honra e a satisfação de designar o Senador Eduardo Braga como Relator *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa., meu Líder.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, mesmo sendo um item extrapauta, eu indago a V. Exa. se eu poderia fazer uma leitura sucinta e dinâmica, abrindo mão da leitura do relatório e indo diretamente para a análise...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a fim de podermos ir à próxima sessão, que trata das emendas da LDO e que tem prazo final na data de hoje.

Com relação à Mensagem nº 40, de 2025, já nominada por V. Exa., a Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle pelo Senado das operações financeiras externas de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos. Adicionalmente, informou que o mutuário recebeu classificação “B” quanto à condição de pagamento.

De igual modo, a PGFN pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por sua vez, também, emitiu o Parecer SEI nº 1646/2025/MF, de 19/05/2025 (SEI 50677416).

No referido Parecer, constam: (a) a verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito; (b) a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União; e (c) as informações relativas aos riscos para o Tesouro Nacional. Todas encontram-se em conformidade. A STN também informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo do Banco Central (antigo ROF/RDE) sob o nº TB166992.

Cabe ainda enfatizar que a PGFN atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis federais, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

A Lei Estadual nº 9.882, de 31 de março de 2023, autorizou o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159, I, alínea "a", e II, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do §4º do art. 167, também da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Fica, portanto, amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância. Trata-se de iniciativa que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com certeza, trará enormes ganhos ao Estado do Pará com as devidas garantias oferecidas pela União e pelo próprio estado.

O voto, Sr. Presidente.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte...

Acho que é importante destacar as seguintes informações: o devedor será o Estado do Pará; o garantidor é a República Federativa do Brasil; o valor da operação é de US$100 milhões; o valor da contrapartida é de US$25 milhões dos Estados Unidos da América; juros e atualizações monetárias do SOFR, acrescida de *funding margin* e *spread* a serem definidos periodicamente pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Destinação do projeto: Ampliação e Modernização da Infraestrutura e da Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Pará (Educação por Todo o Pará).

Eram essas as informações, Sr. Presidente.

O voto, portanto, é pela aprovação, pela legalidade, constitucionalidade e regimentalidade da referida mensagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Eduardo Braga.

O seu voto é pela aprovação da Mensagem nº 40, de 2025: autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$100 milhões, de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos destinam-se para o financiamento parcial do Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e da Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Pará (Educação por Todo o Pará).

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam – a votação é, portanto, simbólica – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

Nós submetemos o requerimento de pedido de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o pedido de urgência.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. a possibilidade de colocar, extrapauta, o PLP 185, de 2024, que é de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e eu sou o Relator.

Como ele não é terminativo nesta Comissão, eu gostaria de pedir a V. Exa. essa possibilidade, já que trata principalmente dos nossos agentes de saúde, da aposentadoria dos agentes de saúde e endemias do Brasil. Então, acho que é justo, porque são profissionais que estão aí na ponta, cuidando da saúde preventiva.

Então, eu pediria a V. Exa. essa possibilidade de colocar e, se possível, o Plenário aprovar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Concordando com a solicitação do eminente Senador Wellington Fagundes, eu sugeriria a V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa... Nós temos prazo hoje para aprovação das emendas à LDO, e será, acredito eu, convocada logo a seguir a esta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito, perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... uma nova sessão para deliberarmos a LDO, em que poderíamos colocar extrapauta o texto do eminente Senador Veneziano, relatado pelo Senador Wellington – porque eu ainda vou ter que voltar para a CPMI, de que sou membro, e está em deliberação e em votos lá –, se V. Exa. puder...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Se não houver objeção do Plenário, nós faremos a apreciação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Serei breve. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Está, portanto, encerrada a reunião.

E convocamos uma reunião, extraordinária, desta Comissão para daqui a cinco minutos, exatamente.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Efraim Filho, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato e Romário, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jorge Kajuru, Irajá, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 51/2025 - CAE, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Instruir o PL 2387/2023, que "altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil". **Participantes:** Sra. Maria Selma de Morais Rocha, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino; Sra. Luciene Cavalcante, Deputada Federal de São Paulo; Sr. Lucas Sachsida, Promotor de Justiça no Ministério Público de Alagoas; Sra. Tathiane Andrea de Christo, Coordenadora do Movimento Somos Todas Professoras; Sr. Christian Silva, Analista Técnico em Educação (representante de: Confederação Nacional dos Municípios); e Sr. Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de agosto de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 2.387, de 2023, que altera a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, para incluir os professores da educação infantil como profissionais do magistério, e a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir professores da educação infantil, em atenção ao Requerimento nº 51/2025-CAE, de autoria desta Presidência.

Eu convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Sra. Luciene Cavalcante, Deputada Federal de São Paulo e autora desta proposição de lei; (*Palmas.*) a Sra. Tathiane Andrea de Christo, Coordenadora do Movimento Somos Todas Professoras; (*Palmas.*) o Sr. Christian Silva, Analista Técnico em Educação. (*Palmas.*)

Participam por videoconferência os seguintes convidados: Sra. Maria Selma de Morais Rocha, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino; Sr. Lucas Sachsida, Promotor de Justiça no Ministério Público de Alagoas; Sr. Carlos Giannazi, Deputado Estadual de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que foi convidado o senhor representante do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (Inep), que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos, e, ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Bom, quero saudar todas e todos os presentes nesta audiência pública e agradecer às autoridades, especialistas e entidades convidadas que atenderam ao nosso chamamento.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se hoje para instruir o Projeto de Lei nº 2.387/2023, de autoria da Deputada Federal Luciene Cavalcante, aqui ao nosso lado, que altera a Lei do Piso do Magistério e a LDB, para reconhecer de forma expressa os professores da educação infantil como profissionais do magistério da educação básica.

Registro e agradeço a presença do Ministério da Educação, da Deputada Federal Luciene Cavalcante, do Promotor de Justiça Lucas Sachsida, de representantes do Movimento Somos Todas Professoras, da Confederação Nacional de Municípios, do Inep e do Deputado Estadual Carlos Giannazi.

A contribuição qualificada de cada um será fundamental para que ofereçamos à relatoria um relatório responsável, à altura do mérito social desta pauta.

O PL 2.387, de 2023, enfrenta uma distorção histórica. Em milhares de redes, profissionais que ensinam e cuidam de crianças de zero a cinco anos, muitas vezes mulheres, com formação adequada e ingresso por concurso, ainda não são reconhecidos em lei como integrantes da carreira do magistério, com acesso ao piso e aos planos de carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto corrige uma lacuna ao explicitar o enquadramento desses docentes, independentemente da nomenclatura do cargo, e ao afirmar a indissociabilidade entre cuidar, brincar e educar.

Valorizar quem está na primeira infância é decisão estratégica. É quando o investimento público produz maior retorno social, impacta a alfabetização, reduz desigualdades e projeta ganhos de produtividade para o futuro. É também uma agenda de equidade de gênero, porque quase a totalidade desse corpo docente é feminina.

Como é próprio desta Comissão, trataremos de como viabilizar o que já reconhecemos como justo. Para que saiamos daqui com insumos objetivos ao relatório, desde já apresento alguns questionamentos aos nossos debatedores.

Ao Inep, que não está presente, e ao MEC, que está: qual é a linha de base sobre os quantitativos de profissionais, distribuição regional e defasagens salariais na educação infantil? Há simulações de impacto por parte municipal e por carga horária?

À CNM: quais são os cenários de transição para municípios de diferentes portes? Que salvaguardas ajudam a mitigar riscos de extrapolação de limites fiscais e locais?

Ao Movimento Somos Todos Professoras e às entidades: quais critérios de formação e de exercício garantem justiça, segurança jurídica e foco pedagógico no enquadramento?

E aos Parlamentares e especialistas: como atrelar a valorização a resultados educacionais na primeira infância com indicadores claros de acompanhamento público?

Dando início ao nosso debate, eu já começo concedendo a palavra à Sra. Maria Selma de Morais Rocha, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino.

Seja bem-vinda, Dra. Maria Selma.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAIS ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Boa tarde, Maria. Nós a estamos ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA SELMA DE MORAIS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Estão me ouvindo? Que bom!

Boa tarde, Senadora.

Boa tarde a todas as pessoas que participam desta audiência.

Cumprimento a Deputada Luciene, que tem buscado discutir o enquadramento dos profissionais na condição de professores no âmbito da educação infantil, considerando um desafio maior, que é o desafio de assegurar o direito à educação antes da educação infantil, especialmente as creches.

Bom, eu quero começar dizendo que o Brasil, da Constituição Federal para cá, logrou construir na legislação responsabilidades, tanto na Constituição quanto na LDB, importantíssimas em relação à natureza educacional das creches. Essa perspectiva se manifesta no art. 208 da Constituição; se manifesta no art. 4º da LDB, que prevê, de fato, a educação como um equipamento educacional; está prevista no art. do 211 da LDB; está prevista no art. 89, que indicou, no final de 1996, três anos para transição das creches; e também está prevista no ECA, no art. 54.

Ao mesmo tempo, nós tivemos, a partir do novo Fundeb, um conjunto de recursos destinados significativamente para a educação infantil quando nós tratamos especialmente do Vaat. Bom, essa condição nos levaria a crer que, com a transição – ampliação de recursos, ampliação de aportes na complementação da União para os municípios e destinação de parte dessa complementação para a educação infantil e para as creches –, essa dimensão educacional das creches está sendo fortalecida no Brasil, mas é algo sobre o que nós temos que nos debruçar. O novo Fundeb é relativamente recente, e nós estamos percebendo que há muitos aperfeiçoamentos a serem feitos, seja no caso das creches públicas, seja no caso das creches assistenciais.

Todo mundo sabe, em debate que já foi feito em muitas esferas e muitos níveis, que é impossível fazer a discussão da condição prevista na lei de que a creche é um equipamento educacional se não tiver professores com a qualificação prevista na LDB. No entanto, é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o país possa, neste momento, desenvolver estudos mais cuidadosos em relação à situação de cada município. Nós enfrentamos uma dificuldade enorme em relação à garantia do piso, nós enfrentamos uma dificuldade enorme em relação à realização dos concursos públicos no país para professores. E observamos, como já é sabido, e esta audiência seguramente vai trazer isto novamente, que há um conjunto de profissionais que são contratados como profissionais da educação, mas não como professores, o que, em certa medida ou em grande medida, compromete a natureza educacional desse atendimento.

No entanto, para que nós possamos pensar nisso, nós temos, volto a dizer, que olhar para o conjunto. No Brasil, há creches públicas, mas há também um conjunto de creches que são parceiras – eu vou usar essa palavra de maneira muito genérica aqui – do poder público, em nível municipal, para o atendimento das crianças de zero a três anos. Há muito o que se estudar sobre isso. Mesmo a pesquisa feita pela Secretaria de Educação Básica aponta questões importantíssimas em relação a isso, mas nós temos constatado a diferença no atendimento.

Então, há um conjunto de questões que nós precisamos pensar. A primeira tem a ver com a construção de carreiras de professores na educação infantil. E isso, naturalmente, supõe concurso público, conforme define o art. 37 da Constituição Federal, da mesma maneira que a LDB define isso no seu art. 67, ou seja, para ingressar na carreira de professor, é preciso que haja concurso público, assim como houve concurso público para os profissionais que ingressaram nos diversos cargos, como profissionais da educação, para exercer atividade em creche. Isso é muito importante, porque nós não podemos lidar com uma situação, ainda que nós reconheçamos a situação de injustiça que se estabelece em muitas situações, simplesmente com a transferência de um cargo para outro no país. Nós abriríamos um precedente para o conjunto das carreiras bastante sério.

Então, acho que o nosso esforço no Brasil tem que ser no sentido de cotejar algumas coisas. Primeiro, foi feita uma pergunta aqui sobre a condição fiscal dos municípios. Existem desafios muito grandes, e eu vou enunciar alguns deles, em função do tempo e, de acordo com a minha possibilidade de permanência na audiência, eu poderei voltar a algumas dessas questões. Há alguns desafios sobre os quais nós não podemos nos omitir. O primeiro deles é que é preciso, de fato, garantir o atendimento com qualidade para todas as crianças, superando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as desigualdades regionais e de renda, visando ao direito das crianças, previsto na LDB, na Constituição e no ECA.

Há desafios de planejamento e financiamento para todos os entes federados. Isso significa olhar para o conjunto das contas municipais, olhar para as folhas de pagamento e verificar, de fato, considerada a complementação da União e a destinação de parte desse recurso para a educação infantil, qual é a capacidade, de fato, dos municípios de conseguirem realizar esse atendimento pleno, considerando que os profissionais sejam, de fato, educadores. Depois, a garantia de equidade, que requer a valorização dos profissionais das redes públicas e conveniadas, porque o problema do piso da carreira e da política de formação não pode ser pensado apenas para os profissionais da rede pública, embora isso tenha que acontecer naturalmente.

Por que eu coloco isso? Nós não podemos ter duas redes ou dois padrões de oferta da educação de creche. E isso é algo que tem que ser pensado. Inclusive, tem que ser pensada a situação dos instrumentos jurídicos que regulam a relação institucional com as creches conveniadas.

Infelizmente, nós ainda presenciamos, embora de maneira paradoxal, porque o investimento aumentou em educação infantil no país, e o atendimento em educação infantil... Como mostram o monitoramento e as avaliações do PNE, o investimento em creche e em educação infantil cresceu substantivamente. No entanto, boa parte desse crescimento se deu a partir de parcerias, digamos assim, que nem sempre têm instrumentos jurídicos de regulação que significam, de fato, a participação do poder público no acompanhamento fino do que acontece nesses equipamentos.

Nós estamos falando aqui – e eu dirijo essa preocupação a todos os presentes – de crianças que mal falam ou não falam, que têm poucas condições de se defender de situações que, muitas vezes, se vinculam estritamente à proteção, envolvendo sono, alimentação e o cuidado imediato. E há pouco investimento no trabalho educacional com essas crianças. Essa indissociabilidade, à qual a Senadora fez referência no início, é imprescindível para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e físico de uma criança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso que nós pensemos, considerado agora o debate sobre o Plano Nacional, sobre os planos estaduais e sobre os planos municipais, em discutir políticas considerando dados objetivos de atendimento e de demanda – naturalmente, não só as metas previstas nos planos decenais – e também as condições fiscais de financiamento e da folha de pagamento. Isso porque, às vezes, você vê situações em que se argumenta a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas, quando se vai verificar onde estão os professores, muitas vezes estão em vários órgãos, mas não na Educação. Isso tudo inflaciona, evidentemente, a folha, o que significa custo para o município.

Então, isso é fundamental para que nós discutamos a questão do Custo Aluno Qualidade no país e para que consigamos assegurar, na avaliação do Custo Aluno e na discussão sobre as fontes de financiamento da educação nacional, que será necessário ser feita, e sobre o padrão mínimo de qualidade da educação nacional, a condição das creches. Nós não podemos concordar que nós voltemos a uma situação pré-LDB no Brasil, isto é, a uma situação em que as creches voltem a ter prioritariamente caráter assistencial, não obstante estejam sob a gestão da Educação. Essa é a primeira questão-chave. Mas, de outro lado, é muito importante também que nós cumpramos aquilo que a LDB estabelece, assegurando que nós tenhamos os profissionais – concluindo – com a qualificação devida.

Chamo a atenção para que esse processo envolva mecanismos de reconhecimento do trabalho, do tempo, da dedicação e da experiência desses profissionais no âmbito dos concursos públicos. Esse é um debate que tem que acontecer não só nos municípios, mas também em âmbito nacional.

E a oportunidade de discussão dos planos decenais, agora, seja com a aprovação do PNE no Congresso Nacional, seja com a elaboração dos planos estaduais e municipais, no âmbito dos estados e municípios, favorece muito que essa discussão seja feita do tamanho que ela tem para que, de fato, a creche seja um instrumento de desenvolvimento das crianças, um instrumento educacional que envolve cuidado e desenvolvimento em todos os campos, volto a dizer, cognitivo, psicológico, afetivo e físico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu termino agradecendo muito o convite, coloco-me à disposição para conversar depois das falas. Eu tenho uma limitação de horário, mas estou aqui disponível para conversar no tempo que eu puder ficar.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sra. Maria Selma de Morais Rocha, Diretora de Articulação com Sistemas de Ensino.

Eu vou passar a palavra agora para a Sra. Tathiane Andrea de Christo, Coordenadora do Movimento Somos Todas Professoras.

A SRA. TATHIANE ANDREA DE CHRISTO (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora. Muito obrigada por nos atender e atender com celeridade essa nossa audiência.

Eu gostaria... Só para poder passar o eslaide...

Bom, nós somos do Movimento Somos Todas Professoras, que é um movimento social que luta pelo reconhecimento docente...

É aqui? (*Pausa.*)

É aqui.

Pelo reconhecimento e enquadramento das profissionais que trabalham nas creches e pré-escolas na carreira do magistério.

Bom, como tudo há uma história, há um princípio. As nossas lutas pelo reconhecimento se iniciaram em São Bernardo do Campo, em 1992, com o trabalho da Dra. Eliana Lucia Ferreira, nossa queridíssima, aguerrida advogada e assessora jurídica do movimento, junto com algumas educadoras não reconhecidas docentes daquele município.

Logo após, veio o reconhecimento da cidade de São Paulo, em 2003. Um pouquinho mais adiante, tivemos o reconhecimento na cidade de Diadema, Osasco; e assim a luta foi tomando uma proporção maior até chegar, em 2019, à cidade de Vinhedo, onde nossas companheiras, hoje de luta também, buscaram o município para tentar consertar esse erro histórico, e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obtiveram sucesso no local. Então, procuraram os Parlamentares do estado, assim foi tomando uma proporção muito maior, e hoje nós temos o Movimento Somos Todas Professoras, com 157 municípios catalogados em 14 estados pelo país.

Se vocês perceberem, a luta começou em 1992. Nós juntamos o movimento, formamos o movimento em, mais ou menos, 2020. Só que nesse meio tempo surgiu a LDB, e a LDB, no seu art. 61, traz a seguinte redação: "Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que nela, estando em efetivo exercício e tendo esse formado em cursos reconhecidos, são trabalhadores da educação, portadores de diploma de curso técnico e curso superior na área pedagógica ou afim". Ou seja, quem trabalha na educação, na sala de aula, com as crianças, bebês, crianças pequenas, são quem? São os professores.

Não há como ter uma educação de qualidade, um cuidar e um educar sem um profissional formado. Se nós continuarmos com essa abertura de concursos que os Prefeitos fazem, colocando essas inúmeras nomenclaturas apenas para burlar o direito de termos uma profissional devidamente formada, isso, sim, prejudicará a educação; isso, sim, vai prejudicar o desenvolvimento integral dessas crianças.

E aí nós catalogamos, como eu falei, 64 diferentes nomenclaturas, e não são professoras, por incrível que pareça. Nós temos pajens, nós temos babás, nós temos atendentes, temos estimuladores. Gente, é vergonhoso, mas tudo isso são burlas que as prefeituras utilizam para não reconhecer o direito de as crianças pequenas e de os bebês terem um profissional plenamente capacitado em cuidar e educar.

Mas Deus é maravilhoso na nossa vida, e, no meio deste caminho, encontramos a Deputada Luciene Cavalcante, que apresentou corajosamente esse Projeto de Lei 2.387, que veio para a gente corrigir esse erro e essa injustiça tremenda na educação infantil.

Nós que estamos no chão da creche diariamente sabemos que o cuidar e o educar são fundamentais na primeiríssima infância, pois é ali que nós os ajudamos na higiene, na alimentação, no acolhimento, no afeto, na atenção às necessidades, no vínculo e na confiança, pois o nosso cuidar não é apenas "ah, eu vou olhar aquela criança, para ela não se machucar" ou "vou olhá-lo para ele não machucar o amiguinho"; não, vai muito além disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, juntamente a este cuidado, nós temos a educação, que não são os conteúdos, como estamos acostumados nos ensinos fundamental, médio e superior, de números e letras; não, vai muito além disso. O nosso educar é uma interação social, para estimular a curiosidade dessa criança, pois, se chega um bebê, realmente ele não fala, realmente ele não sabe se defender; e esse é o nosso papel. Nós estamos ali para educar esse ser humano e para ensiná-lo a se defender muitas vezes em muitas situações, até de uma mordida de um colega. Estamos ali para desenvolver as suas habilidades e aprendizagem através da brincadeira.

Nós temos também inúmeras atividades, como interação em grupo e exploração sensorial. E nossas atividades configuram, extremamente, a nossa função docente, porque todas são intencionalmente planejadas, todas as brincadeiras, as explorações de materiais, as rodas de conversa, pois é numa roda de conversa – pasmem, Srs. Senadores! – que nós ensinamos as crianças a ouvir o colega, a dar a fala e também a respeitar muitas vezes a opinião do outro. E nisso nós temos muita dificuldade hoje, até na vida adulta, no respeito pelo outro.

E essas ações são totalmente indissociáveis, porque não tem como a gente cuidar e não educar, e, ao mesmo tempo, também não tem como educar e não cuidar, pois isso faz parte das nossas rotinas, na alimentação, na higiene pessoal, no descanso, no sono.

Por incrível que pareça, tudo na nossa rotina tem a intencionalidade pedagógica, porque todo ato que nós efetuamos na educação infantil é um ato pedagógico, plenamente pedagógico. E a nossa dimensão... E, com a aprovação do PL 2.387, nós teremos uma dimensão jurídica que ele atingirá, com certeza. Ele reparará essa injustiça histórica para a educação infantil, pois sua aprovação trará uma segurança jurídica em termos de padronização nacional, e, assim, fecharemos as brechas para as burlas dos Prefeitos, que as cometem contra todas nós, educadoras infantis. Administrativamente, nós vamos organizar o quadro funcional de forma coerente e com segurança administrativa. Financeiramente, contribuirá para combater os usos indevidos do Fundeb. Porque nós não somos... não traremos impacto financeiro. Impacto financeiro é gerado por aquilo que não trará benefício para a sociedade. A educação não é um gasto, a educação é um investimento, pois só uma sociedade plenamente educada será uma sociedade próspera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois, para a educação infantil... para termos uma educação infantil para valer, necessitamos desse reconhecimento, pois, assim como os outros campos da educação, a educação infantil merece ser respeitada; os bebês merecem ser respeitados; as crianças muito pequenas merecem ser respeitadas; as crianças pequenas merecem ser respeitadas. E como iremos respeitá-los? Aprovando este projeto de lei e tendo um docente plenamente capacitado, cuidando e educando esses bebês e essas crianças. Pois, como eu disse, a educação infantil merece todo o respeito da nossa sociedade.

Eu quero encerrar aqui a minha contribuição com essa imagem emblemática, pois foi neste dia, no dia 8 de maio, se não me engano, de 2023, em que estivemos aqui em Brasília pela primeira vez, e foi quando a Deputada Luciene Cavalcante protocolou esse projeto de lei. Quero agradecer muito a ela por essa coragem de enfrentar esse sistema, pois só uma mulher servidora, conhecedora do chão da escola, teria coragem para fazer isso. E também quero agradecer a todas vocês, companheiras de luta, que não desistem, não baixam a cabeça e são totalmente resistentes a qualquer opressão e perseguição, por isso, nós estamos aqui ainda hoje.

E, para deixar ainda mais emblemático esse dia, para marcarmos na história, nós estamos numa audiência no mês de agosto, mês em que se comemora a educação infantil. Então, vejam só que coisa maravilhosa aconteceu neste mês. (*Palmas.*)

Srs. Senadores, gostaria de deixar um recado a todos vocês: façam justiça. É uma justiça social. Aprovem o PL 2.387, de 2023, e venham junto conosco, as professoras, reescrever a história da educação infantil brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Tathiane Andrea de Christo, Coordenadora do Movimento Somos Todos pela... Somos Todas Professoras.

Agora, eu vou passar a palavra para o Sr. Carlos Giannazi, que é o Deputado Estadual por São Paulo, por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS GIANNAZI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Senadora Leila Barros; quero cumprimentar todas as educadoras de educação infantil presentes aqui na audiência pública no Senado Federal; cumprimentar a Deputada Federal Luciene Cavalcante, que é professora, supervisora de ensino e autora do Projeto de Lei 2.387, de 2023; e quero cumprimentar também a nossa colega aqui de São Paulo, a Profa. Tathiane, que acabou de fazer uma importante intervenção.

Quero dizer que esta audiência pública é muito importante, porque vai sensibilizar, tenho certeza, o Senado Federal a aprovar agora o Projeto 2.387, dando um passo fundamental para que o projeto siga para a sanção presidencial, para que a gente possa fazer justiça com as educadoras de educação infantil, que, na prática, são professoras! Elas exercem a carreira docente, têm formação e foram aprovadas em concurso público, logo são professoras e devem ter acesso a todos os benefícios e direitos do magistério brasileiro: aposentadoria especial; direito ao piso nacional do magistério; direito à jornada do piso; e todos os outros direitos que nós conquistamos historicamente em nossas lutas em defesa do magistério, em defesa dos profissionais da educação do Brasil.

Então, por isso que a aprovação desse projeto é fundamental para fazer justiça e o Senado tem um papel importante neste momento. O projeto chegou aí, o projeto da Deputada Luciene Cavalcante, que foi aprovado nas três Comissões e foi aprovado em Plenário, graças ao trabalho, à mobilização das educadoras de educação infantil, mas, sobretudo, ao trabalho, ao empenho, ao trabalho obstinado, ao trabalho de convencimento que a Deputada Federal Luciene Cavalcante fez em cada Comissão, com os partidos políticos, com os Deputados, com os Líderes partidários, com o Presidente da Câmara, porque não é fácil aprovar um projeto na Câmara Federal.

A Deputada Luciene está de parabéns porque aprovou esse projeto e, ontem, aprovou um outro projeto tão importante quanto, que é o projeto do descongela, que descongela os quinquênios, a evolução funcional, que foi congelada na pandemia pelo ex-Presidente Bolsonaro, através da Lei Complementar 176. A Deputada Luciene Cavalcante, ontem, conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um feito, conseguiu aprovar o projeto e ele vai para o Senado agora, um projeto importante que vai beneficiar todos os servidores e servidoras do Brasil.

Então, parabéns, Deputada Luciene Cavalcante, pelas duas vitórias! Conseguiu aprovar na Câmara Federal o projeto do enquadramento, que é esse, o 2.387, e, ontem, que foi uma noite histórica na Câmara Federal. Os servidores públicos de todo o Brasil estão em júbilo, estão comemorando essa aprovação de ontem.

Voltando aqui ao tema, então, a minha contribuição é a seguinte, sou professor, diretor de escola da rede municipal de São Paulo, mestre em educação pela USP, doutor pela USP e sempre atuei na área da educação do ponto de vista profissional.

Trabalhei muito em universidades aqui em São Paulo, com formação de professores, e sempre trabalhei nas redes públicas, na rede municipal de São Paulo, em que eu ingressei em 1985 como professor, lá na gestão ainda do Mário Covas, e passei por várias outras gestões. Eu conheço a rede municipal de ensino e conheço a educação infantil profundamente.

Então, eu quero dizer o seguinte: que... (*Falha no áudio.*) ... das nossas educadoras de educação infantil. Eu falo aqui não só como professor, como formador de professoras em cursos de licenciatura, Pedagogia, mas, sobretudo, também eu quero aqui rapidamente falar de dois episódios, de duas experiências que eu tive como legislador, como Vereador da cidade de São Paulo.

Eu tive dois mandatos aqui na capital, de Vereador e, no primeiro deles, nós aprovamos uma lei na Câmara Municipal de São Paulo, que foi um projeto de lei que enquadrou mais de 6 mil educadoras de educação infantil na carreira do magistério. Olha só: a cidade de São Paulo, o maior município do Brasil, já fez esse enquadramento entre 2003 e 2004. Nós aprovamos a lei, que não foi questionada, que teve o apoio da Procuradoria do município, do Ministério Público – a lei está em vigor até hoje. Então, nós enquadramos quase 7 mil servidoras, educadoras da educação infantil, na carreira do magistério municipal em São Paulo, minha gente – São Paulo, a capital! Então, nós já fizemos isso, já fizemos a lição de casa lá atrás.

E depois, como Deputado Estadual aqui, na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2013, nós aprovamos uma outra lei, fazendo o... (*Falha no áudio.*) ... educadoras de educação infantil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das creches da Universidade de São Paulo. A USP tem várias creches nos seus *campi* espalhados aqui pelo estado, e elas... (*Falha no áudio.*) ... consideradas técnicos em educação infantil – olha só o absurdo do nome –, e nós aprovamos um projeto enquadrando todas elas na carreira do magistério.

Mas o mais importante é que o projeto foi encaminhado à Assembleia Legislativa pelo reitor da Universidade de São Paulo, e o reitor da Universidade de São Paulo, na época o Reitor Rodas, que era juiz federal – tinha sido Diretor da Faculdade de Direito da USP do Largo de São Francisco; era um jurista –, encaminhou o projeto. Nós o aprovamos na Assembleia Legislativa enquadrando todas as educadoras de educação infantil das creches da USP, que eram creches públicas, financiadas com dinheiro público. Enquadramos todas elas, e não teve contestação nenhuma. Elas estão enquadradas até hoje.

Então, eu fico pensando por que estão barrando, estão interpretando de uma forma totalmente equivocada e errada a legislação vigente hoje no país, se, eu diria, a maior Câmara Municipal do Brasil, da América Latina, que é a de São Paulo, aprovou o projeto e a maior Assembleia Legislativa... (*Falha no áudio.*) ... nossa, aqui de São Paulo (*Falha no áudio.*) ... o projeto, que foi sancionado pelo Governador? E elas foram todas enquadradas na carreira do magistério.

Então, qual o problema? Não tem problema, ninguém entrou com ação aqui. Quem vai fazer esse tipo de questionamento? Porque, repito, vocês, educadoras de educação infantil, são professoras; vocês exercem, de fato, a carreira docente – a função docente, desculpem –; vocês são aprovadas em concurso público e têm formação – é isso. Então, é preciso enquadrar vocês na carreira do magistério.

Por isso, nós apelamos ao Senado agora para que aprove o Projeto 2.387, de 2023, da Deputada Luciene Cavalcante, que resolve essa situação e resolve, sobretudo, essa questão da possibilidade de uma interpretação totalmente equivocada de Prefeitos que temem e também de promotores e de procuradores de Justiça que não entendem a questão de que não há separação entre cuidar e educar. Então, o projeto da Deputada Luciene Cavalcante resolve essa situação definitivamente. Por isso que é muito importante que o debate seja feito no Senado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Senadora Leila Barros esteja promovendo e organizando esta audiência pública, para sensibilizar o Senado Federal.

Eu tenho certeza de que o projeto será aprovado aí no Senado Federal e mais certeza ainda de que o Presidente Lula vai sancionar, com certeza, em caráter de urgência, esse projeto, após a aprovação dele aí no Senado Federal.

Por fim, todos falam em defesa da "primeiríssima infância" – os Vereadores, os Deputados, os Prefeitos, os Governadores, os Ministros. Hoje todo mundo defende a primeiríssima infância, mas quem defende, de fato, a primeiríssima infância tem que defender quem cuida das crianças, quem cuida da primeira infância, da primeiríssima infância, que são vocês, educadoras, professoras de educação infantil.

Então, todos os governantes, todos os Parlamentares, os agentes públicos que estão em defesa, que lutam por uma educação pública de qualidade, sobretudo nessa área da educação infantil, têm que defender o Projeto 2.387, têm que defender o enquadramento das educadoras de educação infantil na carreira do magistério, para que elas tenham direito a tudo, como à aposentadoria especial, como eu disse, ao piso nacional do magistério, à jornada do piso. Tudo isso é importante, é a valorização dessas educadoras, professoras de educação infantil. Então é isso, minha gente.

Muito obrigado e vamos seguindo em frente.

Parabéns a vocês pela mobilização.

Quero saudar a Senadora Leila Barros, a Deputada Luciene Cavalcante, que está aí representando as educadoras, e a vocês que estão presentes aí no Plenário do Senado Federal.

Um abraço para você. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada. Grata ao Deputado estadual por São Paulo, o Sr. Carlos Giannazi. Grata pela participação.

Bom, esta Presidência informa que esta audiência também está sendo transmitida no Plenário 13, neste mesmo corredor, para poder acomodar os professores e professoras que aqui comparecem para acompanhar a reunião. Então nós temos outro Plenário que foi aberto, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecendo aqui ao nosso Secretário da Comissão, o João, e à equipe toda aí da Comissão de Assuntos Econômicos, e ao Senado, que disponibilizou esse espaço para as demais professoras, enfim, para os professores que estão acompanhando esta audiência pública.

Eu vou passar a palavra agora para o senhor Christian Silva, que é analista técnico em educação.

Seja bem-vindo, Christian.

O SR. CHRISTIAN SILVA (Para expor.) – Primeiramente eu gostaria de agradecer, em nome do Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e cumprimentar todos, na pessoa da Senadora Leila.

Bom, primeiramente, para a CNM, esse PL tem um caráter inócuo. Por que eu digo isso? Ele traz algo que hoje já está previsto na LDB, que é, como a Sra. Tathiane falou, o art. 61 da LDB. No primeiro inciso, ele traz que os professores, aqueles habilitados, ou seja, que possuem formação em nível médio ou em nível superior, já são considerados profissionais para a docência, seja da educação infantil, seja do ensino fundamental ou do nível médio.

Ainda na LDB, no art. 67, ele traz que a esses profissionais são assegurados o estatuto e os planos de carreira. Logo, para a CNM, o que a gente entende? Que esses profissionais têm direito a receber os mesmos proventos dos demais profissionais do magistério. Eles têm os mesmos direitos, vocês possuem os mesmos deveres e vocês têm o mesmo direito a reajuste, por um percentual inflacionário ou aquele que a prefeitura pode pagar, de acordo com as suas condições fiscais. Logo, o Fundeb deve e pode ser utilizado para poder fazer o pagamento desses profissionais.

Mas a gente não pode falar de educação infantil sem trazer também o debate para as dificuldades e os desafios hoje enfrentados. Hoje 99% das matrículas públicas de educação infantil estão concentradas nos municípios; 67% de todas as vagas em creche hoje também são responsabilidade dos municípios, segundo os dados do Censo Escolar de 2024. Em 2022, o STF julgou, por meio do Tema 548, a obrigatoriedade do poder público de garantir vagas em creches e pré-escolas para crianças de zero a cinco anos. Na prática, hoje a pré-escola, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

crianças de quatro e cinco anos, já está praticamente universalizada, 99% dessas matrículas. O problema se instaura aqui nas crianças de zero a três anos: a creche.

Todo esse encargo fica na mão dos entes municipais. Para fortalecer isso, o Congresso, o Senado, junto à Câmara, sancionou a Lei 14.851, que determina o levantamento e a divulgação da demanda de crianças de zero a três anos. Na prática, o que isso quer dizer? Os municípios devem criar e priorizar, com base em critérios próprios, uma fila de espera para poder atender essas crianças.

Hoje, para os senhores e as senhoras terem uma ideia, segundo a Pnad de 2024, 2,2 milhões de crianças demandam hoje vaga em creche. Na prática, isso quer dizer que uma em cada três crianças estão fora da creche por falta de vaga, seja por inexistência de creches, seja por falta de vagas ou por conta do corte etário. Há ainda 46 mil judicializações, segundo o painel do CNJ, requerendo vagas em creches. Isso cria um cenário alarmante porque, quando nós consideramos, nós pegamos o recorte hoje do Fundeb, 85% dele já estão comprometidos, em média, com remuneração de pessoal, sobram apenas 15% para todas as outras ações de manutenção e desenvolvimento de ensino, seja ampliar uma escola, seja reformar uma creche ou outra ação.

Há ainda 33% dos municípios, 1.843 dos 5.569 municípios, que utilizam de 90% a 100% do Fundeb só com remuneração.

Esse é o impacto que hoje, com base na Pnad e no Censo Escolar, os municípios teriam: um impacto de R$45,3 bilhões por ano para matricular essas crianças, seja por contratação de profissionais, seja por custeio, somando todas as considerações. Isso é uma estimativa decorrente de capacitações da CNM nos municípios afora.

Bom, aqui e agora, a nossa dificuldade. De fato, a oferta de creche é algo legítimo, necessário e que se faz presente, mas ela não pode ser imposta da maneira como está sendo hoje: descolada da realidade dos municípios. Hoje, nós vivemos um contexto de restrição fiscal e um elevado comprometimento dos orçamentos municipais, haja vista, principalmente, o Fundeb. Isso impõe aos municípios desafios técnicos, operacionais e financeiros significativos. Para os municípios, é necessária a cooperação federativa. Não dá para imputar a educação infantil somente aos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Constituição hoje, a Emenda Constitucional 59, de 2009, traz que a educação infantil é obrigatória dos 4 anos aos 17 anos. A partir do momento em que o Tema 548, do STF, sem considerar um tratamento diferenciado dessas matrículas, impõe sem garantir uma fonte permanente e suficiente de financiamento para essa expansão, isso traz um risco à autonomia federativa e às condições objetivas dos municípios, contrariando a Carta Magna e reforçando o pacto federativo.

Do que nós precisamos hoje é de uma cooperação. Não dá para os municípios lidarem sozinhos. Educação de qualidade não se faz só com remuneração. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Sr. Christian Silva, Analista Técnico em Educação.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Lucas Sachsida, Promotor de Justiça do Ministério Público de Alagoas.

Seja muito bem-vindo, Dr. Lucas.

O SR. LUCAS SACHSIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora.

Eu a parabenizo pela audiência pública.

Já tive oportunidade de participar de diversas, eu creio que de mais de dez audiências públicas para tratar da valorização dos profissionais da educação. E aqui a minha admiração à Deputada Luciene Cavalcante pelo projeto de lei e pela luta.

O Ministério Público brasileiro acredita, sem dúvida alguma, e defende que defender a valorização dos profissionais de educação não é só defender uma classe, é defender o espectro qualidade – e eu sempre repito isso – do direito à educação. Não é à toa que, no art. 206, nos seus incisos V e VIII, da nossa Constituição, a gente tem como princípio constitucional tanto o piso quanto a valorização dos profissionais da educação.

Eu queria, até para enriquecer o debate, ser sincero – e eu peço já perdão –, mas eu preciso ser honesto com a função e com que estou aqui. A questão não é só financeira, a questão é de qualidade de gestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar dois exemplos. A gente sabe muito bem que o novo Fundeb trouxe à tona aqui o Vaat, que tem uma porcentagem que tem uma finalidade constitucional destinada à educação infantil. Parte do Vaat deve ser destinada à educação infantil e também a investimentos de capital, 15% do investimento de capital e, em média, 50%, de acordo com o Índice da Educação Infantil, aquele IEI.

Se a gente for analisar o último levantamento feito – o FNDE me deu esse levantamento; a gente tem uma proximidade muito grande com o FNDE –, eu tenho 422 municípios que não cumprem a destinação específica do Vaat, sejam os 50% para a educação infantil, sejam os 15% em investimento de capital. E aí entra a construção de creches, por exemplo, sem dúvida alguma.

Deixe-me lembrar também que nós tivemos a Emenda Constitucional 119, que diz que não seria necessário aplicar um mínimo constitucional em 2020 e 2021, mas deveria ser recomposta essa não aplicação em 2022 e 2023. A conta chegou em 2024, e temos um levantamento – pelo menos – feito, de maio, do Siope, com dados públicos. A gente fez um levantamento completo com isso, também com a ajuda do FNDE, e é no sentido de que temos uma dívida do Brasil, de diversos entes, de mais de R$5,5 bilhões para a educação.

Então, quando a gente vai tratar de questões financeiras, eu preciso também olhar o caso concreto. Respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela coloca normas de controle ali muito específicas no que diz respeito à contratação de cargos comissionados, de funções comissionadas, de redução nesse sentido. Então, antes de debater, isso é muito importante.

E eu trago à tona o mais discrepante e perigoso quanto à questão que a gente vive hoje no nosso país para a valorização dos profissionais da educação, que é o abono, que é o rateio no final do ano. O abono passou na emenda constitucional, nós tivemos o abono passado na Emenda Constitucional 114 – a possibilidade do rateio –, e esse rateio veio sem regramentos.

Então, eu tenho diversos entes em que eu não cumpro o piso – não tenho um plano de carreira específico, um plano de carreira eficiente, que respeite dignamente esses professores – e em que eu também não tenho, por exemplo, capacitação continuada, mas, no final do ano, eu divido muito dinheiro. Ora, que gestão é essa? Que gestão é essa? Basta pegar: aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais dividem dinheiro, aqueles que mais rateiam dinheiro no final do ano certamente são aqueles que investiram menos.

Então, o contexto é um pouco mais complexo, mais distinto, e essa seriedade precisa vir no debate. Ela precisa vir à realidade desse contexto, para que a gente tenha um debate para dizer: "Olha, os municípios não dão conta. Não é bem assim em determinadas situações". Vejam que eu não estou generalizando. Eu conheço diversas e espetaculares gestões municipais – não é isso –, mas a gente precisa trazer isso à tona.

Outro ponto de debate muito importante, para que o debate tenha o seu esteio, para que ele chegue aos objetivos no final, é dizer que, ao mesmo tempo em que eu reconheço que aqueles professores têm razão, ou que aqueles profissionais, lá naquela etapa infantil de ensino, têm o direito – até porque eu tenho súmulas do TST nesse sentido, no sentido de que, por mais que eu não reconheça a readequação da função ou cargo... Eu já vou entrar nisso... Por mais que eu não reconheça aquela readequação, eles têm direito, tendo em vista o desvio de função ou o exercício pleno da função de professor, dentro daquela etapa, dos valores a serem recebidos.

Então, portanto, eu tenho um passivo crescendo dia a dia para esses municípios. Ou seja: com o não cumprimento exato, o não reconhecimento desses profissionais pelo que de fato eles são – professores – dentro dessa etapa de ensino, eu tenho, a cada dia, um aumento de um passivo potencial gigantesco para os nossos entes. O não pagamento é, sim, um jogar para debaixo do tapete ou postergar um prejuízo muito grande para os nossos entes, para os cofres públicos. Então, o debate precisa partir dessa premissa.

Por outro lado – eu peço todas as vênias para discordar do representante da Confederação Nacional de Municípios –, eu não vejo como inócua a legislação nova, o PL que estamos a discutir; pelo contrário, essas legislações que colocam, trazem e põem, de forma expressa, a questão da educação infantil, do educador infantil, na LDB, reforçam uma necessidade, assim como foi, no PL da Deputada Duda, que está a tramitar, quando se colocou a água potável como uma necessária dentro do processo de ensino e aprendizagem dentro da LDB. Ora, é óbvio que a água potável é necessária dentro do ambiente escolar no processo de ensino e aprendizagem, mas colocá-la ali traz um chamamento para dizer: "É preciso que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumpra" e dá força aos órgãos de controle para exigir isso em determinadas ações civis públicas quando necessário. Então, legislações assim devem ser de fato aplaudidas. É claro, peço todas as vênias para dizer, mas sob a minha ótica.

Agora, uma questão importante, o cerne, a alma deste debate: aqueles profissionais que atuam nessa etapa de ensino são professores porque o brincar, o desfraldar, o alimentar fazem parte do processo de ensino e aprendizagem dentro dessa etapa de ensino. Então, quando a gente tem essas ações judiciais que cobram, pelo menos, os salários, eu acho que é um *distinguishing* – isso é um termo jurídico, mas é um termo para dizer que, por mais que eu tenha uma súmula de que não se pode readequar aqueles profissionais para aquela área, apenas dar o valor devido, a compensação salarial... Nesse caso, não. Nesse caso, o concurso público geralmente descreve o processo de ensino e aprendizagem. E aí eu preciso pegar a Resolução 5, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, por exemplo, e ali perceber que, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o brincar, o interagir com o adulto, o interagir com a criança fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, reconhecido pelo nosso Conselho Nacional de Educação.

A lei que traz o Marco Legal da Primeira Infância, a Lei 13.257 – perdoem-me, talvez eu tenha esquecido o número da lei –, também liga diretamente o processo de brincar ao processo de ensino e aprendizagem. Vejam lá, quando ela define, salvo o melhor juízo, no art. 14, que os profissionais que atuam com criança têm que ter preparação no que diz respeito a educar. Há o fato de lembrar que o brincar e a interação adulto e criança, e crianças e crianças são parte do processo de ensino e aprendizagem. Portanto, esses profissionais, quando são contratados nesses concursos públicos, são contratados para serem professores, independentemente da roupagem ou do nome que se dá. Então, vejam só que eu tenho, inclusive, um *distinguishing* jurídico para essas ações que tramitam tanto Brasil a fora. É algo que a gente precisa analisar com muito respeito.

E essa legislação, portanto, esse PL que estamos hoje a discutir, nada mais faz do que tentar trazer segurança jurídica e tentar evitar um problema seriíssimo que estamos a acumular, tanto um problema de qualidade do nosso processo de ensino e aprendizagem, num momento tão importante de criação do Sistema Nacional de Educação, de criação do Plano Nacional de Educação... Devo destacar que o relatório do Sistema Nacional de Educação foi disposto ontem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à noite e foi apresentado e publicado hoje. Ali eu tenho tópicos relativos ao Custo Aluno Qualidade, o que compõe o Custo Aluno Qualidade. É um momento importante para a gente parar um pouco e evitar esses desvios ou essas falhas ou esses entremeios para se evitar o pagamento do piso, para se evitar a valorização, para se evitar o plano de carreira, para se evitar a capacitação continuada dos profissionais de educação, em qualquer etapa, principalmente naquela responsável pela definição do futuro de nossas crianças, já reconhecida pelo Prêmio Nobel ao James Heckman, salvo engano, em 2000. Já cansamos de falar nas audiências públicas dessa etapa de educação para o nosso futuro, para a nossa sociedade.

Então, é preciso que a gente traga mais informações ao tema para que a gente evite o que a gente chama de Paradoxo de Simpson, que são aquelas estatísticas, aqueles números que vão nos convencendo de que talvez o financeiro não vá funcionar, quando a gente tem muitos outros temas a tratar e muitas outras coisas a denotar que não são só isso.

É um momento importante de implantação do novo Fundeb, novo CNE, repito, novo PNE, portanto é o momento de uma legislação como essa, sim, entrar na LDB para que se denote que os profissionais ali daquela etapa de ensino, da educação infantil, são, sim, professores, merecem, sim, ser professores, assim como as nossas crianças merecem tê-los como professores e valorizados.

Então, essa é uma posição que o Ministério Público defende, tem defendido, claro, a duras custas. O piso tem tido um ataque muito grande, a valorização dos profissionais de educação tem tido um ataque muito grande, principalmente após a criação desse grande inimigo que é o abono, o rateio no final do ano, sob a nossa ótica – o abono desregrado –, e essa legislação nada mais faz do que tentar superar essa batalha.

Então, eu parabenizo novamente a audiência pública ora realizada, rogo ao Senado que dê a prioridade necessária para que a gente tenha a aprovação rápida dessa legislação, até em respeito ao mês da primeira infância em que estamos, o Agosto Verde. Para que tenhamos uma educação de qualidade, precisamos de professores; para que tenhamos professores, precisamos da valorização desses profissionais.

Parabéns! Eu continuo à disposição e muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Dr. Lucas Sachsida, Promotor de Justiça do Ministério Público de Alagoas. Grata pela sua exposição e pelo seu trabalho também. Parabéns pelo trabalho em defesa da educação!

Eu gostaria de cumprimentar aqui rapidamente o Deputado Tarcísio Motta, pelo Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Deputado.

Eu vou passar a palavra, agora, para a Deputada Luciene Carvalho... Cavalcante. Perdão, perdão. Isso é cansaço, gente. (*Risos.*)

A gente está vivendo tanta coisa, não é? Nós estamos... Não é, Deputada? Você sabe também.

Mas quero parabenizá-la pela iniciativa. Desde o primeiro momento em que o Senador Renan me designou Relatora – eu vou ter que fazer esse relato –, a Deputada me procurou. Sentamos eu, ela, a sua equipe e a minha equipe, e claramente eu vi a intenção da Deputada: além do relato dela, é um trabalho que traz à luz uma demanda histórica, que é se fazer justiça com os nossos profissionais da educação infantil.

Então, gente, para mim está muito claro. Obviamente, a gente não vai ser irresponsável; vamos tratar o tema com a devida importância, não só pela questão de justiça das profissionais, mas, também, por esse apelo dos municípios. A gente vai ter que buscar aqui alguma solução, mas, para esta Relatora, não há a menor dúvida com relação à importância e ao mérito dessa proposição e dessa iniciativa da Deputada Luciene Cavalcante. (*Palmas.*)

Então, com a palavra a autora dessa proposição e grande guerreira na Casa, assim como o Deputado Tarcísio Motta.

Nós temos alguns Parlamentares muito fortes aqui na educação. Eu tive a oportunidade, aqui no Senado, de estar com a Professora Dorinha Seabra, de estar com a Teresa Leitão, com o Senador Flávio Arns. E, com certeza, quando essa matéria sair daqui para a Comissão de Educação, certamente já vai estar trabalhada, inclusive com a autora aqui e com esta Relatora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui; quando sair da CAE para a Comissão de Educação, com certeza, já estará trabalhada, já acordada e conversada.

Então, vou passar a palavra aqui para nossa querida Deputada Luciene Cavalcante.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Para expor.) – Boa tarde! Boa tarde, movimento, mulheres – mulheres! Boa tarde, mulherada. (*Palmas.*)

Primeiramente, quero agradecer muito, muito à Senadora Leila por toda a acolhida, por toda a disponibilidade. Às 11h da noite, a gente estava conversando, acertando a agenda, tentando resolver, priorizar essa pauta. A Leila é muito comprometida com a primeira infância, com a educação, com a justiça social. Então, o Senador Renan Calheiros foi uma pessoa muito iluminada por ter indicado uma mulher para fazer a relatoria desse nosso projeto numa Comissão que é, ouso dizer, uma das mais desafiadoras que a gente vai atravessar nesta nossa trajetória, que é a Comissão de administração...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone.*) – Assuntos Econômicos.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) – ... Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Então, esse agradecimento é para cada uma que está aqui hoje. Eu sei da dificuldade, da luta que foi. A gente tem delegações do Brasil inteiro. E um problema muito... um problema, porque não coube todo mundo aqui neste plenário. O plenário cabe um pouco mais de 60 pessoas. Nós temos o Plenário 13 ocupado e temos um plenário lá na Câmara, também, com pessoas que vieram fazer este debate, tamanha é a importância que tem essa luta que movimenta o nosso país. Então, estamos reunidos em três plenários aqui e vamos tentar, ao final, nos reunir em um outro grande plenário. Mas, para quem está na educação, tudo é assim, né? É tudo muito difícil, tudo muito trabalhoso, mas a gente não desiste.

E aí, gente, a gente já está nessa luta há um bom tempo e quero aqui falar e reafirmar algumas coisas, alguns princípios que são fundamentais. O que não dá mais para continuar, o que não é possível mais ser naturalizado, escondido para debaixo do tapete, a única coisa que não dá é essa ilegalidade que existe no chão das creches do nosso país, o que acontece com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

essas mulheres. E são mulheres! A gente tem que afirmar isso porque é uma questão de gênero. São mulheres, na sua grande maioria, mulheres negras, que estão lá exercendo uma função fundamental, que é garantir o direito à educação a bebês e crianças pequenas no nosso país, e elas não são reconhecidas pelo trabalho que já realizam. Isso é ilegal! Isso é absurdo! Isso não pode ser naturalizado, como se "não, isso é uma questão menor". É uma questão menor para quem? Para quem? Porque, para a mulher que está ali subalternizada, isso é uma exploração. O que acontece hoje não tem outro nome: é exploração da mão de obra. (*Palmas.*)

Por quê? Você pega uma mulher... A mãe deixa aquele bebê, aquela criança pequena sob a responsabilidade daquela mulher e a reconhece socialmente como professor; aquela criança tem o conhecimento mediado por aquela mulher e a reconhece como professora; mas aí você vem me dizer que o meu salário não é de professor e que isso é uma coisa menor? Gente, o que é isso? Que país é esse? Que educação, que projeto de sociedade é esse? Não! Basta! Acabou esse tempo.

O Brasil que a gente está lutando todos os dias para construir tem que ter princípios muito claros. É inegociável o direito à educação. O direito à educação passa necessariamente por dois segmentos fundamentais: seus profissionais e seus estudantes. É disso que se trata. É disso, não se trata de outra coisa.

Então, você não realizar... Gente, R$4,8 mil por 40 horas de trabalho, relógio, uma das cargas horárias semanais mais altas do mundo – do mundo. Vocês pensam que é assim em todos os lugares do mundo, que professor tem que trabalhar 40 horas, com criança, o dia inteiro? Não, isso não é normal. Para mais da metade dos países da OCDE, isso não é normal. Agora, aqui você tem uma carga horária altíssima para ganhar um salário mínimo e vem me dizer que isso não é uma questão importante? É porque você não está lá no chão da creche.

(*Manifestação da plateia.*) (*Palmas.*)

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) – Você está onde? Onde que você está?

E eu não tenho nenhuma dúvida da importância estratégica desse debate e estou fazendo este debate lá no Plano Nacional de Educação. Convido aqui a Confederação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios para lá fazer coro comigo quando eu digo que a gente precisa que a União e os estados também sejam responsáveis pelas creches no nosso país. (*Palmas.*)

É isso, vamos lá comigo, porque estou fazendo este debate lá.

Assim como eu faço o debate – e quero também pedir aqui a ajuda da Confederação Nacional dos Municípios – para que a gente tire o Pnae da lógica do arcabouço fiscal, porque é óbvio que a alimentação dos bebês e das crianças precisa, sim, de um conjunto de recursos maiores porque é específica. E a gente quer qualidade.

Gente, nós somos a nona economia do mundo – nona! Temos muito dinheiro – muito! O que nós estamos fazendo aqui é lutando para que o dinheiro chegue para o conjunto da população. Nenhuma política é mais importante do que a política da educação infantil. Nenhuma outra! É a principal política de cuidado que a gente tem. E o Brasil tem uma dívida histórica: de cada dez bebês e crianças pequenas, só quatro estão na creche. É uma vergonha! É uma vergonha!

A gente precisa avançar, e avançar na expansão, sim: a gente quer mais concurso, a gente quer mais creche. A gente precisa avançar nisso. E a gente quer... Não adianta só construir as escolas, a gente tem que ter a profissional. E essa profissional já está lá. E agora alguém vem me dizer que a gente está criando uma espécie de subdivisão: "Ah, porque tem a professora..."? O que existe é uma ilegalidade. Elas são professoras, elas exercem a função. O que é isso? Elas têm a formação, elas passaram no concurso público. Ninguém aqui entrou pelas portas do fundo, não! (*Palmas.*)

Ninguém entrou!

Então, você está querendo me dizer que, hoje em dia... Vou pegar aqui a rede de Avaré. A Ana está aqui? A Ana está aqui, de Avaré, São Paulo. Na cidade inteira de Avaré, Leila, todo mundo lá não está enquadrado na carreira do magistério. Então, você está querendo me dizer que lá não existe educação infantil? O que está acontecendo lá?

Agora, essa naturalização, achar que isso é uma questão menor ou que isso é algo pelo qual a gente "pode esperar mais um pouquinho"... O que é isso? O que é isso? Eu tenho convicção, gente, da importância do debate que a gente está fazendo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, a gente vai falar... Eu tenho os dados também, o Ministério Público os trouxe, mas a gente tem outros que a gente tem coletado, junto com o FNDE. A gente vai apresentar tudo isso para subsidiar a Relatora Leila com relação à viabilidade do que a gente está falando. Ninguém aqui está falando que a nossa questão é simples. Ninguém está falando isso. Sabe por quê? Porque, quando a gente olha para o Brasil, para 400 anos de escravização do povo negro, quando a gente olha para o nosso país, que, mesmo sendo a nona economia do mundo, não consegue pagar, cumprir R$4,8 mil para as suas professoras da educação básica, um país que tem tanta dificuldade ainda... Pegue o Estado de São Paulo: mais de 40% da população não tem saneamento básico no Estado de São Paulo hoje, cujo orçamento anual é de R$30 bilhões.

Então, é óbvio que, num país como o nosso, toda vez que a gente vai lutar por direito, a gente sabe que vai ser difícil. Ninguém aqui começou ontem. A gente é professor. Somos professores. A nossa vida é lutar. Não tenho nenhuma dúvida da importância dessa nossa luta e do compromisso que o Governo Lula tem com a primeira infância e tem com a educação. E 2025 é, sim, o nosso ano de avançar em conquistas de direitos fundamentais.

Com isso, eu encerro aqui a minha participação, a minha intervenção, reforçando que a gente vai enviar os dados, os subsídios e a análise com relação à importância, à pertinência e à aplicabilidade desse nosso projeto, que simplesmente faz o que deveria ser o óbvio – o óbvio –, que é reconhecer e enquadrar, na carreira do magistério, essas mulheres que já estão atuando no chão das creches públicas, que já fazem a função docente, que passaram em concurso público. A gente está querendo aqui o mínimo: respeito e dignidade. E eu tenho certeza de que esta Comissão vai conseguir fazer essa resposta.

Além da Leila, gente, depois a gente vai ter que fazer um trabalho com os Senadores, porque não vai bastar quando ela apresentar o voto dela. Depois, a gente vai ter que ter os Senadores votando com a gente, com a Leila. Então, é um trabalho que a gente inicia aqui.

Eu quero agradecer muito a participação de todas vocês. Sei da dificuldade, mas, gente, a luta do Somos Todas Professoras chegou ao Senado Federal. (*Palmas.*)

É histórico! É histórico, a gente chegou aqui!

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP) – A nossa luta é todo dia, educação não é mercadoria!

Gente, vamos embora! Vamos embora fazer o que será!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom, muito bom.

Salva de palmas para a Professora aqui. (*Palmas.*)

Mais que Deputada, antes de tudo, Professora.

Eu vou passar a palavra rapidamente para o Deputado Tarcísio Motta, que me pediu a fala. Eu peço desculpas ao Secretário, mas eu acho que a gente tem que dar oportunidade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pode falar, Deputado, não tem problema, não.

Na sequência, nós vamos dar os encaminhamentos.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Para expor.) – Prometo que serei muito breve.

Queria começar agradecendo à Senadora Leila pela possibilidade da palavra e pela realização desta audiência. Quero parabenizar minha amiga, companheira de Bancada do Psol, Professora Luciene.

Para quem não me conhece, eu também sou Professor. Eu sou Professor de segundo segmento, Professor de História; fui dirigente sindical durante muito tempo; e aprendi com as professoras de educação infantil a importância dessas professoras na sala de aula. (*Palmas.*)

Lá no Rio de Janeiro, fizemos a luta em defesa das agentes de educação infantil. Depois denunciamos quando a prefeitura resolveu criar um cargo de professora, deixando as agentes de educação infantil para trás, e criando um cargo de professora que ganha menos do que as outras professoras na sala de aula; ou seja, as injustiças foram se perpetuando numa lógica, numa desculpa esfarrapada de que iam resolver o problema. Criaram outros e não reconheceram aquilo que era óbvio: cada agente de educação infantil – que é o nome que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente dá para essas professoras lá no Rio de Janeiro, ou deu ao longo do tempo – é professora na sua essência.

E, assim, para ser muito rápido, qual é sempre a concepção que me moveu como Vereador lá no Rio e me move hoje como Deputado? Nós temos, de um lado, o reconhecimento da função dessas profissionais da educação – elas são professoras; elas exercem o papel de educadoras na sala de aula – e, portanto, o reconhecimento social de que isso acontece é fundamental e o reconhecimento salarial é a consequência óbvia desse reconhecimento social. Por isso, Senadora Leila, é tão importante esse projeto de lei.

Nosso país deu saltos de qualidade na educação quando nós fomos ousados ao aprovar o Fundef, como fundo de financiamento da educação fundamental. Depois, deu outro salto quando lembramos que a educação infantil e o ensino médio fazem parte da educação básica e transformamos o Fundef em Fundeb. Depois, demos um outro salto quando reconhecemos que era preciso ter um piso salarial nacional para o magistério. E daremos dois outros saltos quando lembrarmos e reconhecermos que as professoras de educação infantil são isto mesmo – professoras de educação infantil – e estão nas salas de aula por conta disso (*Palmas.*) e quando aprovarmos o piso salarial nacional para os demais profissionais da educação, porque aqui nós estamos tratando de professoras, mas há um conjunto de outros educadores em cada escola de samba... de samba não, gente, em cada escola do nosso país – a cozinheira escolar, o porteiro, o inspetor, o secretário escolar – que precisam ser reconhecidos, porque a educação não funciona sem esse conjunto de profissionais: os professores e todos os demais.

E esse salto de qualidade nós vamos dar com a ajuda de figuras como a Luciene e como a Leila e com a luta de todos vocês, porque a luta faz a lei. E só a luta muda a vida!

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom. Obrigada, Deputado. Excelente participação.

Primeiro, eu quero agradecer aos internautas, ao pessoal que está acompanhando a gente no e-Cidadania. O e-Cidadania está bombando, gente. Está muito legal aqui. Eu vou ler algumas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Elvis, de São Paulo: "Quais são os principais objetivos do PL 2.387/2023 para os professores da educação infantil?".

Dyanna, do Rio de Janeiro: "Como os municípios podem se preparar financeiramente para as novas exigências trazidas pelo PL 2.387/2023?".

Marcela: "Qual será o órgão responsável por fiscalizar o cumprimento do piso e dos planos de carreira pelos municípios?".

Raíssa, do Mato Grosso: "[...] o PL 2.387 [...] pode impactar a valorização dos professores da educação infantil e a implementação do piso salarial nacional?".

Arilson, do Amazonas: "Por que é importante incluir os professores da educação infantil no piso salarial nacional do magistério?".

E comentários: "[...] agora a educação será reconhecida no nosso país, os professores irão ganhar o piso que eles têm o direito de receber".

Ana, do Rio de Janeiro: "Por um salário digno para todos [os nossos] professores!".

Alexa, do Ceará: "Além da valorização e da melhora financeira, irá estimular o bom trabalho, profissional satisfeito trabalha melhor".

Então, assim, gente, tem aqui e tem outros ali.

Eu gostaria de aproveitar que nós ainda temos os nossos expositores aqui e a nossa equipe tem algumas dúvidas – a equipe técnica que está tratando sobre o relatório – e perguntar para a Sra. Maria Selma de Morais Rocha, que está presente ainda, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC... A senhora me ouve, Dra. Maria Selma?

A SRA. MARIA SELMA DE MORAIS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Ouço, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Como a aprovação desse projeto pode ajudar a alinhar as políticas educacionais e a garantir que os municípios cumpram as metas já estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular da educação infantil e no Plano Nacional de Educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA SELMA DE MORAIS ROCHA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, são muitas questões juntas. Eu volto a dizer que eu acho que nós temos que analisar situações mais de perto, porque nós não estamos falando só dos profissionais que prestaram concurso público. Nós estamos falando do atendimento em creches, e há situações bastante desafiadoras, como eu disse anteriormente, nas creches assistenciais, em que os professores não são concursados, e uma parte substantiva das crianças no Brasil estão nessas atividades. Então, acho que nós temos que ter uma conversa sobre educação infantil bem profunda e sobre o financiamento dos municípios – eu disse isso.

No Brasil é muito curioso que, às vezes, as pessoas olham e falam assim: "A União tem que completar...". Todas as semanas, aqui em Brasília, nós recebemos ações judiciais em que o pedido é que o município complete o piso nacional. Só que nós temos... O Fundeb hoje é um mecanismo de redistribuição potente. E, sem que ninguém apresente as contas dos municípios e dos estados e muito menos que a discussão seja travada com as instituições em cada município e estado, que têm a responsabilidade de colaborar, fiscalizar e regular o que acontece no município, as pessoas pedem para o MEC intervir na vida dos municípios e pedem para o MEC complementar o piso. Veja, o recurso do MEC é finito. Com os 18% da União, são financiadas as universidades, os institutos federais e, no ano que vem, completam-se os 23% de complementação da União para que o Fundeb tenha um papel redistributivo fundamental.

Essa discussão precisa ser feita junto com os custos dos municípios. Por quê? As pessoas falam que falta dinheiro, mas precisam apresentar conta. Os municípios têm 25% de vinculação, 20% vão para o Fundeb, 5% são discricionários do Governo, da Secretaria de Educação, e tem o dinheiro do salário-educação. Então, tudo isso tem que entrar na conta para que nós possamos observar a capacidade de financiamento dos municípios para atender.

É evidente, a lei é clara em relação àquilo que é direito das crianças e dever do Estado. São profissionais da educação que têm que trabalhar como profissionais, como professores, nas creches em todo o país. No entanto, os concursos, em muitos lugares, não foram esses, e isso ficou em silêncio. Nós não assistimos, de fato, a movimentações necessárias, a meu juízo, para que os concursos fossem para professores. Nós não podemos ignorar que uma situação como essa... Eu quero ser muito clara aqui: eu defendo a educação infantil há muitos anos, acho que isso não está em questão aqui na discussão. E estou no MEC, embora não seja da Secretaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação Básica, na condição de estar na Sase, defendendo a educação como defendi minha vida inteira. Então, me parece que não é isso que está em discussão aqui. Mas é importante que nós façamos contas e discutamos o que é necessário para financiar essa educação que nós queremos. E nós precisamos que os municípios apresentem os seus números, porque tem um monte de gente que bate aqui no ministério e diz: "Vocês têm que completar". A partir do quê? Qual é a arrecadação real? Qual é a condição de execução? Quantos profissionais da educação existem? Onde esses profissionais estão?

Então, não há dúvida sobre a justiça da questão. O que nós estamos discutindo é que talvez nós precisemos discutir mais coisa do que simplesmente o PL. Por quê? Amanhã, outros profissionais que prestaram concurso para um cargo distinto discutirão que a equiparação tem que acontecer, na verdade, porque esses profissionais tiveram um concurso que não foi justo, sem que tenham sido tomadas as providências devidas nos momentos certos. E não é de competência do MEC fazer isso.

Então, para nós olharmos...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só quero pedir que... Ela está expondo o pensamento. Eu sei que nem todo pensamento vai ser convergente, mas, por respeito, vamos ouvir a conclusão da fala da nossa expositora, por favor.

Obrigada.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAIS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Eu não ouvi a manifestação das pessoas, mas o que estou falando de uma situação bastante séria, que eu já tive oportunidade de expor. E tanto o MEC considera isso bastante sério que está aqui. Nós participamos... A Deputada Luciene já me convidou para inúmeras audiências, e eu estive em todas. Nós nunca nos recusamos a participar de nenhum debate.

Agora, nós temos a obrigação, o Ministério da Educação tem a obrigação, para defender a educação infantil e defender os profissionais, de trazer essas questões, porque elas dizem respeito ao conjunto do financiamento da educação infantil e dizem respeito, de fato, a atitudes que precisam ser tomadas para o pagamento do piso. Hoje, o piso não está sendo pago em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

muitos municípios e estados brasileiros. Em muitas situações, nós temos professores contratados, nós não temos mais professores concursados.

Esse é um debate sobre a desprofissionalização do magistério que está no diagnóstico que o Ministério da Educação apresentou ao Congresso Nacional – está aí. E é muito importante que vocês, professoras da educação infantil, tomem ciência disso. Essa é uma batalha que envolve a profissionalização dos educadores da educação infantil e dos demais, que têm direito ao piso, que têm direito ao concurso público. Esse é um debate que precisa ser feito em escala nacional.

Então, o que eu estou dizendo aqui é que o custo dos profissionais e o custo do atendimento à educação infantil envolvem uma reflexão sobre financiamento que terá que se materializar – eu comecei dizendo isso –, nas contas que devem ser feitas para assegurar, de fato, o Custo Aluno Qualidade, mas também nas fontes de financiamento necessárias para que o Custo Qualidade no Brasil seja cumprido, o que, obviamente, envolve os recursos com pessoal.

Então, é muito importante que essas coisas sejam ditas. Por quê? Porque acho que é direito de todos os profissionais de educação no Brasil saber quais são as condições reais da oferta de concurso público, da oferta de educação infantil nos seus municípios, pública e conveniada, e também as condições de financiamento em cada município. Por quê? Porque a complementação da União acontece – ela chegará a 23% – e essa complementação da União, prevista no art. 212-A da Constituição Federal, envolve o recurso público que é disponível para o Ministério da Educação, que são os 18%.

Então, é necessário que o debate seja amplo. É evidente que nós defendemos o direito, o que está na Constituição e na LDB, de que os profissionais que trabalham com as crianças sejam considerados professores. É evidente também que nós queremos fazê-lo, respeitando... (*Falha no áudio.*)... que é, de fato, o objeto dos concursos, porque, amanhã, outros segmentos do serviço público podem dizer a mesma coisa: "Eu tenho formação de médico, mas eu sou enfermeira e quero requerer a equiparação salarial pela minha formação, ou pela tarefa que eu exerço indevidamente". É evidente que há desvio de função.

Então, pessoal, eu acho que é muito importante colocar essas questões aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só para concluir, por favor, Dra. Maria Selma. É porque já estamos chegando às 16h aqui, tem sessão plenária e eu preciso passar para os demais. Desculpe-me.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAIS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Está bem.

Mas é importante que isso seja conversado. E eu estou à disposição para que essa conversa continue e para que nós coloquemos na mesa todos os dados e todos os problemas que nós enfrentamos hoje no Brasil. Acho que essa discussão é necessária. O fato de aprovar lei não quer dizer que nós vamos conseguir resolver todos esses problemas de uma vez.

A luta em defesa da educação no Brasil é a marca da vida de muita gente, inclusive da minha. Eu não estou no Ministério da Educação por outra razão. O problema não é esse; o problema é que nós temos, de fato, que viabilizar as condições para que o piso seja pago e depois não seja judicializado contra as professoras de educação infantil e contra vários outros profissionais que hoje já enfrentam essa situação. O debate sobre isso não é simples, envolve muita conversa, e eu quero me colocar à inteira disposição para continuar essa conversa com vocês.

Infelizmente, eu tenho um compromisso – a audiência começou um pouco atrasada, eu tenho uma outra reunião aqui, e as pessoas já estão me esperando. Então, eu agradeço a possibilidade do debate e volto a dizer: no momento em que vocês quiserem, eu estou à disposição para conversar, com o tempo necessário para que esses argumentos possam ser mais bem explorados.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA SELMA DE MORAIS ROCHA (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada. Grata, Dra. Maria Selma, Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC.

Muito obrigada.

Eu gostaria de fazer uma última pergunta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhem só, pessoal, é o seguinte: vai dar 16h, e nós temos a sessão plenária no Senado Federal. Aqui nós temos que ir até às 16h. Eu não tenho mais tempo, infelizmente. Inclusive, vou pedir para a minha equipe passar as perguntas para os nossos expositores, porque, enquanto Relatora, eu preciso mitigar todas as nossas dúvidas. Então, nós vamos entrar em contato com vocês, da Confederação Nacional de Municípios, o próprio Promotor de Justiça, o Promotor Lucas, a Tathiane, que está aqui. Enfim, nós vamos procurar todos para conversarmos e aprofundarmos mais a temática.

Antes de finalizarmos, eu queria dar três minutos para cada um dos nossos expositores aqui para, enfim, finalizarem a sua exposição.

Eu vou passar a palavra agora para o Christian Silva, da CNM.

Três minutos, Christian.

Obrigada.

O SR. CHRISTIAN SILVA (Para expor.) – Ótimo.

Então, Senadora, eu gostaria de elencar primeiro uma frase da nossa representante do MEC. Enquanto confederação, eu discordo de quando ela diz que o recurso do MEC é finito. Nesse caso, ela simplesmente imputa a culpa, a responsabilidade totalmente aos municípios. A Confederação Nacional não é contra nenhum reconhecimento social ou salarial, mas o que a gente busca é apoio. Não dá para os municípios pagarem a conta sozinhos.

Quando ela diz que os municípios têm recurso, porque a União complementa 23% do Fundeb – vai chegar a 23% em 2026 –, o que eu quero mostrar é um dado que pode parecer alarmante: esses 23%, na verdade, só representam 16% do Fundeb total; R$280 bilhões são recursos dos municípios. Os municípios hoje investem cerca de 27% em educação. Fora o mínimo constitucional, eles ainda têm que colocar recurso extra. Isso quer dizer que os municípios são bonzinhos, que a educação está superbem? Não, não quer dizer isso. Isso só quer dizer que, na verdade, os municípios estão pagando a conta praticamente sozinhos. Não tem como continuar com um debate desta forma, sem levar em conta essas considerações: dos R$339 bilhões somados para o Fundeb em 2025, R$280 bilhões são recursos próprios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente busca hoje é complementação em todas as políticas. Não tem como o município pagar a conta sozinho.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Christian. Grata pela participação.

Vou passar a palavra agora para a Tathiane Andrea de Christo, que é a Coordenadora do Movimento Somos Todas Professoras.

A SRA. TATHIANE ANDREA DE CHRISTO (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Eu gostaria de encerrar, fazendo uma contraposição ao que a Sra. Maria Selma colocou: nós do Movimento Somos Todas Professoras defendemos o reconhecimento da função docente das profissionais que são servidoras da educação pública, laica e gratuita, e não das terceirizadas ou conveniadas. (*Palmas.*)

Quando ela faz o comparativo da questão dos profissionais da enfermagem, um dia, querendo ser reconhecidos como os médicos, isso não cabe ao nosso movimento e à nossa luta.

E ao Sr. Christian: realmente, uma educação de qualidade não se faz apenas com a valorização, com o pagamento a mais no salário. Não, não é isso. Mas se faz com os profissionais devidamente qualificados, cuidando e educando. Só que para isso nós precisamos de que os concursos exijam essa formação no momento em que é aberto o edital, e não fazer um concurso de ensino fundamental, ensino médio, em que essas pessoas não saberão lidar, ter essa demanda de qualidade com os bebês, as crianças pequenas e as nossas crianças.

E eu queria agradecer à nossa Senadora, à querida Deputada e a vocês, queridas, guerreiras, pois nós somos as mulheres que trabalhamos no chão da creche e cuidamos das outras mulheres para elas trabalharem e fazerem o nosso Brasil progredir.

Muito obrigada.

Somos Todas Professoras! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Tathiane, grata mesmo pela participação.

Eu vou passar, agora, a palavra para o Promotor de Justiça do Ministério Público de Alagoas, o Dr. Lucas Sachsida.

Ele está aí ainda? (*Pausa.*)

Dr. Lucas.

O SR. LUCAS SACHSIDA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria agradecer.

Eu acho que o debate é sempre rico, é importante que a gente tenha essa visão de todos os lados, mesmo que muitas vezes não se componham, não se harmonizem, mas eu creio que uma visão completa é a única possível para que a gente tenha uma escolha democrática ao final, enfim, de como, de fato, evitar essa desvalorização crescente dos profissionais da educação em nosso país e principalmente na primeira infância. Então, eu finalizo só para dizer que a educação é um pressuposto de qualquer outro direito fundamental, é um pressuposto de um Estado democrático de direito.

Essa tensão existente... Eu tive a oportunidade de estar numa palestra do Prof. Jamil Cury há umas duas semanas e ele disse algo muito interessante. A leitura da Constituição nessa tensão da existente desigualdade, a Constituição reconhece a existência da desigualdade, mas, por outro lado, coloca de forma bem evidente a sua vontade de redução dessas desigualdades. Eu acho que o principal caminho para gente buscar isso é através da efetivação plena do direito à educação para todos.

Portanto, eu parabenizo este Congresso, parabenizo o Senado e creio que o caminho é esse. Todos juntos, todos os órgãos republicanos e a sociedade civil juntos, é só assim que a gente consegue fazer justiça social. Parabéns!

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigado, Dr. Lucas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra aqui, rapidamente, para o Deputado Tarcísio Motta e, na sequência, à autora da proposição, a Deputada Luciene Cavalcante.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (PSOL - RJ. Para expor.) – Muito obrigado mais uma vez, Senadora Leila.

A fala da companheira que é liderança do movimento Somos Todas Professoras me fez lembrar de uma coisa. Há 38 anos, minha mãe começou a tomar conta de crianças no bairro em que a gente morava para que outras mães, para que outras mulheres pudessem trabalhar. Naquele momento, era específico no campo do cuidado. Alguns anos depois, a Prefeitura de Petrópolis, a cidade em que eu morava, vem até ela e diz assim: "Olha, tem uma dimensão aqui, inclusive da questão da educação que a gente precisa acompanhar nessas crianças", ainda num processo de educação infantil na transição entre o que era o processo apenas do cuidado, como assistência social, para a perspectiva da educação, e eu vi aquele processo acontecer. E ali, a Prefeitura de Petrópolis, mesmo sem ter a valorização salarial que minha mãe merecia, reconhecia, na minha mãe, um papel de educadora, mesmo ela tendo apenas a quarta série primária naquele momento, porque era essencial para isso. As professoras lá da rede municipal de Petrópolis passavam por lá, mas ali ainda era um momento embrionário.

Quando a gente hoje tem um sistema de creches estruturado e entendemos que o que a gente precisa ter lá é a perspectiva de uma bidocência, numa perspectiva de que são duas professoras que estão lá construindo o saber daquelas crianças, numa lógica educativa para essas crianças na primeira infância, e a gente introduz esse processo e sabe que isso é fundamental para o sucesso escolar dessas crianças e da nossa sociedade como um todo, eu me sinto também representando aqui algo por que minha mãe lutou, que era educar aquelas crianças naquele processo e ser reconhecida por isso. Vocês são professoras e o nosso caminho, enquanto Parlamentares e até do Executivo, é encontrar caminhos para que esse reconhecimento se dê na realidade e na prática.

Muito obrigado, professoras, pelo que vocês fazem por este Brasil, contem conosco! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom. Grata, Deputado Tarcísio Motta, Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar, agora, para a Professora queridíssima – antes Professora e depois Deputada, que é o mais importante –, a Profa. Deputada Luciene Cavalcante.

A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP. Para expor.) – O que a gente está tratando aqui – e isso precisa ficar muito claro e muito evidente para todo mundo que é comprometido com a escola pública, com a justiça social, com a educação – é que existe hoje uma situação de ilegalidade, de violência contra pessoas que estão fazendo a função docente no chão das creches do nosso país. Não se trata... Eu acho um absurdo a comparação de que o que a gente está buscando aqui seria como se enfermeiros quisessem se tornar médicos. É muito grave essa fala, sabe por quê? Porque revela um desconhecimento do projeto, revela um desconhecimento do que está escrito lá, porque é muito claro: exerce a função docente, tem a formação, tem concurso público. E revela o que é mais grave ainda, que é o desconhecimento do chão da creche do nosso país.

É por isso que é tão importante a nossa vinda aqui, o debate, vocês estarem aqui. Nós sabemos e agradecemos a mobilização que vocês fizeram, o esforço individual e coletivo de vocês conseguirem estar aqui, porque é isso, é essa força de vocês, é isso que vai fazer o nosso projeto e a nossa luta caminhar, em defesa dos nossos direitos. Nada, nunca – nunca –, na nossa história nos foi dado, sempre foi na luta, foi conquista e, depois de conquistar, a gente tem que vigiar, porque vai vir um movimento depois contrário, porque é sempre assim, é a roda da história, é a nossa história, uma história de luta de classe, e é isso que a gente está fazendo aqui. A gente vai erguer a nossa cabeça, a gente vai enfrentar todos os debates. Nós também temos os números, nós também temos a história do que está acontecendo ali. O que a gente está querendo aqui é justiça – é justiça! Vocês estão, sim, em uma situação de exploração.

O Brasil incorporou o sistema de creche na educação básica e nunca avaliou como essa política está acontecendo, nunca parou para olhar como foi feita essa incorporação da assistência social para a educação, isso nunca aconteceu. Existem, sim, situações que precisam avançar. O que a gente quer aqui, é como o Tarcísio falou, como a Leila falou, é construir caminhos. Nós não temos tempo a perder, a gente quer soluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço aqui, Leila, por este espaço. O Deputado Reimont não pôde estar aqui com a gente, porque ele é o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e ele está lá em sessão – parceiro nosso – coautor do projeto, ele está aguerrido nessa luta.

Leila, acabou de acontecer, era para eu estar lá, mas, enfim, a gente tem muitas lutas. O nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar ingressou com uma Adin sobre a Convenção de Haia no STF, nós acabamos de ter uma vitória do direito das mulheres. (*Palmas.*)

Leila, a gente mudou a interpretação da Convenção de Haia, incluindo como excludente... Ou seja, não pode acontecer repatriação de criança quando acontece situação de violência doméstica.

A violência doméstica é uma pandemia, e em todos os continentes do mundo aumentou o número de mulheres vítimas de violência doméstica. Falar de educação é falar de mulheres, e a gente também tem muitas profissionais de educação passando por essa situação de violência doméstica.

E o que acontecia? Essa mulher que estava no exterior e sofria violência doméstica tinha que escolher se ela continuava apanhando, sofrendo diversas formas de violência, ou se ela fugia. E aí tinha que deixar a criança, o seu filho com o agressor, porque senão ela era acusada de sequestro e era acionada a Convenção de Haia, que vinha cá, capturava a criança e devolvia para o outro país estrangeiro. E agora, depois de anos de luta, a gente conseguiu que o STF por unanimidade reconhecesse... Olha o que a gente fez quanto à violência doméstica cometida contra uma mulher, a gente mudou o entendimento: além de ser colocada como excludente, é uma violência contra a família e, portanto, atinge a criança. (*Palmas.*)

Isso é uma vitória, porque até hoje tem juiz falando assim: "Não, mas ele só bateu na mãe, não bateu na criança, então ele não atingiu a família". A gente mudou esse entendimento, que vai valer para os atos internacionais e para os atos nacionais.

Então, é assim, gente, é luta constante!

E, só para terminar mesmo – mesmo, né? –, ontem um menino que brincava me falou que hoje é a semente do amanhã, para não ter medo, porque esse tempo vai passar. Não se desespere, nunca pare de sonhar, nunca se entregue, nasça sempre com a manhã, deixe a luz do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sol brilhar no céu do seu olhar. Fé na vida, fé no homem, fé na mulher, fé no que virá. Nós podemos muito, nós podemos mais. Vamos lá fazer o que será, somos todas professoras! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Parabéns, parabéns a todas vocês!

Eu quero agradecer às caravanas que vieram de todo o Brasil. Sejam muito bem-vindas aqui ao Senado!

E vou dizer para vocês: vocês têm aqui guerreiros que estão no *front* do Senado também, vocês têm uma galera forte que está do lado de vocês, está bom? (*Palmas.*)

Obrigada, voltem com esperança!

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Só para avisar agora a quem puder ainda permanecer: a gente vai lá para a Câmara, no Plenário 1. A gente vai reunir todo mundo – é aquele plenário em que cabem mais de 150 pessoas –, para a gente poder finalizar os nossos trabalhos.

Então, quem puder, estiver com tempo ainda, porque eu sei que tem horários, ônibus...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Retorno, né?

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – É. Plenário 1 da Câmara Federal, vamos andar mais um pouquinho. E quero agradecer muito à Leila.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nada, nada.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE (*Fora do microfone*.) – Deus a abençoe.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Gente, e nada mais havendo a tratar, porque eu tenho que fechar a sessão, agradeço a presença de todas, que são a maioria, e todos – os poucos benditos frutos aí – e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada, pessoal. Valeu! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner, Ciro Nogueira, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Zenaide Maia e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Rogerio Marinho, Randolfe Rodrigues e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 168, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre procedimentos excepcionais para despesas e renúncias fiscais associadas à mitigação dos impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4719, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-PLEN, 2-PLEN e 3-CAS. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-PLEN-CAS-CAE e 3-CAS-CAE. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 384, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de Tecnólogo nas áreas abrangidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e Conselhos Regionais (Sistema Confea/Crea) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 - CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3020, de 2024 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para assegurar assistência técnica e financeira a municípios que comprovem não possuir os meios necessários para desenvolver e manter atualizados seus planos diretores e para condicionar o repasse de recursos federais para desenvolvimento urbano à elaboração ou revisão do plano diretor." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4423, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Favorável ao projeto com o acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 18 e 20, e a rejeição das demais, na forma do substitutivo. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4802, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar à pessoa idosa titular de bens móveis ou imóveis disponíveis o acesso ao mercado de crédito e de financiamentos." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), com uma subemenda de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 85, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre os valores pagos de juros por categoria de dívida pública do Brasil, por ano, desde a implementação do Plano Real, bem como comparativo face aos juros médios cobrados por países ocidentais." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Oriovisto Guimarães (PSDB/PR), Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Comissão de Assuntos Econômicos. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de setembro de 2025.

Ofício nº 48490/2025, do Ministério da Fazenda, que encaminha manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional sobre operações de crédito externo da União, em resposta ao Ofício nº 8/2025, desta Comissão do Senado Federal.

O documento, nos termos da instrução normativa de 2019, Instrução Normativa nº 12, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar autuação nesse período.

A presente reunião, destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais. Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* de ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Passamos à pauta da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começaremos pelo item 2, porque houve um pedido de retirada de pauta pelo Senador Fernando Dueire.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4719, DE 2020

- Não terminativo -

Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável ao projeto e às Emendas nºs 1-PLEN, 2-PLEN e 3-CAS.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CAS, com parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-PLEN e 2-PLEN, com a Emenda nº 3-CAS (de redação).

Esta emenda é, no entanto, uma emenda de redação.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Farias para a leitura do seu relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Peço permissão para ir direto à análise.

A competência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)...

Está concedida, não é, Presidente? Posso ir à análise, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pode, por favor.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A competência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para apreciar a matéria encontra fundamento no inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, pois trata-se de tema diretamente relacionado à concessão de isenções de impostos federais.

O Projeto de Lei 4.719, de 2020, busca instituir a isenção das contribuições sociais para o financiamento do Programa de Integração Social e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas operações de doação de medicamentos destinadas à União, estados, Distrito Federal, municípios, santas casas de misericórdia, Cruz Vermelha Brasileira e entidades beneficentes certificadas nos termos da Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021. A medida almeja ampliar o acesso da população a medicamentos e, simultaneamente, reduzir o descarte inadequado desses produtos, problema que hoje gera impactos significativos tanto à saúde pública quanto ao meio ambiente.

Com efeito, a assistência farmacêutica é componente essencial da atenção integral à saúde. Os medicamentos cumprem papel central na recuperação dos pacientes, mas apresentam riscos quando utilizados de forma incorreta ou quando sua qualidade está comprometida. Nesse sentido, a correta gestão de estoques e a destinação social dos excedentes se tornam instrumentos de política pública fundamentais para reduzir desperdícios e ampliar o acesso.

De acordo com o Conselho Federal de Farmácia, aproximadamente 14 mil toneladas de medicamentos deixam de ser utilizadas anualmente no Brasil, sendo descartadas, em grande parte, de forma inadequada. Além de representar um passivo ambiental – com risco de contaminação de solos, rios e lençóis freáticos –, essa realidade demonstra a oportunidade de aproveitar tais produtos em favor de populações vulneráveis, desde que ainda dentro do prazo de validade. O projeto atua exatamente nesse ponto, ao prever que os medicamentos só poderão ser doados quando houver prazo remanescente de validade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob a ótica tributária, o PL corrige uma distorção normativa. Hoje a legislação permite que empresas no regime de lucro real deduzam da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da CSLL os valores correspondentes aos medicamentos incinerados, mas não concede qualquer estímulo fiscal para que eles sejam doados. Em termos de justiça fiscal, não se mostra razoável que o descarte receba tratamento mais vantajoso do que a doação. A proposição, portanto, alinha um sistema e uma lógica mais socialmente útil, reforçando os princípios da solidariedade e da função social do tributo.

Além disso, a reforma tributária aprovada pela Emenda Constitucional 132, de 20 de dezembro de 2023, e regulamentada pela Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2025, não prejudica a medida. Embora PIS-Pasep, Cofins e IPI sejam extintos a partir de 2027, os novos tributos – Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e IBS – não incidem sobre doações de medicamentos, de modo que o incentivo previsto no PL se mantém compatível com a arquitetura tributária em transição.

No tocante às emendas, a Emenda nº 1-PLEN, que inclui o parágrafo único ao art. 6º, prevendo que o controle e as fiscalização das doações serão efetuados em regulamento, representa uma medida adequada, pois fortalece a governança e assegura a transparência, garantindo que os medicamentos cheguem efetivamente aos seus destinatários.

A Emenda nº 2-PLEN, que amplia o rol de entidades que podem ser beneficiadas, incluindo organizações sociais, organizações da sociedade civil, organizações da sociedade civil de interesse público, permite maior capilaridade na destinação das doações, sem desvirtuar a finalidade assistencial do projeto.

A Emenda nº 3-CAS, de redação, ajusta a redação do art. 6º, para que a regulamentação da lei seja feita pelo Poder Executivo, em observância aos princípios da separação de Poderes, sendo uma alteração de caráter técnico que confere maior segurança jurídica à norma.

Por fim, ressalta-se que a medida tem potencial para aumentar significativamente o volume de medicamentos disponíveis à população, reduzindo a pressão sobre o orçamento público destinando à compra desses insumos e estimulando a responsabilidade social das empresas do setor farmacêutico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.719, de 2020, e das Emendas nº 1-PLEN, 2-PLEN e 3-CAS.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senadora Tereza Cristina, bom dia. Com a palavra V. Exa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Presidente Renan, bom dia. Caros colegas, bom dia.

Supermeritório esse projeto de lei. Eu acho que ele traz duas coisas muito boas. A primeira, não deixar medicamentos vencidos nas farmácias, nos hospitais, enfim, porque afinal de contas, nós... a gente vê muita gente precisando de medicamento, né? A falta de medicamento acontece ainda no Brasil e às vezes por desorganização de estoques, enfim, da validade acaba se perdendo.

E a outra, então você traz aí uma organização, uma exigência de organização melhor para quem faz esses estoques e cuida de validade.

E a outra coisa também, a Emenda 2, muito interessante, que amplia aqui o rol... Além dos estados, municípios, Distrito Federal, também as organizações da sociedade civil, que também muito precisam.

Então, parabéns, é um ótimo projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O item 5, vamos aproveitar a oportunidade, também é relatado pelo Senador Fernando Farias.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4423, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Favorável ao projeto com o

acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 18 e 20, e a rejeição das demais, na forma do substitutivo.

Observações:

1. Até a apresentação do atual relatório, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 20, de autoria dos senadores Mecias de Jesus, Hamilton Mourão, Eduardo Girão, Mecias de Jesus e Laércio Oliveira.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fernando Farias.

Com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Obrigado, Presidente. Permita-me ir à análise desse projeto, que é um projeto de sua autoria, e relatado por Esperidião Amin, muita responsabilidade, né?

Então, vamos lá. Segundo o art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que compete privativamente à União legislar sobre o "comércio exterior", nos termos do art. 22, inciso VIII, da Constituição Federal. Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária se revela correta. A matéria veiculada não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas.

No que concerne à juridicidade, o PL nº 4.223, de 2024, atende aos atributos da adequação, pois o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é a normatização via edição da lei ordinária, além de inovar o ordenamento jurídico e possuir o caráter de abstratividade e generalidade.

Também não devem ser feitos reparos à técnica legislativa do projeto, uma vez que atende à regra estabelecida na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Dessa forma, não se encontram óbices de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou de técnica legislativa para a aprovação do projeto.

Quanto ao mérito do projeto, inicialmente, gostaria de cumprimentar os Senadores Renan Calheiros e Esperidião Amin e os demais integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional pelo excelente trabalho realizado na elaboração do PL nº 4.423, de 2024.

A participação de um país no comércio exterior desempenha um papel fundamental em seu desenvolvimento econômico de longo prazo, pois permite a ampliação dos mercados para produtos e serviços, fomenta a competitividade da indústria nacional e estimula a inovação e a atuação eficiente de todos os agentes econômicos envolvidos. Além disso, um comércio exterior bem desenvolvido possibilita uma pauta diversificada de exportações, o que gera empregos, aumenta a arrecadação tributária, fortalece a balança comercial, contribui para a entrada de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divisas estrangeiras e, em última instância, reduz a vulnerabilidade de uma nação às crises econômicas internacionais.

Embora a balança comercial brasileira tenha registrado um saldo positivo superior a US$74 bilhões no ano de 2024, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, estudos indicam que a integração dos setores econômicos nacionais às cadeias produtivas globais é negativamente impactada pelo excesso de restrições ao comércio internacional, com reflexo direto no custo Brasil. É preciso ressaltar que uma economia conectada às cadeias produtivas globais é capaz de atrair mais investimentos estrangeiros diretos, o que contribui para a modernização das empresas, a geração de empregos qualificados e o aumento do valor agregado à produção nacional.

Nesse sentido, a legislação sobre o comércio exterior necessita acompanhar a dinâmica das relações comerciais. Assim, embora a principal lei brasileira sobre a matéria, o Decreto-Lei nº 37, de 1966, tenha sido atualizado em diversas oportunidades, encontramos dezenas de outras normas dispondo sobre o comércio exterior, além de acordos e compromissos pactuados pelo Brasil internacionalmente que produzem efeitos sobre a economia brasileira.

O PL nº 4.423, de 2024, ao disciplinar, em termos gerais, o comércio exterior de mercadorias, consolida e atualiza a legislação brasileira, permitindo que o Brasil aprimore sua política comercial, estimule a coordenação institucional, simplifique e desburocratize o comércio exterior e aproxime-se das melhores práticas internacionais, razão pela qual o considero meritório e importante para o desenvolvimento nacional.

Passo à análise das emendas, Presidente.

As Emendas nºs 1 e 11, que alteram o mesmo dispositivo, são meritórias. Entendo que podemos aperfeiçoar as sugestões apresentadas por meio da menção direta aos programas de conformidade geridos pelo Poder Executivo e da faculdade de sua implementação, em atenção à autonomia deste. Assim, acolho as Emendas nºs 1 e 11 na forma da emenda que apresento.

Em relação às Emendas nºs 2 a 9, considero meritória a menção expressa à Defesa Nacional, bem como a possibilidade de outros documentos substituírem a declaração de importação. Assim, acolho as Emendas nºs 2, 4 e 9 na forma da emenda que apresento. Por sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vez, ressalto que a Receita Federal do Brasil realiza doações de mercadorias a diversos órgãos, inclusive o Ministério da Defesa, e que é necessário fortalecer a inspeção e a fiscalização do controle aduaneiro. Assim, não acolho as Emendas nºs 3, 5, 6, 7 e 8.

Em relação às Emendas nºs 10, 12 e 20, considero meritórias as alterações propostas e acolho na forma da emenda que apresento.

Em relação às Emendas nºs 13, 14 e 18, embora sejam meritórias em razão do tema que abordam, já se encontram integralmente contempladas tanto pela redação atual do PL como pela entrada em vigor da Lei nº 15.122, de 11 de abril de 2025, que estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais, de investimentos e de obrigações relativas a direitos de propriedade intelectual em resposta a medidas unilaterais adotadas por país ou bloco econômico que impactem negativamente a competitividade internacional brasileira. Assim, acolho as Emendas nºs 13 e 18 na forma da emenda que apresento e não acolho a Emenda nº 14, por dispor sobre tema já vigente em nosso ordenamento jurídico.

Em relação às Emendas nºs 15 e 16, embora também sejam meritórias em razão do tema que abordam, dispõem sobre matéria tributária, para a qual se exige lei complementar. Assim, não acolho as Emendas nºs 15 e 16.

Em relação às Emendas nºs 17 e 19, destaco que versam sobre temas alheios ao objeto do PL nº 4.423, de 2024. Além disso, dispõem sobre atribuições e competências de órgãos do Poder Executivo, matéria para a qual nossa Constituição exige iniciativa do Presidente da República. Assim, não acolho as Emendas nºs 17 e 19.

Para além das emendas, recebi valiosas contribuições dos Senadores Eduardo Braga e Ciro Nogueira, da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado e da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, bem como de órgãos do Poder Executivo e de representantes da iniciativa privada. Destaco que o interesse legítimo de tantos agentes políticos e econômicos demonstra a relevância do comércio exterior para a sociedade brasileira.

Na expectativa de contribuir com o debate, considero que acolher as contribuições recebidas aprimora a proposição substancialmente em relação a diversos aspectos, razão pela qual apresento a emenda substitutiva a seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O voto, Presidente.

Diante do exposto, somos pela adequação financeira e orçamentária, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.423, de 2024, e, no mérito, pela sua aprovação, com o acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 18 e 20, e a rejeição das demais, na forma da seguinte emenda substitutiva.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, eu queria cumprimentar o caro colega, Senador Fernando Farias, pelo brilhante relatório feito.

É um tema bem complexo sobre o qual ainda tenho algumas dúvidas, e gostaria de pedir vista regimental, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A vista está concedida ao Senador Hamilton Mourão, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos ao item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4802, DE 2023

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar à pessoa idosa titular de bens móveis ou imóveis disponíveis o acesso ao mercado de crédito e de financiamentos.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação da matéria nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo), com uma subemenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CDH (substitutivo).

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Laércio Oliveira. Com a palavra V. Exa.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros. Cumprimento minha colega Senadora Tereza Cristina e demais colegas Senadores aqui presentes também. Cumprimento todos que estão participando da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse tema é um tema muito importante. Eu quero abraçar o Senador Ciro Nogueira, autor dessa propositura, porque ela vai ao encontro dos anseios, esse projeto vai favoravelmente apoiando as pessoas da terceira idade, aquelas pessoas que precisam de um olhar diferenciado e que muitas vezes não o têm, principalmente no tocante, Sr. Presidente e demais colegas, ao combate à discriminação e às práticas abusivas quanto aos idosos. Ela mexe no Estatuto do Idoso, e o Senador Ciro foi muito feliz. Quando esse assunto foi discutido na Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Damares enfaticamente defendeu esse projeto. E é dela a frase em que ela propõe o combate à discriminação e às práticas abusivas ao idoso.

Com sua permissão, Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

Conforme o inciso VII do art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores. Além disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conforme o art. 48, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

Ademais, a matéria em discussão não é de competência privativa do Presidente da República e, em termos materiais, a proposição não desrespeita dispositivos da Constituição.

Quanto à juridicidade, o projeto inova o ordenamento jurídico e possui os atributos de abstratividade e generalidade. Além disso, o PL não tem impacto orçamentário e financeiro.

Em termos de técnica legislativa e redação, entendemos que são necessários alguns pequenos ajustes, sem modificar o conteúdo, que efetuamos por meio de uma subemenda ao substitutivo aprovado na CDH.

Quanto ao mérito, consideramos que o PL é salutar, coibindo atos discriminatórios contra a pessoa idosa no âmbito da contratação de crédito e financiamento. Entendemos inaceitável que a contratação de crédito ou financiamento seja rejeitada ou dificultada por motivo de idade. Dessa forma, concordamos plenamente com a proposição. Em uma perspectiva mais ampla, consideramos que o PL contribuirá com os esforços mais gerais empreendidos para reduzir a discriminação contra pessoas idosas.

Ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.802, de 2023, na forma do substitutivo adotado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a seguinte subemenda:

> SUBEMENDA Nº - CAE (DE REDAÇÃO)
> à Emenda nº 1 - CDH (Substitutivo)
> Dê-se nova redação ao *caput* e ao §4º do art. 96 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, como propostos pelo art. 2º da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo), nos termos a seguir:
> "Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, a operações de crédito ou de financiamento, aos meios de transporte, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício de seus direitos, por motivo de idade:

.....

§4º Na contratação de crédito ou financiamento, a imposição de condições mais gravosas ou restritivas por motivo de idade, tais como fiança, taxas de juros diferenciadas, prazos de carência, critérios de classificação de risco, ou outras garantias, em adição àquelas feitas aos demais consumidores, constitui conduta discriminatória à pessoa idosa que ofereça bens suficientes como garantia de suas obrigações. (NR)"

Por isso, Presidente, o meu voto é pela aprovação, com essa subemenda substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradeço ao Senador Laércio Oliveira.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

A votação, como todos sabem, porque essa matéria é uma matéria terminativa nesta Comissão, será nominal. A presente reunião, como falei no início, é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso, exatamente, de deliberações nominais. (*Pausa.*)

A votação está aberta.

Os Senadores que quiserem votar com o Relator votam "sim".

(*Procede-se à votação.*)

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, sem dúvida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto os Senadores estão votando, eu queria comunicar à Comissão que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15, prévia da inflação, registrou deflação de 0,14% em agosto de 2025, de acordo com o IBGE. O resultado interrompeu uma sequência de 36 meses sem recuos e agora é o menor desde setembro de 2022. Em julho, a variação foi de 0,33%. No acumulado de 2025, a inflação medida pelo IPCA-15 acumula alta de 3,26% no ano. Já a taxa anualizada de 12 meses encerrados em agosto recuou de 5,30% em julho para 4,95% em agosto.

Diante de tudo isso, eu entendo, eu considero que a política monetária sustentada pelo Banco Central está se tornando surreal, inexplicável. O Brasil é um país com uma inflação mensal média de menos de 0,5% e juros de 15% ao ano. Diante disso, diante da deflação já prevista e agora confirmada, o Banco Central virou, sem dúvida nenhuma, uma espécie de manicômio judiciário e manicômio também monetário. Não há nada mais perverso para travar a economia que esta Selic adotada pelo Banco Central, absolutamente desproporcional.

Como todos sabem, a pressão inflacionária inexiste, o real se valoriza, o impacto do tarifaço não tem a magnitude que se desenhou inicialmente. Será que é razoável, portanto, o Presidente do Banco Central sinalizar o prolongamento da Selic a 15%? Será que vão culpar de novo os empregos gerados no Brasil? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa. (*Pausa.*)

V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Bom dia, Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Eu queria cumprimentá-lo pelas suas palavras a respeito dessa questão perversa da taxa de juros e sugerir que a Comissão de Assuntos Econômicos, mediante um requerimento, atualize uma informação que nós obtivemos, por solicitação minha, do então candidato indicado à Diretoria do Banco Central, servidor de carreira com grandes méritos, Ailton Aquino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu cobrei do Diretor Ailton Aquino, que foi sabatinado na mesma época que o atual Presidente Galípolo, a seguinte questão: quanto, desde o advento do Plano Real, ou seja, desde 1994, nós pagamos de juros, de taxas de juros sobre a nossa dívida, dívida brasileira, a mais do que a média do Ocidente, incluindo a Turquia? Como todos sabemos, a Turquia também paga taxas de juros muito elevadas. Então, vamos envelopar tudo que é o Ocidente, a economia ocidental – Europa, África, Américas e Turquia, que tem uma situação singular –, vamos ver a taxa de juros histórica de 1994, naquela época, até 2023 – agora estamos em 2025, portanto seria uma correção, um ajuste e uma prorrogação até o ano de 2025 – e chegamos à conclusão, Senador Renan, a uma preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Nós pagamos mais do que a média do Ocidente, incluindo a Turquia, mais de 5 trilhões de juros, ou seja, *overhead*, acima da média do Ocidente inteiro, incluindo a Turquia. Isso mostra que, na hora de calibrar os juros, é sempre contra nós. E infelizmente os juros têm sido a âncora do Plano Real e da moeda, o nosso real, de forma que isso é muito perverso, muito injusto. E procurar uma solução lógica, nada de heterodoxia, porque o que está havendo é uma cobrança indevida, para não usar outra expressão, do brasileiro, especialmente de quem empreende e tem que enfrentar uma taxa de juros dessa.

É fato que o Governo agrava isso com pouco respeito seja ao teto de gastos, seja agora ao arcabouço, mas a dose de *overhead*, ou seja, de cobrança acima da média da taxa de juros do Ocidente, é muito amarga para o assalariado, para a sociedade brasileira; beneficia apenas os especuladores.

Então, eu coloco aqui em discussão a ideia de atualizarmos o quanto temos pagado de taxas de juros acima da média do Ocidente vezes a nossa dívida, para saber o montante que tem sido surrupiado da economia nacional. É uma sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu agradeço a sugestão de V. Exa. e concordo inteiramente com ela. Acho que, mais do que nunca,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós, aqui, nesta Comissão e no Senado Federal, deveremos limitar a dívida consolidada da União. Nós fizemos isso com a dívida consolidada dos municípios...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência.*) – E estados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... e com a dívida consolidada dos estados e precisamos fazer com a dívida consolidada da União.

Aí, a partir disso, nós não vamos mais ter necessidade de estabelecer teto de gasto, arcabouço fiscal, porque tudo será regulado pela limitação da dívida consolidada.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar aqui meu amigo, o colega Senador Amin, dizer que concordo com ele também e queria fazer uma sugestão, Presidente: por que nós não fazemos uma sessão especial, convidando os melhores economistas do Brasil, para debater esse tema aqui com os Senadores? Eu acho que passou da hora de a gente fazer este debate interno e externo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vamos fazer. Eu vou, logo depois da reunião, conversar com V. Exa. para surpreendermos alguns nomes que possam participar desse debate.

Queria também dizer que nós designamos o Senador Oriovisto para ser o Relator do projeto da limitação da dívida consolidada da União e pretendemos votar, nesta Comissão, ainda no mês de outubro, de modo a termos tempo para votar essa matéria no Senado Federal, porque é uma matéria exclusivamente do Senado Federal. (*Pausa.*)

Hoje a proposta... Nós recebemos uma resposta do Ministério da Fazenda, que encaminha uma manifestação do Tesouro Nacional sobre as operações de crédito externas da União, em resposta a um ofício desta Comissão.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. Já temos quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – SIM, 20 votos; NÃO, nenhum voto.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto.

Designo, nos termos do art. 128 do Regimento Interno... (*Pausa.*)

A matéria vai ser encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis, na forma do Regimento. (*Pausa.*)

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 384, DE 2024

- Não terminativo -

Regulamenta o exercício da profissão de Tecnólogo nas áreas abrangidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e Conselhos Regionais (Sistema Confea/Crea) e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passo direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não existem vícios de juridicidade, regimentalidade e constitucionalidade. A matéria observa a competência da União, preconizada no inciso I do art. 22 da Constituição Federal.

No que diz respeito à técnica legislativa, o projeto observa, em termos gerais, a boa técnica legislativa. Apresento, no entanto, uma emenda de redação, para maior clareza, nos arts. 3º e 4º, que podem ser unificados, tratando-se do mesmo aspecto.

No mérito, somos favoráveis à proposta. Os tecnólogos são profissionais de nível superior, com formação voltada para o mercado de trabalho, direcionados para a atuação em uma área específica. Nesse sentido, são profissionais que se adequam melhor às demandas do mercado de trabalho e, portanto, contribuem para diminuir o grave problema de falta de mão de obra qualificada no país. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), 65% das empresas relatam dificuldades em encontrar mão de obra qualificada. Portanto, este projeto trata de reconhecer a relevância dos tecnólogos para o nosso mercado de trabalho.

Segundo o Cadastro Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, de 2024, elaborado pelo Ministério da Educação, há, atualmente, 153 cursos superiores de tecnologia, tendo sido 25 deles acrescidos na última edição, evidenciando a forte expansão destes cursos e a demanda por este tipo de profissionais.

Ressaltamos que a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, já reconhece a profissão. No entanto, esse reconhecimento não se traduz em direitos, e, assim precisamos avançar.

Ao regulamentar uma atividade, o profissional que a exerce passa a submeter-se a exigências legais, o que lhe confere maior segurança jurídica e, também, mais segurança e qualidade na prestação dos serviços para a sociedade, tendo em vista que tais profissionais estarão sujeitos à fiscalização dos conselhos, no caso em análise do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e Conselhos Regionais.

Portanto, regulamentar é reconhecer a importância destes profissionais para a sociedade.

Infelizmente, há um grande preconceito em relação às formações tecnológicas. Isso está refletido no baixo percentual de matrículas nestes cursos, apenas 14,3% das matrículas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino superior, atrás da graduação, 66%, e da licenciatura,19,7%, segundo dados do Anuário da Educação Profissional e Tecnológica, do Inep.

Por outro lado, a empregabilidade dos profissionais tecnólogos é elevada. De acordo com levantamento do Senai, oito em cada dez egressos de seus cursos de graduação tecnológica estão empregados e no mercado formal.

Esperamos, assim, trazer mais valorização para a profissão, melhores salários e condições de trabalho, permitindo, assim, atrair e reter novos talentos.

Com relação ao aspecto financeiro, a proposição possui caráter essencialmente normativo, não afetando receitas ou despesas públicas.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 384, de 2024, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº , DE 2025 – CAE (de Redação)
> Art. 3º As atividades e atribuições profissionais serão concedidas, de forma integral ou parcial, em conformidade com a análise do projeto pedagógico e com a matriz curricular informados pela instituição de ensino, admitidas outras, na forma disposta em resoluções específicas do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea).
> Parágrafo único. O tecnólogo poderá responsabilizar-se tecnicamente pela pessoa jurídica, desde que os objetivos sociais dela sejam compatíveis com sua formação acadêmica e com as atribuições profissionais, observadas as disposições do *caput* deste artigo.

É esse o nosso voto, com a emenda, Senador Renan Calheiros, Presidente, Senadora Professora Dorinha, Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Senadora Tereza Cristina, com a palavra V. Exa., para discutir a matéria.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito rapidamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, como engenheira agrônoma, concordo com o Confea: nós precisamos mesmo de mais tecnólogos, para que possam trabalhar nas mais diversas áreas. E, hoje, nós temos aí... Com a inovação e a tecnologia que chegaram a esse setor de maneira muito forte, nós precisamos realmente dessa regulamentação.

Então, parabéns ao Senador Izalci, parabéns, Dorinha, pelo relatório.

Eu sou favorável a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

As Senadoras e os Senadores que concordam com ele permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Eu transformo a ideia feita há pouco à Comissão pelo Senador Esperidião Amin em requerimento para o Ministério da Fazenda, para mandar rapidamente para esta Comissão o cálculo dos juros que o Brasil pagou durante esses anos todos especificados pelo Senador Esperidião Amin.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Quero subscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Senadora Tereza Cristina está subscrevendo. Eu também subscrevo, o Senador Hamilton Mourão e a Senadora Professora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço mais uma vez a presença de todos e declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e três minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Leila Barros, Fabiano Contarato, Mecias de Jesus, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Beto Faro e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Randolfe Rodrigues, Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 51, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo , com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 162,400,000.00 (cento e sessenta e dois milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Brasileiro de Gestão de Ativos Rodoviários Proativo, Inclusivo, Seguro e Resiliente do Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 58, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de JPY 41.623.036.649,00 (quarenta e um bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove ienes japoneses), entre o Governo do Estado de Alagoas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do "Programa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentabilidade fiscal, econômica e ambiental do Estado de Alagoas"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga (*Ad hoc*), substituiu Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 59, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 8.000.000,00 (oito milhões de euros), entre o Governo do Estado do Ceará e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para Superação da Fome e Mitigação dos Efeitos da Pobreza e Extrema Pobreza Rural - Projeto Paulo Freire II." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Observação:** Aprovada a apresentação do requerimento de urgência. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4802, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar à pessoa idosa titular de bens móveis ou imóveis disponíveis o acesso ao mercado de crédito e de financiamentos." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3079, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação do Programa de Medicamentos do Trabalhador – PMT." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2996, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, para dispor sobre a sub-rogação automática de créditos e garantias em casos de falência, de liquidação extrajudicial ou de intervenção em instituição financeira agente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável à matéria. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3020, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para assegurar assistência técnica e financeira a municípios que comprovem não possuir os meios necessários para desenvolver e manter atualizados seus planos diretores e para condicionar o repasse de recursos federais para desenvolvimento urbano à elaboração ou revisão do plano diretor." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Relatoria:** Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Dueire. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4423, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias." **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Relatoria:** Senador Fernando Farias. **Relatório:** Relatório favorável ao projeto com o acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 18 e 20, e a rejeição das demais, na forma do substitutivo de sua autoria. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 21 - [CAE] (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 4871, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1-CTFC. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 10 - Projeto de Lei Complementar n° 168, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre procedimentos excepcionais para despesas e renúncias fiscais associadas à mitigação dos impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação sua autoria, e contrário as emendas nºs 1 a 16. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2311, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de setembro de 2025.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas 19, 21 e 22, correspondentes às reuniões realizadas aqui em 26 e 27 de agosto de 2025 e também em 2 de setembro de 2025, respectivamente.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. (*Pausa.*)

Há um pedido do Senador Veneziano de inversão da pauta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa., evidentemente, ouvindo os nossos companheiros presentes, se permitir fazer essa inversão, por força de outras obrigações...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Defiro o pedido de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E passamos, portanto, ao item 10 da pauta, em função da inversão de ordem proposta pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 168, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre procedimentos excepcionais para despesas e renúncias fiscais associadas à mitigação dos impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação sua autoria, e contrário as emendas nºs 1 a 16.

Observações: *1- Até a apresentação do atual relatório, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 17, de autoria dos senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, Weverton e Izalci Lucas.*

O Relator é o Senador Veneziano. Eu tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muito grato, Sr. Presidente. Eu devo, nesse início de leitura, agradecer diretamente a V. Exa. por mais uma vez nos distinguir na condição de Relator de uma peça muito importante, principalmente no que diz respeito a esses últimos e nefastos episódios impostos contra o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e contra os brasileiros, quando do anúncio dessa absurda decisão tomada pelo Presidente de uma nação soberana que insiste em não reconhecer a nossa soberania. Falo sobre o tarifaço imposto ao Brasil e que teve do Governo do Presidente Lula, além, evidentemente, da postura de continuar, acertadamente, mantendo, querendo manter as relações diplomáticas, das conversações para que possam ser revistas, também outras providências.

Senador Fabiano Contarato e Senador Fernando Dueire, o Governo do Presidente Lula adotou posturas efetivas para a mitigação desses resultados que se abatem sobre setores e que se abatem sobre o emprego. E aí o nosso querido Senador Jaques Wagner colabora quando elabora a proposta legislativa, o PLP 168, nesse mesmo sentido.

Eu tentarei, Presidente, senhoras e senhores presentes, dar uma dinâmica à leitura sem perdas ao entendimento, à compreensão e ao alcance dos senhores e das senhoras.

A esta Comissão vem o Projeto de Lei 168, de autoria do Senador Jaques Wagner. A proposição tem sete artigos.

O primeiro deles define que, nos exercícios financeiros de 2025 e 2026, as despesas decorrentes de créditos extraordinários e as renúncias fiscais para mitigação dos impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais às exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos não serão consideradas nas metas de resultado primário, constantes das leis de diretrizes orçamentárias, e nos limites de despesas primárias do novo arcabouço fiscal.

Ademais, a retirada das despesas oriundas de créditos extraordinários alcança os restos a pagar e é afastada a aplicação do art. 14 da LCP nº 101, de 4 de maio de 2000, que é a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal, para as renúncias de natureza tributária que não ultrapassem o montante máximo de R$5 bilhões no biênio de 2025 e 2026.

Os arts. 2º, 3º e 4º do PLP tratam dos aportes da União ao Fundo de Garantia de Operações no valor máximo de R$1 bilhão, ao Fundo Garantidor do Comércio Exterior também no valor de R$1,5 bilhão e ao Fundo Garantidor para Investimentos no valor máximo de R$2 bilhões, na devida ordem, para fins de minimizarem-se os impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas já citadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º acresce novo §2º-A ao art. 22 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, para determinar que, em 2025 e 2026, o crédito do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadora (Reintegra) relativo à exportação de bens para os Estados Unidos afetada pelas tarifas adicionais norte-americanas será apurado com o acréscimo de três pontos percentuais, de sorte que o percentual final de apuração do crédito será de até 3,1% para as médias e grandes empresas e de até 6% para as micro e pequenas empresas.

O art. 6º do PLP supracitado especifica que ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços poderá dispor sobre critérios de priorização no acesso às medidas de apoio anteriormente descritas.

O art. 7º traz a cláusula de vigência, com a futura lei complementar entrando em vigor na data de sua publicação.

A matéria foi apresentada, Sr. Presidente, senhoras e senhores, em 13 de agosto passado, tendo sido distribuída à esta Comissão no dia 25 de agosto, com previsão de posterior apreciação pelo Plenário desta Casa Legislativa. Fomos designados no dia 26 de agosto.

Há 18 emendas ao PLP. A primeira delas é do Senador Esperidião Amin, que ofereceu a Emenda nº 1, que eleva temporariamente o percentual do Reintegra em prol das empresas exportadoras prejudicadas pelas tarifas adicionais dos Estados Unidos, acrescentando 5,9 pontos percentuais ao percentual vigente de 0,1% para as médias e as grandes empresas e 4,4 pontos percentuais ao percentual de 3% válido para os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte.

As Emendas nºs 2, 3, 4 e 5 são de autoria da Senadora Tereza Cristina. A Emenda nº 2 determina que também não serão consideradas nas metas de resultado primário e nos limites de despesas primárias do Poder Executivo federal de 2025 e 2026 as despesas decorrentes da integralização de cotas pela União no fundo para a cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, conhecido como Fundo Catástrofe.

A Emenda nº 3, também da digna Senadora Tereza Cristina, institui nova medida de socorro aos exportadores, autorizando que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil criem modalidade de transação tributária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destinada exclusivamente aos exportadores e seus fornecedores impactados pelo aumento tarifário norte-americano.

A Emenda nº 4 impõe que, nos anos de 2025 e 2026, o ressarcimento de créditos acumulados das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) deverá ocorrer, após o pedido, em no máximo 15 dias úteis para os produtores de carnes bovinas exportadas para os Estados Unidos e em até 30 dias para os produtores das demais mercadorias exportadas para o mesmo país.

A Emenda nº 5 cria, com vigência pelo prazo de 12 meses, crédito outorgado, limitado globalmente a R$2 bilhões, relativo à contribuição para o PIS-Pasep e à Cofins.

As Emendas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 da CAE são de autoria do nosso estimado colega o Senador Mecias de Jesus.

A Emenda 6 fixa o percentual do Reintegra em 5%, pelo prazo de 24 meses, para as receitas de exportação de pescados relativos a peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, bem como as suas preparações, podendo o crédito apurado ser utilizado para compensação com tributos federais ou ressarcido em espécie, em até 30 dias, independentemente de ato regulamentar. As Emendas 7, 8, 9 e 12 têm teor similar à Emenda nº 6, a que já nos referimos, diferindo apenas no tipo de produto cuja exportação dá direito à alíquota majorada no Reintegra. A Emenda 12 também difere na ausência de prazo para o ressarcimento. Para as Emendas 7, 8, 9 e 12, os produtos são respectivamente: pasta, manteiga, gordura e óleo de cacau e cacau puro em pó; derivados de laranja; café solúvel e café torrado; e carnes bovinas congeladas, frescas ou refrigeradas.

A Emenda nº 10 altera o art. 21 da LCP nº 87, de 1996, conhecida como Lei Kandir, para autorizar os estados e o Distrito Federal a não exigir anulação do crédito do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) referente a operações com insumos e produtos agropecuários quando o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta ou for integrada ou consumida em processo de industrialização em caso de a saída do produto resultante não ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributada ou estar isenta do imposto, devendo os entes em no máximo 90 dias definir, por meio de convênio celebrado no Conselho Nacional de Política Fazendária, os insumos e produtos agropecuários aos quais não serão exigidos a anulação.

A Emenda nº 11 altera a Lei 10.925, de 23 de julho de 2004, para complementar o rol de insumos agropecuários contemplados por alíquota zero.

A Emenda 14, de S. Exa. o Senador Weverton, e a Emenda 15, do Senador Mecias, concedem crédito do Reintegra sob os percentuais vigentes acrescidos de até três pontos percentuais.

Por seu turno, a Emenda 16, do Senador Izalci Lucas, informa que o adicional temporário de alíquota ao Reintegra alcançará as exportações de bens afetados pelo tarifaço norte-americano com destino a qualquer país, inclusive os próprios Estados Unidos da América.

A Emenda nº 14, do Senador Weverton, a Emenda nº 15, do Senador Mecias, e a Emenda nº 18, do Senador Esperidião Amin, querido professor, concedem crédito do Reintegra sobre percentuais vigentes acrescidos de até três pontos percentuais aos bens extrativistas e agrícolas exportados afetados pela imposição de tarifas adicionais.

Por seu turno, a Emenda 16, do Senador Izalci, informa que o adicional temporário de alíquota ao Reintegra alcançará as exportações de bens afetados pela determinação norte-americana de ampliação até 50% de novas tarifas.

A Emenda 17, do Senador Esperidião, altera o anexo do Decreto 8.415, do ano de 2015, para excluir a lista de exceções aos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos (Tipi) que não dão direito ao creditamento via Reintegra.

Bem, Sr. Presidente, eu fiz as devidas leituras das colaborações que nos chegaram por parte dos nossos companheiros, e vamos à análise do projeto e também dos nossos posicionamentos no tocante a cada uma das sugestões dos nossos dignos companheiros.

A CAE é competente para opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente e sobre finanças públicas, de acordo com, respectivamente, os incisos I e IV do art. 99 do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A União está autorizada a legislar sobre política de crédito e seguros, direito tributário e finanças públicas, nos termos, respectivamente, dos arts. 22, inciso VII, art. 24, inciso I, e art. 163, inciso I, do Congresso Nacional e da nossa Carta Magna.

A proposição em exame atende ao requisito de juridicidade, ao inovar o ordenamento jurídico e ser dotada de abstração e generalidade.

A proposição é plenamente e reconhecidamente meritória. Embora a solução de longo prazo para o problema envolvendo os setores exportadores passe pela procura de novos mercados e por negociações, que estão sendo mantidas pelo nosso Governo com os Estados Unidos da América, para a reversão das tarifas adicionais, é inegável a virtude da adoção de socorro imediato e temporário, como estão sendo adotadas essas medidas, às empresas e aos empregos afetados pelas mesmas. Daí a importância da proposta legislativa que traz como seu primeiro subscritor o Senador Jaques Wagner, quanto à viabilização de algumas medidas emergenciais constantes no Plano Brasil Soberano: compras de alimentos para programas de merenda escolar e refeições hospitalares, aportes de valores a fundos garantidores e expansão provisória do Reintegra.

Sempre lembrando, nós estamos tratando de uma matéria que visa emergencialmente, Senador Rogério, atender as demandas apresentadas pelos setores afetados. Isso aqui é uma iniciativa emergencial.

De início, as aquisições de gêneros alimentícios abarcam apenas os seguintes produtos, de acordo com a Portaria Interministerial dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e da Agricultura e Pecuária nº 12, de 22 de agosto: açaí, água de coco, castanha de caju, castanha do Brasil, manga, mel, pescados e uva. O café e a carne bovina, atentai-vos, poderiam entrar nesse rol, sim, mas ficaram de fora porque são bens não perecíveis com suficiente demanda no exterior.

Os aportes ao FGO (Fundo de Garantia de Operações) e ao FGI (Fundo Garantidor para Investimentos) buscam cobrir operações de crédito para apoio a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como os seus fornecedores. Já os aportes ao Fundo Garantidor de Crédito à Exportação visam à cobertura de: i) riscos comerciais em operações de crédito ao comércio exterior, inclusive das micro, pequenas e médias empresas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas fases pré e pós-embarque, com qualquer prazo de financiamento; ii) de riscos políticos e extraordinários em operações de crédito ao comércio exterior de qualquer prazo; e iii) de riscos de descumprimento de obrigações contratuais referentes a operações de exportação de bens ou serviços sob as formas de garantias previstas em estatuto. Atualmente esses riscos são cobertos pelo Fundo de Garantia à Exportação. A responsabilidade financeira da União neste fundo recai na integralidade do custo da cobertura, ao passo que naquele se limita ao aporte.

Como as compras públicas e os aportes aos fundos garantidores são despesas discricionárias, a disciplina do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não é aplicável às mesmas, embora o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal exija a estimativa de impacto fiscal para três exercícios (o da vigência e os dois seguintes) para essa modalidade de despesa. O próprio projeto de lei complementar em epígrafe informa que os aportes iniciais deverão ser da ordem de R$4,5 bilhões. Em todo caso, as dotações das despesas discricionárias constarão de medidas provisórias de abertura de créditos extraordinários oportunamente, para cumprir a determinação do art. 16 da LRF.

O Reintegra constitui uma desoneração da atividade exportadora com o propósito de devolver, parcial ou integralmente, o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens destinados à exportação para aumentar a competitividade do produto nacional no exterior. O impacto fiscal dessa medida é sabido de antemão, por ser limitado a R$5 bilhões, de modo que se encontra plenamente atendido o disposto no art. 113 do ADCT, o qual exige a exibição da estimativa de impacto orçamentário-financeiro de proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita. É o caso.

Por fim, vamos proceder à análise das emendas apresentadas pelos senhores e senhoras integrantes do Colegiado. De antemão, mais uma vez, agradeço a colaboração que cada um dos nossos íntegros representantes teve para conosco.

Em relação à Emenda nº 1-CAE, do Senador Esperidião Amin, a devolução do resíduo tributário nas condições nela propostas implica renúncia de receitas que vão muito além dos R$5 bilhões propostos, cujo efeito imediato é o comprometimento do esforço fiscal que tem sido despendido pela União para o controle do endividamento público, uma vez que o acréscimo de pontos percentuais propostos pelo PLP deixaria de ser um teto de 3 pontos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

percentuais para ser um patamar fixado e majorado de 5,9, no caso das médias e grandes empresas, e de 4,4, no caso dos microempreendedores individuais, das microempresas e das empresas de pequeno porte. Além do mais, a emenda reduz a vantagem hoje existente das empresas de menor porte em relação às médias e grandes empresas, que cairia de 2,9 para 1,4.

Discussão idêntica já está presente no Projeto de Lei nº 882, de S. Exa. o Senador Eduardo Gomes, que atualmente está sendo relatado pelo digno Senador Esperidião Amin, nesta mesma Comissão Temática. No presente PLP, as questões de renúncias fiscais são tratadas em caráter emergencial – como tenho dito, esse projeto de lei refere-se a questões emergenciais e temporárias –, unicamente para atender à necessidade extraordinária de soluções para mitigar os efeitos das recentes políticas tarifárias dos Estados Unidos, o que exige apreciação célere do Congresso Nacional. A complexidade e profundidade do tema, bem como sua natureza de política tributária permanente, indicam, Senador Esperidião, que parece mais apropriado tratá-lo no âmbito do PL nº 882, de autoria do Senador Eduardo e que tem V. Exa. como competente Relator, que tem objetivos diversos do caráter emergencial da proposição que ora relatamos. Ademais, a retirada do limite de valor de renúncias fiscais atrai incertezas para o resultado fiscal e, portanto, para a dívida bruta do Governo, podendo impactar o câmbio e a curva de juros, o que poderia levar a efeitos nocivos em nossa economia. Assim, em que pese a nobre e reconhecida preocupação do autor, Senador Esperidião Amin, quando nos apresenta a Emenda nº 1, quanto à majoração do socorro às empresas exportadoras via o programa Reintegra, peço desculpas, mas nós encaminhamos pela rejeição da emenda.

Quanto à Emenda nº 2, cumpre reconhecer a relevância do seguro rural, um instrumento de política agrícola. De fato, trata-se de mecanismo fundamental para a proteção do produtor contra riscos climáticos e de mercado, assegurando a continuidade das atividades produtivas e reduzindo necessidade de renegociações de dívidas. Todavia, a proposta de excepcionar as despesas de integralização do Fundo Catástrofe dos limites fiscais fixados pelo novo arcabouço não podem, ao nosso sentir, ser acolhida.

O PLP que nós estamos a discutir foi concebido para responder a uma situação específica, emergencial e extraordinária: a imposição unilateral de tarifas comerciais pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Por isso, restringiu as exclusões fiscais às medidas emergenciais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socorro imediato, como a integralização de fundos garantidores voltados ao crédito externo e a compra de gêneros alimentícios.

Já o seguro rural, que é a base da Emenda nº 2, apresentada pela nossa querida e competente Senadora Tereza Cristina, embora muito reconhecido o seu mérito, constitui política pública permanente e estrutural, sem a imprevisibilidade e a urgência que justificariam a sua excepcionalidade fiscal. Admitir sua inclusão abriria precedente para que outras políticas setoriais, igualmente relevantes, pleiteassem tratamento semelhante, diluindo o foco do projeto que nós estamos a tratar.

Exclusão proposta pela Emenda nº 2 retiraria da disciplina fiscal uma despesa recorrente, ampliando pressões sobre o equilíbrio orçamentário. Nada impede que o Congresso Nacional, no processo orçamentário anual, amplie os recursos destinados a essa política, desde que respeitados os limites fiscais aplicáveis a todas as demais áreas de despesa.

Assim, a rejeição da emenda não implica descaso, absolutamente, jamais, com a agricultura, mas apenas reafirma que o financiamento dessa política deve ocorrer dentro das regras gerais fiscais.

O propósito central do PLP é mitigar impactos derivados de barreiras comerciais impostas ao Brasil. A Emenda nº 2 não guarda relação direta com essa finalidade.

Por essas razões, ainda que reconhecendo o seu mérito, a Emenda nº 2 não deve ser acolhida, pois não atende ao critério de excepcionalidade.

No que tange à Emenda nº 3, a figura jurídica da transação tributária encontra-se disciplinada na Lei 13.988, do ano de 2020. Entre os benefícios atrelados à celebração de transação, há:

1. Concessão de descontos nas multas, nos juros, encargos legais;

2. Oferecimento de prazos e formas de pagamentos especiais;

3. Oferecimento da substituição à alienação de garantias;

4. Utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. O uso de precatórios ou direito creditório com sentença de valor transitada em julgado.

Assim, parece que a transação tributária pretendida por esta emenda, com destaque para a desenhada para o setor exportador de carnes bovinas, por ser mais benéfica que a Lei nº 13.988, de 2020, tende a reduzir a arrecadação tributária federal, com impacto sobre as finanças dos três níveis de governo. Além disso, nos termos da legislação atual, já é possível a realização de transação tributária para o setor por meio administrativo.

Por essas razões, sugerimos, senhoras e senhores, a rejeição da citada emenda.

Emenda nº 4, está a fixação de prazo máximo de 30 dias para a RFB, que é a nossa Receita Federal, concluir ressarcimento de créditos acumulados da contribuição PIS/Pasep da Cofins para as pessoas jurídicas produtoras de mercadorias exportadoras para os Estados Unidos, que é reduzido para 15 dias úteis no caso de empresas produtoras de carnes.

Esses prazos são bastante diminutos para que o Fisco federal analise o mérito do pedido e efetue o depósito ao contribuinte. Além do mais, a medida impacta abruptamente a execução da programação orçamentária federal. Por essa razão, também sugerimos a rejeição da Emenda nº 4.

Emenda 5, a concessão de crédito outorgado da contribuição para PIS/Pasep da Cofins às pessoas jurídicas de diversas cadeias de exportação para os Estados Unidos afeta a arrecadação federal e, em parte, está contemplada pelo Reintegra, no caso de empresas produtoras de bens classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados. Por essas razões, nós opinamos pela sua rejeição.

A Emenda nº 6 apresenta percentual do Reintegra fixo em 5% para as receitas de exportação de pescados e suas preparações. Esse percentual pode eventualmente ficar abaixo do teto proposto, e isso seria um prejuízo. Nós estamos a propor... No caso, foi proposto pelo Senador Jaques, e nós concordamos com um teto de 6%. A proposta da emenda seria até menor – 5% –, causando esse prejuízo. Em razão dessa argumentação e desse fundamento, nós sugerimos o seu não acolhimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 7, ao inserir no Reintegra, as receitas de exportação de pasta, manteiga, gordura e óleo de cacau e cacau puro em pó, sob as mesmas condições da Emenda nº 6, também contraria o fim do programa. Somos contrários à mesma.

A Emenda nº 8 traz um percentual fixo de 5% – repete-se – para as receitas de exportação de derivados de laranja a título de Reintegra. Esse setor, porém, está livre da tarifa no tocante ao suco de laranja e está sujeito à tarifa adicional no que diz respeito aos subprodutos da laranja. Parece que, para o suco de laranja, a medida pode talvez constituir uma vantagem não neutra do ponto de vista da recuperação de resíduos tributários, ao passo que, para os óleos essenciais e subprodutos de óleos essenciais da laranja, pode ocorrer prejuízo igual ao relatado para as preparações de pescados e, para os resíduos da laranja, existe contrariedade à finalidade do programa, tal como descrito para o pescado e o cacau.

As Emendas nºs 9 e 12 tratam do café e derivados e das carnes bovinas no âmbito do Reintegra sob o percentual de 5%, respectivamente. Esses bens, como dito por nós anteriormente, não integrarão o primeiro lote de compras governamentais, por serem não perecíveis e terem suficiente demanda no exterior. Daí que a hipótese considerada para o suco de laranja se aplica a eles, ainda que a carne bovina no momento não faça jus ao Reintegra. Assim, com as devidas escusas ao Senador e querido amigo Mecias de Jesus, autor das sugestões, nosso encaminhamento é pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 8, 9 e 12.

A Emenda nº 10, do Senador Mecias, interfere na sistemática de aprovação de benefícios fiscais pelos estados e pelo DF no tocante ao ICMS. Salvo melhor juízo, parece haver vício de inconstitucionalidade na sugestão. Somente o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) poderia instituir, e quando quisesse, o benefício fiscal referente à não anulação de crédito de ICMS em operações com insumos e produtos agropecuários. Aliás, a própria justificação da emenda parece reconhecer isso, quando afirma que o Convênio Confaz 26/2021 extinguiu a possibilidade de os estados e o DF não exigirem a anulação dos créditos de ICMS quando de operações abrigadas pelo Convênio Confaz nº 100/97. Portanto, a nossa sugestão, mais uma vez referindo-me ao Senador Mecias Jesus com o devido respeito às suas colaborações, é pela rejeição da emenda em comento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à Emenda nº 11, do Senador Mecias, é inegável a importância da produção agropecuária para o Brasil. Em 2024, o agronegócio representou 23,2% do Produto Interno Bruto, empregou 26% dos trabalhadores do país e foi o único setor produtivo com superávit na balança comercial, da ordem de US$145 bilhões. Porém, a expansão da lista de insumos agropecuários contemplados por alíquota zero da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins necessita: i) da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e; ii) de medida compensatória; ou iii) da indicação de consideração da renúncia de receita na lei orçamentária e comprovação de que ela não afeta as metas de resultado primário. O descumprimento desses três requisitos fiscais aconselha a sua rejeição.

A mesma recomendação nós fazemos aplicando-se à Emenda nº 13, que trata da depreciação acelerada para bens de capital e adaptações industriais vinculados ao redirecionamento de exportações ou à abertura de novos mercados.

Em relação, senhores e senhoras, partindo derradeiramente para as apreciações das emendas, às Emendas nºs 14 e 15, precisa-se salientar que o Reintegra é um programa de devolução de créditos criado para o atendimento aos setores produtivos que exportam bens manufaturados com cadeias produtivas longas e complexas que geram expressivo resíduo tributário impossível de ser recuperado pelas vias normais da legislação dos tributos de origem. Na essência, o Reintegra estimula a diversificação da pauta produtiva do país, com vistas à produção e à exportação de bens de maior valor adicionado, colaborando para a expansão da atividade industrial. Por conta das características do programa Reintegra, não é adequado, senhoras e senhores, estendê-lo, mesmo que temporariamente, às exportações de bens extrativistas e agrícolas. As empresas que atuam na produção e na exportação desses bens podem, entretanto, se beneficiar de outras medidas do Plano Brasil Soberano, como a aquisição governamental de produtos alimentícios, o diferimento de tributos federais e o acesso a linhas de crédito, conforme o caso. Em vista disso, encaminhamos pela rejeição das Emendas nºs 14 e 15.

No que se refere à Emenda nº 16, de S. Exa. o Senador Izalci Lucas, cumpre destacar que a finalidade do adicional do Reintegra, tal como previsto no PLP 168, que nós estamos a debater, é mitigar o prejuízo direto causado pelas tarifas adicionais. O benefício destina-se, portanto, a sustentar a competitividade de empresas que perderam espaços no mercado norte-americano e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, em razão disso, enfrentam queda real em sua capacidade de exportação e geração de divisas. A redação da emenda, ao pretender explicitar que o adicional poderia ser aplicado também a exportações redirecionadas a outros mercados, desvirtua a lógica compensatória do mecanismo. Empresas que já lograram diversificar sua pauta exportadora e conseguem inserir os seus produtos em novos destinos não se enquadram na condição de vulnerabilidade que justifica a concessão do incentivo que ora nós estamos a propor. Nessas situações, a recomposição de receita já se deu pelo próprio êxito de acesso a mercados alternativos, bem como pelo acesso à linha de crédito especial conferida pela Medida Provisória 1.309, já regulamentada pelo CMN. Por tais motivos, manifestamos pela sua rejeição.

A Emenda 17. Não pode o PLP alterar um decreto presidencial. Em todo caso, aplica-se a essa tentativa os argumentos contrários levantados para as Emendas 14, 15 e 18. A proposta de revogar o parágrafo único do art. 4º da Lei 9.818, do ano de 1999, é inoportuna no momento, pois a Medida Provisória 1.309, deste ano, propõe a revogação desse dispositivo condicionada à sua reescrita.

Por fim, senhores e senhoras, parece-nos adequado aprimorar o texto do art. 5º do PLP que acrescenta o §2º-A ao art. 22 da Lei 13.043, do ano de 2014, que faz referência ao Reintegra. Ocorre que, pela redação original do projeto, cria-se uma incompatibilidade operacional com a arquitetura dos sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil. É necessário, pois, promover ajuste redacional para que se faça referência explícita às pessoas jurídicas que foram afetadas pela imposição das tarifas adicionais dos Estados Unidos, e não apenas menção aos bens atingidos pela medida, como inicialmente proposto.

Tal ajuste permite que o benefício seja implementado de forma ágil, utilizando a estrutura sistêmica já existente. Ademais, confere ao Poder Executivo federal a flexibilidade para definir critérios de elegibilidade que mantenham o foco do instrumento nos exportadores mais impactados pelas medidas tarifárias unilaterais, sem comprometer a celeridade que a situação de crise exige-nos. Assim, apresentamos emenda de redação nesse sentido.

Pois bem, Senador Presidente Renan Calheiros, nosso voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o que nós expusemos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar, de autoria do Senador Jaques Wagner, nº 168, deste ano, com a rejeição das Emendas nºs 1 a 18, da CAE, e com o acréscimo da emenda de redação à qual eu fiz menções derradeiramente.

Eis o nosso trabalho, Senador Presidente. Minhas desculpas por ter me alongado, em razão da densidade que o tema sugere.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nós é que agradecemos ao Senador Veneziano Vital do Rêgo.

A matéria está em discussão. Nós temos já uma ordem de inscrição sobre a mesa. (*Fora do microfone.*)

Em primeiro lugar, está inscrito o Senador Esperidião Amin; em segundo lugar, o Senador Jaime Bagattoli; em terceiro lugar, o Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Me inscreva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Senador Mecias de Jesus em quarto lugar; em quinto, o Senador Rogério Carvalho; em sexto, Senador Contarato.

Senador Amin, com a palavra V. Exa.

A matéria está em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu só peço permissão para enaltecer o trabalho hercúleo – só não vou falar que é digno do Sansão, Sansão com "s", porque eu estaria provocando alguma derrubada da cobertura (*Risos.*) e estaria demonstrando, sem querer, uma certa inveja pela perda. Mas é um trabalho muito bem-feito.

Eu não tive sorte, porque nesse caso aí, como se diz na gíria, eu perdi de cabo a rabo, porque eu sou autor da primeira, da penúltima e da última. Não tive êxito, mas tenho certeza de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, ao pedir vista, que é o que eu estou fazendo... E faço isso também em acordo com o Senador Rogerio Marinho, com a Senadora Tereza Cristina, que não está presente, e com o meu coestaduano emprestado a Rondônia, Jaime Bagattoli, e justificando que nós vamos tentar sensibilizá-lo, talvez com o próprio Líder do Governo, que é o autor.

Então, peço vista e já antecipo que subscrevo também o pedido que o Senador Jaime Bagattoli vai fazer.

Muito obrigado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Sr. Presidente, não sei se, diante do pedido de vista, nós iríamos ou poderíamos já continuar a discussão, porque poderíamos alongar, ou então deixar a discussão para a próxima semana, se V. Exa. assim entender, porque senão nós vamos ter discussões agora e vamos nos repetir novamente na terça-feira. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaime, há um pedido anterior de vista e há uma sugestão de encaminhamento do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Eu consulto V. Exas., os que estão inscritos, se deixaremos a discussão da matéria para a próxima reunião.

Há um pedido conjunto de vista.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Presidente, eu acho que a discussão agora é importante, porque dúvidas que surgirem poderão ser corrigidas nessa semana de vista, e, se não discutirmos agora, talvez essas dúvidas só surjam depois de já gastarmos o prazo. Digamos que alguém levante um outro item, não é?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Não, perfeito. Mas eu estou à disposição durante esse interregno exatamente para recepcionar dúvidas existentes e também, quiçá, poder rever algumas das posições. Eu só estou ponderando aqui porque nós temos uma pauta consideravelmente longa, vamos estar fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a discussão agora e novamente na terça-feira. É apenas uma ponderação sem perdas ao direito de todos de expressarem suas opiniões.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir. *Fora do microfone*.) – Isso não é procrastinatório.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não, não, não. Não foi dito isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Queremos debater.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O que for possível debater no relatório, nós debateremos... Não é para procrastinar. E na semana que vem nós teremos, eventualmente, (*Fora do microfone*.) a discussão remanescente e votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu até protocolei um requerimento para uma audiência pública, para nós discutirmos esse PLP 168, de 2025, do Jaques Wagner.

Quero parabenizar aqui o Relator, Veneziano. Sei da grande preocupação dele, mas eu quero dizer ao Relator o seguinte: é o mercado que eu conheço o mercado de exportação, conheço a produção primária e conheço a indústria. O setor mais afetado neste momento, neste momento, é o setor madeireiro. Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, parte do Mato Grosso do Sul, ali, são grandes exportadores de madeira para os Estados Unidos e ampliaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suas indústrias para exportação, muitas indústrias para exportação específica para os Estados Unidos. Eu conheço, conheço a indústria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De produtos customizados, quer dizer, feitos como se fossem roupa feita no alfaiate.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, eu conheço esses problemas, até porque tem gente da minha família, lá em Santa Catarina, que produz, que tem exportação para os Estados Unidos.

Agora, sobre o café, o café só subiu de preço. E o café não está sendo tão afetado, porque se exporta para outro país, e o outro país leva para os Estados Unidos.

Carne bovina. Carne bovina – a quem estiver nos escutando neste momento, acompanhando –: nunca a indústria de carne bovina ganhou tanto dinheiro neste país como está ganhando agora, com a exportação de carne bovina. Quem está pagando essa conta, Relator? É o produtor. Para quem não sabe, uma arroba de boi: nos Estados Unidos, US$130 para o produtor rural; no Brasil, US$53. É o menor preço do planeta, o menor... A carne bovina hoje, o boi produzido no Brasil é o mais barato. A indústria de carne bovina nunca ganhou tanto dinheiro como está ganhando agora. E digo mais: de exportação para os Estados Unidos o Senador Jaime Bagattoli conhece. A cota nossa, de 10%, significa que ela só dá para um mês, Senador Amin, de exportação; nos outros 11 meses, nós já estamos na alíquota de 25%, depois foi para 50%.

Agora, o que eu quero que entenda: JBS, Marfrig, Minerva têm estrutura. Eles exportam aqui, via Paraguai, via Uruguai; eles têm como fazer a exportação para os Estados Unidos, não estão nem aí com o produtor rural.

Então, a minha grande preocupação aqui, neste momento, é que nós precisamos ter uma audiência pública para nós discutirmos. Eu sei a responsabilidade que nós temos com os empregos, principalmente no Sul do Brasil, da exportação de madeira, que é uma exportação muito afetada. Parece que a exportação de calçado também foi afetada. Mas nós temos que discutir numa audiência pública para chegarmos a um denominador e vermos aquilo que nós podemos fazer para ajudar o nosso exportador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Obviamente, nós vamos ter a oportunidade de fazer o debate sobre o mérito na próxima reunião da Comissão. Acho que é extremamente pertinente o pedido de vista. Ainda que pese a urgência dessa matéria, nós não podemos deixar de fazer o debate sobre esse tema nesta Comissão. Portanto, é bem-vindo e é muito importante que se dê um tempo para que todos os membros da Comissão possam debater sobre essa matéria.

Quero chamar a atenção somente para a premência do tema. Nós precisamos desse recurso ou desses recursos para garantir o financiamento do programa que vai auxiliar todos os setores afetados pelo tarifaço. E é importante dizer que, no regramento fiscal, todas as regras de controle fiscal mais modernas trabalham com a ideia de que, em momentos como este, sem previsão, com um fato ocorrido num período que não tem previsão de discussão e não tem orçamento – isso foi dentro do orçamento em vigência –, matérias dessa natureza não fiquem subordinadas a qualquer regra fiscal, respeitando, obviamente, os limites que a gente precisa dar a isso. Mas essa é uma emergência que precisa ser tratada como emergência. Emergência tem de várias naturezas. Essa é uma emergência que nós precisamos tratar e precisamos dar a essa questão o tratamento de emergência.

Por isso, quero cumprimentar V. Exa., Senador Veneziano, por apresentar o seu relatório com grande brevidade, porque mostra a responsabilidade com essa situação emergencial e com todos os setores afetados por essa ilegal tarifação dos produtos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu vou ser bastante rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que eu acho que nós temos que fazer alguma coisa por quem sofreu consequências com o tarifaço do Presidente Trump. É evidente que o país tem que fazer alguma coisa. Nesse sentido, eu apoio o relatório feito pelo nosso Vice-Presidente, mas eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente, de que algo muito estranho está acontecendo conosco. Nós estamos tirando cada vez mais coisas do arcabouço fiscal. E, cada vez que tiramos algum gasto do arcabouço fiscal, mais ele se transforma numa peça de ficção que nada tem a ver com a realidade.

Nós já tiramos, Amin, precatórios, nós já tiramos socorro à enchente do Rio Grande do Sul, agora vamos tirar o tarifaço. As receitas próprias do Judiciário não entram no arcabouço. Aí colocamos institutos de ciência e tecnologia fora. E daí pegaram carona AGU, TCU, STF, Ipea, IBGE. Ou seja, nós estamos caminhando para uma situação em que o mercado vai ter que inventar um outro número para saber como a economia vai indo, porque os nossos números estão se transformando em peça de ficção, porque nenhuma autorização do Congresso, nenhuma autorização do STF pode revogar a lógica da conta de menos, não é?

A nossa meta de gastos é uma peça de ficção, e nosso superávit primário está se transformando numa peça de ficção. Nesse sentido, até eu diria o seguinte... Não estou contra; eu acho que... Por exemplo, para ajudar o Rio Grande do Sul, claro que eu fui a favor e votei a favor. Claro que eu voto a favor. Todos os objetivos aqui são nobres, mas eu acho que, ao mesmo tempo em que estamos fazendo uma coisa nobre, estamos criando, na economia, uma dificuldade até de análise, até de fé no Governo; diminui a credibilidade do Governo quando fazemos isso.

Talvez fosse o caso de incluirmos esses números e autorizar o Governo, isentar o Governo de qualquer penalidade, mas deixar que os números sejam fiéis à realidade, porque superávit tem que ser resultado de uma conta de menos... E não uma conta de menos, mas aí tira tudo que o STF autorizou, tudo que o Congresso autorizou, tudo... Aí vira peça de ficção. Eu só quero chamar a atenção para isso, quer dizer, não sou contra, vou votar a favor, como já votei a favor de outros, mas estamos indo numa direção onde cada vez mais o nosso arcabouço, a nossa meta de gastos, o nosso superávit primário é peça de ficção.

Só isso, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma pequena, uma pequena observação.

O Senador Oriovisto tem toda a razão. Agora, há exclusões e há exclusões. Estas aqui são exclusões emergenciais e provisórias. Vamos comparar isso, na época do covid, com o auxílio emergencial: não gerou inflação. Não gerou inflação. Agora, quando nós permitimos que despesas de custeio permanentes de órgãos públicos ou despesas permanentes da União fiquem fora do arcabouço fiscal, aí nós estamos engordando, ou seja, aumentando o tamanho, a necessidade de respiração do organismo do Estado sem a correspondente receita para cobrir esse gasto permanente. Esse é que faz mal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Mecias de Jesus, com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Renan, eu agradeço a oportunidade. Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar o nosso querido Relator e meu amigo pessoal, Senador Veneziano, que sem dúvida nenhuma fez um grande trabalho. E como já repetiu aqui o Senador Amin, ganhou de mim e do Amin de lambuja. Atiramos várias vezes e não fizemos nenhum gol. E então, perdemos de zero, tanto eu quanto o Senador Amin, mas o Senador Veneziano fez isso com clareza.

De qualquer forma, Presidente, eu sei que o Senador Veneziano... E é interesse dele e de todos nós aqui que essa matéria seja votada com urgência, mas com a maior clareza possível. Por isso eu quero subscrever o pedido do Senador Jaime Bagattoli de audiência pública, se possível para a próxima semana, e em seguida, depois da audiência pública, ouvindo todos esses mecanismos e os meios interessados, a gente poder votar, deliberar, ouvindo aqui, de fato, todos os interessados que, de certa forma, têm urgência nessa questão.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente quero parabenizar V. Exa. pela condução desta tão importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão, ao passo que eu quero também cumprimentar o Senador Jaques Wagner pela proposição e, no mesmo sentido, o Senador Veneziano, que apresenta um relatório extremamente minucioso, coerente e sustentável.

Eu vejo que esse tema é de fundamental importância, e ele tem o caráter de urgência. Então eu faço aqui um apelo para que nós efetivamente debatamos em cima desse tema, mas sem a necessidade de audiência pública, tendo em vista a urgência e o grau de temporalidade que se apresenta nesse tema.

Então eu quero aqui só fazer uma declaração. O meu Estado do Espírito Santo, com esse tarifaço, Sr. Presidente, está perdendo mais de R$1 bilhão. Está impactando no aço, está impactando na agricultura, enfim, no café, e em vários setores. E são números reais dentro do Estado do Espírito Santo, números feitos pela UFMG, inclusive, apresentando isso. Então esse socorro tem que vir.

Eu acho que nós temos aqui maturidade suficiente para aprovar essa matéria e concordo com a proposição e com o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo. Eu acho que a gente tem, sim, como apresentar e aprovar esse relatório na forma como se apresenta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Na forma do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, §§1º e 4º, eu concedo vista coletiva dessa matéria.

Nós vamos ter hoje a apreciação de vários créditos e até reestruturação de dívida.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 51, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 162,400,000.00 (cento e sessenta e dois milhões e quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Brasileiro de Gestão de Ativos Rodoviários Proativo, Inclusivo, Seguro e Resiliente do Estado do Espírito Santo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Presidente, eu gostaria que V. Exa. colocasse em votação o nosso requerimento. Como é que ficaria o requerimento de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O requerimento foi entregue hoje aqui. Eu vou fazer uma reflexão se pautarei ou não o requerimento, mas essa é uma decisão que eu vou tomar posteriormente à reunião.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É porque o relatório do Relator também foi pautado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não foi pautado hoje. Desde a semana passada que ele já foi pautado.

A apreciação de requerimento é da competência do Presidente da Comissão: ele pautará ou não pautará. Eu vou fazer uma reflexão sobre o requerimento. Se eu entender que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprofundar a discussão, eu o pautarei. Se eu entender que vai delongar uma matéria que parece ser emergencial em função da imprevisibilidade lá do tarifaço, eu não vou pautá-lo.

... de principal, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, cujos recursos destinam-se para o financiamento parcial do Programa Brasileiro de Gestão de Ativos Rodoviários Proativo, Inclusivo, Seguro e Resiliente do Estado do Espírito Santo.

Essa mensagem é de autoria da Presidência da República.

O Relator é o Senador Fabiano Contarato.

O seu parecer é favorável.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou ser bem breve porque o relatório já foi disponibilizado.

Como se sabe, eventos climáticos extremos têm aumentado em frequência e em intensidade. O custo desses eventos sobre a malha rodoviária é muito elevado. Muitas vezes, após chuvas intensas que levam a inundações ou queda de barreiras, é necessário reconstruir toda a via. Daí a necessidade de agirmos proativamente e recuperar a malha rodoviária do Espírito Santo, construindo novas vias com maior capacidade de resistência a tais eventos extremos. Pequenas obras, como a construção de variantes entre os Municípios de Santa Leopoldina e Santa Teresa, na região conhecida como “Três Santas”, terão enorme impacto social, pois são áreas densamente povoadas e as estradas atuais podem se tornar intransitáveis devido à erosão do leito dos rios.

Enfim, temos de nos precaver. Afinal, não somente o custo econômico decorrente dos eventos extremos é elevado; o custo humano é ainda maior. Basta imaginarmos o desespero das famílias que ficam isoladas em função de cheias e de desabamentos de encostas, sabendo que o necessário auxílio poderá não chegar porque as vias de acesso estão intransitáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é por menos que a análise econômica do projeto revelou-se tão favorável. Conforme já colocado, o valor esperado dos benefícios supera em muito o custo: para cada real investido, o retorno estimado é de US$2,49. A taxa interna de retorno, de 30,47% ao ano, supera em muito o custo do empréstimo, de forma que a operação é extremamente vantajosa para o Espírito Santo. Outra forma de ver a equação, o projeto irá gerar uma riqueza adicional de US$302 milhões, ante um custo de US$162 milhões.

Destaco ainda que a nota técnica elaborada pelo Estado do Espírito Santo comparou o custo da presente operação com fontes de financiamento alternativas. As condições oferecidas pelo Bird são semelhantes às oferecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina. Ademais, o Estado do Espírito Santo já conta com um bom histórico de relacionamento com o credor da operação. A nota técnica destaca que o valor adicionado pelo Bird vai muito além das condições financeiras mais favoráveis para o financiamento, pois o apoio técnico oferecido pelo banco permite maximizar a efetividade das soluções propostas.

Por fim, as condições oferecidas pelo mercado financeiro doméstico (BNDES e Caixa Finisa) são piores. A taxa de juros é superior a 11% ao ano (ante 4,35% ao ano pelas instituições multilaterais externas), e o prazo de carência é significativamente menor (12 meses pela Caixa Finisa e até 36 meses pelo BNDES, ante até 66 meses pelo Bird). Ainda que as operações domésticas não envolvam risco cambial, as diferenças de taxas justificam a opção pelo financiamento externo.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Estado do Espírito Santo encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos aqui expostos.

É esse é o relatório.

Eu só queria fazer uma ressalva, Sr. Presidente, que o Espírito Santo hoje tem uma saúde fiscal, mas caminhando de mãos dadas com uma saúde social. Eu acho que esse é um grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ponto, de fundamental importância, quando você vê um estado que tem suas contas saneadas, mas que tem esse olhar humanizador, com empatia, para a redução da desigualdade.

Então, quanto ao Espírito Santo, eu vejo que nós temos total tranquilidade de fazer essa operação, ao passo que quero parabenizar o Governo do Estado do Espírito Santo também pela forma como vem conduzindo, dando credibilidade para que o Estado do Espírito Santo seja aí uma referência no âmbito nacional em diversos setores. Nós temos na educação, na segurança, enfim, na infraestrutura. E eu fui Delegado de trânsito: esse recurso para fazer manutenção das rodovias e para os momentos críticos ali é de fundamental importância. Quanto que vale uma vida humana? Quanto que vale uma debilidade permanente, uma função locomotora dos acidentes de trânsito? E isso na malha rodoviária vai ter um impacto significativo.

Muito obrigado.

Eu peço a colaboração dos colegas para a aprovação e, desde já, já faço o requerimento de que, sendo aprovado, seja submetido requerimento de urgência para o Plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica, Senador Fernando Dueire.

Em votação a matéria. Em votação, portanto, o relatório apresentado.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto, nos termos do PRS que apresenta.

A matéria vai a Plenário, com o devido pedido de urgência do Senador Contarato.

Se não houver objeção, está aprovado o pedido de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Fernando Dueire, pela ordem, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como tenho um compromisso neste momento, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa. e aos colegas aqui na bancada para que eu pudesse fazer uma inversão de pauta, para que eu consiga relatar o projeto do item 7, de grande importância, porque trata exatamente de uma atualização do Estatuto da Cidade. É um projeto relevante e eu me encontro neste momento já premido pelo horário em razão de um outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, vamos fazer a inversão da pauta para aproveitar a presença do Senador Fernando. Qual é o dele? (*Pausa.*)

Item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 3020, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para assegurar assistência técnica e financeira a municípios que comprovem não possuir os meios necessários para desenvolver e manter atualizados seus planos diretores e para condicionar o repasse de recursos federais para desenvolvimento urbano à elaboração ou revisão do plano diretor.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)

Relatoria: Senador Fernando Dueire

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *1- A matéria será apreciada pela CDR, em decisão terminativa*

Eu concedo a palavra a V. Exa., Senador Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. não só a deferência da inversão de pauta, como também a confiança em me designar Relator desta matéria relevante, que chega em boa hora por parte do autor, Senador Alessandro Vieira.

Então, vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 3.020, de 2024, de autoria, como falei, do Senador Alessandro Vieira, que propõe alterações à Lei nº 10.257, de 2001, também conhecida como Estatuto da Cidade. A proposição tem por finalidade assegurar, no âmbito da União, a prestação de assistência técnica e financeira a municípios que comprovadamente não possuam meios para elaborar ou manter atualizados seus planos diretores.

Além disso, propõe-se condicionar a alocação de recursos federais destinados ao desenvolvimento urbano, bem como os provenientes de financiamentos geridos ou administrados por órgãos ou entidades da administração pública federal à existência de plano diretor atualizado nos termos da própria legislação urbanística, ressalvando-se os casos em que os recursos sejam aplicados justamente para a elaboração ou revisão desse instrumento.

As alterações propostas no Estatuto da Cidade inserem-se no contexto de aperfeiçoamento da política urbana nacional, especialmente no que se refere à efetividade dos planos diretores como instrumentos essenciais de ordenamento territorial e gestão democrática das cidades.

A assistência técnica e financeira prevista na proposta é medida de equidade federativa, ao reconhecer a limitação de capacidades institucionais de diversos municípios brasileiros, especialmente os de menor porte populacional e com estruturas administrativas reduzidas. Dados do Ministério das Cidades revelam que significativa parcela dos municípios obrigados por lei a manter plano diretor ainda não elaborou ou atualizou tal instrumento, prejudicando a organização e o desenvolvimento sustentável de seus territórios. A previsão normativa ora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta fortalece a capacidade local de planejamento e favorece o cumprimento da exigência legal de revisão decenal do plano diretor, conforme o §3º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Do ponto de vista orçamentário, a proposta resguarda os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal ao vincular a prestação de assistência ao orçamento da União. A sua execução prática dependerá, portanto, de previsão na lei orçamentária anual ou em créditos adicionais, o que garante a compatibilidade com as normas de planejamento fiscal.

Por fim, observa-se que a matéria está em consonância com diretrizes internacionais e nacionais de desenvolvimento sustentável. A Nova Agenda Urbana das Nações Unidas enfatiza a necessidade de planejamento participativo e inclusivo das cidades, e o Plano Plurianual 2024-2027 do Brasil prevê como prioridade a promoção de cidades sustentáveis e resilientes.

Diante do exposto, este Relator entende que o Projeto de Lei 3.020, de 2024, contribui significativamente para a efetivação da política urbana nacional e para a superação das desigualdades federativas em matéria de planejamento territorial. Trata-se de proposição meritória, que fortalece a governança urbana, promove o uso racional dos recursos públicos e assegura o cumprimento dos preceitos do Estatuto da Cidade.

O voto, Sr. Presidente, peço a V. Exa. para encaminhar.

Dessa forma, não havendo óbices de natureza regimental, legal ou constitucional, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.020, de 2024, por atender ao interesse público e aos princípios orçamentários vigentes.

Era o que eu tinha a relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Relator, o Senador Fernando Dueire.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votação simbólica. A partir de agora, todos os itens da pauta terão votação simbólica.

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 58, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de JPY 41.623.036.649,00 (quarenta e um bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove ienes japoneses), entre o Governo do Estado de Alagoas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do "Programa de sustentabilidade fiscal, econômica e ambiental do Estado de Alagoas".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu quero me congratular com V. Exa. e com os seus dignos sucessores, a começar pelo ex-Governador Renan Filho...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... porque vocês conseguiram furar a barreira do dólar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É uma reestruturação da dívida que estende o prazo por 30 anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas esse assunto é um assunto inflamável. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, porque Alagoas fez o...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aquela gravata vermelha que parece um babador do Trump é por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Alagoas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se você substitui o dólar por qualquer outra moeda, ele fica muito magoado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É que Alagoas fez o dever de casa do ponto de vista fiscal. O estado, após a presença do ex-Governador Renan Filho, passou a ser o estado que mais investe recursos próprios no Brasil, e nós precisamos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando fui Presidente do Senado, nós fizemos uma renegociação da dívida dos estados, e agora essa reestruturação da dívida com o Bird é uma coisa fundamental para dar mais espaço para investimentos no Estado de Alagoas.

Senador Eduardo Braga.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A minha observação é laudatória.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Amin. Muito obrigado, Amin.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, Sr. Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. e, na condição de Relator *ad hoc*, relatarei o projeto em espécie, que trata exatamente de recursos que se destinam à reestruturação de dívida do estado, no âmbito do Programa de sustentabilidade fiscal, econômica e ambiental do Estado de Alagoas. A operação resultará em um valor de 41.623.036.649 ienes japoneses de principal.

O programa em questão foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamento Externo (Cofiex), de que trata o Decreto 9.075, de 6 de junho de 2017.

Eu indago a V. Exa., Sr. Presidente, se eu posso ir diretamente à análise...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Pode ir, por favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... tendo em vista de que se trata de um modelo extremamente exitoso do Estado de Alagoas em fazer a renegociação do perfil da sua dívida, fazendo um alongamento da sua dívida pública e uma redução do pagamento da taxa de juros, o que, obviamente, é extremamente salutar para a economia estadual de Alagoas.

Nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Distrito Federal e dos municípios. Também compete a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme prevê os incisos VII e VIII do mesmo art. 52.

As competências citadas estão regulamentadas na Resolução do Senado Federal (RSF) nºs 40 e 43, ambas de 2001, e nº 48, de 2007. A Lei Complementar nº 101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, também normatiza o mesmo tema.

No Parecer SEI nº 2.364 2025/MF, de 14 de julho de 2025, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional, consta a análise da secretaria em relação aos limites e condições para a contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União. O parecer mostra que o Estado de Alagoas cumpre as exigências previstas nas RSF nºs 40 e 43, ambas de 2001, assim como os requisitos legais necessários para a obtenção da garantia da União.

Adicionalmente, a Secretaria do Tesouro Nacional concluiu que o Governo do Estado de Alagoas cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

A PGA, por sua vez, por meio do Parecer SEI nº 2.636 2025/MF, de 30 de julho de 2025, concluiu não haver óbices à contratação em tela. Em especial, destacou que foi observado o disposto no art. 8º da RSF nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

De acordo com o parecer técnico da Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas, constante dos autos, o objetivo da operação é a reestruturação e a recomposição da dívida estadual, visando aprimorar seu perfil de endividamento. Por meio desse programa, pretende-se substituir dívidas de curto prazo que possuem juros mais altos por uma nova dívida de prazo mais longo e cujos juros são mais baixos.

Ainda de acordo com o citado parecer, o Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Alagoas foi pensado para substituir dívidas que possuem taxas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juros que variam de 108% a 120% do CDI (certificado de depósito interbancário). A recomposição dessas dívidas deixará o Estado de Alagoas com um maior espaço fiscal, já que as dívidas atuais comportam o prazo de até dez anos, enquanto as novas dívidas terão prazo de 33 anos. Dessa forma, mesmo com simulações e cenários de estresse para o câmbio em ienes japoneses, mostrou-se mais vantajosa a reestruturação em relação às dívidas internas.

A reestruturação tem como contrapartidas do estado ações que visam trazer melhorias dos aspectos fiscais e ambientais. No pilar fiscal a proposta é a construção de um marco institucional e regulatório que contribua para a sustentabilidade fiscal estadual. No pilar ambiental a proposta consiste na construção de uma base institucional que regule as informações sobre os ativos naturais e que permita a institucionalização de políticas de proteção ambiental e marco regulatório, permitindo um desenvolvimento sustentável.

A assinatura dos instrumentos contratuais, contudo, deverá ser precedida das seguintes providências: (a) verificação do cumprimento substancial das condições adicionais de efetividade do contrato de empréstimo; (b) verificação do cumprimento do disposto na Portaria do Ministério da Fazenda nº 500, de 2023 (adimplência do ente); e (c) formalização do respectivo contrato de contragarantia entre o mutuário e a União.

Com base nessas informações e considerando ainda que se encontram satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado, bem como pelas demais normas legais e constitucionais, incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, concluímos não haver motivos, do ponto de vista legal, para se negar a autorização ao pleito em exame.

Vamos ao voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado de Alagoas encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções já citadas, todas do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte...

Sr. Presidente, aí vem o projeto de resolução do Senado já publicado, e eu peço autorização a V. Exa. para não ter que lê-lo, tendo em vista a economicidade do tempo e tendo em vista que ele cumpre, rigorosamente, o que foi explicitado na análise do referido projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, portanto, favorável à concessão da autorização para a propositura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Agradecemos ao Senador Eduardo Braga.

O projeto de resolução é composto por apenas cinco artigos.

O primeiro autoriza Alagoas, fica o Estado de Alagoas autorizado; o segundo artigo estabelece as condições da operação de crédito; o terceiro artigo autoriza a República Federativa do Brasil, fica a República Federativa do Brasil autorizada; o quarto estabelece o prazo máximo; e o quinto diz que a resolução, o projeto de resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Submeto o pedido de urgência do Senador Esperidião Amin.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

A matéria vai ao Plenário.

Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, esse projeto, que é o item 8, 4.423, que estabelece normas gerais sobre comércio exterior, esse projeto nasceu de uma iniciativa sua. (*Fora do microfone.*)

Vamos ser bem claros: o senhor me distinguiu, pedindo para a consolidação dos cento... Pelo que eu lembro, são 172 artigos. Não há assunto mais momentoso do que este.

O Senador Fernando Farias foi o Relator. Apresentou duas, quatro, seis, oito, dez emendas e as apreciou.

O projeto é controverso, claro, porque a situação do comércio exterior é controversa, mas ele tem que andar.

Foi cumprido o prazo de vista; o Relator apresentou a matéria; eu sugiro que ele seja aprovado – ele não é terminativo – e siga adiante.

Há, Presidente, inclusive dúvidas, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a respeito de questões dele. Agora, o fato é que nós estamos combatendo comércio exterior, e o Brasil recorre ainda à OMC.

A OMC está praticamente esvaziada pelo Governo americano, não só no Governo... Tanto no primeiro Governo Trump, no do Biden continuou... Está com cargos vagos! Quer dizer...

Então, nós estamos num momento difícil, do ponto de vista internacional, mas nós temos que ter clareza quanto à nossa legislação, e esse projeto teve, desde o início, o objetivo de dar clareza e evitar controvérsias internas, de forma que o meu pedido é: coloque em votação, e que ele siga adiante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Senador Amin.

O item oitavo da pauta é (*Fora do microfone.*)

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 4423, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece normas gerais sobre o comércio exterior de mercadorias.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Relatoria: Senador Fernando Farias

Relatório: Relatório favorável ao projeto com o acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 18 e 20, e a rejeição das demais, na forma do substitutivo de sua autoria.

Observações: *1- Em reunião realizada em 02/09/2025, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva para a matéria.*

Na verdade, este é um projeto da Comissão de Relações Exteriores que atualiza toda a legislação aduaneira, cuja última atualização foi o código, na década de 60.

Este projeto é de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O Relator é o Senador Fernando Farias.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós o colocaremos em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O projeto tramitará no Plenário do Senado Federal.

Não é, portanto, terminativa a matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa., porque acho que foi muito oportuna a intervenção do Senador Esperidião Amin, para que nós pudéssemos deliberar este projeto de autoria da Comissão de Relações Exteriores, que trata do comércio externo brasileiro, eu gostaria de pedir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a V. Exa. que houvesse uma inversão de pauta para que eu pudesse relatar o item 9 logo a seguir ao item 8, que é outro projeto extremamente importante...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... que trata da modernização do sistema financeiro brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 4871, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à emenda nº 1-CTFC.

Observações: *1- Matéria tem parecer da CTFC, favorável ao projeto com a emenda nº 1-CTFC.*

Eu concedo a palavra a V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, na mesma direção do projeto anterior, este projeto visa exatamente à modernização das relações, só que desta feita no sistema financeiro, diante da nova realidade tecnológica e do novo cenário internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É submetido ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei nº 4.871, de autoria da Câmara dos Deputados, cuja matéria, no Senado Federal, foi distribuída à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle (CTFC), em que foi relatada pelo eminente Senador Laércio Oliveira. Em seguida veio à CAE, sendo a mim despachada por V. Exa. para apresentação do parecer.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal. Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria. Sendo legítima a iniciativa Parlamentar em termos materiais, não se verifica afronta à disposição da Constituição. A proposição não trata de temas cuja iniciativa é exclusiva do Presidente da República.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita em conformidade com o Regimento Interno do Senado, foi distribuída às Comissões competentes e observa a técnica legislativa, conforme as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Aqui cabe observar ainda que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e as finanças públicas. A proposição não cria despesa nem afeta a receita da União, sendo neutra sob esse aspecto.

Passamos, agora, à análise do mérito.

O projeto de lei representa um avanço normativo relevante ao propor a consolidação de direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros. Além da defesa do consumidor, é uma medida de modernização regulatória, com impactos positivos para a cidadania e para a solidez do sistema financeiro, estando alinhada com as melhores práticas internacionais. Implica também na redução da vulnerabilidade econômico-financeira dos cidadãos e representa um aumento na confiança em relação à intermediação financeira. O projeto confere um maior equilíbrio entre usuários e instituições financeiras, contribuindo para um ambiente econômico mais transparente, inclusivo e justo.

Os quatro direitos previstos no projeto de lei são de substancial importância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Primeiro, portabilidade salarial automática: garante a possibilidade de transferência de salários para outros bancos escolhidos pelo beneficiário, sem que seja necessária uma autorização do empregador. A portabilidade salarial é prevista no art. 7º da Resolução nº 5.058/2022, do Conselho Monetário Nacional. Entendemos que a matéria merece estar prevista em lei como forma de proteção da pessoa natural usuária de serviços financeiros.

- Débito automático entre instituições: permite que pagamentos de parcelas de crédito sejam feitos diretamente entre contas de bancos diferentes. A autorização de débitos referentes ao pagamento de operações de crédito ou de arrendamento mercantil financeiro já é prevista no art. 4 da Resolução nº 4.790, de 2020, do Conselho Monetário Nacional. Entendemos que, nesse caso, também é meritório estar prevista em lei, com o objetivo de conferir maior proteção à pessoa natural usuária de serviços financeiros.

- Informação transparente: o PL estabelece a obrigação de que contratos de crédito informem de forma clara as taxas de juros e os demais custos envolvidos na operação.

- Modalidade especial de crédito: prevê-se a concessão de juros menores para consumidores que aceitarem regras como penhora facilitada e notificações eletrônicas em caso de inadimplência.

Cabe ressaltar sete dos principais aspectos positivos do PL.

- Fortalecimento da proteção do consumidor financeiro: o projeto reconhece a assimetria de informação entre instituições financeiras e usuários, garantindo instrumentos de defesa ao consumidor.

- Consolidação normativa em matéria dispersa: atualmente, os direitos dos usuários de serviços financeiros encontram-se pulverizados em normas administrativas do Banco Central brasileiro, resoluções do Conselho Monetário Nacional e disposições encontradas em diversos dispositivos legais como o Código de Defesa do Consumidor. O PL busca reunir, em um único diploma normativo, regras hoje dispersas em atos infralegais, o que confere maior clareza, previsibilidade e segurança jurídica nos contratos.

- Fomento à educação financeira e transparência: a proposta avança ao exigir transparência na oferta e execução dos serviços financeiros. A clareza e a transparência têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevado potencial para permitir escolhas mais responsáveis pelos tomadores de crédito, diminuindo situações adversas como o superendividamento.

- Redução de práticas abusivas e assimetrias contratuais: ao estabelecer direitos objetivos dos usuários de serviços financeiros, o projeto de lei dificulta a manutenção de práticas abusivas, como tarifas excessivas ou cláusulas de difícil compreensão.

- Reforço da cidadania econômica: o acesso a serviços financeiros de qualidade é elemento essencial para o exercício da cidadania na economia contemporânea. Contas bancárias, crédito, meios de pagamento e investimentos tornaram-se instrumentos indispensáveis à vida social e profissional.

- Harmonização com padrões internacionais: diversas jurisdições já possuem diplomas legais voltados especificamente para a proteção de usuários de serviços financeiros. O projeto de lei aproxima o Brasil desses referenciais, reforçando a credibilidade regulatória do país perante mercados internacionais e organismos multilaterais.

- Estímulo à confiança no sistema financeiro: a consolidação de direitos legais dos usuários tende a aumentar a confiança da população no sistema bancário e financeiro. Quanto mais o cidadão sentir-se protegido, maior será a disposição para utilizar serviços formais, em vez de recorrer a alternativas informais ou não reguladas.

Assim, consideramos plenamente meritório o projeto.

O parecer da CTFC acolheu a Emenda nº 1, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que acrescenta, no texto do art. 4º do PL, a expressão “nos termos do ato do Poder Executivo”. Em que pese a louvável intenção dos Senadores daquela Comissão, entendemos que a alteração promovida pode criar uma indesejada restrição ao direito à portabilidade automática de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares das pessoas naturais.

Ora, Sr. Presidente, isso, no momento atual, em que acabamos de presenciar o que aconteceu, lamentavelmente, no nosso sistema financeiro, é absolutamente indispensável que não façamos nenhum tipo de procrastinação para a implementação imediata do presente projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Em face das considerações, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.871, de 2024, na forma e nos termos do texto aprovado na Câmara dos Deputados e, no mérito, votamos por sua aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Caso seja aprovado o referido projeto, encaminho o requerimento de pedido de urgência para que possamos encaminhar este projeto ao Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Cumprimento V. Exa.

A matéria está em discussão.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista, porque nós temos uma proposição para ser apresentada de uma emenda ao art. 4º. Eu gostaria só desse período para comprovar que ela pode ser uma emenda de redação, para que não tenha que voltar para a Câmara, só de mais uma semana, para que a gente possa apresentar esta emenda ao art. 4º.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Com todo o respeito à minha querida e eminente Senadora Augusta Brito, esse projeto é um projeto que está tramitando na Casa há muito tempo. Nós tivemos toda a cautela em não acelerar o ritmo desse projeto exatamente para que nós pudéssemos ter tempo suficiente para receber as contribuições dos diversos Senadores e Senadoras da Casa ao aprimoramento deste projeto. Eu entendo, portanto, *data venia* e com todo o respeito que a minha querida – eu diria queridíssima – Senadora merece...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E não é terminativo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E não é terminativo. Essa emenda pretendida pela eminente Senadora pode ser apresentada a qualquer momento, inclusive no próprio Plenário. Como eu disse ainda há pouco, diante dos fatos, recentemente, a que não quero aqui adentrar, seja a questão do que aconteceu nas fraudes do crédito consignado e a questão do INSS, seja a questão... E aí, no crédito consignado, é que reside um dos grandes problemas, porque o serviço público ou empresas acabam comercializando suas folhas de pagamento, escravizando os funcionários a ficarem obrigados a estarem vinculados a um determinado banco e ao sistema de crédito de financiamento consignado, o que cria, obviamente, esses entraves.

Então, diante de todas essas circunstâncias e entendendo que a pretensão da eminente Senadora não está prejudicada, é que eu faço um apelo à Senadora para que nós possamos deliberar e para que a Senadora apresente a emenda em Plenário, para que nós possamos debater com o conjunto dos Senadores e, se for o caso, aprovar ou não a emenda já na instância do Plenário do Senado, mas respeito a posição da eminente Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ele me bota numa situação difícil, né? Eu quero atender todos os pedidos dele, porque eu realmente o considero, mas eu queria só pedir só mais uma semaninha para eu estudar realmente mais profundamente e apresentar essa emenda. Aí, depois, eu não faço mais problema nenhum se você não quiser acatá-la.

Só mais uma semana, por favor, Senador. Eu tenho muito respeito e consideração por todas os seus pareceres e projetos, mas é só para eu dar uma estudadinha mesmo e fazer essa proposição.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, se não houver óbice da nossa Senadora Augusta, que vai relatar a autorização do crédito para o Estado do Ceará, poderíamos apreciar o item 6?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso. (*Pausa.*)

Tudo bem?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Tudo ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Mas com relação ao pedido de vista?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não, eu queria manter só mais essa semaninha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está bom.

Então, concedido, na forma do Regimento Interno, o pedido de vista à Senadora Augusta.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Só para não dizer que eu sou intransigente, eu o estou deixando agora passar na minha frente na relatoria. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2996, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, para dispor sobre a sub-rogação automática de créditos e garantias em casos de falência, de liquidação extrajudicial ou de intervenção em instituição financeira agente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao projeto.

Eu concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exa. por me designar Relator desta matéria.

É uma matéria muito simples, mas extremamente importante.

Eu vou, Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, direto à análise e ao voto, porque o enunciado do projeto é completo.

O PL 2.996, de 2024, estende à Finep o mesmo regime já existente para o BNDES e a Finame, garantindo a sub-rogação automática de créditos e garantias quando um banco intermediário que repassa seus recursos entra em falência, liquidação ou intervenção. Assim, em caso de insolvência do agente financeiro, os créditos e garantias migram automaticamente para a Finep, evitando a interrupção das operações e assegurando a continuidade dos financiamentos que dizem respeito ao fomento de pesquisas e desenvolvimento de várias tecnologias que impactarão diretamente no nosso sistema produtivo.

A medida fortalece a segurança jurídica, protege recursos públicos aplicados em projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento e garante que políticas de fomento não fiquem vulneráveis a crises bancárias, como, por exemplo, no caso do FNTC, que é operacionalizado pela Finep.

Diante do exposto, Sr. Presidente, eu vou direto ao voto, que é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei 2.996, de 2024, e, no mérito, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a matéria, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, autorização para contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 8.000.000,00 (oito milhões de euros), entre o Governo do Estado do Ceará e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para Superação da Fome e Mitigação dos Efeitos da Pobreza e Extrema Pobreza Rural - Projeto Paulo Freire II.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Favorável à matéria, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

O Relator é o Senador Cid Gomes.

Eu tenho a satisfação de pedir à Senadora Augusta Brito que, por favor, funcione, na apreciação dessa matéria, como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra V. Exa..

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu fico muito feliz. Agradeço a nomeação e fico feliz em poder aqui ler o relatório do nosso querido Senador Cid Gomes, um relatório que trata realmente dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operação de crédito que vai fazer diferença lá no nosso Estado do Ceará, sobretudo no desenvolvimento rural.

Exatamente... Eu quero só, antes de começar a ler, pedir já permissão para começar a ler o nosso parecer a partir da análise, mas dizer que o Paulo Freire II tem como objetivos, componentes principais dele, trabalhar o desenvolvimento rural com sustentabilidade ambiental baseada na agroecologia, acesso à água, saneamento e tecnologias sociais, gestão do conhecimento e na cooperação para adaptação às mudanças climáticas e combate à desertificação no Semiárido.

Eu fico muito feliz em ter a oportunidade de fazer essa relatoria, que é muito importante lá para o nosso Estado do Ceará.

Já começando a ler o relatório, a partir da análise, se assim o Presidente permitir.

Então, com a permissão do Presidente...

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos.

A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento da garantia da República Federativa do Brasil à referida operação de crédito, haja vista que o mutuário cumpre os requisitos legais para ambos. Adicionalmente, informou que o mutuário recebeu classificação “A” quanto à capacidade de pagamento.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação de comprovações requeridas pela legislação, visando ao encaminhamento do processo ao Senado Federal para fim de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o disposto na Portaria Normativa MF nº 500, de 2 de junho de 2023, o cumprimento substancial das condições adicionais prévias ao primeiro desembolso cabíveis e aplicáveis, bem como seja formalizado o contrato de contragarantia.

A Secretaria do Tesouro Nacional emitiu parecer em que consta a verificação dos limites e condições para a contratação da operação de crédito, a análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União, e as informações relativas ao risco para o Tesouro Nacional. A STN informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro do Crédito Externo.

Cabe ainda enfatizar que a PGFN atestou, em seu parecer, que o contrato negociado não contém cláusulas de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem compensação automática de débitos e créditos.

A Lei Estadual nº 18.938, de 18 de julho de 2024 , autorizou o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos art. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

Fica amplamente evidenciada não só a importância do empréstimo cuja aprovação iremos propor nesta data, como a sua extrema relevância. Trata-se de iniciativa que, com certeza, trará enormes ganhos ao Estado do Ceará.

Voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceituam as normas do Senado Federal relativas à matéria em análise, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida.

Esse era o voto.

Já agradeço aqui ao nosso Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o projeto de resolução do Senado também já foi colocado no sistema e que o parecer já está apto para todos poderem avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria, que passa a constituir parecer da Comissão e vai ao Plenário.

As matérias de crédito todas tiveram pedido de urgência.

Eu submeto ao Plenário a apreciação da urgência para essa matéria especificamente.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria com a respectiva urgência.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Já agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Nada mais havendo a tratar, nós agradecemos a presença de todos, e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e cinco minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Omar Aziz, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Rogério Carvalho, Leila Barros, Teresa Leitão, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alan Rick, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4871, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1 – CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 168, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre procedimentos excepcionais para despesas e renúncias fiscais associadas à mitigação dos impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação de sua autoria, e contrário as emendas nºs 1 a 18. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 22-CAE. **Observação:** Rejeitada a Emenda nº 20 (destacada), com votos contrários dos senadores Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Izalci Lucas, Lucas Barreto e Hamilton Mourão. Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. A matéria vai ao Plenário. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 250, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a política de inserção profissional, habilitação e reabilitação de trabalhadores pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 4 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4802, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar à pessoa idosa titular de bens móveis ou imóveis disponíveis o acesso ao mercado de crédito e de financiamentos." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação parcial da emenda nº 2/S, nos termos de subemenda de sua autoria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2311, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **Observação:** A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 743, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Diretrizes Gerais da Política Urbana), a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) e a Lei n°10.636, de 30 de dezembro de 2002 (Destinação dos recursos da CIDE) para prover base legal ao desenvolvimento da regulamentação e à implementação de medidas de incentivo à introdução das aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical como elemento da cadeia de mobilidade urbana no Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/16

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de setembro de 2025.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já que ninguém deu parabéns, eu estou dando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ah, muito obrigado. Obrigado, querido.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício SEI nº 5.580/2025, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Informa este documento, este ofício, a publicação da Portaria Secex nº 430/2025, que regulamenta a prorrogação excepcional, por mais um ano, dos prazos de suspensão de tributos no regime de *drawback*, quando exportações brasileiras aos Estados Unidos forem afetadas por medidas unilaterais daquele país.

O documento, nos termos da instrução normativa, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação.

É importante destacar que o índice oficial de inflação do Brasil ficou negativo 0,11% em agosto, segundo dados do IBGE. Influenciado pela queda nos alimentos (-0,46%) e nas contas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de luz (-4,21%), o resultado corresponde à primeira deflação registrada pelo IPCA desde agosto do ano passado (-0,02%) e à maior queda do indicador desde setembro de 2022 (0,29%). O Brasil volta a ter deflação mensal após um ano. Na comparação entre os períodos do ano, trata-se da maior deflação apresentada pelo índice de preços desde setembro de 2022 (-0,29%). Com a deflação, o índice oficial de preços passa a acumular alta de 5,13% entre setembro de 2024 e agosto deste ano.

Este, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é um dado muito emblemático, que, somado ao forte emprego, ao crescimento das exportações, a novas exceções de exportações para os Estados Unidos configuram a certeza do erro tarifário do Governo norte-americano. Além de estar penalizando os americanos com pressão inflacionária e desemprego, não foi, como eles pensavam, a tragédia anunciada para o Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o senhor me permite fazer um rápido comentário sobre essa nota?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, com a palavra, V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero ter certeza de que o Paulo Paim não fez isso antes de eu fazê-lo e congratular-me com o senhor pelo seu aniversário, pedindo uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado.

Eu fico muito feliz pela maneira como sempre sou recebido aqui nesta Comissão e no Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Quanto à nota que o senhor leu, se me permite, eu queria registrar a oportunidade dela.

Em nome da Comissão que esteve nos Estados Unidos, nós ouvimos lá de vários Parlamentares a expressão de que, sob vários aspectos, era um tiro no pé que estava sendo dado. Nós ouvimos isso de Senadores de ambos os partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo singelo: o primeiro Senador com o qual nós conversamos tinha sobrenome Heinrich – podia ser do meu estado também, né? Nós tínhamos lá a pauta do que eles importavam. Era um importador de madeira do Novo México, e um terço da madeira que vai para os Estados Unidos não é do Pará, é de Santa Catarina: móveis, molduras, portas, MDF, MDC... Eu disse: "Provavelmente, o seu estado vai sentir os efeitos". Isso era no dia 28, 29 de julho, e o tarifaço ia entrar em vigor no dia 1º, depois passou para 7 de agosto. Ele disse: "O preço já aumentou". Porque o compensado é usado em construção civil, e a nossa produção é customizada para o uso que eles encomendam. Não é roupa feita; é roupa que o alfaiate prepara. E isso está acontecendo; ou seja, está também lá ocorrendo prejuízos, inclusive em vários tipos de artigo. Talvez a madeira seja o mais persistente.

Então, eu acho que essa observação é verdadeira e eu vou recolhê-la. E, como aquele grupo de oito que viajou – não é, Senador Rogério? – continua a existir, vinculado à Comissão de Relações Exteriores, essa sua nota eu vou levar para conhecimento – a Relatora do grupo continua sendo a Senadora Tereza Cristina –, e nós continuaremos acompanhando a evolução desse assunto na expectativa de que haja um pouco mais, digamos, de sensatez na sua condução, sem entrar aqui no aspecto político, mas vou comunicar... Essa sua nota é importante para a nossa Relatora, que já está aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu lembro dois avanços em função do tarifaço dos Estados Unidos. O primeiro é o Brasil procurar substituir o mercado norte-americano. O produto brasileiro é competitivo, tem qualidade, as exportações cresceram no mês de agosto, o que significa dizer que esse exercício de procurar novos mercados é saudável para a economia brasileira.

E acho que uma segunda consequência nós temos em função dessa deflação. É que o Banco Central do Brasil está completamente equivocado com essas taxas pornográficas de juros, diante de uma deflação que é a maior de toda a história do IPCA. Os Estados Unidos também já começam a baixar os juros, e o Brasil mantém a taxa de juro atual, o que significa dizer que o Presidente do Banco Central... não é porque é mais próximo dessa corrente do Governo que nós vamos protegê-lo. Ele está completamente equivocado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os Estados Unidos estão com redução da geração de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com redução da geração de empregos. Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Onde se previam 86 mil, o crescimento foi de 20 mil empregos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perfeito.

Item 1 da pauta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, a mim me parece que o Senador Eduardo, por não ter... É de relatoria do Senador Eduardo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – V. Exa. está propondo a inversão?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – É.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então passamos ao item 2 da pauta, por sugestão do Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, os meus cumprimentos, bom dia.

Efusivamente temos nós...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Deixe-me só anunciar o item 2.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Desculpe, é porque eu ia cumprimentá-lo. Muito mais importante do que o item 2 seria cumprimentá-lo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, querido amigo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... mas, enfim, o ouçamos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 168, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre procedimentos excepcionais para despesas e renúncias fiscais associadas à mitigação dos impactos sociais e econômicos causados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras aos Estados Unidos da América.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação de sua autoria, e contrário as emendas nºs 1 a 18.

Observações:

1-Em reunião realizada em 9/9/2025, foi concedida vista coletiva.

2- Até a apresentação do atual relatório, foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 21, de autoria dos senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, Weverton, Izalci Lucas, Eduardo Gomes e Rogério Marinho.

3- Foi apresentado o Requerimento nº 92/2025, de bancada, para destaque da Emenda nº 20.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano, tenho a satisfação de conceder a palavra a V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente, mas nos permita a todos, assim como fez o Senador Esperidião Amin, recebendo de todos nós a compreensão pelos aplausos, fazê-lo individualmente, e já o fiz na antessala: que Deus possa lhe brindar com muitos outros anos de vida, tendo em vista que o senhor comemora hoje 60 anos bem vividos, com muita saúde, com muita paz, com o mesmo discernimento. Todos nós nos sentimos muito felizes e orgulhosos pela sua presença entre nós. Saúde e paz.

Presidente, queridas e queridos companheiros, na semana passada, nós fizemos a leitura do nosso relatório; houve, por parte dos nossos companheiros, um pedido coletivo de vista. Nós trouxemos aqui a complementação do nosso voto, pedindo já a V. Exa. a permissão, também tendo-a do nosso Colegiado, para que partamos à análise, bem sucinta, bem breve, bem objetiva, para que tenhamos a oportunidade de irmos ao voto, caso não recolhamos a uníssona posição favorável ao mesmo – tomara que sim.

Análise.

Quanto à Emenda nº 19...

Há de se salientar, Presidente, também, e eu quero fazer esse registro, que, na falta dos meus óculos, eu estou pedindo os do Senador Rogério Carvalho, e couberam perfeitamente.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Tenho mais dois, quer escolher um aqui?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Esse aqui ficou perfeito. Vale salientar que eu tenho que fazer a revisão do meu.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Você vê como a gente gosta de você, três óculos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Três óculos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, quanto à Emenda nº 19 da nossa Comissão, a majoração dos percentuais de créditos presumidos da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins nas aquisições de frutas nacionais pelos fabricantes de sucos afeta a arrecadação federal e parcialmente já está atendida pelo Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) para a exportação de bens afetada pelas tarifas adicionais norte-americanas. Além disso, o prazo para o ressarcimento dos créditos presumidos, de até 30 dias, é reduzido – como fizemos alusão anteriormente na leitura, originalmente, na terça-feira passada – para que se analise o mérito do pedido e se efetue o depósito ao contribuinte.

Em todo caso, o alívio de liquidez pretendido está contemplado na redação do §1º do art. 1º da Medida Provisória nº 1.309, do vigente ano, que, entre outros assuntos, instituiu o Plano Brasil Soberano, visto que ato do Ministro de Estado da Fazenda poderá prever, para os exportadores prejudicados pelo tarifaço, condições e critérios para a concessão de prioridade no processo de restituição e ressarcimento de créditos tributários e para o diferimento do prazo de vencimento de tributos federais e prestações relacionadas à dívida ativa da União. Por isso, apesar da meritória proposta do Senador Eduardo Gomes, querido Vice-Presidente da Casa, encaminho pela rejeição da Emenda nº 19, da CAE.

No que diz respeito à Emenda nº 20, também da CAE, a não consideração, senhores e senhoras, nas metas de resultado primário e nos limites de despesas primárias do Poder Executivo federal das despesas e das renúncias fiscais para mitigação dos efeitos do tarifaço é imprescindível para que nós viabilizemos medidas do Plano Brasil Soberano, quais sejam, as compras públicas de gêneros alimentícios perecíveis, os aportes aos fundos garantidores que cobrem operações de crédito aos exportadores e a majoração do Reintegra. A flexibilização das regras fiscais provisoriamente não é uma medida casuística, mas uma necessidade para que nós propiciemos o devido e necessário socorro imediato às empresas e aos empregos ameaçados de existência por uma decisão comercial unilateral dos Estados Unidos. Nesse sentido, entendemos que a Emenda nº 20, por contrariar por completo o espírito do Projeto de Lei Complementar nº 168, não deve merecer que prospere.

Em relação à Emenda nº 21, os limites inferior e superior da banda de tolerância para que seja caracterizado o cumprimento das metas de resultado primário foram definidos quando da discussão sobre o novo arcabouço fiscal, não sendo oportuno que o presente PLP seja um novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turno sobre o tema. De qualquer forma, o intervalo de tolerância parece ser uma regra razoável para que possibilitemos a absorção dos impactos adversos dos choques macroeconômicos sobre o resultado primário, sem que essa métrica seja dada como não atendida por fatos imprevisíveis que independem do Governo Federal. À luz disso, embora compreenda a preocupação do Senador Rogerio Marinho a respeito do endividamento público, nós sugerimos a rejeição da Emenda nº 21.

Voto.

Sr. Presidente, ante o que nós expusemos na terça e nesta data, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 168, do atual ano, com a rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, e com o acréscimo da seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAE (de redação)
> Promova-se o seguinte ajuste redacional ao § 2º-A do art. 22 da Lei nº 13.043, de [...] 2014, como proposto pelo art. 5º do Projeto de Lei Complementar [...] [que ora nós estamos a debater]:
> Art. 5º [por fim] A Lei nº 13.043 [...] passa a vigorar com as [...] alterações [que V. Exas. bem as têm por força do conhecimento prévio do nosso voto]: [...]

Eis a nossa participação colaborativa, Presidente Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para discutir.) – Agradeço a V. Exa., Presidente Renan, e, em especial, elogio aqui o trabalho sempre competente do nosso Relator, o Senador Vital. Eu não tenho dúvida de que esta é uma matéria relevante. O Governo brasileiro tem a necessidade de buscar salvaguardas para proteger a indústria ou a economia nacional sempre que há uma intempérie dessa monta ou outra intempérie qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, porventura, possa afetar a produtividade, possa gerar desemprego, possa gerar, de alguma forma, prejuízos que a indústria ou a economia não deu causa.

A nossa preocupação – e o próprio Relator, quando faz a leitura do seu relatório, nos cita a emenda que fizemos – é que nós estamos, Sr. Relator, assistindo a um filme, e eu diria que é um filme ruim, porque nós já vimos esses mesmos sinais em tempos não muito distantes. Em 2014-2015, é bom lembrar a todos os nossos pares, nós tivemos a maior queda ou a maior catástrofe econômica que o Brasil já presenciou desde 1948. Naquela oportunidade, nós tínhamos um gasto muito acima da arrecadação, o que se repete hoje; nós tínhamos um aparelhamento desordenado das empresas públicas em função de um projeto de poder e um projeto de partido político em detrimento de um projeto de país. O exemplo que eu poderia dar a V. Exas. é justamente a Petrobras, que, naquela oportunidade, passou a ser a empresa mais endividada do mundo com ações em bolsa, fruto do descompromisso, do descaso, da corrupção generalizada, já que aquela empresa foi assacada nos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores. E nós estamos vendo que esses fatos têm se repetido, esses personagens têm sido reapresentados, esses métodos têm sido reiterados, porque nós já temos R$390 bilhões fora da meta estabelecida pelo próprio Governo.

Eminente Senador Renan, V. Exa. que tem uma longeva folha de serviços prestados ao país como Senador por várias oportunidades e já passou por muitos governos, eu estava aqui na CAE quando foi apresentado o arcabouço fiscal, e eu dizia naquela oportunidade que eu não poderia colocar minha digital num projeto ou num instrumento que não sobreviveria ao primeiro ano. Eu estava errado, Senador: não sobreviveu três meses. Eu fui desmoralizado pela minha própria fala e pela incapacidade do Governo de se ater aos parâmetros que ele mesmo estabeleceu.

Nós temos uma arrecadação que subiu em R$430 bilhões até 2026, e a conta deveria fechar, mas não fecha, porque aumentam do outro lado os gastos de forma irresponsável, e são gastos populistas, são gastos que levam em consideração a necessidade de reconectar o Governo com uma parte da população desencantada com a forma descuidada com que a administração pública vem sendo tratada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós, evidentemente, vamos votar favoráveis ao projeto, quero antecipar – claro –, mas nós não podemos continuar a jogar contra o futuro das próximas gerações. Nós não podemos toda hora, quando nos deparamos com um problema, dar um jeitinho, e mais um jeitinho, e mais um jeitinho. Nós estamos com um frankenstein do ponto de vista fiscal: nós temos uma emenda que, ao mesmo tempo que contempla as necessidades da indústria nacional ou da economia que está afrontada pelo processo, nos traz a necessidade de termos disciplina fiscal minimamente. V. Exa., inclusive, é autor de um projeto sobre dívida pública. V. Exa. já entendeu, inclusive, eminente Presidente, que a explosão da dívida pública faz mal à sociedade brasileira, à economia e às gerações futuras. Este Governo parece que não se apercebeu, ou pior, parafraseando a Ministra do Planejamento e os seus funcionários, que aqui estiveram por ocasião da apresentação da lei de diretrizes orçamentárias no começo do ano, nós estamos colapsados em 2027, mas em 2027 a gente resolve isso, quer dizer, quem vier depois apague a luz e feche a porta. Não haverá recursos, por exemplo, para fazer frente às necessidades de saúde e educação em função das vinculações estabelecidas por este Governo; não haverá recursos – eu estou parafraseando o que foi dito pelo Ministério do Planejamento – para fazer frente às necessidades discricionárias de investimento das obras em andamento; não haverá dinheiro para fazer a manutenção da máquina pública.

Não obstante, o Governo novamente excepcionaliza o parâmetro fiscal, coloca o recurso à margem do processo, aumenta a dívida pública, diminui a capacidade do país de poder, num futuro próximo, diminuir a sua taxa de juros e leva para adiante um problema que vai estourar em algum momento nos peitos, no colo da sociedade brasileira, sobretudo dos mais pobres, dos mais fragilizados.

Eminente Relator, quero dizer que o trabalho que V. Exa. faz é admirável e dizer que nós estamos de acordo com o projeto. Apenas faremos um destaque em nome da disciplina – necessária disciplina – fiscal, em nome das gerações futuras, em nome, sobretudo, da necessidade de que este Governo tenha minimamente alguma responsabilidade com as contas públicas.

Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, estamos num momento importante do Brasil. Nós temos milhares de empresários que vivem uma pressão por conta do tarifaço, é uma situação emergencial, que é fruto de uma ação unilateral, uma agressão unilateral do Governo americano contra a economia brasileira, numa tentativa de interferência clara na nossa soberania. Portanto, o Governo brasileiro precisa dar uma resposta objetiva a essa situação que aflige o setor exportador brasileiro, principalmente, os setores que exportam.

Eu faço um apelo aqui aos Senadores e às Senadoras para que, neste momento, em que o interesse do Brasil está no centro, a gente deixe de lado o debate menor. Por exemplo, se nós fôssemos entrar aqui no debate menor, que é quanto se furou o teto, a gente pode dizer que, no Governo passado, foi furado o teto em 800 bilhões. Nesta questão de furar o teto neste Governo em 300 bilhões, 200 bilhões foram decorrentes dos precatórios que não foram pagos nos anos anteriores. Então, eu acho que este debate, neste momento, não é bom para a economia do Brasil e não dialoga com a necessidade do momento, que é a gente salvaguardar o interesse nacional da indústria brasileira, dos exportadores brasileiros. Então, Senador Rogerio Marinho, com todo o respeito, eu acho que neste momento é importante que a gente deixe de lado determinadas questões menores e pensemos no Brasil.

É importante dizer que, nestes dois anos, nestes dois anos e meio, a gente chegou a um equilíbrio fiscal. Este ano que vem a gente deve ter um superávit nas contas do Governo. É importante dizer que aquele risco que a gente tinha foi superado com a aprovação da PEC 66, em que a gente conseguiu vencer no voto – e aqui eu quero agradecer a todos os Senadores e Senadoras que naquele dia nos deram os 49 votos necessários para a gente não ter problemas com as contas públicas a partir de 2027.

Portanto, a gente está diante, Presidente, de uma situação emergencial. Nós não podemos imaginar que essa situação, a exemplo do que foi uma pandemia... Nós estamos aqui diante de uma emergência que é um ataque de um outro Governo à nossa economia, e eu sei que aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos têm compromisso com a economia brasileira, com o setor produtivo brasileiro, com o setor exportador do Brasil. Eu peço que a gente reflita e que a gente aprove esse projeto, que viabiliza os recursos para dar segurança e salvaguarda ao setor exportador, que foi bastante atacado e atingido por esse tarifaço imposto unilateralmente, sem nenhuma justificativa, contra o Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Primeiramente, eu só queria fazer um esclarecimento sobre o que o Senador Rogério comentou: quando nós estouramos as metas, no Governo passado, nós estávamos diante de uma pandemia. Se nós não fizéssemos isso... Era uma medida para salvar a população da fome, da miséria e de uma guerra civil.

Mas, Sr. Presidente, também preciso ressaltar que, tirando São Paulo, que é um Brasil dentro de um Brasil, uma economia completamente apartada, um dos estados que mais foram impactados com o problema de exportações foi o Estado de Santa Catarina, e eu estou aqui com o Esperidião Amin para confirmar minhas palavras. Então, nós estamos diante desse PLP do meu querido amigo, ilustre amigo Veneziano, e eu quero fazer algumas considerações: cria exceções no arcabouço fiscal para despesas e renúncias ligadas ao chamado tarifaço norte-americano, que, com certeza, ninguém dentro desta sala apoia, aliás, dentro do Senado. Agora, quero deixar claro: ninguém aqui é contra, Sr. Presidente, apoiar o exportador brasileiro, que gera riqueza e emprego. O que nós estamos discutindo não é o mérito de apoiar o setor produtivo, mas o caminho que nós estamos escolhendo. É meritório o projeto no seu objetivo, mas o caminho que nós estamos escolhendo, eu entendo ser tortuoso.

Esse projeto, Sr. Presidente, abre um rombo fiscal disfarçado, permite que mais de 30 bilhões escapem do controle do arcabouço até 2026, em um país que já tem quase 80% do seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIB comprometido, e isso não aparece nas metas oficiais. É uma maquiagem, é maquiar o resultado primário e inflar artificialmente a saúde fiscal do país.

Se cada vez, Sr. Presidente, que surge uma crise internacional, o Governo inventar uma exceção ao arcabouço, o que sobra para regra? O que sobra para a segurança jurídica de investidores? Nada. O arcabouço, Sr. Presidente, vira uma colcha de retalhos sem credibilidade perante o mercado, sem previsibilidade para investidores e sem a confiança do nosso povo.

Todos sabemos, Sr. Presidente Renan, o que acontece quando a responsabilidade fiscal é jogada ao lado: juros altos, inflação pesada, dívida crescente. E o custo, Presidente, recai sobre o trabalhador, sobre o pequeno empresário e sobre futuras gerações.

Eu repito que ajudar o exportador, Renan, é legítimo, mas o Governo precisa ter coragem de escolher: ou corta gastos em outras áreas, porque até agora só houve inflar os gastos públicos; ou cria receitas compensatórias, que também o povo não aguenta e nem Congresso aceita. Não podemos seguir, Sr. Presidente, o caminho fácil de empurrar a conta para a dívida pública, abrindo exceções atrás de exceções.

O Brasil, Presidente, vive uma dívida pública que ultrapassa os 75% do PIB, com previsão de chegar a 80% até 2027. Em quanto mais nós vamos endividar este país, Sr. Presidente? Não existe milagre. Renúncia de despesa sem cobertura é mais dívida e mais juros amanhã. Não adianta a gente só reclamar do Galípolo, de quem eu também reclamo. Agora, vendo os resultados macroeconômicos e o Brasil do jeito que está, se ele baixar juros, nós vamos entrar num *looping* de inflação.

E aqui eu faço, com todo o respeito ao meu amigo Veneziano, um apelo de responsabilidade: nós não podemos enfraquecer, Sr. Presidente, o já fragilizado arcabouço fiscal, que, em toda hora, tem remendos e exceções, mas que deveria ser o pilar da nossa credibilidade econômica. Se este Congresso aprovar por pressão mais essa brecha, nós estamos decretando a morte da disciplina fiscal, e esse é um caminho muito perigoso, pela situação econômica que já vivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço, Sr. Presidente, a todos os Senadores, com toda a responsabilidade, toda a referência e respeito que eu tenho ao Veneziano, que nós possamos acatar as emendas mitigatórias do Senador Rogerio Marinho.

Este Senado, Sr. Presidente, precisa pensar além do imediatismo. O Brasil não precisa de maquiagem fiscal, que, ao meu ver, com todo o respeito, é o que está se fazendo. Precisamos de verdade, previsibilidade e de respeito ao dinheiro do contribuinte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero, mais uma vez, cumprimentar o Senador Veneziano pela exação, pela diligência e pelo diálogo, nessa situação.

Eu sou obrigado a fazer o que aparentemente seria uma manifestação controversa.

Em primeiro lugar, eu acho que os descuidos que estão sendo registrados nos últimos 30 meses são inéditos em matéria de impacto fiscal. A cada 27 dias, nos primeiros dois anos e meio do atual Governo, nós fomos surpreendidos com uma providência tributária para acrescer, via mudança de regra tributária, a receita. E a receita cresceu. Agora, as despesas crescem de maneira absolutamente dissociada com a imprevisibilidade ou com calamidades. É só olhar o balanço das estatais.

O atual Ministro da Justiça, quando estava no Supremo, abriu a brecha para nomeações atalante de quem quiser. O resultado é que nós temos o recorde de quebradeira nas estatais, a começar pelo pelos Correios, que estão vivendo um drama fiscal, financeiro, com impacto sobre nós contribuintes absolutamente inédito em matéria da sua proporção, e não do fato de haver prejuízo.

Então, o zelo fiscal foi, com todo o respeito, despejado pelo atual Governo com a frase do Presidente Lula em fevereiro de 2023: "Gastar é vida". Esta frase não foi inventada por mim. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nem foi dizer "investir é vida", foi "gastar é vida". Se não for exatamente assim ou neste sentido, pelo menos, eu pedirei desculpas. Mas, sem dúvida alguma, o tarifaço... Se de uma parte nós temos esta epidemia interna, sem dúvida alguma o tarifaço... Eu reafirmo a absoluta propriedade das suas colocações, Presidente, e não vou voltar a comentar o que já comentei.

Agora, o que significa problema persistente? É quando você tem dificuldade de conseguir as alternativas. O senhor disse muito bem. A Argentina passou a comprar mais, a China passou a comprar mais, ou seja, nós não vamos quebrar por causa do tarifaço, mas não precisamos provocar. Escapamos, vamos escapar, se Deus quiser e com a nossa capacidade de empreender, mas não queremos briga com ninguém. Acho que o Governo está certo ao não falar em reciprocidade agora. Não precisa. Acho que o tempo vai demonstrar os prejuízos que os próprios Estados Unidos estão sofrendo. E vou repetir o exemplo da madeira: é difícil você achar um outro comprador para a madeira, para os bens de que eu já falei, porque nós temos fábricas em Santa Catarina que fizeram para você – você, no caso, para o comprador americano –, quer dizer, um produto customizado. O Rio Grande do Sul tem isso também. E lá o remédio foi demitir ou, pelo menos, dar férias coletivas.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Em Caçador, Rio Negrinho, São Bento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná vivem esse problema intensamente, persistentemente. Falo aí, tenho certeza de que os Senadores do Rio Grande do Sul que estão aqui presentes, do Paraná, o nosso querido amigo Oriovisto... Então, é difícil você vender o terno que eu preparei para o Seif para o Paulo Paim. É preciso ter mais do que poder sedutor, ou seja, o que foi feito para um é difícil você vender para outro. Consegue... Agora, produtos industrializados, o *Estadão* mostrou nesse fim de semana várias formas não ilegais de estabelecer um ponto intermediário para que haja ali uma transformação e se reduza com isso o preço CIF *versus* FOB. Agora, quando o produto é feito para você, que vai me comprar, fica difícil.

Então, eu tenho três emendas, partindo direto para elas, além de apoiar a iniciativa do Senador Rogerio Marinho, e quero dizer o seguinte: na sala ao lado, na Comissão de Infraestrutura, a grande surpresa de todos e tristeza foi o que aconteceu ontem em Humaitá, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, com uma operação verdadeiramente estilo Apocalypse Now, com a destruição de balsas que serviam de moradia para extrativistas minerais. A igreja, a Diocese de Humaitá lançou uma nota sobre o assunto, sobre a violência extrema do que ocorreu ontem. Eu não vou descrever tudo, mas o Senador Omar Aziz, o Senador Plínio Valério, o Senador Jaime Bagattoli...

O extrativismo é importante. Nós importamos coisas de extrativismo de outros países e muitas vezes maltratamos e não damos atenção ao nosso extrativista. Por isso eu queria defender mais uma vez, perante o Senador Veneziano Vital do Rêgo, a Emenda nº 18, que tem como foco os extrativistas, ou seja, quando eu vendo alguma coisa sem estar vinculado a uma grande empresa. Eu posso vender manga de uma forma associada numa grande empresa, mas não terei a mesma facilidade se o melão não estiver vinculado a um grande empresário. O sal, qualquer fruta...

Então, eu acho que, do ponto de vista social, eu defendo essa emenda, que foi apresentada por uma associação de extrativistas. Eu estou falando de extrativismo legal, que foi, no caso – não digo que seja legal – um extrativismo real que foi alvo dessa operação, aparentemente, da Polícia Federal. Nós estamos querendo saber quem é que mandou fazer aquilo.

E peço igualmente o retorno à atenção do Senador Veneziano Vital do Rêgo – querido amigo, que fez um grande trabalho – para as Emendas nº 1 e nº 17, além desta que é a 18.

Então, é nesse sentido que eu peço a sua renovação de atenção, ao querido amigo e diligente Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Continua a discussão.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, primeiramente gostaria de parabenizá-lo pelo aniversário, e desejar-lhe muitas felicidades. O senhor bem sabe do carinho e apreço que tenho por V. Exa., que nutro por V. Exa. – e um dia fizemos as pazes, foi tão bom. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui todos sentados e debruçados sobre um tema cujo nome foi dado de "crise internacional". Na verdade, não é uma crise internacional. Na verdade, foi uma crise provocada, a crise provocada por um Parlamentar brasileiro chamado Eduardo Bolsonaro, que saiu de seu país para atentar contra o Brasil.

Somos quase 215 milhões de brasileiros trabalhando todos os dias. Os exportadores produzindo todos os dias, e daí vem uma cadeia toda de transporte, de logística. Nós estamos aqui resolvendo um problema pessoal de uma família.

Então, não estamos tratando exatamente disso. Qual seria a solução verdadeira? Primeiro, que essa oposição – não ao Governo, mas uma oposição ao Brasil – tivesse ido aos Estados Unidos pedir, primeiramente, para que esse traidor da pátria parasse, mas ele não para.

Estamos aqui... O pior de tudo é deparar com brasileiros que exportam, que foram tragicamente atingidos dando razão! E nós estamos aqui trabalhando para resolver este problema criado, provocado.

Dentre todas as medidas que foram tomadas, houve a do atual Governo de buscar novos mercados, se unir com os outros países para salvar a pele daqueles que estão apoiando. Então, o exportador que ainda não teve prejuízo – que ainda não teve, porque prejuízo já houve – e conseguiu vender seu produto para outro país está achando tudo bonito, porque não doeu no bolso dele. Mas quem foi lá resolver? Essa aqui é só mais uma medida.

Então, é vergonhoso nós não darmos nomes aos bois. Eu não aguento esse tipo de falácia. Isso é mentir para o povo brasileiro. Nós não estamos tratando de uma crise internacional, assim, que eclodiu do nada.

E lembro que estão apoiando uma pessoa não liberal. Nós estamos tendo no mundo e no Brasil um equívoco de conceitos, Presidente. Os conceitos não correspondem aos atos e aos fatos. Quando tratamos de pessoas conservadoras e, ao mesmo tempo, liberais na economia, nós tratamos do conservadorismo institucional e não do de costumes. E os tal conservadores de hoje no Brasil são reacionários, porque tentaram dar um golpe de Estado, e continuam tentando – porque isso é golpe –, apoiando uma direita conservadora e liberal na economia dos Estados Unidos. Essas atitudes de Donald Trump são atitudes liberais? Meu Deus!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, vamos estudar, pelo menos aqui dentro. Por quê? Porque não dá para cobrar das pessoas lá fora que estão nos assistindo e esperam de nós alguma atitude que saibam tudo sobre liberalismo, sobre política, mas estão sendo manipuladas até hoje, sem parar, com discursos inflamados, cortes indevidos, manipulados, e as pessoas acreditando, sim, que está tudo certo.

Então, Presidente, durante, independente... Estamos vivendo uma pandemia interna de uma crise? Nós vivemos a pandemia da covid, algo jamais imaginado por nós na humanidade. Agora, o que jamais foi imaginado por nós dentro deste país é um Parlamentar brasileiro sair daqui e ir conspirar contra o nosso país na cara dura, na calada do dia, na calada da noite, tendo que ser... Nós tivemos que enviar, gastar dinheiro para enviar nossos Parlamentares para limpar as fraldas de um moleque. E, além de tudo, serem os nossos Senadores aqui maltratados, porque se tentou sabotar as agendas dos nossos Parlamentares. Limpar as fraldas de um moleque, como disse nossa amiga Senadora Margareth Buzetti.

Então eu peço, para que passemos menos vergonha, que todos votem a favor de uma emergência e que possamos todos nós encontrarmos juntos uma solução. E a primeira solução: cortar a internet dessa molecada que não sabe ou não tem o que fazer, a não ser que nós tenhamos também a coragem, neste momento, de cassar esses mandatos desses traidores da nossa pátria.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Damares Alves.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente. Eu não vou discutir a matéria não. Eu só queria me dirigir à Senadora Soraya, minha amiga, por quem eu tenho carinho – a gente se respeita muito. Quando falar direita, eu estou nessa direita. Nós temos muita gente aqui que está nessa direita.

Nós amamos desesperadamente o Brasil, Soraya. Quanto ao papel do Eduardo lá, eu acho que está havendo uma grande confusão. O Eduardo realmente está trabalhando muito pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Magnitsky, para alguns ditadores no Brasil, mas quanto ao tarifaço, vocês acham que um Parlamentar brasileiro teria tanto poder de influenciar um Presidente da República, como o dos Estados Unidos, para impor a uma outra nação um tarifaço? E se fosse só esta nação? Não. O Presidente Trump está propondo medidas parecidas a outras nações que se aliaram a ditadores e que foram para o Brics desafiar uma nova moeda.

Então, assim, a questão do tarifaço, atribuí-la a um Parlamentar brasileiro chega a ser ingenuidade de nossa parte. Então, nós vamos entender também que o nosso atual Presidente da República tem uma culpa muito grande na questão do tarifaço, e os Parlamentares que foram para lá sabem o que viram. Então, eu precisava deixar registrado. Agora, que Eduardo tem um ativismo lá para mostrar quem são os ditadores de toga no Brasil, isso a gente não nega – ele está fazendo e está fazendo muito bem-feito e está tendo frutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Alessandro Vieira, com a palavra V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiro, quero parabenizar V. Exa. duplamente, né? Nós temos o aniversário, mas tão importante quanto o aniversário, para o Brasil muito mais importante, é a apresentação da proposta da regulamentação do Imposto de Renda feito por V. Exa.

De fato, o Congresso Nacional não pode deixar de legislar por interesses particulares ou menores. É importantíssimo tocar isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E o 19... Durante a Presidência do Vanderlan, nosso querido Senador Vanderlan, ele avocou para ele a relatoria. A proposta é do Senador Eduardo Braga. E agora, na ausência do Vanderlan, eu vou avocar essa relatoria e, hoje mesmo, anunciarei um calendário para apreciação dessa matéria...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... que eu considero fundamental, importante e que, lamentavelmente, está sendo instrumento de chantagem por alguém que quer colocar outros itens na pauta, independentemente do que significa a isenção do Imposto de Renda até cinco salários para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito. Iniciativa extremamente oportuna, justa e necessária. O Congresso precisa legislar pensando no povo e não em narrativas ou interesses menores.

E aí, nesse ponto, a minha manifestação aqui sobre esta proposta de emenda específica... Eu tive o cuidado de revisar com os técnicos agora, há instantes. Conversei rapidamente aqui com o nosso Relator. Não há risco de uma bola de neve incontrolável com esta medida. O Brasil, de fato, tem problemas de irregularidade fiscal, o Brasil tem problemas a tratar, e esta Comissão tem tentado tratar desse tema constantemente, mas esta legislação específica que está em apreciação, não. Ela tem limitações muito claras, tem a destinação, tem um objeto específico, tem a limitação temporal. Então, não cabe oposição de restrições a esta medida que é tão necessária. Então, antecipo meu voto contrário ao eventual destaque, caso seja mantido, e reitero o apoio e a valorização do trabalho feito pelo Relator, nosso colega do MDB, Veneziano Vital do Rêgo, porque, de fato, é urgente cuidar disto.

Não é uma situação previsível, não é uma situação que tenha surgido por descontrole brasileiro. É uma situação que afeta empresários brasileiros atingidos por uma crise artificial criada em outro país. Então, se isso não for justo para a gente excepcionar, não existe nada justo para excepcionar.

É o chamado, talvez, a uma razoabilidade para que a gente faça uma votação consciente aqui nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado, Alessandro.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Sr. Presidente, vou me ater exclusivamente ao aspecto econômico e não vou entrar em política.

É claro que o Brasil precisa de um arcabouço fiscal confiável, é claro que o nosso arcabouço fiscal está mais furado que janela de vidro em meio a tiroteio. O número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exceções, Veneziano... E esta não é a primeira, você mesmo enumerou... Aliás, nas suas palavras, cada nova excepcionalidade aprovada acaba por enfraquecer ainda mais o arcabouço fiscal brasileiro – estou lendo a última linha que o Relator escreveu, não são minhas as palavras, são do Relator. Fico feliz de ver que o Relator reconhece que este é um remédio que estamos tendo que tomar, por razões que não vou comentar, mas que tem um efeito colateral. É como alguém que está com uma doença e que toma um remédio para aquela doença, mas o efeito colateral pode ser outro problema, não é? E talvez ele tenha que tomar um outro remédio para esse outro problema. Nós temos um problema sério de arcabouço fiscal, nós temos um problema sério de credibilidade fiscal. E eu estou cada vez mais convencido de que os voos de galinha que faz a nossa economia e a alta taxa de juro que nós vivemos, de 15%, são basicamente frutos da não confiança na política fiscal.

Veneziano, eu vou votar a favor do seu projeto, não tenha dúvida disso. Eu estou fazendo comentários pertinentes, que vão além, mas do seu projeto eu votarei a favor.

Eu observo países que têm dívidas muito superiores às do Brasil com juro negativo. Eu observo países com 120%, 140% de dívida com relação ao PIB cujo juro está lá embaixo, 1%, 2% ao ano. Então, o problema do Brasil não é o volume da dívida. O nosso volume da dívida hoje está em 74,1% e pode chegar a 80%. Se ela for bem administrada, se for corretamente administrada, podem perfeitamente os juros abaixar. E, se os juros abaixarem, simplesmente essa dívida não vai comer tanto dinheiro como come hoje. Você remunerar oito trilhões e pouco a 15% é uma coisa; você remunerar oito trilhões e pouco, que é o valor da dívida, a 1% ou 2% é outra coisa completamente diferente.

Eu farei uma comparação bem simples: imaginem uma empresa que está muito endividada e cujo CEO, ao administrá-la, insiste em fazer mais despesa, mais despesa e mais despesa. Essa falta de confiança nesse CEO que só faz despesa vai fazer com que ninguém mais empreste para essa empresa ou vai fazer com que se comece a imaginar que ela vai quebrar, que ela não vai pagar a dívida. Mas a mesma empresa, com a mesma dívida, se o CEO estiver tomando atitudes para cortar gastos, para fazer superávit, para fazer lucro, vai ter um juro menor, vai ter apoio, vai sair da crise. Dever não é pecado. Países do mundo todo devem. E não são em todos os países mundo que os juros são de 15%. Então, não se pode atribuir isso à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dívida. Isso se atribui à falta de confiança na política fiscal; esse é o drama – esse é o drama. Se tivermos uma política fiscal coerente, a dívida é administrável.

Nesse sentido, Sr. Presidente, os investidores precisam ter fundamentos, elementos para que possam confiar no Brasil, na condução da sua economia. Assim, a sua proposta de uma resolução para definir um limite para a dívida do Governo central é fundamental, e acho que vai substituir o arcabouço, porque o arcabouço, por esses acidentes todos, está cada vez mais desacreditado, infelizmente – infelizmente. Eu não bato palmas para isso, não, mas, ao mesmo tempo, eu me sinto impotente. Vou votar a favor, porque temos que acudir o empresário brasileiro neste momento, assim como votei a favor, na época da pandemia, de gastos extras, não é? Essas coisas são inevitáveis.

Agora, a confiança na economia não pode ser abalada, e a confiança na economia não vai ser abalada só por causa disso daqui, mas por uma série de coisas como essas aqui, que deixam o mercado sem referencial.

Termino dizendo que votarei a favor e que, mais do que nunca, temos que votar aquele seu projeto do limite da dívida, que, em breve, estaremos votando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu penso exatamente como o Senador Oriovisto e outros que discutiram a matéria. Acho que nós só vamos resolver definitivamente esse problema da responsabilidade fiscal quando estabelecermos um limite para a dívida consolidada da União. Nós já fizemos isso com estados e com municípios e, apesar de a proposta ter vindo para o Congresso Nacional, nós não apreciamos a matéria.

Na verdade, nós não temos bons exemplos com relação à responsabilidade fiscal. O próprio Congresso Nacional tem sua responsabilidade. Nós não tínhamos ainda votado praticamente o arcabouço, e o Congresso Nacional, antes da posse do Presidente Lula, aprovou uma PEC da transição que, só naquela oportunidade, excepcionalizou R$155 bilhões para emendas parlamentares, muitas delas do orçamento secreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro, em duas oportunidades – depois, eu deixei de acompanhar –, de que as pessoas que idealizaram a PEC da transição liberaram, de uma vez, R$20 bilhões de restos a pagar de exercícios anteriores e depois, no mesmo ano, mais R$20 bilhões de restos a pagar, o que está fora do cálculo dos R$155 bilhões. Então, o próprio Congresso tem sua responsabilidade nisso, duplamente.

Agora mesmo, nós estamos para votar – e falamos há pouco – a isenção do Imposto de Renda. As pesquisas dizem que 85% da população brasileira apoia a isenção. Na pesquisa Quaest, só quem está contra a isenção são aqueles que já são isentos, hoje, do pagamento do Imposto de Renda. E, lamentavelmente – lamentavelmente –, essa proposta está servindo de instrumento de chantagem para se colocarem outros temas na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

Assim, da parte de quem está fazendo isso, nada me surpreende, porque eu conheço o estilo e os métodos, mas o que me surpreende verdadeiramente é que o Governo participe desse processo de chantagem. Isto me surpreende verdadeiramente: que o Governo participe disso. É por isso que nós vamos anunciar um calendário para a tramitação da isenção do Imposto de Renda, a partir dessa proposta que tramita aqui, na Casa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não estou; eu estou é indignado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Indignado, indignado.

Em reunião realizada em 09/09, após a leitura do relatório, foi concedida vista coletiva para a matéria. Até a apresentação do atual relatório, foram apresentadas as Emendas de 1 a 21, de autoria dos Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Weverton, Izalci Lucas, Eduardo Gomes e Rogerio Marinho, e foi apresentado o Requerimento 92/2025, de bancada, para destaque da Emenda nº 20.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a discussão e passamos à votação.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo, destacada a Emenda nº 20.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o texto principal da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, ressalvado o destaque da 20, eu pretendo destacar a 1.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Por favor, verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A Senadora Soraya Thronicke...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – É, eu acho pertinente, até para que não restem dúvidas sobre o compromisso do Colegiado em torno de uma matéria tão importante.

Eu corroboro essa sensível sugestão da Senadora Soraya Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Na forma do Regimento, nós passamos, portanto, ao processo de votação nominal.

Quem vota com o Relator vota "sim"; quem vota contra o Relator vota "não".

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vai ter o destaque, ainda, com votação à parte, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vai, vai.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Lucas.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Pela ordem.) – O PL 7...

Perdão. Espere, deixe-me fechar aqui. (*Fora do microfone.*)

O PL 743, de 2025, do Senador Esperidião Amin, queria pedir a V. Exa... Porque vai haver pedido de vista também. Então, eu sou o Relator, mas, como vai haver pedido de vista, que fosse transferido o relatório também para outra sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Faremos isso, Senador Lucas. Obrigado a V. Exa.

Os Senadores... (*Pausa.*)

Já atingimos o quórum*?* (*Pausa.*)

Mais algum Senador deseja votar?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Aguardaremos, Lucas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Estou votando aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor, Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, só a título de nos colocar em conhecimento com relação a essa matéria à qual V. Exa. e também o Senador Alessandro Vieira fizeram menção, a proposta nela contida, de autoria do Senador Eduardo, que foi avocada pelo Senador à época Presidente desta Comissão, o colega Senador Vanderlan...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Vanderlan.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – ... Cardoso, o que diz especificamente? Ela propõe aquilo que está sendo proposto pelo Governo Federal, uma isenção de R$5 mil no Imposto de Renda? É o mesmo teor?

Eu quero me acostar a...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – São fontes diferentes (*Fora do microfone.*) mas é evidente que é importante submeter essas fontes a uma discussão...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – ... porque o Relator da Câmara já declarou em entrevistas que é contra elevar alíquotas de *bets*, que é contra tributar fundos que hoje são isentos, que é contra estabelecer uma alíquota para criptomoeda e que quer, também já anunciou, utilizar as fontes contidas na Medida Provisória 1.303 no projeto, ou seja, são questões distintas: uma trata de pessoa jurídica e a outra trata de pessoa física.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito. Eu gostaria apenas de reforçar que V. Exa. está se comprometendo com o Colegiado de sugerir até a próxima semana o cronograma para...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É, anunciar hoje um calendário e apreciar, dependendo do Plenário, num curtíssimo espaço de tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pois bem, eu confesso a V. Exa. aqui o que disse na antessala: é fundamental que nós ocupemos para externarmos, de certa forma, o nosso repúdio. Não há nada sugerível, até em razão de esse relatório ter sido apresentado há cerca de dois meses, que ele não vá a debate pela Câmara Federal, quando nós sabemos o alcance a milhões de pessoas, a milhões de brasileiros que poderiam ser contemplados com essa iniciativa. E o pior de tudo é aquele não receio, aquela sua dúvida no tocante às razões, aos porquês e aos móveis que estão impedindo que o Congresso Nacional se pronuncie serem motivos abjetos, ou seja, utilizar-se de um instrumento para fazer pressão ao Governo... Um Governo que deseja, definitivamente, porque pensa da mesma forma, como todos nós aqui pensamos, em discutir as questões fiscais, mas fazendo, de fato, uma política tributária justa, justiça social, o Governo se submete, de certa forma – perdoem-me aos senhores e às senhoras se o termo possa não ser apropriado – a achaques de naturezas inapropriadas, impertinentes e inaceitáveis.

Então, eu quero saudá-lo, esperando que, efetivamente, se a Câmara Federal não se predispuser a fazer o seu dever, façamos nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Muito obrigado, Senador Veneziano.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Houve 18 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Está, portanto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Nós podemos dizer, Presidente, que o Jaques Wagner fez muito bem em não vir aqui. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, eu não gostaria de levar, sinceramente, a discussões que terminassem por, de certa forma, prejudicar as apreciações ainda dos itens que estão previstos em pauta.

Se houvesse a compreensão e sensibilidade por parte dos nossos companheiros que apresentaram com legítimo direito os destaques, peço para retirá-los, porque senão nós vamos levar adiante.

Ficam evidenciadas as razões pelas quais essa relatoria e o propósito central defendido pela iniciativa... Senador Oriovisto, eu gostaria muito de ser autor da matéria, mas, na verdade, eu sou simplesmente um modesto colaborador na condição de Relator. Eu pediria a compreensão do Senador Esperidião. Evidentemente, os termos propostos nas emendas do Izalci, mas em relação às do Senador Esperidião também, mencionam que gostariam ou gostarão de fazer esse destaque.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, Presidente. Eu não tenho nenhum destaque. Nem posso fazer mais.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Perfeito. Só a do Senador Izalci... Porque a proposta que o Senador Izalci traz... A mim me parece que alguns apoiadores simplesmente a desnaturam, a distorcem. É como se nós aqui não estivéssemos a fazer alusões e debate sobre o projeto.

Os 18 votos que ali constam de apoiadores à matéria serão em outro número, porque os mesmos, alguns desses que não entendem a razão extraordinária... Sr. Presidente, nós não estamos falando aqui sobre situações presentes. O Senador Alessandro Vieira, mais uma vez, com muita argúcia, com muita sensibilidade, está dizendo o óbvio traduzido, e aí vai muito da minha incapacidade de poder convencer, mas eu fiz questão sempre, em cada um dos pórticos, em cada um dos parágrafos, de mencionar que nós estamos a falar sobre excepcionalidades que não foram geradas por nós, Sr. Presidente – muito antes, pelo contrário. É uma iniciativa adotada por um Governo soberano que quer desconhecer a soberania de um outro. E pior: ladeando razões que fogem aos pontos econômicos observados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, minha querida Senadora Damares, faltou combinar com os integrantes do grupo, de que, com todo o direito, V. Exa. faz parte, que eles não assumissem publicamente a dizer que muito daquilo que estava sendo adotado se dera por força dos estímulos dos mesmos, inclusive a partir de um Deputado Federal, que, ao invés de estar cumprindo as suas obrigações na condição de Parlamentar, para lá foi e, assumidamente, não sei se para ganhar *likes*, para ter novos seguidores, disse: "Não, essa medida atende, de certa forma, aos interesses nossos", que são os interesses de impor à Justiça nacional de um outro país procedimentos que fujam àquilo que regimentalmente, constitucionalmente estão previstos.

Então, Senadora Damares, de fato, o Deputado Eduardo Bolsonaro deveria ter tido cuidado, porque colocou V. Exas. numa situação muito difícil. Eu acho que V. Exas. deveriam pedir desculpas e agravar o comportamento do Eduardo Bolsonaro, porque agora não adianta. De fato, o que causou essa condição não foi uma situação econômica, Senadora Damares, porque foi imposta aos outros países não nos percentuais, a princípio, impostos ao Brasil. Até então, nós tínhamos 10%; agora somos taxados em 50%. Outros países não – outros países não.

Então, eu quero lamentar que nós aqui estejamos, porque o Governo, a iniciativa do Senador Jaques deixaria de existir se essas medidas não estivessem sendo adotadas. Nós não estaríamos aqui a propô-las, porque, de fato, estariam reservadas as proteções aos setores hoje atingidos, reservados os empregos de milhares que não os têm na forma de preservados, Senador Renan Calheiros.

Não é este Governo que queria que isso acontecesse. O atual Governo toma as providências devidas quando se mantém ou deseja se manter discutindo essas matérias à mesa de negociação, mas tomando providências de socorro. Ao Senador, amigo e irmão Senador, Prof. Esperidião Amin, não me cabia acolher as emendas por força, primeiro, de alguns desses setores não se tratarem de setores onde pudessem identificar resíduos tributários. O Reintegra diz claramente, quando da sua formação, quando fala sobre uma composição a resíduos tributários perdidos durante a cadeia industrial, e não a cadeia extrativista.

E quero dizer ao Senador Esperidião Amin, até porque o Senador, de fato, está debruçado sobre o Projeto de Lei de iniciativa do Senador Eduardo Gomes, o 882, que aí, sim, é uma sede competente e sugerível para que nós façamos essas defesas, porque, igualmente ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oriovisto, V. Exa. sempre se lançou – a sua história mostra isso, contundente história ativista de defender firmemente os seus pensamentos – sobre as suas preocupações fiscais. E as suas emendas – pelo menos duas delas – propõem um aumento além dos 5 bilhões, porque se retira essa previsão específica e taxativa de 5 bilhões, o que nos preocupa exatamente por força daquilo bem posto.

V. Exa. chamava a atenção – no melhor sentido, porque são dois catedráticos conhecedores sobre matérias econômicas –, e dizia: "Senador Oriovisto, na anterior terça-feira". Concordo com V. Exa., mas nós estamos tratando aqui uma excepcionalidade, algo que não se estenderá além de 2026 – Alessandro bem lembra. Nós temos data para início e data para término: 2025, Senadora Leila, e 2026.

Então, eu peço, portanto, a compreensão dos Senadores, não desconhecendo as preocupações, os anseios, as dificuldades de cada um dos mesmos setores aqui apostos, mas não poderia acolher as emendas; e, mais ainda, quero pedir ao Senador Izalci que nós tratemos não com o apelo político que se dá à emenda, que é exatamente de distorcer, desnaturar completamente o fulcro da proposta legislativa.

Então, Senador Izalci, se V. Exa. assim se permite: retirar a emenda para que nós ganhemos a apreciação. Existem milhares de empregos que precisam ser preservados, existem dezenas de setores.

É bom lembrar, Senador Presidente Renan Calheiros, que mesmo com as exclusões de alguns artigos, entre os quais anteontem o níquel e me parece que... Níquel e...? Dois artigos foram retirados ontem da taxação, mas nós temos 35% de setores atingidos. São cerca de R$15 bilhões que nós podemos ter em termos de perdas.

E não vou adentrar, meu irmão querido, Senador Jorge Seif: não, não vale a comparação. De fato, nos anos de 2021-2022, nós tratávamos sobre uma situação que não tem paralelo, porque eram vidas que estavam se perdendo. E nós, a oposição e o Governo, mesmo que tardiamente... O Governo de então, mesmo que tardiamente, tomou as providências, e não nos restou senão o convencimento necessário, sensível e humanizado de votar aquela matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas tem outra situação, Senador Seif. V. Exa. não estava, mas seus pares que advogam esta tese de dizer da preocupação – e não a desconheço como sincera –, nós votamos o Perse. Votamos o Perse, Senadora Leila, renovamos o Perse, Senador Alessandro, e o Perse não se tratava de vidas que estavam a se perder. Se tratava de quê? Se tratava de um setor turístico, que foi um dos primeiros afetados e que, portanto, por consequências diretas e imediatas, teria de levar a milhares de desempregos. Então, peço também a sua compreensão para que nós não façamos esse paralelo, porque nós não estamos utilizando desse estratagema absolutamente para furar o teto estabelecido no marco legal do arcabouço fiscal.

Então, são essas questões...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci, o Senador Veneziano consulta-o sobre a possibilidade ou não da retirada do destaque.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, antes de falar sobre a retirada ou não, eu quero aqui corrigir alguns detalhes colocados, porque, de tanto repetir uma certa narrativa, as pessoas começam a acreditar que é verdade.

Todos os países que foram taxados, inclusive a União Europeia, a Índia, todos foram lá e negociaram a redução da taxa, todos, à exceção do Lula, que disse que não ia se humilhar para ir lá nos Estados Unidos. Essa foi a verdade. E a causa principal do tarifaço foi a questão do Brics, todo mundo sabe disso, a questão de tirar o dólar como moeda internacional. Esse é o x da questão. O resto é conversa.

Então, eu acho que o melhor para nós aqui seria revogar completamente a Lei do Arcabouço Fiscal. Vamos revogar, e deixa para lá, deixa o Governo fazer, porque, do jeito que está acontecendo, tudo agora é fora do arcabouço, tudo sai do arcabouço. Até o roubo do INSS...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – V. Exa. vai apresentar proposta para acabar com o arcabouço?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, só para... É porque eu perdi um pouquinho o fluxo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que eu estou dizendo é que, da forma como está, toda vez tem que votar um projeto retirando as despesas, daqui a pouco é melhor revogar. Porque eu sempre fui o maior defensor da Lei de Responsabilidade Fiscal, coisa que o PT nunca, nunca cuidou. O PT nunca foi favorável à Lei de Responsabilidade Fiscal, sempre foi irresponsável em termos fiscais.

É democracia. Vamos botar em votação. Não vou retirar o destaque, vou manter o destaque e vamos para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu queria só lembrar a V. Exa. que, em função da verificação anteriormente feita, a apreciação do destaque será simbólica, na forma do Regimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, precisa de... Tem o apoiamento para fazer nominal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não. É questão temporal e regimental.

Então, votação simbólica... A votação será, portanto, simbólica, porque nós não passamos...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, antes de V. Exa. colocar em votação, quando foi solicitado aqui, eu não estava, do texto, e não teve apoiamento.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Como não? Teve do MDB aqui, teve da Senadora Soraya Thronicke, teve do Senador Fernando Farias. É porque V. Exa. não se fazia presente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Qual a dificuldade de fazer a votação nominal?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O Regimento... Da minha parte, é o Regimento, apenas isso.

A votação será simbólica.

Em votação a Emenda nº 20, de autoria do Senador Rogerio Marinho, e o destaque, de autoria do Senador Izalci Lucas.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Quero registrar o voto contrário, favorável ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está rejeitado o destaque, com os votos favoráveis ao destaque do Senador Izalci, Senadora Damares, Senadora Mourão, Senador Lucas, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Presidente, eu queria pedir urgência...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foi, portanto, aprovado...

Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Presidente, só queria registrar aqui... Não é uma opinião minha. Eu tenho certeza mesmo, independentemente de ser governista ou oposição... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... nós temos um Ministério de Relações Exteriores, e uma das suas funções, quando eu comentei o meritório projeto do Senador Veneziano... cuja relatoria é do Senador Veneziano, o qual eu estimo muito e tenho certeza de que todos estamos aqui para ajudar as empresas brasileiras que passam, neste momento, por um momento dificultoso – inclusive em Santa Catarina, há muitas empresas... Mas nós temos uma Apex, nós temos um Ministério de Relações Exteriores. Nós não podemos – eu acho que é um erro, é uma visão muito turva – atribuir tanto poder a um Deputado Federal, até porque a Índia acabou de ser taxada em 50%, a Europa mais um tanto, o México não sei quanto, o Canadá. A diferença desse... Japão, China...

Olha só, China e Estados Unidos, que são concorrentes implacáveis no mercado internacional. O que eu peço ao senhor e aos demais Parlamentares que têm acesso ao Governo, é que nós esqueçamos um pouco a parte ideológica –, que me parece que é a prioridade do Ministério de Relações Exteriores – e trabalhemos juntos com a Apex e com a diplomacia brasileira, para nós buscarmos outros mercados. Todos nós desejamos isso.

Mas, Presidente, o senhor imagina Xi Jinping liga para Trump, Putin liga para Trump, mas o Lula, infelizmente, não toma esse passo. Nós precisamos dos americanos, é o segundo mercado maior comprador de produtos americanos e, por questões ideológicas, de birra, de vaidade, de arrogância, de prepotência, não foi dada sequer uma ligação para o segundo país que mais compra de brasileiro. E quem sofre com isso não somos nós, tampouco o Presidente Lula, mas quem sofre com isso são as empresas brasileiras.

Então, se o Presidente Lula não quer fazer essa ligação, mande uma comitiva aos Estados Unidos. Não é respondendo com cartinha... O senhor imagina que o senhor tenha o seu segundo maior cliente da sua empresa lá de frango, ou de madeira, ou de minério, ou de petróleo, o cara para de comprar de V. Exa., o senhor vai mandar cartinha? Ou o senhor vai mandar... Não quer falar comigo? Manda interlocutor; não manda interlocutor, manda um amigo; não manda um amigo, manda político; não manda político, manda Ministério das Relações Exteriores; não manda Ministério das Relações, pede outro país para mediar. Nós precisamos, pelo menos, buscar boa vontade, e esquecer a questão ideológica, porque nós, enquanto classe política, a classe do Judiciário, o Governo Federal não sofre nada. Nosso salário dia 21 está bonitinho lá depositado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, empresas em Santa Catarina, por exemplo, o setor madeireiro, que tinham 100%, Rio Negrinho, Caçador e tantas outras, né? A Weg, que é um exemplo internacional, até motor para foguete faz. Estão aí, as ações da Weg, uma empresa de orgulho nacional, despencando. Tudo isso por má vontade e incompetência do Governo brasileiro.

O Eduardo não tem esse poder, por quê? Os Estados Unidos, infelizmente, tomaram essa medida contra vários outros países, não foi contra o Brasil. E não podemos dizer isso. Agora, se ele errou ou não errou, e nós... É muito poder para um Parlamentar e, por outro lado, é muita incompetência do Ministério das Relações Exteriores e da Apex, que deveria estar fazendo comitivas, *roadshow*, rodar esse mundo para apresentar as belezas, os produtos brasileiros, o que não está acontecendo.

Isso é uma completa incompetência, uma completa vaidade e, infelizmente, a priorização de ideologia em vez de prestigiar o mercado brasileiro e as maravilhosas empresas brasileiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Esperidião Amin, Senador Rogério, na sequência, Senadora Teresa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não posso deixar de colocar três reparos às excelentes e, como sempre, polidas observações do meu querido amigo Veneziano Vital do Rêgo. Eu já dei a minha opinião a respeito da empreitada que assumiu o Deputado Eduardo Bolsonaro e vou repeti-la: eu sou pai e, consequentemente, fui e sou filho. Eu não reprovo que um filho faça o que ele possa fazer em defesa do pai. E se alguém quiser procurar na literatura alguma coisa que demonstre o porquê disso, procure em Giovanni Papini, *História de Cristo*, sobre paternidade.

Agora, atribuir ao Brasil a inocência dos agentes políticos, a ingenuidade dos agentes políticos, não é correto. Primeiro, porque todos os chefes de Estado se abalaram e foram aos Estados Unidos. A Presidente da Suíça, a Primeira-Ministra, não foi recebida. Foi humilhada. O povo é solidário com ela. Se o nosso Presidente procurar diligenciar e for mal recebido, eu me sinto atingido. Porque é da competência dele. Chama-se ética da responsabilidade, Max Weber, livro *Ciência e Política*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É responsabilidade do chefe de uma tribo ou de uma nação, assumir os riscos dela, da nação ou do país.

A Constituição dá ao Executivo a responsabilidade de conduzir a política externa. Nós fomos lá, sim, para tentar azeitar as relações da chamada diplomacia Parlamentar. V. Exa. é o Presidente da Frente Parlamentar Brasil-Estados Unidos. Eu sou Secretário. O Marcos Pontes é Vice-Presidente. Nós fomos lá para conversar com os Parlamentares. Enfrentamos dificuldades políticas, é claro.

Agora, quero aqui tornar público, além do fato de que o Executivo brasileiro até hoje não tomou nenhuma iniciativa que pudesse gerar humilhação – e isso pesa sobre a biografia de um grande negociador brasileiro, grande Líder sindical, que conversou com muitos inimigos e adversários, e com isso fez o sucesso da sua carreira, Luiz Inácio Lula da Silva... Ele é um exemplo para todos que quiserem aprender negociação.

Eu fui um modesto professor de empreendedorismo e modelos de negociação. E muitas vezes falei sobre a capacidade de negociação do Lula. Não tem ideologia nisso. Ele é uma figura política, tem uma trajetória. Ser contra ou a favor deste ou daquele ato é uma coisa, mas ele é um personagem da nossa história, o único homem que foi eleito três vezes. E quer a quarta. Então, é uma figura histórica.

Agora, há dois fatos objetivos, que quero deixar aqui registrado. Número um, até hoje, quem compra petróleo da Rússia e quem compra fertilizante da Rússia está na lista. Agora, anteontem, o Presidente Trump disse isso: "Só vou ajudar a Ucrânia, se a Otan, os países, França, Alemanha, etc., pararem de comprar da Rússia. Porque não adianta eu botar dinheiro se vocês estão financiando a Rússia", nesse caso, como adversária. Ainda hoje está na pauta. Comprar óleo diesel e fertilizante da Rússia está no nosso mapa.

Finalmente, uma questão que afeta o Congresso, também, e o Supremo. A Europa e os Estados Unidos consideram a decisão do Supremo Tribunal Federal, de considerar parcialmente inconstitucional o art. 19 do Marco Civil da Internet, é uma derrota do mundo ocidental, porque a neutralidade da internet é a alma europeia e dos países que prestam homenagem a John Stuart Mill. O principal biógrafo dele hoje fala mal do Ministro Alexandre de Moraes e o chama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de necrófilo, porque ele pega textos do pai da liberdade de expressão para ser contra a liberdade de expressão.

Mas concluo: na decisão do Supremo Tribunal Federal, que está reproduzida nas 14 regras, legislando sobre como retirar conteúdos da internet sem decisão judicial, nos 8 votos, que eram controversos, dos 11, oito Ministros votaram por considerar inconstitucional em parte um texto que estava em vigor há 11 anos. E é um padrão para o mundo: internet tem que ser neutra. Quer retirar uma mensagem? Recorre à Justiça; a Justiça tem que ser rápida.

Eu participei da CPI dos Crimes Cibernéticos e fiquei surpreso quando havia em Brasília um juiz 24 horas por dia para essa finalidade. Retirar texto sem decisão judicial é censura, especialmente quando ela é terceirizada para a plataforma, que foi a decisão do Supremo. Eu apresentei um projeto de lei para amenizar isso – amenizar –, mas este é o terceiro ponto objetivo que leva o Brasil a sofrer penalizações, repito: a incapacidade de interlocução dos dois Presidentes. Só que eu não posso falar com o Trump; agora, posso fazer um apelo ao Presidente Lula: "Vá, tente. Se o senhor for maltratado, eu sou solidário", porque ele é o Presidente da República.

Ética da responsabilidade. O caso da internet é um caso sério. Essa decisão do Supremo, as regras, 14 regras para retirar conteúdo, essa composição foi escrita no dia 26 de junho. Vai fazer dois meses, três meses. Agosto, setembro, vai para o terceiro mês. Portanto, nós estamos num regime criado pela decisão do Supremo, que é contra as regras que proíbem a liberdade de expressão, que está consagrada na nossa Constituição, e atribui ao Conselho de Comunicação Social zelar por isso – arts. 220 a 224. Tem uma proposta nesse sentido.

E, finalmente, a compra desses produtos da Rússia, que nós somos obrigados a comprar no caso do fertilizante. Nós não temos outro distribuidor. Do óleo diesel até que nós escapamos – já fomos mais dependentes –, mas o fertilizante, 40% vêm de lá, e é a base, o fundamento do nosso agronegócio. Isso tem que ser discutido. Tem que ser negociado.

E nós, Parlamentares, não temos essa competência. Mesmo azeitando as relações, como nós procuramos fazer, nós enfrentamos dificuldades objetivas que dependem do Executivo, em quase todos os casos, e, pelo menos num caso, depende do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Rogério Carvalho, com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que nenhum outro país teve a primeira linha de uma carta apresentada pelo Governo americano demandando interferência no funcionamento das nossas instituições. A China não foi demandada a mudar a posição de um tribunal superior, nem a Suíça, nem nenhum país foi submetido a esse tipo de agressão à soberania. Tiveram, sim, a imposição de uma tarifa, por vezes ilegal ou injusta, mas, no caso do Brasil, foram dois fatores. Primeiro, a mentira que foi dita pelo Presidente norte-americano, dizendo que o Brasil era um mau parceiro comercial, que o Brasil cobrava taxas absurdas para os produtos americanos. Mentira! O Brasil cobra em média 2,5% de taxa aos produtos americanos.

Eu fico pensando qual é a nossa defesa da soberania, defesa do interesse nacional, defesa do nosso país, das nossas instituições, da nossa democracia quando a gente se depara com falas que negligenciam a primeira frase do comunicado que o Governo americano manda para o Brasil, dizendo que vai impor tarifas por causa de um julgamento. Nenhum outro país passou por isso. Então, a gente precisa ser pedagógico, a gente precisa ser transparente com quem vê esta Comissão, com quem vê esses Parlamentares. O Presidente Lula é Presidente do Brasil, e o Brasil foi atacado na sua institucionalidade, na sua soberania. Tinham que reforçar essa investida contra a nossa soberania se submetendo, se subjugando, não assumindo a defesa inicial do mais importante, como Chefe de Estado...? Como Chefe de Estado, cabe a ele, de forma inequívoca, dizer para o mundo que a nossa soberania não está em jogo, e isso foi feito, isso está sendo feito, e isso tem gerado uma polaridade positiva.

O Brasil é hoje um exemplo de democracia. O Brasil é hoje um país que se valida no mundo pela capacidade que teve de julgar uma tentativa de golpe sem rupturas. Porque nós julgamos uma tentativa de golpe. Nós julgamos uma trama para matar um Presidente eleito, um Vice-Presidente e um Ministro do STF. Nós julgamos um crime que, se fosse nos Estados Unidos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daria pena de morte; se fosse na França, mais de 90 anos de prisão. Isso foi feito aqui, e o mundo está de olho no que nós estamos fazendo.

Portanto, a gente não pode diminuir a ação conspiratória contra o Brasil do Deputado filho do Presidente que tentou subjugar o nosso país ao interesse de uma família, que tentou um golpe de Estado para se perpetuar no poder. A gente sabe do medo do Presidente norte-americano no sentido de ter ele que, no futuro, pagar pelo crime de tentativa de golpe e de impedimento de o Presidente que ganhou as eleições poder assumir, porque lá ele não foi julgado. Aqui, quem fez isso foi julgado. Então, é importante que a gente coloque isso às claras. Nós estamos diante de uma situação que é diferente. E o Brasil está dando as suas respostas conforme a nossa Constituição.

É importante dizer que nós, sim... O Vice-Presidente Geraldo Alckmin tentou de todas as formas, o Itamaraty tentou de todas as formas... Nós estivemos nos Estados Unidos e vimos e ouvimos da Embaixada brasileira a dificuldade para conversar e para interagir com a Casa Branca, não com o *staff* dos ministérios que cuidam dessa questão do comércio exterior com aquele país. Nós vimos toda a obstrução e o desejo do Governo americano de humilhar o Brasil. E nós somos uma nação livre. Nós somos uma nação... E temos um Presidente que não vai deixar esse povo guerreiro, trabalhador ser humilhado por nação nenhuma.

Se alguém aqui acha que os brasileiros e o Brasil devem se humilhar, continue achando. Nós achamos que este país tem altivez, é uma democracia e o Presidente tem que preservar a autoestima do nosso povo, o povo brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

E eu aproveito para pedir urgência para o projeto que fora aprovado recentemente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em apreciação o requerimento feito pelo Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu vou, muito semelhante, na linha do Senador Rogério. Primeiro, qual a diferença de tratamento dos Estados Unidos com o Brasil e com os demais países também atingidos pelo tarifaço? Está evidente: são os condicionamentos, os condicionantes que os Estados Unidos impuseram ou tentaram impor ao Brasil para aceitar negociar. Destaco um deles: as sanções impostas a ministro de Estado, inclusive de suspensão de visto para ingresso nos Estados Unidos. Por quê? Vou dar o exemplo do Ministro Padilha. Porque não concordam com a proposta dos Mais Médicos, os Estados Unidos não concordam com essa proposta. Eles têm o direito de concordar ou não concordar com as políticas públicas que o Brasil implementa? Eu não concordo com várias políticas públicas que os Estados Unidos implementam. Os Estados Unidos hoje são exemplo da má política. Por que então reter o passaporte e o visto não só do Ministro Padilha, como de outros, de outros atores também de outros cargos, como também de Ministro do Supremo? Eu creio que isso não foi feito com nenhum país.

Então, o Brasil tinha que reagir e do jeito que reagiu: buscando a interlocução, buscando outros países para efetivar a sua linha de comércio livre – livre. Isso é necessário. Sempre defendemos o livre comércio, sempre defendemos o respeito, a autonomia e a soberania dos povos. E vamos continuar defendendo e buscando as alternativas necessárias para o país não estar no apagão em que eles desejavam que estivesse. Estamos comemorando hoje a maior taxa de emprego no país; portanto, a menor taxa de desemprego formal no país. Isso Trump não queria.

Faltou interlocução? Faltou não! Tentativas foram feitas. O Ministro Haddad teve uma reunião marcada, Senador Veneziano, com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e ela foi desmarcada horas antes de acontecer. Diz-se que foi o Deputado que lá está para fazer isso quem pediu para desmarcar. Então, se há interferência desse Deputado, se não há interferência desse Deputado, ele pelo menos está dizendo que tem, talvez para se fortalecer, porque o que está em jogo não é apenas o amor filial, meu querido Senador Amin. Amor filial também tem aquele filho que vê seu pai arriscado de perder um emprego ou aquele filho que vê a empresa de seu pai prejudicada pelo tarifaço. Aquilo é mais do que simplesmente amor filial, aquilo é o que a gente está cansado de ver aqui: era a interrupção do processo democrático efetivado com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as eleições de 2022, a interrupção do processo de julgamento no Supremo Tribunal Federal, a interferência nas políticas públicas e nas relações internacionais que o Brasil livremente escolheu para ter, com o apoio do povo brasileiro.

Acho que a gente precisa voltar a analisar, inclusive, as cartas – cartas dizem muito. Aquela carta do Presidente Trump é uma afronta, é uma afronta não só ao Presidente Lula, é uma afronta ao povo brasileiro! Não fosse a reação que nós tivemos... Inclusive, eu me senti muito representada com os Senadores que foram lá buscar uma porta, buscar uma janela de diálogo, mas ele não quer! Ele não quer, porque a ele interessa voltar aos tempos obscuros da Guerra Fria, voltar aos tempos obscuros em que a América Latina era o quintal dos Estados Unidos. Isso acabou! O mundo mudou, o mundo mudou! Muito bem os senhores disseram aqui. Quem diria que os Estados Unidos iam dialogar com a China? A China hoje é uma superpotência. Quem diria que os Brics formados inicialmente por apenas cinco países hoje se estendem...? Aqui também tem uma Frente Parlamentar Brics. Então, o mundo é diferente hoje, e o mundo precisa ser multipolar, sim! A gente sabe o que é que dá a concentração de poder. O poder precisa ser democratizado em todas as suas manifestações.

Por isso, Senador, encerro dizendo que esta Comissão está de parabéns pelo debate que fez, pela aprovação do projeto que tem um nome extremamente simbólico – o nome do projeto é Brasil Soberano –, pelo relatório apresentado pelo Senador Veneziano e pela votação unânime de todos aqui que, com toda a responsabilidade com isto, com o que isto significa para o desenvolvimento do país, votaram "sim" ao projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Aprovado o relatório...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu fui mencionado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Amin, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu fui mencionado aqui de maneira gravosa, de maneira carinhosa, assim como eu já tive a oportunidade de me referir numa ocasião anterior. E não tenho nenhuma... Não considero um gravame.

Agora a senhora mencionou um assunto que eu quero até tratá-lo com mais profundidade depois. Eu não sou, eu votei a favor do Mais Médicos, mas sou contra o regime de trabalho que foi criado. O regime de trabalho era de escravidão pura. E eu conheci isso em Cuba. Eu vi isso ser gerado. A Cubabras, empresa de mão de obra escrava que o Governo cubano criou me fez dizer, quando eu participei, e encerro aqui, eu participei de uma missão junto com o Senador Requião – era o Líder da missão –, Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, meu querido e saudoso amigo Pedrinho Valadares, do Sergipe, que faleceu no mesmo acidente de avião do ex-Governador Eduardo Campos. Sabe o que eu disse para todos? Temos que trazer a CUT para Cuba. Precisamos libertar os obreiros da mão pesada do Estado cubano – em estado de comunismo decadente –, que cobrava em dólares e pagava para os trabalhadores do hotel onde eu estava em pesos *non convertibles* que valiam mais ou menos um duzentos avos de dólar. Enquanto oficialmente o peso cubano deveria valer um dólar. Então, que era escravidão eu não tenho dúvida nenhuma. O Brasil pagava 10 mil, e o médico recebia 1,5 mil, e olhe lá, Presidente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, muito rapidamente, eu sei que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Antes, porém, de dar a palavra a V. Exa., eu queria comunicar que foi aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 22, de redação, desta Comissão.

Com a palavra V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Muito obrigado, mais uma vez, a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, por força do seu carinho e generosa atenção ao nos designar para que pudéssemos, colaborar e defender através do nosso relatório a propositura do *mui* digno querido companheiro Senador Jaques Wagner. Mais uma vez, eu lhe agradeço, agradeço a todos os meus companheiros e às minhas companheiras.

Mas eu queria fazer uma menção, porque nós não podemos perder de vista, Sr. Presidente, o exposto em dúvidas, a competência de uma histórica instituição, e V. Exa. convive diretamente com ela, porque presidiu por diversas vezes a Comissão de Relações Exteriores. Não faltou, mais uma vez, ao nosso Itamaraty a capacidade de se manter desde o início das investidas norte-americanas – primeiro ponto.

Segundo ponto: dito por autoridades, entre estas o ex-Diretor do FMI, V. Exas. devem ter lido, traz anteontem, dito pelo *The Economist* e dito pelo The New York Times. Todas essas três referências, Sras. e Srs. Senadores, falam a respeito da impertinência, da inoportuna decisão adotada pelo próprio Presidente Donald Trump em relação ao Brasil, dizendo mais, Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr. Senador Jorge Seif, amigo e irmão, Senador Izalci Lucas, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem adotado, sim, a postura que outros deveriam adotar. Desejou conversar quando enviou, ao tempo que os 10% primeiros foram impostos; não teve absolutamente resposta alguma. O seu Ministro tentou e marcou uma audiência, que foi, de forma deselegante, deseducada e grosseira, desmarcada. O Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que tem mantido essas negociações – e, diga-se de passagem, nós já avançamos quando mais de 700 artigos foram extraídos do rol de artigos que estariam sendo taxados –, também merece esse nosso reconhecimento. Então, é importante, e eu sei, finalizando, a dificuldade que os senhores terão, até porque os números mostram que a nação brasileira em peso reagiu a essa abominável, ignóbil atitude de quem sai das suas atribuições para levantar-se contra o seu próprio país.

Na semana passada, Presidente, Senador Renan Calheiros, foi o Presidente da República dos Estados Unidos, inclusive também por outros porta-vozes, quando nós estávamos com uma instituição, poder autônomo e que merece o nosso respeito e respeito também de outros países... Pois bem, levantaram-se. Vejam até que ponto nós chegamos a dizer: "Ou vocês mudam o andar da carruagem aí, ou, então, nós vamos ter outras maiores consequências que nós haveremos de impor". Então, vocês vão ter uma dificuldade – as senhoras e os senhores –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tremenda de mudar a narrativa, porque caiu muito mal. Sobre a maioria sensível da população brasileira, o que se identifica é que um filho seu, dotado da condição que possui, com o reconhecimento de um Estado para representá-lo, sai do seu país para levantar-se contra os interesses dele próprio, do país brasileiro. Então, essa narrativa vai ser difícil, porque está muito claro que de fato...

Inclusive o nosso colega, que, diga-se de passagem, é um cidadão altamente tratável, o Senador Flávio Bolsonaro, quando as medidas foram adotadas – eu acho que por um equívoco grosseiro, que não é próprio dele –, disse: "É possível até que bombas possam ser lançadas". Imaginem... V. Sas. vão lembrar isso.

Então, Presidente, eu quero agradecer tremendamente a compreensão pela aprovação desta matéria, tomando que, até a chegada ao Plenário, os nossos companheiros que se opuseram, votando favoravelmente ao destaque que desvirtuaria por completo o propósito central, repensem, para que nós tenhamos, aí, sim, a consagração de uma votação unânime.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Izalci Lucas, com a palavra V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Primeiro, Presidente, quero parabenizar V. Exa. pelo aniversário. Eu não estava aqui, no início, mas parabéns. Muita saúde, muita paz para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu só vou lembrar alguns fatos aqui que talvez o Senador Veneziano tenha esquecido – eu vou ler alguns aqui.

Lula comparou Trump ao nazismo. Moraes suspendeu a rede social X. Moraes pegou dinheiro da Starlink na marra, não podia. Moraes multou empresa americana sem embasamento. Moraes censurou empresas, políticos e influenciadores nas eleições. O Supremo também censurou jornalista, gerou demissões na Jovem Pan e na CNN, ameaçou veículos de imprensa. Moraes intimidou jornalista estrangeiro. Janja ofendeu publicamente Elon Musk. Lula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixou Embaixada nos Estados Unidos vaga por meses. Supremo Tribunal emitiu ordens secretas contra Google, Meta e X. Lula recebeu navios de guerra do Irã. Só para lembrar as coisinhas. Alckmin foi à posse do Presidente iraniano cercado por terroristas. Lula elogiou Cristina Kirchner, condenada por corrupção. Lula enviou dinheiro da equipe para financiar eleições em outro país: Argentina; trouxe de FAB a ex-Primeira-Dama do Peru, também condenada; comparou Israel ao nazismo em plena guerra contra o Hamas. Moraes deixou uma pessoa morrer na Papuda. Moraes pede extradição de americanos sem crime tipificado no Brasil, nem nos Estados Unidos. Supremo usou dinheiro americano para interferir nas eleições. Moraes inseriu dados falsos no sistema imigratório americano. Moraes julga processos de que seria a vítima. Supremo edita provas. Supremo cria delações sob tortura, ameaça. Supremo pede para um grupo de juízes usar a criatividade. Lula não considera Hamas e Hezbollah como terrorista. Moraes impactou empresas de serviços essenciais ao bloquear o Twitter e o Telegram. Moraes ameaçou punir cidadãos brasileiros que usassem VPN. Então, esses são alguns motivos por que a taxação veio. Esse negócio de Eduardo é conversa fiada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2311, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir o direito dos idosos a passagens gratuitas ou descontadas em qualquer categoria de veículos de transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1- A matéria foi apreciada pela CDH, com favorável ao projeto.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Senador Renan Calheiros, como eu fui o autor do Estatuto do Idoso, fui procurado pelo Senador Zequinha Marinho, que apresentou um projeto ainda em 2019, e, desde lá, eu tenho procurado, já como Relator do projeto, articular com ele e com a sociedade civil... Nós, que somos, aqui no Parlamento, de campos opostos, entendemos ambos que seria fundamental aos idosos que fosse assegurado o princípio que está no Estatuto do Idoso, mas que foi deturpado com o tempo. Por isso eu faço aqui uma leitura rápida. Eu entendo que não haverá nenhum problema, pelo menos de minha parte, com aqueles com quem eu conversei em relação ao Governo e em relação a outros partidos.

Relatório.

É submetido a esta Comissão o Projeto de Lei nº 2.311, de 2019, com a ementa em epígrafe. A proposição conta com dois artigos somente. O art. 1º acrescenta novo parágrafo ao art. 40 da Lei nº 10.741, de 2003. Esse dispositivo estabelece que o sistema de transporte coletivo interestadual deverá oferecer os seguintes benefícios às pessoas idosas com renda igual ou inferior a dois salários mínimos:

a) reservar duas vagas gratuitas por veículo;

b) assegurar desconto de pelo menos 50% no valor da passagem em caso de indisponibilidade das vagas gratuitas.

O novo parágrafo requer que os dois benefícios valham para qualquer categoria de veículo, inclusive executivo, semileito e leito, que opere o transporte rodoviário interestadual convencional de passageiros em linha regular.

O art. 2º contém a cláusula de vigência e estipula que a norma resultante entrará em vigor na data da sua publicação.

Segundo a justificação da matéria, o Decreto do Presidente da República nº 5.934, de 2006, que estabelecia mecanismos e critérios a serem adotados na aplicação do disposto no art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

40 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), limitava os dois benefícios aos veículos do tipo básico, com ou sem sanitário. Essa norma acabou substituída pelo Decreto nº 9.921, de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa, cujo art. 39, §1º, inciso I, reitera o comando anterior. A esse respeito, o proponente sustenta o seguinte:

> É inadmissível que o decreto, que tem caráter adjetivo, mude a própria substância da lei [o Estatuto do Idoso], tolhendo os direitos que ela prevê em favor das pessoas idosas.

De modo a não permitir limitações semelhantes no futuro, o Senador Zequinha Marinho preferiu apresentar a presente proposição no lugar de um decreto legislativo que tão somente revogasse o decreto exorbitante.

O PL do Senador Zequinha Marinho, nº 2.311, de 2019, foi apresentado em 16 de abril desse ano que aqui eu relatei, 2019. A sua instrução ficou a cargo das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Econômicos (CAE). A relatoria coube ao Senador Fabiano Contarato, que apresentou relatório favorável ao projeto, o qual foi aprovado em 23 de agosto de 2021, passando a constitui o Parecer nº 2, de 2021. Encaminhada a matéria para esta Comissão, fui incumbido aqui de relatá-la, a pedido do Senador autor do projeto, em 25 de maio de 2023. Não foi apresentada nenhuma emenda.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 97 do Regimento Interno, estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame.

O PL nº 2.311, de 2019, preenche os requisitos de juridicidade, tais como inovação, coercibilidade, generalidade, abstratividade e imperatividade. Além do mais, ele está sintonizado com nosso ordenamento legal e constitucional. Com efeito, o art. 21, inciso XII, alínea "e", da Constituição Federal estabelece que compete exclusivamente à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Ao mesmo tempo, o art. 48 define que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União. Ademais, a matéria não se insere entre aquelas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competem privativamente ao Presidente da República, conforme os arts. 61, §1º, e 84 da Lei Maior.

A técnica legislativa empregada observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal – Constituição Federal de que eu e V. Exa., Senador Renan, Presidente desta Comissão, somos os únicos dois Senadores aqui em atividade no Congresso...

Destaque-se, por fim, que o art. 230 da Carta Magna estipula que é dever do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade. Julgo autoevidente que o pleno exercício desse direito requer que os idosos contem com tratamento tarifário preferencial ao se deslocarem pelo território nacional, estimulando-os a ter participação ativa nas atividades familiares e comunitárias. Nesse sentido, é descabida a interpretação restritiva adotada pelos Decretos nºs 5.934, de 2006, e 9.921, de 2019. A aprovação do PL nº 2.311, de 2019, assegurará o direito previsto no Estatuto do Idoso, aprovado lá, que garante aos idosos com baixa renda o direito à gratuidade ou desconto em viagens de ônibus interestaduais, sem qualquer restrição. Repetimos que é para quem ganha até dois salários mínimos.

Em termos de impacto financeiro e orçamentário, a nova norma não gerará custos diretos para o setor público, uma vez que se trata de direitos sociais que deverão ser assegurados pelas empresas concessionárias do serviço de transporte rodoviário interestadual, como já vem sendo feito há tanto tempo pelo setor.

Enfim, voto.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.311, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, eu não posso deixar de falar da matéria.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Damares, com a palavra V. Exa., e, em seguida, Senador Laércio.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Com exceção de Laércio, todos nós vamos legislar agora em causa própria. (*Risos.*)

Mas eu quero...

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Com muito orgulho.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu quero, Presidente, parabenizá-lo por ter pautado essa matéria e parabenizar o voto do Senador Paim. Desde 2021, eu era Ministra da pasta e a gente ficou acompanhando essa matéria. Mas quero cumprimentar também o voto do Contarato lá na Comissão de Direitos Humanos. E, hoje, como terminativa, a gente faz uma grande entrega. No seu aniversário, o senhor está dando um presente para os idosos do Brasil.

Parabéns, Senador Paim.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Que não tem nada a ver com ele. (*Risos.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nada a ver.

Parabéns, Senador Paim, pelo voto.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Pelo menos isso. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, eu não vou pedir vista desse projeto, não. Eu sei que ele tem um cunho social importante, mexe com o Estatuto dos Idosos. A gente precisa ter um olhar sempre e cada vez mais terno para a questão dos idosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na última vez que nós nos reunimos, eu fiz a relatoria de um projeto nesse sentido, com referência aos idosos nas agências bancárias, o tratamento que recebem e a obrigatoriedade de eles terem que ir. Eu acho que isso não pode existir, a gente tem que encontrar uma solução; principalmente em um relatório como esse, feito por uma pessoa da estirpe exatamente do Senador Paulo Paim, que merece toda a admiração, todo o respeito desta Casa...

Da minha parte, ele tem... Nós sempre navegamos em correntes contrárias, mas nós temos carinho mútuo um pelo outro, na posição que cada um exerce no exercício dos seus mandatos. Portanto, eu o tenho como referência aqui dentro desta Casa, tenho enorme respeito.

E esse assunto que eu queria deixar claro é que, claro, o projeto caminha para uma isenção de tarifa para pessoas com até dois salários mínimos, pessoas idosas. Isso vai ter um custo, e o custo vai ser repassado para a tarifa, que não recai sobre o Estado, mas certamente as empresas vão repassar isso e acrescer à tarifa que encarece para a sociedade, ou seja, é um problema que puxa o outro. Mas eu não vou entrar nesse mérito da discussão, só queria fazer esse registro e saudar o Relator, o Senador Paulo Paim.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Claro, ninguém quer brigar com Paulo Paim.

Ele me convenceu, ele me convenceu, Presidente, na pia batismal: PP, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida. Sem dúvida.

Em votação... A votação será nominal.

Os Senadores que estiveram presentes podem votar por aplicativo. Faltam poucos para que nós possamos atingir o quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o Projeto de Lei 2.311/2019, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Paulo Paim.

Os Senadores que votam com o Senador Paulo Paim votam "sim". Os Senadores que não votam com o Senador Paim votam "não".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, só quero agradecer a todos os Senadores, o carinho, o respeito que é mútuo. Eu tenho uma forma de atuar que muitos acham que deveria ser mais contundente – não consigo, não consigo.

Eu entendo que os Parlamentares têm o direito de ter as suas posições e, no bom debate, avançamos como hoje, votando por unanimidade; e cada um expressando o seu ponto de vista, porque assim é a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu entendo muito positiva a iniciativa – não só do Veneziano pelo relatório, como também de V. Exa. – de nós construímos um caminho para que aqueles que ganham até cinco salários mínimos, que são os mais pobres mesmo, não paguem Imposto de Renda.

Eu queria mesmo agradecer e cumprimentar a fibra também do Senador Zequinha Marinho. Ele foi ao meu gabinete umas duas, três vezes: "Paim, libera esse projeto, Paim. Eu sei que tu não és contra. Por que tu não liberas?". "Claro que eu vou liberar!", e conversamos. Infelizmente, ele não está aqui hoje, mas o mérito é dele. Eu sempre fui apaixonado pela ideia, mas esperei que houvesse a oportunidade. E, como Relator, o fiz...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Recorrer ao santo certo é uma regra de vida muito proveitosa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não sei se sou eu ao Zequinha, ou o Zequinha a mim agora, porque o projeto, de fato, é grandioso no social. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos tratando para quem ganha dois salários mínimos. E, lá no interior, se muda o tipo do ônibus, ele já não tem o direito. O Senador Zequinha faz uma redação e diz: "Olha, é o mesmo direito", o que já está no Estatuto do Idoso, e que, por uma falha, talvez de redação – eu fui o autor na época – ele deixou esse espaço que agora ele consertou. Por isso, eu faço um apelo a todos os Senadores que estão à distância para que votem, para o bem dos idosos e aposentados, até porque há uma CPI que mostra que eles foram muito, muito agredidos. É uma forma de ajudá-los aos poucos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meus cumprimentos, Senador Paim. Sua coerência explica sua longevidade nesta Casa do Congresso Nacional.

Votação do projeto.

Os Senadores podem votar por aplicativo – aqueles que estiveram aqui presentes no início da reunião.

Já temos 11 votos, precisamos de mais 3 votos.

Em seguida, nós vamos apreciar o item 3 da pauta e há um requerimento do Senador Laércio para a realização de uma audiência.

Nós vamos apreciar o requerimento e passaremos ao item do projeto de autoria do Senador Amin, que tem o Senador Lucas como Relator.

Em seguida, eu vou anunciar a pauta da próxima reunião.

Nós pretendemos colocar na pauta da próxima reunião os projetos que não foram apreciados hoje e, como segundo item da pauta, o projeto desta Comissão que limita a dívida consolidada da União, que tem como Relator o Senador Oriovisto Guimarães, e, como item 3 da pauta – renumerando, se não for essa a ordem –, o projeto, de 2019, do Senador Eduardo Braga, que isenta de imposto de renda quem ganha até R$ 5 mil.

Falta um voto para atingirmos o quórum.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Estamos aguardando o convite para o churrasco. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não é comum comemorar 70 anos.

Obrigado, Senador Mourão.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP) – Se não comemorar é porque está desanimado, e não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não é o caso, né, Lucas? Muito obrigado, Lucas.

Completou.

Nós vamos anunciar o resultado da votação, proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Foram 13 votos SIM.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei 2.311, de 2019, do Senador Zequinha Marinho, que teve como Relator o Senador Paulo Paim.

Item 3 da pauta.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente, questão de ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quanto o item 3 da pauta, salvo melhor juízo, a Relatora não está presente.

Em função disso, o senhor retira de ofício ou... É porque, como eu já conversei com a V. Exa., esse assunto eu quero discutir com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – E vou pedir vista e vou encaminhar um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, eu retiro de ofício com muita satisfação.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 250, DE 2020

- Não terminativo -

Regulamenta a política de inserção profissional, habilitação e reabilitação de trabalhadores pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP).

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

1- A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.)

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Agradeço – viu, Presidente? – sua gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Passamos ao item 6 da pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 743, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Diretrizes Gerais da Política Urbana), a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) e a Lei nº10.636, de 30 de dezembro de 2002 (Destinação dos recursos da CIDE) para prover base legal ao desenvolvimento da regulamentação e à implementação de medidas de incentivo à introdução das aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical como elemento da cadeia de mobilidade urbana no Brasil.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1- A matéria será apreciada pela CCJ e, posteriormente, pela CI, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AP. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero aproveitar também para parabenizar V. Exa.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei 743, de 2025, de autoria do meu querido amigo Senador Esperidião Amin, que propõe alterações em diversas leis para permitir e incentivar o uso de aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical, também conhecidas como eVTOLs, como meio de mobilidade urbana.

O projeto modifica a Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Diretrizes da Política Urbana), a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) e a Lei 10.636, de 30 de dezembro de 2002.

A proposta busca promover a base legal para a regulamentação e a implementação de políticas voltadas à mobilidade aérea urbana, com foco em tecnologias sustentáveis, prevendo a atuação da autoridade aeronáutica na definição de normas e incentivos, inclusive para instalação de vertiportos e operações com aeronaves autônomas.

A matéria foi distribuída a esta CAE, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em decisão terminativa, à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Então, compete à CAE, conforme o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros das proposições legislativas.

Do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, a proposta não apresenta vícios. A matéria trata de tema de competência legislativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal) e se insere na competência do Congresso Nacional (art. 48).

Quanto ao mérito, o projeto propõe inovações que permitem avanços na mobilidade urbana, promovendo a inserção de novas tecnologias e modais sustentáveis. A previsão legal para operação de aeronaves eVTOLs pode posicionar o Brasil como protagonista em um setor emergente da economia verde e digital, com potencial de geração de investimentos e empregos qualificados.

A proposição responde à tendência global de diversificação dos modais de transporte urbano com base em soluções sustentáveis. As aeronaves elétricas de decolagem e pouso verticais oferecem alternativas para a redução de congestionamentos, ampliam a conectividade em áreas metropolitanas e interligam diferentes modais de transporte de forma mais eficiente e rápida.

Destaca-se que o texto proposto atualiza diversos dispositivos legais para incorporar o conceito de mobilidade aérea avançada, incluindo a definição de vertiportos, a criação de corredores aéreos prioritários, o reconhecimento da operação com aeronaves autônomas e a compatibilização com o planejamento urbano. Ao reconhecer a necessidade de regulamentação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela autoridade de aviação civil, o projeto assegura flexibilidade para adaptação normativa à medida que a tecnologia e os modelos de negócio evoluam. Sob a perspectiva econômica, as alterações sugeridas favorecem a criação de um ambiente regulatório propício à inovação.

Ademais, o projeto valoriza soluções de menor impacto socioambiental, ao priorizar tecnologias que minimizem a emissão de poluentes e o ruído nas áreas urbanas, em linha com compromissos internacionais de sustentabilidade assumidos pelo Brasil.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 743, de 2025, e peço ao Senador Amin que a gente nomeie esse projeto de Flintstone.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

A votação, como disse, será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Lucas Barreto do projeto do Senador Esperidião Amin.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu queria só lembrar o item 2 da pauta. E o item 2 da pauta será o projeto que limita a dívida consolidada da União.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria apenas de agradecer a V. Exa., agradecer ao Senador Lucas Barreto e a todos os Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considero que este assunto é realmente moderno, atual e futurístico. Reconheço que deve haver, ao longo do debate, questões muito sérias, inclusive do ponto de vista financeiro, econômico, para serem debatidas, mas o eVTOL veio para ficar. E só trago aqui uma informação: não só o aeroporto de Congonhas, mas no aeroporto de Navegantes, em Santa Catarina, que é um aeroporto internacional, localizado, digamos, num *hub* industrial de produtos com valor agregado, nós já temos projetos em andamento para que veículos não tripulados, inclusive de decolagem e aterrissagem vertical, possam prestar serviços complementares, tanto no transporte de cargas quanto no transporte de passageiros.

Quem já andou em táxi não tripulado? O senhor já andou?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu já andei – a gente sente muito estranho, mas isso já existe.

E o veículo aéreo, no caso, não tripulado vai suceder ao helicóptero para, pelo menos inicialmente, missões limitadas. Mas imagine se, num aeroporto que está situado numa área superpopulosa, você puder fazer a entrega de mercadorias com menos de 50kg e a menos de 50km de distância através de um eVTOL. Então, vamos imaginar isso como não sendo para as próximas gerações: quem sabe se nós conseguimos assistir a essa cena? Eu tenho esse propósito. Mesmo tendo um pouco mais da idade do Senador Renan, eu acho que eu chego lá também. (*Risos.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu quero também agradecer a todos que lembraram aqui o meu aniversário, não é? Esses 70 anos me fazem olhar com mais afeto por todos esses anos que vivi e sobrevivi, pelas escolhas que fiz e pela honra de integrar este Congresso Nacional por quase 40 anos; pela honra de o povo de Alagoas ter me mandado seguidamente duas vezes para a Câmara Federal; pela honra também de o povo de Alagoas seguidamente ter me mandado, durante quatro vezes, para o Senado Federal; e pela honra, sobretudo, de, pela escolha dos meus companheiros aqui no Senado, ter presidido esta Casa do Congresso Nacional em quatro oportunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, sinceramente, agradeço muito a todos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Se me permite só uma frase...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É que às vezes a gente esquece a história, mas é só uma frase.

A política de salário mínimo de inflação mais PIB só existe porque V. Exa. disse para nós: "Olha, todo ano o debate do salário mínimo. Vamos formatar uma Comissão e viajar o país se necessário", e ali construímos uma política de inflação...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – "Vamos aprovar uma política de recuperação do poder de compra."

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Permanente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E aprovamos, né, Paim? E levamos ao Presidente da República essa política que reajusta o salário mínimo em função do crescimento da economia e da inflação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito. Parabéns a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Carlos Viana, Fernando Farias, Efraim Filho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Teresa Leitão, Paulo Paim, Ciro Nogueira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Beto Faro e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1952, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 9.249, de 1995, e da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para alterar a tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; estabelecer a incidência do Imposto sobre a Renda sobre lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, incluídas as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional; extinguir a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio; reduzir a alíquota do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica; e afastar a isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre ativos financeiros." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, acolhimento da Emenda nº 3, acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma do substitutivo apresentado; e pela rejeição da Emenda nº 2. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 8, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar n° 101, de 2000." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Oriovisto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guimarães (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4871, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1 – CTFC e às Emendas nº 2, 3 e 4. **Resultado:** Aprovado o relatório, favorável ao Projeto, e contrário às Emendas nºs 1 a 4. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar n° 143, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5771, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1087, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/23

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 23 de setembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Aviso SF250466348852 do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 2004/2025, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União no Processo TC 007.490/2024-0; e Aviso SF251307249108 do Tribunal de Contas da União, que também encaminha cópia do Acórdão 208/2025, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União no Processo TC 005.700/2024-8.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período. (*Pausa.*)

Há um pedido de inversão de pauta, e nós vamos proceder a ele. (*Pausa.*)

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Nós vamos começar pelo item 3 da pauta, porque o item nº 1 eu é que terei de relatar, e nós teremos que pedir a condução de um companheiro desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 4871, DE 2024

- Não terminativo -

Dispõe sobre os direitos da pessoa natural usuária de serviços financeiros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 1 – CTFC e às Emendas nº 2, 3 e 4.

Observações:

1- Em reunião realizada em 9/9/2025, foi concedida vista coletiva.

2- Em 10/9/2025, foi apresentada a emenda Nº 2, de autoria do Senador Alan Rick

3- Em 11/9/2025, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria da senadora Augusta Brito.

4- Em 16/9/2025, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do senador Jorge Seif.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Relator, o Senador Eduardo Braga. Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório já havia sido apresentado, como dito por V. Exa., há duas sessões da CAE, e houve pedido de vista coletiva. Na semana passada, em função de que eu estava terminando o relatório da reforma tributária, eu não tive condições de estar presente. Aí V. Exa. gentilmente permitiu que este projeto ficasse para esta sessão.

Então, como já relatei o principal, vou apenas para as emendas.

A Emenda nº 2, da CAE, de autoria do Senador Alan Rick, e a Emenda nº 3, da CAE, de autoria da Senadora Augusta Brito, apresentam, de forma semelhante à Emenda nº 1, da CTFC, proposta de acréscimo no texto do art. 4º do projeto, incluindo a expressão “nos termos do ato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Poder Executivo". Apesar da louvável intenção dos Parlamentares, é necessário rejeitar as referidas emendas. A inclusão da mencionada expressão poderia gerar uma limitação desnecessária ao projeto, ao objetivo do projeto, que busca garantir, de forma ampla, o direito inalienável da portabilidade automática de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares das pessoas naturais.

Ao condicionar a implementação aos termos de ato normativo do Poder Executivo, corre-se o risco de criar barreiras burocráticas ou regulamentações adicionais que, potencialmente, retardem ou restrinjam o exercício desse direito, desvirtuando o espírito da norma.

Além disso, o atual arcabouço jurídico já oferece os parâmetros necessários para assegurar a segurança jurídica e a implementação da portabilidade, sem a necessidade de um ato adicional do Poder Executivo.

E, Sr. Presidente, me permita aqui adicionar que, a propósito, nós estamos numa CPMI a respeito exatamente do que significa esse quase aprisionamento do detentor da conta bancária a uma determinada casa bancária. Veja o que estamos investigando nos empréstimos consignados na CPMI do INSS: lamentavelmente, em função de que o dono do dinheiro, o dono do salário é obrigado a ficar na casa bancária, sem poder ter o direito e a liberdade de portar o seu recurso, muitas vezes é obrigado a se submeter a empréstimos consignados nem sempre republicanos. Portanto, dar a liberdade, assegurar a liberdade é dar competitividade, é dar transparência, é dar a efetiva liberdade ao verdadeiro detentor do recurso, para que ele possa destiná-lo da forma mais competitiva que lhe aprouver, que lhe convier.

Assim, entendemos necessária a rejeição das referidas emendas por essas razões.

A Emenda nº 4, do Senador Jorge Seif, propõe aumentar para cinco dias úteis o prazo para as instituições financeiras acatarem a portabilidade salarial automática. O projeto de lei traz prazo de efetivação da portabilidade de dois dias úteis, aliando a infraestrutura já existente ao objetivo concorrencial da medida. Dessa forma, somos a favor de manter a redação original do projeto de lei, pois um prazo maior reintroduziria a fricção e postergaria um direito de escolha do cidadão usuário de serviços financeiros sem que haja ganho técnico.

Sr. Presidente, mais uma vez, agora, na reforma tributária, nós estamos implementando aquele que talvez seja o maior sistema de autopagamento, que será o *split payment*. E estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dando ao *split payment*, que será dez vezes maior do que o sistema PIX, por exemplo, o prazo de até três dias para ele fazer o crédito, o débito e o compartilhamento com as entidades federativas do recurso tributário de bens de consumo. Portanto, cinco dias úteis é um prazo que só aumentará o contencioso e a aflição e dificultará, mais uma vez, a liberdade ao verdadeiro detentor do recurso de poder manejar livremente o seu recurso para que ele possa obter melhores condições e aumentar a competitividade, a transparência e o controle sobre o seu próprio recurso.

O meu voto.

Portanto, em face das considerações, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.871, de 2024, na forma e nos termos do texto aprovado na Câmara dos Deputados e, no mérito, votamos por sua aprovação, com a rejeição da Emenda nº 1 – CTFC e das Emendas 2, 3 e 4 – CAE, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Braga.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas para apresentar requerimento de urgência para encaminhamento ao Plenário deste importante projeto, e agradecendo aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Braga.

As Senadoras e os Senadores que apoiam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Eu tenho a honra de convidar... Nós não temos ainda o Vice-Presidente eleito desta Comissão e de outras Comissões também. Como eu vou ter que relatar uma matéria, eu convido o Senador Rogério Carvalho para presidir a reunião. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Item 1:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1952, DE 2019

- Terminativo -

Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 9.249, de 1995, e da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para alterar a tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; estabelecer a incidência do Imposto sobre a Renda sobre lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, incluídas as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional; extinguir a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio; reduzir a alíquota do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica; e afastar a isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre ativos financeiros.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação do projeto, acolhimento da Emenda nº 3, acolhimento parcial da Emenda nº 1, na forma do substitutivo apresentado; e pela rejeição da Emenda nº 2.

Observações: *1. Foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 4, de autoria dos senadores Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru e Tereza Cristina.*

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o nosso relatório destaca inicialmente os principais pontos do Projeto de Lei 1.952, de 2019, de autoria do Senador Eduardo Braga, cujos objetivos eram reformar a tributação da renda no Brasil. Além disso, descreve a tramitação da matéria nesta Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto original previa a instituição de uma alíquota única no Imposto de Renda da Pessoa Física, com isenção para rendimentos até R$5 mil. Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, estabelecia a tributação de lucros e dividendos distribuídos, inclusive por optantes do Simples Nacional; previa igualmente a redução da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica em 2,5 pontos percentuais, com a mesma redução no adicional do imposto. Por fim, extinguiu a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio (JCP), e revogou benefícios fiscais incidentes sobre ativos financeiros.

De uma forma geral, o projeto do Senador Eduardo Braga apoiou-se em tendências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que apontam para a necessidade de aliviar a carga sobre rendimentos do trabalho e aumentar a tributação do capital, além da correção da defasagem da tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Como bem salientou o autor, Senador Eduardo Braga, a adoção de alíquota única no Imposto de Renda da Pessoa Física é considerada incompatível com o princípio constitucional da progressividade. Ele também apontou a inconveniência da extinção de dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio, por prejudicar a neutralidade entre financiamento por dívida e por capital próprio.

Essa é, portanto, Srs. Senadores, uma breve síntese do original do projeto do Senador Eduardo Braga, que se encontra nesta Comissão e agora sob a nossa relatoria. É que lá atrás, quando presidia esta Comissão o Senador Vanderlan, ele avocou para relatar a matéria, mas o Senador Vanderlan, inclusive, está de férias, e eu repeti o gesto dele, avocando para relatar esta matéria, que, portanto, é anterior à própria matéria do Governo, já que ela tramita nesta Comissão desde 2019.

É importante lembrar aqui que o Governo enviou à Câmara dos Deputados, ainda em março deste ano, o Projeto de Lei 1.087, de 2025, que trata da isenção do Imposto de Renda para quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganha até R$5 mil. Até o presente momento, a matéria aguarda decisão para ser pautada no Plenário daquela Casa, da Câmara dos Deputados, gerando expectativas negativas quanto à tramitação deste tema, que é de grande relevância para a correção de injustiças tributárias com as pessoas de menor renda.

É neste calendário que trazemos à apreciação do Senado Federal, na nossa emenda aqui, da Comissão de Assuntos Econômicos, um conjunto de medidas que expressam a concepção original do Projeto 1.087, de 2025, do Executivo, e que passamos a comentar na sequência.

No campo do Imposto de Renda da Pessoa Física, mantivemos os redutores para rendimentos mais baixos, de forma que as rendas mensais de até R$5 mil tenham isenção integral e as rendas entre R$5.001 e R$7.350 contem com redução decrescente do Imposto de Renda, corrigindo a defasagem da tabela. Por que nós acolhemos, Senador Eduardo Braga, essa alteração? Porque sem dúvida nenhuma essa alteração é um avanço que foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que eleva, com gradações, até R$7.350.

Quanto aos lucros e dividendos, nós mantivemos a isenção para valores de até R$50 mil mensais, recebidos por pessoas físicas residentes no Brasil, com retenção de 10% na fonte sobre os montantes que excederem esse limite. Dividendos remetidos ao exterior passarão a ser tributados à alíquota de 10%. Isso está contido no Projeto de Lei 1.087.

A emenda da CAE também, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, instituiu o Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo, aplicável às rendas acima de R$600 mil – isso também está contido no projeto. A alíquota varia de forma progressiva de 0% até 10%, alcançando o teto para rendas superiores a R$1,2 milhão anuais. A medida busca corrigir a regressividade do sistema atual, garantindo que os contribuintes de maior capacidade econômica contribuam de forma proporcional.

Para preservar a neutralidade e a segurança jurídica, a emenda apresentada por este Relator, ainda nos moldes da proposta do Poder Executivo, prevê um redutor que limita a carga global sobre lucros distribuídos, de acordo com o setor, evitando a sobreposição de tributos.

Trouxemos também uma importante inovação em relação ao projeto do Governo, que se encontra na Câmara dos Deputados, que ora submetemos às Senadoras e aos Senadores. Nossa emenda, portanto, a emenda desta Comissão de Assuntos Econômicos, institui – isso é uma coisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente nova – o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda), que foi um projeto aprovado em 2017, permitindo a adesão dos contribuintes com rendimentos mensais de até R$5 mil. Ou seja, os contribuintes de até R$5 mil que estão devendo à Receita Federal poderão fazer um refinanciamento dessas dívidas para, portanto, ficarem aptos à participação do próprio mercado. Seria um Refis específico para os devedores de até R$5 mil com a Receita Federal. Com isso, nós vamos permitir o parcelamento, com valor mínimo de R$200 por parcela, de débitos tributários e não tributários, inclusive aqueles em discussão administrativa ou judicial. Além de facilitar a reintegração de contribuintes vulneráveis ao sistema formal, a medida contribui para reduzir a litigiosidade e aumentar a eficiência arrecadatória.

Como se sabe, já tivemos no passado – e queria repetir – o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), criado pela Lei 13.496, de outubro de 2017, que permitiu a renegociação dos débitos de natureza tributária e não tributária, abrangendo as pessoas físicas e jurídicas.

Aqui repetimos: o Pert só abrange as pessoas físicas com renda de até R$5 mil.

Em síntese, o substitutivo buscou conjugar justiça social, progressividade, segurança jurídica e responsabilidade fiscal, ao mesmo tempo em que alinha o sistema tributário brasileiro às melhores práticas internacionais.

Além disso, nós estamos buscando uma compensação para as perdas, se houver, de estados e municípios.

Se a receita for negativa, é preciso, do imposto específico de renda, encontrar uma maneira de compensar as perdas de estados e municípios, porque essa parte do Imposto de Renda que é recolhido a estados e municípios, entra como receita própria desses entes federativos. E nós estamos acolhendo em parte uma emenda do Senador Kajuru.

Recebemos duas outras emendas, uma da Senadora Tereza Cristina e outra do Senador Mecias de Jesus. Ambas têm o mesmo conteúdo. Elas tratam de retirar da base de cálculo do Imposto de Renda, do mínimo, os instrumentos financeiros, letras hipotecárias, letras de crédito imobiliário, LCI, LCA. Nós não estamos acolhendo a emenda, porque essa matéria não é pertinente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à reforma do Imposto de Renda da Pessoa Física. Essa matéria é uma matéria que está contida nas fontes e compensações à Medida Provisória 1.303.

De modo que passamos ao voto.

Se me permitirem, deixe-me pegar aqui.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.952, de 2019, da Emenda nº 3-CAE; parcialmente, da Emenda nº 1-CAE, na forma da emenda substitutiva a seguir; e pela rejeição das Emendas 2, 4 e 5, que foram as emendas recebidas agora, da Comissão de Assuntos Econômicos.

O projeto de lei altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual, a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, o Novo Programa de Regularização Tributária (Novo-Pert), para quem ganha até R$5 mil por mês e dá outras providências.

O art. 1º trata das disposições preliminares. Estabelece que esta lei altera a legislação do Imposto de Renda, sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e tributação mínima para pessoas físicas, que auferem altas rendas e institui o programa de regularização tributária para pessoas físicas de baixa renda (Pert-Baixa Renda), e dá outras providências.

O Capítulo II trata das alterações na legislação do imposto sobre a renda das pessoas físicas. O artigo... (*Pausa.*)

E o Capítulo III, capítulo final, trata do Programa de Regularização Tributária para Pessoa Física de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda).

Esse é o voto que trago à consideração da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal nesta oportunidade, como Relator desta importante proposta apresentada pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, eu vou pedir vista desse projeto, tá? Só para ficar registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Concedo vista coletiva.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga, não para discutir, mas para fazer sua manifestação, porque foi dado...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Eduardo, eu não vejo por que a gente protelar mais isso.

Senador Izalci, isso aí é para ajudar trabalhadores de até R$5 mil. V. Exa., sistematicamente, tem pedido vista de projetos que ajudam a população e que o senhor acha que ajuda o Governo. É um projeto que está aqui há seis anos, de que todo mundo tem conhecimento. Se houve algumas mudanças, Senador Izalci...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Presidente, é direito do Senador pedir vista ou não?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E não é direito eu falar o que eu quero aqui, Ciro?

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – É verdade.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Então, eu falo o que eu quero.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - PI) – Claro.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é você que vai dizer o que eu devo falar ou não aqui, nem você, nem ninguém.

Até porque eu queria questionar V. Exa., porque você está dando um refis de até R$5 mil. Por que não a gente também chegar até R$7,5 mil? Se o senhor puder estudar uma forma de fazer um refis para até R$7,5 mil, que não é um bom salário, é bem menor do que aquilo que um Senador da República ou um Deputado Federal ganha, é bem menor, e do que as vantagens nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que temos aqui, as prerrogativas que nós temos aqui – e querem acabar com as prerrogativas, você está me entendendo? –, e querem dar mais prerrogativa ainda para Parlamentar.

Em cima disso, Senador, eu pediria para o Senador Izalci, se pudesse, devolver amanhã, para a gente fazer uma reunião extraordinária só para votar essa questão imediatamente, para não esperar mais – para não esperar mais.

Dê vista por 24 horas, Presidente, para devolver amanhã e, amanhã de manhã, cedinho, a gente se reuniria e aprovaria, porque isso está lá na Câmara, adormecido.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Só um minutinho. Eu queria...

A vista vai ser concedida por 24 horas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Independente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu vou passar para V. Exa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas antes de V. Exa. falar, de tomar uma decisão, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Primeiro, é o seguinte: é lamentável a forma como o Senador Omar o diz, porque dessa matéria, por mais que o projeto seja antigo, o relatório chegou agora, e com muitas mudanças – não são poucas as mudanças, são muitas as mudanças.

A questão tributária no Brasil é complexa. A reforma tributária, que ainda está indo para o Plenário, ficou 30 anos em discussão. Agora nós conseguimos, espero que consigamos votar isso no Plenário. Nós temos uma medida provisória tramitando sobre essas matérias. Agora chega esse daqui. A gente tem que ler pelo menos o que se vota aqui. Isso aqui afeta diretamente – eu sei que melhora muito para quem ganha pouco –, a economia como um todo, investimento, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

série de coisas. Aqui se fala de capital próprio, tributação de dividendos, tem uma série de coisas aqui que tem que ser avaliada. Agora, tem um projeto tramitando na Câmara, tem a medida provisória, tem a reforma tributária, e agora chega esse projeto hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Não, não, esse projeto é de dois mil e...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, o projeto é, mas o relatório é novo, é agora, foi apresentado hoje. Então, não tem sentido uma matéria de tamanho e importância querer votar isso em 24 horas, é realmente falta de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – A Senadora Teresa pediu a palavra, mas antes dela eu queria dizer a V. Exa. que... O Senador Alessandro Vieira e a Senadora Augusta Brito. Mas antes de passar a palavra para V. Exas., eu quero dizer que o Senador Renan, na semana passada, informou que pautaria este projeto para esta sessão, e esse tema vem sendo discutido há alguns meses na Câmara dos Deputados, mas, de qualquer forma, eu já quero, Sr. Presidente, antes de passar a palavra para os Senadores, eu quero já dar vista coletiva e convocar uma reunião para amanhã às 11h da manhã.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, tem CCJ amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Vinte e quatro horas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vamos usar o bom senso, uma matéria complexa como essa.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – A CCJ é pela manhã, até 11h, 11h a gente marca esta reunião, o.k.?

Com a palavra a Senadora Teresa Leitão.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Pode ser que eu não esteja presente na reunião de amanhã, mas eu gostaria de fazer uma observação, muito mais de mérito político do que de detalhes do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o autor, Senador Eduardo Braga, o Relator, Senador Renan Calheiros, e destacar um aspecto nesta proposta que está sendo muito usado no debate sobre a reforma tributária. E algumas pessoas até perguntam: "Mas como é que isso vai se materializar?" Aqui está muito claro, é o conceito de justiça tributária. Porque a gente só ouve o povo dizer que aqui no Brasil se paga muito imposto. Tem muitas controvérsias em relação a isso, mas virou senso comum. "O Brasil cobra muito imposto, o Brasil cobra muito imposto", é só isso que a gente ouve.

Este projeto aqui deixa muito nítido e demarcado o conceito de justiça tributária. Vejam os senhores e as senhoras, quando o projeto diz que o alívio na tributação, Senador Presidente, corresponde a praticamente um 14º salário para quem vai ser beneficiado. O desconto parcial do Imposto de Renda atinge 10 milhões de brasileiros. Essa isenção, Senador Relator, atingirá 10 milhões de brasileiros.

Aí a gente vem para outro lado, que é o lado daquelas rendas superiores a 1,2 milhão que passarão a ser tributadas na alíquota de 10%. Isso vai atingir apenas 141 mil contribuintes. É uma justiça ainda não muito equilibrada, mas já é um passo importante, Senador Veneziano – e 141 mil pessoas que detém, portanto, um bolo maior de rendimentos, de lucros, de tudo mais, vão contribuir com 10 milhões de pessoas que serão isentas. É um passo muito importante, Senador, e é assim que a gente começa um trabalho que será aperfeiçoado com outras medidas da justiça tributária no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para discutir.) – Bem, Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o nosso Relator, Senador Renan Calheiros, porque este projeto, efetivamente – e eu queria chamar a atenção dos colegas Senadores e Senadoras e do público em geral –, está nesta Comissão, Sr. Presidente, desde 2019; portanto, esse projeto não foi apresentado em função da medida provisória que foi apresentada pelo Governo Federal. Em 2019, nós já tínhamos uma posição, não só o Senador Eduardo Braga, mas também o nosso partido já tinha uma posição de que o Imposto de Renda havia se transformado num imposto sobre salário, e não um imposto sobre renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O principal mérito deste projeto é exatamente restabelecer a finalidade originária do Imposto de Renda, que é tributar a renda em detrimento do salário, tanto é assim que este projeto, originalmente – e eu entendo as razões pelas quais o nosso Relator fez avanços em umas áreas e nesta área ele resolveu adotar cautela –, neste projeto, nós chegamos ao ponto de inovar com uma redução de imposto sobre a pessoa jurídica e a implementação de imposto sobre dividendo. Por quê, Sr. Presidente? Porque lá atrás, quando houve a decisão de isentar os dividendos do imposto, foi sob a argumentação da bitributação. Por quê? Porque, ao tributarmos o lucro líquido das empresas, nós estamos também tributando o dividendo na origem. É como se fosse uma substituição tributária do pagamento do Imposto de Renda: como se, em vez de ser na pessoa física, fosse na pessoa jurídica. Por isso, lá atrás, numa reforma tributária em regime de exceção – que não foi em regime democrático –, nós tomamos a decisão de isentar a distribuição dos dividendos, para evitar a bitributação.

Este projeto estabeleceu novamente um regramento de estimular a produção e aumentar a competitividade das nossas empresas, reduzindo a carga tributária sobre a pessoa jurídica e voltando com a carga tributária para a distribuição de dividendo, numa clara e nítida explicação de que não haveria mais a bitributação. Por quê? Porque estávamos reduzindo a carga tributária sobre a empresa, o CNPJ, a pessoa jurídica, o produtor.

A outra questão que me parece importante destacar, que aqui é uma inovação trazida pelo Sr. Relator, é que, se nós isentamos a faixa até R$5 mil de Imposto de Renda, não é justo pegar a dívida tributária que está na dívida ativa da pessoa física até R$5 mil e não conceder a ela mecanismos especiais para que possa ficar adimplente junto ao Fisco.

Aí cria-se a inovação de um Refis especial para aqueles que tenham passivo tributário até R$5 mil, tendo em vista a isenção na regra normativa, a partir de agora e doravante, com a aprovação do projeto.

Inova o Senador Omar ao propor verbalmente ao Relator que estenda esse benefício até R$7,5 mil. Eu diria que, por justiça tributária, estenda, mas com taxações diferenciadas para que se mantenha a equidade da justeza da medida e da proporcionalidade, para que não haja nenhuma alegação de perda arrecadatória por parte do Governo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, veja, eu quero aqui destacar que muitas vezes o Senado da República perde o *timing* de matérias que são extremamente relevantes e que simplesmente o faz por falta de uma decisão política. Esta matéria está há seis anos tramitando na CAE. E, graças à coragem do eminente Relator, Senador Renan Calheiros, esta matéria pôde ser relatada e apresentada num momento extremamente importante.

Eu pergunto aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que estão aqui e pergunto ao público: sabe o que significa desonerar o Imposto de Renda até R$5 mil? É simplesmente estabelecer o 14º salário para quem ganha até R$5 mil. O povo do Amazonas, mais de 135 mil trabalhadores que trabalham no distrito industrial, no chão de fábrica, não ganha acima de 5 mil – pouquíssimos ganham acima de R$5 mil. Significará, para esse trabalhador de chão de fábrica, um 14º salário, ou seja, isso tem impacto positivo no consumo, isso tem impacto positivo na indústria, isso tem impacto positivo na redução da inadimplência e do crédito, isso tem impacto positivo na macroeconomia do país.

Portanto, eu quero aqui cumprimentar o Senador Renan Calheiros pela iniciativa, pela coragem. Creio que nós podemos dar ainda passos mais ousados.

Sobre essa questão dos juros sobre capital próprio, essa questão do dividendo, essa questão do Imposto de Renda sobre a pessoa jurídica e essa questão do gasto tributário, que é uma outra questão abordada, o Senado já deliberou sobre isso. Há um projeto de lei de autoria do Senador Esperidião Amin, que estava aqui, relatado pelo Senador Oriovisto, que estava aqui, que foi aprovado, tratando das matérias de benefícios fiscais infraconstitucionais. Nós aprovamos e estabelecemos revisão quinquenal.

Aliás, este aspecto da revisão quinquenal aprovada neste PLP foi que inspirou este Relator a estabelecer a revisão quinquenal dos benefícios da reforma tributária; ou seja, aqueles que têm alíquota diferenciada na reforma tributária terão revisão quinquenal para que nós possamos avaliar a qualidade do gasto tributário, que é outra inovação necessária para um país que se diz moderno, que se pretende moderno, que é uma das dez maiores economias do mundo e que não pode chegar aos números a que nós estamos chegando, de renúncias tributárias infraconstitucionais, sem que a sociedade tenha uma avaliação sobre tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, apenas para cumprimentar o eminente Relator e dizer que, no dia de hoje, a Comissão de Assuntos Econômicos dá um passo importantíssimo, até para que se movam as peças no tabuleiro de xadrez, no sentido de que um benefício tão importante para os assalariados possa ser efetivamente aprovado pelo Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Antes de passar a palavra ao Senador Alessandro Vieira, eu queria registrar que a redução ou a isenção do Imposto de Renda até R$5 mil foi promessa de campanha do Governo que se encerrou em dezembro de 2022 e que não aprovou nenhuma medida no sentido de garanti-la. Portanto, corresponde à data do início do projeto de lei – é importante essa cronologia. V. Exa. fez, inclusive, de acordo com o que estava sendo debatido na sociedade. Agora, felizmente, o Presidente Lula manda um projeto de lei para a Câmara com urgência constitucional para isentar quem ganha até R$5 mil. E a CAE, através do nosso Presidente Renan Calheiros, pauta e relata no dia de hoje esse projeto de extrema relevância.

Acho que, para todos nós que somos do Nordeste e do Norte do Brasil, essa isenção, isso vai representar um 14º salário para mais de 95% dos trabalhadores assalariados dessas duas regiões que têm uma renda menor.

Portanto, além do que já foi dito pela Senadora Teresa Leitão, pelo Senador Eduardo Braga, pelo Senador Renan Calheiros – e tenho certeza de que por todos –, há os benefícios que isso vai trazer para a economia.

A gente vai dar um passo fundamental na justiça tributária, que vem com a reforma tributária, e agora o primeiro passo da reforma sobre a renda dos assalariados basicamente.

Eu queria cumprimentá-lo e quero também frisar, Senador, já passando para V. Exa., que, nesta semana, o Senado pautou – aqui na CAE; amanhã, na CCJ; no Plenário do Senado, hoje e amanhã – matérias de interesse do Brasil, de interesse do povo brasileiro. Então, a nossa Casa está muito bem colocada neste momento em que a sociedade reivindica que esta Casa trabalhe para o Brasil e para os brasileiros.

Com a palavra, o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de qualquer coisa, registro os elogios ao Senador Renan Calheiros.

Renan compreendeu perfeitamente – e não é surpresa, pela experiência que tem – a importância do momento que vivemos no Brasil. É preciso desarmar armadilhas artificiais que paralisam este país. A polarização que emburrece a nação faz com que se tenha um escudo para a preguiça, para a incompetência e para a extorsão. O uso de bloqueio de pautas que são fundamentais para o país para ter proveito pessoal é prática useiro e vezeiro, infelizmente, nesta nação. E ter o contraponto do Senado, ter a capacidade de construção técnica de textos, de relatórios que efetivamente dialoguem com aquilo que é bom para o país, sinaliza uma esperança na nossa democracia. Eu fico muito feliz com este momento e faço questão de fazer um registro técnico do que foi feito aqui, porque foi feito com muita habilidade, e isso merece o nosso registro.

Esse relatório, Sr. Presidente, dialoga com o que há de mais moderno nas práticas internacionais tributárias. Ele garante segurança jurídica, ele fortalece a confiança da sociedade no sistema tributário, é um passo decisivo para um Brasil mais justo, competitivo e socialmente equilibrado. Não há dúvida. O parecer de V. Exa. ainda teve a sensibilidade federativa de reconhecer que nós não podemos fazer aqui em Brasília mudanças que afetem a vida financeira e orçamentária de municípios e estados. E o senhor faz o ajuste com equilíbrio e perfeição. O senhor preserva a capacidade de investimento ao preservar a possibilidade da dedutibilidade de juros sobre capital próprio. E, ao mesmo tempo, garante essa coisa da justiça tributária, que buscamos há décadas. É pauta eterna brasileira. Eternamente no Brasil o pobre paga mais imposto que o rico. E aqui se dá um passo consistente para mudar isso.

Mas me somo, Sr. Presidente, Relator, à sugestão do Senador Omar Aziz. De fato, é bastante razoável estender a possibilidade do refinanciamento também à faixa de 7,5 mil, com a devida proporcionalidade.

E antecipo, Sr. Presidente, porque tenho compromisso externo já por conta da pauta da CCJ de amanhã, os meus elogios também para o PRS nº 8, a resolução que estabelece limites globais para o montante da dívida consolidada da União, outra iniciativa que V. Exa. capitaneia aqui no Senado fundamental, porque, ao se estabelecer esse limite, se estabelece a salvaguarda da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confiabilidade da economia brasileira, porque também ela, a economia brasileira, é vítima dessa mesma composição: extorsão, protelação eleitoreira, especulação no mercado.

Quando passarmos a ter regras objetivas – e o Senador Oriovisto, que é um craque na matéria, fez muito bem o seu trabalho –, seguramente nós teremos mais confiança e, por consequência direta e imediata, juros mais baixos. A taxa de juros que temos hoje no Brasil não tem base em dados reais. Ela é baseada na desconfiança do mercado, e a iniciativa de V. Exa. vai diretamente no sentido de resgatar essa confiança, sem ferir a capacidade de investimento do Governo, sem ferir a autonomia de Poderes, apenas exercendo aquilo que a legislação prevê e resgatando a dívida do Senado, que já guarda, se eu não estou enganado, 35 anos ou coisa parecida.

Parabéns, Senadores. Espero que, no dia de amanhã, após a vista, a gente possa ter aprovação por unanimidade desses temas.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Com a palavra a Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

De uma forma rápida, eu quero parabenizar tanto o autor, o nosso Senador Eduardo Braga, como especialmente também o Relator, por ter pautado... Eu diria, depois de tantas falas aqui que já me antecederam, que não se fala só de um ajuste tributário, uma justiça tributária, mas se fala aqui de justiça social, quando a gente está exatamente fazendo o que é o nosso papel, o nosso dever aqui do Senado Federal.

Eu quero relembrar que é promessa do nosso Presidente Lula, foi promessa de campanha desde 2018 já com o candidato da época Haddad e foi promessa também depois do Haddad. Eu quero aqui só registrar, fazer uma historinha aqui, que o nosso querido Rogério fez. O Presidente da época, que foi eleito depois de Haddad, fez também fazer parte do seu programa de governo, também botou, mas não conseguiu implementar.

Eu acredito que já passou da hora de a gente fazer realmente esta justiça tributária, que é uma justiça social: isentar todas as pessoas que ganham até R$5 mil. Eu digo que é exatamente o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai repercutir... Eu não diria que só no Nordeste, mas eu acredito que no país como um todo, mas especialmente no Nordeste, isso vai fazer uma diferença muito grande, com tudo que vem beneficiando aí.

É de uma forma responsável que o Senado pauta matérias que realmente vão fazer diferença na vida das pessoas. E é isto que as pessoas, que o Brasil espera do Senado Federal: que pautas importantes como esta que está sendo pautada aqui, que espero eu seja votada amanhã também pela sua... Eu diria assim: não tem urgência sobre isso quem não está pagando e não quem vai deixar de ganhar o seu 14º salário, o que vai fazer a diferença verdadeiramente no que ele vai botar no prato da comida do povo brasileiro, que é a grande maioria. Então, justiça tributária, justiça social precisa ser feita agora.

Eu parabenizo aqui a forma como está sendo conduzida no Senado Federal, parabenizando aqui o nosso Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não havendo mais inscritos, fica suspensa a discussão, que será retomada na sessão de amanhã às 11h.

Os outros itens da pauta foram retirados.

Portanto, aqui com a aquiescência do Presidente titular, o chefe da Comissão, fica encerrada a sessão.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Teresa Leitão, Paulo Paim, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Irajá, Rogerio Marinho, Leila Barros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1952, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 9.249, de 1995, e da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para alterar a tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; estabelecer a incidência do Imposto sobre a Renda sobre lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, incluídas as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional; extinguir a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio; reduzir a alíquota do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica; e afastar a isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre ativos financeiros." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, acolhimento parcial da Emenda nº 1, acolhimento das Emendas nºs 3 e 7, na forma do substitutivo que apresenta; e pela rejeição das demais emendas. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de setembro de 2025.

Antes de iniciarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 25ª Reunião, realizada em 23/09/2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1952, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera as Leis nos 11.482, de 31 de maio de 2007, e 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 9.249, de 1995, e da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, para alterar a tabela progressiva do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; estabelecer a incidência do Imposto sobre a Renda sobre lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, incluídas as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional; extinguir a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio; reduzir a alíquota do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica; e afastar a isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre ativos financeiros.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: Pela aprovação do projeto, acolhimento parcial da Emenda nº 1, acolhimento das Emendas nºs 3 e 7, na forma do substitutivo que apresenta; e pela rejeição das demais emendas.

Observações:

1. Em 23/9/2025, foi concedida vista coletiva da matéria por 24 horas.

2. Foram apresentadas as Emendas nºs 1 a 10, de autoria dos senadores Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Jorge Kajuru, Tereza Cristina, Mecias de Jesus, Izalci Lucas e Angelo Coronel.

Leitura e discussão.

Com a palavra o Relator, Senador Renan Calheiros, para se manifestar acerca das novas emendas.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Pela ordem, apenas para fazer aqui um apelo a V. Exa. e ao Relator, para que a gente possa, logo após a leitura do parecer do eminente Relator, abrir o painel para votação, tendo em vista que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos hoje na Casa vários compromissos acontecendo simultaneamente, não só na CCJ, como aqui na CAE e em outras Comissões, e com matérias extremamente importantes para o país.

E aproveito, inclusive, a oportunidade para mais uma vez parabenizar a Comissão de Assuntos Econômicos na figura do Presidente Renan Calheiros, porque, ao estabelecer prioridade para este projeto que está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos desde 2019... É importante estabelecer que este projeto está tramitando na Comissão desde 2019. Não se trata, portanto, de um projeto que foi apresentado, na semana passada, ou no mês passado, ou no mês retrasado. Foi apresentado em 2019, já preocupado com a questão da correção dos rumos da tabela do Imposto de Renda e da política de cobrança de Imposto sobre a Renda e não sobre o salário, e tendo em vista, inclusive, declarações que tentaram desvirtuar o mérito e a ação meritória da Comissão de Assuntos Econômicos em debater um tema de relevante importância.

Tanto é assim que nós já estamos vendo movimentos da Câmara dos Deputados no sentido de também acelerar a votação do projeto de lei que está com regime de urgência naquela Casa. E, se não fosse a iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, nós talvez não estivéssemos vendo finalmente a realização de um direito do povo brasileiro e do trabalhador brasileiro ser conquistado, já que foi manifestada a posição, publicamente, não só do Executivo, mas de boa parte do Parlamento brasileiro.

Portanto, se pudesse, logo após a leitura complementar do adendo do relatório por parte do eminente Relator, Senador Renan Calheiros, V. Exa. abrir o painel de votação, independentemente da manutenção da discussão e da defesa das matérias, seria bastante importante, em função das questões que estão acontecendo no dia de hoje.

Eu mesmo terei que relatar no Plenário a reforma tributária, que recebeu mais de 150 emendas de Plenário, que eu estou tendo que relatar até as 16h.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eram 149, e apareceu uma a mais.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Primeiro, Presidente, eu quero aqui, tendo em vista a fala ontem do Senador Omar Aziz, que deu de certa forma um reflexo na imprensa muito ruim, como se eu tivesse aqui postergando uma coisa a que eu sou totalmente favorável: a questão do Imposto de Renda...

O Senador Eduardo Braga colocou muito bem: o projeto é de 2019, mas houve sérias modificações e boas modificações pelo Relator. E parabenizo o Relator, que, inclusive, colocou novidades aqui do Pert, a questão do parcelamento; achei muito interessante e tal. Então, é para dizer isso: se fossem R$10 mil aqui, eu aprovaria o valor.

Agora, a gente pediu esse tempo, Presidente, para aperfeiçoar. Eu vou dar só um exemplo. Eu vou dar só um exemplo, da Emenda nº 8, que é a questão do Prouni – e vou pedir ao Relator, conversei já com o Relator... Como é que funciona o Prouni hoje? O Prouni já concede as bolsas no percentual mínimo de 34%. Inclusive, se ele não completar, ele tem que pagar em dinheiro. Então, como tem uma limitação no projeto de que o máximo é 34, não tem sentido – se ele já paga 34 – ter que cobrar os dividendos. Por isso que eu pedi a V. Exa. o acatamento da Emenda nº 8, do Prouni.

Parabenizo mais uma vez. De fato, o Senador Eduardo tem razão, já foi anunciada lá na Câmara a votação acho que dia 1º, se não me engano. Então, graças realmente à iniciativa de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Eles anunciam todas elas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, mas eu acho que a resposta aqui do Senado foi interessante.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Agradeço ao Relator.

Com a com a palavra o Senador Esperidião Amin, para que a gente possa abrir para o Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Senador Renan Calheiros, o senhor não vai ficar chateado com a frase que eu vou usar. Mas essa do dia 1º, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei se em Arapiraca se usa essa expressão, mas nas Alagoas eu sei que usam: mutuca tira boi do mato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Essa não é uma mutuca, é uma mosca mais forte.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mais forte do que mutuca?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mais e mais poderosa, porque tirou do mato com data. (*Risos.*)

Deu para entender? Mutuca tira boi do mato, todo mundo sabe o que quer dizer, né? Uma mosquinha desse tamanho tira um boi, um bicho de uma tonelada correndo. Nesse caso, já valeu. Mutuca tirou o boi do mato. Já tem data para votar a peça legislativa lá da Câmara.

Mas a razão do meu pedido, estou apresentando uma emenda. Pelo Regimento, pelo que eu sei, enquanto houver a leitura do relatório, eu posso apresentar. Então, muito brevemente, eu quero pedir a sua simpatia para o seguinte: uma barbaridade. Vou dar um exemplo concreto sobre Imposto de Renda – é um caso concreto, já dei até o nome da pessoa e os detalhes. Funcionário da Petrobras, R$20 mil de aposentadoria, é uma aposentadoria, portanto, acima...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Robusta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... acima da média. Ele tem que recolher mensalmente R$5.032 para compensar os maus negócios do falecido, ou seja, os maus negócios feitos pelo gestor do Petros, do fundo de pensão. Ele paga, portanto, Imposto de Renda sobre a faixa salarial de 15 a 20 mil – paga Imposto de Renda sobre isso – e devolve 5 mil bruto, aliás, líquido. Nós não podemos deixar de tentar acolher esse tipo de situação, no momento que nós estamos tratando de Imposto de Renda também.

Então, este é o teor da emenda. Não quero sua aprovação, quero que o senhor compreenda a tempestividade. Isto já é objeto de um projeto de lei que está na CAS, 1.739. O Relator é o Senador Humberto Costa. Eu tenho clamado para que ele apresente o relatório; a Fazenda está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com dificuldade. Então, eu queria que pelo menos esse assunto fosse apreciado, só isso. Já antecipo qual é o teor, e a justificativa eu acho que é bem compreensível, porque isso é um assunto que afeta mais de 200 mil famílias, não é só na Fundação Petros.

Tal ocorre em outros fundos de previdência privada. Eu repito, esse cidadão, quando entrou na Petrobras, foi compelido a contribuir para o Petros, para o fundo Petros. E tem hoje a sua aposentadoria decepada em 25% do bruto e paga Imposto de Renda sobre o que ele devolve para compensar os prejuízos da gestão da fundação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu vou passar... Com a palavra o Relator, Senador Renan Calheiros, para se manifestar acerca das novas emendas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, um resumo, uma síntese da proposta apresentada pelo Senador Eduardo Braga desde 2019. O projeto do Senador previa alíquota única, tratava da isenção do pagamento de Imposto de Renda até R$5 mil, estabelecia tributação de lucros e dividendos, extinguia a dedutibilidade dos juros sobre capital próprio e revogava benefícios fiscais incidentes sobre ativos financeiros.

Já disse e queria repetir: de uma forma geral, o Senador Eduardo Braga apoiou-se estritamente em tendências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que aponta para a necessidade de aliviar a carga sobre rendimentos do trabalho e aumentar a tributação do capital, além da correção evidentemente da defasagem da tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Como bem salientou o Senador Eduardo Braga, autor da proposta, a adoção de alíquota única no Imposto de Renda da Pessoa Física é considerada incompatível com o princípio constitucional da progressividade.

É importante lembrar aqui que o Governo Federal enviou à Câmara dos Deputados, ainda em março deste ano, o Projeto de Lei 10.087, de 2025, que trata da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil. Até o presente momento, a matéria aguarda decisão para ser pautada no Plenário da Câmara dos Deputados, gerando expectativas negativas quanto à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitação deste tema, que é de grande relevância para a correção de injustiças tributárias com as pessoas de menor renda.

Há pouco, o Senador Esperidião Amin lembrou que mutuca tira boi do mato, e a tramitação e discussão dessa matéria aqui já realmente tirou o boi do mato, porque eles estão, mais uma vez, anunciando a votação para a próxima semana.

O importante, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, não é votar; o fundamental é o que vão votar. Eu sou Presidente de uma Comissão Mista do Congresso Nacional que aprecia a Medida Provisória 1.303, que foi editada em compensação às perdas com o IOF. E essa medida provisória apresenta um elenco de corte de despesas e apresenta um elenco de fontes e compensações.

Em seguidas entrevistas, o Relator do projeto de lei que o Presidente Lula mandou para a Câmara dos Deputados – seguidas entrevistas, inclusive repetidas ontem – tenta, no seu parecer, blindar a elevação da alíquota das *bets*, que não está contida no projeto do Presidente, mas está contida na Medida Provisória 1.303, com o argumento de que não se deve aumentar a alíquota de 8% para 12% das *bets*, porque a metade das *bets* estão na clandestinidade e não pagam imposto. Então, em vez de aumentar, precisaria cobrar imposto de quem está na ilegalidade. E, com isso, tenta blindar a elevação da alíquota.

Blinda também a tributação de remessas de lucros e dividendos para o exterior; blinda os fundos isentos de debêntures de infraestrutura, que estão também na medida provisória e não no projeto do Governo; retira da tributação as pessoas que percebem maiores salários e maiores dividendos, o que arranca a justiça tributária do projeto do Presidente; e outras inovações mais, que o Relator diz que vai resolver com o Plenário da Câmara dos Deputados, porque ele tem uma posição contrária, evidentemente contrária; sem falar que este projeto já foi vinculado à necessidade preliminar de se votar a PEC da blindagem e se votar também o projeto de lei da anistia, para os quais foram votadas urgências no Plenário daquela Casa do Congresso Nacional.

Agora, em reunião...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Senador Amin está me perguntando quem é o Relator, e eu falei que não sabia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É um projeto de lei de conversão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É um projeto de lei de conversão – de conversão.

Agora, ontem, em reunião que ocorreu no gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados, com a presença dos Líderes partidários, setores do centrão – e não foi o centrão como um todo – passam a defender a vigência da isenção do Imposto de Renda apenas para janeiro de 2027, com o argumento de que, se valesse em janeiro de 2026, isso teria, sem dúvida nenhuma, uma conotação político-eleitoral e influiria no resultado das eleições, como se a isenção de quem ganha até R$5 mil por mês pudesse esperar dois anos para entrar em vigor.

Então, Sr. Presidente, nós trouxemos uma importante inovação em relação ao projeto do Governo, que se encontra na Câmara dos Deputados, porque nós instituímos o Programa de Regularização Tributária para Pessoas Físicas de Baixa Renda (Pert-Baixa Renda), permitindo a adesão de contribuintes em débito com a receita ou outros débitos, com rendimentos mensais. Eu tinha feito uma limitação a 5 mil, que são os contribuintes beneficiários pelo projeto, e o Senador Omar Aziz ontem, com absoluta pertinência, sugeriu que esse programa de regularização tributária se estendesse até 7.350, porque a partir de 5 mil tem uma gradação estabelecida para uma parcial isenção desses contribuintes.

E eu acato também uma emenda apresentada pelo Senador Izalci, a Emenda nº 8...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Que trata sobre a questão de dividendos no caso do programa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – E acato também a emenda do Senador Esperidião Amin.

Eram essas, Sr. Presidente, as alterações que gostaria de anunciar.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Solicito à Secretaria da Mesa que abra o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Antes de passar aos Senadores para a discussão, eu queria – Senador Omar Aziz, Senador Eduardo Braga, todos os Senadores e Senadoras aqui presentes – lembrar que nós, no dia de hoje, estávamos na CCJ discutindo a PEC da blindagem. E hoje aqui, continuando o debate de ontem, votando um tema, de fato, extremamente relevante que é a isenção do Imposto de Renda.

Mas como é impressionante o que a gente tem visto, que é a manutenção dos privilégios. Veja, se, na Câmara, priorizaram votar a manutenção de privilégios ou a ampliação de privilégios com o aumento das prerrogativas, ou melhor, das liberdades e das facilidades dos Parlamentares, ao mesmo tempo, nesta Câmara, tenta-se preservar privilégios de um grupo restrito e tratar a isenção de Imposto de Renda como sendo um privilégio que será concedido aos brasileiros e brasileiras que ganham até R$5 mil.

Portanto, eu quero dizer, Sr. Relator, Sr. autor do projeto, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, que o Senado, no dia de hoje, mostra que nós estamos do lado do povo brasileiro e colocando o Brasil a serviço dos brasileiros, reafirmando que o Brasil é dos brasileiros e que nós não vamos compactuar com esse "sistemão" de manutenção de privilégios, seja lá de que natureza for: seja da natureza de aumento de facilidades e de proteção para cometimento de crimes, seja privilégios impedindo que o setor mais rico beneficiado, e que ganha muito dinheiro neste país, não dê a sua contribuição para sustentar o nosso país, penalizando os que ganham até R$5 mil e até R$7.200.

Lembrando que, para a Região Norte e Nordeste, isso representa um 14º salário para 95% ou mais dos trabalhadores que têm vínculo formal.

Com a palavra... Eu pergunto ao Senador Esperidião Amin se ainda quer mais...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. me permitir, assim que eu puder apresentar a emenda, eu gostaria de... Só para...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Essa emenda já foi apresentada. Já foi acolhida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Quero mais uma vez só reforçar, agradecer a emenda e parabenizar pela iniciativa. Acho que...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Primeiro, Presidente Rogério Carvalho, quero agradecer a condução, agradecer muito ao Relator, o Senador Renan Calheiros, que é Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e parabenizar o Senador Eduardo Braga pela iniciativa de ter colocado esse projeto.

E aqui quero dizer ao Senador Izalci que ontem, Senador Izalci, a gente queria votar porque nós sabíamos que tinha a coisa. Até posso ter me excedido com V. Exa., peço desculpa a V. Exa., mas sei que você é uma pessoa ciosa em relação a qualquer matéria. E com a sua emenda, inclusive, você dá uma grande contribuição. Neste momento do pedido de vista, a gente ter voltado deu tempo para V. Exa. reparar e fazer uma emenda que o Senador Renan Calheiros acolheu, como acolheu também o pedido que fiz verbalmente ao Senador Renan Calheiros, para que a gente estendesse até 7 mil, lógico que com diferenciamento de desconto, mas nós vamos votar a favor, tanto aqui... Votaremos... Como termina aqui, é terminativo, não vai a Plenário, aí fica por conta da administração da Casa. (*Pausa.*)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para manifestar meu voto favorável, voto "sim" ao relatório do Senador Renan Calheiros, projeto apresentado pelo meu Líder, Senador Eduardo Braga, que traz inovações, traz ganhos. É um projeto de alto de valor para a sociedade brasileira, por isso estamos votando favoravelmente, cumprimentando e parabenizando nosso Relator, Senador Renan, pela relatoria.

Obrigado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não sou membro, mas queria dizer da importância desse projeto de lei. A gente fazer isenção fiscal para quem ganha esse valor que foi dito aí é uma luta, porque a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não considera um valor como ficou... Foi acatada a emenda de Omar, né? Isso aí eu não consideraria renda, isso é salário para sobreviver. Quero parabenizar aqui esta Comissão por ter pautado, o nosso Relator, o Senador Renan, e aprovado isso aí.

As pessoas que trabalham no serviço público ou privado vão ficar felizes com isso.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Consulto a todos os Senadores se já votaram. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Declaro meu voto a favor. Infelizmente, não consegui registrá-lo, mas V. Exa. registra lá.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito, está registrado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Aprovada a Emenda nº 12, da Comissão de Assuntos Econômicos, Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.952, de 2019.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, ainda há um erro. O senhor vê lá.

No Bloco Parlamentar Pelo Brasil, cabem quatro votos.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o Paulo Paim não pode ser considerado voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É o Presidente. O Presidente não pode votar. Eu não posso votar. Está certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu sou o Presidente e não votei, então o Paulo Paim votou por mim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não, mas não é isso. O senhor votou, mas só foram computados três votos.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu não votei, eu não posso votar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas... vota... (*Pausa.*)

Eu estava querendo salvar o voto do Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Consulto a Comissão sobre se podemos realizar o turno suplementar imediatamente.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Fernando Farias, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Oriovisto Guimarães, Lucas Barreto, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Jorge Seif, Wilder Morais, Wellington Fagundes, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Paulo Paim, Weverton, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Dueire, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Rogerio Marinho, Leila Barros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado n° 8, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar n° 101, de 2000." **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Rogerio Marinho (PL/RN), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Fernando Farias (MDB/AL), Senador Fernando Dueire (MDB/PE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Oriovisto Guimarães (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o requerimento de audiência pública. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 143, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável à matéria. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 5771, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao projeto e à Emenda nº 1, com uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emenda apresentada. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 708, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1087, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Sérgio Petecão. **Relatório:** Favorável, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1- CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 96, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública para instrução do PRS 8/2025." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado o requerimento de audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de setembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

– Mensagem nº 1.351, de 2025, que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias a esta Comissão;

– Ofício SEI 53993/2025, Ministério da Fazenda, que encaminha demonstrativo das operações de crédito analisadas pelo Ministério da Fazenda.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Eu comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que apresentamos no Senado Federal o Projeto de Lei 4.443, de 2025, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, com o objetivo de garantir a segurança no suprimento desses minerais.

Como se sabe, a exploração desses minerais é objeto de disputas geopolíticas em razão de sua utilização em setores estratégicos, como energia e transição energética, eletrônica de ponta, defesa, *chips*, baterias, fertilizantes e muitos outros.

Além da previsão da atualização e mapeamento dos minerais críticos e estratégicos no Brasil, o projeto estabelece várias diretrizes para a atuação do Estado brasileiro nas políticas minerárias, como a transição energética sustentável, o fomento a investimento em pesquisas minerais, incentivos à formação de cadeias produtivas no setor, entre outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma importante inovação que trouxemos nesse projeto diz respeito à criação de Zonas de Processamento de Transformação Mineral (ZPTM) nas regiões do território nacional onde ocorra intensa atividade de mineração de minerais críticos e estratégicos. Essas zonas se caracterizam como áreas destinadas à instalação de empresas para produção de bens minerais, bem como para prestação de serviços e obtenção de produtos relacionados ao beneficiamento e à transformação industrial dos minerais críticos e estratégicos extraídos nessas regiões. Tudo isso tem, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, por fim, o adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento socioeconômico regional.

Essa importante matéria, que, repetimos, envolve aspectos estratégicos na política global, se encontra tramitando agora aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos, aguardando a apresentação de emendas por parte dos nossos ilustres pares nesta Comissão.

Passamos...

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Passamos à apreciação da nossa pauta de hoje.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL) e outros

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto é de autoria de vários Senadores.

A relatoria é do nosso querido Senador Oriovisto Guimarães.

Eu tenho a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães, que é o Relator da matéria. Com a palavra V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a atenção dos meus colegas.

Sr. Presidente, antes de entrar no relatório propriamente dito, permita-me duas observações simples. A primeira é: impõe a lógica que ninguém, nenhuma pessoa física, nenhum ente jurídico pode ter direito a fazer uma dívida sem limite. Se admitíssemos isso como verdadeiro, cairíamos no reino da mágica, no reino do absurdo. Imaginemos, por hipótese, que um Prefeito pudesse fazer uma dívida infinita, tão grande quanto se queira. Ele poderia se dar ao luxo de ladrilhar toda a cidade com paralelepípedos banhados a ouro, dar uma casa para cada habitante da cidade – não uma casa, uma mansão –, e ele não teria nenhuma preocupação nem com a dívida, nem com os juros, porque ele sempre poderia fazer mais dívida, mais dívida, mais dívida *ad infinitum*. Evidentemente que isso demonstra, por redução ao absurdo, que administrar significa administrar recursos limitados. Ninguém, nem um Prefeito, nem um Governador, nem um Presidente da República, nem um tribunal, nem uma instituição jurídica pode ter uma dívida que tende ao infinito e não prestar satisfações sobre essa dívida.

A Constituição, sabiamente, previu, no art. 52, inciso VI, que este Senado fixará, por resolução, um limite para a dívida global do Governo geral, do Governo central. E é isso que vamos tentar fazer. Nós, como Senado, estamos há alguns anos em atraso com essa missão. O Senador José Serra, lá atrás, tentou um projeto nesse caminho, e, por razões que agora não vem ao caso dizer, ele acabou sendo arquivado. Felizmente, agora, o nosso Senador Renan Calheiros, como Presidente da CAE, tomou esta importantíssima iniciativa de que enfrentemos esse desafio e estabeleçamos esse limite.

Junto com técnicos, junto com assessores, eu me dediquei a isso nos últimos dois meses, pelo menos, para tentar apresentar uma solução que seja palatável, que seja viável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, eu quero dizer que examinei como isso é no mundo e encontrei 85 países que têm claro limite para suas dívidas e regras de como proceder quando o Governo atinge esse limite – algumas eu achei muito boas, outras eu achei muito ruins. Estou tentando apresentar alguma coisa que espero que ninguém compare, por exemplo, com a regra que existe nos Estados Unidos. Não tem nada a ver. Lá é um valor fixo, um número que a própria inflação se encarrega de provocar *shutdown*. Aqui não, aqui é um percentual do PIB, que automaticamente é corrigido com a inflação de todo ano.

Bom, mas ditas essas considerações iniciais, vamos direto ao relatório, Sr. Presidente. Eu vou tocar, Sr. Presidente, se assim me permite, apenas nos tópicos mais importantes.

Em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução nº 8, de 2025, de autoria do Senador Renan Calheiros, e outros sete Senadores que assinam, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto ao art. 52, inciso VI, da Constituição Federal, e art. 30, inciso I, da Lei Complementar n° 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Isto é importante dizer: esse projeto não é fruto da vontade de quem quer que seja, nem do autor, mas é uma imposição da Constituição. Nós temos a obrigação constitucional de fixar esse limite.

A proposta veio com três artigos, contendo o 3º a cláusula de vigência.

O art. 1º institui o limite no valor de quatro vezes a receita corrente líquida (RCL) para a dívida consolidada da União, limite esse que será apurado ao final do 15º exercício financeiro a partir do subsequente ao da aprovação da resolução. Ou seja, estabelece um limite para a dívida, a dívida já estaria fora desse limite, mas se dá um prazo de 15 anos para que o Governo tome atitudes para que a dívida, ao longo de 15 anos, chegue nesse limite.

Caso não cumpra o limite, a União estará sujeita a uma série de limitações fiscais constantes do art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre elas a limitação de empenho para geração de superávits primários.

Durante os 15 anos a que se refere o *caput* do art. 1º, a dívida deverá ser reduzida à razão de um quinze avos a cada exercício financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já o art. 2º fixa a obrigação de divulgação pública das razões do descumprimento da trajetória, tanto em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com presença do Ministro da Fazenda, quanto em mensagem do Poder Executivo dirigida à CAE com a descrição detalhada dessas razões, bem como medidas cabíveis e prazo estimado para o retorno da dívida ao limite aqui imposto.

Na justificativa da proposta, argumenta-se que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 52 , inciso VI, determina que o Senado Federal, no âmbito de suas competências privativas, deve fixar, por proposta da Presidência da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

De acordo com a justificação, em 3 de agosto de 2000, em atendimento a essa regra constitucional e ao disposto no art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 154, de 2000, com duas propostas de limites globais para a dívida consolidada: uma para a União e outra para os estados, Distrito Federal e municípios. Ocorre que o Senado fixou apenas os limites da dívida dos estados e municípios, deixando de fora a União. Então, nós cumprimos nossa obrigação parcialmente, e não totalmente.

Ainda de acordo com a justificativa, nesse contexto, objetiva-se dar pleno cumprimento ao art. 52, VI, da Constituição Federal. A proposta foi protocolada em 1º de abril de 2025 e não foram apresentadas emendas.

Em 15 de julho de 2025, tive a honra de ser designado Relator da matéria.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos analisar os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhe são submetidas.

De fato, a Constituição Federal, no inciso VI do art. 52, estabelece como competência privativa do Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como muito bem mencionado na justificação do projeto, quando da análise da Mensagem nº 154, de 2000, encaminhada ao Senado Federal pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, tramitou nesta Casa o Projeto de Resolução nº 84, de 2007, de autoria justamente da Comissão de Assuntos Econômicos – que tinha como um dos seus principais defensores o Senador José Serra –, cujo objetivo era fixar os limites da dívida consolidada da União, incluso o processo legislativo da proposta que havia sido enviada pelo Presidente da República, lacuna essa que está sendo preenchida agora pela análise do PRS nº 8, de 2025.

Podemos perfeitamente inferir que este é, inclusive, o entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme observamos nota de rodapé do Anexo 2 – Dívida Consolidada Líquida, constante do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal divulgado, em sua última edição, em maio de 2025, referente ao primeiro quadrimestre de 2025, onde se lê, em relação ao limite de endividamento da União, aspas: "Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal". Então, é só para salientar que a Secretaria do Tesouro Nacional concorda que nós temos que regulamentá-lo.

Quanto ao mérito da proposta, concordamos plenamente com o proponente, quando afirma que estabelecer parâmetros de longo prazo à trajetória da dívida pública é fator de melhoria de expectativas dos agentes privados, favorecendo a redução dos juros e resultando em maior atratividade para investimentos produtivos, de tal forma, que se trata de projeto altamente meritório e absolutamente oportuno.

Eu peço permissão para fazer um comentário sobre esse parágrafo.

Nós vivemos hoje num país cuja taxa de juros está em 15%. Qualquer pessoa ou empresa que tenha, digamos, por hipótese, R$100 milhões no banco, se ele não fizer absolutamente nada, não tiver nenhum incômodo, não contratar nenhum funcionário, não tiver que pagar, não tiver que receber fiscais da receita, enfim, se ele não quer se incomodar, ele pode ir para o Caribe, e ele vai ganhar R$15 milhões por ano. É o país que é o paraíso do rentismo. E aí esse dinheiro, ao invés de ir para a economia, ao invés de abrir uma fábrica de bicicleta, ou uma nova fazenda, ou qualquer atividade produtiva que gere emprego, que gere aumento do PIB, esse dinheiro, essa poupança, que seria uma poupança nacional, se torna inútil e um ônus brutal para o país – apenas para informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre 140 países, o Brasil é o que mais paga juro da dívida interna; chega a alguma coisa próxima de 8% do PIB – só os juros. Todo esse dinheiro, obviamente, é financiado com novos títulos, uma dívida que cresce mais, formando uma verdadeira bola de neve que, se não for contida, vai nos levar, mais dia, menos dia, a um estado de dominância fiscal, que seria caótico para a economia como um todo.

Continuando aqui a leitura.

Todavia, quanto ao parâmetro a ser utilizado para limitar a dívida federal, salientamos de início que entendemos que deva ser considerado o conceito de Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), calculado e divulgado pelo Banco Central. Porém, também entendemos que não basta fixar o limite da dívida em relação à Receita Corrente Líquida, como propõe o PRS nº 8, de 2025, mas que devemos considerar dois limites: um com base na Receita Corrente Líquida e outro com base em um percentual do Produto Interno Bruto (PIB).

Evidentemente que esses limites vão ser equivalentes, pois a capacidade ou até mesmo a vontade de uma sociedade de financiar o gasto público está intrinsecamente relacionada ao percentual de poupança que essa sociedade está disposta em alocar para o financiamento do setor público, em detrimento dos diversos outros instrumentos de captação de aplicações disponíveis no mercado financeiro desta sociedade.

Embora haja uma percepção geral de que a dívida pública esteja em uma trajetória explosiva, percepção com a qual concordamos, mesmo diante das diversas turbulências que sempre se observam nos mercados financeiros, não se tem notícias de que o Governo Federal tenha enfrentado grandes dificuldades na emissão e rolagem de seus títulos, o que reforça o nosso argumento quanto a utilização da relação dívida sobre o PIB como sendo o parâmetro mais adequado para o controle do endividamento federal.

Reforça a nossa percepção quanto à preferência para a utilização desse indicador, quando observamos que a primeira verificação que faz o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão constitucionalmente encarregado de fiscalizar as contas públicas federais, ao analisar a dívida pública, é justamente uma investigação da relação Dívida Bruta do Governo Geral em relação ao PIB, como podemos visualizar no relatório Contas do Presidente da República 2024, publicado no portal do Tribunal na internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Some-se a isso o fato de que internacionalmente o padrão para a comparação de endividamento entre os países é a utilização do indicador calculado pela dívida total em relação ao Produto Interno Bruto de cada país.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reporta valores para praticamente todos os países. Ao agregar os países em grupos, podemos notar que as economias avançadas apresentam uma média de endividamento estimada para 2025, equivalente a 110% do PIB. Ao passo que os países da América Latina e Caribe apresentam uma média de 71% do PIB.

Como salientado, os cálculos da Dívida Bruta do Governo Geral têm sido tradicionalmente realizados pelo Banco Central e são divulgados mensalmente em seu boletim de estatísticas fiscais, onde observamos a existência de um Conceito FMI e outro Conceito Bacen. O TCU utiliza o Conceito Bacen, com a terminologia, a Metodologia BR. A existência de uma metodologia de apuração do saldo da dívida pública, com o respaldo do Fundo Monetário Internacional, fortalece nossa convicção de estarmos propondo a utilização de um método adequado de apuração da dívida pública, sem desmerecimento de qualquer outro.

Porém, concordamos com o Tribunal de Contas da União quanto à preferência pela Metodologia BR, ou Conceito Bacen. E, com base nessa metodologia, iremos propor a definição do limite da dívida da União, feita a exclusão dos cálculos de todas as obrigações e responsabilidades dos estados e municípios, entes subnacionais, bem como a exclusão das operações compromissadas do Bacen. Valores que se destinam à condução da política monetária, pois como sabemos, tais valores são considerados nos cálculos da DBGG, sendo que os limites específicos para os entes subnacionais já foram definidos por este Senado Federal no ano de 2001 – estados e municípios já foram fixados.

Incluir as operações compromissadas do Banco Central no limite da dívida da União poderia engessar a política monetária, já que seus objetivos e instrumentos – voltados ao controle da taxa básica de juros, Selic, e da inflação – são distintos dos da política fiscal.

Aqui eu faço um pequeno respiro para dizer que prestem muita atenção em duas políticas: uma é a política fiscal, outra é a política monetária. Nós tomamos um cuidado extremo para não criar nenhuma dificuldade para a política monetária do Banco Central – em nenhum momento nós vamos criar dificuldade para o Banco Central – e tomamos um cuidado de disciplinar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguma forma, com o tempo necessário para que o Governo cuide da política fiscal. O objetivo dessa proposição é a política fiscal; não é a política monetária. O Banco Central do Brasil é considerado um dos melhores bancos centrais do mundo e não tem por que a gente criar dificuldade para ele.

Por isso, é essencial separar os montantes relativos à política monetária daqueles vinculados à política fiscal, evitando restrições indevidas ao uso dos instrumentos macroeconômicos do país.

Desta forma, propomos que o limite da dívida pública da União seja definido com base na relação da Dívida Bruta do Governo Geral – Conceito Bacen, excluídas as obrigações dos entes subnacionais e as operações compromissadas do Bacen, em relação ao Produto Interno Bruto, no patamar de 80% (oitenta por cento).

Caso a relação DBGG – Conceito Bacen, excluídas as obrigações dos entes subnacionais e as operações compromissadas do Bacen, em proporção ao PIB seja superior a 80%, fica a União automaticamente sujeita às vedações previstas no art. 167-A da Constituição Federal.

Apenas para lembrar: enquanto ela não trouxer a dívida para esse limite, ela não vai poder dar aumento para o funcionalismo acima da inflação, não vai poder aumentar o número de funcionários, não vai poder criar novos cargos. Enfim, tem uma série de restrições, mas que não param o Governo, não há um *shut down*, o Governo continua funcionando. São dez limitações previstas aqui no art. 167-A da Constituição Federal.

Com base nas Tabelas 25 e 17 da última edição do boletim de Estatísticas Fiscais, publicado pelo Banco Central em 29 de agosto de 2025 – quero dizer que hoje de manhã, quando eu estava vindo para cá, o Banco Central divulgou uma nova tabela; eu estou levando em conta a de agosto, porque a que ele divulgou hoje não deu tempo –, podemos inferir que atualmente a relação Dívida Bruta do Governo Geral – Conceito Bacen, excluídas as obrigações dos entes subnacionais e as operações compromissadas do Bacen, em proporção ao PIB encontra-se na faixa de 64,05%, portanto, em patamar inferior ao limite de endividamento da União que estamos propondo. De tal forma que se torna desnecessária a definição de regras destinadas ao imediato enquadramento da dívida no limite proposto, conforme previsto no PRS nº 8, de 2025.

Entendemos que o fato de o indicador do limite da dívida da União encontrar-se em patamar inferior ao limite que propomos deve ser interpretado como uma prova de que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade brasileira ainda está disposta a financiar o Governo Federal mesmo que todos concordem que o nível de endividamento da União encontra-se bastante elevado, mas ainda em níveis controláveis.

Pode-se argumentar que o indexador que estamos propondo como limite da dívida consolidada da União se encontra em desacordo com o disposto no §3º do art. 30 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que supostamente determina que os limites das dívidas sejam fixados com base na Receita Corrente Líquida, porém não podemos esquecer que a competência privativa do Senado Federal advém do inciso VI do art. 52 da Constituição Federal, que estabelece:

> Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:
> .....
> VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Percebe-se que a Constituição Federal não impõe o indexador a ser utilizado para a definição do limite da dívida pública, portanto, uma lei complementar, mesmo se tratando da LRF, não pode se sobrepor ao texto constitucional, donde concluímos que Senado Federal dispõe de ampla liberdade para definir o limite da dívida pública conforme julgue mais adequado para o bem de nossa economia.

Como havíamos mencionado, além do limite da dívida com base em um percentual do PIB, também entendemos ser necessária a fixação do limite com base na RCL, como previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como se sabe, a receita corrente líquida da União é calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional e divulgada quadrimestralmente, nos relatórios de gestão fiscal. Com base no relatório referente ao primeiro quadrimestre de 2025, a RCL da União ficou em R$1,486 trilhão.

Já o boletim de Estatísticas Fiscais do Banco Central, publicado em maio de 2025, aponta um saldo da Dívida Bruta do Governo Geral – Conceito Bacen, excluídas as obrigações dos entes subnacionais e as operações compromissadas do Bacen, na ordem de R$7,575 trilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A dívida bruta do Governo Federal, portanto, corresponde a 5,10 vezes a receita corrente líquida. Propomos que esta relação não possa ser superior a 6,5 vezes o valor da receita corrente líquida, margem para que o Governo possa tomar as providências.

A necessidade dos ajustes mencionados no texto do PRS nº 8, de 2025, tanto na definição do indicador do limite da dívida da União como da não necessidade de definição de regras de ajuste imediato, nos leva a propormos uma emenda substitutiva ao projeto.

Voto.

Diante do exposto, manifestamos voto favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 8, de 2025, na forma da seguinte emenda substitutiva – faço a leitura, Sr. Presidente, da emenda substitutiva, que é bastante curta:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 8, DE 2025
> (SUBSTITUTIVO)
> Dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar n° 101, de 2000.
> Art. 1º A Dívida Bruta do Governo Geral – Conceito Bacen, excluída de todas as obrigações dos entes subnacionais e das operações compromissadas do Bacen, não poderá exceder 80% (oitenta por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) e nem ser superior a 6,5 (seis inteiros e cinco décimos) vezes o valor da receita corrente líquida da União acumulada nos doze meses imediatamente anteriores à sua apuração.

E aqui eu peço atenção porque são importantes essas ressalvas que vamos estabelecer aqui para exatamente não afetar o Banco Central.

> Art. 2º No caso da inobservância de qualquer um dos limites definidos no art. 1º, serão adotadas as seguintes disposições:
> I – fica a União proibida de realizar operação de crédito interna ou externa, ressalvadas:
> a) as destinadas ao pagamento de dívidas mobiliárias, e;

Ou seja, a rolagem da dívida. Sempre que a União precisar rolar a dívida, ela vai emitir título, mas vai entrar um título e vai sair outro. Então, isso não implica aumento de dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> a) as destinadas aos pagamentos da dívida imobiliária [o que eu acabei de explicar], e;
> b) aquelas previstas no §5º do art. 4º, no art. 6º e no art. 7º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019.

Aqui é para cobrir o resultado negativo do Banco Central, para cobrir o PL do Banco Central, quando é o caso, tudo está lá previsto, na lei, e quando a carteira de títulos do Banco Central compromissada se mostrar insuficiente para a política monetária ou para a política cambial, então, essas ficam liberadas.

> II – o Poder Executivo federal apresentará ao Senado Federal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da divulgação da extrapolação do limite definido no art. 1º, relatório detalhado contendo as razões do descumprimento e as medidas a serem adotadas para o reenquadramento da dívida no prazo máximo de 12 (doze) meses; e
> III – o Ministro de Estado da Fazenda comparecerá pessoalmente à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal no prazo de 15 (quinze) dias para prestar os devidos esclarecimentos em audiência pública.
> IV – aplicam-se imediatamente as vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal [eu já fiz referência ao que são essas limitações].
> Parágrafo único. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, mediante solicitação do Ministério da Fazenda, poderá autorizar a realização de operações de crédito para recompor a reserva de liquidez da dívida pública.

Esse é o colchão de liquidez de que o Tesouro precisa para renegociar taxa de juros. Então, já estamos aqui também excepcionando.

> Art. 3º Sempre que alterados os fundamentos econômicos, em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar solicitação de revisão dos limites de que trata o art. 1º [evidentemente é o Senado, porque cabe ao Senado esse papel.]
> Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sr. Presidente, para terminar, eu só quero dizer o seguinte: eu estudei bastante o assunto e acho justo que meus colegas tenham também tempo para estudar bastante o parecer. Então, eu já quero, desde já, dizer que eu sou favorável a pedido de vista, que eu sou favorável a audiências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas. Eu só não quero que isso seja usado para prorrogar *ad infinitum* e não tomarmos uma resolução. Dentro da normalidade, eu sou totalmente favorável e estou à disposição para escutar e observar.

Aliás, já entrei em contato com o Banco Central, já procurei entrar em contato com o Ministério da Fazenda e já me coloquei à disposição de ambos, porque eu acho que isso é uma matéria que não está sendo feita para um Governo, isso é uma política de Estado. Seja quem for o próximo Presidente da República, de direita ou de esquerda, não me interessa, ele terá que cuidar melhor da dívida. No fundo, o que estamos fazendo é colocar um obstáculo, uma parede e dizer ao Presidente de plantão: "Cuidado, daqui a 10km tem uma parede com que você pode se chocar. Cuide, tome as providências para não se chocar". E o objetivo não é inviabilizar o Governo, o objetivo é ter uma política fiscal saudável, que baixe juro, que a economia prospere, que se crie emprego e que se tenha um país melhor do que o que nós temos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meus cumprimentos ao Senador Oriovisto Guimarães.

A matéria está em discussão.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senadora Augusta, com a palavra V. Exa.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Primeiro, eu quero aqui também elogiar a iniciativa, de autoria de vários Senadores, inclusive de V. Exa. Quero também aqui elogiar a forma como o Relator apresentou o relatório, muito explicativo, eu diria, muito bem entendido também o que foi dito aqui, mas existe um requerimento de pedido de audiência pública que eu gostaria muito que fosse analisado.

A intenção realmente não é fazer com que isso não aconteça, mas é discutir e debater porque se trata de um tema muito importante, e a gente tem que ter um aprofundamento, ouvir algumas outras pessoas – além dos que a gente está pedindo aqui e sugerindo, com certeza irão surgir outras pessoas também –, mas com a intenção de também contribuir, não de retardar que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso aconteça, acreditando também que é muito importante e dizendo aqui que com o mérito e a forma como foi relatado e apresentado o projeto também a gente concorda. Mas a gente queria muito esse pedido de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sobre a mesa, Requerimento 96, que requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PRS 8, de 2025, que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União, em atendimento ao disposto no art. 52, inciso VI, da Constituição Federal, e no art. 30, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 96, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para instrução do PRS 8/2025.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Observações:

Audiência pública para o PRS 8/2025.

O requerimento é de autoria do Senador Rogério Carvalho e propõe a realização de uma audiência pública com a presença dos seguintes convidados: representante da Casa Civil e representante do Ministério da Fazenda.

Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Eu quero dizer que eu concordo totalmente com o requerimento do Senador e já proponho que nós ficássemos... Eu indico dois e o senhor, dois. Acho que quatro é um número bom, é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversa que se esgota num tempo razoável, e assim nós podemos esclarecer ainda mais o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em votação, portanto, o requerimento, na forma acordada entre o autor e o Relator da matéria.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Será realizada, portanto, a audiência pública aprovada. (*Pausa.*)

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 143, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável à matéria.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CCT, com parecer favorável ao projeto.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Mecias de Jesus, para a leitura do seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Renan, estimado amigo, Senadores e Senadoras, vem a esta Comissão de Assuntos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Econômicos o Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2019, de autoria do Deputado Federal Marcos Pereira, que altera a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

O projeto é direto e objetivo e possui apenas dois artigos. O art. 1º é a essência da matéria, que dá nova redação ao §2º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos citados no parágrafo anterior.

O art. 2º, por sua vez, estabelece a cláusula de vigência da lei, cuja entrada em vigor se dá a partir da data de sua publicação. O projeto de lei tem tramitação bicameral. Aprovado na origem, foi submetido a esta Casa revisora. Tramitou na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, onde foi aprovado, cabendo agora a apreciação desta Comissão.

Nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão apreciar os aspectos econômicos e financeiros da matéria, além da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

Do ponto de vista jurídico, a iniciativa não apresenta vícios formais ou materiais. Está em conformidade com a Constituição Federal, especialmente com o art. 24, que permite legislação concorrente sobre temas orçamentários e financeiros. A proposição não se insere no rol das de iniciativa exclusiva do Presidente da República e tampouco interfere na estrutura da administração pública, respeitando os princípios da legalidade, separação de poderes e boa técnica legislativa.

A proposta de alteração da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi), revela-se apropriada e alinhada ao interesse público. A medida reconhece o papel estratégico do Inpi na promoção da inovação, do desenvolvimento tecnológico e da competitividade econômica, uma vez que o instituto é responsável pelo registro de marcas, patentes e outros ativos intangíveis fundamentais para o ambiente de negócios.

A morosidade histórica na análise de processos de propriedade industrial representa um entrave ao investimento privado e ao crescimento econômico, gerando insegurança jurídica e elevando custos para empresas nacionais e internacionais. Ao assegurar a execução integral de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seus recursos, a proposta fortalece a capacidade operacional do Inpi e contribui para acelerar a concessão de direitos de propriedade intelectual, favorecendo a atração de investimentos e a dinamização da economia.

Sob o aspecto jurídico, a proposição não afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas a complementa ao adaptar seus mecanismos de gestão às especificidades de uma autarquia que desempenha função essencial para a inovação e para a competitividade nacional. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi concebida para garantir o equilíbrio fiscal, mas também deve ser interpretada em consonância com outros princípios constitucionais, como o da eficiência administrativa, da livre iniciativa e da promoção do desenvolvimento.

A vedação ao contingenciamento das despesas do Inpi não compromete o equilíbrio das contas públicas, pois trata-se de uma entidade que se financia majoritariamente com receitas próprias, oriundas de cobranças de taxas de serviços, sem impacto significativo sobre o orçamento primário. Ao contrário, a execução integral desses recursos tende a gerar ganhos econômicos indiretos, pois a celeridade na análise de patentes e registro estimula a inovação, amplia a arrecadação tributária decorrente da atividade empresarial e fortalece a posição do Brasil no mercado global.

Importante salientar que a demora no exame de pedidos de patente na área da saúde impacta o orçamento do SUS quanto aos valores dos medicamentos. A celeridade do exame afasta a utilização de possíveis salvaguardas da vigência de patentes, favorecendo a indústria nacional, reduzindo os preços e garantindo a livre concorrência.

Para que se alcance o objetivo de exame de patentes em dois anos e registro de marcas em um mês, conforme planejamento estratégico 2023-2026 do Inpi, é necessário o fortalecimento do parque tecnológico, digitalização de documentos, investimento em inteligência artificial, ampliação de nossa capacidade de armazenamento de dados para cooperação técnica, bem como contratação de servidores.

Uma especificidade da estrutura do Inpi é que o incremento de despesas reveste na maior capacidade de operação e arrecadação. Assim, salientamos que o não contingenciamento de recursos orçamentários para o Inpi reverterá num expressivo aumento de arrecadação. Ao desvincular a execução orçamentária do instituto de contingenciamento geral, cria-se um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente institucional estável, capaz de planejar investimentos em tecnologia, digitalização de processos e capacitação técnica, fatores indispensáveis para atender ao volume crescente de pedidos de marcas e patentes.

A medida também contribui para o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em acordo de propriedade intelectual, reforçando a credibilidade do país como parceiro comercial.

Em síntese, Sr. Presidente, a alteração legislativa é juridicamente legítima, economicamente vantajosa e socialmente necessária, pois garante a autonomia orçamentária a uma autarquia que desempenha papel central no ecossistema de inovação, sem comprometer a responsabilidade fiscal, mas fortalecendo a eficiência administrativa e o desenvolvimento econômico sustentável.

Em face do exposto e considerando a constitucionalidade, legalidade, regimentabilidade, assim como o mérito da matéria, voto pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 143, de 2019.

É o parecer e o voto.

Peço o apoio dos nobres pares desta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – O parecer do Senador Mecias de Jesus é favorável à matéria. Como disse aqui anteriormente, a matéria foi apreciada pela CCT com parecer favorável ao projeto e é não terminativa nesta Comissão.

Senadora Augusta, com a palavra V. Exa.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Presidente, eu gostaria de pedir vista, visto que a gente está falando aqui de Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu tenho uma preocupação muito grande quando a gente está tirando uma limitação. Não que eu não concorde; eu concordo, é meritório, mas é só para que eu possa realmente estudar um pouco mais e ver o que isso pode impactar e com o que eu posso também contribuir.

Mas eu quero parabenizar aqui o nosso Relator e dizer que realmente é importante que a gente não tenha limitação em nenhum – né? – instituto, enfim, mas também é importante que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tenha as limitações, como foi dito aqui anteriormente. Então, só por essa preocupação, eu queria pedir vista.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Eu entendo a pedido de vista da Senadora Augusta, embora eu acredite que seja desnecessário, tendo em vista que o projeto não é terminativo nesta Comissão. E eu entendo que, como ela mesmo já repetiu, o Inpi desenvolve funções essenciais, e, como nós estamos às vésperas de votar a LDO já na próxima semana, talvez o pedido de vista possa prejudicar essa matéria.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Eu vou conversar e devolvo assim que eu conseguir uma...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, Sr. Presidente, vista coletiva, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá.

Há um pedido – acolho – de vista coletiva do Senador Mecias Jesus.

Eu queria só comunicar que esse projeto foi exatamente pautado por versar sobre tema prioritário para esta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, na forma do nosso planejamento estratégico, por tratar de matéria que, sem dúvida nenhuma, melhorará o nosso ambiente de negócios.

Em votação o requerimento...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Perdão, está concedido o pedido de vista coletiva à matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o meu próximo item é o item 4, e, como eu já estou aqui pronto para a leitura, e a Senadora Augusta já propõe aqui para mim antecipadamente um pedido de vista, eu estou pedindo para que ela faça uma troca: peça a vista deste que eu vou ler agora e dispense a vista desse anterior.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se V. Exa. puder me permitir a reversão, inverter a pauta e eu puder fazer a leitura deste.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Tá, sem problema nenhum.

Façamos, como pedido, a inversão da pauta e passamos a apreciar o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 708, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para vedar a inclusão das perdas não técnicas de energia elétrica nas tarifas de fornecimento de energia elétrica praticadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada, e contrário à Emenda nº 1.

Observações:

1. Em 2/7/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Irajá.

2. A matéria será apreciada pela CTFC e, em decisão terminativa, pela CI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Renan, muito obrigado pela deferência. Como já há, inclusive, um pedido de vista em andamento, peço vênia a V. Exa. e ao Plenário para ir direto à análise.

Segundo o art. 99 do Regimento Interno, cabe à CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro das proposições que lhe sejam submetidas à deliberação, problemas econômicos do país e tarifas, dentre outros assuntos. Nesse sentido, além de observar o art. 99, a tramitação do Projeto de Lei nº 708, de 2024, não infringe dispositivos do Regimento Interno do Senado, não havendo óbices em relação à sua regimentalidade. Também não identificamos qualquer embaraço no que se refere à técnica legislativa e à adequação orçamentária-financeira. O mesmo pode ser afirmado em relação à Emenda nº 1.

No mérito, é indiscutível a necessidade de aprovação do Projeto de Lei 708, de 2024, de autoria do Senador Cleitinho, que aponta a justificativa da proposição.

No setor elétrico, há dois tipos de perdas: as técnicas e as não técnicas. As perdas técnicas são inerentes à transmissão e à distribuição de energia elétrica; envolvem questões físicas, relacionadas à transformação da energia elétrica em energia térmica nos condutores, perdas nos núcleos dos transformadores, etc. Já as perdas não técnicas, diretamente associadas à gestão comercial das distribuidoras, abrangem todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição.

Conforme apontado na justificação do PL nº 708, as perdas não técnicas representaram, em 2022, 2,75% do valor das tarifas das distribuidoras de energia elétrica, excluindo os tributos. Esse percentual representou o pagamento, no ano de 2022, de R$6,3 bilhões pelos consumidores de energia elétrica decorrentes da incompetência das distribuidoras e do Estado no combate sobretudo ao furto de energia elétrica.

O fato de as perdas não técnicas pesarem na composição das tarifas de energia elétrica exige uma atuação do Parlamento no sentido de incentivar as distribuidoras a se esforçarem para reduzi-las. São essas empresas que podem averiguar se há erros de medição, se há furto de energia elétrica e se há consumidores sem equipamento de medição. Nesse contexto, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inquestionável a necessidade de as distribuidoras de energia elétrica se esforçarem ao máximo para reduzir as perdas de energia elétrica, principalmente aquelas associadas a ilícitos. Trata-se de iniciativa que beneficia todos os brasileiros.

Nesse contexto, fica claro o mérito do Projeto de Lei 708, de 2024. Identificamos, todavia, a oportunidade de aperfeiçoá-lo. Devemos reconhecer que o combate às perdas não técnicas é complexo e que é praticamente impossível reduzi-las a zero. O custo para alcançar esse objetivo seria proibitivo e acabaria onerando as tarifas dos consumidores de energia elétrica. Diante disso, o que as boas práticas regulatórias indicam é o estabelecimento, pelo órgão regulador, de um limite máximo para as perdas não técnicas, a partir do qual a prestadora do serviço arca com os prejuízos.

O limite regulatório mencionado no parágrafo anterior tem como desafio equilibrar o necessário incentivo ao combate às perdas e o custo associado. Para tanto, um arranjo possível é o regulador realizar comparações entre empresas e, a partir disso, definir (a) um nível de perdas técnicas e não técnicas que podem ser incorporadas às tarifas e (b) uma trajetória de redução que as empresas devem perseguir. Dessa forma, se as perdas são maiores do que o permitido pela Aneel, a empresa deve arcar com esse excedente. Caso tenha menos perdas, a empresa é bonificada. A perspectiva de ter mais ganhos e evitar prejuízos motiva as empresas a buscarem formas de combater as perdas.

Ressaltamos que o arranjo acima mencionado constou do PL nº 5.325, de 2019, de autoria do Senador Zequinha Marinho, aprovado pelo Senado em 2022. Contudo, identificamos a oportunidade de realizar uma inovação e que reconhece a responsabilidade do Estado no combate às perdas não técnicas. Não basta dar o correto incentivo somente para as distribuidoras. É preciso que o Estado também contribua para a redução das perdas não técnicas. Afinal, o combate às perdas não técnicas também é uma questão de segurança pública e de eficiência do Poder Judiciário. Isso porque o furto de energia exige que o Estado investigue e puna rigorosamente aqueles que cometem o crime de furtar energia elétrica.

Além da definição de um nível de perdas que as distribuidoras de energia elétrica devem perseguir a partir do qual elas assumem o custo em caso de não atingimento, propomos que o custo das perdas não técnicas que seria repassado às tarifas seja assumido pelo Orçamento Geral da União. Segundo dados da Aneel, em 2022 e 2023, as tarifas de energia elétrica pagas pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidores cobriram, respectivamente, Sr. Presidente, R$6,385 bilhões e R$5,982 bilhões em perdas não técnicas; de janeiro a junho de 2024, esse montante já é de R$4,279 bilhões; ou seja, o impacto orçamentário da medida em questão será de algo entre R$6 bilhões a R$9 bilhões por ano. Sugerimos que essa despesa ocorra por conta de dotações orçamentárias próprias a serem incluídas pelo Poder Executivo nas propostas orçamentárias anuais e no plano plurianual. Se o Estado não cumpre a sua parte no combate às perdas não técnicas, deve, no mínimo, assumir o ônus que essa omissão provoca aos consumidores de energia elétrica.

No que tange à Emenda nº 1, entendemos que não cabe acolhê-la por três motivos. O primeiro é que dispositivo similar foi aprovado neste ano pelo Senado Federal como emenda ao PL nº 528, de 2020, proposição denominada de PL do combustível do futuro, dispositivo esse que a Câmara dos Deputados rejeitou; ou seja, a emenda está prejudicada. O segundo é que, durante a tramitação do Projeto de Lei nº 528, de 2020, a Aneel estimou em R$24 bilhões o montante a ser custeado pelas tarifas de energia elétrica em caso de aprovação da emenda.

Finalmente, o terceiro motivo é que a Emenda nº 1 é estranha ao objeto do PL nº 708, de 2024, violando o art. 7º, II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo o qual "a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão".

Ante o exposto, votamos pela adequação orçamentária e financeira do PL nº 708, de 2024, do Senador Cleitinho, e da Emenda nº 1 e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do PL nº 708, de 2024, com a emenda que se segue.

Sr. Presidente, só para contextualizar, esses recursos de emendas técnicas e não técnicas vão para o bolso do consumidor legal. O consumidor legal é que paga por isso, Senador Oriovisto. Nós pagamos pelos erros da distribuidora, pelos erros do Estado e pagamos pelos gatos e pelas ligações ilegais que existem por culpa exclusiva das distribuidoras. Elas têm que ter eficiência no propósito que elas estão destinadas a fazer. Não podem elas cometer erros e colocar essa despesa para o consumidor legal.

Portanto, o que eu proponho, e embora o pedido de vista da Senadora Augusta... e eu já quero inclusive dizer, e a mesa pode confirmar, que ela não pode pedir vista de dois projetos na mesma sessão. Portanto, ela tem que opinar por esse ou pelo anterior. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ô, Senador, não é nada pessoal, eu lhe garanto. (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Principalmente do mesmo Relator.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu lhe juro que não é, e eu garanto que eu vou devolver o mais rápido possível. Mas eu queria aqui, Presidente, pedir vista e concordar que o consumidor realmente não pode pagar por um erro que é da concessionária, mas também a gente não pode atribuir mais uma dívida, uma responsabilidade assumida, que lá no Ceará a gente conhece como gato, a questão da não técnica – é o famoso gato, que é o roubo da energia –, para também a União ou para o estado. Enfim, a gente tem que ter verdadeiramente uma fiscalização pelas companhias de energia e que elas façam realmente o seu papel. E, se não conseguirem fazer, se alguém vai ter que pagar, eu voto que seja as empresas que são responsáveis em fiscalizar diretamente. Mas por isto que eu pedi vista, porque eu quero ver o que eu posso contribuir também com esse projeto, que a gente possa tirar esse ônus aí do consumidor de boa-fé, que paga a sua conta e que não tem nada a ver com quem está roubando, quem está fazendo aí o uso do gato para poder onerar ainda mais a conta de energia do consumidor.

Então, por isso que eu mantenho a vista, o pedido, mas eu lhe garanto que o outro projeto eu vou lhe devolver o mais rápido possível, e esse também, para que a gente possa chegar aí a um consenso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Senador Oriovisto, por gentileza.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, vista coletiva, por gentileza.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - PR. Para discutir.) – Senadora Augusta, Senador Mecias, eu não posso deixar... eu sei que já foi pedida vista, mas eu quero apenas fazer uma consideração de princípios gerais. Eu fui Presidente, muito antes de vir para o Senado, de uma companhia que fabricava computadores. E nós tínhamos que levar carga

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da fábrica até os grandes centros consumidores. E nós tínhamos que montar uma verdadeira escolta armada por causa de roubos que aconteciam nas estradas, desvios de caminhões.

Isso tinha um custo. Esse custo, obviamente, era repassado no preço do computador. Toda falha de segurança do Estado como um todo acaba sendo suprida pela iniciativa privada; você tem um guarda na sua casa, você tem guarda na sua empresa, enfim. Se a moda pega, o Governo vai ter que indenizar todo mundo.

Nós estamos jogando aí, nesse caso, alguma coisa como 5 ou 6 bilhões de despesa para serem incluídos no Orçamento da União. Mas como incluir? De onde virá o dinheiro, não é? Como é que funciona isso? Eu acho, assim, olhando do ponto de vista do consumidor, perfeito, o projeto é justo, faz sentido; mas, olhando do ponto de vista da economia como um todo, não faz. Por quê? Por que prestigiar esse setor e não todos os outros que são roubados?

Agora nós tivemos o INSS, por exemplo, foram assaltados os aposentados todos. O Governo rapidamente tomou providência para ele mesmo repor, mas esse dinheiro vai sair do seu bolso, do meu e de todos nós. Está aí o aumento de impostos todo dia para poder suprir essas coisas. Então, de um jeito ou de outro, se déssemos esse conforto às distribuidoras de que pelo menos 5 bilhões não vão entrar e um aparente conforto ao consumidor de energia, ao fim e ao cabo, vai ter que ter aumento de imposto para pagar isso. Ou ele vai pagar na conta da luz ou ele vai pagar no aumento de impostos, ou então o Estado vai quebrar. Porque nós estamos sempre dizendo: "O Estado resolve, o Estado resolve, o Governo resolve", só que o Governo não resolve, ele só faz aquilo que ele tem de dinheiro dos impostos.

Então, eu acho um pedido de vista muito justo e que precisa ser discutido em profundidade.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, rapidamente, só para fazer um comentário a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... à fala corretíssima do Senador Oriovisto. Eu concordo plenamente com a fala de V. Exa., mas quem não pode pagar por isso é o consumidor. O consumidor de energia não tem culpa dos erros do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, nem culpa dos erros da administradora, da distribuidora. O Governo tem que tirar uma parte e a distribuidora assumir a outra parte. É isto que o projeto propõe: é que a responsabilidade seja dividida entre a distribuidora e o Estado, e que os dois encontrem meios de evitar esse desperdício de energia e cobrar de quem está, legalmente... "Ora, eu estou legal e o Estado não me protege, vai proteger o cidadão que está ilegal?" Isso não é correto com o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Ao pedido de vista da Senadora Augusta, o Senador Mecias de Jesus acresce o pedido de vista coletivo. Portanto, na forma do Regimento, eu defiro o pedido de vista coletivo.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero só agradecer a compreensão e já elogiar aqui e dizer que eu não só peço vista, ao próximo projeto da Senadora Damares, Relatora, eu apresentei uma emenda, a gente conversou, ela acatou, e eu não vou pedir vista. (*Risos.*)

Então, assim, é com o propósito realmente de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Passamos...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nem ao do Senador Petecão, a gente já também conseguiu aí.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Obrigado.

Passamos, portanto, ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 5771, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), para conceder a gratuidade dos transportes coletivos ao acompanhante de recém-nascido por ocasião da condução deste para a realização de exame ou consulta, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal, bem assim para o seu retorno ao domicílio após o atendimento.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto e à Emenda nº 1, com uma emenda apresentada.

Observações:

1. Em 23/09/2025, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da senadora Augusta Brito.

2. A matéria foi apreciada pela CDH, com parecer favorável ao projeto.

3. A matéria será apreciada pela CAS, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra à Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, vou fazer a leitura de uma matéria de uma sensibilidade incrível, uma matéria maravilhosa – obrigada, Augusta, pela colaboração –, mas antes de eu falar dessa matéria sensível, me permita trazer a esta Comissão sisuda de Assuntos Econômicos uma outra sensibilidade.

Colegas, hoje é 30 de setembro. É o último dia do mês Setembro Amarelo. E a gente encerra, Presidente, este mês com a seguinte situação: a cada dez minutos, um adolescente está tentando suicídio no Brasil. O número de tentantes cresceu muito, mas o número de atos consumados está nos assustando, Presidente.

Então eu queria trazer essa sensibilidade e informar que lamentavelmente no Datasus também estamos com registro de crianças tentantes, Senador Otto. Crianças se suicidando no Brasil.

Então, eu queria trazer essa sensibilidade e me dirigir aos jovens pais que estão no plenário. Toda atenção, por favor; não subestimem este fato – e aos adultos do Senado. Infelizmente, Senador, a gente está se encontrando no corredor com colegas que já chegaram em casa e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontraram o seu filho, sua filha adolescente enforcada. Eles estão circulando no corredor com a gente.

Então eu queria mandar um recado aos adultos: peçam ajuda. Pedir ajuda não é sinônimo de covardia, não é sinônimo de fraqueza; é sinônimo de muita coragem. Vamos nos ajudar dentro desta Casa e vamos ajudar quem está lá fora.

Trazendo essa primeira sensibilidade, vou para a sensibilidade do nosso projeto, Presidente. Ele está na Comissão porque envolve repercussões orçamentárias. A constitucionalidade e juridicidade serão discutidas lá na CAS.

No mérito, Presidente, é preciso ressaltar que, especialmente quando falamos sobre saúde, prevenir é sempre melhor do que tratar problemas que já se agravam. Isso não só do ponto de vista humano, emocional e social, mas também sob a perspectiva econômica.

Diagnosticar precocemente doenças, por meio do teste do pezinho, que é do que trata essa matéria que eu estou relatando, significa agir antes que os problemas se tornem graves ou irreversíveis. Assim, doenças como hipotireoidismo congênito, fenilcetonúria, ao serem identificadas logo nos primeiros dias de vida, podem ser tratadas de forma adequada.

Além disso, é preciso levar em conta que o custo para garantir o transporte gratuito aos acompanhantes do bebê é extremamente baixo em comparação aos enormes gastos que o SUS tem com tratamentos complexos decorrentes da ausência do diagnóstico precoce.

Senhores, uma criança do interior... O centro de referência do teste do pezinho está na capital. Aí uma criança do interior recebe lá um problema que precisa ser identificado, precisa ser confirmado. A mãe não sai do interior para ir lá, Presidente, porque não tem o dinheiro do transporte. Aí vai no município, o município fala: "Não é tratamento ainda. Então, não pode ter TFD". Então, fica esse limbo.

O projeto de lei vem para fechar essa brecha e garantir à mãe do bebê, que tem que investigar e confirmar o teste do pezinho, se dirigir até o local de referência.

Por fim, a concessão desse benefício, Presidente, é também uma questão de justiça social. As famílias mais prejudicadas pela falta de acesso são justamente aquelas em maior situação de vulnerabilidade, ou seja, o custo do transporte, embora relativamente pequeno, impõe um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obstáculo exatamente às famílias que o SUS mais tem dificuldade de alcançar, que ficam à margem do sistema por limitações financeiras e geográficas. Assim, ao tornar o transporte urbano – nós estamos falando do urbano também – gratuito em situação de assistência à saúde neonatal, o projeto fomenta o acesso igualitário ao diagnóstico precoce.

A Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 34/2025, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, estabelece que, se assumirmos que cada acompanhante consumirá quatro bilhetes (um para o teste; outro para busca dos resultados) ao custo de R$5, a estimativa de impacto anual seria apenas de R$1,6 milhão/ano, é muito pouco. É possível considerar que, conforme prescreve o art. 170, II, da LDO 2025, a despesa inferior a R$14,3 milhões seja considerada irrelevante, nos termos da LRF.

Em função disso e considerando a nota técnica da nossa Consultoria quanto ao teor de emenda sugerida pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), avaliamos como razoável acolher parcialmente a citada emenda apresentada pela Senadora Augusta, conversada com o Governo, com todos, para estabelecer que os valores do benefício serão custeados com recursos orçamentários dos entes federados integrantes do Programa Nacional de Triagem Neonatal.

Assim, Presidente, resolvida essa questão, o voto, pensando na criança e contando com o apoio de todos, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.771, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, com a Emenda nº 1-CAE, devidamente publicada.

Esse é o voto, esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meus cumprimentos à Senadora Damares Alves.

Em discussão a matéria.

Senador Fernando Farias, com a palavra V. Exa.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Não, só para fazer um acréscimo aqui, a esse projeto da Damares. Já existem no Brasil acho que 130 municípios com tarifa zero, e uma das coisas que eles detectaram é que melhora a saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por esse ato dela aí, de eles poderem ir aos ambulatórios e voltarem deles para cuidar da saúde. Só para fazer essa ressalva.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Um dia todos terão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Um dia, um dia.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir mais a matéria, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

A votação será simbólica, nos termos do Regimento do Senado Federal.

As Senadoras e os Senadores que aprovam a matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, portanto, ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Último item da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1087, DE 2024

- Não terminativo -

Estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela CRA, em decisão terminativa.

Eu tenho a satisfação de conceder a palavra ao Senador Sérgio Petecão para a leitura do seu relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Renan.

Se o senhor me permitir, gostaria de fazer um registro aqui. Recebi uma ligação agora do nosso colega, ex-Senador, que foi Deputado Estadual comigo, foi Governador por dois mandatos, nosso colega Marcelo Miranda, que está lá no Tocantins e disse que está ligado, assistindo aqui a nossa Comissão, e parabenizou o Mecias pelo trabalho – segundo ele, é o homem que mais apresenta projeto na Comissão. Eu não tenho esse dado, mas é seu amigo, gosta de você. E parabenizou também o Presidente Renan. Gente boa.

Sr. Presidente, vamos ao relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei (PL) nº 1.087, de 2024, de autoria do nobre Senador Mecias de Jesus, que estabelece percentual mínimo de aplicações de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), disponibilizados para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais – importante isso –, almejando o desenvolvimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais. Eu, lá no meu estado, sou dos Parlamentares que mais alocam recursos na Conab, porque aí o recurso vai direto na agricultura familiar, vai direto no pequeno produtor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 1º do PL inclui o §5º no art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), prevendo que, no mínimo, 3% da arrecadação das contribuições PIS-Pasep destinadas ao BNDES sejam aplicadas em projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais. O mínimo destinado ao BNDES corresponde a 28% da arrecadação total, conforme o disposto no art. 239, §1º, da Constituição. Assim, o PL destina ao saneamento básico em áreas rurais o percentual de 0,84% da arrecadação total do PIS-Pasep.

Análise.

Cabe a esta Comissão, Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, examinar, entre outros temas, o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida. A iniciativa em análise, portanto, insere-se no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

A proposição, essencialmente, determina que, desses 28% destinados constitucionalmente para financiamentos a cargo do BNDES, 3% sejam aplicados em projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais.

É essencial considerar que o art. 239 da Constituição determina que os financiamentos concedidos pelo BNDES devem prever critérios de remuneração e preservar o seu valor.

Vou ao voto, Presidente, para que a gente possa ter oportunidade de debater o projeto, inclusive em outra Comissão, porque o relatório aqui é extenso. Vamos direto ao voto.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do projeto, Projeto de Lei nº 1.087, de 2024, na forma da seguinte emenda substitutiva.

A emenda.

> Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 2º.
> .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§5° Pelo menos três por cento dos recursos referidos no *caput* serão destinados para projetos e programas específicos de saneamento básico em áreas rurais.

§6º O Poder Executivo fica autorizado a sustar ou limitar, até o fim do primeiro trimestre civil, o direcionamento de que trata o §5º, quanto aos recursos arrecadados no exercício.

§7º Em caso de insuficiência de operações de financiamento em relação ao valor requerido pelo direcionamento determinado nos termos dos §§ 5º e 6º deste artigo, a diferença deverá ser convertida em disponibilidade financeira, observado o disposto no §8º.

§8º As disponibilidades financeiras de que trata o §7º voltarão a ter a destinação geral de que trata o caput deste artigo, no terceiro ano seguinte ao de sua constituição.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Em discussão a matéria.

Senador Mecias de Jesus, com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero apenas agradecer, mais uma vez, a V. Exa. pela deferência e quero também agradecer ao Senador Petecão pelo relatório, aprovando um projeto de nossa autoria.

Esses recursos, Sr. Presidente, 3% que sairão do FAT para saneamento básico em áreas rurais, certamente não resolverão o problema do Brasil de uma só vez, mas já é uma gota d'água que vai ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Sem dúvida.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... sobretudo aqueles mais necessitados nas vicinais, nas pequenas vilas, que têm necessidade de saneamento básico. Saneamento básico não é apenas uma necessidade fisiológica, mas é, principalmente, uma prevenção à saúde. E nós precisamos muito fazer prevenção à saúde.

Obrigado ao Senador Petecão, aos colegas da Comissão e a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Meus cumprimentos pela autoria do projeto e, ao Senador Sérgio Petecão, meus cumprimentos pela abrangência do relatório.

Em discussão a matéria. Continua a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós encerramos a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, passa a constituir parecer da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Nada mais havendo a tratar, declaramos encerrada a nossa reunião.

Mais uma vez, muito obrigado a todos pelas presenças.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia treze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Fernando Dueire e Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 116/2024 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Tratar do fortalecimento das Instituições Filantrópicas e promover o diálogo entre Governo, Setor Privado e Especialistas visando a inovação, sustentabilidade e gestão eficiente no setor de saúde. 1ª Audiência: Filantrópicas e Governo. Tema: "Santas Casas e Instituições Filantrópicas: Estratégias Sustentáveis para Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS)". **Participantes:** Roberto Otto Augusto de Lima, Provedor da Santa Casa Belo Horizonte; Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo; Tereza de Jesus Campos Neta, Superintendente Geral do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira – IMIP; Rodrigo Alves Torres Oliveira, Diretor do Departamento de Estratégias para a Expansão e a Qualificação da Atenção Especializada do Ministério da Saúde; e Mirócles Campos Véras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos – CMB. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/13

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta 50ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 116, de 2024, da CAS, da minha autoria, para a realização de audiência pública sobre o tema "Santas casas e instituições filantrópicas: estratégias sustentáveis para fortalecer o Sistema Único de Saúde", com o objetivo de promover o diálogo entre representantes das filantrópicas e do Governo sobre financiamento, desafios administrativos e políticas públicas necessárias para garantir a sustentabilidade dessas instituições.

Esta é a primeira audiência de um ciclo de audiências públicas destinado a tratar do fortalecimento das instituições filantrópicas e promover o diálogo entre o Governo, o setor privado e especialistas, visando a inovação, sustentabilidade e gestão eficiente no setor de saúde.

As outras duas audiências do ciclo serão realizadas hoje e amanhã, às 14h.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com serviços de interatividade com o cidadão; Ouvidoria também, através do telefone 0800 0612211 – novamente, 0800 0612211 –; e o Portal e-Cidadania, por meio do *link* www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto – de novo, senado.leg.br/ecidadania,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários dos expositores via internet.

Estão presentes, em pessoa ou remotamente, os seguintes convidados: Dra. Tereza de Jesus Campos Neta, Superintendente-Geral do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), por videoconferência. (*Pausa.*)

Mirocles Campos Véras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos; Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo; Roberto Otto Augusto de Lima, Provedor da Santa Casa de Belo Horizonte; Rodrigo Alves Torres Oliveira, Diretor do Departamento de Estratégias para a Expansão e a Qualificação da Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Aproveito o momento já para agradecer a todos os participantes. Muito obrigado por estarem aqui conosco.

Parabenizo o trabalho que é feito pelas santas casas e instituições filantrópicas por todo o Brasil. Quero dizer da importância desse tema para todos nós. Muitas vezes, numa cidade, a santa casa é a única instituição de saúde com capacidade de atendimento para casos de média e alta complexidade. E, sem dúvida nenhuma, fortalecer essas instituições é importante para a sociedade, é importante para as empresas da cidade, eu vou colocar aqui também, para as empresas da cidade, para o andamento normal dos serviços em todas as áreas. E geralmente o que eu ouço dos Prefeitos, dos mantenedores é a dificuldade financeira da manutenção da instituição.

Portanto, estas três sessões, estas três audiências públicas têm a seguinte divisão estratégica: hoje nós temos as santas casas e filantrópicas com o setor público. Qual é o objetivo? Estudarmos e entendermos quais são as restrições, o que acontece entre essas instituições e o setor público, o que pode ser melhorado, o que pode ser feito, e trazer subsídios para que nós, aqui no Legislativo, possamos tomar as providências necessárias para ajustar as leis ou criar novas leis de forma a facilitar e melhorar o trabalho e o serviço.

A segunda audiência, hoje à tarde, vão ser as santas casas e instituições filantrópicas com o setor privado. A ideia de ter o setor privado participando é porque muitas vezes as empresas não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabem como podem ajudar, e, novamente, verificar as possibilidades de o Legislativo poder ajudar mesmo que seja com leis que tratam ou possam incentivar o incentivo fiscal para a participação dessas empresas, e mesmo conscientizar as empresas de que ter o seu funcionário ou funcionária menos tempo afastado por causa de problemas de saúde é vantagem para as empresas. Então, a empresa precisa ver essas instituições como parceiras ali do funcionamento como um todo.

E, na terceira, amanhã, na audiência pública de amanhã, às 14h, serão as santas casas e instituições com especialistas em estruturação financeira. Na minha experiência como Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação e das Comunicações nós tivemos muitos, mas muitos... é uma coisa semelhante ao que acontece com os parques tecnológicos, onde é feita a estruturação do parque e, depois, a manutenção financeira do parque acaba ficando prejudicada ao longo do tempo. E eu tinha lá uma secretaria no ministério especializada em projetos e estruturação financeira, e o trabalho dessa secretaria era essencial, com auditores, com profissionais do setor financeiro, que entendem como colocar, entre aspas, "a instituição em pé", em termos financeiros, e o que pode ser feito, tecnicamente para que isso aconteça de forma eficiente.

Então, essa de amanhã vai ser também muito importante nesse sentido de se poder trazer subsídios e haver troca de informações entre as entidades do setor; para saber, se na Santa Casa X está funcionando a parte financeira, o porquê. O que foi feito lá de diferente que pode ser copiado pelas outras santas casas? Então, trocar essas informações de forma que a gente possa reforçar o sistema como um todo.

Eu já tenho aqui algumas perguntas, que foram enviadas pelo e-Cidadania, perguntas e comentários... (*Pausa.*) Tem mais perguntas aqui. Muito bom! Você vê que é um tema de muito interesse para muita gente.

Então, como eu vou fazer aqui na condução desses nossos trabalhos? Eu vou pedir para a mesa – aliás, já agradeço de antemão a participação da nossa mesa aqui – fazer cópias e distribuir para os palestrantes e mandar também para aqueles que estão remotos, para que eles tenham essas perguntas e já vão pensando nas respostas.

Nós vamos conceder para cada participante dez minutos de fala. Aqui, para quem está aqui comigo, é fácil, porque tem um relógio ali e, quando chegar a um minuto ao final, vocês vão ouvir uma campainha como essa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Que não sou eu que toco, é automático. E também, aos 15 segundos, uma voz feminina bastante convincente falando que faltam 15 segundos. (*Risos.*)

Quem está remoto não tem essas dicas. Então, vou pedir para controlar o tempo aí no relógio, no celular, para que a gente não ultrapasse o tempo de dez minutos. Se precisar terminar a ideia, não tem problema, logicamente. Então, pode terminar a ideia, à vontade, mas é para não ultrapassar muito o tempo.

E já agradeço, de antemão, aqui, a quem nos mandou as perguntas. As perguntas vão ser respondidas no final, pelos participantes. É por isso que eu vou pedir para distribuir. Então, nas considerações finais, aquelas perguntas que não foram respondidas ao longo das apresentações... E, durante as apresentações também, se quiserem, já respondam a algumas perguntas.

Então, eu já agradeço ao Gabriel, de Minas Gerais; à Bárbara, de São Paulo; à Laís, de São Paulo; à Marisandra, do Rio Grande do Sul; ao João, de São Paulo; ao Luan, do Espírito Santo; à Raíssa, do Mato Grosso; à Ana, do Maranhão; ao Edney, do Amazonas; ao Artur, de Pernambuco; à Paula, de São Paulo; e ao Marcelo, de Santa Catarina.

Então, sem mais atrasos aqui, pelas minhas falas, eu passo a palavra.

Eu vou começar com a participante Dra. Tereza de Jesus Campos Neta, porque ela está por videoconferência e tem uma outra reunião logo depois. Então, eu vou começar por ela e abrir, aqui, o painel, para a sua fala, passando a palavra para a Dra. Tereza de Jesus Campos Neta, Superintendente-Geral do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira.

Dra. Tereza, a senhora tem a palavra, por dez minutos.

A SRA. TEREZA DE JESUS CAMPOS NETA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes, nosso Presidente Mirocles, toda a mesa e representante também do ministério, o Rodrigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, primeiro, parabenizar o Senado, pela iniciativa e a importância deste encontro. Os hospitais filantrópicos, hoje, no Brasil, são a maior e uma grande inspiração para o Sistema Único de Saúde, porque nós temos centenas de anos prestando relevante serviço ao povo brasileiro.

E, nesse sentido, o que me cabe, neste tempo de dez minutos, é falar um pouco sobre o Imip. Eu trouxe uma apresentação, que eu vou, agora, colocar em tela. Peço aí para o pessoal já colocar na tela.

Vocês estão conseguindo ver?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pronto, já está aqui na tela.

A SRA. TEREZA DE JESUS CAMPOS NETA (*Por videoconferência*.) – Então, o Imip é uma instituição 100% SUS e foi parte do sonho do fundador, o Prof. Fernando Figueira, que, lá no início, há 65 anos, pensou em criar uma instituição que cuidasse das crianças; em seguida, ele entendeu que deveria ser materno-infantil. E, hoje, é uma instituição de alta complexidade, que, além da pediatria, da maternidade e de cuidar das mulheres e das crianças, atende adultos e, além de todo o ciclo da vida, atende oncologia, cardiologia, nefrologia, transplantes e outros serviços. Então, hoje é um hospital que tem 65 anos e que tem mais de mil leitos, sendo considerado um dos maiores hospitais 100% SUS do Brasil.

O Professor dizia que, para sentir o que se deve fazer por uma criança, basta acreditar no futuro; nela, estão todos os roteiros. Então, nós temos nos inspirado em crianças, mas nós temos estado atentos aos adolescentes, aos adultos e aos idosos, nas suas especificidades.

A missão institucional...

Eu vou tentar tirar essa tela para cima, porque acho que está... Joga para cima essa tela aí.

Pronto.

Assistir aos usuários do sistema de saúde, seguindo as evidências científicas, realizar pesquisa relativa à saúde e às condições socioeconômicas da população, executar programa de formação de pessoal para a área da saúde, com uma gestão austera e inovadora, promovendo a saúde integral para todos. Se vocês observarem aí na nossa missão, nós falamos de três grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pilares. Nós falamos da assistência, do ensino e da pesquisa, entendendo que hoje os hospitais filantrópicos – não é de hoje, mas de sempre – não podem mais atender a população sem evidência científica e sem formação de pessoas que possam, inclusive, servir ao Sistema Único de Saúde.

E nós somos uma instituição privada, como eu disse anteriormente, com 65 anos. Desde sua fundação, mantém um compromisso sólido com a assistência, com o ensino, pesquisa e extensão. E estamos entre os quatro maiores hospitais filantrópicos 100% SUS do Brasil.

No Imip, temos como propósito cuidar das pessoas de forma integral, com respeito, com atenção e dedicação. Nossa história é marcada por momentos de superação, de descoberta e um cuidado constante. E aqui a gente traz alguns números que reforçam a importância da nossa instituição. Nós temos mais de mil leitos reservados 100% para a população do SUS, nós somos um hospital exclusivamente SUS; cinco blocos cirúrgicos; temos hoje mais de 4,5 mil colaboradores trabalhando no hospital, além dos colaboradores que são PJ, então, nós temos ao todo mais de 7 mil pessoas trabalhando nesse hospital, entre pessoas que trabalham no regime celetista e pessoas que trabalham no regime PJ; circulam em média 21 mil pessoas nesse hospital, para mostrar que é uma cidade, tem muitas cidades do Brasil que não têm 21 mil pessoas morando; área construída de mais de 69 mil metros quadrados.

E aí a gente mostra a dimensão do Imip e tudo que nós temos hoje distribuído. Nós temos três emergências. Nós temos uma emergência obstétrica, uma emergência pediátrica e uma emergência que atende à população adulta. Poucos hospitais privados, filantrópicos e públicos no Brasil têm três emergências no seu hospital. Inclusive, a maioria dos hospitais, até os privados, não tem emergência para criança ou emergência para as mulheres. Eles fazem escolhas, um é maternidade e o outro é emergência para mulheres e crianças, mas nós temos as três emergências. Uma maternidade grande no hospital, uma instituição hoje que atende pediatria e maternidade, enfermarias cirúrgicas várias que estão distribuídas aí nessa primeira etapa, porque nós temos três blocos. A parte azul é um grande ambulatório que nós temos. No centro é onde fica a área de alta complexidade e, ao lado, nós temos todas as áreas de alta complexidade e média. A UTI e a enfermaria de adultos ficam localizadas nesta área. Uma área de ensino e de pesquisa, e o nosso grande ambulatório, como eu acabei de citar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um hospital de referência em assistência integral, em clínica médica, cirúrgica, ginecológica, obstétrica e pediátrica. Nós temos hoje 49 especialidades médicas, 9 especialidades não médicas e 8 centros de referências. Esses centros de referência estão aí relacionados. Nós somos hoje o Centro de Assistência em Alta Complexidade em Oncologia (Cacon), é o único Cacon do Estado de Pernambuco; nós temos o Centro de Atenção aos Defeitos da Face, único em Pernambuco; o Centro de Especialidade Odontológica; um centro especializado em reabilitação, nós somos o CER IV; o Centro de Erros Inatos do Metabolismo – então, lembrando que, aqui em Pernambuco, nós temos dois centros desse, e o Imip é o maior Centro de Erros Inatos do Metabolismo –; o Centro em Alta Complexidade Cardiovascular; o Centro em Alta Complexidade em Neurologia/Neurocirurgia; e o Centro de Tratamento de Osteogenesis Imperfecta. Então, isso mostra que nós, além de atendermos e disseminarmos, no Estado de Pernambuco, uma assistência complexa, nós temos grandes centros de referência que fazem a diferença para o Sistema Único de Saúde de Pernambuco.

Temos outros serviços de referência, como o Ambulatório de Saúde Digital; o Banco de Leite, que inclusive é referência, porque nós fazemos parte da comissão nacional para validar os bancos de leite do Brasil; o Banco de Olhos; o Biobanco – no Nordeste, só existem dois biobancos, no Nordeste inteiro, e Pernambuco tem esse, que é aqui no Imip –; temos a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera; o Centro de Mama; o Hospital Dia; o Laboratório de Biologia Molecular; o Laboratório de Marcha, sendo este o único em Pernambuco; Serviço de Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva; Serviço de Diagnóstico de Fibrose Cística; Serviço de Doenças Raras; Serviço Especializado em Terapia Renal, então nós temos uma hemodiálise com cem vagas aqui; Serviço de Obesidade; Serviço de Lipodistrofia; Unidade de Assistência de Alta Complexidade Nutricional; e Unidade Geral de Transplante.

Nossa assistência está reunida em vários números: 4,9 mil partos por ano, 13 mil cirurgias, reunindo 473 de transplantes, 49 mil internamentos, 147 mil atendimentos de emergência, 216 mil exames de imagem e 806 mil consultas ambulatoriais com 2 milhões de procedimentos de diagnóstico. Nós atendemos no ano mais de 3 milhões de pessoas que vêm, que são atendidas no hospital. Somos uma instituição formadora com 3.222 alunos, lembrando que, juntando toda a Região Nordeste, a Bahia, a Paraíba, o Ceará, Alagoas – toda a Região Nordeste –, nós reunimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o maior número de alunos, de residentes da Região Nordeste inteira, juntando todos eles. Então, aí está distribuído pelo número de alunos, de graduandos, de mestrandos, para todos vocês.

Temos uma área de extensão comunitária, porque também nós temos o trabalho com o Município de Recife, e é uma cogestão em relação à saúde da família com 12 unidades, 23 equipes e 7 comunidades que são atendidas.

Temos muitas parcerias nacionais com o ministério, com as secretarias, com as instituições de ensino e pesquisa, com os órgãos de fomento, e temos várias parcerias internacionais, com a Organização Mundial da Saúde, com a Opas, com o Saint Jude, com o Hospital da Divina Providência, em Luanda, em Moçambique, no Cabo Verde, na Itália, na Argentina, na Holanda, em Portugal e em Londres.

Eu tentei – ela acabou de avisar dos 15 segundos – ser muito objetiva, Senador, porque eu acho que era a minha responsabilidade, com o compromisso assumido com vocês de que eu teria muito mais do que falar sobre mim, mas eu não posso perder esta oportunidade, Senador e todos os presentes, nosso Presidente, de dizer que a luta dos hospitais filantrópicos e das santas casas é gigante, primeiro, porque é um sistema subfinanciado, é um subfinanciamento crônico e que nós precisamos, sim, resolver, inclusive um dos eixos que vai contribuir muito com os hospitais filantrópicos – nós estamos todos aderindo a esta agenda –, que é o Agora Tem Especialistas.

Então, aqui no Imip, nós já aderimos tanto em relação às OCIs como em relação ao crédito consignado. E eu acho que é uma forma de a gente buscar um apoio, porém não é suficiente, porque o subfinanciamento é crônico a uma instituição que faz transplante.

E aí, Senador, eu quero aproveitar para relatar por que é que eu não estou em Brasília. Aqui no Imip, que é a maior maternidade do estado, nós temos 65 médicos obstetras. Nós fomos surpreendidos com a entrega de uma carta de rescisão de 40 médicos. Eu passei a semana trabalhando um acordo, uma negociação com o Sindicato dos Médicos, com o Ministério Público do Trabalho em que tivemos êxito. Nós fechamos um acordo e nós vamos dar um reajuste salarial aos médicos, mas isso significa que, em uma instituição que tem uma maternidade com 1,6 milhão de déficit mensal, nós estamos falando de quase 18 milhões ao ano. A maternidade – o senhor viu quantos serviços eu apresentei, todos viram; eu estou falando só da maternidade – tem um déficit mensal de 1,6 milhão, o que representa 18 milhões ao ano. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando esse custo, aumentando essa despesa, eu vou aumentar o déficit, e o déficit do hospital todinho é da ordem de 7 milhões.

Então, não tem jeito. A gente pode ser bom gestor, e eu acho que os hospitais filantrópicos dão testemunho e exemplo de excelente gestão. Nós podemos ter uma equipe trabalhadora de primeiro conhecimento e de primeira hora, mas, se nós não tivermos um financiamento adequado, não há gestor que consiga resolver os problemas que estão no nosso cotidiano.

Por isso que a gente trabalha com a linha de aprovação do reajuste da Lei 14.820, de ver a questão dos nossos endividamentos, das emendas parlamentares – e os Deputados e Senadores têm sido fundamentais para contribuir com os hospitais nessa agenda – e do apoio aos programas, como o exemplo que eu dei do Agora Tem Especialistas.

Agradeço por ter me dado a oportunidade de eu ser a primeira. Ao mesmo tempo, digo que estou à disposição. Como eu justifiquei, não vou ficar até o fim, vou ficar o máximo que eu puder, porque o Ministério Público do Trabalho vai ter uma agenda comigo e o Sindicato dos Médicos, e nós estamos alinhando alguns acordos, para que a gente não tenha problema maior do que temos hoje, na maternidade e no hospital.

Muito obrigada e é uma grande honra e um grande prazer estar no Senado Federal, mesmo que *online*, para ouvir nossas aflições, mas também para encontrar caminhos que serão construídos em todos estes apoios: Senado, Câmara, Ministério da Saúde, secretarias estaduais e municipais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Tereza de Jesus Campos Neta, Superintendente-Geral do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. Parabéns pelo trabalho, parabéns por todo o apoio que vocês dão à sociedade, à comunidade.

E eu gostaria de aproveitar também este momento, em seguida da fala da Doutora, para solicitar àquelas instituições filantrópicas que queiram nos enviar aqui para o Senado, enviar aqui para a Mesa da Comissão documentos explicando, trazendo as suas preocupações e sugestões, para que nós possamos compilar tudo isso nesta Comissão... E eu me comprometo a liderar com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Senadores aqui, para que nós possamos achar as soluções pertinentes e cabíveis que nós possamos que nós possamos tratar aqui para ajudar na gestão das santas casas.

Então, muito obrigado.

Eu aproveito também para citar, inclusive, dois projetos de lei da minha autoria, que eu apresentei, estão, na mesa do Senado, aguardando designação. Um é o Projeto de Lei 3.232, de 2025, sobre ressarcimento ao SUS, que altera a lei dos planos de saúde para corrigir a destinação dos valores pagos pelos planos de saúde ao SUS. Determina que o ressarcimento das operadoras seja feito diretamente ao fundo de saúde do estado ou município que prestou o atendimento, e não apenas ao Fundo Nacional de Saúde. Exige que a regra de cálculo seja revisada periodicamente para garantir que o valor cubra os custos reais dos serviços prestados. O objetivo é justamente fortalecer a descentralização, garantir a justiça financeira e melhorar a sustentabilidade dos serviços públicos locais de saúde.

O outro é o PL 3.233, de 2025, que trata de entidades filantrópicas no SUS, que altera a Lei Orgânica de Saúde para garantir a prioridade às santas casas e entidades sem fins lucrativos na participação no SUS. Prevê preferência na certificação beneficente, apoio à gestão e tecnologia, acesso a linhas especiais de financiamento e complementação da remuneração para preservar o equilíbrio financeiro. Autoriza as entidades a cobrar diretamente das operadoras de planos de saúde pelo atendimento feito aos seus beneficiários dentro do SUS, medida que desonera o sistema público e fortalece financeiramente o setor filantrópico. O objetivo é também garantir a sustentabilidade, a eficiência e a valorização das instituições que sustentam grande parte da rede de atendimento do SUS.

Na sequência, então, eu passo a palavra à Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo, para os seus dez minutos.

Obrigado.

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Senador Astronauta, eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui, com os demais colegas, para que a gente fale desse tema tão importante na vida de todo brasileiro. Eu acho que é um momento especial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria só, para iniciar, para passar o filme, que é bem curtinho, são no máximo três minutos, para a gente contextualizar a Santa Casa de São Paulo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – Como vimos, a Santa Casa de São Paulo é uma instituição que está já há 460 anos a serviço da saúde, da saúde da população da cidade de São Paulo e do estado, de todo o Estado de São Paulo e de também outros estados do Brasil. Ela vem sempre com o compromisso de trazer assistência humanizada e de excelência aos pacientes que nos procuram. Ela nasceu junto com a cidade e acompanhou o crescimento do Município de São Paulo, foi o amparo da população desde sempre, seja no papel do acolhimento social, acolhimento dos chamados de excluídos da sociedade, ou no marcante papel assistencial que ela vem desempenhando ao longo dos anos, seja na epidemia da gripe espanhola e, até mais recentemente, acompanhando a pandemia de covid, com o atendimento de milhões de pessoas. Sempre com suas portas abertas: são quatro portas abertas, quatro prontos-socorros abertos à população. Ela acolhe e atende sempre, mas muitas vezes ela só recebe aquele recurso que ela atendeu, para compensar aquele atendimento, muitos meses depois, e com os valores desatualizados e insuficientes para arcar com os custos que ela já bancou nas suas atividades.

Ao longo de sua trajetória, a Santa Casa de São Paulo consolidou-se como referência em inovação e adaptação frente aos desafios da saúde pública. A irmandade foi investindo continuamente em infraestrutura, tecnologia e qualificação de profissionais. Essa dedicação contribuiu significativamente para o avanço da medicina, para o atendimento de qualidade que é oferecido à população, reforçando assim o seu papel fundamental na história da saúde da cidade, do Estado de São Paulo e também do país.

Das suas unidades, três são hospitais, com os seus quase mil leitos, e temos também um centro de saúde escola. Em todos, o atendimento se dá 100% a pacientes provenientes do Sistema Único de Saúde. O nosso hospital central, com mais de 500 leitos, é referência para a região norte da cidade de São Paulo, parte da região oeste e também para os municípios tanto da Grande São Paulo – são seis municípios, Senador, da Grande São Paulo – como para 58 municípios do Estado de São Paulo. Quando a gente contabiliza em número, são 10 milhões de pessoas que têm como referência a Santa Casa de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua característica é de hospital de ensino, tendo sido berço das três principais, mais antigas faculdades da cidade de São Paulo. Tem habilitação para realização de inúmeros procedimentos de alta complexidade nas várias especialidades médicas, com a participação sempre de equipes multiprofissionais. Temos o compromisso de formação em saúde, compromisso de formação de médicos em pós-graduação, de diferentes programas de residência médica, colocando anualmente, a serviço da estrutura de saúde do país, mais de mil profissionais formados em mais de 50 especialidades médicas diferentes. Além disso, a Santa Casa de São Paulo desempenha um papel essencial na promoção de pesquisas e no desenvolvimento de práticas inovadoras em saúde, integrando ensino, assistência e pesquisa em seu cotidiano. Esse compromisso com a excelência, ensino e assistência garante que os pacientes que nos procuram tenham acesso às técnicas mais avançadas e a tratamentos atualizados, fortalecendo ainda mais a relevância da nossa instituição no cenário nacional.

Sabemos, Sr. Senador, que as instituições filantrópicas, especialmente as santas casas, são estratégicas para o sistema de saúde brasileiro. E, mais uma vez, receba o nosso agradecimento por este espaço, tão importante para o debate.

Apesar de toda a nossa importância na vida de milhares de pessoas, a Irmandade da Santa Casa, que é uma instituição particular filantrópica, vem buscando sempre o seu equilíbrio financeiro, mas no decorrer do tempo foi se endividando para conseguir seguir com a sua missão. Hoje, mesmo com a operação dos hospitais equilibrada, bem mais saudável, ainda lutamos muito para sanar as dívidas do passado, devido a um histórico de subfinanciamento – não é de agora, é um histórico, é um histórico de subfinanciamento gerado. Existe diariamente – eu estou há seis anos na Superintendência –, diuturnamente, uma gestão de recursos forte e eficiente, para que a gente possa manter esse atendimento, essas portas abertas e o atendimento que a gente executa. Mas não é o suficiente para sanar o endividamento que foi se acumulando no decorrer dos anos. Foi praticamente um rombo, um rombo que se ocasionou por décadas, né?

Diante desse cenário, torna-se evidente que a sustentabilidade financeira da Santa Casa de São Paulo e das santas casas em geral não dependem só dos esforços internos de eficiência operacional, mas também de políticas públicas adequadas e de apoio de toda a sociedade. É fundamental o reconhecimento do nosso valor social e histórico, de todas as nossas instituições, com a revisão dos mecanismos de financiamento destinados às entidades para garantir sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuidade, e que a gente possa ampliar o nosso impacto positivo no sistema de saúde brasileiro.

A Lei 14.820, de 2024, do Deputado Antonio Brito, já foi um grande avanço...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – ... para determinar a revisão periódica dos valores de remuneração dos serviços prestados do SUS. É preciso que ela se cumpra e que se incorpore nos contratos daqui para a frente, não ainda incorporados. Em 2024, esse repasse cobriu apenas parte da inflação dos custos de serviços já prestados.

Os hospitais filantrópicos, pela sua capilaridade e importância, são fundamentais para as ações estratégicas e políticas públicas que o Ministério da Saúde queira implantar em todo o território.

Aí eu vou pedir para o Rodrigo... Já falei isso uma vez, é preciso também que a gente tenha mais celeridade nos processos de avaliação e credenciamento dos serviços, assim como uma revisão dos incentivos. Muitas vezes a gente demora muito tempo para conseguir que saia publicado o credenciamento e então ter o financiamento. Eu tenho um exemplo de UTIs pediátricas, a gente montou dez leitos e tivemos 15 meses até ter a publicação da habilitação e a gente poder receber o recurso.

E também os incentivos federais, que muito nos ajudam a manter os hospitais abertos, também estão congelados há cerca de 20 anos. Então também eles acabam ficando muito defasados para cobrir os custos atuais.

Vou economizar porque já teve um... (*Risos.*)

Então, a maior parte da nossa dívida bancária é com a Caixa Econômica Federal, que nos socorreu num momento muito importante, que nos ajudou num momento muito importante de criticidade. Não conseguimos hoje acordos para que a gente possa usar o nosso patrimônio imobiliário para quitar essa dívida – reduzir ou quitar –, para que a gente alivie o fluxo de caixa, porque pesa bastante.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – Nós já pagamos quase duas vezes o que emprestamos.

Então é isso, precisamos evoluir na construção de soluções que aliviem de imediato o nosso fluxo de caixa e que possamos seguir com o nosso atendimento para a população.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo, que eu conheço. Parabéns lá pelo trabalho.

Realmente fica bem clara a dificuldade financeira que acontece ao longo do caminho. E nós precisamos achar em conjunto, inclusive com o Ministério da Saúde também, o que a gente pode fazer aqui para poder ajudar, seja no orçamento específico, seja talvez para potencializar empréstimos especiais para as santas casas, com o sistema financeiro do país, mas alguma forma a gente precisa fazer para ajudar.

Então, parabéns pelo trabalho.

Na sequência, eu passo a palavra ao Dr. Roberto Otto Augusto de Lima, provedor da Santa Casa de Belo Horizonte.

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todos. Bom dia, Senador Astronauta Marcos Pontes. Eu agradeço muito a oportunidade de estar aqui podendo demonstrar o que são nossas santas casas e os problemas que nos afligem.

Opa, já passei aqui sem querer. Espere aí.

A santa casa de... Já foi para o final, hein? O negócio está rápido aqui. (*Risos.*)

Eu estou apanhando aqui um pouco. Espere aí.

Hoje, a Santa Casa de Belo Horizonte – eu vou falar um pouco da Santa Casa de Belo Horizonte para contextualizar – é o maior hospital do Brasil em número de internações. Nós fizemos, em 2024, 54.498 internações, apesar de não sermos o maior hospital em número de leitos. Isso já demonstra a eficiência na gestão da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem um "delayzinho" – agora eu aprendi.

O acesso à saúde de ponta. Essas 54 mil internações, quer dizer, acesso à saúde... Lá nós temos um lema, um ideal que se chama "Saúde de ponta para todos", isso é acesso e excelência na gestão, é o que nós pensamos na Santa Casa na hora de tomar as nossas decisões. São 3,6 milhões de atendimentos, considerando todas as unidades; 1.153 leitos, 100% SUS. Atendemos 90% dos municípios mineiros. A gente só não fala que atende 100%, porque tem município que não tem nem posto do Sistema Único de Saúde que consiga identificar que esse paciente está vindo de lá, mas, com certeza, 90% a 100% dos munícipes mineiros chegam até a Santa Casa. Fazemos cerca de 20% das internações da capital belo-horizontina.

Foi.

Vamos ver se agora vai.

Para cá.

Aí, agora foi rápido.

Aqui é para mostrar um pouco da gestão.

A Época Negócios 360 e a Fundação Dom Cabral reconhecem a Santa Casa, já pelo quarto ano consecutivo, como a terceira melhor empresa de saúde do Brasil. E aqui nós não estamos concorrendo com outras Santas Casas ou hospitais filantrópicos, aqui tem OdontoPrev, aqui tem Gerdau – claro que não na saúde, mas tem um ranking geral, em que nós ficamos bem colocados também –; aqui tem Beneficência Portuguesa, tem várias instituições de grande porte voltadas para a saúde suplementar, e a Santa Casa já vem, pelo quarto ano consecutivo, como a terceira melhor empresa de saúde, sendo a primeira da saúde mineira entre as premiadas.

Considerando os parâmetros de visão do futuro, está em segundo lugar do Brasil – é geral aqui, não é só entre empresas de saúde. Está em primeiro lugar no setor de saúde. Em relação a pessoas, está em segundo lugar do Brasil, no setor de saúde. Em inovação, está em quarto lugar do Brasil, no setor de saúde. Em desempenho financeiro, apesar de todos os problemas que nós temos no financiamento, está em quinto lugar no Brasil, no setor de saúde. Em socioambiental,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está em quinto lugar também no setor de saúde. Em governança corporativa, está em oitavo lugar do Brasil. Governança traz transparência e seriedade da gestão.

Eu estou...

Aqui foi um prêmio que nós vencemos, no ano passado, pela União Brasileira de Qualidade. Ficamos em primeiro lugar ao lado de Cenibra e Energisa, que são duas empresas multinacionais, e nós conseguimos ficar à frente delas em gestão, no reconhecimento, o que assustou até os árbitros. Como essa premiação era às cegas, os árbitros só descobriam quem eram as empresas e instituições que estavam ali concorrendo na hora de abrir o resultado. Eles falaram: "Poxa, mas uma santa casa em primeiro lugar em gestão de Minas Gerais!". E também somos auditados por uma das quatro maiores empresas de auditoria do mundo, que é a KPMG, significando transparência.

Opa.

Esse modelo 100% SUS, por incrível que pareça, nasceu lá em Belo Horizonte com a Santa Casa de Belo Horizonte. Nós somos o primeiro hospital 100% SUS a ter um incentivo para ser 100% SUS. Claro que, com certeza, existiam hospitais filantrópicos dedicando sua força totalmente ao Sistema Único de Saúde. E a importância desse modelo fica evidenciada nesse gráfico.

Aqui é o número de internações na cidade de Belo Horizonte. A linha vermelha são os hospitais 100% SUS, de 2010 a 2024, notando que, de 2010 a 2018, eram somente três hospitais 100% SUS na cidade, sendo a Santa Casa o maior, e os outros dois bem pequenos – de pequeno e de médio porte –, hospitais de 300 e 200 leitos, e a Santa Casa, nessa época de 2010, com cerca de 800 leitos SUS. Então, nós saímos de 68 mil internações para 144 mil internações em 14 anos.

E ali embaixo estão os demais hospitais que atendem à cidade de Belo Horizonte. Os filantrópicos, que não são 100% SUS, naquela linha laranja, aumentando um pouquinho ali no final de 2024; os hospitais públicos estaduais, mantendo; e os demais, mantendo o mesmo quantitativo de internações. Então, aí demonstra claramente a importância do modelo 100% do SUS e como é que nós conseguimos – mesmo com todas as dificuldades que eu vou falar daqui a pouco – aumentar o número de internações e atender à população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente vê ali que até no hospital público municipal vem caindo o número de internações. Se a gente tivesse, como nós não conseguimos ter acesso, de forma clara e transparente, aos dados de financiamento dessas instituições públicas – municipal , estadual e público federal – a gente não conseguiu trazer os dados financeiros, mas, provavelmente, se a gente fosse ver os dados financeiros dessas instituições públicas, elas estariam ali no gráfico com uma linha ascendente ultrapassando, com certeza, as internações feitas pelos filantrópicos.

E aqui nós temos os desafios.

Incerteza nos repasses de recursos. Hoje nós temos recursos atrasados com o Governo Federal, que é o Faec; nós temos recursos atrasados com o Município de Belo Horizonte, que vem reiteradamente atrasando repasses para a Santa Casa de Belo Horizonte. Chegamos, em alguns meses, a R$30 milhões de falta de pagamento, inclusive de recursos federais, que eles já receberam e que não chegou ainda para a Santa Casa, sendo que a média de recebimento é de 60 dias. O recurso já chega aos cofres municipais, ao Fundo Municipal de Saúde, com 30 dias, e eles demoram mais 30 para nos repassar, quando repassam; às vezes, ainda demora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – E tem a portaria, de cinco dias, que não é respeitada.

Pensando que o paciente que fica 15 dias internado na Santa Casa, 20 dias ou até 30 dias, ou até em leitos de longa permanência, em que o paciente fica meses internado, a gente só vai receber... No caso da longa permanência, a gente consegue fazer uma AIH por mês, mas aquele que fez uma cirurgia, esse prazo de 60 dias começa a contar da alta do paciente. Então, você já gastou com o paciente – os insumos, os honorários médicos, e etc, – e só vai receber, e se receber, 60 dias depois, né?

Financiamento insuficiente, sem atualização. Isso, todos já sabem, mas a Tabela SUS, o problema dela não é só a questão de financiamento. Tem também incorporação de novos procedimentos, novas drogas, e OPMEs também. Às vezes os procedimentos, as OPMEs e os medicamentos são incorporados, mas, não se assustem: vem com valor zerado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



Então, incorpora a tecnologia, mas o valor do financiamento é zero. Aí nós somos cobrados por Ministério Público, pela sociedade para realizar aquilo que está lá na tabela: "mas está aqui na tabela, e seu contrato fala que você tem que fazer". Mas o valor é zero ou, então, muito abaixo do valor de mercado para aquisição.

Esse também é um problema da Tabela de Procedimentos do SUS, não é só de valores.

Modelo punitivo das metas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – Se nós cumprimos as metas, nós recebemos aquilo que está combinado. Se passarmos das metas, não recebemos nada a mais por isso. E, se não cumprirmos, somos penalizados financeiramente.

E a regulamentação é complexa. Hoje, nós temos mais de 160 indicadores de acompanhamento mensal de que nós temos que prestar conta para os três entes públicos: município, estado e União, sendo mais de 18 rubricas de pagamento. O financiamento vem em 18 rubricas, Senador. São 160 indicadores. Nós temos, na Santa Casa de BH hoje, uma equipe de 12 pessoas só para acompanhar isso, onerando o serviço de saúde.

Aqui, mostra a dificuldade do financiamento e a falta da correção monetária ou de atualização dos valores que nos impactam de forma significativa.

Em 2020, a Santa Casa recebia cerca de 2,52, tabela SUS. Em 2024, nós passamos a receber 2,46. Nós tivemos uma redução de 0,06, tabela SUS. Considerando que, em 2020, nós tínhamos 956 leitos e fazíamos 39 mil AIHs, em 2024, 1.153 leitos e 54 mil AIHs. Ou seja, aumentamos 20,6% o crescimento em leitos, em 39% o crescimento em AIHs e tivemos uma redução de financiamento.

Se nós tivéssemos a inflação projetada ali do IPCA – IPCA, que não reflete a inflação médica –, de 27,31%, nós estaríamos recebendo 3,21, tabela SUS, em 2024. Nós continuamos recebendo, em 2025, 2,46, se não reduziu. Nós estamos fazendo esse estudo lá. Isso significaria, no caixa da instituição, R$200 milhões.

(*Soa a campainha.*)



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – E a Lei 14.820 não trouxe só a obrigação de atualização dos contratos de prestadores de serviços SUS. Ela só reforçou o que já existia na Lei 8.080, porque o art. 26 ou o art. 27 da Lei 8.080 já prevê a obrigação de periodicamente se atualizar a tabela de procedimentos.

Então, nós reforçamos a lei, e ela, infelizmente, no primeiro ano de vigência, 2024, não foi cumprida. Nós tivemos cerca de 1% de reajuste, e daquelas 18 rubricas de que eu falei que compõem o financiamento da instituição, uma delas é a Lei 14.820, porque ela vem por uma rubrica. Ela não integra o contrato de prestação de serviços. Ela vem por uma rubrica isolada.

Aqui, a falta de equidade no financiamento do sistema de saúde.

A Santa Casa de Belo Horizonte recebe 2,46, tabela SUS.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – Os hospitais 100% SUS, em BH, de 2,3 a 9,3. Eles falam: "poxa, então tem hospital em Belo Horizonte que recebe 9,3, tabela SUS?".

É porque ele é um "filantrópico", entre aspas. Ele é um serviço autônomo social. Na verdade, trata-se de uma empresa pública que consegue um registro de filantrópico e tem, no contrato dela, a atualização monetária obrigatória, todos os anos, por isso que chega a 9,03, tabela SUS. Os Filantrópicos Brasil, em média, 1,8, tabela SUS.

O Grupo Hospitalar Conceição, que é uma empresa pública federal, 10,9, tabela SUS. E os hospitais universitários federais chegam a 25, tabela SUS.

Então, se nós tivéssemos um financiamento mais equitativo, um financiamento mais pragmático – quem é eficiente, quem presta serviço, quem produz – e o dinheiro voltado para essas instituições, eu acredito que nós não teríamos o problema das filas, por exemplo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – Tem que descontar aqui o tempo do *delay* do... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Tranquilo...

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – Aqui é um manifesto da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Nós estamos com o nosso contrato de prestação de serviço vencido desde dezembro de 2024, tentando negociar – nós estamos em outubro de 2025. E esse documento foi emitido pela Secretaria Municipal de Saúde, que se diz esgotada dos meios de financiar... E eu acredito que sim, porque o Ministério da Saúde vem cada vez mais desfinanciando os filantrópicos, propriamente, né? Porque há outros ali que têm um financiamento mais adequado. Por quê? Como não tem reajuste na tabela, como é a tabela em que é feito o pagamento, não tem reajuste em várias das rubricas que eu citei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – ... como as 18 existentes, ele vai saindo e o município tem que entrar. O Estado de Minas é um estado com muita dificuldade fiscal – agora que ele está começando a participar mais da saúde –; então, o município ficou sobrecarregado e não vem conseguindo fazer os reajustes para que a gente consiga continuar prestando serviço. Então, ele emitiu esse documento:

> Em análise comparativa do custo por leito e complexidade entre os hospitais da Rede SUS/BH, sejam eles públicos ou privados/filantrópicos 100% SUS, a Santa Casa BH opera com níveis de financiamento iguais ou inferiores à média, mesmo diante de um atendimento relativamente mais intensivo a pacientes com maior gravidade, que demandam maior consumo de recursos.

E aqui é um exemplo. Eu não acredito que a tabela SUS paulista também seja uma solução, porque a gente viu a falta de equidade, e isso acontece em São Paulo também, na conversa que eu tenho com meus pares...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – ... mas mostra que uma solução simples é pagar pelo preço que custa o serviço. E olha o que conseguiu fazer no aumento da produção lá em São Paulo. E deveria ser pelo menos equânime, porque ela paga a quem produz, ela não fica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrando metas e uma série de outras providências administrativas, burocráticas para fazer o acompanhamento daquele contrato. Ela é simples, ela paga simplesmente quem produz; se você produz, ela lhe paga, e com o resultado aí demonstrado. Então, a gente não precisa de tanta criatividade para solucionar o problema do financiamento das filantrópicas.

A Santa Casa de Belo Horizonte, apesar de uma gestão eficiente, uma gestão reconhecida, este ano, por exemplo, nós estamos com o contrato vencido desde dezembro de 2024...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – ... nós já captamos 40 milhões em banco para manter as atividades e provavelmente, agora em dezembro, nós vamos ter que voltar a banco novamente para pagar a folha de terceiro salário.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui, hoje, e trazer esses problemas que afligem todas as instituições filantrópicas do nosso país. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Roberto Otto Augusto de Lima, Provedor da Santa Casa de Belo Horizonte. Novamente, parabéns pelo trabalho. Realmente, trouxe dados bastante interessantes, importantes, que aparentemente afligem a todos. Esse trabalho em conjunto aqui, com a presença do Ministério da Saúde, pode tentar achar as soluções para isso.

Aliás, uma coisa... Enquanto falavam, eu estava imaginando aqui sobre a quantidade de atendimentos, etc., lembrando que eu não sou médico, que eu sou engenheiro, mas com muito tempo trabalhando com prevenção, com investigação de acidentes, etc. A prevenção é um fator bastante importante na redução da utilização da infraestrutura existente. E eu acho que é também, logicamente em paralelo com as outras coisas, um caminho importante para tomarmos, que é justamente aumentar as atividades de prevenção com a população para que se utilize menos, vamos dizer assim, o recurso, para se baixar a carga de trabalho também. É um ponto importante.

Eu quero aproveitar também este momento para agradecer a todos que nos acompanham pelas redes do Senado e pela TV Senado que nos enviaram perguntas. Continua aberto para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação de todos. E, no final, eu vou ler as perguntas e os comentários de todos, que também serão respondidos pelos nossos palestrantes.

Eu passo a palavra na sequência ao Dr. Rodrigo Alves... Ou melhor... Eu queria deixar você para o final, desculpe. Eu vou, então, passar a palavra ao Dr. Mirocles Campos Véras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Brasil.

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar aqui o Senador Astronauta Marcos Pontes. Queria cumprimentar o nosso representante do Ministério da Saúde, o amigo Rodrigo. Queria cumprimentar a Dulce, da Santa Casa de São Paulo; o Otto, da Santa Casa de BH; e a nossa Tereza, Presidente do Conselho Consultivo da CMB e Presidente do Imip.

Queria começar as minhas palavras, Senador, colocando aqui o agradecimento da CMB, que representa 1.814 santas casas e hospitais filantrópicos no Brasil, com 19 federações, representando 20 estados. Nós temos 50% da média complexidade do Sistema Único de Saúde, 62% da alta complexidade; se formos para transplante, para oncologia, chega aí a quase 70%. Então, eu não fujo de dizer publicamente que o Sistema Único de Saúde (SUS), o nosso SUS, defendido por todos nós, é representado, indiscutivelmente, pelas santas casas e pelos hospitais filantrópicos. Nós, na área hospitalar, fazemos o SUS em nosso país. A nossa responsabilidade é enorme, porque somos a base do sistema de saúde, somos o Sistema Único de Saúde do nosso país.

E, aqui, agradecendo a oportunidade de trazer aqui os nossos hospitais e a CMB para falar sobre a sustentabilidade das nossas santas casas e dos hospitais filantrópicos, queria agradecer a esta Casa, esta Casa que sempre nos apoiou de uma forma muito forte, inclusive nos momentos mais necessários, como foi no covid. Por iniciativa do Senador Serra, disponibilizaram-se R$2 bilhões, pelo reconhecimento do subfinanciamento; depois mais R$2 bilhões, iniciativa do Senador Carlos Heinze. Isso, além de outros projetos junto com a Câmara, através do Deputado Antonio Brito, Deputado Pedro Westphalen, Deputado Luizinho e tantos outros, deu-nos as condições de nós ultrapassarmos aquele período e também de termos, de uma forma muito clara, o reconhecimento pela sociedade e, consequentemente, pelo Estado brasileiro do subfinanciamento. Todos falavam em subfinanciamento, mas é aquele reconhecimento de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda hoje o Ministério da Saúde fala, através do nosso Ministro Padilha, de todos do Ministério, e efetivamente nós temos que buscar essa sustentabilidade.

O que foi colocado aqui por três, quatro santas casas e hospitais filantrópicos demonstra claramente a importância que cada um deles, cada uma dessas instituições tem em cada estado, em cada cidade, a importância de grandes santas casas, demonstrando aí a competência, demonstrando que é um valor muito menor do que o próprio estado, do que a própria entidade pública que presta serviço no Sistema Único de Saúde... Isso comprovadamente, nós temos aí que é de sete a dez vezes menor o nosso custo pago, certo? E aqui foi demonstrado pelo Otto, através de uma instituição em BH, claramente. Esse é um recurso que todos nós pagamos pelo nosso imposto, como é que tem uma entidade filantrópica pagando e se endividando – o que vou aqui colocar –, e uma entidade pública, ou através de OS, através dos estados e municípios, com oito, dez valores de tabela SUS?

Então a sustentabilidade... E eu vi também, Senador, através das perguntas aqui, que a preocupação da sociedade brasileira se volta à sustentabilidade, que foi o que o senhor trouxe de uma forma muito competente, no momento agora de nós discutirmos efetivamente a sustentabilidade de nossas instituições.

E aqui foi colocada também, pelo Otto, a competência da Santa Casa de BH. Mas não é só a Santa Casa de BH, não. Ele trouxe aqui, são todas as santas casas. Quantas e quantas santas casas e hospitais filantrópicos têm sua certificação ONA, têm a busca de crescimento profissional de sua gestão para conseguir exatamente fazer muito com o pouco recurso que é pago? E acabam, naturalmente, no endividamento.

Mas estamos abertos, Senador, porque todos nós temos uma missão. E essa missão, quando foram fundadas essas instituições, ou por instituições religiosas, ou pela comunidade, ou por famílias, todas elas vieram da necessidade de uma missão que todas essas instituições, de uma forma muito clara, têm a seguir: elas têm de manter as portas abertas, mesmo com a dificuldade histórica que existe em nosso país.

E nós, da CMB, estamos agora, Senador, demonstrando mais o apoio e a ação de melhorar cada vez mais a gestão, nós estamos qualificando, com recurso da CMB, mais de 1,5 mil colaboradores das nossas santas casas em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela primeira vez, com a sensibilidade do Conass e Conasems do Ministério da Saúde, nós vamos ter recursos do Proad para ajudar a certificarmos a nossa entidade. Isso, então, inicialmente comprova claramente que temos gestão, e muita, e que cada dia mais nós queremos nos qualificar para que nós possamos, indiscutivelmente, trazer a segurança do paciente, a qualidade no atendimento e amenizar os custos através de nossa gestão.

Quando se colocaram aqui valores a serem pagos, a tabela colocada por Dulce, os incentivos... porque incentivos era para serem atualizados, porque o incentivo é de 20 anos – e há aqui tantos outros incentivos –, e, naturalmente, a instituição está viva, está prestando o serviço com a inflação colocada aqui também... está com a tabela parada.

Aqui foi colocado também, Senador, BH, a Santa Casa de BH. Outras santas casas têm dois, têm um, têm dois, têm três tabelas SUS. Mas eu quero dizer para o senhor que a realidade e o que eu represento, nessas 1,8 mil instituições grandes aqui também – sei que vai participar a Santa Casa de Porto Alegre e tantas outras santas casas grandes –, existem aquelas pequenas, citadas pelo senhor, em 800 municípios que são hospitais de pequeno porte, que estão ali abertos com endividamento e com o sofrimento do dia a dia, com muita força de vontade para estar trabalhando.

E dessas entidades, a maioria, a maioria dos estados é com a tabela única, sem uma coparticipação dos estados e dos municípios, como foi citado aqui. E não podemos deixar de citar a tabela paulista, que indiscutivelmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – ... houve uma melhoria – certo? – nessas instituições, porque nós estamos conversando, e conversamos através do nosso Presidente Rogatti, ex-Presidente da CMB, que conseguiu levar isso ao Governo de São Paulo, a se sensibilizar... E quando eu estive lá, alguns estados disseram: "Ah, mas o Estado de São Paulo é muito grande". Eu disse: "Não, mas na proporcionalidade de cada estado ele é igual. O que deve ter é a prioridade efetiva para conseguir a sustentabilidade.

Então, repetindo, a maioria dos nossos estados brasileiros... das 1,814 mil, a grande maioria dos estados – o meu é um – não têm cofinanciamento nessa tabela. E isso é um problema que nós temos efetivamente que colocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, aqui representado pelo Rodrigo, o Ministério da Saúde tem trazido uns projetos que estamos apoiando, porque acreditamos nesses projetos: troca de dívida, troca de tributos por serviço. Reunimos, semana passada, com a comissão nossa. Aqui, já tem entidade como o Imip discutindo e levando o que será efetivamente. Estamos discutindo que cada caso é um caso, mas tem casos que vão ser vantajosos, e estamos incentivando.

Em outras ações, na fila, de toda a diminuição de fila que houve do ano passado, nós, as santas casas e os hospitais filantrópicos, contribuímos com 51%.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Mesmo com esse recurso do Ministério da Saúde adiantado para os estados e municípios e com a maioria dos estados e municípios tendo incorporado esse recurso para os serviços próprios dos estados e dos municípios e passado pouco para as nossas entidades filantrópicas, contribuímos com a população, com o Ministério da Saúde, em 51% na diminuição da fila

Então, esse projeto é muito interessante. Estamos juntos com o Ministério da Saúde, mas é daqui para a frente. O diferencial da tabela que é colocado nos procedimentos é para ações de mais serviços, mas a base dos nossos contratos, das nossas contratualizações que atendemos hoje, a base que atendemos, hoje, do SUS é a tabela única, com algumas coparticipações de alguns estados, com algumas participações e incentivos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Então, é muito importante nós colocarmos isso, porque ela melhora certos serviços que estão sendo feitos a mais, mas a base continua a mesma do contrato nas contratualizações.

Temos colocado isso, temos discutido isso com o Ministério. O Ministério tem tido acessibilidade de discutirmos, de conversarmos, mas, naturalmente, como o senhor colocou aqui, existem ações que precisam do Parlamento, com leis, com apoio dos Senadores, dos Deputados, para que nós possamos realmente conseguir essa sustentabilidade.

Senador, permita-me, não existe nenhuma forma de fortalecer o Sistema Único de Saúde se não for com as nossas entidades santas casas. Não existe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Com 62%, 70% de alta complexidade dentro de um sistema, não é de um dia para o outro que vai alguém substituir ou o Estado brasileiro ou os estados ou os municípios pelo investimento que têm.

E não tem por que você trocar entidades que historicamente prestam serviço ao nosso país por uma entidade pública ou por uma entidade OS, através de uma pública, se nós fazemos o nosso papel. Será, ou é uma injustiça, não fortalecer quem sempre sustentou e sustenta o nosso Sistema Único de Saúde!

Isso, é importante que a gente venha a colocar de uma forma definitiva, de uma forma de buscar efetivamente essa ação e essa forma de nós chegarmos à base, aos contratos antigos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Rapidamente, eu sei que o meu horário já está ultrapassando, mas eu não poderia deixar aqui de fortalecer novamente a Lei 14.820, de 2024. Essa lei foi de iniciativa do Deputado Antonio Brito, o Deputado Pedro Westphalen foi o Relator. Ela passou por unanimidade na Câmara, mas, quando – o Governo se posicionou a favor na Câmara – chegou ao Senado, infelizmente, houve a posição do Governo contra a lei. E aí negociamos com o Líder no Senado para a modificação da lei.

A lei se coloca para ter, como disse o Otto, o reajuste dos seus contratos. Nós não estamos falando da tabela baixa; nós estamos falando que, pelo menos, anualmente, através da correção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – ... eles tivessem esses valores corrigidos. E isso infelizmente ficou de nós negociarmos com o Ministério da Saúde, anualmente, até dezembro, para que nós possamos ter esse reajuste; não é nem reajuste da questão da inflação da saúde, mas um índice que não foi colocado.

Negociamos. No ano passado, negociamos com o ministério; o ministério colocou de R$1 bilhão, que era o reajuste de 5%... Colocou três... De R$1 bilhão, colocou R$600 milhões, efetivamente, na tabela, para as instituições, e colocou R$400 milhões negociados e acordados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a CMB, porque a gente acha que tem que negociar, em tabelas de alto procedimento, que afetam, atingem algumas instituições, mas não atingem a todas, principalmente as pequenas.

Então, nós continuamos levando esse tema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Em toda nossa reunião, existe o compromisso do Ministro; inclusive, em nosso congresso, existe o compromisso do nosso Vice-Presidente, o pedido do nosso Vice-Presidente Alckmin para que seja feito, mas até agora não foi definido. E isso é muito ruim, porque nossas santas casas estão fazendo o seu orçamento do próximo ano. Se ela não coloca a previsibilidade desse reajuste em seu orçamento, é muito difícil para o nosso provedor, para o nosso administrador ter nessas entidades. Então, é fundamental que nós tenhamos a segurança do Ministério da Saúde, até porque não é efetivamente uma lei que foi a intenção, foi trocada, aqui no Senado, na última hora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – ... para que nós possamos ter realmente essa colocação...

Nós entregamos ao Ministro um documento que foi discutido, de acordo com o orçamento, de R$2,1 bilhões, para que fosse, no orçamento do próximo ano, encaminhado para as nossas instituições. Inclusive, lá, o Ministro, com o nosso Secretário-Executivo Adriano Massuda, confirmou os cálculos que nós fizemos, porque fizemos através de um estudo exatamente do reajuste. Então, é a questão de priorizar – o ministério realmente priorizar – e passar esses recursos para as nossas entidades.

Aqui também foi citada, e eu falo em nome de todos também, a questão do nosso endividamento. O endividamento hoje é R$15 bilhões. Senador, esse endividamento é das nossas santas casas, mas ele não é a causa das nossas santas casas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIRÓCLES CAMPOS VÉRAS NETO – É, como disse, comprovado e declarado pelo endividamento, pelo subfinanciamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Otto acabou de falar, ele é de uma grande santa casa, e isso não é só privilégio do Otto, eu quero brincar, chegar, agora no final do ano – aqui temos as outras santas casas – aos bancos novamente, com juro altíssimo, aumentar nosso endividamento, para cumprir com os nossos colaboradores e manter as portas abertas, salvando vidas; salvando vidas. E, no CPF do provedor aqui, porque eu também sou Presidente de uma instituição no Piauí, com a responsabilidade e com a coragem nossa de continuar com as portas abertas, prestando serviço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Então, já levamos também ao Ministério, certo? Inclusive, o ex-Vice-Presidente Alckmin me ligou semana passada, ligou para o nosso Presidente Rogatti também, pedindo orientação, porque ele esteve no Congresso, e nós colocamos para ele, e ele esteve com o Ministro Padilha, antes de viajar para a Europa e para a China. Foi lá falar com ele, cobrar do Ministério o que tínhamos discutido, que é criar, de imediato, o FGTS e também criar um fundo garantidor, que inclusive dentro do Ministério era prioridade no início, mas com tanta ação, acabou passando. Nós discutimos isso, inclusive, com o Ministro, era para entrar numa medida provisória, só que não deu tempo. Então, ela é urgente. Urgente, porque juro de 1,4 é juro de mercado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – E para finalizar, Senador, existe uma coisa muito forte dentro das nossas instituições hoje – forte e importante. Felizmente ou infelizmente, as nossas entidades só conseguem fechar ou amenizar esse déficit das nossas instituições através do Parlamento brasileiro, através de emendas parlamentares. Emendas que são faladas... Eu falo de emendas que vão para as santas casas, que vão conseguir amenizar o déficit operacional delas, de todas elas.

É muito fácil, Senador. O senhor pega a minha entidade, pegue qualquer entidade que aqui está, e pega o balanço dela do ano passado, pega o balanço dela sem emenda e com emenda. É muito fácil, é muito fácil, porque as emendas, nós já fazíamos isso, já abrimos conta, já colocávamos num plano de trabalho com o município, já divulgávamos no nosso *site*, divulgávamos em todas as nossas redes sociais, já fazíamos isso. É possível rastrear as emendas que vão para as Santas Casas, elas são efetivamente dadas pelo Parlamento, pelos Deputados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores para benefício do povo brasileiro, para a saúde do povo brasileiro. E elas não podem ser colocadas com outras emendas que vão para onde vão, e uma coisa ser misturada com outra. Nós temos que ter a coragem de dizer que as emendas parlamentares são essenciais para os nossos hospitais – essenciais!

E, infelizmente – também já em discussão, amanhã eu estou me reunindo com os Deputados, de manhã; já conversei com o nosso amigo Dárcio, do Fundo Nacional de Saúde – hoje, o direcionamento que está sendo dado a essas emendas é para mais produtividade, para mais serviço.

Nós já temos o mais especialistas com mais serviço, como eu disse, com uma tabela diferenciada que nós temos junto com o ministério, mas a vontade... E, de uma hora para outra... O que era existente de conseguir amenizar das nossas santas casas, as emendas, através de nosso custeio, amenizar, e, de uma hora para outra, tirar isso para produzir mais... Nós já temos, repito, mais especialistas, estamos juntos, produzindo. E esse recurso que eu coloquei, se o senhor entendeu, é a base que nós temos hoje. E essa base continua com a tabela...

Então, essa é mais uma ação que nós temos que discutir aqui no Parlamento, no Senado, para que nós possamos, urgentemente... Porque, como está, o sistema hoje do Ministério da Saúde, do Fundo Nacional de Saúde direciona para a produção. E, como já sempre dissemos: quanto mais produzirmos dentro daquela tabela, mais endividamento nós vamos ter. Então, essas emendas vão voltar para o Parlamento e vão deixar de fazer o que é muito importante, o que vêm fazendo durante muitos anos, que é dar sustentabilidade - ou amenizar - à nossa entidade.

Muito obrigado. E desculpe, é porque são muitos problemas. (*Risos.*)

Obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado!

Obrigado, Dr. Mirocles Campos Véras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos. Parabéns pela apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que a gente tenha isso aqui. Quero lembrar que todas as audiências públicas ficam guardadas, registradas, isso é público. Então, para que se tenha um entendimento completo da população... E a necessidade que nós temos, realmente, de atingir, através de várias mudanças, ou impactar esse problema para resolver. Não digo que vai resolver completamente, mas que a gente possa minimizar ou mitigar esses riscos que a gente tem hoje em dia.

E, realmente, as emendas – eu percebo isso, que a gente participa, eu também coloco várias emendas nas santas casas do meu estado – têm uma influência grande. Não cobrem o problema como um todo, logicamente. Quero lembrar que todo Parlamentar tem a necessidade de indicar 50% das suas emendas para a saúde, e é importante que faça isso de forma consciente e que tenha esse rastreio, realmente, porque hoje se tem falado muito sobre emendas, e é importante que as emendas sejam transparentes e rastreadas. Então, as santas casas têm sido um exemplo disso.

Obrigado.

Finalmente, eu passo a palavra, então, ao Ministério da Saúde, através do Dr. Rodrigo Alves Torres Oliveira, Diretor do Departamento de Estratégias para a Expansão e a Qualificação da Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Pois não. (*Fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA (Para expor.) – Quero... (*Fora do microfone.*)

Bom, quero cumprimentar todas e todos, cumprimentar a Mesa, cumprimentar e agradecer a oportunidade de estar fazendo este debate, um debate que a gente vem fazendo ao longo do tempo, quase que semanalmente a gente tem conseguido e tido oportunidade de conversar com a CMB.

Quero dizer que cheguei ao Ministério da Saúde em abril deste ano e já tive verdadeiras aulas, Mirocles, sobre o setor, contigo e com toda a diretoria da CMB. Muito bom, também, a gente estar aqui numa audiência que tem três dos gigantes do setor: Santa Casa de Belo Horizonte, Santa Casa de São Paulo e Imip; dois no Sudeste e um no Nordeste. São três gigantes e três exemplos muito, muito importantes e muito significativos, com uma presença no sistema local de saúde absolutamente insubstituível – absolutamente insubstituível!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pensar o sistema de saúde de Belo Horizonte, por exemplo, sem a Santa Casa é algo impensável; ou o de São Paulo – mesmo aquele gigante, aquela gigante cidade de São Paulo –; pensar o sistema de saúde de São Paulo sem a Santa Casa de São Paulo também seria, absolutamente, um exercício quase que impossível. E a mesma coisa eu posso falar para a Região Metropolitana de Recife, para todo o Estado de Pernambuco e o Imip, desse setor que é grande, é diverso, é absolutamente complexo e que vive as agruras e bonanças do SUS, né? Como um setor absolutamente comprometido com o direito à saúde, ele vive... Os destinos, de certa forma, se confundem, né?

Embora, do ponto de vista do histórico, ele seja bastante anterior ao Sistema Único de Saúde, mas, com o engajamento no Sistema Único de Saúde desde o início e em todo o processo, você consegue ver paralelos entre a história do Sistema Único de Saúde e a história do setor filantrópico de assistência à saúde, e, não à toa – eu estava ouvindo aqui –, grande parte dos desafios. Fui Secretário de Saúde durante oito anos no Estado do Rio de Janeiro, em uma cidade de 20, em uma cidade de 200, e em uma cidade de 500 mil habitantes, e os desafios se confundem, né? Ouvindo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA – Mas você sabe que, em vários aspectos, na cidade menor – você também conhece o pessoal com os hospitais menores, na cidade menor, não sei se pela quantidade de recursos ou pela proximidade com a população, o sofrimento também, em vários momentos, é maior –; os desafios se confundem, porque eu acho que é a expressão disso. Acho que você falou da centralidade e do setor filantrópico como parte, como uma infraestrutura fundamental do sistema nacional de saúde brasileiro e, portanto, vivendo o que ele tem de bom, o que ele tem de ruim e, principalmente, os seus importantes desafios.

As instituições... Citei aqui a Constituição, não preciso avançar.

Eu acho que se faz fundamental a gente colocar a centralidade do setor filantrópico sob vários aspectos, de qualificação, de inovação... Em vários aspectos, a vanguarda do sistema de saúde acontece em vários lugares no setor filantrópico como um elemento ainda importante para a gente ampliar a estratégia. Não à toa, o Agora Tem Especialistas, programa que eu coordeno, teve na origem de sua formulação a CMB e as federações como interlocutores muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, não conseguimos resolver todos os problemas nem fazer tudo o que desejávamos, mas, com certeza, ele é importante.

Acho que vale a pena aqui quantificar o gasto tributário com o setor, de certa forma regionalizado, gasto tributário esse que significa muitos ganhos ao povo brasileiro. Já antecipando, com dados um pouquinho atualizados, nós estamos falando disso: são 40%, 41%, isso sempre varia um pouquinho, dependendo do recorte, dependendo do que você fala, mas o peso do setor filantrópico é absolutamente decisivo no Brasil, principalmente pelo seu papel de alta complexidade nesses grandes hospitais e também pela sua capilaridade, atendendo nos municípios, muitas vezes, mais remotos.

Estive recentemente no Estado de Rondônia e conversei com o setor filantrópico lá. Fiquei, inclusive, impressionado, eu não tinha dimensão da importância do setor para o interior do Estado de Rondônia. Alguns dos polos regionais do Estado de Rondônia têm importantes e qualificadas instituições que prestam assistência à população. Em uma das linhas, há o movimento do Pronas e do Pronon de investimentos. Acho que esse é um dos exemplos em que o Parlamento se encontra com a necessidade do povo brasileiro e a possibilidade de ter regulamentado todo esse conjunto de processos.

Eu estou acelerando. Eu já estou com quatro minutos? Só faltam quatro minutos, já falei seis minutos. (*Risos.*) Vou precisar daqueles minutinhos aqui a mais. (*Risos.*) Mas acho que vale a pena se colocar como um dos elementos e falar um pouco do Programa Agora Tem Especialistas. A gente tem... acho que vale a pena primeiro explicar por que estamos falando sobre isso. Todo mundo que lida de alguma forma com a saúde pública já percebia, pré-pandemia – inclusive porque o SUS deu certo e tivemos uma ampliação da expectativa de vida do brasileiro, junto com o desenvolvimento geral do Brasil, a urbanização e várias questões – que a demanda ao sistema de saúde aumentou de forma muito importante, principalmente no setor especializado, e se complexificou. Quanto mais vivemos, mais expostos a fatores de risco e de doenças estamos, e, portanto, será necessário ter uma ampliação e qualificação desse atendimento.

Então, precisamos de mais oferta hospitalar, e o Brasil precisa de uma oferta hospitalar cada vez mais complexa, obviamente, articulada com todo o processo de prevenção, mas é importante a gente colocar aqui como todos os sistemas de saúde enfrentam este desafio, e pelos mesmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

motivos: redução da taxa de natalidade, aumento da expectativa de vida, o que, portanto, se agrega a outros desafios do Brasil, como a questão da distribuição de recursos.

O Brasil tem um problema grave, que já enfrentou de forma bastante importante na atenção primária do ponto de vista – óbvio, longe de se resolver – da presença do médico de família nas equipes com o Programa Mais Médicos, mas ainda há desafios históricos, territoriais na distribuição de serviços de atenção especializada capaz.

Veio a pandemia e a gente passou dois anos praticamente sem fazer nenhum atendimento eletivo. Tirando alguma coisa de cirurgia oncológica, cirurgia cardíaca e transplante, que se reduziram a menos da metade durante esses anos, o Brasil teve uma redução muito importante no período. E eu gosto, Senador, de fazer uma conta de papel de pão. Em 2019, o Brasil realizou 10 milhões de cirurgias eletivas, grande parte, inclusive, no setor eletivo. Em 2020 e 2021, a gente praticamente não realizou nenhuma. Então, em uma conta que já estava derramando, a gente botou mais 20 milhões de pessoas precisando só de cirurgia eletiva, por isso esse esforço extraordinário do sistema de saúde, de mobilização de toda a saúde, para que a gente consiga enfrentar esse estoque de fila e, com isso, restabelecer alguns parâmetros.

Por isso, quero agradecer muito a pronta aprovação, pelo Parlamento brasileiro, da medida provisória, reconhecendo, inclusive, o cenário de urgência em saúde pública que a gente vive por causa dos elevados tempos de espera. A gente tem como objetivo reduzir esse tempo de espera porque tem a ver com direito, acesso, e tem a ver com prognóstico também: diagnosticar e ofertar tratamento em tempo adequado é decisivo para o Brasil.

Aqui são os componentes do Agora Tem Especialistas – e eu digo com alguma tranquilidade que, tirando o ressarcimento, que aí mais específico com o público, para ver se a gente mobiliza oferta disponível nos planos de saúde – e, em todos, de alguma forma, o setor filantrópico está compreendido, direta...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA – ... ou indiretamente. Acho que esse é um elemento importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente reconhece que está longe de resolver todos os problemas, mas também deve ficar claro o compromisso do Ministro Padilha e do Governo do Presidente Lula no sentido de garantir assistência e de não se produzir nenhuma falsa dicotomia entre privado e público, porque o que precisa ser público é a assistência, o que precisa ser público é a regulação, o que precisa ser público – estatal – é o planejamento, a execução de serviços. Cada lugar, cada local, cada região de saúde vai produzir o seu melhor arranjo local, e o Agora Tem Especialistas respeita isso, inclusive no seu arranjo federativo.

Com isso, a gente às vezes diminui a capacidade do Ministério da Saúde de intervir em disputas locais, mas isso é bom. No dia em que o Ministério da Saúde puder também se meter demais nas disputas locais, a gente vai fazer mais bobagem, a gente vai errar mais do que acertar. Não pela índole de quem está no Ministério da Saúde, mas porque, de Brasília, você não compreende plenamente o que está acontecendo nas mais de 400 regiões do Brasil, 5.570 municípios em 27 unidades da Federação.

Isso não significa que a gente não... Inclusive, o meu secretário e vários assessores dele, pelo menos nos últimos dois meses, estiveram em Belo Horizonte para lidar com um conjunto de questões. Estamos indo ao Piauí em breve, Mirocles, para montar, junto com o Governo do Estado e com a Prefeitura de Teresina, um arranjo também de ampliação da oferta de atenção especializada, na qual o setor filantrópico estará também bastante avançado.

No componente de ofertas de cuidados ambulatoriais, as OCIs, o setor filantrópico é vanguarda. Então uma das principais inovações da Política Nacional de Atenção Especializada tem um peso importante do setor filantrópico nas suas execuções...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA – ... e a gente aposta que isso será ainda mais ampliado pela capacidade, qualificação e com tabela diferenciada da então chamada Tabela SUS.

Isso não resolve todos os problemas, embora em alguns estados equacione. Em outros estados – Sul e Sudeste, principalmente – não equaciona por causa dos custos, inclusive de especialistas médicos e mão de obra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os 1.279 procedimentos cirúrgicos com uma banda de complementação de até 300%, chegando entre uma e quatro vezes a chamada Tabela SUS, também possibilitou que a gente batesse recorde ano passado com o número de cirurgias, saltando, em 2019, de 10 milhões de cirurgias, para, em 2024, 14 milhões de cirurgias, um aumento de 40%. Não é para qualquer sistema nacional aumentar, em três anos, 40% da sua oferta de cirurgia eletiva. Isso tem um impacto grande. Sem um setor filantrópico a gente não conseguiria organizar esse conjunto de processos.

A gente tem, na modalidade um, que é o credenciamento universal, a possibilidade de um *fast track* de contratação por estados e municípios, e 27% das propostas são de filantrópicos. As modalidades dois e três são menos adequadas, porque são modalidades volantes de atendimentos móveis, né?

Não vou me deter aqui para fazer o máximo... Eu já estourei o tempo, vou respeitar o tempo ao máximo.

Quanto ao crédito financeiro, 60% das propostas apresentadas são de hospitais filantrópicos, e 42% das aprovadas, lembrando que essa aprovação não é só do Ministério. É do Ministério, mas a gente vai, valida o gestor local e volta.

Eu queria deixar... Esse marco aqui, Mirocles, é o teto financeiro de cada estado dentro dos dois bilhões anuais. Isto é, dentro do regramento de troca de dívida, a possibilidade de você prestar atendimento e pagar imposto, mesmo no filantrópico, aquele imposto que você paga descontado da fonte; mesmo o filantrópico que não tenha dívida pode organizar esse movimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA – E aí é questão de escolher a tabela mais adequada e organizar, porque é na tabela do antigo Programa Nacional de Redução das Filas, que agora é chamada tabela do Agora Tem Especialistas.

Nós estamos falando aqui de, no Estado de Rondônia, R$15 milhões a mais. Isso é mais um Programa Nacional de Redução das Filas para Rondônia, porque nós estamos falando de R$2 bilhões/ano, então, em 2026, 2027, até 2030, a gente vai ter uma oferta a mais de recursos, onde o ministério tem uma capacidade grande de monitoramento e acompanhamento e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de ampliação de oferta e de articular isso, no caso de quem tem dívidas tributárias, à renegociação das dívidas.

A gente, inclusive, tem acompanhado, junto com a CMB e as federações, qualquer ajuste necessário junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que também tem se demonstrado absolutamente compreensiva, inclusive em alguma inadequação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA – ... da Capag em relação ao setor, em que a gente abriu um diálogo para reestruturação.

No caso da radioterapia – e eu já vou encerrar, Senador –, vale a pena, não só do ponto de vista do investimento, mas na política que está para ser pactuada agora – na próxima... se não me engano, nessa semana, na CIT dessa semana –, com um aumento razoável de tíquete médio, beneficiando quem produz mais.

Quem produzir mais, a partir de uma certa faixa, vai ganhar até 30% de aumento do tíquete médio para tudo, não só porque ele produzirá mais. Quem não produzir a mais não ganhará aumento nenhum. Então, esse componente, em que o critério é quantas pessoas você atende no mês, é um critério que vai, com certeza, até pelo peso que o setor filantrópico tem no atendimento oncológico, tanto articulado a isso quanto aos investimentos do PER-SUS...

A gente precisa enfrentar essa questão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA – ... da distribuição e do acesso à radioterapia, e o setor filantrópico, pelo Pronon e pelo PER-SUS, tem sido um parceiro fundamental, com uma capacidade importante de execução.

Algumas das santas casas têm recebido profissionais do Mais Médicos Especialistas. A gente sabe que é pouco – nós estamos falando de 400 médicos neste ano –, mas vamos lembrar que o Mais Médicos, que hoje tem 26 mil, começou com o Provab, com menos de 500 profissionais, e virou política de Estado. Passamos por governos com três diferentes colorações políticas e o programa permaneceu, porque tinha impacto, e a gente tem a expectativa de que esse programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, além, é óbvio, do investimento em residências médicas. Há todo um esforço para a gente ampliar em 3 mil novas residências médicas nesse processo e todos os atos normativos do programa.

A gente sabe, por fim, que os desafios são imensos, mas a gente sabe também que, como o SUS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA – ... e o setor filantrópico brasileiro são do tamanho do Brasil, a gente vai conseguir superá-los com diálogo, com clareza, transparência, e colocando o direito à saúde e o objetivo de atender o povo brasileiro no centro de toda a discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Alves Torres Oliveira, Diretor do Departamento de Estratégias para a Expansão e a Qualificação de Atenção Especializada no Ministério da Saúde.

Realmente é um universo, vamos dizer assim, de atividades que precisam ser feitas. Eu até lembrei, enquanto o senhor estava falando, que, lá em São Paulo – estou procurando o Dr. Morales aqui... Está ali, né? –, nós fizemos com o Hospital São Paulo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... com o Hospital São Paulo e com a Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vascular três mutirões com parte de emendas que eu coloquei lá. Por que eu estou citando isso? Eu achei interessante, porque, no começo, a informação que nós tínhamos ali era: nove anos de fila, aguardando para procedimentos vasculares. Parece simples quando você fala disso, mas isso tira a pessoa do serviço, diminui muito a qualidade de vida e assim por diante. Em três mutirões, nós conseguimos reduzir isso para um ano, atendendo as pessoas – e com equipamentos brasileiros, tecnologia nacional, em que se aproveitou também, nesse mutirão, para trazer médicos do Brasil inteiro para treinarem nos novos equipamentos. Então, isso ajuda e muito esse tipo de atividade. Com as filas que nós temos, realmente é importante que nós tenhamos essas possibilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o uso – aqui eu vou ter que puxar a sardinha para ciência e tecnologia – da tecnologia para apoiar... A medicina já é muito apoiada na tecnologia, suportada na tecnologia, mas o uso cada vez mais da tecnologia simplifica o processo, tem uma redução de custos também e de tempo. Então, isso é importantíssimo. Até uma sugestão que eu faria para o ministério: esses equipamentos nacionais para essa área são pequenos, portáteis, e podem ser colocados nos hospitais pelo Brasil afora e reduzem muito. Então, a pessoa que não fica internada para fazer uma cirurgia é um leito a menos que está ocupando ali também, então, pode ser utilizado para outras coisas. E o custo, comparando, falando do Ministério de Ciência e Tecnologia – na época eu era o Ministro – era um custo que... Se eu estivesse lá no ministério, seria uma coisa que eu até colocaria para cobrir isso aí. É perfeitamente possível e ajuda bastante.

Bom, nós então tivemos a apresentação de todos os palestrantes. Agora nós passamos à parte de perguntas e considerações finais aqui. Então, eu vou ler as perguntas e eu vou deixar a cargo dos apresentadores, dos palestrantes, responderem àquelas perguntas que achem que são cabíveis para o seu escopo, e isso vai ser feito ao longo das considerações finais. Então, vou abrir de novo para cada um dos apresentadores, exceto, talvez, para a Dra. Tereza, que ela, se não me engano, ia sair, ou melhor, já está fora.

Então, vou abrir aos apresentadores para que façam as suas considerações finais e respondam às perguntas. Deixe-me ler aqui as perguntas que foram enviadas. Aliás, agradeço muito a participação pública nesta audiência pública. É importante que a população acompanhe e tenha conhecimento.

O Luan, do Espírito Santo, pergunta: "De que forma a transparência na gestão pode aumentar a credibilidade e o apoio social a essas instituições?".

Raíssa, do Mato Grosso: "Como equilibrar a sustentabilidade financeira das Santas Casas e a qualidade do atendimento, evitando cortes que prejudiquem os pacientes?".

Ana, do Maranhão: "Qual o papel do assistente social na articulação intersetorial (CRAS/CREAS) para garantir a continuidade do cuidado pós-alta?".

Edney, do Amazonas: "Que passos devem ser tomados para a imediata concretização desse projeto para não recair em esquecimento, mero *marketing* ou alta burocracia?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda como pergunta, Gabriel, de Minas Gerais: "Quais medidas vão modernizar Santas Casas, valorizar profissionais e garantir formação de novos talentos, mantendo a qualidade do SUS?".

A Bárbara, de São Paulo: "Como as Santas Casas podem se tornar mais sustentáveis dentro do Sistema Único de Saúde (SUS)?". Acho que grande parte disso foi falado aqui também.

A Laís, de São Paulo: "Como garantir atendimento de qualidade dentro do SUS, com sustentabilidade financeira e incentivo à inovação, sem perder o caráter social?".

A Marisandra, do Rio Grande do Sul: "Como garantir apoio às Santas Casas em regiões mais vulneráveis do país?".

Comentários.

João, de São Paulo: "Sugiro mudança na legislação para que nós médicos possamos participar da diretoria administrativa de Santas Casas e hospitais filantrópicos".

Artur, de Pernambuco: "Para que as verbas destinadas às instituições sejam liberadas para exames e cirurgias, deve existir uma auditoria externa contratada".

Paula, de São Paulo: "Fico imensamente contente com a visão social e inclusiva das instituições filantrópicas em prol das minorias e da sustentabilidade".

Marcelo, de Santa Catarina: "As Santas Casas e instituições filantrópicas têm um papel muito importante dentro da arquitetura do SUS, pois elas absorvem a demanda extra".

Dito isso e lidas as perguntas e comentários enviados pelo e-Cidadania, eu retorno a palavra, então, aos apresentadores, para seus comentários finais, por dois minutos, e para responder a uma ou outra pergunta que achar pertinente dentro da área.

Inicialmente, então, eu passo a palavra à Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo, por dois minutos.

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO (Para expor.) – Pois não.

Parece-me que a maioria das perguntas foram debatidas e foram esclarecidas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando falamos em modernizar, em como valorizar profissionais e garantir – Gabriel, de Minas Gerais – a formação de novos talentos, eu acho que muito foi falado e eu citei como bastante forte a associação, o DNA mesmo da Santa Casa de São Paulo com o ensino. É através do ensino que a gente modifica, então, acho que é com projetos de ensino, para que a gente possa levar a formação e manter esses talentos aderentes, para que a gente consiga manter os jovens com a gente.

Quando se fala em como a gente pode ser mais sustentável, acho que foi o que a gente mais falou aqui: revisão das receitas, a gente ter eficiência operacional para custo e despesas, para que a gente tenha controle da nossa operação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – Então, para que se tenha controle da operação, que a receita seja adequada e que a gente consiga ter um auxílio para terminar aquele endividamento. Acho que é essa equação.

Eu acho que vou deixar as demais perguntas para os colegas, mas, aqui, a do João – Dr. João, de São Paulo, porque ele disse "como nós médicos" –, como eu também sou médica, então posso responder à pergunta. Não existe nenhuma trava na legislação que impeça o médico de ter cargos administrativos e ser diretor. Eu, aqui, sou um exemplo. Sou médica e sou Superintendente da irmandade da Santa Casa de São Paulo, a primeira mulher, em 460 anos, no cargo. (*Palmas.*) Não há nenhuma trava de legislação, de forma alguma, para que os médicos assumam esse comando se assim estiverem habilitados.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto. Obrigado pela participação, pelas respostas, parabéns pelo trabalho e parabéns também por ser a primeira. Eu não sabia. Parabéns mesmo.

Passo a palavra, então, ao Dr. Roberto Otto Augusto de Lima, Provedor da Santa Casa de Belo Horizonte, para as considerações finais e resposta às perguntas.

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA (Para expor.) – Bom, sobre a questão da sustentabilidade, acho que a gente já falou bastante aqui o que nos impacta. As santas casas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geralmente, na área hospitalar, já trabalham com 80%, 90% de ocupação, às vezes até 100%, sendo que a literatura diz que hospitais bem geridos devem ficar abaixo de 80% de ocupação – para que ele seja bem gerido. Então, a gente já está no esforço máximo. Quando a gente consegue aumentar a produção, geralmente nós estamos buscando isso em infraestrutura externa – para conseguir fazer um aumento de produção –, porque nossas infraestruturas já estão no máximo.

Porém, acho importante aqui a gente ressaltar que as instituições filantrópicas, na sua grande maioria, já trabalham muito fortemente com governança, com transparência e integridade. A gente tem que acabar com a fala de que as instituições filantrópicas são mal geridas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO OTTO AUGUSTO DE LIMA – ... ou não têm transparência na sua gestão. Como filantrópica, ela já tem essa obrigação de ter transparência, de ser íntegra e implementar governança. E eu acho que isso tem muito a ver com sustentabilidade também, para que a sociedade se aproxime mais dessas instituições e as conheça melhor.

Eu me assusto muito, lá em Belo Horizonte, quando ouço falar sobre o "macarrão da santa casa". E a população ainda fala: "Na santa casa tem um macarrão...". Nós temos a nossa fachada, que está meio "feinha", porque já tem 30 anos que não é pintada, porque não sobra dinheiro para pintar a fachada, então o pessoal que não é atendido lá acha que nós temos macarrão na santa casa, mas a nossa cozinha, que serve 13 mil refeições por dia, é premiada já, pelo quarto ano consecutivo, pelo mesmo selo que o Einstein tem lá em São Paulo, que é o Green Kitchen.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Roberto Otto Augusto de Lima, Provedor da Santa Casa de Belo Horizonte.

Na sequência, então, eu passo a palavra ao Dr. Mirocles Campos Véras Neto, Presidente da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO (Para expor.) – Eu só queria, mais uma vez, agradecer, Senador, pela oportunidade que deu às nossa santas casas, à CMB, e dizer que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos procurar trazer um documento, dentro do que nós colocamos e dentro do que a gente entende – todas essas entidades que aqui falaram são filiadas a nós – da importância de procurar trazer material para que possa esta Comissão discutir de uma forma técnica, além do que nós colocamos aqui.

E aqui, só para reafirmar o que foi colocado nas perguntas, o João... A Doutora já colocou que muitas das nossas santas casas são geridas por provedores médicos, por diretores médicos, mas, efetivamente, eles já têm a cadeira de Diretor Técnico e de Diretor Clínico, que efetivamente são médicos. Então, pelo contrário, nós temos aí uma convivência e precisamos demais dos profissionais médicos em nossa gestão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MIROCLES CAMPOS VÉRAS NETO – Naturalmente existem administradores hoje, especialistas em administração, e, quando o médico é especialista, ele tem um espaço necessário.

Quanto à questão da transparência, como foi colocado aqui pelo Otto, nós somos, naturalmente, obrigados a ter um auditor independente – temos as nossas transparências –, e nós já somos, através do Cebas, fiscalizados também, de três em três anos, para receber o nosso certificado. Então, efetivamente, as instituições são responsáveis e são fiscalizadas de uma forma efetiva.

E, como eu disse aqui, as questões das nossas emendas, nós já fazemos o que foi colocado pelo Judiciário, isso nós já fazíamos. Então, essa transparência é necessária e ela é feita efetivamente pelas nossas instituições filantrópicas e nossas santas casas no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Mirocles Campos Véras Neto, Presidente da Confederação de Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.

Na sequência, para suas considerações finais e resposta às perguntas, eu passo a palavra ao Dr. Rodrigo Alves Torres Oliveira, Diretor do Departamento de Estratégias para a Expansão e a Qualificação da Atenção Especializada, do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ALVES TORRES OLIVEIRA (Para expor.) – Na verdade, quero agradecer muito, muito mesmo, pela oportunidade, e colocar, por determinação do Ministro Alexandre Padilha, o Ministério da Saúde absolutamente à disposição para a gente enfrentar, de forma muito clara, as questões estruturais, mas de também forma muito clara e solidária, as questões urgentes, emergenciais e conjunturais que a gente tem, sejam elas a regulamentação das emendas parlamentares, a questão do cumprimento da lei de reajuste e todas as outras que a gente vai fazer.

Acho que a gente não resolve todos os problemas, mas, com certeza, vocês têm no Ministro da Saúde e em toda a sua equipe um interlocutor ciente do papel que o setor tem no Sistema Único de Saúde e absolutamente comprometido em fazer todo este debate, colocando no centro da discussão o direito à saúde, a implementação e o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Rodrigo Alves Torres Oliveira, Diretor do Departamento de Estratégias para a Expansão e a Qualificação da Atenção Especializada, do Ministério da Saúde. Com a sua fala, nós concluímos as participações dos palestrantes.

Eu gostaria, neste momento, de agradecer a cada um dos participantes. Agradecer também àqueles que nos acompanharam aqui pessoalmente e também àqueles que nos acompanharam remotamente pelo Brasil afora.

Esse é um assunto, sem dúvida, muito importante. Essa foi a primeira audiência interativa desse tema; hoje à tarde nós temos a segunda audiência. Essa primeira foi entre as instituições e o setor público; à tarde vão ser as instituições e o setor privado. E lembrando, amanhã, às 14h, nessa mesma Comissão, as instituições com especialistas em estruturação financeira.

Eu acho que é importante discutir o tema, ter a troca de informações, e a participação da Confederação das Santas Casas é essencial para integrar tudo isso.

Nós contamos com os dados para que nós possamos trabalhar aqui na Comissão para poder ajudar do ponto de vista legislativo em todos os sentidos. A influência e a importância das Santas Casas para o Sistema Único de Saúde são essenciais no nosso Brasil como um todo. E, como disse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Dr. Rodrigo aqui do Ministério da Saúde, também no Legislativo nós estamos à plena disposição para ajudar na resolução ou na mitigação desses problemas.

Lembro que hoje, às 14h, teremos a segunda audiência desse ciclo de audiências públicas, com o tema "Parcerias entre Hospitais Privados e as Filantrópicas: Caminhos para a Inovação e Eficiência", com o objetivo de explorar modelos de parcerias e *cases* de sucesso entre o setor privado e as filantrópicas para promover a inovação e a sustentabilidade.

Então, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia treze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Fernando Dueire, Paulo Paim, Humberto Costa, Fabiano Contarato e Damares Alves, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário, Wilder Morais, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 116/2024 - CAS, de autoria Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Finalidade:** Tratar do fortalecimento das Instituições Filantrópicas e promover o diálogo entre Governo, Setor Privado e Especialistas visando a inovação, sustentabilidade e gestão eficiente no setor de saúde. 2ª Audiência: Filantrópicas e Setor Privado. Tema: "Parcerias entre o de Hospitais Privados e as Filantrópicas: Caminhos para a Inovação e Eficiência". **Participantes:** Eduardo Jorge Marinho de Queiroz Júnior, CEO da Santa Casa da Bahia; Rodrigo Bornhausen Demarch, Representante do Hospital Albert Einstein; Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo; Alir Terra Lima, Presidente da Santa Casa de Campo Grande; Rosane Ghedin, Diretora-Presidente da Santa Casa Marcelina em São Paulo; Rodrigo de Freitas Garbero, Gerente de Governança Clínica do Hospital Sírio-Libanês; e Flaviano Feu Ventorim, Diretor-Presidente da Fundação São Francisco Xavier. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Astronauta Marcos Pontes
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/13

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Boa tarde, boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 116, de 2024, desta Comissão, de minha autoria, para a realização de audiências públicas sobre o tema "Parcerias entre os Hospitais Privados e as Filantrópicas: Caminhos para a Inovação e Eficiência"

Ela tem o objetivo de explorar modelos de parecerias e *cases* de sucesso entre o setor privado e as filantrópicas para promover inovação e sustentabilidade.

Essa é a segunda audiência de um ciclo de audiências públicas destinada a tratar do fortalecimento das instituições filantrópicas e promover o diálogo entre o Governo, o setor privado e especialistas, visando à inovação e à sustentabilidade de gestão eficiente no setor de saúde.

A terceira audiência do ciclo será realizada amanhã, às 14h. Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e que contará com os serviços de interatividade com o cidadão, através do telefone 0800 0612211 – repetindo, 0800 0612211 – e do e-Cidadania, por meio do Portal senado.leg.br/ecidadania – de novo, é o senado.leg.br/ecidadania –, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveito este momento inicial para agradecer a presença de todos os expositores – nós teremos sete expositores: três por via remota, por videoconferência, e quatro presenciais – e também agradeço a todos que nos acompanham pelas redes do Senado, pela TV Senado. E, novamente, eu reforço a possibilidade de participação pública nesta audiência pública com perguntas e comentários para os nossos expositores.

A maneira como a audiência vai transcorrer vai ser a seguinte: nós temos sete expositores, e cada expositor terá oito minutos para a sua apresentação. Eu vou utilizar aqui uma sequência, vou colocar um remoto e um presente, para não ficar simplesmente remotos ou presentes. Então, será um remoto e um presente – vamos tentar fazer essa alternância –, cada um com oito minutos. No final do tempo, faltando um minuto, vai tocar, para os presentes aqui, uma campainha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... como esta aqui. É automático, não sou eu que toco, é o sistema que toca. E, faltando 15 segundos, vai aparecer uma voz feminina – novamente, uma voz bastante enfática –, dizendo que faltam 15 segundos.

Eu peço aos apresentadores que respeitem o tempo, porque são sete apresentadores, para a audiência não ficar muito longa. E também, para aqueles que estão no remoto, eu solicito que controlem o tempo por lá, porque eles não vão ter as dicas daqui, exceto os 15 segundos, que aparecem para o remoto também.

Então, quero agradecer à nossa mesa aqui também pelo trabalho, por fazer com que tudo isso funcione.

Os nossos apresentadores, os convidados, serão: a Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo – por favor, obrigado; o Dr. Eduardo Jorge Marinho de Queiroz Júnior, CEO da Santa Casa da Bahia, aqui conosco também – obrigado pela presença –; ainda local, o Dr. Rodrigo Bornhausen Demarch, Representante do Hospital Albert Einstein, aqui conosco; e o Dr. Rodrigo de Freitas Garbero, Gerente de Governança Clínica do Hospital Sírio-Libanês também. (*Pausa.*) Por via remota; o Dr. Flaviano Feu Ventorim, Diretor-Presidente da Fundação São Francisco Xavier; a Dra. Alir Terra Lima, Presidente da Santa Casa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Campo Grande; e a Irmã Rosane Ghedin, Diretora-Presidente da Santa Casa Marcelina em São Paulo.

Então, como eu falei, a sequência vai ser, sempre quando possível, porque são três e quatro aqui, um remoto e um presente.

Nós vamos iniciar na seguinte ordem : primeiro, o Dr. Flaviano Feu Ventorim; depois, a Dra. Maria Dulce Garcez; depois, a Dra. Alir Terra; depois, o Dr. Eduardo Jorge Marinho; depois, a Irmã Rosane Ghedin; e, finalmente, o Dr. Rodrigo Bornhausen e o Dr. Rodrigo de Freitas Garbero, nessa sequência.

Lembrando, são oito minutos por apresentador.

Eu inicio, então, com o Dr. Flaviano Feu Ventorim, que participa via videoconferência.

Por favor, Dr. Flaviano, o senhor tem oito minutos para a apresentação.

Obrigado.

O SR. FLAVIANO FEU VENTORIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador – obrigado.

Queria cumprimentá-lo e, na pessoa do senhor, cumprimentar a todos que estão nos ouvindo. Peço desculpas por não estar presente, estamos aqui em São Paulo no evento da ISQua e da ONA sobre acreditação, segurança hospitalar, enfim, discutindo a boa assistência que os hospitais prestam no país e, no caso aqui, no ISQua, também no mundo.

Senador, parabéns pela iniciativa. A Fundação São Francisco Xavier é uma instituição um pouco peculiar. Nós estamos no nordeste mineiro, numa região de um grande vazio assistencial, numa cidade muito importante no Vale do Aço, Ipatinga. Nós temos 550 leitos hospitalares, fazemos a alta complexidade nessa região. Temos ainda um hospital no qual fazemos, junto com a Prefeitura de Itabira, a gestão do hospital municipal de Itabira. São mais 110 leitos, no qual fazemos a gestão de uma unidade 100% SUS. Em Ipatinga, a gente tem o atendimento SUS e o atendimento a convênios e particulares, porque somos o maior hospital da região.

Somos referência em trauma, oncologia, neurocirurgia, cardiovascular, enfim, UTIs...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria trazer a pauta um pouco da situação da nossa entidade, que acho que acaba se refletindo na situação de grande parte dos hospitais do país. Apesar de nós não termos uma entidade hoje endividada – a gente passa pelas dificuldades que todas as entidades de saúde filantrópicas passam –, temos um enorme cuidado com o caixa da instituição, e ainda assim passamos por sérias dificuldades de investimento. Como eu falei, nossa instituição não é uma instituição endividada, mas, só para o senhor entender um pouco do nosso momento, a prefeitura do nosso município está nos devendo R$40 milhões; já chegou a R$60 milhões de repasses federais, em sua grande maioria, e alguma coisa de repasse estadual.

Esse tipo de mazela que a gente sofre todos os dias, ou seja, o repasse que deveria estar no caixa dos hospitais, muitas vezes, o gestor local acaba não repassando por entender que o dinheiro não pertence ao prestador. As entidades prestam serviço, colocam o dinheiro à frente, porque colocam os salários pagos em dia, a remuneração dos médicos é paga em dia, os materiais e os medicamentos, ou seja, os nossos fornecedores são pagos em dia, e ainda sofremos com o atraso de repasse, sendo que já temos uma lei que diz que o repasse – seja federal, seja estadual – deveria ser acontecer no quinto dia útil após o fundo nacional transferir para o fundo municipal.

Temos a Caixa Econômica como um dos grandes fomentadores de empréstimos para as Santas Casas. Infelizmente, não temos uma condição atrativa de remuneração, a ponto de os bancos privados conseguirem cobrir, muitas vezes, as taxas da Caixa Econômica, sem a necessidade de obrigação de folha e de outros processos que estão, muitas vezes, atrelados às agências com a obrigação de termos que assinar contratos de outras formas para poder conseguir recursos da Caixa. É muito difícil essa situação desses hospitais.

Outra situação muito difícil para a qual eu gostaria de chamar a atenção são as emendas parlamentares. As entidades filantrópicas, hoje, basicamente, sobrevivem, ou conseguem o mínimo de investimento – seja em equipamentos, seja em ampliação –, através das emendas parlamentares que são repassadas a essas instituições, para que a gente possa comprar e manter o parque tecnológico atualizado. O déficit do SUS inviabiliza que esses hospitais consigam fazer investimentos, e as emendas sempre foram a forma mais prática e objetiva de nós conseguirmos alcançar uma tentativa de atualização tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para esse ciclo, as emendas não estão vindo mais com um viés qualitativo. O que tem sido visto é uma pressão para que as emendas sejam aplicadas em quantitativo, ou seja, que se produza mais. Produzir mais em cima de uma tabela que já traz déficit é acabar de destruir a possibilidade não só de investimento, como também de equilíbrio financeiro das instituições.

Então, a gente pede o apoio desta audiência pública, que ela chame a atenção para que essas emendas possam seguir o trâmite que vinha sendo seguido nos últimos anos, para que a gente possa fazer investimentos e voltar a ter eficiência, face à atualização tecnológica pela qual o mercado de saúde passa cotidianamente.

Outra coisa para a qual eu gostaria de chamar a atenção é sobre a Lei 14.820, de 2024, do Deputado Antonio Brito, da Bahia. É uma lei muito, muito, trabalhada, e ela vem com o sentido de manter-se atualizada ao mínimo da tabela SUS, através de algum índice de correção, para que, pelo menos, saiamos da estagnação total de uma tabela que a gente sabe que é defasada e que hoje é basicamente um referencial, mas é o referencial que temos.

Então, a Lei 14.820 busca uma justa atualização dos valores dessa tabela, que a gente sabe que uma hora vai acabar, mas, até então, a gente precisa que isso aconteça. É o segundo ano que a gente tem essa lei em vigor, ela entrou em 2024. A gente teve uma atualização: parte foi para os hospitais, em cima da produção; parte em cima de tabela existente para ações estratégicas do Ministério da Saúde. Esse dinheiro veio, e esperamos com muita expectativa que este ano ela se renove e aconteça novamente, para que possa ajudar os hospitais a ter o mínimo de atualização para cobrir reajuste salarial, reajuste de fornecedores e a inflação médica – a gente sabe que ela é bem maior do que a inflação convencional.

Já finalizando, Senador, eu chamo atenção a respeito da questão do piso da enfermagem, uma situação que coloca todos os hospitais em extrema preocupação. Nós temos uma série de problemas por uma lei aprovada. A gente não discute lei aprovada, mas essa lei, no fervor do que aconteceu, da forma como aconteceu, deixou as entidades filantrópicas em situação de altíssimo risco. Isso vem sendo trabalhado, mas a gente chama atenção, pois há uma série de ações judiciais envolvendo sindicatos e hospitais que podem colocar em risco as nossas santas casas.

Senador, basicamente é isso. Por último mesmo, eu gostaria de chamar atenção para a reforma tributária. A reforma tributária é necessária ao país, mas, da forma como nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendo e estudando, a tributação a ser aplicada pode colocar também em risco a gestão das santas casas no país. Então, nós chamamos atenção a este momento, para que possamos abrir uma discussão aí sobre o impacto da reforma tributária nas entidades beneficentes sem fins lucrativos.

Senador, nós temos muitas oportunidades de fazer mais saúde. Já fazemos mais de 50% do atendimento hospitalar ao Sistema Único de Saúde; na alta complexidade, em algumas especialidades, até 90%. As santas casas são uma grande ferramenta que este país criou. Eu costumo falar que nós somos, de verdade, o primeiro grande movimento social deste país e que efetivamente atende essa população.

O meu muito obrigado, em nome da Fundação São Francisco Xavier, de Ipatinga, Minas Gerais. Eu me coloco à disposição do senhor.

Muito obrigado! Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Flaviano Feu Ventorim, Diretor-Presidente da Fundação Francisco Xavier.

Eu passo a palavra agora, de imediato, por oito minutos, para a Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo.

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento o Senador e agradeço pela oportunidade de trazer uma discussão tão importante para que a gente possa trocar ideias e que certamente terá frutos.

Eu pediria também para iniciar um vídeo bem curtinho, mas só para dar o mote da minha fala.

Por favor.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – Eu quis trazer esse exemplo porque ele é bem recente. Esse centro cirúrgico foi inaugurado segunda-feira passada, foi aberto integralmente na segunda-feira passada, e é um exemplo de como a gente trabalha com as parcerias, seja ela qual for.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem dos hospitais a demanda, então, a gente faz uma revisão periódica do que é necessário para que a gente entregue o melhor à população, dentro do que a gente se compromete com o SUS e da melhor forma que a gente possa ofertar. Nem sempre o recurso é disponível, principalmente o investimento, porque o custeio é bem justo e a gente tem pouca manobra, pouco recurso para investir. Então, todo o trabalho é feito através de uma priorização em que todas as áreas são chamadas, desde a área operacional, quem está lá na operação, traz para os seus líderes, para os gestores, que vêm para os diretores, que trazem uma gestão para a gente enxergar o hospital como um todo, os hospitais, e enxergar qual é a nossa necessidade, o que a gente precisa entregar melhor para a população.

Então, esse centro cirúrgico é um exemplo. A gente precisava melhorar a sala cirúrgica, precisava modernizar. Ele é todo interligado, então, para dar aula, para ensinar, já vai ser todo interligado. Foi renovado e a gente pôs, nessa área, as linhas em que há filas, em que a gente precisa puxar mais filas, vamos dizer assim, em São Paulo. Então, a área da oncologia, então, são cirurgias oncológicas e cirurgias ortopédicas que a gente vai realizar nesse espaço.

Tudo isso a gente trabalha com diferentes parcerias, desde emendas parlamentares, a doação de pessoas mesmo, de pessoas físicas, e as parcerias com as empresas. Então, esse caso é um exemplo de parceria com a Rede D'Or, com o hospital da Rede D'Or, que tem o Hospital Santa Isabel dentro do quadrilátero, que faz a gestão do prédio do Santa Isabel, e foi uma contrapartida que fizemos da negociação do Santa Isabel.

É um exemplo que eu quis trazer, porque eu acho que é importante que a gente mostre que tem que partir da gente, tem que ser uma necessidade do hospital, tem que ser uma necessidade tanto de estrutura como de processo.

E, aí, a gente está trabalhando muito com inovação. Estamos com uma área de inovação, temos agora uma área dedicada a isso, multiprofissional, em que a gente tem procurado ferramentas de inovação – e não só inovação de parque tecnológico, mas inovação de processos – para que a gente consiga fazer mais com melhor qualidade e entrega para o paciente.

Então, vou deixar até mais tempo para os demais, porque eu quis trazer o filme e explicar quais são as nossas demandas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava conversando um pouquinho antes aqui com o colega, e ele falou: "Vamos ver no que eu posso te ajudar". Eu falei: "Espere aí que eu já pego a lista". (*Risos.*)

Mas é isto, eu acho: a gente se organizar para ver as demandas que a gente tem dentro do hospital e trazer, trabalhar essas parcerias. E o que é muito importante para que a gente mantenha as parcerias que a gente vem tendo, felizmente, no decorrer dos anos, é a transparência, é a prestação de contas. E isso a gente faz em todo processo que a gente tem, em todo trabalho que a gente executa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo.

Eu aproveito aqui também para relatar o seguinte – até conversei aqui, rapidamente, a partir da primeira exposição. Uma das funções que nós temos nestas audiências públicas é justamente conscientizar a população, conscientizar também as empresas, as organizações da importância do trabalho das santas casas, da importância dessas instituições, e o quanto isso é necessário para a sociedade. Portanto, aqueles que estão nos acompanhando, ou agora ou depois – porque isso aqui fica registrado nos *Anais*, essas gravações todas –, empresas que queiram participar, que possam participar com doações, empresas que possam fazer parte dessa corrente para ajudar essas instituições... Mesmo porque, se você tem o seu funcionário disponível mais tempo; é muito mais eficiente para a empresa do que ter problemas no setor de saúde na sua cidade.

Eu estou falando aqui e pensando: é lógico que tem as santas casas grandes, como a de São Paulo, como nós vimos de manhã aqui, a de Belo Horizonte e outras, que são grandes, nas cidades grandes, mas também temos de lembrar daquelas nas cidades pequenas, onde a santa casa, basicamente, é o que existe para atendimento de saúde de média e de grande complexidade, muitas vezes, e ali, nessa cidade, pode ter empresários, pode ter pessoas que podem ajudar. Então, eu estou aqui conclamando essas pessoas e entidades para que ajudem a santa casa, entrem em contato com a governança da santa casa para que isso seja possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, do nosso ponto de vista aqui, do Legislativo, todos esses dados vão ser congregados – eu já pedi isso de manhã e vou repetir aqui – para que todas essas informações sejam passadas para nós aqui, nesta Comissão, de forma que nós possamos pegar esses dados todos e trabalhar projetos de lei ou a mudança de projetos de lei que possam ajudar no desenvolvimento dessas ideias e trazer mais sustentabilidade econômica para essas organizações.

Entre esses projetos de lei, eu quero lembrar – eu já falei de manhã aqui, mas vou repetir – que tem dois projetos de lei da minha autoria que já estão na mesa do Senado aguardando designação de Comissões e Relatores. Um deles é o Projeto 3.232, que trata de ressarcimento ao SUS; altera a lei dos planos de saúde para corrigir a destinação de valores pagos pelos planos de saúde ao SUS; determina que o ressarcimento das operadoras seja feito diretamente ao fundo de saúde do estado ou município que prestou o atendimento, e não apenas ao Fundo Nacional de Saúde; exige que a regra de cálculo seja revisada periodicamente para garantir que o valor cubra os custos reais dos serviços prestados.

O objetivo é fortalecer a descentralização, garantir justiça financeira e melhorar a sustentabilidade dos serviços públicos locais de saúde.

Outro é o PL 3.233, que trata de entidades filantrópicas no SUS, altera a Lei Orgânica da Saúde para garantir a prioridade às Santas Casas e entidades sem fins lucrativos na participação no SUS. Prevê preferência na certificação beneficente, apoio à gestão e tecnologia, acesso a linhas especiais de financiamento e complementação da remuneração para preservar o equilíbrio financeiro. Autoriza as entidades a cobrar diretamente das operadoras de planos de saúde pelos atendimentos feitos aos seus beneficiários dentro do SUS, medida que desonera o sistema público e fortalece financeiramente o setor filantrópico.

O objetivo é garantir sustentabilidade, eficiência e valorização das instituições que sustentam grande parte da rede de atendimento do SUS.

E estávamos conversando aqui também sobre a possibilidade – isso aí, por enquanto, é uma possibilidade, eu só estou colocando aqui porque é para também trocar ideias, eu vou pedir para fazer a análise aqui dentro do Senado – de empréstimo. Eu vi, várias vezes, empréstimos sendo feitos com a Caixa Econômica Federal, com os juros... O pessoal logicamente reclama dos juros que são aplicados e, de repente, pode existir uma possibilidade através do BNDES, com a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

característica de desenvolvimento, e saúde é parte do desenvolvimento, é a base de tudo isso também. Poderiam ser feitos empréstimos através do BNDES, com juros, vamos dizer assim, incentivados, de forma a reduzir essa carga para que as instituições possam ter acesso ao crédito mais barato.

Seguindo então a sequência de apresentações, eu passo agora a palavra à Dra. Alir Terra Lima, Presidente da Santa Casa de Campo Grande, para oito minutos. Eu peço para controlar o tempo por lá, porque não vai ter os avisos que nós temos aqui no nosso sistema visual.

O SR. ALIR TERRA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador Marcos Pontes. Na sua pessoa, eu cumprimento toda a mesa.

Nós somos da Santa Casa de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Somos um hospital de média e alta complexidade e coube a nós falar sobre a exploração de parcerias e casos de sucesso entre o setor privado e as filantrópicas para promover a inovação e a sustentabilidade.

Antes de adentrar o tema, eu apresento a Santa Casa de Campo Grande, que tem mais de 600 leitos atendendo ao Sistema Único de Saúde. Somos um hospital com 30 especialidades médicas. Somos o maior hospital do Mato Grosso do Sul e somos a quarta maior Santa Casa do país.

Temos um banco de córnea, fazemos transplantes de córnea; fazemos transplantes de rins; tratamento de queimaduras. Somos referência no estado nas áreas de politrauma, cirurgia cardíaca em pediatria congênita. Participamos da Unacon (Unidade de Alta Complexidade em Oncologia). Também somos referência em neurologia, neurocirurgia de alta complexidade. E temos um vasto banco de leite.

Como a grande maioria, se não todas as santas casas do país, passamos por muitas dificuldades financeiras, em razão do subfinanciamento da saúde, em razão da tabela SUS, que é desde 2008. E, nesse cenário, nós temos nos reinventado para poder manter um atendimento digno para a população do Mato Grosso do Sul.

É muito bem-vindo esse tema, até, assim, no Senado Federal, para que a gente possa expor as dificuldades por que passam as filantrópicas, em especial com os altos juros, porque ela pega

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empréstimos para cumprir uma função que é função do Estado. A saúde é um direito de todos, mas é obrigação do Estado.

Eu digo sempre que é o único contrato entre um hospital particular filantrópico e o poder público em que eu vejo que o poder público contrata X e manda 2X para a instituição, e, no conflito da legislação, nós somos obrigados a atender, porque se não atendermos o paciente configura-se omissão de socorro. O médico é obrigado a atender.

Hoje, eu tenho na área vermelha do hospital uma capacidade de seis leitos e estou com 18 pessoas; na área verde, eu tenho uma capacidade de sete leitos e estou com 36 pacientes. E essa dificuldade acaba entrando dentro da instituição, porque nós da Santa Casa de Campo Grande temos um plano de saúde. Como nós somos filantrópicos, não dividimos lucro. Também temos o estacionamento da Santa Casa, que também é lucro para a instituição. Também atendemos a Uniderp, que é a faculdade de Medicina aqui de Campo Grande, e uma faculdade de Medicina do Estado de Goiás, com internato e alunos que participam. Esses recursos deveriam ser usados para inovação na nossa instituição. Infelizmente, nós somos obrigados a colocar esse recurso na assistência, porque o contrato do município não é suficiente para que a instituição possa desenvolver as suas atividades a contento.

Diante desse cenário e da necessidade de fazer uma revitalização do nosso pronto-socorro, nós buscamos essa inovação sustentável, que é a readequação total do nosso pronto-socorro. Nesse sentido, o que nós fizemos? Nós buscamos uma parceria com a população do Mato Grosso do Sul e essa parceria teve um nome que foi: "Juntos pela Vida – Sua Contribuição Salva!". Assim, nós idealizamos o pronto-socorro da Santa Casa e já entregamos um terço. E aí nós estamos mostrando que de uma área só nós retiramos mais de 116 toneladas para revitalizarmos o pronto-socorro.

Era um lugar inóspito, que funcionava com ar normal de casa, e nós revitalizamos toda essa área de mil metros quadrados.

Então, nesses espaços, foram criadas duas salas de estabilização para separarmos os pacientes que eram estabilizados junto com os outros na área vermelha do hospital, que possui apenas seis acomodações. Foi feita uma área verde, que tem sete leitos, e hoje nós aumentamos alguns pontos de oxigênio. Concebemos uma sala de isolamento, uma sala para atendimento dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custodiados – são as pessoas que vêm do presídio, com policial armado, que causam um constrangimento muito grande aos outros pacientes e insegurança; então, nós pensamos nessa sala –, três consultórios médicos, recepção e sala de coleta laboratorial. Esse novo espaço foi todo revitalizado com uma nova rede de oxigênio, pontos de hemodiálise, ar refrigerado com pressão negativa e filtro de purificação do ambiente, para dar segurança tanto para os pacientes, como para os nossos colaboradores.

A Santa Casa de Campo Grande entrou com R$1,5 milhão nessa primeira fase, e a população, nesse chamamento através do Pix juntospelavida@santacasacg.org.br, já contribuiu com R$769,2 mil. Desses valores, nós prestamos conta semanalmente para o Ministério Público, da saúde aqui de Mato Grosso do Sul, a fim de dar transparência para todas as atividades que nós, filantropia, fazemos, e para como nós estamos utilizando o dinheiro do contribuinte em conjunto com o dinheiro da Santa Casa de Campo Grande.

Somos um hospital com 14 residências médicas e uma residência multiprofissional. Somos um hospital que faz pesquisa... e estamos inovando para poder bem atender a população de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O.K.. Eu agradeço, então, a participação da Sra. Alir Terra Lima, Presidente da Santa Casa de Campo Grande. Parabéns pelo trabalho.

Eu aproveito este momento também para avisar que nós já temos aqui várias perguntas vindas do e-Cidadania – da Maria, de São Paulo; do André, do Acre; do Sander, do Rio de Janeiro; e da Raíssa, de Mato Grosso –, assim como comentários – do Gerson, do Distrito Federal; de Arlanza, do Paraná; da Andrily, do Paraná; e do Gentil, da Paraíba.

No nosso sistema aqui, o que vai acontecer é que, no final das apresentações, eu vou ler essas perguntas – vou pedir para a Mesa passar uma cópia para os nossos apresentadores, debatedores. No final, então, nós podemos discutir as perguntas nos comentários finais, nos dois minutos de comentários finais. Mas, durante a apresentação, se algum apresentador já quiser responder a alguma das perguntas, fique à vontade, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo, então, a palavra, agora, ao Dr. Eduardo Jorge Marinho de Queiroz Júnior, CEO da Santa Casa da Bahia, para seus oito minutos de apresentação.

O SR. EDUARDO JORGE MARINHO DE QUEIROZ JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes, na pessoa de quem saúdo a todos aqui presentes, colegas, autoridades, colegas aí de representação.

Confesso que, para o tempo, escrevi um pouco demais, talvez, mas vou acelerar para a gente ser fiel aqui à programação.

Então, começando, nós somos da Santa Casa da Bahia. Aqui é uma breve apresentação, só para... Eu tenho 25 anos de atuação, majoritariamente na área filantrópica, e estou na santa casa, nessa função, desde 2020, tendo passado por lá antes numa função que era apenas a operação da área de saúde.

Eu estou tentando passar...

Aqui a santa casa... Opa, passou demais.

Só um minuto. Pronto.

É uma irmandade, foi fundada por Tomé de Sousa em 1549, uma das primeiras santas casas do Brasil. É uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, bem longeva. (*Risos.*)

Deu origem ao primeiro hospital do Estado da Bahia, à primeira faculdade de medicina, muita história e uma demonstração de que, como muitos daqui, somos longevos porque, de alguma forma, tem uma competência, tem uma dedicação, tem consistência o trabalho que vem sendo feito nesse tempo.

Aqui é uma breve linha do tempo, mostrando ali o início com o hospital que era extramuros da cidade de Salvador. Depois, a evolução: tivemos o cemitério em 1840, o primeiro cemitério da cidade; depois, veio o Hospital Santa Izabel, que é o hospital, hoje, principal unidade da santa casa; temos uma faculdade e algumas outras unidades.

Aqui a gente mostra um pouco das atividades: Hospital Santa Izabel, tem uma clínica, unidade de atenção primária de saúde, a Cuidado Contínuo... O Hospital Municipal de Catu é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hospital em comodato que nós administramos; o Hospital Municipal de Salvador é uma organização social com 240 leitos, do município.

Temos outras unidades, como está sendo visto. Na área de cultura, mantemos o Museu da Misericórdia, que foi onde iniciou o hospital, onde iniciou a atividade da santa casa em 1549, ali do lado do Elevador Lacerda, em Salvador.

Na ação social, nós temos escolas com crianças, são 500 crianças, tudo custeado pela santa casa; programas de oficinas profissionalizantes, num bairro importante lá, o Bairro da Paz, um bairro pobre de Salvador.

Temos algumas outras atividades, como o cemitério, faculdade, como já visto.

Somos 17 unidades, 6,2 mil colaboradores, em torno de 2,5 mil médicos, 700 leitos. Desses 700 leitos, 500 leitos próprios e 200 administrados. Temos uma importância, um número estimativo: em torno de 7% da população da Região Metropolitana de Salvador passa pelos nossos serviços de alguma forma durante o ano. Esses são os números de importância, 35 mil internações por ano, 15 mil cirurgias.

Temos os programas de residência há 40 anos, um hospital muito com viés de ensino, muito estudante. A faculdade começou em 2018. Temos alunos também que ficam em regime integral, dos centros de educação infantil. São 1.136 pessoas beneficiadas com os cursos e oficinas do programa que fica no Bairro da Paz. E temos uma casa de apoio para pacientes oncológicos e cardiopatas que vêm do interior do estado, não têm como se apoiar enquanto estão em tratamento e ali eles ficam hospedados, têm atividades lúdicas e alimentação, entre outras atividades.

Aqui é só um recorte. É o Hospital Santa Izabel, mostrando ali, ele está perto do centro histórico, a mais ou menos 1,5km, 2km do Elevador Lacerda, que é o central da cidade.

Estou passando aqui.

Bom, panorama, a gente já sabe, vocês já discutiram muito isso hoje, eu não vou chover no molhado. Temos o subfinanciamento, gestão fragmentada, o acesso é precário... Aí eu estou falando do macrossistema de saúde –, emergências lotadas, cuidado primário limitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos esses gargalos na atenção especializada, principalmente oncologia. Isso gera problemas. Quando nós analisamos os nossos índices lá, os pacientes do SUS têm uma performance pior de desfecho porque não conseguem ter o cuidado no tempo certo. Judicialização, incorporação tecnológica, inflação médica.

E, assim, as santas casas são majoritárias na proporção dos atendimentos de média complexidade e alta complexidade.

Vou passando aqui.

Sendo fiel ao tema, eu trouxe uma provocação meio óbvia. A gente já tem uma experiência na área filantrópica, que é o Proadi, que são recursos de isenções dos hospitais de excelência que contribuem com programas estratégicos do Governo. E aí a gente vem numa ideia de trazer uma proposta para que a área privada possa trazer recursos, as redes privadas da área de saúde possam trazer recursos contra projetos que sejam apresentados para a melhoria de tecnologia na área de saúde.

Hoje nós temos um mundo digital aí, um desafio imenso. O orçamento com tecnologia triplicou, pelo menos em nossa entidade, a cibersegurança, a gestão de dados, então, tudo isso é um desafio. Imagine, se, para nós, cuidar do custeio é um desafio, imagine a gente conseguir manter e atualizar as nossas entidades com as melhores práticas e as melhores ferramentas.

Então, a gente traz uma proposta de acordos de cooperação. Legalmente isso precisa ser estudado, precisa ser avaliado, como fazer e trazer uma contrapartida para o setor privado que se traduz em incentivo fiscal. Evidentemente que para uma rede privada fazer uma colaboração, trazer *know-how*, trazer recurso, deveria ter aí alguma contrapartida para eles.

Isso é um assunto que talvez não seja fácil, mas eu entendo que, inspirados no Proadi, que já acontece há algum tempo, talvez esse seja um caminho de colaboração entre entidades privadas com fins lucrativos e entidades privadas sem fins lucrativos.

Eu coloco ali o como, acordo de cooperação; e o porquê, as santas casas historicamente entregam muito, manter esses atendimentos é preciso. A população vem sofrendo e o ideal é investir onde é fácil aferir os resultados, então, controlar e avaliar é mais fácil e mais econômico do que fazer. Então, eu acho que o Governo pode, sim, centralizar e investir mais na sua gestão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para poder controlar e avaliar os serviços que são prestados. Eu acho que eles fazem isso bem, quando se propõem para isso, e nós somos bons no que fazemos e já somos majoritários. Então, por que não investir nas santas casas e nos hospitais filantrópicos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO JORGE MARINHO DE QUEIROZ JÚNIOR – Então, nós, da santa casa, temos dificuldades em manter a operação, imaginem os investimentos obrigatórios, como já dito aqui.

Então, pouco importa quem governa efetivamente as santas casas. O povo precisa de serviço de qualidade, que o acesso e a sequência do cuidado sejam garantidos. Os verdadeiros proprietários são os usuários, porque não é de quem está lá comandando, é de quem usa, é um bem público, utilidade pública inquestionável.

Manter as santas casas atualizadas, competitivas e inovadoras é no mínimo pavimentar a entrega real de serviço à população e a busca por melhoria dos pontos críticos já mencionados.

Bom, é isso.

Quero agradecer e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Bom, excelente, excelente.

Muito obrigado, Dr. Eduardo Jorge Marinho de Queiroz Júnior, CEO da Santa Casa da Bahia.

Fiquei impressionado com a idade, não é? Em 1549.

E você assumiu ali no meio da pandemia.

O SR. EDUARDO JORGE MARINHO DE QUEIROZ JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Realmente, parabéns!

O SR. EDUARDO JORGE MARINHO DE QUEIROZ JÚNIOR – Para falar da nossa experiência, nós conseguimos... Naquela ocasião, tinha uma linha do BNDES Saúde, e tal, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguimos reperfilar a nossa dívida com o BNDES; mas eu acho que essa linha beneficiou poucas entidades, talvez as maiores ali. Há sempre uma dificuldade com documentação, com certidões, mas conseguimos, e ajudou muito a santa casa naquele momento ali de crise.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está aí.

Eu pedi para o Dr. Marcelo Morales ali olhar a possibilidade e ele já está buscando as viabilidades.

Eu passo, então, a palavra agora à Irmã Rosane Ghedin, Diretora Presidente da Santa Casa Marcelina, em São Paulo, que está conosco por via remota, por videoconferência.

A SRA. ROSANE GHEDIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar o Senador Marcos Pontes e agradecer esta oportunidade de poder relatar e me somar também à voz das outras santas casas sobre as dificuldades que vivenciamos também juntas.

A Santa Marcelina é bem novinha em relação à Santa Casa da Bahia. Nós temos 64 anos de atuação na saúde. A nossa *expertise* é a saúde pública, somos, praticamente, militantes do SUS, prestamos serviço com 97% dos atendimentos pelo SUS. Estamos localizados na zona leste de São Paulo, onde nós temos uma alta demanda, uma grande população, somos a única referência. Totalizamos quase 2 mil leitos, aqui na região, com 164 serviços de atenção primária, tentando integrar todo o sistema SUS na região.

Assim como os demais, talvez, eu fale quase a mesma coisa, mas quero dizer que nós também trabalhamos com um grande desafio da sustentabilidade, que é uma busca diária e constante, a busca da eficiência, o controle de custos, de gastos e o controle, em geral, de todas as coisas para tentar manter o atendimento, visto que a região depende totalmente do nosso atendimento do SUS – são dependentes. Também buscamos, ansiamos por essa correção da tabela. Esperamos que isso possa, de fato, valer, e que a gente tenha alguma correção que, ao menos, corrija os índices de defasagem em relação a RH, em relação a insumos, em relação a medicamentos, a materiais especializados, porque isso pesa muito no atendimento do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também dizer que nós temos aqui, em São Paulo, um exemplo exitoso de iniciativa do nosso Governador sobre a tabela SUS paulista, que trouxe para nós também a possibilidade – para todos os parceiros da secretaria –, de poder atender mais e melhor as linhas prioritárias como oncologia, como cardiologia, como filas cirúrgicas.

Eu acho que isso trouxe um grande ganho. Então essa é a prova de que as santas casas necessitam de recurso.

Nós evoluímos muito na eficiência, na gestão. Precisamos de recursos para poder vencer as grandes demandas que, nas várias regiões deste Brasil afora, nós temos, e é necessidade. Então acho que essa é uma questão: o subfinanciamento. Ele castiga muito. Temos dificuldade, precisamos ter prioridades, escolhas para a manutenção das atividades, do atendimento. Então a correção da tabela se faz muito necessária e importante.

A outra questão é a questão das emendas parlamentares, em que a gente vem tendo essa, eu diria, essa forçação, essa imposição de que as emendas precisam de plano de trabalho, aumento de produção. Só que aí nós temos um problema em cascata. Quando nós vamos para o aumento de produção, nós aumentamos o problema, porque nós temos que contratar mais equipes, nem sempre temos leitos disponíveis, aí nós vamos ter dificuldade da capacidade instalada, muitas vezes, porque o excesso já faz até parte do nosso cotidiano das santas casas, de um modo geral, porque nós sempre atendemos muito e normalmente não paramos apenas no teto, porque somos impulsionados pelas necessidades e pelos problemas graves que a nossa população sofre diariamente na busca de soluções de saúde.

Então é importante que essas emendas pudessem ser voltadas para atualização de parque tecnológico, para manutenção, reformas, acesso qualificado da população, especialidades, que fossem focadas em especialidades estratégicas, porque as Santas Casas nunca vão mudar o seu compromisso social. Prioritariamente o nosso compromisso é social, e nós damos conta de uma grande quantidade de atendimento SUS...

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Só um momento, Irmã, o som, seu som sumiu aqui. O pessoal está vendo na parte técnica aqui. Acho que o problema está contigo aí. Dá uma olhadinha no som, no microfone, se não está mutado, se não está calado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IRMÃ ROSANE GHEDIN – Está tudo certo aqui. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ah, agora voltou, agora voltou. Por favor, continue.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSANE GHEDIN (*Por videoconferência.*) – Não sei até que momento vocês me ouviram, mas é grande a importância das emendas parlamentares, com que nós contamos muito para atualização de parque tecnológico, reformas, qualificação da nossa assistência, o acesso qualificado, o atendimento de especialidades estratégicas.

Eu estava dizendo do nosso compromisso social. As santas casas têm grande compromisso com a população SUS-dependente e compromisso com a população de menor poder aquisitivo, embora o SUS seja um sistema para todos, mas as pessoas que mais se beneficiam deste atendimento são as pessoas com maior dificuldade social.

Então, eu diria que a gente tem muita necessidade de uma atuação nesse sentido e principalmente todas essas atuações ligadas ao financiamento.

O Fabrício poderia complementar alguma coisa. Fabrício é nosso Diretor Administrativo do Santa Marcelina, que já atua conosco de longa data e pode complementar algumas...

O SR. FABRÍCIO SANTANA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos, boa tarde, Senador.

É um prazer aqui falar desse tema, um tema tão importante, a gente que vivencia no nosso dia a dia a importância desse financiamento, como a Irmã disse, para a gente produzir muito mais; produzir mais aqui a quem precisa.

Ela usou um exemplo da tabela paulista, aqui de São Paulo, que mostra um crescimento exponencial de produção e principalmente nas questões das filas, filas que já estavam aí há muito tempo, fila de câncer, fila de cirurgia cardíaca, fila de obesidade. Então, deu uma sobrevida.

É por isso que a gente considera esse tema um tema sensível, não só aqui para o Santa Marcelina, mas para todos que fazem essa missão do SUS Brasil afora. Há necessidade de que tenha, sim, uma periodicidade na revisão dessa tabela. A gente sabe que tudo se reajusta, tudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumenta, mas a tabela, muitas vezes, como ela é o ponto focal, se ela não tem nenhum tipo de indexador, muitas filas hoje de especialidade acabam se acumulando, porque tem procedimentos de maior complexidade que são custosos. Você tem material de OPME, você tem tantas outras coisas que você acaba não conseguindo produzir, porque você sabe que se produzir, você vai gerar cada vez mais custo para a instituição.

Então, hoje a gente tem uma situação mais tranquila pela questão de uma medida estratégica aqui do Governo do Estado de São Paulo, que trouxe um pouco dessa sobrevida aos hospitais filantrópicos do estado. Mas a gente acredita que isso poderia se tornar ainda mais efetivo se tivesse realmente essa Lei 14.820 na sua integridade para todas as instituições.

Eu agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Irmã Rosane Guedin, Diretora Presidente da Santa Casa Marcelina, em São Paulo. Parabéns pelo trabalho. Nós já nos encontramos algumas vezes pessoalmente – é bom revê-la também.

Eu passo a palavra agora, então, ao Dr. Rodrigo Bornhausen Demarch, representante do Hospital Albert Einstein, para seus oito minutos de apresentação.

Obrigado.

O SR. RODRIGO BORNHAUSEN DEMARCH (Para expor.) – Muito boa tarde, Senador.

Antes de mais nada, muito obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui com vocês e com os colegas hoje.

Eu vou fazer uma apresentação breve também.

Há mais eslaides do que provavelmente deveria, mas a ideia é que a gente possa mostrar aqui um pouco da história do Einstein sobre como nós temos trabalhado com inovação e como temos estabelecido parcerias com outras organizações públicas do setor de saúde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RODRIGO BORNHAUSEN DEMARCH – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como você já bem colocou, essas são as mazelas talvez do sistema de saúde, as dificuldades, as complexidades e por que resolver os problemas do setor de saúde é tão difícil.

Como podemos ver aqui são "n" razões, digamos assim, pelas quais o setor é ineficiente, ou o sistema de saúde é tão ineficiente, mas eu queria falar brevemente sobre o Einstein. O Einstein, neste ano, fez 70 anos. Ele foi fundado pela comunidade judaica de São Paulo, nasceu como um hospital, no Morumbi e, ao longo das suas décadas, digamos assim, foi se transformando no que hoje, na referência bibliográfica, nós denominaríamos de centro médico acadêmico ou sistema de saúde.

O Einstein é uma instituição filantrópica, uma associação beneficente sem fins lucrativos, e que, além da assistência à saúde, no setor privado, tem uma atividade muito intensa também no setor público. Isso nem todo mundo sabe, mas é importante a gente reforçar. Ele tem como principal característica a excelência naquilo que faz, principalmente assistencial. É por isso que esses outros pilares foram se desenvolvendo, ao longo dos anos, no sentido de poder entregar excelência de cuidado na sua atividade assistencial: como no ensino, na pesquisa, na inovação e na responsabilidade social. São dois hospitais com aproximadamente 750 leitos na cidade de São Paulo e há outro na cidade de Goiânia. São aproximadamente 30 unidades no setor público. Essa atividade começou no ano de 2001.

Quando as primeiras unidades básicas de saúde começaram a ser geridas pelo Einstein, lá em São Paulo, ao longo dessas décadas – são quase 25 anos atuando no setor público –, uma série de outros hospitais, de unidades básicas e de centros de especialidade foram sendo incorporados à atividade assistencial. Mais recentemente, temos três hospitais públicos do Estado de São Paulo: o Darcy Vargas, o Ipiranga e o Hospital Heliópolis – são esses que estão entrando em operação agora.

Dentro das diretrizes da organização, talvez uma das mais importantes seja justamente a de contribuir para o desenvolvimento do sistema público de saúde, através das atividades junto ao Ministério da Saúde e gestão de serviços assistenciais, para as secretarias estaduais e municipais de saúde. Como vocês podem ver, são mais de 8 milhões de atendimentos que se realizam por ano em todo esse sistema, nessa rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Do ponto de vista de inovação... Eu vou passar aquele eslaide ali, porque eu gostaria de gastar alguns minutos falando sobre isto: como a organização entende inovação? Na verdade, como um instrumento para potencializar as suas atividades e levar eventualmente o serviço de saúde para quem não tem esse acesso. Para que isso aconteça de uma forma escalável e sustentável, a gente entende que esses três elementos, ou melhor, esses quatro elementos são importantes.

Então, a questão da interoperabilidade de informações, como é que a gente consegue enxergar o paciente dentro de um sistema como um todo. E tem uma série de projetos acontecendo no Brasil em relação a isso, mas nós ainda não estamos naquilo que talvez seja o ideal.

O uso inteligente de dados é um outro elemento superimportante, quer dizer, usar o dado para criar *insights* e, a partir daí, eventualmente criar novos serviços, apoiar médicos e profissionais da saúde nas suas tomadas de decisão, enfim.

Automação de processos administrativos, com ganho de produtividade e soluções digitais no sentido de ampliar o acesso a quem eventualmente não tenha. Eu vou dar um exemplo, daqui a pouco, do TeleAMES, que é um projeto, para o Einstein, superrelevante.

Aqui alguns exemplos, eu vou passar mais rapidamente, mas exemplos de projetos – Proadi, como você mencionou, Eduardo, há pouco – realizados entre o Einstein e outros hospitais de excelência, e no caso aqui, os outros hospitais filantrópicos. Então, o Lean na Emergência, o Saúde em Nossas Mãos são projetos extremamente relevantes, em que se consegue disseminar, primeiro consegue aprender e disseminar conhecimento igualmente entre os hospitais públicos que participam dessas iniciativas.

O Projeto DIAna é um projeto muito focado em interoperabilidade. O Trauma é um projeto que usa plataformas digitais e dados para que se entenda melhor como aspectos relacionados a fatores externos, como traumas propriamente ditos, podem ser mitigados, e a partir daí se gerarem informações para melhorar políticas públicas, por exemplo. É um outro projeto Proadi importante sendo desenvolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O TeleAMES, que talvez seja um dos projetos de saúde digital mais bonitos do Brasil, no sentido de que ele leva literalmente o profissional especialista para dentro do posto de saúde, das unidades básicas de saúde espalhadas pelo Brasil inteiro. São mais de 450 mil consultas realizadas, em mais de 400 unidades espalhadas principalmente pelo Norte do país e pelo Centro-Oeste.

Projetos mais voltados, digamos assim, ao desenvolvimento de alta tecnologia no país, que também se entende que são importantes, como o projeto de CAR-T e de anemia falciforme. O Impacto MR, que tem vistas a desenvolver uma plataforma com foco em identificação de infecções multirresistentes, como a gente fala, a antimicrobianos, também desenvolvido com uma série de hospitais públicos do Brasil inteiro. O Projeto Telescope, o TeleUTI, projetos de UTI em que se cria ali um ambiente para compartilhar informações. Projeto de educação continuada, digamos assim, por parte de médicos e profissionais da saúde, dentro de UTIs de hospitais públicos do Brasil e parceiros do Einstein. E médicos parceiros do Einstein.

E aqui eu vou gastar mais dois minutinhos falando de um projeto que ainda é recente, mas para a gente, tem um carinho especial. Ele é chamado de Leish Detect. Foi um projeto inicialmente financiado pelo SUS, desenvolvido entre o Einstein, a Fundação Hospitalar Alfredo da Matta e a Fundação de Medicina Tropical, de Manaus, com a finalidade de desenvolver uma plataforma digital que usa inteligência artificial para fazer um pré-diagnóstico, um rastreamento de leishmaniose cutânea. Essa é uma doença que acomete 15 milhões de pessoas mundo afora. É uma doença negligenciada, como se denomina, normalmente em regiões tropicais do mundo e em países em desenvolvimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BORNHAUSEN DEMARCH – E essa plataforma aqui começou então como uma iniciativa menor do Einstein, em parceria com essas duas instituições e o BID, e ela deu certo, tracionou, e agora está se transformando num Proadi que a gente chama de Cutis-AI. E ele vai ter em vista não só fazer o diagnóstico, o pré-diagnóstico da leishmaniose cutânea, como também de outras doenças negligenciadas de manifestação cutânea. E a ideia é que, em algum momento futuro, esse tipo de tecnologia possa estar disponível nas unidades básicas de saúde, apoiando os profissionais para fazer esse rastreamento e o encaminhamento melhor dessas doenças, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hanseníase, tuberculose, esporotricose, entre outras. Então, é um projeto pelo qual a gente tem um carinho muito grande também.

E, por fim – para finalizar –, nós temos trabalhado muito, há alguns anos, eu diria, pelo menos oito ou nove anos, de forma muito estruturada, dentro do Einstein, com *startups*.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BORNHAUSEN DEMARCH – E a gente entende que o trabalho com *startups* é um componente importante para que organizações de saúde possam ser mais ágeis, possam ser mais eficientes e tudo mais.

E, por conta desse aprendizado e dessa experiência que a gente desenvolveu ao longo desses últimos anos, no ano passado nós criamos um programa de aceleração de *startups* para o Sistema Único de Saúde, que tem como objetivo fazer o quê? Essencialmente, instrumentalizar os empreendedores, para que eles aprendam a trabalhar com organizações públicas, assim como os gestores, para que eles entendam como é trabalhar com uma *startup*. Então, é um projeto que tem essa trilha dupla, digamos assim, e vai acompanhado de um estudo de custo-efetividade, para mostrar que a incorporação dessa tecnologia, de fato, é custo-efetiva.

Então, o primeiro projeto está acontecendo no Hospital Municipal Dr. Moysés Deutsch, lá de São Paulo, hospital público gerido pelo Einstein. E a ideia é que, uma vez que esse modelo esteja bem sedimentado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO BORNHAUSEN DEMARCH – ... ele possa ser replicado para outras organizações.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo Bornhausen Demarch, representante do Hospital Albert Einstein. Parabéns pelo trabalho!

Foi muito citado "inovação", né? Eu só queria relembrar uma coisa que aconteceu hoje de manhã: foram três cientistas, pesquisadores que receberam o Prêmio Nobel de Economia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente pela associação direta da inovação com o desenvolvimento econômico do país. Eu fiquei muito feliz com isso, por quê? É uma coisa que eu tenho falado desde o tempo lá do Ministério de Ciência e Tecnologia; da importância do investimento consistente em ciência, tecnologia e inovação como um dos pilares para o desenvolvimento do país. E hoje isso está aí confirmado pelo Prêmio Nobel para esses três economistas.

O que eu falo sempre é o seguinte: se a gente olhar todos os países desenvolvidos, todos eles, sem exceção nenhuma, eles chegaram lá não por causa de língua, por causa de localização geográfica, religião, cultura, nada disso. Eles chegaram lá por investimento consistente em educação com resultado, para resultados, focada em resultados, incluindo a educação profissionalizante e tecnológica; investimento contínuo, consistente e inteligente em ciência, tecnologia e inovação, para transformar uma ideia em um produto ou um serviço, basicamente transformar uma ideia em nota fiscal e emprego; e, finalmente, um ambiente de negócios favorável para o desenvolvimento de empresas, principalmente de base tecnológica, como as nossas *startups*, por exemplo, que consigam proliferar e gerar empregos, gerar novos produtos, novos serviços.

E a gente viu ali no ministério o quanto que isso funciona. Quando a gente faz um investimento através da Finep, por exemplo, nos editais da Finep, você colocava ali para desenvolvimento de, por exemplo, IA^2, inovação aberta e inteligência artificial, saúde 4.0, indústria 4.0, agro 4.0, cidades inteligentes. Nós colocamos nessas quatro áreas recursos, e não era um absurdo de recurso, não, mas pela quantidade de projetos interessantes, de empresas que foram criadas no setor, você via que o Brasil tem condição de desenvolver essas empresas, tem condição de desenvolver negócios baseados nessas empresas, basta um pouco de foco e prioridade. Está aí a confirmação: a inovação realmente faz parte do desenvolvimento econômico como correlação, para quem gosta de matemática, numa correspondência 1 aí no gráfico, vamos colocar assim, né?

Então, vamos em frente.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Rodrigo de Freitas Garbero, Gerente de Governança Clínica do Hospital Sírio-Libanês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE FREITAS GARBERO (Para expor.) – Boa tarde a todos; boa tarde, Senador Astronauta Marcos Pontes. Obrigado pelo convite.

Está ligado? Está.

Primeiro, eu queria parabenizar a todos os gestores. Eu ouvi a audiência da manhã e ouvi a audiência de agora, à tarde; é um trabalho muito bonito, de muita dedicação e muito propósito que as santas casas fazem no Brasil. A gente estava conversando antes: se fosse uma rede hospitalar, seria três vezes maior do que a maior rede hospitalar americana, com mais de 150 mil leitos operados no Brasil.

O Sírio-Libanês é uma instituição centenária, fundada por uma sociedade de senhoras. É um orgulho ter uma liderança feminina num hospital de tanta representatividade no Brasil. E também é uma sociedade sem fins lucrativos e beneficente. Hoje a gente já tem, de leitos de atenção 100% ao SUS, sob gestão direta, quase duas vezes o número de leitos que a gente tem de hospital privado, pelo nosso Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês. Também temos uma atuação importante no Proadi. Eu vi ali muitos projetos que nós compartilhamos, como linhas de emergência que vêm ajudando muito as emergências do SUS – e parabenizo o Einstein pela inovação, é um marco de excelência que a gente sempre olha também.

A função aqui nessa mesa eu acho que é muito mais a gente se apresentar para o jogo. Nós temos hospitais que funcionam em um padrão de excelência muito elevado, que estão representados aqui, como a Santa Casa de São Paulo e outros que nós respeitamos pela história e pelas entregas, mas também existe um pessoal que não está aqui representado, que são as santas casas menores, de hospitais que operam em cidades pequenas e de médio porte e que podem ter muita vantagem em cooperação para tecnologias de gestão corporativa, tecnologias de gestão da assistência, tecnologias de governança clínica. Seria muito interessante a gente olhar para esse grupo imenso de hospitais também e entender como a iniciativa privada pode ajudar o desenvolvimento desse grande grupo de leitos que atendem ao SUS.

É interessante que na mesa a gente tem dois hospitais privados, mas os dois são sociedades filantrópicas, sem fins lucrativos e os dois estão atendendo diretamente ao SUS, né? Mas existe uma gama enorme da iniciativa privada que não está nessa mesa aqui também, que pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamada para o jogo, que tem estruturas muito robustas de governança corporativa e até de governança clínica e podem contribuir no desenvolvimento desses hospitais.

Aqui em Brasília, a gente não tem santa casa, a gente tem todos os hospitais de administração direta. Conversando com os gestores de santas casas aqui, a gente vê que a multiplicidade de relacionamento que o sistema público tem com esses operadores do SUS dificulta um pouco a gestão. A forma como a santa casa é tratada não é a mesma forma como a OS é tratada, não é a mesma forma como a administração direta é tratada. Isso torna o cenário um pouco instável.

Mas, para dentro do hospital, para dentro da assistência, que eu acho que é a cooperação mais fácil, é aquela que vai tocar o paciente mais rápido, existem muitos protocolos de qualidade, de segurança, de eficiência clínica que podem ser facilmente compartilhados e difundidos pelos hospitais, criando-se fóruns permanentes de discussão de boas práticas entre esses grandes *players* e estudando como levar essas informações para os hospitais de menor complexidade, que podem gerar um ganho assistencial imediato para essa população. Um ganho de eficiência, um ganho de giro de leitos, que pode significar até um ganho de operação em escala para o SUS.

Obviamente, eu vi aqui muita gente reclamando do subfinanciamento, de o quanto aumentar o giro de leitos pode impactar isso, mas é um problema que foi bem debatido de manhã. O fórum aqui é sobre como a iniciativa privada pode ajudar, em parcerias de inovação. A tecnologia é a outra forma como a iniciativa privada pode contribuir, é mais fácil a gente ter investimentos, desenvolvimento de *softwares*, de novos sistemas de gestão, da assistência de gestão da própria operação hospitalar dentro da iniciativa privada, e os hospitais públicos podem ser grandes áreas de teste desses aplicativos e de massificação do uso.

Então, essas parcerias podem ser muito interessantes também, como também as parcerias para pesquisa clínica. As pesquisas clínicas são talvez o lugar onde seja mais fácil evidenciar o ganha-ganha da parceria. Os hospitais privados têm a capacidade de atrair a indústria farmacêutica para estudos robustos, e os hospitais públicos têm um grande contingente de pacientes que precisam desses tratamentos. Então, essas parcerias para pesquisa clínica também são pontos de intersecção bem interessantes para a gente conversar sobre melhoria conjunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, assim, os hospitais filantrópicos também não são só as santas casas; a gente tem outras instituições que são filantrópicas, que eu acho que têm que ser levadas em consideração também, como as organizações sociais, os institutos, o serviço social autônomo – está aí o exemplo do Sarah, que é um serviço social autônomo, que também é uma empresa filantrópica. O olhar mais ampliado pode nos deparar com outros modelos de gestão integralmente dedicados ao SUS, que podem ser bastante interessantes para massificação.

Eu acho que desses grandes hospitais que eu estou vendo aqui, o convite é para parceria e discussão de ideias, porque não tem nada para ensinar para esses gestores que tem aqui, nem para os médicos, nem para os enfermeiros desses hospitais – eles fazem um serviço de excelência –, mas um grande fórum de discussão de ideias de como a gente leva essas inovações para os hospitais menores, para os hospitais das cidades pequenas e médias, até garantindo que eles sobrevivam, porque eles têm muito menos capacidade de captação de recursos, seria um ponto de colaboração muito interessante, não só de nós, que estamos aqui, que somos também filantrópicos, mas também da própria iniciativa privada como um todo.

De novo, assim, me sensibilizou muito a dedicação e o propósito dos gestores dos hospitais públicos aqui por manterem instituições há tanto tempo operando em excelência e levando saúde para a população. Então, se a gente puder, como hospital de excelência, compartilhar experiências, compartilhar modelos de gestão, compartilhar tecnologia, compartilhar informações com esses grandes hospitais e criar estratégias para que isso se capilarize para os outros hospitais filantrópicos, a gente vai ficar muito feliz em poder ajudar.

Eu não vou tomar o tempo; só queria novamente agradecer ao convite em nome do Hospital Sírio-Libanês, por estar aqui, nesta mesa.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo de Freitas Garbero. Ele é Gerente de Governança Clínica do Hospital Sírio-Libanês. Parabéns aí também pela... aliás, aqui a gente tem que parabenizar todas essas instituições de saúde, que fazem um trabalho essencial, de importância gigantesca para a sociedade no Brasil. Esse tipo de discussão é justamente isto: trazer essas ideias, colocar e ver como nós aqui, do ponto de vista do Legislativo, podemos ajudar a destravar ou a colocar uma velocidade para a resolução desses problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos aqui à disposição, e isto que é a ideia: trazer. Eu peço novamente a todos que nos enviem as sugestões aqui, para esta Comissão de Assuntos Sociais, para que nós possamos discutir, e não só discutir, mas tomar providências. Discussão só não adianta muito, a gente precisa da providência baseada nessa discussão.

Completada a primeira fase com a fala de todos os debatedores, passamos à segunda fase, que é a leitura das perguntas e as discussões finais, ou as considerações finais de cada debatedor.

Então, eu vou ler as perguntas aqui, que nós recebemos através do e-Cidadania. Aliás, aproveito para agradecer a todos aqueles que nos acompanham e acompanharam ao longo desta apresentação, desta audiência pública.

Eu vou ler as perguntas e comentários e eu deixo, então, a decisão – ou seja, discrição – de responder as perguntas que acharem convenientes a cada um dos nossos debatedores, dentro do seu escopo de atuação. E também nós daremos o tempo de novo para cada um dos debatedores, dois minutos, para as considerações finais e respostas às perguntas.

Então vamos começar aqui com as perguntas.

Inicialmente, Maria, de São Paulo: "Como [...] [uma parceria] entre [...] [hospital privado e instituição filantrópica pode favorecer o usuário do] SUS?". De certa forma, foram respondidas algumas coisas, mas, se quiserem complementar...

O André, do Acre: "Se hospitais privados e filantrópicos passarem a executar tarefas essenciais do SUS, quem garante que os recursos públicos não serão drenados?". Tem que ver como seria isso aí.

O Sander, do Rio de Janeiro: "[O que significa, entre aspas] 'modelos híbridos de financiamento'? [Envolve recursos públicos, garantias do Tesouro ou incentivos fiscais]?".

A Raíssa, de Mato Grosso: "Como assegurar que as inovações compartilhadas beneficiem, de fato, a população, sem aumentar as desigualdades no SUS?".

Mais perguntas.

Da Mariana, do Paraná: "Qual é o papel das parcerias entre hospitais privados e instituições filantrópicas no fortalecimento do SUS?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Enzo, de São Paulo: "Quais limites jurídicos devem ser observados para assegurar a legalidade e a transparência nas parcerias entre hospitais privados?".

O Osvaldo, do Rio de Janeiro: "Estão previstos meios de fiscalização eficiente, garantindo a lisura da parceria?".

A Helena, de São Paulo: "Até que ponto a busca por eficiência e inovação nas parcerias público-privadas pode comprometer o princípio da universalidade do SUS?".

Agora os comentários.

O João, de São Paulo: "É imprescindível que o Estado atue em conjunto com a iniciativa privada para fornecer melhores serviços para a população".

O Marcelo, de Santa Catarina: "É fundamental a iniciativa privada estar envolvida com as instituições filantrópicas e o Governo deve apoiar sem [intervir]". Sem interferir, desculpe.

O Yuri, de Minas Gerais: "Qual o sentido de fazer parceria com hospital privado? O Governo precisa investir nos hospitais públicos". Isso aqui é uma pergunta e um comentário ao mesmo tempo.

Seguindo com os comentários.

O Gerson, do Distrito Federal: "Rompi o ligamento do ombro direito e aguardo ser chamado para cirurgia. Esta parceria ajudará a muitos, inclusive a [...] [mim]".

A Arlanza, do Pará: "Em estados em que a maioria é de baixa renda e os recursos públicos de saúde são limitados e precários, [isso] é necessário".

O Andrily, do Paraná: "Colaborações alavancam a *expertise* privada, melhoram a qualidade do atendimento e são essenciais para enfrentar a crescente demanda do SUS".

O Gentil, da Paraíba: "Apoio esta ideia desde que o Governo não participe da administração. Para evitar corrupção, deve [...] [haver] rigor na punição de possíveis fraudes".

Então, essas são as... Nós recebemos as perguntas e comentários através do e-Cidadania e agora eu passo novamente a palavra aos nossos debatedores, na mesma sequência que nós iniciamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, novamente, partindo para o Dr. Flaviano Feu Ventorim, Diretor-Presidente da Fundação São Francisco Xavier, que está conosco por videoconferência. Por dois minutos.

O SR. FLAVIANO FEU VENTORIM (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senador e todos que nos ouvem.

Eu sou meio direto, me perdoem.

As perguntas são muito importantes e gostaria de frisar, primeiro, que o termo filantrópico remete a uma condição jurídica que separa os hospitais privados com finalidade lucrativa e sem finalidade lucrativa. O que a gente chama de filantrópico é o sem finalidade lucrativa, ou seja, aquele que não distribui lucro. Todo o resultado positivo... E as santas casas, entidades beneficentes, precisam ter resultados positivos, para que possam reinvestir na sua estrutura. Elas não distribuem lucro para donos, para, seja lá quem for, acionistas; elas reinvestem o resultado positivo e acaba diminuindo a sua dependência do poder público.

Sobre as parcerias – há algumas perguntas que falam sobre garantia, não garantia, se é melhor ou é pior que o serviço público –, eu costumo dizer o seguinte: público ou privado, independentemente de quem for, o que tem que ter é um contrato justo, um contratante honesto e um contratado honesto. A partir disso, a fiscalização acompanha e monitora o resultado e os indicadores que esse contrato prevê, e aí você tem uma entrega positiva. E, se alguma das partes falhar, rescinde-se o contrato e segue a continuidade da assistência com a lisura de que este contrato precisa.

A saúde não pode ser levada de uma forma banal ou banalizada, porque a gente está mexendo com vidas, e esse processo é um processo muito impactante na sociedade como poucos. Nós somos um dos poucos países que garante a universalidade do serviço de saúde. Nesse termo, nós, entidades públicas, privadas com fins lucrativos e privadas sem fins lucrativos, nos complementamos na assistência à população. E eu acho que esse é o nosso papel. Os órgãos de controle vão acompanhar, sejam eles municipais, estaduais ou federais; a gente tem que entender esse conjunto do que prevê a legislação brasileira através da Lei 8.080, e aí damos sequência a isso. E as parcerias que envolvem poder público e poder privado, em geral, são as que têm mais dinamismo, são as que têm mais flexibilidade para melhorar o atendimento e capacidade de agilidade nesse mesmo atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de agradecer, Senador, o convite e a possibilidade de estar aqui com vocês, podendo falar um pouquinho da Fundação São Francisco Xavier e das entidades beneficentes sem fins lucrativos, os hospitais filantrópicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado ao Dr. Flaviano Feu Ventorim, Diretor-Presidente da Fundação São Francisco Xavier. Novamente, obrigado pela participação e parabéns pelo trabalho.

Esperamos aqui desta Comissão agora resultados efetivos e pragmáticos a respeito dos temas que foram tratados aqui.

Eu passo a palavra para suas considerações finais e respostas a algumas perguntas que achar convenientes à Dra. Maria Dulce Garcez Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo.

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO (Para expor.) – Vou utilizar o meu minuto e meio que economizei da outra... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Fique à vontade.

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO (Para expor.) – Como eu disse, todos os projetos, tudo que a gente elabora internamente é feito com muita colaboração. Vem através da governança clínica, através do corpo clínico e também das áreas multiprofissionais, e todas as categorias profissionais nos apoiam para que a gente escolha o melhor caminho. E, se eu não mostrar esse vídeo para o Senador Marcos Pontes, o meu neurocirurgião vai ficar bravo comigo. Então, eu tenho que mostrar.

É um vídeo curtinho, de um minuto e meio... É de um minuto! Mas eu preciso mostrar para o Senador.

Eu pediria, então, a gentileza de passar o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Está aí, olha... Obrigado, viu? Obrigado mesmo.

Parabéns. Conte comigo aqui ainda, viu? (*Palmas.*)

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – Nós que agradecemos.

Esse vídeo foi feito na sexta-feira, quando eu falei que vinha, o neurocirurgião falou comigo, e a Júlia saiu correndo lá para filmar. Essa cirurgia estava acontecendo na sexta-feira.

Então, é para mostrar a importância dos projetos, de acreditarem na gente, e, das emendas parlamentares, o que importa é que nos trazem recursos para melhorar a assistência.

E aproveitando também, Senador, eu gostaria de deixar uma carta em que apoiamos os projetos que foram citados: o Projeto nº 3.232, de 2025... Seus dois projetos de lei em questão: o de nº 3.232 e o de nº 3.233. Ambos de muita importância para as nossas instituições.

Então, estou encaminhando para que a gente possa mandar para a Mesa Diretora do Senado, para que isso tenha uma celeridade, vamos dizer, na avaliação, o que para nós é bastante importante.

E muito obrigada pelos projetos apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Olha, muito obrigado. Obrigado também pela carta. Sem dúvida nenhuma, isso aqui nos ajuda a acelerar os processos junto com a Mesa Diretora.

Peço à nossa Mesa, também, que registre isso, para que coloquemos na ata e para mandar para a Mesa Diretora essa carta. Espero que esses projetos auxiliem as nossas santas casas a cumprirem o seu papel, com mais recursos e com mais sustentabilidade financeira.

Muito obrigado, viu?

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – Nós que agradecemos.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. *Fora do microfone*.) – Se quiser fazer mais algum comentário, fique à vontade.

A SRA. MARIA DULCE GARCEZ LEME CARDENUTO – Não, acho que aqui as questões já foram bem faladas pelo Flaviano.

Só tem uma questão aqui da Helena, de São Paulo. Ela pergunta: "Até que ponto a busca de eficiência e inovação nas parcerias público-privadas pode comprometer o princípio da universalidade no SUS?".

Eu acho que fortalece. Então, é o contrário, Helena. Eu acho que essas parcerias fortalecem a universalidade, melhoram o acesso da população às melhores práticas e às melhores técnicas disponíveis. Então, acho que é um ganho para todos.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente.

Muito obrigado à Dra. Maria Dulce Garces Leme Cardenuto, Superintendente da Santa Casa de São Paulo.

Eu passo agora a palavra à Dra. Alir Terra Lima, que está conosco por videoconferência, Presidente da Santa Casa de Campo Grande, para suas considerações finais e resposta a alguma das perguntas que achar conveniente.

O SR. ALIR TERRA LIMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Marcos Pontes e toda a mesa, eu quero aqui complementar a palavra do Flaviano Ventorim e da Dra. Maria Dulce no sentido de que as filantrópicas, elas, sim, recebem emendas parlamentares e, diferentemente do que a população pensa, de que o dinheiro que chega é aplicado em algum processo, isso não é a realidade. Porque nós prestamos conta de todos os valores que são destinados às filantrópicas por emenda parlamentar. Então, que isso fique bem claro para a população porque, muitas vezes, há um uma falta de informação em relação a isso. Nós fazemos a gestão dos recursos das emendas parlamentares e somos todos fiscalizados por isso.

No que se refere a sermos uma filantrópica, nos cabe apresentar uma estrutura digna e decente para prestarmos serviços ao SUS como contratados. O art.196 da Constituição Federal de 1988 diz que a saúde direta é obrigação do Estado brasileiro. Hoje, quem está prestando parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa assistência são as filantrópicas. Por isso é que elas estão tão endividadas, porque geralmente a dívida é de empréstimo para poder manter os pacientes de forma adequada na instituição.

É um tema que deve ser revisto. Nós precisamos rever esse subfinanciamento da saúde brasileira, porque vai chegar um ponto em que as filantrópicas não terão mais condição de continuar assistindo aos pacientes que precisam.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado à Dra. Alir Terra Lima, Presidente da Santa Casa de Campo Grande. Parabéns pelo trabalho, obrigado pela participação.

Eu passo a palavra agora ao Dr. Eduardo Jorge Marinho de Queiroz Júnior, CEO da Santa Casa da Bahia, para suas considerações finais e respostas às perguntas.

O SR. EDUARDO JORGE MARINHO DE QUEIROZ JÚNIOR (Para expor.) – Bom, primeiro quero elogiar a apresentação dos representantes das instituições. Realmente é muito bom a gente enxergar o que nossos pares estão fazendo. É sempre interessante, até para aprender, para poder se inspirar também e estimular essa democratização da informação entre nós e a população.

Eu queria me basear aqui num comentário de Yuri, de Minas Gerais: "Qual o sentido de fazer parceria com hospital privado? O Governo precisa investir nos hospitais públicos".

Isso é polêmico, porque tem até um viés político aí. Tem um lado político, que é mais estatizante. Então, não vou entrar em política, mas, na verdade, o que eu entendo como gestor, com 25 anos de estrada na área de saúde? O Governo tem realizado investimentos, ele tem feito hospitais próprios. Então, a exemplo da minha cidade, no meu estado, o Governo do estado e o Governo do município, nos últimos cinco, seis, sete anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO JORGE MARINHO DE QUEIROZ JÚNIOR – ... implementaram muitos serviços, porém eles precisam complementar, e os privados conseguem fazer e entregar de forma mais rápida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um sistema de meritocracia em que a gente consegue avaliar uma gestão de recursos humanos e de serviços de forma mais eficiente e mais rápida e com flexibilidade; nós temos mobilidade para fazer aquisições de forma mais rápida. Então, a própria lei não ajuda muito o gestor público, porque ele está ali engessado, com lei de licitação, com uma série de coisas. Então, eu acho que esse estímulo é importante.

Outra coisa é a questão da prestação de contas, que é sempre uma nuvem e fica sempre: "Não quero o Governo em cima disso, porque tem corrupção", é o que se está dizendo. Então, existe corrupção em qualquer ambiente que a gente imaginar no mundo, mas a gente tem que partir da premissa de que existe um modelo de acompanhamento.

A nossa Santa Casa participa de uma contratualização com o Município de Salvador, e eu posso dizer que aqueles gestores que ali estão fazem parte de uma comissão que avalia o contrato com métrica de qualidade e de entrega...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO JORGE MARINHO DE QUEIROZ JÚNIOR – ... e, se você não cumpre, ela desconta valores e tal.

Então, existe uma questão objetiva de avaliação de serviços, hoje, no Brasil. Tem governo que faz de forma mais eficiente e tem governo que faz menos, e quem não faz, de alguma forma, vai responder em órgão de controle.

Então, assim, o mundo está muito mais objetivo, os gestores têm o seu CPF, hoje, muito mais, na tela, e a gente tem que acreditar que isso vai fazer o bem para a população. Então, colocar recurso nas santas casas – é o que eu disse antes – é bom para o público, porque quem usa é ele. Então, independe de quem é o dono do hospital. O que é bom é você ter o serviço de que você precisa, ter o acesso e a lógica do cuidado.

É isso. Muito obrigado pelo convite e pela participação.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Muito obrigado, Dr. Eduardo Jorge Marinho de Queiroz Júnior, CEO da Santa Casa da Bahia. Novamente, parabéns pelo trabalho, pela longevidade também da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo agora a palavra para Irmã Rosane Ghedin, Diretora-Presidente da Santa Casa Marcelina, em São Paulo, para suas considerações finais e respostas às perguntas.

A SRA. IRMÃ ROSANE GHEDIN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu queria dizer que a parceria governamental com as filantrópicas precisa ser fortalecida cada vez mais. Acho que o interesse não é só nosso, eu acho que o Governo teria muito interesse em que as santas casas filantrópicas tivessem a sua sustentabilidade. Esse é o serviço, ou é o melhor serviço que a população SUS dependente pode receber, porque as santas casas trabalham com um propósito, com uma missão, e o nosso único desejo é atender as pessoas, é fazer com que as pessoas tenham as suas necessidades de saúde respondidas. Não temos outro objetivo. As santas casas têm uma entrega – eu diria – de vida das pessoas que dedicam o seu trabalho, a sua *expertise*. A eficiência e a inovação são nossas buscas constantes, porque, quanto mais nós conseguirmos otimizar os recursos, mais nós conseguimos oferecer atendimento à população que necessita dos nossos trabalhos. Então, a sustentabilidade é imprescindível para que a gente possa atender mais e melhor. Esse é o nosso único desejo, é o que a gente quer que aconteça na nossa vida, porque cada período é um trabalho, é uma busca de resposta e cada Governo tem um comportamento diferente em relação às tratativas com os parceiros. Então, assim, nós temos uma necessidade de que essa parceria seja fortalecida, porque nós dedicamos grande parte do nosso trabalho ao atendimento SUS e, para nós, é importante que funcione bem e que as parcerias sejam sustentáveis.

Já foi falado de acompanhamento, indicador e meta, que são o acompanhamento... O modelo jurídico já é consagrado. Eu acho que poucas pessoas têm dúvida de como funciona. Eu acho que não tem ninguém mais fiscalizado do que quem utiliza o recurso público, como as filantrópicas. Nós somos altamente fiscalizados e colocamos de fato o nosso CPF em jogo, mas é o propósito de servir à população nas suas necessidades de forma muito qualificada e não de forma pobre. O SUS tem condições e tem possibilidades de atender bem e de forma muito qualificada a população que necessita.

Então, o meu fechamento seria dizer que nós estamos à disposição, nós acreditamos e vemos que ainda existe uma grande oportunidade de vencermos os grandes desafios da saúde pública e do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Irmã Rosane Ghedin, Diretora-Presidente da Santa Casa Marcelina em São Paulo. Novamente, parabéns pelo trabalho executado no dia a dia da instituição.

Eu passo a palavra agora, para as considerações finais, ao Dr. Rodrigo Bornhausen Demarch, representante do Hospital Albert Einstein.

O SR. RODRIGO BORNHAUSEN DEMARCH (Para expor.) – Bom, eu queria, antes de mais nada, agradecer novamente a oportunidade de estar aqui hoje, parabenizar os colegas pelas apresentações e aproveitar esse minuto para dizer que estamos não só disponíveis, mas muito interessados em continuar desenvolvendo projetos, seja via programas estabelecidos, como o Proadi, ou quem sabe, como você bem colocou, construir termos de cooperação específicos para determinados problemas também específicos, seja de uma organização, seja de várias.

O conceito de colaboração eu acho que precisa ser muito enfatizado quando se fala não só em sistema de saúde, mas em inovação no sistema de saúde. É algo em que nós acreditamos, e, portanto, estamos superabertos a colaborar com os nossos parceiros de longa data, com aqueles com quem a gente, eventualmente, não tenha trabalhado ainda e, assim, construir o sistema de saúde que realmente o Brasil merece.

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado, Dr. Rodrigo Bornhausen Demarch, representante do Hospital Albert Einstein.

Parabéns pela instituição. Aliás, acompanhei aquele centro de inovação que foi feito ali do lado. Muito impressionante, realmente muito bom. E a universidade já está funcionando também.

Agora eu passo a palavra, para as considerações finais, ao Dr. Rodrigo de Freitas Garbero, Gerente de Governança Clínica do Hospital Sírio Libanês, para suas considerações finais.

O SR. RODRIGO DE FREITAS GARBERO (Para expor.) – Senador, obrigado pelo convite.

Quero parabenizar todos que fizeram as apresentações e a iniciativa de trazer o tema.

A complementaridade sempre foi tratada como uma compra de serviço do SUS, nos hospitais privados, naquilo que o SUS não conseguia atingir. Trazer essa discussão mais para a universalização de tecnologia, de boas práticas, de parcerias mais estruturantes em que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa não só vender serviço, mas melhorar efetivamente a prestação para a população é uma iniciativa muito valorosa. Parabéns mesmo pela iniciativa.

Entendo que existe um problema de financiamento – eu vinha acompanhando, na sessão da manhã –, que vai ter que ser abordado também. Mas, em termos de parceria com a iniciativa privada, existe um campo fértil de melhoria contínua e conjunta, de melhores práticas que são feitas hoje já nos grandes hospitais públicos e também nos grandes hospitais privados, mas que não conversam muito. Esses fóruns de discussão de problemas, de governança clínica, de governança corporativa, podem ser muito úteis para a universalização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO DE FREITAS GARBERO – ... de boas práticas, inclusive para os hospitais médios e de menor porte.

Então, parabéns pela iniciativa! Parabéns a todos os expositores aqui. Vocês veem que o Einstein e o Sírio mandaram até o mesmo nome – não é? –, então a gente está bem alinhado.

Muito obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Astronauta Marcos Pontes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Dr. Rodrigo de Freitas Garbero, Gerente de Governança Clínica do Hospital Sírio Libanês.

Encerradas as apresentações e considerações finais, gostaria, neste momento final, de agradecer novamente a participação, a dedicação de cada um dos representantes. Quero agradecer a participação aqui, mas também o trabalho que fazem no dia a dia para a saúde da nossa população.

Nós tivemos várias ideias, muitas coisas surgiram. Eu aguardo ainda outras manifestações, inclusive de outras santas casas que não puderam participar. Que nos mandem – para a Comissão de Assuntos Sociais – as suas participações, as suas ideias e necessidades, de forma que nós tenhamos aqui uma coletânea que vai nos ajudar a subsidiar novos projetos de lei ou mudanças necessárias na legislação para o melhor atendimento da população, porque esse, afinal de contas, é o nosso principal objetivo aqui nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também lembro que amanhã, às 14h, nesta mesma Comissão, nós teremos a última dessa série de três audiências públicas das santas casas e filantrópicas. Inicialmente, a primeira, de manhã, foi com o setor público; agora com o setor privado, acabou de ser; amanhã será a das santas casas e filantrópicas com especialistas em estruturação financeira, que também podem dar a sua contribuição para melhorar a gestão, a captação de recursos pelas entidades.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e uma boa tarde.

(*Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e doze minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Dra. Eudócia e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Weverton, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 6, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a terapia nutricional para pacientes oncológicos." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 5/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Discutir o tema "Câncer do colo do útero: promoção da saúde, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e assistência integral", a fim de debater ações integradas para a redução da mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil. **Participantes:** Ana Goretti Kalume Maranhão, Servidora no Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde - SVSA/MS; Márcia Fuzaro Terra Cardial, Presidente da Associação Brasileira de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia – ABPTGIC; Rayane Cardoso, Médica Cirurgiã Oncológica; e Rafaela Costa, Médica Oncologista Clínica. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves

Presidente Eventual da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária com o Objetivo de Debater Propostas Relacionadas à Prevenção e ao Tratamento de Câncer da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação do requerimento apresentado à Subcomissão e a segunda parte atende ao Requerimento nº 5, de 2025, de minha autoria e de autoria da Senadora Dra. Eudócia, para realização de audiência pública destinada a discutir o tema "Câncer do colo do útero: promoção da saúde, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e assistência integral", a fim de debater ações integradas para a redução da mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil.

Passemos à primeira parte da reunião.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. Nº 6, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a terapia nutricional para pacientes oncológicos.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Eu subscrevo o requerimento e passo à leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a terapia nutricional para pacientes oncológicos.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vocês podem não estar vendo os Senadores sentados aqui, mas todos marcaram presença, e alguns estão participando de forma *online*. Hoje é um dia de muito trabalho aqui no Senado, e os Senadores estão divididos em diversas Comissões e também no Plenário. Para vocês terem uma ideia, ontem, a nossa última reunião aqui no Senado terminou 1h30 da manhã. Então imagine como têm sido complicados estes dias.

Vamos dar início à segunda parte da reunião, que é a audiência pública destinada a discutir o tema "Câncer do colo do útero: promoção da saúde, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e assistência integral", a fim de debater ações integradas para a redução da mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com o serviço de interatividade com o cidadão: pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo Portal e-Cidadania, por meio do seguinte endereço: www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Informo aos nossos expositores que, assim que a gente anunciou esta audiência, nós já começamos a receber perguntas e comentários da internet do Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos convidados que vão fazer a participação de forma presencial, vão compor a mesa comigo, e nós temos dois convidados de forma *online*. E nós vamos dividir da seguinte forma: para cada convidado, dez minutos para a exposição, podendo fazer apresentações, e no final a gente volta a palavra, por mais cinco minutos, para considerações finais e agradecimentos.

Eu sei como é a vida de um médico, e nós estamos aqui com convidados todos da área. Se algum dos convidados precisar fazer a sua apresentação e sair, nós vamos entender. Nós sabemos que temos emergências. E, se tiver alguma pergunta ou algum encaminhamento, a gente fará depois para o convidado via *e-mail*.

Eu tenho a alegria de convidar para compor a mesa, neste momento, Ana Goretti Kalume Maranhão – acho que falei certo –, servidora no Programa Nacional de Imunizações da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde.

Obrigada, Doutora! Aproveito e já peço para mandar um abraço para o nosso Ministro.

De forma presencial, convido para compor a mesa Márcia Fuzaro Terra Cardial, Presidente da Associação Brasileira de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia.

Bem-vinda, Doutora. É um prazer – ela vai estar via videoconferência.

Já está no Plenário conosco, e eu a convido para compor a mesa, a Dra. Rayane Cardoso, Médica Cirurgiã Oncológica.

Bem-vinda, Doutora. É uma alegria ter a senhora com a gente; a senhora tirar esse tempo precioso para dividir conosco aqui no Senado.

Nós estamos aguardando a Dra. Rafaela, também Médica Oncologista, que já está na Casa. É que, para entrar na Casa, no dia de hoje, tem uma fila enorme. Ela já está chegando.

E nós temos um outro convidado, uma autoridade que foi convidada, que é um Procurador da República, mas não ainda manifestou presença. Se ele entrar, vai ser muito bem recebido.

Doutoras que estão aqui na mesa, ali atrás tem um cronômetro, que vai contar dez minutos, e é possível que toque uma campainha assustadora. Não se assustem, doutoras. (*Risos.*) Como o tema é muito delicado, e a gente esperou muito este debate, nós não vamos nos prender à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campainha. Se precisarem continuar, continuem normalmente, com tranquilidade. Eu sou uma Senadora generosa, está bom?

Setembro em Flor e o compromisso do Senado. É com grande satisfação que encerramos o mês de setembro debatendo este tema central. Setembro, que a sociedade civil, por meio do Grupo Brasileiro de Tumores Ginecológicos, batizou de Setembro em Flor, uma campanha de conscientização para os cinco principais cânceres ginecológicos: colo de útero, endométrio, ovário, vulva e vagina. Este debate funciona como prelúdio indispensável para o nosso tradicional Outubro Rosa – a gente termina o Setembro e já começa o Outubro –, reforçando que a luta contra o câncer feminino deve ser contínua e abrangente.

E aí, doutoras, convidados, nós temos, nesta Comissão agora, na CAS... E esta audiência está acontecendo na Comissão de Assuntos Sociais, de saúde, de família, temas que são discutidas aqui nesta Comissão. O nosso Presidente é o Senador Marcelo Castro – acertei, né? Confundo os nomes –, uma pessoa incrível, dedicada à área. E a maioria dos Senadores desta Comissão vieram da área da saúde. Nós temos Senadores na Comissão que foram Ministros da Saúde. E nós temos uma nova Senadora hoje no Senado, que assumiu recentemente, que é a Dra. Eudócia. E ela propôs que, nesta Comissão Permanente, nós tivéssemos uma Subcomissão só para falar de câncer. E, acreditem, por que esta Subcomissão nasceu? – e nós estamos aqui hoje por conta desta Subcomissão. Porque, nos últimos meses, nós estamos debatendo muito o tema câncer nesta Comissão e a gente precisava agregar todo o debate num único fórum.

A gente não debate só o tratamento, a terapia, a gente debate também os direitos – e eu sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos –: o direito do paciente, o direito da família, os direitos humanos que envolvem todo um tratamento, a prevenção. Mas a gente também debate o orçamento. Não tem tratamento, não tem prevenção, não tem cura sem dinheiro. Então, a gente também faz essa inter-relação com a Comissão de Orçamento.

Então, esta Subcomissão nasce num momento extremamente oportuno, ela é nova, recente, e a gente não podia terminar o mês de setembro sem fazer este debate no Setembro em Flor.

Sabemos que são muitos os nossos desafios, sabemos que o tema não pode ser abandonado, negligenciado. A partir da instituição desta Comissão, nós já conversamos muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com diversos segmentos, com cirurgiões, com as instituições da sociedade civil que fazem um apoio, com hospitais, e nós queremos, com esta Subcomissão, fazer encaminhamentos.

Nesta audiência, doutoras, eu desafio os nossos convidados que vão fazer uma exposição: não vamos fazer apenas uma audiência para celebrar o mês de setembro, no último dia, as lutas deste mês; vamos tentar fazer uma audiência de encaminhamento. Então, sintam-se à vontade. Aqui é a Casa em que vocês podem pedir. Sintam-se à vontade também para nos confrontarem, nos confrontem. É por meio de instituições da sociedade civil, é por meio dos especialistas, é por meio dos pacientes que a gente caminha. Nós não podemos tomar decisões sem ouvir vocês.

Então, eu informo que nós estamos muito felizes com a presença de vocês e que a gente correu muito para que desse certo, hoje, a realização desta audiência. E já vamos fazer um compromisso: no ano que vem vai ser no primeiro dia do mês. Nós vamos fazer este compromisso já: que, em setembro do ano que vem, nós faremos uma grande audiência. Nós vamos lotar esse auditório com pacientes, instituições, pesquisadores, mas vai ser no primeiro dia, não vai ser no último, vai ser no primeiro dia.

Sejam todos bem-vindos e vamos para as nossas exposições.

As perguntas estão chegando via internet. Então, nós vamos ler essas perguntas no final. Eu quero informar que, se algum Senador ou Senadora chegar, terá direito à fala no momento em que entrar, a gente poderá passar a palavra a eles.

Vamos ouvir Ana Goretti Kalume Maranhão, servidora do Programa Nacional de Imunizações da Secretaria da Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde.

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO – Senadora, eu posso falar aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode, sim; fique à vontade.

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO (*Fora do microfone.*) – É porque fica longe.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode ficar aqui. Venha cá, pertinho de mim. Nós vamos trocar a senhora com a Rafaela. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de a senhora começar, eu vou convidar, para compor a mesa – porque já chegou, nós a estávamos aguardando –, a Dra. Rafaela.

É um prazer, Doutora, recebê-la.

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Eu gostaria muito de cumprimentar a Senadora Damares pela realização deste evento num momento tão propício e com um assunto tão importante. Eu cumprimento também as outras duas médicas presentes. Cumprimento as senhoras e os senhores presentes aqui.

Eu vou iniciar a minha apresentação. Eu sou Ana Goretti, sou pediatra, servidora do ministério há mais de 40 anos e sou responsável lá pela vacina HPV.

Bom, ditos os agradecimentos, eu gostaria de apenas lembrar vocês da carga que é hoje em todo o mundo a questão da infecção pelo HPV – é a IST mais frequente em todo o mundo e no Brasil também – e eu queria só chamar a atenção de vocês que no Brasil ela causa cerca de 17 mil casos de câncer em mulheres brasileiras e em torno de 7 mil mortes por ano, mortes essas em mulheres ainda em idade produtiva e mortes que poderiam ser evitadas com a vacina HPV.

O Brasil foi parte de um estudo multicêntrico com outros países. Nesse estudo, eles viram que somente em relação à questão das mortes evitáveis por doença causada pelo vírus HPV a gente tinha aí, em 2023, cerca de 10,7 mil óbitos, ou seja, os 7 mil do câncer de colo de útero e os outros cânceres relacionados com HPV peniano, anal, de orofaringe e outros, mostrando que, de fato, é uma doença que tem ceifado muitas vidas no nosso país e que a gente precisa trabalhar para que isso não aconteça mais.

Bom, aqui, só para mostrar para vocês, esses são dados do estudo POP-Brasil, que é o primeiro estudo de prevalência nacional que nós temos e que nos mostra o cenário de como está a infecção pelo HPV em todo o Brasil. Isso foi feito entre jovens de 16 a 23 anos. E vejam vocês que preocupante: nós temos aí uma variação, mas todas as regiões do país apresentam mais de 50% de prevalência da infecção pelo HPV, com a Região Norte sendo a grande campeã. E não só isso, mais preocupante ainda é que 47,7% das mulheres apresentavam HPV de alto risco e os homens, 35,18%. Esse é um estudo fantástico, que foi feito em duas fases: 2018 e 2019 e, depois, 2021 e 2022, em que a gente trabalhou não só o câncer cérvico-uterino, mas o câncer anal, aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrando que 50% desses jovens pesquisados apresentavam o vírus HPV na região anal e que 42% tinham HPV de alto risco.

Aqui, só mostrando para vocês que essas foram as preocupações e inúmeras demandas que a gente teve das federações de mulheres, das organizações não governamentais, das sociedades científicas para implantar essa vacina dentro do calendário nacional de vacinação.

Essa é a nossa linha do tempo. Assim, começamos, em 2014, com meninas de 11 a 13 anos, e, à medida que a gente tinha maiores evidências científicas dos benefícios que essa vacina causava em outros grupos, em outras faixas etárias, o Ministério da Saúde foi ampliando essa vacinação, introduzindo. O Brasil foi o primeiro país da América do Sul a introduzir o grupo de meninos, porque a gente compreende que é uma questão de direito de gênero, além do que os homens também sofrem os efeitos deletérios da infecção por HPV.

Em 2023, a nossa última incorporação foram as vítimas de violência sexual, que é uma vergonha no nosso país. Tem um estudo do Ipea mostrando que, por baixo, a gente tem cerca de 822 mil casos de abuso sexual e, pasmem, quase 70% em menores de 13 anos de idade, mostrando que de fato isso é uma vergonha nacional. São pessoas que têm maior probabilidade de terem uma infecção HPV de longa duração e, se sofrerem abuso sexual, então, pela recomendação da OMS, em 2023, a gente as incluiu.

O Brasil é signatário da iniciativa de eliminação do câncer de colo de útero que a OMS fez em 2019. Ela convocou os 194 países-membros da OMS para lutar pela questão da redução e eliminação do câncer de colo de útero em todo o mundo, pensando que os países, principalmente na Ásia e África, que têm maiores dificuldades de conseguir a vacina, têm as taxas mais elevadas de câncer do colo de útero.

O Brasil foi um desses signatários, comprometendo-se a chegar, até 2030, a 90% de cobertura vacinal nas meninas. No Brasil, nós assumimos também chegar com os meninos a 90%; 70% do rastreio e 90% do tratamento daqueles identificados com lesões de alto grau e câncer.

Em 2023, 2024 e 2025, com essa nova gestão, o Brasil assumiu uma série de compromissos, todos voltados para que a gente alcance a meta em 2030. Então, a gente incluiu as vítimas de abuso sexual por recomendação da OMS. Baseados em evidências científicas de quatro grandes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudos, nós adotamos a dose única da vacina HPV até 15 anos de idade. Embora a OMS mostre que até 20 anos a gente poderia estar usando, por precaução, foi adotado até menor de 15 anos.

Nós incluímos, portadores de papilomatose respiratória, que é uma doença que não é maligna, mas é uma doença extremamente dolorosa, principalmente nas crianças, podendo causar obstrução respiratória, porque é a criação de papilomas dentro da orofaringe. Os estudos têm mostrado que a vacina diminui o tempo entre as cirurgias – porque você precisa removê-los – e também diminui o tamanho das vacinas. Tem criança que faz 19 cirurgias por ano; então, a vacina ajuda nessa questão.

Houve a inclusão dos usuários de PrEP também, principalmente pela questão dos homens que fazem sexo com homens, pela grande problemática que a gente tem no país da alta incidência de câncer anal, e um *catch up*, que foi um compromisso nosso do país quando assumimos a primeira dose: faríamos um *catch up* em todos aqueles jovens até 19 anos que, por algum problema, alguma questão – pandemia ou questões outras – não tinham nenhuma dose da vacina HPV.

Aí eu já vou começar, Senadora, o meu primeiro pedido. Essa é uma iniciativa... São quase 7 milhões de jovens nessa situação, e a gente precisa muito do envolvimento desta Casa, divulgando, falando da importância, para que a gente possa fazer com que esse universo não vacinado tenha as chances de ter um futuro livre dessas doenças causadas pelo HPV.

Então, aqui, como eu falei, todos os compromissos que nós assumimos e que nós estamos cumprindo.

Aqui, eu trouxe para vocês, assim, todos os estudos... Vários estudos, desde a implantação dessa vacina em 2006, foram seguindo, em diferentes países, as coortes vacinadas. E nós temos já estudos científicos publicados em revistas de excelentes padrões, mostrando o impacto da vacinação HPV na questão da redução do risco de lesões malignas.

Eu queria chamar a atenção deste: eu tive acesso a um artigo que foi publicado ontem no *Jama*, mostrando que, após 17 anos da implantação dessa vacina, continua a proteção e o impacto, quando você pega jovens, adolescentes de 16 a 23 anos, comparando com não vacinados, mostrando aí a eficácia, em nível populacional, e a proteção de rebanho bastante robusta nesses 17 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente já tem também uma publicação no *The Lancet* deste ano com uma avaliação da implantação da vacina no país, que trouxe para a gente resultados também muito positivos, mostrando uma redução da incidência de câncer cervical de 58% e de NIC 3 em torno de 54%.

A gente tem grandes estudos populacionais, com mais de 1,6 milhão de mulheres, na Suécia também, mostrando que, principalmente, as vacinadas com menor idade foram aquelas que tiveram o maior percentual e o menor risco de ter câncer invasivo de colo. E há um outro estudo no Reino Unido também mostrando a mesma redução, em torno de 87%, no risco de desenvolver o câncer de colo de útero, provando para todos o grande impacto dessa vacina.

Em relação à questão da segurança vacinal, essa é uma das vacinas mais seguras que nós temos hoje dentro do Programa Nacional de Imunizações. Aí nós temos que o mundo já distribuiu cerca de 300 milhões de doses; e o Brasil já distribuiu cerca de 75 milhões de doses para todos os estados da Federação desde 2014. Essa é uma vacina que é acompanhada pelo Gacvs, que é o Comitê Consultivo Global sobre Segurança de Vacinas da OMS, que vem a cada ano reafirmando a importância e a segurança dessa vacina.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO – Vou correr.

Inclusive, a próxima reunião do Gacvs vai ser agora no dia 2 de outubro.

Estudos em outros países também mostram que essa vacina não teve nenhuma evidência na questão do aumento da incidência de doenças autoimunes, escleroses múltiplas, outras doenças desmielinizantes. E a Anvisa também, que é o nosso órgão responsável pelo certificado de eficácia e segurança, acabou de fazer a aprovação da ampliação dessa vacina para acima de nove anos, sem limite de idade, o que já acontecia em alguns países, porque hoje você tem alguns estudos mostrando que talvez essa vacina, mesmo naquelas que já tiveram a infecção pelo HPV e na questão das lesões pré-cancerosas, é positiva.

Aqui, o Ministério da Saúde, desde 2018, tem um sistema de notificação de eventos adversos. E tem também um comitê, chamado Cifavi, que é o comitê que analisa todos os casos graves atribuídos à vacina para ver se, de fato, são eventos relacionados temporalmente, se são eventos relacionados, de fato, à causalidade da vacina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente pegar aqui o ano de 2024, vejam vocês... Isso, gente, não são eventos que já passaram por esse comitê de verificação de eventos adversos; são notificações. Notificações você faz... Qualquer pessoa entra no sistema e publica essa notificação. Mas, mesmo só com a notificação – vejam –, a vacina HPV é a vacina que tem a menor taxa de eventos adversos entre as nossas vacinas, com uma proporção menor do que aquela, em relação aos eventos graves, que é em torno de 1%, 0,1%. Nós temos, em 2024, 0,64%. Esses eventos notificados como graves são eventos relacionados à questão de reação alérgica ou reação psicogênica.

Aqui mostrando a nossa cobertura vacinal: 82% das nossas meninas. E a gente tem certeza absoluta de que, com o apoio de todos... Porque essa questão da vacinação contra o HPV é uma responsabilidade de toda a sociedade, não só do setor saúde. A gente conta com esta Casa – e sempre contamos – para que apoie e que divulgue a importância e a segurança dessa vacina.

Entre os meninos, como começaram depois, somente em 2017, e tem todo um desconhecimento, inclusive das famílias, ainda temos dados muito baixos, mas a gente está trabalhando para que a gente consiga.

Mas vejam que importante: nós já temos sete estados da Federação que já alcançaram 90% de cobertura, estados estes que têm uma integração grande entre saúde e educação, mostrando que é possível, sim. E a gente tem certeza de que vai alcançar os 90% nos dois sexos até 2030.

Temos um problema aí: o estado de menor cobertura vacinal é o Acre. Hoje nós temos uma cobertura de meninas de 48% e de meninos de 38%. O Acre foi o estado onde a gente teve toda aquela crise de reação psicogênica em 2018 e 2019. Isso impactou, e muito, as coberturas vacinais. Eles estão fazendo um esforço muito grande para aumentar, já aumentaram um pouquinho, mas mostrando para vocês como a questão da *fake news*...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO – ... acaba afetando.

Já estou acabando.

Aqui são os desafios que a gente tem. E contamos com toda a sociedade para que possamos melhorar ainda mais as nossas coberturas. Há a questão da dificuldade de acesso, e aí o acesso como um todo: a dificuldade do horário, porque o posto de saúde só abre em determinadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas; a dificuldade relacionada ao desconhecimento das próprias equipes de saúde sobre a importância da vacina; a questão de difícil chegada, filas, senhas. O adolescente é um público que não procura serviço de saúde, ainda mais para tomar uma injeção. Então, tudo aquilo que implica dificuldade, ele sai fora. A gente tem aí também a questão da rebeldia, como eu já falei anteriormente.

A questão do ambiente escolar: a gente sabe que, em 2014, quando a gente implantou a vacina dentro do ambiente escolar, a gente conseguiu 98% de cobertura. Isso acabou saindo por causa de reação adversa. Depois, foi comprovado que não existia, mas as escolas ficaram com medo. Nós estamos retomando isso agora, com uma integração com o Ministério da Educação, inclusive com o envio de recursos para ajudar os municípios que queiram fazer essa vacinação nas escolas.

A questão da reação psicogênica: a reação psicogênica realmente é um evento que pode prejudicar em muito a questão da vacinação. O que é a psicogênica? A própria OMS diz que é um conjunto de sintomas que se desenvolve em resposta ao estresse associado à vacinação, decorrente do medo da injeção – olhem só! E é um evento que pode, inclusive, acontecer antes da vacinação. A gente não tem isso só com a vacina HPV, a gente tem isso com outras vacinas. A gente tem relatos de estudos da questão até de uso de Coca-Cola. E, se vocês se lembram, em Pernambuco, a gente teve uma reação quando acabou a pandemia e os adolescentes voltaram para a aula – teve todo aquele mal-estar em cadeia. O Programa Nacional de Imunizações está trabalhando fortemente nessa questão da reação psicogênica, porque é uma coisa que a gente não aprende na faculdade. Então, está se fazendo toda uma capacitação das equipes de saúde em todo o país. Nós temos um trabalho grande dentro do ministério, também, para desmistificar todas as *fake news* que acontecem, com um número de WhatsApp para responder diretamente à população. E fizemos agora uma coisa ímpar, que é um material só voltado para a questão das reações adversas e reações psicogênicas, junto com o Instituto de Psiquiatria da USP, que é hoje a referência nacional e internacional para esse tipo de reação.

Olhem a cara do menininho e os outros olhando apavorados. Isso fez, inclusive, que a gente orientasse que não se fizesse mais fila para vacinar HPV, porque fica um adolescente olhando o outro adolescente morrendo de medo. Até eu morro de medo da injeção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero lembrar que *fake news*, que informações falsas, que desconhecimento da importância e da segurança da vacina causam um impacto muito grande na saúde da população.

O Acre é essa tragédia e é o estado com maior taxa de mortalidade por câncer de colo de útero. É mais do que o dobro da que a gente encontra dentro do Brasil, e a gente até hoje ainda não conseguiu recuperar – mas nós vamos recuperar, com a ajuda de todos.

Bom, muito obrigada.

Eu tratei aqui só da vacina, porque é a nossa área de atuação, mas terá uma pessoa na plenária que é da área do câncer, de dentro da Secretaria de Assistência à Saúde.

Muito obrigada mais uma vez, Senadora Damares, pela oportunidade de a gente estar aqui falando sobre as ações do nosso ministério para a prevenção do câncer de colo de útero. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Ana Goretti. Obrigada por dividir conhecimento com a gente.

Nós estamos falando do pilar da prevenção. Então, a Doutora trouxe aqui um dos pilares: a vacinação contra a HPV. E ela teve a coragem de tocar em duas situações bem delicadas: a reação da sociedade a essa vacina...

E eu vou dizer que eu participei desses debates de diversas formas: lá em 2014, como ativista pelos direitos humanos; e depois, em 2019, como Ministra. A senhora imagine: eu vou visitar o Acre em 2019, logo depois do episódio que aconteceu em 2018, em que algumas meninas manifestaram uma sequela. Eu fui confrontada por aquela população, e as meninas foram levadas ao auditório. E aí eu tinha que atender àquelas famílias, acolhê-las, mas com a sabedoria e a delicadeza de não despertar rejeição à vacina, porque a gente já tinha estudos científicos falando da importância da vacina.

Lá em 2014, eu me confrontei com a vacina, Doutora, por questões ideológicas – e eu acho que isto foi o que mais trouxe resistência. As famílias começaram a reagir, quando a vacina começou a chegar, à forma como falaram para as crianças: "É para você fazer sexo seguro". Faltaram algumas delicadezas, e aí eu falo muito na questão do âmbito escolar: não combinaram muito com a família. Não precisa explicar detalhes para os adolescentes: "Olha, é uma vacina para você não ter câncer, para você ficar bem, para você ficar curado". A partir do momento em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alguns passaram a mensagem de forma equivocada, sem o preparo, alguns adolescentes receberam: "Pronto, agora eu posso fazer sexo, estou liberado", e aquilo começou a trazer uns questionamentos com as famílias. Então, houve este momento do debate ideológico.

Mas a ciência veio e provou: essa vacina vai salvar vidas. A senhora veio aqui hoje e disse, em nome do Ministério da Saúde, e as Doutoras que estão aqui na mesa e o pessoal que está aqui no Plenário estão dizendo: a vacina salva vidas. Se a forma da campanha lá atrás foi indevida, eu acho que isso já foi corrigido. Isso já foi corrigido. E, se houve algumas reações adversas, eu acho que também a ciência avançou muito na inibição dessas reações adversas. Então, o recado que elas estão passando aqui é: uma vacina pode salvar uma vida inteira.

E aí nós somos uma sociedade religiosa também, né? E aí muitas mulheres tinham aquela reação: "Por que eu vou me vacinar? Eu sou fiel ao meu marido, meu marido é fiel a mim". Houve essa resistência, a senhora sabe que houve. Mas deixe-me dizer uma coisa para todo mundo: vacine-se. Eu acho que esse é o recado. Se está comprovado cientificamente que isso salva vidas, vacine-se. Nós não estamos questionando se o seu marido é infiel ou se você é infiel. Não, não, não. Nós estamos falando que uma vacina comprovada cientificamente pode salvar vidas, e aí vem o desafio de a gente fazer o diálogo com algumas comunidades.

Parabéns, Doutora, pela forma como a senhora apresentou. No pilar prevenção, a gente tem a vacina do HPV, mas nós temos também, no pilar prevenção, o rastreamento e a busca ativa. Esse é o segundo pilar, com os exames Papanicolau, a unidade básica de saúde lá na ponta... E a gente está indo agora para essa segunda etapa da nossa discussão. Claro, a gente vai continuar com o tratamento oportuno. O câncer não espera. De nada adianta a gente ficar discutindo aqui a prevenção, se eu não garantir o tratamento, se eu não garantir o cumprimento de duas leis: a Lei dos 30 dias, que é uma lei de 2019, e a Lei dos 60 dias, que é uma lei de 2012. Foi diagnosticado? Nós temos que garantir o tratamento.

Aqui nós estamos com mulheres incríveis que garantem para a gente tratamento e estão aqui lutando por isso. Inclusive, uma cuida de mim à distância! Eu não a conhecia! Está cuidando de mim à distância. Não sei se vocês sabem, eu estou enfrentando um câncer de mama e assim que descobri... A Rafaela a gente chama aqui no Senado de nossa fada. Por quê? A Dra. Rafaela salvou a vida de uma assessora nossa que está aqui no Plenário, não é, Cintia? Que está emocionada em ver a médica dela aqui na mesa. A partir do momento em que a Dra. Rafaela,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o tratamento adequado, salvou a vida de Cintia, ela virou a nossa fada lá no gabinete. Aí quando eu fui diagnosticada... Eu tenho grandes médicos – ei, Dr. Allisson, não escuta isso, tá? –, é claro que eu tenho os meus médicos, mas eu sabia que tinha uma fada no mesmo hospital em que eu estava internada. Liguei para a fada: "Fada, cuida de mim também". E eu tenho conversado muito com a Dra. Rafaela. E obrigada, fada, por estar cuidando da gente, Dra. Rayane...

Desculpem-me os médicos de fora do país, de fora de Brasília, mas o time oncológico de Brasília é extraordinário. Desculpe-me, Doutora, se a senhora é de fora, mas o nosso time aqui é extraordinário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É daqui? Então, a senhora sabe do que eu estou falando.

Aí eu quero pedir desculpa ao Dr. Daniel. O Dr. Daniel está no plenário. Ele é do Hospital de Amor, lá de Barretos, alguém muito comprometido com a pauta. Eu peguei um avião, fui para lá e passei um dia com o Dr. Daniel, porque eu tenho o sonho de a gente ter um grande centro de reabilitação aqui no DF, para atender Brasília e o entorno. Eu fiz essa conversa. A gente estava atrás de dinheiro, a gente ganhou o terreno – a gente ganhou! Aí eu trouxe o Dr. Daniel, e a nossa Vice-Governadora grudou nele, levou-o para a casa dela, aí nós estamos nessa conversa.

Então, Dr. Daniel, é uma alegria tê-lo aqui. Apesar de o nosso time ser o melhor do mundo, a gente sabe que vocês são espetaculares também. Obrigada por estar conosco e participar desta audiência. Leve um abraço ao Dr. Henrique Prata e a toda equipe do Hospital de Amor, que tem sido para o Brasil um exemplo. Não temos palavras para dizer o quanto nós amamos o trabalho de vocês.

Na sequência, nós vamos ouvir a Dra. Márcia Fuzaro Terra Cardial, Presidente da Associação Brasileira de Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia.

Dra. Márcia, que alegria! Que honra receber a senhora em nossa Comissão! A senhora tem os dez minutos regimentais, mas a senhora já viu que a campainha toca aqui e a gente deixa falar. Bem-vinda, Doutora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA FUZARO TERRA CARDIAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora Damares, por esse convite. Sinto muito não estar presencialmente aí com você. Quem sabe em uma próxima vez conseguirei estar presente, mas é uma alegria saber que uma Senadora batalha tanto pela causa das mulheres.

Antes até da minha apresentação, acho que você pode falar para as suas amigas de fé que não é questão de traição, não, sabe? Hoje tem sido falado sobre o estado de *inflammaging*, da imunossenescência, ou seja, o envelhecimento do nosso sistema imune. Então, nós temos um pico do HPV, Senadora, aos 20 anos, e o outro, por volta dos 50. É aí que acontece uma grande questão, porque o vírus adquirido ali aos 20 anos, no início sexual, pode ficar adormecido por longos anos. Hoje nós sabemos que todo esse conceito de latência viral tem sido construído pelas sociedades internacionais, pelas pesquisas atuais, e se mostra que, em cerca de 50 anos, mais ou menos, existe a imunossenescência, e esse vírus, que estava adormecido, de repente acorda e pode fazer estrago.

Então, esse é mais um argumento para falar para as mulheres que são casadas, bem casadas, com famílias construídas, que isso não desfaz casamento, isso não desfaz família. Muito pelo contrário, nós ginecologistas também somos muito... queremos edificar, sim, as famílias. Pelo menos esse é o meu perfil também, como o seu, tá?

Eu gostaria de me apresentar. Meu nome é Márcia Fuzaro Terra Cardial, sou Presidente da ABPTgic, também Professora aqui da Faculdade de Medicina do ABC, participo da Febrasgo, da Sogesp, das associações médicas. Acho que a vida associativa realmente nos faz construir pensamentos e modificar, muitas vezes, o cenário em que vivemos através de outros colegas.

Como a Dra. Ana Goretti já falou, no Brasil, a cada dia, são 46 casos de câncer de colo de útero... ou seja, uma mulher morre a cada 30 minutos. Nós estamos aqui há algum tempo, e alguma mulher já morreu por câncer de colo de útero. Isso é muito triste.

Eu também venho, Senadora, eu digo, de uma família oncológica; sou casada com um oncologista e venho de uma família oncológica. Então, esse tema me toca profundamente, porque eu acho que realmente nós temos que fazer a nossa parte.

Eu não estou conseguindo passar... Ah, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito interessante observar que essa doença ceifa mulheres, sim, numa idade reprodutiva, e isso faz com que muitas mulheres acabem tendo esse tumor ainda em gestação vigente. Já falamos também que há cerca de 17 mil casos novos por ano. E, especialmente, o Norte e o Nordeste são campeões do câncer de colo de útero, sendo que a Região Norte tem uma alta taxa de mortalidade.

O que a Organização Mundial de Saúde nos propõe? Que tenhamos menos de quatro casos por 100 mil mulheres – tanto em incidência como em mortalidade, abaixo de quatro casos por 100 mil mulheres. Como estamos? Estamos com cerca de 17; na Região Norte, chega a até 31, quase 32 casos por cada 100 mil mulheres. Nós estamos muito longe da perspectiva da Organização Mundial de Saúde. A realidade do Brasil ainda é de 15,38 casos por 100 mil mulheres – isso de uma maneira geral, no Brasil todo – e mais de 6 mil óbitos por ano.

Sabemos que nós temos três formas de prevenir: a forma primária, a secundária e a terciária. Sobre a forma primária, a Dra. Ana Goretti já falou; a forma secundária é rastreamento, triagem de lesões precursoras e tratamento também; e, depois, tratamento dos cânceres, na terciária.

Então, a vacinação precisa, sim, necessita de uma cobertura, que ainda, no nosso país, está abaixo de 80% em muitas regiões. Então, precisamos movimentar realmente a sociedade para que haja uma maior adesão à vacinação. E o *screening*, citologia, com o antigo Papanicolau, que tem uma sensibilidade ainda baixa, de 50% a 60%, mas felizmente – e nós comemoramos isso – entra em nosso meio o teste de DNA-HPV, que é muito mais sensível para detectar as lesões de alto grau, as lesões precursoras do câncer. O grande desafio é isto: é o acesso, a adesão, o seguimento, inclusive o afunilamento, como a senhora muito bem falou sobre a questão dos 30 dias e dos 60 dias.

Então, só para quem não é médico entender, o Papanicolau se faz por meio de um material que é colhido de colo e vagina, colocado numa lâmina, e esse exame é feito de 25 anos a 64 anos. Hoje, nós sabemos que a detecção das lesões precursoras, com o teste de DNA-HPV, é 37% mais sensível do que a citologia. Então, a gente comemora, Senadora, essa grande vitória no sentido do rastreamento do nosso Setembro em Flor, e, nesse caso, o Setembro em Flor do coraçãozinho da pétala ali lilás, que é referente ao câncer de colo de útero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A testagem molecular para detecção do HPV e rastreamento do câncer é uma realidade, começa a acontecer especialmente, que eu saiba, em dois estados do país, ainda não é uma realidade para todos. Eu estou aqui, em São Paulo. Em São Paulo, ainda não temos isso de uma maneira ampla, mas acredito que a estratégia seja muito boa, porque começa com os estados em que essa doença ceifa mais vidas.

Então, as propostas de política e de ações imediatas é avaliar esse novo teste; é importante otimizar o número de colposcopias; e, para isso, há o controle de qualidade. O controle de qualidade no teste HPV é muito importante, porque, se ele estiver negativo, essa mulher vai fazer em cinco anos. Então, o teste tem que ser muito bom para garantir para as nossas mulheres que elas possam esperar esses cinco anos para fazer um novo exame.

Uma outra questão bastante importante é a qualidade de colposcopia. Todas as vezes em que nós temos um teste detectando o HPV 16 e 18, já existe um encaminhamento direto para o exame chamado colposcopia e monitoramento desses dados, a coleta dos dados locais, a pesquisa de custo-efetividade e a existência de diretrizes para o bom uso do teste. Isso já foi lançado também, isso é muito importante. Também pude participar um pouco dessas reuniões para as diretrizes, para ter uma diretriz de como utilizar bem esse teste.

Então, aprovadas também, agora, em agosto deste ano, as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer de Colo do Útero, uma outra celebração para nós.

Nessas diretrizes, tem o conceito geral de câncer, critérios de diagnósticos, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação. Realmente, tem uma cartilha ali para o médico que não está tão afeito a esses exames saber o que fazer na etapa seguinte em que ele detecta o teste HPV positivo.

Senadora, eu acho muito interessante o seu comentário, porque, antes de nós oferecermos o teste, nessa diretriz, está contemplado exatamente o que a senhora falou: nós devemos falar para aquela mulher em que nós vamos fazer o teste que provavelmente vai estar positivo, porque, na hora em que ela pegar esse teste positivo, ela vai querer brigar com o marido, Senadora, e aí não vai ser interessante. Nós devemos, sim, orientá-la no sentido de que a grande maioria, 80% da população teve, tem ou terá o vírus HPV. O que nós não queremos é que ela tenha o câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a recomendação da diretriz já fala sobre esse preparo que devemos dar à mulher no sentido de que, quando o HPV estiver positivo, ela não se desespere. A única coisa que devemos fazer é garantir uma colposcopia logo a seguir desse teste HPV. O início deve ser aos 25 anos, e não antes disso, e deve terminar aos 60 ou aos 64 anos.

Todas as vezes, então, em que der o HPV 16 e 18, vai para colposcopia. Esse é o fluxograma dessa diretriz mostrando que, se for normal, vai repetir esse exame em cinco anos; se tiver o 16 e o 18, vai para colposcopia; e, se HPV positivo, mas não 16 e 18, aí, sim, vai fazer o antigo Papanicolau.

A questão da colposcopia me cabe, Senadora, porque sou Presidente de uma associação em que nós fazemos o título de colposcopia, nós certificamos o médico a respeito da colposcopia e do tratamento das lesões precursoras. Estivemos agora em Goiânia, fazendo um congresso de patologia do trato genital inferior e colposcopia, cursos básicos também para médicos iniciantes e titulação para eles.

E para que serve a colposcopia? Para a gente avaliar um resultado positivo, localizar a lesão, fazer a biópsia, confirmar a gravidade e reduzir o risco de progressão para câncer invasor. Inclusive, o tratamento das lesões precursoras já se faz no mesmo tempo, muitas vezes – já detectou e já faz o tratamento. Se tem a citologia e a colposcopia mais graves, já se faz a colposcopia, mas nós temos que fomentar que haja padrões de qualidade.

E o meu pedido, Senadora, é de que, nos postos de saúde, haja um colposcópio, o aparelho, de qualidade, e que haja colposcopistas titulados pela nossa associação, que nós certificamos que são bons médicos no sentido de detectar as lesões precursoras. Inclusive, a padronização dessa colposcopia deve ser adequada.

Então, eu quero me empenhar, como Presidente da associação, para que o treinamento contínuo desses profissionais aconteça. Melhorar a educação em colposcopia é a função da ABPTGIC – implementar um sistema que garanta a qualidade do teste HPV fica com os laboratórios – e melhorar a adesão às diretrizes nacionais, é muito importante.

Então, existe um papel específico de estratégias que possam acelerar a eliminação do câncer, porque se nós não o fizermos, se nós continuarmos assim, nem em 2100 conseguiremos acabar com o câncer de colo de útero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Instituto Karolinska, inclusive, fez alguns modelos matemáticos para ver como acelerar, e eles conseguiram achar que em 2039 eles conseguiriam acabar com o câncer de colo de útero se eles fizessem as duas coisas juntas: a vacinação e o rastreio no mesmo momento, para não ter que voltar essa mulher. Então, ela já chega, por volta ali de 25 anos, faz a vacinação – aquela que não fez, claro – e faz o rastreamento ao mesmo tempo.

Quantificar o risco-benefício, acesso, desigualdade regional, urbana, rural, aderência das pacientes, barreiras culturais... Hoje nós sabemos que tem muita barreira cultural até, tem as mulheres que fazem sempre o seu Papanicolau e tem aquelas que nunca fazem, porque têm problemas com transportes, barreiras culturais, constrangimento, horários inconvenientes, desconforto durante o exame ginecológico e, inclusive, toda a questão de gênero, que às vezes afasta aquele indivíduo da rede pública.

Propostas de política e ações imediatas: implementar o *screening*, buscar programas de *catch-up* vacinal que possam trazer essas mulheres da cobertura abaixo, melhorar esse acesso, e fortalecer a colposcopia e tratamento; garantir capacidade, evitar atrasos e afunilamento de fluxo.

Isso a Dra. Ana Goretti já falou, eu vou pular essa parte de vacinação, mas eu queria somente frisar aqui uma coisa boa: o Estado do Espírito Santo foi líder nacional em cobertura vacinal do HPV, em 2024. Nas meninas foi acima de 90%, 98,64%; nos meninos quase atingiu os 90% da meta nacional. Então, parabéns ao Espírito Santo. E há esse estudo que a Dra. Goretti comentou, falando do efeito da vacinação no Brasil, já mostrando redução de lesões de alto grau.

Esse é um estudo do Instituto Karolinska, fazendo os cálculos matemáticos, propondo vacinar e ao mesmo tempo rastrear, mas lembrando também da importância da convocação dessas mulheres. Essas mulheres têm que ser lembradas de voltar ao sistema de saúde. Sem convocação, sem um sistema organizado, nós vamos vacinar e rastrear, e a gente não vai chegar a um ponto comum.

Esse é o *even faster,* que eles falam, uma tentativa de acelerar a eliminação do câncer de colo de útero, e realmente essa predição global requer uma integração: vacina, rastreio, colposcopia e tratamento.

Eu estimo que nós possamos, daqui a alguns anos, celebrar essa eliminação do câncer de colo do útero no nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço imensamente o convite à minha pessoa, em nome de toda a sociedade médica ABPTGIC. Muito obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, muito obrigada, muito obrigada, Dra. Márcia.

Eu quero informar para quem está nos acompanhando e para quem está aqui: essas apresentações vão ficar disponíveis no *site* daqui, da Comissão.

Quero lembrar, Dra. Márcia, que esta audiência, depois, é retransmitida algumas outras vezes, e a gente tem a experiência de ter cientistas, médicos, estudantes de medicina, pesquisadores, jornalistas assistindo a essas audiências depois em busca do material. E quero agradecer a vocês, porque esse material, com certeza, vai ser rico para as pesquisas e para nós da Comissão também na tomada de decisões. Muito obrigada, Doutora, por ter gastado o seu tempo tão precioso conosco aqui. Ano que vem, a gente quer tê-la presencialmente aqui, no Senado, com a gente.

Também estão nos acompanhando *online* – e há algumas manifestações –: a Dra. Adriana Castelo Caracas de Moura, médica especialista em oncologia clínica do Hospital Universitário de Brasília e do Hospital Sírio-Libanês – Dra. Adriana, receba o nosso abraço –; o Dr. Wenzel Castro de Abreu, médico radio-oncologista do Hospital Universitário de Brasília e do Hospital Regional de Taguatinga; o Dr. Amario Pires de Barros Junior, cirurgião oncológico do Hospital Universitário de Brasília; e temos algumas instituições nos acompanhando *online*: a Vencedoras Unidas, Escolhemos Viver DF e Florescer, do Hospital Regional de Taguatinga; a Rede Feminina de Brasília, do Hospital de Base do DF. Está conosco também a representante da Sociedade Brasileira de Cirurgiões Oncológicos.

Eu já estive com o Presidente da Sociedade, que está nos fazendo provocações para a gente conversar, Doutora, sobre o orçamento. Esta Casa vai ter que falar sobre o orçamento do Ministério da Saúde, é esta Casa que decide o orçamento. Ele faz uns confrontos que nos deixam bem incomodados – um abraço, Dr. Rodrigo. E obrigada à senhora por estar aqui.

Está conosco também a Bispa Solange. A Bispa Solange, Doutora, é uma daquelas guerreirinhas que saem de igreja em igreja conversando com mulheres. Ela nos inspirou, e eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicar o porquê para todas vocês. E está conosco a ex-Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que também lutou muito por essa causa.

Acompanhando a Bispa Solange, nós trouxemos uma campanha para o Brasil, eu e a ex-Ministra – nós duas somos ex-Ministras –, e essa campanha se chama "Se Liga Irmã", para a gente falar com a comunidade religiosa, na nossa linguagem, entre nós, sobre direitos. Tem sido uma experiência bem desafiadora – não é, Ministra Cris? –, porque há pastores que não querem nem que a gente fale sobre o assunto. Então, a gente tem ido às igrejas. Como eles gostam muito de receber uma Senadora, uma ilustre visita, eu falo: "Eu vou, mas quero cinco minutos. Você me dá o microfone por cinco minutos?". Nesses cinco minutos, nós estamos conversando com as mulheres e a gente oferece uma volta para uma palestra de qualidade, aí a Bispa nos ajuda e a Ministra Cris. A campanha começou no DF e cresceu tanto que nós já estamos no Brasil inteiro, a tal ponto que ela vai se transformar num grande programa nacional, e já tem outros países nos procurando também.

Quando a gente lançou, dentro da igreja evangélica, o "Se Liga Irmã", a Igreja Católica – e aqui fica uma sugestão, Doutora – lançou um programa, uma campanha chamada "Não temas, Maria!". Eles estão treinando três pessoas em cada paróquia para falar sobre os direitos de mulheres, violência e esses cuidados.

Então, assim, eu entendo que as igrejas, as religiões podem ser agências de transformação. A Igreja Evangélica hoje está com quase 50% da população brasileira e alcança um público enorme, porque, quando você fala com uma mulher que é líder comunitária, ela não se limita só à sua igreja, ela vai para comunidade.

Então, ficam aqui essas duas campanhas que estão acontecendo entre a Igreja Evangélica e a Igreja Católica, à disposição do ministério, das doutoras, para a gente caminhar junto.

Obrigada, Ministra Cristiane.

Está também a Rai, que é a coordenadora de Vereadoras republicanas. O Partido Republicano, de que eu faço parte, elegeu quantas republicanas Vereadoras?

(*Manifestação da plateia.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vocês viram? Então, assim, ela está conversando, nós conversamos com essas Vereadoras. O que eu estou fazendo aqui, como Senadora, as Vereadoras estão fazendo nas suas Câmaras de Vereadores. Então, a gente tem um trabalho, dentro do partido, alinhado. A Rai coordena essas Vereadoras, "ó, é o mês de falar sobre câncer de colo de útero, faça uma audiência, leve fulano". Então, assim, nós estamos trabalhando também com o Legislativo municipal, estadual e as Prefeitas.

Eu agradeço aos demais convidados, se tiver mais nomes aqui, eu faço questão de registrar as pessoas que estão.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dra. Viviane, já falei com a Dra. Viviane, já a apresentei.

Nós vamos continuar agora ouvindo a Dra. Rayane Cardoso, Médica Cirurgiã Oncológica daqui, do Distrito Federal, que faz parte do melhor time do mundo – Dra. Márcia, não fica brava. O melhor time do mundo.

Dra. Rayane, um prazer.

A SRA. RAYANE CARDOSO (Para expor.) – Nossa, que prazer, estou muito feliz de estar nesta Casa. Agradeço imensamente o convite, a oportunidade de estar falando aqui.

Eu tenho que começar falando: que alegria ouvir essas falas, a gente falar extensamente aqui sobre vacinação, a gente falar da importância da vacinação, a gente falar sobre a importância do exame da colposcopia!

Aqui a gente tocou muito na questão da prevenção, mas, quando a gente fala de câncer de colo do útero, a gente entende que nós falhamos em várias etapas. Já foi falado aqui um monte sobre números, sobre 17 mil novos casos de câncer de colo de útero, sobre, só aqui, no Distrito Federal... Vou falar muito sobre aqui, porque aqui eu tive a oportunidade, esse mês, de trabalhar muito com a comunidade, com o SUS. Eu sou médica do sistema privado, mas eu também sou médica do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso tratar com vocês aqui que a gente viveu alguns momentos muito calorosos e muito positivos, mas quando a gente fala de câncer de colo do útero, significa que a gente faltou: a gente faltou com a vacinação lá na época certa, faltou falar com as mulheres, explicar às mães a importância, porque o melhor momento da vacina é aquela hora antes do contato sexual, a gente tem vários estudos que versam sobre isso, que é melhor a gente vacinar nessa época. A gente não está incentivando que ninguém tenha relação sexual precoce, porque não é essa a nossa intenção como médicos, como mães, como filhas também, não é isso que a gente está aqui para fazer, mas a gente está aqui para divulgar a prevenção. E aí, quando a gente falta lá com a vacinação, a gente tem um segundo momento em que a gente falha também, que é na hora do diagnóstico.

Tem aquela paciente... A Doutora falou muito bem disso, a Dra. Márcia é incrível, já tive a oportunidade de vê-la falando em vários momentos, inclusive no congresso de PTGI. A gente tem uma dificuldade não só de coletar o exame na época certa... A gente está num momento de transição no SUS, a gente está saindo do Papanicolau tradicional, em que a gente colhe uma lâmina, para passar para um colpocitopatológico em meio líquido, e tudo isso vai exigir treinamento, a gente vai ter que explicar como funciona. Nas lâminas, um grande problema que a gente tem é que aquela paciente, ainda que consiga fazer o exame, a gente tem uma perda de citológicos muito grande.

E tudo isso vai exigir treinamento, a gente vai ter de explicar como funciona, porque, nas lâminas, um grande problema que a gente tem é que, daquela paciente que ainda consegue fazer o exame, a gente tem uma perda de citológicos muito grande. Eu ouvi que tinha um patologista aqui com a gente, e ele pode falar muito sobre isso. A gente perde muito exame pela falta do preparo adequado. E, ainda assim, se a gente não conseguiu pegar essa paciente na vacina, a gente não conseguiu pegar essa paciente no colpocitopatólogico, a gente não conseguiu fazer um CAF para evitar que essa paciente evoluísse – CAF é uma cirurgia em que a gente tira ali um pedaço do colo do útero para tratamento precoce –, a gente ainda conseguiria resgatar essa paciente com a cirurgia, e tem hora que a gente não consegue chegar a esse ponto e a gente vai para outro momento, que é um tratamento muito mais delicado e caro, que é fazer a quimioterapia, a radioterapia, a braqui – essa é outra dificuldade que a gente tem; eu gostaria muito que outro colega rádio-oncologista estivesse aqui, pois a gente precisa de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

braquiterapia de boas condições aqui no Distrito Federal –, e aí a gente passa para a imunoterapia em alguns casos, do que a gente não dispõe no SUS.

Então, a gente tem toda uma cadeia de falhas para que a gente chegue e fale aqui que uma mulher faleceu de câncer de colo de útero. Eu entendo que, como sociedade, como mulher, a gente falhou desde o começo. E eu trago isso com muita emoção. É muito triste quando a gente tem uma paciente que venha a falecer por câncer de colo de útero.

Trago também aqui, especificamente, a realidade do Distrito Federal, que é a questão dos CACONs e UNACONs. Existe uma proporção populacional que a gente coloca e, pela nossa proporção populacional, a gente precisaria de pelo menos quatro CACONs e UNACONs funcionando e hoje a gente tem três funcionando.

Eu vou falar um pouco da nossa realidade e vou falar aqui o quanto isso é difícil trabalhar no SUS, falando de pacientes.

E aí, Doutora, tem uma fala que a senhora trouxe, e isso me chama muita atenção. A senhora falou exatamente assim: "Do meu diagnóstico ao meu tratamento, eu demorei 18 dias". E isso, gente, faz com que a gente consiga curar. Com o tratamento de excelência, a gente traz cura. E hoje os nossos centros oncológicos aqui do Distrito Federal, Doutora, são misturados com hospitais gerais, e, claro, o câncer não espera. A senhora pode dizer, por experiência própria, porque a senhora caminhou nesse trilho, a senhora entende como é esse caminho.

E aí a gente chega aqui e vai... Quando a gente mistura – para que as pessoas entendam um pouco; eu tenho certeza de que isso aqui é muito próximo do que o Brasil inteiro passa – um centro oncológico com um centro do hospital geral, a gente começa a ter uma competição, porque todo aquele aparato hospitalar precisa funcionar de maneira adequada para o paciente oncológico e ele precisa funcionar para a população em geral. Então, por exemplo, eu vou falar da cirurgia em específico. Como é que eu posso falar que eu preciso botar um paciente cirúrgico oncológico em sala e falar que eu vou competir com, por exemplo, um acidente de carro? Um acidente de carro precisa entrar em cirurgia também e ele não pode esperar. É a mesma coisa quando a gente vai falar de patologias clínicas, quando a gente vai falar que a pessoa precisa de começar uma quimioterapia, precisa de um leito, mas esse leito também está ocupado com um paciente com cetoacidose diabética, que, se não tratada, morre também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existem dois olhares, uma fragmentação da saúde dentro do Distrito Federal muito importante.

Existem outras discrepâncias, como, por exemplo, às vezes, aqui no Distrito Federal, Doutora, a gente tem a liberação da radioterapia, mas ela precisa vir liberada com a químio. Libera rádio, mas não libera químio, e o paciente não consegue se tratar. Ou então, por exemplo, eu não tenho a biópsia pronta no tempo correto. Em câncer de ovário – a gente está falando aqui de mulheres –, eu preciso terminar a quimioterapia, que a gente chama neoadjuvante, e operar a paciente. Eu não tenho concatenação entre o tempo de a paciente fazer químio, o tempo de ela fazer cirurgia e voltar para fazer químio de novo. Então, são grandes, são imensos os nossos desafios.

A senhora colocou aqui que era uma Casa para pedir, e eu vim hoje aqui mesmo foi para pedir. Que bom que a senhora me abriu esse espaço. Existe, aqui no Distrito Federal – e eu sei que a senhora sabe disso – o projeto de construção de um hospital oncológico. Existe um esqueleto lá, não está funcionando, e ele é muito importante para o SUS, para que a gente tenha um tratamento de excelência com profissionais que estejam exclusivamente voltados e conversando sobre aquela mesma patologia num único ambiente. Isso traz hoje...

Vou falar aqui de uma população... Tem muitas pessoas aqui que eu tive a oportunidade de conhecer ao longo desse setembro da Rede Feminina... Que bom que a gente está bem representada. Eu tive a oportunidade de conhecer várias pessoas. E, hoje, a oncologia, gente, não existe mais funciona a químio ali, a rádio ali, a cirurgia ali. Isso não vai acontecer mais. Eu preciso que todas as especialidades se juntem para que a gente consiga ter o melhor tratamento para as pacientes. Então, eu preciso – vejam bem – do patologista, do radioterapeuta, do oncologista clínico, do cirurgião... Eu preciso ter exames e biópsias prontas em tempo correto, eu preciso de uma ressonância, eu preciso que toda essa cadeia funcione para que a gente tenha um tratamento de excelência.

A gente fala do Hospital de Amor, e eu tive a oportunidade de fazer uma parte do meu *fellow,* e é muito diferencial, porque, quando a gente tem um espaço específico para isso, a gente consegue trazer pesquisa. A gente traz dinheiro através de financiamento de pesquisa, a gente tem a oportunidade de doações específicas para esse tipo de trabalho. E o Hospital de Amor tem muito isso. A festa de Barretos funciona com uma parte doada para o hospital. Tive a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de também conhecer o Hospital Erasto Gaertner, em que fiz a parte da robótica... Então, todo esse financiamento é importante, e a gente tem que ter o olhar no sentido de que hoje a oncologia não funciona separadamente. O meu celular funciona para a Dra. Rafaela, por exemplo, a qualquer hora, e para os meus pacientes também. A gente está sempre disponível porque a gente entende que o cuidado, quando é integrado, é a forma de a gente trazer para os pacientes o melhor resultado. Então, a gente tem que falar de vacina para a paciente não chegar aqui, a gente tem que falar de exame, mas a gente também tem que falar de tratamento. Não tem um espaço específico. Quando a gente tem... Até o intensivista, que é a pessoa que recebe o meu paciente no pós-operatório, tem que entender quando eu falo: "Olha, eu fiz uma Hipec". Aí ele vai falar assim: "O que é Hipec?". Se eu falar isso de uma maneira geral, dificilmente aquela pessoa que está fora do ambiente oncológico vai entender, mas a minha equipe, que trabalha comigo, quando eu falo com eles "gente, fiz uma Hipec", já sabe que eu fiz uma quimioterapia intra-abdominal do paciente. É diferente, não é na veia. Então, quando eu funciono de maneira integrada, quando todos nós falamos a mesma língua, isso muda o nosso resultado final. Quando a gente traz e direciona de forma local os cuidados oncológicos, isso faz com que a gente traga o paciente mais próximo tanto do oncologista quanto do radioterapeuta quanto do oncologista clínico quanto do patologista quanto da equipe multi. Eu preciso da enfermagem, eu preciso da psicologia, eu preciso da equipe da ostomia...

A gente está aqui ainda, Senadora... E é um pedido de coração. Quando eu era residente de cirurgia, existia já a proposta de esse hospital acontecer. E, várias vezes, eu via reportagem e falava assim: "Nossa, quando eu voltar para Brasília, eu vou ter oportunidade de trabalhar nesse hospital, com várias pessoas me ajudando. Eu vou aprender, eu vou ensinar. A gente vai ter residência, a gente vai ter médico para poder discutir os casos de uma maneira multidisciplinar". E é com grande tristeza que, principalmente depois deste mês de setembro, eu posso dizer para a senhora que o abismo entre o tratamento do sistema privado e o sistema do SUS aqui do Distrito Federal é gigantesco.

A gente fez, Dra. Márcia... Aqui, na nossa fila, inicialmente, no começo do ano, estávamos com 900 pacientes para a colposcopia. Como pode a gente estar aqui no centro e a gente ter uma fila de 900 mulheres?! É quase uma loucura, mas é exatamente isso. A gente não consegue juntar os nossos cuidados, a gente não explica lá na UBS, porque, quando a gente centraliza o nosso trabalho e explica lá na UBS: "Gente, para a fila da colposcopia devem ser encaminhados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tais e tais e tais pacientes", a gente não consegue. Então, essa falta de comunicação entre a unidade básica, a vacinação, a secundária ali na hora de fazer colposcopia, e a terciária é imensa. Eu não consigo, ainda que eu trate... Hoje, minha principal área de atuação é dentro do sistema privado. Eu não consigo tratar... E isso eu falo com um grande pesar, com uma imensa tristeza, pois eu tenho uma formação incrível que eu poderia oferecer para os pacientes do SUS, mas eu não consigo tratar os pacientes da mesma forma. E não é por falta de técnica, é por falta de condições de trabalho.

Eu venho aqui trazer imensamente... Peço... Eu sei que a senhora já trouxe essa pauta e eu fiquei com o coração alegre demais e falei: "Eu vou conseguir tocar o coração da Senadora para ela – eleita aqui por Brasília, que bom, com quase 49% dos votos do Distrito Federal – trazer para a gente essa bênção que vai ser um hospital oncológico voltado para os pacientes". Ele seria onde a gente conseguisse fazer diagnóstico quando necessário, tratamento quando necessário e o pós, para a gente trazer aquele cuidado integral que a gente tem buscado aqui, porque é só dessa forma que eu acredito que a gente consiga trazer um tratamento e diminuir o abismo – é abismo a palavra certa, eu não tenho outra para usar aqui – entre o tratamento que a gente tem no privado e o tratamento que a gente tem no SUS.

A senhora percorreu esse caminho, e esses 18 dias fizeram toda a diferença na sua vida.

Engraçado, eu vou só trazer uma fala aqui. Antes de vir para cá – mulher é engraçada –, eu passei, fui arrumar o cabelo e fazer uma maquiagem e aí a maquiadora perguntou: "Qual é o evento hoje?". Eu falei: "Eu vou conversar com a Senadora. É um evento muito importante. Eu quero levar para ela...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAYANE CARDOSO – ... desculpa; eu vou encerrar – essa pauta do hospital oncológico, porque eu quero muito que a Senadora compre e nos ajude nessa ideia. Eu também quero trabalhar com isso, sabe?". Aí ela falou assim: "A minha mãe...". Ela falou que me viu, ao longo desse mês, dando uma entrevista e falou assim: "Nossa, tomara que dê certo. A minha mãe morreu de câncer de mama na fila. Ela estava com metástase e ela não conseguiu tratar". E isso me doeu profundamente. Eu estava tão empolgada na hora, assim, com... Ai, eu vou me arrumar, eu vou lá, eu quero conversar, tomara que essa pauta dê certo. E aí ela me falou aquilo, me doeu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e me trouxe mais um peso, o peso de a gente não falar que a gente não conseguiu tratar uma paciente.

Então, Doutora, eu agradeço aqui a oportunidade. Perdão por passar aqui um pouco do horário. Eu espero, de coração, que a minha fala tenha te ajudado a tomar algumas posições e, se possível, eu estou aqui para colaborar com essa ideia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ó, a televisão às vezes não mostra os detalhes, mas ela está com os olhos cheios de lágrimas. E vou dizer uma coisa, Dra. Rayane: você comoveu todas nós.

E aí, Dra. Márcia e Dra. Ana Goretti, eu sei dos desafios de vocês a nível de Brasil, eu sei. Eu sei o que é conduzir uma política pública, Dra. Ana, para um país. Eu vou usar o exemplo da cidade em que eu estive semana passada, Manicoré, em que as pessoas, para irem a um tratamento especializado, têm que pegar um barquinho e viajar sete dias, e às vezes com dor. De São Paulo de Olivença até a capital Manaus, são sete dias de barco para ir, sete para voltar. Aí, no dia que ela chega, aconteceu uma emergência, o médico não pôde atender, aí ela volta sete dias, aguardando a remarcação, aí ela pega um barquinho, já vai mais sete dias. Lá se foi a lei dos 60 dias. Eu entendo a sua dificuldade, Doutora, de conduzir uma política pública a nível nacional num país tão grande. As pessoas não têm ideia do tamanho deste país.

Eu vou repetir, os meus eleitores perguntam: "A senhora foi eleita pelo Marajó ou pelo DF?". Mas eu tenho que falar do Marajó. Dentro do Marajó, cabem duas Suíças e meia. Como eu queria ser Senadora na Suíça! Como a senhora ia se dar muito bem, como Ministra da Saúde, coordenadora na Suíça. Só no Marajó cabem duas Suíças e meia, imagine. De uma cidade para outra, cinco, seis dias de barco. É difícil!

Eu ando por essas regiões e encontro mulheres com pedido de um exame, uma mamografia, uma colposcopia de dois anos, já está amassadinho e amarelo o papel. É de chorar, Doutora.

Eu sei das dificuldades logística e econômica do meu país. Eu estou falando isso para vocês duas, mas, quando eu chego ao meu DF, eu não aceito isso, Doutora. O lugar mais longe da sede do poder está a 20 minutos no DF. Nossas estradas funcionam, nós estamos aqui. Então, assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sou base do atual Governo do DF, mas a gente precisa de um choque de gestão na saúde no DF, Doutora. É inadmissível o que eu tenho visto – inadmissível!

E o Governador vai receber isso como uma crítica inclusive para que ele melhore.

Eu vou contar uma coisa, Dra. Marcia e Dra. Ana, do ascensorista do primeiro elevador aqui, que sobe e desce todos os Senadores desta Casa. Um dia eu entrei no elevador – como eu venho de segunda a sexta a trabalhar e os Senadores geralmente vão embora na quinta, era uma sexta-feira –, e ele estava chorando dentro do elevador, e aquilo me assustou. E eu perguntei: "Por que o senhor está chorando?". Oito meses, a filha aguardando o início do tratamento, câncer de mama, metástase. Aquilo me provocou uma ira tão grande, porque, quando eu recebi o meu diagnóstico... Foi o que ela disse: entre o meu diagnóstico e a minha cirurgia, foram 18 dias, Doutora. Eu estou curada – eu estou curada. O diagnóstico precoce salva, cura.

Então, Doutora, eu entendo a sua angústia e entendo a necessidade de a gente ter um centro unificado. Só neste ano, eu mandei só para a Saúde da Mulher, sem contar o resto, R$20 milhões; pulverizou, sumiu. Eu mandei R$20 milhões, outra Deputada mandou, outro Deputado mandou; pulverizou. E todo mundo está bem-intencionado – todo mundo está bem-intencionado –, mas eu acho que falta uma questão de gestão. E, se a gente der certo aqui, Doutora, a gente compartilha com a Dra. Marcia e com a Dra. Ana a nossa experiência bem-sucedida e a gente leva para os outros estados. Então, se der certo no DF, o DF pode ser laboratório de grandes políticas públicas, porque, se der certo aqui, a gente copia para o Brasil inteiro.

Eu entendo a sua emoção, é a minha – eu entendo –, e obrigada por ter nos desafiado – obrigada –, mas o encaminhamento que a gente já pode dar desta audiência... Nós não tivemos a honra de ouvir o Dr. Allisson, que é meu médico e é da rádio-oncologia. Eu acho que a gente precisava fazer uma mesa de debate só com os médicos rádio-oncologistas, para a gente entender qual é a dificuldade no DF – a gente pode fazer essa condução, a gente talvez possa setorizar os nossos debates aqui.

A gente vai continuar com a nossa última oradora.

Antes de ela falar, eu preciso fazer um anúncio de que a senhora vai gostar muito – e a Dra. Marcia também. A Dra. Eudócia, a nossa Senadora Eudócia, de Alagoas, uma médica que virou Senadora – acho isso incrível –, apresentou o Projeto de Lei 4.829, de 2025, que estende a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vacinação contra o HPV para a faixa etária de 9 a 25 anos, atendendo uma exigência da OMS. Por que lei? Não pode ser só uma política pública? Não, porque lei tem que ser cumprida. Política pública a gente faz, aí muda o gestor, muda a portaria, muda o decreto. Lei é eterna e obriga o gestor. Então, quero parabenizar a Senadora Eudócia. Eu vou compartilhar com vocês depois o texto do projeto de lei, e a equipe dela está aqui. A Dra. Eudócia é a nossa Presidente aqui desta Subcomissão.

Vamos para a nossa última oradora, que é a nossa fada, a Dra. Rafaela Costa, Médica Oncologista Clínica.

Dra. Rafaela, eu vou começar lhe fazendo uma pergunta. Quando a minha assessora recebeu o diagnóstico, eu fui a segunda pessoa a quem ela falou, e ela foi para o gabinete, e ela chorava muito, porque, quando se recebe um diagnóstico, especialmente de câncer em colo de útero, nós ainda temos uma cultura, quando criança... Eu sou de família muito humilde. Quando a gente recebia... Quando uma pessoa recebia um diagnóstico de câncer, entendia-se morte. Mudou tudo.

Com certeza, nós temos mulheres nos assistindo que receberam diagnóstico. E eu me lembro exatamente da palavra que a senhora e a sua equipe, a Rayane, todo mundo falou para Cintia. E aquilo animou, Cintia, e animou todo o gabinete a deixá-la animada.

Se estiver alguma mulher nos assistindo, alguém lá na ponta agora, que acabou de receber um diagnóstico, essa pessoa tem que ficar com muito medo ou há esperança para essa pessoa? A senhora poderia começar por aí, Doutora? Vocês vão ver porque ela é uma fadinha. (*Risos.*)

A SRA. RAFAELA COSTA (Para expor.) – Gente, que honra estar aqui.

Boa tarde a todos. É um prazer e uma honra imensa para mim como profissional, como médica da Cintia. Eu tive participação também, de opinião em paralelo da Senadora. Nós fazemos parte de um grupo em Brasília, de que a Viviane faz parte, a Rayane faz parte, que é o grupo brasiliense de tumores femininos. A gente se reúne mensalmente para discutir sobre as melhorias desse tratamento, justamente para a gente falar para essa mulher que está nos ouvindo e que talvez não tenha acesso a uma saúde privilegiada como a que a gente vive, que existe, sim, esperança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O câncer não é uma sentença, nós temos inúmeros tratamentos disponíveis para essas mulheres e o que cabe a nós como sociedade, como profissionais, é justamente trazer melhorias e acesso para essas mulheres.

Então hoje foi falado extensamente sobre prevenção, sobre diagnóstico precoce, a Rayane falou muito bem sobre o tratamento. E uma das coisas que mais nos angustia e que vem nos angustiando nesses dois anos que a gente vem se reunindo de forma mensal, e nós reunimos vários profissionais que participam da assistência dessas mulheres, é justamente as dificuldades de orquestrar essa assistência, porque às vezes nós temos todos os recursos disponíveis, mas a gente não consegue orquestrar isso de forma clara e que a mulher tenha acesso. A gente discutiu isso várias vezes, foi uma angústia que todas as vezes a gente falava e chegou um ponto que nós falamos assim: "Não adianta a gente ficar no nosso espaço de privilégio, discutindo sobre deficiências de um sistema em que a gente está inserido, em que a gente não faça nada".

Então hoje a Senadora e a Cintia, que é minha paciente e meu orgulho, nos deram esse lugar de fala justamente porque nós, como sociedade, como mulheres, precisamos nos posicionar e não adianta a gente apontar o erro.

Às vezes o Governador e a Senadora nunca vão saber quais são as dificuldades se nós, como profissionais que estamos na ponta com essas mulheres, não trouxermos quais são as dificuldades para que haja melhorias.

Então existe realmente um hiato absurdo entre a saúde suplementar e o Sistema Único de Saúde. A Cintia passeou por esses dois mundos e foi difícil o tratamento, como todo tratamento oncológico tem seus percalços, nós temos intercorrências, mas foi muito mais fácil porque ela tinha uma equipe à disposição dela, com os melhores recursos de que ela precisava, toda a tecnologia, desde radioterapia, químio, imunoterapia, acesso aos médicos para que ela tivesse um desfecho e pudesse estar aqui hoje, partilhando este momento conosco.

Então o que eu acho, a mensagem que eu queria hoje passar para vocês é que todo mundo tem um pouco de responsabilidade nisso tudo. Esse mês de setembro, nós vivenciamos inúmeras ações em que nós pudemos entrar em contato com o pessoal das unidades básicas de saúde, eles também enfrentam muitas dificuldades. E não dá para você ilhar um serviço terciário, por exemplo, o Hospital de Taguatinga, o Hospital de Base, em que eu trabalhei cinco anos e meio, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

HUB, que são centros terciários de atendimento oncológico, se você não explica para aquela atenção básica como aquele paciente chega até o tratamento.

Então, eu acho que hoje a gente precisa realmente de um serviço unificado. Concordo plenamente com a Rayane: acho que um hospital dedicado a isso facilitaria completamente o acesso a essas pacientes melhorarem muito o tratamento e, consequentemente, o desfecho de cura dessas pacientes, porque elas são mães, filhas, esposas, a maioria trabalha, precisa levar o filho na escola e não é incomum que elas sejam as provedoras da casa. Então, quando essa mulher adoece, você a tira do convívio social, econômico, familiar, porque ela vai se dedicar a um tratamento oncológico, que não é, às vezes, simples; às vezes, é um tratamento que requer mais etapas, um período muito mais longo e que pode, sim, deixar algumas sequelas.

Hoje, eu me sinto muito bem representada pelo Grupo Brasileiro de Tumores Femininos, que é o Grupo EVA, que faz inúmeras ações, e acho que nós, como Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica e Oncologia Cirúrgica, estamos sempre tentando implementar novas tecnologias. Na semana passada, a Presidente da nossa sociedade, Angélica Nogueira, esteve aqui em Brasília justamente incluindo vários avanços, tecnologias, para a gente poder reduzir esse ato, e isso só é possível se a gente tiver voz nesta Casa. Eu falo que não adianta a gente ficar no nosso lugar de privilégio reclamando se a gente não vier aqui falar do que realmente a gente precisa, mas, mais do que a gente discutir muito sobre...

Com a Senadora, a gente conversou muito quando a Cintia teve o diagnóstico. Por exemplo, a diferença é que, no sistema público, a gente não tem acesso à imunoterapia para câncer de colo de útero e, no setor privado, a gente tem, só que a gente ainda está um passo lá atrás, e a gente precisa falar de prevenção. Eu não quero que ninguém adoeça. A gente quer que essas meninas, esses meninos se vacinem. A gente precisa desmistificar toda essa desinformação, que hoje já é um problema de saúde pública mesmo. As pessoas trazem muitas informações que geram medo, desconfiança, com coisas que a gente já tem inúmeras bases científicas mostrando benefício.

A gente sonha, sim, que, em 2030, a gente esteja com a cobertura vacinal maior que 90% para meninas e meninos, porque a gente não quer falar de tratamento de câncer de colo de útero avançado. Essas novas tecnologias que a gente tem são incríveis, aumentam a chance de cura dessas mulheres, sim, mas a gente tem que dar um passo para trás e entender que ninguém tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que adoecer. O câncer, infelizmente, hoje, é um problema de saúde pública no Brasil e no mundo: a gente está ultrapassando as doenças cardiovasculares. E, quando a gente fala de câncer, a gente precisa entender que existem prevenções para essas doenças. E, se a gente tem recursos para a prevenção, por que não lançar mão deles? Isso vai melhorar o desfecho das pacientes, não vai onerar o nosso Sistema Único de Saúde, e a gente vai conseguir direcionar verba, recurso para onde realmente a gente precisa.

Então, eu acho que nós, como sociedade, médicos, a gente tem, sim, que ter voz nesta Casa. Ninguém vai adivinhar o que está acontecendo conosco lá na ponta se a gente não trouxer os problemas aqui e ficar sempre apontando o dedo e criticando a outra parte.

Estou muito feliz de estar aqui hoje, e é realmente um prazer, uma honra para mim. Hoje, eu vi a Cintia super bem. Ela e a Senadora se engajaram muito para que a gente estivesse aqui vivendo este momento, e eu espero que seja o primeiro de muitos. Vivenciamos inúmeros problemas diariamente, e eu acho que nós, como sociedade, precisamos, sim, ter voz para que a gente melhore não só a nossa realidade, mas a realidade de todo mundo que está ao nosso redor.

Muito, muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Rafaela, obrigada.

Nós estamos chegando ao final de nossa audiência. Eu vou devolver a palavra às nossas expositoras para considerações finais, agradecimentos, no máximo por cinco minutos, porque a gente já vai começar o Plenário daqui a pouco, mas, antes de passar a palavra para vocês, nós selecionamos algumas perguntas e comentários que vieram via internet.

André, de São Paulo – e, se alguma das senhoras quiser responder no tempo que eu vou conceder de novo, fique à vontade –: "Como assegurar diagnóstico precoce e tratamento oportuno em regiões mais carentes?". É exatamente o que eu falei, que é o seu desafio, Doutora.

Letícia, da Bahia: "Existe integração entre atenção básica, hospitais de referência e programas de prevenção no combate ao câncer do colo do útero?". Foi o que a senhora falou.

Carlos, do Rio de Janeiro: "De que forma o Governo vai garantir o cuidado integral às mulheres, incluindo apoio psicológico e social no tratamento?". Um homem falando sobre isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque a gente sabe que o tratamento envolve toda a família – toda a família. E é interessante um homem fazer essa pergunta.

Jéssica, de Santa Catarina: "Como integrar saúde e educação para ampliar vacinação e rastreamento do câncer do colo do útero com foco em inclusão e equidade?".

Vítor, do Rio Grande do Norte: "Com a transição do Papanicolau para o teste de DNA-HPV, como será a implementação e o treinamento das equipes da atenção primária à saúde?".

E nós temos dois comentários.

Leandro, de Tocantins, diz o seguinte: "É crucial que sejam elaboradas políticas públicas nesse sentido, que disponibilizem recursos, profissionais capacitados e materiais". E aí eu completo, Leandro, o que a Rafaela falou: não tem políticas públicas sem dados. E os dados estão com vocês que estão na ponta atendendo. É muito fácil nós técnicos – eu fui gestora – ou nós legisladores de trás de um computador, com a nossa equipe que não está lá na ponta, criarmos leis inexequíveis ou políticas públicas ineficazes. São vocês que precisam ser ouvidos.

Cedney, do Rio Grande do Norte, fala: "Deveria ser destinada uma verba para os municípios com uso exclusivo em exames de colo, com número de mulheres preestabelecido mensalmente".

Olhem, eu li uma pergunta de cada estado ou um comentário para as senhoras verem o tamanho da audiência. O Brasil inteiro está acompanhando esta audiência. Eu estou muito feliz com a repercussão e com a audiência desta nossa reunião.

Nós vamos fazer a devolução na ordem em que a gente fez a apresentação.

Ministério da Saúde, Dra. Ana, para suas considerações finais, agradecimentos, mais algum apontamento que a senhora queira trazer neste seu tempo.

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO (Para expor.) – Pois não.

Quero agradecer a oportunidade, Senadora Damares, de estar aqui, falando sobre a questão das políticas que a gente está desenvolvendo para prevenção do câncer de colo de útero.

Quero dizer para a senhora que a questão da redução do câncer de colo do útero e o cumprimento da meta que nós tivemos junto à OMS são prioridades do Governo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu devo dizer aqui – um porém – que, inclusive, quem implantou a vacina HPV no nosso país foi o nosso Ministro, o Ministro Padilha. Em 2014, entendendo o tamanho do problema, ele brigou e implantou essa vacinação. Eu sei que...

Eu não sou da área da secretaria de assistência em saúde, mas eu sei que eles estão fazendo um trabalho absolutamente fantástico. O Secretário, Dr. Mozart, da assistência, tem um trabalho de fé, tem um trabalho fantástico em Pernambuco, em relação a esta questão da implantação do diagnóstico e tratamento – está sendo feito todo o possível.

A questão do novo rastreio vai ser iniciada em 12 estados, e a estimativa é de que até 2026 se tenha em todo o país, com tudo isso que vocês falaram, com toda a questão da capacitação, fornecimento de equipamentos. Então, a gente acredita que, de fato, no futuro, a gente vai olhar para trás e dizer, "felizmente, nós conseguimos reduzir a questão do câncer de colo de útero".

Senadora, eu sei do seu envolvimento com essas causas sociais, eu sei que a senhora sabe como é difícil trabalhar num país do tamanho do nosso, com diferenças regionais brutais. Como é que a gente, dentro do Departamento do Programa Nacional de Imunizações, distribui cerca de 300 milhões de imunobiológicos por ano, entre vacinas, imunoglobulinas e outros, para este país como um todo?

Senadora, nós temos locais, na Região Norte, onde nem por barco se chega, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim. Sim.

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO – Só se chega lá com um trabalho que a gente tem feito, que é fantástico; um trabalho chamado de Operação Gota, junto com a FAB e com o Ministério da Defesa, em que aviões levam equipes de saúde, que descem nessas regiões indígenas, regiões ribeirinhas, aonde ninguém chega, para vacinar a população, e acabam, sim, também fazendo tratamento de saúde. É uma responsabilidade social compartilhada, absolutamente fantástica.

Eu tenho agora lido muito sobre Marajó, porque, quando a gente introduziu a vacina HPV para pacientes vítimas de abuso sexual, homens e mulheres, eu li muito sobre essa questão. E a Ilha do Marajó é um... Olha, é uma coisa vergonhosa essa questão, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos aqui à disposição, tá? A gente vai fazer um trabalho... Eu espero que a gente consiga ter esse hospital oncológico especial aqui em Brasília, porque, assim, eu acho que tem que ter uma integração maior entre as áreas de prevenção, de diagnóstico e tratamento. A toda mãe que levar uma criança na unidade de saúde para tomar vacina tem que ser perguntado, "você já fez o seu exame?". A mesma coisa em relação a vocês, quando forem diagnosticar e tratar, dizendo, "você tem filhos? Você já vacinou os seus filhos?". Porque a gente só vai conseguir isso se a gente integrar todas as áreas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO – Eu só queria fazer aqui um agradecimento, para finalizar, às sociedades científicas que têm dado um apoio absolutamente fantástico a essa causa, e não só as sociedades científicas, às organizações não governamentais.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. ANA GORETTI KALUME MARANHÃO – Eu também faço parte do grupo EVA, que tem feito um trabalho fantástico, assim como o instituto Lado a Lado Pela Vida, o Grupo Mulheres do Brasil, instituições que estão lá, juntinhas da comunidade. Elas são fantásticas, e eu tenho uma admiração enorme por elas.

Completando, eu acho que isso é de toda a sociedade, principalmente desta Casa, no sentido de que a gente possa comemorar, em breve, que a gente está no caminho certo. Na vacinação, eu tenho certeza de que nós vamos conseguir. E também tenho certeza disso nas outras áreas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, obrigada, obrigada.

A gente quer agradecer ao Ministério da Saúde. Quando vem uma técnica como a senhora, com toda essa sua forma peculiar de falar, a gente leva esperança lá para a ponta, porque tem gente lá dizendo: "Não estão pensando em mim". Estão! Às vezes, a gente não chegou ainda, mas há toda uma boa vontade e interesse de chegar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Doutora, eu só vou acrescentar a sua fala uma coisinha: a senhora falou de todas as nossas dificuldades logísticas num país continental, mas nós somos também um país multicultural. Nós temos povos tradicionais, por exemplo, em que ninguém pode tocar na mulher. Nós temos povos indígenas em que a mulher, para ir a uma consulta, o pajé ou a pajé tem que entrar junto com o médico. Nós temos povos ciganos no Brasil. Então, nós também temos questões culturais muito fortes. Não é só a questão logística, a distância territorial, mas este é um país de múltiplas culturas, em que, só de línguas indígenas, falam-se 274 línguas diferentes. Consegue entender, Doutora? No atendimento a uma mulher indígena, tentar falar para a pessoa que a está acompanhando, para ele traduzir, para ela explicar, é muito complexo, é muito... Política pública de saúde no Brasil é estritamente específica. Nós temos especificidades no Brasil que outras nações não têm.

Parabéns, Doutora! Leve um abraço ao Ministro, e parabéns por já anunciar, aos 40 anos, o exame da mamografia. Tem meu dedinho nessa história. Eu fui Relatora da lei, tá?

Doutora, nós vamos continuar agora ouvindo, para encerramento, a Dra. Márcia Terra Cardial.

Doutora, para considerações finais.

A SRA. MÁRCIA FUZARO TERRA CARDIAL (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, é uma honra imensa estar aqui debatendo esse tema. Eu vivo a minha vida toda médica, pelo menos, nessa luta. Fico muito feliz de encontrar outras colegas que levantam essa bandeira e de encontrá-la como grande defensora da causa da mulher.

Ainda reforço essa questão que a Dra. Ana Goretti falou sobre vacinação nas escolas. Acho que é importantíssima essa interação entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação. E o teste HPV agora entrando, para que se chegue nessa população que a senhora falou, na população indígena, na população para a qual só avião da FAB chega, o teste de autocoleta. Que essas mulheres possam ser treinadas, que os agentes de saúde possam treinar essas mulheres a colherem seu autoteste, seu teste HPV, e, quando ele vem positivo e essas mulheres vêm para os centros oncológicos ou para as UBS, já venham para fazer a colposcopia e eventualmente talvez até um tratamento. Neste momento do tratamento e da colposcopia, entra a minha sugestão desse Even Faster HPV, que foi tão falado nesse Congresso europeu, em que se vacina ao mesmo tempo em que se faz o tratamento ou que se faz o teste HPV – fazer o teste HPV no mesmo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que se vacina; ou, se ela fez uma autocoleta, ela faz o tratamento no mesmo momento da vacinação.

Eu acho que essa interação entre coleta, entre vacinação, entre tratamento é fundamental para que a gente possa ter sucesso terapêutico e para que a gente possa encurtar prazos, porque os prazos, como a senhora mesmo diz, estão muito longos.

Eu estimo muito que haja sim um hospital de câncer aí em Brasília, como existe aqui em São Paulo. E acredito que esse é um caminho muito bom para várias cidades reproduzirem, porque eu gostaria de ter um centro de treinamento de colposcopia num lugar que também fosse hospital, em que também garantisse o seguimento dessa paciente, que ela não ficasse perdida na fila. Então, toda essa questão junto com a organização do sistema.

Realmente, eu só tenho a agradecer, e parabenizá-la por essa iniciativa e desejar assim que realmente Deus lhe cubra de força, de coragem, de sabedoria para que você possa colocar tudo isso em prática. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E quem sabe, Dra. Márcia, assim como o Brasil fica rosa em outubro, quem sabe, a partir de agora, o Brasil não fica florido em setembro, né? Porque – Setembro em Flor – eu acho que a campanha tem que pegar. Tem que pegar, e a gente tem que falar sobre isto em todo o país, quem sabe, o Setembro em Flor...

Nós vamos ouvir agora, para finalizar, a Dra. Rayane Cardoso.

A senhora participou, né?

A SRA. RAYANE CARDOSO (Para expor.) – E que nós fizemos aqui um mutirão de colposcopia. A gente tinha umas... E foi muito interessante que a gente conseguiu fazer bastante coisa por ocasião do Setembro em Flor. Assim, a gente nem trouxe essa situação que é longa, mas a gente, sim, aqui no Distrito Federal, nós nos empenhamos ativamente para que as mulheres recebessem um tratamento de uma forma integral.

Com certeza são muitos passos para a gente conseguir chegar aonde a gente gostaria, mas uma frase que eu não perdi ao longo... Porque essa organização do Setembro em Flor não começa em setembro, né? Ela começou lá em janeiro para tudo isso estar acontecendo aqui no Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, até a parte de iluminação, e todo o engajamento que a gente fez com vários colegas e ginecologistas, que nos apoiaram neste momento. Mas o que não me saiu da cabeça foi que a cada momento, a cada atendimento que eu tinha ali era uma vida, era uma mulher que a gente conseguia resgatar.

Então, com certeza, essa iniciativa da senhora, doutora, foi muito importante, a gente trazer luz para esse problema. Quando a gente fala sobre isso, fica mais fácil de a gente conseguir pensar em sociedade.

Trouxe aqui para a senhora uma problemática que me incomoda, que é o fato de a gente não conseguir trazer essa experiência que a gente tem em centros oncológicos bem-sucedidos dentro do Distrito Federal, uma situação que acontece, doutora, desde 2012, a senhora me falou.

Procurei a Dra. Viviane antes de vir para cá para pegar alguns dados, porque ela está à frente desse projeto há muitos anos. E, quando eu soube que eu poderia estar aqui, eu queria muito que a senhora trouxesse, a senhora já trouxe essa pauta, mas que a gente pudesse somar força com a senhora sobre isso.

E, finalizando setembro, finalizando o Setembro em Flor, faço um agradecimento por esta oportunidade de estar aqui.

Obrigada, Cíntia, também, que fez o convite para a gente, que aceitou que até matérias... Porque, até para a gente poder conversar sobre a doença, é difícil a gente conseguir achar um paciente para falar, e ela se mostrou, como ela mesma fala, "de pé e pela fé".

Então, aqui, cada momento a mulher é resgatada, a gente conseguiu lutar pela saúde da mulher, a gente está conseguindo lutar pela saúde da família – as mulheres, hoje, que está ali, à frente da família...

Então, muito obrigada, obrigada por este momento de fala, e peço para a gente não deixar essa situação se finalizar aqui, a gente conseguir trazer frutos desse nosso setembro.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dra. Rayane.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Rafaela, seus cinco minutos finais.

Nossa fada! (*Risos.*)

A SRA. RAFAELA COSTA (Para expor.) – Nossa, já agradeci tanto, gente, mas é uma honra realmente, como eu falei, estar aqui.

Nosso trabalho não para. Hoje, a gente está aqui, num retrato do que nós, como profissionais de saúde, fazemos.

A nossa luta é diária, independente se a gente está no sistema público ou privado, porque, realmente, nós sabemos que nós impactamos muitas vidas e, às vezes, a gente precisa dar voz para quem não tem e a gente precisa falar, para que as mulheres saibam que elas têm muitos direitos.

Neste setembro, uma coisa que eu percebi é que a UBS, onde é a atenção primária realmente, é a porta de entrada dessas mulheres, e, às vezes, elas não vão à Unidade Básica de Saúde, e o pessoal da UBS é bem engajado de fazer busca ativa, de ir atrás, marcar os preventivos, e, às vezes, essas mulheres não entendem a importância disso.

Então, mais uma vez: somos portadores de boas informações, a gente precisa falar sobre o tema, desmistificar que isso é uma sentença – não é –, mostrar que, sim, podemos dar esperança para essas mulheres. E que a gente sempre seja instrumento de melhoria para este país, que é tão grande.

Eu sou do Tocantins, vivi oncologia no Estado do Tocantins e ali no sul do Pará e entendi qual é a dificuldade desses povos indígenas. É uma realidade completamente diferente da que a gente vive aqui – o Leandro mandou uma pergunta lá do Tocantins –, e eu sei as dificuldades que a gente vive lá no estado, ali no Pará, em que as pessoas, realmente, têm que andar 300km para ter acesso a uma radioterapia – aqui a gente anda 20km...

Mas, apesar de estarmos com tantas dificuldades no Distrito Federal, ainda somos uma bolha e precisamos usar isso como exemplo, para que a gente traga melhorias para este país tão gigante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, mais uma vez, Senadora, muito obrigada pelo nosso momento de fala. Espero que nós, como sociedades, como médicos, a gente possa realmente estar à disposição de vocês também, para que a gente sirva de auxílio para melhorias nessas dificuldades que a gente trouxe.

E à Cíntia, que é minha paciente querida também, que está aqui...

Muito obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu também sou sua paciente querida. (*Risos.*)

A SRA. RAFAELA COSTA – É, muito!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós estamos chegando ao final.

Nós tivemos dois convidados, e um é o Dr. Allisson Bruno Barcelos Borges, médico rádio-oncologista.

Nós não vamos desistir dele. Nós vamos ter uma mesa de conversa sobre os desafios dos médicos rádio-oncologistas.

E nós tínhamos um outro convidado também, que é o Procurador da República Dr. Cléber Eustáquio. Ele só conseguiu se conectar no final, e a gente quer agradecer, Dr. Cléber, por ter tentado participar da audiência.

Mas, Dr. Cléber, esta Subcomissão está só começando o trabalho. Nós vamos tê-lo, com certeza, como nosso consultor, para nos ajudar a pensar sobre direitos, a buscar os furos na legislação, ajudar-nos a apresentar propostas... Então, eu quero agradecer a sua disposição e disponibilidade.

Nós vamos para o encerramento desta reunião.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a presença de todos que estiveram aqui no plenário conosco. Eu gostaria de abrir a palavra para todos – eu sei que todo mundo queria falar.

A Dra. Cláudia Arminda Correa, que chegou, está conosco, médica geriatra e paliativista. Obrigada, Dra. Cláudia, por estar participando com a gente.

Instituições da sociedade civil, sem elas a gente não avança. Obrigada por tudo que vocês estão fazendo, as voluntárias e os voluntários, às vezes sem um centavo, mas estão lá na ponta fazendo. Obrigada por tudo que vocês estão fazendo e pelas entregas. Obrigada por estarem aqui.

E eu encerro, dando uma boa notícia, me permitam? Não tem a ver com o câncer diretamente, mas acaba tendo. Hoje foi sancionada uma lei, publicada... na verdade, sancionada ontem e publicada hoje no *Diário Oficial*, a Lei 15.222, de 2025, da qual eu sou autora, e o Presidente Lula sancionou. Quando se fala de saúde da mulher, a gente esquece todas as diferenças. Nesta Casa aqui, está todo mundo unido, independentemente do partido. O Presidente Lula sancionou uma lei ontem, na Conferência Nacional da Mulher, uma lei que eu tive o prazer de escrever, que agora a licença-maternidade, Doutora, começa a contar a partir da alta do bebê ou da alta da mãe. O que acontece? O bebezinho prematuro nasce, fica dias, às vezes meses no hospital. E quando essa mãe recebe alta, já é hora de voltar para o trabalho ou já acabou a licença-maternidade. E é o momento em que o bebê mais precisa da mãe em casa, porque no hospital ele tem uma equipe múltipla cuidando dele, mas ele vai sozinho para casa com a mãe agora. E às vezes a mãe tem que deixar com uma babá que não passou por nenhum treinamento no hospital.

´Então, agora a licença maternidade conta a partir da alta do bebê. Não importa quanto tempo ele ficou no hospital. E aí a gente tem também a seguinte situação. Às vezes é a mãe que teve uma complicação. O bebê saiu do hospital, mas a mãe ficou internada. Então, a licença maternidade conta a partir do momento em que a mulher sai do hospital.

Eu precisava fazer esse anúncio. Nós estamos aqui lutando, trabalhando por mais legislação, propondo também ao Executivo políticas públicas, e, claro, doutoras, não tem lei perfeita, não tem política pública perfeita, não tem tratamento perfeito sem dinheiro. Esta Casa que decide o Orçamento da União, a gente quer muito também dialogar com a Comissão de Orçamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer com a presença dos Senadores Mara Gabrilli e Paulo Paim, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Weverton, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Wilder Morais, Angelo Coronel, Jorge Seif e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer n° 7, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CASCANCER seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Discutir sobre o financiamento da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer. **Participantes:** João Paulo de Biaso Viola, Coordenador de Pesquisa e Inovação e Diretor Geral Substituto do Instituto Nacional de Câncer – INCA – SAES/Ministério da Saúde; Thiago de Mello Moraes, Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnologias e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Diego Eugenio Pizetta, Coordenador-Geral Departamento do Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Rosane Cuber Guimarães, Diretora-Geral do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Biomanguinhos; José Humberto Tavares Guerreiro Fregnani, Superintendente de Ensino, Pesquisa e Inovação da A.C. Camargo Cancer Center; e Adriana Polycarpo Ribeiro, Diretora Médica da Pfizer Brasil. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas e vinte e três minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Dra. Eudócia
Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos aqui presentes, colegas Senadores e Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes. A primeira parte destina-se à deliberação de requerimento apresentado à Subcomissão. A segunda parte atende ao Requerimento nº 3, de 2025, de minha autoria, para a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o financiamento da pesquisa e o desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

Agora passemos à primeira parte da reunião.

Pauta, item nº 1.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. Nº 7, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 4/2025 - CASCANCER seja incluído o convidado que especifica.

Autoria: Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para encaminhar.) – O requerimento é de minha autoria, e passo à leitura:

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento 4, de 2025, CASCANCER, seja incluído o seguinte convidado:

- representante da Femama (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama).

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, o resultado.

Vamos dar início agora à segunda parte da reunião: audiência pública destinada a debater sobre o financiamento de pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado; e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Agora nós passaremos para a segunda parte da reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero já apresentar os convidados, que são:

– o Dr. João Paulo de Biaso Viola, que é Coordenador de Pesquisa e Inovação e Diretor-Geral Substituto do Instituto Nacional de Câncer (Inca/Saes), do Ministério da Saúde, que vai fazer a sua palestra através de videoconferência;

- o Dr. Thiago de Mello Moraes, que é Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnologias e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, também através de videoconferência;

- o Dr. Diego Eugenio Pizetta, que está aqui presencialmente, e é Coordenador-Geral do Departamento do Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Eu quero convidá-lo, Dr. Diego, para fazer parte aqui da mesa. É com imensa satisfação que nós temos o senhor aqui presencialmente. Grata por ter atendido o nosso convite. A sua contribuição será muito importante nesta audiência pública. Mais uma vez, muito obrigada.

- a Dra. Rosane Cuber Guimarães, que é Diretora–Geral do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Bio-Manguinhos, também através de videoconferência;

- o Dr. José Humberto Tavares Guerreiro Fregnani, que é Superintendente de Ensino, Pesquisa e Inovação da A.C. Camargo Cancer Center, através de videoconferência; e

- a Dra. Adriana Polycarpo Ribeiro, que é Diretora Médica da Pfizer no Brasil, também através de videoconferência.

E agora nós iremos passar para a segunda parte da nossa reunião, que é a audiência pública interativa, cujo assunto eu já falei, que é discutir o financiamento de pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

As observações é que a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do portal que eu já coloquei, do e-Cidadania, na internet, e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em www.senado.leg.br/ecidadania e através do telefone que eu também já coloquei anteriormente, 0800 0612211.

O requerimento para a realização da audiência é o de nº 3, de 2025, da CASCANCER, de minha autoria.

E agora eu concedo a palavra ao Dr. João Paulo de Biaso Viola.

Eu quero dar um boa-tarde a você, Dr. João Paulo, e dar-lhe as boas-vindas desta Subcomissão CASCANCER, que é uma Subcomissão de grande importância aqui na CAS, no Senado Federal, em que nós debateremos todos esses pontos aqui vinculados, para que a gente possa avançar nas pesquisas e no desenvolvimento das novas terapias e de todas as vacinas contra o câncer.

Eu lhe dou a palavra no momento.

O senhor tem dez minutos para a sua apresentação.

Mais uma vez, grata pela participação.

O SR. JOÃO PAULO DE BIASO VIOLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu é que agradeço.

Estão me escutando, por favor?

Tudo o.k.? (*Pausa.*)

O.k.

Inicialmente eu queria agradecer o convite, é um prazer enorme estar aqui com vocês, representando não só o Instituto Nacional de Câncer, sediado no Rio de Janeiro, assim como a Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde. Vou aqui conversar um pouquinho sobre as questões pertinentes ao assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, uma boa tarde. Eu gostaria de congratular aqui os Senadores e as Senadoras, e a Presidente da Subcomissão sobre prevenção e tratamento de câncer.

Exmos. Srs. e Sras. Senadoras e Senadores, não vou fazer uma apresentação, no caso não vou fazer uma apresentação formal, mas, gostaria de colocar alguns pontos de debate que acho que são extremamente importantes neste evento, e estarei aqui à disposição de todos para responder qualquer pergunta que possam ter e para fazer o debate.

O câncer atualmente é um problema importante de saúde pública, não só no mundo – hoje estima-se em torno de 20 milhões de pessoas de pessoas com câncer no mundo –, assim como no Brasil, onde vem crescendo enormemente a sua incidência nos últimos anos. No Brasil, segundo as estimativas de câncer do Instituto Nacional de Câncer, do Ministério da Saúde, nós temos uma incidência em torno de 720 mil novos casos/ano de câncer na população brasileira, sendo que ainda, no homem, o câncer de próstata é o que tem a maior incidência, e o câncer de mama, na mulher, a maior incidência, em torno, cada um deles, em torno de 30% entre as diferentes doenças de câncer. Em segundo lugar, com um crescimento bastante importante e significativo, nós temos o câncer de cólon e reto, tanto no homem quanto na mulher. Na mulher, em terceiro, eu gostaria de destacar aqui o câncer de colo de útero, que ainda é de extrema importância de incidência na população brasileira.

Gostaria de ressaltar que o câncer é uma doença de base genética e uma doença de maior incidência na população idosa. O câncer é uma doença de idoso. Se nós olharmos as estimativas da população brasileira pelo IBGE, nós vemos claramente que o câncer, desculpem-me, que a nossa população está envelhecendo. A pirâmide populacional brasileira vem envelhecendo nos últimos anos, o que é natural de um país em desenvolvimento como o Brasil, e isso faz com que nós tenhamos uma maior incidência de câncer na população brasileira, que se torna um importante problema de saúde pública para a população brasileira.

Segundo o Ministério da Saúde, o câncer ou as doenças neoplásicas são a segunda *causa mortis* na população brasileira, estando em segundo lugar; e a primeira causa *mortis* são as doenças cardiovasculares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, se nós olharmos as projeções para os próximos anos, feitas não só pelo Inca, como outras instituições, como a própria Iarc, que é uma organização de pesquisa em câncer da Organização Mundial de Saúde, e com o grau de aumento dessa incidência na nossa população e o envelhecimento da população, nós podemos ver ou podemos estimar que, nos próximos 15 ou 20 anos, o câncer será, e deverá ser, a primeira *causa mortis* na população brasileira, ultrapassando as causas cardiovasculares.

Precisamos agir em várias frentes. Precisamos agir inicialmente na prevenção primária. A prevenção primária é fundamental para retirar da população o contato com os fatores de risco, e hoje a grande maioria dos fatores de risco para o câncer... É estimado que em torno de 60% do risco de câncer está ou em fumo, no tabaco, ou na alimentação – em torno de 30% de risco no tabaco e 30% na alimentação –, e em outras causas também bastante importantes. Então, políticas públicas de educação populacional em alimentação, em cessação de tabagismo, em vida saudável são fundamentais para nós controlarmos essa maior incidência de câncer.

O segundo ponto importante é que a prevenção secundária também se dá de extrema importância para nossa população. Nessa prevenção secundária, nós devemos identificar, na nossa população, lesões ainda pré-malignas ou lesões iniciais de câncer, ainda assintomáticas, para que nós possamos tomar as medidas cabíveis de tratamento. No caso já da população sintomática, nós devemos tomar as iniciativas de prevenção terciária e fazer o diagnóstico precoce, o mais rápido possível, porque, quanto antes nós tivermos o diagnóstico feito, maiores as possibilidades terapêuticas e melhor prognóstico esse paciente vai ter.

Novas terapias, a cada dia nós recebemo-las. Gostaria de ressaltar que, ontem, com o anúncio do Prêmio Nobel de Medicina, que foi um Prêmio Nobel dado a pesquisadores que trabalham na imunologia e grande importância na resposta antitumoral, que tem grandes possibilidades, várias possibilidades já feitas na implementação em várias ações de câncer. Hoje, nós podemos separar as terapias mais avançadas para o tratamento de câncer e, dentre elas, as imunoterapias com diferentes imunobiológicos de extrema importância, com uma resposta extremamente importante em várias doenças de câncer de diferentes origens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria aqui de ressaltar os bloqueadores *checkpoint* imunológicos, os anticorpos de uso contra alvos diferentes nesses tumores e ressaltar as terapias avançadas em terapia gênica e imunológica como os CAR-T e os CAR-NK, que já estão sendo feitos na população brasileira não mais como experimentais, e, a cada dia nós temos os anticorpos biespecíficos, que são de grande uso para essas doenças.

Gostaria de ressaltar o custo extremamente alto que essas terapias têm – um custo que nem mesmo a medicina suplementar atualmente tem tido êxito em implementar – e o custo para o nosso sistema público de saúde, para o qual são fundamentais essas incorporações em algum momento.

Lembro que o nosso sistema público de saúde – já vou finalizar – hoje atende a mais de 70% da população brasileira, e a incorporação das últimas tecnologias para a utilização no SUS é fundamental. Nós só podemos chegar a elas se tivermos tecnologias nacionais, com o nosso complexo industrial da saúde podendo fazer essa resposta de forma imediata para a população brasileira que mais necessita.

Deixo esta pergunta aqui... Deixo essas questões para discussão sobre o financiamento público para pesquisa em saúde para o SUS, que é fundamental para a nossa população. Estou aqui à disposição para responder qualquer pergunta que possam ter.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela apresentação, pelas palavras, Dr. João Paulo!

A sua pergunta foi muito pertinente, uma vez que nós sabemos que o nosso país está muito aquém do que nós desejaríamos que ele estivesse em relação às pesquisas, salvo engano algo em torno de 2% a 3%, se comparado com todo o mundo. Então, falta muito para chegarmos próximo aos países que estudam bem mais do que nós. Realmente, essa pergunta é muito pertinente. Nós temos que nos debruçar mais sobre essa questão da pesquisa clínica, que faz toda a diferença. O senhor foi muito feliz na sua colocação. Vamos nos unir cada vez mais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que possamos avançar nas pesquisas e obviamente chegar mais perto das vacinas e das medicações de ponta para terapias contra o câncer, para termos a oportunidade de divulgar para o nosso país e para a nossa população dados que não sejam tão alarmantes em relação ao câncer, como o são atualmente.

Como você mesmo acabou de dizer, nos próximos cinco ou dez anos, a quantidade de pessoas que serão diagnosticadas com câncer irá dobrar ou até triplicar. Isso é muito preocupante, até porque, como você colocou, estamos envelhecendo – e que bom que estamos envelhecendo! –, só que tem que ter políticas públicas para dar esse aparato. As pessoas estão envelhecendo, e nós temos que ter políticas públicas que acompanhem essa velocidade de envelhecimento.

Também coloco outro ponto muito importante, Dr. João Paulo, que é a questão do acesso à atenção básica de saúde, porque, quando a gente fala de câncer, a primeira coisa que vem na nossa cabeça é: como a gente vai tratar os casos graves? Como a gente vai ter leito suficiente para a hospitalização, ter UTI? Como a gente vai ter a estrutura de cuidados paliativos? Mas, antes disso, a gente tem que pensar em diagnóstico precoce. Para isso, a gente tem que ter uma estrutura que possa suportar a demanda dos nossos pacientes.

Eu quero aqui, inclusive, colocar para vocês que, na CAS, há mais ou menos umas três semanas, nós aprovamos um projeto de lei que diminui a idade para ter acesso à mamografia de mais de 50 anos para 40 anos. Isso foi um avanço grande, porque nós sabemos que o câncer de mama é o câncer que mais mata mulheres. Nós estamos em pleno Outubro Rosa, em relação à conscientização contra o câncer de mama, eu quero colocar isso de uma forma mais efetiva. Hoje, as mulheres, Dr. Diego, têm acesso à mamografia a partir dos 40 anos de idade. Inclusive, o Ministro Alexandre Padilha também colocou esta determinação que ele fez no Ministério da Saúde: diminuir o prazo do acesso à mamografia de acima de 50 anos, de 59 anos para 40 anos. Eu o parabenizo por essa atitude, e foi meio que em paralelo. Três semanas ou quatro semanas antes, mais ou menos, nós havíamos votado aqui, na CASCANCER, um projeto de lei que diminuía esse prazo para 40 anos, para as nossas pacientes brasileiras terem acesso à mamografia a partir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos 40 anos de idade. O autocuidado é muito importante. Para homem, é a questão do câncer de próstata. Então, que nós possamos nos debruçar sobre a questão da saúde pública na atenção básica.

Eu quero lhe agradecer, mais uma vez, Dr. João Paulo, pela sua participação. Espero que você possa participar conosco das outras audiências públicas, porque foi muito relevante a sua participação. Quero até ter a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, o que será motivo de muita honra para mim.

Quero agora cumprimentar e agradecer a participação do Dr. Thiago de Mello Moraes, que é Coordenador-Geral de Ciências da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Você, Dr. Thiago, seja muito bem-vindo. Grata pela participação, mais uma vez.

O senhor tem dez minutos para sua apresentação.

O SR. THIAGO DE MELLO MORAES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, boa tarde a todos e todas. É um prazer poder participar dessa discussão tão importante.

Na pessoa da Senadora Dra. Eudócia, eu gostaria de cumprimentar a todos os presentes.

Eu vou compartilhar aqui a minha tela. Tenho uma apresentação muito simples na qual eu trago alguns pontos do trabalho que a gente tem feito aqui no MCTI com relação à pesquisa. (*Pausa.*)

Bom, acho que agora está aparecendo.

Aqui no ministério, a Coordenação-Geral de Ciências da Saúde e Biotecnológicas está localizada dentro da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos, que é a secretaria que cuida da pauta de P&D *hard science*, vamos dizer assim, dentro do ministério, aquela pesquisa inicial, básica, até o nível intermediário ali de maturidade tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A secretaria é dividida em dois departamentos, um de programas temáticos, outro de clima e sustentabilidade; e, dentro do Departamento de Programas Temáticos, a gente tem três coordenações: uma que cuida de ciências da saúde e biotecnológicas, uma de ciências humanas e sociais, outra de ciências do mar; e outro departamento mais voltado para a questão de clima e sustentabilidade.

Dentro da secretaria também estão alocados dois conselhos importantes do ministério: o Consea, que trata de regulamentação de experimentação animal; e a CTNBio, que é a Comissão Nacional de Biossegurança, que trata da regulamentação de OGMs no país.

Atualmente, o ministério está no ciclo de planejamento de atualização da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. A Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia é o documento que orienta as diretrizes e prioridades de pesquisa do ministério ao longo do tempo. A atual foi prorrogada até o ano passado. No ano passado, foi feita a 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, na qual foram colhidas contribuições para a atualização dessa política.

A Estratégia Nacional é um documento macro, que aponta as principais diretrizes e áreas estratégicas para o financiamento de pesquisa, e essa estratégia se desdobra em planos setoriais. No caso aqui, em relação ao nosso tema de hoje, seria o plano setorial de saúde, que também está em atualização. A partir da 5ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, foram colhidas essas contribuições, que deram origem ao Livro Lilás, no qual que são apontadas as principais prioridades que o ministério deveria considerar na elaboração e na atualização da sua Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia. Claro, com toda certeza, o tema de saúde é um dos destaques. Toda a questão de autonomia, toda a questão de importância do tema sempre é recorrente nessas discussões. Então, com certeza, o tema saúde será uma prioridade dentro da nova Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia.

Aqui, um recorte que a gente sempre tem que considerar na elaboração da Estratégia Nacional, que são as três dimensões: ela precisa ter uma dimensão científica e tecnológica, associada a uma dimensão econômica de autonomia e a uma dimensão social, para atendimento das demandas da sociedade e do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, é apenas para ilustrar que, na última versão do nosso plano setorial de saúde, a gente tinha seis linhas prioritárias, e, dessas seis linhas, pelo menos cinco conversam diretamente com o tema que a gente está discutindo hoje, que é de pesquisa em câncer. A gente começa lá, desde o ensaio pré-clínico, que é a primeira linha; depois, a gente vai para o diagnóstico e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, área de fronteira de conhecimento e pesquisa clínica.

Aqui, é um pouco dos últimos editais que o ministério tem lançado com relação ao tema de pesquisa em biotecnologia com aplicação em saúde. Para ilustrar, foram duas chamadas: uma lançada pelo CNPq para ICTs, e outra lançada pela Finep para subvenção econômica. E a ideia aqui é fomentar pesquisa tanto em ICTs quanto em empresas, para que a gente consiga fazer a translação do conhecimento, sair da pesquisa básica e conseguir avançar aí em projetos de maior maturidade tecnológica.

Também a gente precisa investir em áreas-meio, por exemplo, como bioinformática em biotecnologia, que tem uma aplicação muito importante para o desenvolvimento de ferramentas e de tecnologias para o tratamento e prevenção do câncer. Então, além de focar nas questões de novos tratamentos e ferramentas de diagnóstico, a gente tem que também, como Governo e como sociedade, fomentar áreas de transição, que geram ferramentas para que a gente consiga desenvolver novas tecnologias.

Aqui, mais alguns exemplos de editais lançados pelo ministério nos últimos anos, seja para saúde mental, pesquisa em síndrome de Down, enfrentamento de gripe aviária.

Aqui, é outra ferramenta importante que o ministério fomenta há mais de 40 anos que nasceu numa cooperação entre Brasil e Argentina no antigo Centro Brasil-Argentina de Biotecnologia (CBAB). Hoje, ele se tornou o Centro Latino-Americano de Biotecnologia, em que a gente tem participação oficial da Argentina, Uruguai, Colômbia – Peru e Paraguai estão formalizando a sua entrada no centro. Eu o trouxe, porque ele é justamente uma ferramenta importante de integração regional de pesquisa e de desenvolvimento que a gente pode utilizar para integração de conhecimento e para transbordar o conhecimento gerado no nosso país para os nossos países vizinhos, e, da mesma forma, a gente consegue absorver tecnologia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento que estão sendo desenvolvidos nos países vizinhos da América Latina, já que a gente compartilha de uma série de semelhanças com relação à fisiologia das nossas populações, de semelhanças econômicas e tudo mais. Então, é uma ferramenta importante que a gente pode utilizar para cooperação.

Outro instrumento que a gente tem desenvolvido e que está em fase final de estruturação é o Centro Regional de Pesquisa em Oncologia de Precisão, que vai ser alocado no Instituto do Câncer do Estado de São Paulo. É uma parceria da USP com o MCTI e com o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (Icgeb). O país é membro desse centro internacional desde a década de 1990. Nos últimos anos, o centro tem adotado uma política de estruturar centros regionais em alguns países, e o Brasil foi escolhido e levou uma proposta para estruturar um centro de oncologia de precisão na USP e tornar esse centro regional aí um *hub* de capacitação não só para o Brasil, mas para toda a América Latina nesse tema. É um exercício muito importante em que o país pode conseguir atrair talentos e desenvolver novas tecnologias a partir dessa cooperação tripartite entre Governo, academia e organizações internacionais.

Aqui uma outra política pública muito importante para o ministério, que é o Mais Inovação Brasil, que está associado com a Nova Indústria Brasil. Acredito que o Diego deva falar um pouco mais em detalhes do Nova Indústria Brasil, com relação ao desenvolvimento do setor industrial, mas, alinhadas a essa política de inovação industrial, a gente tem as agências do MCTI, particularmente a Finep, nesse caso, envolvidas para o lançamento de editais de fomento, tanto para empresas quanto para ICTs, para que a gente consiga alinhar as prioridades de pesquisa com as prioridades de desenvolvimento industrial.

O programa Nova Indústria Brasil é orientado por missões em resposta aos desafios da sociedade brasileira; ele promove a articulação entre ministérios e agências; ele coordena diversos instrumentos financeiros, regulatórios, compras públicas, entre outros – a gente tem aí uma série de instrumentos que estão sendo executados, tanto pelo MCTI, via Finep, quanto pelo próprio Ministério da Saúde, que tem as políticas de PDP e de Pdil, que são políticas alinhadas à estruturação do Nova Indústria Brasil –; e o foco central desse programa é o foco no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

desenvolvimento tecnológico e inovação, que é justamente o que a gente tem buscado aqui no MCTI.

O programa tem seis missões, e a Missão 2 é dedicada exclusivamente ao fortalecimento do complexo econômico industrial da saúde, buscando a autonomia do setor para o nosso país.

Dentro desse cenário, a Finep tem lançado várias chamadas dentro do programa Mais Inovação, e o tema saúde é destaque. Foi lançada uma chamada em 2023 com o valor de R$250 milhões; depois, essa chamada foi aditivada em mais R$400 milhões para a contratação de projetos na área de saúde.

Eu trouxe aqui alguns exemplos desses projetos contratados. Quando se tinha uma relação direta com pesquisa em câncer, a gente conseguiu levantar um total de R$128 milhões de projetos contratados, sejam projetos para empresas, que é essa primeira parte, essa primeira tabela, sejam da segunda tabela aqui, voltada para ICTs. Então, a gente vê aí que a gente tem uma boa diversidade de projetos, alguns já com uma maturidade tecnológica mais avançada, por exemplo, com um ensaio clínico Fase II. Então, a gente tem um cenário muito positivo com relação a pesquisas.

Uma outra iniciativa do ministério são os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Foi lançada uma chamada no ano passado, e os projetos estão sendo contratados este ano. Aí também, num levantamento muito rápido, com relação aos INCTs dedicados exclusivamente à pesquisa em câncer, a gente conseguiu levantar pelo menos cinco novos INCTs, sem considerar os já existentes. Então, a gente tem pelo menos mais cerca de R$57 milhões direcionados para a pesquisa de INCTs voltados a câncer, sem considerar áreas correlatas, por exemplo, como nanotecnologia e tecnologia farmacêutica, que também são complementares a esse tipo de pesquisa e, como eu disse anteriormente, são muito importantes para que a gente consiga promover o desenvolvimento de produtos e tecnologias para o enfrentamento do câncer.

Outras iniciativas. Por exemplo, a chamada Pró-Infra, que o ministério lançou para o fortalecimento e desenvolvimento de infraestrutura de pesquisa científica no país. Foram lançados três editais com ordem de fomento de R$1,2 bilhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente ficou um bom tempo com o contingenciamento do FNDCT. Depois de uma iniciativa do Congresso Nacional, foi aprovado um projeto de lei complementar que tornou o fundo incontigenciável.

A partir de 2023, a gente conseguiu ter um bom alavancamento de recursos no âmbito do FNDCT. A partir daí, saturamos toda uma cadeia de financiamento, seja para as ICTs, seja para empresas, para a gente conseguir fomentar a inovação no nosso país.

Em 2024, foram cerca de R$13 bilhões. Esse valor aqui referente ao gráfico é apenas o não reembolsável. Quando a gente considera o não reembolsável, o valor dobra, então, a gente pode considerar: para 2024, foram R$13 bilhões; para este ano, a previsão é por volta de R$14 bilhões, sendo R$7 bilhões para não reembolsável e R$7 bilhões para empréstimos para empresas.

Com relação ao financiamento, é claro que a gente tem um desafio constante da estruturação e da constância do recurso. Acredito que com a lei complementar de não contingenciamento do FNDCT, a gente tenha bom apoio com relação a isso, mas a gente tem um grande desafio, não só dentro do MCTI, mas com uma cadeia total de pesquisa no país, que é fazer a translação do conhecimento. A gente é um país que tem muita pesquisa básica. A gente tem uma boa taxa de publicação. Quando você vê os números de publicação do país, a gente está ali figurando entre os principais países que publicam. Contudo, a nossa inovação é muito baixa. A gente tem um *gap*, uma dificuldade em transformar todo aquele conhecimento que está sendo gerado das nossas ICTs em produtos. Aí eu acho que é o grande desafio do Governo: como a gente consegue auxiliar esses projetos que estão sendo desenvolvidos nas nossas universidades, nos nossos institutos de pesquisa, auxiliá-los a avançar na escala de desenvolvimento, ter uma maior maturidade tecnológica e, a partir daí, a gente conseguir buscar essa aproximação com empresas e transformar todo esse conhecimento em produto. Para isso, a gente precisa melhorar algumas coisas, como modelo de financiamento, gerar ferramentas de aproximação entre ICTs e empresas.

A gente tem alguns gargalos tecnológicos, por exemplo, infraestrutura de escalonamento. A gente precisa fomentar novas estruturas de escalonamento no país. Uma coisa é você ter um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medicamento que está sendo pesquisado em nível de bancada, que está sendo sintetizado em uma quantidade muito pequena dentro de um laboratório. Quando a gente vai passar isso para escalas maiores, a gente precisa ter toda uma infraestrutura, toda uma formação de recursos humanos também para conseguir fazer esse escalonamento e, a partir daí, levar isso para uma indústria que vai produzir. Então, o país precisa fomentar essa área de transição.

A gente é muito bom em pesquisa e a gente falha na inovação. Para isso, a gente precisa melhorar o "d", pensando nas letrinhas PDI, a gente precisa melhorar o nosso desenvolvimento tecnológico. Aí que entram essas estruturas de escalonamento, áreas de farmacologia, áreas que possam ajudar na maturidade tecnológica desse projeto, torná-lo viável e escalonável para que a gente consiga atender a demanda da população brasileira.

Acho que é isso, inicialmente.

Eu trouxe algumas informações bem gerais para a gente poder discutir.

E trago aos demais colegas esse desafio da translação do conhecimento, como a gente consegue acelerar esse processo de translação do conhecimento. É uma necessidade urgente do nosso país.

O Prof. João Viola trouxe isso muito bem com relação à questão da transição, a transição de doenças. A gente vê o número de câncer aumentando cada vez mais como causa de morte. Aliado a isso, a gente tem o alto custo das novas terapias, seja CAR-T Cell, seja terapia gênica.

Então, a gente precisa investir e traduzir esse conhecimento que está sendo gerado na nossa universidade, para que a gente consiga ter uma autonomia tecnológica e diminuir os custos dessas terapias para o Sistema Único de Saúde.

Obrigado e desculpe-me por ter passado um pouco do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada pela sua participação, Dr. Thiago de Mello Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram muitos conceitos, muitos conhecimentos importantes aqui para nossa Subcomissão. Nós lamentamos ouvir de você isto: que nós estudamos muito, os nossos pesquisadores, mas, às vezes, as pesquisas não conseguem sair do papel de uma forma mais célere. E a gente vê que realmente isso é uma realidade.

É um pouco lamentável, mas vamos continuar se engajando, estudando, se debruçando, uma vez que a gente está falando de um tema que é suprapartidário, um tema que está aí batendo na nossa porta, que é fato, porque irá aumentar muito o número de casos de câncer no nosso país – como em todo o mundo – e a gente não pode chegar atrasado. A gente tem que acompanhar, passo a passo, o que vem acontecendo no Brasil e no mundo.

E aqui eu quero comentar, Dr. Thiago, abrir um parênteses: falando em pesquisa, eu quero comentar aqui – para você e para todos que estão participando deste momento, como o Dr. Diego, que está aqui ao meu lado também – da pesquisa da vacina do RNA mensageiro contra o câncer, que vem avançando muito em vários países e que nós já temos também aqui no nosso país, ainda de uma forma incipiente, mas temos, como no Hospital de Amor de Barretos. Inclusive eu tive a oportunidade de ir lá pessoalmente. Conheci a Dra. Josiana e depois conheci a Dra. Daiana, através de videoconferência.

Essa vacina vem realmente fazer uma diferença grande no protocolo clínico de tratamento contra o câncer, porém ainda está em fase de estudo. Inclusive, eu vou até adiantar e colocar para os senhores e senhoras que, na próxima semana, eu estarei em missão oficial na Rússia e no Reino Unido, para acompanhar de perto essa vacina RNA mensageiro contra o câncer, que está sendo estudada, e, lá no Instituto Gamaleya, na Rússia, eles já estão em fases bem avançadas, já a estão inclusive fazendo em 5 mil pessoas com diagnóstico de câncer, na população oncológica, e já começou a dar resultados bem satisfatórios.

E aí eu estou indo *in loco* conhecer colegas, e, depois, nós teremos as novas sessões da CASCANCER, e aí trarei mais informações para que a gente possa trocar informações em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agora, com imensa satisfação, passar a palavra para o Dr. Diego Eugenio Pizetta. Como eu já falei, ele é Coordenador-Geral do Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O senhor tem a palavra, Dr. Diego. Seja muito bem-vindo.

O SR. DIEGO EUGENIO PIZETTA (Para expor.) – Boa tarde. Muito obrigado pelo convite. Parabéns pela organização desta audiência pública.

No Mdic, por mais que a saúde não seja, assim, um tema da nossa competência, a gente toca a política industrial. Até o Thiago citou aí: a política industrial se chama Nova Indústria Brasil, que é coordenada por um colegiado de ministérios e também do setor produtivo, enfim, representantes da sociedade, e, em última análise, a coordenação última é do nosso Ministro, que é o Vice-Presidente Geraldo Alckmin.

E, na estruturação das missões, como o Thiago apresentou ali, ela é voltada para missões. Várias delas têm um caráter transversal, mas uma delas tem um caráter muito setorial, que é a da saúde, e o objetivo dessa missão é reduzir as vulnerabilidades do SUS para ampliar o acesso à saúde. Então, numa visão – que eu acho que até não só a pandemia nos ensinou como o cenário geopolítico cada vez mais vem mostrando – do quanto é necessário que o país seja cada vez menos dependente para questões críticas, assim, fundamentais, de provisão do exterior. Para questões que são muito relevantes para a vida do cidadão brasileiro, que cada vez mais a gente possa ter produção no país.

Então, com essa visão, foi estabelecida uma meta, capitaneada pelo Ministério da Saúde, que é o grande ministério que atua nessa questão, de passar dos atuais 45% das necessidades de bens para a saúde que o Brasil necessita – hoje a nossa produção atende 45%. A meta é passar para 70% em dez anos isso; com uma meta intermediária, para o final do ano que vem, em 50%, atingir 50%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos documentos que um pouco deu um norte para essas ações, para essa política é uma matriz de desafios produtivos e tecnológicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, voltada para essa questão que eu mencionei de emergências futuras, prevenção do país para futuras emergências sanitárias, e também atacar a questão de doenças e agravos críticos para o SUS.

Um desses blocos, assim, em que foi estruturada essa matriz é especificamente voltado ao câncer. Então, cânceres com maior incidência: câncer de pele não melanoma, câncer de mama, próstata, colorretal, pulmão, traqueia, brônquios, colo do útero, tireoide, linfomas, leucemias e cânceres pediátricos.

E aí, em torno disso, uma gama toda de políticas, de instrumentos de política industrial foram sendo estruturadas e estão em andamento, em um processo que quem acompanha política industrial ao longo do tempo no Brasil tem considerado que tem sido um processo de articulação entre os órgãos, que atuam nessa área, muito bem-sucedido. A gente está tendo um nível de articulação bastante grande.

E aí eu menciono alguns desses instrumentos que visam a esse avanço no desenvolvimento e na produção de IFAs de medicamentos, de dispositivos médicos, equipamentos médicos no Brasil. Um deles é o que chama Plano Mais Produção, que congrega os principais bancos públicos do país – então, BNDES, Caixa Econômica, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Finep –, e o valor dos projetos até agora, já destinado especificamente para essa missão saúde, está em R$23 bilhões. Dentre eles, como eu mencionei, está a Finep, de que o Thiago inclusive mencionou algumas linhas temáticas. O BNDES está com um recorde de financiamento para o setor de saúde, nunca financiou tanto e é o setor que mais está demandando financiamento. Então, realmente, a saúde dá para dizer que está bombando nos financiamentos públicos.

Fora isso, tem vários programas, então, a coordenação do Ministério da Saúde, a retomada das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que têm uma perspectiva de R$30 bilhões em compras públicas em dez anos. E vários projetos ligados à área do câncer foram aprovados em vários laboratórios públicos nacionais: bevacizumabe, nivolumabe, pertuzumabe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pembrolizumabe e assim por diante, enfim, são vários os produtos que já foram aprovados e que não tinham produção no país e que, através desse programa, ocorre uma transferência de tecnologia de fora para cá ou o desenvolvimento do produto aqui no país.

Em paralelo, tem o programa de Parceria para o Desenvolvimento no país, que são recursos públicos. Agora, o orçamento está na ordem de R$500 milhões para apoiar projetos para o desenvolvimento dessas tecnologias não só trazendo de fora, mas desenvolver com tecnologia brasileira. E aí também já foram aprovados vários projetos na área do câncer.

Nessa questão da pesquisa clínica, com a aprovação do PL, da Lei, agora, 14.874, do marco da pesquisa clínica, a gente tem uma grande expectativa de que isso possa atrair ensaios clínicos para o país, facilitar o desenvolvimento de tratamentos inovadores e oferecer aos brasileiros uma oportunidade maior de participar desses estudos, seja de estrangeiros, seja nacionais, e ele está agora em fase de regulamentação pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa.

Falando em projetos de lei, acho que cabe mencionar também o PL 2.583, de 2020, que está no Senado agora, que é a Estratégia Nacional de Saúde, que cria a figura das empresas estratégicas de saúde, na linha do que já existe para as empresas estratégicas de defesa, e a ideia é criar realmente um polo de produção nacional para avançar nesse sentido de reduzir as nossas vulnerabilidades nessa área, eu diria assim, até entre as grandes áreas estratégicas em que a gente tem que trabalhar a vulnerabilidade, que são, em geral, as clássicas são alimentação, acho que o Brasil está bastante bem; energia, o Brasil também está bastante bem; defesa, o Brasil tem uma estrutura já bastante considerável, e saúde, que eu diria que é uma das que a gente mais precisa avançar. A nossa dependência de IFA, de medicamento, de equipamentos mais sofisticados ainda é muito grande. Então, sem dúvida, pensando estrategicamente, é uma área em que o Brasil precisa avançar bastante, e a gente acha que esse projeto, que já foi aprovado na Câmara, está agora aqui no Senado, ajuda bastante nesse sentido também, é mais um dos instrumentos.

Foram estabelecidas margens de preferência nas compras de medicamentos e de equipamentos médicos no país. A gente está fazendo uma grande reforma no âmbito da câmara de regulação de preço de medicamentos, a CMED, e uma das coisas que a gente está trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é justamente isso, que, além da questão de preço e de acesso, a regulação também possa ser um instrumento para a inovação e o desenvolvimento de novos medicamentos no Brasil, ou pelo menos não seja um empecilho para isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DIEGO EUGÊNIO PIZETTA – Então, a gente está avançando nesse aspecto regulatório.

Reforço da Anvisa e do INPI. Ouviu-se muita queixa de que os tempos, as filas, no âmbito da Anvisa, para registro de medicamento, não só são um problema porque é investimento parado, mas porque retardam o acesso da população a esses medicamentos. Então, é uma força-tarefa muito grande com a Anvisa e para o fortalecimento da Anvisa, assim, um número elevado de novos cargos, novos servidores, que estão sendo destinados para fortalecer a agência. A ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) também entrou na jogada e está apoiando muito fortemente o desenvolvimento do sistema de TI da Anvisa, inclusive com a entrada de inteligência artificial para também aprimorar esse trabalho e agilizar esses processos. Foi criado, inclusive, um comitê de alguns ministérios, que estão acompanhando mais de perto esse trabalho, para que realmente a Anvisa, de que todo mundo tem o orgulho todo que tem, porque é, sem dúvida, reconhecida aqui e fora como uma das principais agências do mundo, possa ter a agilidade necessária para a gente desenvolver com mais rapidez também os processos de registro de novos medicamentos.

E, por fim, quero mencionar o Pdceis, que é um programa de fortalecimento do Ministério da Saúde, de fortalecimento dos laboratórios públicos, e aí tem recursos públicos destinados também às terapias de tratamento do câncer. E o último item que eu gostaria de mencionar, porque vi que o tempo também já terminou, é o das cadeias prioritárias no âmbito da política industrial. Foram estabelecidas algumas cadeias prioritárias, duas delas têm relação com o câncer: uma é voltada para medicamentos biológicos e a outra é voltada para vacinas, hemoderivados e terapias avançadas. Então, também, um grupo grande assim dos principais atores do país que trabalham nessas áreas, tanto no governo quanto no setor privado e na sociedade, enfim, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definir quais medidas são têm maior impacto e factibilidade, claro, para serem conduzidas no âmbito dessas cadeias.

Foram mapeadas as cadeias, foram identificadas todas as ações, foi enviado agora um formulário para todos esses entes para fazerem um ranqueamento de que ações eles consideram as mais relevantes, e todo esse material está indo para a mão do nosso vice-presidente, que está comprometido com esse trabalho de fazer acontecer – tudo isso que precisa para destravar os investimentos, avançar no adensamento da cadeia, para que a gente possa, cada vez mais, ter fabricação e desenvolvimento de produtos para a área da saúde no país.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Diego Eugênio, parabéns também pela sua explanação. Vieram nos dar um suporte muito grande as suas informações aqui na CASCANCER. É motivo de muita alegria poder tê-lo aqui conosco e saber que o Ministério da Saúde está sempre presente nas nossas audiências públicas – isso mostra o compromisso de vocês com a saúde e com a nossa população de uma maneira geral.

Eu queria ressaltar o que você falou, Dr. Diego, sobre a questão de começar a produzir os medicamentos aqui no nosso país, porque a gente sabe que quando os insumos vêm de fora, óbvio... Tornam-se bem mais caros quando são importados. Então, uma vez que nós tenhamos a autonomia de começar a produzi-los, isso vai cair substancialmente.

E aqui eu coloco a questão das imunoterapias porque atualmente, no SUS, nós temos duas imunoterapias que estão disponíveis para a população, que são exatamente... Deixe-me ver onde é que eu... Eu posso até colocar isso num segundo momento, se vocês puderem... Ah, está aqui, perdoem-me. Atualmente, Dr. Diego e todos os que fazem parte deste momento, que estão nos acompanhando, nós temos pelo SUS dois tipos de imunoterapia, que é o nivolumabe e o pembrolizumabe, certo? Então, esses dois imunoterápicos estão disponíveis, mas ainda tem um tempo que é despendido entre a indicação do oncologista clínico até chegar à ponta, até chegar ao paciente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria colocar isso, Dr. Diego, justamente para que a gente pudesse avançar, pudesse tornar essa questão mais rotineira e desburocratizar, porque às vezes tem que passar pela Conitec, tem que passar por outros órgãos de controle até chegar ao paciente, e, para o paciente oncológico, o tratamento é tempo-dependente. Eu costumo dizer que cada dia é uma eternidade; eu não, os oncologistas. Eu sou médica, mas a minha formação... Eu sou pediatra e sou gastroenterologista pediátrica, mas tenho estudado muito oncologia nos últimos anos, e é tempo-dependente, todos os médicos sabem disso, especialmente os oncologistas.

Então, 180 dias, como coloca a Conitec, é muito tempo. Nesse meio tempo, o paciente pode ir a óbito, o paciente pode evoluir de um carcinoma *in situ* para um metastático e assim por diante.

Outra coisa que eu queria colocar, me baseando na sua fala, Dr. Diego, é a questão de que, só para você ter uma noção, no rol da ANS são incorporados quatro medicamentos imunoterápicos, que são a apalutamida, a acalabrutinibe, a enzalutamida e a lorlatinibe. E essas medicações não são acessíveis à população oncológica do nosso país, entende?

Esses quatro últimos imunoterápicos abrangem quatro, desculpa, sete indicações de tumores, incluindo câncer de próstata metastático, leucemia linfocítica crônica, leucemia linfocítica – já falei, crônica – recidivada, linfoma, câncer de próstata metastático e câncer de pulmão não pequenas células. E também o linfoma anaplásico. São quatro drogas que conseguem tratar sete tumores. Mas isso a gente não tem para a população em geral.

Então, a gente está falando em quê? Nós estamos falando de uma doença que é tempo-dependente. Nós estamos falando aqui de uma doença que hoje é a segunda causa de morte no nosso país e no mundo, mas que em cinco anos será a primeira, passando as doenças cardiovasculares.

E nós estamos falando de vida, que é o bem mais precioso que nós temos. Quanto vale uma vida? Não tem como a gente dizer o valor de uma vida. Não tem como a gente dizer o valor de duas vidas, de dez, de quinze, de um milhão de vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são quatro tipos de drogas que, se a gente as incorporasse no SUS, quantos milhões de brasileiros e brasileiras a gente não salvaria?

Eu queria deixar esse registro aqui para o senhor, Dr. Diego, para todos que fazem parte do Ministério da Saúde, para que a gente possa avançar nesse contexto e podermos cada vez mais salvar vidas.

E aqui eu quero cumprimentar a Fiocruz, que está nos acompanhando através da videoconferência.

Quero agradecer à Mônica, que se faz aqui presente. Mônica, muito grata pela sua participação.

E aqui quero parabenizar tanto o Presidente como toda a diretoria da Fiocruz.

Eu quero também cumprimentar a Associação Brasileira de Câncer do Sangue, que também está participando aqui conosco; a ONG Escolhemos Viver, através da nossa querida Kazumi. Obrigada por se fazer presente, Sra. Kazumi, e poder estar acompanhando todas as nossas discussões nesta Subcomissão tão importante para o nosso país.

Quero também cumprimentar a ONG Femama, na pessoa da Gabriele e, na pessoa da Gabriele, todas as pessoas que fazem parte da Femama.

Ao todo, no nosso país, são mais de 70 ONGs, abrangendo 20 estados.

É bem importante essa ONG, Dr. Diego. E eles acompanham mesmo, estudam, participam.

Também cumprimento a ONG Recomeçar, em nome da Joana. Nós tivemos, na semana passada, a participação da Joana com toda a equipe da ONG Recomeçar, iniciando, no dia 1º de outubro, o mês de conscientização contra o câncer de mama.

Agora, passo a palavra à Dra. Rosane Cuber Guimarães, Diretora-Geral do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Instituto Bio-Manguinhos).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dra. Rosane, muito grata pela sua participação. A senhora tem dez minutos para a sua explanação.

A SRA. ROSANE CUBER GUIMARÃES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço o convite para fazer parte nesta apresentação aqui, na audiência pública da CASCANCER.

Saúdo todos os demais convidados, nesta apresentação.

Também gostaria de saudar, na pessoa da Exma. Senadora Dra. Eudócia, todos os Senadores e Senadoras presentes nesta sessão.

Vou compartilhar aqui a minha apresentação e apresentar um pouco do que o nosso instituto tem feito sobre pesquisa e desenvolvimento em vacinas, medicamentos e terapias para o câncer.

Bom, Bio-Manguinhos é um instituto de excelência na área de produção de imunobiológicos da América Latina. Nós pertencemos à Fiocruz. É a unidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação e produção da Fiocruz, Ministério da Saúde.

Fomos fundados em 1976. No ano que vem, completaremos 50 anos de atuação. Temos aproximadamente 2,2 mil colaboradores e trazemos, então, soluções para a saúde pública não só na rotina, entregamos imunobiológicos para diversos programas do Ministério da Saúde, mas também em emergências. E entregamos também nacional e internacionalmente.

Hoje, nós temos 61 produtos no nosso portfólio, 11 vacinas, 40 *kits* de diagnóstico e dez biofármacos.

Entregamos mais de 700 milhões de doses de vacinas nos últimos cinco anos, mais de 130 milhões de reações de *kits* de diagnóstico e mais de 30 milhões de biofármacos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso portfólio vai desde a prevenção até o tratamento. Nós temos vacinas virais e bacterianas, biofármacos, anticorpos monoclonais, proteínas recombinantes e, mais recentemente, entramos, então, no portfólio de terapias avançadas. Temos produtos em desenvolvimento para terapias avançadas.

Falando especificamente dos produtos oncológicos, através das PDPs, das Parcerias para o Desenvolvimento Tecnológico, nós trouxemos o rituximabe. O rituximabe é um biossimilar. Foi o primeiro aprovado no Brasil para todas as indicações do produto biológico de referência.

Então, o rituximabe, hoje, é distribuído no SUS para linfomas não Hodgkin, linfomas de grandes células B, linfoma folicular, também para artrite reumatoide. E também temos uma PDP, uma parceria para o trastuzumabe, que é para o câncer de mama identificado pela superexpressão do gene HER2.

As PDPs, como já foi dito tanto pelo Thiago quanto pelo Diego, trazem um rápido acesso à população desses produtos que são estratégicos. A gente incorpora a tecnologia totalmente, trazendo então uma alta eficiência nacional, capacitação, conhecimento, contribuindo para as nossas próprias inovações, economia aos cofres públicos e também o fortalecimento do nosso complexo econômico industrial da saúde.

Na parte de transferência de tecnologia também, que não é fruto de uma PDP, mas de um contrato estrito de transferência de tecnologia, estamos trazendo a terapia celular de CAR-T *cell*. A Fiocruz está lançando essa estratégia para tratamento de câncer líquido, para tratamento de linfomas e leucemias, que são doenças oncológicas cobertas pelo SUS. Essa produção de CAR-T *cell* e de vetores lentivirais e adenovirais será toda feita aqui no Brasil, em Bio-Manguinhos. Seremos, então, detentores da tecnologia tanto no Brasil quanto na América Latina e temos uma parceria com o Inca para os ensaios clínicos dessa terapia.

Falando do nosso próprio desenvolvimento, aqui em Bio-Manguinhos, nós temos os nossos laboratórios de desenvolvimento. Então, Dra. Eudócia, é importante mencionar que nós estamos fazendo o desenvolvimento do Nivolumabe e Pembrolizumabe, são anti-PD-1. Temos também um desenvolvimento nosso de um RNA de interferência para ser usado em câncer de mama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

triplo-negativo; e também uma plataforma de RNA mensageiro, não só para vacinas preventivas, como no caso da covid, mas também para vacinas terapêuticas. Então, isso nos dá um domínio tecnológico para o desenvolvimento de outros produtos que são estratégicos para a saúde.

Falando um pouco do fornecimento de Trastuzumabe e Rituximabe, nós estamos fornecendo esses produtos desde 2020. Então, nós já fornecemos, no caso do Trastuzumabe, mais de 2,031 milhões de frascos. Atualmente, além de câncer de mama HER2-positivo, teve uma incorporação recente na Conitec para tratamento de adultos com câncer de estômago ou da junção esofagogástrica, já tem uma portaria, então esse medicamento agora pode ser ampliado, não só para câncer de mama, mas para esses dois outros agravos. O Rituximabe também nós já entregamos quase 300 mil doses, tanto de 100mg quanto de 500mg. Então, tudo isso fazendo parte da PDP e acesso desses medicamentos no SUS.

Os benefícios, como a gente pode falar aqui rapidamente: ampliação de acesso, reduzir dependência, racionalizar o poder de compra do Estado, fomentar o desenvolvimento tecnológico, promover a fabricação em território nacional, buscar uma sustentabilidade econômica e tecnológica para o SUS, tanto a curto quanto a médio e longo prazo, porque a gente incorpora essas tecnologias e a gente também estimula o desenvolvimento de uma rede de produção pública no país, reforçando o papel estratégico do SUS.

Dentro dos nossos projetos de produção de biofármacos, estão no nosso desenvolvimento, como eu já falei: o "nivo" e o "pembro". Nós atualmente estamos no nível de maturidade TLR4, fazendo toda uma validação desses biossimilares. E esse aqui é uma projeção de gastos, de investimentos que nós precisaremos fazer, uma vez que esta audiência é para tratar de financiamento e de como a gente sustenta. Então, isso aqui é só para mostrar como o desenvolvimento de um biossimilar é realmente caro. Então, a gente entra em estudo clínico, a partir de 2027, com uma projeção de registro de ambos os medicamentos em 2030.

Só trazendo uma projeção de gastos, com esses dois medicamentos, a gente tem uma projeção de gastos no SUS, em 2030, com o Pembrolizumabe, cerca de R$882 milhões, e com o Nivolumabe, R$388 milhões, para uma necessidade de 24 mil frascos para Pembrolizumabe e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

43 mil frascos para Nivolumabe. Esses dados são retirados da Conitec. Os preços são com base nos preços dos medicamentos atuais – Keytruda e Opdivo – e com uma projeção de incremento de casos de 3,2% ao ano; esse também é um dado do Inca.

Então, isso demonstra como é importante a gente fazer esse desenvolvimento nacional para fortalecer o Ceis (Complexo Econômico-Industrial da Saúde). Esses medicamentos serão produzidos em território nacional, no nosso *campus* no Ceará, consolidando, então, uma inovação regional, com parcerias nacionais, com foco em inovação em bioprocessos e uma ideia de ter um marco regulatório robusto para diminuir a necessidade de estudos clínicos e diminuir também os investimentos.

Falando um pouco de CAR-T, a gente está trazendo, como eu já falei, uma parceria com uma empresa americana e com o Inca. É uma nova tecnologia de uma maior eficácia, menor chance de recidiva e uma estratégia de *point of care;* ou seja, as nossas produções de células CAR-T ficarão próximas aos hospitais. A instalação do primeiro contêiner *point of care*, para ser a prova de conceito e a nacionalização, será ainda neste ano, com uma previsão de estudos clínicos de fase 1, fase 2 e fase 3, em parceria com o Inca, iniciando no ano que vem. Isso vai nos trazer uma independência tecnológica, um total domínio completo da cadeia produtiva, toda verticalizada em território nacional, uma vez que a gente vai produzir não só os vetores virais aqui em Bio-Manguinhos, mas também vamos produzir as células CAR-T em território nacional, fazendo, então, toda a verticalização da produção dessa terapia tão complexa. Ela é tão complexa que o custo hoje com importação é de US$350 mil por dose, e a gente tem uma previsão aí de uma redução para US$35 mil por dose por paciente, ou seja, 10% do valor com essa produção aqui na Fiocruz.

A gente também tem uma plataforma de RNA mensageiro, uma plataforma nacional com patente da Fiocruz. Hoje a gente já tem uma área de produção em boas práticas, e é a primeira área de produção em boas práticas de fabricação da América Latina para RNA mensageiro. A gente fez a prova de conceito com a vacina de covid, o lote toxicológico já foi aprovado. Vocês podem ver aqui que são as vacinas que a gente mandou para fazer os estudos toxicológicos. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

documentação para estudo clínico já está em fase final de redação para submissão à Anvisa, e a gente pretende começar esse estudo já no ano que vem.

Isso nos possibilitou fazer, então, *pipeline* para outros tipos de medicamentos para o câncer nessa plataforma de RNA. A gente já sabe que existem vacinas terapêuticas para tratamento de câncer. Aqui é um exemplo de um tratamento bem-sucedido para câncer de pâncreas usando RNA mensageiro como plataforma.

A nossa ideia é usar a nossa plataforma estabelecida aqui na Fiocruz para produção desses antígenos universais, e a Fiocruz, recentemente, também entrou como um projeto de uma Embrapii com uma tecnologia 100% brasileira para produção de RNA para terapia de CAR-T *in vivo*. Então, é uma parceria entre o Senai Cimatec... Nós entramos na fase 2; a gente ainda não está aprontado, passamos pela fase 1 e agora estamos na fase 2 nessa seleção para ser uma Embrapii, com o Senai Cimatec, a Cellertz, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP e a Hipolabor. A ideia, então, é trazer, essas nanopartículas que carregam o RNA mensageiro para a CAR, para que a gente possa fazer essa transformação *in vivo* no paciente.

Nós temos também aqui em Bio-Manguinhos um estudo de RNA de interferência para câncer de mama triplo negativo. Nós já fizemos a prova de conceito em modelo animal e já reduzimos... A nossa nanopartícula foi capaz de reduzir o volume tumoral nos animais. É uma plataforma nacional, uma abordagem terapêutica inovadora de RNA de interferência que silencia genes específicos, com um impacto financeiro gigante, com a diminuição de custos dos tratamentos paliativos e um impacto bastante grande na diminuição dos efeitos colaterais, com uma maior sobrevida dos pacientes.

A gente já tem um investimento – a gente tem um ACT do Ministério da Saúde, de R$19,3 milhões, para os anos de 2024 e 2025; há um projeto da Finep, também aprovado, de R$4,92 milhões, de uma parceria com a Hypera, que é o recurso que vai fazer com que a gente consiga escalonar –, mas a gente precisa de financiamento para fazer os ensaios clínicos, que estão previstos para 2028 a 2032, e o registro do produto, previsto para 2033. A gente sabe que os ensaios clínicos são o mais custoso dentro de um desenvolvimento. Hoje a gente tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento para essas fases iniciais, mas, para o ensaio clínico, a gente precisaria de um financiamento.

Então, como considerações finais – eu sei que eu já passei um pouco do meu tempo –, a gente, Bio-Manguinhos, aqui está disponível para discutir sobre pesquisa e desenvolvimento de novos produtos para prevenção e tratamento de diferentes tipos de câncer.

A gente ressalta a importância de trabalhos em redes, trabalhos em parcerias com a academia, com os hospitais, com as empresas, com o Ministério da Saúde e outras instâncias de Governo. A gente reforça a necessidade de apoio e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento, principalmente nessas últimas fases do desenvolvimento, que são os ensaios clínicos. E, também, demonstramos aqui o nosso interesse em articulações para emendas em alinhamento com as prioridades de saúde pública brasileira.

Estamos à disposição e agradeço a todos pela atenção.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Rosane Cuber, parabéns pela sua apresentação, pelos seus dados.

Como é bom saber que o nosso país já tem autonomia na produção das células CAR-T, como você bem colocou.

Já que estamos falando de questão de financiamento, não só para pesquisas, mas também para a produção dessas medicações, realmente a questão das emendas parlamentares vêm ajudar muito, com certeza, não tenha dúvidas disso. É por isso que estamos aqui, dialogando, articulando essas parcerias.

Eu quero agradecer-lhe e já faço um convite para que você possa continuar trabalhando junto conosco aqui na CASCANCER, para que a gente possa avançar cada vez mais e nós termos realmente resultados bem positivos, podermos avançar de uma forma bem eficaz e quem ganha é a nossa população, nossos queridos brasileiros e brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo depois que eu retornar... Eu vi aqui também o estudo que vocês fazem na Bio-Manguinhos, com a RNA mensageiro, vacina terapêutica... Assim que eu retornar dessa visita que eu farei ao Instituto Gamaleya, eu vou ter uma reunião com todos, vou convidar todos vocês, a depender da agenda de vocês, para a gente poder debater o que eu vi lá, para poder fazer uma troca de informações, para poder ir avançando cada vez mais e também levar informações daqui do Brasil para lá, à Rússia, e também para o Reino Unido, porque eu também estou indo ao Reino Unido; mas é motivo de muita satisfação, Dra. Rosane Cuber.

Sou muito grata, mais uma vez, e vamos cada vez mais estar lado a lado. Está bom?

A SRA. ROSANE CUBER GUIMARÃES (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora.

Eu gostaria de aproveitar e convidá-la para vir também aqui a Bio-Manguinhos conhecer as nossas instalações, conhecer os nossos projetos, conhecer a nossa área GMP de produção de RNA mensageiro. Será uma imensa satisfação recebê-la aqui e poder fazer essa troca.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata, já recebo esse convite com muita honra. Pode ter certeza de que eu irei sim.

Muito grata, Dra. Rosane.

Dando continuidade à nossa Subcomissão, eu convido agora o Dr. José Humberto Tavares Guerreiro Fregnani, Superintendente de Ensino, Pesquisa e Inovação da A.C. Camargo Câncer, ou Cancer, está em inglês aqui, Cancer Center.

Você tem, Doutor...

Dr. José Humberto, primeiramente estou muito grata por você estar participando aqui conosco desta Subcomissão. Realmente, é de suma importância a sua participação, mesmo que remotamente. Queremos agradecer-lhe e o senhor tem dez minutos para a sua apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ HUMBERTO TAVARES GUERREIRO FREGNANI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom, é uma honra, Senadora. Muito boa tarde, Exma. Senadora Eudócia, Presidente desta audiência; Exmos. Senadores e Senadoras; senhoras e senhores; demais autoridades presentes e a todos que nos acompanham também *online*.

Antes de tudo, gostaria de parabenizar pela excelente iniciativa da Senadora em promover este debate público em prol da pesquisa em oncologia do nosso país e também agradecer pela oportunidade de representar a nossa instituição, a A.C.Camargo Cancer Center, nessa discussão tão relevante, tão importante, tão necessária para o Brasil.

A A.C.Camargo já tem uma história de 70 anos dentro da oncologia, sempre dedicada à oncologia, e num tripé de assistência, ensino e pesquisa, porque a gente acredita que os três são sinérgicos. Ensino e pesquisa fortalecem muito, e a parte assistencial traz segurança e qualidade no atendimento dos nossos pacientes.

Esse conceito do Cancer Center, que é em inglês, na verdade, é, de fato, essa integração quase visceral desse tripé de assistência, ensino e pesquisa. Tudo o que a gente faz é sempre baseado em evidências científicas, baseado na ciência, que a gente respeita muito. E, é claro, eu não poderia deixar de destacar o papel, a nossa missão de impacto social não só de atender os pacientes, mas de levar o conhecimento, levar a pesquisa e levar também tudo o que a gente conhece para esse Brasil.

Agora a gente tem essa oportunidade, estamos juntos aqui, colaborando, neste momento, com a Senadora nesta subcomissão e também junto com o Ministério da Saúde, no Proadi. A gente tem feito um debate bastante rico, bastante amplo, sobretudo em ações e planos de ação para a oncologia do nosso país e também na parte de pesquisa. Eu posso destacar que o ministério tem feito um papel e tem trabalhado bastante na pesquisa clínica e no marco regulatório, agora que ele está em fase final de implantação, o marco regulatório da ética em pesquisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria trazer um pouco da visão do investimento de P&D. Não tenho nenhuma apresentação específica, Senadora, mas, o primeiro ponto que eu queria trazer sobre o investimento de P&D é o que esta política de incentivo que está sendo debatida pode estar.

Quando a gente fala de incentivo, investimento em P&D, a gente tem dois braços muito específicos. Ficou muito claro na apresentação da Dra. Rosane Cuber que tem uma parte de P&D que é muito de dominar uma tecnologia, mas de alguma coisa que a gente já conhece, como ela mostrou do nivolumabe e do pembrolizumabe, mas também tem um P&D mais forte que é o de descoberta, de fazer a pesquisa científica e fazer essa produção, levar isso para os nossos pacientes, que foi justamente o que o Dr. Thiago destacou agora há pouco da dificuldade que o nosso país tem de seguir pelo desenvolvimento, pelo D – a gente faz muita pesquisa.

Então, a gente tem uma oportunidade aqui com esta política de incentivo de definir bem esses papéis do país, não só de o P&D ter autonomia tecnológica, como a Dra. Rosane falou, mas também de promover pesquisas básicas e translacionais que possam levar a descobertas e a produção de medicamentos.

Um segundo ponto que eu queria trazer aqui sobre investimento em pesquisa em oncologia... É claro que a pesquisa clínica é fundamental para o nosso país, isso tem estado no debate, sobretudo no marco legal da pesquisa clínica, agora, recentemente aprovada a lei, mas não devemos nos esquecer da pesquisa em oncologia de duas áreas muito importantes que necessitam de investimento que são a epidemiologia do câncer no país e a economia de saúde em oncologia – não é só a pesquisa clínica.

Na área de epidemiologia, o Inca tem feito um trabalho fantástico, um esforço muito grande em coletar, no país, as informações dos registros hospitalares, dos registros de base populacional e de base hospitalar. A partir desses registros de câncer, o Inca consegue, então, montar as estimativas de câncer e de mortalidade para o nosso país, que são utilizadas pelos gestores.

Há uma oportunidade imensa de a gente financiar esses registros hospitalares de base populacional e formar uma rede de pesquisa associada aos registros de câncer. Além de fortalecer todos os dados que seguiriam para o Instituto Nacional do Câncer, essa rede de pesquisa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

registros de câncer poderia produzir dados muito relevantes e fortalecer não só o SUS, mas também toda a saúde suplementar do nosso país. Quando a gente está discutindo o financiamento de pesquisa em oncologia, precisamos sempre lembrar do financiamento de pesquisas epidemiológicas, sobretudo aquelas oriundas dos registros de câncer. E a gente tem oportunidade de formar uma imensa rede aqui de pesquisa de registros de câncer no país.

O segundo aspecto que eu queria destacar em relação a investimentos em oncologia, antes de entrar na parte da pesquisa clínica, tem a ver com a economia da saúde em câncer. A área de economia em saúde, ainda que existam poucos polos no nosso país que estudem e se dediquem a fazer pesquisa em economia de saúde, é absolutamente essencial para a previsão de custos do Sistema Único de Saúde. Vou dar um exemplo, Senadora: hoje, se nós tivermos que estimar qual é o custo da jornada de um paciente dentro do sistema de saúde, essa informação não é facilmente disponível. Em um paciente com câncer de pâncreas metastático, quanto custa essa jornada inteira desse paciente? A gente sabe quanto os procedimentos custam, mas a jornada, como um todo, nós não sabemos.

Então, há necessidade também de a gente desenvolver pesquisas em economia da saúde na área de oncologia, para a gente não só ter a estimativa de custos, mas também saber a toxicidade financeira. Hoje, a gente não fala só em toxicidade do medicamento, a gente fala também em toxicidade financeira promovida pelo tratamento, sobretudo pelos tratamentos oncológicos cada vez mais caros, que trazem toxicidade financeira não só para as famílias e pacientes, mas também para todo o sistema de saúde, público e privado.

A questão da judicialização é um ponto que deve ser estudado e aprofundado. Então, quando estivermos falando de investimento em pesquisa no nosso país, em oncologia, não devemos nos esquecer também de fomentar a economia de saúde em oncologia.

E o terceiro ponto de pesquisa... Sim, essa é a pesquisa clínica para desenvolvimento de novos medicamentos e vacinas. A gente tem desafios que já foram falados principalmente pelo Dr. Thiago, que trouxe isto de uma maneira muito explícita: a dificuldade que hoje nós temos de gerar o conhecimento e transformar isso em um produto para a sociedade. Esse é um ponto sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o qual a gente tem que, obviamente, se debruçar, mergulhar no problema de como a gente pode fazer esta ponte entre a academia e o setor produtivo. Acho que eles ainda estão muito afastados. A política pode trazer aqui novidades, inovação para aproximar a academia do setor produtivo, e, com isso, a gente ter a descoberta no nosso país e o desenvolvimento do medicamento, da vacina, como a Dra. Rosane falou agora há pouco para a gente. Aqui a gente tem algumas oportunidades não só de fomentar novos centros de desenvolvimento em parcerias público-privadas, no desenvolvimento de centros, como o Bio-Manguinhos ou Butantan e outras iniciativas que pudessem no país desenvolver medicamentos e vacinas.

Outra dor que a gente tem em relação à pesquisa clínica no nosso país está relacionada com a integração dos centros de pesquisa clínica, não os centros de pesquisa que fazem pesquisa de bancada, pesquisa de laboratório, mas os centros que testam novos medicamentos, os centros de pesquisa clínica. Já houve no nosso país uma iniciativa de ter uma rede brasileira de centros de pesquisa clínica – isso já há muito tempo –, mas a verdade é que essa rede teve uma dificuldade muito grande de se articular e de se integrar. Eu acho que o ministério hoje já tem uma iniciativa neste sentido de revitalizar essa rede brasileira de centro de pesquisa clínica, mas uma política de investimento nessa rede seria essencial e fundamental para o crescimento e sustentação dessa rede de centros de pesquisa clínica.

Outro ponto que é importante para a articulação desses centros de pesquisa é que o país tivesse um sistema de regulação, de referenciamento de pacientes para pesquisa clínica. Vou dar um exemplo, Senadora: a gente tem um paciente em Alagoas, em Maceió, com câncer de rim, para o qual não existem mais possibilidades de tratamento dos medicamentos que estão no mercado. Ele é um candidato à pesquisa clínica, a novos medicamentos que são promissores, mas onde ele procura no país, onde tem um ensaio clínico de que ele possa participar? É muito difícil essa informação. E, se a gente tivesse uma rede de referenciamento, um sistema nacional de referenciamento de pacientes para pesquisa clínica, a gente traria para todo o SUS e para todo o sistema suplementar uma visibilidade e transparência de onde estão acontecendo os ensaios clínicos e a oportunidade de esses pacientes participarem de estudos que podem trazer benefícios para eles. Então, o desenvolvimento de um sistema regulado nacional para referenciamento de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes para pesquisa clínica não só ajudaria na articulação dos centros de pesquisa, mas também na possibilidade de dar oportunidade para os pacientes do SUS e do sistema privado de participarem de ensaios clínicos.

E o último ponto, antes de finalizar, é em relação ao financiamento. Gostei muito da apresentação também do Dr. Thiago a respeito das oportunidades de financiamento. Acho que o desafio que a gente tem, sobretudo em financiamento de estudos e ensaios clínicos são dois, né? Geralmente a gente tem dificuldade de contratar pessoas a partir dos editais, dos fomentos e, em geral, o que a gente consegue são bolsas de alunos, mas a gente deveria, sim, ter financiamentos mais robustos, de longo prazo, porque pesquisa clínica a gente faz a médio e longo prazos. Não adianta a gente fazer uma pesquisa de curto prazo e esse fomento, esse financiamento ser tão curto. Então, que haja financiamentos de longo prazo que incluam o seguro também – geralmente, os fomentos não incluem os seguros – e a oportunidade de contratar pessoas durante o desenvolvimento do projeto, de profissionais para esses projetos. Acho que a Embrapii tem excelentes iniciativas, mas, agora, com essa nova política que está sendo debatida, isso pode ser trazido de uma maneira ainda mais robusta.

Acho que eu já passei aqui do meu tempo. Eu vou finalizar a minha apresentação, a minha reflexão com vocês e fico aberto para a gente fazer um debate sobre o que a gente falou aqui.

Muito obrigado, Senadora, e a todos os presentes.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. José Humberto Tavares, somos nós que agradecemos a sua brilhante participação. Você levantou aqui pontos que realmente são de extrema grandeza para avançarmos nas nossas pesquisas no nosso país sobre essa rede de referenciamento para pesquisas clínicas.

Imaginem a quantidade de pacientes que nós temos no nosso país que se encontram nessas circunstâncias em que os colegas já tenham tentado vários tratamentos clínicos disponíveis, sem êxito, podendo participar dessa rede de estudos de pesquisas clínicas, e não saberem para onde ir. Então, realmente essa rede, como você colocou, "rede de referenciamento para pesquisa clínica" é de suma importância. Eu vou até ver, Dr. José Humberto, essa questão. Vou me debruçar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre isso. E quero um momento com mais tempo com você para a gente ver essa questão. Realmente, me levantou muito agora essa sua ideia, essa sua colocação. Eu já havia ouvido isso de outras pessoas, mas não com tanta ênfase como você deu. Então, você está de parabéns! Vai fazer toda a diferença essa sua colocação. Pode ter certeza disso. Não vai ficar só no papel.

Sobre a questão também das bolsas de estudo, realmente é muito importante. A maioria dos senhores e das senhoras já conhece ou já ouviu falar no Dr. Fernando Maluf, que é um colega, um oncologista renomado no nosso país. Eu tenho a grata satisfação de ser amiga dele, e ele já havia me colocado essa questão de bolsas de estudo para pesquisadores, para a gente incentivar a pesquisa no nosso país. Isso é também de extrema relevância.

Então, quero parabenizá-lo, Dr. José Humberto, e reforçar que também eu terei a honra de poder contar com você nesse grupo de estudos, vamos colocar assim, desta subcomissão, para que a gente possa dar os braços, unir forças para combater esta doença tão devastadora que é o câncer.

Você quer falar alguma coisa, Dr. José Humberto? Perdoe-me.

O SR. JOSÉ HUMBERTO TAVARES GUERREIRO FREGNANI (*Por videoconferência*.) – Não. Só agradeço a oportunidade. Estamos à disposição, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não. Somos nós que agradecemos, mais uma vez.

Antes de passar a palavra à Dra. Adriana Polycarpo Ribeiro, aqui, nós temos a participação de várias pessoas, de várias ONGs, através do e-Cidadania, através do 0800, que é um canal para que as pessoas possam tirar suas dúvidas.

Aqui, eu vou fazer uma pergunta que é da ONG Femama, e aí eu pediria, por gentileza, que quem se sentisse à vontade para responder – cada qual de vocês, que fizeram parte de cada palestra específica – pudesse responder. Deixo à vontade para que vocês possam levantar a mão ou se colocar disponíveis a responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa pergunta vem da Femama, mas antes eu só queria fazer duas considerações que colocaram aqui, também, através da internet. É o seguinte: "As pesquisas no Brasil precisam ter como objetivo o desenvolvimento de terapias que sejam eficazes e acessíveis para implementação no SUS". Esse é um ponto. O outro ponto que foi colocado: "A imunoterapia é fundamental para o tratamento do câncer de mama triplo-negativo. A Femama aguarda ansiosamente a disponibilização [dessas imunoterapias] no SUS".

Aí vem a pergunta da Femama, que é a seguinte: "A Femama recebe questionamentos constantes de mulheres com diagnóstico de câncer de mama triplo-negativo, que são atendidas pelo SUS, sem acesso a imunoterapia. [Aí aqui vem a pergunta:] Existe uma previsão para a incorporação dessa terapia pelo SUS?". Aqui, obviamente, quem teria que responder seria alguém que faz parte do Ministério da Saúde ou do Ministério da Tecnologia. Se você ficar à vontade, Dr. Diego, para responder... Algum de vocês poderia responder essa pergunta da ONG Femama, por gentileza?

Sintam-se à vontade.

O SR. JOÃO PAULO DE BIASO VIOLA (*Por videoconferência*.) – Eu poderia...

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. João; Dr. João Paulo de Biaso.

O SR. JOÃO PAULO DE BIASO VIOLA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora, pela palavra.

É uma pergunta um pouquinho vaga para a gente, a imunoterapia, né? Quando a gente fala em imunoterapia, há imunoterapias extremamente específicas. As imunoterapias são específicas contra um alvo qualquer, para o qual foram desenvolvidas; então, a gente tem que ser muito específico em saber qual é o alvo de que a gente está falando.

Mas, de uma maneira geral, há um procedimento de incorporação de terapias, quaisquer que sejam elas, para o SUS. O nosso sistema público de saúde acompanha o rito processual de incorporações tecnológicas, que podem ser terapias, que podem ser diagnósticos, quaisquer que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam eles, e que devem, antes de qualquer coisa, ser aprovados pela Conitec. Então, qualquer aprovação que se tenha, por qualquer nova terapia, que pode ser imunoterapia ou não, ou mesmo os procedimentos diagnósticos têm que ser submetidos à Conep.

E esse órgão irá avaliar as evidências científicas que existem e junto com... Como o Dr. Zé Humberto colocou, é extremamente importante a situação da economia de saúde, que é o custo-efetividade dessa terapia, em que serão, então, avaliadas essas terapias, o custo-efetividade, e será visto se será incorporado ou não. Então, depende muito desse processo a ser feito e a ser questionado junto à Conep para que essas terapias possam ser incorporadas ou não.

Então, eu especificamente não sei qual está a ser falada, mas o que a gente tem que ver é como está o processo, ou se existe já um processo junto à Conep.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. João, estou muito grata pela resposta, mas eu queria fazer uma consideração. Pelo que eu li, eu entendi mais ou menos o seguinte: a Femama, essa ONG, como eu falei, é uma ONG muito grande, está em 20 estados do nosso país, são mais de 70 ONGs ao todo. Eu acho que... Eu queria só considerar o seguinte, ou melhor, a dúvida que a Femama tem é a seguinte, eu vou até adentrar um pouco mais a essa pergunta. Uma paciente com diagnóstico de mama triplo-negativo passou pela oncologia, e o oncologista, ou a oncologista, a equipe de onco indicou algum tipo de imunoterapia para essa paciente: ela teria acesso a essa imunoterapia? Qual o processo que ela levaria para começar esse tratamento? Eu acho que é mais ou menos isso que elas querem saber. Se o senhor puder responder, Dr. João Paulo, nós agradecemos, iria nos ajudar muito.

O SR. JOÃO PAULO DE BIASO VIOLA (*Por videoconferência*.) – Bom, obrigado, Senadora. Novamente, então, qualquer processo, ou qualquer terapia, ou método diagnóstico que pode ser utilizado pelo SUS deve estar incorporado aos procedimentos do SUS. Não basta o médico assistente prescrever uma terapia ou prescrever um método diagnóstico, por mais novo ou por mais eficaz que seja, se ele não estiver incorporado ao SUS. Ele tem um processo de incorporação. Então, o que tem que ser visto é se esse processo de incorporação foi feito e se o SUS agora abre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o acesso dessas terapias para a utilização dentro do SUS. Não basta, então... Eu vou responder aqui. Não basta, eu vou frisar: não basta ter um amplo leque de terapias acessíveis, elas devem estar incorporadas ao arsenal do SUS. E essa incorporação só é feita através da avaliação da Conitec. Acho que... Não sei se fica claro isso.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. João, mais uma vez, muito grata. Ficou muito claro.

Então, a questão é que nós temos que ter uma articulação junto à Conitec e ao Ministério da Saúde para que as nossas pacientes, uma vez que a Femama especificou câncer de mama, as nossas brasileiras possam ter acesso a todo tipo de terapia avançada para tratamento de câncer de mama. Então, a articulação tem que ser feita junto à Conitec e ao Ministério da Saúde para que eles possam colocar essas imunoterapias ou outras terapias avançadas fazendo parte do escopo do SUS para que as nossas queridas brasileiras tenham a oportunidade de tratarem o câncer de mama da melhor forma possível.

Então, muito grata, Dr. João Paulo, pela sua resposta.

E agora eu passo a palavra à última palestrante, que é a Dra. Adriana Polycarpo Ribeiro, Diretora Médica da Pfizer no Brasil.

Dra. Adriana, seja muito bem-vinda. Muito grata pela sua participação também.

Você tem dez minutos, Dra. Adriana.

Muito obrigada.

A SRA. ADRIANA POLYCARPO RIBEIRO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora.

Eu gostaria, primeiramente, de agradecer-lhe a oportunidade de estar com vocês hoje, finalizando este painel com ilustres colegas, que me antecederam e já deixaram o meu caminho mais tranquilo para eu falar um pouquinho sobre o câncer. Então, vou falar um pouquinho na visão aqui representando a Pfizer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Pfizer tem uma presença de longa data no país e um profundo compromisso com a população brasileira. Estamos aqui há 73 anos, somos uma senhora e temos dentro do país nos dedicado sempre a trazer medicamentos e vacinas que podem mudar a vida dos brasileiros. Acreditamos que a população saudável é a espinha dorsal tanto do crescimento econômico como do desenvolvimento sustentável e queremos, de fato, que o Brasil tenha sucesso e alcance o seu potencial.

Hoje o nosso *pipeline* conta com 108 moléculas. A gente tem algumas áreas que abrangemos, como oncologia, imunologia, inflamação, vacinas e medicina interna. Hoje somos mais conhecidos pela área de vacina, mas o tópico aqui – e eu acho que é um ponto importante também para a gente ressaltar – é que a maior parte, 60%, do nosso *pipeline* está em oncologia, e a gente não mede esforços aí para que a gente tenha essa evolução científica.

A gente sabe que o envelhecimento da população é uma realidade na maioria dos países, incluindo o Brasil, o que é muito bom, e com esse fenômeno também observamos que há o aumento da incidência das doenças crônicas como o câncer, mas tão importante quanto a evolução dessas doenças é também a evolução científica.

Nas últimas décadas, a gente tem observado a revolução no tratamento de diversos tipos de cânceres, e aqui eu vou me focar mais no objeto da nossa discussão. Como bem mencionado anteriormente pelos colegas, faz parte do arsenal terapêutico uma série, uma gama de moléculas. Aqui eu vou destacar três, que estão no nosso *pipeline* e são muito interessantes, que são: moléculas pequenas que têm maior seletividade, reduzem efeito colateral sistêmico no tratamento do paciente com câncer, que é um grande ponto de atenção; os anticorpos droga conjugados, que são uma revolução, de fato, no tratamento e levam diretamente o tratamento à célula doente, sem afetar as células que estão aí ao redor; e os biespecíficos, que ajudam o sistema imunológico a encontrar a célula cancerosa e aproximar o tratamento, as células imunes à célula cancerosa.

Falando um pouco nesses descobrimentos, um passo fundamental para a gente conseguir que essas novas moléculas cheguem para os pacientes são os estudos clínicos, como mencionado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anteriormente também. A Pfizer tem realmente investimentos muito grandes nos estudos clínicos. Aqui no país, somente no ano passado, a gente investiu mais de R$74 milhões em pesquisa clínica. Atualmente no Brasil a gente tem 47 estudos clínicos sendo realizados; a gente tem parceria com 332 centros de pesquisa dentro das nossas áreas-chaves aqui, que são oncologia, como eu citei anteriormente, hematologia, vacinas, doenças infecciosas e cardiovasculares. E a oncologia responde pela maior parte desses estudos com um avanço muito grande. A gente fala hoje em dia que os cânceres têm nome e sobrenome, e aí a gente também precisa tratá-los dessa maneira muito particular.

Entretanto, eu acho que um ponto importante – e a Senadora mencionou – é que grandes avanços não são avanços se não chegam às mãos dos pacientes. Esse é um ponto que é muito importante. E aqui, em nome da Pfizer, eu quero reafirmar o nosso compromisso contínuo com o complexo industrial da saúde aqui no Brasil. A gente atua de forma colaborativa e estratégica para a gente conseguir fortalecer a nossa capacidade produtiva e tecnológica aqui dentro do país. Nosso objetivo é, de fato, contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento da saúde pública. A gente quer que seja impulsionada a inovação dentro do país, a pesquisa e o acesso à solução de ponta para a população brasileira.

Um dos grandes exemplos que eu poderia trazer aqui de comprometimento é a parceria que a gente estabeleceu com o Instituto Butantan para a vacina do vírus sincicial respiratório, em que a gente já vai começar a vacinação no próximo mês, com muito orgulho. A gente mantém esse nosso compromisso, e a gente se coloca, de fato, à disposição para fortalecer, para expandir essas parcerias estratégicas com as nossas instituições nacionais, sempre visando ao desenvolvimento do setor da saúde e, o que é mais importante, ao bem-estar da nossa população.

O que é importante também é que o tempo é vida. E aí, usando um pouquinho essa frase, que para mim é muito significativa, eu gostaria aqui de destacar a relevância do Projeto de Lei 6.172, de 2023, da Senadora Mara Gabrilli, que recentemente recebeu esse parecer favorável da senhora, Dra. Eudócia, e foi lido pela Senadora Damares, que trata de mudanças que são muito importantes no sistema de saúde. Ele propõe que novos medicamentos, tecnologias e protocolos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam disponibilizados em até 180 dias, trazendo uma previsibilidade muito maior, tanto para os pacientes, como para as associações de pacientes, como para classe médica em geral. A gente sabe também que esse prazo pode, em situações excepcionais, ser prorrogado por mais de 90 dias.

Esse prazo já existe em normas inferiores, mas o projeto quer tornar obrigatório, incluir isso numa lei orgânica. E o cumprimento desse prazo passa a ter mais força jurídica, o que o torna algo obrigatório para o SUS, pois atualmente a gente tem algumas medicações e inovações que são incorporadas, mas elas, por exemplo, demoram mais de três anos para estar disponíveis – falando especificamente de oncologia – para a população. E, quando a gente fala de acesso a medicamentos no Brasil, a gente fala muito mais do que números, protocolos e prazos. A gente fala de pessoas, como a senhora mencionou; a gente fala de histórias; de famílias que esperam ansiosamente o tratamento para aqueles que elas amam; também dos pacientes que todos os dias enfrentam não só a doença, mas também o tempo. E o tempo, nesse contexto, é o nosso maior inimigo porque, quando a gente tem esse acesso que demora, o tratamento atrasa e, quando o tratamento atrasa, a vida se encurta. E cada dia conta, cada decisão conta, cada etapa que a gente consegue acelerar representa uma chance a mais de cura, de controle da doença e de qualidade de vida; representa um abraço que não foi adiado, uma história que continua, uma família que permanece unida.

Então, por isso, nós acreditamos que precisamos transformar o tempo em aliado e não em uma barreira porque, no fim das contas, quando o assunto é o câncer, doenças raras ou doenças crônicas graves, o mais importante é, de fato, o tempo em que a gente consegue trazer essas inovações para os pacientes.

Defender o tempo é defender a vida, e eu acredito piamente que, com a aprovação do projeto, milhões de pessoas poderão ser beneficiadas por uma maior agilidade, maior oferta de novos tratamentos, reduzindo essa demora em entraves burocráticos, garantindo uma política muito mais eficiente e acessível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco aqui a empresa que eu represento à disposição de vocês, de todo o complexo e toda a rede que a gente já forma aqui em pesquisa clínica global – como o Humberto, que me antecedeu, mencionou – para que a gente crie essa rede, para que a gente fortaleça, para que os nossos pacientes, de fato, consigam um acesso precoce aos tratamentos.

Eu agradeço muito, Senadora, e passo a palavra à senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Adriana Polycarpo, muito grata pela sua participação, pela sua explanação.

É isso mesmo, Dra. Adriana, é por isto que estamos aqui: para que, cada vez mais, os nossos brasileiros e brasileiras tenham acesso às diversas medicações – aqui especificamente falando sobre câncer – de uma forma mais célere. Como você bem colocou, tempo é vida e o câncer é uma doença tempo-dependente. Então, muito grata pela sua participação.

Quero parabenizar e, mais uma vez, agradecer a cada apresentador e apresentadora dos seus temas, a cada convidado. Muito grata, Dr. João Paulo, Dr. Thiago, Dr. Diego, Dra. Rosane, Dr. José Humberto, Dra. Adriana, como já falei agora, que foi a última palestrante. Muito grata.

Vamos juntos, cada vez mais, avançar neste tema tão importante para o nosso país; tudo para que a gente possa avançar de uma forma proativa, não ficando só em diálogos, não ficando só em Comissões, em Subcomissões, mas transformando os nossos pensamentos, as nossas ideias, os nossos estudos em realidade.

Então, quero agradecer a todos vocês mais uma vez. (*Pausa.*)

E teve... Só abro um parêntese porque a nossa querida Kazumi pediu a oportunidade da fala.

Kazumi, pode ficar à vontade. Eu passo a palavra a você, minha querida.

A SRA. IOLANDA KAZUMI YAMAMOTO (Para expor.) – Boa tarde. Eu só vim aqui para agradecer à Senadora Eudócia porque ela abraça a causa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Políticas públicas são muito importantes para nós que somos pacientes. Eu sou paciente e eu também sou representante de um grupo de mulheres com câncer metastático. A gente sabe que o câncer não espera. Eu tive câncer já vai fazer dez anos. Graças a Deus, eu estou usando só a hormonoterapia e ano que vem termina o meu tratamento. Só que a gente sabe que não é porque terminou os dez anos que a gente está livre. A gente tem que estar cuidando.

Outra coisa, hoje eu estou à frente desse grupo de mulheres com metástase. Então, a gente sabe o quanto é importante a imunoterapia, porque no nosso grupo muitas usam a imunoterapia, só que muitas vezes a gente tem que judicializar e, quando consegue, infelizmente, a doença já se alastrou pelo corpo do paciente, que não consegue mais o tratamento e se vai.

Agora eu queria muito agradecer porque a Senadora é a Relatora do PL 2.371, que é para incluir a imunoterapia no SUS. Então, estamos aguardando e queremos que essa lei seja aprovada. Gratidão, Senadora, e a todos os que estão aqui presentes. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito me emocionam as suas palavras, Kazumi. Realmente, é bem impactante o que você colocou e saber que muitas mulheres e homens também, nossos brasileiros e brasileiras, às vezes, não têm a oportunidade de ter acesso às imunoterapias. Eu estou falando de uma das terapias avançadas na área do câncer, que são as imunoterapias. Às vezes, quando se judicializa e tem acesso, aí já não tem mais, quase que não tem mais indicação. Isso é uma realidade infelizmente.

Por isto é que aqui estamos, para tentar mudar essa realidade, para que todos os brasileiros e todas as brasileiras tenham acesso oportunamente, não só às imunoterapias, mas a todas as terapias avançadas contra o câncer. Que seja com equidade, tanto na rede particular, suplementar, como no SUS. Que o SUS venha incorporar todas essas terapias avançadas na rede SUS, inclusive e especialmente as imunoterapias, para que a gente tenha um futuro promissor para os nossos pacientes e as nossas pacientes oncológicas.

Muito grata pela sua participação.

Então, mais uma vez, obrigada a todos, caros Senadores e Senadoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Zenaide Maia, Irajá, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Izalci Lucas, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Flávio Arns e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Magno Malta e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 31ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 315, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton (*Ad hoc*), substituiu Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** A Comissão aprova requerimento, de iniciativa do Senador Weverton, de urgência para a matéria. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1473, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH e acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. Vota contrário a Senadora Augusta Brito. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3181, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Cria funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam contrário os Senadores Eduardo Girão e Carlos Portinho. **Observação:** A Comissão aprova requerimento, de iniciativa do Senador Omar Aziz, de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 22, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Proposta, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 425, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério (*Ad hoc*), substituiu Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5461, de 2019 - Terminativo -** que: "Transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Rejeitado o requerimento de Audiência Pública para instruir a matéria, de iniciativa do Senador Rogério Carvalho. **ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 148, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Aprovado o requerimento de Audiência Pública para instruir a matéria, de iniciativa do Senador Rogerio Marinho. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 49, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 315/2023, que "altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins". **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 50, de 2025** que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 3181/2025, que "cria funções comissionadas no quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 51, de 2025** que: "Requer realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 5461/2019." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Rejeitado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 52, de 2025** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de instruir a PEC 148/2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal"." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 31ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de sete itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo item é o item em que o Relator é o Senador Flávio Bolsonaro. Essa matéria foi retirada, fez-se uma audiência pública, e vai agora à deliberação.

Eu passo a palavra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... se o senhor pudesse priorizar o item 4 depois...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu até pediria, Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Depois.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para o encaminhamento que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o item de V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Foi rejeitado por V. Exa. e admitido depois de muito sacrifício.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, com todo o receio que eu tenho de V. Exa., eu vou votar o item 4. Estou com medo. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, vou até pedir para colocar esse item 4, Presidente, porque na verdade há emendas do Senador Alessandro Vieira que não foram numeradas ainda pela mesa, e minha assessoria está lá esperando que elas subam no sistema para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, V. Exa. aguarda...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pede a inversão da... Podia deixar para o último item da pauta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... ou assim que ficar pronto o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom, Senador Flávio.

Item 4, Senador Esperidião Amin.

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

Em 12/08/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Laércio Oliveira.

O Senador Esperidião Amin tem a palavra para o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente agradecer a V. Exa. Eu compreendi as dúvidas que V. Exa. teve a respeito de se requerer através de Constituição esta solução e vou por isso iniciar justificando.

A matéria que nós vamos abordar, descanso de motorista, primeiro, tem um impacto na nossa economia brutal: 83% da nossa economia trafega nas estradas. O mal-estar, o não descanso, a má condição física ou psicológica do motorista durante uma jornada constituem um risco para o motorista, um risco sistêmico para o transporte e um risco para todos os que trafegam ou andam por perto de uma rodovia federal, no caso que nós estamos analisando. Portanto, é um assunto da maior relevância.

A matéria originalmente estava regida pela lei de 2015, mas este tópico sofreu os efeitos de uma decisão na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.322, que teve como Relator o Ministro Alexandre de Moraes, e o fato de a decisão ter sido tomada pelo STF tornou o assunto subordinado ao chamado efeito vinculante das decisões proferidas em ADI, ou seja, isso vale como um texto legal retificado por quem de direito, que é o Supremo Tribunal Federal, que faz o controle da constitucionalidade das nossas leis.

Portanto, qualquer intervenção nossa nesta matéria, por prudência, para que nós não soframos o mesmo problema que já houve, nós recorremos à escala, digamos, ao nível de emenda constitucional, e isso é, com o apoio da nossa consultoria, uma solução coerente por prudência, porque, se nós fizermos outra lei, o Supremo vai dizer que nós estamos tratando do mesmo assunto, no mesmo nível legislativo, ou seja, lei que já foi considerada inconstitucional neste tópico.

Por isso, eu insisti com V. Exa., e esta proposta, que tem como primeiro signatário o nosso Senador Jaime Bagattoli, que acaba de chegar – se fosse caminhoneiro, já teria recebido uma pequena multa, mas vai receber o nosso perdão.

O Senador Jaime Bagattoli tem a experiência de quem teve a carteira de motorista, foi motorista de caminhão, de caminhão grande, do bitrem... Ou seja: é uma pessoa que vive, tanto como empresário quanto como profissional, o drama de, por causa de uma decisão – que eu acho sensata – do Supremo e pela falta, pela indisponibilidade dos pontos de parada e descanso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

motorista, a lei estar prejudicada, e a decisão judicial – correta, a meu ver – significar uma pane a mais no nosso sistema de transporte real.

Com essa introdução, eu vou procurar resumir o relatório, que é relativamente extenso.

Então, vem à apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça a PEC 22, de 2025, de autoria do Senador Jaime Bagattoli e outros Senadores, que "acrescenta o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), com o objetivo de instituir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional", em função do efeito vinculante da decisão do Supremo.

O art. 1º da proposição insere o referido art. 139 no ADCT, em articulação com os estados, o Distrito Federal, os municípios e o setor privado, repito, a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional, abrangendo o transporte de cargas e de passageiros. A medida visa a assegurar a existência, em intervalos regulares, de pontos de parada e descanso ou estruturas equivalentes, dotadas de condições básicas de segurança, higiene e repouso para motoristas profissionais, empregados ou autônomos – isso é muito importante, ou seja: que façam parte, como motorista de uma empresa, ou que sejam autônomos, como é o nosso tradicional e heroico caminhoneiro –, a fim de viabilizar o cumprimento das normas de segurança viária e trabalhista.

Conforme a proposta, nenhum motorista, em atividade de transporte rodoviário profissional, poderá ser penalizado pelo descumprimento dos intervalos de descanso, enquanto não for editada lei que estabeleça critérios técnicos e logísticos para a classificação de trechos rodoviários quanto à suficiência ou insuficiência de infraestrutura. Essa legislação deverá prever zonas de flexibilização fiscalizatória em percursos considerados deficitários, ou seja, quando a inexistência ou a insuficiência de estrutura adequada no percurso estiver devidamente reconhecida pelo poder público. Na ausência de tal reconhecimento, a comprovação poderá ser feita pelo próprio motorista, por qualquer meio idôneo de prova, inclusive mapas oficiais, relatórios de fiscalização, registros de vídeo ou declaração circunstanciada, conforme disciplinado em regulamento – claro, posterior.

Prevê-se, ainda, que, até que a cobertura da malha rodoviária por PPDs atinja nível satisfatório, seja admitido o fracionamento do período de descanso diário – isso é importante:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se reduz o período de descanso, mas se permite o fracionamento – em viagens de longa distância, consideradas aquelas com duração superior a 24 horas, desde que seja garantido um descanso mínimo de oito horas diárias ininterruptas entre jornadas, complementado por repousos adicionais, quando o percurso não dispuser de PPDs ou estruturas equivalentes com condições básicas de segurança, higiene e repouso.

Nos termos da proposta, a fiscalização relativa ao cumprimento das normas de tempo de direção e pausa dos motoristas profissionais deverá observar os parâmetros técnicos de classificação dos trechos rodoviários estabelecidos na lei a ser editada, respeitados os princípios da razoabilidade e da eficiência administrativa, conforme regulamento. Ademais, a União, por meio dos órgãos competentes, publicará anualmente relatório oficial com o mapeamento da cobertura da infraestrutura de apoio à atividade dos motoristas profissionais e com a atualização da classificação dos trechos rodoviários.

O art. 2º estabelece que a emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor da proposta aponta uma evidente contradição entre a imposição legal de obrigações rigorosas aos motoristas profissionais e a ausência de infraestrutura mínima necessária ao seu cumprimento, gerando um ambiente de insegurança jurídica e operacional.

Segundo o autor, apesar de a Lei nº 13.103, de 2015, já referida, ter trazido avanços relevantes para a categoria, seu ponto crítico reside efetivamente no fato de que a norma impôs deveres aos motoristas antes de o Estado assegurar os meios para que esses fossem efetivamente cumpridos. Ressalta, ainda, que, sem pontos de parada devidamente estruturados, o cumprimento dos intervalos legais de descanso torna-se, na prática, inviável.

Assim, a PEC – e eu reconheço que pode parecer bizarro que uma PEC regule essa matéria, mas não há outro jeito – propõe excluir a expressão "estrutura equivalente", admitindo apenas os pontos de parada (PPDs) já regulamentados pela ANTT e Dnit; esclarecer que os trechos rodoviários podem ser urbanos e rurais; substituir a expressão “atinja nível satisfatório” por redação que assegure quantidade suficiente de PPDs com condições adequadas (§7º).Além disso, propõe a inclusão de novos dispositivos para admitir a comprovação da insuficiência de infraestrutura também por meio de negociações coletivas, que permitam adaptar critérios às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particularidades regionais; e para prever mecanismos céleres e extrajudiciais para solução de conflitos. Segundo o autor, tais ajustes reforçariam a clareza, a segurança jurídica e a efetividade da proposta.

A matéria foi distribuída com exclusividade e passa por uma análise, que agora eu vou resumir.

Quanto ao mérito, entendemos que a legislação brasileira que regula a jornada de trabalho dos motoristas profissionais, especialmente a Lei nº 13.103, de 2015, estabelece regras claras quanto à obrigatoriedade de paradas e períodos de descanso para preservar a segurança nas estradas e a saúde do próprio motorista.

Contudo, na prática, essas normas são frequentemente descumpridas não por negligência, mas por uma razão estrutural crítica: a ausência de pontos adequados de parada e descanso ao longo das rodovias brasileiras. Para que o motorista consiga cumprir o tempo máximo de direção contínua e os intervalos exigidos por lei, é necessário que existam locais apropriados onde ele possa estacionar com segurança – e não ser assaltado –, repousar e realizar necessidades básicas como higiene e alimentação. Entretanto, o número de pontos regulamentados e equipados com a estrutura mínima é insuficiente, sobretudo em rotas mais longas ou nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

Além da escassez de pontos de parada e descanso adequados, há também a má qualidade desses locais – ou dos que fazem as vezes de. Muitos pontos de parada existentes não oferecem iluminação, segurança contra roubos, por exemplo, ou acesso a sanitários limpos. Essa precariedade leva os motoristas a continuarem dirigindo exaustos, uma vez que parar em locais inapropriados representa risco de assaltos, acidentes e problemas mecânicos sem suporte imediato. A consequência é um cenário de risco constante tanto para o condutor quanto para os demais usuários das vias.

É incoerente exigir o cumprimento rigoroso de normas sem oferecer as condições reais para que isso ocorra. Assim, torna-se evidente que a lei, embora bem-intencionada, desconsidera a realidade das estradas brasileiras. O resultado é a responsabilização injusta dos caminhoneiros por uma falha que é, em grande medida, do Estado e das concessionárias responsáveis pela infraestrutura viária – ou do próprio Dnit ou dos órgãos rodoviários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a impossibilidade de atender plenamente às regras de parada e descanso não deve ser interpretada como descaso dos caminhoneiros, mas como reflexo de um sistema rodoviário mal estruturado.

Para que a legislação seja efetiva, é imprescindível investir na ampliação e na melhoria dos pontos de parada ao longo das rodovias, criando um ambiente que permita aos profissionais exercerem seu trabalho com dignidade, segurança e dentro da legalidade, como merecem esses heróis anônimos da economia brasileira.

Reconhecendo os méritos do projeto, consideramos, entretanto, que ele comporta pequenos aperfeiçoamentos. Nesse sentido, acatamos algumas propostas de alteração contidas na Emenda nº 1, de autoria do Senador Laércio Oliveira, que buscam dar mais objetividade ao texto da lei, especialmente quanto à insuficiência dos PPDs. Também consideramos necessário que as estruturas equivalentes aos PPDs sejam assim reconhecidas pela autoridade competente, ou seja, que não sejam autodeclaradas.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação da PEC nº 22, de 2025, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1, já mencionada, na forma do substitutivo que ora apresentamos.

Segue o texto da PEC, com a alteração.

E eu gostaria de aduzir apenas uma informação fruto da minha experiência pessoal. Em julho – julho – de 2014, eu enderecei, Senador Alessandro Vieira, um ofício à ANTT solicitando a instalação de um ponto de parada e descanso para motoristas no Município de Palhoça, no terreno onde havia sido instalado antes o ponto de parada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A praça de pedágio. A praça de pedágio estava instalada naquela área, com todos seus pontos específicos, portanto não precisava desapropriar sequer o terreno. Foi inaugurado no dia 18 de abril de 2024, quase dez anos depois, e é o único ponto de parada e descanso oficial no Estado de Santa Catarina: BR-101, BR-116, Transbrasiliana, 153, 163 – o único!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nos trabalhos de otimização que nós estamos fazendo pela 116 e pela 101, um dos apelos mais veementes que nós recebemos dos caminhoneiros – e eu quero aqui homenagear um deles, que tem o apelido de Manjuva, Sérgio Manjuva, que tenho que escutar, porque senão não me larga do pé... O Jaime Bagattoli agora ficou amigo dele também, então é o megafone do Manjuva. O apelido dele é Manjuva, Sérgio Manjuva, esse é o caminhoneiro. Levamos dez anos para ter o primeiro ponto de parada e descanso. E a grande reivindicação agora é que, na otimização do contrato norte da BR-101, tenhamos mais dois pontos de parada e, na BR-116, dois outros pontos de parada que têm que ser executados pela concessionária.

Então, trago esse depoimento pessoal para dizer que exigir o ideal num mundo real que nos oferece essa deficiência tem sido uma fábrica de multas, e há ocorrências pelo Brasil afora.

A proposta que está sendo apresentada determina que se tenha esse mapeamento e mantém, com rigor, o mínimo das oito horas de descanso, fora os intercalados, nas jornadas consideradas longas, ou seja, aquelas que têm duração superior a 24 horas.

Esse é o resumo, Sr. Presidente.

E gostaria de, em homenagem aos que chegaram um pouco depois, dizer que eu não estranho que alguém considere questionável tratar este assunto numa PEC. Acho eu também estranho. Só que a matéria da lei, de 2015, foi objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade e teve um despacho proibitivo que tem efeito vinculante sobre qualquer lei que nós venhamos a aprovar.

Se nós aprovarmos uma outra lei, vai acontecer, Senador Omar Aziz, o que o direito, copiando da sociologia, chama de *backlash*. O que quer dizer isso? Você faz, mas aquilo volta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Volta para você, rebate, ou seja, você aprova uma lei, há uma reação contra ela. Nem precisa ser do Judiciário, da opinião pública. Nós quase passamos por isso. Andamos beirando o *backlash* alguns dias passados. Confere? O *backlash* é o direito que subiu um degrau na sua escala de valores, porque tem o apoio da opinião pública. Então, o *backlash* está sendo evitado pela via da elevação do nível da legislação. É a fórmula que nós construímos com o apoio da Consultoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a colaboração da nossa Consultoria de um modo geral e do meu socorrista preferido, o Dr. João Trindade. Se apanharmos, eu vou dividir as chibatadas mais para o senhor do que para mim.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Estão inscritos o Senador Omar Aziz e, em seguida, o Senador Jaime.

Passo a palavra ao Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar o Senador Esperidião Amin pelo relatório.

O mérito é incontestável. A gente vê isso no transporte urbano público, em que o motorista faz uma linha dentro da cidade, chega e não tem onde lavar o rosto, não tem essa estrutura. Uma indústria ou uma empresa é obrigada a dar as condições de trabalho. Numa indústria, numa fábrica, ela dá café da manhã, almoço, tem uma área de descanso e tal. Agora, nem no transporte urbano os motoristas de ônibus e os cobradores têm um lugar adequado para fazer aquela parada normal num bairro.

E geralmente o que nós encontramos nas vias brasileiras... Infelizmente, no meu estado, não deixam asfaltar a 319; então, eu não posso dar o exemplo da 319. Eu não posso dar esse exemplo porque não asfaltam a 319. Eu fiz a 319 outro dia com o Senador Eduardo Braga e nós levamos 14 horas de Manaus até Humaitá. Nos 400km, lá no meio, você vê carretas e mais carretas enormes – bitrem, parece, chamadas bitrem – e não tem onde parar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nove eixos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Nove eixos. Então, veja bem, não tem onde parar. É o mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos é que... Na PEC não dá para fazer isso, mas a regulamentação de quem vai ser o responsável por isso... Parece-me que desses pontos de paradas de descanso só tem 11 no Brasil. É do que eu tive conhecimento. Não sei se isso é verdade ou não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – E me falaram de 14.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, tudo bem. Entre 10 e 14, mas é muito pouco pela quantidade de estradas que nós temos no Brasil.

Então, é lógico que nós temos que ver quem vai ser o responsável, se são as empresas, se é o poder público, se é o município ou o estado, para que a gente não possa fazer e aprovar uma PEC aqui e ela não surtir o efeito necessário e a lei que está sendo proposta pelo Senador Jaime, com a relatoria do Senador Esperidião Amin, cair no vácuo, não aconteça.

Então, é lógico, eu vou votar a favor, mas o Manjubinha, como é conhecido, né? O Manjuba, o Manjubinha... Manjuba é *fake news*, é o Manjubinha; mais conhecido como Manjubinha. (*Risos.*) Ele fez um apelo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou falar bem do senhor, mas ele está escutando. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Vai pegar, viu? O pessoal vai pegar.

Mas, Senador Amin, parabéns pelo relatório. Nós votaremos a favor, é lógico. Agora, eu acho que, na regulamentação, nós temos que dizer quem vai ser realmente o responsável para que isso possa acontecer para milhares e milhares de trabalhadores que arriscam a vida diariamente, não só nas estradas, mas também na questão de assalto, de uma série de outras coisas com que eles sofrem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar, satisfeito? (*Pausa.*)

Senador Jaime Bagattoli, depois o Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente da CCJ, Otto Alencar. Obrigado, quero agradecer por você ter colocado essa... na verdade, é uma emenda, uma PEC. Essa PEC nº 22, de 2025, é nada mais, Senador Amin, para corrigir algo que não existe hoje no Brasil. Fala-se em 14, mas o país, o Brasil é um continente, praticamente. Só para se ter uma ideia, hoje, Senador Otto Alencar, para um caminhão que sai do Rio Branco, no Acre, ir a Porto Alegre, são 80 horas mais ou menos de viagem, numa média aí de 50km/h dirigidos, andados; quer dizer, são seis, sete dias aí de viagem. Então, nós viemos aqui para fazer algo por essa profissão tão brilhante que representa o nosso caminhoneiro, porque são milhões de caminhoneiros hoje que nós temos pelo Brasil afora.

Então, essa PEC só vem para corrigir isso aí, porque a Lei nº 13.103, de 2015, constituiu, mas não tem os pontos de parada. Fala-se em 14 pontos de parada: isso é insignificante hoje no Brasil. E aí, Senador Amin, o motorista chega, não tem onde parar, não tem onde ele fazer as suas atividades, a higiene, a alimentação. É um problema seriíssimo que o nosso caminhoneiro está enfrentando, além das penalidades pelas quais ele está sendo hoje injustiçado, pela lei que está aí, o que nós precisamos corrigir. Eles estão sendo, inclusive, autuados por não cumprir essas 11 horas aí. Quando o Senador Amin fala em mais de 24 horas, 60% do transporte rodoviário do Brasil, hoje, principalmente transporte de grãos, são acima de 800km. Então, é uma coisa assim inexplicável neste país. Nós precisamos que isso seja revisto.

Eu quero parabenizar aqui o Senador Amin pelo excelente relatório, dizer que nós vamos... e pedir aqui, Senador Rogério Carvalho, Senador Flávio Bolsonaro, aos Senadores que estão aqui, ao Omar, que nós tenhamos consciência para que nós aprovemos essa PEC o mais rápido possível.

E, Senador Amin, daqui vai para o Plenário, tem que passar pelo Plenário, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Teoricamente, sim.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então... Aí eu queria que isso fosse com urgência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Calma, não foi aprovado ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... Senador Otto Alencar, se nós aprovarmos. E eu tenho certeza de que nós precisamos aprovar, porque é algo que o nosso caminhoneiro... Nós temos que dar dignidade para esse trabalhador. E é uma profissão que eu conheço, como já falou aqui o Senador Amin. Eu sei o que é ser um caminhoneiro neste Brasil, sei o tanto que eles sofrem por este Brasil afora. E, por isso, nós precisamos corrigir algo que talvez... Foi feita a lei, e na lei não foram constituídos esses pontos de parada para que eles cumpram a lei das 11 horas.

Então, eu peço aqui aos demais pares Senadores que nós possamos aprovar essa PEC nesta Comissão, para depois seguir o mais rápido para o Plenário.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho; em seguida, é o Senador Contarato, e depois o Senador Portinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin e o Senador Bagattoli, que é o autor.

A PEC institui a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional, ela trata do assunto com pertinência e propõe a flexibilização temporária da fiscalização quanto ao cumprimento dos períodos de descanso; mas, veja, nós estamos levando isso para uma PEC. Com a flexibilização temporária da fiscalização quanto ao cumprimento dos períodos de descanso indo para uma PEC, se ninguém adiantar, a gente constitucionalizou a flexibilização do trabalho dos caminhoneiros, tanto daqueles que trabalham em empresas quanto daqueles que são autônomos.

Nós estamos tratando de flexibilização de quem lida com horas dirigindo. E a gente sabe o risco que é o excesso de trabalho nas rodovias, quantos já foram vítimas e quantos já foram vitimados por isso. Nós estamos falando de motoristas de ônibus, motoristas de caminhão. Nós estamos falando de uma categoria importante. Então, incluir numa PEC – algo que parece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definitivo – a flexibilização, ainda que de forma temporária, eu acho isso... Eu preciso de mais tempo para poder conversar com o Relator sobre essa questão.

A outra questão relevante – e aqui sem tirar o mérito do debate e a qualidade do debate que está sendo proposto – é que nós desresponsabilizamos por PEC a necessidade de cumprir determinadas exigências que devem ser exigidas – e aqui eu estou falando como representante e, inclusive, como Líder do Governo neste momento –, falando da obrigação do Estado e da obrigação do setor produtivo, do setor empresarial. Como é que nós vamos, em PEC, assegurar a flexibilização do direito ao descanso, do direito a cumprir uma norma geral de jornada de trabalho? Ainda por cima, quando a gente pensa, do ponto de vista da saúde ocupacional, no esgotamento físico, a gente sabe que uma pessoa – e o senhor é médico, o senhor sabe – submetida a uma jornada extenuante perde a atenção, diminui a vigília e os riscos aumentam numa linha de produção, mas principalmente ao estar na direção.

Portanto, eu peço vênia aqui aos meus colegas e, Presidente, eu tenho... Eu preciso pedir vista para conversar com o Senador Esperidião Amin sobre como a gente pode tratar dessa questão, ou seja, nós estamos, em PEC, flexibilizando regras gerais – em PEC. É isso.

Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho...

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, só quero fazer uma pequena observação, Senador. V. Exa. disse muito bem: nós estamos flexibilizando. Nós não estamos reduzindo o período de descanso. O mínimo, que tem que ser cumprido integralmente e ininterruptamente, é de oito horas. Como V. Exa. falou, nós estamos flexibilizando os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, por quê? Porque temos o efeito vinculante de uma decisão do Supremo. Não há forma, na hierarquia das leis, de afrontar uma decisão do Supremo que declarou inconstitucional trecho da lei em questão de 2015, a não ser numa PEC.

Por escrúpulos, no Ato das Disposições Transitórias – presumindo-se que a questão de infraestrutura possa evoluir, especialmente porque, para falar das concessões, os contratos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

otimização das concessões estão sendo elaborados –, os primeiros estão passando pelo Tribunal de Contas. E o item PPD, como eu falei aqui, é uma prioridade quase que universal no Brasil, pelo menos, nacional.

Então, primeiro, V. Exa. disse certo: flexibilizar não é reduzir. Se V. Exa. tivesse dito reduzir, eu teria que dizer não, não reduz. Inclusive as oito horas ininterruptas obrigatórias estão preservadas. Nós estamos flexibilizando, sim, e não enrijecendo, em face do cumprimento rigoroso, correto pela Polícia Rodoviária Federal, depois do... Eu não estou falando mal nem do Judiciário, nem da Polícia Rodoviária Federal. Acho que a decisão do Ministro Alexandre de Moraes está certa e acho que as normas que a Polícia Rodoviária Federal estabeleceu também são certas, só que, na prática, nós estamos punindo o próprio motorista, que, faltando três horas para chegar à sua casa, se não parar para descansar por 11 horas, ele não pode chegar; e, se o fizer, acaba tomando uma multa, que pode ser dele ou da empresa, mas nós estamos aqui com foco na profissão, no cidadão.

Quando o senhor diz flexibilização, o senhor está certo. Agora, redução de jornada, não. Aí seria conspirar contra a saúde, que é exatamente o oposto do PPD que nós almejamos, dos seus equivalentes, assim considerados pela autoridade competente.

E quero trazer aqui um último testemunho. Na última quinta-feira da semana passada, aliás, na segunda-feira da semana passada, eu fui pessoalmente visitar este ponto de parada e descanso de motorista, inaugurado no dia 18 de abril do ano passado. É impressionante o zelo, o pátio cheio. Ele não é muito grande, mas estavam lá 64 ou 65 caminhões, com plugue para frigorífico, para que o caminhão se reabasteça também com energia elétrica.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – É o estado que paga isso ou quem paga? É a própria empresa?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tudo *free,* mantido pela concessionária, construído pela concessionária, construído pela concessionária e mantido. Só oferece a infraestrutura.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, Senador Amin, uma dúvida: a proposta é que as concessionárias tenham essa despesa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, e incluam agora nos contratos de otimização, em que a tarifa será calculada com essa despesa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se me permite aqui uma digressão, no Estado do Rio de Janeiro, é muito comum ter essas paradas, mas é por iniciativa privada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – São os equivalentes.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – São postos de gasolina, que ganham com isso e ganham muito dinheiro com isso, inclusive. Tem chuveiro, tem hotel, tem lugar de estacionamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Como eu falei, um posto de gasolina pode se credenciar...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso está previsto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está. São os equivalentes...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem, essa era a minha dúvida. Minha dúvida é a gente não atrapalhar a iniciativa privada e criar um encargo para a concessionária.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, ou é o PPD oficial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que faz parte da concessão, ou é, geralmente, um posto de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vou dar um exemplo concreto: em Itajaí, nós tínhamos um grande posto de gasolina que fazia às vezes de e foi vendido para a iniciativa privada – vai ser construído um *shopping* lá. Lá vai ter que ser feito um PPD. É um dos dois casos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... da BR-101 Norte, que V. Exa. conhece, por sinal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Não, Senador Otto, desculpa, eu acabei antecipando a minha questão.

A minha grande preocupação, até considerando que o Senador Esperidião Amin é um grande incentivador da iniciativa privada, é se isso seria do estado, se isso estaria na concessão ou se haveria um mecanismo em que a própria concessionária pudesse estimular a iniciativa privada, fazer parcerias, alguma coisa do gênero, né?

Acho que o Senador Rogério Carvalho pediu vista, é isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogério pediu vista, né?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu vou aproveitar a vista do Senador Rogério Carvalho para poder avaliar essas questões.

Minha preocupação é com a livre iniciativa, permitir que a iniciativa privada faça, e não o estado, e não um encargo à concessionária, enfim... Deixe-me dar uma olhada no projeto. Entendo o cuidado, a cautela com o caminhoneiro, com o prestador do serviço. Quanto a isso, estamos na mesma página e de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pedido de vista coletiva concedido.

V. Exa. quer falar, Senador Jaime?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Só para concluir, Senador Portinho, esse é um segmento que eu conheço. Eu sou do ramo de postos de gasolina, sou transportador de multinacional, da Shell Brasil no Norte. Eu conheço todas as regras. Nós precisamos cumprir as regras. Hoje, quem transporta para a Shell, como nós, cumpre não regras do Brasil, mas as mesmas exigências que há lá na Europa. Só que tem um detalhe: os postos de gasolina – V. Exa. tem razão – que têm um estacionamento privado cobram.

No caso das concessionárias, nesta situação, Senador Amin, de colocar a tomada lá para recarregar os que são câmara fria, para manter a refrigeração, isso é pago. Não existe como manter isso, porque o custo de energia disso é muito alto. O Senador Omar sabe como é que funciona isso. É muito caro. Nós até concordamos com o pedido de vista, mas nós precisamos resolver a situação do nosso caminhoneiro, da nossa situação, porque o nosso transporte no Brasil está entrando em colapso. E digo mais, para terminar minhas palavras: a profissão de motorista de caminhão vai ser rara, vai ser uma profissão difícil, se nós não flexibilizarmos essa situação das oito horas. Nós não queremos que o motorista trabalhe 24 horas, nós só queremos uma flexibilização para que eles possam ter dignidade. E digo mais: nós vamos ter problema no transporte rodoviário já nos próximos anos, por falta de motorista, porque ninguém mais quer essa profissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jaime.

Concordo com V. Exa. É um pedido de vista coletiva, e, na próxima quarta-feira, a matéria virá para votação no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Passo a palavra ao Senador Flávio Bolsonaro, para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1473, DE 2025

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1- CDH, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Em 07/10/2025 foi realizada audiência pública para instrução da matéria;

- Votação nominal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, bom dia, bom dia a todos.

É o parecer ao Projeto de Lei 1.473, de 2025, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.

Como ficou um pouquinho longo, Presidente, o parecer, porque a matéria pede que se faça uma análise mais minuciosa, vou partir direto aqui para a análise.

No mérito, o projeto de lei mostra-se conveniente, oportuno e uma resposta legítima às demandas da sociedade. Adotamos, como ponto de partida, a versão aprovada pela Comissão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direitos Humanos do Senado, à qual, contudo, propomos ajustes a fim de garantir maior coerência normativa e efetividade prática.

O presente projeto de lei tem como objetivo corrigir fragilidades históricas do ECA, que, embora relevante à proteção integral, se mostra insuficiente para dar resposta adequada à crescente prática de atos infracionais graves por adolescentes.

A Emenda nº 2 – CCJ, apresentada pelo Senador Alessandro Vieira ao PL 1.473/2025, propõe nova redação aos §§2º, 3º-A, 3º-B, 3º-C, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 121 do ECA, com o objetivo de aprimorar o regime de internação aplicado aos adolescentes autores de atos infracionais.

A Emenda nº 3 - CCJ, apresentada pelo Senador Alessandro Vieira ao PL 1.473/2025, propõe suprimir os arts. 106 e 108-A do substitutivo, que instituem audiência de custódia para adolescentes, e dar nova redação aos arts. 108, 179, 183 e 184 da Lei nº 8.069/1990. A emenda restabelece a lógica do procedimento de oitiva informal já previsto no ECA, reforçando a presença do juiz e do defensor público nessa fase, a fim de garantir o controle imediato da legalidade da apreensão sem introduzir o rito da audiência de custódia.

Também fixa prazo máximo de 90 dias para internação provisória, com revisão obrigatória a cada 45 dias, e prevê que a audiência de apresentação poderá ocorrer sem o juiz quando houver Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) e o ato for realizado em até 24 horas da apreensão. Em síntese, a proposta busca adequar o procedimento infracional às peculiaridades do sistema socioeducativo, sem importar integralmente o modelo processual penal. Entendemos que a é emenda meritória, promove melhorias no texto e a acatamos parcialmente.

A proposta mantém a revisão judicial da medida a cada seis meses e estabelece o prazo máximo de cinco anos para atos com violência ou grave ameaça e até dez anos para os análogos a crimes hediondos, mas permite redução do prazo nos casos de tráfico de drogas, quando se tratar de primeira vinculação e a medida mais branda for suficiente à finalidade socioeducativa. A emenda também prevê que adolescentes que atinjam a maioridade sejam transferidos para unidades específicas, com possibilidade de regime de semiliberdade e atividades externas de escolarização e profissionalização, e determina a organização das unidades por faixas etárias: 12 a 15, 15 a 18 e maiores de 18 anos. Acatamos parcialmente a referida emenda para prever que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando possível, o cumprimento da medida da internação deverá ser organizado em faixas etárias, e a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

Inicialmente propomos dois pontos essenciais: instruir a audiência de custódia para adolescentes apreendidos em flagrante de ato infracional e ajustar o regime de internação provisória, afastando o prazo rígido de 45 dias e adotando o critério de duração fundamentado na necessidade concreta, nos moldes da prisão preventiva prevista no Código de Processo Penal.

A realidade social revela que adolescentes vêm sendo utilizados por organizações criminosas como mão de obra para crimes violentos, justamente em razão da legislação excessivamente benevolente, que impõe limites artificiais ao tempo de internação provisória e dificulta o trabalho das autoridades de segurança pública e do Judiciário.

A alteração do art. 106 do ECA tem por finalidade assegurar o controle judicial imediato da legalidade da apreensão do adolescente, mediante a realização obrigatória de audiência de custódia no prazo máximo de 24 horas, com a presença do Ministério Público e da defesa técnica, em conformidade com as garantias constitucionais do devido processo legal e da proteção integral. Ante a nova redação do art. 106, é necessária a alteração do *caput* do art. 173, bem como a revogação de seu parágrafo único para adequação ao novo regramento.

O artigo 108 do ECA prevê que a internação provisória do adolescente não poderá ultrapassar 45 dias. Na prática, isso significa que atos infracionais graves, inclusive homicídios, latrocínios, estupros e tráfico de drogas em larga escala, podem resultar na liberação precoce do infrator, independentemente da persistência da periculosidade ou da necessidade de resguardar a sociedade.

Esse prazo fixo transforma-se em verdadeiro incentivo à impunidade, estimulando a reincidência e fragilizando a confiança da sociedade nas instituições. Ao adequar a internação provisória ao modelo da prisão preventiva do Código de Processo Penal, o presente projeto permite que o adolescente permaneça privado de liberdade pelo tempo necessário, desde que fundamentado judicialmente, assegurando proteção efetiva à coletividade.

A proposta também prevê a audiência de custódia no prazo de 24 horas, garantindo que o Judiciário controle a legalidade da apreensão e verifique possíveis abusos. Assim, combina-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

firmeza com garantias, fortalecendo a legitimidade da resposta estatal e evitando alegações de arbitrariedade.

A criminalidade juvenil, em especial a prática de crimes violentos e de alta gravidade, tem causado enorme preocupação à sociedade. Famílias inteiras são destruídas por adolescentes que, amparados por uma legislação leniente, sabem que dificilmente sofrerão consequências proporcionais à gravidade de seus atos.

Trata-se de medida necessária para restabelecer o equilíbrio entre a proteção integral do adolescente e o direito da sociedade à segurança pública.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente.

Ao prever a audiência de custódia, garante-se controle judicial imediato, com a transparência. Ao eliminar o prazo fixo de 45 dias para internação provisória, permite-se que o Estado mantenha sob custódia aqueles adolescentes cuja liberdade representa risco concreto à ordem pública.

No que se refere à ampliação do prazo máximo de internação, que passa a ser de cinco anos e, nos casos praticados com violência ou grave ameaça à pessoa, de até dez anos, merece ser mantida. Entendemos que a medida se mostra proporcional e adequada.

Com o mesmo objetivo, tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.469, de 2019, de minha autoria, apresentado naquele ano em razão de entendimento, já então presente, de que a atualização legislativa sobre o tema é de elevada relevância e urgência para a sociedade.

Também reputamos acertada a alteração do prazo de reavaliação de medida de seis meses para um ano, bem como a supressão da limitação da internação em até três meses por descumprimento reiterado de medida anteriormente imposta, já que não se mostrava compatível com a gravidade de certas condutas. Da mesma forma, é meritória a supressão da redução de prazos prescricionais pela metade para agentes menores de 21 anos e a elevação da idade de 70 para 75 anos como critério para atenuação da pena e redução de prescrição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, cabe enfrentar uma lacuna persistente no sistema atual. Hoje, conforme o art. 122 do ECA, a internação só pode ser aplicada quando o ato infracional for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, em caso de reiteração em infrações graves, ou de descumprimento reiterado e injustificável de medida imposta. Isso significa que, para atos infracionais sem violência física, mas de exacerbada gravidade e reprovabilidade social, como o ato análogo ao tráfico de drogas, equiparado a crime hediondo pelo art. 5º, inciso XLIII da Constituição, a internação só pode ser decretada em caso de reiteração.

A jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça na Súmula 492 é categórica nesse sentido: "O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente, devendo ser observadas as hipóteses do art. 122 do ECA".

Essa limitação cria um contrassenso: delitos de altíssima gravidade, que o próprio legislador constituinte reconheceu como hediondos ou equiparados, não admitem internação imediata na esfera socioeducativa, salvo em caso de reiteração. O resultado é a percepção de impunidade e a utilização instrumental de adolescentes por organizações criminosas, que se valem do tratamento mais brando para recrutá-los em atividades ilícitas, sobretudo no tráfico de entorpecentes.

Para corrigir essa distorção, propomos, no substitutivo, duas alterações centrais e harmônicas com o sistema. A primeira consiste em incluir, no §3º-A do art. 121, a previsão de que o prazo máximo de internação de até dez anos também se aplica quando o ato infracional corresponder, em tese, a crime hediondo ou equiparado, ainda que não envolva violência ou grave ameaça. A segunda é ajustar o art. 122, inciso I, para permitir a aplicação da medida de internação tanto nos casos de atos cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, quanto nos atos infracionais análogos a crimes hediondos ou equiparados. Dessa forma, garante-se que, em situações como a do ato análogo ao tráfico de drogas, não seja mais necessária a comprovação da reiteração para que se aplique a internação, conferindo ao sistema maior racionalidade e eficácia.

Convém esclarecer que o §3º do art. 121, ao fixar o prazo máximo de cinco anos para as medidas de internação, continuará a reger as hipóteses não abrangidas pelo §3º-A. Assim, o teto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cinco anos aplica-se às internações decretadas com fundamento no art. 122, II, em razão da reiteração em infrações graves que não sejam violentas nem equiparadas a hediondas, bem como no art. 122, III, por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. Com isso, mantém-se a coerência do sistema: os casos de violência, grave ameaça ou de extrema gravidade social (hediondos ou equiparados) terão teto de dez anos, ao passo que as hipóteses de reiteração ou descumprimento injustificado, ainda que relevantes, permanecem limitadas a cinco anos.

Suprimimos o §5º do art. 121, eliminando a liberação compulsória por idade, que hoje permite a extinção automática da medida antes de seu término, mesmo que ainda necessária para a reeducação do infrator. Este projeto de lei já prevê prazos máximos de internação de cinco e dez anos, conforme as situações especificadas, o que torna o dispositivo dispensável. A medida preserva o caráter pedagógico da internação, reforça a autoridade judicial, protege a coletividade e impede o retorno prematuro de jovens infratores ao convívio social, alinhando-se ao princípio da proteção integral previsto no art. 227 da Constituição, compreendido não apenas como garantia individual do adolescente, mas também como dever do Estado de proteger a sociedade, prevenindo a reincidência e assegurando condições de segurança pública.

Além dessa adequação no ECA, o substitutivo também corrige uma incongruência no Código Penal ao eliminar a atenuante da menoridade relativa para réus com menos de 21 anos na data do fato. Essa previsão nasceu em um contexto histórico em que a maioridade civil, conforme o Código Civil então vigente, fixava-se aos 21 anos. Hoje, porém, tanto a maioridade civil quanto a penal foram unificadas aos 18 anos, idade a partir da qual se presume plena capacidade de compreensão e autodeterminação. Manter a atenuante da menoridade relativa, portanto, deixou de ter fundamento jurídico e social, perpetuando um benefício que não mais se coaduna com o ordenamento. Sua extinção reforça a coerência normativa e assegura tratamento igual a todos os imputáveis, em consonância com o princípio da proporcionalidade.

Por fim, adequamos a redação dos arts. 65 e 115 do Código Penal à recente Lei 15.160, de 3 de julho de 2025, que previu exceções à aplicação da atenuante e da redução do prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora o ECA tenha se firmado sobre o princípio da proteção integral, a realidade demonstra a necessidade de reequilibrar o sistema, especialmente em casos de extrema violência ou de crimes equiparados a hediondos, nos quais o atual limite de três anos de internação tem se mostrado ineficaz e gerador de sensação de impunidade.

Diversos casos de grande repercussão ilustram essa necessidade. Um dos exemplos mais emblemáticos é o do chamado caso Champinha, em que um adolescente de 16 anos participou do sequestro, estupro e assassinato de Liana Friedenbach e do assassinato de Felipe Caffé, em 2003. Apesar da brutalidade dos crimes, cumpriu apenas o prazo máximo de internação previsto no ECA, sendo posteriormente mantido em unidade psiquiátrica devido à sua periculosidade.

Mais recentemente, casos igualmente chocantes foram registrados. Em São Paulo, um adolescente de 16 anos confessou ter matado os pais e a irmã a tiros, dentro de casa, alegando desentendimentos e o fato de ter sido proibido de usar o celular. Após cometer o crime, ainda foi à academia, demonstrando frieza e ausência de remorso. Já no Rio de Janeiro, outro jovem de 16 anos matou os pais a marteladas por não ter sido autorizado a faltar à escola – ele desejava descansar antes da aula de prática esportiva. Em ambos os casos, a resposta penal aplicada, diante da atual legislação, é insuficiente para a gravidade dos atos praticados.

A brevidade do tempo de internação compromete a possibilidade real de ressocialização, ao mesmo tempo que incentiva a instrumentalização de menores por facções e grupos criminosos, que se aproveitam da legislação branda para usá-los na prática de delitos, inclusive como autores de homicídios, tráfico de drogas e roubos.

A proposição pretende corrigir a desproporção na atual legislação, permitindo uma resposta mais adequada aos casos graves, ao viabilizar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço silêncio ao Plenário.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estou acabando já, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... aplicação efetiva de medidas pedagógicas, terapêuticas e de capacitação profissional que favoreçam a reabilitação do adolescente, reforçando a proteção da sociedade e a credibilidade do sistema, equilibrando o dever de proteção aos menores com a necessidade de responsabilização proporcional diante da crescente reincidência juvenil.

Pelo exposto, entendemos que o substitutivo consolida as modificações necessárias, equilibrando o dever de proteção integral à criança e ao adolescente, com a necessidade de responsabilização proporcional e efetiva diante da gravidade dos atos infracionais praticados.

O voto, Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.473, de 2025, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH e acolhimento parcial das Emenda nºs 2 e 3-CCJ, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Eu consulto V. Exa. sobre se há a necessidade de leitura de como ficou aqui a redação final do substitutivo, já que o relatório está disponível a todos os Parlamentares. Se entender que há a necessidade...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não há necessidade, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... eu farei a leitura.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero parabenizar V. Exa. pelo relatório, também pela audição que deu a todos os que apresentaram emendas, com a discussão exaustiva que teve, inclusive com o Senador Alessandro Vieira.

Está inscrito o Senador Marcos Rogério, depois o Senador Alessandro Vieira e o Senador Esperidião Amin.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria primeiro cumprimentar V. Exa. por pautar essa matéria, que é tão importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Brasil, para os brasileiros, e fazer um registro elogioso, sobretudo, ao Senador Flávio Bolsonaro pelo relatório que apresenta. Um relatório bem estruturado, conectado com a realidade do Brasil, em face da violência, que é crescente, e aqui traçando uma estratégia diferente daquela que, outrora, mesmo nós, defendemos: a mudança da abordagem, em relação à imputação em razão da idade, a questão da maioridade penal.

Ao longo de muito tempo, eu fui um defensor, e o Senador Flávio Bolsonaro também, da própria emancipação penal do adolescente infrator, e essa matéria já avançou na Câmara dos Deputados, na época, mas não foi consolidada, não houve a redução da maioridade penal, e penso que, em bom tempo e boa hora, nós estamos fazendo um caminho diferente, mas que vai, Senador Contarato, chegar ao mesmo objetivo, talvez não com os mesmos critérios da reclusão de um menor infrator, de um menor que comete crime grave, de colocar num sistema prisional comum, mas que não mais vai passar à sociedade a sensação de impunidade, em razão do formato da legislação especial do ECA no tratamento a esses criminosos.

Então, nós estamos, com esse projeto, atingindo um objetivo, que é o objetivo da sociedade brasileira – de garantir proteção a ela –, e uma pena mais dura, mais severa, proporcional à gravidade do crime cometido, mas no caminho de se adequar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

E aqui me pareceu bastante adequada a abordagem, porque, ao tempo em que você eleva o tempo da internação – do máximo de três, hoje, para cinco –, e podendo, naqueles crimes mais graves, crimes contra a dignidade sexual, você ter uma pena dobrada, que vai chegar a dez anos...

E, aí, você ficaria aqui: "Tudo bem, mas e aí? Chegou aos 21, teria que ter a liberação compulsória".

O projeto teve o cuidado de abrir um caminho, uma exceção, para que esse tempo, esse marco temporal fosse elastecido na extensão da pena aplicada, da medida aplicada a esse infrator. Portanto, se nós tivermos um infrator, um criminoso, na casa dos 17 anos, que sequestrou, estuprou e matou alguém, ele vai pegar uma pena de dez anos, e não vai sair da cadeia com 21. Ele vai cumprir a pena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, que num ambiente diferente; obviamente, que num sistema de reclusão diferente daquele que é hoje o sistema penitenciário nacional.

E, aí, por isso estou registrando aqui essa manifestação elogiosa ao Senador Flávio Bolsonaro, pela feitura do relatório, pelo desenho do relatório, que, tenho certeza, contou com a participação de um conjunto de Senadores e Senadores e com visão plural. Parece-me que esse texto é um texto que dialoga com desde quem é do nosso campo político e também com outros.

Eu já vi, em momentos anteriores, aqui, a manifestação inclusive do Senador Contarato, falando: "Olha, esse é um caminho mais adequado". Porque, mesmo aqueles que são contra a redução da idade penal, nessa matéria, têm uma posição convergente, porque entendem a gravidade do momento, porque entendem que a sociedade brasileira reclama de nós uma resposta à altura com relação a essa situação de crimes praticados por menores no Brasil. Então, acho que o projeto ficou bem desenhado, bem estruturado, tem as cautelas que precisa ter.

Penso que nós vamos ter que, talvez um pouco mais adiante, lidar com a questão, não sei se por lei federal ou o próprio sistema se adequará nesse sentido, porque você tem hoje menores infratores que são colocados nesse regime de internação e, daqui a pouco, você tem alguém que cometeu um crime de extrema gravidade que vai conviver com esse infrator que não teve uma conduta de gravidade maior. Então, eu penso que, talvez, lá na prática, nesses ambientes de internação, há que se ter ambientes diferentes para o cumprimento dessas medidas, porque, senão, daqui a pouco, nós vamos colocar lá um criminoso contumaz violento convivendo com um adolescente que, de repente, cometeu um crime de menor potencial ofensivo e que vai passar menos tempo na cadeia.

Mas acho que o projeto ficou muito bem estruturado, muito bem desenhado e que vai dar uma resposta à sociedade, que hoje, realmente, clama por uma mudança legislativa. Hoje esse projeto me parece estar na linha de afastar a impunidade com relação aos menores que são criminosos e que, portanto, mereciam uma legislação à altura.

Parabéns ao Senador Flávio Bolsonaro e ao conjunto dos Senadores que ajudaram na construção desse texto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me, Sr. Presidente, me alongar um pouquinho só para historiar, porque a gente teve ontem a audiência pública que foi decidida na semana passada e que tive a honra de presidir.

Ouvi as contribuições dos representantes de todo esse ecossistema, das fundações que tomam conta do adolescente infrator, do Ministério Público, Defensoria, representantes do Ministério da Justiça, enfim, de todos os segmentos possíveis do Conanda, e eles trouxeram algumas preocupações – que, parece-me, foram respondidas suficientemente no relatório –, porque, falta, às vezes, para tratar de determinados assuntos, o cuidado técnico para entender que assunto é esse que nós estamos tratando.

Quando a gente fala do adolescente infrator que cometeu crime, ato infracional análogo a crimes que permitam a internação desse adolescente, a gente está falando de uma fração muito pequena de adolescentes. Se você comparar o universo de adultos presos com o universo de adolescentes apreendidos, que estão submetidos a algum tipo de restrição, isso vai estar em torno de 1%, um pouquinho mais de 1%, 1,2%, 1,1%. Então, isso ajuda a entender do que a gente está cuidando.

O segundo ponto é o fato de que, efetivamente, adolescentes, por um comando constitucional, é cláusula pétrea, têm direito assegurado a um tratamento diferenciado. Então, não posso tratar adolescentes infratores como adultos criminosos. Isso tem também pleno acordo e está respeitado totalmente no relatório do Senador Flávio Bolsonaro.

Mas persiste um ponto que não vai gerar nenhum tipo de obstáculo para a aprovação, mas exige uma reflexão, que é a questão do investimento. É preciso que se faça investimento adequado, alocação de recursos no volume adequado, para que você possa custodiar adultos e adolescentes da forma correta, permitindo a ressocialização e a preservação da sociedade, que é o nosso objetivo final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem eu fazia um comparativo juntamente com as representantes do setor: quando alguém fala pelos adolescentes do Estado de São Paulo, ele não pode ter como referência os adolescentes infratores internados no Estado de São Paulo, que são aproximadamente 4,8 mil adolescentes. Lá nós temos em torno de 8 milhões de crianças e adolescentes. Então, você vê a desproporção entre uma coisa e outra.

Mas exige-se investimento adequado, é responsabilidade primária do Governo Federal fazer esse investimento, fazer a alocação adequada, porque o que estamos votando e certamente aprovaremos agora vai ensejar um certo aumento de custo na execução, porque existe uma expectativa de que você tenha um aumento, não tão elevado como se deseja, mas um aumento no número de internados, pelo tempo maior de internação.

Entrando na seara da internação, Sr. Presidente, colegas, essa majoração no tempo de internação, lida pelo viés constitucional do tratamento para crianças e adolescentes, deve ser entendida como um tempo maior para que esse adolescente seja recuperado. É claro que nós temos adolescentes que não vão se recuperar, que escolheram o caminho do crime de forma deliberada, por personalidade, por construção social, por qualquer coisa que seja, mas há também aquele grupo de adolescentes que têm condições, sim, de recuperação, e por conta disso eu apresentei emenda, e o Senador Flávio acolheu a emenda, no sentido de fazer a estratificação, que foi uma manifestação de preocupação aqui do Senador Marcos Rogério, para que o cumprimento da internação se dê de forma segmentada. Eu não posso colocar todo mundo junto no mesmo cesto, senão vou estar só enriquecendo as facções criminosas.

Então, é uma medida que exige, novamente, investimento, mas é um investimento de alto retorno para a sociedade, porque, se eu faço a segregação dos adolescentes, eu aumento muito a possibilidade de recuperação desses jovens, e nós temos pelo Brasil afora vários casos de grande qualidade na recuperação de adultos criminosos, que dirá de adolescentes infratores.

Por fim, Senador Otto Alencar e colegas, é registrar novamente, como fiz na audiência pública: essa é mais uma demonstração de que é possível buscar consenso entre campos ideológicos opostos. Esse é um projeto de origem do Senador Fabiano Contarato, que é, obviamente, um homem progressista, não há nenhuma dúvida com relação a isso, e é relatado pelo Senador Flávio Bolsonaro, que é um homem do campo conservador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Regressista.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então... Alguém soltou um "regressista" ali, mas eu não usei, não, não foi minha palavra, não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Foi o Rogerio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Foi fogo amigo, do campo regressista, né? (*Risos.*)

Mas, enfim, existe um consenso possível no Brasil, desde que se tenha uma liderança política adequada para fazer esse papel de mediar, para chegar a um ponto de esclarecimento, e seguramente chegamos. Esse projeto não tem inconstitucionalidades – não é verdadeira essa afirmação –, esse projeto não gera custo excessivo para o Estado, esse projeto gera ganhos para a sociedade expressivos, porque ninguém se conforma em ter um adolescente infrator com 17 anos e 11 meses que cometa um homicídio e vá ficar privado de liberdade em medida socioeducativa por um prazo exíguo. Não faz sentido nenhum.

Tenho só, Senador Flávio Bolsonaro, uma dúvida técnica. Quando o senhor acatou parcialmente as emendas, persistiram dois institutos que são típicos dessa legislação. Então, o senhor tem aí a preservação daquela oitiva informal, e aí historiando para os colegas que não são da área: o adolescente infrator é preso, é conduzido e é preso normalmente pela polícia militar, pela guarda, ele é conduzido para um delegado de polícia, para a autoridade policial. Essa autoridade policial faz um primeiro juízo de se é caso ou não de mantê-lo preso. Ele tem que apresentar *incontinenti* a um promotor de Justiça, ao Ministério Público, para oitiva informal, e aí o promotor novamente faz um juízo de valor: segura esse adolescente, devolve para a família ou denuncia para que ele seja eventualmente sentenciado. Quando se traz o instituto da audiência de custódia, que é um instituto previsto para adultos, criam-se dois momentos de participação do Ministério Público, então também tem um *bis in idem*, está meio que tendo um trabalho dobrado, uma repetição de trabalho num prazo de 24 horas sem nenhum ganho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, talvez seja o caso de algum ajuste de redação, para que fique claro se nós teremos ou um ato apenas com a presença do Ministério Público, do juiz e do defensor designado, e aí nos moldes do que é uma audiência de custódia – aí se suprime a oitiva informal, porque ela se torna desnecessária –, ou se, efetivamente, o desejo de V. Exa. é manter mais essa etapa de verificação processual. Só para esclarecimentos técnicos.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Alessandro, eu estou procurando aqui na redação, porque, como essas emendas foram apresentadas ontem já no final, tarde da noite, o que eu despachei com a minha assessoria é que, nessas situações em que não houvesse, por exemplo, um juiz fisicamente presente para fazer audiência de custódia, em vez de ser feito pelos NAIs – está no relatório, mas não estou achando aqui, neste momento, no texto do projeto de lei, estou procurando –, isso poderia ser feito mediante audiência virtual com o juiz para que a gente não perca essa possibilidade de o juiz sempre fazer o juízo de valor ali, o que eu acho que é importante, é uma garantia constitucional que a gente tem que ter com os menores. Eu estou procurando aqui onde é que está escrito. Se V. Exa. conseguir me lembrar qual é o artigo de cabeça, porque está um pouco grande o projeto...

Aqui, achei. É o art. 184. Ficou assim a redação:

> Art.184.....
>
> .....
>
> § 5º Na hipótese em que a audiência de apresentação seja realizada em até 24 horas da apreensão, a oitiva informal de que trata o art. 179, na indisponibilidade da presença física do magistrado poderá ser realizada de forma virtual." (NR)

Essa foi a solução que encontrei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu compreendo, Senador Flávio, mas o ponto é um pouco diverso desse, porque nós temos a previsão legal da oitiva informal, ela continua existindo no texto de V. Exa., e passamos a ter agora a previsão também da audiência de custódia. Então, teremos duas intervenções estatais num prazo muito exíguo, de 24 horas, o que me parece desnecessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas não está colocado de forma complementar uma à outra aqui no texto?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não está claro. Então, acho que é um ajuste redacional.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou ajustar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Porque se eu puder ter a audiência de custódia apenas, está resolvido, está preservado o direito dele, está tudo tranquilo, e para todos os responsáveis, porque, assim, essa foi outra ponderação que veio na audiência pública.

Há custo, porque nós teremos que ter magistrados a mais. E, cá entre nós, no dia em que magistrado me falar que custo é problema, deve ser piada pronta, porque o nosso Judiciário é extremamente bem remunerado e seguramente terá condições de destinar um magistrado para que atenda um adolescente infrator e sua família no prazo de 24 horas. Acho que não vai ser um grande desafio para a Justiça brasileira.

Então, é só esse ajuste.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Farei o ajuste de redação aqui, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ótimo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar V. Exa. por ter pautado esse tema. Esse tema, para mim, é muito caro. E eu quero parabenizar o Senador Flávio Bolsonaro.

Senador Flávio, o senhor fez um relatório brilhante. O senhor pontuou vários momentos, momentos significantes, e eu estou falando isso enquanto delegado de polícia. No Estado do Espírito Santo, um adolescente de 16 anos entrou numa escola, metralhou, matou quatro pessoas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dezenas ficaram feridas, e vai ser solto agora em novembro – vai ser solto, literalmente, em novembro. Eu trabalhei... Eu peguei um homicídio qualificado enquanto delegado – homicídio qualificado está previsto no art. 121, §2º, pena de 12 a 30. Como era um adolescente de 17 anos, a juíza tinha que aplicar até três anos; ela deu um ano. Não é razoável isso. E olha que eu defendo a implementação de políticas públicas para que o jovem não seja seduzido para a criminalidade. Eu não sou punitivista exacerbado. Eu não sou punitivista no sentido de que você tem que ter lei dura, não, mas eu tenho que dar tratamento igual a comportamento igual; comportamento diferente, tratamento diferente.

Eu idealizei esse projeto, eu fui autor desse projeto quando eu ainda estava na Rede Sustentabilidade, em 2019, porque isso era uma coisa que me inquietava.

Então, hoje, o que está sendo feito aqui é: não estamos falando em redução de maioridade penal, estamos ampliando, mantendo... O que é até três está indo para até cinco, mas ele vai continuar, o juiz vai continuar, no livre arbítrio de cada caso, a falar: "Olhe, eu não vou aplicar cinco, eu vou aplicar um ano, vou aplicar dois anos ou três anos". Ou nos casos de violência, ato infracional praticado com violência, grave ameaça ou equiparada a hediondo, pode chegar a dez, mas isso não é máximo, isso não é teto... Isso é teto, isso não é o máximo. Ele vai ter o poder discricionário de forma fundamentada de analisar caso a caso para, naquele ato infracional praticado com violência ou grave ameaça ou equiparada a hediondo, aplicar um ano, dois anos, três anos, quatro anos, podendo chegar ao limite de dez anos. Eu acho que esse é um avanço significativo, por mais que os movimentos... Eu tenho certeza de que tem movimentos nesse sentido.

E o discurso de que o Estado não tem dinheiro? Olhe, espere aí, isso é função do Executivo. Então, a pretexto de que o Estado não tem dinheiro para implementar as políticas para absorção de quem violou efetivamente a regra, nós vamos garantir a impunidade? Então, nós vamos soltar todos os criminosos. Não tem dinheiro para construir presídio, solta os criminosos? Não, gente! Aquilo que o Senador Alessandro falou foi muito bem pontuado. Dinheiro? Hoje nós vamos aqui debater, se Deus quiser, a escala 6x1. Para juízes e promotores, a escala é 3x1, a cada três dias, ganha um a mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero só fazer o seguinte: parabenizar o Senador Flávio Bolsonaro, parabenizar as ponderações do Senador Alessandro, enfim, e dos colegas e falar que eu tenho minha consciência tranquila por propor esse projeto, porque nós temos que tratar de forma igual comportamento igual e comportamento diferente de forma diferente.

Eu faço aqui uma singela homenagem às vítimas fatais Maria da Penha Pereira, Selena Sagrillo, de 12 anos de idade, Cybelle Passos Bezerra e Flavia Amoss Merçon, vítimas fatais numa escola pública do Estado do Espírito Santo por um rapaz de 16 anos, que vai ser liberado agora, no mês que vem, em novembro, após um período máximo de internação, que é de três anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz e, em seguida, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o Senador Contarato. Ele e o Alessandro, como delegados de polícias, têm vários exemplos, viveram isso de perto, coisa que muitos de nós aqui não vivemos de perto, vivemos de notícias.

Eu fui Secretário de Segurança Pública e a cidade de Manaus era infestada de galeras, de jovens. Galeras que à noite se reuniam em grupos para espancar, para bater. Pessoas que vinham da escola eram molestadas, famílias eram molestadas. É lógico que a gente trabalhou na repressão, mas também na prevenção e no cuidado. Criamos programas sociais para que você pudesse tirar esses jovens das ruas. E a gente conseguiu acabar com isso. Aquele era um momento, hoje é um momento diferente.

Hoje o narcotráfico está cooptando nossos jovens, porque sabe que eles não vão ficar dez anos na cadeia. Então, ele sabe muito bem que um jovem de 16, 17 anos, se for condenado, vai passar dois anos, três anos ou um ano, no máximo, e com 18 anos ele será solto.

E muitos desses jovens hoje são o que sustenta a família no tráfico de drogas.

E o tráfico acarreta milhares de outros crimes, porque muitas vezes um dependente químico começa a furtar dentro de casa. Ele furta alguma coisa da mãe, a mãe não vai denunciá-lo à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

polícia. Depois, ele não tem mais o que furtar em casa para comprar droga, ele vai para rua. E na rua ele vai ser morto ou vai ser preso, não tem outra opção para ele. E hoje, quando você coloca que é até dez anos... E aí, Senador Alessandro e Senador Contarato, há casos de a pessoa ser presa um dia e, no dia seguinte – ele matou o filho de uma senhora no bairro –, ele está ameaçando a mãe. Porque tem esta audiência, Senador Flávio, e ele é solto – ele é solto. Já não satisfeito em ter matado o filho, ele vai ameaçar a mãe; encarar como se fosse um grande herói, como se fosse uma grande pessoa. Isso aí acontece em qualquer lugar do Brasil hoje. Não é na capital, é no interior, em qualquer lugar. São situações que nós estamos enfrentando. Ou a gente enfrenta realmente e acaba com esse...

Agora, o que é que o juiz alega, Senador Contarato e Senador Alessandro? Inquérito mal feito pela polícia. É a maior alegação para soltar bandido, assassinos, é o inquérito mal feito. Ele se apega à filigrana com um bom advogado e solta: ou solta na audiência, ou solta imediatamente. Como é colocado, ele vai lá, depõe, ou senão, o que é pior ainda, ele foge do flagrante e continua sendo o bambambã. Então, nós temos aí umas situações em que nós temos que realmente aprimorar muitas coisas.

É lógico que o papel do Estado brasileiro – e quando eu falo Estado brasileiro, é Governo Federal, governo estadual e municipal – é a gente fazer a prevenção, é a gente cuidar. Tem muitos jovens, adolescentes que estão doentes, são dependentes químicos. Essas pessoas não são marginais, não são bandidos. Ela tem uma mãe que sofre, ela tem um pai que sofre, tem uma família que sofre. Esse jovem dependente químico destrói uma família toda, destrói, acaba com a família. E é difícil alguma família brasileira não ter alguém que seja dependente químico. Essa pessoa precisa de cuidado, e o Estado brasileiro é inoperante. Nós temos um SUS que é exemplo para o mundo, mas infelizmente nós não temos tratamento para doentes dependentes. São doentes, não são... não vai chamar o cara que é doente de marginal, de bandido; ele é doente, ele tem uma dependência. Essa pessoa precisa ser cuidada. E quando eu falo Estado brasileiro, eu estou colocando dos três níveis: Governo Federal, estadual e municipal. Não temos uma política pública sobre essa questão; não temos.

Eu tive a oportunidade de ouvir as mães. Eu chegava, Flávio, era Governador, e a mãe chegava comigo e dizia bem assim: "Omar, preciso falar contigo particularmente". Eu falo: "Fala", com um monte de gente ao meu entorno. Ela vinha no meu ouvido: "Ajude-me, pelo amor de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus, meu filho está usando droga". O coração daquela mãe está partido. A gente precisa ajudar aquela mãe, o Estado precisa fazer esse papel. E hoje, Alessandro, o Estado saiu das comunidades, dos bairros, e quem ocupou foi o narcotráfico. Infelizmente é uma realidade!

Então, ou a gente aprova o projeto do meu querido amigo Contarato, para dizer que a pena não é mais... "Olha, você, com 16 anos, 17, não vai passar só seis meses na cadeia, não. Vai passar mais". E digo mais: conforme o tipo de crime... Por exemplo, um crime deste: um jovem entra, mata três pessoas de 12 anos – como está a família: destruída – e vai passar o quê? Mais seis anos só preso, Contarato? Não! O cara desse tinha que apodrecer na prisão. Uma pessoa dessa não pode mais conviver na sociedade, vamos ser sinceros. Uma pessoa que tem coragem de ir a uma escola e matar criança de 12 anos não pode mais conviver, não tem como conviver na sociedade.

Então, eu sou totalmente favorável a se fazer a prevenção, a recuperação, o tratamento, mas tem casos e casos. E um dos grandes problemas hoje, que é a justificativa de muito juiz brasileiro, é dizer que o inquérito foi mal feito pelo delegado da polícia. Ele se apega à filigrana. E, no dia seguinte, esse cidadão que matou o filho de uma senhora de bem vai estar ameaçando a senhora de bem no bairro em que ela mora. Ele passa na frente da casa: "A próxima é você". Ele aponta o dedo e diz: "A próxima é você".

Então, parabéns, Fabiano; e parabéns, Flávio Bolsonaro, pelo parecer. É lógico que nós vamos votar a favor.

Agora, tem pessoas que... Não são dez anos, não – não são dez anos. Uma pessoa dessa não tem mais como sair e conviver numa sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho; em seguida, Senador Esperidião Amin.

Lembro que esta matéria é de votação nominal aqui na CCJ.

Abra o painel, por favor, para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, rapidamente, eu quero, primeiro, cumprimentar o Senador Fabiano Contarato, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele aborda essa questão e retira... Eu acho que agora a gente consegue dar tratamento a uma questão extremamente demandada pela sociedade, que é não passar a ideia de impunidade, que é não deixar aqueles que cometem crimes de maior gravidade sem ter uma punição e um afastamento por um tempo adequado da sociedade, sem que isso, como disse o Senador Alessandro, comprometesse a questão dos princípios constitucionais, como, por exemplo, da maioridade penal; ou seja, não fere, não entra no debate da maioridade penal, mas cria um espaço para que a punição seja adequada ou na proporção que o delito requer. Então, eu acho isso foi muito bem pensado. Só quem vive o dia a dia e que tem determinados compromissos, que tem o compromisso com a questão mais ampla, como o Senador Fabiano Contarato, poderia pensar numa saída que coloca a questão no seu devido lugar.

Então, queria cumprimentar o Senador Fabiano Contarato por essa iniciativa; cumprimentar o Senador Flávio Bolsonaro pelo voto e todos que me antecederam por patrocinarem e por fazerem uma discussão altamente qualificada sobre este tema, ou seja, sem exageros, com foco no problema, fazendo como um bom cirurgião, circunscrevendo, definindo exatamente qual é o campo cirúrgico, qual é o problema e agindo sobre ele sem comprometer os tecidos que estão do lado, de forma muito precisa.

É um trabalho de cirurgião, viu, Senador Otto. O que foi feito aqui, foi um trabalho de um cirurgião exímio, de boa mão.

Parabéns, Senador Fabiano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu que agradeço. Obrigado, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Parabéns ao Relator.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só antes de passar ao Senador Amin, eu senti um certo preconceito, ele falou cirurgião, não falou um ortopedista. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, com ortopedista dá mais garantia ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só para... Só para avisar... Só para ver se é...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não posso querer que apenas seja o período que eu dou de garantia a uma prótese de quadril, que é 35 anos, sem nenhum problema. Então, não vou querer que seja 35 anos um caso dessa natureza.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, só rapidamente, para ver se atende aqui ao...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que o...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... ao que pediu o Senador Alessandro Vieira.

Só 30 segundos, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, claro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – No art. 179, na parte final, e "informalmente a sua oitiva em sendo possível" até o final, substituir esse final pelo "nos termos do art. 106", que é o que fala da audiência de custódia, e aí ficam os procedimentos aqui conforme os que estão na audiência de custódia, é isso?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, sim: atende.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, a gente já vota sabendo que era essa forma, e a correção vai ser feita aqui no relatório, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Amin, depois Senadora Zenaide Maia.

Quero solicitar aos Senadores e Senadoras que possam votar, o painel está aberto. Já votaram 13 Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante que todos possam exercer o direito ao voto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Senador Otto Alencar, desde a presença... Infelizmente não temos mais a do Senador Tasso Jereissati, que eu não ouvia uma insinuação tão contundente quanto a do Senador Rogério Carvalho. Qual foi essa ocorrência a que ele aludiu, eu não quero investigar, mas eu achei que ele foi muito contundente ao estabelecer preceitos para redimensionar o campo cirúrgico.

Deve ter havido alguma barbeiragem, não quero saber, deve ter segredo de justiça, segredo médico, mas eu fiquei muito preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É realmente, desde que eu cheguei aqui, V. Exa. e o Senador Tasso – que já foi para o Ceará, quer dizer, não é mais Senador – sempre me criticaram.

Às vezes, eu passava aí andando com o Tasso Jereissati, eu andava com ele, e ele muito, muito amigo meu. Nós passávamos pelo túnel do tempo, e aí vinha uma pessoa mancando, ele parava o cara e perguntava: "Foi o Otto Alencar que te operou?" (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu achei que o...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Passaram a vida inteira me jogando areia, entendeu? Mas não conseguem deslustrar a minha imagem de cirurgião. Pelo menos, no meu estado, eu sou muito respeitado. professor por muitos anos, por concurso público, trabalhei bastante, não tenho nenhum problema com o Cremeb.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sergipe, Sergipe...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não tem ninguém mancando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sergipe é mais vizinho do que o Ceará, hein? Tem alguém mais de perto na campana, mas eu não quero entrar nessa intriga, eu quero é cumprimentar, sinceramente, o Senador Fabiano Contarato, que à semelhança do Senador Alessandro Vieira, nos traz, como faz constantemente o Senador Alessandro e hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, a experiência do real, do real profissional para animar e para ilustrar um projeto de lei desta magnitude.

Cumprimento o Senador Flávio Bolsonaro, que conseguiu fazer essa obra de artesanato, consultando, ouvindo, ou seja, subordinando o seu relatório a um consenso.

Quero subscrever todas as manifestações de aplauso e concluir trazendo aqui um assunto para nossa reflexão, porque esse tema é muito complexo. Santo Agostinho é considerado o primeiro estudioso do tal do livre arbítrio...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Um dos primeiros teólogos da Igreja.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um grande teólogo, Bispo de Hipona. Livre arbítrio. E é dele a seguinte frase: "Não se deve castigar o pecador; deve-se castigar e vituperar o pecado". Ou seja, aquilo que foi feito, por exemplo, entrar numa escola, dar tiros, matar três, quatro pessoas, crianças, isso é um ato hediondo, é um crime hediondo. Se a pessoa tinha 10 anos, 16 ou 70, são circunstâncias que devem ser levadas em conta, mas o que se deve punir e legislar, e é o que nós estamos fazendo, é o pecado.

Então, eu acho que, independentemente de ideologia a respeito de punitivista ou não punitivista, em síntese, as várias escolas penais que debatem, nós chegamos aqui a um denominador comum, máximo denominador comum, que é muito importante na legislação, graças à compreensão da realidade e graças ao sentimento de que nós não estamos punindo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... aquele jovem de 16 anos; nós estamos punindo o que aquela pessoa, independentemente da sua idade, fez, com o rigor que seja exemplar suficientemente para evitar novos traumas do mesmo gênero.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Soraya.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar, parabéns por pautar essa matéria tão importante; em segundo lugar, parabéns, meu amigo querido, Fabiano Contarato. Você realmente é muito genial e muito racional. E isso aqui vai fazer uma grande diferença na nossa sociedade.

Parabéns também pelas emendas e pela contribuição do Senador Alessandro Vieira e parabéns também ao Senador Flávio Bolsonaro pelo brilhante – brilhante –, muito técnico e brilhante relatório.

Eu fico muito tranquila em votar até de olhos fechados, não precisaria nem ler, mas ficou uma dúvida: o cumprimento é sempre no regime integralmente fechado, né? Não existe progressão. Foi uma dúvida que me surgiu: sempre integralmente?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Só para complementar, hoje, se um adolescente pratica um ato infracional, a autoridade policial somente faz o auto de apreensão de adolescente em conflito com a lei se esse ato infracional for praticado com violência ou grave ameaça. Nas demais hipóteses... Por exemplo, um furto: chegava a polícia militar até a minha pessoa, como delegado de plantão, conduzindo um rapaz que praticou um furto. Como é um crime praticado sem violência ou grave ameaça, ainda isso vai continuar, vai-se lavrar um boletim de ocorrência circunstanciado e entrega para família. Então, o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente já determina o local, que é o local de internação, e é por isso que não é pena, é medida socioeducativa de internação para aqueles adolescentes.

Eu só quero também fazer uma ressalva, Senadora Soraya – obrigado pela oportunidade –: eu fiz uma pesquisa em todos os G20 – nos G20, Senador Otto – e, nas grandes democracias, o período é muito maior. O país mais permissivo que tem, com relação a adolescente em conflito com a lei que pratica violência, grave ameaça ou equiparado a hediondo, é o Brasil. Então, eu estou com a consciência tranquila, e a senhora pode ficar com a consciência tranquila, porque essa unidade de internação é totalmente diferente, e é por isso que não tem essa progressão. Ela tem uma unidade de internação para adolescente em conflito com a lei. Só isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ótimo, eu fico tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para complementar também com relação à questão que a Senadora Soraya colocou, também tem ali a previsão legal de que o juiz pode, em determinados momentos, avaliar se ele está em condições de voltar ao convívio social ou algo do tipo e acabar voltando antes de cumprir esse prazo máximo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – É verdade. Obrigada, Senador Flávio. Realmente, e a reavaliação passou para anual agora, não é? Passou a ser anual.

Eu gostaria só de destacar aqui, porque iremos precisar, sim, de investimento, porque o investimento na socialização ou ressocialização... Acho que é socialização, porque um jovem numa situação dessas parece que nunca foi socializado, mas o investimento é necessário e, por isso, eu gostaria de lembrar uma situação em relação à progressão de regimes, para que cada Senador, em relação à sua unidade da Federação, fique atento, porque somente Mato Grosso do Sul, a capital, Campo Grande, e Santa Catarina, a terra do nosso brilhante, literalmente, Amin, têm uma estrutura realmente de progressão de regime, para que se permita passar do fechado para o semiaberto e para o aberto, porque, quando não há estrutura de cumprimento de regime semiaberto, o juiz é obrigado a passar do fechado para o aberto direto – é o grande saidão.

Lembro que, uma vez, há poucos anos, numa empresa da nossa família, uma gangue, uma organização criminosa entrou na empresa, e exatamente um menino de 17 anos fez a nossa funcionária de refém. Ele foi a pessoa que acabou morrendo, porque o policial atirou exatamente nele, e a nossa funcionária, Roseli, sobreviveu, graças a Deus. Mas por que era o menor? Utilizam-se dos menores para ficar na linha de frente. Foram anos e anos de processo, e os policiais sofreram por conta da morte do menor. Então, é bem mais delicado, e isso nos preocupa também.

Mas parabéns a todos e parabéns aqui à nossa CCJ!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A discussão está encerrada.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Mecias, é que V. Exa. não pediu inscrição.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – É, perdoe-me, Presidente, mas serei rápido.

Eu quero também, a exemplo dos demais colegas, parabenizar o autor do projeto, Senador Fabiano Contarato, e parabenizar, principalmente, pelo grande trabalho feito, grande relatório, o Senador Flávio Bolsonaro. É um grande avanço para tentarmos reduzir a criminalidade cometida por menores.

Eu ainda creio – e sou favorável – que a redução da idade penal é que seria o ponto focal. Essas medidas todas aqui poderiam estar escritas, mas com redução da idade penal. Sou muito claro, Sr. Presidente, e não tenho como negar que defendo isto: para alguns crimes, como estupro, assalto seguido de morte, sequestro seguido de morte, pedofilia, eu sou favorável à pena de morte, porque, para mim, direitos humanos é para humanos direitos. Nós não podemos ter na sociedade elementos que estão claramente cometendo crimes contra as famílias, e o Estado tem que dar a ele o almoço, a janta e ainda pagar a pensão para família. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Determino a abertura do painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram SIM 20 Senadores e Senadoras.

A matéria está aprovada.

O substitutivo, com os ajustes propostos pelo Senador Alessandro Vieira, é aprovado e será submetido a turno suplementar.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Senador Irajá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exa. a inversão de pauta do item 6, Projeto 5.461/2019, de minha autoria e sob a relatoria do Senador Mecias de Jesus, tendo em vista que também é um projeto terminativo aqui na CCJ e, evidentemente, aproveitando o quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Irajá, o Senador Zequinha Marinho já tinha se antecipado a V. Exa. e pedido para que eu colocasse em votação o projeto dele, que o Senador Marcos Rogério vai relatar *ad hoc*; depois, em seguida, o de V. Exa.; e, por último, o item 7.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 425, DE 2024

- Terminativo -

Altera o art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, o Senador Zequinha Marinho tem precedência pela idade. (*Risos.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., passarei à leitura a partir da análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente, frise-se que a proposta não apresenta vícios de constitucionalidade formal ou material. A competência da União para legislar sobre direito penal é expressamente prevista no art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

No plano material, a elevação da pena mínima e máxima do art. 218-B do Código Penal não viola garantias fundamentais nem resulta em criminalização desproporcional, tratando-se de opção legítima de política criminal voltada à proteção reforçada da dignidade sexual de crianças, adolescentes e pessoas em condições de vulnerabilidade, em consonância com o art. 227 da Constituição Federal.

Não há vícios de juridicidade. O projeto promove alteração relevante no Código Penal ao majorar a cominação abstrata da pena para o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual da criança, adolescente ou vulnerável, com a finalidade de corrigir distorções na aplicação prática da sanção, mantendo-se adequado à espécie normativa e aos princípios gerais do direito.

No que se refere à regimentalidade, foram observados, até o momento, todos os trâmites e procedimentos previstos no Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, entendemos que o projeto de lei é conveniente e oportuno.

O aumento da pena mínima de quatro para seis anos e da pena máxima de dez para doze anos no crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável corrige distorções práticas observadas na aplicação da norma em vigor, uma vez que o atual patamar sancionatório ainda admite, em hipóteses de gravidade inequívoca, a fixação de regime inicial aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos. Com a majoração, o tipo penal passa a refletir, de forma mais condizente, a gravidade da conduta, assegurando maior efetividade à tutela da dignidade sexual de pessoas em condições de hipervulnerabilidade.

Além disso, a alteração legislativa fortalece o caráter dissuasório da norma e responde adequadamente à realidade criminológica. A exploração sexual de menores e vulneráveis, muitas vezes praticada de modo sistemático e com fins lucrativos, constitui uma das mais graves

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violações de direitos humanos e exige uma reprimenda compatível com sua nocividade social. A majoração da pena contribui para reduzir incentivos à prática, conferir maior efetividade à persecução penal e harmonizar o ordenamento interno aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção sobre os Direitos da Criança e o Protocolo Facultativo relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil.

Em síntese, a proposição eleva a resposta penal a um patamar compatível com a gravidade do delito e concretiza os deveres constitucionais de proteção integral e prioridade absoluta a crianças e adolescentes, mostrando-se, por isso, conveniente, proporcional e juridicamente adequada.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 425, de 2024.

Sr. Presidente, é o relatório, que apresento com recomendação de voto favorável. Cumprimento, pela iniciativa, o Senador Zequinha Marinho e subscrevo, integralmente, na condição de Relator *ad hoc*, o relatório apresentado pela eminente Senadora Eliziane Gama.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir...

Eu quero parabenizar o Senador Zequinha Marinho pela iniciativa, que, sem dúvida nenhuma, vai inibir esses crimes que foram relatados pelo Senador Marcos Rogério.

A votação é terminativa.

Eu determino à Mesa que abra o painel para votação.

Os Senadores e as Senadoras poderão votar assim que o painel for aberto para votação.

(*Procede-se à votação.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Solicito aos Senadores e Senadoras que estão nos gabinetes ou em outras Comissões em trabalho que possam votar, em caráter remoto, pelo celular. (*Pausa.*)

Solicito aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar a matéria da iniciativa do Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Pela ordem, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – É apenas para fazer um agradecimento à Senadora Eliziane Gama pelo relatório benfeito que fez e depois ao querido amigo Senador Marcos Rogério, que foi o Relator *ad hoc* desta matéria.

É um projeto simples, mas que eu entendo ser eficiente na questão jurídica, porque, no modelo antigo, o camarada apronta, comete o crime e, em função do tempo de pena, nem é preso, nem é recolhido. Então, para não ficar ninguém impune – e a gente tem que combater a impunidade – é a razão pela qual esticamos a pena nos dois patamares aí para que realmente quem comete tenha que pagar por aquilo que fez.

Lamentavelmente, a legislação aqui e acolá está precisando de ajustes para poder tirar o país dessa situação de impunidade. Acabamos de aprovar um projeto muito importante, de autoria aqui do Contarato, relatado pelo Flávio Bolsonaro, que efetivamente vai começar a dar resultado na hora em que estiver valendo, em função das dificuldades vividas Brasil afora, com adolescentes sendo usados pelo crime ou pelos criminosos maiores de idade para poderem cometer barbaridades e ficarem livres rapidamente do crime em função da legislação atual.

Na mesma linha do primeiro projeto, este nosso segundo está trabalhando no sentido de evitar impunidade e pegar aqueles que realmente cometem crime para pagar por aquilo que fazem.

Era isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem votos suficientes. Determino à Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram SIM 15 Senadores.

A matéria está aprovada e será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Parabéns ao Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Presidente. Muito obrigado a todos os colegas que assim votaram.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 5461, DE 2019

- Terminativo -

Transfere ao domínio dos Estados e Distrito Federal as terras pertencentes à União.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Na 9ª Reunião Extraordinária, realizada em 23/04/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores, nos termos regimentais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 08/10/2025, foi recebido Voto em Separado do Senador Rogério Carvalho;

- Votação nominal.

Esta matéria foi levada à análise numa sessão anterior, foi solicitada a vista, e e agora volta para a deliberação.

Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Otto, quero agradecer a V. Exa. pela condução dos trabalhos e quero cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras.

E vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame neste órgão técnico fracionário do Senado Federal o Projeto de Lei 5.461, de 2019, de autoria do eminente Senador Irajá, que transfere ao domínio dos estados e do Distrito Federal as terras pertencentes à União.

A proposição, em seu art. 1º, faz constar que: "As terras pertencentes à União passam ao domínio do Estado ou Distrito Federal no qual estão compreendidas".

O art. 2º veicula exceções a essa determinação de transferência de domínio imobiliário, nos seguintes termos: "São excluídas da transferência de que trata esta lei as áreas relacionadas nos incisos II, III, IV, VII, VIII, X e XI, do art. 20 da Constituição Federal, as áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas e as áreas destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública e conservação ambiental".

Na justificação, por outro lado, consta que:

> Grandes áreas das terras públicas existentes nos territórios das Unidades da Federação estão sob domínio da União, realidade absolutamente incompatível com a extensão da autonomia político-administrativa com que deve contar um Estado-membro.
> Trata-se, ademais, de situação que vem gerando graves problemas fundiários nos Estados e Distrito Federal, pois dificultam as regularizações e resultam no mau cumprimento da função social do imóvel rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O equacionamento do problema, que garantirá segurança jurídica e resultará no aumento do nível de emprego e da renda das populações das áreas envolvidas, está a exigir a edição de lei federal prevendo a transferência das terras pertencentes à União ao domínio de cada Estado e Distrito Federal, excluindo, certamente, desse rol aquelas que a Constituição reserva ao Ente Federal, de forma similar ao que já foi feito para o Estado de Roraima, pela Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001.

Cito, Sr. Presidente, o Estado de Roraima e o Estado do Amapá.

Não foram oferecidas emendas à referida proposição no prazo regimental.

Análise.

Incumbe a esta Comissão Técnica Permanente, na forma do art. 101 do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre a constitucionalidade, a regimentalidade e a juridicidade das proposições em tramitação, inclusive por despacho da Presidência do Senado Federal, que é o caso (inciso I), e, especificamente quanto ao mérito, sobre bens de domínio da União (inciso II).

O exame da constitucionalidade formal e material da proposição não encontra óbice no ordenamento superior vigente no país.

A juridicidade está garantida pela identificação, nos termos da proposição sob exame, do necessário coeficiente de generalidade e abstração.

A regimentalidade, igualmente, não demanda reparos, uma vez que, no tocante à adoção do procedimento legislativo abreviado, a hipótese encontra amparo no art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A técnica legislativa é adequada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e guarda conformidade aos ditames da Lei Complementar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço aos fotógrafos: por favor, tem um Senador relatando a matéria, e não é próprio que se obstrua a possibilidade de que ele possa fazê-lo com toda a tranquilidade.

Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Obrigado, Presidente Otto.

A técnica legislativa é adequada e guarda conformidade aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, cremos robustas as razões elencadas pelo autor do projeto de lei que temos sob análise.

Ressalte-se, quanto a isso, que o art. 2º do projeto expressamente excluía da transferência dominial da União para a de estado e do Distrito Federal as terras devolutas (inciso II do art. 20 da Constituição Federal), os lagos, rios e cursos de água em terrenos de domínio da União ou conceituados como bens da União (inciso III), as ilhas fluviais e lacustres e as ilhas oceânicas e costeiras definidas como bens da União (inciso IV), os terrenos de marinha (inciso VII), os potenciais de energia hidráulica (inciso VIII), as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos (inciso X) e as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (inciso XI), além de, expressamente, as áreas ocupadas pelas comunidades quilombolas e as áreas destinadas pela União a outros fins de necessidade ou utilidade pública ou conservação ambiental.

Fundamentalmente, então, a transferência dominial imobiliária deve incidir sobre as terras do domínio patrimonial da União – e não do domínio eminente – referidas no inciso I do art. 20 e que não estejam nas situações descritas pelos termos do art. 2º da proposição. Em síntese, portanto, sobre terras abandonadas que hoje integram o domínio patrimonial da União.

Nesse cenário, e à toda obviedade, a transferência de tais imóveis aos estados e ao Distrito Federal vai permitir a utilização e destinação adequadas, o controle, a vigilância e a exploração efetiva, suprindo a omissão federal que hoje se verifica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, e como bem ressaltado pela justificação, essa alteração dominial vai permitir a regularização e a realização efetiva da função social da propriedade.

Sempre é oportuno lembrar que o vigente texto constitucional fez constar expressamente essa preocupação com a desídia da União na gestão efetiva das terras sob seu domínio, ao reconhecer como bens dos estados (Constituição Federal, art. 26, inciso IV) as terras devolutas "não compreendidas entre as da União", ficando sob propriedade federal apenas as marcadas pelo critério da indispensabilidade (Constituição Federal, art. 20, inciso II) à "defesa de fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental".

A *mens constitutionis*, portanto, foi transferir aos estados todas as terras devolutas, conceitualmente definidas como as terras públicas que não estejam afetadas a nenhuma destinação pública ou utilização imediata, que, abandonadas pela União, não estivessem diretamente ligadas às finalidades elencadas, permitindo, assim, o seu efetivo aproveitamento.

Sr. Presidente, o meu voto e parecer é pela aprovação da matéria, parabenizando o Senador Irajá e dizendo claramente o que já disse aqui no meu relatório e voto: que os estados, a União estará certamente respeitando o pacto federativo no momento em que transferir as terras que pertencem aos estados de fato e de direito. Os estados precisam se desenvolver, estão mais próximos dos problemas, precisam documentar as terras dos proprietários.

Portanto, está de parabéns o competente Senador Irajá, do nosso querido Estado do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Está sobre a mesa um voto em separado da lavra do Senador Rogério Carvalho.

Peço ao Senador Rogério Carvalho que possa fazer a leitura do seu voto em separado, para análise posterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, vou ser sucinto para que a gente possa avançar nas discussões aqui no dia de hoje.

Esse projeto tem várias inconstitucionalidades. Não há fundamento constitucional que ampare a transferência diretamente da Lei nº 10.304/2001, por exemplo, Roraima e Amapá, que foi baseada no art. 14 do ADCT. Ou seja, não dá para a gente tomar isso como referência para poder fazer uma transferência direta das terras da União para os estados. Com isso, nós vamos ter um problema, porque, na hora da sanção, obrigatoriamente, o Presidente vai ter que vetar esse projeto. Ele vai vetar, porque ele não pode sancionar algo que é flagrantemente inconstitucional. E isso vai gerar mais um problema, mais um litígio na Justiça, e nós vamos cobrar, depois, que o STF, que o Judiciário vai estar legislando. Ele não vai estar legislando; ele vai ser demandado por uma iniciativa flagrantemente inconstitucional, que é a transferência pura e simples de terras da União para estados e municípios.

Esse projeto não é sobre a autonomia dos estados, nem sobre regularização de terras da União; é sobre viabilizar a entrega de terras públicas sem critério e sem definição do papel social dessas terras para os estados. O projeto enfraquece a União, viola o interesse público, incentiva ações que são indesejadas, como, por exemplo, ameaça de comunidades que são vulneráveis, fragiliza a proteção ambiental, pode incentivar a grilagem, porque vai criar um vazio e um debate interminável em termos de constitucionalidade.

Então, diante disso, Sr. Presidente, eu sugiro, antes de a gente defender a rejeição – e, por isso, tenho um requerimento de audiência pública, que não houve audiência pública para discutir matéria de tamanha relevância –, que nós pudéssemos fazer audiência pública antes de a gente votar, porque poderíamos, inclusive, encontrar mais mecanismos para se evitar o debate jurídico pós-veto, derrubada de veto, se ocorrer, e a natural judicialização, porque o que será alegado, objetivamente, vai ser a inconstitucionalidade por conta dos flagrantes problemas de constitucionalidade que tem esse projeto.

Então, se pudéssemos fazer audiência pública, com vários nomes, debater aqui e nós, quem sabe, redesenharmos o projeto, juntos, e encontrarmos um termo que não levasse à necessidade de veto por inconstitucionalidade, seria muito bom, para que o debate não ficasse obstruído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A matéria está em discussão.

O Senador Irajá está inscrito, o Senador Marcos Rogério, o Senador Zequinha Marinho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Presidente, quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Alessandro Vieira, bote aí, Omar, Irajá, o Jaime, Zequinha.

Senador Irajá com a palavra.

Ah, Senador Irajá, tem um requerimento aqui do Senador Rogério Carvalho, na iniciativa de fazer uma audiência pública, nominando várias autoridades que estão interessadas nesse caso. Pergunto a V. Exa. se V. Exa. aceita que se vote o requerimento ou se continuamos a discussão da matéria.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, o projeto em discussão, PL 5.461/2019, de minha autoria, que transfere aos estados da Federação brasileira o domínio das áreas que estão sob a competência da União, Sr. Presidente, tem um único objetivo claro, que é a desburocratização da regularização fundiária dessas áreas que estão sob o domínio da União há muitos e muitos anos e em que, infelizmente, na prática, nós não conseguimos observar nenhum tipo de avanço e evolução nesse sentido, inclusive no sentido de aqui se fazer justiça social, porque nós estamos aqui tratando de áreas que devem cumprir a função social da terra, devem gerar emprego, devem gerar renda, e essas pessoas estão reféns e à mercê da incompetência da União, que não faz a regularização dessas áreas. Essas pessoas ficam na informalidade e na ilegalidade durante uma vida inteira, sem poder contrair um financiamento bancário para o custeio, para o investimento da sua produção, sem poder, inclusive, melhorar a condição e a qualidade de vida da sua família, que depende daquela propriedade. Então, são inúmeras as situações que nós podemos observar em cada estado da Federação. Infelizmente, é uma triste realidade que está acontecendo em todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o primeiro aspecto, Presidente, que eu precisava elucidar aqui perante o nosso Colegiado é que, quanto às áreas em discussão, excetuam-se as áreas que são de quilombolas, as áreas indígenas, as áreas de proteção ambiental, que são as unidades de conservação federais, e também as áreas de fronteira. Essas áreas estão excetuadas. Esse é um primeiro aspecto para o qual eu queria chamar a atenção das senhoras e dos senhores.

Segundo aspecto: é um projeto completamente atemporal. Se vocês observarem, esse projeto nós apresentamos em 2019. De lá para cá, Sr. Presidente, eu sempre fiz uma oposição propositiva aos governos do meu estado. Até 30 dias atrás, eu sempre fui oposição aos governos do meu estado, mas entendendo que essa medida, do ponto de vista do espírito público, é uma medida necessária e importante para o desenvolvimento econômico e social de qualquer estado, seja o Tocantins, seja o Estado do Pará, seja o Estado de Rondônia, seja o Estado de Sergipe, onde houver uma situação semelhante, como já existem no Tocantins: milhões de áreas que estão inviabilizadas.

Um terceiro aspecto para que eu gostaria, Sr. Presidente, também de chamar a atenção dos meus colegas Senadores e Senadoras e, de forma muito respeitosa, do nosso Líder do PT, Senador Rogério Carvalho, por quem eu tenho uma profunda admiração e respeito pela sua visão e por sua opinião, mas, se for inconstitucional, nós vamos precisar, então, revogar duas situações claras no Brasil para as quais foi dado o mesmo tratamento, que são as do Estado de Roraima, para o qual, através da Lei 10.304, de 2001, se transferiram as terras da União para sua regularização fundiária, e, agora, recentemente, este ano, a do Estado do Amapá. O Governo Federal transferiu ao Estado do Amapá as áreas de domínio da União com esse mesmo objetivo que nós estamos discutindo aqui no projeto. Então, nós temos aqui dois precedentes, porque qual é a diferença entre Acre, Tocantins, Pará, Rondônia, Sergipe ou qualquer estado do país em relação aos outros dois estados? Por que para lá é bom e, para os nossos estados, não é bom também? Então, eu acho que não há uma justificativa, aqui, factível para que a gente possa defender um tratamento privilegiado a dois estados, e, para os outros estados, esse mesmo tema não será benéfico. Então, eu acho que é um tema que precisa ser observado.

Em relação ao Estado do Tocantins – e eu estudei com muita profundidade esse assunto, meu Líder Omar Aziz –, eu queria trazer aqui dois dados reveladores. O meu Estado do Tocantins tem 139 municípios. Você sabe quantos municípios do Tocantins não têm regularização fundiária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque os municípios estão na área da União? São 96 cidades. Setenta por cento dos municípios do Tocantins não têm regularização fundiária. O que isso significa? Que naquelas cidades, Senador Mecias, que têm 3 mil habitantes, 4 mil habitantes, 10 mil habitantes, o cidadão sequer tem um título da casa dele, um título do terreno, uma escritura da casa dele, porque não conseguem regularizar o perímetro urbano da cidade. Olha o tamanho, a dimensão do problema que nós estamos aqui discutindo! E não é diferente, pelo que eu pude pesquisar, nos outros estados. Tem estados em que 30% dos municípios não estão regularizados, tem estados que têm 50%. O Tocantins é um caso mais crônico, e eu queria aqui compartilhar, trazer para esta discussão.

Na zona rural, é outro desastre. O Tocantins, Sr. Presidente, tem 28 milhões de hectares – é a sua extensão territorial –, e, dos 28 milhões de hectares, 14 milhões são contingenciados por lei, porque são áreas de preservação permanente, são unidades de conservação, são áreas quilombolas, são áreas indígenas. Metade do Tocantins está contingenciado. Sobra a outra metade, 14 milhões. Dos 14 milhões que estão aptos à produção de alimentos, hoje, nós só produzimos em 7 milhões, um quarto do território do Tocantins. Desses 7 milhões, sabem quantos milhões de hectares estão irregulares em áreas da União, Senador Bagattoli? Quatro milhões. São milhões de hectares sem títulos, sem títulos definitivos desses produtores, 90% deles pequenos produtores, que têm menos de quatro módulos fiscais, que é o que caracteriza a pequena propriedade, que estão inviabilizados, que não podem tirar um financiamento, não podem melhorar a condição e a qualidade de vida da sua família, que vivem do sustento da sua propriedade rural.

Portanto, nós não podemos achar que as coisas vão se resolver dessa forma. Nós precisamos tomar uma providência. E eu acredito, na minha modesta opinião, que os estados têm, sim, mais prioridade, mais urgência na solução desse problema, porque têm técnicos, têm profissionais, têm servidores capacitados para fazer todo esse trabalho da regularização fundiária baseados no nosso arcabouço jurídico, tem o Terra Legal, que é uma lei federal. Então, dentro do guarda-chuva do Terra Legal, por que os estados também não podem fazer a sua regularização fundiária dessas áreas?

Eu queria compartilhar, Sr. Presidente, com os meus colegas Senadores e Senadoras, esses dados e a minha preocupação, que eu imagino que seja também a preocupação da grande maioria aqui dos outros estados da Federação que estão vivendo esse drama, como nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivendo no Estado do Tocantins. Sem prejuízo à divergência do nobre colega Senador Rogério Carvalho, nós não podemos mais perder tempo.

Então, o meu apelo, Sr. Presidente, é que nós possamos encaminhar a votação do mérito do relatório do Senador Mecias de Jesus.

Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, o senhor me permite um pela ordem aqui? Pela ordem. Aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É porque...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O requerimento proposto pelo Senador Rogério Carvalho eu vou colocar em votação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Em votação o requerimento de audiência pública.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado o requerimento.

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Omar Aziz está inscrito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, é pela ordem mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É apenas para que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para que se faça, da parte do Relator e do autor, um esclarecimento, porque veja, o Senador Irajá verbalizou, nas palavras dele, qual é o objetivo do projeto. Só que o que ele verbaliza não corresponde ao texto formal do projeto, uma vez que este projeto apresentado e relatado sem alterações pelo Senador Mecias não corresponde àquela situação que foi aplicada ao Amapá e a Roraima – não corresponde –, porque abre exceções, permite a transferência, por exemplo, dos recursos minerais, inclusive de plataforma continental. Sim, porque não fez a exceção.

Então, como talvez tenha sido um lapso técnico, por isso eu faço um pela ordem para que eles possam observar, porque, enquanto a 10.304 excluía da transferência todos os bens da União que estão listados nos incisos de II a XI do art. 20, este projeto só faz a exclusão dos incisos II, III, IV, VII, VIII, X e XII. Então, permite a transferência dos recursos naturais de plataforma continental, de zona econômica exclusiva, do mar territorial e dos recursos minerais, Sr. Presidente. Então, o impacto econômico para a Federação é astronômico.

Eu estou falando de um estado que é muito bem aquinhoado com bens minerais – graças a Deus, Sergipe é uma província mineral riquíssima –, mas, para a Federação brasileira, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação açodada desse projeto gera um prejuízo financeiro imenso, incalculável, eu diria. Então, é só para corrigir se tiver algum erro formal por parte deles.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu estou inscrito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Omar está inscrito, está aguardando.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu só gostaria...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – É só pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO. Pela ordem.) – No sentido de construir um consenso, qual seria o inciso que não foi contemplado no texto que abrangeria, então, os recursos minerais?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Os mesmos do Amapá e de Roraima.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Exato.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Pois é. Quais são os incisos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Quanto a isso aí, sem problema, Irajá.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Seria excluir da transferência, da hipótese de transferência, do inciso II ao XI do art. 20 da Constituição. Então, você teria que acrescentar pelo menos mais uns quatro ou cinco incisos, que, por algum motivo, por alguma falha técnica...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Faltou isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... vocês não se lembraram de colocar.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Exato.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu tenho uma proposta, eu tenho uma proposta. Eu tenho uma proposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu queria consultar o Relator, o Senador Mecias, e o Senador Irajá...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu tenho uma proposta para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... sobre se nós poderíamos suspender a votação hoje, entraria em acordo e na próxima quarta-feira, a gente analisaria a matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. concorda?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu só queria defender, Sr. Presidente... (*Fora do microfone.*) O senhor me dá um minuto, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Veja bem, ninguém sofre mais sobre regularização fundiária do que nós. Terra Legal não funciona no meu estado, isso é para inglês ver – é para inglês ver –, vamos ser sinceros...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – No seu estado? Funciona onde?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não, no meu estado não funciona, eu não posso falar pelos outros estados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Em Rondônia também não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Estou falando no meu. Na verdade, é o seguinte: sobre tudo o que o Senador Alessandro falou, eu concordo plenamente com V. Exa., a gente pode adequar o texto. Agora, veja bem, tem assentamento feito pelo Incra que o Incra não tem dinheiro para regularização. Ou não tem, ou não quer fazer politicamente. Porque não é interesse da equipe do meio ambiente... E eu não estou falando do Governo Lula, não; eu estou falando de todos os governos.

Para vocês terem uma ideia, o Fernando Henrique Cardoso criou uma reserva no Javari, lá onde foi morto aquele jornalista e aquele servidor do meio ambiente. E o Estado saiu de lá, quem tomou conta foi o narcotráfico; o Estado não está presente. A grande preocupação nossa hoje, principalmente na minha região – vamos falar de Amazonas, onde você tem mais de 97% da sua floresta em pé –, lá, os olhos estão voltados, e é título sobre título, ninguém sabe quem é o dono verdadeiro, para ter centenas de milhares de hectares para vender crédito de carbono, rapaz. Hoje o Estado brasileiro não ganha com isso, quem está ganhando é empresário. Não fica absolutamente nada para as comunidades tradicionais, originárias, elas não usufruem disso.

O que nós temos é o seguinte: vários assentamentos feitos por diversos governos, sem regularização, porque o Governo Federal não regulariza, o estado não pode regularizar. Com essas preocupações levantadas pelo Senador Alessandro – e aí o Senador Rogério também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levanta essas preocupações –, eu também concordo. Não dá para você pegar áreas minerais, de gás, petróleo e entregar para o governo, seja para qualquer governo, não adianta. Isso aí é uma questão nacional, isso aí é uma questão de soberania nacional. Não é a soberania do estado. Agora, tem áreas em que, infelizmente, o cara vai para lá na perspectiva de regularizar, mas nunca consegue um crédito para poder produzir. E eu estou falando não é de grandes produtores, não, estou falando da agricultura familiar – e tanto se defende a agricultura familiar neste país –, em que pequenos produtores não regularizam suas áreas e não têm acesso a crédito, não têm acesso a assistência técnica. E aí começa a devastação. Por quê? Porque é terra de ninguém. Quando você é proprietário daquela área, você cuida daquela área.

Hoje, Senador Paim, há uma operação da Polícia Federal e do Ibama, vão lá, tocam fogo em trator, tocam fogo em retroescavadeira, tocam fogo em tudo, e você não sabe quem é o proprietário da área, porque não está regularizada, mas tem gente morando lá, vivendo lá. Aí, então, você não tem como responsabilizar a pessoa. Eu estou dando um exemplo. Agora mesmo nós tivemos, lá no Rio Madeira, a explosão de quase 400 balsas – 400 balsas. A maioria dessas balsas era de pessoas humildes, mas não prenderam um narcotraficante. Estão dizendo que é o narcotráfico que está por trás, mas não foi presa uma pessoa. Como é que pode a Polícia Federal fazer uma operação e não prender ninguém – me explica? Foi lá, explodiu, tocou fogo, e não prendeu ninguém. Não que eu seja favorável à exploração irregular, irresponsável e criminosa que é feita, não sou. Sou a favor de que seja regulamentada e de que os povos tradicionais...

Muita gente fala de indígena sem conhecer indígena. O meu estado tem 77 etnias, é a maior população indígena. Vocês acham mesmo que o indígena quer viver mal? Que o indígena quer viver com dificuldades? Ou o que ele quer é usufruir daquilo que é dele – daquilo que é dele, tradicionalmente é dele? Ele quer usufruir daquilo de forma responsável e sustentável – de forma responsável e sustentável.

Por isso que eu sou a favor, Irajá. Só acho que o Senador Otto colocou uma coisa... A gente pode voltar, na semana que vem, fazendo as adequações, conversando com o Rogério, conversando com o Alessandro. A gente faz as adequações necessárias para que não se criem dúvidas sobre aquilo que nós estamos propondo. A proposta nossa não é nada mais e nada menos que uma proposta social, de regularização para as pessoas, principalmente para a agricultura familiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora mesmo no Amapá, os indígenas... E ontem eu falei com o Senador Davi Alcolumbre que essa medida provisória agora... Essas pessoas trabalham dez meses para plantar mandioca e colher para fazer farinha. Deu lá o negócio da bruxa, aquela doença da bruxa que dá no cacau lá na Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Vassoura-de-bruxa.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... vassoura-de-bruxa, e exterminou a mandioca, a macaxeira dos indígenas. E eles vão viver de quê? Vão viver de quê? Por esses dez meses que eles trabalham, vão receber o quê? Uma cesta básica? E ele vai comprar remédio com que dinheiro? Ele vai pagar a conta de água com que dinheiro? A conta de luz, com que dinheiro?

Então, são pessoas que às vezes são prejudicadas, e a gente não tem uma política pública. Por isso que eu sou a favor do projeto do Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, desculpe-me, Senador Marcos Rogério. O Relator pediu a palavra.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, eu acho melhor ouvir o Relator, porque, a depender da fala dele, nós vamos ter que discutir na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu concordo com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, para chegarmos aqui a um acordo, diante da fala do Senador Alessandro Vieira, eu vou dizer por que nós não citamos esses parágrafos aqui: porque o art. 1º lei apresentada deixa claro "as terras pertencentes à União"; ele não fala de mar, de água, de outros, só de terras. Portanto, esses incisos também...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Debaixo da terra tem petróleo, tem gás...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E os recursos minerais estão preservados pelo art. 176 da Constituição Federal – estão preservados pelo artigo –, por isso nós não citamos isso.

De qualquer forma, para ficar bem claro e não ser necessário adiar essa votação, eu acolho a sugestão do Senador Alessandro Vieira, e o art. 2º do projeto de lei – que está aqui desde 2019, e o meu parecer também é de 2019, já esteve nesta Comissão várias vezes, já foi pedida vista, a votação foi adiada, então acho desnecessário adiar novamente algo tão importante para os estados brasileiros.

O art. 2º passa a ter a seguinte redação: "Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta lei as áreas relacionadas nos incisos II a XI, do art. 20 da Constituição Federal".

É isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É, apenas para, enfim, fortalecer o ajuste e agradecendo já a compreensão de autor e Relator, se vamos reproduzir a lógica que aplicamos para o Amapá – pegar o caso mais recente –, o ideal é que tenha a reprodução do art. 2º daquela legislação, que, se V. Exa. quiser, eu posso fazer a leitura aqui agora.

> Art. 2º São excluídas da transferência de que trata esta lei:
> I – as áreas relacionadas nos incisos de II a XI do art. 20 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> II – as terras destinadas ou em processo de destinação pela União a projetos de assentamento.
> III - as áreas de unidades de conservação já instituídas pela União e aquelas em processo de instituição, conforme regulamento.
> IV – as áreas afetadas de modo expresso ou tácito a uso público comum ou especial.
> V – as áreas destinadas a uso especial do Ministério da Defesa; e
> VI - as áreas objeto de títulos originariamente expedidos pela União e que tenham sido registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis.
> §1º ficam resguardados os direitos dos beneficiários de títulos expedidos pela União, não registrados no cartório de registro de imóveis, observados o cumprimento de eventuais condições resolutivas.
> §2º sem prejuízo da transferência de que trata o art. 1º da lei [aí tem que fazer uma adequação legislativa], a exclusão das terras referidas no inciso VI do *caput* desse artigo será feita priorizando-se os títulos expedidos pela União devidamente matriculados e registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis e que contenham o memorial descritivo com as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais.

Eu estou reproduzindo aqui o texto, porque aquela legislação foi objeto dessa contestação toda, desse debate todo, e aí ela está redonda e assegura tudo, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu proporia que, para outra semana, quarta-feira, o item 1, Senador Irajá, com essas alterações feitas de ordem técnica, que é mais seguro, do que se nós fizéssemos agora.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Só para contextualizar, eu acolho a sugestão do art. 2º do Senador Alessandro Vieira, e a votação fica a cargo de V. Exa. se nesta sessão ou na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos ajustar o texto para a próxima semana, quarta-feira, o item 1 da pauta.

Não é coisa de urgência, é um caso eletivo, nós vamos dar oito dias, vem uma redação melhor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O quê?

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

Vem ele de novo com medicina. É urgência? Só é urgência quando está sangrando, amigo, não é eletiva. Hoje é eletivo aqui.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Item 1 da pauta de quarta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – De acordo, Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - TO) – Perfeitamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se o Senador Irajá concorda, nós vamos ao item 3, que já foi lido e é da relatoria da Professora Dorinha.

Já foi pedido vista pelo Senador Eduardo Girão. Trata-se de cargos lá no Tribunal de Justiça do Trabalho (STJ). Portanto, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, coloco em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Com os votos contrários do Senador Eduardo Girão e do Senador Carlos Portinho, o relatório aprovado passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, e a matéria vai ao Plenário do Senado em regime de urgência.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dois minutinhos.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Eu quero pedir urgência nesse projeto.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – É, urgência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Em votação o requerimento do Senador Omar e da Senadora Soraya.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal, como pede o Senador Davi Alcolumbre.

ITEM 7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 148, DE 2015

- Não terminativo -

Altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à Proposta, com três Emendas que apresenta.

Observações:

Foram realizadas duas audiências públicas para instrução da matéria.

Trata-se de uma emenda constitucional, uma PEC, de autoria de um dos Senadores mais respeitados, com uma história de vida que honra o Senado Federal, pela sua dignidade, pelo seu compromisso social, pela sua trajetória de defesa do trabalho, de acordo com a legislação. E eu homenageio sempre o Senador Paulo Paim, do Estado do Rio Grande do Sul, que encaminhou essa proposta de emenda constitucional na redução da jornada de trabalho.

Hoje a jornada é 6x1, e várias empresas, indústria, comércio já praticam a jornada de 5x2, com 40 horas semanais. É um momento de se debater esse tema.

E, de acordo com o que eu penso, certamente o Relator, a quem eu vou passar a palavra, vai propor, como já combinamos, as audiências públicas, para que sejam ouvidos os sindicatos, seja ouvido o sindicato patronal, a Confederação Nacional da Indústria, do Comércio. Esse é um tema que precisa ser exaustivamente debatido.

Não é porque eu sou favorável que eu não vou... Eu pessoalmente sou favorável à jornada 5x2, até porque, no início da minha vida, eu dava três plantões por semana de 24 horas, como médico, para ganhar dez salários mínimos. Então, realmente, eu acho que é preciso ser revisto de alguma forma esse tipo de trabalho, no momento em que a atualização do trabalho já começa com o trabalho remoto, já começa também com vários setores trabalhando apenas cinco dias e folgando dois. É até bíblico isso, né? Descansou depois...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas o trabalho remoto é trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O trabalho remoto é trabalho, é dia de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, mas são cinco dias também.

Então, Senador Rogério Carvalho, com a palavra.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Espera aí. Só uma dúvida, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Há um acordo para audiências públicas. Foi isso que entendi?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente, audiência pública. Nós vamos fazer tantas... Senador Carlos Portinho, nós vamos fazer audiências públicas tantas quantas forem necessárias, com todos os setores. Eu combinei...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Eu quero só, depois, propor os participantes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... isso, inclusive, com o Líder Senador Rogerio Marinho.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Deixe-me só dizer uma coisa, Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já tem aqui, inclusive, um pedido de requerimento de audiência pública.

Depois de V. Exa. ler o seu relatório, eu vou colocar e vamos aprovar os requerimentos de audiência pública, tantos quantos forem encaminhados.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu queria agradecer a V. Exa. por pautar matéria de tamanha relevância.

Eu quero cumprimentar o autor, o Senador Paulo Paim, e também, aqui, a Deputada Erika Hilton, que é autora de uma PEC com o mesmo teor na Câmara dos Deputados e que nos prestigia aqui com a sua presença.

Direto aqui ao relatório, Sr. Presidente.

Vem a exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 148, de 2015, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, que altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.

A proposta foi apresentada, em 17 de novembro de 2015, por membros desta Casa, com fundamento no art. 60, I, da Constituição Federal, tendo o objetivo de fixar em 36 horas semanais o limite máximo para a jornada de trabalho. A proposta foi arquivada ao final da legislatura, nos termos do §1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal. Contudo, na sessão deliberativa de 16 de março de 2023, foi aprovado o Requerimento nº 98, de 2023, do Senador Paulo Paim, solicitando o desarquivamento da proposta.

Quanto ao aspecto normativo, o art. 1º da proposta altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, dispondo que a duração do trabalho normal não será superior a 8 horas diárias e 36 semanais, facultando a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Para garantir uma transição gradual, em seu art. 2º, a proposição fixa a implementação do novo limite de forma gradativa, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte ao do exercício em que for aprovada a emenda, a jornada de trabalho normal não poderá ser superior a 40 horas semanais, diminuindo gradativamente em uma hora por ano até o limite mínimo de 36 (trinta e seis) horas, não podendo a jornada de trabalho normal ser superior a 44 (quarenta e quatro) horas semanais até a referida implementação.

A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça para emissão de parecer, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fim de aprofundar as discussões sobre o tema e embasar adequadamente a análise desta matéria, o Senado Federal realizou sessão especial e diversas audiências públicas para debater o fim da jornada 6x1 e a redução da jornada de trabalho, destacando-se, entre esses eventos:

- audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos, em 5 de maio de 2025 e na Comissão de Assuntos Sociais, em 9 de junho de 2025, ambas presididas pelo Senador Paulo Paim, das quais participaram representantes do Ministério Público do Trabalho, da magistratura trabalhista, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, do Ministério do Trabalho e Emprego, da Organização Internacional do Trabalho, de sindicatos, centrais sindicais e federações de trabalhadores, de organizações da sociedade civil e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos;

- na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ocorreram duas audiências importantes, presididas por este Relator, a primeira, em 8 de abril de 2025, com representantes do Movimento Vida Além do Trabalho, do Ministério das Mulheres, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho e de diversas representações de trabalhadores, e a segunda, em 2 de setembro de 2025, reunindo especialistas da Confederação Nacional da Indústria, da magistratura trabalhista, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e representantes de sindicatos e centrais sindicais;

- o evento mais significativo foi a sessão especial do Plenário, presidida pelo Senador Paulo Paim, em 9 de maio de 2025, celebrando o Dia do Trabalhador, que contou com o Ministro do Trabalho, com diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, representantes de associações médicas e jurídicas trabalhistas, além de representantes de algumas das principais centrais sindicais do país.

Esses eventos consolidaram um amplo diálogo social sobre a superação do regime 6x1, envolvendo Governo, trabalhadores, empregadores e especialistas.

Análise.

A proposta apresentada observou o requisito da iniciativa de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal, prevista no art. 60, inciso I, da Constituição Federal. Também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há violação às limitações materiais ou circunstanciais que as propostas de emenda à Constituição devem respeitar.

Não encontramos na proposta vícios de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

Sob a perspectiva histórica, a luta pela redução da jornada de trabalho existe desde o início da organização da classe operária no sistema capitalista. Os movimentos iniciais, na primeira Revolução Industrial, pugnavam pela redução de jornadas de trabalho, que alcançavam até 18 horas diárias. Naquele período em que a jornada era de 18 horas, havia quem dissesse que as empresas quebrariam se houvesse a redução da jornada. Nos Estados Unidos, a luta pela redução da jornada laboral de 16 para 8 horas diárias ficou marcada no ano de 1886 por pelo menos quatro trabalhadores mortos nas manifestações, óbitos que marcaram a data de 1º de maio como o Dia do Trabalhador em quase todos os países do mundo.

Vejam que essa matéria mobiliza os diversos segmentos da sociedade e que é fundamental o debate que nós estamos fazendo no dia de hoje.

Esse movimento internacional encontrou eco no Brasil, em que a luta pela redução da jornada de trabalho começou com a industrialização, por volta de 1900, impulsionada por operários imigrantes europeus que trouxeram ideologias de transformação social. Nesse período, as condições eram precárias, com jornadas de 12 a 16 horas diárias para adultos, mulheres e crianças. Portanto, a sanha exploradora não tem limite com relação a gênero e idade.

Em resposta a essa situação, os primeiros avanços surgiram em 1891, quando foi proibido o trabalho de menores por mais de 9 horas no Rio de Janeiro. Entretanto, a grande mudança veio apenas em 1932, com Getúlio Vargas estabelecendo a jornada de 8 horas diárias e 48 horas semanais, posteriormente consolidada na CLT de 1943.

Décadas após a previsão das 8 horas diárias na Consolidação das Leis do Trabalho, a questão da jornada voltou ao centro do debate político durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). Os Deputados constituintes Paulo Paim e Luiz Inácio Lula da Silva lideraram a luta pela aprovação de emenda que estabeleceria jornada de 40 horas semanais, inaugurando uma nova etapa na reivindicação por melhores condições laborais. A Comissão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ordem Social, uma das oito Comissões temáticas da Constituinte e responsável pela legislação trabalhista, aprovou a adoção dessa jornada, porém a mudança foi derrotada mais tarde na Comissão de Sistematização e na votação final em Plenário. Ao final, optou-se por uma redução mais conservadora na jornada para 44 horas semanais. Portanto, estamos com a mesma jornada desde 1988, que já foi uma conquista aquém do que era demandado e do que era objeto de disputa na Assembleia Nacional Constituinte, que ficou em 44 horas semanais ao final.

Mais recentemente, as manifestações contrárias à jornada 6x1 ganharam força nas redes sociais, culminando na criação do Movimento Vida Além do Trabalho – aqui ao meu lado, está a Deputada Erika Hilton, que foi, senão a principal defensora, a protagonista desse Movimento Vida Além do Trabalho –, para assegurar equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. Sob esse prisma, a jornada 6x1 é criticada por aumentar riscos de acidentes devido ao cansaço, por diminuir a qualidade do trabalho e por causar danos à saúde, prejudicando o bem-estar geral dos trabalhadores.

Do ponto de vista da saúde ocupacional, a extensão da jornada possui correlação direta com os riscos laborais. Estudos demonstram que a extensão do contato com certas atividades ou ambientes é elemento decisivo na configuração de efeitos insalubres, tornando a redução da jornada medida profilática importante – profilática, preventiva – na moderna medicina do trabalho. Portanto, não se trata apenas de consequências econômicas, mas também de efeitos na saúde, segurança e nas repercussões sociais de maior tempo disponível para lazer e família.

No plano internacional, a limitação razoável das horas de trabalho é consagrada como direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pelo Protocolo de São Salvador (art. 7º, alínea “g”). Com lastro nesse reconhecimento, a Organização Internacional do Trabalho estabeleceu marcos importantes ao longo dos anos: em 1919, a primeira convenção sobre a Duração do Trabalho na Indústria, definiu que a jornada de trabalho não deve ultrapassar 8 horas por dia e 48 horas por semana. Esse limite foi ratificado por apenas 52 países. Posteriormente, em 1935, em razão do alto índice de desemprego da época, a organização estabeleceu uma nova convenção, com um limite de 40 horas semanais – 40 horas semanais, vejam, a gente está com 4 horas à frente. Consolidando essa evolução, em 1962, a OIT lançou a Recomendação de Redução da Jornada de Trabalho, citando as 40 horas semanais como um “padrão social a ser alcançado por etapas, se necessário”.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É nessa moldura de evolução gradual dos padrões internacionais que o pleito pelo fim da jornada 6x1 se insere, representando um passo natural na expansão dos direitos humanos e na busca por tornar mais efetiva a proteção aos trabalhadores.

A despeito disso, propostas de redução da jornada enfrentam resistência sistemática em muitos países. Setores patronais mobilizaram (e mobilizam) argumentos sobre impactos na competitividade e nos custos empresariais, manifestando-se por meio de análises pessimistas e pressões políticas. Contudo, a experiência demonstra que tais resistências frequentemente se baseiam em pressupostos questionáveis, sendo desmentidas pelos resultados práticos das reformas adotadas.

Superando essas objeções, estudos empíricos contradizem sistematicamente os argumentos alarmistas comumente invocados contra a redução da jornada de trabalho. A literatura científica de mais elevado padrão indica ausência de prejuízos econômicos (relacionados ao emprego, à produtividade ou ao desempenho das empresas) nas situações em que há redução da jornada de trabalho.

Exemplificando essa linha de resultados, em Portugal, pesquisa de Raposo e Ours – aqui, pode ser "outros", eu não sei é sobrenome, só para deixar a correção aqui – avaliou o impacto da redução obrigatória da semana de trabalho de 44 para 40 horas, efetivada gradualmente a partir de 1º de dezembro de 1996. Os autores examinaram variações regionais, setoriais e por tamanho de empresa na proporção de trabalhadores afetados pela medida e descobriram que a redução da jornada teve efeito positivo no emprego ao diminuir a destruição de postos de trabalho. A explicação para esse resultado reside no fato de que o aumento da flexibilidade no uso da jornada padrão facilitou o ajuste da força de trabalho, reduzindo os custos trabalhistas e, consequentemente, os desligamentos.

De forma ainda mais promissora, na Espanha, excelente estudo de Cárdenas e Villanueva demonstrou que a redução da jornada de 40 para 35 horas poderia criar cerca de 560 mil novos postos de trabalho, diminuiria o desemprego em 2,6 pontos percentuais, aumentaria os salários em 3,7%, elevaria a participação dos salários na renda nacional em 2,1 pontos percentuais e ainda incrementaria o PIB em 1,4%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contexto brasileiro, análises realizadas confirmam essa tendência. Investigação de Gomes e coautores revelou que a redução da jornada máxima semanal para 40 horas semanais criaria mais de 467 mil empregos nas regiões metropolitanas. Em análise mais ampla, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estimou que uma redução de quatro horas na jornada máxima semanal geraria mais de 3,5 milhões de postos e ampliaria a massa salarial em R$9,25 bilhões.

Além dos benefícios imediatos para o emprego, o argumento em favor da redução da jornada laboral é fortalecido pelo fato de que as transformações tecnológicas contemporâneas, especialmente automação, internet das coisas, computação em nuvem, análise de megadados e inteligência artificial, juntamente com os avanços recentes no campo econômico e social, tais como a reforma tributária, a expansão do ensino em tempo integral e o incentivo ao aumento da escolaridade com o Programa Pé-de-Meia, podem elevar substancialmente a produtividade laboral no país, nas próximas décadas. Consequentemente, essa eficiência econômica crescente não apenas viabiliza, mas também justifica jornadas de trabalho mais curtas, mantendo os níveis de produção, enquanto se oferece aos trabalhadores maior tempo para atividades pessoais e bem-estar, o que não é menos relevante; aliás, deve ser o centro das nossas preocupações aumentar o tempo de vida útil das pessoas, dos trabalhadores.

É importante reconhecer, contudo, que existem estudos contrários, como os elaborados por pesquisadores da Fundação Getulio Vargas e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, que projetam perdas econômicas significativas.

Embora essas análises certamente mereçam consideração no debate público, suas conclusões devem ser interpretadas à luz de importantes limitações metodológicas. Sob esse enfoque, as principais restrições técnicas identificadas incluem: utilização de análise de equilíbrio parcial, pressuposição de demanda por trabalho constante, desconsideração de efeitos de equilíbrio geral e análises setoriais limitadas. É óbvio que aqui ninguém leva em consideração a automação, a inteligência artificial e tudo aquilo que a redução da jornada, por exemplo, poderia demandar em termos de aumento da produtividade com incorporação de mais tecnologia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhoria das condições de trabalho e diminuição do trabalho sofrido com a inclusão da automação e da mecanização no exercício da atividade laboral.

Respaldando a crítica metodológica, especialistas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) argumentam que as abordagens estáticas não capturam fatores importantes, tais como adaptações empresariais, reorganização do trabalho, melhorias de processos e efeitos multiplicadores do aumento do consumo decorrente de maior tempo livre. Noutras palavras, esses estudos subestimam a capacidade de adaptação da economia às novas regras.

Um parêntese para a gente descontrair e dar um tempo para nossa mente: o senhor sabe que, estatisticamente, usar isqueiro no bolso tem uma associação fortíssima com o aumento de câncer de pulmão, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra, a não ser o fato de quem fuma portar isqueiro no bolso. Então, às vezes, determinados estudos que usam dados estatísticos para confundir e não para esclarecer e colocar luz sobre determinados temas.

Essa divergência explicita a complexidade inerente à modelagem econômica de reformas estruturais. Conquanto tenhamos convicção do nosso acerto, reconhecemos a legitimidade de algumas das preocupações levantadas pelos estudos contrários, de maneira que esta proposta de emenda à Constituição incorpora mecanismos de precaução por meio da implantação gradual e escalonada da nova jornada.

Dessa forma, a transição progressiva permitirá o monitoramento dos impactos econômicos, viabilizando ajustes pelos empregadores nos setores atingidos, caso sejam necessários. Sendo assim, as regras de transição funcionam simultaneamente como resposta às críticas e como salvaguarda contra eventuais efeitos adversos não antecipados, demonstrando que o legislador considera tanto as evidências favoráveis quanto aquelas divergentes em suas conclusões.

Aliás, a própria experiência constitucional brasileira – voltando à vida real – reforça nosso diagnóstico em favor do acerto da diminuição da carga horária: quando a Constituição de 1988 reduziu de 48 para 44 horas a jornada semanal de trabalho, não houve aumento do desemprego em 1989. Ao contrário, como bem documentado por Gonzaga e coautores, verificou-se um aumento do salário real por hora em relação aos demais trabalhadores, confirmando que a redução do limite máximo da jornada não causa destruição de postos de trabalho nem queda de renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro parêntese, Sr. Presidente: eu convivi com um empresário que todo mundo abordava, oferecendo para ele isenção tributária, juros baixos, uma série de benefícios, para movimentar o negócio dele. Ele disse: "Tudo isso é muito importante, mas mais importante é ter demanda, para que a gente possa produzir e atender a esta demanda".

O que eu estou querendo dizer é que, se a economia vai bem, se a economia está pujando, está crescendo, ninguém vai demitir ninguém, os custos serão absorvidos, e a gente vai viver numa sociedade mais justa, numa sociedade mais equilibrada e com pessoas mais felizes.

No entanto, em que pese a força do precedente histórico positivo de 1988, é necessário avançar ainda mais, pois os dados atuais revelam que a jornada média continua elevada e socialmente desigual – esse "socialmente desigual" aqui é muito importante.

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais de 2022, os trabalhadores formais cumpriam, em média, 41 horas e 20 minutos por semana, sendo que 67% superavam jornada de 40 horas. Dados mais recentes reforçam essa constatação: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no quarto trimestre de 2024, mostra que empregados com carteira assinada trabalhavam, em média, 43 horas semanais, contra 38 horas dos profissionais sem carteira.

Tem, inclusive, um movimento das pessoas que preferem não trabalhar formalmente, porque, formalmente, elas têm que dar uma jornada maior; os informais têm a possibilidade de formar uma jornada menor, e os dados do Pnad, que é um estudo estatístico do IBGE, mostram isso.

Esse visível paradoxo entre as situações dos trabalhadores formais e informais sugere-nos que parte da preferência de alguns pelo vínculo informal se deve às elevadas jornadas de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores com carteira assinada.

Dessa forma, é razoável sustentar que a diminuição das jornadas máximas de trabalho torne futuramente mais atrativos postos formais, revitalizando nossa economia e protegendo o nosso sistema de previdência solidária, que é o modelo adotado no Brasil.

Aprofundando nossa análise, mais preocupante ainda é a dimensão estrutural dessa desigualdade no mercado de trabalho brasileiro: os trabalhadores com ensino fundamental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incompleto trabalham mais de 42 horas semanais, enquanto aqueles com ensino superior completo cumprem menos de 37 horas. Paralelamente, verifica-se uma correlação inversa entre jornada e remuneração: trabalhadores com jornada média de 44 horas recebiam, em média, R$2.193; os que trabalhavam 36 horas recebiam, em média, R$2.929; e os com 40 horas recebiam, em média, R$6.197.

Diante dessa situação, a conclusão é única: os dados demonstram que a jornada reduzida já é direito consolidado de servidores públicos e trabalhadores de maior escolaridade e renda, permanecendo inacessível à maioria da população brasileira de menor renda.

Vaja a injustiça, Sr. Presidente: os que têm maior escolaridade e os que ganham mais têm jornada menor. E os que ganham menos têm jornada maior.

Assim, a redução da jornada máxima representa medida de justiça social que democratizará um direito atualmente restrito apenas às camadas de maior poder aquisitivo.

Em face dessa realidade, devemos compreender que o instrumento da negociação coletiva não é universal e não alcança a todos os trabalhadores – como querem aqueles que são contra a redução da jornada colocar que isso deve ficar para negociação entre as partes –, especialmente aqueles em categorias menos organizadas ou com menor poder de negociação, sendo insuficiente para garantir jornadas reduzidas de forma ampla e equitativa.

Nesse sentido, a experiência histórica de redução de jornada demonstra que a intervenção legislativa é fundamental para estabelecer um padrão mínimo civilizatório.

E cabe salientar também que essa desigualdade transcende a esfera econômica e revela impactos diretos na saúde pública. Nessa linha, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) registrou 472 mil afastamentos relacionados a transtornos mentais em 2024, muitos deles relacionados ao excesso de trabalho.

Embora a relação causal entre jornadas extensas e problemas de saúde mental seja complexa e multifatorial, a redução da carga horária pode contribuir para a diminuição dos gastos públicos com afastamentos por patologias mentais, além de promover melhor qualidade de vida dos trabalhadores. Com efeito, a redução da jornada laboral semanal comprovou-se instrumento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

útil para que haja queda na síndrome de esgotamento profissional e aumentos na satisfação no trabalho, no afeto positivo, na saúde mental e na saúde física.

Confirmando essa preocupação, estudo do Transforma – Grupo de Pesquisa em Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – mostra que cerca de 20% da população brasileira ocupada, equivalente a 20,9 milhões de pessoas (nos setores formal e informal), trabalha em sobrejornada, ultrapassando o limite legal de 44 horas semanais. Ainda mais grave é a situação das mulheres, que acumulam 11 horas de trabalho diárias, ao se somarem o trabalho remunerado e as atividades domésticas.

Portanto, reduzir a duração da jornada laboral constitui ferramenta promissora de combate à desigualdade de gênero, beneficiando especialmente as mulheres que acumulam dupla ou tripla jornada. Jornadas menores proporcionarão maior flexibilidade no mercado formal e possibilitarão redistribuição das tarefas domésticas, promovendo relações mais equilibradas.

E, para dimensionar a completa abrangência da transformação social que será instituída com a aprovação desta proposta de emenda à Constituição, achados do mesmo grupo de pesquisa permitem projetar o impacto previsto, se fossem aplicadas as novas regras ao mercado de trabalho formal brasileiro em suas atuais condições.

Caso fosse estabelecido hoje um limite de jornada de 40 horas semanais, os dados revelam que 22,3 milhões de trabalhadores com carteira assinada seriam diretamente contemplados, considerando a quantidade de brasileiros que atualmente trabalham em carga horária maior do que esse teto a ser instituído. Por sua vez, se o limite fosse ainda mais reduzido, para 36 horas semanais, o número de trabalhadores formalmente registrados...

(*Soa a campainha.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Por sua vez, se o limite fosse ainda mais reduzido, para 36 horas semanais, o número de trabalhadores formalmente registrados que se beneficiariam da nova jornada alcançaria 38 milhões. Preste atenção a esse dado, Sr. Presidente: se baixássemos para 40 horas, 22,3 milhões seriam beneficiados – 22,3 milhões de brasileiros – é mais do que a Grande São Paulo inteira e a cidade de São Paulo –, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

38,4 milhões se a jornada fosse reduzida para 36 horas. Ou seja, nós estamos falando de quase 40 milhões de brasileiros que serão beneficiados com a redução da jornada de trabalho.

Se desejarmos, da mesma forma, computar os brasileiros possivelmente beneficiados no mercado de trabalho informal, devemos agregar as esses números outras dezenas de milhões de beneficiados.

O quadro apresentado nos dá, portanto, uma dimensão da nossa oportunidade histórica. A redução da jornada laboral não é apenas uma questão jurídica ou econômica, mas, fundamentalmente, uma medida que pode beneficiar dezenas de milhões de brasileiros. Isso significa que a aprovação da PEC constituirá uma das mais abrangentes iniciativas de melhoria das condições de trabalho da história brasileira, com potencial para modificar significativamente o panorama social e econômico do país.

Esse alcance extraordinário da medida reflete uma verdade fundamental: mais tempo livre significa preservação da saúde física e mental, maior disponibilidade para cuidados pessoais, estudos e qualificação profissional, atividades culturais, convívio familiar e lazer. É essencial compreender que a produtividade não constitui um fim em si mesma, adquirindo sentido apenas quando associada ao bem-estar individual e coletivo. O equilíbrio entre vida pessoal e profissional configura, portanto, questão inerente à promoção da dignidade humana, a qual é alicerce do nosso Estado democrático de direito.

Como bem enfatizou o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Alexandre Ferraz, perante esta comissão,

> em poucos países do mundo se trabalha tanto como no Brasil [...]. O brasileiro trabalha, por semana, mais do que os norte-americanos, mais do que os coreanos, mais do que os portugueses, os argentinos, espanhóis, italianos, franceses e muito mais do que os alemães, que estão entre os trabalhadores mais produtivos do mundo.

Em vista disso, de esses outros trabalhadores estarem entre os mais produtivos do mundo e trabalharem menos, é crucial que nós, como Legisladores, mudemos essa situação, fazendo justiça ao esforço incansável dos trabalhadores brasileiros e promovendo condições laborais mais dignas e equilibradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A urgência dessa discussão reflete-se na crescente demanda social: pesquisa do Instituto DataSenado, em parceria com o gabinete da Senadora Soraya Thronicke, demonstrou apoio majoritário da população a jornadas mais curtas. Mais da metade dos brasileiros (54%) acredita que jornadas menores melhorariam a qualidade de vida, com 51% apoiando especificamente a semana de quatro dias sem corte salarial. Adicionalmente, 35% da população estimam que a produtividade aumentaria. Entre os trabalhadores, o otimismo é ainda maior: 85% afirmam que teriam mais qualidade de vida com um dia livre adicional, 78% confiam em manter a mesma qualidade de trabalho e 68% acreditam que fariam a mesma quantidade de trabalho. Contraditoriamente, enquanto muitos países caminham para a escala 4x3, o Brasil ainda discute a manutenção... Setores do Brasil, da sociedade brasileira, discutem, querem manter essa jornada de seis dias de trabalho e um de descanso, que vem obrigando milhões de trabalhadores a sacrificarem o sábado do convívio social.

Mundialmente, o movimento pela redução da jornada de trabalho ganha força crescente. Experiências internacionais recentes incluem o Chile, que aprovou redução de 45 para 40 horas em 2023, tornando-se, junto com o Equador, o país latino-americano com menor jornada. No México, haverá redução gradual da jornada de trabalho semanal de 48 para 40 horas, com conclusão prevista até de 2030. E na União Europeia, a média é de 36 horas semanais, variando de 31 horas (Holanda) a 43 horas (Turquia) – sendo que mesmo a maior jornada europeia é inferior ao limite brasileiro atual.

Diante desse cenário, a proposta de emenda à Constituição em análise revela-se uma resposta adequada e equilibrada aos desafios identificados. Ao estabelecer a implantação do novo limite de forma gradativa, garante-se segurança jurídica aos empregadores e assegura-se a existência de um período de planejamento, seja para a adequação das escalas de trabalho, seja para a contratação de novos empregados. A abordagem progressiva da PEC concilia a necessária modernização das relações trabalhistas com a prudência exigida para uma transformação estrutural dessa magnitude, permitindo que tanto trabalhadores quanto empregadores se adaptem às novas condições sem sobressaltos econômicos ou sociais.

Por todas essas razões, considerando que um dos objetivos da proposta é assegurar maior tempo de descanso aos trabalhadores, sem prejuízos financeiros, orientamo-nos pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da proposta, com três emendas, que asseguram o gozo de, no mínimo, dois dias de repouso por semana, além de garantir a irredutibilidade salarial e realizar ajustes de técnica redacional.

O voto.

Pelo exposto, opina-se pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 148, de 2015, com as emendas que seguem adiante – eu não vou aqui apresentá-las porque já constam do texto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Rogério Carvalho, como também o parabenizo pelo extenso relatório de V. Exa., que foi às minúcias das questões trabalhistas.

Eu quero destacar e também festejar a presença da Deputada Professora Luciene Cavalcante, do Estado de São Paulo; da Deputada Daiana Santos, do Estado do Rio Grande do Sul, conterrânea do nobre Senador Paulo Paim, e também da Deputada pelo Estado de São Paulo Erika Hilton, que também defende essa tese, como eu defendo, da redução da jornada de trabalho 5x2.

Eu espero que nós possamos debater esse tema, até porque ele não vai ser discutido nem votado hoje, em audiências públicas, para chegarmos a essa conclusão, mas ouvindo os sindicatos, os representantes dos trabalhadores de todas as atividades, o setor também patronal. E eu espero que isso venha a ser aprovado, até porque várias indústrias, vários setores já exercitam a jornada 5x2, como a dos trabalhadores da construção civil, aqueles que exercitam mais o setor, a parte física e mental do comércio, dos hospitais, das enfermeiras, dos ortopedistas, como eu, que dei tanto plantão de 24 horas ao longo da minha vida, para que possam ter esse direito de descansar, de tomar o seu café, de almoçar, de jantar e dormir também, até porque ninguém trabalha...

Eu trabalhei, Senador Paulo Paim, vários plantões de 24 horas. Era de 7h da manhã às 7h do outro dia, um tempo atrás, e sentia, às vezes, a dificuldade de desenvolver minha atividade médica e cirúrgica. Eu sou ortopedista, especialista na área de bacia e próteses do quadril, e, às vezes, cansava bastante a mente e o físico. Então, o descanso é fundamental e eu louvo a iniciativa do Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou colocar o requerimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um instante só, eu passo depois. Um minutinho, porque tem um requerimento aqui de audiência pública que foi colocado antes de V. Exa. chegar, pelo Senador Rogerio Marinho.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Nº 52, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 148/2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal".

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

E eu o coloco em votação para propor esta audiência com a presença do Dr. José Pastore, do Dr. Fernando de Holanda Filho e do Dr. João Gabriel Pio.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Senadora Eliziane Gama com a palavra; depois o Senador Paulo Paim, que é o autor da PEC.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, eu sei que não haverá discussão da matéria hoje, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não haverá discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu quero apenas cumprimentar tanto o Senador Rogério Carvalho quanto o Senador Paim, cumprimentar minha querida amiga Erika, cumprimentar a Luciane e a Daiana, que estão aqui, que acabaram, na verdade, assumindo de uma forma muito importante esse protagonismo pela defesa das 36 horas semanais no Brasil, né?

A gente sabe que é uma experiência, Erika, que nós já temos mundo afora, a Alemanha evoluiu, como a Islândia. A gente percebe claramente nesses países que houve uma evolução tanto da produtividade quanto da permanência desse trabalhador no mercado de trabalho. E, ao mesmo tempo, os números apontam que, no Brasil, por exemplo, se a gente aprovar a proposta, como você, na verdade, apresenta, nós teremos aí algo em torno de 8,8 milhões de novos postos de trabalhos no Brasil. E, se a gente conseguir para 40...

Aliás, eu acho que o Paim tem um posicionamento de muito equilíbrio. Às vezes a gente não consegue o ótimo, mas vai tentando o bom e vai lutando para a gente poder chegar até lá. E as 40 horas semanais acabam também criando 3,6 milhões de postos de trabalho no Brasil. Isso significa uma necessidade para o Brasil, para além da produtividade, da melhoria da qualidade de vida – e é bom, é muito bom a gente destacar isso – das mulheres brasileiras que têm dupla ou tripla jornada de trabalho: têm que ir para o trabalho, têm que cuidar dos filhos, têm que cuidar da casa e acabam, na verdade, tendo uma sobrecarga emocional, problemas emocionais realmente gritantes no Brasil, e acabam realmente não tendo o resultado esperado. Então, para além do acompanhamento geral do Brasil, eu acho que quem mais ganha no Brasil são as mulheres brasileiras, e essa luta de vocês de fato representa muito.

Nós apresentamos aqui, Erika, uma proposta nessa mesma linha, nesse mesmo trabalho, mas o trabalho do Paim, que é um trabalho que o Senado inteiro respeita, eu acho que acabou ganhando esse embate e automaticamente caminhando de uma forma realmente mais célere. Mas eu quero registrar o trabalho da Câmara dos Deputados, através de vocês, e, ao mesmo tempo, do Senado Federal, com o Paim, com o Rogério e com tantos outros Senadores que acabaram assumindo isso junto com o Presidente Lula.

É bom a gente lembrar que o Presidente Lula colocou esta pauta como uma prioridade do seu Governo. A Gleisi, inclusive, coloca isso com muita veemência. Isso demonstra que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, que no seu Governo aumentou o mercado de trabalho no Brasil, ou melhor, aumentou o emprego no Brasil, diminuiu a pobreza no Brasil, tirou o Brasil, inclusive, da fome, em todo o mundo, ele tem uma preocupação com a dignidade humana, ele tem uma preocupação com o ser humano.

Aliás, ontem, lá no Maranhão, eu e o Senador Weverton acompanhamos a entrega de quase 3 mil casas. E foi muito interessante – é bom a gente colocar esse bastidor aqui, Presidente Otto –, o Presidente chamou os Ministros que estavam lá e deu uma boa bronca, disse: "Olha, eu vou fazer a inauguração hoje desta área com mais de 3 mil famílias...", não é? Significa 11 mil pessoas. Mas ele disse: "Eu exijo investimentos aqui, como creche, como posto de saúde, como área de atendimento na área da segurança". E todo mundo de lá já saiu realmente se preocupando e assumindo a responsabilidade, ou seja, é um Presidente que se preocupa com a dignidade humana, que se preocupa realmente com o ser humano na sua plenitude.

Portanto, parabéns ao Paim pela iniciativa, parabéns ao Líder Rogério, à Erika, às colegas Senadoras, Deputadas que estão aqui, à Luciene, à Daiana, ao Presidente Otto. Eu acho que este é um dia importante e histórico no Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente Otto Alencar, você sabe da minha felicidade, da minha alegria neste momento. O movimento sindical, o movimento social vem nesse caminhar de muito tempo.

É bom lembrar – e no relatório já consta – que foi na época de Getúlio Vargas ainda que nós conseguimos, pela primeira vez, regulamentar carga horária de oito horas, consolidada na CLT. Pois bem, somente na Assembleia Nacional Constituinte é que nós conseguimos sair das 48 e chegar nas 44 horas. E é bom lembrar a todos os companheiros e companheiras aqui do Senado que foi uma ampla negociação com o centrão, viu? Porque nós... Eu estava lá e por isso dou este depoimento. Nós queríamos reduzir de imediato para 40 horas semanais. Não teve jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas com a participação de Lula, de Jarbas Passarinho – quero fazer justiça –; do grande ex-Governador de São Paulo Franco Montoro; depois, daquele que coordenava o PSDB, que já faleceu, Mário Covas... Todos participaram. Estou lembrando alguns nomes. E nós conseguimos chegar a um grande acordo: 48 não, mas 44.

Presidente, por isso que, neste momento em que eu vejo esse belo relatório aqui do grande Líder da bancada, Rogério Carvalho – eu li o relatório três, quatro vezes nesta noite –, digo: está tudo aqui. Estou falando para o ti e falando para o Brasil. E digo: eu vou destacar parte do relatório e isso vai ser a minha fala.

Por isso, Rogério, aceite o nosso carinho e o nosso respeito, viu? O relatório está redondinho – redondinho. Li, li e reli.

E achava que, claro, teríamos o debate aqui hoje. Não houve este debate, mas eu quero, neste momento, Sr. Presidente, fazer duas considerações ou três.

Primeiro, quero cumprimentar também a Câmara dos Deputados; cumprimentar essa querida Deputada Erika Hilton, que apresentou a PEC nº 8, de 2025, porque ela, Sr. Presidente, se conectou com o Brasil. Isso reforçou a nossa, de 2015. Veja como é a vida, como é importante a juventude. E eu digo juventude porque eu venho de outros tempos – eu sou veterano nessa história toda. Foram milhões de pessoas, Sr. Presidente, que, nas redes sociais, passaram a discutir jornada e entender que isso é vida, é saúde, é lazer, é mais trabalho, é produtividade, é equilíbrio.

E aí eu lembro outros Deputados. Está aqui uma PEC também, de 2021, da Câmara dos Deputados, do Deputado Reginaldo Lopes. Tem o PL também 3.197, do Deputado Lindbergh Farias. Tem o PL 67, da Deputada Daiana Santos, que está aqui do meu lado. E ela tem viajado ao Rio Grande do Sul, fazendo debates regionais. E a gente fala de tudo. E o pessoal fala: "E a 6x1?". Aí nós aprofundamos o debate e falamos de diversos temas nesse tema. O Brasil quer essa redução de jornada.

E aqui, olhando o relatório, eu lembro que – pode ser exemplo, exemplo ou uma coincidência –, praticamente de 40 e 40 anos, mudamos, como vamos mudar agora. Mudamos lá atrás; depois na Constituinte, 45 anos depois; e agora, em torno de 38, 40 anos, nós estamos com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o palco iluminado, eu vou dizer, brilhando e fazendo com que o povo brasileiro diga: "Chegou a nossa hora".

De lá para cá, Presidente, automação, robótica, cibernética... A inteligência artificial está aí e veio para ficar; não vai voltar. Teve um especialista aqui na Comissão que disse que agora, em 2035, 2040, nós podemos perder em torno de 40 milhões de novos empregos – falou aqui o especialista na matéria – devido aos novos tempos. E nós sabemos que não vai retroceder: o que veio para ficar, vai ficar. Está aí essa tal de pejotização, que está quase quebrando a previdência. E, se nada for feito, isso vai acontecer.

Mas, Presidente, eu queria, além disso, dizer que no relatório o Rogério foi muito feliz, Sr. Presidente: ele mostra que não é só nos países de primeiro mundo que está havendo este debate.

Ele mostrou, com dados e números. que na nossa América, América Latina, o debate está acontecendo e eles estão diminuindo a jornada. O Brasil não pode ser considerado o país do atraso, porque assim o será, se nós não avançarmos nessa nova legislação.

Eu concluo, Presidente. Eu recebi aqui um pedido de fazer dois, três registros, até o farei no momento adequado, mas neste momento, Sr. Presidente, o mundo do trabalho não vai parar. Nós já estamos debatendo o novo estatuto do trabalho, que é a nova CLT, que está em debate aqui no Senado. E esse encaminhamento que haveremos de dar aqui, esse dado que eu dava antes, especialistas estimam que – veja bem –, até 2033, cerca de 40% dos empregos poderão ser IA (inteligência artificial).

Dentro dessa realidade, Sr. Presidente, que eu já encerro, concordo plenamente com as audiências públicas. Concordo plenamente. É assim que a gente vai produzindo, construindo e trazendo a população cada vez mais para o nosso lado.

Eu só gostaria muito, Sr. Presidente, de indicar já, eu sei que o Rogério vai também se posicionar no sentido de que outros possam ser indicados, podemos mandar para mesa num segundo momento, mas pelo trabalho que a Erika Hilton vem fazendo. Não dá para negar, me permita que eu diga, a juventude chegando com tudo. Essa luta não é só dos mais velhos. É dos mais velhos, é dos de mais idade, como eu e outros e também ficam no time dos mais velhos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas é também da juventude. A juventude pegou. Pegou, pegou essa bandeira 6x1 e estão nas ruas dia e noite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já era 6x1, Agora vai ser 5x2, né?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vai ser, vai ser, porque 6x1 é que pegou, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos falar 5x2 agora, é melhor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Inclusive está aqui, Sr. Presidente, – não sei se é verdade ou não, vocês me digam – dois lutadores: Lucas Sidrach e Alana Cavalcante, que coordenam nacionalmente o Movimento Vida além do Trabalho. Estão aqui, é ou não é? (*Pausa.*)

Então, é isso que está acontecendo no Brasil. E o Senado não vai fechar os olhos e dizer: "Não sei, não vi". Seria um atraso, uma burrice, uma inconsequência, uma irresponsabilidade. Está em jogo a saúde, a vida, menos acidente de trabalho, menos doenças, por exemplo, por falarem que as doenças mentais aumentam pelo estresse, pelo cansaço. Todos nós vamos ganhar, e vamos salvar inclusive a nossa Previdência.

É isso, Presidente. Agradeço muito a V. Exa. que pautou. Agradeço ao Presidente Lula que, ousado como ele é, foi às redes de televisão falar da escala 6x1, que nós não queremos mais e aí vem a 5x2. Oxalá um dia 4x3.

E agradeço ao povo brasileiro. O povo brasileiro quer redução de jornada sem redução de salário e vai acontecer. Vida longa ao povo brasileiro, vida longa à redução de jornada sem redução de salário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço as colocações do Senador Paulo Paim.

E devo dizer a V. Exa., Senador Paulo Paim, que ontem eu tive a oportunidade de estar com o Presidente Lula – quando ele sancionou aquele projeto que eu relatei aqui no Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto Mais Médicos Especialistas –, com o Jaques Wagner e com ele, e ele reafirmou o que V. Exa. disse, que é favorável à redução para 5x2, tanto quanto o Senador Jaques Wagner também, que é o Líder do Governo no Senado Federal, concorda plenamente com isso, com esse debate que nós vamos fazer aqui, em alto nível, e chegar a uma conclusão, e essa matéria será votada na Comissão de Constituição e Justiça... (*Palmas.*) ... porque tanto as Comissões do Senado quanto as da Câmara existem para deliberar por maioria. As decisões são de ordem coletiva, por maioria, e, se tem maioria, a maioria está com a razão, porque representa a maioria do povo brasileiro.

Queria destacar a presença da Deputada Carol Dartora e da Deputada Talíria, que está lá ao lado do meu querido amigo Weverton, Senador pelo Maranhão, que vai relatar o último projeto aqui, o item 1, *ad hoc*, porque o Relator, o Senador Angelo Coronel, não está presente.

Eu vou receber os encaminhamentos dos requerimentos de audiência pública e vou decidir *ad referendum* do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça, para que nós possamos exercitar esse direito de todos mostrarem as suas razões a respeito de um tema importante e que realmente precisa da decisão do Congresso Nacional.

Não deixo de ressaltar a atitude de V. Exa. ao longo da sua vida, defendendo o trabalho, e também a sua carreira brilhante aqui no Senado Federal.

Então, vamos passar ao item 1.

Passo a palavra...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, antes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – É rapidinho. Eu queria só que, nesse requerimento de audiência pública, ficasse em aberto a possibilidade de a gente sugerir nomes...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. É só encaminhar os nomes. Eu vou decidir *ad referendum*. E nós vamos fazer essas audiências públicas às terças-feiras, às 9h da manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito.

Eu queria, antes de concluir, Sr. Presidente, já falei bastante...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E os autores – interrompendo-o – das audiências públicas, eu espero que estejam todos presentes, ou seja, aquele que é autor é o que deve mais participar disso. Então, é importante que se ressalte isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito.

Eu queria agradecer a V. Exa., agradecer à Deputada Erika Hilton, que acompanhou a nossa reunião, ao Senador Paulo Paim e também, Sr. Presidente, ao Presidente Lula, que assumiu a defesa dessa bandeira. Ele está assumindo uma defesa que é a defesa da vida dele, né? Não é um casuísmo. Essa história... essa defesa faz parte da história dos que estão aqui, inclusive de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acho que deveria, inclusive, fazer um registro, já que eu festejo muito a presença das Deputadas Federais. Vocês deveriam ficar em pé e tirar uma foto aí com o Senador Paulo Paim. Pode quebrar aqui o...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas eu não posso deixar a Presidência aqui.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, venham aqui.

Senador Weverton, não repare, não, viu? Nós vamos fazer a foto, que é importante.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, enquanto eles vão aí, me permita só um segundo. Por questão de justiça, aqui no Senado também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem PEC de autoria dos Senadores Weverton e Eliziane Gama e, por justiça, também do Senador Cleitinho. Isso é bom sinal. (*Pausa.*)

É reaberta a Comissão de Constituição e Justiça para conceder a palavra ao Senador Weverton, para a relatoria do Projeto de Lei 315, de 2023, não terminativo, de autoria do Deputado Federal Merlong Solano.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 315, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

Retornando à reunião, concedo a palavra ao Senador Weverton para relatoria do Projeto de Lei 315, não terminativo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – O.k., Presidente, vou direto à análise *ad hoc* da relatoria do nosso sempre competente colega Senador Angelo Coronel.

De acordo com o inciso II, alínea "l" do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, mencionando-se expressamente aquelas que versem sobre registros públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, de acordo com o inciso I do art. 101 do nosso Regimento Interno do Senado Federal, também cabe a esta CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

O projeto de lei não apresenta vício formal que venha a impedir o prosseguimento da análise da matéria por esta Comissão. Com efeito, é competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal legislar sobre juntas comerciais, conforme previsto expressamente no inciso III do art. 24 da Constituição Federal. A matéria não se insere entre as de iniciativa privativa do Presidente da República e não versa sobre tema reservado a lei complementar. Da mesma forma, obedeceu-se à boa técnica legislativa e foram cumpridos, durante a tramitação, os ditames regimentais.

Quanto ao mérito, rememore-se que o Registro Público de Empresas é regulado pela Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, cabendo às juntas comerciais executar e administrar os serviços de registro. Os arts. 5º a 28 detalham as atribuições e a estrutura de funcionamento das juntas comerciais.

As juntas comerciais são parte fundamental do arcabouço institucional que garante a segurança jurídica e o bom funcionamento das relações econômicas no país. Como responsáveis pela abertura, pela alteração e pelo encerramento de empresas, entre outras atividades de registro empresarial oficial, elas asseguram a autenticidade, publicidade e eficácia dos atos jurídicos das empresas, protegendo os interesses de sócios e terceiros envolvidos nas atividades empresariais.

A lei prevê a existência de uma junta comercial por unidade federativa, e elas se subordinam, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo e, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei).

A estrutura básica das juntas comerciais é integrada pelos seguintes órgãos: (i) a Presidência, órgão representativo e deliberativo; (ii) o Plenário, órgão deliberativo superior; (iii) as Turmas, órgãos deliberativos inferiores; (iv) a Secretaria-Geral, órgão administrativo; e (v) a Procuradoria, órgão de fiscalização e de consulta jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plenário, composto por vogais e seus respectivos suplentes, deve ser constituído por no mínimo 11 (onze) e no máximo 23 (vinte e três) vogais. Os ocupantes desses cargos são nomeados pelos Governadores, de acordo com os critérios estabelecidos em lei, para mandatos de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução.

De acordo com a lei vigente, o Presidente e o Vice-Presidente da junta comercial são nomeados pelo Governador, entre os vogais de Plenário; está lá, no art. 22.

O projeto, assim, inova o ordenamento jurídico ao transformar o cargo de Presidente e de Vice-Presidente de junta comercial em, de fato, de livre nomeação, para que se possa nomear e manter nesse posto um profissional que venha apresentando um bom trabalho, pelo tempo que for necessário para que sejam feitas as entregas devidas, em benefício dos usuários dos serviços prestados pela junta e por toda a coletividade.

O projeto não exclui a possibilidade de que sejam escolhidos membros do quadro de vogais, caso seja do interesse da autoridade.

As atribuições administrativas que a Lei nº 8.934, de 1994, confere ao Presidente e ao Vice-Presidente das juntas comerciais são semelhantes às funções de direção, chefia ou assessoramento dos demais órgãos ou entidades da administração.

Em relação ao preenchimento desses cargos, cabe discricionariedade, implicando, inclusive, um vínculo mais direto de responsabilidade entre os ocupantes dessas funções e os governantes.

A mudança pretendida garantiria maior comprometimento em relação às metas e objetivos de gestão, em benefício dos serviços públicos oferecidos por esses órgãos, reforçando a subordinação administrativa das juntas comerciais aos governos estaduais, o que, como visto, já é prevista em lei.

Diante do exposto, nós estamos opinando, Sr. Presidente, pela aprovação do Projeto de Lei nº 315, de 2023, relatado pelo colega Senador Angelo Coronel e que eu aqui *ad hoc* o faço com muito carinho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Weverton, e coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu gostaria de pedir a urgência desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Coloco em votação o requerimento de urgência do Senador Weverton.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Como não há nenhuma outra matéria para ser discutida, eu declaro encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e três minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcio Bittar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Efraim Filho, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Paulo Paim, Humberto Costa, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Rogério Carvalho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às onze horas e vinte e seis minutos e reaberta às onze horas e trinta e nove minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 8/2025 - CCJ, de autoria Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC). **Finalidade:** Destinada a instruir o Projeto de Lei nº 714, de 2023, que "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer hipóteses de denegação de liberdade provisória". **Participantes:** Sr. Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre; e Presidente Nacional de Combate ao Crime Organizado (GNCOC); Deputado Federal Coronel Ulysses, Autor do Projeto de Lei n° 714, de 2023; e Sr. Roberto Motta, Jornalista e Especialista em Segurança Pública. **Resultado:** Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcio Bittar
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, para instruir o Projeto de Lei nº 714, de 2023, que "altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, para estabelecer hipótese de denegação de liberdade provisória", conforme o Requerimento nº 8, de 2025, CCJ, de iniciativa do Senador Marcio Bittar.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras, dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência, para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Eu já comandei a Ouvidoria, que é um órgão importante do Senado.

Chamo para fazer parte da mesa, com muita honra: o Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas.

O Sr. Roberto Motta – que está *online*, vai participar por sistema remoto –, Jornalista e Especialista em Segurança Pública. Eu pergunto à nossa assessoria se ele já está atento, já está ligado. (*Pausa.*) O Sr. Deputado Federal licenciado Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que está terminando uma fala numa Comissão na Câmara Federal e está vindo para esta dependência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também está no sistema remoto, porque participa, neste momento, de uma viagem a trabalho nos Estados Unidos, o autor do projeto, Deputado Federal Ulysses, meu conterrâneo, acriano, que apresentou esse projeto na Câmara Federal; primeiro mandato e, em dois anos, viu o projeto sendo aprovado. Pela coincidência de pensamento e por ser também do meu estado, eu tomei a iniciativa de conversar com o Presidente Otto e pedir a ele a relatoria do projeto. Quero aqui, inicialmente, parabenizar o Deputado Coronel Ulysses não só pela iniciativa, mas por ter conseguido aprovar um projeto dessa natureza em dois anos, o que é uma coisa rara, mexe com a segurança pública de todo o Brasil e acho que estamos para fazer história, porque é a primeira vez que dois acrianos: um propõe um projeto, é aprovado na Câmara, e outro acriano relata aqui na CCJ.

Também quero deixar registrada a boa vontade, o interesse do Senador Otto, Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, que não mediu esforços para esta audiência e já publicamente se declarou amplamente favorável ao projeto, inclusive dizendo que é questionado, na Bahia, por onde anda, sobre esse sentimento de impunidade: a polícia que prende, e a audiência de custódia acaba soltando – esse é o sentimento reinante.

Então, eu quero iniciar esta nossa audiência, já mencionamos os nossos convidados, dizendo que os dados são bastante inquestionáveis. As dez cidades mais violentas do Brasil estão no Nordeste, é uma coisa impressionante: Maranguape, no Ceará, tem quase 80 mortes violentas e intencionais por 100 mil habitantes; Jequié, Bahia, 77,6 mortes violentas por 100 mil habitantes; Juazeiro, Bahia, 76,2 mortes violentas por 100 mil habitantes; Camaçari, na Bahia, 74,8 mortes violentas; Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, 73,3 mortes violentas por 100 mil habitantes; São Lourenço da Mata, Pernambuco, 73 mortes violentas por 100 mil habitantes;

Simões Filho, Bahia, 71 mortes por 100 mil habitantes; Caucaia, Ceará, 68,7 mortes por 100 mil habitantes; Maracanaú, Ceará, 68,5 mortes violentas por 100 mil habitantes; Feira de Santana, 65,2 mortes violentas por 100 mil habitantes.

A fonte é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Esse é o *ranking* para 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por outro lado, você tem o Estado de São Paulo, cujo Secretário participará dessa audiência pública, que se tornou um dos estados mais seguros do Brasil, com menos de 7 homicídios a cada 100 mil habitantes.

Lembrando que, para as organizações internacionais, o dado de 10 homicídios por 100 mil habitantes é o aceitável. Portanto, o Brasil está bem acima da média, principalmente nos estados mais ao nordeste do Brasil.

Eu vou iniciar, concedendo a palavra aos nossos convidados, lembrando apenas que o Derrite, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, está para chegar.

Nós vamos conceder a palavra, para suas considerações iniciais, aos nossos... Consulto o Plenário, porque nós temos pessoas que estão *online*, já foram registradas 16 presenças de Senadores na CCJ... Eu consulto o Plenário se me autoriza a conceder a palavra remotamente ao autor do projeto na Câmara Federal, o Deputado Coronel Ulysses. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, eu quero consultar se já está *online* e eu quero conceder a palavra, inicialmente, ao autor do projeto, o Deputado Federal Coronel Ulysses, do Acre.

Pode ser?

Com a palavra o Deputado Federal Ulysses.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Marcio Bittar.

Testando, para ver se realmente estão todos me ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Em alto e bom som.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. *Por videoconferência.*) – Então...

Neste momento, eu estou aqui, na cidade de Orlando, Estados Unidos, acompanhando a terceira turma de policiais do Estado do Acre, que estão fazendo um treinamento aqui, na Swat. É um projeto também da nossa autoria, emenda que nós destinamos para a capacitação dos profissionais de segurança pública. Somente este ano, nós já colocamos mais de 150 policiais do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado do Acre para fazer esse treinamento, com a finalidade de capacitá-los e melhorar a qualidade no atendimento de ocorrência, em operações, no combate ao crime organizado e às facções, dentro do nosso estado.

Por essa razão, eu não estou presente aí, na Comissão, como eu gostaria de estar presente. Até cogitei a possibilidade de poder viajar, mas não daria tempo de ir e retornar novamente, para acompanhar o treinamento e a aplicação da emenda que nós destinamos. Então, solicitei que pudesse fazê-lo remotamente.

Eu queria cumprimentar a todos os demais participantes da audiência, um abraço especial ao nosso Roberto Motta, por quem eu tenho grande admiração pelos livros que já tive oportunidade de ler e que escreveu; o Derrite, que ainda não chegou, mas, além de ser Secretário, é Deputado Federal, também autor de vários projetos de relevância nacional na área da segurança; e o Dr. Danilo Lovisaro, que é um grande estudioso e também Procurador de Justiça do nosso Estado do Acre.

Cumprimento todos os Senadores presentes, em especial o Senador Marcio Bittar, Relator desse projeto, autor desta audiência pública da mais alta relevância, sobre um assunto em que a sociedade não aguenta mais tanto descaso, principalmente no que concerne à possibilidade que nós temos, hoje, de essa audiência de custódia ser tratada de maneira irresponsável, o que se tornou já um vexame em nível nacional.

Lógico que essa situação, esse instituto é previsto dentro da Convenção Americana de Direitos Humanos, do Pacto de São José da Costa Rica, mas não no modelo que foi aplicado, que se tornou, no Brasil, uma vergonha, uma bagunça.

A sociedade não admite mais que uma pessoa cometa um crime dezenas, dezenas de vezes. Eu já vi... Já fiz um estudo aí e encontrei uma pessoa que cometeu 84 crimes – foi o maior número que eu já vi: 84 crimes –, e 84 vezes foi liberado na audiência de custódia. E nós temos várias situações, muitas vezes, inclusive, de crimes de impacto na sociedade, de grande impacto na sociedade – às vezes, estupro, assassinatos, situações realmente graves –, em que a pessoa, o criminoso, se apresenta ao juiz em 24 horas e é colocado em liberdade.

E o pior de tudo é que isso se tornou uma constância, há várias reincidências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, infelizmente, aumenta a violência, isso desacredita o sistema de justiça criminal, isso desestimula os profissionais da segurança pública, que dão a sua vida todos os dias para poder servir, proteger, cuidar, inclusive, com o sacrifício da sua própria vida, doar-se à sociedade, mas veem seu trabalho como se fosse enxugar gelo.

Então, é muito importante que esse projeto possa ser aprovado no Senado e que nós possamos ter inserido, dentro do Código Penal, na verdade, do Código de Processo Penal, esse instituto de maneira moralizada.

Nós não estamos aqui acabando com a audiência de custódia, mas nós estamos moralizando, porque a certeza de que se vai responder pelo crime também é um critério que diminui a violência e diminui a criminalidade.

Então, assim, fico muito satisfeito e muito feliz em poder ter o senhor, Senador Marcio Bittar, como Relator desse projeto, porque nós sabemos que esse projeto não será descaracterizado, não será desvirtuado, vai manter realmente a essência do espírito da lei que nós colocamos desde o início.

E é importante também esta audiência para que nós possamos discutir com toda a sociedade, não somente no âmbito do Senado, mas aqui nós temos os representantes do povo, os representantes dos estados, na verdade, que eu tenho certeza de que irão se sensibilizar, para que nós possamos ter esse PL 714 aprovado o mais rápido possível, uma resposta muito importante para a sociedade, que clama pela segurança.

Inclusive, quero citar aqui o nosso escritor especialista em segurança Roberto Motta, que fala, num determinado trecho do livro, que aquilo com que mais nós deveríamos nos preocupar, atualmente, é com a segurança, até pela transversalidade com que a segurança passa por todas as outras áreas, quer seja na área de saúde, educação, infraestrutura, investimento, que gera emprego e gera renda. E, sem a segurança, todas essas outras áreas ficam prejudicadas.

Então, nós precisamos, cada dia mais, dar uma resposta para a sociedade, que não admite e não aguenta mais que pessoas cometam crimes todos os dias, por várias vezes.

Salvo engano, mais de 90% dos crimes não são solucionados, não são computados, e, nos poucos em que a gente consegue tentar dar uma solução de continuidade, a gente tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número extremamente grande de pessoas que são reincidentes, cometem crime e são colocadas em liberdade na audiência de custódia.

Quero salientar que isso aí foi um instituto que foi criado, inclusive, pelo atual Ministro da Justiça e Segurança Pública, através de resolução. Ou seja: no meu entendimento, carece, inclusive, da questão legislativa legítima, porque não passou pelo Congresso, em que estão os verdadeiros representantes e legisladores. Então, hoje nós estamos também corrigindo esse erro.

E espero que o próprio Ministro, que já declarou, em um momento atrás, que poderia recorrer ao STF, para que esse projeto, caso fosse aprovado, fosse colocado... Que ele jogue pelo menos uma vez ao lado da sociedade, e não contra a população, que tanto precisa de segurança!

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Perfeito.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. *Por videoconferência*.) – Vou continuar aqui acompanhando.

Agradeço a oportunidade de poder falar e me colocar aqui no Senado.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe a todos.

Estamos juntos aí sempre, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Obrigado também.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, quero aqui ler como está o projeto e já afirmar que eu vou manter na minha relatoria como ele está, para não ter perigo de voltar para a Câmara Federal:

> §2º Havendo fundados indícios de materialidade e autoria do crime, a liberdade provisória será denegada, com ou sem medidas cautelares, se o juiz verificar que o agente:
> I - é reincidente;
> II - já foi preso em flagrante por mais de uma vez e solto após a audiência de custódia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III - integra organização criminosa armada ou milícia;
IV - porta ilegalmente arma de fogo de uso proibido ou restrito;
V - praticou o crime com violência ou grave ameaça, com uso de arma de fogo; ou
VI – na incidência das hipóteses previstas no art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Então, passo a palavra, pela ordem, ao Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Acre e Presidente Nacional de Combate ao Crime Organizado, para sua exposição, por cinco minutos.

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Senador, bom dia.

Vou ser sucinto aqui nos cumprimentos, mas já parabenizando o Deputado Ulysses por esse projeto de lei, que é um projeto importantíssimo na pauta de segurança pública, e parabenizando também V. Exa., Senador Marcio Bittar, por todo o trabalho que vem realizando no nosso estado, aportando muitos recursos e muito voltado a essa pauta também da segurança pública, o que é fundamental para o bem-estar da nossa sociedade.

Cumprimento também a todos os Senadores, todas as pessoas que estão presentes aqui neste Plenário, e eu gostaria de pontuar só algumas questões, assim, que eu reputo que são importantes.

Eu tenho uma experiência com a legislação italiana. Fiz o doutorado na Itália e venho sempre trabalhando muito sob a ótica do Direito Comparado. Então, na Itália, existe o que se chama de *doppio binario*. Às vezes, as pessoas confundem essa expressão com uma expressão que nós já tivemos no Direito Penal, na parte geral do Código Penal, e não tem nada a ver com isso.

O *doppio binario* italiano, hoje em dia, é um tratamento jurídico diferenciado para crimes mais graves. Foi pensado inicialmente para o crime de associação criminosa de tipo mafioso, previsto no art. 416-bis, do Código Penal italiano, e se estendeu para vários outros crimes graves, que são chamados crimes de grande alarme social. Então, poderíamos traçar um parâmetro aqui com os nossos crimes hediondos, talvez, não é? Só a título de ilustração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que ocorre na Itália é que você tem todo um arcabouço jurídico próprio para atuar em situações que são graves.

O processo penal não pode ser visto da mesma maneira para crimes graves, para quem participa de uma organização criminosa, por exemplo, para as hipóteses que estão aí tratadas no projeto, que mostram que essa pessoa já tem um comportamento voltado para a prática de crimes graves. Então, na Itália é feita essa diferenciação.

Desde o início, na fase da investigação, você tem mecanismos diferentes e pressupostos ou requisitos diferentes, por exemplo, para determinar uma quebra de sigilo telemático, numa interceptação telefônica...

Os requisitos da prisão preventiva... E aí cai muito bem aqui, nesse contexto do PL que está sendo discutido. Quando se trata de associação criminosa de tipo mafioso e outros crimes, há uma inversão, e o legislador acaba presumindo que a medida cautelar restritiva da liberdade individual, que é a medida cautelar no cárcere, que é o equivalente à nossa prisão preventiva, é a medida adequada. Então, o legislador, na Itália, inverteu, lá no Código de Processo Penal, no art. 275, §3º do Código de Processo Penal italiano, essa lógica. Ele disse: "Olha, quando se trata de crime de associação criminosa de tipo mafioso e outros crimes graves, a medida apropriada é a prisão preventiva". Podemos entender dessa forma.

Aqui no Brasil, o que é que ocorre? Nós temos todo um microssistema relacionado às medidas cautelares, inclusive as cautelares alternativas à prisão. A lógica do Código de Processo Penal é uma lógica que o juiz tem que esgotar as possibilidades de medidas cautelares alternativas à prisão, e só como última rácio, quando não há possibilidade de aplicar uma medida alternativa à prisão, entre a liberdade provisória, com ou sem fiança, com as diversas medidas alternativas à prisão que existem no Código de Processo Penal, e só se ele não consegue enquadrar nessa hipótese, que deixa o indivíduo solto, ele irá decretar a prisão. Ou, no caso da audiência de custódia, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva. Essa é a lógica do código.

Essa lógica também existe na Itália, só que eles repartem quando se trata de crime grave. Quando se trata de crime grave, ele inverte e diz: o juiz deverá teoricamente decretar a prisão e, se ele entender que existem elementos que não justificam aquela prisão, ele terá que fundamentar. Então, faz uma inversão da lógica para que o juiz fundamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o projeto está mais ou menos nessa linha. Ele segue esse contexto, porque ele estabelece aqui no art. 310 uma pequena mudança no *caput*, ele coloca aqui "preferencialmente de forma presencial". O resto é tudo igual, como já está no Código de Processo Penal. Só essa expressão "preferencialmente de forma presencial" que muda, para dizer que a audiência de custódia deve ser preferencialmente feita presencialmente, mas traz, ali na parte final, a possibilidade da audiência de custódia por videoconferência, que não era previsto; então é um acréscimo, uma inovação importante, dada uma peculiaridade que o Deputado Ulysses colocou aqui nesse projeto.

E depois vem aqui, ó: havendo, no §2º, fundados indícios de materialidade e autoria – isso aqui é a base para decretação de qualquer prisão, você tem que ter esses dois elementos, secundados de outros pressupostos –, a liberdade provisória será denegada. Diz que é denegada a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares, se o juiz verificar que o agente é reincidente, preso em flagrante mais de uma vez, integra organização criminosa, ou seja, é aquela lógica da inversão: o juiz terá que decretar a prisão e, para fundamentar, obviamente, essa prisão, ele converte o flagrante em prisão preventiva e, obviamente, ele terá que fundamentar nessas hipóteses. Porque o que acontece hoje em dia? Hoje em dia é o contrário: ele tem que fazer todo o percurso das medidas cautelares alternativas à prisão, dizer que excepcionalmente não é caso de colocar em liberdade e, só então, ele converte em preventiva como a *ultima ratio*, como diz a doutrina.

Então, o legislador – aqui no caso, o autor do projeto, e agora V. Exa., que está tocando esse projeto aqui no Senado – inverte essa lógica que me parece que é uma lógica importante para situações graves, em que o indivíduo que tem um comportamento já criminoso estabelecido é reincidente, já foi preso em flagrante mais de uma vez; pratica crimes com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo; hipótese de tráfico de droga com causas de aumento, que são aquelas situações gravíssimas do tráfico que ocorre no presídio ou que ocorre nas proximidades de escolas, o tráfico interestadual também, que são essas hipóteses descritas no art. 40 e várias outras; as que envolvem criança e adolescente também, está lá no art. 40. Então, são hipóteses graves. E diz aqui também "que integra organização criminosa armada ou milícia". Então, se o indivíduo integra uma organização criminosa armada ou milícia, o que ocorre? Ocorre que, segundo, por exemplo, a legislação italiana, há uma presunção de que esse indivíduo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perigoso, de que esse indivíduo vai fugir, de que a estrutura daquela organização criminosa a que ele pertence é capaz de intimidar as demais pessoas. É o que acontece aqui no Brasil também quando alguém integra o PCC, integra o Comando Vermelho. Não há que se discutir que essa pessoa não exerce... O simples fato de ela integrar uma organização criminosa desse quilate significa que ela vai exercer uma força de intimidação contra todos que estejam agindo contra essa organização criminosa.

Então, por isso que a legislação italiana estabelece o *doppio binario*, que é um tratamento jurídico diferenciado, tem diversos aspectos relacionados à investigação, relacionados à prisão, como eu acabei de citar, mas também relacionados, obviamente, à execução da pena, que é o *carcere duro*, ou o art. 41-bis do ordenamento penitenciário italiano, que nós copiamos aqui em boa parte. Temos que aperfeiçoar o nosso Sistema Penitenciário, mas, em termos de legislação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO – ... pelo menos para a fase de execução penal, ela está bem consolidada.

Então, só concluindo, esse projeto vem trazer um reforço nesse arcabouço jurídico necessário para o enfrentamento de crimes graves e para uma atuação mais efetiva da segurança pública.

Eu colocaria só um detalhe mínimo aqui, que seria importante. Acho que se pode depois evoluir para que algo parecido com isso venha a ser colocado no artigo que trata da prisão preventiva no Código de Processo Penal, porque aqui nós estamos falando de audiência de custódia, de prisão em flagrante com a possibilidade de conversão em prisão preventiva, mas nós não mexemos... E aí eu acho que legislar é um trabalho, e eu estou sugerindo aos legisladores que possam também estabelecer algo parecido, uma sistemática parecida dentro dessa lógica de um *doppio binario*, com tratamento rigoroso para os casos de crimes mais graves, como participar de organização criminosa, em que você inverte a lógica para decretar a prisão, e o juiz teria que fundamentar a prisão e não fazer o caminho inverso, como manda o nosso ordenamento jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Agradeço as palavras iniciais do Dr. Danilo e passo a palavra ao Sr. Roberto Motta, Jornalista, Especialista em Segurança Pública, para sua exposição, por cinco minutos.

Lembro que o Dr. Roberto Motta já esteve no nosso Estado do Acre, proferindo uma palestra, em que o assunto era segurança pública, evidentemente, com livros publicados. Quero agradecer a possibilidade de contar com o Sr. Roberto Motta nesta audiência pública. Muito obrigado pela presença.

Passo a palavra ao Roberto Motta, por cinco minutos, para fazer a sua exposição inicial.

O SR. ROBERTO MOTTA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Marcio Bittar. O senhor me ouve? Meu áudio está bom?

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Em alto e bom som.

O SR. ROBERTO MOTTA (*Por videoconferência*.) – Maravilha.

Muito obrigado pela oportunidade de participar desta audiência.

Minhas saudações ao senhor, ao Dr. Danilo, ao Deputado Ulysses, aos Srs. Congressistas, às demais autoridades e a todos os presentes.

O Brasil vive uma crise de criminalidade sem paralelo nas democracias ocidentais. Só nos 16 anos em que a esquerda esteve pela primeira vez no Governo Federal, entre 2003 e 2018, foram assassinadas 875 mil pessoas no Brasil. Já chegamos a 65 mil assassinatos por ano em 2017. Em média, apenas 8% desses crimes são esclarecidos. Criminosos são presos dezenas de vezes e voltam às ruas.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Roberto, só um minutinho. Deve ter feito alguma... Não está aparecendo a sua imagem aqui. Ela estava nítida, perfeita, e alguma coisa aconteceu.

Verifica... Já reapareceu.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO MOTTA (*Por videoconferência*.) – Só um instantinho, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Agora já estamos aqui vendo-o perfeitamente. Desculpa a interrupção, mas agora o estamos vendo e ouvindo perfeitamente. Pode continuar, por favor.

O SR. ROBERTO MOTTA (*Por videoconferência*.) – Pois não.

Os criminosos são presos dezenas de vezes e voltam às ruas. A polícia prende o criminoso, e o sistema de justiça criminal o solta. Mas a certeza da punição é comprovadamente o melhor instrumento de dissuasão de criminosos. Foi essa teoria científica que deu ao americano Gary Becker o Prêmio Nobel de 1992. Trata-se de ciência.

Aqui no Brasil, a pesquisa do Prof. Pery Shikida mostrou recentemente que a renda média de um criminoso em atividade no Estado de São Paulo é de R$46 mil por mês. Outra pesquisa científica provou que 10% dos criminosos cometem 66% dos crimes. O lugar desses criminosos é na cadeia.

A audiência de custódia é um procedimento que determina a apresentação de uma pessoa presa a um juiz dentro de 24 horas. A justificativa para a criação da audiência foi o Pacto de San José da Costa Rica, mas a audiência foi muito além do que o tratado exige. O Artigo 7 do tratado, no item 5, diz que "Toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz [...]". Não está escrito no tratado que é preciso um procedimento especial; muito menos que esse procedimento terá como única finalidade verificar o bem-estar do criminoso.

A audiência de custódia representa uma distorção do que o pacto exige. A audiência prioriza o bem-estar do criminoso em detrimento da vítima e da população. Os Artigos 4, 5 e 7 do pacto estabelecem direitos à vida, integridade e segurança. Esses direitos são violados todos os dias nas ruas do Brasil. Ativistas e juristas nunca invocam esses artigos para endurecer a legislação penal. Essa reinterpretação do pacto não foi um erro; ela serviu a uma agenda oculta que só depois foi revelada. Essa agenda é o desencarceramento. O propósito declarado da audiência é verificar a legalidade da prisão e a ocorrência de violência policial. O propósito verdadeiro da audiência é reduzir a população carcerária, soltar criminosos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro da Justiça declarou que a audiência de custódia é um mecanismo que solta 50% dos presos pela polícia, o que é uma forma de descongestionar os presídios.

Nas audiências de custódia, as perguntas ao preso são quase sempre as mesmas: "O senhor sofreu violência durante a prisão? O senhor tem alguma reclamação contra os policiais?". Não se diz nenhuma palavra sobre o crime ou sobre a vítima.

A principal consequência da audiência é o aumento da impunidade, através da liberação em massa de criminosos presos. A outra consequência é a priorização do bem-estar do criminoso e o esquecimento da vítima. A urgência é cuidar do criminoso preso, e não fazer justiça.

A soltura de criminosos que foram presos após operações policiais arriscadas gera sentimento de frustração e desmoraliza a polícia. A audiência de custódia representa a visão ideológica hegemônica no sistema de justiça criminal: a visão do criminoso como vítima, e não como alguém que fez, de forma consciente, a escolha pelo crime.

A audiência de custódia é símbolo de um sistema de justiça criminal que perdeu o rumo. Em vez de soltar criminosos, o Estado deveria construir mais cadeias. Só em uma única refinaria, a Abreu e Lima, o Estado brasileiro já investiu mais de R$100 bilhões. Com esse dinheiro, estima-se que seria possível construir mais de 800 mil vagas em presídio – vagas padrão ONU. Essa quantidade de vagas é suficiente para acomodar todos os criminosos presos hoje e ainda deixar espaço livre. Por que não se faz isso? Essa é uma das perguntas que precisam ser respondidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Agradecemos.

Estamos sendo acompanhado pelo Portal e-Cidadania. Eu vou rapidamente mencionar aqui algumas das perguntas que, na minha opinião, já deixam um pouco claro o pensamento diverso e preparam a resposta, penso eu, dos nossos convidados, enquanto nós estamos aguardando a chegada do Deputado licenciado e Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Derrite.

Emanuel, do Amazonas: "Ampliar a negação da liberdade provisória reduz crimes ou só aumenta prisões e desconfiança no sistema de justiça?"

Luiz, do Paraná: "Como conciliar segurança pública e direitos fundamentais do acusado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Henrique, do Acre: "Por que ainda se concede liberdade provisória a criminosos perigosos, se isso ameaça a segurança da sociedade?".

Jéssica, de Rondônia: "Esse projeto leva em conta as causas sociais da criminalidade, como pobreza, racismo e falta de oportunidades?".

As perguntas já demonstram o pensamento que boa parte das campanhas produzem.

Joel, do Rio de Janeiro: "A proposta considera a reincidência específica em homicídios, estupros, feminicídio, tráfico e latrocínios como fator decisivo?".

Clemilton, do Maranhão: "Determinados benefícios para determinados tipos de crimes têm que acabar, ou então a sensação de impunidade continuará".

Ricardo, de Santa Catarina: "Endurecer é legítimo, mas prisão automática fere decisão individualizada e pode gerar nulidades e superlotação sem ganhos claros".

São algumas das perguntas que nos chegam pelo e-Cidadania. Dr. Lovisaro, Dr. Roberto Motta, assim que forem respondendo, podem também se inspirar nessas perguntas.

Enquanto o nosso Secretário Derrite se desloca da Câmara para este ambiente, eu vou adotar a postura de fazer uma pergunta a cada um dos convidados, que terá cinco minutos, o tempo máximo, para a sua resposta.

Ao Roberto Motta: os recordes nacionais de homicídios, durante os anos petistas, ultrapassaram 60 mil mortes anuais. São produto direto da agenda de garantismo penal e frouxidão no combate à violência? Essa pergunta é para o Dr. Roberto.

Ao Dr. Danilo Lovisaro: de que maneira a experiência no Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas comprova, com dados, que o fortalecimento da prisão preventiva enfraquece, de fato, as organizações criminosas?

Uma pergunta para cada um dos nossos dois convidados, enquanto chega o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Dr. Danilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Senador, o projeto trata de situações que nós não podemos transformar em situações corriqueiras, que acontecem num primeiro envolvimento de uma pessoa na prática de um determinado crime, que não tenha tanta gravidade assim. O que ocorre nesses casos e que gera uma grande repulsa social é que, em algumas situações – algumas, não são todas –, quando se está na audiência de custódia, por uma falta de uma análise mais apropriada dessa individualização, desse comportamento do indivíduo que foi preso, ele acaba sendo colocado em liberdade quando nós sabemos que irá efetivamente praticar outros crimes.

Então, eu pontuei bem no início que, na lógica de uma legislação mais rigorosa, que trabalha num campo de defesa social, é necessário ter um tratamento distinto. Nós não estamos aqui pregando, e eu nunca preguei isso e o projeto também entendo que não vai nesse caminho, ser uma linha punitivista, em que se pretende punir todo mundo e aumentar as prisões que são realizadas no Brasil. O que se pretende, de fato, aqui, é dar um tratamento jurídico diferenciado para comportamentos graves, a exemplo do que acontece com as legislações mais aperfeiçoadas no mundo e que estão dando resultados efetivos.

No Brasil, nós temos esse problema de que o indivíduo que participa de uma organização criminosa acaba cometendo novamente crime, e sempre se fala dessa porta giratória: entra no sistema penitenciário e sai. Na verdade, quem pratica crime grave não pode ter o mesmo tratamento jurídico das pessoas que praticaram outros crimes, crimes comuns. Então, o projeto visa estabelecer essa distinção e deixar claro que tem que haver uma inversão na lógica de como se determinar o cabimento de medidas cautelares pessoais, quando se trata de crimes graves. Primeiro, você vai analisar a questão da prisão e depois você vai analisar a questão das medidas alternativas à prisão, porque, pela lógica geral do Código de Processo Penal, o caminho é o inverso: primeiro, você tenta todas as possibilidades de liberdade e, só então, se não for possível, como último arrasto, você decreta a prisão preventiva.

Eu queria aproveitar a oportunidade, para pontuar só uma coisa no projeto, que eu acho importante ser destacado. Isso aqui eu acredito que possa gerar um problema futuramente.

Nesse último parágrafo, quando fala nos municípios que não possuem efetivo militar suficiente ou nos quais a saída da viatura para transporte de preso comprometa a segurança local,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência de custódia poderá, por decisão judicial, ser realizada por videoconferência, garantida a presença virtual do delegado de polícia, do defensor do Ministério Público, e assegurada todos os direitos do preso.

Essa presença do delegado, na audiência de custódia, eu acho que pode ensejar algum tipo de repercussão, porque o Brasil já teve aí algumas discussões acerca... Existe um protocolo, do próprio CNJ, em que a presença dos policiais que efetuaram a prisão é incompatível com a realização da audiência de custódia, sob pena de intimidação do preso.

Então, aqui também se protege o direito do preso – não é? –, e a presença do delegado poderia levar a algum constrangimento.

O defensor é o defensor, o Ministério Público é parte – portanto tem que estar, de fato, presente –, mas o delegado de polícia na audiência, ainda que por videoconferência, eu acho que pode suscitar algum problema de questionamento, sob o prisma aí da constitucionalidade.

Então, esse é o ponto.

Só assim que eu acho que merece uma reflexão, já que estamos aqui na Comissão de Constituição de Justiça... Eu acho que esse é um ponto de reflexão.

Já houve julgamentos também na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sobre essas questões de prisão, e aqui eu rebato até uma questão que está sendo dita, que é a da prisão automática.

Não é prisão automática; é uma inversão da lógica de fundamentação para a decretação da prisão, ou, no caso, para a conversão do flagrante em prisão preventiva.

Existe o caso – depois, se quiserem fazer constar dos Anais aí – Jorge Tzompaxtle Tecpile, que é um caso do México, em que houve essa condenação em que se estabeleceram diversas balizas sobre prisão, na Corte Interamericana, e isso pode suscitar um questionamento maior, justamente nessa questão específica aí da liberdade que o preso tem que ter, no momento de estar diante do juiz, para ser ouvido na audiência de custódia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só essa ressalva que eu coloco, e, no mais, entendo que não é prisão automática. É uma presunção que pode ser desfeita pelo juiz, desde que ele fundamente, ele diga "não, aqui não é caso realmente de prisão preventiva".

O juiz sempre é o árbitro máximo de tudo isso. Ele pode chegar e dizer "não, aqui é caso, ainda assim, de liberdade provisória", e ele vai ter que ter essa liberdade.

Dentro de uma conformação constitucional, o juiz tem essa liberdade, e nós não poderemos tolher isso do juiz.

Agora, inverte-se o legislador. A *mens legislatoris* aqui é de inverter a lógica, para que, nesses casos mais graves, se pense primeiro na prisão, e não se pense primeiro na liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – E é sempre bom lembrar que, nessa inversão, estão crimes hediondos, participação do bandido em organização criminosa, reincidência... Portanto, o que a sociedade brasileira pede, exige, é que esse sentimento de impunidade, de que alguém que faz parte de um Comando Vermelho, enfim, está no topo da cadeia, possa passar por uma audiência de custódia, ser liberado e continuar praticando o delito. O que se quer evitar é a reincidência. São forças de segurança – portanto, a sociedade arca com esse custo –, que têm que se movimentar 10, 20, às vezes, 30 vezes, 40 vezes, ou até 80, como mencionou o Ulysses, para tentar prender a mesma pessoa.

Eu até falo para um pai de família, uma mãe de família que tem um filho, uma filha nessa situação, como um policial que arrisca a sua vida mais de uma vez para prender a mesma pessoa, isso não é racional, isso desmotiva e deve, em certos momentos, criar no policial um desânimo, por ficar arriscando a sua vida para prender a mesma pessoa mais de uma vez. Então, o que se busca é separar o joio do trigo.

O Dr. Roberto Motta se desconectou.

Eu vou passar de novo, então, a pergunta, enquanto chega o nosso Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, vou fazer uma outra pergunta ao Dr. Danilo e também abrir a palavra para o Deputado Federal Ulysses, se ele quiser fazer alguma observação, alguma pergunta ao Dr. Danilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que eu deixo feita é se o senhor percebe pressões ou *lobbies*, ou os dois, ideológicos, organizados, especialmente no Judiciário, para manter o atual ciclo de impunidade.

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO – Olha...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Só um minutinho.

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – O Deputado Ulysses está *online*. Quer fazer alguma observação?

O SR. CORONEL ULYSSES (*Por videoconferência*.) – Após a palavra do Dr. Danilo, eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Pois não, com a palavra o Dr. Danilo.

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO – Senador, eu entendo que toda forma de pressão política é legítima dentro do feitio democrático, do Estado que nós vivemos. Eu acho que todas as correntes têm direito de fala. Nós vimos, até pelas perguntas que foram realizados pelo e-Cidadania, que há diversas correntes de pensamento, e eu acho que o local apropriado, a arena política para se debater todas essas questões é justamente aqui, no Senado, na Câmara dos Deputados.

Então, acho que essas pressões que eventualmente existam são importantes, porque é a partir do debate e da reflexão aprofundada que nós podemos aperfeiçoar, inclusive, o texto que é apresentado e que podemos contribuir, enquanto cidadãos, nesse processo legislativo. É lógico que o Senador e o Deputado são a representação por excelência do povo, representam o povo democraticamente através da força do voto, mas é importante também que todos aqueles que tenham interesse em um determinado tema participem.

Eu sou muito a favor dessa dialética, eu acho que a conversa e a reflexão sempre levam ao aperfeiçoamento. Nós estamos aqui contribuindo. Eu trouxe aqui algumas contribuições, as perguntas trazem contribuições também. Eu acho que dentro desse processo, vocês, que são os destinatários finais, poderão votar de uma maneira bem mais segura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que o papel de uma audiência pública é fundamental e acho que o papel de cada corrente política que existe no nosso país, desempenhando esse papel com muito respeito e dentro das regras da legalidade, deve ser totalmente respeitado e aceito.

Então, eu sigo muito essa linha, sabe, Senador? Eu gosto... O senhor me conhece, eu acho que a gente debater, discutir, isso é uma riqueza para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – É, sem sombra de dúvida. Mais uma vez, agradeço a sua presença.

Passo a palavra ao Deputado Federal Coronel Ulysses.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Para expor. *Por videoconferência*.) – Você vê algumas perguntas que foram colocadas no e-Cidadania aí, e a gente vê que algumas perguntas têm um caráter de cunho ideológico, inclusive fomentado por ONGs que são financiadas pelo crime organizado, muitas vezes.

Então, quando se fala, em uma das perguntas, se a gente observou as questões sociais; claro que foram observadas as questões sociais. Nós não estamos falando aqui que vamos aplicar esse instituto contra pessoas que furtaram porque estavam precisando se alimentar, comer, ou uma pessoa que foi seduzida pelo crime e achou que poderia ganhar a vida através do crime, mas se arrependeu. Não, nós estamos falando aqui de pessoas que são criminosos contumazes, nós estamos falando aqui de pessoas – que esse instituto vai abarcar ou abranger, vai alcançar – que pertencem a facções, ao crime organizado e que decidiram que a vida delas vai ser cometer crime, vai ser cometer assassinatos, vai ser roubar as pessoas, vai ser cometer latrocínio, homicídio, feminicídio, são pessoas que destroem milhares de famílias através do tráfico de drogas. Então, são essas pessoas que nós queremos alcançar. Não é o criminoso comum.

E outro aspecto que foi colocado numa pergunta: se isso iria fazer com que os presídios ficassem mais cheios. Ora, nós só temos presídios que são mais cheios, ou presídio com capacidade de x pessoas e nós temos três, quatro vezes mais, porque não existe um interesse do Governo em criar novos presídios, porque nós temos a necessidade, como foi falado inclusive pelo Roberto Motta, de ter a ampliação do número de presídios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha só, ele citou que foram investidos 100 bilhões na refinaria. Isso daria para criar 800 mil vagas. Aí eu faço um paralelo com aquilo que aconteceu em El Salvador, com o Nayib Bukele. Ele resolveu criar um presídio modelo ONU, com todos os direitos que são exigidos pelo Pacto da Costa Rica, com dignidade e tudo mais. Ele criou 60 mil vagas. Ele só precisou utilizar 22 mil e endurecer as leis, para controlar um local, ou seja, o país que tinha o maior índice de criminalidade do mundo. Lá nós tínhamos 103 homicídios por cada 100 mil habitantes. Hoje, esse índice... Eles estão praticamente há dois anos sem ter um homicídio depois que eles endureceram as leis. Fizeram o trabalho de casa, que era colocar no presídio as pessoas que são contumazes em cometer crimes.

Uma outra pergunta que foi colocada foi sobre se não vão ser os pobres, os negros.

Olha, nós temos que acabar com essa narrativa de que o pobre e o negro são criminosos. A maioria dos pobres e a maioria dos negros são pessoas honradas, trabalhadoras, são pessoas que optaram por ganhar a sua vida com dignidade através do seu esforço, do trabalho, através do seu suor. Não são todos os negros e nem é a maioria dos negros ou dos pobres que são criminosos. São a minoria. Inclusive, isso é muito difícil de se estimar, tendo em vista que a maioria da nossa população é negra ou parda. Então, logicamente, a maioria dos criminosos é negra ou parda, mas não quer dizer que a maioria dos negros e pardos é cometedor de crimes; são as pessoas que roubam, que matam, que cometem homicídio, que fazem parte de milícias ou de organizações criminosas ou de facções.

Então, nós temos que acabar com essa narrativa e respeitar o pobre e o negro, porque a maioria é trabalhador. Essa narrativa é uma narrativa ideológica de cunho de esquerda, de cunho comunista, que nós temos que extirpar do nosso meio.

Então, o objetivo, a finalidade dessa lei é exatamente alcançar bandidos altamente perigosos.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu agradeço, mais uma vez, a participação ao autor do projeto e quero também fazer um breve comentário.

Eu entendo que aquele que estuprou, aquele que é reincidente, aquele que cometeu homicídio, aquele que faz parte de uma organização criminosa, portanto, são foras da lei, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importa a cor deles, não importa a origem deles, não importa. Se não, você vai começar a fazer uma colcha de retalhos e vai começar a perdoar a pessoa porque ela teve uma origem A ou B.

Os países em que a criminalidade ostenta níveis aceitáveis, como no caso de homicídio, 10 homicídios no máximo a cada 100 mil habitantes, têm legislações que não olham para a cor da pessoa, para a pele da pessoa, para a origem da pessoa.

Vai perguntar para um pai ou para uma mãe que teve um filho estuprado ou que teve um filho assassinado, uma filha assassinada ou estuprada se faz diferença a origem ou a cor da pele da pessoa que cometeu o assassinato ou o estupro. Claro que não faz. Então, não é à toa aquela venda na estátua. Significa não que ela não esteja vendo, mas significa imparcialidade. Não importa quem tenha cometido o assassinato ou o estupro.

Eu quero passar a palavra, mais uma vez, ao Dr. Danilo, enquanto a gente espera o Dr. Derrite.

Daqui a pouco, a gente pode fazer um intervalo, para não sobrecarregar o nosso convidado especial que está aqui presencialmente, já que, com o Dr. Roberto, perdemos o contato.

A pergunta é: como o Ministério Público pode agir de forma estruturada para priorizar o direito das vítimas e, ao mesmo tempo, sustentar juridicamente o endurecimento defendido por este PL nº 714, de 2023?

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Olha, o Ministério Público vem atuando em defesa dos direitos da vítima de maneira bem consistente.

Nós, falo do meu Ministério Público, do nosso Ministério Público lá do Estado do Acre, temos setores voltados exclusivamente à atuação relacionada à vítima, que é o Centro de Atendimento à Vítima. Nós temos um núcleo de atendimento terapêutico, temos um centro de apoio operacional que a Dra. Dulce Helena foi designada para lá e tem feito um trabalho de Promotora de Justiça exemplar, um trabalho muito importante. Ela é titular, inclusive, da vara de violência doméstica, né? E tem coordenado esse Caop, né, que a gente chama, o Centro de Apoio Operacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu papel enquanto Procurador-Geral de Justiça é investir, né, investir muito na estrutura desses órgãos, para que toda e qualquer vítima que tenha no nosso estado, ali na nossa sociedade, possa procurar o Ministério Público e possa receber o apoio devido do ponto de vista psicológico, de atendimento, de orientação, e inclusive jurídico, no que diz respeito à nossa atuação enquanto Ministério Público dentro do processo, né? Então, essa é uma pauta prioritária para o Ministério Público, e eu tenho concentrado muitos esforços nesse sentido. É uma orientação do Conselho Nacional do Ministério Público, de que cada Ministério Público reforce essas áreas de atuação em favor das vítimas também.

E falando de vítima, V. Exa. citou um trecho muito importante sobre esses dados na abertura, na sua fala inaugural, aqui nesta audiência, trazendo dados que são dados espantosos, né? De quase 70 mortes por 100 mil habitantes e variando até quase 80. É, quase 80, 79,9, né, em Maranguape, Ceará. Quase 80. E, assim, são números muito elevados.

No Acre, o senhor deve se recordar que em 2015, final de 2015, nós tivemos ataques de organizações criminosas que levaram à morte de um policial penal, incêndio de ônibus, disparos contra prédios públicos, delegacia de polícia. Do ano de 2015, nós não tivemos ainda um salto muito significativo, porque foi no final do ano, nos índices de mortes violentas e intencionais. Estavam ali na casa de 30 e poucos por 100 mil. Mas já no ano de 16, de 2016, 2017, nós pulamos para cima de 60. Então, chegamos a patamares parecidos com esses que V. Exa. citou, né? E então, em 2017 foi o ápice das mortes violentas intencionais no Acre, com mais de 60 mortes. Tivemos ali naquele momento, em 2017, o estado mais violento do país. E o esforço das instituições, a colaboração também dos nossos políticos com essa pauta de segurança, trazendo investimento, trazendo foco para este debate, como faz V. Exa., o Deputado Ulysses, e outros Parlamentares que têm essa pauta como prioritária, fez com que isso retrocedesse.

Hoje estamos muito próximos da taxa-Brasil, né, que geralmente está ali por 27, 28 por 100 mil habitantes, né? E é um trabalho árduo, né? Porque o crime organizado se apropria de tudo quanto há espaço para praticar crime, né?

Nós temos visto hoje, em São Paulo, como o crime organizado está se diversificando e sobretudo do ponto de vista da lavagem de capital, que é uma engrenagem fundamental para o crime organizado, com participação em concessões de serviços públicos, como linhas de ônibus,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fintechs e tudo quanto é forma de investimento. E, às vezes, até investimento no mercado lícito, contaminando o mercado lícito. Por isso que...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Farmácias, postos de combustível...

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO – Farmácias, redes de postos de combustíveis. Então, é algo extremamente danoso. Só quem fecha os olhos para essa realidade não compreende a necessidade de uma legislação mais rigorosa para enfrentar organizações criminosas.

Eu queria trazer um dado aqui sobre essas questões de mortes violentas intencionais. Se nós pegarmos o recorte e formos olhar os homicídios... Mortes violentas intencionais é um conceito teórico um pouco mais amplo do que só homicídio, mas vamos pegar os homicídios que acontecem no Estado do Acre, que é o dado que eu conheço melhor, de perto. A maioria desses homicídios, a maioria esmagadora, terá motivação relacionada à organização criminosa. Então, não é aquela questão: "Ah, o homicídio passional...". Acontece; o feminicídio acontece também, mas a grande quantidade de homicídios no nosso estado – e certamente isso se reproduz também para as outras unidades da Federação – está relacionada aos crimes organizados.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Até, quando as facções entram em acordo, ela abaixa, né?

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO – Sim, sim, quando acontece a *pax*. Na Itália, chamaríamos de *pax mafiosa*; aqui é a *pax* das facções, a paz das facções – estabilizou os territórios, dominou os setores, diminui a violência. Só que essa não é a estratégia, porque é uma estratégia em que o Estado acabou se omitindo de atuar.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – É isso aí.

Coronel Ulysses, para suas considerações.

Queria inclusive, ao passar a palavra para o Deputado Federal Ulysses, mencionar, de acordo com a avaliação que ele fez aqui de várias perguntas, que, de fato, é óbvio, traduzem viés ideológico, evidentemente: se é uma coincidência ou não, Coronel Ulysses, que o Nordeste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro – onde, claramente, os Governos estaduais, a política dominante, ideologicamente, é a do desencarceramento, é a preocupação que popularmente nós conhecemos como mais preocupada com o bandido do que com a vítima, e se, portanto, é uma coincidência ou não – é a região mais perigosa do Brasil – Bahia, Ceará, Pernambuco, estados governados por um pensamento ideológico à esquerda, que prega exatamente isso que algumas das perguntas do e-Cidadania traduzem, que é a preocupação, como eu disse, muito mais às vezes com o bandido do que com a vítima, a política do desencarceramento, a política daqueles que teimam em interpretar que o bandido é, na verdade, uma vítima da sociedade. Será que é uma coincidência que o Nordeste brasileiro, de fato, é a região mais violenta do Brasil? Deixo essa consideração para o Deputado Federal Coronel Ulysses.

Depois passaria já para uma última pergunta, Dr. Danilo, já agradecendo mais uma vez a presteza, que é se o PL ora em debate, de autoria do Deputado Ulysses, é suficiente ou deve ser apenas um primeiro passo de uma nova era de política criminal no Brasil. E, se sim, quais seriam os próximos desafios e etapas urgentes.

Coronel Ulysses, para suas considerações; e, depois, o Dr. Danilo para a última pergunta, por favor.

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. Agradeço também ao Senado, a todas as pessoas que estão participando. Já estamos caminhando aqui para as nossas considerações finais.

No que concerne à pergunta que o senhor colocou, essa questão ideológica influencia muito na questão da segurança, porque a esquerda... E o que eu estou colocando aqui não é somente no Brasil, é a nível mundial. Eu estou agora, neste momento, aqui nos Estados Unidos, para onde nós estamos trazendo os policiais acreanos para um treinamento de capacitação, para que haja uma abertura de visão, melhor qualidade na entrega do serviço que é prestado para a população. E aqui não é diferente, assim como em outros países onde eu tive a oportunidade de estudar: Portugal, Espanha, Itália, França, tive a oportunidade de fazer intercâmbios em todos esses países, e não é diferente. Todas as vezes que a esquerda assume um governo, o gerenciamento de um país, de um estado, a criminalidade aumenta, porque, de certa forma, existe um conluio da esquerda com o crime organizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Isso foi muito bem retratado, no caso do Brasil, quando o Governo veio a se eleger e nós tivemos comemorações no presídio. Também quando a gente tem a questão de uma política, criada lá dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que se chama Pena Justa, na qual o Conselho dos Secretários de Segurança não foi ouvido, o Conselho de Comandantes-Gerais da Polícia Militar não foi ouvido, os profissionais de segurança pública foram colocados de lado; mas foram colocadas ONGs, inclusive ONGs que têm participação, que são financiadas pelo crime organizado, participaram para discutir a Pena Justa, que é um modelo de desencarceramento, ou seja, de colocar o bandido, o criminoso na rua. E eu queria saber quem é o gênio, o iluminado que consegue conceber que, se você colocar bandido na rua, vai diminuir a violência. Não existe isso. O que vai diminuir a violência é nós termos leis duras, pesadas, que realmente façam com que o criminoso fique intimidado ou desestimulado a cometer crimes. É isso que vai diminuir a violência – logicamente um dos fatores, né? Com vários outros fatores, porque é uma questão sistêmica.

Mas, assim, nós vemos claramente que, no Brasil, nos estados governados pela esquerda, o índice de criminalidade é mais alto. No Brasil, todas as vezes que a esquerda governou, os índices de criminalidade, de roubo, de homicídio aumentaram. Aqui nos Estados Unidos, onde eu estou hoje, não é diferente. Os estados que são governados pelos democratas, que é a esquerda aqui americana, também passam pelo mesmo problema. Nos estados onde os democratas governam, os índices de criminalidade são maiores; os índices de violência são maiores do que nos estados que são governados pelos republicanos. E se você for verificar isso em nível mundial, isso está tudo interligado, né? Então, você vê que a esquerda comete crime. Enquanto a direita... Eu não queria trazer isso para um debate de direita e esquerda, porque eu entendo que o tema está acima de partidos, acima de ideologias.

Nós queremos dar uma segurança melhor para o nosso país, mas eu estou colocando historicamente como funciona essa narrativa, já que foi colocada a pergunta, e eu não quero aqui passar pano e ser omisso, mas falar com transparência a realidade daquilo que eu vi e que eu já estudei por mais de 30 anos dentro da segurança, não é?

A mesma coisa que acontece no Brasil acontece aqui nos Estados Unidos e em outros países. Quando a esquerda governa, a finalidade é criar um caos, a finalidade é criar o medo, porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medo faz com que as pessoas se sintam intimidadas, recuadas e mais dependentes ainda do Governo central.

Então, quando nós tivermos realmente uma legislação mais dura, quando nós tivermos realmente leis que desestimulem o cometimento de crime e de delitos, quando o bandido da mais alta periculosidade estiver preso, pode ter certeza de que nós vamos ter melhorias significativas na questão da segurança.

Eu tive a oportunidade de ser Comandante-Geral da Polícia Militar, já no final da carreira, também trabalhando na Secretaria de Justiça e Segurança Pública estadual, e nós pegamos, na época, dentro daquilo que o Dr. Danilo citou aí, 63 homicídios por cada 100 mil habitantes e, quando nós entregamos, em 2022, nós estávamos com 19 homicídios por cada 100 mil habitantes, num trabalho de praticamente quatro anos, que nós executamos juntamente com todas as forças de segurança, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, porque lá no presídio é onde nós temos que ter o controle, porque lá é o escritório do crime. Se nós tivermos o controle do presídio, nós temos também o controle, lá fora, da bandidagem. É assim que funciona.

Muito obrigado pela oportunidade e me coloco sempre à disposição.

Acabamos de aprovar a urgência lá na Câmara de mais um projeto da minha autoria que eu reputo também como de grande importância, que é o aumento das penas para quem cometer homicídio ou lesão corporal contra policiais ou contra familiares, em virtude, em razão da função dele...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CORONEL ULYSSES (Bloco/UNIÃO - AC. *Por videoconferência.*) – Exatamente, contra os agentes.

Então, vai aumentar de 20 a 40 anos a possibilidade de progressão e somente após o cumprimento de 50% da pena. Isso abrange não somente os policiais da ativa, mas também os policiais aposentados e da reserva. É uma forma de também proteger o policial, os seus familiares e também desestimular o cometimento de crime contra quem tem dado a sua vida como verdadeiros anjos da guarda na proteção da sociedade, servindo, protegendo e cuidando.

Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu que agradeço.

Lembro ao Deputado Coronel Ulysses que o Derrite está vindo de lá para cá; se o senhor puder continuar *online*, nós vamos ter a oportunidade de conversar, de dialogar com o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, onde, inclusive, no Governo do qual ele faz parte, o índice de homicídios caiu.

Eu considero que, às vezes, há uma tentativa de despolitizar o debate, quando, na verdade, não há alternativa.

Você tem duas formas básicas de enxergar a questão da segurança pública no Brasil e no mundo, e uma delas é mais à direita, a outra é mais à esquerda. Não adianta, qualquer tentativa de camuflar isso fica sendo muito mais uma hipocrisia, e a hipocrisia precisa ser denunciada.

Por exemplo, muitas pessoas, na Câmara Federal – já foi dito isso várias vezes, eu vou repetir –, que defendem o desarmamento, utilizam da verba de gabinete para contratar segurança particular. Agora mesmo, no Supremo Tribunal Federal, ao Ministro Barroso, ex-Presidente – que deixou a Presidência um dia desses e já pediu a aposentadoria – foi concedida uma segurança do Estado brasileiro, mesmo na aposentadoria.

Então, é fácil, para quem tem segurança particular – paga, muitas vezes, com dinheiro público, ou na maior parte das vezes –, defender o desarmamento para os outros que não têm essa mesma segurança financiada pelo Estado brasileiro. Isso é uma das grandes hipocrisias que precisam ser denunciadas.

Com a palavra o Dr. Danilo, para a resposta da última pergunta e, também, se desejar, para suas considerações finais.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença.

O SR. DANILO LOVISARO DO NASCIMENTO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu, como já até tinha vislumbrado, acho que é importante que se construa um arcabouço jurídico sério, no Brasil, de enfrentamento ao crime organizado. Vou usar aqui a expressão crime organizado para ser o mais genérico possível, mas isso abrange, obviamente, as organizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminosas e todos os delitos graves que existem no Brasil, dentro daquela lógica – que é uma premissa teórica que eu estabeleci aqui, no início da minha fala, do *doppio binario*, a exemplo do que acontece na Itália.

O tratamento jurídico é diferenciado, com regras próprias para a fase de investigação, para o decorrer do processo, como nós estamos discutindo aqui no que tange à prisão preventiva, à decretação de medidas cautelares, com busca à obtenção de prova... São requisitos que devem ser diferentes daqueles requisitos para os crimes comuns, porque se exige um tratamento jurídico diferenciado. E também no cumprimento da pena.

Então, como eu destaquei, eu acho que o projeto traz luz para essa lógica mais rigorosa, para comportamentos mais graves, mas é possível avançar ainda em outros aspectos. Um deles é a própria intervenção.

Penso, no futuro, no artigo que trata sobre a prisão preventiva: poderia ser feito um projeto de lei para aperfeiçoar o dispositivo, como tem no Código de Processo Penal italiano – e aqui, eu cito especificamente o art. 275, §3º do referido Código de Processo Penal, que trata especificamente desse tratamento jurídico diferenciado para crimes graves, com foco na participação em associação criminosa de tipo mafioso, do art. 416-*bis* do Código Penal italiano, e também para outros delitos graves.

E um outro aspecto que eu acho fundamental – dentro, sempre, dessa lógica do *doppio binario* – e que é muito pouco conhecido aqui no Brasil... Eu tenho feito diversas falas, até no âmbito do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado, que eu tenho a honra de presidir e que reúne todos os Gaecos do Brasil... Eu tenho feito uma fala para levar ao conhecimento de todos essa parte jurídica que eu reputo importantíssima dentro do esquema do *doppio binario* italiano, que é o sistema preventivo antimáfia.

Esse sistema preventivo antimáfia nós não temos no Brasil. É um sistema que está baseado no Código Antimáfia italiano, que trata da possibilidade, independentemente do processo criminal, da imposição de medidas de caráter preventivo contra integrantes da máfia, medidas essas que podem ser relacionadas à pessoa desse indivíduo mafioso – portanto, gerando restrição à liberdade individual dessa pessoa, que pode ir desde uma advertência até a proibição de se ausentar da comarca, ou a obrigatoriedade de sair da comarca para residir em outra comarca – e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas relacionadas à questão patrimonial, que é fundamental, como nós vimos agora essas questões que estão acontecendo em São Paulo, dessa infiltração mafiosa até na economia lícita, como em redes de postos de gasolina, farmácias e outros setores, inclusive na administração pública.

Então, é fundamental que se tenha construído aqui, no futuro, para o Brasil, um sistema preventivo antimáfia, porque esse sistema preventivo funciona, como nós dizemos, assim, *a latere*, ou seja, ao lado do sistema criminal, e ele não depende do sistema criminal. O juiz, a pedido do Ministério Público – em alguns casos, até o próprio chefe de polícia pode determinar algumas medidas não tão restritivas –, pode determinar isso, independentemente de existir um inquérito policial, independentemente de existir um processo criminal. Então, isso é preventivo, ocorre antes.

O sistema preventivo é anterior, ele é *ante delictum*, antes do delito. Ele não é depois do delito, porque o Direito Penal funciona quando o crime aconteceu. Se o crime não aconteceu, não tem Direito Penal, não tem Justiça, não tem nada disso que nós estamos falando aqui.

E, lá na Itália, eles tiveram essa lógica. Existe o sistema criminal, com todas essas variações, com um tratamento jurídico mais grave para crimes mais graves, e existe um sistema paralelo, que é esse sistema preventivo antimáfia – previsto no Código Antimáfia –, que estabelece a possibilidade de imposição de medidas, algumas importantíssimas, como o sequestro preventivo antimáfia e o confisco antimáfia, dados nesse processo, que está a meio termo de um processo administrativo e de um processo penal.

Então, é algo de fato inovador, que já existe há alguns anos e que é muito pouco falado aqui no Brasil.

Eu acho que o Brasil deveria evoluir para essa legislação, porque é uma ferramenta importante para aqueles que combatem o crime organizado no Brasil. E eu tenho trabalhado muito isso e, sempre que tenho oportunidade, eu falo.

Agradeço aqui a V. Exa. por me dar esta oportunidade, e ao Senador Otto Alencar – que preside esta Comissão – também, por oportunizar que eu possa aqui expor este pensamento. É um pensamento teórico, mas que eu acho que é importante, que pode estimular Parlamentares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e Deputados a trabalhar um projeto de lei nesse sentido, criando esse sistema, também preventivo, contra o crime organizado no Brasil, independentemente de que exista ou não esse processo criminal.

Eu, inclusive, estou em fase final até de conclusão de um livro, em que eu estou fazendo comentários sobre o Código Antimáfia italiano, para poder estimular mais ainda esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Bom, lembrando a todos que nos assistem, que acompanham através das nossas redes de comunicação, também do Portal e-Cidadania, lembrando que nós estamos falando de um projeto originário da Câmara Federal, de autoria do Deputado Federal do Acre, o Deputado Coronel Ulysses, que fala sobre a limitação da liberdade provisória em audiência de custódia.

É bom relembrar, para aqueles que estão acompanhando há pouco tempo, o que é que diz o projeto – com o qual eu concordo –, no §2º: "havendo fundados indícios de materialidade e autoria do crime, a liberdade provisória será denegada [ou seja será negada] com ou sem medidas cautelares, se o juiz verificar [...]".

Como disse o Dr. Danilo, a palavra sempre é do juiz na audiência, e vai continuar sendo, mas, aprovada essa lei, vai ter alguns limites e alguns parâmetros: se o juiz verificar que o agente é reincidente; já foi preso em flagrante por mais de uma vez e solto após a audiência de custódia; se ele integra organização criminosa armada ou milícia; se porta ilegalmente arma de fogo de uso proibido ou restrito; e se praticou o crime com violência ou grave ameaça com arma de fogo. Portanto, são esses os casos que o projeto de lei do Deputado Coronel Ulisses propõe, em que o relato do Senado é favorável.

Eu quero agradecer imensamente, mais uma vez, ao Dr. Danilo.

Nosso estado não tem tantas opções de voo. É sempre um sacrifício vir na madrugada; passa-se uma noite comprometida. Mas, mesmo assim, o senhor veio, se prontificou, mais uma vez, a participar, não só para debater o projeto em questão, como também para deixar aqui algumas sugestões, que estão sendo gravadas.

Aliás, a audiência pública inteira é gravada, documentada; fica para os *Anais* desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já deixe aqui algumas sugestões fruto da experiência e do estudo que o senhor tem com a legislação de outro país – no caso, a Itália – e que estarão impressas em livro. Com certeza, eu vou adquirir um para meu conhecimento.

Mais uma vez, muito obrigado.

Eu declaro aqui um intervalo de 15 minutos para a gente tentar aguardar uma contribuição importante, de alguém que é da área, é do ramo também, e que ocupa uma secretaria tão importante no estado mais povoado do Brasil, que é o Estado de São Paulo.

Então, um intervalo de 15 minutos, na expectativa de que o Dr. Derrite possa chegar.

Muito obrigado.

(*Suspensa às 11 horas e 26 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 39 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Declaro reaberta a sessão, ao tempo que lamento a impossibilidade do Secretário de Estado, Dr. Derrite, de fazer-se presente, já que está em uma mesma audiência pública tratando de segurança pública na Câmara Federal.

Lamento porque, de fato, era previsível. Se eu soubesse que havia essa coincidência, eu já saberia que seria quase humanamente impossível que ele participasse das duas. A Câmara Federal tem um grupo de parlamentares muito aguerrido nessa área da segurança pública, e a gente sabe como é que começa uma audiência dessas com vários Deputados Federais: não tem hora para terminar. Então, é lamentável, porque seria uma oportunidade de outra parcela do Brasil que nos assiste poder escutar um Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, que tem um papel muito importante para o Brasil.

Mas, em sendo assim, e audiência pública na Câmara continua, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Rodrigo Pacheco, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Jaques Wagner, Lucas Barreto e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 52/2025 - CCJ, de autoria Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Finalidade:** Instruir a Proposta de Emenda à Constituição n° 148, de 2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal". **Participantes:** Sr. Fernando de Holanda Barbosa Filho, Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV); Sr. José Pastore, Professor titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Instituto de Administração da USP; Sr. João Gabriel Pio, Economista-Chefe da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais; Deputada Erika Hilton, Deputada Federal; Sr. Rick Azevedo, Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e fundador do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT); e Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e coordenadora nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) do Ministério Público do Trabalho. **Resultado:** Realizada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezenove minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 148, de 2015, que "altera o inciso XIII, do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal", conforme Requerimento nº 52, de 2025, da CCJ, de iniciativa do Senador Paulo Paim e do Senador Rogerio Marinho.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados, por sistema de videoconferência para exposições e debates. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal, telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de convidar à mesa dois debatedores que estão presentes: o Sr. Clemente Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais; e a Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, (*Palmas.*) Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat).

Eu passo a informação à Comissão de que os convidados, o Dr. José Pastore, Professor titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal de São Paulo e da Fundação Instituto de Administração da USP; o Dr. Fernando de Holanda Barbosa Filho, Mestre em Economia da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e o Dr. João Gabriel Pio, Economista-Chefe da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais vão participar pelo sistema remoto.

De tal forma, nós vamos iniciar esta audiência pública, como também outras que forem encaminhadas, para debater um tema que é importante no momento que nós estamos vivendo.

Quero destacar e parabenizar a iniciativa do Senador Paulo Paim, Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, porque é da iniciativa dele essa proposta de emenda constitucional, ele que, neste Senado, tem honrado o seu estado, honrado o Brasil, sobretudo pelo comportamento ético, correto e de defesa permanente, pelo diálogo, pelo entendimento e pelas propostas de defesa do trabalho e do trabalhador.

Também quero destacar a presença do Líder do Governo no Senado Federal, o Senador Jaques Wagner, que, além de Líder do Governo, é também meu Líder na Bahia, e eu vejo a presença dele com muita alegria, até porque ele também é um defensor dessa proposta, sempre condizente com as leis trabalhistas, sobretudo aquelas que reconhecem e protegem o trabalho de todos aqueles que promovem o desenvolvimento econômico do Brasil em todas as áreas.

Portanto, eu passo a palavra, inicialmente, a pedido, Senador Paulo Paim – V. Exa. que vai, dentro de poucos instantes, comandar aqui a Presidência, porque eu vou para outra atividade...

Pede-me o Dr. José Pastore, pelo sistema remoto, a palavra.

Se a mesa já está conectada... (*Pausa.*)

Então, o Dr. Pastore está com problemas de conexão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O outro palestrante indicado é o Dr. Fernando de Holanda Barbosa Filho, no sistema remoto.

Eu passo a palavra ao Dr. Fernando de Holanda, pelo tempo de dez minutos, para a sua exposição a respeito do tema de que nós estamos tratando neste momento.

Tem a palavra o Dr. Fernando de Holanda.

O SR. FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Ouvem-me? (*Pausa.*)

Sempre é um prazer estar aqui. Bom dia a todo mundo, Senadores, convidados. É um prazer estar aqui contribuindo com este debate.

Primeiramente, eu queria... Eu consigo fazer uma breve apresentação? Eu condigo compartilhar o PowerPoint por aqui ou não?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Sa. pode explicar o que pede, por favor? (*Pausa.*)

Pode sim fazer a apresentação.

O SR. FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO (*Por videoconferência*.) – Eu quero compartilhar o PowerPoint.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode fazer a apresentação. Que a mesa possa dar as condições de ele fazer a apresentação que deseja.

O SR. FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO (*Por videoconferência*.) – Vou só me organizar aqui, tem muito arquivo aberto, desculpe-me.

Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fique tranquilo porque o tempo é flexível, o senhor pode ultrapassar o tempo sem nenhum problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO (*Por videoconferência*.) – Estou com dificuldade aqui com meu PowerPoint. Dois segundinhos e a gente já vai resolver isso.

Vamos lá. (*Pausa.*)

Pronto.

Conseguem ver com a tela cheia, Senadores? Posso continuar, gente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode continuar, tranquilo. Pode continuar.

O SR. FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO (*Por videoconferência*.) – Obrigado.

Vou fazer uma breve apresentação sobre a modificação na jornada de trabalho.

No fundo, sobre a mudança na jornada de trabalho, na minha visão, o grande problema dela e o perigo que ela tem é o impacto negativo que ela pode ter sobre a produtividade do trabalho e sobre o produto da economia, uma vez que, por trás dela, existe uma redução da jornada de trabalho que pode ser importante.

Obviamente, vêm as perguntas: quais seriam os principais beneficiados e quais os impactos sobre a economia? A gente escreveu uma nota técnica aqui no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas sobre isso. Eu vou fazer aqui uma breve apresentação com as duas notas que a gente construiu, com os resultados, sem entrar nos detalhes de como foi elaborado.

Então, o primeiro ponto que é importante ressaltar é que tem ocorrido uma redução gradual da jornada de trabalho no Brasil e no mundo. Diversos fatores contribuem para isso, e vocês podem pegar aqui que a tendência de queda vem de um longo tempo. Aqui há a mudança constitucional de 1988, que gera uma redução abrupta da jornada de trabalho, mas você pode ver que, ao longo do tempo, depois ela alcança a tendência. A gente teve uma redução grande na pandemia e voltou.

Essa parte aqui em cima de constância é um pouco fora do padrão anterior. A gente não consegue descobrir ainda o que está fazendo aquela estabilidade, mas, se vocês olharem os números, a jornada média de trabalho da economia brasileira hoje é um pouco acima de 38 horas semanais de trabalho. Essa é a média. Toda média tem um termo acima e um termo abaixo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente faz uma simulação supondo que houvesse uma redução. Como eu estou usando 38 horas, trinta e oito vírgula poucas horas, e não as 44 horas, isso geraria uma redução da jornada de trabalho de 6,2 pontos percentuais, o que sem qualquer ganho de produtividade geraria uma perda no valor agregado que poderia variar entre 6,2 se eu adotasse somente uma função de produção com trabalho ou 3,6 se eu tivesse uma produção com trabalho e capital.

Adicionalmente a isso, muito foi advogado que a redução da jornada de trabalho tenderia a aumentar a produtividade do trabalhador. Embora eu ache que isso vai ser bastante difícil dado o nosso histórico de baixo crescimento da produtividade nas últimas décadas, eu fiz uma simulação supondo que você tivesse grandes ganhos de produtividade. A PTF, no Brasil, está crescendo virtualmente zero há algumas décadas. Vamos supor que ela crescesse 0,5%, somente a mudança obrigatória da jornada de trabalho poderia gerar uma perda de produto de 3,3% e a perda da produtividade do trabalhador seria equivalente à redução da sua jornada. E aqui é um ponto importante de ressaltar porque eu acho que isso aconteceria com qualquer um de nós. A nossa produtividade no Brasil infelizmente é baixa. Não existe bala de prata, uma só solução para fazer com que a produtividade volte a crescer de forma consistente, mas certamente reduzir a jornada de trabalho de um trabalhador que, na média, é pouco produtivo não vai aumentar o produto que ele gera.

Eu tenho lido que, com a redução da jornada, o trabalhador vai ficar mais feliz, vai trabalhar melhor, vai ser mais produtivo. Ótimo, mas é muito difícil você supor que ele vai ter um ganho de produtividade equivalente às horas que ele não vai trabalhar.

Então, isso aqui é uma simulação sobre os diversos cenários de redução do PIB. Tem um efeito adicional da mudança da jornada de trabalho, que é uma potencial redução do total de trabalho contratado, que vai gerar perda de valor adicionado na economia. Obviamente, a gente não tem como saber exatamente qual a elasticidade da demanda por trabalho com relação ao aumento do salário real.

Eu peguei o caso mais extremo, que eu acho que é 18%, que seria se a jornada fosse 44. Eu não acho que é um número mais razoável. Eu acho que o número mais razoável é algo entre seis e dez. Isso implicaria uma redução na contratação, por quê? Porque uma vez que eu reduzo a jornada de trabalho e mantenho os salários, eu estou aumentando o salário por hora trabalhada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do trabalhador. Isso vai fazer uma reação, porque o trabalho vai ficar mais caro e potencialmente algumas empresas vão ajustar os seus quadros.

Supondo uma elasticidade de 10% de redução quando o salário aumenta 6%, isso vai gerar uma perda adicional de produto, que poderia gerar uma perda de 4,1% ao menos no produto da economia, ou seja, existe o potencial de a mudança gerar uma perda de produto não trivial, que vai afetar a economia como um todo.

Em seguida, a gente faz um segundo artigo, uma análise setorial. E aqui eu gostaria de frisar a última coluna, JT, que é a jornada de trabalho, mostrando como existe uma variabilidade na jornada de trabalho média entre os diferentes setores de economia.

O setor com jornada mais elevada é 42 horas, no setor de transporte. Obviamente, se você reduzir para 36 horas, vai ser o setor mais afetado, superior a 10%. E você tem APU, que é 36,6 horas, ou seja, esse setor vai ser muito pouco afetado. E você tem outros setores em que tem essa variabilidade.

Então, isso aqui é só para ressaltar o seguinte: mexer na jornada de trabalho vai ter efeitos díspares na economia. Setores com maiores cargas, como comércio, transporte, serviços em geral, esses setores vão ter um problema. Outros serviços em que a jornada é menor vão ter menos impacto, mas o setor de comércio vai ser afetado, o setor de transporte vai ser muito afetado e extrativo idem. Então, a gente tem que pensar que o impacto de uma redução da jornada... Lembrando que eu gosto de ressaltar esse gráfico. A jornada no Brasil já está reduzindo ao longo do tempo. Isso é uma tendência histórica, e eu acho que ela deve voltar a seguir a tendência nos próximos anos. Isso vai ocasionar uma mudança abrupta em alguns setores.

Nesses setores, qual é o potencial? Dá uma olhada. A taxa de crescimento da produtividade nesses setores não tem sido nada muito expressiva, muito pelo contrário. Se a gente pegar o Brasil como um todo, a taxa de crescimento médio no Brasil entre 2012 e 2024 é potencialmente 0% ao ano. É um crescimento muito baixo. A gente teve as crises econômicas no meio que tornam muito complicado esse período. Um leve ganho de produtividade entre 2016 e 2018. Mas a produtividade no Brasil está com um desempenho medíocre ao longo do tempo. Então, olhando os dados, tirando a agropecuária, que tem tido um crescimento mais forte ao longo do tempo, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difícil imaginar que os setores conseguirão compensar a queda das horas trabalhadas com ganho de produtividade dos seus trabalhadores.

Impacto da redução da jornada de trabalho para 36 horas. O que a gente calcula aqui é qual seria o valor agregado contrafactual reduzindo as horas trabalhadas, ou seja, suponho que o trabalhador por hora trabalhada tenha a mesma produtividade que antes e somente reduzo a jornada dele trabalhando 36 em vez das horas médias. Obviamente, os setores mais afetados são aqueles setores que tinham maior carga horária média; os setores menos afetados são aqueles que têm menor nível de carga horária hoje em dia.

Então, de novo, os efeitos não seriam pequenos em alguns setores, podendo chegar a mais de 14%. Obviamente, alguns setores teriam um impacto menor, mas isso é só para mostrar para os senhores que a simples mudança na carga horária total semanal pode ter um impacto bastante grande na economia, com distribuição diferente dependendo do setor de atuação.

Aqui, o impacto da redução da jornada de trabalho com ganho de produtividade. O que eu peguei aqui é o ganho histórico de produtividade. Você pode ver que o único setor que poderia compensar a perda da tabela anterior é a agropecuária, que tem tido um ganho histórico muito acima dos demais setores de economia; com todos os demais setores, não tendo compensação.

E eu posso agora, em vez do histórico brasileiro, supor 1% ou 2%, que é maior na maioria dos setores, ou seja, um crescimento da produtividade de 2% ao ano num setor, o que seria algo extraordinário dado o histórico recente da economia brasileira, que nem é tão recente assim – pode-se calcular isso desde lá de trás; a gente está usando aqui 2012, porque são os dados da Pnad Contínua que a gente tem –, então, quando você faz isso, você observa que infelizmente a produtividade não vai ser suficiente para o risco que a gente tem de redução do PIB e redução do valor agregado de vários setores da economia.

E, por último, quais são os grupos que mais se beneficiam – lembrando que é uma redução de jornada sem contrapartida do salário. A gente tem que olhar quem é o pessoal que trabalha mais horas em média. No passado, você pode ver que houve uma redução muito grande dos trabalhadores com menor grau de instrução – a jornada média deles caiu –, enquanto que a jornada média dos trabalhadores com nível superior aumentou um pouquinho, ou se manteve, e o trabalhador com médio completo teve uma pequena redução, mas muito pequena, ou seja, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores que ganham menos, que são aqueles menos escolarizados, são em geral aqueles trabalhadores que têm uma jornada já mais baixa, o que quer dizer que, entre aspas, "o ganho em salário-hora" desses trabalhadores vai ser menor. Quem vai ter maiores ganhos em termos relativos são os trabalhadores com maior grau de escolaridade, que são aqueles que, hoje em dia, trabalham jornadas mais elevadas, em média, na economia.

Por último, a gente mostra aqui a evolução: o trabalhador com ensino médio teria a ganhar uma variação do salário real dele de 9%; ensino completo, 8%; trabalhador quase sem qualificação, 0,7% somente; e o trabalhador com fundamental completo e médio incompleto, 5%; ou seja, os ganhos estão distribuídos mais na parte de cima da distribuição de renda. É verdade que a gente está aumentando a parcela de trabalhadores com ensino médio e ensino superior incompleto na economia brasileira, o que é um bom sinal, mas aqueles trabalhadores que, em tese, são mais desfavorecidos serão menos beneficiados.

E, na hora em que a gente dá uma olhada aqui na taxa de crescimento do salário real por hora efetiva, a gente tem dado uma olhada que, ao longo do tempo, os trabalhadores que têm tido mais ganho já estão na parte de baixo. Por que a gente está utilizando isso? Eu não consigo calcular a produtividade por grupo de trabalhador, porque eles trabalham em diversas plantas; uma *proxy* razoável para você utilizar para a produtividade é o salário que é pago e como ele cresce. Supondo uma margem constante das empresas, a empresa só varia o salário real da pessoa conforme a produtividade. A gente pode dar uma olhada que nem no ensino completo, nem no ensino médio tem tido ganho recente de produtividade que fosse suficiente, vamos dizer assim, para explicar uma elevação nos salários.

Então, a redução de jornada de trabalho, na minha visão, possui custos elevados para determinados setores. Infelizmente, os ganhos de produtividade não devem ser suficientes para compensar a redução da jornada de trabalho. Grupos com mais escolaridade que trabalham mais horas são os mais beneficiados, e o aumento do salário-hora sem compensação da produtividade pode reduzir o emprego, ou seja, tem grupos que são aqueles com menor produtividade, quando houver redução da jornada e houver o aumento do salário real, eles podem ser antes do que aqueles trabalhadores mais produtivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A redução da jornada de trabalho reduz a produtividade do trabalho, ou seja, eu sou um trabalhador, eu trabalho 40 horas, produzo tanto por ano. Agora, quando eu reduzir a minha jornada, eu vou ter um produto por trabalhador inferior, algo que a gente já observou na década de 80. Na década de 80, tinha um *puzzle*, que era: como que o trabalhador, ao longo de dez anos, pode se tornar menos produtivo.

Eu tenho um artigo com o Prof. Samuel Pessoa, já há bastante tempo, em que a gente mostra que o que explica o grosso da queda da produtividade do trabalhador brasileiro na década de 80 foi a redução das horas trabalhadas, ou seja, o fato de você reduzir a jornada de forma abrupta – aí na Constituição de 1988 – faz com que o produto por trabalhador caia, e isso vai ser um impacto que vai ser importante na economia.

No entanto, obviamente, um cálculo que a gente não consegue fazer é qual é o ganho de bem-estar aumentando o tempo de lazer, mas o que eu gostaria de ressaltar é que qualquer ganho de bem-estar que possa ocorrer, o trabalhador ter menos horas de trabalho, ele não vai ocorrer sem custos, e eu acho que neste debate a gente está, de certa forma, subestimando o custo que essa redução pode ter, não só sobre o produto geral da economia, mas, inclusive, sobre a produtividade do trabalhador e com isso colocando em risco, em alguns casos, seu emprego.

A minha apresentação era só essa, gente, era isso que eu tinha preparado para mostrar para vocês hoje. Obviamente estou disposto aqui a debater o tema e a ver como é que vocês querem continuar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado, Sr. Fernando de Holanda Barbosa Filho, Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas, que fez a sua exposição à distância, a quem esta Comissão, de pronto, agradece.

Eu quero registrar a presença no plenário do nosso querido Rogério Carvalho, que é o grande Relator desta PEC. Fez um relatório, que, para mim, foi um dos melhores que eu já vi sobre o tema. Já o convoquei para sentar aqui na mesa, ele mandou eu esperar um pouquinho, e eu sigo a orientação do Líder. Segue o Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu passo a palavra, de imediato, ao Sr. José Pastore, Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), e da Fundação Instituto de Administração da USP.

O SR. JOSÉ PASTORE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia.

O SR. JOSÉ PASTORE (*Por videoconferência*.) – ... Presidente Paulo Paim, grande amigo. É um prazer poder participar deste encontro.

Eu penso que o Fernando de Holanda já fez uma excelente exposição, com dados muito concretos e muito relevantes, que dá uma ideia da responsabilidade e também da complexidade que os Srs. Senadores têm pela frente para decidir esse assunto.

Essa é uma Casa de formulação de leis, e as leis é que garantem os direitos. E o que acontece é que cada direito tem um custo, e este que é o grande dilema do legislador: equilibrar os direitos para a população com custos toleráveis do lado da produção.

Eu vou apresentar alguns dados aqui baseados exatamente no estudo do Fernando, e depois eu também ficarei à disposição para o debate.

Estou pedindo para compartilhar a minha apresentação. (*Pausa.*)

Queria ver se está dando para ver direito. (*Pausa.*)

Não entrou, não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ainda não.

O SR. JOSÉ PASTORE (*Por videoconferência*.) – E agora? Entrou?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Agora sim. Tranquilo.

O SR. JOSÉ PASTORE (*Por videoconferência*.) – Está bom.

Então, eu vou apresentar alguns dados aqui, e a gente pode debater.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a PEC que está em discussão de autoria do nobre Senador Paulo Paim desde 2015? A ideia do Senador é implantar uma redução de jornada que seja gradual; ou seja, a partir de 1º de janeiro, a jornada passa a ser de 40 horas, e depois ela vai diminuindo uma hora por ano até atingir 36 horas por semana. É bom frisar que essa redução será feita sem redução de salário mensal. Não é o salário-hora, mas o salário mensal que será mantido. Se fosse para manter o salário-hora, seria outra situação, mas é o salário mensal.

Muito bem.

Vamos ter uma exposição rápida aqui.

Tipos de jornada de trabalho. Eu acho que os Senadores estão bastante familiarizados com o fato de que existem basicamente dois tipos de jornada de trabalho: uma, que é fixada por lei, e os senhores têm a responsabilidade disso no Congresso; e outra, que é fixada por negociação.

Se olharem nessa tabela, os senhores poderão verificar que a jornada fixada por lei tende a ser mais alta do que a jornada fixada por negociação, seja a negociação fixando horas por semana ou seja a negociação fixando horas por ano.

O exemplo mais interessante é o da Alemanha. A Alemanha é um país avançado, que, atualmente, negocia horas de trabalho entre as partes e está com 34,2 horas por semana de trabalho efetivo, mas a jornada legal permanece com 48. A Alemanha não mudou a jornada legal. É essa que está sendo questionada e que se pretende mudar no Brasil.

A Argentina também tem 48 horas legais, mas trabalha 37 por semana. O Chile tem 40 horas, já menos do que nós, e trabalha 40,4, um pouquinho mais, por semana. Colômbia tem 48...

Enfim, eu não vou destacar todos os números dessa tabela, mas o básico é o seguinte: a jornada legal tende a ser mais alta, por quê? É uma segurança que o país tem. Se, por acaso, precisar trabalhar mais, a lei permite. Ao mesmo tempo, o país fala: vocês podem negociar para baixo o quanto quiserem. Essa é a sistemática do Brasil também. Na Constituição Federal, está escrito assim: a jornada é de 44, mas pode negociar para baixo. E o Brasil tem negociado para baixo, como o Fernando já mostrou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A jornada anual é uma soma de tudo aquilo que se trabalha ao longo do tempo, ao longo do ano. E há um número interessante aqui: um país cuja economia está mais próxima da do Brasil nessa tabela, que é o México, tem uma jornada anual de 2.255 horas, uma jornada semanal de 43,7 horas e a jornada legal é de 48 horas.

Então, esses são os números da OIT, mostrando que há um padrão mundial de manter a jornada legal mais alta. A única exceção é a França. A França, alguns anos atrás, reduziu a jornada legal para 35 horas, mas já modificou o sistema, porque ela está dizendo o seguinte hoje: é de 35, mas se quiserem negociar para cima, podem negociar para cima. Ela colocou um patamar baixo, o que destoa dos demais países, porque ela perdeu a segurança que os demais países têm no caso de precisar trabalhar mais. Então, esse é o primeiro dado que eu queria mostrar.

O segundo dado é uma pergunta: como é que têm sido feitas as reduções de jornada na maior parte dos países ao longo do tempo? E a resposta é esta que acabei de dar: por negociação lenta, uma negociação que o próprio Fernando já mencionou aí.

Essa tabela – peço desculpa porque tem muito número, mas eu não vou explorar nenhum número desses aqui em detalhe – dá a redução da tabela anual. Como é que acontece a redução ano após ano nos vários países? Vamos pegar o caso dos Estados Unidos, que está em vermelho aí. Em 2010, os Estados Unidos tinham 1.810 horas por ano; em 2011, subiu um pouquinho, negociou um pouco mais, 1.819; em 2012, subiu mais um pouquinho, foi para 1.826; em 2013, baixou para 1.824; em 2015, voltou a subir de novo. Então, vejam que isso vai variando, e vai variando de acordo com a conjuntura, de acordo com o desempenho da economia. Depois passou a reduzir, reduzir, e chegou a 1.799 horas por ano, lentamente – todos os países, lentamente. Esse é um dado da OECD, de 2024, está bastante atualizado, e mostra que as reduções são pausadas. Aliás, a proposta do nobre Senador Paulo Paim é também de uma redução gradual.

Alguns exemplos da lentidão do ritmo de redução de jornada. Naquela tabela lá, se os senhores observarem bem, Estados Unidos reduziram 11 horas anuais em 15 anos e sempre por negociação, quer dizer, em 15 anos, eles reduziram 11 horas anuais por negociação. Os países da OCDE reduziram 55 horas anuais em 15 anos também. E de que maneira? Por negociação. Agora, aqui no Brasil, se nós considerarmos 48 semanas anuais, com uma redução de 4 horas – isso aqui é de acordo com a proposta do Senador Paulo Paim –, são quase 200 horas em um ano; e, depois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a redução de mais 48 horas por ano, no final do processo. Então, depois de 5 anos, quando a gente completar todo o processo de redução, o Brasil terá reduzido 384 horas por ano, em 5 anos – em 5 anos. Os Estados Unidos reduziram 11 horas em 15 anos.

Então, qual é a conclusão inicial que a gente pode tirar? Que a PEC 148 visa a reduzir quase 400 horas em apenas 5 anos, e sem negociação, o que destoa bastante dos outros países. Eu não estou aqui fazendo nenhuma crítica, estou apenas mostrando como é que é feito esse processo que todos pretendem fazer no Brasil. Eu acho que todo mundo gostaria de trabalhar menos e ganhar mais, não é? É isso que é sempre o objetivo de todas as pessoas.

Ou seja, se esse processo de reduzir jornada legal funcionasse e garantisse a sobrevivência da economia, das empresas, dos trabalhadores, dos empregos, dos salários, nós poderíamos reduzir logo para 30 horas por semana. E eu sei que há propostas desse tipo no Congresso Nacional. Mas, repetindo, toda vez que se cria um novo direito, uma nova proteção, há um custo, e esse custo precisa ser pensado e precisa ser estimado. Então, eu acho que os Senadores têm pela frente uma tarefa para meditar bastante antes de tomarem uma decisão desse tipo.

Será que é possível atender interesses de empregados e de empregadores nesse campo da redução da jornada? Como é que isso pode ser feito? Bom, a resposta é sim, é positiva: dá para atender interesses de empregados e de empregadores. Como? Por meio da negociação coletiva. Assim tem sido feito no resto do mundo, assim tem sido feito no Brasil – é o que está previsto na Constituição de 1988.

Esse é o gráfico que o Fernando elaborou e que mostrou já, que mostra que o Brasil também está nesse caminho, reduzindo a jornada muito lentamente, muito lentamente. Aqui no final, nos anos 2020-2021, tem um dente, que isso foi devido à pandemia, que teve uma redução muito forte de jornada, e depois voltou ao ritmo normal, ao ritmo regular. Quer dizer, o Brasil está avançando na forma como os demais países estão também modernizando o seu modo de trabalhar.

Qual é a troca que se faz na negociação coletiva para reduzir jornada? Produtividade do trabalho. Esse é o principal ingrediente que é trocado entre empregados e empregadores, para poderem se acomodar os interesses, como eu falei nesses eslaides aqui, de empregados e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregadores. Como? Negociação. Do quê? Produtividade do trabalho. O que quer dizer isso? Fazer mais com menos, ser mais eficiente, ser mais produtivo.

E como está a nossa produtividade do trabalho segundo os dados da OIT? – esse dado também é recente. A produtividade do trabalho no Brasil é de US$17 por hora, quer dizer, o trabalhador brasileiro, em média, trabalhando uma hora, produz US$17. Se nós pegarmos os países avançados, a diferença é brutal. A OIT diz que na Noruega, em uma hora, o trabalhador produz US$93; na Holanda, US$80; Estados Unidos, US$70; no Brasil, US$17. E o Fernando mostrou que dar um salto nessa produtividade não é nada fácil, não. É uma coisa difícil. Produtividade depende de muitos fatores. Depende de tecnologia, depende da administração da empresa, depende de várias condições econômicas em torno da empresa, depende de infraestrutura, depende da qualificação do empresário e depende da qualificação do trabalhador. Para que tudo isso aqui aconteça de repente, é pouco provável. Então, esse é o desafio que os Senadores têm pela frente. É atender o interesse dos empregados e, ao mesmo tempo, acomodar isso economicamente com aquilo que é o necessário para a economia poder funcionar. A nossa diferença de produtividade é muito grande.

Muito bem, por que a negociação é viável, é o jeito que mais atende as duas partes? O que a negociação leva em conta? Qual é a mágica que ela faz que permite acomodar os interesses das duas partes? Em primeiro lugar, ela leva em conta as características dos setores, dos ramos e dos trabalhadores. Quando o setor pode trabalhar menos, porque é muito eficiente, trabalha menos.

O setor bancário, por exemplo. O setor bancário brasileiro tem uma eficiência incrível, está tudo eletrônico, tudo mecanizado, tudo computadorizado. Eles podem trabalhar, trabalham 30 horas por semana. A mesma coisa com os ramos. Os ramos têm diferenças de produtividade e de eficiência. E a mesma coisa com os trabalhadores. Então, a negociação ajusta isso aqui. A negociação também leva em conta os ciclos da economia. Quando a economia está em crise... Por exemplo, nós tivemos a época da pandemia, em que foi necessário até reduzir a jornada e até o Governo manteve um esquema de manter o salário com uma ajuda pública, para poder fazer os trabalhadores sobreviverem com as suas famílias. Quando a economia está indo muito bem, está indo tudo certo, você pode ampliar isso aqui e ativar de uma maneira diferente a força de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A negociação ajusta também as variações de oferta de mão de obra. No momento, aqui no Brasil, nós estamos passando por um ciclo de falta de mão de obra em muitos setores. Então, é preciso levar isso em conta. E não é só a questão de saber o que vai acontecer hoje ou amanhã, mas, ao longo do tempo, a oferta de mão de obra vai variando e a negociação vai variando. É por isso que os senhores viram naquela tabela das horas anuais que de vez em quando um país chega e aumenta o número de horas trabalhadas por semana, depois diminui, aí aumenta. Depende da oferta de mão de obra. Depende da competitividade das empresas. O que é a competitividade das empresas? De que maneira elas se colocam perante as outras empresas? Se elas têm um produto bom, de boa qualidade, de preço baixo, que atrai o consumidor, isso é muito importante para a própria empresa investir, para expandir os seus negócios e para gerar emprego. Competitividade é uma das forças mais importantes para a geração de empregos.

E, finalmente, a produtividade do trabalho, que já foi bastante explicada pelo Fernando.

Muito bem, se nós fizermos uma análise – e aqui eu me baseio novamente nos estudos que o Fernando tem produzido e outros–, uma jornada de 36 horas por semana, que seria o fim do ciclo da proposta do Senador Paulo Paim.

Então, vamos admitir o seguinte: fim do ciclo, depois de cinco anos, 36 horas por semana, quatro dias por semana também. Quando ele tem um salário de R$2,2 mil para uma jornada de 220 horas mensais, como é hoje, o custo-hora é de R$10. Se nós passarmos isso para 180 por lei – não por negociação, por lei –, ou seja, 36 horas semanais, o custo-hora vai passar para R$12,22. É um aumento de 22,2%, o que é fortíssimo. E é fortíssimo e é o mínimo, porque há outras implicações que elevam esse custo para um nível ainda mais alto.

Vejam um desafio que nós temos pela frente na economia brasileira. As empresas que vão ter essa redução da jornada de trabalho por lei, mantendo o mesmo salário, mantendo a mesma folha de pagamento, a receita delas permanecerá a mesma durante um bom tempo. Pode ser que ao longo do tempo, cinco, dez, quinze anos, a receita aumente, mas de imediato a receita... A receita de um supermercado não vai aumentar só porque reduziu a jornada para 36 horas e porque as pessoas estão trabalhando menos. O salário é o mesmo, o poder de compra é o mesmo, as vendas vão ser praticamente as mesmas. Então, se a venda é a mesma, a receita é a mesma, mas aumentou muito a folha de salário, aumentou 22,2%, o que as empresas tendem a fazer? No

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo inteiro é assim: transferir para os preços. Isso daria o quê, como resultado? Inflação. Ou então, encerrar atividades. Isso daria como resultado desemprego. Então, vejam, é um problema sério esse de você criar, por lei, uma sobrecarga em cima das empresas, que terão que pagar uma folha de salário sem que a receita aumente. Isso dá um desarranjo. Esse desarranjo pode dar inflação ou desemprego, ou as duas coisas juntas.

Há mais uma peculiaridade: e o setor público, como é que vai fazer? Porque o setor público, para trabalhar também 36 horas e quatro dias por semana só, ele vai ter que contratar mais funcionários, porque como é que eu consigo... Aliás, tem um problema sério aqui no setor público. Como é que uma agência da Previdência Social, por exemplo, vai poder funcionar só quatro dias por semana para atender o público? Não pode. Como é que um tribunal de Justiça vai funcionar só quatro dias por semana para atender o público? Ou seja, terá que contratar mais funcionários. Será que estão disponíveis esses funcionários? E mais importante do que isso: será que há recurso disponível no Governo? Há recursos no orçamento para enfrentar esse aumento de folha salarial e de emprego também?

Muito bem, e no PIB, qual é o impacto que teria na economia como um todo? Estou usando aqui novamente o trabalho do Fernando. Veja que ficou muito bom vocês colocarem o Fernando como primeiro expositor, porque estou aqui me ancorando nos estudos do Fernando, de enorme competência. Ele tem mais condições até de poder defender esse trabalho do que eu. Uma das estimativas dele, que é a mais provável, é que, se nós reduzirmos para 36 horas por semana, o PIB terá uma redução imediata de 6,2%. É uma coisa fantástica isso aqui, é um número enorme. E é uma estimativa ainda conservadora, porque, se nós levarmos em conta a questão de escalas, de turnos, da necessidade de contratar folguistas, isso pode aumentar ainda mais e vai dar um impacto maior no PIB, ou seja, é muito grave nós fazermos uma mudança abrupta dessa por lei. Por negociação, não, pode ir que vai dar tudo certo.

Muito bem, se o PIB reduz, a arrecadação do Governo também reduz. Se tiver uma redução maior de, vamos supor, 10%, isso vai piorar os serviços públicos e vai atingir em cheio os mais vulneráveis no Brasil.

Então, vejam, Senadores, os senhores têm pela frente aí uma proposta que é muito atraente do ponto de vista popular, do ser humano – o ser humano prefere trabalhar menos, com mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

folga e ganhar mais, e ter mais lazer, ter mais tempo para cuidar da saúde, da família, etc. –, mas há certos limites, esses limites são dados pela economia, que precisa ser levada em conta. Então, a tarefa dos senhores é uma tarefa complexa. Eu estou sugerindo aqui muita meditação e muito cuidado para tomar uma decisão desse tipo.

Vejam, o PIB cair 6,2% é uma barbaridade. Lembrem que, na recessão que nós tivemos no Governo Dilma, ele caiu 3,5% em 2015 e caiu 3,6% em 2016. Quer dizer, nesses dois anos, caiu 7,1%, nós estaríamos perto disso. Então, vejam, se vai gerar inflação quase com certeza, se vai provocar desemprego quase com certeza, se vai fazer o PIB cair quase com certeza, se vai a arrecadação diminuir quase com certeza, se os serviços públicos vão ficar piores, quase com certeza, o que nós vamos ter aqui são vários efeitos *boomerang* de uma proposta que é humanitária, que é meritória, que vale a pena se pensar, que pode ser praticada e que vem sendo praticada, mas não por esse método da lei, é pelo método da negociação coletiva.

Além disso, há outros impactos. Eu já mencionei aqui: quando vamos trabalhar para o sistema 4x3 e 36 horas, as empresas que fazem turnos terão que contratar muitos folguistas para fechar as horas. Por exemplo, uma farmácia. Uma farmácia vai ter que contratar mais folguistas para fechar as horas porque ela fica aberta o dia inteiro, algumas ficam abertas 24 horas. Um supermercado, um posto de gasolina, um hospital, são várias as áreas no comércio, na indústria, no transporte, no agro também que vão exigir a contratação de mais pessoas para atender. No agro, por exemplo, há limites muito estreitos até em termos de força de trabalho e de necessidade de mão de obra. Nós não podemos falar para a vaca diminuir o jeito que ela dá o leite ou as galinhas que botam o ovo. Então, nós temos que ter em mente essas estratégias para os diversos setores, que podem dar impactos diferenciados em termos de custo de produção.

Além do mais, nós teríamos novos problemas trabalhistas, viu, Senador? Veja bem, no curto prazo, uma empresa pode fazer o seguinte: "Olha, aumentou a minha folha de salário, sabe o que eu vou fazer? Eu vou começar a contratar os novos empregados com redução de salário, eu não vou pagar a mesma coisa que eu estou pagando para os antigos, vou pagar menos.", mas isso cria problemas gravíssimos do ponto de vista legal. A questão da isonomia salarial, se levada à Justiça do Trabalho, será uma condenação certa de quem pratica um sistema em que dois empregados executam a mesma tarefa, na mesma empresa, no mesmo estabelecimento, ganhando salários diferentes. Esse é um problema adicional bastante sério. E no longo prazo? Se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

for no longo prazo, ela pode gradualmente ir trocando os trabalhadores mais caros por trabalhadores mais baratos em termos salariais. O que seria o resultado final desse processo? Seria a esterilização de todo o esforço que foi feito para reduzir a jornada de trabalho.

Fazendo uma conta do que aconteceria com as jornadas anuais, no sistema 4x3, levando em conta as férias do Brasil, os feriados nacionais, municipais, estaduais, religiosos e outros – às vezes até concessões de município – o Brasil passaria a trabalhar 161 dias e a descansar 204 dias, ou seja, o Brasil seria um país onde se remuneraria mais o descanso do que o trabalho, por força de lei. Estou sempre frisando aqui: se for por negociação, acho que está absolutamente correto. Agora, por força de lei, nós temos uma verdadeira jabuticaba aqui no caso da remuneração do trabalho.

Resumo, os grandes desafios dessa PEC do Senador Paulo Paim, com o relatório, também, que foi apresentado pelo Senador Geraldo, que eu li agora há pouco tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Relator é o Senador Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ PASTORE (*Por videoconferência.*) – Desculpe, Rogério Carvalho. Isso mesmo.

Desculpe, Senador, troquei seu nome aí. Não estou muito familiarizado com todos os Relatores, mas eu li o relatório, também.

Então, levando-se em conta... quais são os desafios dessa PEC aí?

Olha, vejam esses desafios: manter o mesmo salário, com menos horas de trabalho, com a mesma receita da empresa e a mesma produtividade. É uma equação que é muito difícil de fechar.

Além do mais, tem várias disfunções, porque pode haver destruição de empregos formais, como o Fernando já apontou, que é um efeito bumerangue... E também temos que levar em conta que, na literatura econômica e de relações de trabalho que nós conhecemos, não há nenhum estudo que prova que é possível gerar emprego por lei. Se isso fosse possível, tenho a impressão de que todo governante, no primeiro dia da posse dele, ia procurar aprovar uma lei acabando com o desemprego e gerando emprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é possível gerar emprego por lei, simplesmente porque todo direito tem custo. Cada direito a mais tem um custo a mais também.

E há algumas dificuldades adicionais do momento. Nós estamos numa quadra de uma grave escassez de mão de obra. Isso aí acontece na construção civil, no agro, no comércio... Em vários setores está faltando mão de obra, mesmo porque muitos não querem trabalhar, porque estão mais acomodados em outros programas de vida, por exemplo, os de assistência social.

Então, esse é um problema.

Hoje nós temos essa questão da escassez de mão de obra. Nós temos também hoje as incertezas do ajuste fiscal que está em marcha.

O Governo está fazendo um esforço aí para fazer um ajuste fiscal e é difícil porque há muitos gastos, muitas despesas. Isso poderá agravar ainda mais o dispêndio do Governo.

Há também as incertezas da reforma tributária, que é nova e que vai entrar agora em vigor. E há também as incertezas derivadas da guerra tarifária em escala mundial, que atinge o Brasil.

Então a conclusão que eu tenho que oferecer aos Senadores, para que todos os senhores meditem bem, meditem bem, com muito cuidado, sobre o que vão fazer, porque não há nada de automático entre uma decisão legal e o comportamento do mercado de trabalho. Redução de jornada de trabalho é possível? É. De que maneira? Por negociação coletiva.

Era isso que eu tinha que apresentar. Agradeço o convite para participar desta reunião e espero um bom trabalho ao longo do dia. E mais do que isso, na hora de examinar essa PEC com todo o cuidado que ela impõe, para que a gente torne viável, para empregados e empregadores, essa redução da jornada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. José Pastore, Professor Titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Instituto de Administração da USP. Queria agradecer muito, já nos encontramos diversas vezes ao longo desses meus 40 anos aqui no Congresso, ao Sr. José Pastore.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico triste quando o setor empresarial não indica alguém para falar, para termos uma visão ampla dos dois setores, empregado e empregador, e fazer o bom debate.

Então fiquei muito feliz aqui de o senhor participar deste debate e expor o seu ponto de vista.

Digo o mesmo do Sr. Fernando de Holanda Barbosa Filho, que é Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, que defendeu, com argumentos diferentes, claro, uma posição semelhante à sua.

Eu quero falar menos e ouvir mais. Então, neste momento, pediu, também à distância, a Deputada Erika Hilton. Ela é Deputada Federal. Permita-me que eu diga, Rick Azevedo, mas essa marca é de vocês dois, não? Essa marca aqui...

O SR. RICK AZEVEDO (*Fora do microfone.*) – Da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Não, mas eu digo quem criou a marca, eu quero valorizar quem criou. Poderia dizer que era minha, eu ficaria bem feliz. A marca 6x1, foram vocês que criaram.

O SR. RICK AZEVEDO (*Fora do microfone.*) – Vivi na pele 12 anos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como?

O SR. RICK AZEVEDO (*Fora do microfone.*) – Vivi na pele 12 anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso, não é?

Então, neste momento em que a Erika vai falar, a marca 6x1 pegou em todo o Brasil para o debate, naturalmente. Ninguém aqui tem bola de cristal para informar o que vai acontecer. Todos nós que temos compromisso com essa PEC, como essa minha, naturalmente vimos com muito bons olhos o fim da escala 6x1.

Então é com muita satisfação, Deputada Erika Hilton, que neste momento, o tempo é seu. Da mesma forma como foi para os dois que a antecederam. (*Pausa.*)

Não sei se ela estava... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto se ela conseguiu entrar, se não, vamos em frente e ela entraria em um outro momento. (*Pausa.*)

Não está conseguindo? Ela está conectada, mas não... (*Pausa.*)

Bom, vamos lá, vamos ganhar tempo.

Então, eu passo a palavra agora para, na sequência aqui, o Sr. João Gabriel Pio, Economista-Chefe da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Tem que ver se ele está no remoto também, senão vamos seguindo...

O SR. JOÃO GABRIEL PIO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Todos conseguem me escutar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Opa!

Estamos ouvindo bem. Prazer tê-lo conosco nesta manhã, neste bom debate.

O SR. JOÃO GABRIEL PIO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Excelente! O prazer é todo meu.

Primeiramente, bom dia a todos e a todas. Eu agradeço o convite.

Também gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes e os professores que falaram de uma forma brilhante anteriormente a mim.

Bom, eu também tenho uma apresentação, mas antes de iniciá-la, eu não posso deixar de destacar: eu tenho a plena convicção, como bem colocado pelo Prof. Pastore, de que ninguém – ou pelo menos a maior parte das pessoas – é contra a redução da jornada de trabalho. Na verdade, isso tende a ser uma tendência de todos. O ponto central é como viabilizar isso sem que o custo ou os impactos negativos superem muito os eventuais benefícios. Essa é a discussão central, que veio na fala do Prof. Pastore e do Prof. Fernando.

Eu vou compartilhar a minha tela, eu tenho uma apresentação breve.

Bom, todos conseguem ver a minha tela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sim, estamos vendo.

O SR. JOÃO GABRIEL PIO (*Por videoconferência*.) – Perfeito. Eu acho que a minha apresentação, de certa forma, complementa a apresentação do Prof. Pastore e a do Prof. Fernando em alguns dados, mas o primeiro ponto que eu gostaria de destacar são alguns dados que eu peguei também da Organização Internacional do Trabalho, que trazem informações sobre a carga horária semanal efetivamente trabalhada.

Olhem que interessante: o Brasil tem uma carga horária efetivamente trabalhada de cerca de 39 horas. Ela é menor do que a média global, de 39,9, e, quando nós comparamos essa carga horária semanal efetivamente trabalhada, ou seja, aquela em que se descontam férias, licença, parada, enfim, outros fatores, ou seja, aquela carga horária efetivamente dedicada à atividade laboral, o Brasil tem uma carga horária menor do que a média de países com renda similar a ele, os de renda média, renda média alta.

O Brasil, no caso, teria uma carga horária semanal efetivamente trabalhada maior apenas do que a média dos países de alta renda, ou seja, dos países mais desenvolvidos, ou os países desenvolvidos, como bem colocado pelo Prof. Pastore: Alemanha, Dinamarca, Suécia, porque geralmente se usam esses países para comparar com o Brasil.

Aí o ponto central, que eu acho que vai muito na linha do que foi apresentado anteriormente, é: por que esses países desenvolvidos possuem uma carga horária semanal efetivamente trabalhada menor do que países como o Brasil? E a resposta é bem objetiva e bem direta: a gente está falando aqui de eficiência produtiva. Esses países, com a mesma quantidade de insumos e tempo, conseguem produzir de uma maneira muito mais eficiente do que a economia brasileira.

E qual é a distância dessa eficiência? Aqui eu peguei alguns dados da The Conference Board, que traz alguns dados sobre produtividade por hora trabalhada, travei os Estados Unidos como 100% e analisei as demais economias em relação aos Estados Unidos. E por que os Estados Unidos? Os Estados Unidos tendem a ser a economia mais produtiva do mundo, então é interessante avaliar a distância em que os pais estão dos Estados Unidos. E olha que interessante e até mesmo trágico, infelizmente. O Brasil tem cerca de 23% da produtividade dos Estados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos – 23%. Isso significa que, em média, um trabalhador, nos Estados Unidos, produz quatro vezes mais do que um trabalhador aqui no Brasil.

E, vejam bem, eu não estou falando nacionalidade americana ou brasileira, eu estou falando de que pelo simples fato de você estar numa economia americana você produz, em média, quatro vezes mais do que um trabalhador aqui no Brasil. E esse não é o efeito negativo, vamos dizer assim, maior. Quando nós comparamos o Brasil com outras economias, o Brasil tem uma produtividade menor do que a média global, menor do que a média da América Latina, menor do que a média de alguns países emergentes e muito distante do que os países maduros e desenvolvidos.

E essa não é a pior notícia, infelizmente! Quando a gente... E foi até apresentado pelo Prof. Holanda, pelo Prof. Fernando, anteriormente, quando nós olhamos a taxa de crescimento da produtividade de 1990 até 2024, a média de taxa de crescimento da produtividade do Brasil foi apenas de 0,9%, muito abaixo da média mundial, que foi em torno de 2,1%, e atrás de países como Costa Rica, Chile, Polônia, Coreia do Sul, Índia e nem se fala da China.

O que isso significa na prática? Isso significa que o Brasil produz de uma maneira menos eficiente do que as outras economias e a cada ano que passa essa distância vai aumentando. Isso é péssimo, vamos dizer assim, para o desenvolvimento econômico do país.

E uma pergunta que eu acho interessante de se fazer, Senadores, é: por que o Brasil tem essa produtividade baixa? Ela é culpa exclusivamente do trabalhador? Uma vez que nós estamos falando de produtividade do trabalho.

Fizeram-me essa pergunta recentemente e é interessante refletir como a comunicação é algo que a gente precisa trabalhar constantemente, a gente tem a percepção de que produtividade é um tema que todos conhecem, mas ela é difícil mesmo. E respondendo a minha pergunta: não, o trabalhador tem zero, ou muito próximo a zero, de contribuição para essa baixa produtividade. Na verdade, os grandes gargalos dessa baixa produtividade são fatores já conhecidos e estruturais da economia brasileira. Como bem foi colocado pelos professores, é déficit na infraestrutura, é complexidade regulatória, alta carga tributária, nível pífio da qualidade da educação no Brasil, baixo nível de intensidade tecnológica. Então, você percebe que não tem a ver necessariamente com o trabalhador, mas com fatores que acabam dificultando a atividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtiva, o que ficou conhecido e o que é conhecido pela maior parte das pessoas como custo Brasil, que dificulta o nosso ambiente de negócio.

Então, voltando à frase que eu falei no início, se o objetivo for reduzir a jornada de trabalho sem que os impactos negativos superem em muito os eventuais benefícios que podem trazer – e, de fato, tem alguns benefícios –, é preciso atacar esses elementos estruturais da economia brasileira para que a produtividade comece a crescer e você permita minimizar os eventuais impactos negativos sobre a produtividade.

Bom, e quais seriam esses impactos? Aqui na Fiemg, nós também fizemos um estudo e há uma série de limitações. É difícil você chegar a um número preciso, mas é nossa responsabilidade tentar dar clareza nas possíveis consequências econômicas. No caso, nós fizemos aqui dois cenários: uma redução da jornada de trabalho sem ganho de produtividade e um segundo cenário em que nós assumimos um ganho de produtividade de 1%. Como bem colocado pelo Prof. Fernando, ter ganho de 1% de produtividade do trabalho é muito difícil, é muito penoso, mas, mesmo assim, nós consideramos esse cenário mais otimista, imaginando que uma possível realocação da força de trabalho entre os setores dê esse ganho de eficiência – um cenário mais otimista.

Bom, nós utilizamos aqui, como metodologia – não vou me aprofundar muito –, a matriz de insumo-produto/modelo de equilíbrio geral computável, que tem como base a matriz de insumo-produto do IBGE, de 2015. E o diferencial, talvez, dessa metodologia é que ela permite captar os efeitos em cadeia entre os setores da economia. Então, nós avaliamos que essa metodologia seria adequada para avaliar os impactos econômicos de uma eventual redução da jornada de trabalho.

Bom, o efeito estimado, aqui sendo bem objetivo, sobre o PIB, num período de cinco a dez anos, para maturar esse efeito, seria uma queda no PIB de 16% no cenário I, que daria ali uma redução de média anual de 2% a 2,4% ao ano até completar o efeito nesse período de cinco a dez anos. E olhe que interessante: no segundo cenário, mesmo com um eventual ganho de produtividade, o efeito tende a ser muito intenso, algo em torno de 14%, o que daria ali uma redução de média anual, nesse período de cinco a dez anos, de 1,8%, 2% ao ano.

Resumindo, para finalizar a minha fala, que eu acho que está muito em linha com o que foi colocado pelo Prof. Pastore e pelo Prof. Fernando, se o objetivo for reduzir a jornada de trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem efetivamente gerar um custo muito maior do que o eventual benefício não tem outro caminho, é preciso avançar com a produtividade – e isso, de fato, é muito difícil. Há aí um longo caminho para nós avançarmos na nossa produtividade.

Bom, basicamente era isso.

Fui bem objetivo na apresentação e fico à disposição para qualquer esclarecimento, qualquer dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito obrigado digo eu e o plenário todo aqui.

O Brasil agradece a participação de representantes do setor econômico e dos trabalhadores, porque, na verdade, todos estão na busca da construção de uma proposta que seja viável para o país.

Eu volto a chamar, se ela já estiver habilitada, a Deputada Erika Hilton. (*Pausa.*)

Então, de imediato, passamos a palavra para o Sr. Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais. (*Palmas.*)

Nós temos quatro Senadores inscritos. O primeiro é o Senador Rogerio Marinho.

E aí, a partir do momento em que esses últimas três falam...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Manterá, prometo. Prometo que terá. Que ele fique aqui, hein! Faço questão que o senhor esteja presente, sabe disso. Sempre é um bom debatedor, um debate equilibrado e de alto nível, assim como está aqui o Jaques Wagner também, que vai na mesma linha do bom debatedor, de um debate no mais alto nível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais. Terá o mesmo tempo que tiveram os que o antecederam.

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO (Para expor.) – Bom, bom dia. Bom dia a todos e a todas.

Agradeço, em nome das centrais sindicais, o convite feito por esta Comissão, na pessoa do Senador Paim, para estar aqui fazendo este debate. Segundo, saúdo os que me antecederam, o Pio, o Pastore e o Fernando, pela exposição que fizeram, pelos números e pela reflexão que aportaram, e saúdo a iniciativa e o relatório do Senador Rogerio sobre a redução da jornada de trabalho.

É bom nós começarmos essa reflexão neste momento, 37 anos depois de que, nesse mesmo Congresso... O Senador Paim já estava aqui, foi um dos responsáveis. Eu estava no Dieese, no Paraná, na época, Senador, e fazíamos todo um trabalho, debatendo a redução da jornada de trabalho, naquela época, para 40 horas. Mas é bom sempre lembrar que, naquela Constituinte, não só a redução da jornada de trabalho, mas férias, contribuição para o INSS, bom, vários direitos sociais foram incorporados naquela oportunidade. E, mediado por esse conjunto de mudanças normativas do ponto de vista trabalhista, acordou-se uma redução de 48 para 44 horas.

Naquela época, a quase certeza, como disse o Pastore, também se fez presente no debate. O Senador Paim deve lembrar que havia quase certeza de que tudo iria ladeira abaixo, se o país aprovasse aqueles direitos e a redução da jornada de trabalho. A inflação cresceria, o desemprego aumentaria, a informalidade se expandiria, a inflação teria uma pressão grande, as proteções provavelmente seriam inviabilizadas e o país entraria em uma trajetória de crises sem precedente.

Mas nós não fomos inovadores nesse momento, Paim, porque, em 1926, Henry Ford apresentou, nos Estados Unidos, a proposta de uma escala de trabalho de 5x2, e ele foi atacado por representações empresariais, dizendo que aquilo era um absurdo, apesar de ele ser um empresário, e um empresário que estava em uma atividade produtiva importante. Centros de produção de conhecimento produziram informações e quase certezas sobre o fracasso que essa medida teria.

Bom, nós conhecemos a história, e conhecemos a história de sucesso desse empresário, que transformou essa escala de trabalho em uma escala padrão, e na sequência de um processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

político nos Estados Unidos, em 1938, Roosevelt reduz a jornada para 44 horas e, dois anos depois, para 40 horas.

Não há nenhum registro, na história econômica, de que houve um fracasso, nos Estados Unidos, dessas medidas. Pelo contrário. Henry Ford tem uma produtividade elevada porque ele diz: "Olha, o que eu vou receber de retorno são trabalhadores satisfeitos, em condições, para trabalhar, adequadas; vou ter tempo disponível para usar o carro que eu produzo, tempo para consumir, tempo para viver. Isso vai melhorar a produtividade, combinada com a tecnologia, com o investimento e assim por diante".

A primeira coisa que acho que nós temos que organizar neste debate, para fazer o debate adequado, é colocar o debate da produtividade no seu devido lugar. Produtividade é um resultado que combina investimento, inovação, incremento de tecnologia, inovação de produto, inovação de processo de trabalho, reorganização da atividade econômica e formação profissional – qualificação –, e trabalhador e trabalhadora em condições adequadas de presença no mundo do trabalho.

A chamada produtividade marginal do trabalho está associada às condições com que o trabalhador chega no processo de trabalho e pode trabalhar uma hora a mais. O que os estudos mostram é que, neste caso, a tecnologia tem alterado significativamente a intensidade do trabalho e a condição de trabalho e de presença de trabalhadoras e trabalhadores, o que está indicando que é muito salutar, do ponto de vista da condição de trabalho, que nós tenhamos uma redução da carga do horário, dado que a tecnologia está intensificando cada hora de trabalho. Mas isso é uma discussão importante do ponto de vista da saúde e da condição de trabalho hoje.

O que acho importante nós observarmos é que as quase certezas desses números apresentados anteriormente podem ser referenciadas não em hipóteses, mas na verificação da história econômica real: o que acontece após Henry Ford reduzir para 5x2 e se os fracassos que foram identificados naquele momento se confirmaram ou se as quase certezas se mostraram mentiras do ponto de vista da história real, ou seja, a economia naquele contexto cresceu, os empregos cresceram, a formalidade cresceu e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1988, nós poderíamos fazer a mesma pergunta. Portanto, nós não estamos fazendo no Brasil uma iniciativa, Senador, que é inovadora do ponto de vista da sua origem. Ela é inovadora porque ela coloca este debate neste momento. E a pergunta é: é pertinente? É pertinente a gente debater a redução de 44 para 40, de 40 para 36, como propõe o projeto, em etapas? Está no momento de fazer isso, 37 anos depois?

Bom, a hipótese levantada é "isso vai nos levar ao fracasso". Essas hipóteses, apresentadas até então, foram também apresentadas em 1988. E, se nós formos verificar qual é o resultado, em 1988, trazido com a redução de 48 para 44 e mais uma série de benefícios que aumentaram o custo...

Por exemplo, nove pontos percentuais no custo da forma de pagamento direto – nove pontos percentuais. Nós estamos falando em 14, a redução. Nós lá não aumentamos nove só nos encargos; havia mais a licença-maternidade, mais as férias, mais... Nós aumentamos o custo. Bom, era para nós termos feito, em 1988, Senador, uma destruição total da economia por expandir os direitos trabalhistas e sociais da forma que nós expandimos.

Tem vários estudos que tentam mensurar esse tipo de impacto. Eu fui pegar um estudo de economistas, que não é do campo da esquerda, do nosso campo, porque eu trabalhava no Dieese. No Dieese fizemos vários estudos, não vou trazer os estudos do Dieese, que são clássicos. Eu fui pegar um estudo do Naércio, do José Márcio Camargo e do Gustavo, que são economistas – vamos chamar de liberais – que foram mensurar qual foi o impacto sobre o emprego, sobre o salário, sobre a formalidade, sobre a economia, que é o estudo que eles fazem, olhando 1987, 1988, 1989, 1990, sobre qual é o percurso da economia brasileira pós-Constituição de 1988. As hipóteses a levantar naquele momento se verificaram? O resultado deles é que não, o que se verificou, pós-1988, foi que houve uma efetiva redução da jornada de trabalho para 44 horas; o desemprego não cresceu, pelo contrário, no grupo de pessoas que teve a redução da jornada de trabalho, a taxa de desemprego foi menor do que no grupo que não teve. Portanto, não houve um impacto sobre o desemprego, pelo contrário, houve uma leve queda na incidência do desemprego.

Daqueles que estavam ocupados, naquele momento, considerando a rotatividade, a informalidade e toda a dinâmica perversa do nosso mundo do trabalho, quantos continuaram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocupados pós-implementação? Sessenta por cento continuaram ocupados, com toda a rotatividade que nós temos.

Um a cada dois trabalhadores na construção civil perde o emprego ao longo de um ano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Em dois anos, 100% da força de trabalho roda no setor da construção civil. Oportunidade sem fim para fazer o ajuste para baixo do custo do trabalho.

Qual é o dado que a pesquisa também... que a análise que eles fazem revela? Houve uma leve queda na remuneração média dos trabalhadores, e vou verificar por quê. Porque, fundamentalmente, houve uma maior aceleração da inflação, não foi decorrente da redução da jornada de trabalho.

Então, a conclusão que eles trazem é: a redução – isso é o texto dele, é a frase que eles fazem em final do estudo que eles analisam essa consequência – da jornada de trabalho, em 1988, não teve os efeitos negativos sobre empregos, salários e informalidade. Isso é a verificação econômica de um fato real.

Por que aquela tragédia anunciada não aconteceu? Por que a tragédia anunciada para Henry Ford, lá em 1926, não aconteceu nos Estados Unidos? Por que a gente diz que a Alemanha trabalha 48 horas, quando, na prática, ela tem uma jornada média de 33 horas? Porque nós estamos comparando coisas totalmente diferentes. Em 1988, como provavelmente acontecerá agora... E acho que seria muito interessante, Senador, se nós convidássemos os empresários para virem aqui relatar como é que eles fizeram a reorganização do sistema produtivo em 1988, para nenhum deles quebrar, porque nenhum deles quebrou, porque a redução caiu. E, efetivamente, eles absorveram 48 para 44, e fizeram de alguma forma. Eu gostaria que eles viessem explicar para nós como é que eles fazem.

O que os estudos mostram é, há um processo de adaptação das empresas, sem dúvida, e cada uma delas faz de um jeito e de um jeito criativo. Portanto, a redução incentiva as empresas a serem criativas em reorganizar o processo produtivo: reorganizam o processo de trabalho e, muitas vezes, fazem investimentos que não faziam, em formação, qualificação e tecnologia, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhorar a produtividade. Melhora por quê? Porque tem mais máquina, mais tecnologia, reorganiza o processo de trabalho e investe em formação profissional.

Há, de outro lado, um efeito positivo da redução da jornada de trabalho que também não é considerado do ponto de vista do agregado econômico: menos tempo no posto de trabalho e mais tempo livre têm um efeito muito dinâmico sobre a economia, do ponto de vista de aumentar a demanda agregada. Se eu tenho mais quatro horas por semana livre, isso significa que esse tempo livre vai ser dedicado a alguma coisa que tenha efeito sobre demanda: ou vou ao cinema, ou vou jogar futebol, ou vou comprar um livro, ou vou ao bar tomar uma cerveja – não importa. Mas esse tempo livre... Era o que Henry Ford dizia em 1926: quando eu libero tempo de trabalho, não é só o tempo que eu ganho, do ponto de vista da qualidade no local de trabalho, mas esse tempo livre vai resultar em um aumento da demanda na economia, e eu vou vender mais carro, vou ter mais empregos, vou ter mais lucro e vou ter mais salário. Ou seja, é essa dinâmica que a redução da jornada de trabalho propicia para que nós consigamos fazer esse ajuste acontecer em dinâmicas que favoreçam a redução da jornada de trabalho.

A pergunta é: o Brasil está no momento de fazer essa redução? Os fatores que podem impulsionar a produtividade estão sendo empurrados? Acho que nós retomamos vários desses fatores que nos permitem incrementar a produtividade. Mas aí é um debate sobre qual é a estratégia de crescimento econômico e de produtividade.

E eu vou dar um exemplo, porque acho que a gente consegue caracterizar melhor quando a gente olha para um exemplo concreto: nós estamos num enorme embate sobre as tarifas, o tarifaço imposto ao Brasil. E há todo um trabalho feito pelo Congresso, pelo Governo, pelos empresários em recolocar essa relação da tarifa com os Estados Unidos em outro patamar. A assessoria empresarial nos Estados Unidos desenvolveu um argumento que foi capa de página, Senador Jaques, do *Valor Econômico*, dizendo: pedimos ao Governo americano que elimine a tarifa sobre o café importado do Brasil. Por quê? Porque cada dólar de café que nós importamos do Brasil – e nós produzimos o café – nós transformamos aqui nos Estados Unidos em US$43. Isso é produtividade. A pergunta que nós temos que nos fazer, Senador, é: por que esses US$43 não são agregados de valor aqui? Eu acho que nós estamos, finalmente, retomando a possibilidade de agregar esse valor aqui, se tivermos política industrial, investimentos em ciência e tecnologia, crédito, taxa de juros decente. Bom, um conjunto de vetores que estão sendo impulsionados para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quê? Para que nós tenhamos uma economia capaz de agregar valor. E a agregação de valor é a combinação entre o produto e a nossa capacidade de produzir tecnologia, ciência, inovação, trabalho, formação, e assim por diante.

A pergunta é: a redução da jornada de trabalho nos permite impulsionar a produtividade? A história econômica nos diz que sim. Se nós temos, simultaneamente, um projeto de país que faz o desenvolvimento econômico – investimento, crédito, produção e assim por diante – se mobilizar do ponto de vista de uma produção econômica, que é a vocação do país – e nós estamos discutindo missões, projetos, fronteiras, fazendo, portanto, o processo de desenvolvimento –, a redução da jornada de trabalho pode ser um grande fator mobilizador de uma condição adequada para o incremento da produtividade.

Há um trabalho recente de um economista português que fez um pós-doutorado na Inglaterra e é professor em universidades na Inglaterra, olhando o impacto do que ele propõe à escala 4x3, Rick, neste livrinho: *Sexta-feira é o Novo Sábado*. O que é importante nesse trabalho que ele faz, que é recente? Ele procura olhar, ao longo da história, qual é o impacto da redução da jornada de trabalho nas economias e como os grandes pensadores, os grandes economistas... O orientador dele era um Nobel de Economia. Por exemplo, ele pega 30 grandes economistas e tenta olhar como é que esses economistas olhavam a redução da jornada de trabalho. E ele vai trazer oito argumentos estruturantes para dizer: "Olha, a redução da jornada de trabalho, historicamente, por aquilo que a gente verificou ao longo da trajetória econômica, tem um impacto muito importante no estímulo à economia via demanda, no aumento da produtividade, no desencadeamento de inovações e, principalmente, no tempo livre. O que ele estuda nos vários estudos que ele resgata é: as pessoas com tempo livre começam a inventar – não só inventar coisas para produzir, mas inventar melhores formas de viver.

Uma das coisas que têm que ser reinventadas no Brasil é a partilha entre homens e mulheres no cuidado da família. (*Palmas.*) Mais tempo livre significa que nós teremos, provavelmente, famílias mais equilibradas do ponto de vista da distribuição da responsabilidade familiar. Isso tem um impacto positivo sobre a oferta de mão de obra. Nós temos, no Brasil, mais ou menos, 18 milhões de mulheres que poderiam estar no mercado de trabalho, e muitas delas não estão porque têm a responsabilidade familiar como principal atributo. Nós temos outros 18 milhões de pessoas que estão no subemprego.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala que a nossa jornada média é de 39 horas, não é porque, em média, nós trabalhamos 39 horas cada um de nós; é porque tem alguns que trabalham 48; a grande maioria, 33 milhões de celetistas, 44; e uma massa enorme de trabalhadores trabalham quatro horas por dia, três horas por dia, duas horas por dia, seis horas por semana, e assim por diante. E quando se pergunta para essas pessoas, grande parte delas diz: "Eu gostaria de trabalhar a jornada integral, porque eu preciso de uma remuneração de tempo integral". Então, a nossa jornada média baixa parece ser uma jornada média baixa perversa, decorrente de uma baixa organização do processo produtivo, de empregos precários, de baixa qualidade, e assim por diante. No Brasil, hoje, nós temos 33 milhões de pessoas celetistas que trabalham 44 horas por semana. Se nós somarmos aqueles que trabalham acima disso, dá quase 35 milhões de pessoas. Portanto, é esse contingente que essa legislação vai atingir.

E se nós olharmos a característica do nosso mercado de trabalho, nós vamos ver que temos uma outra quantidade de força de trabalho na economia informal. E qual é a característica dessa economia informal? É que ela se referencia na economia real. Em pesquisa que nós já fizemos – e fazemos –, perguntamos aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil todo com mais de 14 anos na força ativa ou inativa: se você trabalha na economia informal, que direitos você tem?

Acima de 60% dos trabalhadores da economia informal respondem que têm décimo terceiro salário – a economia informal paga décimo terceiro salário –, têm férias, têm jornada de trabalho de 44 horas e têm benefícios, como, por exemplo, o afastamento por direito de maternidade, que às vezes é garantido na economia informal. Essa é a nossa economia real.

Portanto, provavelmente, uma redução para 40 horas ou para 36 horas de forma gradativa terá também um efeito sobre a economia chamada informal. Ela será cada vez mais formal – nós vemos isso na dinâmica econômica, na medida em que o crescimento econômico se consolida com uma estratégia de médio e longo prazos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Por fim, além de olharmos para o passado e havermos a oportunidade, eu queria destacar, meu Senador, um olhar sobre o futuro: por que a redução de jornada de trabalho olhando o futuro é fundamental?

Primeiro, nós precisamos considerar que a mudança tecnológica é uma mudança disruptiva. Estamos em processo de mudança tecnológica radical, com o impacto em todos os setores e com o impacto sobre a produtividade, o que ninguém consegue estimar. Todos sabem que será grande, todos sabem que será intenso, todos sabem que será permanente, de longo prazo, mas ninguém sabe exatamente qual é a extensão dela. Essa tecnologia aumenta a intensidade do trabalho e aumenta o ritmo de trabalho. Seja pela produtividade, seja pela saúde, é oportuno que nós pensemos uma redução da jornada de trabalho.

Segundo, nós estamos no processo, infelizmente, de uma emergência ambiental em que nós não deveríamos estar, mas estamos. E o efeito dessa emergência ambiental sobre o mundo do trabalho é dramático. As pessoas precisarão ter tempo para se reorganizarem na vida, organizarem o enfrentamento da crise, organizarem uma forma de se relacionarem no dia a dia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Portanto, a emergência climática exigirá das pessoas tempo livre para se reorganizarem do ponto de vista da vida em sociedade.

Terceiro, nós estamos numa mudança demográfica radical. Caminhamos para uma sociedade que terá uma expectativa de vida nas próximas décadas se aproximando de cem anos. Isso significa que as pessoas vão ter que trabalhar muito mais tempo. Os estudos mostram que um aposentado que larga tudo, adoece mais rápido e morre mais rápido que alguém que continua tendo vida produtiva, e laboral, e comunitária de algum jeito. Nós vamos ter que reorganizar os processos de trabalho, escalas de trabalho, para trabalharmos menos ao longo do dia e mais ao longo da vida, e trabalharmos bem, e trabalharmos de forma colaborativa.

A mudança geopolítica e produtiva coloca desafios do ponto de vista do incremento da nossa capacidade econômica monumental, e, portanto, nós temos que ter capacidade de atrair a força de trabalho fora do mercado de trabalho para o mercado de trabalho. Para atrair as mulheres para o mercado de trabalho, a redução do jornal de trabalho é um elemento essencial – essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Por fim, as experiências também mostram que a democracia se fortalece quando nós temos pessoas em condições de terem presença na vida pública e comunitária de forma mais permanente.

E o último elemento é que muito se tem usado do ponto de vista do argumento de que nós temos que jogar a redução de jornada de trabalho para a negociação coletiva. Sim, nós defendemos, no movimento sindical, que nós temos que ter a jornada de trabalho como um elemento essencial da negociação, inclusive a regulação das escalas, Rick. Agora, é bom que a gente tenha muito claro: quando nós estamos falando de uma Alemanha, de uma União Europeia, nós estamos falando de um conjunto de países, de 27 países que têm uma cobertura sindical e da negociação coletiva de 80% da força de trabalho, 80% da força de trabalho está protegida por acordos coletivos.

Vamos olhar para o Brasil. No Brasil, a cobertura sindical da força de trabalho assalariada, que é metade da força de trabalho, metade já está excluída, é da ordem de mais ou menos 60%. Quando nós olhamos a cobertura das contratações coletivas, olhando para a força de trabalho total, os 100 milhões de trabalhadores, nós vamos falar que mais ou menos 25 a 30 milhões têm cobertura sindical com contratação coletiva.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEMENTE GANZ LÚCIO – Nós queremos expandir para que os 100 milhões tenham cobertura sindical, mas nós não podemos comparar que nós teremos a mesma força na negociação que a União Europeia tem. E, terceiro, nós temos que considerar que o processo de negociação coletiva é resultado da força dos trabalhadores, da força dos empresários e do marco regulatório. É bom que a gente lembre que, em 2017, nós retiramos o poder de negociação dos sindicatos, do ponto de vista da jornada de trabalho, colocando uma série de dimensões da jornada de trabalho para a negociação individual, não para a negociação coletiva. Várias iniciativas, eu não vou aqui relacionar porque não tenho tempo, mas são várias iniciativas que retiram a jornada de trabalho como elemento central da negociação coletiva.

Então, mesmo... E nós consideramos essencial que a negociação coletiva seja fortalecida, mas nesse quesito, inclusive, Senador, seria necessário que nós recolocássemos para a agenda da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negociação coletiva por lei várias dimensões da jornada de trabalho que foram retiradas na lei. E, talvez fosse muito interessante... Outro dia, participava de um debate e o Prof. Helio Zylberstajn dizia: "Clemente, talvez nós devêssemos propor ao Congresso que tornasse obrigatório, nas negociações coletivas, o tratamento da jornada de trabalho". Eu disse: "Helio, pode ser uma proposta interessante: que a legislação diga que jornada de trabalho e escala de trabalho são temas permanentes da negociação coletiva".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Clemente Ganz Lúcio, Coordenador do Fórum das Centrais Sindicais.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos em frente.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço uma gentileza a V. Exa. Ainda existem dois debatedores, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Dez minutos cada um?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dez minutos ou até quinze, se necessário for.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu pediria o seguinte, que no intervalo do subsequente me fosse permitida a fala, porque eu tenho uma outra Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está garantida. Está garantida.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Eu gostaria de falar um pouco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sem problema, sem problema. V. Exa. usa a palavra logo depois de um pequeno vídeo de quatro minutos que a Deputada Erika Hilton tinha deixado. Ela tentou entrar ao vivo, não conseguiu.

Então, eu peço que a gente passe o vídeo de quatro minutos da Deputada Erika Hilton, autora de uma das propostas de redução da jornada.

A SRA. ERIKA HILTON (Bloco/PSOL - SP. Para expor. *Por vídeo*.) – Senador Paulo Paim, Rick Azevedo, demais pessoas que aí estão.

Tentei entrar *online*, estava falando quando o senhor me chamou, mas eu acho que, por alguma falha de comunicação tecnológica, os senhores não me escutavam.

Faço, então, este vídeo para demarcar a importância da audiência de hoje no Senado Federal, a importância da leitura do voto do Relator na semana passada com relação à proposta do Senador Paulo Paim e a necessidade de que esses movimentos nos fortaleçam, para destravarmos os nossos embates na Câmara.

Eu sei que há muitos números que são colocados, de maneira muitas vezes até alarmante, para defender que é impossível avançarmos pela legislação com o enfrentamento à 6x1, que é preciso fazer isso via negociação, etc., sem levar em consideração as transformações do mundo do trabalho, a relação do mundo do trabalho, o quanto o trabalho foi precarizado, modernizado, alterado. Usam números como, por exemplo, a redução do PIB em números que nem mesmo a pandemia com o *lockdown* foi capaz de promover.

Óbvio que nós sabemos que o processo tem que ser de transição, que há impacto na economia e que é preciso fazer isso com calma e com responsabilidade. Com o que nós estamos preocupados, batalhando incansavelmente, é que nenhuma economia ou nenhum número da economia despreze a vida, a dignidade, o descanso e a qualidade de vida do trabalhador brasileiro. A economia e a vida das pessoas precisam caminhar alinhadas. Este é o nosso propósito quando defendemos a redução da jornada de trabalho no nosso país a partir de uma legislação, porque, sim, nós sabemos que se deixarmos isso para as negociações, nem sempre será possível, nem sempre há um trabalho onde essas negociações são aplicáveis. Por isso nós estamos ouvindo um clamor que é popular, por isso nós estamos ouvindo um clamor das ruas e das pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão angustiadas. Por onde nós passamos, nos quatro cantos do Brasil, nos perguntam: "Deputada, quando é que nós teremos a redução da jornada de trabalho?". "Deputada, eu quero conviver com a minha família, eu quero ver o meu filho."

Nós sabemos hoje, por exemplo, que a inflação não está ligada ao custo de mão de obra do trabalhador, os números da inflação não estão relacionados ao trabalhador, à escala do trabalhador. É preciso fazermos, sim, com seriedade, com responsabilidade, com compromisso econômico essa discussão, mas temos convicção – e cada vez mais, ouvindo especialistas, economistas, setores do Brasil, inclusive setores que já estão fazendo essa adaptação, antes mesmo da legislação, porque entenderam a importância e se sentem pressionados por essa discussão – de que temos maturidade econômica para fazermos este debate, que é possível, sim, avançar e que traremos, inclusive, benefícios aos cofres públicos.

Quando nós olhamos, por exemplo, para questões previdenciárias, para o INSS, os números exorbitantes gastos em questões de adoecimento do trabalho por conta da saúde emocional, são bilhões de reais que voltam aos cofres públicos. A sociedade brasileira, a classe trabalhadora brasileira está esgotada, exaurida, cansada, sem perspectiva de vida e de futuro, está vendo o trabalho consumir a sua dignidade, a sua vida, e isso não pode ser desprezado, isso não pode ser diminuído, não pode ser secundarizado. É preciso colocar todos os números na mesa e atuar com responsabilidade, mas é preciso colocar a vida, é preciso colocar o ser humano, porque também importam para a economia. Sem as pessoas, a economia não é movimentada.

Nós estamos cada vez mais buscando estudos, entendendo quantos novos postos de trabalhos poderão ser abertos com organizações sérias que produzem essa discussão. Estamos entendendo que este debate de destruir a economia, de que o Brasil não suporta, etc., etc., etc., não é um debate que pare em pé e por isso estamos ouvindo a todos. Não estamos fazendo essa discussão de portas fechadas, porque queremos ouvir a todos, queremos concluir essa discussão, queremos aprovar na Câmara dos Deputados, aprovar no Senado Federal uma nova legislação que dê ao trabalhador vida além do trabalho, como nos provoca o Movimento VAT, liderado pela nossa liderança, que aí está, Rick Azevedo.

Espero poder contribuir e seguir contribuindo com essa discussão.

Estamos juntos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador Paulo Paim, por promover esta audiência pública.

O relatório do Senador Rogério está impecável e excelente e nós seguiremos na batalha.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Deputada Erika Hilton, Deputada Federal, que tem uma proposta praticamente idêntica ou muito parecida com essa que está em debate, que é o 148, de 2015.

De imediato, passo a palavra... Quero que todos entendam que Senadores e Senadoras pedem a palavra no momento que eles entenderem mais adequado. E assim o fez, com muita elegância, o Senador Rogerio Marinho, a quem eu passo a palavra neste momento.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Pela ordem.) – Agradeço a V. Exa. e peço vênia aos palestrantes.

Esta audiência pública, inclusive, foi fruto de um debate que tivemos aqui há duas ou três semanas, e eu não gostaria de simplesmente assistir o debate sem dar uma opinião a respeito, para que as pessoas possam ter, inclusive, um contraponto.

Saúdo todos aqui, todos os presentes, em especial os nossos convidados, que estão aqui pessoalmente e os que estão virtualmente, a Deputada Erika Hilton, o Sr. Pastore, o Fernando de Holanda, o João Gabriel e aqueles que aqui vieram – desculpem-me aqui, eu tenho que tirar os óculos para ver –, o Clemente, o Henrique e a Sra. Cirlene.

Muito obrigado, Sr. Senador.

Este debate é extremamente importante, porque não se trata apenas de um projeto de lei. O projeto de lei, quando ele é implementado, tem consequências e esse tem uma consequência muito forte, porque ele atinge diretamente aproximadamente 20 milhões de cidadãos brasileiros que hoje têm uma jornada de 44 horas semanais.

Nós temos, hoje, 41 ou 42 milhões de brasileiros com carteira assinada e metade deles tem uma jornada de 44 horas nos diferentes ramos da nossa economia, nos setores da nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui, como brasileiros, uma tentação de tentarmos mudar a economia por caneta, por uma ação legislativa, e não necessariamente por uma ação de sociedade. Eu participei, com muita ênfase, de um debate aqui em 2016 a 2018, que foi a mudança na estrutura trabalhista do país e, naquela oportunidade, um dos temas que não foi debatido, apesar de ter sido tangenciado, foi a unicidade sindical. Eu tenho visto e tenho ouvido muitas centrais importantes defenderem o fim dessa unicidade e eu diria até a liberdade sindical no seu sentido mais amplo.

Quando eu escuto aqui comparações com países europeus, é bom lembrar que, nesses países, o sistema sindical não é o nosso. Lá, na grande maioria deles, não tem a unicidade sindical, que me parece mais uma jabuticaba brasileira.

Nós temos hoje uma PEA (população economicamente ativa) que chega a quase 110 milhões de brasileiros, se eu não estou enganado, e a gente está falando de 40 milhões ou um pouco mais – vou dar uma aproximada nos dados –, ou seja, pouco menos de 40% dessa população é empregada no regime do CLT. Um regime que tem mais de 80 anos, que, mesmo com as modernizações foi tratado, foi pensado para um modelo de trabalhador que não é o que a sociedade nos apresenta hoje. E tanto isso é verdade que boa parte daqueles que estão ingressando no mercado de trabalho, e as pesquisas mostram isso, não querem ser celetistas. Eles querem ser empreendedores, que é uma palavra que os partidos políticos têm dificuldade de entender, porque diz respeito à liberdade, diz respeito à flexibilidade, diz respeito a poder prover, gerir, tomar conta do seu tempo e não ter uma subordinação muito direta, muito específica. Essa maneabilidade que o cidadão brasileiro que ingressa hoje no mercado de trabalho procura não tem muita aderência com o modelo que nós apresentamos. E os sindicatos, de uma forma geral, pretendem que a CLT seja ampliada para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Uma coisa são os direitos, e os direitos precisam ser exercidos na sua plenitude. Todo cidadão brasileiro tem que ter direito a uma jornada de trabalho; a um descanso semanal remunerado; se houver necessidade, a uma licença gestante; a uma garantia previdenciária, que o próprio sistema está se encarregando de destruir, porque fizemos uma mudança no nosso sistema previdenciário, há três, quatro anos, em que os índices demonstrados pelo Governo atual mostram que isso foi corroído de uma forma geométrica e com uma rapidez nunca vista, graças às ações que o Governo tomou. Nós estamos com um déficit estratosférico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quando a gente fala de redução de jornada de trabalho com manutenção de salário, essa é uma equação em que nós temos que nos debruçar. É evidente que as empresas vão se adaptar, é claro que sim. O ser humano se adapta ao deserto. O ser humano se adapta ao gelo extremo. O ser humano se adapta a perder um membro. O ser humano se adapta a qualquer coisa. Nós somos seres adaptáveis. Nós somos seres que povoamos o mundo, que passamos por intempéries, por guerras mundiais, por problemas pandêmicos que nos jogaram para trás e para a frente, para quedas de civilização – é evidente. Agora, qual o preço dessa adaptação? De que forma a sociedade vai reagir? Qual vai ser o custo dessa adaptação? No mundo inteiro, isso ocorre com o aumento da produtividade.

Eu vi aqui um exemplo sobre Henry Ford. Ora, Henry Ford foi um setor específico da indústria americana que privilegiou a automação, que diminuiu o número de trabalhadores para ter um ganho maior na produtividade. Não sei se é esse o efeito que nós queremos. Diminuir empregos ou o número de empregos que vão ser oferecidos à sociedade?

Crescimento econômico é um fator também que necessariamente impacta a diminuição da jornada de trabalho, capacitação, qualificação da mão de obra, melhoria da educação... E nós estamos vendo que o Brasil, infelizmente, quando se compara a outros países do mundo, tem a sua proficiência sofrível, porque aqui no Brasil vários estados instituíram o que nós chamamos de progressão automática, para mascarar os números do Ideb. Então, um dos fatores que define o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é o número de pessoas que passam de ano. Ora, se você faz a progressão automática, é evidente que esse número está mascarado, ele não expressa a realidade da proficiência, da qualificação daquele aluno, se ele de fato absorveu ou não aquele conhecimento.

E, vejam, nós temos no Brasil um elemento, que aqui foi contextualizado, chamado livre negociação. O que existe no Brasil não é uma vedação para que haja uma jornada de 5x2 ou 4x3, não há vedação, não há proibição expressa; há a possibilidade real... E está concretamente demonstrado que, se temos 41 milhões de brasileiros com carteira assinada, 22 milhões têm uma jornada de trabalho menor do que 44 horas. Há a negociação coletiva, caso a caso, que privilegia e fortalece inclusive a ação dos sindicatos. Há um rol exaustivo do que pode e do que não pode ser negociado; e, entre esses itens, estabelecida a vedação de que não se podem extrapolar as 44 horas semanais, você tem o teto, quem pode mais pode menos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então o que nós estamos discutindo aqui é retirar esse teto, baixar esse sarrafo e colocar uma espécie de moldura ou de forma na economia brasileira, e que a indústria e a economia se adaptem a isso, porque historicamente nós tivemos exemplo de que isso ocorreu no passado recente, como em 1988. Em 1988, quase como via de consequência a uma inflação extraordinária, a um desarranjo econômico, houve a abertura da economia e, subsequentemente, o Plano Real, com que todos nós concordamos hoje, mesmo que na época tivéssemos votado contrariamente – eu falo do Partido dos Trabalhadores –, que foi uma rearrumação na nossa economia que nos deu estabilidade, que nos deu possibilidade de andar de uma forma diferente.

E, neste mundo que estamos vivendo, em que há uma competitividade exacerbada com outros países do mundo, em que há novas formas de empregabilidade, desde a questão dos aplicativos até esse novo mundo que é a inteligência artificial, em que o *home office*, que aliás foi convalidado por ocasião da reforma trabalhista, porque existia nos órgãos do Judiciário, mas não estava regulamentado no mundo das relações do trabalho de uma forma geral, e que, por ocasião da pandemia, passou a ser quase uma unanimidade, você trabalhar na sua residência... E nós estamos tratando agora de que forma esse trabalho pode ser definido, ele pode ser determinado, ele pode ser supervisionado sem que haja intrusão, mas ao mesmo tempo se resguardando direitos, inclusive relacionados à questão da saúde do trabalhador que exerce essa atividade. Então, dada essa contextualização, eu acredito que é, sim, necessário termos debates como esse.

Eminente Senador Paulo Paim, Senador Rogério, que é o Relator, Senador Contarato, que nos observa atentamente, como sempre, que é um Senador que tem muita sensibilidade em temas dessa natureza, eu tive o cuidado de recolher aqui as apresentações e vou recolher as apresentações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que os senhores farão de forma subsequente, porque eu tenho uma característica de tentar me debruçar sobre um tema com fatos, com dados, com objetividade. Eu não sou contra por ser contra, nem sou a favor por ser a favor. Eu acho que esse tema é um tema que impacta tanto e de forma tão extraordinária o nosso país que seria leviano e açodado apenas entoarmos uma palavra de ordem e acharmos que isso por si só vai equacionar o problema. Tem que se colocar numa planilha, numa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesa de negociação, os prós e contras, e se fazer cenários e se rodar modelos e se avaliar se, de fato, o que nós estamos propondo vai ser eficaz para nós e para os nossos descendentes. Isso é um legado para o nosso futuro.

Então, não estou aqui, eminente Senador Paulo Paim, fechando portas, mas estou fazendo a minha parte de proferir um alerta de que existem exemplos, como foi proferido pelo Sr. Clemente, pelos que me antecederam, em vários lugares do mundo, para o bem e para o mal e que existem fatores que têm que ser observados, até porque a conjuntura econômica que nós passamos hoje... Se, por um lado, o Governo comemora uma melhoria no mercado de trabalho, por outro lado, nós temos a maior taxa de juros do mundo – perdemos para a Turquia –, e é o mesmo Governo; se, por um lado, nós comemoramos o fato de que nós temos um número recorde de pessoas que hoje recebem recursos de projetos sociais do Governo – estimam-se mais de 90 milhões de pessoas –, por outro lado, nós tivemos um aporte de mais de 27 novos impostos, em pouco mais de dois anos e dez meses.

Então, que modelo de país nós queremos? De que forma nós vamos trabalhar, para que, no futuro, os nossos filhos – e eu tenho quatro filhos – se insiram nesse mercado de trabalho e tenham a tranquilidade e a capacidade e a condição de proverem as suas famílias e imaginarem um futuro para elas?

Então, eu tenho muito receio de palavras de ordem, mas eu tenho, assim, um respeito muito grande a dados, a números e a comparações empíricas, em função não apenas da realidade de outros países, mas, sobretudo, da realidade do nosso país – mas é evidente que nós podemos trazer essas experiências para cotejar com o nosso.

Então, agradeço a oportunidade.

Peço vênia aos palestrantes, por ter interferido um pouco aqui, na ordem dos trabalhos, mas, como expliquei ao Senador Paulo Paim, eu pertenço aqui a oito Comissões diferentes, e está havendo uma votação e uma discussão na Comissão de Segurança Pública.

Desejo boa sorte e vou participar, efetivamente, desse debate.

Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Senador Rogerio Marinho. Deixou claro o seu ponto de vista.

Achei interessante que ele coloca que não é contra o debate nem a proposta, mas tem que aprofundar, e vamos aprofundar. Essa é a intenção desta Comissão, sei que é a do Relator e também a da Casa.

Eu passo a palavra agora ao Senador Rogério Carvalho, que é o Relator, que está na mesma correria dos outros Senadores que aqui estiveram.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Queria cumprimentar todos os expositores, todos os debatedores, cumprimentar o Senador Rogerio Marinho, o Senador Fabiano Contarato...

Em primeiro lugar, eu quero dizer que nós não temos, no Brasil, infelizmente, uma consolidação maior do movimento sindical e dos sindicatos brasileiros, principalmente o setor que é o setor que representa os trabalhadores.

Enquanto os trabalhadores, os seus sindicatos foram, de certa maneira, atacados e tiraram deles o poder e o equilíbrio que, minimamente, se construíram ao longo de alguma décadas, na relação entre a representação patronal com a representação dos trabalhadores, o setor patronal ficou absolutamente intacto, porque, para determinados setores, o Sistema S é um grande fomento, ou seja, bilhões e bilhões a serviço dos sindicatos patronais e das entidades que representam o patronato brasileiro, enquanto os trabalhadores não têm essa... E aí uma crise do movimento sindical, que é a quantidade de demanda de negociação com uma redução a 30% da capacidade de financiamento desses sindicatos. Então, quando a gente fala em equilíbrio de negociação, nós estamos desconhecendo profundamente que nesta relação, a deixar em função da negociação, nós vamos sair de 44 para 52 horas e não vai haver redução de jornada de trabalho; vai haver aumento da jornada de trabalho pela racionalidade e pela lógica defendida aqui da livre negociação. Nós não temos nem equilíbrio; hoje não existe equilíbrio de forças entre quem representa os trabalhadores e quem representa o setor patronal, não existe equilíbrio de forças. Se não existe equilíbrio de forças, há uma premissa que eu julgo um tanto quanto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despropositada para garantir que este debate flua, que é deixar a critério da negociação entre as partes.

Então, dito isso, vamos para a segunda parte dessa discussão.

A segunda parte é que nós estamos falando de uma sociedade em que existem os senhores – historicamente, os senhores escravagistas, os senhores do capital – e em que o nosso movimento sindical e os nossos trabalhadores são pouco organizados, e aqueles que se organizaram já sofrem o problema das mudanças no modo de produção, ou seja, então isso abre para a gente a necessidade de o Parlamento e o Governo terem posição, porque, se a gente for esperar pelos trabalhadores... A organização dos trabalhadores está enfraquecida, propositalmente foi enfraquecida, e não é por incompetência ou por baixa qualidade dos nossos dirigentes sindicais; é porque, intencionalmente, estas Casas Legislativas atuaram para enfraquecer a representação sindical dos trabalhadores, enfraquecer, na correlação de forças entre patrão e empregado, a posição dos trabalhadores para diminuir o seu poder de negociação – como eu disse, teríamos 52 horas e não 48, percebe?

Então, diante disso, eu acho que nós estamos agora numa tentativa de estas Casas fazerem o que foi feito. Se a gente for analisar a redução de jornada em 1945, quando foi para a CLT, e em 1942, quando, eu acho, foi definido que seriam oito horas e 48 horas semanais, foi uma iniciativa por clamor do Governo. Em 1988 foi na Constituinte. E agora só vai acontecer redução de jornada se as vozes de alguns aqui que representam a voz que não chega, que não faz parte do *lobby* e que não tem força para influenciar movimentos aqui dentro, através de alguns Parlamentares ou de muitos Parlamentares, consigam emplacar essa mudança de novo. Caso contrário, não vai haver redução de jornada no Brasil. É só uma tese que não se materializará, porque não há base para dizer que ela vai se materializar, certo? Na prática, é isso. Ou seja, se não quer realizar, se não quer reduzir a jornada, diz que tem que ser na negociação. É uma forma suave de dizer que essa discussão não nos interessa, "vamos deixar que as partes negociem". Só tem uma parte. A outra parte que influencia nisso e que pode ter força nisso é o Parlamento e o Governo. Se tiver um Governo e um Parlamento que assumam essa bandeira, essa pauta vai adiante. Se o Parlamento não assumir... Portanto, eu quero dizer que, se não tivermos redução da jornada de trabalho, é porque a maioria deste Parlamento não foi, não quer e não quis encontrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

os caminhos para redução da jornada, porque representa um grupo de interesses que não permite que estas Casas definam. Não é por uma questão objetiva, não é.

"Ah, nós não temos incorporação, a produtividade do nosso trabalhador é baixa". É verdade. Nós temos um excedente de força de trabalho, mão de obra barata... Por que você vai incorporar tecnologia? Por que você vai aumentar a produtividade incorporando tecnologia nos modos de produção? Se eu tenho força de trabalho abundante e barata, com jornadas enormes, não vamos melhorar a produtividade do nosso trabalhador. Não tem estímulo para isso. Estímulo é, no momento em que você tiver menos força de trabalho, você vai precisar contratar menos... Senão você vai automatizar desde um estabelecimento de prestação de serviços até o processo industrial, até na agricultura, até na pecuária. Você vai automatizar parte do processo produtivo, porque vai faltar mão de obra e porque a jornada vai ter que ser menor. E essa incorporação significa aumento de produção no setor industrial, que vai demandar uma força de trabalho, mas uma força de trabalho também com uma jornada menor e menos extenuante.

Dito isso, eu quero falar de uma outra dimensão em que a gente não pensa. Quando a gente fala em redução de jornada, não tem ninguém que defenda a manutenção da jornada atual, que fale que isso é bom para as pessoas, que isso é bom para os trabalhadores, que isso vai melhorar a conexão social, que vai melhorar o convívio familiar – ninguém. Só se fala de uma coisa: "vai quebrar". Porque a gente está submetido a uma relação de força de determinado setor, que é o setor econômico, a uma necessidade de coisificação das pessoas e de que as pessoas têm que estar a serviço – a qualquer custo, inclusive da própria sobrevivência, da sobrevivência da família, da sobrevivência das relações sociais – da produção de riqueza, que não é para todos, é para ficar acumulada com alguns.

Ou seja, esse esquemão, esse sistemão de que a gente ouve falar tanto e que é tão combatido é o sistemão e o esquemão para a manutenção de privilégios. E a gente precisa enfrentar o esquemão da manutenção e de reprodução de privilégios. A gente só vai quebrar esse esquemão e esse sistemão, que uma parte da política brasileira diz que está combatendo, mas que, na verdade, é quem mais legitima esse esquemão, que é o esquemão do privilégio, da manutenção de privilégios... Porque, vejam, a acumulação de riqueza não vai ficar com os trabalhadores, vai ficar com um segmento só da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Então, eu acho que a gente tem que botar o foco sobre isso.

Vejam só, são mais de... Aliás, a redução de jornada vai atingir mais de 150 milhões de brasileiros – praticamente toda a população brasileira vai ser atingida por isso. Eu diria que é a maior revolução social que nós vamos ter no Brasil depois do fim da escravidão, depois que a gente instituiu uma lei, a CLT, depois da Constituição de 1988 e depois dos governos que criaram uma política de inclusão pelo direito, que fortaleceram a política de direito. Essa seria a ação mais efetiva de mudança da vida de brasileiros e brasileiras. (*Palmas.*) Não tem outra, por quê? Porque você vai mexer na vida de todo mundo. Como foi dito aqui, vai mexer nas famílias – porque vai mudar a relação interna –, vai mexer com o lazer... E eu duvido que... Eu aposto que a redução da jornada vai aumentar o PIB brasileiro. E quer que eu lhe diga por quê? Porque outras atividades econômicas surgirão; porque mais dinheiro vai circular na economia; porque mais demandas serão geradas para esta economia; porque vai haver mais distribuição de riqueza e, quanto mais distribuição de riqueza existe em uma sociedade, mais ela cresce e se sustenta economicamente.

É só a gente olhar o que aconteceu nesses dois anos e dez meses do Governo do Presidente Lula: quando distribuiu riqueza, a economia... A inflação é a menor da história de um governo e não é desses últimos governos, é da história do Brasil. A gente tem o maior ganho de remuneração e de massa salarial. A gente tem o maior crescimento econômico dos últimos tempos, sabem por quê? Porque teve distribuição consistente de renda. Agora, vocês imaginem, redução da jornada, de forma escalonada, ao longo do tempo... Isso tudo está aberto para a gente discutir, mas a gente precisa reduzir a jornada pelo bem do Brasil, pelo bem dos brasileiros, pelo bem da nossa sociedade, que se pretende ser civilizada.

Por isso, Senador Paulo Paim, ao senhor, como autor, quero dizer que este é um grande legado que o senhor deixa como grande Parlamentar que V. Exa. é. E eu fico muito feliz de ser o Relator desta matéria, que, na minha humilde visão, tem um impacto que vai para além das relações econômicas que o tempo todo a gente tenta restringir. Não é uma relação econômica que está em discussão, é o modelo de sociedade em que a gente acredita; é o modelo de relações familiares em que a gente acredita; é o modelo de relação das pessoas com o ambiente onde elas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivem. Ou seja, nós estamos falando de uma política que pode mudar a forma de viver de toda a sociedade brasileira. Isso é extraordinário! A gente só não pode ter medo de ir atrás do extraordinário.

Eu já fiquei tão contaminado por este debate que hoje eu estou absolutamente convencido do caráter extraordinário que tem essa política, porque ela mexe com toda a estrutura da sociedade brasileira.

Parabéns, Presidente!

E vamos à luta fazer essa mudança de que o Brasil e o povo brasileiro precisam. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns a V. Exa., Relator.

O Relator Rogério Carvalho fez um belo relatório, e a exposição que fez agora mostrou que é um estudioso do tema e, por isso, fala com tanta segurança.

Então, parabéns a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu tenho muito orgulho de poder dizer lá no meu Rio Grande, em que eu participo dos debates, que o seu relatório ficou impecável.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns!

O Senador Contarato está inscrito. Eu apenas pergunto para ele: só faltam dois, mas falaria um, se V. Exa. concordar, e, em seguida, V. Exa. Se prefere agora, vai falar agora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Senador Contarato é muito compreensivo. Na política, a gente fala: "Depois de um grande orador, eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero falar, não; quero falar depois do intervalo". E foi o Rogério Carvalho, mas V. Exa. não encabulou, não. É com o senhor.

Vamos lá.

Dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parabenizo V. Exa. pela autoria deste projeto. Parabenizo os convidados ao passo em que parabenizo também o Senador Rogério Carvalho pela relatoria.

Não posso deixar de registrar aqui a minha satisfação pela atuação do Vereador Rick Azevedo. Parabéns! Parabéns à Erika Hilton!

Mas eu queria fazer aqui algumas considerações que eu reputo importantes, e tudo o que eu estou falando aqui parte da Constituição Federal.

O art. 1º da Constituição Federal, no inciso III, estabelece que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover a dignidade da pessoa humana. Aí ela vai além: o art. 3º, inciso III, fala que um dos objetivos também do Brasil é erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. E ela continua. O art. 7º vai falar que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades, as da família, com saúde, educação, moradia, lazer, vestuário, higiene, trabalho, previdência... E nós temos esse ínfimo salário de R$1.518. Para complementar, o art. 5º fala que todos somos iguais perante a lei, o que me assusta, porque esta Casa, a Casa Legislativa, seja a Câmara dos Deputados ou o Senado, é uma Casa que sistematicamente fecha as portas para a classe trabalhadora; é uma Casa que, infelizmente – e é com dor que eu falo isto –, criminaliza a pobreza; é uma Casa que diferencia um trabalhador terceirizado de um efetivo e de um comissionado.

Eu lembro que, quando tomei posse aqui, os funcionários terceirizados eram submetidos ao detector de metal; os outros, não. Naquele momento, esta Casa criminaliza a pobreza, criminaliza os mais pobres. O elevador não podiam usar... Então, é uma grande hipocrisia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu vejo que esta Casa, com todo respeito, quando vê outras categorias estabelecendo um piso de R$15 mil para 20 horas semanais... Aí pode, aí não tem responsabilidade fiscal, aí o país não vai quebrar...

Eu faço um resgate histórico. Com a Constituição de 1988, as mulheres ganharam o direito à licença maternidade, um grande avanço. O que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade. Quantas mulheres foram subjugadas e vítimas dessa conduta imoral, criminosa? Quantas mulheres foram vítimas disso? A mulher tem direito à licença maternidade: "Ah, o país vai quebrar", "as empresas vão quebrar".

Por que, sempre, para o trabalhador, esta Casa arranja motivo para fechar as portas? E fecha as portas para a população preta, fecha as portas para a população parda, fecha as portas para os povos indígenas, fecha as portas para as mulheres, fecha as portas para as pessoas com deficiência, fecha as portas, efetivamente, para as pessoas que mais precisam.

Uma garantia constitucional, no art. 6º, são direitos sociais. Vejam, não sou eu que estou falando! Foi o legislador Constituinte, desde o dia 5 de outubro de 1988. São direitos sociais o direito à educação, à saúde, à moradia, ao lazer e assim sucessivamente. Mas, na hora de falar sobre direito de trabalhador, aí não temos. "Não, nós temos que ver, porque tem que ter cautela, porque as empresas"... As empresas? Isso vai gerar emprego, eu não tenho dúvida de que isso vai gerar. O mundo caminha para isso. (*Palmas.*)

Aliás, o mundo caminha para isso, e eu fico questionando, Senador, com todo respeito, o senhor sabe da minha admiração e do amor que eu tenho pelo senhor. Às vezes, num momento reflexivo, eu falo assim: meu Deus, na vida da gente... Nós temos 24 horas no dia. Quantas horas eu tiro para o meu lazer, para o meu prazer? Quantas horas eu tiro para estar com meus filhos, que são a razão da minha vida? Quantas horas eu tiro para estar com minha família? Quantas horas eu tiro para comemorar o meu aniversário?

Nós aprovamos, com a ajuda do senhor, o piso da enfermagem. As pessoas estavam ganhando um salário mínimo, com dois, três vínculos. Não tinham sábado, domingo, feriado, final de semana, Natal, Ano-Novo, nem nada. Mas, para os grandes empresários, que têm desoneração de folha, que têm incentivos fiscais, que são quem mais ganha às custas da classe trabalhadora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouso falar que essa escala 6x1 equivale ao crime de redução à condição análoga de escravo, previsto no Código Penal! (*Palmas.*)

Não tem como!

E tudo parte da Constituição. Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover a dignidade da pessoa humana. Que dignidade da pessoa humana, com um trabalhador, com 44 horas semanais, trabalhando 6x1? Que dignidade é essa? Qual é o tempo que ele vai ter para a família? Qual é o tempo que ele vai ter para lidar?

Outra coisa. Eu queria fazer um desafio aos nossos colegas: viva com R$1.518! (*Palmas.*)

Viva com R$1.518, sem ter direito a um plano de saúde, sem ter direito a nada.

Aí falam assim "vem a reforma trabalhista" com o discurso "vamos alavancar a economia, gerar emprego e renda", e foi a pior coisa que aconteceu. Vilipendiou os direitos dos trabalhadores!

Eu ando muito de uber e, todas as vezes, eu pergunto ao motorista... Em outro dia, eu peguei uma motorista grávida. Eu falei "coitada dessa mulher quando ela ganhar neném! O Estado tem que ser um Estado grande, com "e" maiúsculo, porque, do contrário, ela vai estar ali subjugada, sem nenhum direito que lhe assegure.

Aí vem a precarização da relação trabalhista, vem a reforma da previdência, e cada vez o abismo existente entre os milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de tão poucos fica cada vez maior.

E, na hora em que este Congresso é chamado, é instado a taxar *bets*, bilionários e banqueiros, falam "não pode". Gente, isso é hipocrisia! Tem um samba que diz "deixe a máscara cair que eu quero ver você sorrindo, ponha fé no seu olhar que o amanhã será bem-vindo".

É preciso provocar a queda das instituições que compõem o Estado, a queda de máscaras das instituições, entre elas, esta Casa, porque falar que o Congresso representa o povo está longe de ser uma realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, com toda humildade, que entrasse mais por essa porta representante maior da população preta, parda, indígena, quilombola, dos trabalhadores, dos trabalhadores que ganham um salário mínimo. (*Palmas.*)

Senador Paulo Paim, eu não falo isso por vitimismo. Eu tenho orgulho de falar da minha origem. Meu pai foi motorista de ônibus por 40 anos; minha mãe, semialfabetizada, desenhava o nome, quando estudou. Aí eu ouço aqui do Governo, que não investe na educação... Meu amigo, uma coisa que eu tenho é gratidão!

No Espírito Santo, tinha uma escola técnica quando eu passei, e foi no Governo do Presidente Lula que nós passamos a ter 26. Foi no Governo do Presidente que nós passamos a ter o Prouni, de o filho poder estudar numa escola. E o filho do pobre vai poder entrar e fazer um curso de Medicina, sim, porque o Governo é inclusivo, porque o Governo tem empatia.

Eu acredito muito no líder que nós temos, num líder mundial que é o Presidente Lula, para aprovar o fim dessa escala 6x1, porque isso é um ato de humanidade, isso é uma reparação histórica!

Eu lembro, quando nós aprovamos aqui – o senhor sabe disso – o aumento da cota racial no serviço público de 20% para 30% que eu ouvi um Senador falando em meritocracia. Eu falei: "Senador, meritocracia, para quem, se, na largada, uns já largaram há muito tempo antes?". Meritocracia, para quem, se 83% das escolas públicas da educação básica não têm laboratório de ciências, se 73% não têm biblioteca, não têm acessibilidade? Meritocracia, para quem? Quando você viu um Embaixador preto assumindo um posto em qualquer lugar do mundo?

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quando isso acontece, ele não está ali sozinho. Ele está carregando milhões de brasileiros.

Eu tirei... "Paciente se recusa a ser atendida por médica negra". Quando um preto faz um curso de Medicina, faz uma residência, vai trabalhar, ainda sofre esse tipo de preconceito e discriminação racial! Isso é com as mulheres, isso é com a população LGBT, isso é com todo mundo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nesta Casa, na hora em que é para enfrentar temas sobre direito trabalhador, nós temos que ter responsabilidade. É claro que nós temos! Nós temos responsabilidade com a espinha dorsal do Estado democrático de direito que se chama "Constituição da República Federativa do Brasil", que determina que todo trabalhador tem direito a um salário digno de acordo com a extensão e complexidade, que determina que o salário tem que ser digno, capaz de suprir as suas necessidades e as da família com saúde, educação, moradia, lazer, vestuário, higiene, previdência e que todos têm direito à dignidade de pessoa humana.

Quanto vale? Perguntem a esse trabalhador que ganha R$1.518, que está na informalidade, qual é o momento que ele tem com a família dele? Eu acho que é isso que tem que motivar a gente.

Agora, eu não me deixo seduzir por este discurso de que "não, as empresas falaram que, quando as mulheres tiverem direito à licença-maternidade, décimo terceiro, vai quebrar o país". Não quebrou e não vai quebrar. O país é rico, tem arrecadação. O país tem que parar é de fazer aceno para aqueles que mais ganham, isso sim, e tem que lutar para reduzir a desigualdade.

Eu finalizo aqui, Senador Paulo Paim, acho que estou sendo... Eu sou muito emotivo em relação às minhas convicções, porque o que me move a estar na política – o senhor sabe – é a empatia, é a capacidade de me colocar na dor do outro. Sempre que ando no uber, sempre que vejo um motorista de ônibus, quando lembro do meu pai, sempre que vejo uma trabalhadora, sempre que vejo uma pessoa em situação de rua, falo: "Meu Deus, o que eu posso fazer para dar dignidade a essa população?". É isso que me move a estar na política. E, às vezes, com essa redução da escala, da famigerada escala 6x1, eu lembro muito de um poema do Mário Quintana, que vai falar do tempo. Por isso, eu acho que a gente tem que ter uma boa dosagem disso. Ele foi muito sábio quando disse:

> A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa.
> Quando se vê, já são seis horas!
> Quando se vê, já é sexta-feira!
> Quando se vê, já é natal...
> Quando se vê, já terminou o ano...
> [Quando se vê, já não sabemos mais por onde andam os nossos amigos]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Quando se vê perdemos o amor da nossa vida.
> Quando se vê passaram 50 anos!
> Agora é tarde demais para ser reprovado...
> Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.
> Seguiria sempre em frente e iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas...
> [Seguraria todos os meus amigos, que já não sei onde e como estão e diria: vocês são extremamente importantes para mim]
> Seguraria o amor que está a minha frente e diria que eu o amo...
> [Dessa forma eu digo] [...] não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de tempo.
> Não deixe de [...] [estar com quem você ama] por puro medo de ser feliz.

A única falta será desse tempo que, infelizmente, não voltará mais.

No que depender de mim, vou estar lutando com toda a minha força para acabar com esta famigerada escala 6x1, e não tem discurso nenhum que vai me convencer do contrário.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o grande Contarato.

Sabe quando ele falou ali da redução... Não da redução... Você falou tantas coisas importantes, mas uma delas foi das cotas, e tenho muito orgulho de ser o autor, mas V. Exa. foi o Relator. Cotas abrem portas. E quando eu disse que tinha falado um grande jogador, agora falou outro grande jogador, a quem faço questão de dar também as minhas palmas. (*Palmas.*)

Esse é o Contarato.

O Contarato tem que sair, mas ele fez questão de pedir... Gentilmente ele pediu para tirar uma foto conosco aqui, com a mesa. Eu o convido, neste momento, então, e depois nós vamos para os últimos dois.

Aqui, Sr. Contarato, seguindo a sua orientação aqui... (*Pausa.*)

Vamos tocar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos a nossa foto final ainda, todos nós juntos, hein!

Vamos continuar a nossa audiência agora. (*Pausa.*)

Passo a palavra para esse grande líder, Rick Azevedo, Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e fundador do Movimento Vida Além do Trabalho. (*Pausa.*)

O SR. RICK AZEVEDO (Para expor.) – Muito boa tarde.

Agradeço ao Senador Paim pelo convite. Cumprimento os coordenadores do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho) que estão acompanhando pelo YouTube, em nome do nosso Coordenador Lucas Sidrack, que está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Onde ele está? Cadê ele?

O SR. RICK AZEVEDO – Ele estava por aqui. (*Risos.*) Está se movimentando, mas ele está presente. É muito importante a atuação dele aqui em Brasília.

Então, saúdo esta Casa em nome do Movimento VAT e saúdo esta mesa na pessoa do Senador Paim. Agradeço pelo espaço, agradeço pelo convite, agradeço por este debate ter chegado até aqui, porque foi graças à classe trabalhadora, que se uniu, se juntou e disse: "Chega! Chega de escala 6x1!".

Lucas Sidrack chegou. Saudei-o aqui, cumprimentando o Movimento VAT, em nome da sua atuação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu perguntei onde é que ele está. Eu vou pedir para ele se levantar, para a gente dar uma salva de palmas.

O SR. RICK AZEVEDO – Sim, por favor. (*Palmas.*)

O SR. RICK AZEVEDO – Atuação importantíssima, Lucas Sidrack. Parabéns!

Bom, continuando, sou ex-balconista de farmácia, fundador do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho), que fundei com inúmeros trabalhadores, e agora estou Vereador. Mas a minha fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui é de um ex-trabalhador da escala 6x1 que passou 12 anos nesse regime escravocrata. É preciso ficar claro: é um regime escravocrata!

Muito se falou em dados, muito se falou em economia, mas eu sou os dados. Eu vivi 12 anos na escala 6x1, eu adoeci na escala 6x1, eu tive *burnout* na escala 6x1, eu tive depressão na escala 6x1. A escala 6x1 me impediu de me formar, de ter um curso superior; a escala 6x1 me tirou o que eu tenho de direito que é a humanidade. Eu não me sentia pertencente, eu não me sentia gente, eu não me sentia família, eu não me sentia parte da sociedade.

Então, esse discurso "ah, a economia..." foi usado quando não queriam acabar com a escravidão; e, agora, ele está sendo usado novamente, para a manutenção de um modelo que é resquício da escravidão.

A escala 6x1 vem de um modelo lá de trás, quando os escravos começaram a ter liberdade, que aí tinham o domingo para descansar; trabalhavam nas lavouras as semanas inteiras, semanas e semanas, durante a semana, e no domingo tinham esse direito ao descanso.

Nós estamos falando de um modelo de trabalho que só permite um dia de folga. São seis dias consecutivos, mais de 44 horas semanais. O trabalhador brasileiro trabalha mais de 44 horas semanais, porque a gente precisa falar do transporte público precarizado deste país. Um trabalhador, em média, leva duas horas para ir... Isso alguns trabalhadores, porque eu conheço trabalhadores que levam até três horas para chegar ao trabalho e três horas para voltar. Então, não venham com essa conversa de que são 40 horas semanais, não, são mais de 44 horas semanais. O Congresso Nacional brasileiro deveria ter vergonha, deveria ter vergonha de manter essa escala presente na vida da classe trabalhadora.

Aqui eu vi estudos – com todo o respeito, Senador – que têm a profundidade de um pires: sem vivência nenhuma, sem realidade, sem, de fato, acompanhar o trabalhador brasileiro. Se todos esses senhores que apresentaram esses estudos fizessem uma rotina de pelo menos uma semana comigo num transporte público, numa cidade do Rio de Janeiro, de São Paulo, de BH, entre outras capitais, durante uma semana, sem motorista, transporte público, VR de R$7 por dia...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICK AZEVEDO – ... quem tem – alguns não têm, porque a gente sabe que o cartão de alimentação e refeição não é uma obrigatoriedade –, aí eu poderia levar a sério esses dados.

Eu não posso, Senador Paim, eu não posso levar a sério o que foi colocado aqui, o que eu ouvi aqui, colocando a economia em um lugar e colocando a classe trabalhadora em outro lugar, como se a economia conseguisse sobreviver sem a classe trabalhadora. Que discurso é esse? De onde essas pessoas estão tirando que a economia vai sobreviver sem a classe trabalhadora saudável, sem a classe trabalhadora tendo o direito à vida além do trabalho? Que discurso é esse? De onde essas pessoas estão tirando isso? Em que mundo essas pessoas estão vivendo?

Só em 2024, tivemos 470 mil afastamentos por doenças ocupacionais. Nós estamos falando de um número bastante expressivo. De onde essas pessoas estão tirando que a economia vai sobreviver com as pessoas adoecendo, com as pessoas tirando a própria vida? Nós estamos falando de um país em que as pessoas estão se matando porque não aguentam mais a jornada de trabalho excessiva, não aguentam mais trabalhar seis dias consecutivos para apenas um dia de folga, mais de 44 horas semanais, por um salário mínimo de R$1.518 – quando descontam, fica R$1.300 e pouco. Como essas pessoas estão achando que a economia vai suportar? A economia já está colapsando.

Muito se falou aqui de que vai faltar mão de obra. Não, não vai faltar mão de obra, já está faltando mão de obra. Está faltando mão de obra, porque as pessoas não estão aceitando esse modelo de trabalho que é a manutenção da escravidão neste país.

A escala 6x1 um infringe os direitos humanos, a escala 6x1 tira a vida do trabalhador e da trabalhadora. Nós estamos falando de pessoas que não conseguem sequer ter um almoço em família. E muitos aqui pregam também a favor da família. Que raio de família é essa que não pode ter um almoço, que não pode ter um jantar, que não convive? Os pais não conseguem criar os próprios filhos.

Então, Senador, o que eu venho fazer aqui hoje, nesta audiência, é trazer um recado bastante incisivo do Movimento VAT (Vida Além do Trabalho), da classe trabalhadora, do país inteiro...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICK AZEVEDO – ... de vários movimentos sociais, de várias organizações: a redução da jornada de trabalho, o fim da escala 6x1 vai acontecer. (*Palmas.*)

Isso não depende do querer de meia dúzia de Deputados ou Senadores. Quem comanda este país, quem sustenta este país é a classe trabalhadora. Quem acorda às 4h da manhã para que este país esteja de portas abertas é a classe trabalhadora. Então, a gente não está pedindo um favor. Estamos, sim, dialogando, mas estamos com pressa. Não queremos calma, precisamos de pressa, porque as pessoas estão morrendo e a economia não pode estar acima da vida das pessoas, porque, se as pessoas não têm condições saudáveis, não tem economia. Se as pessoas não têm força para trabalhar, não tem economia.

O que nós estamos vendo aqui não só nesta audiência, mas em todo discurso econômico é que sempre vem "ah, vai quebrar o país", como foi usado com o décimo terceiro, com as férias remuneradas, como foi usado também quando foi para conseguir o direito de carteira assinada para as empregadas domésticas. "Não pode, o país não vai aguentar, vai ter desemprego". O que nós estamos vendo é o mesmo malabarismo, como sempre querendo explorar e escravizar o trabalhador.

Nós estamos falando de um país que está há quase 40 anos sem reduzir a jornada de trabalho – quase 40 anos. Alguém nesta sala consegue citar qual foi a última conquista desta Casa, do Congresso Nacional, para a classe trabalhadora? Alguém consegue citar a última conquista da Casa do povo para a classe trabalhadora, para o povo? Não tem, porque o Congresso Nacional brasileiro está longe de ser a Casa do povo.

E não adianta o Sr. Hugo Motta contratar publicidade. Não adianta as turminhas ficarem fazendo malabarismo retórico, porque nós estamos organizados. Temos uma ferramenta a nosso favor – a internet –, e a internet sabe que o fim da escala 6x1 ainda não aconteceu, porque Parlamentares estão travando a PEC que põe fim a essa jornada de trabalho desumana, a essa jornada que é incompatível com a realidade humana.

Para finalizar, eu quero dizer e deixar registrado: no ano que vem, temos eleições, e o Movimento VAT (Vida Além do Trabalho) vai fazer questão de expor o rosto – um por um – daqueles que estão contra essa proposta, que é sobre vida, que é sobre humanidade, que é sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o direito de poder ter tempo para viver a própria vida, é sobre vida além do trabalho. A redução da jornada de trabalho, o fim da escala 6x1 vai acontecer, custe o que custar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, meus parabéns, Rick Azevedo, Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e fundador do Movimento Vida Além do Trabalho.

Para mim, aqui é uma alegria, viu? Os Senadores fazendo um belo discurso, os sindicalistas e o companheiro Vereador aqui, né? Vereador do Rio de Janeiro, falando aqui em nome não só dos Vereadores, mas falando em nome dos Deputados, Senadores, Vereadores e sindicalistas que têm compromisso com essa causa, ou seja, com o direito dos trabalhadores.

Eu fico feliz de perceber que esse movimento começou e não vai parar, como você colocou muito bem. Oxalá o ano que vem... Eu não estou achando que vão aprovar neste ano, não – digo, nas duas Casas –, mas, no ano que vem, que é ano eleitoral, tem tudo para ser aprovado definitivamente.

Eu sei que cada um de nós vai dizer: "Nós temos pressa". É claro que temos pressa, mas nem sempre a nossa pressa é a pressa que nós conseguimos emplacar aqui dentro. Eu tenho muita esperança nos debates que vamos fazer ainda neste ano. E votando – quem sabe? – lá na Câmara ou aqui, no ano que vem, a gente aprove definitivamente a redução da jornada.

Eu fui Constituinte, estou aqui desde a Constituinte, e lá na Constituinte eram 48. Aprovamos 44, queríamos 40, mas nem sempre dá tudo aquilo que a gente quer. Isso faz parte da democracia.

Mas vamos lá.

A nossa última convidada é muito preparada, posso dizer assim. Ela vem aqui e arrasa sempre, viu? A Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho, Coordenadora Nacional da Coordenaria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalhador e da Trabalhadora.

Por favor, está com a senhora a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN (Para expor.) – Bom dia, boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham... Acho que não está funcionando. (*Fora do microfone.*)

Boa tarde a todas as pessoas que nos acompanham.

Senador Paim, é uma satisfação poder ter acompanhado este debate aqui hoje de manhã. Normalmente, o MPT chega, fala primeiro e, muitas vezes, já tem outro compromisso, mas como é importante estarmos aqui para acompanhar este debate, ouvir justamente essa posição também das empresas, dos economistas, ouvir esses supostos argumentos contrários, porque, a partir daí, também possamos talvez aprimorar este debate, aprimorar a nossa fala e trazer outros argumentos que precisam efetivamente ser trazidos e ser considerados, sim.

A gente até entende que o tempo do Congresso não é o tempo da pressa, que o Rick tanto pede aqui...

O SR. RICK AZEVEDO (*Fora do microfone*.) – Está muito atrasado!

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Mas está muito atrasado; exatamente!

O SR. RICK AZEVEDO (*Fora do microfone*.) – Quarenta anos quase...

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – E a própria PEC do Senador é de 2015! Estamos há dez anos já com esse objetivo, esse desejo, que, como o Senador bem lembrou, era o desejo lá em 1988, já...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Na Constituinte.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – ... lá na Constituinte, e não por outro motivo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Já se passaram 40 anos e não avançou uma vírgula, né?

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Pois é.

E por que em 1988 isso já podia ser um desejo? Vejam, nós temos uma recomendação, a 116, de 1962, da Organização Internacional do Trabalho – de 1962! –, que diz que o padrão social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em termos de tempo de trabalho decente, é de 40 horas. Então, vejam, já era um intuito, nesse início da segunda metade do século XX, que a gente chegasse a um padrão de 40 horas, tempo de trabalho decente, para ter tempo para além do trabalho, para ter tempo de realizar essas outras dimensões da vida de que tanto falamos aqui.

Nós falamos que não temos uma produtividade adequada – ouvimos isso aqui, hoje de manhã – porque temos deficiências em termos de capacitação, mas, vejam, quando o trabalhador sequer tem tempo para descansar, para ter horas de sono adequado, quando ele vai se preparar para estudar, para se capacitar mais? Nós queremos ter mais tempo, realmente, de vida além do trabalho para realizar essas outras dimensões da vida.

Eu quero voltar aqui para a minha fala inicial, porque minha Coordenadoria, minha atuação prioritária no âmbito do Ministério Público do Trabalho é a de defesa do meio ambiente de trabalho e da saúde do trabalhador e da trabalhadora, e este tema, jornada de trabalho, tem relação, conexão direta com essa pauta. E por que eu afirmo isso? Riscos ocupacionais são elencados em diversas listas, em diversos estudos. Entre esses riscos ocupacionais, reiteradamente, a gente observa justamente a questão das extensas jornadas de trabalho.

Em 2022, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Saúde publicaram um estudo que apontou que 81% das mortes decorrentes do trabalho decorrem de doenças não transmissíveis, ou seja, doenças adquiridas no ambiente de trabalho em função desses riscos existentes no ambiente de trabalho e nas condições de trabalho. Agora, surpreendam-se: o risco apontado como o maior gerador de adoecimentos e mortes de trabalhadores e trabalhadoras são as extensas jornadas de trabalho.

Aí, eu costumo fazer um desafio: quem aqui já viu uma comunicação de acidente de trabalho (a famosa CAT) apontando, como agente causador do acidente ou da doença, a jornada de trabalho? Não se reconhece que isso adoece e que isso mata, mas de que forma mata? Doenças cardíacas, acidentes vasculares cerebrais, transtornos mentais – todos associados às extensas jornadas de trabalho. A lista de doenças relacionadas ao trabalho, do Ministério da Saúde, que foi publicada e atualizada no final de 2023, depois de mais de 20 anos também, trouxe as jornadas de trabalho como um agente de risco relacionado a diversas doenças, dentre elas: transtornos mentais, doenças cardiovasculares, doenças metabólicas e até câncer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acidentes do trabalho – agora vamos falar de acidentes traumáticos –, aqueles em que o trabalhador eventualmente vem a amputar um membro, vem a perder a vida, às vezes, é sugado por uma máquina acontecem também em jornadas extenuantes, com trabalhadores submetidos a jornadas extensas de trabalho.

Um levantamento feito pelo Repórter Brasil, no início deste ano, apontou que, das 20 categorias que têm os maiores índices de acidentes de trabalho no Brasil, 12 delas são aquelas que estão entre as jornadas mais extenuantes, mais excessivas. E eu vou falar só de três delas aqui, para a gente entender do que a gente está falando.

Motoristas profissionais é uma dessas categorias. Se nós olharmos o Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil, veremos que a categoria que mais morre no trabalho são os motoristas profissionais, em termos notificados – estamos falando de trabalho formal. Por quê? Porque estão submetidos a extensas jornadas de trabalho, porque se admite, e isso se admitiu... O Rick perguntou: "O que conseguimos em termos de avanços?". Não conseguimos, mas conseguimos retrocessos, porque se admitiu, para esses motoristas, negociação coletiva para estender a jornada até 12 horas por dia. E quando querem que estudem, quando querem que estejam com as famílias, quando querem que descansem para efetivamente cumprir a sua jornada de forma adequada? Hoje, esses motoristas profissionais são vítimas do trabalho, morrem no trabalho, porque têm que trabalhar submetidos a jornadas de 10, 12 horas, ou seja, muito mais ainda do que esse cenário cuja redução estamos defendendo aqui.

Outro setor: alimentadores de linha de produção, que são vítimas de acidentes, mas que linha de produção é essa? Vou dar um exemplo aqui de uma categoria: trabalhadores de frigoríficos – jornadas normalmente extensas, ritmos intensos de trabalho, num setor em que, normalmente, em função do próprio ambiente frio, você já tem uma redução de maleabilidade daqueles membros superiores e você tem, nesse cenário, adoecimentos psíquicos e acidentes também na linha de produção, muitas vezes com amputações, muitas vezes com adoecimentos que levam a essa redução da capacidade para o trabalho.

E vou trazer um terceiro setor, elencado entre esses que mais se acidentam no trabalho e que têm extensas jornadas de trabalho: profissionais da saúde. E muitos vão me dizer: "Não, mas eles trabalham em plantões, 24x72, 12x36". A maioria deles tem outro vínculo nas supostas 36 ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

72 horas de trabalho – senão outros dois vínculos. Isso interessa à sociedade brasileira? Interessa que o atendimento dos profissionais de saúde seja feito por profissionais cansados, exaustos? Isso interessa ao paciente? Imaginemos nós indo a um atendimento sabendo que esse profissional virou a noite, e agora ele tem que me furar aqui, fazer um procedimento médico, mas ele virou a noite. "Ah, não, mas ele virou à noite, mas ele teve, na noite anterior, outro plantão". Ele está virando duas noites, três noites. E, é claro, os acidentes acontecem.

Então, saúde e segurança do trabalho são uma questão diretamente relacionada ao debate aqui. Redução da jornada de trabalho, tempo de trabalho decente é uma questão diretamente relacionada à saúde e à segurança do trabalho.

E veja o que a reforma trabalhista nos trouxe. Falaram tanto de negociação coletiva aqui hoje de manhã. O que se disse? "Negociação coletiva, livre, ampla". Mas se disse o seguinte: "jornada de trabalho não tem nada a ver com saúde e segurança do trabalho. Então, pode-se negociar livremente". Se fosse para reduzir a jornada, não estaria nem escrito – não estaria nem escrito. Diz-se isso porque era para autorizar o incremento das jornadas, a implementação dessas jornadas em plantões, o elastecimento dessas jornadas de trabalho, mas que impactam diretamente nesse cenário de adoecimento e de acidentes que eu trouxe aqui para vocês.

Outro ponto de que a gente precisa falar aqui que já foi tão debatido e acho que o Rick trouxe perfeitamente: é bom para a classe trabalhadora, reduzir a jornada é bom para a classe trabalhadora. Quando eu ouço, quando nós ouvimos, no âmbito do MPT, argumentos do tipo – e isso não é incomum –: "mas o trabalhador gosta de fazer hora extra".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Ele não gosta de fazer hora extra, ele gosta de ganhar bem, ter renda digna. (*Palmas.*) Ele quer satisfazer as suas necessidades básicas, aquelas previstas na Constituição. Se para isso ele precisa fazer horas extras, ele se submete, ele tira o tempo da sua família, o tempo do seu estudo, mas ninguém gosta de fazer hora extra. Então, veja, vamos superar essa questão.

Outra questão que o Prof. Pastore trouxe aqui... O Fernando, Professor da FGV, disse: "olha, nós temos entre... As jornadas já estão bastante reduzidas no Brasil". E ele apontava que entre os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores com menor escolaridade, essa jornada já estaria bem mais baixa, inclusive, abaixo de 40 horas. Aí a gente justamente ouve o depoimento do Rick, para não dizer que eu não estou falando uma bobagem aqui, que são mais quatro horas de trânsito por dia, quando não mais seis. E quando esse trabalhador vai descansar, para ser mais produtivo, para ser mais criativo no seu ambiente de trabalho? Esse tempo de descanso não há, e tudo isso, sim, precisa ser somado.

Então, quando a gente tem um cenário de debates, trazido também pelo Senador Rogerio Marinho: "o trabalhador brasileiro quer ser empreendedor, porque ele quer ter mais flexibilidade no trabalho". Veja, ser CLT não é impedimento para ter flexibilidade no trabalho. (*Palmas.*), Não é preciso ser um motorista plataformizado para ter tempo de levar o filho na escola, ou para ter tempo de levar o filho para um atendimento médico. Isso pode ser negociado. Num ambiente de trabalho que é um ambiente de confiança, é possível fazer esse tipo de negociação, e ser CLT não é impedimento para isso, definitivamente.

Então, aceitar a precarização das relações de trabalho ao argumento de que a CLT não é moderna, porque não permite esse tipo de flexibilidade? É errôneo pensar dessa forma. A gente precisa realmente avançar.

De fato, esse movimento e essa adesão orgânica... Porque, nem na época da reforma trabalhista, Senador Paim, a gente teve, da classe trabalhadora, essa adesão no sentido de lutar contra tudo isso que estava vindo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – E veio muita coisa ruim. Mas, agora, nesse movimento da redução da jornada de trabalho, de uma forma orgânica, essa adesão veio. Por quê? Porque é aquilo que impacta no dia a dia das pessoas, é onde ela percebe de imediato: "poxa, vai ser bom eu ter um dia a mais para estar em casa com a minha família, para estudar, para cumprir com essas outras dimensões da minha vida: religiosas, quaisquer que sejam". Mas essa adesão aconteceu de uma forma natural.

E, para as empresas, é bom. Tivemos tantos argumentos: "não, mas vai reduzir a produtividade, vai reduzir a produtividade." Mas, veja, essa produtividade é o que exatamente? E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a produtividade faz sentido se ela não estiver efetivamente implementando e estando a serviço da justiça social, do bem-estar das pessoas? Que produtividade é essa? Essa produtividade realmente nos interessa?

A gente tem que buscar um pouco também das experiências, porque os números foram trazidos, a princípio demonstrando esse cenário catastrófico. O Clemente trouxe uma apresentação fantástica aqui para contrapor. Nós tivemos algumas experiências piloto com relação àquela semana de quatro dias no Brasil. E as 19 empresas que aderiram ao experimento no Brasil... Dá para estudar, para olhar o estudo todo, mas eu quero só reforçar dois aspectos: o que elas apontaram? Que 61% apontaram melhoria na execução dos projetos, com maior capacidade para cumprir prazos. Por quê? Porque as pessoas estão mais descansadas, são mais criativas, conseguem fazer uma entrega com maior produtividade. E o segundo ponto é que 72% das empresas afirmaram que houve aumento da receita, ou seja, começaram a lucrar mais, mesmo com as pessoas descansando mais. Quem está se propondo está percebendo melhorias.

Nós tivemos um outro cenário, esse muito recente, agora no final de setembro. O *Valor Econômico* publicou uma matéria envolvendo dois setores que tradicionalmente trabalham em 6x1 – comércio varejista de roupas e farmácias, a sua experiência, Rick –, mas trazendo a situação de duas grandes empresas no Brasil que estão fazendo a redução da escala para 5x2. E o que elas apontam? Que elas querem assegurar qualidade de vida e bem-estar para os trabalhadores, porque isso vai gerar aumento de produtividade. Isso não sou eu que estou dizendo, está na matéria do *Valor Econômico*, com os responsáveis, diretores dessas empresas, trazendo esse tipo de depoimento.

Então, vejam, produtividade. O que isso exatamente significa é que, se, nesses trabalhos com escalas extensas, com escala 6x1, nós estamos tendo rotatividade, absenteísmo, é porque ninguém aguenta.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Então, interessa e é produtivo esse tipo de rotatividade no setor da construção civil, que, como você citou, em dois anos, muda todo mundo, porque ninguém aguenta? Isso é produtivo realmente? Ou é justamente em função disso que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

nosso Brasil não está sendo tão produtivo, porque as condições de trabalho não estão sendo as mais adequadas? Então, é preciso realmente fazer esse enfrentamento.

O quarto ponto que eu quero trazer aqui para vocês é justamente a necessidade de que este debate não pode ser no vazio. Nós precisamos assegurar que essa redução de jornada aconteça efetivamente para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras. O art. 7º da nossa Constituição fala em todos os trabalhadores urbanos e rurais, ele não fala em celetistas e empregados. Então, nós precisamos assegurar que, efetivamente, não se utilizem essas formas de contrato precárias para deixar de cumprir os direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição, assegurados para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras. Em algum momento, alguém desvirtuou isso e justamente começou a implementar essas relações e esses contratos precários com o objetivo de fugir do art. 7º. Mas em que momento o Constituinte disse que ele era só para os empregados, só para os celetistas? Nós precisamos fazer esse enfrentamento de forma muito séria, sob pena de estarmos fazendo esse debate no vazio. Se nós aprovarmos essa PEC e não tivermos mais celetistas e entendermos que não se aplica para as outras relações de trabalho, fizemos um debate no vazio e não podemos assegurar isso. Então, é enfrentar, sim, essa pejotização, esse empreendedorismo que supostamente os trabalhadores querem ter. Ser empreendedor para trabalhar 24 horas por dia sete dias por semana, sem direito a férias, décimo terceiro, horas extras, limitação de jornada? Com certeza, não é o desejo de nenhuma pessoa com sua mentalidade ali num cenário de sanidade, evidentemente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Então, esse enfrentamento precisa ser feito, e assegurar isso efetivamente para todos os trabalhadores é algo necessário, não é um favor do Estado, não é uma concessão econômica, é algo que efetivamente a gente vai fazer para garantir essa melhoria das condições sociais, que é o objetivo maior. Está escrito no *caput* do 7º da Constituição também. São esses direitos, além de outros, que visam à melhoria das condições sociais dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Conseguimos alguns desses direitos por meios de negociação coletiva? Sim, conseguimos. Há muitos sindicatos com excelentes exemplos, mas nós temos que concordar que os sindicatos estão enfraquecidos. O Senador Rogério Carvalho muito bem nos trouxe essa realidade. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adianta compararmos a realidade sindical brasileira com a da Europa ou dos Estados Unidos. Nós estamos em outro cenário. As forças estão muito díspares. Então, nós não vamos alcançar essa melhoria das condições sociais senão com a adesão também desta Casa, sim, que precisa ser do povo, precisamos recuperar isso a essa luta. Esse debate e esse avanço precisam acontecer.

Por último, eu quero enfrentar especificamente três pontos, que me chamaram muito atenção no pedido dessas audiências públicas, porque o Senador Rogerio Marinho fez o pedido, e três pontos me chamaram muito atenção.

Disse-se o seguinte: países que reduziram significativamente a jornada de trabalho fizeram isso em contextos de alta produtividade, maior formalidade e robustez institucional, e essa não seria a realidade brasileira. Veja, alta rotatividade já enfrentamos aqui em vários momentos, mas alta rotatividade, produtividade em si não é um atributo exclusivo da força de trabalho; é, sim, um resultado de escolhas estratégicas, de escolhas organizacionais...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – ... e tudo isso precisa ser levado em conta. Produzir bens de alto valor agregado, produzir tecnologia, produzir inovação... Claro que isso gera maior riqueza por hora trabalhada. No Brasil, nós produzimos *commodities*. Nós queremos realmente fazer esse tipo de comparação? Essa alta produtividade precisa ser considerada nesse cenário distinto que nós vivemos no Brasil também, mas, ainda assim, nós temos uma produtividade extremamente significativa, considerando o cenário brasileiro, e podemos, sim, com a redução da jornada, incrementar essa produtividade como vários aqui já falaram.

O Prof. Pastore disse: "Não é possível criar empregos por lei". Durante os debates da reforma trabalhista, o que mais se ouvia nesta Casa Legislativa é que a reforma precisava ser feita, os direitos precisavam ser reduzidos para criar 10 milhões de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Dez milhões, era o que eles diziam.

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Era o que se dizia, não era?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – Estou aqui mentindo? Não estou. E agora se diz que por lei não é possível criar empregos. O discurso está de acordo com o momento histórico. O Senador Fabiano Contarato nos diz que, se é para defender a classe trabalhadora, não tem espaço, não tem tempo, não dá para discutir.

Então, veja, podemos, sim, melhorar as condições de trabalho e, com isso, melhorar a produtividade, melhorar a renda e melhorar, sim, as condições sociais do povo brasileiro.

Mas quero enfrentar os dois últimos argumentos: maior formalidade. Não estamos num cenário de formalidade das relações de trabalho suficiente no Brasil para permitir essa redução da jornada. Mas, vejam, isso foi sendo permitido justamente a partir da reforma. Essas precarizações foram sendo toleradas e hoje estão em discussão, e todos deveriam estar protestando na frente do STF para dizer para o Tema 1.389 que a pejotização não vai ser aceita, que isso é precarizar as relações de trabalho, que isso é, sim, reduzir a formalidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – ... e é isso que a gente precisa enfrentar, quando eu dizia, na minha fala anterior, que a gente precisa assegurar isso para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras.

E, por último, robustez institucional. Vejam o enfrentamento que tem sido feito com relações às instituições que defendem as relações de trabalho, o mundo do trabalho, a Justiça do Trabalho, o Ministério Público de Trabalho, o Ministério do Trabalho, sempre no sentido de enfraquecer essas instituições. Elas precisam, sim, ser robustas e elas querem ser robustas, querem estar aqui para cumprir a sua missão constitucional; inclusive, a partir da sua atuação, elas podem enfrentar, justamente, a concorrência desleal, impedindo que essas relações precarizadas gerem essa concorrência desleal. Então, elas precisam ser instituições robustas e estão aí para ser.

Temos 900 auditores fiscais do trabalho para serem nomeados. Precisamos de mais, porque ainda não vamos ainda suprir toda a demanda de que a gente precisa. Mas, sem essas instituições robustas, efetivamente, a gente não vai ter relações de trabalho saudáveis, e é isso que a gente precisa assegurar.

A gente está num cenário em que este debate acaba também se conectando com outro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – ... que é o decorrente da decisão do STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 73, que trata da regulamentação da proteção do trabalho frente à automação, que está lá no art. 7º da Constituição. O STF declarou que este Congresso está omisso com relação a essa regulamentação, e isso, evidentemente, tem que acontecer num cenário acompanhado desse debate com relação à redução da jornada, porque a automação, em regra, vai significar mais tempo para a vida, ou deveria significar mais tempo para a vida, com a redução da jornada de trabalho. Então, acaba sendo também um debate conectado e a gente vê que é efetivamente possível avançar.

Essa modernização das relações de trabalho, a partir da automação e dessas novas tecnologias, não pode significar, de forma alguma, redução e enfraquecimento desse necessário dever de assegurar a proteção social; pelo contrário, a gente precisa assegurar essa justiça social, precisa assegurar dignidade...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN – ... precisa assegurar inclusão e a redução de jornada, quando bem planejada, como está proposto aqui, com uma redução imediata, porque esse é o padrão social que a OIT defende desde 1962, para 40 horas. Depois, com mais uma redução gradual, acompanhada de políticas públicas, nós vamos, sim, alcançar um cenário em que a gente quebre essas barreiras – elas não são barreiras intransponíveis –, e, ao final, teremos, sim, uma justiça social muito melhor concretizada e o enfrentamento efetivo das mazelas que este Estado brasileiro ainda enfrenta.

E, já que o Senador Fabiano Contarato terminou com poesia, eu também vou citar o nosso conterrâneo Mário Quintana – Das Utopias. Ele dizia:

> Se as coisas são inatingíveis... ora!
> Não é motivo para não querê-las...
> Que tristes [seriam] os caminhos, se não fora
> A mágica presença das estrelas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, olhemos para as estrelas. O nosso objetivo está traçado, e nós vamos alcançar o fim da escala 6x1. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. (*Risos.*)

Eu estou acelerando, pessoal, porque às 14h eu tenho que estar na tribuna lá no Plenário; e ainda queremos encerrar agora, rapidamente.

Todos falaram por, no mínimo, 20 minutos – os que usaram a palavra –, e isso foi bom, porque aprofundamos o debate.

Eu queria aqui deixar uma recomendação somente: esse movimento, com as redes sociais, sindicatos, federações, confederações, sociedade civil, todos estão trabalhando. Mas, num outro dia, eu falei e vou falar de novo: você que está aí no seu município, você que está aí no seu estado, organize uma atividade na câmara de Vereadores, no seu sindicato, na assembleia legislativa. Eu aprovei algumas dezenas de leis aqui, e todas que aprovei com muita mobilização.

Naquele tempo – porque eu venho de outros tempos –, eu não tinha tanta rede social como vocês felizmente têm. (*Risos.*) Era muito mais difícil. O que eu fazia? Eu visitava os 27 estados. Em cada estado, eu fazia uma atividade na assembleia e trazia de lá uma carta daquele estado pela aprovação da lei. Foram tantas leis que, ontem, quando eu estava fazendo um relatório no Plenário, alguém disse: "Pô, mas você vai trabalhar até as 5h ou 6h da tarde" – e comecei às 14h, fazendo um pequeno relatório.

Mas dá certo, pessoal! Sindicatos nós temos em todos os municípios do país. Ao sindicato que está me ouvindo, organize, chame os sindicatos dos municípios e faça uma atividade lá, coloque nas redes sociais; faça na assembleia esse movimento de pressão nos três Senadores. Nós somos só três. Pressione os Senadores de cada estado. A pressão é democrática, legítima e justa. Todo mundo sabe que eu trato a todos com o maior respeito.

Na Constituinte, se tivemos muito sucesso – fizemos uma Constituição Cidadã, e a maioria não era de esquerda, não – foi porque foi com muito diálogo e muita pressão aqui dentro e lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fora, e isso deu certo. Alguém poderia dizer para mim: "Pô, mas nós gostaríamos tanto que aprovassem, neste ano, a PEC definitivamente", mas vamos lembrar que nós temos um mês e meio para terminar o ano. Nós temos um mês e meio! E nós temos também, nesse um mês e meio, três dias por semana aqui dentro. Então, nós sabemos que é possível aprovar... Eu sei que muita gente vai dizer: "Ô, Paim, tinha que aprovar amanhã". Eu também gostaria – quem não gostaria de aprovar amanhã? –, mas, nas limitações do tempo e do espaço, para aprovarmos essa proposta tão importante, que eu chego a dizer que é uma proposta que tem o dom de aglutinar todo o povo brasileiro, precisa-se de muita firmeza, de muito embate, de muita discussão. É possível? É, mas com grande, grande mobilização.

Eu queria cumprimentar todas as centrais sindicais que estão aqui hoje, que estão participando de todos os eventos. Queria cumprimentar todos os sindicatos, pelo número de correspondências que eles mandam aqui para nós. Queria cumprimentar todas as federações, cada um no seu limite e no seu espaço, que estão abraçando também essa caminhada. E quero cumprimentar aqueles também que estão fazendo abaixo-assinados nas portas de fábrica. Eu já recebi aqui milhões de assinaturas para eu entregar para o Presidente do Senado e, dentro do possível... Claro, na Câmara, eles estão fazendo igual. São muitas assinaturas! Então, a nossa gente está trabalhando para conseguir que seja realidade o fim da escala 6x1.

Eu aprendi, na vida, a ser sempre um otimista. Se aprovei o Estatuto do Idoso, o da Igualdade Racial, o da Pessoa com Deficiência, a política de cotas nos serviços públicos, a política de cotas nas universidades, salário mínimo de inflação... Quando eu viajei pelo Brasil, eu botei a inflação com o dobro do PIB, porque eu sabia que eu tinha que negociar ali na frente, e deixei depois só o PIB, como um bom sindicalista – e vocês aqui me ensinaram.

Por isso, pessoal, eu queria que a gente saísse daqui convencido de que é possível – é possível –, mas com grande mobilização. Não dá para acreditar que, somente com um setor tocando, vai acontecer. Perguntaram-me: "Vai ter mais audiência pública?". Alguém me disse: "Não, vamos votar já semana que vem". Aqui tudo tem que ser medido, pessoal. Estou falando como quem tem 40 anos aqui dentro. Votar semana que vem para perder? É o momento exato a semana que vem? Tudo bem, vamos fazer mais uma audiência pública, e daí? O bom é nos aprovarmos, oxalá, aqui, no Senado, neste ano, mas tem que conhecer a Casa e conhecer como fazer para que as coisas, de fato, andem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aprendi muito aqui dentro. Acho que está na hora de ir para casa, não é? Tem uma campanha que diz: "Fique, Paim." Eu digo: "Fique em casa, Paim, porque está na hora de ver os netos e bisnetos já".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Tem que ter vida além do trabalho, e não só aqui dentro. Mas eu...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mas, enfim, pessoal, eu estou muito feliz por ter a presença de vocês aqui.

Cumprimento todos os painelistas, um melhor que o outro.

Que bom que os empresários vêm e dão seus argumentos. Isso é bom, faz com que a gente se contraponha com os argumentos que nós entendemos fundamentais, como foi colocado aqui por vocês, pelos Deputados nossos que estiveram aqui também.

Nossos Senadores e Deputados... Em outra vez, tivemos três ou quatro Deputados, além da Erika... Quem se lembra do nome dos Deputados que já estiveram aqui nesta Comissão? A Erika...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – ... o Reginaldo, a Daiana, a Carol estiveram aqui debatendo a mesma posição. Isso é bom.

Eu me comprometi, um dia, a ir à Câmara também, mas não tem jeito, até agora não consegui. Olhem que é só atravessar de um vidro para o outro.

Mas eu quero encerrar dando uma grande salva de palmas à classe trabalhadora do campo e da cidade, da área pública e da área privada.

Na área pública, eu sei que muita gente vai dizer: "Mas já tem 40". Os 40 podem ter, mas não tem 36; e a nossa proposta final é 4x3. Eu sei que tem algumas áreas que já têm 4x3. Só que não é só para vocês que já têm 4x3, nós queremos para todo o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vida longa ao povo brasileiro! (*Palmas.*)

Vida longa a essa jornada de todos nós!

Está encerrada a audiência pública.

Registro a presença do Tiago Ranieri, Procurador do Trabalho e Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT.

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 19 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Zequinha Marinho, Plínio Valério, Omar Aziz, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Jaques Wagner, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Sergio Moro, Oriovisto Guimarães, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 32ª e 33ª reuniões extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2951, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1 e 2, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1473, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1- CDH e acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** O Substitutivo é definitivamente adotado (art. 284 do RISF). **ITEM 3 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proposta de Emenda à Constituição n° 22, de 2025 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Proposta, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 295, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o Código Penal para prever o processamento mediante ação penal pública incondicionada para o crime de dano em contexto de violência doméstica contra a mulher." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 896, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 985, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei n º 896, de 2023, com uma emenda que apresenta, contrário à Emenda nº 1-CDH, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 985, de 2023. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei nº 896, de 2023, com a Emenda nº 2-CCJ, e com os ajustes propostos pela relatora, rejeitada a Emenda nº 1-CDH; e aprovada a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 985, de 2023. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2195, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5911, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para possibilitar o acordo de não persecução penal nas ações penais em curso antes da vigência da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Projeto de Lei n° 120, de 2020 - Terminativo -** que: "Estabelece as condições gerais aplicáveis ao transporte de bagagens de mão quando do transporte aéreo regular de passageiros, doméstico e internacional." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 32 e 33 das reuniões extraordinárias.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se a sete itens, do item 1 ao item 7.

Como pede o Senador Flávio Bolsonaro, passo ao item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 1473, DE 2025

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição.*

Autoria do Projeto: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1- CDH e acolhimento parcial das Emendas nºs 2 e 3, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 08/10/2025, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 1473, de 2025, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal;

- Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo até o encerramento da discussão;

- Votação nominal.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Não foram oferecidas emendas à matéria, e, não sendo oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Presidente, quero agradecer a V. Exa. por ter colocado esse projeto em pauta, e agradecer a todos os colegas aqui da Comissão de Constituição e Justiça, pela aprovação unânime desse projeto de lei, do qual fui Relator e que tenta corrigir ou pelo menos dar um passo na direção de fazer justiça ao responsabilizar criminosos perigosos que, escudados na sua idade cronológica, abaixo de 18 anos atualmente, cometem os crimes mais bárbaros, como acabou de acontecer, há poucos dias aqui em Brasília, em que um aluno do Colégio Militar foi abordado por assaltantes, queriam levar o seu celular, e ele foi esfaqueado por um menor de idade, de 16 anos. O jovem Isaac veio a óbito, e rapidamente chegou-se ao autor desse crime e descobriu-se que, poucos dias antes, ele acabara de ser solto, mesmo após ter sido preso por tráfico de droga.

Então, um menor de idade que já havia sido preso por tráfico de drogas, na sequência, comete um homicídio. Então, acho que é um ponto pacífico de que algo este Congresso precisa fazer de alteração da legislação. E esse projeto que estamos aprovando pode estipular uma internação – esse é o termo correto a falar – para esse menor de idade de até dez anos. E hoje a legislação limita esse prazo a até três anos, exceto quando as condições psicológicas, psiquiátricas, com avaliação médica, digam que esse menor de idade não tem condições de voltar ao convívio pacífico em sociedade.

Então, acho que esse é um critério objetivo que nós criamos. Não é ainda a redução da maioridade penal, como eu defendo que seja, mas já é um passo importante para que menores de idade criminosos, que cometem crimes perigosos, cometem crimes hediondos, fiquem mais tempo presos e não se escudem mais na sua idade cronológica para cometer essas atrocidades.

Então, agradeço a aprovação unânime e agradeço a V. Exa. por ter pautado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio Bolsonaro, parabenizo V. Exa. pelo relatório. Realmente era uma lacuna que há no nosso Código Penal, também no Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, eu espero

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que com uma legislação mais rígida se possam inibir mais essas ações, sobretudo naqueles casos de reincidência no crime. Portanto, parabenizo V. Exa. e passo ao item 3.

ITEM 3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

- Em 12/08/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Laércio Oliveira;

- Na 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 08/10/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

A relatoria é do Senador Esperidião Amin, a quem eu passo a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Presidente, nós fizemos um acordo, que eu espero seja homologado pelo Governo também, mas o Relator, CNTT, ou seja, trabalhadores de transporte, e a Bancada do PT, liderada pelo Senador Rogério Carvalho, o acordo que está sendo firmado é no sentido de que, caso eles tenham alguma emenda para apresentar – já existe a ideia da emenda –, eles terão duas semanas, ou quase isso, para consolidar a emenda. Não há necessidade de audiência pública. E eu pediria, então, a V. Exa. para retirar de pauta e reincluí-lo na pauta do dia 5 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, eu atendo a V. Exa. a retirada de pauta. No entanto, no dia 5 de novembro... Dá para fazer, eu vou fazer a leitura da recondução do Procurador-Geral da República....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas vai ser pedida vista, né?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, vai ser pedida vista, pode ser, então eu determino à Mesa que possa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se fosse o dia da sabatina, eu ia pedir para ficar para o final da sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estou errado, e V. Exa. está com a razão, pode colocar na pauta do dia 5.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É só anestesia, não é a cirurgia ainda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem anestesia, o cara grita, né? (*Risos.*)

Pois é.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2951, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Foram apresentadas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Izalci Lucas, e nº 2, de autoria do Senador Zequinha Marinho;

- Se aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do RISF;

- Votação nominal.

É da iniciativa da Senadora Tereza Cristina e da relatoria do Senador Jayme Campos, a quem eu passo a palavra, para a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, ilustre amigo Senador Otto Alencar, demais colegas Senadores aqui presentes, tendo em vista que o relatório até certo ponto é longo, se V. Exa. me permite, eu vou entrar na fase da análise e fazer aqui apenas uma ponderação: que esse relatório nós tínhamos lido aqui em 18 de dezembro do ano passado. Entretanto, após, aqui, um bom debate e uma boa discussão, foi pedido pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Agricultura que se pudessem fazer algumas emendas, e nós aceitamos as emendas, numa ampla discussão com o Ministério da Fazenda. Nesse caso, particularmente, eu vou ler na fase de análise, para citar aqui as emendas que nós acatamos diante dos pleitos tanto do Ministério da Fazenda como do Ministério da Agricultura.

Nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer Comissão ou quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de Comissão para o Plenário. Além de analisarmos os aspectos ora citados, abordaremos também questões relacionadas ao mérito do PL 2.951, de 2024.

No que diz respeito à constitucionalidade da proposição em análise, foram obedecidas as disposições constitucionais relativas à competência legislativa da União (CF, art. 22, VII), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), não havendo reserva de iniciativa (CF, art. 61, *caput*). Não há, portanto, qualquer violação a princípios ou regras de ordem formal ou material da Constituição de 1988.

Com respeito ao mérito, entendemos que o PL 2.951, de 2024, não poderia ser mais oportuno, por proporcionar a harmonização de normas legais referentes ao seguro rural no Brasil. Como bem argumenta a autora da proposição, a nobre Senadora Tereza Cristina, urge modernizar as referidas normas, sobretudo em contexto de recorrentes quebras de safras dos últimos anos, o que tem prejudicado muitos produtores do país, os quais têm tido severos comprometimentos da capacidade financeira de se manterem na atividade, com impactos negativos na cadeia de negócios que gira em torno do agro e na formação de renda dos municípios em que a agropecuária tem peso relevante.

Nos casos específicos em que não é possível indenizar produtores que tiveram perdas de safra, percebe-se que muitos desses produtores são obrigados a renegociar suas dívidas para pagamento nas safras seguintes, o que compromete sua capacidade de investimento e inovação nos anos subsequentes, prejudicando a geração de emprego e renda no campo. Nesse contexto, consideramos de fundamental importância instituir efetivamente fundo que contribua para o desenvolvimento do setor e para a segurança do produtor rural, bem como contribua para a redução dos custos do Tesouro Nacional, de modo a otimizar a utilização dos escassos recursos públicos.

Entendemos, contudo, que são necessários ajustes para aperfeiçoamento do texto, considerando as sugestões que recebemos nas duas audiências públicas realizadas sobre o Projeto de Lei nº 2.951, de 2024. Esses ajustes consideram, inclusive, algumas sugestões que recebemos de representantes do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura e Pecuária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Lei nº 8.171, de 1991, propomos a inclusão das atividades "aquícolas" na definição da atividade agrícola estabelecida no parágrafo único do seu art. 1º, bem como a inclusão da "recuperação de áreas degradadas" como mais uma ação ou instrumento da política agrícola definida em seu art. 4º.

Propomos também a alteração da redação do inciso II do *caput* do art. 56 para que conste que o seguro rural se destina a cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos naturais, pragas, doenças e outros eventos específicos que atinjam "as atividades agrícolas" definidas naquela lei, em vez do termo "plantações" que pode ser interpretado de forma mais restritiva. Além disso, uma vez que se partiu de um conceito mais amplo de atividade agrícola, é importante conferir ao Poder Executivo a faculdade de limitar o rol das atividades a serem amparadas pelo seguro rural, motivo pelo qual tal previsão é acrescentada à lei nos termos da redação proposta ao novo §2º do art. 56.

Também é importante esclarecer que o seguro rural é instrumento da política agrícola nacional e da política de seguros (art. 56, §1º) e que as condições contratuais dos seguros rurais respeitarão o disposto na Lei nº 15.040, de 9 de dezembro de 2024, que estabelece normas de seguro privado. Nesse sentido, propomos cláusulas adicionais a serem atendidas no contrato de seguro rural para tornar o instrumento mais eficiente e moderno (art. 56, §§3º e 4º).

Propõe-se, ainda, a alteração da redação do art. 58 da Lei nº 8.171, de 1991, com o objetivo de estimular a utilização de contrato de seguro rural como garantia nas operações de crédito rural.

No que tange às alterações promovidas na Lei nº 10.823, de 2003, é alterada a redação do §4º do seu art. 1º para estabelecer o caráter obrigatório das despesas com a subvenção econômica que correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

Também é alterada a redação dos §§6º e 7º do art. 1º para reforçar a importância da contratação do seguro rural na ocasião de prorrogação ou de renegociação de dívidas do crédito rural. A redação do §8º foi ajustada para definir que o Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, não o Conselho Nacional de Seguros Privados, regulamentará as informações a serem prestadas pelas sociedades seguradoras em suas operações de seguro rural subvencionadas e foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excluída a previsão de que a Superintendência de Seguros Privados (Susep) apure as irregularidades relacionadas à prestação de informações, pois essa já é uma competência desempenhada no curso das suas ações fiscalizadora e sancionadora.

São propostas, também, a inclusão do §9º para definir a obrigatoriedade da participação da sociedade seguradora no fundo de que trata a Lei Complementar nº 137, de 2010, quando o fundo estiver em operação, para fins de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, e a revogação do art. 1º-A dessa lei, com o intuito de simplificar esse diploma legal, uma vez que o dispositivo, aplicável apenas ao exercício financeiro de 2015, já teve seus efeitos exauridos.

Também é esclarecido que, para os efeitos desta lei, equiparam-se às sociedades seguradoras as sociedades cooperativas de seguros.

Sr. Presidente, tendo em vista que essa matéria já foi lida nesta Comissão, eu vou permitir a mim mesmo aqui a possibilidade de nós relatarmos doravante este trecho aqui.

Dada a relevância da disseminação da subvenção em todo o território nacional, também é proposta a possibilidade de estabelecimento de convênios ou parcerias do Poder Executivo federal com outros entes federativos para compartilhar a concessão de subvenção econômica em percentual ou valor do prêmio do seguro rural. Por último, para otimização do projeto, decidimos pela exclusão da previsão de criação de entidade privada que focaria em políticas públicas voltadas à gestão e à mitigação dos riscos agropecuários. Tal assunto deverá ser tratado em momento oportuno.

Com relação às alterações promovidas na Lei Complementar nº 137, de 2010, propomos a alteração da redação do *caput* do seu art. 1º, de forma que o dispositivo não especifique as modalidades de seguro rural a serem contempladas pelo fundo destinado à cobertura suplementar, o que está em linha com as alterações da Lei nº 8.171, de 1991. É alterada, também, a redação do §1º do mesmo artigo para suprimir o limite de aporte inicial para o fundo, esclarecendo que a integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser realizada a critério do Ministro de Estado da Fazenda, como ocorre na legislação atual, e o §5º, para simplificar sua redação e remeter a definição do seguro rural ao dispositivo pertinente da Lei de Política Agrícola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a governança do fundo, esclarecemos que deve ser criada pessoa jurídica para esse fim específico, da qual podem participar, na condição de cotistas, sociedades seguradoras, sociedades resseguradoras, as empresas da cadeia do agronegócio e cooperativas de produção agropecuária, excluindo a obrigatoriedade da participação das sociedades resseguradoras que acessarem o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) de que trata a Lei nº 10.823, de 2003. Ademais, com vistas a reforçar a governança do fundo em sua fase inicial, propomos no §5º do art. 2º que, até a criação da instituição administradora, poderá ser, em caráter provisório, designada uma instituição já existente, especializada na gestão de fundos similares, para administrar, gerir, representar judicial e extrajudicialmente o fundo.

Foi ajustada a redação do §6º do art. 3º também para excluir a obrigatoriedade da participação das sociedades resseguradoras que acessarem o PSR e foi proposta a inclusão do §10 no art. 3º para definir que o Conselho Diretor do fundo deverá estabelecer condições para concessão da cobertura suplementar de forma a garantir permanentemente a solvência do fundo, respeitados o estatuto do fundo e a regulamentação do órgão regulador de seguros. Também foi ajustado o §11 do art. 3º, para esclarecer que o fundo poderá adquirir letra de risco de seguros (LRS) como modalidade de cobertura suplementar, respeitada a regulamentação do órgão regulador de seguros. Quanto ao §12 proposto ao art. 3º, que trata de atribuições da instituição administradora, é incluída a de avaliar o nível de capitalização do fundo e propositura de plano para sua adequação.

Por fim, com respeito à Emenda nº 1 do PL 2.951, de 2024, que pretende incluir norma de interpretação ao projeto de lei para esclarecer a natureza e o alcance da isenção conferida ao seguro rural, entendemos que a iniciativa aperfeiçoa o marco regulatório do seguro rural, promove maior segurança jurídica aos agentes econômicos e garante segurança jurídica aos produtores rurais brasileiros. Em decorrência, acatamos a referida emenda e ajustamos sua referência de "§2º" para "§5º" do art. 56 da Lei nº 8.171, de 1991, na forma proposta pelo art. 2º do projeto de lei.

Relativamente à Emenda nº 2, que pretende vedar o contingenciamento de recursos orçamentários destinados ao apoio ao seguro rural no Brasil, mesmo considerando que o PL já pretende que a aplicação de recursos ocorra de forma obrigatória, entendemos que a medida previne cortes de recursos essenciais para o setor produtivo e pode evitar as infindáveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

renegociações de dívida rural, que consomem um volume muito expressivo de recursos do contribuinte e que tanto afligem os produtores rurais do Brasil. Portanto, por entendermos que a emenda propõe mecanismo de maior eficiência para gestão dos financiamentos rurais com aplicação do seguro rural, entendemos que a medida deve ser acatada.

Com os ajustes ora encaminhados, estamos certos de que a proposta do PL 2.951, de 2024, está apta a promover a modernização do marco legal do seguro rural no país e a contribuir para o desenvolvimento desse instrumento de mitigação de riscos fundamental para o progresso do setor rural brasileiro.

Voto, Sr. Presidente.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.951, de 2024, com o acatamento das Emendas nºs 1 e 2 ao PL 2.951, de 2024, nos termos da seguinte emenda substitutiva, que aqui está.

Com certeza, todos os Senadores e Senadoras já tiveram acesso para que pudessem tomar conhecimento.

Este, com certeza, é o voto meu, fazendo apenas um esclarecimento aqui, Sr. Presidente.

Na medida em que o seguro rural é extremamente importante, vou lhe dar apenas alguns dados aqui, Senador Rogério. O Brasil tem hoje apenas de 20% a 21% de cobertura do seguro rural em relação ao campo brasileiro. Nos Estados Unidos da América, nós temos quase 85% de cobertura.

Dito isso, o seguro no Brasil, Senador Otto – V. Exa. é um homem muito preparado –, é muito caro. O cidadão, o produtor, seja ele grande, médio ou pequeno... Para acessar o seguro, para V. Exas. terem conhecimento, é três vezes mais do que é praticado no México e nos Estados Unidos, pelo fato de que ainda há pouco acesso, e isso onera sobremaneira a produção agrícola brasileira.

Nós estamos propondo esse projeto, que não é de minha autoria, mas simplesmente sou o Relator – a autoria é da competente Ministra Tereza, nossa grande Senadora da República –, que é fundamental. Por outro lado, nesse projeto, nós não podemos concordar com o que está ocorrendo. Nós tivemos, no ano de 2024, algo parecido, em torno de R$1,54 bilhão aportado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal e, neste ano de 2025, apenas R$450 milhões. Com isso, estão diminuindo sobremaneira os valores que poderíamos assegurar à nossa agricultura brasileira, seja a pequena, seja a média.

De maneira que esse projeto aqui é extremamente meritório, sobretudo com as mudanças climáticas. Por exemplo, esse seguro, ilustre Senador Mourão, já era para ter sido aprovado. Já iniciamos o plantio que vai se colher em 2026 – o de 2025 se colhe em 2026 – e, infelizmente, não temos ainda. É uma lástima. No ano passado – V. Exas., acompanham bem a questão climática –, em muitas regiões choveu muito e em outras não choveu quase nada. Os prejuízos são enormes, haja vista que, no Rio Grande do Sul, praticamente, há uma falência quase geral da agricultura, seja da grande, seja da pequena. No Mato Grosso, graças a Deus, nessa vasta região do Brasil, que é a Região Centro-Oeste, tivemos com certeza boas chuvas, deu tempo de se colher a produção, porque a agricultura, para aqueles que não conhecem, tem dia de plantar e dia de colher. Se você não plantar na época certa, você não vai colher nada. Se você deixar de colher no dia certo, você vai perder, porque não é aquela velha história do caso da pecuária que, se você não vender um boi hoje, você pode esperar 30 dias, 60 dias. Na agricultura, não.

Neste exato momento, infelizmente, os valores da nossa produção, seja da soja, seja do próprio gergelim, agora, que é uma atividade hoje aqui no Brasil... Para o senhor ter uma noção, o Mato Grosso é o maior campeão na produção do gergelim e o Brasil está se tornando uma potência, mas o mercado interno consome muito pouco: a maioria absoluta, 95% do gergelim produzido no Brasil, vai para o mercado de exportação. Quase nada consumimos aqui.

E há outros, como é o caso do milho. Tem ano em que damos uma sobrevida aos pecuaristas, aos produtores, aos pecuaristas, na medida em que, com as indústrias de etanol, Senador Amin, que entraram no Mato Grosso, hoje, por incrível que pareça, e nos próximos quatro anos ele será o maior produtor de etanol no Brasil, porque se esmaga o milho e, a cada tonelada, ou seja, a cada mil quilos de milho, produzem-se 700 litros de etanol. E o subproduto, que é o DDG, hoje tem um valor bastante bom, ou seja, R$1,2 mil a R$1,3 mil por tonelada, e você pode vendê-la seca ou você pode vendê-la molhada. Então, é um produto que não perece.

Disso isso, é um projeto extremamente meritório que vai fortalecer o campo e, sobretudo, é um papel do Governo. Aqui vai ser criado num fundo, não vai ser só aporte de dinheiro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, ou seja, do Tesouro Nacional: vai ser feita uma composição, não só da própria iniciativa privada, mas, sobretudo, um fundo que vai ser composto com eles mesmos da própria Caixa Econômica, Banco do Brasil, Eletrobras, etc., para ter um momento que seja muito mais saudável para o produtor.

Não é que o produtor, muitas vezes, queira dar o calote no banco dele; ele está quebrado. E, no ano que vem – o senhor escreva aí –, vai ser muito mais quebradeira porque, infelizmente, não estão conseguindo compatibilizar os valores de aquisição dos insumos em relação à época da sua venda, porque nós somos reféns, vocês sabem perfeitamente.

Para vocês terem uma noção aqui, toda a produção de soja do Mato Grosso... Toda não, 66% são de exportação para a China. No dia em que a China falou: "Olha, dá uma abaixadinha aí, eu vou comprar menos", quebrou também. Do algodão do Mato Grosso, que é campeão na produção, 90%, Senador Veneziano, são exportados também. Nós temos que trazer mais indústrias para transformação, etc., mas nós não temos essa possibilidade agora, porque os investimentos requerem muito investimento.

Todavia, eu faço um apelo para o senhor, em nome da produção nacional... Isso aqui é em nome da produção nacional, para dar uma sobrevida e, sobretudo, para fazer justiça àqueles que produzem e constroem, com certeza, a grandeza do país.

Muito obrigado.

Aqui, este projeto – tenha certeza – foi construído por várias mãos, particularmente pela competente Senadora Tereza, que teve a paciência, a parcimônia, a resiliência de ouvir todo mundo e o Sr. Raimundo. Aqui foi ouvida a CNA, a Famato, etc.

Dito disso, agradeço a V. Exa. a sua generosidade para colocar em pauta este projeto tão importante para o Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jayme Campos o seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acredito que é uma contribuição muito grande que vai se dar ao Brasil, aos produtores do setor do agronegócio, com a subvenção econômica para a criação de um fundo para sustentar o seguro rural, o prêmio rural.

V. Exa. conhece bem essa matéria. O Brasil tem passado por vários problemas climáticos, inclusive no Rio Grande do Sul, do Senador Hamilton Mourão. No meu Estado da Bahia, no Nordeste brasileiro, com as estiagens, que vêm de forma cíclica, às vezes se prejudica a produção, em todo o sentido da agricultura familiar, da agricultura irrigada, da pecuária, do agronegócio.

Estamos sofrendo agora, no nosso estado, essa estiagem no Semiárido. O Semiárido da Bahia tem 328 mil quilômetros quadrados, tem chuvas de menos de 600mm por ano. As regiões produtoras – por exemplo, a minha querida Irecê, do oeste da Bahia; a região sisaleira, a região cacaueira do Estado da Bahia – estão com problemas muito graves nesse sentido, e os produtores buscam o seguro rural.

Como V. Exa. falou, nós temos apenas 20% no Brasil contra 85% nos Estados Unidos. Então, estimular a produção, dar garantia e ter uma legislação que dê segurança jurídica ao produtor é fundamental para que o Brasil possa contribuir na alimentação do nosso povo, também na exportação e na sustentação, sobretudo, da balança comercial. No ano passado, nós tivemos um superávit de US$34 bilhões na balança comercial, quase que metade disso foi dado pelas exportações do setor do agronegócio, da pecuária, da agricultura irrigada, da agricultura e de também todos os setores que contribuem para essa atividade.

Então, parabenizo V. Exa. É uma matéria importante, sem dúvida nenhuma.

Ela é terminativa.

E eu passo a palavra, para a discussão, pela ordem, ao Senador Rogério Carvalho e ao Senador Hamilton Mourão ou a outro Senador que deseje discutir essa matéria.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, eu primeiro quero cumprimentar o Senador Jayme Campos. É importante que V. Exa. fale mais sobre essa sua vivência, sua história de vida aqui, colocando na prática o que é a vida do produtor rural do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas fantasiam muito e, às vezes, não têm a menor noção do que é viver em função do tempo, porque o agricultor e o pecuarista vivem em função do tempo: é o tempo de plantar, é o tempo de colher; é saber que, às vezes, chove muito, e chove fora de hora. E aí não adianta: tem que chover no tempo certo; se não chover no tempo certo, é prejuízo certo, não é assim? Às vezes, com 600mm de precipitação, você pode ter uma produção, uma safra muito boa; às vezes, com 700mm de precipitação, você vai ter uma safra ruim, porque não choveu no tempo certo.

Portanto, também quero aqui dizer que o projeto ajuda a resolver... Aqui 95% já estão resolvidos, e se avança do ponto de vista da reestruturação do seguro rural no Brasil.

Tem uma única questão que precisamos encontrar: é como a gente pode arranjar uma fonte de financiamento para não transferir despesas discricionárias em despesas obrigatórias do Ministério da Agricultura, que é um órgão extremamente importante, inclusive para o setor.

Então, nesse sentido, Presidente, eu queria sugerir, se o Governo não encontrar uma solução, que a gente possa aprovar na próxima reunião. Eu me sinto aqui convencido pelo Senador Jayme Campos do ponto de vista... porque eu sei que o projeto tem seu mérito – tem mérito – e ele resolve um problema que é muito mais amplo do que essa questão, mas essa questão acaba sendo uma questão de onde vem e como vão ficar as outras despesas ao transformar essa despesa numa despesa obrigatória para uma determinada finalidade.

Então, por isso eu vou pedir vista, mas pedindo a V. Exa. que retorne já na próxima reunião para que nesse período a gente possa encontrar uma solução para essa questão da despesa obrigatória que está sendo proposta em cima daquilo que é recurso que é utilizado para as despesas discricionárias do Ministério da Agricultura. Esse é o único ponto que a gente precisa...

Com relação ao outro que foi apontado aqui para mim, sobre a manutenção de determinadas condições, eu quero dizer que a condição – e a gente precisa também entender isso – de catástrofe vai ser um dado de cenário, ela não é mais uma eventualidade, em função da repetição com que isso vem acontecendo, com a regularidade que vem acontecendo. Portanto, é preciso repensar toda a estrutura considerando essa realidade, porque as mudanças climáticas já impactam, já redefinem a normalidade. Estamos vivendo uma outra normalidade, e essa nova normalidade precisa entrar no cálculo da conformação do preço do seguro – do seguro – de como a gente vai lidar com essa realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, colocando aqui quase um pedido de desculpas, Sr. Presidente, ao nosso Relator, eu queria pedir vista, com o compromisso de a gente voltar daqui uma semana para encontrar uma solução para isso, Jayme.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só fazendo observação, Senador Rogério Carvalho, a informação que tenho do Presidente Davi Alcolumbre é que, na próxima semana, serão sessões semipresenciais, e na outra semana...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Isso vai para a Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vai para a Câmara... vai para a Câmara... vai para a Câmara e, se tiver alteração, volta para cá. Acho que se poderia perfeitamente aproveitar o quórum e aí apreciar a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Se me permite, na verdade, para o fundo vai ser feita uma composição, não é só de recursos do Tesouro Nacional, muito pelo contrário, vai ter participação efetiva até de pessoas, ou de órgãos interessados, ou de empresários interessados. Não significa, o que está no dispositivo aqui, dizer que o recurso previsto no orçamento de transferência do Tesouro Nacional não poderá ser contingenciado. Só isso que é. Caso contrário, o recurso é bem mais com a participação efetiva aqui, dentro também letras do próprio aqui, várias letras que se pode fazer aqui: "O fundo poderá adquirir Letras de Risco de Seguros (LRS) como modalidade de cobertura suplementar, respeitada a regulamentação do órgão [...]". Ele vai ter uma governança particular, não vai ser assim, entregue, vai ter uma governança com a participação efetiva não só do Governo, mas também com os próprios membros da sociedade e de indicação de órgãos, que certamente é o caso do Banco do Brasil. A ele interessa participação, ele poderá indicar também uma pessoa para participar desse conselho, que é uma coisa muito democrática e transparente, o que é muito bom esclarecer.

Agora, aqui um dos pontos que eu acho muito importante é assegurar que, se o Governo Federal, através do Tesouro, vai aportar R$1 bilhão, R$1,5 bilhão para o seguro, esse não vai ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contingenciado lá. Você põe o dinheiro, daqui a pouco não tem dinheiro, contingenciado... Ah, não, como é o caso aqui particularmente, nesses R$450 milhões apenas que tem este ano aqui, se o Governo eventualmente quiser, "vamos contingenciar esse aqui, R$200 milhões, vai passar 250", nesse caso particularmente, a prerrogativa e a autoridade, quem as tem em cima dos recursos será a Comissão do Orçamento.

E o Governo, evidentemente, vai, como sempre mandou, vai continuar mandando a sua proposta lá. Isso vai ser uma negociação, como sempre houve e há, em relação à peça orçamentária, que é uma questão de diálogo, de entendimento, como temos acompanhado ao longo da história, com certeza, da formação dos orçamentos do Brasil, seja de ministério, porque muitas vezes há uma negociação, se ampliam valores ou se diminuem outros. Neste ano, particularmente, houve as mudanças que tivemos aqui, na questão orçamentária, reduzindo alguns setores do Governo Federal e aumentando para outros. É mais ou menos isso aí, então, não traz grandes dificuldades.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Então, mas aqui, no §4º: "As despesas com a subvenção econômica de que trata este artigo terão caráter obrigatório e correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério da Agricultura e Pecuária". Essa é uma questão.

A outra é, no inciso III do art. 7º, o dispositivo revoga o art. 19: "As operações de Seguro Rural gozam de isenção tributária irrestrita de quaisquer impostos ou tributos federais", certo? Então aqui a gente está, uma coisa é garantir que ele vai ser pago, a outra é solicitar isenção irrestrita de tributos federais. Essas duas questões aqui, a gente precisava ter uma conversa final, precisava conversar com a Fazenda, porque tem um pedido expresso da Fazenda para discutir essas questões.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agora, com todo respeito ao nosso Ministro e à sua equipe toda, ela foi discutida. A autora do projeto esteve por várias vezes no Ministério, discutindo com toda a equipe, em relação ao seguro. Nós sabemos que é um assunto extremamente importante, por outro lado, nós temos que ter a responsabilidade de fazer uma coisa que é palatável, sobretudo, que não vai onerar os cofres do Tesouro Nacional. A visão que nós temos aqui, diante do que foi feito, as "ações de sociedades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário", não vai ser só aporte do Tesouro, não: 80% das vezes, vai ser aporte de fora. E o que é mais importante, nós chamamos a atenção aqui para que V. Exa. tenha conhecimento: após o anúncio dessa possibilidade de aprovação desse seguro rural, uma das maiores seguradoras do mundo em relação ao agronegócio, que é do México, é mexicana, esse pessoal já esteve aqui, vê que o mercado, ou seja, o espaço aqui é grande e, sobretudo, é um mercado que dá para diminuir sobremaneira o seguro no Brasil, porque aqui nós temos gente, ou seja, tem negócio para se fazer muito. Então, aqui é feita uma composição, não sei se você teve oportunidade de ver toda, direitinho, você está só num ponto, dois pontos aí, é uma matéria, claro, V. Exa. vai ter a oportunidade de ler também, pode discutir com o Ministério da Fazenda. Agora, muitas vezes, o Ministério da Fazenda não quer de qualquer jeito aprovar e não tem diálogo que se entende aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Mas, Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – O senhor pode ter, claro, o direito líquido e certo aqui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Vamos fazer o seguinte: o Ministério da Fazenda tem, e o nosso Governo tem interesse de promover o desenvolvimento da agricultura e da nossa economia. Então, eu vou assumir o compromisso...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... de fazer a discussão e fazer a mediação com V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Agora, só para acabar, concluindo mesmo a opinião aqui, o ponto de vista, foi discutido com eles várias vezes, acho que, no mínimo, no mínimo, estivemos lá dez vezes discutindo aquilo. Está bom, está ótimo, isso aqui é palatável. Entretanto, surgiu essa nova objeção em relação ao projeto, temos que ouvir, sobretudo, e dar oportunidade para que o Ministério da Fazenda possa se manifestar.

Eu concordo e espero, Senador Otto Alencar, nosso Presidente, que, na semana que vem, mesmo sendo a votação remotamente, conforme o Presidente Davi nos comunicou no Plenário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Casa, eu acho que não tem nenhuma objeção de retornar e ser votado de forma remota, não há problema nenhum.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Na semana que vem se for...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não é isso? Na semana que vem está previsto...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Semipresencial...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Semipresencial, pode se votar remotamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – É, a gente pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então vou marcar para o dia 5, que é presencial. Isso é uma matéria que precisa ser discutida.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo.

V. Exa. é quem manda, com esta Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não mando.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Manda, sim, senhor. O regime é presidencialista. (*Risos.*)

O senhor é um homem democrático.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quem domina essa matéria é V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Democrata é V. Exa.

Mas está ótimo, volta para o dia 5, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discutir.) – Presidente, caros colegas, queria cumprimentar a Senadora Tereza Cristina e o Relator, o Senador Jayme Campos.

A questão do seguro rural e o apoio que essa medida traz para a nossa agricultura não são uma questão de Governo, é uma questão do Estado brasileiro. E por que eu digo que é uma questão do Estado brasileiro? Porque a nossa produção agropecuária é, ao mesmo tempo, um *soft power* do Brasil e um *hard power*. *Soft power* porque permite que o Brasil tenha um assento em qualquer foro internacional; e um *hard power* porque somos nós que alimentamos 1 bilhão de pessoas no mundo, hoje.

A situação é crítica. No meu Estado do Rio Grande do Sul, até o presente momento, 25 produtores rurais se suicidaram, Presidente Otto, por causa dessa situação das dívidas. Se tivessem o seguro rural, não estariam vivendo o momento que estão vivendo.

Então, eu entendo – viu, Senador Jayme Campos? – a questão que o Governo coloca, porque eu já estive do outro lado do balcão, mas é algo que o Governo tem que entender que transcende a ele: é do Estado brasileiro.

Era só esse comentário que eu queria fazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mourão, eu parabenizo V. Exa.

O seu estado sofreu muito com aquelas chuvas intensas, que destruíram parte da produção agrícola, rurícola e também do agronegócio. Devo dizer que colocar o trabalhador do campo, o produtor rural, no mercado, com condição de produzir e com juros subsidiados, como sempre foi, terá que ser sempre. Isso é uma garantia de que o Brasil vai continuar produzindo, alimentando o seu povo e garantindo essa balança comercial, que é fundamental para o equilíbrio do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu parabenizo V. Exa.

Conheço bem seu estado, o Rio Grande do Sul, que é um estado produtor de um povo trabalhador, que vai para cima, que trabalha, que já se recuperou muito. E lamento que, por falta de um seguro, 28 produtores rurais tenham ido para o suicídio por falta dessa sustentação que deveria ser dada pelos governos, envolvendo o governo estadual e o Governo Federal.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Só quero me solidarizar com as palavras do Senador Mourão e, evidentemente, com a digressão que fez o nosso querido Senador Jayme Campos.

Isso não é um problema para uma temporada nem mesmo para um mandato. Nós não podemos desestruturar o nosso agro, que é um suporte do Brasil e, mais do que isso, não é só do ponto de vista econômico e social, ele é um suporte do nosso arcabouço de nação. Se o agro sofrer um abalo grave, nós vamos ter grandes problemas políticos e institucionais, de sorte que ninguém faz um ano de agricultura; agricultura é uma opção de vida. Dura lo que dura dura. Dure o tempo que durar. Passa para o filho, se tiver sorte, passa para o neto, e aquela atividade vai se modernizando. Foi isso que o Brasil conseguiu. Entre parênteses, a Embrapa é a melhor produção econômica que o Governo já fez. Deixamos de ser dependentes para ser sustentáculos do mundo.

Neste momento, não se trata de uma política momentânea; é uma política de Estado e faço minhas as palavras de ambos os colegas.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu acho que é importante, Senador Amin, Senador Mourão, Senador Jayme – não tenho dúvida nenhuma da importância do agro. Agora, historicamente, nós temos que também dar a César o que é de César. Se hoje nós somos os maiores produtores de grãos do mundo, principalmente de soja, isso se deve ao Presidente Lula e, na época, ao Presidente da Embrapa, que toparam os transgênicos. V. Exa. sabe muito bem que Mato Grosso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vamos lá, vamos mais além disso. Vejam o compromisso que tem o Presidente Lula com o agro brasileiro. Talvez não seja reconhecido por isso, mas a história não mente. Todos os equipamentos, modernização dos campos para a produção do agro foram feitos pelo Governo do Presidente Lula, no primeiro Governo. Por isso mesmo que não é de um Governo, Senador Amin, como V. Exa. fala. Antes disso... O agro tem dois momentos: antes do Lula e depois do Lula. É só pegar a história.

E mais: mesmo com alguns militantes contra o transgênico, o Presidente da Embrapa, à época, convenceu o Presidente Lula de que isso era importante, e por isso o crescimento. Nós temos momentos...

Quando o Senador Amin fala – e fala corretamente – que isso não é para um Governo, não é nem para a nossa geração, é para as futuras gerações, não é mais, nós somos finitos. E a gente sabe muito bem que, como filho de árabe que sou, filho de palestino que sou – e V. Exa., como descendente –, nós somos comerciantes. Se tem uma coisa que sai de moda é roupa. Comida não sai de moda. Arroz vai ser hoje arroz e, daqui a cem anos, será arroz. A soja é hoje soja e, daqui a cem anos, vai ser soja. A roupa que nós estamos vestindo hoje não será, daqui a cem anos, a mesma roupa.

O comerciante que vende roupa, Senador Otto, tem que colocar em liquidação, às vezes, porque ninguém usa mais o tipo de blusa, de vestido, seja qualquer roupa. Eu estou fazendo um comparativo aqui entre comércio e produção. É muito difícil alguém quebrar vendendo comida – é muito difícil. Geralmente, o cara começa com uma portinha vendendo arroz e, daqui a pouco, ele vai aumentando, vai aumentando, vai aumentando... É muito fácil em outras atividades econômicas, até por causa da moda... Tem coisas que saem de moda, roupa sai de moda. Então, você tem que se modernizar.

A agricultura brasileira, hoje, mesmo sendo um setor significante e importante da nossa economia... Eu falo isso porque, apesar de o meu estado, infelizmente, não poder ter uma atividade do agronegócio pelas questões ambientais que nós sofremos – e por isso essas compensações que vocês, Senadores e Senadoras, nos dão em relação à Zona Franca de Manaus, porque aí é com a ajuda de todos vocês...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o Senador Mourão, que conhece a minha região, sabe melhor do que eu, é de lá. O Senador Mourão não só serviu, como a família... Outro dia, nós estávamos no interior, em Humaitá, inaugurando um fórum com o nome do avô do Senador Mourão, e muito me honrou estar presente junto com ele, pelo carinho com que as pessoas o receberam lá, e ele sabe disso.

Então, nós temos aí dois momentos: antes e depois. E isso aí ninguém pode tirar, a história não pode tirar isso de uma pessoa. Então, eu não vejo dificuldade em ter essa interlocução, Senador Jayme, com o Governo. Nós temos dificuldade em conversar com alguns setores do Governo. Os mesmos setores de que eu não vou citar o nome para não ser... Senão, não adianta, não vou resolver o problema. Esse é um problema que o Presidente é que tem que resolver.

Mas não tenha dúvida nenhuma de que qualquer um de nós Senadores aqui, independentemente de ter ou não, somos favoráveis a qualquer ação que beneficie o agro brasileiro, que é de uma importância muito grande não só para o Brasil hoje, mas para parte da humanidade mundial.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Contarato, pede a palavra, porque o projeto de autoria do Senador Contarato foi aprovado logo cedo. (*Risos.*) Ele chegou um pouquinho depois, mas queria fazer um comentário. E eu vou permitir que o Senador Contarato faça a observação.

Antes disso, eu queria fazer uma saudação aos meus conterrâneos lá de Ruy Barbosa, agentes comunitários de saúde baianos. Inclusive, foi um programa que eu introduzi no Brasil, em 1991. Os primeiros agentes comunitários de saúde começaram na Bahia, quando fui Secretário de Saúde. São os soldadinhos da saúde lá de Ruy Barbosa. Um abraço a vocês, que estão acompanhados aí do Pedro Serrada. Logo depois, estarei no meu gabinete. Se quiserem tomar um cafezinho, podem passar por lá tranquilamente.

Contarato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, só para alertar: o homem que está arrolando V. Exa. no prontuário dele acaba de chegar. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar a agilidade de V. Exa., a celeridade, mas eu queria aqui chamar a atenção, Senador Amin, Senador Veneziano, Senador Mourão, Jayme Campos, enfim, de que, no último dia 17, Senador Otto, o Isaac Moraes, de 16 anos, aqui em Brasília, foi morto a facadas por três adolescentes. O adolescente que desferiu, Senador Amin, o golpe fatal no Isaac Moraes, de 16 anos, que estava jogando vôlei – três adolescentes estavam tentando praticar o roubo de um celular –, foi um adolescente de 15 anos. E, pasmem, ele tinha saído há poucos dias do sistema socioeducativo por tráfico de entorpecente.

Eu quero aqui parabenizar a Polícia Civil e a Polícia Militar que apreenderam os adolescentes, Senador Veneziano. Mas olhe o que o Delegado Rodrigo Rodrigo Larizzatti disse: "Eles riam, trocavam olhares de zombaria. Foi chocante". "'Caçoam da lei e das vítimas. Não demonstram empatia nem arrependimento', disse o Delegado Rodrigo Larizzatti". "Segundo o delegado, a medida socioeducativa mais rigorosa prevista em lei é a internação por até três anos".

Minha gente, todos que me conhecem sabem da pauta que eu defendo de direitos humanos. Sabe que eu luto para tirar o jovem para que ele tenha uma infância digna. Sabe que eu luto efetivamente para que o Estado implemente políticas públicas para que o tire, para que ele não seja cooptado pelo tráfico ou pela criminalidade. Mas, uma vez ele com livre arbítrio opta por praticar um latrocínio – que isso foi latrocínio previsto no art. 157, §3º –, se fosse um adulto, a pena era de 20 a 30 anos. Como foi um adolescente de 15 anos, vai ficar internado por três anos.

Eu queria muito, com todo respeito aos movimentos contrários a esse aumento de período de internação, que tivessem um diálogo com as famílias do Isaac, que tivessem um diálogo, Senador Mourão, no caso de Aracruz, no meu Estado do Espírito Santo, em que o adolescente de 16 anos atirou, usava duas armas do pai, que era policial militar. Ele matou, foram quatro vítimas fatais, entre elas, uma criança de 12 anos, professoras... Matou quatro e deixou dezenas de feridos. E vai ser solto agora, em novembro. Aí eu vejo os movimentos vindo atrás de mim e falando: "Logo você, Contarato!". Logo eu, sim. Eu fui delegado por 27 anos. Eu lidei na ponta com isso. Logo eu, sim. Eu fui professor de Direito Penal e Processo Penal por 27 anos. Eu sempre defendi direitos humanos. Mas uma vez a escolha do livre-arbítrio para a prática de um ato infracional,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticado com violência, grave ameaça ou equiparado a hediondo, impõe-se o poder do Estado de forma retributiva pelo mal praticado e de readaptação ao convívio sociofamiliar.

Porque é muito cômodo você ficar com discurso que parece que... É como se vivêssemos como Alice no País das Maravilhas, um discurso de outro Estado paralelo. Eu quero que você explique esses movimentos contrários ao período de internação, que pegue a família de uma vítima de estupro por um rapaz de 17 anos, que depois do estupro matou e que depois de ter matado ocultou o cadáver e que explique para a família dela, daquela vítima, que aquele adolescente vai ficar por um ano internado, por dois anos ou no máximo três. Fere a razoabilidade!

Então eu quero parabenizar a Comissão de Constituição e Justiça, parabenizar o Senador Otto Alencar, parabenizar o Senador Flávio Bolsonaro, que foi o Relator, mas, acima de tudo, a todos os Senadores que deram a sua digital no aumento de período de internação. Nós temos, sim, que enfrentar o tema da segurança pública.

Eu aprovei aqui, com o apoio de todos os colegas, transformando corrupção ativa, corrupção passiva em crime hediondo. Porque quando um político desvia a verba da saúde, ele mata milhões de pessoas. Passou da hora de a gente falar em direitos humanos, que direitos humanos também são para atender as famílias dos policiais que são alvejados em confronto lá, combatendo o tráfico, no meu Estado do Espírito Santo, no Estado do Rio de Janeiro, em todo o país.

Passou da hora de a gente falar que direitos humanos também é para atender as filhas da violência doméstica e familiar, é para atender as famílias contra os crimes da dignidade sexual!

É isto que eu quero ver: que os movimentos todos que são contrários hoje a aumentar o período de internação, como nós aprovamos aqui, conversem com as famílias, saiam dos seus gabinetes, saiam das suas academias e interajam olhando nos olhos da população, porque o que o Senado está fazendo... Nós estamos aqui falando não à redução da maioridade penal, mas estamos falando: temos que dar tratamento igual a comportamento igual, tratamento diferente a comportamento diferente. Praticou um ato infracional... Quem matou Isaac Moraes, de 16 anos, aqui em Brasília, foram três adolescentes; e o autor da facada, de 15 anos de idade, tinha saído nem um mês atrás por tráfico de entorpecente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso provocar a queda de máscara das instituições, para que a gente entenda o verdadeiro valor do que é segurança pública como direito de todos e dever do Estado, Senador Jaques, porque eu não acho razoável esse rapaz de 16 anos que levou facada aqui em Brasília ser morto por três adolescentes. O autor com 15 anos, que já tinha saído por tráfico de entorpecente, e a gente vai falar: "Não, deixe-o ficar, temos que avaliar, readaptar"? Corram, saiam dos gabinetes, percorram e conversem com a população. É fácil a gente ficar aqui nos gabinetes com paletó, é fácil a gente ter seguranças, é fácil a gente ter todos os mecanismos de proteção, é fácil a gente ter todas as melhores escolas para os nossos filhos, é fácil a gente ter todos os salários, os supersalários. Vai viver com R$1.518, vai interagir nos bolsões de pobreza, vai ver uma família que foi vítima de um rapaz de 18 anos de idade incompletos que não vai ficar três anos internado.

Então, eu acho que este Senado está dando uma resposta muito contundente e eu espero – faço um apelo – que a Câmara dos Deputados aprove esse projeto o mais rápido possível, o Projeto de Lei 1.473, que está corrigindo uma injustiça, que está dando uma resposta de que as famílias das vítimas têm vez e voz.

Obrigado e parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Contarato, eu quero parabenizar V. Exa. primeiro pela proposta, pelo projeto da iniciativa de V. Exa. O projeto foi aprovado, e eu concordo com as palavras de V. Exa., sobretudo nesses casos. O reincidente não pode ter a mesma condição que tem o primário num crime que seja como latrocínio, que seja como o próprio assassinato, como aconteceu aí. Eu acho que a contribuição que V. Exa. vai dar à sociedade será muito importante para a inibição desses casos recorrentes que nós estamos vendo permanentemente no Brasil.

Parabenizo V. Exa.

A matéria está retirada de pauta, o item 1, do Senador Jayme Campos.

Vamos para um item extrapauta, como pede o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 120, DE 2020

- Terminativo -

Estabelece as condições gerais aplicáveis ao transporte de bagagens de mão quando do transporte aéreo regular de passageiros, doméstico e internacional.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal.*

Essa matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Presidente, minhas saudações a V. Exa., aos companheiros e companheiras que integram a CCJ.

Devo, em meu nome e em nome do Senador Randolfe Rodrigues, que já o fez diretamente a V. Exa. no dia de ontem, em Plenário, agradecer pela compreensão e pelo alcance que V. Exa., com a sua sensibilidade que lhe é peculiar, teve quando o mesmo, o autor, Senador Randolfe, lhe dirigiu o pedido para que nós pudéssemos ter, como item extrapauta, uma proposta apresentada pelo Senador Randolfe no ano, de 2020, e que carece, portanto, que nós o enfrentemos definitivamente. Até porque o objeto do mesmo volta a estar em meio a todos nós, gerando as preocupações, gerando as indignações. Falo, aqui, a respeito de possíveis cobranças de bagagens por parte de empresas aéreas.

Então, o que propõe o projeto de lei, de iniciativa do Senador Randolfe, é exatamente normatizar, e não apenas ficarmos na dependência de regulações que, muitas das vezes, não correspondem ou não respondem às expectativas daqueles que se servem do transporte aéreo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, iremos fazer, rapidamente, só uma lauda e meia o trabalho que nós fizemos, porque, de fato, o objeto da propositura, a mim me parece, não gera divergências maiores.

Vem ao exame da nossa Comissão o Projeto de Lei nº 120, como já disse, do ano de 2020. O Senador Randolfe Rodrigues é o autor, estabelecendo as condições gerais aplicáveis ao transporte de bagagens de mão quando do transporte aéreo regulado de passageiros, tanto doméstico quanto internacional.

A proposta modifica o Código Brasileiro de Aeronáutica, definindo bagagem de mão como aquela transportada no compartimento superior de bagagem da cabine e estabelecendo uma franquia mínima gratuita de 10 (dez) quilos de bagagem de mão com dimensões máximas definidas. O texto proposto determina a aplicabilidade da franquia para voos nacionais e internacionais, autoriza o operador a estabelecer limitações adicionais por motivo de segurança ou capacidade e faculta o transporte gratuito no compartimento de cargas em função de eventuais superlotações.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental, cabendo, portanto, a esta CCJ, decidir em caráter terminativo sobre a mesma.

A análise.

Nos nossos termos ou nos termos regimentais do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição e Justiça, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, inciso I, discutir e votar projetos de lei ordinária de autoria de Senadores sobre matérias de sua competência, incluindo o direito aeronáutico.

O projeto de lei cumpre os requisitos de constitucionalidade e juridicidade, uma vez que o objeto admite iniciativa Parlamentar e está no rol de competência da União, em especial, a legislação sobre direito aeronáutico. A proposta não conflita com as demais disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica e complementa seção pertinente desse código que trata Do Contrato de Transporte Aéreo.

Quanto ao seu mérito, conforme afirmamos e conforme diz o autor, Senador Randolfe, na justificação do projeto, identificou-se brecha na Resolução nº 400, de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Observa-se que o normativo, que disciplina as condições de oferta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte regular de passageiros, não obrigava as companhias a disponibilizarem gratuitamente o compartimento superior da cabine de passageiros para transporte da bagagem de mão.

Essa omissão, segundo mídias especializadas, geraria o risco de que companhias áreas que atuam no mercado brasileiro viessem a cobrar pelo transporte de bagagem de mão nesses compartimentos, como, de fato, vimos nesses últimos dias.

Se na época da proposta, 2020, as consequências da omissão apontada eram hipotéticas, hoje, o receio se mostra plenamente justificável em função de anúncios, por operadores brasileiros, de oferta de passagens que não incluem bagagens de mão que requeiram acomodação nos compartimentos superiores da aeronave.

Diante desse cenário, e observada a percepção majoritária dos senhores e senhoras usuários de que as liberações aprovadas anteriormente relativas ao transporte de bagagem despachada não resultaram em benefício real em termos de oferta de tarifas efetivamente mais em conta – e isso é fato –, se justifica o estabelecimento de limites que garantam direitos mínimos dos usuários do transporte aéreo.

Portanto, Sr. Presidente, senhoras e senhores, no voto, diante do que nós expusemos, somos favoráveis à aprovação da Proposta Legislativa 120, que tem o Senador Randolfe Rodrigues como seu autor, Senador Otto Alencar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para discutir uma dúvida, até mais do que um posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Veneziano.

O Líder do Governo me chamou, mas V. Exa. tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – É só uma dúvida na verdade.

A gente tem um veto sobre essa questão, Veneziano, não tem? Não é mais fácil derrubar o veto? É só para eu entender, porque eu vi que o assunto voltou por parte das companhias aéreas, e a gente tem um veto ainda do Governo Bolsonaro para derrubar aqui no Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – A questão, meu irmão e amigo Senador Carlos Portinho, é que nós não temos ideia de quando haveremos de ter apreciação pelo Congresso, marcando e pautando, do mesmo. E se nós ficarmos à mercê dessa data, ficaremos, mais ainda, na condição de usuários que somos todos nós – e aí não estou falando em meu nome, em seu nome, mas de todos os milhares e milhares de brasileiros –, à mercê da sanha de qualquer uma dessas operadoras, que podem, como já estão a anunciar, estabelecer essas cobranças. Então, é muito melhor que nós avancemos, tendo instrumentos para tanto, do que ficarmos na expectativa de que um dia possamos apreciar e ainda na dependência de derrubar o veto. É por isso que eu peço a V. Exa. compreensão para que nós avancemos, nesta oportunidade, até porque é uma proposta que está, desde 2020, a nos aguardar em termos de discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – V. Exa. tem toda razão. É uma pena que a gente tenha que fazer um retrabalho, porque esse tema, ao que me parece, é consensual. A Câmara votou, inclusive, ontem, um texto igual, se eu não me engano. É uma pena, Senador Otto!

E peço aqui, faço um apelo ao Líder Randolfe Rodrigues. Há tantos vetos, e tantos vetos em que há consenso! Uma reunião de Liderança resolve a derrubada da maioria deles, e a gente não precisa fazer esse retrabalho. Isso é retrabalho. Podia estar na pauta outro tema, e esse passa a ser prioritário, porque não fizemos uma reunião do Congresso para derrubar um veto simples, singelo, que está desde o Governo passado. Então, eu confesso que o que me cabe é fazer um apelo para que a gente tenha mais reuniões do Congresso. Tem muitos vetos em que podemos fazer acordo e outros que a gente vai e vota. Esse era um, simples. Estamos aqui fazendo um retrabalho.

É lógico que eu vou votar a favor, porque já tinha me posicionado anteriormente a favor da proposição, como lida pelo Relator.

Obrigado pelo esclarecimento, Senador Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esta matéria é terminativa, Senador Carlos Portinho. Esta matéria é terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu também vou votar, mas sob protesto.

Presidente, nós não temos reunião deliberativa sobre vetos do Congresso Nacional há muito tempo, e eu não posso deixar de tornar público o apelo que fiz também ao Presidente. Vou dar um exemplo: a maior obra política do ex-Presidente do Senado Rodrigo Pacheco foi o Propag – várias reuniões com Governadores, um grande acordo federativo, papel do Senado, relatório do Senador Davi Alcolumbre –, e precisava da adesão dos Governadores.

Há vetos sobre questões de interesses, como diria o nosso saudoso Brizola, interesses legítimos. Não há reunião, o veto não é deliberado. Portanto, como eu, Governador, vou aderir a uma lei incompleta? Se o veto não foi apreciado, eu não sei se aquele veto vai valer ou não, para fazer o balanço no sentido de aderir ou não... Resultado: nenhum Governo estadual aderiu até agora ao Propag, ou seja...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Estão esperando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... estão esperando. Esperando o quê? Que nós demos a última palavra. Nós temos que dar a última palavra. Não é favor nenhum, não é nenhuma aventura, faz parte do estatuto da existência do Senado Federal e do Congresso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo plenamente com V. Exa. O Senado, a Câmara dos Deputados, qualquer Casa Legislativa é Casa de decisões coletivas por maioria: bota para votar, a maioria decide, aprova, rejeita ou também sustenta o veto. Concordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mesmo reclamando para o Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente.

Coloco, então, a matéria em votação. Encerrada a discussão, em votação nominal. Quem vota com o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo vota "sim".

A votação está aberta. O painel está aberto para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que não estão no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça podem votar pelo sistema remoto nos seus gabinetes a matéria relatada pelo Senador Veneziano Vital do Rêgo. Para aprovação, precisamos de, no mínimo, 14 votos favoráveis.

Peço à mesa que informe aos assessores dos Senadores e das Senadoras a votação da matéria.

Teremos depois duas matérias terminativas, todas duas da relatoria da Senadora Soraya Thronicke, que são o item 4 e o item 5. Um da iniciativa do Senador Zequinha Marinho, que é o item nº 4... (*Pausa.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Eu não quero transparecer indelicadeza, mas é que estão a me convocar para uma relatoria na CAE. Se V. Exa. me liberar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro, V. Exa. já fez seu papel, já relatou a matéria.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado, mais uma vez, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E já votou também.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Espero que tenha votado favoravelmente. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Estamos votando matéria terminativa. Peço aos Senadores e Senadoras que estão nos gabinetes que possam votar. A Mesa vai fazer contato com os assessores para que possamos votar essa matéria terminativa. (*Pausa.*)

Lembro aos Srs. Senadores e Senadoras que depois teremos o item 4 e o item 5, que são projetos terminativos e têm como Relatora a Senadora Soraya Thronicke. Portanto, é importante que os Senadores e Senadoras que estão nos gabinetes possam votar pelo sistema remoto. A matéria precisa de 14 votos para aprovação. Até agora só conseguimos 12 votos dos 27 que nós precisamos. Essa Mesa aqui ligue para os assessores, para que os assessores possam chamar a atenção dos Senadores, porque nós temos outras Comissões em funcionamento, inclusive a Comissão de Assuntos Econômicos, e, provavelmente, os Senadores estão em outras Comissões. (*Pausa.*)

Consulto o Plenário para saber se todos os Senadores já votaram.

Temos 16 votos, o suficiente para a abertura da votação.

Eu vou aqui encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aprovada a matéria, com 15 votos favoráveis.

A matéria está aprovada e o projeto será encaminhado à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 295, DE 2024

- Terminativo -

Altera o Código Penal para prever o processamento mediante ação penal pública incondicionada para o crime de dano em contexto de violência doméstica contra a mulher.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Votação nominal.

Relatoria da Senadora Soraya Thronicke, a quem eu passo a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, caros colegas, servidores e todos os brasileiros que nos acompanham aqui hoje na CCJ.

Vem a esta Comissão, para exame, com base no art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 295, de 2024, de autoria do Senador Zequinha Marinho, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o nosso Código Penal, para prever o processamento mediante ação penal pública incondicionada para o crime de dano em contexto de violência doméstica contra a mulher.

O art. 1º do projeto de lei acrescenta um parágrafo único ao art. 167 do Código Penal, com a seguinte redação:

> Art. 167. .....
> Parágrafo único. Nos casos do *caput* do art. 163 e do inciso IV do seu parágrafo único, se procederá mediante ação pública incondicionada quando praticados em contexto de violência doméstica, observado o disposto no art. 7º, inciso IV, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O *caput* do art. 163 trata do crime de dano simples, assim tipificado: "Dano. Art. 163. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa".

Já o inciso IV do parágrafo único do art. 163 trata do crime de dano qualificado “por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima”, punido com pena de detenção, de seis meses a três anos, e multa.

Se aprovado este projeto de lei, nos casos em que esses crimes forem cometidos em contexto de violência doméstica, proceder-se-á mediante ação pública incondicionada à representação.

A matéria foi encaminhada a esta Comissão, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno. Não foram recebidas emendas até o momento.

Passo à análise, Presidente.

Quanto à constitucionalidade formal da proposta, frise-se que a matéria envolve direito penal, de competência federal, de acordo com o inciso I do art. 22 da Constituição Federal.

Sob o aspecto da constitucionalidade material, o projeto de lei promove modificação legislativa legítima ao fortalecer a persecução penal em casos de dano patrimonial contra a mulher em contexto de violência doméstica.

De outra parte, não há vícios de juridicidade. A proposta inova o ordenamento jurídico, considerando que promove alteração relevante no Código Penal. O projeto de lei se mostra também efetivo, pois tende a produzir consequências práticas importantes ao reduzir o risco de impunidade desses crimes. A espécie normativa é adequada, na medida em que o tema deve ser tratado por lei ordinária. A norma é dotada de generalidade e está adequada aos princípios gerais do direito.

No que se refere à regimentalidade, foram observados, até o momento, todos os trâmites e procedimentos previstos no Regimento Interno do Senado Federal.

Em relação ao seu mérito, a proposta legislativa é adequada, proporcional e digna de aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consoante se lê da justificação do projeto de lei, mulheres, muitas vezes, são vítimas não apenas de violência física, mas também de violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (art. 7º, IV, da Lei nº 11.340, de 2006).

Note-se que, atualmente, o processamento do crime de dano é de ação penal pública incondicionada somente se cometido: a) com violência à pessoa ou grave ameaça; b) com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave; e c) contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos (CP, art. 167).

Um pouquinho de silêncio, Presidente, senão, daqui a pouco, a gente vai ter que qualificar também a interrupção de mulheres, não é? (*Risos.*)

Obrigada, eu agradeço.

Trata-se...

Bom, inclusive, é importante destacar que este projeto aqui é contra... Ele aumenta as condições processuais, melhorando para as mulheres que, em situação de violência doméstica, têm um dano patrimonial.

Trata-se de situações justificadas pela existência de violência ou grave ameaça, risco à integridade física e à vida das pessoas e prejuízo ao patrimônio público.

Nos casos de dano simples ou qualificado "por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima", o único bem jurídico lesionado é o patrimônio. Por se tratar de bem jurídico de que a vítima pode dispor, em regra, é recomendável que a ação penal seja de natureza privada. Em outros termos, a vítima pode simplesmente optar por não levar adiante a persecução penal, até porque ela poderia abrir mão mesmo de seu patrimônio.

Contudo, deve-se ter em conta a gravidade específica da violência patrimonial contra mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nem sempre as mulheres vítimas de violência patrimonial conseguem identificar claramente que um crime de dano representa uma violência patrimonial no instante em que é cometido. Não raro, as vítimas já se encontram fragilizadas por outras formas de violência, como é o caso da violência psicológica e da violência moral, o que as faz relevar, deixar em segundo plano a questão patrimonial.

Ressalte-se que a violência contra a mulher sempre tem como objetivo o controle da sua vida, e uma das formas mais efetivas de controle é manter a companheira financeiramente dependente de seu abusador, pois assim ela não terá condições de abandoná-lo.

Ademais, o dano pode estar envolvido em um contexto de ciúme excessivo. Pense-se, por exemplo, no dano produzido ao telefone celular, ao computador ou às roupas da vítima.

Note-se que, desde o advento da Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024, até mesmo o crime de ameaça contra a mulher, no contexto de violência doméstica, é de ação penal pública incondicionada, tal qual consta no §2º do art. 147 do Código Penal. É razoável, portanto, estender esse mesmo regime ao crime de dano cometido no contexto de violência doméstica. Não raramente, a vítima de violência doméstica se sente intimidada em oferecer a queixa à Justiça criminal, de modo que é mais apropriado que, nestes casos, seja do Ministério Público a iniciativa da ação penal.

Para que o Estado se desincumba desse ônus de reprimir de forma efetiva a violência contra a mulher, é preciso que se valha de todo o arsenal legislativo à sua disposição para dissuadir criminosos dispostos a cometer esses crimes odiosos. É esse o sentido do projeto de lei.

O voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, somos pela aprovação integral do Projeto de Lei nº 295, de 2024.

Eu saúdo meu correligionário, Senador Zequinha Marinho, pela importância deste projeto de lei. Eu, como advogada de família, já reconheci que homens e mulheres, quando, no casal, querem se vingar um do outro, utilizam-se dos filhos e da questão financeira. A questão patrimonial é a forma de vingança, é a forma de atingir a pessoa e simplesmente não romper com os laços. A pessoa não quer romper, não quer que a outra se liberte. Daí a importância desse projeto de lei. E peço aos colegas que votem favoravelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Soraya Thronicke e a parabenizo. Como sempre, seus relatórios muito dentro daquilo que a legislação – que ela conhece muito bem – permite. E esse projeto importante – da iniciativa do Senador Zequinha Marinho – coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir a matéria.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Essa matéria é terminativa, com votação nominal. E eu abro o painel para iniciar a votação da matéria.

Os Senadores já podem votar.

Quem vota com a Relatora vota "sim" numa matéria de iniciativa do Senador Zequinha Marinho, para punir com mais severidade o crime de violência doméstica contra a mulher.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço à Secretaria que possa telefonar para os Senadores e Senadoras.

Matéria terminativa; precisa, no mínimo, de 14 votantes para a abertura do painel.

Peço aos Senadores e Senadoras que possam votar para a observação da matéria terminativa da relatoria da Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Já temos 15 votantes e vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

Abertura do painel.

(Procede-se à apuração.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram SIM 14 Senadores.

A matéria está aprovada e será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 896, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir os crimes praticados em razão de misoginia.

Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA)

Relatoria da Senadora Soraya Thronicke, a quem eu passo a palavra para proferir o seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Senador Zequinha Marinho, nós acabamos de abrir o painel, acabamos de deliberar o seu projeto de lei, mesmo sem o seu voto, porque o senhor chegou agora, mas foi à unanimidade. Ninguém ousou votar contra, ninguém ousou...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Nem o Senador Mecias?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Muito menos ele, ele estava pedindo voto aqui, tá?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – O Senador Mourão eu tenho certeza de que não faria um negócio desse.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Não, em absoluto, senão a Soraya ia me...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – O senhor seria ministro, desembargador, conselheiro...

Obrigado, que Deus abençoe...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Deus abençoe. Deus abençoe os homens que propõem projetos de lei desse nível e Deus abençoe um homem, eu perguntei para ele, não sei se pode soar pejorativo, mas o único homem que teve coragem de propor um projeto de lei da paridade de verdade, 50% de cadeiras femininas e 50% masculinas, foi o mais homem de todos, Fabiano Contarato. Fabiano Contarato, para mim, é o homem mais corajoso que já pisou dentro deste Senado Federal. Não tem, não tem... É verdade. Ele teve coragem, mas andou, Senador Mecias? (*Pausa.*)

O projeto não andou, eu vou pedir, acho que já até foi arquivado, Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senador Fabiano Contarato determinando 50% de cadeiras femininas e 50% de cadeiras masculinas no Legislativo. Eu gostaria que o senhor escolhesse um homem para relatar este projeto de lei, que este homem nunca mais na vida vai deixar de ser eleito. A maioria do eleitorado é feminino, e a mulherada adora, adora votar num homem que tem a coragem de fazer isso. E eu vou fazer campanha, no ano que vem, para todos os homens, Zequinha é um para quem vou fazer campanha, e Fabiano Contarato é outro. Vou pedir voto, vou fazer vídeo, porque, sim, merecem, nunca vão deixar de ser eleitos, não precisa ter medo da gente.

Bom, perdão, Sr. Presidente, pela conversa fingindo que está jogando fora, mas é tudo verdade, não é brincadeira. Estamos tratando de questões extremamente sérias, que é o direito das mulheres.

Eu vou passar, se V. Exa. permitir, Presidente, direto para a análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, considerando que o direito penal está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

No mérito, a proposição, ainda que polêmica, mostra-se relevante e indispensável, particularmente pela adequada compreensão de seu objeto.

É sabido que a Lei nº 7.716, de 1989, foi destinada, originalmente, a definir e punir os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. À época, a necessidade de uma lei contra o racismo justificou-se pelo reconhecimento de que o povo negro ainda enfrentava graves dificuldades de integração social em razão da discriminação, o que se evidenciava na dificuldade de acesso desses indivíduos à vida econômica e política do país.

Alguns anos depois, em 15 de maio de 1997, o legislador estendeu a proteção da lei para abranger o preconceito e a discriminação também em razão de etnia, religião ou procedência nacional. Compreendeu-se, então, que a Lei nº 7.716, de 1989, deveria alcançar condutas odiosas relacionadas à não aceitação da profissão de fé alheia e à origem nacional do indivíduo.

Mais recentemente, em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal, julgando a ADO nº 26, do Distrito Federal, o Relator Ministro Celso de Mello interpretou que o escopo da legislação incluía a prática dos crimes resultantes de homofobia e transfobia. (STF. Plenário. ADO 26/DF, Rel. Min. Celso de Mello; MI 4733/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 13/6/2019 - Info 944).

De fato, entende-se que o preconceito previsto na Lei nº 7.716, de 1989, seria o pensamento exteriorizado no sentido de que certas pessoas ou grupos sociais são inferiores, nocivos e sujeitos à exclusão ou aversão. Nesse sentido, e observada a evolução histórica da Lei nº 7.716, de 1989, não nos parece existir uma delimitação teórica e apriorística do que deva estar no âmbito de sua proteção, de quais grupamentos sociais devam ou não ser protegidos por crimes decorrentes de preconceito ou discriminação.

O conceito de racismo projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos, pois resulta de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável e por não pertencerem à posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



considerados estranhos, marginais e diferentes, consequência de inferiorização e da estigmatização.

Nesse sentido, cremos que atende unicamente a um desejo de política criminal compreender quais grupos vulneráveis e não hegemônicos, não em uma compreensão numérica, mas de controle do poder, de uma sociedade devam ou não estar protegidos pela Lei nº 7.716, de 1989.

As mulheres, inclusive aquelas que se autodeclaram feministas, estão contempladas no conceito de preconceito e discriminação estabelecido pela Lei nº 7.716, de 1989, o que fundamenta a criminalização da misoginia. Essa tipificação é particularmente relevante em um cenário histórico de emergência de grupos que buscam afirmar a supremacia biológica, física e intelectual dos homens sobre as mulheres.

Com efeito, a ascensão das redes sociais que se tornaram importantes ambientes de socialização e interação, e onde a fiscalização do discurso nem sempre é eficaz, potencializa esses movimentos que professam ódio e aversão às mulheres. Observa-se, à guisa de ilustração, que perfis que defendem a inferioridade inata e a natureza vil das mulheres acumulam centenas de milhares de seguidores nessas plataformas digitais. Veja-se que a misoginia define a base psicológica dos comportamentos masculinos nocivos em relação às mulheres.

Oriunda da união entre os termos gregos *miseo* e *gyne*, os significados são, respectivamente, ódio e mulheres. Não se trata meramente de comportamentos machistas, internalizados em hábitos sociais, mas de conduta de discriminação ou manifestação de ódio ou aversão. Veja-se, portanto, que, para ser criminalizada pelo direito penal, essa aversão patológica pelo feminino deve ser exteriorizada por ações ou falas ou, dito de forma generalizada, por condutas.

O desprezo pelas mulheres e a sua inferiorização diante do homem são marcas da violência contra as mulheres. O Atlas da Violência do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) estimou que ocorram 822 mil casos de estupro no Brasil por ano. Desse total, mais de 80% das vítimas são mulheres.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, há, de fato, utilidade de a misoginia ser encaixada como crime de preconceito (ação ou omissão consistente em discriminar alguém por ser mulher, a exemplo de negar emprego; proibir a entrada em estabelecimento; recusar-se a servir em um restaurante) ou crime contra a honra (injuriar alguém unicamente por ser mulher).

Nesse sentido, não se vê como manifestação do direito penal máximo ou punitivismo excessivo prever, na Lei 7.716, de 1989, a punição de crimes resultantes de discriminação ou preconceito em razão de misoginia, máxime em razão desse recente movimento conservador e de retorno ao obscurantismo verificado no mundo ocidental, na última década. A função simbólica do direito penal existe e produz efeitos. Assim, referida lei também poderia abrigar a injúria misógina, tal qual abriga a injúria realizada contra alguém em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, além de religiosa, salvo melhor juízo.

É certo, todavia, que poderá haver excessos se momentos jocosos e brincadeiras ainda toleradas socialmente forem considerados crimes de misoginia pelo aplicador da lei penal. Todavia, desvios em relação ao princípio da proporcionalidade e da razoabilidade podem ocorrer em qualquer criminalização secundária, quando a estrutura do sistema penal se excede, atingindo bens jurídicos não protegidos pela norma incriminadora.

Por essa razão, nos parece razoável o fato de o Projeto de Lei nº 985, de 2023, ter conceituado legalmente o que é misoginia no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 7.716, de 1989, como "o ódio, desprezo ou preconceito em relação a mulheres ou meninas". No entanto, em termos gerais, o Projeto de Lei nº 896, de 2023, se revela mais adequado do que o de nº 985, de 2023, e deve ser aprovado, por melhor se alinhar à sistemática da Lei nº 7.716, de 1989, e aos objetivos centrais desta proposição.

Apenas acresceríamos ao Projeto de Lei 896 uma definição do que seja o referido crime. Com efeito, definir objetivamente a misoginia corrobora para a segurança jurídica do sistema processual penal, ao orientar a ação do seu intérprete.

Ademais, nos parece bastante ponderado que apenas condutas muito graves, relacionadas aos elementos de ódio, estão compreendidas na tipificação legal. É dizer, os elementos jocosos, ainda que de mau gosto, não devem ser abarcados pela norma que demanda inequívoca demonstração de ódio ou aversão às mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, cremos ser necessário definir que são misóginas tão somente as “condutas que manifestem ódio ou aversão às mulheres, baseadas na crença da supremacia do gênero masculino” – entre aspas –, de modo a expurgar críticas de que estamos a punir piadas e comentários ainda tolerados socialmente.

Lembre-se que a misoginia é um comportamento que beira a patologia daquele que crê que os homens possuem supremacia sobre as mulheres e agem de acordo com referida crença – inclusive intelectual, o que não é verdade.

Nesse sentido, a solução apresentada pelo substitutivo da CDH revelou-se incompatível com os objetivos da proposição. Isso porque retirou a discussão do seu âmbito próprio, a Lei nº 7.716, de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito. Ademais, inseriu conteúdos próprios da temática processual penal, e não do direito material, os quais se mostram em grande parte desnecessários, considerando a existência da Lei nº 11.340, de 2006, que é a Lei Maria da Penha.

A emenda da CDH reduz a importância da proposta, justamente por evitar discutir o que a motivou, que é o reconhecimento de que há, cada vez mais, manifestações de ódio contra as mulheres pelo único fato de serem mulheres, e isso se equivale ao racismo.

Veja-se que misoginia não se restringe ao mero crime contra a honra, como é o caso da injúria. De fato, a conduta misógina não fere a honra de uma só mulher, mas fere a integridade de um grupo e ameaça a existência plena de todas. A misoginia recusa a equivalência e afirma o poder e a hegemonia de um gênero sobre o outro.

Por tal razão, sugerimos a rejeição da Emenda nº 1, da CDH (Substitutivo), e a aprovação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, com uma emenda ao art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 7.716, de 1989, na forma do projeto original, para que se conceitue como misoginia, abrem-se aspas: “a conduta que manifeste ódio ou aversão às mulheres, baseada na crença da supremacia do gênero masculino”, fecham-se aspas.

O voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, com a emenda a seguir, rejeitada a Emenda nº 1, da CDH, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 985, de 2023.

Portanto:

> PROJETO DE LEI Nº 896, DE 2023
> EMENDA Nº - CCJ
> O art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 896, de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
> "Art. 1º.....
> Parágrafo único. Considera-se misoginia a conduta que manifeste ódio ou aversão às mulheres, baseada na crença da supremacia do gênero masculino." (NR)

E, de última hora, Sr. Presidente – conversei com a Senadora Ana Paula –, o Ministério das Mulheres nos enviou um pedido para realizarmos uma pequena modificação no texto. O parágrafo único, que eu acabei de ler, conceitua o que é misoginia, e está da seguinte forma: "Considera-se misoginia a conduta que manifeste ódio ou aversão às mulheres [vírgula], baseada na crença da supremacia do gênero masculino". A sugestão que veio do Ministério das Mulheres foi a seguinte: a supressão da parte "baseada na crença da supremacia do gênero masculino". Acreditamos que haverá maior facilidade na aplicabilidade da futura lei se deixarmos assim o parágrafo único: "Considera-se misoginia a conduta que manifeste ódio ou aversão às mulheres", porque a pessoa pode dar um outro sentido, aí atrapalharia a interpretação da lei. É uma modificação simples, mas que simplifica a interpretação do texto.

Eu agradeço.

Peço aos nobres pares aqui – só homens, e acredito, tenho certeza de que todos vão abraçar, como abraçaram o último projeto de lei...

E só para destacar, Presidente, caros colegas e todos que nos escutam, só não muda de ideia quem não as tem, né? Eu sempre tive muita dificuldade em compreender certas questões de preconceito por achar que não é tanto assim, que não é dessa forma ou que seria um exagero. Hoje eu já penso diferente, inclusive por ter me debruçado sobre o tema, por ter vivido isso muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais... Como Parlamentar, inclusive, a gente percebe a misoginia – não estou falando aqui dos colegas, estou falando das pessoas lá fora, do menosprezo com as mulheres, da coragem de dizer certas coisas para nós, mulheres, que não diriam a vocês homens. Pelo simples fato de eu ser mulher, acreditam que podem se sobrepor a mim ou a nós. Quando você não é uma pessoa misógina, quando você não é misógino, você também tem dificuldades em compreender como é que funciona isso dentro da cabeça de uma pessoa misógina. Eu tenho certeza de que aqui não há nenhum misógino, mas isso existe, isso acontece. E nós precisamos avançar, em termos maturidade, dentro da nossa sociedade, para que as pessoas entendam que o respeito sempre deve ser mútuo. E, acima de tudo, essa é uma maneira tão vil, tão baixa, tão abjeta que infelizmente...

A nossa sociedade precisa de legislação. Dizem que quanto maior o arcabouço legal de uma sociedade, mais atrasada ela é, por incrível que pareça, porque nós precisamos, realmente, colocar no papel, determinar, penalizar, para que as pessoas pensem em obedecer ou, pelo menos, para que sejam punidas, mas isso não coíbe de acontecer, porque, às vezes, é mais forte do que a própria pessoa, porque ela não está nem aí ou porque acredita muito na impunidade.

Eu fui ameaçada por um homem. Recebi *e-mails* de uma pessoa concursada de um órgão público, com 46 anos de trabalho, com estabilidade, é óbvio, um salário de R$47 mil. Ele me atacou, me injuriou e me ameaçou – a Advosf está cuidando – diretamente do *e-mail* institucional do órgão – institucional! Por que ele fez isso? Por que ele não fez num outro *e-mail*? Porque crê totalmente na impunidade. Então, fazendo isso, assim, com a maior tranquilidade do mundo, como se fosse algo corriqueiro, e não pensou em se esconder, não pensou em preservar, em se preservar. E no *e-mail* institucional, algo que... Não estou falando por vitimismo, não gosto disso, mas estou dando um exemplo clássico e crasso, de uma pessoa que simplesmente não está nem aí.

Então, eu agradeço, Presidente, e parabenizo a Senadora Ana Paula Lobato, agradeço a sugestão advinda do Ministério das Mulheres e peço o voto "sim" para os nossos colegas. As mulheres agradecerão e vão votar muito, vão ficar cada vez mais felizes em votarem em V. Exas., vão falar: "Nossa, valeu!".

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e a parabenizo pelo relatório. Foram duas iniciativas para a alteração da Lei nº 7.716, a iniciativa da Senadora Ana Paula Lobato e também do Senador Mecias de Jesus. E V. Exa. terminou por um relatório que contempla as duas iniciativas, tanto do Senador Mecias como da Senadora Ana Paula Lobato. O relatório é condizente e vai, na minha opinião, para não permitir esses abusos, essas ações de misoginia contra as mulheres, o ódio, a acepção, a exclusão, o preconceito contra as mulheres. Portanto, eu a parabenizo.

O Senador Mecias de Jesus pede pela ordem e depois o Senador Jorge Seif.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Só para destacar, Presidente. Eu estou aqui com o autor da outra proposta e eu não havia me tocado sobre isso. Então eu gostaria só de saber se houve alguma dúvida, se V. Exa. compreendeu e já me perdoou, já entendeu e o que acha da forma como foi redigido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa... Com o relatório ele concordava, fazia... Está aceitando, está aceitando.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Presidente Otto, eu quero agradecer a V. Exa. Inclusive, quero parabenizar V. Exa., porque eu estou vendo que V. Exa. está colocando aí para votar projetos de lei que já deveriam ter sido votados há muito tempo. Esse projeto, por exemplo, é de 2023, tanto o da Senadora Ana Paula quanto o meu, e a Senadora Soraya acaba de fazer um belíssimo relatório. Certamente, se esse processo tivesse sido distribuído antes para ela ou para qualquer outro Senador, já teria, muito provavelmente, virado lei.

Mas eu fico feliz, a Senadora acaba de fazer, como já disse, um belíssimo relatório, acolhendo e aprovando o Projeto de Lei 896. O meu projeto é o Projeto 985, mas no mesmo sentido, com o mesmo propósito e eu me sinto contemplado porque o projeto criminaliza a misoginia. Independentemente de qual o projeto que foi citado aqui pela aprovação, ela deu um parecer de acordo com o que nós esperávamos, tanto eu quanto a Senadora Ana Paula.

Portanto, parabéns à Senadora Ana Paula, e minha gratidão à Senadora Soraya, que fez um relatório à altura do que esperávamos, como autores do projeto. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Mecias de Jesus e passo a palavra ao Senador Jorge Seif.

Eu vou já autorizar a abertura do painel...

Antes disso, um instante... Não, depois do Senador Jorge Seif, eu falo.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia a V. Exa. e aos demais colegas aqui.

Eu tenho 48 anos de idade. Conheço homem, conheço mulher, tenho amigos *gays*, negros, brancos, pardos, e, como políticos, a nossa rede de relacionamento expande muito.

Fiquei, durante o relatório da Senadora Soraya, pesquisando, sondando na minha mente se eu conhecia algum homem, independentemente de sua opção sexual, que odiasse uma mulher. E eu não conheço, nunca vi... Já vi discussões, discussões acaloradas, já vi ofensas, já vi grosserias... Agora, dizer que um homem odeia uma mulher e transformar isso num tipo penal, para mim, é gravíssimo. Quero fazer aqui...

Que bom que o senhor não abriu o painel, para nós que estamos aqui refletirmos juntos. Eu fiz um texto sobre isso, se o senhor me permitir.

Vivemos um tempo, Sr. Presidente, em que o Estado quer resolver todos os problemas da sociedade com cadeia, com censura e com mais leis penais. Concordo com a Senadora Soraya: quanto mais leis nós temos mais é o atraso da mentalidade das pessoas e da educação de um país. Ela mesma falou, e eu concordo com isso.

Estamos discutindo o PL 896, que pretende incluir o termo misoginia, ou seja, ódio e repulsa às mulheres – que eu desconheço em toda a minha vida, com 48 anos de idade –, nas leis de crime de preconceito.

À primeira vista, Presidente, pode soar nobre, pode parecer um avanço civilizatório, mas, quando olhamos com responsabilidade, percebemos o que está por trás: mais uma tentativa de transformar o direito penal em ferramenta ideológica e de controle de comportamento. O direito penal, Presidente, não é um brinquedo e deve ser o último recurso do Estado e não o primeiro. Quando tudo vira crime, quando opinião vira crime, quando fala vira crime, quando piada vira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime, quando crítica vira crime, o que nasce não é justiça, é um estado policialesco travestido de justiça social. Nós hoje temos humoristas presos, indiciados por piadas. A pessoa compra o ingresso, vai lá ver um *show* de humor que brinca com mulher, que brinca com político, que brinca com problemas, tragédias sociais, e são presos por brincadeiras. Imaginem hoje Os Trapalhões, imaginem hoje o Costinha... Estavam todos presos, porque nós hoje estamos num país chato, um país em que tudo é criminalizado, tudo é mi-mi-mi, tudo é perseguição, tudo é misoginia, tudo é ódio, tudo é ofensa, tudo é honra.

Olha, esses tipos penais de perseguição que a Senadora está perseguindo já tem no nosso Código Penal. O cara a ameaçou? É crime de ameaça, vai preso. Calúnia, injúria e difamação já estão no nosso Código Penal.

Então, Sr. Presidente, o problema da violência contra a mulher é real e precisa ser combatido com educação, prevenção, estrutura policial e políticas públicas sérias e não com leis simbólicas que criam crimes vagos e subjetivos. E essa é a minha preocupação, porque amanhã o mesmo Estado que hoje diz defender mulheres pode usar essa mesma lei para calar cidadãos, perseguir os adversários políticos e punir opiniões incômodas.

Quem define o que é misoginia, Sr. Presidente? Um juiz, um militante, um partido? Será que um comentário crítico, uma discordância em um debate público ou até uma fala mal interpretada poderão se tornar crime a partir da aprovação dessa lei? O Brasil precisa de lei clara e não de instrumento para perseguição moral. Transformar sentimentos, ideias e emoções em crime é abrir caminho para o arbítrio, e o arbítrio não é o primeiro passo para a ditadura na opinião pública.

Não existe democracia, Presidente, sem liberdade de expressão. E liberdade de expressão não é apenas o direito de dizer o que agrada, é o direito de dizer o que desagrada, o que provoca, o que confronta. A democracia se fortalece quando as ideias ruins são combatidas com ideias melhores e não com prisão e criminalização de opiniões.

Hoje tem discurso misógino, amanhã discurso conservador, depois discurso religioso. Que saco este país! Tantas leis, tanta perseguição. Querem nos calar, querem evitar o debate, querem evitar o confronto. Aqui mesmo no Senado Federal, quando a gente começa uma discussão mais acalorada, Senadoras falam "ah, está me ofendendo que eu sou mulher". Ou seja, já é um discurso aqui dentro e é isso que me impulsionou a vir fazer esse discurso aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, hoje o Brasil tem mais de 1,7 mil tipos penais e a cada nova legislatura criamos dezenas de novos crimes. Sabe o que nós estamos vivendo, Sr. Presidente? Hipertrofia penal. O Estado cria leis para mostrar virtude, mas não cria justiça para aplicá-las. Enquanto isso, criminosos de verdade, traficante, estuprador, ladrão de dinheiro público, continuam soltos. E o cidadão comum que trabalha, paga imposto e fala o que pensa corre risco de ser criminalizado.

Quero concluir. Se tudo virar crime, Sr. Presidente, viveremos num país de criminosos. Quando todos são criminosos, o Estado tem que escolher quem punir. E aí morre a liberdade, a justiça, e nasce o autoritarismo, do qual eu tenho pavor e muito medo.

Por isso, eu voto contra esse projeto, não por insensibilidade, mas por convicção, porque acredito que o direito penal deve proteger cidadão, não controlá-lo, porque acredito que a liberdade e a responsabilidade andam juntas e porque acredito que a justiça não se constrói criminalizando tudo, mas educando, fortalecendo famílias, recuperando valores morais nas nossas escolas, nossos ensinos, nas nossas casas e valores espirituais que este país, infelizmente, perdeu. Que o Brasil volte a ser um país onde a lei protege inocente e pune o culpado, e não um país onde o medo de falar virou regra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço muito ao Senador Jorge Seif.

Permita-me V. Exa. que eu possa discordar das colocações, no sentido de que a misoginia ou preconceito contra a mulher, ou agressão contra a mulher, sem dúvida nenhuma, é uma manifestação de ódio. Se V. Exa. quiser ter o cuidado, por exemplo, de abrir a Bíblia, em Gênesis 3:16, quando Deus se manifesta contra Adão e Eva, V. Exa. verá que o preconceito já vem desde o texto bíblico.

V. Exa. poderia até ler o texto bíblico – 3, 16 –, a Senadora Soraya pode ler também, e ver que essa questão do domínio do homem contra a mulher precisa acabar; precisa ter um respeito e que todos possam se manifestar de forma igual, sem absolutamente o domínio do homem sobre a mulher. Mas o texto bíblico – se eu não me engano é 3, 16. – V. Exa. pode ler, por favor? Leia, por favor; 3, 16, Gênesis!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Deus se referindo... Deus falando com Eva: "E à mulher disse: 'Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará'".

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Já vem do texto bíblico.

Então, eu discordo completamente das colocações de V. Exa. e concordo absolutamente, em gênero, número e grau, com o que o texto da relatoria da Senadora Soraya Thronicke descreve a respeito. É preciso combater todas as manifestações que queiram colocar a mulher num grau inferior ao do homem. Todos somos iguais, não só perante a lei de Deus. Esse texto deveria até ser retirado do texto bíblico, também como a lei dos homens que gere hoje toda a situação que nós estamos vivendo no Brasil e no mundo a respeito da mulher. Portanto, eu discordo, com meus cabelos brancos, e V. Exa., por favor, não reaja achando que eu queira desqualificar o que V. Exa. pensa. (*Risos.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Vivemos numa democracia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Como Relatora.) – Eu respeito, mas também discordo da opinião do Senador Jorge Seif. Ainda bem que a gente pode discordar, isso é democracia. Toda unanimidade é burra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Se for discordar do STF, não vai conseguir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Bom, mas o STF... Aí nós temos que mudar a legislação, porque eles têm que cumprir a lei.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Depende do que com que discordar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Aí temos de mudar...

Lá na CPI, o pessoal não quer... Eles estão inconfortáveis com os HCs, mas o HC está na Constituição, é uma cláusula pétrea, foi construído aqui. Então, muitas vezes a gente os vê aplicando a lei, a lei que nós fizemos. E eu olhei muito... O pessoal tem falado muito da questão da dosimetria e tal, e eu li várias sentenças, e existe uma proibição de julgar abaixo do mínimo legal – é o mínimo da pena, é o mínimo e o máximo –, existe uma proibição. Então, as contas na dosimetria é um mais um, dois; causa de aumento, causa de diminuição... Então, é complicado. Ou a gente muda, mas nós fazemos as leis e eles têm que segui-las, e a maioria das vezes eles as estão seguindo; então, nós temos que mudar.

Mas eu gostaria de destacar a Lei nº 10.446, de maio de 2002, que trata, dispõe sobre a atuação da Polícia Federal, Seif. E uma mudança em 2018 acrescentou o inciso VII... Não, só um minuto.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – O sete.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – O sete, o. k. O inciso VII para a atuação da própria Polícia Federal. E eu não vi, não sei de projeto de lei que vise a suprimir isso aqui e retirar do projeto.

Então, já está no nosso ordenamento jurídico e diz assim: "quaisquer crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres". Foi incluído esse inciso pela Lei nº 13.642, de 2018 – há pouco. Então, este termo já está no nosso ordenamento jurídico, mas precisa ser reforçado, porque isso aqui é da atuação da Polícia Federal.

E eu digo para você: você não conhece – eu respeito – nenhum homem misógino; espere nascer mulher, para você ver o que você vai... Eu acredito que você vá conhecer. Nasça mulher para você conhecer; na outra encarnação – quem sabe, se você acredita –, venha para experimentar o que é ser mulher na nossa sociedade – e principalmente com poder. Venha Senadora, para você ver como vai ser. E principalmente ouse discordar do líder, ouse estudar, ouse dizer que gostaria de dar a sua opinião, ouse, para você conhecer o que é a misoginia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostar a pessoa de ser hétero, o homem ser hétero e ter relações sexuais com uma mulher apenas para satisfazer a sua lasciva, o seu desejo é uma coisa; agora, desrespeitar e simplesmente desconsiderar, isso existe, isso a gente sente no dia a dia. E eu te respeito, óbvio.

O meu colega Mecias disse que conhece homens misóginos, mas tem gente que normaliza as coisas a ponto de... Eu não sei se você tem filha e tal, mas tem gente que acha normal... Que idade tem sua filha?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Treze.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Treze. Se chegasse um homem e falasse para sua filha de 13 anos, contasse por aí: "Pô, pintou um clima com a menina de 13 anos, 14 anos", você ia achar normal? Nós temos que parar de normalizar. Não pode pintar clima com menina de 13 anos, de 14 anos. Então, vamos entender o que é realmente a violência, a forma como agem com as mulheres, né? Então, só não podemos deixar isto ser normal: pintar um clima com uma menina de 13 anos, pintar um clima com uma menina de 14 anos. Se é a filha dos outros, você não está nem aí; se é a sua, você vai ficar bravo, mas sempre é bom a gente trazer para o nosso, a gente se colocar no lugar daquela pessoa, e aí você vai começar a ver como é difícil e como o mundo... Dentro da sua casa, está protegida, mas coloca dentro do Brasil, num mundo onde senhores, onde pinta clima... Um senhor acha normal falar na televisão que pintou um clima – normal, normal. Isso não é normal.

Então, eu tenho certeza de que você deve prezar pela sua filha. Um dia ela vai bater asas, vai ter a vida dela, e você vai querer que o mundo seja a proteção de dentro da sua casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Conclui, Senadora, para a gente começar a votação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Ah, mas agora eu quero falar, são 2 mil anos de... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Com todo o respeito, eu estou brincando. Eu me excedi mesmo, eu me excedi. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não é isso, não. É porque eu gostaria...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Desculpa, e vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. pode continuar.

Eu consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... sobre se podemos realizar votação única para os projetos e para as emendas nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Então, se concordam, faremos assim.

O painel está aberto para votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar, inclusive os que estão nos gabinetes, pelo sistema remoto.

Precisamos de, no mínimo, 14 votos para aprovar ou rejeitar a matéria.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exa. que me designasse Relator do PL 1.469. É um projeto que nós, ontem, Sr. Presidente, aprovamos na CSP, que é muito importante, visto que o Brasil é uma Federação e que cada estado trata de forma diferente a idade mínima e máxima para a entrada em concursos da Polícia Militar e do Bombeiro Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ontem aprovamos um projeto, que é oriundo da Câmara dos Deputados, que equaliza isso em todo o território nacional. Foi aprovado por unanimidade. E eu gostaria de pedir a V. Exa. que eu continuasse tratando desse projeto aqui.

Com meus cordiais cumprimentos, Sr. Presidente, solicito a V. Exa. a relatoria do Projeto de Lei 1.469, que altera o Decreto 667, de 2 de julho de 1969, a fim de estabelecer em âmbito nacional idade limite para ingresso nas carreiras de policiais militares e corpo de bombeiros militares.

A matéria, Sr. Presidente, foi aprovada ontem na Comissão de Segurança Pública e encontra-se neste Colegiado aguardando designação de Relator.

Agradeço a V. Exa. se puder atender ao meu pedido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro, Senador Jorge Seif. Como pede S. Exa., estou fazendo a designação para que ele possa relatar a matéria que ele citou há pouco.

Srs. Senadores e Senadoras, já podem votar.

O painel está aberto. Precisamos de 14 votos para a aprovação da matéria.

Peço à Secretaria da Mesa que possa ligar para os assessores dos Senadores para a votação da matéria. (*Pausa.*)

Peço aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar pelo sistema remoto dos seus gabinetes. Precisamos de 14 votos para concluir a votação; até agora, só oito Senadores e Senadoras votaram.

Peço à Secretaria da Mesa que faça contato com os assessores para que os Senadores e Senadoras possam concluir esta última votação desta reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Quem vota "sim" vota com o relatório da Senadora Soraya Thronicke.

Não votaram ainda vários Senadores: o Senador Omar Aziz, o Senador Fabiano Contarato, a Senadora Augusta Brito, o Senador Weverton, o Senador Izalci Lucas, o Senador Eduardo Gomes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Senador Alessandro Vieira, a Senadora Zenaide Maia, o Senador Angelo Coronel, o Senador Jaques Wagner, o Senador Veneziano Vital do Rêgo, o Senador Alan Rick. (*Pausa.*)

Já temos votos suficientes?

Eu vou encerrar aqui a votação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu fechei sem querer, esqueci.

Encerrada a votação.

Determino à Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Votaram favoravelmente 13 Senadores e Senadoras; 2 votos NÃO.

Está aprovado o relatório da Senadora Soraya Thronicke. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Lei nº 896, de 2023, com a Emenda nº 2 da CCJ e com os ajustes propostos pela relatoria; rejeitada a Emenda nº 1 da CDH e aprovada a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 985, de 2023.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis. A matéria é terminativa.

São dois projetos que nem o autor nem a Relatora estão presentes, portanto, vamos adiar para uma nova reunião.

Está encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Sergio Moro, Rodrigo Pacheco, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta e Rogerio Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 34ª, 35ª, 36ª e 37ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 60, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 76, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Marco Antônio de Farias, a partir de 26 de outubro de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 77, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército FLAVIO MARCUS LANCIA BARBOSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Odilson Sampaio Benzi, a partir de 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 10, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor GUSTAVO AFONSO SABÓIA VIEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Senado Federal." **Autoria:** Presidente do Senado Federal: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP) e outros. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 11, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora JACEGUARA DANTAS DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 12, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor FABIO FRANCISCO ESTEVES, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 7 - Ofício "S" n° 13, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil." **Autoria:** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Ofício "S" n° 14, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à Câmara dos Deputados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 15, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 365, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022, que "Aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junho de 2013", e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que "Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica"." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2951, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e das Emendas n°s 1 e 2, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição n° 22, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável à Proposta, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2195, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 5911, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para possibilitar o acordo de não persecução penal nas ações penais em curso antes da vigência da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 53, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 2195/2024, que "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 54, de 2025** que: "Requer, nos termos dos arts. 336, II,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 5911/2023, que "altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para possibilitar o acordo de não persecução penal nas ações penais em curso antes da vigência da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019"." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 55, de 2025** que: "Requer Calendário Especial para a Proposta de Emenda à Constituição n° 22, de 2025, a fim de que a matéria seja apreciada com urgência." **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 34ª, 35ª, 36ª e 37ª Reuniões, Extraordinárias.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovadas.

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à apreciação de 14 itens.

Primeiro item da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 60, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Omar Aziz

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Relator é o Senador Omar Aziz, a quem eu passo a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente Otto Alencar, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 60, de 2025, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mensagem indicando a recondução do Exmo. Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco ao cargo de Procurador-Geral da República, nos termos do art. 128, §1º, da Constituição Federal.

Conforme a disciplina do referido dispositivo, a indicação para a chefia do Ministério Público da União compete ao Presidente da República, devendo a escolha recair sobre membro da instituição, maior de 35 anos, sendo permitida uma recondução.

A nomeação, para mandato de dois anos, deve ser precedida de aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, mediante escrutínio secreto, após arguição pública, consoante o art. 52, inciso III, também da Carta Magna, tendo o presente relatório o fim de instruir a votação da matéria, inicialmente no âmbito desta Comissão.

Nesse sentido, e para possibilitar a avaliação pelos nobres membros desta Casa, o art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado exige que a mensagem seja acompanhada do currículo do indicado, incluindo rol de atividades profissionais (fls. 4-5 do Avulso) e publicações (fls. 5-16), bem como de argumentação escrita (fls. 33) e de diversas declarações e certidões de regularidade, todas devidamente acostadas (fls. 29-32). Evidenciam elas a ausência de parentes vinculados à atividade profissional do indicado; o rol de empresas de que participa ou participou; regularidade fiscal no âmbito da União e do Distrito Federal; inexistência de ações judiciais nas quais figura como autor ou réu; e atuação como representante do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral e ausência de atuação, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de estatais ou em cargos de direção em agências reguladoras.

Feitos esses esclarecimentos, passamos à breve síntese do vasto currículo e experiência do indicado.

O Sr. Paulo Gonet graduou-se em Direito pela Universidade de Brasília, em 1982, onde também se doutorou em 2008. Entre esses marcos, concluiu o mestrado na Universidade de Essex, no Reino Unido, em 1990.

Seguindo-se ao bacharelado, foi, entre 1983 e 1987, assessor do Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Francisco Rezek. Em 1986, foi aprovado em primeiro lugar no concurso público de provas e títulos para o cargo de Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e dos Territórios, tendo no ano seguinte alcançado também a primeira posição no concurso para Procurador da República. Soma, desde então, 38 anos de dedicação no âmbito do Ministério Público da União.

Foi promovido por merecimento ao cargo de Subprocurador-Geral da República em 2012, tendo exercido as funções de Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, entre 2020 e 2021, e de Vice-Procurador-Geral Eleitoral, de 2021 a 2023, logo antes de ser indicado pelo Presidente da República e aprovado por este Senado Federal para seu primeiro mandato como Procurador-Geral da República.

No desempenho desse elevado múnus, destacam-se, como é de conhecimento público, relevantes avanços na reorganização da estrutura do Ministério Público Federal, de modo a aprimorar a sua capacidade de atuar no combate às organizações criminosas. As medidas adotadas incluem a ampliação da cooperação internacional, com o avanço nas tratativas para a adesão da Procuradoria-Geral da República e a criação de equipes conjuntas de investigação, especialmente com a Itália. No mesmo sentido, a atuação na condição de Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público para viabilizar ações coordenadas e concertadas de todos os ramos do Ministério Público brasileiro no combate à criminalidade organizada.

Destaca-se, ainda, a atuação técnica em centenas de ações penais e acordos de não persecução, inclusive em face dos principais responsáveis pelo ataque à democracia ocorrido no país, conforme já reconhecido em variadas condenações proferidas pelo Supremo Tribunal Federal.

A atuação apartidária e técnica do Sr. Paulo Gonet é, aliás, evidenciada pela própria pacificação interna do Ministério Público. Desde sua posse como Procurador-Geral da República, com efeito, já não se verificam divergências ou dissensões radicais com relação à gestão que se iniciou e aos trabalhos até aqui realizados.

No exercício do cargo, também merece louvor o trabalho de continuidade às políticas de aperfeiçoamento institucional e de integração entre os ramos do Ministério Público da União. Entre dezembro de 2023 e julho de 2025, concluiu mais de 80 mil processos perante o Supremo Tribunal Federal, reduzindo em quase 20% o acervo remanescente, e firmou aproximadamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três dezenas de acordos de cooperação com órgãos como a Advocacia-Geral da União, a Receita Federal, a Polícia Federal, o Cade e a Anac.

No plano internacional, promoveu a realização da primeira Cúpula dos Procuradores-Gerais do G20, em outubro de 2024, e ampliou o diálogo com instituições estrangeiras em temas de cooperação jurídica.

No âmbito nacional, celebrou com o Senado Federal, em 18 de março de 2025, acordo para uso do Sistema de Investigação de Registros Telefônicos e Telemáticos, tecnologia desenvolvida pelo Ministério Público Federal que auxilia investigações e Comissões Parlamentares de Inquérito.

Ademais, como Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, firmou 16 instrumentos de cooperação com diversas instituições (Conselho Nacional de Justiça, Organização Europeia de Direito Público, Jusbrasil e outras) e instituiu campanhas de educação e prevenção, como Diga Não ao Assédio Eleitoral, a campanha de proteção de dados pessoais e a campanha de defesa da primeira infância, além de protocolo conjunto com a Senadora Daniella Ribeiro relativo ao programa Antes que Aconteça, voltado ao enfrentamento da violência contra a mulher.

Adiante, no âmbito acadêmico, o indicado demonstra profícua e ativa produção intelectual ao longo de décadas, com centenas de publicações entre livros em autoria ou coautoria, capítulos de livros e artigos, além de palestras, seminários e participações como membro de dezenas de bancas de mestrado, doutorado e concurso público. Sua obra *Curso de Direito Constitucional*, escrita em coautoria com o Ministro Gilmar Mendes, foi premiada na categoria de livros jurídicos na edição 2008 do Prêmio Jabuti.

Foi, ainda, Professor de Direito em diversas instituições de ensino superior, lecionando atualmente Direito Constitucional nos cursos de graduação, mestrado e doutorado do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

Finalmente, na vida profissional privada, pontua-se sua atuação como advogado, conforme permissivo expresso do art. 29, §3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Requereu, contudo, voluntariamente, a suspensão do seu registro antes de assumir a chefia do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todo o exposto, verifica-se que o Sr. Paulo Gonet apresentou a documentação necessária para permitir a esta Comissão a avaliação dos requisitos constitucionais para o exercício do cargo de Procurador-Geral da República. Reputamos encontrar-se a matéria, dessa forma, regularmente instruída, estando madura para deliberação.

O que não consta aqui como um fato determinante da aprovação do nome dele é que ele é botafoguense, Mourão, como eu. Eu não coloquei aqui, mas que fique claro que ele torce pelo Botafogo; então, é um homem de bom gosto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Feita a leitura, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador que queira discutir a matéria.

Eu concedo vista coletiva, como de praxe, para a sabatina ser realizada no dia 12 de novembro.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Marco Antônio de Farias, a partir de 26 de outubro de 2025.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Tem como Relator o nobre Senador Hamilton Mourão, a quem eu concedo a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, bom dia. Bom dia a todos os colegas, às senhoras e aos senhores que nos acompanham.

Para mim, é motivo de muita satisfação poder fazer o relatório do General Anisio David de Oliveira Junior, que está designado para ocupar a vaga no Superior Tribunal Militar, aberta com a transferência para inatividade do Ministro Marco Antônio de Farias.

Eu recordo que o Supremo Tribunal Militar é composto por 15 ministros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... cinco civis e dez militares. Os dez militares são três da Marinha, quatro do Exército e três da Força Aérea, todos generais do último posto de cada uma das suas Forças.

Atualmente, o General David é o mais antigo dentro do Exército Brasileiro, depois do Comandante, obviamente; é formado na turma de 1984 da Academia Militar das Agulhas Negras; possui mestrado em Operações Militares, realizado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no ano de 1993, e doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, concluído no ano de 2000; ainda realizou Curso Superior de Defesa, na Escola de Defesa da Argentina, do Exército Argentino obviamente, que concluiu em 2010.

Essa turma de 1984 tinha 270 aspirantes a oficial que saíram naquele final de ano. Desses 270, 23 atingiram o generalato. E, desses 23, apenas 4 chegaram ao posto de General de Exército.

O General David, promovido a General de Brigada, foi Comandante da 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, no Pará, durante dois anos; comandou também a 8ª Região Militar, que abrange os Estados do Pará e do Amapá, também durante dois anos; e sua primeira missão como General de Quatro Estrelas foi Comandante Militar do Oeste, que abrange os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; ou seja, é um conhecedor das nossas fronteiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, é importante destacar que, atualmente, o General David é o Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, que tem sob seu comando várias diretorias e os grupamentos de engenharia espalhados de norte a sul do Brasil, que realizam as mais diversas obras não só em prol da atividade militar em si, mas principalmente em prol do Governo brasileiro, que são feitas pela engenharia militar – o General David tem sido responsável por isso. Possui todas as principais condecorações que as Forças Armadas outorgam a seus integrantes.

Em relação ao que diz respeito ao art. 383, inciso I, alínea "b", item 1, do nosso Regimento Interno, em relação a parentes que têm a mesma atividade profissional, eu destaco que o pai do General David é Suboficial do Exército e está na inatividade há muito tempo; ele possui um cunhado, que é Coronel do Quadro de Engenheiros Militares, também na inatividade; o irmão, também Coronel, ainda está na ativa e é Oficial da Arma de Engenharia; e tem um sobrinho, que é Cadete atualmente da Academia Militar das Agulhas Negras. É uma família oriunda do meio militar.

Ele não tem nenhuma participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, bem como não atuou em juízos ou tribunais nos últimos cinco anos.

Todas as certidões de regularidade foram apresentadas.

E, assim, diante do exposto, Sr. Presidente, entendo que os Srs. Senadores e as Sras.Senadoras que integram esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem das informações necessárias para a deliberação sobre a presente indicação para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

É o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parabenizo V. Exa. pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Concedo vista coletiva para a sabatina a se realizar no dia 12 de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército FLAVIO MARCUS LANCIA BARBOSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Odilson Sampaio Benzi, a partir de 21 de novembro de 2025.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Relator é o Senador Jaques Wagner, a quem eu passo a palavra.

Aliás, nós íamos fazer hoje apenas quatro itens de mensagens – nós temos outros cinco itens para apreciar –, mas o Líder aqui do Governo pediu que se colocassem todos os nove hoje. Portanto, o Senador Cid vai esperar um pouco, porque o dele é o item 10. Depois da leitura das nove, nós passaremos a apreciar as matérias que não são mensagens, mas que serão apreciadas ainda hoje.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Otto.

Passo à leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem 77, de 2025, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército Flavio Marcus Lancia Barbosa, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Odilson Sampaio Benzi, a partir de 21 de novembro de 2025.

Vem a esta Comissão de Constituição e Justiça a Mensagem nº 77, de 2025, da Presidência da República, que submete à consideração do Senado Federal a indicação do Sr. General de Exército Flavio Marcus Lancia Barbosa para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Sr. Odilson Sampaio Benzi, a partir de 21 de novembro de 2025.

O art. 123 da Constituição Federal estabelece que o STM será composto de quinze ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo dez entre oficiais-generais das Forças Armadas, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco entre civis. A indicação ora em exame se refere à representação de oficiais-generais do Exército Brasileiro no tribunal.

As declarações e certidões demandadas pelas normas regimentais deste Senado relacionadas à arguição da autoridade indicada, especialmente o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e o Ato nº 1, de 2017, da CCJ, foram devidamente apresentadas, acompanhadas do *curriculum vitae* do indicado.

O General Lancia, declarado aspirante a oficial em 1984, da Arma de Artilharia, realizou diversos cursos próprios da carreira militar, entre os quais se destaca o Doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército em 2003. Realizou ainda o estágio de treinamento de instrutor pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, em 2006, e o Curso de Estudos de Defesa e Estratégia, na Universidade de Defesa Nacional do Exército da República Popular da China em 2011. É, ademais, piloto civil desde 1980, para aeronaves de asa fixa, e possui o Curso de Observador Aéreo, pela Escola de Instrução Especializada, concluído em 1990.

É, ademais, piloto civil desde 1980, para aeronaves de asa fixa, e possui o Curso de Observador Aéreo, pela Escola de Instrução Especializada, concluído em 1990.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Durante toda a sua profícua carreira profissional no Exército Brasileiro, o indicado desempenhou relevantes atividades, entre as quais se destacam, na condição de General de Brigada, o Comando da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Exército (Curitiba/PR) e a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial no Rio de Janeiro. Já na condição de General de Divisão, foi o 4º Subchefe e Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, em Brasília. Como Oficial-General de quatro estrelas, foi Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército, Chefe de Educação e Cultura do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e Comandante Logístico do Exército Brasileiro.

Entre suas missões no exterior, assinalamos a de Observador Militar da Organização das Nações Unidas na Força de Proteção das Nações Unidas na ex-Iugoslávia (1994/1995) e a atuação como instrutor no Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação e Segurança, nos Estados Unidos (2006/2007). As condecorações do indicado são diversas, de instituições civis e militares, nacionais e estrangeiras.

O indicado apresentou declaração de inexistência de parentes vivos que exercem ou tenham exercido atividades vinculadas à sua atividade profissional. Declarou, ainda, não participar nem ter participado como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais. Tampouco atuou em quaisquer juízos ou tribunais nos últimos cinco anos.

Foram apresentadas também as devidas certidões de regularidade fiscal, bem como certidão judicial criminal negativa da Justiça Federal. Com respeito a ações judiciais, o indicado declarou ser coautor de ações populares perante a 2ª Vara Federal de Curitiba/PR e perante a 3ª Vara Cível da Seção Judiciária de Goiás. Declarou, ainda, constar no polo passivo de cerca de 270 mandados de segurança distribuídos em varas federais por todo Brasil, situação decorrente da função pública exercida como Comandante Logístico.

Por fim, assinalamos que o indicado trouxe, em respeito à exigência do art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado, argumentação escrita para demonstrar sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores que integram esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem das informações necessárias para a deliberação sobre a presente indicação para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parabenizo o Senador Jaques Wagner.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerro a discussão.

Concedo vista coletiva para apreciação dessa matéria, com sabatina no dia 12 de novembro.

Item 4.

ITEM 4

OFÍCIO "S" Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor GUSTAVO AFONSO SABÓIA VIEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Presidente do Senado Federal: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP) e outros

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Marcos Rogério para leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, agradeço a V. Exa. pela designação desta relatoria e passo ao relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Ofício "S" nº 10, de 2025, do Senado Federal, assinado pelo Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, pelos Líderes, bem como por outros Srs. Senadores e Sras. Senadoras, com a indicação do Sr. Gustavo Afonso Sabóia Vieira, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada ao Senado Federal, nos termos do *caput* e do inciso V do art. 130-A da Constituição Federal.

Conforme o art. 130-A da Constituição Federal, compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O mesmo artigo determina sua composição em 14 membros, nomeados pelo Presidente da República, entre eles, dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Nos termos regimentais, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proceder à sabatina dos indicados. Em obediência ao disposto no art. 383, inciso I, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, bem como no art. 5º, inciso I, da Resolução nº 7 do Senado Federal, de 27 de abril de 2005, o Sr. Gustavo Afonso Sabóia Vieira encaminhou seu *curriculum vitae*, que sintetizo a seguir.

O indicado é graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub) e concluiu, em 2023, mestrado em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), com dissertação intitulada "O controle congressual das agências reguladoras no Brasil: o papel do Senado Federal", na qual aborda a questão do controle externo exercido pelo Poder Legislativo sobre entidades da administração pública.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcos, vou pedir silêncio aos que estão assistindo à sessão, para que o Senador Marcos do Val possa ler o seu relatório...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Marcos Rogério. Desculpe, pelo amor de Deus, desculpe-me. Vou rezar um pai-nosso para o senhor hoje, fique tranquilo. (*Risos.*)

Peço perdão pelo meu lapso verbal. V. Exa. me perdoa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, mas não me senti de nenhuma forma ofendido.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. me perdoa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não há o que perdoar. Agradeço a consideração e a distinção de V. Exa.

Portanto, o tema de dissertação do indicado, "O controle congressual das agências reguladoras no Brasil: o papel do Senado Federal", aborda a questão do controle externo exercido pelo Poder Legislativo sobre entidades da administração pública.

No que se refere à sua atuação profissional, Sabóia Vieira iniciou sua carreira no serviço público brasileiro no Superior Tribunal Militar, onde foi aprovado no concurso para a carreira de Analista Judiciário, iniciada em 2011.

Logo em 2012, contudo, logrou êxito no concurso para a carreira de Analista Legislativo, especialidade Processo Legislativo, do Senado Federal, cargo que ocupa até o presente momento. No Senado Federal, exerceu atividades de assessoramento legislativo na Secretaria de Comissões da Secretaria-Geral da Mesa e, a partir de 2015, foi chefe da assessoria legislativa da Liderança do Democratas. Em 2019, Dr. Sabóia Vieira teve passagem pelo Poder Executivo, ocupando o cargo (DAS 5) de Chefe da Assessoria Internacional e Institucional do Ministério da Infraestrutura. Nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

período, também exerceu o mandato de representante do Senado Federal no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD). Atualmente, encontra-se licenciado de suas atividades no Senado desde fevereiro de 2025 e vem exercendo a advocacia privada.

Cumpre assinalar que Sabóia Vieira foi Secretário-Geral da Mesa entre os anos de 2021 e 2025, período particularmente complexo, em razão das dificuldades impostas pelo alastramento da pandemia de covid-19 no Brasil e no mundo e as consequentes demandas de segurança sanitária. No entanto, seu desempenho à frente deste órgão legislativo foi marcado pela excelência na gestão, com destaques para a implementação de uma reforma administrativa interna, a conclusão do procedimento de digitalização do processo legislativo e a consolidação do uso do Sistema de Deliberação Remota, que transformou, de forma significativa, o exercício da atividade legiferante no âmbito desta Casa.

Em atendimento às exigências do Regimento Interno do Senado Federal e da supracitada Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, o indicado apresentou um conjunto de declarações, no qual afirma:

a) não ter exercido cargos em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

b) não possuir ações judiciais em tramitação nas quais figure como autor ou réu;

c) inexistirem parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional;

d) não haver pendência fiscal em seu nome, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

e) participar como sócio proprietário da Saboia, Ramos & Vieira Advocacia e como sócio cotista da Ultra Administração Patrimonial Ltda., da SV Administração de Bens Ltda. e da Speed Capital Ltda., sem ocupar qualquer posto de gestão ou administração das referidas entidades;

f) não exercer, assim como seu cônjuge e parentes, mandato eletivo;

g) não ter sido sujeito a sanções criminais ou administrativo-disciplinares;

h) não haver débito tributário em seu nome; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

i) a firme intenção de pautar, caso venha a ser indicado, sua atuação no Conselho Nacional do Ministério Público pelos princípios da ética pública, da legalidade e da eficiência institucional.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório que apresento, Sr. Presidente, mais uma vez cumprimentando V. Exa. por pautar esse tema e saudando o nosso – no meu caso particular, amigo – Dr. Gustavo Sabóia, que foi o nosso Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., parabenizo pelo relatório e me somo às considerações feitas a respeito do Dr. Gustavo Sabóia, Secretário-Geral do Senado Federal, que desenvolveu um trabalho eficiente, colaborou muito com o nosso ex-Presidente Rodrigo Pacheco.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, concedo vista coletiva para a sabatina no dia 12 de novembro.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

OFÍCIO "S" Nº 11, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora JACEGUARA DANTAS DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Passo a palavra à nobre Relatora, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Obrigada, Presidente, meu querido amigo Senador Otto.

Caros colegas Senadoras e Senadores aqui presentes, eu vou passar direto ao relatório.

A Sra. Jaceguara Dantas da Silva possui uma sólida e diversificada trajetória no Poder Judiciário, atualmente atuando como Desembargadora no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua experiência abrange uma profunda compreensão das realidades jurídicas e sociais, com atuação tanto judicante quanto em iniciativas de relevância social, evidenciada por sua progressão profissional e acadêmica.

Sua formação acadêmica inclui Doutorado em Direito, na área de concentração em Direito Constitucional, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Anteriormente, obteve o título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito do Estado, também pela PUC/SP. É especialista em Direito Civil, com área de concentração em Direitos Difusos, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e bacharel em Direito pela Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (Fucmat) em 1985.

Essa trajetória acadêmica demonstra um engajamento intelectual robusto com temas centrais do direito, confirmado por sua tese de doutorado, que abordou a atuação do Ministério Público no enfrentamento à violência de gênero, com recortes étnico-raciais, culminando na publicação do livro *Ministério Público e Violência Contra a Mulher: Do Fator Gênero ao Étnico-Racial*, em 2018.

A carreira da Sra. Jaceguara Dantas da Silva como promotora teve início com sua nomeação para o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul em 1992. Sua atuação como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

promotora incluiu diversas comarcas e a titularidade da 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos em Campo Grande (agosto de 2013 a setembro de 2015).

Em 2015, foi promovida à Procuradora de Justiça, atuando na 1ª Procuradoria de Justiça Criminal até janeiro de 2022. Nesse período, foi também Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (ESMP-MS) de 2017 a 2022 e Membro do Conselho Superior do Ministério Público. Em 21 de janeiro de 2022, foi promovida a Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, ocupando vaga destinada ao Ministério Público pelo quinto constitucional.

No âmbito de seu trabalho atual no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, a Desembargadora Jaceguara Dantas da Silva preside a Quinta Câmara Cível, e compõe a Quarta Seção Cível. É Coordenadora Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar para os biênios 2023/2024 e 2025/2026, e Membro da Comissão Recursal de Heteroidentificação do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

Sua carta destaca um compromisso com os princípios democráticos e o Estado de direito, "especialmente pela promoção dos direitos humanos e enfrentamento à violência de gênero e discriminação racial".

Seu engajamento social é particularmente evidente. É idealizadora da campanha "#TodosPorElas pelo Fim do Feminicídio", uma iniciativa interinstitucional realizada pelos três Poderes do Estado de Mato Grosso do Sul. É também autora do projeto Monitor da Violência contra a Mulher, desenvolvido pelo TJ-MS em conjunto com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do estado (Sejusp), premiado na categoria magistrados no V Prêmio CNJ Juíza Viviane Vieira do Amaral de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar, em 2025. Adicionalmente, foi cofundadora do grupo TEZ (Trabalhos e Estudos Zumbi) (1989), descrito como "a primeira entidade do movimento negro no Estado de Mato Grosso do Sul", o que demonstra seu compromisso de longa data com as pautas de igualdade racial, justiça social e combate ao racismo estrutural. Além disso, sua dedicação em pautas como a defesa de vítimas de violência obstétrica reflete a extensão de seu trabalho na defesa das mulheres e o enfrentamento da desigualdade de gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicação da Sra. Jaceguara Dantas da Silva é notável também por sua representatividade. Sendo mulher e negra, aliada à sua trajetória profissional no direito, traz uma perspectiva diferenciada e enriquecedora às discussões no Conselho Nacional de Justiça. Essa experiência multifacetada, construída ao longo de sua carreira e trajetória acadêmica, pode contribuir para uma abordagem mais abrangente das questões relacionadas à administração da Justiça, especialmente em temas como a violência de gênero, o feminicídio e a proteção de vítimas.

A presença de uma representante de Mato Grosso do Sul no Conselho Nacional de Justiça fortalece a diversidade regional do colegiado, permitindo a incorporação de diferentes realidades e perspectivas federativas na formulação de políticas judiciárias. A inclusão de uma mulher no CNJ, por sua vez, pode contribuir para a integração de uma perspectiva de gênero, considerada relevante para a construção de um sistema de Justiça mais completo e adequado às diversas demandas da sociedade.

Em conformidade com as exigências formais para o processo de sabatina, a Sra. Jaceguara Dantas da Silva apresentou a documentação exigida pelo RISF e pela Resolução nº 7, de 2005.

Para tal, a indicada encaminhou seu currículo detalhado, que elenca sua formação acadêmica e sua trajetória profissional, incluindo sua atuação como Desembargadora no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, a Presidência da 5ª Câmara Cível, a integração na 4ª Seção Cível, e suas participações na Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e na Comissão Recursal de Heteroidentificação do Poder Judiciário estadual, cumprindo, assim, a exigência geral de apresentação de qualificações e experiência, conforme o art. 383, I, “a”, do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 5º, I, da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal.

Adicionalmente, a Sra. Jaceguara Dantas da Silva declarou formalmente a inexistência de ações judiciais nas quais figure como ré e a inexistência de procedimentos administrativo-disciplinares instaurados em seu desfavor.

Em um gesto de transparência, apresentou as ações judiciais em que figura como autora. Esta declaração atende ao disposto no art. 383, inciso I, alínea "b", item 4, do Regimento Interno do Senado Federal, e ao art. 5º, inciso III, da Resolução nº 7, de 2005.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que tange à sua situação fiscal, foram apresentadas certidões que comprovam a regularidade fiscal da indicada nas esferas federal, estadual e municipal, atestando sua situação regular junto ao fisco. Este item cumpre o previsto no art. 383, inciso I, alínea "b", item 3, e seu §3º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A indicada também apresentou declaração atestando que não possui cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, envolvidos em sua atividade profissional que possam configurar impedimento ou violação das normas de nepotismo, em consonância com o art. 383, inciso I, alínea "b", item 1, e seu §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Apresentou-se declaração também na qual a indicada afirma não ter participado, como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais que pudessem gerar conflito de interesses com a função a ser desempenhada, requisito que encontra amparo no art. 383, inciso I, alínea "b", item 2, e seu §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Finalmente, a indicada informou que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos ou tribunais (sob as condições que gerariam impedimento), nem integrou conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção em agências reguladoras. Adicionalmente, declarou não ser membro do Congresso Nacional, de Poderes Legislativos estaduais, do Distrito Federal ou municipais, e que não possui parentes nestas condições. Este ponto cumpre o art. 383, inciso I, alínea "b", item 5, e seu §2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e o art. 5º, inciso IV, da Resolução nº 7, de 2005, quanto aos vínculos com o Poder Legislativo.

As informações detalhadas e a análise da documentação apresentada demonstram que todas as exigências normativas pertinentes à instrução do processo de indicação foram devidamente cumpridas.

A Sra. Jaceguara Dantas da Silva apresenta um perfil que combina experiência jurídica consolidada com um engajamento social e uma trajetória profissional consistente, aspectos que a qualificam para integrar o Conselho Nacional de Justiça. Sua possível atuação no CNJ tem o potencial de não apenas somar à *expertise* técnica do colegiado, mas também de introduzir perspectivas diversificadas, importantes para o aprimoramento contínuo de um Poder Judiciário que busca refletir a pluralidade da sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, considera-se que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar acerca da presente indicação.

Sr. Presidente, eu quero cumprimentar a Dra. Jaceguara, minha amiga. Conheço a sua trajetória de longo tempo e eu espero que ela seja aprovada nesta Comissão para integrar o CNJ.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa. e agradeço.

A matéria está em discussão.

Senadora Soraya para discutir a matéria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Presidente, eu desejo parabenizar, pelo relatório, a Senadora Teresa Cristina. É um brilhante relatório, principalmente porque conta do brilhantismo do nome.

A Dra. Jaceguara foi Promotora de Justiça, depois, Procuradora, e hoje é Desembargadora pelo quinto constitucional. É uma mulher de muita fibra, de um trabalho que merece essa exaltação.

Por isso eu a parabenizo e peço aos colegas o voto favorável à Dra. Jaceguara.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Encerrada a discussão, concedo vista coletiva e passo ao item 6, também da relatoria da Senadora Tereza Cristina, uma indicação do Sr. Fabio Francisco Esteves para compor o Conselho Nacional de Justiça numa vaga do Supremo Tribunal Federal.

ITEM 6

OFÍCIO "S" Nº 12, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor FABIO FRANCISCO ESTEVES, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senadora Tereza Cristina

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Com a palavra a Senadora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Com a devida vênia, em respeito à Senadora, eu gostaria de pedir a V. Exa. que retirasse de pauta o item 11, diante de alguns ajustes a pedido do Governo, na medida em que, na semana passada, o Senador Rogério Carvalho pediu que o retirássemos. Nós o retiramos e preparamos outro relatório. Todavia, o Governo novamente quer promover uma reunião para fazer talvez algumas adequações, evidentemente com a aquiescência da nossa autora do projeto, que é a Senadora Tereza Cristina.

Então, eu peço a V. Exa. que retire o item 11 da pauta, que é o Projeto de Lei 2.951, e espero que na semana que vem nós possamos votar esse tão importante projeto, que vai atender, com certeza, o homem do campo brasileiro.

Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Atendo, como pede V. Exa., e aguardo para pautar a matéria do seguro rural, que já foi discutida e é relevante para todos os trabalhadores do campo envolvidos nesse processo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Eu espero que na semana que vem possamos votar, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2951, DE 2024

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola; a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências; e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, que autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural; bem como revoga dispositivos da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar os marcos legais do seguro rural.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Na 37ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/10/2025, a Presidência concedeu vistas ao Senador Rogério Carvalho, nos termos regimentais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Foram apresentadas as Emendas nº 1, de autoria do Senador Izalci Lucas, nº 2, de autoria do Senador Zequinha Marinho; e nº 3, de autoria do Senador Alessandro Vieira (dependendo de relatório)

- Se aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, do RISF;

- Votação nominal.)

Item 6.

Senadora Tereza Cristina com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente.

Submete-se ao exame desta Comissão a indicação, pelo Supremo Tribunal Federal, do Juiz de Direito Fabio Francisco Esteves, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada aos juízes estaduais, nos termos do inciso V do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a citada Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

O Dr. Fabio Francisco Esteves encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

S. Exa. graduou-se em Direito pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, em 2003, tendo, posteriormente, obtido os títulos de Mestre em Direito, pela Universidade de Brasília, em 2012, e Doutor em Direito, pela Universidade de São Paulo, em 2025.

O indicado atua na magistratura do Distrito Federal e Territórios desde 2007, onde exerceu suas funções, por quase dez anos, no Tribunal do Júri.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, é professor de Direito Constitucional na Escola de Magistratura do Distrito Federal, desde 2011, e de Processo Penal no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, desde 2020.

O ilustre magistrado é também formador da Escola Nacional de Formação de Magistrados, desde 2020, e foi, no período de 2020 a 2025, juiz instrutor no Gabinete do Ministro Edson Fachin.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Ainda como juiz, é Coordenador Substituto da Comissão para Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral, desde 2022, e membro do Fórum Nacional para a Equidade Racial no Poder Judiciário, desde 2023...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... e foi membro da comissão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É perfeitamente viável que os que querem conversar podem ir ao corredor, conversar, debater o tema e depois retornar, porque a Senadora precisa ser ouvida. Então, de alguma forma, tem espaço para discutir os temas lá fora.

Eu pediria, de forma inclusive tranquila, muito educada, que permitissem que os Senadores e as Senadoras pudessem ler os relatórios sem essa discussão, inclusive de assessores que estão assistindo e reiteradamente não tomam a decisão de ouvir em silêncio os relatórios.

Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Vamos lá.

Ainda como juiz, é Coordenador Substituto da Comissão para Igualdade Racial do Tribunal Superior Eleitoral, desde 2022, e membro do Fórum Nacional para a Equidade Racial no Poder Judiciário, desde 2023, e foi membro da Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados para a revisão da legislação antirracista, de 2021 a 2022, e Presidente da Comissão Multidisciplinar de Inclusão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios até 2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É cofundador do Encontro Nacional de Juízes e Juízas Negros e do Fórum Nacional de Juízas e Juízes contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e cocriador do Projeto Falando Direito, destinado à educação em direitos e fraternidade para jovens das escolas públicas.

Foi, também, Presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal por dois biênios, de 2016 a 2020, e Vice-Presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros no triênio 2020 a 2022.

S. Exa. é autor de diversos capítulos de livros em obras doutrinárias. Foi vencedor, em 2021, do Prêmio Desafio Lideranças Políticas Negras, e recebeu as Medalhas de Mérito da Defensoria Pública do Distrito Federal, em 2022, e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em 2023.

No corrente ano, o indicado, ilustre cidadão sul-mato-grossense, onde se formou, foi também agraciado com o título de cidadão honorário do Distrito Federal, onde desenvolve as suas atividades profissionais.

S. Exa. apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007.

O indicado anexou, também, certidões que demonstram regularidade fiscal, no âmbito federal, distrital e municipal.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Quero aqui também dizer do excelente currículo do Dr. Fabio e pedir o voto das Sras. Senadoras e Srs. Senadores para também a sua indicação para o CNJ., ele que é um concidadão sul-mato-grossense.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Mais uma vez, o brilhantismo dos mato-grossenses. O Dr. Fabio, apesar de ser juiz aqui no Distrito Federal, muito orgulha o nosso estado. Cresceu lá, estudou nas escolas públicas, formou-se na nossa Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul em Direito, no Município de Paranaíba.

E eu gostaria de destacar – eu dei um Google aqui, Senadora Tereza – que achei muito bonita uma parte da história dele. Ele conta assim:

> Meu pai era um analfabeto, minha mãe também não tinha muita instrução, mas para ambos a educação é um valor inestimável. Tanto, que a vida deles foi toda conduzida para que nós pudéssemos ter educação, para que a gente pudesse ter acesso a educação. Meu pai fez inclusive com que a escola fosse para a zona rural, depois mudou-se da fazenda para poder garantir que eu estudasse. Então, ele organizou a vida dele toda para que nós pudéssemos estudar [lembrou Fábio].

E aqui, nessa reportagem, há uma foto dele pequeno, com os pais numa lavoura.

É muita emoção ver uma pessoa chegar a esse patama, e eu fico muito orgulhosa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Encerro a discussão.

Concedo vista coletiva para a sabatina no dia 12 de novembro.

ITEM 7

OFÍCIO "S" Nº 13, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Relator é o Senador Weverton, a quem eu passo a palavra.

Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Presidente, eu vou aqui direto ao currículo do nosso indicado.

Ele é advogado, inscrito na OAB, Seccional do Maranhão.

Foi Presidente da nossa Ordem dos Advogados do estado, nos biênios de 2016/18 e 2019/21, e Conselheiro Federal da OAB no triênio de 2022/25.

Nesse período, coordenou a Comunicação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Presidiu o Conselho das Profissões Regulamentadas do Maranhão, no período 2020/21. Integrou, como membro, a Comissão de Direito do Consumidor da OAB do estado, de 2014/15; a Aliança Brasileira de Advocacia Empresarial; além de ser titular da Academia Maranhense de Cultura Jurídica, Social e Política, ocupando a cadeira Manoel Beckman.

Graduou-se, no ano de 2005, em Direito, na Universidade Ceuma, do Maranhão. Fez pós-graduação em Direito Tributário na Fundação Getulio Vargas e é pós-graduando em Recuperação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judicial, Falência e Gestão Judicial, com habilitação em Administração Judicial pela Uniaba/Faculdade.

Cursou, ainda, o Curso de Administradores Judiciais e Aperfeiçoamento em Falência e Recuperação Judicial pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás e pela Escola Superior de Advocacia (ESA-GO).

Exerce a advocacia como sócio proprietário do escritório Thiago Diaz Advogados Associados, desde 2008, e da MD Administração Judicial, desde 2020.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, o indicado declara:

a) atender à vedação ao nepotismo, comprometendo-se a não postular a nomeação ou a designação para cargos em comissão e funções de confiança, nas áreas do Poder Judiciário ou do Ministério Público, de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

b) participar como sócio proprietário do Thiago Diaz Sociedade Individual de Advocacia e da empresa Administração Judicial Morais Diaz Eireli;

c) que se encontra em situação de regularidade fiscal, conforme certidões apresentadas;

d) a existência de ação cível, em que figura como autor, e de ação federal, em que figura como litisconsorte passivo, figurando como autor em cinco processos; a inexistência de ações cíveis ou criminais em que figure como réu, bem como não ter sido condenado civil ou criminalmente, por sentença judicial transitada em julgado, conforme certidões que apresenta;

e) que não exerce função em juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

f) o seu compromisso de atuar com a máxima responsabilidade e dedicação, sempre focado em contribuir para reforçar a função do Ministério Público, primando pela defesa do Estado democrático de direito, da cidadania, dos direitos e garantias individuais e coletivos, dos direitos humanos, e para que a atuação dos integrantes do Ministério Público seja fincada na observância de tais princípios e valores, conforme ressalta em sua argumentação escrita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, entendemos que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Sr. Thiago Diaz pela indicação da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele, sem dúvida, vai honrar muito aquela cadeira do Conselho Nacional do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e o parabenizo.

Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para discutir.) – Eu vou aproveitar o ensejo, porque nós acabamos de ouvir a leitura do relatório da Senadora Tereza Cristina de uma promotora de carreira, Dra. Jaceguara, de um juiz de carreira, o Dr. Fabio, e eu quero exaltar aqui os dois, Dr. Thiago Diaz e o Gustavo Sabóia, por conta da importância da advocacia.

São meus colegas de profissão, e preciso exaltar que, apesar de o Gustavo ter sido indicado pelo Senado Federal, ele é um advogado.

Então, o quinto, sempre presente. Não é o caso do quinto, mas o CNMP e o CNJ, sendo compostos pelas três carreiras da área jurídica, traz esses diferentes olhares. Uma coisa é você trabalhar de um lado do balcão, e outra coisa é do outro lado do balcão.

E vou exaltar a área mais difícil de atuar, que é a advocacia, doutores, porque o nosso prazo é fatal. O prazo do MP é em dobro; o da Defensoria é em dobro, que também é uma advocacia; o prazo dos magistrados é impróprio... Então, também entendo, tem que ser... Mas a nossa vida de pedintes... Nós vivemos com o pires na mão.

Nós sabemos a dor e a delícia do que é advogar. Somos quase 1,3 milhão advogados, e vou honrar a OAB aqui, que passou a estar presente na nossa CPMI do INSS, para garantir as prerrogativas da advocacia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sim, muitas pessoas não entendem as nossas prerrogativas, que não são privilégios; elas existem para que possamos realmente trazer uma defesa decente para o cliente, uma defesa com que ele se sinta realmente seguro. Então, é um dever nosso – dever. E eu não posso deixar de exaltar a nossa advocacia e a nossa OAB.

Então, eu peço aos colegas também o voto favorável.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Como Relator.) – Eu esqueci aqui, claro, de fazer o registro também e parabenizar a indicação do Dr. Gustavo Sabóia, que foi Secretário-Geral daqui da Mesa do Senado Federal, conhecido por por todos e que, sem dúvida nenhuma, também cumprirá um papel importante naquele dileto conselho.

Então, parabéns, Dr. Gustavo Sabóia. Todos nós aqui reconhecemos, sem dúvida nenhuma, o grande trabalho que você prestou – e presta – aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Concedo vista coletiva para a sabatina no dia 12.

O Senador Mecias de Jesus vai relatar agora a indicação da Dra. Daiane Nogueira de Lira para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Câmara dos Deputados.

ITEM 8

OFÍCIO "S" Nº 14, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Com a palavra V. Exa., Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Otto, quero agradecer a V. Exa. pela gentileza de me designar Relator da indicação da Dra. Daiane, e é uma honra para mim, pela segunda vez, estar relatando o nome da Dra. Daiane, agora para recondução ao CNJ, para o biênio 2026-2028.

Submete-se ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a indicação pela Câmara dos Deputados da Sra. Daiane Nogueira de Lira, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, visando a sua recondução na vaga destinada à representação da Câmara dos Deputados. A indicação atende ao disposto no inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal.

Os incisos do *caput* desse artigo estabelecem a composição do conselho e as instituições ou autoridades responsáveis pela indicação de seus membros.

Segundo o art. 103-B, *caput*, e §2º, da Constituição Federal, os membros do CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão proceder à sabatina dos indicados, de acordo com a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, e com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicada encaminhou a documentação exigida pelos citados atos normativos, bem como seu currículo, que passamos a descrever e analisar.

A Sra. Daiane Nogueira de Lira apresenta um currículo que evidencia vasta experiência acadêmica e profissional, com trajetória em diversas instituições de renome no cenário jurídico nacional.

Atualmente, é doutoranda em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo, tendo iniciado o curso em agosto de 2023.

Concluiu o mestrado em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) em 2010.

Graduou-se pela Faculdade de Direito de Fortaleza (Unifor) em 2004.

A indicada iniciou sua carreira como advogada. Em 2006, foi aprovada e nomeada para o cargo de Advogada da União, onde atuou em diferentes posições, tais como:

- Coordenação de Assuntos Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, entre 2006 e 2007;

- Departamento de Controle Concentrado da Secretaria-Geral de Contencioso do Gabinete do Advogado-Geral da União, de agosto de 2007 a dezembro de 2009.

No Supremo Tribunal Federal, a indicada exerceu funções estratégicas por um período significativo:

- Assessora de Ministro no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, de novembro de 2009 a fevereiro de 2013;

- Chefe de Gabinete de Ministro no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, em dois períodos distintos: de fevereiro de 2013 a setembro de 2018 e de setembro de 2020 a janeiro de 2024;

- Secretária-Geral da Presidência do STF, de setembro de 2018 a setembro de 2020.

Durante este período, a indicada atuou como *product owner* na ampliação do Plenário Virtual do STF, com foco na otimização de julgamentos eletrônicos, e coordenou o projeto de construção do novo Museu do STF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Liderou a organização de visitas institucionais do STF aos tribunais estaduais, para a consolidação da sistemática da repercussão geral, e idealizou projetos como o Juízo de Admissibilidade, para otimização de processos recursais e o Painel de Ações Covid-19.

Desde fevereiro de 2024, a Sra. Daiane Nogueira de Lira ocupa a função de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, indicada pela Câmara dos Deputados, posição para a qual se pleiteia a recondução para o biênio 2026-2028.

Durante seu mandato como Conselheira do CNJ, a indicada demonstrou uma notável capacidade de proposição e execução de projetos e iniciativas, com forte ênfase nas áreas de saúde, comunicação e inovação tecnológica.

Entre as principais atuações, destacam-se:

- na área da saúde e judicialização: lançamento e coordenação de programas como o Fonajus Itinerante (2024 e 2025), o Prêmio Justiça e Saúde (2024 e 2025) e a realização dos Congressos Nacionais do Fonajus (2024 e 2025). Liderou iniciativas como o acordo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (2024), a elaboração de 150 notas técnicas em saúde (2024) e o desenvolvimento de ferramentas como o Painel e-NatJus (2024), o projeto e-NatJus 4.0 (2024), incluindo o desenvolvimento de inteligência artificial generativa e a criação do Comitê Gestor Nacional do e-NatJus (2024). Promoveu a I Semana Nacional da Saúde (2025), com a realização em todo o país de mutirões de julgamento, audiência e conciliação em processos judiciais e ações de saúde em comunidades indígenas, ribeirinhas, idosos, crianças carentes e outras populações vulneráveis. Ainda, realizou a VII Jornada da Saúde (2025) e a inclusão do eixo saúde no Programa Justiça Itinerante Amazônia Legal (2025);

- na área de comunicação e transparência: liderou a criação do Selo Linguagem Simples (2024), a realização do 4º Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário (2025), a aprovação da Política de Comunicação do Poder Judiciário (2025) e seminários sobre liberdade de imprensa.

É importante ressaltar, Sr. Presidente, colegas Senadores, que, em suas atividades institucionais, a Conselheira compareceu a diversos estados do país, com especial destaque para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua presença em Roraima, o que foi de grande importância para a articulação de políticas de saúde e para o fortalecimento do apoio ao funcionamento dos serviços de radioterapia no estado.

Essa atuação aproximou o CNJ das realidades regionais, especialmente nas áreas de saúde pública, e reforçou o papel do Judiciário como agente de promoção de políticas de acesso e cidadania.

A Sra. Daiane Nogueira de Lira possui um histórico robusto de participação em comissões e grupos de trabalho em diversas esferas do sistema de justiça, além de uma significativa produção intelectual. Atualmente, desempenha papéis de liderança e participação em importantes comissões e fóruns, tais como:

- Supervisora do Comitê Executivo Nacional do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus) e Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do e-NatJus, ambos no CNJ;

- Membro da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec);

- Presidente e Coordenadora de diversas comissões de comunicação do Poder Judiciário (CNJ), incluindo o Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa (Folinj).

A Dra. Daiane Nogueira de Lira também atua na docência, sendo Professora do Curso de Pós-Graduação da Escola da Advocacia-Geral da União desde 2021 e tendo lecionado em cursos de graduação.

Sua produção intelectual é expressiva em livros e artigos científicos sobre temas jurídicos relevantes, além de participação ativa como palestrante em diversos seminários e congressos, abordando judicialização da saúde, tecnologias no Judiciário, comunicação institucional e direitos fundamentais.

A carreira da indicada é agraciada com uma série de distinções honrosas e títulos. Recentemente, recebeu o Troféu Mulher de Valor (2025), Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen (2025), Medalha de Reconhecimento do Consepre (2025), Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho no grau de Grande Oficial (2025), Medalha do Mérito em Educação Judicial Desembargador Mário Albiani (2025), Comenda de Mérito ao Ouvidor (2024),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Moção de Congratulação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul (2024), Menção Honrosa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (2024) e homenagem do Poder Judiciário de Pernambuco (2024). Anteriormente, foi agraciada com a Medalha da Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União no grau Grande Oficial (2020) e a Ordem do Mérito da Defesa no grau Grande Oficial (2019).

A indicada anexou declarações e certidões que demonstram o atendimento aos requisitos de elegibilidade e conformidade, nos termos exigidos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, incluindo declarações de ausência de nepotismo, de não ser proprietária, sócia ou gerente de pessoas jurídicas, de regularidade fiscal com certidões negativas válidas do GDF e da Receita Federal/PGFN, de não ser autora ou ré em ações judiciais, e de não ter atuado em conselhos de administração de estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras/tribunais nos últimos cinco anos, exceto em sua atuação no Conselho Nacional de Justiça.

Diante do exposto e da análise da documentação apresentada, constatamos que todas as exigências normativas pertinentes à instrução do processo de indicação para recondução da Sra. Daiane Nogueira de Lira ao Conselho Nacional de Justiça foram devidamente cumpridas.

Consideramos, portanto, Sr. Presidente, que as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que integram esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes e robustos para deliberar acerca da presente indicação.

Sr. Presidente, quero agradecer e dizer da honra de relatar mais uma vez a indicação da Dra. Daiane Nogueira para o cargo de Conselheira Nacional de Justiça, indicada pela Câmara dos Deputados.

A Dra. Daiane se encontra presente em nossa Comissão e é um prazer tê-la conosco aqui.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e o parabenizo pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concordo plenamente com as referências feitas à Dra. Daiane, que está presente e tem um trabalho meritório.

Eu coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir.

Está encerrada a discussão.

A sabatina da Dra. Daiane será no dia 12 de novembro, com os outros todos que foram lidos recentemente.

ITEM 9

OFÍCIO "S" Nº 15, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Leitura de relatório da indicação, nos termos do art. 383, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O Dr. Edvaldo Nilo é meu conterrâneo da Bahia, representante baiano de um município simbólico do nordeste da Bahia, o Município de Antas. Portanto, eu fico muito feliz com a sua carreira e com a sua trajetória.

Passo a palavra ao nosso Relator, também baiano, o Senador Angelo Coronel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, antes de começar a ler meu relatório, eu quero registrar a presença de minha esposa Eleusa Coronel, que se faz presente nesta Comissão. Estou preocupado porque ela está aprendendo muito nas andanças no Senado e, daqui a pouco, vai querer até a minha vaga para disputar minha reeleição no próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Conheço o casal, e ela tem muito mais carisma político que V. Exa. (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Muito mais.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está coberto de razão. (*Risos.*)

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 15, de 2025, da Câmara dos Deputados, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Sr. Edvaldo Nilo de Almeida, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga destinada à Câmara dos Deputados.

Relatório, Sr. Presidente.

Chega para apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a indicação do Sr. Edvaldo Nilo de Almeida para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em mandato de dois anos, nos termos previstos no art. 130-A, inciso VI, da Lei Maior, que conferem à Câmara dos Deputados a prerrogativa de apontar um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada para integrar aquele colegiado.

O *caput* do art. 130-A da Constituição Federal estabelece que os membros do CNMP são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação da escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse momento, o nosso querido baiano Edvaldo Nilo vai estar prestes a ser reconduzido.

O processo de apreciação de indicações de autoridades é disciplinado pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o qual determina que a Comissão competente promova sabatina do indicado antes do encaminhamento da matéria ao Plenário da Casa para deliberação final.

A deliberação sobre os nomes indicados para compor o CNMP deve também observar as regras específicas estabelecidas na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da CCJ.

Em atenção às disposições regimentais, com o propósito de subsidiar os trabalhos desta Comissão, passamos a um breve resumo do currículo do indicado, de acordo com as informações e documentos apresentados.

O indicado tem extensa formação acadêmica na área jurídica, iniciada com o bacharelado em Direito pela Universidade Salvador (Unifacs), em 2004; e especializações em Direito Tributário pela Universidade Federal da Bahia, em 2005, e pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (Ibet), em 2007, e em Planejamento Tributário pela Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE), em 2007 também. Em seguida, concluiu o mestrado acadêmico em Direito Constitucional, pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em 2011, tendo como orientador o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Obteve o grau de Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 2020, e seguiu promovendo pesquisa jurídica em dois pós-doutorados: em Democracia e Direitos Humanos, na Universidade de Coimbra, em Portugal; e em Direitos Humanos, na Universidade de Salamanca, na Espanha.

Autor de diversos livros e artigos jurídicos, especialmente nas áreas de Direito Tributário e de Direito Constitucional, o Sr. Edvaldo Nilo de Almeida atuou como professor em instituições de ensino superior, tais como a Universidade Federal da Bahia e a Faculdade Salvador, e em escolas preparatórias para concursos públicos.

O indicado é Procurador do Distrito Federal desde 2009, tendo exercido, nos anos de 2019 a 2023, a função de Procurador da Fazenda do Distrito Federal junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do DF (Tarf/DF). Desempenhou, entre 2022 e 2025, o mandato de Conselheiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Ética da Presidência da República. Além disso, o Dr. Edvaldo foi Presidente do Sindicato dos Procuradores do Distrito Federal, de 2015 a 2017; Conselheiro Seccional da OAB-DF em duas gestões, de 2013 a 2018; e membro da Comissão de Assuntos Tributários e Fiscais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Nos termos do art. 5º da Resolução 7, de 2005, e do art. 383 do Risf, o indicado apresentou declarações nas quais informa que: atende aos requisitos de vedação ao nepotismo, não possuindo parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional. Edvaldo é sócio das sociedades Nilo & Almeida Advogados Associados, sediada aqui em Brasília, e Cordeiro, Laranjeiras e Maia Advogados, em Recife, Pernambuco; encontra-se em situação de regularidade fiscal nos âmbitos Federal e distrital, apresentando as certidões pertinentes; não é réu em ações judiciais penais ou administrativas, sendo autor de duas ações com decisão favorável transitada em julgado; atuou como advogado em processos contra a União nos últimos cinco anos e não atuou em processos contra o Distrito Federal, respeitando o impedimento firmado no art. 30 da Lei 8.906, de 4 de julho de 1994; e não participa de conselhos de administração de empresas estatais nem ocupa cargos de direção em agências reguladoras.

Considerando o cumprimento dos requisitos legais e regimentais bem como o notável saber jurídico e a reputação ilibada do indicado, que orgulha todos os baianos, especialmente os moradores e nascidos em Antas, na Bahia, entendemos que há elementos suficientes para que os Senadores integrantes desta Comissão deliberem sobre a indicação do Sr. Edvaldo Nilo de Almeida para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., parabenizo pelo relatório.

E coloco a matéria em discussão.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não há nenhum...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, é só para contribuir com o relatório do eminente Senador, meu querido amigo, grande Coronel, que observou a cirurgia feita nos pés do Senador Jaques Wagner e... (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Grande problema.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E quero dizer que o Dr. Edvaldo Nilo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, deixe-me concluir, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, eu quero deixar claro que não fui eu que operei. (*Risos.*)

Se ele está mancando, a culpa não é minha.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não, Sr. Presidente, não é que ele esteja mancando, é que o pé dele ficou como pé de pato, para o lado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É que todo paciente operado de ortopedia e traumatologia que entra andando bem no Senado não fui eu que operei; quando entra mancando, fui eu que operei. Então, com isso aí, vocês querem macular minha biografia de professor e médico ortopedista. (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, Presidente, o nosso Senador Mecias acha que o Senador Wagner tem que voltar para uma nova cirurgia. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, é só para dizer da alegria de ter aqui como sabatinado o Dr. Edvaldo Nilo, pelo nosso querido Senador Angelo Coronel. Quero transmitir o meu abraço a ele também, um querido amigo; ao Dr. Thiago Diaz, que é um conterrâneo maranhense, amigo meu; e, logicamente, ao nosso querido Gustavo Sabóia, de que todos nós temos a alegria, satisfação de gozar da amizade.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é. O Dr. Edvaldo Nilo tem na família um Deputado Estadual – foi Deputado Estadual e Federal – que é recordista na Bahia, o Deputado Marcelo Nilo: ele foi Presidente da Assembleia Legislativa por cinco mandatos. Ninguém nunca igualou esse feito e nem igualará esse feito. O Senador Coronel tentou, mas não conseguiu.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ele ganhou de mim, Sr. Presidente. Eu fui Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima quatro vezes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O senhor tomou cinco a quatro. Perdeu.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É, ficou cinco a quatro.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas você tem idade ainda, Mecias, você pode ainda retomar... (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ainda posso retomar.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem idade para isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concedo vista coletiva, para apreciação e sabatina no dia 12 de novembro.

Passo a palavra, o item 10, ao nobre Senador representante do Estado do Ceará, ao Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 365, DE 2022

- Não terminativo -

Susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022, que "Aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009 e nº 559, de 27 de junho de 2013", e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que "Aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica".

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: A ser apresentado.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Com a palavra...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, é só para, antes de o nosso nobre Senador começar a falar... Nós vamos ter agora a sessão solene do Congresso destinada a homenagear Nossa Senhora de Nazaré e o Círio de Nazaré. Então, eu tenho certeza de que V. Exa. vai dar mais celeridade para que todos aqui presentes possam participar dessa sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Senador Cid Gomes, meu estimado amigo e querido Senador.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Meu querido Presidente Otto, eu quero, antes de mais nada, agradecer a ratificação que V. Exa. faz do meu nome para relatar esta matéria.

Trata-se de uma matéria delicada, eu já sou Relator. O projeto original é da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Federal Danilo Forte, que está aqui presente, foi aprovado acho que à unanimidade da Câmara e já está há mais de um ano aqui no Senado. V. Exa. foi Relator desse projeto de decreto legislativo na Comissão de Infraestrutura, à época integrante desta Comissão, e eu fui designado Relator na Comissão de Constituição e Justiça. A meu juízo, o ambiente estava maduro para que a gente pudesse votar essa matéria, a meu juízo, trata-se, de fato, de uma exorbitância das atribuições do Conselho Nacional de Energia (CNE), que adentra naquilo que seria competência, a meu juízo e de vários, inclusive V. Exa., competência do Legislativo. Então, feita essa breve introdução de agradecimento, basicamente, quero passar a ler o nosso parecer.

Matéria da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2022, do Deputado Federal Danilo Forte, que susta as Resoluções Normativas Aneel nºs 1.024, de 28 de junho de 2022 – lembrando que isso ainda era o Governo passado, o Governo do Jair Messias Bolsonaro –, que aprova os Submódulos 7.4, 9.4 e 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret) e revoga as Resoluções Normativas nº 349, de 13 de janeiro de 2009, nº 559, de 27 de junho de 2013, e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que aprova novas versões dos Submódulos 7.4 e 9.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret), aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Chega à análise desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2022, de autoria do ilustre Deputado Danilo Forte, que susta as Resoluções Normativas 1.024, de 28 de junho de 2022, que aprova os Submódulos 7.4, 9.4, 10.5 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (Proret) e revoga as Resoluções Normativas 349, de 13 de janeiro de 2009, 559, de 27 de junho de 2013, e 1.041, de 20 de setembro de 2022, que aprova novas versões dos Submódulos 7.4, 9.4 dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procedimentos de Regulação Tarifária, aplicáveis às concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Assim, a proposição visa a sustar as Resoluções Normativas 1.024, de 28 de junho de 2022, e 1.041, de 20 de setembro de 2022, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A REN nº 1.024, de 2022, pôs fim à estabilidade nos valores da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) para os novos geradores que acessarem o Sistema Interligado Nacional de Energia Elétrica (SIN), assim como para os geradores existentes após o período de estabilização estabelecido originalmente. Isso significa que os geradores não terão a garantia de uma tarifa fixa por um determinado período (chamada de tarifa estabilizada).

Já a REN nº 1.041, de 2022, intensificou o sinal locacional da metodologia de cálculo da Tust para consumidores e geradores, aplicável a esses últimos após o fim do período de estabilização dado pela Resolução nº 1.024, de 2022. Em virtude disso, empreendimentos de geração que oneram mais o sistema de transmissão pagarão tarifa maior.

Segundo o eminente autor da proposição, a alteração promovida pela agência reguladora desestabilizará as tarifas de uso do sistema de transmissão de forma imediata e sem transição, o que, para ele, torna mais caro implantar projetos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por conta da distância entre eles e os grandes centros consumidores.

Ainda segundo S. Exa., os atos normativos representam uma grave afronta dessa agência reguladora à nossa Casa Legislativa, visto que a Câmara dos Deputados aprovou, em 31 de agosto de 2022, a Medida Provisória nº 1.118, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 25, que continha dispositivo que alterava a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar que compete à Aneel definir as tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição, devendo elas permanecer vigentes até o final do prazo de concessão ou autorização.

A presente proposição foi aprovada, em 24 de outubro de 2023, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa, na forma do relatório apresentado pelo Senador Otto Alencar, que concluiu que as resoluções normativas em epígrafe vão além do poder regulamentar delegado para as agências reguladoras, e encaminhada ao exame desta Comissão.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos à análise.

Encontra a atual proposição, do ponto de vista formal, fundamento no disposto no art. 49, inciso V, da Carta Magna, que estabelece a competência privativa do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Do ponto de vista do mérito, concordamos inteiramente com os argumentos apresentados pelo autor e com o parecer aprovado pela Comissão de Infraestrutura, pelo ilustre Relator naquela Comissão, o Senador Otto Alencar. Embora a proposta da agência tenha como justificativa o suposto aprimoramento da alocação de custos e a busca por eficiência na expansão da rede, os efeitos tarifários e econômicos decorrentes da aplicação imediata da nova metodologia são substanciais e afetam de maneira assimétrica o desenvolvimento regional do país e principalmente o potencial crescimento da energia renovável.

De acordo com estudos apresentados pela própria Aneel e por entidades do setor, o novo modelo poderia implicar aumento de até 70% na Tust para geradores localizados nas Regiões Norte e Nordeste, enquanto em estados do Sul poderia haver redução próxima a 40%, o que compromete a viabilidade econômica de novos projetos de energia renovável e a competitividade de empreendimentos já contratados.

Essas alterações não se limitam a uma simples revisão tarifária: elas reconfiguram o mapa da geração elétrica nacional, desestimulando a instalação de usinas em regiões que concentram os maiores potenciais naturais do país – como o Norte e o Nordeste, que respondem por mais de 80% da capacidade eólica instalada e cerca de 70% da capacidade solar fotovoltaica centralizada. O resultado prático seria uma mudança...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... estrutural na política de desenvolvimento energético e regional, com concentração de investimentos em torno dos grandes centros consumidores do Sudeste e retração do dinamismo industrial e tecnológico das regiões mais dependentes da expansão das energias limpas no país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O impacto da medida, portanto, vai além do aspecto tarifário. Ao redefinir os sinais econômicos de localização e investimento, a decisão da Aneel afeta diretamente a Estratégia Nacional de Desenvolvimento, que há décadas busca equilibrar os eixos de crescimento do país e diversificar a matriz energética. A própria Empresa de Pesquisa Energética, no Planejamento Decenal de Energia 2032, aponta que o Brasil possui enorme potencial em geração renovável concentrado no Norte e no Nordeste, e que sua plena utilização depende de estabilidade regulatória e previsibilidade tarifária.

A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso V, estabelece que é competência exclusiva do Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Ao editar resoluções que alteram parâmetros estruturantes para a política energética e interferem no equilíbrio federativo do setor elétrico, a Aneel ultrapassa a esfera técnica da regulação e adentra o campo da formulação de políticas públicas, matéria de natureza eminentemente política e sujeita ao controle democrático. A própria Nota Técnica 71, de 2018, da Aneel, que trata do desenho tarifário da Tust e TUSDg afirma que "a alocação de custos é composição de POLÍTICA PÚBLICA e que esta deve servir ao interesse público, sendo necessária a definição de diretrizes legais".

A aprovação do PDL 365 representa, assim, uma medida de correção institucional, destinada a restabelecer o equilíbrio entre a autonomia técnica das agências e a função de direção estratégica do Estado. As agências devem atuar como instrumentos da política pública, e não como instâncias substitutivas de decisão sobre os rumos do desenvolvimento nacional. O papel do Legislativo é, portanto, o de reafirmar que a política energética — em suas dimensões tarifária, territorial e industrial — deve continuar sob deliberação pública, transparente e representativa.

A aprovação do PDL 365 reforça a segurança jurídica e a previsibilidade para investidores, preservando a confiança de longo prazo que sustenta a expansão das fontes renováveis no Brasil.

A decisão de sustar as resoluções é um gesto de responsabilidade institucional, que assegura coerência entre regulação e os objetivos estratégicos do Estado brasileiro, garantindo que a energia continue sendo vetor de integração, competitividade e desenvolvimento nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto, portanto, pela constitucionalidade do PDL 365, sustentado na competência do Congresso Nacional de exercer controle sobre atos normativos do Poder Executivo e de suas autarquias.

Do exposto, voto pela aprovação do projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2022.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Quero pedir vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Há pedido de vista do Senador Rogério Carvalho, mas, concedo a palavra para a discussão...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É para pedir vista?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É só para pedir vista coletiva, Presidente.

O projeto de decreto legislativo e o voto do Senador Cid são taxativos, e a gente precisa resolver essa situação o mais rapidamente possível, porque quem paga isso é a população mais pobre.

Eu quero adiantar já o meu voto favorável ao relatório do Senador Cid.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, eu peço vista, não no sentido procrastinatório. E quero dizer mais: eu acho que é da nossa competência sustar sem ter que recorrer ao Judiciário, que foi a tese defendida aqui na Comissão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo com V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... quando do PDL da esbulhação de uma terra que há 250 anos é um distrito da cidade de Palhoça e está encalhado na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas foi aprovado aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aqui foi aprovado.

E há quem defenda que um ato normativo que exorbita não pode ser suspenso pelo Legislativo. Eu penso diferente. Eu peço vista, é regimental, para obter esclarecimento. Agora, acho que temos que votar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, se votar "sim", é para sustar mesmo, não tem que querer ir ao Judiciário. Essa tese de "eunuquizar" a capacidade do Congresso não conta comigo. Portanto, não é para procrastinar, é para examinar e votar. E, se votar a favor, é para sustar mesmo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa..

Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu sou testemunha... Estou há muitos anos na vida pública e já tive o privilégio de ser Deputado Estadual, Prefeito de uma cidade, da minha cidade, Governador, e, ao tempo em que assumi o Governo do Estado do Ceará, a realidade de geração de energia no Brasil era completamente diferente da que é hoje. Eu lembro que o Ceará, quando eu assumi, consumia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

algo em torno de 1,3 GW de energia. Toda essa energia, Presidente, vinha de fora do Ceará. O Ceará não produzia.

O Ceará já tinha, na época em que eu assumi, duas usinas, termoelétricas, *backup*. Elas não funcionavam no dia a dia, funcionavam quando tinha problema, porque é muito caro; funcionavam a gás. Então, da energia do cotidiano do Ceará, 100% vinham de fora.

Essa realidade, tenho absoluta convicção, é a realidade do Rio Grande do Norte, da Senadora Zenaide, é a realidade do Mato Grosso, é a realidade do Piauí...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Da Bahia.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – ... é a realidade da Bahia, é a realidade de Pernambuco, é a realidade de diversos estados brasileiros do Norte, do Centro-Oeste e do Nordeste.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Quase todos, praticamente todos eram estados importadores de energia.

À essa época, a Aneel não teve a preocupação em tratar de um sistema locacional que assegurasse ou garantisse para os estados consumidores uma tarifa em conta, coisa que fizeram tão somente quando o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste passaram a ser estados produtores de energia. Aí eles foram se tocar de que...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. V. Exa. tem toda a razão.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Pois é. Então, Sr. Presidente, isso é uma coisa... O mérito é discutível. Acho até que alguém de São Paulo pode dizer: "Não, é muito importante que um estado que seja consumidor tenha um fator locacional; se a energia for produzida mais perto, é melhor, não vai sobrecarregar o sistema de transmissão", mas essa preocupação só foi levantada quando o Nordeste, o Centro-Oeste, o Sul e o Norte do país passaram a ser estados geradores de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, repito, é uma discussão técnica aparentemente, mas isso entra profundamente na questão dos desequilíbrios regionais, da política nacional de integração do país. Todo o nosso sistema de energia é feito para essa integração. E é, creio, fundamental que nós cuidemos daquilo que são nossas atribuições. Isso é uma definição da política do Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – São Paulo pode até discutir questões de mérito, mas essa discussão deve ser aqui no Congresso Nacional e particularmente nesta Casa, que é uma casa que representa as federações.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE) – Portanto, Sr. Presidente, eu compreendo o pedido de vista. Havia uma informação de que o ambiente estava pacífico para a votação dessa matéria, inclusive com a concordância do Ministro de Minas e Energias, numa informação que eu tive diretamente dele, mas pode ser que, na última hora, tenha havido alguma preocupação levantada. Compreendo o pedido de vista e espero que a gente possa discutir – discutir – o mérito disso, o mérito da possibilidade já levantada aqui pelo nosso Esperidião Amin de o Legislativo sustar matéria do Executivo. Quer dizer, eu sou da base do Governo; essa matéria, essa resolução da Aneel antecede a este Governo; portanto, estou aqui completamente a cavaleiro nisso.

E vamos discutir o mérito. Isso é bom para Santa Catarina? É bom para o Amapá? É bom para o Mato Grosso? É bom para o Ceará? É bom para Sergipe? É bom para a Bahia? Analisemos. Se chegarmos a um consenso, ótimo; se não, é aquilo, a gente tem que entender que as decisões devem se pautar pela maioria. Foi votado na Câmara, onde tem representação do Brasil inteiro, e espero que o Senado compreenda o seu papel federativo de não criar dificuldades, empecilhos, para que regiões menos desenvolvidas do país possam ter, naquelas poucas vocações que têm... E a natureza, se não foi muito generosa com o Sertão da Bahia, que é seco, com baixa pluviometria, foi generosa com o sol, foi generosa com ventos, e isso certamente permitirá e deve ser utilizado como estratégia nacional para o desenvolvimento equilibrado do nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa., Senador Cid Gomes, pela sua explanação, concordo plenamente.

Vamos conceder vista coletiva e a matéria retornará à Comissão de Constituição e Justiça para votação.

Nós temos, no dia 12, as sabatinas, mas logo depois das sabatinas, ou nela também, se houver tempo, ela voltará ao Plenário para ser votada. Não é uma matéria terminativa. Aprovada na CCJ, vai ao Plenário do Senado Federal.

O item 12 é o Projeto nº 22, de uma Emenda à Constituição nº 22...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Fora do microfone*.) – O 11 V. Exa.... Tem o item 11, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, agora o item 12. O item 11 foi retirado de pauta. Eu já tinha falado antes, foi retirado de pauta.

ITEM 12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2025

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir a Política Nacional de Apoio à Atividade de Transporte Rodoviário Profissional.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO) e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta, e pela aprovação parcial da Emenda nº 1, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 12/08/2025, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do senador Laércio Oliveira;

- Na 34ª Reunião Extraordinária, realizada em 08/10/2025, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores nos termos regimentais.

O item 12, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin. É um projeto do Senador Jaime Bagattoli e de outros Senadores, e tem a palavra do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, o senhor é testemunha ocular de uma tentativa de acordo, eu diria, quase pós-parto ou *post mortem*.

Esse texto, cujo primeiro signatário é o Senador Jaime Bagattoli, foi retirado de pauta para que em duas sessões – a segunda é hoje – nos chegassem propostas conciliadoras que permitissem que nós tomássemos uma decisão a respeito de um tema que é complicado de explicar. V. Exa. mesmo relutou que nós tivéssemos que fazer uma Proposta de Emenda à Constituição para sanar este problema. Mas a verdade é que houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal que tornou a matéria vinculada à decisão da Suprema Corte.

Por isso, qualquer abordagem que se faça sobre aquilo que foi tema da decisão do Ministro Alexandre de Moraes a respeito desse assunto, mesmo versando sobre CLT, sobre descanso de motorista e sobre o prejuízo que isso possa causar tanto ao motorista quanto à sua função, ou seja, o dirigir, conduzir um veículo de carga ou de passageiro, e também a segurança que é, naturalmente, afetada pela fadiga do motorista...

Afinal, neste momento, posso dizer isso, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Pode.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu recebo quatro propostas que numa primeira observação me parecem absolutamente razoáveis. Só que eu não me sinto à vontade, por isso chamei aqui o Senador Jaime Bagattoli. É o último item da pauta, praticamente, né?

Então, se V. Exa. concordar em passar como último item da pauta, nós vamos tentar fazer um acordo e acho que com isso teremos aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Essa matéria já foi debatida aqui, discutida exaustivamente. Portanto, eu acho que hoje é o dia de votação dessa matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Certo. E se houver a nossa concordância...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. sabe, como eu sei, os Senadores e Senadoras sabem que o Senado Federal é uma Casa que toma decisões coletivas por maioria. Então, tem que votar. A maioria sempre aprova e a minoria, quando perde, tem que se conformar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem mais uma lição de democracia.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É a democracia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria justificar a V. Exa. que a gente conseguiu ter uma posição do Governo ontem, por isso a gente está trazendo hoje. Como se trata de uma PEC e o quórum é qualificado, diante da necessidade de ter uma regulamentação, a ideia é que a gente possa chegar a um acordo e votar por consenso, por acordo, essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas como outro item, então, porque o quórum está total, 27 Senadores podem votar pelo sistema remoto.

Então, eu vou passar a palavra para a Senadora Eliziane Gama para que ela possa relatar o item nº 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 2195, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas Parlamentares, quero inicialmente já cumprimentar a querida amiga Deputada Laura Carneiro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... que é uma grande Parlamentar, tem um histórico muito forte de combate à violência no Brasil. Eu tenho a honra hoje de relatar dois projetos de sua autoria.

Presidente, vou à proposta.

Projeto de Lei nº 2.195, de 2024, de autoria da Deputada Laura Carneiro, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima do crime de estupro de vulnerável e para estabelecer a aplicação das penas desse crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, aqui, eu queria só destacar que a iniciativa da Deputada, Senadora Zenaide, é um alento para o Brasil. Nós tivemos uma decisão, precisamente em 2024, do STJ, que, por três votos a dois, não considerou estupro de vulnerável o estupro de um rapaz de 20 anos de idade contra uma criança de 12 anos. A interpretação desses juízes do Superior Tribunal de Justiça é de que teria havido uma relação consensual. Mas é bom lembrar que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a idade de 14 anos, porque uma criança de até 14 anos de idade não tem, pela avaliação psicológica e psiquiátrica, condições de definir se a relação sexual é consensual ou não. Então, por isso, o ECA estabelece essa data, essa idade como a idade definida como estupro de vulnerável. Qualquer relação sexual de uma pessoa adulta com essa criança é claramente considerada, pelo ECA e pelo também Código Penal, como estupro de vulnerável.

Essa decisão criou uma jurisprudência no Brasil. Essa decisão, na verdade, cria um clima muito ruim nas cortes de todo o Brasil, porque acaba realmente criando uma forma permissiva, e essa criança, que deve ter a proteção, deve ter realmente as suas garantias asseguradas, acaba, infelizmente, sendo submetida a um ato de relação sexual. A Deputada Laura Carneiro derruba, joga por terra qualquer tipo de confusão e traz a clareza, em 100%, de que crianças de até 14 anos de idade são vulneráveis e, por serem vulneráveis, precisam ter a proteção assegurada.

E aí, razão pela qual nós temos hoje esse projeto de lei adaptado da Laura Carneiro, Senadora Zenaide.

Permito um aparte, Presidente, à Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Eu queria dizer que é um absurdo não considerar crianças as que tenham de 12 a 14 anos, gente.

Aqui, com certeza, nossos colegas e o Brasil todo...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senadora concluiu? Pode ser?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ainda não concluí, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. *Fora do microfone*.) – Conclua, e eu deixo para falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ela conclui, e eu passo a palavra a V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, então tudo bem. É porque a Senadora Zenaide sempre traz contribuições a esse tema muito importantes, e eu me empolguei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma. É a craque do Rio Grande do Norte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 2195, de 2024, proveniente da Câmara dos Deputados.

A proposição legislativa busca alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), especificamente o seu art. 217-A, que tipifica o crime de estupro de vulnerável. O objetivo da proposição consiste em estabelecer a presunção absoluta da vulnerabilidade da vítima e determinar que as penas desse crime sejam aplicadas independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro.

A matéria foi aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal para análise.

Não há registro de apresentação de emendas no prazo regimental.

A matéria foi despachada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, subsequentemente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nenhuma das Comissões detém decisão terminativa sobre a proposição.

Na CDH, a relatoria foi avocada pela Senadora Damares Alves.

Em 28 de julho de 2025, a Relatora apresentou voto favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 27 de agosto de 2025, durante a 52ª Reunião Extraordinária, a CDH aprovou o relatório da Senadora Damares Alves, que passou a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposição.

A matéria foi, por conseguinte, encaminhada à CCJ, onde a relatoria foi a mim distribuída.

A análise, Presidente.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias. Compete-lhe, ainda, emitir parecer quanto ao mérito sobre assuntos de Direito Penal.

Quanto à constitucionalidade, a proposição em exame, ao promover alterações no Código Penal, trata de matéria de Direito Penal, cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Verifica-se que a proposta se alinha aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção integral de crianças e adolescentes, estabelecidos nos arts. 1º, inciso III, e 227, da Carta Magna, respectivamente. A matéria está, desse modo, em consonância com o ordenamento jurídico vigente, representando inovação relevante. Ademais, a proposição tramitou em perfeita sintonia com as normas regimentais.

No mérito, o Projeto de Lei nº 2.195, de 2024, visa a aprimorar a proteção de vítimas de estupro de vulnerável.

A alteração que estabelece a presunção absoluta de vulnerabilidade da vítima reforça a intenção do legislador de não permitir discussões que possam desvirtuar a finalidade da norma, focando na proteção do incapaz de consentir, como infelizmente ainda sói ocorrer com frequência nos julgados de alguns tribunais de justiça do Brasil.

De outro lado, a proposição reafirma o entendimento estabelecido na Súmula nº 593 do Superior Tribunal de Justiça, que considera irrelevantes, para a caracterização desse crime, o eventual consentimento da vítima, a sua experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso com o réu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja-se, portanto, que a explicitação de que a experiência sexual da vítima ou a ocorrência de gravidez são irrelevantes para a aplicação da pena elimina quaisquer interpretações que possam mitigar a gravidade do crime ou revitimizar a pessoa violentada. Essa medida confere maior segurança jurídica e clareza à legislação penal, contribuindo para a efetividade da repressão a esse grave delito.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.195, de 2024.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

A matéria está em discussão.

Para discutir, a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Eu quero aqui parabenizar Laura Carneiro, que tem esse olhar diferenciado sobre esse assunto, também a nossa Relatora Eliziane, e dizer o seguinte: o fato estupro de vulnerável nada vai mudar. Querer dizer que uma criança com 14 anos não é vulnerável e procurar se ela já tinha tido relações sexuais anteriores, isso é muito cruel com as crianças e adolescentes deste país.

E eu digo mais: pais e mães de famílias, filhos e netos – aqui a gente, a maioria, tem neto – é uma criança ou não é com 14 anos? É sim. Então, é muito salutar...

Eu peço aos colegas... Estupro por si já é algo... eu não sei nem dizer, desumano. É assustador, porque quem é estuprado nunca volta...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bruto, grotesco e doloroso para aquela pessoa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Doloroso para adultos, imagine quanto mais para crianças.

Então, quero aqui parabenizar. E, Presidente, nós temos que aprovar, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto.

Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu quero pedir a V. Exa., de forma oral aqui: apresento requerimento de urgência para que esse projeto possa ir a Plenário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acato, como pede, o requerimento de urgência e o coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 14, também de relatoria da Senadora Eliziane Gama e também da autoria da Deputada Laura Carneiro.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 5911, DE 2023

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para possibilitar o acordo de não persecução penal nas ações penais em curso antes da vigência da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto, com a emenda de redação que apresenta.

Observações:

- Em 21/10/2025, foi recebida Emenda nº1, de autoria do Senador Sergio Moro (dependendo de Relatório).

Eu passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, vou direto, com a sua permissão, à análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias. Compete-lhe, ainda, emitir parecer quanto ao mérito sobre assuntos de Direito Penal.

Quanto à constitucionalidade, a proposição em exame, ao promover alterações no Código Penal, trata de matéria de Direito Penal, cuja competência legislativa é privativa da União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal.

Verifica-se que a proposta se alinha aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da proteção integral de crianças e adolescentes, estabelecidos...

Perdão, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Eu queria pedir perdão a V. Exa., porque eu estava repetindo a leitura. É que eu estou com os dois relatórios em mão...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Faz parte, faz parte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Queria pedir aqui, inclusive, à taquigrafia que desconsiderasse, porque realmente os dois projetos são da Senadora Laura Carneiro, e aí eu acabei iniciando a mesma leitura aqui, igualmente. Mas me perdoem.

Vamos à análise, então.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, compete à União legislar privativamente sobre Direito Processual Penal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

No mérito, entendemos que a proposta é relevante e necessária, pois busca conferir segurança jurídica à aplicação do ANPP em processos anteriores à Lei Anticrime, diante da instabilidade jurisprudencial que ainda marca o tema.

Note-se que o Supremo Tribunal Federal firmou tese sobre o limite temporal para aplicação do ANPP, estabelecendo que é cabível sua celebração em processos em andamento na data da entrada em vigor da Lei nº 13.964, de 2019, desde que o pedido tenha sido feito antes do trânsito em julgado.

Essa posição, que representa um avanço na consolidação da justiça penal negociada, observa que grande parte dos processos penais iniciados após o ano de 2019 já foram submetidos a julgamento pelo juiz de primeiro grau, de modo que o marco temporal limitador deve ser o trânsito em julgado da eventual condenação, e não a sentença, sob pena de inutilidade da presente inovação. E é justamente por essas tais razões que buscamos fazer prevalecer esse entendimento, no sentido da emenda de redação que ora apresentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, a proposta legislativa acompanhará a posição do STF, em homenagem aos propósitos que orientam o ANPP: eficiência, reparação do dano e responsabilização proporcional.

Com efeito, o acordo de não persecução penal, como reconhecido pelas cortes superiores, promove celeridade, desjudicialização, economia de recursos e justiça restaurativa, sendo especialmente útil para casos de menor gravidade.

Foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Sergio Moro, que propõe a inclusão de um §1º-A no art. 28-A do Código de Processo Penal, para determinar que, nos casos de crimes praticados contra a administração pública, o acordo de não persecução penal deve conter, obrigatoriamente, as seguintes condições adicionais: (i) a exoneração ou renúncia voluntária ao mandato, cargo ou função pública; e (ii) a proibição de exercício do cargo ou função pública pelo período de cinco anos, contados da homologação do acordo.

Embora se reconheça a intenção meritória de reforçar a moralidade administrativa e a confiança nas instituições públicas, a proposta não deve ser acolhida, por alterar substancialmente o regime jurídico de acordo de não persecução penal e extrapolar o escopo do projeto original, que se limita a promover ajustes procedimentais no art. 28-A do Código de Processo Penal.

Desta forma, entende-se que o tema, embora relevante, merece ser debatido em proposição autônoma, que trate especificamente das consequências administrativas e políticas decorrentes da prática de crimes contra a administração pública, sem comprometer o equilíbrio, a ocorrência e a coerência do instituto de acordo de não persecução penal.

Pelas razões expostas, opina-se pelo não acatamento da emenda.

Eu quero aproveitar – o Senador Moro não está aqui – para dizer que a ideia dele é, inclusive, bem interessante, só que ela não cabe, porque o que nós estamos aqui... O que a Deputada propõe no seu projeto de lei é apenas definir o marco legal, que é de 2019. E, com a emenda dele, a gente mudaria, na verdade, a proposta desse instrumento da não persecução penal. Então, entendemos que seria um projeto novo, que ele poderia apresentar, e que eu acredito que, possivelmente, seria aprovado aqui no plenário desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.911, de 2023, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA N º – CCJ (REDAÇÃO)
> Dê-se ao §15 do art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), na forma do art. 2º do Projeto de Lei nº 5911, de 2023, a seguinte redação:
> "Art. 28-A. .....
> §15. Nas ações penais em curso antes da vigência da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019, poderá ser proposto acordo de não persecução penal, desde que ainda não haja trânsito em julgado e que seja solicitado pela defesa na primeira oportunidade de manifestação nos autos." (NR)

Portanto, esse é o voto, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e a parabenizo.

Eu prefiro sempre um "não" verdadeiro a um "sim" duvidoso, mas nunca a palavra "não" foi tão bem colocada num projeto de lei que é de ordem judicial como esse "não" que foi colocado: "não persecução penal".

Então, eu quero parabenizar V. Exa., como grande representante do Estado do Maranhão, que luta muito em defesa dos direitos das mulheres. É uma Senadora dedicada à causa do seu estado. Portanto, parabéns, Senadora Eliziane Gama!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Como Relatora.) – Também peço, Presidente, no modo do projeto anterior, o requerimento de urgência para que possa ser remetido ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Acato, como pede V. Exa., e coloco em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento de urgência da Senadora Eliziane permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça, redação, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal em regime de urgência.

Pergunto ao Senador Esperidião Amin e ao Senador Rogério Carvalho se encontraram alguma pacificação para a análise da PEC nº 22, que está em votação aqui na Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, em resumo, este assunto é da maior importância para a economia, para a segurança tanto das pessoas que viajam quanto dos circunstantes da viagem, ou seja, dos passageiros, dos que dirigem o caminhão e daqueles que podem ser afetados num caso de acidente, de sorte que nós tivemos todo o cuidado para atender às reivindicações dos que representam os trabalhadores de transporte...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Os representantes estão ali, Senador. Eles são da Polícia Rodoviária Federal. Queria parabenizar pelo trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... sejam da CNT, e dos agentes que cuidam da segurança em nome do Estado brasileiro, que são os policiais rodoviários federais.

Repetindo e sintetizando: é um assunto complexo, que foi erigido, foi elevado para a condição de requerer uma PEC, porque houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal e, a partir disso, vincula qualquer deliberação ao respeito à imposição da deliberação ou da interpretação feita pelo Supremo.

Em decorrência disso, nós recebemos a proposta de emenda, a PEC, das mãos do Senador Rogério Carvalho hoje.

Se há uma pequena dúvida quanto ao §2º – e eu mesmo tenho essa dúvida –, eu não acho que isso comprometa a deliberação. Por quê? Porque, em relação ao texto original da PEC, nós previamos uma nova lei para permitir que os critérios técnicos e logísticos para a classificação de trechos rodoviários urbanos e rurais, em termos de suficiência ou não de infraestrutura, fossem a partir de uma lei. Convenhamos, isso não é a partir de lei; isso é matéria infralegal.

Então, o texto do §2º diz: ato do Poder Executivo.

Eu mesmo tenho dúvida quanto a isso, porque nós estaremos interpretando que uma norma, seja do Dnit, no caso de uma rodovia não concedida, seja da ANTT, no caso de uma rodovia sob concessão, não seria o suficiente. Eu acho que é o suficiente. Então, não precisa ser diretamente do ministério, do Poder Executivo, *stricto sensu*.

Com exceção desta dúvida quanto ao §2º, eu considero – e consultei o primeiro signatário da PEC, o Senador Jaime Bagattoli, que está aqui presente – que o texto apresentado pode ser incorporado, substituindo, portanto, o art. 139 e passando a ter oito parágrafos.

Esse é o texto da emenda, que eu subscrevo – está no sistema –, eu subscrevo neste momento, com a anuência do primeiro signatário e conforme entendimento feito com o Senador Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Há concordância com o Senador Rogério?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E considero, portanto, acolhida a emenda – não tenho nem do número da emenda...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, está encerrada a discussão pelo entendimento, e a matéria vai à votação, com a adição da Emenda nº 2. Incorpora ao substitutivo a Emenda nº 2.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, V. Exa. pode considerar... Incorpora ao texto que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Entendido. Certo.

Então, determino à Secretaria da Mesa que... (*Pausa.*)

Votação simbólica? (*Pausa.*)

Tem acordo? (*Pausa.*)

Então, os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a proposta de emenda constitucional.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à proposta, pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1 e da Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 3 da Comissão de Constituição e Justiça, Substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

V. Exa. quer encaminhar algum requerimento de urgência?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu peço que seja dada a urgência possível a uma emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu acato, como pede V. Exa., o requerimento de urgência do Senador Esperidião Amin... (*Pausa.*)

Aliás, não: calendário especial, porque é uma proposta de emenda constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa., então, encaminha um requerimento de calendário especial para a tramitação da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o calendário especial para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22.

Encerramento.

Nada mais havendo para tratar, declaro encerrada a presente reunião e, em dois minutos, retomo, com a permanência do painel para uma outra sessão, para apreciação do relatório do Senador Rogério Carvalho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, o único que tem habilitação, aqui nessa roda, para dirigir veículo de longa extensão é o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu também tenho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu acho que ele pode, pelo menos, agradecer a V. Exa. e a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu também tenho, mas, sempre que dirijo, peço para as pessoas saírem da pista. (*Risos.*)

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Quero agradecer e parabenizar o Senador Amin por esse excelente acordo feito. Eu acho que nós temos que dar mais dignidade aos nossos motoristas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer para você que hoje é um dia muito triste na minha empresa lá. Eu perdi um motorista ontem; não de acidente. Ele trabalhou comigo, começou em 1981. Era motorista de caminhão junto comigo. Tinha 44 anos. Alceu era o nome dele. E já estava aposentado. Para se ver como são as coisas, quando comprou um sítio e estava tranquilo em casa, infelizmente a doença veio. Teve uma doença irreparável e foi a óbito.

Mas, quero dizer para você que esse projeto, esse PL aí que a gente fez, o PL 22, de 2025, essa PEC é de muita importância para nós regulamentarmos a situação dos nossos motoristas. Na verdade, o grande problema disso aí é que eles não têm os pontos de parada. Com isso aí, eu acho que nós vamos resolver essa situação definitivamente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo e parabenizo V. Exa.

A sessão está suspensa por dois minutos. Voltaremos em dois minutos...

Está sessão já está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à **apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN nº 15, de 2025–CN**, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". O Relator, Senador Rogério Carvalho, apresenta o Relatório sobre as 94 (noventa e quatro) emendas apresentadas. Após a discussão, **são aprovadas as seguintes emendas**: **Emenda nº 1-CCJ**: **Ação: 21BM** – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma da sugestão de nº 17, que foi objeto de indicação de 17 parlamentares: Irajá, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Renan Calheiros, Professora Dorinha Seabra, Hamilton Mourão, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Márcio Bittar, Zenaide Maia, Plínio Valério, Rogério Marinho, Mara Gabrilli, Veneziano Vital do Rêgo, Ângelo Coronel, Soraya Thronicke e Rogério Carvalho; **Valor:** 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais). **Emenda nº 2-CCJ**: **Ação**: **15F9** – Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal – Nacional, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, na forma da sugestão de nº 94, que foi objeto de indicação de 5 parlamentares: Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Randolfe Rodrigues, Otto Alencar e Rogério Carvalho; **Valor:** R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais). **Emenda nº 3-CCJ**: **Ação: 21F0** - Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania - Nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na forma da sugestão de nº 5, que foi objeto de indicação de 10 parlamentares: Irajá, Flávio Bolsonaro, Omar Aziz, Márcio Bittar, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Humberto Costa, Augusta Brito, Jaques Wagner e Rogério Carvalho; **Valor:** R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). **Emenda nº 4-CCJ: Ação: 20IE –** Articulação de Política Pública sobre Drogas, no âmbito do Fundo Nacional Antidrogas, na forma da sugestão de nº 7, que foi objeto de indicação de 9 parlamentares: Irajá, Flávio Bolsonaro, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Randolfe Rodrigues, Márcio Bittar, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo e Rogério Carvalho; **Valor** R$ 800.000.000 (oitocentos milhões de reais). **Emenda nº 5-CCJ: Ação: 21AP** – Segurança da Informação e Cibersegurança – Nacional, no âmbito da Presidência da República, na forma da sugestão de nº 45, que foi objeto de indicação de 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

parlamentares: Randolfe Rodrigues e Rogério Carvalho; **Valor** R$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais). **Emenda nº 6-CCJ: Ação: 21FU – ** Gestão e Apoio Operacional ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – Nacional, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, na forma da sugestão de nº 31, que foi objeto de indicação de 2 parlamentares: Randolfe Rodrigues e Rogério Carvalho; **Valor** R$ 164.800.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões e oitocentos mil reais). **Emenda nº 7-CCJ: Ação: 6067 –** Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos – Nacional, no âmbito do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, na forma da sugestão de nº 81, que foi objeto de indicação de 2 parlamentares: Marcelo Castro e Rogério Carvalho; **Valor** R$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais). **VALOR TOTAL:** R$ 3.612.800.000,00 (três bilhões seiscentos e doze milhões e oitocentos mil reais). **Emenda nº 8-CCJ:** a proposta nº 26, referente à emenda de texto, proposta pelos Senadores Esperidião Amin e Rogério Carvalho, sugere a inclusão de um novo artigo na lei (referência Corpo da Lei, Cap. V, Art. 9º), com o seguinte texto: *"8º Na hipótese de transferências de recursos dos Estados, Distrito Federal e Municípios para execução de obras de responsabilidade da União, o montante equivalente deverá ser utilizado para abatimento da dívida no contrato de renegociação entre a Unidade Federada e a União, sendo que esses recursos compensados não poderão ser retirados de recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual para o respectivo ente".* Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às onze horas e cinquenta e um minutos, do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco. Ao final da Reunião, **a presente Ata foi aprovada pela Comissão**, assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinco minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Veneziano Vital do Rêgo, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Omar Aziz, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Weverton, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Nelsinho Trad e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Magno Malta e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 38ª reunião extraordinária, que é aprovada. A Presidência registra a presença dos Senhores: Guido Amin Naves, Ministro do Superior Tribunal Militar; Sr. Péricles Aurélio de Queiroz, Ministro do Superior Tribunal Militar; Sr. Marcelo Weitzel, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Militar; Sr. Clauro Roberto de Bortolli, Procurador-Geral de Justiça; Sr. Carlos Vinícius Ribeiro, Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público; Sr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Conselheiro Nacional do Ministério Público; Sr. Georges Seigneur, Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal; Sr. Jarbas Soares, Procurador de Justiça; e o Sr. Pedro Maia, Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 60, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 128, §1º, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Omar Aziz. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor PAULO GUSTAVO GONET BRANCO, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral da República, nos termos do art. 128, §1º, da Constituição Federal, com 17 (dezessete) votos favoráveis e 10 (dez) votos contrários. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 76, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Marco Antônio de Farias, a partir de 26 de outubro de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do General de Exército ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 123, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 77, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 123 da Constituição Federal, o nome do General de Exército FLAVIO MARCUS LANCIA BARBOSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da transferência para a inatividade do Ministro Odilson Sampaio Benzi, a partir de 21 de novembro de 2025." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do General de Exército FLAVIO MARCUS LANCIA BARBOSA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nos termos do art. 123, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. A reunião é suspensa às treze horas e cinco minutos e reaberta às treze horas e onze minutos. **2ª Parte - Indicação de autoridades**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 10, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor GUSTAVO AFONSO SABÓIA VIEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Senado Federal." **Autoria:** Presidente do Senado Federal: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Líder do PP Tereza Cristina (PP/MS), Líder do PL Carlos Portinho (PL/RJ), Líder do PDT Weverton (PDT/MA), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PSD Omar Aziz (PSD/AM), Líder do Governo Randolfe Rodrigues (PT/AP), Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Líder da Maioria no Senado Federal Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Líder da Minoria no Senado Federal Ciro Nogueira (PP/PI), Líder do Oposição Rogerio Marinho (PL/RN), Líder do PT Augusta Brito (PT/CE), Líder do Governo Rogério Carvalho (PT/SE), Líder do UNIÃO Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor GUSTAVO AFONSO SABÓIA VIEIRA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, com 25 (vinte e cinco) votos favoráveis e 2 (dois) votos contrários. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 11, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação da Senhora JACEGUARA DANTAS DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora JACEGUARA DANTAS DA SILVA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso IV, da Constituição Federal, com 27 (vinte e sete) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 3 - Ofício "S" n° 12, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor FABIO FRANCISCO ESTEVES, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Supremo Tribunal Federal." **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senadora Tereza Cristina. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor FABIO FRANCISCO ESTEVES, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso V, da Constituição Federal, com 27 (vinte e sete) votos favoráveis, por unanimidade. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 13, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil." **Autoria:** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 14, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada à Câmara dos Deputados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome da Senhora DAIANE NOGUEIRA DE LIRA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. **ITEM 6 - Ofício "S" n° 15, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga destinada à Câmara dos Deputados." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A Comissão aprova o Parecer da CCJ, após arguição pública, em escrutínio secreto, que conclui pela escolha do nome do Senhor EDVALDO NILO DE ALMEIDA, para compor o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, nos termos do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal, com 26 (vinte e seis) votos favoráveis e 1 (um) voto contrário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 38ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de nove indicações, divididas em dois blocos.

Esta Presidência esclarece aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que a votação da sabatina será obrigatoriamente presencial, por meio de duas urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma urna no corredor e a outra dentro da sala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada Senador terá direito a dez minutos para fazer as suas perguntas aos sabatinados – Senador Flávio, já inscrevi V. Exa. –, e eu peço, inclusive, ao Senador Omar Aziz e ao Senador Sergio Moro que possam conduzir os três primeiros que serão sabatinados: o Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco, o General Anisio David Oliveira Junior e o General Flavio Marcus Lancia Barbosa. Ficarei grato aos Senadores pela condução dos citados para a sabatina. (*Pausa.*)

Agradeço as presenças do Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco, Procurador-Geral da República, do General Anisio David de Oliveira Junior e do General Flavio Marcus Lancia Barbosa nesta reunião.

Começaremos a sabatina concedendo a palavra ao Dr. Paulo Gonet Branco, em seguida ao General Anisio e depois ao Senador Flavio Marcus Barbosa.

Passo a palavra ao Doutor...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O senhor elevou o General a Senador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A Senador, não. Eu falei General, General! (*Risos.*)

Quem sabe? O Mourão não é Senador? Ele pode ser Senador um dia também. Você tem alguma objeção a que ele venha a ser Senador?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não tenho objeção nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, bata a continência! (*Risos.*)

Se você não tem uma objeção, bata continência!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O senhor nunca foi apresentado ao General Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu já fui. Eu fui Relator dele, fui Relator do General Amin! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a palavra o Procurador-Geral, Dr. Gustavo Gonet Branco.

V. Exa., pode usar a palavra.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Mourão, estavam falando mal de ti aqui.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Estavam falando mal de mim? Não acredito que você estava falando mal de mim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – O Otto, o Otto! (*Risos.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Exmo. Sr. Presidente Senador Otto Alencar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, que me deu a honra de ser o Relator da minha indicação para a recondução ao cargo de Procurador-Geral da República, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, meus colegas de sabatina, General de Exército Anisio David de Oliveira Junior, General de Exército Flavio Marcus Lancia Barbosa, senhoras e senhores aqui presentes, a todos o meu cumprimento mais cordial.

O retorno ao Senado Federal, para ser sabatinado por V. Exas., constitui uma honra e uma oportunidade para reiterar os meus propósitos de atuação estritamente institucional à frente da Procuradoria-Geral da República. Há dois anos, ainda no curso desta Legislatura, tive o prazer de visitar pessoalmente mais de 70 Senadores, quando expus a minha visão de Ministério Público, que não mudou desde então, conforme o acompanhamento da minha atuação deve demonstrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sabatina, há dois anos, também afirmei que estaria disposto a sempre receber os eminentes Senadores. Nesse período, as audiências foram amiudadas. Tive o ensejo de receber pessoalmente ao menos 37 Senadores em mais de 50 reuniões.

Esses encontros foram propícios para o mais apurado conhecimento das temáticas afetas ao Congresso Nacional que acaso se interligassem com competências da Procuradoria-Geral da República. Foram úteis à melhor formação de convicções necessárias ao desempenho do cargo para o qual recebi o abono de V. Exas. à indicação feita pelo Presidente da República em 2023.

Nesta sessão, fico a cavaleiro para reiterar a convicção sobre a linha de atuação que cabe ao Ministério Público prosseguir. O Ministério Público deve se guiar pelo mandamento que o Constituinte originário lhe dirigiu, ao situá-lo como guardião da ordem jurídica e do regime democrático, além de defensor dos direitos fundamentais, individuais e sociais. Reafirmo o compromisso com o respeito pela Procuradoria-Geral da República às competências dos Poderes da República, o que se traduz em posição arredia à interferência sobre opções próprias dos Poderes integrados por agentes legitimados diretamente pelo voto popular.

Reconheço como ampla a liberdade de conformação da ordem jurídica de que dispõem os Poderes com competência legiferante, dentro dos espaços de atuação formal e nos limites materiais definidos, uns e outros, na Constituição. Creio, portanto, que o trabalho da Procuradoria-Geral da República deve buscar a eficiência no esmero técnico-jurídico com que se desenvolve. A busca do aplauso transitório e da exposição midiática não se compadece com esse estilo. A legitimidade da atuação do Procurador-Geral da República não se afere pela satisfação das maiorias ocasionais, mas pela racionalidade jurídica dos seus posicionamentos. O lócus dessa análise é o órgão máximo do Poder Judiciário, ao qual o Procurador-Geral da República se dirige ordinariamente para o exercício das suas incumbências constitucionais.

Os números da atuação da Procuradoria-Geral da República abonam o seu desempenho. A Procuradoria atendeu a chamamento para se manifestar em 8.969 processos entre janeiro de 2024 e julho de 2025, portanto, em um ano e meio de mandato. As áreas de atribuições são as mais diversificadas, abrangem as complexidades das questões de interpretação e aplicação da Constituição, tanto no controle abstrato quanto no concreto, e alcançam também a área penal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo no campo da competência originária do Supremo, própria dos casos em que há investigado com foro por prerrogativa de função.

Saliento o cuidado com que a Procuradoria-Geral da República enfrenta esses temas. Da Procuradoria-Geral da República não saem denúncias precipitadas. Não há proposta de medidas de interferência sobre direitos fundamentais de investigados senão depois de minucioso exame de ponderação entre o grau de intervenção na esfera dos direitos básicos do investigado e a necessidade da providência para a exposição e análise jurídico-penal de fatos socialmente graves.

Ressalto que a Procuradoria-Geral da República tem a obrigação legal de propor medidas de ordem repressiva criminal quando se defronta com relato consistente de cometimento de delito da competência originária do Supremo Tribunal Federal. A sua atuação não é discricionária, não lhe é dado selecionar segundo critérios de livre-arbítrio se leva ou não adiante um processo penal quando há sinal eloquente de conduta punida pela lei. Da mesma forma, é importante ter presente que o Procurador-Geral da República não julga ninguém, apenas leva o relato de fatos apurados à avaliação do Judiciário. O Judiciário, de seu turno, se ocupa de verificar se os fatos descritos pelo Ministério Público estão com a sua realidade fenomênica comprovada e se coincidem com a conduta prevista na lei. Se isso ocorre, cabe-lhe fixar o castigo dentro dos limites mínimos e máximos que o Congresso Nacional fixou como próprios para sancionar quem desobedece ao comando normativo.

Foi seguindo essa metodologia própria do direito civilizado que a Procuradoria-Geral da República agiu nos tantos processos abertos desde 2023 por crimes contra o Estado democrático e outros conexos. Com relação a esses processos, a lei permite que, sendo o crime menos grave, se possa realizar um Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), pelo qual o agente assume o erro e se compromete a medidas de reparação, livrando-se da condenação penal e mantendo o *status* de réu primário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço silêncio ao Plenário para que o Dr. Paulo possa expor as suas razões.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – No âmbito dos processos que discutem atos antidemocráticos, houve ampla utilização desse mecanismo para evitar a ação penal. Até o dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

23 de outubro de 2025, 568 investigados se beneficiaram deste instrumento, as condenações chegaram para 715 réus, houve 12 absolvições, a maior parte delas a pedido do próprio Ministério Público Federal. Observem que 606 processos se encontram em andamento, o que representa 32,3% do total. Como se vê, os números demonstram que a atuação do Procurador-Geral da República foi confirmada no seu acerto pela instância julgadora na mais vasta maioria dos casos encerrados. Os dados dão conta da forma criteriosa como a obrigação que incumbe ao Procurador-Geral da República vem sendo exercida.

Creio oportuno enfatizar que as minhas manifestações se deram invariavelmente nos autos dos processos, sem vazamento nem comentário público algum detrimentoso à imagem e à presunção de inocência dos investigados, a bem, da mesma forma, da eficiência das apurações. O respeito ao sigilo judicial foi sempre obedecido de modo absoluto e assim continuará a ser caso V. Exas. entendam por bem anuir à indicação que lhes é submetida.

Tenho certeza de que ao Congresso Nacional, como também à sociedade brasileira, interessa que a infringência das normas criadas pelo Legislativo seja investigada, sendo, eventualmente, objeto de imputação de responsabilidade, sempre de modo objetivo e sóbrio, para a definição final que incumbe aos tribunais.

Decerto que não foram apenas os delitos contra o Estado democrático que demandaram a atenção do Procurador-Geral da República. Correm investigações sobre o recente escândalo de golpes contra aposentados no INSS, sobre atos de ex-Ministros do atual Governo, entre outros. O que importa ter presente é que não há criminalização da política em si. Sobretudo a tinta que imprime as peças produzidas pela Procuradoria-Geral da República não tem as cores das bandeiras partidárias.

As múltiplas atuações do Procurador-Geral da República também envolvem a busca de soluções consensuais. Assinalo a esse respeito a repactuação do acordo de Mariana, em que a Procuradoria-Geral da República desempenhou o seu papel. E destaco o papel magnífico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sob a direção do Dr. Jarbas, aqui presente. O acordo é um marco mundial em termos de valores monetários absolutos e em termos de pessoas e estruturas beneficiadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também na linha conciliatória e para dar resposta célere a um problema grave, a Procuradoria-Geral da República participou ativamente do acordo destinado a estabelecer um fluxo de ressarcimento dos descontos associativos indevidos em benefícios previdenciários.

No desempenho da Procuradoria-Geral da República, busquei também fortalecer eixos temáticos estruturantes para a atuação do Ministério Público do Brasil. Nesse sentido, dirigimos a atenção coordenada dos ministérios públicos para o combate às organizações criminosas, que têm também motivado uma atuação da Procuradoria-Geral da República, em concerto com outros países amigos que sofrem de problemas semelhantes. Criamos unidades especializadas no combate ao tráfico de pessoas, contrabando de imigrantes, bem assim unidades de resposta aos crimes cibernéticos, além de incentivarmos a investigação de casos de lavagem de dinheiro. O resultado dessas mais recentes iniciativas já começa a ganhar vulto. Em setembro de 2025, em estreita colaboração com autoridades da Irlanda, desarticulou-se uma rede internacional de tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro com atuação em 14 países, espalhados em cinco continentes.

No Conselho Nacional do Ministério Público, cuidamos de fortalecer não só o seu papel de controle de atuação dos membros do Ministério Público, como igualmente o de articulação institucional, para que a instituição atue de forma coordenada e harmônica em todo o território nacional.

A gestão administrativa do Ministério Público, que exerço com o apoio inestimável de uma valorosa equipe, sob o comando do Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Hindenburgo Chateaubriand Filho, também é campo de intensos desafios, exigentes do estabelecimento de equilíbrio entre o ideal da eficiência nas atividades da instituição com os limites impostos pelo mandamento do equilíbrio fiscal.

Encerro a minha manifestação inicial retomando o agradecimento pela atenção de V. Exas. e renovando o propósito de conduzir o Ministério Público, se assim concordarem V. Exas., com o estrito respeito ao regime constitucional e legal...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... que o assinala como instituição essencial da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Registro a presença do Dr. Guido Amin Naves, Ministro do Superior do Tribunal Militar; Dr. Péricles Aurélio de Queiroz, Ministro do Superior do Tribunal Militar; Dr. Marcelo Weitzel, Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público; Clauro Roberto de Bartolli, Procurador-Geral de Justiça; Carlos Vinícius Ribeiro, Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Antônio Edílio Magalhães Teixeira, Conselheiro Nacional do Ministério Público; Georges Seigneur, Procurador-Geral de Justiça; o meu estimado amigo Jarbas Soares, também Procurador de Justiça; o Dr. Pedro Maia, Procurador-Geral de Justiça do meu Estado da Bahia. A minha saudação a todos vocês.

Passo a palavra ao General Anisio David de Oliveira Junior.

O SR. ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR (Para expor.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, receba desde já minha sincera gratidão pelo acolhimento e pela condução desta sessão.

Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, é uma satisfação especial poder me apresentar nesta ocasião. Agradeço a Deus e dirijo ainda um cumprimento respeitoso ao Senador Hamilton Mourão, Relator desta arguição, e a todos os que participaram deste processo. Cumprimento as autoridades aqui presentes, recém-nominadas pelo nosso Presidente. Cumprimento todos os integrantes da mesa participante dessa arguição pública tão importante.

Excelências, sinto-me profundamente honrado e igualmente motivado pela indicação de meu nome pelo Senhor Presidente da República para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar; honrado pela importância da função e motivado pela oportunidade de, se aprovado por esta Casa, continuar servindo ao Brasil e à sociedade.

Sou filho de Anisio David de Oliveira, praça do Exército Brasileiro, nascido no sítio Taboquinha, Município de Altaneira, e de Zilmar Daxo Alencar, nascida no Brejo Grande, ambos da região do Cariri, interior do Ceará. São minhas referências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresento-me hoje diante de V. Exas. após mais de quatro décadas ininterruptas de serviço ao Exército Brasileiro. Desde os primeiros anos de formação e por toda a minha vida militar, o exercício das funções que desempenhei e a convivência com familiares, amigos, superiores, pares e subordinados me permitiram o aprendizado da prática de valores fundamentais, como honra, responsabilidade, probidade e senso de justiça. Esses princípios tornaram-se parte da minha formação moral, cultural e profissional, orientando atitudes e decisões ao longo da carreira.

Servir ao Exército no Brasil, no exterior, integrando também forças multinacionais, alargou minha visão, trouxe experiências valiosas e moldou minha identidade como militar e como cidadão. Exerci, por cerca de nove anos, autoridade policial judiciária militar, como comandante de organizações militares. Atuei como instrutor por cerca de seis anos e desempenhei funções administrativas e de assessoria em órgãos da alta administração, como o Estado-Maior e o Gabinete do Comandante do Exército.

Em relação à minha formação acadêmica, me graduei na Academia Militar das Agulhas Negras, cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e realizei o doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior. Concluí uma especialização em gestão pela Fundação Getulio Vargas e também tive a oportunidade de realizar o curso superior de Defesa Nacional e de atuar como instrutor na Escola Superior de Guerra, ambos na República Argentina.

Durante minha trajetória profissional, procurei pautar-me pela preservação dos princípios constitucionais e da hierarquia e da disciplina, pilares da vida castrense. Entre as funções exercidas até o posto de coronel, destaco a ampliação do meu repertório profissional como instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no Rio de Janeiro, observador militar da ONU, como oficial de ligação entre a guerrilha e as forças governamentais da República de Angola, na África. Em Brasília, fui chefe da equipe de contencioso de pessoal do gabinete do comandante. Em Alagoas, comandei o 59º Batalhão de Infantaria Motorizado, na cidade de Maceió. E, como última missão, ainda no posto de coronel, comandei o Batalhão Brasileiro de Força de Paz na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.

Ao ascender ao generalato, seguimos para uma nova moradia. Seria a minha vigésima movimentação. E pude contar, mais uma vez, sempre junto comigo, com minha querida esposa Andrea e nossos filhos David e João.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como General de Brigada, comandei a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, em Marabá, no Estado do Pará. Em seguida, estive à frente da Subchefia de Estado-Maior que trata de planejamento e estratégia do Exército. Integrei também o Comando de Operações Terrestres, conduzindo a Chefia de Missão de Paz, Aviação e Inspetoria Geral das Polícias Militares. Foram atribuições que me permitiram gerir orçamentos expressivos, desenvolvendo experiência no trato com a alta administração e na condução de estratégias para o Exército e para as Forças Auxiliares.

Como General de Divisão, fui movimentado para a Amazônia Oriental, onde comandei a 8ª Região Militar, abrangendo os Estados do Amapá, do Pará, Maranhão e norte de Tocantins. Posteriormente, fui designado para Vice-Chefia do Departamento-Geral do Pessoal do Exército, ocasião em que fui instado a trabalhar para o fortalecimento da dimensão humana da nossa Força.

Promovido a General de Exército e ascendendo ao Alto Comando, estive à frente do Comando Militar do Oeste, compreendendo os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nessa função, focado para o preparo e o emprego da tropa da fronteira oeste, pude me dedicar para o enfrentamento de crimes transfronteiriços e para o adestramento visando à defesa da pátria.

Atualmente, exerço o cargo de Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, responsável pela governança de cinco diretorias, 20 mil militares e 60 mil ativos. Essa estrutura atua não somente em proveito do Exército, mas principalmente trabalha em prol da sociedade brasileira em temas ligados ao desenvolvimento nacional, participando na construção de rodovias, ferrovias, aeroportos, barragens, preservação do meio ambiente, entre outros.

A carreira profissional aqui descrita foi pautada pela observância e aplicação dos princípios do direito, corroborada pela existência de robustas assessorias de apoio em assuntos jurídicos nas unidades de nível batalhão e superior, com o objetivo de subsidiar as decisões dos comandantes em diversos níveis.

A liderança militar exige senso de justiça e responsabilidade permanente, princípios que, no exercício de comando, sustentam a legitimidade da vida castrense. Esses valores habilitam o exercício da função em apreço, observando o escabinato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerrando essas palavras, registro que sempre busquei exercer a autoridade e a liderança com equilíbrio, serenidade, compromisso, conciliando firmeza com responsabilidade, jamais me omitindo diante de decisões difíceis, sempre em consonância com o preceito constitucional e o marco legal brasileiro.

Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores que integram esta notável e respeitável Comissão, apresento essas credenciais ao submeter o meu nome à apreciação de V. Exas. para o exercício do cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, que, se concretizado, me proporcionará a honrosa oportunidade de continuar servindo ao nosso querido Brasil.

Espero corresponder à grandeza de tão elevada responsabilidade e, caso aprovado, renovo o compromisso de, como soldado, dedicar-me integralmente para ser digno da confiança de V. Exas., do Estado brasileiro e de toda a sociedade.

Agradeço pela atenção e pela distinção de V. Exas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao General Anisio David de Oliveira Junior e parabenizo pelo seu relatório, mais ainda porque o nosso General é do Cariri, lá do Ceará, origem da minha família, que migrou de lá no ano de 1877, na época da maior seca do Nordeste, na qual morreram mais de 400 mil nordestinos. Então nós temos Alencar também ...

O SR. ANISIO DAVID DE OLIVEIRA JUNIOR (*Fora do microfone*.) – Fiquei com medo do nepotismo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ficou com medo do nepotismo. Também fico com medo do nepotismo aqui. (*Risos.*) Vou passar a palavra agora ao General Flavio Lancia Barbosa.

O SR. FLAVIO MARCUS LANCIA BARBOSA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores, autoridades e demais participantes dessa arguição, inicialmente sinto-me profundamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

honrado e motivado de meu nome ser considerado para tão distinto cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, por indicação do Senhor Presidente da República. Honra-me pela relevância de tal cargo e motiva-me, sabendo sobretudo pela possibilidade de continuar, caso aprovado, a servir ao nosso país e à sociedade à qual pertencemos.

Manifesto meu elevado respeito por, entre tantos temas aqui tramitados de maior interesse e relevância para o Brasil, ter minha indicação apreciada pela Câmara Alta do nosso Congresso Nacional, por meio desta douta Comissão, cujo beneplácito representa o referendo do povo brasileiro e dos nossos entes federados, dado o mandato conferido a V. Exas.

Agradeço ao Senador Jaques Wagner por ser o Relator de minha indicação perante esta Comissão. Apresento-me diante das senhoras e dos senhores após quase 48 anos ininterruptos de serviço ao Exército.

Nasci em Campinas, Estado de São Paulo. Meu pai era bancário e minha mãe era professora, tendo vivido minha infância e adolescência em Amparo, interior também de São Paulo. Sou casado e tenho duas filhas ainda pequenas.

Em relação à minha formação acadêmica, cursei a Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no Rio de Janeiro, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, também no Rio de Janeiro. No nível político-estratégico e da alta administração militar, realizei curso de estudo de defesa e estratégia na Universidade de Defesa Nacional do Exército de Libertação Popular da República da China.

Por toda a minha vida militar, a convivência com familiares, amigos, superiores, pares e subordinados me permitiu a aprendizagem e a prática dos valores fundamentais, como honra, responsabilidade, honestidade, probidade e tantas mais. Tais atributos fundiram-se na minha bagagem cultural, pessoal e profissional, norteando meu comportamento e atitudes.

Servir ao Exército agregou muitas experiências, por ter me permitido exercer funções operacionais, de instrução, administrativas, diplomacia militar e humanitária. Atuei por mais de dez anos como Comandante de Organizações Militares e por cerca de oito anos como instrutor. Exercito também funções de autoridade policial-judiciária militar, além de atividades administrativas e de assessoria em órgãos de alto nível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acumulei experiência no Gabinete do Comandante do Exército, na Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, responsável pelos colégios militares do Exército, no Estado-Maior do Exército, que é o órgão de direção geral da Força, no Departamento de Educação e Cultura do Exército, no Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e, desde 2023, no Comando Logístico.

Durante a minha vida profissional, esteve presente o exercício de atividades relacionadas à preservação e à promoção dos princípios constitucionais da hierarquia e da disciplina, que escudaram o exercício da liderança e da administração militar e da aplicação da justiça nos quartéis.

No cabedal de conhecimento da instituição Exército Brasileiro, fui consolidado como instrutor da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército; instrutor do Instituto do Hemisfério Ocidental para Cooperação e Segurança do Exército dos Estados Unidos da América; observador militar na Organização das Nações Unidas, na Força de Proteção das Nações Unidas na ex-Iugoslávia; Comandante do 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, em Santa Maria, Rio Grande do Sul; e Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão do Exército, em Curitiba.

Além das atividades operacionais, atuei nas áreas da educação física, educação básica, educação militar e da logística e mobilização, bem como na interação com a Base Industrial de Defesa, com os setores de ciência e tecnologia, com as demais Forças Armadas, com o Ministério da Defesa e com outros órgãos nas diferentes esferas do poder.

Tive a oportunidade de dirigir e controlar as atividades relacionadas à educação, cultura, desportos e pesquisa científica no âmbito do Exército, incluindo a formação e capacitação dos militares, a promoção da cultura e a pesquisa em áreas da defesa e ciências militares.

No Ministério da Defesa, como Chefe de Educação e Cultura, atuei no fomento à política de ensino da defesa, interagindo com o Ministério da Educação e os órgãos de ensino das Forças Armadas, tendo supervisionado as atividades de ensino da Escola Superior de Guerra e da Escola Superior de Defesa.

Como Comandante Logístico, atualmente, coordeno o apoio logístico ao preparo e emprego da Força Terrestre, com foco na alimentação, combustível, munição, saúde operacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e manutenção de armamentos, radares e veículos, além de aquisições complexas para as forças blindadas, a aviação do Exército, a artilharia de campanha e antiaérea. O Comando Logístico atua em grandes operações, como a COP 30, atualmente em curso; no apoio às calamidades, como incêndios florestais; e no fortalecimento da prontidão logística das tropas na faixa de fronteira, em especial na Amazônia.

No exercício da liderança militar ao longo da carreira, mantive sempre o foco na missão e na tropa, pautando minha conduta pela retidão e honestidade de propósito.

O juramento à Bandeira e o compromisso do oficial que assumi são expressões de um dever que perdura para toda a vida.

Nos comandos operacionais e na alta administração, exerci a autoridade e a liderança com senso de justiça e responsabilidade, sempre amparado no direito, nos regulamentos e nas normas. Busquei aplicar com equilíbrio e humanidade a justiça do Comandante, essencial para sustentar a hierarquia e a disciplina, que garantem a força e a coesão da instituição Exército.

Exmo. Sr. Senador Otto Alencar, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, essas são as credenciais que apresento com humildade e senso de dever.

Caso aprovado, reafirmo o meu compromisso de continuar servindo ao Brasil com lealdade, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição e as leis do nosso país, com dedicação e justiça, honrando a confiança do Senado Federal e da sociedade brasileira.

Agradeço a atenção e a distinção desta Comissão.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao General Flavio Lancia e o parabenizo.

Como é regimental, vou passar a palavra, pela ordem, aos Relatores.

Primeiro o Senador Omar Aziz, depois o Senador General Hamilton Mourão e depois o Senador Jaques Wagner. A partir daí, começaremos as oitivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Dr. Paulo Gonet, General Anisio, General Flavio, eu acho que, no relatório, eu fui muito sucinto e claro em relação à posição. E uma das melhores posições do Dr. Paulo Gonet, no meu ponto de vista, é que não é uma pessoa midiática. Ele trata as questões nos autos, e não pela imprensa, tentando ganhar um *like* a mais, um *like* a menos. Isso é muito importante. O Judiciário brasileiro tem que se pautar pelos autos, e não se pautar pela opinião pública de um modo geral. Isso tem prejudicado, muitas vezes, a atuação do Judiciário e do Ministério Público – principalmente do Ministério Público –, que, muitas vezes, é o autor da denúncia, ou quase todas as vezes é o autor da denúncia.

A discrição, nesses dois anos, da atuação do Dr. Paulo Gonet à frente da Procuradoria-Geral da República recomenda que todos nós aqui analisemos o nome dele. Lógico que tem pessoas que discordam, mas creio que a grande maioria irá reconduzi-lo e com os méritos da sua atuação nesses dois anos.

O meu relatório foi claro em relação a isso. Tive a contribuição... E quero aqui dizer que o Ministro Mauro Campbell foi uma das pessoas com que eu conversei, até porque é um Ministro do meu estado, por quem eu tenho um respeito muito grande. Pedi a contribuição de várias pessoas, para que pudéssemos fazer um relatório em que não só eu tivesse uma opinião, mas queria ouvir a opinião de muitas pessoas, para que a gente pudesse fazer um relatório, e esse relatório foi feito.

Espero que V. Exa. tenha sucesso hoje, tanto aqui, na CCJ, como no Plenário, mais tarde.

De antemão, no final, é lógico, nós vamos pedir a urgência para ser votado hoje, em Plenário ainda, para o Sr. Presidente, e o Presidente Otto deve conduzir essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador General Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bom dia, Presidente. Bom dia aos caros colegas e a todos aqui presentes, ao nosso Procurador Dr. Paulo Gonet, General David e General Lancia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao General David, o currículo dele fala por ele mesmo: Oficial-General de brilhante carreira. Eu destaco aqui para os colegas presentes que, de uma turma de academia militar, que é essa turma dos dois que aí estão presentes, que tinha 284 aspirantes, apenas quatro oficiais chegaram ao posto em que eles se encontram.

Então, o General David está indicado aí por ser o Oficial-General mais antigo do Exército. Não é uma indicação randômica, não é uma indicação aleatória; é algo que cumpre um rito estabelecido dentro das Forças Armadas, em que a antiguidade é prezada.

Então, eu me sinto muito confortável em tecer essas palavras e tenho absoluta certeza de que o General David, como membro do Superior Tribunal Militar, continuará a se desempenhar conforme fez ao longo da sua auspiciosa carreira, em que ele se destacou pela liderança, pela sua capacidade militar e pela forma como sempre tratou pares, superiores e subordinados. É um homem de honra.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., General Hamilton Mourão, e passo a palavra ao Senador Líder do Governo no Senado, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Como Relator.) – Bom dia, querido amigo Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, colegas Senadores e Senadoras.

Cumprimento o Dr. Paulo Gonet, o General Anisio, o General Flavio: o Dr. Gonet indicado para a recondução e ambos os Generais indicados ao Superior Tribunal Militar.

Eu vou fazer minhas as palavras do Senador Mourão. Eu fui do Colégio Militar do Rio de Janeiro, fui Ministro da Defesa e sei que a carreira militar nas Forças Armadas é um funil, é uma pirâmide, e pouca gente chega às sonhadas quatro estrelas. Portanto, eu acho que a própria trajetória do General Flavio recomenda a indicação feita, e eu, no relatório, atestei isto: a sua formação, o seu caráter, a sua trajetória e, portanto, a sua condição de assumir um poder tão importante como ser membro do Superior Tribunal Militar.

Meus parabéns a V. Exa. pela indicação. Eu creio e tenho convicção de que V. Exa. será aprovado nesta Comissão e também no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Jaques Wagner e passo à fase de arguição.

Devo informar aos Srs. Senadores e Senadoras que cada Senador terá dez minutos para arguição. Nós faremos um bloco de três Senadores que falarão e depois passo a palavra ao arguido, sejam os Generais ou então o Procurador-Geral da República, Dr. Paulo Gonet.

Os primeiros três inscritos são o Senador Jorge Seif, o Senador Flávio Bolsonaro e o Senador Esperidião Amin. Eu passo a palavra ao Senador Jorge Seif. Em seguida, teremos o Senador Sergio Moro, o Senador Magno Malta e o Senador Contarato.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Dr. Paulo Gonet, General Anisio, General Flavio. Sejam bem-vindos.

Primeiramente, quero só pedir uma coisa à Justiça Militar. Estão fazendo uma covardia, uma perseguição com o Bolsonaro, inclusive sob patrocínio do Ministério Público Federal, infelizmente. Só respeitem que ele é um oficial reformado, ele é um militar da reserva. A única coisa que eu peço aos senhores que estão sendo sabatinados – e já declaro o meu voto nos senhores e nos demais membros aqui do Superior Tribunal Militar – é que, diante de tantas injustiças, pelo menos se respeite que, além de ex-Presidente, ter as mãos limpas e estar sofrendo uma perseguição gigantesca, um conluio político... Que pelo menos a saúde dele, a vida dele sejam preservadas, até que nós aprovemos a anistia.

Sr. Paulo Gonet, quando o senhor foi conduzido, eu votei no senhor, a pedido do Presidente Bolsonaro. O Presidente Bolsonaro, na ocasião, podia falar, mas hoje ele não pode, ele está calado. Bandido pode dar entrevista em cadeia, mas Bolsonaro não pode nem falar com os filhos. São coisas que a gente não entende no Estado democrático de direito relativo do Brasil.

Eu tenho algumas perguntas para o senhor.

O senhor declarou recentemente que o *impeachment* de Ministros do Supremo Tribunal Federal deveria ser base de competência exclusiva do PGR, contrariando a Lei 1.079, de 1950. Pergunto ao senhor: qual base constitucional ou jurisprudencial sustenta essa nova decisão e leitura de V. Exa.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dois, o senhor afirmou que a legitimidade amplíssima para pedidos de *impeachment* não mais condiz com a Constituição de 1988. O senhor poderia indicar qual dispositivo da Constituição Federal de 1988, que eu saiba, ainda em vigor, revogou ou condicionou o art. 51 da Lei 1.079?

Três, a PGR defende maioria qualificada de dois terços para *impeachment* de Ministros do Supremo, aplicando a regra do art. 52, inciso I, sem previsão expressa. A quem cabe alterar esse rito, senão o Congresso Nacional?

Quarta pergunta ao senhor. O senhor declarou que a anistia aos envolvidos no 8 de janeiro seria inconstitucional. Como o senhor concilia isso com o art. 84, inciso XII, da Constituição Federal e a Lei 6.683, já analisada na ADPF 153 pelo Supremo? O senhor citou o art. 5º, incisos XLII e XLIV, para sustentar a inconstitucionalidade da anistia, mas tais dispositivos, Dr. Gonet, tratam de definição de crimes. Por que usar essa base jurídica genérica, em vez de uma análise técnica da Lei 6.683, de 1979?

Sr. Gonet, entidades de advocacia, inclusive a OAB do Brasil, denunciaram V. Exa. por violações de prerrogativas de liberdade de expressão na PGR sob sua gestão. A PGR instaurou alguma auditoria ou relatório público sobre essas acusações?

Sr. Gonet, há alto grau de convergência entre as manifestações da PGR e as decisões do Ministro Alexandre de Moraes. Que mecanismos internos asseguram a independência da PGR e evitam influência indevida do Supremo Tribunal Federal?

Sr. Gonet, o Ministério Público tem competências constitucionais de controle externo de atividades policiais e penitenciárias. O que o senhor determinou que fosse feito em termos da investigação da prisão em isolamento de solitária em que colocaram o Sr. Filipe Martins?

Sr. Gonet, os jornalistas David Ágape, Eli Vieira e Glenn Greenwald fizeram um importante trabalho ao revelar que Alexandre de Moraes e autoridades sob seu comando abusaram dos seus poderes para investigar enviesadamente pessoas de espectro de direita ou, como o povo fala, bolsonaristas. Foi comprovada, em audiência pública aqui no Senado Federal, na Comissão de Segurança Pública, a prática de extensas fraudes processuais, com produção encomendada de relatórios a Alexandre de Moraes e ao senhor, inclusive tendo como intermediário o Sr. Tagliaferro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para lembrar aos senhores, Presidente Otto, a Lava Jato foi enterrada no Brasil porque tinha conversas do então Juiz Sergio Moro com o então Procurador Deltan Dallagnol – foi enterrada a Lava Jato –, a mesma relação que foi condenável na ocasião e motivo de cancelamento ou anulação da Lava Jato – a mesma relação. O Tagliaferro esteve aqui e mostrou mensagens de Alexandre de Moraes pedindo pareceres ao Sr. Gonet – não foi à PGR, foi ao Sr. Gonet. Então, diante disso, são fraudes processuais, com produção encomendada de relatórios contra alvos preestabelecidos, inclusive falsificando o caráter de monitoramento.

O Moraes se baseava em relatórios para justificar decisões contra bolsonaristas, como quebra de sigilo bancário, cancelamento de passaporte, bloqueio de redes sociais, entre outras. Ainda houve uma conversa que veio a público, na qual grupos que estavam subordinados a Alexandre de Moraes diziam o seguinte: "Temos que mandar uns jagunços pegarem Allan dos Santos".

Face a essas graves denúncias, ao invés de determinar uma investigação séria contra as autoridades que praticaram esse crime, o senhor denunciou o servidor público Eduardo Tagliaferro, que trouxe a público esses fatos. O senhor também denunciará esses jornalistas ou o senhor, uma vez reconduzido, vai mudar essa questão, essa postura?

Quanto tempo ainda tenho? Três minutos.

Sr. Gonet, o Ministério Público, por definição constitucional, é o fiscal da lei. O senhor pretende retomar esse papel ou continuará aceitando investigações conduzidas diretamente e abertas de ofício por Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem a participação do Ministério Público, à margem do sistema acusatório?

Sr. Gonet, o chamado inquérito das *fake news*, o 4.781, está aberto há seis anos e meio – precisamos fazer, inclusive, um bolo aqui, um aniversário –, o senhor considera compatível com o devido processo legal a existência de um inquérito sem objeto delimitado e sem prazo para encerramento? O senhor, sendo reconduzido, vai se manifestar sobre isso?

A Polícia Federal pediu abertura de inquérito para investigar jornalistas, influenciadores e advogados por criticarem a Polícia Federal pela atuação no caso de Filipe Martins; esse pedido está em sua mesa – pelo menos é a atualização que eu tenho até ontem. O senhor pretende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autorizar essas investigações de jornalistas que exerceram a liberdade de opinião e o jornalismo investigativo?

E também, no próprio caso de Eduardo Tagliaferro, denunciado depois de expor os abusos judiciais do gabinete de Alexandre de Moraes e a manipulação de relatórios, o próprio Ministro Moraes reconheceu que se tratava de informações sigilosas, logo, verídicas. Por que o Ministério Público não investiga o conteúdo das denúncias de Eduardo Tagliaferro, ao invés de, hoje, estar tentando trazê-lo para o Brasil para ele ser mais um prisioneiro calado do sistema judicial atualmente instalado no Brasil?

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por último, no Inquérito 4.995, o senhor denunciou o Deputado Eduardo Bolsonaro e o jornalista Paulo Figueiredo por crime de coação no curso do processo. Mas o art. 53 da Constituição, Sr. Gonet, garante imunidade parlamentar sobre palavras, opiniões e votos, e o art. 220 protege a liberdade de imprensa. Eu gostaria de saber como esses atos podem ser considerados ameaças, se foram decisões de um Estado estrangeiro soberano.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Para concluir, Sr. Presidente.

Infelizmente – eu respeito as instituições, eu respeito, o senhor sabe o relacionamento que eu tenho de respeito aqui com todos os Senadores –, mas, infelizmente, devido a diversas questões que são inquestionáveis, inclusive amplamente discutidas por juristas e pela imprensa brasileira, infelizmente, Sr. Paulo Gonet, o meu voto dessa vez o senhor não vai ter. E eu nem sei qual a opinião do Bolsonaro sobre isso, porque hoje ele foi calado, sob a gestão do senhor, sob o silêncio, o silêncio ensurdecedor do senhor, frente aos abusos e arbítrios que o Supremo Tribunal Federal, hoje, instalou: uma tirania da toga, infelizmente, com o seu apoio ou sob a sua conivência e conveniência.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Senador Flávio Bolsonaro. Em seguida, o Senador Esperidião Amin.

O Dr. Paulo Gonet está fazendo as anotações e responderá depois.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Após esse grupo de Parlamentares, o senhor poderia abrir a votação?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. É praxe aqui do Senado Federal.

Determino à Secretaria da Mesa que possa abrir a votação.

Os Srs. Senadores já começam a votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio Bolsonaro, V. Exa. tem dez minutos – ou mais, se desejar. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Bom dia.

Bom dia, General David. Bom dia, General Lancia. Eu não sou militar, mas eu nasci na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, por onde os senhores passaram, e eu só tenho aqui a pedir que V. Exas. não façam como a atual Presidente do Superior Tribunal Militar, que, talvez inspirada em outras altas autoridades deste país, comecem a falar fora dos autos, a dar opiniões políticas sobre o que não lhes cabem, porque a palavra dela não representa o Plenário do Superior Tribunal Militar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Paulo Gonet, eu quero lamentar a sua recondução – muito. O senhor aceitou passivamente o Ministério Público Federal ser esculhambado, não defendeu as prerrogativas constitucionais da instituição que o senhor deveria representar, perdeu a titularidade da ação penal pública, foi ignorado em vários momentos pelo Ministro Alexandre de Moraes, que sequer consultava o Ministério Público Federal para tomar alguma iniciativa. Aí, depois, dava aquela "vaselinada", mandava lá para o senhor opinar.

A prerrogativa de proteção das garantias constitucionais individuais e da sua própria instituição não existem mais no Brasil. Não é o Ministério Público que decide, mas é o senhor que instrui ou deveria instruir o processo, porque nem isso você está fazendo mais, quem faz é o Ministro Alexandre de Moraes, em vários processos. Eu acho que – e eu digo isso com tristeza no coração – os membros do Ministério Público Federal devem ter vergonha do senhor hoje, muita vergonha.

Eu falei para V. Exa. no meu gabinete, por ocasião da outra sabatina, que Deus estava lhe dando uma oportunidade de o senhor desfazer todas as injustiças que o senhor fez enquanto estava lá no TSE, representando o Ministério Público Federal. E o senhor fez ao contrário: o senhor perseguiu, o senhor entrou num jogo sujo de uma pessoa que, para mim, é doente. Mas o senhor está lá, parece que cumprindo ordens dele.

Eu quero dar só um exemplo de como é que o senhor não merecia estar sendo reconduzido.

Esteve aqui na Comissão de Segurança Pública o Sr. Eduardo Tagliaferro e fez um monte de denúncia. Uma específica, em que ele cita, nominalmente, o senhor, que foi a seguinte: teve uma matéria, do *Metrópoles*, no dia 17 de agosto, em que vazou uma conversa daquele grupo de empresários que apoiavam o Presidente Bolsonaro. Dia 17 de agosto sai a matéria. No dia 23 de agosto, o Sr. Alexandre de Moraes executa a sua decisão. Foram mandados de busca e apreensão, bloqueio de contas bancárias, redes sociais, quebra de sigilo bancário de todos aqueles empresários que estavam participando de uma conversa privada no WhatsApp.

Aí, teve aquela grande repercussão negativa, e, então, o Ministro Alexandre de Moraes, como havia dado uma decisão apenas com base numa matéria jornalística, vai tentar requentar a sua própria decisão. Ele pede que o seu juiz auxiliar, o Airton Vieira, solicite ao Tagliaferro para preparar um mapa mental, para ajudar na fundamentação da sua decisão. E ele mostrou para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, aqui, na Comissão de Segurança Pública – eu estava sentado aí, onde o senhor está –, ele mostrou para a gente que recebeu um monte de documentos, para que ele produzisse esse mapa mental, nos dias 26, 27 e 28 de agosto.

Ele fez o mapa mental no dia 29 de agosto – mostrou para a gente aqui os metadados, para comprovar que o documento tinha sido produzido naquele dia –, e sabe em qual dia o Alexandre de Moraes afastou o sigilo da sua decisão, porque estava tudo sob sigilo? No próprio dia 29. Ele provou para a gente, aqui, que o Alexandre de Moraes fraudou a própria decisão dele. Ele tinha dado uma decisão com base numa matéria de jornal, estava sob sigilo... Ele usa uma estrutura de combate à desinformação do TSE, para refazer a sua fundamentação, e, depois, dá publicidade.

Aí, no meio do caminho, o Tagliaferro mostrou para a gente, aqui, que recebeu mensagem do Sr. Lucas. O senhor conhece o Sr. Lucas, não é? (*Pausa.*)

É o seu assessor – o seu próprio assessor, Procurador Gonet –, cobrando o Tagliaferro.

Abrem-se aspas: "O Dr. Paulo Gonet, Vice-PGR, me pediu para entrar em contato com você, Tagliaferro, sobre um assunto que ele tratou com o Ministro Alexandre, hoje cedo".

O Ministro Alexandre de Moraes tratando com o senhor, numa investigação que não lhe caberia: ao juiz cabe julgar; não cabe perseguir ninguém.

E o Tagliaferro anunciou daqui, ó:

"Eu enviei o que eles me pediram para o Gonet. Eu enviei pessoalmente para ele [para o senhor] os pedidos que o Moraes combinou com ele. Eu enviei diretamente para o WhatsApp do Paulo Gonet".

Foi quando ele mostrou, aqui, para a gente, para essas câmeras que estão nos filmando aqui, agora, as mensagens do próprio telefone dele, que ele já havia enviado para o senhor, foi quando até vazou o seu número publicamente, sem querer, mas aconteceu... Foi sem querer mesmo.

E, diante dessa grave denúncia, Sr. Paulo Gonet, em que o senhor próprio está envolvido, o que é que o senhor fez? Se o senhor quiser responder agora... O senhor fez alguma coisa? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada, né? O senhor não fez nada. Ou pior: o senhor começou a investigar o próprio Tagliaferro. O senhor denunciou o Tagliaferro depois do que ele denunciou aqui; o senhor ofereceu denúncia contra o Tagliaferro por violação de sigilo funcional, coação no curso do processo, obstrução de investigação envolvendo organização criminosa e tentativa de abolição do Estado democrático de direito. O senhor, em vez de investigar as graves denúncias, foi investigar quem denunciou, igualzinho o senhor está fazendo com o Deputado Eduardo Bolsonaro agora. Ele vai para os Estados Unidos, denuncia os abusos de Alexandre de Moraes, e V. Exa. está aqui abrindo inquérito para persegui-lo, em vez de investigar as graves denúncias que estão sendo feitas. O senhor não tem vergonha de fazer isso? Nenhuma vergonha?

Eu enviei todas essas denúncias, esta e várias outras para o senhor, estão lá na PGR; mandei para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando era ainda o Ministro Barroso. E não acontece absolutamente nada. Essa, Sr. Paulo Gonet, foi apenas uma situação que foi aqui evidenciada. Imagine quantas outras não aconteceram ao longo dos últimos anos, esse conluio, esse jogo combinado, essa manipulação, essa farsa, e o senhor participando de tudo isso, o senhor colaborando com a perseguição a pessoas inocentes! O senhor não se sente mal de fazer isso, não? O senhor consegue chegar em casa, olhar nos olhos da sua esposa e ficar com a consciência tranquila?

Tudo isso que o senhor está fazendo, em conluio com alguns outros do Supremo Tribunal Federal, é absolutamente nulo num Estado democrático de direito de verdade. E o jogo combinado dá um ar de legalidade: "Não, o Colegiado decidiu". Tudo combinado, todo mundo já sabe o resultado muito antes de o processo começar não pelo que está nos autos, mas por quem vai julgar.

Eu vou concluir agora, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque, na sua frase inicial, o Sr. Paulo Gonet disse que não fala nos autos – mentira –, não fala fora dos autos, mentira! O senhor não só fala fora dos autos, como o senhor atropela o Congresso Nacional, quando declara, já de antemão, sem nem saber que texto está no possível projeto de anistia, que a anistia é inconstitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou lembrar ao senhor que, lá em 1988, os Constituintes de 1988 elencaram inicialmente cinco crimes que eram insuscetíveis à anistia: terrorismo, tráfico de drogas, tortura, crimes hediondos e tinha um quinto lá chamado – não sei se o senhor conhece – crime contra o Estado democrático de direito. O então Deputado Caó faz uma emenda supressiva para retirar o "Estado democrático de direito", para ficar claro que esse é um crime que poderia ser, sim, passível de ser anistiado. Sabe quem votou a favor desse destaque aqui, Sr. Presidente Otto, para que fosse revogado isso, e nós tivéssemos hoje esse texto na Constituição em vigor, com apenas os quatro tipos penais que não podem receber anistia? Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer, todos esses que hoje arrotam para dizer que essa anistia é inconstitucional, como o senhor fez antecipadamente, e vários outros ícones da esquerda, porque já sabiam que naquela época...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... e Lula também, já naquela época – já naquela época – isso podia ser usado de forma distorcida, como está sendo usado hoje.

Eu quero deixar uma pergunta, uma reflexão para o senhor, para concluir, Presidente Otto Alencar.

O senhor vai mesmo tirar uma prerrogativa aqui do Congresso Nacional? Eu queria que o senhor anotasse essa pergunta para responder. O senhor vai tirar a prerrogativa do Congresso Nacional para fazer o processo de *impeachment* contra Ministro do Supremo Tribunal Federal? Porque o que está sendo dito, já pela imprensa – não sei como é que a imprensa fica sabendo se o senhor não fala – é que o senhor vai opinar ao Ministro Relator no STF para dizer que somente o Procurador-Geral da República pode oferecer o *impeachment* de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu queria saber se isso é verdade e, se for verdade, por que o senhor está fazendo isso.

Essa é a pergunta que eu tenho para fazer para o senhor, já que as outras do senhor ficou só me olhando aqui, olhou para o lado de vez em quando e não...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio, mas não é a hora dele responder, ele vai responder depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou concluir, deixando, já que o senhor é uma pessoa religiosa, um versículo de Isaías, 55, 7. Abro aspas aqui para este versículo, para este ensinamento: "Deixe o ímpio o seu caminho, e o homem maligno os seus pensamentos, e converta-se ao Senhor, que se compadecerá dele; volte-se para o nosso Deus, porque é generoso em perdoar".

Eu, sinceramente, ainda espero que o senhor se arrependa de tudo o que o senhor está fazendo com pessoas inocentes, com milhares de pessoas inocentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin.

O Dr. Flávio Gonet terá o direito de responder as indagações dos três Senadores...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Paulo Gonet.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Paulo Gonet. Não é Flávio, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Paulo Gonet terá o direito de responder aos três Senadores depois, no tempo que desejar.

Eu quero chamar a atenção dos Senadores: o constrangimento na arguição é uma coisa muito...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não é constrangimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É um constrangimento na arguição, e é uma coisa que, na minha carreira política de trinta e tantos anos, com meu pior adversário, nunca fiz isso, até porque a força não é manifestada de forma correta até na hora em que existem posições extremas. A serenidade diminui muito a exaltação. O Senador Jorge Seif colocou as perguntas de ordem técnica – eu parabenizo V. Exa.,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim deve ser. Dentro de uma Casa Legislativa, a palavra, do ponto de vista ético, deve ser mantida e também com uma linguagem que sempre seja dentro do procedimento que o Parlamento aceita e que não fere os ouvidos dos Srs. Senadores e Senadoras.

O Senador Esperidião...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se ele estivesse fazendo com o seu filho o que ele está fazendo com o meu pai... O senhor vê que eu fui muito educado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio, V. Exa. é um Senador da República.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu fui muito educado, ponderado, fui muito sereno,,,

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não levantei a voz...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... é um Senador da República. Sei que, como filho, V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É por isso que vou votar contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa., como filho, sempre terá que reagir, mas eu, filho, não reagiria dessa forma num caso semelhante ao de V. Exa., iria para uma linguagem dentro do padrão ético e dentro daquilo que a arguição permite fazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sei do padrão ético aqui, Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, com todo o respeito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu sei do padrão ético.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – ...com tanta gente presa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, Senador, V. Exa. vai ter o direito de falar na hora certa.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – O senhor está falando que é constrangimento. E preso sem crime? Isso não é constrangimento?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, olha, quem prende não é o Procurador, ele denuncia.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Mas ele denunciou.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sim, denunciou. Então...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato. Olha, eu... Eu...

Pela ordem, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero me associar a V. Exa. (*Fora do microfone*.) Nós temos que elevar o nível aqui desta sabatina, seja da de qualquer um dos indicados que estão aqui, com certeza, sendo sabatinados, ou de outras autoridades. Com todo o respeito ao Senador Flávio Bolsonaro e aos demais aqui, eu acho que o momento não é para aqui nós fazermos uma oitiva com essas autoridades, sobretudo, muitas vezes, de forma até leviana, acusando...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Leviana, Senador Jayme? Leviana?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pelo amor de Deus! Senador Flávio, com todo o respeito que tenho a V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não está tendo respeito, não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Mas eu imagino que V. Exa...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... prendendo gente com prudência e sofisticação...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... saiu do que está sendo proposto aqui nesta Comissão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo amor de Deus! Não, não estou saindo, não. Estou olhando o caráter dele.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – V. Exa. está atacando de forma pessoal a autoridade que está sendo sabatinada aqui.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é pessoal, ué!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... também é pessoal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Os termos que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio, o Regimento sempre permite...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não. Permita-me só acabar esta observação. Nós temos que elevar aqui o nível, porque não é um cidadão qualquer que está sendo sabatinado. Antigamente, ele era o Procurador-Geral da República do nosso país. Está sendo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu estou dizendo que ele não tinha nem que estar aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... reconduzido ao cargo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse é o meu ponto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não fui contratado pelo Dr. Paulo Gonet para fazer a sua defesa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parece.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Todavia, eu já não...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parece.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não parece, não. Até porque aqui eu não sou instrumento de quem quer que seja, ninguém. Muito pelo contrário. Sou independente, voto com minha consciência, mas, acima de tudo, eu, como Senador aqui por dois mandatos, como Governador, três vezes Prefeito, tenho a consciência absoluta do que representa o cargo do Dr. Paulo na medida em que, infelizmente e lamentavelmente aqui, quem está prestando atenção na sua fala... Eu me senti, assim, constrangido, e o querido Presidente Otto Alencar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não fique constrangido, não. Quem tinha que estar constrangido era ele. Ele é que não respeita o cargo do Procurador-Geral da República. Ele que...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Depende dos termos que V. Exa. venha aqui usar.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então, feito isso aí, eu quero me associar às suas palavras, Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Eu agradeço a V. Exa.

Pela ordem, o Senador, Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com todo o respeito que eu tenho aos demais colegas, eu acho que só V. Exa. tem o direito e o poder de usar o microfone para fazer reprimenda a qualquer Senador aqui, ninguém mais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Agradeço a V. Exa.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, quero saudar (*Fora do microfone*.) ... as autoridades que estão sendo sabatinadas e me dirigir, inicialmente, aos dois candidatos ao STM, desejando que V. Exas., como juízes... Ser juiz é um enaltecimento, às vezes, atrevido, que o ser humano acende a ele. Então, levem sempre em conta honra e fidelidade, *semper fi*, e desprezo à corrupção. Não deixem que a Justiça brasileira seja contaminada pela ideologia que solta ladrões confessos – e não há confissão mais clara do que devolver o dinheiro roubado –, solta estes e prende quem contraria os dominantes. Não contribuam para que o povo brasileiro perca a esperança.

Acho que estou falando a linguagem de Santo Agostinho: bate-se no pecado, não no pecador – eu estou falando sobre pecados.

Sr. Paulo Gonet, na sabatina de 13 de dezembro de 2023, eu iniciei a minha pergunta sobre o Inquérito 4.781, lembrando que V. Exa., durante quatro anos, assessorou o grande Ministro Francisco Rezek, que sempre foi muito ponderado nas suas observações e é o único brasileiro reeleito, ou seja, eleito duas vezes para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele disse: "Esta ideia do 4.781 não é uma boa ideia". Eu lhe fiz essa pergunta, insisti, era a minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridade, e V. Exa., a quem eu recebi e já tinha antecipado que esta era a minha prioridade, disse que não conhecia o suficiente.

Se V. Exa. não fez nada para questionar o Inquérito 4.781 – eu estou falando de fatos; se isso o constrange, eu não vou revogar fatos –, eu tenho que deduzir que V. Exa. concorda com ele. Então, eu quero, em nome de Santa Catarina, o único estado com nome de mulher, enaltecer a sua antecessora, Raquel Dodge, porque ela protestou, como Procuradora-Geral da República, contra a edição desta inquisição. Isso também é um fato, porque não fui eu quem inventou isso. Todos os que estudam – procuradores, promotores, juízes, ex-juízes, juristas – sabem que isso é uma excrescência.

E agora vou fulanizar. V. Exa. estava presente, num debate recente em Lisboa, quando eu falei isso na frente de um ministro do Supremo Tribunal Federal, e ele até historiou que o prefácio desta peça inquisitorial começou com um abuso praticado contra o ex-Governador do Rio de Janeiro. Então, circunstâncias...

Primeira pergunta. Há seis anos e meio, o próprio Ministro Alexandre de Moraes, respondendo a uma pergunta de jornalista, disse o seguinte: "Vai acabar quando terminar", ou seja, "O inquérito só vai acabar quando nós quisermos". Mas todos reconhecendo que ele é uma excepcionalidade. Eu considero mais do que isso: é uma excepcionalidade do mal, porque ele vai fazer muito mal às instituições brasileiras, à PGR, por omissão, que tinha que estar insistindo naquilo que a Procuradora Raquel Dodge lembrou, e ao próprio Supremo, que está deixando correr. Então, renovo a pergunta: o senhor acha que o 4.781 é um instrumento constitucional para praticar a justiça? Lembro, inclusive, que o próprio ex-Presidente Barroso disse: "Vamos concluí-lo. Vamos encerrar isso".

O segundo ponto que eu quero lhe perguntar, mas denunciar também, é que o inquérito do 8 de janeiro abriu várias narrativas para que a Procuradoria-Geral da República criasse núcleos e formulasse acusações.

E preste bem atenção, num passe de mágica, não há um inquérito, repito, não há um inquérito aberto sobre as omissões dos atuais mandatários. E não faltaram denúncias. Vou relembrar uma. No dia 6 de janeiro, num documento que não tem confidencialidade na sua origem, na Abin, foi avisado: Possibilidade de invasão do prédio do Congresso Nacional e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prédios da Esplanada dos Ministérios. E 48 agências, com mais de 48 responsáveis. Foram notificadas as agências e foram notificados os agentes. Fizemos uma CPI.

Quantos inquéritos existem hoje para investigar as omissões, por exemplo, do Ministério da Justiça, que nem os filmes, os vídeos, com a presença da Força Nacional de Segurança, 285 homens, nem isto, nem isto, nem o desaparecimento dos vídeos foi investigado? Eu repito, zero, zero de investigação sobre as omissões. O senhor não acha que é lícito imaginar que só se esteja enxergando um lado? Eu sei que isso é subjetivo, mas diante da evidência, ela tende a prosperar. Repito, nenhum inquérito sobre as omissões de quem foi avisado. Nem um, zero.

Quero me valer das informações prestadas pelo Senador Seif sobre este fato que está acontecendo e vai ter repercussão internacional, isso não vai dar certo. O Brasil, leia-se Supremo e o Governo brasileiro, estão pedindo a extradição do Sr. Tagliaferro. A denúncia mais contundente, a meu ver, envolve a Procuradoria-Geral da República. Por quê? Porque a própria Procuradoria queria saber por que fulano de tal está preso há quatro meses, se não há nenhum fato que o comprometa? Cabia, então, a quem investiga e julga, e é vítima também, porque isso está acontecendo no Brasil, a vítima, o investigador e o juiz são a mesma pessoa.

Então, TSE, STF, procure-se, então, como lembrou aqui...

Queria que fosse descontado do meu tempo, Presidente. Presidente, eu peço que seja descontado do meu tempo.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – O Presidente está em embargos auriculares.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu quero que seja descontado do meu tempo os embargos auriculares ao PGR e ao Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, V. Exa. tem todo direito. Eu não interrompi, V. Exa.. Lamentavelmente, eu fui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Eu só estou pedindo para repor o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... responder a um colega aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu só estou pedindo para repor o tempo. V. Exa. vai me conceder isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu nunca interrompi, V. Exa., nunca interrompi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, só estou fazendo o pedido para que o meu tempo seja reposto.

Mas o que foi lembrado a respeito do Sr. Tagliaferro é que ele ajudava a responder às demandas da PGR. O Weverton – não o nosso Senador, mas um Weverton –, a Dona Débora... Escuta, essa mulher está presa há quatro meses e não há nada. Pergunta da Procuradoria. Então, nós vamos investigar, fazer o mapa mental da Débora e do Weverton. Esse aqui falou mal do Bolsonaro, aquele outro falou mal do MST. Esse aqui vai ter certidão negativa, pode soltar. Esse aqui... Veja bem, analisando seis anos de WhatsApp ou qualquer manifestação expressa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se a Gestapo tivesse isso, o estrago teria sido muito maior – mas ela não tinha, ela tinha só por ouvir dizer. Se a inquisição tivesse isso... O que ele pensa? E era esta a base da certidão.

E é isto que nós queremos investigar com uma CPI, que já apresentamos, em agosto desse ano, com mais do que o número suficiente: não é para investigar as decisões judiciais, não; é para investigar a investigação, como estamos fazendo com a CPI da violência, determinada pela morte de 121 pessoas no Rio de Janeiro. Nós vamos ter que tomar conhecimento: por que o juiz deu cem mandados de prisão? Por que o Ministério Público... O Congresso tem essa responsabilidade constitucional, a não ser que alguém também argua que nós não possamos fazer esse tipo de investigação. Esta CPI tem 29 assinaturas, foi apresentada e é para investigar se o Tagliaferro fala verdade ou não. O que faz o sistema hoje? Pede a extradição dele porque ele vazou informações. A sociedade quer saber o seguinte: as informações são verdadeiras? Se forem mentirosas, ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser preso. Agora, se forem verdadeiras, é a desmoralização completa de uma investigação baseada em narrativa. E é disso que se trata o inquérito do 8 de janeiro.

E, finalmente, quero divergir quanto a fatos do que o meu querido amigo Omar Aziz falou. V. Exa. não é realmente um homem midiático, mas, quando dá alguma declaração, como diria o Brizola, algo há. Então, anistia... Anistia foi decidida pela Constituinte expressamente. Foram 281 votos a 120...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... com o voto do Lula, com o voto do Fernando Henrique, graças ao Deputado Caó. Foi retirado do inciso XLIV do art. 5º o "insuscetível do benefício de anistia". Essa foi a expressão que foi retirada por 281 votos a 120. Portanto, isso é matéria decidida pela Constituinte. A anistia pode ser dada.

E, finalmente, a sua outra observação de que só a Procuradoria-Geral da República pode dar início ao processo de *impeachment* de um ministro realmente é uma quebra de silêncio muito pragmática – isso é juízo meu – e muito oportuna.

Mas eu fico com a primeira pergunta e faço as duas outras observações para lhe dizer o seguinte. No caso do Inquérito 4.781, o tempo e a vida lhe deram a oportunidade de refletir sobre ele. Ele é um absurdo e a sua inação – digo isso com pesar – me inabilita para votar na sua recondução. Eu votarei contra, não pelo que V. Exa. vai dizer, mas pelo que V. Exa. não fez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A palavra ao Dr. Paulo Gonet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador da República Jorge Seif, Srs. Senadores Flávio Bolsonaro, Sr. Senador Esperidião Amin, eu vou dar uma resposta ampla para todas as perguntas que foram feitas.

Com relação à manifestação que foi feita em processo judicial, envolvendo a questão de legitimidade de anistia, aquele ponto que foi referido aqui por V. Exa. deve ser visto dentro do contexto. A manifestação que foi feita era para apontar a existência de debate sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constitucionalidade da anistia com relação a crimes contra o Estado de direito. Essa é uma decisão que cabe ao Congresso Nacional tomar, eu não tenho dúvida da competência do Congresso Nacional para se manifestar a respeito de anistia, mas entendo que há polêmica em torno disso do ponto de vista jurídico.

Com relação a aberturas de inquérito, com relação a manifestações da Procuradoria em processo, eu devo dizer a V. Exas. que todas as manifestações da Procuradoria são baseadas em análise do direito, exclusivamente de direito. Torno a dizer a V. Exas. o que eu enfatizei, o que eu procurei enfatizar na minha apresentação inicial: as tintas da Procuradoria são lançadas nos papéis que são encaminhados às instâncias corretas. Essas tintas não cores de bandeiras partidárias; são o resultado da avaliação, sempre a mais detida possível e sempre a mais ampla possível, com relação a todos os aspectos que são objeto da atenção devida e tudo feito da forma mais sóbria e mais conscienciosa e, ao mesmo tempo, respeitosa com os que são envolvidos nessas questões.

Eu tenho a impressão de que o respeito a todas as pessoas, o respeito a qualquer pessoa que está submetida, de alguma forma, a avaliação ao poder do Estado ou de quem está desempenhando alguma função do Estado, esse respeito é essencial para a dignidade do exercício das funções e para o respeito ao Estado democrático de direito sobre o qual nós vivemos. Esse respeito todos tiveram com relação à minha atuação.

Ainda com relação à atuação na Justiça Eleitoral, eu tenho que dizer o seguinte: há muito de malícia ou ignorância em torno desse episódio, porque existe uma distinção muito interessante no campo do sistema eleitoral brasileiro. No sistema eleitoral brasileiro, a Justiça Eleitoral tanto exerce funções administrativas quanto exerce funções jurisdicionais. Nesse campo administrativo, é necessário que haja contatos, que haja troca de informações, que haja recebimento de dados da Justiça Eleitoral, que não são típicos da função jurisdicional. E o que aconteceu foi isso. Não houve nada de impróprio nas relações da Procuradoria-Geral Eleitoral com a Presidência do TSE. Em nenhum momento, pode-se comparar isso com outros episódios que foram suscitados por quem está, hoje em dia, submetido a um processo penal.

Todas as informações que chegam à Procuradoria-Geral da República com consistência, desde que sejam da atribuição do Procurador-Geral da República, são analisadas detidamente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com atenção, com idoneidade e com isenção de ânimo. O propósito é o de aplicar a lei conforme devido.

Com relação ao *impeachment,* o que aconteceu foi, mais uma vez, uma manifestação, uma opinião da Procuradoria-Geral da República, num processo em curso no Supremo Tribunal Federal, num controle abstrato. A manifestação da Procuradoria-Geral da República é fundamentada. Ela está baseada numa interpretação sistemática da Constituição. Em nenhum momento, a Procuradoria-Geral sustenta que a possibilidade do *impeachment* tenha desaparecido. O que ela faz é uma análise e uma distinção entre agentes políticos submetidos a processo de *impeachment*: o agente político que recebe o seu cargo diretamente dos eleitores, diretamente do titular da soberania, e os agentes políticos que exercem função técnica – esses são os do Judiciário. Com base nessa distinção, o parecer foi lançado.

Ah! E eu gostaria de apenas fazer um registro, Srs. Senadores, especialmente aos que fizeram indagações, da presença, aqui na sala, do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Dr. José Schettino, que representa a quase totalidade dos membros do Ministério Público Federal. Ele me mandou ontem a seguinte mensagem, que muito me envaidece e que me assegura o apoio e o orgulho que todos nós temos de estarmos no Ministério Público Federal neste momento, sob a direção atual.

Dr. Schettino, com a sua permissão, vou ler a mensagem que V. Exa. me mandou ontem: "Chefe, muito boa sorte amanhã na sabatina. Estaremos lá no Senado pelo tempo que durar".

Para ficar claro, Senadores – para ficar claro –, Senador Flávio Bolsonaro, que "a classe dos membros do Ministério Público Federal [a classe dos membros do Ministério Público Federal; isso é dito pelo representante de mais de 1,1 mil integrantes do Ministério Público Federal], a ANPR, apoia integralmente a renovação do seu mandato".

Parece que não há vergonha da classe em ter o atual Procurador-Geral à frente da carreira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, não é possível!

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (*Fora do microfone*.) – Desculpa, faltou responder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Faltou a pergunta mais antiga.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Faltou. É, vamos lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela não prescreveu ainda, Sr. Procurador.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Eu tenho certeza de que não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ela está ativa.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Senador, eu compreendo bem. Eu sei bem que V. Exa... Esse é um tema que toca fundo a V. Exa.

Em um seminário lá em Lisboa, a que V. Exa. referiu, se tratava do futuro da tributação no Brasil. V. Exa. se lembrou do inquérito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não. Eu falei só depois de provocado pelo Ministro Gilmar Mendes. Eu não puxei assunto estranho; quem puxou foi ele.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – O que eu posso dizer, Senador, é que esse inquérito que corre em sigilo, em segredo de justiça, tem tido vários desdobramentos. Ele não está parado. Dele já resultaram denúncias, já resultaram arquivamentos, e ele continua recebendo informações que o mantêm vivo. Como eu disse, o inquérito está sob sigilo, e, como eu disse também, eu respeito o sigilo de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela inscrição, nós ouviremos agora a arguição dos Srs. Senadores.

Senador Sergio Moro. Em seguida, pelo sistema remoto, o Senador Magno Malta e depois o Senador Fabiano Contarato. Depois o Senador Bittar, o Senador Bagattoli e o Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. está inscrita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Não, é só isto que eu estou querendo saber: V. Exa. só está nos próximos seis, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Três, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Pronto, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Sergio Moro, V. Exa. tem dez minutos para fazer a arguição ao Dr. Paulo Gonet.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Presidente, primeiro eu quero aqui cumprimentar os indicados, o Procurador-Geral Paulo Gonet, o General de Exército Anisio David e também o General de Exército Flavio Marcus.

Pedindo a vênia dos ilustres generais, eu vou centrar minhas perguntas em relação ao Procurador-Geral da República.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Dr. Gonet, eu gostaria de ouvir de V. Exa. um pouco sobre...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou pedir às assessorias que façam silêncio para que nós possamos ouvir os Senadores e a resposta do Dr. Paulo Gonet. Se não houver o silêncio, eu vou autorizar a Polícia Legislativa a retirar os assessores que estiveram falando. Vou localizar e vou retirar. Eu peço que ouçam em silêncio, até porque isso é importante nessa colocação e arguição, em que todos querem ouvir as respostas e as perguntas dos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe, Senador Sergio Moro. A palavra com V. Exa. por dez minutos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Peço só para repor meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem problema.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

Então, reiterando os cumprimentos, eu queria indagar o Dr. Gonet, ouvi-lo sobre o papel do Ministério Público Federal no combate ao crime organizado. Eu acompanhei que foram criados os GAECOs do Ministério Público Federal – inclusive, neste ano, tem uma resolução de V. Exa. criando o Gaeco Nacional – e gostaria de entender os planos de V. Exa. para a estruturação desses GAECOs. A iniciativa é louvável. Agora, a gente ainda vê bastante distante da estrutura dos GAECOs estaduais, que já têm mais tempo e contam também com a integração dos órgãos de polícia estadual presente. V. Exa. pretende também permitir que haja integração das polícias federais nesses órgãos, o que me parece, se me permite aqui a reflexão, essencial para que haja o avanço nisso?

Igualmente, Dr. Gonet, eu gostaria de ver um protagonismo maior do Ministério Público Federal nessa área. Respeitamos evidentemente a instituição e vemos algumas operações, como essa Operação Carbono Oculto, em relação a esse tema recente, que foi uma operação relevante, mas a gente vê um protagonismo muito maior hoje da Justiça estadual e do Ministério Público estadual nesse tema de enfrentamento ao crime organizado. É claro que é uma matéria que comporta a competência de ambas as Justiças e, portanto, também a atribuição de ambos os Ministérios Públicos.

E uma reflexão também que faço a V. Exa.: essa previsão de rodízio não acaba, de certa maneira, prejudicando a efetividade desses GAECOs? Porque o procurador fica ali dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, mas nós sabemos que a memória dos casos, com a criação de forças-tarefas, de grupos que tenham uma memória da atuação nesses casos, acaba sendo importante para que tenham uma atuação mais efetiva. Então, gostaria de ouvir V. Exa. sobre esse tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi aventada pelo Governo Federal a criação de uma agência nacional de combate à máfia, ao crime organizado, gostaria de ouvir também sua opinião a respeito. Hoje a gente vê no Brasil a falta de certa coordenação geral em relação a esse tema. É claro que uma coordenação teria que contar com a participação do Ministério Público Federal, mas gostaria de ouvi-lo sobre essa questão.

Outro tema sobre o qual gostaria de indagá-lo é o INSS. Nós estamos com a CPMI do INSS e tivemos um roubo aos aposentados e pensionistas, que foi escalado durante o Governo Lula, estimado de R$5 bilhões, com suspeita fundada de pagamento de propina, suborno a altos funcionários do INSS durante a gestão agora do Presidente Lula: Stefanutto, Virgílio Oliveira, André Fidelis, fatos que são gravíssimos porque atingiram as pessoas mais vulneráveis. Eu gostaria de ouvir de V. Exa. o desdobramento desse trabalho junto ao Ministério Público Federal.

E uma reflexão que faço, Dr. Gonet, é que, embora a culpa de indivíduos como o assim chamado Careca do INSS ou Maurício Camisotti pareça ser expressiva, tenho certeza de que eles não são os mentores desse esquema criminoso. E gostaria de entender quais providências estão sendo tomadas a nível do Ministério Público Federal para que se possa subir na escalada do crime em relação a esses indivíduos. Eu vi que houve alguma movimentação em relação ao Ministro Carlos Lupi, no entanto entendo que precisa ter uma investigação sobre ele. É um pouco prematuro o arquivamento. Pelo menos pelo que veio pela imprensa, não sei se isso permanece ou não, mas creio que foi na gestão dele. Claro que seria leviano da minha parte afirmar a responsabilidade, mas é um pouco aquela percepção do elefante na sala, como não percebeu, como não fizeram nada ali no âmbito do INSS.

Também teria aqui a indagação a V. Exa. sobre a questão do 8 de janeiro, mas vou me deter apenas num aspecto aqui, Dr. Gonet, tomando a liberdade de indagar a opinião de V. Exa., pensando... Tem uma controvérsia sobre se houve o golpe ou não houve o golpe. Isso é uma matéria controvertida na sociedade, a Justiça está dando a sua posição, o Ministério Público tem a sua posição, mas, em relação àqueles manifestantes do 8 de janeiro, o que me parece... E eu fui um Juiz muito duro; 22 anos como Juiz Federal, sempre fui muito firme contra os criminosos. Em relação àqueles manifestantes e às penas, há uma reclamação, em toda a sociedade, de um excesso: 14 anos de pena para a Débora dos Santos, 18 anos de pena, 17 anos para outros manifestantes. V. Exa. não vê um espaço para redução de pena em relação a essas pessoas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até tive a oportunidade de contatar alguns deles, Dr. Gonet, e são pessoas muito simples. E, mesmo na pior hipótese acusatória desses casos de que teria havido um golpe... Eu discordo particularmente, e tem pessoas que são pessoas relevantes na sociedade e que entendem também que há questionamento sobre se houve ou não um golpe – o ex-Ministro Nelson Jobim, por exemplo, tem esse tipo de questionamento, o ex-Presidente Michel Temer também tem esse questionamento. Mesmo na hipótese do golpe, essas pessoas teriam sido, no máximo, massa de manobra. E, quando se veem pessoas tão simples pegando penas tão pesadas, a indagação que faço a V. Exa. é se não haveria espaço aí para a redução dessas penas, seja no âmbito judiciário, com a concordância eventualmente da Procuradoria-Geral da República, para abaixar essas penas, ou uma aprovação de uma medida legislativa para a redução dessas penas no Congresso. Se V. Exa. pudesse manifestar sobre essa questão, respeitosamente faço essa indagação, gostaria de ouvi-lo a esse respeito.

Uma outra indagação que faria, Dr. Gonet: o acordo de não persecução penal, instrumento legislativo, tem sido largamente utilizado. Eu particularmente acho que o formato legislativo ficou muito generoso e foi o contrário daquilo que propus no projeto de lei anticrime. Eu queria que o limitador fosse quatro anos de pena máxima, e não quatro anos de pena mínima. Infelizmente o Congresso aprovou dessa forma, e isso gera um problema nas mãos dos procuradores.

A indagação que faço a V. Exa. é se, dentro do âmbito de discricionariedade do Ministério Público, poderíamos eventualmente refutar a utilização desse instrumento para crimes contra a administração pública ou exigir condicionamentos mais rigorosos. Refiro-me, em especial, à situação do Deputado Federal André Janones, ali da Câmara, em que foi aparentemente colhida prova e evidência de que teria cometido peculato – e, a meu ver, isso é muito grave. No entanto, foi feito um acordo de não persecução penal, e ele permaneceu no mandato. Isto, a meu ver, é algo que assusta e algo que incomoda bastante: a permanência dele nesse mandato. Não poderia ter sido condicionada à renúncia ao mandato a formulação desse acordo de colaboração? Porque isso acaba gerando reflexos também na ponta.

No meu estado, dois Deputados Estaduais em relação aos quais foram colhidas provas categóricas de que cometeram peculato – um deles, inclusive, é ex-Presidente da Assembleia Legislativa do meu estado, e outro, um Deputado Estadual mais recente – também tiveram a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade de fazer esses acordos de não persecução – claro, no âmbito do Ministério Público estadual – e permanecem lá, nos seus respectivos mandatos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não poderia... É claro que o contexto de persecução penal, hoje, é um pouco mais complicado para se ter uma efetividade nesses casos, mas não poderia se estabelecer uma condicionante de renúncia dos mandatos, seja via legislativa, seja mesmo no âmbito da discricionariedade do Ministério Público atuando nesses casos?

E, por último, faço aqui uma reflexão em relação à gestão de V. Exa., num ponto que, a meu ver, é louvável da sua atuação: a restauração do equilíbrio da atuação do CNMP. Aparentemente, a fase na qual procuradores que foram valentes, corajosos contra o crime organizado e contra o crime contra a administração pública e que, a meu ver, infelizmente, foram perseguidos na gestão anterior... Em relação à sua gestão no CNMP, o equilíbrio foi restaurado. E faço aqui... E pontuo porque acho importante fazer esse registro.

Gostaria de ouvir de V. Exa. respostas, dentro do limite que é possível, dentro de uma sabatina, a essas questões que coloquei: crime organizado, INSS, excesso das penas dos manifestantes do 8 de janeiro e, em relação ao acordo de não cooperação, se não poderia ser mais rigoroso nos condicionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador Sergio Moro.

Pelo sistema remoto, eu determino à Mesa que possamos ouvir a arguição do Senador Magno Malta. O Senador Magno Malta tem dez minutos para a sua arguição.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, bom dia. O senhor me ouve bem?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de entrar remotamente, uma vez que estou cirurgiado e dentro de uma área que V. Exa. conhece muito bem. Certamente, eu estaria preparado para, de qualquer maneira, estar aí no dia de hoje, mas, com o próprio conselho de V. Exa., que é da área, eu realmente estou aqui acamado, ainda assim com esta participação e sendo grato a V. Exa. em nome da nossa amizade e da maneira como V. Exa. conduz tão bem esta Comissão, diferenciando o homem que V. Exa. é – um indivíduo muito educado, preparado – e a sua posição como Presidente desta Comissão, nesta sessão de recondução do Sr. Gonet, Procurador da República.

Eu começo, Sr. Presidente, até porque eu estive aí quando ele foi reconduzido. E quero lembrar que não recebo, porque penso que as pessoas precisam ser sabatinadas aí, mas, numa forma de atender um amigo querido, um dos mais preparados Senadores desta Casa, porque tenho amplo respeito pelo próprio conteúdo e pela pessoa que é, o Senador Marcos Rogério, que me pediu para poder receber o Sr. Gonet, dizendo que ele era seu Professor, que estava fazendo uma pós-graduação, que era uma pessoa educada... Fez uma série de considerações e eu acabei recebendo para ouvi-lo – e só ouvi.

As únicas coisas que ouvi foi aquilo que eu pontuei sobre Constituição, sobre respeito à Constituição, sobre respeito aos nossos códigos, ao ordenamento jurídico nacional, e ouvi do Sr. Gonet que ele certamente respeitaria a nossa Constituição, aliada – aliás, essa finada sepultada há muito tempo no Brasil.

Ao ser sabatinado, eu lhe faço uma pergunta, porque lá ele estava, no TSE, quando votou, eu não sei se tinha alguma coisa a ver com "missão dada é missão cumprida", mas essa frase, esse guarda-chuva vale para todos, vale para tudo, missão dada é missão cumprida. Eu perguntei ao Sr. Gonet: onde o senhor encontrou respaldo jurídico? Respaldo, respaldo jurídico, não é conversa – respaldo jurídico. Onde está juridicamente o respaldo para que o senhor pudesse também votar pedindo inelegibilidade do único crime que Jair Bolsonaro cometeu: falar mal das urnas?

Primeiro, falou da mesma forma como falou o Sr. Flávio Dino, como falou o Sr. Lupi, como eu falei, como eu continuo falando mal das urnas; se reunir com embaixadores, papel de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República, repetindo o gesto de um Ministro de uma corte superior, o Sr. Fachin, que havia se reunido.

Fora desses crimes, Sr. Gonet, onde é que está o crime de Jair Bolsonaro, para que ele se tornasse e estivesse inelegível? Naquela ocasião, o senhor não soube responder. Bom, o vídeo está aqui comigo, o vídeo está postado nas minhas redes. Eu não tenho tempo para colocá-lo no telão, mas o que eu tenho é o senhor gaguejando, porque não há qualquer amparo jurídico para tal. Foi isso que ocorreu. Nos casos da condenação de Jair, a sua denúncia, que foi feita já como PGR e que é uma colcha de retalhos, eu diria que é o encontro do nada com coisa nenhuma, tão somente para cumprir um roteiro. O Ministério Público – o Ministério Público – é a defesa daquele que se sente ofendido, da vítima. O Ministério Público é o advogado da vítima. Mas não! Neste caso, o Ministério Público se tornou parte da engrenagem daqueles que determinaram: "Temos uma missão pela frente: tirar Jair Bolsonaro do processo eleitoral".

Faço aqui, rapidamente, uma abertura, para dizer ao Senador Flávio Bolsonaro que eu concordo, assino embaixo, com todas as suas palavras.

V. Exa., além de ser Senador da República – não tem ninguém aí que esteja acima de V. Exa. –, V. Exa. não é um garoto, e, se fosse, não mereceria estar recebendo por...

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador Magno, um segundo...

Por gentileza, senhores e senhoras, nós estamos tendo a participação de um colega Senador, e dificulta o entendimento às suas exposições. Eu peço, encarecidamente, o devido e respeitoso silêncio.

Senador Magno, por gentileza, continue.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Veneziano.

O senhor pode repor meus cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Veneziano Vital do Rêgo. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Senador, eu sou um tanto quanto prolixo, mas não usei mais do que dez segundos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por gentileza, V. Exa. tem a palavra.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

E V. Exa. não está aí para receber reprimenda de ninguém ou um passa-moleque. V. Exa. é filho de Jair Bolsonaro. Jair Bolsonaro é seu pai. É seu sangue. E V. Exa. precisa, de fato, defender com todas as forças. E nenhum sabatinado está aí para poder ser "amanteigado", para poder ser aliviado. "É uma autoridade que vem aqui para ser reconduzida. Precisamos medir os termos". Eles não medem os termos. Eles mentem. Eles mentem, para poder galgar o cargo aonde eles querem chegar.

Com relação às condições técnicas, colocadas tão bem pelo Senador Jorge Seif e ratificadas pelo Senador Amin, com relação à anistia, V. Exa. – e está na mídia; não é invenção nossa – disse: "É inconstitucional". O senhor disse "é inconstitucional" antes de ser votado – antes de ser votado, quando, na verdade, a verdade vem à tona, provocado lá atrás, quando o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva era Deputado Federal e tantos outros que votaram a favor, por uma intervenção do Caó – e, na verdade, o que V. Exa. está fazendo não é um caó, é um caô, porque está antecipando aquilo que nem votado foi e com relação ao *impeachment* de ministros.

Não adianta tentar dourar a pílula. Não adiante tentar usar palavras bonitas agora, porque o senhor está na recondução e está do outro lado do balcão. Mas cometeu crime!

Se existe fato determinado, ministro do Supremo tem que ser, e pode, sim, ser impitimado por esta Casa: o Seu Alexandre de Moraes.

E aqui leio o que ocorreu, por exemplo, Sr. Gonet... O pedido de *impeachment* de Gonet e a delação de Mauro Cid.

Ora, vou tentar ler aqui. Foi protocolado no Senado o pedido de *impeachment*, e eu assinei. O PGR omitiu-se, dolosamente, diante de abuso de autoridades, violação de direitos fundamentais cometidos pelo Ministro Alexandre de Moraes, durante a audiência de inquirição do Tenente-Coronel Mauro Cid, dia 21 de novembro de 2024. Esta audiência, que deveria buscar a verdade, ocorreu sob coação e intimidação, com ameaça direta a Mauro Cid, seus familiares, forçando-o a confirmar uma narrativa preventiva construída.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tudo isso, Sr. PGR – tudo isso –, foi feito na sua presença, sem qualquer intervenção, sem defesa da legalidade, sem voz do Ministério Público. O Ministro Alexandre de Moraes calou V. Exa., fazendo ameaça ao Mauro Cid, e V. Exa. não interveio. E isso foi um crime que foi cometido. Onde é que estava V. Exa.? Por que V. Exa. não reagiu? Porque ele não é o delegado, ele só é a vítima; ele não é o Ministério Público, ele é a vítima, ele é o juiz e ele é o inquiridor. Ele inquiriu, ameaçou a família, ameaçou a filha, ameaçou o pai, ameaçou a família do Mauro Cid, e V. Exa. estava lá, e quando ainda, num outro momento nesse julgamento, ele fala de documentos que foram inseridos na peça que V. Exa... a peça acusatória ao Sr. Jair Messias Bolsonaro.

Já encerro, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: ele abriu um segundo inquérito contra Jair Bolsonaro, porque ajudou o filho Eduardo, porque Eduardo está nos Estados Unidos defendendo o Brasil. Só para lembrar ao senhor – porque não sei como o senhor se manifestou e onde estava –, quando a esquerda, quando o Lula estava preso por peculato, por lavagem de dinheiro, por formação de quadrilha, eles foram para o exterior com dinheiro público, foram até Al Jazeera, foram ao mundo árabe, foram aos democratas americanos buscar ajuda para que pudessem livrar o Lula da cadeia. Eles podem fazer. As fotos estão comigo; se o senhor quiser, eu mostro as fotografias de Chico Alencar, de Jandira Feghali, de Randolfe e de tantos outros que estão aí, que foram lá buscar.

Ora, qual é o erro que eles cometeram? É o lado político deles, é o espectro político deles. Qual é o crime de Eduardo Bolsonaro?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno Alta, eu peço a V. Exa. que possa concluir.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Eu vou encerrar, vou encerrar agora!

Ele foi lá como Deputado e fez o que eu tinha feito, lá no começo, junto com o Girão, com o Paulo Figueiredo – e o Senador Girão –, depois o Senador Jorge Seif, depois o Senador Portinho, depois todos nós juntos. Eduardo foi e ficou. Eduardo é sangue, Eduardo é filho, Eduardo é brasileiro lutando pela sua pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Encerro.

Então, ele não pode...

O senhor abriu o inquérito. E, com isso, V. Exa. deixou o Eduardo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... deixou o Pastor Silas Malafaia, o Paulo Figueiredo e inocentou... tirou Jair Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Magno.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Já estou concluindo, meu querido baiano, aluno do Mestre Bimba. Estou encerrando, estou encerrando!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor, por favor!

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Deixou de fora o Presidente Bolsonaro. Agora eu lhe pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela veemência de V. Exa., eu percebo que V. Exa. está plenamente recuperado. (*Risos.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Pelo menos a voz está boa, pelo menos a voz está boa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está em plena forma técnica e física e política. Portanto, eu agradeço a V. Exa. e vou passar a palavra agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Eu estou encerrando com essa frase, essa última frase.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ao Senador...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – V. Exa., Dr. Gonet, deixou de fora, nesse segundo inquérito, o Presidente Bolsonaro. Bom, se deixou o Bolsonaro de fora...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Magno...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – ... por que Alexandre de Moraes não mandou soltar?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não posso cortar, é a palavra de um Senador, tem que respeitar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Por videoconferência*.) – Essa é a minha pergunta. Quero encerrar dizendo que o meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, também do Espírito Santo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar a condução desse trabalho nesta tão importante Comissão de Constituição e Justiça.

Quero aqui cumprimentar o General Anisio e o General Flavio, podem ter certeza de que terão meu voto para aprovação. V. Exas. dignificam muito o Exército Brasileiro, e eu tenho certeza de que...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Silêncio, por favor. Srs. Senadores, vamos ouvir o Senador Fabiano Contarato. Eu peço aí ao Senador Eduardo Braga e ao Senador Rogerio Marinho que possamos ouvir o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Restitua, então, meu tempo, Sr. Presidente, dez minutos.

Quero aqui cumprimentá-los. Desejo todo sucesso no STM.

Quero também cumprimentar o Procurador Dr. Paulo Gonet, falar da minha admiração e respeito e que, como votei na vez anterior, tem meu voto garantido também nesta.

Mas eu queria aqui fazer a colocação de alguns pontos, e eu pediria a atenção dos colegas, que eu reputo importantes.

Dr. Paulo, eu tenho duas missões na minha vida, que são ser professor e ser delegado de polícia. A educação, para mim, é um pilar fundamental para reduzir as desigualdades, disso eu não tenho dúvida. Então, eu só queria aqui começar questionando ao senhor se é razoável em uma escola, Senador Jayme Campos, um professor ter liberdade de cátedra, por exemplo, para falar em igualdade salarial entre homens e mulheres; se é razoável, por exemplo, um professor na educação básica, privada ou não, falar sobre elevado índice de feminicídio; se é razoável você falar sobre homens e mulheres serem iguais em direitos e obrigações. Isso é uma garantia constitucional, está lá no art. 5º, I. E também se é razoável... Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, previsto nos arts. 3º e 4º, é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. Falar sobre o comportamento... a pouca representatividade das mulheres nos processos, falar que o Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIA+ no mundo – a que mais mata, Senadora Soraya.

Eu queria fazer aqui uma convocação aos colegas para exercer um pouco mais a empatia. Eu queria que um de vocês tivesse uma filha travesti. Eu queria que um de vocês tivesse, por exemplo, um filho homem trans ou uma filha mulher trans ou um filho *gay* ou lésbica, não importa: todos somos iguais perante a lei. Essa é uma determinação constitucional, está no art. 5º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu não poderia... Então, não leve a mal minha fala, Dr. Paulo Gonet. Dr. Paulo Gonet, por gentileza, eu pediria que o senhor não levasse para o lado pessoal! Mas eu não acho razoável, Senador Eduardo Braga, ver que, no Estado do Espírito Santo, foi editada uma lei – uma lei, Senadora Soraya, Senadora Eliziane – que diz o seguinte: "Fica assegurado aos pais e aos responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos ou de seus dependentes em atividades pedagógicas de gênero, conforme definido nessa lei [...]". Aí, ela põe: "Art. 2º. Para fins desta Lei [Senadora Soraya], atividades pedagógicas de gênero são aquelas que abordam temas relacionados à identidade de gênero, à orientação sexual, à diversidade sexual, à igualdade de gênero e a outros assuntos similares". Ora, igualdade de gênero? Eu não estou falando aqui da população LGBTQIA+ só, não. E o senhor, enquanto Procurador da República, o senhor se manifestou falando que essa lei é constitucional.

Olha, essa lei é constitucional? A que diz que um professor só pode falar sobre igualdade de gênero – e eu estou falando em homem e mulher, eu estou falando em paridade, eu estou falando em direito ao voto feminino, eu estou falando em feminicídio, eu estou falando em combate a crimes contra a população LGBTQIA+, eu estou falando... Se na escola, que é o espaço fundamental para assegurar o pilar da democracia e para reduzir a desigualdade... Como é que fica a liberdade de cátedra de um professor? Eu sou professor, com muito orgulho. Agora, você dizer...

Agora, o Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República, que tem que ser o guardião da espinha dorsal do Estado democrático de direito, que se chama Constituição da República Federativa, falar que as instituições de ensino deverão informar aos pais ou responsáveis quaisquer atividades pedagógicas de gênero que possam ser realizadas em ambiente escolar?!

Olha, se essa lei não é inconstitucional, eu não sei o que é inconstitucionalidade. E eu estou falando aqui porque, sempre que se coloca a palavra "gênero", tem uma obsessão – me perdoem, há uma obsessão – com relação à orientação sexual. Meu amigo, todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação. Quando um filho LGBT é expulso de casa, execrado, quais são os espaços que nós colocamos para essa população? É o da prostituição, sem acesso à escola, sem acesso à saúde, sem acesso à política pública. E quando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escola vai debater esse assunto... Veja, igualdade de gênero, eu estou falando de homem e mulher, eu não estou falando de relação homoafetiva.

E, com todo o respeito, quando eu vi que foi ajuizada uma ação direta de inconstitucionalidade, e o senhor, como Procurador-Geral da República, guardião da Constituição, falou para a população que essa lei é constitucional... Eu queria saber: como vai ser para um professor quando ele for falar sobre o tema feminicídio? O que ele vai fazer? Ele vai ter que falar: "Pai, eu vou falar, na minha aula da semana que vem, sobre feminicídio". "Não, não pode falar". "Pai, eu vou falar que o Brasil é o país que mais mata a população LGBTQIA+". "Não, não pode falar". "Pai, eu vou ter que falar que, no Brasil, infelizmente, existe essa discriminação que envolve o sexismo".

Nós vimos, aqui nessa CPI da covid, vários Senadores se exaltando, mas nenhum foi chamado de descontrolado, mas eu lembro que a Senadora Simone Tebet foi. Por quê? Porque ali teve um comportamento sexista. Então, se você não puder falar de sexismo na escola, homofobia na escola, respeito, sobre abolir toda e qualquer forma de discriminação, que escola é essa? Que escola é essa que os nossos filhos... Se a escola não falar nesses assuntos, se nós não tivermos a serenidade, a sobriedade de discutir esses assuntos... E aí eu venho e vejo uma manifestação... E me dói falar isso para o senhor, porque, como eu disse, vou votar porque eu cumpro a palavra, vou votar porque tenho uma espinha dorsal, mas eu não posso deixar de registrar a minha indignação, a indignação de um pai – de um pai.

Eu tenho muito orgulho, Procurador, da família que eu tenho, porque, com todo o respeito, a certidão de casamento do senhor não é diferente da minha. O Estado me deu uma certidão de casamento com o meu esposo, e nós fizemos 15 anos de casados. O Estado nos deu dois filhos, que são a razão de nossas vidas, e dois filhos negros – negros – numa sociedade racista e numa sociedade homofóbica e preconceituosa. E ainda vem uma lei que proíbe a escola discutir isso! E o Ministério Público Federal, na figura da pessoa principal, que é o Procurador-Geral da República, fala que essa lei é constitucional! Eu não tenho como expressar, adjetivar a minha indignação enquanto um homem casado numa relação homoafetiva.

O Senador Rodrigo Pacheco está aqui do meu lado e sabe... Eu tenho aqui que registrar toda a deferência a ele em todo aspecto quando lida com essa pauta, porque sempre, sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defende isso, porque está aqui como guardião da Constituição. Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação. Isso não sou eu que estou dizendo, está no art. 3º, IV. Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é diminuir todo esse ataque que ali se faz.

Nós temos que entender que, na educação, o professor tem liberdade de cátedra. Eu queria que os colegas Senadores fossem viver com R$1.518, que é o salário mínimo, e fossem viver com R$4.867, que é o piso de um professor para trabalhar 40 horas semanais, porque é fácil, parece que nós vivemos como *Alice no País das Maravilhas*, e ainda limitando a liberdade de cátedra. Explique isso para o seu filho. Tenha um filho que faz parte da população LGBTQIA+ num país que mais mata essa população, em que é subjugado, humilhado, hostilizado, ofendido, atacado. Quantos praticam suicídio? Quantos praticam automutilação?

Em pleno século XXI, nós temos uma lei estadual, do meu Estado do Espírito Santo, que proíbe, que você nem sequer pode falar. Mas não só para a população LGBT, Jayme Campos, porque ela é clara. Eu volto a falar que, para fins dessa lei, atividades pedagógicas de gênero são aquelas que abordam temas relacionados à identidade de gênero. Gente, o professor não vai poder falar sobre identidade de gênero, sobre orientação sexual? "Qual é a sua orientação sexual?" "Eu sou heterossexual." "Qual é a sua orientação sexual?" "Não, eu sou *gay*." Não vai poder falar sobre a diversidade sexual, a igualdade de gênero entre homens e mulheres, que está lá no art. 5º, I? "I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações..." Não, o professor não vai poder mais falar sobre isso, não vai poder falar sobre sexismo, não vai poder falar sobre racismo, não vai poder falar sobre homofobia, não vai poder falar sobre nada disso.

Por quê? Porque o guardião da espinha dorsal do Estado democrático de direito diz que essa famigerada lei cruel, aviltante, que mata, que dói, foi considerada constitucional por aquele que deveria declarar, opinar pela sua inconstitucionalidade. Foi declarada a constitucionalidade pelo Procurador-Geral da República.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Obrigado a V. Exa., Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar, por dez minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para interpelar.) – Bom, Sr. Presidente, eu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Não, mas já passou a palavra, não pode voltar atrás mais.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não, eu só pergunto se você é o sexto. Não, eu pergunto se ele é o sexto que está falando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não eram três por bloco? Não eram três por bloco, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não eram três por bloco?

Não, desculpe, é porque depois...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Três foram... Ouvimos V. Exa., o Contarato e agora o Bittar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não, não ouvimos o Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Magno Malta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, agora é o... Senador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Três por bloco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora é o Senador Bittar, o Senador Jaime Bagattoli e o Senador Eduardo Braga.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas as respostas... Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – O indagado não vai responder as questões?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Não são três por bloco?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não... Se já foram três, eu me atrapalhei que eram dois. Desculpe.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sr. Presidente, nada contra o Senador Marcio Bittar... Eu me limito à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a contribuição de V. Exa..

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Tem a aquiescência nossa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estava prestando atenção às colocações relevantes do Senador Fabiano Contarato. Estava ouvindo com atenção e, às vezes, me atrapalhei. Agradeço ao Senador Sergio Moro e ao Senador...

O Dr. Paulo Gonet, para responder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador, o senhor e o Senador Contarato questionaram o procurador. Fizeram perguntas...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele vai responder.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, mas o Senador Magno Malta se posicionou. Ele não fez nenhuma pergunta. Por isso do Marcio Bittar ser o terceiro a fazer a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não, não. O Senador... Perdoe-me, Senador. Senador... Senador Omar Aziz...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Paulo Gonet, para responder. Eu peço até desculpas, porque eu estava muito a ouvir as razões do Senador Fabiano Contarato. São relevantes, ao meu ver.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Srs. Senadores, vou responder de forma englobada às questões que foram postas. E, dizendo o seguinte, o Senador Magno Malta fez referência a um encontro pessoal que houve, não para esta sabatina, mas para a anterior. E eu também o recebi na Procuradoria, como eu recebo todos os Senadores que me pedem audiência, e da forma mais imediata quanto possível. Foram 37 Senadores que eu procuro agendar na própria semana, se não no próprio dia, para recebê-los. Alguns dos senhores eu recebi até quatro vezes. Mas ouço, e na medida em que percebo um desabafo, ouço com empatia.

O que eu gostaria de dizer é que, com relação às atuações do Ministério Público no âmbito penal, da mesma forma como no âmbito cível, todas as manifestações da Procuradoria-Geral da República são feitas com base e com fundamentação jurídica, sem nenhuma consideração de ordem política.

Eu gostaria de dizer que, com relação às atuações do Ministério Público no âmbito penal, da mesma forma que no âmbito cível, todas as manifestações da Procuradoria-Geral da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são feitas com base e com fundamentação jurídica, sem nenhuma consideração de ordem política.

O Senador Magno Malta parte de uma premissa para a crítica que ele faz: parte da premissa de que o Ministério Público tem uma conformação algo diversa da que eu entendo, como Procurador-Geral da República – e o Supremo Tribunal Federal também entende –, que seja própria. A partir dessas premissas, ele desenvolve razões. Não adianta debater essas razões aqui, porque nós todos sabemos, dos ensinamentos lógicos, da inutilidade do debate em torno de desenvolvimento de premissas que são contrastantes e inconciliáveis.

O que eu devo dizer também é que, durante esses dois anos da minha atuação perante o Supremo, eu posso dar o testemunho da lisura, da idoneidade, da dedicação, do apuro técnico, da fundamentação, da abertura, da transparência da fundamentação de todos os integrantes do tribunal. Eu gostaria de dizer que todos os integrantes do tribunal têm a minha mais profunda admiração.

Com relação ao processo de *impeachment* de Ministro do Supremo, eu reitero o que disse anteriormente: em nenhum momento eu disse que Ministro do Supremo não pode sofrer *impeachment*. O que eu fiz foi produzir um parecer – isso não é decisão, isso não é voto – sobre o meu entendimento com relação à distinção que deve haver entre agentes de Poderes soberanos que recebem a sua legitimidade diretamente da população, do titular da soberania, e aqueles que recebem a sua legitimação da fundamentação, do caráter racional das decisões que tomam, que são justamente os integrantes do Poder Judiciário e também do Ministério Público.

Senador Sergio Moro, V. Exa. levanta questões que são muito interessantes e V. Exa. compartilha comigo uma preocupação muito grande: nós temos que combater as organizações criminosas. Um Estado democrático de direito é aquele que assegura que o poder resistente é um poder comprometido com os valores da dignidade da pessoa humana. Quando as organizações criminosas assumem espaços territoriais, excluem o poder do Estado e impõem uma vontade egoística que não tem nenhum compromisso com os valores éticos que inspiram a nossa Constituição, nós estamos diante de uma situação realmente grave. E é uma situação que merece, que exige um comprometimento de todas as forças democráticas para, por meios democráticos, com respeito aos direitos fundamentais; com respeito à dignidade de que todas as pessoas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imbuídas, uma dignidade que não perde o pior criminoso; com respeito a essa dignidade, haver realmente um combate efetivo. Esse respeito à dignidade, a meu ver, não significa dizer suprimir a responsabilidade por atos mal feitos, por atos de caráter criminoso, por atos que a sociedade, por meio do Congresso Nacional, entendeu que são tão graves que merecem o título de crimes, que é a mais intensa reação da sociedade com relação a um comportamento, a tipificação penal.

Respeito à dignidade, portanto, é também reconhecer que todos somos responsáveis pelos nossos atos. A autonomia precisa ser desenvolvida, mas com apreço aos limites que a vida social impõe. Como que se faz esse respeito? Pela proporcionalidade, a intensidade da intervenção sob a esfera da autonomia, da liberdade das pessoas deve ser equilibrada com a necessidade dessas práticas. Essa é uma premissa que embasa também todas as minhas análises com relação a pedidos e a propostas de medidas no campo, não só penal, mas também no campo cível.

Com relação às organizações criminosas, eu, de novo, partilho com V. Exa. a minha preocupação com relação a esse fenômeno, que vem ganhando um vulto significativo, e digo a V. Exa. que, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, nós elegemos duas metas prioritárias: o combate às organizações criminosas e a proteção da primeira infância. Essas duas metas estão conjugadas, porque, se nós não concedermos meios para que as crianças possam vislumbrar, ver diante de si horizontes de realização pessoal, elas vão ser cooptadas pelo crime e não vão durar além da própria juventude. Então, proteger a infância é também uma forma de combater as organizações criminosas, retirando delas o fascínio que exercem sobre os menores.

O que nós temos feito com relação a isso? Não só a criação do Gaeco Nacional, que rende homenagem à evidência de que o crime deixou de ser um crime de esquina, o crime relevante hoje em dia não é mais – embora essa continue a ser uma mazela a ser enfrentada, da vida social – o crime que mais desafia a própria coexistência democrática na sociedade, mas, sim, o uso das organizações criminosas, que não são organizações intraestaduais, elas têm aspectos transestaduais e aspectos também até internacionais. Nós sabemos pelos noticiários como várias dessas facções já têm braços no exterior.

E eu devo dizer também a V. Exa. que, havendo aspectos transestaduais, o Ministério Público Federal tem competência; havendo aspectos de aplicação de tratados, o Ministério Público Federal tem competência para apurar; havendo aspectos de crimes de ordem internacional, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesma forma, o Ministério Público Federal é chamado a operar. E o Ministério Público – e aí sim, eu gostaria de dizer isso –, tem participado ativamente de todas essas atividades, de todas essas operações.

A própria Operação Carbono Oculto, que V. Exa. mencionou, teve uma participação ativa e importante do Ministério Público Federal. O que acontece é que as atividades do Ministério Público Federal, propositadamente, não buscam mais a exposição midiática. O que nós queremos é realizar a nossa função. O que nós queremos é, depois de apresentado o nosso trabalho e depois de resolvido, depois de solucionado, aí sim colher os louros do reconhecimento da sociedade. Mas a exposição das atividades durante o seu curso não só pode ser contraproducente, em termos de continuidade dos trabalhos investigativos, como também pode colocar em risco os direitos de honorabilidade, os direitos de imagem, os direitos de privacidade dos investigados que ainda não são condenados, ainda têm a presunção de inocência.

Com relação aos delitos relacionados com o último escândalo no âmbito do INSS, existe um inquérito em curso, que corre em segredo de justiça. Já houve... Ah, sim, e eventual arquivamento que tenha ocorrido é um arquivamento transitório. Havendo o surgimento de novas provas, o inquérito pode ser retomado.

Com relação às penas dos que estão condenados pelos movimentos de 8 de janeiro, eu devo dizer que, nesses casos, em bom número desses casos, em boa porcentagem, salvo engano em quase um terço desses casos, as penas foram inferiores, foram convertidas em restritivas de direito; em outro bom número de casos, houve ANPP, portanto, não houve a mácula da condenação penal.

Com relação às outras penas que V. Exas. entendam que sejam excessivas, eu creio que nós não podemos fugir à evidência de que o Ministério Público denuncia por fatos que o Congresso Nacional entendeu que devem ser prosseguidos como crimes. E quem julga isso é o órgão judiciário. Se o Congresso Nacional entender que há excessos nessas penas, eu tenho certeza de que o Congresso Nacional promoverá o ajuste da legislação ao seu sentimento de justiça e de correta retribuição pelos comportamentos inadequados.

Com relação ao ANPP, aos condicionamentos, eu creio que, novamente, é um assunto que está entregue à deliberação do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E tem um ponto que eu gostaria de deixar bem esclarecido. Eu acho que V. Exas. já perceberam como é o meu estilo de comportamento, quais são as premissas do meu comportamento, e uma delas é esta: eu não interfiro nas decisões que serão tomadas pelo Congresso Nacional. Nunca houve uma nota técnica do Procurador-Geral da República a respeito de um tema que esteja objeto de debate do Congresso Nacional. Propositadamente, eu não quero interferir na mais ampla liberdade de conformação da ordem jurídica que o Congresso Nacional dispõe dentro das balizas formais e materiais da Constituição.

Volto a dizer, no caso da anistia, a referência a eventual contraste com dispositivos constitucionais ou com sistemáticas da Constituição foi apenas um sinal que apontava para a existência de controvérsia. Não significava que fosse uma posição da Procuradoria-Geral da República, até porque esse tema não era indispensável para a solução daquele processo. Foi dito – no parecer está dito – que essa é uma questão de ordem legal que está entregue à discricionariedade política do Congresso Nacional, lembrando apenas que existe... que o assunto é controvertido.

V. Exa. também tem razão, não existe perseguição no Ministério Público Federal, quer com relação aos seus membros, quer com relação às pessoas que eventualmente possam estar submetidas ao exercício das competências do Ministério Público.

Todas as minhas manifestações com relação aos processos que são mais candentes em termos de atenção da opinião pública, todas elas estão baseadas em razões expostas da forma devida e dirigidas a quem a Constituição determina que as minhas manifestações sejam entregues.

Eu gostaria só de lembrar um outro detalhe que ainda não foi lembrado: quando é possível distinguir a ausência de elementos probatórios suficientes para a apresentação de uma denúncia e quando não se consegue perceber que outras diligências mais poderão ser tomadas para que uma eventual conduta possa ser capitulada como crime, eu não hesito em arquivar o inquérito. E isso aconteceu no caso, inclusive, envolvendo o ex-Presidente Jair Bolsonaro. No caso do inquérito das vacinas – talvez todos se lembrem desse episódio –, eu, não vendo uma ligação do ex-Presidente Jair Bolsonaro com aqueles fatos, não hesitei em fazer uma promoção pelo arquivamento dessa denúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Creio que aqui estará uma demonstração de que as razões técnicas são as premissas das minhas atuações.

Senador Contarato, V. Exa. conhece bem as minhas posições pessoais, sabe que eu tenho uma profunda empatia com as pessoas que sofrem qualquer espécie de discriminação. V. Exa. falou na igualdade, que todos devem ser tratados de modo igual. Esse princípio da igualdade tem um desdobramento que parece muito importante e que está sempre presente nas minhas cogitações.

A igualdade significa também tratar desigualmente aqueles que são desiguais.

Com relação às minorias fragilizadas, em relação aos grupos que estão mais sujeitos a ataques ignóbeis, com relação a esses grupos, é preciso que haja um tratamento diferenciado, por exigência da isonomia. Por quê? Para que esses grupos possam ter afinal um tratamento real igualitário com as maiorias. Muitas vezes, para se promover a igualdade, é preciso admitir um tratamento favorável, um tratamento de maior concessão de atenções àquele grupo, a fim de se restabelecer uma igualdade de fato que a realidade não venha retratando. V. Exa. sabe da minha completa empatia por todos os problemas que grupos minoritários, especialmente os que V. Exa. mencionou, merecem da minha atuação, no campo das minhas preocupações.

Com relação a essa lei do Estado do Espírito Santo, eu preciso fazer algumas retificações relacionadas ao fato. A lei não proíbe que se fale de gênero, em nenhum momento ela proíbe; ela define o que é esse assunto, e V. Exa. compreendeu bem, mas não proíbe que se trate desse assunto. O que ela permite? O que ela permite é que os pais possam dizer que não querem que os seus filhos participem de encontros dessa ordem. O que a lei faz é uma ponderação, uma ponderação entre o poder paterno, entre o direito da família de definir como que os seus filhos vão receber informações que são relevantes para o desenvolvimento da sua personalidade, e os interesses de exposição de fatos e de ideias dessa natureza. Essa é a ponderação que o legislador fez. Não existe, portanto, proibição desse assunto, o que a lei permite é que os pais possam dizer que os filhos deles não comparecerão a momentos em que esse tema seja debatido, isso a partir de uma ponderação que é feita de valores constitucionais e que, dentro do âmbito da deferência que nós todos devemos ter para com as escolhas do Legislativo, me pareceu que não configurava hipóteses nítidas de inconstitucionalidade. Também não havia, no caso, questão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inconstitucionalidade formal. Mas, de novo, essa foi uma manifestação, uma opinião que, de novo, foi emitida com base em convicção fundada em razões jurídicas, mas que não é voto, não é decisão; é apenas uma contribuição para que o órgão encarregado da decisão tome a deliberação própria – esse órgão é o Supremo Tribunal Federal. Mas, de novo, Senador, aquilo que eu já disse para o senhor várias vezes pessoalmente, eu tenho o máximo respeito às opções de vida de todas as pessoas, o que, na verdade...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Doutor, com todo o respeito, ninguém me deu um cardápio para eu escolher, não é opção.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Opção ou modo de vida, ou modo como existe.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É uma orientação.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Como orientação. Mesmo se fosse...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só não poderia deixar de registrar...

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Não, não, ótimo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tudo bem, mas eu não poderia deixar de registrar que o parecer do senhor condiciona os pais a autorizar o filho a assistir à aula sobre igualdade entre homens e mulheres. Essa foi a decisão do senhor. Então o professor vai ter que falar assim, "olha, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Pai, você vai me deixar falar?" Porque fica vedado. E só pode ser feito se os pais autorizarem.

Então eu não estou falando nem da população LGBTQIA+, eu estou falando homens e mulheres. Eu não poderia deixar de fazer esse contraponto. Perdoe-me, Presidente Otto.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Não, não, não, com certeza, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas isso é importante, porque o senhor está falando que a lei não veda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Contarato.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Com certeza, isso é bastante importante. Eu não pretendo discutir aqui as...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele já respondeu à arguição.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – ... que estão expressas no parecer. Só retomo este ponto: não há proibição desse tema; o que há é o direito de os pais conduzirem a educação dos filhos com relação a esse assunto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Há vedação, e os pais podem não autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem agora, o Senador Bittar, o Senador Jayme e depois o Senador Eduardo Braga.

Senador Bittar, V. Exa. tem dez minutos para a arguição.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro começo a dizer, Sr. Gonet, que concordo com o entendimento de V. Exa. Veja como não há divergência em tudo. Eu aprendi a respeitar pessoas – pessoas –, homens, mulheres, os mais velhos, o professor, os heterossexuais, os homossexuais, na minha casa – foi meu pai e a minha mãe. Não foi escola, não foi partido político. E entendo que esse é um dever e uma obrigação da família, e não da escola. Portanto, há essa concordância.

O José Schettino, não sei se é essa a forma de pronunciar, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, o senhor leu aqui uma nota em apoio à sua recondução, em contrapartida à fala do Senador Flávio Bolsonaro, que diria que o senhor não teria vergonha do comportamento à frente da PGR, o senhor leu essa nota dizendo que os procuradores a quem o senhor lidera, o senhor é o chefe deles, através da nota, não têm esse mesmo juízo de valor. Depende de quem interpreta. Provavelmente, se fosse fazer uma pesquisa com as famílias de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqueles processados, presos e condenados do dia 8 de janeiro de 2023, provavelmente a resposta seria muito mais parecida com a indagação do Senador Flávio Bolsonaro.

Mas, Senador Otto, presentes, a educação que tive em casa faz com que eu tenha o maior cuidado e o maior respeito de não constranger ninguém. E não entendo que a fala do Flávio foi uma fala ofensiva.

E diferente do Sergio Moro, juiz, eu vou no senso comum. Sr. Paulo Gonet, eu votei em V. Sa. da primeira vez. Assim como o Senador Jorge Seif, também fui buscar esse entendimento com o meu líder político, Jair Messias Bolsonaro. E vou usar o meu tempo, desta vez, para dizer por que infelizmente não posso mais votar na sua recondução.

E o que é o bom senso? Nós tivemos uma eleição, em 2022, muito conturbada. E uma parcela imensa da população brasileira desconfiou de que o processo foi tendencioso. E eu concordo com isso.

Você teve, por exemplo – vou dar apenas este exemplo –, proibições ao Presidente Bolsonaro de demonstrar, através de fatos, de vídeos comprovados, a ligação do atual Presidente do Brasil com regimes autoritários. E tanto era verdade que, mal empossado, ele recebe aqui um dos maiores facínoras, narcotraficante, que hoje continua comandando um país que há muito tempo deixou de ser democrático, que é a Venezuela. (*Pausa.*)

Eu acho que isso... Eu não faço isso.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Perdão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Não, pois é. Com a minha educação familiar, eu não faço isso.

Foi lá que eu aprendi. Foi lá, na minha casa.

Reponha aí, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Dois minutos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Então veja, se você... Na política, na campanha eleitoral, é claro que o eleitor tem o direito de saber com quem você anda, o que é que você pensa, o que é que você professa. Repito: eu estou apenas dando um exemplo.

Quando um lado é proibido, na política, na campanha, de dizer que o outro é aliado de ditadores pelo mundo afora, você compromete o resultado das eleições.

Bom, mas uma parcela gigante da opinião pública entendeu que o processo foi tendencioso, e foram para a frente dos quartéis, em que, todo o tempo à frente dos quartéis, não houve um ato de violência, não houve um ato de desobediência civil.

Pois bem, no processo, essas pessoas são condenadas, Sr. Paulo Gonet, por um crime que não cometeram. Esse é o senso comum.

Mas alguém pode dizer o seguinte: "Senador Marcio, você não é jurista". O.k., mas Ministros do Supremo Tribunal Federal... E eu não vou longe, o Ministro Gilmar Mendes, no começo, declarou a mesma coisa que eu estou dizendo aqui: que houve uma baderna, que houve depredação, mas que não houve uma tentativa de golpe de Estado no Brasil. Mais do que o Marcio, o Ministro Fux disse, no processo – e o senhor estava lá, evidentemente –, entre outras coisas, que uma delação premiada com nove versões não é delação, não é delação nenhuma. Ele é um Ministro do Supremo Tribunal Federal; se eu sou um leigo na área, ele não é. Além disso, o Ministro do Lula, o Múcio, o que é que disse em várias declarações? Que houve uma baderna, mas que não houve uma tentativa de golpe de Estado no Brasil.

Mais uma vez, vamos para a lógica: o Presidente Bolsonaro, atendendo a um pedido do Lula, através do pedido do agora Ministro Múcio, entrega o comando das Forças Armadas para quem venceu a eleição. Depois disso, sai do Governo, sai do país para, num domingo, dar um golpe de Estado no Brasil, sem arma, sem o apoio das Forças Armadas?!

Veja, vamos para 1964, Sr. Paulo Gonet: ali havia disputa para quem daria o golpe primeiro. E aí eu vou entrar na questão da anistia. Ali era quem que daria o golpe primeiro: o Exército, com o apoio dos Governadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, com o apoio da população, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o apoio do Congresso Nacional. Então, prevaleceu este golpe, mas a esquerda também queria dar um golpe de Estado no Brasil.

Quanto a isso, Procurador, não há divergência. Nem a esquerda ousa dizer que não queria dar um golpe de Estado de 1964, tanto que foram para guerrilha urbana e rural. O único segmento de esquerda, do qual eu fiz parte na juventude, que negou a luta armada, que negou a guerrilha, foi o PCB, mas os outros todos foram para a guerrilha, urbana e rural, soltaram bombas, explodiram inocentes, mataram inocentes, fizeram justiçamento, sequestraram pessoas. Ainda hoje, os oriundos dessa turma são tratados como se heróis fossem: o Gabeira... O Caetano Veloso, num momento de rara lucidez e de honestidade, disse isso que eu estou dizendo agora, que eles não lutavam pela democracia, lutavam pela implantação da ditadura do proletariado, que é a primeira fase do sistema comunista. E todos foram anistiados, todos. Eu fico pasmo de ver.

Hoje há uma dúvida se nós podemos ou não podemos anistiar aqueles que não mataram ninguém, aqueles que não soltaram nenhuma bomba, aqueles que não tinham o apoio das Forças Armadas, aqueles que estão pagando... E aí, quando falam em redução de pena, com todo respeito ao Ministro Sergio Moro, para mim, isso é como o meio grávido: ou é, ou não é; e não é! Não houve tentativa de golpe de Estado, portanto estão pagando por um crime que não cometeram.

E aí se passou aqui pelo INSS. Sr. Procurador, eu estou na CPMI, revezando a titularidade com o meu amigo Girão. Eu falo para o senhor e para quem está assistindo, o que eu vou dizer aqui agora não é segredo, é público. O meu amigo aqui, Rogerio Marinho, faz a reforma trabalhista e acaba com o imposto sindical obrigatório. A abstinência de dinheiro fez com que várias dessas entidades migrassem para o esquema, já corrupto, que a Contag fazia praticamente sozinha. Onde tinha um, passava meio que despercebido. Aí virou 40, isso virou uma fornalha.

Sabe quem segurou para não explodir a roubalheira do senhor e da senhora do INSS?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Jair Messias Bolsonaro. Então, ninguém vai tirar do meu juízo que ele paga por ter se colocado contra o sistema. As estatais que foram assaltadas no Governo do PT pararam de dar prejuízo e passaram a dar lucro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas claro que isso contraria as facções criminosas que lucravam com ela, moviam seus partidos, moviam suas campanhas, e a mesma coisa é no INSS.

Agora, para o ex-Presidente Jair Bolsonaro, aí não tem movimento de direitos humanos. Eu estive lá, visitei o Presidente Bolsonaro, duas horas e meia. Imagine o que é um pai de família... O senhor é, eu também sou, tenho quatro filhos. Se Deus permitir, estou indo para o quinto filho, até nome já tem, Davi. Imagine o que é um marido ter a esposa e a filha na sua casa presas com ele, sem poder sair do quarto de manhã cedo sem estarem absolutamente prontas, porque sabem que no quintal já tem polícia.

Procurador, com todo o respeito, eu espero que eu não tenha passado de nenhum limite, porque eu não tenho esse interesse, mas o senhor fez parte e faz parte do grupo que prendeu um homem honesto. Se o Bolsonaro tivesse surrupiado essa caneta, o mundo já saberia, porque ninguém foi mais devassado do que esse homem. Então, repito, se o senhor faz parte do grupo de autoridades do Brasil que sentenciou a 27 anos de cadeia, a 14, a 17 pessoas que não cometeram este crime, o senhor não pode ter o meu voto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha para declarar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Senador Jaime, em seguida o Senador Eduardo Braga.

Senador Jaime, V. Exa. dispõe de dez minutos para a sua arguição.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero agradecer aqui ao Presidente da CCJ, Otto Alencar.

Quero cumprimentar aqui os indicados: General Anisio David de Oliveira Júnior e General Flavio Marcus Lancia Barbosa, indicados a Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Espero que vocês cumpram com a sua missão, assim, se forem sabatinados. Espero que vocês cumpram realmente com a sua missão e honrem o Exército Brasileiro, honrem o povo brasileiro. Nos momentos que nós estamos vivendo hoje – e já vivemos no passado – de tanta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrupção, eu não sei aonde este país vai chegar, onde que isso vai dar, porque vai chegar um momento em que a população vai estrangular e vai chegar ao limite da sua paciência.

Paulo Gonet, hoje V. Exa. está, novamente, aqui na CCJ; talvez hoje, ainda vá... Eu acho que hoje ainda vai ser sabatinado...

Eu quero dizer a V. Exa. que, quando V. Exa. esteve no meu gabinete, eu indiquei uma situação muito grave do nosso país, que é a corrupção, e esta já é a primeira pergunta que eu quero deixar para V. Exa.: a corrupção.

Foi a primeira vez que eu cheguei ao Senado. Eu só sabatinei aqui o Flávio Dino e o Zanin. E não, não tiveram o meu voto, mas foram os dois Ministros do Supremo Tribunal Federal que foram sabatinados no meu mandato, que eu assumi exatamente quando V. Exa. assumiu aí, em 2023. E hoje eu vejo, sim, que a Justiça, pelo menos o alto escalão da Justiça, é a favor da corrupção – é a favor da corrupção.

Vamos falar um exemplo, o Cabral: não foi o João, não foi o Manoel, não foi ninguém que disse que ele roubou; ele declarou. Eu o vi se autodeclarando que ele havia se envolvido em corrupção. Hoje, é um homem livre, está solto, não sei se tem tornozeleira ou não. Talvez até, daqui a pouco, possa voltar a ser candidato – voltar a ser candidato.

Que país... Aonde é que nós estamos chegando com essa situação?

E quero dizer a V. Exa. que quem sofre com a corrupção, esse maligno, esse mal que tem aí, é a população mais fraca: quem ganha menos, quem tem menos recurso, porque roubam da saúde, roubam da educação, roubam da infraestrutura, roubam em todos os lados com a corrupção neste país.

E, para não se conformar, o que me deixa mais indignado é que o Supremo Tribunal Federal hoje anula esta Casa aqui, esta Casa aqui está anulada! Quando achava que chegava ao Senado, eu achei que era o *top*, poxa, eu imaginava, dentro da minha cabeça. Eu não tenho estudo, Excelência; sou empresário, talvez dos últimos dos moicanos sem estudo, talvez dos últimos! Aonde eu cheguei, eu cheguei trabalhando com luta. E digo mais a V. Exa.: quando o empresário faz uma contratação de algum funcionário ou ele coloca alguém, na sua equipe, para contratar, quando aquele funcionário não serve, ele manda embora, ele demite, como o funcionário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, a partir do momento em que ele não está mais de acordo com a empresa, pede a sua demissão.

Por isso, Excelência, o Ministro do Supremo Tribunal Federal é sabatinado por esta Casa, é o Senado que sabatina o Ministro do Supremo Tribunal Federal! E não deveria ser tirado com 54 votos, não; ele deveria ser tirado com 41 votos, da mesma maneira com que ele é sabatinado, porque não foi o povo brasileiro que deu um voto para ele. Quem deu o voto para ele foi esta Casa – não foi o povo brasileiro –, totalmente diferente de um Prefeito, de um Governador, de um Presidente da República ou de um outro Parlamentar.

Aí, nós vamos mais longe: roubo ao INSS, roubo ao INSS! Roubaram esses idosos. O senhor imagine se fosse no Governo anterior. E V. Exa. fala que não tem cor partidária; é o que V. Exa. realmente não deveria ter, mas não são as suas atitudes. Não deveria ter, ninguém deveria ter cor partidária, como eu até acho que tem muita coisa que precisaria mudar neste país.

O senhor imagine se esse roubo tivesse sido no Governo anterior. O Supremo Tribunal teria intervindo, a PGR teria intervindo, todo mundo teria intervindo. Só que hoje o que acontece? Absolutamente nada. Quem estiver nos acompanhando pelo Senado Federal: não vai dar em nada, não vai acontecer nada com essas pessoas! É simples nós dizermos: olhe a situação do Careca; do Frei Chico, que é irmão do Presidente! Nem foi chamado – nem foi chamado –, não passou, não foi chamado. Perdeu-se lá, nem sei quanto foi a votação, se foi 18 a 12, não sei. Nem chamado aqui foi!

Será que as pessoas acham que o Brasil não está vendo isso? Será que acham que o povo brasileiro é cego? E tudo que se fala, qualquer coisa, é inconstitucional. Até se falar num voto impresso é inconstitucional, se falar num voto auditável é inconstitucional. Meu Deus! Excelência, dá mais segurança para o povo brasileiro. O que tem a ver? Que inconstitucionalidade tem num voto impresso? Só vai dar mais clareza. Quem não tem nada não precisa temer isso, não, deixa que se coloque o voto impresso! Se tivessem colocado isso, muitas eleições atrás, já não tinha esse problema que está acontecendo hoje, mas ficam insistindo e batendo numa tecla errada.

Eu admirava muito o Supremo Tribunal Federal, sempre admirei. Cheguei aqui a esta Casa agora, eu não era Senador, eu não era político. Sou empresário, como falei, e eu admirava muito o Supremo, mas olha as atitudes que o Supremo Tribunal Federal está fazendo nos últimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempos! Meu Deus do Céu, aonde que isso vai dar, aonde que isso vai chegar? E eu digo para vocês: nós temos a missão, o Senado Federal tem a missão, sim, de fazer algo pelo nosso Brasil.

Eu gostaria também de saber de V. Exa. a situação sobre o marco temporal de 1988, aprovado com mais de 80% tanto na Câmara quanto no Senado. Olha o que está acontecendo no campo hoje. Olha o seu cargo, onde o senhor está, o senhor poderá talvez voltar a ser sabatinado. O senhor teve, me parece, 65 votos. O senhor não vai ter mais os 65 votos. Eu votei em V. Exa., não voto. Estou declarando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... que não voto em V. Exa.

Mas a situação do marco temporal... Vocês querem dar paz no campo, tem três opções. Vamos ver se os asiáticos, os europeus e os africanos aceitam os 203 milhões de brasileiros lá, voltamos para lá e entregamos o Brasil para os indígenas, porque não tem o que discutir: há 500 anos, um pouquinho mais de 525 anos atrás, era deles. Agora se passaram mais de 500 anos, nós precisamos encontrar paz no campo e nós precisamos colocar uma data limite e dar dignidade, dar justiça e dar forma de nossos índios sobreviverem, e a forma que tem de nossos índios sobreviverem esta Casa deu, esta Casa fez para eles, porque nós aprovamos o... Para receber o... Como chama?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Crédito de carbono! Nós aprovamos o crédito de carbono. Tem os cálculos, tudo feito, eu gostaria de ver com V. Exa.: nossos índios vão receber, desde os que estão nascendo aos que estão partindo dessa para outra, cada indígena estaria recebendo pouco mais de R$4 mil a R$5 mil por mês. Não teria indígena morrendo. Nossos indígenas têm que ter dignidade, e é de nossa responsabilidade, com os 14,5% que eles têm do território nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente, eu queria começar cumprimentando V. Exa. pela forma com que V. Exa. está conduzindo esta sessão.

Quero apenas lamentar que nós estejamos incorrendo em um erro, porque estamos permitindo acumular um número de autoridades de tal monta que hoje nós teremos uma sabatina... Nós estamos aqui há horas assistindo a uma sabatina, e os dois Generais que vão para o Superior Tribunal Militar, eu não vi uma pergunta endereçada a eles, e o único Senador que se referiu à presença deles foi o Senador Jaime Bagattoli, que acabou de se pronunciar.

Eu quero, portanto, começar saudando os Generais, desejando que possam cumprir com excelência o seu mandato no Superior Tribunal Militar, que vai tratar de crimes dentro da jurisdição militar. Portanto, eu ouvi aqui insinuações, não foram perguntas, com relação à questão de corrupção, etc., mas é claro que a competência do tribunal que V. Exas. ocuparão é uma competência exclusiva sobre as questões militares, e assim haverá de continuar. Portanto, desejo sucesso e uma boa caminhada a V. Exas.

Ao eminente Procurador-Geral, S. Exa. – não V. Sa., porque o tratamento a Excelência é V. Exa... V. Exa. tem função equiparada a Ministro de Estado, então este Senado tem que tratá-lo com o devido respeito que V. Exa. merece, não só pela função que exerce, mas pela postura de V. Exa. no cumprimento do seu mandato. Votei em V. Exa. dois anos atrás, votarei novamente, peço voto a V. Exa., peço ao meu partido, o MDB, uma das maiores bancadas, que continue votando em V. Exa., porque V. Exa. tem cumprido com dignidade, com ética, com transparência e com responsabilidade a função que o povo, através da aprovação dos representantes diretamente eleitos pelo povo, lhe concedeu. A democracia se estabelece pelo voto direto e pela eleição indireta. Quando os representantes do voto direto, que é o mandamento constitucional brasileiro, votam em V. Exa., votam em nome daqueles que nós representamos, portanto em nome de 210 milhões de brasileiros. E V. Exa. ocupa um dos mais relevantes e importantes cargos desta nação.

Aí eu começo a minha colocação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo critério do PIB acumulado, nós somos o 11º no *ranking* mundial; pelo critério do poder de compra, nós somos a 8ª economia do mundo; mas se nós formos analisar o índice de criminalidade do Brasil, lamentavelmente, nós ocupamos um dos piores lugares no *ranking,* e isso é função de Estado – isso é função, dever e obrigação de Estado. Nós precisamos, Dr. Gonet, de uma vez por todas, acabar com esta transferência que eu diria um tanto quanto hipócrita de dizer: "Segurança pública é responsabilidade do estado e do Governador do estado", quando segurança pública é responsabilidade de todo cidadão brasileiro e de todos os níveis de competência da Federação brasileira.

Nós não venceremos a questão do crime fazendo ao que, lamentavelmente, nós acabamos de assistir na Câmara dos Deputados Federais. Ainda bem que parece que está havendo uma reflexão na Câmara, porque eu tenho certeza de que, se aquele parecer chegasse ao Senado da forma como estava sendo construído, o Senado e esta Comissão, a CCJ, se posicionaria intransigentemente contra o que eles estavam propondo em favor do crime organizado, em desfavor da sociedade.

Mas eu quero destacar o porquê do meu posicionamento: o perfil técnico e a independência institucional têm marcado a gestão de V. Exa.; a sinalização de uma gestão menos personalista e mais orientada por critérios técnico-jurídicos tem sido uma das características do mandato de V. Exa., com recuperação de um tom de descrição e sobriedade pública com foco fundamentalmente na questão jurisdicional e jurídica das manifestações da PGR, evitando politização.

O que nós estamos assistindo aqui na CCJ é a uma politização da posição da PGR. O lugar do PGR não é de ser nem de esquerda nem de direita, não é de ser a favor de A ou de B, é o de cumprir a legislação brasileira. Ou será que o povo do meu estado que morreu por falta de vacina e por falta de oxigênio terá que ser analisado por questão ideológica? Não, terá que ser analisado pelas responsabilidades que esta CPI criada no Senado apurou. Ela fez indiciamentos, mandou à PGR e, lamentavelmente, as pessoas não foram responsabilizadas. Invadir o Congresso Nacional, quebrar e depredar o Poder Legislativo não pode ser algo banalizado. Invadir o Supremo Tribunal Federal e quebrar o Supremo Tribunal Federal não pode ser banalizado. Invadir o Palácio do Planalto, a sede do Poder Executivo nacional, não pode ser banalizado, seja pela esquerda, seja pela direita. Isso é uma questão de cumprimento da ordem, da lei, da Constituição brasileira, não é questão ideológica ou partidária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou aqui me posicionando nem como direita nem como esquerda, eu estou me posicionando como um Senador da República, representante do Estado do Amazonas, e jurei e tenho que respeitar e cumprir a Constituição da República, como todos aqui, como o Senhor Presidente da República o fez e como V. Exa. o fez quando tomou posse na função de Procurador de Estado.

Portanto, eu quero dizer que V. Exa. orgulha a Procuradoria-Geral da República – o que o Procurador Schettino escreveu em nome dos membros da Procuradoria ele não escreve apenas em nome dos membros da Procuradoria, escreve em nome de muitos que votaram e continuarão votando em V. Exa. pelo comportamento –; e reforça a autonomia funcional do MPF, com diálogo respeitoso com o Supremo Tribunal Federal, com o Congresso e com o Executivo, sem abrir mão da atuação em temas sensíveis – é o famoso sistema de pesos e contrapesos que, lamentavelmente, muitas vezes tem sido esquecido na República Federativa brasileira e que V. Exa. tem buscado, sim, reestabelecer –, a continuidade e a racionalidade nas ações sobre o 8 de janeiro, a manutenção e o impulso às medidas para responsabilização penal de financiadores.

Dr. Gonet, ninguém fica tantos meses na porta de quartéis, comendo, bebendo, sem ter quem financie. Tem gente que financiou isso e até hoje não foi encontrada. Esses são os verdadeiros criminosos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... que financiaram, que não apareceram e que precisam ser identificados.

O uso equilibrado de instrumentos penais, pedido de punição firme para casos graves e aplicação de soluções despersonalizadas, cabíveis, como acordos de não persecução penal para envolvidos de menor potencial ofensivo, contribuindo para eficiência processual e proporcionalidade; cooperação com a Polícia Federal, com instâncias do Supremo Tribunal Federal para organizar o grande volume de processos, o que ajuda a dar previsibilidade e desfecho aos casos; fortalecimento do papel técnico da PGR no STF, gestão e governança mais previsíveis; atuação eleitoral responsável e baixa temperatura.

Eu quero destacar a postura de defesa de integridade do processo eleitoral, respeitando o devido processo legal e a liberdade de expressão. Liberdade de expressão acaba quando começa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o direito do próximo. Liberdade de expressão não significa calúnia, difamação, infâmia, chantagem, como lamentavelmente nós temos visto nas *fake news*, que se escondem covardemente atrás da impunidade e a título da liberdade de expressão. As pessoas fazem todo tipo de calúnia e difamação em nome da bendita liberdade de expressão. Eu defendo a liberdade de expressão há 44 anos, mas não defendo o desrespeito, a criminalização da liberdade de expressão.

E, para finalizar, comunicação institucional sóbria e transparente, menos exposição midiática e mais ênfase em peças, relatórios e documentos comprobatórios, favorecendo a compreensão do conteúdo jurídico, disponibilização de informações institucionais e de pautas prioridades de modo acessível, ajudando a sociedade a acompanhar a atuação do Ministério Público Federal.

Por essas e outras razões, eu já votei em V. Exa., vou confirmar o voto no Plenário deste Senado e vou recomendar ao MDB que vote fechado com V. Exa., porque V. Exa. tem dignificado a função de Procurador-Geral da República, esperando que as vítimas do meu estado... E 14 mil pessoas morreram por falta de oxigênio. Foi a única cidade, Senador Marcio Bittar, do mundo em que as pessoas, em plena pandemia, não morreram por causa da pandemia, morreram porque não tinha oxigênio. Enquanto isso, as carretas estavam atoladas na BR-319 transportando o oxigênio.

Eu pergunto: e as mães dessas 14 mil pessoas? E os pais dessas 14 mil pessoas? Não têm direito a ter a reparação judicial deste crime contra os brasileiros? Eu pergunto a V. Exa. Têm!

E esta CPI do Senado fez o seu papel e apresentou à PGR e apresentou ao Supremo Tribunal, e até hoje nós esperamos por resposta. E isso nós não podemos perdoar.

E eu quero saber quem é que vai defender esse tipo de crime contra os amazonenses e contra os seres humanos nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, agradeço a V. Exa. e posso dar uma contribuição – uma contribuição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito dolorosa para o povo brasileiro –: dos 740 mil brasileiros que morreram, 73,2% tinham mais de 60 anos e 85% ganhavam menos de dois salários mínimos. Morreu pobre.

Na CPI da covid, nós fizemos o nosso papel. Ali está o Relator, o Senador Renan Calheiros, a quem eu rendo as minhas homenagens, também ao Presidente Omar Aziz. E talvez tenha sido este o maior crime, no meu ponto de vista de médico... E trabalhei em vários setores, não só no setor privado, mas no setor humanitário; trabalhei com a Irmã Dulce 12 anos e sei a dor dessas famílias. E, quando eu vi aquela vala comum recebendo os corpos em Manaus, eu achei que o meu país... não era este país que eu queria, porque foi uma coisa que constrangeu a todos nós.

Portanto, eu quero parabenizar V. Exa. e dizer que esse dado é lamentável, para que nós possamos ainda conviver... E nenhum desses atores que contribuíram para isso foram punidos. E houve, sem dúvida nenhuma, à época, a omissão da Procuradoria-Geral da República.

V. Exa. pode responder.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer as palavras do Senador Eduardo Braga, porque elas refletem o êxito de que eu posso me gabar por ver reconhecido o esforço que eu imprimi para o tipo de atuação que imagino que seja constitucional da Procuradoria-Geral da República. Devo dizer que realmente a Procuradoria-Geral da República não pode ser politizada. E essa é a meta da minha atuação. Ou, pelo menos, se não é uma meta, é uma das balizas que guiam a minha atuação à chefia da casa. As suas palavras me confortam e me animam, Senador.

Com relação ao caso da covid, eu devo informar que o inquérito está atualmente na Polícia Federal.

Os Senadores Bittar e Jaime fizeram declaração de votos, mas, ainda assim, eu gostaria de fazer uma observação. A função da Procuradoria-Geral da República não é, nem pode e nem deve ser medida por pesquisas de opinião. A nossa legitimidade é uma legitimidade técnica, é uma legitimidade de racionalidade das nossas posições. Nós não podemos ser avaliados como tendo cumprido a nossa tarefa de acordo com a opinião das pessoas que estão transitando na rua.

A referência que eu fiz à manifestação de apoio do Presidente Schettino visava a desfazer um equívoco, de fato, de uma manifestação anterior. Devo dizer que todos os processos... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posso dar o testemunho de que todos os processos em curso nos tribunais em que eu atuo são conduzidos com dignidade com respeito às garantias constitucionais, com respeito à ampla defesa.

As decisões são tomadas de modo fundamentado. São decisões que são públicas. O respeito às partes e a todas as garantias das partes está sempre assegurado. Portanto, as Cortes perante os quais eu atuo merecem a minha total admiração e respeito, inclusive e evidentemente também todos os seus membros.

Lembrando novamente que quem decide se houve ou não um crime em um determinado acontecimento não é quem leu a última notícia do jornal, mas é o tribunal, que tem acesso a todas as informações relevantes para tomar essa decisão. Esse é o sistema de civilização que a nossa Constituição adotou para o nosso bem comum.

Com relação aos delitos relacionados ao INSS, informo que existe um inquérito em curso e, evidentemente, que eu não vou fazer manifestações, não posso dar informações a respeito desse inquérito, justamente porque ele está em curso e justamente porque é uma investigação.

V. Exas. conhecem bem o direito nessa parte. Na parte da investigação, o princípio do contraditório tem uma relevância diminuta com relação ao propósito de obtenção da verdade por meios eficientes.

Também devo dizer que o combate à corrupção é algo que está no DNA do Ministério Público Federal e de todo o Ministério Público brasileiro. O combate à corrupção é algo de que não se abre mão e não se abriu mão durante o período em que eu estive à frente da Procuradoria e, se tiver o abono de V. Exas., continuando a minha indicação, essa continuará a ser a nossa tônica. Nenhum colega tem medo de perseguir corrupto com medo de sanções impróprias. Isso não acontece.

Há outros problemas relacionados com indígenas, que foram aqui referidos, e corretamente. São problemas de 500 anos. São problemas que envolvem aspectos legislativos, aspectos executivos. Evidentemente que a parcela de responsabilidade da Procuradoria-Geral da República, nesses casos, é diminuta. Seria impróprio assumir um protagonismo maior do que o que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assume nesses casos. O que eu posso dizer é que cumprimos fielmente a nossa missão de defender os interesses dos povos indígenas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra aos três Senadores que estão inscritos pela ordem: Senador Rogério Carvalho, Senador Izalci Lucas e, depois, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, o Senador Portinho tem um compromisso agora de almoço da Frente. Vou trocar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Então com a palavra, após o Senador Rogério Carvalho, o Senador Carlos Portinho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, no próximo bloco, V. Exa. pode dizer quais são?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane, Senadora Soraya e Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente pela ordem de solicitação.

Senador Rogério Carvalho com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar os sabatinados para o Superior Tribunal Militar. Eu não sei se por que é um dia muito cheio, como disse o Senador Eduardo Braga, e são muitos os sabatinados, mas isso não diminui a importância e a qualificação de V. Sas. no dia de hoje. O currículo de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sas. e a história de V. Sas. falam por si. Portanto, eu quero aqui, antes de mais nada, dizer que a Bancada do Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente à aprovação de todos os sabatinados hoje, incluindo os Ministros ao Superior Tribunal Militar.

Eu queria, Sr. Presidente, chamar a atenção para o fato de que nós estamos vivendo certa relativização dos fatos, da realidade e da interpretação sobre os acontecimentos. E isso é um passo terrível para esfarelar, transformar em pó qualquer construção de sociedade, até mesmo institucional. Se os fatos são relativizados a partir do olhar de quem relata um determinado acontecimento e não baseado em questões objetivas que qualificam aqueles fatos, acabou a base para se construir qualquer tipo de análise e de abordagem institucional, jurídica, de qualquer natureza, fruto do constructo humano.

Quando a gente olha para o evento que foi citado aqui na pandemia, em que 700 mil brasileiros morreram – a gente acompanhou o que aconteceu e a gente viu... Veja, ninguém falou que o Presidente, naquele momento em que exercia a função de nº 1 da República brasileira, disse que era uma gripezinha, ou que simplesmente os fortes sobreviveriam e que os fracos morreriam. Ninguém disse isso – ele próprio falou. Ele próprio propalou e divulgou a cloroquina, como sendo a solução: que bastava tomar cloroquina e não precisava fazer mais nada. Ninguém disse isso. Foi ele próprio foi aos meios de comunicação e disse que a vacina não tinha importância. Foi ele mesmo disse que a vacina ia modificar geneticamente as pessoas. Foi ele mesmo criou no Brasil aquilo que, em saúde pública, a gente sabe que é mortal, que é a desinformação ou a informação que levava as pessoas a ter um comportamento de altíssimo risco e que gerou a morte de mais de 300 mil brasileiros em função só do modo como a informação foi conduzida ao longo da pandemia. Ninguém relatou isso, ele próprio o fez. E achar que isso não existiu é negar a própria condição de estar vivo e de testemunhar, e depois, dizer que não foi bem assim, que era...

Espera aí, aquilo se materializou em comportamento, aquilo se materializou conduzindo as pessoas a um comportamento de risco e de autovulnerabilização, e isso gerou milhares de mortes evitáveis.

Negar a compra da vacina não foi um ato que a gente disse... Ele disse, o próprio Presidente da República negou, comprou sob pressão depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou pegando esse exemplo para vir para o próximo, que foi o 8 de janeiro. Dizer que o 8 de janeiro foi uma mera movimentação de pessoas desorientadas... Não, essas pessoas ficaram meses amotinadas ou insufladas do lado dos quartéis. Olha, eu moro numa cidade, e lá tem o 28º Batalhão de Caçadores (28º BC); nós não podemos estacionar o carro na porta, na praça, porque não é permitido, porque é área de segurança, e as pessoas puderam ficar acampadas, sendo alimentadas, sendo treinadas do lado desses quartéis. Isso não existiu?

Ora bolas, dizer que não houve a construção de toda uma ideia de que as eleições eram ilegítimas... Não dá para negar. Questionar as urnas eletrônicas... O Presidente do Partido Liberal propôs a anulação das eleições majoritárias. Preservavam-se as eleições proporcionais e seriam anuladas as eleições nacionais. Isso não foi uma declaração do Procurador-Geral, nem do anterior, nem do atual. Ele manifestou publicamente ao TSE, e a gente tem que ouvir aqui que pessoas que estão analisando documentos, fatos, são pessoas que têm uma inclinação política desta ou daquela natureza.

Eu acho que a população brasileira é muito agredida o tempo todo, porque vai construindo uma ideia de que não existe realidade, de que a realidade vai se moldando de acordo com o interesse de quem narra, e não existe fato. É como se aqui, nesta Comissão, as posições em que as pessoas estão, não estão, vão depender de como você olha. O Procurador não está ali, os dois sabatinados, o General Anisio não está ali, o General Flavio não está, não estão ali...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Estão. Mas, Senador Weverton, se V. Exa. acha que não estar ali é bom para a sua narração ou para a narrativa que você quer construir, essas pessoas não estarão. É assim que a gente está vivendo. Aí depois dizer que foi um ato inocente o 8 de janeiro! Eles saíram em marcha, eu estava em Brasília nesse dia, eu vi. Vi eles entrarem no Congresso Nacional, vi quando eles entraram no STF, no Palácio do Planalto. Sabe o que são essas instituições? Nada: somente os símbolos do Estado democrático de direito, os símbolos republicanos, a institucionalidade. Aqueles que foram lá tinham uma missão, sabe qual era a missão? Acabar com o esquemão, sabe por quê? Porque o esquemão para este campo político são as instituições democráticas. Acabar com as instituições democráticas é uma forma de estabelecer o jugo a partir da força bruta, e ali foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstração pura e simples de força bruta para se imporem e se autodeclararem dirigentes deste país, obviamente que tem que acabar com o esquemão, que são as instituições democráticas.

E aí, quando se vai investigar, porque os fatos estão postos, se descobrem coisas mais graves ainda. Eu também estava aqui quando anteciparam a diplomação do Presidente e do Vice-Presidente. Estava programada para outro dia e foi antecipada, e eles não estavam preparados; eles estavam preparados para o dia que estava programada, como foi antecipada, mas teve atos de grande violência em Brasília e houve tentativa de explodir o aeroporto. Nada disso aconteceu. Ora bolas, tudo isso aconteceu e pior, planejaram matar – prestem atenção na gravidade disso! – , planejaram matar o Presidente eleito, o Vice-Presidente eleito, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e isso não foi uma tentativa de golpe. Claro que não foi golpe, mas foi uma tentativa de golpe, e a lei que embasou o julgamento foi a lei que cria os tipos penais, de que fui Relator, da tentativa violenta de abolição, que trata, que garante, a lei do Estado democrático de direito define os tipos, como abolição violenta do Estado democrático de direito, tentativa de golpe, foi uma tentativa e isso está amparado pela lei.

E não tem inocente, quem estava ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Quem estava ali estava consciente.

Portanto, Dr. Gonet, quero dizer para V. Exa., V. Sa. que a nossa bancada e a maioria deste Senado, felizmente, têm discernimento, a maioria dos nossos pares tem discernimento, sabe exatamente o papel que V. Sa. cumpriu no exercício da função. Como disse o Senador Eduardo Braga, com a discrição e a atuação cirúrgica que requer um Procurador-Geral na defesa dos preceitos constitucionais e do Estado democrático de direito.

Portanto, V. Sa. tem, como todos que hoje serão sabatinados, mas em particular V. Sa., porque atuou num caso...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... muito importante na história do Brasil, conta com o apoio integral da nossa bancada e, com certeza, da maioria dos Senadores que têm consciência de que este país é um país que precisa ter leis, instituições...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, nobre Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... e atuação ilibada como a de V. Sa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

Eu inicio aqui também declarando, no caso, aos dois Generais presentes o meu voto favorável às suas conduções ao STM, ao Superior Tribunal Militar. Tenho certeza de que V. Exas., além de uma longa história nas Forças Armadas, podem emprestar muito e contribuir com essa Justiça militar, porque vêm de dentro da corporação. E é nisso que eu acredito.

Recentemente a gente sabatinou aqui algumas pessoas indicadas como civis, mas que a gente percebe que estão tendo dificuldades no tribunal especialíssimo. E eu falo isso porque, como advogado, a minha especialidade sempre foi o direito desportivo, e eu via, era muito comum, quando chegava ao tribunal desportivo, um bom advogado, para ser auditor do tribunal, mas não conhecia o direito desportivo. Até pegar, demora.

Fico feliz então da indicação de dois militares para o tribunal militar, porque acredito nisso.

Como eu acredito também, Dr. Paulo Gonet, que para o STF, inclusive a minha PEC, já protocolada, faltam poucas assinaturas, essas cadeiras devam ser ocupadas como ápice da carreira da magistratura. Aí, sim, a gente terá, ainda que escolhidos por sabatina, aí, sim, a gente terá um órgão técnico, porque hoje a única coisa que me parece é que não é o STF uma parte do Poder Judiciário, porque... E eu aproveito para dizer isso para exatamente poder separar o Poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Judiciário do STF. Não são magistrados de carreira, e isso explica muito do que está acontecendo no nosso país.

Fico feliz que V. Exa. é de carreira e vai ocupar o cargo mais alto da Procuradoria da República.

Aqui a gente, na primeira vez, acho que a gente poderia dar o voto de confiança; e agora muitos aqui têm elementos para avaliar a sua atuação. Por exemplo... e aí, eu já encaminho as perguntas objetivamente. Bolsonaro está há cem dias preso nesse inquérito, que foi um pedido da Procuradoria-Geral da República, de V. Exa., para abrir, inaugurar, em face de Eduardo Bolsonaro. Mas é nesse inquérito, na Petição 4.129, se eu não me engano, em que o Ministro Alexandre de Moraes determinou, como medida cautelar, a prisão do Presidente Bolsonaro. Ele já está há cem dias preso, e V. Exa. não o denunciou nessa questão.

É uma pergunta, porque isso inclusive vem rodando. Eu quero entender se o Presidente Bolsonaro foi preso no processo de golpe de Estado, que foi uma revolta popular, isso aí é que nem querer dizer que o Lula foi inocentado. Ele não foi inocentado, é mera narrativa, eles invertem. Na verdade, uma filigrana jurídica de competência de foro desmontou o processo, anulou as provas e, aí, não se recomeçou também na vara que seria competente e, por isso, ele foi descondenado. Agora, quanto a golpe de Estado, é mais uma narrativa dessas, uma revolta popular como muitas houve no país, uma indignação popular de ver justamente uma pessoa descondenada, digamos assim, voltar ao poder.

Então, eu queria que explicasse um pouquinho para todos entenderem se é verdadeiro que, nesse inquérito específico, o qual foi aberto por conta das condutas de Eduardo – que me parece, pelo menos pela informação que eu tenho –, é nesse inquérito que o Presidente Bolsonaro está preso. Mas me parece que, nesse inquérito, V. Exa. não denunciou; não sei. É a oportunidade de V. Exa. esclarecer.

A segunda questão que eu trago: chegou ao meu conhecimento que, no Ministério Público, V. Exa. determinou o monitoramento dos seus procuradores da República, porque, assim, V. Exa. consegue, através de georreferenciamento, saber onde estão. Não sei se é verdadeira essa informação que me chegou, não sei se há um propósito que não seja só o monitoramento, a vigília, o que, hoje, no nosso país, nos preocupa muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem mais uma outra questão, e aí, nessa questão especificamente, eu vou me reportar, inclusive, a um membro da Procuradoria da República, a Procuradora da República Monique Cheker. A pergunta que ela faz eu vou transmitir, porque eu também não compreendi. Um minuto só aqui... Inclusive até repostei o que ela postou, Girão, porque achei interessante. Itens salvos aqui...

A Procuradora, colega, pergunta: "Em algum país do mundo, um integrante da Suprema Corte se desloca para fiscalizar operações policiais de um estado da Federação?". Isso é uma pergunta.

Por favor, silêncio aí.

Segunda pergunta: "Em algum país...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... há algum poder que amplie sua atuação para quaisquer casos concretos no território nacional, de forma praticamente executória?" – Procuradora Monique Cheker, para mostrar que não é só uma dúvida, uma indignação nossa aqui, da base da Oposição, mas é do próprio corpo, que é autônomo e independente, e tem todo o direito de falar – liberdade de expressão plena.

Quero, além dessas três perguntas, deixar registrado, Dr. Gonet, que eu aguardo há quatro meses para visitar o meu amigo, o General Braga Netto. Eu fui autorizado no início do ano e achei, como ele está no quartel, que a partir dali eu poderia apenas pedir ao quartel, já que fui autorizado na primeira vez para continuar as visitações. Neste semestre, eu não pude ainda visitar o General Braga Netto, e já faz quatro meses que aguardo o despacho dessa petição.

O meu querido amigo, Senador Girão, teve melhor sorte, mas eu aguardo há quatro meses para visitar o General Braga Netto, e aguardo há três meses – dois meses, exatamente – que seja despachado o meu pedido de visitação ao Presidente Bolsonaro, que, inclusive, foi encaminhado pelo próprio advogado dele, o Dr. João. Um Senador da República, Líder há cinco anos do Partido Liberal, partido do Presidente Bolsonaro, Líder do Governo Bolsonaro, está há dois meses, Dr. Gonet, esperando um despacho, e gostaria de saber se é possível, porque, no dia que seria autorizado, inclusive, ele foi internado, e aí eu continuo esperando esse despacho. Isso é razoável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Estado democrático de direito, toda hora ter que pedir para visitar? Não tem uma pessoa, um juiz quase de execução, alguém que possa despachar com mais celeridade esses pedidos, que são do interesse deles essa visita, tanto do Braga Netto quanto do Presidente Bolsonaro?

Com relação ao *impeachment*, V. Exa. disse que entende que tecnicamente há uma distinção entre aqueles agentes políticos que são eleitos e aqueles outros que estão lá, no caso no STF, por critérios técnicos. Eu podia até pegar emprestada a fala aqui do Senador Eduardo Braga, só para lembrar, para sua dedicação e estudo, porque aqueles que estão lá no STF foram eleitos pelos eleitos, eles não brotaram ali. Nós temos a procuração, os poderes que nos foram outorgados pelos eleitores para aqui sabatinar e eleger aqueles que devem se sentar no STF. Então, essa tese, com todas as vênias, me parece que não se sustenta.

Por final, Dr. Gonet, quero falar sobre a anistia – a anistia ampla, geral e irrestrita. Sabe por quê, Dr. Gonet? Com toda a sinceridade, espero estar aqui numa próxima quadra, porque essa história não vai ter fim. A anistia... Embora até muitos da direita, nesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... aspecto que eu vou falar, sejam contra, ela beneficia, inclusive, V. Exa., beneficia os Ministros do STF, todos aqueles que cometeram abusos, no caso, como o Ministro Alexandre de Moraes, seriam alcançados por essa anistia. A gente poderia olhar para a frente, virar essa página, porque isso não vai ter fim. O discurso no próximo ano, de 2027, a anistia vai ser secundária, primeiro será o *impeachment* e depois será a anistia.

Então, para que a gente evite essa crise maior ainda, institucional, para o nosso país, a anistia deve ser ampla, geral e irrestrita, sem pensar a quem você está atendendo, porque ela é o maior gesto de pacificação, um gesto que um general militar, no poder, teve a grandeza de fazer num passado recente, e que me parece que os homens da democracia, do STF, são menores do que aquele general militar, pelo menos nesse ato.

Precisamos, Dr. Gonet, pacificar o país. Na minha opinião sincera – porque eu sou uma pessoa leal e sincera –, V. Exa. fracassou nisso e eu não tenho como votar em V. Exa., e falo isso lamentando, porque sei que V. Exa. é uma pessoa do mais alto gabarito jurídico, mas é preciso que os grandes homens nos tragam a paz, com atos de grandeza, como a anistia ampla, geral e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

irrestrita. Porque se a gente for discutir aqui no Congresso dosimetria... Isso não é papel do Legislativo, está tudo invertido. Esse papel é do Poder Judiciário. Se ele quiser, ele revisa as penas, até porque vamos criar aqui um precedente, anotem se isso acontecer. Eu votarei contra, inclusive pela questão jurídica, porque vão criar um precedente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... de que não vai ter mais um político preso, porque, toda vez que um for preso, vão fazer uma lei para reduzir as penas.

Não é papel do Legislativo; é papel do Judiciário. Se ele quiser...

Aliás, vários pedidos de revisão foram negados já. Então, não há nem essa grandeza, essa iniciativa, essa boa vontade, por parte do STF, com o país, não com as pessoas. Com o país.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Temos que parar essa sangria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu fico com as questões objetivas que coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

De imediato, meus cumprimentos ao General Flavio, ao General Anisio, que, tenho certeza, honrarão o Superior Tribunal Militar e o Exército Brasileiro.

Não fiquem chateados porque hoje o Dr. Gonet ficou como centro dos questionamentos aqui, mas tenho certeza, pelo currículo de vocês, estarão para, no Superior Tribunal Militar, defender o nosso maior valor que honra o Exército nacional, que é a nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

General Anisio, eu vou lamentar só uma coisa: nós não vamos poder discorrer um pouco sobre a gloriosa história do Exército começada em Guararapes e sobre a sua tradição, como discorremos em outro momento.

Aliás, antes de cumprimentar o Dr. Gonet, talvez, Generais, se tivesse que fazer uma pergunta, faria a seguinte: Generais, o que ocorreria se um militar sedicioso abandonasse a tropa, abandonasse o seu país, fosse para um país estrangeiro e, a partir de lá, conspirasse contra os interesses do Brasil? Talvez fosse essa a pergunta a ser feita, para, do ponto de vista do direito militar, do Código Penal Militar, saber qual é a punição nesse caso.

Dr. Gonet, quero iniciar acho que citando Brecht ao senhor: "Tristes tempos estes, meus caros, em que temos que dizer o óbvio", porque sua sabatina se tornou um debate sobre as obviedades. Tristes tempos de negacionismos estes.

Até chegar aqui, Dr. Gonet, para o inquirir, interrogá-lo, perguntar-lhe, eu ouvi negacionismos históricos, negacionismos sobre a existência de golpe de Estado, muito coerentes com um negacionismo que se teve no passado e que teve, lamentavelmente, naquele instante, o acumpliciamento da Procuradoria-Geral da República, que foi o negacionismo da pandemia.

Esse último negacionismo levou a pena de morte a 700 mil brasileiros, embora, naquele momento, não tenha deixado de ter, Dr. Gonet, a atuação heroica de procuradores da República na defesa da função do Ministério Público Federal, função essa consagrada nesse livro, que, às vezes, é colocado um pouco de lado em perguntas e questionamentos que tem aqui.

Naquele momento, enquanto o Procurador-Geral da República se omitia, Senador Renan, foram feitas mais de 64 denúncias à Procuradoria-Geral da República, ao antecessor do Dr. Gonet, na época da pandemia. E 50 delas, dez da pandemia, da CPI da Pandemia, em que o senhor relatou, foram quase que liminarmente arquivadas. Naquele momento, teve dois procuradores da República que se levantaram, e, mesmo assim, moveram ações.

É a prova maior de que o Ministério Público não é o PGR; o Ministério Público são as suas atribuições constantes na Constituição da República.

Esse é um dos negacionismos, esse foi admitido, levou à tragédia de Manaus, relatada aqui pelo Senador Eduardo Braga, repito, levou à perda de 700 mil brasileiros, mas outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negacionismos aqui, Dr. Gonet, foram também levantados, negacionismos sobre a história. Eu ouvi minimizar... Mas é coerente, é coerente! Eu ia tentar me levantar sobre aqueles que minimizaram o golpe de 1964, mas é coerente! Eles são saudosos do que foi aquilo. Eu vi, inclusive, algumas elucubrações, que não têm nenhum respaldo na história, de que o golpe de 1964 foi uma tentativa de contragolpe – não têm nenhum assento na historiografia –, chega a ser risível esse tipo de afirmações.

Eu vi aqui, Presidente e Dr. Gonet, alegações de comparações indevidas sobre o que foi a ditadura e sobre o que foi a resistência à ditadura, tentando quase que justificar... Dr. Gonet, Presidente Otto, Rubens Paiva não tinha ligação com nenhuma organização armada de resistência à ditadura, não estava em armas contra a ditadura; Vladimir Herzog era jornalista e foi morto, dentro dos porões do DOI-Codi, por suas opiniões; o operário Santo Dias – só para citar outro – não tinha nenhum tipo de relação com nenhuma organização. Repito, Dr. Gonet, tristes tempos estes em que a gente tem que dizer o óbvio para reafirmar que o Brasil viveu, entre 1964 e 1985, um regime de exceção, que o que teve o movimento de anistia, em 1979, nada tem a ver com o movimento que querem hoje e que o negacionismo deles insiste em negar o óbvio, o que está na Constituição.

Ora, meus caros, 8 de janeiro de 2023 não foi um raio de sol durante a trovoada: foi o epílogo da tempestade que se avizinhava; foi a consecução de um processo que começou em não reconhecer o resultado das urnas – ou melhor, antecede –; foi a consecução de um processo liderado pelo então Presidente da República, que insuflava os seus seguidores contra a democracia brasileira; foi um processo que teve como escalas, por exemplo, o Sete de Setembro de 2021, quando transformaram o que deve ser razão de regozijo e orgulho para nós, Generais, o Dia da Pátria, num dia de um partido político de oposição para atentar contra a democracia. O 8 de janeiro de 2023 foi a consecução lógica de um processo que passava por tentar capturar na marra as eleições de 2022; tinha como sequência o não reconhecimento do resultado eleitoral de 2022, como de fato teve; teve a atuação da Polícia Rodoviária Federal – um dos capítulos mais vergonhosos da história dessa instituição – tentando impedir que brasileiros votassem; teve como sequência dos atos a insuflação... Não foi rebeldia popular, não; foi um movimento orquestrado, financiado por empresários, com a participação lamentável e vergonhosa de alguns membros militares que estão sendo punidos por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante punir – é importante punir –, porque a anistia que alguns querem aqui é aquela anistia que levou aos anistiados, em 1971, após a renúncia de Jânio Quadros; que tentou dar golpe de Estado contra Juscelino Kubitschek; que voltou dias depois para matar Rubens Paiva e matar tantos outros nos porões lá do Rio de Janeiro.

A anistia que eles querem é anistia para romper em definitivo o Estado democrático de direito. A anistia que eles querem não é a consecução de um processo democrático, é o inverso disso, é ofensa à Constituição, e quem fala é a Constituição. Diz no art. 5º, inciso XLIV, que constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra o Estado democrático de direito. E foram essas as ações que ocorreram em dezembro de 2022. Não foi passeio no parque o 12 de dezembro de 2022, quando, no dia da diplomação do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, eles tentaram articular, e articularam e concretizaram um dia de terror nesta Brasília. Não foi um fato à toa a bomba que tentaram colocar no Aeroporto Internacional de Brasília no dia 23 de dezembro de 2022, que, se tivesse detonado, levaria milhares de brasileiros à morte. Não foi... O 8 de janeiro não foi um raio de sol. Foi o epílogo de uma tempestade, de uma tentativa...

Alguns disseram, aqui eu ouvi: não houve golpe. Graças a Deus! Se tivesse havido, nós não estaríamos aqui, esta reunião não ocorreria. O senhor não estaria sendo sabatinado. Os Poderes da República estariam enfeixados na mão de um ditador. Graças a Deus e devido a este Congresso Nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... é que a lei pune, não o golpe de Estado, porque sob o golpe de Estado não há vigência mais da democracia, que é o maior dos direitos.

Falaram aqui em corrupção. A maior das corrupções orquestradas é quando o poder é atentado e assumido, é acionado de forma violenta por um somente, porque não tem Ministério Público, esse Ministério Público que foi previsto na Constituição de 1988 como uma instituição autônoma, independente, como instituição da República, como *parquet*, não defensor do rei, como estava nas monarquias do século XVIII, mas o defensor da sociedade. Isso foi a invenção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessa Constituição, Constituição esta que seria, com seus direitos fundamentais e todos os seus dispositivos, revogada se o golpe deles, tentado, não consumado, tivesse se concretizado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Foi um golpe tentado, não foi uma rebelião popular. Foi um golpe tentado, e a lei pune o golpe tentado no 359-L. E essa lei foi inclusive... Quis o destino e a história, Srs. Generais, que o Presidente antecessor, que o Presidente Jair Bolsonaro sancionasse essa lei no 359-L, que diz com todas as letras: "Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito".

Dr. Gonet, faço essa...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Eu quero o mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Fique tranquilo, meu colega Rogerio Marinho, você terá tudo o que for necessário. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas nós estamos bem no adiantado da hora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Eu lamento se incomodarem quando a gente proclama a Constituição e proclama a democracia.

Dr. Gonet, votarei no senhor, sobretudo pelo papel histórico de V. Exa., porque, entre outras atribuições de V. Exa., esteve a de, com a retidão e, sobretudo, com a discrição que só cabe a membros do Ministério Público, defender e punir aqueles que atentaram contra a democracia brasileira. Para que não se esqueça. Para que nunca mais se repita.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Randolfe Rodrigues, agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um tempo para que o...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Responde depois? V. Exas. desejam sair...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero, então, parabenizar todos os três pela autonomia de voo, de ficar esse tempo todo sem ir ao banheiro.

Responda, por favor. (*Risos.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Srs. Senadores, eu gostaria de expressar o meu reconhecimento pelas manifestações dos eminentes Senadores Rogério Carvalho, Randolfe Rodrigues.

E acho que, com relação a outro grupo de perguntas, eu devo dizer que são informações públicas. O antigo Presidente Jair Bolsonaro não está preso em função daquele inquérito em que ele não foi denunciado – quem foi denunciado foram outras duas pessoas –, aquele inquérito relacionado com a participação, a coação no curso do processo, então ele não está denunciado. Ele está preso, em regime de prisão, em decorrência da condenação criminal que já houve. Aliás, houve uma denúncia, sim, houve uma denúncia pelos vários fatos relacionados com o atentado contra o Estado de direito, foi julgada recentemente, e ele está preso em função dessa condenação, cautelarmente, diante de riscos para a devida aplicação da lei penal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas eu vi na Petição 141.219, se eu não me engano, que foi ali que foi determinado, e ali é o caso do Eduardo. Desculpe, eu até entrei na própria página do STF.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – É verdade. Só que essa prisão mudou de fundamento depois da condenação. Isso também está nos autos.

Com relação às indagações da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, sim, monitoramento dos procuradores da República não existe, não existe. Isso é *fake news*.

Com relação às indagações de Monique Cheker, eu também não entendi, mas ela é minha colega, provavelmente ela vai poder me fazer essas perguntas diretamente.

Com relação a esse tema que volta a ser suscitado sobre apoio ao Procurador-Geral da República, eu gostaria de agradecer aqui a presença de eminentes Procuradores-Gerais de Justiça de vários estados da Federação, do Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça, que também é Procurador-Geral do Distrito Federal e Territórios; eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Tarcísio Bonfim, Presidente da Conamp, que é a associação que reúne todos os integrantes de Ministério Público do Brasil; eu agradeço as manifestações de apoio que recebi ontem no Congresso da Conamp, que reuniu representantes do Ministério Público de todo o Brasil aqui em Brasília – eram mais de 3 mil congressistas –; eu gostaria de agradecer a todos o apoio inequívoco que eu recebi de todos; e eu gostaria de agradecer a confiança que eu continuo a merecer de V. Exas. todos.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Procurador...

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Um último aspecto, Senador. Foi mencionado também pelo Senador Randolfe um tema que realmente é muito importante, o negacionismo, que tem a ver com falta de informações, com tomadas de decisões por informações equivocadas, coisa que ninguém instruído deve fazer, mas que acontece por ignorância ou por má-fé.

Eu gostaria de dizer que, na Procuradoria, a gente combate esse negacionismo como um aspecto essencial para a convivência democrática. Nós, por exemplo, não aceitamos que se entenda que as mulheres, na perspectiva de gênero, tenham um histórico de desvalia quando comparadas com o pessoal do gênero masculino. E tanto é assim que nós apresentamos, no Conselho Nacional do Ministério Público, uma resolução para que os 30 ramos e unidades do Ministério Público brasileiro equalizem, no segundo grau, o percentual de mulheres relacionado com o de homens. E ontem o CNMP assinou o pacto de enfrentamento à violência de gênero nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades. Isso tudo demonstra a atuação da Procuradoria sempre em prol daqueles que compõem grupos de vulneráveis.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, sobre a visitação ao General Braga Netto e ao Presidente Bolsonaro pelo Líder do partido.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Isso não faz parte das minhas atribuições.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vamos suspender, por cinco minutos, a sessão e depois retornaremos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Tem quantos inscritos ainda?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hã?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Quantos ainda inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estão inscritos ainda a Senadora Eliziane, a Senadora Soraya, o Senador Rogerio Marinho, o Senador Girão e o Senador Renan.

V. Exa. retirou a assinatura.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Botei de novo.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ah, botou de novo?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Botei de novo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, o Senador Izalci, o Senador Girão, o Senador Renan...

Senador Weverton, V. Exa. volta ao cenário?

(*Intervenção fora do microfone.*)

(*Suspensa às 13 horas e 05 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 11 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Reaberta a sessão, eu peço silêncio ao Plenário e continuemos com as arguições.

Para proferir as suas perguntas, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Para interpelar.) – Cumprimento o Sr. Presidente, os colegas Parlamentares, os senhores sabatinados aqui presentes, Dr. Gonet. Quero cumprimentar também o Dr. Anisio e o General Flavio e eu quero iniciar com os senhores, porque eu me lembrei da última sabatina aqui com o Gonet e o Flávio Dino, em que o Gonet foi poupado; e agora ele está falando bastante, e os senhores, na verdade, estão sendo poupados.

Mas eu quero aproveitar e fazer aqui um questionamento que é muito importante, sobretudo para nós mulheres que lutamos, no dia a dia pela, igualdade entre homens e mulheres e pela participação das mulheres sobretudo nos órgãos de cúpula, porque, se a gente analisa os três Poderes, em todos eles a participação das mulheres é minoritária, inclusive nos cargos de ingresso por concurso público – ela inicia quase que de forma paritária, porque é mérito, porque é competência, mas, quando chega aos órgãos de cúpula, essa participação diminui para algo em torno de 15%. E as Forças Armadas – a gente precisa destacar isto – têm evoluído nessa participação feminina, mas, por exemplo, nós só tivemos em 2012 a primeira mulher na Marinha brasileira a ser uma Contra-Almirante, que foi a General Dalva Maria Carvalho Mendes; e nós só tivemos em 2023, na Força Aérea Brasileira, a Major-Brigadeiro, a Carla Lyrio Martins, inclusive General três estrelas, o que para nós é uma grande honra no Brasil. Mas, no Exército, nós não tivemos até hoje nenhuma Oficial-General mulher. Você faz uma equiparação, por exemplo: nós temos, nos Estados Unidos, 60 generais e almirantes; quando você pega, por exemplo, a Otan, essa participação chega a 12,7%; e aqui nós não temos ainda uma mulher.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria que os senhores nos trouxessem uma visão do porquê dessa cultura, de quais os fatores, inclusive institucionais, que acabam levando a essa baixa participação, e, ao mesmo tempo, também os compromissos dos senhores em relação à pauta feminina.

E eu quero conversar com o senhor, Dr. Gonet, porque também acabamos tendo que conversar bastante com o senhor. Inicio o parabenizando pela sua postura. V. Exa., nesta Casa, demonstra claramente o seu comprometimento com a ciência brasileira e também com a democracia do país. Alguns dos colegas, inclusive, chegaram a justificar a não votação no senhor por dizer que o senhor não teria tido atitude, não teria sido realmente eficiente nessa sua primeira parte da sua presença como Procurador-Geral. Mas eu quero iniciar primeiramente o parabenizando pelo apoiamento dos seus pares – e aí o senhor coloca, inclusive, destacando aqui a presença dos seus pares.

Mas eu queria rememorar o que nós vivenciamos com o seu antecessor.

Nós tivemos aqui, nesta Casa, uma CPI também, que foi a CPI da covid, que teve um destaque nacional e internacional, porque vivenciamos, nesta geração, infelizmente, a maior crise de saúde pública do país, ou melhor, do mundo, quando no Brasil... Teve aí 700 mil pessoas, infelizmente, que vieram a óbito no Brasil, claramente numa ação de obstrução da política de saúde pública no Brasil. O colega citou, algum tempo atrás aqui, o que nós acompanhamos em Manaus, porque lá as pessoas não morreram só pela falta da vacina, mas também porque o oxigênio não chegou lá. E ele lembrou, inclusive, de veículos que não conseguiram chegar até lá, mas é bom lembrar que o Governo anterior negou uma parceria com o Governo americano de uso de aeronaves para levar o oxigênio até aquele estado, até aquela cidade, precisamente Manaus, e o resultado foi o que nós acompanhamos.

E aí você vai vendo, por exemplo, uma obstrução porque somente esta CPI, com o trabalho probo e intenso, forçou o ex-Presidente Bolsonaro a estabelecer a vacina no nosso país. E ali, naquela CPI, aliás, um documento extremamente robusto, houve um indiciamento de 80 pessoas, 78 pessoas físicas e 22 pessoas jurídicas, e foi um relatório consolidado. Renan está aqui, ele fez um relatório extremamente robusto. Todos nós participamos, inclusive, com a presença das mulheres, porque o Senador Omar impôs a nossa presença – minha e da Soraya, da Simone Tebet e de tantas outras Senadoras aqui –, e nós contribuímos para aquele relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas esse relatório, quando chegou às mãos do ex-Procurador-Geral da República, Soraya querida, foi arquivado. Um relatório em que, se fosse considerada a pena àqueles realmente que procederam esse tipo de obstrução, naturalmente, eles deveriam ter recebido uma pena ainda maior. Mas não houve, por parte do fiscal maior da lei brasileira, o Procurador-Geral da República, uma ação enérgica em relação àqueles casos.

Tantos fatos que nós poderíamos citar aqui no caso específico da covid-19. Uma clara omissão do então Procurador-Geral da República, em conjunto com integrantes da mais alta cúpula do Poder Executivo brasileiro, daquele que estava de plantão naquele momento.

E aí a gente vem, Procurador, Dr. Gonet, para o que nós vivenciamos no 8 de janeiro. Como já foi dito aqui, não foi um passeio de final de tarde no parque, foi claramente uma tentativa de golpe de Estado – de golpe de Estado! Nós tivemos uma tentativa de explosão de uma bomba, em que, se eles tivessem tido êxito, talvez o filho da nossa querida Soraya não estivesse aqui, porque ele estava embarcando no aeroporto de Brasília naquele momento.

Houve, naquele momento, uma tentativa de invasão do hotel onde o então Presidente eleito estava. Houve aqui uma invasão da Polícia Federal, no dia da diplomação do então Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. Houve várias e várias ações que culminaram no 8 de janeiro, quando invadiram a Praça dos Três Poderes, tanto no Congresso Nacional quanto no Poder Executivo brasileiro, no Palácio do Planalto, quanto também aqui na sede do Supremo Tribunal Federal.

Uma cena de filme... Uma cena que, quando a Soraya falou, Dr. Gonet, pela primeira vez no grupo de WhatsApp dos Senadores aqui, eu disse: "Gente, isso aqui não deve ser verdade, porque o que nós acompanhamos aqui deve ser uma montagem". E aí logo em seguida vimos que aquilo era real. Pessoas com orientação, Dr. Anisio, General Anisio e General Flavio, de pessoas da mais alta cúpula das Forças Armadas do Brasil, porque eles orientaram, eles tinham orientação técnica para isso.

Eu não sabia, Presidente Otto Alencar, que você poderia expandir o efeito do gás lacrimogêneo com o uso da água. Eles vieram para cá orientados pelos chamados *kids* pretos, pagos pela sociedade brasileira para enfrentar uma possível guerra ou outra coisa que o valha no Brasil. Eles orientaram as pessoas que vieram para cá, usaram bolinha de gude de ferro para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quebrar as vidraças e os vidros aqui do Congresso Nacional. Eles utilizaram toda a estrutura bélica, orientados por quem tinha acompanhamento e, portanto, formação militar. Passaram, portanto, essas informações aqui.

Quero dizer aos senhores que nós tivemos uma CPMI, de que eu tive a honra de ser Relatora, e indiciamos naquela Comissão 61 pessoas, respaldadas pela lei contra o Estado democrático de direito sancionada pelo então Presidente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... Bolsonaro, que substituiu, naquele momento, a Lei de Segurança Nacional. Nós tivemos um embasamento jurídico e legal para proceder àqueles indiciamentos.

E aqui eu quero dizer que, para além disso, houve também uma tentativa de quê? De assassinato! Não foi apenas a tentativa ou o quebra-quebra aqui na sede dos Poderes do Brasil. Houve uma tentativa de assassinato do Presidente Luiz Inácio...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... Lula da Silva, do Ministro Alexandre de Moraes, e ameaça ao Presidente do Congresso Nacional aqui nesta Casa, o Senador Rodrigo Pacheco, que está aqui conosco. Talvez, se ela tivesse sido efetivada, nós não estaríamos aqui com o Presidente Rodrigo Pacheco.

Venham me dizer que, para estes casos, nós precisamos ter a anistia ampla, geral e irrestrita? Jamais, meus senhores, colegas Parlamentares! Se fizermos isso, estaremos endossando uma prática e a possibilidade de ela vir se repetir na sociedade brasileira. É claro que há uma dosimetria, é claro que a pena tem que ser à altura daquele delito, mas dizer que todos tinham que ser anistiados? Jamais isso poderá acontecer na sociedade brasileira, porque isso poderá se repetir mais uma vez no nosso país.

E eu quero finalizar dizendo ao Dr. Gonet, pelo seu compromisso com a democracia brasileira, pelo seu compromisso com a Constituição brasileira, pelo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... seu compromisso com as suas prerrogativas, V. Exa. recebeu, já finalizando, meu Presidente Otto Alencar, o conjunto probatório da CPMI, como V. Exa. acompanha o conjunto probatório das demais instâncias de investigação e tem utilizado e aproveitado todo esse conjunto de informações para as decisões que passam pela Procuradoria-Geral da República. Isso é compromisso com a democracia brasileira, isso é compromisso com a Constituição brasileira!

Nesse sentido, Dr. Gonet, durma em paz com a sua esposa e com os seus filhos. V. Exa. cumpriu e cumpre o papel do cidadão brasileiro como cidadão, como de um agente público e como aquele que está, como eu disse, na mais alta posição da carreira do Ministério Público Brasileiro, ao lado dos seus colegas aqui presentes.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – É por isso que não apenas votarei – já votei –, como também torço para que V. Exa. saia homologado desta Comissão, mas, sobretudo, seja aprovado daqui a pouquinho no Plenário do Senado Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Para interpelar.) – Tudo certo. Está tudo bem. Para tudo tem jeito. Fica tranquila, que eu vou falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Você é mulher e você é uma mulher polivalente, como todas as mulheres brasileiras.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Eu vou virar aqui com as minhas anotações. Está tudo bem. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas não vou deixar de me expressar. Isto aqui é pouco para nós – isto aqui é pouco. É um bom presságio. Vamos... Sr. Presidente, vou me encontrar aqui afogada. Vamos lá. Vamos começar. Espera aí.

Cumprimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Não, não, eu vou. Eu vou porque eu preciso ir embora. Está tudo certo.

Começo cumprimentando V. Exas., cumprimentando também V. Exa., Sr. Presidente Otto Alencar, que tem feito um trabalho extraordinário e, acima de tudo, tendo pulso para tocar um dia tão difícil como... Tão difícil não, vai dar tudo certo, mas um dia desafiador como este.

Cumprimento V. Exas., nosso PGR, Paulo Gustavo Gonet Branco, General Anisio David de Oliveira Junior, General Flavio Marcus Lancia Barbosa. Cumprimento as colegas e os colegas na pessoa da Senadora Eliziane Gama. Também saúdo a presença massiva do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual, ambos que estão aqui dando esse suporte e apoiando a sua recondução para o ministério, para a PGR. E eu saúdo o Ministério Público Estadual na pessoa do meu PGJ, Romão Avila, este jovem promotor de justiça que muito nos orgulha, o Ministério Público do Mato Grosso do Sul – não é, Doutor? –, fazendo história no Brasil inteiro – de ponta.

Vamos sabatinar também a Dra. Jaceguara, que é membro do quinto constitucional e desembargadora no Mato Grosso do Sul, membro do MP. Isso é um motivo de orgulho muito grande.

Bom, me encontrando aqui, em meio às águas... (*Risos.*)

Caráter ilibado e notório saber jurídico; Paulo Gonet, sobre isso aqui nós não temos sequer o que discutir. V. Exas., os generais também de caráter ilibado. Isso já foi averiguado, já foi verificado.

Eu só gostaria de perguntar para ambos – sem deixar de parabenizá-los pela indicação, porque é uma grande honra – sobre o art. 140 da Constituição Federal, que foi tão, tão, tão falado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cheguei a me perder... É 140 ou 141? É 142, perdão. É 142, me perdi. É 142. A opinião de V. Exas. acerca do art. 142 da Constituição Federal.

Bom, também nós tivemos a... Só peço um pouquinho mais de tempo e de paciência comigo aqui, Presidente, que estou tentando me encontrar aqui, nas minhas anotações.

Quero lembrar que, dias atrás, a Dra. Verônica foi sabatinada, foi aprovada, ainda bem, Senadora Eliziane, mas foi muito hostilizada aqui a indicação de uma mulher para o STM, e ela estava marcada com um x na testa para ser rejeitada. E, conquanto eu tenha tido inúmeras divergências com o antigo Presidente Bolsonaro, eu jamais deixei de apoiar nenhuma indicação, que é uma prerrogativa do Poder Executivo. Não lembro de nenhum nome rejeitado naquele período dos quatro anos, todos respeitaram. E nós tivemos aqui essas questões políticas interferindo dessa forma. Rejeitaram o Dr. Igor, da DPU, foi algo assim muito triste na nossa história, é uma política baixa, enfim, que estamos vivendo.

Começando pela covid, desejo exaltar a presença do então Relator, Senador Renan Calheiros, pelo exímio relatório, muito bem fundamentado, eu me recordo de que estivemos lá com o PGR Augusto Aras, Senadora Eliziane, entregando o relatório e, na ocasião, que pena, ninguém cobrou do PGR Augusto Aras, inclusive na recondução, a omissão; ninguém deixou de votar nele por dizer que ele foi omisso. Lógico que nós perguntávamos e cobrávamos, mas até então ninguém exerceu nenhum juízo de valor em relação a isso. Enfim, que pena que aqui estão fazendo acusações que V. Exa. não merece ouvir.

Bom, adentrando agora na questão do 8/1, eu imaginava que a recondução de V. Exa. seria mais atribulada, tanto os nossos colegas aqui, os nossos sabatinados do STM ficaram até... Com todo perdão, não por irrelevância, mas pela questão política no momento, e foi mais ou menos o que aconteceu na sabatina de V. Exa. com o Ministro Flávio Dino. Mas, neste momento, o senhor está sendo reconduzido, eu creio que será, já fiz o meu voto, já dei o meu voto "sim".

Eu gostaria de destacar, PGR, dentro dos núcleos do 8/1, um núcleo que muito me preocupa, que acredito que não tenha sido ainda publicizado, não sei como estão as investigações, mas sei que V. Exas. receberam uma denúncia do Victor Panchorra, que inclusive entregou a mim e à Senadora Eliziane uma denúncia acerca do comportamento de advogados dos processados, muitos já condenados do 8/1. Victor nos entregou, à Senadora Eliziane, como Presidente da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Defesa da Democracia, e eu Vice-Presidente, e eu gostaria de tratar sobre isso rapidamente, porque me assombra, e me assombra porque tenho acompanhado inúmeras audiências tanto de custódia quanto de instrução dessas pessoas.

A maioria delas, a maioria, de origem muito humilde e não estão sendo defendidas pela Defensoria Pública, e sim, por advogados particulares. Destaco que nós não podemos perguntar – é óbvio, sou advogada e eu entendo isso –, nós não podemos perguntar quem está pagando os honorários, mas eu sei que essas pessoas não têm condições.

Mas algo me intriga: as defesas são praticamente idênticas. Nas oitivas, esses réus e rés agem praticamente da mesma forma. E que forma? Eu percebo isso quando nenhum deles diz que agiu porque foi incitado. Todos eles dizem que vieram de forma espontânea. E sabemos que o crime de organização criminosa deve estar vinculado a outros, mas porque eles não querem ser...

Desculpa aqui, me perdoem. Vamos lá, não se preocupa.

E nunca, posso estar errada, nunca tratam de causas de diminuição ou atenuantes, como é a questão da confissão. E tampouco agir sob a influência de multidão, que está no art. 65, inciso III, alínea "e", do Código Penal. Por que eles não confessam? Todo mundo diz que pegou o primeiro ônibus, inventou de ir sozinho, estava tendo uma excursão de graça, pegou o primeiro ônibus sozinho, não conhecia ninguém. A narrativa, o enredo se repetem com réus de norte a sul, de leste a oeste deste país, assistidos por advogados que também são...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... de todos os lugares do Brasil, do Oiapoque ao Chuí.

Parece-me que há alguém, um conluio por trás desse tipo de comportamento. A impressão que me dá é que não estão defendendo os seus clientes, porque ninguém fala o nome Jair Bolsonaro. Um ou outro, é muito raro, é muito raro, estão na defesa de Jair Bolsonaro. Por isso, é necessária uma investigação acurada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também Victor Panchorra enviou essa denúncia para a OAB, para o Presidente Simonetti, para que o Conselho de Ética analise esse comportamento absolutamente igual. Eu, como advogada...

Peço uns dois minutinhos, Presidente, para eu concluir, porque eu fui beneficiada aqui com uns minutos a mais.

Isso me incomoda tanto que, se formos observar a primeira sustentação oral, os três advogados – ali havia uma advogada e dois advogados – esqueceram seus clientes agonizando, morrendo ali. Ali é o pronto-socorro, ali é o minuto final para que você possa convencer o colegiado a absolver o seu cliente. Só naquele momento eu tive pena dos clientes, porque eles se esqueceram dos clientes agonizando e foram fazer autopromoção, defender Jair Bolsonaro, chorar. E não se lembraram de tratar do que estava nos autos, das provas; foram fazer *show* nas redes sociais, pensando em ser candidatos. Outro fato que está disponível no canal do Victor – e eu indico o canal do Victor Panchorra, porque ali ele traz, minuciosamente, para leigos da área jurídica – é que muitos advogados e advogadas estão escondendo clientes foragidos, fazendo *lives* com eles e arrecadando, fazendo vaquinha, pedindo Pix e bancando pessoas na Argentina e em outros países. Isso não é permitido aos advogados atuarem dessa forma.

É sério, é muito sério, e eu imagino que esteja, sim, tendo alguém por trás. Tanto que, na oitiva – a Senadora Eliziane se recorda, não sei –, na oitiva do Mauro Cid, a primeira coisa que eu perguntei para ele foi se ele já havia representado à Ordem dos Advogados do Brasil contra o primeiro advogado contratado.

Logo que ele foi preso, o primeiro advogado – e, ainda bem, não me recordo o nome, porque não quero citar nomes –, quando começou a falar na entrevista coletiva, na hora eu falei: está defendendo o Jair Bolsonaro – está defendendo o Jair Bolsonaro. O advogado não falou sobre o seu cliente. Depois, eu soube que foi um indicado.

Como a família do Mauro Cid já é uma família que tem condições...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – Já vou concluir, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... tem condições, logo, logo mudaram – acho que foi no segundo dia – de advogado. E aí, sim, este advogado passou a fazer uma defesa correta de seu cliente.

Então, eu estou fazendo publicamente aqui essa denúncia para V. Exa., e muito triste porque é a minha classe, são meus colegas. Mas, do jeito que eu estou defendendo a OAB lá na CPMI do INSS, aqui eu preciso destacar os profissionais que trazem e impõem, na minha observação técnica, um ponto de interrogação enorme. Nós não tivemos tempo de investigar isso na CPMI do 08/01, porque eu sequer sabia disso, porque os processos ainda estavam sob segredo de justiça.

Parabenizo V. Exa. – parabenizo V. Exas. – e agradeço por desarquivar o relatório da covid. O senhor está fazendo o que deve ser feito, por mais que doa naqueles que estão esperneando neste momento. E falando em anistia, anistia você só pede depois da condenação; então, é uma confissão de crime.

Mas, se Jair Bolsonaro fosse realmente um estadista, ele já teria entendido e compreendido. Porque ele entendeu, todo mundo aqui entende, todo mundo aqui entende. O Major Olimpio – eu vou falar dele de novo – disse que aqui, na porta dos Poderes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS) – ... tem um mata-burro. Então, não adianta, que ninguém vai nos enganar.

Ele teria feito sabe o quê? Teria resolvido fazer o que tem que ser feito. Falaria: "Olha, eu errei, não tem jeito mais, mas eu vou pedir por essas pessoas", que inocentes não são, mas muitas ingênuas ali, que entraram numa bolha e que não conseguem sair. Essa bolha é uma seita, Dr. Paulo Gonet – é uma seita –, e espero que nunca mais, na história deste país, tenhamos de viver sob essa instabilidade, essa insegurança. Eu cheguei a ponto de ficar um tempo, durante a CPI das *bets*, trazendo café e água de casa. Porque, sim, dizem que está na moda matar com... Vou nem falar o nome.

Então, muito obrigada, perdoem aqui me estender, mas parabenizo a sua atitude. O senhor vai ficar na história deste país por ter ajudado a salvar a nossa democracia.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Soraya.

Passo a palavra ao Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero agradecer àqueles que me antecederam, que me permitiram a possibilidade de falar 20 minutos.

Dito isso, quero saudar os meus pares, e...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. é Líder da Oposição, pode falar até 30 minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Ah, obrigado. O senhor é sempre benevolente, magnânimo e generoso.

Quero saudar aqui os nossos convidados, me dirigir inicialmente aos dois Generais que vão para o Supremo Tribunal Militar. Quero dizer a V. Exas. que é importante que, no exercício dessa missão, V. Exas. restabeleçam a competência do STM. Essa é uma das ações que nós estamos vendo acontecer agora, militares não sendo julgados pelos militares; militares condenados e não está sendo levado em consideração o fato de que deveriam ser, caso a condenação se confirmasse, aprisionados ou encarcerados em cárceres militares. Então, essa questão da invasão de prerrogativas é muito grave. Eu alerto a V. Exas. que é importante que levem isso em consideração, até para cumprirem bem o seu mister.

Sr. Gonet, eu quero começar dizendo a V. Exa. que eu tenho hábito, e eu espero que... Ao longo desses três anos aqui como Senador da República, quase 12 anos como Deputado Federal mais quatro anos como Vereador, ou seja, em mandatos eletivos, eu sempre me preocupei muito em tentar – e eu acho que eu consegui – distinguir as personalidades públicas do cidadão. Então, quem exerce cargo público está sujeito ao escrutínio público, ao julgamento da sociedade, e, apesar de V. Exa. não ter sido eleito pelo voto popular, V. Exa. tem uma representação política que foi outorgada pelo conjunto do Senado da República, por designação do Sr. Presidente em exercício. Isso, de acordo com o próprio rito da nomeação de V. Exa., obriga que V. Exa. venha a este Senado da República, que é a Casa da Federação, que representa os estados brasileiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participar de uma sabatina, na qual, no caso de V. Exa., além de tentarmos verificar de que forma V. Exa. vai se comportar no próximo biênio, caso seja confirmada a sua nomeação, verificar como V. Exa. se comportou nesse período inicial. Então, nós já podemos aqui fazer juízo de valor e avaliação.

Então, eu quero dizer a todos que me antecederam e àqueles que virão, de forma precedente, que esta é uma Casa política, sim, e que aqui haverá um debate político sim, porque, se for de uma maneira diferente, nós teremos aqui uma reunião de dervixes ou de lagartixas, que vão balançar a cabeça e vão convalidar uma impressão – que é generalizada na sociedade brasileira – de que nós somos apenas uma Casa carimbadora ou ratificadora do que vem da Presidência da República, o que não pode nem deve ser verdadeiro, até porque existem visões diferentes de mundo, que necessariamente precisam ser expostas, em função da pluralidade da nossa sociedade e do que preconiza a nossa democracia liberal.

Eu quero começar dizendo a V. Exa. que votei em V. Exa. na última vez que V. Exa. foi aqui indicado ao posto, votei porque tive uma conversa com V. Exa. e com pessoas que o conhecem que asseguraram que V. Exa. teria obediência à Constituição e isenção no processo do exercício de mandatário, de chefe da Procuradoria Federal, mas quero dizer a V. Exa. que minha opinião mudou, e é uma opinião. V. Exa. certamente tem razões para dizer por que se comportou dessa ou daquela forma.

Eu, hoje, não me sinto confortável em reconduzi-lo. Por uma questão, inclusive, de respeito, eu ainda não votei. Vou fazê-lo depois de ouvir a fala de V. Exa. e ficarei aqui até o final da sua fala.

Eu quero começar dizendo que para mim causa muita espécie o que eu chamo de jurisprudência de sessão ou de conveniência política.

O Supremo Tribunal Federal, em 1999, num voto célebre, definiu que o foro por prerrogativa do Presidente cessa com o fim de seu mandato.

Em 2018, o então Ministro Barroso e o ex-Presidente consolidam esse entendimento... E lembre-se de que, em 2018, havia uma enorme pressão popular e política para que o Lula saísse da primeira ou da segunda instância e fosse para o STF, mas o voto, naquela oportunidade, foi no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido de manter a extensão do foro ou a limitação do foro à função da Presidente da República no exercício do mandato.

Em 2024... Em 2023 muda-se esse entendimento, por um voto monocrático, e, em 2024, final de 2024, existiam seis votos favoráveis a esse entendimento, mas note: o Presidente Bolsonaro, que, de acordo com a Constituição, deveria ser, caso fosse julgado no STF, julgado pelo Pleno, pelo conjunto do STF, por uma interpretação regimental do STF, passa por uma turma, num movimento singular, num movimento único, num movimento claramente ditado pela conveniência política. E V. Exa. apresenta uma denúncia, no dia 18 de fevereiro, contra o Presidente e outras pessoas, e só no dia 26 de março deste ano, de 2025, 18 de fevereiro de 2025, é que se conclui o julgamento sobre essa nova interpretação sobre o foro privilegiado.

Então, V. Exa. investigou o Presidente da República, o ex-Presidente da República, com o argumento de que existia um Deputado Federal envolvido, então, por conexão, 2 mil pessoas estavam no mesmo balaio.

Isso me pareceu uma interpretação absolutamente rasa, que demonstrou um caráter político, com um ineditismo... Nunca aconteceu isso na história da República. É o primeiro Presidente da República, ex-Presidente, que é julgado no Supremo Tribunal Federal sem que passasse pela primeira e pela segunda instâncias, como foi o caso do descondenado Lula da Silva, que foi julgado na primeira, segunda e terceira instâncias, e como foi o caso de outros Presidentes que o antecederam.

Então, esse tratamento especial ao contrário mostrou um viés político arbitrário de interpretação por conveniência da legislação, na contramão da jurisprudência firmada nos últimos 20 ou 30 anos. Então me desculpe, mas a V. Exa. participou desse processo. Então é um dos motivos que me levam a não votar em V. Exa., na sua recondução.

Aliada a esse fato, nós tivemos aqui uma série de situações. Por exemplo, nós escutamos aqui que a questão da covid vitimou setecentas e tantas mil pessoas, e é imputado ao Presidente Bolsonaro isso como se fosse um crime. As pessoas talvez, na tentativa de aviltar ou de provar um ponto de vista que não tem amparo na realidade, se esquecem de que a covid-19 é um processo, Sr. Presidente, que ocorre depois de cem anos – a única referência que temos é a da gripe espanhola, que vitimou o mundo inteiro –, e a vacinação começa aqui apenas 30 dias após, ou 40

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dias após ter começado no Reino Unido, que foi o primeiro lugar onde se vacinou no mundo, e todo cidadão brasileiro teve acesso à vacina e quem comprou foi o Governo Federal. Aliás, quando os Governadores do Consórcio do Nordeste se imiscuíram no processo, jogaram R$50 milhões para uma loja que vendia maconha, e nenhum deles foi penalizado nem foi imputado, e um deles, inclusive, hoje é Chefe da Casa Civil do Governo do descondenado.

Nós estamos falando aqui da Rodovia 319, que estava atolando os caminhões. Eles se esqueceram de dizer que quem é contra a 319 é a atual Ministra Marina Silva, que faz parte do Governo do descondenado e que tem trabalhado contra esse processo de integração nacional, que começa em 1973. O PT esquece que passou 18 anos governando. Então, se há culpa, vamos imputar a quem tem.

Invasões. Coloca-se aqui a invasão que ocorreu no dia 8 de janeiro como uma tentativa ou um desfecho de um golpe, um pretenso golpe que não aconteceu.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – E pessoas foram condenadas a 17, 14 anos de uma forma absolutamente desproporcional. Quando se fala aqui que não se deve banalizar, concordo, mas não se pode ter dois pesos e duas medidas, porque, se houve invasões, depredação, inclusive morte de pessoas, agressões pessoais que foram feitas pela esquerda aqui em 2017, em 2014, em 2015, em 2016, por que não se trataram dessa forma esses criminosos de esquerda? Porque, quando é da esquerda, Sr. Presidente, chama-se movimento social; quando é da direita, é golpe militar. Esse, infelizmente, é o divisor, é o processo que nos afasta.

V. Exa. fez uma afirmação, Sr. Gonet, de que a anistia poderia ser inconstitucional em função de ataque ao Estado democrático de direito. Primeiro, eu me arrepio todo quando se fala em democrático. Democrático está no meio de países que são regimes de exceção no mundo inteiro: República Democrática do Congo, República Democrática da Coreia do Norte. Então, democrático, eu desconfio já dessa palavra.

Então, Estado de direito. A própria Constituição de 1988 surge de uma grande concertação nacional em que a anistia é a peça fundamental, é a base, é o alicerce. E querer interpretar a Constituição como se não se pudesse fazer um processo de anistia por problemas políticos – aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há nenhuma das exceções que foi recepcionada na Constituição na época –, num país que tem 40 anistias e um histórico de reconciliação nacional, é querer continuar a dividir o país. Então, eu lamento a manifestação de V. Exa., que, inclusive, acontece de forma extemporânea, antes que o fato concreto fosse apresentado no Supremo Tribunal Federal.

Segundo, a questão do *impeachment* de ministros. Desculpe, é outra invasão de competência entre tantas que têm acontecido no nosso Brasil, e eu lamento que tenha sido V. Exa. que tenha verbalizado ou vocalizado esse tipo de pensamento.

Se o Estado brasileiro vai restringir ao Ministério Público Federal a condição de apresentar denúncia contra Ministro do Supremo Tribunal Federal, a autocontenção vai para as calendas gregas. Nós já temos uma dificuldade, porque quem modera o Supremo Tribunal Federal? Quem estabelece o que está fundamentado na nossa Constituição de uma democracia liberal, o sistema de freios e contrapesos? Então, querer impedir que o cidadão brasileiro, de forma livre, denuncie o poder é uma volta, é um retrocesso democrático que agride de morte a nossa democracia, fere a autonomia do Poder Legislativo e, ao mesmo tempo, é uma demonstração de corporativismo extremo e de autodefesa. Desculpe, eminente Sr. Procurador, mas me causa espécie esse tipo de declaração, que secunda, inclusive, declarações dadas por Ministros do Supremo Tribunal Federal que não querem perder o poder e, aparentemente, não querem ser julgados por ninguém.

Então, não existe poder absoluto. Aliás, o poder absoluto corrompe absolutamente.

Nós tivemos aqui pessoas falando, por exemplo, de Cid, um delator que mudou o seu depoimento quase oito vezes, e me causa espécie que V. Exa. não tenha desqualificado ou tornado nulo esse depoimento, porque quem muda oito vezes o seu depoimento certamente – e, aliás, ele fala isso na *Veja* – foi pressionado para fazer essa mudança de depoimento e de requerimento que fez. Não fui eu que disse, foi ele que deu declarações a revistas ou os seus autos foram vazados nesse sentido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, eu só queria saber, assim, muito respeitosamente, o tempo do meu colega Senador. Não é por nada, é porque eu também estou aguardando o retorno das minhas intervenções, e está todo mundo cheio de compromissos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane, eu fui tolerante com todos os Senadores e Senadoras, inclusive com a Senadora Soraya, que foi 20 minutos. Eu não posso interromper. E não faço distinção de Senador e Senadora, todos têm o mesmo direito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Obrigado a V. Exa.

Para mim, uma coisa... Eu vou esperar a conversa, o despacho auricular. (*Pausa.*)

Ministro... Desculpe, Procurador Gonet, eu não sou um operador do direito, não tenho a pretensão de lhe dar aula nem lição. Eu sou um economista, aliás, não tenho nenhuma referência diferente, sou um político, mas aprendi que a Justiça precisa ser inerte, ela age quando provocada, e nós estamos vendo a Justiça continuar a agir de ofício, especialmente no caso do Supremo Tribunal Federal.

Nós temos um inquérito instalado de ofício que vai demorar sete anos – V. Exa. acha normal? –, que é justamente o inquérito de *fake news*. O Relator foi designado pelo Presidente: afrontou-se o princípio do juiz natural. Há uma clara violação do sistema penal acusatório: V. Exa., ou o que V. Exa. representa, que é o titular da ação, muitas vezes é ultrapassado no processo.

Censura à imprensa – e censura prévia, o que é mais grave, porque a censura por si só é odiosa e inconstitucional, mas a censura prévia é duplamente odiosa e injustificável –, a *O Antagonista*, à *Crusoé*...

A questão do sigilo: não tem prazo definido, um inquérito normalmente é dez dias, ou trinta, ou noventa... Sete anos? Não vai acabar nunca?

Nós vemos aí Deputados... Veja o Nikolas Ferreira, um dos Deputados mais proeminentes do Brasil, que teve suspensos no Twitter e Instagram não foi um tuíte ou uma afirmação, foi a sua rede social inteira. Isso é censura prévia, isso é tentativa de calar, de emudecer, de acabrunhar as pessoas que pensam diferentemente neste país. Isso é inaceitável.

O senhor tem ideia de quantos "pats", *pets* ou coisa parecida são filhotes desse processo do *fake news*? Eu tenho informação de que são centenas. Milhares de pessoas estão sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigadas, sigilos quebrados, pessoas censuradas no seu Twitter, nas suas redes sociais. Isso, sinceramente, virou uma espécie de inquisição, sem controle. E V. Exa. é alguém que tem acesso a esses processos hoje. Quando eu perguntei a V. Exa., da vez passada, o senhor disse: "Não conheço". O.k. Mas agora o senhor conhece. O senhor pactua com esse tipo de situação, com essa exceção que já dura sete anos, sete anos inteiros, de alguém que hoje comanda, praticamente, o Judiciário brasileiro?

A questão do "vaza toga". Sinceramente, Sr. Procurador Gonet, isso faz com que fique muito mal o Judiciário perante a sociedade e a opinião pública. O que foi dito ali foi imoral, foi injustificável. Eu fiz uma petição ao CNJ, perguntei ao CNJ se poderia abrir um procedimento para apurar por que o Sr. Airton, um Juiz auxiliar, aborda um funcionário do TSE e diz a ele: "Olha, use a criatividade para arranjar prova contra A ou contra B". Sinceramente e francamente! Aí, eu recebo a informação de que eu estou querendo investigar o Ministro Alexandre de Moraes. Não! Eu não disse isso. Interpretação do Corregedor. Faço um segundo pedido ao CNJ na mesma linha, com novos dados que foram trazidos pelo Sr. Tagliaferro. Esse cidadão Tagliaferro hoje, o senhor sabe disso, está sendo... Está com o seu passaporte apreendido, seu salário suspenso, pedido de prisão feito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Virou réu. E sabe quem é o juiz, Sr. Gonet?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Quem ele denunciou.

Como é que a gente pode ter um Estado de direito? Aí, a gente fala: "Agressão ao Estado democrático de direito". Faça-me o favor! Qualquer país do mundo – qualquer país do mundo – que tivesse seriedade no seu Judiciário se debruçaria sobre esse caso, mandaria apurar, e não quem foi acusado ser o juiz. Não é possível isso!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, já está em 30 minutos, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, vai não. Eu escutei a senhora atentamente e pacientemente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Não, não, não, Senador. Não é contra o senhor, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixe aí. Ele vai concluir, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Quando o meu tempo chegou ao final, Presidente...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele vai concluir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – ... eu fui interrompida com um buzinaço direto. Eu preciso ouvir... Eu tenho uma viagem para fazer agora e eu quero pelo menos ouvir o...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora, ele vai concluir.

Senador Rogerio Marinho, eu peço a V. Exa., com toda a paciência, como pede a Senadora, aceite o pedido dela, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Meu Presidente, eu digo a V. Exa. o seguinte: este é um momento único, e não é só no Senado da República...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, mas V. Exa. já excedeu em oito minutos ou mais.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Nós temos uma oportunidade de fazer aqui a sabatina...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Oito minutos ou mais...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – O Sr. Procurador vai ter todo o tempo necessário para nos responder, não tem nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu sei. Ele vai responder, mas eu acho que V. Exa. podia concluir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Ele volta e fala de novo dez minutos.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Não, não volta, não.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa., por exemplo, eu acho que V. Exa...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Quero só concluir, se puder.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... há pouco instante, faltou com a verdade. V. Exa. não é economista, não. V. Exa. é Professor de Direito. Sabe muito de direito o senhor. V. Exa. faltou com a verdade.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone*.) – Economista, e fraco.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Professor de Direito.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Bom, aí vem a questão do Filipe Martins, Procurador. Filipe Martins ficou preso seis meses. Eu entrei com ação, inclusive, no Ministério Público, pedindo que fosse apurada a ação do Fábio Shor, porque errar é humano, mas reiterar o erro, e isso prejudicar alguém...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... e submetê-lo a seis meses de prisão? E V. Exa. agora, depois que foi comprovado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... que tem dados de geolocalização, tem recibos de Uber, tem tudo, a PGR acusa o Filipe Martins de fraudar o sistema. Quer dizer, ele, a vítima, foi aos Estados Unidos e fraudou a sua entrada lá, para prejudicá-lo, para ele ser preso? Nem no romance de Kafka, *A Metamorfose*...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – Quem não leu, por favor, leia. É um negócio assim kafkiano.

Então, Sr. Presidente, eu vou concluir dizendo o seguinte: eu tenho o maior respeito pelo senhor. Tenho mesmo, de verdade. Acho que o senhor é uma pessoa que tem reputação ilibada, como disse aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... conhecimento jurídico, mas V. Exa., no exercício desses pouco mais de dois anos... Desculpe, eu não posso votar no senhor e reconduzi-lo, porque as ações da PGR, de uma maneira geral, feriram, na minha opinião, o processo legal...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... a ampla defesa, a liberdade de expressão, a imunidade parlamentar, a representatividade popular.

E veja, para concluir, Sr. Presidente, qualquer pesquisa de opinião pública – e eu tenho acesso a várias – mostra que, sei lá, 30% apoiam a decisão do Judiciário, 30% são contra e 40% estão no meio. Só que quem apoia o Judiciário, Presidente, apoia pelo motivo errado, apoia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque está agredindo o adversário, não é porque considera o Judiciário idôneo, não é porque considera o Judiciário isento, não é porque considera o Judiciário equilibrado.

Então, eu faço um apelo a V. Exa.: V. Exa. provavelmente vai ser reconduzido porque tem maioria aqui – não com o meu voto –, mas que V. Exa. repense o que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns, Senador!

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN) – ... nos próximos dois anos, sem a necessidade de ser reconduzido. Por isto é que eu sou contra a reeleição, Presidente: porque, às vezes, as pessoas passam quatro anos fazendo concessão para se reeleger nos quatro anos seguintes. Que V. Exa. não faça futuramente essas concessões!

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para responder aos questionamentos, eu passo a palavra ao Dr. Paulo Gonet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Eu gostaria inicialmente de agradecer as palavras de reconhecimento do meu trabalho à frente da Procuradoria nesses dois anos expressas pelas eminentes Senadoras Eliziane e Thronicke.

Com relação às questões que foram postas, o primeiro ponto que a gente tem que deixar claro é que a ação do Procurador-Geral da República não pode ser política e não é política. Como é que se comprova a falta de viés político? Pela fundamentação. Onde há fundamentação, há uma legitimidade de racionalidade – essa legitimidade de racionalidade que o senhor, como Professor de Direito, provavelmente sabe. Essa fundamentação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Não sabe? Então, eu vou...

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não sou formado em Direito.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Ah, não é? Olhe, deveria ser. O senhor falou... O senhor falou...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele fala tão bem sobre direito...

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Pois é, era isso que eu ia dizer. A gente acaba...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Doutor, ele fala tão bem sobre direito que colocou em dúvida de que é formado em Economia.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – E mais... E mais...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Na minha opinião, ele falta com a verdade nesse quesito.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – O senhor doutrinou com tamanhos axiomas seguros que eu supus que era Professor de Direito.

Mas as regras da representação política são diferentes das regras de atuação de quem não tem representação política. É fato que as autoridades de cúpula do Poder Judiciário e do Ministério Público da União têm um grau de controle por parte das autoridades políticas. É o Presidente da República quem indica e é o Senado Federal que avaliza essa indicação a partir da verificação dos requisitos que são dispostos normativamente para que o Presidente da República possa escolher esse ou aquele indivíduo para a função. Mas isso não torna a função de Procurador-Geral, a função de Ministros do STM, do STJ ou do Supremo uma função equivalente à de agentes políticos.

Se fosse assim, se fosse assim, a democracia correria grave risco, por quê? Porque acima do Judiciário, acima do Executivo, acima do Legislativo nós temos a Constituição. O poder constituinte originário está acima porque é ele quem cria, é ele quem estabelece limitações materiais, é ele quem estabelece caminhos procedimentais para a atuação dos outros Poderes: não só do Legislativo, Executivo e Judiciário, como também dos órgãos autônomos constitucionais.

Esses Poderes, que não têm vinculação direta com o voto do cidadão, propositadamente estão protegidos contra a influência política, contra o julgamento político. Isso é um dado bastante importante. O Constituinte sabiamente situou o Judiciário, o Ministério Público à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

margem do controle político. Pode haver um controle jurisdicional das atividades dele realizadas dentro do próprio Judiciário ou dentro da estrutura do Ministério Público. E por que isso? Por causa da função contramajoritária que é desempenhada pelos órgãos do Judiciário e do Ministério Público.

Em que consiste essa função contramajoritária? Não é em ser contrário, não é em se fazer uma oposição cega, obtusa, contra as decisões que são tomadas pelos órgãos políticos. Essa função contramajoritária significa assegurar à nação que os valores dispostos na Constituição Federal pelo poder constituinte originário, que são aqueles valores que são os fundantes de todo o ordenamento jurídico e de toda a estrutura de poder, vão ficar preservados, serão afirmados, mesmo que, a partir da ebulição, da efervescência dos movimentos políticos, tome-se alguma deliberação que não esteja coadunada com os princípios e as regras da Constituição. Se houvesse uma atuação política, se pudesse haver um julgamento político das ações desses órgãos contramajoritários, não haveria nenhuma função contramajoritária. E o que nós teríamos? Uma tirania das maiorias.

Esses órgãos existem porque o Estado democrático de direito – e que bom que o Constituinte colocou essa expressão no texto – precisa estabelecer um equilíbrio entre constitucionalismo e democracia, entre vontade popular dos seus representantes que atuam sob a Constituição e a própria Constituição. Quem é que exerceria essa função de fiscalização da prevalência da Constituição se todos estivessem submetidos, se todos respondessem e formassem as suas opiniões a partir das maiorias de cada instante? Não é preciso ser professor de Matemática para ver que não haveria ninguém para fazer isso. O lado do constitucionalismo estaria zerado e com prejuízos para a própria democracia.

Veja V. Exa. na história. Nas vezes em que o Judiciário e o Ministério Público deixaram de exercer essas funções contramajoritárias, nas vezes em que se afastou o integrante desses órgãos contramajoritários das suas atribuições, nós tivemos ditaduras – ditaduras terríveis, Estado totalitário. É o que aconteceu nos países europeus ali no período da Segunda Guerra Mundial – no período de entreguerras e durante a Segunda Guerra Mundial. Onde não há pessoas, órgãos independentes, autônomos, não sujeitos a retaliações políticas para o desempenho das suas funções, não há garantia para o funcionamento de uma democracia constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. menciona a questão do Estado democrático de direito. A função da Procuradoria, a função do Ministério Público, a função dos órgãos do Judiciário é garantir que essa expressão não se reduza apenas a uma realidade semântica; ela precisa ter realidade prática. E, para que ela tenha realidade prática, é indispensável que haja independência e autonomia desses órgãos que atuam no controle da vontade maior do povo, que é a vontade expressa na Constituição. Sem atenção para essa realidade, a equação finíssima que garante o funcionamento da democracia se desequilibra. E os resultados são daninhos, são resultados realmente perniciosos. Por isso que a avaliação política de atuação técnica tem que ser feita com cuidado ou pelo menos com uma premissa: se há fundamentação jurídica na atuação do órgão técnico, isso é sinal de que ele está atuando de acordo com o que a política determinou que ele fizesse – atuar fundamentadamente, com racionalidade. A legitimidade dos órgãos contramajoritários reside exatamente na racionalidade das suas decisões expressas e tornadas públicas, o que acontece em todas as decisões do Supremo e nas atuações do Procurador-Geral da República.

Com relação à jurisprudência sobre o foro, o Procurador-Geral da República não vota nessa questão. Essa é uma decisão que, uma vez tomada, se impõe para todos os jurisdicionados. Quando a denúncia foi feita, já havia uma maioria firme no sentido da mudança da jurisprudência sobre o foro – uma maioria que se confirmou depois, quando o julgamento terminou. Nós temos que seguir um outro princípio da Constituição, que é o princípio da celeridade, que é o princípio também relacionado com a segurança pública. Os crimes devem ser, tanto quanto possível, imediatamente investigados para que obtenham uma punição ou uma avaliação técnica a mais rápido possível. Diante de um julgamento que já estava solidamente relacionado com a mudança da jurisprudência, o Procurador-Geral da República que dissesse que ia apresentar essa denúncia na primeira instância estaria sendo contrário à Constituição, porque ele estaria agindo sem levar em consideração o princípio da celeridade e o princípio da efetiva aplicação da lei penal. E veja que o Procurador-Geral da República acertou, porque o julgamento final foi exatamente aquele que indicava o número de votos quando a denúncia foi apresentada.

Com relação à anistia e com relação ao *impeachment*, eu me reporto ao que já respondi anteriormente. Quanto à anistia, a manifestação foi apenas de que se trata de um assunto polêmico, mas não era sequer o tema principal da tese, foi apenas uma anotação a esse respeito, não significou nenhuma posição da Procuradoria previamente. Com relação ao *impeachment*,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retorno também ao que já me referi anteriormente, no sentido de que o parecer que eu dei não foi dado espontaneamente, mas foi dado a pedido, em cobrança, por determinação do Supremo Tribunal Federal numa ação que estava em curso no Supremo. Então, eu não poderia deixar de dar a minha opinião, que procurou ser fundada dentro de uma interpretação sistemática, inclusive envolvendo esses aspectos que eu expus agora para os senhores.

Quem declara nulo depoimento de testemunha não é o Procurador-Geral da República.

E existem delegados da Polícia Federal... Isso eu tive a oportunidade de dizer pessoalmente para V. Exa., em uma das quatro vezes que nós nos encontramos no gabinete da Procuradoria, e sempre para meu gáudio, porque eu sempre verifiquei aquilo que disse para V. Exa. pessoalmente, porque sou um admirador do seu tirocínio. O delegado de Polícia Federal não responde por crimes perante o Supremo Tribunal Federal, portanto, não está sob os meus cuidados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros, depois ao Senador Izalci Lucas, depois ao Senador Girão e, para concluir, ao Senador Weverton, que estão inscritos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meu querido Senador Otto Alencar, Sras. e Srs. Senadores, Dr. Paulo Gonet, Generais sabatinados indicados ao Superior Tribunal Militar, Anisio e Flavio, eu entendo que nós vivemos hoje um momento de profunda responsabilidade institucional do Senado. A sabatina do Dr. Paulo Gonet, Presidente Otto, nesta Comissão, nos convida não apenas a avaliar um nome, mas a refletir, sem dúvida, sobre o papel histórico e constitucional do Ministério Público na construção e preservação da democracia brasileira.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Ministério Público foi concebido como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbida de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais individuais indisponíveis. Essa formulação, Srs. Senadores, não é apenas previsão legal. Ela traduz, sem dúvida, uma visão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade em que o poder não pode ser absoluto, em que a lei é o escudo do cidadão e em que o equilíbrio entre as instituições garante a liberdade de todos.

Ao longo dessas décadas, dessas últimas décadas, o Ministério Público brasileiro, sem dúvida nenhuma, apesar de alguns pesares, consolidou-se como um dos pilares mais respeitados do Estado democrático de direito, atuando na proteção do patrimônio público, dos direitos humanos, do meio ambiente e da probidade administrativa. Sua ação, Sr. Presidente, contribuiu – torço para que não haja nenhuma distorção, e a presença do Dr. Paulo Gonet à frente da Procuradoria é a garantia de que essas distorções não acontecerão – para que o Brasil firmasse, no plano institucional, a ideia de que não há poder sem responsabilidade, nem autoridade sem controle.

E aí, Sr. Presidente, uma constatação: o ex-Procurador-Geral da República, Augusto Aras, é responsável, sim, por tudo o que o Presidente Jair Bolsonaro cometeu e excedeu à frente da Presidência da República. Por quê? Porque, em vez de exercer a função contramajoritária, em vez de fazer a sua parte, em vez de posicionar o Ministério Público, dando um óbvio limite ao Presidente da República, ele procurou – ele mesmo – normalizar aquilo que não era jamais normalizado e era inconstitucional.

Jair Bolsonaro nunca fez segredo de que tentaria dar um golpe. Desde o discurso de posse, ele insinuava que, mais adiante, poderia dar um golpe e fazer o recrudescimento do processo democrático brasileiro. E assim aconteceu. As ameaças foram várias. Eu me lembro daquele 7 de setembro, em que ele chegou até a convocar uma reunião do Conselho da República para impor aquilo que pretendia e anunciava – e anunciava! Ele nunca fez segredo disso. E o ex-Procurador-Geral da República coonestou essas circunstâncias todas – todas, todas, todas, todas.

Inclusive, a CPI da Covid, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que se constituiu, investigou, à luz do dia, e arregimentou provas de tudo que era necessário... E o então Procurador-Geral da República, ineditamente, estabeleceu um procedimento preliminar na Procuradoria-Geral da República, quando, na forma da Constituição, ele deveria dar ou não prosseguimento à ação penal que estava sendo proposta pelo Congresso Nacional, na sua função constitucional de fazer a investigação. Felizmente, o Ministro Flávio Dino reabriu as investigações que foram propostas pela Comissão Parlamentar da covid-19. E eu espero, Sr. Presidente, que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação siga adiante, para que nós tenhamos a responsabilização daquelas pessoas que tanto mal fizeram ao nosso país, não é?

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que é sob uma perspectiva absolutamente nova, de reafirmação do papel da Procuradoria-Geral da República, que nós fazemos esta sabatina hoje, com o Dr. Paulo Gonet. Eu tive a honra e a satisfação de votar na primeira vez em que o Dr. Paulo Gonet foi aqui sabatinado e terei novamente a satisfação de votar na sua recondução.

Quero publicamente cumprimentá-lo pelo exercício da sua função. Os negacionistas não concordam com isso, mas eles não concordam com nada, absolutamente com nada. Defendem a anistia, apesar de serem insuscetíveis em crimes contra a democracia; defendem a dosimetria da pena, a redução da pena, esquecendo que a redução da pena já existe na Lei de Execução Penal. Os condenados precisam trabalhar ou estudar, e, a cada três dias de trabalho ou de estudo, eles vão reduzir, consequentemente, um dia das suas penas. Cabe ao Supremo Tribunal fazer ou não essa redução, e não ao Congresso Nacional – e não ao Congresso Nacional. É a primeira vez na história do Brasil em que condenados querem estabelecer o tamanho das suas penas. Isso é impraticável, absolutamente impraticável.

Eu, Presidente, agradeço pela oportunidade de aqui falar e, mais uma vez, expresso o meu apoio à recondução do Dr. Paulo Gonet.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa., Senador Presidente Renan Calheiros.

Eu, que acompanhei, como outros colegas, a CPI da covid, devo fazer um depoimento de que V. Exa. talvez tenha sido o Relator de uma das principais Comissões Parlamentares de Inquérito do Senado Federal, e nenhum outro Relator foi tão pressionado, tão constrangido para mudar a opinião do seu relatório, e V. Exa. tem um relatório que honrou a sua história de vida na defesa do Brasil e honrou também as tradições do seu Estado de Alagoas. Eu o parabenizei naquela época por isso, e a contribuição de V. Exa. foi muito importante.

É importante ainda que o Ministro Flávio Dino possa reabrir e analisar todos aqueles crimes contra a população brasileira, sobretudo as pessoas economicamente mais fracas, que pagaram um preço muito alto por falta de vacina e de oxigênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para interpelar.) – Bem, quero cumprimentar aqui, Presidente. Eu tenho uma certa dificuldade nesta Comissão, porque eu também não sou advogado; sou contador.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas parece advogado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não. Tenho essas dificuldades.

Eu tive o privilégio, durante quatro anos, de ser juiz do trabalho. E aprendi lá no Judiciário que juiz fala no processo, aprendi isso lá com os meus mestres. Agora, hoje, se abre a porta da geladeira, todo mundo quer dar entrevista. Eu estava e vi quando Barroso disse, "perdeu, mané", para um jovem, lá nos Estados Unidos; depois, "vencemos o bolsonarismo". Isso é fala de Ministro do Supremo Tribunal Federal? Não é. Totalmente imparcial.

Mas quero iniciar aqui cumprimentando o General David, o General Lancia, ao mesmo tempo, parabenizando o trabalho de vocês. Graças a Deus, o Exército tem um sistema diferente de indicação. Eu fico imaginando se fosse da mesma forma como se selecionam aqui os Ministros do Supremo, nós estaríamos hoje com o STM bastante comprometido e aparelhado. Então, essa posição de indicação do Exército por critérios, obedecendo à antiguidade e outras coisas mais, isso nos tranquiliza muito. Espero que esta Casa possa mudar alguns critérios de escolha de alguns órgãos, como o Tribunal de Contas, como o Supremo, etc.

Inclusive, quero destacar aqui o trabalho do General Lancia com relação às escolas militares. Se nós ainda temos uma escola decente, que tem realmente princípios, valores, hierarquia e disciplina – os colégios militares –, isso é graças realmente ao trabalho de V. Exas., porque a maioria das escolas hoje realmente não tem o mínimo respeito aos professores. Basta ver o Ideb. O melhor Ideb do Brasil é exatamente o dos colégios militares, não é à toa. Então os demais deveriam seguir esse exemplo.

É muito fácil acusar aqui – falar, discursos. Eu participei de todas as CPIs, todas de que pude participar, como Deputado e Senador: Petrobras, Lei Rouanet, Carf, JBS, Fundos de Pensão, Bets,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chapecoense e, agora, INSS. A CPI – e o Supremo já disse isso, nem precisava, está na Constituição – é um instrumento da minoria, mas grande parte das CPIs são sequestradas pela maioria, e constrói narrativas, e aí não tem muita fundamentação. Eu participei do 8 de janeiro também, vou falar um pouquinho sobre isso já.

Mas quero responder às acusações que foram feitas aqui por alguns Senadores com relação ao Ministério Público, o Sr. Augusto Aras. Diz aqui – ele já tinha me dito isso –: Pandemia e CPI. A CPI apresentou o seu relatório faltando a conexão entre fatos, autores e respectivas provas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Mentira dele.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, V. Exa. permite que eu possa falar sem interrupção? Só para repor meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Renan está com razão, mas não devia interromper V. Exa. (*Risos.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Lamento muito, Presidente, V. Exa. dizer isso aí.

Estou lendo aqui. Vou dizer a fundamentação disso: faltou a conexão entre fatos, autores e respectivas provas. A PGR solicitou a abertura de dez inquéritos (petições), que foram distribuídos para oito Ministros, que, por sua vez, requisitaram à CPI a entrega da respectiva documentação referida no relatório.

A PGR pediu isso. Como a CPI do Senado não entregou os documentos, os Ministros relatores dos inquéritos, do Supremo – os ministros relatores do Supremo –, determinaram o seu arquivamento – os seus arquivamentos, porque eram dez. Dois ministros, um deles decidiu pela incineração das provas por ilegalidade, e outro determinou que fosse mantido no arquivo. Tudo produzido pela CPI, ora se encontra arquivado no Serpro.

Fonte das informações, a publicação do CNPM-PGR na obra intitulada *Ações que Salvam: como o Ministério Público se reinventou para enfrentar a COVID-19*. Essa é a fundamentação. Então, como ele não está aqui para se defender, eu estou aqui lendo o que ele já tinha me dito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu participei também da CPMI do 8 de janeiro e em concentrei muito com relação ao DF, porque sou daqui, sou Senador do Distrito Federal, e conheço bem... Servi o Exército. Sou artilheiro do Exército, de artilharia, com muito orgulho. E devo muito ao Exército algumas coisas que eu aprendi. E conheço bem aqui. Nós temos aqui BGP (Batalhão da Guarda Presidencial), nós temos aqui a PE (Polícia do Exército), nós temos aqui um plano chamado Plano Escudo. O que é o Plano Escudo? É exatamente a proteção dessa área, dos prédios públicos aqui, do Governo Federal.

E aí, por diversas vezes, durante uma semana, pelo menos, diversas recomendações da Abin e outros órgãos de informação disseram, "olha, vão invadir, vão quebrar os prédios e tal." Até no domingo,8h da manhã, a Abin comunicou o GSI, o General cujo nome eu até esqueci, nem quero lembrar – G. Dias, que está sumido por aí. Isso foi informado a ele. E não tomaram nenhuma providência.

Ninguém invade o Palácio do Planalto num domingo, se tem um Batalhão da Guarda Presidencial que tem essa obrigação de tomar conta do palácio. Mas no domingo, desapareceram. Tinha poucas pessoas de plantão.

Aqui do lado, no anexo aqui atrás, do Ministério da Justiça, tinha mais de 200 homens da Força Nacional. Que atitude tomaram? Nenhuma. Nenhuma, zero. Nós requisitamos as câmeras do Ministério da Justiça, do Ministro Flávio Dino, que disse que só poderia entregar depois de autorizado pelo Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal autorizou, e depois disseram que sumiram as câmeras. Sumiram. Tudo. E não houve investigação nenhuma. Ficou por isso mesmo.

Eu estava aqui no *impeachment* da Presidente Dilma e em outras invasões que fizeram aqui na Câmara, quebrando tudo. Eu estava aqui quando botaram fogo no Ministério das Relações Exteriores, botaram fogo no Ministério da Agricultura, invadiram o Ministério da Educação. Não aconteceu... Aí foi baderna. Não aconteceu nada.

Agora está aí o pipoqueiro. Tem pipoqueiro preso. Tem a Débora, 17 anos de prisão. Isso é justo? Essa dosimetria está certa? A Débora escreveu lá, “perdeu, mané”, coisa que o Ministro não devia nem ter falado, e aí vem uma condenação de 17 anos!?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os maiores traficantes e bandidos desse negócio aqui são soltos, porque, às vezes, têm lá um filho, têm uma filha. Aqui, nós temos pessoas presas, com sete filhos – crianças –, e não têm nenhuma sensibilidade no sentido de protegê-las.

A condenação foi coletiva, não foi individual – coletiva –, então, isso realmente é triste. Eu vejo com muita tristeza a forma como foi conduzido isso e fico com o Ministro da Defesa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quem disse não fui eu, não; eu diria também, mas ele disse que não houve golpe, houve uma baderna. Isso foi dito pelo Ministro da Defesa do Brasil, Múcio, que é um especialista, que foi um bom Parlamentar, também um bom Ministro lá do Tribunal de Contas e agora no ministério da...

Agora, tem vários vídeos. Muitos foram condenados em função de informações da internet, mas eu não vi nenhuma investigação dos profissionais que vieram antes, inclusive, do horário da baderna que aconteceu, e ninguém investigou nada. Ninguém investigou o Palácio, o porquê que foi invadido e não teve nenhuma reação.

Aí, o Ministro diz assim, "tinha que ter autorização do Governador" – conversa! –, citando lá a Bahia como exemplo. Na Bahia é diferente daqui. Aqui os prédios são públicos: o Congresso é público, o Supremo, o Palácio, tudo é público. E é obrigação das polícias, do Supremo daqui fazerem exatamente o lançamento do Plano Escudo, que é simples. Em 40 minutos, isto aqui estaria tomado, se houvesse realmente interesse.

A conclusão que fiz no relatório – e fiz um relatório separado – é de que o Governo Federal poderia ter evitado essa baderna que aconteceu. Então, essas narrativas que são construídas ficam difíceis de defender, porque, de fato... Agora, fui surpreendido na CPMI do INSS: estava toda pronta a narrativa, mas, chegou agora, na eleição, mudou – mudou –, e vocês vão ver que o relatório será diferente; não será uma narrativa sem muita fundamentação.

Eu lamento muito o que aconteceu no 8 de janeiro, essas questões...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... das pessoas presas, condenadas a 17, 14 anos, pai de família, mãe de família, que não tinham uma arma, não tinham nada. Até pipoqueiro tem lá preso.

Eu vou fazer só uma pergunta agora a V. Exa., Paulo Gonet. V. Exa. considera que a atual sistemática de nomeação da PGR, com indicação exclusiva do Presidente da República, preserva adequadamente a autonomia do Ministério Público? Admitiria algum aperfeiçoamento constitucional neste modelo?

A gente precisa repensar com relação, pelo menos, ao Supremo. Se tivéssemos as mesmas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... preocupações que o Exército Brasileiro tem, eu acho que o Supremo estaria um pouco diferente do que está hoje.

Essa é a pergunta que faço para V. Exa., o nosso Procurador-Geral da República. E quero aqui, mais uma vez, ressaltar o que foi dito aqui – como ele não está aqui –, porque ninguém defende o Ministério Público, o Supremo e a Justiça mais do que eu, como ex-juiz do trabalho: quando a Justiça não for mais respeitada, não tiver mais credibilidade, acabou a democracia, acabou tudo.

Então, obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão e, depois, ao Senador Weverton.

Para concluir esta oitiva, o Dr. Paulo Gonet responderá aos Senadores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os Generais. Perdão, não vou poder fazer pergunta. O sistema aqui é injusto. Não quero absolutamente colocar a culpa em cima do senhor, é um procedimento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casa, mas dez minutos é muito pouco. Eu teria aqui meia hora para fazer perguntas ao Sr. Paulo Gonet.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Começamos aqui às 9h em ponto, já são sete horas de sabatina...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, mas a gente... O brasileiro quer ter voz, o brasileiro quer ter voz...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... ininterruptas.

Sem dúvida nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, se o senhor puder repor aí um pouquinho do nosso tempo...

Eu gostaria, Paulo Gonet, em primeiro lugar, de dizer para o senhor – V. Exa. é o tratamento – que eu não tenho absolutamente nada contra a sua pessoa, muito pelo contrário. O senhor me recebeu algumas vezes, eu fui até com o Senador Izalci Lucas. Vejo e acredito muito na capacidade, de verdade, capacidade de reflexão do ser humano.

Tem uma expectativa lá fora, da população, sobre se vai ser reconduzido ou não vai, muita gente mexida, muita gente que não é nem de direita nem de esquerda que está vendo – infelizmente, eu tenho essa mesma visão – que se apequenou a PGR, e ela já teve áureos tempos na sua história, recentes. A partir do momento que o senhor muda o entendimento, Sr. Paulo Gonet, de Raquel Dodge, de Aras, com relação ao arquivamento pedido, imediato, desse inquérito do fim do mundo, dito por um ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e por milhares de advogados, de pessoas que têm um primeiro ano de direito, que querem, que acreditam na Justiça do país... Esse inquérito é uma espada na cabeça de gente de bem, que está sendo caçada implacavelmente pelo sistema, de que, com todo o respeito, o senhor faz parte.

Eu não consigo compreender como é que o senhor se cala vendo um Ministro que é vítima, investigador, Juiz, é tudo, que está colocando o país de joelhos; e o senhor ainda colabora, dando um parecer sobre a única coisa que este Senado não fez ainda e vai fazer um dia. O sistema bruto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reage, mas isso vai acontecer – eu gostaria de ver, acho muito difícil –, com relação à questão de processo de *impeachment* concentrado na PGR. Isso é, além da queda, o coice. O relator, inclusive, é o Ministro Gilmar Mendes. O senhor deu o parecer, o Senado deu o parecer, está com o Gilmar Mendes, que eu considero também, Presidente, até pelo que aconteceu na CBF, quando o IDP, do Ministro Gilmar Mendes – o senhor inclusive foi sócio e hoje dá palestras... Eu considero um conflito de interesses esse processo da CBF não ter ido para a frente. O Presidente continuou lá, foi acionada a PGR, e esse processo, que pode anular o Senado Federal em uma das suas prerrogativas, está com o parecer do senhor... Quer dizer, o que é que nós vamos fazer aqui? Só o beija-mão de lá pra cá e daqui pra lá?

A população está assustada, Presidente, e está desanimada e está sem esperança, Excelência. Está sem esperança, o que é pior, porque não acredita em instituições como a PGR, que é fundamental.

É muito inocente, é muita injustiça acontecendo. Eu não sei qual é o encaminhamento que o senhor vai dar, por exemplo, a essa questão. Se o senhor vai repensar, e é isso que eu posso pedir, porque o jogo está jogado aqui.

Meu voto é contra, com muita convicção. Represento o Estado do Ceará e ouço de gente que é de esquerda, de direita, de centro, contra o Governo, a favor do Governo essas reclamações por uma PGR que não é independente hoje.

Esse roubo do INSS, Sr. Paulo Gonet, que está afetando pensionistas, órfãos... O senhor sabe. O senhor é uma pessoa de fé, católico. Viúvas, órfãos... Isso é uma coisa inimaginável! Velhinhos... "PGR arquiva pedido para investigar cúpula da Previdência Social." As pessoas vendo, brasileiros vendo o dinheiro deles, bilhões de reais, em carros, Ferraris, vinhos caríssimos... Está todo mundo escandalizado com a CPMI que a gente está fazendo lá, tentando fazer, contra esse sistema. É uma questão até de humanidade. A PGR precisa agir!

O Consórcio Nordeste... Eu ouvi falar aqui da questão da pandemia. O que a PGR tem feito com relação àquele escândalo? É seletiva a PGR ou vai também indiciar, pedir aí o encaminhamento? Já era para ter motivo de sobra! O senhor lembra? Foram R$48,5 milhões... Os estados do Nordeste, que foram esquecidos na CPI da Pandemia, foram blindados. E foi o requerimento que deu origem àquela CPMI.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até agora, nada de encaminhamento. Não foram oferecidas denúncias contra figuras como o Rui Costa e outros apadrinhados políticos, como o Carlos Gabas. Nunca chegou um respirador! Com certeza, morreram nordestinos. Ou não? Trezentos respiradores, e a gente não vê...

Aí, Sr. Presidente, Sr. Paulo Gonet, com relação à questão do Tagliaferro... O Tagliaferro é um escândalo internacional. A PGR não pode condenar, como está fazendo, servindo-se aí de um... Além do que eu coloquei aqui, da CPMI do INSS como um puxadinho do Governo Lula, ela não pode servir de puxadinho do STF mais.

O Tagliaferro fez denúncias gravíssimas de perseguição, de censura... O senhor está condenando, está indo atrás do mensageiro. E a mensagem que ele deixou? O mundo todo está vendo a "vaza toga". E agora tem uma matéria aqui dizendo o seguinte, que a ação mira os autores da "vaza toga", jornalistas. Qual vai ser a posição da PGR diante disso? Porque, se a PGR continuar lendo a cartilha como está, sem essa autonomia que o Brasil espera, o senhor pode selar o destino da imprensa livre no Brasil. Esse é o fato.

O Senador Esperidião Amin aqui citou para o senhor o que aconteceu exatamente com relação ao Eduardo Tagliaferro, assessor direto do Ministro Alexandre de Moraes, mostrou o que estava tendo ali, usando a criatividade para ir atrás de quem pensa diferente do sistema, quem critica. Essas pessoas vão ser perseguidas também, quem denunciou?

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de colocar também aqui essa questão da contradição de prazos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós temos aí uma ânsia da PGR, por exemplo, nas denúncias de venda de sentenças do STJ – venda de sentenças do STJ... Eu tenho até uma CPI, para a qual não consegui as assinaturas ainda.

Sr. Presidente, eu vou esperar o senhor concluir aí, para poder fazer... porque me desconcentra até. (*Pausa.*)

Denúncias gravíssimas de venda de sentenças do STJ que abalaram a confiança do sistema judicial. Mesmo após tudo isso vir à tona, a PGR pede mais prazos, não apresenta medidas concretas. Por quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está lento, Presidente; desculpe-me, Procurador, está lento!

Agora, com relação aos terabytes, sabe quantos terabytes foram? Foram 70TB de dados dos advogados dos presos políticos, que hoje a PGR permitiu que existissem, em pleno século XXI, no Brasil. E eu confesso que fiquei muito decepcionado com a atuação do senhor naquele momento em que Mauro Cid estava sendo ali torturado psicologicamente, ameaçando prender família, ameaçando... E, naquele momento, não foram nem as oito vezes que ele mudou de depoimento, não, foi a tortura psicológica. E não ter tido intervenção da PGR naquele momento, em defesa do devido processo legal, em respeito à Constituição do país... Onde é que nós vamos parar? Onde é que nós vamos parar quando a gente tem esses 70TB e foram negados os prazos?! A PGR não deu tempo para análise, ou seja, são dois pesos e duas medidas.

Então, Sr. Presidente, eu não quero nem que o senhor me dê a tolerância que o senhor deu para outros colegas. Eu só quero dizer que eu estou muito preocupado com a liberdade de expressão no Brasil, com a censura que está acontecendo aqui no nosso país; dizer que eu acredito, como eu disse no início, aqui, na capacidade de reflexão do ser humano. Acho que agora o senhor talvez tenha, depois de tudo isso, mais oportunidade de refazer... O grande humanista Chico Xavier, pacifista, diz o seguinte: "A gente não pode voltar atrás para fazer um novo começo, mas todos nós podemos começar agora a fazer um novo fim". E o senhor, que é católico... Marcos, 8, 36, diz o seguinte: "O que adianta ao homem ganhar o mundo e perder a alma?".

Eu vou continuar orando pelo senhor, como eu faço com a minha família, acreditando que este país pode ter mais esperança, mesmo com a sua recondução, se acontecer – eu acho que só um milagre para não acontecer, porque talvez seja muito conveniente para políticos. Sou independente e digo para o senhor que, mesmo votando contra, vou continuar orando pelo senhor, para que o senhor faça justiça com "j" maiúsculo neste país, que é isso que o brasileiro precisa, o cidadão de bem, que está assustado, com desesperança, a partir de uma atuação, infelizmente, muito fraca, omissa e até submissa da PGR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, Senador Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar V. Exa., como sempre, pela sua serenidade. Todos nós aqui já sabíamos que V. Exa. saberia conduzir momentos, inclusive, difíceis, inexplicáveis, mas que serão sempre superados por esta Comissão, por esta Casa. Eu tenho certeza de que a sua história permite que V. Exa. consiga construir uma Comissão, mesmo plural, de diferentes, no final com resultado que possa de verdade entregar para o Brasil. Então, quero cumprimentá-lo porque, sem dúvida nenhuma, hoje foi mais um desafio. Depois de sete horas, ainda temos uma outra rodada de sabatinados, que já foram votados, mas que, obviamente, precisam se apresentar, e um deles é de minha relatoria, o ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Maranhão, Dr. Thiago Diaz. Eu quero aqui, de já, cumprimentar todos eles, que vão, daqui a pouquinho, também serem confirmados por esta Comissão e, se der tudo certo, ainda hoje, no Plenário do Senado Federal.

Quero, Sr. Presidente, cumprimentar o General Lancia, que já, já vai estar no Superior Tribunal Militar, desejar muita sorte e serenidade.

Sabemos que competência todos os senhores já têm, então, sem dúvida nenhuma, vão realizar um grande trabalho.

E quero fazer também aqui um cumprimento especial ao General David. O General David, apesar de estar na máxima estrela da carreira militar, tem uma civil, que tem muita força aqui nesta Casa, muito carinho conosco: Dra. Zilmara. Soube hoje que é sua irmã, quando ela falava com muito orgulho que o seu pai também, Sr. David, soldado do Exército, está em casa lhe assistindo, sem dúvida nenhuma muito feliz em ver essa carreira totalmente sendo consumada não só como General, mas, daqui a pouquinho, como Ministro do Superior Tribunal Militar. Então, parabéns, e que também, da mesma forma, o senhor tenha êxito nesse novo desafio que, em fevereiro, V. Sa. terá nessa nova missão.

Dr. Paulo Gonet, eu não vou usar os dez minutos, mas fiz questão de terminar, de também fazer aqui o meu registro, primeiro, para me somar às falas que o Relator, Senador Renan Calheiros, juntamente com o nosso Líder do Governo, Senador Randolfe, com o Senador Rogério Carvalho e muitos outros colegas, fizeram. Então, eu quero aqui subscrever as falas deles e dizer que esse desafio que nós temos é permanente aqui dentro do Parlamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de ser mais novo e mais jovem do que muitos dos colegas que estão aqui, eu lhe confesso que, de vez em quando, nós estamos vendo, tendo a oportunidade de viver quadras, essas que você só vai compreendendo depois que passa para outra. Eu vivi o *impeachment* da Dilma lá na Câmara dos Deputados. Naquela época, eu vi muitos que falavam bem do Supremo, falavam bem do MP, porque estavam vendo o seu algoz ou quem poderia deixar de fazer com que eles estivessem no poder sendo preso injustamente, que era o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Naquele momento, tudo era conveniente. Em outras quadras, quando não se atende... Eu falei isso, inclusive, no Senado Federal, logo quando foi o momento da cassação da Senadora Juíza Selma. Naquele momento, alguns que já eram elogiados e estavam lá no TSE compondo aquela corte tiveram, de forma injusta, colocada em xeque a sua honradez, a forma como conduzem a magistratura, e foram questionados publicamente. E assim tem sido.

Mas acredito que estas palavras serenidade, independência e, acima de tudo, responsabilidade com a Constituição são inegociáveis. Claro, vai ter momentos, momentos esses, muitas vezes, que são culpa nossa, da política, porque várias, várias vezes fomos nós que fomos procurar o Judiciário para tentar resolver problemas que nós não tivemos capacidade e competência para resolver. E a política, quando ela não consegue... E ela é diferente das outras categorias, porque você não só disputa com adversários, muitas vezes, inimigos, que... Já dizia Sarney: você se mantém nela não pelos seus amigos, mas por conta dos seus adversários. Muitas vezes você não quer sair de lá porque não quer abrir espaço para o seu adversário ocupar aquele espaço.

Então, você acaba tendo sempre desafios de narrativas ou, neste momento difícil, de bons cortes de internet, para ver o que você pode falar para o seu eleitor. E muitos se prestam a todo tipo de papel. Infelizmente, nos entristece, porque, no final, o principal papel, que é um papel autônomo, republicano e, acima de tudo, altivo, que é o verdadeiro exercício que tem que ser dado nestas Casas importantes e tão bem pensadas num sistema bicameral, num país complexo como o nosso, pode, claro, sempre fazer com que se possa melhorar, mas também temos que nos preocupar, porque parece que pode também, cada vez mais, piorar. Já dizia o então Senador Pedro Simon, já falava, lá atrás, na tribuna, que, se achavam que aquelas legislaturas estavam ruins, imaginassem as próximas, que estavam por vir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos que estar nos vigiando para lutar pela qualidade do voto, das escolhas, e, obviamente, para respeitar, até porque todos que chegam aqui são o retrato justamente da nossa sociedade, dos que reclamam com suas vozes ou através do seu voto silencioso, mas através da sua participação. Cada um tem a forma de escolher e a forma também de se identificar com as causas e bandeiras – muitas delas, muitas vezes, causas essas com que nós não concordamos, e temos que ter tranquilidade para superá-las.

Então, eu quero, de verdade aqui, antes de encerrar, lhe pedir... Eu sei que muitas das atribuições do PGR são também limitadas, todo mundo tem as suas tarefas e funções. No corpo como um todo do Ministério Público do Brasil, nós temos desafios, e eu acredito que eles estão sendo superados e melhorados, mas é preciso... E fica a sugestão, Dr. Paulo Gonet, de que V. Exa., como Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e, obviamente, de um colégio importante de procuradores, possa ter essa condição de mais diálogo lá na ponta para evitar ou procurar resolver possíveis problemas e conflitos que poderiam e podem, nos dias de hoje, ser resolvidos no diálogo.

Eu vou lhe dar aqui dois exemplos lá do meu estado. Por exemplo, um já se arrasta há vários anos. A bancada federal do estado destinou recurso para a duplicação de uma BR importante, que é a que liga a nossa capital e o Porto do Itaqui, ou seja, não é uma BR só de São Luís do Maranhão, é uma BR do Brasil. Toda a produção do Matopiba passa nessa BR-135. Um trecho dela foi judicializado pelo Ministério Público Federal há muito tempo, e nós estamos, até hoje, tentando construir esse acordo, porque esse trecho não tem como ser duplicado e é algo realmente inevitável. Lá existe uma discussão da questão dos quilombolas, mas tem condição de se construir um acordo, que é muito importante, porque há muitos acidentes, muitas vidas são perdidas e o restante está sendo já todo duplicado, com tudo resolvido. E a gente precisava...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Eu estou dando um exemplo aqui que parece ser pequeno, mas, obviamente, eu, que passo lá toda semana e construo o dia a dia lá no estado, tenho a real necessidade de ver esse acordo resolvido. E eu tenho certeza de que o Ministério Público Federal pode ajudar o Maranhão e ajudar o Brasil na construção desse acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há outros problemas que poderiam ser evitados. Por exemplo, lá no nosso estado, está sendo construída a ampliação de uma avenida importante, que é a Avenida Litorânea, a mais importante da capital, e a obra já está 80% realizada. Na semana retrasada, um membro do Ministério Público pediu a paralisação dela, alegando alguns problemas ambientais.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Ora, se vai começar a obra, a hora de autorizar ou não, interditar ou não é no início, não dá para se perderem milhões de reais numa obra, faltando pouquinho para concluir, e aí pedir para parar. O Judiciário, por enquanto, não deu essa paralisação, mas fica aqui um alerta, porque, se tiver um eventual dano ao meio ambiente ou qualquer prejuízo, que venha logo construir um acordo, saber qual é a compensação que o estado ou a União pode fazer, mas, primeiro, não prejudicar a sociedade, porque é uma obra caríssima e já está mais de 80% realizada, e, segundo, não ter o prejuízo para uma cidade, como São Luís, que é a capital do Maranhão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – ... ser prejudicada em relação ao nosso trânsito e à trafegabilidade, inclusive a ida dos nossos turistas para lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - MA) – Mais uma vez, Dr. Paulo Gonet, parabéns pela sua atuação! Também já dei o meu voto, que, claro, é "sim". Estaremos juntos lá no Plenário, daqui a pouquinho, para confirmar sua recondução.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Gonet.

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO (Para expor.) – Eu gostaria de agradecer reconhecidamente as palavras do Senador Renan Calheiros, do Senador Izalci e do Senador Weverton.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Weverton, há uma inclinação cada vez mais pronunciada do Ministério Público e também do Judiciário para soluções consensuais que levem em conta as particularidades, as peculiaridades, a economicidade, a possibilidade de recuperar danos de uma outra forma que não com a perda de recursos públicos já empenhados; há uma inclinação de todos nós para a busca de soluções nesse sentido. É algo que eu vou procurar também incentivar cada vez mais.

Nós já participamos com o Dr. Jarbas Soares, do caso lá de repactuação de Mariana; tivemos o caso recente também de composição com relação a problemas envolvendo direitos de indígenas. Essa é uma tendência que eu acho que emprestando total adesão à preocupação de V. Exa., deve ser estimulada.

Sr. Girão... Desculpa. Senador Girão, eu devo dizer que sou muito grato pelas suas orações. Com relação ao *impeachment*, eu me reporto ao que já me referi anteriormente sobre esse tema.

Com relação à atuação da Procuradoria-Geral da República vir a selar o fim da liberdade de imprensa, francamente acho que V. Exa. sobrevaloriza o trabalho da Procuradoria.

Com relação à esperança de retornar, que a Procuradoria-Geral da República retorne à sua independência, posso tranquilizar V. Exa.: essa independência já existe.

Com relação aos crimes relacionados com o INSS, devo dizer que sou plenamente solidário com todos os que foram lesados nesses crimes abjetos. Sou plenamente favorável a que todos os envolvidos sejam punidos, mas isso deve acontecer dentro do devido processo legal; isso deve acontecer com o respeito ao contraditório e com o respeito à ampla defesa. É isso que está acontecendo. Nós temos inquéritos correndo a esse respeito, que correm também em sigilo de justiça.

Com relação ao tema da venda de sentenças, novamente eu devo dizer a V. Exa. que o tempo da justiça, o tempo da Procuradoria não é o tempo da imprensa e provavelmente não é o tempo da política. O nosso tempo é o tempo do respeito aos direitos e é o tempo necessário para descobrir as verdades. Esses processos todos estão correndo em sigilo de justiça, mas devo dizer a V. Exa. que não estão parados, mas eu não posso declinar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à referência ao Sr. Tagliaferro, torno a dizer e me reporto também ao que expus longamente anteriormente, e só com um ponto para ser enfatizado: o crime dele é quebra de sigilo.

Há um ponto que também seria interessante trazer à consideração de V. Exas. Imaginem que um criminoso ataque todos os juízes do mais alto tribunal de um país. Se nós dissermos que nenhum desses juízes pode julgar ou que esse tribunal não pode julgar porque um dos seus membros foi atacado, o que nós estaremos promovendo? Impunidade. Os membros dos tribunais superiores devem ter uma disciplina de suspeição e impedimento diferenciada daqueles que estão em outros escalões do Judiciário, sob pena de não haver quem julgue os crimes de que eles são vítimas. Essa é uma ponderação que eu acho que está escapando a consideração de muitos críticos apressados do trabalho do Supremo Tribunal Federal.

Eu gostaria de, como últimas palavras, agradecer...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quero só lhe perguntar uma coisa, se o Presidente me permite, sobre esse tema.

O senhor falou que o crime do Eduardo Tagliaferro, assessor direto do Ministro Alexandre de Moraes no TSE, é quebra de sigilo. O.k. E o sigilo que ele revelou, a gravidade das informações que ele trouxe para o Brasil e para o mundo?

O SR. PAULO GUSTAVO GONET BRANCO – Será analisada no momento oportuno.

Eu gostaria de agradecer aqui a presença do meu colega Presidente também da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal e agradecer a toda a equipe do gabinete que me deu apoio aqui – Renata, Joaquim, Gabriela, Laura, Patrícia, Ranilton, Silvio, Ubiratan, Carlos Vinícius.

E gostaria de agradecer especialmente a presença dos meus filhos que estão aqui. Eles não tomam Mounjaro como eu, então devem estar com mais fome do que eu. Mas eu agradeço muito o apoio que nunca me faltou, o reconhecimento e a compreensão que nunca me faltaram em casa.

Gostaria novamente de agradecer a todos os presentes e agradecer especialmente a nobreza com que fui tratado por V. Exas., componentes deste Colegiado. Quero agradecer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório elaborado com tanta precisão pelo eminente Senador Aziz e agradecer a Presidência desempenhada superlativamente por V. Exa., Senador Otto Alencar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Os dois Generais e o Procurador podem se retirar. Eu vou convocar os outros que serão sabatinados.

Quero agradecer a V. Exa. e aos dois Generais. Espero que tenham sucesso nas urnas.

Convoco o Dr. Gustavo Afonso Sabóia Vieira. Convoco para chegar à mesa a Dra. Jaceguara Dantas da Silva, Dr. Fabio Francisco Esteves, o Dr. Thiago Roberto Morais Diaz, a Dra. Daiane Nogueira de Lira e o Dr. Edvaldo Nilo de Almeida. Que venham à mesa para a arguição.

Nós faremos a arguição imediatamente e só vamos abrir o painel da Comissão de Constituição e Justiça após a conclusão das arguições que serão feitas aos senhores e às senhoras que acabei de citar.

Portanto, peço ao Plenário que possa cumprimentar os sabatinados que saíram agora, o Dr. Paulo Gonet e os dois Generais, fora do ambiente da Comissão de Constituição e Justiça.

Faço lembrar aos Srs. Senadores e Senadoras que os relatórios dos citados há pouco foram lidos na reunião anterior e foi encerrada a discussão. Então, foi encerrada a discussão e hoje é parte da arguição.

Eu pergunto aos senhores que estão à mesa, se desejam falar ou usar a palavra neste momento.

Dr. Gustavo Afonso Sabóia Vieira? (*Pausa.*)

Bom, nenhum dos indicados deseja usar a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pergunto ao Plenário se tem algum Senador que queira fazer arguição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Não há pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não há pergunta para a arguição, de tal sorte que me dou por contemplado e parabenizo a todos e desejo sucesso nas urnas que serão abertas agora.

Determino a Mesa que abra o painel para a verificação do resultado da votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Todos os indicados foram aprovados.

O Dr. Paulo Gustavo Branco teve 17 votos favoráveis; 10 contra.

O General Anisio David teve 26 votos favoráveis; 1 contra.

O General Flavio Marcus Lancia Barbosa teve 26 votos; 1 contra.

Gustavo Afonso Sabóia Vieira teve 25 votos; 2 contra.

Dra. Jaceguara Dantas da Silva teve 27 votos; nenhum contra. Realmente é uma Doutora que realmente tem capacidade boa de urna, não teve nenhum voto contra.

O Dr. Fabio Francisco Esteves teve 27 votos; zero contra.

Thiago Roberto Morais Diaz teve 26 votos favoráveis; 1 contra.

Daiane Nogueira de Lira, minha querida amiga, teve 26 votos; 1 contra.

E o Dr. Edvaldo Nilo de Almeida, que é do Município de Antas, na Bahia, também muito bom de urna, 26 votos; e 1 voto contra.

Todos os nomes foram aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, nos termos regimentais, peço urgência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Como pede o Senador Randolfe Rodrigo urgência, eu coloco o requerimento de urgência em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras, que aprovam o requerimento de urgência, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai imediatamente ao Plenário do Senado Federal.

Como não há outra matéria a ser analisada, declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 09 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Otto Alencar, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 42ª, 44ª e 45ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4012, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5696, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*ad hoc*), em substituição ao Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CMA. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CMA-CE. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3519, de 2020 - Terminativo -** que: "Denomina 'Hospital Universitário Dr. Papaléo Paes' o Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá – HU UNIFAP." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4354, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece o Festival de Cirandas do Município de Manacapuru, Estado do Amazonas, como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CE (Substitutivo). **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do RISF. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Educação e Cultura n° 45, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o fortalecimento da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Ronaldo Santos ou Diretora Luzi Borges, Representante da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial; representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA; representante da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde- RENAFRO; representante da Rede Afroambiental; representante da ACBANTU; representante da Rede Mulheres de Axé do Brasil." **Autoria:** Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado com alteração para que seja convidado representante do Ministério da Cultura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de outubro de 2025.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 42ª, 44ª e 45ª Reuniões, realizadas em 14 e 15 de outubro.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Antes de entrarmos na pauta, eu gostaria de ressaltar, Senador Flávio Arns, um fato ocorrido na semana passada, do qual eu participei representando a Comissão, que é bastante importante para o país e para nós da educação e que evidentemente terá o envolvimento total da nossa Comissão de Educação, que foi a apresentação do relatório do Plano Nacional de Educação na Câmara dos Deputados.

Houve uma mesa política com a participação do Presidente da Câmara; do Ministro da Educação; da Presidenta da Comissão Especial, Deputada Tabata Amaral; do Relator da matéria, Deputado Moses Rodrigues; e do Deputado Pedro Uczai, Vice-Presidente da Comissão.

Foi feito um compromisso público pelo Ministro Camilo Santana e pelo Presidente Hugo Motta para dar prioridade de tramitação, dar prioridade de esforços para que o plano seja aprovado o mais rápido possível lá, para poder vir para cá em tempo hábil de tramitar e ser aprovado até o final deste ano.

O relatório foi apresentado sumariamente. Eu não fiquei até o final, apenas na exibição dos objetivos. Todos os objetivos constavam no plano do Governo, do Poder Executivo. O que nós indicamos foi a questão da mudança climática e sustentabilidade e mais alguns. Porém, o relatório tem mais de 800 páginas, Senador – eu mesma ainda estou na p. 201, para ser mais precisa –, e requer muita atenção, mas já há estudos de várias entidades que participaram de todo o processo. Todas elas, inclusive, estiveram presentes aqui nas diversas audiências públicas que no ano passado nós realizamos e neste ano renovamos. E talvez, sim, haja necessidade de fazer algumas emendas.

A Deputada Tabata Amaral deu um prazo de seis sessões para a própria Câmara proceder ao processo de emendas. Isso levará, talvez, o plano a só chegar aqui em meados de novembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu pensei de a gente fazer um *petit comité* aqui na Comissão – eu, V. Exa. e a Senadora Dorinha, que acompanhou também lá – para a gente ver o que é que a gente pode adiantar dentro daquele espírito que foi construído no início do processo, quando a gente teve aquela reunião. Seríamos eu, o senhor, o Presidente da Frente Parlamentar, Rafael Brito, e Tabata Amaral – o Moses não pôde vir porque estava com outro compromisso – para a gente andar um pouco, sempre mais e melhor, *pari passu*, para não termos problema de esse plano não ser aprovado até o final do ano, nem ser aprovado atabalhoadamente, nem postegarmos para fevereiro, porque iniciar 2026 sem um plano aprovado vai ser muito difícil. Então, são essas as considerações.

Eu não falei com a Deputada depois, falei lá, fiquei na mesa o tempo que eu pude, mas acho que carece que a Comissão de Educação do Senado tenha algumas iniciativas de articulação, para a gente agilizar quando chegar aqui.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu quero também dizer que concordo, sim, que a gente, de alguma maneira, informalmente, possa articular aqui a Comissão, porque formalmente, lógico, a gente tem que ter a participação de todos e todas.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, sim. Por isso que eu falei *petit comité*. (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, só para olhar, porque afinal, nós já tivemos, agora na sua gestão, inúmeras audiências públicas. Anteriormente, tivemos 20 audiências públicas lá com o plano antigo, mas pensando no novo. E, ao mesmo tempo, depois, já pensando no novo também. Então, acho que isso adianta.

A gente tem que pensar que lá na Câmara é bom também. Às vezes, a gente pensa que é perder tempo. É melhor ganhar esse tempo agora, vendo as questões que possam, assim, ser ultrapassadas, em função de conteúdo ou de redação, ou coisa semelhante, para ganharmos esse tempo depois. Às vezes, sempre fica a impressão de que se está perdendo o tempo. Eu sempre acho que a gente está ganhando tempo. E, ao mesmo tempo, lembrar que da Comissão ainda vai para o Plenário. Então, ainda tem um percurso na Câmara que tem que ser... Mas o processo todo foi, assim, bem desenvolvido, bem participado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E foi rápido, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Foi rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pelo tamanho do projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – E a coisa estava mais madura, assim, eu acho, também, em termos de... Mesmo aqui no Senado, as conclusões estão aí disponíveis, ainda, não é, Andréia? Na página aqui da Comissão de Educação, de todas as audiências. Então, a gente... Vamos dizer, a sociedade toda já participou. Então, eu acho muito bom e muito interessante, não é? Eu concordo com V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ótimo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só quero acrescentar uma coisa, já que, assim, está... Porque ontem eu fiz uma reunião por vídeo com a Universidade Federal da Fronteira Sul. A Fronteira Sul, universidade federal, são dois *campi* no Paraná, Laranjeiras do Sul e Realeza; dois *campi* em Santa Catarina e dois ou três no Rio Grande do Sul. Então, é a Fronteira Sul, não é? São vários *campi* nos três estados. Faz um trabalho muito bom e foi debatida, nesta reunião, a questão do programa, incentivado pelo MEC, já nos anos de 2024 e 2025, na formação continuada do programa Escola em Tempo Integral, Região Sul, 2026.

Mas eu quero dizer que isso não acontece só na Região Sul. Acontece na Região Nordeste, no Norte, no Centro-Oeste, em todas as regiões do Brasil, esse debate. Em 2024 e 2025, o orçamento para esse plano, lá na Região Sul, era de pouco menos de R$4 milhões. Então, não é um orçamento que não possa ser atendido, mas, mesmo assim, foram 2 mil cursistas em 2024, 3,5 mil em 2025 e num trabalho assim muito próximo dos municípios – quero saudar o Senador Confúcio, que está aqui também; é sempre uma alegria revê-lo –, e num trabalho bem articulado com as prefeituras.

E não existe, assim, uma previsão no orçamento de continuidade, de financiamento disso, o que eu acho que seria uma pena. A gente já tem dois anos, 2024 e 2025, até para se criar uma série histórica. E é um orçamento que é pequeno para a Região Sul. Lá R$3,6 milhões acho que foi o orçamento desse ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então o apelo, em primeiro lugar, da universidade, mas eu tenho certeza de que é o apelo do Brasil todo, das outras regiões, é saber a posição do MEC em relação a isso, para que o MEC se posicione, assim, para dizer: "Olhe, não, não se preocupe porque vai ter orçamento". Se não houver orçamento lá na Região Sul, até a gente propôs: nós temos nove Senadores, se cada um colocar uma emenda individual de R$400 mil, coisa assim, nove vezes quatro, daria uns R$4 milhões também para soma, para a mesma emenda.

Mas o que eu quero, pelo menos, sugerir a V. Exa., se o Plenário concordar, é que a gente pudesse pegar o documento deles e oficiar para o MEC...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, reforçar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... para o MEC, assim, se posicionar, para, pelo menos num primeiro momento, sabermos o que o MEC está pensando em relação a essa iniciativa, que é importante, porque educação em tempo integral... Daqui para a frente, a gente tem que buscar esse objetivo, seja na própria escola ou em articulação com iniciativas da sociedade, o que é importante também.

Então, é o apelo que eu faço a V. Exa., Sra. Presidente, porque eu acho que é uma coisa justa, boa, quer dizer, aqui é da Região Sul, mas eles deixaram bem claro que é uma questão do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nacional.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Se forem cinco regiões vezes cinco, nós estamos falando – eu não sei qual é o orçamento – de R$20 milhões para o Brasil, o que, convenhamos, não dá para ser feito.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

A proposta do Senador é que a gente endosse esse documento feito pelas universidades da fronteira sul, que diz respeito à permanência de um programa de formação para ampliação das escolas em tempo integral.

No Plano Nacional de Educação, a meta é 50% até o final do plano. Eu apresentei uma PEC, que veio do nosso debate interno – peço para quem não assinou, assinar; falta pouca gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

assinar para tramitar, Senador –, que trata separadamente do plano, porque ela vai, evidentemente, criar novas fontes de recursos para que esteja universalizada a oferta de educação em tempo integral até 2035. A gente avança do que está previsto no plano. E, como é uma PEC, evidentemente – isto eu discuti com o Camilo – novas fontes de recursos vão ter que ser indicadas, o que é um destaque que eu fiz lá na audiência da apresentação do Plano Nacional.

O plano ainda não tem o custo que a Comissão pediu para levantar: o custo do plano durante dez anos não foi entregue ainda. Mas que novas fontes de recursos a gente pode ter na educação além do que já tem? Os vinculados, os *royalties* do petróleo, que eu acho que já foram ou já estão indo, e o PIB.

Não sei o posicionamento do Relator. Acho que não chega a 10% conforme a Conae previu, mas nós podemos ter novas fontes de recursos, sim. Podemos criar fundos específicos para isso. Então, acho que é muito bem-vinda, Senador. Se não houver nenhum óbice, a gente faz o apoiamento e manda para o MEC esse pedido. Certo?

Boas-vindas à Senadora Zenaide, boas-vindas ao Senador Confúcio!

Nós vamos passar direto à pauta, se não tiver mais ninguém que queira se posicionar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eu queria falar...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Pela ordem.) – Quando a gente fala em educação, a gente fala na prevenção da violência, porque isso não é inventar a roda. O mundo que quis reduzir a violência colocou educação pública em tempo integral, de qualidade, para as suas crianças e jovens. Isso é tão sério, que, quando eu vejo aqui projetos de lei para aumentar a pena ou para reduzir a idade de se ir para a cadeia, eu me lembro assim... Aqui a Senadora não está defendendo quem cometeu o crime, viu, gente? Quem comete crime tem, sim, que ser retirado da sociedade. Agora, isso é muito ironia, pais e mães que estão nos ouvindo. Mesmo sabendo que, se não colocarmos nossas crianças e nossos jovens numa escola pública de qualidade em tempo integral, o Estado nega isso, não é em todos os governos. Ninguém investiu, porque a gente pode botar o melhor projeto de lei, se não colocar no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

orçamento, Flávio, Confúcio, isso não existe, deixa de existir. E é esse Estado que negou essa educação à criança e ao adolescente, é esse Estado que vai punir, colocar na cadeia antes, aumentar o prazo de a criança estar lá dentro. Está entendendo?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Hã-hã.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Além do mais, a gente sabe que essas instituições de ressocialização... Eu trabalhei como médica e via isso. Essas crianças não têm ressocialização. Elas são massacradas lá dentro do mesmo jeito. Então, tudo que for neste país a favor de uma educação pública de qualidade...

E outra coisa, gente: povo educado é prevenção da doença. Povo educado é povo sadio, é povo que acredita na ciência, é povo que vacina os seus filhos, porque sabe que a ciência estudou, porque tem certeza e conhecimento de que quem aumentou a vida média do ser humano no mundo foi vacina e água tratada.

Aí eu vejo aqui os projetos de lei para a gente ter água tratada nas escolas, sejam quilombolas, sejam escolas indígenas, mas, gente, precisamos botar no orçamento. E como botar no orçamento? Eu queria dizer aqui ao Brasil que, quando a Receita Federal arrecada, não é para os auditores nem é para outras pessoas que não sejam para a saúde, para a educação, para a segurança pública.

Sabe quanto é destinado no orçamento deste país há anos para a segurança pública? Menos de 0,5% – é 0,25%. Alguém quer me dizer como se faz esse milagre? Para isso, nós temos que copiar o mundo civilizado, que olha o ser humano, que defende as três formas de vida. Nós precisamos arrecadar e vamos arrecadar de quem ganha mais.

Como não permitir que se arrecadem impostos de jogos? Por mim, eles nem existiriam, porque, se você quiser acabar com a vida de um jovem e da de sua família, dê-lhe um vício, seja ele qual for. Não podemos arrecadar de bancos, de sistema financeiro que fica com mais de 40% do orçamento da nona economia do mundo? Na CMO, você senta... Quem fica com mais da metade do orçamento deste país é o sistema financeiro que nem senta à mesa. Esse mesmo sistema cobra juros extorsivos de 420% ao ano dos brasileiros – que, nos países de origem, é 3% –, e não se pode cobrar imposto.

Gente, quando se cobra imposto, é para a saúde... Vamos lembrar ao povo brasileiro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vinculado: saúde e educação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Saúde, educação, assistência social e...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – É isso que se faz.

Temos que falar sobre isso, e eu vou falar todos os dias, porque aqui tem uma PEC circulando, limitando os juros dos cartões de crédito e cheques especiais a três vezes a taxa Selic, que já é 45%. Não mexe com a política monetária do Banco Central, porque ela bota essa taxa Selic na altura que ele quer, mas já seriam 45% ao ano e 420%... E aí é onde a gente vai arrecadar.

Dois, deixe-me falar sobre renúncias fiscais bilionárias...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só peço a V. Exa. que conclua.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Estou concluindo.

Renúncias fiscais bilionárias feitas por este Congresso todos os meses. Eu estou fazendo questão aqui de mostrar o Projeto de Lei 596, de 2013, que faz uma renúncia fiscal bilionária para grandes empresários, bancos, que, em março de 2025, já era de 20 bilhões. E nós vamos nos calar? Vamos não. Tem que arrecadar para fazer o que está na Constituição: saúde e educação são direito de todos e dever do Estado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadora.

Sem sombra de dúvida, taxar BBB é fundamental, e a gente está com essa chance nas mãos. Acho que nesta semana a gente caminha, não é, Senador Confúcio? É por aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dando prosseguimento, a presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão. Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos que existem na pauta de hoje e que exigem votação nominal.

O item 1 fica retirado de pauta, a pedido da Relatora.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4012, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Passamos imediatamente para o item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 5696, DE 2023

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CMA.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, com parecer favorável ao projeto com as Emendas de Redação nºs 1 e 2-CMA.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A autoria é da Câmara dos Deputados, da Deputado Duda Salabert.

O relatório é do Senador Alessandro Vieira.

Eu consulto o Senador Confúcio Moura sobre se pode fazer a relatoria *ad hoc* pela ausência do Senador Alessandro Vieira.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO) – Perfeitamente, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

Então, concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Em exame na Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei 5.696, de 2023, da Deputada Federal Duda Salabert, que altera a Lei 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), e a Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, para garantir o acesso à água potável nas instituições de ensino. O projeto também é assinado pelas Deputadas Federais Tabata Amaral, Camila Jara e Socorro Neri e pelos Deputados Federais Duarte Jr., Amom Mandel e Pedro Campos.

Eu solicito a V. Exa. permissão para ir direto à análise.

À Comissão de Educação e Cultura compete, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre normas gerais de educação, cultura e ensino, instituições educativas e culturais, bem como sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Estes são os temas tratados no projeto de lei em análise.

A constitucionalidade da proposição é inequívoca: cabe à União estabelecer normas gerais sobre educação e ensino, conforme o art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. Não há reserva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de iniciativa sobre a matéria, tampouco limitação quanto à possibilidade de veiculação por lei ordinária.

Ademais, a educação é direito social previsto no art. 6º da Constituição, de modo que assegurar melhores condições de ensino no Brasil é dever do Poder Público e da sociedade. Além disso, a jurisprudência constitucional tem reconhecido a legitimidade da normatização federal quando voltada à garantia do núcleo essencial de direitos fundamentais, especialmente em matéria educacional.

Quanto à juridicidade, o PL inova no ordenamento sem contrariar qualquer parâmetro do arcabouço normativo aplicável.

No mérito, conforme já destaquei na CMA, trata-se de projeto atual e necessário. Reitero aqui os pontos que apresentei naquela Comissão, segundo o Relator Alessandro Vieira.

O Censo Escolar de 2023, coordenado pelo Inep, revelou que mais de 1 milhão de crianças e adolescentes frequentam escolas sem acesso adequado à água potável no país – vejam bem, gente: 1 milhão de crianças sem água. Das 7,7 mil escolas com acesso precário a recursos hídricos, 3 mil não dispõem de qualquer fonte de água. Trata-se de dado alarmante: estamos falando de instituições em que os estudantes carecem do mínimo indispensável – água para beber.

O levantamento também mostrou que parcela significativa dessas escolas está localizada em áreas rurais, sobretudo em terras indígenas, assentamentos rurais e comunidades quilombolas. Contudo, o problema também atinge regiões urbanas: aproximadamente 2 mil escolas urbanas apresentam acesso inadequado a recursos hídricos.

O abastecimento de água potável e o esgoto sanitário são componentes essenciais do saneamento básico, fortemente associados à saúde e à qualidade de vida. Um estudante sem acesso à água não consegue sequer saciar sua sede, o que, em um país de clima tropical, já compromete de forma grave seu desenvolvimento, sua capacidade de aprender e até de brincar. Além disso, a falta de água adequada eleva a incidência de doenças e o consequente afastamento escolar.

Constatar que milhares de escolas carecem de acesso adequado à água significa reconhecer que muitas de nossas crianças não estudam em ambiente hígido e saudável. Essa realidade é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inaceitável. É justamente o que o PL 5.696, de 2023, de autoria da Deputada Duda Salabert, busca transformar.

A proposição inclui na LDB a obrigação de o Estado brasileiro assegurar às escolas públicas a infraestrutura sanitária adequada, bem como acesso à água potável. No Brasil, infelizmente, o óbvio precisa ser dito – e precisa ser escrito –: escolas públicas que atendem estudantes em situação de vulnerabilidade precisam, para seu funcionamento mais básico, de água potável e infraestrutura sanitária.

A CMA (Comissão de Meio Ambiente), ao avaliar, em 2023, a política pública de saneamento ambiental, sob a minha relatoria, Confúcio Moura, concluiu que a desigualdade regional em relação ao saneamento básico é alarmante e constitui uma das principais causas da persistência de outros fatores de marginalização social. Tal quadro, associado à precariedade do saneamento nas escolas, representa um duro golpe na esperança de que crianças pobres alcancem melhores condições de vida.

A proposição em exame aperfeiçoa não apenas os aspectos programáticos da LDB, mas também incorpora dispositivos concretos para enfrentar a realidade inaceitável.

Eu vou saltando alguns tópicos, para não repetir.

As alterações propostas abrangem: i) a inclusão da garantia de acesso à água tratada e potável como diretriz essencial da alimentação escolar; ii) a atribuição a estados, Distrito Federal e municípios da responsabilidade de implementar infraestruturas e ações emergenciais de saneamento básico no âmbito da Política de Alimentação Escolar; e iii) a vinculação dos recursos financeiros do PDDE à efetivação do acesso à água tratada e potável nas instituições de ensino.

Vou saltar este parágrafo, porque ele já foi falado. Eu vou para o último parágrafo.

No art. 2º, optou-se por evitar possíveis ambiguidades entre os termos “água tratada” e “água potável”, que poderiam dificultar a fiscalização, além de se suprimir a menção desnecessária ao Ministério da Saúde. No art. 17, substituíram-se os verbos “promover” e “executar” por “implementar”, conferindo maior objetividade e clareza ao comando legal. Por sua vez, quanto ao art. 23, o parágrafo único foi desdobrado em dois parágrafos distintos, de modo a organizar melhor os comandos normativos e tornar a redação mais precisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em conclusão, a proposição legislativa institui medidas essenciais para assegurar que nossos estudantes, sobretudo os mais vulneráveis, tenham condições adequadas de permanência na escola. Sem um ambiente escolar hígido, não é possível garantir educação de qualidade. As emendas aprovadas pela CMA aperfeiçoaram tecnicamente o projeto, tornando seu texto mais preciso e objetivo. Reconhecemos que a implementação das medidas previstas demandará esforços coordenados entre os entes federados e poderá requerer regulamentação posterior para definir critérios de apoio técnico e financeiro, prazos de adequação e procedimentos de fiscalização.

Contudo, a urgência da situação enfrentada por mais de 1 milhão de estudantes brasileiros que frequentam escolas sem acesso adequado à água potável justifica a aprovação da matéria, confiando-se que o Poder Executivo, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecerá os mecanismos necessários para viabilizar a efetiva implementação da lei em todo o território nacional, respeitando as capacidades dos entes responsáveis e as especificidades regionais.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do PL 5.696, de 2023, com as Emendas nºs 1-CMA e 2-CMA, ambas de redação.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Confúcio.

O relatório e a matéria estão em discussão.

Senador Flávio Arns, para discutir a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Rapidamente, eu diria que é uma vergonha a gente estar discutindo o fato de que uma escola tem que ter água potável. Eu digo, é o óbvio, eu me admiro da vergonha que um Prefeito deva ter, um Governador tenha que ter inaugurando uma escola sem água potável. É um absurdo! O Brasil inteiro vai dizer que é um absurdo, porque isso gera doença, gera problema e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, ao mesmo tempo, a importância do CAQ, que é o Custo Aluno Qualidade e que foi aprovado no Sistema Nacional de Educação e na lei do Fundeb. O que uma escola tem que ter obrigatoriamente para ser considerada uma escola? Tem que ter luz, água, sala de aula, equipamentos, carteiras, biblioteca, quadra de esporte e assim por diante.

Então, é óbvio que a gente tem que aprovar o projeto de lei, mas devemos nos sentir envergonhados ao mesmo tempo que 1 milhão de crianças, conforme foi colocado, de 3 mil escolas, inclusive urbanas... das 3 mil, mil urbanas sem água potável... Então, isso é um alerta para dizer: olha, CAQ, tem dinheiro, financiamento do Fundeb é para tudo isso também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

Para discutir a matéria, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para discutir.) – Só que a gente já sabe disso, o que é um absurdo, mas acontece. E a um projeto de lei desse a gente tem que dar visibilidade para a população, que, na maioria das vezes, não cobra, porque não tem conhecimento dos seus direitos. Quando se fala de Paulo Freire, que esteve em Angicos, no meu interior, eu digo: o maior mérito de Paulo Freire foi mostrar para aquele povo em extrema miserabilidade que eles não eram pobres ou estavam com fome porque Deus quis, mas, sim, porque o Estado brasileiro não se preocupava em oferecer educação para eles. Então, cabe a nós aqui dar visibilidade.

É possível, sim, gente; precisa de vontade política, vontade política para aprovar esse projeto de lei, vontade política para angariar recursos, para oferecer o mínimo: água potável.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senadores.

São as coisas absurdas que a gente tem que mostrar que são, para poder corrigi-las.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A matéria foi aprovada, e o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Meio Ambiente.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3519, DE 2020

- Terminativo -

Denomina "Hospital Universitário Dr. Papaléo Paes" o Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá – HU UNIFAP.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - RO. Como Relator.) – Eu vou simplificar bastante, Sra. Presidente, porque, mesmo antes de ler, eu já concordo com o projeto. Papaléo passou por aqui, foi Senador com a gente, médico; conheci o Papaléo Paes, pessoa brilhante, maravilhosa. O Davi Alcolumbre é o autor desse projeto maravilhoso.

Vem ao exame desta Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei 3.519, de 2020, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que denomina "Hospital Universitário Dr. Papaléo Paes" o Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá.

A proposição contém dois artigos. O primeiro institui a referida homenagem, enquanto o segundo estabelece a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do disposto pelos incisos I e II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, acerca de normas gerais sobre cultura, diversão e espetáculos públicos e homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Ainda segundo o Risf, conforme estabelecido no inciso I dos arts. 49 e 91, foi confiada à Comissão de Educação a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

No que tange à constitucionalidade formal do projeto, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

Nesse sentido, notamos que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura, conforme inscrito no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

Revela-se legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Por fim, mostra-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Igualmente, atende ao disposto na Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que proíbe a atribuição do nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

No mérito, o projeto também merece acolhida. João Bosco Papaléo Paes nasceu no dia 27 de agosto de 1952 em Belém, no Estado do Pará. Formou-se em Medicina aos 24 anos, na Universidade Federal do Pará, e se especializou em cardiologia no Rio de Janeiro. Desde a sua juventude, radicou-se no Estado do Amapá, onde atuou como médico cardiologista. Assumiu a direção do Hospital Geral de Macapá e o cargo de Secretário de Estado da Saúde na gestão de Annibal Barcellos.

Papaléo foi eleito Prefeito de Macapá em 1992, Vice-Governador em 2015 e teve mandato no Senado de 1º de fevereiro de 2003 a 2011. Político atuante ao longo de várias décadas e médico dedicado, morreu em 25 de junho de 2020, vitimado por complicações decorrentes da covid-19, deixando a esposa, a médica Josélia Martins Papaléo, e duas filhas.

A atribuição do nome do Dr. Papaléo Paes ao Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá busca deixar registrada a história desse nobre cidadão, que tanto fez pelo estado ao qual dedicou toda a sua vida.

O voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto nº 3.519, de 2020.

É esse o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

O relatório é pela aprovação.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal e realizada em bloco com o próximo item, que é o item 4 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4354, DE 2025

- Terminativo -

Reconhece o Festival de Cirandas do Municipio de Manacapuru, Estado do Amazonas, como manifestação da cultura nacional.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

A Relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes.

O relatório é pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Consulto o Senador Flávio Arns se pode fazer a relatoria *ad hoc*?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois não, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Se V. Exa. permitir, passo à análise, dizendo, inicialmente, que o projeto está de acordo com os preceitos constitucionais, legais e regimentais.

Passo diretamente ao mérito.

No que diz respeito à juridicidade, devemos recordar que, em 2024, entrou em vigência o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura (SNC) – quero cumprimentar o pessoal do Ministério da Cultura que está aqui presente –, Lei nº 14.835, de 2024.

O Sistema Nacional de Cultura tem o objetivo de garantir direitos culturais, prevendo princípios para as políticas públicas de cultura e deveres para o Estado no âmbito cultural. Para tanto, cria um regime de colaboração entre os entes federativos, com gestão conjunta das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas de cultura, em conformidade com o disposto no §3º do art. 216-A da Constituição Federal.

Dessa forma, sugerimos emenda para alterar a redação do art. 2º da proposição, que adota, de forma genérica, a expressão "política nacional de preservação das manifestações culturais brasileiras" e estabelece deveres ao poder público, para nos referirmos expressamente aos deveres do Estado previstos no sistema, os quais são mais amplos e protetores, beneficiando, consequentemente, a manifestação que se busca homenagear com este projeto de lei.

O texto apresenta técnica legislativa apropriada.

No mérito, da mesma forma, o parecer é favorável ao projeto.

O Festival de Cirandas do Município de Manacapuru representa uma das mais autênticas e vigorosas manifestações da cultura popular amazônica. Com quase três décadas de existência, o festival consolidou-se como expressão profundamente enraizada na memória coletiva e na vivência comunitária da população manacapuruense. A ciranda, nesse contexto, não se limita a uma prática artística: é, sobretudo, um instrumento de afirmação cultural, de transmissão de saberes tradicionais e de fortalecimento dos laços sociais.

As três vertentes que compõem o festival, Ciranda Tradicional, Flor Matizada e Guerreiros Mura, desenvolvem enredos cênicos e musicais que resgatam elementos históricos, míticos e cotidianos da região, homenageiam festas religiosas, narram episódios ligados à ancestralidade indígena e exaltam a beleza natural e humana da Amazônia.

Cada apresentação articula coreografia, música, indumentária e cenografia, em um espetáculo de grande potência estética e simbólica, revelando a capacidade criativa do povo manacapuruense e sua íntima conexão com o território.

O reconhecimento do Festival de Cirandas como manifestação da cultura nacional é medida que contribui para a valorização e preservação de um patrimônio imaterial de elevado significado. Além de assegurar visibilidade institucional a essa expressão cultural, a medida reforça a importância das culturas regionais na composição do patrimônio cultural brasileiro, tal como disposto no art. 216 da Constituição Federal.

Ao celebrar o Festival de Cirandas, reafirma-se o compromisso com a diversidade cultural e com a proteção das manifestações que integram a alma do povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o Senador Astronauta Marcos Pontes, que é o Relator, e eu sou Relator *ad hoc*, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.354, de 2025, com a emenda substitutiva que apresentamos, que vem descrita, reconhece como manifestação da cultura nacional o Festival de Cirandas, realizado no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica reconhecido como manifestação da cultura nacional o Festival de Cirandas, realizado no Município de Manacapuru, no Estado do Amazonas.
Art. 2º É dever do Estado proteger e promover o Festival de Cirandas de Manacapuru, no Estado do Amazonas, nos termos da Lei nº 14.835, de 4 de abril de 2024.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

O projeto está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, nós vamos passar agora, antes do requerimento, à votação nominal, em bloco, dos Itens nº 3 e nº 4.

Solicito à Secretaria que abra a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Em votação as seguintes matérias, nos termos dos relatórios apresentados: PL 3.519, de 2020; PL 4.354, que acabou de ser relatado, de 2025.

Os Senadores que votam com os Relatores votam "sim".

Enquanto procedemos à coleta de votos, eu vou para o último item da pauta, que é um requerimento, o requerimento assinado pela Senadora Augusta Brito.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 45, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o fortalecimento da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Ronaldo Santos ou Diretora Luzi Borges, Representante da Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos do Ministério da Igualdade Racial; representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana - FONSANPOTMA; representante da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde- RENAFRO; representante da Rede Afroambiental; representante da ACBANTU; representante da Rede Mulheres de Axé do Brasil.

Autoria: Senadora Augusta Brito (PT/CE) e outros

E eu gostaria de acrescentar, porque acho, Senador, que a matéria também é pertinente, um representante do Ministério da Cultura, de acordo com como essa matéria está localizada na organização do Ministério da Cultura.

A sustentação da Senadora será rapidamente lida por mim, porque ela não está presente.

Baseia-se na importância da Política Nacional para Povos de Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto nº 12.278, de 29 de novembro de 2024.

Busca implementar medidas intersetoriais para a garantia dos direitos desses povos e comunidades, com base no reconhecimento, no respeito, na superação do racismo e na valorização da cultura e da memória dos afrodescendentes.

Esse reconhecimento, da maneira como a Senadora propõe, destaca que a realização de uma audiência pública configura oportunidade para discutir os desafios para implementação das mais de 90 ações previstas no plano de ação para o biênio 2025-2026, que contempla três eixos, descritos abaixo:

- direitos socioculturais e cidadania: ampliação do acesso a direitos fundamentais e fortalecimento da cidadania;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- enfrentamento ao racismo religioso: proteção aos praticantes de religiões de matriz africana e seus espaços sagrados;

- fortalecimento territorial e inclusão produtiva: apoio ao desenvolvimento sustentável e à segurança dos territórios de terreiro.

O relatório traz ainda algumas nuances de justificativa, mas, em tese e sinteticamente, foi o que eu li.

O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, o requerimento está aprovado.

Nós ficamos no aguardo do quórum para as duas matérias terminativas.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu quero aproveitar o tempo que a gente tem – inclusive eu vou, na sequência, com muito prazer, conversar com eles – e quero destacar a presença do Henry Xavier, que está aqui ao fundo, até poderia levantar a mão, e, ao lado dele, a Yasmin Albuquerque. Tanto o Henry como a Yasmin fazem parte da Unilehu de Curitiba.

A Unilehu, vale a pena destacar para o Brasil, é a Universidade Livre para a Eficiência Humana. Eles se dedicam a um conjunto de áreas educacionais essenciais, importantes, mas particularmente para a formação da pessoa com deficiência para o mundo do trabalho, numa grande articulação com setores produtivos, com entidades, com famílias. Um trabalho já de décadas lá no Paraná, de muita qualidade, muitas empresas e setores produtivos vão à Unilehu para a formação, a habilitação, a capacitação da pessoa com deficiência para exercer com qualidade o trabalho para o qual vai ser essa pessoa contratada.

Então, vale a pena, eu diria para o Brasil, entrar na página da Unilehu – no final é "h" e "u", Unilehu. O "lehu" é com "h" e "u" no final – para ver a maneira como eles fazem o trabalho, o sucesso que vêm obtendo, a credibilidade que conseguiram e que merecem, assim, alternativas semelhantes.

Lógico, ter uma ideia, uma referência de algo que acontece bem e a gente sabe que, na área da pessoa com deficiência, um dos grandes desafios é a preparação para o exercício do trabalho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quer dizer, a inclusão, o acompanhamento, o sucesso nessa participação. A Unilehu – universidade, como eu coloquei, universidade da eficiência humana – (Universidade Livre para a Eficiência Humana) faz isso com muita competência, dedicação, amor à causa e com pessoas comprometidas.

Então, eu quero, para a Unilehu, através do Henry Xavier e da Yasmin Albuquerque, mandar um grande abraço e dizer da alegria de tê-los aqui na Comissão de Educação, que justamente é educação para o trabalho.

Parabéns, então, da nossa parte para a instituição! É uma alegria tê-los no Plenário desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu também dou as boas-vindas aos dois representantes da Unilehu, acho um destaque muito importante.

Nós estamos discutindo também, Senador Flávio Arns, no âmbito das universidades federais, um processo que já existe, mas que precisa ter mais visibilidade e mais eficiência, que são as comissões ou núcleos, alguns podem até enveredar por uma pró-reitoria, quem sabe, de acessibilidade e inclusão, preparar melhor os espaços das universidades públicas para isso.

Ontem eu estive em uma conferência *online* também com a Andifes. O conselho se reuniu, eu participei da reunião, visando a gente ampliar essas experiências, que são experiências que certamente nos ajudam a compreender melhor essa política de acessibilidade e de inclusão vinculada ao mundo.

O senhor fala de preparação profissional, da articulação com a sociedade e isso é muito importante. É aqui mesmo o lugar de debater isso, não é, Senador? É aqui, em nossa Comissão.

Sejam bem-vindos.

Estamos aguardando.

O requerimento da Senadora Augusta está aprovado, com o acréscimo do Ministério da Cultura.

Vamos aguardar o quórum para os dois itens terminativos. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria para abrir o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Aprovados os projetos, por unanimidade, nos termos dos relatórios apresentados ao PL 3.519, de 2020, e ao PL 4.354, de 2025.

O substitutivo aprovado ao PL 4.354, de 2025, será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e de todas e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Paulo Paim, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Wilder Morais e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 37/2025 - CE, de autoria do Senador Izalci Lucas (PL/DF) e do Senador Wellington Fagundes (PL/MT), e REQ 38/2025 - CE, de autoria da Senadora Zenaide Maia (PSD/RN). **Finalidade:** Debater a PEC 1/2025, que "Altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida (RCL) da União". **Participantes:** Sra. Gicileide Oliveira, Presidente da Associação de Diretores e Ex-diretores das Escolas Públicas do Distrito Federal (ADEEP-DF); Sr. Gilson Cristóvão dos Santos, Conselheiro Fiscal da Associação de Pais e Alunos do Distrito Federal (ASPA-DF); Sra. Márcia Gilda, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF); e Sr. David Rebelo Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Ministério da Fazenda. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de outubro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a PEC 01, de 2025, que altera a Constituição Federal para garantir que os recursos transferidos pela União ao Fundo Constitucional do Distrito Federal sejam corrigidos anualmente pela variação da receita corrente líquida da União, em atenção ao Requerimento nº 37, de 2025, de minha autoria, em conjunto com o Senador Wellington Fagundes, e ao Requerimento nº 38, de 2025, de autoria da Senadora Zenaide Maia.

Convido para tomarem assento os seguintes convidados: a Sra. Gicileide Oliveira, Presidente da Associação de Diretores e Ex-Diretores das Escolas Públicas do Distrito Federal (Adeep-DF)...

Podem bater palmas para ela, para animar aqui. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Gilson Cristóvão dos Santos, Conselheiro Fiscal da Associação de Pais e Alunos do Distrito Federal – seja bem-vindo, Gilson! (*Palmas.*)

Convido também a Sra. Márcia Gilda, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. David Rebelo Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Ministério da Fazenda. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Informo também que foram convidados a Sra. Hélvia Paranaguá, Secretária de Educação do DF; a Sra. Sônia Vilarindo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Políticas Públicas e Gestão Educacional do DF; e representante também do Ministério do Planejamento e Orçamento, que não puderam comparecer a esta audiência e justificaram sua ausência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800 0612211 – repito: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. No fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, eu quero fazer aqui uma apresentação e explicar um pouquinho o porquê dessa PEC 01, de 2025, a importância dela aqui para o Distrito Federal. (*Pausa.*)

Bem, a PEC visa alterar realmente a Constituição de 1988. No art. 21, ela diz que compete à União manter e organizar a polícia civil, a polícia militar, os bombeiros, e auxiliar no funcionamento da educação e da saúde. Isso é o que está previsto na Constituição.

Então o fundo constitucional realmente é a garantia dos recursos da União para as áreas essenciais do DF, como saúde, segurança, educação. Cerca de 40% da receita ordinária do DF hoje vem do fundo constitucional. Brasília não arrecada com embaixadas, prédios e terrenos públicos, além de veículos oficiais da União e organismos estrangeiros.

O Brasil financia suas capitais desde 1500; então desde Salvador, Rio de Janeiro. Quem sempre bancou as despesas da capital sempre foi a União. Então, de 1549 a 1763, a capital era Salvador, quem bancava era exatamente o Império Português. Custeava lá os militares, os técnicos, todo mundo. Depois, de 1763 a 1960, Rio de Janeiro, mesma coisa, a União sempre bancou todos os gastos, custeio e investimento. De 1960 a 1988, Brasília capital, a União sempre custeou tudo também, o planejamento, a construção, a realocação para a nova capital, rodovias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

todos, empregos, moradia, salário, tudo era pago pela União. Vejam bem que é de 1960 a 1988, para ficar claro que a Constituição nossa é de 1988.

Foi promulgada então a Constituição de 1988, em que está, lá no seu art. 21, que define a União como responsável por manter – inclusive, isto está na Constituição, manter – e organizar a segurança pública e prestar auxílio financeiro à execução de serviços públicos. É o que está na Constituição.

Bem, de 1990 a 2002, Brasília teve já o seu primeiro Governador eleito. Só foi eleito em 1990. Então em 1988, nós não tínhamos Governador eleito. Os Governadores, até então, eram indicados pela União. Então é muito importante entender esse período aí, que foi fundamental. Bem, o que foi que aconteceu de 1990 para cá, quando foi eleito o nosso Governador? O primeiro Governador eleito foi Joaquim Roriz, depois foi Cristovam, não é?

O que aconteceu? Todo mês, eles tinham que ir lá ao Ministério da Fazenda ou lá ao Palácio do Planalto para poder realmente pagar as contas. A segurança não tinha muito problema, porque a folha era feita pelo próprio ministério, então era automático praticamente. Mas, para pagar educação e saúde, todo mês, o Governador tinha que ir lá pedir, com um pires na mão. E vocês sabem politicamente o que acontece quando você tem oposição, Governo de oposição. Aí o cara enrola: "Semana que vem, mês que vem, volta mais tarde, não está aqui, não sei o quê". Então, durante muito tempo, até 2002, ou seja, de 1990 até 2002, nós tivemos esse período aí, muito difícil para quem governava o DF.

Então foi criada uma lei, de 2002, que cria o fundo constitucional, que garante os recursos federais para saúde, segurança e educação do DF. Em 2009 também, há uma lei federal que determina aqui a quantidade de policiais que nós deveríamos ter, a 12.086, policial civil, militar e bombeiro.

Bem, o fundo constitucional, hoje... Vocês acompanharam, em 2023 e 2024, as ameaças que recebemos de ter o nosso fundo modificado em termos de correção, porque a lei do fundo constitucional, quando foi criada, estabeleceu um valor de R$2,9 bilhões, inicialmente, e esse valor seria corrigido pela receita corrente líquida, ou seja, se aumentou a receita do Governo Federal, o mesmo percentual da receita corrente líquida aumenta o fundo constitucional. Então, vocês vão ver depois a evolução disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu em 2023? Em 2023, o Governo encaminhou para cá um projeto de lei mudando o arcabouço fiscal, corrigindo o fundo pela inflação. Nós chegamos a perder a votação na Câmara, porque na Câmara são 513 Deputados e nós temos 8 Deputados aqui do DF. Então, a gente perdeu, assim, a votação, apesar dos argumentos colocados.

Quando chegou ao Senado, como no Senado são três Senadores de cada estado, a gente conseguiu aqui... Eu fiz um cálculo mostrando, realmente, que, se a gente aplicasse o que eles estavam propondo desde o início do fundo, nós estaríamos recebendo hoje a metade do que recebemos. Então, em função desse e de outros argumentos que foram usados, e também das articulações que foram feitas, a gente conseguiu, então, sobreviver e manter a receita corrente líquida.

Em 2024, novamente veio uma mudança, um projeto mudando também o critério de correção. Esse aí nem passou na Câmara, já morreu na Câmara, mas, de qualquer forma, a lei do fundo constitucional é uma lei ordinária. Uma lei ordinária significa o seguinte: por exemplo, aqui no Senado nós temos 81 Senadores; para mudar uma lei ordinária, basta ter, no Plenário, 41, que é a maioria, e, se a maioria desses 41 votarem contra ou a favor, é vencedora. Então, é muito vulnerável. É por isso que nós estamos colocando, na PEC, essa obrigação da correção da receita corrente líquida, que está na lei hoje, mas tirando de uma lei ordinária e botando em uma emenda constitucional, porque, para você modificar uma emenda constitucional, você tem que ter quórum qualificado. Então, é diferente, tem que ter muito mais votos para você realmente fazer qualquer modificação. Por isso, a importância de estar no texto da PEC essa questão.

Bem, Brasília – todo mundo sabe – foi criada para a estimativa de 500 mil habitantes. Hoje nós temos mais de 3 milhões de habitantes. Então, para vocês terem ideia, essa lei de que eu falei, lá de 2009, que é a 12.086, estabelecia que Brasília, em 2009, deveria ter 18 mil PMs (policiais militares), em torno de 9 mil bombeiros e 9 mil policiais civis. Hoje nós temos a metade disso. Nós temos 10 mil policiais militares. Quantos anos depois?

Então, a cidade cresceu muito e nós, em vez de aumentar o número de policiais, reduzimos para quase a metade do que deveria ser em 2009. Então, esses assassinatos aí – vocês viram a questão do Isaac, na sexta-feira, nesse final de semana – foram exatamente isto: falta de contingente policial. Nós temos hoje o menor contingente da história do Distrito Federal e vou explicar por que nós temos isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, olhem só o nosso contingente hoje, o que eu estava explicando aqui: PMs, de 18 mil, nós temos 10.692; bombeiros, de 9,7 mil, temos 5,9 mil; e policiais civis seriam 8,9 mil e nós temos 4,5 mil. Então, estamos muito defasados com relação a isso.

Então, o que é a PEC do fundo? O que nós estamos fazendo é o seguinte... Porque, vejam bem, para vocês entenderem: em 1988 foi a Constituição, a Constituição é de 1988. Não tinha eleição em Brasília para Governador, por isso é que no art. 21 está escrito que compete à União manter e organizar a polícia civil, a polícia militar e os bombeiros – manter e organizar. Quem organiza a segurança pública dos estados são os Governadores, mas essa redação está na Constituição porque, naquele momento, até 1988, quem indicava o Governador era a União. Portanto, como o Governador era da União, era indicado pela União, ficou o texto da Constituição.

Só que, em 1990, veio a eleição para Governador e ficou essa incoerência do texto da Constituição com a prática, porque em todos os estados quem define reajuste, quem define concurso, quem resolve a questão da organização da segurança é o Governo local, o Governador.

Então, vocês vão ver as consequências disso aí. Olhem lá: a Constituição hoje diz que compete à União:

> XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio [Aí, a lei do fundo constitucional, estabelece, então, a questão].

Ali está bem pequenininho a PEC, mas o que nós modificamos na PEC? Nós simplesmente, no XIV, em vez de organizar e manter, a gente colocou... Eu não estou enxergando direito, mas, de qualquer forma, foi assim: financiar o Distrito Federal para manter e organizar, ou seja, o texto é o mesmo, só que na prática ele transfere o recurso para o GDF manter e organizar, porque quem mantém e organiza é o estado. Então, a gente está corrigindo isso, que é exatamente a correção do texto da Constituição. E colocamos embaixo, o que está em amarelo, exatamente que a correção seja o que está na lei hoje pela receita corrente líquida. Então, essa é a proposta da modificação.

O que está acontecendo, para vocês terem ideia? O que acontece hoje em qualquer reajuste? Nós estamos nos deparando com isto: por exemplo, no caso da... Eu já fiz audiência com a polícia civil, com a polícia militar e o bombeiro, agora estou fazendo com os professores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também, depois, farei com a saúde. O que acontece hoje? Vamos lá de trás. Por exemplo, a polícia civil sempre recebeu o mesmo salário da Polícia Federal, sempre, desde a criação da polícia civil. Na época, inclusive, quando criaram a polícia civil, eles podiam até optar em ser federal ou civil. Então, nasceram no mesmo momento da mesma lei, sempre teve essa paridade.

Quando chegou o Governo Rollemberg, o Rollemberg não deu reajuste para a polícia civil, aliás, não deu reajuste nenhum, e a União deu o reajuste. Então, ficou uma defasagem de 37% lá do Governo Rollemberg até hoje. No Governo Ibaneis, num primeiro momento, ele mandou um aumento só para a polícia civil, não mandou para a polícia militar nem para o bombeiro. Aí o Presidente da República não autorizou porque disse que só daria se desse para todos os dois, para a polícia civil e para a polícia militar também. Então, só deram 8%. Depois, num segundo momento, a gente conseguiu aqui mais um reajuste de 18% quando foram dados 9% para todos os servidores federais.

O que acontece hoje? Primeiro, qualquer aumento ou qualquer concurso que seja feito para a segurança pública depende de autorização do Governo Federal.

Então, por exemplo, vou dar o exemplo do que está acontecendo neste ano. O Ibaneis anunciou lá em fevereiro – lá em fevereiro ele disse publicamente –: "Olha, nós vamos dar o aumento aqui e vamos equiparar realmente ao que era antes, com a Polícia Civil igual à Polícia Federal e, consequentemente, a paridade com a Polícia Militar e o Bombeiro". Bem, isso foi em fevereiro. Então, a iniciativa sempre tem que ser do Governador, porque, senão, tem vício de iniciativa. Eu não posso, como Parlamentar, fazer nada disso, e nem o Governo Federal pode encaminhar para cá se não for por iniciativa do Governador.

Então , o Governador tem que tomar a iniciativa para fazer concurso ou para fazer o reajuste. Manda para o ministério, aí vai para o Ministério da Gestão, para o Ministério do Planejamento, para o Ministério da Justiça. Concordaram com o aumento ou com o concurso? Então vai para o Palácio do Planalto, Casa Civil, e eles mandam aqui um projeto de lei, um PLN, que vai para a Comissão de Orçamento. Aí, você vota na Comissão de Orçamento, depois vai para a reunião do Congresso; e os Deputados e Senadores votam o PLN, ou seja, autorizando ou não a questão do reajuste ou a questão do concurso.

E, evidentemente, a cada ano que passa há alguns questionamentos com relação ao DF, porque hoje, por exemplo, nós temos uma receita própria e do Fundo Constitucional muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

superior à maioria... à maioria não, à totalidade dos municípios. Nós temos uma receita muito maior do que os outros municípios. Então há um questionamento, sempre, dos Deputados e Senadores nessa questão de Brasília.

Eles não entendem, ou fingem que não entendem, a importância de Brasília para o Brasil, o que representou a construção da capital para o Brasil, e esquecem que sempre, a vida toda, quem bancou sempre foi a União.

Então, a gente precisa corrigir essa distorção para que, de fato, o Governador tenha autonomia para fazer o concurso e para fazer o reajuste.

Por que nós temos um menor contingente hoje? Exatamente por isto: para fazer o concurso, tem que sair do Governo local, vai para o Governo Federal, vai para o Ministério da Justiça, e eles fazem as negociações com os sindicatos, etc. Então, tem essa burocracia toda.

Nós estamos agora em outubro, e o reajuste não saiu ainda, porque está até hoje nessa mesma discussão.

Ontem, eu consegui aprovar na Comissão Mista do Orçamento um PLN, que até é inconstitucional, porque tem vício de iniciativa, tem que vir do Governo, mas, de qualquer forma, criamos uma situação e pressionamos o Governo para mandar rápido – espero que chegue hoje, esta semana ainda –, para que a gente possa, de fato, aprovar isso e dar o reajuste.

O que acontece quando não tem reajuste? O Governador utiliza em outras coisas, porque é isso que as pessoas não entendem, que já está no orçamento. O Fundo Constitucional já está no orçamento, independentemente de reajuste ou não; você já tem o valor corrigido e está no orçamento. Não devia pedir autorização para ninguém, já está lá.

Mas é uma burocracia para você mudar esse Anexo 5, que normalmente não tem nada do que a gente precisa. Por exemplo, no orçamento deste ano estava previsto contratar 200 policiais militares e 200 policiais civis, e estão saindo mais de 1,5 mil aposentados. Por causa dessa burocracia, desse anexo, nós estamos fazendo agora nove meses – quase o nascimento de uma criança, um parto – para resolver isso. Então, nós temos que mudar a Constituição por causa disso.

Já está no orçamento, e a gente tem que ter... O fundo já vem lá, está lá no orçamento, já tem o valor previsto. Atualmente, é de R$25 bilhões em 2025, o orçamento do DF, o fundo constitucional, e é com esse fundo constitucional que se paga a segurança, educação e saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Segurança é 100%, a responsabilidade da segurança é 100% do fundo, o GDF nem pode pagar nada da segurança com dinheiro próprio, tem que ser do fundo, e com o restante são pagas educação e saúde. Praticamente 90% desse recurso são para pagar a folha de pagamento.

Os percentuais, quando foi criado o fundo, estão um pouquinho diferentes agora, atualmente, porque tem um pouquinho mais para saúde e educação do que para segurança, exatamente por não ter repassado os reajustes da segurança como deveriam ter feito lá atrás. Mas, de qualquer forma, na medida em que não tem reajuste, o Governador utiliza esse recurso para outras coisas, deixa de dar o reajuste e faz outras coisas. E isso está acontecendo há quantos anos? Sei lá! Há 10, 12 anos que não tem o reajuste correto – né? –, essa defasagem toda.

Então, é só para vocês entenderem um pouco essa questão, porque Brasília conquistou, em 1986, a autonomia política – em 1986. Até 1986 a gente não votava em ninguém, votava só no Presidente da República. Em 1986 a gente conseguiu, então, a autonomia política, através de um trabalho grande da população, da associação comercial, de todos os sindicatos e tal, conseguimos a autonomia, só que ficou essa distorção, porque a eleição de 1986 era uma eleição para Deputado Federal, Deputado Distrital, quando foi criada a Câmara Legislativa – foi o prazo, inclusive, de fazer a lei orgânica, que foi aprovada na Câmara –, mas ficou essa distorção, a redação de 1988 e a eleição de Governador em 1990, entendeu? É só para vocês entenderem.

Então, qual é a importância do fundo para nós? É total. Quarenta por cento de tudo que a gente recebe é do fundo. Imagine se a gente reduz o fundo ou acaba com o fundo ou tem problema com o fundo. Nós teremos sérios problemas para manter a nossa capital com a qualidade que nós queremos. Então, a aprovação dessa PEC é fundamental.

Mas, aqui, uma emenda constitucional, um projeto de lei importante só é aprovado se tiver apoio. É evidente que tem que ter pressão para que a coisa aconteça, porque há uma força contrária a isso, é evidente. Muitas pessoas questionam, muitos Deputados: "Poxa, por que Brasília tem esse recurso e a coisa não funciona, a saúde não funciona?" – principalmente a que está aí, um caos. Aí você pega outros municípios, outros estados que têm um valor mínimo de orçamento, metade do nosso, e funcionam muito melhor do que o nosso. Então, começa-se a questionar isso, e o fundo fica muito vulnerável.

Então, a gente precisa realmente fazer essa emenda constitucional. Por isso eu estou convidando vocês aqui para esta audiência, para a gente formalizar. Vamos fazer ainda com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

saúde, para depois, então, a gente tentar aprovar isso na CCJ e no Plenário do Senado. Aprovando aqui, vai para a Câmara e, sendo aprovado na Câmara, é promulgado aqui pelo Presidente do Congresso.

Então, isso para Brasília é fundamental. O envolvimento dos professores, dos educadores, de todos os servidores da educação, para nós, tem um papel fundamental nisso. Então, o objetivo é divulgar isso e explicar um pouco melhor o que representa para nós o fundo constitucional. Acho que deu para entender um pouco isso.

Então, diante dessa fala, eu vou passar já, então, a palavra aos nossos convidados.

E eu já passo direto para a Leide, nossa Gicileide Oliveira, Presidente da Associação de Diretores e ex-Diretores das Escolas Públicas, também para suas considerações.

Obrigado pela presença, Leide.

A SRA. GICILEIDE OLIVEIRA (Para expor.) – Obrigada.

Bom dia à mesa, bom dia a todos.

É com muito prazer, Senador Izalci, que você promove este momento de escuta com a carreira da educação.

Hoje, eu estou aqui justamente porque eu acredito nessa causa que é fundamental para o futuro do Distrito Federal.

A aprovação da PEC que vincula arrecadação anual para educação à receita corrente líquida é extremamente necessária, porque ela vai evitar aquela insegurança, inclusive a insegurança jurídica.

A educação é o pilar mais importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade. É através da educação que podemos formar cidadãos conscientes, críticos e preparados para enfrentar os desafios do futuro.

No entanto, sabemos que a educação do DF enfrenta desafios significativos, e é hora de tomar medidas concretas para mudar essa realidade. Quando eu falo "é hora de tomar medidas concretas", é exatamente a aprovação desse fundo, porque eu acompanhei de perto o sufoco que foi em 2023 e 2024 para que esse fundo permanecesse. Como ele é uma lei ordinária, ela pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ser mudada a qualquer momento. Como você falou, com 41, no Senado, contrários, a gente perde esse fundo. E a gente sabe da importância desse dinheiro para o pagamento da segurança, da saúde e da educação.

A PEC que estamos discutindo hoje é uma dessas medidas. Ao vincular a arrecadação anual para educação à receita corrente líquida, garantimos que os recursos para educação sejam automaticamente alocados e não dependam da vontade política do momento. Isso significa que teremos mais recursos para investir em infraestrutura, capacitação de professores, materiais didáticos e outras necessidades essenciais para a melhoria da qualidade da educação.

A gente sabe que, hoje, dentro do DF, nós temos o PDAF, hoje chamado "Cartão PDAF", mas a verba que é destinada para as escolas é insuficiente.

Hoje, a gente realmente conta muito com as verbas parlamentares, com as emendas parlamentares. Mas pensem: se a continuação dessa arrecadação ficar realmente dentro dessa receita corrente e não pela inflação, digamos assim, a gente já teria uma redução enorme dentro da educação.

Gente, a educação precisa de dinheiro! Para ter uma educação de qualidade, é necessário que a gente realmente tenha condições financeiras.

Aí, como o Senador Izalci fala, a gente tem costume realmente de pegar o pires e tentar ir à Câmara dos Deputados para a gente conseguir alguma coisa, o que, na verdade, não poderia acontecer. Eu digo que é um dever do Estado manter uma educação de qualidade, tanto na parte de infraestrutura como na capacitação dos professores.

Mas, aqui, não se trata apenas de recurso. Trata-se de compromisso com o futuro dos nossos jovens. Trata-se de garantir que eles tenham acesso a uma educação de qualidade, que os prepare para competirem no mercado de trabalho e para serem cidadãos ativos e responsáveis.

A aprovação dessa PEC é um passo importante para mudar a realidade da educação no DF. Como eu falo, ela é importante por quê? Porque vai dar segurança para nós, entendeu?

E assim: ah, vai depender do repasse do fundo, como é que vai ser e tal... Se ela já tem isso, se consta lá, se é constitucional, acho que vai ser um alívio para os próximos governantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E peço, Deputado, já fazendo um adendo aqui... Porque acho que, se a gente já tivesse isso aprovado, a gente teria mais uma segurança, inclusive com a educação do ensino especial, porque o ensino especial é uma área que demanda muito e que precisa de muita verba, porque cada criança é diferente e tem que ser atendida dentro da sua individualidade. E ela precisa, sim, ter um material pedagógico adequado. Quando fazemos o planejamento individual, a gente pensa no material didático que a gente vai usar.

Ontem foi um dia triste, Senador. Vou aproveitar aqui, porque eu achei um dia muito triste. Eu não dormi de noite, porque, quando eu percebo que tem um decreto que vem para tirar aqueles direitos que são garantidos, como a inclusão – e eu falo de cadeira, porque eu sou Diretora de Ensino Especial e atendo hoje 470 crianças –, a gente vê aquele vínculo, crianças felizes dentro de uma escola, com todas as atividades pedagógicas, quando, de repente, tem um decreto que diz que essas crianças, independente da condição em que estejam – se é não verbal, se é verbal, se está comprometida com paralisia cerebral ou não –, têm que estar inseridas dentro das escolas comuns, não é assim. A gente precisa conhecer cada criança. E isso é uma das coisas que me faz, assim, chorar mesmo, de verdade, porque quem está lá naquele gabinete não conhece a realidade dos alunos especiais, não conhece a realidade das mães.

Então, essa PEC, se a gente conseguir, Senador, talvez a gente possa até arrecadar mais dinheiro para investir nessas crianças, porque é necessário, elas precisam.

Então, quero que contem comigo. Se a gente tiver que ir para a luta, eu estou aí para colaborar, tá?

E peço, mais uma vez, como já pedi para outros Senadores, que tenham esse olhar nesse decreto que saiu ontem, para que ele possa ser modificado, porque temos uma lei acima desse decreto.

Agradeço a todos vocês. Obrigada por me darem essa oportunidade de estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, Leide.

Quero até aproveitar, Leide – você tocou nesse assunto –, para dizer que acabei de assinar aqui, tem um projeto de lei do Flávio Arns tentando cancelar o decreto, tá? Só para...

A SRA. GICILEIDE OLIVEIRA – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Está tramitando aqui isso aí.

E parabenizo os nossos professores também, porque foi aprovada agora, ali na CAE, a questão da educação infantil. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É o que eu disse lá: na prática, a primeira infância tem um papel fundamental. E a gente precisa valorizar, realmente, os profissionais da primeira infância.

Então, vocês estão de parabéns e merecem – eles estão sendo incluídos também no magistério e também na carreira... Evidentemente, entra aí o piso salarial, que é importante também para todos vocês.

Parabéns e sucesso aí.

O objetivo nosso, dessa emenda constitucional, também é isso, né? Eu nem falei aqui, mas, por exemplo, o Governador anuncia o aumento, e pronto: "O problema agora não é mais meu, o problema é lá do Governo Federal". Aí fica esse jogo de empurra, um empurrando para o outro, e a coisa não acontece.

Com essa PEC, o Governador vai ter autonomia. Quer dar o aumento? Anunciou, tem que dar o aumento; é ele que tem que dar, não tem que pedir autorização.

Muito bom, muito obrigado.

Eu passo, então, já para o Gilson Cristóvão dos Santos, do Conselho Fiscal da Associação de Pais e Alunos do Distrito Federal.

O SR. GILSON CRISTÓVÃO DOS SANTOS (Para expor.) – Quero dar o meu bom dia a todos os presentes aqui, saudar a toda a mesa, os que estão nos assistindo aqui presencialmente e os que estão nos vendo por meio das redes sociais e TV.

Estou falando aqui em nome da Presidência da Aspa, nas pessoas do Sr. Alexandre Veloso e da Gorete dos Santos. Quero dizer que é uma alegria estar aqui representando num tema tão importante e já congratular o Senador por uma iniciativa tão importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a oportunidade de viajar por vários países, morei na Austrália por cinco anos, e uma grande reclamação que a gente ouve do Brasil é que a gente espera a chuva chegar para depois arrumar o telhado. Essa iniciativa é fantástica porque está ainda tentando resolver um problema que pode ser resolvido antes de existir.

Eu fico muito feliz de estar aqui, de poder trazer algumas informações que eu acho bem importantes acerca dessa PEC. A PEC nº 1, de 2025, eu coloquei como a defesa da educação pública no Distrito Federal. Nós sabemos que a PEC fala da parte da segurança, fala também da parte da educação e da saúde, mas nós estamos aqui hoje representando o nosso lado, que é a educação.

Qual o motivo por que a correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal pela receita corrente líquida é essencial para o nosso futuro? Essa é uma pergunta que eu quero responder ao longo desses cinco eslaides, em cinco minutinhos, para que a gente possa entender, apesar de que o Senador já tenha feito uma explanação bem didática.

Eu atuo como conselheiro fiscal na Aspa (Associação de Pais e Alunos do Distrito Federal). Essa proposta de emenda à Constituição não é uma busca por privilégio, é uma condição de sobrevivência para a educação pública de qualidade no Distrito Federal.

O problema: por que o modelo atual, que está sendo tentado que seja por meio do IPCA, é insustentável? A mudança ocorreu com o arcabouço fiscal, com a Lei Complementar 200, de 2023, que trocou a correção que já estava prevista pela RCL por um teto do IPCA.

E aqui eu quero chamar a atenção de vocês nesta palavra: teto.

Ele causa duas asfixias iminentes. A primeira, o custo real. O custo da educação, como foi bem falado aqui pela nossa colega Leide – o salário real, a tecnologia, a expansão –, não acompanha a inflação. O custo é maior, ainda mais que a gente tem visto a questão da inclusão – quero mostrar para você aqui que eu faço parte do time, eu sou laudado autista –, e a gente sabe que, a cada dia, a dificuldade hoje na sala de aula para conseguir atender os alunos especiais demanda mais esforço, mais investimento e mais aparatos tecnológicos. E para isso se precisa de quê? De dinheiro, precisa-se de investimento. Mantendo-se com o IPCA, o custo real é uma asfixia certa. Ele nunca vai crescer acima da inflação, o IPCA fica sempre acerca da inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a segunda asfixia? É a competência interna. O fundo constitucional paga 100%, como já foi dito aqui, da segurança. Com o fundo crescendo só pelo IPCA, a própria segurança vai consumir todo o fundo, não vai ter o que utilizar nem na saúde, nem na segurança.

Então, são essas duas asfixias que já ocorrem de imediato. A educação ficaria com o resíduo; nós ficaríamos apenas com as sobras para cumprir o nosso dever constitucional.

O IPCA não paga ganho real de salário, não constrói escolas novas e não compra tecnologia. É uma asfixia programada.

Qual seria a solução? A garantia constitucional da correção pela RCL. Eu tinha colocado a palavra ali "blindada", mas a palavra "blindada" ficou feia nesses últimos dias, né? Mas realmente o que estaria acontecendo seria blindar o nosso fundo. Não teria no próximo Governo, seja de quem for – de direita, de esquerda, de centro, de baixo... Uma vez que está na Constituição, nós teríamos esse valor seguro, blindado. Ninguém teria motivos políticos para chegar e mudar a nossa condição.

O que a PEC faz? Ela insere na Constituição que a correção do fundo será pela variação da corrente líquida, da receita corrente líquida, que é a RCL. Por que a RCL? Porque ela reflete o crescimento real da economia e da arrecadação. E o que isso garante? Cria uma base financeira estável, que é do que a educação precisa para existir. Com o IPCA, a única certeza que a gente tem é que a gente vai ter problema.

Aí eu ouvi alguns comentários, pois fiz uma pesquisa, de algumas pessoas falando assim: "Ah, mas, com a receita corrente líquida também, se arrecadar pouco, vocês vão ter problema". Então que a gente tenha esse problema quando esse problema existir. Com o IPCA já é certo o problema, o problema já é garantido.

Aí é o que eu coloco no próximo eslaide: o que a gente ganha? A gente ganha previsibilidade, a revolução da previsibilidade.

Eu coloquei três argumentos para a gente poder inclusive movimentar a população; não somente os professores, mas todos – que se envolvam nessa PEC.

Primeiro é o que foi falado aqui dos professores que estão presentes: será possível uma valorização profissional real. A gente ouve muito falar em valorização. É só o que a gente ouve, mas é um discurso vazio, porque, quando chega no final, não tem recurso. Uma vez que seja feita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pela RCL, vai garantir lastros orçamentários para ganhos reais, para que haja uma progressão de carreira e formação continuada. Está para a gente lá no art. 70 da LDB, é o primeiro inciso. Formação continuada, porque nós educadores – eu me coloco no time – precisamos a cada dia... Sobre a tecnologia, foi colocado agora, já a partir de 2026, que vai ser cobrada a parte da computação dentro das escolas. Como é que a gente vai poder informar e ensinar, se nós não tivermos essa formação continuada? Se não está havendo recurso para os professores, como que os alunos vão chegar? E uma vez que essa valorização profissional seja real, a gente tira o termo "valorização" de um discurso vazio e ele passa a ser um discurso real.

Segundo argumento: a infraestrutura e programas sustentáveis. Uma vez que haja essa correlação pela PEC e pela RCL, isso vai permitir investimentos reais nas escolas, tecnologia e assegurar a expansão do ensino integral e também da educação especial, em cumprimento do PDE. Nós recebemos o plano para melhorar a educação, mas, se não tiver o investimento, se não tiver condições, vai ser mais papel, mais palavras, né?

E o terceiro argumento: o planejamento e cumprimento do dever, que está lá no art. 205, que fala que a educação é dever de todos, é um "direito de todos e dever do Estado e da família". A PEC nos dá ferramentas essenciais para uma palavra muito importante: previsibilidade. Ela permite ao gestor planejar a longo prazo e cumprir o dever constitucional de uma educação de qualidade. Se ficar no IPCA, nós teremos uma gestão de escassez. Se mudar para a RCL, que já era o que era antes, na verdade, está-se tentando só consolidar e manter o que já existe...

Porque esta é outra pergunta, estão falando assim: "Ah, mas vai aumentar em quanto o impacto?". Não vai aumentar em nada, porque já é o que é previsto. Estão querendo é mudar, estão tentando meter a mão na cumbuca, e essa PEC é justamente para não permitir esse acesso. Uma vez que essa PEC seja feita, nós teremos uma gestão de planejamento, que é tão importante para nós criarmos e mantermos uma educação de qualidade.

E, finalizando, esta palavra "viabilidade". Uma vez que essa PEC seja aprovada, nós teremos viabilidade, nós teremos meios para que isso ocorra. A PEC nº 1, de 2025, não é privilégio como estão tentando pintar, ela é apenas uma viabilidade, é a ferramenta legal para valorizar os nossos profissionais, que têm passado por tanta dificuldade.

Eu vi uma cena ontem na televisão de um professor, aqui do Distrito Federal, que pediu para a aluna parar de usar o telefone. Vocês viram isso? O pai foi lá e o espancou. E aí ele estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dizendo que, em 25 anos de magistério, foi o momento de maior decepção na vida dele. E do que a gente precisa? Nós precisamos valorizar esses profissionais. Nós não podemos mais nem os chamar só de profissionais, são guerreiros. Teve, em Santa Maria, uma mãe que deu uma nota menor que 5; o pai foi lá e a agrediu, porque disse... Como ela daria uma nota menor que 5 para o filho dele? A culpa é da professora de dar uma nota menor que 5. Nós precisamos realmente valorizar esses profissionais, é uma garantia de sustentabilidade para a escola pública.

E o meu compromisso, o nosso compromisso pela Aspa-DF é lutar pela aprovação da PEC, nós cobrarmos governança, transparência e a prioridade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILSON CRISTÓVÃO DOS SANTOS – ... real da educação na gestão desses recursos. Defender a PEC é defender o futuro da educação no Distrito Federal.

Muito obrigado.

Um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado. Ficou melhor do que a minha defesa. (*Risos.*)

Só lembro que, quando a gente lançou a PEC, a gente fez uma campanha muito grande – pedi até para trazer um fôlder para a gente mostrar –, eu fiz uma campanha na televisão, nos jornais, na imprensa para pedir realmente a adesão das pessoas. Aqui a própria audiência pode ser feita pelo e-Cidadania. A gente relacionar as pessoas que apoiam a PEC é muito importante para nós, para a gente poder realmente fazer um grande movimento.

Vou passar agora, então, para Márcia Gilda, Diretora do Sinpro-DF (Sindicato dos Professores no Distrito Federal).

A SRA. MÁRCIA GILDA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Quero aqui cumprimentar os meus companheiros de mesa: a Profa. Leide, Diretora do Centro de Ensino Especial do Guará; o Gilson, da Aspa; e também o David Rebelo, Subsecretário de Planejamento Estratégico; e agradecer, Senador, esta oportunidade de diálogo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com tudo o que é construído de forma colaborativa e mais propositiva, certamente, a gente tem menos chances de errar. Discutir o Fundo Constitucional do DF é extremamente importante para garantir que educação, saúde e segurança sejam realmente espelho para todo o nosso país, do ponto de vista da valorização e do ponto de vista das condições de trabalho.

Eu moro em Brazlândia e vinha de lá ouvindo no YouTube uma entrevista sua, em que o senhor fez todo esse resgate de como surgiu o fundo constitucional, de quando nós conseguimos o direito de eleger democraticamente o Governo do Distrito Federal, de quando foi criado o fundo constitucional.

Eu me lembro de que eu entrei, fui efetivada na Secretaria de Educação em 1995, e nós passamos por uma dificuldade no contexto daquele Governo, que, à época, era o ex-Senador Cristovam Buarque, que fez um belo trabalho também pela educação do ponto de vista da formação pedagógica.

A gente teve, pela primeira vez, os nossos pagamentos atrasados no DF, porque não tinha a garantia do fundo, de um fundo financiador da educação pública. E aí, realmente, o Governo tinha que vir aqui, ao Governo Federal, com um pires na mão, e pedir dinheiro para que fosse honrada a folha de pagamento dos seus servidores e das suas servidoras.

Lembro-me também – nessa entrevista que eu estava ouvindo, que o senhor estava fazendo – de que o senhor colocou que nós da educação, saúde e segurança já fomos os profissionais mais bem pagos do Distrito Federal e mais bem valorizados no Distrito Federal. Infelizmente, essa não é a realidade hoje. Então, a gente tem, na proposição dessa PEC, a oportunidade – né, Leide? – de corrigir alguns desajustes que tem com relação ao financiamento do fundo constitucional.

Então, a gente faz, rapidamente aqui, uma análise da sua PEC. Eu acho que eu não preciso, aqui, me ater à introdução e ao contexto histórico, o que o senhor já fez muito bem, mas é importante a gente falar que o fundo constitucional, criado em 2002 – hoje são 23 anos de fundo constitucional –, foi uma grande vitória para o Distrito Federal, que não tinha autonomia financeira, abrigando a capital do país, para que houvesse essas condições de garantir o financiamento dessas três áreas tão importantes.

Inicialmente, ele era voltado à segurança pública, mas o fundo passou a abranger os demais serviços essenciais e, hoje, responde a cerca de 40% do orçamento do GDF. Então a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conseguiria sobreviver sem o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Não há percentuais legais fixos. A alocação é definida politicamente em cada PLOA (projeto de lei orçamentária anual).

E, nos últimos anos, a segurança tem absorvido mais da metade dos recursos, reduzindo a participação da educação e da saúde. No ano passado mesmo, foi utilizado o recurso da mobilidade dos estudantes e também da universidade distrital, para se cumprir o mínimo constitucional de investimento na educação pública do Distrito Federal.

Então, a PEC vem e traz a proposta da correção automática pela receita corrente líquida da União, e isso garante um reajuste anual do aporte federal – muito bom –; a manutenção da estrutura atual do fundo constitucional, sem alterar os critérios da divisão interna dessas áreas; e a constitucionalização da regra, que hoje é legal, reforçando a proteção jurídica do fundo.

Quais os pontos positivos que nós analisamos ao fazer a leitura dessa PEC? A previsibilidade e segurança jurídica para o DF; a blindagem contra os contingenciamentos e reduções discricionárias da União; a valorização institucional do fundo constitucional como instrumento estratégico para serviços públicos; e um efeito indireto positivo para a educação e saúde, ao assegurar crescimento real dos repasses.

Eu me lembro de que a única vez que nós da carreira do magistério público recebemos, de fato, um reajuste do fundo constitucional foi uma parcela em 2011 e uma parcela em 2012. Nós nunca tivemos, por exemplo, os nossos salários reajustados conforme o reajuste do fundo constitucional. E, há pouco, a gente teve uma apresentação, inclusive, lá na Câmara Legislativa, do Ministro Rui Costa, e o fundo constitucional já aumentou quase 73% para o Distrito Federal, mas esse índice de reajuste não tem se refletido, de fato, na pasta da Educação.

A gente achou alguns pontos que a gente considera como negativos, que é a ausência de critério de repartição, Senador. Mantém a tendência de predomínio da segurança pública, porque, da forma como está colocado, a única que está mais garantida é a segurança, de fato. Para a educação e a saúde, não há essas garantias. E há o risco da iniquidade estrutural; ou seja, a educação segue sem piso mínimo garantido, e essa é uma decisão política, inclusive. A gente pode ter equidade na repartição do fundo constitucional.

Nós já fomos a categoria mais bem paga do país, e hoje o nosso vencimento inicial básico não chega ao mínimo do salário de um soldado, hoje, em início de carreira. Nós tivemos um movimento paredista, uma greve este ano, porque, infelizmente, a educação, para conseguir tudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem que seguir o sacrifício da greve. Ninguém quer fazer greve, a gente quer ser valorizado de uma forma tranquila, com planejamento.

Inclusive, nós temos o Plano Nacional de Educação e o Plano Distrital de Educação, que foi construído à luz do Plano Nacional. E, no seu último ano de vigência, infelizmente, o Distrito Federal não fez a sua lição de casa, não implementou a Meta 17, que é a equiparação com as demais carreiras de nível superior – nós somos a penúltima carreira; a última é a PPGE, as duas da educação –, e a Meta 20, que é a meta do investimento na educação, na estrutura e nas condições de trabalho.

Vou ver se eu consigo ler rapidinho aqui – já está terminando.

Em outras oportunidades de debate sobre o fundo constitucional no Congresso, ele foi colocado em risco. Então, o debate da PEC 125 pode trazer esses detratores também, mais uma vez, para tentar colocar o fundo constitucional em risco. É uma preocupação nossa, mas, ao mesmo tempo, a gente vê de forma muito positiva essa oportunidade de debate, para que a gente possa ser ouvido, de fato.

Ontem, teve uma votação na Câmara Legislativa sobre instalação de câmeras com vídeo e áudio – inclusive, com a requisição de pais e de outros que possam requerer assistir à aula em tempo real, por exemplo –, e não houve um debate mínimo com aqueles e aquelas que constroem a educação. Os gestores foram ouvidos, Leide? Não foram. Os professores foram ouvidos? Não foram. A gente tenta falar: "Pode até ser, mas vamos construir juntos". Isso é tão importante, não é? Fortalece tanto a educação, quando todo mundo é escutado.

Então, a gente traz aqui algumas sugestões de aprimoramento, Senador Izalci Lucas: inserir percentuais mínimos ou faixas de destinação. A gente coloca, como exemplo, 30% para educação... Já deixa 30% lá, porque toda hora a gente escuta assim: "Não, mas...". A gente fala: "O fundo constitucional teve reajuste", "Não foi repassado", "Estão retirando o dinheiro do fundo constitucional da educação e da saúde", mas o fundo constitucional é da segurança – é da segurança. Nós é que estamos retirando recurso da segurança pública.

Então, seria importante a gente já fixar um índice para cada área, que é extremamente importante. E a educação e a saúde, gente, assim como a segurança... Sem educação e saúde de qualidade, a gente não forma cidadãos e cidadãs críticos, que sejam capazes de transformar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MÁRCIA GILDA – ... essa sociedade em que a gente vive.

Então, a gente traz essa questão de 30% para a educação, 30% para a saúde e 40% para a segurança. Olhem que a gente está sendo bem generoso, a gente está deixando 10% a mais aí para a segurança.

Então, seria muito importante manter a regra de correção da Lei 10.633, de 2002, não na Constituição, para preservar a flexibilidade.

Posso terminar aqui, Senador? Já está quase terminando.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pode.

A SRA. MÁRCIA GILDA – Exigir relatórios anuais de execução setorial do fundo constitucional com transparência sobre a aplicação dos recursos. Gente, com esses recursos, a gente já era para ter educação, saúde, segurança vitrines para o nosso país do ponto de vista do investimento na estrutura, na valorização profissional e na formação.

Vincular parte da evolução do fundo a indicadores de qualidade educacional, valorizando a função social do fundo.

Então, o que a gente conclui com essa questão? O fundo constitucional é indispensável para a educação pública do DF. Sem ele, não há rede de ensino no Distrito Federal – não há rede de ensino–, porque o Distrito Federal não é autossuficiente em arrecadação. A educação é um investimento estruturante, precisa de percentual mínimo garantido no fundo constitucional, porque o fundo constitucional representa uma janela estratégica para o cumprimento das Metas 17 e 20 do PNE (Plano Nacional de Educação) e também do Plano Distrital de Educação, especialmente no que tange à valorização dos profissionais da educação e ao financiamento público da educação básica. A Meta 17 estabelece a equiparação do rendimento médio dos professores aos demais profissionais com escolaridade equivalente, e a Meta 20 prevê a ampliação progressiva do investimento público da educação.

No contexto do Distrito Federal, a estabilidade e o crescimento do fundo constitucional podem ser instrumentos decisivos para garantir o pagamento do piso nacional, estruturar planos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de carreira e expandir a rede pública de qualidade. Nós estamos na luta para terminar de reestruturar nosso plano de carreira, que é também uma luta histórica nossa no Distrito Federal.

Reduzir desigualdades e fortalecer a função redistributiva do fundo.

Assim, essa PEC 1, de 2025, deve ser debatida não apenas sob a ótica fiscal, mas também como uma oportunidade de consolidar o fundo constitucional como pilar do financiamento educacional e do cumprimento das metas do PNE. Essa PEC reforça a previsibilidade do fundo constitucional, mas ela não corrige o desequilíbrio da distribuição interna do recurso. Ninguém perderia, nós todos ganharíamos com uma distribuição mais equânime do fundo constitucional. Para a educação, é um avanço em estabilidade, mas um risco de retrocesso em equidade se for aprovada sem emendas. A estratégia nossa agora é avaliar o contexto desse cenário e avaliar a possibilidade, fazer todo o esforço para que as nossas sugestões também possam ser aceitas de forma muito receptiva pelo Senador, porque o nosso interesse não é fragilizar nenhum campo que o fundo constitucional impacta, mas fortalecer e construir de fato serviços públicos essenciais de qualidade e com profissionais valorizados.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Muito bem. Obrigado, Márcia.

Eu quero aproveitar a fala da Márcia para fazer alguns esclarecimentos, que é sempre bom.

Primeiro, o seguinte: o objetivo da aprovação dessa PEC, o primeiro objetivo, é tirar isso da União e deixar com o DF, com todos os Governadores tendo autonomia, para que o Governador tenha. Até porque, mesmo estando na forma de hoje, a iniciativa sempre será do Governador. Qualquer reajuste, qualquer coisa tem que partir dele. Então, a gente precisa consolidar isso. Depois, evidentemente, no DF, a gente tem condição de brigar.

Por que eu digo isso? Porque, veja bem, quando o fundo foi criado – e a primeira correção que aconteceu já em 2004 –, saúde e educação tinham 52% do percentual do fundo, a segurança ficava com 47,4%.

Isso foi até 2008, eram 53% da saúde e educação, da segurança... E educação era 24,6% e saúde era 22,5%. Em 2012, educação ficou com 25,2%, saúde 28,4% e segurança 46,4%. Então, não houve grandes modificações. Houve uma redução significativa da segurança, porque desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2015 não tinham dado o reajuste da paridade. Então, na prática, é o seguinte: nós temos que levar em consideração também que a educação tem os seus valores constitucionais. Então, compete ao Governador aplicar, no mínimo – no mínimo – 25% da receita. A saúde também tem os seus percentuais: 12% e 15%, no caso de estado e município.

Então, só para vocês saberem, os problemas que nós tivemos aqui e temos até hoje, com esse modelo que está aí, com essa redação que está aí, por exemplo, a Constituição diz, e a lei também do fundo diz o seguinte: compete à União manter, organizar e auxiliar o financiamento da educação e da saúde. A obrigação é 100% de cuidar da segurança e auxiliar no funcionamento. Bem, não funciona a educação com aposentado e pensionista, o Tribunal de Contas decidiu isso. O que aconteceu nos governos passados e foi principalmente no Governo Agnelo, em que começou isso: como eles não conseguiam pagar os 25%, para cumprirem a Constituição, o que ele passou a fazer? Ele passou a pagar os aposentados e pensionistas com o fundo constitucional, pagando os ativos com a receita própria, para dar os 25%, para justificar os 25% de forma criativa, vamos dizer, contabilidade criativa. O Tribunal de Contas disse: "Não, não pode. A lei é muito clara: educação não funciona com aposentado e pensionista". Então, com o dinheiro do fundo, você não pode pagar aposentado e pensionista, somente segurança pública. Esse é um problema que a gente tem. O DF foi condenado, inclusive, a devolver isso e tal, depois conseguiu segurar isso com a liminar e tal.

O outro problema é o Imposto de Renda. Quando você transfere para os estados e municípios o fundo de estados e município, o auxílio, o dinheiro que é arrecadado do imposto fica com estados e município. Por exemplo, se eu vou pagar os servidores do município ou do estado, o Imposto de Renda fica com o estado e fica com o município. É por isso que, nessa discussão agora do Imposto de Renda, os municípios estavam perdendo muito e criaram uma forma de compensá-los, porque até R$5 mil, grande parte dos municípios pagam menos que R$5 mil, então, eles perderiam muita receita. Esse é outro gargalo, porque a União defende que o fundo é dela, e o GDF diz que o fundo é dele. E aí fica essa discussão, e o imposto fica com quem? O DF desde o início usou o dinheiro, mas o tribunal questionou que esse dinheiro teria que ser da União. Então, ficam essas coisas que geram insegurança, gera um problema que essa PEC resolve.

O que eu vejo é assim... Eu não estou descartando nenhuma... É porque, como a gente tem a questão política de aprovação, qualquer discussão, neste momento, pode dificultar ainda mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a aprovação, porque contraria interesses internos: segurança, educação e saúde. Acho que isso o Governador tem que resolver, o Governo, o GDF tem que resolver, porque já existe na Constituição e já tem lei própria que estabelece o mínimo.

Com essa independência, o que a gente vai saber é o seguinte: o Governador terá autonomia para fazer; então, acaba essa brincadeira de anunciar as coisas e depois não fazer e jogar a culpa no Governo Federal. E o Governo Federal joga a culpa no Governo, aí fica esse negócio e quem perde é o servidor. Então, é só para entender um pouco isso.

Mas, quando o fundo foi criado, estabeleceu-se o valor, o percentual. Qual era o percentual? O valor que naquele momento foi levantado. Em 2002, qual era o valor que o GDF investia em educação, saúde e segurança? Em cima desse valor de 2002, estabeleceram-se os R$2,9 bilhões. Esses R$2,9 bilhões era o que se investia na época em saúde, educação e segurança, e da forma proporcional, que era mais ou menos isto: 47%, 48% eram para segurança e o restante era para saúde e educação, que ficava entre 24% e 22%, depois 25% e 28% para educação e saúde.

Mas eu digo assim: é porque a segurança não pode ter recurso... o GDF não pode pagar com dinheiro próprio o salário dos policiais. Educação e saúde, não; é ele que tem que bancar, com a receita própria, e 25% da receita têm que ser pagos para educação, têm que ser investidos em educação; e 15% do estado, da arrecadação estadual, e 12% da arrecadação municipal, que é o ISS atual, seriam para educação e saúde.

Passo então a palavra ao David Rebelo Athayde, que é Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal do Ministério da Fazenda.

O SR. DAVID REBELO ATHAYDE (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria, antes de mais nada, agradecer o convite do Senado Izalci para este debate e cumprimentar os colegas de mesa e todos os participantes presentes que acompanham aqui a reunião da Comissão. Eu acho que é sempre importante ter esse tipo de diálogo para a gente poder trocar conhecimentos, ideias e também eventualmente fazer contrapontos de caráter técnico ao debate.

Eu queria um pouco fazer um paralelo em relação ao Orçamento da União e depois falar mais detidamente sobre o Fundo Constitucional do DF, mas aqui queria só mostrar um pouco das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nossas dificuldades na União e um pouco do que eu acho que também acaba acontecendo com o GDF na administração do fundo constitucional.

Aqui é só para mostrar para vocês como é que é a figura do Orçamento da União em termos de sua composição em relação às despesas. Olhando para o Orçamento de 2025 da União, a gente tem uma conta em que 91% das despesas do Orçamento da União são obrigatórias, quer dizer, são despesas que advêm de uma obrigação legal e constitucional, de modo que o gestor fiscal não tem muito como controlar essas despesas. Além disso, essas despesas têm muita relação com parâmetros que não estão dentro do controle do gestor. Então, por exemplo, a gente tem que metade do Orçamento da União basicamente é despesa com previdência – previdência é muito influenciado por questões de envelhecimento populacional, enfim, a gente não tem muito como controlar isso – e também tem a questão de cada vez mais ter que reservar recursos orçamentários para pagar decisões judiciais. A conta hoje de precatórios de pequeno valor, que são provenientes de decisões judiciais, já passa de R$100 bilhões por ano, então, é uma despesa bastante grande que também está fora do controle da gestão fiscal da União.

Mesmo quando a gente olha para esses 9% de despesas discricionárias, que são aquelas que em tese a gente teria algum tipo de controle sobre a sua execução, são elas que a gente usa para fazer investimento e eventualmente para destinar alguma prioridade da sociedade brasileira naquele ano específico, mesmo elas já são bastante difíceis de se conseguir ter alguma gestão. Por quê? Porque tem ali despesas com emendas parlamentares que a gente tem que alocar, a gente tem que cumprir os mínimos constitucionais, que são de educação, porque boa parte deles também é executada com despesas discricionárias.

Então, isso é para dizer que a gente não tem muita margem de manobra no Orçamento da União. Então, se a gente tiver uma dificuldade, por exemplo, de crescimento econômico abaixo do esperado, alguma medida de arrecadação que o Congresso venha a não aprovar, a gente acaba não tendo muita margem para fazer um ajuste na despesa para poder reter resultados fiscais positivos. Então, esse é um problema que a gente tem visto do Governo Federal.

A gente tem regras fiscais com esse objetivo um pouco de tentar controlar a gestão fiscal do Governo. O nosso regime fiscal sustentável, que os colegas trouxeram aqui, foi aprovado em 2023 e traz basicamente duas regras fiscais. A ideia aqui não é explicar muito o funcionamento delas, mas só dizer um pouco por que elas existem. Então, a regra de resultado primário é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

regra que mostra o quanto o Governo pretende economizar de recursos, é quanto ele pretende arrecadar a mais do que pretende gastar. E é exatamente essa economia que ele usa para pagar a sua dívida. Então, quando a economia está crescendo e a arrecadação está forte, eu consigo, obviamente, ter mais espaço para fazer muitas despesas ou mais despesas. O problema acontece quando essa arrecadação cai, o meu recurso à disposição cai também, e aí como é que eu faço para fazer menos despesas se elas são majoritariamente obrigatórias? Como é que faço esse ajuste? E aí, o que a gente fez para ter um controle maior na despesa? Também foi incorporado o limite da despesa e esse arcabouço novo, que foi aprovado em 2023, permite que a despesa cresça em termos reais, em que são descontados inflação e IPCA até 2,5%. Isso é para quê? Para que, numa situação de crescimento muito vigoroso, em que a receita cresça muito, ainda assim eu consiga ter um limite da minha despesa, para que eu contrate uma despesa que seja sustentável; que, na situação em que o crescimento econômico fique mais normal ou mais perto do que seria o potencial da economia brasileira, que é abaixo desse 2,5%, por exemplo, eu não tenha dificuldade para pagar minhas despesas. Então, é um pouco por isso que também tenho um limite da despesa, para ter uma racionalidade na minha gestão fiscal.

A despeito disso, é importante que a gente diga que a gente tem tido déficits fiscais recorrentes desde 2014, já tem mais de uma década que a gente não consegue ter resultados positivos, quer dizer, a gente está gastando mais do que arrecada desde 2012. E, no caso da União, a gente tem certo conforto, que é poder se financiar em mercado financeiro, a gente consegue emitir dívida e pagar as nossas contas. É claro que isso tem um limite. Quanto mais a gente fica gastando mais do que arrecada, é natural que quem empreste dinheiro para o Governo brasileiro peça mais juros para pagar essa dívida; e, quanto mais juros, menos a economia cresce, menos o Governo arrecada, mais gente passa a depender do Governo, então a gente entra num círculo vicioso de mais dependência de recurso público, menos recurso à disposição e menos crescimento econômico. Então, é isso que a gente não quer que aconteça no Brasil.

No caso dos entes regionais, estados e municípios, a situação fica até pior, porque os estados não têm acesso ao mercado de títulos de dívida para poderem se financiar em situações de dificuldade. Como a Márcia bem disse, houve momentos aqui no GDF em que o setor de educação não tinha recurso para pagar a folha de pagamento. Por quê? Porque a receita deve ter caído no GDF no momento, a despesa era obrigatória, obviamente tinha que pagar o salário dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

professores, mas, como não tinha de onde tirar o dinheiro, o que aconteceu? O estado tem que vir para o Governo Federal para tentar obter recurso necessário para pagar a sua conta.

Então, é só para a gente tentar mostrar como é complicado, às vezes, ter que depender de arrecadação para poder garantir os pagamentos necessários que cada Governo faz.

Olhando um pouco para a realidade do Fundo Constitucional do DF, aqui é a composição de 2024, com a despesa total em torno de R$25 bilhões, sendo que quase 80% são despesa de pessoal. Basicamente, temos uma despesa obrigatória, a despesa corrente, para a qual a gente precisa de previsibilidade para poder ter essa tranquilidade e para fazer esse pagamento sem nenhum atraso.

E aqui eu mostro um pouco dessa evolução da despesa, dos aportes da União ao FCDF. Aqui é o valor total, já descontada a inflação; aqui, a preços de 2025, já é a variação real, de fato. E, só para lembrar, a gente não teve nenhuma alteração na regra vigente. A proposta da PEC do Senador é basicamente constitucionalizar uma regra que está hoje prevista em uma lei ordinária. Então, quero só mostrar que, em termos reais, essa vinculação da arrecadação à receita corrente líquida não garante uma estabilidade na despesa, no aporte da União ao FCDF. Tem vários anos aí – 2016, 2021, 2022 – em que a receita, a despesa, o aporte acabou caindo, porque a receita corrente líquida teve uma variação negativa, em termos reais – estou sempre dizendo em termos reais.

Então, quero só dizer que há uma preocupação nossa, olhando as contas da União, por exemplo, de estar vinculando despesa à arrecadação, porque, no caso nosso, a gente tem uma despesa que é majoritariamente obrigatória – de fundo constitucional, é majoritariamente uma despesa obrigatória, porque é despesa de pessoal –, e, se você tem flutuações na arrecadação, você pode ter situações em que você não vai ter o recurso necessário para fazer esse desembolso. Então, isso é uma preocupação. Portanto, a gente tem certa preocupação de ter vinculações de despesa a variações de arrecadação.

E aqui, só para complementar, é exatamente a variação real da despesa com o FCDF a cada ano. A gente mostra que esse é um indicador que varia muito. Então, sustentar uma despesa que tem que ser previsível, que tem que ser fácil de planejar, com um indicador que varia bastante a cada ano pode não ser a melhor opção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, só para fazer uma comparação com o regime fiscal recém-aprovado, de 2023, o novo arcabouço, ele permite, como eu falei, um crescimento da despesa em até 2,5% em termos reais. Se eu pegar essa média de variação real da despesa com o FCDF, que é vinculada à receita corrente líquida, essa média dá em torno de 1,6% em termos reais, quer dizer, ele cresceria até menos do que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVID REBELO ATHAYDE – ... a despesa permitida pelo arcabouço.

Quero só dizer, então, que a gente tem essa preocupação. A gente já tem um orçamento bastante engessado por despesas obrigatórias, por despesas que são vinculadas à arrecadação, então isso gera para o gestor fiscal uma dificuldade muito grande de fazer as suas escolhas, de fazer os seus compromissos, as suas prioridades com a sociedade.

E também quero dizer, num argumento bem técnico – eu não tenho, obviamente, competência para falar politicamente –, que vincular a despesa à arrecadação não é garantia de previsibilidade, não é garantia de que as coisas vão continuar crescendo. E, olhando para a frente... Só voltando um pouco aqui, a gente viu que a despesa com o FCDF teve um grande ganho em 2023 e 2024, porque o crescimento econômico está mais vigoroso, porque o Governo conseguiu aprovar medidas de receita no Congresso. Porém, olhando para a frente, acho que a maioria das casas econômicas preveem um crescimento menor para o ano que vem, para os próximos anos; temos juros reais bastante elevados – isso é um pouco do que está acontecendo –; e o próprio Congresso tem sido cada vez mais resiliente em aprovar medidas novas de arrecadação.

Então tudo isso pode, eventualmente, significar uma evolução menos positiva da arrecadação daqui para a frente, o que também pode indicar menos aportes do Governo Federal para o FCDE.

Então, gente, só queria passar essa mensagem, agradecer muito o espaço aqui e ficar à disposição para qualquer dúvida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Obrigado, David.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, pela apresentação, o David tem toda a razão nesse sentido. Foi exatamente o argumento usado aqui na época do arcabouço fiscal, essa questão das despesas obrigatórias. E, de fato, 91% hoje já têm os percentuais obrigatórios – educação, saúde, segurança – e sobra muito pouco realmente de despesas discricionárias. A gente tem que apostar que o Governo tem que ser eficiente e crescer. Por isso que a gente aposta mais...

Mas quando... A justificativa com que eu consegui aqui convencer os Senadores a excluir o fundo constitucional do arcabouço foi exatamente que, no início, se você pegar, em 2002, quando foi criado, R$2,9 bilhões, corrigindo pela inflação, nós receberíamos, em 2024, R$11 bilhões. E hoje a gente recebe R$24 bilhões. Então, quer dizer, menos da metade do que nós recebemos. Esse talvez tenha sido o argumento mais forte para convencer sobre a exclusão.

Mas é um debate político. Por isso que eu estou dizendo: a gente precisa mobilizar a sociedade e o Distrito Federal, porque, como foi apresentado aqui – e o Governo Federal é isso mesmo, essa é a linha –, a gente precisa ter esse cuidado aí com relação a isso. Como nós somos do DF, nós temos que defender os interesses do DF, mas, evidentemente, temos que pensar no país também.

Só quero mostrar uma campanha que nós fizemos na televisão. Você tem o vídeo aí para passar? Passamos na televisão e nas redes sociais. E a gente precisa implementar isso, incrementar isso um pouco mais.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Bem, essa campanha foi feita exatamente por isto, porque, além de ser a capital da República e responsável pelo crescimento do país e desenvolvimento da Região Centro-Oeste, Norte, etc., Brasília não tem as mesmas condições de competição com os outros estados. Não dá para você competir com o agro com Mato Grosso e com Goiás. Não dá para você competir com a indústria com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, até porque o quadradinho é pequeno, não temos como colocar aqui grandes indústrias.

Por isso é que nós temos aqui o fundo, exatamente para bancar; não só ajudar a bancar as despesas, como sempre foi, mas nós temos aqui mais de 200 representações de embaixadas e outros. Você tem aí que grande parte dos prédios e das áreas é do Governo Federal – também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não tem IPTU, não tem imposto. Então, nós temos uma série de restrições com relação ao aumento de receita, por isso é que o fundo, para nós, é fundamental.

Então, quem puder – viu, Leide?, lá nas escolas; viu, Márcia?, no sindicato – pedir o apoio, isso é importante, tá? Tem aqui todo o QR *code* explicando o que é o fundo, exatamente para a gente ter o apoio de todo mundo, para a gente poder votar essa PEC o mais rápido possível.

Tem aqui umas perguntas, rapidamente.

Aqui a Marília, de São Paulo, pergunta: "[...] a PEC 1 [...] impacta o financiamento do [...] [Fundo Constitucional do DF]?". Não. Fica exatamente a mesma coisa. Não muda nada com relação ao que está hoje. O que muda é que, realmente, transfere esse mesmo recurso para o DF, para ele fazer a organização e a manutenção da segurança e auxiliar no financiamento da educação e da saúde. Então, não muda, não tem modificação nenhuma no orçamento.

O Luiz, do Paraná: "O que muda na correção dos repasses ao [...] [fundo] com a PEC [...]?". Absolutamente nada. Nós estamos pegando o que está na lei e colocando na PEC a correção.

A Mila, do Distrito Federal: "Quais seriam os impactos fiscais e orçamentários para a União com a aprovação da PEC [...], que garante a correção anual dos recursos?". Também não muda absolutamente nada. Continua sendo que é hoje. A correção é exatamente igual.

O Ronaldo, do Rio de Janeiro...

Mas se é tudo igual, por que a PEC então? Exatamente. Para passar... É porque, hoje, para qualquer concurso ou reajuste: o Governo local tem que tomar iniciativa; vai para o Ministério do Planejamento; vai para o Ministério da Gestão; vai para o ministério da Casa Civil; vem para o Congresso; no Congresso, vai para Câmara, vai para o Senado... Cara, é uma burocracia danada, sendo que compete realmente aos Governadores organizar a segurança, educação e saúde.

O Ronaldo, do Rio de Janeiro: "Como a PEC [...] pode assegurar uma distribuição mais justa dos recursos do [...] [fundo] e fortalecer os serviços públicos no Distrito Federal?". Exatamente consolidando e dando mais autonomia para o governo local decidir sem ter que pedir bênção aqui para o Senado, para Câmara e para o Governo Federal.

O Luiz, do Paraná: "O projeto garante previsibilidade [...] [do orçamento do] DF?". Sim, lógico. Como já garante hoje. Esse dinheiro que está no Orçamento, da União, já é colocado no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

orçamento do DF. Independentemente de se vai ter reajuste ou não, o dinheiro está lá, garantido, porque tem o valor já definido e a correção está definida.

A Renata, aqui do Distrito Federal: "A vinculação [...] [da receita corrente líquida] pode alinhar o [...] [fundo] ao ciclo econômico, mas exige pisos para proteger serviços essenciais". Não. É do jeito que é hoje. Se realmente não tiver crescimento econômico, não tem crescimento do piso. Mas a gente trabalha na expectativa de que os governos cresçam, porque realmente o Brasil precisa crescer, apesar de que esteja estagnado já há algum tempo.

A Giulia, de São Paulo: "Como a PEC garante equilíbrio fiscal sem comprometer os serviços públicos do [...] [Distrito Federal]?". Não altera essa questão de equilíbrio, continua exatamente como está. Só dá mais autonomia para o Governador.

A Ana, do Distrito Federal: "Será que os reajustes dos repasses garantem educação, saúde e segurança com mais justiça e equilíbrio?". Com certeza. Vocês vão ter condições de negociar direto com o governo local, não tem que passar pela... Hoje, o que acontece? Há todo um esforço de negociação com o governo local. O governo local decide e tem que ir para o Governo Federal. Aí chega aqui o Governo Federal e não concorda com o governo local. É o que está acontecendo. Em fevereiro, mandaram uma proposta. Depois, fizeram 500 reuniões e chegaram a um valor diferente do que o Governador propôs. E agora vem para o Congresso para aprovar, porque ainda tem essas questões de aprovação. Então, fica muito mais prático discutir isso aqui no Distrito Federal e o Governador ter autonomia para fazer imediatamente aquilo que é prioridade para o Governo.

Victor, de São Paulo: "Quais seriam os mecanismos de transparência utilizados para eventuais compensações?". Bem, transparência já é obrigatório em tudo; um portal da transparência com tudo, com todos os gastos, todas as aplicações bem transparentes.

Marina, de São Paulo: "Quais critérios técnicos serão utilizados para calcular a variação da [...] [receita corrente líquida] que servirá de base para o reajuste?". O mesmo critério que já existe hoje: a receita corrente líquida é o mecanismo de correção. Então, tecnicamente, continua exatamente igual; não modifica em nada. Está certo?

Bem, considerações finais. Alguém quer fazer alguma consideração? Leide? Pois não, Gilson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILSON CRISTÓVÃO DOS SANTOS (Para expor.) – O que para mim ficou claro é que está havendo uma dúvida das pessoas quanto à PEC, como se fosse um fundo novo, como se fosse um reajuste novo. Na verdade, a PEC está querendo garantir algo que já existe e que ela fique blindada para que, por motivos de partido ou alguma outra coisa, isso não venha a ser comprometido no futuro. Então, a PEC está querendo dar uma garantia constitucional para o Fundo Constitucional do Distrito Federal. Tudo o que já ocorre vai só continuar acontecendo.

Uma vez que se coloque na mão do Governador... De 2020 para 2024, o único ano em que o IPCA foi maior que a RCL foi em 2020, e um pouquinho só. Em 2021, 2022, 2023, 2024, a RCL foi muito acima. E uma vez que esteja na mão do Governador, se ocorrer de a RCL ser menor que o IPCA, a gente conversa. Com certeza, o Governo não vai ter intenção nenhuma de que a segurança e a educação venham a perder.

O problema é que, se hoje a gente não der uma garantia, se a gente não blindar esse fundo, como foi falado na campanha, a gente pode não ter acesso a ele, porque hoje está na mão do federal, na mão do distrital e acaba não estando na mão de nenhum. Não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Verdade.

O SR. GILSON CRISTÓVÃO DOS SANTOS – É muita gente para decidir, e o objetivo da PEC é institucionalizar que o Governo do Distrito Federal tenha hegemonia para poder dirimir o fundo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Leide.

A SRA. GICILEIDE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu tenho aqui... Na pergunta da Mila, do Distrito Federal, eu fiquei meio assim, aí eu gostaria que a mesa aqui também tirasse essa dúvida.

Quando ela fala sobre "quais seriam os impactos fiscais e orçamentários para a União com a aprovação da PEC 1/2025, que garante a correção anual dos recursos", aí o Senador falou: "Não, fica tudo como está; garanto".

Mas aqui, eu, ouvindo a explanação do... É David, né?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – David.

A SRA. GICILEIDE OLIVEIRA – Eu vejo que o impacto para a União, para o Governo Federal... Eu acho que ele pode ter receio, e isso é uma coisa que pode pegar, porque, na aprovação, a gente pode reduzir bastante essa margem de manobra para o Governo. Porque aí não tem aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

coisa de contingenciar, tirar o dinheiro que é da educação, que foi aprovado na PEC, para outros lugares, que é o que acontece hoje. Hoje você tira... De onde você tira o dinheiro para fazer pagamento extra, não sei o quê? Da educação, da saúde, da segurança. Então, vem desse fundo.

Vejo aí que a gente tem que fazer uma campanha forte, porque eu sei que, para o Governo Federal, isto pode impactar – ele não fazer essa manobra, fazer esses contingenciamentos que se fazem o tempo todo com a educação. E eu vejo mais na educação, porque é a área em que a gente mais perde; e isso se tira das universidades, se tira da educação básica.

Então, essa eu acho que é uma das coisas que a gente realmente tem que passar para a população, e dizer: "Olha, se a gente conseguir aprovar essa PEC, isso aqui vai reduzir bastante, e a gente tem a garantia desse dinheiro nosso, sem essa manobra".

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, exato. Na prática, aprovando a PEC, fica mais difícil modificá-la. Porque hoje é lei ordinária, então é muito simples a modificação. E, com a PEC, dificulta mais, porque existe quórum qualificado, é mais difícil de mudar.

Mas, de fato, o que está acontecendo no Brasil é que as despesas obrigatórias estão consumindo praticamente 90% do Orçamento. O restante é o discricionário, exatamente para pagar a saúde, a educação, a segurança – da União, sem ser salário, de custeio.

Então, a gente precisa melhorar, fazer com que o país cresça realmente e que tenha desenvolvimento econômico, porque o que gera receita é desenvolvimento econômico, não é assistência social. A gente precisa investir mais, trazer mais investimento para o Brasil, investir mais na indústria e no comércio, para aumentar a receita e, consequentemente, melhorar as condições orçamentárias. Mas, do jeito que é hoje, vai acontecer exatamente a mesma coisa: os percentuais continuam os mesmos, o objetivo é o mesmo.

Agora, a educação e a saúde têm, além do fundo, uma legislação própria, que é dos mínimos constitucionais. Então, a União é obrigada a investir 18% na educação, o estado é obrigado a investir 25% da receita corrente na educação. No caso da saúde, é a mesma coisa: tem uma lei que estabelece o percentual mínimo de investimento.

Então, além do fundo... O fundo complementa a educação e a saúde, mas a obrigatoriedade é em cima da Constituição, que garante o percentual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, gente... Alguma observação, alguma coisa mais, Márcia, também, para a gente...?

A SRA. MÁRCIA GILDA (Para expor.) – Rapidamente, Senador, só quero colocar aqui o contexto da questão do investimento do mínimo constitucional entre 2011 e 2025, no Distrito Federal. Em 2011, o mínimo foi de 30,27% de investimento na educação pública; já em 2024, 24,30%. Então, perceba que a gente perdeu mais de 6% de investimento do mínimo constitucional na educação.

Por isso, na nossa sugestão, a gente fala dessa questão de ter equilíbrio na distribuição interna dos recursos. Seria muito importante amarrar essa questão na PEC.

O art. 1º lá do fundo constitucional diz que o fundo constitucional é "de natureza contábil, com a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, [...] militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação". Isso é assegurado lá no art. 1º.

E a PEC traz a proposta de mudar de "assistência financeira para educação e saúde" para "assistência financeira para serviços públicos", é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*) **O SR. PRESIDENTE** (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A PEC original... a Constituição fala em serviços públicos, quem estabelece saúde e educação é a lei ordinária, é a lei do fundo, entendeu? A PEC, quando ela foi criada... a PEC, não, a emenda constitucional, a Constituição, no seu art. 21, coloca "serviços públicos"; depois, na regulamentação da lei, é que se substituiu "serviços públicos" por "educação e saúde".

Eu estou dizendo assim: para saúde e educação já existe um percentual mínimo, é o que você falou, é o mínimo constitucional. O que tentaram foi driblar esses percentuais utilizando o fundo como maquiagem para poder manobrar, tanto é que o tribunal... até hoje o DF está pagando essa conta.

Mas, de fato, fica mais fácil você negociar com o Governador de plantão o que é a prioridade de Governo, porque é ele que tem que definir quais são as prioridades, e aí a pressão é nossa, da população, dos representantes aqui da população.

Eu digo assim, a gente precisa aprovar isso o mais rápido possível, porque a cada ano que passa... Eu estou aqui dentro, eu sei os questionamentos que são feitos aí pelos Parlamentares de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

outros estados e de outros municípios. Então, se a gente não cuidar, a gente vai ter sérios problemas lá na frente.

E é o que você falou aqui... o Gil falou muito bem aqui: a gente costuma botar o telhado depois de já ter começado a chuva, não é? Se a gente não resolver isso aqui, daqui a pouco, depois não tem como resolver.

O SR. GILSON CRISTÓVÃO DOS SANTOS (*Fora do microfone*.) – Se está reclamando como está agora...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É.

Mas, então, eu agradeço a presença de cada um de vocês aqui, nesta audiência.

Nada mais havendo a tratar, então, eu agradeço e declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Wilder Morais e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 42/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater e analisar os avanços das políticas públicas voltadas para a Primeira Infância, no período de 2020 a 2025. **Participantes:** Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); Sra. Marina Fragata Chicaro, Diretora de Políticas Públicas da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (FMCSV); Sra. Maria Mostafa, Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); e Deputado Federal Dr. Zacharias Calil, Coordenador da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância (FPMPI). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 22 de outubro de 2025, dando boa tarde e boas-vindas aos nossos convidados e convidadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater e analisar os avanços das políticas públicas voltadas para a primeira infância, no período de 2020 a 2025, em atenção ao Requerimento nº 42, de 2025, desta Presidência.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados e convidadas.

Sra. Marina Fragata Chicaro, Diretora de Políticas Públicas da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal (FMCSV). Seja bem-vinda e muito obrigada.

Sra. Maria Mostafa, Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede Nacional da Primeira Infância. Muito obrigada, Maria.

Estamos aguardando o Deputado Federal Zacharias Calil, que é o Coordenador-Geral da Frente Parlamentar da Primeira Infância.

De forma remota, participará o Sr. Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, que já está devidamente conectado, a quem também agradecemos a presença.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Informo que foram recebidas, até o momento, por meio do Portal e-Cidadania, diversas perguntas e comentários, dentre os quais destacamos Beatriz, de São Paulo; Andreia, do Distrito Federal; Thiago, do Ceará; e Marcos, do Acre, que já estão em mãos das nossas convidadas, caso queiram já abordar alguma das questões colocadas.

As perguntas e os comentários.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso de dez minutos e, ao fim das exposições, a gente retorna para algum complemento. A sirene toca estridentemente, mas ela é automática e aí a gente pode driblar ela com alguns minutinhos de tolerância.

O Alexsandro tem urgência de agenda ministerial. Então, vou pedir licença e passar a palavra, inicialmente, para ele.

Muito obrigada pela presença, Alexsandro.

Nós o estamos vendo e vamos agora ouvi-lo também.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Teresa Leitão, nossa grande liderança na Comissão de Educação do Senado e com uma história de importantes serviços prestados à causa da educação brasileira.

É um privilégio estar com a senhora nesta audiência. Na sua pessoa, também cumprimento as nossas colegas de mesa e os Parlamentares que, porventura, estejam aí na sessão, presencialmente.

Eu estou no Acre, inclusive fazendo uma discussão sobre a Política Nacional da Primeira Infância com a Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação). Com os 22 municípios do Acre, a gente se encontrou hoje para falar sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância e sobre o compromisso nacional pela qualidade e equidade na educação infantil.

Nós estamos num momento muito importante dessa agenda da primeira infância, porque estamos numa fase de consolidação do processo de implementação de um plano de ação estratégico, que foi construído a partir de diferentes ministérios para o biênio 2025-2026. Eu já vou chegar a esse plano de ação, mas eu queria obedecer ao tema da audiência e falar um pouco da história de como a gente chegou até aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero começar lembrando que o Brasil construiu um marco legal pela primeira infância ainda na Presidência da Presidente Dilma Rousseff. Em 2016, foi a primeira instalação na nossa estrutura normativa de um marco nacional para organizar as políticas da primeira infância. Esse marco normativo, a gente pode dizer que, do ponto de vista das estruturas federais, é o principal elemento disparador das políticas que vieram na sequência. Então, a Lei Federal nº 13.257 instituiu o Marco Legal da Primeira Infância. Isso aconteceu um pouquinho antes do processo de *impeachment*, e o processo de regulamentação do marco legal acabou sofrendo com os estremecimentos institucionais que o país viveu a partir do *impeachment* da Presidenta Dilma, mas isso não impediu que os estados e os municípios começassem a se movimentar na direção de criar, também a partir dos entes federados subnacionais, políticas e planos da primeira infância.

Então, a gente teve, a partir de 2016, um movimento nos municípios e nos estados olhando para o Marco Legal da Primeira Infância, para a Lei 13.257, e desenhando planos de ação ou políticas da primeira infância de nível municipal e estadual. Muito provavelmente, a Marina, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, talvez traga isso na exposição dela, porque a Fundação Maria Cecilia tem acompanhado com muita atenção esse movimento nos municípios e nos estados, mas o Governo Federal ficou com muitas limitações para avançar na regulamentação e na implementação do marco legal por causa daqueles estremecimentos institucionais que vivemos a partir do segundo semestre de 2016.

O Governo Federal volta a olhar, com mais atenção, para essa regulamentação a partir de 2021, quando o então Presidente Jair Messias Bolsonaro assina o Decreto nº 10.770, que instituiu a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância. Ali, com muita liderança do então Ministro da Economia Paulo Guedes, propôs-se uma agenda para diferentes ministérios, com propostas de ação que cada ministério faria para garantir uma visão, naquela época, denominada multissetorial e transversal da primeira infância.

Esse decreto é de 2021, mas também, depois da publicação do decreto, o processo de implementação das ações não fluiu de maneira consistente, e a gente não identificou, pelo menos no diagnóstico que fizemos, que a implementação da agenda se deu da maneira como havia sido planejada. Então, também tivemos aí uma lacuna no processo de implementação. Embora o decreto tenha sido assinado pelo Presidente da República, o processo de implementação não se movimentou na velocidade e na densidade que eram necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A partir de 2023, quando o Presidente Lula assume a Presidência da República e reinaugura o nosso Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselhão, o Presidente da República entendeu que a agenda da primeira infância tinha uma relevância de um tamanho que deveria ser discutido no Conselhão, com a sociedade, com os empresários, com os movimentos sociais, com os gestores públicos, com a universidade, e, de fato, se instituiu, dentro do Conselhão, um GT para pensar como a gente poderia atualizar o marco legal da primeira infância, mas, sobretudo, como a gente não errava de novo, quer dizer, ter um marco legal sem implementação. Isso não podia acontecer mais uma vez, e as crianças brasileiras têm urgência.

Então, o GT trabalhou muito na perspectiva de construir subsídios para uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância que não ficasse só no papel e de que a gente não produzisse de novo a frustração de construir um marco legal e não implementá-lo. Então, o Conselhão trabalhou por um ano nesse conjunto de subsídios e construiu uma proposta de decreto para o estabelecimento das diretrizes de elaboração da política da primeira infância. Esse decreto foi publicado pelo Presidente Lula em 2024; e nesse decreto também se criou um comitê intersetorial que tinha a tarefa tanto de elaborar a política quanto de também induzir a produção do plano de ação para a política sair do papel.

Em agosto deste ano, o Presidente Lula, então, assinou o Decreto nº 12.574, que institui a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e estabelece ali que o Governo Federal deveria instituir um plano de ação integrado e intersetorial em até 60 dias, para dar consequência à Política Nacional Integrada da Primeira Infância.

E a política também estabeleceu cinco eixos para a organização da implementação: o eixo Viver com Saúde, que congrega ações destinadas à promoção da saúde, tanto na atenção básica quanto na atenção especializada, na alta complexidade, e esse eixo é coordenado pelo Ministério da Saúde.

Um eixo chamado Viver com Dignidade, que tem ações para o combate e enfrentamento à vulnerabilidade social, à miséria e à pobreza, que está coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o MDS, mas tem ações de diferentes outras pastas sob essa coordenação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um eixo chamado Viver com Direitos, que está sob a liderança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, mas também tem ações de diferentes outros ministérios, como o Ministério da Igualdade Racial, Ministério dos Povos Indígenas, enfim.

Um eixo que é coordenado pelo Ministério da Educação, que se chama Viver com Educação; nesse eixo nós estabelecemos que o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil é a implementação da Política Nacional Integrada da Primeira Infância na educação;

E um eixo que está coordenado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o MGI, que trata da integração de informações, bases de dados e comunicação com as famílias.

Então, o decreto define esses cinco eixos e diz que, em 60 dias, o Governo Federal deveria publicar o plano de ação para o biênio 2025-2026. Aqui acho que entra a diferença para este nosso novo momento. Nós temos um plano de ação com metas muito objetivas, que podem ser monitoradas pelo Congresso Nacional, pelo Tribunal de Contas da União, pela sociedade civil organizada. Há a possibilidade de entender exatamente o que será feito em cada um desses eixos no biênio 2025-2026, de modo que isso seja monitorado e também se responsabilize na eventualidade de não cumprimento das metas. Isso é muito importante para o país, para a gente não perder tempo nessa agenda que é tão urgente.

O plano de ação está consolidado na Portaria Interministerial nº 225, de 2025, e essa portaria interministerial que organiza o plano define 34 iniciativas que devem ser executadas pelos ministérios nesses dois anos. No Viver com Saúde, são oito iniciativas; no Viver com Dignidade, oito iniciativas; no Viver com Direito, seis iniciativas; no Viver com Educação, oito iniciativas; e no de Integração de Informações e Comunicação com as Famílias, quatro iniciativas.

Vou dar alguns exemplos. Eu sei que o tempo está se exaurindo, mas acho importante materializar o que a gente está chamando de iniciativa. Então, tem uma iniciativa que é a atualização ou criação de planos intersetoriais da primeira infância em todos os estados e municípios brasileiros. Hoje a gente tem cerca de 2,5 mil, talvez um pouquinho mais, de municípios que têm plano de primeira infância; a outra metade da Federação não tem, e nossa meta é que todos os municípios tenham o seu plano intersetorial da primeira infância, assim como os 27 estados – 26 mais o Distrito Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também é uma meta do plano que, em cada estado, exista uma instância para coordenar a implementação do plano e em cada município também.

Outra coisa que a gente tem como meta é que, nos estados e municípios, essa coordenação da implementação também seja monitorada pelos órgãos de controle: Ministério Público, tribunais de contas...

Também temos... No eixo de intersetorialidade, a gente vai construir um protocolo intersetorial de atendimento integrado de serviços para a primeira infância e um protocolo específico de busca ativa para bebês e crianças que estão fora da creche, especialmente aquelas cujas famílias são atendidas pelo Cadastro Único da assistência social.

Na área da educação, já no mês que vem, o Ministro Camilo Santana deve lançar o nosso sistema nacional integrado para gestão de filas de creche e gestão de matrícula. Isso é uma conquista histórica para a sociedade brasileira, não existia, até então, um dado nacional monitorável com transparência pública para dizer quantos bebês e crianças estão aguardando vagas de creche e quantas crianças de quatro, cinco e seis anos não estão sendo atendidas pela pré-escola. Todos os municípios vão ter os dados nessa plataforma nacional, em que a gente vai poder fazer a gestão e a priorização das matrículas.

Também temos, dentro do viver com educação, a meta de 60% de municípios e 80% de estados participando da política Compromisso Nacional pela Qualidade na Educação Infantil.

No viver com saúde, o Ministério da Saúde estabeleceu como meta atingir 50% dos domicílios brasileiros que tenham crianças na primeira infância participando da triagem para risco de insegurança alimentar (Tria), então são metade dos domicílios brasileiros. Há também como meta que 50% das creches e pré-escolas estejam participando do Programa Saúde na Escola, e a construção de três protocolos integrados entre o SUS e o Suas, da assistência social, sobretudo a partir da reorganização do programa Criança Feliz.

No viver com dignidade, o Ministério do Desenvolvimento Social propõe como metas: incluir no processo de revisão do Criança Feliz 2.994 municípios brasileiros e criar 70 espaços de cuidado em instituições de ensino superior, EJA, Projovem e outros equipamentos públicos para atender as crianças da primeira infância com cuidador, cuidadora, conforme a necessidade das famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No eixo de integração de informações e comunicação com as famílias, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos vai integrar, pelo menos, cinco bases de dados federais num painel de gestão para que cada gestor público tenha todos os dados do bebê e da criança num mesmo lugar, numa mesma plataforma. Isso é muito importante porque, na hora de fazer a gestão pública na ponta, as informações estão todas fragmentadas e isso atrapalha a eficiência, a eficácia e impede a gente de garantir direitos. Então, haverá uma base nacional, uma plataforma nacional para a gestão das políticas da primeira infância com estas bases de dados integradas – saúde, educação, assistência social, enfim, as bases que trazem dados de criança e de bebê. E também teremos, para as famílias, essa mesma plataforma com a interface olhando para as necessidades da família que tem um bebê e uma criança nessa faixa etária. A gente tem chamado essa plataforma, para as famílias, carinhosamente, de Govinho.br. Nós temos o Gov.br, para todo mundo, e o Govinho para bebês e crianças.

Só para endereçar uma das perguntas, rapidamente, Senadora, perdoe-me, chegou uma do Thiago, se não me engano; não, foi do Marcos. Há ações definidas tanto para reforço da parentalidade, de melhoria de cuidados nas famílias, quanto para mulheres gestantes e para os pais, orientando não só um processo de orientação para o trabalho educativo na família, mas também garantindo direitos para as mulheres gestantes e para os pais.

Então, por aqui eu termino. A minha assessora Dandara ficará aqui na reunião para eventual dúvida que a gente possa responder *a posteriori* – vocês podem encaminhar aqui para o nosso gabinete. Teremos o maior prazer de responder.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sou eu que agradeço, Alexsandro. Agradeço pelo seu tempo. Sei que você está espremido aí nas atividades no Acre, mas foi muito importante a sua intervenção, porque ela deu conta de uma novidade, que já era prevista no marco legal, mas que parou e hoje a gente está retomando, que são as medidas intersetoriais. Ter os planos intersetoriais da primeira infância, estimulados pelo Governo central para estados e municípios, sobretudo para municípios, é importante. E a presença do MEC nos garante que a gente pode trabalhar o binômio "cuidar e educar", que é uma função muito grande. As creches, há um tempo, eram pertencentes ao Sistema de Assistência Social. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está trazendo a creche para a escola como obrigação também da educação. A estrada é longa, mas ela já começou a ser percorrida.

Muito obrigada pela sua presença.

Vou passar a palavra, agora, para Marina Fragata, Diretora de Políticas Públicas da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal. A Fundação Maria Cecilia ocupa a Secretaria Executiva da nossa Frente Parlamentar da Primeira Infância. É uma instituição largamente capacitada para cuidar dessas questões. Eu agradeço muito a sua presença aqui na mesa.

Vamos fazer o mesmo procedimento: você se concentre nos dez minutos, mas, se não for possível, a gente amplia um pouquinho, como ampliou para o MEC.

Muito obrigada.

A SRA. MARINA FRAGATA CHICARO (Para expor.) – Obrigada, Senadora Teresa Leitão.

Obrigada a toda a audiência; aos meus colegas Alexsandro e Maria, da Rede Nacional Primeira Infância.

Para a gente da Fundação Maria Cecilia é uma alegria estar aqui, mas é uma alegria ainda maior ver as Comissões trazendo a pauta da primeira infância para a mesa e esse compromisso de Senadores, como a senhora, aguerrida na agenda, e de tantos outros Senadores e Deputados com a melhoria dos direitos das crianças desde o começo da vida.

Bom, eu vou falar brevemente para a audiência, para quem também não nos conhece.

De uma forma muito breve, nós da fundação, neste ano, cumprimos 60 anos de vida, e já há quase duas décadas a gente se dedica à agenda do combate às desigualdades na primeira infância, porque a gente sabe que esse é um período muito definitivo para o início da vida, para o presente de cada criança, para o futuro dela enquanto adulto e para toda a sociedade. E a gente faz isso de muitas formas, mas a gente tem metas prioritárias, que perpassam a educação infantil, a parentalidade, o desenvolvimento infantil, sobretudo nesse propósito de alavancar as políticas públicas, por um lado, e fortalecer a compreensão da sociedade sobre a importância desses primeiros anos de vida.

E hoje a gente veio aqui contar um pouquinho, em parceria com a Rede Nacional Primeira Infância – a Maria vai falar já, já –, sobre uma iniciativa chamada Agenda Regional para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, que nasceu lá em 2017, da união de diferentes países aqui da América Latina, instituições do terceiro setor e organismos internacionais, em que se firmaram quatro grandes acordos em prol de que esses países da América Latina passassem a monitorar como as suas políticas têm avançado nessas quatro agendas.

O primeiro acordo foi sobre a questão da intersetorialidade do financiamento dessas políticas nesses diferentes países; o segundo acordo, a qualidade desses serviços de desenvolvimento infantil; o terceiro, sobre medição, avaliação do desenvolvimento infantil; e o quarto acordo, sobre a colaboração e as alianças que ajudam a sustentar a política em cada um desses países.

O Brasil foi signatário, e eu não vou me estender muito nisso, mas o importante é que dessa agenda, emergiram então esses processos de acompanhamento de como as políticas, em cada país, têm caminhado. A gente, fundação, participou do início desse processo, o Inter-American Dialogue, que é um organismo internacional, foi o líder. E agora, mais recentemente, aqui no país, a Rede Nacional Primeira Infância também se juntou a esse esforço.

Então esse acordo foi celebrado lá em Bogotá. E no primeiro informe de progresso, que é assim que se chama, cada um dos países faz o seu informe de tempos em tempos, a gente viu que o Brasil tinha já avanços em termos de um marco legislativo robusto. A gente está falando aqui, por exemplo, do marco legal da primeira infância; a Constituição já tinha o art. 227 como prioridade absoluta; o ECA; e alguns programas e serviços que alcançam essas famílias, mas ainda de uma forma muito setorizada.

E, naquele primeiro informe, uma ausência de avaliação desse investimento que o país vinha fazendo para essas primeiras políticas, ainda muito setorizadas.

Em termos de qualidade, lá até 2020, a ausência de um sistema integrado e muito mais presença, ainda que inicial, de parâmetros setoriais. O Alexsandro está aqui. Os parâmetros de qualidade da educação infantil já remontam a bastante tempo. Eles foram agora atualizados.

Em termos de medição do desenvolvimento infantil, no Brasil, há a ausência de metas e de um sistema de avaliação periódica para o desenvolvimento infantil. Algum estudo ou outro acontecendo, mas ausência de um mecanismo, dentro da política pública, que garantisse essa mensuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de alianças e colaboração, aí, sim, o país já tinha um repertório de conselhos, de Rede Nacional Primeira Infância e de outras coalizões que estavam trabalhando em prol dessa agenda.

E aí, vem este informe, que a gente está lançando agora e que foi produzido pela Rede Nacional Primeira Infância, com o nosso apoio e da United Way, a pedido do Inter-American Dialogue, para contar um pouco sobre esses avanços. E foi ótimo que o Alexsandro me antecipou bastante do que eu tinha para trazer, mas para contar – e convidar vocês, pois Maria vai apresentar já, já o QR *code* – que, nesse informe, a gente conseguiu, enquanto país, detalhar um pouco desse histórico de tudo que aconteceu até chegar aqui.

Então, dentro desse Acordo 1, de antecedentes, o país já tinha bastante coisa instituída, em andamento, ainda que com essa lógica setorial, em termos de legislação, em termos de financiamento, em termos de programas com algum lugar já de intersetorialidade e uma robustez significativa nos nossos marcos legislativos, embora nesse último ano, nesses últimos dois anos, nós tenhamos feito uma crescente.

E aí, por óbvio, gente, por conta do tempo, eu não vou ler tudo, mas aqui os destaques do que, de 2020 para 2025 avançou.

Então, o que são as novidades? Primeiro, um capítulo muito importante: de 2020 a 2021-2022, dos impactos na pandemia nessas políticas, mas também um reconhecimento do que avançou. Alexsandro falou muito detalhadamente sobre a Pnipi, que é uma entrega prevista no marco legal – o marco legal faz dez anos no ano que vem –, e o país não tinha ainda construído a sua política. Tem um Plano Nacional pela Primeira Infância atualizado e ali uma série de políticas e de atualizações de programas que foram acontecendo para que a gente pudesse avançar, inclusive, no que já estava construído ali nos antecedentes.

Alexsandro mencionou também, além da Pnipi, a agenda transversal, que foi instituída em 2022; a medição do gasto social; reordenamento do Criança Feliz, enfim, aqui a gente tem uma síntese. Ela não esgota, mas para quem der uma olhadinha ali no relatório tem um pouco dos históricos.

Mas a gente ainda tem bastante desafio nessa frente, e a gente, por exemplo, sabe que a governança das políticas intersetoriais, a implementação – tem até uma pergunta de implementação aqui, Senadora – é muito desafiadora porque ela rompe com uma lógica do nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

país de setorização. Então, a Pnipi traz esse reconhecimento da necessidade de se fortalecer as políticas setoriais e – não "ou" – fortalecer a integração entre elas. Então, são dois movimentos que precisam acontecer de forma paralela, porque não adianta integrar e a saúde estar com uma política frágil e assim por diante.

A implementação da política de cuidados, mas a gente tem uma agenda importante no país, que é a questão da garantia do orçamento. Até a gente tem a PEC agora tramitando, que traz uma garantia, assegurar, se tudo fluir, que esse orçamento seja garantido, como em outros países. Se vocês forem olhar os informes de progresso, já se conseguiu garantir, e no nosso país, por exemplo, para implementar a Pnipi, não temos orçamento, embora tenhamos metas ousadas e um plano de transformação para o país.

O Acordo 2 é a qualidade dos serviços. Novamente, já havia um repertório de muitas entregas acontecendo até então e destaques – nossa, ele pulou! – dentro dessa frente da qualidade, de normativas, orientações técnicas que foram se direcionando para melhorar, por exemplo, a educação infantil.

Eu vou pegar um caso: neste ano que passou, o Conselho Nacional de Educação – na verdade, no ano passado – transformou os Parâmetros de Qualidade e Equidade da Educação Infantil em diretrizes, eles passam a ser mandatórios. Então, o país tem esse dever de implementar e cuidar da qualidade e da equidade da educação infantil, agora de forma mandatória. Os parâmetros já existiam, mas o país deu um passo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARINA FRAGATA CHICARO – ... quando ele fez essa aprovação.

E aí, tem uma série de elementos, até a recente aprovação, por exemplo, do ECA Digital e uma série de coisas que estão ali colocadas, que, inclusive, o próprio informe não chegou a cobrir, porque a cada mês a gente tem tido novidades; então, a gente incorporou.

Mas também muitos desafios. Tem uma pergunta aqui sobre a qualidade: como está a qualidade da educação infantil do nosso país? A gente não sabe, o Brasil não mensura a qualidade nas suas múltiplas dimensões. Então, esse, por exemplo, é um desafio que o país precisa endereçar – o Inep cria um GT para isso, e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a gente tem o PNE (Plano Nacional de Educação) chegando a esta Casa, que traz ali metas específicas de qualidade da educação infantil. Então a gente tem avanços no país e também esse olhar de sair só do acesso, sair só da oferta e mergulhar um pouco mais na qualidade.

Na mensuração do desenvolvimento infantil e da qualidade, talvez seja onde o país menos avançou. A gente não tem um sistema estruturado, não tem uma política de avaliação. Embora a Pnipi agora traga isso, e o próprio PNE e outras normativas, o Brasil ainda tem um largo caminho para percorrer em relação a essa necessidade de melhor avaliar, tanto as políticas, quanto a qualidade, quanto o desenvolvimento das próprias crianças, tanto no nível individual, quanto populacional.

Aqui alguns estudos que vêm sendo feitos, mais apoiados pelo terceiro setor, mas que trazem tentativas de contribuição, e o próprio Ministério da Saúde, que vem avançando bastante nessa agenda.

E para finalizar, se passar aqui, o último é essa questão das colaborações e das parcerias, que já existiam até o informe anterior, mas que a cada ano, dada a relevância do tema, vem crescendo o volume de atores engajados na agenda, e eu acho que a Rede Nacional Primeira Infância tem uma liderança grande nesse processo. Mas, por exemplo, quanto às frentes parlamentares da primeira infância, aqui foi criada a primeira, e isso se desdobrou para as frentes estaduais, e uma série de coalizões têm se fortalecido nessa agenda, para conseguir promover que essas políticas avancem, que essa legislação esteja acurada, olhando para os primeiros anos de vida.

E, para fechar, eu queria só responder, acho que a duas questões. Uma primeira é esta: o desafio da intersetorialidade, mas a relevância da intersetorialidade, porque é só a partir dela que a gente também vai dar conta de dois movimentos: combater as desigualdades, atender às múltiplas infâncias. A gente não tem uma primeira infância; a gente tem muitas primeiras infâncias, com especificidades, com diversidade, com características que demandam que as políticas se organizem de formas diferentes para isso acontecer. E isso está em uma das perguntas.

E a Pnipi, por exemplo, traz bastante esse olhar para essas múltiplas infâncias, para as diferentes vulnerabilidades, prioridades legais, para que isso seja feito de uma forma a se implementar, considerando esses diferentes contextos e infâncias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que tem a pergunta da paternidade responsável, que vem trazendo todo esse esforço de uma paternidade, de uma parentalidade afetiva. E neste Congresso também tramita o PL 6.216, de 2023, que prevê a ampliação da licença-paternidade para 30 dias. Então a gente tem desde políticas até legislações que vêm alavancando e trazendo a primeira infância para a pauta.

E a gente queria convidar todos vocês depois para olhar esse informe, porque ele traz ali, pelo menos, um recopilado, um pouco desses avanços, reconhecendo que a gente tem ainda muitos desafios, sobretudo, de lidar com as desigualdades desde o começo da vida.

Obrigada, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Marina, essa atuação já de tantas décadas, vencendo todos os desafios que a conjuntura vai nos colocando.

E a linha do tempo que você apresentou nos dá muita visibilidade do que foi...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Boa tarde, Deputado. Convido-o direto para vir aqui para a mesa. O Deputado Zacharias Calil é o Coordenador-Geral da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO. *Fora do microfone.*) – Tudo bem, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Como está? Tudo bem?

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO. *Fora do microfone.*) – Tudo joia.

Olá, boa tarde!

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu vou dar prosseguimento, Deputado. Pode ser? É a última intervenção. Depois eu passo a palavra para V. Exa.

Aquela linha do tempo que Marina apresentou mostra tantos desafios que foram vencidos e os novos que estão sendo colocados, mas eu destaco, na intervenção de Marina, a ênfase que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a gente precisa dar – e ter muita prioridade – ao financiamento; financiamento específico para as políticas da primeira infância, tanto as políticas de educação, que estão consignadas no Plano Nacional de Educação... mas para vencer esse desafio da intersetorialidade, ou seja, como a gente vai arrumar isso tudo no orçamento.

Então, vamos para a última intervenção, nossa última convidada, que é Maria Mostafa, Coordenadora da Secretaria Executiva da Rede Nacional Primeira Infância, uma das instituições, uma das organizações mais ativas – existe em vários estados – e que tem dado uma força muito grande a nós da frente parlamentar.

Então, Maria, para os seus dez minutos iniciais, com a mesma sistemática.

A SRA. MARIA MOSTAFA (Para expor.) – Está ótimo. (*Fora do microfone.*)

Boa tarde. Obrigada, Senadora Teresa Leitão e Deputado Calil pela liderança na pauta e também por esta audiência pública – muito obrigada.

Obrigada, Alexsandro pela fala, que foi muito esclarecedora, sobre a Pnipi (Política Nacional Integrada da Primeira Infância); e Marina, minha companheira aqui de Rede Nacional Primeira Infância, por essa atualização das políticas dos últimos anos que a gente traz nesse segundo informe, com que a Fundação Maria Cecilia tem incansavelmente contribuído, em diferentes frentes de atuação, no campo da primeira infância.

Bom, a Rede Nacional Primeira Infância é uma articulação de organizações, em sua maior parte organizações da sociedade civil, mas não só, também organizações do Governo, do setor privado e organizações multilaterais, que juntas formam a maior articulação de organizações em defesa da primeira infância no Brasil. Eu aqui estou representando a Secretaria Executiva dessa rede. A cada três anos, uma das organizações membros é eleita para fazer a Secretaria Executiva, e eu sou do Cecip (Centro de Criação de Imagem Popular), que está fazendo a Secretaria Executiva da RNPI por este triênio, de 2025 a 2027.

A RNPI se formou em 2007, em torno da elaboração da escrita do Plano Nacional pela Primeira Infância, que é um documento muito importante para a gente no campo da primeira infância no Brasil, porque foi o primeiro documento que uniu as diferentes áreas, que trouxe esse olhar intersetorial de que a gente vem falando como um plano mesmo para o campo da infância. Esse Plano Nacional pela Primeira Infância foi aprovado pelo Conanda, e a gente já teve duas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

edições dele – aí estão as duas capas. A RNPI cuida muito desse documento, porque foi o documento que orientou a criação da rede e a elaboração dos planos estaduais – hoje em dia nós temos cinco, se não me engano, quase seis – e dos planos municipais pela primeira infância, que o Alexsandro mencionou na sua fala, que orientam as políticas dos municípios para terem esse olhar integrado e integral para a primeira infância.

A gente, na RNPI, incide e presta apoio para aprovação e implementação de diferentes leis e políticas no campo da primeira infância, desde a aprovação desse Plano Nacional pela Primeira Infância, que foi lá em 2010, até aqui. A gente já participou de muitas políticas e programas, sempre pensando no melhor interesse da criança, principalmente na primeira infância.

Então, no marco legal da primeira infância, a rede atuou muito tanto na elaboração do texto da lei, principalmente na pessoa do Prof. Vital Didonet, que não pôde estar aqui hoje, mas que eu estou representando aqui, e também no momento de aprovação da lei. As organizações que fazem parte da rede se mobilizaram para pressionar os Deputados a entenderem a importância de uma lei que olhasse para as crianças de forma intersetorial e integrada, que é essa lei, uma das leis mais avançadas no mundo em relação à primeira infância.

Além disso também, a gente, na RNPI, fez a revisão e a extensão do Plano Nacional pela Primeira Infância. Então, na primeira versão do plano, a vigência dele foi de 2010 a 2020, e agora, em que ele foi estendido até 2030. Além disso, a rede também participa dos debates do Plano Nacional de Educação e de todas as leis, projetos e programas em que a primeira infância está representada.

Hoje nós temos mais de 200 organizações em todo o território nacional. Além da rede nacional, temos 16 redes estaduais, que são muito importantes para essa capilaridade da rede, porque o Brasil é um país muito grande e a gente atua por meio da incidência política, principalmente, mas não somente, também atuamos por meio da comunicação, do fomento à participação social, que é a nossa função, digamos assim, e na produção de conhecimento e informação.

Então, a Marina falou bastante, com muita propriedade, sobre o Segundo Informe de Progresso das Políticas Públicas de Primeira Infância, que é essa publicação que a gente está apresentando aqui hoje. É uma publicação que traz os avanços dos últimos anos em relação às políticas para a primeira infância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estou apertando aqui e não está indo. Pronto.

Uma análise do cenário atual das políticas públicas do Governo Federal, com registro dos últimos anos e com atualizações referentes a este ano. Então, por exemplo, a aprovação da Pnipi, a gente atualizou e colocou nesse material, mas, de forma sucinta, entendendo que ele tem um registro histórico muito importante e que este ano, realmente, está sendo um ano de muitas novidades nesse campo.

Então, esse é o QR *code*. A publicação está disponível para ser baixada no *site* da Rede Nacional Primeira Infância. Qualquer pessoa que colocar no Google Segundo Informe de Progresso das Políticas Públicas de Primeira Infância, vai aparecer a publicação, a publicação digital. Também traz, nessa publicação, um pouco dos desafios enfrentados no campo da primeira infância e oportunidades de contribuição da sociedade civil, que é uma coisa que é muito cara para a Rede Nacional Primeira Infância: a gente pensar como que a sociedade civil pode, junto com o Governo, pensar nessas políticas e apoiar a implementação das políticas para a primeira infância, principalmente agora com a aprovação da Política Nacional Integrada, e sobre qual é o papel da sociedade civil e como a gente vai fazer isso de forma integrada e intersetorial.

E aqui, o *site* da rede. A rede é uma rede aberta a organizações que desejem participar. A gente tem um processo de entrada, mas somos sempre abertos para que essa rede cresça com cada vez mais potência e fomento à participação em controle social no Brasil, atendendo aos direitos das crianças na primeira infância.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Maria.

Está no fôlder que a rede distribuiu, para quem está presente, e, mais uma vez, nos três pontos destacados, está a questão do financiamento. Estão as referências legais e coordenação intersetorial, que são um ganho desse último período; as políticas; os programas e o financiamento, que a gente tem que tratar com muito cuidado.

Eu destaco, Maria, essa existência das redes estaduais – como isso nos ajuda! Em Pernambuco, eu era Deputada Estadual, quando fui participar da implantação da rede. Eu era Presidente da Comissão de Educação, fui nessa condição. E foi essa rede que nos estimulou a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

criar a Frente Parlamentar Estadual, foi uma das primeiras, a de Pernambuco. Foi a rede quem nos estimulou, e, desde então, a gente tem... Ainda existe essa frente e é presidida pela Deputada Simone Santana. A gente tem uma relação muito interessante com a rede.

Parabéns a vocês!

Então, terminadas as intervenções, as apresentações dos nossos convidados, eu vou passar a palavra agora para o Deputado Zacharias Calil. Ele tem também outros compromissos na Câmara, mas, como Presidente da frente parlamentar, ele não podia faltar. Eu agradeço muito a presença.

A Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, de que é a nossa Secretária-Executiva... Eu vou depois passar todo o relatório dessa reunião para a gente divulgar lá entre os membros da nossa frente parlamentar.

Então, Deputado.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO. Para expor.) – Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

Cumprimento a nossa Senadora Teresa Leitão, a Marina, a Maria Mostafa. Estou vendo aqui outras pessoas que estão participando, que é a Beatriz, de São Paulo; a Andreia, do Distrito Federal; o Thiago, do Ceará; o Marcos, do Acre; a Nedjma, da Paraíba; o Luiz, do Paraná; o Handerson, também do Distrito Federal; e o Miguel, do Ceará.

Então, falar da primeira infância é um tema muito apaixonante. Eu tenho trabalhado já há muitos anos. Eu sempre falo que, eu, como médico, como cirurgião pediátrico, já vinha trabalhando com a primeira infância sem saber o que era a primeira infância, do nível, do ponto de vista político.

Então, quando eu entrei aqui, no meu primeiro mandato, em 2019, participei praticamente de todas as reuniões e vi, aprendi, o tanto que é importante a primeira infância. Porque, para a gente, na faculdade de Medicina, a preocupação é você, na pediatria, tratar as doenças, tratar as más-formações, essas patologias todas da criança, mas ninguém se preocupava com as crianças do ponto de vista que a gente discute tanto aqui. Tanto é que eu propus, há pouco tempo, no MEC, a instituição desta matéria primeira infância na faculdade de Medicina, de Psicologia, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fisioterapia, de Enfermagem, para que as pessoas tomassem conhecimento. Porque muita gente acha que a primeira infância é quando a criança nasce; não, não é. É na concepção, é na gravidez, é na obstetrícia que nós temos que ter os cuidados com a mãe, e tudo o mais.

Agora mesmo fiz um pronunciamento, ali na Câmara, sobre o aborto. "Ah, mas aborto na 12ª semana tudo bem..." Falei: "Não, tudo bem não. Espera aí". Eu conheço a embriologia, que foi a minha primeira matéria na faculdade de Medicina e depois lá na residência médica, como cirurgião pediátrico. Para você fazer uma cirurgia em criança, você tem que saber como é a formação embriológica da criança. Então, tudo isso faz parte desse contexto.

Mas eu tenho um tema, que eu preparei aqui... E parabenizo aí, também, por esse tema tão importante, a Rede Nacional Primeira Infância, que é uma articulação poderosa que reúne mais de 270 organizações de todo o Brasil, incluindo sociedade civil, Governo, setor privado, academia e órgãos multilaterais, com um objetivo comum: promover e garantir os direitos das crianças de zero a seis anos.

O que essa rede nacional faz, a RNPI? Ela mobiliza e articula instituições e pessoas em defesa da primeira infância. Atua sem discriminação de qualquer natureza: ética, regional, ideológica, econômica, etc. Ela produz e compartilha dados, pesquisa e monitoramento das políticas públicas voltadas à infância e desenvolve projetos e plataformas que fortalecem a atuação de educadores, gestores e conselhos.

Essa rede surgiu em 2007, com cerca de dez organizações. Olha só o tanto que ela cresceu!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO) – Exatamente.

E hoje é uma referência nacional na luta por uma infância protegida, saudável e com oportunidades desde os primeiros anos de vida.

Então, aqui, como ela influencia nas políticas públicas?

Participou da elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância, que orienta ações governamentais em educação, saúde, assistência social e direitos humanos. Atua junto ao Congresso e aos ministérios para garantir orçamento e prioridade às políticas voltadas às crianças de zero a seis anos. Foi o que eu ouvi aqui quando acabei de chegar. A Senadora Teresa estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

falando exatamente sobre o orçamento. Promove campanhas como Criança é Prioridade, que incentiva candidatos e gestores públicos a assumirem compromissos com a infância.

E quais são os projetos e ferramentas da RNPI?

Observatório da Primeira Infância: reúne dados, indicadores e análises sobre a situação das crianças no Brasil. Isso é muito importante, né? A partir do momento que a gente tem esses indicadores, a gente sabe exatamente como vamos atuar. Plataforma da Criança Feliz: apoia gestores municipais na implementação de políticas integradas. Formações e eventos: oferece cursos, seminários e encontros para fortalecer profissionais também da área.

E há aquela pergunta que o pessoal sempre faz aqui para nós: como é que eu posso me envolver na RNPI? Bom, como cidadão, você pode acompanhar as ações da rede e participar de campanhas que pressionam por mais atenção à infância. Se você trabalha com educação, saúde ou assistência, pode usar materiais e formações de rede para aprimorar a sua atuação.

Então, é muito importante, porque nos últimos cinco anos nós observamos importantes avanços institucionais e legislativos.

O marco legal da primeira infância, que é a Lei nº 13.257, de 2016, foi fortalecido, servindo de referência para políticas públicas em todo o país.

O Programa Criança Feliz alcançou mais de 1,6 milhão de famílias em cerca de 3 mil municípios, promovendo visitas domiciliares e acompanhamento do desenvolvimento infantil.

Também merece destaque a inclusão da pauta da primeira infância nos planos plurianuais e a criação de frentes parlamentares e Comissões dedicadas ao tema nas duas Casas do Congresso Nacional.

Mesmo diante das restrições impostas pela pandemia, houve esforços para ampliar a cobertura vacinal e a oferta de creches em tempo integral.

Apesar dos progressos, persistem desafios importantes. Mais de 6,5 milhões de crianças de zero a três anos continuam fora da educação infantil, segundo o IBGE 2023. A insegurança alimentar ainda afeta uma em cada três crianças brasileiras, conforme a Rede Penssan 2024, que mostrou esses dados. Além disso, há uma carência de ações estruturadas em saúde mental materna e desenvolvimento infantil agravada pelo isolamento social dos últimos anos. Ainda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamos baixa integração entre políticas de saúde, educação e assistência social, bem como subfinanciamento das ações municipais responsáveis pela maior parte da execução dessas políticas.

Eu tenho debatido muito isso lá no meu estado, principalmente com as primeiras-damas, pela importância que elas representam nos municípios no investimento da primeira infância. O município é o foco principal, é onde nós temos que melhorar e expandir esses avanços.

Então, é necessário aprovar o novo Plano Nacional pela Primeira Infância, com metas claras e indicadores mensuráveis, e ampliar os repasses federais para programas de parentalidade, nutrição e estímulo à leitura. Eu falo em estímulo à leitura, e ele é muito importante, por quê? Tem essa teoria – teoria, não –, já está comprovado na prática que, quanto mais estímulos você dá à criança, mais ela desenvolve sinapses cerebrais, porque a criança tem uma neuroplasticidade muito grande. Então, você vai dando estímulo, estímulo... As pessoas falam: "Ah, o cérebro da criança é igual ao computador". Não, o computador é igual ao cérebro da criança, porque na realidade você vai colocando memória e ele vai se expandindo.

Eu me lembro muito bem de quando eu comprei o meu primeiro computador. Ele tinha um 1GB, alguma coisa assim. Hoje, nós estamos falando em tera, uma série de situações. É o mesmo que acontece com a criança. Quanto mais estímulo você der, melhor ela vai ter essas sinapses e vai se tornar um adulto inteligente, com baixos índices de criminalidade e uma vida familiar saudável. Agora, ficam aí nessas telas, e a gente sabe o tanto que prejudicam essas crianças.

Eu tenho experiência já, na minha família mesmo, com a minha netinha, que tem cinco anos. E eu fui orientando minha filha e tal a respeito dela. Então, muita gente fala assim: "Nossa, ela parece que é acima da média". Mas realmente é por causa do estímulo da família, do pai, da mãe, das leituras, tendo horário para brincar, horário para usar o celular e uma série de situações que a gente pode melhorar muito, porque às vezes eu estou lá no meu consultório, a criança começa a chorar e a primeira coisa que a mãe faz é dar o celular para ela, aí ela fica quieta, quer dizer, é a babá eletrônica nossa do dia a dia.

Na Câmara dos Deputados, temos trabalhado para que a primeira infância continue sendo prioridade nacional. Nosso mandato atua pela aprovação da PEC da primeira infância, que assegura recursos permanentes para políticas voltadas a essa faixa etária. E, no Senado, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito diferente, a gente sabe que a participação da Senadora Teresa Leitão é fundamental para que essa continuidade vá para a frente.

Também defendemos a criação de frentes interministeriais com ações integradas entre saúde, educação e desenvolvimento social voltadas ao combate à desnutrição, ao incentivo à leitura e ao fortalecimento dos vínculos familiares.

A primeira infância é o alicerce de um Brasil mais humano, produtivo e igualitário. Cada criança bem cuidada representa um futuro com menos desigualdade e mais oportunidades.

Eu reitero o meu compromisso, como médico e como Parlamentar, com a proteção e desenvolvimento integral das nossas crianças e coloco-me à disposição desta Comissão e da Senadora Teresa Leitão para seguirmos unidos na construção de políticas duradouras e efetivas.

Senadora, eu fico ali no hospital, atendo lá toda semana, toda segunda-feira, que é um hospital público. Tem hora que a gente fica, sabe, chateado de ver aquelas crianças, porque elas não têm as oportunidades que deveriam ter. São crianças extremamente pobres, carentes, que não têm aquele estímulo em casa, que chegam às vezes até mal vestidas.

E lá, em nosso hospital, nós temos uma humanização muito grande. Por exemplo, quando a criança chega lá no centro cirúrgico, ela fica numa salinha especial. O anestesista vai lá, conversa, explica. E cada criança que é internada tem um *tablet*. E esse *tablet* me chamou muita a atenção esses dias, porque ela já chega, pega o *tablet*, que ela nunca teve em casa, eles não têm condições de comprar, e ela fica ali brincando, distraindo, vai para o centro cirúrgico, para a sala de cirurgia, na cama, com a mãe do lado, para ela não ter aquele momento de separação, e ela vai com o *tablet*. Aí ela é anestesiada do lado da mãe, para ela se sentir segura, e tudo bem. Ela acorda na enfermaria, com a mãe do lado, na sala de recuperação. Na hora em que ela acorda, a primeira coisa que ela pergunta é: "Cadê o *tablet*?". Para você entender o tanto que essas crianças não têm oportunidade de ter uma vida igual à da gente, a que nós temos, os nossos filhos, os nossos netos.

Então, é por isso que nós temos que lutar muito para dar essas condições para ter essa igualdade, porque a desigualdade, infelizmente, provoca muitas situações ao longo da vida no adulto: o racismo, o *bullying*, o abandono, a negligência, a falta de alimentação. Então, tudo isso a gente, quem trabalha nessas unidades de saúde aí, sente de perto ao ver essas crianças assim.

Então, é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós agradecemos muito a presença do nosso Presidente, o Coordenador-Geral da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, que tem feito um esforço muito grande para articular essas frentes nos estados. Já tivemos aqui uma solenidade com o objetivo de que Deputados e Deputadas Estaduais sejam estimulados a criar as frentes. É uma tarefa que nós assumimos – nós dois e a Deputada Estadual Marina Helou, de São Paulo. É porque nós fomos alunos do mesmo curso, nós dois e Marina. E a gente tinha que ter uma tarefa – nós, Deputados, dispersos, cada um em uma Casa Legislativa. A nossa tarefa foi justamente esta: a de estimular o surgimento de frentes estaduais, porque o espaço legislativo é um espaço com muitas possibilidades não só de fazer leis, mas de promover audiências públicas, de trazer debates.

O projeto de lei do aumento da licença-paternidade já foi discutido assim também. Houve uma exposição aqui no Senado, unificando as duas Casas.

E eu acho que considerar a primeira infância, conforme está na Constituição, como prioridade, prioridade máxima de alguém que não pode falar, mas precisa que alguém fale por este alguém, tem sido uma tarefa, eu diria, muito prazerosa, apesar de difícil – são muitos desafios que a gente vence –, por saber que a gente está instaurando no país uma outra perspectiva para essas crianças que precisam, de fato, de políticas públicas na sua vida.

Eu quero parabenizar as intervenções todas aqui feitas.

Pergunto se há, por parte do Plenário, alguma observação, alguma consideração a ser feita. (*Pausa.*)

E pergunto às nossas convidadas se há algum complemento também, rápido, para que possam fazê-lo.

A gente tem um tempo de Plenário, mas ainda temos dez minutos de audiência. (*Risos.*)

A SRA. MARINA FRAGATA CHICARO (Para expor.) – Está ótimo.

Talvez é começar muito brevemente e agradecer mais uma vez por esta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer da importância dos projetos de lei que tramitam nesta Casa. O projeto de lei da Política Nacional Integrada acabou de ser aprovado nessa semana que passou, na Câmara. Por conta da Semana da Criança, dez projetos foram priorizados, olhando justamente para a infância.

Acho que tem uma missão muito importante daqui do Senado e também da Câmara nesse trabalho conjunto para fazer efetivas essas legislações que garantam a integração das políticas, que garantam o financiamento das políticas, que garantam esse adequado monitoramento para saber se as políticas estão avançando no caminho de combater as desigualdades. É porque a gente viu aqui, historicamente, que há muitos avanços acontecendo, mas que as desigualdades seguem persistentes no nosso país. Quando a gente vai olhar, por exemplo, quem são as crianças que estão morrendo, que estão fora da creche, que estão sem acesso, que estão em situação de pobreza multidimensional, fica evidente que a gente vem avançando nas políticas, mas a gente tem um caminho ainda intenso de muito compromisso para percorrer, para que essas políticas sejam efetivas para todas as crianças e não só para parte delas.

E acho que aqui, tanto no Senado quanto na Câmara, essas leis vêm fazendo esse arcabouço legal. Fica mais robusto para que essas políticas agora sejam muito bem implementadas na sua integralidade e alcancem, de fato, cada uma das milhares de crianças, considerando que a gente tem mais de 18 milhões de crianças de zero a seis anos no nosso país e que mais de 10 milhões dessas crianças estão no Cadastro Único para programas sociais do nosso país.

Então, a gente tem uma condição muito grande de vulnerabilidade na primeira infância que deixa explícito que esses direitos não estão sendo de todo garantidos e que o art. 227, da prioridade absoluta, ainda não é integralmente observado. Então, a gente quer reiterar aqui que a gente vem avançando, mas que a gente não pode parar, a gente precisa seguir esse esforço de uma forma muito intensa para que tanto o arcabouço jurídico, o financiamento, a implementação, a avaliação dessas políticas enderecem as questões importantíssimas de desigualdade. E acho que esse plano de ação da Pnipi, que traz metas claras, prazos e responsáveis, é um instrumento de alavanca de virada para a implementação do nosso país.

Então, quero agradecer, mais uma vez, por esta oportunidade, quero cumprimentar novamente a Senadora, o Deputado Calil, os meus colegas aqui de mesa e Alexsandro, que está remoto.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Marina.

Passo a palavra agora para a Maria, para também fazer as suas considerações finais.

A SRA. MARIA MOSTAFA (Para expor.) – Eu queria só, ainda falar sobre o projeto de lei da licença-paternidade estendida, que foi falado aqui na mesa. Nessa sexta-feira, a gente vai ter um webinário, transmitido pelo YouTube da Rede Nacional Primeira Infância, com o Deputado Pedro Campos, para falar um pouco sobre esse projeto de lei, e também com o representante de uma empresa que já implementa a licença-paternidade de 30 dias. A gente entende que é fundamental para o desenvolvimento das crianças, é direito das crianças ter o pai presente na primeira infância como um todo e nesses primeiros dias, nesse primeiro mês, principalmente.

Então, a gente defende que 30 dias é o mínimo. A rede tem uma Comissão Temática de Paternidades que está organizando esse webinário. Essa é uma luta grande que a gente vem passando no Brasil. Desde o marco legal, já foram grandes avanços. A gente tem de ter uma mudança cultural nisso, mas a gente precisa, para atender os direitos das crianças, ampliar a licença-paternidade, e também para diminuir a sobrecarga das mulheres nas funções do cuidado das crianças na primeira infância.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Maria.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados, das nossas convidadas, do MEC, que esteve à distância, da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, da Rede Nacional Primeira Infância e do nosso Coordenador-Geral da Frente, o Deputado Federal Dr. Calil. E agradeço a todos e a todas que nos acompanharam pelos canais do Senado, mandaram suas perguntas, e aos convidados que aqui estiveram.

E, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Augusta Brito, Leila Barros, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Weverton, Angelo Coronel e Irajá, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Cid Gomes, Pedro Chaves, Magno Malta, Izalci Lucas e Teresa Leitão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 31/2025 - CE, de autoria da Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 36/2025 - CE, de autoria da Senadora Augusta Brito (PT/CE), do Senador Paulo Paim (PT/RS) e do Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o PL 4606/2019, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional". **Participantes:** Sr. Renato Gugliano Herani, Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e representante da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); Sr. Rudolf Eduard von Sinner, Doutor em Teologia pela Universidade de Basiléia; Sr. Walter Altmann, Doutor em Teologia Sistemática pela Universidade de Hamburgo; Sr. Franklin Ferreira, Teólogo; Sr. Paulo Nunes, Representante do Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas (CONPLEI); Sr. Erní Walter Seibert, Diretor-Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB); Pe. Cássio Murilo Dias da Silva, Doutor em Sagrada Escritura pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma e Presbítero da Diocese de Jundiaí - SP (representante de: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB); e Sr. Lourenço Stelio Rega, Teólogo. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/30

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 30 de outubro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 4.606, de 2019 – o projeto de lei já tem um tempo, é de 2019, e nós estamos em 2025 –, que "veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional".

É em atenção aos Requerimentos 31 e 36, de minha autoria e da Senadora Augusta Brito, do Senador Paulo Paim e do Senador Humberto Costa, que esta audiência está acontecendo.

Convido para se sentar à mesa comigo o Sr. Renato Gugliano Herani, Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e representante da Igreja Universal do Reino de Deus, que está aqui na nossa audiência de forma presencial. Obrigada por sua presença, Dr. Renato. (*Pausa.*)

Seja bem-vindo. Bem-vindo!

Convido também para compor a mesa, aqui ao meu lado, o Sr. Rudolf Eduard von Sinner – não tinha um nome mais fácil, Doutor? –, Doutor em Teologia pela Universidade de Basileia. Muito prazer e obrigada por aceitar o convite. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, participando também da mesa, mas de forma remota, de forma *online*, o Sr. Walter Altmann, Doutor em Teologia Sistemática pela Universidade de Hamburgo. Obrigada, Doutor, por estar conosco.

Nós temos o Sr. Lourenço Stelio Rega, teólogo; o Sr. Franklin Ferreira, também teólogo; o Sr. Paulo Nunes, Representante do Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas.

Obrigada, Paulo, por estar conosco. Fazia muitos anos que eu não o via, Paulo, que bom vê-lo. Gente, ele é indígena, é pastor e vai falar nesta audiência em nome dos líderes e pastores indígenas.

Nós temos o Sr. Erní Walter Seibert, Diretor-Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil – muito obrigada, irmão, por estar conosco –; e o Padre Cássio Murilo Dias da Silva, Doutor em Sagrada Escritura pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma e Presbítero da Diocese de Jundiaí – Padre Cássio, que alegria ter o senhor conosco –, que está aqui representando a CNBB.

Informo também que foi convidada a Sra. Adriana Guimarães Guerra, Diretora do Departamento Jurídico da Igreja Universal do Reino de Deus, que não pôde comparecer a esta audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa. O Senado, esta semana, está funcionando de forma semipresencial; os Senadores estão participando das atividades do Senado, a partir dos seus estados, de forma *online*.

Esta reunião está sendo transmitida ao vivo e é aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. Olha, essa ligação não tem custo algum, você pode ligar de qualquer lugar do Brasil agora, mandar sua pergunta, seu comentário, ou por meio da internet.

Nós estamos tanto pelo canal do YouTube do Senado como também seremos transmitidos pela TV Senado.

E quero lembrar aos nossos ilustres convidados que esta audiência não se encerra aqui, é uma audiência que vai ficar sendo retransmitida por algumas vezes, em horários diferentes. Inclusive, nós Senadores, quando chegamos em casa, o nosso lazer é ligar a televisão e assistir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

audiência que a gente não conseguiu assistir durante o dia. É isso que a gente faz, porque não dá para acompanhar todas as atividades ao mesmo tempo.

Cada orador terá dez minutos para apresentação da sua fala. Alguns, talvez, trarão apresentação em eslaides. A quem trouxe a apresentação em eslaides, eu informo que ela agora fica como um material público. Qualquer pessoa poderá acessar o *site* do Senado, copiar seu eslaide, usar para pesquisa, para informações. E é também muito comum as pessoas fazerem recortes de nossas falas para depois estarem retransmitindo em outros canais, apresentando em outras audiências, em aulas, em universidades. É muito comum as nossas falas serem recortadas.

Ao final das exposições, a palavra será dada aos Parlamentares que tiverem interesse, mas, como nós estamos também daqui a pouco em votação no Congresso Nacional, que foi convocado para 16h, ao Parlamentar que vier à Comissão e pedir a palavra a gente tem como prática dar a palavra ao Parlamentar e já liberá-lo para a atividade no Congresso Nacional.

Eu quero lembrar a todos que estão nos assistindo e às pessoas que estão presentes aqui que a pergunta que todo mundo está fazendo é: "O Senado não tem outra coisa mais importante para discutir? O Senado está parando todas as suas atividades hoje numa Comissão para discutir um projeto de lei que fala e versa sobre versículos da Bíblia? O Brasil está pegando fogo, o Rio de Janeiro está enfrentando tantos problemas e vocês, Senadores, estão parando para discutir um projeto de lei que fala sobre versículos da Bíblia?"

Deixe-me explicar: essa é a nossa missão como Senado Federal. Este projeto de lei nasceu na Câmara dos Deputados em 2019. É de autoria de um Deputado Federal muito querido, que é o Deputado Pastor Sargento Isidório, da Bahia, uma pessoa amada pelo seu estado, eleito com milhares e milhares de votos, eleito, reeleito, eleito, reeleito, Deputado Estadual, Deputado Federal. Tem um trabalho na área social incrível e entendeu que precisava apresentar esse projeto de lei na Câmara, vedando qualquer adaptação na Bíblia, vedando qualquer modificação de versículos na Bíblia, e garantindo o direito de se falar de Bíblia em qualquer lugar.

O projeto passou nas Comissões da Câmara por unanimidade. O projeto foi aprovado no Plenário da Câmara por unanimidade e veio para o Senado.

Quero lembrar a todos que o nosso dever constitucional como Senado é que nós somos a Casa revisora. Deixe-me explicar: quando um projeto de lei nasce na Câmara, ele não se encerra na Câmara; é aprovado lá e vem para o Senado para ser revisado pelo Senado Federal. Então é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muito comum uma matéria nascer lá e, quando chega aqui, morre, porque, na hora em que o Senado vai revisar, o Senado observa que tem inconstitucionalidade, injuridicidade, não tem técnica legislativa. O Senado pode aqui impedir que uma lei avance. Então, nesse projeto de lei, como nasceu na Câmara, o Senado funciona como Casa revisora. Nós estamos revisando o texto aprovado pela Câmara.

Talvez algumas pessoas perguntem: mas não é só um trabalho técnico? Vocês Senadores não poderiam ter feito isso no gabinete, aprovado ou não aprovado? Eu preciso explicar que esse projeto especificamente chamou a atenção da sociedade brasileira, e nós fomos acionados para que tivesse esta audiência pública porque os diversos segmentos querem se manifestar sobre esse projeto de lei. O que passou de forma fácil, unânime na Câmara, no Senado, a sociedade tomou conhecimento da matéria, as instituições religiosas tomaram conhecimento e pediram que o Senado não aprovasse ou rejeitasse a matéria sem antes ouvir os interessados na matéria. Então nós estamos cumprindo a nossa missão constitucional.

Parece uma matéria simples, desnecessária, mas eu quero lembrar que mais de 80% da população brasileira é cristã. E a população brasileira, em seus diversos segmentos e denominações, tem a Bíblia como regra de fé e prática, a Bíblia é o nosso livro sagrado. Então um projeto de lei que parece simples, na verdade, fala com mais de 80% da população brasileira. Então não é um projeto simples, Doutores, os senhores que estão aqui comigo; não é um projeto simples, é um projeto que vai dialogar com a maioria absoluta, esmagadora da nação brasileira. Então o Senado foi chamado à atenção: calma, faça uma discussão aprofundada a esse projeto de lei, discussão que talvez a Câmara não teve tempo de fazer, e é o que nós estamos fazendo aqui.

Mas esse projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Quando chegou ao Senado, foi distribuído para a Comissão de Direitos Humanos, e, lá na Comissão de Direitos Humanos, o Relator foi o Senador Magno Malta. Na Comissão, ele não discutiu o mérito, discutiu na Comissão se temos ou não o direito de falar do Evangelho, da Bíblia, em todos os lugares. Lá ele foi visto apenas sob o lado dos direitos. O mérito do projeto, os detalhes do projeto são discutidos nesta Comissão de Educação. E tanto eu apresentei um requerimento para fazer a discussão como dois Senadores ligados à esquerda; o Senador Humberto e a Senadora Augusta também apresentaram requerimento. Então, Senadores conservadores e não conservadores querem discutir essa matéria, por isso que estamos aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então que fique explicado para o Brasil que não é uma matéria qualquer, é uma matéria que fala diretamente ao coração de mais de 80% da população brasileira e uma matéria que precisa ser analisada.

O Deputado Pastor Sargento Isidório vai tentar chegar aqui, é o autor da matéria. Ele tem se dedicado à aprovação desse projeto de lei. Ele tem feito a caminhada dele em todos os gabinetes, assim ele fez na Câmara. O trabalho dele é incrível, o trabalho que ele faz por essa matéria é incrível. A gente tem que reconhecer o zelo dele pela Bíblia.

Nós não estamos discutindo se o projeto é meritório ou não. A iniciativa do coração do Deputado Pastor Isidório é uma iniciativa extraordinária. Ele ama tanto a Bíblia que ele quer proteger o livro sagrado, mas a gente vai discutir se a forma como está escrito o projeto é a melhor forma de proteger o livro sagrado. E, claro, esta Comissão vai decidir: precisamos ou não no Brasil desse projeto de lei aprovado? Depois que ele é aprovado pelo Senado, se não tiver nenhuma modificação, ele vai para a sanção presidencial, e, lá na Presidência da República, ele pode ser sancionado ou também vetado.

Depois, vamos supor que ele seja sancionado. Ainda, diante das dúvidas, ele pode ser judicializado. Então, uma lei não se encerra no Congresso Nacional ou na sanção, ainda tem a instância jurídica. Então, se a gente conseguir resolver todas as dúvidas nesta Comissão, a gente pode dar tranquilidade ao Presidente da República de sancionar ou vetar, e a gente daria tranquilidade ao Brasil, porque não haveria judicialização.

Então, para evitar mais problemas e mais inquietações por conta desse projeto de lei, é que a gente realiza esta audiência pública. Pelo currículo dos nossos expositores, os senhores viram que são pessoas extremamente preparadas para discutir esta matéria.

Nós vamos dar início à nossa audiência, já agradecendo a presença de todos.

Neste momento, eu concedo a palavra ao Sr. Renato Gugliano Herani, Doutor em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representante, neste momento, da Igreja Universal do Reino de Deus.

Bem-vindo, Doutor. Dez minutos para sua fala.

O SR. RENATO GUGLIANO HERANI (Para expor.) – Muito obrigado, Exma. Senadora Damares Alves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar a todos os Exmos. Senadores e Senadoras aqui presentes, a todos e a todas participantes deste momento importante.

Quero também agradecer ao honroso convite da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal na pessoa da sua Presidente, a Exma. Senadora Teresa Leitão, para participar dessa audiência pública, muito bem e pertinentemente requerida pela Exma. Senadora Damares Alves para instruir o PL 4.606, de 2019. Sabemos já qual é o objeto do projeto legislativo.

Permita-me começar explicitando o meu ponto de partida. Eu sou docente de Direito Constitucional da Fadisp, falo, portanto, a partir do direito constitucional. Na fala da Senadora Damares Alves, quando convoca a sociedade a refletir sobre o trabalho legislativo que está aqui em desenvolvimento, em todos os seus aspectos, me parece pertinente voltarmos a analisar, do ponto de vista constitucional, o projeto legislativo, e assim o farei, dando duas impressões ou notas muito rápidas sobre como o direito comparado tem tratado esse tema. É interessante analisarmos outros sistemas funcionais e tentar identificar semelhanças e divergências para a gente entender o contexto mais amplo dessa discussão e também é importante uma nota sobre a jurisprudência do Supremo, como baliza a liberdade religiosa no âmbito da nossa discussão.

A meu ver, creio que essas duas referências são importantes para auxiliar os nossos prezados Senadores e Senadoras para encontrarem a melhor solução para a sociedade.

A questão que nos orienta parece ser direta e decisiva na análise deste projeto legislativo. Ao proibir qualquer alteração ou ao estabelecer um texto oficial, por lei, da Bíblia, a questão que surge é: qual é a postura, diante de um contexto como esse, que o legislador deve assumir diante da Constituição?

Nós podemos analisar essa questão sob duas perspectivas. A primeira estabelece um caminho, que é o caminho da neutralidade. O Estado protege, de forma impessoal, a liberdade religiosa e a liberdade editorial; não fiscaliza o conteúdo sagrado, apenas, no seu limite, vai coibir excessos que, de alguma maneira, atentem contra a ordem pública: incitação ao ódio, ofensas que canalizem violência. Esse é um modelo.

O segundo caminho é o do controle do texto sagrado. O Estado passa a tutelar a integridade de um cânone específico, atuando, então, como um guardião teológico, e ele desloca a laicidade para um modelo de tutela confessional. Parece-me que o projeto legislativo, do jeito que está hoje, caminha em direção a esse modelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

São dois modelos incompatíveis, inconciliáveis, e a questão que precisa ser analisada é como se estabelece ou qual é o parâmetro que deve medir a correção do modelo a ser seguido. Parece-me que esse parâmetro é constitucional.

A partir daí, com esse propósito, então, de fazemos uma revisão ampla sobre o que está sendo discutido, procuro aqui jogar um pouco de luz à nossa discussão, a partir da análise de outros sistemas, e eu começo analisando o cenário latino-americano.

O México, por razões históricas, mantém um separatismo rígido, de modo que a ingerência do poder estatal em conteúdos canônicos seria impensável.

A Colômbia também é Estado laico. Desde 1991, a Corte Constitucional da Colômbia – importante corte constitucional – já consolidou uma noção muito clara de neutralidade, que impede o favorecimento de uma fé e afasta qualquer tutela estatal de um texto específico.

O Chile segue na mesma direção. Lá, se faz um amplo debate constitucional em torno da liberdade de consciência, igualdade e não discriminação, sem abrir espaço para a proteção editorial de cânones.

Senadores, estive, até recentemente, no Tribunal Constitucional chileno e lá tive a oportunidade de conversar com a Presidente do tribunal, e tocamos até, por coincidência, nesse ponto, nesse assunto, e lá realmente se confirma, como há uma discussão aberta, livre, sobre a liberdade religiosa.

Na Argentina, mesmo lá, que guarda traços de apoio histórico ao culto católico, a regra é a liberdade de culto, a autonomia eclesiástica, sem controle de conteúdo das Escrituras.

Vamos analisar agora cenários, rapidamente, de democracias mais estáveis.

Nos Estados Unidos, há liberdade máxima de pregação pela Primeira Emenda constitucional. A Suprema Corte, inclusive, já barrou, em decisões históricas, a leitura da Bíblia conduzida pela escola e por agentes públicos.

E, quando há brigas de tradução e edição, como é que se resolve? Não se resolve com a polícia do sagrado; resolve-se, na verdade, com o direito comum, se resolve com os direitos autorais, com a proteção da edição e não propriamente do texto em si, com o direito do consumidor, que está lá coibindo fraudes e rótulos enganosos. É dessa forma que se conduz através da relação entre particulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na França há o *laïcité*, lei de 1905, e documentos oficiais mais recentes. Dele deduzimos duas coisas ao mesmo tempo: liberdade da religião e liberdade perante a religião. Resultado: o Estado não fixa escrituras. Da mesma forma, conflitos são resolvidos por normas gerais.

Alemanha: também Estado laico, modelo de neutralidade com muitos pontos de contato com o sistema constitucional brasileiro. Lá, há uma neutralidade com cooperação, com paridade entre as religiões. O Estado trabalha, muitas vezes, em harmonia com as igrejas, permitindo ensino religioso, hospitais que sejam, de alguma maneira, administrados pelas comunidades religiosas, o exercício da fé no espaço público, mas sem o controle do conteúdo, sem o controle das escrituras; inclusive, o código penal penaliza a discriminação religiosa, a discriminação contra as associações religiosas, mas, mais uma vez, não pune a pureza de um cânon.

Agora, outros sistemas. Estes sistemas são interessantes para a nossa discussão; sistemas que eu chamo de sistemas com arranjos de singularidade constitucional: são os Estados laicos, porém, que flexibilizam o conceito de laicidade.

Olha que interessante: Malásia é um Estado que permite a liberdade religiosa, no entanto, a Constituição estabelece uma religião oficial, o Islã. E lá o Governo faz o controle administrativo do Alcorão, mas é um controle técnico e gráfico: confere caligrafia e recitação, se estão corretas, e, inclusive, certifica edições oficiais. Existe lá uma lei federal, desde 1986, que licencia a impressão do Alcorão e certifica as edições, então, oficiais, mas não há um conteúdo, não há um policiamento de ideias, não se proíbem comentários, não se proíbem edições críticas, nem material didático.

Outro país interessante para se mencionar: a Indonésia. Da mesma forma, o Estado constitucional é laico, mas lá a Constituição estabelece a ideia de um único Deus. E o mecanismo é muito parecido: padroniza-se a caligrafia do texto árabe e existe, previsto na própria Constituição, o Ministério de Assuntos Religiosos, e este ministério é responsável por um setor técnico que faz o chamado *tashih* – não sei exatamente a pronúncia –, que é uma checagem minuciosa do texto a partir...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO GUGLIANO HERANI – Senadora, permita-me só um pouquinho.

Ele faz, justamente, uma checagem minuciosa antes de autorizar a impressão desses textos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um outro país – e eu vou só citar que existe muita divergência a respeito desse ponto – é a Turquia, que, da mesma forma, faz o controle também do Alcorão. E, aliás, existe na constituição de lá a Presidência de Assuntos Religiosos, que também recebeu poderes recentes para fazer o controle de outros textos religiosos.

O que a gente tira desse quadro? Acho que dois ensinamentos muito importantes. Nos modelos de laicidade que a gente chama mais rígida ou flexível, em que há uma separação importante, marcante entre o Estado e a religião, protegem-se pessoas, protege-se a paz pública, mas não se tutelam dogmas. Onde há o controle de texto sagrado, ele nasce da Constituição, esse é um ponto importante. A tutela do texto sagrado nasce diretamente de um texto constitucional e se limita a padrões técnicos, nunca propriamente à canonização de conteúdo. Então, a própria Constituição determina que o Estado administre aspectos do fenômeno religioso.

Vamos voltar para o nosso contexto brasileiro, e já vou caminhando para o meu encerramento. No contexto brasileiro, é muito importante para essa análise entendermos sobretudo a interpretação que vem promovendo o Supremo Tribunal Federal em relação à nossa temática. São vários os precedentes que a gente poderia analisar, mas de todos me parece que um, em especial, é absolutamente importante, que é o caso do ensino religioso em escolas públicas, Adin 4.439. Vamos lembrar que, nesse caso, o Supremo Tribunal Federal analisou se o ensino nas escolas públicas deveria ou poderia ser confessional ou não, e a decisão sabemos qual foi. E por que o Supremo Tribunal Federal, naquele momento, decidiu que o ensino religioso é um ensino autorizado que se faça de forma confessional e plurirreligioso, conforme a solicitação do aluno? Justamente – esse é o ponto principal da minha fala – porque existe uma singularidade constitucional ou uma atenuante da laicidade, ou, como o próprio Supremo menciona na sua decisão, que é uma interdependência, uma complementariedade constitucional entre laicidade do Estado e liberdade religiosa. E qual é esse ponto de contato? É o art. 210, §1º da Constituição, que prevê, de forma expressa, o ensino religioso. E nessa decisão o Supremo foi claro e direto, dizendo que não está autorizado o controle estatal do conteúdo da fé. Lá, a gente consegue extrair esses argumentos importantes, fundamentos importantes dessa decisão.

E o Supremo, então, nos passa um entendimento muito claro a respeito dessa relação entre o Estado e a religião, que é: a Constituição não estabelece propriamente uma laicidade absoluta, ela estabelece pontos de contato entre o Estado e a religião – casamento religioso, imunidade tributária, prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Existem os pontos de contato, mas a questão é: existe algum ponto de contato que permite, que sirva de base, de fundamentação para que o Estado brasileiro possa policiar dogmas, cânones ou textos sagrados? Não me parece existir esse ponto de contato, com a devida vênia ao mérito do projeto, Exma. Senadora Damares, não me parece existir esse ponto de contato. A Constituição é muito clara nos contextos e aspectos sociais em que é possível haver essa complementariedade, essa inter-relação entre o Estado e a religião.

E não me parece haver, nesse ponto, a possibilidade de uma tutela do Estado, a definição de um texto oficial da Bíblia. E muito me preocupam os efeitos de uma eventual aprovação desse projeto, o que só demonstra, a meu ver, a inexistência de uma colaboração de interesse público, que no fim é o que a Constituição, no art. 19, inciso I, vai estabelecer.

Respeitada a neutralidade, é possível a cooperação, nos termos da lei, entre Estado e religião.

Não me parece haver... Não só pela falta de uma previsão clara e direta na Constituição de um modelo de tutela de textos sagrados, já por essa ausência, mas também pela própria análise do projeto como uma relação de cooperação na proteção do texto bíblico, não me parece que atenda, nesse aspecto, ao interesse público, sobretudo pelos seus efeitos. E eu cito rapidamente, para já caminhar para o meu encerramento.

Primeiro, parece-me que ele geraria um privilégio confessional. Segundo, ele geraria também um efeito cascata, porque outros textos passariam a estar alvos também de uma proteção legislativa para oficializar textos canônicos.

Produz também o efeito que a gente chama de inibidor, inclusive acadêmico.

E, por fim, abre espaço à censura religiosa, e aqui é um problema que vai além da proteção de um texto, porque, certamente, tornando um texto, tornando a Bíblia um texto oficial, também se promoverá a oficialização da sua recitação, e aí a gente vai atingir outros campos, inclusive a radiodifusão.

Sabemos que, hoje, o exercício da fé se dá também no ambiente da radiodifusão. Então, se o texto é oficializado, a sua recitação, a sua pregação também passará...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO GUGLIANO HERANI – ... a ser oficializada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, com a devida vênia, entendo que, de fato, o texto legislativo tem problemas quanto à sua constitucionalidade. Acho que devemos caminhar... Esta é a minha última fala, Senadora, só para dizer que acredito que a melhor solução seria, de fato, a neutralidade com a proteção do direito comum. Vamos deixar o Direito Autoral, o Código Civil, o Código de Defesa do Consumidor coibirem fraudes, rotulagem enganosa e abusos, mas sem a polícia do sagrado.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k., Doutor.

Uma fala bem desafiadora e incômoda.

O senhor encaminha pela rejeição da matéria, com argumentos muito fortes.

Na sequência, nós vamos ouvir...

Se você está ligando a televisão agora, está nos assistindo pelo canal do YouTube, pela TV, está vendo que nós estamos debatendo a alteração na Bíblia Sagrada e você está se surpreendendo com este tema no Senado, quero lembrar que é um projeto de lei que nasceu na Câmara, foi aprovado na Câmara, e o Senado vai ter que emitir um parecer. E, antes de emitir um parecer, a sociedade cristã pediu esta audiência pública. Então, eu preciso ficar reforçando o tempo todo, porque as perguntas estão chegando.

Eu vou fazer uma dinâmica diferente, Dr. Rudolf, se o senhor me permite.

Nós vamos ouvir, em segundo lugar, o Sr. Walter, que está *online*, para a gente fazer uma alternância aqui. Depois o Sr. Lourenço, depois o Franklin, aí eu devolvo a palavra para o senhor, o.k.?

Mas, antes de eu passar a palavra para os nossos convidados que estão *online*, eu falei que a sociedade está participando e, talvez, os senhores não receberam algumas perguntas. Eu vou ler e, se algum dos senhores que estão *online* quiserem trabalhar sua fala em cima dessas perguntas... Deixe-me fazer aqui um resumo das que estão chegando aqui.

Ivael, de Alagoas, pergunta o seguinte: "Como o projeto de lei garante a proteção do texto sagrado sem limitar a liberdade de culto e as tradições de pregação das igrejas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Alex, do Piauí, pergunta o seguinte: "Se o Estado passar a proteger legalmente o texto da Bíblia, isso não abriria precedente para que outras religiões também exijam proteção [do Estado]?".

Benildes, de Minas Gerais, pergunta: "Adaptações em libras, braile e linguagem simples serão proibidas? Como assegurar acessibilidade?".

Mariana, de São Paulo: "Como o PL 4.606/2019 lidará com as centenas de traduções e versões (ex: Bíblias infantis) que já existem no mercado?".

Eduardo, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como essa lei protegeria estudos acadêmicos sobre a Bíblia?".

Perguntas da sociedade, perguntas bem interessantes.

Izabela, de Pernambuco, pergunta: "O Estado, laico ou não, garante a liberdade religiosa ao não regulamentar doutrinas ou debate inter-religioso entre indivíduos?".

Cássia comenta... Cássia, do Distrito Federal: "A liberdade de expressão e de culto é essencial em um país democrático. No entanto, é importante o respeito à Bíblia Sagrada sem alterações".

Gilson, do Rio de Janeiro: "A Bíblia Sagrada não pode ser modificada. Eu acredito que somente possa ser interpretada, isso somente com base na fé e no Espírito Santo".

César, de Goiás, diz o seguinte: "Desde 1890 o Brasil é um estado laico. Crenças religiosas não podem determinar o modo que toda a sociedade vive".

São os comentários que estão chegando pela internet, pessoas do Brasil inteiro acompanhando.

Na sequência, vamos ouvir o nosso convidado, o Dr. Walter Altmann, Doutor em Teologia Sistemática pela Universidade de Hamburgo.

Bem-vindo, Doutor. Dez minutos.

O SR. WALTER ALTMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Exma. Senadora Damares Alves, a quem eu saúdo, como também a Presidenta da Comissão, Senadora Teresa Leitão, demais Senadoras e Senadores e membros desta Comissão.

Saúdo também colegas de mesa, senhoras e senhores, e o faço na paz de Cristo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em primeiro lugar, eu gostaria de deixar claro o meu compromisso, enquanto cristão e como pastor e teólogo – no meu caso, evangélico de confissão luterana –, com a mensagem da salvação trazida a nós pelas Sagradas Escrituras, ou seja, a Bíblia.

Em minha ordenação ao ministério pastoral, eu prometi, diante de Deus e da comunidade de fé, no melhor das minhas capacidades, dar testemunho fiel dessa mensagem salvífica.

Entre os cargos que exerci ao longo de minha vida, tomo a liberdade de mencionar a atuação, por três décadas, como professor de teologia em instituição superior de alto nível, conforme avaliações da Capes, a saber, a Faculdade EST, de São Leopoldo/RS, Pastor Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, com sede em Porto Alegre, Presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas, com sede em Quito, no Equador, e Moderador – equivalente à Presidência – do Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas, com sede em Genebra, na Suíça.

Ainda que óbvio, observo também que não tenho o dom da infalibilidade na proclamação da mensagem cristã com que fui incumbido.

Aliás, nenhuma instância humana, ou também eclesiástica, tampouco qualquer legislador ou qualquer juiz, ninguém, absolutamente ninguém, possui esse dom da infalibilidade – é minha convicção. A instância ou a pessoa que, porventura, ou pior, por eventual preceito legal aprovado, estiver cometendo essa ousadia de julgar outras pessoas pelo entendimento delas, estará cometendo, a meu ver, a mais elevada forma de idolatria, a saber, a de colocar-se a si mesmo no lugar do próprio Deus.

Devemos examinar se a propositura expressa no projeto de lei é exequível, e a resposta, a meu ver, será um claro não, pois não dispomos de nenhum texto bíblico em sua redação original, redigidos principalmente em hebraico e grego, também em aramaico; o que temos são cópias e cópias de cópias de vários séculos posteriores. Essas versões do texto bíblico, embora em grande convergência entre si quanto a seu conteúdo, contêm também diferenças no texto, algumas significativas.

Qual seria, então, a versão original e qual a, digamos, alterada, para não dizer deturpada? Os "biblistas" se debruçam sobre isso e não o fazem a seu bel-prazer, mas aplicam critérios científicos em suas análises, por exemplo: uma regra consiste em que uma versão mais breve tem maior probabilidade de ser a original em vez de uma mais extensa, já que é mais factível que um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

copista tenha cedido à tentação de esclarecer um pouco mais determinada questão do que que ele tivesse a ousadia de suprimir uma parte do texto que considera sagrado, mas, claro, também é possível que um copista tenha inadvertidamente saltado alguma frase, ou seja, é sempre preciso um trabalho minucioso de discernimento.

Se já não dispomos dos textos bíblicos originais, estamos, claro, em terreno muito mais movediço em relação às traduções. Qual das muitas traduções seria a exata? Há, claro, traduções melhores do que outras, e as casas publicadoras da Bíblia têm equipes de peritos que, constantemente, revisam a tradução com o intuito de sanar eventuais equívocos, ou para fazer jus a novas descobertas exegéticas. Acrescento aqui que é um trabalho corriqueiro da Sociedade Bíblica do Brasil – que, creio, também se manifestará aqui – fazer revisões e atualizações do texto bíblico, e é uma entidade, como sabemos, com grande participação de igrejas e organizações evangélicas e protestantes.

Pois bem, há várias versões da Bíblia. Seria mais fidedigna uma das Bíblias, digamos, católica? Ou uma, digamos, protestante? Mesmo em face de inúmeras revisões já ocorridas, quereria o legislador determinar que revisões futuras estariam coibidas? Ou seria esta, em última instância, uma nova atribuição do STF em uma demanda que viesse a ocorrer?

Toda tradução é também uma interpretação e não há nenhum problema com isso; ao contrário, é uma tarefa permanente, em realidades e contextos variados e mutantes. Nenhuma igreja se limita a ler o texto bíblico, que considera inerrante. Mesmo que o considere inerrante. Todas elas, através de estudos e pregações, sermões e homilias, tentam tornar o texto bíblico compreensível. E não apenas isso, também transpô-lo para dentro da realidade atual. E dessa forma, ser fiel ao seu conteúdo e espírito, mais do que a sua letra.

Um exemplo da história e que vem de minha tradição confessional. O reformador Martinho Lutero, que com sua monumental tradução da Bíblia ao alemão, concluída em 1534, até mesmo cunhou o moderno idioma alemão. Traduziu Romanos 3:28 da seguinte forma: "O homem é justificado somente pela fé, independentemente das obras da lei." Ora, a palavra "somente" não consta na versão grega mais original disponível. E Lutero foi, de pronto, duramente criticado por seus adversários por ter alterado o texto e deveria ser punido se houvesse uma lei tal qual a agora proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Num escrito acerca da arte de traduzir, Lutero rebateu e até mesmo classificou seus críticos de asnos, numa linguagem bastante forte, pois, na substância, Lutero argumentou que, se somos justificados independentemente das obras da lei, como o texto original reza, então logicamente somos justificados somente pela fé.

Mas, igualmente importante, segundo Lutero, é que, se queremos transmitir fielmente a mensagem do texto bíblico para nossos ouvintes, temos que antes ouvir, diz ele, o falar das crianças, do pai de família, do camponês, da mulher no mercado ,e depois traduzir. Aí entenderão que se está a falar em alemão com eles.

E a percepção de que somos salvos somente pela fé se transformou em pilar central do entendimento do Evangelho por parte de todas as igrejas oriundas da Reforma. E, em 1999, a própria Igreja Católica expressou oficialmente, numa declaração conjunta com a Federação Luterana Mundial, haver, no tocante, um consenso básico entre as igrejas.

Acrescento aqui: essa teria sido então uma alteração inoportuna e ilegal de Lutero, que teria causado todo esse desenvolvimento em todas as nossas igrejas?

Vejamos, porém, outro exemplo, o da oração que Jesus Cristo ensinou, o conhecido Pai Nosso. Na chamada quinta petição, a versão mais comum do mundo protestante, o texto se encontra no Sermão da Montanha, de Jesus, no Evangelho de Mateus, no capítulo 6. E a versão mais comum do mundo protestante reza: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós também perdoamos os nossos devedores." Já a versão costumeira no mundo católico reza: "Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido."

Bem, Jesus não pode ter proferido as duas versões. Seria uma delas, então, a certa e a outra equivocada, e que logo devesse ser banida? Ora, a versão que fala em dívidas é mais literal, considerado o texto grego mais provável. A que fala em ofensas é, digamos, mais interpretativa. Deve, então, a versão que fala em ofensas ser banida? Mas o dilema é maior. “Dívidas” poderia ser entendida simplesmente como uma questão financeira, e, por isso, a versão “ofensas” tem a sua razão de ser. Mas “ofensas” poderia ser entendida simplesmente como atos verbais. Ora, nenhuma dessas duas interpretações seria condizente com o que Jesus Cristo ensinou ao ensinar o Pai Nosso.

E sigo a leitura. Ora, devemos entender o ensinamento de Jesus de forma muito mais radical: como intercessão pelo perdão de todo o mal que possamos ter cometido contra o nosso próximo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ou, mais radical ainda, perdão por todo o bem que tenhamos deixado de proporcionar ao nosso próximo.

Então, o que fazer? O legislador, um juiz, o resolverá?

No Pai Nosso, podemos referir-nos ainda a um acréscimo no seu final. A versão costumeira do Pai Nosso no mundo católico termina com “mas livrai-nos do mal. Amém.” Já a versão usual no mundo evangélico prossegue com a doxologia: “pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém”.

As mais recentes versões da Bíblia, pela Sociedade Bíblica do Brasil – que, já disse, é composta, em grande parte, por igrejas e organismos evangélicos protestantes – já colocam esse adendo entre colchetes, pois está comprovado tratar-se de um, ainda que antigo, acréscimo à versão mais original do Pai Nosso.

Deveria, então, esse adendo ser banido da Bíblia e da prática de oração no mundo protestante? E seria isso tarefa do legislador e, posteriormente, atribuição de juízes?

Ora, na prática ecumênica, essa doxologia tem sido incluída naturalmente na oração do Pai Nosso, e isso com a concordância oficial da própria Igreja Católica. Pois ela em nada fere a mensagem evangélica; ao contrário, essa doxologia se encontra em consonância com a prática eclesial antiga, condizente com o evangelho.

Os exemplos poderiam multiplicar-se, revelando tratar-se de um absurdo absolutamente inexequível: pretender estabelecer, por força de lei, qual texto bíblico deveria ser protegido e quais as versões deveriam ser colhidas por conterem alterações, adições ou supressões.

Aliás, e aqui me limito à observação, sem esmiuçá-la, na hipótese de que o projeto de lei fosse aprovado e entrasse em vigor, o que se teria alcançado, a meu ver, é nada mais do que absolutamente o contrário do pretendido. Ou seja, a excrescência de que o Estado passaria a vigiar e arbitrar o que as igrejas, as religiões e a pesquisa científica legitimamente podem descobrir e testemunhar.

Ou seja, a meu ver, trata-se, na propositura, de uma flagrante inconstitucionalidade que não merece nem deve prosperar.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Walter, muito obrigada pela sua participação.

Foi de tirar o fôlego, não foi, gente? Os exemplos que o senhor trouxe realmente nos incomodaram aqui. Inclusive, eu estou sentada ao lado de um ex-aluno seu, que estava aqui elogiando-o.

Muito obrigada, Dr. Walter. O senhor contribuiu demais...

O SR. ERNÍ WALTER SEIBERT (*Por videoconferência.*) – É verdade, com muita honra.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... só o seu texto a gente poderia usar como um relatório para esse projeto, mas a Relatora, claro, está anotando tudo. A Relatora desse projeto na Comissão de Educação é a Senadora Dra. Eudócia, não sou eu a Relatora. A Relatora é a Senadora Dra. Eudócia – ela é médica –, de Alagoas, e é evangélica. E a Presidente da Comissão é a Senadora Teresa Leitão, que é do Estado de Pernambuco.

A Senadora Presidente é de uma linha mais à esquerda, e a nossa Relatora é de uma linha mais conservadora. Então, teremos que nos encontrar, e a Comissão é formada por Senadores de direita, de esquerda, centro-esquerda, centro-direita, e são eles que vão proferir o voto.

Dr. Walter, muito obrigada pela sua participação. Foi uma honra ter o senhor conosco. A gente está com o seu contato e, de vez, em quando vamos acioná-lo para participar dos debates aqui no Senado.

Muito obrigada, Dr. Walter, foi uma honra.

O SR. ERNÍ WALTER SEIBERT (*Por videoconferência.*) – Eu agradeço...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode continuar.

O SR. ERNÍ WALTER SEIBERT (*Por videoconferência.*) – Eu agradeço (*Falha no áudio.*) ... e está à disposição para o uso que julgarem necessário e oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós vamos ouvir agora o Sr. Lourenço Stelio Rega. Ele é teólogo.

Sr. Lourenço, o senhor tem dez minutos, mas fique à vontade – a gente já viu que os outros dois expositores passaram um pouquinho –, não se preocupe. Temos a alegria de recebê-lo nesta audiência pública.

Com a palavra, Sr. Lourenço.

O SR. LOURENÇO STELIO REGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – É uma alegria imensa, e quero agradecer a oportunidade do convite da Senadora Teresa Leitão, também da Dra. Eudócia, que está aí nesse processo de relatar, que é um trabalho bem complexo.

Meu nome é Lourenço Estelio Rega, meu doutorado é pela PUC de São Paulo, na área de Ciências da Religião, e sou oriundo da Convenção Batista Brasileira e da Sepal. Também sou membro do conselho da gráfica da Sociedade Bíblica, e tenho o prazer de cooperar na governança da Sociedade Bíblica, com a presença aí do nosso querido Dr. Erní, já há 40 anos.

Sou autor também de uma gramática de grego, que aqui apresento: *Noções do Grego Bíblico*, que já está em sua quarta edição, com mais de 60 mil exemplares de tiragem, que tem sido utilizada nos países lusófonos, na formação de biblistas, de professores, teólogos, pastores e pastoras, e tem sido um privilégio muito grande trabalhar na área bíblica em si.

Trabalhamos quase que diariamente, quatro, cinco, seis horas na tradução, na revisão exegética da Bíblia, e para nós é um privilégio muito grande poder participar.

Queria agradecer também pela sua equipe, à equipe da Comissão de apoio, inclusive ao Bill, que tem dado um grande apoio para nós aí; aos Senadores, Senadoras, colegas, especialistas presentes, também demais participantes, é um privilégio poder estar aqui com vocês e poder apresentar para vocês o grande desafio que temos, que é compreender o que é a Bíblia em si.

Eu trouxe uma apresentação, que passo agora a fazer, de modo que se torne um pouco prático, mais prática ainda a exposição.

Então, nesse processo, nós temos que entender um pouquinho...

Só um minutinho aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí está o PL, que, como já tem sido repetido, veda qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição de texto da Bíblia Sagrada, para manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos, e garante a pregação do seu conteúdo em todo o território nacional.

Vamos pensar um pouco, de maneira objetiva, sobre a Bíblia em si.

Ela foi escrita originalmente em hebraico, aramaico (Antigo Testamento), grego koinê no Novo Testamento. A primeira tradução da Bíblia, do Antigo Testamento, foi feita para o grego koinê, chamada Septuaginta (LXX), em que nós colocamos aí a abreviatura em algarismos romanos, e tem sido traduzida para cerca de 750 idiomas. Há traduções de partes da Bíblia para cerca de 3,6 mil idiomas e dialetos. E, ao longo da história, estima-se que tenha alcançado cerca de 6 bilhões de pessoas. Portanto, é um livro muito traduzido, distribuído e acessível ao longo da história.

Eu fiz aí um diagrama, seguindo também um pouco mesmo a trajetória do Dr. Altmann.

Começando com o nº 1, temos os textos chamados autógrafos, que saíram da pena dos escritores bíblicos. Esses textos foram perdidos ao longo do tempo. Vamos lembrar que, no passado, não havia tanta precisão na guarda de documentos, e eles foram perdidos ao longo do tempo.

Aí surgiram cópias que foram sendo feitas, enquanto esses manuscritos existiam. E aí essas cópias foram sendo transmitidas, de copista para copista, de amanuense para amanuense, e, depois um trabalho de crítica textual, um trabalho científico, que vem da ciência em si, não é um trabalho de origem religiosa, se descobriram diversas famílias de manuscritos.

O Dr. Altmann já falou um pouco sobre isso, de alguns princípios científicos e textos reduzidos, textos alongados. Então, eu cito pelo menos duas famílias, dentre outras: a bizantina e a alexandrina. Esses manuscritos vão sendo organizados e aí, então, existem, no nº 3, as traduções. A primeira, como já citei, século III a.C, a Septuaginta do texto hebraico, aramaico para o texto grego.

Depois nós temos também – desculpe mais uma vez – o texto da Vulgata Latina, que vem de fins de século IV d.C – vejam que fiz apenas um resumo, pois não dá para colocar todas, tantas são elas. E temos aí as traduções de Lutero, que já foram citadas, mas eu vou destacar as inglesas, de King James, em 1611; a de Reina Valera, espanhol, um pouco antes, 1569; e a de Almeida, da qual vêm as nossas versões, de 1681, quando foi publicado o Novo Testamento inteiro e depois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mais tarde, quando houve a publicação de toda a Bíblia. E aí surgiram as diversas traduções em português. Indico aí a grande Bíblia de Jerusalém, uma Bíblia católica fantástica, muito boa. Indico aí outra tradução, essa da nossa Sociedade Bíblica e tantas outras que existem.

Essa é, digamos, a estrutura, Senadora, do que acontece até a Bíblia chegar na mão do nosso povo.

Textos autógrafos, que já não existem mais, foram copiados, manuscritos. Surgem diversas famílias que produzem o que nós chamamos de "recensão textual", dos quais podemos destacar o Texto Crítico e o Texto *Receptus*. Aí surgiram traduções, Septuaginta, Vulgata, King James, Reina Valera, Almeida e as traduções que chegaram para nós até hoje. Esse é o roteiro, essa é a trajetória.

Então, temos aí tradução e atualização das traduções.

Eu faço uma diferença, eu tenho um livro que atualizei recentemente. Estou para mandar, para cada membro da Comissão, o livro que completou cem anos de vida, do autor John Mein, *A Bíblia e como ela chegou até nós*. Eu fiz a revisão, a atualização e a ampliação desse livro, na edição comemorativa, em que eu explico com detalhes tudo isso que eu estou falando aqui.

Para mim, tradução é quando nós traduzimos o texto direto do texto original – grego, hebraico e aramaico. Versão é quando eu pego essa tradução e faço uma alternativa.

Então, temos a tradução de Almeida e as demais que vieram de Almeida. A Almeida Revista e Corrigida, Almeida Atualizada, a Nova Almeida Atualizada etc. são versões, na minha opinião.

A tradução brasileira, estou aqui trabalhando com a visão da Sociedade Bíblica, já é uma tradução.

Então, as traduções ou versões permitem o acesso mundial ao texto da Bíblia sem a necessidade do conhecimento de suas línguas originais.

Vocês já imaginaram se cada pessoa que vai se filiar a uma igreja, seja católica, seja protestante, seja evangélica, seja pentecostal, tivesse que aprender grego, hebraico e aramaico? Seria muito difícil. Então, as traduções permitem esse acesso mundial.

Por que revisar ou atualizar as traduções e versões da Bíblia?

A UBS (United Bible Societies), que é a grande sociedade bíblica mundial que congrega dezenas e dezenas de outras sociedades bíblicas nos ensina que, a cada 20 ou 25 anos, deve haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma revisão e atualização de uma tradução bíblica: 20 anos, quando o idioma já é um idioma mais fluente, mais conhecido; e 25 anos, quando já é um idioma não tão conhecido.

A atualização gramatical e linguística exige, seja norma culta, numa forma antiga, seja norma urbana, na sua nomenclatura atual, que nós venhamos a trabalhar atualizando as compreensões; não atualizando a Bíblia, com certeza, mas procurando trazer o vocabulário para a compreensão de hoje, mantendo o seu significado original.

Há também a atualização semântica de vocabulário. A linguagem e seu campo semântico de uma região ou país são dinâmicos, vão se alterando.

Eu selecionei uma série de textos, mas dez minutos não me permitiriam trazer. Estou trabalhando atualmente com a revisão exegética de Gênesis.

Como é difícil você pegar uma tradução como a de Almeida, de 1611, e trazer isso para a linguagem atual, para que as pessoas possam compreender a Bíblia.

Então, novas descobertas arqueológicas a respeito da história do contexto externo da Bíblia nos ajudam a compreender os textos em si, e também manuscritos antigos que vão sendo descobertos.

Adoção de equivalências diferentes para facilitar a leitura. E, aqui, eu falo exatamente das equivalências da tradução. Você tem as línguas originais, você tem o leitor e a tradução. Como eu me aproximo desse leitor?

Então, eu cito, rapidamente, para vocês, pelo menos cinco equivalências. Então, qual a equivalência que eu tenho do texto original, em grego, hebraico e aramaico, daquele contexto e também do leitor de hoje, para que ele compreenda perfeitamente a Bíblia no seu sentido original?

A equivalência literal: o tradutor transpõe de forma pura e simples as palavras do texto original para o texto traduzido, seguindo sua sequência, sem se preocupar com o significado do texto para os destinatários. São os textos, hoje, que usamos em nosso trabalho, chamados de textos interlineares.

A equivalência formal e verbal: considera o conteúdo formal do texto original, preservando os seus aspectos e mantendo, tanto quanto possível, a sua sintaxe, a estrutura frasal e as expressões idiomáticas, que são produzidas na tradução para outra língua, de modo que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

compreendida basicamente pelo leitor. É a equivalência mais utilizada, em que eu tenho um substantivo e traduzo por um substantivo; em que eu tenho, no texto original, um verbo, por um verbo; uma preposição, por uma preposição; e assim por diante.

A equivalência dinâmica, também conhecida como funcional ou comunicacional: propõe-se a reproduzir o pensamento e o significado da mensagem original nas estruturas e formas características da língua para a qual se traduz. A preocupação, aqui, é com o destinatário, para que ele compreenda perfeitamente qual o significado original das Escrituras. A ênfase recai sobre a transposição do sentido da mensagem original, mais do que sobre a as palavras e estruturas. Então, a preocupação é o sentido, e não somente palavras e estruturas formais idiomáticas.

A equivalência mista ou otimizada: a partir da equivalência formal, busca chegar mais perto do leitor, mas sem adotar todo o espectro da equivalência comunicacional. No Brasil, a representante disso é a Nova Versão Transformadora.

A equivalência livre: ocupa-se com o leitor final, transpondo o melhor significado possível, para que ele entenda a Bíblia. A preocupação com os textos originais, então, é secundária. A Bíblia A Mensagem seria uma representante.

Eu fiz uma pequena coleta, que está neste livro, do qual eu sou coautor, de Primeira a Pedro, 3, 3 e 4. O texto de equivalência formal diz: "O enfeite delas não seja o exterior, no frisado dos cabelos, no uso de joias de ouro, na compostura dos vestidos; Mas o bem encoberto no coração; no incorruptível traje de um espírito manso e quieto, que é precioso diante de Deus" – ACF.

Na equivalência dinâmica, funcional ou comunicacional: "Não procure ficar bonita usando enfeites, penteados exagerados, joias ou vestidos caros. Pelo contrário, a beleza de você deve estar no coração, pois ela não se perde; ela é a beleza de um espírito calmo e delicado, que tem muito valor para Deus". É a nossa Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Vejam que o sentido permanece, com palavras diferentes.

Na equivalência mista ou otimizada – a NAA também é uma tradução que trabalha com a visão mista ou otimizada –: "Que a beleza de vocês [já usa, então, a terceira pessoa do plural] não seja exterior, como tranças nos cabelos, joias de ouro e vestidos finos, mas que ela esteja no ser interior, uma beleza permanente de um espírito manso e tranquilo, que é de grande valor diante de Deus".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A equivalência livre – na Nova Versão –, diz o seguinte: "Não se preocupem com a beleza exterior que depende de joias, ou de roupas bonitas, ou de penteados exagerados. Ao contrário, sejam belas interiormente, em seus corações, com um espírito amável e manso, que é tão precioso para Deus". Já é mais comentada em si.

Eu trago para vocês, já caminhando para o final da minha palavra, apenas um exemplo: as traduções e versões em português do Brasil atualmente. Eu listo apenas 17, existem mais. De um lado, temos aqui, no lado esquerdo, o nome da tradução e versão; no meio, a equivalência adotada; a editora; e, depois, o ano em si. Percebam que foi quando surgiu a primeira edição.

A minha pergunta, queridos presentes, Senadores e Senadoras, é esta aqui... Temos também os textos originais que eu coloco nessa planilha um pouco maior. A minha pergunta é esta – por favor, me ajudem a responder, queridos Senadores e Senadoras –: o PL 4.606, de 2019, quer determinar que não haja qualquer alteração, adaptação, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada. Mas de qual texto bíblico? Qual dessas Bíblias este PL está querendo proibir? Vejam, eu cito apenas 17, são mais. Qual delas? É essa a questão para se discutir em si.

Eu não quero deixar um impasse, querida Senadora e queridos Senadores presentes. Eu quero dar uma sugestão para ajudar nesse processo e, lendo todo o arquivo que vocês disponibilizaram na internet, eu os lembro da emenda que o Senador Mecias de Jesus apresenta. Ele apresenta uma emenda com a qual eu me encantei, e achei que é um bom caminho.

> O art. 1º do Projeto de Lei nº 4.606 [...] passa a vigorar com a seguinte redação:
> Art. 1º É reconhecida, para fins de preservação do patrimônio religioso e cultural brasileiro, a legitimidade das versões canônicas da Bíblia Sagrada oficialmente adotadas pelas diferentes confissões religiosas no Brasil.
> §1º A presente lei não impede a produção, a circulação ou a publicação de versões comentadas, adaptadas, infantis, acadêmicas, ilustradas, inclusivas, interconfessionais ou artísticas da Bíblia Sagrada, nos termos da liberdade de expressão e de consciência garantidas pela Constituição.
> §2º A pregação e difusão do conteúdo da Bíblia Sagrada, em qualquer de suas versões reconhecidas por tradições religiosas [elas é que vão reconhecer, palavra do colega Altmann] é livre [e também do advogado da Universal] em todo o território nacional, nos termos do art. 5º, incisos VI, VIII e IX, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Isso o que eu penso ser o caminho para encontrarmos uma resposta.

Trago, em seguida, um código QR, por meio do qual os que estão nos assistindo aqui poderão ter esse material que eu apresento. É só tirar uma foto. Para quem quiser entrar em contato conosco também para um diálogo, aí está o meu contato. Terei imenso prazer em responder a algumas dúvidas ou perguntas.

Eu agradeço muito, agradeço muito essa participação, espero ter contribuído com esse processo. E quero, depois, ter o endereço de cada membro da mesa, para a editora Geográfica mandar para vocês o livro *A Bíblia e como chegou até nós*, em que eu detalho esses processos.

Muito obrigado. Deus abençoe a todos vocês.

Aos colegas aqui presentes, é um prazer e uma alegria ver vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Stelio. Obrigada pelo presente também.

Os demais autores de livros podem fazer a mesma gentileza. Nós não vamos ficar tristes com os livros de vocês.

Obrigada, e o senhor conclui que poderia haver uma alternativa para o projeto. Os demais falaram pela rejeição do projeto, mas o senhor lembrou a emenda do Senador Mecias.

Obrigada pela aula que o senhor nos deu, e a apresentação dele vai ficar disponível para todo o Brasil, a quem tiver interesse. Obrigada por ter colaborado com o Senado Federal, Doutor, com a sua participação, sua espetacular participação. Que Deus te abençoe, Dr. Lourenço, foi uma alegria o conhecer.

Na verdade, eu já o conhecia, depois eu falo de onde.

Que Deus o abençoe, Doutor. Deus abençoe!

Nós vamos ouvir agora o Dr. Franklin Ferreira, que também é teólogo e vai participar desse debate trazendo a sua visão sobre o projeto de lei. A gente rejeita o projeto de lei, a gente aprova ou a gente modifica?

Bem-vindo, Dr. Franklin, que Deus o abençoe.

Obrigado por ter aceitado o convite para participar desse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANKLIN FERREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu que agradeço muito a oportunidade...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Vire a sua câmera, Dr. Franklin.

Isso, pronto. Perfeito.

Pode continuar.

O SR. FRANKLIN FERREIRA (*Por videoconferência*.) – Eu que agradeço muito o privilégio de estar aqui.

Gostaria de começar saudando os Exmos. Srs. Senadores membros da Comissão de Educação e Cultura e demais Senadores e autoridades presentes. Senhoras e senhores, boa tarde.

Mais uma vez, é uma honra poder participar dessa audiência pública. Eu agradeço o convite e a oportunidade de contribuir com este debate.

Como já mencionado, meu nome é Franklin. Eu tenho doutorado na área de teologia, concedido pelo Puritan Reformed Theological Seminary, aqui dos Estados Unidos. Sou pastor batista, atualmente membro da Igreja Batista da Graça, em São José dos Campos, mas estou passando um tempo aqui nos Estados Unidos. Aqui eu estou assistindo à Capitol Hill Baptist Church. Sou Reitor e Professor do Seminário Martin Bucer, com sede em São Paulo, e venho aqui, com respeito, com senso de responsabilidade, compartilhar com as reflexões para o tema proposto.

Como cristão protestante, que crê na inspiração e na autoridade última da Escritura, reconheço a boa intenção expressa pelo Projeto de Lei nº 4.606/2019, de autoria do Deputado Federal Pastor Sargento Isidório, que busca vedar qualquer alteração, adaptação, edição, supressão ou adição nos textos da Bíblia Sagrada para manter a inviolabilidade dos seus capítulos e versículos. A intenção é piedosa, contudo, nem toda boa intenção se traduz em boa teologia ou boa legislação.

O problema desse projeto não é o zelo, mas o instrumento escolhido. Ao tentar defender a Bíblia por meio do Estado, ele contraria os próprios princípios bíblicos, redescobertos na Reforma Protestante, do século XVI, que exaltam tanto a soberania de Deus sobre a sua palavra quanto a liberdade da Igreja diante do poder civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O apóstolo Pedro declara que a palavra do Senhor permanece para sempre. A história comprova que nenhum decreto humano foi capaz de destruir ou preservar a Escritura, apenas Deus o faz por sua providência soberana. Desde o édito de Diocleciano até o secularismo e relativismo atuais, passando pelo totalitarismo comunista, os poderes civis que tentaram controlar o texto sagrado falharam.

A proposta de tombar a Escritura, ou a Bíblia, como patrimônio nacional, embora bem-intencionada, incorre em dois erros sérios. Primeiro, presume que as escrituras necessitam de proteção humana, quando a escritura é autêntica em si mesma, não por causa do testemunho da Igreja, mas porque procede de Deus. Segundo, confunde as esferas. Não é a Igreja que deve ser tutelada pelo Estado, mas o Estado que deve ser julgado pela palavra de Deus.

Outro erro fundamental do projeto é confundir o texto inspirado com suas traduções. Deus inspirou originalmente a escritura em hebraico e em grego; não em português. Toda a tradução bíblica é um esforço de comunicar fielmente o conteúdo dos originais, mas não é inspirada da mesma forma. Portanto, qualquer tentativa de vedar alterações ignora a realidade de que toda tradução legítima envolve ajustes, escolhas e revisões constantes. Portanto, a própria essência da tradução é a maneira lexical em busca da melhor equivalência possível. Por exemplo, a palavra grega *logos*, que aparece no Evangelho de João, Capítulo 1, verso 1, pode ser vertida como verbo ou palavra, conforme o contexto e a tradição linguística. Nenhuma dessas escolhas é uma alteração ilícita, mas, sim, parte do trabalho hermenêutico de tornar o texto compreensível.

As sociedades bíblicas, há mais de dois séculos, revisam e atualizam traduções sem jamais violarem a integridade da revelação, mas justamente para comunicá-la com maior fidelidade e clareza. Em semântica e linguística histórica, há um campo específico de estudo chamado mudança semântica, também conhecido como deslocamento semântico, mudança lexical ou progressão semântica. Esse fenômeno descreve qualquer alteração no significado de uma palavra ao longo do tempo. A transformação dos sentidos é um processo natural e inevitável da linguagem, presente em todos os idiomas vivos, inclusive o português. Ela ocorre por diversos fatores: mudanças culturais, avanços tecnológicos, contato entre línguas e evolução do uso cotidiano das palavras.

A mudança semântica é, provavelmente, a principal razão pela qual as traduções das escrituras precisam ser periodicamente revisadas e atualizadas. Isso não implica qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

modificação do texto sagrado em si, mas apenas ajustes das traduções com o propósito de comunicar de modo mais fiel e compreensível a mensagem do texto original.

A redação do PL ignora essa complexidade. Ao vedar qualquer adaptação ou adição, ela tornaria ilegais traduções infantis, interconfessionais, para línguas indígenas, paráfrases devocionais e até mesmo revisões acadêmicas baseadas em novos manuscritos descobertos, como de Qumran, ou novas descobertas arqueológicas.

O próprio campo da crítica textual bíblica reconhece que não há um único manuscrito perfeito. Temos milhares de cópias hebraicas e gregas com pequenas variantes que, quando estudadas, confirmam a fidelidade geral do texto, mas também mostram que ele foi transmitido em diferentes contextos sob a providência divina.

O PL 4.606, de 2019, parece ignorar um fato elementar reconhecido há tempos pelos estudiosos das escrituras, como Bruce Metzger e F.F. Bruce. Nenhum manuscrito bíblico é absolutamente idêntico a outro em todos os detalhes da cópia. Há pequenas variações de grafia, ordem de palavras ou omissões acidentais entre os milhares de manuscritos existentes. Contudo, a imensa maioria dessas diferenças é insignificante e não afeta o sentido do texto nem de qualquer doutrina cristã. De fato, entre 97% e 98% de todo o texto bíblico pode ser estabelecido com plena certeza, o que apenas confirma que Deus, em sua providência, preservou a integridade essencial de sua palavra, mesmo por meio de copistas falíveis. Isso não ameaça a doutrina da expiação, mas a confirma, pois mostra que Deus preservou a mensagem, ainda que os copistas tenham cometido pequenas variações materiais.

Tentar fixar por decreto uma versão oficial é, portanto, teologicamente e historicamente incorreto e juridicamente impossível. Qual opção seria adotada? A católica, que tem 73 livros? A protestante, com 66 livros? A ortodoxa, que tem entre 76 e 78 livros? Será adotada a Bíblia de Jerusalém, a Ave Maria, a Almeida revista e corrigida, a Almeida revista e atualizada, ou a Nova Almeida atualizada? A Almeida 21? Qual dessas traduções ou edições seria considerada inviolável?

Ao tentar responder a essas perguntas, o Estado estaria legislando sobre doutrina, algo que pertence apenas à Igreja de Cristo, ou seja, ao conjunto dos fiéis batizados que procuram praticar a fé e seus pastores e mestres. A palavra inspirada é viva e eficaz, e sua autoridade não depende

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de ser reconhecida pelo Congresso Nacional, mas pelo Espírito Santo, que a aplica aos corações dos crentes.

Os reformadores advertiram que a Escritura é *norma normans, non normata*, ou seja, a Escritura é a norma que julga todas as outras, inclusive os decretos civis e eclesiásticos. Quando o Estado assume o papel de guardião do texto sagrado, ele coloca-se acima da própria Escritura, ainda que inconscientemente. É um zelo mal orientado, como o de Uzá, que tentou segurar a arca com as próprias mãos.

De acordo com a Escritura, Cristo é a cabeça da Igreja, e a palavra é Sua voz viva. O Estado, por sua vez, é Ministro de Deus apenas no plano civil, para punir o malfeitor e louvar e apoiar o que faz o bem. Misturar essas esferas é rejeitar o princípio da soberania das esferas, conforme articulado por Abraham Kuyper e antecipado nas distinções de jurisdição já presentes em João Calvino.

Quando o Estado tenta definir o que é Escritura legítima, ele ultrapassa os limites de sua autoridade. Além disso, surge um impasse prático inevitável: quem decidiria quais traduções são válidas e quais devem ser rejeitadas? Seria criado um órgão estatal para arbitrar a palavra de Deus à custa do contribuinte? E qual expressão cristã seria escolhida para julgar todas as demais?

A distinção entre as esferas civil e espiritual não é inimiga da fé; é sua guardiã. O Estado, cuja autoridade é limitada por Deus, deve respeitar a missão da Igreja, sem controlá-la, nem usá-la como instrumento político. O art. 19 da Constituição Federal, que proíbe o Estado de criar ou sustentar cultos religiosos, reflete este mesmo princípio: "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". Essa separação não é hostilidade, é reconhecimento, reconhecimento que cada esfera – civil e eclesial – serve ao mesmo Senhor.

À luz das Escrituras, os problemas da Igreja não se resolvem pela força do Estado. Toda tentativa de ampliar o poder civil sobre a fé só aprofunda o problema. A fé verdadeira não floresce sob coerção, mas na liberdade do coração. Em vez de leis que pretendem proibir alterações da Bíblia, o que precisamos é de liberdade civil para que igrejas, fiéis, tradutores competentes e crentes instruídos possam seguir em paz as doutrinas de Cristo. O zelo pela pureza do texto sagrado pertence à Igreja, não ao Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A emenda apresentada pelo Senador Mecias de Jesus aponta um caminho mais equilibrado, ao reconhecer a legitimidade das versões canônicas da Bíblia Sagrada oficialmente adotadas pelas diferentes confissões religiosas e reafirmar a liberdade de pregação em todo o território nacional.

Essa formulação respeita a separação entre igreja e Estado e reconhece a diversidade confessional do país, preservando o espaço legítimo da igreja e da academia. Ainda assim, o projeto como um todo permanece desnecessário e problemático.

O papel do Estado não é determinar como a Bíblia deve ser impressa, mas garantir que ninguém seja impedido de crer, traduzir, ensinar ou pregar livremente.

Não precisamos do Estado para proteger a palavra de Deus, apenas para assegurar a liberdade que o próprio Criador concedeu a todo ser humano para anunciar sua fé com consciência e fidelidade.

Por fim, como cristãos protestantes, cremos que a Bíblia é inerrante, suficiente e plenamente inspirada por Deus, mas também confessamos que ela não precisa do Estado para ser verdadeira.

A autoridade da Escritura não deriva de decretos governamentais, mas do próprio Deus, que, por meio do Espírito Santo, nela fala e pela qual julgará todos os seres humanos.

A Palavra de Deus não deve ser engessada por decretos civis, mas libertada pela proclamação fiel, como exorta o apóstolo Paulo: "Prega a palavra, insta, quer seja oportuno, quer não".

O pregador batista inglês Charles Spurgeon resumiu esse princípio com a imagem poderosa: "A Bíblia é um leão; não precisa ser defendida. Basta soltá-la, e ela se defenderá sozinha".

Spurgeon queria dizer que a Escritura possui poder inerente e autoautenticado. Ela não depende de argumentos humanos ou de proteção estatal para demonstrar sua autoridade. Basta ser proclamada, para revelar sua força divina e transformar corações.

Assim, embora o PL 4.606, de 2019, nasça de um zelo religioso compreensível, ele se mostra equivocado em seus fundamentos teológicos, eclesiásticos, linguísticos, práticos e constitucionais, e, por isso, deve ser rejeitado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A defesa da Escritura não se faz por meio de leis humanas, mas pelo poder do espírito que convence, converte e ilumina.

É sobre essa mesma convicção que protestantes ingleses exilados do século XVI escreveram, no prefácio da Bíblia de Genebra: "A Bíblia é a luz para nossos caminhos, a chave para o reino do céu, nosso conforto na aflição, nossa proteção e espada contra Satanás, a escola de toda a sabedoria, o espelho no qual contemplamos a face de Deus, o testemunho do seu favor e o único alimento e nutrição das nossas almas".

Senadora Damares, demais Senadores, muito obrigado pela oportunidade, pela atenção.

Que Deus abençoe a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Dr. Franklin, que extraordinário!

Eu vou dizer uma coisa para vocês: esta audiência vai dar um livro. Se eu fosse reitora de uma universidade agora, de cada fala dos senhores eu produziria uma tese de doutorado, de cada fala aqui. Extraordinário.

Eu tenho certeza de que as faculdades de teologia vão usar muitos vídeos das apresentações aqui. Extraordinário.

Eu faço um desafio: qual dos escritores que estão aqui... Tem um monte aqui. Até o Padre Cássio está aqui com a gente. Qual de vocês escreverá um livro com todas essas apresentações? Olha... Extraordinário.

Dr. Franklin, impressionada com a sua fala. Muito obrigada pela contribuição com o Senado Federal.

Nós vamos continuar agora. Nós vamos ouvir o Dr. Rudolf Eduard von Sinner – está certo, não é? –, Doutor em Teologia pela Universidade de Basiléia.

Doutor, dez minutos, mas eu fui generosa com todos os outros. Serei generosa com o senhor.

Obrigada a todos que estão participando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quem está ligando a televisão e começou a acompanhar o debate nesta Comissão, sobre mudanças na Bíblia Sagrada, é porque o Senado Federal, cumprindo seu papel constitucional, está revisando um projeto de lei aprovado na Câmara, um projeto de lei de 2019.

O Senado vai ter que se manifestar, e toda a comunidade cristã do Brasil, aqui representada, pediu este debate para manifestar uma posição com relação ao projeto e, até agora, todos apresentaram uma posição contrária ao projeto, dois estão se referindo à emenda do Senador Mecias, que pode ser aproveitada, mas os argumentos teológicos, jurídicos, constitucionais trazidos aqui são pela rejeição ao projeto de lei.

Nós vamos ouvir agora o Dr. Rudolf. É uma alegria tê-lo presencialmente aqui com a gente também, Doutor.

O SR. RUDOLF EDUARD VON SINNER (Para expor.) – Muito obrigado. Aliás, gostei da ideia do livro, quem sabe a gente vai levá-la adiante.

Exma. Sra. Senadora Damares Alves, Presidenta desta sessão, Exmas. Sras. Senadoras e Exmos. Srs. Senadores, membros da dita Comissão de Educação e Cultura, estimados colegas de mesa, senhoras e senhores, cumprimento também a Senadora Teresa Leitão, que fez o convite, pelo qual agradeço muito e me sinto muito honrado de poder compartilhar aqui algumas reflexões a respeito do Projeto de Lei 4.606, de 2019, ora em análise nesta Comissão e objeto desta audiência pública.

Eu o faço como professor universitário, como pesquisador, mas também como pastor evangélico, que atua em universidade católica – isso existe –, em espírito de compromisso comum e respeito à diversidade. Tenho um compromisso pessoal com a pregação do evangelho e procuro exercê-la com humildade e responsabilidade. Minhas pesquisas concentram-se, há mais de 20 anos, na presença significativa de comunidades religiosas na esfera pública no Brasil e alhures. Integrei, de 2017 a 2019, o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa do então Governo Federal e represento aqui uma das associações científicas voltada para a teologia e a ciência da religião, que, junto com outras 29 associações, já se manifestou a respeito do presente PL, e o texto está disponível no *site* legislativo.

A Bíblia, senhoras e senhores, sem dúvida é um escrito de altíssima importância para as diferentes vertentes do cristianismo, mas também para judeus, para espíritas e até para muçulmanos, com suas próprias versões. Está sendo lida por muitas pessoas com interesses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

históricos, literários ou éticos, não necessariamente vinculados a uma religião ou crença. O fornecimento de um texto, dentro dos melhores padrões científicos, é, portanto, imprescindível e depende da pesquisa de alta qualidade. É um trabalho constante, dadas as novas descobertas arqueológicas e históricas, como a dos textos encontrados numa caverna por um menino pastor de ovelhas na beira do Mar Morto em 1948.

No Brasil, temos atualmente 23 programas de pós-graduação em Ciências da Religião e Teologia, que contêm um expressivo número de especialistas em Bíblia, e alguns já ouvimos e vamos ouvir ainda. O poder público, por meio da Capes e do CNPq, investe nessas pesquisas, também dialoga com pesquisas no exterior. Precisamos explicar como chegamos das tradições orais iniciais ao longo de um período de mais de mil anos – isso difere um tanto do Alcorão, que foi um período muito mais curto – a um livro de livros, que é o significado da palavra Bíblia: livros – mais parecido com uma biblioteca inteira.

Conhecemos mais de 12 mil manuscritos, alguns com poucas palavras, outros com a Bíblia inteira. À direita, ali, um livro recente sobre justamente essa trajetória, muito interessante, recomendo a leitura.

As edições nas línguas originais, hebraico, grego e, em parte, também aramaico, relatam minuciosamente as alternativas, conforme os diferentes manuscritos, sendo que o peso maior recai sobre os manuscritos mais velhos.

Ali se pode ver essa edição crítica, à esquerda, do Novo Testamento: embaixo tem todas as alternativas, e não existe um só versículo que, atravessando os manuscritos, não tenha diferença; todos têm, então, por isso está anotado ali.

Os manuscritos mais antigos, com o Novo Testamento completo em grego, datam do século IV, sendo que antes deles havia apenas papiros muito fragmentados. O mais antigo manuscrito completo em hebraico que temos hoje data do século XI. São, como já foi dito, cópias e cópias de cópias, feitas com oração e dedicação, mas muito afastados de quando tudo aconteceu.

Chegar ao texto provavelmente mais original necessita uma leitura cuidadosa e criteriosa dos manuscritos disponíveis. É algo parecido com a leitura que temos que fazer hoje, como acadêmicos, de textos produzidos pelo ChatGPT, que às vezes estudantes nos apresentam. Realmente – a nossa pergunta – representam a intenção e a linguagem do autor, portanto, do estudante, ou são abordagens genéricas na linguagem do aplicativo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Nos dois casos, temos argumentos melhores ou piores, mas nunca certeza, temos apenas indícios. O estabelecimento de um autoritativo texto original único é, portanto, impossível e necessariamente objeto de controvérsias.

Permita-me dar um exemplo desta dinâmica já presente no próprio texto bíblico. O Livro de Atos dos Apóstolos, Capítulo 8, versículos 26 a 40, relata o encontro do apóstolo Filipe com um alto funcionário da Rainha da Etiópia. A Etiópia, na época, era o país dos negros, portanto, simplesmente África. Filipe explica ao funcionário os versículos do profeta Isaías, que aquele estava lendo, mas não conseguiu compreender. Faz uma interpretação do servo sofredor de Isaías à luz dos acontecimentos com Jesus, sua morte e ressurreição em Jerusalém. E o funcionário com essa explicação se anima e pergunta: "Veja, aqui tem água. Será que eu não posso ser batizado?".

Conforme o manuscrito mais antigo, os dois desceram imediatamente da carruagem e Filipe batizou o funcionário. Então, continua direto com o versículo 38. Já manuscritos mais recentes acrescentaram um versículo com Filipe dizendo: "Se o senhor crê de todo o coração, é claro que pode". E o funcionário disse: "Sim, eu creio que Jesus Cristo é o filho de Deus".

Em muitas edições da Bíblia, inclusive na da nova tradução na linguagem de hoje, que eu utilizei aqui, este versículo 37 está, como vemos, entre colchetes, justamente indicando tratar-se de uma adição. Por que permanece, então, na Bíblia? Porque as primeiras comunidades cristãs acharam importante sinalizar que o batismo requer uma confissão de fé. Teologicamente, está correto; historicamente, não representa o texto mais original. Deveríamos incriminá-los?

Assim, fica claro que a dinâmica de interpretação, reinterpretação e alteração do texto bíblico já é de longa data registrada na própria Bíblia, como vimos. A versão canônica, por assim dizer, padronizada, depende da anuência da comunidade religiosa. Assim surgiu a Bíblia católica, cuja composição foi canonizada de forma explícita bastante tardiamente, só no século XVI, com o Concílio de Trento; aí temos a lista completa, então, dos 73 livros reconhecidos como canônicos pela Igreja Católica.

A reforma protestante seguiu o texto hebraico... A católica seguiu a tradução para o grego, do Antigo Testamento, que tem mais livros, incorporou esse; já a tradição protestante seguiu o texto hebraico utilizado nas comunidades judaicas, que tem menos livros do Antigo Testamento, apenas 39, e não 46, e, juntando os 27 do Novo Testamento, chegou ao total de 66.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Algumas tradições ortodoxas no Oriente adotaram, ainda, outros livros como canônicos, resultando em um total de até 81 livros, constituindo o texto bíblico.

A Bíblia é também, desde os seus primórdios – já foi dito também –, o livro mais traduzido: mais de 700 línguas, considerando-se a Bíblia completa e, mais ainda, considerando-se o Novo Testamento ou outras partes separadas.

E sabemos como cada tradução implica interpretação, e o Prof. Lourenço mostrou isso muito bem. Dessa forma, só em português temos: Almeida Corrigida Fiel, Almeida Revista e Atualizada, a Bíblia Pastoral, a Tradução Ecumênica, a Bíblia de referência Scofield, entre muitas outras. E muitas delas incluem, além da tradução do texto bíblico, fartos comentários.

Às vezes, é necessário fazer correções numa nova tradução; por isso, de vez em quando, faz-se uma nova, tanto para atender ao desenvolvimento do vernáculo para o qual se traduz, mas também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUDOLF EDUARD VON SINNER – ... com novos reconhecimentos na exegese bíblica.

Na Carta de Paulo aos Romanos, Capítulo 16, versículo 17, achava-se que Andrônico e Júnias eram os dois apóstolos aqui referidos. Pela gramática grega, isso é possível, mas Júnias é um nome praticamente desconhecido da época; por isso, traduções mais recentes corrigiram para Júnia, uma mulher apóstola. Aquelas que mantêm a versão masculina provavelmente o fazem por causa de suas preferências doutrinárias, mas quem pode e deve decidir, então, sobre qual é a Bíblia correta?

O projeto de lei em análise não estabelece com clareza o objeto da proteção que quer garantir ao sítio do projeto: "manter a inviolabilidade de seus capítulos e versículos". É impossível determinar a qual versão da Bíblia se refere. Se essa lei fosse aprovada também pelo Senado e sancionada pelo Presidente da República, o Congresso Nacional teria que compor uma comissão para decidir, em caso de litígio, qual é a Bíblia correta, cujo texto não deve ser violado, e quais eventuais Bíblias devem ser consideradas falsas. Não sei se o Congresso quer assumir essa tarefa. É quase certo que, em algum momento, vai se chegar à judicialização e parar no Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Dada a diversidade religiosa cada vez maior em nosso país, é evidente que tal decisão seria objeto de pressões de vários lados e dependeria da configuração do Congresso no momento do litígio. Ao fazer isso, entraria em forte confronto com a liberdade religiosa que deve garantir, conforme o art. 5º, inciso VI, da Carta Magna, isso porque padronizaria algo que cabe a cada comunidade religiosa, e unicamente a ela, definir.

Tamanha violação do princípio da liberdade religiosa não pode estar no interesse de quem quer ver como importante a diversificação religiosa que tem ocorrido neste país, que até 1890 tinha a religião católica como religião do Estado, com fortes restrições à liberdade religiosa.

A possibilidade de termos hoje uma grande variedade de comunidades religiosas legítimas perante a lei e atuantes na sociedade foi conquistada a duras penas. Restringi-la pela ingerência do Estado em assuntos religiosos seria um efetivo embaraçamento do funcionamento de cultos religiosos e igrejas, conforme reza o inciso I do art. 19 da Constituição.

Chego ao final. Senhores e senhoras, o presente projeto de lei promoveria exatamente isto: a ingerência inconstitucional do Estado em assuntos da religião. Em vez de resultar em proteção à Bíblia Sagrada, tolheria a liberdade das comunidades religiosas e de suas autoridades de definirem por si mesmas qual a Bíblia que querem utilizar e como querem interpretá-la. Dessa forma, acarretaria muito mais problemas do que aspira a resolver, razão pela qual, na opinião deste expositor, não deveria prosperar.

A efetiva proteção da liberdade religiosa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, está em vossas mãos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutor, obrigada. Obrigada. Qual Bíblia nós vamos escolher? E a judicialização? A judicialização. Eu, impressionada com a sua fala. Muito obrigada.

Para quem está nos assistindo, nós estamos, sim, discutindo um projeto de lei que nasceu na Câmara, e o Senado vai ter que emitir um parecer. O Senado não pode se omitir na discussão.

Então, nesta sequência, nós vamos ouvir agora Paulo Nunes. Ele é representante do Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas, que é o Conplei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Confesso aos senhores que, assim que esse projeto chegou ao Senado, eu fui procurada pelos missionários que trabalham em áreas indígenas, preocupados com como é que eles traduziriam a Bíblia para a língua indígena. E a gente já viu aqui pessoas preocupadas, como é que nós vamos fazer uma tradução da Bíblia para crianças. Na hora de falar do peixe e Jonas, se eu estivesse escrevendo para criança, eu colocaria lá: um peixe grande, bem grandão, grandão, grandão. Isso não está na Bíblia, mas é a linguagem que a criança entende. Aí eu seria proibida de traduzir a Bíblia para criança nessa linguagem?

E agora a gente vai ouvir o Paulo Nunes, que vai exatamente falar da preocupação da tradução de textos bíblicos para línguas indígenas – lembrando que no Brasil se falam 274 línguas indígenas diferentes. São 305 povos diferentes, que falam 274 línguas. Nós ainda temos uma língua cigana que é falada no Brasil e nós agora temos uma língua que está aí em todas as cidades, que é a língua do povo warao, que não são indígenas brasileiros, são indígenas venezuelanos que estão entrando no Brasil por causa da crise na Venezuela. Eles não falam espanhol, eles não falam português, eles falam warao, que não estava registrado como língua indígena no Brasil. Como traduzir uma língua para a linguagem dos nossos indígenas waraos?

E aqui, Deputada... Está aqui com a gente a Deputada Priscila Costa, que hoje é Vereadora em Fortaleza, mas foi nossa Deputada Federal, filha de pastor evangélico. Ela trabalha com Libras, e foi feita uma pergunta aqui: como traduzir a Bíblia na Língua Brasileira de Sinais sem adaptação?

O meu nome, que está na Bíblia, em Atos, 17, eu tenho o meu nome, eu tenho um sinal na Língua Brasileira de Sinais. Como ficaria?

Então, a discussão aqui é muito séria, é uma discussão acadêmica, de alto nível. E a gente, agora, vai ouvir com muita alegria.

Deputada, seja bem-vinda à audiência, viu? Obrigada.

A Deputada é filha de um pastor muito estudioso, muito estudioso; ela também estuda muito teologia. Obrigada por estar aqui.

Mas eu queria registrar também, aproveitando, a presença do apóstolo Mariano. O apóstolo Mariano está lá atrás. Aquele homem é bravo, gente! Ó, tá vendo? Bravo! O apóstolo Mariano trabalha com um número enorme, no DF, de igrejas pequenas. Ele também é formado em Direito e está muito preocupado com o projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por estar aqui, apóstolo. Ele é quem fala na linguagem do povo, ele fala a Bíblia na linguagem do povo; essa é a preocupação do apóstolo Mariano. Obrigada por estar aqui. Fica bravo comigo não, tá? Fica bravo não. (*Risos.*)

Vamos ouvir agora, com muita alegria, Paulo Nunes, representante do Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas.

Obrigada, Paulo, por ter aceitado o convite para estar conosco.

O SR. PAULO NUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora Damares, Senadora Teresa Leitão, demais colegas companheiros desta Comissão, eu cumprimento, aqui do calor do Amazonas, com um boa-tarde. Estou vendo que nós estamos hoje num dia histórico; histórico porque resolveram nos incluir como povo indígena.

Eu sou Diretor Executivo do Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas. Nós representamos, atualmente, 87 etnias do Brasil e estamos envolvidos com mais 12 países, etnias de 12 países, onde nós temos trabalhado.

Eu sou pastor titular da igreja bíblica genuinamente indígena e de igrejas multiétnicas. Também, a minha ênfase teológica é a teologia bíblica da contextualização, e eu acho que isso é muito relevante na pauta desse PL, sobre o qual nós estamos hoje aqui conversando e discutindo.

Olhando para os meus colegas expositores e revendo aqui o Dr. Erní – que muito me enriquece, um grande amigo, colega –, eu fiquei imaginando: eu sou o único com muito cabelo. Então, fiquei pensando o seguinte: para eu ter uma boa oratória, um bom conhecimento da causa, eu deveria ter pouco cabelo e usar barba, mas a minha etnia não permite isso, colega, mas vamos...

Sou casado, meus irmãos, com uma... A minha esposa só estuda. Ela tem mais de nove mestrados. Nós trabalhamos especificamente com tradução para povos minoritários, especificamente com povos da oralidade. Por exemplo, eu sou da cosmovisão animista. Nós trabalhamos numa multimodalidade, tanto na tradução escrita, oral, de vídeo, sinais, Braille e em áudio; o que for necessário, nós temos feito com o Conplei.

Nós temos um grupo gestor, nós temos uma academia dentro do Conplei e, dentro do Conplei, nós temos um projeto que chamamos de TIB, que são os Tradutores Indígenas da Bíblia. Neles, nós temos exegetas, temos indígenas que foram formados e capacitados por uma dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

faculdades, universidades teológicas que vocês dispuseram, e hoje eles mesmos estão trabalhando para o seu povo.

Imaginem comigo: o indígena é o dono da sua língua, ele é o dono da sua cultura, ele é o dono da sua cosmovisão. O missionário que não é indígena torna-se um facilitador, porque ele conhece da teologia, conhece da exegese. Então, nós formamos uma equipe, uma equipe multidisciplinar, e nós mesmos estamos traduzindo a palavra de Deus para o nosso povo – claro, com a ajuda aí da primeira e da segunda onda, da Sociedade Bíblica do Brasil e outros meios.

Pensando nessa proposta que o PL, esse PL 4.606 está propondo para nós, meus irmãos, amigos que aqui estão, nós, como Conplei, somos muito práticos na nossa fala. Em primeiro lugar, do nosso ponto de vista teológico, a Bíblia deve ser mantida inalterada, inviolável, porque é considerada a palavra de Deus inspirada. A alteração do seu conteúdo minaria a autoridade divina e a veracidade dos seus ensinamentos. Porém, do nosso ponto de vista prático ou exegético, precisamos traduzir mais, sim, essa Bíblia de uma forma clara, relevante, sadia, compreensível, na língua materna e do coração daquele povo, e, se preciso for, contextualizada. Do ponto de vista filosófico, muitas vezes nós acabamos romantizando tudo isso.

A nossa sentença, enquanto Conplei: nós estamos entendendo que a Bíblia não precisa de nenhuma proteção humana. Essa é uma sentença de que nós entendemos que a Bíblia não precisa.

Nós entendemos que, se o Brasil é democrático e se o Estado é laico e se este Estado passar a controlar tudo o que nós estamos propondo aqui, nós estamos entendendo que seria essa uma nova atribuição do Estado? Essa é uma pergunta que fica no nosso coração. Seria uma maneira de nós tentarmos punir o sagrado? Seria essa uma atribuição do Legislativo, do juiz, do policial? Seria uma maneira de tentar doutrinar o que e como estamos fazendo hoje em relação à Bíblia sagrada?

E fiquei aqui pensando, olhando para esse quadro de todos que estão envolvidos nessa fala: se somos... não é espiritualizando, mas se somos homens e mulheres de Deus aqui presentes, se representamos 80% da nação brasileira como cristãos, independentemente de sermos evangélicos ou católicos, se o projeto for aprovado, o Estado vai arbitrar, vigiar, julgar e punir. Se isso for aprovado, existe uma perseguição, é o que nós conseguimos entender. Se ele for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

rejeitado, poderá também continuar uma perseguição. Se modificarmos, também continuaremos sendo perseguidos, porque é a palavra de Deus.

Historicamente, biblicamente, se nós formos ver o histórico de tudo isso, toda vez que o Estado se alia à religião, procura haver, assim, um controle no total. Então, como Conplei, nós temos a nossa posição, como representante da maior organização indígena aqui no Brasil, e nós somos de orientação cristã. Nós defendemos que a Bíblia deve continuar da maneira que está, senão nós iremos teologizar, nós iremos filosofar, nós iremos debater e nós podemos até nos agredir, porque eu vou pensar diferentemente um do outro. Nós estamos entendendo que o que nós precisamos fazer é continuar com a nossa liberdade religiosa em todos os aspectos.

Nós temos um conhecido que foi muito conhecido em Brasília, chamado Carlos Terena. Ele dizia o seguinte para nós: "Eu posso ser o que você é sem deixar de ser o que sou", ou seja, eu posso ser o melhor Senador, o melhor padre, o melhor teólogo, o melhor pastor, sem precisar deixar de ser índio, não é?

Então, nós estamos entendendo que a Bíblia, que é a palavra de Deus, tem um significado muito importante para nós. Se nós formos ver toda a Diretoria do Conplei, quando nós nos reunimos, nós nos perguntamos um para o outro o seguinte: "Como é que tu aprendeu a falar o português?". Alguém me fez essa pergunta há um tempo desse. Eu digo: "Olha, a minha teologia é salesiana. Eu estudei com salesianos. Eles me ensinaram o português, me ensinaram a falar o português um pouco melhor, né?". Eu falo muito atrapalhado como indígena, né? E toda a teologia que eu aprendi lá, eu a contextualizei, é claro, para a minha realidade, para o ministério, para tudo aquilo que temos feito.

Uma profissão, sou parteiro, e isso não me descaracterizou. Eu estou falando hoje como indígena do século XXI. Vocês estão vendo: nós amamos a literatura, temos celular, estou falando através de um meio de comunicação, de um *notebook* na minha frente, mas isso não tira a essência de eu ser indígena. E a Bíblia, que é a palavra de Deus, também não tira. E por que precisa ser judicializada essa questão de tentar proteger a Bíblia, que é a palavra de Deus? Se ela é a palavra de Deus, nós não precisamos de nada disso.

Eu penso que nós que aqui estamos precisamos, mais do que nunca, unir a nossa força em um objetivo comum: o de colocar realmente essa palavra na mão daqueles que necessitam. Essa palavra de Deus traz vida, vida em abundância. Essa palavra tem salvado... Quando eu falo em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

salvação, não estou falando da alma, estou falando daquele indivíduo que ia se suicidar, leu uma parte das Escrituras, e resolveu não se suicidar mais. Eu estou me lembrando daquela moça que iria entrar na prostituição, leu uma parte das Escrituras e resolveu não entrar mais nessa prática, daquele moço que ia entrar no tráfico, leu a palavra de Deus e resolveu não mais entrar. Eu acho que isso seria muito mais relevante para nós do que nós debatermos se queremos o controle do Estado sobre as nossas atividades eclesiásticas, porque, quando eu falo eclesiástica, eu estou falando que, se houver um controle sobre a palavra de Deus, eles terão um controle, em todos os âmbitos, sobre nós.

Então, nós, como povo indígena, queremos, sim, a palavra de Deus chegando até nós, através de cada um de vocês, traduzida na nossa língua, do nosso jeito indígena, na língua do nosso coração, porque, se Deus é para todos, nós, como grupo minoritário, precisamos também muito desse Deus.

Então, eu sou muito grato, Senadora Damares, a esta Comissão desse PL, tão preciosa.

Conte com o Conplei, conte conosco! Eu acho que nós precisamos nos reunir muito mais com esse grupo acadêmico que está aí, para que esse livro saia. Eu acho que vai ser muito relevante ouvirmos até aquilo que é diferente um pouco, para que possam ser enriquecidos os nossos pensamentos e a nossa fé daqui para a frente.

Queridos, que Deus abençoe cada um de vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Paulo Nunes, grande guerreiro.

Você está bonito, Dr. Paulo, jovem. Faz muitos anos que eu não o via.

Dr. Paulo, eu sofro muito... Há alguns anos, num vídeo, eu falei que o grande Tupã ama os curumins, e o senhor não tem ideia da confusão que isso virou na minha vida; mas o público para quem eu estava falando estava entendendo que eu estava falando que o grande Deus ama as crianças. Se esse projeto fosse aprovado, eu teria uma sanção por conta disso.

Meus indígenas conhecem o grande Tupã e sabem que o grande Tupã é vivo e real. E os nossos indígenas amam suas crianças e sabem que o nosso Deus ama os seus curumins. Então, vejam a complexidade desse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, Padre Cássio – nós já estamos indo para o final da audiência; nós vamos ouvir agora a Sociedade Bíblica e, na sequência, o Padre Cássio –, eu fui uma vez a uma aldeia, e eles estavam celebrando a santa comunhão. Eram indígenas, evangélicos e católicos juntos. E, na hora de celebrar a santa comunhão, eles não tinham pão – não tem pão em aldeia –, eles tinham beiju.

E eles não tinham vinho, Padre Cássio, mas tinham pó de guaraná e fizeram o suco do guaraná, que era a bebida mais preciosa para eles. E – acreditem, vocês! – eu participei da santa comunhão com guaraná e beiju. E, agora, a gente vai impedi-los disso, porque na Bíblia fala do vinho?

Então, assim, trazer o Dr. Paulo Nunes aqui foi a gente ter essa visão de que os diferentes povos do meu país têm direito à manifestação religiosa.

Obrigada, Paulo Nunes, obrigada por ter participado deste debate. Que Deus o abençoe. Um abraço a sua esposa!

Nós, agora, vamos ouvir, com muita alegria – nós já estamos indo para o final da audiência –, o Dr. Erní Walter Seibert. Ele é o Diretor-Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil e vai encerrar esta audiência com muito... E nós estamos muito ansiosos para ouvir depois o Padre Cássio Murilo Dias da Silva.

Sr. Erní, com a palavra, por dez minutos.

É uma alegria tê-lo conosco.

O SR. ERNÍ WALTER SEIBERT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora.

Saudando a Senadora Damares Alves, eu saúdo toda a mesa, saúdo os colegas debatedores que trouxeram tantas contribuições, saúdo o Padre Cássio também, que ainda vai trazer – parece que eu só saudei os que vieram, mas também tem os que hão de vir –, e todos aqueles que estão assistindo também, pelas mídias, a esta sessão.

Eu não quero ser repetitivo, tantos argumentos e tantos aspectos aqui já foram apresentados. Quando eu li a primeira vez – e não foi agora, para esta reunião, que eu li esse projeto de lei –, eu vi que tem dois aspectos nele a que precisa ser dado atenção: primeiro, é uma proposta que mostra uma piedade – eu diria assim –, uma preocupação de quem a apresenta com o texto bíblico. Mostra um profundo respeito pelo texto bíblico, um profundo amor pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

texto bíblico, e eu queria ressaltar esse aspecto. Não é o texto propriamente da proposição que diz isso, mas ele expressa esse amor, esse cuidado com o texto bíblico, que muita gente, inclusive eu, tem. No título da Bíblia, da Bíblia Sagrada, todos colocam na capa esse "sagrado". Isso mostra esse respeito, esse amor pelo texto bíblico que as pessoas têm. Isso é um aspecto mais cultural, é um aspecto da piedade da pessoa que eu queria ressaltar. Não queremos bater contra essa piedade, contra esse amor pelo texto bíblico.

Por outro lado, a proposta também tem um lado acadêmico, até um lado legal, que já foi bastante bem expresso aqui nesta reunião. Ela traz muitas complicações importantes. Do lado acadêmico, eu não vou voltar à história de todo o texto bíblico, mas, como também fala dos versículos e capítulos, eu queria ressaltar isto, porque ainda não foi falado muito sobre isto, que também é um aspecto acadêmico da Bíblia Sagrada.

O texto em hebraico foi escrito... A datação do texto, academicamente, é muito ampla, pelos critérios adotados na datação, mas é de pelo menos 1.200 a.C a 400 a.C, ou variações. Eu não quero estabelecer as datas com precisão. Vejam, nós estamos no início da Bíblia, há pelo menos 3 mil anos, dos primeiros textos bíblicos...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pastor Erní, tente se aproximar um pouquinho mais do microfone. Está baixa a sua fala. Nós estamos entendendo, mas, se o senhor se aproximar mais, ficaria mais claro.

O SR. ERNÍ WALTER SEIBERT (*Por videoconferência.*) – Eu vou puxar aqui o microfone para mais perto de mim, vou me colocar mais perto. (*Risos.*)

Melhorou um pouco?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Melhorou, melhorou bastante.

O SR. ERNÍ WALTER SEIBERT (*Por videoconferência.*) – Está bem, e eu vou falar um pouquinho mais alto.

E o outro lado da... Sobre essa datação do texto, quando o hebraico começou a ser escrito... Eu não sou o maior especialista em hebraico, mas são vários hebraicos no Antigo Testamento. O hebraico tinha uma característica: ele não tinha as vogais. Vejam, as vogais foram acrescentadas ao texto escrito. Vejam como é a dificuldade já aqui na história: não pode acrescentar nada, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pode acrescentar as vogais que tanto ajudaram na compreensão do texto? E, hoje, em todos os textos, até nos que foram mostrados nos eslaides aqui, estava lá o bom trabalho dos massoretas. Então, esse é um aspecto que eu queria ressaltar, não são só as divergências de algumas variantes ou de muitas variantes, mas também tem esse aspecto das vogais; todo mundo conhece o hebraico, era uma língua que só usava as consoantes.

O Novo Testamento foi escrito em grego. Em hebraico e aramaico, o Antigo Testamento; o Novo Testamento em grego. O Novo Testamento e o Antigo Testamento, nenhum dos dois, quando foi escrito, foi escrito com capítulos e versículos, era o texto escrito. Então, as divisões em capítulos surgiram no início do século XIII, quando um erudito da Universidade de Paris, chamado Stephen Langton, as introduziu na Bíblia latina, traduzida por Jerônimo no século IV. Quando Jerônimo traduziu a Bíblia, não tinha capítulo, a Vulgata não tinha capítulos e versículos. Então, os capítulos surgiram só no século XIII, vejam. E aí só tinha capítulos. Depois surgiram os versículos, os versículos são mais tarde, e eles foram também introduzidos.

Vejam como isso ajudou ao estudo da Bíblia, essa introdução de capítulos e versículos. Tanto é que, se a gente fala hoje no Salmo 23, para quem conhece o texto bíblico, vai lembrar: "O Senhor é meu pastor", e isso só foi possível porque se colocaram esses números: o Capítulo 23, Salmo 23; João, Capítulo 3.

No tempo da reforma – já foi mencionada a Bíblia de Lutero –, quando ele mencionava, ele dizia: "Mateus, no último capítulo" – "*Matthäus im letzten*", em alemão –, e não tinha versículos ainda a versão da Bíblia. Foi logo em seguida colocado. Isso facilitou muito, mas os capítulos e os versículos também não são uma coisa que sempre foi assim, a divisão. Havia até um período em que se dividia com letras as seções dentro do capítulo, e eram só sete: A, B, C, D, E, F e G. Então, quando o capítulo – como alguns salmos – era muito curto, nem se usavam todas as letras para colocar ali dentro do capítulo.

Tudo isso faz parte da história da Bíblia. Alguma informação dessa pode ser encontrada no próprio *site* da Sociedade Bíblica do Brasil, sbb.org.br.

A tradução bíblica tem dois aspectos. Quanto ao texto bíblico, essas divergências que já foram mostradas aqui, das variantes dos textos críticos, elas são importantes e elas são mais interessantes que importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Foi mencionado também, há uma grande convergência. Hoje não há grande discussão mais sobre – a não ser em alguns lugares – qual é o texto que deveria ser adotado, e nenhuma doutrina de nenhuma igreja muda por causa dessas variantes ou dessas dificuldades textuais.

O ponto que se descobriu muito recentemente é a questão da fidelidade ao texto e da fidelidade ao leitor, e aí vêm os dois modelos de tradução, que também já foram apresentados, com todas as variações possíveis entre eles, e quando você faz a fidelidade ao texto, que seria a tradução mais de equivalência formal ou textual, você tem dificuldades, por vezes, de entendimento.

A Sociedade Bíblica publicou várias edições: o Antigo Testamento intertextual e interlinear; o Novo Testamento interlinear. Aquele texto, palavra por palavra, às vezes se torna incompreensível, se ele fosse usado como tradução, porque está ao pé da letra, e ao pé da letra não ajuda – nem sempre – a entender melhor o texto. Então, essa é a fidelidade ao texto original. A outra é a fidelidade ao leitor, aí vêm as equivalências dinâmicas. Você quer dizer ao leitor que vai ler para que ele entenda o que está lendo. Aí você tem outro risco, de você se afastar por vezes demais do texto original. O equilíbrio entre essas duas tentações é outro ponto muito importante na área de tradução.

A tentativa de determinar um texto acontece também nas igrejas. Não vamos achar que as igrejas resolveram esse problema. Quem acompanha as redes sociais vê muitas pessoas que até hoje falam muito sobre isso, "este texto, deve ser este texto".

Parece-me que outra tentação seria de a gente alterar tudo o que a Bíblia diz e adaptar ao jeito de hoje. Essa me parece que era a tentação da piedade do autor ao querer manter o texto no original.

Eu acho que, entre as duas coisas, a saída é manter a liberdade religiosa. Esse é o ponto-chave. Quando eu preparei as minhas anotações, eu disse: aonde queremos chegar? Na liberdade religiosa. A liberdade religiosa preserva a liberdade de nós lermos a Bíblia, proclamarmos a Bíblia e também, ao abrirmos espaço para nós podermos proclamar, a gente também deve dar a liberdade para os outros proclamarem. A gente não pode fazer um Estado religioso, por isso a dificuldade de aprovação do texto tal qual está.

Mesmo reconhecendo a piedade do autor, eu acho que ele traz consigo dificuldades que devem ser consideradas. Nós cremos que o nosso Senado aí vai poder encontrar a saída, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eles entendem muito mais de saídas legais do que eu próprio, como teólogo e como dirigente da Sociedade Bíblica. A Sociedade Bíblica inclusive não impõe tradução a ninguém, a nenhuma igreja. Ela tem várias traduções e permite que as igrejas decidam sobre qual querem usar. Isso no mundo inteiro é feito assim, é a organização que até hoje mais traduções produz.

Por isso, eu encerro por aqui a minha fala, dizendo dessa dificuldade que o texto traz para todos nós e que confiamos na boa solução que os amigos Senadores vão poder dar a isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Diretor. Obrigada, Pastor. Foi uma alegria tê-lo representando, como Diretor-Executivo, a Sociedade Bíblica do Brasil.

Nós vamos para o nosso último expositor. Todo mundo está numa expectativa muito grande para ouvir o Padre Cássio Murilo Dias da Silva, Doutor em Sagrada Escritura pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma e Presbítero da Diocese de Jundiaí. Ele está, neste ato, representando a CNBB, nesta audiência.

Padre Cássio, seja bem-vindo! É uma alegria tê-lo conosco.

O SR. CÁSSIO MURILO DIAS DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora! Saúdo, na sua pessoa, todos os demais participantes desta audiência, os membros do Congresso e os outros expositores.

Como já falado, meu nome é Cássio. Eu tenho colaborado com a tradução da Bíblia da CNBB e colaborei também numa tradução da Bíblia da Conferência Episcopal Portuguesa, além de recentemente ter publicado uma tradução, uma sinopse dos quatro Evangelhos e da Fonte Q.

A vantagem ou desvantagem de ser o último a falar é que muitos dos argumentos que eu tinha preparado já foram expostos. Aliás, no *site* do Senado, estão as manifestações das entidades, da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica, na qual faço parte também da diretoria, então falo também em nome desta associação, que congrega professores e pesquisadores do Brasil inteiro, não somente católicos, mas multiconfessional, uma associação ecumênica. E lá no *site* do Senado estão duas manifestações, aliás, três, as manifestações da Integra. E hoje solicitei para a Andréia que inserisse mais uma manifestação da Abib, que foi redigida em novembro do ano passado. Tentamos enviar para o Senado, no tempo ainda do Relator, o Senador Otto Alencar, e do então

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Rodrigo Pacheco, não sei por qual razão não havia chegado, mas, a partir de hoje, está lá a nova versão desta carta da Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica.

Como eu falei, a vantagem ou desvantagem de ser o último a falar é que muitos dos argumentos já foram expostos. Gostaria apenas de elencar alguns, e o primeiro deles tem a ver exatamente com aquilo que o Pastor Erní estava falando sobre o texto original. Eu preparei ali rapidamente alguns eslaides, não sei se seria possível compartilhar. (*Pausa.*)

Não sei se consigo daqui... Agora sim.

Não é nada novo e é uma coisa bastante simples, mas talvez ajude a compreender esta problemática. Não sei se já está aparecendo aí para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já está aparecendo.

O SR. CÁSSIO MURILO DIAS DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Sim. Então, estes aqui são manuscritos do hebraico. Este é um pequeno trecho de um manuscrito chamado Codex Leningradensis. E aqui nós temos aquilo que o Pastor Erní estava falando dos caracteres hebraicos: aqueles pontinhos, aqueles risquinhos que estão entre as linhas são as vogais. Estes aí são os acréscimos ao hebraico, que não existiam no texto original. Este é um manuscrito hebraico.

Este é outro manuscrito hebraico, também antigo, também muito considerado, o Códice de Alepo.

Já foi falado e repito: não existe um, não existem iguais da primeira à última página, são milhares de manuscritos, todos são diferentes, assim como, inversamente, também não existe um único versículo na Bíblia que seja exatamente igual em todos os manuscritos.

Para resolver esta problemática, a ciência bíblica tem lá um ramo da sua pesquisa, chamada crítica textual, que publica, como resultado dessa pesquisa de comparação de manuscritos, as chamadas edições críticas. Esta é a mais famosa edição crítica do Antigo Testamento, da Bíblia Hebraica, chamada Bíblia Hebraica Stuttgartensia. No rodapé dessas Bíblias, nós podemos ver aqui o chamado aparato crítico, já foi falado sobre isso também. Nesse aparato crítico estão as diferenças entre os manuscritos.

Aqui nós temos um manuscrito para o Novo Testamento, este é o chamado Códice Sinaítico, e aqui é bastante interessante, porque é o manuscrito do Novo Testamento, chamado manuscrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

maiúsculo. Há de se notar que não há espaço entre as palavras, portanto isso já implicava também um certo grau de interpretação para se dizer qual era o texto. E ainda podemos observar aqui, no canto direito, observações dos copistas, o que significa que talvez ele tenha encontrado ali ou um erro ou faltou uma palavra.

E aqui um outro códice, o chamado manuscrito Bezae, também maiúsculo.

Há uma infinidade de manuscritos, tanto para o Antigo como para o Novo Testamento.

Para o Novo Testamento, nós temos aqui a edição crítica, uma delas, e novamente, no rodapé, compara-se e se traz para o leitor quais são as variantes.

Pois muito bem, a minha pergunta, então, vai nesta linha. Optar por uma versão da Bíblia significa que o Congresso tenha um comitê de especialistas que saiba lidar com esses manuscritos, com essas edições críticas, para poder, eventualmente, arbitrar qual é a tradução correta ou não, o que significa que nós temos aqui um impeditivo técnico. Aliás, essa é uma das questões que eu quero colocar mais ao final desta minha exposição.

Baseado nisso, quero repetir e sistematizar, renovar alguns argumentos já apresentados. Então, qual texto vai ser o texto-base? Vai ser um texto já publicado ou vai ser um texto novo? E esse texto novo vai se basear num desses manuscritos – o que significa que o Congresso teria que pagar a uma comissão para fazer uma tradução nova? Então, qual seria este texto padrão? Seria um consenso das igrejas ou seria um texto de uma tradução que já existe? E isso criaria vários outros problemas.

Por outro lado, optar por uma tradução significa que o Congresso vai se declarar detentor dos direitos autorais da Bíblia, e, neste caso, a Bíblia deixa de ser palavra de Deus para ser palavra do Congresso ou para ser palavra do Senado ou do Estado brasileiro. Consequência disso, a Bíblia deixa de ser palavra de Deus para ser palavra humana, e aí temos que recordar aquilo que já dizia Raul Seixas: humana, ridícula e limitada – se for este o caminho.

As igrejas cristãs fizeram uma longa caminhada de diálogo ecumênico. Optar por um texto e impor um texto seria um golpe muito grande, seria destruir todo esse esforço de diálogo ecumênico e inter-religioso, porque aqui é outra questão que devemos levar em consideração, que não são só cristãos que leem a Bíblia, os judeus também leem a Bíblia. Será imposto também aos judeus uma versão do Antigo Testamento? E eles seriam obrigados a ler também o Novo? Porque se não se pode retirar nada, os judeus, no mínimo, estão retirando todo o Novo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Testamento daquilo que eles consideram Sagrada Escritura. E, como já foi dito, impor um texto iria desencadear a intolerância religiosa, que é exatamente aquilo de que supostamente o PL quer proteger.

Como boa parte desses argumentos já foram dados, eu gostaria de aproveitar mais alguns minutos ainda. Fui ler a documentação que estava disponível no *site*, o parecer do Senador, do gabinete do Senador Magno Malta, e devo fazer algumas observações críticas. Ele diz que: "Cabe a nós, como legisladores, assegurar que essa Palavra continue a ser transmitida de forma fiel e íntegra, de geração em geração". Bom, mas isso não é função do Congresso, não é função do Estado, é função das igrejas, são as instituições religiosas que têm como função, como prerrogativa, divulgar, assegurar a pregação bíblica e incentivar a pregação religiosa.

Como já foi dito aqui também, para que a Bíblia seja palavra viva de Deus, é necessário que a tradução da Bíblia seja continuamente atualizada, para o texto bíblico não se tornar obsoleto, não se tornar algo com uma linguagem incompreensível. Até mesmo as edições críticas fazem uma constante atualização.

Por outro lado, ainda lá no parecer do Senador Magno Malta, fala-se que o projeto "respeita essa pluralidade e busca proteger as versões oficialmente aceitas por essas comunidades". Agora, se cada comunidade aceita a versão que reconhece como sua da Bíblia Sagrada, então também não é função do Estado legislar sobre isso, é função das comunidades religiosas. Só que isso já acontece: da mesma maneira como a CNBB, para os católicos, não autoriza nenhuma publicação da Bíblia que não tenha sido aprovada anteriormente, suponho que o mesmo aconteça com a SBB, que tem a sua equipe de pastores e especialistas e que, antes de publicar, aprovam o texto, discutem os problemas de uma tradução, ou seja, não é função do Estado, é função das comunidades religiosas. Caso haja uma publicação que, para um pastor, para uma igreja, provoque algum problema, se um pastor, líder de uma comunidade religiosa, tem lá uma tradução que ele não aceita, é muito mais fácil que ele, na sua comunidade, diga "não recomendo esta, não leiam esta", do que delegar isso ao Estado, a menos que – e aqui vem o problema, porque todo o PL usa "Bíblia Sagrada", usa exatamente esse termo, "Bíblia Sagrada" –, a menos que esteja se referindo a uma publicação da Bíblia específica, talvez aquela que o Deputado propositor use como sua preferência pessoal; talvez ele se sinta constrangido quando tem outra publicação da Bíblia Sagrada. E nesse caso, aí teria que ver, Dr. Erní, qual é a tradução que ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

lá – provavelmente é uma das versões de João Ferreira de Almeida, e talvez ele não goste quando a SBB faz as devidas e necessárias atualizações.

Agora, de novo, o Congresso vai assumir o papel de detentor dos direitos autorais? Mas de todos os textos ou desse texto em particular, que o Pastor Isidório adota para si? O perigo é que o Congresso então, uma vez aprovada essa lei, deveria patrocinar uma tradução da Bíblia para ser a padrão. No campo religioso, isso teria um impacto enorme porque prejudicaria, como eu já falei, todo o esforço de diálogo e provocar a intolerância religiosa, como já foi falado, que é exatamente aquilo que o PL diz que quer evitar.

Voltamos ao caso da judicialização.

Se uma editora publicar um texto diferente daquilo que é considerado o texto padrão, essa editora vai ser (*Falha no áudio.*) o tradutor vai ser preso? É um problema que se vai criar.

Por outro lado, voltando ali para o parecer do Senador Magno Malta, diz que a palavra deve ser... O texto fala da livre interpretação, que "permanece assegurada; o que se busca proteger é o texto-base [não se diz qual], a Palavra em sua forma consolidada e respeitada pelas tradições religiosas". Se há várias tradições religiosas – como já falamos, desde antes de a Bíblia ser Bíblia já havia essa diversidade de tradições religiosas –, há vários textos-base.

Quero terminar fazendo uma referência também à emenda do Senador Mecias, que diz que não é impedida a publicação, a produção, a divulgação e o uso de outras versões. Aí fica uma coisa estranha, porque eu ponho uma lei que impede outras versões; por outro lado, não ficam proibidas outras versões. Impedem que seja publicado um livro, mas não proíbem que o livro seja publicado. Parece que há uma contradição, e aí fica a pergunta: esse PL tem utilidade para alguma coisa ou só vai criar mais problemas para o Congresso?

Quero concluir dizendo que, para mim, ficou a impressão de que o projeto é uma opção pessoal, uma ideia fixa do Deputado que o propôs, mas não vejo utilidade para a sociedade. E o pior de tudo é que toda essa discussão, até mesmo esta assembleia, é paga com dinheiro público, que deveria ser destinado para outras coisas: para a educação, para a saúde, para a moradia. Então, a impressão que eu tenho é essa.

E, só para terminar: no conjunto da documentação, tanto do projeto quanto dos outros materiais disponibilizados, há uma alternância entre argumentos religiosos e legais, e há muito mais religiosos do que legais, os argumentos religiosos se sobrepõem, os devocionais se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sobrepõem aos legais. E senti uma total ausência dos argumentos técnicos de que estamos tratando nesta audiência.

É isso. Muito obrigado. Termino aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Padre. Foi espetacular a sua fala e foi um puxão de orelha no Congresso Nacional. Como é que se delibera uma matéria dessa sem considerar os argumentos técnicos? Obrigada, Padre, obrigada por sua fala.

E eu vou dizer uma coisa: que alegria ver evangélicos e católicos unidos no mesmo propósito aqui, nesta audiência, que alegria!

Nós vamos para o encerramento desta audiência.

Tem uma pessoa no auditório que pediu dois minutos para a gente encerrar a audiência. Eu vou passar a palavra para ele, porque ele está desde o início, acompanhando atentamente.

Diga o seu nome e você tem dois minutos de fala.

O SR. ISRAEL (Para expor.) – Eu sou o Pastor Israel. Cumprimento a Senadora Damares e, ao cumprimentá-la, cumprimento a todos.

Perdoe-me, perdoe-me discordar com elegância. Até agora, todo mundo falou a favor; eu quero discordar, né?

Eu me lembro bem – eu acompanho muito a política –, e quando o Sargento Isidório propôs esse PL, estava acontecendo, no Brasil, uma coisa muito complicada que era o seguinte: estavam propondo tirar da Bíblia alguns versículos.

Vou dar um exemplo: Caim matou Abel, né? Ué, mas por que, na Bíblia, estaria uma situação de violência? Então, vamos tirar isso da Bíblia.

Mas por que a Bíblia coloca isso? Foi o primeiro tribunal – entendeu? –, foi o primeiro assassinato que aconteceu e o primeiro tribunal feito por Deus, quando Deus deu uma sentença a Caim.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode falar, continua.

O SR. ISRAEL – Então, o que acontece? Por que foi proposto isso?

Aqui se fala de inviolabilidade e de imutabilidade. Era a mutação que se estava propondo da Bíblia, tirar versículos da Bíblia, inclusive quando se fala entre homens e mulheres e outras coisas mais, né?

O Sargento Isidório poderia estar aqui para poder, como é que se diz, falar o que realmente ele queria dizer, porque o que eu penso que ele estava querendo dizer – e eu estava aqui, à época, na Câmara, e acompanhei – era sobre os preceitos da Bíblia. É aquilo que está escrito, e não a tradução.

É óbvio que ele sabe que cada... Por exemplo, tem a Bíblia católica, tem a Bíblia evangélica, tem outras Bíblias, milhões de Bíblias, não era nesse sentido. Mas, sim, de manter os preceitos da Bíblia. E ele fala também da garantia de pregação do Evangelho em todo o território nacional, porque na época estava sendo pedida a proibição da pregação da Bíblia no território nacional.

Então, eu penso que simplesmente anular esse PL não seria muito interessante, mas mudar o texto, segundo o que realmente o Deputado queria colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Nós deixamos claro, Pastor, no início, que a gente reconhece as motivações, as boas motivações do Deputado quando ele apresentou o projeto, tanto por isso que lá passou por unanimidade, porque todo mundo entendeu que ele queria proteger a Bíblia.

Só que quando chega aqui para se fazer a revisão técnica, entende-se que a intenção poderia ter um efeito contrário, foi o que todos os teólogos trouxeram aqui. Mas se abriu a divergência na audiência, e a gente vai encerrar.

A Deputada quer falar? (*Pausa.*)

Não, não quer falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos encerrar da seguinte forma: a gente devolve a palavra aos que já passaram falando por dois minutos para agradecimentos finais e considerações – não podemos passar de dois minutos, porque estamos com o horário bem avançado.

Então, Dr. Renato, quer usar os seus dois minutos para considerações finais e agradecimento?

O SR. RENATO GUGLIANO HERANI (Para expor.) – Exma. Senadora, apenas para agradecer.

Entendo que, de fato, esta audiência foi extremamente fecunda, importante. É um espaço democrático, a gente exerceu com elegância, com urbanidade, é assim que deve ser. Portanto, agradeço, sinceramente, pelo acolhimento e pelo momento de compartilhamento de ideias com teólogos, juristas, a sociedade.

Então, muito obrigado e boa sorte, Excelência, na condução do PL.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor.

O Sargente Isidório foi convidado para esta audiência, o assessor dele acompanhou a audiência até agora, e a gente estava esperando que ele também viesse.

Nós vamos ouvir agora, o Dr. Walter Altmann, para agradecimentos finais e considerações.

O SR. WALTER ALTMANN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu estou bastante sensibilizado com toda essa audiência. Quero parabenizar, então, o Senado, a Comissão, e agradecer pela condução, Senadora Damares Alves.

Acredito que tenha sido importante aqui todos os setores aqui representados, igrejas, pessoas... biblistas, teólogos. Parece-me muito importante este momento e parabenizo, então, essa iniciativa e fico no aguardo da, oxalá, sábia decisão por parte da Comissão e pelo Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Walter, é uma alegria tê-lo conosco.

Na sequência, Dr. Lourenço Rega, para agradecimentos finais, quer ainda falar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LOURENÇO STELIO REGA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço muito a oportunidade, querida Senadora, e aguardo da equipe o envio dos endereços para que eu encaminhe com urgência para a editora para podermos brindá-los com esse livro...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Esperando ansiosa.

O SR. LOURENÇO STELIO REGA (*Por videoconferência*.) – E é muito bom, muito bom estarmos todos aqui, trabalhadores, especialistas, e podermos dar a nossa opinião técnica para que compreendam exatamente qual é o processo, enfim, de produção da Bíblia, desde os textos autógrafos originais até chegar a hoje.

Muito obrigado.

Um abraço para vocês todos.

Deus abençoe todos vocês!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

Como o Dr. Franklin não está mais, vamos ouvir o Dr. Rudolf, para os agradecimentos finais.

E eu tenho uma palavra final, se alguém puder ficar até o final e me ouvir, por favor, quem está *online*.

O SR. RUDOLF EDUARD VON SINNER (Para expor.) – Bom, muitíssimo obrigado, Senadora, todos que falaram e os que estão presentes.

Eu acho que fica evidente como a sociedade, talvez um pouco tardiamente, agora participa, com fervor e com engajamento, dessa questão, que toca muitos de nós, de uma forma ou de outra. E eu acho que ficou evidente, na minha leitura, que o que está em jogo não é a fé, nem sequer a Bíblia ou o nosso uso dela. O que está em jogo é se, fazendo uma lei assim, como a que está sendo proposta, resolve algo ou cria mais problema.

E me parece que fica evidente que ela cria mais problema e acaba até complicando o que ela quer fazer, que é proteger a interpretação e a pregação da Bíblia, como está no segundo artigo dela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que, olhando para a frente, seria inevitável que o Congresso teria que se deparar com uma padronização, que ele não quer fazer, com boas razões – não cabe a ele –, e que iria acabar judicializada em algum momento, mais cedo ou mais tarde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUDOLF EDUARD VON SINNER – Então, pelo bem da Bíblia, da fé, da pregação, justamente, e da liberdade religiosa, me parece que não deveria fluir esse projeto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutor!

Paulo Nunes, para as considerações finais e agradecimentos.

O SR. PAULO NUNES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Agradeço o convite, Senadora, e agradeço por compartilhar as ideias com os colegas na audiência, muito positiva e produtiva.

Obrigado a todos.

Que Tupã, aqui, o nosso Deus, abençoe cada um.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Amém, Paulo Nunes! Muito obrigada!

Diretor da Sociedade Bíblica, Pastor Erní, para os agradecimentos. Quer falar mais alguma coisa?

O SR. ERNÍ WALTER SEIBERT (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço pela participação e pelo tema abordado com tanta sobriedade e com tanta propriedade.

E isso também mostra a dificuldade que se tem em sociedade, quando as intenções, por melhores que sejam, por vezes, na execução da lei, não expressam exatamente aquilo que se quer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Padre Cássio, para as suas palavras finais.

O SR. CÁSSIO MURILO DIAS DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Em nome da Igreja Católica no Brasil, agradeço a oportunidade de estar aqui; também, como já falei, falo e represento a Associação de Pesquisa Bíblica.

E fica muito claro que esse projeto, para resolver um problema pontual ou problemas pontuais, corre o risco de criar problemas ainda maiores. É como alguém que tem uma unha encravada e corta o pé, em vez de curar a unha; ou, numa escola que tem um único estudante que não aprende, todos são reprovados ou são assassinados por causa daquele único estudante que não aprende nada. (*Falha no áudio.*)

Então, problemas pontuais não podem ser decisivos para soluções que vão criar problemas e um monstro ainda maior.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Padre! Como o senhor colaborou muito!

E a gente encerra esta audiência.

Não é fácil conduzir um tema como este, especialmente por ser uma Senadora Pastora, mas a gente precisa fazer este debate com maturidade e com tecnicidade.

Quando eu assumi como Senadora, na primeira semana de votação, estava, nesta Comissão de Educação, um projeto de lei aprovado na Câmara que dizia o seguinte, Padre Cássio: cristianismo será transformado em cultura no Brasil, considera-se cristianismo cultura. Estava todo mundo para aprovar o projeto, porque tinha passado por unanimidade na Câmara, porque um Parlamentar evangélico tinha o apresentado, mas não entenderam que, no momento em que o cristianismo fosse considerado cultura, nós teríamos que ser regidos pelo Conselho Nacional de Cultura. E aí, cristianismo é cultura, ou cristianismo é religião e manifestação de fé?

Todo mundo queria aprovar, e eu perguntei – eu fui às raízes, pedi vista, não deixei votarem –: "Por que apresentaram esse projeto?". A intenção era... "Quando a gente faz um evento cristão na cidade, os Prefeitos não podem nos ajudar, porque a lei diz que Prefeito só pode patrocinar evento cultural, e não evento cristão". Então, a fundamentação era que as igrejas tivessem recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

público para patrocinar seus eventos, procissões, Marcha para Jesus; mas, para que isso acontecesse, tinham que transformar cristianismo em cultura.

Vocês entendem o risco de equiparar Jesus a saci-pererê? De equiparar Jesus à mula sem cabeça? Porque o saci-pererê é cultura; Jesus não é cultura, Jesus é Senhor e Rei! (*Palmas.*)

Foi só a partir daí, quando a gente explicou que cultura é regida por um conselho, que a Igreja ficaria submissa, a partir de então, a um conselho, que todo mundo disse: "Pois é! Não pensamos nisso". Acabou que o projeto aprovou que a arte, a música e a dança cristã, as manifestações, podem ser consideradas manifestação cultural, mas cristianismo não é cultura.

Agora, a gente se depara, de novo, com um projeto bem-intencionado, mas, quando a gente faz a análise técnica, o efeito dessa lei talvez não seja positivo – não seja positivo. A gente entende a boa intenção do Parlamentar que o apresentou, mas comunidades cristãs e católicas se manifestaram contra o projeto. Essas comunidades não foram ouvidas nos debates e na construção do projeto.

A gente entende o amor do Pastor Isidório, que é um Parlamentar incrível e eu fiz questão de dizer isso – eu sou apaixonada por ele, apaixonada pelo Deputado Pastor Isidório –, mas o argumento técnico da aprovação de uma lei dessas nos deixou muito preocupados. A Relatora vai ter muito trabalho, e já está muito sinalizado que, se passar e o Presidente da República o sancionar, essa será uma lei judicializada. Adianta esse desgaste? Então, é difícil fazer uma condução, e aqui eu encerro.

Alguns anos atrás, a Câmara também aprovou um projeto de lei que obrigava o Estado a comprar Bíblias para as bibliotecas do país, e todo mundo ficou feliz com esse projeto. Aí, caiu na mão de uma Senadora evangélica, que trabalhou de forma sensata. Que Bíblia o Estado vai comprar para mandar para as bibliotecas, a Bíblia católica ou a Bíblia evangélica? Qual versão? Como será essa licitação? Como se fará o processo licitatório? Aí, ela fez o cálculo. Quantas cidades nós temos no Brasil? São 5,6 mil cidades. Quantas bibliotecas públicas existem no Brasil? Porque o Estado não pode comprar livro para biblioteca privada. Nós temos mais de 3 mil bibliotecas no Brasil? Não temos.

Espera aí. Quem tanto quer a Bíblia na biblioteca? A Igreja... Não pode cada igreja comprar uma Bíblia e ofertar à biblioteca da sua cidade? Precisa o Estado desembolsar esse dinheiro? Se a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

gente obrigar o Estado a comprar a Bíblia, vamos ter que obrigar o Estado a comprar o Alcorão depois e outras literaturas religiosas, e o Estado é laico.

"Ela deu um voto contrário"... Vocês não têm ideia de como ela sofre até hoje por causa desse voto, mas foi um voto técnico.

O SR. OSSESIO SILVA (Bloco/REPUBLICANOS - PE. *Fora do microfone*.) – Senadora, a lei geral das religiões também...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pois é, a lei geral das...

O Pastor me lembrou agora, a lei geral das religiões, que só... Foi aqui que a gente...

O SR. OSSESIO SILVA (Bloco/REPUBLICANOS - PE. *Fora do microfone*.) – Nós éramos assessores na época.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós dois fomos assessores e nós tivemos que fazer o debate aqui. Queriam uma lei geral das religiões para regular as religiões – regular, lembra, Pastor? –; regular o irregulável.

Então, é um debate sério, delicado. Alguns lá na ponta vão dizer que a Senadora Damares agora não é mais crente, mas a gente trouxe aqui argumentos técnicos, respeitando a intenção do Deputado, a intenção maravilhosa. Nós amamos o Deputado Pastor Isidório, mas o debate hoje foi acadêmico e olhando lá na frente.

Obrigada a todos que participaram desse debate. A Relatora vai ter muito trabalho

Quero dizer para quem participou – e todas as manifestações estão públicas –, quero dizer o seguinte: nós não temos controle sobre o resultado da votação do Plenário. O Plenário é soberano, e ele é terminativo nesta Comissão. É isso, André? Ele é terminativo, né? Só tirar essa informação, se ele é terminativo. Deixe-me só ver isso.

Então, só para dizer para vocês que não podemos garantir o resultado do Plenário. (*Pausa.*)

Ele vai para o Plenário. Então, ele não é terminativo em Comissão, ele vai para o Plenário. E aí a gente também não sabe o resultado do Plenário geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós vamos encaminhar, tudo que foi discutido aqui hoje será entregue à Relatora. Nós também vamos dar conhecimento ao autor, que não pôde estar presente. Nós vamos mandar para toda a bancada evangélica, fazer um ofício específico, porque parece que é uma iniciativa da bancada evangélica, sobre tudo o que foi debatido aqui hoje.

Assim, entendendo que esta audiência cumpriu sua missão, que era dar oportunidade a todos os segmentos de se manifestarem sobre a proposta, e nada mais tendo a tratar, eu declaro, sem antes agradecer a presença de todos e a audiência que nós estamos tendo e a todos que participaram, eu declaro encerrada esta audiência.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Marcos do Val e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Augusta Brito, Hamilton Mourão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLOA 2026**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto da Lei Orçamentaria Anual - PLOA 2026 (PLN nº 15/2025), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas: Senador Veneziano Vital do Rego. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes Emendas à CMO: **Emendas de Apropriação: Emenda n.º 1** – R$ 1.200.000.000,00 para a Unidade Orçamentária "26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação", Ação "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", Subtítulo Nacional, sendo R$ R$ 1.000.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 40 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4 e R$ 200.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4; Sugestões atendidas: SF_CE0002, SF_CE0007, SF_CE0009, SF_CE0014, SF_CE0019, SF_CE0025, SF_CE0029, SF_CE0035, SF_CE0049, SF_CE0053, SF_CE0055, SF_CE0064, SF_CE0068, SF_CE0072, SF_CE0084, SF_CE0095, SF_CE0099; Solicitantes: Senadores Augusta Brito, Confúcio Moura, Damares Alves, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Humberto Costa, Izalci Lucas, Jussara Lima, Leila Barros, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Rogério Marinho, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. **Emenda n.º 2 –** R$ 1.000.000.000,00 para a Unidade Orçamentária "26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação", Ação "0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", Subtítulo Nacional, sendo R$ R$ 500.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 30 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3, R$ 100.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 30 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4 e R$ 400.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3; Sugestões atendidas: SF_CE0001, SF_CE0008, SF_CE0015, SF_CE0020, SF_CE0026, SF_CE0037, SF_CE0044, SF_CE0056, SF_CE0058, SF_CE0060, SF_CE0075; Solicitantes: Senadores Ana Paula Lobato, Damares Alves, Flávio Arns, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Jussara Lima, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes. **Emenda n.º 3 –** R$ 600.000.000,00 para a Unidade Orçamentária "26101 – Ministério da Educação – Administração Direta", Ação "15R3 – Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior", Subtítulo Nacional, sendo R$ 100.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3 e R$ 500.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9429494408
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4; Sugestões atendidas: SF_CE0012, SF_CE0016, SF_CE0021, SF_CE0022, SF_CE0048, SF_CE0051, SF_CE0059, SF_CE0067, SF_CE0087, SF_CE0105; Solicitantes: Senadores Damares Alves, Izalci Lucas, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Rogério Marinho, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes. **Emenda n.º 4 –** R$ 500.000.000,00 para a Unidade Orçamentária "26101 – Ministério da Educação – Administração Direta", Ação "15R4 – Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", Subtítulo Nacional, Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4; Sugestões atendidas: SF_CE0069, SF_CE0070, SF_CE0077, SF_CE0079, SF_CE0082, SF_CE0088, SF_CE0106; Solicitantes: Senadores Augusta Brito, Confúcio Moura, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes. **Emenda n.º 5 –** R$ 541.960.940,00 para a Unidade Orçamentária "42101 – Ministério da Cultura – Administração Direta", Ação "20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", Subtítulo Nacional, Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3; Sugestões atendidas: SF_CE0017, SF_CE0018, SF_CE0024, SF_CE0033, SF_CE0036, SF_CE0038, SF_CE0042, SF_CE0054, SF_CE0057, SF_CE0063, SF_CE0074, SF_CE0078, SF_CE0081, SF_CE0092, SF_CE0096, SF_CE0098. Solicitantes: Senadores Augusta Brito, Confúcio Moura, Damares Alves, Humberto Costa, Izalci Lucas, Jussara Lima, Leila Barros, Marcelo Castro, Paulo Paim, Plínio Valério, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes. **Emenda n.º 6 –** R$ 50.000.000,00 para a Unidade Orçamentária "42902 – Fundo Nacional de Cultura", Ação "00VF – Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais", Subtítulo Nacional, Modalidade de Aplicação (MA) 40 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4; Sugestões atendidas: SF_CE0027, SF_CE0052, SF_CE0094, SF_CE0100; Solicitantes: Senadores Esperidião Amin, Leila Barros, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo. **Emendas de Remanejamento, renumeradas para: Emenda n.º 7 –** R$ 50.000.000,00 para a Unidade Orçamentária "26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação", Ação "0E53 – Apoio à aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola", Subtítulo Nacional, sendo R$ 15.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 30 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4 e R$ 35.000.000,00 para Modalidade de Aplicação (MA) 40 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4; Cancelamento Proposto: R$ 25.000.000,00, Sec. Cancelamento 4652, Unidade Orçamentária "26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação", Ação "00SU – Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil", Subtítulo Nacional, Modalidade de Aplicação (MA) 40 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4; e R$ 25.000.000,00, Sec. Cancelamento 4658, Unidade Orçamentária "26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação", Ação "20RP – Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", Subtítulo Nacional, Modalidade de Aplicação (MA) 40 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 4; Sugestão atendida: SF_CE0050. Solicitante: Senador Marcelo Castro. **Emenda n.º 8 –** R$ 10.000.000,00 para a Unidade Orçamentária "42206 – Agência Nacional do Cinema – ANCINE", Ação "20ZJ – Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual", Subtítulo Nacional, Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3; Cancelamento Proposto: R$ 10.000.000,00, Sec. Cancelamento 2215, Unidade Orçamentária "42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta", Ação "20ZG - Formulação

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9429494408
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e Gestão da Política Cultural", Subtítulo Nacional, Modalidade de Aplicação (MA) 90 e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3; Sugestão atendida: SF_CE0102; Solicitante: Senador Davi Alcolumbre. Aprovada a apresentação à CMO das Emendas constantes do relatório. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9429494408

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos, a quem nos assiste pela TV Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de novembro de 2025.

A presente reunião se destina à discussão e à deliberação das emendas da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2026 (oriundo do PLN nº 15, de 2025), a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Comunico que o prazo para apresentação de sugestões de emendas ao PLOA pelos Senadores membros da Comissão foi encerrado no domingo, dia 2 de novembro, às 18h.

Informo ainda que foi designado como Relator o Senador Veneziano Vital do Rêgo, que já se encontra aqui na sala da Comissão.

Passamos à discussão e à deliberação das emendas apresentadas.

Foram apresentadas 106 sugestões de emendas, sendo 103 de apropriação à despesa e 3 de remanejamento.

Nos termos do art. 44 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, a Comissão poderá apresentar até seis emendas de apropriação e duas de remanejamento.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Como Relator.) – Nossa estimada e querida Presidente Teresa Leitão, meus cumprimentos, bom dia a V. Exa. As minhas saudações aos companheiros e às companheiras que integram a nossa Comissão de Educação e Cultura e igualmente às nossas estimadas e aos nossos estimados parceiros de trabalho, servidoras e servidores da nossa Comissão.

Devo, e assim o faço, como sempre, agradecer as suas distinguidas atenções quando nos reserva oportunidades como esta, que é exatamente importante, sendo, no caso, a de apresentarmos as sugestões, a nosso ver, como as prioridades a serem assumidamente acolhidas por nós no tocante às sugestões que nos foram oferecidas pelos nossos companheiros e nossas companheiras em relação às emendas de Comissão.

Avançando da parte do relatório, porque nele nós apenas fazemos as devidas referências de praxe, Presidenta Teresa Leitão, nós partimos para a análise.

Conforme apontado, de acordo com as normas, esta Comissão de Educação e Cultura pode apresentar até seis emendas de apropriação e duas de remanejamento. Dessa forma, apesar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

reconhecermos as relevâncias e os méritos de todas as sugestões recebidas, tivemos que fazer, como sempre, anualmente, as escolhas as quais identificamos como as mais oportunas. São seis sugestões de apropriação.

Optamos por escolher quatro na área de educação e duas na de cultura. Priorizamos as propostas entre aquelas com mais indicações das Sras. e dos Srs. Senadores em cada área.

Na educação, usamos como critério também a distribuição entre todas as fases do ensino, de modo que optamos por escolher duas emendas de apropriação para a educação básica, uma para o ensino superior e uma para o ensino profissional e tecnológico.

As emendas de apropriação escolhidas foram as seguintes, Sr. Presidente.

Na educação, decidimos reforçar os valores constantes da Ação "20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica", sugerida por 16 Parlamentares, na forma da proposta SF_CE0014, no valor de R$1,2 bilhão. Pretendemos, com esse apoio, ampliar o acesso à educação básica da parcela da população mais vulnerável. Realizaram indicações de emenda para essa ação os seguintes Sras. e Srs. Senadores: Augusta Brito, Confúcio Moura, Damares Alves, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Humberto Costa, Izalci Lucas, Jussara Lima, Leila Barros, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Rogerio Marinho, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes.

Ainda na educação, a outra iniciativa que recebeu nosso apoio foi a Ação "0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", que foi objeto de indicações de dez Parlamentares, na forma da sugestão SF_CE0015, no valor de R$1 bilhão. Novamente pretendemos, com esse aporte, ampliar a dotação destinada à educação básica. Realizaram indicações de emenda para essa ação os seguintes Senadores: Ana Paula Lobato, Damares Alves, Flávio Arns, Hamilton Mourão, Izalci Lucas, Jussara Lima, Plínio Valério, Professora Dorinha, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes.

Também na educação, optamos por apoiar a Ação "15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior", que foi objeto de indicações de oito Parlamentares, na forma da sugestão SF_CE0012, no valor de R$600 milhões. Com tal emenda, pretendemos reforçar a dotação para as instituições de ensino superior, cujo orçamento está bastante limitado nos últimos exercícios. Realizaram indicações de emenda para essa ação os seguintes Senadores – estou fazendo questão de mencionar, Senadora Teresa Leitão, a senhora bem o sabe, mas é importante que nós aqui registremos aos senhores e às senhoras, até para valorizar o trabalho e a sensibilidade de cada um dos nossos companheiros de Comissão –: Damares Alves, Izalci Lucas, Jussara Lima, Nelsinho Trad, Rogerio Marinho, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes.

Por fim, na educação, optamos por apoiar a Ação "15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica", que foi objeto de indicações de sete Parlamentares, na forma da sugestão SF_CE0070, no valor de R$500 milhões. Com essa emenda, pretendemos reforçar também a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dotação para as instituições de ensino profissional e tecnológico. Realizaram indicações de emenda para essa ação os seguintes Senadores: Teresa Leitão, Veneziano, Wellington, Augusta, Confúcio Moura, Humberto Costa e Nelsinho Trad.

Na cultura, optamos por reforçar os recursos da Ação "20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", indicada por 12 Parlamentares, na forma da sugestão SF_CE0092, no valor de R$541,960 milhões, de modo a estimular o surgimento de novos projetos na cultura. Realizaram indicações de emenda para essa ação os seguintes Senadores: Augusta Brito, Confúcio Moura, Damares Alves, Humberto Costa, Izalci Lucas, Jussara Lima, Marcelo Castro, Paulo Paim, Plínio Valério, Teresa Leitão, Veneziano Vital do Rêgo e Wellington Fagundes.

E, finalmente, na cultura, optamos por reforçar os recursos da Ação "00VF - Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais", indicada por quatro Parlamentares, na forma da sugestão SF_CE0027, no valor de R$50 milhões. Realizaram indicações de emenda para essa ação os seguintes Senadores: Teresa Leitão, Esperidião Amin, Leila Barros e Veneziano Vital do Rêgo.

Não acolhemos a sugestão de Emenda de Remanejamento SF_CE0040 por não apresentar cancelamento em rubrica com fonte de recursos compatível, nos termos do art. 45 da Resolução 1, de 2006, vez que a Fonte de Recursos 1133 do cancelamento é exclusiva para a educação básica, e o acréscimo indicado é para a Ação 4086 - Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais de Ensino.

Acolhemos as duas sugestões de emenda de remanejamento seguintes: na educação, a sugestão de emenda de remanejamento que se refere à Ação 0E53 - Apoio à Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola, no valor de R$50 milhões, a partir do remanejamento de R$25 milhões da Ação 00SU - Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil e outros R$25 milhões da Ação 20RP - Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica; e, na cultura, a sugestão de Emenda de Remanejamento SF_CE0102, que se refere à Ação 20ZJ - Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual, no valor de R$10 milhões, a partir do remanejamento desse valor da Ação 20ZG - Formulação e Gestão da Política Cultural (com o sequencial 2215).

Voto, Sra. Presidente Teresa Leitão.

Diante do que nós expusemos, votamos no sentido de que a Comissão de Educação e Cultura delibere por apresentar as seis emendas de apropriação e duas de remanejamento constantes do Quadro II do anexo, conferindo à Secretaria desta Comissão a incumbência de realizar as adequações que se fizerem necessárias para formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive para fins de acrescentar às emendas os solicitantes que assim requererem à Comissão até a apreciação deste relatório, em conformidade com a ata desta reunião, Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Em anexo todo o quadro das emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Só informando.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o belo relatório do nosso Vice-Presidente da Comissão.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com o relatório e a ata da presente reunião.

Fica a Secretaria da Comissão autorizada a adotar as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à CMO.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Encerro esta primeira parte da reunião.

E vamos para a seguinte com um espaçozinho de dois minutos.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 51ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Alan Rick, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Marcos do Val, Angelo Coronel e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 46ª, 47ª, 48ª e 49ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 4354, de 2025 - Terminativo -** que: "Reconhece o Festival de Cirandas do Município de Manacapuru, Estado do Amazonas, como manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), em substituição ao Senador Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4012, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3058, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre o afastamento do estagiário para tratamento da própria saúde." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1209, de 2022 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Renais." **Autoria:** Senador Romário (PL/RJ). **Relatoria:** Senador Dr. Hiran. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 46, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, que "dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria"." **Autoria:** Senador Dr. Hiran (PP/RR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura nº 47, de 2025** que: "Requer, em aditamento ao REQ 45/2025-CE, que na audiência pública destinada a debater o fortalecimento da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana sejam incluídos como convidados representante do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania e representante da Fundação Cultural Palmares." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de novembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 46ª, 47ª, 48ª e 49ª Reuniões, realizadas em 21, 22 e 30 de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso nº 1.058 - GP/TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.267, de 2025, proferido nos autos do TC nº 011.393/2022-0, referente ao acompanhamento realizado nas instituições federais de ensino;

- Aviso nº 1.095 - GP/TCU, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.331, de 2025, proferido ao apreciar o Processo TC nº 007.926/2024-3, referente à auditoria operacional, que teve por objeto a avaliação da eficiência, transparência e regularidade da execução dos recursos públicos federais, oriundos da exploração de loteria, confiados à Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU).

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Nós vencemos, na primeira parte, a aprovação do PLOA, com a leitura do relatório do Senador Veneziano, e agora vamos aos itens.

Eu vou inverter a pauta, porque o Senador Hiran é Relator de duas matérias – ele já se encontra presente –, enquanto chegam os demais Relatores.

Nós vamos passar, então, Senador Hiran, para o item 3 da pauta, não é?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, antes de ir diretamente à análise, eu queria pedir para V. Exa. incluir, ao final da leitura dos dois projetos, um requerimento também para fazer uma audiência pública. É só para dar celeridade à nossa reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está bem, eu já incluo aqui quando chegarem os requerimentos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É o item 5? (*Pausa.*)

Já está incluído.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já está incluído.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Para fazer já a aprovação. Pois não. Está bem.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3058, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre o afastamento do estagiário para tratamento da própria saúde.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran para a leitura do seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Teresa Leitão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o Projeto de Lei 3.058, de 2024, mostra-se oportuno e necessário. Como bem aponta a justificação do projeto, a proposição visa a garantir direitos essenciais aos estagiários, reconhecendo a importância de sua saúde e bem-estar durante o período de estágio, que desempenha papel relevante no aprendizado prático e no desenvolvimento das habilidades profissionais dos estudantes.

A proposta vem preencher uma lacuna significativa na Lei do Estágio no que tange à proteção do estagiário em casos de necessidade de afastamento por motivos de saúde. Ao garantir que o educando não perca a oportunidade de estágio em decorrência do acometimento de doença e possa retornar às atividades após sua recuperação, o projeto promove maior segurança jurídica e estabilidade na relação de estágio.

É importante ressaltar que o PL nº 3.058, de 2024, se alinha aos princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na própria Lei do Estágio, que visam proporcionar experiências práticas na formação dos estudantes. Ao proteger o vínculo de estágio em situações de afastamento por saúde, a iniciativa contribui para a continuidade do processo formativo do educando.

Ademais, a previsão de que o estagiário afastado por período superior a 60 dias não seja considerado no cômputo do número máximo de estagiários da entidade concedente equilibra os interesses do estagiário e da parte concedente, evitando prejuízos para ambos.

Cabe ainda destacar que a instituição dessas garantias por meio de lei é um passo importante para dar maior estabilidade e segurança jurídica às relações de estágio, contribuindo para a valorização dessa importante etapa da formação profissional.

Por fim, quanto à técnica legislativa, observa-se que o projeto de lei altera os arts. 3º e 17 da Lei nº 11.788, de 2008. Em obediência ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, é necessário inserir o termo "(NR)" ao final de cada artigo alterado. Portanto, faz-se necessária a apresentação de uma emenda de redação nesse sentido.

O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei 3.058, de 2024, com as seguintes emendas de redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao final do §3º do art. 3º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, inserido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 3.058, de 2024, onde se lê "inciso I deste artigo", leia-se "inciso I do *caput*" e acrescente-se o termo "(NR)".

Ao final do §6º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, inserido pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 3.058, de 2024, acrescente-se o termo "(NR)".

Lido, Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O relatório é pela aprovação, com as emendas lidas.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cumprimento a Senadora Augusta Brito.

Nós vamos passar a palavra para o Dr. Hiran, Senadora, para ele fazer os três relatórios que lhe competem, certo?

Então, nós vamos passar para o item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1209, DE 2022

- Terminativo -

Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Doenças Renais.

Autoria: Senador Romário (PL/RJ)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Dr. Hiran

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Dr. Hiran, para a leitura do seu relatório.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Também quero fazer uma saudação à Senadora Augusta Brito, que está aqui presente.

E vamos à análise do projeto.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que instituam datas comemorativas. Ainda conforme o Regimento Interno do Senado, arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso V, compete à Comissão de Educação decidir terminativamente sobre a matéria. Dada a exclusividade da apreciação no âmbito desta Comissão, cabe-lhe igualmente pronunciar-se quanto aos aspectos constitucionais, jurídicos – especialmente no que tange à técnica legislativa – e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal, estão atendidos os requisitos relativos à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao veículo normativo. Nos termos do art. 24, incisos IX e XII, da Constituição, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre cultura e sobre proteção e defesa da saúde.

A iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do art. 48, *caput*, da Carta Magna, não havendo, no caso, reserva de iniciativa. Também se mostra adequado o uso de lei ordinária federal para a normatização da matéria. No plano material, não se identificam vícios de inconstitucionalidade.

No tocante à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico, em especial com a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. Entre tais critérios, destaca-se a exigência de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a “alta significação” da data para os diversos segmentos da sociedade brasileira. Em atendimento a essa exigência, foi realizada audiência pública sobre a matéria no dia 11 de maio de 2022, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere à técnica legislativa, verifica-se que o texto do projeto está redigido de acordo com as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no que tange à elaboração e redação das leis.

Quanto ao mérito, cumpre destacar que os rins desempenham funções essenciais à manutenção da vida e ao adequado funcionamento do organismo humano. Nesse contexto, as doenças que afetam esses órgãos merecem atenção especial, pois comprometem sua estrutura e função, atingindo cerca de 10% da população mundial.

É importante ressaltar que a detecção precoce da doença renal, aliada à adoção de condutas terapêuticas adequadas voltadas ao retardamento de sua progressão por meio de tratamentos conservadores – que consistem, fundamentalmente, no controle dos fatores de risco –, pode reduzir significativamente o sofrimento dos pacientes e minimizar os elevados custos financeiros associados ao agravamento da doença.

No entanto, na maior parte dos casos, a evolução da doença renal crônica ocorre de forma progressiva, insidiosa e assintomática, o que pode sugerir uma falsa impressão de evolução benigna, a dificultar o diagnóstico precoce. Quando identificada tardiamente, já nos estágios mais avançados, a substituição da função renal torna-se inevitável, sendo necessário o uso de procedimentos como a hemodiálise, a diálise peritoneal ou o transplante renal.

A esse respeito, destaca-se que a hemodiálise e a diálise peritoneal, frequentemente requeridas nos estágios avançados da doença, representam parcela expressiva dos custos relacionados ao tratamento das doenças renais, por demandarem infraestrutura complexa e investimentos consideráveis por parte do sistema de saúde. Ressalte-se, ainda, que a escassez de órgãos disponíveis para transplante constitui obstáculo persistente, exigindo esforços contínuos para a ampliação da rede de doação e para a conscientização da população sobre a importância do gesto solidário de doar.

Para se ter uma ideia da magnitude dos recursos financeiros envolvidos, os gastos com procedimentos ambulatoriais relacionados à doença renal crônica no âmbito do SUS somaram R$7,7 bilhões entre 2022 e 2023, superando, inclusive, os valores despendidos com tratamentos e cirurgias oncológicas, que totalizaram R$6,3 bilhões no mesmo período. Ademais, os custos indiretos – como a perda de produtividade e os impactos sobre a qualidade de vida dos pacientes – também devem ser considerados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a prevenção e o diagnóstico precoce configuram estratégias fundamentais para mitigar parte desses encargos, reforçando a importância de programas de conscientização e da garantia do acesso equitativo aos serviços de saúde.

Entre as medidas mais relevantes nesse esforço, destacam-se a capacitação dos profissionais de saúde, especialmente no âmbito da atenção primária, e a conscientização da população quanto aos fatores de risco, notadamente a hipertensão arterial e o diabetes *mellitus*, que acometem, respectivamente, cerca de 38 milhões e 12 milhões de brasileiros.

Dessa forma, consideramos pertinente a iniciativa em análise, que tem finalidade educativa e de mobilização social, ao reforçar a difusão de informações qualificadas e a sensibilização da população quanto à importância da prevenção, do diagnóstico precoce e do acesso oportuno ao tratamento das doenças renais.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.209, de 2022.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O voto é pela aprovação.

A votação será nominal.

Eu solicito à secretaria que abra o painel, enquanto a gente vence a pauta com o único item que falta, tendo em vista que a Senadora Dorinha quer relatar o item que lhe compete e ela ainda não chegou, que é o item nº 1, antes de a gente passar para os requerimentos.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) –

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 4354, DE 2025

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ementa do Projeto: *Reconhece o Festival de Cirandas do Município de Manacapuru, Estado do Amazonas, como manifestação da cultura nacional.*

Autoria do Projeto: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Observações:

1. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi aprovado na sessão anterior.

A autoria é do Senador Plínio Valério, que aqui se encontra.

A matéria está em discussão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... a minha presença aqui é só para agradecer a sua agilidade. A senhora foi sensível. Quando eu falei para a gente dar uma acelerada, a senhora acelerou, a gente conseguiu aprovar aqui e agora já voltou. Afinal, é só para agradecer mesmo, porque é muito importante para nós, Senadora. É uma manifestação cultural própria da cidade de Manacapuru. Não é mais aquela ciranda que a gente conhecia, é uma nova dança, e são 17 anos. Isso é muito importante por todos os aspectos: cultural, por dar importância, mas, acima de tudo, porque, sendo uma manifestação da cultura nacional, agora nós vamos poder correr atrás também de patrocínio para torná-la ainda maior, está bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exatamente. O Senador Flávio Arns fez um belo relatório, foi aprovado por unanimidade e aqui é só o turno suplementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu vim aqui para lhe agradecer.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada pela gentileza.

Não tendo sido oferecidas emendas...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu, como amazonense como ele – nós dois somos lá do Solimões; ele é do alto e eu sou do médio Solimões –, quero parabenizar pela sensibilidade do nosso defensor das causas amazônicas e da Amazônia de um modo geral, meu querido Senador Plínio. Parabéns! Parabéns pela sua sensibilidade de apresentar um tema tão importante que vai impactar muito na cultura daquele município vizinho de Manacapuru.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

Então, aprovado.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Enquanto o painel está aberto, nós vamos passar para os requerimentos. Nós temos dois requerimentos em pauta. Primeiro, o Requerimento nº 46, de 2025, do Senador Dr. Hiran.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 46, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, que "dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria".

Autoria: Senador Dr. Hiran (PP/RR)

Com a palavra o Dr. Hiran, autor do requerimento.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a título, inclusive, de economicidade de tempo, eu quero, antes de propriamente ler o requerimento, parabenizar os autores dos dois projetos de lei que nós aprovamos – vamos aprovar certamente o segundo –: o Projeto de Lei 3.058, e esse que acabei de ler; o primeiro, do Senador Ciro Nogueira; e o segundo, do Senador Romário. São dois projetos de lei muito importantes, que têm o condão principal de proteger a sociedade.

No caso do primeiro projeto, do Senador Ciro, ele dá segurança e estabilidade aos nossos estagiários, que são o futuro da mão de obra qualificada do nosso país, ao conceder direito à licença para tratamento de saúde. Acho que é uma coisa inadmissível a gente ainda não ter aprovado isso nesta Casa, porque acho que eles têm absoluto direito a isso. Quero parabenizar esta Comissão e a sua Presidência, por colocarem esse projeto em pauta, e a nós todos que aprovamos o projeto.

O segundo projeto trata da conscientização de doenças renais, e nós sabemos que hipertensão e diabetes são as doenças que mais lotam os nossos hospitais e nossas clínicas de hemodiálise, de forma que tudo que nós pudermos fazer para chamar a atenção da sociedade para que as pessoas tenham uma vida mais saudável e controlem hipertensão e diabetes é muito importante para que possamos mitigar os casos de internação por doenças renais, que são muito comuns no caso de mau controle dessas doenças.

Parabéns aos dois autores desses projetos.

E vou agora direto ao Requerimento nº 46, que trata, nos termos do art. 93, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, da realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 354, de 2015, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pelo Regimento, eles requerem uma audiência pública para que a gente possa realmente avaliar aqui na Comissão a importância, a pertinência de se criar um dia nacional. Por isso, esse relatório de minha autoria. E peço aos nossos colegas que a gente possa aprová-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado.

Nós vamos adequar a aprovação ao calendário de audiências. Temos algumas aprovadas em reuniões anteriores, mas a gente também está usando aquele horário de 14h para darmos conta dos diversos pedidos de audiência, o que é muito bom, porque é uma forma de debate com a sociedade.

O painel continua aberto. Faltam dois votos para o quórum.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só, como médico, chamar a atenção para a importância desse tema, porque a fenilcetonúria é uma doença genética que tem uma prevalência, felizmente, baixa, mas, quando acomete alguém, há uma proteína, um aminoácido que vai se acumulando no nosso organismo e que gera um dano muito grande ao cérebro – as crianças começam a ter deficiência de aprendizado. E o mais grave disso é que muitos pais, ao negligenciarem o teste do pezinho, às vezes... É porque, no teste do pezinho, a gente consegue dar esse diagnóstico e fazer o tratamento adequado.

Então, daí a importância de nós fazermos um debate sobre essa matéria, que eu acho que vai conscientizar a sociedade e os sistemas de saúde, principalmente na atenção primária, para que não deixem passar ninguém despercebido e ninguém sem o teste do pezinho neste país.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada também, Senador.

É muito bom quando a gente consegue agregar, na Comissão de Educação, esse tipo de debate, que é um debate conscientizador, é um debate que, certamente, envolve os pais, as mães dos estudantes das escolas públicas e privadas, e isso certamente nos ajuda a combater.

Então, o requerimento está aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para o item 6, um requerimento da nossa autoria que é um aditamento ao Requerimento 45, de 2025, aprovado na reunião passada, para que, na audiência pública destinada a debater o fortalecimento da Política Nacional para Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros e de Matriz Africana, sejam incluídos como convidados: representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e representante da Fundação Cultural Palmares.

Essa audiência foi aprovada por unanimidade, e depois chegaram esses dois pedidos.

A votação será simbólica.

Os Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O item 2 da pauta tem como Relatora a Profa. Dorinha. Ela ficou de vir, mas ainda não chegou. E aí eu vou retirar de pauta, porque ela não nos autorizou a repassar *ad hoc*. A gente deixa para a próxima reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4012, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para definir a extensão da oferta de educação infantil em creches e pré-escolas pelos Municípios às zonas urbanas e rurais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da reunião do dia 21/10/2025.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já informo aos senhores que a próxima reunião será de hoje a 15, porque vários Senadores e Senadoras – entre eles eu – irão para a COP30.

Não vou passar a COP toda, só uma semana; aí, na semana seguinte, a gente já faz a reunião.

Está também aprovado por maioria de votos... (*Pausa.*)

Sim. Vou encerrar a votação do Projeto nº 1.209, de 2022, nos termos do relatório apresentado.

Pode abrir o painel, por favor, porque já temos quórum.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Foi aprovado por unanimidade, com 12 votos SIM.

Encerrada a votação.

Encerrada também a nossa reunião.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e encerro a presente reunião, convocando outra para daqui a 15 dias.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Sergio Moro, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Marcos Rogério, Romário, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Weverton, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Ciro Nogueira, Nelsinho Trad, Beto Faro, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 55ª e 56ª Reuniões da CDH, que são aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4159, de 2023 - Terminativo - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 175, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar a inserção e a participação cultural da pessoa idosa." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Fabiano Contarato como relator "ad hoc". Na sequência, é aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4132, de 2021 - Não Terminativo - que: "Modifica a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e estabelece a aplicação das regras de acessibilidade nos editais de compras e contratações públicos." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Fabiano Contarato (*Ad hoc*), substituiu Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Fabiano Contarato como relator "ad hoc". Na sequência, é aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3181, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prever a participação da população e de associações representativas de segmentos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade na elaboração de plano de rotas acessíveis." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4817, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria, para reexame. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 757, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para tornar obrigatória a apresentação de transcrição em sistema Braille de informações sobre produtos alimentícios apresentados ou ofertados ao consumidor." Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5559, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tornar obrigatórios os requisitos de acessibilidade nos veículos de transporte de saúde." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 810, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária), para prever a adoção de medidas de estímulo e de facilitação da titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar no âmbito da reforma agrária e para incluir grupos prioritários no processo de seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Jussara Lima. Relatório: Favorável ao Projeto, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 2 e 3, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao projeto e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 2 e 3, na forma da Emenda nº 4-CDH (Substitutivo). ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1648, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1990, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que os prazos de licença-maternidade e de recebimento do salário-maternidade sejam acrescidos do número de dias em que o recémnascido prematuro permanecer em internação hospitalar." Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO). Relatoria: Senador Sergio Moro. Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1, 2 e 3-CDH. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 2315, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre o direito à educação da pessoa com transtorno mental." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3555, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria, para reexame. ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3671, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos." Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC). Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatoria. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1698, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar como crime a indução, instigação ou auxílio a desafios que representem risco à saúde ou à segurança de crianças e adolescentes." Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência ao Senador Sergio Moro. Na sequência, é aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH (de redação). ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 106, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública conjunta CDH-CAS, objeto do REQ 86/2025 - CDH, seja ampliada a discussão para incluir a Colestase Intra-hepática Familiar Progressiva (PFIC), uma doença hepática rara que afeta a saúde de crianças e suas famílias. Outrossim, proponho a inclusão, como debatedora, da Doutora Elisa de Carvalho, médica gastroenterologista pediátrica, pesquisadora e especialista em doenças hepáticas colestáticas." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Resultado: A Comissão aprova o requerimento. ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 107, de 2025 que: "Requer realização de diligência externa nos Municípios do Amazonas" Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM). Resultado: A Comissão aprova a inclusão do item extrapauta, em seguida o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 55ª e 56ª Reuniões da CDH.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu informo que os itens 4, 5, 11 e 12 foram retirados de pauta, estão sendo retirados de pauta a pedido dos Relatores, e também tem um que também é a pedido da autora.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3181, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prever a participação da população e de associações representativas de segmentos da comunidade na elaboração de plano de rotas acessíveis.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ.*

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4817, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS.*

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 3555, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – para dispor sobre atribuições da Defensoria Pública.

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.*

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 3671, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para estabelecer a obrigatoriedade da classificação indicativa de conteúdos musicais a serem tornados públicos.

Autoria: Senador Beto Martins (PL/SC)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH, CCJ e CE, deliberação terminativa.*)

O item 8 é da Senadora Jussara. Se ela chegar a tempo – ela está participando de outra atividade –, nós vamos mantê-lo.

Há uma solicitação para que fosse leitura *ad hoc*, mas eu acho que vamos deixar para que ela leia, porque é um projeto que institui uma política. Então, nós vamos combinar que nós vamos aguardar a chegada da Senadora Jussara, a não ser que ela insista realmente que alguém faça a leitura *ad hoc*.

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Damares, eu entrei com um requerimento, queria pedir para a senhora ler, eu acho que está extrapauta, não está na pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu lhe relatei, pelo telefone, do que se trata. Houve uma operação da Polícia Federal nos Municípios de Humaitá e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Manicoré, no Amazonas. Sob o argumento de combater, me parece, o tráfico, narcotráfico, eles destruíram o que nós chamamos de flutuantes, que são famílias que moram em casas de madeira, às vezes até de palha mesmo, alumínio, e extraem, e já faz tempo isso, através de cooperativas, é o extrativismo mineral que é praticado lá há décadas, na frente de todo mundo, na beira do rio, no porto. E essa operação extrapolou tudo. São cenas de guerra que eu lhe mandei ontem, desrespeito total aos direitos humanos, principalmente das crianças que hoje estão sem abrigo, porque servia de moradia também para aquelas pessoas. Não são garimpeiros, são extrativistas minerais, eles estão nessa qualificação.

E o meu pedido é de que a gente tome alguma providência, peça informações e nomeie uma diligência para ir lá, para investigar esse abuso e desrespeito total aos direitos humanos. Ninguém foi respeitado, inclusive, extrapolaram, e a operação de guerra foi feita num dia santo, no dia dedicado à Padroeira do Município de Manicoré, Nossa Senhora das Dores, não respeitando missa, não respeitando procissão que seria pouco depois.

Como foi no porto, a poucos metros das ruas, foi um caos total na cidade. Foi uma coisa digna de filmes de Hollywood, daqueles bem produzidos, daqueles bem produzidos. Então, o meu requerimento é nesse sentido.

Se a senhora permitir, eu leio o requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Plínio, vamos primeiro consultar os Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento 107, de 2025.

Em votação a inclusão extrapauta do Requerimento 107, de 2025.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está na pauta e nós vamos agora, na sequência, fazer a votação do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 107, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de diligência externa nos Municípios do Amazonas

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

Eu deixo o senhor à vontade se quiser falar um pouco mais sobre o requerimento.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para encaminhar.) – Eu fiz o relato, se a gente pudesse mostrar a foto, eu não quis atrapalhar mais a reunião, mas ontem, lá na Comissão de Infraestrutura, nós mostramos os vídeos. E a senhora os tem, porque eu mandei.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu vi, Senador. Nós estamos tentando baixar o vídeo para a gente exibir o vídeo e tem uma foto também muito chocante de uma criança. Assim que a Secretaria conseguir baixar, me dá um toque.

Pode continuar, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tenho aqui um vídeo de crianças, várias, numa lona pedindo comida. Ninguém está mostrando porque são crianças, são os filhos dessas pessoas.

Eles estenderam a operação, quatro dias, foi autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça, mas eles começaram pela cidade. Aquelas famílias, aqueles flutuantes estavam na cidade, ou seja, para exibir mesmo, com pirotecnia, produzindo vídeos, eu não tenho dúvida nenhuma de que é para a COP 30.

E a minha dúvida vai mais além, mas aqui não é o caso – aqui nós estamos discutindo direitos humanos.

O presente requerimento tem por objetivo obter do Ministério da Justiça informações detalhadas acerca da operação realizada nos Municípios de Humaitá e Manicoré, Estado do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazonas, no dia 15 de setembro de 2025, a qual resultou na destruição de embarcações de extrativismo mineral familiar, por meio do emprego de explosivos e da queima de balsas.

Os relatos divulgados pela imprensa e por entidades locais dão conta de que a ação foi conduzida de forma desproporcional e sem transparência, porque não houve o preparo para a cidade, ninguém preparou a cidade para aquela exibição toda.

A Diocese de Humaitá reagiu, em nota oficial assinada por D. Antônio Fontinele de Melo e pelos padres lá das paróquias, com profunda indignação e repúdio – foi o que eles disseram na nota.

A prefeitura também reagiu, repudiando o fato e alertando que a operação colocou em risco a segurança da população ribeirinha, com possibilidade de desbarrancamento e ameaça à integridade física dos moradores da região.

A Defensoria Pública do Amazonas recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, pleiteando a suspensão da operação.

Os ataques, além de acarretarem graves prejuízos materiais, configuraram séria violação à dignidade e à segurança da população ribeirinha, bem como aos direitos humanos das pessoas atingidas pela operação. A ação também provocou danos ambientais significativos. Nesse sentido, eu estou entrando na Comissão do Meio Ambiente para que nós possamos apurar esses danos ambientais e responsabilizar os agentes públicos responsáveis por eles, uma vez que milhares de litros de combustíveis foram despejados no Rio Madeira, comprometendo não apenas os meios de subsistência das comunidades locais, mas também sua integridade social e econômica – é que a poluição foi pelo ar, com a fumaça, foi na superfície do rio, com o óleo, e no leito com a madeira e com os alumínios e ferros.

Diante da gravidade dos acontecimentos e da ampla repercussão social, cabe ao Senado Federal, no exercício de sua função fiscalizadora, solicitar informações claras sobre:

- a autoria e a cadeia de comando da decisão;
- os objetivos da operação;
- os resultados efetivamente alcançados, e;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• as providências que serão tomadas para garantir a proteção da população local.

Trata-se de medida necessária à preservação da legalidade, da transparência administrativa e da proteção dos direitos fundamentais, pilares do Estado democrático de direito.

Nesse sentido, sabendo do seu empenho e da sua dedicação, seria bom, dentro da nossa possibilidade, uma diligência para ir nesses municípios, em que nós vamos constatar o que eu estou dizendo aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Plínio, o requerimento: a ementa é a realização de uma diligência externa lá no município, né? Então, o objetivo do requerimento é a aprovação de uma diligência externa, não o pedido de informações ao ministério. É isso?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não... De uma diligência...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Uma diligência?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – À guisa de colher informações.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá, o.k.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tanto é que estamos pedindo um requerimento à Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Então, uma diligência da Comissão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aqui a gente ficaria somente com a diligência....

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Então, nós vamos votar o pedido de diligência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para justificar, ainda na discussão do requerimento, eu queria que a Comissão colocasse o vídeo, é possível? Eu não sei se o Senador Moro chegou a ver essas imagens, mas eu quero chamar a atenção, e as imagens são fortes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É. Eu quero que...

(*Procede-se à exibição de fotos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhe só, as balsas são destruídas no porto da cidade. Nesse exato momento, estava tendo uma festa religiosa na cidade. Então, essas pessoas vieram da área rural nas balsas, da região ribeirinha para a festa. Então, são pequenas embarcações flutuantes.

No momento em que acontece essa operação...

Mostre-me a foto.

(*Procede-se à exibição de fotos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A foto, olhe lá a foto, olhe o que aconteceu com a cidade. Então, crianças ficaram em pânico, crianças choraram, idosos. As pessoas ficaram assim com pavor.

E aí, o questionamento do Senador Plínio – ele conversou comigo ontem – é o seguinte: a Polícia Federal não poderia ter explodido isso longe da cidade? As embarcações estavam ali. Que as levasse para longe, se tivesse que as explodir, mas não poderiam ser apreendidas naquele momento? Foi um pânico. E me parece que mais de 5 mil pessoas estão alcançadas por essa medida hoje, né?

A gente sabe que o garimpo ilegal tem que ser enfrentado, mas faltou tato da Polícia Federal, delicadeza e cuidado com as crianças na cidade. Pessoas poderiam ter saído machucadas dali. Então, o objetivo é a gente ir para entender o que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A exploração de minério na região é uma realidade. E tem garimpeiros que são legais; nem todo mundo ali é ilegal, gente, são pequenos garimpeiros. Então, nós vamos, sim... quer dizer, nós vamos colocar o requerimento em votação, mas eu acho justo a Comissão de Direitos Humanos ir verificar.

Nós estamos, nos últimos anos, muito preocupados com as operações da Polícia Federal sem considerar a proteção da criança. No 8, no 9 de janeiro, aqui, crianças foram presas, não houve o cuidado. Naquele ônibus, crianças foram levadas para a Polícia Federal e ficaram presas. E a minha maior luta na discussão de tudo que aconteceu no 8 de janeiro é a prisão das crianças. Agora a gente vê uma outra operação em que crianças ficaram em pânico.

Gente, está tão claro que as balsas poderiam ter sido conduzidas para outro lugar, mas durante uma festa religiosa... A liberdade religiosa foi ferida. Então, nós vamos, nessa diligência, Senador Plínio, observar todos os direitos violados nessa operação policial, para que isso não aconteça mais.

Em discussão ainda o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de realização de diligência à cidade do interior do Estado do Amazonas.

Parabéns, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Presidente. Eu sabia que poderia contar com seu empenho.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O.k.

Nós vamos nos organizar com a Secretaria, e, o mais breve possível, fazer essa diligência. Eu quero ir pessoalmente, eu quero fazer parte da diligência, montar um grupo de Parlamentares da Comissão para que a gente vá. Prepare-se, Secretaria. Vamos para mais uma diligência.

Senador Moro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – É uma questão de ordem só, Presidente, para a gente, se possível, ir para o item 9, que é da minha relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – o.k., inversão de pauta?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 9 da pauta.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 1648, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1990, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que os prazos de licença-maternidade e de recebimento do salário-maternidade sejam acrescidos do número de dias em que o recém-nascido prematuro permanecer em internação hospitalar.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senador Sergio Moro

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS, em deliberação terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Sergio Moro para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Como Relator.) – Presidente, é um projeto muito meritório e bastante simples, mas importante, do Senador Confúcio Moura.

Eu vou aqui ao relatório.

Em exame nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei nº 1.648, de 2020, que altera a Lei nº 8.213. A finalidade da proposição é a de determinar que os prazos de licença-maternidade e de recebimento do salário maternidade sejam acrescidos do número de dias em que o recém-nascido prematuro permanecer em internação hospitalar.

A proposição modifica a CLT, acrescentando o §6º ao art. 392, que estabelece, em seu *caput*, o direito da empregada gestante à licença-maternidade de 120 dias sem prejuízo do emprego e do salário. O novo parágrafo estatui que o tempo de 120 dias será acrescido do número de dias em que o recém-nascido prematuro permanecer em internação hospitalar.

Não foram apresentadas emendas. Depois do exame desta Comissão, vai ainda para CAS.

Passo à análise.

Conforme os incisos IV e VI do art. 102-E do Regimento Interno, esta Comissão deve opinar sobre matéria respeitante aos direitos da mulher e à proteção à infância, o que faz regimental este exame.

Quanto ao mérito, a matéria desdobra princípios constitucionais e inova a ordem jurídica, à exceção da observação que faremos ao final.

Reiteramos a excelência da matéria, seja do ponto de vista médico – pois é sabido que a presença continuada da mãe junto ao bebê tem capacidades terapêuticas –, seja do ponto de vista social, na medida em que se dispõe a preparar melhor a futura cidadania. Pode-se perceber a natureza benéfica e estratégica da proposição, na medida em que previne debilidades advindas da má-formação do laço entre mãe e bebê, que é absolutamente decisivo para a qualidade do corpo e da mente dos novos cidadãos.

Observamos que o inciso III do art. 19 da Carta Magna proíbe à União criar distinções entre brasileiros. No bojo de sua ótima intenção, a proposição cria distinções entre os brasileiros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nascidos prematuros que necessitem de internação hospitalar e aqueles nascidos a termo, mas que também vêm ao mundo com dificuldades e igualmente necessitam de internação. Como o que a Constituição e a lei querem assegurar e proteger é a composição saudável do vínculo entre a mãe e a criança, ofereceremos emenda adequando a proposição a tais mandamentos, bem como para ajustar seu art. 1º aos termos do art. 7º da Lei Complementar nº 95, que determina que o primeiro artigo da lei indique seu objeto e âmbito de aplicação. O mesmo movimento levará também à alteração da ementa para retirar a referência à prematuridade.

Nossa conclusão é a de que a proposição, em sua simplicidade, tem, como já dissemos, natureza estratégica e que dela se pode esperar, no longo prazo, ótimos resultados.

Vou ao voto.

Em razão dos argumentos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.648, de 2020, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº – CDH.
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.648, de 2020, a seguinte redação:
> "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1990, e o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os prazos de licença-maternidade e de recebimento do salário-maternidade sejam acrescidos do número de dias em que o recém-nascido permanecerem internação hospitalar."

Outra Emenda:

> EMENDA Nº - CDH
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.648, de 2020, a seguinte redação, renumerando-se em seguida os demais:
> "Art. 1º Esta Lei determina que os prazos de licença-maternidade e de recebimento do salário-maternidade sejam acrescidos do número de dias em que o recém-nascido permanecer em internação hospitalar."

Nova emenda:

> EMENDA Nº - CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Dê-se ao novo... [consta §6º, mas, superveniente, Presidente, houve a introdução de um novo §6º a esse dispositivo, motivo pelo qual faço um ajuste aqui redacional, em que ficaria "§7º"].
> Dê-se ao novo §7º do art. 392 do Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1953, proposto pelo Projeto de Lei 1.648, a seguinte redação:
> "§7º O tempo de licença-maternidade previsto no *caput* será acrescido do número de dias em que o recém-nascido permanecer em internação hospitalar." (NR)

Aqui só reitero a explicação, porque o projeto do Senador Confúcio, extremamente meritório, previa o recém-nascido prematuro, mas o que o nosso gabinete aventou foi que, eventualmente, o recém-nascido pode nascer ao tempo correto da gestação, mas, por complicações decorrentes ali do nascimento, necessitar de uma internação por algum tempo.

Então, preferimos simplesmente tirar a referência a prematuro para deixar claro que o recém-nascido, em qualquer circunstância que ele precise ficar internado, se agrega ao tempo de licença maternidade.

Então, esse foi o ajuste feito, e certamente feito com concordância do Senador Confúcio Moura.

É este o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Parabéns, Senador.

Em discussão a matéria.

Na discussão eu quero me manifestar.

Sobre essa correção que o senhor traz, do recém-nascido e não só o prematuro, nós temos muitas histórias.

Eu acompanho um caso em que o bebê nasceu e, enquanto a mãe estava no hospital, ele pegou uma infecção hospitalar no hospital. Ele não era prematuro e ele ficou meses internado depois. Nós temos casos de crianças que pegaram meningite no hospital. Então, essa mãe,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando sai do hospital, quando o bebê sai do hospital, tem que voltar. Quando o bebê sai, ela tem que voltar para o trabalho, na hora em que o bebê mais precisa dela em casa.

Então é uma proposta justa, merecida e oportuna. Nos dias de hoje é muito oportuna essa proposta.

Parabéns pelo voto, mas posso fazer uma pergunta pessoal, Senador Moro?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Como é, de noite, o senhor fazendo um voto e a sua esposa, que é dessa causa? Vocês compartilham? Eu acho tão... Porque essa é uma matéria que é a cara da sua esposa e que eu tenho certeza de que, lá na Câmara, passando aqui, ela vai querer ser Relatora. Eu fico impressionada: eles conversam sobre esses temas? Porque acaba que, aqui, no Senado, o senhor tem defendido tantas matérias na área da saúde, doenças raras. É uma curiosidade só: como é ter um Senador e uma Deputada dentro de casa discutindo a mesma matéria?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu só não posso falar para ela que eu sou a Casa revisora... (*Risos.*)

... Senadora, porque senão eu fico, eu perco a conversa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Perde, perde.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Na verdade até, nesse caso, o projeto nasce aqui, no Senado, vai para a revisão da Câmara, quem sabe possa ela conseguir a relatoria lá.

Mas, evidentemente, ela é uma Deputada muito qualificada e entende muito mais do que eu esses temas relacionados à saúde, a benefícios da área assistencial, previdenciária. Então, nós sempre temos que ter a humildade em conversar e sempre estar aprendendo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E reconhecer que ela é muito boa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para quem não sabe, a Deputada Rosângela tem uma militância na área das doenças raras. Inclusive, o trabalho dela, lá atrás, mudou muitas leis no Congresso Nacional, muito antes de ela ser Deputada. E, quando Ministra, eu tive a honra de trabalhar com ela – ela me ajudando, de forma voluntária, nas grandes discussões sobre doenças raras e outros tipos de doenças. E, hoje, ela é Deputada.

E aí, Senador Moro, esse projeto nós vamos botar em votação, e ele vai para a CAS, de forma terminativa, dá para a gente trabalhar para ele tramitar num tempo mais célere lá na CAS e ir para a Câmara, e, com certeza, a Dra. Rosângela vai querer ser Relatora de uma matéria tão importante.

Vamos colocar em votação?

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3, da CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAS.

Parabéns, Senador Sergio Moro.

Senador Sergio Moro, eu tenho o item 13. É um voto simples. Eu precisaria ler o meu voto. O senhor pode presidir? (*Pausa.*)

Enquanto o Senador se dirige à mesa, eu informo que o Senador Flávio Bolsonaro acaba de pedir para retirar o item 10, porque ele está numa outra Comissão. Hoje, o dia está complicado para os Parlamentares.

Senador Sergio Moro, eu lhe passo a Presidência da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito. Então, assumo a Presidência temporária da CDH para permitir que a nossa querida Presidente, Senadora Damares, possa relatar o seu projeto.

Vamos ao item 13.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 1698, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tipificar como crime a indução, instigação ou auxílio a desafios que representem risco à saúde ou à segurança de crianças e adolescentes.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.*

Concedo a palavra para a Senadora Damares Alves, para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise. O relatório já foi publicado.

O PL insere-se integralmente na esfera de atribuições desta Comissão.

No que tange aos princípios constitucionais, o projeto alinha-se à diretriz de proteção integral da criança e do adolescente, conforme a Constituição Federal, que impõe à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar, com absoluta prioridade, seu direito à vida, à saúde, à segurança, bem como de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ademais, a proposição observa o princípio da legalidade penal ao propor a criação de um novo tipo penal por meio de lei, estabelecendo condutas e penas de forma clara. A justificação da autora, ao diferenciar a conduta proposta daquela já prevista no art. 122 do Código Penal, evidencia a busca por preencher uma lacuna legislativa, uma vez que desafios perigosos não necessariamente visam ao suicídio ou à automutilação, mas expõem crianças e adolescentes a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riscos graves à saúde e à segurança. A gradação das penas, conforme a gravidade do resultado e das circunstâncias, parece, em juízo inicial, compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, em face da proteção de bens jurídicos tão caros à sociedade.

Nesse sentido, a proposição representa um avanço fundamental na proteção de crianças e adolescentes no contexto digital contemporâneo. A proliferação de desafios *online* perigosos impõe novas vulnerabilidades a essa parcela da população, exigindo uma resposta legislativa robusta. A tipificação proposta pelo PL atua como um escudo preventivo e punitivo contra condutas que colocam em risco a vida e a saúde dos menores, complementando o arcabouço legal já existente e reforçando a responsabilização dos atores pertinentes na garantia do desenvolvimento seguro da infância e da juventude, em conformidade com os princípios do ECA e da Constituição Federal.

O projeto demanda, porém, ajustes redacionais, especialmente para afastar a interpretação de que algumas condutas socialmente aceitas, que apesar de imporem algum grau de risco, ainda assim, não violam a integridade e os direitos das crianças ou dos adolescentes como, por exemplo, o incentivo à prática de artes marciais e mesmo de diversos esportes.

Para tanto, acrescentamos ao PL nº 1.698, de 2025, o termo “internet”, especificando que a proposta está relacionada aos desafios propostos nas redes sociais, não dando margem para interpretações diversas que levem ao entendimento de que se trata de qualquer desafio que envolva crianças e adolescentes.

Ainda nessa intenção de aperfeiçoamento, sugerimos a alteração redacional proposta na matéria, incluindo o termo “desafios na internet” também para que fique explicito que estão sendo criminalizadas as condutas de indução, instigação, auxílio, promoção, divulgação e facilitação da prática de desafios na internet, nas redes sociais e em aplicativos, que representem risco à saúde ou à segurança da criança ou do adolescente.

Conforme as razões expostas, o voto é pela aprovação do PL, com as emendas que já estão devidamente publicadas e às quais eu me referi.

Este é o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Coloco em discussão a matéria.

Aqui eu tomo a liberdade de registrar também os elogios tanto à autoria da Senadora Leila Barros, como também aos aperfeiçoamentos redacionais efetuados pela Senadora Damares Alves. Igualmente, esse é um outro projeto importante, porque a gente tem visto aí, infelizmente, uma vulnerabilidade das crianças e adolescentes, seja em redes sociais, seja em outros instrumentos da internet. E é importante deixar claro que todas essas condutas que acabam colocando em risco crianças e adolescentes, esses jogos que muitas vezes parecem uma brincadeira, mas acabam sendo uma brincadeira fatal, é importante que isso seja realmente penalizado. Faço aqui os meus elogios à qualidade do projeto.

E destaco aqui, Senadora, que, desde o início da sua Presidência, quando o seu nome foi colocado, eu me coloquei à disposição para vir compor esta Comissão, principalmente por acreditar na sua liderança, no seu talento e principalmente pela percepção de que haveria um novo direcionamento a esta Comissão, não para que fossem negligenciados os direitos humanos em geral, mas para que tivéssemos um foco também em pautas que são importantes para a sociedade, como a da proteção de crianças e adolescentes. Então, registro aqui novamente a minha admiração a V. Exa.

Matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas de redação que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH, de redação.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Meus parabéns!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Moro. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – E agora eu concedo de novo a Presidência... repasso, devolvo a Presidência à Senadora Damares Alves. (*Pausa.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu queria pedir, se a senhora permitir, para eu fazer uma fala aqui, tentarei ser breve. Vou tentar ser breve, se a senhora permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, sim, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu não quero atrapalhar o andamento da...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Não, fique à vontade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Inicialmente, quero parabenizar mais uma vez V. Exa. pela sobriedade, serenidade e a forma como vem conduzindo a Comissão, tão importante Comissão de Direitos Humanos. A senhora sabe que é uma das pautas que são molas propulsoras da minha vida enquanto Parlamentar. Desde quando eu era delegado, eu nunca perdi essa empatia. Eu lembro que eu ia para dentro dos presídios para falar sobre a erradicação da tortura para policiais. Eu lembro que eu mobilizava as famílias das vítimas de acidente de trânsito, porque eu sempre entendi que um dos princípios do servidor público é a eficiência, e a eficiência inclui aí a empatia, se colocando na dor do outro.

Mas aquilo que me motivou, Senadora Damares, a entrar na política, foi não perder a capacidade de me indignar, principalmente com as distorções com que no Brasil uns são mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iguais que outros. É muito triste você ver uma premissa constitucional do art. 5º falando que todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, mas no Brasil uns são mais iguais que outros.

E eu começo, eu estou fazendo essa reflexão, porque desde quando eu assumi o meu mandato, em fevereiro de 2019, eu sempre fiquei incomodado com o famigerado foro privilegiado. Perdoe-me, mas eu acho assim: quem nada deve nada teme. Por que o trabalhador, o pedreiro, o porteiro, o desempregado, a mulher, o gari, não importa quem seja, o advogado, responde lá nas instâncias, de acordo com o devido processo penal, como deva correr, e eu, pelo fato de ser Senador, tenho que responder no Supremo Tribunal Federal? Eu não me furtaria de responder a uma ação no juízo de primeiro grau, porque para mim todos somos iguais perante a lei.

Então, isso já sempre me inquietou. Mas eu fiz questão de vir aqui a esta Comissão, Senadora Damares, porque ontem eu fiquei estarrecido e horrorizado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Não dormiu.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, não dormi. Tanta coisa importante para o Brasil pautar, para o Brasil caminhar, e os Deputados Federais, na sua maioria, votam a PEC da blindagem. Mas não é PEC da blindagem, não. Eu, eu atribuo outro nome para isso. Isso é PEC da impunidade, isso é PEC do estímulo à criminalidade. Porque você transformar hoje o que é um voto público... Ora, o meu eleitor tem o direito de saber em quem que eu votei, se eu votei para manutenção de uma prisão em flagrante de um Deputado, por exemplo, que praticou estupro. O meu eleitor tem o direito de saber se eu votei pela manutenção ou não de um Deputado ou de um Senador que praticou corrupção ativa, porque a corrupção mata. Eu não me canso de falar sempre: quando um político desvia verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando o político desvia verba da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens. Aí, se nós partirmos... Porque hoje, como que funciona hoje? Hoje, um Parlamentar só pode ser autuado em flagrante de crime inafiançável. Então, autua-se um Parlamentar, por exemplo, em estado flagrancial pela prática de corrupção ativa ou corrupção passiva, ou peculato, ou estupro, e vai ao Supremo, dá prosseguimento, o Supremo encaminha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a Casa respectiva – se for Deputado, para a Câmara dos Deputados; se for Senador, para o Senado Federal – para manter ou não, para suspender ou não.

Então, hoje a regra é, primeiro se faz contra o Parlamentar e esta Casa delibera se vai suspender ou não, e de forma pública. O que ontem a Câmara fez foi inverter isso. Ele fala que tem que vir para esta Casa primeiro, o auto de flagrante vem para esta Casa, e esta Casa decide, no voto secreto, aí entra em cena a promiscuidade, a sordidez, o corporativismo, a conivência, a digital dos pares, porque nós sabemos, nós vivemos numa Casa corporativista. Como que nós vamos fazer aqui para eu falar se vou, no voto secreto, porque aí não vai ter a digital de ninguém, não vai ser publicizado isso, se eu vou manter ou não aquela prisão e se vou admitir ainda a formação de culpa. Olha, eu fui delegado de polícia, isso é inadmissível, isso é uma afronta, isso é um escárnio com a população brasileira. Mas, não satisfeito, eles ainda impediram, sabe o quê, Senadora Damares? Que sejam expedidas medidas cautelares. Eles só aquiescem às medidas cautelares de natureza pessoal ou real, mas eles excluíram aquelas probatórias, então não pode mandado de busca e apreensão, não pode uma interceptação telefônica, uma quebra do sigilo bancário, uma quebra do sigilo fiscal.

Isso é para manter aqueles políticos que, infelizmente, usam o mandato para praticar crime. Esta Casa não pode se furtar. Eu não vou perder minha capacidade de indignação. Quando essa PEC chegar aqui, eu vou a todo momento falar sobre isso, porque isso é inadmissível, isso é uma excrescência, isso é uma afronta à população brasileira. A população brasileira que está querendo saúde pública de qualidade, está querendo educação pública de qualidade, está querendo ter oportunidade de emprego. O que eu tenho de melhor do que um pedreiro? Pelo simples fato de ser Senador, vou ser julgado pelo Supremo, e agora, no voto secreto, os meus pares vão deliberar se mantêm ou não, se autorizam ou não, não permitindo medidas cautelares? Que que é isso? Que que é isso? Até que ponto nós vamos chegar? Que ponto que nós, até onde nós vamos avançar?

Eu estou assim indignado. Ontem quando vi aquilo, e o número de Deputados Federais, de forma expressiva, aquiescendo! Mas olha, a coisa é tão, nada é tão ruim que não possa piorar, porque a coisa é tão ruim que eles agora incluíram os presidentes de partidos com representação no Congresso. Então, os líderes dos partidos, os presidentes dos partidos com representação na Câmara dos Deputados terão as mesmas prerrogativas, ou seja, o que a gente deveria fazer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acabar com o foro privilegiado, nós estamos ampliando o foro privilegiado. O que a gente tinha que fazer é manter a prisão de político que pratica crime, nós estamos agora no voto secreto, na conivência, na subserviência. Nós estamos aqui com a digital votando secretamente para manter ou não se ele vai ser mantido, cerceado de sua liberdade. Olha, eu fico envergonhado. A palavra é envergonhado.

Eu sei que às vezes as palavras da gente aqui podem ofender, algum Parlamentar se sentir ofendido, mas eu sempre pautei minha vida, quem nada deve, nada teme. E outra coisa, é o livre arbítrio. Se a senhora fizer coisa errada, se eu fizer coisa errada, nós temos que arcar com as consequências da responsabilidade penal, civil ou administrativa que lhe possa ser atribuída, mas com isenção, com isonomia. Isonomia é igualdade, e o art. 5º é claro: todos somos iguais perante a lei, independentemente da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual.

Eu fico, assim, triste quando esta Casa aqui não se debruça para acabar com o foro privilegiado, esta Casa aqui não se debruça para acabar com supersalários. Como eu explico, por exemplo, que um professor no meu Estado do Espírito Santo não ganha, para trabalhar 40 horas semanais, nem R$4 mil, enquanto determinados servidores públicos aqui ganham, só de *ticket* alimentação, R$3 mil, enquanto determinados servidores públicos ganham R$100 mil por mês, R$200 mil por mês?!

E nós não enfrentamos o tema dos supersalários, dos penduricalhos; quer dizer, nós não enfrentamos o tema dos supersalários, nós não enfrentamos os temas dos privilégios, dos penduricalhos. Nós não valorizamos os professores; os guardas municipais, que ganham um salário mínimo, que fazem trabalho de polícia – eu fui delegado –; os soldados, os policiais civis; os policiais militares; os agentes de saúde, que estão lá na ponta para garantir o principal bem jurídico, a vida humana, a integridade física, a saúde, a liberdade.

Nós aqui parece que vivemos como em *Alice no País das Maravilhas*. No livro da *Alice no País das Maravilhas*, Senadora, tem um trecho em que Alice chega e fala assim: "Me ensina a sair daqui?". Aí retrucam assim para ela: "Para onde você quer ir?". Ela fala: "Ah, não importa". E respondem: "Então não importa o caminho que você deva tomar".

Eu acho que nós aqui não sabemos nem o caminho que nós estamos tomando, mas eu sei um caminho que se trilha nesta Casa: é o caminho para cada vez mais continuar o abismo entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de pobres e a concentração de riqueza na mão de tão poucos; é o caminho para garantir privilégios para determinados funcionários públicos; é o caminho para manter o privilégio de foro privilegiado. Quem nada deve, nada teme.

Desculpe o desabafo, eu só queria finalizar com uma frase de um poeta que eu gosto, Thiago de Mello. Ele fala assim: " [...] [Nós não temos] caminho novo. O que [...] [temos] de novo é um jeito de caminhar."

Eu acho que é esse jeito novo de caminhar que é a mola propulsora que me faz estar aqui no Senado, com muito orgulho, representando o Estado do Espírito Santo, na certeza de que um dia eu vou ter orgulho, Senadora Jussara Lima, de entrar numa Comissão e falar com bastante vigor: "Eu tenho orgulho de dizer que no Brasil, hoje, todos somos iguais perante a lei".

Esse dia ainda não chegou.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Contarato, eu acho que a Comissão ideal para o senhor levantar essa discussão é esta Comissão, porque eu entendo que a Câmara dos Deputados tomou uma medida extrema para um problema que eles estão identificando, que é um ativismo judicial. Só que aí... Eles estão preocupados com alguns magistrados com ativismo exagerado, mas o magistrado passa; a norma jurídica permanece!

Eu acho que era possível fazer um enfrentamento a um ativismo judicial exagerado, a uma certa perseguição que eles estão conseguindo ler da Suprema Corte sem mudar uma norma tão preciosa e sem impor à sociedade o horror, porque eu acho que o que foi aprovado ontem vai ser recepcionado pela sociedade com muito horror.

Imagine, Senador Contarato, um Parlamentar acusado de pedofilia – que é a minha causa. o.k.? –, aí, para que um inquérito seja aberto contra ele, é a gente que vai decidir, no voto secreto? "Ah, não, é só questão de improbidade..." Não. Eles vão ampliar isso a todos os róis de crime.

E eu recebo a sua fala, Senador, como a fala de um delegado, um delegado que investigou na ponta, que colocou a vida em risco. Imagine um delegado que fez todo o processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigação, que foi lá para a quebrada, se pôs em risco, e, na hora de o inquérito virar um processo, nós vamos dizer para o delegado: "Correu risco à toa, porque nós não vamos deixar...". Então, eu entendo a sua indignação de ambos os aspectos, por outros ângulos também, como profissional, como homem da segurança pública, como cidadão, como Senador.

Essa discussão vai vir para esta Casa, e eu acho que esta Comissão vai ter que fazer parte dessa discussão de forma proativa, porque o princípio da igualdade está sendo ferido. Eu acho que esta Comissão vai ter que começar, Senador, a realmente assumir o seu papel como arauto e como a defensora dos direitos nesta Casa. Então, a gente vai ter que ter uma posição nesse tema muito proativa, uma discussão séria.

Eu entendo a revolta dos Parlamentares, mas não poderíamos encontrar um outro remédio jurídico? Tem que ser este? Então, eu realmente fiquei muito preocupada ontem. A sociedade reagiu, o senhor sabe como, e recebeu como horror a proposta aprovada. E nós vamos ter que ter maturidade – e é esta Casa a casa da maturidade – para a gente se sentar e discutir. Não tem outro remédio para a gente enfrentar um ativismo judicial de que vocês estão fazendo a leitura. Porque esse ativista judicial vai passar, um dia ele vai se aposentar, mas a norma jurídica é permanente. Não vamos, por causa de uma ou outra conduta de um magistrado ou outro com o qual a gente não concorda, colocar todo um arcabouço jurídico em risco e abrir brechas para que corruptos e criminosos não sejam punidos.

Então, a discussão está posta. Eu acho que pessoas como o senhor, com a maturidade... O senhor tem a sua ideologia política, mas o senhor é muito coerente. Nós vamos ter que trazer a discussão para a maturidade e a necessidade que essa discussão vai precisar aqui nesta Casa. Não vamos passar o rodo aqui, não. Nós vamos ter que discutir essa matéria. Eu, ativista contra a corrupção – e essa é a minha história, é a história que me traz aqui também –, confesso que fiquei muito preocupada ontem, muito preocupada.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só me permite uma complementação? Eu vou ser breve.

V. Exa. está coberta de razão. As instituições... Um dos princípios da administração pública que está no art. 37 da Constituição é a impessoalidade – é a impessoalidade. Então, hoje você pode não concordar com o posicionamento de uma pessoa A, B ou C, mas as instituições são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanentes e são... O princípio é da impessoalidade. Então, eu não poderia ouvir uma manifestação diferente de V. Exa., da Presidência desta Comissão de Direitos Humanos.

E só para não perder o momento também, eu queria aqui registrar o seguinte. Às vezes a gente tem aqui, nesta Casa, também *lobbies*, né? *Lobbies* de tudo quanto é setor. E hoje eu fiz questão... E faço aqui o registro de que foi aprovada, na Comissão de Assuntos Sociais, uma matéria que eu acho importantíssima, mas que a gente tem que ver quem vai ser o beneficiário. Vai ser o consumidor? Então, por exemplo, foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, e graças a Deus que foi aprovado, um projeto autorizando os supermercados a terem unidades de farmácia ali dentro do estabelecimento. Claro, com todos os requisitos, como se existisse uma farmácia dentro de um supermercado. Olha, eu não tenho que me deixar seduzir por uma fala de um segmento, com todo o respeito, que não queira por causa da reserva de mercado. Eu tenho que ver o seguinte: quem é o principal destinatário? Pela lei do consumidor, é o consumidor. Então, se ali estão estabelecidas todas as normas de segurança, passando pela Anvisa, passando tudo, qual é o problema de você vender medicação e ter uma farmácia dentro de um estabelecimento, de um supermercado, lá com todas as normas estabelecidas?

A gente tem que avançar. A gente não pode ficar preso ali, porque, eu volto a falar, isso tudo para mim está interligado. Quando eu não pauto os supersalários, é porque eu estou aqui sofrendo pressão de determinados setores. Aí quando eu... Aí eu fico triste com isso. Aí, na hora de pautar um projeto para valorizar professor, guarda municipal, policial militar, civil, nós falamos: "Não, temos que ter responsabilidade fiscal". Mas a responsabilidade fiscal é só para o mais pobre, é só para aquele que mais precisa, é para o hipossuficiente.

Então, eu quero aqui deixar o registro de que eu fiquei muito feliz com o fato de que hoje, na Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovado que os supermercados podem, sim, proceder à comercialização de medicação com toda a segurança...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... passando pela Anvisa. Isso é mais um passo adiante. Só queria fazer esse registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mais uma vez, parabéns pela condução, Senadora Damares! E pode ter certeza de que o que une... Eu acho que a boa política é a arte de você convergir com os divergentes; é falar com os diferentes, mas é falar com empatia, é falar com amor; é eu entender a sua inquietação, mas não com ódio, te atacar, mas falar: "Eu entendo a sua dor, mas você já parou para olhar desse outro ponto de vista?" – porque não existe a verdade absoluta. Na filosofia se fala *doxa*, que é aquilo que é oriundo da opinião; e *aleteia*, a verdade, né? Então, aqui, eu acho que, quando eu tenho, independentemente do meu espectro de ideologia partidária, pautas que são comuns, elas são apartidárias. Então, quando eu falo para acabar com o foro privilegiado, com supersalários, para dar dignidade ao professor, ao policial, à guarda, são essas pautas que nos unem. A pauta de direitos humanos não tem pauta de esquerda e de direita. A pauta da educação pública de qualidade não é pauta de direita e de esquerda, é de todos nós. A pauta da ciência, da saúde pública.

Então, obrigado, parabéns! Desculpe-me, mais uma vez, por ter me alongado. Desculpe-me, Senadora Jussara, querida Senadora Jussara. Eu quero aqui falar, assim, que, quando eu olho para vocês mulheres, eu falo assim: "Olha, que orgulho que eu tenho". Sabe como, Senadora? Não é da boca para fora. A minha primeira PEC aqui, que eu apresentei em 2018, com três meses de Senador, foi para estabelecer igualdade, paridade, 50% para homens e mulheres no processo eleitoral. A primeira PEC! Então, eu, quando eu vejo vocês, vocês dignificam muito a boa política e a honrada classe das mulheres.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Senador, eu fui informada pela Secretaria de que o senhor fará a leitura *ad hoc* do item 2 e do item 3. São dois votos simples, fará no lugar do Senador Flávio Arns.

Então, nós vamos para o item 2, item 3, depois o seu item é o de nº 8, Jussara. Não sei se você vai permanecer para a votação, ou se vai pedir retirada, mas vamos para o item 2.

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 175, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para assegurar a inserção e a participação cultural da pessoa idosa.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e CE.*

Autoria: Deputado Federal Igor Timo. Relatoria: Senador Flávio Arns. A leitura *ad hoc*, pelo Senador Contarato.

Concedo a palavra ao Senador Contarato para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Senadora, por uma questão de deferência, se a Senadora Jussara, como eu vou ler dois, preferir fazer na minha frente, eu não tenho problema. Eu vou ser fazer uma leitura rápida.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É muito rápido o dele.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Está bom. Então vou passar direto à análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à garantia e à promoção dos direitos humanos e à proteção das pessoas idosas, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise da proposição por esta Comissão.

No mérito, a proposição representa um avanço significativo na consolidação dos direitos culturais das pessoas idosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao incluir a garantia do acesso à dimensão cidadã da cultura, reconhece-se que a cultura é um direito de todos, inclusive das pessoas idosas, sendo fundamental para sua qualidade de vida, autoestima e integração social. Essa dimensão é reforçada pelas demais medidas previstas pela proposição.

Nesse sentido, a inserção de atividades artístico-terapêuticas na formação de profissionais de saúde e cuidadores mostra sensibilidade ao papel da arte no bem-estar físico e emocional. Além disso, a previsão de programas de alfabetização e letramento para pessoas idosas contribui para sua autonomia e participação ativa na vida social.

As mudanças relacionadas à Universidade Aberta à Terceira Idade e à criação de iniciativas e premiações culturais reforçam o valor da educação continuada e da valorização das experiências e saberes das pessoas idosas.

Por fim, ao incluir atividades culturais nos programas de instituições de longa permanência, a proposta promove um ambiente mais acolhedor e significativo para quem vive nesses locais.

Em suma, a proposição reconhece que envelhecer com dignidade vai além do cuidado físico e inclui o acesso a oportunidades culturais, educativas e sociais que possibilitem o desenvolvimento pessoal contínuo e a participação ativa na sociedade.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 175, de 2019.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise da Comissão de Educação.

Obrigada, Senador Contarato.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4132, DE 2021

- Não terminativo -

Modifica a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e estabelece a aplicação das regras de acessibilidade nos editais de compras e contratações públicos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CCJ, em deliberação terminativa.*

Leitura *ad hoc* pelo Senador Fabiano Contarato.

Concedo a palavra ao Senador Contarato para a leitura do relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Passo direto à análise.

Essa medida é essencial para promover a inclusão efetiva ao garantir que as políticas públicas de acessibilidade não se limitem à implementação de infraestruturas físicas, mas também se estendam à aquisição de bens e serviços que atendam de forma adequada e inclusiva a todos os cidadãos, em especial aqueles com deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante o inquestionável mérito da matéria, acreditamos que há espaço para o seu aperfeiçoamento.

Em razão das distintas realidades econômicas e sociais dos entes federativos, propomos a inclusão de dispositivo que delegue ao regulamento a definição dos serviços e produtos que, por sua relevância ou impacto na inclusão da pessoa com deficiência, deverão observar, nos respectivos editais de licitação, regras de acessibilidade previstas em lei. Desse modo, a acessibilidade será assegurada de forma estratégica e efetiva, em vez de se transformar em mera etapa burocrática.

Por fim, fizemos dois ajustes de técnica legislativa: o primeiro, de natureza redacional, ajusta a ementa do PL; o segundo, em atenção à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, inclui novo art. 1º à matéria, a fim de dispor sobre o objeto e o âmbito de aplicação da futura lei.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.132, de 2021, com as seguintes emendas e que já foram oportunizadas.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

Quero parabenizar os autores e o Relator, e me coloco à disposição. E, mais uma vez, parabéns pela condução nesta tão importante Comissão de Direitos Humanos!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas 1, 2 e 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Obrigada, Senador Contarato, duas matérias aprovadas com o seu apoio. (*Pausa.*)

A política nos faz surpresas. Uma das surpresas na política, para mim, é a minha amizade com o Contarato. Tenho tanto carinho por ele, tanto carinho.

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 810, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Lei da Reforma Agrária), para prever a adoção de medidas de estímulo e de facilitação da titulação de terras a mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar no âmbito da reforma agrária e para incluir grupos prioritários no processo de seleção do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Favorável ao Projeto, e pela aprovação parcial das Emendas nºs 1, 2 e 3, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CRA.*

Autoria, Deputado Federal José Guimarães. Relatoria, aqui nesta Comissão, Senadora Jussara Lima.

Em 27/05/25, foram recebidas as Emendas 1, 2 e 3, da autoria do Senador Mecias de Jesus.

Concedo a palavra à Senadora Jussara para a leitura do relatório.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Senadora Damares, Presidente desta Comissão, que eu reputo como uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande Senadora e que tem feito um brilhante trabalho aqui na Comissão. O meu carinho, Senadora.

Eu gostaria de pedir permissão para ir direto à análise do mérito da proposição.

No mérito, o PL nº 810, de 2020, é pertinente e coerente com o ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que busca promover maior igualdade material entre homens e mulheres no acesso à terra, bem como ampliar a proteção de grupos vulneráveis no contexto da reforma agrária.

Ao determinar a adoção de medidas para estimular a titulação de terras em nome de mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar, além de estabelecer critérios preferenciais para mulheres titulares de famílias monoparentais, para mulheres vítimas de violência doméstica e para famílias com pessoas com deficiência, o texto concretiza o princípio da igualdade previsto no art. 5º da Constituição Federal, bem como fortalece a função social da propriedade, nos termos de seu art. 186.

Quanto às emendas oferecidas pelo Senador Mecias de Jesus, acatamos parcialmente as alterações pelas razões que passamos a expor. Entendemos que a Emenda nº 1 promove aperfeiçoamento necessário na redação proposta para o art. 18, §16, da lei da reforma agrária, ao esclarecer que a priorização almejada pela proposição depende do cumprimento dos demais requisitos estabelecidos para o usufruto dos benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária. Assim, evita-se que pessoas que não cumpram os requisitos para inserção no programa possam receber prioridade na titulação de terras. Ainda que a observância do regramento do Programa Nacional de Reforma Agrária esteja implícita no texto atual da proposição, a sua explicitação é pertinente, porque dúvidas quanto à interpretação do dispositivo legal em apreço... Por outro lado, entendemos ser inadequada a alteração promovida pela referida emenda no art. 1º da proposição. Assim, a respeito da emenda em comento, houve acolhimento, com a inclusão de sua ideia nuclear no §16 do art. 18 da norma a ser alterada, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

Em relação à Emenda nº 2, consideramos pertinentes as alterações propostas, uma vez que também visam esclarecer a interpretação da norma. Nesse sentido, cumpre notar que o conceito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de "núcleo familiar" já é utilizado pela Lei da Reforma Agrária, de forma que seu emprego é pertinente para a aplicação precisa da norma.

Por fim, quanto à Emenda nº 3, parece-nos pertinente facultar a possibilidade de participação popular, por meio de consulta pública, na regulamentação da prioridade a ser conferida pelo art. 18, §16, da Lei da Reforma Agrária. Esse instrumento de exercício ativo da cidadania tem se tornado cada vez mais presente na formulação de atos normativos.

Assim, dada a relevância do tema em apreço, entendemos ser valorosa e frutífera a adoção de mecanismo de participação popular para sua regulamentação. Também oferecemos pequenos ajustes redacionais quanto a essa modificação.

O meu voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 810, de 2020, e pela aprovação parcial das Emendas 1, 2 e 3, na forma do substitutivo.

Esse é o meu voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, pela aprovação parcial das Emendas 1, 2 e 3, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto e pela aprovação parcial das Emendas 1, 2 e 3, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo).

Parabéns, Senadora Jussara. Mais uma matéria entregue. Está fazendo história nesta Casa! Que Deus a abençoe, e obrigada. Parabéns.

Quanto ao item 1 da pauta, a Senadora Dorinha não vai conseguir chegar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4159, DE 2023

- Terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado.

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto

Observações: *Tramitação: CAS e CDH, em deliberação terminativa.*)

Então, nós vamos ao item 14, que é um requerimento de minha autoria.

Requeiro a realização de uma audiência pública, objeto... Aliás, requeiro... É o Requerimento nº 106, de 2025.

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 106, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública conjunta CDH-CAS, objeto do REQ 86/2025 - CDH, seja ampliada a discussão para incluir a Colestase Intra-hepática Familiar Progressiva (PFIC), uma doença hepática rara que afeta a saúde de crianças e suas famílias. Outrossim, proponho a inclusão, como debatedora, da Doutora Elisa de Carvalho, médica gastroenterologista pediátrica, pesquisadora e especialista em doenças hepáticas colestáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão de mais um tema para se discutir em uma audiência pública já aprovada.

Obrigada. (*Pausa.*)

Obrigada, Senadora.

Nós vamos agora para aquele momento que é a leitura dos expedientes, denúncias e encaminhamentos.

Nós temos poucos hoje, é um dos dias com menos expedientes. Parabéns, Secretaria!

Denúncias.

Denúncia nº 327. Advogado encaminha nova denúncia de caso já analisado. Afirma que o processo judicial está corrompido, desmoraliza a denunciante e absolve os verdadeiros culpados. O denunciante faz uma série de pedidos, entre eles a intervenção desta Comissão no CNJ, CNMP e PGR. Informar que a Comissão encaminhou o Ofício nº 225 para o órgão competente e aguarda resposta.

Denúncia 331. Condenação por meio de provas ilícitas. Pede apoio para ter seus direitos garantidos. Encaminhamentos: informar que a CDH não possui competência para rever decisões judiciais ou interferir diretamente em processos em curso no Poder Judiciário; sugerir ao demandante procurar o auxílio da Defensoria Pública, caso não tenha advogado; também instruir a encaminhar representação junto ao CNJ, em virtude de possíveis irregularidades processuais.

Denúncia 332. Violações de direitos humanos fundamentais, religiosos e processuais. O próprio denunciante já encaminhou a denúncia ao Ministério Público, Câmara dos Deputados e Defensoria. Encaminhamento: informar que a CDH não possui competência para rever decisões judiciais ou interferir diretamente em processos em curso no Poder Judiciário. Considerando que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o demandante já encaminhou o caso ao Ministério Público, à Câmara dos Deputados e à Defensoria Pública, ressaltar a importância de manter o acompanhamento junto a estes órgãos, que possuem legitimidade para adotar providências concretas na esfera judicial e administrativa.

Agora vamos para a resposta de ofícios.

Do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Responde ao ofício que encaminhou sugestões apresentadas pela Fundação Som da Liberdade, com vistas ao fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil, em decorrência da audiência pública realizada sobre o tema.

Ofício nº 330, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Juara. Responde ao ofício encaminhado sobre pedido de análise quanto ao uso de tornozeleira de pessoa que já deveria ter sido absolvida.

Encaminhamento aos ofícios: acusar recebimento e enviar resposta aos demandantes para conhecimento.

Solicitação nº 328. Revisão do processo judicial junto ao CNJ. Encaminhamento: informar que a CDH não possui competência para solicitar revisão nem para rever decisões judiciais.

Isto posto, submeto aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo que nos termos da Instrução Normativa n º 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no portal da CDH. Os demais ficam na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias.

Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Nada mais tendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dez horas e hum minuto do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Damares Alves e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Augusta Brito e Paulo Paim, e ainda do Senador Izalci Lucas, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Humberto Costa e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 85/2025 - CDH, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Discutir a prevalência e o impacto da Síndrome do X Frágil (SXF) no Brasil e instituir a data de 22 de julho como Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil". Participantes: Sabrina Muggiati, Mãe de Jorge, 21 anos; Alessandra Duarte, Representante de Grupo de Familiares SXF e Mãe de Alessandro, 23 anos; Francisco Zélio de Menezes Júnior, Pai de José Nicolas 14 anos; Luz Maria Romero, Psicóloga - Gestora do Instituto Buko Kaesemodel; e Natan Monsores de Sá, Coordenador Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/22

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Declaro aberta a 58ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada, nos termos do Requerimento nº 85, de 2025, CDH (Comissão de Direitos Humanos), de minha autoria, aprovado nesta Comissão e subscrito pela Presidente da CDH, Senadora Damares Alves, para debater sobre, abro aspas: "A prevalência e o impacto da Síndrome do X Frágil (SXF), no Brasil, e instituir a data de 22 de julho como o Dia Nacional de Conscientização da Síndrome do X Frágil", fecho aspas.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que eventualmente forem utilizadas pelos expositores.

Os convidados participarão por meio de videoconferência: Sra. Luz Maria Romero, psicóloga, gestora do Instituto Buko Kaesemodel; Sabrina Muggiati, de Curitiba, Paraná, mãe do Jorge, 21 anos; Francisco Zélio de Menezes Júnior, de Fortaleza, Ceará, pai do José Nicolas, 14 anos; Alessandra Duarte, do Rio de Janeiro, representante do Grupo de Familiares SXF e mãe do Alessandro, de 23 anos; e o Natan Monsores de Sá, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que, na exposição inicial, cada participante poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, inicialmente, agradecer a participação, particularmente, das famílias, da psicóloga que eu já mencionei, do nosso Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde, Dr. Natan. Sejam bem-vindas, bem-vindos.

Este é um momento importante de debate, como foi dito no requerimento, para ver a prevalência, o impacto da síndrome do X frágil e instituir uma data nacional para que seja, assim, o dia de conscientização sobre essa síndrome. É claro que sempre os trabalhos têm que acontecer no decorrer de todo o ano, porém, termos uma data específica significa o foco estar colocado sobre essa área naquela data e que tenha repercussão pelos meses seguintes. Então, vamos ver a prevalência, mostrar o que é para as pessoas que nos acompanham, para que essa data... Inclusive, para atender ao aspecto regimental de que tem que haver uma audiência pública para essa finalidade.

Também agradeço a todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação. Leio, inclusive, as perguntas e comentários que já chegaram e peço que a Secretaria repasse essas perguntas e comentários para os nossos convidados.

Ana, de Goiás: "Qual a diferença entre o tratamento da SXF [síndrome do X frágil] e outras condições? Para quais sintomas devemos nos [...] [atentar] durante a infância dos entes queridos?".

Caroline, de São Paulo: "Como podemos aumentar o conhecimento sobre a [...] [síndrome do X frágil] entre a população em geral, especialmente entre profissionais de saúde e educadores?".

Carmen, de Santa Catarina: "Como garantir diagnóstico precoce da síndrome do X frágil e evitar a confusão com outros transtornos do desenvolvimento?".

Alan, de Tocantins: "Quais indicadores nacionais devem ser priorizados para monitorar prevalência, diagnóstico e inclusão das pessoas com [...] [a síndrome do X frágil]?".

Há dois comentários.

Cristiano, do Rio Grande do Sul: "Diagnóstico precoce da síndrome é o principal para adequar tratamentos, estímulos e abordagem. Exame genético é fundamental". É o comentário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora mais um comentário, da Raíssa, do Mato Grosso: "Debater a [...] [síndrome do X frágil] é essencial, mas é urgente investir em diagnóstico precoce e capacitação médica para evitar erros e atrasos no tratamento".

Eu quero, inclusive, dizer que o que se coloca em relação à síndrome do X frágil é o que se coloca em relação a todas as doenças raras que têm sido objeto de grande debate no Senado Federal, como capacitar os profissionais que vão atuar nessa área, a qualificação dos profissionais da saúde, médicos e enfermeiros no diagnóstico, no tratamento, a qualificação dos educadores, a questão da necessidade de você ter também o aconselhamento genético, os próprios exames também nessa área. Então, é um conjunto de necessidades que acompanham o cidadão pela vida.

E hoje, especificamente, a gente quer voltar, então, o olhar para esta doença rara: síndrome do X frágil. As famílias vão apresentar o ponto de vista, a psicóloga também vai apresentar, a Dr. Luz vai apresentar, do ponto de vista da psicologia, e o Dr. Natan, do ponto de vista desse apanhado geral do Ministério da Saúde.

Agradeço novamente a participação, o apoio da Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e também dos meios de comunicação do Senado, que sempre transmitem essas iniciativas para o Brasil todo, o que é uma forma de conscientizar e sensibilizar também a comunidade.

Passo, em primeiro lugar, então, a palavra – me permita chamá-la de você e pode me chamar de você também, nós estamos entre amigos aqui também – à Sra. Sabrina Muggiati, que é mãe do Jorge, de 21 anos.

Com a palavra, então, Sabrina. Seja muito bem-vinda.

A SRA. SABRINA MUGGIATI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada por estar dando esta oportunidade para a gente, do Instituto, nessa caminhada que a gente já tem há 12 anos com o Jorge...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Permita-me só falar uma coisa, Sabrina: eu acho que está um pouquinho baixo. Se puder verificar... Pelo menos, para mim aqui, está um pouco baixo; não sei se para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Natan, para os outros... Eu acho que sempre... O meu caso já é de um pouquinho de surdez, mas o dos outros, eu não sei.

A SRA. SABRINA MUGGIATI (*Por videoconferência*.) – Agora melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Talvez um pouco mais alto também.

Com a palavra, Sabrina.

A SRA. SABRINA MUGGIATI (*Por videoconferência*.) – Agora está melhor?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está melhor.

A SRA. SABRINA MUGGIATI (*Por videoconferência*.) – Então, em primeiro lugar, eu queria agradecer a oportunidade que o senhor está dando para a gente do Instituto Buko. Faz doze anos que estamos nessa caminhada do diagnóstico da síndrome do X frágil, que eu descobri com o Jorge, meu filho, que tinha oito anos de idade. Aí começou, posso dizer, uma saga, uma caminhada longa até chegar aos dias de hoje, em que ele está com 21 anos.

Em primeiro lugar, um bom dia a todos, bom dia ao Senador Flávio Arns. Quero cumprimentá-los e estendo o cumprimento a todas as demais autoridades presentes. O meu bom dia também aos meus colegas, companheiros e a todos que estão participando dessa mesa.

Eu me chamo Sabrina Muggiati, idealizadora do Programa Eu Digo X, que faz parte do Instituto Buko Kaesemodel.

O meu filho Jorge, o caçula da família, nasceu em 2004 e, em seu primeiro ano de vida, foi saudável como quase toda criança. Quando ele completou um ano, porém, começaram a surgir os primeiros sinais de que havia coisas diferentes. Aos cinco anos, veio o primeiro diagnóstico: o autismo.

Ninguém está preparado para receber a notícia de que seu filho viverá para sempre com uma condição. A sensação foi de desespero, de não saber o que fazer, de não saber onde procurar ajuda, de não saber como seria o futuro do Jorge. Depois veio a dor de suportar o preconceito, o medo de ter que esconder o meu filho de todos. Senti tristeza e revolta. Mas o coração de mãe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me dizia que havia algo a mais. Foi uma verdadeira peregrinação por consultórios médicos e de outros profissionais de saúde: neurologistas, psicólogos, fonos, terapeutas ocupacionais. A falta de um diagnóstico claro era mais difícil. Depois de um ano de buscas e de muitos dias de angústias, encontrei neuropediatras que mudaram a minha vida.

Já quando o Jorge fez 8 anos, fechou-se o diagnóstico da síndrome do X frágil, uma condição genética que causa o atraso do desenvolvimento intelectual. Eu sabia que precisava reagir e buscar informações. O Jorge era quem mais necessitava de ajuda. Embora o diagnóstico tivesse abalado a mim e à minha família profundamente, ele também nos deu um rumo.

A síndrome do X frágil é uma condição que demanda tratamento específico e um ambiente acolhedor e compreensivo. O diagnóstico deu uma clareza do que precisávamos e nos deu um nome. Agora, nós tínhamos um foco, nós sabíamos o que pesquisar, quais terapias iriam ajudar e como orientar a escola e a família. Foi assim que me dei conta de que precisava fazer algo para que outras famílias não passassem pelo que nós passamos.

Decidi, então, com a minha irmã Rafaela Kaesemodel, usar nossa experiência para divulgar, informar, conscientizar a sociedade sobre a síndrome do X frágil. Foi assim que, somente em 2014, nasceu o Programa Eu Digo X, do Instituto Buko Kaesemodel.

Sei o quanto é difícil encarar a realidade e a tristeza que me levou ao fundo do poço. Eu soube que a condição do meu filho não tinha cura. Precisei de apoio para realizar e descobrir que o medo e a falta de iniciativa podem ser piores que o preconceito.

Eu quero ajudar os pais, as crianças e a sociedade que vivem o mesmo que eu e o meu filho vivemos.

Ainda em 2014, convidamos o cantor Daniel, que era o Embaixador das APAEs no Brasil, para apadrinhar o programa, atrair visibilidades para a síndrome do X frágil, que é fundamental para transformar a nossa causa em um movimento real e duradouro, com o envolvimento da sociedade, através de debate e de construção de políticas públicas que atendem a pessoa com doenças e síndromes raras.

Assim, a criação do Dia Nacional da Conscientização da Síndrome do X Frágil se faz tão necessária. Mais do que uma data de calendário, a conscientização promove o diagnóstico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precoce, ajuda a identificar sintomas, discute métodos de prevenção e opção de tratamento. É um dia para falar abertamente, reduzindo os estigmas, além de mobilizar recursos e conquistar apoio. Um dia nacional é, acima de tudo, a oportunidade para celebrar a luta e a esperança de quem tem e de quem vive com a síndrome do X frágil.

Caro Senador Flávio Arns e demais autoridades, faço um apelo, como mãe, para que olhem com carinho para a causa do X frágil. A jornada das famílias com a síndrome não é fácil, mas o amor, a informação e o apoio fazem toda a diferença. Nós contamos com os senhores para a criação do Dia Nacional da Síndrome do X Frágil.

Um abraço e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom, Sabrina Muggiati.

Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o instituto pelo trabalho, pela referência, pela dedicação de tantos anos. Já tive a oportunidade de estar com vocês também, visitando e vendo o trabalho maravilhoso, e incentivo as pessoas do Brasil a olharem para o instituto e o trabalho de fôlego – né? –, de competência que é desenvolvido por toda a equipe. Parabéns de novo, agora publicamente, Sabrina Muggiati e todos e todas que nos acompanham.

Eu passo em seguida a palavra ao Francisco Zélio de Menezes Júnior, de Fortaleza, Ceará. Seja muito bem-vindo também, Francisco. O Francisco é o pai do José Nicolas, de 14 anos.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, em nome do José Nicolas, estou aqui com a minha esposa Valesca Vasconcelos.

Agradeço o espaço.

Agradeço, inicialmente, à Sabrina e à Luz, pelo trabalho maravilhoso que elas desenvolvem.

Resolvemos fazer uma apresentação bem breve para tentar... (*Pausa.*)

O.k. Bom, vou tentar mostrar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Eu vou dar as boas-vindas à Valesca também, então. Eu tinha cumprimentado você, Zélio, mas estou só cumprimentando a Valesca também. Que seja muito bem-vinda!

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – Obrigada.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Realmente, Senador, das congratulações que o senhor dirigiu à Luz e à Sabrina, realmente, elas são merecedoras, porque elas desenvolvem um trabalho em nível nacional muito importante para conscientização e, principalmente, para que nós possamos, com a experiência delas, conseguir conviver com os impactos que a síndrome causa na família da gente.

Eu fiz uma pequena apresentação, Senador, se o senhor me permite... (*Pausa.*)

Eu acho que está com a... Você pode passar. (*Pausa.*)

Pronto, pode passar.

Inicialmente, a gente vai passar um vídeo para mostrar o quanto a síndrome é impactante na vida dessas crianças. Eu vou, antes do vídeo, colocar o contexto.

Isto aqui foi o ABC do José Nicolas, e as crianças deveriam entrar de acordo com a inicial da letra. Quando chegou a vez do José Nicolas, ele não entrou, e isso causou um tremendo desconforto na gente, achando que ele não fosse entrar. Foi justamente por uma das características da síndrome, que é a...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – Ansiedade.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – ... ansiedade, o nervosismo e a...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – A timidez.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – ... timidez exacerbada. Então, houve necessidade...

Não estão na apresentação. Eu vou tentar compartilhar aqui a tela. Vou tentar compartilhar a tela, porque parece que o vídeo não está... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um minutinho, Senador. Deixe-me passar os dois vídeos aqui. Passo por *e-mail*?

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência.*) – Compartilhe ali. Tente compartilhar mostrando a apresentação.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Vou tentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – O pessoal da Secretaria tem o vídeo? Porque eles podem ajudar a passar também, pela própria Secretaria da Comissão. (*Pausa.*)

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Só um minutinho, Senador. (*Pausa.*)

Eu posso tentar compartilhar minha tela. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem.

Agora, não está na tela cheia, não é? Está na...

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Vocês conseguem visualizar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Só o título: "Síndrome do X frágil", mas a tela não está cheia, na parte... Primeiro tem que colocar na tela cheia. O pessoal da Secretaria da Comissão pode auxiliar. (*Pausa.*)

Conseguem...?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – Se você concordar, Francisco, a gente poderia passar para a Alessandra, e, enquanto isso, a Secretaria da Comissão e vocês acertam a exposição. Pode ser?

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência.*) – É, mas já voltamos aí, Valesca e também Zélio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Passamos a palavra para a Alessandra Duarte, do Rio de Janeiro, que é representante de grupo de familiares da síndrome do X frágil e mãe de Alessandro, de 23 anos. Então, a Alessandra Duarte está conectada?

A SRA. ALESSANDRA DUARTE (*Por videoconferência*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Está lá presente. Então, com a palavra Alessandra.

Enquanto isso, o Zélio e a Valesca interagem aí com a Secretaria da Comissão, só para acertarem o vídeo, que é muito importante.

A SRA. ALESSANDRA DUARTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos.

Como foi apresentado, eu sou Alessandra Duarte. Eu sou coordenadora do grupo da síndrome do X frágil no Facebook, e já faz 14 anos que eu criei esse grupo, que começou pequenininho ali, como uma formiguinha, mas, passados alguns meses, foi crescendo com as demandas das mães.

Eu tenho um filho de 23 anos, e, como a Sabrina disse, no primeiro diagnóstico sempre vem o autismo, exatamente pela falta de informação de muitos profissionais que até hoje ainda não conhecem profundamente para poderem fazer um diagnóstico certo. Então, há a necessidade de ter um dia nacional da síndrome, como o senhor explicou perfeitamente no começo, o que vai fazer esse dia ser divulgado e esses profissionais poderem ter mais conhecimento da síndrome e não atrasar esse diagnóstico da síndrome do X frágil, não colocando só o autismo, porque há casos de autistas com a síndrome do X frágil, assim como há autistas que não têm síndrome do X frágil, como em outras síndromes também.

As demandas das mães no grupo são, como eu sempre vejo e como já foi abordado, a dificuldade do diagnóstico e a dificuldade do acesso a um médico que possa encaminhá-las para fazer um exame, aonde ir fazer esse exame. Normalmente as suas cidades não têm um local próximo para que elas possam chegar e ter esse exame. Elas têm que viajar quilômetros para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir chegar a um local, e demora anos ou, às vezes, um ano para conseguir uma data para ir a um local para fazer um exame. O instituto tem ajudado muito essas mães lá no grupo, e, desde que a que a Sabrina e a Luz Maria vieram participar conosco, elas nos têm auxiliado bastante.

E também a necessidade dessas mães é com as terapias para os seus filhos, já que elas não encontram locais também perto de suas casas. Há demanda também de os profissionais escolares terem conhecimento de como ajudar esses seus filhos ou também de as crianças pequenas que ainda não estão na idade escolar possam ter acesso a uma atividade ou a uma terapia antes da idade de chegarem à escola. O meu filho começou a fazer terapia muito cedo, isso foi o que ajudou muito a ele no seu desenvolvimento, mas nem todas têm condições de encontrar um lugar ou de pagar uma instituição que possa auxiliar essas crianças.

Até elas mesmas, as mães, não sabem como lidar com os sintomas dos seus filhos. Elas ficam fazendo perguntas: "Meu filho faz isso, ele morde a camisa, ele morde a mão, ele se arranha. Como é que eu posso ajudá-lo a não fazer isso? Como eu posso ajudá-lo a conseguir se controlar?". Então, elas também precisam desse apoio de uma instituição ou de um médico para também ajudá-las a acolher os seus filhos em casa também. Eu acho... Há necessidade de parceria casa, escola e médico, de ter essa junção, porque é uma equipe, é uma junção que vai conseguir auxiliar essas famílias, essas crianças.

Elas também veem uma necessidade: depois que acaba o horário escolar, as crianças vêm para casa e ficam sem ter uma atividade ao fim do horário escolar. Seria também bom uma atividade depois da escola, para que elas tenham um dia mais cheio, mais ativo.

As mães não conseguem arrumar trabalho, porque têm que estar à disposição para o cuidado dos seus filhos. Elas não podem trabalhar, porque têm que levar os filhos para alguma terapia, para a escola, pegá-los.

E há a dificuldade de entrar num ônibus com uma criança com necessidade especial. É muito difícil, porque a transição para lugares é difícil para eles. Imaginem ônibus cheios com uma criança que não gosta de estar apertada, que não gosta de ter barulho em volta deles. Então, elas também têm dificuldade com o transporte. Muitas pessoas não têm seu carro próprio, porque é difícil, claro, para todo mundo. Eu sei que há hoje em dia leis que auxiliam as pessoas até para comprar um automóvel, para ganhar desconto quando especiais, mas o transporte público adequado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas crianças que têm necessidades especiais para ir para a escola talvez ajudaria essas mães a conseguirem levar os seus filhos à escola sem tanta dificuldade. Ter uma assistente dentro do ônibus junto com o motorista talvez também seria um bom suporte para essas mães que veem a dificuldade. Eu já tive casos no grupo de mães falando: "Eu deixei de levar meu filho para a escola, porque eu não consigo entrar com ele no ônibus; ele não sobe, ele grita, ele fica nervoso, porque às vezes está cheio".

É sobre essas demandas com que elas ficam perdidas e me perguntando: "Onde que posso encontrar uma assistência para o meu filho, uma assistência para mim?". E é desesperador ver que muitas delas não conseguem ter uma resposta. E, graças ao Instituto Buko, que tem auxiliado muito essas mães, elas têm tido acesso a mais informações também até para o resultado de exames.

Fica aqui o meu apelo para que seja instituído o dia nacional, para que possa ser divulgada amplamente pelo Brasil a síndrome do X frágil, para que os profissionais conheçam a síndrome do X frágil, que as escolas tenham mais profissionais a respeito do autismo. E não é só sobre o X frágil, mas toda a situação, porque não é só a demanda do X frágil; é importante a informação dos profissionais médicos, escolares e terapeutas. Então, esse é o meu apelo.

No nosso grupo, nós já temos, mais ou menos, umas 3 mil mães com filhos especiais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Alessandra, parabéns pelo trabalho, pela dedicação, pelo comprometimento com a causa, com essa dedicação para orientar as pessoas que a procuram em um grupo tão grande. Imaginem só: 3 mil pessoas já no grupo. E realmente eu penso que o dia nacional lança um foco sobre esta área, e temos que trabalhar bastante junto com o Natan para termos, na saúde, políticas públicas, mas não só na saúde: na assistência, na educação, na cultura, no esporte, quer dizer, uma política pública que permeia – não é, Alessandra? – todas as áreas. Parabéns!

Eu volto a palavra agora ao Francisco Zélio de Menezes Júnior, lá de Fortaleza. Ele está participando junto com a Valesca, ele é o pai do José Nicolas, de 14 anos. Deu um problema agora há pouco com o vídeo, mas parece que já está resolvido também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Zélio.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, agradeço mais uma vez.

Como eu estava colocando, contextualizando, isto aqui foi o ABC dele, e ele deveria entrar de acordo com a inicial da letra. Quando ele não entrou, por conta de uma das características da síndrome, que é a questão da ansiedade, a questão da timidez, uma amiguinha dele foi lá junto com a professora...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – No final.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – No final, ele ficou para o final, e a família toda ficou muito...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – Apreensiva.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – ... apreensiva, e, como se fosse uma apoteose, como se fosse um filme, ele surgiu no final.

Eu queria que a Secretaria, por favor, passasse o vídeo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.)*

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Isto aqui foi quando a coleguinha dele foi lá buscá-lo. Este aí é o Nicolas. E você vê que ele sai correndo aí, até puxando a amiguinha dele...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – Para terminar logo.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – ... para terminar logo e chegar lá no palco.

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – Ele entendeu tudo o que estava acontecendo, mas era muito tímido... Aliás, é muito tímido.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Aí tem o outro vídeo. Se a Secretária conseguir passar... Caso contrário, a gente pode continuar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – ... vencer, no dia a dia, a questão do desconhecimento da síndrome.

Se a Secretária puder passar lá a apresentação, eu agradeço. Caso contrário, a gente pode continuar conversando aqui, porque uma coisa de que a gente sabe muito é o dia a dia de uma família que tem algum parente com X frágil.

No geral, Senador, são dias desafiadores, são dias que, principalmente, nos ensinam bastante, não é?

Pode passar.

E isto aqui são os impactos gerais na vida da família: o preconceito, a dificuldade, Senador, de matrículas em escola...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência.*) – Sim.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – Não é?

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência.*) – A escola simplesmente rejeita. Então, como do Nicolas a gente só teve diagnóstico perto de três anos, ele já estava em uma escola e continuou até a quinta série, mas para ir para o sexto ano foi difícil demais. A gente não conseguiu nenhuma... A gente ainda conseguiu, porque...

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – É, eu era, eu sou amigo do diretor de certa escola aqui em Fortaleza, e a gente conseguiu fazer com que ele iniciasse a educação. Eu sei que nós temos nossos direitos, mas...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência.*) – É difícil. Eles praticamente nos convidam a sair todo ano. Ele vai fazer o ensino médio no próximo ano, e eles já dizem: "Olha, geralmente, as famílias tiram da escola. Vai até o nono ano". Então, a gente está insistindo para que eles fiquem com o Nicolas no ensino médio. Então, é muito desafiador.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência.*) – A dificuldade de rede de apoio, Senador... É muito ainda incipiente, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria pode passar, por favor.

A rotina escolar, convivência, as emoções... São crianças, Senador, que, no geral, não possuem aquela convivência de amizade. Então, elas são muito sós.

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – Ele se percebe diferente, ele fica olhando as crianças brincarem, né? E fica só de lá... Ele se senta no banco e fica olhando. Ele entende que não consegue, porque a comunicação... Ele não consegue falar direito. A gente o entende, mas a maioria das pessoas, não. E ele não consegue se inserir. Por mais que a pessoa venha e fale... No máximo, o que falam é: "Bom dia, Nicolas, tudo bem?". Um abraço e acabou.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Essas são as rotinas gerais, né?

Se a Secretaria pudesse passar...

Só para se ter uma ideia de o quão importante é a criação de um dia nacional de conscientização do X frágil.

Se a Secretaria pudesse passar esse eslaide, por favor.

A família da Valesca é oriunda de Morrinhos, uma pequena cidade com 2 mil habitantes aqui no interior do Ceará. E ela tem vários primos que, na nossa ignorância, nós não sabíamos do que eles eram acometidos. Todos achavam que... Na época, falavam que tinha sido uma doença quando criança, tinha sido uma comida, uma febre que tinha dado... Só que, depois que nós descobrimos o Nicolas, nós entendemos que os primos delas – e são vários – são acometidos, na verdade, da síndrome do X frágil. Com isso, nós conseguimos fazer um mapeamento familiar e conseguimos, em reunião com a família... Esses aqui são os primos dela, né? Todos com as características do X frágil. Por isso, da importância, Senador, que nós falemos, sim, da questão da conscientização e da criação do dia nacional do X frágil.

Pode passar, por favor?

Eu quero encerrar... Só mais... Não sei se vai conseguir passar as fotos, para a gente concluir.

Pronto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse aqui é o Nicolas, né? Você o vê aqui em vários momentos de alegria. Foi ele que pediu – ele viu quando a gente estava fazendo a apresentação – para colocar "o rei das aventuras". Mas ele também tem dias de crises.

Pode passar. Pronto.

São crises em que a família tem que estar sempre presente...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – ... tentar se organizar antes, ver a previsibilidade, porque se sabe que ele vai ter... Se é o novo, ele vai ter a crise. Então, a gente tem que saber como lidar em cada momento.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Com isso, Senador, aqui concluo nossa apresentação. Muito obrigado.

E reforço os agradecimentos à Sabrina, à Luz, a todos que fazem parte do instituto – fazem um trabalho maravilhoso – e reforço também realmente a necessidade da criação do dia nacional da conscientização do X frágil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bom. Depoimento importante.

Vocês trazem os desafios maiores, realmente, que uma família enfrenta quando é identificada uma criança que apresenta a síndrome do X frágil, necessidade de conhecimento da área, do mapeamento familiar, para que possa haver, nesse sentido, o aconselhamento genético, o aconselhamento familiar sobre o caso, os desafios na educação, os momentos de crise, como abordar tudo isso. Então, é um depoimento assim... Eu sempre valorizo muito o depoimento da família e da pessoa, porque vocês estão vivendo o dia a dia dessa situação. Nada melhor do que vocês apontarem as necessidades, as fragilidades, os desafios, os anseios do que deva acontecer.

Vamos em frente, Valesca e Francisco! E deem um abração no José Nicolas depois também.

Era a camisa do Fortaleza? (*Risos.*)

Tem que torcer junto pelo Fortaleza aí para melhorar também, né? Está meio complicado neste ano aí, tem que dar uma força.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – O pulso ainda pulsa! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Tem que dar uma força para o time. Uma festa muito bonita, inclusive com a participação da Natuza Nery, né? Que bom!

Passo em seguida a palavra, então, a Luz Maria Romero, psicóloga e gestora do Instituto Buko Kaesemodel.

Seja muito bem-vinda também, Luz. Está com a palavra.

A SRA. LUZ MARIA ROMERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador. Bom dia.

Bom dia, Dr. Natan, Valesca, Zélio, Alessandra. Agradeço muito por vocês, como sempre, estarem dispostos a participar junto às atividades do instituto.

Eu escutei no início as perguntas e comentários que o pessoal enviou e acredito que, na nossa apresentação, conseguiremos dar algumas das respostas, mas a gente se compromete a entrar depois em contato com cada um e dar mais informações, inclusive enviar materiais que acredito possam ser interessantes e de utilidade para essas pessoas.

A Gabriela vai me ajudando a passar a nossa apresentação.

Há mais de 14 anos, como a Sabrina falou, o Instituto Buko Kaesemodel, trabalha em várias áreas, em nível nacional, através do nosso Programa Eu Digo X, em atividades de apoio, auxílio aos processos de difusão, informação, diagnóstico, rastreamento, educação e cuidados, bem como de apoio a pesquisa científicas, tanto em X frágil quanto em autismo sindrômico.

Das várias de nossas áreas, eu acho que uma das mais importantes – inclusive, a Alessandra, o Zélio e a Valesca falaram disso – é a do apoio ao diagnóstico. Essa é uma das nossas principais atividades. O Senador falava agora há pouco sobre esse suporte familiar que a gente consegue dar com o aconselhamento genético às famílias. E, entre as perguntas que enviaram, falava-se a respeito de capacitação de médicos e de professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma área, já há muitos anos – Sabrina e eu nos encarregamos dessa parte –, que é a de ensino e conscientização pública não só de médicos, e sim de professores, enfim, cuidadores, qualquer pessoa que esteja interessada em saber a respeito da síndrome.

A nossa missão é promover a garantia do direito à saúde das pessoas com síndrome do X frágil e autismo através de todas essas nossas atividades.

Em nossa visão, queremos ser a referência no compartilhamento dessas informações, na produção e na disseminação de conhecimentos claros, científicos sobre a síndrome, sempre seguindo nossos valores, entre eles equidade, cidadania, ética e compromisso socioambiental. O X frágil é uma condição genética e hereditária que afeta diretamente o desenvolvimento, a fala e o comportamento. Zélio e Valesca falavam agora sobre o José Nicolas, que é o mesmo caso do Jorge e do Alessandro. A fala é uma das habilidades mais afetadas neles.

Essa síndrome é causada por uma mutação do gene FMR1 e no cromossomo X. Essa mutação inibe ou reduz a produção de uma proteína sumamente importante, quando o feto está em formação, e é a principal causa de deficiência intelectual hereditária e, muitas vezes, associada ao autismo sindrômico. Quase 60% de nossos pacientes têm a associação dessas duas condições.

O diagnóstico – quanto mais precoce, muito melhor – é feito através desse exame molecular PCR para X frágil. Existem outras técnicas, mas essa resulta ser muito eficiente e uma das mais econômicas, apesar de, como a Alessandra falava, terem famílias sem acesso pois moram em cidades superpequenininhas.

Hoje, nós conseguimos, graças a uma parceria que temos com o DB (Diagnósticos do Brasil), daqui do Paraná também, alcançar essas famílias. Então, temos toda uma logística junto com eles em que podemos acompanhar e ajudar essas famílias em qualquer lugar do Brasil para a realização desse PCR.

O diagnóstico precoce, aliado ao estímulo e a tratamentos adequados, vai ter uma grande influência no prognóstico dessas pessoas. A expectativa de vida de nossos pacientes é igual à de qualquer pessoa atípica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós trabalhamos, como o Zélio e a Valesca fizeram na família da Valesca, fazendo isso com as nossas famílias para, dessa forma, conseguir orientá-las para saber quem dos membros da família precisa ser testado para ter o diagnóstico preciso.

Quando um homem é portador da síndrome, ele vai passar para todas suas filhas mulheres, como pré-mutação, mas não vai passar para seus filhos. Agora, já uma mulher tem 50% de chances – olhem só que porcentagem tão alta – de passar esse gene alterado para sua próxima geração, tanto meninos quanto meninas. Um a cada 3 mil meninos nasce com a síndrome do X frágil, e uma a cada 6 mil meninas. Esses números não são nossos. A gente acompanha a literatura feita por pesquisas em nível internacional.

Como falei agora há pouco, o programa Eu Digo X busca criar essa rede de apoio e pesquisa por meio de parcerias. E uma dessas parcerias está sendo tentada hoje. Para nós, como a Sabrina falou, o dia nacional é mais do que uma data no calendário, seria uma excelente oportunidade de ter visibilidade para a nossa causa, para que essas famílias possam contar não só com o nosso apoio, porque sabemos hoje que, em nível nacional, somos a única instituição que oferta essas atividades para a família; essa parte de acolhimento, orientação, inclusive orientação psicológica para as mães.

Nossos números. Até dia 11 deste mês, nós tínhamos mais de 1,7 mil pessoas cadastradas aqui no Brasil. Nós temos 1.130 famílias cadastradas, e de 13 famílias brasileiras que residem no exterior também temos o cadastro. Atualmente, já realizamos 4 mil... ou melhor, 489 exames PCR para X frágil em 148 municípios do país.

Nossos pacientes positivos passam de 700. E este é um número sumamente interessante, porque sabemos que, a cada família em que detectamos, mais de um membro vai ser afetado pela síndrome. O próprio Zélio e a Valesca falaram que foram atrás e viram que vários dos primos dela também têm a síndrome. Isso é o que acontece com a gente. Nós temos hoje 477 famílias cadastradas e, dentro desses levantamentos que nós estamos fazendo, vemos que estão cada vez aparecendo mais casos. Como vocês podem observar – e já vamos apresentar números um pouquinho mais detalhados –, na parte Sul e Sudeste é onde nós temos um acesso maior a essas famílias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos em nosso cadastro desde crianças até idosos. Realmente, com a nossa síndrome, como falei no início, o estilo de vida pode fazer com que eles cheguem até a idades adultas, como idosos, com uma saúde muito, muito boa.

Pode passar, por favor.

Olhem só. Não é possível que no Acre, Alagoas, Espírito Santo, enfim, em outros estados, como vocês podem ver aí, em Rondônia, Roraima, não existam casos. O que acontece é que nós não temos tido esse acesso à comunicação com esses pacientes e com os profissionais que os atendem para poder fazer mais robustos os nossos números. E, novamente, insisto: ter uma data nacional poderia nos apoiar a que, nesses estados onde hoje nós não conseguimos esse acesso à informação, isso pudesse ser um pouco mais fácil.

Esta é a nossa equipe e estamos todas aqui: Sabrina, Rafaela, que são as fundadoras do instituto, Gabriela e Ítala.

Muito obrigada pela atenção.

Com certeza, daremos resposta para as dúvidas que foram enviadas e para os comentários, mas, desde já, agradeço muito a presença de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Somos nós que agradecemos a você, Dra. Luz Maria Romero, Psicóloga e gestora do Instituto Buko Kaesemodel. Parabéns pela apresentação, muito clara, muito boa!

Algumas perguntas e comentários que chegam vão além do que está sendo discutido hoje, e a gente sabe que esse é um assunto que traz inúmeras necessidades de debate, como já foi dito: é na saúde, na formação dos profissionais, na identificação precoce, nos desafios da educação, no apoio para as famílias, no controle das características físicas, comportamentais.

Então, é todo um estudo especializado em função da síndrome do X frágil.

O Alan, do Tocantins, por exemplo: "Como ampliar a identificação precoce da síndrome do X frágil no SUS, garantindo o direito à saúde previsto [...] na Constituição?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Raissa, do Mato Grosso, que tinha feito um comentário, mas fez uma pergunta: "Como o Brasil pode melhorar o diagnóstico e o tratamento da síndrome do X frágil para evitar atrasos e aumentar a conscientização?".

A Sandra, do Paraná: "Qual o impacto da síndrome na sala de aula de um curso superior e como a universidade se prepara [...]?".

Não só nos cursos superiores, até, eu diria, em toda a educação, desde a educação infantil até o ensino superior. Mas a Sandra abordou especificamente no ensino superior.

A Andréa, de Pernambuco: "O que está sendo feito para que as faculdades de medicina tenham cadeiras obrigatórias sobre a síndrome do X frágil e outras síndromes, para diagnóstico imediato?".

Esse é um debate, então, nesta Comissão de hoje, o debate está acontecendo sob a ótica dos direitos humanos. Mas essa pergunta é muito importante, relacionada, inclusive, à colocação das conclusões de direitos humanos para a Comissão de Educação fazer este debate com as instituições de ensino superior.

O Eduardo, do Tocantins: "Para evitar pseudociência e *fake news* sobre esse tema tão importante da saúde pública, [...] [é importante a participação dos geneticistas]". Sem dúvida alguma, muito importante também.

E temos que continuar. O debate não pode se esgotar numa audiência.

Por isso, inclusive, o dia nacional de conscientização, para todas as áreas se ocuparem dessa discussão sobre o tema.

A Eli, de Goiás: "Excelente esclarecer, principalmente para nós, o público que trabalha com educação inclusiva".

Agora eu queria levantar aqui até uma questão que resume o que todos nós também estamos falando, que é do Cristiano, do Rio Grande do Sul: "Descobri a síndrome do meu filho por sorte, em conversa de bar com colega, a sobrinha me alertou sobre as características do Mano [Mano com letra maiúscula, o nome]. Poucos sabem".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por isso, o dia nacional, para discutirmos ainda melhor e mais sobre as necessidades da área.

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Natan Monsores de Sá, que é Coordenador-Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

Seja bem-vindo de novo!

O Dr. Natan tem participado muito das audiências públicas, porque é uma preocupação esta abordagem de doenças raras em todas as Comissões do Senado, até do ponto de vista de ciência e tecnologia, na Comissão que eu presido. Nós já estamos discutindo também, como tema prioritário, a área de doenças raras.

Então, com a palavra o Dr. Natan.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador Arns, pelo convite. É sempre um prazer estar aqui com o senhor fazendo esses debates que são extremamente relevantes para a nossa população, em particular as pessoas que são afetadas, vivem, convivem cotidianamente com pessoas com doenças raras.

Escutei atentamente aqui a palavra de todos, a equipe do instituto, os pais, a psicóloga, e eu queria já trazer algumas notícias, Senador Arns. Eu acho que... Não sei se todos acompanharam, mas, de sexta-feira para cá, de quinta-feira para cá, o Ministério da Saúde... O Ministro Padilha pessoalmente tem feito a divulgação da questão da avaliação precoce de autismo, do espectro autista dentro do SUS. O Sistema Único de Saúde começa a implementar um protocolo para rastreamento diagnóstico precoce do autismo em crianças a partir de 16 meses de idade.

Esse trabalho não é coordenado por mim; há uma Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência, que tem estado à frente disso, e obviamente a gente fornece os apoios técnicos necessários. Mas há uma nova diretriz sendo implementada, que envolve alguns instrumentos que permitem, durante a consulta pediátrica, durante a consulta de enfermagem também pediátrica, em que se acompanha o desenvolvimento infantil, aplicar algumas dessas escalas para tentar identificar precocemente, preferencialmente entre 16 e 18 meses de vida, se essa criança tem sinais de que ela está inserida dentro do transtorno do espectro autista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa análise, como todos relataram aqui, é extremamente importante, porque ela vai permitir, na medida do possível, o início imediato de intervenções terapêuticas, que a gente espera que as secretarias de saúde, os estados, os municípios consigam ofertar, estender para as suas populações: as terapias comportamentais, as intervenções precoces em fonoaudiologia, a questão de comunicação, de habilidades sociais, que já foram citadas aqui e que em alguma medida vão garantir a qualidade de vida dessas crianças.

Então, a gente tem trabalhado, enquanto Secretaria de Atenção Especializada, junto com as outras secretarias do Ministério da Saúde, em implementar medidas para tentar democratizar o diagnóstico, tornar esse diagnóstico mais acessível para todas as pessoas. Essa implementação dentro do SUS certamente permitirá que crianças de todas as classes sociais, de todas as origens tenham a mesma oportunidade de diagnóstico e acesso a essas intervenções.

Obviamente, para que essas escalas sejam implementadas e que esse diagnóstico aconteça, a gente vai precisar de fortes parcerias nos estados e nos municípios, porque grande parte desse trabalho acontece lá na atenção primária, lá no município, quando um médico de família, quando um enfermeiro, quando um pediatra associado a um ambulatório acolhe essa criança. Mediante o uso desses instrumentos – que a gente começa a orientar na Caderneta da Criança, a orientar de forma técnica para as secretarias de saúde –, essas equipes conseguirão identificar esses sinais precoces e aí encaminhar essas crianças para uma avaliação mais especializada.

No caso do X frágil, da síndrome do X frágil, como já foi falado aqui, esse é um autismo sindrômico, uma condição que está relacionada a uma alteração genética importante. Essa alteração está relacionada a um fenômeno genético específico, uma alteração molecular específica, que é uma repetição de letrinhas lá do DNA, CGG, são três letrinhas que vão se repetindo dentro do material genético dessas pessoas. Isso permite a gente classificar essas mães, esses pais, essas pessoas como pessoas que têm pré mutação, são portadores dessa condição; e aquelas que têm a mutação completa, vão ter mais de 200 repetições dessa sopa de letrinhas, de fato, vão precisar de suporte, vão precisar de orientação clínica especializada.

A síndrome do X frágil varia muito em gravidade, varia muito em manifestação, como já foi dito aqui por todos que me antecederam. A gente tem, desde esses sinais como deficiências intelectuais leves, algumas alterações de aprendizado importantes, TDAH, ansiedade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comportamentos que, às vezes, fogem àquele padrão de "normalidade", entre aspas, esperada para as crianças.

Enfim, o manejo adequado, orientado por uma boa equipe de saúde, orientado também nessa parceria da saúde com a escola, pode trazer melhora em qualidade de vida para essas crianças, mas aí vêm as questões que todos aqui trouxeram: a gente ainda tem no Brasil algumas limitações no que se refere a diagnóstico de autismos sindrômicos. Então, boa parte desses autismos vão requerer uma estrutura de laboratório para que esse diagnóstico aconteça. Foi citada a reação de polimerase em cadeia, que é um exame do material genético. A gente tem testes um pouquinho mais modernos que também podem auxiliar nesse diagnóstico.

Nessa área de genética e biologia molecular, Senador, é tudo uma sopa de letrinhas. Tem uma técnica chamada MLPA, que é um tipo de análise de material genético que permite olhar essas repetições com um pouquinho mais de precisão.

A gente também começa a disponibilizar a questão de sequenciamento de material genético, e aí é que eu posso trazer algumas boas notícias: agora, no mês de setembro, começou a funcionar o nosso *hub*, o nosso laboratório centralizador para fazer parte desses diagnósticos das deficiências intelectuais. Então, lá no Instituto Nacional de Cardiologia do Rio de Janeiro, agora, em setembro, começamos a rodar, obviamente, ainda numa modalidade de piloto... A gente precisa, até outubro e novembro, entender se não há nenhuma falha de processo, nenhuma falha de coleta, de logística de envio de amostras, mas a nossa pretensão é que, até janeiro ou fevereiro, todos os serviços de referência em doenças raras consigam encaminhar amostras de material genético para a realização desses exames gratuitamente no SUS, pelo SUS.

As equipes do Instituto Nacional de Cardiologia estão ativamente trabalhando sob a nossa supervisão, com a nossa orientação aqui enquanto Coordenação de Doenças Raras, para que esse trabalho alcance a totalidade dos serviços.

Mas, ainda assim, nós ainda enfrentamos alguns desafios. Hoje, no Brasil, são 37 serviços de referência em doenças raras, mais uns 30, entre 30 e 40, ambulatórios de genética espalhados principalmente nos hospitais universitários, que conseguem acolher as crianças com suspeita de X frágil ou com esses autismos sindrômicos para um exame, para uma avaliação um pouquinho mais de perto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente ainda tem algumas barreiras para vencer. Então, a questão das filas, a questão da regulação, a regulação do acesso, esse tempo entre a suspeita até chegar a uma consulta especializada para que a criança, de fato, receba um diagnóstico preciso que oriente a conduta, isso tudo tem sido trabalhado aqui internamente no Ministério da Saúde.

Mas, como eu sempre tenho dito, Senador, o Ministério da Saúde é uma andorinha – apesar de ser uma andorinha grande –, mas a gente precisa muito das parcerias estaduais e municipais para dar capilaridade a essas ações.

Eu, por fim, para ir encerrando aqui a minha fala, para não me estender muito e ouvir as pessoas, queria lembrar que a gente também tem os centros especializados em reabilitação, que são unidades especializadas em acolher as crianças com deficiência intelectual para poder realizar as terapias comportamentais, as orientações em fonoaudiologia, enfim, todos os trabalhos relativos às condições que acabam afetando as crianças, os adultos com X frágil: a questão das convulsões, a questão das dificuldades de alimentação, a questão da autoagressão, que foi citada aqui também.

Mas é importante também lembrar duas outras características que as pessoas com X frágil têm, e a gente tem começado a fazer orientações aqui um pouquinho mais pontuais para essas deficiências intelectuais, para essas condições que estão dentro do espectro autista.

Então, várias dessas condições vão ter, por exemplo, desdobramentos mais graves sobre a saúde. Então, por exemplo, as crianças com X frágil – os pais que estão aqui sabem bem disso – podem ter uma predisposição maior a ter infecções de ouvido, a ter sinusite, e isso vai precisar de um cuidado. Uma parte dessas crianças vai ter também alterações cardíacas importantes. Então, daí a importância do acompanhamento pediátrico; o teste do coraçãozinho; a equipe de saúde lá do município, lá do estado auscultar essa criança para ver se ela não tem um sopro no coração, por exemplo.

Então, é um trabalho de rede, é um trabalho integrado, tá? Mas só para trazer aqui um apoio às famílias, a Coordenação de Raras se coloca aqui à disposição para o diálogo, para a parceria, e a gente concorda com todos vocês. A criação desses dias alusivos ao X frágil, às outras doenças raras é importante para gente gerar essa conscientização da nossa sociedade a respeito das doenças raras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo isso na condição também de professor universitário. A gente tem trabalhado nos bancos das universidades não com a ideia de criar uma disciplina para doenças raras, mas, veja, o professor de Cardiologia, de Cardiologia Pediátrica pode falar das alterações cardíacas; o professor de Infectologia pode abordar a questão das fragilidades imunológicas das crianças com X frágil. Enfim, o professor de saúde mental pode tratar da questão aí comportamental, da questão, enfim, relacionada às alterações sensoriais que essas crianças vão ter. Enfim...

Então, hoje, no campo da saúde, a formação dos profissionais passa muito mais por corredores disciplinares do que, de fato, pela criação de uma disciplina. Até para tratar de todas as doenças raras dentro de uma disciplina só seria um grande desafio. Hoje são mais de dez mil doenças diferentes, que envolvem às vezes três, quatro especialidades médicas diferentes para uma única condição. Então, o trabalho que a gente tem que ter é este de sensibilização e de formação, utilizando casos, utilizando exemplos importantes; e, mais do que isso, durante a formação desses profissionais de saúde, a gente estimular os preceptores, os professores, que coloquem os alunos para frequentar estes ambulatórios: os ambulatórios de genética, os ambulatórios de doenças raras, os ambulatórios de autismo, que começam a se organizar, para que esses novos profissionais em formação se sensibilizem em relação a toda a diversidade que a gente tem de doenças raras. E aí, novamente, o Ministério da Saúde, a Coordenação de Raras, que é bem nova dentro da estrutura do Ministério da Saúde... Temos aí três anos agora, dois anos e meio de existência, e, nesses dois anos e meio, a gente tem trabalhado aguerridamente para ouvir todos vocês e tentar endereçar apoio e solução necessários.

Então, Senador, encerro a minha fala, novamente colocando a Coordenação de Raras à disposição, trazendo aqui um abraço do Ministro Padilha para as famílias e, de novo, essa escuta qualificada. Eu gosto sempre de lembrar que, na gestão do Ministro Padilha, que a política de raras surge dentro do Ministério da Saúde. Então, ele tem uma sensibilidade especial, um carinho especial pelas crianças com autismo, com doenças raras, por sua formação enquanto médico e pela sua experiência também dentro do Ministério da Saúde, tá?

Então, fico à disposição aqui de vocês para esclarecer dúvidas e receber as perguntas que sejam pertinentes.

Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradecemos ao Dr. Natan Monsores de Sá, que é Coordenador–Geral de Doenças Raras do Ministério da Saúde.

É também bem lembrado, inclusive para as pessoas que nos acompanham pelo Brasil, que são oito, nove, dez mil doenças raras, nem todas ainda mapeadas, assim como a possibilidade de estudos de cerca de 800 delas, não é? São raras, porém, vamos dizer, são do interesse de cerca de 15 milhões de brasileiros. Pensando que cada brasileiro tem pai, mãe, um irmão, 50, 60 milhões de brasileiros têm interesse no debate desse assunto, não é? Então, são poucas pessoas, mas muitas doenças.

Nós vamos passar agora...

As pessoas querem fazer alguma complementação em relação à fala. Então, vamos, assim, dar um pequeno tempo, de dois a três minutos, para cada um dos expositores também.

Começamos por você, Sabrina, para comentar alguma coisa que você deseja. Vi que você estava também no *chat* com algumas preocupações, que podem ser externadas, não é? Tudo que é levantado aqui é para a gente pensar, estudar, olhar para a frente e ver como encaminhar também.

A SRA. SABRINA MUGGIATI (Para expor. *Por videoconferência*.) – A gente como pai e mãe, sempre pensa no melhor da... Eu digo que o instituto... Eu vejo o Jorge como meu filho, mas as famílias todas, que passam por uma dificuldade muito grande – a caminhada deles é com muita dificuldade... Então, a gente sempre está lutando, nós do instituto, para conseguir alguma conquista, até leis novas – que são feitas –, porque vejo a dificuldade com que chegam na escola, a dificuldade com que eles chegam para conseguir algum tutor... É muito difícil.

Então, claro que eu sei que tem coisas muito importantes, que é difícil as escolas aceitarem, até mesmo na parte do Governo, sei que é muito difícil. Mas nós, aqui, sempre vamos tentar conversar e ver o que a gente consegue para melhorar a qualidade de vida dessas famílias e dessas crianças, para terem um melhor desenvolvimento. Porque eu sempre falo, quanto antes o tratamento, o diagnóstico nos primeiros anos de vida, ou seja, de um ano até nove, dez anos, que é a hora da plasticidade do cérebro, em que eles absorvem, eles ganham mais, é o melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento que eles têm. Depois de nove, dez anos, acaba sendo mais difícil diagnosticar, lidar com eles, ter um ganho de aprendizado...

Então, o que eu falo como mãe mesmo, trabalhando no instituto, e vendo as outras meninas aqui... Eu digo que o instituto é uma família. Nós nos tornamos uma família aqui, e todo mundo trabalha junto. É difícil! Mas vamos devagarzinho, tentando ver o que a gente consegue. É caminho de formiguinha, como a gente sempre conseguiu. Nunca foi atropelado, sempre foi lento e sempre a gente foi tentando e conseguindo alguma coisa para dar o suporte para essas famílias.

Então, sempre estou agradecendo o senhor porque abraçou essa causa, por todos que estão aqui participando nesta mesa. Não tenho nem como agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Desculpe, desculpe até... Mas concluiu, Sabrina?

Desculpe, está tudo bem?

A SRA. SABRINA MUGGIATI (*Por videoconferência*.) – Está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Que bom.

A SRA. SABRINA MUGGIATI (*Por videoconferência*.) – Acho que é isso que eu posso falar nessa minha fala final.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Agradecemos de novo à Sabrina Muggiati, mãe do Jorge, pela participação.

E que bom! Parabéns, de novo, pelo trabalho todo, né?

Passo a palavra a vocês, Zélio e Valesca, lá do Ceará, de Fortaleza. Que bom que vocês estão juntos aí. Isso é possível pela internet, hoje em dia, pela videoconferência, mesmo estando remotamente.

Com a palavra, Zélio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, quero agradecer a sua disposição. Agradecer também à Sabrina e à Luz.

A gente comenta muito que a Luz e a Sabrina não abraçam as nossas crianças, elas colocam no colo. Como é importante o trabalho que elas fazem de conscientização para que a gente possa desenvolver, o máximo possível, as capacidades das nossas crianças.

Dois tópicos que eu quero falar, e serei muito breve, é que, Senador, em pouco tempo – aliás, nós já devemos começar a pensar em políticas públicas para pessoas com deficiência na terceira idade, porque eles estão chegando lá, como a Sabrina e a Luz bem falaram...

Eles são pessoas que têm uma boa saúde, eles desenvolvem boa saúde apesar da síndrome; e também temos que falar da saúde da mulher, porque, quando a mulher é pré-mutada, ela tem várias comorbidades, ela pode desenvolver várias comorbidades, e também é algo que nós devemos e podemos começar a pensar. A Sabrina e a Luz, mais uma vez, fazem um trabalho espetacular, desde um atendimento psicológico até a indicação do que pode vir a acontecer com a saúde da mulher.

Com isso, eu quero concluir minhas palavras, agradecer mais uma vez.

Valesca, se quiser falar mais alguma coisa...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Não, já falou tudo, só agradecer mesmo.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Em nome do José Nicolas, que é o nosso único filho, nossa vida, como a gente sempre fala...

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – É a nossa preocupação, né? Quando a gente não estiver mais aqui, como é que vai ser a vida dele...

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Exato.

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – É nisso que a gente pensa.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – É a preocupação das famílias especiais, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. VALESCA VASCONCELOS (*Por videoconferência*.) – É.

O SR. FRANCISCO ZÉLIO DE MENEZES JÚNIOR (*Por videoconferência*.) – Acho que a gente amanhece, a gente anoitece pensando como é que vai ser a vida dessas crianças.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Muito bem.

Agradecemos, Zélio, Valesca. Um abraço no José Nicolas. A preocupação que vocês externam é uma preocupação das famílias em geral também.

Passamos em seguida a palavra à Alessandra Duarte, que é do Rio de Janeiro – Ceará, Curitiba, Rio de Janeiro, Brasília –, representando o grupo de famílias da síndrome do X frágil, mãe do Alessandro, 23 anos.

Com a palavra, Alessandra.

A SRA. ALESSANDRA DUARTE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero agradecer o convite, a participação. Quero agradecer ao instituto por acolher as famílias. Como representante de um grupo com mais de 3 mil membros, é muito importante estar presente aqui, para que a síndrome continue sendo mais divulgada. Conforme houver mais pesquisas e mais envolvimento, e quando for... Nós já teremos o nosso Dia Nacional do X Frágil, a divulgação, e verão que a síndrome do X frágil não é tão rara como se acha, mas que ela é bem ampla e não é uma raridade.

Então, eu fico agradecida. Estou à disposição, como mãe de um adolescente de 23 anos, com o instituto. Quem quiser ir encontrar o grupo, nós estamos no Facebook: "Síndrome do X Frágil - Fragile X", porque nós acolhemos as dores de todo mundo, pessoas de Portugal, Argentina. Estão aí mães que compartilhamos sempre do mesmo tópico e podemos aprender umas com as outras.

Eu agradeço o seu tempo, Senador, de todos que estão presentes, e a informação é o caminho.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Um grande abraço de novo a você, Alessandra. Parabéns pelo trabalho, abraço no Alessandro também. Continue firme na caminhada, sempre em frente, né? (*Risos.*)

Passo em seguida a palavra à Luz Maria Romero, que é psicóloga e gestora do Instituto Buko Kaesemodel.

A SRA. LUZ MARIA ROMERO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Agradeço novamente essa oportunidade.

É muito animador escutar do Dr. Natan que o SUS começa a abrir mais essa preocupação. Hoje nós sabemos que são pouquíssimos – aliás, dois lugares – onde é feito o PCR por parte do SUS; e saber que estão trabalhando de uma forma séria para que isto realmente chegue nas famílias... Porque, como falamos na nossa apresentação, quando descobrimos uma pessoa em uma família, sabemos que de fato no mínimo de seis a sete a mais vão aparecer, e eles merecem ter essa oportunidade de diagnóstico. Enquanto isso vai caminhando, continuo colocando o nosso trabalho como instituto para que as famílias possam ter informação de qualidade, acolhimento, aconselhamento genético e o exame PCR à disposição em todos os locais do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Agradeço de novo, Luz Maria Romero. Parabéns pelo trabalho seu, mas de todo o instituto, de todas as pessoas, de muita qualidade, muita competência.

Antes de passar a palavra ao Dr. Natan Monsores de Sá, eu quero dizer que a nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa... Sempre lembro isto, que a comunidade pode sugerir legislação a ser apreciada pelo Senado Federal através da legislação participativa. Não há necessidade de 1 milhão de assinaturas, basta sugerir para que as pessoas também se mobilizem e se interessem pelo tema, e a sugestão será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos. A nossa Presidente é a Senadora Damares Alves, do Distrito Federal, que está acompanhando, está presente.

Eu tenho a máxima alegria de passar inclusive a Presidência para ela, assim como Presidente da Comissão, conduzir esta parte final da nossa audiência pública. Eu só quero destacar que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves é uma batalhadora nesta área e em outras áreas fundamentais para a sociedade brasileira, na área da criança, do adolescente, de pessoas com deficiência, dos idosos. A gente pensar que, na Comissão de Direitos Humanos, cidadania, dignidade... Alguém até perguntou: "Não, tem direito à saúde?". Tem direito à educação, à assistência, ao trabalho, ao esporte, à cultura, ao remédio, ao exame genético, esses todos são direitos humanos previstos na Constituição.

Então, Senadora Damares Alves, seja muito bem-vinda também. Tenho a alegria e a honra de passar a Presidência a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Senador Flávio Arns! Estou acompanhando desde o início a forma como o senhor está conduzindo. Depois de mim, eu tenho que passar a palavra para mais alguém ou só falo a final?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Só o Dr. Natan ainda tem que falar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Por videoconferência*.) – O.k. Então, eu quero agradecer a oportunidade de deixar eu presidir um pouquinho e dizer, Senador, da importância de uma audiência desta e da importância de a gente ter um dia especial para fazer campanhas e fazer um trabalho de conscientização. Eu falo por mim e por minha equipe. Quando o Requerimento foi aprovado, a equipe disse: "Mas o que é mesmo isso?". Olha que nós estamos há anos na caminhada, e a realização desta audiência fez toda a minha equipe estudar, buscar, informar-se e aí o óbvio: informação salva vidas, informação é tudo. Então, esta audiência eu acho que veio no momento certo. Nós vamos aprovar o dia nacional, e já quero dizer que eu estou aqui apaixonada pelo Nicolas.

Aos pais do Nicolas, obrigada por terem trazido vídeos tão lindos, imagens tão lindas do Nicolas, e a todas as famílias que estão presentes.

Quero destacar, Senador Flávio, a participação da sociedade civil. Olha só, nós fomos provocados pela sociedade civil. Estamos aqui por causa da sociedade civil. Vocês, quando se unem, a sociedade civil, quando se une, move todos os Poderes. Acreditem, não desistam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoal do instituto, parabéns pelo trabalho! Não desistam.

Na sequência, vamos ouvir o Dr. Natan, para as suas considerações finais. É uma alegria tê-lo conosco nesta audiência.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Damares e Senador Arns, pela oportunidade de estar aqui dialogando.

Sempre que possível, Senadora Damares, a gente, presencialmente ou virtualmente, tenta estar. Nem sempre a agenda ajuda, mas, na medida do possível, a gente está aqui sempre em parceria com as famílias, ouvindo, tentando endereçar soluções que alcancem as necessidades que essas famílias trazem para cá.

Eu só queria deixar a Coordenação de Doenças Raras à disposição de todos – do Senado e das famílias. O nosso *e-mail* é público, o nosso telefone é público. Se vocês buscarem em qualquer navegador, em qualquer buscador, "doenças raras e Ministério da Saúde", vocês acham o nosso contato. Estou aberto, inclusive, para organização de pacientes, para recebê-los para uma reunião, para a gente iniciar diálogos.

Eu queria salientar que recebo o boletim de vocês por *e-mail*, e a gente tem acompanhado as ações.

Então, é isso, Senadora.

Fico à disposição do Senado e desta Comissão, no sentido de tentar apoiar a causa dos direitos humanos.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Dr. Natan. Leve um abraço ao Ministro.

A gente precisa fazer este registro, Senador Flávio Arns: a Coordenação de Doenças Raras tem participado dos debates, que, às vezes, não são tão amenos como foi o de hoje, tão bonito. Às vezes, é briga mesmo, e o Dr. Natan está lá, respondendo às perguntas. A gente sabe a angústia das famílias, a angústia dos pacientes, mas eles não têm se omitido na participação dos debates.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Dr. Natan. É mais um tema para gente estar dialogando agora com vocês. Agradeço ao Ministro, à Secretária, e que Deus os abençoe.

Dr. Natan, só a sua presença aqui já leva tanta esperança para as famílias. Elas saberem que tem alguém lá dentro do ministério que sabe que existe o instituto, que essas famílias estão militando, que elas estão lutando... Só a sua presença nesta audiência já traz muita esperança para as famílias lá na ponta.

Obrigada, e um abraço a todos do ministério.

Senador Flávio Arns, estamos chegando ao final da audiência.

Acho que nós cumprimos o objetivo. Parabéns, Senador Flávio! O senhor tem sido o nosso norte, a nossa inspiração, o senhor tem sido o nosso mestre em todos esses temas.

Eu cheguei ao Senado e, quando decidi ser candidata, disse: "Eu vou para lá porque quero ser colega de Flávio Arns". Já militamos há anos na causa, em momentos diferentes, situações diferentes, e hoje eu tenho a honra de ser sua colega e de estarmos juntos na luta pelas pessoas com deficiência, pelas pessoas com doenças raras.

Nesse exato momento, está acontecendo aqui no Plenário uma sessão solene em comemoração ao Dia Nacional da Pessoa com Deficiência – vamos ter que ir correndo para lá agora, todo mundo.

Eu quero agradecer a participação de todos vocês que participaram desta audiência, que tiraram este momento especial para estarem conosco, das pessoas que estão nos acompanhando. Vocês viram que chegaram muitas perguntas, muita participação pela internet. Obrigada pela audiência.

Senador Flávio Arns, que Deus o abençoe. Mais um tema de que o senhor se torna, dentro do Senado Federal, o padrinho, o embaixador, com certeza, de mais um tema dentro do Senado Federal.

Agradeço à Secretaria. Os meninos trabalharam muito para que tudo desse certo hoje. Essa equipe da Secretaria é extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que Deus abençoe vocês, e vamos embora, agora, vamos embora com a certeza da importância de termos um dia nacional e de, lá na ponta, o Brasil inteiro falar da síndrome e o Brasil inteiro conhecer a síndrome.

Muito obrigada a todos.

Nada mais havendo a tratar, cumprido o objetivo desta reunião, eu declaro esta reunião encerrada, agradecendo a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Pedro Chaves, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Paulo Paim, Tereza Cristina, Damares Alves e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Beto Faro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Sergio Moro, Marcos do Val, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 100/2025 - CDH, de autoria Senadora Augusta Brito (PT/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), REQ 101/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e PL 4381/2023, de autoria Câmara dos Deputados. Finalidade: "Debater e instruir o Projeto de n°.4381/2023 que estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícia e demais órgãos de justiça e de segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência; e institui a Semana da Mulher Indígena". Participantes: Maíra Pankararu, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB; Samela Sataré Mawé, Mulher Terra e comunicadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade – ANMIGA; Márcio de Figueiredo Machado Araújo, Procurador da República no Município de Marabá-PA - representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal; Aureni Fulni-ô, Representante do Povo Indígena Fulni-ô; Giovana Mandulão, Secretária Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas - SEART/MPI; Aléssia Pamela Bertuleza Tuxá, Defensora Pública - representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia; Célia Xakriabá, Câmara dos Deputados; Estela Bezerra, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres; e Sra. Eliamara Terena, Coordenadora de Políticas para Mulheres (representante de: Ministérios dos Povos Indígenas - MPI). Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Augusta Brito
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/23

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde. Boa tarde a todas. Boa tarde a todos.

Eu declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 100, de 2025, de minha autoria, aditada pelo Requerimento nº 101, de autoria da Senadora Damares, ambos aprovados nesta Comissão, para debater e instruir o Projeto nº 4.381, de 2023, que estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícias e demais órgãos de Justiça e segurança pública para atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, nas hipóteses previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), com ênfase nas medidas protetivas de urgência, e institui também a Semana da Mulher Indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania, na internet, pelo senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações também estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Participará presencialmente – agora, já vou começar a convidar a tomar assento –, ela, que ainda não chegou, mas está chegando, nossa Deputada Federal Célia Xakriabá, que foi a autora desse projeto.

Ela está chegando, pediu uns minutinhos. E a gente vai dando início.

Aureni Fulni-ô – vão me desculpando as minhas pronúncias erradas, a minha ignorância aqui –, representante do povo indígena fulniô, pode vir aqui também compor a mesa. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Maíra Pankararu – agora sim, vou aprender –, também seja bem-vinda, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

Sra. Samela Sataré Mawé – eita, não acerto uma, né? Desculpa, gente –, Mulher Terra e comunicadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. (*Palmas.*)

Muito prazer em recebê-las aqui.

Nós temos outras convidadas, e, quando a gente desfizer a primeira mesa, a gente já vai também as convidando para participar.

Eu acho que, presencialmente, só tem mais uma pessoa. Pois vamos botar mais uma cadeira para a gente chamar todos que estão presencialmente para ficar à mesa, por favor, para não ficar só uma fora.

Chamo aqui a Giovana Mandulão, Secretária Nacional de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas. (*Palmas.*)

Vamos ter uma participação também por videoconferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente espreme um pouquinho a mesa aqui, e fica todo mundo à mesa, para não ter problema.

Antes de passar a palavra aqui aos convidados, eu quero ter o prazer de convidar... Cadê aqui o nosso cacique, o nome dele?

O SR. BARABAT KAYAPÓ (*Fora do microfone*.) – Qual deles?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Você mesmo, eu estou querendo lhe procurar. (*Risos.*)

O SR. BARABAT KAYAPÓ (*Fora do microfone*.) – A senhora avisa que os povos caiapós vão fazer uma apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Os povos caiapós irá fazer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eles virão à frente para fazer aqui uma apresentação para esta Comissão, que tem muito orgulho de recebê-los.

Pronto, o Sr. Cacique Ireô pode... (*Pausa.*)

O Sr. Cacique Ireô pediu para fazer a apresentação primeiro, não é? A gente tem o maior prazer aqui de recebê-los e, depois, a gente recebe com o maior prazer aqui os caciques que irão fazer a apresentação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Sejam bem-vindos.

(*Procede-se à apresentação dos povos caiapós.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. A Presidência agradece imensamente pela apresentação dos povos indígenas, do Cacique Ireô Kayapó, dos povos indígenas da etnia caiapó.

Muito obrigada pela apresentação a todos e todas que aqui estão presentes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ele quer falar? Pois eu vou abrir aqui – aqui está tudo podendo –, a gente vai abrir a exceção, porque esta audiência pública é para a gente falar especificamente desse projeto que a Deputada Federal apresentou em relação às mulheres indígenas, do qual eu estou tendo a oportunidade de ser a Relatora e cuja aprovação quero muito que a gente consiga o mais rapidamente possível.

Aqui, há pedidos, já que a Deputada autora não chegou, e eu vou permitir que o Cacique possa fazer uma fala, podendo até usar aqui qualquer um desses microfones, se quiser, antes das nossas convidadas.

Se o Cacique quiser vir para cá, pode usar o microfone. Será um prazer ouvi-lo.

É um prazer, Cacique, ouvi-lo. Seja bem-vindo.

O SR. IREÔ KAYAPÓ (Para expor.) – Muito obrigado, Deputada.

Nós somos da etnia caiapó. É a primeira vez que nós vimos com a delegação dos caiapós. E nós trouxemos um documento para entregar, para dar um apoio para nós, os caiapós do Pará.

Muito obrigado a todos e aos parentes que estão aqui, indígenas.

Muito obrigado e boa tarde. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Pode ter certeza de que a gente vai dar encaminhamento ao documento. A gente vai entregar tanto na Comissão do Senado Federal como, quando a Deputada chegar, eu também vou entregar à Deputada, para ela levar para a Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente, com o mandato, também vou me debruçar sobre o documento que está sendo entregue pelos povos indígenas, especialmente os que vieram lá do Pará para fazer essa entrega.

Podem contar com o nosso apoio aqui do Senado.

O SR. IREÔ KAYAPÓ – Nós temos um problema lá na nossa região da saúde. Alguma liderança trouxe o documento, e é pedido para entregar hoje para encaminhar. Certo?

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Ótimo.

Eu garanto que nós vamos fazer os encaminhamentos. E eu quero o contato, vou pedir para a assessoria pegar o contato, para que a gente possa também dar resposta do que a gente vai encaminhar e para a gente ficar se comunicando. Está bom?

Eu garanto que a gente vai se debruçar e vai fazer o encaminhamento do pedido do povo caiapó. Pode ter certeza.

O SR. IREÔ KAYAPÓ – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Daniella Ribeiro. Bloco Parlamentar Aliança/PP - PB) – Nada. É um prazer.

Que bom, uma audiência pública tão cheia de emoção, tão cheia de sentimento, de pertencimento a que a gente vai dar início agora!

Eu queria falar um pouco do projeto antes de passar para as nossas convidadas fazerem uso da palavra, da importância deste Projeto nº 4.381, de 2023, que estabelece medidas a serem adotadas pelas delegacias de polícias e demais órgãos de Justiça e de segurança pública para atendimento às mulheres indígenas vítimas de violência doméstica e familiar, baseadas na Lei Maria da Penha, com ênfase em medidas protetivas de urgência, e institui também a Semana da Mulher Indígena.

Nós temos aqui vários tópicos que eu elenquei da importância dessa lei. Eu vou citar aqui só alguns para elucidar o debate. Eu quero muito mais ouvir do que falar, obviamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre vários direitos das mulheres indígenas, a gente percebe que todos são pertinentes, obviamente, mas um tem relação ao respeito à sua etnia, aos seus costumes e, ao mesmo tempo, ao apoio necessário para que elas possam ser acolhidas em qualquer delegacia para fazer algum tipo de denúncia.

Como eu disse, eu não quero falar muito. Nós temos aqui a intenção de fazer o mais rápido possível para aprovar esse projeto, mas eu queria também aqui dizer que, lá no Estado do Ceará – eu sou Senadora do Estado do Ceará, para quem não me conhece, já fui Deputada Estadual –, nós aprovamos uma lei, que é a Lei 17.041, que cria a Semana Diana Pitaguary. Diana Pitaguary foi uma índia brutalmente assassinada, um feminicídio – fico arrepiada ainda falando –, em 2019, na frente dos seus filhos. Enfim, lá a gente criou essa lei para que exista exatamente essa semana de intensos trabalhos para falar sobre a questão da própria Lei Diana Pitaguary, sobre o combate à violência contra a mulher indígena, em todas as escolas indígenas do Estado do Ceará.

E aí, já iniciando aqui a nossa audiência pública, com o maior prazer estou tendo a oportunidade aqui de presidi-la, quero aqui passar a palavra para a Sra. Aureni Fulni-ô, que poderá usar seus dez minutos e, se for necessário, a gente acrescenta. Seja bem-vinda.

A SRA. AURENI FULNI-Ô (Para expor.) – Obrigada.

Boa tarde a todos, aos parentes e às mulheres indígenas que estão presentes e aos apoiadores da causa indígena.

Meu nome é Maria Aureni, de origem do povo fulniô, de Águas Belas, em Pernambuco. Há muito tempo já em Brasília, passei por várias esferas nessa defesa de mulheres e meninas indígenas, porque a vulnerabilidade é maior no meio do nosso povo.

Então, estive na Funai como Coordenadora de Gênero, Assuntos Geracionais e Participação Social, há quatro anos, e atuei muito nessa área de violência e conheci de perto as práticas de violência cometidas contra as mulheres indígenas, infelizmente, em todo o território nacional. Como a Funai é um órgão federal, pude visitar as comunidades, fazer reunião de mulheres para discutir a violência, para conversar não só com as mulheres, mas também com os homens, porque é importante que os homens também estejam presentes nessas reuniões, e essa era a minha retórica. São casos e casos de violência, de tortura de meninas indígenas. E começa ainda muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jovens, com onze, dez anos. Muitas vezes a sexualidade não é uma posição delas, mas posição de familiares; muitas vezes não são donas dos seus próprios corpos, casamentos às vezes arranjados ou não. O fato é que a sexualidade começa muito cedo, e sem a gente entender muito o que é isso, né?

A partir daí, eu queria fazer um comentário para que vocês saibam como essas violências acontecem, né?

Essa moça que está aí na tela, que pedi para colocar aí, e que é um anjinho que está com Deus neste momento, é portadora de deficiência intelectual.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AURENI FULNI-Ô – Eu a conheci pessoalmente na Aldeia São João, em Tocantins, lá na Ilha do Bananal, quando fiz a reunião de mulheres para tratar sobre violência, porque infelizmente é um dos locais onde temos muito consumo de álcool e muita violência contra as mulheres. Se a gente for fazer um levantamento lá, Senadora... O que até peço que seja feito na Ilha do Bananal; lá as mulheres são mortas, são assassinadas. Nós tivemos vários assassinatos, ano passado e no começo deste ano, e é necessário que se faça um levantamento.

O que é que acontece? Exatamente, não existe protocolo – não existe protocolo. Eu mesma, quando jovem, me casei – não vou citar o nome, mas eu me casei – e sofri uma violência doméstica, uma surra de facão, que existe ainda em algumas comunidades, quando há alguma desconfiança, algum ciúme; mas eu era muito jovem nessa época. E aí, bastante machucada, eu procurei apoio na delegacia mais próxima. Fugi e procurei apoio. Só que, quando chegou lá, o delegado disse que não ia atender, que ele não queria confusão com índio, Senadora. Então, se eu, que sou uma índia, que sou pedagoga, que estudei, que tinha uma consciência do que é o meu mundo e do que é o mundo aqui, não consegui atendimento, imagine as minhas parentes que não falam português. "Não vou mexer com isso, não vou abrir boletim de ocorrência, é cultura de vocês, fica para lá, não quero confusão com esses índios, porque [a gente até se emociona quando vai falar, me desculpem] esses índios vão quebrar toda a minha delegacia." Então é assim que acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos de protocolo, precisamos de estatística. Quantas mulheres indígenas foram assassinadas? Não sabemos. Quantas crianças, quantas meninas sofreram violência? Não sabemos. A Funai, a Sesai têm que ter esse quantitativo, Senadora. Tem que se exigir.

O que foi feito no caso dessa moça? Eu fui Coordenadora de Gênero na Funai. Qual foi a atuação da Cogen no momento? Porque tem que ter uma atuação de ir lá à Ilha do Bananal, de ir à delegacia, de ver... Essa moça foi assassinada pelo padrasto, o mesmo homem que matou a mãe dela, queimou a mãe viva e fez o mesmo com essa menina. Aí, quando eu estive na aldeia, ela estava abandonada, sem a mãe, que tinha sido assassinada; só tinha um irmão na aldeia. E ela estava morando sozinha. Eu a visitei, fiz a visita social na casa dela. A avó estava numa outra aldeia, e a menina com deficiência intelectual, com dificuldade de fala. Aí eu peguei a moça da CR da Funai de Araguaia, que era assistente social, e falei: "A gente tem que fazer alguma coisa por essa criança" – ela tinha 13 anos. Nós fizemos o que foi possível, que foi o BPC dela, aquele salário do Governo pela deficiência, porque ela não tinha nem laudo. Encaminhamos para a Sesai, para que a Sesai fizesse o laudo da deficiência intelectual, sobre qual era a deficiência intelectual que ela tinha, Senadora. E aí a Sesai encaminhou um laudo, e, com esse laudo, foi possível fazer o BPC dela.

E eu sempre ligava para o cacique, só que lá na comunidade... É uma coisa difícil de falar, parentes, mas é necessário numa audiência dessas, né? Não é desrespeito, é necessário. Algumas comunidades indígenas não têm divertimento. A maioria não tem. A maioria não tem uma quadra para eles jogarem uma bola; porque os índios e as moças indígenas gostam de jogar bola, mas não tem uma quadra, não tem uma política de construção de uma quadra de lazer. Aí o que é que eles fazem, Senadora? Compram Corote de cachaça e vão para a beira do rio beber. Ali bebem, bebem, bebem, e uma moça como essa é abusada. Porque ela também ia junto. Era o único divertimento, né? Eu acho, Senadora, que era o momento em que ela se sentia incluída. E aí o cacique me chamou e falou: "Olha, Aureni, sobre essa moça aí, acontece isso com ela, os abusos são durante a bebida. É uma coisa que a gente não consegue...". Um cacique não consegue conter isso, Senadora.

Então, quando eu estava na Funai, fui muito criticada, porque, quando os casos chegavam para mim, autorizava o delegado a ir lá dentro da comunidade. Eu não podia deixar uma mulher sendo violentada, apanhando, criança apanhando, sem que a polícia tomasse uma decisão, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem aqui a minha amiga Tereza Bororo, que também é ex-servidora da Funai, que viu vários casos, né, Tereza? Atuamos junto em vários casos, inclusive de uma criança bororo de oito anos que havia sido estuprada por um diretor de uma escola. A denúncia chegou à Funai, e a gente correu para lá para socorrer essa criança.

Então, quero dizer para vocês que os casos são muitos e estão invisíveis, cobertos pelo manto invisível da dita questão cultural, né? Porque, quando você chega e foi violência, "Ah, é questão cultural". Não é questão cultural – não é questão cultural –; é questão de violência contra a mulher e contra a menina. E nós precisamos pressionar para que haja políticas públicas de proteção – de proteção.

Quando a mulher indígena é violentada, ela não tem a quem recorrer, ela permanece na violência, mesmo porque, muitas vezes, a própria família fala para você – eu mesmo ouvi isso –: "Não, você não pode denunciar seu marido. Quem vai sustentar você? Quem vai cuidar dos seus filhos?". E já, em contrapartida, a família do marido é a mesma coisa. Então, são clãs familiares, Senadora, que dificultam um pouco.

Então, nós mulheres indígenas temos que criar protocolos nos quais nós possamos reivindicar nossa justiça. Como nós vamos fazer isso, Aureni? Eu ainda não sei. Eu acho que aqui é um passo. Eu acho que essas audiências públicas podem ser um passo, porque eu ainda não consegui.

O que eu fazia era ouvir as mulheres, o que eu fazia era reunir as mulheres, para que elas pudessem falar da sua dor, porque muitas vezes nem isto a gente pode, Senadora: falar da nossa dor. "Fica quietinha, deixa a sua dor passar." Eu vi mulheres indígenas que foram fazer prova e, quando voltaram, a filha, a criança tinha morrido. Ela apanhou muito do marido por conta disso, porque ela deixou com a mãe. Mas ela tinha ido fazer uma prova, porque queria ser enfermeira. Quer dizer, os nossos sonhos não podem existir, eles são todos podados. As mulheres indígenas...

Vamos fazer uma estatística de quantas mulheres indígenas são alfabetizadas neste momento? Porque, na hora de escolher até mesmo os cargos, primeiro vão os homens, porque eles são alfabetizados, porque eles são estudados, porque eles têm curso superior, e muitas vezes nós não temos acesso, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AURENI FULNI-Ô – Então, a gente tem que começar uma política pública lá da comunidade para cá, é de lá. O problema está lá. A gente tem que ajudar lá, tem que fazer as reuniões lá, ouvir as mulheres lá, a dor das mulheres que apanham, das filhas que são violentadas, das filhas que ficam grávidas sem quererem estar grávidas. Infelizmente, acontecem as violências, acontecem os estupros quando a menina vai ao rio lavar roupa, quando a menina vai para a roça, porque, além disso, Senadora, nós ainda somos quem mais trabalhamos na comunidade. É a gente que pega água, é a gente que faz tudo na comunidade. Então, a gente fica à mercê da violência, porque, quando você vai para a roça, às vezes tem alguma pessoa mal-intencionada. Quando a moça é jovem, bonita, ela já está exposta à violência até mesmo dentro da comunidade. Você não precisa sair para sofrer violência. Quando você sai, a situação piora um pouco, pela questão do mito da mulher indígena, pela diferença da mulher indígena. As pessoas já vêm, já fazem uma proposta para um irmão, para um cunhado. "Aureni, por que você está falando isso?" Porque essas atitudes não partem de nós, mulheres indígenas. Geralmente nós somos moeda de troca. Parentes, me desculpem, mas, quando a gente tem essa oportunidade, a gente tem que falar, né?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AURENI FULNI-Ô – Então, muitas vezes somos moeda de troca, por uma moto, por um boi, né? E, quando somos muito pequenas ainda, as promessas vêm também a partir daí. Então, isso acontece no Brasil em várias comunidades, infelizmente continua acontecendo.

Então, como vamos quebrar esse paradigma? Falando, contando o que acontece. É necessário. Às vezes é coisa feia, às vezes dá vergonha, mas a gente tem que falar, porque, a partir daí, é que a gente vai conseguir criar as políticas públicas através da nossa fala, através do nosso depoimento, através do nosso testemunho.

Eu sofri violência – sempre falo nas audiências – desde 11 anos de idade, né? Mais cedo, a primeira eu tinha 5 anos, e eu me lembro disso. Meus pais eram alcoólatras, naquela época havia muito isso, e andavam pelas praias para vender artesanato; ou em Brasília, já fiquei muito aqui na rodoviária com eles. Então, é uma situação que favorece, né? Se os pais bebem, as pessoas em volta ficam de olho, principalmente nas meninas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. AURENI FULNI-Ô – Então, o que eu quero dizer é que a violência tem nome e se chama menina indígena. Começa na infância, Senadora. Ela começa quando a gente é criança, né?

Olha, a violência também é caracterizada – eu sempre tenho dito isto nas audiências e reuniões – pela segurança alimentar. Muitas vezes nós não temos o que comer, né? Nós não temos... Algumas comunidades são mais pobres do que outras. Algumas têm peixe, outras não. Outras não têm nem água, outras não têm nem terra. Então, a insegurança alimentar geralmente é para a menina, porque a gente é ensinada que os nossos irmãos, os nossos pais têm que comer, porque eles são os provedores, são os que caçam, são os que pescam, são os que seguram o clã. Então, a insegurança alimentar, a falta do que comer na nossa infância, eu já considero uma violência.

Por isso é que eu digo que o debate tem que vir de lá para cá, Senadora. Que o Senado possa alcançar as comunidades indígenas lá, as mulheres indígenas lá, porque nós que estamos aqui já passamos por esse processo, e vencemos, e superamos, e por isso é que a gente está aqui. Agora, as nossas meninas como ela, esse anjo javaé que está com Deus neste momento, ela não pôde estar aqui para falar todas as violências que ela sofreu e que ela viu, como aos nove anos a mãe ser assassinada pelo padrasto, e o mesmo assassiná-la aos 18 anos, grávida de 2 meses.

Então, eu faço da minha voz a voz dela, a voz das mulheres javaés, a voz das mulheres carajás, e eu peço encarecidamente ao Senado, à Câmara, à Funai, a todos os órgãos que trabalham com a temática: visitem as comunidades. Nós só vamos mudar essa realidade quando a gente der voz às mulheres na comunidade.

Nós temos a Cogen na Funai, que recebe verba, que é pouca, mas dá para fazer essas articulações. Então, peço que a pessoa que está agora na direção da Cogen, onde eu fui Coordenadora... Porque é importante que se façam as reuniões de mulheres indígenas para discutir na comunidade, para que elas tenham voz, para que elas possam dar o testemunho do que está acontecendo, porque muitas vezes ele é invisível, a gente não sabe, ele está acontecendo ali, ó, coberto, embaixo dos panos, ninguém está sabendo, mas elas sabem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toda vez que eu fui em comunidade, Senadora, elas me chamavam: "Aureni, olha, está acontecendo isso e isso com a minha filha, me ajuda". Elas pedem ajuda. Se vocês forem lá, elas vão pedir ajuda. E a ajuda vai vir desta reunião, vai vir desta conscientização de que nós mulheres indígenas precisamos ser respeitadas, amadas desde a nossa infância.

Tem que mudar, tem que mudar de lá para cá, Senadora!

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito bem, eu já quero aqui dizer que eu fico feliz... (*Palmas.*)

Agradeço à Aureni pelo forte depoimento.

E só fortalecendo aqui o que ela já falou, nós temos aqui o índice de registro de violência contra a mulher indígena aumentado 258%, de 2014 a 2023.

Isso é absurdamente um número que a gente não pode deixar... Aliás, não pode traduzir só em número, né? Isso aqui são vidas, pelos relatos que a gente vai ouvir aqui. E 50% desses são de meninas menores de 14 anos, né? A prova está aqui, com o depoimento da Aureni.

E eu queria aqui já chamar para a mesa, com muita felicidade, a nossa Deputada Federal Célia Xakriabá. Vem para cá! (*Palmas.*) Ela é autora do projeto de lei, representante, sim, das mulheres, especialmente dos povos indígenas, que nos orgulha muito de estar na Câmara. E fez essa proposta, que já foi votada na Câmara, não é isso, minha querida Deputada? E agora estamos aqui com esta audiência pública para discutir, debater, falar da relevância que é realmente esse projeto e da necessidade que existe de que ele seja aprovado.

E eu já estou aqui com algum pensamento, eu vou deixar para o final, né? Que ela ficou falando, aqui já da fala da Aureni, sobre a questão de criar um protocolo de atendimento específico para mulher indígena que sofre algum tipo de violência.

E aqui no Senado Federal existe a Procuradoria Especial da Mulher. E eu estou falando aqui porque eu vou passar a palavra para nossa Deputada, e lá também existe uma Procuradoria Especial da Mulher. Eu assumi essa Procuradoria Especial da Mulher há uma semana e a gente pensa já em criar dentro dela um núcleo específico para tratar sobre a violência cometida contra as mulheres indígenas. Então, a gente já está planejando e organizando para que exista também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dentro da Procuradoria Especial da Mulher do Senado uma questão específica também para tratar sobre as mulheres indígenas.

E agora eu já quero passar aqui para a autora, nossa Deputada Federal, que vai poder usar o tempo que achar necessário, nossa querida Célia Xakriabá. Pode falar, querida.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG. Para expor.) – Oi, "vamo", minha gente. Oi, que uma noite não é nada.

"Vamo", "vamo", minha gente. Oi, que uma noite não é nada.

Aqui chegou foi as "mulher", no romper da madrugada. Aqui chegou foi as "mulher"...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Oi, "vamo" ver se nós acaba...

(*Manifestação da galeria.*)

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – "Vamo" ver se nós acaba...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Rena, rena, rena, rê, é floresta de pé. Rena, rena, rena, rê, é floresta de pé.

Rena, rena, rena, rê, salve a força das "mulher". Rena, rena, rena, rê... a força das "mulher".

Rena, rena, rena, rê, é a força ancestral. Rena, rena, rena, rê, é a força ancestral.

Antes do Brasil da pátria, o Brasil é matriarcal. (*Palmas.*)

Presidenta, minha companheira aqui, Senadora Augusta, o Brasil que começa pelas mulheres, que começa pelas mulheres indígenas – assim inspirada também em Myrian Krexu, a nossa primeira médica cirurgiã cardiovascular, que diz o Brasil nasce das mulheres indígenas, embora as pessoas tenham muito mais orgulho do seu pai europeu –, o Brasil nasce das mulheres indígenas, e nós compreendemos que, antes de falar de um Brasil que se tornou pátria, pelo símbolo da bandeira verde e amarela, pelo símbolo da língua que foi colonizada... E o Brasil que nasce desse debate, como a Aureni já bem disse aqui, é um Brasil que não pode esquecer que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrutural e estruturante no estupro das mulheres indígenas. Meu pai, minha avó... Minha bisavó eram indígena de verdade; índia, índia mesmo. Meu avô, que era português, casou com minha avó. Isso certamente é um estupro das mulheres indígenas. Certamente a geração do hoje, Senadora Augusta, não precisa assumir a culpa do passado, mas precisa ajudar a fazer reparação histórica, e fazer reparação histórica perpassa por não cicatrizar mais corpos.

E nós, mulheres indígenas, Patrícia Kamayurá, mulheres aqui do DF, de Brasília, que fazemos as lutas todos os dias na retomada... Nós encorajamos, pelo menos, há mais de dez anos, nos encontros nacionais de estudantes indígenas, Samela... Para Ana Patté, no ano passado, no I Encontro Nacional de Estudantes Indígenas em São Carlos, e, depois, lá em Santarém, em Belém do Pará, muitas pessoas falaram," mas isso é uma questão cultural".

A cultura não machuca, a cultura não estupra, a cultura não mata. E nós, que encorajamos mulheres indígenas, falamos: "mesmo o machismo que chegou também aos territórios indígenas é uma consequência do Brasil estrutural colonial". E nós precisamos trazer... E nós organizamos a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, cujo fruto é a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade.

E as pessoas, por muitas vezes, Senadora Augusta Brito e Gio, que hoje é a nossa referência na Secretaria da Mulher também no Ministério dos Povos Indígenas, na Seart, perguntavam para nós: "Por que vocês estão marchando para Brasília?" Nós não estamos marchando de agora. As mulheres também tiveram contribuição importante desde a Constituição Federal de 1988, mas não se falava da presença de mulheres indígenas naquele momento.

No ano passado, a dor mais doída da minha vida foi quando nós chegamos ao território Guarani Kaiowá, numa situação de conflito territorial, e uma anciã de 90 anos falava, Senadora Augusta: "Está doendo muito". E a Ministra Sonia falava: "A senhora não está sozinha". Ela falou: "O que está doendo não é a bala alojada no meu corpo; é porque, junto com o conflito territorial, eu fui estuprada, violentada aos 90 anos de idade". Imagina um corpo violentado, consequência de mulheres que não conseguem falar das suas dores.

Eu sou do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, no reformatório crenaque, torturou mais de 8.350 indígenas na época da ditadura militar. Há mulheres maxacalis, mulheres crenaques, mulheres cainguangues do Brasil inteiro que dizem: "Os nossos maridos, companheiros eram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arrancados da nossa família como uma forma de matar a continuidade do nosso povo". E a miscigenação não foi pacífica. Depois, se cobra se nós somos indígenas de verdade, se nós falamos a língua, o porquê dos nossos traços alterados. Os nossos traços alterados têm cicatrizes profundas nos corpos das mulheres, os traços alterados são consequência, assim como a Senadora Augusta acabou de falar, de mais de 200% de crescimento da violência em mulheres indígenas; meninas. De 12 a 14 anos de idade, estão grávidas.

Ninguém contou, na mesma proporção, que, junto com o genocídio do povo ianomâmi, são mais de 30 casos subnotificados de estupro, de violência sexual, ocasionados pelo garimpo ilegal, a troco de comida. Vocês acham que junto com os megaprojetos de mineração, de abertura de estrada... E parece que isso é algo recente, mas, quando a gente vai ao Mato Grosso do Sul, vai a regiões de plantação de café que levam pessoas, trabalhadores de todos os lugares que deixam as suas companheiras, são mulheres que, enquanto estão sozinhas cuidando dos seus filhos em casa, sofrem novas reproduções da violência.

É importante dizer que, com todas essas dores, o nosso legado na 1ª Marcha das Mulheres, na 2ª Marcha das Mulheres foi discutir esse importante projeto de lei que foi o primeiro projeto de lei construído com mulheres indígenas, representadas por todos os biomas brasileiros: o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa, o Pantanal e a Amazônia. Foi um projeto, Senadora Augusta, que daria um livro, porque era tanta angústia que as mulheres falavam: "Nós queremos que façam desse jeito, desse jeito ".

Mas nós sabemos que, ao revisar esse projeto de lei – Ana Patté está aqui e sabe, enquanto assessoria do Ministério dos Povos Indígenas –, a estratégia... Foi o primeiro projeto de lei que não teve um voto contra no Congresso Nacional, Secretária Giovana. O que isso significa? Que o combate à violência às mulheres e às mulheres indígenas, assim como a questão ambiental, precisa ultrapassar ligeiramente, urgentemente, uma pauta progressista, porque aquela pessoa que não é capaz de se sensibilizar com a morte de uma mulher... Não é o jeito que se mata, é como se mata. Muitas mulheres são vítimas de uma morte finalística, que é o feminicídio, mas existem muitos "mulhericídios" por aí, quando as mulheres estão vivas.

Como vocês acham que fica a cabeça de uma mulher que é estuprada? Foi mostrado aqui o caso da parenta em Tocantins, mas vocês sabem como está a cabeça daquela mulher que estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda como presa também e que foi estuprada nove meses seguidos, mesmo estando amamentando? Vocês sabem como é a cabeça dessa mulher? Certamente, a geração do Brasil precisa fazer a reparação, porque nenhuma sociedade que é consequência de estupro pode dar certo se não fizer outras reparações e sem causar, como forma de reprodução, as cicatrizes nos corpos das mulheres e das mulheres indígenas.

Por muito tempo, Senadora Augusta, não se tinham dados do combate à violência ou de violência às mulheres indígenas. E não ter dados... Nós não queremos contar as nossas mortas, se é uma, se são duas, se são três. Não é sobre ter o caso de 200% de aumento. Mas, quando não existem dados, já é a repetição da violência, porque você está anulando a violência que existe.

Esse projeto de lei é o primeiro projeto de lei protocolado em língua indígena, em três línguas indígenas. Todas as vezes em que a nossa assessoria conversa com o gabinete da Senadora Augusta, muito me orgulha a mulher também do Nordeste encampar essa luta, porque não precisa ser mulher indígena para estar junto com as mulheres indígenas. Nós precisamos apenas ter o sentimento de mulher. E, no Congresso Nacional, nós não temos ainda uma presença indígena, mas a Senadora Augusta, a Senadora Eliziane e a Senadora Teresa têm encampado isso como uma verdade, porque, quando uma mulher indígena é violentada, as mulheres do Brasil são violentadas junto. (*Palmas.*)

E nós sabemos que esta é uma audiência para a qual nós fizemos questão de nesses dias mobilizar mulheres que estão aqui presentes, mulheres que saíram dos seus territórios e que são mães, outras que ainda não são mães, mulheres do DF que estão aqui e que também enfrentam a especulação mobiliária todos os dias. Mulheres que são violentadas inclusive por agentes do Estado brasileiro. A mulher encarcerada por nove meses foi violentada não só por homens que estavam em situação de encarceramento; ela foi violentada por agentes do Estado. É importante dizer que essa, para mim, é a morte mais perversa.

Nós fizemos esse projeto de lei não só de maneira punitivista – e a Senadora Augusta sabe que é uma pauta muito cara para nós. Quando mulheres indígenas também trabalham junto aos homens do território, junto à participação, é porque nós sabemos que eles precisam também nos ajudar a fazer essa implementação. Esse projeto de lei conta com a Sesai, com a educação como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande parte da alternativa pedagógica, porque nós não queremos que as crianças do hoje sejam violentadores no dia de amanhã.

Uma mulher em situação de violência não frequenta a comunidade em momentos culturais, ela não frequenta nem a escola; o único lugar a que ela vai é ao posto de saúde. Por isso, tratar isso de maneira pedagógica é pensar também em mecanismo das organizações internas. E, quando nós debatemos aqui a organização interna, não é, em nenhum momento, para justificar, mais uma vez, que violência é cultural. Como eu disse, a cultura não mata, a cultura cuida; ela não somente cura, como evita adoecer. Por isso é importante parentes homens estarem aqui, porque a nossa luta, a que nós fazemos, é coletiva. Ao retornar de uma responsabilização por crime de feminicídio ou por violentar mulheres indígenas, esses parentes indígenas precisam compreender que a organização interna vai estar do lado das mulheres, para que essa mulher, quando essa pessoa voltar para o território, não seja mais violentada.

A Lei Maria da Penha, que, naquele momento, não tinha essa profundidade para tratar das mulheres indígenas, hoje, enquanto Presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o Consórcio Lei Maria da Penha já nos procurou: quer uma lei geral para tratar do combate à violência contra as mulheres. Certamente, nesse combate à violência contra as mulheres – mulheres indígenas, mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres trans... Eu relato um projeto, na Comissão de Direitos Humanos, aqui na Câmara dos Deputados, em que as mulheres trans também serão resguardadas junto à Lei Maria da Penha.

Um Brasil que não compreende a diversidade de ser mulher não está preparado para aprimorar a democracia, por isso, junto ao Ministério dos Povos Indígenas e junto também a este Senado, que é tão importante, Senadora Augusta, nós temos uma urgência. Se quem tem fome tem pressa, quem está convivendo em uma comunidade ou quem está sob situação de violência tem muito mais pressa ainda. Essa mulher não consegue comer, essa mulher não consegue sorrir, essa mulher não consegue conviver. De que adianta estar viva se sua alma está violentada todos os dias?

Nós temos aqui, inclusive, um dado que trata que em regiões de narcotráfico, assim como na Amazônia, há tráfico sexual de meninas ainda na região fronteiriça. O garimpo é uma porta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente discute aqui, a gente pede também para a acessibilidade estar neste Parlamento brasileiro, porque nós sabemos que, nas delegacias, sequer tem tradução dessas leis para garantir que essas mulheres estão sendo escutadas. E a língua também é um código importante, porque essas mulheres não sentem segurança de falar a partir do lugar onde elas vão ser compreendidas ou elas vão ser expostas. A língua é um código importante para lidar com essa situação, por isso, quando nós colocamos para não onerar o Estado, porque foi uma questão muito debatida, podem contar também com a instância da Funai, podem contar com a instância da educação mais próxima local, porque essa mulher precisa ser escutada.

Foi tratado aqui, numa audiência sobre indígena em situação de encarceramento, de um indígena, por exemplo, que tinha sido preso dez anos e que não sabia o motivo da causa por que ele estava preso. Apenas no dia da audiência de custódia, quando oportunizou-se um tradutor, foi que ele... A Promotora disse que viu a alma saindo do corpo dele, pois ele estava sendo julgado por um crime de que ele não tinha responsabilidade. Imagina uma mulher indígena que não tem a oportunidade de ser escutada.

Nós estamos aqui também, porque nós sabemos que uma das nossas grandes alternativas – e já queremos encampar isso como preparação para as delegacias de mulher – é conversar com o poder público do estado, é conversar com o poder público municipal, porque nós sabemos que, neste momento, as formações locais... Nós fizemos uma experiência de polícia multicultural, e diminuiu-se já a situação de violência numa das aldeias, por exemplo, lá no território xacriabá, só com a conscientização e a maneira pedagógica. Nós sabemos também que o alcoolismo é uma porta de entrada que acentua as violências em caso também de mulheres nesse lugar.

Para ir finalizando, porque nós queremos prestigiar aqui também... São mulheres que estão aqui neste dia de hoje, mulheres que estão no Ministério dos Povos Indígenas... Agradeço aqui também ao Ministério das Mulheres, a Ministra Márcia está muito empenhada.

Senadora, o que a gente puder fazer para que, a partir desta audiência, nós peçamos urgência... A urgência que nós temos mesmo... Assim como disse a companheira Elza Soares, nós somos mulheres do fim do mundo. Nós queremos é ser mulher que evita o fim das outras. Se este projeto de lei é aprovado e sancionado num Brasil de 525 anos, que começa pelo estupro das mulheres indígenas... Nós não queremos mais, enquanto a gente estiver aqui, antes de resolver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma situação de uma mulher que foi violentada, receber outro caso. Não é possível curar uma família que perdeu sua mãe pela violência. Não é possível curar uma filha que sabe e nem consegue contar à sua mãe, porque muitas famílias ainda vão julgar essas jovens que vão trazer isso como denúncia.

E nós sabemos que, em alguma medida, nós estamos compreendendo que o combate à violência nos territórios indígenas perpassa os companheiros de liderança, junto à juventude, junto à saúde, junto ao esporte, junto à cultura e, sobretudo, junto a algo que é muito caro para nós que é pensar mulheres vivas. Nós não queremos mais que mulheres sejam violentadas, porque sabemos que existe o estelionato emocional, existe o estelionato sentimental, quando são mulheres que são, inclusive, induzidas por uma questão financeira a estar em lugares de refém, mas nós sabemos, Senadora Augusta, que até para nós que estamos neste lugar não existe conforto nenhum quando se é mulher.

E, para ano que vem, nas eleições, nós já estamos preparando... Em tempos de inteligência artificial, que tem sido plataforma de violência, as mulheres indígenas vão estar mais expostas. Em tempos de inteligência artificial, tem que se lidar... Por exemplo, já imaginaram os caciques que estão aqui hoje: podem criar uma imagem da sua companheira e falar "olhe, sua companheira estava aqui", numa maneira de exposição, só que é uma imagem que não é real, é uma imagem criada por inteligência artificial. A imagem pode não ser real, mas a consequência de uma violência sempre é real.

Nós estamos aqui nesta importante audiência... Eu acredito, Senadora, que, para além de aprovar, é, para pessoas que estão aqui nesta audiência no dia de hoje, essa televisão que está registrando este momento de hoje, é compreender a dor profunda de um Brasil que pode ter partidos diferentes, interesses políticos diferentes, pode até não ser a favor da demarcação de terras indígenas, pode ter interesses de economia diferentes, mas a verdade é que o Brasil não consegue caminhar para a frente sem a presença de mulheres e sem reconhecer a importância das mulheres indígenas.

Nós não temos dois países, nós não temos oportunidade de recomeçar a reparação sem compreender que tem uma dívida histórica com as mulheres indígenas. Nós chegamos aqui, podemos até não ser a Barbie do cinema, e custa muito caro para a gente estar neste lugar, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós somos brabas de retomada, brabas dos territórios, brabas de nossos biomas, brabas nas políticas. E mulher indígena boa é mulher indígena viva!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito bem, nossa Deputada. Muito orgulho da sua atuação como Deputada. Imagino que todas que estão aqui se sentem representadas, com certeza, com o seu mandato muito atuante.

Eu fico muito feliz em poder contribuir aqui com esta audiência pública, com a aprovação desse projeto. Vamos pedir urgência, vamos fazer com que ele seja aprovado o mais rápido possível.

E nós sabemos que a luta não vai parar. Ao aprovar o projeto, a gente tem também que lutar para que ele seja efetivamente botado em prática em todos os seus artigos, como a gente faz até hoje...

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Só uma pontuação.

E agradeço aqui à nossa assessoria, que minutou esse projeto com muito carinho, à Maíra também, que foi uma das que minutou o nosso projeto. E, em uma minuta de um projeto redigida por uma mulher indígena, embora a gente não saiba redigir as nossas dores, é importante dizer que tem muita sensibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Tem muita legitimidade, né? Um projeto totalmente feito pelos autores, que realmente representam bem.

Eu queria aqui pedir permissão para passar aqui a palavra para o Cacique Barabat, lá do povo indígena caiapó.

Será um prazer ouvi-lo. Seja bem-vindo, nosso Cacique, que está dando o prazer de estar aqui presente hoje.

O SR. BARABAT KAYAPÓ (Para expor.) – Uma boa tarde, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós viemos do Pará, Município de São Félix do Xingu, elaborar documento para ajudar na criação de Dsei novo no Município de São Félix do Xingu. Pediu o Deputado parentes, e vieram 26 delegações, lideranças, para entregar o documento e poder ajudar.

Somente isto: eu trouxe o documento para encaminhar para a Senadora Augusta Brito, tá?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Eu já pedi até aqui para a assessoria analisar, ver aqui o ofício que eles estão entregando. Esse ofício aqui foi até para o Ministro da Saúde, então tem a ver com a saúde.

Eu já disse que eu vou me comprometer, com certeza, a entrar em contato com o ministério e saber quais são as ações que estão sendo tomadas. Já pedi aqui para a assessoria pegar o contato para a gente dar uma resposta, uma devolutiva do pedido que a gente também vai defender junto ao ministério e que vocês já entregaram, está bom?

Cacique, é um prazer estar aqui. Se Deus quiser, vai dar tudo certo, a gente vai contribuir, ajudar e vai dar uma resposta sobre o pedido de vocês, está bom?

O SR. BARABAT KAYAPÓ (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Queria pedir aqui para a assessoria pegar o ofício para poder já analisar, ou pedir, ou enviar do nosso gabinete, né? Eu não sei se já podemos também fazer um pedido da Comissão específico sobre esse ofício para a gente ter uma resposta, para a gente encaminhar para o Cacique e para os povos, que vão esperar resposta.

Está bom, Cacique? Obrigada, viu?

E, dando continuidade aqui à nossa audiência pública, já quero convidar também agora, para usar a palavra, a Sra. Maíra Pankararu, uma das autoras e criadoras também desse projeto.

Fique à vontade. Poderá usar o tempo necessário.

A SRA. MAÍRA PANKARARU (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todas as pessoas; boa tarde, parentes, parentas; boa tarde, Senadora, Deputada e minhas parentes que estão aqui sentadas.

No curto espaço que eu tenho aqui, de dez minutos, eu queria falar, em específico, do texto do projeto de lei que a gente está defendendo aqui hoje.

Meu nome é Maíra, eu sou do povo pancararu, um povo indígena do Sertão de Pernambuco.

Eu sou uma mulher do bioma Caatinga, um bioma pequenininho, um bioma quase que invisibilizado, mas um bioma muito potente, um bioma de resistência, e é assim que eu sempre me coloco e, com muito orgulho, apresento o meu bioma, em todos os espaços que ocupo.

Eu tive a felicidade de ser assessora da Deputada Célia Xakriabá, em 2023, e, em 2023, me chegou a tarefa de ajudar as mulheres indígenas do Brasil inteiro a fazer um texto, um projeto de lei que versasse sobre a proteção e, na verdade, sobre o combate às violências às mulheres indígenas de todo o Brasil.

Eu fico muito feliz, na verdade, muito honrada quando a Deputada fala que eu sou uma autora. Eu não sou autora. Fui um instrumento, na verdade, das mulheres indígenas do Brasil de diferentes contextos, diferentes biomas, desde aquelas mulheres que estavam e estão em contexto urbano até as mulheres em aldeias que são superdifíceis de acesso, mas eu queria que elas se sentissem representadas nesse projeto de lei, porque a gente sabe que a violência contra a mulher e a violência contra mulheres indígenas chega a todos os territórios, e é difícil a gente chegar a um debate e resoluções.

E, como a gente é do direito – não é, parente Aléssia Tuxá? –, a gente sabe que, principalmente no mundo branco, que é onde a gente vai buscar, por muitas vezes, ajuda, o que não está escrito não existe. Então, é um projeto de lei que vem ajudar as mulheres indígenas em específico, já que, muitas vezes, a Lei Maria da Penha não tinha essas especificidades das culturas e das questões das mulheres indígenas.

Pois bem. Com muito orgulho também, é um projeto de lei que a gente apresenta que não é um projeto de lei de gabinete. É um projeto de lei que versa, que fala, que vem da potência das mulheres indígenas. Então, foi um projeto em que a gente se dedicou, mais ou menos, uns três, quatro meses, a fazer reuniões periódicas, toda segunda-feira, escutar as mulheres, reunir as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulheres, do jeito que a gente conseguia, do jeito que a gente podia, tirar todas as dúvidas delas de como que a gente escreveria esse projeto de lei. Tanto é, que, ao longo do texto dele, a gente vai propondo várias soluções e a gente vai citando vários dispositivos e vários textos ou dispositivos, normativos legais, como resolução do CNJ, Pacto de São José da Costa Rica, Convenção 169 da OIT, tudo para basear, deixar tudo muito amarrado legalmente, enfim, constitucionalmente, nesse ato, nesse projeto de lei que está aqui sendo defendido hoje.

Então a gente teve todo esse cuidado de escutar as mulheres indígenas e saber o que elas traziam da experiência delas e juntar com o pouco que eu sabia do direito para a gente deixar isso muito bem amarrado. Então, foi um projeto de lei em que a gente tentou amarrar, como bem a Deputada já colocou aqui, as delegacias, aonde a gente primeiro chega quando a gente vai relatar um caso de violência contra as mulheres, e não só, mas também os diversos órgãos do sistema de justiça. A gente também traz a necessidade de garantias de medidas protetivas de urgência, né? E também a gente buscou sistematizar ou trazer, instituir a Semana da Mulher Indígena, para que a gente conscientize, nacionalmente, tanto mulheres indígenas quanto não indígenas e o público não indígena, sendo homens ou mulheres, enfim, sobre essa questão do enfrentamento à violência contra as mulheres indígenas.

A gente escolheu setembro para a gente fazer essa semana porque dia 5 de setembro é comemorado, digamos assim... Não sei se é a melhor palavra, mas dia 5 de setembro é o Dia Internacional da Mulher Indígena, no mundo inteiro se celebra, digamos assim, essa data. Então, seria um marco legal, de fora para dentro, para que o Brasil entendesse o que a mulher indígena daqui está propondo e está discutindo em relação às várias pautas.

Eu queria também lembrar que esse projeto de lei, enquanto tramitou na Câmara dos Deputados, passou por mãos tanto do espectro ideológico da esquerda quanto da direita. A Deputada Federal Célia Xakriabá colocou muito bem que esse assunto se sobressai, ele é independente da pauta que você defende, ideologicamente falando, porque a gente combater a violência contra as mulheres é algo urgente, isso que aqui a gente está defendendo é algo que perpassa bandeiras ideológicas.

Então, foi um projeto de lei dentro da Câmara dos Deputados que passou por mãos tanto da direita quanto da esquerda, e lá foi aprovado. Então, aqui no Senado, acredito eu que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Célia Xakriabá e a gente unindo forças com Senadores e Senadoras, com os movimentos indígenas, com MPI, com Funai, com Sesai, com Apib, com Anmiga, com estudantes indígenas, acredito que a gente também consiga ter êxito na aprovação desse projeto de lei aqui no Senado.

Por fim, eu acho que é um projeto de lei que reflete os anseios e os sonhos, talvez. Assim, é um primeiro passo das mulheres indígenas, que conseguiram chegar aqui neste espaço do Congresso Nacional, porque a gente nunca esteve aqui neste espaço, nesta bancada. A gente sempre esteve lá, do lado de fora. Entrar aqui é muito violento. A gente não pode entrar às vezes nem usando os nossos cocares, a gente não pode entrar com os nossos maracás, por exemplo. Então, estar aqui hoje, sentada aqui hoje, já é um momento de privilégio muito grande.

Uma mulher indígena propor um projeto de lei que fala sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres indígenas e ter todo esse apoio, esse projeto de lei ser aprovado já na Câmara dos Deputados, ter uma boa tramitação aqui no Senado Federal e, muito provavelmente, ser sancionado pelo Presidente da República significa que toda essa força ancestral que as mulheres indígenas carregam faz com que a gente chegue muito longe.

Então, este momento aqui é muito simbólico e é muito potente, é de uma força assim, que não dá para traduzir em palavras, porque, como eu disse, chegar aqui é muito difícil e, às vezes, é muito violento. A gente passa por violências físicas e violências como racismo e preconceito, ali na porta, para entrar. Então, a gente ter esse projeto de lei aprovado significa que, mesmo diante desses momentos que a gente não consegue vencer, a gente venceu. A gente venceu. E, a partir desse passo que a gente conseguiu vencer, a gente vai conseguir fazer muito mais coisas. E significa também que as mulheres indígenas, em especial, estão muito bem organizadas e estão muito bem conectadas, não apenas com os seus biomas, com o que os biomas significam, representam, o que demandam, mas também com a luta da sociedade brasileira como um todo.

A partir desse projeto de lei aprovado, a gente tem certeza de que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MAÍRA PANKARARU – ... a democracia brasileira fica resguardada, com a nossa luta, e a gente tem certeza também de que, seja o que acontecer neste país, a nossa força vai ser a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

força motriz, digamos assim, e matriz, para fazer com que nada de ruim aconteça com a nossa sociedade, com o nosso país.

Então, em nome da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, que está não só aqui sentada, mas também está nos bastidores, sempre em diálogo com o gabinete de Célia, com o gabinete da Senadora Augusta, com o MPI, com a Sesai, com a Funai, para que tudo isso sempre aconteça, a gente agradece muito o convite. Estaremos sempre à disposição para que a gente tenha sempre êxito e sucesso nessas proposições.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos seu empenho, sua luta, que é nossa luta, e a gente somando, com certeza, a gente vai conseguir o êxito tão esperado.

Aqui eu queria pedir para chamar a Sra. Estela Bezerra, que é a Secretária Nacional de Mulheres, representando o Ministério das Mulheres. Ela tem uma agenda, e eu queria chamá-la já para fazer uso da fala porque ela vai ter que se ausentar um pouco antes, e aí a gente dá continuidade à nossa audiência pública.

Já pode falar, Sra. Estela.

A SRA. ESTELA BEZERRA (Para expor.) – Senadora Augusta, boa tarde.

Boa tarde, Deputada Célia Xacriabá, que é a autora do projeto de lei.

Minha saudação aqui a todas as irmãs, na pessoa da minha companheira Giovana – digo companheira porque nós estávamos engajadas na realização da 1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, quando o tema da violência contra as mulheres, sistematizado, foi entregue ao Governo Federal, para que haja uma resposta através de política pública.

Eu já começo fazendo uma saudação à memória de três mulheres: uma que foi lembrada aqui na abertura pela nossa companheira Aureni – Aureni, eu a parabenizo pela contextualização e pela profundidade da fala de um tema tão complexo –; também a Lucimar, que foi citada aqui pela Deputada Célia, que foi uma jovem sistematicamente estuprada sob a tutela do Estado – e essa é uma situação que se repete, Giovana, lá no Estado do Amazonas, porque só existe um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presídio feminino na capital, e aquela não é uma situação exclusiva, ela é uma situação que se repete, ela é sistemática –; e também em memória de Rosimar, que tem 44 anos, da etnia baré, que também foi vítima de violência e de estupro, dessa vez por irmãos de outra etnia, né?

Então, é uma situação extremamente complexa de que a gente está falando, e a gente está falando daquele corpo que foi dito aqui como o corpo da mulher originária, que é o primeiro corpo a ser explorado de todas as maneiras. Não que outras mulheres, brancas e negras, que chegaram não sofram da mesma violência, mas a força da violência do colonizador e o que está escrito na nossa cultura agora, Senadora Augusta, está muito em cima desse corpo, que é, de todas as maneiras, desumanizado.

E aqui nós temos um pacto... Eu estava ouvindo e vendo, assim, o comportamento, e sei de absolutamente todas as necessidades que os povos indígenas têm. Não sei de todas como uma vivência pessoal, mas conheço de minha vida inteira, porque sou neta de uma mulher que nos educou com todas as culturas de cura, alimento, tradição indígena do povo potiguara, da Paraíba.

Esse tema da violência contra as mulheres é um tema que está começando a romper o silenciamento agora. Nós tivemos, na III Marcha das Mulheres Indígenas... na IV Marcha das Mulheres Indígenas, já a formulação desse tema como um tema que era do cotidiano das mulheres. Desde este momento, desde a criação do Ministério dos Povos Indígenas, que Giovana vai pontuar aqui, junto com a retomada do Ministério das Mulheres... O Ministério das Mulheres, Senadora, foi – e a senhora acompanha – desconstruído, né? E nós estamos em momento de reconstrução.

E o nosso compromisso de irmandade entre Ministério das Mulheres e Ministério dos Povos Indígenas, ambos liderados por mulheres fortes, competentes e comprometidas, é que a gente dê respostas rápidas. Neste momento, nós temos, já dentro do orçamento, investimento para políticas de enfrentamento da violência contra as mulheres indígenas. Não é fácil. Esse projeto vem no sentido de fortalecer, ele vem da mesma mobilização, como disse Maíra aqui, daquilo que está rebatendo no Legislativo, está rebatendo no Executivo e emana da organização das mulheres indígenas. Isso é o mais forte nesse processo, isso é o que traz a certeza de que isso vai sair do lugar de formulação e vai virar uma realidade na vida das mulheres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aí o desafio de enfrentar essa coisa que se chama de cultura patriarcal. A cultura do patriarcado se reproduz também em todos os níveis e em todo o globo terrestre; é a ideia de que a mulher é inferior ao homem; é a ideia que faz com que o corpo da mulher seja negociado e trocado por uma motocicleta, por uma bicicleta ou por um bem material. Essa ideia se reproduz, é de fato cultural, mas, por ser cultural, pode mudar, porque a gente já viveu numa época em que se dizia que indígena não tinha alma, que negros podiam ser escravizados e que mulheres podiam ser seviciadas de qualquer maneira, e essa ideia tem mudado ao longo dos anos porque a gente tem lutado e construído novos pactos de civilidade e novos pactos éticos da humanidade. A gente está falando de ética, de convivência ética entre o ser humano, e é possível de mudar.

Aqui eu esperava, inclusive, que os caciques que vieram pedir pelo Sesai também se manifestassem e se sensibilizassem pela pauta que nós estamos discutindo aqui. Eu sei que é muito difícil para uma mulher indígena colocar isso, mas eu, como posso colocar, coloco claramente que o desafio da cultura é este: é a gente sensibilizar aquele homem que é do nosso território e aquelas instituições que são majoritariamente masculinas, que reproduzem essa violência, como aquele da segurança pública reproduziram isso naquele corpo daquela menina, e que é reproduzida em muitos corpos no momento em que a gente está falando aqui.

Então, nós temos uma noção do tamanho do desafio que nós temos pela frente, mas também temos coragem, condição, competência e capacidade de enfrentar esses desafios que aí estão. E começam por aqui. Começam por a gente ter projeto de lei, ter orçamento e ter recursos humanos estratégicos em todos esses espaços. É preciso ter mulher na política, é preciso ter mulher indígena na política. Veja a diferença que tem ter uma Célia Xakriabá aqui dentro desta Casa, dentro do Congresso Nacional. Veja a diferença que tem ter uma Sonia Guajajara à frente do Ministério do Povos Indígenas.

Nós estamos falando não só do povo aldeado; a gente não está falando só dos povos indígenas que vivem em territórios reconhecidos como indígenas. A gente hoje tem no censo o número de 2 milhões. Nós estamos falando de muitas mulheres indígenas com características de povos indígenas que sofrem discriminação no cotidiano e que vivem, como a gente chama, aculturadas e que não têm identidade nem como mulher negra, nem como mulher branca. É aquela mulher que não é reconhecida, que é uma outra luta que nós temos que fazer neste momento para que a gente tenha uma amplitude. É um compromisso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, nós temos na Casa da Mulher Brasileira a implementação de um protocolo. Esse protocolo tem o desafio de ter a tradução; a gente viu, claramente, na história dita pela Deputada Célia, o quanto uma tradução pode distanciar ou acessar o direito, salvar a vida de uma pessoa, de uma mulher. E nós temos hoje um grupo de trabalho instituído depois da conferência, para a gente não só abraçar o que veio formulado pelas mulheres indígenas na primeira conferência, mas também fazer um desenho de uma política de enfrentamento, porque os equipamentos que nós temos hoje são insuficientes. Precisamos desenhar equipamentos próprios para esse atendimento.

A intersetorialidade vai ser um outro desafio na questão da saúde, da assistência social e das delegacias do sistema de segurança pública. Existem também coisas encaminhadas e sistematizadas, entre elas a formação e a qualificação; e uma assistência e um atendimento diferenciado para as mulheres e para os povos indígenas – não só mulheres nesse caso – na segurança pública, que já está em andamento.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ESTELA BEZERRA – E, por fim – eu peço só um pouco de tolerância –, nós precisamos ainda de um grande desenho para a questão que se chama educação: educação, desconstrução do patriarcado e desconstrução da misoginia, da ideia de que mulher é inferior, dentro da cultura indígena, que é variada. A gente fala do indígena igual o povo brasileiro fala de Nordeste, como se Nordeste fosse uma coisa só, ou igual a se fala de África, como se África fosse uma coisa só, Nordeste fosse uma coisa só e povos indígenas fossem uma coisa só. São muitos povos, muitas culturas, e esse é um desafio muito grande quando a gente fala de processos educativos que vão trabalhar na base da cultura e na mudança de valores.

Eu agradeço aqui a paciência de vocês. Reafirmo o nosso compromisso enquanto Governo. O Governo... Represento aqui a Ministra Márcia Lopes, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que todo mundo sabe que tem um compromisso com os povos indígenas, que criou o Ministério dos Povos Indígenas, que retomou o Ministério das Mulheres, que reestruturou o Ministério dos Direitos Humanos; são ministérios irmanados nessa mesma causa.

Quero dizer também a vocês que peço desculpa... Porque nós estamos aí a poucos dias, Senadora Augusta, Deputada Célia e demais companheiras, todas que estão aqui, quem nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assiste pela TV, da 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e a nossa atividade de trabalho tem sido intensa para ter o melhor acolhimento, como foi o acolhimento da 1ª Conferência das Mulheres Indígenas.

Muito obrigada, e vamos embora com o máximo de pressa para aprovar essa lei, porque a gente precisa ter... A força de uma política pública se dá quando a gente tem dinheiro no orçamento e legislação que a protege. Sem legislação, a gente não tem política; sem orçamento, a gente não tem ação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sra. Estela.

É exatamente isso. Não adianta se não tiver orçamento e se não tiver dentro do orçamento, né? E essa é uma grande luta sempre.

Agora eu já quero aqui, de imediato, agradecendo à Sra. Estela, chamar e passar a palavra para a Sra. Samela, que é Mulher Terra e comunicadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas.

Já convido também para fazer parte da nossa mesa, que já está aqui, nossa convidada Aléssia Pamela, que poderá vir aqui também – por favor, nos dê o prazer de vir aqui –, a nossa Defensora Pública.

Agora estamos com a mesa completa.

A SRA. MAÍRA PANKARARU (*Fora do microfone.*) – E nordestina também...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – E nordestina também, olhe aí. (*Risos.*) (*Palmas.*)

A SRA. SAMELA SATARÉ MAWÉ (Para expor.) – Boa tarde, pessoal.

Gostaria de saudar a presença das minhas parentas aqui que compõem a mesa, das minhas parentas que estão sentadas e também das parentas que estão assistindo na TV Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). É uma articulação de mulheres que está presente nos sete biomas do Brasil, inclusive no novo bioma, na zona costeira.

Nós viemos da IV Marcha das Mulheres Indígenas, onde mais de 5 mil mulheres indígenas pintaram o chão de Brasília com a força das mulheres indígenas, com o nosso urucum, o nosso jenipapo e os nossos maracás.

Isso é muito importante porque essa quarta marcha, Senadora e pessoas que estão nos assistindo, recebeu a Conferência Nacional das Mulheres Indígenas, a primeira conferência nacional, uma conferência nacional que vem sendo construída dentro dos territórios indígenas, com as conferências regionais, escutando as mulheres indígenas de todos os estados e de todos os biomas e aldeias, ouvindo as pautas importantes que nós temos. Dentro da conferência, nós debatemos com muitos GTs, grupos de trabalho que são das mulheres indígenas, de temas como mudanças climáticas, saúde, educação e, especialmente, o GT de violência de gênero.

O que a gente ouviu ali, Senadora, não agrada a nenhum ouvido, não agrada a nenhum olho, não agrada às pessoas, porque as mulheres indígenas, como foi falado aqui, são mulheres que são as principais afetadas pela questão da violência quando chega nos territórios. Não são só as violências que estão especificadas na Lei Maria da Penha, mas são violências que transcendem a Lei Maria da Penha, porque vêm das especificidades das mulheres indígenas, da cultura, da língua, e violências territoriais.

É por isso importante esse espaço coletivo construído dentro de um movimento de mulheres que ouve as mulheres indígenas e traz essa construção em rede. É muito importante também ressaltar que a Anmiga tem um GT de enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas indígenas. Estamos num processo de coleta de dados, através das reuniões que nós estamos fazendo com as associações de mulheres, resultado também dessa nossa articulação. Nós fizemos, em parceria com as organizações, com o Instituto Socioambiental, o mapa das mulheres indígenas, para sabermos onde estão as associações de mulheres indígenas, as comunidades, as organizações de mulheres indígenas, para entendermos o que está acontecendo nos territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto Anmiga, dentro desse nosso setor, a gente vem sofrendo muito e a gente vem recebendo muitas, muitas, muitas, muitas denúncias vindas dos territórios, de mulheres indígenas que passam por qualquer tipo de violências e violações. A gente traz isso para dentro da construção do nosso PL. É muito importante que o nosso projeto de lei, de autoria da nossa Deputada Federal Célia Xakriabá, uma articulação também do movimento de mulheres indígenas em rede, seja aprovado, porque é uma consulta que não começa aqui nesta consulta pública, é uma consulta pública que vem do território, que vem de anos em que a Anmiga vem escutando as mulheres indígenas, desde 2022, na caravana nacional das mulheres indígenas, até 2023, 2024, na primeira marcha, segunda, terceira e quarta marcha. Queremos também a V Marcha das Mulheres Indígenas, é muito importante.

Aqui também queria ressaltar que a nossa violência vai para além também do que, como já falei, é especificado na questão da Maria da Penha, mas vem da violência territorial. A gente sabe, Senadora, que tem vários projetos de lei que estão em tramitação aqui nesta Casa que violentam o nosso corpo e o nosso território. Quando não temos território, somos mais propícios a sofrer violências. Quando os nossos territórios são abertos para mineração, para garimpo, para grilagem, as mulheres indígenas são as que mais sofrem com essas violações, a exemplo da Terra Indígena Yanomami, a exemplo da Terra Indígena Kayapó, a exemplo da Terra Indígena Munduruku e a exemplo de muitos outros territórios indígenas que estão aqui. Então, é imprescindível que o nosso projeto de lei seja sancionado nesta Casa.

Até mencionei aqui alguns pontos centrais que beneficiam as mulheres indígenas que precisam ser reconhecidos. Aqui a gente colocou que o PL inclui não apenas a violência física e psicológica, mas também a violência política, patrimonial, enfrentada cotidianamente pelas mulheres. Isso fortalece a luta contra o machismo, que não é só da mulher não indígena, mas também acontece dentro do contexto indígena.

A criação de uma rede formada por advogadas, psicólogas, antropólogas, assistentes sociais e lideranças comunitárias: isso, Senadora, garante o atendimento humanizado, integral, respeitando as nossas tradições e os modos de vida, porque nós queremos ser ouvidas também por mulheres, e mulheres que entendem o nosso cotidiano e que entendem a nossa vivência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Intérprete e respeito às línguas indígenas: em muitas aldeias, Senadora – eu vim do Amazonas –, muitas mulheres não falam a língua portuguesa e a gente, às vezes, depende dos homens para que eles falem para a gente o que a gente está sentindo, o que está doendo, o que os nossos filhos estão sentindo, e, muitas das vezes, as pessoas que vão atender a gente não entendem o que a gente está tentando passar e também não respeitam os nossos conhecimentos tradicionais quando a gente está tomando um chá, uma erva, uma pomada, um banho de assento. Então, a gente também quer ter intérpretes para que a nossa pauta seja ouvida, e isso está contemplado dentro do nosso PL.

Valorização da identidade indígena e cartilhas de acesso à informação, que também vêm no âmbito da linguagem: a Anmiga fez uma cartilha de enfrentamento à violência contra a mulher, e é uma cartilha que está muito boa, de linguagem acessível para as mulheres indígenas, para a gente entender o que é violência, porque, muitas das vezes, a gente não sabe. Essa cartilha já está disponível no *site* da Anmiga, e também a gente já tem ela impressa, mas também a gente precisa dessas cartilhas nas línguas maternas, para que as nossas mulheres, que estão no território e não falam português, entendam também. Isso também está contemplado no nosso projeto de lei.

Transparência sobre dados e violência: a gente sabe que há dados não notificados ou subnotificados. Não é porque não existem, é porque existem, e as pessoas não caracterizam como violência contra a mulher, então a gente precisa que esses dados sejam, sim, notificados.

A agenda de atendimento contra a mulher: priorizar a atividade dentro dos territórios, porque as mulheres indígenas... Para a gente, é muito complicado a gente chegar até as cidades ou ter esse atendimento.

E o PL 4.381 não apenas combate a violência, mas também está aqui para as mulheres indígenas e é um passo essencial para garantir essa dignidade, a segurança e a valorização das culturas das mulheres indígenas e das culturas originárias, nossas culturas, no âmbito não só da violência, mas da saúde, da educação e também do nosso direito territorial.

Eu acho que esta é a fala da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas e é por isso que a gente vem aqui defender o nosso PL.

Obrigada. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Samela.

Eu quero só, antes de passar para a próxima expositora, fazer aqui um pedido e tirar aqui uma dúvida já com a Samela. Nós temos aqui a Procuradoria Especial da Mulher, a Deputada sabe, e também na Câmara existe a Procuradoria Especial da Mulher. No começo, eu falei que a gente a assumiu agora, nesta semana, aqui no Senado. Nesta audiência pública, para além do apoio que a gente vai dar obviamente ao projeto de lei, fazer com que ele tramite o mais rápido possível e depois ajudar a que ele seja verdadeiramente implementado, eu vejo algumas ações que a Procuradoria Especial da Mulher pode fazer, se assim vocês acharem – não sou eu que vou dizer –, que podem ajudar também no combate à violência especificamente voltada para as mulheres indígenas.

Na minha cabeça aqui, de imediato da audiência, primeiro, é criar um núcleo específico nessa Procuradoria para o combate da violência contra mulheres indígenas. E aí o que eu peço a vocês, que estão aí, uma que representa um grupo de trabalho, de articulação, você também, todas que aqui estão é saber se é viável e qual seria a proposta para a gente discutir junto com a Procuradoria.

Outra ideia: a reprodução da cartilha. A gente pode pedir, com certeza, para que o Senado Federal, através da Procuradoria, também reproduza a cartilha do combate à violência contra a mulher indígena, que já foi produzida por vocês – é lógico, deixando a autoria de vocês e tal, mas sendo reproduzida também pela Procuradoria – para que a gente possa fazer um trabalho de divulgação, enfim, para poder expandir essa cartilha.

E há outro ponto que eu vi em relação aos dados. Nós temos outra ferramenta muito importante, que é o observatório que a gente tem aqui de combate à violência contra nós mulheres, e a gente pode... Eu já vou pedir, se vocês acharem que é viável... Não quero fazer nada por minha conta, porque eu quero respeitar sempre o que vocês decidirem. A gente pode demandar para que no observatório a gente tenha especificamente também – como eu diria? – uma pesquisa só para mulheres indígenas. A mesma coisa que eles estão fazendo do combate à violência contra nós mulheres no país todo, a gente pede que eles façam com um recorte para mulheres indígenas, porque aí esses dados – que, como foi falado aqui, não são só números – a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente quer exatamente para fortalecer as políticas públicas, para a gente poder realmente saber o que vai poder fazer e como contribuir diante dos dados que são necessários para a gente planejar. Essa é outra coisa – quero só dar minhas ideias – que a gente pode também fazer em conjunto. Eu acho que não é impossível, é possível, e é uma coisa mais rápida para que a gente possa contribuir também e ajudar aqui do Senado Federal.

Eu disse que ia falar, e não ia falar muito, mas agora quero ouvir, com muita felicidade, a Sra. Giovana, que também poderá usar o tempo que achar necessário.

Seja bem-vinda.

A SRA. GIOVANA MANDULÃO (Para expor.) – Gente, boa tarde. Boa tarde a todas.

Quero cumprimentar aqui a mesa na pessoa da nossa Senadora Augusta Brito – desculpa, porque realmente eu acho que estou com um probleminha na garganta – e da nossa "parentíssima" Deputada Célia Xakriabá. É uma honra estar aqui também e participar desta audiência pública, que é um momento tão importante para nós enquanto mulheres indígenas.

Peço licença também para me apresentar.

Eu sou Giovana Mandulão, uma mulher indígena, macuxi e uapixana. Sou lá de Roraima e sou do bioma amazônico também, aqui com a nossa companheira da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, a Samela Sataré Mawé. Eu fico tão feliz de estar numa mesa linda, belíssima, com tantas outras mulheres potências, e é tão importante para a gente esse lugar...

Vou só pedir para ir devagarzinho porque eu realmente eu estou com essa...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Está bom. Relaxa.

A SRA. GIOVANA MANDULÃO – Vamos lá.

Hoje eu falo desse lugar em que estou hoje, como Secretária Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas, mas também como uma voz que carrega a dor e a força de incontáveis gerações de mulheres que lutaram e que ainda lutam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela vida, por nossos corpos e por nossos territórios. É com o peso da responsabilidade e a urgência de quem vê o sangue de suas irmãs ser derramado que me apresento nesta Casa, uma Casa que por tanto tempo legislou sobre os nossos corpos e nossos destinos sem a nossa presença. Mas estamos aqui, e nossa presença é um ato político. Nossa voz é a flecha que rompe o silêncio cúmplice que, por muitos séculos, permitiu que a violência contra nós fosse normalizada e invisibilizada.

Venho da região que o Atlas da Violência 2025 aponta como a mais perigosa para uma mulher indígena. Venho da terra onde o garimpo ilegal, a grilagem e o agronegócio não apenas devastam nossa floresta, mas também estupram, violentam e assassinam as nossas mulheres e crianças. A violência contra nosso corpo e território é uma só: quando o trator derruba uma castanheira, ele está arrancando o útero da nossa mãe; quando o mercúrio envenena nossos rios, ele está envenenando o sangue de nossas veias.

Os números são frios, mas eles gritam: o aumento de 10,7% do número absoluto de homicídios praticados contra indígenas entre 2022 e 2023 no Brasil... Isso não é apenas uma estatística, são vidas de meninas, de jovens, de mães, de avós brutalmente interrompidas. Em Roraima, minha terra, por exemplo, entre 2013 e 2023 foram registrados 551 casos de homicídio contra indígenas. Agressões psicológicas, patrimoniais, sexuais, morais e físicas... E sabemos que a subnotificação é gigantesca, pois o medo, a vergonha e a falta de um atendimento que respeite nossa cultura calam muitas de nossas parentas.

É por isso que o projeto de lei de autoria aqui da nossa "parentíssima" guerreira, nossa Deputada Célia Xakriabá, é mais do que um projeto de lei, é um grito de socorro, é uma ferramenta de luta: é a demarcação de um território de direitos que foi historicamente negado.

Este projeto não é um favor, é uma obrigação do Estado brasileiro. Ele estabelece o que deveria ser básico: um atendimento especializado e culturalmente adequado para nós, mulheres indígenas. A obrigatoriedade de intérpretes não é um luxo, é a garantia de que a nossa palavra terá valor, de que a nossa denúncia será ouvida em sua plenitude, sem a distorção de quem não compreende nossa língua, nossa cosmovisão e a nossa dor.

A criação de rede de apoio multidisciplinar com a participação de nossas próprias organizações e lideranças é o reconhecimento de que as soluções para as nossas dores devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser construídas conosco, e é de uma potência simbólica imensa: é honrar a memória de todas que vieram antes de nós e fortalecer as que virão.

Então, senhoras e senhores que estão aqui presentes, nossas parentas, aprovar o PL é um passo fundamental para romper com o ciclo de violência que se perpetua desde a invasão de nossos territórios há 525 anos. É reconhecer que o machismo e o patriarcado não são parte de nossa cultura ancestral, mas, sim, venenos trazidos nos navios coloniais e que hoje se alastram com a conivência de um Estado que se omite.

Nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, temos feito um esforço coletivo com atores de toda a Esplanada, entidades internacionais e a sociedade civil indígena desde o início deste Governo, verdadeiramente democrático e do lado do povo, para abrir um caminho de reparação a partir da elaboração de políticas públicas pensadas por e para nós indígenas. Colaboramos tecnicamente junto à nossa parenta Célia Xakriabá para construir um projeto de lei que irá contribuir para a construção da política nacional de mulheres indígenas, fruto da voz de mais de 5 mil mulheres indígenas que participaram da 1ª Conferência Nacional de Mulheres Indígenas.

Em nome de cada mulher indígena silenciada, de cada corpo violentado, de cada vida ceifada, eu peço a esta Casa que dê a atenção necessária à aprovação desse projeto, e que esta Casa Legislativa tenha coragem de olhar para nós não como vítimas, mas como protagonistas de nossa própria história.

Que a Lei Guerreiras da Ancestralidade seja a semente de um novo tempo, um tempo em que nossas vozes ecoem, e a nossa existência seja, enfim, respeitada.

Eu agradeço o espaço. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos a participação também da Giovana. Muito obrigada pelo empenho de todas.

E agora já passo a palavra para nossa Defensora Pública Aléssia Pamela, que também poderá usar seus dez minutos. (*Pausa.*)

Enquanto troca, vou aproveitando aqui o microfone, não é, Deputada? A gente não pode ter um microfone aberto, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas já quero aqui parabenizar a todas que estão aqui.

E da mesma forma como falou aqui a Estela, eu posso também dizer que eu fiquei um pouco triste: eu pensei que os homens indígenas estavam aqui fazendo a reivindicação para o projeto. Estava toda feliz, eu disse: "Pode tudo, vamos fazer a apresentação", eu imaginando que eles estavam aqui para defender o projeto, porque a audiência pública era sobre o projeto. Mas infelizmente a gente viu, até na audiência pública para falar de um projeto em defesa dos direitos das mulheres indígenas, o quanto a gente sofre violência, não é? Na própria audiência pública, a gente não tem um reconhecimento nem dos companheiros indígenas.

E eu só... Vocês é que podem falar, mas, como eu disse, eu não sou... Eu posso falar, posso desabafar aqui, mas eu... No primeiro momento, eu fiquei muito feliz, achando que estariam na defesa, e depois eu fiquei um pouco decepcionada. E eles nem se interessaram em saber qual era o projeto de lei e o que era que a gente estava tratando aqui. Com tanta mulher indígena aqui, e pouco importou para eles. Mas tudo bem, é só um desabafo.

Agora eu já passo aqui à nossa Defensora. Pode falar, Aléssia Pamela.

A SRA. ALÉSSIA PAMELA BERTULEZA TUXÁ (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Bom, como se diz na língua do meu povo, o dzubukuá: *cangri uquie*, boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Aléssia Tuxá, eu sou uma mulher indígena do povo tuxá, lá de Rodelas, no Sertão baiano, vizinha de Maíra, também do bioma Caatinga. Venho lá do Sertão da Bahia.

Hoje eu sou Defensora Pública do Estado da Bahia. Na Defensoria Pública do Estado da Bahia, nós temos um núcleo de igualdade étnica, que é justamente o espaço institucional que trata sobre as demandas envolvendo os povos indígenas do nosso estado.

E é por isso, Senadora, que a DPG me encaminhou aqui hoje, atendendo a esse convite da senhora, com muita honra. Agradeço à senhora, saúdo a mesa na pessoa da senhora e da nossa Deputada maravilhosa. Agradeço pelo convite.

A proposta era falarmos sobre o projeto de lei e trazermos um pouco da atuação que nós temos tido na Defensoria da Bahia nesse sentido, em relação às mulheres indígenas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse evento que aconteceu, esse episódio que aconteceu com os parentes que não ficaram, que nem tocaram no tema da nossa lei fala muito sobre o que eu costumo dizer que é o principal, o primeiro obstáculo, na verdade, quando nós falamos sobre os nossos direitos: o manto da invisibilidade. E a gente fala tanto sobre isso para fora, sobre os problemas, sobre o quanto as pessoas não enxergam as nossas lutas e as nossas lutas enquanto pessoas indígenas, o quanto nós não somos vistos pelos não indígenas, que é tanta coisa para a gente brigar, para a gente lutar, que às vezes acaba ficando invisibilizada também a nossa condição de mulher.

Quando nós falamos sobre violência contra a mulher, machismo, patriarcado, isso é uma questão estrutural, é da sociedade brasileira, no molde colonial em que ela foi construída, mas nós precisamos fazer um recorte mais profundo sobre isso para falar sobre o que as pessoas não costumam falar, que é a nossa condição de mulher indígena, as violências que nós sofremos, que, por muito tempo, foram silenciadas, seja porque quem tinha o poder da caneta para denunciar era quem estava praticando essa violência, seja porque os nossos também estão inseridos nessa sociedade machista, patriarcal e também praticam violência contra nós.

Então, muitas vezes, por uma questão de alinhamento de interesses, de conveniência, essas violências eram silenciadas e se dizia assim: "Deixem lá os índios, é uma questão de costume, a gente não vai se meter na tradição". E eu falo "muitas vezes isso acontecia" para trazer um tom otimista, porque, infelizmente, acontece.

Lá na Bahia, como eu disse, eu coordeno o núcleo que atua com povos indígenas e eu faço atuação desde a demanda criminal, passando pela ação de alimentos, até o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência. E essas violências são diversas. Há o projeto de lei, e essa lei muito bem trata sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, que é aquela violência que acontece no âmbito doméstico, e é importante falarmos sobre ela, por quê? Porque os dados do último relatório do Ipea que trata sobre violência contra mulheres mostraram que 81% das mulheres vítimas de violência sofreram essa violência dentro das suas próprias residências, praticadas, em regra, pelos seus próprios companheiros.

E aí, dessas mulheres... Acho que foi uma realidade de cerca de 400 mil mulheres que foram entrevistadas. Dessas mulheres, apenas 1% das que alegam – desses 81% de mulheres – que sofreram violências era indígena. Num primeiro momento, pode trazer àquele mais desinformado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a impressão de que está tudo bem, de que nós somos minoria, nós somos apenas 1% nesse amplo mar de mulheres vítimas de violência doméstica, mas isso, na verdade, é um grito de socorro das nossas que não está sendo ouvido, porque, quando nós acompanhamos a realidade das nossas aldeias e vemos esses dados, nós percebemos que existe uma subnotificação, e essa subnotificação não se trata da cultura do nosso povo, não se trata da mulher como alguém submissa. Não. Trata-se de uma falta de cultura de atendimento de mulheres indígenas nas instituições do sistema de justiça.

Todos os dias nós acompanhamos situações de mulheres, de parentes que chegam, relatam a violência, e a primeira pergunta inevitável é: "Você registrou o boletim de ocorrência? Tomou uma providência em relação a isso?". E a resposta é: "Não". É por que ela não quis, por que ela está satisfeita sendo vítima de violência doméstica? Não. É porque, muitas vezes, ela buscou aquela instituição responsável por garantir o direito dela e o que ela encontrou foi uma nova violência. Ela foi denunciar uma violência sofrida no âmbito doméstico e foi vítima de uma violência institucional, Senadora. E é isso que me preocupa nessa pauta específica.

Eu acho celebrável – algo a ser muito celebrado e que até influencia muito a ideia da urgência – quando o nosso projeto de lei trata sobre a necessidade de presença de intérpretes, trata sobre a necessidade de um atendimento multidisciplinar dessa mulher indígena, mas o que me preocupa... E eu acho que isso precisa ser aprovado com urgência, para a gente poder enfrentar uma outra luta, que vai ser a efetivação dessa lei. Por quê? Porque nós não temos intérpretes. Os tribunais de justiça não têm intérpretes. Isso é uma realidade.

Eu estava, Deputada Célia, na audiência pública que a senhora organizou referente aos indígenas em situação de encarceramento, e eu me lembro muito dessa fala da colega do Mato Grosso do Sul, que falava sobre isso. Atendeu-se uma indígena encarcerada, e aí, após seis meses de prisão, quando foi realizado o mutirão da Defensoria Pública... Era uma indígena que estava numa condição de isolamento porque diziam que ela tinha um comportamento muito violento, muito agressivo. Quando ela esteve pela primeira vez diante de um intérprete, entendeu-se que os urros, os gritos dela, na verdade, eram perguntando: "O que é que eu estou fazendo aqui? Por que eu não posso ir para casa?". Ou seja, foram seis meses não de silêncio, mas de grito não ouvido, enclausurado. É esse o tratamento que o sistema de justiça tem reservado para os nossos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando nós falamos sobre a urgência da aprovação dessa lei, sobre a necessidade de intérpretes, é para que a nossa dor possa ser colocada no papel e os procedimentos possam ser adotados. Mas tem um outro ponto que nós precisamos lembrar. De nada adianta – mesmo ciente de todas as dificuldades de termos a aprovação da lei e a implementação dela – a presença de intérprete em cada delegacia de atendimento à mulher, de nada adianta esse intérprete estar lá se ele vai me olhar com o seu olhar colonial. Se quando eu chegar lá e disser "eu sou uma mulher indígena e eu sofri violência", ele olhar para mim e disser: "E seu olho não é puxado? Mas você está vestida! Você tem celular. Você fala português. Você é mesmo?".

Isso aí chama a atenção para um outro ponto da lei que está muito em consonância com o que é previsto na própria Lei Maria da Penha e chama a atenção para a necessidade de outras medidas – já que a senhora falou tanto sobre a Procuradoria, já trazendo uma proposição –, a necessidade de campanhas de educação em direitos. Educação em direitos, o que nós temos feito na Bahia, com um projeto chamado Aldeando Direitos, que é: pega todo o nosso acervo, pega quem está trabalhando na região, pega as instituições do sistema de justiça, Secretaria de Governo, todo mundo que está disponível e vamos para as aldeias. Fazer o quê? Ouvir. Ouvir só? Não, ouvir e adotar providência, porque a gente tem um fluxo para isso, tem um protocolo de atendimento, de cobrança, de retorno de tudo isso, para que o retorno chegue, para que a resposta seja dada, para que cada vez mais pessoas entendam que nós estamos aqui, nós existimos e nós não somos nem temos a obrigação de ser uma correspondência dos estereótipos que eles desejam.

Todos os dias eu acompanho, Senadora, processos penais lá na Bahia, envolvendo lideranças indígenas. Infelizmente nós temos um processo de criminalização de lideranças nesse contexto de luta pela terra muito grande. E quase todos os dias eu recebo processo em que tem lá: "Fulano de tal, conhecido, vulgo Cacique Fulano, residente na aldeia tal, raça/cor não informado ou pardo". A forma como as instituições do sistema de justiça incrementam essa invisibilidade nossa quando nós buscamos reivindicar os nossos direitos, ou até quando buscam nos criminalizar, é mais uma forma de violência. Mas a forma como isso é feito, a intensidade maior com que isso é feito em relação às mulheres indígenas alcança tons de crueldade.

Além de atuar na Defensoria Pública, eu coordeno a Comissão de Povos Tradicionais do Condege, que é o Conselho Nacional de Defensorias, e, em razão disso, eu acabo fazendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas atuações em outros estados, inclusive na Região Norte – Amazonas e Roraima são dois estados aos quais eu vou com muita frequência. Essa realidade de mulheres que não são ouvidas nem sequer nas suas próprias aldeias aqui não é dito como uma tentativa de intervenção, não, é como uma forma de dizer: "Aqui é um ambiente seguro. Esta Casa Legislativa tem a função de garantir direitos e agora tem a oportunidade de fazer isso em relação às mulheres indígenas, de ser um instrumento". Esta Casa Legislativa, ou melhor, o Poder Legislativo deste país, que tem se destacado ultimamente, muito, na sua condição...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALÉSSIA PAMELA BERTULEZA TUXÁ – ... num posicionamento, infelizmente, anti-indígena, tem agora a oportunidade de se posicionar como um megafone de garantia das mulheres indígenas.

Saiu uma pesquisa da USP agora, em junho deste ano, que trata sobre genética.

E por que eu estou falando sobre isso? Porque foi feito um mapeamento do DNA da população brasileira; foi o maior mapeamento já feito na nossa história, e lá se constatou – e eu vou colar os dados, porque eu já não tenho mais HD para isso – que, analisando a origem genética da população brasileira, 13% da população brasileira tem ascendência indígena, e 27%, africana. O.k. Mas tem um recorte a mais: além de analisar o que é que prevalece no seu DNA, foram analisadas a linhagem do pai e a linhagem da mãe separadamente – as células que você recebeu do seu pai e as que você recebeu da sua mãe, para formar esse serzinho que é você, e daí se verificar de onde vem cada um –, e se constatou nessa pesquisa que, em 35% da população brasileira, o DNA materno é indígena; em 42%, é africano; e que cerca de 70% do DNA paterno é europeu. Essa é uma forma de dizer – a USP faz isso, com dados científicos – que o mito da miscigenação brasileira é uma forma romântica de falar sobre o intenso processo de violação sexual a que os nossos corpos-territórios foram submetidos, ao longo de todos esses séculos, e continuam sendo submetidos.

Eu sei que o projeto de lei tem como objetivo tratar sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Ele merece, ele precisa ser urgentemente aprovado para que nós possamos ir para outra frente de luta, que é a implementação desse mecanismo de garantia de direitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma pesquisa que está para ser publicada, produzida pela Filhas da Ancestralidade, que é uma organização de mulheres indígenas lá da Bahia, que faz um levantamento, um diagnóstico socioeconômico sobre as mulheres baianas e demonstra que...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALÉSSIA PAMELA BERTULEZA TUXÁ – Já estou concluindo.

Na realidade, no mundo, no universo de mulheres que foram indagadas, das 30 etnias da Bahia, foi verificado que 77% dessas mulheres já disseram, quando se pergunta assim... A pergunta era simples: "Você já sofreu algum tipo de violência em razão da sua atuação na luta pelo território?" – 77% dessas mulheres disseram que sim. E eu vou além: esses 77% falam sobre as mulheres que sofrem violência física, violência emocional, violência psicológica, violência de fazendeiro, a bala do fazendeiro, a bala da polícia, mas também de mulheres que sofrem violência dentro das suas casas, em razão de todo esse contexto de violência causado pela não demarcação dos nossos territórios.

Eu sei que a proposta aqui é falar sobre violência doméstica e familiar, mas nós não temos como falar sobre garantia dos nossos corpos-territórios sem a garantia dos nossos territórios.

Então, Senadora, encaminhando-me para o final, eu agradeço imensamente o convite, coloco a Defensoria Pública do Brasil, nacional, à disposição...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ALÉSSIA PAMELA BERTULEZA TUXÁ – A Defensoria Pública do Estado da Bahia também está à disposição.

Enalteço a iniciativa, parabenizo a senhora por esta audiência pública, por ver esta Casa tão cheia dos nossos. Tenho certeza de que a aprovação desse projeto de lei é uma ponta de lança, que com certeza vai trazer muito mais garantia de direitos para o nosso povo como um todo, mas sobretudo para as nossas mulheres, para os nossos corpos-territórios, que, ao longo desses cinco séculos, vêm sendo violados, silenciados, mas persistem aqui, porque a mãe do Brasil é indígena, e uma mãe não abandona seu filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se diz na língua do meu povo, *(Expressão em língua indígena.)* – muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu que agradeço imensamente a oportunidade desta audiência pública, em que estou aprendendo muito. Além de aprender, ainda estou me comprometendo, né, nossa Deputada? É importante se comprometer.

Aqui, já para as considerações finais, vai ter... Ainda tem a videoconferência? (*Pausa.*)

Ainda tem aqui uma pessoa em videoconferência, e eu estava esquecendo. Só o último agora; a cota de homens, né?

Com a palavra o Sr. Procurador da República, Márcio de Figueiredo Machado Araújo, que entrará de forma virtual e poderá fazer o uso da palavra.

O Sr. Márcio está ouvindo? Ainda está aí ele? (*Pausa.*)

Está tentando entrar, não é?

O SR. MÁRCIO DE FIGUEIREDO MACHADO ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Não, a gente está aqui, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Ótimo!

O SR. MÁRCIO DE FIGUEIREDO MACHADO ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Excelência!

Eu cumprimento todos e todas...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Boa tarde!

O SR. MÁRCIO DE FIGUEIREDO MACHADO ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – ... na pessoa da Presidente da audiência, a Procuradora Especial da Mulher no Senado Federal, Senadora Augusta Brito, a quem parabenizo pela iniciativa, com a certeza de que vai repetir o brilhantismo do desempenho nesse cargo, que também ocupou na Assembleia Legislativa do Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço imensamente a confiança da Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a Subprocuradora-Geral da República, Eliana Torelli, pela minha indicação para falar no dia de hoje.

O meu nome é Márcio, sou Procurador da República em Marabá, no Pará, onde eu atuo junto aos caiapós do Pará, paracanãs e carajás. Inclusive, conheço as lideranças que estiveram aí, cuja atitude lamento profundamente, mas acho que não à toa a Dra. Eliana me indicou para estar aqui, porque presencio diuturnamente violências contra mulheres indígenas aqui na região.

A urgência desse tema é notória não só pela iniciativa dos órgãos, mas pela própria luta das mulheres indígenas. São elas que trouxeram esse tema para nós, são elas que denunciam e são elas que nos apoiam na apuração desses crimes.

É evidente que existe uma assimetria entre o reconhecimento de direitos da população indígena e não indígena. E essa assimetria acaba se reproduzindo no combate à violência contra a mulher. Então, desde o marco legal da Lei Maria da Penha, desde 2003, muitas iniciativas tiveram sucesso na redução do índice de violência. São atos normativos, são delegacias, batalhões especializados, rondas especializadas, projetos, mas, muitas vezes, essas iniciativas não contemplam as especificidades em que as mulheres indígenas necessitam ser contempladas. Então, por exemplo, muitas moram em locais de difícil acesso ao poder público, não têm um meio de comunicação eficiente, e ainda têm a barreira linguística. Nos próprios caiapós, existem muitas mulheres que não dominam a língua portuguesa.

Então, a gente vê que o problema começa na própria comunicação da violência. Eu acho importante aqui diferenciar comunicação de notificação. A comunicação é o pedido de intervenção imediata da vítima ou da testemunha, para cessar aquela agressão e afastar o autor da violência. Então, é geralmente pelo telefone, o 190, o 180, ou também por meio de bilhetes, de gestos, de todas as formas. E a notificação é a alimentação dos sistemas públicos de dados, para fins de políticas públicas, individuais ou coletivas. Ambas são igualmente importantes, mas, como a gente está numa sociedade na era da informação, muitas vezes a notificação é mais valorizada do que a comunicação em si, que é esse primeiro ato. Por isso, eu queria falar de duas iniciativas que valorizam a comunicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira, obviamente, é esse PL 4.381, com protagonismo da Deputada Célia Xakriabá, que fez a proposição do projeto, e também da Deputada Silvia Waiãpi, que apresentou o substitutivo, e da Deputada Juliana Cardoso, que, apresentou também um substitutivo, que foi votado e aprovado na Câmara, e agora é submetido à apreciação do Senado Federal.

Então, cada uma contribuiu em um aspecto, superando divergências, como já foi falado aqui, no combate à violência contra a mulher indígena. E é um projeto que foca, eu acho, na comunicação, primeiro, provendo a mulher indígena das condições para fazer essa comunicação. Não adianta criar os programas se a mulher indígena não sabe como proceder. Se não foi dado a ela os instrumentos à sua disposição. Então, as previsões do projeto, com tradução da lei, cartilhas, caravanas, debates e seminários, são fundamentais. E, depois, o projeto cuida da relação dessa mulher indígena vítima de violência com servidores preparados e capacitados para atender, com a ausência de revitimização, com sigilo, proteção e ambiente seguro, e cuida da aproximação das forças estaduais de segurança da população indígena.

Como relatado, um relato que me emocionou muito foi o da Maria Aureni, da etnia fulni-ô. Muitas vezes esses servidores se recusam a prestar atendimento aos indígenas, porque acreditam que não é matéria estadual. Então, consideramos que o texto do projeto está adequado para votação. Vai ser uma lei fundamental, um marco no combate à violência contra a mulher indígena, consagrando o esforço e a organização que elas já demonstram.

A outra iniciativa que eu queria citar, talvez ainda em gestação, é de autoria da própria Senadora Augusta Brito: o Zap Delas. Pela nossa experiência, o WhatsApp é a principal ferramenta de comunicação das mulheres indígenas que possuem acesso a celular e internet. Elas já usam atualmente o WhatsApp para criar os seus grupos, para denunciarem entre si as violências que sofrem. E uma iniciativa formal e institucional para que elas possam fazer essa comunicação da violência pelo WhatsApp, no seu idioma, é essencial. Então, a gente se coloca à disposição, junto com os movimentos de mulheres indígenas, junto com o Senado, para que esse Zap Delas se estruture de forma a contemplar o atendimento nos idiomas indígenas e que se torne um instrumento acessível a todas as mulheres indígenas.

De nossa parte, do MPF, pela 6ª Câmara, as iniciativas em torno desse tema já estão em andamento. Nós fizemos reuniões com as entidades representativas, já nos reunimos com Maíra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pankararu, que brilhantemente falou hoje, com a Anmiga também, com a Joziléia Kaingang. E nós temos a proposta de criação de um observatório centralizado, que sirva de referência para consulta da população, especialmente das mulheres indígenas, com informações, dados, agendas e artigos.

Também está em andamento a criação de um grupo de trabalho da 6ª Câmara de Coordenação, que vai tratar apenas da violência contra a mulher indígena, especialmente a violência doméstica, com a expectativa de participação de agentes externos para enriquecer as discussões e as propostas. O grupo vai ter um plano de trabalho anual muito bem estruturado.

Aprovado esse projeto de lei, que nós desejamos que seja aprovado de forma célere também, o grupo de trabalho vai poder acompanhar a implementação da lei e contribuir com a sua regulamentação. Pretende que seja um centro para fomentar a participação nesses debates e seminários que estão propostos no projeto de lei.

Pretendemos atuar na prevenção à violência contra a mulher indígena – também foi um tema que foi trazido – por meio de fomento a estudos sobre consumo de álcool e outras drogas no interior das aldeias.

Vamos acompanhar, junto com os procuradores naturais, a atuação dos distritos sanitários especiais indígenas, no acolhimento das mulheres vítimas de violência e no correto registro e encaminhamento das notificações.

Nós nos colocamos à disposição para contribuir com todas as iniciativas para que a terra indígena seja um espaço de proteção de direitos, especialmente das mulheres indígenas.

Falei rápido para não tomar o tempo das mulheres, que merecem todo o espaço do mundo.

Eu agradeço, mais uma vez, o convite.

Contem conosco.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer ao Sr. Márcio de Figueiredo, que contribui e está se botando aí totalmente à disposição com o grupo de trabalho para reunir e ajudar na aprovação e na implementação do projeto de lei.

E agora a gente já vai encaminhando aqui para as considerações finais.

Nós temos algumas perguntas, que eu acredito que já foram até respondidas durante as explanações sobre o projeto.

Eu vou ler aqui porque, quando eu passar para quem quiser se manifestar, já pode ficar à vontade porque aí já vai fazendo as considerações finais. Certo?

Nós temos aqui Raíssa, do Mato Grosso, que pergunta: "Como garantir proteção efetiva às mulheres indígenas vítimas de violência sem desrespeitar suas culturas e tradições?".

Ronan, do Rio de Janeiro: "A proposta foi construída com participação de lideranças indígenas?". Ele está perguntando e já foi respondida aqui durante todo...

Fábio, de São Paulo: "Como o PL 4.381 [...] garante atendimento especializado a mulheres indígenas?". Também acredito que foi respondida.

Oswaldo, do Rio de Janeiro: "Estão previstas ações de cunho educativo para quem atuar nos canais de denúncia, alertando sobre a diversidade cultural?".

E aqui há alguns comentários também, que eu posso até passar – alguns bons, maravilhosos; e outros um pouco desnecessários. Eu vou passá-los para vocês.

Eu já quero deixar aberta a mesa para quem quiser ainda se manifestar .

Vou passar para a nossa autora, a nossa Deputada Federal Célia Xakriabá.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG. Para expor.) – Primeiro, mais uma vez, agradeço à Senadora Augusta essa importante intervenção.

Quero dizer que também tão importante quanto se encontrar é encaminhar e eu acredito que, nesta presença de mulheres indígenas aqui, não só pensando uma política do combate à violência para as mulheres indígenas, mas como mulheres indígenas, esse é um retrato histórico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que o Brasil nunca se viu: uma defensora pública mulher indígena, advogadas mulheres indígenas, Deputadas mulheres indígenas que transformam a dor da cicatriz em evitar novas feridas.

Nós estamos aqui, porque se for perguntar... E o conhecimento dói, Senadora Augusta. Se a gente fizer a pergunta para nós mesmas de quanto há, no nosso próprio núcleo familiar, de violência contra mulheres indígenas – e no ambiente escolar, inclusive, ainda na infância –, vamos ver o quanto que mulheres vão se reconhecer nesse lugar.

Samela Sataré Mawé, comunicadora indígena, a comunicação tem sido uma ferramenta do século XXI, que não é somente para anunciar as questões positivas, mas, sobretudo, para denunciar. Se hoje, quando nós estamos nos nossos territórios – inclusive recebemos hoje denúncia de mulheres indígenas guarani kaiowá –, se incendeiam casas e matam mulheres vivas, isso é uma forma de a comunicação também trazer esse lugar como um lugar de se colocar à tona o modo como se matam mulheres indígenas.

Foi reconhecido e julgado neste ano como o primeiro crime de etnofeminicídio no Brasil, que foi, no caso, inclusive, em Santa Catarina. Quem não se lembra de Daiane, indígena kaingang, e de Raíssa? Quem não se lembra dessas mulheres?

Enquanto encaminhamento, primeiro quero parabenizar aqui – e eu gostaria que as parentas se posicionassem também sobre esse encaminhamento –, quando a Senadora Augusta se colocou à disposição... Ela está recentemente como Procuradora nesta Casa e se coloca à disposição para criar esse GT para tratar de mulheres indígenas.

Senadora, eu acredito – já me posiciono aqui enquanto Deputada, mulher indígena; ou melhor, enquanto mulher indígena que está como Deputada, porque nós sabemos que neste lugar nós somos passageiras, nós estamos em transição – que instalar um GT que coloque a mulher indígena na pauta do debate do dia é provocar constantemente algo permanente. Ele pode até deixar de existir quando vier outra procuradora, mas isso cria uma litigância – assim como nós quando entramos numa ação no Supremo Tribunal Federal –, cria constrangimento. Por que uma nova procuradora vai extinguir um GT que trata de mulheres indígenas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este momento é histórico, Senadora, e é muito difícil a gente ficar pensando: "É a primeira vez que, em 525 anos, tem no GT essa provocação". Mas isso é importante, porque demonstra o tardar de um Brasil nesse relógio do tempo, porque, mesmo tendo uma Procuradoria, nunca se pensou em tratar no debate o combate à violência às mulheres indígenas.

Então, aqui, reafirmo a importância e parabenizo a sensibilidade da senhora de compreender a urgência, porque tem situações aqui que podem ser encaminhadas a curto prazo. Mas é preciso pensar a Procuradoria como GT, não só para pautar as urgências, mas também para pautar o combate ao racismo. Você não combate o racismo com a ausência, você combate o racismo com a presença. E, certamente, esse GT vai pautar essa presença mais permanente.

Gostaria, ainda, por mais que na Câmara dos Deputados nós não tenhamos a mesma presença sensível da senhora, de propor que esse GT na Procuradoria da Mulher seja misto. Por quê? Hoje, nós temos uma frente parlamentar mista, diferentemente de outras frentes, que é em defesa dos direitos dos povos indígenas. Ela é composta pela nossa Presidência, na coordenação da frente parlamentar; e, hoje, pelo Senador Randolfe. E eu queria fazer esta provocação: de que esse GT também seja pensado de maneira mista. Por que mista? Porque nós temos, para além de recurso financeiro, que otimizar os nossos recursos humanos. E a gente também pauta no Congresso Nacional, do ponto de vista da Câmara dos Deputados, para dizer: "Olhe, estão pautando aqui no Senado Federal", até para que haja uma regulamentação... Quando a gente tem um paciente em uma determinada cidade ou numa UBS, nós temos que conversar com tal hospital para falar de regulamentação de transferência de paciente, e aqui existe uma regulamentação legislativa. As pautas que são passadas pelo Senado têm que voltar para a Câmara dos Deputados, e a Câmara dos Deputados... Se nós não criarmos essa ambiência de Procuradoria, até tendo a senhora como uma pessoa muito sensível, nós precisaremos também sensibilizar quem está hoje atuando na Câmara dos Deputados. Então, queria ampliar um pouco essa proposta para pensar esse GT, aqui na Procuradoria, de maneira mista.

A senhora também se colocou à disposição – e aí eu acho que precisa dar um tratamento nisso –, para republicar também os materiais da cartilha que já foi publicada junto à Articulação Nacional das Mulheres Indígenas. Isso é muito importante, porque o material chega mais longe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses dias, na nossa comunicação, a Yaritza, falou que tinha, lá no Amapá, uma pessoa e uma criança segurando o nosso material da campanha, uma ação global – eu quero convidar a senhora também, que sempre está presente em agenda da COP –, Sem Mulher Não Tem Clima. Essa é a primeira iniciativa do Brasil, nós propusemos uma legislação para medir a violência entre mulheres a partir da prevalência da questão climática. Por quê? Onde tem garimpo vai ter mais mulheres e mulheres indígenas violentadas, onde tem mineração, onde tem megaempresas chega a prostituição e toda a violência a essas mulheres.

E, hoje, no relatório ainda do Ministério das Mulheres, não se estava medindo essas violências de prevalência. No relatório da ONU, diz que 93 milhões de mulheres serão mais violentadas e estão propícias a sofrer mais violência em decorrência da crise climática. E, nesse relatório, pela primeira vez também, vai ter um percentual medindo violência entre mulheres indígenas, mulheres quilombolas e de comunidades tradicionais. É muito importante! Nós não queremos contar as nossas mulheres violentadas e as nossas mortas, mas não contabilizar é mais uma vez violentar, é a repetição da violência quando se coloca a ausência desses dados também. Então, quero parabenizar a senhora por colocar à disposição também mais uma vez.

Quando a gente fala de um Brasil que caminha para a frente, o Brasil não vai caminhar para a frente sem pensar na reparação à violência histórica do passado. Então, quando o nosso projeto coloca de maneira pedagógica, é porque não é somente educacional falar "não violente mais mulheres", tem que compreender a história, tem que compreender a história de onde o Brasil começa. Se as pessoas compreendessem... Olhe, toda vez que as pessoas falam isso de maneira naturalizada: "Olhe, a minha avó era índia, índia mesmo". E até falando assim: Ó, Procuradora, é mais indígena do que a senhora". É essa a palavra que eles usam, "índia", mas, na verdade, é a reprodução do estrupo.

Eu queria dizer isso porque o nosso projeto, estrategicamente, fala de violência na ambiência doméstica, física, emocional, mas nisso é conceitual a interpretação. É porque as pessoas, fora do conceito do território indígena, vão tratar doméstica como se fosse dentro da casa delas. Nós temos... Doméstica não significa casa? Mas o nosso território é a nossa casa estendida, ninguém consegue conviver com as mulheres indígenas e pensá-las, seja na convivência positiva ou neste lugar da violência, sem conceber que a nossa casa é a extensão territorial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós poderíamos colocar a violência territorial, mas nós sabemos que conceitualmente existe um debate complexo aqui nesta Casa, mas, estrategicamente, nós estamos tratando de que a violência está no âmbito da extensão territorial, porque a Colômbia segue como o país que mais mata defensores ambientais e povos indígenas. E nós mulheres indígenas somos mais do que a metade da população indígena no Brasil. Isso significa que as mulheres que estão na linha de frente territorialmente, contra a especulação imobiliária, estão mais propícias a sofrer violência.

Então, conceitualmente, nós iremos debater, Procuradora, e nós iremos disputar esse conceito do que é doméstica, mas estrategicamente nós vamos continuar usando-o para dizer que a nossa extensão territorial não se limita à nossa casa, porque é preciso também que essas lideranças que estiveram aqui hoje se comprometam no combate à violência territorial a partir do combate à violência às mulheres indígenas.

Outra questão é pensar... Nós estamos protocolando, Senadora Augusta, e gostaria de convidar a senhora já para encampar, um projeto. Vai ser a primeira vez que esse projeto vai medir violência no Brasil, mas vai ser o primeiro protocolado global.

Nós estamos chamando Parlamentares, Senadoras e Deputadas do mundo inteiro a protocolar o mesmo projeto: Sem Mulher Não Tem Clima. Porque, se os povos indígenas são a última solução para barrar a crise climática, e as mulheres indígenas são maioria, isso quer dizer que, quando se mata uma mulher, se está matando uma solução. Quando se mata uma mulher, se está matando uma árvore, se está matando floresta. Porque vocês sabem qual é a lei mais vigente, a lei mais forte hoje ambiental? É a nossa luta. Quando as leis se calam aqui no Congresso Nacional, os nossos corpos são a lei mais forte para o enfrentamento à crise climática.

E, Procuradora, eu sempre falo assim para os Parlamentares desta Casa que votam contra nós a pauta ambiental e territorial e votam o marco temporal: vocês sabem quem foi a primeira mulher violentada da humanidade? Foi a Terra. É por isso que, quando falamos em violência doméstica, nós estamos falando da mulher mais antiga da humanidade, que é a Terra. Eles não vão entender, mas nós precisamos disputar esse conceito, porque, se nós pegarmos apenas o conceito deles como referência, nós iremos deixar de disputar que não dá para falar de violência ambiental sem considerar a violência territorial. Por isso, nós temos um projeto de lei para tipificar violências ambientais como danos espirituais, porque essas mulheres vão estar adoecidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentalmente, essas mulheres vão estar adoecidas emocionalmente, e essas mulheres vão estar adoecidas do ponto de vista de que a cura não está somente nas farmácias; a cura está em ter o território de volta.

Por isso, esse projeto de lei trabalha várias dimensões, inclusive do ponto de vista de bioeconomia. As mulheres que estão violentadas, se estão com uma dependência econômica de seus companheiros, vão estar com mais dificuldade de sair desse lugar. E mulheres indígenas querem ter a sua autonomia, fazer as nossas vestimentas. As nossas vestimentas são uma das maiores estratégias políticas na estética. Aqui no Senado, quando nós não podemos falar, nós só vimos com os nossos corpos escritos, porque o nosso corpo também é um lugar de ecoar as nossas vozes.

Mulheres aqui empreendedoras – estou vendo Patrícia –, mulheres artesãs... Hoje eu estou com um artesanato das mulheres aqui do Noroeste, inclusive – Cristina, com suas irmãs –, que têm trazido esse lugar da bioeconomia. Se elas estivessem reféns dos seus companheiros... Certamente é difícil, e não é porque uma mulher está sendo omissa quando está nesse lugar da violência; é porque parece que não existe outra possibilidade de conseguir sustentar o seu filho, a sua família, se não tiver a sua autonomia financeira.

Então, falamos: sabe qual é a estratégia mais importante hoje do combate à violência, de dar ferramenta para essas mulheres? É pensar em projetos de bioeconomia. É por isso que nós também colocamos no Brics para que, dos 5% dos recursos que financiam a agenda global, financiamento militar, pelo menos 1% possa ser destinado para a agenda de gênero e clima, porque essa agenda de combater violência, a agenda das mulheres custa muito. Ela é cara mesmo. Ela é cara, não do ponto de vista precificado; é do ponto de vista de valor. Combater a violência tem custo, porque esse material tem que chegar à escola, esse material tem que chegar às universidades, esse material tem que chegar com a cara das mulheres presentes no livro de história. Não dá para pensar em reparação histórica sem recontar a história com o nosso protagonismo.

Por isso, este debate instiga a gente a pensar conceitualmente, porque até conceitualmente ele é colonizado do ponto de vista do que é pensar o combate à violência das mulheres: "Eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar ali ajudando porque elas são poucas mesmo. Coitadas dessas mulheres". Não; é se colocar nesse lugar da empatia.

E a Senadora Augusta, hoje, com essa ação, se coloca nesse lugar de compromisso, de se comprometer, porque você não se importa com aquilo com que você não se compromete, você não ama aquilo que não conhece. E quando a Senadora se coloca, enquanto mulher do Nordeste que sabe que o índice de violência entre mulheres do Nordeste é muito alto, está se comprometendo. E nós mulheres, inclusive, não somos muito de prometer, nós somos de nos comprometer. Comprometer é pensar um projeto em ação, e não existe revolução sem ação.

Então, esta audiência – estou com outros compromissos e vou ter que sair também – mexe com a gente, porque, na tarde de hoje, na ausência que é ou na solidão que é... Porque, quando chegamos, nós ainda temos que falar: "Somos as primeiras, estamos aqui, são 525 anos". Mas temos que falar mesmo, porque essas mulheres que estão aqui não precisam ser lembradas somente como mulheres que sofreram violência, mas como mulheres artistas que fazem as suas vestimentas, como mulheres promotoras que estão no poder público hoje, como mulheres advogadas, como mulheres pajés, como mulheres cacicas, como mulheres, inclusive, comunicadoras, porque lugar de mulher indígena são todos os lugares e não onde nós cabemos, porque, quando a porta não está aberta, a gente empurra. Então, que nós possamos empurrar mais portas, inclusive do Poder Judiciário. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – É isso aí!

Fico, mais uma vez, feliz.

E já quero dizer, comprometendo-me ainda mais, que este projeto Sem Mulher Não Tem Clima a gente pode ver uma forma de a Procuradoria também divulgá-lo para outras Procuradorias estaduais e para as Procuradorias municipais. No Estado do Ceará, que tem 184 municípios, nós estamos fazendo uma parceria da Procuradoria estadual com 137 municípios. Já tem uma Procuradoria na Câmara de Vereadores e Vereadoras. Então, se cada um puder replicar isso, seja lá no município mesmo, lá na ponta, para que venha criando essa força, a gente também pode fazer esse trabalho conjunto de divulgar, pedindo que apresentem as leis às Vereadoras também. A gente tem um lequezinho de propostas, em que cada um, obviamente, vai saber se é viável para o seu município, cada um com a sua questão específica, mas tem alguns que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que, mesmo tendo uma lei federal, é bom a gente demarcar também dentro dos municípios.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ – Pois bem, Senadora, é muito bom.

Já vamos colocar a nossa equipe aqui, não só do mandato, mas está ali toda a nossa equipe da Comissão da Mulher. Vai ter o "protocolaço" junto com a Mel, encampada por Manuela, nos municípios, porque os municípios são os vizinhos, às vezes os nossos inimigos mais perto, mas são nossas soluções mais próximas também. Então, vai ter o "protocolaço" municipal e estadual e é muito importante a Procuradoria estar nesse lugar.

Nós começamos a internacionalização da campanha pela Colômbia, mas já tem Senadoras da Bolívia. E eu queria convidar a senhora não só para fazer parte, enquanto Procuradoria, mas que a senhora possa ser referência no Senado, porque a gente vai fazer, junto à Plataforma Cipó, o chamamento de 193 países.

A nossa CEO da COP 30, Ana Toni, já vai receber, durante a agenda COP, o "protocolaço" global Sem Mulher Não Tem Clima. Então, a senhora também... O protagonismo só tem sentido se for coletivo.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Muito bem.

Eu quero aqui dizer que o nosso Procurador, que falou, o Márcio, falou do Zap Delas, não é? A gente ainda não lançou aqui no Senado Federal. A proposta é que a gente já lance, agora em outubro, uma proposta de um número de WhatsApp, especificamente, no seu início, para o combate à violência política para todas as mulheres de todo o país. Vejo que existe a necessidade específica de se ter um recorte, também, no Zap Delas. Não só nele... Estou aqui fazendo este comentário, e ainda nem foi lançado – vai ser lançado agora, na primeira semana de novembro – , e a gente já vai refazer a proposta, botando aí essa questão mais específica também, não só mulheres indígenas, povos tradicionais, enfim, a gente vai tentar contemplar o maior número de questões específicas que a gente puder, para poder agregar ainda mais. Então, é uma proposta que a gente vai lançar, e vamos até repensar, refazer, para ampliar ainda mais. Não que não se fossem fazer esses atendimentos, que, com certeza, estão dentro, mas a gente precisa demarcar e deixar bem específico dentro do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saber se alguém da mesa ainda deseja falar alguma coisa, fazer alguma consideração final. Fiquem à vontade.

Pronto, aqui a nossa...

A SRA. ELIAMARA TERENA (Para expor.) – Olá, boa tarde.

Eliamara...

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eliamara.

Pronto, pode falar, Eliamara.

A SRA. ELIAMARA TERENA – Obrigada, Senadora Augusta, pela oportunidade, e, parentíssima Célia, por trazer esse PL para nós.

Sou Eliamara Terena, do povo terena da Aldeia Bananal, da TI Taunay-Ipegue, lá em Mato Grosso do Sul, um dos estados que mais viola direitos dos povos indígenas, principalmente das mulheres indígenas. E aqui, além de fazer os nossos agradecimentos, quero dizer que estamos, também, à disposição, principalmente para o protocolo que a Senadora enfatizou no início.

Quero ressaltar que, embora a gente execute grandes ações com pouquíssimos recursos, a exemplo da nossa conferência, que realizamos junto com o Ministério das Mulheres e com o apoio da Apib –, ressalto também a participação da Anmiga, porque não seria possível realizar sem o apoio delas...

Quero deixar aqui também um apelo para que esta Casa possa nos ajudar com emendas parlamentares, para que a gente possa continuar executando, e ressaltar que a Parlamentar que mais destinou verba para nós foi a Deputada Célia, e não tem como fazer políticas públicas, combater todas essas violências e executar tudo que a gente tem planejado se a gente não tem recursos. A exemplo aqui das nossas parentas, dos nossos parentes kayapós, temos uma emenda parlamentar para o Instituto Kabu, que é uma organização com foco nas mulheres kaiapós. E, para que a gente possa continuar dando subsídios, apoio e autonomia financeira para essas mulheres, a gente precisa de emenda parlamentar.

Então, a gente deixa aqui nosso apelo e, à disposição, a cartilha da nossa Aspar, na pessoa da nossa parentíssima também Ana Patté.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para reforçar isso mesmo, e agradecer. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada pela contribuição.

É exatamente isso, não existe política pública sem orçamento, né? Não diria nem emenda, tem que estar dentro do Orçamento, tem que ser garantido, realmente, de fato e de direito, uma coisa... Mas, enquanto isso, as emendas vão suprindo algumas necessidades.

Agora, queria saber se mais alguém da mesa deseja fazer...

Pronto. Então, a Aléssia, aqui, vai fazer também suas considerações finais.

A SRA. ALÉSSIA PAMELA BERTULEZA TUXÁ (Para expor.) – Senadora, quero, mais uma vez, agradecer e parabenizar a senhora pela iniciativa e pela realização da audiência pública e parabenizar nossa Deputada, que tanto nos inspira e vem abrindo caminhos a facão, né?

Quero aproveitar para responder a uma das perguntas que tinham sido trazidas, e foi bem interessante, no sentido de como essa abordagem vai ser feita, como o atendimento dessa mulher vai ser feito sem violar. Não tem uma forma melhor e mais simples, mas tão esquecida, de saber como abordar, como atender sem violar, do que ouvir, do que escutar, do que perguntar. Então, todo o processo de construção desse projeto de lei deixa isso evidente e, com certeza, a sensibilidade na construção dos debates, da votação e tramitação nesta Casa também chamam a atenção para isso.

Toda e qualquer política pública voltada para qualquer grupo social – sobretudo para os povos indígenas, historicamente tão silenciados, ainda mais para as mulheres indígenas – e a execução dela, seja a construção, seja a execução, precisa passar pela nossa escuta. Então, é assim que se efetiva essa legislação, é assim que se efetivam todos esses mecanismos de garantia de direito, sem haver violação, ouvindo a parte interessada, a parte atingida.

Agradeço mais uma vez. E a Defensoria Pública da Bahia está à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já indo aqui para os finalmentes, já que ninguém mais quer falar, eu agradeço muito – agora eu vou correr para o Plenário, eu vou relatar um projeto, mas agradeço – a todas e todos, todos os encaminhamentos que a gente construiu aqui. A gente vai manter contato, e a gente vai se encontrar logo mais num grupo de trabalho, ou na criação do núcleo, ou na Procuradoria Especial do Senado. Temos aí muito trabalho para a frente, né? Então, muito obrigada.

A gente declara aqui encerrada esta audiência pública.

Uma ótima tarde. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Flávio Arns, Pedro Chaves, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Paulo Paim e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Beto Faro, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da quinquagésima sétima a quinquagésima nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4159, de 2023 - Terminativo - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, para dispor sobre o direito do jovem ao voluntariado." Autoria: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3181, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prever a participação da população e de associações representativas de segmentos da comunidade na elaboração de plano de rotas acessíveis." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4817, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4202, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a obrigatoriedade de informação a respeito do teste do pezinho ampliado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: favorável ao projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com uma emenda (de redação) que apresenta. Resultado: A Presidente designa o Senador Jorge Seif relator ad hoc. Em seguida, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH (de redação). ITEM 5 - Projeto de Lei n° 5559, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tornar obrigatórios os requisitos de acessibilidade nos veículos de transporte de saúde." Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). Relatoria: Senador Jorge Seif (*Ad hoc*), substituiu Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: A Presidente designa o Senador Jorge Seif relator ad hoc. Em seguida, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2315, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, para dispor sobre o direito à educação da pessoa com transtorno mental." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao projeto, na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. Resultado: Em 24/09/2025, o projeto é retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 4795, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para aprimorar o direito à moradia, ao transporte e ao conhecimento sobre direitos." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Em 24/09/2025, o projeto é retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2720, de 2021 - Não Terminativo - que: "Acrescenta art. 52-A à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), para dispor sobre a fiscalização anual das entidades governamentais e não governamentais de atendimento às pessoas idosas." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: favorável ao projeto. Resultado: Em 24/09/2025, o projeto é retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1130, de 2025 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a destinação de parte da arrecadação das loterias esportivas para o financiamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018." Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). Relatoria: Senadora Damares Alves. Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: A Senadora Damares Alves passa a presidência para a Senadora Mara Gabrilli. Na sequência, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 57ª e 59ª Reuniões da CDH.

Aqueles que as aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos iniciar a nossa reunião hoje pelos expedientes.

Nós temos nove itens na pauta. Nós temos projetos, matérias extremamente importantes hoje e nós estamos aguardando a chegada dos Senadores.

Hoje é um dia de discussões na Comissão de Constituição e Justiça. Os Senadores estão todos presos por lá, mas nós vamos começar pelos expedientes.

Antes da leitura do recebimento e emissão de documentos da Comissão, eu quero informar que, nesse final de semana, eu estive na Itália, junto com o Senador Magno Malta, membro desta Comissão, o Senador Girão e o Senador Flávio Bolsonaro. Nós fomos numa missão humanitária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não era uma diligência da Comissão. Nós fomos visitar a Deputada Carla Zambelli, que está presa na Itália. A Deputada Carla Zambelli está presa, condenada a dez anos de cadeia por um processo em que um *hacker* afirma que ela o mandou invadir o sistema eletrônico do Conselho Nacional de Justiça.

A gente questiona muito essa condenação, porque é uma pessoa com envolvimentos com crimes, que já tinha crimes anteriores; inclusive agora descobre-se que ele também é envolvido com pedofilia e pornografia infantil. Esse rapaz fala que ela mandou. Então, é a palavra de um criminoso contra a de uma Deputada. Inclusive, o que ele fez não teve efeito nenhum. Foi só um efeito de dizer assim: "Eu consigo entrar em qualquer sistema".

Ela é condenada a dez anos e está presa na Itália, numa cela, Senador, uma mulher com 1 milhão de votos, que pode ter tido os seus problemas, as pessoas podem não gostar da ideologia dela, mas é uma Parlamentar, numa cela com quatro mulheres, sendo uma homicida, no maior presídio da Europa, passando por todos os problemas que vocês possam imaginar de uma sentenciada. Como ela chega sentenciada, ela vai para o meio de todas as sentenciadas, mulheres com crimes absurdos.

E a Carla é uma Parlamentar que tem muitas doenças. Ela tem oito doenças diagnosticadas, doenças graves, inclusive, ela não está bem. E nós fomos, mais para dar um abraço na Deputada Carla, e para a gente entender como é que vai ficar a questão da extradição ou não dela e se é possível ela ter uma domiciliar por conta da saúde dela.

Este momento no país tem que passar logo. A gente tem entendido que algumas sentenças nesta nação estão sendo dadas com ingrediente por ser político também. A gente precisa virar essa página na nação.

A Deputada não está bem de saúde, inclusive com uma crise de depressão, pensou em desistir da vida. É muito ruim isso. Ela tem direito, o marido dela pode fazer seis visitas em 30 dias, cada visita de uma hora. Ele mora muito longe. Ele está lá em Roma, num lugar muito longe, não vê o filho. A situação dela é bem delicada.

Então, eu precisava trazer... Nós vamos apresentar um relatório sobre o aspecto dos direitos humanos. Ela está com muitos direitos violados naquele presídio. Eu precisava registrar isso, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 3C9B0DDB0072F1BB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo dela não foi julgado em momento algum sob a perspectiva de gênero. É uma mulher, e a gente vai pedir que seja feita uma revisão no julgamento sob a perspectiva de gênero.

Esse é o nosso anúncio de hoje. Amanhã... Na verdade, hoje estamos embarcando para Manaus. Amanhã nós vamos estar em Humaitá. A Comissão vai estar em Humaitá acompanhando, Senador Jayme, o que aconteceu naquela operação em que a gente viu as balsas explodindo, num dia de festa religiosa na cidade.

Todo mundo veio da área ribeirinha para a procissão, não se respeitou a procissão, crianças na rua, crianças em desespero... O que nos chamou a atenção, o que chamou a atenção desta Comissão foi o horror que foi causado às crianças, e a gente quer entender se a Polícia Federal considerou o trauma que iria causar nas crianças.

As embarcações estavam todas juntinhas. Será que não tinha uma forma de juntar essas embarcações e ir lá para o meio do rio e explodi-las ou apreendê-las tão somente? Tinha que explodir no meio da cidade?

Então, nós vamos entender.

A Defensoria Pública esteve, esse final de semana, lá, em mutirão, porque muita gente não voltou para casa, porque não tem como voltar. Tem pessoas na rua, passando fome.

Então, a defensoria fez um mutirão esse final de semana, e a nossa Comissão vai, para ver o que está acontecendo e a gente não permitir que operações policiais, no Brasil, violem direitos. Temos que combater o crime, mas os inocentes não podem ter seus direitos violados, especialmente crianças, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Senador está no Plenário. Ele tem um projeto de lei? (*Pausa.*)

Ele é autor do projeto que eu vou relatar.

E não tem ninguém para presidir a Comissão? (*Pausa.*)

O.k.

Então, a Senadora Mara vai entrar, ela vai presidir, e eu vou ler, com muita alegria, Senador, o voto do projeto de lei de sua autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto a Senadora Mara entra em conexão, vou começar a fazer a leitura dos expedientes.

Denúncias que chegaram a esta Comissão:

As denúncias a seguir, de nºs 333 a 337, tratam de casos em que a CDH não possui competência legal ou regimental para modificar decisões judiciais, bem como atuar em processos judiciais individuais, tampouco para investigar alegações de corrupção no âmbito do Poder Judiciário, ou não possui competência legal ou regimental para conduzir investigações criminais ou interferir em procedimentos judiciais ou policiais em curso.

No entanto, sugere:

Denúncia 333: mãe denuncia violência de abuso e tortura contra suas filhas pelo ex-cônjuge. Ela pede intervenção urgente, pois o juiz reverteu a guarda para o genitor, ignorando provas – já encaminhado em regime de urgência. Encaminhamento: oficiar à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Ministério Público estadual, Ministério Público Federal, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Denúncia 334: a família denuncia desapropriação da propriedade rural por empresa em Concórdia, Santa Catarina. Eles alegam que o processo se arrasta desde 1995, devido a fraudes e corrupção no Judiciário local. Encaminhamento: orientar o demandante a buscar os seguintes canais competentes, CNJ, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Encerrando, Denúncia 335: família denuncia a morte de dois membros em Montes Claros e a perseguição por autoridades locais. Após a denúncia, um dos denunciantes alega ter sido agredido e mantido em cárcere privado por policiais. Encaminhamento: orientar buscar o Ministério Público estadual e Federal, a Defensoria Pública, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita), de Minas Gerais.

Denúncia 336: avó materna denuncia violência, abuso sexual e tortura psicológica contra seu neto autista pelo pai e avô paterno. A juíza revogou a medida protetiva e reverteu a guarda para o genitor, ignorando as denúncias da criança e os laudos médicos. Encaminhamento: orientar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscar o Ministério Público estadual, a promotoria da infância e juventude, a Defensoria Pública ou um advogado constituído. Ainda, encaminhar urgência para o Conselho Tutelar de Avaré, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100) e Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo.

E por último, a Denúncia 337, que eu li anteriormente: cidadã denuncia perseguição e crime de ódio digital que vem sofrendo há mais de um ano, por ser pessoa com deficiência. Um inquérito policial foi instaurado em São Paulo. Encaminhamento: orientar buscar a delegacia especializada em crime cibernético, Ministério Público Estadual, para apurar os delitos, a Defensoria Pública ou um advogado constituído, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Ministério de Direitos Humanos e o Disque 100.

Vamos voltar para a nossa pauta. Eu vou pedir ao Senador Seif... (*Pausa.*)

Mara? Ah, ela vai presidir? (*Pausa.*)

Como sou Relatora do item 9 da pauta, de autoria do Senador Jayme, e o Senador Jayme está aqui, eu vou passar a Presidência desta reunião para a Senadora Mara Gabrilli, que está *online*.

Senadora Mara, bem-vinda, estamos morrendo de saudades. (*Pausa.*)

Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Oi, Presidente Damares, estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, passo a Presidência para você. É uma alegria ter você presidindo a Comissão. Eu vou fazer a leitura do item 9 da nossa pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Está ótimo! Muito obrigada pela confiança.

ITEM 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1130, DE 2025

- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de parte da arrecadação das loterias esportivas para o financiamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senadora Damares Alves

Relatório: favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAE.*

Concedo a palavra à Senadora Damares Alves para a leitura do relatório.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, eu peço permissão para ir direto à análise. Informo que o autor da matéria está presente, neste momento, no plenário, para acompanhar a leitura e votação – e, com certeza, vamos aprová-lo por unanimidade.

O PL vem para esta Comissão por força regimental.

Quanto ao mérito, Presidente, as instituições de longa permanência para idosos, previstas no art. 37 do Estatuto da Pessoa Idosa, são da mais absoluta importância para prover dignidade a quem delas mais precisa, justamente em fase da vida em que há elevado risco de fragilidade. E se aquele estatuto assegura assistência integral nessas instituições, quando não houver outro ambiente ou houver carência de recursos financeiros, fica clara a necessidade de o Estado custear adequadamente instituições tão relevantes.

Dados do Censo 2022, do IBGE, apontaram que 11% dos brasileiros têm 65 anos ou mais, perfazendo um montante de 22,2 milhões de brasileiros nessa faixa etária no país. Já o número de instituições de longa permanência para idosos cresceu 65%, passando de 40,6 mil para 67,2 mil instituições em todo o Brasil, atendendo um montante de 160.784 pessoas idosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observa-se que após a publicação do regulamento técnico da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 502, de 2021, que dispõe sobre o funcionamento de instituições de longa permanência e redução dos riscos à saúde dos idosos residentes, os critérios para o funcionamento desses locais ficaram mais rígidos e onerosos, colocando em risco a continuidade do atendimento por parte de muitas instituições de longa permanência para idosos.

Nesse sentido, o PL inclui as instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), no rol das entidades da sociedade civil. O art. 19 da Lei 13.756, de 2018, determina, com a devida cautela, que a arrecadação líquida de apenas três concursos de loterias esportivas seja destinada àquelas instituições. Nada mais razoável.

E a proposição ainda tem o cuidado de determinar que as instituições devam estar regularmente inscritas nos conselhos da pessoa idosa ou de assistência social, bem como ainda determina a destinação dos recursos.

Fortalecer as políticas de proteção à pessoa idosa, de maneira que intenciona criar uma fonte de financiamento estável e contínua para aquelas instituições...

Assim, a proposição nos parece bastante meritória. Todavia, não obstante seu grande mérito, sugerimos alguns aprimoramentos, como a supressão do art. 14-A, constante no art. 2º do Projeto de Lei nº 1.130, de 2025; a inclusão do seu conteúdo no art. 19 da Lei 13.756, de dezembro de 2018, por meio da criação do inciso IV, garantindo que as instituições de longa permanência para idosos façam parte do rol das entidades da sociedade civil beneficiárias dos recursos das loterias, conforme as outras já elencadas.

Também sugerimos a inclusão do §5º, para prever que as instituições de longa permanência sem fins lucrativos tenham seus programas inscritos perante o órgão competente da vigilância sanitária, do conselho municipal da pessoa idosa e do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, e em sua falta, perante o Conselho estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 48 da Lei 10.741, de 2003.

Por fim, sugerimos a inclusão ainda do §6º para prever que as instituições de longa permanência para idosos (ILPIs), referidas no inciso IV, poderão receber os repasses dos recursos independentemente da existência de dívidas tributárias pendentes com o Governo Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suprimindo a necessidade de Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social, visto que as ILPIs não necessitam da referida certificação.

O voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 1.130, de 2025, com as emendas que já estão devidamente publicadas.

Este é o voto, Presidente, e eu peço aos pares apoio para a gente aprovar, por unanimidade, esta matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Em discussão a matéria.

Senador Jayme, quer discutir a matéria?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sim, Presidente Mara Gabrilli, que honra, que prazer estarmos hoje nesta Comissão, presidida por V. Exa. e quando do relatório apresentado pela querida e estimada Senadora Damares.

Antes de reler aqui os meus agradecimentos pelo belo voto, pelo relatório, eu quero me associar a V. Exa., quando fez um breve relatório em relação à sua viagem com outros pares para visitar a Deputada Zambelli lá. Ela infelizmente se encontra no presídio num país da Europa, que é a Itália, né? Eu tenho a certeza absoluta de que este momento, quando V. Exas. prestam a sua solidariedade, foi a demonstração inequívoca da sua amizade e do respeito às pessoas.

Isso é muito importante, independente de questão partidária, ideológica. Acho que esse ato que vocês estão fazendo é um ato de pessoas cristãs, que certamente respeitam, principalmente, aquela questão que é a liberdade de expressão, sobretudo porque, na minha visão particular, eu acho que é o maior absurdo que está se cometendo contra uma cidadã. Esqueçam o cargo que ela exerce, de Deputada Federal, mas infelizmente aqui no Brasil, as coisas estão caminhando para um lado que, confesso... Estamos agora votando lá a PEC da blindagem... Na verdade, não somos todos iguais, nem os dedos das mãos.

Eu acho que a PEC não é tão importante, todavia, nós temos que fazer uma pequena ressalva lá. Há hoje uma condenação até pela fala que nós fazemos em determinados momentos no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário, que é um direito líquido nosso – muitas vezes fazendo o uso da tribuna –, mas nós estamos penalizados. Nós estamos verdadeiramente vivendo um momento, talvez, pior do que o da época da ditadura militar deste país, quando se aplicava o AI-5, em que se cassavam os direitos políticos de todo cidadão brasileiro.

Felizmente, quando a senhora faz essa visita, com certeza eu imagino alguns milhares de brasileiros que queriam ter essa oportunidade para levar um mínimo de solidariedade, de apoio a essa cidadã que está penalizada.

Eu confesso, nos altos de 1974, eu nunca vi um país como o nosso, que fala muito em democracia, penalizando dessa forma... Eu imagino que ela não mereça, já que não roubou, não matou nenhum cidadão, mas, infelizmente, porque um *hacker*, sei lá, entrou nos computadores do Supremo...Muitas vezes, ela não tem nem ciência, não participou de nenhum ato, talvez, e está sendo penalizada dessa forma.

Mas, de qualquer maneira, minha querida Presidente Mara Gabrilli, o Projeto de Lei 1.130, de 2025, de minha autoria, foi construído com muito zelo e espírito público, para destinar parte da arrecadação das loterias esportivas às instituições de longa permanência para idosos.

O projeto prevê que os recursos provenientes dos três concursos anuais das loterias esportivas sejam direcionados a abrigos e casas de apoio que acolhem pessoas idosas. Trata-se de um gesto de justiça social que fortalece o atendimento àqueles que mais necessitam, garantindo-lhes moradias, assistência, alimentação e dignidade.

Cumprimento de forma toda especial a ilustre Senadora Damares Alves, Relatora desta matéria, que apresentou um parecer de grande qualidade técnica e profunda sensibilidade social, reconhecendo a importância de apoiar as instituições que cuidam de nossos idosos. O Brasil já figura entre os países com maior número absoluto de pessoas idosas do mundo, 33 milhões de pessoas. E a tendência é de crescimento acelerado dessa população nas próximas décadas. Diante desse cenário, o Estado brasileiro precisa assumir a responsabilidade de desenvolver políticas públicas consistentes, voltadas à proteção e ao cuidado dessa parcela tão significativa da sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A instituição de longa permanência para os idosos desempenha um papel essencial nesse esforço coletivo, mas muitas vezes enfrenta sérias dificuldades financeiras para manter suas atividades. O direcionamento dessa parte da arrecadação das loterias esportivas representa, portanto, uma solução sustentável de forte impacto social, sem criar novas despesas orçamentárias.

A aprovação do PL 1.130, de 2025, vai significar mais qualidade de vida para milhares de brasileiros, e é dever do poder público estender a mão e assegurar que nossos idosos tenham seus direitos respeitados.

Concluindo, Presidente Mara Gabrilli, querida Relatora Damares Alves, prezado amigo e querido Senador Jorge Seif, que nos honra também aqui com sua presença nesta Comissão, quero dizer que, para mim, ao longo dos seis mandatos que eu tenho já – três vezes Prefeito da minha querida cidade de Várzea Grande; como Governador do meu estado, porque eu tive a primazia de ser Governador por quatro anos; duas vezes Senador da República –, o que toca profundamente o meu coração são políticas públicas que possam atender as crianças, os idosos, o trabalhador brasileiro de uma maneira geral, seja do campo, seja da cidade. Eu acho que o Brasil tem muitas distorções ainda, e nós temos que melhorar esse ambiente para valorizar o ser humano. Na minha visão, nós temos que valorizar o ser humano.

V. Exa. fez uma fala aqui, Senadora Damares, muito pertinente e muito oportuna, em relação ao ataque – assim eu posso considerar – em Humaitá, há poucos dias, feito por um órgão governamental. Aquilo não existe, na minha visão. Num país em que se fala muito em democracia, chegam lá usando as forças policiais, as Forças Armadas para fazer um verdadeiro terrorismo. Aquilo, na minha visão, é um terrorismo, não é mais nada do que isso.

Isso tem sido recorrente no Brasil. Eu tenho acompanhado lá no meu Estado de Mato Grosso, infelizmente, os órgãos, sobretudo esses órgãos que se defendem dizendo que é preservação ambiental, cometerem cada barbaridade! Esses dias eu os vi incendiando uma casa de um cidadão que estava há 30 anos numa pequena propriedade, o direito dele acho que já até por usucapião, que é recorrente no Brasil. Foram lá e tacaram fogo na casa do cidadão, nem a panela ele teve o direito de tirar da casa dele lá; saiu como um bandido fugido, um homem que está ali sustentando, pescando um peixinho no rio lá, à beira do rio, vive abaixo da linha da miséria,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matando uma caça lá para talvez comer um pedaço de um bicho daquele lá, muitas vezes até contaminado. E ninguém vê esse lado que está atuando.

Tenho acompanhado a política nefasta em relação ao Estado do Pará. Quantos cidadãos ali que estão sendo... Está sendo ateado fogo pela Força Nacional, pela Polícia Federal, desocupando, na porrada, aquele cidadão que está há 20, 30 anos... Será que o Governo não tem um mínimo de sensibilidade? Isso não se faz com o ser humano. Nós temos que tratar o ser humano como ser humano, com dignidade, sobretudo o Governo levando o apoio necessário.

Não é esse o Brasil que eu quero, não. Eu quero um Brasil em que o cidadão seja respeitado, não usando as forças federais para ir atacar o trabalhador, o cidadão humilde que está lá, tentando sobreviver, ele e sua família, comendo e vendendo um pedacinho, ou seja, uma rama, um pé de mandioca, um pé de banana, ou seja lá um cacho de banana, e o cidadão não é respeitado.

Então, nós temos que dar um basta em tudo isso.

De qualquer forma, eu quero encerrar dizendo que, quando fui Prefeito pela primeira vez, eu tinha duas preocupações na minha cidade. Hoje, a cidade tem 330 mil habitantes. Fui Prefeito por três mandatos, a minha senhora foi Prefeita por dois mandatos, o meu pai foi Prefeito, meu irmão foi Prefeito... Tinha duas coisas que eu queria fazer lá: primeiro, um abrigo, uma casa para idosos, e a outra era um hospital, porque nós tínhamos que nos deslocar lá da cidade de Várzea Grande e ir a Cuiabá. Uma parturiente tinha que ganhar neném em Cuiabá, você imagine. Quantas e quantas vezes bateram na minha porta, pedindo: "Ô Jayme, leve minha mulher ao hospital para ganhar neném". Isso era recorrente.

Eu falei: "Um dia, se eu for político...". Porque eu não era político, Jorge. Talvez você não fosse também político, nem a própria Damares aqui. Nós éramos apoiadores, não é? E, com muita insistência da comunidade, fui sair candidato. Pois bem. Eu falei: "Se eu for eleito, eu vou fazer duas obras aqui que, eu tenho certeza, vão massagear meu coração, minha alma, meu espírito".

Fiz o hospital lá, um hospital com 180 leitos – 180 leitos –, um dos melhores hospitais hoje dessa região metropolitana, da Grande Cuiabá, e fiz lá a casa dos idosos. Chama-se Lar Dona Bebé – Lar Dona Bebé –, que atende a 50 ou 60 velhinhos lá. Eu imagino que nem dá para todos, tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ser ampliado, porque a cidade também cresceu, e a população idosa, com certeza, está aumentando também, como os números estatísticos estão nos provando.

De maneira que eu acho que isso faz bem para nós, nós temos que ver, socialmente, a população, aquele cidadão que, muitas vezes, não tem o apoio, não tem a mão amiga do poder público neste país aqui, e nós temos a obrigação... Eu digo nós de uma maneira geral, seja empresariado, seja membro da sociedade civil, mas particularmente e especialmente a classe política brasileira tem que ver de outra forma essas políticas, para atender, com certeza, a outras pessoas menos favorecidas.

Encerro, agradecendo a V. Exa., uma vez mais, pela forma carinhosa e a forma respeitosa como trata seus colegas aqui e, particularmente, pela defesa intransigente que V. Exa. faz, todos os dias, recorrentemente, aqui, como outros Senadores fazem aqui, em defesa da democracia, sobretudo com o direito à liberdade de expressão.

Muito obrigado, e que Deus nos abençoe.

Com certeza, com esse projeto, estaremos atendendo aqui milhares de brasileiros que precisam desse apoio e mantendo nossos velhinhos, com certeza, com saúde.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador.

Eu queria estender os cumprimentos à Senadora Damares também.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Gostaria de discutir, Senadora Mara.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah... Ô, desculpa...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Jorge Seif aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Senador Jorge Seif com a palavra.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Bom dia, senhoras e senhores; Senadora Mara, nossa Presidente; Senadora Damares, nossa Relatora do projeto de hoje; Senador Jayme, nosso autor dessa proposição.

Primeiro, eu quero agradecer e dizer algo para o senhor, Senador Jayme: eu vejo poucas vezes o senhor se manifestar. O senhor não é um cara de tanta discussão, de tanto debate, mas, quando o senhor fala, são palavras que enriquecem o Brasil e são diagnósticos verdadeiros do que a nossa nação atravessa.

Primeiro, parabenizo o senhor e a Senadora Damares pela proposição e pela relatoria, porque, coincidentemente, vocês falaram uma verdade: a população está envelhecendo, e a vida de todo mundo é muito corrida.

Hoje, muitos pais precisam de seus filhos, precisam de netos ou precisam de cuidadores, só que nada como viver em comunidade, e essas casas que cuidam dos nossos idosos precisam realmente de apoio, muitas vezes são trabalhos quase que filantrópicos. Muitas vezes, quem serve nessas casas faz trabalho voluntário e, às vezes, até doa, de onde tem, de trabalho, para manter essas casas.

Coincidentemente, Senadora Damares, Senadora Mara, Senador Jayme, no fim de semana passado, eu estive numa cidade catarinense chamado Braço do Trombudo – é o Rio Trombudo, e a cidade é um pedaço, o nome é interessante.

Lá, tem uma instituição de mais ou menos 40 ou 50 anos que cuida de 20, de 30, de 40 velhinhos. Tem um pastor e uma missionária que cuidam lá há muito tempo, trabalho voluntário, que me procuraram falando: "Olha, a necessidade da cidade é muito maior, mas nós não temos condições; e o que nós queremos não é nem colocá-los internos, mas que eles tenham algum local durante o dia para ficar, conversar com outros idosos, jogar um dominó, jogar uma canastra, medir a pressão, ter pessoas para fazer alimento para eles". Se acontecer algum acidente, uma queda, tem gente para acudir, porque, muitas vezes, as famílias não têm condições de pagar enfermeiras ou pagar cuidadores. Além de não terem condição, o idoso tem que ficar em casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidando de si, e muitas vezes já tem condições adversas, problema de visão, problema de diabetes, problema de hipertensão arterial, problema de mobilidade.

E nós precisamos cuidar de quem construiu este país, Senador Jayme. Essas pessoas, primeiro, nos criaram. Nossos pais, nossos avós nos criaram. Se nós estamos aqui, o senhor tem uma raiz, o senhor tem uma história, e eu também, e a Damares também, e todos aqui têm uma raiz e uma história.

Então, cuidar dos nossos idosos, independentemente de ser família nossa ou não, é cuidar do legado que eles deixaram para esta nação. Nós temos esse compromisso.

Fico muito feliz pela aprovação deste projeto, que logicamente vou apoiar.

Queria comentar também, fora do assunto, mas dentro do seu comentário, que eu me sinto completamente contemplado.

Infelizmente, ao longo dos anos, este país foi tomado por ecoterroristas. O ecoterrorista não se preocupa com o ser humano. Ele carrega... A natureza, precisamos cuidar, precisamos proteger; precisamos evitar exageros, precisamos evitar crueldade, porque existem, sim, homens cruéis e maus. Existe um monte de coisa errada, mas não podemos generalizar.

O que, hoje, órgãos como Ibama, ICMBio, Funai, polícias ambientais dos estados fazem com os nossos indígenas?

Tivemos aqui a CPI, nesta sala aqui, a CPI das ONGs. Indígenas sentaram aqui para dar depoimento. Os caras queriam plantar lá uma mandioca, um amendoim, um negócio, a Funai não deixava. Eles querem trabalhar como produtores rurais, querem andar de Hilux também, querem pegar o pedacinho de terra deles, que lhes deram o direito, querem cultivar, querem plantar, querem colher, querem trabalhar.

Visitei agora, há menos de um mês, Senador Jayme, uma aldeia indígena. Um nome complicado que agora eu não vou nem tentar pronunciar para não virar meme, mas a mesma coisa: não tem oportunidade. Nossos indígenas são tratados como se fossem selvagens, como se fossem irracionais, como se fossem animais em jaula, e não se pode fazer nada. Eles precisam da Funai, de ONGs, que nós sabemos que no final é uma mentira. Nossas terras indígenas e áreas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção permanente são os maiores corredores de tráfico de drogas, de traficantes de drogas, de tráfico humano, de minérios que são desviados do nosso país. Tudo feito em áreas indígenas, por quê? A polícia nem pode fazer policiamento ostensivo; o Exército precisa cuidar. O Exército – nós temos, sei lá, quase 9 mil quilômetros de fronteira, se não me falha a memória, oito mil e poucos quilômetros de fronteira – não tem nem para cuidar da nossa fronteira, quanto mais para cuidar de terras indígenas gigantes.

Então, eu me sinto muito contemplado. Precisamos fazer um *mea culpa,* porque parte desse problema foi o Legislativo ou que criou ou que não se opôs ou que não se levantou ainda para fazer novas legislações. Eu estou com o senhor. Não se pode tocar fogo na casa de ninguém, especialmente com 30 anos. Esse cara vai morar onde? Na chuva? Debaixo de árvore? Vai virar o Tarzan? Vai morar em árvore?

Então, são arbitrariedades desses ecoterroristas, tá? Igual a nossa Ministra do Meio Ambiente, que é a musa das ONGs. Eu a apelidei carinhosamente de "Globeleza das ONGs", porque, se as ONGs amam...

O senhor vê o que fizeram com o meu Estado de Santa Catarina agora. Uma pesca de subsistência, Senador Jayme, que é a pesca de tainha, pescadores artesanais com remo, igual a como Pedro pescava lá no Mar da Galileia, que na verdade é uma lagoa, estive lá já pessoalmente, fiz uma viagem espiritual, conheci Israel. O Mar da Galileia é água doce, então não é mar, é como chamavam, é uma lagoa gigante. Você não consegue nem ver o outro lado da margem. Pedro pescava assim, de reminho, ainda tinha uma redinha. É como os nossos pescadores tradicionais de tainha fazem esse trabalho lá.

Sabe o que o Ibama e a musa das ONGs, a "Globeleza das ONGs", Marina Silva fizeram? Junto com o Ministro André, um omisso, o Ministro da Pesca, que só fica olhando ela fazendo as coisas, nem se opõe. Não fala nada, fica olhando de camarote, o Ministro de Estado da Pesca, que deveria defender pescador, especialmente os pescadores artesanais. Porque eu tenho um barco industrial e podia falar: "Ah, está defendendo a sua própria classe!". Não, não, não, não, não. Estou defendendo a classe de pescadores de subsistência, pescadores artesanais que foram proibidos... Reduziram a cota deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O único estado da Federação que sofreu sanções e redução de cota foi o Estado de Santa Catarina. E os do Partido dos Trabalhadores, como sempre, que se diz pai dos pobres, com essa conversa fiada toda, seguraram o projeto, pediram vista, não pautavam, fizeram de tudo para sabotar a pesca artesanal. Espero que os pescadores de Santa Catarina e do Brasil enxerguem isso, porque foi uma medida arbitrária contra quem pesca para comer, pesca para comer. E eles até hoje não pautaram. Uma Senadora do PT pediu vista e até hoje não apresentou o relatório. É para espezinhar o Estado de Santa Catarina, que não vota nessa catrefa. O Estado de Santa Catarina não elege petista, não dá chance para eles. É por isto que é considerado um dos melhores estados do Brasil, porque nunca foi governado pelo Partido dos Trabalhadores.

Então, para finalizar, Senador, obrigado por suas palavras. Parabéns pelo projeto! Senadora Damares, parabéns pelo relatório! Muito obrigado por fazer essa proposição. Estou junto com vocês.

Inclusive, para finalizar – prometo que finalizo aqui, Presidente Mara Gabrilli –, esses dias, eu vi um pastor numa pregação no Instagram, e ele dizia o seguinte: "Já entrevistei muitas pessoas no leito de morte: idosos, mais novos, com doenças terminais, às vezes um câncer agressivo, às vezes doenças autoimunes, às vezes uma falência múltipla de órgãos, às vezes uma infecção generalizada, em final de vida. Ia lá, dava uma palavra de Deus, pedia para que confessassem Jesus Cristo como Senhor e Salvador para terem uma vida, uma eternidade ao lado do Senhor..." E ele falou: "É unanimidade. Quando eu pergunto, durante a conversa, durante a entrevista: de que você se arrepende na sua vida? Todos eles, independentemente da idade, independentemente da classe social, independentemente do sexo, independentemente da religião, falam assim: 'Olha, eu me arrependo, porque eu deveria ter ficado mais com o meu filho, eu deveria ter abraçado mais a minha mãe, eu só trabalhei na minha vida, eu ficava uma hora, duas horas com a minha mulher em casa, o resto era trabalhando, correndo atrás. Eu me arrependo'".

Então, no final de tudo, Senador Jayme Campos, o mais importante são as pessoas. Estrada é importante, e indiretamente é um bem para as pessoas transitarem com segurança, mas o ser humano – quando a gente aprova um projeto como esse, que vai cuidar de idosos, ou que vai cuidar de crianças, ou que vai ser um abrigo para crianças abusadas, ou vai ser um abrigo para desintoxicar drogados – é o mais importante. O mais importante é cuidarmos de pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que este Parlamento, este Senado Federal não esqueça: nós estamos aqui eleitos por pessoas e precisamos fazer políticas públicas voltadas para as pessoas. É por isto que eu tenho tanta alegria, tanto orgulho de participar da Comissão de Direitos Humanos, porque é realmente a coisa mais importante cuidar do direito dos humanos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senador Jorge Seif.

Saiba que eu estou muito feliz com o senhor, Senador, porque o senhor é Relator de uma matéria que traz as rotas acessíveis e ainda com a participação popular para poder discernir quais são essas rotas acessíveis. Eu coloquei isso no Estatuto das Cidades e trabalho por isso desde que fui Secretária Municipal em São Paulo, Vereadora em São Paulo, por essas rotas acessíveis.

Então, eu já o parabenizo, porque sei que o projeto veio da Câmara, o senhor é favorável e está-se debruçando sobre isso, e isto é cuidar de gente: a gente poder garantir o ir e vir de qualquer cidadão. Então, muito obrigada também.

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Relatório aprovado, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com as Emendas nº1-CDH e nº 2-CDH.

O projeto segue para análise terminativa na CAE.

Agora eu devolvo a Presidência para a Senadora Damares.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mara, muito obrigada.

Senador Jayme, foi uma honra relatar este projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui a Ministra da pasta. Na verdade, a minha vida inteira é visitar as instituições como pastora, mas, como Ministra, eu fui muito com o olhar de gestora. Como elas passam necessidades, Senador! Muitas instituições começam ali no fundo do quintal de um padre, de um pastor, de alguém muito generoso. São dois, três, e, daqui a pouco, estão com 50 idosos. E a tendência é aumentar, porque a população idosa está aumentando.

Quando eu trouxe ali, Senador, no voto, que, mesmo que a instituição esteja com dívidas fiscais, ela vai ter o direito de receber esse valor da loteria, o que acontece? Muita instituição, eu vi isso na pandemia, nasceu, e eram muitos os voluntários que trabalhavam nas instituições. Daqui a pouco, chega um fiscal do Ministério do Trabalho e fala assim: "Esse voluntário está ficando muito tempo aqui, e já configura trabalho", e multa a instituição. Ou, então, o voluntário sai e entra com uma ação trabalhista.

As instituições têm muitas dívidas fiscais, dívidas trabalhistas impagáveis. Eu até, uma vez, conversei com Paulo Guedes, porque eu queria propor uma ampla, geral e irrestrita anistia a todas elas na pandemia, para que elas todas começassem do zero. Têm dívidas com Fundo de Garantia, com previdência, mas os idosos que estão abrigados lá não podem pagar pelo preço de uma má administração lá atrás. Então, eu trago essa ressalva.

Agora, Senador, o projeto vai ser terminativo na CAE. Dá para a gente trabalhar uma relatoria urgente, e eu não sei se, na CAE, não dá para a gente pensar as *bets*. Ontem, a gente recebeu um relatório que mostra que o Governo arrecadou muito de *bets*. Quem sabe a gente possa pedir à consultoria para dar uma olhada se também pode um pinguinho das *bets* ir para as ILPIs? Se a CAE entender que sim, apresentaríamos uma emenda lá, e já saía daqui do Senado também com esta previsão: além dos jogos da lotérica, um pouco das *bets*. Vamos trabalhar isso, vamos trabalhar. Não sei se você é da CAE, eu sou da CAE, vamos trabalhar para a gente aperfeiçoar.

Parabéns pela iniciativa. O senhor não tem ideia de como essas instituições, no Brasil inteiro, hoje, estão acompanhando essa votação.

Nós estamos, Senador, legislando em causa própria, né? Dois idosos legislando em causa própria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador, muito obrigado, muito obrigado. Foi uma alegria relatar essa matéria, uma alegria.

Nós vamos direto ao item 3 da pauta.

Do item 3, do item 4 e do item 5, a Relatora é a Senadora Mara.

Para a conexão dela não cair, Senador Seif, como os votos dela são muito pequenos, a gente vota e vai para o seu projeto de lei, está bem?

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 4817, DE 2019

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Síndromes de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CAS.

- Em 17/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

A autoria é do Deputado Federal Roberto de Lucena, de quem eu fui chefe de gabinete, em 2010. E a Dani também trabalhou com ele.

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente Damares.

Eu peço licença para ir direto à análise.

Compete à CDH opinar sobre matérias que dizem respeito à garantia e promoção dos direitos humanos, bem como à proteção das pessoas com deficiência, conforme dispõem os incisos III e VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

No que tange ao mérito, de acordo com a Associação Brasileira de Pessoas com Síndrome de Ehlers-Danlos e Transtornos do Espectro de Hipermobilidade (Abrased), a SED constitui um grupo heterogêneo de doenças hereditárias do tecido conjuntivo, cujas características incluem, com frequência, hipermobilidade articular, fragilidade tecidual, pele macia e hiperextensível, cicatrização anormal e hematomas de fácil ocorrência. Entre os pacientes, são também comuns sintomas como dor e fadigas crônicas, complicações gastrointestinais, transtornos do sono, problemas cardiovasculares, oftalmológicos e musculoesqueléticos, além de comorbidades frequentes como síndrome de ativação mastocitária, disautonômicas e condições neurodivergentes.

O cuidado multidisciplinar revela-se essencial, com foco na prevenção de sintomas e na oferta de suporte contínuo. Ainda segundo a Abrased, o TEH apresenta-se de forma clínica variável, heterogênea, abrangendo de modo residual pacientes com subtipo SED hipermóvel, tampouco evidenciam elementos de outras síndromes pleiotrópicas, aqueles em que um único gene condiciona ou influencia múltiplas características fenotípicas, como deficiência intelectual, malformações de órgãos internos, dismorfismos faciais relevantes ou ainda outras doenças hereditárias do tecido conjuntivo. Pode envolver uma diversidade de sintomas em diferentes intensidades e áreas do corpo, tais como instabilidade articular, síndrome de ativação mastocitária, dor, fadiga, distúrbios gastrointestinais, cefaleias e ansiedades. Por essa razão, as estratégias de manejo devem ser individualizadas, adequando-se às necessidades específicas de cada paciente.

A gente tem ciência de que as pessoas com Síndrome de Ehlers-Danlos ou com Transtorno do Espectro de Hipermobilidade Articular já estão contempladas na legislação da saúde vigente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente na Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, instituída pela Portaria nº 199, de 30 de janeiro de 2014, do Gabinete do Ministério da Saúde, posteriormente incorporada à Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, do mesmo órgão, que trata da consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

No entanto, a normatização mencionada, além de não conferir a mesma segurança jurídica que a lei, apresenta escopo restrito, limitando-se a aspectos relacionados à atenção à saúde. Assim, assiste razão ao autor da proposição, uma vez que a proteção deve abranger um rol mais amplo de direitos e garantias, de modo a assegurar a essas pessoas condições de igualdade com as demais, em especial nos campos da educação e do trabalho.

Assentado o mérito da iniciativa, cabe-nos apenas propor um ajuste redacional no que se refere à equiparação às pessoas com deficiência.

Lembremos que a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Referido conceito, cumpre salientar, espelha aquele adotado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados pelo Congresso Nacional em conformidade com o procedimento previsto no §3º do art. 5º da Constituição. Por esse motivo, a Convenção e seu Protocolo são equivalentes a emendas constitucionais. Por exigência de uma norma de *status* constitucional, portanto, a avaliação da deficiência reclama a consideração de todos os fatores apontados: existência de impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, longo prazo, interação com barreiras e obstrução à participação da vida em sociedade.

Nesse sentido, a solução proposta pela LBI veio ao encontro da Convenção: a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação social.

À luz dessas premissas, entende-se que o projeto de lei deve guardar estrita consonância com o marco normativo vigente, evitando redundâncias desnecessárias e garantindo a remissão expressa ao conceito de deficiência estabelecido pela Lei nº 13.146, de 2015. Com isso, preserva-se a harmonia sistemática do ordenamento jurídico, assegurando que a interpretação e a aplicação da norma sejam orientadas pelos parâmetros constitucionais e infraconstitucionais já consolidados.

Dessa forma, o ajuste ora proposto não altera o mérito da proposição, mas lhe confere maior clareza redacional, precisão técnica e segurança jurídica. Ao alinhar a norma em exame ao conceito já adotado pela Lei Brasileira de Inclusão e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, evita-se qualquer margem de dúvida interpretativa e reforça-se o compromisso do Estado brasileiro com a proteção integral e a plena inclusão social das pessoas com deficiência.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.817, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CDH (de redação)
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.817, de 2019, a seguinte redação:
> Art. 2º A pessoa acometida pelas condições a que se refere esta Lei somente será considerada pessoa com deficiência quando, submetida à avaliação biopsicossocial, for constatado impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, possa obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos do art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda de redação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 – CDH, de redação.

Parabéns, Senadora Mara! É mais uma política sendo instituída.

A matéria agora segue para a CAS, onde será votada de forma terminativa.

Vamos trabalhar para aprovar logo lá, Mara, e – quem sabe? – até vou lutar para ser Relatora lá na CAS e a gente fazer essa entrega o mais rápido possível.

Parabéns, Senadora Mara!

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4202, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a obrigatoriedade de informação a respeito do teste do pezinho ampliado.

Autoria: Deputado Federal Sergio Vidigal

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: favorável ao projeto, com uma emenda (de redação) que apresenta.

Observações: *Tramitação: CDH e CAS.*

Concedo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu vou relatá-lo *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – O da Mara? Este? (*Pausa.*)

Está bom.

Então, eu nomeio o Senador Seif...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senadora Mara.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... para fazer a leitura *ad hoc* do voto da Senadora Mara Gabrilli.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Se a senhora me permite, vou direto para a análise.

Compete à CDH opinar em matérias alusivas à garantia e promoção dos direitos humanos e à proteção da infância e juventude, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise do PL nº 4.202, de 2020.

Quanto ao mérito, Sra. Presidente, a proposição é pertinente e necessária. A obrigação de realização de exames visando ao diagnóstico precoce e terapêutico de doenças congênitas e erros inatos no metabolismo do recém-nascido, prevista no art. 10 da Lei nº 8.069, de 1990, foi um importante passo para a consolidação da triagem neonatal no Brasil. Essa conquista foi potencializada pela adoção da Lei nº 14.154, de 26 de maio de 2021, que aperfeiçoou o Programa Nacional de Triagem Neonatal e disciplinou o teste do pezinho ampliado.

Contudo, apesar dos imprescindíveis avanços logrados com essas iniciativas, uma parcela significativa de pais e responsáveis ainda desconhece a importância dos exames de triagem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neonatal e, por isso, pode negligenciar a realização desses testes para a garantia da saúde dos recém-nascidos.

Nesse contexto, não é suficiente somente a disponibilização da triagem neonatal pelo poder público. É necessário que os pais e responsáveis sejam adequadamente conscientizados sobre a importância da realização do teste do pezinho e de sua versão ampliada. Ademais, para que a comunicação das informações seja efetiva, é imprescindível que seja realizada de forma presencial e de fácil entendimento, como preceitua o PL 4.202, de 2020.

À luz desses preceitos, oferecemos emenda para aprimorar a redação da proposição e harmonizá-la com os demais dispositivos da Lei 8.069, de 1990.

Voto.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.202, de 2020, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CDH (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.202, de 2020, a seguinte redação:
> "Art. 2º O art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 10. .....
> .....
> §4º Durante os atendimentos de pré-natal e de puerpério imediato, os profissionais de saúde devem informar os pais ou responsáveis legais do recém-nascido a importância do teste do pezinho e sobre as eventuais diferenças existentes entre as modalidades oferecidas no Sistema Único de Saúde e na rede privada de saúde.
> §5º As informações de que trata o §4º deste artigo devem ser de fácil entendimento e fornecidas presencialmente, facultada a complementação por meio impresso ou digital.' (NR)"

Esse era o voto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Seif.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda, de redação, que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável, com uma emenda de redação, Emenda nº 1.

O projeto segue para a CAS.

Item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 5559, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tornar obrigatórios os requisitos de acessibilidade nos veículos de transporte de saúde.

Autoria: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *Tramitação: CDH e terminativo na CAS.*

Concedo a palavra ao Senador Seif, que fará a leitura *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Passo direto para a análise, Sra. Presidente.

Compete à CDH opinar sobre matérias alusivas à proteção e integração social das pessoas com deficiência, conforme previsto no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, atende aos critérios de regimentalidade a análise desta proposição.

No mérito, a proposição mostra-se pertinente e necessária, especialmente no que se refere à promoção da acessibilidade e à efetivação do direito à saúde das pessoas com deficiência.

A garantia de acessibilidade em veículos de saúde é essencial para assegurar a igualdade material no acesso à saúde. Esse preceito fundamental é garantido pela Constituição e reiterado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional.

Assim, o PL nº 5.559, de 2023, reforça o papel do Estado na implementação de políticas públicas inclusivas, ao mesmo tempo que estabelece uma diretriz clara para a adequação dos veículos de transporte sanitário, com base em normas técnicas específicas.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.559, de 2023.

Esse era o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Seif.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa da CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 2 da pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3181, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para prever a participação da população e de associações representativas de segmentos da comunidade na elaboração de plano de rotas acessíveis.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

- Em 17/09/2025, a matéria foi retirada de pauta.

Autoria: Deputado Felipe Carreras.

A Senadora Mara acabou de te elogiar por esse projeto antes de ela deixar de participar da reunião.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif, para a leitura do relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Na verdade, esse é um trabalho em que nós estamos prestigiando pessoas como a Senadora Mara Gabrilli, que sempre lutaram no nosso país pelas pessoas com deficiência, pensando no dia a dia, pensando na praticidade, pensando na qualidade de vida, pensando no deslocamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que as pessoas que têm algum tipo de deficiência mais almejam, o que elas mais sonham, o que elas mais desejam é autonomia. Mesmo com os problemas inerentes à saúde, ou por acidentes, ou por doenças, as pessoas querem autonomia, porque autonomia significa dignidade.

Por isso, eu quero prestigiar aqui a Senadora Mara Gabrilli e vou direto à análise do nosso relatório.

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, incisos III, IV e V, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à garantia e promoção dos direitos humanos, direitos da mulher e proteção à família. Nesta análise, o foco recai sobre o mérito da matéria, uma vez que os aspectos econômicos e financeiros, a constitucionalidade e a juridicidade serão objeto de análise na CCJ.

O PL 3.181, de 2019, propõe que os planos de rotas acessíveis previstos no §3º do art. 41 do Estatuto da Cidade contenham metas de implementação construídas por meio de indicação da população.

Sabemos que a acessibilidade é uma questão fundamental para a democratização do direito de ir e vir nas cidades, pois contribui para que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades para utilizar os espaços públicos e privados de maneira autônoma e segura.

O tema foi previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que definiu a acessibilidade como um direito. No entanto, é notório que as calçadas brasileiras não são, de forma geral, acessíveis. O Censo Demográfico de 2022 mostrou que 32% dos municípios brasileiros não têm calçadas ou passeios no entorno dos domicílios, e apenas 15,2% dos brasileiros residem em ruas com rampa para cadeirantes. Esses números são ainda menores quando se trata de áreas periféricas ou ocupadas por população de baixa renda.

Trata-se, portanto, Sra. Presidente, de tema relevante para a promoção da equidade. Ao exigir que a definição das rotas acessíveis se dê por meio de audiências públicas e debates com a sociedade, a proposição reforça o princípio da gestão democrática da cidade, previsto no próprio Estatuto da Cidade, o que amplia a transparência e a legitimidade das decisões que afetam o direito das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas cidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, ao prever metas de implantação, o texto introduz um elemento de planejamento estratégico que vincula a execução de intervenções urbanas a objetivos previamente estabelecidos e fiscalizáveis.

Trata-se de um passo importante para superar a implementação fragmentada e descontinuada das políticas de acessibilidade.

Entendemos, no entanto, que a proposição pode ser aperfeiçoada. Para melhorar a técnica legislativa, sugerimos dividir o conteúdo do §3º do art. 41 em dois parágrafos distintos: o primeiro contendo a obrigação de elaboração dos planos de rotas acessíveis e os princípios gerais de participação social e planejamento; o segundo contendo o que consideramos diretrizes de implementação, quais sejam, as prioridades territoriais para implantação das rotas e sua integração com o sistema de transporte público.

Já em relação ao conteúdo, Sra. Presidente, propomos incluir a determinação de priorização da implementação de rotas acessíveis em áreas de menor renda, para reforçar o princípio da equidade territorial e o dever do poder público de combater desigualdades urbanas históricas. Também sugerimos adicionar um §5º ao mesmo dispositivo, para prever o apoio técnico e financeiro da União e dos estados aos municípios com até 20 mil habitantes na implementação de medidas de acessibilidade urbana, e alterar o art. 52 do Estatuto da Cidade, para determinar que incorre em improbidade administrativa o Prefeito que deixar de elaborar o plano de rotas acessíveis.

Com as melhorias propostas, consideramos que o projeto representa um importante avanço do sistema normativo para garantir a justiça espacial e a inclusão social por meio do planejamento urbano, da acessibilidade e da participação democrática, merecendo a aprovação desta Comissão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.181, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CDH

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 3.181 [...] a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 2º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 41. .....

.....

§ 3º As cidades de que trata o *caput* devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor ou nele inserido, contendo metas de implantação definidas com a participação da população e de associações representativas dos diversos segmentos da comunidade, assegurada a participação de associações representativas de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

§ 4º O plano de rotas acessíveis deverá dispor sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, priorizando:

I – as áreas com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

II – os trechos que concentrem polos geradores de circulação de pedestres, dentre eles órgãos públicos e locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, instituições financeiras e similares;

III – a integração das rotas acessíveis aos sistemas de transporte coletivo de passageiros.

§ 5º A União, em cooperação com os Estados, apoiará tecnicamente e financeiramente os Municípios com até vinte mil habitantes na implementação de medidas de acessibilidade urbana, incluindo a elaboração e execução de projetos de rotas acessíveis.' (NR)

'Art. 52. .....

.....

IX – deixar de elaborar o plano de rotas acessíveis na forma estabelecida no § 3º do art. 41 [...].'" (NR)

Esse era o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda 1, da CDH.

Parabéns, Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A Senadora Mara já fez o comentário; uma matéria muito esperada por todos nós que trabalhamos com a pauta.

Senador Seif, os itens 6 e 7 têm relatoria do Senador Flávio Bolsonaro; e o 8, do Senador Magno Malta. Por que os dois não estão aqui?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Estão na Itália.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles estão voltando hoje da Itália. Nós fomos juntos na quinta-feira – eu fui com eles. Eu e o Girão voltamos no sábado. Na sexta a gente visitou a Carla, a gente teve reuniões com autoridades e também encontro com a comunidade brasileira à noite. No sábado, a comunidade brasileira fez um evento em Roma, e o Flávio participou em Milão de um grande evento, com mais de 15 mil pessoas, onde ele pôde fazer um discurso sobre as violações de direitos humanos no Brasil.

E eles ficaram de ter uma reunião, ontem, com o *Vice-Premier*, o Salvini. Eles tiveram uma reunião para falar exatamente da situação da Deputada Carla Zambelli.

Então, eles estão voltando, não estão aqui hoje, e estamos ansiosos para ouvir o relatório dessa reunião com o *Vice-Premier*. A gente entende que Carla não pode ser extraditada. Se ela for extraditada, a situação dela nos presídios no Brasil não será boa, será agravada. Então, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve ficar, quem sabe, numa domiciliar, na Itália, até a Itália decidir sobre a extradição e até a gente resolver os nossos problemas aqui no Brasil.

Então nossos guerreiros estão chegando – estão chegando –, mas não vai dar tempo de eles fazerem a leitura.

Dessa forma, a gente termina a nossa pauta.

O item 1 é um projeto terminativo, a Relatora é a Senadora Dorinha, mas estão todos lá na CCJ, na discussão da PEC – a PEC polêmica, que está na Casa, hoje, tramitando.

Vou voltar agora, Senador, para os expedientes. É o momento daquela leitura de documentos que chegam.

O senhor fique à vontade. Quero lhe agradecer pela colaboração hoje com a nossa Comissão. Deus te abençoe, Senador. Muito obrigada.

Acho que eu não terminei os expedientes. Eu li até o 337. Se era o último, eu acho que... (*Pausa.*)

Denúncia nº 338: representante de comunidade indígena denuncia que a população da região de Bananal, Município de Grajaú, Maranhão, está em estado de emergência, devido a queimadas e negligência de órgãos federais. Encaminhamento: orientar o demandante a oficiar ao Ministério dos Povos Indígenas, pedindo providências urgentes; ao Ministério do Meio Ambiente, para atuação do Prevfogo; ao Centro Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Ibama; ao Ministério Público Federal da região, encaminhando a denúncia e solicitando providências junto aos órgãos de proteção; e ao Governo do Estado do Maranhão, encaminhando a denúncia e solicitando providências para o combate aos incêndios.

Agora, vamos para as solicitações.

Solicitação nº 339: moção de apelo. Delegados do Sindilegis apelam à Comissão de Direitos Humanos para transformar em projeto de lei a SUG 1.125, que visa a manter o auxílio-alimentação para servidores públicos aposentados. Encaminhamento: explicar o procedimento regimental para que uma SUG seja transformada em projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Solicitação nº 345: Aliança Nacional LGBTI+ solicita uma audiência pública conjunta da CDH e da Comissão de Educação para comemorar o 77º – falei certo? – aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Encaminhamento: agradecer a sugestão e sugerir procurar Senadores membros das duas Comissões para formalizarem a solicitação junto a esses Colegiados. Acho que já conversamos com os Senadores e vamos apresentar requerimento na semana que vem.

Informe nº 340: cidadão compartilha... É uma matéria do *Intercept Brasil* sobre um vídeo que convoca bolsonaristas para a luta armada. A denúncia sugere uma possível escalada de violência após a condenação de Jair Bolsonaro.

Informe nº 341: cidadão agradece à Comissão pela atenção à diligência no caso e pelo encaminhamento de ofício ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Encaminhamentos aos informes: acusar recebimento.

Respostas de ofício.

Resposta nº 342: o Ministério da Saúde respondeu ao nosso Ofício 50, de 2025, informando que a Secretaria de Atenção Especializada à Saúde está elaborando uma proposta para a criação de um centro de infusões de medicamentos de alto custo no SUS, como o infliximabe.

Resposta nº 299: a Secretaria de Justiça de Santa Catarina informa que a detenta foi agredida por outra presa, mas que sua integridade foi resguardada e que ela recusou a transferência de cela.

Resposta nº 297: informa que encaminhou a referida denúncia ao Provita e ao Ministério das Mulheres. O Ministério dos Direitos Humanos nos respondeu o Ofício 297.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

Os Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado e no Portal da Comissão de Direitos Humanos, os demais ficam na Secretaria para a manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Como esta Comissão tem em sua atribuição o direito da mulher, eu preciso fazer uma manifestação. O Ministério da Saúde ontem publicou, está orientando as mulheres a fazerem a mamografia aos 40 anos de idade pela rede pública de saúde. Nós aprovamos essa matéria aqui no Senado, eu fui a Relatora inclusive, e agora a gente já está vendo uma resposta do Ministério da Saúde. Quero cumprimentar o Ministro Padilha pela iniciativa e aproveitar para fazer essa convocação às mulheres.

No sistema de saúde, que estava antes meio que direcionado para os 50 anos, agora com 40 anos, na rede pública, a mulher poderá fazer a sua mamografia, mas a gente também tem o caso em que, se a mulher tiver uma predisposição ou alguém já tiver câncer na família, ela poderá buscar a mamografia a partir dos 30 anos de idade.

Esta Comissão celebra essa conquista, esta Comissão cumprimenta o Ministro Padilha pela iniciativa.

Nada mais tendo a tratar, nós encerramos a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (61ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (44ª REUNIÃO), EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Damares Alves, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Pedro Chaves, Jorge Seif, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Augusta Brito, Paulo Paim e Laércio Oliveira, e ainda dos Senadores Esperidião Amin, Jayme Campos, Ana Paula Lobato, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Beto Faro, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Zenaide Maia, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Alan Rick, Marcelo Castro, Soraya Thronicke e Efraim Filho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Giordano, Marcos do Val, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Magno Malta, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 86/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), e REQ 106/2025 - CDH, de autoria Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). Finalidade: "Debater as necessidades e dificuldades de acesso dos pacientes de PTI, anteriormente conhecida como Púrpura Trombocitopênica Idiopática, em alusão ao "Setembro Roxo", mês mundial de conscientização da Trombocitopenia Imune PTI Brasil", e a Colestase Intra-hepática Familiar Progressiva (PFIC). Participantes: Elisa de Carvalho, Médica gastroenterologista pediátrica, pesquisadora e especialista em doenças hepáticas colestáticas; Marília Rubia Silva, Presidente da Associação de Apoio aos Pacientes e Familiares de Trombocitopenia Imune PTI Brasil; Ricardo Duarte Leite, Paciente de PTI; e Camila Mariano, Médica Pediatra pela Universidade de Brasília. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Damares Alves
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Boa tarde!

Declaro abertas a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a 44º Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que ocorrem de forma conjunta, da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realizam nesta data, 24 de setembro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater as necessidades e dificuldades de acesso dos pacientes de PTI, anteriormente conhecida como Púrpura Trombocitopênica – falei certo? – Idiopática, em alusão ao Setembro Roxo, mês mundial de conscientização da Trombocitopenia Imune PTI Brasil, e a Colestase Intra-hepática Familiar Progressiva, em atenção aos Requerimentos 86, de 2025, e 106, de 2025, ambos da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria.

Nesta tarde, nós temos ilustres convidados para debater os temas. E eu quero já agradecer a vocês, que tiraram esse tempo para discutir com o Senado Federal essas duas importantes matérias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não quer fazer só um debate alusivo ao mês; a gente quer sair daqui hoje com encaminhamentos, sair daqui hoje com propostas. Mas uma audiência pública como esta provoca o debate – ela não é só o debate, ela provoca, ela nunca se encerra neste ato –, primeiro, porque os Senadores que não estão aqui, que estão todos divididos em Comissões, chegam a casa e vão assistir a esta audiência pública. Depois, porque tem muita gente nos acompanhando via *online*, via TV Senado. E quem está nos acompanhando? Famílias de pacientes, pacientes, instituições que lidam com os temas. Quem está nos acompanhando? Pesquisadores, cientistas, estudantes de Medicina, residentes.

Eu sei, inclusive, que alguns dos nossos convidados vão fazer apresentação, e os eslaides de vocês, acreditem, ficam nos *Anais* da Casa, para que as pessoas acessem. Os eslaides de vocês são buscados por pesquisadores, por estudiosos, por jornalistas. Então, uma audiência dessa é uma colaboração com a pauta que vocês não têm ideia. "Ah, mas o Plenário está vazio". Não interessa, há milhares de pessoas que estão online nos acompanhando e a discussão não se encerra neste ato.

E eu tenho a alegria de estar presidindo – e em nome de duas Comissões. Eu quero lembrar que é uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Assuntos Sociais, lembrando que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado é integrada por muitos Senadores que são médicos. Nós temos Senadores que foram Ministros da Saúde e estão aqui na Casa como Senadores hoje; Senadores que foram Governadores, que foram Prefeitos – alguns vão voltar a ser Governadores. Então, esta Comissão de Assuntos Sociais é uma Comissão muito ligada à pauta da saúde. E a de Direitos Humanos é ligada à pauta dos direitos, aí a gente fala com o paciente. Lá na CAS, a gente fala do remédio, do tratamento, do hospital, a gente briga com o Ministro da Saúde; mas, na Comissão de Direitos Humanos, a gente fala com a família, o direito da família, o direito do paciente, o que nós podemos fazer como Comissão de Direitos Humanos e o que podemos fazer como Comissão de Assuntos Sociais. E eu estou muito feliz em tê-los aqui para fazer o debate nesta tarde.

Então, eu convido para compor a mesa já aqui a Marília Rubia Silva, Presidente da Associação de Apoio aos Pacientes e Familiares de Trombocitopenia Imune PTI Brasil.

Seja muito bem-vinda, Marília. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para a mesa Ricardo Duarte Leite, paciente de PTI.

Seja bem-vindo, Ricardo. (*Palmas.*)

Obrigado por vir e compartilhar sua história com a gente.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (*Fora do microfone.*) – Eu que agradeço o convite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone.*) – É um prazer, viu? Seja muito bem-vindo, muito bem-vindo.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu convido para compor a mesa também a Dra. Elisa Carvalho, Médica, Gastroenterologista Pediátrica, Pesquisadora e Especialista em doenças hepáticas colestáticas.

Doutora, muito prazer. Obrigada por estar com a gente hoje. (*Palmas.*)

A SRA. ELISA CARVALHO (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Está linda de rosa!

E convido também a Dra. Camila Mariano, Médica Pediatra pela Universidade de Brasília.

Dra. Camila, que honra tê-la aqui com a gente! (*Palmas.*)

Bem-vinda, Doutora.

A SRA. CAMILA MARIANO (*Fora do microfone.*) – Obrigada pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gastando o seu tempo com a gente hoje.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu informo que, desde que a gente anunciou e que está no *site* do Senado esta audiência, nós recebemos já muitas manifestações: perguntas, manifestações, pessoas propondo encaminhamentos. No final, a gente vai ler algumas das perguntas.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos e depois a gente pode, no final, voltar a palavra para considerações finais e agradecimentos.

Se algum convidado – nós temos médicos na mesa e a gente sabe como é a agenda de um médico – precisar falar e se ausentar, fique à vontade, mas a gente gostaria muito de que todos pudessem ficar até o final.

Nós vamos fazer uma audiência rápida, dinâmica, porque hoje está pegando fogo aqui no Senado realmente. Vocês não têm ideia. Nós vamos discutir daqui a pouco, no Plenário, uma PEC polêmica. Quando o Plenário abrir, a gente tem que correr para lá, então nós vamos fazer uma audiência dinâmica. E digo, Doutoras, que pode ser o pontapé inicial para um grande debate dentro do Congresso Nacional, na Câmara e no Senado.

Eu concedo, nesse sentido, a palavra à Sra. Marília Rubia Silva, Presidente da Associação PTI Brasil. Bem-vinda, Doutora. Dez minutos.

Tem um cronômetro ali atrás, tá? Vocês podem acompanhar.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA (Para expor.) – Oi, boa tarde a todos.

Queria, primeiramente, agradecer a todo mundo que está presente aqui fisicamente, que veio aqui para ouvir as nossas demandas, ouvir a nossa exposição. Também queria agradecer à Senadora, ao mandato da Senadora, à Carol, porque a gente está nesse diálogo já há algum tempo e é muito bom quando a gente se sente ouvido e acolhido no Senado. A gente percebe que a gente não é só um número, e não é só uma tentativa. Realmente tem gente que se importa e se interessa pelo nosso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou aqui como Presidente da Associação PTI Brasil e eu também sou paciente de PTI. Foi assim que começou a minha luta: primeiro eu fui paciente, depois eu virei Presidente de associação. Eu sei na pele o que é ter PTI. A PTI...

Deixe-me passar aqui. (*Pausa.*)

Aqui é sobre nós, aqui é só um panorama rapidinho sobre a gente.

O meu trabalho com a PTI Brasil começou em 2016. Eu sou paciente desde 2014, mas, em 2014 e 2015, eu fiquei lutando pela minha vida. E aí foi quando eu descobri que eu tinha uma doença rara, que ninguém sabia do que se tratava, nem os médicos direito sabiam. E foi quando eu fui atrás de informação e não tinha informação em português. Foi por isso que nasceu a PTI Brasil. Hoje, se você jogar no Google, tem, porque a gente está lá, mas não tinha, só tinha inglês. Eu, graças a Deus, tive a oportunidade de saber falar inglês, então eu comecei a traduzir material de PTI para os pacientes nos grupos de apoio de Facebook, nas redes sociais. E foi assim que eu percebi: a gente precisa de representante no Brasil.

Eu brinco que a minha jornada com a PTI começou de fora para dentro. Eu comecei com contato externo com os líderes de PTI de outros países, porque eu precisava de informação. Então, eu fui pedir informação onde tinha. E aí, em 2016, eu fui convidada a fazer parte da International ITP Alliance, que é a Aliança de PTI Internacional, que representa mais de 30 países. Hoje, com muito orgulho, e eu falo mesmo, porque, além de ficar viva, hoje eu sou Embaixadora brasileira e da América Latina na aliança, representando pacientes de PTI do Brasil e da América Latina. Foi essa jornada que me abriu porta para começar a PTI Brasil. Então, hoje é todo mundo voluntário. É importante saber que, quando a gente tem uma ONG, uma associação, é todo mundo voluntário, gente. Todo mundo é voluntário, todo mundo é paciente, que nem o Ricardo, ou é mãe de paciente ou é pai de paciente.

Essa é minha mãe, com 70 anos, ela vai comigo para cima e para baixo, aposentada. Ela me ajuda muito, e eu só estou viva também por causa dela, porque ela se ausentou do trabalho para cuidar de mim no hospital, porque eu precisava de ajuda.

Só para vocês terem noção de números, a PTI tem 350 pacientes associados registrados – então, a gente acompanha todo o parâmetro médico desses pacientes, a gente tem acesso a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as informações –, mas eu atendo cerca de 8 mil pacientes, porque a gente tem as redes sociais.

Hoje, a maior rede social de PTI do mundo é a PTI Brasil. A gente é maior que os Estados Unidos, inclusive. Tenho muito orgulho desse trabalho, porque a gente está levando informação. Eu atendo gente da América Latina também, acabo atendendo os outros países que não têm associação. É uma média de 80 atendimentos semanais. Esses atendimentos de que eu falo, gente, são atendimentos que eu faço direto com o paciente, fora os indiretos, que são muitos.

Aqui é só para vocês terem uma ideia das nossas ações. Isso é numa escola municipal da periferia de São Paulo, onde eu fiz uma ação com o lançamento da nossa cartilha, que todos vocês receberam, sobre PTI.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Doutora, vamos aproveitar e já mostrar a cartilha, tá? Vamos mostrar a cartilha...

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – Olhem: Violeta e a PTI.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... e onde ela está acessível para as pessoas buscarem.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – Ela está de graça no nosso *site*, é só baixar.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Olhem que lindo o material!

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – Aqui, olhem: Violeta e a PTI no Parque e Violeta e a PTI no Consultório.

Violeta no Parque ensina com quantas plaquetas a gente pode fazer exercício, brincadeiras, porque as crianças não são liberadas para educação física com PTI. Então, a gente fez essas cartilhas na forma de um gibi, para as crianças entenderem a situação delas com a doença.

Nossos maiores desafios.

A demora no diagnóstico – não preciso nem dizer, né? Em doença rara, a demora no diagnóstico é muito grande. E não tem um exame para PTI, é diagnóstico de exclusão. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa fazer exame para tudo e, quando tudo dá negativo, é PTI. É muito difícil até chegar à exclusão.

A falta de acesso a medicamentos mais eficazes. Hoje, depois de muita luta, a gente tem medicamentos no nosso PCDT, mas isso não quer dizer que a gente tenha acesso a eles, porque são medicamentos de alto custo. Então, a gente tem esse problema, que é uma demanda muito forte.

Os efeitos colaterais, dos quais acho que o Ricardo vai falar melhor que eu. Ele tem PTI há 21 anos, ele sabe quanto a PTI impacta a nossa vida.

O nosso protocolo, nosso PCDT está desatualizado desde 2019, já era para ter sido atualizado. Dizem que está em processo de atualização, mas faz mais de seis meses que a gente não tem retorno disso, e eu precisaria muito de uma posição do Ministério da Saúde em relação a isso, porque a gente conseguiu incorporar na Conitec dois medicamentos agora este ano, em janeiro, mas os medicamentos não estão disponíveis para nós, porque o protocolo precisa estar publicado. Então, enquanto não se publica o protocolo, a gente não tem acesso ao medicamento.

A gente tem a falta de hematologistas no SUS – isso é em todo o país. Eu acho que é uma especialização pouco procurada. Tem cerca de 8 mil a 10 mil hematologistas no país. É muito pouco.

E o desconhecimento e a falta de acesso ao PCDT. O PCDT da PTI, gente, é só jogar no Google: "PCDT PTI". Qualquer médico em qualquer consultório do país consegue acessar o PDF gratuitamente. Eles não acessam, e aí eles não sabem como tratar a doença. Está tudo lá. Deveria ser mais utilizado, mas não é utilizado porque não é divulgado.

No caso das crianças, a gente tem muita falta de hematologista pediátrico. Eu estava conversando aqui com a Dra. Camila... Ela vai expor, mas a Dra. Camila é praticamente a centralizadora de hematopediatras aqui em Brasília, no DF; ela praticamente tem que fazer tudo. Então, a gente tem muita falta também de hematoped, e isso implica nas nossas crianças, na saúde delas.

O nosso PCDT, como eu falei, está desatualizado. A gente conseguiu dois medicamentos incorporados no começo do ano, que foram o romiplostim e o rituximab, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imunobiológico, mas, como não vai para a frente o processo – e já venceu a lei dos 180 dias –, a gente não consegue ter acesso a esses medicamentos. A gente está muito preocupado com isso, porque a gente sabe dos prazos do Governo, a gente sabe como o Ministério da Saúde trabalha e, se as coisas não andarem até daqui a dois meses, no máximo, não vai entrar no orçamento. Se não entrar no orçamento, ano que vem não vai ter medicamento para os nossos pacientes. Então, a gente está aqui hoje por isto: porque a gente está muito preocupado já que não está tendo esse avanço de que a gente precisa. O PCDT está desatualizado há cinco anos.

Hoje a gente tem um tratamento de qualidade e de mais tecnologia incorporado, que é o eltrombopague. Ele só pode ser usado por crianças a partir de seis anos de idade, ou seja, a gente está condenando nossas crianças da primeira infância a ficarem sem tratamento, porque, se a criança tem cinco anos e dez meses, ela não pode fazer o tratamento. E esse medicamento que a gente incorporou é a partir dos seis meses, por isso o nosso desespero é esse, porque a gente está vendo crianças sangrando até morrerem, sem medicamento, porque o medicamento não está disponível. E ele não está disponível, porque não se anda no processo da incorporação. Aqui eu só estou falando exatamente das nossas crianças.

O prazo da lei já está expirado desde junho e a última resposta que eu tive foi de que o medicamento só vai entrar, continuar na incorporação... Já foi incorporado, mas só vai estar disponível depois que sair publicado o nosso protocolo. Só que o nosso protocolo não publicam. Já era para terem publicado em junho. Se não publicarem, não vai para orçamento. Se não vai para orçamento, o Ministério da Saúde não vai fazer a aquisição. E, se não fizer a aquisição, não vai ter esse medicamento por mais um ano e meio. E é mais um ano e meio de crianças sangrando. Então, a minha súplica aqui como representante dos pacientes e, principalmente... Nós temos uma criança aqui com PTI que está aqui representando as crianças do Brasil todo. A minha súplica é esta: a gente precisa do medicamento para as nossas crianças. A gente fez toda a nossa parte. A gente participou da consulta pública.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – A gente participou todas as vezes que o Ministério da Saúde me chamou. Eu fui a todas as convocações. Mas eles precisam fazer a parte deles, eles precisam dar andamento a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para finalizar, a PTI, para quem não sabe, é uma doença rara no sangue, autoimune. Nosso corpo produz anticorpos para destruir as nossas plaquetas. E aí, a partir do momento em que a gente destrói as nossas plaquetas, a gente não tem coagulação. A gente sangra por todos os orifícios do corpo. A gente sangra na pele. A gente pode ter o que é mais grave na PTI, que é o sangramento hemorrágico cerebral, o AVC, que leva ao óbito.

Neste ano, eu já enterrei cinco pacientes, sendo três crianças. E eu não queria enterrar pacientes de uma doença que tem tratamento no protocolo do Ministério da Saúde.

Então, a minha súplica aqui, que é esse diálogo que eu quero abrir com o Senado Federal, é: a gente precisa andar com o nosso processo de incorporação, de disponibilização da medicação, de atualização do protocolo. A gente não aguenta mais enterrar crianças de uma doença que tem tratamento. Esse medicamento que foi incorporado agora tem bula no Brasil desde 2015. Não é um medicamento novo, tem dez anos de bula. Então, por favor, a minha súplica aqui é: andem com o nosso protocolo, atualizem, publiquem o nosso protocolo! Os nossos médicos participaram da atualização, porque a gente tem um Comitê Médico na PTI Brasil e a gente tem médicos que participaram, então a gente sabe o que está lá, a gente sabe o que foi aprovado pela pelos hematologistas. A gente só precisa de que o Ministério da Saúde dê andamento, publique nosso protocolo, disponibilize o orçamento para essa medicação e faça a aquisição dessa medicação para que, em janeiro, ela já esteja disponível.

A gente sabe que neste ano não tem orçamento. A gente já entendeu que neste ano não conseguiremos, mas a gente precisa disso para janeiro, porque a gente não aguenta mais as crianças sangrando. As mães me mandam fotos – sabe? –, no hospital, da criança sangrando e me pedindo "pelo amor de Deus, me ajuda", e eu não tenho mais o que fazer como instituição. Como associação, eu cheguei no meu máximo. Eu preciso que o Governo faça a parte dele. Então, é por isso.

A PTI não tem cura, mas a falta de informação tem. E, para a falta de informação sobre a PTI, vocês podem vir aqui com a PTI Brasil que a gente tem informação de sobra para vocês.

Acho que é isso.

A PTI Brasil, basicamente, é isto aqui: a minha mãe, a minha tia, eu e meu sobrinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada.

Se vocês não viram, eu vou mostrar de novo a cartilha. Primeiro, parabéns pelo material gráfico. Está bonito!

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA (*Fora do microfone.*) – Eu que desenhei.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Você que desenhou? É voluntária para tudo.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – Para tudo.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, o material está lindo, inclusive para a criança entender o que ela passa, as suas necessidades. Gente, está muito lindo o material.

Doutora, você pode, por favor, repetir as redes sociais, porque já é a maior rede social sobre a causa, sobre a doença, no mundo. Nós vamos fazê-la ficar maior ainda hoje. Repita as redes sociais.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – É @pti_brasil, no Instagram. Nosso *site* é www.ptibrasil.org.br. Nosso material está gratuito lá para qualquer um baixar o PDF.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Gente, incrível, incrível. Parabéns! Obrigada.

E quando ela mostrou a família dela ali toda envolvida... Quem trabalha com doenças raras, doenças crônicas, pessoas com deficiência, sabe que a família inteira está envolvida com a doença. Mas, quando o paciente resolve militar, se organizar, a família inteira acaba militando junto.

Parabéns pelo trabalho. Foi uma alegria conhecer o trabalho de vocês.

Na sequência, nós vamos ouvir agora a Elisa Carvalho. Na sequência está ela? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpa, desculpa. Nós vamos seguir uma sequência. É o Sr. Ricardo Duarte Leite, paciente de PTI. Então, nós vamos ouvir primeiro a sociedade civil, o paciente, depois nós vamos ouvir as nossas médicas.

Ricardo, obrigada por ter aceitado o convite de estar conosco nesta tarde.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (Para expor.) – Fala, pessoal, boa tarde!

Primeiro eu quero agradecer o convite da Marília, da PTI Brasil.

Exma. Senadora, desde já estimo uma boa recuperação, porque você tornou público, Senadora, o seu tratamento.

Vamos lá, gente. Eu sou um sobrevivente de PTI. Eu luto para me manter vivo. Eu não tenho qualidade de vida, eu dependo de muita imunossupressão. Eu uso dois medicamentos, hoje, que são os que estão me mantendo vivo até o cenário atual, que é o micofenolato e o eltrombopague. Estou aqui com muito efeito colateral: tremores, fraqueza, dor de cabeça, dor nas pernas, nas costas, na medula.

Durante 18 anos da minha vida, eu fui bombardeado por corticoide. Eu usei, durante 18 anos da minha vida, 150mg de corticoide todos os dias. Eu não vivia na minha casa, eu vivia no hospital. Eu fiz 82 vidros de imunoglobulina em dois dias, para não ficar internado, para não pegar infecção hospitalar. Isso na rede privada.

Além disso, eu já ouvi muito, nos hospitais por que eu passei – eu resido em São Paulo –, médicos de PS que olhavam para mim, com 4 mil de plaqueta, às 23h – depois de sair da minha casa, dia chuvoso, porque vocês sabem que, em São Paulo, chove bastante –, falarem: "O que você está fazendo aqui nesse horário? Um absurdo". Você neutropeniando, vai para um pronto-socorro, e o médico vira para você e pergunta: "Por que você veio hoje? Você poderia vir amanhã". Como assim "vir amanhã"? Não tem lógica, não tem cabimento. É inaceitável! Ainda nos dias atuais, a gente tem médico que tem essa conduta.

E eu falo aqui por mais de 13 milhões, e eu tenho certeza de que tem muito mais, porque existe muito erro de diagnóstico. Muitas das vezes, está sendo levado para o lado da crise de ansiedade. Muitos colegas, inclusive, falam para mim: "Ricardo, eu fui ao médico, ele falou que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era ansiedade". Volta para casa com uma mancha roxa, e, quando volta, já é para óbito, porque já volta todo neutropeniado. Então, isso não tem cabimento a gente aceitar.

Outra coisa também que eu gostaria de pontuar, Senadora, é que a gente é esquecido. Eu estou há 21 anos sofrendo, e eu não vejo publicidade em mídia televisiva nenhuma, eu não vejo em portal. Você vai a algumas especialidades que não sabem o que é PTI e menos ainda o que é doença de Alps.

Eu fui recentemente, em 2020, diagnosticado, Senadora, com doença de Alps, que é mais uma doença do meu sistema imunológico, uma deficiência. Então, assim, é um descaso total. Eu, como cidadão, que contribuí muito quando eu tinha condições clínicas de trabalhar... Hoje, eu não tenho mais, infelizmente. Superjovem, 37 anos, tenho uma vida inteira paralisada por uma doença, pelos seus efeitos colaterais.

Então, a PTI não é só um sangramento. É muito triste quando eu vou a um hospital e eu vejo que a pessoa enxerga que é apenas um sangramento. Não! A PTI mata sonhos, senhores. Vocês que estão nos acompanhando pela TV Senado, vocês que são médicos: comecem a tratar a gente de outra forma. Chegou ao hospital? É para pedir hemograma; não trabalhem com achismo.

A Marília sabe que a gente perdeu mais de cinco pessoas – tem muito mais casos perdidos que não vieram para a gente – por achismo de médico. Médico não pode trabalhar com achismo.

Eu estou vivo há 21 anos, porque eu briguei dentro do hospital. Fiz barraco, baixaria dentro do hospital, para estar aqui hoje com vocês. Eu passei pela mão de 11 hematologistas – não são poucos médicos –, para um deles fechar dois diagnósticos. Então, são muitos anos de luta. E vou lutar até o fim. Não vou parar, porque a gente tem que mudar esse protocolo, tem que inserir novas medicações, que não venham causar o que causaram em mim – o efeito meia lua, os efeitos colaterais, as tremedeiras, a insônia, a depressão profunda, porque houve momentos em que deu vontade já de me suicidar, sim. Eu tomo 240mg de ansiolítico – para todo mundo que está nos acompanhando pela TV Senado, para os senhores que estão presentes aqui, para a Senadora Damares. Então, é um preço muito caro que eu pago. Não é só controlar a doença; é você parar a sua vida, é você parar os seus projetos, seus sonhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vim do interior de Alagoas, do sertão, da roça, com muito orgulho, da qual eu me orgulho muito. Uma mãe agricultora. Minha saudosa mãe, Maria Duarte Leite, à qual eu quero render homenagem, que faleceu, infelizmente, superjovem. E ela me ensinou a lutar. Eu já poderia ter desistido, porque eu não tenho qualidade de vida. Todos os dias eu passo mal, da hora em que eu acordo até a hora em que eu vou dormir, mas eu tenho como referência essa mulher, para ter garra, determinação e continuar lutando, sabendo eu que cada vez mais essa doença vai se afunilar. Ela vai ficar mais agressiva no meu organismo.

Então, eu peço encarecidamente a todas as autoridades presentes que tenham outro olhar para nós de PTI. A gente é esquecido – esquecido, literalmente – da mídia. A mídia dá tanta importância para coisas inúteis, que não têm valor nenhum, e nossa vida onde está? Tem várias pessoas com PTI nos assistindo agora que passam pelo mesmo que eu passo, e não têm voz; que têm essa fraqueza, e a família não entende; que têm esses tremores, e a família não entende; que vão para o próprio hospital público, no Sistema Único de Saúde, chegam lá, não tem uma imunoglobulina para ser feita e voltam para casa.

Eu mesmo peguei um caso – chegou até mim – de um garoto de 12 anos, do Estado de Minas, que passou pela mão de cinco hematopediatras. O menino, com 19 mil de plaquetas, sangrando, e o hemato falou que ele podia ter vida normal. Que profissional é esse? Eu me questiono, como cidadão, Senadora: que profissional é esse, que libera uma criança cheia de herpes zóster, cheia de neutropenia, sangramentos intracranianos, manda a criança embora e fala que ela pode ter vida normal? Essa pessoa não pode ter vida normal.

E há quantos outros casos de cidades pequenas do interior que não têm hematologista? Eu falo mesmo: no meu Estado de Alagoas, é raridade você conseguir um hematologista. Em Roraima, a mesma coisa – eu tenho contatos com pacientes de lá –, e em outros estados menores, porque nós vivemos dentro de uma bolha, em São Paulo. Querendo ou não, a gente tem os nossos privilégios. Então, tem estado que não tem hematologista, e o clínico não fecha o diagnóstico. A pessoa acaba entrando em óbito por negligência. A pessoa vai uma vez, vai duas, vai três, vai quatro. Se ela não tem o diagnóstico, ela desiste, porque ninguém está acreditando. Ou então trabalham com suposições. Eu acho um absurdo, o cúmulo, nos dias atuais, trabalharem com suposições: "Eu acho que é isso". Não tem que achar nada; temos que ver o hemograma. Como no meu caso: a médica fez uma linha de investigação – imunofenotipagem. Eu estava cheio de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

linfonodos: "Vamos biopsiar", "Por que ele está assim cheio de linfonodos?". Foi quando ela chegou ao diagnóstico de Alps, que prejudica mais ainda – a minha plaqueta não consegue ficar estabilizada se eu não tomar o micofenolato.

Então, assim: eu tive o privilégio de encontrar uma excelente profissional. Se eu não tivesse encontrado essa profissional, eu não estaria hoje aqui para dar o meu depoimento. E eu falo aqui em nome dos 13 milhões de raros: médicos que se formaram, deem mais atenção à gente. Não é porque a televisão, a mídia, as grandes emissoras não falam que a gente não existe. Nós estamos aqui, nós sofremos calados. A gente carrega uma luta, um fardo pesado. Só a gente sabe que o nosso corpo, no decorrer do dia, vai desligando automaticamente.

Nesta hora eu estou extremamente cansado. E a minha cabeça está saudável. Sou um cara superinteligente – reconheço que eu sou –, mas o meu corpo é doente. Então, automaticamente ele já está desligando; já começa a dar aquele cansaço, um cansaço que eu vou me desligando automaticamente. E muitas pessoas que estão nos acompanhando agora, muitos pacientes vivem esse mesmo drama, ou talvez nem conseguiram chegar, porque não tiveram acesso a um tratamento digno e, principalmente, não tiveram acesso ao diagnóstico correto.

O diagnóstico é fundamental, porque você precisa ser acompanhado, ser assistido. E não só isso: a gente desenvolve uma depressão muito grave – não é só tratar a PTI. E muitas pessoas, muitas famílias não entendem que aquela pessoa está ali deitada não é porque ela quer estar deitada às 3h da tarde, às 2h horas da tarde; não, é porque a doença a induz àquilo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO DUARTE LEITE – Como eu acabei de mencionar, o cérebro está perfeito, mas o corpo não. E veem a gente, jovem, aparentemente saudável, forte – no meu caso é por causa de tanto uso de corticoide –, mas não sabem o que passa internamente dentro do nosso corpo.

Já se fala tudo: é doença rara, é deficiência que não é visível a olho nu; é visível ao olho clínico. E, detalhe: quando a gente pega um profissional correto, porque, quando a gente não pega o profissional correto, o nosso destino é o óbito. Vários raros morrem por negligência, vários raros morrem porque não têm acesso a um tratamento digno. Porque eu tive acesso a um tratamento que eu estou aqui dando o meu depoimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei, de hoje em diante, como vai ser. Espero que mude. A minha ideia de vir aqui expor a minha vida, uma coisa particular minha, é para a gente ter mudança: colocar novos medicamentos, tirar o corticoide, que é uma bomba. Corticoide acaba com a vida da gente. Corticoide é terrível, acabou com a minha vida. Eu não tenho força muscular para nada. Um cara de 1,83m que não consegue subir uma escada. O cansaço é extremo. O corticoide detonou a minha vida. É lógico que, 20 anos atrás, era o que a gente tinha de terapia. Só que, hoje, dá para serem agregadas outras medicações que não venham a causar tantos danos quanto a prednisona, tá?

Senadora, desde já, agradeço. Agradeço à Marília mais uma vez. Agradeço a todos os presentes, a quem nos está acompanhando em casa.

E digo a todos os meus colegas de PTI: continue na luta, não desista. Não fique só com uma única opinião, por mais que seja difícil a sua condição social, por mais que você dependa do SUS, você esteja na cidade de onde eu vim, lá do interior do interior de Alagoas, da roça. Pegue mais de uma opinião, não fique atrelado apenas a um médico. Peça duas, três, quatro... Faça que nem eu fiz: troque por 12, tá? Mas tente se manter vivo, porque nós infelizmente não somos vistos pela mídia, mas nós existimos e contribuímos, como seres humanos, para a sociedade.

Muito obrigado a todos os presentes. Obrigado, Senadora Damares, e a quem nos acompanha. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada! Obrigada por sua fala, cheia de emoção.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (*Fora do microfone.*) – Muito emocionado.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mas eu acho que é você que tem que falar mesmo, é o paciente.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E você tem todo o direito de se indignar, de cobrar, de se emocionar e de nos provocar, de provocar o Parlamento. Obrigada. E parabéns por sua coragem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (*Fora do microfone*.) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – ... de se expor dessa forma. Eu sei que tem pessoas aqui que têm outras doenças raras, que estão nos acompanhando. Temos instituições que estão aqui conosco. Não é fácil o paciente se expor dessa forma.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (*Fora do microfone*.) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu sou paciente hoje.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (*Fora do microfone*.) – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E a minha exposição eu sei o preço que foi – sei o preço que foi. Mas sei o benefício que está sendo também. Virei até modelo, sabiam, Doutoras? Vocês verão meu rosto muito no Outubro Rosa. Amem-me ou não, terão que me ver.

E hoje a gente teve a grande alegria, a notícia do Ministério da Saúde anunciando a mamografia a partir dos 40 anos de idade, um projeto de lei que eu lutei para aprovar aqui. E, se o Ministro quiser, eu vou lá ser garota propaganda dele também.

Então, assim, eu sei como é trazer toda essa emoção para uma fala. Obrigada! Obrigada! Você nos emocionou.

Na sequência, nós vamos ouvir agora a Dra. Elisa Carvalho, Médica Gastroenterologista Pediátrica, Pesquisadora e Especialista em doenças hepáticas colestáticas. Falei certinho, Doutora? (*Risos.*)

Obrigada, Doutora. Olha, toca uma campainha, mas não se assuste, tá? Ela toca para dar o sinal de que está no... Mas não se preocupe, a gente tem tempo ainda para a gente continuar o debate, tá bom?

A SRA. ELISA CARVALHO (Para expor.) – Está certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todos. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa da Senadora Damares, todos os presentes e todos que estão *online*.

E a minha autodescrição: eu sou mulher, estou com uma blusa rosa, tenho os cabelos pretos, mas a minha principal descrição hoje são dois sentimentos que eu gostaria de compartilhar. Um é a solidariedade, porque eu me solidarizo então com todos os pacientes com doença rara, especialmente os que estão aqui presentes. E a alegria. A alegria pela honra do convite e por poder contribuir um pouco com a divulgação desses conhecimentos e, para evitar tudo o que o Ricardo falou. O primeiro passo, então, é a divulgação desses conhecimentos.

E hoje eu vou falar sobre a colestase intra-hepática familiar progressiva, que é uma doença muito rara, acho que poucos ouviram falar, e que nós vamos chamar de Pfic, e que está dentro do contexto das doenças raras, que são doenças que acometem 1,3 pessoa para cada 2 mil indivíduos, e a maioria delas é decorrente de fatores genéticos, inclusive a Pfic. Existe um número muito grande, 7 mil doenças raras já identificadas, é tão importante que a gente divulgue todas elas, mas 6% a 8% da população são pessoas acometidas, e aí vem um paradoxo da raridade: se tem 300 milhões de acometidos com 13 milhões no Brasil, então acho que a gente não pode nem considerar tão rara assim.

E aqui, então, nós vamos fazer rapidamente, eu vou tentar falar em palavras muito simples o que são as doenças raras hepáticas, a importância do diagnóstico precoce, focar um pouco nas PFICs, na jornada do paciente e no que a gente tem que fazer, que é o principal, que é construir boas histórias para que todos os raros estejam aqui lutando, então, pela sua vida e pelos seus direitos.

Então, aqui são alguns exemplos de doenças hepáticas raras: atresia, doença de Wilson, deficiência de alfa-1. É muito importante diagnosticar aquele bebê que tem icterícia, e aqui só essas páginas aqui mostram a quantidade de diagnóstico diferencial dessas doenças, está até num livro que nós publicamos no final do ano passado. E é importante, muito importante o diagnóstico precoce, porque, em sua maioria, são doenças crônicas, progressivas, debilitantes e que impactam significativamente a qualidade de vida, como todos falaram aqui – por exemplo, o Ricardo –, mas não só a do paciente, como também a dos seus familiares, como a Marília falou que toda a família dela está envolvida. Então, o diagnóstico precoce é importante, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade de vida e a sobrevida dependem do tratamento adequado, sem o qual lesões irreversíveis se instalam, tanto no fígado, quanto em outros órgãos. Então, não apenas na cirrose, mas alterações neurológicas, renais, oculares. E o que a gente precisa para a criança viver bem e passar esse período e chegar não só na infância, mas na vida adulta... A gente fala hoje que nessas doenças raras, às vezes, você pode trocar o sonho de ser mãe para o sonho de ser avó. Então, é ter uma qualidade de vida e uma vida longa.

Então, aqui estão exemplos de crianças que não tiveram o diagnóstico precoce e o tratamento adequado, que não tiveram a chance de continuar contando as suas histórias. Com essa outra, que aqui... Quem está no colo da mãe é a filha da paciente, porque, pelo tratamento da paciente, ela pôde, então, realizar o sonho de ser mãe. Como a gente recebe as crianças com icterícia, com catarata, com convulsão e como a gente consegue transformar essa vida. Aqui a gente está mostrando a criança já com o resultado do tratamento.

Aqui essa é a que chega com insuficiência hepática, rosário raquítico, que são essas bolinhas na costela, o bracinho torto pela fratura espontânea, comparada com essas duas outras pacientes, que tiveram o diagnóstico e o tratamento adequado. Então, aqui são exemplos: hepatite autoimune; então, ali um exemplo de sangramento importante; e uma criança, uma adolescente já bem, com uma boa evolução. E muitas dessas doenças, antes, eram com um diagnóstico idiopático, a gente não sabia o que elas tinham, mas, hoje, com os avanços da genética, a gente pode elucidar grande parte, de 10% a 15% só são idiopáticos.

E aqui a gente começa a destacar, então, a colestase intra-hepática familiar progressiva, que nós vamos chamar de Pfic. Essas crianças têm um prurido intenso. Prurido é o quê? É uma coceira. E muitas delas ficam passando, inclusive, por alergistas e fazendo o tratamento por alergistas porque uma das manifestações é a coceira. Mas não é um prurido normal, é um prurido que não deixa a criança comer, que não deixa a criança dormir, que não deixa a criança ir à escola. E ela evolui com doença hepática crônica com um impacto devastador para a criança e suas famílias.Hoje a gente tem a evolução dos conhecimentos e novas opções terapêuticas.

É um grupo heterogêneo de doenças hepáticas crônicas que a gente chama de monogênicas. O que quer dizer isso? Um gene, uma variante desse gene pode implicar a doença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele é responsável por 20% das crianças com icterícia de colestase neonatal e – esse é um dado importante – por 10% a 15% dos transplantes hepáticos em crianças.

Aqui, só para tentar traduzir o que acontece com esses pacientes: aqui está a anatomia do fígado. A gente precisa de uma via biliar pérvia, mas precisa de toda a estrutura do fígado funcionando bem, macroscópica, microscópica e de transportadores. Então, às vezes, a alteração de transportadores da bilirrubina, do colesterol, do sal biliar, impacta em todo esse funcionamento e dá essas manifestações. Então, aqui é para exemplificar que a criança não para de coçar, está com icterícia. Ali estão marcados o fígado aumentado, o baço aumentado. É uma criança que, com essa idade, já tem cirrose hepática. Então, é extremamente angustiante para o paciente, para a família.

Aqui a gente tem várias diferenças, porque são várias mutações genéticas que influenciam na idade de início. Mas para o a gente quer chamar atenção aqui? Que muitas delas têm um início muito precoce. Então, hoje em dia, quando a gente fala em Pfic, a gente tem 13 doenças diferentes, mas tem algumas delas cujo início é muito precoce. O eslaide eu vou usar só para ilustrar esses conhecimentos, mas são doenças muito precoces em que a gente tem que agir muito rapidamente.

Aqui ilustrando que não são só hepáticas, como eu disse anteriormente. Então, são sistêmicas, podem levar à diarreia, à insuficiência pancreática, a alterações neurológicas, à pneumonia, à surdez. E aqui, por exemplo, uma criança que já chega sem conseguir andar. Ela está sem conseguir andar porque, exatamente, não teve o tratamento adequado, e, inclusive, vitaminas adequadas para esse suporte.

Então, na progressão da doença, como eu disse e quero enfatizar aqui, de 10% a 15% dos transplantes hepáticos pediátricos são decorrentes dessas doenças da Pfic, levando, inclusive, ao risco de neoplasia.

Um ponto importante é o novo conhecimento. A Medicina a gente fala que é uma ciência de verdades temporárias porque é isso: a evolução dos conhecimentos. Se não fosse assim, a gente não estaria crescendo. Antes, a gente achava que se não se manifestasse na idade pediátrica, talvez a gente não diagnosticaria nos adultos. Mas hoje já há trabalhos mostrando que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes transplantados e que não tinham diagnóstico, num diagnóstico retroativo, a gente dá o diagnóstico.

Os objetivos da terapia são controlar o prurido e, principalmente, evitar a progressão da doença. E aqui a gente tem que pensar em suporte nutricional, tratamento cirúrgico, uso de fármacos, o transplante hepático, mas a gente quer, principalmente... Então, aqui, só ilustrando as possibilidades de tratamento, mas, principalmente, que hoje a gente tem uma nova opção terapêutica, que é um tratamento clínico e que pode evitar algumas técnicas cirúrgicas, evitar a cirurgia desses pacientes, mas, principalmente – e isso é uma busca desse conhecimento – ver se influencia nessa doença para evitar o transplante hepático.

Essa nova opção terapêutica é um medicamento que inibe a absorção do ácido biliar a nível intestinal, evitando então cirurgias como essas que eu estou mostrando aqui – como eu disse, é um eslaide para ilustrar, e, para quem estiver vendo *online*, se quiser ter maior detalhes –, mas evitar, principalmente, então, o transplante hepático.

E, nessa escalada dos conhecimentos, nós recém terminamos uma pesquisa. Então, você vê que é raro, mas, nessa pesquisa, a gente já incluiu 106 pacientes com Pfic. E aqui, olhem: um percentual importante de crianças com necessidade de transplante.

Então, qual é o principal objetivo? É o diagnóstico assertivo, mas muitas vezes, nesse diagnóstico assertivo, o paciente, na verdade, enfrenta um labirinto e nesse labirinto, nesse caminho, que não é uma reta – então, enfatizando o que o Ricardo falou, que às vezes ele tem que ver várias opiniões para chegar a esse diagnóstico assertivo –, ele tem uma odisseia do diagnóstico. O diagnóstico, na verdade, é um ponto de virada: ele recebe o nome, mas isso não significa que os desafios acabaram, porque o tratamento exige uma gestão de complexidade. Mas é isso que abre a esperança.

E o que dificulta, às vezes, o diagnóstico dessas doenças raras é que os sinais e sintomas são inespecíficos, como, por exemplo, a icterícia, que pode estar presente em várias doenças. Apesar de o paciente ser tratado em serviços especializados, o diagnóstico é feito na atenção primária. Então, enfatizando aqui o tempo de demora: às vezes, é de cinco a oito anos de demora para o diagnóstico, passa-se por sete a dez especialistas e recebem-se dois a três diagnósticos incorretos antes de se receber esse diagnóstico assertivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí os serviços são heterogêneos nesse modo de avaliar o paciente, e o diagnóstico, então, é o ponto de virada. Ele conquista o nome, é o fim da odisseia, mas é o início do acesso ao tratamento, da relação com a comunidade. Então, todas essas conexões com associações são muito importantes, e isso vai dar, então, o prognóstico.

O diagnóstico, então, não é o fim da jornada, mas é o fim de um começo. A incerteza se transforma, então, em um plano de ação estruturada, mas que exige uma equipe multidisciplinar, e, nessa equipe multidisciplinar, pais e cuidadores fazem parte, e a associação de pacientes são parceiros cruciais.

E aí vem toda uma gestão de complexidade no tratamento, mas, aqui, mostro como evoluiu, porque, antes de cuidado de suporte, a gente já tem, inclusive, terapia gênica para algumas doenças.

Mas tem muitos desafios aqui no acesso, que são, principalmente: lentidão na incorporação de inovações terapêuticas; a judicialização como uma rota comum, o que não é o melhor caminho; disparidades regionais; falta de protocolos clínicos; falta de definição de fluxo. E o outro desafio é a transição para os adultos.

Então, eu queria finalizar, falando que se precisa de serviços de cuidados interdisciplinares; pesquisas clínicas; registros de pacientes; políticas públicas, para que se abram novos horizontes. E, aqui, o nosso papel como especialista, então, deve ser mais do que de médicos, mas de clínico, pesquisador, educador e defensor dessa causa, porque, se as doenças são raras, a gente tem que descomplicar, mas, principalmente, evoluir nessa escalada dos conhecimentos, a cujo topo nós não chegamos, mas na qual, pelo menos, já conseguimos ver novos horizontes.

E, se raro é o diagnóstico, rara é a doença, não são raros a nossa coragem, a nossa esperança e o nosso amor.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Doutora, que apresentação linda! Eu sou professora também e, quando a gente vê um material desses, a gente se encanta, né?, porque é de forma didática, provocativa e muito bonita, mas com dados que chocam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer uma pergunta já direto à senhora.

A senhora colocou ali o diagnóstico de dois a cinco anos. É a realidade necessária ou é a realidade que está posta e a gente pode mudar?

A SRA. ELISA DE CARVALHO (Para expor.) – Não, com certeza a gente pode mudar.

O divisor de águas da boa evolução do paciente é o diagnóstico precoce, e aí a gente tem que trabalhar não apenas nos serviços especializados, mas na atenção primária também, porque é onde é feita a suspeição diagnóstica. Então, a divulgação desses conhecimentos é fundamental: a divulgação dos conhecimentos; a estruturação de serviços especializados para acolher após o estabelecimento; e as políticas públicas para dar acesso às medicações.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Quando a senhora fala em divulgação de conhecimento, eu posso entender como capacitação do profissional?

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – É possível que o que aconteceu com o Ricardo, pelo que eu entendi, foi que ele ficou andando, andando, andando...

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Isso. Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por exemplo, na minha infância, eu venho de região muito pobre, se chegasse uma criança assim na igreja, os pastores diriam logo: "Barriga d'água ou verme".

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E essa mãe iria se acomodar com o fato de que era barriga d'água no passado – era dessa forma que era tratada uma criança assim, desnutrição, verme... –, e aí o diagnóstico não vem, porque aí, culturalmente, já determinaram.

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – A pergunta é sobre a capacitação do profissional: todo profissional lá da atenção básica está pronto para o diagnóstico, Doutora? É uma pergunta por quê? Se não está, nós vamos ter que prepará-lo e, para prepará-lo, vamos ter que ter dinheiro. E a Casa que decide o orçamento é esta.

A SRA. ELISA DE CARVALHO – É.

Então, acho que essa é uma pergunta muito importante. É fundamental a capacitação e é fundamental prover esses recursos para capacitação; disso eu não tenho dúvida.

Eu vou dar um exemplo. A icterícia é muito comum no recém-nascido e no lactente. E, como ela é muito comum, muitas vezes é negligenciada. E a gente fez uma campanha, então, a do Alerta Amarelo, e essa divulgação tem que ser maciça, assim, porque, às vezes, a criança... Vamos lá: numa das doenças que eu dei como exemplo, a criança tem que ser operada nos primeiros 30 dias. Hoje, nós estamos com uma criança com quatro meses, que já chega e já perdeu a chance, entendeu?

Então, eu acho que isso é fundamental, e por isso que eu enfatizo os meus dois sentimentos, que são a solidariedade de estar aqui e poder contribuir; e a minha alegria exatamente de poder estar contribuindo para que sejam construídas boas histórias.

Por isso é que eu enfatizo os meus dois sentimentos, que são a solidariedade de estar aqui e poder contribuir; e a minha alegria exatamente de poder estar contribuindo para que sejam construídas boas histórias.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora.

Para quem está ligando a televisão ou acessando os nossos canais agora, nós estamos numa audiência pública debatendo as necessidades e dificuldades de acesso dos pacientes de PTI e dos pacientes de Pfic. Se você não sabe o que é, continue acompanhando esta audiência. E nós estamos no Setembro Roxo, que é o mês mundial – se fala tão pouco disso, né? – de conscientização sobre a doença. Então, continue acompanhando a gente, estamos com pacientes, instituições que trabalham com familiares e com pacientes, e com médicas na mesa nos trazendo aqui grandes provocações e grandes incômodos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se essa criança, que está com quatro meses, tivesse o diagnóstico nos primeiros dias; teria feito a cirurgia?

A SRA. ELISA DE CARVALHO – Exato, teria uma história diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Meu Deus do céu...

Vamos continuar nos impressionando, nos confrontando, ouvindo agora a Dra. Elisa de Carvalho... Desculpem-me, é a Camila Mariano, Médica Pediatra da nossa Universidade de Brasília.

Obrigada, Doutora, por estar conosco nesta tarde.

A SRA. CAMILA MARIANO (Para expor.) – Obrigada.

Bom, primeiro gostaria de agradecer a presença de todos, cumprimento na pessoa da Senadora Damares a mesa – muito obrigada pelo convite e pela honra de participar desta mesa – ; e também a Marília e a PTI Brasil, que me chamaram para representar os nossos pequenos e os nossos grandes pacientes com PTI, o que é um tema com bastante importância pessoal para mim. Considerando que eu sou hematologista pediátrica, eu lido com pacientes com diagnóstico de PTI, com, pelo menos, um caso novo por semana em pacientes pediátricos.

Então, apesar de uma certa raridade quando a gente fala da doença, principalmente em adultos – e eu vou abordar um pouquinho isso –, quando a gente fala da população pediátrica, principalmente com o viés de especialista, é uma doença que a gente vê todos os dias. Então, é uma doença que atinge a população, atinge os pacientes e, como foi muito bem explanado pelo Ricardo e pela Marília, tem um impacto muito maior do que um simples sangramento. Ela leva a uma ansiedade familiar e a uma ansiedade para o paciente por causa de um fardo psicológico: imagine sua vida tendo que mudar de cabeça para baixo. Se antes você tinha uma vida normal, podia fazer exercício físico, ou uma criança que antes estava se desenvolvendo, estava brincando como uma criança deve brincar, caindo, se machucando e tudo o que uma criança deve fazer para ter um bom desenvolvimento neuropsicológico, agora ela não pode mais brincar com os outros coleguinhas, porque ela pode ter o risco de cair no chão e bater a cabeça. Isso é uma ansiedade que, pensem, para uma mãe não deve ser nada fácil, e eu entendo que não é. Eu lido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso todos os dias, e é por isso que eu agradeço o convite de estar aqui para poder falar em nome desses queridos pacientes com os quais eu lido todos os dias.

Então, eu vou começar falando o que é a PTI. É um nome muito grande, é um nome relativamente feio, púrpura trombocitopênica idiopática, é um grande nome que as famílias não conseguem falar, as pessoas leigas não conseguem. E o que exatamente significa a PTI? Então, antigamente era este nome: púrpura trombocitopênica idiopática, os estudos foram muito bons e, como a Dra. Elisa bem explanou, a medicina não é de verdades absolutas; senão de verdades temporárias.

A gente descobriu que, na verdade, não se trata nem muito bem de púrpura, é mais equimose e outros tipos de sangramento; e não é idiopática, porque idiopática é quando a gente não sabe exatamente a causa dessa doença. E a plaquetopenia, então, continua sendo chamada de PTI, porque a gente usa essa sigla há mais de 40 anos, mas ela pode ser bem explicada pelo novo termo de plaquetopenia imune ou trombocitopenia imune, que nada mais é do que a diminuição das plaquetas por um mecanismo imunológico de causa autoimune. E ainda não está completamente elucidado o porquê que acontece. É como eu "brinco" com os meus pacientes: às vezes, é uma loteria reversa; infelizmente aquela carga genética aconteceu, e ele vai ter uma autoimunidade contra as próprias plaquetas.

E qual é o grande problema disso? As plaquetas são as células que estão no nosso sangue que ajudam a parar qualquer tipo de sangramento que a gente tem. Quando a gente tem qualquer tipo de lesão vascular – e o tempo todo estamos tendo lesões vasculares porque temos microvasos no nosso corpo, o nosso próprio peso, o nosso próprio movimento faz com que eles estourem de forma micro, e o nosso corpo biologicamente foi programado com isso – vai ter uma vasoconstrição, vai ter a formação de um tampão plaquetário ali e rapidamente a gente começa o resto da hemostasia, o resto da formação daquela casquinha, e a gente resolve o sangramento. Quem não tem um problema com as plaquetas não vai ter nenhum tipo de sangramento, quem não tem um problema com a formação de fibrina ou outras partes da hemostasia vai ter a vida normal e não vai ter esse tipo de problema. Mas e quando a gente não tem plaqueta suficiente para formar esse tampão plaquetário? A gente vai acabar voltando... a gente não vai conseguir fazer esse tampão, que é a primeira linha, entre aspas, de defesa ao nosso sangramento. E isso vai levar a microssangramentos de pele, a microssangramentos em gengiva, nariz; pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também diarreia com sangramento, urina com sangue – hematúria que a gente chama –, e, o mais grave de tudo, que seria o sangramento do sistema nervoso central, que pode levar inclusive à morte.

Então, é por isso que a gente está falando dessa doença, uma doença que leva potencialmente a problemas muito graves não só médicos, mas quando a gente vê, em termos da qualidade de vida dessa família depois, desses pacientes, é realmente uma doença que vale a pena ser discutida em sociedade, né?

E aí – tirei a fonte da PTI Brasil – a incidência é realmente muito maior em crianças. O acometimento da maioria dos casos vai ser em pacientes de três a cinco anos de idade. Quando a gente pensa em incidência, é mais do que o triplo de pacientes pediátricos do que a gente vai ter em pacientes adultos. Infelizmente é exatamente por isso que talvez os colegas médicos que tratam com adultos acabam não pensando na doença, porque ela é uma doença que, se chegar um paciente pediátrico ao pronto-socorro com roxinhos e absolutamente mais nada, a gente vai pedir um hemograma, vai pensar em outras coisas – a gente tem que excluir meningite, tem que excluir doenças outras mais graves –, mas o pediatra não vai deixar de pensar em PTI.

Infelizmente não é o caso dos adultos. Como o Ricardo pôde mesmo contemplar com a sua fala, com sua história – que ele teve a graça de contribuir com a gente –, ele passou por 12 especialistas que não conseguiram fechar o diagnóstico, porque acaba sendo um diagnóstico de exclusão. Se um adulto chegar ao pronto-socorro com manchas roxas, a gente não vai pensar em PTI a primeira vez - não é o mais comum.

A gente é treinado na faculdade a ver o que é mais comum, e vai ser primeiro vasculite, vai ser primeiro outros tipos de púrpura, dengue, sepse, meningite, outras coisas, e, até chegar ao termo PTI, a gente vai demorar um caminho, um labirinto, uma jornada, com um grande sofrimento, porque a gente vai pular de médico em médico até realmente conseguir um diagnóstico. E esse é o primeiro grande desafio da PTI, principalmente na população adulta, porque, se você não faz um diagnóstico, a gente não vai ter um tratamento adequado e a gente pode ter um maior aumento de cronificação da doença, né?

Então, o atraso no diagnóstico vai ser terrível. A gente só chama de PTI crônica por classificação quando a gente já tem mais de um ano com essa doença, então é o caso dos nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pacientes adultos. Infelizmente, eles, às vezes, demoram um ano para conseguir chegar a esse diagnóstico e, quando chegam, como é que você vai tratar como se fosse uma PTI aguda? Provavelmente, o tratamento não vai funcionar tão bem. E, diferentemente das crianças, que, de forma geral, costumam ter, em sua maioria, 70% dos casos tem um curso um pouquinho mais benigno, de poder se resolver sozinha, só 10% dos adultos realmente vão ter uma remissão que vai ser duradoura no caso da PTI de adultos. E, de pacientes pediátricos, obviamente, vai ter uma porcentagem que vai também ficar crônica, e não vai servir só a gente fazer o tratamento inicial de corticoide, que é barato e tem disponível no SUS, ou de imunoglobulina, que não é tão barata e tão disponível, mas que a gente consegue, pelo menos em Brasília, no Hospital da Criança ou em alguns outros regionais aqui, em que a gente consegue com alguma facilidade.

E aí qual seria a solução que a gente teria para esse problema, né? Basicamente conscientização sobre a doença. Então, eu acredito que o primeiro passo disso a gente está tomando hoje, a partir do Setembro Roxo, quando a gente está falando sobre a doença, a gente está falando com as associações representantes da doença, a gente está falando com os pacientes e a gente está expondo na TV, no Senado, que essa doença existe, que os pacientes existem e que eles não podem ser negligenciados. Se a gente não tem um diagnóstico, a gente tem a obrigação de correr atrás de um, a gente não pode deixar o paciente simplesmente ser liberado e pronto, acabou. Se a gente não sabe, a gente encaminha para alguém que talvez saiba. Então, o grande papel da atenção primária é realmente não só encaminhar, ela consegue resolver a maior parte, 80%, 90% dos casos de doenças da população brasileira, mas tem que saber que, quando a gente não dá conta, quando a gente não sabe, a gente procura quem sabe para conseguir realmente resolver o problema.

E, como eu falei, então, esta reunião eu acredito que seja o grande primeiro passo, e o próprio Setembro Roxo seja um primeiro passo para a gente ter essa conscientização e capacitação dos nossos profissionais para conseguir ter esse diagnóstico mais fácil.

O que eu diria que seria o segundo grande desafio foi também já abordado pelo Ricardo e pela Marília, que é o acesso ao tratamento, que não é fácil a gente conseguir, infelizmente. Já foram aprovados pela Conitec, graças a Deus foram aprovados o eltrombopag, o romiplostim e o rituximabe, que são segundas linhas de tratamento. Então, quando a gente chega a uma PTI crônica, quando a gente tem um sangramento mais importante, não basta a gente só subir um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouquinho a plaqueta, a gente quer que essa plaqueta fique mais alta de um tempo mais duradouro. E é exatamente o que esses remédios conseguem ajudar a gente a fazer. Não é todo paciente que tem resposta a esses medicamentos. Às vezes, a gente está vendo pacientes que estavam tendo resposta ao eltrombopag, que é um remédio que tenta subir a plaqueta de forma a estimular a medula óssea para fazer isso... E o outro problema é que não serve para todo mundo.

Como eu tinha falado antes, na epidemiologia da doença, é de três a cinco anos o pico da incidência da doença. Então, a maior parte das crianças que vão chegar para a gente com a PTI vão ser crianças de três a cinco anos, ainda na primeira infância, e o eltrombopag, pela bula, a gente só pode usar a partir dos seis anos. Então, ficamos com um remédio que, finalmente, foi aprovado, mas a gente ainda não consegue usar para todo mundo.

A solução é exatamente que a gente discutir, colocar em pauta aqui, porque a gente tem que autorizar nossos PCDTs, nossos protocolos, a gente tem que atualizar nossas bulas e a gente tem que disponibilizar esses remédios para a população.

A Conitec aprovou, mas a gente nem sempre tem o acesso.

Já tive famílias para que a gente fez todo o processo. O processo do LME da Farmácia de Alto Custo é um processo burocrático, que, de certa forma, precisa ter seus documentos e seus empecilhos, de certa forma, porque é um remédio de alto custo. Então, a gente precisa que seja tudo muito bem-feito, tudo muito bem documentado, mas não serve a gente fazer tudo certo, e o paciente chegar lá e não ter o remédio; chegar lá, e "essa vírgula está errada, você não vai poder pegar hoje, tem que voltar no médico para consertar essa vírgula e voltar aqui de novo".

Olha o custo que a gente gera para essas famílias, porque elas têm que voltar ao hospital, voltar, de novo, na Farmácia de Alto Custo; não conseguiram o remédio, têm que ver quando vai chegar. E tudo isso é paciente que está vivendo em risco de vida, porque, se a gente está prescrevendo esses remédios, significa que as plaquetas estão baixas o suficiente que eles não conseguem ter uma vida normal. Eles estão em risco iminente de sangramento o tempo todo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAMILA MARIANO – Nesse sentido, então, a gente tem que garantir que todos vão ter o acesso que foi garantido pela aprovação ao remédio. O que está no papel, o que está na lei tem que ser colocado em prática.

A gente está aqui pedindo ajuda do Senado para que isso seja feito da maneira mais rápida possível e mude essas realidades. Temos realidades muito distintas nos municípios brasileiros.

Eu moro aqui em Brasília e atuo aqui em Brasília, no Hospital da Criança. Então, a gente tem a felicidade de ter o acesso um pouco melhor do que em outros estados, mas, por exemplo, em Alagoas ou até aqui na periferia – não em Goiânia capital –, no Goiás, no entorno do DF, a gente já vai ter um acesso à medicação muito pior.

No Hospital da Criança, a gente atende crianças do Brasil inteiro, porque tem TFD (Tratamento Fora de Domicílio) do pessoal de Roraima, do pessoal de Boa Vista, de tudo. E a gente vê que, lá, eles não têm o acesso à medicação que deveriam ter. Acabam tendo que sair de casa, que ficar em casa de apoio aqui em Brasília para conseguir tratar os seus pequenos, para, depois, ficarem meio incertos de "vou voltar para casa, mas eu tenho plaquetas suficientes para pegar um avião?", "eu tenho plaquetas suficientes para poder ir de carro?" ou "eu vou poder chegar no pronto-socorro e ser tratado com a mesma diligência do meu especialista, que está a quilômetros de distância?".

Então, isso é uma coisa sobre o que temos que conversar. Eu vim aqui fazer essa provocação mesmo para a gente conseguir chegar em soluções juntos.

É isso. Agradeço muito o tempo e a oportunidade de falar com vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Doutora. Obrigada.

Fiquei olhando a senhora com esse sorriso lindo. Quando uma criança chega perto, já se apaixona pela senhora.

Eu quero registrar a presença da Vanessa de Medeiros Fernandes, aqui no plenário, Presidente da Comissão em Defesa da Pessoa com Doenças Raras; da Lauda dos Santos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Amaviraras, nossa amiga, que está sempre com a gente; da Edilamar Gonçalves Teixeira, Diretora de Saúde do Instituto Brasileiro de Ação Responsável; da Elenise Colletti, Diretora de Relações Governamentais da Ipsen Farmaceutica; e do Maurício Telles, Gerente da Ipsen – que, inclusive, deixou comigo um folder que também explica sobre a Pfic –; e a Márcia Helena, Diretora da Associação Apemigos. São instituições que sempre estão caminhando conosco aqui nos debates.

A nossa querida Lauda pediu a palavra. Nas audiências públicas, quando tem um tempinho, a gente libera. Nós temos três minutos para você, Lauda, e eu queria lhe passar a palavra e dizer, para quem não a conhece, quão grande é o seu trabalho e como você tem sido aqui para o Distrito Federal... E para o Brasil, porque, quando chegam Prefeitos aqui no meu gabinete, eu mando lá para a sua sede, para você conversar com eles e provocá-los também sobre políticas públicas para pessoas com doenças raras.

Lauda, é um prazer ter você conosco em mais uma audiência pública.

A SRA. LAUDA SANTOS (Para expor.) – Obrigada, Senadora. Obrigada aos membros da mesa, à Dra. Elisa, às médicas que falaram superbem das duas doenças que estão tirando o nosso sono – e acho que mais ainda dos familiares e dos pacientes.

Na avaliação das falas de todas vocês, eu percebi o seguinte: os protocolos para a PTI existem, mas estão pendentes de pactuação no Ministério da Saúde. Isso, gente, leva à judicialização para os pacientes garantirem os tratamentos e à dificuldade do diagnóstico por profissionais de saúde. Já para a Pfic...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LAUDA SANTOS – ... a gente sabe que não tem o PCDT. Os pacientes enfrentam várias dificuldades: o prognóstico, o transplante e a morte, que é um prognóstico de Pfic.

Então, avaliando todo esse cenário, a gente pensou nas propostas, Senadora, das políticas públicas para os pacientes tanto de PTI quanto de Pfic, que é a capacitação. Quando a gente fala de diagnóstico precoce, a gente pensa na capacitação dos profissionais da atenção primária e da equipe neonatal, para suspeita e encaminhamento rápido aos especialistas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acesso ao tratamento: revisão e atualização periódica dos PCDTs, incluindo novas terapias já aprovadas pela Anvisa; criação de protocolos específicos para Pfic no SUS, porque não tem; e ampliação de política de acesso excepcional aos medicamentos órfãos.

Ainda nessa linha, os centros de referência precisam se fortalecer e credenciar centros especializados em doenças hematológicas e hepáticas raras, e estruturar uma linha de cuidado integrada entre a atenção básica e a média e alta complexidade.

Apoio às associações de pacientes: institucionalizar o diálogo entre associações, gestores e legisladores.

Sobre conselhos consultivos, eu acho que a gente precisa pensar nessa linha, porque, com todo mundo junto, a gente vai conseguir trabalhar essa linha de cuidado para os pacientes.

Estimular parcerias público-privadas para pesquisa, campanhas de conscientização e apoio às famílias.

E uma coisa que eu acho extremamente importante, gente, é criar e ampliar os registros de pacientes com PTI e Pfic, para apoiar as políticas públicas de saúde baseadas em evidências.

Essa é uma contribuição da associação de pacientes, que nada mais faz que acolher, educar, fazer o *advocacy* e também as articulações.

Então, é isso.

Quero colocar, Doutora – a senhora que está na UnB –, que a Amavi tem um projeto chamado Lar Raro, para pessoas que vêm do entorno, para tratamento aqui em Brasília. Nós conseguimos fechar uma parceria com o hotel San Marco e um empresário aqui de Brasília. Então, a gente recebe esse paciente que precisa fechar diagnóstico e fazer seus exames, para que ele tenha hospedagem totalmente grátis, com refeição completa.

A gente está à disposição.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lauda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É a sociedade civil organizada. É desse jeito. Muitos dos avanços que nós temos hoje para as doenças raras, pessoas com deficiência, só foram garantidos, muitos direitos, porque a sociedade civil se reuniu.

Você lembra, Lauda, para a gente escrever a LBI? Gente, a Lei Brasileira de Inclusão tramitou nesta Casa por 13 anos para ser aprovada, doutora. Treze! Ela foi aprovada em 2015 e, ainda hoje, não foi totalmente regulamentada.

Há 20 anos, eu estava lá atrás, nos bastidores, como assessora, como família rara, lutando. Hoje, eu estou aqui como Senadora, mas parceira desse povo todo, agora, podendo, numa outra posição, fui ministra da pasta, numa outra posição, continuar a nossa luta.

Obrigada a todas as instituições que estão aqui.

A SRA. LAUDA SANTOS – Posso dar uma boa notícia?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, pode falar.

A SRA. LAUDA SANTOS – Saiu, recentemente, a licitação da construção do nosso Centro de Referência em Doenças Raras. A gente está batalhando isso desde 2014. Na semana passada, nós tivemos a excelente notícia de que, finalmente, nosso sonho vai sair do papel e vai subir às paredes.

Então, em breve, a gente vai ter o Centro de Referência em Doenças Raras construído lá no terreno do Hospital de Apoio, uma luta hercúlea, com apoio da Vice-Governadora Celina Leão e do Deputado Eduardo Pedrosa.

Então, mais uma conquista dos raros.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Lauda.

Bom, nós tivemos a participação *online* de muitas pessoas.

Eu selecionei algumas perguntas. Vocês não vão conseguir responder a todas. E algumas nem são direcionadas especificamente à doença, mas eu vou fazer o registro e, depois do registro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das perguntas e comentários, eu vou voltar a palavra por mais três a cinco minutos para cada um de vocês para resposta, agradecimentos finais ou considerações.

Carolina, do Pará: "que medidas o Senado pode tomar para incluir PTI e PFIC no SUS e ampliar acesso a terapias e medicamentos essenciais?".

Acho que a Lauda já respondeu à parte dessa pergunta.

Alan, de Tocantins: "quais critérios técnicos e éticos devem nortear a priorização de políticas públicas para doenças raras no Brasil?".

Rita, do Rio Grande do Sul: "diagnósticos são sempre difíceis em vários tipos de doença. [Gostaria de saber] qual tipo de capacitação será realizada para os médicos".

Ronysi, do Espírito Santo: "como assegurar financiamento sustentável para medicamentos de alto custo?".

Grande pergunta.

Maria, do Rio de Janeiro: "doenças raras ou sem cura podem ser incluídas no rol para isenção de Imposto de Renda tanto para o paciente quanto para o cuidador?".

Aí já são comentários.

Carlos, da Bahia: "Governo deve botar uma pauta para que todos os hospitais, públicos ou não, tenham obrigação de cuidar de todas as doenças sem cobrar nada".

Vinícius, de Minas: "o SUS deve facilitar o rastreio e o tratamento de doenças raras".

Thaynara, de Minas Gerais: "debater doenças raras é garantir mais acesso [acreditamos nisso], políticas justas e qualidade de vida para quem as enfrenta".

Alan, de Tocantins, pergunta: "como reduzir a morosidade da Conitec [eu também gostaria de ter essa resposta] na avaliação de novos tratamentos sem comprometer a segurança e evidência científica?".

Sabe, doutora, teve uma época em que, quando se falava a palavra "Conitec" perto de mim, eu arrepiava o corpo todo assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Samuel, do Ceará: "quais as principais barreiras para o acesso a diagnóstico e tratamento da PTI em regiões remotas ou com recursos limitados de saúde?"

Aí eu quero acrescentar uma pergunta às duas médicas: nós temos muitos diagnósticos em áreas indígenas? Nós temos crianças indígenas que vocês estejam tratando? Elas estão tendo acesso ao tratamento?

Ana, da Paraíba: "por que o SUS e o Senado condenam pacientes de PTI e Pfic à judicialização em vez de garantir diagnóstico e tratamento imediato?".

Joana, da Bahia: "o SUS deve dar um acesso maior para as pessoas portadoras de doenças raras, com isenção de impostos e custeamento da medicação".

Vocês viram que foram pessoas de vários estados. A audiência está assim: o Brasil inteiro acompanhando esta audiência pública.

Se algum dos senhores se sentirem à vontade em responder a alguma dessas perguntas, eu vou fazer, agora, o caminho de volta.

Marília, três a cinco minutos para respostas e considerações finais.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senadora.

Primeiro, para responder à pergunta em relação ao acesso para tratamento e diagnóstico de PTI em áreas remotas.

Isto é uma provocação que eu já fiz para a ABHH (Associação Brasileira de Hematologia e Hemoterapia) do país: que eles deveriam criar um programa para estimular a especialização em hematologia, porque é uma especialização que não é muito procurada na residência.

A gente tem cerca de sete mil, oito mil hematologistas no país. É um número baixo para o tamanho do Brasil.

Se a gente não tem hematologista suficiente e os que tem estão nos centros urbanos, nas grandes capitais e nas grandes metrópoles, a gente tem que estimular, como a doutora falou, uma capacitação no primeiro atendimento, nas UBS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um projeto, gente. São aqueles sonhos que a gente tem, sabe, Senadora- vai demorar 20 anos, aquelas coisas. Mas eu tenho um projeto que eu desenhei, que eu escrevi, porque eu sou, de profissão, *design*, eu sou gerente de projeto há 20 anos. Então, eu gosto de fazer projeto, mesmo que eu não consiga aplicar.

Eu tenho um projeto que é de capacitação em UBS, palestra com material. Eu tenho o material desenvolvido. Essas cartilhas que vocês receberam, fui eu mesma que desenhei, porque eu sou *designer*. Eu tenho a mão de obra, eu tenho a criatividade, eu tenho o conhecimento. Eu não tenho dinheiro para fazer acontecer. Mas, se eu tivesse uma verba para mandar um *kit* de PTI para cada UBS deste país, vocês podem ter certeza de que, amanhã, eu estaria no correio. Vocês podem ter certeza de que eu estaria fazendo isso.

A gente tem que capacitar o primeiro atendimento, porque é o primeiro atendimento que recebe essa população nessas cidades. São cidades que não têm hospital. São cidades que só têm UBS.

A gente tem paciente que pega ônibus às 2h da manhã, às 11h da noite, 600km para ir até a capital para fazer um hemograma. O hemograma é um exame barato, de R$20. Mas não tem laboratório na cidade. Nem que ele tivesse os R$20 para fazer esse hemograma, ele conseguiria.

Então, ele tem que pegar oito horas de ônibus para fazer um hemograma para ver que a plaqueta dele está baixa para pedir um tratamento. Aí ele tem que voltar 600km, esperar a consulta, sair no SUS em três meses, e sangrando lá, o paciente.

Aí saiu a consulta, mais oito horas. Aí consegue passar em consulta, pegar o formulário. Aí vai para a Farmácia de Alto Custo. Aí perde o ônibus da prefeitura – vira e mexe acontece isso. Eles me mandam mensagem: "eu preciso de uma carona, vê se alguém do grupo está na cidade", porque o ônibus foi embora e não levou ele.

A gente precisa pensar no grande Brasil. Eu sempre falo isso. Eu falei isso numa audiência pública em que eu estive em São Paulo, e a representante do Governo do estado ficou brava comigo porque ela não entendeu o que eu quis dizer quando eu falei que Brasil não é São Paulo e que São Paulo não é Brasil, porque eu tenho essa consciência. Eu sou paulistana, mas eu tenho essa consciência. Eu não balizo o tratamento da PTI pelo que eu tenho no SUS de São Paulo. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiz o meu tratamento no SUS da Santa Casa. A minha médica é a maior especialista do país, professora de hematologia, Diretora da ABHH. Eu não paguei nada no meu tratamento e tive o melhor tratamento do país, mas esse não é o SUS do Brasil, e eu tenho essa total ciência.

Então, a gente tem que trabalhar na questão da saúde básica. Eu concordo com você. A gente tem que investir em informação na saúde básica, em treinamento e também na divulgação. O meu mote, que eu sempre falo, desde que eu comecei meu trabalho com PTI em 2016, é: "Eu quero que a PTI, neste país, seja tão conhecida quanto a dengue, porque a dengue também derruba plaquetas, aí todo mundo se importa. Quando é PTI, ninguém se importa. Mas, quando a PTI for tão falada quanto a dengue, quem sabe eu não vou precisar fazer tanta coisa, nem o Senado vai precisar, porque as pessoas vão atrás da informação, os médicos vão querer se especializar nisso, como aconteceu com a dengue.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – A gente teve um aumento dos casos de PTI depois da dengue, porque teve aumento de casos de dengue, e a PTI pode acordar com uma dengue hemorrágica. Então, a gente teve muito aumento de PTI na pandemia e agora com esses aumentos de casos de dengue. Também, cuidar da dengue ajuda a PTI, porque você está evitando o paciente de PTI quando você está evitando a dengue. É importante vocês saberem disso.

Eu queria agradecer à Senadora Damares, porque ela sempre nos recepcionou muito bem, desde o início da nossa conversa; à Carol; a todo o gabinete. Queria agradecer ao Senado Federal por nos receber, a todo mundo que está aqui prestigiando a gente, ouvindo a nossa demanda, a quem está assistindo também. A quantidade de perguntas... A gente viu que... Foram me mandando, os pacientes estão me mandando todas as mensagens aqui. Tem muita gente com PTI *online* aqui assistindo.

E queria deixar o meu contato aqui: ptibrasil.org.br, e o nosso Instagram. No nosso *site* tem o WhatsApp, que sou eu mesma que respondo, porque eu sou todos os cargos, Senadora, na associação. Então, eu posso ajudar. Se você é profissional de saúde e quer o nosso material, vem falar comigo, eu envio o material para vocês. A gente precisa se unir como sociedade civil.

E, claro, eu espero que o Senado... que a gente trabalhe essa cobrança no Ministério da Saúde, pela atualização do nosso protocolo, que está muito atrasado, e também a cobrança dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretários de saúde estaduais, porque eles não fazem licitação e não compram o nosso medicamento. Tive que deixar este recado aqui, porque eu estou com 10 estados sem medicação, e o repasse foi feito, porque, pela lei de transparência, a gente tem acesso. Então, eu sei que o repasse foi feito pelo ministério, e eles não fizeram a aquisição da medicação. E aí o que a gente faz como paciente? O Ricardo é o maior líder disto: coordena a doação, entre pacientes, de medicação da Bahia para o Rio Grande do Sul, aí sai do Paraná, vai para Tocantins, para os pacientes não ficarem sangrando, mas não seria nossa obrigação fazer isso, porque o repasse foi feito. Onde está esse dinheiro? Onde está esse remédio? Esta é a minha provocação final.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marília, você não tem que ter vergonha e pedir desculpa, não.

Eu vou repetir: quantos estados não compraram o remédio?

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – A gente está em uma média de oito a dez. Na Paraíba chegou ontem – me falaram.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Nós não vamos dizer o nome de todos os dez, mas secretários, que estão nos assistindo, nós não vamos dizer os seus nomes hoje, nós vamos dar um tempo para vocês comprarem o remédio, mas é impossível a gente estar diante de uma situação como esta.

E aí, Marília, você falou muito do ônibus – o ônibus –, mas eu vou um pouquinho além, viu, Doutores, Dr. Ricardo? Eu não vou falar do Marajó hoje, porque os meus eleitores falam: "A senhora fala muito do Marajó". Eu vou falar de São Paulo de Olivença. De São Paulo de Olivença para Manaus, são sete dias de canoa, de barco.

Imagine, doutora, uma bebezinha que o médico disse: "Eu acho que é". Aí a mãe vai à prefeitura pegar o TFD, que demoram cinco, seis dias para liberar. A mãe põe o bebê no barco, vai sete dias para Manaus, e, quando chega lá, o médico não chegou, aí ela volta sete dias para casa. Aí marcaram a consulta, ela vai mais sete dias. Acabou o mês que a senhora falou, acabou. Essa é a realidade do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina, Lauda, se, na capital da República, nós estamos, desde 2014, lutando pelo centro de referência, que vai sair também, Lauda, porque eu me comprometi, e os seis anos do meu orçamento de emenda, daqui para a frente, vão para o centro. (*Palmas.*)

Eu tenho esse acordo com a Vice-Governadora porque não é só construir, a gente tem que deixar isso funcionando. A manutenção é mais cara do que a construção.

Então, assim, são em poucos estados que a gente encontra Parlamentares como Eduardo Pedrosa e como a nossa Vice-Governadora Celina. A nossa bancada aqui do DF é muito voltada a doenças raras, mas tem estado em que o Parlamentar não quer nem ouvir falar porque o raro é caro. É isto que a gente escuta: o raro é caro.

Então, assim, Marília, não tenha vergonha de cobrar, vá com coragem. E quem estiver nos acompanhando, olha, acesse as redes sociais. Se você quer se engajar, pergunte a ela: "Como eu posso me engajar? Como eu posso ajudar a produzir esse material para chegar em todas as unidades básicas?". Bora! Vamos nos engajando. Enquanto o poder público não chega, a gente pode chegar lá na frente. A sociedade civil pode fazer muito.

Vamos ouvir agora Ricardo, de três a cinco minutos, para suas considerações finais.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE (Para expor.) – Senadora, eu gostaria de reafirmar novamente, pedir aos secretários dos seus estados que deem suporte à pessoa com deficiência autoimune, porque é uma vida muito cruel, muito dura. E, muitas das vezes, a pessoa não tem nem condições de sair da casa dela, de pegar um transporte público ou até mesmo um aplicativo. Como ela vai custear um tratamento que é carérrimo? E como ela vai judicializar isso, vai contratar um profissional para advogar para ela? Não tem condições.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tem cidades que, às vezes, não tem a Defensoria Pública, né?

O SR. RICARDO DUARTE LEITE – Exatamente, e, quando tem a Defensoria Pública, é tudo burocrático, não é rápido, é tudo agendado, e uma vida que tem neutropenia não pode esperar. Nós não temos tempo de espera, nós temos que ter ação, agir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço novamente para que tenha um outro olhar e que tenha a medicação disponível para os pacientes, principalmente imunoglobulina. É um absurdo a gente ouvir nos dias atuais que tem hospitais que não têm imunoglobulina humana. O paciente chega neutropeniado e não tem imunoglobulina. Eu me trato pelo privado, sempre tive, porque sempre briguei, fiz barraco, auê, dentro do hospital realmente para me manter vivo, mas eu sei que no Sistema Único não funciona assim, é tudo muito burocrático.

E tem mais uma questão que a doutora pontuou muito bem: não vamos achar, porque está com mancha roxa, que o cara está com dengue porque mora na periferia. Não! Que é isso! É um absurdo! Vamos investigar. Vamos pedir exames detalhados. Vamos a fundo porque, nesse achismo de vocês, que não posso generalizar, gente – vou deixar bem claro aqui para essa fala depois não virar burburinho –, não são todos os médicos clínicos gerais, mas boa parte faz isso, eles não fazem a linha de investigação correta, porque eu já passei por isso. Se eu tivesse achado o primeiro médico que tivesse pontuado e tratado, eu não teria passado na mão de 12 profissionais, nesse decorrer de 21 anos, para estar vivo hoje.

Então, eu peço encarecidamente a esses médicos que tenham um olhar mais humano; não seja robótico. Você está ali ganhando por paciente, mas seja humano. Você viu que isso não vai para o lado da dengue, que é outra doença, que não seja PTI, que seja Alps ou outra, mas vamos investigar. Não trate a gente como robô. Nós não somos robô. E outra: a gente não tem tempo, a gente pega infecção muito rápido, gripe muito rápido, tudo muito rápido. A gente vai do oito ao oitenta. É assim que funciona o nosso corpo. Ele não tem limite, nem tem hora para baixar a plaqueta. Eu posso estar com 150 mil agora, como amanhã eu posso estar com 8 mil, e, se eu chegar a um lugar que não tem imunoglobulina, eu posso ir a óbito. E, pior ainda, se eu ficar esperando chegar imunoglobulina, eu posso pegar uma infecção generalizada dentro do hospital.

Então, eu peço encarecidamente aos secretários e gestores: tenham mais empatia com nós raros. Não é porque a gente não está na mídia globalizada que nós não existimos. Nós estamos aqui para fazer barulho e fazer a diferença, porque a gente não vai sair desse universo sem deixar o nosso legado – pelo menos eu e a Marília temos certeza disso. Muitos virão com essa doença e com outras doenças mais complexas ainda. É uma doença que desafia a própria Medicina, tanto que até hoje a gente não tem um diagnóstico de cura, infelizmente. Eu tenho que lidar com isso, sou prova viva. Então, eu peço encarecidamente: tenham um olhar mais humanizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico emocionado com isso, porque eu sei que muitos morrem. Muitos que moram no Sertão, igual eu vim, do Sertão, não têm acesso para chegar a uma capital, não têm acesso para chegar a um hemocentro, porque não têm recurso, a Secretaria não fornece. Primeiro, tem que fornecer hospedagem para quem vai com ela, porque, se ela não tem condição de custear a viagem, imagina a hospedagem. Se ela mora na roça a vida inteira, como que ela vai ficar numa capital grande, sem que as Prefeituras, os seus Líderes lhe deem um suporte para que ela possa ficar lá com a família, para que ela tenha um acolhimento? Essa pessoa não vai ser salva, ela vai entrar em óbito.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO DUARTE LEITE – Senadora, eu lhe agradeço e estimo melhoras.

Foi um prazer conhecê-la e nos encontramos mais vezes, com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Com certeza, Ricardo, nós vamos nos encontrar muitas vezes.

O SR. RICARDO DUARTE LEITE – Amém!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada! Obrigada por estar conosco!

Eu quero agora ouvir, na sequência, a Dra. Elisa Carvalho.

A SRA. ELISA CARVALHO (Para expor.) – Obrigada por me conceder a palavra novamente.

Eu queria enfatizar aqui três pontos.

Primeiro, quero parabenizar a Senadora Damares e, ao mesmo tempo, agradecer esse engajamento e a iniciativa desta sessão, que é tão importante para todos nós e para todos os pacientes. Segundo, eu vou aproveitar, já que a gente está falando tanto em divulgação dos conhecimentos e educação – e aproveitar porque realmente a sessão está sendo assistida, porque estou recebendo aqui mensagens de pessoas que não sabiam que eu estava aqui; então, isso é muito bom –, para dar uma mensagem muito simples: a icterícia é muito comum nos recém-nascidos e, na maioria das vezes, fisiológica. Mas se ela tiver uma duração maior que 14 dias ou se as fezes estiverem muito brancas ou a urina escura, essa criança tem que ser vista por um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pediatra. Então, é uma mensagem importante que eu acho que todos têm que divulgar. E o terceiro ponto é, respondendo, assim, como mudar essa situação, como mudar esse panorama? Os desafios são muitos e não são fáceis, mas eu acho que têm alguns pontos-chave para a gente poder iluminar esse caminho: primeiro, a educação; segundo, é a estruturação dos serviços, e isso é bastante importante; o terceiro é a construção de protocolos assistenciais e PCDTs; e o quarto é o uso adequado dos recursos públicos, é uma política de saúde. Então, acho que esses quatro itens são fundamentais para a gente mudar esse panorama.

Eu lhe agradeço super a atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutora (*Fora do microfone.*). Nós estamos com toda uma equipe técnica sentada aqui, anotando todos os encaminhamentos e sugestões. E eu quero dizer para a equipe de comunicação que dá para fazer uns cortes desta audiência para a gente viralizar. Por exemplo, essa fala da doutora sobre a pele do bebê, a cor das fezes, se passou de tantos dias... Gente, informação salva! Isso que o Ricardo falou: não é porque está com mancha roxa na periferia que é dengue. Atenção!

Então, acho que tem uns recortes nesta audiência aqui que dá para a gente fazer e falar com os membros da Comissão para repostarem em suas redes sociais. Isso pode salvar uma vida!

E já vou fazer o encaminhamento, doutora: no Setembro Roxo do ano que vem nós vamos ter este Plenário lotado. Esse não, a gente quer um auditório gigante – vamos, Lauda? – lotado, com todo mundo de roxo. Já é o primeiro encaminhamento desta Comissão.

Na sequência, vamos ouvir a Dra. Camila Mariano, nossa última convidada.

A SRA. CAMILA MARIANO (Para expor.) – Então, mais uma vez, muito obrigada por nos receber hoje, Sra. Damares. Foi um prazer estar aqui falando sobre essas doenças que são tão importantes para nossa população – são populações raras que, na verdade, são muitos! (*Risos.*)

E o nosso impacto na saúde coletiva começa exatamente assim: mudando a cabeça de cada um de nós. E a capacitação também começa a partir do momento em que a gente leva informação verdadeira e baseada em evidências para quem precisa dela, que são, na verdade, todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que do que já foi falado aqui por todos os outros, que a capacitação é essencial, a gente tem que levar a ideia de que se você pensou em PTI, suspeitou, se você está pensando que pode ser uma coisa outra de que você não sabe o diagnóstico, continue a investigação. Não simplesmente libere o paciente, não deixe por isso mesmo, não deixe para lá, porque aquela é exatamente uma pessoa, é uma vida com que você está lidando, e essa humanização é essencial para que a gente consiga construir uma saúde pública de qualidade para todos.

Então, respondendo a uma das perguntas que você fez, se estamos atendendo pacientes indígenas, no Hospital da Criança a gente tem alguns pacientes indígenas, mas não com PTI. Mas, na parte da onco-hematologia, a gente tem esses pacientes que são levados, encaminhados pela Casai, inclusive. Mas com PTI não tem nenhum paciente que estamos tratando que seja indígena. Não sei se é, talvez, falta de acesso ou realmente alguma mudança... Eu acho que seria falta de acesso. Acho que não chegam a pensar nisso também. A criança com sangramento – ou até adulto com sangramento –, culturalmente, talvez não seja algo tão investigado ou levado adiante dentro das próprias comunidades.

Então, talvez seja... a fala da senhora me provocou para talvez pensar em um maior acesso dessas comunidades também a exames básicos, de rotina...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. CAMILA MARIANO – ... porque é um hemograma simples, é um exame que é uma gota de sangue em uma lâmina. A gente consegue olhar no microscópio e consegue fazer uma contagem. Não é caro – R$20 –, é completamente simples, então, a gente não precisa de... Não é uma alta tecnologia, é realmente extremamente básica. Consegue até já mostrar uma contagem plaquetária, e, ao ver ao microscópio, a gente tem também características com que a gente consegue pensar em uma doença ou outra.

Então, é extremamente básico, e a gente conseguiria fazer isso, nem que seja uma saúde de rotina para essa população...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. CAMILA MARIANO – ... para ver se não estamos deixando passar mesmo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. CAMILA MARIANO – ... esses diagnósticos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, doutora.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – Só para complementar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA (*Fora do microfone*.) – Só para complementar...

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – Eu acho que a questão do indígena é de se levar em consideração também, porque a gente sabe que a PTI pode acontecer depois de uma infecção com H. pylori, e o indígena come muito peixe – a maior incidência da bactéria H. pylori é nos frutos do mar, nos peixes e frutos do mar. Então, principalmente nos ribeirinhos do Norte do país, a gente tem que levar isso em consideração.

No Japão, em que o consumo de peixe é muito alto, a biópsia de H. pylori faz parte do protocolo da PTI. Então, para confirmar a PTI no Japão, se faz uma biópsia de H. pylori, se a H. pylori está positiva, já se positiva a PTI, porque a PTI pode se desenvolver da H. pylori, que é uma bactéria muito encontrada em peixes.

Então, eu acho que não é porque não tem paciente indígena, mas é falta de diagnóstico.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E de notificação.

A SRA. MARÍLIA RUBIA SILVA – Notificação.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E, nesse sentido, a gente vai para o final da audiência, com alguns encaminhamentos.

Primeiro encaminhamento, para a secretaria: a Comissão deve enviar um ofício para a Sesai, para que a Sesai nos informe notificações das duas doenças. Sem número, sem dados, não tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política pública, gente. E, depois, com essa informação, a gente vai compartilhar com as doutoras e com a instituição.

Mas aí eu quero um segundo ofício, ao Ministério da Saúde, para ver se o Ministério da Saúde tem um recorte de quilombos também. Para essas comunidades tradicionais a gente precisa ter um olhar especial, porque é possível que tudo esteja sendo tratado como: "É uma verminose", "Ah, é barriga d'água", "Comeu demais". Não, vamos buscar dados, porque com dados a gente pode fazer políticas públicas.

E aí, por falar em dados, eu quero agora falar com as instituições e os pacientes.

Dados: a partir do momento que as famílias de crianças com autismo começaram a gritar e a registrar denúncias em ouvidorias, Ministério Público, Disque 100, elas começaram... Essas denúncias começaram a ser registradas e alguém começou a dizer: "Epa, esse povo existe".

Aos pacientes de PTI e pacientes de Pfic: denunciem o descaso, liguem no Disque 100, Ouvidorias – Ouvidoria do Ministério Público, Ouvidoria do Ministério da Saúde –, comecem a produzir números, dados. São esses números que vão embasar a construção de leis, a construção de políticas públicas e providências dos entes.

Então, fica a minha recomendação. Mantenha sempre lá no seu *site:* "Em caso de violação de direitos do paciente, Disque 100". E quando ele fizer a denúncia, que ele fale: "Eu tenho tal doença e eu quero registrar a violação dos meus direitos". A gente precisa produzir dados.

O terceiro encaminhamento que eu faço: tem pessoas que dizem que, quando a gente não quer resolver um problema, a gente cria um grupo de trabalho, mas comigo não é bem assim. No ano passado, nós trouxemos para esta mesa aqui uma menininha com lúpus e fizemos um debate sobre lúpus nesta Comissão. A menininha é tão incrível! Ela tem milhares de seguidores na internet. É a Sophia, a vovó Magnólia e a Sophia – Sosô. Busquem-nas nas redes sociais.

O debate foi tão provocador que, hoje, o Senado Federal aprovou um projeto de lei que tira a carência para a aposentadoria por invalidez e auxílio-doença para as pessoas com lúpus e epilepsia. Aprovou-se hoje no Senado. É claro que vai para a Câmara, mas a gente já está ligando na Câmara. Vai chegar lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já sabemos quem vai ser Relator lá, vamos trabalhar, vamos conversar com o Presidente da Câmara, aprovar, se possível, ainda este ano, para já no ano que vem as pessoas com essas doenças não precisarem ter aquela carência absurda para pedir aposentadoria. Nem todo mundo que tem lúpus tem incapacidade – está incapacitante –, mas o lúpus provoca a incapacidade, vocês sabem disso. (*Pausa.*)

Foi um grupinho de trabalho formado aqui. Aprovamos uma legislação hoje. Então, eu quero determinar que a assessora Janine, da Secretaria, e a assessora Carol, do meu gabinete, constituam um grupo de trabalho especialmente para PTI e para Pfic, com todos os encaminhamentos que foram apresentados aqui e, se preciso, construam projeto de lei, requerimentos de informação, indicações ao Executivo. Depois a gente dá satisfação aos pacientes, aos expositores e aos membros da Comissão. Mais um grupo de trabalho. Tá, Carol? Prepare-se. Ela está conduzindo um monte, nessa área.

Eu quero agradecer a todos vocês que vieram, que participaram como expositores. Vocês enriqueceram demais o debate. A gente perpetuou – está nos Anais do Senado, está nas notas taquigráficas – que nesta tarde a gente se reuniu, no Setembro Roxo, para fazer um debate que foi de alto nível. Já está na história do Senado, não tem mais como voltar atrás. Cabe ao Senado, agora, dar os encaminhamentos que precisa, dar visibilidade.

Quero agradecer a todos os que vieram ao Plenário, à Lauda, a todas as instituições, e quero agradecer também a quem está nos acompanhando pela TV Senado, pela internet, pelas redes sociais, pela Rádio Senado. Isso vai ficar sendo reprisado várias vezes, vão reapresentar esta audiência.

Quero dizer ao Brasil: nós estamos no Setembro Roxo. Vamos buscar o diagnóstico precoce. O diagnóstico precoce salva vidas, informação salva vidas.

Nada mais tendo a tratar, dando por cumprida a missão desta audiência pública, agradecendo ao Presidente da CAS, Senador Marcelo Castro, à equipe da CAS e à equipe da Comissão de Direitos Humanos, eu declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e dezenove minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências das Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Paulo Paim, Augusta Brito, Jussara Lima e Professora Dorinha Seabra, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Wilder Morais, Ciro Nogueira, Jorge Seif, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Cleitinho e Dr. Hiran, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças e eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Às onze horas e quarenta e cinto minutos a Senadora Mara Gabrilli assume a presidência e faz uso da palavra. A presidente passa a palavra aos seguintes presentes no plenário: Rodrigo Santos Meira, Raquel Cantarelli e Adriana Hope. Resultado: Instalada a Subcomissão e eleita a Senadora Mara Gabrilli como Presidente e o Senador Flávio Arns como Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças – inclusive, vai ter uma sigla bem bonita a nossa Subcomissão: CDHHAIA – da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Subcomissão.

Há indicação, até o presente momento, para a seguinte chapa – uma chapa forte –: Presidente, Senadora Mara Gabrilli; Vice-Presidente, Senador Flávio Arns.

Consulto aos Parlamentares se haveria outras indicações para o preenchimento dos referidos cargos. (*Pausa.*)

Considerando a indicação de chapa única, havendo a concordância de V. Exas., gostaria de propor que a eleição ocorra por aclamação.

Aqueles que aprovam por aclamação permaneçam como se encontram. (*Palmas.*)

Declaro que foram eleitos, por aclamação, para Presidente, a Senadora Mara Gabrilli, e para Vice-Presidente, o Senador Flávio Arns, para alegria das mães que também estão acompanhando aqui, presencialmente, e as mães do Brasil inteiro que estão acompanhando este momento histórico para a nossa Comissão.

Nesse sentido, convido a Senadora Mara Gabrilli, eleita Presidente da Subcomissão, para uso da palavra. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom dia a todos, bom dia à nossa Presidente Damares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, quero cumprimentar a minha suplente de Senadora, Ivani Boscolo, porque é uma honra, Damares, ter minha suplente aqui participando, ajudando no meu mandato.

Muito obrigada, Ivani, por estar aqui com a gente hoje.

Quero cumprimentar a DPU, agradecer muito a presença, a importância da participação.

Quero cumprimentar a CAF, agradecer demais a presença e, na pessoa da Raquel Cantarelli, que está aqui presente, eu quero agradecer a todas as mães, a todas as mulheres, a todas as crianças que passam, passaram por situações desse tipo que nós vamos comentar aqui.

Hoje o Senado se apresenta, com esta Comissão, para tratar desse assunto tão delicado que vem se multiplicando. Cabe a nós agora ajudar a aprimorar um tratado internacional, que é a Convenção de Haia, e não aprimorar só o tratado, mas a aplicação do tratado no Brasil.

Então, o meu bom dia a todos e todas.

Empreste-me um papel. Eu já comecei emocionada.

Primeiramente, eu queria agradecer ao nosso querido Senador Flávio Arns por sua sensibilidade ao propor a criação desta Subcomissão para que a gente discuta a aplicação da Convenção da Haia, de 1980, e os impactos que tem trazido na vida de muitas mães e crianças brasileiras. E agradeço também à nossa querida Presidente da CDH, Senadora Damares Alves, pelo apoio incondicional que nos tem dado para a instalação e os trabalhos da CDHHAIA.

O Senador Arns é um grande parceiro de muitas lutas e eu sou grata por sua generosidade ao sugerir o meu nome para a condução deste importante Colegiado e o apoio das Senadoras e dos Senadores que compõem esta Subcomissão, a confiança em mim depositada.

Eu tenho certeza de que esta Subcomissão fará uma diferença gigantesca na proteção dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, além de dar voz a diversas mães e famílias brasileiras pelos dramas que vêm vivenciando.

Sabemos da importância da Convenção da Haia sobre o sequestro internacional de crianças, mas queremos colocar luz nos casos em que mães brasileiras voltam para o nosso país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com seus filhos, em desespero, com o único objetivo de se proteger e proteger seus filhos de abusos e de violência. Isso exige de nós, tanto do Parlamento quanto dos demais Poderes, urgência para adequar a Convenção no sentido de defender o elo mais vulnerável: nossas crianças e nossos adolescentes brasileiros e as mulheres vítimas de violência doméstica.

Em agosto de 2015, quando eu ainda era Deputada Federal, realizamos a primeira audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o tema. Infelizmente, ao longo desses dez anos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, só um instantinho. Eu vou pedir silêncio no Plenário. A Senadora Mara está fazendo uma leitura muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, em agosto de 2015, quando eu ainda era Deputada Federal, realizamos a primeira audiência pública, na Câmara dos Deputados, sobre o tema. Infelizmente, ao longo desses dez anos, os casos dessas mulheres brasileiras que fogem com seus filhos da violência cometida por seus ex-companheiros, companheiros estrangeiros, não param de aumentar.

E essas mães só desejam ter paz e colocar os seus filhos em segurança. Elas querem se sentir protegidas em seu país, perto das suas famílias, depois de muito sofrimento por que passaram. No entanto, ao retornarem ao Brasil, a violência e as perseguições dos ex-companheiros não cessam.

Só existem cinco hipóteses de exceção ao não retorno da criança prevista na Convenção da Haia, e a violência doméstica não é uma delas. Em muitos casos, a própria Justiça brasileira determina que as crianças sejam retiradas de seus lares por policiais armados para serem entregues para os genitores que cometeram abusos e violência doméstica.

Oi, Senador Plínio, obrigada pela presença.

Na CDHHAIA, seguiremos atuando em parceria com a sociedade civil, com diversas pastas do Poder Executivo, com o Judiciário, com a Defensoria Pública e com o Ministério Público. O nosso maior compromisso é buscar apoio para essas mães, mas, sobretudo, oferecer proteção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para as crianças e adolescentes que muitas vezes não têm sequer sua dignidade e valor humano respeitados. São tratados como se fossem um bem material a ser ressarcido e não são ouvidos nas decisões judiciais que os obrigam a voltar para um país estrangeiro, sendo expostos sozinhos a genitores abusadores e violentos. São dores e sofrimentos que não podemos sequer imaginar.

Décadas de pesquisas vinculam claramente a exposição de uma criança à violência doméstica, incluindo a violência de adulto para adulto a resultados físicos e psicológicos muito negativos e significativos. São crianças que involuem em seu desenvolvimento psicomotor, que sofrem com ansiedade e depressão, que têm mais dificuldade em aprender na escola. O impacto é devastador, e sabemos que muitas vezes a própria criança é alvo direto da violência e de abusos, alguns até de cunho sexual. É urgente reconhecer os danos causados e protegê-las.

A gente tem, no Senado, além desta Subcomissão, o PL 565, de 2022, já aprovado na Câmara dos Deputados, do qual tenho a honra de ser a Relatora na CRE, que visa estabelecer em nosso país a violência doméstica como uma exceção da convenção ao retorno da criança ao país estrangeiro.

No âmbito do Judiciário, teremos agora, no dia 28 de maio, o julgamento das ADIs 4.245 e 7.686, pelo Supremo Tribunal Federal, que pedem a interpretação da convenção conforme a Constituição Federal e seu art. 227, que trata sobre a proteção integral da criança e o estabelecimento da violência doméstica como uma exceção ao retorno da criança.

Em todos esses espaços e esferas de poder no quais essa discussão está acontecendo, percebemos uma coisa: esse sistema precisa mudar. Precisamos de uma nova agenda de cooperação internacional que alie a Convenção da Haia, de 1980, com a garantia de direitos das crianças e adolescentes e com o combate à violência contra as mulheres. A Subcomissão CDHHAIA vem ampliar e somar esforços nesse debate. Temos muito trabalho pela frente.

Para mim, eu vou dizer que é extremamente impressionante, porque eu estou lendo um papel, mas eu estou olhando para a cara da Raquel. E aí tudo o que eu estou lendo aqui não é simbólico ou fictício, entendem? Aconteceu, e aconteceu justo com ela, que está sentada aqui na minha frente. E, assim como ela, são dezenas de mães que estão passando por essa situação. Essas mães não são sequestradoras; pelo contrário, elas foram protetoras de seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está aqui a nossa nova Subcomissão para tratar desse tema tão sensível, em que a gente tem que fazer essa mudança urgente e acolher nossas mulheres e nossas crianças, em vez de fazer o contrário, como vem acontecendo.

Obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente Mara, eu sei que a senhora vai se dedicar aos trabalhos da Subcomissão. Tudo o que a senhora assume nesta Casa a senhora faz com muito zelo. Eu tive a honra de ser a Vice dela na Subcomissão de Doenças Raras. E, agora, que alegria tê-la aqui como Presidente desta Subcomissão tão importante. As mães e as crianças clamam por uma resposta.

A Suprema Corte está para decidir logo sobre o tema também, mas é aqui no Parlamento que as mães pedem socorro. É no seu gabinete, é no meu, é no gabinete dos Senadores. Então, a entrega desta Subcomissão hoje, a instalação desta Subcomissão é uma resposta do Parlamento ao choro, ao clamor, ao desespero das mães e das crianças.

Lembro que, infelizmente, a gente vê a nossa AGU advogando contra as nossas mães, mas, para nossa alegria, está aqui a nossa DPU, que agora vai estar com as mães.

Como nós estamos nesse momento histórico para a nossa Comissão, eu pergunto se algum dos Senadores que estão presentes gostaria de falar sobre a instalação da nossa Subcomissão, lembrando que temos a Senadora Mara como Presidente e o Senador Flávio Arns como Vice. (*Pausa.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – É para falar da satisfação e do prazer de participar deste momento e de estar nesta Subcomissão. A Mara deve lembrar: a gente se conheceu ainda como Deputados Federais. Eu fiquei oito meses lá, e a Mara me disse uma coisa que até hoje eu guardo com carinho. Nós éramos do PSDB, né, Mara? Um dia, não sei se foi no lançamento do seu livro, você olhou para mim e falou: "Eu não sei por quê, mas eu gosto muito de você". E, continue sem saber por quê, porque, talvez, sabendo o motivo, deixe de gostar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para dizer, Damares, do prazer de participar. Muitas vezes a gente não está aqui, vem correndo, porque você sabe como é que é: o PSDB é pequeno e, simplesmente, Damares, eu pertenço ou estou em 11 Comissões – simplesmente em 11.

Então, Mara, é um prazer enorme. Com o Senador Arns, está bem entregue, bem entregue, esta Subcomissão.

E, se eu puder participar e ajudar de alguma forma, vai ser legal. A gente, lá em Manaus, está andando em algumas escolas para implementar, mesmo por conta da escola, aquela lei de nossa autoria que coloca na grade transversal o tema da violência contra a mulher – a gente está indo de escola em escola. Se eu puder ajudar de alguma forma, Damares, e colaborar... Está bom, Mara?

Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Muito obrigada, Senador Plínio.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta Damares, é bem rápido.

Senadora Mara Gabrilli, Presidente desta Comissão, o Senador Flávio Arns, que só não está aqui por motivos de doença, é um grande quadro do povo brasileiro, uma referência nesses temas. Eu queria, por ele não estar aqui, que déssemos uma salva de palmas para ele. É uma doença delicada que ele está enfrentando no hospital. Grande Flávio Arns! (*Palmas.*)

Eu vinha, pelos nomes que eu vi aqui quando fui convidado... Olhem só: Senadora Damares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e faz parte desta Comissão; Senador Flávio Arns; Senadora Ivete da Silveira; Senadora Mara Gabrilli, claro; um tal de Senador Paulo Paim, meio metido, mas está aqui também – e eu agradeço o convite que a Presidenta me fez –; Senadora Augusta; Senador Jaime; Senadora Jussara Lima; Senador Laércio; e Senadora Professora Dorinha Seabra, um time de primeira, todos aqui são quadros respeitadíssimos. E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, esse quadro que falou agora é especial. Uma salva de palmas para ele aqui, agora! (*Palmas.*)

Eu queria rapidamente só dizer que esta Comissão cumpre um papel fundamental. Pensem vocês que nós vamos cuidar do sequestro internacional de crianças. Nada melhor a iniciativa, Senadora Damares, que é a Presidenta. Que esta Comissão cumpra esse papel!

A gente pensa que é só em filme, mas é na vida real: são milhares de crianças, no mundo todo, que são sequestradas – e eu só diria covardemente –, violentadas, machucadas, torturadas. E, nesta Comissão, eu estou muito orgulhoso de estar aqui. Eu tenho aqui o nosso Defensor Público-Geral da União, e ele já disse que vai fazer uma falinha. Eu disse a ele: "Eu dou um gancho para ti e daí eu falo menos". E ele: "Pode ser, pode ser, combinado?". Combinado!

Então, é só isso, com muito carinho.

E a fala de vocês foi aqui brilhante sobre esse tema. Temos muito, muito, por fazer. Eu só termino dizendo que, no longo das nossas vidas, a gente entende que já fez muito, mas a gente não fez nada mediante a necessidade do povo brasileiro de um clima como esse que nós vamos tratar aqui, um tema como esse que nós vamos tratar aqui.

Então, abraços a toda a Comissão.

O Plínio sabe que ele é um cara por quem tenho o maior respeito, pois me ajudou muito na política de cotas, como a senhora também me ajudou, e a Mara ajudou. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Senador Paim.

O Senador Paim é o nosso eterno Presidente da Comissão, né?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Fora do microfone.*) – É verdade...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Ontem, Senador Paim e demais membros, esta Comissão realizou uma audiência pública sobre o tráfico internacional de crianças – tráfico humano como um todo, mas o foco foi criança. E tivemos a alegria de receber ontem, Mara, aqui no Senado... O Brasil recebeu ontem o Tim Ballard, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele ex-agente da CIA e ex-servidor do serviço de segurança interna dos Estados Unidos, que deu origem, a história, a vida dele deu origem ao filme Som da Liberdade. É aquele homem que, na Amazônia, na Colômbia, resgatou centenas de crianças. Quem não assistiu ainda ao filme Som da Liberdade... Foi exibido em cinemas do mundo inteiro, mais de 100 milhões de pessoas assistiram ao filme Som da Liberdade. Nós tivemos a alegria de recebê-lo. E ontem, Mara, ele nos desafiou muito, porque alguns casos estão relacionados. Mulheres que casaram com um príncipe encantado, e ele não era tão encantado assim, e essas crianças estão longe, elas não estão mais nem com o genitor. Elas não sabem onde as crianças estão. Está tudo relacionado. Então, esta Comissão fez audiência ontem e hoje instala a Subcomissão.

Como nós estamos numa reunião de uma Subcomissão, e uma Subcomissão não existe sem parceria – e eu sei que a Mara, no plano de trabalho, vai trazer instituições apoiadoras da causa, instituições que vão nos ajudar em visitas, em audiências públicas –, eu vou quebrar o protocolo, Mara, se a senhora me permite, como Presidente da Subcomissão, para a gente ouvir, neste momento, de fato, o Defensor-Geral, que está aqui – e nós estamos muito felizes com a sua presença – e que vai falar exatamente do tema.

Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES (Para expor.) – Eu gostaria de parabenizá-la. Para mim, na verdade, em nome da Defensoria Pública da União, é uma grande honra estar aqui na instalação da Subcomissão, com um tema bastante caro para nós da Defensoria Pública. Então, eu gostaria de parabenizar aqui a Senadora Damares pela iniciativa, a Senadora Mara Gabrilli também pela iniciativa, nossa agora Presidente da Subcomissão, para debater a Convenção de Haia. Isso avança porque demonstra que o Poder Legislativo, que o Senado Federal quer respostas ágeis para a população brasileira.

A Defensoria Pública da União tem feito esse trabalho, muitas vezes silencioso, de defesa das mães que são acusadas de sequestrar os seus filhos, ou seja, a violência contra a criança é a violência contra a mulher. Na minha gestão como Defensor-Geral da União, nesse um ano e meio de mandato, um dos objetivos foi exatamente criar – nós lançamos no ano passado – o Observatório sobre Violência Contra as Mulheres, com o objetivo especificamente de reunir ações que já são espaçadas, a DPU já atua nacionalmente em diversos casos de sequestro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional, de acusação de sequestro internacional, mas vimos a necessidade de criar uma central especializada de acolhimento dessas mães.

Então, fico muito feliz, muito feliz também de poder contar aqui com a parceria da Comissão de Direitos Humanos do Senado, com a parceria da Presidente, Senadora Damares Alves, também com a parceria da Senadora Mara Gabrilli e de todos os Senadores, Senador Paulo Paim, todos que fazem parte, Senador Flávio Arns...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Senador Plínio.

O SR. LEONARDO CARDOSO DE MAGALHÃES – ... Senador Plínio, Senador Jorge Seif, que aqui está.

Contem conosco, o trabalho da Defensoria é dar visibilidade à violência que essas mães sofrem no exterior, e o Estado brasileiro precisa dar uma resposta ágil.

Gostaria aqui, mais uma vez, de agradecer. Estamos à disposição, inclusive, Senadoras e Senadores, para acompanhar a Comissão, para participar ativamente da Comissão e para apoiar também a discussão sobre a evolução do projeto de lei, sem prejuízo, claro, das diversas ações que podemos e que temos o objetivo de fazer, como bem anunciado pela Senadora Damares.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Defensor. Mas nós vamos ser muito claros e diretos: não se tem um bom trabalho sem recursos, e a gente vai discutir, Mara, o Orçamento da União, LOA, LDO, e nós vamos falar sobre dinheiro para a Defensoria.

Se querem defender as nossas mães, nós vamos precisar ajudar a Defensoria. Então, a gente vai conversar depois entre nós, a Subcomissão, de que forma nós podemos ajudar a DPU, porque vai ser um trabalho inédito, vai ser um grupo inédito lá, e, decerto, o orçamento de vocês é tão apertadinho, mas a Comissão poderá discutir, sim, orçamento e recurso para a DPU.

Mara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então, eu queria, além dessa questão do orçamento... E a gente está falando de vários ministérios que estão envolvidos: o Ministério da Mulher, o Ministério de Relações Exteriores... Todos esses ministérios têm que se engajar.

E eu queria muito passar a palavra para o Rodrigo, que é o Coordenador da Acaf e que tem tido, assim, um papel muito importante. Eu gostaria muito que ele falasse.

O SR. RODRIGO SANTOS MEIRA (Para expor.) – Bom dia.

Muito obrigado, Senadora, e, na pessoa da Senadora, eu cumprimento a todos os Senadores presentes à audiência, senhoras e senhores... Cumprimento também o Dr. Leonardo, Defensor-Geral da DPU, e informo que, em nome do Ministério da Justiça, é uma honra estar aqui presente, participando deste debate, no sentido de propor também modificações que possam melhorar a aplicação da Convenção de Haia, no sentido de manter um equilíbrio entre a cooperação jurídica internacional e a proteção tão importante das crianças e das mulheres, que são os polos mais vulneráveis dessa relação.

É muito importante que a gente esteja aqui debatendo tudo, não só a questão dos direitos das mulheres, mas também os direitos das crianças, debater os orçamentos, debater toda a gama que envolve a cooperação jurídica internacional, para podermos fazer um trabalho que seja completo e, quem sabe, sair daqui com um projeto de lei que seja aprovado, e a gente possa ter mais segurança jurídica na hora da aplicação da convenção.

Eu fico muito feliz de ter este contato com V. Exas. e poder também participar. É uma honra.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah, eu queria saber – agora já estamos com a Comissão instalada – se a Raquel gostaria de dar uma palavrinha, só para você nos abrilhantar com o seu ponto de vista, com a sua voz e com a sua luta, porque a Raquel virou um símbolo, e você tem muito a nos ensinar e a todas a essas mães de crianças. E porque você é uma das razões de esta Comissão existir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu estou emocionada aqui, porque eu estive aqui nesta Casa há dois anos, quando as minhas filhas tinham acabado de serem levadas embora, e hoje faz dois anos que eu não vejo o rostinho delas, que eu não escuto a voz delas, que eu não tenho qualquer notícia das minhas filhas, e há dois anos eu venho lutando.

Há dois anos, era tudo vazio. Eu não sabia nem para onde correr. Eu vim aqui para esta Casa com um bolo de papel com o rostinho delas, ao lado do Esdras, que me ajudou, de gabinete em gabinete, falando com todos os Senadores, Deputados, pedindo apoio.

E, hoje, ver a instalação desta Comissão é uma grande vitória não somente para mim e para as minhas filhas, mas para todas as mulheres brasileiras que sofreram violência, que sofrem violência e que hoje gritam em silêncio. Poder estar aqui presente, falando em nome dessas mães, dessas mulheres e dessas crianças que são tantas vezes silenciadas, é uma honra muito grande. Eu estou muito feliz, porque, depois de dois anos, no Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, os cinco Ministros determinaram o retorno das minhas filhas ao Brasil, reconhecendo a violência...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Vamos bater palmas. (*Palmas.*)

Foi muita luta.

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – Foi muita luta – muita luta – e foi uma vitória gigante.

E hoje... Eu sou do Rio de Janeiro, cheguei a Brasília ontem para buscar uma solução, porque como será feito isso e de que forma ainda é uma incógnita.

Eu quero aproveitar aqui a oportunidade para pedir apoio dos senhores, da diplomacia brasileira, da autoridade central, da própria Advocacia-Geral da União, que a todo tempo sempre lutou para que minhas filhas fossem repatriadas e ainda continua lutando contra minhas filhas, mesmo tendo sido reconhecida a violência, mesmo tendo um relatório da Embaixada do Brasil reconhecendo que nós fomos retiradas pela própria Embaixada do Brasil de uma situação de cárcere privado e viemos escoltadas até o Brasil. Temos todos os reconhecimentos da violência, como o inquérito na Polícia Federal que afirma que minhas filhas foram abusadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sexualmente pelo próprio genitor, e essa própria AGU lutou durante quatro anos para que minhas filhas fossem entregues a ele.

Então eu acho que é importante...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Elas estão lá ainda?

A SRA. RAQUEL CANTARELLI – Estão lá ainda, sem nenhum cuidado do Estado brasileiro. Elas são cidadãs brasileiras, são brasileiras, viveram toda a vida aqui no Brasil durante todo esse tempo e foram entregues de maneira cruel, covarde, desumana.

Nosso caso, hoje, também na Corte Interamericana de Direitos Humanos, que foi levado pela própria Defensoria Pública da União.

Quero aproveitar também para agradecer a ação da Defensoria Pública da União, que sempre lutou com todas as forças.

Eu sou muito grata principalmente à Senadora Mara Gabrilli, que desde o início me estendeu a mão, me acolheu, me ouviu. E, hoje, poder estar aqui sendo inspiração é uma vitória muito grande. Eu acredito que há um propósito nisso. Eu espero que minhas filhas voltem o mais breve possível, que elas se tornem mulheres incríveis, assim como a Senadora Damares e a Senadora Mara Gabrilli, que elas possam ser mulheres fortes e possam representar muita coisa neste país.

Obrigada, agradeço. (*Palmas.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Mara, a Bíblia me ensina que a gente tem que dar honra a quem tem honra. E a gente precisa honrar também o Senador Paulo Paim agora, porque, enquanto Presidente o ano passado, ele realizou uma audiência pública a pedido do Senador Flávio Arns nesta Comissão, no finalzinho do ano, e foi essa a audiência que mexeu com o coração de todos – de todos. Avós vieram depor, mães vieram depor. Raquel lembra da audiência, foi assim o momento... E ali nasce, Mara, esse sonho da Subcomissão com você, com o Flávio Arns, com o Paim. Então, eu precisava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também fazer essa homenagem ao senhor, Senador Paulo Paim, pela sua sensibilidade; ao senhor, Flávio Arns.

E olha, e digo uma coisa, Raquel: está na mão da pessoa certa a Presidência desta Comissão. E eu estou muito feliz. É de fato, Mara, um momento histórico para a nossa Comissão de Direitos Humanos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, alguém mais quer fazer uso da palavra?

A SRA. ADRIANA HOPE (Para expor.) – Bom dia, eu sou Adriana Hope e eu vim de Haia, da Holanda. E eu estava lá, eu vivia no meio das embaixadas, eu vivia na comissão de Haia, na corte de Haia. E eu vi o momento em que eu precisava me separar e que eu ia ficar longe dos meus filhos. No caso, o pai dos meus filhos é um excelente pai, mas ele não permitiu, por ele amar tanto os filhos, eu ficar com eles e vir para o Brasil. Então eu descobri que eu poderia ser uma sequestradora dos meus próprios filhos, se eu os trouxesse para o Brasil. Então eu decidi.

Lá em Haia, na Holanda, como uma missionária, eu abri mão de toda a minha vida. Eu falei assim, eu vou lutar por essas mães, porque eu sinto a dor, mas eu não sofro, porque eu sei que meus filhos estão sendo amados. Mas eu também fiquei um ano sem ver os meus filhos. E o ano passado, meu filho falou assim: "Eu vou trabalhar, eu vou comprar, eu vou ver minha mãe". E trouxe a irmã e foi uma alegria nós estarmos juntos novamente.

E eu tenho andado na Europa, e eu estava aqui no Supremo Tribunal, quando teve a voz do Presidente Barroso falando sobre a interpretação da lei, que tem que ser mudada a interpretação. E nós, Brasil, somos os únicos que quisemos pegar esse caso. Ninguém da Europa, nenhum país quis tomar a frente, somente o Brasil. Então nós estamos salvando mulheres também de outras nações. Então é muito importante nós conseguirmos e nós lutarmos juntos pelos nossos filhos, os filhos do nosso Brasil, e os filhos também de outras mães. O Brasil tem essa força e eu estou muito grata de estar aqui.

Ontem à noite, encontrei a Mara, e nós nos abraçamos. Eu tenho encontrado a Damares. Estou também fazendo uma frente Parlamentar, porque eu achei que eu estava andando sozinha. E quando eu cheguei ao Supremo Tribunal e estavam falando sobre a lei, eu fiquei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito feliz, porque nós vamos poder fazer reciprocidade da lei em outros países. Então, no Brasil, se nós conseguirmos a interpretação da lei para salvar nossas crianças e das mães estarem conosco, nós vamos poder salvar outras crianças também.

Então é uma alegria, e eu estou abrindo uma frente Parlamentar para ajudar e honrar também quem vai lutar sobre isso, que é a Frente Parlamentar da Paz e Ajuda Humanitária. Então vamos condecorar como embaixadores da paz, pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, para dar mais força também e reconhecimento internacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, muito obrigada. Muito obrigada a todos. Muita emoção, muito trabalho.

Não tendo mais nada a dizer aqui, eu deixo encerrada a sessão, porque a Damares continua o trabalho aqui.

Então, encerrada a sessão.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia hum de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências das Senadoras Mara Gabrilli e Damares Alves, reúne-se a Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças com a presença dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito e Professora Dorinha Seabra, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Wilder Morais, Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Marcos do Val, Jorge Seif e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Flávio Arns e Ivete da Silveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho que : "null" Autoria: Sen. Mara Gabrilli. Resultado: Plano de trabalho aprovado.. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade: A Convenção da Haia Frente à Realidade da Violência Doméstica: o Testemunho de Mães Brasileiras e a Atuação das Organizações de Apoio no Exterior. Participantes: Embaixador Aloysio Mares Dias Gomide Filho, Secretário, substituto, de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Rodrigo Meira, Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal e representante da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP/ACAF; Letícia Leidens, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Subtração Internacional de crianças da Universidade Federal Fluminense - NUPESIC/UFF; Ana Beatriz Gori Sampaio, Mãe de Haia; Eliana März, Mãe de Haia; Valéria Ghisi, Mãe de Haia; Tunísia Viana de Carvalho, Mãe de Haia e representante do Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras no Exterior - GAMBE; Mario Valentino Junior, Representando Neide da Silva Heiniger, mãe de Haia; Marcela Campos, Mãe de Haia; Mabel Maske, Mãe de Haia; Raquel Cantarelli, Mãe de Haia; Daniela Brauner, Coordenadora de Assistência Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União - DPU; Natalie de Castro Alves, Co-fundadora e Presidente do Instituto Nós por Elas; Janaína Albuquerque, Coordenadora Jurídica da Revibra Europa. Advogada especialista em Direito Internacional de Família; e Boni de Moraes Soares, Procurador Nacional da União de Assuntos Internacionais, representante da Advocacia-Geral da União. Resultado: Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Mara Gabrilli
Presidente da Subcomissão Temporária para debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/01

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todas e a todos. Havendo número regimental, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para Debater a Convenção sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças (CDHHAIA) da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª legislatura, que se realiza nesta data, 30 de junho de 2025.

Eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião da CDHHAIA.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Antes de prosseguir, gostaria de fazer minha autodescrição, para que todas as pessoas possam ter acesso à minha imagem. Eu sou uma mulher branca, de cabelos castanhos claros na altura dos ombros, olhos verdes. Estou sentada em uma cadeira de rodas e estou usando um vestido preto com vermelho, assim, uns pedaços de tecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião está dividida em duas partes: a deliberativa e, em seguida, a audiência pública. (*Pausa.*)

Perdão. Eu fiz uma leitura errada. Eu falei 30 de junho, e a data é 1º de julho de 2025. (*Pausa.*)

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Bom, primeira parte: eu vou ler o plano de trabalho. (*Pausa.*)

Bom, o plano de trabalho da CDHHAIA.

Em 20 de fevereiro de 2025, o Senador Flávio Arns apresentou à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Requerimento nº 2, de 2025, propondo a criação da Subcomissão Temporária destinada a discutir a aplicação da Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

A iniciativa foi motivada por uma audiência pública realizada em 13 de novembro de 2024, na qual mães brasileiras relataram situações de grande vulnerabilidade. Essas mulheres, vítimas de abusos e violência, ao voltarem ao Brasil com seus filhos, que, muitas vezes, também são vítimas de violência paterna, têm sido surpreendidas por ações judiciais movidas pela Advocacia-Geral da União (AGU), solicitando a repatriação da criança ao país estrangeiro. Em muitos casos, as mães acabam sendo acusadas de sequestro internacional dos próprios filhos e enfrentam processos judiciais complexos e desiguais, que desconsideram o contexto de risco e violação de direitos vivenciado por elas e por seus filhos, podendo culminar na repatriação forçada dessas crianças ao ambiente de origem da violência, do qual a mãe tentou protegê-las.

Da gravidade da situação e da necessidade urgente de soluções legislativas e institucionais, a CDH instituiu a Subcomissão Temporária CDHHAIA, e, na primeira reunião do Colegiado, realizada em 21 de maio de 2025, a gente elegeu a Senadora Mara Gabrilli, que sou eu, para a Presidência, e o Senador Flávio Arns, para Vice-Presidência desta Comissão, e com prazo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duração de 180 dias. Portanto, temos muito a fazer e muito rapidamente, e a expectativa é de que a CDHHAIA encerre seus trabalhos no dia 17 de novembro de 2025.

Este plano de trabalho tem como objetivo nortear as ações da CDHHAIA, para promover um debate técnico, jurídico e humanitário com vistas à proteção dos direitos das crianças e das mulheres brasileiras no exterior, além de propor ações integradas entre Legislativo, Executivo, Judiciário e sociedade civil para tornar mais justa e adequada a aplicação da Convenção da Haia no Brasil.

Para levar a contento a competência desta Subcomissão, sugerimos a realização de audiências públicas, as quais serão a principal atividade a ser desenvolvida no âmbito dos trabalhos da CDHHAIA, que serão complementadas por ações adicionais necessárias, a exemplo de reuniões técnicas de trabalho, diligência externa e requisição de informações.

Sugerimos a realização de três audiências públicas, sem prejuízo de outras audiências a serem requeridas pelos demais membros da Subcomissão.

A primeira que realizaremos, ainda hoje, dando início aos trabalhos, terá como tema a Convenção da Haia Frente à Realidade da Violência Doméstica e tem como objetivo dar voz às mães brasileiras e ouvir (*Falha no áudio.*) ... como mostrar a atuação de organizações de apoio no exterior. E a Convenção da Haia, ao exigir o retorno imediato da criança, não prevê expressamente as exceções para casos de violência doméstica. No entanto, a realidade mostra que há uma relação estrutural entre esses deslocamentos e a violência de gênero. Aplicações rígidas da norma têm gerado injustiças e revitimizações, especialmente quando ignoram os riscos enfrentados por essas mulheres, sobretudo, para a integridade das crianças. Diante disso, torna-se essencial ouvir vítimas e organizações da sociedade civil com vistas a fundamentar a atuação legislativa e buscar propostas efetivas que garantam uma interpretação da convenção aliada com os direitos humanos, considerando marcadores como gênero, raça, *status* migratório e vínculos culturais.

A segunda audiência pública, a ser realizada em agosto de 2025, debaterá o papel do Estado brasileiro na proteção de mães brasileiras vítimas de violência doméstica, tanto no exterior quanto após o seu retorno ao Brasil. Serão abordados os papéis da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), da AGU, da Defensoria Pública da União e da rede consular brasileira no exterior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com foco na garantia de defesa, apoio jurídico e assistência adequada a essas mulheres no exterior e após o retorno delas ao nosso país.

E a terceira audiência pública, a ser realizada em setembro de 2025, trará a atuação do Judiciário brasileiro na aplicação da Convenção da Haia em casos marcados por violência doméstica. O debate (*Falha no áudio.*) ... quais os desafios enfrentados nesses processos, como a garantia de igualdade processual para as mães, escuta qualificada da criança e adoção de salvaguardas de retorno.

E destacam-se a competência da Justiça Federal nesses casos e a necessidade de formação continuada dos magistrados por meio de especialização e do compartilhamento de experiências e de conhecimento, como previsto na Resolução 449, de 2022, do Conselho Nacional de Justiça.

E a Subcomissão também realizará uma visita técnica ao II Fórum sobre Violência Doméstica e a Convenção da Haia de 1980, previsto para outubro de 2025 em Fortaleza, como forma de fortalecer a articulação institucional sobre o tema e a análise técnica das ações em curso relacionadas à aplicação da convenção em contexto de violência doméstica.

E, ao final desses trabalhos, a CDHHAIA avaliará a apresentação de proposta legislativa para (*Falha no áudio.*) ... a aplicação da convenção no Brasil. E também prevemos a publicação de uma revista com os resultados do trabalho desenvolvido pela Subcomissão.

E, por fim, ressalta-se que as ações, a publicação e a votação do nosso relatório final ocorrerão dentro do prazo de 180 dias e poderão ser ajustados conforme as demandas que surgirem ao longo do processo. (*Pausa.*)

Bom, eu fiz a leitura do plano de trabalho.

Agora, em discussão o plano de trabalho.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está encerrada esta parte da sessão. (*Pausa.*)

Bom, agora vou aos informes e correspondências que a Comissão já recebeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu vou dar uma respirada, relaxar. Eu queria dizer para vocês que eu queria estar aí pertinho de vocês – e eu me sinto pertinho de quem está de forma remota também, sintam-se cumprimentadas, abraçadas – e que eu estava pronta para sair daqui às cinco e poucos da manhã, mas eu tive – acho que deve ser – uma virose, alguma coisa com que eu fiquei bem mal, impossibilitada de pegar o voo, mas sintam-se que vocês estão (*Falha no áudio.*) ..., tá?

E eu queria... Este expediente que eu vou trazer agora é muito do que a gente já vem fazendo, trazendo muito por vocês.

Denúncias.

Denúncia nº 1: denúncia de risco à criança em processo da Convenção da Haia, com decisão judicial ordenando retorno aos Estados Unidos, ignorando, primeiro (*Falha no áudio.*) ...; segundo, adaptação comprovada da criança ao Brasil; terceiro, violação às exceções previstas na Convenção da Haia. Agora, encaminhamento: ofício ao Procurador Federal dos Direitos do Cidadão para as providências necessárias, Ofício nº 06.

Denúncia nº 2: denúncia de violência doméstica física, psicológica, sexual e patrimonial cometida pelo ex-marido contra a mãe brasileira e seus dois filhos, com agressões documentadas e perícias que comprovam os abusos. A vítima fugiu para o Brasil, onde obteve medidas protetivas e venceu duas instâncias judiciais, mas o agressor recorreu ao STJ. A vítima pede proteção para si e para as crianças e apoio jurídico contra ação de repatriação de seus filhos movida pelo agressor. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que o caso está sendo analisado pela equipe.

Denúncia nº 3: denúncia da subtração internacional da criança. Pai relata que a mãe levou a criança aos Estados Unidos em 2021 sobre falsos pretextos de viagem à Disney, via México, em violação aos acordos de custódia. Alega alienação parental e falsas acusações de abuso para justificar a permanência irregular. Processo da Convenção da Haia em curso nos Estados Unidos desde fevereiro de 2025, com pedido de apoio jurídico para repatriação urgente. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que o caso está sendo analisado pela equipe.

Denúncia nº 4: denúncia de violência doméstica internacional. Mãe brasileira relata tentativa de feminicídio por parceiro maltês, estrangulamento na frente dos filhos em 2021 e agressão com faca pelo ex-companheiro em 2022. O processo judicial encontra-se em fase final, com sentença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iminente. A vítima sofre graves sequelas físicas e psicológicas, incluindo crises de pânico. Solicita medidas protetivas urgentes e guarda definitiva do filho, temendo decisão judicial desfavorável. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que o caso está sendo analisado pela equipe.

Denúncia nº 5: denúncia de violação de direitos parentais e risco à integridade física e psicológica de criança brasileira no Panamá. A mãe relata ter obtido medida protetiva local contra o genitor por episódios de violência, com três alterações de guarda em menos de um ano que resultaram em separação materna forçada e evidentes danos emocionais à criança. Pede urgentemente, primeiro, a repatriação humanitária através de processo já iniciado na DPU; segundo, intervenção diplomática brasileira; e, em terceiro, proteção integral aos direitos da criança. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que o caso está sendo analisado pela equipe.

Denúncia nº 6: denúncia de risco à criança repatriada. Mãe exilada nos Estados Unidos relata histórico de violência do genitor, duas medidas protetivas, agressões à filha comprovadas em laudo. A criança de seis anos foi repatriada ao Brasil via Convenção da Haia em 12/05/2024, sem contato materno. Pede intervenção urgente para verificar condições da criança e proteção internacional com provas documentais disponíveis. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que o caso está sendo analisado pela equipe.

Denúncia nº 7: denúncia de aplicação inadequada da Convenção da Haia em Portugal. Mãe brasileira relata que o Tribunal de Braga ignorou provas de violência doméstica, medidas protetivas brasileiras e laudos psicológicos e ordenou a devolução da criança ao genitor agressor. Solicita a revisão urgente, com base no art. 13-B da convenção, que prevê exceção ao retorno (*Falha no áudio.*) ... documentação judicial e médica disponível para comprovação. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que o caso está sendo analisado pela equipe.

Denúncia nº 8: denúncia da mãe brasileira que foi presa por um mês no Reino Unido e hoje se encontra em liberdade condicional, respondendo a processo da Convenção da Haia. A decisão judicial ignorou o risco grave à integridade física e psíquica da criança, que foi levada ao Reino Unido, para a casa de sua avó paterna, que é acusada de envolvimento com prostituição e tráfico internacional de pessoas, em local onde a criança foi vítima de violência sexual. Encaminhamento:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaminhados ofícios ao Ministério das Relações Exteriores, à Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), para as providências necessárias. Ofícios 003 e 004.

Denúncia nº 9: cidadã brasileira residente na Itália denuncia ser vítima, juntamente com sua filha, de violência transnacional, institucional e jurídica. Relata sofrer múltiplas formas de violência por parte do ex-cônjuge italiano e perseguição por parte dos órgãos estatais daquele país. Informa que medidas protetivas de urgência, deferidas no Brasil, com base na Lei Maria da Penha, ainda não foram homologadas na Itália, deixando-a e a sua filha, cidadã brasileira, em situação de desamparo. Encaminhamento: acusar o recebimento e informar que (*Falha no áudio.*).

Informes gerais. A CDHHAIA, por meio dos Ofícios 001 e 002, solicitou ao Ministro das Relações Exteriores e à Advocacia-Geral da União informações sobre a organização do II Fórum sobre Violência Doméstica e a Aplicação da Convenção da Haia de 1980, que será sediada no Brasil neste ano e que será objeto da visita técnica da CDHHAIA.

Ressaltamos a importância de ouvir diretamente as mães vítimas de violência doméstica e garantir que o fórum contribua para uma interpretação humanizada da convenção, alinhada à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à Lei Maria da Penha, à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e à Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Isso posto, submeto às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores os encaminhamentos lidos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com os encaminhamentos aqui sugeridos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, os documentos lidos como informes ficam disponíveis no *site* do Senado, no portal da CDH (Comissão de Direitos Humanos), e os demais ficam na Secretaria, para manifestação dos membros desta Comissão, pelo período de 15 dias. Terminado o prazo, os documentos serão arquivados.

Agora, iniciaremos a segunda parte da reunião, para que a gente realize a audiência pública que tem por objetivo debater a Convenção da Haia frente à realidade da violência doméstica – o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

testemunho de mães brasileiras e a atuação das organizações de apoio no exterior –, nos termos do plano de trabalho.

Primeiro, para compor a mesa, Embaixador Aloysio Mares Dias Gomide Filho, Secretário, substituto, de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores. Muito obrigada pela presença, Embaixador.

Segundo, Dr. Rodrigo Meira, Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Acaf). Muito obrigada pela presença, Dr. Rodrigo.

Letícia Leidens, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Subtração Internacional de Crianças da Universidade Federal Fluminense (Nupesic/UFF). Muito obrigada pela presença.

Ana Beatriz Gori Sampaio (caso em Portugal), mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. Muito obrigada, Ana Beatriz, pela presença. (*Pausa.*)

Eliana März (caso na Alemanha), mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. Obrigada, Eliana, pela sua presença.

Janaína Albuquerque, Advogada especialista em Direito Internacional de Família, Coordenadora Jurídica da Revibra Europa. Janaína, obrigada pela presença.

Natalie de Castro Alves, cofundadora e Presidente do Instituto Nós por Elas. Muito obrigada pela presença.

Raquel Cantarelli (caso na Irlanda), mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. Obrigada pela presença, Raquel.

Valéria Ghisi (caso na França), mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. Obrigada pela presença, Valéria.

Neide da Silva Heiniger (caso na Suíça) – talvez seja o companheiro da mãe que vai participar –, mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. Obrigada pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teresa Nunes Shanks (caso nos Estados Unidos), mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. Obrigada pela presença, Teresa.

Marcela Campos (caso na Inglaterra), mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. Marcela, obrigada pela presença.

Mabel Maske (caso nos Estados Unidos) – obrigada pela presença –, também mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança.

E Daniela Brauner, Coordenadora de Assistência Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União (DPU). Muito obrigada pela presença. (*Pausa.*)

Também, Boni de Moraes Soares, para compor a mesa, que é Procurador Nacional da União de Assuntos Internacionais, representante da Advocacia-Geral da União. (*Pausa.*)

Quero falar também da presença da Tunísia Viana de Carvalho, que é um caso dos Estados Unidos. É uma mãe envolvida em caso de sequestro internacional de criança e representante de um grupo de apoio a mulheres brasileiras no exterior, o Gambe. Eu queria dizer que, se esta Comissão existe hoje, muito é por causa da existência da Tunísia. Então, gratidão, Tunísia! Obrigada.

Eu quero agradecer a presença de todas as mães, das organizações e das autoridades que atenderam ao nosso convite, o meu muito obrigada pela presença de cada uma e cada um de vocês.

Quero agradecer a presença de Senadores e das demais pessoas que vierem hoje para participar da nossa primeira audiência pública da Comissão CDHHAIA. Quero agradecer à Secretaria da Comissão da qual esta Subcomissão está à disposição.

E eu gostaria de receber os depoimentos de muitas outras mães que estão nos procurando, mas que a gente não conseguiu incluir ainda.

Agora...

Infelizmente, são muitos os casos de mulheres que, fora a (*Falha no áudio.*)... de abusos (*Falha no áudio.*)... estrangeiros e que sofrem processos pela Convenção de Haia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, criamos este canal aberto, de fácil acesso por meio do *e-mail* cdh.haia@senado.leg.br.

E já faz dez anos, quando eu ainda era Deputada Federal, que comecei a me envolver com esse tema e a ajudar as mães brasileiras. Em 2015, eu realizei a primeira audiência pública para a Comissão de Direitos Humanos... (*Falha no áudio.*)... dos Deputados e, desde então, a gente vem trabalhando para ajudar a essas mulheres que fogem, em desespero, para colocar seus filhos em segurança (*Falha no áudio.*)... sofrimentos.

Eu já vou passar a palavra.

E, para terminar, infelizmente, a violência doméstica vem colocando muitas mulheres, crianças e adolescentes em situação assim, de extrema vulnerabilidade, e, somada à xenofobia, às diferenças culturais e à falta de conhecimento e de redes de apoio em país estrangeiro, tudo acaba se agravando.

Esta é a finalidade da nossa Comissão: melhorar essa situação.

Eu quero passar, primeiramente, a palavra para Valéria Ghisi, que é uma mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança na França.

A SRA. VALÉRIA GHISI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todas, a todos.

Senadora Mara, agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui falando com vocês de um caso que está acontecendo há nove anos. Faz nove anos que eu sou o que nós informalmente chamamos de Mãe de Haia.

Eu tenho uma apresentação para compartilhar, se for possível. (*Pausa.*)

Eu estou apenas entrando com o modo de compartilhamento. Não sei se vocês já conseguem acompanhar. (*Pausa.*)

Bom, então, não vou me alongar, repetindo onde estamos. As apresentações já foram feitas pela Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, começo me apresentando. Meu nome é Valéria de Angelo Ghisi. Eu sou uma Mãe de Haia e fui vítima de violência doméstica desde a minha gestação, parto e puerpério. Eu vim ao Brasil com a minha filha, ela tinha 18 meses.

Eu não vou entrar em detalhes sobre a violência doméstica que sofri, porque tudo isso foi provado judicialmente, inclusive com uma prisão em flagrante do genitor.

Eu gostaria de usar meus dez minutos para falar principalmente sobre a revitimização que eu sofri ao retornar ao Brasil, uma revitimização feita pelo próprio Estado brasileiro. E é nesse sentido que eu aproveito esta oportunidade para solicitar a abertura de inquérito na Polícia Federal para investigar a participação da AGU nos casos de Haia.

Digo isso porque esses processos correm em segredo de justiça, supostamente para proteger a criança, mas dentro deles a gente encontra inúmeros absurdos que podem ser verificados. Principalmente, entre outras questões, em relação à violência doméstica.

A AGU, deliberadamente, ignora, omite ou desconsidera provas de violência doméstica, alegando coisas como o fato de a mãe sofrer violência doméstica não queira dizer que exista algum risco para a criança.

Alguns exemplos, então, de provas que, no meu caso, foram apresentadas e desconsideradas pela Advocacia-Geral da União: prisão em flagrante do genitor; diferentes declarações de órgãos de assistência franceses; laudos periciais que foram solicitados pela Justiça Federal do Paraná, onde correu o meu processo de Haia, todos atestando a situação de violência, a situação de vulnerabilidade e a contraindicação do repatriamento da minha filha, que não tinha sequer dois anos de idade, não falava francês e era totalmente dependente de mim.

E por que, então, a AGU, sistematicamente, ignora, omite e desconsidera essas provas? Para evitar de qualquer forma a aplicação do art. 13-B, que seria a possibilidade de justamente proteger mães e crianças de violência doméstica. Fazendo isso, a AGU descumpre a sua função original e passa a defender os interesses do genitor-agressor estrangeiro.

Gostaria muito de poder trazer mais provas sobre isso. Tenho toda a documentação necessária e fico à disposição da Comissão e de quem mais possa ajudar a mim e as outras mães nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, por se tratar de uma audiência pública, eu não posso me estender muito nesses pontos específicos. Entretanto, trouxe aqui algumas consequências imediatas da atuação da AGU nos casos de Haia. No meu caso, eu fui presa assim que cheguei a Paris, de uma forma brutal. Eu fui, sem saber de nada, achando que estava protegida pelas salvaguardas definida pela Justiça Federal, reconhecidas pelo genitor, que foi sistematicamente defendido pela AGU todas as vezes em que eu alegava que não seria possível fazer cumprir a decisão brasileira no exterior. Resultado: desci do avião, encontrei a polícia francesa já na saída e fui encaminhada para a prisão. Todas as salvaguardas foram descumpridas. Eu trouxe aqui, então, nesse eslaide – vocês podem acompanhar – o meu mandado de prisão, ao qual eu tive acesso depois de instaurado o processo penal por sequestro internacional de menores, pelo qual fui condenada. Hoje, então, eu sou uma sequestradora internacional de menores.

Permito-me traduzir livremente esse mandado de prisão, principalmente as partes sublinhadas, mas, mais uma vez, coloco à disposição o documento original.

E aqui se trata de uma informação da juíza ao aeroporto, dizendo que a minha chegada estava prevista para amanhã de manhã, às 7h40, num voo da Air France, que viria do Rio de Janeiro. Lá estariam todas as famílias. E aí ele diz que nós nos registramos no Aeroporto de Curitiba esta manhã. Atenção à primeira parte sublinhada: "as formalidades foram efetuadas na presença da representante da Advocacia-Geral brasileira e do oficial de ligação francês Hervé Blaise". E aí informa que nós vamos para o Rio, que o nosso trânsito até o Rio foi acompanhado pela Polícia Federal. E aí vem uma frase interessante: "se tratando das condições de execução de um mandado de prisão e tendo em conta os compromissos firmados com as autoridades brasileiras, eu determino receber a mãe, entregar a criança ao pai". Enfim, minha primeira questão está aqui: quais são as autoridades brasileiras que trabalharam oficialmente para minha prisão na França, transformando a aplicação da Convenção da Haia num processo de execução de nacional? Eu tenho certas dúvidas e algumas hipóteses de quais autoridades possam ter sido, uma vez que o meu passaporte, que estava guardado na 1ª Vara da Justiça Federal do Paraná, foi retirado pela Advogada-Geral da União Aline de Almeida Menin e milagrosamente (*Falha no áudio.*)... em todos os dados franceses nesse processo, no meu mandado de prisão.

Dito isso, gostaria de ressaltar algumas decisões que já estão transitadas em julgado e que evidenciam – não são minhas palavras, são as palavras dos juízes – essa situação que a gente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentando esclarecer aqui nesta Comissão. Cito a decisão de 19 de agosto de (*Falha no áudio.*)... no que toca ao sistema (*Falha no áudio.*)... sacramentado que a menor foi levada do solo nacional de modo irregular, ofensivo aos ditames da Convenção da Haia. E diz que isso significa que a antecipação de tutela deferida na sentença se revelou inválida, causando prejuízos praticamente irreversíveis para a menor e para sua mãe e avós brasileiros, privados do contato recíproco.

Cito também a decisão de 24/03/2023 (*Falha no áudio.*)... do genitor, afiançando sua pretensão em juízo. Esforçou-se, como atestam os autos, para assegurar que a menor fosse transferida com urgência para o território francês. Depois, porém, que o TRF atestou a irregularidade da medida, simplesmente atribuiu à (*Falha no áudio.*)... todo o ônus de buscar a solução da situação, sem atentar minimamente para a injustiça causada.

Finalizando, decisão de 24/03/2023, a transferência da menor se deu de modo irregular, o que pode ser equiparado a sequestro para fins de aplicação da Convenção, sobremodo diante da atuação de má-fé do genitor perante o Judiciário brasileiro.

E após nove anos desse repatriamento, qual é a minha situação atual? Hoje em dia, mesmo com uma decisão francesa que me assegura a autoridade parental e o direito de visita, neste exato momento, faz um mês que eu não falo com a minha filha. Eu terei que desmarcar minha próxima viagem, porque o genitor afirmou que não permitirá, uma vez que eu falo em público sobre os abusos da Convenção da Haia.

Um processo na França custa milhares de euros. A AGU permanece, até hoje, recorrendo de todas as formas, impedindo a liberação do pagamento das custas advocatícias na França, já determinado judicialmente.

De forma geral, então, não apenas no meu caso, mas ouviremos outros casos, que certamente compartilham dessas experiências, como efeitos da aplicação da Convenção da Haia, temos a ruptura brutal dos laços entre mãe e criança; nenhuma mãe cuja criança é retornada pela Convenção consegue a guarda de seus filhos; muitas são presas ou nunca mais veem seus filhos. A mãe que foge da violência doméstica torna-se uma criminosa, uma sequestradora internacional de menores; e a criança perde o contato com suas origens, sua família e sua cultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, já encerrando, esses pedidos de abertura de inquérito na Polícia Federal (*Falha no áudio.*)... contados na audiência de novembro passado, nesta mesma Comissão (*Falha no áudio.*)... da PGR na França e a ajuda do Senado, para que a AGU respeite e cumpra a decisão unânime do Superior Tribunal de Justiça (*Falha no áudio.*)... desculpe, transitada em julgado em fevereiro de 2022, e realize todas as medidas necessárias para efetivar o retorno da minha filha ao Brasil.

Obrigada pela atenção. Segue meu contato para qualquer um que tenha dúvidas ou queira discutir a questão.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Valéria, muito obrigada. Muito obrigada pela sua exposição, pela clareza, pela objetividade.

A SRA. VALÉRIA GHISI (*Por videoconferência*.) – Eu é que agradeço a oportunidade.

E realmente espero que não se passem mais dez anos para que alguma coisa aconteça.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – É, o objetivo desta Comissão é este: a gente não deixar os casos passarem dessa forma. Por isso que estamos trazendo à tona.

Então agradeço muito por você e por todas as mulheres que estão aqui, que vão, de certa forma, se expor, contar seus casos. A gente sabe o quanto dói revivê-los. Então, vocês são muito fortes.

Eu queria chamar agora a Ana Beatriz Gori Sampaio, que é uma mãe envolvida com o caso de subtração internacional de criança, num caso com um português, e que está presente.

A SRA. ANA BEATRIZ GORI SAMPAIO (Para expor.) – Oi, bom dia a todos e a todas.

Eu sou uma mulher branca, de cabelo preto, estou vestindo uma blusa cinza, para quem está me assistindo e não consegue me enxergar.

Eu queria começar dizendo que o meu processo ainda está em curso, então eu não posso falar muito das questões processuais, mas eu gostaria de contar um pouquinho da minha história.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me casei com um estrangeiro que eu conheci aqui no Brasil. Nós moramos aqui um tempo; eu engravidei e decidimos ter o filho em Portugal.

Depois de um tempo, nós retornaríamos ao Brasil, porém, com a pandemia, a gente não conseguiu mais voltar e o tempo foi passando. Eu continuei em Portugal e eu nunca mais consegui voltar, até o momento em que as violências começaram – e eu sofri todo o tipo de violência.

Às vezes, a gente procura só as violências físicas, mas eu sofri violência psicológica, eu sofri violência patrimonial, eu sofri violência física, eu sofri violência na presença do meu filho, até o dia em que eu fui expulsa de casa.

Nesse dia, eu retornei ao Brasil porque eu já tinha uma viagem marcada. Eu tinha uma convocação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, do qual eu sou funcionária pública há dez anos, muito anterior ao meu casamento, muito anterior ao nascimento do meu filho, que só tem cinco anos.

No dia em que eu estava vindo para o Brasil, eu fui denunciada por sequestro internacional. Chegando aqui, eu cumpri meus compromissos e fiquei sabendo da notícia, ou seja, no retorno, talvez eu fosse parada e presa.

Sabendo da notícia, com o tempo, eu fui descobrindo que já existia um processo em Portugal, por meio do qual já existia uma guarda determinada, e em que eu não tive oportunidade de ser ouvida. Já existia um processo de divórcio e, inclusive, uma ação penal; ou seja, hoje, se determinarem o retorno do meu filho, eu não posso mais ir para Portugal, porque eu serei presa.

Na primeira instância, o meu processo já foi julgado – e eu perdi. Determinaram que meu filho retornasse em 72 horas. Em 72 horas, se eu quiser mandar uma semente para Portugal, eu não consigo. Eles queriam que eu mandasse meu filho em 72 horas.

Até hoje eu sofro. Faz três anos que eu passo por esse processo. Faz três anos que eu me separei, fugindo da violência. Procurei abrigo no meu país e continuo sofrendo não só a violência do meu ex-marido, mas agora eu continuo sofrendo a violência institucional. Faz três anos que eu tentei sair de um casamento por não aguentar mais a violência doméstica e faz três anos que eu recebo ligações todos os dias do genitor do meu filho. Às vezes cinco, seis, dez ligações por dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu morava em Portugal, nunca, nenhum dia o pai do meu filho acordou e quis tomar café da manhã com meu filho. Agora, no Brasil, às vezes, às 6 horas da manhã, meu telefone toca, uma, duas, três vezes, porque o pai alega que quer dar bom dia para o filho. Mesmo eu atendendo o pai todos os dias, eu continuo sendo acusada de não o atender. Mesmo com todas as provas dos autos, mesmo com vídeo, mesmo com prova pericial, mesmo com medida protetiva, tudo foi ignorado. Tudo foi ignorado, e determinaram que meu filho retornasse em 72 horas.

O pai do meu filho está sempre no Brasil. Há 17 anos, ele vem ao Brasil, ou seja, o contato dele com o filho não foi cortado. Ele continua tendo contato com o filho, mas, se meu filho voltar para lá, eu não vou mais ter contato com meu filho. A intenção é esta: a única coisa que me resta e que meu ex-marido pode me tirar é meu filho. Eu saí de lá sem precisar de mais nada dele. A única coisa que ele tem e que ele usa para me fazer sangrar é meu filho.

De três em três meses, o genitor do meu filho está aqui, no Brasil. Eu não impeço o contato. Ele vai às visitas com o pai. Nessas visitas, durante esses 15, às vezes 20 dias, ele não vai nenhum dia para a escola. Ele não vai a nenhuma terapia, nenhuma fonoaudióloga, terapia ocupacional, nada. Meu filho foi recentemente diagnosticado com TDAH, e ele ignora todas as terapias, escola, tudo. Nesses 15, 20 dias que ele fica com meu filho, eu pouco consigo falar com meu filho por telefone.

Quando o meu filho volta das visitas do pai... O meu filho de cinco anos volta fazendo cocô na calça; o meu filho de cinco anos volta fazendo xixi na cama, pedindo... dizendo que sente muita saudade, que tem que dormir com a mamãe, que ainda é bebê, pedindo para voltar a mamar no peito. Meu filho tem cinco anos.

Eu vivo uma guerra processual. O meu ex-marido tem mais de quatro escritórios nos autos, mais de vinte advogados.

Eu sempre cuidei do meu filho sozinha. No dia em que eu fui ter meu filho em Portugal, mesmo com as promessas de que eu teria todo o suporte, eu fui deixada na porta de um hospital em trabalho de parto. Eu desci do carro com uma mochila nas costas. Quando eu falo sozinha, eu estou dizendo literalmente sozinha: ele me deixou lá e foi me buscar três dias depois.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sofri violência por parte da família dele. Eu cuidei do meu filho sozinha. Só eu sei o que eu passei lá, (*Manifestação de emoção.*) só eu sei o que eu estou passando aqui agora.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA BEATRIZ GORI SAMPAIO – Para mim é uma guerra perdida; independentemente do que aconteça, eu já perdi. O que o meu filho passa, o que eu passo todos os dias, é uma coisa que nada nem ninguém vai conseguir apagar.

O pai não vê isso. Eu vivo uma guerra processual, eu vivo violência institucional, eu continuo vivendo violência psicológica e, se meu filho voltar, eu nunca mais vou ver meu filho. Eu não sou um caso isolado: todas as mães que voltaram perderam o contato com os filhos.

Por favor, ouçam a gente, ouçam a nossa voz. Não deixem levarem nossos filhos, por favor!

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Ana Beatriz, muito obrigada. Obrigada por compartilhar conosco essa experiência tão dura, que continua. A gente espera poder amenizar um pouco da dor.

Eu vou passar a palavra – não sei se é assim que se pronuncia – à Eliana März, que é uma mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança na Alemanha.

Eliana, tudo bem com você? Seja bem-vinda.

A SRA. ELIANA MÄRZ (Para expor. *Por videoconferência.*) – Alô?

Eu sou Eliana März, a mãe que perdeu uma filha com síndrome de Down no ano de 2011, repatriada em condições absurdas.

Eu sinto uma dor imensa vendo os relatos dessas mães, porque tudo que essas mães estão aqui contando eu sei demais. (*Pausa.*)

Nossa! Eu estou sem áudio. De alguma forma, eu estou sem áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Ah, mas você voltou, Eliana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIANA MÄRZ (*Por videoconferência*.) – Voltei? Ah, ótimo. Muito bem, me perdoem essa confusão técnica.

Eu estou dizendo que me dói muito, porque tudo que essas mães estão relatando eu conheço demais, conheço na minha história e na história de muitas outras mães que eu conheci e apoiei aqui na Alemanha. São coisas absurdas, exatamente como essas mães têm dito.

A gente sofre violências da parte dos nossos maridos e pais dos nossos filhos e sofre novas violências da parte do Judiciário, quer seja no país em que nossas crianças nasceram, quer seja no retorno ao nosso país de origem, tentando uma proteção que a gente tem a ilusão de que encontrará. Então, a gente descobre que eles estão do lado do inimigo. A Acaf está do lado do inimigo, a AGU está do lado do inimigo, o Itamaraty está do lado do inimigo, e infelizmente continuará dessa forma enquanto não houver avanços no sentido da aprovação de novas leis, da aprovação desse PL, da aprovação de mudanças, sobretudo mudanças na sociedade que entenda que uma mãe que deixa o país em que seu filho nasceu e retorna ao Brasil já sofreu violências demais. Essas mães precisam de acolhimento, e elas encontram traição, elas encontram hostilidade, elas encontram a corroboração de que toda violência ainda não foi o bastante.

Espero que o meu áudio esteja funcionando nesse momento e que vocês estejam me ouvindo.

Eu imagino que essas mães que estão passando por essa dor... Como agora a Ana Beatriz acabou de falar que nada vai apagar a dor que ela e o filho sentem, as mudanças psicológicas que estão acontecendo com o filho... Não, nunca nada vai apagar, e eu vou mais longe. Ao longo desses anos em que eu lutei por essa causa, eu nunca tive o que chamamos de papas na língua. E vou continuar não tendo, porque eu continuo muito ativa nessa questão, muito atenta às mudanças.

Eu diria que essa morte a que somos relegadas, e em parte também os nossos filhos, essa violência nova que causa mortes, ela tem que acabar. Ela tem que acabar! Ou muito antes, seria mais fácil, em vez de darem uma sentença, matarem essas mães. O dano é irreversível.

Conforme eu disse numa conversa recentemente, numa mensagem com o gabinete da Senadora Mara Gabrilli, com a colaboradora Alana, isso não é mais reversível. No meu caso e no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas mães, em que tudo isso já aconteceu, infelizmente, não há mais o que se fazer. A luta, a aprovação do projeto e tudo o que vier devem ser pelas mães do futuro e pelas crianças do futuro, porque já é o máximo do tempo que se esperaria para se entender que há que se haver mais respeito com a maternidade e com as crianças. Minha luta nunca foi apenas pelas mães, mas também por essa falta de respeito que há com a criança que vivencia tudo isso. Não é aceitável de forma alguma.

Parece-me que muito vagarosamente algumas mudanças estão acontecendo, e não só nesse âmbito e não só nessa luta que está no Brasil. Recentemente tive notícias de uma ministra da justiça que assumiu aqui na Alemanha recentemente e que luta para que os pais agressores, pais ou mães agressores, não tenham chance no processo de guarda perante a lei. Isso me deu nova esperança de ver algumas mudanças nesse sentido aqui, na Alemanha. Mas aí também acontece, no mundo todo acontece. E eu diria que, mais do que a gente mudar a aplicação da Convenção de Haia no Brasil, a gente precisa mudar também no mundo, porque há brasileiros e brasileiras no mundo inteiro.

E essa violência não pode continuar, sobretudo, não pode continuar o que acontece de vergonhoso na forma como as nossas instituições nos traem, enquanto crianças brasileiras também, quando nós buscamos a proteção da nossa bandeira brasileira. No meu caso, já havia uma série de exceções que protegeriam a minha filha Helena, uma vez que ela é uma criança com síndrome de Down. Mas, no caso de Helena, no caso de outras crianças com deficiências que eu vivenciei depois do caso da Helena, tudo isso tem acontecido e, conforme foi dito, a AGU prefere ignorar; a Acaf prefere ignorar; o Itamaraty prefere ignorar.

Mais do que isso, depois que voltei à Alemanha, eu ainda tive o desgosto de ver a atuação vergonhosa do Itamaraty, que, em vez de me apoiar quando voltei para cá, tentando reatar o contato com a minha filha, o Itamaraty, o Consulado-Geral do Brasil em Munique, na ocasião, chegou a me negar o direito de usar as salas do consulado para os encontros com a Helena. Até mesmo isso eu vivenciei.

Depois de um tempo em que eu consegui, apesar da negativa do Consulado-Geral do Brasil em Munique, que os encontros fossem feitos em uma outra instituição, eu pedi que eles designassem um funcionário do Itamaraty ou uma funcionária que acompanhasse as reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em uma reunião, a funcionária esteve presente; depois eu não consegui mais contato com essa funcionária para que ela fizesse cartas que eu poderia usar no processo, na Justiça, aqui, na Alemanha para comprovar as reações que Helena teve, a alegria de rever a mãe.

Desde essa fase, depois do meu retorno, o pai entendeu que a minha presença aqui seria um risco para ele, que Helena poderia ter memórias e voltar a querer o contato com a mãe. Ele conseguiu acirrar esse processo de alienação na minha filha de maneira que a Helena começou a dizer, nas audiências, na Justiça, que ela queria, sim, que ele continuasse a ser o tutor, e que ela não se importava com o contato com a mãe. Mais do que isso, o pai conseguiu, através da alienação parental, que minha filha hoje não se importe se ela fica meses sem me ver. A minha filha hoje não me dá mais nenhum abraço quando me encontra.

Eu nunca, em todos esses anos desde que retornei ao Brasil, tive um único encontro com a Helena em que o pai tivesse saído de perto por dois minutos que fosse. Os meus encontros com Helena me obrigam a aturar esse algoz, sentado ao nosso lado, dando palpites na nossa conversa e proibindo a Helena de responder perguntas quando ele acha que a pergunta não é favorável.

É lamentável, mas toda essa desgraça não aconteceu sem a participação das instituições brasileiras. O estado de coisas que há hoje no caso Helena März se deu graças à ajuda, ao apoio da Acaf na época, da AGU na época, do Itamaraty naquela época e depois do processo de Helena, no meu retorno à Alemanha. Isso tudo é lamentável.

Eu tinha esperança, eu realmente tinha a esperança de que a atuação desses órgãos dentro do Brasil tivesse melhorado um pouco; pelo que eu vejo, não – não. Com ou sem aprovação do PL, a atuação vergonhosa da AGU, da Acaf, do Itamaraty continua viva.

Eu me lembro de que, na ocasião, o apoio que eu recebi do Itamaraty foi para que eu pudesse ir até lá fazer telefonemas com a minha filha, enquanto eu ainda estava no Brasil, e isso eu fazia dentro do Itamaraty, primeiro para que o pai de Helena tivesse a impressão de que, com o telefonema tendo sido feito do Itamaraty, houvesse escutas que estivessem ao meu lado, e, segundo, pelo fato de que, enquanto morei em Brasília, eu não tive telefone.

Mas hoje eu vejo o quanto isso era ilusório, o quanto nada adiantou, porque a AGU, a Acaf e mesmo, segundo o que eu vi da reação do Consulado-Geral do Brasil, sempre estiveram ao lado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do pai, eles sempre apoiaram o estrangeiro comprovadamente agressor, e, no meu caso, ainda pior, com suspeita de pedofilia comprovada em uma carta da Helena. E tudo isso foi ignorado.

Então, eu digo a essas mães: essa dor imensa que vocês sentem eu conheço demais. E tudo, absolutamente tudo que vocês fizerem para não serem separadas das suas crianças é muito legítimo, porque a primeira pátria dos nossos filhos sempre foi, sempre será o ventre da mãe. Então, a partir daí, tudo que vocês fizerem será legítimo, apenas não aceitar serem separadas dos seus filhos, porque, após isso, é a morte. A mãe separada de um filho está morta, a alma está morta, e nada conserta esse estado de coisas depois. O mal da alienação parental é irremediável. Isso posso lhes dizer, porque vivi essa história toda muito antes de vocês e convivo com isso ainda hoje. A gente pode até ser um morto proativo, muito ativo até, mas (*Falha no áudio.*)...

Então, eu repito, eu sou Eliana März e eu lhes digo: tudo, absolutamente tudo que vocês fizerem para não perderem as suas crianças será legítimo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada por esse depoimento tão forte, tão impactante.

Eu queria dizer que a nossa Presidente da Comissão de Direitos Humanos está presente, a Senadora Damares Alves. Queria cumprimentá-la e queria convidá-la a assumir a Presidência um pouquinho, para presidir um pouco esta sessão tão importante, Damares, se você concordar.

Eu queria passar a Presidência para a Damares...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Já concordei, Mara. Já estou aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, que bom!

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Mara, obrigada por me dar o privilégio de presidir um pouco esta importante audiência.

O nosso plenário está cheio, Mara, muita gente, e muita gente acompanhando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava lá no Plenário geral, numa outra sessão, sendo acionada pelo celular, pelas redes sociais, porque este é um assunto que requereu desta Comissão, de você, Mara, do Senador Flávio Arns e de tantos outros a coragem de fazer essa discussão. E a coragem foi tão grande que tem outros países nos convidando para um diálogo sobre o mesmo tema. Inclusive, Mara, estou embarcando, na quinta, de manhã, para Portugal e Madri, para ter um encontro com Parlamentares desses países, para a gente também conversar sobre o mesmo tema.

Então, eu creio que esta Subcomissão está fazendo história e está, Mara, influenciando outras nações também.

Mães brasileiras que passaram pelo sofrimento, saibam que não foram só vocês: nós temos mães em outros países enfrentando o mesmo dilema.

Então, eu estou, na quinta-feira, embarcando para uma reunião com Parlamentares fora do país e eu estou muito feliz com esta reunião, com a realização deste encontro.

E nós vamos continuar, nós temos muitas pessoas para ouvir. Obrigada, Mara, por me dar o privilégio de, nas notas taquigráficas, ficar escrito que eu também ajudei a presidir esta reunião, uma reunião que será uma de muitas.

Acreditem, esta Subcomissão é de verdade, é para valer. Não é protocolar, não é para a gente só fazer um registro de relatórios. Nossos convidados do Ministério das Relações Exteriores e demais autoridades, é uma Subcomissão que vai com certeza trabalhar encaminhamentos. A gente não suporta mais o sofrimento de tantas muitas mulheres em nosso país. Está na hora de a gente dar uma resposta efetiva em parceria com o Supremo Tribunal, em parceria com a Câmara dos Deputados, com a Procuradoria da Câmara, com as Secretarias da Câmara e com os organismos de mulheres do Parlamento. Todos os organismos, desde a Comissão da Violência contra a Mulher, a Comissão Mista, o nosso Observatório, a Procuradoria, a Secretaria da Mulher. Nós temos cinco instituições no Parlamento federal voltadas à proteção da mulher, todas elas, todos os organismos estão devidamente, cada um na sua atribuição, envolvidos com o tema, e agora a nossa Comissão de Direitos Humanos, com esta Subcomissão, e eu estou muito feliz de estar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos ouvir a próxima preletora. Eu não sei a ordem, não me foi passada a ordem aqui. Se a Secretaria puder me dizer... (*Pausa.*)

Nós vamos ouvir Tunísia Viana de Carvalho, extremamente atuante no tema. Ela é representante do Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras no Exterior, mãe envolvida em um caso de sequestro internacional de criança nos Estados Unidos, representante do Gambe. Sua participação é fundamental para trazer a voz coletiva das mães brasileiras no exterior e as demandas por apoio e proteção.

Tunísia, a gente só tem que dizer muito obrigada. Você teve a coragem, você ousou, você foi além da sua dor. Você tem sido inspiração para muitas mães, e é em você que a gente tem buscado muitas vezes informações. Parabéns pelo seu trabalho! Vem da sua dor a sua luta, uma luta que ganhou o Brasil e que agora, acredite, está conquistando outras nações também. (*Pausa.*)

Você pode falar daí.

Ela disse que se sente mais à vontade falando de lá.

Nós estávamos conversando ali e ela disse: "Eu me sinto mais à vontade".

Tunísia, seu tempo necessário. Como nós temos muitas pessoas para falar, se você puder fazer uma fala resumida, porque nós vamos ouvi-la muitas e muitas vezes ainda nesta Comissão, mas fique à vontade.

A SRA. TUNÍSIA VIANA DE CARVALHO (Para expor.) – Obrigada, Senadora, obrigada por tudo.

Eu quero agradecer à Senadora Mara Gabrilli, porque, como ela já disse no começo, o caso da minha filha foi o primeiro a chegar até ela. Se eu hoje estou com a minha filha, eu devo muito a ela. A mãe Eliana März, também que acabou de falar, foi uma mãe que pegou na minha mão e me acompanhou durante todo o procedimento administrativo. Quero agradecer à senhora também por acolher as mães, não só as mães com processo internacional, inclusive as mães com processo de violência contra os filhos aqui, na Justiça estadual no Brasil, acompanhando toda denúncia e ajudando no combate e proteção. Agradeço ao Senador Flávio Arns e a toda a equipe dele por acolher a pauta, que é extremamente importante, é preciso falar, nós precisamos falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como todas já sabem aqui, eu sou sobrevivente de violência perpetuada pelo meu ex-marido contra mim, contra a minha enteada, que na época tinha 11 anos. Eu fui para um abrigo, retornei ao Brasil, nunca mais voltei, e passei por um procedimento de Haia. O procedimento foi arquivado pela exceção – até então, é o único de que eu tenho conhecimento –, eu não sei se pela quantidade de provas contra o genitor, até por agredir uma autoridade brasileira na repartição brasileira.

Eu sou grata a vocês, mas, infelizmente, não é a realidade da maioria dos casos trazidos aqui e, por isso, este é o motivo pelo qual eu ainda sigo firme, lutando para trazer voz a essas mulheres que têm medo de falar e que estão impedidas de falar em segredo de justiça.

Primeiramente, quero fazer uma breve introdução aqui. O Gambe é o Grupo de Apoio a Mulheres Brasileiras no Exterior, fundado pela Stella Furquim, e, desde a sua fundação e atuação, o grupo atua acolhendo mulheres brasileiras no exterior as quais encontraram dificuldades para ter acesso à Justiça, bem como à proteção dos seus filhos e à própria.

Acolhemos também as mães as quais, diante do descaso e da inércia do país estrangeiro ao proporcionar proteção como o último recurso... Essa mulher foge, retorna ao Brasil na tentativa de proteger os seus filhos, bem como a própria vida.

Essas mães e crianças, as quais sofreram todos os tipos de violência, entre elas: abuso sexual infantil, maus-tratos, cárcere privado, estupro marital, violência patrimonial, confisco de documentos, como passaporte, dinheiro, vigilância constante, violência física, como tem casos de mulheres que tiveram fratura de costela cinco dias depois do parto do bebê, mães de crianças atípicas, que têm os direitos dos filhos negligenciados pelo genitor.

Dentre os inúmeros casos os quais nós acompanhamos, a violência é diversa, e essa mulher, ao retornar, encontra dificuldades para acionar a sua própria defesa, inclusive, eu falo para a DPU: por favor, isso deveria ser debatido porque nem todos os estados parece que falam a mesma língua. Nós tivemos uma mãe que, recentemente, ao procurar a DPU... Eu tive que falar para ela: "Mencione o art. 227; o seu filho é prioridade pela Constituição Federal, ele tem direito à ampla defesa". E essa mulher encontrou dificuldade, ela só teve acesso quando mencionou o art. 227 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mediante a ausência das ações efetivas, o Estado revitimiza essas mães e seus filhos e demonstra a ineficiência das esferas governamentais. Porém, o inverso não se aplica quando a defesa para o genitor – agressor requerente – é o oposto. Nós acompanhamos a eficácia dos órgãos governamentais do Brasil, da Acaf, da AGU, em defender o estrangeiro agressor. A alegação dada é de que o Estado tem o dever de garantir que o tratado internacional seja cumprido, tudo para garantir a bilateralidade em detrimento das vidas humanas de vulneráveis.

Além do mais, esses dois órgãos mencionados anteriormente insistem em impor mediação em qualquer caso, ignorando as denúncias de violência de mães e seus filhos violados, e isso viola tratados internacionais ratificados pelo Brasil, entre eles está a Convenção de Belém do Pará, a qual obriga o Estado a garantir a integridade física e mental da mulher e a proibição de práticas que perpetuem a violência institucional, o art. 4º e o art. 7º dessa mesma convenção. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, a Cedaw, prevê nas Recomendações Gerais nº 35 e nº 33 a proibição do encaminhamento obrigatório para a mediação, porque é comprovado que esses métodos alternativos podem revitimizar essas mulheres. E isso também é uma forma de você proteger o direito dessas mulheres que tiveram seus direitos violados fora do Brasil.

A Recomendação Geral nº 35 é um documento fundamental para a proteção dos direitos humanos das mulheres para combater a violência de gênero, fornecendo informações claras e detalhadas, como proteção à vítima, acesso à Justiça, incentivando a cooperação internacional e buscando a melhor prática, que não é indicar a mediação.

E o protocolo de gênero, que também está em risco: só quero dizer aos senhores que existe um projeto de lei também peticionado na Câmara dos Deputados para revogar o protocolo de gênero. É mais um risco aí, porque foi uma conquista para proteger essas mulheres em situação de violência, e estão querendo derrubar. Ele orienta as audiências, pois elas podem ser mal conduzidas e se transformar num ambiente de violência, revitimizando essas mulheres, o que pode ser considerado violência institucional, desconsiderando as desigualdades das estruturas.

E nós temos também mais uma que as pessoas não mencionam, que é a Lei de Abuso de Autoridade – repetir procedimentos que levem a vítima a reviver a violência pode figurar violência institucional, com penalidade prevista na lei, no art. 15-A.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos aqui, mais de uma década se passou, e ainda assistimos crianças sendo repatriadas sob a guarda de genitores, abusadores sexuais e agressores; jovem sendo embarcada para o país requerente contra a sua própria vontade, mediante submissão química, perpetrada pelo genitor requerente, com total anuência das autoridades brasileiras. Essa menina tem atualmente ideações suicidas. É uma jovem que tem seus 15 anos e teve a sua voz silenciada. As mães que foram presas... Nós temos avós maternas que foram presas nos Estados Unidos e ninguém fala sobre isso. Ninguém fala.

Todos eles tiveram seus direitos de ir e vir cerceados ao tentar proteger essas crianças, inclusive eu também. Eu não posso mais sair do país, meu plano de carreira foi cerceado, porque, se eu sair do Brasil, eu corro o risco de ser presa. Durante a repetição, eu gostaria de pedir que tivesse medidas eficazes e o cumprimento do art. 227 da Constituição, pois o inverso de todo descaso citado não ocorre no país estrangeiro quando o genitor solicita a repatriação dos filhos. Nós temos o caso da Jaci, nós temos o caso da Samara. A Samara conseguiu pedir à Autoridade Central brasileira que solicitasse a repatriação da filha dela que sofreu abuso, e ela sofreu violência. Porém, todas as vezes que ela entrava em contato...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TUNÍSIA VIANA DE CARVALHO – ... que conseguia um advogado *pro bono* e solicitava ao Children's Issues informações, os advogados retornavam a ela declinando de representá-la. Por que será?

E nós temos também, eu gostaria de pedir uma atenção, já estou falando, o tempo já está acabando: prestem atenção, porque existe um PDL, o 228/2024, que aprova o texto das Convenções das Nações Unidas, que trata do Direito Internacional Público e fala sobre as mediações, ou seria a Convenção de Singapura. Isto é para vocês, senhores, ficarem atentos. Ele trata, de fato, sobre relações de comércio, porém, Haia 28 está no Direito Internacional Privado, que trata sobre relações comerciais e legislação e território, não se trata de Direito Público, Direito Internacional Público. E, como a AGU diz que defende o Estado, ela pode utilizar dessa convenção inclusive para propor mediação.

Fiquem atentos, senhores! É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu deixo aqui uma frase para pensar, e eu fiz o melhor que eu podia hoje, a Estela não pôde auxiliar porque ela mudou, ela conseguiu a realocação do filho dela, mas eu quero deixar uma frase aqui para os senhores: "a banalidade do mal reside na normalização da injustiça". É uma frase de Hannah Arendt. Então, eu gostaria que refletissem, diante de todo descaso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Tunísia. Como sempre, sua fala provocadora, como sempre, sua fala também de conforto, de consolo.

Nós vamos ouvir agora, diretamente da Suíça, Neide da Silva Heiniger, mãe envolvida em um caso de subtração internacional de criança. Ela vai falar por videoconferência.

Mara, eu vou continuar ainda ouvindo Neide, e depois eu te devolvo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Tá.

Depois, eu devolvo a presidência.

Eu acabei de ser informada pela secretaria que quem vai representar a Neide, essa mãe da Suíça, é o Mario.

Mario, o tempo necessário já estabelecido... Nós temos um tempo estabelecido, mas, se precisar se estender... Mas a gente está pedindo que todo mundo se mantenha no tempo, porque tem muitas pessoas para serem ouvidas.

Mario.

O SR. MARIO VALENTINO JUNIOR (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde!

Eu sou Mario Valentino Júnior. Sou parceiro da Neide, padrasto da Moara. Muito boa tarde, senhoras e senhores da Comissão de Direitos Humanos.

Estou aqui para representar a minha companheira, Neide Heiniger, mãe de Moara Luna Heiniger.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 25 de fevereiro de... (*Falha no áudio.*)

Eu faço este pronunciamento em nome delas porque ambas estão sendo... (*Falha no áudio.*)

... o poder estrangeiro e institucionalizar a dor.

Neide viveu na Suíça, onde Moara... (*Falha no áudio.*)

Desde cedo, ela viu casos graves de abuso praticados pelo genitor de Moara, o suíço Bernhard Heiniger. Mesmo com relatórios médicos e episódios documentados, Neide foi desacreditada, estigmatizada e perseguida judicialmente.

Em 2012, após o genitor desaparecer com Moara por dois meses, ela foi devolvida à mãe em estado grave de saúde, com pneumonia e lesões físicas compatíveis com abuso sexual. Ainda assim, a Juíza Carole Sutter autorizou que ela fosse devolvida ao genitor, com o apoio da assistente social Nicole Kedene.

Entre 2012 e 2017, Moara foi gradualmente afastada de sua mãe, impedida até de dizer "oi" em eventos públicos. Escrevia bilhetes escondidos nas roupas, pedindo ajuda. A madrasta os rasgava.

Neide, mãe solo, imigrante brasileira, enfrentou o sistema, que a via como ameaça por ser quem era. Em 2018, com autorização legal, viajou com Moara ao Brasil. Lá, Moara encontrou paz, amor e liberdade, mas essa paz foi destruída em 2019. A Suíça pediu a repatriação de Moara com base na Convenção de Haia de 1980. O processo correu perante o Juiz Clodomir Sebastião Reis, no TRF1, no Maranhão. A AGU, por meio do Procurador Wellington Vilela de Araújo, atuou como verdadeira defensora da parte estrangeira, movendo ações, pressionando decisões, ignorando laudos técnicos que indicavam claramente o risco à menina. Moara tinha 12 anos. Mesmo assim, o Juiz Clodomir negou a ela o direito de ser ouvida, mandou realizar perícia psicológica, e depois ignorou. O parecer do Ministério Público Federal contrário à repatriação foi desprezado.

Mais grave foi uma publicação feita pela própria família paterna na Suíça em 25 de março de 2022, enquanto corria o processo de instrução. Eu abro aspas para a publicação: "O Juiz se reuniu, no início desta semana, com a nossa advogada e com o representante da AGU. Estava irritado, porque Neide e suas testemunhas teriam feito denúncias falsas sobre a escola e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou que a decisão da justiça na Suíça havia sido correta, pois Moara estaria melhor com o genitor". Na verdade, está escrito pai, mas eu não o chamo de pai, porque pai não faz o que ele está fazendo com a Moara. Isso foi durante o período de instrução. Essa frase mostra que o Juiz Clodomir Sebastião Reis e o Procurador da AGU Wellington Vilela de Araújo participaram de uma reunião com a advogada da parte estrangeira, Sra. Simone Gessner, fora dos autos, em clara violação dos princípios da imparcialidade, do contraditório e da ampla defesa, e decidiram o destino de uma criança antes da sentença. Moara foi devolvida, dopada, com a anuência do Estado brasileiro, com a roupa do corpo. E, desde então, desde 14 de junho de 2022, Moara vive sob isolamento.

Em 2023, o genitor instalou rastreador no celular da Moara. A Justiça suíça respondeu proibindo desligar o aparelho. Logo após, o genitor, em conluio com a AGU, entrou com uma apelação da sentença, mesmo após a repatriação de Moara, para anular as salvaguardas garantidas na sentença, sem direito ao contraditório, sem citação legal, pois Neide já estava na Suíça, não houve carta rogatória. O Tribunal Regional Federal em Brasília anulou as salvaguardas e deixou Moara nessa situação.

Desde o dia 10/11/2023, foram suspensas todas as visitas por uma falsa denúncia na Suíça, sem investigação, sem contraditório, sem prova material. Neide foi condenada a 34 meses de prisão sem condicional e perdeu todo o poder parental sobre Moara.

A Constituição Federal, no art. 131, estabelece que a AGU representa a União, mas hoje a AGU é o maior agente de governos estrangeiros dentro do território brasileiro; representa interesses diplomáticos, não o povo brasileiro; recusa pareceres técnicos do Ministério Público Federal; esconde provas e mente ao dizer que não recorre contra mães brasileiras; faz *lobby*; participa de encontros fechados; trai sua função pública.

Moara está agora com 15 anos, vive em sofrimento. A Acaf já fez relatório que consuma o fato de que Moara está em situação de cárcere institucional. As autoridades suíças ignoram todos os pedidos de ajuda de Moara. Moara já escreveu carta; e, nos autos dos processos, em tudo, Moara só quer saber de voltar para o Brasil e ficar com a mãe. Ela é afastada sistematicamente, e a mãe, criminalizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso mais do que reformas legais. É preciso responsabilidade moral e integridade dos agentes públicos. Sem isso, nenhuma lei protegerá nossas crianças de um Estado que entrega seus filhos para agradar tribunais estrangeiros.

Eu peço a essa Comissão e às autoridades competentes que, além de buscar soluções para casos futuros, tomem providências urgentes sobre a situação de Moara. Ela ama o Brasil. Ela não é uma criança indefesa; ela é uma adolescente, com plena consciência de sua história, que teve sua infância e boa parte da adolescência arrancadas por negligencia institucional.

Jamais esquecerei que, na audiência que lançou Moara de volta à Suíça, o Juiz Clodomir Sebastião Reis fez uma oração em voz alta, enquanto jogava Moara no inferno. Esse é o meu depoimento.

Agradeço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mario, muito obrigada! Um abraço em Moara. Que tudo isso passe logo! É uma tristeza; relatos como o seu só nos tiram lágrimas, tá?

Nós vamos agora ouvir, diretamente da Inglaterra, Marcela Campos, mãe envolvida em casos de subtração internacional de criança.

Antes de passar a palavra para a Marcela, eu registro a presença no plenário da ex-Ministra da Mulher, a Dra. Cristiane Britto, que também foi Secretária Nacional de Políticas para Mulheres. No ministério, tanto como Secretária, como Ministra também, trabalhou com o tema. Hoje ela está no Senado como assessora jurídica de um partido, e o partido está dando atenção ao tema; por isso que a Ministra Cristiane está aqui. Então, nós vamos poder contar também com um grande partido, que é o Partido Republicanos, e o movimento Mulheres Republicanas, que também está acompanhando todo esse debate. Obrigada, Ministra Cristiane.

Eu também estou vendo mulheres do grupo Se Liga Irmã; é um grupo que trabalha com mulheres evangélicas em todo o país. E, antes de lhe passar a palavra à Marcela – segure só um minutinho aí –, eu vou ousar fazer um recado inédito, atípico. Eu vou pagar um preço por isso, mas vou aproveitar que o grupo Se Liga Irmã está presente e eu vou mandar um recado para o Brasil – eu queria que as autoridades me ouvissem também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem histórias, dentro da Igreja Evangélica, de comunidades católicas e de instituições humanitárias, que enviaram mulheres para o mundo, para servirem em ações humanitárias, para servirem missões cristãs, e essas mulheres lá fora casaram, tiveram filhos; o casamento não deu certo, e elas voltaram. Em nome de uma resiliência que o cristianismo prega, em nome de servir, as instituições, às vezes, orientam: "Não faça nada para não ter problema com a imagem da missão, da igreja, da instituição". E essas mães se calaram. Não tiveram a coragem que a Tunísia e tantas outras tiveram.

Sou pastora. Desculpa autoridades que estão aqui, eu sei que o Estado é laico, e eu estou trazendo ingrediente cristão para este meu debate, mas eu quero dizer essas mulheres que estão em sofrimento em silêncio: o Jesus que vocês servem quer vocês, mães, felizes. Se precisarem romper este silêncio, procurem o grupo Se Liga Irmã, procurem esta Comissão, procurem as instituições que trabalham com essas mães. Nós queremos vocês felizes – é para isso que estamos aqui –, e seus filhos também merecem ser felizes.

Vou ter problema com a comunidade cristã, mas alguém precisava mandar este recado. Fé é sinônimo de felicidade. Fé é sinônimo de proteção da criança, e não proteção de instituições.

O recado está dado, pagarei meu preço, mas eu esperei muito tempo para dar este recado para as mulheres que serviram em missões, igrejas e para aquelas que não têm ligação com a igreja, mas foram para fora e serviram instituições humanitárias que as orientam a deixar para lá – são as regras. Nós estamos aqui para questionar regras.

Desculpa eu ter feito esse desabafo.

Vamos ouvir agora Marcela Campos, direto da Inglaterra.

A SRA. MARCELA CAMPOS (*Por videoconferência*.) – Boa tarde. Estão me escutando?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim.

A SRA. MARCELA CAMPOS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Meu nome é Marcela Campos, eu estou na Inglaterra. Eu engravidei com 15 anos e, desde a minha gravidez, sofro violência doméstica pelo genitor e sua família. Fui levada para a Inglaterra juntamente com meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filho quando eu tinha 17 anos. Levaram-me falando que seria só um passeio, e, depois disso, nunca mais consegui retornar a morar no meu país com meu filho, que nasceu no Brasil.

Aproveitaram-se da minha inocência. Eu e meu filho somos vítimas de violência doméstica. Na tentativa de proteger meu filho, eu voltei para o Brasil em outubro de 2023, achando que, no Brasil, eu receberia proteção, cuidados e amparo, mas, infelizmente, não foi isso que aconteceu.

Sem saber sobre a Convenção de Haia e a existência dela, fui pega de surpresa duas semanas após eu ter chegado com meu filho no Brasil, por policiais federais, batendo na minha porta com um mandado de busca e apreensão do filho, como se ele fosse um objeto, uma mercadoria. Foi muito desesperador, tanto para mim quanto para o meu filho.

O juiz autorizou uma busca e apreensão somente com o que o genitor falou, sem me escutar, sem me dar o direito de me defender e de defender o meu filho. Esse será um trauma que ele vai levar para sempre e que nunca será apagado de nossas memórias.

Em dezembro desse ano, eu decidi voltar para a Inglaterra para lutar pelo meu filho e, ao chegar neste país, fui surpreendida com um mandado de prisão por sequestro internacional do meu próprio filho. Fiquei por 30 dias junto de criminosos, pessoas que mataram outras pessoas, e consegui sair sob liberdade condicional – tenho que assinar na delegacia toda quarta-feira –, sendo investigada por sequestro internacional.

Eu peço às autoridades brasileiras para me ajudarem porque estou presa e não sou uma sequestradora. Eu só queria proteger meu filho e me proteger.

A pessoa que está cuidando hoje do meu filho foi presa em 2020 por tráfico de mulheres para a Inglaterra e por ajudar em um bordel em Londres, colocando mulheres para se prostituírem e as extorquindo. Essa mulher está sendo investigada por mais crimes cometidos na Inglaterra. Meu filho jamais poderia estar sendo cuidado por essas pessoas.

Quando o juiz decidiu que meu filho retornasse, ele não respeitou o ECA, que visa à proteção integral da criança e do adolescente.

Meu filho está sofrendo violência doméstica até hoje. Com apenas 9 anos, ele está tomando remédio controlado para ansiedade devido a tudo isso por que está passando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A violência doméstica é uma exceção no caso da aplicação da Convenção de Haia, mas, na prática, ninguém olha para isso, repatriando, a todo custo, as nossas crianças e fechando os olhos para o que realmente importa, que é a segurança e o bem-estar delas.

Eu peço ajuda às autoridades brasileiras. Não posso lutar sozinha aqui. Eu sou imigrante, não falo inglês fluentemente e estou correndo um grande risco de ser presa a qualquer momento, mas não sou sequestradora, sou mãe, e qualquer mãe faria o que eu fiz para proteger o filho.

Não vou sair daqui sem meu filho. Foi um grave erro ter mandado meu filho de volta para a casa do genitor.

Eu já estou lutando há um ano e sete meses para ter meu filho de volta. Estou vendo meu filho aqui uma vez na semana, em um centro especializado para esses casos, supervisionada. Estou sendo tratada como uma sequestradora internacional.

Imaginem o que não passa na cabeça do meu filho vendo tudo isso acontecer até hoje... Ele me pede diariamente para voltar a morar comigo. Eu falo com ele todos os dias. Meu filho está sendo morto aos poucos em vida.

Foi determinado pelo juiz que eu fale com ele todos os dias por videochamada, com visita de apenas uma hora, em um centro especializado, uma vez na semana.

Infelizmente, meu filho tem todos os requisitos para se tornar uma pessoa frustrada no futuro, depressiva e, quando crescer, ele terá uma grande tendência, infelizmente, a entrar no mundo das drogas. Na casa em que ele vive, todos são dependentes químicos, e não é isso o que eu quero para o meu filho. Ele tem apenas nove anos e ainda dá tempo de reverter tudo isso.

Preciso da ajuda e do suporte das autoridades brasileiras para o resgate mais rápido do meu filho. Somos brasileiros, meu filho nasceu no Brasil, e o genitor também é brasileiro. E eu peço ajuda às autoridades brasileiras também na questão da minha prisão na Inglaterra. E é esse o meu apelo.

Agradeço pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Marcela, obrigada pelo seu depoimento, você comoveu todos aqui. Isto aqui é de verdade, está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem, Marcela? Você não está sozinha. Menino brasileiro, um pai brasileiro, uma mãe brasileira, e você podendo ser presa fora do Brasil! Nós vamos disponibilizar também, Marcela, os nossos celulares – o meu, o da nossa equipe aqui –, você vai ter contato com a gente 24 horas, não deixe de nos chamar em qualquer emergência. Sei que a gente tem a nossa Embaixada, a gente tem o nosso corpo diplomático aí, mas a gente aqui também sabe fazer barulho. Nós estamos aqui para proteger mães, para proteger crianças.

Eu vou, ainda como Presidente, ouvir mais uma mãe e, na sequência, eu passo de volta para a Senadora Mara.

Nós vamos ouvir agora, direto dos Estados Unidos, Mabel Maske, mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança. É horrível falar isto, gente: mãe sequestradora, mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança!

Mabel, seja bem-vinda à nossa audiência.

A SRA. MABEL MASKE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, vocês me ouvem?

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Sim, Mabel, pode falar.

A SRA. MABEL MASKE (*Por videoconferência*.) – Eu quero cumprimentar todos os presentes e cumprimentar as Exmas. Senadoras Mara e Damares – a minha gratidão às senhoras, a minha admiração.

Quero agradecer à Raquel Cantarelli e à Dra. Janaína Albuquerque pelo apoio e carinho de sempre.

Eu sou grata por poder contar um pouco da minha luta e por debatermos este tema tão complexo.

Eu sou a Mabel, eu sou mãe de um casal abençoado e eu vivi todos os tipos de violência doméstica. Eu sou cristã, e foi muito difícil desistir do meu casamento diante dessa instituição cristã. No começo, foi muito difícil entender que eu estava sendo vítima de violência doméstica. Eu venho de uma família com pais muito amorosos, e não tinha qualquer tipo de violência na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha casa. Quando eu conheci o genitor dos meus filhos, eu jamais imaginei o drama que eu viveria.

Enfrentar a Convenção da Haia é dormir e acordar pensando e temendo perder o meu bem mais precioso, que são meus filhos.

Eu vou resumir um pouquinho da minha história.

Eu sou gaúcha. Eu e o genitor nos conhecemos em Santa Catarina, onde o meu primeiro filho nasceu. O genitor é carioca e vem de um lar bem desestruturado. Eu achava que ele iria mudar e aprender a amar a família, mas ele sempre teve valores muito invertidos. Devido à profissão dele, nós nos mudamos para alguns países. Moramos nas Ilhas Cayman, no Panamá e, por fim, na Flórida, nos Estados Unidos, onde a nossa filha mais nova nasceu.

Eu passei longos períodos sozinha com as crianças nos países em que moramos, porque o genitor viajava muito e mantinha casos extraconjugais. Foram quase dez anos nesse relacionamento. A violência me levou a um mundo sombrio e desesperador. E, dentro desse contexto todo, eu quero que saibam que o meu ex-marido era diácono na igreja. Então, dobravam a minha cobrança e a fé de que ele iria mudar.

Em uma madrugada, os paramédicos me levaram roxa, gelada e desacordada para o hospital. Fiquei paralisada após isso, perdi meus movimentos e passei a andar de cadeira de rodas. Eu perdi a minha memória e eu me esqueci dos meus filhos.

Eu fiz fisioterapia para voltar a andar e eu fiquei totalmente vulnerável, com duas crianças, em um país estranho.

Eu sempre soube que seria uma grande luta enfrentar o genitor. Eu tentei e eu tinha medo.

Em outro episódio, eu comecei a ter hemorragias e fui para uma consulta ginecológica. Eu pensei que estava indo fazer exames e me levaram de ambulância para um hospício, onde eu fiquei por três dias com camisa de força, sem contato com meus filhos e minha família.

Lá dentro, eu não tomei nenhum remédio, eu não fiz nenhum exame e eu consegui convencer uma enfermeira de que eu não era louca, que eu estava ali por engano. Então, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitiu que eu ligasse para o genitor. Quando eu liguei pedindo socorro, ele simplesmente foi lá e assinou autorização para eu sair.

Eu não sei até hoje o que ele falou para aquela ginecologista. Hoje, ele alega que eu sou louca, mas jamais apresentou qualquer receita médica ou laudo que alegasse que eu tivesse qualquer doença mental.

Eu vivia isolada, com dificuldade no idioma, fazia faxina limpando banheiros de madrugada, mesmo o genitor tendo carros de luxo na garagem e uma ótima condição financeira. Eu estava sempre cuidando dos meus filhos, e nenhuma pessoa jamais cuidou, cozinhou ou lavou qualquer roupa dos meus filhos.

Foram inúmeras as agressões e violências psicológicas, patrimoniais, físicas e emocionais. E eu sei que só uma mulher que vive com alguém manipulador, que usa uma máscara social perfeita, sabe o que eu vivi.

Eu fui vítima, mas as maiores vítimas e mais inocentes são os meus filhos. E é por eles que eu tenho forças para lutar todos os dias.

Meu filho, meu menino, é lindo e amável e ele viveu até os sete anos de idade dentro de uma educação extremamente rígida e doentia. O genitor brincava, dava os melhores presentes, mas, em contrapartida, meu filho era brutalmente agredido. Se ele não tirasse dez na escola, ele apanhava todos os dias. Eram surras de cinto com a fivela, que deixavam as pernas dele ensanguentadas. Ele ficava trancado sem água e sem comida no quarto, de castigo, e eu era obrigada a mandá-lo para a escola com roupinhas compridas para que os professores não vissem as marcas.

Obviamente, meu filho adoecia de tanto chorar, e as inflamações do ouvido dele eram curadas apenas com remédio para dor, porque nós não podíamos ir ao hospital. O genitor tinha medo de que a gente contasse alguma coisa.

Meu filho era disciplinado com socos na boca do estômago. Era desesperador vê-lo pálido com a boca roxa, sem conseguir respirar direito. O genitor alegava que ele precisava aprender a ser um homem de verdade. E ele só tinha seis aninhos e apanhava de um homem com mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cem quilos. Os castigos e as punições foram diversos: o machismo, a agressividade, o autoritarismo de um pai totalmente descontrolado e manipulador.

E eu também sou mãe de uma princesa, doce e amada, Helena. Quando ela tinha apenas dois aninhos, era mantida trancada no quarto por horas e horas, pois precisava aprender a se comportar.

Quando ela era bebê e ficava balbuciando algumas palavras, o genitor passava vinagre na boquinha dela. Ele alegava que, por ela ser mulher, já falava demais e precisava aprender a ficar quieta.

A minha filha apanhou muito dele. Ver aquelas mãos enormes e marcas em alto relevo na pele tão macia da minha bebê era desesperador.

A minha filha tem trauma até hoje de chuva nos olhos. No dia em que ela mexeu com a fralda suja, enquanto estava trancada no quartinho, sozinha, ele a puxou pelos cabelos, levou para debaixo do chuveiro, derramou o vidro todo de *shampoo* no cabelo dela enquanto espancava no chuveiro. Ela só tinha dois aninhos.

Dias antes de fugir, eu abri a porta da sala da TV e vi minha filha sem calcinha, com as perninhas abertas. E o genitor excitado, só de cuecas, deitado no sofá falando: "Abre as perninhas pro papai".

Na última noite em que dormimos em casa, ele arrombou a porta do quarto com uma faca na mão e me ameaçou. Quando eu fui pedir socorro a um casal de amigos da igreja, foi tudo às pressas. Eu não pensei duas vezes entre ligar para a polícia nos Estados Unidos e fugir para o Brasil.

Eu vim buscar segurança e apoio na minha família. Esse casal de amigos pagou as minhas passagens, me deu dinheiro para comer no aeroporto, e eu entrei em um avião, deixando tudo para trás. Trouxe algumas roupas e um filho em cada braço, desesperada.

Aqui no Brasil, eu fui direto para a delegacia, fiz o BO, e recebemos medidas protetivas. Pensei que estávamos seguros e que o pesadelo tinha acabado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o genitor descobriu que eu estava no Brasil, apenas mandou uma *selfie* dele em frente à corte americana, escrito: "Você vai pagar muito caro por isso".

Ele contratou advogados no Brasil para defender e tentar tirar nossa medida protetiva. Três meses depois, tivemos uma audiência na corte americana, quando o juiz foi extremamente rude, frio e xenofóbico.

Eu precisei de uma intérprete, e o meu advogado falava espanhol. O genitor, por ser fluente em inglês, conduziu a audiência, com lágrimas veladas, me questionando como quisesse.

Eu tentei explicar para o juiz americano que se tratava de violência doméstica e que tínhamos um processo correndo no Brasil, mas ele acreditava nas lágrimas do genitor, dizendo que eu era louca e que eu tinha fugido com os filhos dele.

O genitor mentiu para o juiz na corte americana, dizendo que ele não sabia de nenhum processo de violência no Brasil, que eu era louca e que estava inventando.

O juiz mandou que as crianças retornassem imediatamente aos Estados Unidos. O pesadelo começou. Eu recebi da Acaf uma carta, e foi quando eu entendi que estava sendo acusada de sequestro internacional dos meus próprios filhos.

A luta judicial começou.

Eu fiquei mais de dois anos sem poder sair da minha cidade, sem autorização judicial. Os meus documentos e os das crianças foram retidos pela Justiça Federal. Todos nós passamos por perícia federal, quando foi constatada toda a violência que vivíamos.

O genitor assumiu à perita federal que batia nas crianças, mas estava arrependido e não faria novamente. Assumiu que arrombou a porta do quarto com uma faca na mão, mas fez isso porque ele não tinha a chave da porta.

Começou a primeira instância do processo, e nós vencemos. A AGU não recorreu, e o MPF sempre foi favorável à permanência das crianças no Brasil. O genitor sempre foi o único que recorreu. Vencemos na segunda instância também, de 3 a 0. Agora, o nosso processo ainda está correndo, e o genitor recorreu sozinho ao STJ. Ele também pediu à corte americana uma multa diária até que as crianças retornem, e o juiz americano concedeu a multa de US$200 por dia para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mim. Hoje, eu tenho uma dívida de quase R$500 mil na corte americana e eu também não sei qual é a minha situação migratória nos Estados Unidos.

O genitor já teve mandado de prisão expedido aqui no Brasil, responde por processo por descumprimento de medida protetiva, e as crianças são obrigadas a falar por telefone com ele toda semana. A família toda dele mora no Brasil. A minha família toda mora no Brasil. Não temos qualquer família ou raiz nos Estados Unidos. Ele está lá a trabalho e pode ser transferido a qualquer momento para qualquer lugar.

Eu sou uma das mães que está com os meus filhos do lado. Há mãe que enfrenta a Convenção de Haia e já perdeu os seus filhos. Eu só estou com os meus filhos hoje porque somos uma exceção e tivemos um Judiciário sensível a nos ouvir, a analisar as provas e a colocar o pé no freio antes de cumprir o retorno das crianças, conforme prevê a Convenção de Haia. Eu tenho muita fé de que Deus está à frente de tudo, e os meus filhos e eu seremos um caso positivo, em que a convenção cumprirá o seu papel de não retornar as crianças porque elas estão dentro da exceção do Artigo 13, "b".

Hoje, eu estou com a DPU no meu processo, e seguimos firmes. O medo sempre tenta me assombrar, mas a fé em Deus e a esperança de que a verdade e a justiça vão prevalecer são o que me motiva. É de audiências como esta e movimentos assim que o nosso Brasil precisa para que, juntos, possamos alertar e proteger nossas crianças e mulheres.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Damares Alves. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Obrigada, Mabel. Obrigada por ter a coragem de abrir o coração, de fazer esse depoimento ousado, emocionante, arrancando lágrimas de todo mundo que está aqui no Plenário. Lamento, Mabel.

Eu tenho uma questão chamada "ética", mas você não tem ideia do que eu estou com vontade de falar do seu marido aqui. Falso cristão! Desculpa, Mabel. Eu vou parar por aqui. Você vai ter os nossos contatos também.

E eu quero fazer um destaque na sua fala: parabéns, DPU. Parabéns. Parabéns por estar ajudando. A gente vai ter que fortalecer muito a nossa DPU, porque nós estamos encontrando,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste tema, eco na DPU. E a gente vai ter que conduzir depois nossos debates nesse sentido. Obrigada, DPU. Obrigada.

Mabel, a gente vai se falar depois. Eu quero falar depois pessoalmente com você. Obrigada por sua coragem. Que Deus abençoe os seus filhos, Mabel.

Eu vou, agora, devolver a Presidência dos trabalhos à Senadora Mara Gabrilli, mas eu vou continuar aqui acompanhando o máximo que eu puder. Hoje, está um dia cheio de atividades para nós Senadores, mas eu vou ficar o máximo que puder aqui na reunião.

Senadora Mara, devolvo-lhe a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente Senadora Damares.

É tão importante estar sofrendo junto com você nesta reunião, porque é claro que a gente queria virar para todas essas mulheres e dizer que a gente vai resolver o problema de todas, o que é o nosso maior desejo, mas a gente sabe que não é simples assim e que nós vamos fazer tudo o que for possível para reverter a situação do máximo de mulheres possível.

Eu queria chamar agora a Raquel Cantarelli, que também é uma mãe envolvida em caso de subtração internacional de criança, no caso, na Irlanda.

A SRA. RAQUEL CANTARELLI (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá! Boa tarde a todos os presentes.

Eu me chamo Raquel Cantarelli, sou mãe de duas meninas lindas, e faz dois anos que eu não tenho qualquer notícia das minhas filhas, dois anos que eu durmo com o peito apertado, que eu olho para a cama delas e a vejo vazia. Faz dois anos que eu me pergunto se elas estão com medo, se elas choram por mim, se lembram da nossa música, do nosso cheiro, da nossa casa. Faz dois anos que eu sou uma mãe com os braços vazios.

Para salvar a vida das minhas filhas, eu voltei ao Brasil depois de viver o que nenhuma mulher deveria viver: violência doméstica, psicológica, sexual, financeira, moral e física silenciosa e constante. Viver longe da sua terra, sem familiares, sem conhecer o sistema judiciário, como mulher imigrante, sendo humilhada por isso, é ainda mais cruel. E a violência não termina, ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continua no medo de dormir, na vergonha de contar, ela continua no silêncio dos que viram e nada fizeram, marca a alma, marca o nosso corpo. E, quando essa mulher encontra forças para fugir, recebe o título de sequestradora. Foi assim que aconteceu comigo.

Eu tive minha liberdade arrancada, os meus documentos, os documentos das minhas filhas, cartões de banco, *tablet*, *chip* de celular e outros pertences pessoais roubados. Eu e minhas filhas ficamos presas dentro da nossa casa, trancadas, com fome, sem comunicação, sem saída, até que Deus começou a colocar anjos no meu caminho, que apareceram na hora em que eu já estava quase sem fé: a Dra. Andreia Stanger, perita da Polícia Federal, especialista em crimes de violência sexual infantil, que atendeu ao meu chamado de socorro e nos acompanhou durante todo o tempo em que eu estava em situação de risco, acionando, assim, as autoridades necessárias para nos proteger; o Cônsul da Embaixada do Brasil, Gabriel Neves, que, após averiguar todas as informações, foi até a residência em que estávamos, nos tirou de uma situação de cárcere em veículo oficial e nos encaminhou para a delegacia, em que foi feito um vasto boletim de ocorrência com provas robustas e, em seguida, nos enviou para um abrigo seguro; uma vizinha que nos forneceu comida por cima de um muro e nos deu a senha de internet – só assim eu consegui pedir socorro para as autoridades; e tantas outras pessoas que cruzaram o meu caminho, me dando forças e suporte para que eu saísse com minhas filhas daquela situação.

Isso tudo aconteceu após eu presenciar uma situação de violência sexual contra a minha filha, à época com apenas dois anos de idade.

Eu enfrentei o genitor, e ele me ameaçou dizendo que eu jamais falasse nada do que aconteceu ali com ninguém, ou ele tomaria providências de que eu iria me arrepender para o resto da minha vida; e que ninguém olharia por mim, porque eu não passava de uma imigrante; e que ninguém me ouviria. Mas eu decidi ter coragem, eu decidi enfrentar, eu confiei na Justiça, e eu fiz o que o meu coração de mãe me pediu para fazer. O que me dói hoje é saber que ele estava certo, que a Justiça não olharia por nós. Além da violência doméstica, nós fomos vítimas de violência institucional. Apesar de uma decisão favorável de uma juíza de primeira instância, que durante quatro anos acompanhou todo o processo e determinou que minhas filhas ficariam aqui no Brasil, na segunda instância essa decisão foi revertida, mesmo com o voto do relator tendo sido sensível e favorável. O voto vencido dizia que (*Falha no áudio.*)... o caso, pois a Justiça da Irlanda é muito mais competente do que a Justiça brasileira para analisar, que dói para ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer isso, sendo parte do Judiciário brasileiro, mas que essa era a realidade. (*Falha no áudio.*)... omissa e xenofóbica. Eu sofri xenofobia lá no outro país, eu sofri xenofobia aqui, dentro do meu país. Ele determinou a busca e apreensão das minhas filhas, sem nem aguardar os prazos previstos de interposição de recurso.

O que chamam de Convenção de Haia, o que chamam de cooperação internacional, o que chamam de cumprimento de acordos eu chamo de pesadelo. Há dois anos, policiais armados de fuzil invadiram aqui a minha casa, enquanto as minhas filhas dormiam tranquilas às 6h da manhã, onde elas estavam seguras, mas de repente elas acordaram cercadas de homens vestidos de preto, óculos escuros e armamentos pesados. Gritos. E uma criança ajoelhada no chão implorando: "Por favor, não me levem embora da minha mãe!". (*Manifestação de emoção.*)

E agora eu estou aqui diante de vocês, porque eu tenho Mara Gabrilli. Muito obrigada, do fundo do meu coração de mãe, mulher, sobrevivente. A sua sensibilidade, a sua escuta, a sua coragem de trazer este debate para o Senado é uma luz no meio de uma escuridão que tantas mulheres vivem em silêncio. E hoje eu falo com toda a convicção de que você foi um dos anjos que Deus colocou no meu caminho. Você é uma das pessoas mais sensíveis, doces e iluminadas que eu conheci na minha vida.

Senadora Damares Alves, obrigada pela sua voz e sua força em lutar por nós. Aos Senadores e autoridades aqui presentes, nós não estamos falando aqui de um processo; nós estamos falando de vidas, estamos falando de crianças. As minhas filhas foram devolvidas ao mesmo lugar de onde fomos resgatadas de uma situação de risco. E, mesmo com medidas protetivas ativas, mesmo com inquérito criminal aberto contra o genitor delas na Polícia Federal, a Justiça preferiu ignorar.

Mais recentemente, graças à luta incansável do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, que lutou lado a lado comigo, nós tivemos uma decisão favorável no STJ. O Superior Tribunal de Justiça reconheceu o risco e a violência por que nós passávamos e determinou por unanimidade que minhas filhas retornem ao Brasil. E eu estou aqui para pedir, com toda a minha alma, que, por favor, ajudem para que essa decisão seja cumprida. Não deixem que fique apenas no papel, não deixem que a Justiça continue nos abandonando e não deixem que outras mães passem pelo que eu estou passando agora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, mães, ficamos em uma situação sem saída. Ao sofrermos violência doméstica grave, ameaças e tentativas de feminicídio, nós precisamos escolher, e nenhum caminho é seguro. Se ficarmos, corremos risco de vida e de sermos acusadas de omissão por sabermos das situações de violência e não denunciarmos; se sairmos desse ambiente de tortura levando os nossos filhos, somos acusadas de sequestradora; mas, então, se sairmos deixando os nossos filhos para trás, o que é impossível para uma mãe protetora e acolhedora, seríamos acusadas de abandono de incapaz. Nós somos jogadas em um calabouço de escuridão e medo que nos consome. Em um ato de coragem, de esperança, voltamos aqui para nossa pátria-mãe com a esperança de que aqui seremos ouvidas e protegidas.

Vocês sabem o que é dormir sem saber se suas filhas estão seguras, sem saber se suas filhas foram entregues a um abusador sexual infantil? Vocês sabem o que é ir ao supermercado e ver as frutinhas preferidas delas e cair em prantos porque não pode levar para casa? Vocês sabem o que é passar o aniversário das suas filhas chorando, cantando parabéns sozinha? (*Manifestação de emoção.*) Eu sei!

Eu não falo só por mim, eu falo por centenas de mulheres que estão sofrendo em silêncio em outros países e sem ninguém para ouvi-las. Nós não somos sequestradoras; somos mães, somos vítimas, somos sobreviventes, somos brasileiras que ainda acreditamos na Justiça, mesmo quando ela falhou conosco. O que vemos são crianças sendo retornadas a qualquer custo, países que criminalizam a Convenção de Haia.

A Convenção de Haia fala sobre o retorno da criança para que lá sejam julgadas questões de guarda e visita, mas não é isso que acontece. Nós vemos que esses países criminalizam, denunciam essas mulheres e abrem pedidos de prisão contra essas mulheres, ou seja, não tem como cumprir essas medidas aplicadas na Convenção de Haia por esses países. A Convenção de Haia precisa ser aplicada com humanidade. O Artigo 13, "b", não pode ser ignorado. É ele que protege crianças do retorno ao risco, mas ele vem sendo tratado como se não existisse, como se proteger um filho fosse crime, como se amar imensamente e proteger fosse motivo de punição. É por isso que meu caso hoje está também na Corte Interamericana de Direitos Humanos, porque o que aconteceu comigo não é um caso isolado; é uma violação de direitos humanos, é uma ferida aberta no coração de uma mãe e de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu termino a minha fala reiterando o meu pedido de ajuda às autoridades brasileiras para que seja feita a cooperação internacional que viabilize o retorno das minhas filhas ao Brasil o mais rápido possível, como determinado pelo nosso Superior Tribunal de Justiça. Eu termino aqui com a certeza de que cada palavra dita aqui carrega a dor (*Manifestação de emoção.*) mas também a fé e a esperança de uma mulher e mãe que não vai desistir e que nunca desistiu, porque, quando o mundo vira de costas para uma mãe, ela vai virar o mundo do avesso para reencontrar os seus filhos. E eu peço que não deem razão ao genitor das minhas filhas quando disse que ninguém olharia por mim, que ninguém me escutaria.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ai, Raquel. Raquel, muito obrigada, obrigada pela sua coragem, obrigada por nunca desistir, obrigada por nos ensinar todo dia. (*Manifestação de emoção.*)

Agora, eu queria dar a palavra à Natalie de Castro Alves, que é Cofundadora e Presidente do Instituto Nós por Elas.

A SRA. NATALIE DE CASTRO ALVES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Boa tarde a todos.

Farei cumprimentos breves, mas nem por isso menos enfáticos, claro, à Senadora Mara, à Senadora Damares e a todos os demais presentes.

Eu saúdo com muito carinho e muita solidariedade todas as mães que, mais uma vez, têm a coragem de contar a sua história. Quem está de fora, Senadora Mara, muitas vezes, não tem dimensão da força que se exige para um testemunho.

Eu estou aqui em Portugal, infelizmente não consegui estar presente desta vez. Semana passada, estive na Argentina. O instituto tem feito um trabalho incansável com os consulados, com as embaixadas para amparo e, sobretudo, para orientação das mulheres estrangeiras, inclusive no que tange à formulação de um protocolo de avaliação de risco para ser aplicado em todas as representações diplomáticas do Brasil. Além disso, temos levado a Campanha Sinal Vermelho, uma campanha que se tornou lei, graças ao trabalho deste Parlamento, e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos atualizando as mulheres, Senadora, sobre como está o andamento da questão de Haia no Brasil.

Falando com as mulheres imigrantes, percebemos a ansiedade natural que surge em função da dúvida: há um caminho a ser seguido ou não há, há uma esperança no fim do túnel ou não há? E nós estamos muito convictas de que, em breve, se terá uma solução justa. Eu destaco, sobretudo, dois caminhos: o caminho no Legislativo, que é o que nós estamos fazendo aqui, e as ações que tramitam perante o Supremo Tribunal Federal. Nós sabemos do trabalho obstinado que tem sido feito no Parlamento, e também a questão tem sido muito cuidadosamente avaliada perante o Supremo Tribunal Federal. O instituto figura como *amicus curiae*, e estamos, como eu disse, confiantes de que teremos algum tipo de resolução. A Procuradoria da Mulher da Câmara, inclusive, também fez um pronunciamento perante o STF.

E eu marco a ênfase da importância de audiências públicas como esta para dar visibilidade a todos esses casos, e visibilidade direcionada a quem decide. As mães vítimas de Haia não são números. São mães torturadas por um sistema ainda míope.

E é, nesse contexto, depois de ouvirmos aqui diversos relatos de revitimização durante seus processos judiciais, que nós temos a perplexidade, Senadora Mara, de ter ciência de um projeto que tramita na Câmara com o intuito de sustar a resolução do CNJ que trata do protocolo com perspectiva de gênero. A Resolução CNJ 492, de 2023, representa um marco absolutamente fundamental para um sistema de Justiça mais equitativo, mais sensível à realidade de desigualdade entre homens e mulheres. Sustá-lo, conforme é proposta do PDL, é endossar... Inclusive, endossado pelo parecer na CCJ... Isso configuraria um verdadeiro retrocesso inaceitável nos avanços que visam garantir a plena efetivação dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário. Embora o parecer da CCJ... E eu preciso fazer aqui essa defesa, porque os temas se comunicam de uma maneira muito evidente. O parecer na CCJ lá na Câmara argumenta que o CNJ, por ser um órgão administrativo, não poderia inovar na ordem jurídica e não teria competência para tratar de uma questão como um protocolo de perspectiva de gênero, o que não é verdade. As medidas previstas na resolução se inserem no âmbito da organização interna e do aprimoramento da atuação administrativa e funcional do Judiciário. Elas pretendem, portanto, garantir a eficácia da Justiça e a observância dos deveres funcionais dos juízes. A matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está dentro da competência do CNJ, e não há uma politização disso. Na verdade, se trata, ao fim e ao cabo, da preservação de direitos das mulheres.

Então, eu demarco o fim dessa minha breve fala, Senadora, dizendo uma mensagem clara: o retrocesso não pode ser uma opção.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Natalie, muito obrigada. É muito importante para a gente saber da sua participação, saber que você está aí presente. Parabéns pela sua explanação.

Eu queria agora chamar a Ana Gabriela Batista Reis, que está presente aí. Ana Gabriela, eu até sugeriria, se você puder, você falar um pouco para a gente da sua situação e um pouco para a gente sobre mãe de Sharia. É importante essa informação nesta audiência.

Obrigada, Ana Gabriela.

A SRA. ANA GABRIELA BATISTA REIS (Para expor.) – Bom dia para todo mundo.

Eu me chamo Ana Gabriela, eu sou mãe do Moisés, eu sou Professora de Artes da rede pública aqui do Distrito Federal.

Eu tenho um caso bem específico do meu filho, que foi levado para o Líbano com meu esposo. A gente estava numa crise, e ele prometeu trazer meu filho de volta. Meu filho tinha três anos em 2022.

No Líbano, não tem a Convenção de Haia. Nós chamamos de Sharia, que é quando o país utiliza da religião, da religião islâmica, para poder julgar tudo.

Eu acredito que o Brasil facilita muito a concessão do passaporte brasileiro para casamentos, e foi o que aconteceu comigo. Meu ex-marido era árabe, palestino, refugiado e acabou entrando em contato comigo com esse interesse de adquirir a nacionalidade brasileira, como acontece com diversas mulheres. Dessa forma eu fui usada, eu fui violentada, eu fui iludida por essa questão familiar. Então, ele me usou, a família dele me usou para conseguir o passaporte e também para que eu servisse de um modo pelo qual ele tivesse um filho com a nossa nacionalidade, com um passaporte tão forte como o nosso do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ele levou meu filho para lá, eu entrei em desespero, porque eu fui enganada. Ele falou que iria trazer o filho de volta, não trouxe; ele tinha mais ou menos dois, três meses para trazer, e não trouxe.

Eu entrei no processo. Eu sabia que seria um processo muito mais difícil do que as mães de Haia, vamos dizer assim, porque as mães que não estão dentro desses países que têm Convenção de Haia são muito mais silenciadas, sabe? Não são tão vistas como as mães de Haia e sofrem da mesma forma.

E é importante eu dizer o seguinte: o pai do meu filho faleceu; o meu filho sofreu um acidente doméstico, e a família refugiada da Palestina, que se encontra no Líbano, está com o meu filho, a família do meu esposo, e não entrega o meu filho de forma alguma. Eu estou sofrendo ameaças, eu não posso dar entrevistas. Apesar disso, eu estou aqui, dando voz, dando voz principalmente a todas essas mães, não só as mães que estão envolvidas aí com a lei de Haia, mas também as mães que estão nesses países específicos, não é? Tem a Karen, tem a Bianca, a Sara, n outras, e a gente tem buscado lutar para ter nossos filhos de volta.

Eu fui à Embaixada Brasileira em Beirute, e o que eles me disseram foi o seguinte: "O seu caso é o mais fácil, porque o pai faleceu". E, ao mesmo tempo, eu senti ali como se fosse um tapinha nas costas. Fui lá, no ano passado, após três meses que meu esposo faleceu; eu descobri que o Líbano concedeu a guarda temporária para os familiares de lá. Os familiares argumentam que eu, por ser brasileira, não tenho competência para criar o meu filho, por ser simplesmente latina.

O meu filho tem recebido educação da religião muçulmana, ele não fala mais português. Eu tenho procurado aprender um pouco de árabe e desenvolver um pouco o meu inglês. Ele chama o tio e a avó de mãe. Quando ele me vê, quando eu os vejo, eles argumentam que fazem o máximo, que é poder falar com a mãe toda semana pelo WhatsApp, por vídeo. E isso é um absurdo, porque ele fica louco de alegria quando me vê, mesmo com a dificuldade da língua.

Meu filho está sendo criado num ambiente totalmente fora do Brasil. Eles argumentam que a mãe o abandonou. O meu filho hoje é órfão de pai e agora está órfão de uma mãe viva, uma mãe que quer cuidar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso muito que o Brasil, Senadoras, por gentileza, me acuda nessa questão. Eu estou com processo lá, no Líbano, e eu não vejo solução. Eu não vejo respostas positivas se o Brasil não entrar em contato, não intervier ali, porque, para eles, é isso que eles utilizam. Os palestinos não têm oportunidade de saírem do país – palestinos refugiados do Líbano –, e eles querem se utilizar do passaporte do meu filho para transitar pelo mundo afora.

Eu tenho receio de que o meu filho... Claro, já está sendo usado, mas que ele seja utilizado para outros crimes. Meu filho também é autista, e lá eles negam consideravelmente que meu filho tenha autismo, que ele tinha autismo quando convivia comigo e que agora mudou.

Então, é um absurdo. Eu, como professora, vejo a necessidade que meu filho tem para poder se desenvolver.

Gente, eu agradeço muito, eu estou emocionada, eu não sei nem o que o que dizer.

No ano passado, peguei todas as minhas economias, porque a família também tem interesse no seguro de vida do meu ex-marido e também na questão de guarda, enfim... Eu fui para lá e eu fui simplesmente vigiada por mais de nove homens, num *shopping*. Eu fui lá, pedi para levar meu filho, eles levaram sim, a família levou, e colocaram mais de oito, dez pessoas, homens, me vigiando pelo *shopping*.

Eu estava sendo vigiada por apenas querer, requerer um direito que é meu, um direito que é do meu filho: conviver com a mãe.

O pai faleceu. Sabe... Eu não consigo entender.

Já enviei mil *e-mails* para a Embaixada em Beirute e eu tive respostas muito vagas, muito, sabe...

Ano passado, em 2023, que teve a guerra lá no Líbano? (*Pausa.*)

Enfim, nessa última guerra, meu filho estava lá, com o pai falecido, eu solicitei que o avião da FAB... Eu solicitei, que eu iria lá, para que eu pudesse trazer meu filho, e simplesmente foi negado, porque a guarda está com ele, sendo que, aqui no Brasil, eu sei que a guarda é minha.

Então, eu peço, por favor, que vocês me acudam. Eu não tenho condições de ficar mais sem meu filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, olhem para as mães de Sharia, como diz a Danny Boggione. Sharia é um nome que eles utilizam para essa questão da religião muçulmana, por reger o país. Olhem também com carinho para nós, sabe? Eu sei que o Brasil é grande.

Eu peço misericórdia, assim, porque a gente tem sido muito usada no exterior para somente isso, para poder engravidar, gerar filhos e, depois, ter nossas crianças tomadas. É muito triste eu saber que meu filho está sem o pai e, agora, também está sem a mãe.

É um absurdo o que estão fazendo comigo: eles me ameaçam, ameaçam que vão sumir com o meu filho.

O último bombardeiro que teve em Beirute foi muito próximo da casa onde eles vivem.

Quando eu cheguei lá no ano passado – ai, gente, eu estou muito nervosa –, eu cheguei a entrar na casa deles, porque eles alegaram que eu teria um contato maior com o meu filho do que no *shopping*, e meu filho me abraçava tanto, tanto, tanto... Ele gritava de alegria, e eles ficaram com raiva disso, porque eles acharam que meu filho...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA GABRIELA BATISTA REIS – ... não iria reconhecer.

E eu fiquei lá durante um dia inteiro, para poder ficar com meu filho, sem tomar uma água, sem tomar nada, porque eu tinha medo de que fizessem algo de ruim para mim.

Eu corro risco de vida, não só meu filho.

E agora, com essa guerra e essa suspeita de guerra, enfim, esses rumores de guerra no Irã, o Oriente Médio está ainda mais sensível e com risco. Então, eu peço, por gentileza, que vocês me ajudem com essa questão.

Meu filho está sofrendo muito. Ele está com todos os dentes estragados da frente. Não sei qual é a escola que ele estuda. Eu não sei nada do meu filho. Ele não está tendo o básico, que é estar com os cuidados de uma mãe.

É isso que eu peço.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ana Gabriela... Nossa, queria agradecer muito você ter trazido ainda mais essa questão.

Obrigada até para a Karin. Há tempos a gente conversa, a gente tem feito ofícios para tentar ajudar a Karin – já são sete ofícios que a gente fez – e é uma situação que não tem essa violência que você passou, mas é uma situação semelhante, que tem relação com religião. Então a gente tem mais isso para levar em consideração.

Muito obrigada, obrigada pelo seu relato.

Eu queria passar a palavra para a Karla Eduarda Pacheco.

A SRA. KARLA EDUARDA PACHECO – Boa tarde a todos. Meu nome é Karla. Eu sou a mãe da Laura e há três meses eu perdi a guarda da minha filha.

Eu não sou mãe de Haia, mas eu me solidarizo com elas, porque eu sou uma mãe que tive a filha apreendida na fronteira do Brasil com a Argentina. Eu fui acusada de alienação parental, acusada de implantar falsas memórias na minha filha.

Ela estava há seis meses sem nenhum contato com o genitor e, quando ela foi apreendida na fronteira, nós fomos levadas pela Polícia Federal para uma delegacia de polícia civil e lá nós fomos separadas. Minha filha ficou cinco dias em um abrigo. Durante os dias que ela ficou no abrigo, eu a vi durante uma hora em uma visita assistida. (*Manifestação de emoção.*) E ela relatou no abrigo o que ela tinha passado e por que nós tínhamos viajado. Ela pediu ajuda. Ela foi levada para uma delegacia especializada para ser ouvida; chegando lá, o genitor estava. Ela teve uma reação de extremo medo: ela correu para uma sala que estava com uma porta aberta quando o viu e se escondeu entre um armário e um sofá; segurou os joelhos e, olhando para a parede, ela chorava e pedia: "Não deixa ele me levar! Não deixa ele me levar, eu tenho medo dele! Me leva para a mamãe!". E ali ele foi retirado, com muita resistência, de dentro da delegacia.

O Ministério Público de Foz do Iguaçu foi informado e pediu cautela no caso da Laura. Ela foi levada de volta para o abrigo. Eu estava em Foz, não tive mais contato com a minha filha. Ele recorreu no Judiciário em Foz e apresentou toda a documentação, que já tinha sido feita no Estado do Pará, na cidade de Tailândia, comprovando que era alienação parental e que por isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela estava com aquele comportamento. E o juiz, como era de outra comarca, resolveu entregar, e a minha filha foi entregue para ele com muita resistência. Ela chorou muito no abrigo, tiveram que intermediar através de uma tia e uma sobrinha para que ela aceitasse um contato com ele. Tudo o que ela demonstrou e tudo o que ela falou foi ignorado, e ela foi entregue.

Tem três meses que ela está morando com ele. Eu vi minha filha três vezes só. Hoje eles dizem que eu sou um risco para o psicológico da minha filha de sete anos, que foi criada por mim durante sete anos. A visita é supervisionada por duas pessoas do conselho tutelar da minha cidade. É só durante o dia; ela não pernoita mais comigo.

Ele tinha colocado minha filha no Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, tinha me denunciado por sequestro internacional, mas eu não estava fugindo do país, eu estava retornando para buscar ajuda e para tentar resolver a causa dela. Quando a gente passou pela imigração, foi constatado tudo isso e aconteceu essa situação.

A minha filha continua relatando situações que ela enfrenta lá de violência. Tudo foi registrado em delegacia, foi informado para juiz, e a gente ainda não conseguiu respostas. Ele entrou com um novo pedido de medidas protetivas para ela contra mim, porque já teve um primeiro, e fala a todo momento que eu sou um risco, que eu preciso ser completamente afastada da minha filha, porque eu fui laudada, por uma psicóloga do TJ Pará, com psicose e como alienadora. Uma única vez em que ela me viu, durante uma hora, dentro do fórum, ela me laudou, e eu fui afastada da minha filha. Eu só tenho esse direito de convívio quinzenal durante o dia. Cada vez que eu conto para alguém da Justiça o que ela me relata nas visitas e peço por ajuda, eles insistem que o problema sou eu, que eu sou uma alienadora e que estou causando problemas para ela. E eles pedem, inclusive, o Ministério Público, por conta das denúncias do genitor, o Ministério Público pediu para que eu e minha mãe, a avó materna, fôssemos afastadas com urgência da criança e que fosse retirado todo o nosso direito de convívio com a Laura por causa dessas alegações e por causa desse laudo que me colocou nessa situação.

Estive, semana passada, na Ouvidoria da Mulher, no Estado do Pará, pedindo ajuda e estou aguardando respostas, porque ele descumpriu a decisão judicial que me dá o direito de visita e não a levou na última visita, estou há 23 dias sem ver minha filha. Eu não tenho direito de ligação, eu não sei nada sobre ela. Ele está tentando acabar por completo com o nosso convívio e retirar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha filha totalmente de mim. E ela tem sete anos, ela precisa de mim, ela quer estar comigo. Eu não sou um risco para ela, eu não sou o que diz naquele laudo. E estou aqui porque não quero que minha filha seja uma estatística, não quero que ela seja só um número; eu quero que ela seja ouvida, porque nós nunca fomos ouvidas, ela nunca foi ouvida de verdade e, todas as vezes em que ela fala, é ignorada. E ela precisa de ajuda. Eu sou a mãe dela e preciso da minha filha de volta, preciso cuidar dela.

Alienação parental é algo que precisa muito também ser discutido, porque, quando é utilizado dessa forma, isso é terrível, é terrível. A minha filha foi arrancada de mim. É uma alegação falsa, eu não alienei, eu não plantei nada. Eu busquei por ajuda. De acordo com os relatos dela, eu cuidei da minha filha, eu a protegi e a perdi por isso.

Minha filha relatou abuso sexual por parte do genitor. Ela foi a uma delegacia especializada, em Ananindeua, foi ouvida e relatou na escuta. E, para o tribunal, a escuta foi ignorada, porque foi mais importante o que a psicóloga relatou sobre a mãe do que o que a própria criança falou sobre ela. E ela continua relatando e veio com sinais visíveis, físicos e psicológicos.

Ela veio com sinais visíveis, físicos e psicológicos dos abusos, que aumentaram, porque a violência não acaba. Ela escalonou, aumentou, sabe? Ela está sofrendo ainda mais, ela emagreceu muito. Ela está com olheiras profundas, ela veio com a boca machucada.

A minha visita é supervisionada. Eu mostrei para as conselheiras, eu falei: "Olha aqui a minha filha, como ela está." Tirei a roupinha dela e mostrei: "Olha como ela emagreceu".

Eu fui à delegacia, eu registrei boletim, mas até isso às vezes é difícil, porque pesa mais o laudo que acusa a mãe de alienadora do que os sinais físicos, psicológicos visíveis na criança do que a fala dela. A gente precisa de ajuda porque isso está acontecendo muito aqui no Brasil.

Eu espero poder participar de uma próxima audiência com essa pauta, para que essa lei, sim, seja revogada, porque eu sou a favor de a lei ser revogada, porque os danos têm sido terríveis. Os nossos filhos estão sendo arrancados quando a gente tenta protegê-los, e nós, mães, precisamos dessa proteção. Eu preciso de proteção, a minha filha precisa de proteção e ela está exposta e vulnerável.

Obrigada, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente Mara, antes de você falar...

Karla, deixe-me explicar que há um projeto de lei tramitando no Senado para revogação da lei. Ele já passou nesta Comissão, eu fui Relatora, e foi aprovado nesta Comissão por unanimidade. Está na próxima Comissão parado há algum tempo. Já pedi para ser Relatora lá também. Nós estamos caminhando.

O Brasil ainda é o único país do mundo que mantém essa lei. Há um *lobby* muito forte, especialmente de homens em relação a essa lei, mas entendemos que os dispositivos que estão nessa lei... A Relatora inicial que instituiu a lei no país, que é a Deputada Maria do Rosário, reconheceu que não deveríamos ter aprovado essa lei porque ela tem sido usada de forma indevida. Da essência da lei, que é punir aquele que está afastando a criança do pai ou da mãe, a gente não discorda, mas da forma como ela tem instrumentalizado homens para tirar filhos, especialmente de mães, alegando, em uma conversa de meia hora com uma psicóloga, que ela é alienadora.

Nós estamos com casos aqui, acompanhando na Comissão, de mães que já não veem os filhos há seis anos, desde a instituição da lei. Homens que não querem pagar pensão falam que as mães são alienadoras. Homens que ficam bravos porque elas foram embora, desistiram do casamento, falam que são alienadoras. Então, o Parlamento está acompanhando, esta Comissão de Direitos Humanos já deu a resposta que deveria dar, e a gente vai continuar acompanhando.

Acho que tem outras mães aqui também que são mães vítimas da má aplicabilidade da Lei da Alienação Parental. Se ela não veio para o bem, não deve permanecer. Que a essência dela seja discutida em outro instrumento, mas a lei não foi boa para o Brasil. Então, a gente se solidariza com você também e vai continuar essa discussão sobre alienação parental.

Senadora Mara, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Damares, obrigada, Presidente.

Obrigada por trazer esse tema, Karla, um tema muito importante. Bom saber que há um caminho que já está mais célere nessa questão de revogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero chamar agora para falar a Janaína Albuquerque, que é advogada especialista em Direito Internacional de Família e Coordenadora Jurídica da Revibra Europa.

Janaína.

A SRA. JANAÍNA ALBUQUERQUE (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Senadora.

Bom dia a todos! Quer dizer, boa tarde já!

Eu gostaria de te agradecer e aos demais membros desta Comissão pelo convite, além de cumprimentar os demais Parlamentares, as autoridades, as mães que estão presentes neste importante encontro.

Meu nome é Janaína Albuquerque e eu sou Coordenadora Jurídica da Revibra Europa.

A Revibra é uma organização da sociedade civil que foi fundada em 2012 e que oferece suporte para mulheres vítimas de violência doméstica e de gênero no exterior. A nossa equipe é formada por advogadas, psicólogas, terapeutas, assistentes sociais e pesquisadoras de diferentes áreas que estão dispersas em 13 países. Nós temos um foco especial no continente europeu, mas atendemos mulheres que estão em qualquer lugar do mundo. Todas as nossas voluntárias recebem treinamento específico em Direito Internacional de Família, em violência doméstica, em discriminação anti-imigrante e interseccionalidade. Nós temos cinco eixos de atuação principais: atendimento jurídico e psicológico, pesquisa, comunicação e campanha e *advocacy* no Brasil e em nível internacional e treinamento para profissionais, sociedade civil e agentes consulares.

O tema da subtração internacional é o mais frequente no nosso cotidiano, seja em casos em andamento ou em casos de prevenção. Nós elaboramos um relatório em 2023, estamos concluindo o relatório de 2023-2024, que vai ser publicado em breve, além de um outro relatório sobre criminalização.

Dos nossos números mais atualizados, que já são, ainda, um pouco diferentes dos números que a gente tem de 2023, nós atendemos cerca de 300 casos de subtração internacional, sendo 295 cometidos por mães e cinco cometidos por pais, incluindo também um casal LGBTQIAPN+.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As cifras da violência doméstica se parecem muito com os do relatório de 2023, que chega a níveis de cerca de 93%. Entre as violências mais citadas, a gente percebe violência psicológica, violência financeira, violência administrativa, física e sexual.

A Revibra tem atuado na linha de frente das discussões sobre a atualização da Convenção da Haia de 1980 tanto em nível doméstico quanto no exterior.

Relativamente ao Brasil, a Revibra está ativamente envolvida em todas as iniciativas relacionadas à necessidade de alteração da interpretação da convenção. Aqui no Congresso Nacional tramita o PL nº 565, de 2022, que busca incluir a violência doméstica como exceção explícita sobre o Artigo 13, §1º, alínea "b", da convenção.

Nós estamos engajado diretamente com todos os Parlamentares envolvidos para auxiliar com uma redação que efetivamente proteja as vítimas e que anteveja dificuldades que elas experienciam antes da subtração acontecer e durante a condução dos processos de busca e apreensão que posteriormente correm na Justiça Federal. Nós, ademais, atuamos como *amicus curiae* nas duas ações de inconstitucionalidade que estão sendo analisadas pelo Supremo Tribunal Federal, a 4.245 e a 7.686. Nós participamos junto com o Instituto de Superação da Violência Doméstica e o Instituto Maria da Penha. Nas nossas intervenções, tanto via sustentação oral quanto em memoriais, nós abordamos o anacronismo do texto da convenção diante dos avanços normativos e sociais que aconteceram desde a sua aprovação, na década de 80. Nós explicamos em minúcia a possibilidade técnica de argumentar a violência doméstica como uma hipótese de exceção e nós pedimos que os ministros se sensibilizem com as particularidades vivenciadas pelas mulheres migrantes, porque falar de aceitar a violência doméstica nos casos de subtração internacional também é reconhecer que é um tipo de situação de direito que é muito técnica, porque se trata de um problema de direito internacional privado, e, toda vez que a gente trabalha com um texto internacional, um tratado internacional, nós temos tanto o que acontece dentro do Brasil, mas também o que impacta os outros países.

Nesse sentido, é importante ter uma análise verdadeiramente minuciosa sobre como argumentar essa questão da violência doméstica diante do quadro normativo do tratado. Portanto, é importante prestar atenção tanto no método quanto na jurisprudência, no que está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecendo no Brasil e fora, porque o que acontece de fato? As discussões no Brasil estão muito mais avançadas em comparação com o que está acontecendo fora.

Em nível de conscientização, no Brasil, a gente formou uma coalizão com outras organizações da sociedade civil, que se chama Coalizão Maternidade Não é Crime. E nós contamos com mais 20 integrantes que trabalham com a população migrante e com vítimas para lançar essa campanha, pedindo a proteção das crianças, adolescentes e mães que são vítimas da Convenção de 1980 e que vivenciam a violência doméstica por meio desse procedimento. Nós angariamos mais de 20 mil assinaturas com uma petição pública que foi pessoalmente entregue ao Ministro Luís Roberto Barroso e distribuída para os demais. Nessa coalizão, além do Instituto Superação da Violência Doméstica, além do Instituto Maria da Penha, nós contamos com a participação, por exemplo, do Cladem, da Themis, da Plataforma Geni, e também agora temos a participação de outros integrantes internacionais, que são a Picum (Plataforma para a Cooperação Internacional sobre Migrantes Indocumentados), em situação irregular, e a Wave (Women Against Violence Europe).

Porém, isso é focado no que está acontecendo dentro do Brasil. A gente também precisa prestar atenção no que está acontecendo fora, porque não adianta só o Brasil empreender esforços em mudar o que está acontecendo dentro, porque, assim como eu disse agora há pouco, as discussões no Brasil são as mais avançadas, mas tem também todo um movimento acontecendo fora. Assim como a Senadora também havia falado, as mães brasileiras não são as únicas afetadas pela convenção, mas existe todo um conjunto de problemas que é muito particular, principalmente de mulheres que não são europeias ou mulheres que não provêm de países do Norte Global.

Nesse aspecto, a gente tem também tido uma participação muito incisiva nas discussões em nível internacional, principalmente no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, que é a organização intergovernamental que elaborou a Convenção de 1980. E recentemente, na verdade desde 2023, essa discussão tem ganhado projeção por conta de uma reunião que é periódica de uma comissão especial que avalia como a convenção está sendo implementada pelos países signatários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2023, o assunto da violência doméstica foi levantado naquela discussão, e ali foi deliberado que seria realizado um evento internacional organizado pela Conferência da Haia para poder olhar para esse Artigo 13, parágrafo 1º, alínea "b", no contexto da violência doméstica. Esse evento aconteceu em junho do ano passado na África do Sul e teve a participação de diversas vítimas. Inclusive nós estivemos presentes e trouxemos o relato da Raquel, trouxemos o relato da Mabel. E nós fomos as únicas participantes, na época, do Sul Global a poder trazer essa perspectiva das mulheres não europeias. Além disso, teve a participação de outras organizações da sociedade civil, mas eram organizações de países como Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália. Então, não foi exatamente focado na condição da mulher sul-americana ou latino-americana.

E como um segmento desse evento do fórum da África do Sul, vai ser realizado no Brasil, ainda este ano, uma continuação dessas discussões que começaram. Assim, como eu disse, a Revibra tem tido essa participação incisiva. Nós fomos as únicas representantes do Sul Global nas reuniões de 2024 e continuamos a ser as únicas representantes na reunião de 2025. Então, a gente tem empreendido muitos esforços, tentando muito fazer com que a voz dessas mães não seja invisibilizada e fazer com que os países tomem essa oportunidade, inclusive pela adequação geográfica, de olhar para a situação das mulheres latino-americanas.

Portanto, a atuação... Acho que um dos principais pontos que a gente gostaria de trazer a esta reunião é que, sim, é importante olhar para o PL, sim, é importante olhar para as duas ações diretas de constitucionalidade, mas também é importante olhar para o posicionamento do Brasil fora, para que essa discussão não acabe no Brasil, porque também (*Falha no áudio.*)... concluir tudo isso no Brasil, mas esse movimento ficar travado e ele não expandir para o resto, porque o Brasil tem toda uma estrutura, ferramentas, e fez avanços o suficiente para poder entender que, na violência doméstica, mesmo que a criança testemunhe ou seja exposta à violência, ela também acaba sendo vítima da violência.

Esse não é o posicionamento que se enxerga no exterior e nisso é muito difícil de avançar, porque o principal argumento é de que a subtração traz mais danos, inclusive, do que, possivelmente, a violência doméstica, ou que o único jeito de se avaliarem quais são os melhores interesses da criança é com a repatriação para o estado de origem, ignorando completamente todas as dificuldades vivenciadas pelas mulheres e crianças imigrantes, como não conseguir falar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a língua, não conseguir fazer registro de ocorrência, não conseguir vaga num abrigo, não conseguir lutar pela guarda de maneira equivalente ao parceiro que seja nacional – tudo isso precisa ser desmistificado, desconstruído, levado em consideração na hora de entender se esse retorno da criança atende, assim, aos seus melhores interesses.

Portanto, a gente faz também um pedido aqui, estendo esse pedido para os Parlamentares presentes, para que pressionem também, da forma como puderem, para que o Brasil mantenha esse posicionamento forte, para que o Brasil continue a ser o protagonista dessa discussão e continue a levar essa mudança para fora também, porque a mudança precisa começar de algum lugar e, se o Brasil tem as ferramentas para fazer com que isso aconteça, que seja no Brasil e que essa discussão ecoe para fora também e consiga proteger ainda mais mulheres. Essa questão não afeta só as mulheres brasileiras que trazem para o Brasil, mas também muitas mulheres brasileiras que sofrem com subtração internacional entre países, fora do Brasil, assim como a gente também percebe no nosso caso da Revibra.

Eu vou concluir aqui a minha fala. Gostaria novamente de agradecer pela oportunidade de falar, de expor o trabalho da Revibra e também gostaria de parabenizar a Comissão pela iniciativa, por esse trabalho, porque, realmente, ele é muito necessário para a promoção do tema.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Janaína Albuquerque. Muito obrigada por estar conosco nessa empreitada. Acho que você traz algo que só agrega. Ainda... Já conhece a experiência da Mabel, da Raquel, e para nós é muito importante a sua presença aqui.

Eu queria passar a palavra para o Sr. Boni de Moraes Soares, Procurador Nacional da União de Assuntos Internacionais, representante da Advocacia-Geral da União.

Por favor, Dr. Boni.

O SR. BONI DE MORAES SOARES (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senadora Mara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todas e a todos. Obrigado à Senadora Damares, que há pouco presidia esta sessão, à Senadora Mara, que nos lidera nesta Subcomissão.

Queria, inicialmente, parabenizar o Senado Federal pela criação desta instância de debate da Convenção da Haia sobre subtração internacional de menores e depositar aqui a nossa confiança, o nosso compromisso, de contribuição com essa iniciativa tão valorosa do Senado, tão importante para a boa compreensão e o aprimoramento, claro, da operação de aplicação desse tratado no Brasil e em outros diversos países aos quais as diversas mães que estão aqui estão relacionadas.

A iniciativa de hoje é especialmente valiosa, porque são poucas as oportunidades em que a gente tem um momento de escuta ativa dessas mães, trazendo os seus depoimentos, as suas histórias, que certamente iluminam a Advocacia-Geral da União e, claro, o Governo Federal brasileiro, com vistas à permanente busca do aprimoramento da aplicação do tratado.

Em respeito ao segredo de justiça, claro, que norteia os processos judiciais relativos aos casos concretos, nós não vamos aqui tecer comentários sobre casos específicos. Há pontos aqui que foram ditos que mereceriam uma nova colocação, há alguns pontos que não condizem com o andamento dos procedimentos, mas o que importa é deixar registrado, Senadora Mara, que, para além de eventuais divergências técnicas em processos concretos, a Advocacia-Geral da União tem revisitado sua atuação nessa matéria e produzido uma uniformização da sua orientação em homenagem à perspectiva de gênero que deve orientar a compreensão da produção de prova sobre violência doméstica, esse que é um tema tão candente na aplicação da Convenção da Haia no Brasil. Tanto assim é que, no bojo das duas ações diretas de constitucionalidade que discutem essa matéria, a Advocacia-Geral da União registrou posição alinhada com a posição do Presidente da República no sentido de que a violência doméstica que atinge a mãe pode, sim, configurar um impacto indireto à criança e, portanto, uma hipótese de exceção à obrigação de retorno dos menores inicialmente subtraídos.

É também importante consignar que a AGU hoje não se coaduna, não se alinha a práticas de países que procuram privar de liberdade genitores anteriormente envolvidos em casos de subtração. A Advocacia-Geral da União não se coaduna com esse tipo de prática e tem adotado, em juízo, uma postura de buscar o compromisso de países para que não haja a privação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberdade de mães envolvidas nesses casos, ainda que eles possam exercer algum tipo de jurisdição criminal. Ao nosso ver, não é cabível retirar a liberdade de uma mãe ou de um pai mesmo envolvidos num caso como esse, porque isso significa, certamente, um prejuízo insuperável à capacidade que os genitores têm de disputar o direito de guarda dessas crianças, como é esperado, de acordo com o espírito da Convenção da Haia.

Finalmente, eu queria destacar aqui a importância e a oportunidade de trazer um convite da Advocacia-Geral da União a este Senado e a V. Exa., especialmente, Senadora Mara, de engajamento conosco no fórum sobre violência doméstica e subtração internacional de crianças. Como V. Exa. já informou no início, nós temos a expectativa de sediar a segunda edição desse fórum no Brasil, no segundo semestre, em outubro. Há contatos informais ainda com a cidade de Fortaleza e com o Governo do Ceará, mas tudo leva a crer que, sim, nós teremos a realização do fórum naquela cidade.

E essa será, sem dúvida, uma oportunidade crucial para que nós levemos à comunidade internacional as preocupações que o Brasil tem com relação a essa matéria, porque, se é verdade que nós temos tido uma preocupação em reinterpretar a convenção à luz da realidade de hoje, é verdade também que muitos países ainda adotam uma posição muito ortodoxa quanto a esse assunto, uma posição muito conservadora, muito literal da convenção, em prejuízo do bom funcionamento da convenção e do respeito às situações de violência doméstica, no que diz respeito a essas situações de privação de liberdade das mães, como foram relatadas aqui.

O Brasil como um todo, e a AGU em particular, tem fomentado este debate, tem impulsionado este debate internacional, para que os países percebam que a violência doméstica é um problema central da aplicação da convenção hoje, para que eles percebam que não há espaço para cooperação internacional em casos de violência doméstica que trazem tantos impactos para essas crianças envolvidas e que não há espaço para a privação de liberdade de genitores envolvidos nesses casos pelo fato simplesmente de terem praticado uma subtração inicial da criança de um país para outro país.

É esse o debate que nós queremos promover no segundo semestre junto aos demais Estados Partes da convenção, à sociedade civil, à academia e a todos os interessados nessa matéria. Nós esperamos ter uma forte participação da comunidade internacional no fórum que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se realizará no Brasil. Estamos aqui realizando uma série de articulações para que delegados de Estados Partes da convenção venham ao Brasil, participem desse debate, ouçam a nossa posição, a nossa busca por uma reinterpretação dessa convenção, para que, quem sabe, nós possamos, a partir do fórum e após o fórum, estabelecer um debate internacional no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, com vistas a uma reedição das suas orientações a respeito da aplicação da convenção.

Nós acreditamos muito fortemente, nós estamos muito confiantes de que o fórum será uma oportunidade de guinada, de virada de chave na compreensão internacional dessa matéria, em alinhamento com a visão crítica que o Brasil tem, tanto a AGU quanto o Poder Judiciário brasileiro. É claro que as divergências nos casos concretos poderão acontecer. É óbvio que temos casos concretos em que há posições divergentes entre as partes envolvidas, mas para nós é muito evidente também que, se compreendido como um todo, o Brasil hoje tem uma posição sistemicamente muito progressista de compreensão da situação da perspectiva de gênero, que deve cercar a interpretação dessa convenção, de modo que o nosso exercício passe a ser também o de convencer os demais países, como dizia a Dra. Janaína, da Revibra, de que há a necessidade de uma reinterpretação do tratado.

Essa é a nossa expectativa, esse é o nosso compromisso. Eu deixo aqui, mais uma vez, em nome do Ministro Jorge Messias, o convite a V. Exa., à Senadora Damares e a todos que formam a Subcomissão para que participem do fórum. Nós certamente vamos levar esse convite oficialmente adiante, por vias formais, e, claro, esperamos também ter a participação das diversas mães que estão aqui hoje, para que elas possam trazer o seu relato, participar, se engajar nesse debate, porque certamente teremos ali uma oportunidade chave de guinada na compreensão desse assunto, não só no Brasil, mas em toda a comunidade internacional que aplica essa convenção mundialmente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria reiterar, inclusive, a pergunta se as mães terão voz mesmo nesse fórum, porque nós acreditamos que é a matéria-prima principal que a gente tem para trabalhar. Então, elas precisam ter direito à voz nesse fórum. (*Pausa.*)

Ele está falando. (*Falha no áudio.*)

O SR. BONI DE MORAES SOARES (*Por videoconferência.*) – Consigo falar? Consigo entrar? (*Pausa.*)

Agora, acho que sim. Saiu mudo.

Senadora, certamente, certamente terão, sim, voz! O fórum será um espaço aberto de contribuição. Haverá, para além das palestras, dos painéis, no formato mais típico de eventos como esse, de fóruns, de conferências, seminários, nós esperamos ter mesas paralelas de debates durante alguns dos painéis, com divisão de grupos que poderão trocar, intercambiar experiências sobre casos e discutir os temas que nós vamos discutir a partir das experiências das diversas pessoas envolvidas. E, certamente, também teremos a representação de mães, genitores envolvidos nesses casos nos painéis de reflexão sobre os diversos temas que serão propostos na programação do fórum.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – (*Falha no áudio.*) Dr. Boni.

Bom, eu queria agora dar a palavra para a Daniela Brauner – nossa parceira que tanto vem nos acompanhando em todos esses casos –, que é Coordenadora de Assistência Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União (DPU).

Daniela, você está com a palavra.

A SRA. DANIELA BRAUNER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todas as pessoas presentes!

Eu gostaria de agradecer (*Falha no áudio.*) Defensoria Pública da União na minha pessoa.

Gostaria de agradecer à Senadora Mara Gabrilli, à Senadora Damares, ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de registrar aqui uma saudação especial à presença da Autoridade Central, Dr. Rodrigo Meira; da Advocacia-Geral da União, Dr. Boni; e das demais entidades aqui da sociedade civil, como o Gambe e a Revibra; e uma saudação mais que especial a todas as mães que me antecederam nas suas falas. Queria dizer que anotei o nome de todas – a Valéria, a Ana Beatriz, a Eliana, a Tunísia, a Neide, a Marcela, a Mabel, a Raquel, a Ana Gabriela e a Karla –, que todas elas estão aqui contempladas nas atuações da Defensoria Pública. É por elas que a Defensoria Pública tem registrado aqui os seus atendimentos e tem se mobilizado para atender a outras tantas mães que, infelizmente, têm se somado a esse número de mães aqui acusadas de subtração, de mulheres vítimas de violência doméstica.

Esse é um tema muito sensível. A Defensoria Pública da União tem acompanhado por mais de dez anos essa temática por meio do Grupo de Trabalho Mulheres, o que significa que a perspectiva de gênero sempre foi uma preocupação da Defensoria Pública da União. E, por conta disso, a Defensoria Pública lançou uma nota técnica a respeito de como a convenção deve ser interpretada à luz da perspectiva de gênero antes mesmo da resolução do CNJ nesse sentido, com uma preocupação muito concreta quanto a questões relacionadas à interpretação do Artigo 13 do não retorno, ou seja, devemos entender que aplicar a Convenção de Haia é também não retornar a criança para um ambiente em que ela esteja em uma situação de risco, em uma situação intolerável.

E o que é uma situação intolerável? Todas essas dos relatos que nós ouvimos hoje são situações intoleráveis. Uma situação que implica um afastamento contínuo e definitivo da mãe, principal cuidadora, um rompimento das relações familiares de tal forma que a mãe é colocada em uma situação de prisão, que a mãe não consegue lutar com as mesmas armas num país para enfrentar as disputas de guarda é uma situação intolerável.

Eu ouvi todos esses relatos, e uma das questões que me chamou muito a atenção foi que... Eu até tinha preparado uma outra fala, mais técnica, mas eu aqui gostaria de tratar desses rostos que a convenção produziu, dessas pessoas. Todas as pessoas aqui – pelo menos dos relatos que foram trazidos – são de mulheres brasileiras que foram para países do Norte Global, principalmente Europa e Estados Unidos, e que tiveram uma dificuldade muito grande de encontrar um respaldo a respeito das alegações de violência doméstica que sofreram nesses países e também um acolhimento, para poder lutar com as mesmas armas. E não é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu aqui gostaria de trazer uma fala muito sensível da Raquel, eu acho que a fala dela é sempre muito potente. Uma vez conversando, ela falou assim: "Eu não sou contra a convenção. E eu não sou contra a convenção por causa da Ana Gabriela, da Karin, de outras mães que sequer têm a Convenção de Haia". Então, essa união que é feita em relação a todas essas mães de Haia, de alguma forma, explica e faz muito som a respeito do que realmente nós estamos (*Falha no áudio.*)

São mães que estão lutando pelos filhos, e as peculiaridades do caso concreto implicam muitas vezes que aplicar a convenção pode significar o afastamento contínuo desse relacionamento mãe e filho, mãe e filha.

E, por conta disso, a Defensoria Pública da União tem trabalhado na defesa dessas mães e apresentou um projeto a respeito da sua atuação. Então, a DPU já atua em nome de algumas dessas mães, ela tem aqui a potencialidade e a vocação para atuar em nome das demais mães. Por conta disso, nós temos aqui um projeto – gostaria de agradecer a sinalização da Senadora Damares em relação ao fortalecimento desse projeto –, que é um projeto destinado a contemplar as mães vítimas de violência no espectro de atuação da Defensoria Pública da União.

Se a gente tem aqui um Governo, um Estado brasileiro – aqui fazendo menção à AGU, muito competente para atuar em favor da aplicação da convenção no sentido do retorno –, é importante que a gente tenha, como disse aqui a Tunísia em relação à ampla defesa, também uma instituição que olhe por essas mães. E é esse sentido que a minha fala tem como direcionamento.

A Defensoria Pública está atenta ao debate. A violência doméstica sempre foi uma bandeira trazida pela Defensoria Pública em relação às formas de exceção à aplicação da convenção. Além disso, a criminalização dessas condutas no exterior também é algo muito importante a ser levado em consideração. Nós não podemos permitir que uma mãe retorne e seja colocada em situação de prisão, além das questões envolvendo a (*Falha no áudio.*) ou seja, a própria possibilidade de essa mãe estar em situação regular no país em que vai eventualmente brigar pela guarda do filho. Então, são todas essas considerações.

Esses relatos demonstram que a aplicação da convenção, como disse a Advocacia-Geral da União, necessita de uma reinterpretação que leve em consideração esses casos, porque o resultado desses casos trouxe uma malversação em relação à consequência da aplicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós aqui, enquanto instituição de Estado que defende as causas relacionadas aos direitos humanos e às pessoas em situação de vulnerabilidade, não podemos estar alheios a este debate.

Então, a Defensoria Pública (*Falha no áudio.*) do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de órgãos do Estado, do Governo Federal, para que esse projeto seja uma realidade.

Eu gostaria de agradecer imensamente a realização desta audiência pública por parte do Senado Federal, um espaço para que a gente possa cumprir as mães e possa debater aqui todas as questões que são questões atinentes à aplicação da convenção no Brasil. Como disse a Janaína, que elas ecoem como aplicação para além das fronteiras nacionais.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Daniela. Obrigada por tanto e obrigada por estar sempre nessa função da DPU. A DPU é sempre nossa parceira em vários setores. Então, eu tenho que agradecer mesmo. Gratidão ao trabalho da DPU e à atenção especial com essas mães.

Eu queria chamar agora a Letícia Leidens, Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Subtração Internacional de Crianças da Universidade Federal Fluminense (Nupesic/UFF).

Letícia...

A SRA. LETÍCIA LEIDENS (Para expor.) – Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está me ouvindo?

A SRA. LETÍCIA LEIDENS – Sim. Muito obrigada. (*Pausa.*)

Eu gostaria de começar agradecendo à Senadora Mara, à Senadora Damares e ao Senador Flávio pelo requerimento desta audiência e por colocar em pauta de discussão um tema tão caro, tão relevante, tão delicado para nós e, sobretudo, trazer um espaço de fala para as Mães de Haia.

Quero cumprimentar os senhores e as senhoras aqui presentes e também todas as pessoas que estão nos escutando do outro lado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me chamo Letícia Leidens. Eu sou Professora da Universidade Federal Fluminense, Doutora em Direito Internacional Privado, e coordeno o Núcleo de Pesquisa em Subtração Internacional de Crianças (Nupesic), coordeno a Clínica Jurídica em Subtração Internacional e Violência Doméstica, associada ao Nupesic e ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (Nupedim), todos eles vinculados à graduação e à pós-graduação em Direito da Universidade Federal Fluminense.

A minha fala é a partir da academia, da ciência, que é um espaço que nos permite, através do senso crítico, estruturar, questionar e alargar as estruturas postas e questionar procedimentos, principalmente aqueles nos quais identificamos violações de direitos humanos.

O debate da associação entre subtração internacional de crianças e violência doméstica vai passar principalmente pelo uso do Artigo 13, I, "b", da Convenção de Haia de 1980, porque não está mencionado nesse artigo que a violência doméstica configura uma exceção ao retorno da criança do estado de residência habitual, mas, problematizando essa questão, a ausência de uma menção literal não significa que a convenção tolere essa prática, tão pouco autorize a invisibilidade de violências em face de mulheres mães migrantes e, sobretudo, de crianças.

No plano jurídico e prático, a incidência ou não da violência doméstica vai depender se o julgador utilizará uma interpretação restritiva ou extensiva do Artigo 13, I, "b", na tentativa de adequá-la a um grave risco de ordem física e psíquica ou a uma situação intolerável.

Aqui aparecem algumas questões que eu gostaria de mencionar.

A primeira delas: as mães vítimas de violência doméstica vão depender de uma interpretação extensiva do julgador. E este é um lugar de muito desamparo, que se contrapõe à cultura da prevalência dos direitos humanos previstos constitucionalmente.

Segundo: ainda que o julgador reconheça a incidência da violência doméstica no contexto do Artigo 13, §1º, "b", as mães precisam provar. E isso significa muita dificuldade, principalmente se pensarmos que, no contexto estrangeiro, nem todos os países possuem uma legislação de violência doméstica. Além disso, há criminalização da própria conduta de subtração internacional de crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceiro ponto: ainda que comprovada, a jurisprudência brasileira vai pressupor que a violência é restrita à criança, invisibilizando a mãe nesse contexto, ao contrário da ideia de que dar amparo à mãe também é amparar o melhor interesse da criança.

Quarto: mesmo nós reunindo todas essas situações, a premissa da convenção ainda vai se manter forte, que é a orientação ao retorno do estado de residência habitual.

E, por último, nós não temos um protocolo que determine alguns parâmetros para o julgador no sistema brasileiro, razão da não uniformidade dos casos.

Portanto, muitas são as questões que aparecem na aplicação da Convenção da Haia de 1980 e que silenciam e perpetuam múltiplas violências em face de mães, mulheres, imigrantes, que passam... sobretudo determinando um cenário muito duro para elas.

O nosso projeto, o Nupesic, resulta de um período de mais de dez anos investigando a Convenção da Haia de 1980 e percebendo uma necessidade de ampliar a construção do conhecimento científico na área, para além dos aspectos normativos, para além das práticas institucionais, de forma que visibilize uma demanda social e uma lacuna sociojurídica existente, que vem perpetuando violações dos direitos das mulheres e das crianças.

Buscamos dar espaço a quem experiencia dolorosamente a subtração internacional de crianças associada à violência doméstica. Por outro lado, também percebemos a dificuldade em precisão de dados quantitativos e qualitativos sobre a violência pela qual as mulheres são acometidas. Quem são essas mulheres? Quais as causas da subtração internacional? São dados que são essenciais para pensarmos os problemas.

Aproximando-me um pouco das falas das mães de Haia, trago dados de um dos eixos de pesquisa do Nupesic, que é a pesquisa jurisprudencial, realizada em âmbito dos tribunais superiores brasileiros – portanto, um recorte específico em sede recursal –, em que foi possível estimar alguns números sobre a aplicação da Convenção da Haia no Brasil. O período de pesquisa se restringiu aos anos de 2007 a 2025, portanto, a gente consegue fazer uma verificação de uma visão histórica da aplicação da Haia no Brasil, bem como associado ao primeiro ano de entrada em vigor da Lei Maria da Penha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro gráfico vai mostrar uma prevalência quantitativa de casos em âmbito regional. Então nós vamos ter mais casos sendo julgados no Tribunal Regional Federal da 1ª e da 3ª Regiões, bem como STJ e STF.

O segundo gráfico nos mostra o perfil do subtrator, identificando aí a predominância de mulheres, mães imigrantes, é um dado que converge com a realidade internacional, que também vai indicar que as mulheres são as principais subtratoras. A partir dos anos 90, fala-se da feminização da subtração internacional. Trata-se de um dado muito frio por si só, mas nós precisamos entender qual a causa desse movimento, por que as mulheres são as principais subtratoras.

O próximo gráfico nos mostra a aplicação do artigo exceção 13, (i) "b", num contexto associado com outros artigos exceções, ele não aparece de forma isolada. Mas, quando ele é aplicado, nós temos um percentual de 55% dos casos analisados em que ele é fundado em violência, o que inclui a violência doméstica. Aqui nos diz um pouco mais sobre o indicativo de mulheres e mães subtratoras.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LETÍCIA LEIDENS – O próximo gráfico mostra a inexpressividade de menções em processos sobre qualquer preocupação com a mãe vítima de violência. Além da ausência de um julgamento com perspectiva de gênero, mesmo com um protocolo, identificamos uma omissão institucional de proteção e recursos para a vítima de violência.

No próximo gráfico, nós temos um indicativo importante que dá uma vitória frente a todos os outros desafios colocados para mães de Haia, ou seja, a criança prevalece no Brasil, mas a nossa preocupação consiste em como ela será integrada, qual o movimento institucional para tanto.

O próximo gráfico nos mostra o quantitativo de casos, aparecendo uma perspectiva de crescimento, de aumentos de casos de subtração internacional de crianças. Então é importante nós nos debruçarmos com essa temática e pensarmos alternativas para proteger mães e crianças.

Fizemos também um mapeamento dos principais países que acionam a autoridade central e os três mais recorrentes são Estados Unidos, Portugal e Espanha. Aqui também aparece uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

divisão geopolítica entre estados requerentes e o estado requerido, no Brasil, para pensarmos o papel desses países, bem como suas relações econômicas e políticas e como isso vai materializar a subtração internacional de crianças. Também é importante pensarmos na cooperação internacional jurídica ativa às mulheres brasileiras que estão no exterior, expatriadas, em um contexto entre esses países também.

Então, a leitura inicial desses dados nos permite tecer algumas características. A aplicação da Convenção da Haia no Brasil vem destacando omissões, dificuldades e tendências. A jurisprudência é um formante muito importante para pensarmos novos protocolos e novos vieses de aplicação do tema, pois nos traz parâmetros aplicativos da Convenção da Haia de 1980.

Eu quis trazer uma amostra a partir do recorte de uma pesquisa jurisprudencial que estamos analisando, mas que já demonstra dados que muito se aproximam das demandas e denúncias trazidas pelas mães de Haia.

Finalizo a minha exposição destacando que temos muitos desafios pela frente, mas o Brasil vem sinalizando através das ADIs, através desta Subcomissão, através do Projeto de Lei 565, que pode ser um país percursor de mudança em face de um contexto multilateral, ampliando a proteção da criança, das mulheres, mães imigrantes, no contexto interno e, quiçá, no contexto internacional.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada pela sua exposição e parabéns pelo trabalho, Letícia.

Eu queria chamar agora o Coordenador-Geral da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. (*Pausa.*)

Rodrigo é um parceiro que temos hoje aqui.

O SR. RODRIGO MEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Doutora. Muito obrigado a todos e a todas.

Primeiramente, o meu agradecimento especial – se puderem botar depois os eslaides, por favor – às mães da Haia que estão aqui e trouxeram suas histórias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante que nós da Acaf tenhamos em conta que o papel que chega lá frio para a gente não necessariamente é um papel frio, existe uma história, uma pessoa por trás dele. Então, a primeira coisa que eu quero dizer é que a Acaf se solidariza com todos os casos. A gente está tendo uma perspectiva muito inovadora em relação à forma como a gente recebe esses processos para melhorar o nosso acolhimento e tentar trazer cada vez mais uma visão humanizada de como a gente vai aplicar a Convenção da Haia.

Faço um agradecimento especial aos Senadores – Senadora Damares, Senadora Mara Gabrilli, Senador Flávio Arns –, porque é muito importante que tenhamos essa primeira grande inclusão no Brasil de todas as discussões sobre a Convenção da Haia. Também cumprimento os demais representantes do Estado brasileiro, a Profa. Letícia e todos os que estão aqui.

Recentemente, nos últimos processos, é muito comum que os juízes reclamem que o Brasil, depois de 25 anos de aplicação da Convenção da Haia, não tem ainda uma lei especial ou sequer um esboço de lei especial. É muito importante que a gente traga esse debate junto com todas as instituições que colaboram na aplicação da convenção, com a academia, o Parlamento, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Nós temos valiosas mentes em todos esses Poderes, em todas essas frentes, e, pelo visto, nós temos aqui, ao ouvir todos esses debates, a construção de quase um consenso de que alguma coisa está muito errada na aplicação da Convenção da Haia.

Então, se nós temos esse consenso, eu acho que a primeira coisa que nós temos a fazer é veicular qual seria, então, o caminho mais certo para a gente aplicar a Convenção da Haia de forma humanizada, olhando com lupa essas questões da violência doméstica que nos atingem tão fortemente.

Seria possível passar o eslaide? (*Pausa.*)

Ah, tranquilo.

Então, enquanto isso, eu vou falando.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer as falas que vieram antes de mim para demonstrar também que essa perspectiva de gênero está presente também dentro da autoridade central. É evidente que nossos dados também estão batendo com os dados que a senhora apresentou, principalmente no que tange ao fato de a maioria dos requerentes serem os pais, homens, e as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requeridas serem as mulheres, mães. Essa tendência de feminilização já foi debatida em vários aspectos e traz para a gente uma perspectiva nova para entender esses casos de forma majoritariamente cuidadosa, principalmente porque nós temos dentro da Acaf um cuidado enorme em relação à nota técnica que nós fazemos para encaminhar à AGU, na perspectiva de alimentar cada vez mais com mais informações sobre o que está acontecendo nessa família e o que foi que aconteceu com essa criança. E o que eu sinto muitas vezes é que, dentro do processo administrativo, muitas vezes não há a exposição de todos os fatores que poderiam trazer uma diferenciação para o nosso debate. Então, é muito comum, por exemplo, a mãe alegar violência apenas no processo judicial e não falar na Acaf. Isto me deixa muito preocupado porque muitas vezes eu conversei com mães e perguntei: "Por que você não alegou isso no processo administrativo?", e ela falou: "Porque eu fui orientada pelo meu advogado a não tratar de violência doméstica dentro do processo administrativo, deixar só para o processo judicial". E eu não entendia exatamente por que esse tipo de orientação.

Mas, no Ministério da Justiça, e aqui eu falo em nome do Diretor Paulo Teixeira e também falo em nome do Secretário Nacional de Justiça, Jean Uema, nós temos uma preocupação muito grande em relação a tudo isso.

O eslaide que eu ia passar mais ou menos fala que os Estados Unidos são o principal país em relação a migrantes no Brasil. Nós temos, majoritariamente, brasileiros nos Estados Unidos e Europa, como foi constatado aqui, neste debate, em que a maioria das mães trouxeram questões sobre Estados Unidos e Europa.

Nossos casos, majoritariamente, tratam desses países, e a gente tem observado também questões relacionadas, dentro desse retorno, com uma realidade muito cruel para as mães que retornam a esses países. Geralmente, elas perdem o direito de ter a guarda dos seus filhos nos países ditos de residência habitual. Isto nos preocupa e precisa ser olhado com lupa, exatamente para que a gente possa também aprimorar uma forma de enxergar o outro lado. Se essa mãe retornar, o que vai acontecer com ela dentro desse processo? E isto também nos preocupa bastante.

Como grandes desafios da Acaf, a gente precisa também colocar a importância de trazer uma aproximação junto com o Poder Judiciário, e nesse ponto nós temos uma relação muito boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a Rede Brasileira de Juízes de Enlace, que é coordenada pelo Dr. Guilherme Calmon, em que a gente consegue trazer preocupações comuns, e a preocupação da violência doméstica foi recentemente abordada. Inclusive, quando eles forem convidados aqui, eu gostaria que eles trouxessem também o protocolo que eles estão trabalhando – já foi encaminhado para a Acaf, e eu fiquei muito grato por isso – sobre casos em que há a alegação de violência doméstica.

Então, a gente pode também trazer, com a DPU, com a AGU, com o Itamaraty e com todas as instituições que aplicam a Convenção da Haia e são presentes, uma forma de entender esse protocolo como uma novidade que pode ser trazida também, quem sabe, para um novo projeto de lei especial em tramitação. Então, tudo isso precisa ser colocado. Nós estamos atentos a tudo que está acontecendo dentro do âmbito da Haia.

Eu concordo plenamente com a fala da Janaína, que trouxe uma preocupação não apenas em mudar o que está acontecendo no Brasil, mas em trazer esse olhar para fora. Quiçá no evento de outubro deste ano a gente possa também colocar as preocupações que outros países têm em relação à aplicação a ferro e fogo da letra da lei da Haia, mesmo porque, já complementando o que a Profa. Letícia falou, a Profa. Rhona Schuz fala que, na letra da lei da Haia, não tem nada falando sobre o melhor interesse da criança, mas é evidente que o melhor interesse da criança é o princípio basilar e fundamental na aplicação da Convenção da Haia. Então, a gente precisa trazer esse aspecto, não só no aspecto material, mas também no aspecto processual. É muito comum – e eu ouço reclamação dos advogados, que eu acho que também vão fazer parte desse debate – que, quando há uma parte que não vai à primeira audiência, você tem apenas três, quatro meses depois uma nova audiência. Isso não é prioridade absoluta. Prioridade absoluta é: tira esse processo que está aqui do lado sobre – sei lá – medicação, alguma coisa desse tipo, e bota a prioridade absoluta para atender essa criança na data mais próxima possível.

Então, tudo isso pode ser mudado, pensado, discutido, e a gente tem aqui uma nova lei de tramitação, que pode sair daqui, desta Comissão. Eu acho tudo isso muito positivo. É o Estado brasileiro se organizando exatamente para trazer essa preocupação, por quê? A prioridade absoluta também deve ser revestida na questão da análise do processo em si, mas também no tempo de tramitação, porque a gente fez um acordo na Haia de seis semanas e, pela minha experiência, eu não vi nenhum processo, salvo um que eu escutei agora aqui da moça que estava na Inglaterra, que foi antes de seis semanas. Eu achei, assim... Não conheço o processo, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tramitou pela Acaf, então eu não sei exatamente por que, mas é muito raro um processo que atinge esse patamar de seis semanas.

Então, para nós da Acaf, fica a mensagem de que a gente quer contribuir. A Acaf sempre recebe de braços abertos todos que querem discutir a Convenção da Haia. Recebe todas as mães, recebe todas as instituições. Está aberta também a todas as instituições que queiram receber – viu, Embaixador e Profa. Letícia? – e ao Senado em si, sempre, porque nós temos uma preocupação maior de fazer com que essa aplicação seja conforme a Constituição e conforme o mínimo de humanidade, prevendo também como nosso norte o melhor interesse da criança.

E eu gostaria que esse debate também fosse colocado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MEIRA (*Por videoconferência.*) – ... para que a gente pudesse ampliar essa participação – trazer também a OAB, trazer, claro, como já está aqui, a DPU e todas as instituições – a fim de verificar o que é melhor para a criança dentro desses contextos. E a gente pode analisar, no caso a caso, o que a gente pode discutir e trazer de interessante para a gente renovar esse espírito de proteção, não só aos vulneráveis crianças, mas também aos vulneráveis mães, e fazer com que tudo isso seja discutido na forma mais ampla e plural possível.

O Boni trouxe aqui essa questão do convite que vai ser feito para o evento de outubro. Eu espero que haja uma participação maciça desta Subcomissão, porque nós temos vozes muito dissonantes no exterior em relação à violência doméstica. Recentemente, numa defesa de mestrado – e eu estou aqui com a mestranda Luciana, que trouxe esse debate sobre os Estados Unidos especificamente –, mas, em diversos outros países, violência doméstica é somente violência física. Isso nos traz uma dificuldade enorme de trabalhar e discutir com outro país sobre violência doméstica. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de trazer, que a gente poderia rediscutir, e por que não também, às vezes, a gente elaborar uma questão aqui, para futuramente pensar numa nova convenção sobre a Maria da Penha internacional, que seja aplicada fora, e que a gente possa discutir, rediscutir, e trazer para o Brasil esses benefícios.

Nós temos em outubro esse evento. Eu gostaria que a maior parte das pessoas que estão nesse debate possam fazer parte desse debate exatamente, porque lá nessa reunião nós vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter vozes dissonantes, vozes que vão dizer que a violência doméstica, às vezes... Isso foi debatido na Haia, e hoje em dia a ciência já mostra, e trago aqui a voz da Professora que trouxe também isso... Antigamente, na Haia se pensava que a violência contra a mãe não necessariamente atingia a criança. Cientificamente, isso já foi derrubado há muito tempo, e a gente precisa também trazer aspectos dos debates científicos para a aplicação da convenção.

Várias vezes eu me deparei com um debate sobre a desnecessidade de escuta protegida da criança. A minha tese de doutorado foi exatamente sobre isso, a criança precisa ser escutada; e no Brasil ela não é escutada. Então, nós temos diversos pontos a serem debatidos. Eu agradeço imensamente essa oportunidade de a gente colocar tudo isso aqui, de forma plural, percebendo os consensos. Eu já vi aqui – escutando as mães, escutando a AGU, a DPU e todos que falaram, a Revibra, até a academia que falou também – que nós temos vários consensos construídos. Então, o debate pode fluir melhor diante desses consensos.

Agora, nós temos uma aplicação convencional de que precisamos também olhar para o exterior, como a Professora também acabou de falar, porque nós temos casos ativos. E hoje na Acaf nós temos mais casos ativos, ou seja, nós estamos mais solicitando a aplicação da convenção fora do que recebendo pedidos. Então, isso me preocupa muito, porque muitas vezes a gente quer olhar a convenção com um olhar apenas brasileiro. Nós temos que trazer esse olhar de fora, exatamente para fazer cumprir a convenção da forma mais global possível, para que o Brasil não seja colocado como párea, mas sim que o Brasil seja colocado como um país que cumpre a convenção e cumpre a convenção de forma humanizada. Isso precisa ser dito e colocado para que a gente construa.

Essa oportunidade aqui dessa Subcomissão é enorme, é uma coisa inédita no Brasil. Há 25 anos esperávamos por esse momento, 25 anos! É um quarto de século esperando esse momento de a gente regulamentar. Quem sabe, ao final dos debates, desses seis meses, a gente consiga construir alguma coisa. E, nesse ponto, contem – viu, Senadora? – com a Acaf.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO MEIRA – Contem com a Acaf sempre, porque a gente está não só vendo tudo aquilo passar pelos nossos olhos, mas também a gente tem um olhar muito sensibilizado. O Ministério da Justiça fica à disposição para todo e qualquer debate em relação a isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito a minha fala, muito obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, muito obrigada pela parceria!

Eu queria dizer que a apresentação do Dr. Rodrigo Meira vai ficar disponibilizada. Parece que o *link* atual não está funcionando, mas, até o final da audiência, outro link estará à disposição, para todo mundo ter acesso.

Queria agradecer.

E agora, Presidente Damares, eu vou chamar nosso Embaixador. Ele ficou por último, mas os últimos têm sempre uma grande importância.

Eu já quero, de antemão, Ministro Aloysio Mares Dias Gomide Filho, que é Secretário Substituto de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, o MRE, agradecer muito, desde já, pela parceria, pela pronta resposta a todos os ofícios que nós temos mandado. Vocês realmente nunca deixaram nenhum ofício passar em vão. Então, agradeço.

Eu sei que a gente manda muito ofício, mas a gente procura restringir ao máximo. Mas, como o senhor mesmo está podendo ver, a demanda é tão grande, são tão contundentes, que a gente faz é oficiar mesmo e pedir orientação do MRE. Isso tem acontecido muito, e vocês têm respondido. Então, agradeço bastante.

Com a palavra o Ministro Aloysio Mares Dias.

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, Sra. Senadora Mara Gabrilli, que está presidindo esta sessão.

Cumprimento também a Exma. Sra. Senadora Damares Alves, os demais membros da mesa, os colegas do Itamaraty presentes e, sobretudo, as mães e mulheres brasileiras que estão aqui presentes e fizeram relatos absurdamente comoventes sobre a situação.

Eu, primeiro, gostaria de fazer um rápido comentário, Sra. Senadora, sobre os ofícios que a senhora envia ao Itamaraty: por favor, estamos à total disposição e siga enviando esses ofícios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Itamaraty. Cada um que chega ali, nós sabemos que tem um caso concreto. Como o Dr. Rodrigo falou, não são documentos, papéis; são pessoas e casos por trás deles. Tratamos esses casos com toda a importância e dignidade que eles merecem e procuramos responder com todas as informações disponíveis. Também acionamos nossa rede consular, conforme o que é demandado no ofício, e, além de prestar informações, nós também tomamos providências concretas para buscar ajudar permanentemente esses casos.

Gostaria também de cumprimentar, embora ela não esteja aqui, mas talvez ela vá assistir depois, a ex-Ministra das Mulheres, como a Senadora comentou, a Dra. Cristiane Rodrigues Britto, e também a representante das organizações que prestam apoio a vítimas de violência doméstica no exterior, o Gambe, Revibra, a Dra. Janaína, que falou aqui de forma muito eloquente sobre o trabalho da Revibra Europa no exterior. As duas são entidades parceiras do Itamaraty, em relação à cooperação para prestar assistência aos vários casos – e gostaríamos, é evidente, que não fossem vários – que aparecem na rede consular brasileira.

Então, eu vou centrar minha fala aqui dentro dos dez minutos e vou ler aqui uma parte, mas gostaria primeiramente de cumprimentar o Senado Federal, Senadora, pela iniciativa. Como eu disse antes, esses relatos comoventes só revelam a acertadíssima decisão, primeiro, de ter criado esta Subcomissão, e, além disso, de realizar essas audiências públicas para justamente trazer à tona esse assunto, para que a sociedade brasileira conheça mais o que está acontecendo e para que os debates produzam resultados concretos em termos de legislação, aplicação da convenção e melhorias nesse sentido.

Eu mesmo estive aqui algumas semanas atrás, ao lado do Senador Flávio Arns; o pai da Dra. Valéria Ghisi esteve aqui presente, do meu lado, também; a própria Valéria Ghisi participou de forma virtual, como fez hoje; e também, do meu outro lado, estava a Dra. Daniela Brauner, da DPU, que falou aqui também; e a senhora, Senadora, estava aqui também presente naquela audiência para acompanhar o assunto e frisar mais uma vez a importância que o Senado dispensa ao assunto.

Também estive presente em outra audiência sobre o mesmo assunto, dessa vez sobre o observatório do Senado sobre violência contra a mulher, e queria só ressaltar que, nessa última audiência, com a participação da Embaixadora Márcia Loureiro, que é a Secretária da nossa área

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– estou aqui representando a Embaixadora Dra. Márcia Loureiro, ela está ausente do Itamaraty –, o Itamaraty e o Senado Federal afirmaram recentemente um entendimento sobre isso e passamos a incluir dados sobre violência doméstica no exterior, que recebemos dos nossos 186 postos – quase 190 postos – da rede consular brasileira. Eles estão agora alimentando esse dado do Mapa da Violência do Senado Federal, que é uma excelente iniciativa e só faz mais uma vez divulgar o problema para que ações concretas sejam implementadas para atender cada vez mais as mulheres e reduzir esses casos.

Então eu pretendo apresentar aqui, de forma resumida, os principais aspectos da atuação do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, em relação ao tema. Esse tema constitui uma das prioridades da política consular e migratória do Itamaraty, no sentido de prestar a melhor assistência possível a cerca de 3 milhões de brasileiras que vivem no exterior, do total de 5 milhões, que é a estimativa do Itamaraty.

A gente basicamente atua em duas frentes no exterior. A primeira, em relação à participação nas várias reuniões e eventos da Conferência da Haia. Está aqui presente a Ministra Patrícia Chiarello, que é Diretora do Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica do Itamaraty – a área dela é que participa diretamente dessas reuniões. E eu, do meu lado, atuo na área de assistência consular aos brasileiros no exterior... brasileiras no exterior, no caso concreto aqui.

Então, em relação especificamente à atuação no contexto da Conferência da Haia, o tema da subtração internacional de menores vem ao longo dos anos ganhando crescente visibilidade no Brasil, inclusive aqui, como já se disse, junto ao Congresso Nacional, em que tramita inclusive o projeto de lei que foi citado já algumas vezes por algumas mães e outros representantes.

Ele prevê a exposição da criança à violência doméstica contra a genitora como causa de exceção ao retorno ao país estrangeiro, o item 13, “b”, que foi citado aqui. Embora a exceção prevista no art. 13, “b” exista para proteger as crianças de situações de violência, o Brasil tem tido firme atuação, na Conferência da Haia, na defesa da convenção e de sua aplicação, sobretudo da exceção prevista no dispositivo 13, “b”, quando a mãe é vítima de violência doméstica, em contexto de subtração internacional e na defesa de garantias para a mãe, no caso de retorno da criança ao local habitual de residência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Itamaraty é favorável à aplicação da exceção pelo não retorno de crianças cujas mães foram vítimas de violência doméstica. Isso é muito claro e muito importante para nós. Nesse sentido, temos envidado esforços para reformar a referida Convenção da Haia. Na reunião da 8ª Comissão Especial sobre a convenção, acho que foi citada aqui já uma vez, que se reuniu em outubro de 2023, na Haia, o Brasil posicionou-se enfaticamente no sentido de que a aplicação da exceção, em caso de violências contra mulheres, seja amparada pela convenção. O documento final da Comissão Especial registrou que a violência doméstica, sobretudo a perpetrada por genitor contra genitora, configura motivação suficiente para que se aplique a exceção prevista na Convenção de 1980. Adicionalmente, a delegação brasileira ressaltou a necessidade de que a subtração de crianças não seja considerada crime na legislação dos países partes da convenção, de modo a garantir livre acesso das mães, sobretudo, à criança subtraída, se for determinado seu retorno ao local de onde foi retirada. Ou seja, proteção para que a mãe possa regressar ao país onde se encontra seu filho ou filha e ter acesso à criança, sem impedimentos legais ou de ordem migratória. Nós ouvimos aqui os diversos relatos comoventes de várias mães que enfrentam essa dificuldade, mas estamos buscando justamente trabalhar no sentido de evitar que isso aconteça.

Ainda que as negociações no âmbito diplomático demandem, como acontece na Conferência da Haia, o consenso entre os países membros daquele organismo, o Brasil tem levado às discussões a necessidade de que os países partes da convenção garantam acesso a instrumentos de combate à violência doméstica no seu país e medidas de proteção de mães e crianças que, em caso de devolução, auxílio por meio de advogados e a entrada e permanência legais no país, que é outro desafio, a questão do *status* migratório das mães quando chegam lá, além da possível criminalização, como aconteceu aqui em vários casos, no caso da Valéria Ghisi, por exemplo.

Como parte dos esforços em fortalecer o dispositivo, no sentido de que a proteção à mãe atenda ao princípio do melhor interesse da criança, o Brasil apoiou a iniciativa do escritório permanente em realizar o fórum sobre violência doméstica e aplicação da exceção na África do Sul, em junho de 2024. Como a Dra. Janaína, da Revibra, já comentou, e o Dr. Boni mencionou, já é o segundo fórum que vai ser realizado aqui no Brasil, em Fortaleza, uma iniciativa do Brasil para mais uma vez chamar a atenção para o tema e resultar em medidas concretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse evento de 2024 reuniu, pela primeira vez, no âmbito da Conferência da Haia, um grupo diversificado, para discutir a aplicação da convenção sobre subtração internacional de crianças e casos envolvendo violência doméstica, com a participação de representantes de órgãos governamentais, do Poder Judiciário, das autoridades centrais, especialistas em psicologia, pesquisadores, ONGs, tanto internacionais quanto nacionais e, claro, sobretudo, a presença dos pais – pais e mães.

O Projeto de Lei – que já foi citado – 565, de 2022, de autoria da Deputada Celina Leão, qualifica a exposição de crianças e adolescentes sob guarda de pais ou responsáveis legais brasileiros a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos do Artigo 13 da Convenção. Parece algo, assim – o Dr. Rodrigo comentou aqui –, de bom senso e, talvez, óbvio que violência contra mãe é, obviamente, violência contra a criança. Pareceria até desnecessário a gente ter que dizer isso, mas, enfim, é o que acontece, né?

Então, esse projeto de lei busca, assim, consolidar a interpretação defendida pelo Itamaraty no sentido de considerar a exposição de crianças e adolescentes sob guarda dos pais ou responsáveis legais a situações de violência doméstica em país estrangeiro como situação capaz de submetê-los a grave risco de ordem física ou psíquica, nos termos da mencionada convenção. Visa, desta forma, preencher uma lacuna na convenção, que não prevê situação de violência doméstica contra a mãe como fator para exceção do retorno.

Então, o Itamaraty se posiciona favoravelmente a esse projeto e sua emenda substitutiva, que se harmonizam com a atual política consular brasileira e a posição defendida pelo Brasil no âmbito da Conferência da Haia. É algo que é defendido pelo nosso Ministro de Estado como prioridade da política consular brasileira – o Embaixador Mauro Vieira.

O Itamaraty atua de forma permanente, conforme a Convenção de Viena, sobre relações consulares e outras normas legais, com o nosso Regulamento Consular Brasileiro na frente da assistência. Como eu comentei antes, atuamos em duas frentes: assistência consular aos 5 milhões de brasileiros que residem no exterior, 3 milhões de brasileiros, e também aos viajantes, que são em número na faixa dos milhões; e na parte de cooperação jurídica internacional. Eu vou comentar muito rapidamente um pouco as iniciativas mais recentes do Itamaraty nessa área com o objetivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal de permanentemente aperfeiçoar, Senadora, o atendimento, a assistência e a proteção prestada a brasileiros e brasileiras no exterior.

O Itamaraty desenvolveu, em dezembro de 2023, um protocolo específico de atendimento a casos de violência de gênero, para atuação célere, eficaz e humanizada, para aperfeiçoar ainda mais a assistência prestada em casos dessa natureza. Ouvimos aqui, em alguns relatos, situações de atuação dos nossos consulados, embaixadas que deixaram a desejar, conforme os relatos que ouvimos aqui, e o nosso objetivo é exatamente buscar aperfeiçoar. Queremos, sim, receber esses relatos – são muito importantes para nós –, porque o objetivo é aperfeiçoar e melhorar sempre essa atenção, essa proteção concedida a todas as vítimas de violência no exterior.

Temos sempre disponíveis canais como Ouvidoria Consular e *e-mails* dos consulados no exterior e das embaixadas para receber não só sugestões como críticas para possibilitar o aperfeiçoamento da nossa atuação no exterior. E esse é o objetivo permanente da nossa política consular.

Esse atendimento é objeto de cursos de treinamento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO – ... permanentes também para os servidores – eu vou acelerar aqui a fala agora – para melhorar esse atendimento especializado às mulheres no exterior.

Na frente preventiva, temos várias e várias cartilhas que sempre buscamos elaborar, em parceria com órgãos, parceiros, ONGs, entidades no exterior, como a Revibra, Ministério das Mulheres, também sempre trabalhamos com o Ministério da Justiça, cartilha sobre combate ao tráfico de pessoas, combate à violência contra a mulher...

Essas cartilhas estão disponíveis no Portal Consular do Itamaraty. Tendo sempre como prioridade divulgar da maior forma possível, essas cartilhas têm um viés preventivo – evitar o problema.

E, muito rapidamente, então, atuamos também em conjunto com o Ligue 180, no exterior, que divulgamos na nossa rede consular, a campanha Sinal Vermelho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria, Senadora, se a senhora me permitir... Os consulados também mantêm um mapeamento permanente e atualizado de todas as ONGs, entidades, associações de brasileiras no exterior que prestam apoio: casas de acolhimento, hospedagem, assistência psicológica...

Nossa rede consultar, um dos maiores consulados conta com contratos de assistência e orientação jurídica e também psicológica. Em quase 30 consulados nós mantemos esses contratos. Eles são muito demandados e são muito importantes, especialmente para esse tipo de caso.

E não poderia deixar de destacar, Senadora Mara Gabrilli e Senadora Damares Alves, a criação dos EMUBs no exterior. É uma iniciativa que começou em 2017, com o nosso consulado em Boston, chama-se Espaço da Mulher Brasileira no Exterior.

Esses espaços, digamos assim, virtuais funcionam dentro dos consulados. Hoje em dia são dez.

Começamos em Boston, em 2017, depois Nova York, Londres... Em 2024, aumentamos para... Talvez eu me esqueça de um ou outro posto aqui, mas...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. *Fora do microfone*.) – Milão.

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO – Milão ainda não, Senadora. Quem sabe no futuro.

Roma. Roma, na Itália, Bruxelas, Buenos Aires, Madri, e, agora... – acho que não citei esse... É Miami. Perdão. Miami também. Agora são três nos Estados Unidos. São dez no total.

Conforme a nossa jurisdição consular, esses dez EMUBs atingem o público de 1 milhão de mulheres que residem nessas jurisdições, que são as maiores dessas 3 milhões.

Onde não há EMuB existe, claro, assistência consular especializada, como eu mencionei, os servidores e contratados locais fazem esses cursos de capacitação frequentemente.

A cada semestre temos um novo ciclo de remoção para o exterior e mudanças, e a cada semestre, durante esses ciclos, nós oferecemos esses cursos para as pessoas que vão, sobretudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuar nos consulados. E é até obrigatória a realização desse curso. É uma política obrigatória do Itamaraty.

Então, é fundamental eu dizer também, Senadora, que esses EMUBs contam com a fundamental ajuda do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, mediante emendas parlamentares. Então, esses recursos têm sido muitíssimo importantes para a manutenção e expansão, criação desses EMUBs no exterior.

Queríamos agradecer aqui, Senadora Mara Gabrilli, Senadora Damares Alves, nossos agradecimentos por essa parceria com o Itamaraty, cujo objetivo final é, obviamente, ajudar essas mulheres no exterior que enfrentam dificuldades.

E os EMUBs também têm uma agenda, digamos, positiva, que é oferecer cursos de capacitação, seminários informativos sobre direitos da mulher, em parceria com entidades locais, não apenas preventiva e para ajudar casos concretos que chegam até ali, mas capacitar, empoderar a população das mulheres no exterior, para que tenham maior independência e possam enfrentar esses problemas com mais vigor, digamos assim.

Sobre casos concretos, Senadora, queria apenas mencionar a Marcela Campos, que comentou o caso dela em Londres. Eu recomendaria a ela, caso ela esteja aqui nos assistindo, que, por favor, buscasse o nosso consulado em Londres ou em Edimburgo – eu imagino que caso dela seja em Londres –, estamos totalmente à disposição. Ou o consulado ou nós aqui na secretaria de Estado em Brasília, a Divisão de Assistência Consular. O *e-mail* dela é muito simples, é dac@itamaraty.gov.br. Por favor, envie um *e-mail* para lá, que nós vamos responder – todos os *e-mails* são respondidos rapidamente – e providências serão tomadas em relação a isso.

Cada caso é um caso, como eu falei. A Senadora Mara Gabrilli mencionou os ofícios e eu reitero: por favor, continuem mandando esses ofícios, porque nós sabemos que cada caso desses é um desses aqui que foram relatados, que comovem todos nós.

A Natalie de Castro Alves também mencionou a possibilidade de um protocolo. Então, é só para ressaltar que o Itamaraty está absolutamente aberto, está à disposição e continua, na verdade, para conversar sobre o estabelecimento de um protocolo, sobre aperfeiçoar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protocolos já existentes com base na experiência dos organismos, das entidades que trabalham diretamente no dia a dia esse problema.

E a Ana Gabriela também, em relação ao Líbano, mencionou a situação lá. De fato, é uma situação bastante delicada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO MARES DIAS GOMIDE FILHO – ... porque são casos extra-Convenção da Haia. E são particularmente complicados, porque, nesse caso, a gente conta com cooperação jurídica internacional, e depende muito, enfim, da cultura, da soberania do outro país, dos costumes locais. Mas a embaixada em Beirute, o setor consular, tem trabalhado insistentemente em relação ao caso dela.

Como a Ana Gabriela mencionou aqui, o filho dela – se eu não me engano, é Moisés o nome do filho –, o Moisés, está agora com a avó e o tio, que são palestinos, no Líbano. Ela ficou muito preocupada durante os conflitos lá e os ataques, a embaixada entrou em contato com a avó, com o tio e ofereceu ajuda para eventualmente retirar crianças, se fosse o caso, da região. Era algo permanente, na verdade, uma instrução, uma orientação da nossa embaixada lá que as pessoas saíssem do sul do Líbano, uma região de maiores ataques. Mas a família negou, disse que estava muito bem onde estava, havia segurança na região. Então transmitimos essa informação para a Ana Gabriela e continuamos, mais uma vez, à disposição dela. Ela, inclusive, acho que procurou a nossa Divisão de Assistência Consular dois dias atrás. Então continuamos em contato estreito com ela.

Então, eu queria apenas dizer mais uma vez que o Itamaraty segue firme no seu propósito de combater a violência doméstica no exterior. Obviamente, há limitações – a soberania do outro país, o sistema jurídico de outro país – e trabalhamos nesse sentido. Da mesma forma como o outro país respeita a nossa soberania e o nosso sistema jurídico, nosso Poder Judiciário, precisamos respeitar o outro, mas, dentro dessas limitações, procuramos fazer o máximo para ajudar e resolver esses casos.

Muito obrigado novamente aqui pela possibilidade de participar. Estamos sempre disponíveis e apreciamos muito esse convite para, assim, buscar divulgar o que nós fazemos, Senadora Damares, e ajudar as mães que realmente precisam muito da nossa ajuda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Embaixador Aloysio, obrigada mesmo! Obrigada pelo suporte, obrigada pelo interesse.

Eu queria agradecer também à Senadora Damares por estar tão presente, sempre se envolvendo com todo o coração. Agradecer a todos, ao Rodrigo, à Daniella, mas principalmente agradecer a todas essas mulheres que fogem da violência, que só querem se sentir protegidas em seus países, perto das suas famílias. No entanto, essas mulheres têm passado a ser consideradas criminosas de acordo com a convenção, e isso exige de nós, no Parlamento, uma atenção muito especial para defender os seus direitos.

Às vezes, né, Senadora Damares, nos dá um pouco de sensação de estarmos com as mãos atadas, mas para nós é muito difícil enxergar, porque a gente sabe que essas mães não são sequestradoras. Essas mães são mães protegendo seus filhos, e é completamente paradoxal tudo isso que elas estão vivendo. O nosso maior compromisso agora na CDHHAIA é buscar apoios para essas mães e, sobretudo, oferecer proteção para as crianças e adolescentes, porque a gente sabe que muitas vezes não têm sequer sua dignidade e valor humanos respeitados. Não são ouvidas, a violência que sofrem é ignorada, e são tratadas como (*Falha no áudio.*)

a ser ressarcida nas decisões judiciais que as obrigam a voltar para um país estrangeiro, sendo expostas, sozinhas, sem falar a língua, com genitores abusadores, violentos, que se valem da Convenção da Haia.

Então, assim, são dores e sofrimentos que escalam uma dimensão tão grande que quem não está vivendo não tem ideia do tamanho da dor. Nos últimos anos, a gente tem tentado ajudar essas mulheres, essas mães, para evitar que as nossas crianças sejam devolvidas em meio a processos difíceis e desiguais, nos quais, por exemplo, a AGU faz a defesa de genitores estrangeiros – e aqui eu agradeço ao Dr. Boni por ter participado e por ter nos dado uma perspectiva diferente da postura da AGU no que está por vir e atualmente, e a gente conta com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, além disso, eu venho solicitando, como eu falei, o precioso apoio do Poder Executivo, sobretudo do Itamaraty, em meio a tantos processos judiciais em cortes estrangeiras para essas mães poderem seguir lutando, para que elas tenham o direito de conviver com seus filhos que, infelizmente, foram repatriados. E eu também tenho buscado, nós temos buscado o apoio das instituições que defendem essas mães e protegem o melhor interesse das crianças e adolescentes: a Defensoria Pública da União, que – nossa! – tem sido uma grande parceira; o Ministério Público Federal; e ainda as associações de mães e famílias, como as que estão aqui presentes.

E também, ao longo deste trabalho, diante dos inúmeros casos que têm chegado ao nosso conhecimento, a gente percebe uma coisa: que a Convenção da Haia precisa ser atualizada para prever o combate à violência doméstica. E a posição de retorno a todo custo precisa ser superada por uma política de avaliação de risco para proteger o elo mais vulnerável, que são as crianças e os adolescentes.

Bom, nosso maior objetivo aqui na Comissão – não é, Damares? – é ajudar a aperfeiçoar a implementação da convenção no Brasil, fazendo com que ela passe a atuar em defesa das nossas mulheres e crianças brasileiras; e, para isso, valem os nossos maiores e melhores esforços.

Muito obrigada por todas vocês compartilharem conosco as experiências. Estou agradecida por o Embaixador ter falado de estar qualificando, preparando as pessoas. E essas mães, o que elas vêm fazendo também é nos indicar para poder ajudá-las.

Mais uma vez eu passo aqui o contato: cdh.haia@senado.leg.br – outra vez: cdh.haia@senado.leg.br.

Muito obrigada, gratidão a todas vocês. E vamos com fé... (*Pausa.*)

É que chegaram perguntas do e-Cidadania, e eu queria agradecer aos participantes. Pelo avanço do horário, eu vou disponibilizar as perguntas do e-Cidadania para todos.

Agradeço mais uma vez à Comissão, à Secretaria da Comissão, à Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a Senadora Damares Alves, a participação de todas as autoridades, de todas as associações e de todas essas mães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui à disposição. Às vezes a gente não consegue fazer tudo o que a gente quer, porque tudo o que a gente quer fazer depende de muitos órgãos – nesse caso, ainda órgãos internacionais –, mas saibam que eu (*Falha no áudio.*)

... a equipe... (*Falha no áudio.*) Quero agradecer ao Senador Flávio Arns, que, na verdade, foi o proponente desta Subcomissão. Quero agradecer à nossa ex-Ministra das Mulheres Cristiane Britto, que teve a preocupação de passar por aqui.

E saibam que estamos aqui à disposição para ouvi-las quantas vezes for necessário em busca de qualidade de vida para vocês e para seus filhos.

Gratidão, muito obrigada.

Tenham um dia maravilhoso.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Plínio Valério, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Jorge Seif, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, José Lacerda, Weverton, Jorge Kajuru e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1830, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 102, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para conferir à União a competência administrativa para a ação de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades minerários de alto risco ambiental." **Autoria:** CPI DA BRASKEM. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 319, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **Observação:** Concedida vista pelo prazo de 15 dias. **ITEM 4 - Projeto**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Lei n° 2491, de 2023 - Terminativo - que: "Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 80, de 2025** que: "Requer realização de audiência pública para instrução do PL 1830/2025." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os(as) Senadores(as) Tereza Cristina, Rogério Carvalho, Jaime Bagattoli, Fernando Dueire e Jayme Campos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e nove minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de outubro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Antes de passarmos aos itens da pauta do dia de hoje, quero registrar, com muita alegria, a presença conosco, nesta Comissão, do Prefeito da cidade de Jaru, do meu Estado de Rondônia, Jeverson Lima – seja muito bem-vindo ao Senado Federal, à Comissão de Serviços de Infraestrutura –, e também do Vereador Dora, da cidade de Pimenteiras, também do nosso Estado de Rondônia – bem-vindo, Dora, à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Nós temos alguns itens na pauta.

Do item 1 o Relator é o Senador Laércio Oliveira, que não chegou ainda. Ele disse que poderíamos fazer a designação *ad hoc* também dessa matéria, mas eu vou aguardar um pouco. De repente, ele chega, e a gente coloca o próprio Relator para fazer a relatoria dessa matéria.

O item 2 é o Projeto de Lei Complementar 102, de 2024. Esse aqui o próprio Relator, o Senador Chico Rodrigues, pediu que fosse retirado de pauta.

Também a Senadora Tereza Cristina me fez o mesmo apelo – ela está aqui e pode inclusive fazer uso da palavra se quiser –, e o Senador Wilder Morais também me fez o mesmo apelo. Inclusive o Senador Wilder está tentando vir de Goiânia para cá. Hoje o tempo deu uma fechada, mudou, houve mudança de clima. Faço menção da preocupação do conjunto dos Senadores, mas, como o Relator já fez a solicitação de retirada de pauta como Relator da matéria, então estou acatando o pedido do Relator para retirada de pauta do item 2.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senadora Ministra Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu agradeço aí a retirada de pauta, porque eu acho que é um assunto que está junto com outros projetos que nós estamos trabalhando aqui na Casa, como o licenciamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental, nós estamos aí na fase final da lei, que já foi aprovada, agora nós temos os vetos; temos uma medida provisória em andamento; temos outro PL. Então eu acho prudente para que não haja sobreposição ou a gente esperar. E também há a parte de mineração, porque hoje a gente abre aqui um grupo especial de estudos sobre mineração em terra indígena, mas nós vamos tratar da mineração no geral também.

Então, eu agradeço a retirada de pauta ao Senador Chico Rodrigues.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. as ponderações feitas.

Fica, portanto, retirado de pauta esse item, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para conferir à União a competência administrativa para a ação de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades minerários de alto risco ambiental.

Autoria: CPI DA BRASKEM

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.)

O item 3 trata do Projeto de Decreto Legislativo 319, de 2025. O autor dessa matéria, o Senador Rogerio Marinho, pediu que queria participar do debate. Se não houver objeção, eu vou sobrestar a leitura do relatório e faremos na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 4... (*Pausa.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – No item 1, eu pedi uma audiência pública...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O item 1?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É.

Eu fiz um requerimento de audiência pública para o item 1. Já que o autor e o Relator não estão aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O item 1 é da relatoria do Senador Laércio, e eu acabei o deixando para a sequência, porque ele não chegou ainda, e o Senador Esperidião Amin também gostaria de se manifestar sobre esse projeto, dada a autoria da matéria. Eu vou aguardar um pouco mais, Senador Rogério. Fica sobrestada a apreciação, porque, de qualquer forma, é depois de esgotadas as matérias da ordem do dia a votação do relatório, para ver se o Senador Esperidião Amin chega e a gente tenta fazer aqui o entendimento para o encaminhamento dessa matéria.

O item 4 é o Projeto de Lei 2.491, de 2023. Esse item é terminativo, teria que ser votação nominal. Considerando o quórum que nós temos aqui hoje, eu vou pedir perdão à Comissão para sobrestar essa matéria para uma próxima reunião, considerando o quórum. É exigida para esse tipo de matéria a votação nominal.

Senadora Tereza Cristina, se V. Exa. puder, eu pediria para fazer a leitura desse item 4, apenas fazer a leitura e aí eu faço o sobrestamento apenas da votação da matéria, mas fica lido e, quando a gente tiver um quórum adequado, a gente faria... Então, o item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 2491, DE 2023

- Terminativo -

Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação

Faço a designação, como Relatora *ad hoc*, Senadora Tereza Cristina, para a leitura do voto.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente, Senador Marcos Rogério, então eu vou direto à análise do voto.

Nos termos do disposto no inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre transportes terrestres a exemplo da proposição em debate. Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CI a competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar o seu mérito.

Ademais, em razão do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também acerca dos aspectos constitucionais jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal), e à legitimidade da iniciativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar – neste caso, ampla e não reservada, (art. 61 *caput* da Constituição Federal) – , bem como ao meio adequado para a veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

A atribuição supletiva de nomes à infraestruturas constantes do Sistema Federal de Viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de estações terminais, obras de arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte.

No que concerne à juridicidade, a proposta observa os preceitos da mencionada lei, especialmente aquele encartado no art. 2º, que propugna que homenagens como a ora em exame devem ser instituídas por lei especial, devendo a honraria designar "fato histórico ou [...] nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade".

De outra sorte, a iniciativa encontra amparo na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos e veda, em todo o território nacional, a atribuição de nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.

Registre-se, em adição, no que concerne à técnica legislativa, que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No que diz respeito ao mérito, reconhecemos a importância do projeto.

A Rodovia BR-364 constitui um dos principais eixos de integração viária da Região Norte, desempenhando papel estratégico na ligação entre o Estado do Acre e o restante do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país. No trecho que atravessa o Município de Tarauacá, a rodovia é fundamental para o escoamento da produção local, o abastecimento das comunidades e o fortalecimento das atividades econômicas e sociais da região. A ponte sobre o Rio Tarauacá, situada no km 535,5 da BR-364, é infraestrutura essencial para a mobilidade da população, assegurando a continuidade do fluxo logístico e contribuindo de maneira decisiva para o desenvolvimento regional.

Odilon Vitorino de Siqueira dedicou quase cinco décadas à região, inicialmente como seringalista e comerciante, contribuindo de maneira expressiva para o dinamismo econômico local. Sua destacada atuação no setor produtivo foi acompanhada de relevante participação política: exerceu mandato de Vereador entre 1963 e 1967, inclusive como Vice-Presidente da Câmara Municipal, e ocupou o cargo de Prefeito de Tarauacá entre 1986 e 1989.

Durante sua gestão, promoveu iniciativas voltadas ao fortalecimento da democracia e ao progresso municipal, consolidando-se como uma liderança exemplar, cuja história está intrinsecamente ligada à formação política e ao desenvolvimento do Acre.

Importante ainda registrar o apoio manifesto à proposição pela Assembleia Legislativa do Acre, que reconhece como justa e oportuna a homenagem proposta.

Atribuir o nome de Odilon Vitorino de Siqueira à ponte localizada no município que ele governou e para cujo desenvolvimento político e econômico colaborou significa perpetuar a memória e o legado desse ilustre homem, razão pela qual consideramos justa e merecida a homenagem proposta.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.491, de 2023.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme anunciado, fica, portanto, sobrestada a votação por se tratar de matéria terminativa, que será incluída na ordem do dia da próxima sessão da Comissão de Infraestrutura.

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O relatório é do Senador Astronauta Marcos Pontes, que, já devidamente comunicado por esta Presidência, anuiu à designação de Relator *ad hoc* para esta reunião. Portanto, faço a designação, como Relator *ad hoc*, do Senador Jaime Bagattoli para a leitura do parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero ir direto à análise.

Compete à Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratam de transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes, e outros assuntos correlatos. Há, portanto, a aderência das competências da CI ao tema tratado pela proposição em análise.

O art. 21, XII, alínea "b" da Constituição Federal atribui à União a responsabilidade pela exploração, direta ou mediante delegação (autorização, concessão ou permissão), dos serviços e instalações de energia elétrica.

Nesse contexto, a prerrogativa de deliberar sobre a prorrogação dos contratos de concessão pertence ao Poder concedente, isto é, à própria União. Tal entendimento é corroborado pelo §3º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 1995, que expressamente dispõe que a renovação das concessões de distribuição de energia elétrica poderá ocorrer a critério do Poder concedente, nas condições estabelecidas no contrato.

Contudo, o art. 49, V, da Constituição Federal, estabelece como competência do Congresso Nacional a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa. Nesse sentido, quando esse Poder edita um decreto regulamentar, nos termos do art. 84, IV, da Constituição Federal, não podem seus termos irem além do que prevê a lei, sob pena de invasão de competência do Poder Legislativo e violação de cláusula pétrea da separação dos Poderes (art. 60, §4º, III, da Constituição Federal).

É relevante ressaltar que a questão abordada pelo PDL revela o zelo do Congresso Nacional em cumprir com suas obrigações constitucionais de fiscalizar os atos do Poder Executivo e de atuar para que as leis aprovadas atinjam os objetivos para os quais elas foram concebidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei nº 8.987, de 1995, que institui o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, estabelece em seu art. 6º, §1º, que: "serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas".

Trata-se de um conceito legal amplo, construído pelo legislador, que deve ser observado pela administração pública no exercício de suas funções normativas e decisórias. A definição legal de serviço adequado deve servir como parâmetro para eventual prorrogação dos serviços públicos concedidos.

Entretanto, o Decreto nº 12.068, de 2024, ao regulamentar os processos de prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica, impôs, em seu art. 2º, §1º, uma restrição indevida ao conceito legal de serviço adequado, ao dispor que, no âmbito desses processos, a verificação da adequação do serviço será realizada com base apenas em dois critérios relativos à eficiência: (i) da continuidade do fornecimento e (ii) da gestão econômico-financeira.

Esse dispositivo vincula a análise da prestação do serviço adequado a apenas dois aspectos: a continuidade do fornecimento e a situação econômico-financeira da concessionária. Ao fazer isso, o decreto ignora os demais elementos que integram o conceito legal definido na Lei nº 8.987, de 1995, que não são facultativos, mas sim obrigatórios para a caracterização de um serviço como adequado.

Além disso, os demais parágrafos do art. 2º do decreto (parágrafos 2º a 5º, 7º e 8º) complementam essa restrição ao estabelecerem formas específicas de verificação, limites de desempenho e consequências regulatórias vinculadas exclusivamente aos dois critérios definidos no §1º. Tais dispositivos, ao aplicarem critérios parciais em substituição à definição legal completa, criam novas condições para a prorrogação das concessões, sem respaldo no marco legal vigente, especialmente nas Leis nº 8.987, de 1995, e nº 12.783, de 2013.

Importante destacar que o exercício do poder regulamentar pelo Executivo deve ser orientado pelo princípio da legalidade (art. 5º, II, da Constituição Federal), segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significa que regulamentos não podem criar, restringir ou ampliar direitos ou obrigações de forma autônoma, sob pena de violação à ordem jurídica e de usurpação da competência do Legislativo.

Cabe ainda registrar que, caso o Poder Executivo entenda necessária a redefinição do conceito de serviço adequado para fins de prorrogação de concessões, tal medida deve ser realizada por meio do devido processo legislativo, e não por comando normativo de hierarquia inferior. O uso do decreto para restringir direitos legalmente definidos configura vício de legalidade e justifica a intervenção corretiva do Congresso Nacional.

Diante do exposto, verifica-se que os §§1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto nº 12.068, de 2024, exorbitam do poder regulamentar ao restringirem, de forma indevida, o conceito legal de serviço adequado previsto na Lei nº 8.987, de 1995. Por essa razão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2025, merece aprovação, a fim de sustar os efeitos dos referidos dispositivos, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal.

Para garantir segurança jurídica e regulatória das concessões já prorrogadas, considera-se adequado restringir os efeitos da presente sustação às concessões cuja prorrogação ainda não tenha sido efetivada. Nesses casos, o Poder Executivo poderá estabelecer parâmetros à luz do conceito de serviço adequado previsto na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Voto.

Diante do exposto, nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2025, com a seguinte emenda...

As emendas, Sr. Presidente, estão disponíveis na internet.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jaime Bagattoli, pela relatoria desse projeto de decreto legislativo.

A matéria está em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Tereza Cristina, V. Exa. tem a palavra para discutir.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu acho que hoje pautar esse PDL apresentado pelo Líder Rogerio Marinho, que foi muito discutido durante a tramitação, inclusive o Poder Executivo promoveu a prorrogação de algumas distribuidoras... Eu acho que passou da hora. Então, esse serviço adequado tem que estar muito claro nas concessões. Hoje nós temos... Eu sou pela privatização, eu sou a favor da privatização de vários serviços, mas a privatização tem que trazer, junto com ela, a qualidade, a qualidade do serviço. E nós precisamos ter como cobrar essa qualidade, cobrar essa eficiência das prestadoras de serviço. Principalmente, que a gente tem visto aí no Brasil, as de energia elétrica, alguns estados sofrendo com isso. Olha o que passou São Paulo – a gente tem memória curta –, dois anos atrás, quando teve lá aqueles temporais, a empresa ficou com vários bairros desligados porque não tinha gente suficiente.

Eu não estou aqui falando mal de uma ou de outra. Eu estou dizendo que as concessões, para que elas sejam... No Brasil, nós precisamos de muitas concessões serem feitas, a iniciativa privada participar cada vez mais. E a gente vê bons exemplos, mas as agências têm que poder cobrar. Então, essa eficiência e o serviço de que o consumidor final precisa...

Então, esse projeto eu acho que vem em boa hora e, por isso, eu sou favorável a ele.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senadora Tereza Cristina.

Senador Líder Fernando Dueire.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Para discutir.) – Presidente Marcos Rogério, Senadora Tereza Cristina, Srs. Senadores aqui presentes, primeiro, um registro pela iniciativa do Senador Rogerio Marinho, pertinente, e com um relatório muito bem-feito pelo Senador Astronauta. E o Senador Jaime é tão competente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, mesmo *ad hoc*, ele consegue expressar aqui, de uma forma muito eficiente, o relato do Senador Astronauta, mas eu peço licença para pedir vista, visto que esse é um assunto complexo.

Eu tenho me dedicado a esse assunto. O assunto extrapola, Senadora Tereza, com relação, inclusive, ao advento das agências reguladoras – e nós temos aqui tido audiências públicas e conversado sobre esse assunto. Na verdade, há uma falta de disponibilidade, inclusive, orçamentária para as agências, e isso inibe o trabalho que efetivamente elas devem fazer.

Eu gostaria de ter 15 dias para voltar, Presidente, com o assunto, tentando agregar. Eu sou uma pessoa iniciada no setor e eu gostaria, efetivamente... Inclusive, a companhia do meu estado foi concedida no período em que eu fui presidente do conselho de administração dela, e eu acompanho o trabalho dela. Ela é até uma concessão renovada já, mas eu tenho me dedicado ao tema.

Pediria vênia, acredito que é regimental, de ter os próximos 15 dias para tentar contribuir com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Portanto, o pedido de vista é regimental. Fica retirado de pauta em razão do pedido de vista. Concedo vista coletiva da matéria, voltando à pauta na próxima sessão desta Comissão a ser designada.

Esse tema é um tema importante. Eu acho que o debate vai ser feito no momento da votação. Tem vários aspectos. Um dos aspectos trazidos pelo Relator nesta matéria, e aí observando... E acho que foi uma cautela importante porque, normalmente, quando você tem um projeto de decreto legislativo em que você ataca uma matéria que é eivada de vício formal ou material, você não faz a modulação dos efeitos. Neste caso, o Relator teve o cuidado de fazer a modulação dos efeitos para, sendo aprovado o PDL, não atingir aquelas situações já consagradas, efetivadas; prorrogações que foram feitas; contratos que foram assinados. Portanto, o Relator teve esse cuidado de fazer essa ressalva. Faço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, inclusive, menção a esse cuidado apontado pelo Senador Astronauta Marcos Pontes e aqui sublinhado pelo Senador Jaime Bagattoli.

A matéria está, portanto, com vista concedida, voltando à pauta. Na próxima semana...

Pois não?

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Presidente, é que eu, na próxima semana, estarei em missão. Por isso que pedi por 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esse Relator não vai fazer a descortesia de marcar justamente na data em que V. Exa. não estará aqui.

É porque o pedido de vista normalmente é de uma semana para a outra, mas fica, portanto... Vamos deixar para colocar na pauta na semana subsequente à volta de V. Exa.

Senadora Tereza Cristina...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu queria só complementar a sua fala e dizer da importância dessa modulação, porque segurança jurídica é um tema que nós falamos aqui o tempo todo, e às vezes a gente não pratica. Nesse caso, é a prática da segurança jurídica. Então, é o que está posto, e, daqui para a frente, teremos aí... Então, é muito boa a sua colocação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Deixe-me só fazer uma pequena observação.

Primeiro, quero cumprimentar aqui o projeto do ilustre Senador Rogerio Marinho; da mesma forma, a relatoria *ad hoc* do Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante essa discussão aqui, mas muito importante. Infelizmente, as agências não têm cumprido as suas obrigações no Brasil de uma maneira geral. Não é de hoje, faz hora, todas, não é só no setor elétrico. No setor também lá da telefonia, também é uma bomba. Lá no Mato Grosso, por incrível que pareça também, é uma tragédia o que está acontecendo lá.

Agora, hoje mesmo, eu recebi três Prefeitos de uma região, do Médio Norte Araguaia, reclamando que os telefones lá são uma tragédia: não funcionam, não podem ter internet lá, nada; para emitir nota fiscal, é uma complexidade tão grande que me chamou a atenção, na medida em que agora faz-se a nossa renovação das concessões do setor elétrico brasileiro.

Nós temos que considerar um compromisso da distribuidora. O Mato Grosso, por incrível que pareça, é um estado exportador de energia. Todavia, falta energia no estado. Em algumas regiões, não é possível instalar uma indústria, algo que possa consumir mais energia, por falta de energia. Então, é um contrassenso, na medida em que: como é que o estado é exportador de energia e, lá no Mato Grosso, não tem?

Sobretudo a questão... A lei, quando foi aprovada essa concessão, diz que, no máximo, são seis horas que tem que ser – se cair uma rede, se cair a energia numa região – religada. Lá se passam 36 horas, 48 horas. O cidadão perde todo aquele qualquer alimento que esteja na sua geladeira; se é vacina, então, se é da área rural, perde.

Então, o que acontece? Eu acho que o projeto é bom. Agora, nós temos que ser mais duros aqui. V. Exa. talvez saiba: lá atrás, quando construíram Tucuruí, deixaram de fazer lá as eclusas – as eclusas –, como hoje estão sendo construídas no leito do Rio Juruena, construídas no Teles Pires-Tapajós, usinas hidrelétricas, e não estão deixando ter as eclusas para facilitar e, sobretudo, para baratear o transporte – o transporte aquaviário é bem mais barato do que o rodoviário e até mesmo do que o ferroviário.

Nesse caso, particularmente, deixou, passou o tempo. Para V. Exa. ter uma noção, quando foi feita a barragem, era um custo, mais ou menos, para fazer uma eclusa dessas, de R$20 milhões. Sabe o quanto se gastou para fazer a eclusa do Tucuruí? Foram R$500 milhões, quase 1 bilhão e não sei quanto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho isso aí uma lástima. Quem paga a conta, com certeza, é o cidadão que depende do transporte mais barato, menos poluente e, infelizmente, não tem uma regra clara – tem que ter uma regra clara.

Agora estão acontecendo várias renovações aí, várias. Lá no Mato Grosso, eles estão renovando a concessão de um grupo que explora lá a distribuição do setor elétrico do Mato Grosso, mas nós temos que ter um compromisso – ter um compromisso. Tem áreas produtivas lá, como a região do Santiago do Norte, uma região de extrema produção, mas que não tem a energia para fazer o quê? Para construir um secador para secar a sua produção. Já não tem estrada, muito precária.

Então, Presidente, eu acho que é louvável e meritório. Agora, as agências no Brasil têm que cobrar mais. Agora melhorou, parece, o número de técnicos que foram contratados pela Agência Nacional de Mineração, também... E ainda estavam ganhando muito menos do que outras agências... Infelizmente, não tinha gente para atuar, ou seja, o fiscal para ir cobrar. Por isso existem inúmeras, muitas vezes, degradações de áreas, porque estão explorando o garimpo – que acho que é uma atividade meritória, de gente trabalhadora; agora, tem que ter regras claras...

Portanto, acho meritório, antes desse debate que vamos ter aqui – espero que, daqui a 15 dias, voltemos a discutir esse assunto e que, com certeza, o Governo faça, de fato e de direito, o que é o seu papel, na medida em que ele é o poder concessionário. Todavia, também tem que ter responsabilidade, dar responsabilidade para que aquele que seja o distribuidor concessionário possa, com certeza, cumprir com as suas obrigações.

Essa é apenas a minha opinião em relação a esse assunto que eu acho extremamente importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos.

Antes de assegurar a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, V. Exa., falando do papel das agências...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre fui um defensor do papel importante que têm as agências reguladoras, mas críticas há e devem ser feitas, porque o objetivo final daquele trabalho, daquele serviço que presta a agência é atender o consumidor, é atender o usuário lá na ponta. E aí, vez ou outra...

Dias atrás, eu recebi, aqui no gabinete da Comissão, denúncias, porque fala-se tanto em orçamento – e estamos com um PLP aqui do Senador Laércio Oliveira para votarmos, que vai enfrentar essa questão do orçamento das agências... Acho que é importante a gente fazer, mas, por outro lado, existem algumas situações que acontecem dentro das agências que são inexplicáveis e inaceitáveis.

Por exemplo, Senador Fernando Dueire, postos importantes dentro das agências, com servidores importantes dentro das agências – superintendente de agência que, em vez de morar no Brasil, no estado-sede da agência, na cidade-sede da agência, mora em Portugal... Outro, na Suécia... E eu estou levantando, estou comunicando à Comissão que estou apurando essas informações. Recebi a denúncia e estou comunicando à Comissão para que seja tomada providência.

Nós temos um comitê de ética pública na Presidência da República; nós temos Ministério Público Federal; nós temos a Polícia Federal, e eu entendo que aquilo que foi, no passado, uma opção, em razão de uma contingência nacional, em razão da pandemia – nós adotamos, em muitos lugares, o teletrabalho, o *home office*, que foi uma necessidade em razão de uma circunstância... Agora, mesmo o *home office*, mesmo o teletrabalho não justifica alguém estar vinculado a um órgão importante e optar por fazer o teletrabalho ou o *home office* de um outro país.

Não acho que, nem naquele contexto de pandemia, Senador Rogério, fosse essa a abertura dada pelo gestor, pela administração pública federal, estadual ou municipal. Acho que isso atenta contra alguns princípios da administração pública, entre eles o princípio da moralidade, porque seria muito cômodo alguém ter um cargo importante, estou falando de agência aqui, porque é o contexto, mas poderia ser outro também, e, de repente, optar por morar à beira da praia em algum lugar, deixando de estar ali presente para atender o cidadão, para atender a finalidade pública do cargo que exerce.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou fazendo esse registro, dando conhecimento à Comissão de que recebi denúncias nesse sentido.

Vejam V. Exas. que eu não citei aqui a agência ainda, e não o farei, Senador Jaime Bagattoli, de forma irresponsável, antes de apurar. Mas a informação que veio me pareceu bastante consistente, essa apuração está sendo feita e, no momento adequado, darei conhecimento à Comissão, mas não apenas dar conhecimento, dar conhecimento com providências sendo adotadas para preservar aqui o interesse público presente no funcionamento das agências.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria concordar com V. Exa. que não dá para determinadas funções, aliás, as funções públicas, sejam elas eletivas ou por designação de exercício de mandato, como é o caso de diretor de agência, Deputado, Senador, nesse tipo de função, não cabe o exercício à distância. Isso não dialoga, isso não deveria sequer ser cogitado, certo? Porque é uma função pública, tem um objeto muito claro, e estar fora do território do país, eu acho que é, no mínimo, para não dizer passível de ser exonerado ou de ser impedido, é um desrespeito sem tamanho com o povo brasileiro e com o Estado brasileiro.

Está certo, Presidente. Concordo em gênero, número e grau com V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, agradeço a V. Exa. Portanto, feito o registro.

No momento oportuno, trarei aqui as informações, confirmando ou afastando a hipótese, mas a denúncia realmente me pareceu bastante grave.

Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero aqui, na esteira do meu xará, Senador Jayme Campos, falar: Senador, quando você fala aí das eclusas, você vê agora, veio toda aquela situação para querer fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a concessão no Rio Madeira, concessão, Tereza Cristina, de estradas, de rodovias, na parte de distribuição de energia. Onde a gente vê o serviço já é dificultoso; imagine debaixo d'água, onde a gente não vê, nem sabe direito qual vai ser, qual a missão e o que eles vão fazer de infraestrutura lá.

Digo para vocês, as duas usinas que foram construídas, a de Santo Antônio e a de Jirau, duas usinas a fio d'água, já foi um problema com isso aí, porque não têm o reservatório de água. Além disso, não foram feitas as eclusas que era para ter. Tinha um privilégio, Senador Jayme Campos, desde o Rio Guaporé, o Mamoré, chegando ao Madeira, indo para o Amazonas, de ser tudo navegável. Hoje está a impossibilidade disso.

E quanto à distribuição de energia, tem que haver, das agências reguladoras, uma fiscalização maior. Hoje, Senador Jayme Campos, para você montar, às vezes, chega uma empresa, vai montar uma indústria, vai montar um secador maior, vai montar qualquer empresa, além, muitas vezes, ele tem que fazer a rede, tem que fazer toda a parte de infraestrutura e óbvio, vai ter que fazer doação para a companhia, para a distribuidora que está lá. Então nós temos que ter, essa regularização tem que ser mais clara. Mais clara.

E, na verdade, todos os serviços, em todos os estados que nós temos hoje da Federação, todos estão deficitários no serviço da maioria das distribuidoras de energia que nós temos no Brasil.

Mas eu quero aqui também dizer que eu fico grato com a presença do nosso Prefeito lá de Jaru, o Jeverson Lima; o Doro também, Vereador de Pimenteiras do Oeste.

Quero dizer para você, Senadora, que o Prefeito aqui administra uma cidade que tem um dos grandes frigoríficos do nosso Estado de Rondônia, que é o frigorífico Gonçalves, que é do Sr. João Gonçalves. Quero, parabenizar esse grande guerreiro, esse grande empresário do Estado de Rondônia, que começou lá como roceiro – roceiro. Começou lá trabalhando na roça. Veio do Paraná, com um tratorzinho, e, hoje, ele emprega em torno de 10 mil pessoas, né, Prefeito? (*Pausa.*)

São 10 mil pessoas, com carteira assinada, no Estado de Rondônia, entre frigorífico e supermercados que ele tem lá no Estado de Rondônia. É um grande empresário, um grande admirador nosso, um grande guerreiro, desde a época do nosso território lá. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele sabe também das grandes dificuldades que nós temos nessa questão da distribuição de energia lá no Estado de Rondônia e no Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli, e assino embaixo aqui as considerações feitas ao Sr. João Gonçalves, um grande empresário, realmente. E, além de um grande empresário, um homem público, que emprestou o filho para ser Prefeito da cidade. O Joãozinho foi um bom Prefeito da cidade, e o Seu João, naquele momento em que nós estávamos enfrentando a pandemia, com recurso da própria empresa, foi lá, construiu um hospital na cidade, que, hoje, atende Jaru, atende toda a região. Então, parabéns ao Seu João Gonçalves, ao Joãozinho, e ao Jeverson, que está dando sequência ao trabalho feito pelo Joãozinho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, por favor. O que é isso? Por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k.. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vamos... Eu vou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Item 1 da pauta. Eu vou retirar de pauta esse item, considerando que o Relator não está presente e que há um requerimento do Senador Rogério Carvalho, pedindo uma audiência pública para instruir a matéria.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 1830, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

Esse tema é um tema realmente importante. Vou aprovar o requerimento e marcar para a próxima terça-feira.

Na terça a gente não faria reunião deliberativa. Se tiver alguma coisa urgente, até se poderia fazer, dividir em duas etapas, mas já se colocaria para a próxima terça-feira esse item.

Portanto, não havendo divergência quanto à inclusão em pauta, anuncio o Requerimento 80, de 2025.

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 80, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para instrução do PL 1830/2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1.830, de 2025, que "altera a Lei 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil".

Propõe, para essa audiência pública, os seguintes convidados:

- representante do Ministério de Minas e Energia;

- representante do Ministério das Relações Exteriores;

- representante do Ministério da Fazenda;

- representante da ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional);

- representante da Itaipu Binacional.

É o requerimento apresentado pelo Senador Líder Rogério Carvalho, que submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Fica, portanto, já designada a próxima terça-feira para a realização dessa audiência pública.

Comunico também ao Plenário da Comissão que nós estamos abrindo hoje o prazo para emendas ao Orçamento, as emendas que competem à Comissão de Infraestrutura, emendas à LOA 2026, PLN 15, de 2025. Portanto, abertura do prazo no dia 21 de outubro de 2025; encerramento no dia 30 de outubro de 2025, quinta-feira, às 12h. E nós faremos a votação dessa matéria na sessão do dia 4 de novembro, às 9h. Portanto, fica anunciado desde logo o prazo para as emendas e a data de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das atas da presente reunião e da que se antecedeu.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneça como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

Elas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Agradecendo a presença de todos os senhores e senhoras, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcelo Castro, Otto Alencar, José Lacerda, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Weverton, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito, Jorge Seif, Zenaide Maia e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Irajá, Daniella Ribeiro, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 80/2025 - CI, de autoria Senador Rogério Carvalho (PT/SE), REQ 81/2025 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), e PL 1830/2025, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Audiência pública para instrução do PL 1830/2025, que altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil. **Participantes:** André Pepitone da Nóbrega, Diretor Financeiro Executivo da Itaipu Binacional; Felipe Pereira, Segundo-Secretário do Ministério das Relações Exteriores; Cássio Giuliani Carvalho, Assessor Especial da Subsecretaria de Assuntos Econômicos e Regulatórios do Ministério de Minas e Energia; Wander Azevedo, Diretor de Comercialização de Energia da ENBpar; Nelson Martins, Coordenador do Comitê de Energia da Academia Nacional de Engenharia (ANE); e Jerson Kelman, Ex Diretor-Geral da ANEEL e Ex Presidente do Grupo Light. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 81, de 2025** que: "Requer que sejam convidados os Srs. Jerson Kelman e Nelson Martins, para participarem da Audiência Pública referente ao REQ 80/2025-CI" **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Laércio Oliveira e Jaime Bagattoli. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Aprovada, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Esperidião Amin
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental e devidamente resolvido o motim que estava acontecendo, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, devidamente autorizado pelo Presidente Marcos Rogério, que se realiza nesta data, dia 4 de novembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos: Ofício nº 1.624, do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que encaminha a resposta ao Requerimento 73, sobre os resultados do Plano de Operação Energética de 2025 e sobre os avanços regulatórios recentes em prol da segurança do abastecimento do Sistema Elétrico Nacional; Ofício nº 566, de 2025, da Agência Nacional de Energia Elétrica, que encaminha a resposta aos Requerimentos nº 73, de 2025, CI, e nº 74, sobre os resultados do Plano de Operação Energética de 2025 e sobre os avanços regulatórios recentes em prol da segurança do abastecimento do Sistema Elétrico Nacional.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consultas, no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião destina-se a realizar audiência pública para instrução do PL 1.830, de 2025, que altera a Lei 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e energia elétrica vinculada a esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potência que cabe à República Federativa do Brasil, em atenção ao Requerimento nº 80, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: André Pepitone da Nóbrega, Diretor Financeiro Executivo da Itaipu Binacional; Felipe Pereira, Segundo-Secretário do Ministério das Relações Exteriores; Cássio Giuliani Carvalho, Assessor Especial da Subsecretaria de Assuntos Econômicos e Regulatórios do Ministério de Minas e Energia; e Wander Azevedo, Diretor de Comercialização de Energia da ENBPar.

Além dos convidados, se encontram também os seguintes participantes remotos: Nelson Martins, Coordenador do Comitê de Energia da Academia Nacional de Engenharia; e Jerson Kelman, ex-Diretor da Aneel e ex-Presidente do Grupo Light.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá ter uso da palavra por até cinco minutos, uma vez que o assunto é muito localizado e não requer discurso. O assunto é um continuado exercício orçamentário pela Itaipu decidindo investir sem dar satisfação à sociedade brasileira, porque não há mais dívidas e, por isso, não há justificativa para que a tarifa não receba o benefício da inexistência desses compromissos financeiros que foram encerrados em 2023. Então, é muito objetivo. O que o projeto pretende – e falo na condição de autor – é achar uma maneira de terminar esse abuso. E há aqui, certamente, quem ache que não há abuso. É a posição do autor, que eventualmente está presidindo esta Comissão. Então, são cinco minutos improrrogáveis para justificar o que está acontecendo. Se não houver justificativa, pode abreviar a explicação. Na exposição inicial, portanto, são cinco minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas e comentários.

Estabelecidos esses parâmetros, com a palavra o prezado amigo André Pepitone da Nóbrega, Diretor Financeiro Executivo da Itaipu Binacional.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento, de maneira especial, o Presidente desta audiência, o Senador Esperidião Amin e também o autor do requerimento que motivou esta audiência pública, o Senador Rogério Carvalho, e todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Saúdo os meus colegas apresentadores, as assessorias parlamentares, os profissionais de imprensa presentes e todos os que nos acompanham, neste plenário ou *online*, pelos canais oficiais do Senado Federal.

Presidente Amin, antes de iniciar minha exposição, me permita fazer um registro. Eu expresso minha solidariedade, em nome da Itaipu Binacional, a todas as famílias e comunidades do Paraná que foram duramente atingidas pelos temporais desse final de semana. O Paraná, estado que abriga a Itaipu Binacional e abriga tantos dos nossos colaboradores, vive um momento difícil, e expressamos o nosso apoio a todos os paranaenses afetados.

Bom, dito isso, passo agora ao tema que nos reúne nesta audiência pública. De início, apresento o meu sincero agradecimento ao Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, Enio Verri,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela confiança e pela indicação para representar a entidade neste importante debate. É responsabilidade que assumo com honra e com senso de dever público.

Agradeço igualmente a oportunidade de participar desta audiência que trata de tema de enorme relevância para o Brasil e para o Paraguai, que tem reflexos diretos sobre a política energética, competitividade da nossa economia e o desenvolvimento sustentável de ambos os países.

A Itaipu Binacional é um empreendimento único no mundo, símbolo de integração latino-americana, soberania energética e cooperação internacional. Fruto da visão estratégica de dois países-irmãos, o Brasil e o Paraguai, Itaipu consolidou-se como pilar de segurança energética, responsável por garantir energia limpa, renovável e, desde a quitação da dívida, em 2023, energia de baixo custo a milhões de famílias brasileiras das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

E o projeto de lei em discussão, de autoria do Senador Amin, propõe alteração na Lei 5.899, de 1973, com o objetivo de limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela de potência e pela energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil. Trata-se, portanto, de tema que exige análise técnica e sensibilidade política, pois envolve conciliação entre o interesse do consumidor de energia elétrica, a modicidade tarifária e o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro.

E nossa contribuição hoje, Presidente, é oferecer a esta Comissão dados, análises e perspectivas que possam subsidiar uma decisão equilibrada, técnica e justa, assegurando a competitividade da energia gerada pela Itaipu, patrimônio do povo brasileiro e do povo paraguaio.

Bom, vou passar aqui à apresentação.

E eu inicio com o tratado. A usina é regida por um tratado binacional. Esse tratado foi constituído em 26 de abril de 1973, porém, ele foi ratificado só em 13 de agosto de 1973, quando começou a valer. E esse tratado traz uma disposição sobre o Anexo C, que são as bases econômicas da usina. E o tratado diz que, após 50 anos da entrada em vigor do instrumento, o Anexo C pode ser modificado, mas não significa que ele perde a vigência, ele abre a janela para ser debatido. Então, o Anexo C continua vigente, com sua validade, e, quando as duas nações apresentarem um documento aprovado nos respectivos Congressos dos dois países, esse instrumento pode ser modificado.

Bom, vou falar um pouquinho também sobre a governança da empresa.

A Itaipu não pertence apenas ao Brasil nem apenas ao Paraguai, ela é dos dois povos, construída sobre o alicerce da cooperação e da confiança mútua. Suas decisões não são unilaterais, mas resultado do consenso, expressão concreta de como o diálogo pode superar diferenças e gerar resultados extraordinários para ambas as nações. E é justamente esse exercício constante de diálogo entre Brasil e Paraguai que faz da Itaipu um exemplo de integração e de diplomacia energética no mundo.

A usina vive uma nova fase desde a quitação da dívida, que aconteceu em fevereiro de 2023. Itaipu reduziu substancialmente a tarifa de energia para o consumidor brasileiro das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. E, hoje, em 2025, a Itaipu é sinônimo de modicidade tarifária e de segurança operativa para o Sistema Interligado Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a tarifa, eu chamo a atenção, passando para o eslaide seguinte, que nós temos um valor médio, se calcularmos até 2022, um valor de US$27,86 o quilowatt-mês.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Isso é uma média desde quando a usina entrou em operação até o ano de 2022. Em 2023, quando foi quitada a dívida, essa tarifa cai 27,4% para o consumidor, alcançando US$20,23 o quilowatt-mês. E, para o triênio 2024-2025-2026, essa tarifa cai 36,6% para o consumidor. E a tarifa de repasse vigente hoje no Brasil, que foi no ano de 2024, foi no ano de 2025 e será no ano de 2026, é US$17,66 o quilowatt-mês.

Essa tarifa também, de acordo com documentos assinados pelo Governo brasileiro e pelo Governo paraguaio, já tem o sinal de que, a partir de 2027, apenas o custo de operação será incluído na tarifa, sem incluir custos discricionários. Esse foi o acordo que sobressaiu na negociação bilateral, em documento que tenho aqui assinado em Assunção, no Paraguai, no dia 16 de abril de 2024.

Com a quitação da dívida, Itaipu, que então representava uma tarifa alta para o consumidor, hoje representa uma das tarifas mais baixas no atendimento ao mercado regulado brasileiro.

Eu trago aqui a V. Exas. o quadro que apresenta o reajuste tarifário da última concessionária que a Aneel analisou, que foi no dia 21 de outubro, Senador Amin, que foi da CPFL Piratininga. E digo aqui, Presidente Amin, que a concessionária Urussanga também vai refletir esses números. Então, vocês podem ver os preços. Esse reajuste é simbólico para nós da Itaipu e para a sociedade brasileira, porque ele representa um momento que a sociedade tanto esperava: pagar uma tarifa justa e barata por Itaipu, após a quitação da dívida. Então, vocês podem observar o custo de aquisição de energia da CPFL Piratininga. As usinas cotistas da Lei 12.783 representaram R$222,59, a hidrelétrica de Itaipu representa R$221,30, ou seja, Itaipu entra para os consumidores da CPFL Piratininga, no Estado de São Paulo, num valor abaixo das usinas cotistas, que são aquelas usinas antigas do grupo Eletrobras e que estão depreciadas.

E, se a gente observar a média de preço de aquisição de energia da concessionária, que é uma concessionária eficiente, que compra bem sua energia, a média de aquisição é de R$270. A concessionária, para atender ao seu mercado, compra energia de térmicas, de usinas nucleares, solares, de biomassa, eólicas e hidráulicas. Então, tem todo tipo de preço. E, se a gente faz uma média desse preço, a concessionária está pagando R$270,07, e Itaipu está entregando essa energia por R$221,30, ou seja, bem abaixo, inclusive, da média de custo da concessionária.

Agora, vamos fazer essa média do custo Brasil, que tecnicamente recebe o nome de ACR médio, que é uma distribuidora de todo o Brasil... O Brasil tem mais de cem empresas praticando o serviço de distribuição. Então, se a gente pegar uma média de todo o Brasil, de norte a sul, o valor é de R$307,29; e Itaipu, hoje, em 2025, após a quitação de sua dívida, está entregando energia a esse mercado a R$221,30, portanto 28% abaixo do custo da média de aquisição do Brasil.

Acho que essa é uma referência importante, e a gente observa, nesse novo eslaide que apresento, como a representação do custo de Itaipu cai no portfólio da distribuidora. Em 2020, quando tínhamos ainda a dívida cheia, Itaipu representava 22,8% do custo. Chegamos a 2025 com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itaipu representando 13% do custo de aquisição das distribuidoras que têm cotas. É o menor índice, quando comparado com os demais contratos que atendem a distribuidora, como o de Angra; o de CCEEAR, por disponibilidade; o de CCEEAR, por quantidade; e, sobretudo – aqui eu gosto de frisar –, abaixo das usinas cotistas da Lei 12.783.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Se a gente fizer um...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Seu tempo está encerrado. Eu vou lhe conceder mais 30 segundos.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Como o senhor me concede 30 segundos, então, eu acho que a gente consegue apresentar que Itaipu, hoje, pratica um preço baixo para o consumidor brasileiro. Eu vou diretamente aos eslaides em que comentamos as considerações sobre o PL 1.830, de 2025.

Bom, sobre o projeto de lei, primeiro quero dizer que o preço da energia de Itaipu é definido nos termos do Tratado de Itaipu, de 1973, e de seu Anexo C, de natureza internacional e bilateral. O texto do projeto de lei não impõe limite ao preço cobrado por Itaipu – não afeta essa relação –, mas, sim, ao preço cobrado entre a ENBPar e as concessionárias de distribuição no Brasil. E, ao impor um limite...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para cumprir a lei, exatamente para cumprir a lei.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – E, ao impor um...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não é por acaso. Ele respeita o tratado internacional. Agora, ele não permite que uma despesa, que até o Ministro considera indevida, onere a tarifa, que, afinal, é computada no Brasil pela ENBPar.

O senhor pode prosseguir.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Perfeito.

Ao impor esse limite inferior ao preço da Binacional para a ENBPar, a ENBPar, diante dessa lei, fica impossibilitada de passar integralmente o custo de aquisição, e isso pode fazer com que a empresa incorra em prejuízo operacional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É a maneira de deixar claro que está havendo sobrepreço motivado por despesas que não são operacionais.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Para concluir, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O projeto tem esse objetivo. O senhor é professor desse assunto. Nós não podemos interferir num tratado internacional, nem o Tribunal de Contas da União consegue.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Hum-hum.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O Ministro Jorge já tentou de várias maneiras isso.

Então, esse escudo... Se o senhor tiver uma outra forma de proteger o povo brasileiro com a sua inteligência, com a sua experiência, o Relator está aqui para ouvi-lo e o autor também. Agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que a lei não pode ser esta... A lei vai ser esta, e até o Ministro concorda. O que nós vamos discutir aqui é o prazo.

Agora, se nós não descarregarmos na responsabilidade fiscal do gestor da ENBPar, nós vamos ter que reconhecer que vale a pena não haver acordo novo nenhum no Anexo C. Qual é o interesse em haver um rearranjo depois que a empresa não deve nada da sua construção? Qual é o benefício que houve para a sociedade da amortização da dívida?

Então, o senhor está ferindo o ponto focal. Se houver uma outra sugestão para chegar a esse ponto... Eu considero que esse projeto de lei é uma maneira de chegar à justiça e uma maneira de evitar o que está acontecendo, que o senhor sabe, com a sua experiência, que não é correto.

Nós só podemos legislar sobre a parte nacional, ou seja, da alfândega para cá.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, nós estamos entrando da alfândega para cá. Aí o Governo vai saber que a ENBPar vai precisar de dinheiro do Tesouro, e não tem nada que jogar na CDE, que já é uma teia de aranha muito pesada.

Então, o senhor nos ajude a ter uma outra forma, porque este projeto vai seguir. Pode até não ser aprovado, mas o mérito dele... Não vá ficar pasmo. "Ah, mas isso é um assunto internacional". Bom, eu estou pegando da alfândega para cá, Senador Laércio. Nós estamos atuando da alfândega para cá, ou seja, depois que entra no território nacional. Por quê? Porque existe uma empresa que compra essa energia. "Ah, isso foi ditado", não, isso vai bater no bolso do povo brasileiro através do Tesouro Nacional e da responsabilidade fiscal do Governo.

Se o senhor tiver uma outra forma, será bem-vinda. Nós não vamos...

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Essa outra forma está posta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Hein?

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Essa outra forma existe e já está posta.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas não resultou no atendimento.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Se o senhor me permitir colocar aqui para contextualizar, concluir aqui a apresentação, contextualizando...

Então, retomando...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Peço que o senhor conclua, por favor.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... como dizia, esse projeto faz com que a empresa ENBPar, que é uma empresa 100% controlada da União, vá entrar em déficit, e esse déficit pode repercutir em três alternativas. A primeira, a tarifa de energia sob regulação da Aneel: ela vai pedir reequilíbrio por meio da conta de comercialização de Itaipu, e a Aneel vai ter que fazer uma revisão tarifária extraordinária, é um caminho. O outro caminho é o que o senhor muito bem aponta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – É, não estou falando que vai acontecer, são possibilidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas pode.

Não, mas eu estou só lhe dizendo que, se isso acontecer, vai ser bom, porque vai expor...

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – A União vai aumentar a fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o escândalo.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – A outra é o Tesouro Nacional, como o senhor bem coloca...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É outro escândalo!

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... por ser uma empresa de natureza estatal.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Qual é a origem da impossibilidade da prática dessa tarifa? Gastos que não são tarifários.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – E a terceira possibilidade é uma eventual revisão bilateral do contrato da Itaipu, só que, lembrando que a Itaipu é binacional por essência – não é brasileira nem paraguaia, é do Brasil e é do Paraguai –, isso nos impõe o dever de buscar sempre consenso e diálogo, que são as bases de todas as decisões conquistadas na entidade.

E, como eu disse que tinha um caminho, o nosso Ministro de Minas e Energia, o Ministro Alexandre Silveira, apresentou, em audiência pública, algumas semanas atrás, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tenho aqui, eu tenho aqui.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... um documento assinado pelo Governo brasileiro e pelo Governo paraguaio, respeitando o tratado, no âmbito do diálogo binacional entre as duas entidades, que diz que... E me permita ler, Presidente Amin:

> Na ocasião, os representantes de ambos os países acordaram os seguintes entendimentos:
>
> [...]
>
> Após o exercício de 2026 [em que a tarifa, como tive a oportunidade de apresentar, a tarifa de repasse, em torno de US$17, que hoje é uma das mais baratas no atendimento regulado... Então, vejam: a tarifa já é barata, o consumidor brasileiro já usufrui do benefício de uma tarifa barata, mas, mesmo assim, após o exercício de 2026], as Altas Partes se comprometem a aplicar tarifa que reflita apenas o custo estrito da operação da empresa binacional, previstos no Anexo C do Tratado de Itaipu, sem incluir custos discricionários;

O caminho que V. Exa. solicitou que fosse apresentado está posto, está assinado e foi tratado no âmbito do diálogo binacional.

E, para concluir, em meu último eslaide, quero só colocar que a importância de Itaipu evoluiu junto com o setor elétrico. Hoje, ela tem um papel essencial em estabilizar e agregar potência ao Sistema Interligado Nacional. De protagonista energética, Itaipu tornou-se pilar de estabilidade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também de modicidade no Brasil, pois apresenta uma tarifa 28% menor do que a média de aquisição nacional. Com uma tarifa competitiva e uma geração estratégica, pois entrega sua energia no mercado de consumo no Sudeste, uma energia limpa, confiável, a serviço de milhões de brasileiros, Itaipu segue sendo símbolo do equilíbrio e da segurança para o futuro do setor energético nacional.

Obrigado, Presidente Amin.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu só gostaria... E isto não se trata de um debate, mas, já que o senhor mencionou o debate que houve, a audiência pública que houve na Câmara, ficou evidenciado que, sem os gastos socioambientais, a tarifa poderia ser reduzida em 50%, ou seja, em vez dos US$17, nós chegaríamos a menos de US$10. O Ministro fala entre US$10 e US$12. Nós estamos fixando em US$12. Se US$12 causarem esse embaraço financeiro, Senador Laércio, aí está demonstrado que é preciso tabelar. O senhor mencionou que a Câmara fez um debate, eu tenho aqui o relatório do debate. É verdade. Eu nem vou discutir a data: se isso é para 2027, para 2026. Isso é uma outra questão que compete ao Relator procurar encontrar um meio-termo.

Agora, dizer que, porque há um acordo internacional ou a probabilidade de um acordo internacional, que não foi firmado ainda...

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (*Fora do microfone.*) – Está firmado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, isso é uma promissória.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (*Fora do microfone.*) – Está assinado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso para mim é uma promissória, porque o acordo tem que ser referendado pelos dois países, e ele não foi. Então, isso é uma promissória, é uma promessa. É uma promessa, não é um acordo. O Anexo C é um acordo deliberado na forma da lei. Esse aceno é apenas o reconhecimento da culpa sem remorso: "Não tenho remorso nenhum, vou continuar fazendo, mas acho que dá para, daqui para a frente, parar de fumar". (*Risos.*) Isso é outra conversa.

Nós estamos tratando de esgotar aqui um projeto de lei, que pode ser criticado, é claro... Eu mesmo hesitei em apresentá-lo. Falar num preço máximo... Por quê? Porque está havendo abuso. E o abuso é tão reconhecido que o próprio Ministro diz: "Ficar entre dez e doze é possível, é moralmente factível e desejável". É isso que nós estamos querendo escrever. Se houver um talento maior e melhor do ponto de vista legiferante, será muito bem-vindo. Agora, se é uma maneira de não aprovar a lei e deixar como está, eu vou ficar defendendo o projeto de lei: entre o imperfeito que chega ao objetivo e a perfeição que fica nas nuvens, eu acho que nós temos o dever...

Eu repito: não quero polemizar, mas não posso deixar de facultar a palavra ao eminente Relator, prezado amigo Laércio Oliveira.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discursar.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin; bom dia a todos que fazem parte desta audiência pública, àqueles que vão participar por videoconferência, a todos que fazem parte aqui da nossa Comissão.

Eu acho... A construção deste projeto eu tenho convicção absoluta da clareza que traz. Não tem complexidade nenhuma. E aquilo que foi posto no texto que eu tenho uma honra de relatar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por ser um projeto produzido por V. Exa., me deixa numa situação muito confortável. E eu acho que para o outro lado não tem conforto, porque pense num negócio difícil de explicar o cumprimento daquilo que foi proposto no seu projeto de lei!

Na semana passada... A gente sabe a intenção de fazer esta audiência pública. Aqui não tem situação e oposição que se furtem a fazer esse diálogo, mas muitas vezes a gente sabe que a situação de uma audiência pública é tão somente para postergar uma votação que já estava vencida, e a gente abriu mão para atender o pedido de um colega. E nesse caso não tem situação nem oposição. Como eu já disse e estou repetindo, a gente ouve a todos, mas a gente tem muita clareza da posição que nós tomaremos no nosso relatório.

E tenho certeza absoluta de que a contribuição de todos que vieram aqui gentilmente trará os subsídios necessários para reforçar aquilo que a gente entende, mas eu volto a dizer: como Relator, eu estou à disposição para ser convencido do contrário.

Terei as informações através das imagens que serão arquivadas aqui, porque nós temos outras Comissões para conduzir hoje de manhã, mas estejam cientes os senhores que aqui estão participando, os meus colegas, o Senador Jaime Bagattoli, aqui conosco: nós vamos andar com este projeto o mais rápido possível, porque a gente precisa, de fato, reparar, no meu ponto de vista, até este momento, essa anomalia que existe com referência a essa tarifa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado, Sr. Relator.

Como nós vamos ter o retorno, eu vou conceder a palavra, por igual período, ao Sr. Felipe Pereira, Segundo-Secretário do Ministério das Relações Exteriores.

Eu gostaria que nós não nos abstraíssemos do tema negociação internacional. Eu quero lhes relatar que eu fui abençoado pelos meus alunos da Universidade Federal de Santa Catarina: em 2008, ou seja, 15 anos antes do vencimento do contrato, eles fizeram um trabalho de negociação, um exercício de negociação. Na época, se referiam à negociação entre o Presidente Lula e o Presidente Lugo do Paraguai, ou seja, uma negociação preventiva. Então, com todo o respeito à negociação internacional, nós vamos dar ênfase à questão das consequências dos fatos atuais sobre a tarifa da alfândega para dentro, ou seja, da ENBPar para dentro.

O SR. FELIPE PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todas e a todos. Exmo. Senador Esperidião Amin, autor do Projeto de Lei 1.830, de 2025, na pessoa de quem cumprimento as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores. Gostaria de cumprimentar os demais integrantes da mesa: de Itaipu, ENBPar, Ministério de Minas e Energia, bem como os representantes da Academia Nacional de Engenharia e o Dr. Jerson Kelman.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, é com satisfação que compareço à Comissão de Infraestrutura, representando o Ministério das Relações Exteriores, para debater os temas de interesse desta Casa.

O projeto de lei sob discussão guarda relação direta com a audiência pública que foi realizada na semana passada, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, sobre a composição tarifária da energia da Itaipu Binacional e inclusão de despesas socioambientais no âmbito do custo do serviço de eletricidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é de conhecimento, o anexo financeiro ao Tratado de Itaipu, mais conhecido como Anexo C, estipula as bases financeiras e de prestação dos serviços da entidade binacional. Seu Artigo VI determina que as disposições do Anexo C seriam revistas após 50 anos de sua entrada em vigor, isto é, a partir de 13 de agosto de 2023. E, visando fixar a tarifa em horizonte temporal pré-determinado e estabelecer as bases para a revisão do Anexo C, como já mencionado pelo Dr. André Pepitone, em 16 de abril do ano passado, foi celebrado um entendimento entre Brasil e Paraguai sobre as diretrizes relacionadas à energia de Itaipu Binacional, instrumento assinado pelos Ministros Mauro Vieira e Alexandre Silveira, bem como suas contrapartes paraguaias.

Esse instrumento consolidou os parâmetros a serem observados no curso do processo negociador da revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu, e, conforme já mencionado, numa dessas cláusulas, há um compromisso para se aplicar a tarifa que reflita os custos estritos de operação da Binacional sem incluir custos discricionários. Esse dispositivo, que corrobora também declarações recentes do Ministro Alexandre Silveira neste Parlamento, está em linha com o compromisso do Governo brasileiro em prol da modicidade tarifária.

Sendo essa obra de engenharia um empreendimento binacional, as principais decisões relacionadas à usina não são decididas unilateralmente, mas, sim, em conjunto com o Paraguai. E, nesse ponto, eu creio que o projeto de lei em apreço foi muito feliz com a preocupação em especificar que a sujeição a um limite monetário aplica-se à parcela referente à potência contratada pelo Brasil, não à contratada pelo Paraguai. A justificação do projeto de lei traz diversos conceitos do setor elétrico que denotam profundo conhecimento do legislador sobre o que está sob discussão.

Gostaria de fazer, apenas a título de reflexão, comentários sobre a natureza da entidade binacional, no sentido de que a Itaipu não deve incorrer em prejuízos ou lucros. Como está inscrito no Artigo IV.1 do Anexo C: "A receita anual [...] deverá ser igual [...] ao custo do serviço estabelecido", ou seja, estamos diante de um modelo de custo pelo serviço, co*st-plus*, conforme é mais conhecido na academia. Nesse sentido, é legítima e sensata a preocupação do legislador de prover...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE PEREIRA – ... maior eficiência à usina hidrelétrica em discussão, considerando que sua sustentabilidade financeira seja mantida ao longo do tempo. Assim, uma hipótese, apenas a título de sugestão, é incluir algum tipo de mecanismo de atualização inflacionária desse valor teto, ao longo do tempo. Já há notas reversais, notas verbais assinadas entre Brasil e Paraguai que se referem ao fator de ajuste que é empregado em determinados itens de custo da Itaipu. E também seria algo semelhante aos contratos de concessão de energia elétrica aplicados no setor elétrico brasileiro. Bom, desse modo, com algum tipo de mecanismo para correção inflacionária ao longo do tempo, seria possível reduzir a possibilidade de o Congresso Nacional ter de rediscutir a questão de qual seria o valor ideal daqui a alguns anos, conforme a inflação avance.

Nesse sentido, faço votos para que tenhamos discussões frutíferas, cordiais, no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico à disposição para debater o referido projeto de lei, bem como a responder eventuais questionamentos das senhoras e senhores ao longo do dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu desejo localizar apenas aqui... O Senador Laércio cuidou dessa atualização, dessa forma de atualização. Eu creio que isso está exposto no §3º do art. 1º do projeto.

> §3º Sobre o resultado do reajuste previsto no §2º será aplicado fator redutor destinado a compartilhar com os consumidores eventuais ganhos de produtividade.
>
> §4º O valor máximo de que trata [...] poderá ser objeto de revisão extraordinária em caso de.....

E no §2º:

> §2º O valor máximo de que trata o *caput* será reajustado anualmente, no mês de janeiro de cada ano, pela variação acumulada de índice de inflação no varejo dos Estados Unidos da América [já que nós estamos falando em dólar, e falo em dólar, porque o texto original era em dólar], ou por outro índice internacional equivalente que venha a substituí-lo.

Quer dizer, o Relator tomou esse cuidado. E, como nós estamos falando de uma moeda estrangeira, temos que nos subordinar a fatores de mercado do país que emite a moeda – nós todos acatamos, e, se não acatarmos, pode dar problema internacional – que são os Estados Unidos. Aliás, o Presidente Trump anda muito sensível quando se fala em substituir o dólar em alguma operação financeira internacional. Eu não quero entrar nessa encrenca. (*Risos.*)

E acho que o Senado só se for requisitado deve entrar.

Agradeço a sua participação, por ora.

Com a palavra o Sr. Cássio Giuliani Carvalho, Assessor da Subsecretaria de Assuntos Econômicos e Regulatórios do Ministério de Minas e Energia, que tem direito, inclusive, à resposta, porque eu já citei o Ministro.

O SR. CÁSSIO GIULIANI CARVALHO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Queria fazer os meus cumprimentos aqui ao Presidente da Comissão, Marcos Rogério, que gentilmente cedeu a Presidência desta sessão ao Senador Esperidião Amin, que é o autor do Projeto de Lei 1.830.

Registro os meus cumprimentos também ao Senador Laércio Oliveira, que é o Relator da proposta, e ao Senador Rogério Carvalho, que é o autor do requerimento, que possibilitou esta audiência pública para a prestação dos devidos esclarecimentos.

Cumprimento ainda os demais Senadores e Senadoras presentes, os colegas aqui do Poder Executivo, os Diretores André e Wander da Itaipu e ENBPar, e os demais presentes.

Inicialmente, agradecendo a oportunidade, Senador Esperidião Amin, primeiro, é fundamental registrar que a proposta é inteligente, porque ela circunscreve o problema à jurisdição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, evitando que tenhamos que discutir isso no âmbito internacional. Isso realmente é um ponto que mostra que quem trabalhou sobre a proposta, sob o seu comando, entendeu o problema e busca uma solução adequada à causa. Então, o foco é na tarifa de repasse, que é quanto as concessionárias do Brasil pagam para a ENBPar para o recebimento da energia de Itaipu. A proposta é meritória, vai ao encontro do discurso do Ministério de Minas e Energia – qualquer proposta que busque a modicidade tarifária é, sim, meritória e terá o nosso apoio – e também acompanha integralmente o entendimento que o Ministro de Minas e Energia, junto com o Ministro Mauro Vieira, celebraram com o Paraguai em 2024, para tentar fazer uma transição para que Itaipu passe a não ter mais gastos discricionários a partir de 2027. Obviamente, o Parlamento tem toda a legitimidade de buscar que essa promissória realmente seja quitada, como o Senador Esperidião Amin colocou.

No entanto, nós temos um ponto que talvez possa ser objeto de aperfeiçoamento e que nos preocupa como integrantes da administração. A ENBPar, quando este projeto se torna lei, terá duas obrigações: a primeira para com o Itaipu, com base no tratado, de adquirir toda a parcela que o Paraguai não quiser usufruir, ao preço definido pelo próprio Conselho de Administração de Itaipu; e, de outro lado, ela terá a obrigação de receber das distribuidoras o limite de US$12 por kWmês, que está proposto. Qual é o ponto? Esse arranjo impõe um risco sobre a ENBPar, inclusive de responsabilidade fiscal dos seus gestores. Por quê? Como não há no projeto de lei nenhuma subvenção, não há nenhuma criação de subvenção econômica para suprir eventual desvio e nem dotação orçamentária para tanto, os gestores da ENBPar poderão chegar ao ponto de ou descumprir o tratado e não assinar os contratos com o Itaipu, descumprindo aí o Tratado de Itaipu, submetendo a República a ter um eventual litígio internacional, ou de celebrar os contratos de compra podendo não terem as coberturas necessárias exigidas pela nossa legislação interna. E a gente poderia citar aqui – não é a *expertise* do Ministério de Minas e Energia, mas nós temos estatais e temos que fazer a supervisão –: teríamos que ver os eventuais impactos sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, o marco legal das estatais e as normas gerais de direito financeiro.

Vejam: o projeto limita o teto e impõe obrigação para a ENBPar de cumprir toda a parcela, toda a compra de Itaipu ao preço definido por Itaipu, fora da jurisdição brasileira, mas impõe, por outro lado, um repasse de até US$12 por kWmês, faltando, podendo abrir um espaço, sem uma subvenção econômica específica para eventual cobertura. Isso é uma tecnicalidade, mas, do ponto de vista da responsabilidade fiscal, que foi bem enfatizado pelo Senador Esperidião Amin, é fundamental.

A proposta... Eventualmente, tendo esses aperfeiçoamentos, talvez a gente consiga avançar, deixando-a da forma mais perfeita possível. Eventualmente... Quais são, em termos práticos, sendo mais sucinto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CÁSSIO GIULIANI CARVALHO – ... para encerrar no tempo dado pelo Parlamentar... Dado o desequilíbrio das... Hoje a ENBPar tem a obrigação de compra por um tratado, ao preço definido por Itaipu, mas tem um repasse automático com base na legislação brasileira. Então, há uma paridade, há uma comutatividade nessas obrigações. Com a proposta prosperando, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há uma subvenção específica em lei para eventuais desvios e nem uma dotação orçamentária específica, a ENBPar poderia se colocar numa situação de não ter como lidar com esse risco fiscal, sujeitando os seus gestores às responsabilizações brasileiras, que não são poucas.

De qualquer forma, Senador, para encerrar, de fato, é bandeira do Ministério de Minas e Energia todo e qualquer compromisso com a modicidade tarifária. Conte com o apoio da pasta.

E, para encerrar, temos que a questão do preço da energia de Itaipu, da tarifa de Itaipu passa pela solução diplomática. Então, precisamos refrisar que a solução diplomática é o campo principal de atuação que temos que seguir.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu considero a sua intervenção muito construtiva.

Ocorre-me que quem nomeia os diretores brasileiros da Itaipu Binacional é o mesmo cérebro que nomeia... Se eu fosse o Presidente da República, eu nomearia para Itaipu e para a ENBPar... É para que a mesma cabeça convivesse com as duas realidades. O Diretor da Itaipu seria muito devoto de uma solução honesta lá. Não são duas pessoas, são dois agentes em postos diferentes, nomeados pela mesma... É só ir à origem. Eu nomearia o Dr. Pepitone Diretor da Itaipu Binacional e da ENBPar. (*Risos.*)

Pouparíamos um cargo e daríamos um pouco mais de trabalho para o Dr. Pepitone, para ele começar a branquear os cabelos – digo isso sem nenhuma inveja. (*Risos.*)

Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Wander Azevedo, Diretor de Comercialização de Energia da ENBPar, que agora pode acumular, inclusive, o cargo com a Binacional, ou seja, o senhor vai comercializar para si próprio. (*Risos.*)

O SR. WANDER AZEVEDO (Para expor.) – Seria muito grato, Senador, mas está bem guardado esse cargo com o Dr. André Pepitone. (*Fora do microfone.*)

Bem, Sr. Presidente Esperidião Amin, que pegou a Presidência do Senador Marcos Rogério, Sras. e Srs. Senadores, Senador Relator Laércio Oliveira, demais autoridades, representantes dos ministérios, Felipe Pereira, Cássio Carvalho, que conduziu excelentemente... Viu, Cássio? Eu acho que grande parte do que eu iria falar aqui foi bem tratado por você. Eu folgo em saber como o ministério está conduzindo isso.

Além do mais, Senador Esperidião Amin, quando nós tratamos da parte de energia, nós sempre trazemos realmente a preocupação com a modicidade tarifária. Eu acho que, no cerne do seu projeto, é isso que o senhor tenta nos passar, mas eu vou demonstrar algumas questões para as quais nós precisamos ficar alertas.

Também quero cumprimentar os demais companheiros do setor elétrico, André Pepitone, os Srs. Nelson Martins e Jerson Kelman.

Recebam a saudação da ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional) e os agradecimentos por esta oportunidade de contribuir no que nos cabe, com informações técnicas sobre o funcionamento da Conta de Comercialização de Itaipu e o papel institucional da ENBPar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje vamos apresentar a nossa contribuição em relação ao projeto de lei proposto pelo Senador Esperidião Amin, que limita o preço a ser pago pelas distribuidoras relativo à parcela de potência repassada pela ENBPar.

A ENBPar foi criada pelo Decreto 14.190, de 2021, e estruturada pelo Decreto 10.791, de 2021, para garantir que a União mantivesse sob seu controle participações e ativos estratégicos no setor energético nacional, especialmente nas áreas nuclear e Binacional.

Eu poderia explanar um pouco mais sobre a ENBPar, mas eu acho que eu ficaria numa parte aqui, Senador, que seria muito importante: a ENBPar não define tarifa, não forma preço e atua exclusivamente como executora das determinações legais e regulatórias, observando integralmente o que é decidido pelas altas partes e pelos órgãos reguladores, o que já foi um pouco abordado aqui.

Bem, nesse outro eslaide...

Não está passando. Poderia ajudar? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Peço à nossa Secretaria...

O SR. WANDER AZEVEDO – Agradeço, querido.

Nesse eslaide, eu quero mostrar a estrutura regulatória da ENBPar e da Itaipu Binacional, estabelecida por meio do Tratado de Itaipu e das respectivas notas reversais que especificam as autorizações e seus custos operacionais, financeiros e de investimento.

Ora, eu acho que aí foi muito espirituoso o ministério quando contextualiza aqui. De um lado, eu tenho Itaipu, com seu tratado, anexos, notas reversais e Cuse; do outro, entra a ENBPar. Ali estão as minhas obrigações. Ali eu sou puxado como agente. Então, o que é que eu tenho desse lado de cá?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só para confirmar a analogia que eu estabeleci, a ENBPar é a aduana. (*Risos.*)

O SR. WANDER AZEVEDO – Então, vou acrescentar esse termo à minha fala. A nossa aduana o que tem lá?

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDER AZEVEDO – Ela tem leis e decretos, nós temos que respeitar estritamente o agente regulador e a tarifa de repasse, e ainda temos o ONS, que é o Operador Nacional do Sistema.

Vou tentar aqui passar... Por gentileza, o próximo eslaide.

Sobre esse eslaide o Dr. André Pepitone eu acho que já fez um demonstrativo, mas eu quero puxar alguns pontos bem importantes. Quando a gente tem um Cuse efetivo de US$16,71, e esse valor é binacional, aprovado em US$19,28... Mas o que interessa nesse eslaide é o seguinte: a série histórica. Se nós pegarmos de 2009 a 2020, nós vamos ter ali US$22,60. Quando chega em 2020, nós temos uma descida gradual, isso é revelado. Nós passamos a ter uma tarifa de US$16,71. Esse de US$16,71, de 2020 a 2024, está...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – De 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WANDER AZEVEDO – De 2022 a 2024, ele está a menor 26%. Esse é um detalhe, ou seja, a tarifa tem caído gradualmente.

Por gentileza, o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas já chegou a US$16,71. É só voltar.

O SR. WANDER AZEVEDO – Por gentileza, volte.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não. É o seguinte.

O SR. WANDER AZEVEDO – A próxima.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Aí. Ela chegou a US$16,71 em 2023.

O SR. WANDER AZEVEDO – Sim, com a negociação. Aí é que fixou esse parâmetro de US$16,71, nessa negociação de que o Dr. André tratou.

Posso passar, Senador, ou o senhor quer fazer algum comentário a mais? Estou à sua disposição.

Bem, o próximo eslaide vem trazer a tarifa de repasse. Mais uma vez, efetivamente, mostra que ela, na sua série histórica – a gente pega de 2011 até a data de hoje, de 2024, passando para 2025, porque ela está fixada –, como é que está? Ela está com menos 38%. Ela está, de 2020 a 2024 e na sua sequência, a menor. Ela vem numa redução gradual. Essa é a tarifa de repasse que nós trabalhamos.

Eu poderia aqui também... Eu vou passar para essa formação de tarifa, que eu acho que é a melhor parte para a gente compreender bem do que nós estamos tratando.

Pode voltar lá no eslaide anterior, por favor.

Essa é a formação da tarifa de repasse. É aí é que começa a complicação do que nós estamos tratando aqui. Nós temos ali um Cuse, que é o custo do serviço, que ela vem especificando. No caso da dívida, já foi paga. Em 2023, essa dívida já foi paga. Ela sai daquele bloco, né? E o que ainda fica no bloco? As despesas de exploração, o rendimento de capital, os *royalties*, o ressarcimento e o saldo da conta de exploração do ano anterior. O que compõe também esse Cuse? O custo da energia cedida ao Brasil. E, para se ter uma relação aí, é importante dizer que o Cuse representa 95% da tarifa de repasse, e o restante é aproximadamente 5%, que é o custo da energia cedida.

E nós passamos para a composição. Essa composição da tarifa de repasse é homologada pela Aneel, Nota Técnica 182, de 2023.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WANDER AZEVEDO – O valor dessa tarifa de repasse é de US$16,71, homologada.

Agora, veja, o custo da energia cedida, que faz parte da tarifa de repasse de US$17,66, é US$0,95, que faz a composição para compor essa tarifa de repasse. E a Aneel homologou, para o triênio de 2024 a 2026, US$16,71. É isso que hoje nós estamos trabalhando.

Por que é importante falar isso, Senador? Eu acho que aí mostra. E aí eu acho que é o senhor está tratando, no seu projeto, de trazer, novamente eu digo, com efetividade, uma modicidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifária. Só que eu aponto um problema aí para a ENBpar. Qual é esse problema? Enquanto nós temos no Cuse, que é aquele bloco, um Cuse variável, e esse Cuse... Ele pode, pelo sócio paraguaio, elevar essa tarifa em US$16, US$17, retornar a US$20, a US$20,22, nessa tarifa... Como é que eu vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor está se baseando em despesas de exploração.

O SR. WANDER AZEVEDO – Eu estou me baseando em todo o bloco.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Compreendem os investimentos socioambientais?

O SR. WANDER AZEVEDO – Compreendem os investimentos socioambientais. Está tudo dentro daquele bloco.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor tem que falar com o pessoal da Itaipu que o senhor não vai conseguir responder isso para nós. (*Risos.*)

O SR. WANDER AZEVEDO – Espero estar respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tanto é que o Ministro já disse. Olhe aqui, ó: o fim dos gastos socioambientais – declaração do Ministro.

O SR. WANDER AZEVEDO – Mas ele definiu isso... E aí o Ministério das Relações Exteriores está aqui do meu lado. Ele definiu isso em acordo e assinou. Então, em 2027, isso dá mais uma baixa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olhe...

O SR. WANDER AZEVEDO – Não, eu estou aqui, Senador, mostrando quais as dores do parto...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor já convenceu o Relator? O Relator já propôs que entre em vigor no dia 1º de janeiro de 2027.

O SR. WANDER AZEVEDO – Senador, eu estou mostrando as dores do parto da ENBpar.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, mas é só a questão de não fazer um parto com gestação de 13 meses. (*Risos.*)

Isso aconteceu já. Foi daí que nasceu...

O SR. WANDER AZEVEDO – Com relação a essa gestação, ela vai até 2026.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor sabia que nasceu a cesariana disso aí, né?

O SR. WANDER AZEVEDO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Dizem que o Nero nasceu de 13 meses. Por isso é que deu aquela encrenca toda lá em Roma.

O SR. WANDER AZEVEDO – Mas eu acho que nós estamos em Itaipu com bons gestores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Por isso, se chama cesariana. Essa invenção pertence aos médicos.

O SR. WANDER AZEVEDO – Mas, então, isso aqui, Senador, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o senhor teria... Não, mas o senhor teria que mostrar sua preocupação, discriminando as despesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de exploração. Está faltando discriminar, porque não é de exploração. O que nós estamos falando aqui é da despesa que não é de exploração.

O SR. WANDER AZEVEDO – Olhe, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o senhor manda: "Faça". Se a Itaipu não faz contabilmente o correto, faça. Mostra para nós, ali, que essa despesa de exploração tem...

O SR. WANDER AZEVEDO – Aí cada um tem sua competência. Aí é uma competência estritamente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pois é. Não, mas o senhor, que representa o Brasil, não pode aceitar que, dentro de despesa de exploração, existam US$871 milhões, em 2024; US$473 milhões, no primeiro semestre desse ano, que não são de exploração. Até eu, que não fui aluno do Luca Pacioli, mas tive aula de contabilidade e prestei concurso na Universidade Federal de Santa Catarina sobre administração financeira e orçamento, sei disso.

O SR. WANDER AZEVEDO – Eu tenho orgulho de ser servidor público também. É um orgulho que eu tenho de também ser servidor público, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, isso não é despesa de...

O SR. WANDER AZEVEDO – Eu também tenho. Eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é exploração aí em outro sentido.

O SR. WANDER AZEVEDO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas deixe-me separar o que é despesa operacional do que são regalos.

O SR. WANDER AZEVEDO – Vale ressaltar, Senador, que toda UTR – e aí sem juízo de valor – tem, lá na sua contabilização, as despesas socioambientais. Não é... A Itaipu não inova em nada nisso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, não inova, mas extrapola.

O SR. WANDER AZEVEDO – Não inova em nada nisso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E chegou a um nível de ruído – não é? – com investimentos em Minas Gerais, aeroportos, COP. Pois é, virou um... E isso aí eu falo também em nome dos estados brasileiros. Os estados que são sócios fundadores da Itaipu, porque alguém tinha que assumir o compromisso de comprar energia, não são consultados sobre isso. O meu estado, por exemplo, nunca foi consultado sobre essa despesa de exploração.

Então, a minha sugestão objetiva para o senhor. No próximo balancete, vamos combinar o seguinte, o senhor vai discriminar as despesas de exploração, como faria do nosso lado da aduana. Aliás, eu vou, vou pedir que isso seja... Quero um ofício ao ministério, fruto desta reunião, para que, a partir do próximo balancete... Eu não vou cobrar nada da Itaipu, porque eu não posso, mas vou cobrar de quem eu posso. Do ministério e da ENBPar nós vamos querer uma revisão de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parâmetro do que é despesa de exploração que eu, ENBPar, tenho que pagar e por que estou sujeito a responder. E como é que eu vou responder pessoalmente por isso, se eu sei que isso não é despesa de exploração?

Então, para livrar a direção da ENBPar desse compromisso – viu, Sr. Cássio? –, o ministério faria bem em determinar que a ENBPar nos explique o que é despesa de exploração.

O SR. WANDER AZEVEDO – O senhor me permite, Senador? Em que pese...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu permito, mas o senhor vai se comprometer com isso, então? Obrigado. Muito obrigado.

O SR. WANDER AZEVEDO – Senador, eu vou me comprometer naquilo que me cabe como ENBPar, no que me cabe como dirigente...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Estou fazendo força para o senhor dizer: cabe. (*Risos.*)

O SR. WANDER AZEVEDO – No que nos cabe enquanto ENBPar, tenha certeza de que responderei tanto ao Senado da República quanto a qualquer outro ente da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Vai caber. Vai caber.

O SR. WANDER AZEVEDO – É, só para lhe detalhar um pouco, a despesa de exploração... E aqui sem fazer...

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Se me permite, só uma fala, para ajudar...

O SR. WANDER AZEVEDO – Claro, claro.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... o Diretor da ENBPar, Senador Amin?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, o senhor tem que me ajudar.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Não, eu quero dizer o seguinte, atendendo sua pergunta e ajudando-o também. A informação que o senhor quer já está disponível agora no *site* de Itaipu, no Portal da Transparência, tem tudo que o senhor está questionando da despesa de exploração. Então, para facilitar a vida – aí que eu entro na linha de ajudar o Diretor da ENBPar – do Diretor Wander Azevedo, é só plotar na tela da Comissão o *site* da Itaipu, em que a gente tem essas informações. Estão todas disponíveis para a sociedade brasileira no Portal da Transparência. Se tem uma coisa que nós primamos no serviço público, e eu trouxe isso de mim, Senador, arraigado pela minha experiência em agência reguladora, é a transparência, é um valor fundamental.

O SR. WANDER AZEVEDO – Dr. André...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, nós vamos fazer o seguinte: concedo o direito de o senhor mostrar a discriminação das despesas de exploração agora.

O SR. WANDER AZEVEDO – Aí teria que ir no...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pode pegar onde quiser. Pode abrir aí a Transparência. Vamos mostrar agora.

O SR. WANDER AZEVEDO – Essa despesa de exploração compõe pessoal, material e outros, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – E os gastos socioambientais.

O SR. WANDER AZEVEDO – Os gastos socioambientais. É só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Os outros, eu quero saber dos outros...

O SR. WANDER AZEVEDO – Isso, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Despesa de pessoal e despesa operacional...

O SR. WANDER AZEVEDO – O senhor me permite, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Permito.

O SR. WANDER AZEVEDO – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor agora tem um grande advogado ao seu lado para o senhor ter que ficar mais atento... (*Risos.*)

O SR. WANDER AZEVEDO – Não, eu creio que não um grande advogado, ele é um grande engenheiro, isso eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas hoje o senhor não pode imaginar os engenheiros se especializarem em Direito de uma maneira fantástica.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Isso é verdade, viu?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É verdade.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Está cheio de engenheiro questionando o Tratado de Itaipu com argumentos de legalidade.

O SR. WANDER AZEVEDO – Mas eu lhe diria só que isso cabe à parcela de Itaipu, e o que ele vai discriminar aqui é o PMSO e mais as despesas socioambientais. Eu não sei como é que estaria o balanço de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu duvido que um contador – há o Izalci, por exemplo, aqui – aceitasse colocar como despesa de exploração esses compromissos socioambientais. Isso não é despesa de exploração em lugar nenhum do mundo. Vocês estão desonrando o legado de Frei Luca Pacioli, pai da contabilidade – Frei Luca Pacioli, tinha que ser alguém da Igreja. Isso não existe como despesa de exploração. Isso me faz lembrar um personagem verdadeiro de Santa Catarina que se apertou, teve que vender os móveis da exatoria, da coletoria e fez o lançamento contábil: cupins a móveis e utensílios. Desapareceram os móveis, os cupins comeram. Móveis, coletoria cupim comeu. Essa foi a resposta à diligência. Despesa de exploração não é isso.

O SR. WANDER AZEVEDO – E me lembra também outro fato...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Jaime Bagattoli, que tem contabilidade acuradíssima nas suas empresas, desde José Boiteux até Vilhena, isso não é despesa de exploração, despesa operacional é outra coisa. Isso é um exercício político. Não estou dizendo que é culpada a atual administração. Isso é uma coisa que, como quase tudo na administração pública, entra lá e não sai mais. Nós queremos tirar isso daí, para o seu bem. Aí o senhor vai... Se o senhor tiver que reclamar: "Olha, está havendo um reajuste no custo, na operação, tem que haver uma revisão extraordinária", isso é tudo explicável. Agora, botar dentro de um embrulho só, com o título "despesa de exploração"... Por que isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WANDER AZEVEDO – Antes de o Dr. André entrar, eu queria só chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, tudo o que nós pudermos fazer para que essa transparência signifique transparecer o que é correto – porque isso não é correto, isso não é despesa de exploração – nós faremos, mas os senhores têm que fazer também e concordar. Tem que desembrulhar aquilo ali, desempacotar e mostrar os indivíduos que o integram.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Posso falar, Senador Amin? Um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Claro.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Primeiro, quero só cumprimentar o Senador Diego Tavares, da Paraíba, que acaba de adentrar aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Uma entrada gloriosa.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Entrou num momento-chave.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Entrou num momento-chave e vai me socorrer, já vai chegar aqui me socorrendo.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Vai trazer luz para a solução. (*Risos.*)

Senador Amin, a gente precisa, ao encarar este debate, entender o contexto da empresa. De novo, vou falar aqui, mais uma vez, nesta Comissão: a Itaipu Binacional não é uma empresa brasileira, a Itaipu Binacional é do Brasil e do Paraguai, e toda e qualquer decisão, no âmbito da Binacional, deve ser tomada por consenso. E, aqui, Presidente Amin, nós temos que conciliar os interesses de duas nações soberanas.

O interesse da nação brasileira é claro, e o senhor tem o apoio aqui de todos os atores que estão nesta mesa. Conheço a atuação do Cássio, do Ministério de Minas e Energia; do Felipe, que era servidor da Aneel e, hoje, segue carreira diplomática no Itamaraty; do Diretor Wander Azevedo, aplicado servidor público que segue suas atribuições na ENBPar. E eu, que o senhor conhece desde 2010, pelejo numa luta pela modicidade tarifária, tendo a intensificado no período em que presidi a Agência Nacional de Energia Elétrica, de 2018 a 2022. Todos queremos a modicidade tarifária; entretanto, o nosso sócio...

Aqui, no Brasil, a gente tem um ditado que diz: "Tem que combinar com os russos"; lá em Foz do Iguaçu, nós temos que combinar com os paraguaios. Então, o nosso sócio, o Paraguai, é uma nação que deseja política pública, e a empresa, como eu disse, não é brasileira. Eu não posso chegar para o meu sócio e impor minha vontade: "Não, aqui é só modicidade tarifária". Eu tenho que conversar, eu tenho que dialogar. É a essência da transação binacional.

Então, diante desse diálogo, o Ministro Alexandre Silveira conduziu muito bem para o caminho que V. Exa. está pleiteando aqui na Comissão. Dentro do diálogo, havendo consenso com a nação paraguaia, estabeleceu-se um documento que está assinado pelo Chanceler brasileiro, pelo Chanceler paraguaio, pelo Ministro de Minas e Energia brasileiro e pelo correspondente Ministro paraguaio, dizendo que, a partir de 2027 – é o que o senhor coloca para o Diretor Wander Azevedo –, na despesa de exploração, não tenha mais custo discricionário, isso feito no âmbito do tratado, no âmbito do diálogo, sem imposição e sem rompimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não se trata de rompimento, amigo. O que vão fazer em conjunto é uma coisa. No Brasil, isso não pode valer a partir de hoje, e a ENBPar vai ter que separar ali.

Na hora em que naturaliza, em que passa da aduana, nós estamos no Brasil. Nós não vamos adulterar nem vamos acomodar conceitos contábeis do Brasil. No Brasil, é diferente. O acordo binacional é uma coisa que a Itaipu Binacional mantém ainda por dois anos, um ano e meio, esse conceito, que já está repudiado, está reconhecido que está errado... Agora, no Brasil, a obrigação da ENBPar é separar ali.

O senhor, que chegou agora... Nós não temos que corrigir a partir de 2027. Que história é essa? Nós estamos reconhecendo que está errado. Os meus alunos reconheceram isso já lá atrás. Então, na contabilidade da ENBPar, não apareça mais despesa de exploração com esse jabuti, com essa... Eu não sei qual é o coletivo de jabuti. Isso tem que ser... Porque já está discriminado, tem que ser discriminado no balanço.

O SR. WANDER AZEVEDO (*Fora do microfone.*) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Despesa com investimento socioambiental não é despesa de exploração, e acho que esse é o caminho também para o Tribunal de Contas da União. Contabilidade no Brasil é uma só. "Ah, bom, mas eu estou fazendo um negócio"... Tudo bem, a parte que corresponde ao acordo internacional, desde o que foi aprovado pelo Congresso brasileiro, se respeita. Não tem problema nenhum. Ninguém está pedindo para haver um rompimento com o Paraguai. Isso aqui está certo do ponto de vista internacional, mas, nacionalmente, a nossa contabilidade é regida por um princípio só. Isso não é despesa de exploração.

O SR. WANDER AZEVEDO – Senador, só para deixar bem claro.

Essa parte que o senhor está falando, que é a minha parte, ela não é. A aduaneira fica para cá. Ali é a parte do sócio de Itaipu e de seu sócio.

Essa composição do Cuse é composta do Cuse e do custo da energia cedida ao Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WANDER AZEVEDO – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu vou passar a Presidência momentaneamente para o Senador Jaime Bagattoli, porque eu estou sendo requisitado pela minha chefa. (*Risos.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Desculpe, gente, mas é urgente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pode continuar.

O SR. WANDER AZEVEDO – Está o.k., obrigado.

Então, é só para deixar claro, e a gente passa para um próximo eslaide e considerações finais, para não estourar mais o tempo do que o necessário.

Eu estava deixando claro – e eu acho que o André colocou muito bem – que esses balanços de Itaipu estão apresentados na internet, etc., e quero deixar bem claro que essa parte do Cuse,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando ela vem, vem naquele bloco e é composta pelo custo de energia cedida ao Brasil. Ponto. Isso é o que ela faz. E nós cuidamos... Aí, sim, eu acho que vem bem claro, da parte que nós cuidamos, que é onde há homologação da Aneel. O Cuse fica estabelecido em US$16,71; e sua tarifa de repasse, em US$17,66.

Podemos ir para o próximo eslaide, já para minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Rápido, porque eu preciso também só fazer umas considerações e eu preciso sair.

O SR. WANDER AZEVEDO – Sim, à vontade.

Então, eu vou resumir esses dois eslaides para a frente numa visão nossa da ENBPar.

Se limitarem o custo de Itaipu na tarifa de repasse, podemos ter um déficit na Conta de Comercialização de Itaipu, que ficará em desequilíbrio financeiro, gerando a necessidade de solicitar tarifa extraordinária – era isso que eu gostaria de falar – ao agente regulador Aneel, de acordo com o que está estabelecido no Decreto 11.027, de 2022. A principal fonte de recursos dessa conta advém do faturamento das distribuidoras cotistas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Por fim, gostaria de enfatizar que a tarifa extraordinária é a forma para equilibrar o déficit da Conta de Comercialização de Itaipu, nesse caso, podendo onerar o consumidor brasileiro, caso a agência reguladora homologue a tarifa.

Senador, quero me colocar integralmente à disposição do senhor, dos seus pares e da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, eu não tenho nada a acrescentar. Quero lhe agradecer. Nem quero debater. Agora, nós brasileiros não podemos reconhecer que seja despesa de exploração aquilo que não é. E esse ponto nós vamos levar adiante, inclusive, em matéria de cobrança junto ao Ministério de Minas e Energia e ao Tribunal de Contas da União.

Neste momento, convido para usar da palavra o Sr. Nelson Martins, Coordenador do Comitê de Energia... (*Pausa.*)

Ah, pois não, mas alerto que o seguinte será o Sr. Nelson Martins.

Por favor, Senador Jaime Bagattoli. Agradeço pela presteza com que atendeu o meu pedido, que decorreu de uma emergência.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Depois, discutimos o salário. (*Risos.*)

Eu quero aqui parabenizar o Senador Amin por este PL 1.830, de 2025, com o Relator Laércio Oliveira.

Quero dizer, Senador, que você falou dois itens importantes aí. Um é a questão da contabilidade. E outro é o fator da conta que está fora das despesas.

O que eu quero dizer para vocês entenderem sobre a Itaipu... O povo brasileiro foi herdeiro de um investimento que não deu certo, deu hipercerto! Não deu certo, deu hipercerto. Então, nós somos herdeiros. E, muitas vezes, os patriarcas colocam as normas com que queriam que os filhos e os netos agissem lá na frente. E a gente sabe que chega um certo momento em que há uma disparidade: o filho não cuida da propriedade, corre, compra apartamento na praia, vai indo e por aí vai embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me deixa pensando e triste nesta situação é que, depois que nós teríamos a usina com a capacidade de geração... É porque hoje é só manutenção. Agora, tem que ter manutenção, e eu sei que tem que existir um sistema de reserva. Sou empresário, conheço, sei como funciona e sei como funciona o sistema da contabilidade.

Agora, 50% da geração de energia são do Brasil, 50% são do Paraguai. Quando essa dívida foi lá constituída em 1973, quando se iniciou o projeto, a construção, quando foi adquirida a dívida, quem assumiu o compromisso foi o Brasil, porque o Brasil era o grande consumidor disso. Então, o Brasil foi o aval para se pagar essa dívida aí. Aí, quer dizer, quando se venceu em 2025, todos nós esperávamos que nós íamos ter uma tarifa reduzida, e realmente tinha que ser reduzida. E esse custo de US$12 está dentro – ele está dentro! Agora, o que nós não podemos é de US$12 para US$16, para US$17, próximo de US$17, o que significam 28%, 29%, próximo de 20, é muita diferença.

E eu queria deixar para vocês, se puderem me responder uma coisa, algo importante. Quanto à energia no Brasil e no Paraguai, qual a diferença hoje que há de custo para o consumidor no Brasil e no Paraguai? Porque eu acredito que no Paraguai o custo está sendo bem menor para o consumidor final da energia no Paraguai.

E quero dizer para vocês que essas despesas de exploração... Senador Amin, quando eu vi aqui esse número, 871 milhões, eu, na hora, achei que eram reais – eu achei que eram reais. Quando eu vi dólares, meu Deus, isso aqui – 5x9=45 – dá quase 5 bilhões – quase 5 bilhões. Entendeu? Então, é muito valor, é muito dinheiro, e o povo brasileiro, nós merecemos. Nós já temos uma tarifa explorada e caríssima em cima do consumidor final, porque nós sabemos da carga tributária que nós temos em cima da geração de energia, em cima da distribuição de energia, que quem paga, na verdade, é o consumidor.

Então, eu queria que só você me respondesse qual o valor que a usina – o Senador Amin já tem aqui, e aí você não vai conseguir responder neste momento – tem fora do custo operacional. É isso que nós precisamos saber, é fora do custo operacional, porque esses US$871 milhões, quando eu olhei, achei que eram reais; depois que eu fui ver que era dólar. Eu fiquei muito impressionado com isso aí.

O povo brasileiro não merece. Isso aí é um projeto que deu certo e isso é independente de Governo que esteja aí, se é governo A, governo B, governo C. É independente de quem está no comando. Nós temos que obedecer ao que foi o contrato que foi feito lá em 1973, e o acordo tem que prevalecer pelo menos naquilo que é a nossa parte, que é do povo brasileiro: 50%.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agradeço ao Senador Jaime Bagattoli, mais uma vez, por ter me ajudado aqui e concederei a palavra para o Sr. Wander, depois de ouvirmos o Sr. Nelson Martins. São os inscritos ainda e estão aguardando a sua oportunidade.

Sr. Nelson Martins. Segue-se para concluir o grupo de expositores o Sr. Jerson Kelman, ex-Diretor-Geral da Aneel e ex-Presidente do Grupo Light, que também participará de forma remota.

Por favor, Sr. Nelson Martins. (*Pausa.*)

Já estamos vendo e ouvindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON MARTINS (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos. Meus agradecimentos ao Senador Esperidião Amin, que foi colega do meu pai no Congresso. Sou filho do Wilson Martins.

Jamais tive qualquer envolvimento. Então, me perdoem, às vezes, aqui, pelo tom indignado com que me manifesto, porque é a minha segunda audiência pública e sobre um assunto que realmente nos deixa indignados, como já mostrou a Deputada Adriana Ventura e agora o Senador Esperidião Amin.

Eu não sou um especialista no tema, mas tanto escutei dos meus colegas, envolvendo inclusive ex-dirigentes da Itaipu, da Eletrobras que já também se manifestaram na audiência pública da Deputada Adriana Ventura, e eu tenho uma apresentação. Eu fui convidado ontem, à tarde, não tive tempo hábil para preparar uma apresentação. O que disponho aqui é a apresentação que já foi feita lá na audiência pública do último dia 28.

Agradeço também ao Senador Marcos Rogério, por quem fui convidado. Os meus aplausos ao Relator, que foi o Senador Laércio Oliveira. Também acho o projeto de lei do Senador Esperidião Amin extremamente claro e reflete a nossa solução diplomática oferecida pelo posicionamento da ANE, da qual eu até não partilho. Eu acho que, na realidade, houve um erro grande, e nisso aí deveria até – eu aqui não reflito nem a opinião da ANE; é um pouco da minha opinião pessoal, pela qual eu me desculpo – haver a responsabilização do Conselho de Administração da Itaipu, dos seus diretores, por essa má negociação. Quando há má negociação no privado, o sujeito tem que pagar, tem que arcar com as consequências, ainda que seja uma reprimenda, e não ficar, assim, justificando o injustificável.

Esse acordo binacional, na prática, com as mudanças feitas nos benefícios socioambientais agora dos 399 municípios paranaenses, enquanto apenas 16 são municípios lindeiros, indica que isso na realidade é um tratado não Brasil-Paraguai, é um tratado Paraná-Paraguai.

E aí eu não entendo por que o Governo Federal, os Ministérios das Relações Exteriores e de Minas e Energia insistem nessa questão da independência de Itaipu em definir a tarifa, nesse caso até violando o próprio tratado e a Constituição Federal. Impondo-se uma coisa que seja gravosa aos interesses brasileiros, isso teria que passar pelo Congresso Nacional.

Então, parabéns à iniciativa do Senador Esperidião Amin.

Esse posicionamento da ANE é mencionado no texto produzido pelo Senador Esperidião Amin, como no texto produzido pela Deputada. Então, ficamos muito gratos por isso. O posicionamento está disponível no *site* da academia.

Não sei se... Acho que talvez não peça aqui para expor as transparências, elas estão disponibilizadas, já foram disponibilizadas aí à assessoria do Senador Esperidião Amin, mas elas indicam que as nossas tarifas estão magnificadas, foram elevadas, em vez dos US$9 que deveriam estar sendo cobrados agora, e ainda mantendo US$700 milhões como despesas realmente de exploração. De acordo com pessoas da academia, muito qualificadas e entendedoras da Itaipu Binacional e o seu acordo, US$700 milhões já seriam muito; provavelmente US$500 milhões cobrem todas as despesas operacionais. Mas, supondo, então, que US$700 milhões sejam realmente os custos operacionais, estamos cobrando mais ou é a proposta ainda não aprovada?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque eu também... Essa proposta envolve um Cuse de mais de US$19, e não os US$17,66 por quilowatt-mês, que agora estão sendo mencionados.

Esse 1,5 bilhão a mais por ano seria repartido assim: como o Brasil consome a maior parte de energia, ele paga 1,2 bilhão ao ano, e o Paraguai paga 300 milhões ao ano – ganha de bandeja US$450 milhões a mais por ano, numa usina que foi um tratado magnífico, obra da diplomacia brasileira, como o nosso colega Jerson Kelman vai muito bem mencionar. Se eles já receberam uma usina, por que a energia dela tem que ser mais barata? Porque ela já ganha o Rio Paraná, a Bacia do Paraná toda regularizada por duas dezenas de represas, com reservatórios de acumulação superiores a ela. Então, é um... Estamos fazendo aqui, realmente oferecendo aos irmãos paraguaios um projeto fantástico, o qual financiamos todo, como já foi mostrado na exposição do ilustre colega Claudio Sales, que também pertence ao nosso comitê de energia, assim como Jerson Kelman, assim como o José Luiz Alquéres, que fizeram depoimento na outra audiência pública, conduzida pela Deputada Adriana Ventura e que também demonstraram indignação com a situação atual. Essa indignação foi muito bem noticiada na imprensa através de centenas de artigos, um deles, da *Folha de S.Paulo* de 19 de setembro, cujo título é: "Gasto socioambiental de Itaipu não tem sustentação legal e é irregular, conclui Consultoria Legislativa", a famosa Conle, do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sr. Nelson, nós queremos agradecer a sua contribuição, especialmente essas referências, que fazem parte da nossa motivação. Eu quero, inclusive, fazer um registro da minha satisfação quando soube que o senhor é filho de um colega meu de Senado, um homem digno, e a veemência das suas palavras honram, sem dúvida alguma, a figura do seu pai, que eu tive a honra de conhecer como meu colega de Senado Federal no período de 1991 a 1998, quando aqui estive.

Queremos agradecer as suas colocações, e eu não quero suspender a sua palavra, mas pedir que, por favor, encerre o seu depoimento.

Obrigado.

O SR. NELSON MARTINS (*Por videoconferência.*) – Então, como eu já disse...

Muito obrigado, Senador, pelas suas palavras, que me deixam emocionado. Sabia da admiração que meu pai, já falecido há oito ou nove anos, tinha pelo senhor e pelo tempo que esteve no Congresso Nacional, defendendo a democracia e a justiça.

Como eu já disse, a Usina de Itaipu tem que ter realmente a energia mais barata, visto que a sua vazão é regularizada e ela tem um fator de capacidade acima de 60%, sessenta e poucos por cento, que é a melhor do Brasil.

Quanto à dimensão econômica para o Paraguai e a dificuldade, então, nessa negociação, o valor sugerido pelo Ministério de Minas e Energia e o de Relações Exteriores, superior a US$19, tem uma dimensão econômica enorme para o Paraguai, representa um terço do seu PIB, então o Paraguai vai lutar de todas as maneiras para que isso não seja alterado.

Portanto, a solução diplomática, apesar de não ser a ideal por mim, é a que o senhor propõe e que também a academia propôs como uma das alternativas, e é plenamente bem-vinda. Não há justificativa para elevar o custo, então, superior a US$12.

Agradeço muito...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado...

O SR. NELSON MARTINS (*Por videoconferência*.) – ... o convite. Agradeço novamente ao senhor pelas palavras, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito obrigado a V. Sa. pela contribuição.

Com a palavra o Sr. Jerson Kelman.

O SR. JERSON KELMAN (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado.

Senador Esperidião Amin, demais Senadores, meus colegas de audiência pública, eu queria começar tratando de um tema que o senhor discutiu com muita intensidade, que é se as despesas socioambientais podem ser incluídas ou não em despesas de exploração de Itaipu. Aí, discordando um pouquinho do que o senhor disse, eu penso que, sim, algumas despesas operacionais – perdão, algumas despesas socioambientais – podem ser, sim, classificadas como despesas de exploração, como em qualquer usina hidrelétrica. E quais são essas despesas? São aquelas relacionadas com a inserção de uma usina hidrelétrica naqueles ambientes que são os das populações lindeiras.

Eventualmente, impactos ambientais também têm que ser considerados, mas isso, desde o início de Itaipu, sempre foi considerado. Itaipu sempre teve uma verba para despesas socioambientais. Recentemente, estava na ordem de US$300 milhões por ano. Agora está na ordem de US$1,5 bilhão por ano. Então, o problema não está... A questão está no que o senhor muito bem explicou: que despesas socioambientais sem nenhuma relação com a operação de Itaipu foram inchando, a partir de 2022 – é preciso dizer isto: desde 2022 –, o orçamento de Itaipu. E essas despesas, a meu ver, não são legítimas, como o senhor muito bem enfatizou, concordo 100%. Não são legítimas despesas que beneficiem todos os municípios do Paraná – e quase todos não têm nada, ou muitos deles, nenhuma relação com Itaipu –; muitos municípios do Mato Grosso do Sul, idem, sem nenhuma relação; despesas da COP 30; e muitas outras que, na realidade, constituem um orçamento secreto. E esse orçamento secreto faz bondades? Faz. Quer dizer, os paranaenses certamente ficam satisfeitos, Parlamentares paranaenses também, mas há o outro lado da moeda: quem paga isso? Quem paga isso são os consumidores de energia elétrica do Sul, Sudeste e Centro-Oeste. E não é razoável que a nossa competitividade econômica com energia fique prejudicada por um orçamento secreto.

O André Pepitone, meu amigo, que me sucedeu alguns anos depois na Diretoria-Geral da Aneel, nos falou que a tarifa de Itaipu está barata, R$221 por megawatt-hora – traduzindo os dólares por reais por megawatt-hora, para ficar mais claro, R$221 o megawatt-hora. É barata, comparada com o resto, concordo com ele. Só que não é essa a questão. A questão é que a tarifa poderia ser muito mais barata, poderia ser da ordem de R$120 por megawatt-hora. Exagerando, exagerando muito, R$150 por megawatt-hora. Não tem nenhuma razão para os brasileiros do Sul, Sudeste e Centro-Oeste pagarem R$221 por megawatt-hora. Poderiam estar pagando menos, e nós termos uma economia mais competitiva.

O Pepitone também nos disse, lembrou muito bem, que, em 2027 – perdão, em abril de 2024 –, foi feito um acordo, esse que V. Exa., Senador Esperidião, chama de promissória. Foi feita, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abril de 2024, uma promissória entre os dois Governos, para os dois países, Paraguai e Brasil, dizendo que, a partir de 2027, só entraria, nas despesas de exploração, o que está no tratado, o que está no Anexo C, que é o que caracteriza verdadeiramente despesas de exploração.

O que isso quer dizer? Isso quer dizer que não estava se cumprindo o tratado. Quem é que deu permissão para o não cumprimento do tratado? Isso foi ao Congresso Nacional? O aumento de despesas que o art. 49 da Constituição diz que tem que ser aprovado pelo Congresso foi submetido ao Congresso? Não foi. Não foi. E as despesas de exploração, por conta das despesas socioambientais, cresceram exponencialmente. Eu penso que isso foi uma violação do que dispõe a Constituição.

Bom, então, agora, Senador, V. Exa. caracterizou muito bem...

Poxa, Senador, será que o senhor me daria mais dois minutos, ou um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – Só para concluir. Pois não.

Então, o que diz essa promissória? Que é correto. Em 2027, enxuga tudo. Está bom. É como o senhor tinha dito, o fumante diz: "Bom, a partir de 2027, eu paro de fumar". Tomara que dê certo. Essa é a melhor solução. Eu concordo com o André Pepitone de que essa é a melhor solução.

Portanto, o projeto de lei que V. Exa. propõe é como, usando uma linguagem popular, se se colocasse o bode na sala. Quer dizer, se o Governo se omite e não trata como deve ser tratada essa questão fundamental... E eu repito: eu não quero dizer que é esse atual Governo só não. Começou em 2022 e foi aprofundado pelo atual Governo. Então, os dois Governos têm culpa no cartório. Mas, enfim, se o Governo Federal não dá muita atenção a esse assunto, o senhor coloca lá o bode na sala e vamos ver o que acontece. Eu tenho um pouco de medo, enfim – é para reflexão de V. Exa. –, de que o resultado final...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – ... possa resultar no que alguns representantes falaram, que seria isso vazar para os consumidores de energia elétrica pagarem a conta. Eu sei que isso é absurdo, isso chega até a ferver o meu sangue de tamanha raiva de que isso possa acontecer. Porém, poucos dias atrás, nós tivemos a aprovação, no Congresso, da Medida Provisória 1.304, supostamente para diminuir a tarifa, para a modicidade tarifária, e, no final das contas, enfiou-se goela abaixo do consumidor uma série de fontes energéticas desnecessárias e que vão encarecer a conta. Então, eu tenho medo de que uma boa... É uma palavra final de alerta. Será que não seria possível articular melhor com o Ministério das Relações Exteriores para que esse acordo lá de 2027 a gente tenha a segurança de que vai ser de fato cumprido? Seria a melhor solução. Se não for possível, bode na sala.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – Desculpe-me porque eu extrapolei um pouco o meu tempo.

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas o senhor resumiu muito bem. O bode na sala significa cobrar coerência e fazer da transparência um respeito, uma prática de respeito às regras contábeis que todos nós reconhecemos. Muito obrigado a ambos.

Eu devo aqui passar a palavra ao Sr. Nelson Martins, pelo menos por duas intervenções...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Desculpa: ao Sr. Wander Azevedo, né, pela indagação do Senador Jaime Bagattoli e pela outra provocação que o senhor me pediu.

O SR. WANDER AZEVEDO (Para expor.) – Certo. Não, era só para deixar claro ao Senador Jaime Bagattoli, e depois vou encaminhar ao gabinete dele também a resposta, que a tarifa é a mesma no Brasil e no Paraguai, é 16,29, sendo que no Brasil nós temos o chamado encontro de contas que Itaipu repassa para a ENBPar. Só a pergunta, para deixar bem clarificada.

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – Senador, eu poderia acrescentar dez segundos?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim. Pois não.

O SR. JERSON KELMAN (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, é só para dizer que eu me esqueci de dizer que essas benfeitorias socioambientais – todo mundo sabe, mas vale a pena frisar isto – são aplicadas meio a meio, metade no Brasil, metade no Paraguai, mas o custo não é meio a meio, o custo é 80% para o Brasil, porque 80% da energia é consumida no Brasil, e 20% para o Paraguai. Então nós pagamos, digamos, R$1,6 por cada R$1 de benfeitoria. Eu tenho um amigo que diz assim, pague dois e leve um. É quase dois, 1,6, pague 2,6, pegue 1,6 e leve um. Perdoe.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas é 1,6 de dois.

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – Não, não, não, é o seguinte, é...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, 80% do consumo nosso.

O SR. JERSON KELMAN – São 80 divididos do circuito. É 80% do consumo novo ou 80% da despesa nossa; 80% dos dias.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, 50% é nosso e mais 30% do lado de lá que nós adquirimos.

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – É, sim, eu estou dizendo o seguinte, que a benfeitoria, as benfeitorias socioambientais são feitas meio a meio, metade do Brasil, metade do Paraguai. Agora, como é que... Quem paga isso? Os 80% quem paga são os brasileiros. Então os brasileiros pagam 80% para receber 50%; 80 dividido por 50 dá 1,6. Então é isso que eu estou dizendo, quer dizer, para ter R$1 de...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu pago 1,6 e recebo...

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – Um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Um. Exatamente.

O SR. JERSON KELMAN (*Por videoconferência.*) – Isso. Isso, pronto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor Jerson, o senhor... desculpa, o Sr. Wander...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tá. Então, o último recorrente é o Dr. Pepitone.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA (Para expor.) – Obrigado pelo aparte.

Eu só gostaria aqui de cumprimentar o meu amigo, também ex-Diretor-Geral da Aneel, Jerson Kelman, que acabou de fazer uma fala muito sensata e lúcida, pessoa por quem nutro grande estima e admiração.

O Dr. Kelman foi muito preciso em sua fala ao dizer que hoje a energia de Itaipu é barata. A gente conseguiu ter uma energia mais barata que a das usinas cotistas. Agora, se baixar a tarifa, é claro, essa energia vai ser mais barata ainda, beneficiando a sociedade. Só que a sociedade já é beneficiada com a tarifa mais barata. Tem um viés e um caminho traçado, também reconhecido pelo Dr. Kelman: no âmbito da diplomacia, a gente, respeitando o nosso sócio, em diálogo construtivo, adotar esse novo encaminhamento, a partir de 2027.

E quero dizer, Presidente Amin, que a transparência impera na Itaipu. Todos os nossos dados de investimentos, patrocínios, convênios estão disponíveis na nossa página na internet, com acesso a qualquer um que tenha interesse em acompanhar e levantar esses números.

Então, Itaipu hoje é um exemplo de transparência e oferecendo uma tarifa já barata para a sociedade. E claro, diante do acordo que foi construído pelo nosso Ministro Alexandre Silveira, em 2027, essa tarifa tem o potencial de ficar ainda mais barata.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu agradeço as contribuições de todos. Agradeço também à assessoria, que nos municiou aqui de informações.

Ao concluir esta audiência pública, creio que nós cumprimos completamente o objetivo do requerente, o Senador Rogério Carvalho, e acho que tudo ratifica e confirma a validade do projeto, não porque eu seja o subscritor, mas nós temos que expressar o nosso inconformismo, que foi ratificado pela própria deliberação, que chamei de promissória e continuo chamando, e pela manifestação do próprio Ministro, que declara que realmente, a partir de 2027, isso não existirá mais. Portanto, não se trata do mérito da questão, trata-se do prazo ou do tempo necessário para a sua efetivação. Agradeço mais uma vez a presença de todos e, antes de declarar encerrada, tenho que cumprir aqui as obrigações complementares, registrando as participações.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa de leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Considero também efetivamente aprovados os requerimentos que ensejaram a inserção dos dois últimos convidados, que deram uma excelente contribuição.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e vinte minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos Rogério, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Fernando Dueire, José Lacerda, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Dra. Eudócia, Eduardo Gomes, Beto Faro, Weverton, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Jorge Seif, Zenaide Maia, Marcos do Val e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Farias, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CI à LOA 2026**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas da CI à LOA 2026 (PLN 15/2025), a serem encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Relator das emendas: Senador Wilder Morais Relatório: I) Pelo acolhimento, no mérito, com os ajustes determinados no relatório, das emendas de apropriação: Item 1. Sugestões atendidas: 3, 9, 15, 42, 47, 55 e 63; cujos solicitantes são os Senadores Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Irajá, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rego, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, resultando na seguinte emenda: UO 39252, Ação e Subtítulo: Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional, Localidade: Nacional, Acréscimo: R$ 1.000.000.000. Item 2. Sugestões atendidas: 32, 35, 53 e 57; cujos solicitantes são os Senadores Jorge Kajuru, Tereza Cristina, Wellington Fagundes, Wilder Morais, resultando na seguinte emenda: UO 39252, Ação e Subtítulo: Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais - Na Região Centro-Oeste, Localidade: Região Centro-Oeste, Acréscimo: R$500.000.000. Item 3. Sugestão atendida: 52, cujos solicitantes são os Senadores Marcelo Castro e Wilder Morais, resultando na seguinte emenda: UO 39252, Ação e Subtítulo: Intervenções para Recuperação e Restauração de Rodovias Federais - Na Região Nordeste, Localidade: Região Nordeste, Acréscimo: 500.000.000. Item 4. Sugestões atendidas: 38 e 39; cujos solicitantes são os Senadores Marcos Rogério e Wilder Morais, resultando na seguinte emenda: UO 39252, Ação e Subtítulo: Ação Atípica - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR- 429/RO – Nacional, Localidade: Nacional, Acréscimo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

523.900.000. Item 5. Sugestões atendidas: 31 e 36, cujos solicitantes são os Senadores Jorge Kajuru e Wilder Morais, resultando na seguinte emenda: UO 39252, Ação e Subtítulo: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO - No Estado de Goiás, Localidade: Goiás, Acréscimo: 350.000.000. Item 6. Sugestão atendida: 73, cujos solicitantes são os Senadores Davi Alcolumbre e Wilder Morais, resultando na seguinte emenda: UO 32266, Ação e Subtítulo: Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – Nacional, Localidade: Nacional, Acréscimo: 10.000.000. II) Pelo acolhimento, no mérito, com os ajustes determinados no relatório, das emendas de remanejamento: Item 1. Sugestões atendidas: 33 e 37, cujos solicitantes são os Senadores Jorge Kajuru e Wilder Morais, resultando na seguinte emenda: UO 56202, Ação e Subtítulo: Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros – Nacional, Localidade: Nacional, Acréscimo: 70.000.000. Item 2. Sugestão atendida: 72, cujos solicitantes são os Senadores Davi Alcolumbre e Wilder Morais, resultando na seguinte emenda: UO 39250, Ação e Subtítulo: Fiscalização dos Serviços de Transporte Terrestre e da Infraestrutura Concedida – Nacional, Localidade: Nacional, Acréscimo: 100.000.000. **Resultado:** Relatório lido e aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 32ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de novembro de 2025.

A presente reunião destina-se à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLN 15/2025) para 2026, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). O Relator das emendas na Comissão é o Senador Wilder Morais.

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2025, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como já anunciado, a relatoria das emendas da Comissão é do Senador Wilder Moraes, a quem asseguro a palavra para proferir o seu relatório. Já vou assegurar a palavra ao Relator para que possa fazer as suas observações, os seus encaminhamentos, e na sequência passaremos, portanto, ao encaminhamento da matéria.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar também o nobre colega Jaime Bagattoli, que se faz presente aqui também na nossa Comissão. E, como o nosso relatório já está à disposição, colocado no sistema nosso, Presidente, eu gostaria que a gente pudesse abreviar e já fosse direto ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente, no nosso relatório, nós temos aqui oito emendas em que a gente fez uma escolha, dentro de um critério, para que a gente pudesse atender o maior número de colegas, nossos Senadores, de acordo com a demanda de cada região e de cada item da nossa pauta.

Primeiramente, quero expor que, entre as emendas selecionadas, encontram-se duas em ações que receberam o maior número de indicação entre os Parlamentares, evidenciando o consenso quanto à sua relevância nacional; três, por uma escolha criteriosa por relevância dos projetos para o desenvolvimento das regiões que mais necessitam de investimentos de infraestrutura, que são as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e duas que reservei para agências temáticas, em comum com o nobre Presidente desta Casa, o nosso Presidente Marcos Rogério, e enfim, também para garantir a base técnica, planejamento e acompanhamento da eficácia da execução orçamentária.

Assim, as demandas apresentadas à Comissão de Infraestrutura serão apresentadas ao PLN 15, de 2025, na PLOA 2026, as seguintes emendas de apropriação apresentadas pelos Parlamentares:

Item 1 - estudos, projetos e planejamentos de infraestrutura e transporte nacional, apresentados pelos diversos Parlamentares, entre eles Senador Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Irajá, Nelsinho Trad, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes e Zequinha Marinho. Então, nós acolhemos esse item, que foi desse número de Senadores que também fizeram essa mesma solicitação do item 1.

Item 2 - intervenções para recuperação e restauração de rodovias federais na Região Centro-Oeste, de minha autoria e iniciativa, e também dos Senadores Jorge Kajuru, Tereza Cristina e Wellington Fagundes.

Item 3 - intervenções para recuperação e restaurações de rodovias federais na Região Nordeste, de minha autoria e também do Senador Marcelo Castro.

Item 4 - ações atípicas. Construções de trechos rodoviários e entroncamentos na BR-364, entroncamento da RO-478 – fronteira Brasil-Bolívia –; Costa Marques, na BR-429, de Rondônia, nacional; de minha autoria, em conjunto com o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5 - adequação do trecho rodoviário – divisa DF-Goiás, divisa Goiás-Bahia; e a BR-020, de Goiás, da GO, do Estado de Goiás, apresentada por mim e pelo Senador Jorge Kajuru. Quero aqui destacar a importância dessa obra, Presidente, que é uma ação que defendi no meu mandato passado, sendo criada na bancada do Estado de Goiás no ano de 2018, da qual tive a oportunidade de ser Relator setorial na área de infraestrutura. A BR-020 é considerada uma das rodovias mais perigosas, sendo urgente sua revitalização e duplicação.

Item 6, da Aneel - fiscalização do Serviço de Energia Elétrica Nacional, de minha autoria, e também um pedido do nosso Presidente Davi Alcolumbre.

Essas foram as seis emendas de apropriação.

Emendas de remanejamento.

São duas as emendas de remanejamento. Nas emendas de remanejamento, foram acolhidas as seguintes emendas:

Item 1 - funcionamento do Sistema de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Nacional, de minha autoria e do Senador Jorge Kajuru. Um projeto que visa a o investimento de infraestrutura nas ferrovias, atendendo as cidades de Recife, Belo Horizonte, João Pessoa, Maceió, Natal, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Chamo a atenção para a importância desse projeto, da implantação do VLT – daqui de Luziânia para Brasília –, que vai beneficiar diariamente mais de 300 mil passageiros que se deslocam diariamente para o centro de Brasília.

Item 2, para a ANTT - fiscalizações do Serviço de Transporte Terrestre e da infraestrutura concedida nacional, apresentada por mim e pelo Presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Então, Presidente, essas são as emendas que foram acatadas. São oito emendas no total: seis de apropriação, que é o que a gente tem como colocar no relatório; e duas emendas que são de remanejamento.

E o relatório, como eu já disse no início, já foi apresentado com toda a lista e todos os quadros de todas as emendas apresentadas pelos colegas Senadores. E aqui são escolhas nossas, feitas aí com o critério também que citei anteriormente.

Agradeço a oportunidade de V. Exa. ter me designado como Relator desse projeto importante, do PLN nº 15, de 2025, e da PLOA para 2026.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Wilder Moraes, pelo relatório apresentado e o cumprimento pelo acatamento do conjunto de emendas apresentadas pelo maior número de Senadores membros desta Comissão de Infraestrutura do Senado Federal e, sobretudo – quero fazer um registro elogioso –, pelo acatamento da emenda apresentada pelo Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre, que é uma emenda que busca justamente o fortalecimento das agências reguladoras.

Nós discutimos isso aqui recentemente, as agências estão com os orçamentos estrangulados, e, com essa emenda apresentada pelo Presidente Davi, nós vamos conseguir assegurar às agências um ambiente orçamentário mais adequado, mais apropriado para o desempenho de suas funções, para a entrega de serviços que são importantes para a sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, penso que o relatório ficou realmente muito bem estruturado, muito bem encaminhado, compreendendo, inclusive, este aspecto que é relevante: o fortalecimento das nossas agências, que têm um papel fundamental para a infraestrutura do Brasil.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*) Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Submeto o parecer à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovado.

As emendas designadas no relatório serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Submeto à apreciação do Colegiado também a ata da reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*) Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Soa a campainha.*)

(*Iniciada às 15 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Confúcio Moura, José Lacerda, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Jorge Seif, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Carlos Viana, Plínio Valério, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro, Weverton e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 78, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 e parágrafo único do art. 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e § 7º do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da posse do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio no cargo de Diretor-Geral da ANTT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4553, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1830, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 319, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2491, de 2023 - Terminativo -** que: "Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4479, de 2023 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 82, de 2025** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)." **Autoria:** Comissão de Serviços de Infraestrutura. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Fazem uso da palavra os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Laércio Oliveira, Esperidião Amin, Rogério Carvalho e Astronauta Marcos Pontes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de novembro de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o §1º do art. 53 e parágrafo único do art. 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e §7º do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente da posse do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio no cargo de Diretor-Geral da ANTT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu, desde logo, gostaria de compartilhar com a Comissão, considerando o calendário que nós temos essa semana com as votações de autoridades no Plenário do Senado Federal, que, se não houver objeção por parte da Comissão, excepcionalmente nós faríamos a leitura do relatório e já a sabatina, no dia de hoje, do indicado, e permitindo com isso que o nome seja incluído na pauta do Plenário do Senado Federal já no dia de amanhã.

Eu indago se há alguma divergência quanto a esse encaminhamento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo divergência, assim será feito.

Eu quero aqui agradecer a presença de todos os senhores e as senhoras que acompanham esta reunião. Ontem recebi o contato de que estaria conosco, mas foi a São Paulo, o Diretor-Geral da agência também, Guilherme Theo, a quem agradeço a distinção do contato, fazendo aí votos de apoio e estima de sucesso também ao novo indicado, que é muito bem-vindo a esta Comissão.

Asseguro a palavra ao eminente Senador Jayme Campos para que faça o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Sr. Presidente, ilustre companheiro e amigo, Senador Marcos Rogério; demais colegas Senadores aqui presentes.

Antes de mais nada, eu quero agradecer a V. Exa. pela designação para que eu pudesse ser o Relator da indicação do Sr. Severino Medeiros Ramos Neto.

Vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o Sr. Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Severino Medeiros Ramos Neto para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 78, de 2025, à qual se encontram anexados o currículo do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Severino Medeiros Ramos Neto é cidadão brasileiro, doutorando em Direito pela Universidade de Marília; Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Católica de Santos e Bacharel em Ciências Jurídicas pelas Faculdades Integradas de Patos. Possui ampla experiência em direito público, e foi Conselheiro da seccional da OAB da Paraíba nos triênios de 2019 a 2021 e de 2022 a 2024. Foi, ainda, membro consultor da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal da OAB, de 2022 a 2024.

Constata-se que o indicado apresentou as informações exigidas pelo art. 383, inciso I, alínea "b", itens 1 a 5, do Regimento Interno do Senado Federal: de que não possui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas à sua atividade profissional; de não participação como sócio, proprietário ou gerente em empresas ou entidades não-governamentais, tendo declarado o início do afastamento de sua sociedade de advocacia; foram apresentadas as certidões de natureza fiscal, nos âmbitos federal, do Estado da Paraíba, do Distrito Federal e do Município de João Pessoa; de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal e da Justiça do Distrito Federal; e de não participação, nos últimos cinco anos, em juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Também foi apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, exigida pelo Risf, art. 383, inciso I, alínea "c". No documento, além de recapitular a trajetória acadêmica e profissional descrita em seu currículo, o indicado destaca sua experiência de mais de dez anos de advocacia no segmento das agências reguladoras e sua qualificação técnica em temas como direito administrativo, gestão pública e direito regulatório, afirmando-se apto a colaborar com o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação do setor.

Ainda quanto às exigências da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, em especial quanto aos requisitos previstos no art. 5º, de reputação ilibada e notório conhecimento no campo de sua especialidade, nota-se que, conforme informado, o indicado tem mais de dez anos de atuação como operador do direito em matérias conexas à regulação, em especial no direito administrativo.

Pelo exposto, entendemos que os Parlamentares desta Comissão dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Severino Medeiros Ramos Neto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com os arts. 53 e 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Dessa forma, Sr. Presidente, esse é o voto do indicado, Sr. Severino. Quero dizer que é muito boa essa indicação e eu espero que o Sr. Severino, após a sua indicação – pode se sentar aqui, Severino –, faça um trabalho exemplar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer apenas uma observação – concluindo, Sr. Presidente – de que as nossas agências reguladoras do Brasil têm que cumprir com a sua finalidade. Lamentavelmente, muitas das vezes, o que acontece no Brasil, sobretudo algumas tragédias que aconteceram, é fruto da pouca atuação das nossas agências reguladoras. Neste caso, particularmente, eu venho aqui fazer um elogio à Agência Nacional diante de que nós tínhamos alguns imbróglios, algumas situações críticas, e V. Exa. também é conhecedor profundo da matéria, em relação à BR-163, ao longo do nosso estado, que ela corta o Mato Grosso, e a ANTT foi uma grande colaboradora no sentido de nós resolvermos aquele problema da "estrada da morte", viabilizando a possibilidade de o Estado de Mato Grosso ser, hoje, detentor daquela concessão e, com isso, estamos dando andamento em mais de 600km de duplicação de pista dessa BR.

Portanto, para você que é jovem, uma recomendação de um cidadão que tem seis mandatos, fui Prefeito por três mandatos, duas vezes Senador da República e Governador do meu estado: eu espero que você cumpra com essa missão – não é uma função, é uma missão – de bem zelar, naturalmente, aquelas coisas que venham a atender a maioria da sociedade brasileira.

Sucesso, parabéns, e o voto é esse aí, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, nobre Senador Jayme Campos, pelo relatório apresentado.

Eu convido à mesa o indicado Severino Medeiros Ramos Neto para que tome assento à mesa. Na sequência, terá oportunidade para fazer a sua exposição inicial, não sem antes ouvir as intervenções justas e tempestivas dos nobres Senadores.

Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Estimado Presidente, amigo particular de todos nós, Senador Marcos Rogério, de fato V. Exa. merece os nossos cumprimentos, as nossas congratulações, exatamente por demonstrar, mais uma vez, a sensibilidade para dar a devida celeridade a esse processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de indicação, sabatina e, *a posteriori*, pelo nosso Plenário, de aprovação, quiçá, até pelos qualificativos que o indicado possui.

Então, quero saudá-lo, dizer da felicíssima indicação sob os ombros desse decano, Senador Jayme Campos. E é muito importante que o indicado, meu conterrâneo Severino Medeiros Ramos Neto, possa ouvir. E de certo ouviu, porque de certo fez o dever de casa, que é exatamente o de se apresentar a cada um dos senhores e senhoras, para que os mesmos pudessem, no seu tempo oportuno, ouvi-lo diante de uma altíssima e relevante responsabilidade, que muito provavelmente ele passará a ter como integrante desse Colegiado da ANTT, que é uma das mais importantes agências, e V. Exa. sempre debateu sobre matérias que aludem à infraestrutura. Eu fico feliz.

E por que pedi a palavra, Sr. Presidente? Não é de mim quebrar regimentalmente o curso procedimental, é porque nós temos que relatar, agora às 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos, e eu queria deixar essa minha palavra de confiança; não é uma palavra simplesmente de quem, por conhecer e por ter a relação de conterraneidade, está aqui para dizer dos seus merecimentos. Eu o conheço e ficam bastante patentes, com a leitura do relatório do Senador Jayme Campos, as condições que, objetivamente, possui o indicado para assumir uma das cadeiras na Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Então, a nossa expectativa é exatamente esta: que nós melhoremos.

Temos debatido, nos últimos anos, que as agências precisam passar por uma reanálise para que as entregas em relação às suas obrigações constitucionais possam atender às nossas expectativas diante de muitos fatos que mostram falhas graves.

Então, meu querido amigo, sucesso, contarás com a nossa aprovação, tenho absoluta certeza, aqui, ao lado do Senador Jayme, do Senador Marcos, do Senador Marcio, do Senador Laércio, do Senador Fernando Farias. E, não diferentemente, os meus votos de que a sua passagem seja frutuosa, com a responsabilidade que V. Sa. teve ao longo dessa trajetória, mesmo jovem, mas uma trajetória que lhe permitiu uma experiência, principalmente pela sua formação jurídica.

Um grande abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, meu Presidente, minhas desculpas.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sempre muito bem-vindo, Senador Veneziano, com intervenções apropriadas e com testemunho de quem conhece e, portanto, reforça aquilo que é necessário num ambiente como este, a nossa compreensão sobre quem está sendo indicado, as qualificações, o preparo, a história. E é esse testemunho que V. Exa. dá no sentido de reforçar a indicação.

O Relator solicita a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... o que ele tem neste momento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que abrisse o painel para que nós pudéssemos votar, tendo em vista que o próprio Senador Veneziano e tanto outros aqui eu imagino que tenham alguns compromissos – eu particularmente tenho duas audiências ainda.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que abrisse o painel para que nós já pudéssemos votar. Eu particularmente já estou com o meu voto pronto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado. Líder...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não vai depender... Conheço a capacidade. Se possível, V. Exa. faça essa bondade.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Líder Jayme Campos, a despeito da boa vontade que tenho, eu sou, por força regimental, obrigado a seguir um rito, porque são duas sessões: nos termos do art. 383, nós temos uma sessão, que é a sessão de leitura, e nós temos que encerrar a sessão e abrir uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nova sessão para a votação. E nós não temos quórum para deliberação neste momento. Então, na hora em que nós alcançarmos o quórum... Eu vou indagar... (*Pausa.*)

O painel está aberto para as duas sessões. Então, assim que a gente conseguir alcançar o quórum para deliberação, a gente encerra a primeira reunião e passa imediatamente para a segunda, que é a sessão de deliberação do nome do indicado. Portanto...

Agora o quórum chega.

Então, eu farei neste momento, com o quórum... (*Pausa.*)

E aí eu vou, até para seguir a sugestão do nosso Senador Jayme Campos... Da pauta da primeira reunião constam os itens da sessão ordinária. Eu vou pedir à Secretaria da Mesa que já repasse, que transfira para a segunda sessão a pauta que está na primeira, porque aí nós poderemos fazer o encerramento desta sessão e já imediatamente iniciar com a da sabatina e com o painel aberto para a deliberação.

Então, enquanto a Secretaria organiza, eu vou...

Então, enquanto a Secretaria organiza, eu vou... (*Pausa.*)

Enquanto a gente alcança o quórum regimental, tem alguns itens da pauta que nós vamos, em razão de entendimento com o Relator, retirar de pauta.

O item 2, a pedido do Relator Senador Weverton Rocha, estou retirando de pauta e estará na pauta da próxima sessão deliberativa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4553, DE 2023

- Não terminativo -

Institui o Selo de Engenharia ou Arquitetura Solidária, destinado às empresas e aos profissionais de engenharia, arquitetura ou ramo da construção civil que executarem ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiarem projetos para atendimento de comunidades carentes, de mutuários e de proprietários de imóveis, nos termos que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

*1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer *** Aprovado Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 2-CAS (de redação) e contrário à Emenda nº 1.*) (*Pausa*.)

O item 3 é do Senador Laércio Oliveira. A relatoria é do Senador Laércio.

Eu indago se V. Exa. pode fazer a leitura. (*Pausa*.)

Vou apregoar o item 3 e, enquanto isso, vamos aguardando o quórum regimental.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1830, DE 2025

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, para limitar o preço pago pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica pela parcela da potência e a energia elétrica vinculada a essa potência que cabe à República Federativa do Brasil.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

2. Em 04/11/2025, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mal de Relator, hein, Presidente? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está muito bem servido de Relator.

Em 4/11, de 2025, foi realizada audiência pública destinada a instruir a matéria. Aliás, audiência pública muito bem presidida também pelo eminente autor da matéria, Senador Esperidião Amin.

Senador Laércio Oliveira, V. Exa. tem a palavra para o relatório.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério. Bom dia, meus colegas Senadores aqui presentes da nossa Comissão de Infraestrutura. Bom dia a toda a equipe da Comissão e todos que participam conosco na manhã de hoje aqui na Comissão de Infraestrutura.

Com a sua permissão, Presidente, eu vou direto à análise e, em seguida, ao voto.

Antes, cumprimento o Senador Esperidião Amin pela apresentação desse relatório, que tem uma pertinência com as necessidades do Brasil de hoje – e esse relatório vai exatamente nesse sentido. Para mim, é um motivo de muito orgulho fazer a relatoria desse projeto.

A Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104 do Regimento, possui a incumbência de se manifestar acerca de matérias que versem sobre transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas, agências reguladoras pertinentes e outros assuntos correlatos. Portanto, como o PL 1.830, de 2025, propõe a fixação de um valor máximo para a energia de Itaipu destinada ao Brasil, é incontestável a competência da Comissão de Infraestrutura na apreciação dessa proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao mérito, o projeto é louvável por buscar assegurar que os efeitos econômicos da quitação da dívida de construção da construção da Hidrelétrica de Itaipu sejam efetivamente refletidos nas tarifas aplicadas aos consumidores brasileiros, o que até o momento não ocorreu de forma integral. Trata-se de uma medida que dialoga diretamente com a necessidade de conferir maior transparência e racionalidade à política tarifária da energia elétrica. O projeto de lei procura garantir que a amortização de um passivo histórico da usina se reverta em benefício da sociedade brasileira, que, ao longo de décadas, suportou os custos da construção e da manutenção do empreendimento.

O PL fixa, em lei, um valor máximo de US$12 por quilowatt para a energia de Itaipu destinada ao Brasil, valor previamente indicado pelo Ministério de Minas e Energia, como referência máxima a ser aplicada no período pós-2026. O objetivo é corrigir distorções presentes no atual modelo de comercialização, marcado pela ausência de incentivos à eficiência e pelo crescimento de despesas não diretamente vinculadas à atividade-fim de geração de energia elétrica. Essa medida se mostra ainda mais relevante diante da constatação de que parte da estrutura de custos da usina tem absorvido gastos com programas de natureza socioambiental, que não guardam relação direta com a prestação do serviço essencial de fornecimento de energia elétrica.

Além disso, relatório da Academia Nacional de Engenharia (ANE Brasil) aponta que a tarifa de Itaipu poderia ser inferior a US$10 por quilowatt, o que evidencia a suficiência do limite proposto no PL para a parcela de energia que cabe ao Brasil. Ao mesmo tempo, a definição de um valor máximo contribui para reduzir a incerteza, estabelecendo um parâmetro objetivo que pode servir de referência para a previsibilidade tarifária.

Cabe destacar que o PL não altera o Tratado de Itaipu, que atribui à Itaipu Binacional a competência para estabelecer o preço da energia adquirida pela ENBPar e pela Ande, empresa paraguaia. A proposição restringe-se a disciplinar o valor de revenda dessa energia no mercado brasileiro pela ENBPar, circunstância que cria incentivos para que esta estimule a Itaipu Binacional a adotar maior eficiência em sua gestão e operação. Ressalte-se, ainda, que a limitação prevista no PL incide apenas sobre a parcela destinada ao Brasil, não alcançando a cota pertencente ao Paraguai e cedida ao país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, entendemos pertinente a apresentação de emenda para que o limite de US$12 por quilowatt passe a vigorar apenas a partir de 2027, de modo a alinhar a proposta à manifestação do Ministério de Minas e Energia e conferir maior segurança à medida, no sentido de prevenir potenciais desequilíbrios na estrutura de gastos da Itaipu Binacional.

A emenda também insere cláusula de reajuste do valor estabelecido, permitindo sua atualização de acordo com a variação acumulada do índice de inflação no varejo dos Estados Unidos da América ou outro índice internacional equivalente que venha a substituí-lo. O mecanismo incluirá ainda um fator redutor destinado a compartilhar com os consumidores eventuais ganhos de produtividade.

Adicionalmente, a emenda prevê a possibilidade de revisão extraordinária do valor em caso de alteração substancial dos custos operacionais da usina; necessidade de investimentos voltados a melhorias ou à garantia da segurança operacional da usina; ou de ocorrência de eventos de força maior. Além disso, a revisão do valor máximo não deve ser utilizada para cobrir despesas alheias aos custos de geração, transmissão e comercialização da energia elétrica.

Essa previsão permitirá preservar o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e a efetividade da política tarifária ao longo do tempo.

Em paralelo à maior previsibilidade e estabilidade normativa, o dispositivo busca evitar que o valor máximo definido se torne defasado.

Por tais motivos, é inegável que o PL em análise, com a emenda incorporada, apresenta elevado mérito, ao, finalmente, promover a realização dos efeitos econômicos da amortização da dívida de construção da UHE Itaipu, até hoje não refletidos integralmente nas tarifas aplicadas aos consumidores brasileiros. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que fortalece a política tarifária nacional, garante maior racionalidade na gestão da energia proveniente da usina e contribui para que os benefícios da amortização de um empreendimento binacional de grande relevância cheguem de forma mais justa e equilibrada às famílias e empresas brasileiras.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.830, de 2025, com a emenda apresentada no relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, registrando aqui os meus agradecimentos a V. Exa. pela indicação da relatoria e, acima de tudo, reconhecendo o esforço e a capacidade do Senador Esperidião Amin, professor, nosso mestre aqui, que, ao fazer a leitura do relatório, ficou num diálogo ali muito forte com o Senador Jayme, me deixando de lado aqui para que apenas as outras pessoas ouvissem e ele não. Talvez seja a certeza que ele tem de que o relatório seria feito no nível que ele merece.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ou talvez fosse apenas uma distração.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Estava nos embargos auriculares.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O Senador Esperidião Amin havia solicitado a palavra e também o Senador Rogério Carvalho.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu vou falar antes do Senador Rogério Carvalho, porque tenho direito de resposta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, pois não. É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Depois, se o...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Mas V. Exa. não vai usar o art. 14 neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... Senador Rogério Carvalho vier com invenções, aí eu vou ter outro direito de resposta, mas eu serei muito conciso.

Primeiro, eu quero agradecer ao Senador Laércio e acrescentar o seguinte: nós estamos sendo beneficiados pelo seu poder moderador, que não se confunde com aquele quarto Poder brasileiro da Constituição de 1824, em que o Imperador tinha o Poder Moderador.

Ele, ao propor... Primeiro, o relatório todo... O voto é de primeira qualidade, mas ao propor a vigência a partir de 2027, ele pode contrariar, assim, a ânsia que todos nós deveríamos ter. Mas é sinal de bom senso e moderação, porque ou entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2026, e, cá para nós, essa lei dificilmente será aprovada para entrar em vigor em janeiro de 2026, porque ela tem controvérsia... Segundo, isso até o Ministro de Minas e Energia já propõe. Ele sabe que isso tem que acabar.

Hoje, não foi combinado comigo, queria pedir a atenção de todos para a p. A6 do jornal *O Estado de S. Paulo*, um artigo do Embaixador Rubens Barbosa. Ninguém pode achar que um Embaixador com a experiência de Rubens Barbosa seja um guerrilheiro, uma pessoa movida pelo protesto. Não! É regido pelo equilíbrio que todo grande diplomata tem como predicado na sua vida profissional. Título do artigo na p. A6 do *Estadão* de hoje: "Itaipu gasta e consumidor paga". É o resumo.

Quantas vezes V. Exa., como Presidente desta Comissão, já participou de audiências, como eu também, em que a gente sai indignado, com vontade de apedrejar, de tomar uma decisão imediata? Por quê? Porque são bilhões de reais. E o próprio Embaixador hoje traz o seguinte: "A tarifa cobrada deveria refletir apenas o custo da operação de Itaipu". Na semana passada, nós vimos aqui despesas de exploração. E aí está embutida toda a criatividade. Vamos lá. Algumas informações que vazaram para a imprensa – não foi o que nós esquadrinhamos aqui – mostram recursos de Itaipu no valor de 55 milhões sendo aplicados para que a Conab possa ampliar armazéns; 752 milhões para ampliar o *campus* da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), no Paraguai; 240 milhões para indenização de indígenas no Paraná, compra de mil hectares de terras para grupos indígenas; 2 milhões para apoio à realização da COP 30 em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Belém; recursos para 434 prefeituras no Paraná e no Mato Grosso do Sul – no Mato Grosso do Sul; o Mato Grosso não entra nisso. Ou seja, nem o Ministério Público, nem o Tribunal de Contas da União podem fiscalizar, porque trata-se de uma binacional.

Então, só tem uma forma de cercar esse cardume, vamos ser bem claros, de fraudes – fraudes que representam ônus para os compradores obrigatórios dessa energia, porque os estados do Centro-Oeste, Senador Jayme Campos, do Sul e do Sudeste são os acionistas fundadores de Itaipu, essa obra genial, essa obra extraordinária, que hoje nós não conseguiríamos fazer. Ou vocês acham que hoje nós teríamos como vencer embaraços ambientais e construir Itaipu? Então, é uma obra irreplicável, não dá para fazer uma igual; mas enxuta, toda a dívida paga desde 2023. Ela *free*, ela poderia baixar o custo para menos de US$100 o megawatt. As despesas de exploração servem para qualquer coisa. E aqui está... Nós apuramos mais do que isso, mas isso é o que está no artigo de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Se V. Exa. me permite, no *Poder360* hoje, tem gasto de R$1,3 bilhão com a COP 30 – R$90 milhões só para reforma de um mercado histórico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim, mas eu acho que a COP 30 quem defende, defende – ela deve trazer coisas boas –, mas não pode ser paga pela tarifa consumida por quem é obrigado, como sócio-fundador, a comprar a energia elétrica. Foi uma solução correta. Você vai fazer uma PCH. Você é dono do rio, dono do dinheiro para investir, mas ninguém vai considerar viável o seu empreendimento se não tiver um comprador da energia e com transmissão da energia. Então, quem viabilizou foram os sócios-fundadores. Portanto, a engenharia econômico-financeira foi perfeita. E ela está zerada. No momento em que nós poderíamos ter esses quase 10% de geração a um custo insuperavelmente baixo no mundo, entra o quê? Entra o grileiro. É um grileiro que invadiu a sua terra, Senador Jaime Bagattoli. Ele não lhe paga o aluguel e ainda cobra aluguel de quem quiser usar a sua terra. Ou seja, isso não pode continuar. Isso é um vandalismo consentido. Eu duvido quem o defenda: "Ah, mas não começou agora". Eu não sei quando começou. Eu sei quando devia ter terminado: em 2023. Por quê? Porque foi quando terminou o pagamento da dívida. Respeitado o direito do Paraguai, nós temos o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito. E como é que nós podemos controlar isso? Através da empresa que compra, porque essa é nacional.

Esse projeto de lei só tem uma coisa genial. Você vai ficar chateado, mas eu tenho que atribuir essa genialidade a um servidor da Casa – pode até indispô-lo daqui a pouco, mas é cobrado por mim, e eu sou muito chato nessa cobrança –: foi o Consultor Rutelly, que entende muito de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, só tem uma forma de você pegar: é da alfândega para dentro. Eu não posso inspecionar a mercadoria enquanto ela está no Paraguai, enquanto está com o meu sócio internacional. Então, você aí que vende... Quem vende a energia e quem compra é a empresa nacional de energia nuclear e de energia elétrica.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – EBN...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ENBPar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ENBPar.

Então, a forma utilizada é: nós não pagaremos mais do que isto, porque isto é o custo justo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E se houver necessidade de modulação, Senador Laércio, o texto da lei permite, sim, atualizações, não por mais convênios que se firmem ou outros compromissos estranhos à exploração a que se proceda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria me congratular com o Senador Laércio pela sua capacidade de compreender o texto e amenizar a sua redação, estabelecendo uma data de vigência compatível com a realidade – isso é que eu chamei rapidamente de poder moderador.

Peço desculpas se me alonguei, mas nós temos gasto muito tempo com pedidos de informação, com audiências públicas, e eu não vou repetir tudo o que eu ouvi e tudo o que eu sei a respeito do assunto, mas acho que é a solução melhor para o governo também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, no passado, há alguns anos, quase uma década, nós cometemos um grande erro, que foi retirar o custo de amortização das contas e não alocar no fundo de estabilização do sistema. O prejuízo disso foi que, na sequência, o Governo teve que aportar recursos para garantir que a conta não estouraria, porque não tinha recursos no sistema para fazer a regulação.

Então me parece que nós estamos cometendo, com vários argumentos que aparentemente são extremamente legítimos, que apelam para o bom senso... E eu reconheço a validade desses argumentos, mas acredito que a gente precise observar este recurso, ou esta sobra. Até concordo, na forma do gasto, que é preciso rever, mas acredito que este recurso, em vez de deixar de existir, deveria ir para a estabilização, para as bandeiras da tarifa, para garantir que o sistema tivesse mais equilíbrio.

Como isso não está previsto, eu peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Feito o pedido de vista. Concedido, nos termos regimentais, como vista coletiva.

A matéria volta à pauta da Comissão de Infraestrutura na próxima sessão ordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu faria um apelo a V. Exas., atendendo até o pedido do Senador Jayme Campos. Tem alguns itens na pauta. Com a permissão dos senhores, eu vou para o item 7, que é um requerimento com votação simbólica. Os demais itens, até em entendimento com os Relatores, eu vou retirar de pauta, atendendo inclusive à Liderança do Governo, que fez um apelo em relação ao PDL que está na pauta com a relatoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, para que a gente, na próxima sessão da Comissão de Infraestrutura – e esse é o entendimento que construí com o Líder – possa colocar em pauta e, aí sim, fazer a deliberação dessa matéria, uma vez que já foi retirada de pauta algumas vezes, na busca de um entendimento possível. Sendo possível – aqui é uma Casa política –, havendo a possibilidade de entendimento, que ele seja construído.

Mas fica, então, dessa forma.

Senador Marcos, tem alguma objeção? Dialoguei com V. Exa. e não... o faço de forma individual.

Pois não.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Não, Presidente, eu concordo com mais esse adiamento, embora seja importante que esse item seja colocado em pauta o mais rápido possível, para evitar mais insegurança jurídica. E a emenda que foi colocada nele já resolve os casos que já existem, que já foram feitos, mas é importante que esse decreto seja ajustado de forma a atender o que a lei prevê. Isso é importante, sem dúvida nenhuma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente, agradeço a V. Exa., Senador.

Portanto, fica retirado de pauta, nos termos do que dialogamos com V. Exa., voltando na próxima sessão da Comissão.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 4

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2. Em 21/10/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 2491, DE 2023

- Terminativo -

Denomina Odilon Vitorino de Siqueira a ponte sobre o rio Tarauacá, localizada no Km 535,5 da rodovia BR-364, na cidade de Tarauacá, no Estado do Acre.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1. Em 21/10/2025, foi lido o relatório

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 4479, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Energia Eólica ao Município de Água Doce, no Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Relatório: Pela rejeição)

O item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 82, DE 2025

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, informações sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto apenas a esse requerimento, simbolicamente, e já passamos para a próxima reunião.

Esse requerimento pede, Senador Jaime Bagattoli, informações em relação a essa transação, especialmente sobre a Caerd, no Estado de Rondônia, que está sendo tocada. E por que está sendo solicitado aqui? Porque o BNDES é quem está tocando essa agenda. E aí tem um conjunto de informações sendo solicitadas aqui em relação ao passivo da companhia, com quem fica essa dívida, quem é que paga essa conta, enfim, aspectos relacionados a essa transação.

Como a nossa competência é federal, estou solicitando ao Ministro, ao qual o banco é vinculado, e não diretamente ao Governo do Estado de Rondônia, visto que não haveria competência direta para fazê-lo. Apenas... Em termos de ofício, pode ser feito, mas, regimentalmente, requerimento é para a autoridade competente na esfera federal. E assim estamos procedendo.

Submeto à votação dos nobres pares.

Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. Será cumprida a formalidade regimental.

Portanto, os demais itens da pauta de hoje ficam sobrestados para a próxima sessão deliberativa.

Eu encerro a presente reunião e, já na sequência, abriremos a sessão de sabatina e votação do indicado da ANTT.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e treze minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Confúcio Moura, Efraim Filho, José Lacerda, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Jorge Seif e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 78, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 e parágrafo único do art. 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e § 7º do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, na vaga decorrente da posse do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio no cargo de Diretor-Geral da ANTT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Jayme Campos, Esperidião Amin, Jaime Bagattoli, José Lacerda e Astronauta Marcos Pontes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da presente **ata e da reunião anterior**, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinco minutos. Aprovadas, as Atas serão assinadas pelo Senhor Presidente e publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de novembro de 2025.

A presente reunião é destinada à sabatina do indicado para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 e parágrafo único do art. 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e § 7º do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, o nome do Senhor SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga decorrente da posse do Senhor Guilherme Theo Rodrigues da Rocha Sampaio no cargo de Diretor-Geral da ANTT.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Na reunião anterior, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A arguição pública será realizada nesta reunião.

Matéria pronta para deliberação no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de assegurar a palavra ao indicado, eu asseguro a palavra ao Relator da matéria, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério.

Eu faço duas solicitações a V. Exa.: uma, que se abra o painel para que nós possamos dar início ao processo de votação, da escolha do indicado; duas, após a conclusão da votação, também eu solicito a V. Exa. que encaminhe, em regime de urgência urgentíssima, para que possamos votar, ainda, a indicação do Sr. Severino Medeiros no dia de amanhã, porque vai ter um esforço concentrado – V. Exa. tem conhecimento –, para que possa ser incluído na pauta da Ordem do Dia como indicado, para que possamos votar no Plenário da Casa.

Dessa forma, solicito que abra o painel e, da mesma forma, que seja encaminhado o nome dele em regime de urgência urgentíssima.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado ao nobre Senador Jayme Campos, Relator da matéria.

Conforme pedido de V. Exa., eu peço à Secretaria da Comissão que abra o painel. Os Senadores e Senadoras que quiserem antecipar o voto já ficam com o sistema apto a receber os votos.

Da mesma forma, tão logo concluída a fase de sabatina, procederemos ao envio da mensagem ao Plenário do Senado Federal, nos termos da decisão tomada no âmbito da Comissão de Infraestrutura.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Antes de assegurar a palavra ao indicado da ANTT, registro com muita alegria, no plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presença do Prefeito da cidade de Primavera de Rondônia, Prefeito Lucas, do Vice-Prefeito Elias e também de um conjunto de Vereadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão nos dando a honra, Senador Jaime Bagattoli: Vereadores Diego Coutinho, Rogerio, Fabio Pinheiro, Marquinhos, Junior Lanzani e Robson Moreira. Portanto, Prefeito, Vice e Vereadores da cidade de Primavera, do Estado de Rondônia, sejam muito bem-vindos à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Na sequência, asseguro a palavra ao indicado, para que possa fazer a sua apresentação inicial, e, na sequência, os Senadores que quiserem indagar o indicado terão também a oportunidade.

Dr. Severino Medeiros Ramos Neto, indicado à Diretoria da ANTT, seja bem-vindo à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

V. Sa. tem a palavra para sua exposição inicial, com o tempo regimental de dez minutos, e, se houver necessidade, com a tolerância desta Presidência.

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Presidente Marcos Rogério, ao Sr. Relator Jayme Campos.

Sras. e Srs. Senadores, é com profundo respeito e senso de responsabilidade que compareço a esta Casa, símbolo de democracia e de diálogo republicano, para submeter meu nome à apreciação de V. Exas.

Trago comigo a humildade de quem reconhece a grandeza desta missão e o dever de servir ao interesse público com ética, técnica e espírito republicano.

Acredito firmemente que a infraestrutura e a logística terrestre são a espinha dorsal do desenvolvimento nacional. Quando o transporte flui, Senadores, a economia avança, as regiões se conectam e o Brasil se torna mais próspero, mais justo e mais integrado.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres não é apenas um órgão regulador, é uma instituição de Estado que garante segurança jurídica, previsibilidade e equilíbrio, pilares fundamentais para gerar confiança nos investimentos e na estabilidade social.

A presença da ANTT está no cotidiano de milhões de brasileiros, nas rodovias que ligam os campos às cidades, nas ferrovias que impulsionam o agronegócio e na mobilidade que aproxima pessoas e oportunidades. E é justamente, senhores, nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caráter nacional e transformador que me inspiro a colocar minha trajetória e minha energia a serviço da ANTT e do Brasil.

Sou paraibano, oriundo de uma terra de gente simples e trabalhadora, que me ensinou que servir é mais que uma escolha, é um compromisso com a coletividade do futuro do nosso país.

Atuo há mais de uma década na advocacia, com experiência consolidada – como bem dito pelo nobre Relator, o Senador Jayme Campos – em gestão jurídica e institucional e formação voltada ao Direito Administrativo, Gestão Pública, Direito Ambiental e Direito Regulatório, áreas que me proporcionaram uma visão estratégica e sustentável do papel do Estado e das instituições reguladoras.

Tive também a honra de servir como Conselheiro Seccional, por dois triênios, da OAB da Paraíba e como membro consultor da Comissão de Acompanhamento Legislativo do Conselho Federal da OAB, participando ativamente do aprimoramento de proposições legislativas e do fortalecimento do diálogo entre o direito e as políticas públicas.

Essas experiências, Senadores, me ensinaram que a boa regulação nasce entre o equilíbrio da técnica, do diálogo e da responsabilidade, e é com base nesses valores que pretendo conduzir, caso aprovado, minha atuação como Diretor na ANTT.

Acredito ainda que a gestão pública eficiente deve se apoiar em três pilares fundamentais, sendo o primeiro, integralidade e fiscalização técnica e responsável; o segundo – e para mim o mais importante – é o diálogo permanente e transparente com este Parlamento, com o setor produtivo e com a sociedade civil; e o terceiro – não menos importante –, a modernização tecnológica, com foco em sustentabilidade, segurança e eficiência logística. Senhores, regulação eficiente é aquela que melhora a vida das pessoas, oferece previsibilidade para o setor privado e assegura equilíbrio ao Estado.

Entre as agendas prioritárias que pretendo fortalecer, caso aprovado, destaco, primeiro, a modernização tecnológica, com avanço do sistema *free flow*, que promove mais segurança e fluidez nas rodovias. Destaco também a ampliação e qualificação dos contratos de concessão rodoviária e ferroviária. Os contratos de que falo são os contratos sensíveis, que são os antigos, e os contratos novos, que são os que estão em leilão, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as novas regras da ANTT. Eu quero que eles tragam mais transparência, mais investimentos e mais geração de emprego. E, por fim, novamente não menos importante, a ampliação dos pontos de parada e descanso, assegurando dignidade àqueles que carregam a economia brasileira nas costas, que são os caminhoneiros, e melhorando a condição deles no trabalho nas estradas. Essas metas representam uma ANTT moderna, eficiente e voltada para o resultado mais importante, que são os resultados concretos à sociedade civil.

Registro o meu respeito – e não poderia deixar de fazê-lo – e admiração ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente desta Casa, bem como ao Relator do meu processo, pela condução equilibrada e pelo compromisso com o diálogo e o desenvolvimento nacional. Rendo também homenagem a todos os Parlamentares, principalmente os que eu visitei, que estão aqui, como o Senador Jaime Bagattoli, e os demais, que têm contribuído de forma decisiva para o fortalecimento da infraestrutura e da logística do país. Agradeço também à Presidência da República e ao Ministro dos Transportes pela confiança na minha indicação. E manifesto apreço ao Ministério dos Transportes pelo trabalho de reconstrução da infraestrutura nacional.

Sras. e Srs. Senadores, nenhuma política pública e nada que falei até agora se sustenta sem pessoas. Os servidores da ANTT são o coração da instituição e garantem a continuidade, a memória técnica e a credibilidade das decisões. Meu compromisso é valorizar, investir em formação continuada e fortalecer as carreiras públicas, porque é na competência técnica que residem a confiança da sociedade e o respeito do Estado.

Partindo para a parte final, permitam-me V. Exas. uma breve reflexão pessoal. Eu trago comigo o exemplo das pessoas que me ensinaram o valor do trabalho, da palavra e da retidão, valores que me orientam e que desejo honrar no exercício dessa função pública. Dedico este momento à minha esposa e aos meus filhos, bem como à minha mãe, razão maior da minha jornada e inspiração diária para servir com amor e propósito.

Sras. e Srs. Senadores, a infraestrutura que move o Brasil não transporta apenas cargas e passageiros, ela transporta sonhos, oportunidades e esperanças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caso aprovado, reafirmo o compromisso de atuar com ética, técnica e espírito público, colocando a ANTT a serviço da sociedade brasileira e, repito, em sintonia permanente, constante com este Parlamento, seja na ANTT, seja *in loco*, quando for solicitado, e seja no gabinete de V. Exas.

É com muita serenidade, muita humildade e convicção que peço humildemente, como fiz em cada um dos gabinetes, em cada um dos corredores, onde tive a oportunidade de estar com V. Exas., o voto de confiança, para que juntos possamos construir e fortalecer a infraestrutura nacional, modernizar a logística, como bem solicitado pelo Senador Jaime Bagattoli, e aproximar o Brasil do futuro que todos desejamos.

Muito obrigado e bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Dr. Severino Medeiros Ramos Neto, indicado à ANTT, na sua exposição inicial.

Na sequência, teremos a inquirição, por parte dos Senadores presentes.

Pela ordem de inscrição, Senador Esperidião Amin. V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar mais uma vez os nossos Senadores, Senadoras e os presentes. Quero cumprimentar o nosso sabatinado.

Primeiro eu vou lhe fazer uma pergunta técnica. Eu tenho até... O Senador Marcos Rogério se recorda de quando nós tratamos desse assunto do ponto de vista interno: autorização *versus* concessão. De qualquer forma, o regime de autorização que se considera previsto no marco regulatório do setor, em relação especialmente ao transporte rodoviário internacional... Ou seja, quais são, na sua opinião, as prioridades em relação à consolidação e ao aprimoramento do regime de autorizações do transporte rodoviário internacional?

E a minha indagação é porque, nesta questão do marco regulatório do transporte rodoviário interestadual de passageiros, que foi já motivo de fortes discussões aqui no Senado – o Senador Marcos Rogério, sempre atento a este assunto, se recorda de quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve uma verdadeira competição, o Ministro era o Ministro Tarcísio –, houve um grande esforço para flexibilização. De sorte que a pergunta eu deixo em aberto. Qual seria a sua atitude e como é que o senhor encara essa questão da autorização *versus* concessão, no transporte rodoviário interestadual de passageiros?

E a segunda observação, bem mais relevante para mim. Nós temos um histórico de parceria e de lamentações: Santa Catarina e ANTT e concessões. Eu não posso deixar de assinalar aqui o meu aprendizado, o que eu aprendi nesta parceria, digamos assim, sofrida em relação ao Contorno Viário da Grande Florianópolis, uma obra contratada em 2008, cujo contrato previa a sua conclusão em quatro anos, mas que foi inaugurada no ano passado, em 2024, ou seja, com 12 anos de retardo. Aprendi muito nisso, desenvolvi um esforço em equipe, junto com a bancada federal, junto com as forças vivas da sociedade catarinense, e chegamos à inauguração da obra em agosto do ano passado.

E agora nos deparamos com um assunto que é pioneiro também para a ANTT, que é a otimização dos contratos de concessão. E temos, em Santa Catarina, talvez, o caso mais absurdo do Brasil. E o nosso anseio é que haja uma solução o mais rápido possível. E nós estamos enfrentando novamente dificuldades institucionais, regulamentares que nos preocupam muito.

Então, duas questões. Primeiro, nós já apresentamos, em janeiro deste ano, o elenco das prioridades decorrentes de audiências públicas, contatos com autoridades do Ministério dos Transportes, da própria ANTT e com a participação da atual concessionária. Apresentamos este rol, e ainda não vimos este rol de obras precificado – eu não vi. E acompanho isso com muitas das obras, sejam elas 260, sejam elas 166, como me parece que é o número mais plausível, porque há muita repetição. Se você pega 100km de marginal e se eu quiser dividir isso em etapas de 2km, eu tenho 50 itens, mas eu acho que o número certo é: 116 obras compõem o trecho Florianópolis, divisa com o Paraná.

Temos aí dois grandes desafios. Primeiro, a obra do Morro dos Cavalos. Eu sei que o senhor já estudou, e é um apelo de Santa Catarina que já chegou ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal de Contas da União já disse que, se houver concordância de todas as partes, ela terá o viés da aprovação; não foi prometida a aprovação, mas a compreensão de que seria melhor que a obra do Morro dos Cavalos, seja ela qual for e que se defina esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obra o mais rapidamente possível, seja combinada, seja vinculada ao contrato da BR-101 sul, onde não há nenhuma reivindicação de obra de peso, ou seja, de grande obra. E esta obra, seja qual for o seu custo – sejam R$2 bilhões, sejam mais de R$2 bilhões, algo como em torno de R$1,5 bilhão –, para solucionar esse gargalo terrível, não vai sacrificar o contrato e seria incluída a obra na atualização do plano de exploração rodoviária, no caso quinquenal; depois disso, nos primeiros cinco anos de contrato.

E a otimização do contrato da BR-101, essa que tem 116 obras, no sentido mais largo da palavra, por exemplo, 37 alargamentos, aumento de capacitação de viadutos, e quatro viadutos novos, tudo isso especificado, não precificado ainda, mas cremos, acreditamos que essas obras orçariam mais ou menos R$8 bilhões. Isso seria assimilável nesse contrato de otimização, desde que se empregue largamente e com prazo o *free flow*, que, como o senhor sabe, reduz o impacto tarifário por quilômetro, uma vez que ali se consuma, se exercita a regra de, onde todos pagam, todos pagam menos em vez da loteria, loteria do mal, que é a praça de pedágio. A praça de pedágio é uma loteria do mal, ela não faz bem a ninguém. Ela é sempre um mal, porque ou cobra de menos, ou cobra absurdamente mais do que deveria.

Então, eu queria fazer-lhe um apelo para que, caso o senhor seja aprovado, possa se comprometer, juntamente com os demais membros da diretoria da ANTT, para nós não nos desmoralizarmos. Todos nós ficaremos desmoralizados se esse contrato não estiver ultimado até o final do ano, ou seja, nós temos 45 dias, descontados aí alguns feriados conhecidos. Nós não podemos entrar em 2026 com esse assunto em suspenso. Nem tudo vai depender da ANTT, mas o contrato de otimização depende da ANTT. E vai ser uma vergonha para nós chegar ao verão, enfrentar, Senador Marcos Rogério, aquele trânsito terrível na BR-101 norte, especialmente na região que vai de Porto Belo, Itapema, Balneário Camboriú, Itajaí... Ali é o nó do mundo, um nó muito complexo que vai exacerbar os ânimos, vai produzir protestos.

Se nós tivermos o contrato avençado, pelo menos a população vai ter um pouco mais de esperança. E nem tudo, eu repito, depende da ANTT. Este contrato depende. Claro que com a audiência do Tribunal de Contas da União, mas eu falo em nome da sociedade catarinense, dos Parlamentares e da sociedade organizada. Para o que precisar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mobilização nossa, vocês devem se mexer agora, porque, de dezembro em diante, vai ser uma série de protestos que nós vamos enfrentar, sem termos cumprido com a nossa obrigação contratual, ou seja, acertar o contrato, e o Ministro com o Governador definirem qual é a solução, ambos definirem, qual é a solução para o Morro dos Cavalos.

Então, eu ocupo este espaço com o assunto do meu estado, que é o mais grave – o mais grave – problema rodoviário do Brasil, porque é um problema que transcende Santa Catarina, transcende as fronteiras do Brasil. Trata-se de um polo turístico internacional, de renome internacional. E nós vamos passar uma vergonheira, um sofrimento.

Veja bem, eu não estou querendo a obra pronta; eu estou querendo a arrumação contratual pronta, e isso depende da sua atuação, do Diretor-Geral da ANTT, Dr. Guilherme Theo, e da nossa ajuda.

Número um: Morro dos Cavalos; a solução que o Ministro der nós aceitamos, porque ele é o dono da obra. Eu tenho certeza de que o Presidente do TCU tem aqui muitos advogados que vão agir para que ele nos dê essa ajuda para resolver o contrato do Morro dos Cavalos. O senhor percebeu por que eu falei duas vezes do Presidente do TCU, né? Porque um dos nossos advogados está aqui, é o irmão do Vital, do outro Vital do Rêgo, o nosso querido Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Tenhamos, portanto, a solução técnica do Morro dos Cavalos. Depois nós vamos brigar pela execução e pelo contrato de otimização com as obras desprecificadas com preço conhecido, com impacto e com a redução racional do impacto através do *free flow*.

Esse é o apelo que eu lhe faço...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e é nestas condições que eu acreditarei no senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu indago ao indicado se gostaria de fazer... Ele fez perguntas, duas perguntas; eu vou lhe dar a palavra para responder. Na sequência, o Senador Jaime Bagattoli também está inscrito. Vamos inscrever todos os Senadores.

V. Sa. tem a palavra para responder ao Senador Esperidião Amin, e, na sequência, os demais Senadores.

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (Para expor.) – Obrigado pela explanação, Senador. Realmente, eu estudei sobre o tema do Morro dos Cavalos, inclusive ontem à noite. O tema atualmente está no TCU, na consciência do TCU, e está com prazo para a agência Arteris. Aí tem um prazo, acho que de no máximo 120 dias, e depois disso é que vamos deliberar sobre ou ir para a CCR, ou ficar com a Arteris e fazer a otimização do contrato para iniciar a execução de imediato.

De fato, é o maior problema de infraestrutura rodoviária do Brasil. Inclusive, eu vi as entrevistas do senhor, em que citou o fatídico acidente que ocorreu em março do corrente ano, quando houve incêndio e tudo. Nisso aí o senhor tem minha garantia e minha palavra de que é uma das pautas prioritárias do meu mandato em caso de ser aprovado, é tratar desse tema com a maior celeridade possível.

Como foram vários temas, se o senhor pudesse repetir só a pergunta que acho que foi sobre a autorização e concessão de transporte estadual...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Interestadual.

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO – Interestadual, se é melhor autorização ou concessão. Certo.

No meu ponto de vista pessoal, vou fazer uma análise aqui mais técnica, como o senhor falou.

Na autorização, em sendo uma autorização, o Estado tem um poder e um controle maior sobre as empresas; na concessão, a empresa vai seguir regras que estão no contrato. Então, aí a gente tem que estudar a fundo isso e, com a profundidade do tema, fazendo essa dicotomia entre autorização – em que o Estado tem um controle maior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque tem que seguir a lei e regras – e resoluções que podem ser expedidas para aquela autorização de regra, não para uma autorização específica, mas para as autorizações gerais de transporte estadual. Na concessão, concedem-se trechos para que a empresa se habilite, então ela deve seguir aquilo ali.

Para aprofundar isso aí, com o tema geral do colegiado da ANTT, eu peço a V. Exa. que eu possa, em sendo aprovado, ver com os demais gabinetes e mandar uma resposta conclusiva do que a ANTT pensa sobre esse tema, porque, de fato, ainda não tive oportunidade de ver o que a agência pensa sobre essa temática.

Bom dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eu gostaria de completar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É apenas sobre o que V. Sa. pensa. Trata-se do seguinte: isso não pode ficar por decidir. Ou você adota o mecanismo da autorização ou não o adota. Se houver necessidade de alguma intervenção legislativa, nós estamos aqui para tratar desse assunto. Agora, o que não pode é haver uma dúvida se o regime de autorização pode ser adotado e o de concessão pode ser adotado sem uma deliberação, sem uma diretriz em nome do interesse público. Então, o senhor fica nos devendo colher da ANTT uma manifestação a respeito: "Nós entendemos que deve predominar o regime tal ou qual", em nome do interesse público, que é a missão da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Obrigado.

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO – Só para concluir, Presidente – eu agradeço a V. Exa. –, justamente, concordo em gênero, número e grau que a gente tem que ter, em caso de aprovação, uma decisão fundamentada para poder chegar a este Congresso, a este Parlamento com uma resposta concreta para a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao nobre Senador Esperidião Amin. Só essa semana, a agência, salvo engano, cassou pelo menos 27 autorizações em razão de denúncias apresentadas. O modelo autorizativo é um modelo precário, né?

Nós tivemos aqui, no caso dos transportes terrestres, um tema que tem um debate maior, e, no caso do setor ferroviário, nós tivemos também um regramento estabelecido. Na época, eu era Presidente da Comissão de Infraestrutura, no primeiro biênio como Senador, e coloquei como Relator, na época, o Senador Jean Paul Prates, se eu não estou enganado. O Senador Jean Paul foi o Relator do marco legal das nossas ferrovias. Também optamos, naquele momento, na inovação legislativa, pelo modelo autorizativo. De lá para cá, a lei existe, mas há um entrave em relação à efetividade da norma com relação a esse tema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Permita-me. E há, inclusive, um PDL que nós votamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Porque o Ministério dos Transportes estabeleceu uma regra que praticamente desautoriza a autorização...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... ao exigir o Estudo de Impacto Ambiental, o EIA/Rima, para a emissão de debêntures só para autorização.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ou seja, foi além da lei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O PDL é de autoria do Senador Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu fui o Relator. Ou seja, se para uma concessão não é exigido o EIA/Rima antes, por que para uma autorização? Aí, sim, você está subprecarizando a autorização, porque ela passa a ser, inclusive, do ponto de vista...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Um critério mais rígido do que o outro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, ela já tem essa coisa de precário. Se ela não pode obter recursos financeiros para a execução da obra, ela passa a ser virtualmente nula.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu, inclusive, aproveito a oportunidade para anunciar: nos próximos dias, nós vamos ter uma audiência pública para discutir esse tema das ferrovias, que é um tema recorrente. Eu já fui abordado por diversas entidades que representam o segmento, e esse assunto será objeto desse debate.

Na sequência, o Senador Jaime Bagattoli é o próximo inscrito e tem a palavra para uso...

Só para anunciar quem já está inscrito: o Senador Bagattoli, o Senador José Lacerda, o Senador Marcos Pontes...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Também? Não. Apenas esses por ora.

Senador Jaime Bagattoli, tem a palavra.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

Severino Medeiros Ramos Neto, que é indicado aqui para a ANTT, eu já conversei muito com você – inclusive conversei com você lá no meu gabinete – a respeito de diversos assuntos, inclusive do compromisso com as futuras concessões, tanto de rodovias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto de ferrovias, porque nós não podemos, muitas vezes, no Brasil, onde tem rodovias muitas vezes diferentes de Santa Catarina, de São Paulo, de Minas, do Paraná, porque são diversas rodovias federais que nós temos no país... E, em Rondônia, nós só temos a BR-364. A BR-364 sai praticamente de Minas Gerais, cruza o Mato Grosso, Rondônia, Acre, vai lá à divisa com o Peru e fez essa interligação da Rodovia do Pacífico. E quero dizer para você que há um impacto muito grande quando se coloca uma rodovia dessa em concessão, porque ali não é para passeio: ali é uma rodovia em que estão voltados 90% para transporte de carga e transporte de passageiro. Isso vai causar um impacto muito grande. Não que o Senador Jaime Bagattoli seja contra a privatização, não, mas para isso tem que ser feitos estudos melhores e eu lhe peço que, nas próximas concessões, seja analisado.

E ainda nós temos um grande fator: que a BR-364 corta praticamente seis, sete cidades, municípios grandes – corta Vilhena, Pimenta Bueno, Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Jaru, Ariquemes, chegando até a Porto Velho, até a capital Porto Velho. Então, nós temos um grande impacto, porque é uma rodovia em que as cidades nasceram em volta, nas margens da rodovia: as maiores cidades do interior do Estado de Rondônia estão às margens da rodovia BR-364.

Outra coisa que você citou aqui e que é muito importante é sobre os pontos de parada. Olhem aquilo ao que chegou no momento. Houve a Lei 13.103, de 2015, conhecida como Lei dos Caminhoneiros, em que houve uma intervenção, inclusive, pelo STF, e nós tivemos que fazer uma PEC, a PEC 22, de 2025 – sou o autor e o Senador Amin é o Relator dessa PEC –, não para nós derrubarmos a lei, mas para nós ajudarmos esses motoristas que tanto sofrem nas nossas rodovias. E hoje – não é, Senador Amin? – as rodovias não têm os pontos de parada. Isso foi um erro muito grande de quando foram feitas as concessões, sem falar das rodovias que nós temos hoje, que são rodovias não privatizadas, que são rodovias comandadas pelo Governo Federal. Então, eu peço que você tenha um compromisso maior...

E qual é o seu compromisso para as futuras concessões? Nós temos ainda a contemplação da BR-364, que está na agulha para ser privatizada também, que vai causar um impacto muito grande para o transporte, principalmente o transporte... Todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte, mas o que vai afetar mesmo diretamente é o transporte de grãos saindo de Mato Grosso. Eu já o alertei de que, com a Ferrogrão, no futuro, a nossa rodovia poderá, devido aos altos custos, diminuir muito o transporte pelo corredor norte, pelo corredor de exportação pelo Rio Madeira, em Porto Velho.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço ao Senador Jaime Bagattoli.

E na sequência... Gostaria de fazer alguma...

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (*Fora do microfone*.) – Tem uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tem uma pergunta?

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (*Fora do microfone*.) – Tem uma pergunta sobre o compromisso, não é?.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (Para expor.) – Meu compromisso, Senador, como bem relatado pelo senhor no gabinete e aqui nesta Comissão de Infraestrutura, é justamente o de fazer um debate mais amplo para ouvir tanto a sociedade civil como o setor produtivo, aumentar as audiências públicas, aumentar as reuniões na Comissão de Infraestrutura para que a gente não traga benefício para um setor em prejuízo de outro, como muito bem relatou o senhor. Sobre o que já foi na concessão, não tem mais o que ser feito a não ser cumprir a lei. Eu vi muito bem aqui o estudo da PEC 2022, de 2025, que trata, como o senhor disse, não de exaurir de qualquer multa, mas de que se otimizem os PPDs para que depois venha a exigência da lei. Eu tenho acompanhado, tenho acompanhado também a relatoria do Senador Esperidião Amin, tenho acompanhado tudo isso. Então, o compromisso que eu assumo é: mais audiência pública, mais debate com o Parlamento, com a sociedade civil e com os setores produtivos de ambos os lados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado.

Senador José Lacerda, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para interpelar.) – Presidente Marcos Rogério, obrigado pela oportunidade.

Eu pergunto ao Sr. Severino Medeiros: na sua avaliação, quais são, hoje, os principais desafios enfrentados pela ANTT em suas áreas de atuação e quais medidas considera prioritárias para aprimorar a qualidade dos serviços e a fiscalização das concessões?

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, Senador.

Eu fiz, nessa temática, um estudo mais aprofundado, na expectativa de algum Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO – ... me questionar sobre o tema, e fiz a minuta de uma resposta. E vou ler aqui para ficar mais objetivo.

Atualmente, a ANTT enfrenta desafios significativos relacionados à modernização da infraestrutura, fiscalização das concessões e aperfeiçoamento regulatório.

O sistema de transporte terrestre ainda apresenta lacunas logísticas e deficiências estruturais, como foi muito bem relatado aqui pelos Senadores que antecederam o senhor, o que exige um esforço contínuo para ampliar investimentos e garantir a execução adequada dos contratos de concessões. Os novos têm sido motivos de muita alegria para os concessionários e principalmente para os usuários.

Outro desafio central é aprimorar a fiscalização e o controle de qualidade dos serviços, utilizando tecnologias digitais, como bem falou o Senador Esperidião Amin, o *free flow*, e bases de dados integradas para monitorar obras. No caso, a gente pode ajudar esse monitoramento de obras, também como o Senador Esperidião Amin cobrou, com a precificação das concessões e o cumprimento das metas contratuais. Além disso, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança jurídica e a agilidade nos processos de revisão contratual são essenciais para manter a confiança dos investidores e assegurar a continuidade dos serviços.

Nesse sentido, a ANTT conta com o CNSO, inaugurado em 2019, que funciona como um ambiente físico e tecnológico com capacidade para processar, armazenar, analisar e transformar grandes volumes de dados em informações estratégicas. Além disso, a segurança jurídica e a agilidade nos processos de revisão e reequilíbrio contratual são fundamentais para preservar a confiança nos investidores e garantir a continuidade dos serviços. Isto é o que eu falei que era uma das metas do nosso trabalho: dar mais transparência, dar mais agilidade nos contratos sensíveis e tocar os novos com as novas regras que estão sendo muito bem avaliadas pela sociedade.

Entre as medidas prioritárias, destaco o fortalecimento institucional da agência, com a valorização do corpo técnico e a recomposição orçamentária, e o incentivo à inovação e tecnologia e sustentabilidade nas concessões.

No entanto, para que tudo isso aconteça, é indispensável investir na própria agência. Nos últimos anos, a ANTT sofreu fortes restrições orçamentárias. Em 2024, por exemplo, o orçamento aprovado foi de R$340 milhões, mas chegou a operar R$269 milhões. Em 2025, o ano vigente, o orçamento foi de R$282 milhões, reduzido para R$224 milhões, uma queda de cerca de 25% nas despesas. Esses números mostram o quanto é urgente recompor a capacidade operacional da ANTT. Com a estrutura de recursos adequada, a agência pode exercer plenamente seu papel de garantir a boa execução dos contratos, a qualidade dos serviços prestados e a segurança dos usuários, contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura e para o crescimento sustentável do país.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Com a palavra o Senador Astronauta Marcos Pontes. V. Exa. é último inscrito para essa sabatina.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Minhas questões, vamos dizer assim, são mais ligadas à utilização de tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou várias vezes em relação à necessidade de uso de tecnologia para a sustentabilidade, etc. A gente vê a tendência natural da utilização, cada vez mais, de tecnologia nos diversos sistemas. Isso inclui também ferrovias, estradas e outras modalidades. E falou no *free flow*. O *free flow* é um dos modos, tem outras coisas: medição de carga, por exemplo, em movimento; utilização de câmeras com inteligência artificial, para notar qualquer tipo de obstáculo, qualquer tipo de anormalidade na estrada; *drones,* etc. A gente vê isso aí, em vários países, já sendo empregado.

É lógico que um emprego como esse não é feito especificamente no projeto da ANTT, mas a ANTT acompanha e tem toda a parte de fiscalização, toda a parte de regulação voltada à utilização desses sistemas. E alguns pontos do país podem ser utilizados como – vamos chamar assim – *sandbox* para que sejam desenvolvidos esses sistemas, e, uma vez comprovada a sua eficácia, a sua segurança e tudo mais, pode ser ampliado para outros lugares, junto com as concessões que existem para cada um desses lugares, sempre visando tanto dar maior eficiência ao trabalho da concessionária, da polícia, quanto dar mais segurança para os usuários, tanto usuários físicos – vamos chamar assim –, a pessoa que está passando por ali, quanto empresas, com caminhões e assim por diante.

Nesse sentido, como você vê o futuro – eu não sei já parou para pensar – em termos de planos de aplicação dessas tecnologias? E há também um nível um pouquinho acima, não só a aplicação dessa tecnologia, mas também, depois, o trabalho intrínseco dentro da tecnologia. Eu estou dizendo mais especificamente com a utilização, por exemplo, de inteligência artificial, segurança cibernética, proteção de dados, porque tudo isso aí está, de certa forma, interligado. Um trabalho que a gente tem feito aqui, inclusive com o Senador Esperidião Amin, é justamente trazer representantes das agências – é o que eu pretendo fazer: trazer representantes das agências – para que sejam membros de conselhos que possam trabalhar na estruturação dos setores, inteligência artificial, segurança cibernética, proteção de dados, em nível de país.

Chegando ao primeiro nível, da utilização de tecnologia nas estradas, como é que você vê isso aí para o futuro e quais as suas pretensões de como operacionalizar isso aí, na prática, dentro do dos sistemas já existentes e naqueles que serão criados?

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SEVERINO MEDEIROS RAMOS NETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes, pela indagação. Acredito que seja uma indagação muito pertinente.

Primeiramente, posso até iniciar do fim.

Como dito no meu início da sabatina, esse é um compromisso em que não existe mais volta, é um compromisso com a tecnologia. Na minha ideia e no meu pensamento, ainda prematuro, caso eu seja aprovado, é aumentar o *free flow* – ele, sem sombra de dúvida, diminui a discrepância entre as cobranças do pedágio, como bem disse o Senador Esperidião Amin –; aumentar o *sandbox*, porque é isso que traz a otimização; aumentar as pesagens livres, que são aquelas da BR; aumentar todo o sistema de tecnologia com o monitoramento das BRs. O monitoramento das BRs, inclusive, Presidente, traz segurança tanto para o usuário, como para a própria polícia, seja ela federal, seja ela militar ou penal. Ele traz essa segurança para o usuário e para todos os demais. A tecnologia é um avanço que não tem volta. O nosso projeto – pelo menos o meu, prematuramente pensando – é ampliar todo o sistema de *free flow*, de pesagem e de monitoramento das BRs. Primeiramente, é isso e, depois, aprofundar, com o *sandbox* regulatório, novas tecnologias, implementando, inclusive, inteligência artificial. Só para concluir, eu não cheguei a aprofundar essa temática, mas já tem na ANTT sistemas funcionando com inteligência artificial.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Um ponto que sempre preocupa quando a gente coloca uma tecnologia nova dentro de um sistema existente é a tendência natural daqueles que prestam o serviço de ter um aumento de preço considerável justificado pela implementação de novas tecnologias, mas a gente sabe que a tecnologia... Embora o custo do desenvolvimento seja cobrado no começo da utilização, existe uma tendência natural de se cair aquilo lá na medida em que se use, se produza mais e se otimize essa tecnologia. É um cuidado que eu vejo que a agência, em termos de regulação, concessão, etc., tem que ter. Vamos dizer que a gente coloque *free flow*, o.k., mas aí o preço do pedágio vai lá para cima, porque é para justificar a colocação daquilo. É um pensamento que tem que se ter aí para não aumentarem os custos de tráfego, principalmente para as empresas, que passam frequentemente, que usam aquilo lá. Isso é sempre razão de reclamação constante. Então, é um cuidado que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu peço para que se tenha: que o aumento da tecnologia, que é importantíssimo, não seja acompanhado e perenizado no custo para as pessoas.

É só essa observação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Agradeço aos demais Senadores que participaram desta sabatina.

E também quero registrar e agradecer às senhoras e aos senhores que são convidados ou que se convidaram a vir aqui prestigiar a sabatina do Dr. Severino Medeiros Ramos. Eu disse a ele que ele estava prestigiado, porque a Comissão hoje estava com muitos visitantes ilustres. Eu quero agradecer além de aos familiares que certamente aí estão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Esposa, filhos.... Sejam muito bem-vindos aqui, especialmente, a esposa e os filhos, acompanhando a sabatina do esposo e do pai, mas também os servidores da própria Agência Nacional de Transportes Terrestres.

E, mais uma vez, já disse na sessão introdutória, digo das muitas recomendações que fez o Dr. Guilherme Theo, que está lá em São Paulo, mas que recomendou... Ele gostaria muito de estar aqui também e não pôde estar hoje em razão desse compromisso lá em São Paulo.

E, falando de Dr. Guilherme Theo, quero registrar aqui que ontem foi o aniversário do Sandoval Feitosa, Diretor Presidente da Aneel.

E, como já foi dito aqui hoje pelo Severino, as agências estão passando por esta fase difícil de contingenciamento, de corte de recursos... Nós votamos aqui, na Comissão de Infraestrutura, no tocante à cota de orçamento a que a Comissão tem direito no Orçamento Geral... Nós destinamos uma parcela significativa para atender também as nossas agências. Não tem agência forte com atuação permanente e com efetividade lá na ponta se não tiver condições para isso, e o orçamento é um requisito básico. Portanto, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votamos, na semana passada... Esperamos ter esses valores consolidados do Orçamento Geral para reforçar.

Aproveito aqui para desejar ao nosso Diretor Sandoval também os votos de felicitações pelo aniversário.

Não havendo mais Senadores inscritos para questionar o indicado, eu declaro encerradas as inscrições.

Indago se há algum Senador que não tenha votado. (*Pausa.*)

Todos votaram. Portanto, está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Severino Medeiros Ramos: 14 votos SIM; nenhum voto contrário.

Está aprovado o nome do Dr. Severino Medeiros Ramos Neto, indicado à Agência Nacional de Transportes Terrestres.

E, atendendo ao pedido feito pelo Relator da matéria, o Senador Jayme Campos, determino à Secretaria da Comissão que já faça a remessa, ainda no dia de hoje, à Secretaria-Geral da Mesa para que conste na Ordem do Dia de amanhã o nome do indicado.

Eu submeto à apreciação do Plenário a ata da reunião, se não houver...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Já foi solicitado, já foi!

Eu submeto à apreciação a ata da reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, mais uma vez agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, José Lacerda, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Sérgio Petecão, Weverton, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Plínio Valério, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 31, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o apoio técnico e financeiro federal concedido a entes federados e a entidades do setor de saneamento básico para implementação de políticas e planos de saneamento em áreas urbanas e rurais, os impactos do Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), especialmente no que tange à concessão, à concorrência e à participação privada." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 32, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão de convidado na Audiência Pública objeto do Requerimento nº 31/2025 - CDR." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 33, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2025 - CDR seja incluído convidado." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - 4° Audiência: Avaliação de Política Pública - Saneamento**, atendendo aos requerimentos REQ 31/2025 - CDR, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), REQ 12/2025 - CDR, de autoria Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, REQ 32/2025 - CDR, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC), e REQ 33/2025 - CDR, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC). **Finalidade:** Debater o apoio técnico e financeiro federal concedido a entes federados e a entidades do setor de saneamento básico para implementação de políticas e planos de saneamento em áreas urbanas e rurais, os impactos do Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), especialmente no que tange à concessão, à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concorrência e à participação privada. **Participantes:** Sr. Rogério Tavares, Vice-presidente de Relações Institucionais da Aegea Saneamento; Sra. Samanta Souza, Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.; Sr. Felipe Cascaes, Superintendente Jurídico da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON; Sra. Fernanda Rodrigues de Morais, Consultora Jurídica do Ministério das Cidades; Sr. Marcus Vinicius Cardoso Barbosa, Procurador-Geral da Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio - AGENERSA; Sr. Alexandre Moriya, Coordenador Técnico da Associação Brasileira de Energia de Resíduos - ABREN; e Sr. Demétrius Jung Gonzalez, Diretor Institucional da Agência Reguladora de Saneamento do Espírito Santo - Aries. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Seif
Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhores e senhoras, muito bom dia.

Sob a proteção de Deus, iniciamos a segunda parte da nossa reunião aqui na CDR, agradecendo à nossa Presidente, Senadora Dorinha Seabra. (*Pausa.*)

Vamos prosseguir.

Comissão de Desenvolvimento Regional, 14 de outubro de 2025. Reunião nº 30 – 30ª Reunião –, 14/10.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 14. (*Pausa.*)

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte, deliberativa, que já ocorreu; e a segunda parte, esta audiência pública interativa. (*Pausa.*)

Vamos deliberar os três requerimentos de minha autoria, os quais são: item 1, Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 31, de 2025; item 2, Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 32; e item 3, Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 33.

A votação será simbólica.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 31, 32 e 33, de 2025, da CDR.

Segunda parte, audiência pública interativa.

Esta parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o apoio técnico e financeiro federal concedido a entes federados e a entidades do setor de saneamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

básico para implementação de políticas e planos de saneamento em áreas urbanas e rurais, os impactos do marco legal do saneamento (Lei nº 14.026, de 2020), especialmente no que tange à concessão, à concorrência e à participação privada, em atenção aos Requerimentos 31, 32 e 33, de 2025, da CDR, de minha autoria.

Convido, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados:

- o Sr. Rogério Tavares, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Aegea Saneamento. Obrigado pela presença do senhor, seja muito bem-vindo;

- a Sra. Samanta Souza, Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp); Bem-vinda! Obrigado pela presença; (*Pausa.*)

- o Sr. Felipe Cascaes, Superintendente Jurídico da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon). Bem-vindo! Obrigado pela presença; (*Pausa.*)

- a Sra. Fernanda Rodrigues de Morais, Consultora Jurídica do Ministério das Cidades. Bem-vinda! Obrigado pela presença. Seja bem-vinda; (*Pausa.*)

- o Sr. Marcus Vinicius Cardoso Barbosa, Procurador-Geral da Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado do Rio (Agenersa). Bem-vindo! Muito obrigado pela presença; (*Pausa.*)

- o Sr. Alexandre Moriya, Coordenador Técnico da Associação Brasileira de Energia de Resíduos (Abren).

É Moriya ou Morija?

O SR. ALEXANDRE MORIYA (*Fora do microfone.*) – Moriya.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Moriya.

Bem-vindo! Obrigado pela presença; (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- por fim, o Sr. Demétrius Jung Gonzalez, Diretor Institucional da Agência Reguladora de Saneamento do Espírito Santo (Aries). Seja bem-vindo! Obrigado pela presença do senhor. (*Pausa.*)

Mais uma vez, obrigado a todos os convidados; obrigado por estarem aqui, por terem aceitado o nosso convite.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos; e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Antes de iniciarmos as exposições, gostaria de compartilhar algumas manifestações de cidadãos que recebemos por meio do e-Cidadania. E já deixo aberto para que os expositores possam responder a eventuais questionamentos ou fazer comentários se julgarem necessário.

A Dalita, do Paraná, pergunta: "Como o Governo [...] [poderá assegurar] que as concessionárias tenham capacidade financeira para cumprir as metas?".

A Maria, de São Paulo, pergunta: "Como o apoio federal e o novo marco regulatório podem acelerar a universalização de saneamento, especialmente em municípios de menor porte?".

A Fernanda, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como o governo idealiza a melhora na qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias privadas?".

A Kendelly, do Acre: "Quais mecanismos de fiscalização e monitoramento assegurarão que as concessionárias invistam e mantenham a qualidade e tarifas acessíveis?".

O Rafael, aqui do DF, pergunta: "Haverá taxação aos cidadãos quando esse projeto se concretizar? [...] Precisamos saber quanto pagaremos por isso".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Rafael, do Rio Grande do Sul, pergunta: "O que vai ser feito para proteger os aquíferos, já que as empresas que assumem as concessões se acham donos para explorar sem critérios"?

Alguns comentários também dos nossos internautas, que participam remotamente:

Elias, de Goiás: "Temos que ir além da universalização, [...] educar o povo [e] mostrar fontes alternativas de tratamento do esgoto e reutilização dos recursos hídricos".

E a Mônica, de São Paulo, comentou: "Enquanto o mundo reverte privatizações, debatemos parcerias: água e esgoto são direitos, não mercadorias".

Bom, dito isso, eu quero mais uma vez agradecer a presença das senhoras e dos senhores que estão aqui hoje como expositores e debatedores, lembrando o que motivou que nós fizéssemos, ao longo do ano 2025, uma sessão de debates, diligências, visitas, dentro e fora do DF, sobre a questão do marco do saneamento: é que realmente muitos Prefeitos, muitas autoridades, muitas empresas, até Governadores nos procuraram, procuraram a Professora Dorinha, explicando da dificuldade, especialmente nos menores municípios, que acabam não tendo atratividade ou a conta não fecha, não têm como subsidiar obras que demandam muitos recursos, são obras caríssimas, né? Ao mesmo tempo, não têm o *payback* num tempo necessário. Os governos, muitas vezes, não têm condição de também arcar com isso. A iniciativa privada também, muitas vezes, não tem o interesse, porque o investimento fica muito em longo prazo.

Além desses problemas de financiamento, que realmente é um problema, apesar do novo marco do saneamento... Foi uma evolução importante, inequívoca, mas nós vemos também um outro problema que debatemos aqui, realmente: são padronizações no Brasil, *checklists* do que fazer, de como fazer; da dificuldade das prefeituras em terem pessoas técnicas habilitadas para fazer esse planejamento; a mesma dificuldade das prefeituras para obter informações dos órgãos federais, de políticas e da padronização de como se fazer essa universalização de água e esgoto.

Ao outro lado, que é a nossa motivação aqui, são os usuários, são os cidadãos brasileiros. É inacreditável que, num país da riqueza do nosso – nós temos ouro, temos prata, temos petróleo, temos esmeralda, temos cristais, temos gado, temos trigo, temos soja, temos tudo, milho, suínos, aves, bovinos, temos tudo –, no entanto, ainda tem gente que carrega lata d'água na cabeça. Tem gente que convive na sua rua com esgoto a céu aberto, e sabemos, ainda, os impactos nisso, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento humano, na questão do bem-estar social e, acima de tudo, na questão da dignidade da saúde das pessoas.

Então, realmente é um paradoxo no Brasil. Durante muito tempo, nós ouvimos políticos dizendo: "Ah, obra que é enterrada não tem valor. A gente tem que fazer praça, tem que fazer campo de futebol, tem que fazer pista de *skate*, tem que fazer calçadão, tem que fazer pavilhão para fazer festa". Isso, claro, é muito importante, mas nós estamos falando de dignidade. A pessoa imaginar que boa parte ainda da população, não que seja majoritária, não tem um chuveiro para abrir uma torneira para tomar um banho... É inacreditável para muitos de nós, que convivemos com isso desde a nossa infância, e tem gente ainda que não tem chuveiro, que não tem uma pia para escovar um dente, que não tem pia para cozinhar, pegar água para cozinhar um feijão, um arroz ou um ovo. Então, nós precisamos, de alguma forma, debater isso aqui, no Senado, rever as políticas de forma a ouvir as entidades, a ouvir os Prefeitos, a ouvir os órgãos do Governo Federal, com os vários debates que nós já fizemos aqui na CDR, buscar formas de resolver, aparar essas arestas, porque ainda existem muitas.

A política foi criada, no entanto, pelo que nós vemos de investimentos que têm sido aplicados na questão do saneamento básico, pelos governos de estado e pelas prefeituras, nós não vamos atingir essa meta. É uma meta hoje que eu considero utópica, surreal. Os motivos, além desses que eu falei, mas, principalmente: falta de uma padronização; falta de fonte de investimento; falta de equipe técnica; falta de conhecimento dos gestores públicos, especialmente dos Prefeitos; falta de recursos devido ao tamanho, muitas vezes, dos municípios, ou ao pequeno número de cidadãos que às vezes têm e ao grande investimento que isso demanda.

Então, para debater um pouco disso tudo, que vai compor um relatório no final do ano, que está sendo construído também com a ajuda de vocês no dia de hoje, nas diligências que fizemos fora de Brasília também... Por isso, eu reitero, pela terceira vez, meu agradecimento. Tudo isso, tudo o que nós vamos ouvir, tudo o que nós vamos colher de vocês, os depoimentos, as experiências, as orientações vão compor um relatório final, o qual, junto com a equipe aqui da CDR, nossa equipe parlamentar, nós vamos focar nos principais temas para propor uma mudança na lei, uma mudança que seja benéfica e com metas atingíveis e cumpríveis, o que hoje nos parece que não ocorre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para iniciar a sua fala, eu quero convidar o Sr. Rogerio Tavares, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Aegea Saneamento, inicialmente, por dez minutos. Ao final, todos terão mais um tempo para fazerem seus comentários finais.

Sr. Rogério, muito obrigado pela presença do senhor. A palavra é do senhor.

O SR. ROGÉRIO TAVARES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, pelo convite.

Bom, para não perder tempo, vamos começar falando da situação geral do Brasil em termos de saneamento, pelo menos água e esgoto. São 32 milhões de pessoas ainda sem acesso à água tratada, 90 milhões sem coleta de esgoto; do esgoto que é coletado, só 52% é tratado. E há perdas de água, no geral, das águas que são, vamos dizer, produzidas para distribuição à população, há uma perda de 37%. Esses números em si já são números muito ruins, e a gente, digamos, a partir do marco legal, procurou dar um enfrentamento dessa situação.

A gente pode dizer que isso tem avançado porque os investimentos começaram a crescer, graças às parcerias estabelecidas com a iniciativa privada em diferentes formatos, mas o fato é que o que a gente tem que fixar é que o Brasil, que está entre as dez maiores economias do mundo, quando você olha para a questão do saneamento básico, ele está pior do que muitos países que estão bem abaixo de nós do ponto de vista da condição econômica. Então, você tem desigualdades sociais absurdas, e esse déficit, esses milhões de pessoas que não têm água tratada e os quase 100 milhões sem coleta de esgoto majoritariamente são pessoas de nível de renda mais baixo, localizadas em periferias de grandes centros e em municípios perdidos pelo interior do país.

Então, é bom caracterizar que resolver os déficits de saneamento acaba sendo você também promover justiça social, dar, levar dignidade a pessoas, porque são essas pessoas, vamos dizer, boa parte delas que está no contingente dos chamados invisíveis, que a sociedade não enxerga e que estão aí sem atendimento básico do ponto de vista sanitário.

Com relação à empresa que eu represento, a Aegea é uma operadora privada de serviços de água e esgoto. Atuamos também – começamos a atuar – na área de resíduos sólidos e em projetos que vão trabalhar com água de reúso para a indústria. A composição societária da Aegea

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem três acionistas: o controlador é o grupo Equipav, que é um grupo brasileiro e tem 53%; temos o fundo soberano de Singapura, o GIC, com 34%; e a Itaúsa com 13%.

A nossa empresa é uma das maiores operadoras do país, e eu vou mostrar mais na sequência o que nós já atendemos. Bom, como eu disse, atuamos no ciclo integral da água, abastecimento de água, coleta, tratamento de esgoto. Trabalhamos obviamente com bastante disciplina financeira, buscando ter o máximo de eficiência operacional, entre outras questões, para que tenhamos condição de avançar mais rapidamente nos desafios para os quais nos habilitamos.

Deixe-me voltar aqui.

Então, falando de onde nós estamos, nós estamos hoje em 15 estados da Federação. Temos 37% do *market share* privado de saneamento. O interessante é que a Aegea é uma empresa que foi criada em 2010, começou operando em seis cidades – 1,6 milhão de pessoas –, e estamos hoje, em 2025, atendendo praticamente 39 milhões de pessoas em 892 cidades.

É claro que você tem estados em que a gente tem maior atuação. A nossa maior operação é no Rio de Janeiro, onde a gente atende 10 milhões de pessoas; depois, no Rio Grande do Sul, onde atendemos 6,5 milhões de pessoas em 317 municípios; depois vem o Ceará; e agora entramos no Piauí e no Pará. A mais recente entrada nossa é no Pará, começamos há pouco mais de um mês a operação na Região Metropolitana de Belém e vamos entrar no interior do estado, até o final do ano, começo de janeiro, estamos entrando.

Valeria comentar o porte de cidades, porque alguém fez uma pergunta sobre a baixa atratividade das cidades menores para operadores privados. Eu chamaria a atenção: nesse conjunto de 892 cidades onde estamos, claro, tem cidades como o Rio de Janeiro, que é a maior em que a gente está, são 6,8 milhões de pessoas, mas tem cidades de menos de mil habitantes. Então, a lógica é que o marco legal ensejou a criação da regionalização, criação de blocos regionais para delegar serviços, e a grande mágica está aí. Se a gente ficasse trabalhando município a município, como se chegou a imaginar lá atrás, primeiro, a gente não estaria onde já chegou hoje, segundo, possivelmente esses municípios menores iam ficar para trás.

Então, a lógica do marco legal aprovado em 2020 – naquela época, aqui no Congresso, se falava aquela gíria "filé com osso" – foi que você tem que pegar o que é extremamente rentável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e junto pegar as áreas mais complexas, com menor rentabilidade ou com rentabilidade até negativa. O fato é que, com essa configuração trazida, a possibilidade, vamos dizer, a quase obrigatoriedade que o marco legal traz de regionalizar, a gente está conseguindo chegar aos municípios menores. Então, poder-se-ia dizer, algum tempo atrás, que não haveria interesse de nenhum operador privado em operar no interior do Piauí ou no interior do Pará, e nós estamos lá. A Aegea ganhou os leilões, está lá nos dois, e a gente entende que é viável, senão a gente não teria concorrido e buscado atuar nesses locais. Então, isso é relevante para desmistificar a história de que privado não entra em lugar pequeno. Entra, sim, dentro desses pacotes de municípios com aqueles mais rentáveis e os menos rentáveis também.

Bom, na área de resíduos sólidos, a gente tem uma atuação inicial. Estamos com nove municípios na região do Cariri, no Ceará – também foi um leilão que nós ganhamos. É uma visão de que o segmento de resíduos, digamos assim, está começando agora a ter maior participação privada, e a modelagem para blocos de municípios também para solução de aterros sanitários e aproveitamento energético do lixo, a solução em escala, é essencial. Então, novamente, grupar municípios é o que vai fazer esse negócio funcionar, senão, novamente, nos lugares menores, não vai ter quem cuide do lixo e você continua tendo o problema de quase 3 mil lixões que tem pelo país afora. Então a lógica, e aí o nosso primeiro caso, é de buscar... Esse bloco no Cariri foi modelado pelo pessoal do PPI, do Governo Federal e Caixa Econômica, foi feita uma licitação, e nós ganhamos. Há outras modelagens semelhantes em curso e licitações próximas para acontecer.

Do ponto de vista... Agora falando um pouco da atuação de uma empresa como a nossa, do ponto de vista de saúde e meio ambiente – na outra lâmina a gente fala do social –, um operador de saneamento é essencialmente alguém que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO TAVARES – ... vai ter que trabalhar com essas três coisas, quer dizer, não é só você levar o serviço. O serviço, em si, impacta a vida das pessoas nessas vertentes. Na questão do meio ambiente, quando a gente consegue, vamos dizer, evitar o lançamento de esgoto *in natura* em corpos hídricos, quando você trabalha para que não haja perdas de água e você tenha água de qualidade sendo entregue às pessoas, você está levando saúde, você está mitigando a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrência de doenças de veiculação hídrica, você está recuperando áreas que estavam degradadas por conta da poluição e trazendo efetivamente recuperação do ponto de vista de turismo e do ponto de vista até de valorização imobiliária em várias áreas.

Eu chamo a atenção, por exemplo, para o caso do Rio de Janeiro. Eu não estou me lembrando onde é que está exatamente, mas, no caso do Rio de Janeiro, depois de três anos, indo para o quarto ano de atuação, a gente já recuperou praias oceânicas e praias da Baía de Guanabara. Hoje, quem conhece o Rio de Janeiro, a Praia do Flamengo, a área da Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, que não eram mais utilizadas, voltaram a ser utilizadas pesadamente porque estão limpas, é só ir lá e olhar que a água está limpa. Então, nada muito mirabolante, a não ser o que nós fizemos, que foi recuperar uma estrutura de interceptor que estava lá abandonada e sem uso e colocar para dentro desse interceptor córregos que traziam esgoto sanitário que eram despejados diretamente na praia. Você está pegando isso e levando para o interceptor, que vai jogar no emissário lá em Ipanema e jogar em alto-mar, como é a solução convencional.

Então, a atuação para você resgatar a condição ambiental, resgatar a condição de saúde das pessoas, porque as pessoas podem... De um lado, estão recebendo água tratada em comunidades, como a gente vê em algumas fotos aí. Você consegue levar água tratada para locais onde as pessoas não tinham água; elas tinham água de forma clandestina em geral, até muitas vezes contaminada, e passam a ter água 24 horas por dia, 7 dias por semana, uma água que ela pode usar para beber, para cozinhar, o que ela não fazia com aquela água que ela levava, porque ela ainda comprava garrafões de água mineral para poder cozinhar e para poder beber. E você cobra desse tipo de pessoa uma tarifa que ela possa pagar, a Tarifa Social.

E, no caso, por exemplo, de Manaus, a gente já chegou a oferecer, além da Tarifa Social, que é basicamente 50% da tarifa básica para um consumo de até 15m^3 por mês... No caso de Manaus, e agora também a gente vai fazer isso no Rio, a gente tem cerca de 30 mil famílias para as quais a gente oferece uma tarifa que a gente chama de Tarifa 10, são R$10, é o que aquelas famílias podem pagar, não dá para pagar mais do que aquilo.

Então, a lógica de um operador, mesmo privado, embora muitos achassem que não seria factível... O privado vai olhar para levar o serviço a quem precisa, pois, como eu disse, os déficits estão exatamente nesses lugares, nesse pessoal mais pobre, mas levar um serviço de qualidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por um preço que as pessoas possam pagar, e eventualmente trabalhando, por exemplo, em capacitação das pessoas, oferecendo emprego.

No Rio de Janeiro, a gente tem hoje... Dos quase 10 mil colaboradores da empresa de Águas do Rio, que é do grupo Aegea, que opera lá, metade praticamente são moradores de comunidades que foram contratados ao longo de um processo seletivo quando a gente chegou lá. Então, dar emprego para quem pode ter esse emprego, para um operador privado, acho que é uma das condições essenciais de você se inserir numa determinada realidade. Você tem que prestar um serviço correto, mas agora você tem que ir além do serviço, fazer o que a gente chama de... a gente procura gerar prosperidade de forma compartilhada, quer dizer, a gente tem que ter resultados, mas as pessoas também têm que ter algum benefício além daquele específico do saneamento chegando, que já é grande.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Rogério, eu tenho algumas perguntas para o senhor.

O SR. ROGÉRIO TAVARES (*Fora do microfone*.) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A primeira delas, e nós vimos ali uma foto do antes e do depois, ali, me parece, do Ceará... É isso?

O SR. ROGÉRIO TAVARES – Deixe-me ver aquela lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O Cariri, me parece.

O SR. ROGÉRIO TAVARES – O Cariri, deve ter sido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Volta, volta lá, por favor. Mais um. Aí.

O SR. ROGÉRIO TAVARES – Isso aí é da parte do lixo no Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Certo.

O SR. ROGÉRIO TAVARES – No Cariri.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse trabalho foi feito por cooperativas de trabalhadores que foram limpando?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro, tem uma política de desativar o lixão, o.k., mas quem faz esse trabalho? São funcionários da empresa ou são parcerias com as cooperativas?

O SR. ROGÉRIO TAVARES – Trabalha-se com parcerias de cooperativas também. Claro, tem um time de concessionária, mas, para a parte de reciclagem, de separação, você trabalha sempre com as cooperativas que já existem nos locais ou, então, você até, vamos dizer, trabalha para que se organizem em cooperativas, porque há locais em que essa atividade é meio solta, então a organização em cooperativas é vantajosa para eles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO TAVARES – E isso a gente tem também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nessa mesma lâmina, o senhor coloca ali a possibilidade de recuperação energética dos resíduos.

Eu tenho um particular interesse sobre isso. Parece-me que em Singapura... Estou enganado? Singapura? (*Pausa.*)

Em Singapura, olha que dado interessante, 100% dos resíduos sólidos são incinerados, e o ar que sai dessa chaminé, que tem filtros de partículas, é mais puro do que o ar que se encontra na natureza. Então, alta tecnologia, e, com esse material que vai para a carbonização, eles geram 100% da energia lá da ilha.

Então, o que o senhor me diz sobre a possibilidade de recuperação energética? É nesse sentido?

O SR. ROGÉRIO TAVARES – É nesse sentido mesmo.

É que, aqui no Brasil, essas tecnologias para recuperação energética do lixo estão chegando.

Tem um projeto em São Paulo que você conhece bem, a Samanta conhece bem. Eu acho que é a primeira planta de recuperação energética do lixo, que é em Barueri, não é isso? (*Pausa.*)

É Barueri. Está sendo feita.

Isso é um projeto que eu conheço já de muito tempo e demorou para ficar de pé. Eu ainda trabalhava na Caixa, e esse negócio estava sendo discutido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, agora, digamos assim, do meu ponto de vista, é a grande solução essa de você... O lixo tem uma capacidade brutal de gerar energia a partir dele, da queima, do que não é reciclável. Então, você tem um processo de seleção, e depois o que vai para queimar é o que não deu para reciclar, reaproveitar, e aquilo vai e gera energia.

Isso tem que, ainda... Essa experiência de São Paulo acho que vai ser a primeira e, a partir daí, é uma questão... Porque também é uma tecnologia mais cara e por isso que, até aqui, esse negócio não avançou muito no Brasil; agora é que se está chegando a tecnologias que já possam ter um preço melhor e, então, ser implantadas. Mas é aquela história, Senador, se a gente está saindo do lixão, isso aí já é o final da linha em termos de... A gente está avançando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O importante é que nós estamos avançando, não é, Dr. Rogério?

Dr. Rogério, quero agradecer a exposição inicial do senhor e eu vou passar a palavra agora para a Samanta Souza, que é Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp).

Obrigado pela presença da senhora. A senhora tem dez minutos iniciais para as suas exposições.

A SRA. SAMANTA SOUZA (Para expor.) – Obrigada, Senador, pelo convite.

A gente vai contar um pouquinho aqui da história de como estamos – Sabesp – um ano e três meses após o processo de desestatização e contar um pouco do nosso modelo do contrato.

Acho que eles vão pôr a... (*Pausa.*)

Vamos lá. Então, a gente, para contextualizar um pouquinho... (*Pausa.*)

Perfeito, obrigada.

Vou contar um pouco do processo de desestatização da Sabesp e do novo contrato. A Sabesp atua em 375 municípios do Estado de São Paulo, que representam em torno de 70% da população. É uma empresa de 52 anos de idade que passou por um processo de desestatização no ano de 2024 pautado pelo marco legal do saneamento, de 2020, no qual a gente tem aí o desafio de universalizar em 2033.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Especificamente, o contrato de concessão que rege essa desestatização antecipa essas metas de 2033 e traz, então, o desafio da universalização no Estado de São Paulo para o ano de 2029, incluindo zonas rurais que não faziam parte da área da atuação da Sabesp até aquele momento e áreas informais que, no contrato anterior, abarcavam o Município e a Região Metropolitana de São Paulo, mas, por exemplo, a Baixada Santista não tinha o desafio da universalização nessas áreas. A gente, então, engloba esses dois nichos, esses dois segmentos.

O novo contrato, então, como nasce? Trazendo tarifas menores para quem precisa. Então, no momento da desestatização, no ato contínuo, ele reduz 10% o valor da tarifa para clientes vulneráveis e em situação de uso de Tarifa Social, como a gente chama, expande periferias e zonas rurais, foca na despoluição e revitalização de corpos d'água. O nosso grande desafio é a despoluição do Rio Tietê, que é um rio que passa pelo Estado de São Paulo inteiro, com 1.134km de extensão.

Tem o desafio da segurança hídrica: a Região Metropolitana de São Paulo tem uma situação hídrica mais complexa do que o Nordeste do país. A disponibilidade hídrica na Região Metropolitana de São Paulo é de 149m^3 por ano por habitante, o que é bastante baixo. A ONU preconiza acima de mil metros cúbicos por habitante por ano, então a gente tem um desafio imenso.

Inovação e valorização dos profissionais.

Qual é o cerne desse nosso desafio? Saneamento para todos até 2029, atendimento a todos os municípios. Aqui, reforçando a temática que o Rogério trouxe anteriormente, a regionalização é o segredo do sucesso. Nós temos municípios que têm 900 habitantes, como é o Município de Borá, e municípios como o Município de São Paulo, que tem 13 milhões de habitantes, e a gente atua em todos. E saneamento mais barato, com essa tarifa que a gente já trouxe, com metas mais arrojadas de entrega em 2029 e com incentivos alinhados.

Então, quanto mais a gente investe, mais a gente recebe. Esse é o grande segredo desse contrato, e há uma previsão de R$70 bilhões de investimentos nessa janela de 2024 a 2029.

Qual é o caminho que a gente vai percorrer para que isso de fato seja entregue? A gente teve um Plano Regional de Saneamento, que embasou o contrato, no qual se mapearam as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidades e as urgências desse sistema de atendimento; algumas soluções já estão definidas para cada cidade, então a gente tem um único contrato, com mais de 370 anexos, trazendo as necessidades de cada um desses municípios; segurança jurídica, porque esse contrato é igual, com regras claras para todos os municípios até 2060; e mecanismos de incentivo e sanções – o que é isso? A gente tem dois fatores de monitoramento do contrato: o fator Q, que é o fator de qualidade da prestação de serviço, e o fator U, que é o fator de universalização, então, quantas pessoas devem ser atendidas ano a ano para que todos tenham acesso até 2029 e qual qualidade de prestação de serviço será necessária? E para que serve isso? Para que seja monitorada essa prestação de serviço e seja adequada a tarifa durante essa jornada.

Teve uma solução bastante diferente – a gente não encontrou isso em nenhuma concessão do mundo –, que foi o seguinte: o Governo de São Paulo reservou 30% dos recursos da privatização num fundo que amortiza a tarifa e, portanto...

Porque a estrutura tarifária é concebida num regime como o regime de condomínio. Então, somam-se todos os custos e todos os investimentos feitos e aplica-se, então, o reajuste tarifário, e o Governo separou esses 30% para que esse aumento de investimentos, nessa primeira jornada dos primeiros cinco anos, não impactasse diretamente no crescimento tarifário, e, com isso, vai amortizando a tarifa, de forma que a empresa tenha condições de investir esses R$70 bilhões sem impactar diretamente na conta dos clientes, e a gente repassa apenas a correção monetária.

Desses desafios lançados, o que é que a gente tem? Investir 50 anos em 5. O que é isso? Hoje, a base de ativos da Sabesp representa em torno de R$80 bilhões. Nos próximos cinco, a gente tem que investir mais R$70 bilhões. Por isso que a gente tem feito essa analogia.

E como vai ser feito isso? Então, durante o ano de 2024 para 2026, nós somos monitorados pelo incremento de economias que nós estamos trazendo para cobertura de água, coleta e tratamento de esgoto e, a partir de 2027, percentual de cobertura, como preconizado no novo marco legal de saneamento.

E, a partir de 2027, nós seremos cobrados e remunerados pelas metas globais por município. Então, nós não vamos ser monitorados única e exclusivamente pelo resultado alcançado no contrato global, e sim pela entrega em cada um dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós temos aqui, então, esse investimento em alta escala de 70 bilhões. No ano de 2024, a gente investiu quase 7 bilhões. No segundo semestre de 2025, nós já tínhamos investidos esses mesmos 7 bilhões. Então, em 2025, a gente deve fechar aí em torno de 14 a 15 bilhões de investimentos, e, dos investimentos previstos dos 70 bilhões, 56 já estão contratados, em execução. São 56%, em torno aí de 42, R$40 bilhões já contratados em andamento.

Além disso, a questão do saneamento para todos. Então, o grande desafio, nesse sentido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Fique tranquila.

A SRA. SAMANTA SOUZA – Está joia.

O grande desafio, nesse sentido, é o saneamento rural. Nós temos 820 mil domicílios previstos para entrar na estrutura de saneamento rural e nós temos pouca informação ainda sobre saneamento rural no Estado de São Paulo, e não é diferente no país como um todo, não é?

E para isso, então, nós estamos fazendo um censo rural que leva o ano de 2025 e metade de 2026 e, conforme a gente vai fazendo o censo, também vai levando a infraestrutura para essas famílias.

E, para isso, a gente está montando um portfólio em parceria com os órgãos reguladores de soluções não convencionais, porque, em área rural, não vai ser rede que vai solucionar – rede pública. Então, a gente está montando esse portfólio, com a participação tanto da Cetesb quanto da agência reguladora, e, com isso, também levando o saneamento para quem nunca teve em áreas informais.

Então, até agora, setembro deste ano, durante esse contrato, a gente já está com quase 200 mil novos domicílios, em torno de 1 milhão de pessoas que receberam água e esgoto já no modelo privado.

O desafio da segurança hídrica. Então, dos 371 municípios, 209 atendem aos requisitos de segurança hídrica durante a concessão até 2060, mas nós temos aí 142 que requerem algum tipo de intervenção, seja do ponto de vista de nova água, de aportes de água, quanto do ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista de ampliação de produção. E aqui o nosso grande desafio está na região metropolitana de São Paulo e na Baixada Santista.

Esses projetos e processos já estão sendo encaminhados, já com modernizações na própria região metropolitana de São Paulo, com transferência de água nova no sistema de tratamento de Itapanhaú, do Alto Tietê, que é o nosso segundo maior sistema produtor na região metropolitana de São Paulo, e assim por diante.

O que vem pela frente? A gente precisa de mais água para a capital e para a Grande São Paulo. Então, estamos revitalizando novos sistemas, fazendo interligações entre a área da Billings com o Alto Tietê, para trazer mais segurança hídrica.

E agora, na última semana, quem pôde acompanhar, a Sabesp também fez uma compra estratégica aí, que a gente está num período de validação nos órgãos gestores de compra da Emae, para uma gestão hídrica mais segura em São Paulo.

Esgoto tratado.

O nosso grande desafio, de fato, é a despoluição do Rio Tietê. Então, em dezembro de 2023, especificamente ali no Rio Tietê, a gente tinha 63 bilhões de litros de esgoto/mês que não recebiam tratamento. Já nessa primeira perna, a gente já está encaminhando 9,6 bilhões de litros por mês, o que equivale aí a 3,8 mil piscinas olímpicas. E, até o final do ano, a gente deve alcançar aí 4 mil piscinas olímpicas encaminhadas para tratamento.

Aqui tem um ponto bastante interessante: nós conseguimos, já nessa primeira perna, encaminhar para tratamento 870 mil domicílios para tratamento do esgoto, o que equivale ao que a Sabesp fez no processo de despoluição do Rio Pinheiros, em que a gente fez 600 mil ligações em três anos. Então, em um ano, nós fizemos mais do que fizemos em três anos, enquanto no modelo anterior.

A gente está atuando muito forte também na experiência do cliente e está trazendo também uma nova visão de transparência na prestação dos serviços. Então, tem um painel que a gente deixa disponível para o regulador e para o poder concedente, no qual ele tem condições de acompanhar quais as obras que estão sendo executadas, uma a uma, qual população atendida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual volume de investimentos que está sendo feito, para cada um dos municípios terem o controle da sua concessão.

E, com isso, a gente traz aqui um pouco dos resultados que foram alcançados aqui até agosto de 2025, com o atingimento das metas de água, de coleta de esgoto, que a gente já tem atendidas, e o tratamento de esgoto, que, até o final do ano, chega a um milhão de economias/domicílios encaminhado para tratamento de esgoto. E cada município ali acompanhando quantas ligações estão sendo feitas em cada uma das suas municipalidades.

Em linhas gerais, é um pouco do que a gente queria trazer e compartilhar com vocês, demonstrando que, se a gente tiver os incentivos corretos, a gente consegue encaminhar, da melhor forma, a universalização do saneamento no país.

Mais uma vez, obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Samanta, muito obrigado.

Fiquei muito feliz aí com algumas questões que você apresentou. Uma delas é que vocês conseguirão, segundo o planejamento, entregar a universalização de água e esgoto antes do prazo, que é mais do que o utópico do utópico, porque nós vemos que, com o prazo atual, realmente alguns municípios estimam até 30 anos para poder corresponder, e a Sabesp está correndo.

Eu tenho algumas perguntas para você. A primeira delas: vocês consideram que o Rio Pinheiros hoje já é despoluído?

A SRA. SAMANTA SOUZA – Ele está numa melhor condição do que a anterior, a gente melhorou a revitalização dele, então, a gente considera que ele está revitalizado, mas a despoluição em si depende de resíduos sólidos.

A gente tem uma contribuição bastante grande de resíduos sólidos e também de poluição difusa, mas, hoje, a qualidade do Rio já atende aos parâmetros que, no caso, foram definidos de carga de DBO, que é de 30mg. Hoje, ele atende às 30mg de DBO, e o Rio Tietê ainda não chegou nesse...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Maravilha.

O Rio Tietê nós conhecemos, tenho certeza de que todos aqui, quem nos assiste, já foi a São Paulo, ou a trabalho, ou visitar um familiar, ou num compromisso, ou num médico, e eu te pergunto: qual é a previsão de despoluição ou de, como é que você falou?

A SRA. SAMANTA SOUZA – Revitalização.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Uma revitalização como a do Rio Pinheiros? Dez anos, cinco anos?

A SRA. SAMANTA SOUZA – A gente acredita que, para chegar ao patamar do Rio Pinheiros, em 2029 a gente deve concluir.

Com os resultados dessas 800 mil conexões que a gente fez este ano, a gente já reduziu mais 30km da mancha de poluição do Rio neste último ano.

Então, o caminho está trilhado, a gente acredita que está no caminho certo. E, em 2029, a gente já deve chegar ao patamar do Rio Pinheiros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E a terceira pergunta eu faço aqui em meu nome e de quem nos acompanha, ou de quem vai ver esta audiência depois: me cite um exemplo de soluções não convencionais de esgoto e de água, quando você fala de áreas rurais, onde realmente fica inviável, economicamente, de ser implantada a rede convencional.

A SRA. SAMANTA SOUZA – Bom, o individual muitas vezes é biodigestor, fossa com biodigestor, que faz o tratamento logo ao lado do domicílio, ou também pode ter uma outra solução, quando a comunidade é pequena; aí, a gente faz uma ETE de pequeno porte, uma estação de tratamento de esgoto de pequeno porte.

E, para a água, na grande maioria, é poço; em sua grande maioria, é poço artesiano

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Samanta, muito obrigado pela sua apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo imediatamente a palavra ao Sr. Felipe Cascaes, Superintendente Jurídico da Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon).

A palavra está com o senhor, por dez minutos iniciais, e obrigado, mais uma vez, pela presença.

O SR. FELIPE CASCAES (Para expor.) – Sr. Senador Jorge Seif, bom dia. Muito obrigado aqui, em nome da Abcon, pelo convite.

Cumprimento os colegas que estão na mesa de debate junto comigo, o Rogerio, que é Presidente do Conselho de Administração da Abcon; Samanta, da Sabesp; Fernanda, Marcus Vinicius, o Alexandre e o Demétrius.

Bom, inicialmente...

Deixa só eu entender como é que...

Foi? Ah, tá.

É porque tem um *delay*. Perdão.

Inicialmente, assim, falando um pouco da Abcon, como o próprio Senador Jorge Seif já anunciou, a associação congrega as concessionárias privadas de água e esgoto em atuação no Brasil. Temos aí 12 *holdings* e mais uma associada, que não é *holding*.

As nossas associadas estão presentes em mais de 1,5 mil municípios no Brasil e atendem a mais de 70 milhões de pessoas.

Temos uma previsão de que, até o final do ano que vem, as associadas da Abcon atenderão a mais de 50% ou 50% dos municípios brasileiros.

Nós temos, como missão institucional, a promoção do saneamento básico como vetor de desenvolvimento econômico e social, o fortalecimento da regulação do setor de saneamento, porque é esse fortalecimento da regulação que vai garantir a estabilidade regulatória, a segurança jurídica que nos permite ampliar a participação privada no setor e a viabilização dos investimentos que são necessários para atingir a universalização dos serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi falado aqui antes, tanto na apresentação que fez o Rogerio quanto na que fez a Samanta, que nós temos um déficit de atendimento histórico de água tratada e coleta e tratamento de esgoto à população brasileira, e isso aflige de forma mais cruel, diria eu, a população mais vulnerável. Então, a gente precisa, nos próximos anos, fazer investimentos consideráveis para atingir essa meta.

A gente tem um número na Abcon, que é um número da KPMG, de que precisamos de R$900 bilhões em investimentos para alcançar a universalização. Esse número tem um asterisco, ali na apresentação, porque ele difere do número do Governo Federal, mas ele difere do número do Governo Federal porque a gente considera também os recursos que são necessários, além da expansão da rede, para a manutenção da rede que existe e para a recuperação de redes que hoje são inutilizadas ou que não têm serventia. Então, é preciso fazer.

O nosso número difere, mas ele não diverge, diria eu, porque, na verdade, é um número complementar, não é um número apenas de expansão.

O número do Governo Federal é alguma coisa entre R$500 bilhões e R$600 bilhões, que também é bastante dinheiro, mais próximo ali dos R$600 bilhões do que dos R$500 bilhões.

Enfim, qualquer que seja o número, é muito, muito, muito, muito dinheiro que é necessário para chegar àquelas metas que estão no marco legal do saneamento básico de 99% da população com acesso à água tratada e de 90% da população com acesso à coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Mais um dado relevante – e aqui a gente precisa entender bem este número –: a gente tem um estudo interno da Abcon que prevê uma economia de até R$25 bilhões em saúde pública, caso universalizemos os serviços de água e esgoto até 2033, sendo que esses R$25 bilhões seriam economizados até 2040, não é a universalização até 2040. Em 15 anos – nós estamos em 2025 –, nós economizaríamos R$25 bilhões na área de saúde se chegássemos à universalização.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Você lembra que tem uma conta: para cada...

O SR. FELIPE CASCAES – Um para cinco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Um para cinco?

O SR. FELIPE CASCAES – Um para cinco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está o.k.

O SR. FELIPE CASCAES – Cada R$1 que se gasta em saneamento, economiza-se R$5 em saúde pública, e aí esses R$5 podem ser direcionados para outras áreas da própria saúde, para outras doenças que não aquelas decorrentes da ausência de saneamento básico.

Enfim, é realmente investimento, não é gasto. Enfim, por aí vamos.

As premissas do novo marco também já foram faladas de alguma forma aqui.

A gente precisa de uma harmonização regulatória. E o que a gente quer dizer com isso aqui? Diferentemente de outros setores regulados da infraestrutura, a gente não tem uma agência reguladora única; nós temos várias agências reguladoras infranacionais.

Nós temos a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que vem, desde 2020, prestando um serviço realmente de qualidade e excelência na edição de normas de referência.

É certo que o próprio marco prevê algumas questões de *enforcement* dessas normas de referência, mas, ao fim e ao cabo, elas não são teoricamente obrigatórias.

Eu não diria que quem não adere a essas normas tem algumas penalidades, mas tem algumas consequências; mas o fato é que não há uma obrigatoriedade de obediência – vou chamar assim –, por parte dos reguladores infranacionais. Cada uma dessas agências reguladoras – nosso colega Marcus Vinicius está aqui e vai poder falar sobre a experiência do Rio – tem liberdade para fazer a regulação de acordo com as condições e especificidades do local.

Nós vivemos num país muito grande, em que as diferenças são muito significativas. Do Sul do país, lá do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, o estado do senhor, para o Pará, onde o Rogério citou que a Aegea vai assumir a operação em breve no interior, e às vezes dentro do próprio estado, como a Samanta citou em São Paulo. Você tem, dentro do Estado de São Paulo, quantas realidades diferentes em relação, capital, municípios?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Todos os estados têm isso.

O SR. FELIPE CASCAES – Sim, todos os estados têm isso. São as características do nosso país, de um país continente, ou de um país continental. Então, é até por isso que não existe essa agência reguladora única para um serviço que é tão específico, tá?

Concorrência e obrigatoriedade de licitação. Essa é a premissa do novo marco: a abertura e a atratividade para o setor privado. Até 2020, o setor privado poderia, sim, prestar serviços de água e esgoto, só que não havia tanta atratividade e não havia as concorrências. Por quê? Porque, até 2020, os municípios, que são os titulares dos serviços, podiam assinar contratos de programa sem licitação com as empresas estatais.

Uma licitação de água e esgoto é muito complexa do ponto de vista técnico, até do ponto de vista econômico-financeiro, e você precisa de estudos para fazer. E a gente sabe que a grande maioria dos nossos mais de 5 mil municípios não têm capacidade institucional instalada para lidar com uma licitação desse porte. Era mais cômodo assinar um contrato de programa com uma empresa estatal, sem licitação. Sem contar questões políticas, porque sempre tem também a força do governo e tal, mas, enfim, a grande justificativa técnica era, realmente, você não ter condição de fazer essa licitação.

A partir do novo marco, eu tenho que, obrigatoriamente, licitar; tem que haver concorrência. As próprias empresas estatais podem, acabando os contratos de programa que estão vigentes, participar dessas concorrências que surgirão, aquelas que não foram desestatizadas, como foi o caso da Sabesp, ou aquelas que, enfim, estão ainda prestando parcialmente os serviços, como é o caso da Cedae.

Regionalização dos serviços, que também já foi abordado. Para quê? Para viabilizar que os investimentos sejam feitos naqueles municípios com menor atratividade. A gente junta, num pacote de regionalização, municípios que têm mais atratividade econômico-financeira com municípios que têm menos, e você consegue viabilizar a operação e o investimento naquele local.

E a demonstração de capacidade técnica e econômico-financeira, que foi uma das perguntas que o senhor leu de algum dos nossos... A palavra me fugiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Internautas.

O SR. FELIPE CASCAES – Internautas, que estão acompanhando, remotamente, esta Comissão.

A empresa, seja ela a prestadora privada que está concorrendo, seja a pública que ainda tem um contrato de programa vigente, precisou demonstrar, tecnicamente, que tem capacidade para executar aquele serviço e também precisou demonstrar que tem capacidade econômico-financeira para arcar com os investimentos, que são altos. A fala da Samanta foi bem clara, a Sabesp vai investir R$70 bilhões nos próximos cinco anos. Acho que uma boa parte dos nossos municípios não tem esse recurso para investir nos próximos 20, né?

Então, assim, realmente é quase um bloqueio a aventuras; não existe aventura no setor de saneamento. Quem opera da área privada, especialmente, é empresa com solidez, é empresa que tem capacidade para arcar com esses investimentos.

Os resultados desse novo marco – e aqui eu queria fazer um breve comentário. Muito se cobra de resultados imediatos, e o senhor mesmo abordou na sua introdução que o setor de saneamento tem algumas particularidades: o investimento, o Capex é muito alto, é robusto; não são obras simples de se fazer, então demanda um certo tempo para se executar aquela obra, para a implementação de uma nova estrutura – manutenção, recuperação, o que seja –; e o resultado aparece também ao longo do tempo, não só o resultado financeiro e econômico da prestadora, mas o resultado da política em si. E a gente vê, de vez em quando, algumas frases do tipo: "Ah, já tem cinco anos que o marco entrou em vigor, e não se veem mudanças". Veem-se, sim, mudanças significativas. Essas mudanças citadas pela Sabesp, as que o Rogério citou nas operações da Aegea, são muito significativas. Agora, dificilmente, no país inteiro, a gente vai conseguir resolver, em cinco anos, um déficit histórico de um setor tão essencial. De 2020 até 2025, foram 60 leilões com mais de R$180 bilhões de investimentos contratados. Mais de 30% da população brasileira hoje é atendida pela iniciativa privada – esse número eu já tinha falado. São bilhões de metros cúbicos de efluentes que não seriam tratados sem esses investimentos. Se a gente mantivesse aquela situação anterior, esses efluentes estariam todos sendo despejados *in natura*, sem qualquer tipo de tratamento, em corpos hídricos ou, até mesmo, às vezes, a céu aberto mesmo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque, enfim, a gente sabe que, em algumas localidades do país, a situação é essa. E aí se teria o comprometimento não só da saúde das pessoas, mas também do próprio meio ambiente, que é uma questão que eu vou abordar mais tarde, quando eu passar rapidamente por licenciamento ambiental.

Geração de milhares de empregos formais diretos e indiretos – o Rogério abordou isso nas operações da Aegea –, porque você tem também o fortalecimento da indústria correlata. Quando você investe para expandir a rede de saneamento, a construção civil melhora, a indústria química vende mais, enfim; e, como foi citado, você gera empregos diretos na própria operação.

Então, esse é um panorama rápido... Agora, eu não sei se é *delay* ou se travou. Há alguns desafios, como eu já falei, de estabilidade regulatória e normativa. E aí eu quero fazer também um comentário aqui em relação ao papel dos Legislativos, não só do Federal, mas também do estadual. É muito comum, muitas vezes por desconhecimento, que algumas matérias sejam tratadas sem aprofundamento técnico e impactem, sobremaneira, a operação do serviço de água e esgoto, não só das operadoras privadas mas também das públicas.

Como foi falado anteriormente, algumas tecnologias são realmente novas, não chegaram ao Brasil, ou são muito caras, não têm viabilidade econômico-financeira. E a gente vê, vez ou outra, surgindo alguns projetos impondo a utilização de determinadas tecnologias que ainda não são viáveis, pelo menos não no Brasil. A gente teve uma situação, no ano passado – não foi nesta Casa, foi na Câmara dos Deputados –, em que a gente acabou tendo um *setback*, uma derrota na reforma tributária. A carga tributária dos serviços de saneamento passou de 10%, aproximadamente, para 28%, ou qualquer que seja a alíquota do IVA, quando o IVA for finalmente calculado.

Eu vou dizer que haveria um argumento até constitucional para se zerar essa alíquota, por causa da essencialidade do serviço. Saneamento é saúde, saneamento é dignidade. A gente nem brigou por isso, a gente brigou por se manter como estava – para que ficasse nos 10% – que o setor estaria contemplado, mas a gente acabou ficando na alíquota total do IVA, e isso vai ter um impacto mais para a frente na tarifa de água e de esgoto dos usuários. A gente vai ter que ver como que isso vai ser feito. Ou o Congresso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Judicializando.

O SR. FELIPE CASCAES – É.

Ou o Congresso tem a chance ainda, Senador – e aí a provocação é ao senhor –, de, nos próximos dois anos, consertar. Porque a reforma tributária, falando aqui mais como advogado, ninguém tem dúvida de que ela era necessária. O nosso pandemônio tributário precisava de um ajuste, ainda que seja para a gente ver que não deu certo, mas o fato é: existem coisas a serem corrigidas que, na largada, a gente já viu. A carga tributária do setor de saneamento é uma delas, porque de 10% para 28% é pesado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, Felipe, nada que esteja ruim que não possa piorar, né? (*Risos.*)

Nós, da oposição ao Governo, fomos muito críticos em muitos pontos. Aí nós damos duas alternativas... Eu concordo 100% com o que você falou. É uma questão essencial, é uma questão de água e esgoto, é essencial como a vida, como água... Enfim, poluição, saúde. Não tem nada mais essencial do que isso a não ser se alimentar, talvez.

O SR. FELIPE CASCAES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, são dois caminhos: ou o Brasil vai tomar juízo e eleger representantes que tenham essa cabeça para desonerar não só o setor de vocês como outros setores que, no nosso entendimento, são essenciais e que foram onerados; ou busquem a Justiça, porque é justíssimo o pleito da essencialidade de água e esgoto e do atraso enquanto nação em que nós estamos, o quão atrasados nós estamos com esse tema, de estarmos em 2025 ainda discutindo tantas questões que são triviais.

Então, o meu compromisso: eu estarei aqui, se Deus permitir, mais quatro anos, então eu participarei disso. Vocês têm o meu voto. Corram atrás dos outros 80, senão tem 11, para vocês correrem atrás, aqui do outro lado aqui da praça, viu? (*Risos.*)

O SR. FELIPE CASCAES – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem ainda alguns entraves burocráticos, e aqui eu não quero ser mal compreendido quando eu falo de entrave burocrático e licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é uma forma de proteção realmente do nosso meio ambiente, só que – ou "vírgula, mas" – uma estrutura de tratamento de água e uma estrutura de tratamento de esgoto são naturalmente mitigadoras dos efeitos da poluição. Nós não podemos ser tratados como outros setores da indústria. Não vou citar nenhum aqui para não ofender ninguém, mas o fato é: sem uma estação de tratamento de água, com a captação sem controle, sem regras, por qualquer pessoa que puder chegar lá e captar água, a gente vai ter um problema de assoreamento de rios e até mesmo de poluição do corpo hídrico. Sem uma estação ou sem uma estrutura de tratamento de esgoto, o efluente vai ser despejado na natureza sem qualquer tratamento, vai poluir. Então, por maior que seja a estação de tratamento de água, a estação de saneamento de esgoto, a infraestrutura como um todo, ela é mitigadora dos efeitos da poluição no ambiente. Por isso que esta Casa – e foi esta Casa –, junto com a Câmara, aprovou, no novo marco legal do licenciamento, uma dispensa temporária até atingirmos aquelas metas que o próprio Congresso aprovou para licenciamento. Infelizmente, o Governo vetou. Quinta-feira tem sessão do Congresso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE CASCAES – Contamos com o voto do senhor também. (*Risos.*)

Atualmente temos 27 projetos em estruturação... Na verdade, acho que 26, porque ontem ou antes de ontem o Maranhão cancelou o projeto, então acho que é um a menos, mas, enfim, é um número ainda significativo. Aí o número de investimento também vai descer um pouquinho, não sei de cabeça quanto impactaria esse cancelamento do Maranhão, mas ali mais de R$60 bilhões, fatalmente.

E aqui as questões dos desafios de financiamento, que a gente gostaria de abordar. Investir não é barato. O dinheiro está muito caro no Brasil, né? A gente tem um mercado de capital hoje pouco acessível. A natureza do investimento, como o senhor falou, é muito elevada, tem um *payback* mais longo, é um retorno de longo prazo. A gente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FELIPE CASCAES – É difícil. E aí a gente tem outras formas de levantar dinheiro, como debêntures incentivadas que o Congresso também, na semana passada, meio que resolveu – meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não, resolveu! –, porque havia uma medida, em que o Governo também já tinha voltado atrás, de desincentivar essas debêntures de infraestrutura, mas, enfim, também era uma coisa que nos preocupava.

A gente tem hoje quase uma dependência dos bancos públicos, BNDES, Caixa, FGTS, para levantar dinheiro, ou essas debêntures, essas outras formas, e isso encarece o custo do dinheiro.

Enfim, então acho que aqui... E não tenho nenhuma ousadia de dizer ao senhor qual seria a solução, porque, se essa solução fosse fácil e se ela estivesse aqui à mão, alguém já teria pensado nela.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Felipe, nós estamos aqui exatamente discutindo, ouvindo todos os *players* e ouvindo também, inclusive, as sugestões de vocês. Aqui tem muitos casos de sucesso.

O SR. FELIPE CASCAES – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Alguns casos de insucesso ou tentativa e erro podem ou poderão, assim cremos e desejamos, promover uma nova política que seja mais inclusiva, que seja mais previsível, que tenha mais fonte de financiamento, etc., etc.

Eu preciso... Eu lhe dou mais um minuto para você concluir.

O SR. FELIPE CASCAES – Só para concluir, uma coisa que eu não falei na questão do licenciamento: lembro que a gente brigou pela dispensa até a universalização, mas isso não nos escusa de cumprir com o resto da legislação ambiental, com as resoluções do Conama, com todo o arcabouço, por exemplo, de unidade de conservação. A gente não vai poder construir uma ETE no meio de uma floresta nacional, por exemplo. Não é isso. Então, tem todo outro arcabouço ambiental que ainda precisa ser seguido. A gente só quer realmente tirar. Por que esse dado é importante? De 2020 para cá, em nível federal, tem poucas licenças ambientais para água e esgoto por causa da natureza do serviço, mas só 4 foram concedidas e 39 aguardam. A gente pegou dados de três estados, mais ou menos aleatórios, porque não é tão fácil obter essa informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quem concede é o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente?

O SR. FELIPE CASCAES – Ibama.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ibama, o.k.

O SR. FELIPE CASCAES – Mas, nos estados, pegando três estados: Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul... Aqui a gente escolheu esses porque foram de onde a gente achou facilmente a informação; em outros estados, não é tão fácil achar. São 586 pedidos de licenciamento referentes a obras de saneamento que estão parados nesses três estados. O quanto isso destravaria, já que, como já foi abordado, essas obras são todas mitigadoras dos efeitos da poluição? Elas não são poluentes, elas não são poluidoras.

Finalizando, universalização do saneamento é saúde pública, é desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental.

A Abcon está à disposição para o que for necessário, não só nesta audiência mas futuramente, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Depois existe a lenda de que as mulheres falam mais do que os homens. Está aí, olhem: o Felipe é um rapaz; a Samanta foi bonitinha no tempo, viu? (*Risos.*)

Não, brincadeiras à parte.

Obrigado pela sua colaboração. São pontos cruciais, reforma tributária, a questão de licenciamento. Nós estamos de olho nisso e sabemos disso porque outros *players* do Brasil, inclusive prefeituras e governos de estado, já nos reportam essa dificuldade. E eu concordo 100% quando o senhor fala que são ações mitigadoras de poluição, de devastação, de doença, etc., etc.

Antes de passar para a Sra. Fernanda Rodrigues de Morais, que é Consultora Jurídica do Ministério das Cidades, eu vou ler mais algumas perguntas. Na verdade, ao pessoal que mandou as perguntas, algumas respostas do primeiro bloco já foram respondidas por alguns dos nossos expositores. Então, se vocês acompanharem as falas de cada um deles, muitas das perguntas, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não todas, já foram respondidas, e faço agora uma pausa nos oradores só para ler as novas perguntas.

Kauã, de Santa Catarina, pergunta: "Como o Governo Federal pretende apoiar os pequenos municípios para garantir a universalização do saneamento básico?". Kauã, essa eu vou responder. Nós estamos aqui exatamente discutindo as novas regras do saneamento básico para propor uma mudança na legislação, porque hoje existem muitos problemas. Muitas empresas aqui estão tendo êxito, mas para outras menores – em municípios menores, cidades, estados que são muito fragmentados, com poucos habitantes –, isso se torna mais desafiador.

Arthur, do Pará, pergunta: "Para áreas rurais, o marco incentiva soluções individuais [como] fossas-filtro e biodigestores, com apoio técnico em vez de redes coletoras?". Arthur, essa foi exatamente a solução não convencional trazida pela Sra. Samanta Souza, da Sabesp, exatamente isso que você falou, fossas-filtro e biodigestores.

José, de São Paulo: "É responsabilidade das empresas de saneamento, além da captação, o tratamento do esgoto [e] a proteção [...] das nascentes [...] [do rio]?". Também vou responder: sim, José, são de responsabilidades deles também e, como a Samanta comentou aqui, já houve grande avanço na despoluição do Rio Pinheiros e estão trabalhando também agora no Rio Tietê, que eu acho que é um sonho, assim como o Sena foi um dia, era impossível, agora já se pode até nadar lá, tem peixe, tem tudo.

Maria, do Amazonas: "Como o novo marco regulatório garante que a participação privada não aumente [...] a tarifa, [...] [especialmente] em municípios menores?". Também foi exposto aqui, D. Maria, que existem as tarifas sociais, a Tarifa 10, por exemplo, que são R$10 para as famílias mais vulneráveis. Então, já existe uma preocupação social dos próprios Governos de estados e das operadoras, porque elas precisam receber algo, mas sabem que nem todos podem pagar a mesma tarifa. Então já existe essa preocupação social para incluir água e esgoto, que não seja, no entanto, caro para aqueles mais vulneráveis.

Lucca, do Rio Grande do Sul, pergunta: "O saneamento universalizado irá incluir os povos autóctones da Região Amazônica?". Tem alguém aqui que opera na Amazônia e pode responder essa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Manaus. São as áreas rurais, não é?

O SR. ROGERIO TAVARES (Para expor.) – Depende do contrato. Por exemplo, no caso do Piauí, todas as áreas rurais estão conosco porque esse foi o modelo, nós entramos... No caso do Amazonas, por exemplo, em Manaus, que é a única cidade em que a gente opera, em toda a parte periférica da cidade a gente está, mas, se houver alguma modelagem que inclua o interior, por exemplo, a gente tem interesse de ir, mas até aqui o estado é que está tocando isoladamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Maravilha. Obrigado.

Mariana, do DF: "A privatização das companhias estaduais de água não resolveu o problema, ao contrário: sucateou e precarizou o [...] serviço". Mariana, não podemos generalizar, não é? Pelas audiências, pelos estudos, pelas apresentações que nós temos visto aqui, melhorou e muito. Na verdade, particularmente, eu acredito que as coisas na mão da iniciativa privada, normalmente, com 70, 80% de certeza, funcionam melhor. Por quê? Porque aí tem contrato, aí tem objetivos, aí tem metas, aí tem que investir tantos milhões, aí tem que contratar não sei quantas pessoas. Enquanto no serviço público, infelizmente, tem a questão aqui que o Felipe Cascaes comentou, que é a questão política: já não são quadros tão profissionais, já tem mais tolerância, já é o tio do Prefeito, já é o irmão do Vereador, já não é aquela pessoa com formação.

Não estou generalizando, mas existe esse problema nas estatais, e os exemplos brasileiros de estatais – por exemplo, os Correios quebraram de novo, porque colocam na mão de pessoas ideológicas e não pessoas profissionais – são de estatais dando prejuízos bilionários, todas as estatais. Não são dados do Senador Jorge Seif, são infográficos publicados pelo *O Globo*, *Poder360*, *Estadão*, *Folha de S.Paulo*. Por quê? Quando você tira da mão de um profissional, de um engenheiro, das carreiras, das profissões que cuidam dessa parte e coloca na mão de políticos, normalmente não tem como dar certo.

Então, eu vou discordar de você, respeitosamente, de que a privatização, na maioria dos casos, se não em todos, eu lhe diria que 80% só melhorou, universalizou mais, investiu mais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limpou mais, enfim, houve investimentos, houve aumento da distribuição de águas. Então, tem dado certo, sim, Mariana, e eu estou falando porque a gente está revendo a política pública de saneamento básico no Brasil e ouvindo diversos *players*, tanto estatais, quanto privados, e eu lhe digo com tranquilidade que tem dado certo, sim.

Daniel, de São Paulo: "É bom [que] as empresas vencedoras [...] [sejam] obrigadas a contratar seguro para as obras[...], [garantindo sua] [...] finalização [...]". O.k.

Murilo, do Rio de Janeiro: "A universalização deve considerar o uso de tecnologias sustentáveis, como biodigestores, principalmente para solução em regiões remotas". Murilo, é exatamente isso. Por exemplo, a Sabesp já deu como solução, já está sendo implantado isso. Obrigado pela sua observação.

Thiago, de São Paulo: "Saneamento básico deveria operar [...] como 5G, [...] [com] licitação [...] [que inclua] compromissos sociais para ampliar os serviços". Thiago, é exatamente isso que ocorre. As empresas, assim como eu falei com a Mariana, que se comprometem, que vencem a licitação, têm compromisso social, sim, especialmente com tarifas e com lugares remotos em que não há interesse econômico. Por exemplo, vai investir num bairro mais pobre que é só de tarifas sociais, elas têm obrigação de levar água e esgoto para aqueles lugares menos atrativos economicamente e, para as indústrias e outras áreas mais nobres das cidades, acaba compensando na tarifa. Então, existe, sim, essa preocupação, esse compromisso social a que você se refere.

E quero também registrar a presença do Sr. João Paulo Tavares Papa, ex-Deputado Federal e Consultor Legislativo da Sabesp. Cadê ele? Obrigado pela presença do senhor, que nos prestigia aqui.

Continuando agora, já lemos o segundo bloco de perguntas, e até agora nós estamos indo bem, as respostas de vocês, as exposições já responderam, se não todas, à grande maioria das perguntas dos nossos internautas.

Vamos passar a palavra agora à Sra. Fernanda Rodrigues de Morais, Consultora Jurídica do Ministério das Cidades. A senhora tem dez minutos iniciais para a sua fala. Obrigado pela sua presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. FERNANDA RODRIGUES DE MORAIS (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Bom dia, senhores e senhoras.

Gostaria de trazer aqui, dentro da minha função no Ministério das Cidades, o próprio papel do Ministério das Cidades após o marco legal do saneamento, após as alterações da Lei 11.445 com a Lei 14.026.

Um dos pilares aqui, muito bem colocado pelos colegas, foi o acesso maior à entrada do capital privado, mas temos outros pilares também aqui do marco do saneamento. Eu queria citar aqui o fortalecimento da regulação, o fortalecimento dessa coordenação federativa e também a transparência.

O papel do Ministério das Cidades, por exemplo, com a transparência, é a formatação do Sinisa. Logo após o marco, o ministério já formatou, fez o sistema e está recebendo as informações. Acho que isto foi muito importante para o setor: essa mudança e essa concatenação dos dados.

Agora, outro ponto muito importante é o fortalecimento da regulação. A dispersão regulatória existe e muito vem dessa questão da titularidade do serviço. Nós hoje temos a titularidade pelo município, mas também uma conjunção com os estados, então, isso é peculiar também no setor do saneamento e essa coordenação federativa.

Eu acho que eu posso citar aqui o Cisb (Comitê Interministerial de Saneamento Básico), que congrega todos os *players* do saneamento, os grandes atores aqui: Ministério das Cidades; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Turismo; e outros órgãos que também lidam com o saneamento.

Levando aqui, queria destacar mesmo a última atuação do Cisb, que foi a aprovação de uma resolução que traz o manual de acesso aos recursos públicos. Todos nós sabemos que temos o art. 50 da lei, bem como o art. 7º do Decreto 11.599, que fala do acesso aos recursos públicos e todas as condicionantes e exigências.

Cada órgão que lidava com o saneamento estava interpretando o acesso aos recursos e implementando a lei de forma diferente. De forma que é um artigo que traz um fortalecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao próprio marco, ao próprio setor de saneamento, mas ele estava virando um entrave burocrático, um entrave muito mais burocrático.

Assim, o Cisb, ao aprovar o manual e trazer como é o direcionamento e a interpretação do acesso aos recursos públicos, tanto OGU como o financiamento, traz uma uniformidade. O Ministério das Cidades, além de coordenar, implementar e definir as políticas públicas de saneamento, além de dar essa direção, serviu como uma ponte, uma ponte de confiança entre a política pública e esses instrumentos de financiamento.

Eu trago aqui, como exemplo, como nós vamos cobrar o planejamento, colocar um prazo para isso. Então, hoje, se o pedido de financiamento do BNDES vai ser aplicado à mesma interpretação para o art. 50 ou para o acesso aos investimentos do PAC.

Aqui eu faço também um adendo: o novo PAC atingiu investimentos em mais de 800 municípios, são mais de 50 bilhões de investimentos, além dos incentivos a debêntures, que são de 60 bilhões, com captação de 35 bilhões já pelo mercado.

Então, eu destaco aqui esses instrumentos do financiamento com o manual, o manual de acesso aos recursos. Ele foi aprovado há duas semanas – algo que também a gente já está implementando –, com um diálogo muito grande tanto com o setor privado quanto com os outros setores públicos; um diálogo com o BNDES; um diálogo com a Casa Civil; e um diálogo com os outros órgãos que tratam do acesso ao recurso. Então, podemos dizer que está uniformizado; esse foi o grande esforço do Ministério das Cidades, desde a sua nova implementação.

Outro ponto muito importante, dentro dessa coordenação federativa, esse federalismo federativo que está na coordenação do Ministério da Cidade, é um apoio à regionalização. Nós temos plataformas de apoio técnico aos municípios para que eles possam, dentro da regionalização, estar preparados tecnicamente, de forma a coordenarem e estarem preparados para tanto.

Destaco, assim, tanto a regulação – o ministério é uma ponte para esse diálogo com a regulação, com a Agência Nacional de Águas e Saneamento e também com as agências infranacionais – quanto a questão da transparência e esse apoio aos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tratou muito aqui da questão da dificuldade do financiamento – o Felipe trouxe isso muito bem. Esse esforço do Governo Federal, aqui, além de garantir os investimentos, é de uniformizar esse acesso. Nós não podemos fugir das condicionantes, das exigências legais, e, para isso, a gente não transformou o art. 50 ou o art. 7º do decreto em mais um entrave burocrático, mas em uma ponte, um fortalecimento para esses investimentos, garantindo tanto o novo PAC, como o financiamento pelo BNDES.

Que esse papel do Ministério das Cidades seja um instrumento não só desse fortalecimento de diretrizes, mas que saia do papel para uma grande execução, para trazer o acesso à saúde e dignidade das pessoas.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu quero agradecer à Sra. Fernanda e também ao Ministério das Cidades – deixo um grande abraço lá para o nosso Ministro – pela participação da senhora.

Eu vejo que a participação do Governo Federal nesse diálogo tem muito a somar com o nosso relatório final, porque existem demandas do setor privado, especialmente quando querem fazer as PPPs, querem fazer parceria público-privada... Não sei se eles têm razão – tá, Fernanda? –, mas, por vezes, eles têm uma visão de que as regras estão muito complexas, são muitos órgãos para regulamentar, para definir, são muitos órgãos para serem consultados. O próprio estudo de viabilidade é uma... Nós conversamos lá, temos outras pessoas que participaram aqui conosco do Ministério das Cidades. Os custos, às vezes, especialmente para os pequenos municípios, são inalcançáveis.

Então, é importante a presença da senhora aqui. Muito obrigado.

Eu passo, imediatamente, a palavra para o Sr. Marcus Vinicius Cardoso Barbosa. Ele é Procurador-Geral da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa). É isso?

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agenersa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – Agenersa. A gente chama de Agenersa, engraçado. Apesar de o correto ser Agenersa, no Rio, comumente, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Maravilha. O senhor tem dez minutos para as suas exposições. Obrigado.

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA (Para expor.) – Primeiramente, quero agradecer ao Senador Jorge Seif pela oportunidade de estar aqui debatendo um pouco sobre a realidade do setor e contribuindo com o Congresso Nacional, especialmente a partir da minha perspectiva do Estado do Rio de Janeiro.

Eu sou Procurador do Estado do Rio de Janeiro, de carreira, e estou há quatro anos como Procurador-Geral da Agenersa e, como alguém que já é advogado público há 19 anos, eu acho que eu nunca tive tanto prazer em atuar numa área e num setor como eu tenho tido nesses últimos quatro anos, apesar de muito trabalho que nós temos para promover essa regulação.

Eu acho que os colegas aqui já falaram bastante sobre o setor, sobre a realidade do setor e eu queria trazer um pouco aqui o *case* do Rio de Janeiro, que é um *case* absolutamente bem-sucedido, embora ele tenha o ônus e o bônus de ter sido um dos primeiros, junto com Alagoas, grandes projetos de saneamento. Então, a modelagem não é perfeita – é muito difícil modelar esses projetos, como também já foi dito aqui –, e acho que parte de alguns desacertos que ocorreram na nossa modelagem tem sido ajustada para as modelagens seguintes, mas o fato é que o modelo do Rio é um modelo absolutamente bem-sucedido, cujos pilares têm sido replicados em muitos dos projetos modelados mais recentemente no Brasil.

Há várias perspectivas, mas eu acho que a mais importante delas, para falar de saneamento no Rio de Janeiro, é o processo de desestatização da Cedae, que ocorreu em 2021. A Cedae continua sendo uma empresa estatal, uma sociedade de economia mista do Estado do Rio de Janeiro, mas ela foi dividida, em prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, num modelo muito parecido com o que tem na indústria de óleo e gás: em *upstream* e *downstream*. Então, a Cedae continua sendo uma empresa estatal com obrigação de coletar, tratar água e vender água para esses quatro grandes blocos, que foram – esses, sim – oferecidos a operadores privados, através de um leilão extremamente bem-sucedido. Esses quatro blocos têm, basicamente... São blocos regionalizados que congregam partes da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidade do Rio de Janeiro, da região metropolitana, com municípios também do interior, que são responsáveis por fazer a distribuição da água tratada, a coleta e o tratamento do esgoto e, consequentemente, a expansão também dessas redes de água e esgoto.

Esse leilão foi um leilão – é importante contextualizar isso também – realizado num momento de fragilidade fiscal do Rio de Janeiro e modelado não só para poder causar a revolução que tem causado na prestação do serviço de saneamento básico no Rio de Janeiro, mas também para gerar outorga. E também nesse sentido ele foi bastante exitoso: somando os quatro blocos, foram gerados aproximadamente R$25 bilhões de outorga para o Governo do Estado e para os municípios titulares dos serviços. O bloco que gerou menos outorga gerou 90% de ágio em relação ao preço de referência, e o que gerou mais – não foi o que gerou mais outorga, mas o que gerou maior ágio – foi o bloco 4, com 187% de ágio em relação ao preço de referência.

No que diz respeito aos investimentos, o projeto previa também, pelos quatro blocos, um total de investimento, ao longo dos 35 anos de contrato, de R$31,1 bilhões. Então, quando a gente soma o valor da outorga, de R$25 bilhões, mais R$31,1 bilhões, a gente está falando de um projeto de R$56 bilhões. Foi, naquele ano de 2021, o maior projeto de infraestrutura do mundo. Até hoje – considerando que o modelo da Sabesp não é um modelo de concessão, mas um modelo de privatização – é ainda a maior concessão de serviços públicos, ainda que repartida em quatro blocos, do Brasil.

A função primordial da Agenersa é ajudar na governança e promover a regulação adequada desses contratos.

Só a Aegea, que arrematou dois blocos – o que está aqui –, tem a obrigação de aportar algo em torno de R$24 bilhões, R$25 bilhões em investimentos nos dois blocos de sua titularidade.

E, falando um pouco sobre a ajuda federal, somente a Aegea, entre garantias e financiamento, pegou R$19 bilhões com o BNDES para poder tocar esse projeto. Enfim, a gente tem tido, inclusive, conversas; o BNDES demanda a gente para entender como é que está a regulação, porque isso tem impacto direto no caixa da concessionária e no pagamento desses empréstimos no futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o tamanho do projeto que alberga algo em torno de 13 milhões de pessoas no Estado do Rio de Janeiro, que, pelo último censo, tem uma população estimada de 17 milhões, sendo que 13 milhões estão albergadas por esse grande projeto. Considerando outros quatro municípios que são da região metropolitana e obrigatoriamente vão ter que entrar nesse projeto quando os seus modelos de operação privada encerrarem o prazo – estou falando aqui de Niterói, Guapimirim, entre outros –, a gente chegaria ali a 15,5 bilhões... Desculpe, são 15,5 milhões – é tanto bilhão que a gente fala por conta desse contrato que às vezes a gente se confunde. São 15,5 milhões de pessoas, do total de 17 milhões, dentro deste projeto aqui, que é um projeto que tem metas claras, que tem um objetivo claro e que vai, Senador, na nossa perspectiva, conseguir atingir as metas do novo marco legal do saneamento.

Por outro lado, a gente tem aqui um mapa que dá mais ou menos a visão geral da prestação do serviço no Rio de Janeiro. Nós ainda temos alguns municípios... Temos municípios com operações privadas, que a Agenersa também regula e que tiveram a capacidade financeira atestada e se adequaram para o cumprimento do novo marco, mas nós ainda temos alguns serviços autônomos de saneamento, alguns municípios e também alguns municípios operados com a Cedae que preocupam – operados pela Cedae também na parte de distribuição de água – um pouco mais no que diz respeito à capacidade de cumprir as metas do novo marco, e a gente tem tido uma atenção especial a eles.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vinicius, naquelas cidades em branco, são do próprio município? É isso?

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – Exatamente. Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rio das Ostras, é isso?

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – Isso, isso.

A SRA. FERNANDA RODRIGUES DE MORAIS – SAEs.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Resende...

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – São SAEs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Angra...

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Campos...

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – Isso. O que ficou com a Cedae está em azul, e os blocos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O.k., o.k.

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – E aqui vamos falar um pouco da parte boa, dos frutos que já estão sendo colhidos. Acho que o Rogério já comentou aqui um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim. Muito bom.

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – E eu sei que o Senador também tem origem no Rio de Janeiro e, então, conhece.

Por exemplo, a Praia do Flamengo agora está sendo chamada de Caribrejo. Lá era chamada de Brejo antes, porque era uma praia que, especialmente a partir dos anos 80 e 90, não era balneável, que tinha uma água muito suja. Lá agora virou Caribe, quer dizer, ela tem tido, inclusive nas medições, mais dias de balneabilidade do que Leblon e Copacabana, que são as praias mais famosas do Rio de Janeiro.

Enfim, têm sido feitos diversos mergulhos, diversas reportagens mostrando como a fauna se recuperou de maneira muito rápida. Quando você chega ali à Marina da Glória, você vê tartarugas, não uma ou duas, mas várias tartarugas nadando, muito próximas das pessoas... Então, isso traz, evidentemente, valorização imobiliária para aquela região; isso aumenta o turismo... A gente vai mostrar um pouquinho que o Rio, coincidentemente ou não, este ano, ganhou um prêmio como o principal destino de turismo na América do Sul e teve o seu melhor ano em termos de turismo. A gente está aqui numa Comissão que também trata do turismo, e é importante a gente dizer que, coincidência ou não, essas coisas estão caminhando lado a lado.

Aqui, há algumas fotos também que mostram isto: a população tomando conta de uma região da cidade que você não via sendo ocupada por essa quantidade de pessoas num domingo de sol, na Praia do Flamengo, na Praia de Botafogo, na Praia da Glória, como nós vimos ali. E são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recordes em cima de recordes no que diz respeito à taxa de balneabilidade, de dias de balneabilidade para todas essas praias.

E aí, Senador, é importante a gente dizer que isso é só o começo do trabalho. Até agora, foram investidos no interceptor oceânico algo próximo de R$120 milhões, que era um equipamento da Cedae que não tinha a manutenção adequada e que passou a ter com a operação privada, que tirou toneladas e toneladas de lixo. E hoje ainda caem na Baía de Guanabara em torno de 600 milhões de litros de esgoto por dia. A concessão já ajudou a tirar 120 milhões de litros de esgoto por dia, a gente já está colhendo alguns resultados, mas ainda caem 600 milhões. E, ao longo da execução contratual, depois de aplicados todos os 2,7 bilhões que vão ser aplicados só na despoluição da Baía de Guanabara, a gente vai chegar a um resultado ainda melhor para a atividade econômica, com a possibilidade de se imaginarem novos negócios a partir da Baía de Guanabara.

Aqui são mais algumas matérias que dão conta do sucesso em relação à balneabilidade dessas praias, inclusive Niterói, dando conta de que não é um efeito só do interceptor oceânico, que pega ali as praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, mas de que também outras praias da Baía de Guanabara já estão começando a apresentar melhoras.

Por último, Senador, tem aqui alguns desafios regulatórios que eu não podia perder a oportunidade de tratar aqui, porque esse projeto é bastante exitoso, como nós falamos aqui, mas que também traz alguns desafios regulatórios. E o principal desafio é manter a governança adequada desses contratos ao longo de todo o período de execução. Como a Fernanda, que me antecedeu aqui disse, a gente não faz isso sem uma regulação adequada, sem uma regulação séria e sem uma regulação independente. A gente, volta e meia, vê aqui no Congresso Nacional algumas propostas que buscam politizar o processo de regulação e tirar um pouco esse perfil técnico da regulação. Então, fica aqui um pedido de alguém que acredita na regulação e que trabalha com regulação há quatro anos, pois, na minha opinião, não há caminho que dê segurança jurídica e retorno do investimento que precisa ser feito em matéria de saneamento básico que não passe por uma regulação independente, por uma regulação transparente, por uma regulação que dê segurança jurídica ao investidor, que mantenha os olhos no usuário final, que é o destinatário final do serviço, e que seja principalmente tempestiva, que venha no momento certo. Muitas vezes, em contratos com essa sofisticação econômica, que têm pesados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimentos... E foi uma regra, infelizmente, no nosso Estado do Rio de Janeiro, de alguns serviços públicos empurrarem com a barriga discussões de equilíbrio econômico-financeiro, jogar nas contas do operador privado, que acreditou naquele serviço, um ônus que não é dele, por razões políticas ou as mais variadas que sejam, o que trouxe resultados muito ruins para outras concessões. A gente tem conseguido, no âmbito da Agenersa, manter a salvo desse, infelizmente, ciclo que não é virtuoso no Rio de Janeiro tanto a concessão do gás quanto as concessões de saneamento. Então, é importante que se fortaleçam os mecanismos de regulação. E acho que este diálogo e a oportunidade de demonstrar aqui iniciativas que são exitosas ajudam a reforçar a importância desse processo, porque nós temos muitos desafios no futuro.

A gente vai ter que, dentro dessa estrutura financeira desses contratos, acomodar a reforma tributária, de que o Felipe já falou aqui, que traz uma série de desafios. Os contratos vão precisar ser reequilibrados. A gente tem a discussão da tarifa social. Os contratos do Rio já têm um modelo de tarifa social, mas a gente tem a lei federal de 2014. Então, a gente precisa se adequar a isso. A lei veio trazendo uma regra que é meritória, mas não veio com um cheque da União. Então, os estados agora estão tendo que ver como vão reequilibrar esses contratos. Há vários desafios. É preciso regulação séria, diálogo com o setor e, muitas vezes, ser criativo.

Por exemplo, a gente está avançando agora para um acordo com a Aegea para unificar os dois blocos no Rio de Janeiro, para que os dois blocos se tornem um único bloco, porque, a despeito de todo o mérito da modelagem, com o tempo, por questões específicas do contrato, nós tínhamos um bloco que estava caminhando, que é o bloco que engloba a Baixada Fluminense, para ter reajustes que, percentualmente, seriam o dobro, por exemplo, do reajuste do Leblon e de Ipanema, o que não faz nenhum sentido. Então, a unificação dos blocos, que é algo que, do ponto de vista jurídico, já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, tem robustos fundamentos jurídicos para que seja feita e vai permitir que a gente garanta, já para o próximo reajuste, de dezembro, modicidade tarifária também para as pessoas mais pobres.

E tudo isso só se faz com transparência, com regulação adequada e com diálogo com o setor. E diálogos como este dão uma oportunidade para a gente mostrar um pouco desse trabalho que é feito na ponta e que muda a vida das pessoas, como tem mudado a vida das pessoas no Estado do Rio de Janeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Senador Jorge Seif, pela oportunidade de estar aqui e manter este diálogo com o Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu é que agradeço, Marcus Vinicius, a sua presença. É muito bom quando nós vemos esses depoimentos.

Eu até queria me dirigir de novo à Mariana. Mariana, aqui do DF, aqui nós tivemos já vários exemplos do que a iniciativa privada fez em três, quatro, cinco anos, que não foram feitos nos cinquenta anos anteriores. Vocês sabem, eu sou nascido no Rio de Janeiro, sou carioca de nascimento, catarinense de coração, e todas essas praias que ele mencionou eram praias praticamente radioativas – você colocava o pé, não via mais nada, entrava lagartixa de um lado e saía o dinossauro do outro. A água era muito poluída, muito suja, trazia realmente doença. As pessoas não frequentavam mais.

E não são palavras aqui do Marcus Vinicius, são constatações, são matérias jornalísticas de jornais lá do Rio de Janeiro, mostrando que uma praia que se chamava Brejo começou a se chamar Caribe, na linguagem popular, nessa brincadeira, nesse tom espirituoso que o brasileiro, o carioca, todos nós temos. Então, é muito bom ver essas evoluções.

E, acima de tudo, não é só ver tartaruga ou o próprio golfinho. Esses dias, eu vi uma matéria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Cavalos-marinhos, que são animais muito sensíveis à poluição e que tinham desaparecido completamente de vários ecossistemas, de várias praias, de várias localidades, retornaram.

E não é só isso. Nós estamos falando da troca de morte, de poluição, de doença para vida, para diversão, para socialização, para a população voltar a frequentar lugares que eram proibitivos exatamente pelo nível de poluição que tinham.

Marcus, também queria só comentar algo com vocês: esse trabalho de ouvi-los é fundamental. É por isso que eu reitero meus agradecimentos a vocês por se disponibilizarem, saírem dos seus estados, saírem do seu trabalho, da sua função, e se dedicarem. Vocês vão receber contatos aqui da nossa Comissão, da nossa assessoria, porque nós precisamos redesenhar, ou propor uma mudança legislativa com base nas experiências de vocês e na dificuldade de vocês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto entes privados e entes públicos. Nós ouvimos aqui não só entes privados, mas também o próprio Ministério das Cidades e o Governo Federal.

E eu também queria fazer um registro muito especial de uma pessoa que eu respeito, com quem eu tive a oportunidade de trabalhar e que fez parte também de muito do que nós estamos falando, que é a Martha Seillier, ex-Secretária Especial do PPI do Ministério da Economia, que está nos honrando aqui. Tivemos grandes evoluções também na concessão de terminais pesqueiros parados há 20 anos, 30 anos, que só davam prejuízo, e conseguimos jogar isso para a iniciativa privada. E isto que está acontecendo hoje, essas evoluções, tem um tijolinho do seu trabalho, lá atrás, em conceder e em trabalhar com a questão do saneamento, e do próprio Ministro Rogerio Marinho, ex-Ministro, hoje Senador, colega aqui nosso. Então, obrigado pela sua presença e obrigado pelos seus serviços ao Brasil e ao saneamento básico da nossa nação.

Queria passar, imediatamente, agora, agradecendo mais uma vez ao Marcus Vinicius... Ah, sim! Antes de passar para o Alexandre Moriya, eu recebi duas provocações aqui no celular e eu vou repassar devidamente às senhoras e aos senhores. E, hoje, quebrou-se, realmente, um paradigma: as meninas foram bonitinhas dentro dos dez minutos, e os rapazes... Olha, tempos estranhos vivemos, viu? (*Risos.*)

Eu não vou direcionar a ninguém, quem quiser se habilite para responder.

Quais são os incentivos que as empresas identificam como mais críticos? Pergunto a todos os senhores, mesmo àqueles que ainda não falaram, se quiserem responder. E a segunda pergunta: quais as principais dificuldades para a ampliação dos investimentos? Essa eu acho que eu sei a resposta, mas eu vou deixar com vocês que estão aí com a mão na massa, já fazendo investimento.

Alguém se habilita? (*Pausa.*)

Quais são os incentivos que as empresas identificam como mais críticos? E quais são as principais dificuldades para ampliação de investimentos?

Quer responder, Marcus? Querem responder, Samanta, Rogerio, Felipe, Alexandre, Demétrius?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO TAVARES (*Fora do microfone*.) – Incentivos para...?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quais são os incentivos que as empresas identificam como mais críticos? Quais são os investimentos mais difíceis de serem feitos? E não falo só de dificuldade financeira, pode ser qualquer outro relato que o senhor achar necessário.

O SR. ROGERIO TAVARES (Para expor.) – Bom, do ponto de vista de investimento – colocando o investimento em termos de obra e recurso –, a dificuldade de você hoje ter taxas de juros muito elevadas complica para viabilizar. A gente até entende que já houve outros momentos no país em que a gente trabalhou com taxas elevadas, mas, depois, vem um ciclo em que elas descem; ou seja, para um setor como o saneamento, que é um investimento de longo prazo, a gente tem que saber lidar com isso. Disciplina financeira, uma boa gestão financeira e disponibilidade de algumas fontes não tão caras, como são fontes oficiais de crédito, ajudam. Então, tem um *mix* de fontes um pouco mais baratas, e o resto é mercado. Sem mercado, não se faz, não se universaliza isso. É por isso que a questão até das debêntures incentivadas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Certo.

O SR. ROGERIO TAVARES – ... continuarem como estavam, sem uma tributação para pessoa física, é relevante. Isso é um ponto de incentivo para o poder fazer.

A outra questão do poder fazer é a questão da regulação, como o Marcus Vinicius traz. A gente tem que ter cada vez mais... A regulação que a Agência Nacional de Águas vem estabelecendo, as normas de referência para a regulação desse segmento são essenciais para, digamos, um investimento privado. Isso traz segurança jurídica, traz previsibilidade. Você sabe que você vai ter um conjunto de regras que estão sendo estabelecidas após discussões com todo mundo e que as agências infranacionais deverão seguir. Isso daí é também essencial para nós – quer dizer, acho até que, para qualquer operador, você ter segurança jurídica com regulação bem estabelecida é fundamental.

Acesso a recursos, com fontes oficiais, mas com o mercado também entrando, como nunca tinha entrado antes, para ajudar a viabilizar os investimentos, isso é essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, vou resumir o que o senhor me falou.

O SR. ROGERIO TAVARES – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fontes de financiamento são hoje um dos fatores mais críticos; e regulação.

O SR. ROGERIO TAVARES – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aí nós estamos falando de Agência Nacional de Águas e de também Ibama, regulação ambiental.

Pode ser?

O SR. ROGERIO TAVARES – Pode, pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Maravilha.

Alguém mais quer contribuir? (*Pausa.*)

Samanta, a palavra é sua.

As duas perguntas: quais os incentivos as empresas identificam mais críticos e quais as principais dificuldades para a ampliação dos investimentos? Essas duas perguntas meio que se complementam.

Vamos lá.

A SRA. SAMANTA SOUZA (Para expor.) – Eu queria reforçar uma fala do Felipe, que é a questão dos licenciamentos ambientais.

O nosso modelo de contrato é intensivo em investimentos, então a gente só recebe na tarifa se o investimento for feito, e essa é a retroalimentação. Para vocês terem uma ideia, de obras que eu tenho para entregar até dezembro de 2026, eu tenho 5 mil processos de licenciamento ambiental. Então, essa questão da revisão do marco legal do licenciamento ambiental é preponderante para que a gente, de fato, alcance os prazos preestabelecidos, seja no nosso caso, 2029; seja nos demais, em 2033. Eles passam por isso. Lá na Sabesp a gente tem um jargão que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tem falado: fazer obra está fácil, difícil está licenciar para executar a obra. Então, esse é um ponto bastante relevante.

Ratifico a questão dos financiamentos: sempre, quanto mais linha de crédito a gente tiver, e principalmente das debêntures incentivadas, que foi uma vitória que aconteceu nos últimos dias... A gente tem se utilizado bastante disso, mas tem um – eu estava até comentando com o Papa – preconceito estabelecido. E aí é muito fresco da nossa memória ainda de público para privado. Eu sou profissional da Sabesp, eu tenho 28 anos de empresa, então participei...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Da transição.

A SRA. SAMANTA SOUZA – ... da transição, e eu atuei no Governo do estado durante o período de transição na modelagem do contrato. E existia um paradoxo de que a gente perderia as captações de bancos multilaterais e que teríamos muita dificuldade no mercado privado, o que não se concretizou.

Inclusive, por mais desafios que a gente tenha nas taxas ainda devido à Selic etc., o que já foi colocado aqui, a empresa privada consegue, sim, fazer essa mudança e alavancar capital para investimentos. Então, existia um medo preestabelecido de não conseguir alavancagem até o momento. Apesar de todos os desafios do mercado, eu acho que o que o Rogério trouxe sobre saber fazer o *mix* de cesta de captação é muito importante até por ser um investimento de longo prazo, mas se desmistificou nesse sentido. E eu acho que é um ponto também positivo em relação aos investimentos no saneamento privado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

Vou passar a palavra para Fernanda, pois tem uma pergunta para vocês também.

A SRA. FERNANDA RODRIGUES DE MORAIS (Para expor.) – Eu acho que é um comentário com relação às perguntas.

É que, nesse diálogo público-privado – acho que no ano passado – com relação às debêntures, aumentou-se de 50% a 70%. Acho que esse também é um esforço feito aqui do Governo Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto relevante também é que eu queria fazer um comentário da fala do Felipe em que ele disse: "Olhem, com relação à regulação, as normas de referências não são obrigatórias". O acesso ao recurso – tanto OGU quanto os financiamentos – está atrelado às condicionantes. Então, acho que tem o inciso III que diz para observar as normas de referências, e também as agências infralegais precisam estar nessa grande uniformização. Eu acho que tem essa harmonia com o marco.

Obrigada.

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA (*Fora do microfone*.) – Posso só...? Senador, posso só...?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Marcus, a palavra está com você. Vai responder a uma daquelas ali também, é isso?

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA (Para expor.) – Isso. Não... Quero só complementar duas coisas.

Primeiramente, quero fazer uma breve defesa do meu estado, que tem muitos defeitos, mas, quando faz o dever de casa benfeito, é importante a gente dizer. Os principais investimentos dos quatro blocos foram licenciados pelo Inea (Instituto Estadual do Ambiente) do Estado do Rio de Janeiro. Todas as licenças saíram num tempo bastante razoável. Houve um esforço concentrado, acho que muito também porque é um projeto do atual Governo. Então, as licenças todas para o projeto de despoluição da Baía de Guanabara, as licenças para o projeto de despoluição das Lagoas de Jacarepaguá, também todas essas licenças saíram no tempo próprio. O contrato foi até sábio, pois o prazo para o cumprimento da meta de investimentos só começa a contar a partir do licenciamento, mas o licenciamento saiu num tempo bastante razoável. A gente não tem, pelo menos nesse grande projeto, tido problemas com o licenciamento ambiental. Então, isso é importante destacar.

Com relação à relação entre regulação e o *funding* desses projetos, só quero trazer aqui um testemunho pessoal. Nos últimos 12 meses, nós na agência fomos procurados, pelo menos três vezes, pelo mercado financeiro para entender como estava sendo a regulação promovida pela Agenersa – tanto os detentores de debêntures dos operadores privados quanto pessoas que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desejam investir no setor. Eu fui duas vezes a São Paulo, uma vez *online*, tem mais uma conversa marcada com eles ainda para este mês, porque eles querem entender passo a passo como estão sendo tratados os processos de reequilíbrio, como está sendo a regulação, se os operadores privados estão se comportando e por aí vai... Então, isso dá a dimensão de como eles estão preocupados, no detalhe, com essa regulação e como isso impacta diretamente o *funding* desse mercado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

Passo a palavra agora para o nosso penúltimo orador que é o Sr. Alexandre Moriya, Coordenador Técnico da Associação Brasileira de Energia de Resíduos (Abren).

A palavra está com o senhor por dez minutos.

O SR. ALEXANDRE MORIYA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Agora, no finalmente, depois de todos os mestres terem falado, fico até meio sem o que dizer, mas eu quero trazer um pouco do lado do resíduo, porque o resíduo também faz parte do saneamento.

Eu quero trazer um conceito mais básico, que é a hierarquia de gestão de resíduos sólidos. Ela é uma preferência, uma ordem de preferência do que a gente precisa fazer com o resíduo. São os três Rs: reduzir, reutilizar e reciclar, primeiramente. E, dentro da reciclagem, também vem a própria biodigestão anaeróbica, que é muito utilizada até no saneamento rural. E aí vêm outras recuperações, como a recuperação energética, que vem antes da disposição, que seria o aterramento, que seria o estágio final.

E, para ilustrar toda essa hierarquia, a gente tem esse fluxograma do caminho do lixo, onde é que se inicia e onde termina. São vários processos. Então, são várias pessoas envolvidas, não só trabalhadores, mas a população em geral, e começa com ela, separando o lixo em casa, com a coleta seletiva, separando o orgânico, separando a fração seca. E tem todos esses caminhos.

Destaco a biodigestão, que é uma tecnologia muito bem-vinda para os resíduos orgânicos, com a qual a gente consegue fazer o biogás e o biometano, que são subprodutos muito interessantes, que estão em pauta, e também os compostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que a gente não consegue dar conta de todos esses resíduos. Então, acaba-se gerando rejeitos. E, quanto a esses rejeitos, antes de a gente encaminhá-los para os aterros sanitários, é muito interessante que tenha um tratamento desse resíduo, o tratamento térmico. Então, é bom ver essa palavra, porque na verdade muitas pessoas falam sobre queimar o resíduo como uma coisa pejorativa, mas não é só uma queima, é um tratamento térmico. Então, não é simplesmente você queimar o resíduo sem nenhum tratamento, sem nenhuma responsabilidade ambiental.

Vou falar um pouquinho sobre a tecnologia. Eu vou passar um pouco mais rápido por ela, porque, se eu fosse falar só sobre a tecnologia, eu ficaria aqui um dia inteiro ou mais de um dia até.

Esta é uma usina de biodigestão, que a gente alimenta com um resíduo orgânico separado. É muito importante que seja bem identificado que tipo de resíduo está entrando dentro do biodigestor. No biodigestor, acontecem várias reações químicas, e aí a gente consegue o biogás. E, com o biogás, a gente consegue fazer outro processamento para virar o biometano, para gerar combustível, gerar energia elétrica e utilizá-lo como fonte de calor.

Aqui é uma usina de recuperação energética, de fato. Ela mais se parece com uma usina térmica, só que de resíduos. Então, existem vários processos até vir a combustão dos resíduos, gerar energia térmica e, assim, energia elétrica. E detalhe: metade dessa usina é só um sistema de tratamento dos gases, como a gente está falando de resíduos, por isso, há a diferença entre o porquê de a gente estar tratando o resíduo e não só apenas queimando-o.

Aqui é só um gráfico para mostrar a eficiência ambiental dessas usinas. Ali são três tipos de olhar. O primeiro é com os valores típicos, medidos na chaminé dessas usinas. Em cinza, são os limites e em verde são os valores típicos. Aí tem NOx, dioxinas, SO_2, mercúrio, metais. Você vê que, no segundo, já são as melhores técnicas aplicadas dentro dessas usinas. E a última é quando a gente aplica realmente o sistema de tratamento de gases. Então, é por isso que elas são ambientalmente muito sustentáveis para a região, não há risco à saúde pública, tanto que existem várias usinas no mundo, mais de 3 mil usinas no mundo, em vários continentes, Ásia, Europa... Até na África tem. No Brasil, está tendo agora pela URE Barueri, que vai ser a primeira, aqui do Brasil, usina nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui é até para mostrar também que elas ficam dentro dos centros urbanos, elas não necessariamente precisam ficar afastadas, isso é até para facilitar a logística. Aqui é em Paris, e, às vezes, as pessoas passam por Paris e não veem que é uma usina de lixo, parece mais um prédio comercial. Outro exemplo aqui já é uma obra da arquitetura moderna, mexe com esqui, com escalada e com tratamento de resíduos sólidos; isso é em Copenhague, na Dinamarca.

Aqui é para mostrar exatamente por que a recuperação energética nada mais é também do que uma complementação da reciclagem. Muitos se preocupam... E, de fato, é justo. Os recicladores perguntam se há uma, como se fala...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE MORIYA – ... uma ameaça, uma contraposição. Na verdade, a gente vê, na gestão de resíduos na Europa, que eles são muito aliados, muito contempladores, porque, quando se tem a *waste-to-energy* junto com a reciclagem, você vê que a taxa de reciclagem é muito alta, ao contrário de quando a gente tem muito aterro. É muito mais difícil a gente ver uma taxa de reciclagem alta auxiliada só com aterro sanitário. Acho que isso vai muito mais do amadurecimento também do próprio setor de resíduos, porque a gente começa a valorizar o resíduo e não só a vê-lo como um problema, mas como parte de uma solução, como parte do mercado. Então, acho que vai muito em consonância com isso.

Aqui é uma evolução meio que histórica do tipo de tratamento. O aterro sanitário tende-se a utilizá-lo menos; em contrapartida, a conversão energética e a reciclagem vêm aumentando.

Aqui eu vou passar um pouco mais rápido, porque a gente está acostumado com isso, que é a gestão de resíduos sólidos, que enfrentam um grande problema com lixão ainda, que é um grandíssimo problema, pois é uma disposição inadequada, sem monitoramento, o que traz risco aos rios, ao leito, ao próprio solo... Chorume. São diversos fatores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE MORIYA – Isso para a cidade é horrível, tanto que, geralmente, eles são bem afastados da cidade justamente... Você acaba não vendo, na verdade, esse problema. O problema vem quando já está tudo contaminado, e é nisso que a gente tem que jogar uma luz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu quero só trazer o acordo de redução de metano, que é o de reduzir o metano em 30% até 2030. Esse é um acordo que o Brasil assinou, o Global Methane Pledge.

E aqui há um estudo feito também, que é para o pessoal olhar e ler também, do potencial que a gente tem de descarbonizar o setor de resíduos sólidos – esse foi um estudo do BEP. Num cenário base, que seria um cenário de aterro sanitário sem a captura do gás metano, a gente conseguiria até 90% de descarbonização.

Aqui, metas... O Brasil tem metas para se implementarem esses tipos de tecnologia, como a biodigestão e a recuperação energética. Até 2040 seria de até 1 giga. A gente está um pouco atrás nessa meta ainda – está bem longe, se a gente conseguir chegar –, mas tem essa meta como um decreto federal.

Aqui é uma evolução de como seria o tratamento se a gente fosse atingir as metas, gradualmente. Não é do dia para a noite que a gente vai conseguir fazer isso.

São vários benefícios para a sociedade, como redução de gases de efeito estufa, como um maior tratamento do resíduo, como também uma produção de energia limpa e renovável, mas eu gostaria muito de destacar, até reforçando o que os colegas já falaram, a importância de você estruturar os blocos regionais. Isso é muito importante para contemplar os pequenos municípios e também dar às empresas que vão participar desses projetos a concessão de trinta anos. É muito difícil conceber, por exemplo, um investimento como o que a Sabesp fez, de cinquenta anos em cinco, sendo que o contrato é de cinco anos. Não tem como uma empresa aportar esse dinheiro, sendo que o próprio contrato não traz essa garantia.

Por isso, a concessão de trinta anos e cobrar justamente pelos serviços prestados de tratamento dos resíduos – pode ser cobrança de tarifa na conta de água, de luz – para garantir o financiamento. Não tem como a gente fazer um projeto sem a fonte de financiamento, e como a gente vai cobrar isso da população. Se da população não cobrar, fica até inviável economicamente o projeto. Também há os mecanismos de venda e utilização dessa energia. A energia é uma parte, ela não é o *core*. O principal é tratar o resíduo, mas a venda de energia é um subproduto muito importante, que fecha a conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, até para contemplar isso das perguntas do pessoal, eu acho que eu, como engenheiro de energia, vejo que, em boa parte dos projetos, 70% do esforço têm que ser na área de planejamento. Eu acho que as regras do jogo, como o próprio Rogério falou, têm que ser muito bem respeitadas, porque, como são concessões de 30 anos, é muito difícil você, no decorrer desses 30 anos, mudar a regra. Isso pode inviabilizar muitos projetos. Então...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Insegurança jurídica, não é?

O SR. ALEXANDRE MORIYA – Exatamente, exatamente.

No decorrer, você planeja para uma carga tributária, você planeja para esse imposto, essa tarifa; no meio do caminho, há uma mudança, e aí isso afeta todo o setor. Não é necessariamente um "passar pano", vou dizer assim, para o empresário, mas isto tem que ser muito bem respeitado: as regras do jogo.

Não só isso também, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE MORIYA – É, os PLs ali: o PL 1.202, de 2023, é do Senado; e o PL 924, de 2022, é da Câmara dos Deputados. Eles estão um pouco defasados, a gente está até com outros PLs agora, com o PL 3.311, de 2025, também no Senado, para falar sobre o Programa Metano Zero, que inclui também a biodigestão anaeróbica. É um projeto que visa à redução de gases de efeito estufa, é um projeto que traz incentivos, não incentivos como subsídio, mas incentivos de a gente alinhar, trazer outro mecanismo de financiamento, trazer outro mecanismo de contratação desse tipo de tecnologia.

Eu acho que é essa a minha explanação que eu gostaria de trazer.

Eu fico aqui para perguntas.

Ademais, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Alexandre, obrigado por sua participação. Ainda sobraram 15 segundos. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado ao Alexandre Moriya, que participou, Coordenador Técnico da Associação Brasileira de Energia de Resíduos. Eu tinha uma pergunta para fazer; agora me escapou a pergunta, mas daqui a pouco eu vou lembrar. Obrigado por sua participação. É um tema em que eu tenho bastante interesse, devido aos *cases* internacionais. Eu queria só complementar, se é que eu posso fazer isso: a questão da reciclagem e a de transformar em energia não são excludentes, se não complementares, não é isso? (*Pausa.*)

Com a palavra agora o nosso último orador do dia – também já agradeço a participação do senhor e a sua presença também –, Sr. Demétrius Jung Gonzalez, que é Diretor Institucional da Agência Reguladora de Saneamento do nosso querido Espírito Santo (Aries).

A palavra está com o senhor por dez minutos.

O SR. DEMÉTRIUS JUNG GONZALEZ (Para expor.) – Um bom dia. Agradeço primeiramente o convite.

Na verdade, eu sou Diretor da Aries desde ontem. (*Risos.*) E até quarta da semana passada eu era o Diretor-Geral da agência do Rio Grande do Sul, a Agesan, ambas intermunicipais. Mas na vida a gente tem que mudar: sair do Rio Grande do Sul e ir para o Espírito Santo. Abri mão do meu mandato lá como Diretor-Geral da Agesan para ter um novo desafio. Eu acho que isso faz parte também da nossa vida, a gente mudar e simplesmente – inclusive, até o convite teve que ser mudado e tudo mais.

Mas, agradecendo o convite, além deste chapéu – ex-Agesan, atual Aries –, eu sou o Presidente da Abrasan (Associação Brasileira de Saneamento), da qual a Abcon faz parte, a Aesbe, a Abrema e também a Abren, em breve, fará parte, a SeMAE está aí entrando também, e mais 70 reguladores do Brasil de saneamento.

Então, o nosso objetivo na Abrasan é, mais ou menos, a fala que eu vou trazer aqui, que é quebrar mitos: parar de ter aquela composição de que o público é ruim, o privado é bom e vice-versa; que a autarquia municipal não é boa, que a concessionária estadual não é boa. Na verdade, a gente tem que mudar um pouquinho esses padrões e também desmistificar, seja em água e esgoto, como eu estou falando, em relação à prestação de serviço de água e esgoto, mas também em resíduos sólidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estive recentemente, umas duas semanas atrás, na Alemanha, fazendo um *benchmarking* de resíduos, e lá a questão de incineração, gerando energia, é uma tecnologia que vem há muitos anos sendo trabalhada. Já estive uns dois anos atrás em Portugal e também vi essa tecnologia sendo trabalhada. Então, em relação a resíduos sólidos, eu acho fundamental – e aí vamos por partes, porque senão eu vou acabar me perdendo – a gente pensar em, sim, contratações integradas, principalmente considerando uma triagem, a destinação final, seja num aterro sanitário... O aterro sanitário não pode ser ignorado também, ele é necessário em alguns momentos, mas, sim, uma possibilidade de incineração, uma possibilidade de novas tecnologias.

A gente já tem isso em São Paulo, nós temos em Pernambuco e funciona muito bem. Funciona muito bem com cooperativas, funciona muito bem com uma triagem totalmente mecanizada, como a que ocorre em Pernambuco. Então, há uma necessidade de a gente desmistificar essa situação. E aí, obviamente, o licenciamento ambiental, que o meu colega aqui muito bem disse, faz parte disso também. É um processo, é um processo de quebrar mitos e, obviamente, alavancar.

Em relação a água e esgoto propriamente dito, a situação não é muito diferente. O separador absoluto é, sim, a melhor tecnologia, é a tecnologia que nós temos que implantar nos nossos grandes centros urbanos, mas a gente não pode pensar que uma cidade... O Rogério citou uma cidade de 900 habitantes, alguma coisa assim. Mas, lá no Rio Grande do Sul, tem cidades de 1,6 mil habitantes, que é o menor município do estado, e sabemos que o Município de André da Rocha não vai ter separador absoluto, pelo menos nos próximos 30, 40, 50 anos. Então, novas tecnologias são fundamentais.

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, na qual a Veronica é minha Vice-Presidente na Abrasan, justamente trouxe a NR-8, trazendo novas possibilidades, novas tecnologias, sistemas alternativos.

Foi aí questionado a respeito... No nosso caso lá do Rio Grande do Sul, a gente tem um programa chamado Solutrat, de limpeza de fossas sépticas. Santa Catarina já vem implantando isso, a própria Aris, de Santa Catarina, as agências reguladoras de Santa Catarina vêm trazendo essa situação. Inclusive, São Paulo já pensou, já cogitou. O Espírito Santo está cogitando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma necessidade de a gente pensar o saneamento com outras alternativas, e essas outras alternativas levando em conta tanto as dimensões territoriais do Brasil como levando em conta também situações culturais. Não há como a gente pensar que, numa área de... O Rio Grande do Sul tem municípios imensos com áreas rurais e que lá vá ter separador absoluto, sendo que cada casa tem 5km, 10km entre elas. Então, não podemos pensar como única solução o separador absoluto. A norma da ANA traz essa possibilidade, e aí cabe a nós, reguladores, justamente efetuarmos as nossas normativas, criarmos essas soluções.

Aqui não foi falado, e aí eu vou trazer esse tema, porque eu não posso deixar de falar: temos ainda a questão da drenagem urbana. A drenagem urbana... O Espírito Santo sofreu ano retrasado e ano passado; Rio Grande do Sul, ano passado, teve todo aquele caos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Santa Catarina, tem todo ano.

O SR. DEMÉTRIUS JUNG GONZALEZ – Santa Catarina tem todo ano, ali a região de Blumenau, aquela região do Vale do Itajaí – do Alto, Médio e Baixo Vale do Itajaí –, isso temos todo ano. Há, sim, uma necessidade de a gente alavancar também e justamente propor soluções a isso. Sempre que a gente fala de saneamento, a gente pensa de água e esgoto, resíduos é o eixo mais pobre e a drenagem é o eixo paupérrimo, ninguém quer falar de drenagem, tanto que, no Brasil, nós temos somente duas – agora três – agências reguladoras que trabalham regulação de drenagem, o que é uma vergonha para um Brasil com a nossa situação, com mudança climática e com tudo mais. Então, há uma necessidade de a gente discutir isso.

Dentro desses temas, e é justamente... Tanto que a Aries vem promovendo, que a Agesan vinha promovendo, agora não tem mais esse chapéu, mas o que vinha promovendo e o que a Abrasan quer promover é uma discussão conjunta. Temos que nos sentar todos à mesma mesa, e aqui nada mais é... Melhor do que isso impossível. Sentar-se o prestador, sentar-se o regulador, sentarem-se as associações, sentar-se o Legislativo, sentar-se o Executivo, e nós, em conjunto, discutirmos o saneamento.

O ano de 2033 é logo aí, nós não podemos simplesmente ignorar. Eu também tenho um pouco de... Eu estou um pouco incrédulo dessa meta até 2033, principalmente nos pequenos municípios, que sempre são mais difíceis de a gente implantar metas e implantar ações, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que tentar conseguir fazer o saneamento, principalmente em água e esgoto, até 2033, e obviamente não esquecer o resíduo e a drenagem. Há uma necessidade de nos juntarmos, discutirmos e, aí, sim, desmistificarmos. É óbvio que o privado vai puxar para um lado, que o público vai puxar para o outro, que o Executivo vai puxar para o outro e o Legislativo vai puxar para o outro, mas, aí, sim, este é o momento de a gente se sentar e discutir esses temas, e não simplesmente cada um se fechar nas suas caixinhas e não discutir o tema como um conjunto.

Além disso, como a minha própria tese de doutorado traz... Obviamente, eu, como sou um regulador há sete anos, sete anos no Rio Grande do Sul e agora dois dias no Espírito Santo, digo que a culpa da não universalização do saneamento é do regulador. Infelizmente, nós, ao longo do tempo... Eu tenho tentado mudar isso e eu acho que a gente tem visto essa mudança, a Agenersa é um exemplo claro disso. A Agenersa teve que se reestruturar do zero, praticamente. Outras agências estão se reestruturando, mas eu acho que nós, como reguladores, temos um papel fundamental em entendermos que também nós não estamos num palco, nós não somos os reis do saneamento, mas nós somos um dos atores do saneamento e temos que construir essas ações em conjunto.

Não adianta simplesmente... Lá no Rio Grande do Sul, eu regulava a Corsan, por exemplo, atualmente privatizada pela Aegea. Não adianta eu chegar para a Corsan e dizer: "Tem que ser assim". Não, gente! Vamos construir as ações em conjunto. A Corsan tem a propriedade de como resolver o problema, e nós temos a propriedade de dar soluções a esses problemas.

Na própria pergunta anterior, de qual seria o grande entrave, eu acho que o grande entrave ainda é o regulador. O regulador precisa entender qual é o seu papel. Nós temos mais de cem agências reguladoras no Brasil em saneamento. Não vejo problema nenhum, mas todas as agências precisam compreender o seu papel e, obviamente, se nivelar.

Agora, no final do ano, se eu não me engano, em 12 de janeiro, a norma NR-4, da ANA, entra em vigor efetivamente. Nós já vamos ter ali um balizador, uma lista positiva, uma lista negativa a respeito disso, e, obviamente, nós vamos ver quais são aquelas agências que são técnicas – e eu sou técnico, eu venho aqui como técnico – e quais são aquelas agências em que há politicagem. E a politicagem, no saneamento, não pode ocorrer. Uma situação é tratarmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política pública – estamos aqui discutindo política pública – e outra coisa é tratar politicagem, seja na regulação, seja na prestação do serviço de saneamento como um todo.

Então, o nosso objetivo, tanto como associação quanto, hoje, como regulador de 32 municípios... Eu saí de 135 e agora eu estou com 32 municípios, e, em grande parte deles, é prestação municipal de água e esgoto e prestação municipal de resíduos. A nossa ideia é justamente poder construir ações em conjunto com os municípios, discutir em todas as esferas. Eu acho que isso é fundamental para a gente poder alavancar o saneamento.

Se a gente conseguir continuar criando mitos e criando... Por exemplo, vou usar o caso do resíduo, que incinerar resíduo: "Ah, é um absurdo", as coisas não vão funcionar; que a gente tem que ter separador absoluto em 100% das cidades, a situação não vai funcionar. Há uma necessidade de a gente avaliar essas novas tecnologias, e nós reguladores implantarmos essas tecnologias.

Coloco-me à disposição, agora no Espírito Santo. Amanhã eu estou em Vitória, já efetivamente no meu novo cargo, mas também me coloco... A minha casa ainda está em Porto Alegre, coloco-me à disposição lá no Rio Grande do Sul para a gente discutir saneamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Demétrius, muito obrigado. Vemos um homem com o coração partido e dividido entre o Espírito Santo e o Rio Grande do Sul. Que amor bonito, né? Dois estados maravilhosos; um maior, um menor. Obrigado por sua participação.

Eu vou conceder um minuto para as considerações finais de cada um dos senhores. Eu vou começar com o Dr. Rogerio.

O senhor tem um minuto para as suas considerações finais.

O SR. ROGERIO TAVARES (Para expor.) – Bom, agradeço, Senador.

As considerações finais são de uma crença de que o setor de saneamento vem mudando, vem crescendo, ou seja, a gente está conseguindo atender mais pessoas, como deveria ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendido há muitos anos. A gente está resgatando – eu citei e eu insisto – uma enorme dívida social do país.

Entendo que aqui, no Senado, nós tivemos uma ajuda muito grande na aprovação desse marco legal lá atrás. O Congresso foi essencial para a gente conseguir chegar aonde chegou, e eu, particularmente, acredito que em 2033 nós vamos ter universalizado uma grande parte do país. E o restante talvez chegue. Como a lei prevê que até o final de 2039 – aliás, para ser específico, 1º de janeiro de 2040 – as situações mais complexas, até lá, a lei acata. E isso a gente... No caso da Aegea, a nossa operação no Pará, por exemplo: o esgotamento sanitário, em áreas no interior, já está prevista no contrato, e foi assim licitado, a universalização ser em 2039; no Piauí, também. Então já... Mas, ainda assim, dentro do prazo que a lei prevê. Então, eu acredito que a lei vai ser cumprida no geral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria só complementar o que o senhor está falando. Com os exemplos e testemunhos dos senhores, das empresas e como está avançando, também se quebra um paradigma, inclusive na minha cabeça, porque nós, como legisladores – e ouvimos muitos atores –, muitas vezes só chega a reclamação para nós, mas nós vemos sucesso, por exemplo, no Rio, em São Paulo, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e em outros... E isso é bacana, ou seja, nós podemos, sim, porque a capacidade de se reinventar, de melhorar e de se superar do ser humano e das empresas é muito grande. E eu fico muito feliz com esta audiência, pelos exemplos que foram dados e por como está andando rápido.

A própria Sabesp tirou 2033 e colocou para 2029, ou seja, para o que já era difícil, ela falou: "Não, não, vamos embora. Todos comprometidos. E o Governo fez isso, o ente privado fez aquilo e tal". Isso é muito legal, né? Ver o compromisso, realmente, do setor privado com a população, com a saúde, com a universalização de água, esgoto, etc.

Eu queria também só comentar, Demétrius: o senhor bem lembrou que ninguém falou sobre a questão de captação. E eu preciso aqui fazer um elogio, um reconhecimento ao Governador Jorginho Mello, do meu estado, de que ele está fazendo algo que, há pelo menos 40, 50 anos, em Santa Catarina, não se fazia quando se fala em Alto Vale e Médio Vale do Itajaí, que é drenando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os rios, limpando. E um fato interessante é que a drenagem... Na verdade, não é a drenagem. Como se fala?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dragagem. Obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desassoreamento e dragagem. Olha, virou um espetáculo popular, porque as pessoas ficam ao redor do rio. Sai bloco de motor, sai carro inteiro, sai geladeira, sai sofá. É impressionante! Aí, depois, nós reclamamos e achamos ruim que as cidades inundam, mas nós mesmos somos os causadores, os agentes causadores dessas enchentes, porque o rio – o seu leito completamente poluído, desde a areia até esses objetos... Pneu, eu acho que dá para montar uma fábrica de pneus.

E o Governador Jorginho está investindo nisso, foi um compromisso de campanha, lá atrás, nosso. Inclusive, nós gravamos um vídeo – está até na minha rede social, até hoje, um vídeo lá de meados de 2022 – do nosso compromisso de começar a dragagem. E, realmente, ele conseguiu investir e está funcionando.

E eu falo isso também como incentivo a outros governos de estado, os estados que sofrem com enchente, que têm rios, têm córregos, têm lagoas que precisam... O Rio Grande do Sul, por exemplo; nós tivemos essa tragédia no ano passado. E ali a Lagoa Mirim precisa fazer um desassoreamento urgente, inclusive por uma questão ecológica: camarão, peixe, foi tudo comprometido. A natureza logicamente se restabelece, mas nós, como humanos, gestores, etc., precisamos fazer a nossa parte.

Eu passo, para o seu minuto de considerações finais, à Sra. Samanta Souza, da Sabesp.

A SRA. SAMANTA SOUZA (Para expor.) – Bom, Senador, mais uma vez, muito obrigada.

É muito interessante. Como eu comentei anteriormente, sou sanitarista há 28 anos e há muito tempo que a gente não via o saneamento ser pauta central de discussão, o que vem acontecendo nos últimos anos. E, para nós, é muito gratificante fazer parte desse processo e ver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem uma retroalimentação. A gente tem uma lei relativamente nova, que está sendo estudada, avaliados os resultados, para que se promovam melhorias no futuro.

E a gente se coloca aqui à disposição sempre que for necessário para trazer as nossas experiências para vocês.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Samanta.

Passo a palavra para o Sr. Felipe Cascaes, da Abcon, para suas considerações finais – um minuto.

O SR. FELIPE CASCAES (Para expor.) – Novamente, quero agradecer, em nome da Abcon, o convite. Desta vez, eu vou tentar seguir o tempo.

Eu queria dividir essa última fala em duas partes. Primeiro, o que o senhor falou de aperfeiçoamentos legislativos. Na Reforma Tributária – PEC 49/2024 –, o senhor é um dos signatários; o primeiro signatário é o Senador Eduardo Gomes. A gente espera a deliberação da CCJ. O licenciamento tem a sessão da quinta-feira.

E tem um outro ponto que eu acabei me esquecendo de falar – porque eu falei demais –, tarifa social. Como foi comentado, vários dos contratos, pelo menos das associadas da Abcon, já previam uma tarifa social antes da lei que foi aprovada no ano passado, mas a lei saiu sem um fundo. Essa é uma correção legislativa que o Congresso pode fazer, tal e qual a tarifa social de energia, você ter um fundo que amortize o impacto da tarifa social nas outras tarifas, porque, para eu reduzir a tarifa de quem precisa, eu preciso aumentar a daqueles que podem pagar mais. Tudo bem, mas esse aumento pode ser menos do que seria sem esse fundo amortecedor.

No mais, eu acho que, como já foi falado aqui, para o saneamento, ou a universalização do saneamento, é imprescindível a união de todos – de governo, regulador, privado, público. A Aesbe tem sido uma boa parceira nossa nesses temas relevantes, de reforma tributária, licenciamento, enfim.

A gente permanece à disposição para, sempre que o senhor precisar, a gente prestar os esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado. A nossa assessoria já tomou nota ali também para a gente dar os devidos encaminhamentos.

Eu volto a falar: nós vamos incomodar vocês, porque nós queremos... Se for para mexer na lei, precisa ser aperfeiçoada. Como nós já temos um tempo decorrido desde a publicação do novo marco do saneamento até agora, então, até por tentativa e erro, por experiências bem-sucedidas e malsucedidas, nós precisamos ouvir exatamente todos esses atores – público, privado, governantes, gestores, etc. – para tentar melhorar. Talvez nós cheguemos à conclusão de que não precisa melhorar nada, mas talvez possamos dar ênfase em alguns pontos, flexibilizar outros, endurecer outros, enfim. Então, é importante demais, por isso eu agradeço reiteradamente a honra de tê-los aqui para este debate.

Quero passar a palavra para a Sra. Fernanda Rodrigues, Consultora Jurídica do Ministério das Cidades, para sua consideração final em um minuto.

A SRA. FERNANDA RODRIGUES DE MORAIS (Para expor.) – Senador, muito obrigada mais uma vez.

Eu acho que o grande diálogo aqui se reafirma. É público e privado agindo, a gente tendo... caminhando juntos para a gente atingir a universalização.

É como o Ministro Jader Filho sempre fala: juntos, a gente chega às metas; sozinho, o público não fará nada. O privado também necessita... a gente precisa regulamentar. O ministério agora terminou todas as... A gente está regulamentando agora o Decreto 7.117 – atualizando, ele atualiza a Lei 11.445 –, é o decreto maior. Então, a gente está trazendo aperfeiçoamentos; a gente precisa, sim, de aperfeiçoamentos. A gente tem um problema agora, por exemplo, com os resíduos sólidos e a regionalização – é um tema que a gente está tratando. Então, assim, o Ministério das Cidades está aberto para todos os diálogos e à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agradeço demais a presença da senhora e agradeço também ao Ministro Jader pela disponibilidade. Ele está sempre disponível realmente, é uma pessoa acessível, uma pessoa que responde, uma pessoa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diálogo – é muito importante isso. Mande um abraço a ele lá! Agradeço a presença da senhora aqui.

Com a palavra o Sr. Marcus Vinicius, da Agenersa.

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Agenersa.

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Acho que agora falei certo. (*Risos.*)

O SR. MARCUS VINICIUS CARDOSO BARBOSA (Para expor.) – Falou.

Muito obrigado, Senador. Queria mais uma vez aqui agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui debatendo o setor.

Queria aproveitar este momento final para reafirmar aqui a minha crença na regulação como sendo o único caminho possível para produzir os resultados que todos esperam, a partir do novo marco legal do saneamento e do atingimento das metas em 2033. Não há caminho para investimentos de longo prazo e no volume que o mercado de saneamento necessita, que é um setor absolutamente intensivo em capital, sem uma regulação adequada, sem a boa regulação.

E aí, Senador, eu gosto de dizer que a boa regulação é política de desenvolvimento – e a gente está aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. E o que é a boa regulação? A boa regulação é aquela regulação que garante independência para o órgão – independência não é isolamento, mas é a capacidade de atuar de maneira técnica e equidistante –, que traz também um diálogo com transparência, com todos os atores do setor. E aqui é mais uma oportunidade de a gente reafirmar esse diálogo. A boa regulação é uma regulação que garante segurança jurídica, que é fundamental não só no cumprimento dos contratos, mas também no cumprimento da lei e de toda a regulação prevista no setor, entre elas a regulação que vem da ANA. E uma boa regulação é uma regulação que garante tempestividade, que é tempestiva. É muito caro, como eu disse aqui, empurrar os problemas para debaixo do tapete – os problemas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico-financeiros que surgem nesses contratos. Então, é importante que a regulação chegue no momento certo para poder produzir o resultado que se espera.

Quando a regulação cumpre esses quatro pilares, que, para mim, eu considero fundamentais para uma boa governança regulatória, a regulação se transforma em política de desenvolvimento. Então, o capital aparece, a obra acontece e o resultado chega à ponta, à casa das pessoas, que são o usuário e o principal destinatário do serviço.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Marcus Vinicius pela sua presença e pelo trabalho lá no Rio de Janeiro.

Quero também passar a palavra, para o seu minuto final, suas considerações, ao Alexandre Moriya, da Abren.

O SR. ALEXANDRE MORIYA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Agradeço-lhe novamente pela oportunidade e parabenizo-o também pela iniciativa.

Aqui destaco o que o Demétrius falou sobre as soluções: as soluções têm que ser integradas; não vai haver uma solução mágica para tudo, que vai resolver todos os problemas. Existem tecnologias mal aplicadas e não tecnologias ruins. Você não vai querer tomar uma sopa com garfo, não que o garfo seja ruim. Então, consoante a isso e se a gente tem um objetivo de universalizar o saneamento, a gente tem que se unir, como o próprio... A gente já fala na palavra universalização, e não é partidária. Então, acho que é isto: a gente tem que se unir, todo o setor, como entidade para a gente colher os frutos no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado. Muito bem colocado, Alexandre. Obrigado pela sua presença, por sua participação, por sua disponibilidade.

Por fim, passo a palavra para o Sr. Demétrius Jung, Diretor da Aries, há poucos dias, mas já Diretor, para suas considerações finais. Já agradeço a presença do senhor mais uma vez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DEMÉTRIUS JUNG GONZALEZ (Para expor.) – Bom, só para finalizar, acho que é importante a gente citar... Eu gosto de citar frasezinhas, né? Eu sou arquiteto e não deveria nem estar citando essas coisas, mas faz parte da vida: o ótimo é inimigo do bom. Então, nós temos que ter, no mínimo, uma solução para o esgotamento sanitário. É a melhor? Não, não é a melhor, mas é uma das soluções que a gente pode fazer dentro do prazo possível e dentro da tarifa possível.

Dentro dessa mesma linha, temos outra frasezinha: não existe almoço grátis. Então, todo o custo tem que ser repassado e tem que ser pago por alguém. Vamos fazer um financiamento público? Financiamento público é pago por todos nós que pagamos os nossos impostos. Inclusive, meu Imposto de Renda neste mês foi bem alto, bem considerável, porque eu tive uma rescisão. Então, eu estou pagando grande parte desse saneamento como um todo.

Agora, efetivamente, quando temos isenções, temos tarifas sociais, temos toda essa situação... E eu sou um grande adepto da tarifa social, copiamos a tarifa social da Aegea, de Manaus, no Rio Grande do Sul, fizemos a Tarifa 15 e a 20, em vez da Tarifa 10. Implantamos em SAAEs, no Rio Grande do Sul, essa tarifa. Então, há uma necessidade, sim, mas isso tem um custo, e todo esse custo vai ser repassado no final numa tarifa. Vai ser repassado numa tarifa, vai ser repassado numa taxa, vai ser repassado num imposto – inclusive, a própria reforma tributária... Eu não vou nem entrar nesse tema, que é um tema bem complexo, porque sabemos que o aumento do tributo vai ser repassado para quem? Para a população em geral. Então, não há como a gente pensar isso sem uma maneira integrada.

Novamente coloco agora o Espírito Santo à disposição, porque agora já me considero até um capixaba. Vai ser difícil perder o sotaque, né? Mas eu me considero um capixaba gaúcho e tudo mais. Então, coloco o Espírito Santo à disposição, levando, obviamente, tudo aquilo que a gente tem de bom no Rio Grande do Sul para o Brasil como um todo e tentando levar também um pouquinho do Brasil como um todo para o Rio Grande do Sul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Em homenagem ao seu Espírito Santo, moqueca é capixaba, o resto é peixada. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoal, quero agradecer a: Kauã, de Santa Catarina, pela sua participação; Arthur, do Pará; José, de São Paulo; Maria, do Amazonas; Lucca, do Rio Grande do Sul; Mariana, do DF; Daniel, de São Paulo; Murilo, do Rio; Thiago, de São Paulo; Rafael, do DF; Rafael, do Rio Grande do Sul; Elias, de Goiás; Mônica, de São Paulo; Dalita, do Paraná; Maria, de São Paulo; Fernanda, do Rio; e Kendelly, do Acre.

Nada havendo mais a tratar, agradeço ao Papai do Céu pela condução e pelo sucesso desta reunião. Agradeço mais uma vez a presença de cada um que aqui participou, que veio voluntariamente em busca de soluções, em ajuda, em contribuição com o Congresso Nacional, com o Senado Federal, por uma nova proposta de legislação. Muito obrigado de todo o meu coração.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Marcos do Val, Weverton, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eliziane Gama, José Lacerda, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações das Emendas RP8 - 6º Ciclo (CORREÇÕES)**. **Finalidade:** 6º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN. Na oportunidade, serão deliberadas APENAS correções a indicações aprovadas anteriormente. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Correções das indicações de emendas RP8 aprovadas, conforme o relatório aprovado e planilha (Anexo I). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, assim como a ata da reunião anterior, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza no dia 4 de novembro.

Comunico que, durante o processo de ratificação das indicações às emendas RP 8 na LOA de 2024, pela Comissão de Desenvolvimento Regional, realizado em março de 2025, restaram duas indicações sem apoiamento por nenhum Parlamentar, que ficaram sem ser ratificadas pela Comissão naquela oportunidade. Elas são: Ceará, Município de Tabuleiro do Norte, pavimentação de vias da zona urbana, no valor de R$4,775 milhões; Pernambuco, Município de Moreilândia, construção de pavimentação de vias e estradas vicinais destinadas ao escoamento produtivo, valor empenhado de R$477,5 mil.

Nesse contexto, conforme decisão do Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 854, foi identificada a possibilidade de ratificação extemporânea de emendas RP 8 que não tiveram seus apoios ratificados pela Comissão em tempo hábil.

Aliando-se a esse entendimento, a Advocacia-Geral da União (AGU) posicionou-se no sentido de que os empenhos permanecem válidos e de que a única razão para a não execução seria justamente a pendência da ratificação desta Comissão.

Mediante a solicitação desta Presidência, a Consultoria de Orçamento (Conof) manifestou no sentido de que seria razoável e adequado que a CDR delibere novamente para ratificar as indicações, assegurando a execução dos valores já empenhados, que, de outro modo, permaneceriam indisponíveis.

Diante do exposto, declaro reaberto, a partir de hoje, o prazo para apresentação de apoiamento às indicações de emendas RP 8 na LOA de 2024 que não foram ratificadas pela

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em deliberação anterior. O prazo se encerra nesta sexta-feira, 7 de novembro, às 18h.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo comunica ainda a reabertura do prazo de envio de correções às indicações já aprovadas de emendas à Comissão RP 8 na LOA de 2025, no Sistema de Indicação de Emendas de Comissão (Sinec).

O sistema permanecerá disponível até às 18h do dia 7 de novembro, sexta-feira. Nós vamos, oportunamente, definir uma data, provavelmente em virtude, inclusive, da COP, com um novo formato de agenda, mas nós devemos deliberar na quarta-feira dia 12 de novembro.

A Presidência da Comissão informa ainda que não será mais possível o cadastro de novas indicações, uma vez que o limite orçamentário destinado à Comissão já foi integralmente atingido.

As indicações corrigidas deverão ser enviadas via Sinec, dentro do período estabelecido e também oficializadas por meio de ofício à Secretaria da Comissão.

A presente reunião destina-se à deliberação das correções de indicações das emendas RP 8 da LOA de 2025, nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1 e nº 2, de 2025-CN.

A coordenação das sugestões de correções indicadas ficou a cargo desta Presidência, que recebeu, exclusivamente pelo sistema, 30 solicitações de correções de indicações, cujo prazo de envio encerrou-se quinta-feira passada, 30 de outubro de 2025.

Farei, agora, a leitura do relatório e breves considerações.

Vou direto à análise. São indicações que têm apenas correções técnicas.

As indicações constantes no Anexo I apresentam solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, que também atendem aos critérios formais analisados. Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos Ministérios da Integração e Desenvolvimento Regional e do Turismo para que o remanejamento seja efetivado.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, as indicações constantes no Anexo II foram desconsideradas ou rejeitadas, seja por solicitação de seus autores, seja por apresentarem incorreções técnicas.

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I e rejeição daquelas constantes no Anexo II.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 2025.

Passamos à discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a tabela com as indicações alteradas e a relação das indicações retiradas pelos autores, conforme constante no relatório apresentado, que será encaminhado à Comissão Mista de Planos e Orçamento e aos ministérios respectivos.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as correções das indicações constantes no Anexo I, o relatório será publicado e enviado aos ministérios.

Comunico que está aberto o prazo para apresentação de emendas à LOA de 2026 (Projeto de Lei nº 15 de 2025-CN), com encerramento previsto para a próxima quinta-feira, dia 6 de novembro, às 18h.

Esclarecemos que as emendas deverão ser elaboradas e enviadas pelo sistema de emendas, no endereço eletrônico legis.senado.leg.br/lexor, pelo perfil do Senador, à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

O cumprimento do prazo acima referido viabilizará o Relator designado a preparar o seu relatório final sobre as emendas da Comissão, em reunião a realizar-se no dia 12 de novembro, quarta-feira.

O Relator designado será o Senador Jorge Seif.

Antes de finalizarmos o nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 30ª Reunião, realizada a 14 de outubro, e da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 31ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

INDICAÇÕES ALTERADAS
9281, 9617, 9619, 10537, 10540, 10634, 13187, 13195, 14042, 14423, 14325, 19682, 19683

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4078	Márcio Miguel Bittar	53000	53101	00SX	Departamento de Estradas de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE			04.031.258/0001-06	AC	RIO BRANCO	4	30	Melhoramento da Pavimentação em estradas Vicinais no Estado do Acre	3.652.173

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4078	Márcio Miguel Bittar	53000	53101	00SX	Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Pavimentação de Estradas Vicinais no Estado do Acre.	3.652.173

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4078	Márcio Miguel Bittar	54000	54101	10V0	Departamento de Estradas de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e			04.031.258/0001-06	AC	RIO BRANCO	4	30	Execução de Serviços de Recuperação do Pavimento Asfáltico da Estrada da	2.086.956

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

						Aeroportuária do Acre - DERACRE								Borracha no Município de Xapuri.	

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4078	Márcio Miguel Bittar	54000	54101	10V0	Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Recuperação da Pavimentação de acesso a Casa de Memória Chico Mendes no município de Xapuri/Ac.	2.086.956

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Instituto Metrópole Digital (IMD)		24.365.710/0001-83	RN	NATAL	4	90	construção do Núcleo de Inteligência Artificial e Ciências de Dados (nIACD) do Instituto Metrópole Digital (IMD) da UFRN.	976.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4276	Rogério Simonetti Marinho	53000	53101	00SX	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	INSTITUTO METRÓPELOE DIGITAL - IMD		24.365.710/0001-83	RN	NATAL	4	90	Construção do Núcleo de Inteligência Artificial e Ciências e Dados (nIACD), "aquisição de equipamentos e mobiliário para o Núcleo de Inteligência Artificial e Ciências de Dados (nIACD)". do Instituto Metrópole Digital (IMD) UFRN. Complementação de Empenho do TED n.º 925838/2022	976.000

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Munícipio de Cajapió			06.054.266/0001-01	MA	CAJAPIO	4	90	Aquisição de Máquinas e/ou Equipamentos	600.000
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	Munícipio de Olinda Nova do Maranhão			01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de Máquinas e/ou Equipamentos	698.997

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura de Cajapió	Cajapió	06.054.266/0001-01	MA	CAJAPIO	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12 m³	635.360
60110001	4084	Weverton Rocha Marques de Sousa	53000	53101	00SX	CODEVASF	Prefeitura Municipal de Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	01.612.629/0001-55	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Caminhão Trucado Basculante - 12 m³	635.360

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	40	Construção de Portais (Portico)	800.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4091	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			01.612.396/0001-90	RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	4	40	apoio da infraestrutura turistica	800.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Santa Cruz do Arari	Município de Santa Cruz do Arari	Município de Santa Cruz do Arari	04.888.830/0001-58	PA	SANTA CRUZ DO ARARI	4	40	Trator Agrícola com caçamba scraper	390.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Município de Placas (01.611.858/0001-55)	Município de Placas (01.611.858/0001-55)	Município de Placas (01.611.858/0001-55)	01.611.858/0001-55	PA	PLACAS	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000

PARA:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Associação dos Filhos e Agricultores de Santa Cruz - AFASC	Associação dos Filhos e Agricultores de Santa Cruz - AFASC	Santa Cruz do Arari	44.869.304/0001-65	PA	SANTA CRUZ DO ARARI	4	50	Aquisição de Trator Agrícola com Caçamba Scraper	390.000
60110001	4182	José da Cruz Marinho	53000	53101	00SX	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade São Matheus	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade São Matheus	Placas	03.627.939/0001-79	PA	PLACAS	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	260.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Chapada da Natividade			01.613.086/0001-90	TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	4	40	Recapeamento	500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	53000	53101	00SX	Chapada da Natividade			01.613.086/0001-90	TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	4	40	Recapeamento	678.758

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Balneário	734.782

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Luzinopolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Construção de Balneário	1.059.024

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Municipios do Acre		03.353.358/0001-96	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinários através do Programa INOVA do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	9.130.434

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Acrelândia			84.306.737/0001-27	AC	ACRELANDIA	4	40	Adiquirir veículos/maquinários para o município	630.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Assis Brasil			04.045.993/0001-79	AC	ASSIS BRASIL	4	40	Aquisição de veículos e ou maquinários para o município	291.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Jordão			84.306.497/0001-60	AC	JORDAO	4	40	Aquisição de veículo e/ou maquinários para o município	291.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Mâncio Lima			04.059.671/0001-89	AC	MANCIO LIMA	4	40	Aquisição de maquinários para o município	720.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Plácido de Castro			04.076.733/0001-60	AC	PLACIDO DE CASTRO	4	40	Aquisição de veículo e maquinários para o município	1.011.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Rodrigues Alves			84.306.455/0001-20	AC	RODRIGUES ALVES	4	40	Aquisição de veículo e/ou maquinários para o município	1.400.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Santa Rosa do Purus			84.306.521/0001-61	AC	SANTA ROSA DO PURUS	4	40	Adquirir maquinário para o município	680.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Sena Madureira			04.513.362/0001-37	AC	SENA MADUREIRA	4	40	Adquirir maquinário para o município	720.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Senador Guiomard			04.077.251/0001-25	AC	SENADOR GUIOMARD	4	40	Adquiir maquinário para o município	550.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Xapuri			04.018.560/0001-24	AC	XAPURI	4	40	Adquiir maquinário para o município	720.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Manoel Urbano			04.051.207/0001-46	AC	MANOEL URBANO	4	40	Aquisição de maquinário para a prefeitura	720.000
60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Marechal Thaumaturgo			84.306.463/0001-76	AC	MARECHAL THAUMATURGO	4	40	Aquisição de veículo e ou maquinário para a prefeitura	720.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	2914	Sérgio de Oliveira Cunha	53000	53101	00SX	Prefeitura de Porto Walter			63.603.625/0001-68	AC	PORTO WALTER	4	40	Aquisição de veículo e ou maquinário para a prefeitura	677.434

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Fecogesa Federação das Entidades Comunitárias de General Sampaio	GENERAL SAMPAIO - CE	03.756.209/0001-78	CE	GENERAL SAMPAIO	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria aberta em madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	268.565
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	Fecogesa Federação das Entidades Comunitárias de General Sampaio	GENERAL SAMPAIO - CE	03.756.209/0001-78	CE	GENERAL SAMPAIO	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator agrícola 75cv, Carreta Agrícola de aço - 4 T, Grade aradora com 14 discos de 26" Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas	231.435

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4081	Cid Ferreira Gomes	53000	53101	00SX	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Associação comunitaria para o desenvolvimento sustentável do Currupião	GENERAL SAMPAIO - CE	13.447.748/0001-89	CE	GENERAL SAMPAIO	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Trator agrícola 75cv, Carreta Agrícola de aço - 4 T, Grade aradora com 14 discos de 26" Plantadeira e adubadeira mecanizada 4 linhas. Veiculo Leve de Carga (VLC) carroceria aberta em madeira ou aço - carga útil 1.300 kg	500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2628327128

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eduardo Braga, José Lacerda, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Eliziane Gama, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3229, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5230, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências, para prorrogar o prazo dos municípios para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Não foram apresentadas emendas em turno suplementar. **Resultado:** O substitutivo ao PL 3229/2023 é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4432, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para tornar obrigatória a sinalização turística ao longo das rodovias federais." **Autoria:** Senador Fernando Collor (PROS/AL). **Relatoria:** Senadora Augusta Brito (*Ad hoc*), substituiu Senador Fernando Farias. **Relatório:** Pela prejudicialidade (votação simbólica). **Resultado:** Designada relatora ad hoc a Senadora Augusta Brito, o relatório é lido e aprovado pela prejudicialidade do projeto. Dessa forma, fica prejudicado o Projeto de Lei nº 4432, de 2021. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1778, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística do Capim Dourado, no Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1779, de 2023 - Terminativo -** que: "Cria a Rota Turística das Serras Gerais do Tocantins, no Estado do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3034, de 2023 - Terminativo -** que: "Inclui no calendário turístico oficial do País o evento Carnatal, no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (*Ad hoc*), substituiu Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Designada relatora ad hoc a Senadora Professora Dorinha Seabra, o projeto é aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Adiada a deliberação da matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2592, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Relatoria:** Senador Efraim Filho. **Relatório:** Pela aprovação ao Projeto de Lei nº 2592, de 2023, com a aprovação parcial da Emenda nº 1 e das duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório ao Projeto de Lei nº 2592, de 2023, que passa a constituir o parecer da comissão, com a aprovação parcial da Emenda nº 1 e das duas emendas que apresenta. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3495, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulam os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), e dá outras providências." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3050, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para instituir medidas que assegurem os direitos das mulheres e o enfrentamento da violência de gênero no âmbito do turismo." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza em 4 de novembro de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3229, DE 2023

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Observações:

1. Em 09/09/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 3229/2023, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal;

2. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

A matéria está em discussão.

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas até o momento do encerramento da discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis. (*Pausa.*)

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4432, DE 2021

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para tornar obrigatória a sinalização turística ao longo das rodovias federais.

Autoria: Senador Fernando Collor (PROS/AL)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1. A votação da matéria será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

Relatoria: Senador Fernando Farias.

Eu faço a designação *ad hoc* da Senadora Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Bom dia a todos, bom dia a todas, à assessoria, a todos que estão aqui, aos representantes do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, com quem aqui estive anteriormente conversando.

Eu queria pedir já à Presidente a permissão para começar a fazer a leitura através da análise do relatório. (*Pausa.*)

Permissão concedida, então vou começar aqui fazendo a leitura a partir da análise.

Esta Comissão tem a atribuição, de acordo com o art. 104-A, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, de analisar "proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo". Por se tratar de decisão terminativa, devemos também nos manifestar sobre os aspectos formais do PL, quais sejam: constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, entendemos que seja necessário, de fato, facilitar o acesso terrestre aos pontos turísticos mais importantes do país.

Quanto à constitucionalidade, a União tem competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte, e o PL não incide sobre nenhuma das vedações à iniciativa parlamentar.

A técnica legislativa é adequada.

Em relação à juridicidade, devemos analisar se a matéria possui os atributos necessários a uma lei: novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade. Infelizmente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verificamos que o PL em análise não cumpre todos esses critérios, pois faltam duas das características listadas: a novidade e a imperatividade.

A imperatividade é a possibilidade de imposição da lei, mediante o estabelecimento de penalidade em caso de inobservância da norma. Observamos que o texto do PL não traz nenhuma consequência para o seu descumprimento, o que tende a fazer com que se torne letra morta.

Já a novidade é a característica de estabelecer novos direitos e obrigações, e aqui se encontra, a nosso ver, o maior óbice à aprovação do PL.

Ocorre que o art. 80 do Código de Trânsito Brasileiro já determina que "sempre que necessário, será colocada ao longo da via, sinalização prevista neste Código e em legislação complementar". Na regulamentação, a última revisão do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, editada pelo Conselho Nacional de Trânsito em 2022, já apresenta as placas de atrativos turísticos e os seus princípios de utilização.

Assim, há obrigação de implantar sinalização turística, tanto para as concessionárias de rodovias, quanto para o Poder Executivo Federal, que a executa por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Vamos ao voto.

Diante do exposto, votamos pela prejudicialidade do PL nº 4.432, de 2021, visto já haver sido votada e se encontrar em vigor legislação no mesmo sentido da proposta.

Era isso, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Sra. Senadora Augusta Brito.

A votação será simbólica. (*Pausa.*)

Como não tem quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado, declarando a prejudicialidade do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, declaro prejudicado o Projeto de Lei 4.432, de 2021.

A matéria vai ao Plenário, para as providências, de acordo com o art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu passo a Presidência para a Sra. Senadora Augusta Brito, pois eu sou Relatora dos próximos itens.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1778, DE 2023

- Terminativo -

Cria a Rota Turística do Capim Dourado, no Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autoria: Deputado Ricardo Ayres.

Eu queria aqui já pedir para nossa querida Senadora, Presidenta da Comissão e agora Relatora desse projeto, poder fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vou direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão, cumprindo o designado no Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre a juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa e mérito da matéria.

Sobre a constitucionalidade, não se vislumbram óbices, pois é competência comum a todos os entes a promoção e o incentivo do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme o art. 180 da Constituição Federal. A matéria não consta no rol daquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, previstas no art. 61, §1º, da Constituição.

De igual maneira, não se verificam prejuízos aos aspectos de regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, somos favoráveis à proposição.

O capim dourado, elemento que dá nome à rota turística, representa não apenas o sustento das comunidades da região, mas também um símbolo da cultura quilombola. Embora os municípios estejam situados na famosa região do Jalapão, trata-se de um território para o qual o turismo de base comunitária, a agricultura familiar e o artesanato são muito importantes. Assim, a criação da Rota Turística do Capim Dourado é uma iniciativa relevante para a preservação e valorização dos patrimônios natural, cultural e histórico.

Sob o aspecto econômico e social dos municípios abrangidos pela rota turística, é importante destacar que vários deles figuram entre as últimas colocações no estado quando analisado o Índice de Desenvolvimento Humano. Significa dizer, portanto, que estes municípios possuem baixos valores em indicadores de educação, longevidade e renda, o que demanda uma atuação efetiva do poder público.

Nesse sentido, a expansão do turismo por meio da criação da Rota Turística do Capim Dourado tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, estimulando novos negócios, gerando emprego e renda e, consequentemente, melhorando a qualidade de vida da população.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.778, de 2023, de autoria do Deputado Federal Ricardo Ayres.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este é o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu gostaria de, antes de botar para discussão, pedir para a Senadora, se puder, fazer já a leitura do próximo item, que a gente bota junto, em discussão e em votação, os dois projetos, já que são em votação nominal. Pode ser?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pode ser. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Então, vamos já à leitura do item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1779, DE 2023

- Terminativo -

Cria a Rota Turística das Serras Gerais do Tocantins, no Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autoria: Deputado Federal Ricardo Ayres.

Pode fazer a leitura, nossa querida Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sobre a constitucionalidade, não se vislumbram óbices, pois é competência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comum de todos os entes a promoção e o incentivo do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Ademais, a matéria não consta dentre aquelas que são de iniciativa privativa da Presidência da República.

De igual maneira, não se verificam prejuízos aos aspectos de regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em relação ao mérito, somos favoráveis à proposição, pois a criação da Rota Turística das Serras Gerais do Tocantins consolida uma identificação regional, reunindo atrativos naturais e culturais em um produto turístico reconhecível e competitivo. O projeto fortalece a governança local ao articular programas de regionalização do turismo e amplia as condições de acesso a recursos e apoio técnico.

A região contemplada possui patrimônio natural e histórico expressivo, capaz de atrair diferentes perfis de visitantes, e apresenta grande potencial de gerar emprego, renda e oportunidades de empreendedorismo.

Nesse sentido, a expansão do turismo por meio da criação da Rota Turística das Serras Gerais do Tocantins tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, estimulando novos negócios, gerando empregos e renda e, consequentemente, melhorando a qualidade de vida da população dos municípios que compõem a rota.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.779, de 2023.

Esse é o nosso relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nossa querida Relatora, eu já queria também designá-la como Relatora *ad hoc* do item 5, porque também se trata de votação nominal. Assim a gente votaria em bloco os itens 3, 4 e 5, com a relatoria *ad hoc* da nossa querida Senadora Dorinha.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 3034, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País o evento Carnatal, no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Autoria: Deputado Federal Paulinho Freire.

Relatoria: Senador Rogerio Marinho.

Relatoria *ad hoc*: Senadora Professora Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vou direto à análise, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Pois não, Sra. Relatora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Logicamente, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à esta Comissão tratar dos assuntos referentes ao turismo.

Em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça, pronunciar-se sobre os aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa e regimental da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade, plenamente atendida: considera-se que respeita a Constituição Federal, as atribuições do Congresso Nacional – art. 48 –, a legitimidade da iniciativa parlamentar, neste caso ampla e não reservada – art. 61, *caput*, da Constituição Federal.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

No que tange ao mérito, a inclusão do evento Carnatal no calendário turístico oficial do país reveste-se de indiscutível importância cultural, social e econômica.

O Carnatal, realizado anualmente no Município de Natal, é reconhecido como o maior carnaval fora de época do mundo, atraindo anualmente cerca de 1 milhão de foliões durante seus quatro dias de festividades, realizadas no início do mês de dezembro de cada ano.

A sua primeira edição ocorreu em 1991, com apenas três blocos e um público modesto, mas, ao longo dos anos, o evento se expandiu exponencialmente, com uma variedade de artistas e estilos musicais, consolidando-se como um dos principais eventos do calendário cultural brasileiro.

De acordo com o Instituto Fecomércio do Rio Grande do Norte, na edição de 2024, o Carnatal registrou uma movimentação financeira superior a R$112 milhões, refletindo um crescimento de 51,8% em relação ao ano anterior. Este montante destaca a capacidade do evento em atrair turistas de diferentes regiões do Brasil e do exterior, sendo que 38,4% do público era composto por visitantes.

O gasto médio diário individual do turista foi de R$1.526,39, o que indica a relevância do evento para a economia local, bem como sua capacidade de gerar emprego e renda, fortalecendo o comércio e os serviços da região.

A história do Carnatal é marcada pela constante evolução e adaptação, em concomitância com as mudanças nas preferências culturais e sociais. A festa celebra a música e a dança e se apresenta como um espaço de inclusão ao promover o engajamento da comunidade e a solidariedade entre os foliões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O evento, ao longo dos anos, também incorporou medidas de sustentabilidade e responsabilidade social, demonstrando seu compromisso com o meio ambiente e a promoção de causas sociais.

Por fim, destaca-se que a inclusão do Carnatal no calendário turístico oficial do país valoriza uma manifestação cultural de grande importância, além de promover a capital potiguar como destino turístico.

Dessa forma, a aprovação da proposição representa um passo significativo para o reconhecimento e a valorização das expressões culturais brasileiras, nas suas dimensões simbólica e econômica, devendo ser amplamente apoiada.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.034, de 2023.

Voto construído pelo nosso nobre Senador Rogerio Marinho. Eu tive aqui a honra de, simplesmente como Relatora *ad hoc,* fazê-lo já, para que nós possamos avançar.

Eu já tive a oportunidade de ir a Natal nesse período. É muito difícil achar até passagem, que fica muito cara, por sinal, pela enorme demanda. E, é lógico, é um estado maravilhoso e com certeza quem vai para o Carnatal pode aproveitar outras belezas do Estado do Rio Grande do Norte.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Em discussão.

Eu queria também fazer menção aqui ao Carnatal e dizer que, além das belíssimas praias de Natal, quem puder ir nesse período também vai usufruir aí de um grande evento, com muita segurança, com muita animação e folia. Vamos lá, não é, Dorinha?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Hum-hum.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Eu queria aqui botar em discussão os projetos cujos relatórios acabaram de ser lidos: são os Projetos 1.778, 1.779 e 3.034, todos de 2023.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, eu queria botar os três, que acabaram de ser lidos aqui, em votação.

E também quero fazer uma observação: após essa deliberação, terminativa nesta Comissão, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguir a sua tramitação.

Então, como já foi dito, em votação.

A votação dos três projetos cujos relatórios acabaram de ser lidos será nominal e em bloco. Repetindo aqui: são os Projetos de nºs 1.778, 1.779 e 3.034, de 2023, nos termos dos relatórios apresentados.

Os Senadores e as Senadoras que votam com a Relatora, votam "sim".

Já podem votar, Srs. Senadores e Senadoras.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Enquanto isso – a gente vai deixar aberta aqui a votação nominal –, eu já queria pedir e passar para nossa Relatora oficial hoje da Comissão, além de Presidenta, para poder fazer também a relatoria do item 9 da pauta.

Esse item 9 também é da relatoria da nossa querida Senadora.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Eu quero só fazer, Presidente, um convite para conhecer – quem não conhece ainda – o Jalapão. É maravilhoso. Se quiser olhar na minha página, recentemente, há uns 20 dias ou um mês, eu estive no Jalapão novamente. Lógico, é uma região do meu estado. E, como eu tenho dito, o mundo inteiro tem ido visitar o Jalapão e tem curiosidade.

E é um lugar belíssimo, com cachoeiras, com rios, com fervedouro, que todo mundo imagina que é uma água quente, e não é. Fervedouro é uma água fria, mas se chama fervedouro porque são milhares de nascentes que nascem em poços, como se fossem uma piscina natural, e, como são milhares de nascentes, elas fervem com a água que brota. E não é uma lenda – eu comprovei recentemente, já tinha feito isto antes –: ninguém consegue afundar nesse fervedouro. Você coloca o pé no chão, você tenta caminhar. Quando você começa a caminhar, a areia vai sumindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos seus pés – está fervendo – e você fica como se fosse um joão-bobo, um boneco: não consegue afundar e tem que cuidar porque você – lógico, está boiando ali – pode cair para a frente ou para trás. É um lugar maravilhoso, com dunas maravilhosas, uma gente muito receptiva.

E é lá que tem uma região quilombola que foi marcada pela liderança de mulheres, matriarcas, que criaram uma comunidade, a Comunidade Mumbuca. Eu tive a oportunidade, quando secretária, de fazer a escola que está lá, uma escola estadual. Recentemente, levei internet de qualidade para comercialização.

E anualmente – eu estive agora – há a Festa da Colheita do Capim Dourado, que muitos de vocês devem conhecer. A nossa luta... A importância desse projeto é para nós não perdermos essa riqueza do capim dourado: ele não pode ser colhido fora de época. Antigamente, as pessoas colhiam e levavam, e ainda tem uma luta contra o tráfico do capim dourado, porque, quando ele é retirado fora da época certa e se leva a florzinha que tem na ponta do capim dourado, logicamente nós estamos... Além de levar de maneira ilegal, ele deixa de... É aquela folhazinha sequinha que vai cair no solo para manter o capim dourado permanente, no ciclo natural.

Então, é uma região que vale a pena.

Eu estive, recentemente, com o Ministro Wellington, falando da necessidade de termos um projeto específico, porque eu digo que o Jalapão é lindo. Nós estamos fazendo agora um aeroporto lá, acesso – o Jalapão é muito bonito – para as pessoas irem lá fazer o turismo. Vão lá, fazem turismo de aventura, três, quatro dias, e saem de lá maravilhados.

Só que o Jalapão tem que ser bom para o jalapoeiro, para quem mora lá. Não dá para ter uma região em que as pessoas possam morrer por falta de atendimento à saúde, sem ter boas escolas, sem ter boas estradas, onde a mulher grávida sofre para ganhar neném pela natureza. Então, o nosso desafio é: cada dia mais o Jalapão está lindo, maravilhoso, para o brasileiro, para o tocantinense, para o turista estrangeiro, mas tem que ser bom para o jalapoeiro.

Isso serve também para as Serra Gerais, que já têm outro perfil, já aqui no sudeste do estado, próximo da região de Goiás, Campos Belos e da própria saída de Brasília, que são cachoeiras maravilhosas. Às vezes, tem uma cachoeira de água quente de um lado, com outra cachoeira com água gelada, com poços maravilhosos, rios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica o convite para o Tocantins, assim como para Natal.

Posso ir direto à análise?

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Pode, pode. (*Fora do microfone.*)

Eu queria só dizer aqui que, depois desse relato, eu já estou querendo ir conhecer. Eu não conheço ainda...

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Vou organizar.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... mas já vou me organizar, já estou botando aqui na minha listinha do turismo no nosso país. Com certeza eu vou visitar – eu tenho muito interesse em conhecer – não só o Jalapão, pelas suas águas tão famosas, mas também o movimento de mulheres quilombolas, como foi dito aqui pela Senadora, enfim, irei também fazer esse turismo para aprender um pouco mais da nossa cultura, da cultura do nosso país.

Agora eu já queria passar direto para leitura do relatório do item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3050, DE 2025

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para instituir medidas que assegurem os direitos das mulheres e o enfrentamento da violência de gênero no âmbito do turismo.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pela aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

Pode fazer a relatoria.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

A iniciativa da Senadora Daniella Ribeiro apresenta proposta de enfrentamento à violência de gênero no âmbito do turismo que, além da significativa importância quanto ao aspecto social, constitui uma estratégia fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

A Organização Mundial do Turismo, em seu recente Relatório Global sobre Mulheres no Turismo, aponta que a percepção de segurança é um dos principais fatores de decisão dos viajantes – *Global Report on Women in Tourism*. Aqueles destinos associados a episódios de insegurança, sobretudo relacionados ao assédio ou violência contra mulheres, sofrem retração na demanda, gerando externalidades negativas sobre toda a cadeia produtiva. Assim, não estamos falando apenas do setor hoteleiro, mas também de restaurantes, museus, espaços culturais, transporte e lazer.

Em contrapartida, ambientes seguros estimulam o crescimento de demanda, consolidando o turismo como vetor de dinamização econômica e inclusão social. Turistas que percebem proteção tendem a prolongar a sua permanência nos destinos, a elevar o gasto médio e a diversificar o consumo em segmentos culturais e gastronômicos, gerando efeitos multiplicadores sobre os serviços turísticos. Destacamos que a maioria da força de trabalho é composta de mulheres, o que reforça ainda mais a importância da proposição.

Nesse sentido, é essencial que os instrumentos de que dispomos para o setor turístico, como a Política Nacional de Turismo e o Plano Nacional de Turismo, reflitam o objetivo de enfrentar a violência de gênero de forma efetiva, com a participação e o comprometimento dos agentes em uma política pública transversal. Considera-se importante a proposta de incorporar o urbanismo sensível ao gênero ao Estatuto da Cidade e à Política Nacional de Mobilidade Urbana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como trazido pelo PL, pois pensar no desenvolvimento inclusivo e seguro do turismo requer que pensemos também no desenvolvimento inclusivo e seguro para os espaços urbanos no deslocamento de pessoas.

Diante do exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei 3.050, de 2025, da nossa nobre Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. PRESIDENTE (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Em discussão o relatório que acabou de ser lido. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu quero aqui dizer que, após a deliberação nesta Comissão, a matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Agora encerramos a discussão.

Em votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório que foi apresentado. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado.

Parabéns à Senadora Dorinha. Parabéns à Senadora Daniella Ribeiro pela proposição.

E agora já devolvo a Presidência para a Senadora Dorinha, que vai prosseguir com os trabalhos desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Quero agradecer à Senadora Augusta Brito e reforçar o convite para ir ao Tocantins. Vamos organizar, caso a bancada queira, uma ida ao estado.

Só aproveitando, a nossa Comissão lida com essa questão do turismo. O Ministro Celso Sabino já esteve aqui, o Presidente Freixo também esteve. Houve um grande avanço. Acho que, embora os nossos números ainda sejam muito modestos, dadas a capacidade, a beleza e a estrutura que o Brasil tem, com uma grande variedade dos nossos destinos turísticos, há a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de um grande fortalecimento da mulher na questão do empreendedorismo e na geração de renda, e, logicamente, a segurança faz toda a diferença para o nosso país.

Gostaria só de fazer um apelo às assessorias dos colegas que marcaram presença: comuniquem os gabinetes, os Senadores que já marcaram presença, para o voto. Acho que a maioria está na CAE, em virtude do tema que está sendo discutido, mas solicito que eles voltem. Nós estamos com o quórum baixo de colegas que já votaram. E podem votar remotamente. (*Pausa.*)

São nove aqui.

Já deu. Eu estava aguardando o meu Líder e o Senador Eduardo Gomes, que é do Tocantins, porque tem duas matérias sobre rota turística que ele já votou.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Votos SIM, 10; nenhum NÃO

Nenhuma abstenção.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Muito obrigada a todos pelo voto.

O Item nº 6 da pauta está prejudicado, porque o Relator não está presente.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2117, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1. A matéria constou nas pautas das reuniões deliberativas dos dias 25/03/2025, 13/05/2025, 10/06/2025, 24/06/2025, 26/08/2025, 02/09/2025 e 09/09/2025 sendo adiada;

2. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.)

Só gostaria de informar que já constou da pauta nos dias 25/03, 13/05, 10/06, 24/06, 26/08, 02/09, 09/09. Quero informar que, na próxima reunião, eu vou designar *ad hoc* – que seja informado ao Senador –, em virtude de já ter constado na pauta pelo menos seis vezes.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 2592, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, para estabelecer que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos relativos a operações de crédito dos fundos constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste serão direcionados a pequenas e microempresas.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Relatoria: Senador Efraim Filho

Relatório: Pela aprovação ao Projeto de Lei nº 2.592, de 2023, com a aprovação parcial da Emenda nº 1 e das duas emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 02/10/2025, foi apresentado novo relatório do Senador Efraim Filho;

2. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Líder Efraim Filho para a leitura do seu relatório.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Obrigado, minha Presidente Senadora Dorinha, obrigado também pela tolerância em aguardar a nossa chegada para poder fazer essa relatoria, que tem como autor também o nosso companheiro de bancada, Senador Jayme Campos, do União do Mato Grosso.

Pedindo vênia a V. Exa., iremos direto à análise do voto.

Quanto ao mérito da proposta, não há como não concordar com o nobre proponente, quando afirma, em defesa de sua proposição, que as pequenas e microempresas são um relevante fator de inovação, crescimento e geração de emprego no Brasil e no mundo.

De fato, segundo a Agência Sebrae, em matéria veiculada em seu portal, em 14 de abril de 2023, a cada dez postos de trabalho gerados no Brasil, aproximadamente oito foram criados pelas micro e pequenas empresas. A contribuição que as pequenas e microempresas poderão conferir ao desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em especial, é, portanto, inquestionável. Como este é o objetivo final dos fundos constitucionais de investimentos, é extremamente salutar que parte dos seus recursos sejam direcionados para tais empresas.

A Emenda nº 1 objetiva que os programas de financiamento a que se referem os incisos I e II do *caput* do art. 14 da lei alterada reservarão, no mínimo:

I - 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos dos fundos constitucionais de que trata esta lei a linhas de crédito direcionadas exclusivamente a microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme definição dada pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

II - 5% (cinco por cento) dos recursos dos fundos constitucionais de que trata esta Lei a linhas de crédito direcionadas exclusivamente a microempreendedores individuais (MEI), conforme definição dada pelo art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adequando a redação do projeto original, acolho em parte a emenda apresentada a fim de incluir microempreendedores individuais, tornando o projeto ainda mais coerente com o desenvolvimento econômico.

Apesar do destacado anteriormente, faz-se necessário considerar também pessoas físicas que faturam até 4,8 milhões por ano, tendo em vista a argumentação de diversas instituições financeiras da necessidade de as incluir num percentual reservado, caso contrário, haveria dificuldade de atingir o limite previsto no projeto de lei, bem como restrição na autonomia de autuação dos bancos públicos de fomento.

Assim, apontaram que muitos pequenos produtores rurais são pessoas físicas e estariam excluídos de percentual estabelecido inicialmente ao projeto. Portanto, para o aprimoramento do projeto, acatei essa demanda por princípio de justiça e economicidade, sem que, contudo, altere-se a essência do projeto original.

Além do mais, entendemos ser necessário um ajuste quanto ao início da vigência da futura lei. Entendemos ser necessário conferir um prazo para que os orçamentos dos fundos sejam ajustados. Assim, propomos que os efeitos financeiros da lei somente se iniciarão no exercício financeiro subsequente ao da sua entrada em vigor.

Diante disso, não vislumbramos, destarte, óbices quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, que serão objetos de análise mais aprofundada pela CAS, visto que a análise desta Comissão será em caráter terminativo.

Diante do exposto, manifestamos voto favorável ao PL 2.592, de 2023, com aprovação parcial da Emenda nº 1 e a apresentação das seguintes emendas de Relator:

Segue a emenda, conforme já devidamente publicado. A Emenda nº 1 e também a Emenda nº 2, conforme citado, e esse é o voto encaminhado à análise da nossa bancada e da nossa Comissão, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Líder Efraim, pela leitura do seu relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação do relatório será simbólica.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1, com acolhimento parcial, e as Emendas nºs 2 e 3.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Quero parabenizar tanto o nosso querido Senador Jayme Campos quanto o Líder Efraim. Em especial, nós do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contamos e precisamos que os fundos estejam cada vez mais ativos, e a importância de lidar com o empreendedorismo, os pequenos e médios, na possibilidade de incentivo.

Então, parabéns, Relator, que conhece muito o tema!

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Como Relator.) – Minha querida Presidente, aqui nós estamos na Comissão de Desenvolvimento Regional, e esse tema tem tudo a ver com a realidade dos nossos estados em particular. Paraíba e Tocantins são estados que têm buscado caminhos para aproveitar as suas vocações econômicas, os seus arranjos produtivos locais, para poder valorizar aquilo que é a essência da nossa agenda econômica, agenda de trabalho.

Nós temos povos que são extremamente produtivos, trabalhadores, o que querem da vida é oportunidade, e leis como essa, garantindo percentuais mínimos para que o dinheiro dos bancos não vá apenas para o crédito a grandes empresas, fazem a diferença. Saber que ao pequeno será reservado ali um valor, que ele não vai precisar brigar na porta da agência com o gerente que quer muitas vezes beneficiar só o grande, porque tem medo do risco dos pequenos. É isso o que nós aprovamos.

Então, a sua sensibilidade como Presidente, conduzindo esta Comissão e pautando essa matéria, mostra que a senhora está cada vez mais preparada, qualificada para poder, do cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, amanhã, em um futuro próximo, também comandar os destinos do seu estado como Governadora, preparando-se e qualificando-se.

Tocantins merece uma gestora com a preparação da Senadora Professora Dorinha Seabra. Essa é a minha esperança e quero muito em breve vê-la tomando posse como futura Governadora do Tocantins!

O meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Obrigada, Líder Efraim! Talvez estejamos juntos no Fórum de Governadores, que é o desejo nosso também, para que a Paraíba reconheça, saiba da sua liderança, da sua competência, da sua dedicação, que têm sido reconhecidas pelo seu envolvimento, como no mote: foguete não tem ré! (*Risos.*)

Parabéns pelo seu trabalho!

Em virtude da ausência dos Relatores de itens ainda que constam na pauta, vou encerrar a presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eduardo Braga, José Lacerda, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Paulo Paim e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Emendas da CDR ao PLOA 2026**. **Finalidade:** Discussão e deliberação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), referente ao PLOA/2026 (PLN 15/2025-CN), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". Relator das sugestões de Emendas na CDR: Senador Jorge Seif. **Resultado:** Relatório aprovado. Esta Comissão delibera pela apresentação de seis emendas de apropriação e duas emendas de remanejamento, já renumeradas de: **nº 01)** 60110001, UO 53101, Ação Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional, no valor de R$ 2.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Alan Rick, Ana Paula Lobato, Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Efraim Filho, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Jussara Lima, Marcelo Castro, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Rogério Marinho, Wilder Morais, Zenaide Maia e Zequinha Marinho; **nº 02)** 60110002, UO 56101, Ação Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária - Nacional, no valor de R$ 1.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Eduardo Braga, Efraim Filho, Flávio Bolsonaro, Marcelo Castro, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad e Professora Dorinha Seabra; **nº 03)** 60110003, UO 53101, Ação Apoio aos Polos e Projetos de Agricultura Irrigada - Nacional, no valor de R$ 20.000.000,00, de autoria dos Senadores: Astronauta Marcos Pontes, Efraim Filho, Jorge Seif, Mecias de Jesus e Professora Dorinha Seabra; **nº 04)** 60110004, UO 56101, Ação Apoio à implantação, ampliação ou melhoria de ações e serviços de saneamento básico em áreas rurais - Nacional, no valor de R$ 46.000.000,00, de autoria do Senador Jorge Seif; **nº 05)** 60110005, UO 54101, Ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional, no valor de R$ 2.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Alan Rick, Ana Paula Lobato, Chico Rodrigues, Efraim

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Filho, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Jussara Lima, Marcelo Castro, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Professora Dorinha Seabra, Wilder Morais, Zenaide Maia e Zequinha Marinho; **nº 06)** 60110006, UO 53101, Ação Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional, no valor de R$ 1.000.000.000,00, de autoria dos Senadores: Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Professora Dorinha Seabra e Zequinha Marinho; **nº 07)** 60110007, UO 53101, Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, no valor de R$ 400.000.000,00, de autoria dos Senadores: Marcelo Castro e Professora Dorinha Seabra; **nº 08)** 60110008, UO 53101, Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte – Nacional, no valor de R$ 400.000.000,00, de autoria dos Senadores: Eduardo Braga e Professora Dorinha Seabra. O Senador Jorge Seif, relator, solicitou que fosse consignado em ata o compromisso desta Comissão de apoiar a destinação de R$ 100.000.000,00, do montante referente à Emenda nº 60110008, prioritariamente à Região Metropolitana de Manaus, em atendimento à solicitação do Senador Eduardo Braga, autor da Sugestão SF_CDR_0080, conforme registro no Sistema Lexor. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 32ª reunião, realizada em 04 de novembro de 2025, e a da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/11

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de novembro de 2025.

A presente reunião destina-se a discutir e deliberar sobre a apresentação de emendas desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15, de 2025, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

Esclareço que, conforme aprovado no relatório preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, esta Comissão poderá apresentar até oito emendas ao Ploa, sendo, no máximo, seis de apropriação e duas de remanejamento.

Conforme divulgado, o Relator das sugestões das emendas na CDR é o Senador Jorge Seif, nosso Vice-Presidente, a quem passo a palavra para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Senadora Dorinha.

Boa tarde, senhoras e senhores, aos que acompanham presencialmente – servidores aqui da Comissão e da Casa e imprensa – e a todos os internautas que nos acompanham pela TV Senado.

Quero fazer, primeiramente, um agradecimento e uma menção à minha amiga Thais Portela e ao Diretor Marcos Teodoro, da Secretaria de Segurança Pública da minha cidade de Itajaí, que hoje nos visitam. Vieram também dar uma mordidinha nas nossas emendas, mas é por uma justa causa que nós sempre defendemos: a segurança pública do Estado de Santa Catarina, que é o estado mais seguro do Brasil.

Sra. Presidente, indo para o nosso relatório, este é o parecer da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2026, Projeto de Lei nº 15, de 2025, do Congresso Nacional, que estima receita e fixa despesa da União para o exercício financeiro de 2026. São diversos autores, e o Relator é o Senador Jorge Seif.

Relatório.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com fundamento nas normas de direito financeiro público, especialmente na Lei Complementar 210, de 2024, que dispõe sobre a proposição e a execução de emendas parlamentares na lei orçamentária anual e dá outras providências, e a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e sobre a tramitação de matérias orçamentárias no Congresso Nacional, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se para deliberar a respeito das sugestões de que resultarão em seis emendas de apropriação e duas de remanejamento, a serem apresentadas ao projeto de lei orçamentária para 2026 (PLOA 2026).

Tais sugestões estão relacionadas no quadro anexo a este parecer.

Análise.

Foram apresentadas à CDR 135 sugestões de emendas de apropriação e 7 sugestões de emendas de remanejamento. As sugestões foram analisadas a partir de fundamentos técnicos colhidos na legislação aplicável e nas diretrizes emanadas do Comitê de Admissibilidade de Emendas da CMO. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria: o primeiro foi o de que as emendas tivessem relação com as competências desta Comissão; e o outro fundamento foi o de que as sugestões apresentassem interesse nacional ou regional.

Voto.

No caso das sugestões de emendas de apropriação, votamos pela aprovação das seguintes:

1) Sugestão Senado Federal_CDR0084, de autoria do Senador Efraim Filho e também de outros solicitantes: Alan Rick, Ana Paula Lobato, Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Fernando Farias, Flávio Bolsonaro, Jussara Lima, Marcelo Castro, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Plínio Valério, Professora Dorinha, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Zenaide Maia e Zequinha Marinho, relativa à ação "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado", Ação 00SX, Nacional, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – Administração Direta, no valor de R$2 bilhões, conforme solicitantes;

2) Sugestão Senado Federal_CDR0057, a pedido do Senador Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Efraim Filho, Flávio Bolsonaro, Marcelo Castro, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad e Professora

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dorinha, relativa à ação "Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária", Ação 00T1, Nacional, do Ministério das Cidades – Administração Direta, no valor de R$1 bilhão;

3) Sugestão SF_CDR0135, do Senador Jorge Seif, relativa à ação "Apoio aos Polos de Projetos de Agricultura Irrigada", Ação 00TD, Nacional, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – Administração Direta, no valor de R$20 milhões, figurando também outros Senadores, como Astronauta Marcos Pontes, Efraim Filho, Mecias de Jesus e Professora Dorinha;

4) Sugestão SF_CDR0102, do Senador Jorge Seif, relativa à ação "Apoio à Implementação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços de Saneamento Básico em Áreas Rurais", Ação 00VJ, Nacional, do Ministério das Cidades – Administração Direta, no valor de R$46 milhões, figurando também... Senador Jorge Seif, ok.

5) Sugestão SF_CDR0026 (Senador Efraim Filho), relativa à ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística" (Ação 10V0), Nacional, Ministério do Turismo - Administração Direta, no valor de R$2 bilhões, figurando como solicitantes: Senador Alan Rick, Senadora Ana Paula Lobato, Senador Chico Rodrigues, Senador Fernando Farias, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Jorge Seif, Senadora Jussara Lima, Senador Marcelo Castro, Senador Nelsinho Trad, Senador Plínio Valério, Senadora Professora Dorinha Seabra, Senador Wilder Moraes, Senadora Zenaide Maia e Senador Zequinha Marinho.

6) Sugestão SF_CDR0009, do Senador Zequinha Marinho, com Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Nelsinho Trad e Professora Dorinha Seabra. Relativa à ação de "Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte" (Ação 1211), Nacional, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - Administração Direta, no valor de R$1 bilhão.

Agora, as emendas de remanejamento.

Votamos pela aprovação das seguintes:

1) Sugestão SF_CDR 0141, de autoria da Senadora Professora Dorinha e também do Senador Marcelo Castro, que é a relativa à ação de "Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Local Integrado" (Ação 00SX), Nacional, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional - Administração Direta, no valor de R$400 milhões.

Sra. Senadora, senhoras e senhores, quero ainda registrar o compromisso assumido por esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o qual deverá constar em ata e ser formalmente comunicado à Comissão Mista de Orçamento (CMO), no sentido de que R$100 milhões desse montante serão destinados, como prioridade, à Região Metropolitana de Manaus, atendendo à solicitação do Líder Eduardo Braga, que foi também autor da Sugestão SF CDR_0080. Tal deliberação reflete um gesto de equilíbrio e sensibilidade federativa, reconhecendo as demandas específicas da Amazônia e reforçando a necessidade de integração das políticas públicas voltadas, tanto às comunidades mais isoladas, quanto aos centros urbanos regionais que desempenham papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico da região.

Sra. Presidente, senhoras e senhores, apresentamos hoje um trabalho importante, que vai muito além de números e planilhas. Tratamos de investimentos que podem mudar a vida das pessoas, especialmente nas regiões que mais precisam da presença do Estado. As emendas aprovadas por esta Comissão representam esperança e desenvolvimento.

São recursos que vão levar infraestrutura para os municípios – estradas melhores, turismo fortalecido, água tratada nas comunidades rurais e apoio à agricultura irrigada, que gera renda e alimento para o nosso povo.

Essas decisões, que são colegiadas, alinhadas com os diversos Senadores que aqui mencionamos e com a nossa Presidente Senadora Dorinha Seabra, mostram que, quando o Senado trabalha unido, com foco no bem comum, o resultado é um orçamento que chega a todos os cantos do país, ao interior, ao litoral – do campo às grandes cidades... Nosso objetivo é simples, mas essencial: fazer com que cada real do orçamento público se transforme em qualidade de vida, emprego e dignidade para o povo brasileiro.

E é isso, Senadora Dorinha, que nos move. É por isso que estamos aqui, para que o desenvolvimento regional não seja apenas um discurso, mas uma realidade presente na vida das famílias brasileiras.

Esse era o relatório, Sra. Presidente.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada ao Senador Jorge Seif, Vice-Presidente.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Só um minutinho, Senadora. (*Pausa*.)

Espera aí, qual o número dela? (*Pausa*.)

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. *Fora do microfone*.) – Ele leu, sim, tanto é que ele fez a ressalva do Senador Eduardo Braga.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, acho que sim. (*Fora do microfone*.) (*Pausa*.)

Só gostaria de fazer uma ressalva aqui, que é a sugestão nº 2 que está no meu texto, mas eu acabei pulando: a Sugestão SF_CDR0142, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra e também do Senador Eduardo Braga, relativa à ação "Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte", Ação 1211, Nacional, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, da Administração Direta, no valor de R$400 milhões.

Obrigado.

Eu acho que eu li, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Também acho que leu.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Eu acho que eu li, mas está reforçado.

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, agradeço ao Relator, nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Seif.

Em discussão o relatório e as considerações apresentadas. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Ficam renumeradas como Emendas CDR de 1 a 8.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação de Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 32ª Reunião, realizada em 4 de novembro, assim como a da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero parabenizar a disponibilidade do Senador, que procurou, com muito critério, contemplar, primeiro, focando as principais ações desta Comissão e, ao mesmo tempo, de maneira plural, os Senadores que apresentaram emendas. Não é uma escolha. Cada Senador teve a oportunidade de apresentar as suas emendas, e aí o Senador contemplou todos os que apresentaram emenda dentro da ação que foi selecionada. Então, parabéns pelo seu discernimento e, ao mesmo tempo, pela disposição de atendimento.

É a luta nossa agora para que esse orçamento se consolide, porque na verdade nós temos um Brasil muito desigual, e esta Comissão tem este papel: desenvolvimento regional, equilíbrio, redução das desigualdades.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4166900861

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezoito minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eduardo Braga, José Lacerda, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Paulo Paim, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Alterações de Indicações das Emendas RP8 - 7º Ciclo (CORREÇÕES)**. **Finalidade:** 7º Ciclo de Deliberação das alterações de indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN. Na oportunidade, serão deliberadas APENAS correções a indicações aprovadas anteriormente. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Correções das indicações de emendas RP8 aprovadas, conforme o relatório aprovado e planilha - PLANILHA RP8 APROVADA EM 11_11 (7º Ciclo) em anexo. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/11

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, de 11/11/2025.

A presente reunião destina-se à deliberação de correções de indicações da Emenda RP 8, da LOA, de 2025, de acordo com a Lei Complementar 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pelas Resoluções nºs 1 e 2, de 2025.

A coordenação das sugestões de correção de indicações ficou a cargo desta Presidência, que recebeu, exclusivamente pelo sistema, 33 solicitações de correções de indicação, cujo prazo de envio encerrou-se sexta-feira, dia 7 de novembro de 2025.

Quero esclarecer que a Reunião nº 33, que tratará da nossa proposta da LOA, sob a relatoria do Senador e Vice-Presidente Jorge Seif, nós faremos às 14h30, para ajustes do relatório. Agradecemos a presença do nosso Vice-Presidente. Fica esta reunião para que ocorra, às 14h30... Neste mesmo plenário, Marcus, vai poder ser? (*Pausa.*)

Já confirmado com a coordenação das Comissões, poderá ser realizada neste mesmo plenário, às 14h30.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução das programações orçamentárias na LOA de 2025.

Esta Comissão apresentou emendas nas programações abaixo:

1. Emenda 60110001

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1.1. Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

1.2. Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

1.3. Função/Subfunção: 15 - Urbanismo/244 - Assistência Comunitária

1.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

1.5. Valor: R$700 milhões

2. Emenda 60110002

2.1. Programa: 2323 - Turismo, esse é o destino

2.2. Ação: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

2.3. Função/Subfunção: 23 - Comércio e Serviços / 695 - Turismo

2.4. Subtítulo: 0001 – Nacional

2.5. Valor: R$400 milhões

No novo prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas 33 sugestões de indicações de emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Análise.

As indicações constantes no Anexo I apresentam solicitações de alteração de indicações previamente aprovadas em ciclos anteriores, encaminhadas à Presidência da Comissão por seus autores, e também atendem aos critérios formais analisados. Caso aprovadas, essas alterações serão igualmente encaminhadas aos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional e do Turismo – Ministério do Turismo –, para que o remanejamento seja efetivado.

Por fim, as indicações constantes do Anexo II foram desconsideradas ou rejeitadas, seja por solicitação de seus autores, seja por apresentarem incorreções técnicas.

Voto.

Nesse contexto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I e a rejeição daquelas constantes do Anexo II.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a tabela com as indicações de alteração e a relação das indicações retiradas pelos seus autores, conforme o constante do relatório apresentado, que será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e aos ministérios, juntamente com a ata da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, com as correções das indicações constantes do Anexo I, conforme publicadas.

Será enviada aos seus respectivos ministérios.

Antes de finalizarmos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Declaro encerrada a presente reunião e informo que, na sequência, realizaremos a 35ª Reunião. Solicito a presença e a participação das Sras. Senadoras e Srs. Senadores.

(*Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ANEXO I

ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE- 34ª REUNIÃO DA CDR

LOA 2025 - LEI Nº 15.121/2025

ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

INDICAÇÕES ALTERADAS
9242, 11020, 11339, 12079, 12088, 13425, 13752, 14300, 14428, 15093, 15099, 15100, 15101, 15102, 15103, 15105, 15132, 15134, 15312, 15313, 15314, 15315, 15317, 15318, 15319, 15997, 16899

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Juazeiro	Prefeitura Municipal de Juazeiro		13.915.632/0001-27	BA	JUAZEIRO	4	40	Construção de Praça no povoado de Maniçoba	400.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4179	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Tanque Novo	Prefeitura Municipal de Tanque Novo		13.225.131/0001-19	BA	TANQUE NOVO	4	40	Apoio à Infraestrutura Turística	400.000

[redacted]

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA		08.290.223/0001-42	RN	PUREZA	4	40	Construção do Santuário - etapa 1	617.391

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4142	Eann Styvenson Valentim Mendes	54000	54101	10V0	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PUREZA		08.290.223/0001-42	RN	PUREZA	4	40	Apoio à Infraestrutura Turística	617.391

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			82.892.373/0001-89	SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	4	40	Reforma Igreja Nossa Senhora da Piedade	717.391

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4251	Ivete Marli Appel da Silveira	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal			82.892.373/0001-89	SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	717.391

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Porto Alegre do Tocantins			33.254.558/0001-52	TO	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	4	40	Praça	1.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4275	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	54000	54101	10V0	Porto Alegre do Tocantins			33.254.558/0001-52	TO	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	4	40	APOIO A INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	1.000.000

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Corumbá	PM de Corumbá		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Construção de Centro de Convenções	2.608.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4181	Nelson Trad Filho	54000	54101	10V0	PM de Corumbá	PM de Corumbá - público		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	2.608.000

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	3794	Omar José Abdel Aziz	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã			04.278.818/0001-21	AM	NOVO ARIPUANA	4	40	Construção e revitalização de Orla turística.	3.000.000
60110002	3794	Omar José Abdel Aziz	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Modernização de iluminação pública (LED) para adequação de espaços de interesse turístico.	1.500.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod.	Cod. UO	Cod.	Favorecido	Beneficiário Final (Execução	Município Indicação	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

			Órgão		Ação		Direta/Codevasf)	Vinculadas							
60110002	3794	Omar José Abdel Aziz	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã			04.278.818/0001-21	AM	NOVO ARIPUANA	4	40	Apoio a infraestrutura turística.	3.000.000
60110002	3794	Omar José Abdel Aziz	54000	54101	10V0	Prefeitura Municipal de Itapiranga			04.495.644/0001-59	AM	ITAPIRANGA	4	40	Apoio a infraestrutura turística.	1.500.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de João Pessoa			08.778.326/0001-56	PB	JOAO PESSOA	4	40	Banheiros Públicos Autolimpantes	400.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110002	4088	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	54000	54101	10V0	Município de João Pessoa			08.778.326/0001-56	PB	JOAO PESSOA	4	40	Infraestrutura turística	400.000

[redacted]

DE:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	Vitória do Jari	Vitória do Jari	00.399.857/0001-26	AP	VITORIA DO JARI	4	90	Maquinário	324.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

						do Parnaíba - Codevasf								
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Mazagão	Mazagão	00.399.857/0001-26	AP	MAZAGAO	4	90	Veículo	322.800
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Oiapoque	Oiapoque	00.399.857/0001-26	AP	OIAPOQUE	4	90	Veículo	322.800
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do	Santana	Santana	00.399.857/0001-26	AP	SANTANA	4	90	Veículo	322.800

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

						São Francisco e do Parnaíba - Codevasf								
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Oiapoque	Oiapoque	00.399.857/0001-26	AP	OIAPOQUE	4	90	Veículos	240.292
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Itaubal	Itaubal	00.399.857/0001-26	AP	ITAUBAL	4	90	Maquinário	324.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	09.203.665/0001-77	AP	MACAPA	4	90	Maquinários e Veículos	1.451.634
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Maquinário	324.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Maquinário	624.399

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	00.399.857/0001-26	AP	LARANJAL DO JARI	4	90	Veículo	322.500
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Vitória do Jari	Vitória do Jari	00.399.857/0001-26	AP	VITORIA DO JARI	4	90	Veículos	240.402
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	00.399.857/0001-26	AP	LARANJAL DO JARI	4	90	Veículos	240.292

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

						do Parnaíba - Codevasf								
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá		00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Veículos	216.263
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	Vitória do Jari	Vitória do Jari	09.203.665/0001-77	AP	VITORIA DO JARI	4	90	Maquinários	20.694
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	Oiapoque	Oiapoque	09.203.665/0001-77	AP	OIAPOQUE	4	90	Maquinários	20.694

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	09.203.665/0001-77	AP	LARANJAL DO JARI	4	90	Maquinários	20.694

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Serra do Navio	Serra do Navio	00.399.857/0001-26	AP	SERRA DO NAVIO	4	90	Veículos	329.246
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos	Itaubal	Itaubal	00.399.857/0001-26	AP	ITAUBAL	4	90	Maquinário	427.023

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

						Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf								
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Ámapá	Amapá	00.399.857/0001-26	AP	AMAPA	4	90	Equipamento	198.000
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Maquinário	232.237

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Vitória do Jari	Vitória do Jari	00.399.857/0001-26	AP	VITORIA DO JARI	4	90	Veículos + Equipamento	438.900
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	00.399.857/0001-26	AP	LARANJAL DO JARI	4	90	Equipamentos	117.040
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Veículo	286.052

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

						do Parnaíba - Codevasf								
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Laranjal do Jari	Laranjal do Jari	00.399.857/0001-26	AP	LARANJAL DO JARI	4	90	Veículos e Equipamentos	329.175
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Vitoria do Jari	Vitoria do Jari	00.399.857/0001-26	AP	VITORIA DO JARI	4	90	Maquinário	427.023
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do	Cooperativa de Alimentos da Biodiversida	Cooperativa de Alimentos da Biodiversi	00.399.857/0001-26	AP	MACAPA	4	90	Veículos e Equipamentos	438.900

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

						São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	de do Amapá	dade do Amapá							
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf	Tartarugalzinho	Tartarugalzinho	00.399.857/0001-26	AP	TARTARUGALZINHO	4	90	Veículo	593.836
60110001	2919	Randolph Frederich Rodrigues Alves	53000	53101	00SX	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá	09.203.665/0001-77	AP	MACAPA	4	90	Maquinários e Veículos	1.468.774

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Caxingó			01.612.618/0001-75	PI	CAXINGO	4	40	Aquisição de um caminhão compactador de lixo.	540.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4183	Marcelo Costa e Castro	53000	53101	00SX	Prefeitura Municipal de Santa Luz			06.554.398/0001-94	PI	SANTA LUZ	4	40	Aquisição de uma retroescavadeira	540.000

DE:

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Bodoquena/MS			15.465.016/0001-47	MS	BODOQUENA	4	40	Pavimentação Asfáltica.	1.000.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Dourados			03.155.926/0001-44	MS	DOURADOS	4	40	Pavimentação de vias urbanas.	3.000.000

PARA:

EMENDA	Cod. Parlamentar	Parlamentar Solicitante	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Nova Andradinha - MS			03.173.317/0001-18	MS	NOVA ANDRADINA	4	40	Apoio a infraestrutura produtiva.	1.000.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Nioaque - MS			03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Apoio a infraestrutura produtiva.	500.000
60110001	4086	Soraya Vieira Thronicke	53000	53101	00SX	Município de Sidrolândia			03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Apoio a infraestrutura Produtiva.	2.500.000

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8876442065

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia onze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Eduardo Braga, José Lacerda, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Kajuru e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Augusta Brito, Beto Faro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Ratificações de indicações (LOA 2024)**. **Finalidade:** Ratificações extemporâneas das indicações para execução das emendas e respectivos empenhos à Lei Orçamentária de 2024, nos termos do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1 de 2025, aprovada em sessão conjunta do Congresso Nacional no dia 13.03.2025. A reunião tem como base a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854. **Resultado:** Aprovada a ratificação de 1 (uma) indicação de emenda RP8 (LOA 2024), conforme tabela aprovada em anexo. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e oito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1668952007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/11

A SRA. PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, realizada em 11 de novembro de 2025.

A presente reunião destina-se à deliberação de ratificações extemporâneas das indicações para a execução das emendas e respectivos empenhos à Lei Orçamentária de 2024, nos termos do art. 3º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2025. A reunião tem como base a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854.

Conforme divulgado no processo de ratificação de março de 2025, duas indicações à CDR ficaram sem o apoiamento necessário de Parlamentares e, consequentemente, não foram ratificadas pela Comissão.

Nesse contexto, mediante a solicitação desta Presidência, a Consultoria de Orçamento (Conof) manifestou-se no sentido de ser razoável e adequado que a CDR delibere novamente para ratificar as indicações, assegurando a execução dos valores já empenhados, que, de outro modo, permaneceriam indisponíveis.

O prazo foi reaberto na semana passada, tendo sido anunciado em reunião publicada no *site* da Comissão e encaminhado ofício circular a todos os Parlamentares, e encerrou-se na sexta-feira, 7 de novembro.

Durante esse período, foi registrado o apoiamento da Senadora Augusta Brito a uma indicação, conforme consta na planilha divulgada e no ofício enviado a esta Presidência pela nobre Senadora, restando ainda uma indicação sem apoiamento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1668952007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo objeção do Plenário, coloco em votação a aprovação da ratificação da indicação apoiada e dos respectivos empenhos, conforme planilha a ser publicada e encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da presente reunião.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Está aprovada.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, lembrando que às 14h30 faremos a deliberação da Reunião nº 33.

(*Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1668952007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ANEXO (Indicação ratificada – LOA 2024)

CÓDIGO DO APOIADOR	NOME DO APOIADOR	CARGO DO APOIADOR	NÚMERO DA EMENDA	ANO DA EMENDA	ÓRGÃO - CÓDIGO	ÓRGÃO - NOME	UO	AÇÃO	GND	MOD	NE	OBJETO	UF	FAVORECIDO	CNPJ	VALOR EMPENHADO
4281	**Augusta Brito**	**Senadora**	202460110004	2024	53000	MINIST. DA INTEGR. E DO DESENVOLV. REGIONAL	53101	00SX	4	40	530023000012024NE000268	PAVIMENTACAO DE VIAS DA ZONA RURAL DO MUNICIPIO DE TABULEIRO DO NORTE-CE	CE	MUNICIPIO DE TABULEIRO DO NORTE	07891682000119	4.775.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Professora Dorinha Seabra

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1668952007

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eduardo Braga, José Lacerda, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zenaide Maia, Jorge Seif, Wilder Morais, Augusta Brito, Beto Faro, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Fabiano Contarato e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Eliziane Gama, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 35, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2025 - CDR sejam incluídos os seguintes convidados: • representante do Ministério das Cidades; • representante do Ministério da Saúde; • representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; • representante do Ministério da Educação." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 36, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2025 - CDR seja incluída a seguinte convidada: a Exma. Sra. Maria do Carmo Avesani Lopez, Secretária de Estado de Habitação do Mato Grosso do Sul - MS." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 24/2025 - CDR, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), REQ 35/2025 - CDR, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), e REQ 36/2025 - CDR, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater o Vale da Celulose: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Regional no Mato Grosso do Sul. **Participantes:** Sr. Antônio Ângelo Garcia dos Santos, Prefeito de Inocência; Sr. Cassiano Rojas Maia, Prefeito de Três Lagoas/MS; Sr. Roberson Luiz Moureira, Prefeito de Ribas do Rio Pardo/MS; Sr. Cleyton Rodrigo da Silva, Vice-Prefeito de Bataguassu/MS; Sr. Edgar Batista de Azevedo Caetano, Diretor do Departamento de Projetos e Sistemas Produtivos Regionais e Territoriais do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Sra. Cristiana Scorza, Diretora do Departamento de Estruturação do Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério das Cidades; Sr. Rogério Thomitão Beretta, Secretário-Executivo de Desenvolvimento Econômico Sustentável da SEMADESC; Sra. Denise Maria Moraes, Servidora da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador - SVSA/MS (representante de: Ministério da Saúde); Sr. José Carlos da Fonseca, Diretor de Relações Institucionais da IBÁ (representante de: Suzano, Arauco e Bracell); e Sr. Benedito Mário Lázaro, Diretor-Executivo da Reflore/MS (representante de: Suzano, Arauco e Bracell). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. O Presidente Eventual da Comissão, Senador Nelsinho Trad, determinou que as soluções apresentadas durante a reunião fossem encaminhadas aos Prefeitos dos municípios pertinentes à temática debatida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Professora Dorinha Seabra
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Muito bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob a proteção de Deus, declaro aberta, havendo número regimental, a 36ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data de 25 de novembro de 2025.

Informo que está sendo gerado sinal pela TV Senado.

Em 30 de setembro de 2025, comunicamos, com abertura de prazo para manifestação, que a Comissão recebeu o Aviso 952, GP/TCU, encaminhado pelo TCU para conhecimento do Acórdão 2005/2025, proferido pelo Plenário do TCU, na sessão ordinária de 03/09/2025, ao apreciar o TC-000.101/2025-7, em que o Relator Ministro Aroldo Cedraz se manifestou. Trata-se da auditoria realizada no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional com o objetivo de avaliar a maturidade da estratégia Rotas de Integração Nacional, em especial quanto à qualidade da sua implementação e quanto ao alcance de seus objetivos e metas.

Adicionalmente, comunico que foi apresentado à Comissão o Aviso 1.195, GP do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte de Contas na sessão de 05/11/2025, da relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus. O mencionado processo trata da auditoria operacional destinada a avaliar as causas e as possíveis consequências de eventual diminuição da oferta de áreas e de autorizações para exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a atuação nesse período.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião está dividida em duas partes, deliberativa e audiência pública interativa.

A parte deliberativa é destinada à deliberação de dois requerimentos apresentados à Comissão, acrescentando convidados à audiência pública interativa que realizaremos na sequência.

Como os requerimentos tratam do mesmo tema, proponho a votação em bloco. (*Pausa.*)

Todos de acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 35, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2025 - CDR sejam incluídos os seguintes convidados:

- *representante do Ministério das Cidades;*
- *representante do Ministério da Saúde;*
- *representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;*
- *representante do Ministério da Educação.*

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

Segundo informações, o Ministro Waldez Góes está a caminho.

Item 2.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2025 - CDR seja incluída a seguinte convidada: a Exma. Sra. Maria do Carmo Avesani Lopez, Secretária de Estado de Habitação do Mato Grosso do Sul - MS.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)

A votação será simbólica.

Em votação os requerimentos.

Os Senadores que colocaram no painel as vossas presenças e que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos 35 e 36.

Segunda parte da audiência pública interativa.

Essa parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: "Vale da Celulose: Oportunidades e Desafios para o Desenvolvimento Regional no Mato Grosso do Sul", em atenção aos Requerimentos 24, 35 e 36, de 2025, desta Comissão, todos de nossa autoria.

Registro aqui os cumprimentos da Senadora Tereza Cristina, que, por uma viagem oficial para fora do país, não pôde estar presente e pediu para que eu registrasse isso aos Prefeitos e a todos os participantes.

Comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, ou no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800.0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos, prorrogáveis logicamente ao tempo que diante da razão será oportuno para sua conclusão. Ao fim das exposições, a palavra será concedida ao Parlamentar que quiser se manifestar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro ciclo.

Já chegaram várias perguntas aqui, muitas do Mato Grosso do Sul, e no momento oportuno nós vamos providenciar a sua leitura.

Considerando o número de convidados, realizaremos dois ciclos de composição da mesa para o bom desenvolvimento dos trabalhos. Enquanto estão a caminho alguns Prefeitos, alguns representantes e o Ministro, nós vamos fazer a primeira participação remota, convidando o Prefeito de Três Lagoas, Sr. Cassiano Maia, Médico, que está à frente da Prefeitura de Três Lagoas. Logo em seguida, o Sr. Cleyton Rodrigo da Silva, Vice-Prefeito de Bataguassu.

Com a palavra o Dr. Cassiano Maia.

O SR. CASSIANO ROJAS MAIA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos, bom dia Senador Nelsinho Trad. É uma honra poder estar aqui participando com o senhor em Brasília e com todos os demais colegas Prefeitos aqui do nosso Estado do Mato Grosso do Sul e demais autoridades presentes.

Realmente a gente vive um momento de muita efusão no turismo, muito desenvolvimento também em todo esse sistema que a gente vê, cada vez mais, nas cidades aqui da costa leste, principalmente, do Mato Grosso do Sul, principalmente nascido por um motor que foi a celulose. E hoje em Três Lagoas, que vem junto com as demais cidades compondo esse Vale da Celulose, a gente vem tendo todas as benfeitorias desse desenvolvimento, mas também a gente precisa, em cada uma das cidades, ajudar as dores desse grande desenvolvimento. E é através dessas dores desse grande desenvolvimento que a gente vai aprendendo e podendo auxiliar os demais municípios, municípios irmãos, que a gente quer também que cresçam, que se desenvolvam, que se crie condições particulares, em cada município, para que a gente consiga ter um pleno desenvolvimento.

E não foi diferente, o senhor, como Senador da República, juntamente com a bancada federal, participou de todo esse crescimento, desde a primeira indústria papeleira em Três Lagoas, e daí todo o crescimento no entorno, com todos os serviços satélites e as dores do desenvolvimento, a gente tendo que abarcar toda a sustentabilidade na educação, na saúde, na habitação. E com isso a gente aprendeu e a gente quer, cada vez mais, auxiliar também os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios que hoje vêm abraçando todo esse desenvolvimento. Foi fundamental a presença da bancada federal, o senhor capitaneando isso junto, direcionando emendas de valores até diferenciados na busca de auxiliar os municípios de forma rápida para poder propor essa sustentabilidade, que é vultosa no primeiro momento; a habitação, com a chegada de muitos homens para o crescimento e para a construção da indústria, depois as famílias; a gente ter que fazer todo um investimento em saúde, educação, para poder atender os filhos, dar uma boa educação, e com isso o município se desenvolver. A gente, de forma planejada, tendo que fazer tudo isso – tenho certeza de que os Prefeitos precisam desse apoio, e não foi diferente –, a bancada federal, juntamente com o Governo do Estado, deu esse apoio, e o senhor foi uma pessoa que sempre teve essa preocupação.

Então, é através desse contexto que, nos últimos 15 anos, Três Lagoas se tornou esse polo regional, hoje Capital Mundial da Celulose, e tenho certeza de que os nossos municípios hoje que detêm a presença de indústrias papeleiras aqui, como Ribas do Rio Pardo e como Inocência, a seguir a aparição em Bataguassu, juntamente com os municípios vizinhos, a gente vai construir um Vale da Celulose, que já tem esse nome, e a gente vai conseguir, nessa região, transformar as vidas, transformar as pessoas, para melhorar, cada vez mais, a qualidade de vida.

E eu queria deixar registrado o quanto foi importante todo esse abraço que a bancada federal, que o Senador Nelsinho Trad, juntamente com os demais, puderam dar, apoiar e incrementar, juntamente com os nossos Prefeitos, para a gente poder acompanhar todo esse investimento social, econômico e industrial aqui nos nossos municípios.

Então, eu só tenho a agradecer pela participação, por estarmos tendo essa oportunidade de falar um pouquinho da nossa região e do nosso município.

Com certeza, convido a todos para conhecerem aqui o nosso Vale da Celulose para a gente poder cada vez mais interagir em nível nacional. Só tenho a agradecer.

Um grande abraço, Senador Nelsinho Trad, demais colegas Prefeitos e autoridades presentes.

Um grande abraço e meu muito obrigado pela possibilidade de estar participando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Prefeito Dr. Cassiano Maia, falando diretamente de Três Lagoas, uma cidade do Mato Grosso do Sul, na costa leste, que faz divisa com o Estado de São Paulo. É uma cidade muito próspera e que realmente tem pela frente um horizonte muito forte de desafios e oportunidades em função do que está ocorrendo no Vale da Celulose.

Vamos, de pronto, passar a palavra ao Vice-Prefeito de Bataguassu.

Está no jeito? (*Pausa.*)

Cleyton Rodrigo da Silva, V. Sa. tem dez minutos.

O SR. CLEYTON RODRIGO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Senador Nelsinho Trad.

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Sim, estamos te ouvindo bem e te vendo bem. Pode ir.

O SR. CLEYTON RODRIGO DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Primeiramente, Senador, quero parabenizá-lo por esta iniciativa tão importante neste momento que nós estamos vivenciando aqui em Bataguassu.

Nessa discussão, Bataguassu hoje é um destaque regional, principalmente por essa chegada tão concreta da indústria de celulose. Esta oportunidade de estar hoje, no Senado Federal, falando com os demais Senadores e discutindo um assunto tão importante não só no nível do nosso município, mas no nível estadual e também do país é de suma importância.

Eu quero registrar que a nossa Prefeita Wanderleia Caravina não pôde estar presente, pois está num outro compromisso, nesta manhã, na nossa capital, em Campo Grande, e pediu para que a gente estivesse aqui representando a nossa administração.

O Deputado Caravina também, nosso Deputado Estadual aqui do nosso município, é um dos idealizadores da questão aí do Vale da Celulose, que é igual para os quatro municípios que já têm a indústria de celulose e nós que estamos aqui nessa eminência. (*Falha no áudio.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito importante dizer que já participei de algumas conversas em Três Lagoas, e o Prefeito Cassiano nos recebeu muito bem lá. Estive também em Ribas do Rio Pardo e também conversamos com o Prefeito de Inocência. (*Falha no áudio.*)

Eu digo que, felizmente, nós temos a felicidade de já olhar o que aconteceu nos outros municípios e aprender um pouco o que deu certo e o que deu errado. E a gente está com este objetivo de planejar o nosso município ao máximo para que a gente sinta o quanto menos as dores desse crescimento, uma frase muito dita pelo nosso Governador Eduardo Riedel. Nós sabemos do impacto que vamos ter no início do ano, principalmente nessa fase ainda de licenciamento ambiental.

Bataguassu hoje é uma cidade oficialmente com 25 mil habitantes, mas a gente já sente que nós temos uma população flutuante de quase 30 mil moradores, divisa com o Estado de São Paulo, caminho da Rota Bioceânica, pertencente ao Vale da Celulose (*Falha no áudio.*)... os olhares estão aqui para o nosso município.

A gente já (*Falha no áudio.*)...

a gente já sente alguns impactos de mudança da nossa rotina e no próximo ano os desafios serão na mesma proporção dos investimentos que estão para acontecer. (*Falha no áudio.*)... realmente essa Casa Legislativa traga essa discussão, até mesmo para dar uma visibilidade para esses municípios e envolver, de fato, também a União nessa discussão. (*Falha no áudio.*)... é um tema sempre discutido, sempre falado a questão do pacto federativo (*Falha no áudio.*)... que as pessoas, de fato (*Falha no áudio.*)... as demandas da saúde (*Falha no áudio.*)...

nos municípios (*Falha no áudio.*)... da educação nos municípios, a habitação nos municípios. Então, a gente tem sempre que recordar isso, e o Senado tem esse papel muito importante de dar visibilidade para nós, a esse município de Bataguassu, que se coloca nessa posição. Nós já temos algumas demandas no momento (*Falha no áudio.*)... ao nosso município, já foram tomadas algumas medidas legislativas para planejar esse crescimento (*Falha no áudio.*) para que tenha um crescimento ordenado. Já existem algumas obras em construção, nós temos um raio-X do futuro PBA, o que a gente considera como investimentos necessários. Temos tido conversas com o Governo do estado sobre investimentos que vão caber ao Governo do estado, como escolas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da segurança pública, mas a União tem esse papel muito importante de realmente aportar os recursos necessários para que a gente tenha esse desenvolvimento.

Eu digo que essa situação que deixou os Prefeitos realmente de cabelo branco, de cabeça quente, não é um problema. Ela acaba sendo uma oportunidade para a gente gerar o desenvolvimento, mas essa oportunidade tem que ser muito bem pensada, muito bem planejada para que a gente também não traga desigualdades (*Falha no áudio.*)... aos nossos munícipes.

Então, assim, a Prefeitura de Bataguassu, em nome da nossa Prefeita Wanderleia, agradece a oportunidade. Nós acreditamos ser fundamental essa introdução entre os poderes (*Falha no áudio.*)... da República. E a gente apresenta algumas demandas que nos preocupam hoje, principalmente com a chegada que vai aparecer no próximo ano, a questão social é um dos primeiros impactos. Na nossa saúde pública hoje, nosso pronto-socorro, nós estamos tomando algumas medidas, mas, por exemplo, nós temos uma (*Falha no áudio.*)... saúde que era para atender 3 mil pessoas, 3,5 mil pessoas (*Falha no áudio.*)... saúde com 5 mil pessoas. Então, Bataguassu vai precisar muito de investimentos, de parcerias, de linhas de crédito do Governo Federal, e o Senado tem um papel muito importante nesta manhã ao trazer essa discussão. E aproveito a oportunidade para agradecer e nos colocar à disposição para (*Falha no áudio.*)... debater esse impacto que contribui, sim, de forma significativa para o desenvolvimento do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a participação (*Fora do microfone.*)... do Vice-Prefeito de Bataguassu.

Passo de pronto agora a palavra...

E eu pediria que viessem à mesa o Prefeito Roberson Luiz Moureira, de Ribas do Rio Pardo, e o Prefeito Antônio Ângelo Garcia dos Santos, o Toninho da Cofapi, de Inocência. Pediria que cada um se sentasse de um lado aqui.

Registro aqui a presença: representando o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Sr. Edgar Batista de Azevedo Caetano; representando o Ministério das Cidades, da Cristiana Scorza; representando as Relações Institucionais da IBÁ, do José Carlos da Fonseca; e do Diretor Executivo da Reflore MS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ouvir agora, pela ordem alfabética, o Prefeito de Inocência, que vai tecer alguns comentários do que está acontecendo na cidade dele com a chegada da Arauco, uma empresa de celulose que vai contratar quase que 80% da população da cidade. Imaginem vocês serem Prefeitos de uma cidade e, de uma semana para outra, vocês verem a sua população dobrar! Este é o Toninho da Cofapi, que vai ter que se virar nos 30, aqui e lá em Inocência.

Com a palavra o Prefeito Antônio Ângelo Garcia dos Santos.

O SR. ANTÔNIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite, Senador Nelsinho. Nós só temos a agradecer ao senhor por esta iniciativa, principalmente para os municípios da Costa Leste de Mato Grosso do Sul, que vivem um momento ímpar de crescimento, de desenvolvimento, de demandas lá para a nossa região.

Quero agradecer ao nosso Prefeito de Três Lagoas, meu primo Cassiano Maia; e ao Vice-Prefeito Cleyton, de Bataguassu. Quero dizer ao Cleyton que nós, Cleyton, estamos aprendendo também. Você está começando agora, e a gente já começou um pouco antes. Então, nós temos que encostar no Cassiano, no Roberson, na Secretaria de Governo, no nosso Governador, nos nossos Senadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, para que a gente possa resolver e amenizar os impactos negativos que poderão vir diante de tamanha grandeza dos investimentos que estão sendo realizados na nossa região.

Inocência é um município com 8,7 mil habitantes e, hoje, já se encontra com mais de 15 mil pessoas, podendo chegar a 27 mil, 28 mil pessoas entre 2026 e 2027 no pico da fábrica. Então, vocês imaginam como uma cidade pequenininha, uma cidade pacata, que hoje vive um momento muito diferente do que era no passado... Há bastante gente transitando nas ruas, veículos, caminhões, carretas, enfim, todo tipo, que trazem desenvolvimento para a nossa cidade.

Nelsinho, obrigado de coração pelo senhor estar aqui. Há muito tempo, o senhor vem falando que iria trazer para a gente esta audiência, que é importantíssima. Marcelo... Eu quero agradecer a presença do nosso chefe de gabinete, Max; do nosso Secretário de Finanças, Gilmarez; do nosso representante da Tereza Cristina – obrigado por estar aqui. É uma pena a Senadora não estar aqui junto conosco também, uma pessoa igual ao Senador Nelson. São pessoas que olham para os municípios e buscam o desenvolvimento dos municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como as coisas chegam de repente... Muitas vezes, as pessoas falam: "Mas por que você não preparou a cidade primeiro?". Não tem como, não existe isso. Três Lagoas viveu essa situação, Ribas do Rio Pardo viveu e está vivendo ainda, – né, Roberson? – este momento de crescimento, desafios, e ninguém vai para uma cidade antes que a empresa dê o chute inicial.

Quero agradecer ao Beretta e ao pessoal aqui da Semadesc, do Jaime, por estar sempre nos acompanhando, sempre nos ajudando nesse trabalho de levar para Inocência apoio e buscar orientações para que a gente possa conduzir da melhor forma possível.

Quais são os grandes gargalos que nós temos em Inocência hoje? Habitação. Em todos os levantamentos de pesquisas, sempre a saúde ficava em primeiro lugar. E agora, com a chegada da Arauco, uma bênção de Deus para Inocência, para a nossa região, para o estado e para o Brasil, as coisas mudaram muito rápido.

Então, hoje, Nelsinho, o que nós precisamos muito – além de educação, saúde, assistência social, infraestrutura, segurança – é habitação. A nossa população crioula, vamos dizer assim, está mudando para as cidades vizinhas, porque não tem como pagar aluguel. O aluguel lá, antes do início da implantação da fábrica, era em torno de R$800, R$1 mil, R$1,5 mil, R$2 mil. Hoje é R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil, R$10 mil, R$20 mil o aluguel de uma casa. Então, as pessoas que moram em Inocência, que moravam em Inocência, estão se encontrando com muita dificuldade.

Por que aconteceu isso? Porque as empresas chegam, vão ficar um período ali, dois, três anos. Então, os aluguéis, para atender as suas demandas, eles colocam lá 10, 15, 20 pessoas em uma casa, faz-se um tipo de alojamento. Então, o aluguel para eles, para elas, não é tão pesado. Mas, para a população que está lá, é muito pesado.

E, pensando nisso, Senador, nós já adquirimos áreas. Desde o primeiro ano do terceiro mandato, a gente adquiriu, já construímos 50 moradias de lote urbanizado, tem mais 50 em construção, quase prontas, e mais 42, o que vai se iniciar agora em janeiro. Também já temos 108 lotes que se iniciam agora em janeiro, mais 108 moradias pelo sistema de habitação com recurso do FGTS. Mas isso é muito pouco: em Inocência, hoje, só para a população que já existia, nós temos uma demanda de 700, 800 moradias. Além disso, a Arauco já está construindo 620 moradias para os seus colaboradores que vão trabalhar na fábrica. São 585 de 150m^2 e mais 35 de 220m^2. Isso é para atender o pessoal que vai trabalhar na fábrica. Mas, segundo, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversado com os diretores, com o Presidente da Arauco, eles precisam de mais 2 mil a 3 mil moradias em Inocência, precisam fazer. E para quê? O pessoal do plantio, o pessoal dos canteiros, o pessoal que vem para trabalhar em outros setores. Então, é uma demanda muito grande para o nosso município. Então, vamos falar hoje em torno de 3,5 mil a 4 mil moradias – muito rápido – para Inocência.

E a gente tem trabalhado muito em busca de recursos, em busca de infraestrutura. Adquirimos, agora, Nelsinho, mais uma área de 25ha, junto com o nosso Governador Eduardo Riedel, junto com a nossa Secretária de Habitação, Maria do Carmo, que está em Brasília, mas, infelizmente, teve um outro compromisso e não pôde vir aqui para participar desta audiência, mas tem sido uma pessoa, não só para Inocência, mas para todo o estado, que tem atendido muito – a Maria do Carmo. A Maria do Carmo e o Governador não têm sido diferente conosco, com todos os secretários de Governo do nosso estado.

Nós precisamos de uma escola maior. Já estamos construindo mais uma creche para 220 crianças; já está em andamento, já está lá uns 30%. A gente reformou um prédio antigo que era uma creche, que abriga lá mais uns 70, 80 crianças. Ampliamos a nossa creche, que era para 220 crianças; vai para 280, 300 crianças.

Então, agora o que nós precisamos para a educação seria a construção de uma escola de 13 salas de aula, de que já temos um cadastro aqui, em Brasília. Então, é importantíssimo para que a gente possa vir a atender.

Investimentos. O Governo vai fazer grandes investimentos no nosso município, de rodovias estaduais e também dentro da cidade. Nós precisamos de recurso para quê? Para a infraestrutura, para a construção dessas moradias, porque nós temos o terreno, mas, para que a gente possa vir a construir moradias, nós precisamos da infraestrutura completa.

Hoje Inocência se encontra com 98% da cidade atual pavimentada; faltam uns pedacinhos de rua, Cleyton, para a gente fechar 100%. Eu queria fechar neste final de ano, mas, infelizmente, tivemos umas coisas lá que não deram certo, e eu não fechei os 100%.

Esgoto. Nós estamos com 85%, 90% de esgoto na nossa cidade. Então, a nossa cidade é controlada; não temos ainda favelas, não queremos isso – nós precisamos construir moradias para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso não venha a acontecer. Nossa cidade é bastante aglomerada, são bem próximos os bairros. Nós não temos extensões de bairros longe do centro. É bem compacta, para que a gente possa fazer de Inocência uma cidade próspera e que vai acolher todas as famílias que já estão lá acolhendo e as famílias que irão para lá para nos ajudar.

Como o Senador disse, eu acho que hoje, eu acredito que hoje nem os 100% atenderiam um terço dos trabalhadores de que se precisa na fábrica, que é em torno de 27 mil a 28 mil pessoas.

Saúde. Nós precisamos construir UBS...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO ÂNGELO GARCIA DOS SANTOS – ... porque o Hospital Arauco vai construir para nós; isso nós precisamos dentro de Inocência.

O Vale da Celulose é importantíssimo para todos nós, e nós precisamos desenvolver. E aí está essa região próspera para que a gente possa fazer de Mato Grosso do Sul um grande polo de celulose do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Prefeito Toninho da Cofapi – assim que ele é conhecido lá. Quero dizer a vocês do desafio que ele tem pela frente, porque está iniciando esse processo de uma empresa diferente da que se instalou em Ribas, e esse processo em Ribas já está mais avançado.

Então, nós ouvimos um que está com um monte de problema pela frente; agora nós vamos ouvir outro que conseguiu resolver em parte alguns problemas e tem outro monte, porque são problemas a pequeno, médio e longo prazo. Imaginem vocês serem, cada um, responsáveis por uma cidade que tenha 8 mil habitantes, e ali se instala uma fábrica que vai precisar de mão de obra de 27 mil.

Imaginem só o impacto que isso dá na vida cotidiana de um município como esse.

Então, a finalidade desta audiência pública, que foi até uma sugestão – eu queria aqui fazer menção a isso – do ex-Senador Moka, lá do meu Estado do Mato Grosso do Sul, a quem eu devo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito respeito pela pessoa correta, séria e ética que ele é. Ele me deu essa sugestão e eu trouxe para cá. Com certeza, esse encarte, que foi muito bem produzido pela assessoria técnica do nosso gabinete e do Senado, nós vamos fazer chegar a todos os ministros titulares que a gente convidou. Porque uma cidade como essa não pode ser tratada igual a uma cidade que não está tendo nada, que não está tendo nada, não, que está se desenvolvendo normalmente. Não pode! Isso aqui é uma situação diferente da que nós estamos vivenciando no restante do nosso país.

Eu queria também registrar a presença do Secretário da Ministra Gleisi Hoffmann, que acabou de chegar aqui, o ex-Deputado André Ceciliano, que veio nos dar o abraço, a solidariedade e levou o encarte sobre essa situação. Disse que a Ministra Gleisi e a Secretaria de Relações Institucionais estão prontas para poderem atender as demandas que tiverem pela frente.

Com a palavra o Prefeito de Ribas do Rio Pardo, Sr. Roberson Luiz Moureira. Lá é uma empresa diferente da que está instalando em Inocência, porém, já está pronta e funcionando. E aí ele vai dizer para vocês quantas pessoas estão trabalhando lá, quantos habitantes ele tem e o que isso impacta na cidade.

Com a palavra o Prefeito Roberson.

O SR. ROBERSON LUIZ MOUREIRA (Para expor.) – Bom dia, Senador Nelsinho; demais Senadores; demais autoridades; representantes do Estado de Mato Grosso do Sul; Benedito Mário, da Reflore; Beretta, da Semadesc, Prefeitos presentes e Prefeitos que estão participando. É muito importante o que está acontecendo aqui hoje, Senador Nelsinho.

Bem lembrado, isso foi uma sugestão também do Senador Moka para mim, numa conversa que nós tivemos aqui. A gente entende que é aqui que a gente vai resolver as coisas dos municípios impactados de forma diferente, porque é no Governo Federal que estão os recursos, é no Governo Federal que os investimentos do Estado de Mato Grosso do Sul podem ser potencializados.

Nós estamos falando do Vale da Celulose, que é o vale mundial da celulose na costa leste do Mato Grosso do Sul. Já há indústrias de celulose instaladas em Três Lagoas, uma indústria instalada em Ribas já operando, uma em construção lá em Inocência e uma para iniciar a construção em Bataguassu. Realmente, toda uma região que está sendo impactada e que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerar desenvolvimento para todo o Estado de Mato Grosso do Sul, mas principalmente para o país também.

E os desafios e oportunidades são imensos, mas são prazerosos. Eu acho que a gente tem que encarar isso como uma forma de entender que a gente pode fazer a nossa parte com planejamento e, principalmente, com união de esforços entre todos os setores.

Na construção de um grande empreendimento – eu quero dar um testemunho de Ribas, eu não era Prefeito durante a construção da fábrica, eu assumi o mandato agora, em janeiro, a fábrica inaugurou em dezembro –, nós temos três momentos. O momento da construção. A construção é o que o Toninho está passando em Inocência, um impacto muito grande na cidade de trabalhadores que chegam para ficar só no período de construção de obras.

E aí se cria uma ilusão de que as empresas estão resolvendo os problemas que estão acontecendo, porque a seleção de mão de obra é muito rigorosa, eles constroem alojamentos, eles se hospedam em hotel, eles dão alimentação, eles procuram plano de saúde. Então, a cidade vive este momento, o comércio é fortalecido, mas a cidade começa a sofrer os impactos de trânsito, mesmo com essa capacidade de esgoto que hoje nós temos em Inocência, isso vai ser saturado, água, energia, todos esses setores em pequenas cidades são impactados, como é impactada a questão da segurança.

O Governo de Mato Grosso do Sul foi muito eficiente no Município de Ribas nesse controle da polícia militar com a criminalidade, com o tráfico, com qualquer tipo de coisa errada. Isso foi muito bem trabalhado, e eu acredito que também deve estar sendo lá em Inocência. Isso é muito importante porque isso dá segurança para os nossos filhos, para as famílias, para as pessoas que estão ali investindo.

Este momento da construção, eu digo que é um momento ilusório porque, se a gente não enxergar que lá na frente nós vamos ter 3, 4, 5 mil pessoas trabalhando na operação tanto da fábrica quanto na operação de florestas, de todo o setor, a gente vive o que o nosso município está vivendo hoje. O município não soube se preparar, o Governo Federal não soube alocar os recursos necessários para que o município enfrentasse esse novo desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje uma realidade no Município de Ribas – e eu tenho conversado também com o Prefeito Toninho e o Vice-Prefeito Cleyton lá de Bataguassu – de mais de 420 famílias vivendo em barracos, vivendo em favelas, que foram para o *boom* do desenvolvimento sem capacitação profissional, sem conseguir entrar nas empresas e, por omissão do poder público, foram se instalando em áreas públicas. E hoje nós temos esse déficit – eu vou deixar esse caderno aqui com o Senador Nelsinho –, essa triste realidade de mais de 400 famílias morando em barracos. E essas famílias a gente não consegue atender com o Programa Minha Casa, Minha Vida de 50 casas ou casas financiadas, nós temos que entender as realidades diferentes dos municípios diferentes impactados por grandes empreendimentos.

Como disse o Toninho, hoje a nossa necessidade inicial é a gente falar em 500 casas para atender esse público de baixa renda e pelo menos mais mil casas com programas do Governo Federal junto com o Governo do estado, para na hora em que chegar lá na frente, na operação, a cidade não sofra tanto em função desse *boom*, que é o novo *boom* das famílias chegando.

Dois exemplos de Ribas. Nós tínhamos em 2020, antes do início da construção da fábrica, 6,3 mil ligações de água, em torno de 22 mil habitantes; hoje nós estamos com 10 mil ligações de água, um aumento de 55%, e já passamos de 30 mil habitantes. Tínhamos 3,4 mil alunos na nossa rede escolar, hoje nós estamos com 5,2 mil, colocando salas de aulas em contêineres, em vários locais, porque não foram construídas novas escolas, creches, pré-escolas para atender as famílias que chegam na operação. Então esse cuidado... Na hora da elaboração do PBA e das políticas públicas, a gente tem que pensar que, na operação do processo, precisa-se de casa, saúde e, principalmente, creche – não é, Toninho?

E, hoje, a gente está começando duas creches, mas estamos começando duas creches, depois que a fábrica já está operando. Inauguramos uma com 200 vagas a questão de 60 dias atrás. Ela já tinha fila, encheu e a gente está com uma fila de 150 crianças novamente; e essa fila vai aumentar – a gente sabe. Isso, realmente, é o que a gente está propondo aqui hoje. O Governo, com o Orçamento da União, pensar nos municípios impactados, para fazer, principalmente, esses investimentos em educação e habitação.

Aí, nós vamos para o terceiro momento, que é a operação, a maturação do processo. Aí, nós precisamos de que toda a região leste se interligue em conhecimento, em políticas públicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igualitárias, para que a gente conviva com esse desenvolvimento de uma forma harmoniosa – ninguém vai disputar nada com ninguém. Ribas, hoje, tem 462 mil hectares de florestas plantadas – é a maior área plantada de eucalipto do mundo.

Isso traz, também, uma economia, talvez, mais forte que a própria operação da fábrica de celulose; mas, aí, o que a gente pede no terceiro momento? A gente pede que as fábricas de celulose comecem a olhar o Estado de Mato Grosso do Sul como fornecedor de insumos e de mão de obra, que as empresas dos nosso estado e dos nossos municípios possam prestar serviços e possam vender para a operação da fábrica, porque, da forma como está, a gente aproveita muito pouco desse desenvolvimento.

Então, basicamente, eu acho que a gente tem que fazer com que os municípios impactados... E, junto, aqui, ao Senado, junto ao Governo Federal, junto às entidades, a gente possa fazer esse caminho, para minimizar as dores de Inocência, de Bataguassu e para que a gente, num curto espaço de tempo, também resolva os nossos problemas de Ribas e Três Lagoas, porque a gente está vivendo isso hoje lá.

E, num terceiro momento, para finalizar, eu acho que o Mato Grosso do Sul tem que se transformar no maior exportador de inovação, tecnologia e conhecimento na celulose, na madeira e na floresta. A gente tem a possibilidade de parceria com as universidades públicas e com o Sistema S, para que, dali, se exporte capacidade e conhecimento para todo o país e para todo mundo.

Então, obrigado, Senador, e obrigado a todos.

E eu vou deixar aqui, com o Senador, um caderno com a nossa realidade habitacional de Ribas, para que, já no orçamento de 2025, se tente trabalhar alguma coisa diferenciada para atender essa população, que tanto precisa e tanto merece, nessa questão de a gente ser humanitário e ter o coração voltado para todas as pessoas que residem em nossos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Prefeito Roberson, de Ribas do Rio Pardo.

Gostaria que registrassem a entrega do documento, que será muito oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria para os dois Prefeitos se sentarem na primeira bancada, porque nós vamos compor a mesa agora com os demais convidados.

Registro a presença do Prefeito de Paranaíba, o Sr. Maycol. Seja muito bem-vindo!

Convidamos, para fazer parte da mesa, o Sr. Edgar Batista de Azevedo Caetano, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional; a Cristiana Scorza, do Ministério das Cidades; a Sra. Denise Maria Moraes, do Ministério da Saúde; o Sr. Rogério Beretta, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; o Sr. José Carlos da Fonseca, Diretor de Relações Institucionais da IBÁ; e o Sr. Benedito Mário Lázaro, Diretor-Executivo da Reflore/MS.

Para quem está pegando o sinal da televisão agora, é o Senador Nelsinho Trad falando, Presidente eventual da Comissão que abriga esta audiência pública sobre o Vale da Celulose.

Mato Grosso do Sul está passando por um verdadeiro desenvolvimento na questão das fábricas de celulose – as três maiores do mundo estão se instalando em Mato Grosso do Sul. E as cidades que passam por essas transformações estão aqui registrando os seus problemas, para que a gente, na condição de Senador da República, junto com os ministérios, com o Governo do estado, aponte as soluções.

Vamos por ordem alfabética.

Primeiro, será a Cristiane Scorza. V. Sa. tem dez minutos, logicamente prorrogáveis pelo tempo necessário à conclusão do seu raciocínio.

Com a palavra.

A SRA. CRISTIANA SCORZA (Para expor.) – Muito obrigada, Senador. Obrigada a todos.

É um grande prazer estar aqui, hoje, representando o Secretário Carlos Tomé, da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano do Ministério das Cidades.

Bom, atualmente, sou diretora – sou arquiteta e urbanista de formação – na diretoria de estruturação de desenvolvimento urbano e metropolitano. Essa temática é fundamental para a gente construir uma cidade, nós estamos aqui neste momento com a oportunidade de construir uma cidade mais sustentável, e esse é o foco da nossa secretaria. A nossa secretaria tem programas para amenizar as desigualdades sociais, transformar as cidades em espaços mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanizados. Então, nós estamos no momento certo e oportuno de conversar aqui e debater sobre isso.

Dentro da nossa secretaria, nós temos uma série de programas que são voltados exatamente para o desenvolvimento urbano integrado. O que é isso? Quando a gente pensa no espaço da cidade, que está crescendo e se desenvolvendo, a gente tem que pensar nesse espaço de forma integrada: na mobilidade, na parte de drenagem, no saneamento, na habitação, nos espaços de lazer, em equipamentos públicos, em todo esse contexto dentro de um espaço. Então, essa é a oportunidade de os municípios de Mato Grosso do Sul que apresentaram aqui – Inocência, Bataguassu, entre outros – estarem realmente construindo esses espaços de forma integrada, olhando a habitação...

Eu já vi que tiveram algumas unidades habitacionais construídas pelo programa do FGTS, que é do Ministério das Cidades, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, pelo Pró-Moradia. E se deve pensar que, nesses espaços onde estão construídas as habitações, precisa ter infraestrutura, precisa ter ônibus chegando à porta, precisa ter o transporte, precisa ter lazer, precisa ter vegetação, precisa ter sombreamento, ciclovia, calçadas acessíveis. Então, é esse o olhar dos nossos programas.

Nosso programa se chama Programa Cidades Melhores e tem a possibilidade de recurso de financiamento do FGTS, com as mesmas linhas de financiamento que o Pró-Moradia tem, o Pró-Transporte tem, juros bem baixos, então é uma oportunidade. Nós temos R$1,6 bilhão por ano nesse programa e nunca conseguimos gastar esse R$1,6 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Pela ordem, só um minutinho, por favor, interrompendo o raciocínio de V. Sa.: determino à assessoria que tome nota dos encaminhamentos das soluções, porque vou apresentar para cada Prefeito que está passando por essa transformação.

Muito obrigado.

A SRA. CRISTIANA SCORZA – Obrigada, Senador. É importante isso porque a gente está ali aberto para recebê-los. Nós chegamos a ter uma reunião, um tempo atrás, com um técnico de Bataguassu, o pessoal técnico falando, já trazendo esse problema para a gente, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentou o programa para eles, foi há pouco tempo, talvez eles estejam articulando isso aí junto com o Vice-Prefeito, a Prefeita, os secretários locais.

E, além desse programa de financiamento do FGTS, nós temos uma ação específica voltada para o desenvolvimento urbano integrado, que é uma ação de recursos do Orçamento Geral da União. Infelizmente, o nosso cenário hoje é de não ter muito recurso discricionário nessas nossas ações, mas nós temos a possibilidade de emendas parlamentares. Estamos aqui neste espaço em que a gente pode fomentar a indicação dessas emendas, tanto para o desenvolvimento urbano integrado, pensando que, nesses espaços, você pode tanto construir novos bairros, vamos dizer assim, novos cenários para a cidade, como você pode requalificar o existente. Então, existe essa possibilidade de pegar, muitas vezes, a cidade tem espaços centrais que não têm habitação, tem edifícios que podem ser transformados em habitação e comércio, até para dar um dinamismo maior na cidade, então tudo isso a gente pode trazer para dentro desses programas, tanto o programa Pró-Cidades, que é o programa do FGTS, como a Ação 00SY, que é uma ação do Orçamento Geral da União.

E, como base fundamental que a gente considera ali na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, é o plano diretor, é o planejamento. Então esse crescimento super-rápido que está acontecendo nessas cidades, trazendo um desenvolvimento, traz coisas muito positivas, um desenvolvimento econômico local, mas a gente entende todos esses desafios que são enfrentados e, com isso, a gente tem essa possibilidade de apoiar os municípios a elaborar ou refazer o plano diretor, com a participação social, com todos os moradores locais participando de audiências, comentando as necessidades deles. Então, assim, tanto elaborar um novo plano diretor, porque o plano diretor é obrigatório para cidades acima de 20 mil habitantes, pelo Estatuto das Cidades – algumas cidades não tinham antigamente 20 mil e agora já têm, pelo que vocês comentaram – , então agora já se tornou até obrigatório. Não sei se esses municípios têm um plano diretor, mas, se tiverem, é o momento de revisá-los, com esse crescimento rápido que tem acontecido.

E essa nossa ação específica que contribui, que apoia os municípios para a elaboração do plano diretor também é com o Orçamento Geral da União; e pode ser também através de indicação de emendas parlamentares. Então, o número dessa ação é a 8.874, e está disponível para indicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da ação, nós temos um guia de plano diretor, que pode orientar os técnicos municipais a como elaborar um bom plano diretor. Hoje, o plano diretor não basta só ter o olhar do desenvolvimento da cidade; ele tem que ter um olhar de adaptação às mudanças climáticas, ele tem que trazer transformação digital, porque hoje a gente não vive sem dados, a gente precisa dos dados tecnológicos até para ver como vamos implementar essa política pública, como vamos implementar esses desafios enfrentados nesses municípios. Então, o plano diretor tem que ter esse olhar macro hoje.

Acabamos de ter a COP 30 aqui, um evento de mudanças climáticas, no qual foi muito debatida a parte de planejamento urbano com o olhar às mudanças climáticas. E isso não pode ser deixado de lado em nenhum momento. Então, nós temos essa oportunidade de estar orientando os municípios e apoiando para essa construção desses planos diretores.

E convido a todos, se não conhecerem, a conhecerem um programa que nós relançamos agora, com o relançamento do Ministério das Cidades, em 2023, que é o Programa Capacidades.

Esse programa capacita técnicos e gestores municipais. Inclusive, o guia do plano diretor, que orienta todos os técnicos, está lá dentro desse Programa Capacidades também, como uma publicação. Além de uma série de cursos, todos gratuitos, para qualquer cidadão que queira fazer sobre o desenvolvimento urbano sustentável, sobre o desenvolvimento urbano integrado, esse olhar articulado multissetorial e multinível para o espaço da cidade torna-se o equilíbrio, a busca da sustentabilidade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CRISTIANA SCORZA – Bom, acho que falei de todos os programas.

O Minha Casa, Minha Vida não é da minha secretaria específica, é da Secretaria Nacional de Habitação, que acho que todos já conhecem, foi até citada aqui.

E só ressalto, por último aqui, a Secretaria Nacional de Periferias, que é uma secretaria nova. Com a nova estruturação do Ministério das Cidades, foi criada essa nova secretaria, que cuida da urbanização de áreas periféricas, também trazendo esse olhar integrado mais para áreas periféricas da cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou à disposição, infelizmente eu tenho um voo agora, eu vou ter que me retirar, mas o Leonardo está aqui à disposição para qualquer dúvida. E estou lá no ministério também para atendê-los a qualquer momento, presencial, *online*, o que for preciso, tá?

Desde já, agradeço a oportunidade de estar aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos a Sra. Cristiana Scorza. Com certeza, nós vamos demandá-la, demandar também o Ministro das Cidades, o nosso amigo Jader Filho.

Gostaria de registrar a presença aqui do Sr. Damian, que é da missão da União Europeia, acompanhado da Sra. Dorota, que é assessora do Parlamento europeu.

Todos sabem que estamos prestes a finalmente assinar o Acordo de Livre Comércio do Mercosul com a União Europeia em dezembro e, naturalmente, eles devem estar acompanhando de perto essas tramitações.

Sejam bem-vindos a Brasília, capital do Brasil.

Passo de pronto a palavra ao Sr. Edgar Batista de Azevedo Caetano, Diretor do Departamento de Projetos e Sistemas Produtivos Regionais e Territoriais do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Aproveito a oportunidade para que V. Sa. leve o meu abraço ao Ministro Waldez Góes.

O SR. EDGAR BATISTA DE AZEVEDO CAETANO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

O meu nome é Edgar Caetano, estou como Diretor de Projetos e Sistemas Produtivos, como o Senador bem disse há pouco.

Eu agradeço, primeiramente, pela oportunidade de estarmos aqui debatendo um tema tão importante.

Parabenizo o Senador Nelsinho Trad por essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De pronto, acho que todos nós já falamos aqui das vantagens. Eu até fiz uma pequena apresentação em relação ao vale da celulose, mas todos aqui já conhecem muito bem a causa; então, eu me aprofundei, estudei e estou aqui para falar do vale da celulose sobre a perspectiva do MDR.

Sobre a perspectiva do MDR, nós temos num olhar o seguinte...

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Primeiramente, eu gostaria de falar do MDR.

Então, por que o MDR se faz aqui presente?

O MDR e o Ministério das Cidades têm um trabalho complementar. Como a Cris bem disse há pouco, o Ministério das Cidades se preocupa com a infraestrutura necessária para apoiar esses desenvolvimentos das cidades, fazer com que elas sejam sustentáveis e a gente resolva esses problemas sobre estrutura urbana. Já do ponto de vista do MDR, nós focamos no desenvolvimento regional como um todo também, não só das cidades, mas, também, das cadeias produtivas ao redor e o quanto que esse desenvolvimento regional vai impactar as pessoas e as outras cadeias produtivas.

Então, no desenvolvimento regional, o MDR tem como foco: promover o desenvolvimento sustentável e integração nacional; reduzir as desigualdades econômicas e sociais; criar oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico sustentável, geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Então, esse é o nosso foco e, principalmente, nesse terceiro item, por isso nós estamos aqui hoje, porque nós entendemos que o vale da celulose, como já foi bem dito aqui, é uma grande oportunidade de desenvolvimento da região, porém deve ser feito de forma coordenada para que a gente não sofra tantos impactos como já vêm acontecendo na realidade.

A partir daqui você já conhece para que foi instituído o Vale da Celulose. Então, essa instituição, este ano, pelo Governo do Estado, reconhecimento do Vale da Celulose com esses dois municípios, nós, do MDR, encontramos, verificamos, na verdade, que isso seja talvez uma oportunidade de nós estabelecermos uma governança nessa região, para que, a partir disso, desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento oficial, os municípios possam estabelecer um comitê gestor, um plano de dinamização econômica, um plano diretor para o desenvolvimento da região e aí passe a se fazer um trabalho integrado. Então, nós acreditamos que essa iniciativa é um passo importante e inicial para que os municípios trabalhem de forma coordenada, inclusive com o estado e com o Governo Federal.

Aqui nós temos as potencialidades do Vale. (*Pausa.*)

Os potenciais: expansão de gerar até 100 mil empregos até 2028 – isso são dados oficiais; e desenvolvimento das cadeias de valores relacionados.

Como os Prefeitos já bem disseram, 98% do município estão pavimentados, tem toda essa questão acontecendo, porém, já chegamos a um momento em que esse desenvolvimento já passou e nós estamos sofrendo a pressão urbana sobre os serviços urbanos, né?

Nós temos uma grande potencialidade lá de integração logística do vale, dada a proximidade com a BR-262, e hoje, como o Senador já bem disse e todos vocês, o Mato Grosso do Sul caminha para se tornar o maior produtor de eucaliptos, um dos maiores *hubs* globais de celulose do mundo, em que a gente tem uma grande oportunidade de desenvolvimento tecnológico, como o Prefeito Roberson disse há pouco.

Mas, então, enquanto MDR, nós temos um ponto de atenção em onde a gente vai concentrar, em que este debate está concentrado, né? Então, a gente verifica aqui o que já foi relatado: o potencial do vale de gerar uma pressão sobre os serviços públicos de infraestrutura urbana, como saneamento, habitação, água.

O uso da água nos preocupa também lá no MDR, porque nós somos responsáveis pela Política Nacional de Segurança Hídrica, pela gestão dos recursos hídricos, e a plantação de eucalipto é algo que exige bastante água. Além disso, há os outros produtores.

O Mato Grosso do Sul é, naturalmente, um estado agrícola; boa parte do seu PIB está concentrada nessa produção agrícola. Então, a gente entende que, se não se estabelecer uma governança a partir do uso da água, nós, possivelmente, teremos problemas futuros com os pequenos produtores, com os grandes e, até, para as populações urbanas. Então, esse é um ponto de atenção sob a perspectiva do MDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que nos preocupa é, dada essa expansão – por óbvio, a matéria-prima principal são os eucaliptos – dessas plantações, se a gente não fizer um manejo sustentável, uma integração produtiva, nós podemos ter uma questão de problemas com a biodiversidade e com a fauna. Nós poderemos perder espaços para produção e para conservação de biomas importantes no Mato Grosso do Sul.

Outra questão com que nós nos preocupamos bastante é a questão de os eucaliptais se expandirem muito, a ponto de afetarem a agricultura familiar e nós criarmos bolsões de pobreza, porque as pessoas, inicialmente, como se disse há pouco, na fase da construção, há muitos empregos, vêm pessoas de fora, se contrata boa parte do pessoal, mão de obra talvez um pouco menos qualificada, apesar de um processo já rigoroso; as pessoas, às vezes, podem abandonar as suas lavouras, cederem os seus espaços, venderem os seus espaços, o que aumenta a especulação imobiliária, deixarem de produzir e, daqui a pouco, elas não têm mais o que fazer, elas ficam sem emprego, bem como isso pode, talvez, gerar problemas de segurança alimentar, né?

Então, se os produtores perdem espaços produtivos, a gente acaba perdendo a capacidade produtiva daquela região, porque tudo virou eucalipto. Então, nós, MDR, nos preocupamos com isso e, em especial, com a pressão sobre as pequenas propriedades também.

Bom, então, todos os problemas já foram ditos. O MDR, pensando em solução... O que é que nós pensamos? Nós, como ministério, temos o foco do desenvolvimento regional integrado, sustentável e que envolva os diversos atores. Então, a gente pensa primeiro numa diversificação econômica. Então, a gente, de pronto, propõe aqui aos Prefeitos, ao Senador Nelsinho Trad, que deve conduzir esse assunto aqui, a partir desta Comissão, que, logo, a gente pense em criar um comitê intermunicipal.

Eu fiz pesquisas a respeito disso. Eu não sei se já existe. E peço até que os Prefeitos possam complementar a minha fala em relação a isso. Se não existe, seria importante que nós criássemos, como eu bem disse, a partir da lei, um comitê intermunicipal inicialmente e, depois, quem sabe, envolver o estado e o Governo Federal, num colegiado maior, onde a gente possa debater.

Hoje, nós já temos um colegiado bem-qualificado no âmbito do MDR, que envolve todos os 38 ministérios e os quatro consórcios de Governadores, que é o Comitê Executivo da Câmara de Políticas de Desenvolvimento Regional. Lá, nós debatemos o desenvolvimento regional das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversas regiões do país, e seria uma oportunidade, talvez, de integrar essa pauta lá, a depender do interesse de vocês.

Mas, logo de pronto, para que se estabeleça uma governança, crie-se um planejamento alinhado entre todos os partícipes dessa cadeia produtiva, nós propomos a criação de um comitê intermunicipal para coordenar essas ações.

Digo isso porque nós poderemos, por exemplo, a partir da experiência do Prefeito Roberson, levar essas experiências, esses aprendizados para os outros Prefeitos de onde as indústrias ainda estão chegando, como é o caso do Prefeito de Inocência.

Então, a partir disso, a gente pensa que eles podem, nesse comitê, elaborar um comitê de investimentos para escoamento produtivo das rodovias, das ferrovias, dos portos secos, com o que é necessário para que a minha cidade sofra menos pressão e a gente apoie esse desenvolvimento, certo?

O planejamento urbano – com a assessoria, o Ministério das Cidades faz isso muito bem – e o planejamento territorial, para evitar conflitos, como eu disse bem há pouco, e os produtores não serem assediados, digamos assim, para que cedam as suas áreas, os seus terrenos, e cada vez mais se percam espaços produtivos para uma única cadeia produtiva.

A gente não pode perder a diversificação produtiva do estado. Há um avanço produtivo significativo, há um potencial gigantesco com a celulose, porém, nós não podemos prejudicar os menores, em especial, e quem sabe até gerar insegurança alimentar no território, a partir dessa expansão desordenada da plantação de eucalipto.

O plano de uso da água e do solo, como eu disse a pouco, é muito importante, dado o volume de água que é utilizado nessa cadeia produtiva, a necessidade de água para as outras cadeias produtivas e, principalmente, para a subsistência humana. Então, eu acho que já está na hora, dado o volume de produção que já se encontra instalado no estado, de se estabelecer um plano de uso da água.

Programa de integração e assistência técnica voltada à diversificação produtiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu bem disse, por que não a gente utilizar hoje os eucaliptais não só para produzir celulose? Madeira certificada é um bom comércio também. Por que a gente não os utiliza, enquanto de pé, enquanto no processo ainda de plantio, que demora três anos para maturação? E créditos de carbono: por que não diversificar essa economia e nisso envolver diversos outros atores? Por que não fazer como algumas empresas já têm feito: integrar com outras cadeias produtivas, como em Selvíria, em que a empresa lá já tem investido, com o Projetos Raízes, e tem cultivado mandioca entre as plantações de eucalipto, e a produção lá já é de 300 toneladas. Então, esse é um exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDGAR BATISTA DE AZEVEDO CAETANO – ... de diversificação produtiva.

Então, nós, do MDR, estamos sempre atentos a isso, para que a gente não crie desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, crie bolsões de desigualdade. Essa é a nossa preocupação.

Nós vemos um senhor potencial, no Vale da Celulose, de gerar riqueza para o estado, mas desde que se faça de forma planejada, ordenada e envolvendo todos os atores. Por isso que nós batemos na tecla, mais uma vez, de que o planejamento é a chave. Então, um plano diretor, um plano de dinamização econômica, um plano de governança, um plano de uso da água, para que a gente consiga conduzir para que lado esse desenvolvimento vai, sempre apoiando a diversificação produtiva e, como eu bem disse, com crédito de carbono e integração da agricultura familiar, por exemplo, para fornecimento de alimentos e de insumos para a indústria. Por que não? Eu mantenho meu produtor lá produzindo, gero riqueza para ele da mesma forma, ele não precisa migrar para essa única cadeia produtiva, e assim eu preservo as demais cadeias produtivas.

Então, o MDR conclui, portanto, que é um potencial gigante, um *hub* de inovação em que a gente pode virar referência mundial, até do ponto de vista tecnológico, no entanto, a gente precisa fazer uma implementação com qualidade, planejada e integrada de políticas públicas.

Por fim, para concluir, lá no MDR nós conseguiríamos apoiar todo esse processo, como eu bem disse há pouco, por meio... Nós não temos programas específicos, assim como o Ministério das Cidades, voltados para essas questões, mas nós temos uma ação orçamentária bastante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abrangente, em que a gente consegue apoiar desde o processo de infraestrutura, desde a questão de construção de fábricas, de treinamento, etc., até essa questão de equipamentos, de capacitação, e auxiliá-los no processo de planejamento e governança do território, para que a gente consiga fazer esse crescimento de forma sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Edgar Batista de Azevedo Caetano.

De pronto, eu passo a palavra ao Embaixador José Carlos da Fonseca, Diretor da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ).

Da mesma forma, eu peço que leve o nosso abraço ao ex-Governador Paulo Hartung, que, junto com V. Exa., trabalha nesse setor.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS DA FONSECA (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todas e todos.

Obrigado, Senador Nelsinho Trad, pela oportunidade, pela iniciativa que nós consideramos de grande importância.

É uma satisfação estar ao lado dos meus companheiros aqui de mesa e dos Prefeitos municipais dessa região tão importante do Mato Grosso do Sul.

Vou transmitir sua saudação ao ex-Governador Paulo Hartung, que é o nosso Presidente Executivo, e vou fazer uma breve apresentação do nosso setor.

A IBÁ (Indústria Brasileira de Árvores) foi criada há 11 anos e nasceu da fusão de associações que representavam o que, na época, gente muito experiente e corajosa, porque toda mudança exige coragem, percebeu que fazia parte de uma só cadeia produtiva. Então, era a associação que representava as florestas cultivadas, a silvicultura de florestas plantadas, o setor de celulose e papel, o setor de pisos, painéis e revestimentos de madeira e o setor de carvão vegetal e de biomassa vegetal energética para a siderurgia. E nasceu com o objetivo de ficar representativa de toda essa cadeia, e esse objetivo vem dando bons resultados: nós ganhamos voz, ganhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

musculatura, ganhamos visibilidade e ajudamos o setor, nesses mais de dez anos agora, a se expandir.

Mais recentemente, nós tivemos dois desdobramentos que adensam ainda mais essa cadeia, essa representatividade do setor: a Empapel, que é a Associação Brasileira de Embalagens em Papel e de papel para embalagem, cada vez mais em simbiose e associada à IBÁ – eu sou até o Presidente da Empapel, além de Diretor da IBÁ –; e, mais recentemente ainda, de um ano e pouco para cá, nós incorporamos, na IBÁ, cinco empresas dedicadas justamente à área de restauração florestal de espécies nativas, visando, entre outros serviços, entre outras motivações econômicas, aos chamados mercados de crédito de carbono e pagamentos de serviços ambientais e manejo inteligente das florestas cultivadas.

O Brasil virou uma potência nesse setor ao longo de décadas – isso tem muitas décadas. Foi sendo consolidado esse avanço, e o Mato Grosso do Sul acabou atraindo a atenção de investidores florestais, lá no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, e, mais recentemente, investidores da área industrial.

Então, nós somos um setor da agroindústria, e nós gostamos muito de nos definir como um setor da bioeconomia em grande escala.

O nosso setor, como um todo, Dr. Edgar, planta 1,8 milhão de árvores todo santo dia. Nós cultivamos, isto é, plantamos, colhemos e replantamos em mais de 10,5 milhões de hectares – 10,5 milhões de hectares – pelo Brasil, ao mesmo tempo em que preservamos mais de 7 milhões de hectares em florestas de vegetação nativa, porque, se tem um setor que depende de harmonia com o meio ambiente, é o nosso. Sem recursos hídricos, nós não sobreviveríamos. Se o nosso setor não tivesse encontrado o manejo adequado para produzir cada vez mais com menos recursos naturais, nós teríamos que ter inventado uma espécie de floresta nômade, e, não obstante, nós estamos nas mesmas regiões, plantando, colhendo, reiniciando novos ciclos florestais, ao longo de décadas.

O Brasil planta: 80% do que nós cultivamos, com essa finalidade industrial, são eucaliptos, e 20%, ou quase 20%, *Pinus*, coníferas, mais na região sul de São Paulo, para o sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil praticamente inventou, na escala que ganhou a dimensão que tem hoje, o eucalipto como insumo principal, com as suas fibras curtas, para a indústria de celulose e papel, por exemplo.

Vamos só dar o exemplo agora, recente: na crise, no problema todo que houve em função das tarifas americanas, por que é que a celulose brasileira foi, de início, logo nas primeiras rodadas, depois da imposição das tarifas, excluída, primeiro ficou só a 10% de tarifa, depois zerou, voltou ao padrão em que estava antes do Governo Trump? Porque aquele tipo de celulose, a partir de eucalipto, que o Brasil desenvolveu com suas empresas, com muito investimento em inovação, em tecnologia, em parceria com os grandes clientes mundo afora, gera um produto que nós chamamos de *tissue*, papéis de uso higiênico, que os Estados Unidos, suas principais marcas de papéis higiênicos, lenços de papel, toalhas de papel, simplesmente não teriam como seguir adiante, se houvesse uma desorganização total e abrupta daquele suprimento. Então, esse nosso setor é uma bela história de sucesso.

O Paulo Hartung costuma dizer que o Brasil tem umas boas histórias de sucesso para o mundo. A agricultura brasileira – o Brasil, 50 anos atrás, era importador de alimentos; hoje, é um megaexportador de alimentos, de fibras. O agro brasileiro é uma história de sucesso. A Embraer é uma história de sucesso. A WEG Motores é uma história de sucesso. Temos alguns bons elementos que são histórias de sucesso para o mundo. O nosso setor é uma dessas histórias de sucesso.

Eu sou do Espírito Santo, vou fazer um parêntese aqui, de Vitória.

Há cento e poucos quilômetros de Vitória, tem a cidade de Aracruz, na região ao norte do Espírito Santo, que atraiu, lá nos anos 70 ainda, primeiro investimentos em florestas, em eucaliptos; depois, no processo industrial e no processo de logística, com o porto.

Aquela região era o bolsão de pobreza do Espírito Santo. Tinha sido desmatada, tinha ficado sem vocação econômica e com baixíssimo dinamismo social.

Aquela região, passados 30, 40 anos, virou a locomotiva do Espírito Santo. Passou por problemas ao longo desse período? Passou, por aquilo que nós chamamos de dores do crescimento – o Espírito Santo também enfrentou as dores do crescimento –, mas o que se gerou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em torno daqueles processos iniciais de investimento, em termos de qualificação da mão de obra para ocupar os espaços que são demandados por esse tipo de processo de investimento, de crescimento, de adensamento de todo um setor industrial metal-mecânico...

Boa parte das obras da expansão do nosso setor pelo Brasil afora a gente vai visitar e encontra empresas capixabas que nasceram lá naquele ecossistema, porque, lá atrás, houve momentos em que o governo, o poder público, os municípios e o sistema privado e as instituições – Sesc, Senac, Senai, etc. – se irmanaram com o Sistema S, para poder treinar, qualificar, promover... Os bancos de desenvolvimento, o BNDES teve um papel importante, enfim... Então, é um mutirão de esforços para que uma empreitada dessa dê certo.

O Mato Grosso do Sul é um estado do qual nós nos orgulhamos muito. Virou a grande fronteira de crescimento do nosso setor nos últimos anos, crescendo, diga-se de passagem – é bom enfatizar isso –, em áreas já degradadas e desmatadas. O nosso setor não pode se expandir em cima de desmatamentos. Se nós fizéssemos isso, nós não teríamos nos tornado o maior exportador de celulose do mundo.

E só fizemos esse avanço e conquistamos essa situação atual, porque nós temos certificações internacionais voluntárias às quais nós aderimos desde a década de 90. As certificações que nós temos, internacionais, FSC e PEFC, exigem que toda a cadeia de custódia da produção esteja conforme rigorosos padrões de exigência, que têm aspectos ambientais, aspectos de recursos hídricos, aspectos sociais, quer dizer, nós temos que estar em dia com um contrato social para operar.

Bom, faço um corte, para não esgotar meu tempo, para dizer o seguinte. Nesta fase recente em que há essa coincidência de investimentos muito grandes nos municípios da chamada Costa Leste, também conhecido como Vale da Celulose, nós como IBÁ fomos acionados pelas quatro associadas nossas que lá estão presentes: a Suzano, em Três Lagoas e em Ribas; a própria Eldorado, que está em Três Lagoas, basicamente; a Bracell, em Bataguassu; e a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CARLOS DA FONSECA – ... Arauco, em Inocência. E organizamos, com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso, com o Secretário Jaime, com o Governador Riedel, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho de diagnóstico exatamente destes gargalos: o que vai ser exigido do estado, dos municípios, da população. E fizemos um trabalho com o apoio de uma consultoria chamada SGtec, que ficou, modéstia à parte, muito benfeito e que nos deu o retrato da realidade atual, o que tem que ser enfrentado e, lá na frente, para que isso não vire problema, para que isso crie esse círculo virtuoso que eu testemunhei lá na minha terra do Espírito Santo... Então, esse é um trabalho importante.

Não há... Por exemplo, o nosso setor, ao intercalar floresta produtiva, de finalidade industrial, com floresta de manutenção de vegetação nativa, tem a preocupação... Eu digo sempre: nós precisamos do meio ambiente, precisamos de recursos naturais hígidos. E nós fazemos um trabalho em que as nossas grandes empresas, que são integradas, que têm floresta e indústria, movimentem toda uma engrenagem de propriedades menores, de médio e pequeno porte, pelos sistemas de fomento florestal, de parcerias, que fazem com que muitos desses menores proprietários ou propriedades familiares tenham no eucalipto um dos seus negócios, sem prejuízo das demais atividades na pecuária, para produzir o seu leite, para produzir os alimentos, os grãos, o milho, etc.

Enfim, é com esse retrato mais abrangente do setor que eu quero dizer, lembrar aqui ao Senador Nelsinho Trad... E agradeço também à Senadora Tereza Cristina. Aliás, o mundo político do Mato Grosso do Sul nos apoia muito. E eu fico feliz de estar à mesa aqui ao lado da Reflore, que é a entidade estadual do setor florestal lá, que é associada à IBÁ, ao lado de outras oito associações estaduais. Quero dizer, Senador, que estamos à disposição para, ao lado dos Prefeitos, ao lado do Governo do estado, ao lado de V. Exa., continuar trabalhando para que essas dores do crescimento sejam transformadas em um futuro cada vez melhor para Mato Grosso do Sul, que é um estado do qual nós nos orgulhamos muito. Quando a gente vai lá, respira progresso, dinamismo e futuro. Eu digo para os mais jovens, já disse para os meus filhos, alguns anos atrás: se eu estivesse começando a vida, eu iria para Mato Grosso do Sul, nesta altura do campeonato, pois lá está o futuro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador José Carlos da Fonseca, porém fica o convite para que V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só vá visitar, mas vá usufruir do nosso estado, das belezas naturais que cada canto do Mato Grosso do Sul apresenta.

Gostaria de cumprimentar aqui – antes de passar a palavra para o Sr. Rogério Beretta, Secretário-Executivo de Desenvolvimento Econômico Sustentável, representando o Governo do Mato Grosso do Sul, o Secretário Jaime Verruck e o Governador Riedel – os Vereadores de Três Lagoas, porque já teve a participação do Prefeito Cassiano: Vereadora Sirlene dos Santos, Vereador Davis Martinelli e Vereador Robson. Sejam bem-vindos aqui na audiência pública!

Gostaria de também registrar a presença da Primeira-Dama de Paranaíba, Stella Gonsalves.

Quero dizer a todos que estão nos acompanhando pela TV Senado, que está fazendo essa cobertura, que numa conversa com o Prefeito de Paranaíba, aqui ao lado, ele tem oito leitos de UTI no hospital dele, e quatro estão sendo ocupados, de ontem para hoje, porque ele fez o balanço, por moradores da cidade vizinha de Inocência. Estão aí os dois Prefeitos, e esse é um problema que está na nossa frente. Eu sou médico urologista, o meu consultório é ativo em Campo Grande. Tenho quatro colegas que atendem lá. E só para vocês verem o tamanho da situação, quando chega alguém da região com alguma lesão na genitália, você já pode pedir sorologia para sífilis, que vai dar sífilis. E ao cara se pergunta: "Você é de onde?". Ele: "Eu sou lá de Ribas, eu sou lá de Inocência, eu sou lá...". Isso é para vocês verem como que esse é um problema muito mais sério do que a gente possa pensar. A gente tem que antecipar essas situações para a gente poder dar uma tranquilidade, não só para os moradores dessas cidades, os nativos, como também para os Prefeitos e os Vereadores, que têm essa responsabilidade.

Com a palavra o senhor Rogério Beretta.

O SR. ROGÉRIO THOMITÃO BERETTA (Para expor.) – Bom dia.

Quero saudar aqui o Senador Nelsinho Trad e agradecer a oportunidade de estar aqui nesta audiência pública conversando com distintas autoridades, o Embaixador, o Edgar, o Dito da Reflore, os nossos Prefeitos lá de Mato Grosso do Sul, os nossos Vereadores e as demais autoridades dos outros ministérios, a Sra. Denise e a Sra. Cristiana, que teve que sair. Então, para nós é uma oportunidade muito boa de debater tamanha oportunidade que o Mato Grosso do Sul vem tendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estava conversando agora, aqui, com o Senador Nelsinho, para dizer que a gente tem que debater a nossa oportunidade. O Prefeito Roberson falou muito bem, a gente tem que olhar isso e trazer para o debate esses atores de diferentes instituições – e aqui nós estamos falando no Governo Federal basicamente, estamos em Brasília –, para que a gente possa antecipar problemas e potencializar o crescimento de forma sustentável.

Eu trago para vocês aqui rapidamente um pouco do nosso estado, para que todos tenham ciência do nosso estado, com três biomas: basicamente 62%, Cerrado; 27%, Pantanal; e uma pequena área de Mata Atlântica, mas um estado que tem 38% de vegetação nativa preservada.

Quando a gente fala em uso e ocupação do solo, Edgar, a gente tem, desde 2010, no nosso estado, um programa que faz o acompanhamento do uso e da ocupação do solo no nosso estado, e esse programa identificou essa mudança de uso do solo, onde a gente nota uma diminuição de mais de 5 milhões de hectares de pastagem e um aumento da área de remanescentes. Então, a preocupação quanto à questão ambiental fica superada, né? A gente tem esses 5 milhões de hectares de pastagem sendo alocados para o aumento da nossa área de produção de grãos e para a nossa área de produção de florestas, assim também como de cana-de-açúcar.

Então, isso é a prova viva de que nosso estado tem um crescimento sustentável. Vou mostrar outros eslaides para vocês, e vocês vão poder ver isso, né?

Então, vocês estão vendo aí o mapa de uso e ocupação dos solos do estado, de 2010, comparado com a safra 2024 e 2025, e vocês notam que a redução de áreas de pastagens é significativa: 23% de redução de área de pastagem, dando espaço para todo esse crescimento das áreas de soja, em cor laranja; das áreas de cana-de-açúcar, em cor roxa; e das áreas de eucalipto, que é justamente o nosso Vale da Celulose, ali, em cor marrom.

Então, isso é a comprovação do nosso desenvolvimento sustentável e nosso acompanhamento. Edgar, fique tranquilo, que a gente está acompanhando atentamente esse desenvolvimento no estado.

Eu não sei se estou apontando para o lugar certo aqui. Aqui, né?

Aí também mais um gráfico que demonstra que aquela barrinha verde ali, ao longo dos anos, não diminui; ou seja, aquela barrinha verde são as nossas áreas de vegetação nativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remanescentes. Aquela barra de cor mais clara é a área de pastagem, em que vocês notam a diminuição, e o crescimento ali das áreas de grãos, que é a cor laranja, e das áreas de floresta plantada, que a área da cor marrom.

Também quero deixar claro para vocês que o estado fez o zoneamento ecológico-econômico. Agora, recentemente, acabamos todo um levantamento de mapa de solos do nosso estado, com mais de 3 mil amostras feitas em todo o estado, perfil de solo. Acompanhado desse mapa de solos detalhado, na escala de 1:100 mil, fizemos nossos zoneamento das diversas culturas, entre elas o zoneamento da cultura do eucalipto, tudo isso feito pela Embrapa Solos do Rio de Janeiro.

Então, o estado tem um controle muito bom de informações para trazer justamente segurança para o investidor.

Portanto, o setor de florestas plantadas, especificamente no Mato Grosso do Sul, está aí desenhado para vocês – a região da Costa Leste, que abrange 12 municípios.

Assim, Mato Grosso do Sul tem 80% do crescimento da área de florestas do Brasil. Este ano, foram mais de 300 mil hectares aí de crescimento de um ano para o outro.

Além da área de plantio de florestas, a gente tem um número muito grande de plantio de ILPF. Somos o primeiro estado em integração lavoura-pecuária-floresta, dando uma característica de diversificação, porque, na implementação de lavoura-pecuária-floresta, você planta um ano de agricultura e depois você continua com a pecuária integrada com a floresta, e isso daí sendo base para o crescimento dessa indústria de transformação do eucalipto, que é a indústria da celulose, que chegou e ocupou aquele espaço ali com bastante propriedade e oportunidade para os produtores e proprietários rurais dessa região.

Temos aí alguns marcos históricos. Em 2009, quando capitaneado pelo meu amigo Benedito Mário e pelo Joésio, foi feito o primeiro Plano Estadual de Desenvolvimento de Florestas Plantadas – esse plano depois foi atualizado em 2024. Depois, em 2012, aí começam as indústrias se instalarem ali em Três Lagoas, com a chegada da Eldorado. Depois, a instalação da Suzano, também em Três Lagoas. Em 2024, a Suzano, em Ribas do Rio Pardo. E agora, em 2025, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem plena construção da Arauco, em Inocência, e já, em etapa de licenciamento ambiental, a Bracell, em Bataguassu.

Esse gráfico mostra para vocês o crescimento vertiginoso do plantio de florestas no nosso estado. A gente está com praticamente 1,9 milhão de hectares de eucalipto. A gente ainda tem áreas de pínus e seringueira a serem somadas. Isso quer dizer que a gente chega próximo de 2 milhões de hectares de florestas, 1.897.000 somente de eucalipto. Nossa medição, nossa medição das informações de uso e ocupação do solo é duas vezes por ano. Na nossa última medição, de outubro, deu esse número.

E aí, o nosso Vale da Celulose, instituído por lei, trazendo justamente para cá essa conceituação importante da característica do potencial econômico de toda essa região caracterizada por 12 municípios. Lei estadual que traz os municípios do Vale da Celulose e aloca aí, dentro desse vale, as principais indústrias transformadoras. Além das indústrias de celulose, a gente ainda tem, em Água Clara, indústria de painéis e algumas madeireiras que a gente está trabalhando para potencializar.

Se vocês olharem a distribuição das áreas de eucalipto nesses municípios, um destaque para Ribas do Rio Pardo, porque, dessa área de plantio de floresta, 32% são em Ribas; 21%, em Três Lagoas; 11% em Água Clara e 10% em Brasilândia. Então é quase 1,7 milhão de hectares de eucalipto nesses 12 municípios, o restante das áreas de eucalipto são fora desses dois municípios, complementando aqueles quase 2 milhões de hectares de que eu falei.

Mais uma vez trazendo para vocês aí o crescimento das áreas de florestas nos municípios – por município, mostrando para vocês aí o grande crescimento que teve em 2025, cada um dos municípios aí sendo destacado ali – e mostrando para vocês ali um potencial de crescimento.

Ali é importante, Nelsinho. Nós temos ali... veja que o potencial atual estimado pela BM2C é de que o carvão vegetal não tem um potencial de crescimento tão grande, painéis reconstituídos também não. Porém, quando a gente olha para a celulose, o consumo futuro de eucalipto para a celulose tende a dobrar praticamente, até mais do que o dobro, e também para a biomassa. O eucalipto hoje é uma importante matéria-prima para a transformação, para a queima nas indústrias principalmente de etanol, de milho e secagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO THOMITÃO BERETTA – Então, a gente nota ainda um grande potencial de crescimento.

E aí, o que eu trouxe exclusivamente para vocês aqui hoje da audiência pública é esse mapa de uso e ocupação do solo só do nosso Vale da Celulose. Nesses 12 municípios, o que nós temos aí? Então, estão lá as áreas de algodão, de cana, de milho, de milheto.

Mas eu trago para vocês para mostrar que nós temos realmente 1,653 milhão hectares de eucalipto, e a gente tem 1,5 milhão de hectares de remanescentes nativos, florestas plantadas, ou seja, a gente está com a nossa parte ambiental praticamente em dia, agora com várias áreas de recuperação sendo feitas por essas empresas. Eu trago, para destacar para vocês, que essa região ainda tem 3,730 milhões hectares de pastagem.

Então, por mais que a gente ache que está partindo para uma monocultura ou que o eucalipto está dominando, eu trago esse mapa para mostrar para vocês. Primeiro, eu mostrei a oportunidade de crescimento e, segundo, eu estou mostrando para vocês que a gente tem área suficiente para fazer esse crescimento sem se preocupar com a parte ambiental.

E, obviamente, a gente tem, sim, que se preocupar com os pequenos produtores, mas as empresas fazem hoje um belíssimo papel em conjunto com a Agraer, do Governo do estado, em conjunto com o Senar, em conjunto com as empresas do Sistema S, que estão fazendo esse atendimento para que os pequenos produtores tenham oportunidade.

E aí é o panorama do setor florestal. A gente tem potencial de produzir aí 11 milhões de toneladas ao ano. Até o Dito Mário estava dizendo que acredita que a gente possa chegar a 12, 13 milhões de toneladas. Dezoito municípios do estado têm operação florestal. Hoje são mais de vinte mil empregos. Há uma geração de energia elétrica renovável de 780 MW, o que é fantástico. O Mato Grosso Sul tem 94% da sua produção de energia de origem renovável, somente 6% de combustível fóssil.

O setor florestal nosso hoje tem importantes *players* na área industrial, estão todos ali relacionados. Somos 24% da produção nacional de celulose. Somos a segunda maior área plantada de eucalipto, perdendo apenas para Minas Gerais, e a gente espera que por pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo. A participação do PIB industrial do setor florestal é de 17%. E, na cadeia produtiva florestal total, a gente gera mais de 20 mil empregos diretos e 12 mil indiretos nesse setor.

Também vou deixar para vocês aqui que o Mato Grosso Sul tem um plano estadual de desenvolvimento florestal, que está sendo permanentemente atualizado. Lembrem que eu falei para vocês que a gente o refez em 2021, 2022. E esse plano traz, primeiro, o olhar para o desenvolvimento sustentável, para a consolidação da cadeia produtiva de papel celulose, que tem ainda muito potencial de crescimento, mas também um olhar para a ampliação e diversificação da base florestal, a diversificação da matriz econômica, trazendo novas oportunidades para o estado e estabelecendo uma base industrial competitiva, que é isto que a gente precisa: um setor forte no campo apoiando uma base industrial competitiva.

O estado olha com muita atenção para a questão da sanidade florestal, e isso a gente tem feito através da nossa Agência de Defesa Sanitária, a Iagro.

Não podemos deixar de dizer para vocês da grande contribuição que o setor florestal traz para o estado na questão do estado carbono neutro. Nós temos uma meta de atingir a neutralidade até 2030, e o setor florestal é um importante pilar para a gente chegar nessa meta.

Por fim, ressalto para vocês a grande oportunidade que a gente está tendo aqui. Em pouco tempo, Senador, eu vi aqui oportunidades relatadas pela Cristiana, oportunidades relatadas pelo Edgar, para que os municípios tragam as suas necessidades, principalmente do setor habitacional, mas estou vendo também gente do Ministério da Saúde, que tem que estar aí acompanhando.

E eu entendo essa oportunidade que o Mato Grosso do Sul está tendo, através da iniciativa privada e tão bem recepcionado pelo Governo estadual. E tem, sim, que estar aqui, como diz o Senador Nelsinho, debatendo com o Governo Federal, para que o Governo Federal também possa contribuir com esse desenvolvimento, dando condições para a gente ter infraestrutura e poder dar qualidade de vida para a população do Mato Grosso do Sul em todos os aspectos, tanto de moradia quanto de educação, de saúde e de segurança.

Então era isso.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Rogério Beretta.

De pronto, passo a palavra ao Sr. Benedito Mário Lázaro.

O SR. BENEDITO MÁRIO LÁZARO (Para expor.) – Bom dia.

Primeiro, eu quero agradecer ao nosso bom Deus, por me dar a oportunidade de estar num lugar com tanta gente boa, criativa e que vai fazer com que o desenvolvimento aconteça no seu local.

Senador Nelsinho Trad, também, muito obrigado pela oportunidade.

Agradeço ao nosso Embaixador José Carlos, ao Dr. Edgar, ao Rogério Beretta e a todos os presentes, principalmente aos nossos Prefeitos que estão lidando e trabalhando para que possam resolver o problema de muita gente – muita gente. Vocês estão trazendo benefícios para inúmeras pessoas, para pessoas que antes tinham uma certa situação e que hoje têm uma oportunidade de se transformarem, de sustentarem as suas famílias e de gerarem trabalho e riqueza, porque esse é o nosso grande propósito, aqui, na vida.

Dr. Edgar, eu gostaria muito de dizer ao senhor que a maior preocupação das nossas empresas e de todos os nossos é com a sustentabilidade em todos os sentidos – na parte ambiental, na parte social, na parte econômica. Isso é que faz e gera isso tudo, esse movimento pró-negócio lá no Mato Grosso do Sul.

Quero agradecer a todos os que passaram nesse período de 20 anos dentro do Mato Grosso do Sul, que, como o nosso Embaixador disse, começou lá na década de 70 e 80, mas que agora começou a se transformar, porque veio junto o consumo da madeira.

A Reflore hoje é uma associação que tem 21... Nós começamos com seis empresas e hoje nós somos 21; e detemos, aproximadamente, de 82% a 84% da área plantada no Mato Grosso do Sul, que está dentro da Reflore, sem contar a área de reserva legal e de APP, que, se somada a isso tudo, nós passamos de 2,5 milhões, porque todo produtor e toda empresa têm que fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seu negócio naquela área também, têm que preservar toda a parte de flora e de fauna e têm que dar sustentabilidade para todo esse processo.

Bom, hoje, no Mato Grosso do Sul, como o Beretta explicou ali, nessa área dos 11 municípios, temos em torno de 7,5 milhões a 7,8 milhões de hectares, mas nós estamos expandindo para Camapuã e para outros municípios e estamos chegando em quase 13,5 milhões de hectares; ou seja, nós temos um potencial muito grande ainda de avançar e de gerar essa riqueza para esses outros municípios também.

Só para vocês terem uma ideia, a cada 2,5 milhões de toneladas de celulose que você produz, você precisa de aproximadamente 6 mil pessoas, sendo que 4 mil pessoas estão na área de produção e 2 mil na área da indústria. Então, nós temos um potencial gigantesco na mão. E, como o Beretta mesmo falou, também nós temos aí a indústria do etanol de milho, que vem crescendo e vai precisar dessa biomassa para fazer a sustentabilidade do negócio.

Então, Mato Grosso do Sul hoje tem uma oportunidade ímpar de fazer desenvolvimento. E, como o Beretta falou, nós temos também o problema a que a gente pode dar uma das melhores respostas, um dos pilares do Ministério da Agricultura, que é a recuperação da área degradada. Nós já recuperamos praticamente 2 milhões e pouco aqui com a área de produção, mas nós temos condição de chegar ainda a muito mais e de recuperar esta área que está degradada. Ela está, na verdade, num processo improdutivo e, realmente, pode ficar num processo produtivo, gerando riqueza, gerando trabalho e gerando uma economia... Como disse o nosso Embaixador: a bioeconomia funcionando. Por quê? Quando você tem uma empresa âncora dessa na cidade, você faz o efeito multiplicador em todos os sentidos, no comércio, na geração, em tudo. Você faz com que aumente, é só ter uma base.

Em 2010, Três Lagoas tinha aproximadamente 65 mil pessoas, aproximadamente 2 mil professores e tantos médicos. E, hoje, mais do que dobrou a população: são quase 145 mil, 150 mil pessoas. Já tem desenvolvimento, já tem *shopping*, já tem hospital regional. Enfim, isso mudou completamente aquela cidade, e já estão recebendo outras cadeias. Tem a UFN3, que pode vir, que pode melhorar todo o processo, enfim...

Nós estamos trabalhando hoje com uma cadeia, como o nosso Embaixador disse, proeminente. É uma indústria viva, que trabalha com árvores e que, na verdade, além de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sequestrar o carbono que está aqui, nos dá a vida, o oxigênio. Isso é uma máquina de produzir oxigênio para que nós possamos estar aqui hoje respirando. Então, nós precisamos dessa indústria, dessa empresa – são máquinas de produzir oxigênio e de sequestrar carbono.

Então, o que nós precisamos é de infraestrutura, é o que os nossos Prefeitos estão pedindo. As estradas precisam ser melhoradas. Nós precisamos duplicar, Senador, aquelas estradas, principalmente a 262, a 040 e a 267, para que a gente possa fazer com que os municípios sejam mais bem atendidos, evitando acidentes. Nós precisamos de uma ferrovia. Nós precisamos fazer com que esse transporte diminua muito a sua emissão, fazendo com que se transporte via ferrovia. Nós precisamos de casas, nós precisamos de creches, nós precisamos de infraestrutura.

Por quê? Se você pegar o Brasil, ele foi descoberto na costa. Todos os estados da costa estão desenvolvidos porque grande parte da infraestrutura foi feita pelo Governo Federal, e muitos desses... foram passados pelos governos. E o nosso Centro-Oeste, Senador, porque o senhor é de lá, nascido em Campo Grande, ficou à mercê. E este segmento veio na década de 70, que era para defender o território, e hoje os estados do Centro-Oeste precisaram fazer as suas infraestruturas. E o Governo do estado precisa nos ajudar, precisa fazer com que esse desenvolvimento chegue principalmente a esses polos de desenvolvimento, que é o caso do Mato Grosso do Sul hoje. Tem o Matopiba, tem outros, mas nós estamos precisando desse desenvolvimento, fazer com que os municípios tenham condição de dar uma qualidade de vida para os nossos munícipes, tenha como dar saúde, tenha oportunidade de dar educação, tenha oportunidade de progredir, de fazer com que as pessoas se sintam realizadas, estejam trabalhando em lugares em que tenham prazer de trabalhar.

Uma fábrica, como eu falei, uma fábrica de 2,5 milhões de toneladas são 6 mil empregos, mais do que isso; em Três Lagoas, são 3,5 milhões, lá em Inocência... Olha quantas oportunidades. Uma das coisas que mais me deixa feliz é quando eu entro numa dessas fábricas, no escritório de uma fábrica, e tem mais de 350, 400 pessoas trabalhando – pessoas novas, saindo de faculdades, que, talvez, se não estivessem lá, não teriam oportunidade e que hoje estão fazendo o sustento da família. Então, é uma coisa que me emociona, porque são 2 mil pessoas trabalhando numa fábrica daquelas. É muita coisa boa.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENEDITO MÁRIO LÁZARO – Então, só para deixar o meu recado, é o seguinte: nós precisamos dessa infraestrutura e nós precisamos que os nossos Senadores, que os nossos Deputados Federais, que os nossos ministros, com toda a classe política, possam nos dar essa oportunidade de trazer esse desenvolvimento também para o nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Benedito Lázaro.

Registro com muito prazer a presença do Prefeito Marcos Calderan, que é Prefeito de Maracaju e que nos acompanha aqui nesta audiência pública.

Bom, já estamos partindo para o final. Eu gostaria de agradecer a presença de todos, sem antes, porém, deixar de registrar a participação intensa que tivemos da sociedade, através do Portal e-Cidadania e do telefone do Senado. Temos algumas perguntas aqui, alguns comentários que vou compartilhar para que vocês possam, de maneira rápida, no máximo dois minutos, dar uma resposta.

O Thiago, lá do Mato Grosso do Sul, pergunta para o Sr. Rogério Beretta: "O que está sendo feito para que a receita da cadeia de celulose fique no Estado do [...] [Mato Grosso do Sul] e gere desenvolvimento econômico e social [para a nossa gente]?".

O SR. ROGÉRIO THOMITÃO BERETTA (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade. Obrigado, Thiago, pela pergunta.

Tudo está sendo feito para que isso aconteça, gente. Primeiro que é política do Governo do Mato Grosso do Sul que a nossa produção seja industrializada localmente. E, no caso da cadeia do eucalipto, isso está acontecendo 100%.

Então toda a nossa cadeia florestal está sendo processada no Mato Grosso do Sul, nas indústrias de celulose, nas indústrias através do uso da biomassa, mas também há um trabalho muito forte do Governo do estado, na atração de investimentos, para que a gente possa avançar na industrialização, ou seja, na captação de indústrias que venham fazer a transformação da celulose em papel, na captação de indústrias que venham produzir painéis, como é o caso lá em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Água Clara, na captação também de oportunidades para trazermos madeireiras, serrarias, para que o uso alternativo da floresta também aconteça e traga também esse importante segmento da serraria para que a gente tenha madeira para construção civil e outros usos.

Então, neste momento a gente tem um trabalho muito forte, mas a cadeia já está absorvendo totalmente a nossa produção. Nós praticamente não temos eucalipto saindo para fora de estado, para nenhum outro estado; muito pelo contrário, a gente agora começa a ter uma demanda, talvez até para trazer eucalipto de outros estados para ser industrializado no Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Rogério Beretta.

Nós temos duas perguntas aqui que eu vou compartilhar com o Embaixador José Carlos da Fonseca, porém eu gostaria de fazer também um questionamento para o Prefeito Roberson, que é, dos prefeitos que estão aqui, o que está mais avançado na implantação da indústria da celulose no município dele; e que o Prefeito Roberson possa tabelar essa resposta com o Sr. Edgar Batista de Azevedo Caetano.

Então, eu já vou fazer a pergunta, V. Exas. vão tabulando a resposta na cabeça, para que, depois da fala do Embaixador, vocês possam responder.

A pergunta que chegou aqui é o seguinte, do Silvio, lá do Mato Grosso do Sul: "Com o crescente fluxo de veículos em consequência da chegada das indústrias, quais as ações concretas para mitigar danos [...] [na cidade e nas estradas que são vizinhas dela]?". Eu tenho certeza de que o Roberson vai saber responder, porque ele já me pediu uma emenda para poder resolver essa questão na frente da cidade dele.

Antes, eu gostaria de passar para o José Carlos, nosso Embaixador, o seguinte: "Quais são as medidas ambientais para mitigar o uso de espécies adequadas à celulose, invasoras da biodiversidade e [...] [do uso intensivo] da água?". A plantação disseminada de eucalipto acaba mesmo com as questões da água do seu entorno?

Jeová, de Goiás: "Como conciliar a alta demanda por água do setor com a segurança hídrica da agricultura familiar e das comunidades?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode começar, Embaixador.

O SR. JOSÉ CARLOS DA FONSECA (Para expor.) – Obrigado, Senador Nelsinho Trad. Agradeço também pelas duas boas perguntas.

Eu cheguei a comentar... No início dessa fase dos últimos 40 anos, em que esse setor veio se consolidando em diferentes regiões do Brasil, houve momentos de muita polêmica, de controvérsia em torno da monocultura de espécies vegetais que pudessem prejudicar o balanço hídrico, prejudicar a biodiversidade.

O aprendizado que esse nosso setor foi desenvolvendo em termos de manejo florestal é algo que virou assunto estudado nas universidades, entre os pesquisadores.

É um conceito de manejo que nós chamamos de mosaicos na paisagem. Nós intercalamos florestas cultivadas de espécies monoculturais, como se fosse uma atividade, e é, agrícola, uma silvicultura. Nós plantamos eucalipto, em boa parte dessas regiões onde nós atuamos, e pínus como se planta café, como se planta tomate, como se planta laranja, é uma atividade silvicultural. Com todo o rigor, com toda a ciência embarcada para melhoramentos da espécie, para logística, sem a qual nós não teríamos essa capacidade de plantar todo dia 1,8 milhão de árvores. Então, tem todo um trabalho embarcado, desenvolvido e consolidado ao longo de anos, para que essas espécies sejam adequadas a cada microclima, a cada microrregião do Brasil.

Hoje, com melhoramentos genéticos, é possível isso, e as certificações internacionais a que eu já me referi atestam isso. Então, é para que se possa produzir mais com menos. Na curva de crescimento da nossa produção de fibras, a partir das árvores plantadas, nós temos aí um avanço nos últimos anos, e isso está espelhado em nosso perfil de megaexportador, o maior exportador mundial de celulose, o sexto maior produtor de papéis do mundo etc., um grande produtor de painéis de madeira. Essa curva não corresponde a uma curva igual que seja acompanhada por aumento de área de ocupação, ao contrário, o que nós temos é produzido mais com menos.

Só para dar uma ilustração, nos anos 70 e 80 a produtividade de massa de madeira por hectare/ano do eucalipto era entre 10 e 12m^3 de madeira por hectare/ano. Com o passar do tempo, graças a investimentos pesados e permanentes em pesquisa, melhoramento e desenvolvimento, estudos, erros e acertos etc., essa média de produtividade por hectare/ano é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de trinta e tantos, em alguns lugares, a mais de 40m^3 por hectare/ano. Isso é produzir mais com menos recursos naturais! A água, para nós, é indispensável, mas, se não houver um bom manejo dessa combinação de silvicultura com preservação para manter a capacidade de absorção e de recuperação dos lençóis freáticos, nós teríamos que ter desenvolvido, como eu já disse, até brincando, uma silvicultura que teria que ser nômade.

Se nós estamos nas mesmas regiões há décadas é porque nós encontramos a maneira de promover esse equilíbrio, nós dependemos da natureza e nós dependemos da biodiversidade. Essa combinação dos mosaicos de florestas plantadas com florestas reservadas tem a ver com os corredores de biodiversidade e as nossas empresas têm muito orgulho de produzir nos seus relatórios de sustentabilidade e nos cadernos que nós apresentamos agora recentemente. Eu estava na semana passada na COP, em que apresentamos ao mundo, a gente virou referência internacional, exatamente um número impressionante de avistamentos de espécies da fauna brasileira nas diversas áreas em que há essa combinação de florestas cultivadas com florestas preservadas ou restauradas, dependendo de como seja o caso.

Então, nós temos muita consciência, Senador Nelsinho Trad, da nossa responsabilidade com o meio ambiente, com a sustentabilidade e com os cuidados, como o Dito e o Dr. Beretta assinalaram, com a sustentabilidade no seu sentido mais amplo, sustentabilidade ambiental e social, é do modelo de negócio se prolongar no tempo.

As nossas empresas não teriam o portfólio de investimentos que têm hoje no Brasil, de mais de R$100 bilhões ao todo, boa parte disso no Mato Grosso do Sul, se elas não estivessem mirando o longo prazo. E a gente se vê como um setor que está do lado certo da equação do clima, produzindo a partir de recursos que são renováveis, com energia cada vez mais renovável, num processo de descarbonização que também é admirável, com aqueles itens que o consumidor está exigindo: quer substituir o que chega à nossa casa por embalagens, por exemplo, que sejam de origem renovável, que se tenha toda a capacidade de rastrear de onde vêm e qual vai ser o pós-uso e os novos usos das fibras vegetais, da nanocelulose, da celulose, que nos dão essa indicação de que esse é o mercado que está mirando um futuro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso os investimentos tão vultosos e por isso a perspectiva de um horizonte tão promissor para o Mato Grosso do Sul, para cada um dos municípios, e para o Brasil como um *player* importante dessa área.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Embaixador José Carlos da Fonseca.

Apenas registro a participação do Nilton, de Minas Gerais, e da Rose, de Santa Catarina, que fizeram perguntas na mesma linha que V. Exa. já respondeu. Apenas para registrar.

Do Nilton, de Minas Gerais: "[...] medidas asseguram que o Vale da Celulose gere empregos e progresso [principalmente para as cidades que foram afetadas], preservando recursos hídricos e o equilíbrio ambiental [...]?".

A Rose, de Santa Catarina: "[...] projeto do Vale da Celulose pretende garantir que a expansão da produção não aumente a pressão sobre os recursos hídricos [...]?"

Vamos agora, de pronto, para a pergunta da infraestrutura, acrescendo a participação do Mikeias, lá do Paraná: "A infraestrutura do Estado [do Mato Grosso do Sul] suporta o aumento de caminhões, cargas e logística [muito] pesada do setor [nas suas estradas]?

Roberson.

O SR. ROBERSON LUIZ MOUREIRA (Para expor.) – A gente que está no Estado de Mato Grosso do Sul, e principalmente ali na rota da BR-262, que liga o Estado de São Paulo à capital, a gente percebeu, principalmente neste ano de 2025, muito mais que nos anos anteriores, um aumento muito grande do fluxo de caminhões na Rodovia 262. Isso é perceptível. A gente gastava em torno de 50 minutos no percurso de Ribas a Campo Grande e hoje a gente demora uma hora e meia, uma hora e quarenta, duas horas.

E, para essa solução, o Governo de Mato Grosso do Sul, leiloou na Bolsa de Valores, em maio, a concessão das três rodovias do Vale da Celulose: a Rodovia 262, com duplicação integral no trecho Campo Grande até Ribas do Rio Pardo e a terceira faixa ligando Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas; a Rodovia 040, que sai de Santa Rita do Pardo e vai chegar à capital,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atravessando os municípios ali também, principalmente o Município de Ribas; e a BR-267, que sai lá de Bataguassu, na divisa com São Paulo, e vem até Campo Grande e que vai ser uma perna, junto com a BR-262, da futura Rota Bioceânica também, que passa lá na cidade do nosso Prefeito Calderan.

Então, o Governador do Estado de Mato Grosso do Sul anunciou agora, semana passada, que o contrato com a XP e com as empresas que vão executar essa obra vai ser assinado no final do mês de janeiro e que, 60 dias após a assinatura do contrato, já se iniciam as obras sob concessão e pedágio. Então, a gente tem aí já o alento de que essa infraestrutura é um projeto, acho, de oito anos, mas nos três primeiros anos os principais trechos já têm que ser executados pelo cronograma.

Dentro dos municípios, a gente tem procurado fazer uma parceria, como se faz tripartite na saúde, entre prefeitura, Agesul, Governo do estado e as empresas, principalmente as de transporte da celulose e da madeira, para que, de forma coordenada, os três entes, seus engenheiros e seus técnicos trabalhem para que a gente não sobreponha serviços e nem tenha vazios. Isso tem funcionado muito no nosso município e, graças a Deus, a gente tem conseguido manter as empresas que têm essa necessidade.

E, dentro do que já foi colocado para o Senador Nelsinho, a travessia urbana de Ribas, tanto na questão de logística quanto na questão de segurança e na questão de beleza, é uma obra fundamental para o Estado de Mato Grosso e para o nosso município. É uma obra orçada em R$50 milhões, e a gente já trouxe o pleito também aqui. Eu acho que isso muda totalmente...

Então, o estado está se preparando, sim, e, nos próximos anos, com certeza, essas obras de infraestrutura minimizarão os problemas que a gente tem no estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Com a palavra, para falar em nome do Governo Federal, o Sr. Edgar Batista de Azevedo Caetano, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O SR. EDGAR BATISTA DE AZEVEDO CAETANO (Para expor.) – Bom, só complementando a fala do Prefeito Roberson, eu queria reforçar aqui o papel do MDR nesse sentido de apoiar o escoamento produtivo. Então, a partir do MDR, nós podemos apoiar obras até limites estaduais,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou seja, rodovias estaduais e municipais para escoamento produtivo, principalmente em perímetro rural. Isso nós do MDR conseguimos apoiar. A partir disso, no perímetro urbano, o Ministério das Cidades também apoia esse processo.

Então, só quero reforçar o papel do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, bem como o do das Cidades, a partir desse reforço no sentido de apoiar o processo de escoamento produtivo, que a gente observa que é extremamente necessário, principalmente com a cadeia e com esse volume de carga.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço a sua participação.

Apenas quero registrar que a bancada federal do Mato Grosso do Sul, coordenada pelo Deputado Dagoberto Nogueira – e posso falar aqui em nome das Senadoras Soraya Thronicke e Tereza Cristina –, está muito atenta à questão das obras de infraestrutura de que o estado precisa. A nossa bancada, segundo o levantamento de um jornal de grande circulação, foi a que mais investimentos em infraestrutura colocou de todas as bancadas do Brasil. Então, a gente está muito antenado nessa questão.

Apenas um comentário, para sua breve participação, um minuto.

Tedney: "Está prevista a realização de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas das áreas impactadas pelo empreendimento econômico?".

O SR. ROGÉRIO THOMITÃO BERETTA (Para expor.) – Bom, primeiro, quero ressaltar que, na questão dessa região do Vale da Celulose, a gente tem poucas áreas indígenas e ressaltar também, como o Embaixador já disse, o olhar atento dos 12 empreendimentos. Todos têm certificação internacional; então, não atuam sobre áreas indígenas ou com potencial interesse de população indígena. Essas empresas não atuam de maneira nenhuma, dada a sua certificação internacional. Sobre isso aí, então, pode ficar bem tranquilo. A população indígena está sendo ouvida, o Governo do Estado tem duas secretarias com o olhar tanto para o atendimento social da população indígena quanto para o desenvolvimento produtivo das populações indígenas – também na nossa secretaria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero lembrar, Senador, que, através do Ministério do Desenvolvimento Regional, a gente tem lá gerenciado os recursos do FCO, alocados pela Sudeco, que têm garantido bastante infraestrutura para os municípios. E a gente chegou, inclusive, a aprovar a carta de consulta para o ramal do gasoduto de Três Lagoas a Inocência, que a MSGás, empresa do Governo do estado, vai realizar. Então, há também esse olhar da infraestrutura necessária com essa oportunidade de crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Apenas para registrar, recebi aqui uma mensagem do Ministro Padilha, atento a essa questão da saúde – acho que aquela fala impactou – e colocando o ministério à disposição. Leve o nosso agradecimento!

Bom, tem só mais dois comentários; só eu que vou falar. Depois, eu convido a todos os participantes para a gente fazer uma foto aqui na frente, para a gente ilustrar a nossa audiência pública. Comentar, o cara comenta o que quiser; eu sou democrático, eu passo.

Edson, de São Paulo: "Tendo em vista a preocupação com licenciamento ambiental [...] se for segura e bem executada será ótimo. Progresso e empregos [...]".

Lucimar, de Minas: "Não vi transparência [...] no projeto, o plantio de celulose demanda muita água [...] e não [...] [deve ocorrer] perto de nascentes [ou] lençóis freáticos".

Carla, do Pará: "Plantio de eucalipto não é floresta: destrói a biodiversidade, prejudica a terra e a água. Deixem o povo cuidar e plantar sem desmatar!".

Marcus, de São Paulo: "O Vale da Celulose poderia obter a partir da hemicelulose o furfural, matéria-prima de resinas [além de] outros produtos químicos".

Gostaria de agradecer a participação da população e das pessoas; cumprimentar mais uma vez os Prefeitos que participaram: Prefeito Cassiano, de Três Lagoas, via remota, Prefeito Maico, Prefeito Toninho, Prefeito Marcos Calderan e Prefeito Roberson. Agradeço a participação de todos e, mais uma vez, cumprida a finalidade da audiência pública, declaro encerrada esta sessão, não obstante, em um horizonte mais a médio prazo, fazer outra para a gente poder acompanhar os desdobramentos de tudo que está ocorrendo por aqui. Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-1 (ANEXO: 001)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (21ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (19ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (31ª REUNIÃO), EM 20 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia vinte de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Marcelo Castro, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Augusta Brito, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Humberto Costa, Romário, Dr. Hiran, Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Leila Barros, Zenaide Maia, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Laércio Oliveira, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Efraim Filho, Izalci Lucas, Damares Alves, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Paulo Paim, Magno Malta e Esperidião Amin, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Comparecimento de Ministro de Estado (MDS), atendendo aos requerimentos REQ 27/2025 - CRA, de autoria Senador Marcos Rogério (PL/RO) e Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA); REQ 38/2025 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE) e Senadora Jussara Lima (PSD/PI); e REQ 7/2025 - CDR, de autoria Senadora Professora Dorinha Seabra (União/TO) e Senadora Augusta Brito (PT/CE). Finalidade: Comparecimento de Sua Excelência o Senhor Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para: prestar esclarecimentos sobre a mudança de posicionamento do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei nº 715/2023, detalhando os fundamentos técnicos que embasam a alegação de impacto orçamentário e explicando os motivos pelos quais o Executivo tem adotado ações que resultam no adiamento da tramitação ou na tentativa de descaracterização do texto originalmente apoiado pelo próprio governo; e apresentar os desafios, as metas, o planejamento e as diretrizes governamentais da sua pasta. Participante: Sua Excelência o Senhor Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra as Senadoras e os Senadores: Hamilton Mourão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Eliziane Gama, Zequinha Marinho, Jussara Lima, Paulo Paim, Jayme Campos, Zenaide Maia; e do Deputado Júlio César. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/20

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente 31ª e 19ª Reuniões, da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião conjunta destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, para prestar esclarecimentos sobre mudança de posicionamento do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei nº 715, de 2023, detalhando os fundamentos técnicos que embasam a alegação de impacto orçamentário e explicando os motivos pelos quais o Executivo tem adotado ações que resultam no adiamento da tramitação ou na tentativa de descaracterização do texto original, apoiado pelo próprio Governo, e apresentar os desafios, as metas, o planejamento e as diretrizes governamentais de sua pasta, atendendo ao Requerimento nº 27, de 2025, do Senador Marcos Rogério, ao Requerimento nº 38, de 2025, dos Senadores Humberto Costa e Jussara Lima, e ao Requerimento nº 7, de 2025, da CDR, das Senadoras Professora Dorinha Seabra e Augusta Brito.

Já compomos a mesa com a presença do Sr. Ministro Wellington Dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adotaremos os seguintes procedimentos: de acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência adotará os seguintes procedimentos: S. Exa. o Sr. Ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação aos Senadores inscritos.

A palavra aos Senadores será concedida conforme ordem de lista de inscrição. O Senador interpelante disporá de até cinco minutos, assegurado igual prazo de resposta para o Sr. Ministro.

Com a palavra o Sr. Ministro Wellington Dias, por 30 minutos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Saúdo com muita alegria aqui todos e todas presentes aqui nesta audiência com três Comissões.

Primeiro, quero dizer que me sinto honrado em estar numa Casa que também é minha, tenho o maior prazer de poder ter sido eleito pelo povo do meu amado Piauí, e de poder aqui encontrar Lideranças que, com certeza, têm um papel importante na Casa, no Brasil.

Aqui, nosso querido Senador Zequinha Marinho, nosso querido e conterrâneo Marcelo Castro, Senador Arns, Senador Mourão, Senador Rogério e aqui a nossa equipe também. Agradeço aqui a presença da Lilian, da Valéria, do Rafael Osório e também do Luiz Carlos. Agradeço aqui aos presentes.

Primeiro, eu trouxe aqui uma apresentação inicial para que a gente tenha aqui uma noção. Esta Casa, a Câmara e o Senado aprovaram algumas medidas, principalmente ali em junho de 2023, quando entrou em vigor o que passamos a denominar de Novo Bolsa Família.

E aqui, já dentro da forma do requerimento, eu já começo esclarecendo que realmente tinha um projeto em tramitação, e tive o privilégio de conversar com – a quem eu quero saudar também – o Senador Jaime, sempre muito atencioso. E, na verdade, eu confirmo que realmente teve esse projeto em tramitação e que teve uma posição na Câmara. Logo em seguida, tivemos ali, enquanto ele tramitava, a aprovação de um texto que não só colocava o ponto específico dos safristas, mas levava em conta um conjunto de outras mudanças para o Brasil.

Também Deputado Flávio Nogueira...

Então, eu trouxe aqui uma apresentação, e eu queria começar colocando aqui um pouco do panorama de como estamos trabalhando desde 2023.

Pode passar.

Todos sabem, a gente teve aí esta divulgação, e eu estava em Adis Abeba, lá na África, quando a FAO, a ONU, apresentou o Brasil como um país fora do Mapa da Fome.

Numa interpretação que nem todo mundo domina, a ONU, a FAO, junto com vários organismos, leva em conta sempre o triênio, para que não tenha aquela... Avalia-se uma situação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjuntural. Às vezes, em um ano, o país tem um resultado, mas não é ainda algo mais firme. Então, ela trabalha com triênio e trabalha com uma regra pela qual os países que tenham uma subnutrição, tenham um nível de desnutrição abaixo de 2,5%, passam a ser considerados um país fora do Mapa da Fome.

Eu tive o privilégio de dialogar com as equipes da FAO, de outras áreas, e elas dizem que, quando chega abaixo de 2,5%, você tem situações em que se precisa ter muito mais cautela, exatamente porque às vezes a desnutrição nem é problema de renda, nem é problema de comida, na verdade é mais um problema de saúde, etc. Então se precisa aqui ter uma atenção especial. A ONU trabalha com isso já seguindo a ciência há muito tempo.

A gente estava, no triênio anterior, com 4,2%, tinha caído para 2,8%; em 2024, 2,4%. Então, ficou abaixo de 2,5%, 2,4%.

A FAO e a ONU não gostam quando a gente divulga um ano separadamente, exatamente por esse critério do triênio, mas a queda se deu exatamente por uma queda significativa em 2023 e em 2024. Em 2023, a gente ficou em 2,3%, isoladamente; em 2024, 1,7%, o que significa também uma responsabilidade, ou seja, essa redução não quer dizer que tem zero fome no Brasil, não quer dizer que não tenhamos pessoas com desnutrição. Nós ainda temos que alcançar, pela população brasileira, 1,7%, 3,672 milhões de pessoas, aproximadamente. É isso que estamos trabalhando em 2025 e vamos seguir trabalhando até alcançar – é uma decisão do Presidente Lula – quem ainda não alcançamos.

Pode passar.

Então, nisso a gente tinha como referência um estudo feito pela Rede Penssan, em 2022, que colocava 33,3 milhões de pessoas em situação de fome, como aí é considerado.

Eu acho que todos nós, do Brasil, temos uma lembrança da imagem ali dos ianomâmis, quando o Presidente – e eu estive presente – lá os visitou. Então, podemos afirmar que há cerca de 29,4 milhões de pessoas, daqueles 33,1 milhões, que podem tomar café, almoçar e jantar todo dia. É esse o conceito: ela passa a ter acesso à renda e, com isso, acesso ao alimento ou complemento alimentar.

Aqui o Brasil trabalha com o Bolsa Família, BPC, trabalha com o Cozinha Solidária, trabalha de um modo muito forte na alimentação escolar, integrando estados, municípios e Governo Federal, bancos de alimentos, enfim, é um conjunto de programas dentro do Plano Brasil Sem Fome que permitiu alcançar esse resultado divulgado pela ONU.

Pode passar.

O ponto da fome mais dramático, na classificação da FAO, da ONU e também nosso aqui do IBGE, é a insegurança alimentar severa, aquela que ameaça a própria vida, aquela que coloca uma situação que afeta o ser humano, crianças, idosos, adultos, enfim. A gente estava ali em 8,5% e houve uma queda significativa para 1,2%, em 2023; e 1%, em 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, na média, por que está dando 3,4%? Porque na média trienal ainda dá 3,4%, mas o lado bom é que alcançamos, em 2024, 1%.

Então, ainda temos gente na situação de insegurança alimentar severa aqui? Sim, ainda temos que alcançar pessoas que ainda não alcançamos, mas num patamar bem mais reduzido.

Essa redução é significativa. O próprio Brasil se destaca no mundo, em todas as comparações da ONU, com 88,3% de redução na insegurança alimentar severa.

Pode passar.

A pobreza e a extrema pobreza também registram quedas importantes nesse período, ou seja, a missão do Ministério do Desenvolvimento Social... E aí esses dias o Tribunal de Contas da União soltou um relatório que coloca o ministério como sendo aquele que alcançou 100% das metas, ou seja, aquelas metas que foram traçadas no plano de metas do Poder Executivo nós alcançamos. No Brasil, a gente trabalha de um lado para garantir a condição do Brasil fora do Mapa da Fome, mas eu sempre sustento que a forma segura de o Brasil garantir uma condição de não ter a fome é exatamente superando a extrema pobreza e a pobreza, de preferência levando pessoas para a classe média, ou seja, esse caminho o Brasil trabalha de várias formas. De um lado, é a educação. A gente tem uma forte integração com a educação, desde não deixar crianças na idade certa sem estarem matriculadas, e, ao mesmo tempo, a alfabetização na idade certa passou a ser uma referência, que acompanhamos. Nós temos um cadastro hoje muito moderno. Estão aqui o Rafael Osório e a Letícia, que dirigem isso no Ministério. Nós modernizamos o cadastro.

No Brasil, segundo estimativa publicada recentemente – eles vão lançar o relatório final agora, no final de agosto, começo de setembro –, a gente estava ali, em 2021, com 36,7%. Já tinha caído para 27,4% a pobreza, em 2023, e agora esse dado aponta 20,9%. Então, esse resultado é significativo. E a extrema pobreza, de 9% para 4,4%, e agora também em estimativa de 4%. Por que isso é importante? Porque nós somos um país que é uma das maiores potências econômicas do mundo. Era a 12ª, agora é a 10ª potência econômica do mundo, é o 4º maior produtor de alimento. Então, como é que pode conviver com fome e com extrema pobreza, nesse patamar?

Então, ao mesmo tempo, trabalhamos para que com isso a gente tenha menos desigualdade, garantindo a redução de pessoas na extrema pobreza e na pobreza, na perspectiva de mais igualdade. Então esse dado também é muito significativo e tem a ver com crescimento econômico, emprego, aumento da renda, salário mínimo, ou seja, o Bolsa Família, a transferência de renda é um ponto de partida, e é importante frisar que nós tiramos cerca de 24,4 milhões de pessoas da pobreza, o que é bastante significativo quando a gente olha a comparação com outros países do mundo.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí tem uma série histórica para a gente ver apenas dois pontos. O dado de pobreza mais baixo que o Brasil tinha alcançado foi ali 2014, quando o Brasil também saiu do Mapa da Fome – tinha saído ali 2013 ou 2014 –, ficou em 30,8%. Agora, a gente atingiu o mais baixo da série histórica em 2023, com 27,4%, e agora, em 2024, 20,9%. Certamente esse é um recorde muito destacado.

Sobre a extrema pobreza, também o mais baixo foi em 2014, com 5,2%. A gente já tinha alcançado 4,4%, que também é uma marca histórica da extrema pobreza, e devemos ter alcançado, provavelmente, menos de 4%, mas vamos esperar divulgação do relatório final. Eles divulgam um relatório preliminar e os países têm o direito de apresentar informações que possam contribuir para um dado adequado.

Pode passar.

Um dado que eu queria destacar, que não é bem a missão do MDS – a do MDS é tirar da fome, tirar da pobreza, garantir mais igualdade –, mas criamos lá, e foi aprovada aqui no Congresso, a Secretaria de Inclusão Socioeconômica, para tirar da fome, mas também superar a pobreza e fazer permanecer no cadastro até chegar à classe média. Esse é um dado muito importante para que as três Comissões, ou seja, para que o Senado Federal possa compreender.

E este é um dado importante – a gente tinha tido uma queda na classe média brasileira, que é quando a gente soma a classe C, a classe B e a classe A –: como fazer o Brasil ser um país de classe média. Nós tínhamos alcançado, em 2010 – para a gente ter uma ideia ali –, um patamar mais destacado, mas, nesse ano – a gente tinha chegado já a 52% –, agora nós chegamos a 50,1%. Ele é muito importante, porque garante que, ao mesmo tempo, tire da fome, tire da extrema pobreza, supere a pobreza e uma parte alcance a classe média.

Eu sei que em cada estado... Como eu sou da política também, eu giro muito, estou fazendo o terceiro giro ao Brasil, e, no meu estado, a cada dois anos, eu procuro visitar os 224 municípios – não são poucos. Então, onde eu andei menos, andei por 22 vezes. O Senador Marcelo aqui já me acompanhou muitas vezes; a Senadora Jussara, enfim. Esse crescimento da classe média tem, como ponto forte, bem sustentável, a educação. Então, nós fazemos uma integração muito forte com a educação. De um lado, a contrapartida da família é a educação. A gente pode, inclusive, bloquear o pagamento do Bolsa Família, quando não se cumprem as regras de estar com a criança matriculada, de estar frequentando a aula... E, agora, a gente está acompanhando também a aprovação.

O Pé-de-Meia foi um caminho para a gente reduzir a evasão. Muita gente, especialmente famílias com adolescentes... Ali a gente também está agora reduzindo a evasão.

Quando alguém de uma família que está no Bolsa Família se forma... Quando uma mãe que, muitas vezes, trabalha de doméstica, informal, forma uma filha, um filho para Direito, Medicina, Jornalismo, isso abre uma porta que permite sair da extrema pobreza e chegar à classe média. Então, a cada ano, a gente passou a fazer cruzamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, há duas informações com as quais já estamos trabalhando agora, a partir de uma nova etapa do programa Plano Brasil Sem Fome e superação da pobreza. O Presidente Lula sempre pergunta: "O que fazer para nunca mais o Brasil voltar ao Mapa da Fome?". O principal ponto, eu afirmo aqui, é a educação. Então, para pessoas que, às vezes, terminam o ensino médio e não têm uma qualificação profissional, é preciso garantir que tenham uma qualificação profissional, como um complemento profissional do ensino médio, no Proeja também, pelo lado do adulto, ou mesmo que seja um curso de curta duração.

Agora, por exemplo, nós estamos fazendo parceria com cerca de 6 mil empresas no Brasil nessa área de qualificação. Eu gosto da qualificação com o empregador, o demandante das vagas, porque ali não é só um fazedor de curso; já vai num padrão que entra num cadastro reserva. A segurança de ter uma boa formação garante o chamamento.

Pois bem, com isso, a gente tem a condição... Com a Amazon, por exemplo, nós estamos qualificando 500 mil pessoas em cursos de alta qualidade: gestor, gerente de nuvem, desenvolvedor de programas, enfim, há um conjunto de programas. E todo mundo, quando sai, já sai com um salário de R$4 mil, de R$6 mil, de R$8 mil, dependendo da função. Então, esse caminho eu cito aqui como exemplo

Então, precisamos fazer crescer a classe média. A proposta do nosso Governo é garantir que se tire da fome, se tire da pobreza, mas que o Brasil tenha uma robusta classe média. É garantir que a gente possa alcançar, se Deus quiser, muito em breve, em torno de 55% ou mais da população na classe média. Os países que alcançam um ponto de 55%, 60% são países que não voltaram àquela situação do passado: de extrema pobreza, de fome e de pobreza. Então, esse é um sinal muito importante.

Pode passar.

Bom, aí tem um dado que eu considero muito destacado. Nesse trabalho, com o modelo, a gente cuida lá, claro, da proteção básica, da proteção especial. Só para que todos tenham uma ideia: nós temos, no cadastro – repito aqui – pessoas que estão na extrema pobreza, que estão abaixo da linha da pobreza, como a gente chama, e que estão na classe E, estão na classe D, e só saem do cadastro quando vão para a classe C, aliás, normalmente, porque as regras terminam tirando essas pessoas de vários programas, porque entraram na classe média. Da parte do MDS, a gente tem lá a base de dados.

Por exemplo, vivemos uma pandemia, como a gente viveu, e muita gente desceu da classe média para a extrema pobreza. Então, é uma realidade com a qual a gente, hoje, está preparado para lidar.

O emprego, o pequeno negócio e o empreendedorismo... E mais um dado, Senador Arns: o talento. A gente ainda está começando, não é fácil, mas muita gente sai da pobreza porque é um artista; sai da pobreza pelo esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Seleção Brasileira de Futebol Feminino tem quatro atletas que saíram do Bolsa Família e saíram da pobreza pelo esporte. Uma das garotas, que é lá do meu Piauí, de São João do Piauí, terra da minha esposa, Rejane, do Deputado Paes Landim, ela, do Bolsa Família, foi para o Internacional, futebol feminino do clube Internacional, no Rio Grande do Sul, e agora foi para a Seleção Brasileira. Ela passa a garantir uma condição de vida.

Mas, é claro, o importante é emprego e empreendedorismo.

Então, eu quero aqui muita atenção da Comissão para que vocês compreendam uma mudança grande que fizemos. E vou já explicar regras que foram estabelecidas, para entender também por que esses resultados.

Quando alguém está no Bolsa Família, a gente passa a estratificar: qual é o grau de instrução? O que já fez na vida? Com o que já trabalhou? Já empreendeu? O que quer fazer? A partir daí, a gente combina, cruza com as oportunidades. Imagina uma pessoa dessa ter que descobrir quais oportunidades tem para ela. Então, quando a gente oferece, isso facilita.

E veja o efeito: em 2023, para pegar esse ano, a gente já alcançou, com qualificação dirigida, com busca ativa, pela rede do MEC, com o Sistema S, com um conjunto importante de empresas... Aqui eu destaco o Carrefour, que foi o primeiro que celebrou: antes de a gente lançar o programa, já foi lá celebrar um contrato e já contratou mais de 40 mil pessoas do Bolsa Família na sua rede. A gente, fazendo qualificação, abre para a qualificação – é o operador de caixa, é o empacotador, é gerente, muitas vezes... Hoje já temos pessoas que saíram do Bolsa Família e são gerentes.

Eu estava lá em Rondônia, para dar um exemplo, num evento, e pessoas lá: "Olha, eu entrei como operador de caixa, fui chefe de setor, agora estou como gerente de loja". Lá no Amapá, na Equatorial, uma pessoa, uma mulher técnica em eletricidade, desempregada há vários anos, no Bolsa Família, e ali está empregada. Veja o resultado.

Então, veja este dado que eu considero importante – eu vou pegar um mais atualizado do que esse –: de janeiro de 2023 a junho de 2025, 91% dos novos empregos, bem próximo desse dado, do saldo positivo de emprego...

Meu querido Senador Paim, grande líder das causas sociais, muito bem-vindo.

Então, vejam, no Brasil, 4,1 milhões... Isso era setembro ainda de 2024. No Brasil, de janeiro de 2023 a junho de 2024, 4,1 milhões de novos empregos a mais do que em 2022. Destes empregos, 91% são do Cadastro Único, são do Bolsa Família cerca de 75%, cadastro em que não está Bolsa Família e cadastro Bolsa Família. Então, 91% do cadastro social e 75% do Bolsa Família. No ano de 2024... Eu confesso que, quando esse dado foi apresentado – aí é Caged junto com o Cadastro Único –, eu pedi para conferir várias vezes, porque 98,8% dos empregos formais – 1,7 milhão de empregos no ano passado – são do povo do Cadastro Único, são do povo do Bolsa Família aqui dentro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é que eu quero dizer? É preciso ter um cuidado. "Ah, esse povo não quer trabalhar". Ele quer trabalhar – ele quer trabalhar! Quer o que todos nós queremos: emprego decente. Quer crescer dentro da empresa, quer mudar de vida.

Eu digo por mim. Eu vivenciei a insegurança alimentar, eu vivenciei a pobreza, e alguém me deu a mão para eu sair. Foi educação e apoio de alguém. É nisso que eu acredito.

E, veja, se hoje eu estou na classe média e quero crescer, imagina quem está na pobreza. Quer crescer, gente! Quem já viveu isso, quem está no dia a dia dos mais pobres sabe: eles querem crescer.

Pode passar.

Aqui tem as principais mudanças, meu querido Senador Jaime.

Aqui é importante a atenção do Senado, desta Casa, para a gente compreender. Eu vou trazer aqui os problemas que a gente, no diálogo com o setor empresarial, rural, agropecuária, CNA, entidades dos estados, indústria, comércio... Ali em janeiro, fevereiro, março, abril, eu dei um giro, inclusive indo conversar com o trabalhador, indo conversar com gente que não queria assinar carteira. Deixem-me dizer só isto aqui: realmente não se trata de disputa política, aconteceu.

Ali no Auxílio Brasil, a gente teve dois problemas. Um deles foi o pagamento de um valor único, independentemente do tamanho da família: paga-se o valor de R$600 independentemente do tamanho da família. Se é uma família de um – a chamada unipessoal –, recebe R$600; um casal recebe R$300 cada um. Agora, e se for uma família de dez pessoas? Recebe R$60 por pessoa. Nós temos famílias com 22 pessoas. Você imagina quanto é que dá a renda *per capita* nesse pagamento.

O meu bisavô, Senador Jaime, teve 22 filhos. (*Risos.*) Por isso é que eu não estranho. O meu avô teve 15. Eu tenho três filhos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E o seu pai?

O SR. WELLINGTON DIAS – Meu pai teve cinco. Está diminuindo, não é? Hoje, as novas gerações têm um, dois, três, enfim.

Então, eu estou colocando isso para dizer o seguinte...

E ali teve uma situação que era assim: ao assinar a carteira ou ter um negócio, já ia lá para linha do desligamento. Quando a pessoa ia para o emprego e, lá na frente, perdia o emprego... Vou pegar aqui maio de 2022 – pode pegar os dados do Governo, independentemente de quem era o Governo –, estavam lá 2,7 milhões. Essa era a fila. Então, a pessoa perdia o emprego, voltava para uma fila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema que a gente discutiu com safristas, pessoal da construção civil, pessoal da área do turismo, pessoal da área de comércio, enfim, é que vários setores da nossa economia fazem contratos temporários de 30 dias, 60 dias, 90 dias, ou seja, até seis meses é considerado o chamado emprego temporário. Pois bem, para essas pessoas, o que a gente fez de mudança? Primeira mudança: de primeiro, elas iam trabalhar e, naquele período ali, ganhavam uma renda boa. Na área do agronegócio, por exemplo, um manobrista de colheitadeira daqueles ganha R$4 mil, R$6 mil, no mês. Então, se trabalhasse ali dois meses, seriam R$12 mil, e sairia do benefício. O que nós fizemos? "Espere aí, mas essa renda não é o ano todo, ela é uma renda temporária". Então, com a mudança que estas Casas, o Senado e a Câmara, aprovaram, a gente mede obrigatoriamente 12 meses: pega os R$12 mil e divide por 12, o que dá R$1 mil por mês, por exemplo, para aquele que recebeu R$12 mil. Aí, depois disso, é que eu faço a divisão pelo tamanho da família, o *per capita* da família.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WELLINGTON DIAS – E é só aí que tomamos a decisão. Essa mudança é fundamental.

Outra mudança: ora, se o programa é para tirar da fome e tirar da pobreza, por que eu vou cortar o benefício de quem não saiu da pobreza, só porque começou a trabalhar?

Hoje nós temos três níveis de beneficiários, no Bolsa Família, que trabalham: o que trabalha e a renda, quando se divide pelo tamanho da família... Normalmente são famílias maiores. Um exemplo, com um salário mínimo que se divide por sete pessoas da família, por seis pessoas da família, ele tem uma renda de R$200, de R$180. Ora, se com R$218... Repito aqui: US$40. É um padrão internacional – R$218, U$40 dólares. Se com R$218 entra no Bolsa Família, por que é que eu vou tirá-lo se está recebendo R$200? Ele permanece. Neste mês de agosto, 4 milhões de famílias estão no emprego, com carteira assinada, e recebendo 100% do Bolsa Família. Inclusive, parte são safristas, são temporários.

Dois: quando se eleva a renda, mas não ela ultrapassa U$120, R$706 *per capita.* Por exemplo: uma família de cinco pessoas, para sair do Bolsa Família pela renda familiar – arranjou um emprego e sai –, precisa ter uma renda acima de R$3.530. Também, pudera: R$3.530 já dá para tocar a vida. É esse o pensamento. Então, essa família precisa ultrapassar R$3.530 para sair do Bolsa Família.

E criamos, na regra de proteção, uma faixa intermediária: o que ganha acima de R$218, mas ganha abaixo de R$706. Ele recebe 50% do Bolsa Família, junto com a renda. No mês agora, de julho, havia aproximadamente 2,4 milhões de pessoas que estavam nessa regra de transição.

Então, só aqui, para a gente ter uma ideia, são cerca de 6,5 milhões de pessoas que trabalham e continuam recebendo o Bolsa Família.

E tem a parte que superou, que ultrapassou a linha da pobreza, que saiu do Bolsa Família porque saiu da linha da pobreza. São cerca de 5,2 mil famílias que alcançaram esse patamar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E digo aqui: uma parte, Senador Marcelo, foi para a classe média, principalmente com pequenos negócios e também através da educação. Formou-se no nível técnico, formou-se no nível superior e alcançou uma oportunidade de trabalho e, com isso, garantiu essa saída.

Então, uma outra regra eu sei que é muito questionada, e pouca gente se atentou para o que foi aprovado: saiu do Bolsa Família, foi para o emprego, mas as pessoas têm medo de, quando perderem o emprego, voltarem para a fila.

O Brasil é o primeiro país do mundo que, de um lado, estabeleceu, Senador Rogério, renda básica da cidadania, que está em nossa Constituição, lembrando aqui o meu querido Eduardo Suplicy, que sustenta essa bandeira há muitos anos.

Veja só: entrou no Cadastro Único, acessou o Bolsa Família, só sai para cima, nunca mais volta para a extrema pobreza. Por quê? Porque foi para o emprego, foi para um negócio; mas caiu a renda... E eu cruzo e-Social, Cnis e todos os dados com o Sebrae... Nós temos, hoje, uma base de dados que chega a 1,7 petabyte de informação. Na Dataprev fizemos um grande investimento, um cadastro moderno. Quero convidar aqui os meus colegas Senadores e Senadoras para uma visita lá na Dataprev para ver o observatório, com inteligência, com uma capacidade extraordinária, para evitar exatamente que a gente cometa injustiças. E aí, veja: vai para o emprego; e volta automaticamente, quando perde o emprego, para o Bolsa Família. Este mês agora, de julho, 11.303 brasileiros do Bolsa Família lá atrás foram para o emprego, perderam o emprego e voltaram automaticamente. Não entraram mais em fila.

A gente ainda tem fila de quem nunca entrou, porque tem que fazer aqui uma análise bem criteriosa, e aí, historicamente, em torno de 300, 400 mil. Isso é normal nessa fase de análise. Mas, na fila, depois que entra, não tem. Quando alguém perde o emprego, não volta para a extrema pobreza; volta para o Bolsa Família. Essa aqui eu acho que é uma conquista extraordinária e é a principal arma que nós temos para o Brasil nunca mais voltar ao Mapa da Fome.

E, por último, eu queria aqui colocar que trabalhamos, dentro desse caminho, com esse Programa Acredita e com vários outros programas voltados também para o empreendedorismo.

Pode passar.

O Programa Acredita, aprovado também aqui no Congresso Nacional – e agradeço aqui ao Senado Federal, à Câmara – praticamente por unanimidade, nos permite... Quero só colocar assim: a gente já alcançou R$10 bilhões de financiamentos para pequenos negócios urbanos e cerca de R$14 bilhões para rurais. A gente integrou com o Pronaf – um dado que eu acho que nem todo mundo sabe; eu estou viajando os estados, mas nem todo mundo está sabendo. O Pronaf dava empréstimo de R$3 mil, R$4 mil, R$6 mil. Eu mesmo e o Ministro Paulo Teixeira conversamos com o Presidente: "Presidente, imagine um parente seu, lá de Pernambuco, que recebe R$3 mil, R$4 mil. Ajuda? Ajuda, mas tira da pobreza?". Então, tem que fazer uma coisa que tire da pobreza. E a gente hoje financia até R$35 mil numa primeira fase, depois ele vai para outros programas que vão até R$400 mil. No urbano, que estava com juros muito elevados, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem três etapas: até R$21 mil; depois, até R$80 mil; e, depois, até R$1,2 milhão, engatado com o Pronampe. E isso está dando resultado.

Olha a inadimplência, pelo estudo feito pelo Banco do Nordeste: 0,39% é a inadimplência, ou seja, o povo, quando tem taxa de juro adequada... A taxa de juros, que estava 6% ao mês, caiu para 0,7% ao mês. Caiu de 72% até para, no máximo, 8,75%, para esse primeiro passo. E vai até Selic+2, por isso que, mais do que ninguém, eu torço para a Selic vir para o patamar adequado.

Eu coloco para vocês: olha o efeito disso. O Sebrae coloca que o Brasil tem 30% dos pequenos negócios com o nosso povo do Bolsa Família, do Cadastro Único.

Só uma coisa para todo mundo atentar: eu disse aqui que, de janeiro de 2023 para junho de 2024, foram 4,1 milhões de empregos. Olha o que eu vou dizer para vocês: são 9 milhões de pequenos negócios no mesmo período – 9 milhões de pequenos negócios. Desses, 5,2 milhões são o povo do Bolsa Família, do Cadastro Único.

Eu estava agora no Recife. Lá, para uma jovem, uma senhora, mãe solo, do Bolsa Família, desempregada, a gente financiou uma casa de doces e salgados. Ela agora é empresária e emprega duas pessoas. Aquela mulher do Bolsa Família agora é empregadora.

São 70% dos novos empregos no Brasil vindo dos pequenos negócios. E isso confirma uma teoria que, há muitos anos, eu sustento: o social tem que ser parte estratégica do desenvolvimento econômico. Olha o que eu disse: você tem pessoas que saem de transferência de renda dos impostos que os outros pagam para serem pessoas incluídas na economia, gerando renda do seu negócio e empregando outras pessoas. E não é um caso isolado; são muitos casos – são muitos casos.

Então, eu, já indo aqui para o encerramento, queria citar isto: vocês sabem que tem, no Caged, admissão e demissão. O Caged acompanha admissão e demissão. Quando a gente pega todas as admissões até junho de 2025, 17,5 milhões das admissões ao trabalho são do povo do Bolsa Família, do Cadastro Único. Uma parte aqui é emprego sazonal, em torno aí de... tem uma mobilização. Para você ter uma ideia, de novo, Senador Jaime, 2,3 milhões são safristas, têm característica do emprego rural, têm característica do emprego sazonal. São aqueles empregos temporários. E, é claro, eu chamo a atenção que esse caminho dá um conforto com essas mudanças que fizemos.

Pode passar.

Isso aqui eu já coloquei.

Já chegando ao encerramento, esse aqui é para dizer assim: nós estamos satisfeitos? Mas nem um pouco! Nós ainda somos um país desigual.

Aqui, eu quero dar um dado fundamental. O Pnud divulgou agora o Índice de Gini. Em 2021 ou 2022, o índice de desigualdade, o Índice de Gini, era de 0,544. Todo mundo já sabe que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto mais perto de 1, mais desigual; quanto mais perto de 0, mais é um país com renda, com mais igualdade. Esse crescimento da renda, os mais pobres crescendo mais que os outros... Enquanto a gente está comemorando a renda geral da sociedade, com 11,4% de crescimento, os mais pobres estão com 38,6%. A renda dos mais pobres está crescendo mais. E isso é fundamental para reduzir a desigualdade.

Veja, no que é que a gente está trabalhando agora? Estão aqui a Valéria, que é a nossa coordenadora do combate à fome e à pobreza, a Lilian, da segurança alimentar, e o Osório, do cadastro. Nós hoje cruzamos os dados do Sistema Único de Assistência Social com os dados da educação e com os dados da saúde e encontramos onde é que tem subnutrição, onde é que tem desnutrição. E aqui a gente separou 500 municípios onde ainda é mais provável ter gente que a gente precise alcançar. Esse aí é o mapa no qual, em 2025, em 2026 para frente, o Brasil tem que focar para garantir. E aí, é claro, a gente está atrás de ver situações de vulnerabilidade.

Pode passar.

Bom, eu encerro aqui, agradecendo esta oportunidade, e me coloco para o debate. Digo aqui que tem um bom arcabouço, mas pode sempre melhorar. Então, de forma humilde, estou aberto aqui para que a gente possa trabalhar.

Encerro colocando duas coisas. A gente precisa apenas seguir a ciência. Cientificamente, em qualquer lugar do mundo em que o benefício foi numa linha de substituir salário, ele deu errado. O Bolsa Família ou qualquer que seja o nome... a transferência de renda não pode deixar de ser uma ajuda em uma hora de necessidade da família, para ter o que comer, para ter ali uma condição. Nós hoje repassamos, em média, aproximadamente R$230 por pessoa que está no Bolsa Família – varia, porque a família que tem criança recebe um pouco mais, mas é isso aqui. Quando sai do Bolsa Família para o emprego, é porque triplicou a renda.

Aqui tenho chamado a atenção dos empregadores de todas as áreas, os industriais, os do comércio, para o seguinte: nós temos uma situação que eu acho que os empregadores precisam explicar – até já propus uma campanha junto com o Governo –, que é o que significa ir para o salário. Ainda tem gente com medo de assinar carteira? Sim, é verdade. Onde é que a gente está vencendo isso em uma velocidade maior? Onde a gente integra as mãos, onde a gente dá as mãos e trabalha junto. Quando uma pessoa ainda tem medo, ela também não tem noção do que é o emprego. A gente não acredita, mas tem gente que nunca trabalhou de carteira assinada. Ninguém nunca trabalhou naquela família. Não sabem o que é isso. Não sabem que, além do salário, tem décimo terceiro; não sabem o que significa previdência; não sabem o que é ter uma licença de saúde remunerada; não sabem o que é ter férias com um terço de férias; não sabem o que é ter um PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), nem que, em muitos dos empregos, pagam-se planos de saúde, ou seja, acho que a gente precisa trabalhar.

O Presidente da Federação da Indústria do Ceará desenvolveu, junto com a Federação da Indústria, um painel onde a gente bota o nome daquela pessoa, o salário dele no emprego e já sabe se ele sai do Bolsa Família, se ele ganha 50% do Bolsa Família, se ele ganha 100%, e sabe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto é mesmo a renda média mensal. Então, eu acho que é esse caminho que a gente tem que seguir junto.

Por último, não é só um jogo de palavras: tiramos o Brasil do Mapa da Fome, mas precisamos tirar a fome do mapa do Brasil – tiramos o Brasil do Mapa da Fome, mas precisamos tirar a fome do mapa do Brasil. E só se faz isso com a superação da pobreza. Então, independentemente de divergência partidária, aqui tem uma pessoa que sabe a importância de trabalhar junto. É uma missão gigantesca que não dá para ninguém fazer sozinho. Então, é junto: Governo, oposição, Senado, Câmara, município, estado, Governo Federal, entidade, empresário e quem quiser trabalhar. Nós estamos trabalhando, queremos trabalhar.

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro.

É muita informação.

Eu estava ouvindo assim os números e percentuais e estava me lembrando do seu conterrâneo, o Deputado Júlio César.

O SR. WELLINGTON DIAS (*Fora do microfone*.) – Esse tem cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ele está ali atrás.

Se o senhor precisar de reforço para fazer isso, é só ligar para ele.

O SR. WELLINGTON DIAS – Já gravou tudo, viu? (*Risos.*)

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Presidente, posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode, pode.

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Eu sou Deputado ainda, mas eu quero perguntar ao Ministro quanto custa ao Governo Federal todos os programas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – só um minutinho, Ministro.

Eu posso pedir para ele aguardar um pouquinho?

O SR. JÚLIO CESAR (Bloco/PSD - PI) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu gostaria só de registrar a presença dos nossos Senadores – Senador Paulo Paim, Senadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jussara Lima, Senadora Zenaide Maia, Senador Flávio Arns, Senador Hamilton Mourão, Senador Jaime Bagattoli, Senador Fernando Farias – e de cumprimentar também nossos Deputados Federais – está ali do lado o Flávio Nogueira, o ex-Deputado Osmar Júnior, e o nosso querido decano Deputado Júlio César. Esse sabe tudo.

Como o nosso Senador Marcelo Castro está muito folgado aqui do meu lado (*Risos.*) e é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, eu transfiro para ele aqui já o encaminhamento e a lista dos Srs. Senadores que já se inscreveram até aqui, que são os Senadores Hamilton Mourão, Flávio Arns, Jaime Bagattoli, Senadora Jussara, Senador Paulo Paim e eu também.

Daqui para frente a gente troca de cadeira e o Senador Marcelo Castro assume o comando. (*Pausa.*)

Vamos, então, avançando e trabalhando.

Bem-vindo todo mundo – a imprensa, colegas daqui, convidados, enfim. Está muito boa a sessão.

Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero cumprimentar todos os presentes.

Esta é uma reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais, que eu tenho a honra de presidir, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Desenvolvimento Regional. Então, são três Comissões: uma presidida por mim; outra, pelo Senador Zequinha Marinho; e a outra, pela Senadora Dorinha. O nosso Zequinha Marinho presidiu a maior parte e, gentilmente, passou para mim, para eu conduzir agora o debate.

Em primeiro lugar, parabenizo o Senador e Ministro Wellington Dias, que trouxe informações preciosas e importantes para o debate aqui, na audiência pública, e o Governo do Presidente Lula por ter alcançado, pela segunda vez na nossa história, nos nossos 500 e tantos anos de história, esse feito extraordinário, que é o Brasil sair do mapa da fome. Então, quem é de região pobre, como eu, que viu muitas pessoas passarem fome, tem realmente a luta contra a pobreza como a meta mais importante que um país pode empreender.

Então, vamos para os inscritos.

Começando aqui pelo primeiro, Senador Hamilton Mourão, com a palavra para fazer o seu questionamento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde.

Agradeço ao Ministro Wellington Dias o comparecimento aqui, às Comissões, ao revê-lo, já que somos conterrâneos por afinidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, a grande finalidade da nossa reunião é instruir o PL 715, de 2023, que foi aprovado na Câmara, e, aqui, no Senado, existem fundamentos técnicos por questão de impacto orçamentário. Na excelente explanação que V. Exa. fez, o senhor não tocou nesse assunto. Eu gostaria de que o senhor abordasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Para poder facilitar o debate, vamos fazer um bloco de três em três; aí o Ministro daria a resposta aos três, assim, em seguida.

Com a palavra o próximo Senador inscrito, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – Caro Ministro, também, em primeiro lugar, sempre ressalto que V. Exa., antes de Ministro, é Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (*Fora do microfone*.) – Continuo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Continua, está só emprestado para o ministério. Então, V. Exa. é membro desta Casa, está entre colegas também, Senadores e Senadoras, e é sempre uma honra e uma alegria tê-lo aqui, no Congresso Nacional, porque a gente entende e sabe do seu comprometimento com as mudanças.

Eu considerei, assim, a explanação muito clara, muito boa, inclusive esclarecendo pontos que eu acho que têm que ser também esclarecidos mais; tem sido feito isso, mas esclarecer mais para a sociedade, no sentido de que quem consegue emprego não é, necessariamente, por meio de uma carteira assinada; e essa pessoa pode continuar no Bolsa Família, desde que a renda básica não atinja aquele mínimo aceito para que a pessoa seja considerada na linha da pobreza ou da extrema pobreza.

Então, considerei muito importante também o fato de que quem entrou no Bolsa Família nunca vai voltar para a extrema pobreza, porque os mecanismos, as chaves colocadas, isso vai impedir que esse processo aconteça.

Eu estava até comentando com o Senador Mourão, o que, claro, vai ser esclarecido pelo senhor, mas, ao mesmo tempo, a questão do safrista, do sazonal também. Na verdade, até achei que alguma coisa tinha sido respondida, mas vai ser interessante explicar detalhadamente.

É muito interessante o trabalho junto com o Sistema S, sabe? O exemplo do Ceará, que é a Federação das Indústrias, a que o senhor – permita-me chamá-lo de senhor – se referiu, acontece no Paraná também, com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em que, num trabalho articulado com as prefeituras, eles estão qualificando as pessoas; tem também a bolsa para qualificação. Num município, por exemplo, perto de Cascavel, Corbélia, 30% saíram do Bolsa Família, saíram porque conseguiram. Quer dizer, é a dupla coisa que foi mencionada: educação e apoio. Precisa ter educação, mas precisa ter o apoio para o encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o bem-estar da família, segurança da família, eu gostaria, além desses esclarecimentos que foram muito bons... Claro que a gente pode se debruçar sobre os dados, estudar e depois ver também mais detalhes, até para ajudar a entender uma política tão importante para o Brasil, mas há algo que o senhor mencionava antes da reunião que acho que vai ter um impacto muito grande, a melhoria residencial. Gostaria de que abordasse isso. Tem muita gente... eu inclusive moro perto de uma comunidade de favela, as pessoas dizendo: "Olha, eu preciso de dinheiro para completar o forro, comprar porta, comprar janela e tal", e a melhoria residencial, esse programa eu considero muito importante.

Eu sei que o senhor tem uma vinculação muito grande com a pessoa com deficiência, também a pessoa com paralisia cerebral, com deficiência intelectual, que precisa melhorar a casa. Vai para a escola, lá tem rampa, tem banheiro adaptado, tem chuveiro, mas chega em casa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... não tem nada disso, ou tem uma cadeira boa para se sentar na escola, mas a cadeira tem que ir para casa junto ou ter duas cadeiras, um paralisado cerebral, para ter em casa e na residência, para facilitar a vida da família.

E só assim, se pudesse abordar um pouco mais a questão do povo de rua, que é um desafio – eu me interesso pessoalmente muito por essa área, há uma liderança importante no Paraná, o Leonildo, com quem a gente tem mantido contatos permanentes – assim, para ter uma ideia também.

Mas quero parabenizá-lo, acho que foi muito claro, muito preciso, muito bom. E as perguntas são para a gente refletir junto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao próximo inscrito, que é o Senador Jaime Bagattoli, depois o Senador Wellington Dias vai responder.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos. Cumprimento os dois Presidentes das Comissões, Marcelo Castro e Zequinha Marinho, o nosso Ministro Wellington Dias, que tem grande preocupação com a assistência social.

Mas quero dizer a você, Ministro, que eu já estive diversas vezes com você... Diversas não, estivemos duas vezes já reunidos. Eu sou Relator desse projeto, do Projeto 715, de 2023, desse projeto de lei. Quero dizer para você que, primeiramente, todos nós, todos os empresários do Brasil inteiro têm dificuldade de mão de obra. Aqui nós temos bastantes pessoas de diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados e temos muitas mulheres aqui. Pode fazer uma pergunta às mulheres hoje, que estão aqui dentro, às donas de casa; não se consegue nem uma funcionária para trabalhar numa residência, ela não quer assinar a carteira.

E digo mais para você, Ministro: eu, se eu fosse um jovem hoje – olha o que eu vou falar! – talvez eu não quisesse uma carteira assinada, da forma como nós vivemos hoje, talvez eu não quisesse uma carteira assinada. Eu só iria trabalhar em dois empregos informais, e tem muita gente fazendo isso com o Bolsa Família.

Até porque, eu quero que vocês entendam, para quem estiver nos acompanhando: vocês imaginem uma pessoa que trabalha a vida inteira ganhando um salário mínimo. Se ele começar aos 20 anos, ele vai se aposentar aos 65 anos, contribuindo 45 anos com a Previdência Social. Quando chegar lá no final, ele vai se aposentar com um salário mínimo.

E uma pessoa, talvez, que nunca contribuiu com nada entra no BPC, na Loas, nesse programa, e, lá ao final, ela nunca teve uma carteira assinada, mas também terá o seu recurso de um salário mínimo.

Ministro, nós sabemos que, no Brasil, nós entendemos que nós precisamos tirar o povo da pobreza. Agora, nós temos... Olha a ênfase que nós temos hoje e o que esse projeto vai trazer de benefício, esse Projeto 715.

O que ele vai trazer de benefício? Nós vamos tirar essas pessoas que estão hoje recebendo Bolsa Família, e eles virão para um emprego formal, no qual eles vão recolher, nós vamos recolher, INSS, FGTS, vai aumentar a renda dele, porque hoje nós temos um problema na colheita do café, no Espírito Santo, no Paraná, em Rondônia, que é o meu estado, nós temos o problema da laranja em São Paulo, temos o problema da uva no Rio Grande do Sul, da maçã em Santa Catarina, da fruticultura no Vale do São Francisco. O pessoal da Bahia está de joelhos porque não tem mão de obra, está se perdendo manga, está se perdendo uva, e ninguém pode fazer essa contratação sem carteira assinada, precisa-se assinar a carteira dessas pessoas.

Vamos aprovar esse projeto, esse PL 715, vamos fazer um teste com ele por dois anos para nós trazermos essas pessoas! Ministro, se nós conseguirmos trazer um de cada quatro, ou seja, 25% que nós trouxermos do Bolsa Família para esse emprego formal, e se nós conseguirmos segurar aqui 25%, você imagina o quanto que isso vai melhorar a renda?

Eu não consigo entender quando V. Exa. fala, e aqui tem uns dados dizendo que tem 400 mil famílias numa lista para entrar no Bolsa Família. Tem 400 mil famílias que estão numa lista para entrar no Bolsa Família!

Vou dar aqui um exemplo: Santa Catarina, com 8 milhões de pessoas, só tem 206 mil Bolsas Família. Santa Catarina importa mais de 300 mil empregos de outros estados. Tem muita gente do Nordeste, Senadora, que está trabalhando em Santa Catarina, do Haiti, de outros países. Estão está trabalhando em Santa Catarina, que não tem mão de obra. O meu Estado, Rondônia, é o único estado do Norte e do Nordeste que tem mais do que o dobro de carteiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinadas contra o Bolsa Família, em torno de 130 mil Bolsas Família contra 275 mil carteiras assinadas, pouco mais do que o dobro. Todos os estados do Norte e do Nordeste...

O senhor acha que a gente é feliz? Algum de vocês acham que a gente é feliz pelo Nordeste ter tanta Bolsa Família? Claro que não. Nós queremos que essas pessoas tenham dignidade. Agora, como é que se monta uma indústria no nosso país dessa forma? Nós não conseguimos mais mão de obra, nós não temos mão de obra no Brasil.

Quando o senhor fala aqui – V. Exa. falou – em 2,3 milhões de safristas, isso significaria praticamente pouco mais de 10% de todo o emprego de todo o agronegócio que nós temos pelo Brasil. Segundo dados da própria FPA... Esses dados não estão corretos, nós precisamos verificar isso aqui. São dados da FPA.

Vou falar de uma grande empresa, da JBS. Não está montando... No meu Estado de Rondônia tem uma oferta grande, boa, com seis, sete frigoríficos, oito, tem de oito a doze, mas dos grandes, do conjunto dos três magníficos, JBS, Marfrig e Minerva, os três têm cinco. Eles não tão ampliando mais. O senhor sabe por quê? Mão de obra. Não sou eu. Pode falar com a JBS, com a qual eu tenho ligação direta. Nós não temos mão de obra. A JBS, para vocês entenderem, era para ter uma planta pronta, semipronta, no Município de Ariquemes, não vai abrir. Ele vai fazer uma ampliação em Vilhena, que é o meu município. Até fico feliz, mas eu queria que ele fizesse lá. Ele alega o seguinte: se ele monta mais uma linha, ao invés de matar 2,8 mil bois, vai para 3,2 mil bois/dia. E aí o que acontece? Quando ele não tem mão de obra, corta uma linha numa única planta. É falta de mão de obra. Então, nós temos essa grande dificuldade, esse grande entrave, para o qual nós temos que encontrar uma ferramenta.

Eu peço, Ministro... Eu quero me sentar com V. Exa. Nós vamos nos sentar, nós Senadores, o Congresso Nacional. Nós precisamos nos debruçar em cima disso e vamos aprovar esse PL. Isto aqui não é uma questão partidária, não é uma questão política, não é nada. Isto aqui é uma questão para a qual nós precisamos fazer um teste. E outra coisa: eu tenho certeza de que hoje, por exemplo, se dão de R$615 a R$650, na média por família – porque é isso o que se fala do Bolsa Família –, em torno de quase 20 milhões de Bolsas Família que nós temos hoje, no Brasil, um salário mínimo vai representar quase isso de arrecadação. Nós trazemos a pessoa para o registro. Então, quer dizer, o Governo não vai perder nada, vai continuar pagando o Bolsa Família.

O senhor acha que eu fico contente? Eu vou apanhar dos nossos funcionários da iniciativa privada. Por quê? Porque vão falar para mim: "Senador, você é Relator de um projeto em que a pessoa recebe o Bolsa Família e recebe o emprego. E nós não, nós só recebemos pelo nosso suor, pelo nosso emprego.

Mas, enfim, Senador, Ministro, eu tinha três perguntas para fazer para V. Exa. aí.

Uma pergunta muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo reviu sua posição em relação ao projeto de lei, que é esse de que eu acabei de falar, o 715, de 2023, e, recentemente, tem dito que não há dinheiro, que o projeto retiraria recursos do orçamento e que já há uma fila – como eu já falei antes – de 400 mil famílias no Bolsa Família, sugerindo que a fila irá aumentar com a autorização do emprego formal como safristas e beneficiários do Bolsa? (*Pausa.*)

Segunda pergunta, Ministro.

Ministro, o Governo informou em reunião comigo um impacto de R$52 bilhões anuais. Em qual data e com quais fontes oficiais o Ministério chegou à sua estimativa? Porque, veja bem, se se estiver recebendo o Bolsa Família e for para um emprego, vai ter arrecadação do INSS, que não existiria. Vai ter o FGTS, que não existiria. Nem vou falar que ele vai ter mais dinheiro para gastar no mercado, para gastar no comércio. E o Governo também vai ter arrecadação do próprio comércio.

Outra pergunta.

O Ministro considerou no cálculo que muitos desses trabalhadores já estão no Bolsa Família e que a formalização não criaria novos benefícios, mas apenas mudaria o perfil da arrecadação?

E a pergunta número três.

O Ministério também considerou a arrecadação gerada pela formalização. Para citar exemplos do próprio estudo no setor, um trabalhador formalizado, com salário médio de R$2 mil, gera cerca de R$950 mensais de contribuição. O Bolsa Família são R$600 e pouco – estou falando de R$2 mil. Isso não compensaria, como relevante, o benefício pago?

E, para terminar, Ministro, quero dizer para vocês. Uma pessoa, para colher café hoje, uma pessoa que sai do Bolsa Família para colher café no Espírito Santo, em Rondônia, em qualquer lugar, o mínimo que ela vai receber são R$3,5 mil para cima. Ela vai receber isso de salário.

Então, Excelência, nós precisamos aprovar esse PL 715 urgentemente, porque, senão, nós entramos num colapso na questão da mão de obra no país.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu vou passar a palavra ao Senador Wellington Dias, mas, antes, quero anunciar aqui a presença que nos honra do Deputado Merlong, do Deputado Francisco Costa, do Deputado Castro Neto, do Deputado Florentino Neto, e chegou também aqui a nossa Senadora Eliziane Gama. Todos nos honram aqui com as suas presenças.

E quero fazer uma observação aqui de que estão presentes nesta sessão os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias de todo o Brasil, em especial os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Piauí, que estão aqui, neste momento em que o Senador e Ministro Wellington Dias está nesta audiência pública.

Senador Rogério Carvalho. (*Palmas.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, como eu vou ter que sair, tenho uma outra reunião com o Presidente Davi Alcolumbre, eu queria pedir este pela ordem para cumprimentar o Ministro Wellington Dias. Quero dizer que o senhor é muito bem-vindo aqui, como membro desta Casa.

O SR. WELLINGTON DIAS (*Fora do microfone*.) – Seu liderado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Muito boa a apresentação que o senhor fez aqui, nesta tarde, esclarecedora.

Não precisamos... Eu acredito que, pelo que o senhor apresentou, para quem assistiu à apresentação do começo até o fim, está claro que ter emprego não é nenhum problema para quem tem Bolsa Família. E sair para um trabalho e voltar para o emprego, ou ter um trabalho temporário e voltar para o Bolsa Família, isso já está resolvido, já está equacionado, o senhor apresentou isso aqui.

Eu só queria, Sr. Presidente, para concluir, dizer o seguinte: que determinada empresa processadora de carne do Mato Grosso reclamou da falta de trabalhadores. De fato, as pessoas não querem trabalhar. E disse que estava tendo que mandar a carne para a Espanha, não processada, processar lá e estava tendo que pagar em torno de R$4 mil, R$5 mil para esse trabalhador. Determinado Senador, que é do Mato Grosso, chegou e perguntou: "Por que vocês não pagam esses R$3,5 mil, R$4 mil para o trabalhador brasileiro e preferem pagar na Espanha, para processar a carne lá?" Então, a gente precisa também ter esse grau de consciência.

Outra coisa: às vezes, não falta trabalhador. A gente tem visto trabalhadores que saem do Maranhão, da Bahia, de outros estados e vão para alguns outros estados, em período de safra, e são resgatados na condição de escravidão, ou seja, análoga à escravidão. Agora mesmo, no Rio Grande do Sul, num restaurante, recentemente, em vinícolas no Rio Grande do Sul e outros casos, agora numa construtora, eu acho que foi no Estado de Goiás, não sei qual foi o estado, da mesma forma. Mão de obra que vai acreditando que tem uma remuneração digna, que vai ganhar para poder deixar sua própria vida, a sua vida, o seu convívio familiar num determinado estado, pensando que vai ter algum benefício, e, quando não, a gente vê práticas antigas, ultrapassadas sendo colocadas de novo na ordem do dia, ou seja, sendo feitas e escravizando as pessoas.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente. Eu peço licença, Ministro, para poder me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos passar a palavra, então, ao Ministro, Senador Wellington Dias, para dar resposta aos três que questionaram, o Senador Hamilton Mourão, o Senador Flávio Arns e o Senador Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Eu queria só me inscrever, Presidente, por favor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer aqui ao Senador Rogério. Tenho muito orgulho de ser meu Líder também, viu, Senador Paim? É um prazer muito grande.

Vejam só, eu vou aqui, bem rapidinho, responder ao Deputado Júlio Cesar. Os programas com que a gente trabalha, o Bolsa Família, ali na transição, para lembrar, são R$175 bilhões. A gente organizou, nesse trabalho, e aí, eu preciso dizer, de superação da pobreza, combate à fraude e irregularidades, nesse mais e menos, com pessoas que estavam fora e tinham direito, veja que era com R$600, R$158 bilhões por ano. E a gente conseguiu trazer para dentro – eram 22 milhões – 5,5 milhões de novas famílias. Hoje, nós estamos, agora, na última folha, com 19,1 milhões. Desses, 3 milhões aproximadamente, 2,7 milhões, que estão na regra de proteção, recebendo a metade, porque, se Deus quiser, já estão aí num caminho para, pelo emprego, pelo empreendedorismo, superarem a pobreza.

Tem mais. O programa... A gente está agora, vamos fechar este ano, com em torno de R$160 bilhões, R$15 bilhões a menos para a gente compreender. Ele iria, na verdade, para R$198 bilhões se tivesse mantido o caminho que estava na minha projeção. E mais o BPC. O BPC fechou em R$104 bilhões no ano passado. Nós também estamos adotando medidas no BPC – vocês aprovaram aqui, Câmara, Senado, em novembro. Tinha aqui meio que... "A gestão é do MDS? A gestão é da previdência? Onde é que está?". O Presidente tomou a decisão e confiou ao MDS a gestão do BPC.

E, veja, organizando, também, eu acredito que a gente vai conseguir resultados de chegar a quem precisa e, do outro lado, combater fraude onde tiver. Infelizmente, é preciso reconhecer isso.

E, ainda, um estímulo ao emprego. As empresas com mais de 100 empregados têm cota para pessoas com deficiência. Tem vaga exclusiva ali para pessoas com deficiência, incentivadas, inclusive, e não se preenchem essas vagas. Nós vamos criar um programa, como no Bolsa Família, de qualificação ao emprego. Quais as vagas? Vamos qualificá-las juntos e, com isso, garantir uma condição, porque essa, inclusive, é uma reivindicação das entidades ligadas às pessoas com deficiência e com o que eu também estou animado, porque a gente vai colher bons resultados.

Veja só: superação da pobreza com o Bolsa Família, superação da pobreza por pessoa com deficiência e economia. Eu digo ao Ministro Haddad: o Ministério do Desenvolvimento Social é um ministério que, quanto mais dá certo, mais reduz despesa. Você investe na educação, em escola, em creche. Que maravilha! Mas ali tem uma despesa a mais. Eu já fui Governador e sei como é que funciona. Aqui não, quanto mais a gente supera a pobreza, quanto mais a gente estimula o trabalho, mais resultado.

E tem o auxílio-gás, R$3,6 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no total, fiz uma conta aqui atualizada, R$275,6 bilhões é a rede de proteção brasileira.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – São 275?

O SR. WELLINGTON DIAS – A rede de proteção brasileira é de R$275 bilhões.

É por isso que eu tenho dito da necessidade de a gente trabalhar a seguridade contributiva.

Por isso, o meu entusiasmo com... (*Pausa.*)

Então, vejam só... Aqui o Senador Mourão, a quem eu quero saudar. Disse a ele há pouco lá... A família dele é lá de Pedro II, no Piauí. Tem um Município no Piauí em homenagem aos parentes dele, Domingos Mourão, ao lado de Pedro II. Aliás, Pedro II – vou fazer propaganda – tem um festival de *jazz*, uma escola de *jazz*, numa área alta entre o Piauí e o Ceará, e acho que vale a pena conhecer.

Muito bem. Sobre os safristas, aqui, respondendo ao Senador Mourão e ao Senador Jaime ao mesmo tempo.

Primeiro, de pronto, estou aqui, de mão estendida, para a gente dialogar, tá? Para a gente chegar a um entendimento. Já fui Parlamentar, apresentador de projeto e sei a importância. Quando a gente é Relator, tem que dar a resposta, a posição, a cobrança.

Cheguei, na conversa, aqui, com a nossa querida Jussara, junto, a apresentar uma proposta. Vejam quais os problemas que a gente destacava ali, naquele começo. O principal era exatamente o fato de, ao celebrar contrato, ter a saída do Bolsa Família. Isso foi alterado. Assinar carteira de trabalho, regularizar o CNPJ de um negócio não é motivo para perder benefício do Bolsa Família. Não é motivo, foi mudado. Esta Casa é que aprovou.

Dois. A situação dos que trabalham, ganham uma renda naquele período, muito elevada, e também saíam, por conta da renda de um mês, de dois meses ou de três meses. Aí todo mundo aqui já conhece. Comerciário, período de Natal, tem ali as contratações, muitas vendas, produtividade, e ali tem uma renda, naquele mês, fora do padrão. Agora consideramos a renda de 12 meses, como eu expliquei aqui.

Terceiro. Quem entra no cadastro e no Bolsa Família uma vez não entra mais na fila. Eu disse aqui, historicamente a gente tem entre 300 mil e 400 mil que não entraram e estão pedindo. Aqui, Senador Jaime, para o senhor compreender. Aqui uma parte são pessoas a quem foi negado, a gente examinou, viu que têm uma renda, e essa renda não se enquadra no critério do Bolsa Família. Aí eu tenho que cumprir a lei, tá?

E tem uma coisa interessante: às vezes, tiram uma pessoa da família e apresentam de novo. Só que a gente tem um cruzamento de dados, que cortam o coração aqui, mas não tem jeito, eu tenho que cumprir. Eu sei que lá na escola, ali é uma mesma família. Eu sei, pelos dados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá na saúde, que ali é uma mesma família. Então, a gente faz a visita e vê que é uma mesma família morando no mesmo teto. Então, não é porque tirou aquele filho maior de idade que agora são duas famílias. Então, infelizmente, a gente sempre tem...

Até eu tenho, sabe que a minha equipe, vamos ter que separar quem são as pessoas que eu chamaria de um recurso, feita a resposta do ministério, o que é legítimo, que a gente analisa com todo o carinho. Às vezes, tem situação de um problema na informação dada lá no município ou na nossa equipe da Rede Federal de Fiscalização, que foi criada para a gente trabalhar junto.

Mas voltando aqui, uma coisa que eu lhe disse e eu quero aqui colocar para o senhor, para o Senador Jaime e o Senador Mourão, e aqui a todos da Comissão. Eu acredito que tem uma coisa que é possível ser melhorada: é possível fixar, porque o principal problema é o medo. Fixar que foi para o emprego, mesmo quando se perde o emprego, mesmo quando se perde o benefício, fixa lá, pode botar lá. Eu digo assim, já está, mas vamos dizer que o que abunda não prejudica. Até fica meio esquisito aqui o jogo de palavras, não é? Mas o que é excesso não prejudica. Isso para garantir que essas pessoas tenham segurança de que, indo para o emprego, não voltarão mais para a fila, tá? Isso aqui é possível a gente trabalhar.

Eu cheguei a colocar alguns pontos lá com a sua equipe técnica, em determinada reunião, e podemos sentar aqui as nossas duas equipes com a Comissão, o senhor é o Relator, para ver como é que podemos aduzir.

Um apelo que eu faço, e aqui eu digo de verdade, é para a proteção da seguridade contributiva. Do que estamos falando aqui? De R$275 bilhões na proteção social, fora auxílio-desemprego, fora outros que possa ter. Então não pode. Nós temos que ser um país que estimula realmente o emprego, o trabalho, porque é bom para quem trabalha e é bom para o país. É isso que vai resolver, por exemplo, o déficit da previdência, o que significa mais recursos para o país. É isso que vai resolver segurança. Então imagine uma pessoa que está no Bolsa Família, na informalidade, adoeceu, fica sem botar comida em casa, porque está na informalidade; aquela rendazinha da informalidade não tem mais, porque ela não foi trabalhar. Pior: teve uma situação de morte; não tem pensão, não tem nenhuma proteção para a família. Então eu acho que a gente pode trabalhar melhor.

Outro ponto que eu quero aqui, sobre isso, também esclarecer: dificuldade de mão de obra. E aqui foi bom que o senhor citou a JBS. Coincidência, 15 dias atrás, eu estava em São Paulo, celebrando com o Wesley Batista, com o CEO lá da JBS, parceria com assinatura de carteira já – assinatura de carteira. Para minha alegria, no meio de vários que celebraram contrato de trabalho naquele dia, tinha lá de Buritirama, na Bahia, e tem uma lá da terra do Marcelo, Guaribas. Guaribas, aquela cidade do Fome Zero. Ele contando que vivia arrancando toco. Com o Bolsa Família, foi para São Paulo, fez lá uma qualificação e está trabalhando agora. Vai sair inclusive para a classe média, porque é um salário bom.

O que é que a gente faz? A gente celebra um contrato em que abre o cadastro... Vou contar aqui, assim, a percepção prática. Tem vaga e não tem gente qualificada para aquelas áreas. Esse é que é o ponto principal. Tem mesmo. Aí olha o que eu disse aqui, 4,1 milhões novos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregos, 9 milhões de pequenos negócios. Tem uma preferência que mudou. A nova juventude: "Eu quero ser dono do meu nariz". Eu fiz rodada com eles, com o pessoal das novas gerações, mas não é só das novas gerações. Muita gente que era empregado na pandemia perdeu o emprego, agora quer um pequeno negócio. As mulheres vão entender o que eu vou dizer. Tem cuidadores e cuidadoras mulheres que não podem ir para o trabalho, principalmente mulheres, porque cuidam de um filho pequeno e não têm como pagar, porque cuidam de um idoso, de um pai, de uma mãe. E nós estamos criando condições para poder inclusive trabalhar em casa.

Estava agora, também em São Paulo, no mesmo dia, com a empresa Atento. Ela instala na casa equipamentos de *call center*, e a pessoa trabalha de casa. Então, tem alternativas, mas a principal é os pequenos negócios: faz costura em casa, faz doce, salgado, fornece quentinha, e estão se virando em atividades, inclusive, que geram empregos.

Então, eu quero aqui dizer assim: estive agora no Município de Cáceres, lá no Mato Grosso – o setor de frigoríficos, o setor da banana, o setor do pescado, eram quatro setores –, e celebramos lá já a liberação de recursos para os pequenos negócios e a celebração de emprego, lá com a Caixa Econômica, com o Banco do Brasil, e com o instituto federal.

Então, o que é que eu quero aqui propor sobre isso? O ministério... O Luiz Carlos Everton – não sei se ainda está aí – da Secretaria... Está ali. Eu sou bancário desde os 14 anos. Eu queria ser banqueiro, mas só consegui ser bancário. (*Risos.*) Ele é do Banco do Nordeste, tem experiência de implantar o maior programa de crédito para os pequenos do mundo, o Crediamigo, e a gente adequou – fez uma adequação. "Eu quero tomar um empréstimo, mas eu não tenho avalista, eu não tenho garantia." Este Congresso aprovou, e o Presidente encaminhou o fundo garantidor federal, que fez cair a taxa de juros, que não tem risco para o sistema financeiro.

Os pobres, repito aqui, aí não podem enxergar isso como normal. Inflação de 5%, taxa de juros de 2% a mês a 6% ao mês... Gente, é preciso botar um revólver primeiramente aqui para poder tirar dinheiro numa situação como essa, que é um absurdo! Não tem explicação isso aqui. A gente não pode ver com naturalidade. Isso aqui, olha, é uma coisa que tem... Olha, 72% ao ano! É assim que os pobres estavam.

Quando traz... Olha o que aconteceu ali! E veja, pagam em dia: 0,39% de inadimplência – faço questão de realçar isso. Mais de 9 milhões de pequenos negócios.

E aí, eu quero aqui só dizer sobre o BPC e o salário mínimo. Eu apenas apelo, querido Jaime – dois Jaimes agora – apenas só um, aqui por seu coração, aqui – e acho que o Senador Flávio Arns vai me ajudar –, eu tenho uma filha que é uma pessoa com deficiência. Ela é autista nível 4. É totalmente dependente para comer, para banhar, para ir ao banheiro, para tudo. Nós estamos falando disso aqui, gente, entende?

Por isso que eu achei que o que vocês aprovaram aqui no final do ano passado trouxe uma situação mais razoável, que eu acho que permite a gente ver quem realmente precisa, ver melhor, mas não podemos deixar de ter sensibilidade. Porque, quando é na minha família, com a Rejane,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós somos classe média, a gente consegue. E quando essa pessoa com deficiência está numa família mais pobre?

Acho que este país nunca pode perder essa capacidade humana de solidariedade, porque é muito, muito importante. E é necessário garantir que a gente tenha também o estímulo ao trabalho para os que podem. Eu estimo que a gente deve ter em torno de 1,1 milhão de vagas não preenchidas. E há, aqui, uma quantidade de pessoas cuja deficiência permite, de alguma forma, trabalhar, o que não tem é qualificação.

E tinham medo, igual no Bolsa Família: ia para o trabalho, recebia o auxílio-inclusão, lá na frente perdia o emprego e voltava para a fila da perícia. Mudamos isso agora, faz poucos dias: não entra mais na fila da perícia, vem para a fila do Bolsa Família – vocês aprovaram aqui. A gente reduziu de quatro anos a perícia para dois anos, e, quando ela se afasta para o trabalho, continua fazendo a perícia; vale o mesmo calendário.

Quem tem mais de 65 anos... Olha só: para que fazer perícia em quem tem mais de 65 anos? Ou pela regra de 65 anos ou do BPC, ela tem o direito. Por que eu fazer a perícia da pessoa com deficiência que já foi considerada cientificamente, analisada, reanalisada como irreversível? Está aqui a Laís Abramo, que é nossa companheira. Nós mudamos isso também. Então, é a ideia de ir humanizando.

Agora, compreendo que a gente precisa também dar direito a quem tem direito, mas temos que ter a coragem de combater fraude, irregularidade, qualquer situação que a gente tenha.

Eu quero aqui, só para terminar... O senhor coloca assim... As pessoas dizem: "Eu não quero ter a carteira assinada". Eu estou aqui reconhecendo, é verdadeiro. Ainda tem pessoas que, provavelmente, muitas das informações que eu dei aqui – na Casa que aprovou as regras – não sabiam com profundidade sobre as regras. Esse aqui é um ponto, a gente tem feito propaganda, divulgação – não sei se vocês viram as últimas agora. Uma pessoa está lá trabalhando, sei lá, num supermercado e diz: "Eu era do Bolsa Família; passei a trabalhar como operador de caixa..." e ela aparece, indo lá no Cras, e diz: "eu vim aqui para devolver o cartão. Eu não preciso mais, tenho um trabalho, dê para quem precisa". Você imagina? São cenas como essa que a gente tem que comemorar todo dia.

Eu digo que a cena que mais me anima é aquela, Senador Jaime: carteira de um lado, cartão do outro; a troca do cartão pela carteira assinada. É esse caminho que nós temos que trabalhar.

E digo: isso aqui é inclusão social junto com a estratégia de desenvolvimento econômico. Setenta por cento dos novos empregos vêm dos pequenos. São as pessoas do Bolsa Família que, pela formatura ou pelo emprego ou pelo empreendedorismo, estão indo mesmo para a classe média.

O setor da fruta, Rio Grande do Sul e Bahia. Eu estive lá e quero aqui comemorar: o Rio Grande do Sul, meu querido Paim, está encontrando um caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos dizer aqui de forma bem sincera: eu fiz rodada com os trabalhadores. Peguei uma lista: "Dê-me uma lista de pessoas que vieram para a entrevista e não quiseram" – e a razão, ele disse, era para não perder o benefício –, e eu fui lá. Sabe o que eu ouvi muito? Eu preciso ser sincero aqui: "Ministro, é empreguinho de 30 dias, é empreguinho de 60 dias, é empreguinho de 90 dias. Eu não vou sujar minha carteira com empreguinho de 30 dias, de 90 dias. Eu faço o primeiro, faço o segundo, faço o terceiro. Quando eu chego no quarto empregador, ele olha para minha carteira e diz: "Ei, bichão, tu deves ser muito ruim. Ninguém te aguenta mais de 90 dias".

No Rio Grande do Sul – para isso aqui eu estou chamando a atenção, porque é importante –, empresas e trabalhadores organizaram um sistema em que uma cooperativa dos trabalhadores, associada a vários segmentos empresariais – é o setor da uva, é o da pera, é o da maçã, é o de vários –, ali organizou um calendário: a maçã é nesse período, a pera é nesse outro, a uva é nesse outro. Com base nisso, eles estão resolvendo o problema desse medo, problema que ainda falta resolver, mas já resolve a parte, por exemplo, da remuneração, e ele passa a ter renda o ano inteiro. Problema: e as férias? Como fica a contagem para efeito das férias? Porque, cada vez que encerra o contrato com um, é feito ali um pagamento. Então, eles estão vendo lá como, porque a cooperativa bloquear aquele dinheiro das férias, enfim, para lá para frente, é proibido. Décimo terceiro, esse, pelo menos, é pago em cada rescisão.

Mas eu estou dizendo que tem uma situação nova. De um lado, tem um momento no Brasil e no mundo. Eu estou, como o Presidente me colocou, como Presidente da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. E é no mundo: as novas gerações e mesmo as medianas estão preferindo uma atividade mais autônoma. O nosso tradicional modelo de CLT não é a primeira opção. Dá uma parada todo mundo para pensar nos nossos filhos. Eu tenho dois filhos que trabalham. Todos os dois não querem saber de emprego nesse modelo, trabalha lá com plantão, trabalha como pequeno empresário, mas não querem esse caminho. Então, tem uma mudança. Por isso, a saída é essa que eu estou lhe dizendo: município, estado e Governo Federal.

No Rio Grande do Sul, celebramos parceria com o Eduardo Leite e com os municípios e, agora, lá no Acre, fizemos também; ou seja, independentemente, Senador Jaime, de qualquer divergência, eu quero aqui me colocar à disposição. Vendo o caso concreto, às vezes, tem algo que a gente não experimentou ainda.

Então, eu quero aqui com essas...

Aliás, um outro dado: do migrante, somos nós que cuidamos, da mesma forma. Eu estava agora com a empresa, lá em São Paulo, atento a duas coisas com que eu saí muito animado.

Eles criaram uma unidade só para venezuelanos ou para espanhóis, que vêm de outros países, e estão ganhando dinheiro. Por quê? Porque não precisa treinar, já fala a língua natural dele que é o espanhol, e o *call center* é daqui vendendo serviço para o mundo.

O outro é o mais de 50. O mundo mudou. Eu tenho 63 anos e trabalho de 16 a 18 horas por dia. Acordo cedo, corro, pá. O mundo mudou. Lá atrás, com 40 anos, 50 anos, já estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velho, e já não é mais, então o emprego para mais de 50 anos. Nós temos muita gente que está aí no cadastro que tem mais de 50 anos. Várias empresas estão abrindo esse caminho.

Então, eu estou dizendo assim: é possível a gente encontrar alternativa, e eu quero ajudar.

Então, fica aqui, primeiro, a proposta. Só estou lhe pedindo assim: não pode o Bolsa Família ser colocado como substituto do salário ou complemento salarial. Isso vai ser ruim para todo mundo. Ele é para ser sempre uma ajuda que tira a pessoa de uma situação de falta de condição até para comer, de necessidade, mas a gente tem que encaminhar para o estudo e para o emprego. E aí, repito, o emprego decente consegue.

Ela quer ter uma condição, e concordo com o senhor, Senador Jaime: o emprego é tudo de bom, inclusive para a Receita, para a economia e para tudo mais. É esse o caminho.

Vejam o que eu disse aqui: de 22 milhões, em vez de ir para 27, caiu para 19 e, em setembro, deve ir para 18, pelos dados que eu já tenho para a folha de setembro. No meio disso aqui, nós já temos 2,5 milhões, aproximadamente, que já estão na regra de proteção, já tem renda, recebem 50%, mas eles já têm uma renda de um salário, de uma renda mais elevada, e está na porta para a superação da pobreza. Então, a gente está aqui ficando com algo em torno de 16 milhões, que, realmente, são...

Um ponto importantíssimo: se você somar aqui, mais ou menos, quando eu tiro do Bolsa Família crianças, pessoas que não podem trabalhar – aqui no meio tem BPC, enfim – e deixo só a população economicamente ativa, ficam em torno de 30 milhões de pessoas. Dessas 30 milhões, nós temos 4 milhões que estão trabalhando e recebendo 100% do Bolsa Família, 2,5 milhões estão trabalhando e recebendo 50%, 5,2 milhões estão com um pequeno negócio formal; e tem mais ou menos 14 milhões informais.

Então, eu estou contando aqui que não é só... E o desemprego está baixo, gente. Em Santa Catarina, que o senhor citou aqui, eu vi agora: é de 2,3% o desemprego. Graças a Deus! É um problema bom. Mas, quando a gente faz a parceria, abre o cadastro e faz a qualificação junto, as pessoas se sentem seguras para o emprego ou para o negócio. Eu quero colocar como isso é importante. Isso aqui não é para governo, isso aqui é para o Brasil. Eu estou colocando que é importante para o Brasil. Seja quem for o governo, mais gente estimulada ao trabalho é bom, ter mais empreendedores é bom; e é nisso que a gente tem que caminhar.

Agradeço de coração aqui a atenção.

Desculpe, meu querido Marcelo, por eu ter me alongado, mas é porque eu sei que o ponto mais destacado aqui é esse do PL 715; e fica aqui já acertado de a gente... Vamos combinar na próxima. Eu vou ter uma agenda na Paraíba – está certo para ser, agora, quinta e sexta-feira –, mas eu me comprometo aqui de, já na segunda-feira, a gente acertar, na segunda ou na terça, e fazemos essa agenda, combinado?

Quero valorizar meu querido Relator Jaime Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Quero comunicar a presença aqui, que nos honra, do Senador Jayme Campos e do Senador Humberto Costa. E nós temos cinco Senadores aqui inscritos.

Eu quero comunicar aqui a todos que nós vamos ter, muito provavelmente, indicação de votação de autoridades, que precisa de presença. Então, se não for pedir demais, quero pedir aos...

O SR. WELLINGTON DIAS – E eu também vou colaborar, falando pouco. (*Risos.*) Só um dado aqui, que eu vi que eu esqueci, Senador Jaime: eu falei que, no mês de junho, 2,3 milhões de safristas trabalharam e receberam ou 100% ou 50% do Bolsa Família. Isso também a gente pode trabalhar junto, cruzar... Acho que eu tenho até o dado aqui de Rondônia, para o senhor ter uma noção. Eu pedi aqui para minha equipe, acho que foi o Rafael que me mandou.

Ó, Rondônia tem 6,5 mil safristas no Bolsa Família que trabalham e recebem ou 100% ou 50% e tem 15 mil safristas no Cadastro Único. É provável que uma parte esteja no cadastro por outras razões, porque tem BPC e outras situações que podemos olhar.

E, sobre o número de R$52 milhões, de verdade, eu tenho consultado a minha equipe, pedi até para ver se eu tinha... Na verdade, o número que a gente deu aqui para vocês... Quando a gente pega os safristas que já estão, mais os dados lá do emprego e vê aí os temporários – os volantes, como eles classificam – daria R$6,7 bilhões, aprovando *ipsis litteris* a proposta como está. Esses R$52 milhões não são uma informação do MDS, a informação é que o impacto daria R$6,7 bilhões.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao nosso próximo inscrito, a nobre Senadora Jussara Lima.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Para interpelar.) – Boa tarde.

Quero cumprimentar os Presidentes destas Comissões: o Senador Marcelo Castro, Presidente da CAS, e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da CRA. E quero falar da importância de termos aqui o nosso querido Ministro Wellington Dias. Eu tenho a grande satisfação, quando o senhor foi chamado para ser Ministro, de ocupar aqui esta cadeira, como Senadora da República, representando o nosso querido Piauí. E quero falar da importância desta audiência pública e da sua presença, o que nos traz uma ótima oportunidade de discutir os avanços da luta contra a fome no Brasil.

Recentemente, nós alcançamos uma nova vitória, uma vitória marcante. Pela segunda vez, o Brasil saiu do Mapa da Fome, reduzindo para menos de 2,5% o número de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave. Esse resultado não é apenas uma estatística: são vidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformadas, são famílias que passam a olhar para o horizonte e a alimentar sonhos, em vez de simplesmente sobreviver.

Sem dúvida, o Bolsa Família é a peça central desse processo. Mais do que assistência, é a mão estendida aos necessitados, é o ponto de partida para a autonomia.

Em julho deste ano, 1 milhão de famílias deixaram o programa por terem conquistado um aumento de renda familiar. Outro pilar dessa transformação é o Programa de Aquisição de Alimentos, que fortalece a agricultura familiar e garante comida de qualidade à mesa dos mais carentes.

Quero destacar também a importância das cozinhas solidárias, vetor de distribuição de alimentos e de esperança a milhares de brasileiros. Esses programas comprovam que políticas públicas consistentes transformam realidades.

Ministro Wellington Dias, esses resultados têm a marca da sua competência e da sua dedicação a essa nobre missão que o Presidente Lula lhe incumbiu, sua liderança merece aplausos. Eu não tenho dúvidas de que o Prêmio Brasil Sem Fome, recém instituído pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, se tornará um indutor de inovação e eficácia das políticas públicas voltadas à garantia dos direitos humanos e à alimentação adequada. Tenho certeza de que, aqui no Senado Federal, este tema une Governo e Oposição. Todos temos o interesse e o dever de colaborar com essa luta. Erradicar a fome não é apenas uma meta do Governo, é um compromisso de toda a nação para com seu povo.

Portanto, eu faço um apelo. Sigamos juntos, com coragem, com determinação, para que nenhum brasileiro precise escolher entre comer e sonhar.

Aqui o meu abraço ao senhor, seja bem-vindo. É uma alegria muito grande ter uma pessoa com tanta simplicidade, com tanta humildade, um homem tão íntegro que foi Governador quatro vezes do nosso estado e está sempre disposto a passar tudo aquilo que tem de informações com relação ao nosso país.

Muito obrigada.

Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem, vamos ao próximo Senador.

Paulo Paim, com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para interpelar.) – Presidente Marcelo Castro, Presidente Zequinha Marinho, grande Ministro Wellington Dias, eu quero fazer uma rápida... Inclusive, há apelo dos colegas que têm, em seguida, agora, votação no Plenário. Primeiramente, eu cumprimento seu ministério e, na sua pessoa, o Ministro Wellington.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao atendimento que deram ao nosso, eu diria, Rio Grande do Sul, naquele momento tão triste da história, em que as águas tomaram conta das casas, mataram vidas, mataram animais, eliminaram plantações, invadiram casas, o seu ministério foi um dos ministérios – porque diversos foram para lá – que foi, no mínimo, umas dez vezes para lá, ou seja, dez a doze vezes, sempre levando a palavra de apoio, de carinho, de solidariedade, mas, ao mesmo tempo, também levando respostas.

A pergunta que eu deixaria para V. Exa., rapidamente, é sobre se o ministério havia já se preparado, estava se preparando, ou está vendo esse efeito climático no Brasil todo para se aproximar e ajudar, como vocês fizeram muito bem, tanto V. Exa., como o meu colega, amigo Edegar Pretto, que é o Presidente do Conab? V. Exa. estava com ele a todo o tempo lá, e não faltou – acho que para o Rio Grande do Sul – em matéria de apoio do Presidente Lula e de V. Exa., tenho certeza de que deram conta do recado. Tem que estar preparado, porque novos efeitos climáticos virão, quer seja seca, quer seja chuva em exagero – o nosso estado pegou as duas situações.

A segunda pergunta, eu a farei, e aqui eu já encerro, é sobre a política nacional de cuidados. Eu me dediquei muito em cima dessa política, naturalmente com o apoio do Governo. O apoio sentou-se, conversou conosco sobre a importância dessa Política Nacional de Cuidados. Como é que está indo? Como é que serão os próximos passos? Porque ela vai atender, vai beneficiar milhões, no mínimo milhares e milhares, principalmente mulheres, que são muitas vezes... Como é que se chama? Mulheres solo? Elas que cuidam...

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. *Fora do microfone*.) – Mães solo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Mães solo. A minha assessora aqui.

E a Política Nacional de Cuidados é fundamental. Havia já dois projetos, por questão de justiça, do Flávio Arns e da Mara Gabrilli, e eu já era Relator... Daí o Governo teve também uma contribuição enorme, chamou-nos para conversar. E quero agradecer a ambos também, ao Flávio Arns e à Mara Gabrilli, que disseram: "Não tem problema, Paim, toca o do Governo, e o nosso depois a gente vai discutindo". Aprovamos, e eu entendo que é uma política de sucesso absoluto. A participação do Governo foi fundamental.

Era isso. Tomara que todos os ministros do nosso país, neste Governo e nos futuros também – lá no futuro –, sejam iguais a V. Exa.; iguais eu digo no trabalho, na garra, na coragem, na fibra e na competência. Pode ser preto, pode ser branco, pode ser indígena. (*Risos.*)

Um abraço, Ministro.

O SR. WELLINGTON DIAS (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho, com a palavra V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Mais uma vez, quero agradecer a presença do Ministro Wellington Dias.

Quero só fazer alguns comentários, porque o questionamento com relação ao PL 715, de relatoria do Senador Jaime Bagattoli, já está encaminhado para conversa, não é?

Ministro, V. Exa. citou a questão da educação, que é fundamental, eu sou pedagogo também, mas tenho uma crítica a essa questão. A nossa escola do ensino médio, e até a universidade também, está desconectada da economia. A economia caminha para um lado, a escola caminha para o outro. Nossos filhos terminam o ensino médio e não é como no tempo que, com certeza, o senhor e eu vivemos. Quando eu saí do ensino médio, eu já era técnico em contabilidade. Dava conta de abrir, de movimentar uma empresa, fechar uma empresa, toda aquela... Hoje, não. Já há algum tempo, as minhas filhas terminaram o ensino médio. Se não tiver um pai, uma família na retaguarda, essa criança, esse adolescente não avança. A gente precisa reconectar a escola com o mercado. Afinal de contas, a educação não é só para melhorar a questão da cidadania, mas é também para ganhar a vida com dignidade. Então, esse é um comentário.

Como o senhor toda hora está sendo cobrado nessa área social, é renda, é não sei o quê... É para dar um alerta, o MEC precisa estar ligado nisso – o MEC precisa estar ligado nisso –, porque senão vai ficar mais caro. Por quê? Lembra-se do ProJovem, que era um programa do Governo Federal, do Governo Dilma, que a gente forçava a barra levando para o interior? Muita gente não queria fazer o ProJovem naquele tempo alegando a questão do Bolsa Família, eu dizia: "Pelo amor de Deus, não pense nisso, moça". Lá no meu estado, tem muita mãe muito jovem, mães solo, e elas ficam pisando em ovos, porque dão o CPF, preenchem uma ficha e têm medo daquele negócio atrapalhar. Então, esse é um toque que eu queria trazer.

Outra coisa, parece que está havendo muita falta de informação. O senhor deu um teto aqui de R$3.530 para cinco pessoas, família de cinco pessoas. Pode trabalhar e não sai. E aí o Governo tem muito espaço na televisão. O MDS, com certeza, tem também. Quem sabe se não ficaria mais tranquilo para aquele que tem vontade de ganhar mais, de trabalhar, de receber além do Bolsa?

Tem gente, no meu estado, que está contente com o Bolsa Família. Não vai porque não quer mesmo, "não, isto aqui dá." Acomoda ali. Mas tem outros que não acomodam. Para aqueles que querem... Quem não quer, a gente respeita, cada um tem a sua cabeça. Mas aqueles que querem, é importante essa informação: "Olha, vai lá".

Esse projeto ali, eu acho muito interessante. É importante que a gente avance, porque termina dando segurança, porque, senão, eu tenho o direito de ter Bolsa Família e tenho o direito de ter minha carteira assinada, meus direitos garantidos e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um exemplo curto, para encerrar aqui, para a gente poder avançar. Tem uma rede de supermercado no meu estado que deixou de abrir 40 novas lojas. Você sabe que 40 novos supermercados ele já abriu, nem sei o tanto, é um negócio de doido. Disseram: "Olha, é difícil por duas causas: primeiro, as pessoas não querem trabalhar; segundo, a qualificação é muito baixa. Tenho que investir muito".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E aí, se a gente não transformar o ensino médio em alguma coisa técnica que dá capacidade de ganhar a vida, a gente vai ter que fazer uma complementar, um programa semelhante a outros que já existiram, para que esse jovem principalmente vá para o mercado de trabalho e tenha condições de fazer isso.

Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado pela presença. Estamos aqui sempre à disposição para contribuir.

O SR. WELLINGTON DIAS (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos passar a palavra ao Ministro Wellington Dias para responder aos questionamentos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Senador Arns, eu quero lhe pedir desculpas, porque eu deixei aqui para tratar separadamente, e aqui, Senador Paim, Senador Jaime, Senadora Zenaide, ele colocou um ponto. Ainda ontem, estive com o Presidente Lula e hoje também. E pelas duas vezes, eu coloquei para ele: "Olha a situação do Brasil". O Brasil fora do Mapa da Fome. A gente bota o pé fora de casa, população em situação de rua. Esse é o ponto a que, de verdade, quero me dedicar.

Nós fizemos, em 2023, o Plano Ruas Visíveis, que chegou a ser lançado. Uma decisão judicial terminou fazendo umas alterações, que a gente teve que negociar. E aqui agradeço ao Ministro Barroso e a outros lá que nos permitiram fazer uma negociação. E eu quero então que o senhor saiba que esse é o ponto mais desafiador.

Como eu disse, na área social, é uma organização semelhante à da saúde. Na saúde, a gente tem a prevenção. Então nós temos que trabalhar a prevenção, para evitar... O Pé-de-Meia é uma prevenção, para dar um exemplo bom. O outro é garantir que a gente tenha atenção básica – atenção básica, na saúde. E aqui é atenção básica social, é proteção social básica o nome correto. E tem a especial, que é a média alta complexidade do social. A população em situação de rua é média alta. O imigrante, crianças abandonadas, idosos abandonados, pessoas abandonadas porque estão com hanseníase, e por aí vai. A gente recebeu 4,8 milhões, a gente fez uma reorganização e, hoje, nós temos aí mais ou menos 4,1 milhões.

Quando eu falo em reorganização, são situações como essa que o Senador Jaime citou. Por exemplo: tinha lá em Pacaraima, lá em Roraima, um mundo de gente: um estado com 600 mil habitantes, e 160 mil da Venezuela ali, sem saber o que fazer. E, ali, nós pactuamos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor empresarial, disponibilizamos aeronave... E eu sou grato ao Rio Grande do Sul, a São Paulo, ao meu Nordeste, ao Centro-Oeste, porque a gente também quis fazer com que tivesse uma presença para não causar problemas, por exemplo, nas unidades de saúde, nas escolas, enfim, e em uma das coisas mais importantes: o emprego.

Temos tido sucesso. Eu contei para o Senador Arns que, ali ainda na campanha de 2022 – não quero falar por causa de campanha – eu estive com o Presidente Lula na cracolândia em Heliópolis. Chamou-me a atenção aquilo. Quem já entrou numa cracolândia deve ter uma ideia da imagem. Eu fiquei com aquela imagem na minha cabeça e, lá na frente, quando ele me convidou para ser ministro, ainda em 2022, eu fui lá, e, em 2023, a gente instalou, nuns contêineres montados, uma cozinha solidária com uma escola de gastronomia. Havia 1.096 pessoas, Senador Jaime, numa escola de qualificação; 1.096 pessoas saíram da situação de rua.

Lá, eu citei o John – vou falar o nome dele aqui, porque eu acho que ele não vai se zangar, não –, uma pessoa que teve um problema familiar, saiu de casa, entrou no alcoolismo, etc., e foi parar na população de rua. Perdeu família... Imaginem a situação. E a gente passa a cuidar integralmente: é saúde, é o tratamento da dependência química, é a reintegração à família. John, além de comer no restaurante, passou a fazer um curso de gastronomia, com um *master chef*, gente da melhor qualidade, e também eu agradeço, do Brasil inteiro, aos que colaboram. Resultado: John, hoje, é um cozinheiro altamente qualificado do restaurante D.O.M, um restaurante de grande conceito em São Paulo.

Então, são muitas histórias como essa. Ele é professor da nossa escola. Hoje ele é professor da nossa escola, porque se familiariza. Então, a gente precisa dar uma oportunidade. Os seres humanos nascemos todos iguais. A partir daí é oportunidade. Então, a gente tem que dar oportunidade. É isso aqui.

Habitação.

O Presidente Lula tem a justa dimensão, pela sua própria história de vida, de que a solução não é só comida e não é só renda; é preciso garantir atenção ao ser humano na integralidade das suas necessidades. Então, eu transfiro lá um Bolsa Família: R$1 mil. Se aquela família não tem casa, ela já gasta R$500, R$700 de aluguel. Então, olhem o problema.

É por isso que tem o Minha Casa, Minha Vida e tem o programa, agora, de reforma, de melhoria habitacional. Esse caminho é importante. Mas tem 42 programas, Senador, pensando em todas as fases da vida. Então, desde o acompanhamento à gestante, à primeira infância, o Criança Feliz, para garantir que se tenha, por exemplo, a tarifa social de energia, que o Presidente agora quer melhorar ainda mais. Do impacto da conta de luz todos sabemos. Não é barato, impacta na família. A Farmácia Popular... Eu visitei uma família que recebe mais ou menos R$1.050 do Bolsa Família e a conta da farmácia era R$1,5 mil. Então, ela trabalhava, tinha uma renda, e ia quase tudo para remédio. Vá à Farmácia Popular: já há praticamente todos os medicamentos de uso contínuo gratuitos. Isso aqui tem um efeito – eu sei que muita gente não entende – social que nós estamos longe de imaginar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero aqui me congratular com o seu trabalho e agradecer. Sei de toda a sua história, do seu compromisso. Eu tive o privilégio de conhecer a nossa querida D. Zilda Arns, que ajudou o meu Piauí, para você saber. Foi ela que nos mostrou a importância da massa do babaçu para o combate à desnutrição, o que ainda hoje a gente trabalha.

Minha querida Jussara, obrigado pelas suas palavras. Eu tenho orgulho de tê-la aqui representando, com dignidade, o nosso Piauí e o Brasil. Estaremos sempre juntos.

Eu quero também colocar, meu querido Paim... Acho que a sua pergunta é, talvez, o que isso tem a ver com a área social. Tudo. São os mais pobres os mais impactados pelas mudanças climáticas. Nós estamos vivendo uma situação, Senador, que é um ciclo. Eu estava, em fevereiro de 2023, na região de Bagé. Era seca, o terceiro ano de seca. Emendou e não parou mais: enchente, seca, enchente, seca. Não parou mais. A Amazônia, para citar um outro exemplo... Tive uma agenda hoje, por coincidência, inclusive com um pessoal cientista. Ontem esteve lá a equipe do Governador do Amazonas. Olhem só um dado: a Cordilheira dos Andes e o ciclo de chuva na Amazônia. Eles explicaram, eu estava lá em Santarém. Olha, Marcelo, isso aqui. É uma região onde chove de 1.800 a 2.200mm, cerca de oito meses por ano. Nos outros quatro meses, historicamente, há o degelo das cordilheiras, que mantinha a calha do rio cheia, porque lá é um rio que desce em alta velocidade em direção ao mar. E aí o que é que estão dizendo? A mudança do clima – a temperatura, o esquentamento – nas cordilheiras está acontecendo de um a dois meses mais cedo do que era antes. Quando isso acontece coincidem chuva pesada e degelo, e aí dá enchentes. Lá na frente, dois meses antes, já não tem mais o degelo e vem a seca. Isso aqui é real, gente. É aqui no Brasil, não é em outro lugar não. O Nordeste, historicamente, tem seca. O Senador Marcelo, eu e a Jussara, a gente acompanha seca... A gente tem até compromisso com a seca. Mas este ano está diferente dos outros anos. (*Risos.*) Normalmente a seca vem por um, dois meses e aí, lá na frente, o pessoal planta. A gente segura ali aqueles um, dois meses e, lá na frente, planta. Agora é o ano inteiro. É a chamada seca verde. Olha só! No período em que o milho precisava de água, não deu. O bicho embuchou, como se diz lá no Nordeste.

Então, é sobre isso e a gente trabalha assim, muito focado. Tem a Comissão do Clima, tem essa pesquisa que está sendo feita para se entender as várias regiões, e eu acho que a gente vai ter que ter aí um fundo climático para que a gente possa lidar com isso.

A política de cuidados é extraordinária. Nós estamos trabalhando pensando em quem é cuidado e em pessoas que cuidam. Foi aprovada a lei, agradeço aqui todo o apoio, o entendimento, porque tinham vários projetos, e agora apresentamos ao Presidente o plano. Saiu o decreto regulamentando o plano e, não posso negar aqui, nós estamos atrás mesmo é de um dinheirinho (*Risos.*) para poder completar lá alguns pontos que são muito importantes para idosos, para pessoas com deficiência.

Um exemplo aqui, só um exemplo, dois exemplos. Um: pessoas com deficiência e idosos. A gente quer ver como dar assistência em casa. A equipe da saúde com a equipe nossa, atendendo em casa. Isso vai permitir que aquela cuidadora possa estudar, possa trabalhar, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro: Cuidoteca, uma novidade lá na Universidade Fluminense. A gente implantou isso lá, um local onde estudantes, servidores, professores, alunos – agora estão fazendo o curso Acredita lá também – deixam sua criança, seu idoso, enfim, que ali é cuidado, para poder a mãe, o cuidador, a cuidadora estudarem.

Então, isso permite também... A gente está negociando. A empresa Lupo, uma empresa de meias – é assim que eu a conheço – a empresa Lupo, em São Paulo, numa parceria com o município, montou, na empresa, um local para a política de cuidados, ali a creche, o ensino infantil; e o município botou o ensino fundamental. Efeito – ela disse –: "Redução de adoecimento, redução de faltas", enfim.

Então, é um ganho econômico. É nisso que a gente tem que pensar. E eu digo aqui: são cerca de 4 milhões de pessoas que, por exemplo, não trabalham, porque não têm com quem deixar a pessoa de que cuidam.

Então, é nisso que a gente está trabalhando.

Senador Zequinha, aqui eu quero... Ele saiu, mas eu quero só lembrar da importância do que ele disse aqui – viu, gente? –, é preciso que tenha um casamento entre a formação e a demanda do mercado. É isso que nós estamos trabalhando lá, com sucesso, no ministério.

E, sim, eu não posso também negar aqui que os cortes pegaram, por exemplo, a área de comunicação nossa. A gente está com uma campanha para colocar... Eu acredito que o povo vai entender quando eu boto lá no Mato Grosso do Sul uma divulgação com uma pessoa do Mato Grosso do Sul dizendo: "Olha, eu trabalho, tenho carteira assinada e recebo o Bolsa Família". A outra diz: "Eu trabalho, tenho carteira assinada, meu salário está melhor e eu recebo 50% do Bolsa Família". Ou alguém que comemora.

Eu me lembro de que, no Amapá, foi onde eu tive a maior emoção, com uma senhora que arranjou um emprego na empresa Equatorial...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON DIAS – Obrigado! Agradecido, agradecido.

Ela arranjou um emprego na empresa Equatorial e, na hora lá, ela pegou o cartão dela, deu um beijinho no cartão e disse: "Ô Ministro, me ajudou tanto". E começou a chorar. "Agora eu entrego para o senhor porque agora eu tenho a minha carteira assinada, eu tenho o meu emprego. Entregue para outra pessoa que precisa". São a cenas como essas que eu acho que o Brasil tem que assistir todo dia.

Eu quero aqui agradecer, Senador Marcelo, a você, à Comissão, e dizer que é possível a gente trabalhar. Eu quero dizer para a nossa Senadora Dorinha que – quero agradecer a ela – a gente está trabalhando com a área do turismo e podemos trabalhar mais ainda com esse público em empregos e empreendedorismo. Acho que a gente vai alcançar bons resultados.

Eu encerro aqui, de um lado, fome, combater...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ainda tem a Senadora Zenaide e o Senador Jayme Campos.

O SR. WELLINGTON DIAS – Ainda tem?

Ah, desculpe, desculpe, desculpe!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Eu sou mais velho e tenho direito igual aos idosos.

O SR. WELLINGTON DIAS – Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Zenaide, com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS – Com muito prazer, Senadora Zenaide. Peço desculpas à senhora e ao Senador Jayme.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN. Para interpelar.) – Que desculpas? O senhor já fez uma explanação aí com perguntas que mostraram quase tudo.

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Marcelo Castro, o Zequinha, que teve que sair, e o Ministro Wellington e dizer que o senhor está mostrando aí o que é essencial, porque a gente usa muito este termo que eu chamo de eufemismo, insegurança alimentar, que é, na verdade, fome, é desnutrição grave, que a gente tinha pessoas com marasmo, com a kwashiorkor, que o Marcelo sabe o que é, e a gente via que era mais grave, o marasmo, que ele não tinha nem o buchinho, como a gente diz, de comer farinha.

Quero dizer que vi que o senhor está mostrando aí e que a gente sabe que isso tem que unir toda a sociedade. Isso tem que ser o Estado, tem que ser o empresário também... Vimos aqui isso aí. Eu sei que não é muito frequente, e a gente tem que mostrar, tem essa necessidade de você ter um emprego, mas, enquanto puder ter o Bolsa Família... Aqui o senhor falou que, se a família tiver cinco pessoas e ganhar até R$3.530, gente – quem já está nos assistindo –, pode, sim, ter o Bolsa Família.

Quero lembrar, principalmente, gente, que emergência era tirar esse povo da fome, da extrema pobreza. Isso era emergência, isso não pode ser considerado aqui como despesa, isso aqui não pode ser considerado como uma despesa, mas como salvar vidas. Você vê pessoas morrendo de fome, e a fome leva a outras comorbidades. Um paciente desnutrido pega qualquer doença, uma pneumonia e vai a óbito. É diferente.

Quero dizer o seguinte: a educação! Temos que colocar nossas crianças, adolescentes e jovens em escolas de tempo integral, porque vão ter uma alimentação digna. E, para isso, Ministro, como o senhor fez um apelo, vamos colocar o nosso povo no orçamento? Porque a gente pode ter os melhores programas do mundo, se a gente não colocar no orçamento, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos falhar. Não é possível... Se 15% da população brasileira, dos mais abastados, não conseguirem incluir, dar o mínimo para os 85%, aí a gente fica certo de que são os 15% que estão falhando. Então, é a curto prazo que nós temos que dar as mãos e impedir que as pessoas morram de fome. Em segundo lugar, a gente tem que qualificar. E nós temos algo em que a gente cresceu muito: a experiência de uma escola de segundo grau profissionalizante. Estão aí os IFs. Os IFs são a prova viva de que o Estado brasileiro pode, sim, oferecer uma educação pública de qualidade, da qual lá se sai com uma profissão, Jayme. Onde tem um Instituto Federal, normalmente... Queria lembrar aqui a Zequinha que, durante anos, tanto academias quanto universidades como os Institutos Federais eram distantes do povo. Hoje não é assim: eles trabalham juntos, eles fazem trabalhos.

E as empresas, gente, por que não? Eu queria dizer que, no Rio Grande do Norte, os Institutos Federais, naquela época difícil em que queriam cortar a educação, eu botei: para os Institutos Federais são R$23 milhões de emenda minha para fechar nenhum laboratório.

São vários exemplos: Em Currais Novos, criou-se um CT do queijo, que usa o leite, que faz tudo. Lá são 33 *campi*. E o que acontece?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - RN) – Eles qualificam os agricultores vizinhos e alimentam seus alunos com aquilo que produzem.

Então, nós precisamos incluir nossa população de rua, nossas pessoas com deficiência. Eu costumo dizer que, em um país que não inclui os seus deficientes, quem está deficiente é este país, porque esse povo existe, e a gente tem que mudar.

Agora, o orçamento, viu, Ministro? Solicite o orçamento porque, sem botar no orçamento... Não quero perguntar nada, só parabenizá-lo e dizer que conte com esta Casa, porque acho que, na hora, a sensibilidade aqui é grande. Vamos correr atrás para que os recursos da saúde, da educação e da assistência social não sejam cortados.

E digo mais: renúncias fiscais bilionárias aqui, de grandes empresas, inclusive bancos. Citaria aqui uma que vai mesmo de encontro ao dinheiro de que a gente precisa. A 596, de 2023, faz uma renúncia fiscal que, em março de 2023, já era de R$20 bilhões – contribuição social sobre o lucro líquido. Então, vamos dar as mãos, vamos ter esse olhar diferenciado – são 75% –, e estimular a micro e pequena empresa, que é quem gera emprego e renda. Emprego é que dá dignidade.

Claro que tem alguém que quer ficar com o Bolsa Família, mas eu conheço a grande maioria que está pedindo uma carteira assinada... É como se fosse um exemplo, porque ele vai ter férias, décimo terceiro...

Muito obrigada! Não vou fazer pergunta, porque eu acho que o Ministro já falou tudo aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Prezado amigo Senador Marcelo Castro. querido e estimado amigo, irmão, grande Ministro, grande Senador, Governador de todo este país aqui, Wellington Dias, eu atrasei um pouco, quero pedir desculpas, antes de mais nada, até porque eu estava em outras Comissões, foi uma correria, mas fiz questão absoluta... Foi apenas bater uma água no corpo para tirar a poeira e vir aqui trazer, com certeza, o meu apoio, a minha solidariedade e cumprimentar V. Exa. pelo trabalho exitoso que vem fazendo à frente do seu ministério.

Eu não tenho quase nenhuma perguntas. Só quero dizer ao senhor que o seu trabalho é invejável, é implacável, está impecável. E, particularmente, eu gostaria de convidar V. Exa., para, nesses próximos dias, ir a Mato Grosso.

Por incrível que pareça, talvez seja até surreal, no Mato Grosso, todas as cidades, graças a uma emenda que eu coloquei no seu ministério para ser liberada, até agora são 49 Cras, Creas e Centro Pop – 49. Nunca existiu, na história contemporânea, um estado que tivesse a primazia de que todos os municípios teriam Cras, alguns Creas e outros Centro Pop – como nos municípios mato-grossenses.

Graças a Deus, as obras estão indo muito bem, algumas já concluídas, dentro da minha querida Várzea Grande, em que eu nasci e me criei, fui Prefeito por três mandatos ali, minha senhora foi Prefeita também por dois mandatos, meu pai, minha mãe, etc., etc. Inclusive tem três obras, dois Cras e um Centro Pop. Eu vou fazer questão de você nos dar o privilégio de ir lá inaugurar essas obras.

Por outro lado, é bom que se esclareça, o Brasil está vivendo um momento muito difícil – viu, Marcelo? Particularmente, tenho acompanhado, até porque já sou Senador pelo segundo mandato, já fui Governador, e é um momento muito ruim.

O que me chama a atenção é que parece que algumas pessoas não têm dado o devido valor – não a maioria da sociedade brasileira – ao trabalho exitoso que o Governo tem desenvolvido. Vamos ser honestos aqui. Em Mato Grosso, particularmente, quando se fala em carteira assinada, hoje nós temos um apagão de mão de obra. Temos emprego e não temos gente para trabalhar, por incrível que pareça. É quase inusitado, mas é real.

Eu estava conversando com o Governador antes de ontem – fui com ele de Brasília a Cuiabá –, e lá não tem gente para trabalhar. Para você ter noção, tem algumas obras que estão paralisadas. Inclusive, em um BRT que está sendo construído na cidade, a empresa que está lá estava, há poucos dias, precisava de mais 150, 200 pessoas para trabalhar. Ela até mandou lobista, ou coisa assim, captador de gente lá no Nordeste para ver se conseguia 150, 200, mas conseguiu trazer 25 pessoas só, e assim mesmo com um salário triplicado daquele que eventualmente está na média. Assim é a geração de emprego no nosso estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui nós temos que reconhecer o trabalho de V. Exa., como o do próprio Governo. Temos que ser justos, vamos ser honestos.

Sobre a política habitacional do Governo, como o senhor disse aqui, excelente! Nunca se construiu casa tanto quanto é construída no Mato Grosso. Vou te dar só um dado: em duas cidades de Mato Grosso, uma chamada Sinop, no extremo norte do estado, ao longo da BR-163, estão construindo 4 mil habitações, 4 mil. Antes de chegar em Sinop, tem Lucas do Rio Verde, uma cidade próspera, praticamente uma Califórnia brasileira, estão construindo 2,5 mil apartamentos, dando oportunidade para milhares de trabalhadores terem sua moradia própria, sair do aluguel, ou sair de morar, muitas vezes, em barracos de lona preta, de palha, de palhoça, pá-pá-pá-pá-pá.

Então, o Governo, em que pese esse esgarçamento político, está tentando.

O que eu vejo? É uma questão de união do Brasil, Wellington Dias, de união, de paz da população, sobretudo da classe política, para nós tentarmos guerrear até com os nossos inimigos que querem acabar com o Brasil. Com todo o respeito, o que querem fazer com o Brasil... Eu sou brasileiro, eu defendo a nossa soberania. Aplicar tarifaço em função, muitas vezes... Eu sei que é política econômica, mas envolvendo política. A política passou, o momento é outro, e nós temos é que pensar no futuro, não é isso? E, lamentavelmente, estão acontecendo fatos com que eu não posso concordar. Dos altos dos meus 74 anos de idade, eu não posso concordar com tudo isso aí. Vão falar: "Você de que partido que é?". Eu sou do partido do Brasil, sou do partido do povo brasileiro, eu sou um político que tem responsabilidade com o meu país e sobretudo com o povo deste país que, lamentavelmente, precisa de boas práticas e sobretudo de políticas públicas decentes. Como você se referiu aqui ao cidadão que entrega o seu cartãozinho lá do Bolsa Família e fala: "Está aqui, muito obrigado. O que pude usar e aproveitar eu já usei, e com isso sobrevivi até este exato momento".

Acho que o trabalho que V. Exa. tem feito lá é invejável. Não temos que fazer nenhuma pergunta, só uma ponderação, que eu acho, modestamente falando, dessa possibilidade de criarmos até um fundo nacional voltado para estimular o empreendedorismo social, garantindo o microcrédito, a qualificação da mão de obra para quem deseja empreender e criar o seu próprio negócio. Eu acho que nós temos que ter um fundo para incentivarmos essas pessoas a empreender nessa área social, fundamentalmente aquelas pessoas que estão deixando o Bolsa Família e outros.

Em síntese, quem sou eu para querer dar sugestão? Aqui tem craques, assessoria, pessoas qualificadas, preparadas. Entretanto, eu quero me colocar à sua disposição e cumprimentá-lo pelo seu trabalho.

Na minha modesta percepção, na medida em que tem sido atingida a área que é fundamental, sobretudo, que é a da sua atribuição, da sua competência, lá no Mato Grosso, não tenho do que reclamar, e eu acho que o Brasil também não tem do que reclamar. É óbvio e evidente que nós temos que avançar muito mais ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quando eu vejo aqui a Zenaide falando do Instituto Federal... Só no Mato Grosso agora, estão sendo construídos cinco em cinco locais distantes, na medida em que é um estado de dimensões continentais, como o senhor conhece – são 900 mil km² o Mato Grosso, maior que três, quatro países da Europa –, e estão sendo construídos mais cinco institutos. Praticamente, a região mais distante a que o cidadão não tem acesso... Para vir até a capital você anda 1,4 mil quilômetros; para vir lá de cima, lá da região noroeste do estado, tem cidade que fica a 1,4 mil quilômetros. Você vai do médio e baixo Araguaia para a capital, são 1.480km. Essas são, mais ou menos, algumas médias, e é nesses lugares que estão sendo construídos.

Eu disse ontem: eu estava lá no norte do estado, Wellington, nas cidades de Alta Floresta, Monte Verde, sábado, andando, inaugurando obras de pavimentação, inaugurando pontes – emendas nossas – de concreto lá, e vi que a presença do Governo está em todos os lugares.

Após uma luta nossa aqui, conseguimos três agências da Caixa Econômica Federal – três agências: uma para Paranatinga, uma para Querência e outra para Colniza. Antes, o cidadão pobre, aquele que depende do Bolsa Família, para ir lá – aquele que depende do serviço da Caixa –, andava 700km. Agora, ele não vai andar, em nenhuma cidade no entorno, mais do que 80km na média.

Então, são coisas que reputamos da maior importância. Inclusive, eu vou pedir – não vou pedir, vou convidar – naturalmente, o Presidente da Caixa para ir lá presenciar uma obra... São obras maravilhosas que vão atender o cidadão pobre, humilde, que não tem muitas vezes até a capacidade financeira para pagar um ônibus, porque é caro. São muitas vezes estrada de chão batido, você anda 300km de chão batido – é duro. Nas águas, é atoleiro; na seca, o que é? Poeira.

São marcas indeléveis que ficam de uma gestão pública. Muitas vezes, o Governo – não sei por que motivo e razão, disso não me cabe falar nada – poderia até usar uma ferramenta para mostrar mais para a sociedade, para a população, através dos meios de comunicação o que de fato está sendo realizando.

Quando falo de casa, em Mato Grosso, nesses quatro anos agora aqui, são 40, 50 mil casas! Não é pouco. Se o déficit do estado inteirinho era de 70 mil, e só num Governo se construíram quase 50 mil casas, praticamente, esse assunto vai ficar fora da pauta lá, na medida em que o Governo está presente nas rodovias federais, porque é através... Muita gente não fala, mas é bom que se esclareça aqui: "Ah, está duplicando a BR-163". Pois é, amigo. Dinheiro do BNDES que aportou lá. São R$6 bilhões, que não é um dinheirinho qualquer. É um dinheiro razoável, permitindo...

A ferrovia que está saindo lá do Estado de Goiás, a Fiol, que vai lá da cidade de Água Boa, no extremo, no médio e alto Araguaia nosso lá, é uma obra magnífica, exuberante, que vai escoar a produção daquela região do Mato Grosso, que hoje, graças a Deus, é o maior produtor deste país aqui com quase 140 milhões de toneladas, melhorando, sobremaneira, a logística do estado, desse transporte trimodal – rodoviário, ferroviário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, concluo cumprimentando-o, parabenizando-o e me colocando à disposição.

Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Para expor.) – Bem, rapidamente, Senador Marcelo, primeiro quero lhe agradecer aqui, mais uma vez.

Senador Jayme, primeiro vamos combinar essa ida lá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – É claro.

O SR. WELLINGTON DIAS – Eu tenho uma agenda lá – Lilian, me corrija aqui: Mato Grosso do Sul...

Qual é o lugar a que estou indo? Acho que é Bonito, é? Só me botam em lugar bom. (*Pausa.*)

É no sul. Mas aí a gente pode organizar – viu, Luís Carlos? – para a gente ir com o Banco do Brasil e com a Caixa, fazer isso que você está pedindo aqui: emprego e empreendedorismo, com a rede de Institutos Federais, como disse aqui a Senadora Zenaide. Segundo, parabéns! Sou eu que lhe agradeço. Em um estado que conta com o Senador da sua qualidade, realmente o resultado é em favor do povo. Cras, Creas, isso aqui é fundamental.

Sobre o que a Senadora Zenaide colocou aqui, eu apenas digo a ela que hoje, no rumo em que a gente está, quanto mais cresce a classe média alta, são menos pessoas para você socorrer. Então, é esse o caminho que vamos trabalhar.

Antes de encerrar, Senador Marcelo, quero agradecer ao senhor, que é um grande líder que nos lidera nas causas do Piauí e do Brasil.

Eu quero pedir aqui, no encerramento, uma salva de palmas para o time do MDS, para o time do Suas e para o time do Sisan... (*Palmas.*)

É um time que, com certeza, em todo o Brasil contribui para esses resultados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, nós agradecemos a audiência com o Ministro Wellington Dias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quatro minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Jorge Seif, Augusta Brito, Weverton, Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas: Moção nº 3, de 2025, da Câmara Municipal de Palma Sola, do Estado de Santa Catarina, encaminhando apoio à proposta de isenção do Imposto de Renda aos agricultores familiares; Requerimento nº 79, de 2024, da Câmara Municipal de Monteiro, no Estado da Paraíba, que solicita a implantação do programa social do tipo bolsa para presidentes de associações rurais. Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública atendendo ao Requerimento número 32/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Discutir os impactos, riscos e inconsistências do Plano Setorial de Agricultura e Pecuária, proposto no contexto da Estratégia Nacional de Mitigação (ENM) do Plano Clima, especialmente no que se refere à atribuição de responsabilidades ao setor agropecuário, à ausência de reconhecimento das remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) em propriedades rurais e à falta de transparência da metodologia adotada pelo modelo BLUES. Participantes: Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário Adjunto de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; Aloisio Lopes Pereira de Melo, Secretário Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Antônio Marcos Mendonça, Coordenador de Mudanças Ambientais Globais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI; Marcelo Morandi, Chefe da Assessoria de Relações Internacionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Pedro Neto, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; e Leonardo Papp, Consultor para Assuntos Ambientais da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item Extrapauta 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 33, de 2025: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a criação, pelo ICMbio, da Área de Proteção Ambiental (APA) do Paleocanal do Rio Tocantins, que gera impactos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negativos à atividade econômica nos municípios paraenses de Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga, assim como a criação da APA do Bico do Papagaio, que atinge os municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia e mais três municípios do estado do Tocantins, além de dois do estado do Maranhão. Considerando a grandiosidade da área impactada e o alto número de famílias de produtores rurais atingidas nessa região, faz-se necessário e urgente a promoção desta Audiência Pública para dar voz aos produtores rurais impactados e garantir o espaço para que se posicionem sobre o tema. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Mauro Oliveira Pires, Presidente do ICMBio; Senhor Prefeito Toni Cunha, Prefeitura de Marabá; Senhor Prefeito de Wagno Godoy, Prefeitura de Itupiranga; Senhora Prefeita Marcellane Cristina, Prefeitura de São João do Araguaia; Senhor Prefeito Jeilson dos Santos Reis, Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins; Senhor Prefeito Everton Macias Freitas, Prefeitura de Nova Ipixuna; Senhor Marcelo Norkey Duarte Pereira, Membro do Conselho Gestor da APA Trunfo do Xingu e Estação Ecológica Terra do Meio; representante Sindicato Rural de Marabá; representante Sindicato Rural de Itupiranga; representante Sindicato Rural de São João do Araguaia; representante Sindicato Rural de Nova Ipixuna; representante Sindicato Rural de Bom Jesus do Tocantins." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra a Senadora Tereza Cristina e os Senadores Flávio Arns, Jaime Bagattoli e o Senador Zequinha Marinho, presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/27

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta Presidência comunica o recebimento das seguintes manifestações externas:

- Moção nº 3, de 2025, da Câmara Municipal de Palma Sola, do Estado de Santa Catarina, encaminhando apoio à proposta de isenção do Imposto de Renda aos agricultores familiares;

- Requerimento nº 79, de 2024, da Câmara Municipal de Monteiro, no Estado da Paraíba, que solicita a implantação do programa social do tipo bolsa para presidentes de associações rurais.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir os impactos, riscos e inconsistências do Plano Setorial de Agricultura e Pecuária, proposto no contexto da Estratégia Nacional de Mitigação (ENM) do Plano Clima, especialmente no que se refere à atribuição de responsabilidades ao setor agropecuário, à ausência de reconhecimento das remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) em propriedades rurais e à falta de transparência da metodologia adotada pelo modelo Blues, em atendimento ao Requerimento 32, de 2025, desta Comissão, de iniciativa também desta Presidência.

Os convidados são:

Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, Secretário Adjunto de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, peço que tome lugar à mesa, por favor. Bem-vindo, Adriano.

Solicito também tomar lugar aqui à mesa o Sr. Aloisio Lopes Pereira de Melo, Secretário Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Repito: Secretário Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente. Seja bem-vindo, muito obrigado.

Convido também para compor a primeira mesa – vamos dividir em duas – o Sr. Antônio Marcos Mendonça, Coordenador de Mudanças Ambientais Globais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Por último, desta primeira mesa, Marcelo Morandi, Chefe da Assessoria de Relações Internacionais da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a famosa Embrapa. Bem-vindo. (*Pausa.*)

Bem, como já foi lido aqui o objetivo, o requerimento solicita aos senhores que façam as suas exposições baseados no tema, em função da demanda desta Casa em ter clareza de todas as orientações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Plano Clima do Governo Federal, principalmente no que diz respeito à questão do agro, à imputação de um alto nível, digamos assim, de responsabilidade. Os membros, principalmente da FPA, relatam suas dificuldades de compreensão nesse setor.

Eu gostaria de chamar a primeira apresentação, o primeiro expositor. Vamos começar pelo Dr. Adriano? O Dr. Adriano Santhiago de Oliveira é Secretário Adjunto de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República.

Por favor, Adriano.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigado, Senador Zequinha Marinho. Eu estendo aqui os cumprimentos e agradecimento por este convite a todos os Senadores e aos meus colegas de mesa: o Secretário Aloisio Melo, do MMA; o Antônio, do MCTI; e o Marcelo Morandi, da Embrapa. Já estendo também os meus cumprimentos aos colegas que virão na segunda parte, como o Secretário Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O nosso tempo de exposição não precisa ser tão longo, mas são dez minutos, para a gente poder avançar, está bom?

Obrigado.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Combinado, Senador.

Continuando os agradecimentos aqui, cumprimento o Secretário Pedro, do Mapa; os colegas da CNA, como o Nelson; e o Leonardo, da OCB.

Bom, Senador, este é um importante tema para discutirmos. Eu queria começar dizendo que a Casa Civil preside dois importantes comitês que têm relação com o tema que vai ser discutido aqui hoje: o próprio Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e o Comitê Interministerial de Prevenção e Controle que combate o desmatamento nos biomas.

No Comitê sobre Mudança do Clima, a Presidência é da Casa Civil, mas, reforço aqui sempre o papel importantíssimo do Ministério do Meio Ambiente, que faz a coordenação do Subcomitê Executivo do Comitê Ministerial.

Acho que o primeiro ponto que eu gostaria de trazer aqui e enfatizar é que todo o processo de construção do Plano Clima – e eu reconheço aqui publicamente o trabalho que o Aloisio, à frente da secretaria, vem fazendo, e toda a equipe do Ministério do Meio Ambiente – foi um processo bastante participativo, bastante inclusivo, que teve o envolvimento da maioria das pastas que fazem parte do subcomitê e que têm relação com o tema de mudança do clima. O subcomitê tem uma representação política de peso, porque ele é representado por secretários das pastas. Eu queria deixar claro aqui que a gente não tem uma decisão ministerial. Esse plano não passou, pelo menos do ponto de vista formal, pelos ministros, mas ele tem um processo de envolvimento das equipes técnicas dos ministérios e dos secretários no subcomitê coordenado pelo MMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou entrar aqui no detalhe de todo o processo participativo das várias audiências públicas, consultas públicas e reuniões do MMA com os setores, dos ministérios com os setores, porque eu tenho certeza de que o Secretário Aloisio o fará na sequência, mas eu queria primeiramente destacar aqui e reconhecer que, pelo menos do ponto de vista da Casa Civil, não cabe a crítica de falta de transparência ao processo; muito pelo contrário, o processo foi super participativo e continua sendo. Como eu falei, a decisão ainda não poderia ser tomada pelos ministros porque os documentos, seja do plano setorial, seja da Estratégia Nacional de Mitigação, passaram por consulta pública, finalizou-se a consulta pública recentemente, e a gente tem que incorporar todas as contribuições que virão – da sociedade brasileira, do setor privado, da academia, do Legislativo, do Judiciário – na consideração final do plano.

Sobre a alocação de emissões de gases de efeito estufa especificamente, eu acho que é um ponto sensível da discussão, sobre a alocação das emissões de desmatamento no setor da agropecuária. Primeiro, é preciso fazer um reconhecimento de que, no processo internacional, seja da Convenção de Mudança do Clima e do seu instrumento, o Acordo de Paris, a contabilidade das emissões da agricultura e de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas é separada. Isso aqui a gente reconhece, e é uma regra internacional. O Brasil é parte da convenção e do Acordo de Paris e segue essa regra. A contabilidade dessas emissões está separada.

E eu devo fazer o reconhecimento aqui, em nome do Governo e em nome do Brasil como um todo, porque também isso faz parte da regra internacional. Alguns benefícios trazidos por redução de emissões do setor agropecuário ficam dispersos no inventário por esse modo internacional, e a gente acordou isso internacionalmente. Dois exemplos: os benefícios do uso da biomassa no setor de energia têm muita contribuição do setor agropecuário; a absorção de carbono no solo, que é contabilizada no inventário, na parte de uso da terra, mudança no uso da terra e florestas, também vem muito benefício do setor agropecuário. A gente reconhece que esses benefícios não estão reconhecidos nessa forma cruzada de estimativa do inventário, mas é uma regra internacional.

E a gente entende também a preocupação manifestada pelo setor e, notadamente, pela Frente Parlamentar da Agropecuária sobre essa proposta de alocação de emissões do desmatamento no setor agropecuário no Plano Clima. E aqui, sim, já cabe uma grande diferença: a gente tem compromisso internacional e, falando em compromisso internacional, a nossa contribuição nacionalmente determinada ao Acordo de Paris não faz distinção de como a gente vai chegar nas nossas metas em termos de setores. Ela segue a distribuição do inventário de emissões de gases de efeito estufa, mas ela é para a economia como um todo.

Nacionalmente, a proposta do Governo é tratar da responsabilidade de emissões setoriais de uma perspectiva diferente para monitoramento de políticas públicas. É um ato nacional e para monitorar metas indicativas, não tem nada juridicamente vinculante, no nível nacional, no que se refere ao Plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Clima. Acho que esse é um primeiro ponto, mas a gente entende também a preocupação do setor sobre risco de imagem, sanções, principalmente num contexto de guerra comercial.

E eu queria fazer um aparte importante aqui. Quando a gente começou o processo de discussão do Plano Clima, até recentemente não existia uma política de uma grande potência que está fazendo uma política de guerra comercial do século passado. Esse é um contexto novo, mas ao qual a gente está muito sensível e sabe das implicações que isso tem. Isso está nas considerações do Governo, mas, em todo o processo de elaboração do Plano Clima, infelizmente esse contexto, que nem tem uma *rationale* econômica por trás, tem sido eminentemente político e não estava no contexto, mas agora a gente tem essa sensibilidade para reconhecer.

Voltando ao tema da agência pública, eu queria deixar claro que o Governo está, esteve e vai estar aberto ao diálogo. A gente tem, como eu mencionei, participado de todas as consultas públicas, reuniões com setores. Essa própria audiência pública é parte desse diálogo e, de qualquer diálogo qualificado, a gente vai estar aberto a participar, Senador.

E buscando o que a gente pode aprimorar em todo esse processo, um primeiro reconhecimento que eu faço, e também eu imagino que o Secretário Aloisio vá tocar nesse ponto e principalmente o colega Antônio Marcos, do MCTI, é o aprimoramento do nosso inventário. A gente tem um processo dentro do Governo, um grupo de trabalho específico para buscar melhorias no inventário. E um ponto importantíssimo que a frente parlamentar trouxe de questionamento em relação ao Plano Clima é a falta da consistência em estimativas de remoção de dióxido de carbono da atmosfera – o papel que a agricultura tem de remoção. E isso a gente reconhece. A gente precisa aprimorar, e esse grupo de trabalho liderado pelo MCTI tem buscado essa linha de aprimorar as estimativas de remoção de CO_2 da atmosfera.

E a alocação de emissões, de novo, também nessa discussão do grupo de trabalho, a gente tem feito uma discussão com base na ciência, levando em consideração, claro, o contexto político-econômico, a imagem do setor. E, como eu mencionei, existem regras internacionais já fixas que a gente tem que seguir. Isso o Brasil, como parte da Convenção do Acordo de Paris, quando ele assinou esses instrumentos, tem que seguir essa regra.

Pensando em algumas reflexões, já indo para o final da minha intervenção, para ficar dentro dos dez minutos, Senador, sobre a imagem, eu já mencionei que a gente tem um compromisso internacional da nossa NDC, que é para o conjunto da economia. Lá a gente não tem metas específicas para setores. O Plano Clima tem esse propósito interno, mas uma reflexão que eu coloco aqui para a discussão de hoje é que há pesos em relação à nossa imagem também. O que pesa mais? A gente ter um setor que, eu tenho certeza, está aqui hoje representado pelo setor progressista da agropecuária, que vê o tema de mudança do clima como uma oportunidade socioeconômica de melhoria do país e do mundo, que a gente tem certeza de que essa é a grande maioria do setor representado aqui. Mas a gente tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecer que a nossa imagem, em termos de redução de desmatamento, melhorou muito se a gente comparar o período 2019-2022, quando a gente teve um crescimento bastante expressivo do desmatamento, e agora nós temos, de 2023 até aqui, uma redução significativa do desmatamento. Na Amazônia a gente está falando em menos da metade do desmatamento em 2024, comparado com 2022. E, se a gente pegar o próprio Cerrado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – ... em 2024 a gente tem uma redução de 31% do desmatamento em relação a 2022. Isso mostra, e a gente agradece, o comprometimento do próprio setor, que tem ajudado para a gente alcançar esses números.

Para fechar, eu queria também falar aqui sobre imagem e apoio do Governo ao setor. A gente conseguiu nessa gestão uma abertura de mais de 400 novos mercados para 249 produtos da agropecuária brasileira, para 72 países, blocos, territórios. Isso representa US$1,73 bilhão adicionais em exportações agropecuárias; maior Plano Safra da história; retomada da reforma agrária. Então, o Governo está comprometido a apoiar o setor agropecuário brasileiro, Senador.

Teria mais pontos para falar, mas vou ficar aqui dentro dos dez minutos, já generosamente concedidos para a Casa Civil.

Agradecendo mais uma vez, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Adriano.

Convocamos agora o segundo expositor, Dr. Aloisio Lopes Pereira de Melo, que é Secretário Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Vamos ouvir, então, o Dr. Aloisio Lopes.

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO (Para expor.) – Muito boa tarde a todas e todos os presentes, muito boa tarde ao Senador Zequinha Marinho. É sempre uma satisfação retornar a esta Casa para tratar de temas relevantes da nossa política pública do desenvolvimento do país.

Eu vou aqui sintetizar em alguns eslaides a informação sobre o Plano Clima, Senador, e também sobre os tópicos aí que motivam esta audiência. Acho que consegue dar uma visão bem objetiva de onde estamos nesse processo.

Então, vamos lá. Estamos falando disso, um plano que abrange, à direita, uma dimensão de adaptação com 16 estratégias setoriais. Do lado de cá, a dimensão de mitigação, que é como reduzimos emissões de gás de efeito estufa, com sete planos setoriais, e aqui discutindo em particular o Plano Setorial Agricultura e Pecuária, e mais essas agendas transversais do plano.

O mandato, como o Adriano comentou, do Comitê Interministerial, sob a coordenação conjunta de Casa Civil, como centro de governo; Ministério do Meio Ambiente, como órgão gestor da política de mudança do clima; e Ministério da Ciência e Tecnologia, como órgão que traz a melhor informação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científica para orientar esse processo. Nesse trabalho de coordenação conjunta, existe um grupo interministerial que conta, no caso de mitigação, com 19 ministérios que fazem a revisão, a validação dos documentos, e cada um desses planos setoriais, esses sete, aqueles 16, é coordenado pelos órgãos responsáveis por aquela agenda, às vezes um ministério, às vezes mais de um. No caso de Agricultura e Pecuária, esse plano setorial tem a coordenação do Ministério da Agricultura e Pecuária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Pesca e Aquicultura, e nossa também, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Então, esses quatro ministérios coordenam esse trabalho e esse processo de validação.

Tem o trabalho do plano setorial, o grupo interministerial, que valida, esse comitê dos secretários, o Subex (Subcomitê-Executivo), que dá o o.k. para os documentos produzidos até a etapa de consulta pública, que é onde a gente está. Há esse processo participativo em que muitas reuniões técnicas internas do Governo, reuniões com os diversos setores em cada uma das agendas, algumas oficinas que tiveram participação direta de setor privado, sociedade civil, e esse trabalho contínuo dos ministérios na produção e revisão dos documentos.

Para esses planos de mitigação, a gente teve duas etapas de consulta pública formal, quer dizer, fora as reuniões técnicas e tal, duas rodadas em que os documentos, à medida que foram produzidos, foram colocados na plataforma Brasil Participativo para receber comentários. Na primeira etapa do documento nacional, da estratégia nacional, foram 780 contribuições, concluída em maio; a segunda etapa, que é essa que a gente concluiu recentemente, recebeu quase 2 mil contribuições, divididas pelos diversos temas do plano, como estão ali nos percentuais. Então, agricultura como segundo a receber mais contribuições, pouco mais de 400.

O processo aqui, Senador, é que o que chega pela plataforma como comentário é processado. A gente distribui isso para cada um dos órgãos responsáveis pelos planos, que analisam cada uma das contribuições, concluem se ela vai ser incorporada integralmente, incorporada parcialmente ou não incorporada, e esse resultado dessa análise volta para a plataforma com uma justificativa. Então, tem esse processo de efetivamente responder às contribuições feitas, incorporando-as ou não ao documento.

Incorporadas ao documento, volta o processo – o grupo interministerial analisa, o subcomitê analisa – e, uma vez concluído esse processo, aí sim, vai ao nível ministerial, o que ainda vai ocorrer nas duas agendas de mitigação e adaptação.

Então, isso é só para dizer que a gente está nesse processo agora de revisão e que contribuições da consulta pública formal e outras estão sendo processadas e vão ser incorporadas. A consulta pública é justamente para receber essas reações, *feedbacks* e poder ajustar.

Um dos pontos desse debate é: por que não usar o padrão internacional, que está ali à esquerda, aquelas cinco categorias, com aquelas siglas meio estranhas, para fazer o nosso plano de ação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas categorias do chamado IPCC servem para que os países, na hora em que cada um reporte as suas emissões, possam padronizá-las internacionalmente. Então, o objetivo delas é orientar como cada país presta conta das suas emissões.

Para fins de plano de ação, que é o objeto do Plano Clima, o trabalho feito... E vale lembrar que, quando a gente teve a primeira versão disso aqui, lá em 2011-2012, das NAMAs dos planos setoriais, a gente já organizou planos de ação com outro desenho, diferente desse internacional, e aqui também. E qual é a lógica orientadora disso? O Plano Clima é um plano de ação para fins domésticos, nacionais, que está organizado em termos de quais são as competências institucionais em cada um dos temas; quais são as políticas públicas que incidem sobre aquelas emissões; quais são os agentes privados ou públicos que tomam decisão para aumentar ou diminuir as emissões. Então, a lógica de organização do plano é um plano de ação, não é um plano que visa fazer o reporte internacional. E, por conta disso, essa divisão temática.

Agora, é importante destacar uma preocupação, talvez, que tenha surgido: não, a gente não está deixando de seguir o padrão internacional. Não! A gente, para fins da Convenção do Clima e do Acordo de Paris, continua relatando naquelas cinco categorias. O que a gente faz é um "de-para": cada nível mais desagregado das categorias entra numa caixinha de responsabilidade institucional. Então, esse foi o desenho feito.

E aí tem o Plano Conservação da Natureza, que está sob a responsabilidade do MMA, que está olhando para tudo que acontece nas áreas públicas, sejam unidades de conservação, terras indígenas, terras públicas não destinadas ou vazios cartográficos que não têm uma dominialidade clara. Tudo que acontece ali está na nossa responsabilidade como Plano Conservação da Natureza.

E no Plano Agricultura e Pecuária estão todas as emissões e remoções que ocorrem relacionadas às atividades agropecuárias, seja nos estabelecimentos imóveis rurais, pequenos, médios, grandes, na agricultura familiar, seja – a gente incluiu também aí – nos assentamentos e territórios quilombolas, por entender que são áreas que têm essa finalidade produtiva. Então, em termos de emissão ou remoção das atividades desses imóveis, propõe-se contabilizar aí.

Então, essa foi a lógica adotada. Não é uma lógica exclusiva do Brasil. Em outros países, quando vão fazer os seus planos de ação, as categorias são diferentes do padrão internacional, porque é isto, é como cada Governo, no seu contexto, organiza a sua forma de atuar conforme o que é mais relevante. Então, é isso que a gente está fazendo ao desenhar isso no nosso Plano Clima, ao colocar, por exemplo, no Plano Indústria, não só a categoria, que vocês viram lá, do IPPU, que é o processo industrial, mas também todas as emissões de energia que ocorrem na indústria, todas as emissões de resíduos que ocorrem no setor industrial. Então, esta é a lógica: quem toma decisão, quem tem política para o setor é quem vai olhar para aquele conjunto de ações e de resultados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto bastante relevante: como é que a gente faz uma distribuição de metas de esforços setoriais?

Eu vou acelerar aqui, porque o tempo já está próximo do final.

Basicamente, a gente adotou uma abordagem de fazer um trabalho analítico com o suporte do MCTI, usando um modelo nacional, Blues, desenvolvido por uma instituição nacional, que é reconhecido internacionalmente, para dizer qual é o caminho mais curto e efetivo para a gente atingir as metas da nossa NDC.

Para fins do Acordo de Paris, interessa o número nacional. Como isso se distribui entre os setores? Então, é um modelo de otimização que olha para qual é o potencial de redução de emissões em cada setor, tendo em vista as tecnologias, e qual é o custo associado a cada esforço de mitigação.

Num cenário de crescimento econômico, nessa projeção de 2,6% ao ano, que é compatível com os cenários do Ministério da Fazenda, do Ministério de Minas e Energia e de cenários energéticos, como cresce a economia brasileira com menos emissões? E onde devem ou podem ser tomadas medidas que, ao menor custo, fazem a gente caminhar numa trajetória de metas?

Por conta disso, todas as análises mostram que tem muitas oportunidades e possibilidades associadas ao uso da terra, que é uma característica do Brasil, e a gente tem muitas emissões, quer seja por desmatamento, quer seja por atividade agropecuária; e, no geral, ali estão as maiores possibilidades e oportunidades. Quando a gente olha como colocou isso lá na distribuição dos planos, na emissão da atividade agropecuária, seja uso de fertilizantes, seja bovinocultura, o que se projeta ali é uma relativa estabilidade ao longo do tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO – Ou seja, até 2030, espera-se que varie 1% em relação a 2022; e, até 2035, de -2% a 6%. O que é isso? É uma projeção de descolamento entre a produção que vai crescer e o nível de emissões, como já ocorre quando a gente olha os números da bovinocultura, por exemplo. Essa é a meta para as atividades agropecuárias.

Onde está o grande esforço e potencial de entrega? Na redução das emissões por desmatamento e no aumento das remoções que ocorrem quando a gente restaura e recupera áreas florestais e também recupera as áreas degradadas e tal. Então, isso ocorre ali e também no Plano Conservação da Natureza.

Então, é um pouco isso. E esse acervo de tecnologias desenvolvidas pelo ABC, já há mais de dez anos, é quem nos dá a possibilidade de fazer esse crescimento com menos emissões e reduzir a pressão sobre expansão de nova agropecuária em novas áreas.

Um ponto aqui do inventário que o Adriano já tocou – e eu vou passar muito brevemente – é uma questão da qual a gente tem ciência e com a qual a gente concorda: o nosso inventário, nossa medição de emissões não dá conta da realidade da dinâmica do setor agropecuário, deixa de reconhecer esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esforços de sistemas integrados ou faz isso de forma limitada – recuperação de pastagens e mesmo a remoção pela vegetação nativa na área privada – e tem um melhoramento a ser feito.

Para isso, formalmente, esse subcomitê criou um grupo de trabalho, fez reuniões com especialistas, elencou as áreas de aprimoramento e tem uma agenda, um plano de trabalho para fazer esse aprimoramento nos próximos inventários. Lembrando que, quando a gente muda – a gente: o MCTI – a metodologia do inventário, isso se aplica a toda a série, ou seja, na hora em que novos fatores são colocados, toda a série vai ser revisada, para refletir efetivamente a melhor informação e o melhor conhecimento científico. Então, esse é o compromisso que foi feito e está sendo implementado.

E, por fim – eu acho que parou aqui –, o último eslaide eu posso comentar aqui. É um tema bastante relevante que surgiu no debate. Se a gente tem uma intenção, uma projeção de que é possível reduzir o desmatamento que ocorre por supressão autorizada da vegetação nativa, a gente precisa desenvolver um pacote de um conjunto de incentivos econômicos.

É importante destacar que isso é um tema que paira desde a Lei 12.651, o Código Florestal, mas nunca foi objetivamente tratado como política pública. É isto que a gente está propondo fazer, internamente no MMA e dialogando com alguns órgãos: como a gente cria, especificamente, uma estratégia que entregue, efetivamente, na forma de incentivo, o reconhecimento do valor das florestas, seja na agenda climática, como remoção e manutenção de estoques de carbono, seja para os outros benefícios. Tem um processo em que a gente mapeia o que está mais próximo e que pode compor, que deve compor esse pacote de instrumentos em desenvolvimento.

Então, para finalizar, cota de reserva ambiental, algo que ficou pendente de regulamentação por uma ação judicial, foi resolvida, está regulamentada, e a gente deve ter a notícia das primeiras cotas emitidas e transacionadas pelas quais se paga pela vegetação excedente.

A Lei 15.042, que foi bastante discutida aqui nesta Casa, trouxe um arcabouço para operar o mercado de carbono tanto no nível regulado como referências e definições legais, para dar mais segurança para o mercado voluntário de carbono operar no Brasil, e está no processo de regulamentação.

Uma proposta brasileira, que ganhou tração e vai chegar à COP 30, é o Fundo Florestas Tropicais para Sempre, cujo objetivo é justamente direcionar recursos por meio de um novo mecanismo – é uma abordagem de fundo financeiro – para fluxos de pagamento, de compensação e de remuneração para quem mantém florestas, sejam comunidades tradicionais ou povos indígenas, sejam agricultores, com base no hectare de floresta mantido. Então, esse é um mecanismo novo, que a gente entende que é uma fonte relevante e potencial para isso.

Ecoinvest é uma modalidade associada ao Fundo Clima criada por lei. O segundo leilão que a gente realizou agora foi uma chamada para os bancos para projetos de investimento em recuperação de áreas degradadas. Tinha-se uma expectativa de chegar a 1 milhão de hectares nas propostas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financiamento apresentadas pelos bancos, mas o volume foi maior do que isso. A gente tem um conjunto de propostas selecionadas no leilão que totalizam 1,6 milhão de hectares, um aporte de financiamento para compor com recurso privado da ordem de R$17 bilhões da parte do Governo Federal, orçamento MMA, ao longo deste ano, começando o desembolso neste ano, do ano que vem e do outro ano, para compor, fazer o *matching* com os recursos aportados pelo banco, com um índice de alavancagem da ordem de 1,75, no mínimo, para cada R$1 aportado para compor uma agenda de financiamento. Então, é um investimento grande para disponibilizar uma nova fonte e um novo recurso para essa finalidade.

E, por fim, tem um conjunto de aprimoramentos em discussão e em análise para que os instrumentos que a gente tem hoje na política agrícola também façam esse reconhecimento de que tem uma contribuição ambiental da manutenção da vegetação nativa, que deve se traduzir na forma também de incentivos e de benefícios que hoje já existem no conjunto da política agrícola.

Desculpe-me por passar um pouco do tempo, mas é um pouco para endereçar e dizer que, sim, são questões relevantes que estamos olhando e internalizando. Reconhecemos a importância e a validade de se chegar a um balanço, a uma estratégia de ação, a um Plano Clima que seja equilibrado, viável e implementável. Este é o processo que a gente tem agora: acatar, acolher todas as contribuições, processá-las e chegar a uma definição final do desenho dessa estratégia.

Então, muito obrigado, Senador. Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Agradecemos ao Sr. Aloisio Lopes Pereira de Melo.

Convido agora o próximo expositor, o Dr. Antônio Marcos Mendonça, que é Coordenador de Mudanças Ambientais Globais do Ministério da Ciência e Tecnologia. Por favor, dez minutos.

O SR. ANTÔNIO MARCOS MENDONÇA (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todos e todas.

Eu queria agradecer ao Senador Zequinha Marinho o convite para participar desta audiência e agradecer aos demais participantes da mesa também aqui.

Então, como foi comentado, sou Antônio Marcos Mendonça, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Eu trabalho na Coordenação-Geral de Ciência do Clima e vou fazer uma breve fala aqui sobre as nossas atividades, lá no Ministério da Ciência e Tecnologia, relacionadas à questão do enfrentamento da mudança climática e da emergência climática.

No setor que eu trabalho, na Coordenação-Geral de Ciência do Clima, temos trabalhado intensamente para a realização da elaboração do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa, conforme já foi comentado pelo Aloisio e pelo Adriano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar um pouquinho, então, sobre o Inventário Nacional. O Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa é a fonte oficial de informações do país relacionada à questão de remoções e emissões de gases de efeito estufa causados por atividades humanas.

Os Inventários de Gases de Efeito Estufa dos países devem ser elaborados em conformidade com as diretrizes de 2006 e os princípios de transparência, acurácia, completude, consistência e comparabilidade do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O IPCC é um painel que reúne cientistas do mundo inteiro para avaliar, de forma periódica, o conhecimento científico disponível sobre a mudança do clima. Além disso, a elaboração do Inventário Nacional deve observar as decisões e orientações das modalidades, procedimentos e diretrizes para a estrutura de transparência sobre o Acordo de Paris.

A metodologia recomenda ainda a adoção de boas práticas, como os processos de controle e de garantia de qualidade que orientam a preparação e a divulgação dos inventários, envolvendo verificações nos dados de atividade, parâmetros, fatores de emissão e cálculos.

O Brasil atende aos princípios e às boas práticas e, há mais de 30 anos, vem elaborando o seu exercício de estimativa de emissões e remoções de gases de efeito estufa.

Todos os países devem seguir a mesma metodologia para haver comparabilidade entre os resultados. É um pouco aquilo que o Aloisio mostrou, que todos os cálculos das emissões são alocados em setores que são padronizados internacionalmente.

O aprimoramento do Inventário Nacional é um exercício contínuo e, ao longo do tempo, muitos esforços já foram efetuados no Brasil para aperfeiçoá-lo, dentre os quais estão a utilização de fatores de emissão regionalizados e de metodologias mais avançadas, chamados tecnicamente de Tier II e Tier III, que melhor refletem a realidade nacional para as principais categorias emissoras do país.

O Brasil continuará seguindo as diretrizes de elaboração de inventários nas próximas edições e, com relação aos aprimoramentos futuros, o MCTI vem desempenhando ações com base em suas atribuições legais para endereçar os pontos de atenção referentes à adequada contabilização de remoções de gases de efeito estufa em propriedades rurais privadas e a utilização de sistemas de produção sustentáveis.

Primeiramente, é importante esclarecer que toda remoção de gases de efeito estufa decorrente da recuperação de vegetação nativa já é contabilizado no Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. Porém, não são identificadas quando de áreas públicas ou privadas, pois tal desagregação não é prevista nas diretrizes metodológicas que orientam a elaboração do Inventário Nacional (IPCC) e no *guideline* dos inventários de 2006, do IPCC.

Com relação à adequada contabilização de emissões líquidas na adoção de sistemas de produção sustentáveis, o MCTI conta com um acordo de cooperação técnica vigente com a Embrapa cujo objetivo visa à melhoria contínua do Inventário Nacional para o setor de agropecuária, com foco na adequada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caracterização das emissões e remoções incorridas nos sistemas produtivos agrícolas brasileiros e suas peculiaridades típicas de ambientes tropicais.

No âmbito desse acordo de cooperação está sendo elaborado um plano de trabalho para aprimoramentos a serem incluídos nos próximos relatórios bianuais de transparência, que serão submetidos à Convenção do Clima em 2026 e 2028.

Adicionalmente, há um esforço sendo conduzido no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, o CIM, coordenado pelo MCTI e pelo Ministério do Meio Ambiente, que é o Grupo Técnico do Inventário, o GT Inventário, com o objetivo de discutir com diversos atores propostas e subsídios técnicos para o aprimoramento do Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa.

Então, eu fico por aqui, com uma breve fala, comentando um pouco sobre o esforço que está sendo feito no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia para o aprimoramento do Sistema de Inventários Nacionais.

Fico à disposição para o debate. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Antônio Marcos Mendonça.

Vamos ouvir agora, pela Embrapa, o Dr. Marcelo Morandi, que é chefe da Assessoria de Relações Institucionais da Embrapa. Por favor.

Marcelo, só enquanto...

Quero registrar a presença dos Senadores, da sempre Ministra, Dra. Tereza Cristina, General Senador Hamilton Mourão, nosso Prof. Flávio Arns, eu me lembrei do outro Flávio... Meu companheiro e amigo Jaime Bagattoli e Dra. Senadora do Mato Grosso, Margareth Buzetti. Todo mundo aqui tranquilo.

Anotem aí, mais ou menos, que nós vamos só trocar, quando terminar aqui, vem uma segunda mesa, e depois a gente vai despachar por bloco aqui para ver se a gente avança bem.

Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO MORANDI (Para expor.) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho, agradeço o convite. Em sua pessoa, eu cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, e todos os presentes aqui.

Bom, eu gostaria de começar, a gente já ouviu aqui vários elementos dessa discussão, mas eu queria reforçar que aqui a gente está falando de três elementos que se orquestram para que, no final, a gente tenha uma sinfonia.

A gente está falando da nossa NDC, que são os compromissos que o Brasil assumiu dentro dos acordos globais, da Convenção do Clima e seu Acordo de Paris. Lá estabelece que, mais do que um compromisso ambiental, a NDC é uma ferramenta de planejamento de uma rota de desenvolvimento do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, inclusive, nós estamos aqui quase em setembro e muitos países ainda não apresentaram a sua NDC, que tinha um prazo lá atrás, porque está todo mundo estudando e avaliando, diante dos novos cenários, como lidar com isso.

Então, a NDC é um compromisso, sim, que envolve a redução efetiva de um novo modelo de economia de baixa emissão de carbono, mas ela prevê, na verdade, um modelo de planejamento de desenvolvimento. E isso está dentro, inclusive, dos princípios da Convenção do Clima e do Acordo de Paris, quando se fala que a redução de emissões e todo o processo de melhoria ambiental têm que estar conectados com o desenvolvimento social, com a segurança alimentar e com o desenvolvimento econômico dos países. Então, acho que isso é um ponto central e importante.

A partir da NDC, nós temos o inventário, que o colega Antônio acabou de apresentar aqui. O inventário é como nós medimos, para ver se estamos seguindo aquela rota que nós prometemos lá na NDC, em termos de redução de emissões dentro desse cenário.

E nós temos um terceiro elemento dessa equação, que são as políticas internas, que aqui no Brasil a gente chama de Plano Clima, que vão nos dar a estratégia de como nós vamos nos organizar para cumprir aquilo que nós prometemos lá na nossa NDC.

Então, são esses três elementos que estão sendo discutidos aqui. A gente está discutindo o Plano Clima, mas o Plano Clima está inserido dentro desse contexto.

Aqui já foi apresentado como que funciona essa questão do inventário e tudo isso. O inventário brasileiro é muito elogiado em termos da sua coerência e da sua capacidade de fazer, dentro daquilo que o país tem disponível. Então, assim, nós temos um inventário que é respeitado internacionalmente, mas que tem carências importantes, especialmente carências quando a gente está falando de algumas medições, de alguns dados, tanto de atividade quanto de fatores de emissão. O colega Antônio aqui citou que tem vários níveis que a gente pode usar nesse inventário, chamados de Tier 1, 2, 3, ou seja, o Tier 1 é um dado – se você não tem dado, então você usa um padrão; o dois é: "Bom, eu uso os meus dados regionais, que é o melhor que eu tenho disponível e que está cientificamente comprovado"; o Tier 3 é: "Eu consigo modelar e saber exatamente o que eu estou fazendo". Então a gente está avançando para isso.

É nesse sentido que a Embrapa tem um acordo com o MCTI de olhar para a agricultura. Todos os subsetores que estão dentro do setor agropecuário são do inventário, que são basicamente o quê? Emissões devido à pecuária, emissões entéricas, basicamente, e manejo dos resíduos dos animais, uso de fertilizantes, calcários, corretivos, etc, e a questão de resíduos agrícolas, etc. Então, são alguns subsetores que estão ali dentro em como que a gente melhora esse processo.

Quando a gente está falando agora aqui da composição do Plano Clima, a lógica com que a gente está trabalhando aqui, acho que o grande ponto sensível de toda essa discussão está sendo a questão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da alocação. Como que eu dou para todos os setores as responsabilidades sobre aquilo que eles tem que coordenar? Esse é o ponto que está em discussão.

Lá no inventário, então, a gente tem estas duas dimensões, que é chamado de LuluCF, que é Mudança no Uso da Terra, tudo associado com Mudança no Uso da Terra, e Uso da Terra. Não é só Mudança no Uso da Terra: é Uso da Terra e Mudança no Uso da Terra. Mudança no Uso da Terra basicamente é desmatamento. O Uso da Terra é o Uso da Terra. Agricultura é Uso da Terra. Então, isso tudo está colocado lá dentro desse setor LuluCF. E o setor agropecuária pega as atividades agrícolas em si que eu descrevi aqui anteriormente.

Internamente, enquanto política, eu acho que é muito interessante a gente trabalhar essa questão das lógicas setoriais, de como que a gente pode fazer essas alocações, para que os setores que têm domínio sobre aquela situação tenham a responsabilidade de cuidar daquilo lá. Então é aqui que eu acho que entra um ponto-chave dessa discussão toda. Não tem problema a gente então partir daqueles cinco setores que são reportados no inventário e ter um desenho diferente dentro do país. Isso não é problema em si. O problema é como a gente aloca entre esses setores essa distribuição.

Então, quando, nessa proposta que está colocada sobre a mesa, a gente traz a questão de separar uso da terra e desmatamento em caixinhas diferentes, pegando agropecuária e outros setores, o setor público e o setor privado – porque o inventário não reconhece isso. Para o inventário, desmatamento é desmatamento, não importa onde está acontecendo nem se é legal ou ilegal, e a gente está falando aqui de emissões quando a gente está falando de inventário –, quando a gente pega e divide isso, da forma como está colocada, a gente atribuiu para o setor agricultura e para o setor agropecuário o controle de algo que não está na gestão do setor agropecuário fazer, enquanto política pública.

O sentido que eu estou querendo dizer aqui é que quem tem a gestão sobre autorização ou não de desmatamento legal ou fiscalização e controle de desmatamento ilegal não são os ministérios ligados ao setor agropecuário, que é o Mapa e MDA. Isso está na coordenação de outros ministérios.

Da mesma forma, a questão combustível. Quando a gente coloca dentro do setor energia, a gente coloca a questão da emissão de combustíveis dentro do setor agropecuário, o setor queima de combustíveis ou o setor energia, que é o setor como é reportado no inventário, que envolve combustíveis, mas que também não está sob a gestão da agropecuária, assim como não está sob a gestão da indústria, assim como não está sob a gestão desses outros setores. Então, isso causa uma dificuldade de divisão dessa alocação e causa um problema de gestão de governança, de fato.

Eu queria só citar um exemplo que, eu acho, vai ser bastante significativo para a gente entender essa questão. Nós temos, por exemplo, uma política pública que eu considero muito bem-sucedida na área de combustíveis, biocombustíveis no Brasil. Como é biocombustível, etanol, biodiesel, etc., isso está sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia. Isso entrou como meta de redução do setor energia e, de certa forma, isso aparece, principalmente, tudo aquilo que você reduz de consumo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustível fóssil, no inventário como benefício para a energia. Essa política é coordenada, então, obviamente, pelo Ministério de Minas e Energia, pela sua agência, a ANP, mas 80% do componente de produção desse biocombustível e dessa bioenergia está dentro do setor agro mais indústria, porque é o agro e a transformação em indústria.

Então, na verdade, a agricultura está contribuindo para que o setor energia tenha uma redução significativa de emissões, mas isso não é computado no inventário no setor agropecuário. Isso não é problema porque a nossa NDC é do Brasil, é do conjunto da economia. Eu estou falando que é a energia, que é combustível sendo queimado lá, sendo produzida na agropecuária, passando pela indústria e beneficiando a energia. Isso em si não é um problema, é uma alocação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO MORANDI – ... natural desse processo.

Da mesma forma, essa mesma política tem um mecanismo de desmatamento zero, ou seja, toda a biomassa produzida para biocombustíveis que vai ser certificada e que vai trabalhar para isso tem um compromisso de desmatamento zero, ou seja, isso está contribuindo para o LuluCF, para as questões de mudança de uso da terra.

Então, é uma política pública que aloca isso, aloca o conjunto das responsabilidades dentro de cada um. A agricultura se beneficia, por quê? O produtor que se certifica, que cumpre esse requisito de ter o desmatamento zero e seguir toda aquela questão do uso adequado dos fertilizantes, do manejo correto do solo, do plantio direto, etc., tem uma nota de eficiência mais adequada e é remunerado por isso a partir de um Cbio, que é um crédito de carbono.

Esse crédito de carbono não aparece lá no inventário, porque não é a lógica do inventário. O crédito de carbono serve como um mecanismo de fomentar a transição, não é um mecanismo de redução de emissão por si só, é um mecanismo de financiamento de uma transição para um modelo de baixa economia de baixo carbono, de economia de baixo carbono.

Então, nesse sentido, essa alocação, da forma como está feita, está causando um desbalanço setorial, porque, na verdade, em vez de nós estarmos olhando para a gestão das políticas públicas para o desenvolvimento econômico e ambiental do país, nós estamos causando uma distorção entre setores que está causando, então, um acúmulo de peso sobre um setor e um alívio de peso sobre outro setor, sendo que esse setor está contribuindo para o todo da economia.

Então, acho que a questão que a gente tem que discutir aqui é a de como a gente faz essa alocação dessas funções olhando o todo da economia, porque não existe agricultura separada de indústria, separada de energia, separada de transporte, separada de meio ambiente, e não existe nenhum outro setor separado de nenhum. Todos os setores aqui têm uma conexão, uma interconexão.

Então, o nosso Plano Clima tem que, de alguma forma, trazer essa conexão, para que a gente possa trazer o benefício que nós temos de cada setor em prol de um benefício comum de todo o país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para fechar, Senador... Eu sei que eu já passei aqui do tempo, mas, só para concluir: da mesma forma, tudo aquilo que a agricultura está fazendo – por exemplo, dentro do plano ABC, que tem sequestro de carbono no solo – é benéfico e está sendo contabilizado. Pode ser melhorado no inventário, ainda é uma contabilização que a gente pode melhorar e que está dentro daquele acordo de melhoria do inventário, mas já é contabilizado, em certa medida, em mudança de uso da terra.

Então, na verdade, a nossa emissão de mudança de uso da terra já é abatida do carbono sequestrado na agricultura. Isso não fica dentro do setor agropecuário, no inventário. Não é problema, gente: em todos os países do mundo, o principal setor que aparece lá como maior emissor proporcional é o setor de importância econômica do país. Isso não tem problema algum. Nós estamos falando aqui de um balanço do país como um todo. Se eu tenho o LuluCF negativo, porque eu zerei desmatamento e eu estou acumulando carbono na agricultura, isso está aparecendo lá, está abatendo das emissões do país e está contribuindo para que o todo da nossa economia seja neutro ou líquido em emissões, naquilo que a gente já prometeu na nossa NDC, que é chegar lá em 2050.

Obrigado, Senador. Desculpe passar um pouquinho do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sem problema.

Obrigado, Dr. Marcelo Morandi, da Embrapa.

Bom, eu queria pedir três daqui para se sentarem naquelas três cadeiras ali. Fica só o Aloisio, que vai ter que responder muita coisa daqui a pouco... (*Risos.*)

Assim como também o Marcelão, mas o Marcelo tem que ir lá. Sentem-se ali nessas três cadeiras, por favor.

Eu gostaria de convocar agora a nova mesa, a segunda mesa, chamando o Dr. Pedro Neto, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Cadê o Pedro Neto?

O SR. PEDRO NETO (*Fora do microfone.*) – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bem-vindo, Pedro.

Quero chamar também aqui o Dr. Nelson Ananias Filho, Coordenador de Sustentabilidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

E, por último, Leonardo Papp, Consultor para Assuntos Ambientais da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Bem-vindo, Leonardo. Valeu.

Bom, vamos avançando.

Os Parlamentares com certeza fizeram suas anotações, e a gente toca o barco.

Vamos ouvir então, agora, o Dr. Pedro Neto, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Mapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, Pedro.

O SR. PEDRO NETO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, Senador Zequinha Marinho, que preside esta Comissão. Quero pedir sua permissão para, na pessoa da Senadora e Ministra Tereza Cristina, cumprimentar todos os Senadores aqui. Quero cumprimentar meus colegas que me antecederam e os que se juntam à mesa comigo: o Nelson Ananias e o Leonardo também.

Quero começar reforçando um pouco as palavras do Adriano Santhiago, quando ele chamou a atenção para o grau de participação desse processo de construção do Plano Clima; e eu sempre gosto de refletir que esse processo participativo não começou neste capítulo do Plano Clima.

O Marcelo Morandi falou muito bem quando nos lembrou de três instrumentos que fazem essa orquestra toda – um deles é a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que teve um intenso processo de discussão também. E posso falar pelo Ministério da Agricultura que ali a gente sentiu um pouco o tom, o ritmo e a necessidade de aproximação de um diálogo setorial. E transportamos muito disso para este capítulo agora, para este outro componente dessa orquestra, que é o Plano Clima, exatamente para termos a maior proximidade possível e a maior participação possível dos agentes do setor produtivo, do setor agropecuário nessa discussão.

Cabe também lembrar a abrangência – não é, Ministra? – do que é agro. De vez em quando, alguém fala comigo assim: "Eu falei com o agro". "Você falou com o agro? É porque o agro é bastante abrangente, é muita gente". Então, sem conversar com quatro dezenas, no mínimo, de representações setoriais, não dá para falar que falou com o agro, porque o agro é muita gente, é volumoso. Também, o Morandi disse que é o principal setor econômico da economia brasileira, então é natural que a ele incorra um número relevante das emissões, falando sob a ótica das mudanças climáticas.

Então, avançamos nesse diálogo participativo, tivemos algumas interações, especialmente com o Instituto Pensar Agro e também com a FPA, e tivemos algumas reuniões intermediárias, que foram citadas na fala do Aloisio, cujas fotos ele mostrou ali.

Nesse contexto, a grande novidade é, de fato, a decisão de como promover as alocações. Esse é o componente fiel dessa balança e dessa orquestra que dá o tom que a gente quer dar. Essa é uma decisão... A elaboração do Plano Clima é um trabalho de responsabilidade governamental. Porém, ele é construído através de uma discussão que leva em conta a escuta, a participação e o debate; e é uma matéria de grau de tecnicidade elevada. Então, promover a mais justa e mais coerente organização dessas alocações, no âmbito dos setores econômicos, para trazer uma harmonia entre o que é padrão internacional e o que é decisão interna, é algo que, sem um debate ampliado e sem esta grandeza aqui, a gente não faria de forma equilibrada, não é? Por isso, para além dos movimentos de consulta pública e de diálogo conduzidos pelo MMA, com participação do Mapa e do MCTI... Eu chamo a atenção para o esforço de inserção no plano setorial do desenvolvimento agrário, da agricultura familiar, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agroecologia e também da aquicultura e pesca, exatamente no contexto da dificuldade técnica e metodológica dessa construção.

Então, a gente conseguiu, em conjunto com a sociedade e as representações setoriais, avançar nesse diálogo, para que as derivações do que o Plano Clima vai dizer para nós possam trazer uma representatividade cada vez maior do setor agropecuário, sob a ótica das suas contribuições para as mitigações, entendendo que fazemos parte da solução dessa questão do enfrentamento das mudanças climáticas.

Então, nesse sentido de seguir uma escalada de diálogos que acompanhou a evolução da construção do plano é que a gente chega aqui na Comissão para fazer um posicionamento, em nome do Ministério da Agricultura, muito ancorado na ciência brasileira. Que sorte a minha que o Marcelo Morandi falou antes de mim, porque é um especialista que representa um braço importante do Ministério da Agricultura, que é a nossa Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, mas para além do que o Marcelo comentou, eu acho que vale citar cinco pontos de posicionamento com relação à construção do Plano Clima, para depois chegar a uma conclusão aqui.

O primeiro tem a ver com as salvaguardas econômicas. Especialmente, o Aloisio mostrou a necessidade que o Governo sabe, enxerga e já está trabalhando para que a gente possa ter os estímulos que o produtor rural brasileiro precisa ter para que ele siga cada vez mais incentivado a aplicar práticas sustentáveis de produção e eventualmente decidir fazer uma gestão territorial da sua propriedade mais interessante, privilegiando – ou não – a não supressão vegetal, pela ótica do incentivo econômico, pela ótica da valoração da sua produção, pela ótica do pagamento dos serviços ambientais.

Uma coerência setorial também é um outro ponto importante do posicionamento. Essa coerência setorial tem a ver também com posições internacionais. O Morandi falou disso. A coerência setorial é isto, é assumir que um setor econômico relevante da economia, ou o mais relevante da economia, tem a sua participação na, entre aspas, "cota de emissões", mas também reconhece e enfrenta a sua responsabilidade no quesito de como reduzir isso, especialmente com o nosso plano setorial, que é um plano setorial que já tem 14 anos que está em execução, está consolidado no contexto da produção agropecuária brasileira, que é o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, o Plano ABC, que já está no seu segundo ciclo, o chamado ABC+, e está aí se preparando para sua terceira revisão. Para quê?

Para eu poder ter o terceiro ponto do nosso posicionamento, que é salvaguardar a produção de alimentos e a segurança alimentar. A gente precisa garantir essa condição para o Brasil, que é um país vocacionado para a agricultura e para a pecuária, mas também pela nossa capacidade de contribuir com a segurança alimentar ao redor do mundo.

Por último, cito um planejamento setorial focado no investimento. Isso também tem a ver com a atração dos financiamentos. A gente está vendo aí um esforço grande de, por exemplo, conversão de pastagens degradadas, que é um programa que foi lançado recentemente. A sigla é longa: Programa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas Agropecuários e Silvipastoris Sustentáveis. É produzir mais na mesma terra através dos processos de recuperação de pastagens. Isso é fundamental, isso é muito importante, mas requer uma lógica de investimento muito grande, porque quem faz recuperação de pastagens degradadas também pode fazer irrigação, plantio direto, integração lavoura-pecuária-floresta, pode intensificar o seu rebanho.

Então, essa é a lógica do posicionamento que o Ministério da Agricultura adotou em conjunto com a Embrapa e, nesse processo participativo e de difícil conexão, apresentou e está conversando aqui com a nossa bancada: MMA, Casa Civil, MDA, Pesca e Aquicultura. O ponto-chave é, de fato, a questão das alocações, como disse o Marcelo Morandi.

Para nós, é fundamental a reflexão mais exaustiva sobre essa decisão superior, de como promover essas alocações de forma que não impactem esses pontos de posicionamento, especialmente a nossa capacidade de produção, de promoção de segurança alimentar, especialmente a nossa capacidade de atração de investimentos.

Como disse também o Santhiago, num passado muito recente, toda essa guerra – como é que se fala?– de taxas, toda essa guerra comercial, tarifária, impactou, no curtíssimo prazo, toda essa sistemática. Então, a nossa posição é a de reconhece, primeiro, que ainda estamos no nível técnico. O representante da Casa Civil lembrou muito bem que essa matéria ainda não foi analisada no âmbito ministerial, que ainda estamos na etapa de debate. E trazemos esse ponto principal para a Mesa, que é organizar melhor alocação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO NETO – ... a alocação das nossas emissões fazendo com que o retrato do nosso Plano Clima seja um pouco mais adequado ao perfil da nossa produção, ao perfil da nossa economia, de maneira a garantir a possibilidade de uma constância positiva para o setor agropecuário, sem deixar de reconhecer a nossa responsabilidade. Aquilo que está na gestão do produtor rural, que é responsabilidade dele, pode ser atribuído a ele; aquilo que vai além da sua condição – e o Morandi citou alguns pontos e eu quero repeti-lo nisso, citá-lo nisso – fica difícil a gente conseguir gerenciar.

Então, esse é o ponto principal, Senador.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Pedro Neto, do Mapa.

Eu quero chamar agora a OCB, o Dr. Leonardo Papp, Consultor para Assuntos Ambientais da OCB.

O SR. LEONARDO PAPP (Para expor.) – Bem, muito boa tarde a todos.

Antes de mais nada, quero agradecer o convite feito à Organização das Cooperativas Brasileiras que, na condição de representante do cooperativismo, sempre que chamada vem contribuir. Até porque está no DNA do cooperativismo ajudar o Brasil na prosperidade econômica – mais da metade da safra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional passa, de alguma forma, por cooperativas –, na prosperidade social, porque o modelo cooperativista permite dar acesso a mercados, especialmente a pequenos produtores, e também na prosperidade ambiental, uma vez que o interesse pela comunidade é um dos princípios fundamentais do cooperativismo e do interesse pela comunidade, em que, obviamente, está inserida a proteção do meio ambiente.

Em segundo lugar – e daí já entrando no meu tema – quero me congratular o Parlamento, o Senado, através da iniciativa da Presidência da Comissão de Agricultura, por trazer esse tema para a discussão do Senado Federal.

É um tema que precisa ser visto com serenidade, com a serenidade de não negligenciar a sua importância, porque a questão climática é um desafio planetário que realmente precisa ser endereçado com a gravidade que tem. No caso brasileiro, é especialmente o desafio de combate ao desmatamento, já que é daí que vem a maior parte das nossas emissões.

É preciso serenidade para entender também que nós estamos diante de um tema eminentemente técnico, que trata de questões técnicas bastante complexas, bastante intrincadas e, especialmente, nessa ocasião, entender também, ter serenidade também, para compreender que, no final do dia, nós estamos diante de uma decisão política, de uma decisão política de como nós queremos construir a imagem do Brasil para dentro do Brasil, entre os setores produtivos, e especialmente para fora do Brasil. E é justamente por ser, no final do dia, uma deliberação eminentemente política que esta Casa tem não só todo o direito, mas todo o dever de participar do processo de deliberação. Afinal de contas, é aqui o Parlamento quem tem legitimidade democrática, pela urna, para tomar as decisões dos destinos políticos do país.

Dito isso, o meu papel aqui é tentar, muito humildemente, contribuir com algumas informações técnicas que possam servir de subsídio para que o Parlamento faça a avaliação política que entender pertinente. E farei isso em dois momentos muito breves: primeiro, numa contextualização do que é o Plano Clima, para que todos estejamos na mesma página, tentando um pouco sistematizar o que os colegas já trouxeram, e depois destacar dois aspectos do plano do setor de agricultura e pecuária que acho que são as duas principais razões que trouxeram a discussão aqui para dentro do Parlamento.

Para começar pelo começo, então, não é? O Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, através da sua NDC, assumiu compromissos internacionais. O compromisso voluntariamente assumido pelo Brasil hoje é de reduzir em 53% as suas emissões até 2030 e zerar as suas emissões líquidas até 2050, portanto é um desafio bastante expressivo. Depois do compromisso assumido, a gente tem que começar a trabalhar de que maneira nós vamos alcançar a concretização desse compromisso. E aí que surge a Estratégia Nacional de Mitigação, que é o como fazer. E a Estratégia Nacional de Mitigação decidiu alocar essas obrigações, essas responsabilidades em sete setores: no Governo e em alguns setores produtivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre os quais a agropecuária. Por isso que nós temos sete planos setoriais de mitigação, dizendo qual é a responsabilidade, qual é a obrigação, qual é a conta que é atribuída a cada um deles.

Feito esse contexto, o que chama a atenção – teria vários outros, mas os dois pontos que especialmente chamam a atenção aqui no Plano Setorial de Agricultura e Pecuária? O primeiro deles é uma aparente excessiva concentração de responsabilidades, de obrigações no setor de agricultura e pecuária. Para que se tenha uma ideia, na maneira como a proposta foi formulada, para o setor agropecuário atingir as suas metas, ele precisa, até 2035, reduzir 54% das emissões que são atribuídas ao setor agropecuário. Comparativamente, se a gente pegar um outro setor que também tem um plano próprio, que é a energia, lá em 2035, a energia cumpre a meta que é atribuída a ela, se ela aumentar as emissões dela em 44%.

É claro que existem razões para isso, como foi dito. O setor agropecuário tem um peso proporcional maior nas emissões nacionais, mas chama a atenção a disparidade de tratamento. A razão dessa disparidade de tratamento está muito diretamente associada ao fato da escolha que foi feita de colocar dentro do Plano Setorial de Agricultura e Pecuária, como se fossem responsabilidades da agricultura e pecuária, boa parte do desmatamento nacional. A proposta de plano que foi submetida à consulta pública diz, com todas as letras, que o resultado do plano é atribuir para a agricultura e pecuária 70% das emissões de uso da terra e mudança do solo, como se 70% das emissões do país fossem algo direta e necessariamente associado à produção agropecuária.

Para que se tenha uma ideia, comparando o Plano da Agropecuária com o plano do Governo, que é o Plano de Conservação, a responsabilidade por desmatamento da agropecuária é maior do que a responsabilidade que o Governo atribui a si diretamente por desmatamento – em torno de 56% no Plano da Agropecuária e em torno de 44% do total no Plano de Conservação.

Mais do que isso, dentro do Plano de Agricultura e Pecuária, estão também computadas emissões que são de atividades que estão diretamente relacionadas a políticas públicas governamentais, especialmente as emissões associadas a assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais e quilombolas.

Esse conjunto todo de informações, queiramos ou não, pode muito fortemente passar a imagem de que o setor agropecuário é responsável por 70% das emissões do país. Essa é a preocupação central, e felizmente essa preocupação central, na medida em que o debate é feito, um debate árido, um debate com as suas dificuldades, vai sendo incorporada também mesmo por setores do Governo.

Nós tivemos recentemente uma nota emitida pelo Ministério da Agricultura sobre o tema em que explicitamente se diz que essa abordagem é um enorme risco, prevê uma oneração desproporcional do setor agropecuário brasileiro fora dos padrões internacionais, diverge metodologicamente, tem potencial de fomentar comparações assimétricas, gerando prejuízo à imagem internacional do setor e do país como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de fato, não é uma questão de não dar importância ao tema de fundo, é uma questão de como, a partir das informações técnicas, nós queremos fazer as escolhas políticas de traduzir essa mensagem, traduzir essa seriedade para dentro do país e também para fora do país.

Falou-se aqui – com toda razão, e é muito bom ouvir o Governo falando, porque não tenho dúvida de que é um compromisso sério – da importância de nós incorporarmos também as remoções de emissão com que as propriedades privadas rurais acabam contribuindo para o balanço líquido de emissões.

É muito bom que a gente tenha esse endereçamento, tenha essa preocupação. O que nos parece, porém, é que, enquanto isso está em construção, porque as remoções de emissão ainda são um processo em construção, nós não podemos correr o risco de colocar, na conta do setor agropecuário, o ônus, sem que a gente tenha clareza de qual é o tamanho do bônus associado a esse tipo de atividade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO PAPP – Por fim, eu disse que eram dois pontos.

O primeiro é esse, das excessivas atribuições por conta da opção de ter colocado o desmatamento em grande medida como uma atribuição do setor agropecuário.

O segundo ponto, ainda mais breve, é a preocupação que o plano indica de conseguir alcançar as metas de redução do setor evitando desmatamento em áreas que a legislação permite suprimir vegetação – desmatamento legal.

Vejam, nos setores com os quais a gente conversa dentro do agro, não há um problema em ter política pública de redução de desmatamento em área legal em si, isso não é um problema. O problema é fazer isso como sendo uma diretriz principal do Plano Clima sem que tenhamos clareza de quais são os instrumentos de incentivo para que isso aconteça, porque senão a gente corre o risco de ficar com a responsabilidade divulgada, ficar com a obrigação estabelecida, para depois ver se, como, talvez, numa dessas, a gente consiga implementar os instrumentos de fomento, de estímulo, para que eles cheguem efetivamente na ponta.

Para concluir e tentar ser propositivo, como resultado das discussões que vêm sendo feitas no cooperativismo e, em um sentido mais amplo, nas entidades que têm atuação no ramo agropecuário, as propostas, sugestões, indicações de encaminhamento passariam por revisar o processo de discussão do Plano Clima, incorporando essa vertente política como um fator importante de fechamento das discussões conjuntamente com as análises técnicas propriamente ditas.

O segundo ponto é propor uma discussão sobre um plano setorial específico para desmatamento no país. Se o desmatamento é o nosso maior desafio, por que não tratar este desafio maior em um plano setorial específico que possa dar conta das particularidades disso que, muitas vezes, é um crime, da maneira como tem que ser combatido o crime, e, no desmatamento legal, com um incentivo que precisa ser dado para aqueles que abrem mão do exercício de um direito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avançar nas remoções de GEE sem que isso represente antecipadamente a atribuição de responsabilidades e obrigações para o setor é uma terceira e penúltima sugestão.

Acredito que o Nelson vai falar um pouco mais, mas também temos dificuldades com a base de dados que é usada para fundamentar os resultados contidos nos planos setoriais, então o acesso irrestrito a esses dados e o uso de informações apenas oficiais é uma outra proposição.

E a salvaguarda de que esses instrumentos, esses incentivos geralmente... efetivamente – perdão – cheguem até o produtor rural para poder finalmente recompensar os ativos que estão nas propriedades privadas também.

Desculpe se passei um pouco do tempo, Senador.

Agradeço a oportunidade e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas a aula foi boa.

Quero agora chamar, da CNA, o Dr. Nelson Ananias Filho, que é Coordenador de Sustentabilidade daquela confederação. Por favor.

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senador Zequinha Marinho, a quem cumprimento. Cumprimento todos os Senadores presentes, agradecendo esta oportunidade aqui de trazer um pouquinho da visão do produtor rural diante dos desafios e das ações com as quais está sendo convocado a cooperar, no Plano Clima, que tem uma capacidade muito grande de ser a solução encontrada, a solução mais em conta, a solução mais direta e a solução com efeitos de adaptação, mitigação e cobenefícios, com ações diretas das quais o Plano Clima traz aí em sua base uma ação bastante sólida.

Então, falar depois do Leonardo Papp é bastante confortável, porque trouxe bastantes informações a respeito das ações, daquilo que se espera de um Plano Clima. Fica a meu cargo complementar aqui.

Queria também cumprimentar aqui os meus colegas de mesa – Aloisio, Pedro, Leonardo Papp, Marcelo, Adriano e Antônio – e dizer, antes de mais nada, que este Plano Clima precisa realmente contar com a participação de todos os setores e, no caso específico do setor agro, de todos os contribuintes, para o alcance do sucesso desse plano de mitigação.

Essas discussões já advêm desde uma ação anterior à formulação de todo esse processo descrito pelo Adriano, pelo Leonardo e pelos demais colegas, que começou na COP 29, quando o país assume uma NDC de 59% a 67% de redução em relação a 2005, sem conversar com aqueles que vão cumpri-la.

Isso começou antes do plano de mitigação, antes de tudo aquilo. Já havia uma proposta de redução de emissões, sobre a qual não se conversou com o setor. A gente não pode repetir esse mesmo erro agora, ignorando a participação dos setores, no caso específico desse plano, do agro, sob pena de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente não consiga alcançar. O setor agro está pronto para responder, mas desde que ele tenha condições para fazê-lo.

Então, esse Plano Clima de mitigação, realmente, como foi bem colocado aqui, foi alvo de diversas reuniões, *workshops* e consultas públicas, que culminaram num texto aberto para consulta pública, que, para surpresa nossa, também trouxe elementos que não foram discutidos lá durante a consulta pública. E o principal deles é a atribuição dessa grande parcela, 70% do desmatamento, às atividades do setor agropecuário, fazendo com que a realocação das emissões...

Vocês podem ver ali que aquilo que está no inventário nacional passa a fazer parte do Plano Clima. Há uma realocação de cerca de 68% das emissões nacionais para o setor agropecuário brasileiro. Só de batermos o olho num gráfico desse, dá para encontrar os responsáveis pelo desmatamento no Brasil – e quem sabe no mundo, não é?

Então, essa realocação de emissões impacta diretamente, a curto prazo, o setor agropecuário, porque nós vamos entrar num período de Conferência das Partes, na qual o setor agropecuário entra como maior emissor de gases de efeito estufa do país e quem sabe do mundo. A curto prazo, o impacto na imagem é muito grande; e esses dados, apesar de realmente não fazerem parte do inventário, porque o inventário tem todas as suas alocações definidas, trazem um impacto a médio prazo para o nosso plano geral. Por quê? Porque a NDC diz que, a partir de 2050, o desmatamento será ilegal, será zerado; ou seja, todo o desmatamento que vier depois de 2035 será de responsabilidade do agro, sendo legal ou ilegal, ou de qualquer outra maneira que aconteça.

Então, a médio prazo, nós vamos ter que assumir essa responsabilidade indefinidamente; e, a longo prazo, a gente tem que lembrar que as NDCs, por definição do acordo, precisam ser mais ambiciosas do que as passadas: se a gente tem responsabilidade de zerar o desmatamento, nós vamos ter uma responsabilidade maior depois de 2035. Onde se corta isso no agro, uma vez que 70%, 68% da nossa responsabilidade já diminuiu? Ou a gente investe em agropecuária de forma que a nossa produção tenha balanço zero, ou nós temos que parar de produzir. Para diminuir a emissão de gases de efeito estufa, o setor vai ter que cortar na produção.

Então, são esses impactos que nos preocupam quando se joga no setor uma responsabilidade de 68% das emissões. Então, se existe essa... Além das outras, que a gente vai detalhar por aqui. Então, os números passam a ser estes, o setor passa a ser o maior emissor de gases de efeito estufa aqui nesta parte. (*Pausa.*)

Então, rapidamente, pelo curto tempo que nós temos, quais são os grandes pontos críticos que a gente vê nessa proposta que está em consulta pública? Primeiro, a atribuição setorial. Isto aqui já foi muito bem abordado pelo nosso colega Leonardo Papp: o setor agropecuário tem essa obrigação de reduzir em 44% as emissões, enquanto os outros setores têm essa prerrogativa de poder continuar emitindo. Então, isso para nós... A gente tem essa parcela de contribuição, mas nem toda essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade é do setor agro. Como bem colocado também, gostaria de relembrar, pelo Leonardo, tem pontos... E a base para essa distribuição setorial tem no custo efetivo, como o Dr. Aloisio falou, a base nos melhores custos efetivos para cada atividade proposta dessa... Mas custo efetivo para quem? Para o setor agro é que não é. Por quê? Porque a gente vai ter que implementar tecnologias, reduzir a produção ou dar alguma solução para que isso realmente aconteça.

Além disso, estamos respondendo por áreas que a distribuição setorial e a atribuição setorial colocam no setor agropecuário, baseadas na questão também da governança. Ora, o desmatamento ilegal não é responsabilidade do produtor rural, como foi bem colocado aqui. O desmatamento legal é? É, desde que haja ações governamentais que incentivem o não uso da área permitida. Então, a gente tem uma série de ações que não estão bem descritas, que atribuem ao setor do agro uma responsabilidade maior que aquela sobre a qual realmente ele tem governança. Realocação de emissões também, uma ação que a gente já colocou aqui, e isso coloca, no setor agropecuário brasileiro, uma responsabilidade muito maior do que está em sua governança e está no seu poder de reduzir.

A questão da implementação também já foi bem colocada aqui, mas gostaria de reassegurar. As metas não levam em consideração a mitigação esperada nem o impacto no orçamento: quanto isso custou dentro do sistema da quantificação? Quanto isso custa? Quanto isso custa para cada setor? Também não está bem descrito nem encaminhado.

Meta para supressão de vegetação também, a gente não tem uma linha de base. Precisamos e temos que tirar o desmatamento ilegal, mas e o desmatamento legal? Qual é a linha de base de redução? Quanto se pretende reduzir? Quanto se abre mão? Qual o impacto regulatório de abrir mão de áreas que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON ANANIAS FILHO – ... estão destinadas ao uso econômico? Como o Leonardo falou, é uma decisão política, em que o país está disposto a abrir mão de áreas produtivas em prol da redução do desmatamento, mesmo que ele seja remunerado ou que tenha um instrumento de remuneração que estivesse funcionando, que é outra coisa também que não está bem clara no plano.

A questão das remoções também o plano não traz claramente, ou a parte do ABC diretamente relacionado, quando se implantam tecnologias ABC relacionadas diretamente às remoções. Isso também já foi bastante discutido aqui.

Por favor.

Emissões evitadas também, que não constam do plano. A questão, por exemplo, de bioinsumos não está contabilizada. Quando você abre mão de usar insumos que emitem – nitrogenados, por exemplo –, não está contabilizado e não prevê essa contabilização.

A questão do sequestro de carbono, APPs, reserva legal, floresta estocada e áreas de recuperação também não está diretamente ou completamente abarcada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O uso da propriedade, como eu falei, indisponibiliza esse uso econômico, uma vez que a gente vai zerar o desmatamento ilegal e trabalhar ações para inibir o desmatamento legal.

O custo-efetividade disso. Então, a alocação é baseada num custo-efetividade, e a gente não tem amplo acesso a todos os dados, para saber que custo é esse, quanto foi e o que foi levado em consideração.

E, por fim, as questões de energia, que também já foram colocadas aqui.

Metas de biocombustíveis alocadas em outros setores, que também foram colocadas aqui. Quando você produz biocombustíveis, essa meta vai para outro setor.

E por último, gente, também algumas ações do modelo que foi utilizado para fazer essas alocações. É o modelo Blues, que é um modelo que traz uma modelagem para os próximos anos, até 2035, e que nos traz algumas dúvidas, dado que seus dados não estão abertos e que talvez até caberia um questionamento sobre essas questões.

E a gente traz alguns problemas que são mais direcionados ao que ele calcula, que são as trajetórias de descarbonização, porque é uma modelagem. Então, ele não define, não fica clara a separação de desmatamento legal e ilegal para 2035; ele não define as linhas de base para as emissões e remoções; a captura de carbono pela restauração da vegetação nativa em áreas privadas não está claro se está contabilizada ou não; a recuperação de pastagem degradada até 2035 também não está contabilizada, ou não está claramente contabilizada; tecnologias ABC incorporadas; a questão das safras duplas e safras triplas que a gente tem no Brasil, e não tem em nenhum lugar do mundo, foi considerada ou não foi; quais os critérios que foram usados para definir essa safra; a meta de restauração florestal, que está lá no Plano Clima, no plano mitigação geral, de 8,9 milhões de hectares a partir de 2031; a curva de custo de abatimento marginal para agropecuária e uso da terra, além dos custos de implementação.

Então, esse sistema que balizou a distribuição entre os setores econômicos não está claro, não está claro como ele foi aplicado em cada um dos setores econômicos. Apesar de eles estarem citados nos outros setores econômicos, no setor do agro, ele tem uma aplicação; nos outros, ele só é citado. E a base dele foi com que essa distribuição dos 44% ou dos 22% foi definida, e a gente não sabe como esse sistema levou em consideração isso e a sua trajetória.

Por fim, desculpa também me alongar, Senador, a gente entende que tudo isso – e como eu comecei na minha fala – começou lá quando a gente assumiu NDCs cujas metas não foram discutidas nesta Casa nem como elas poderiam ser alcançadas. Então, outra sugestão que a gente dá, além dessas que eu corroboro com as que foram propostas pelo Papp, é trazer a discussão aqui e dizer: a NDC precisa ser referendada pelo Congresso, uma vez que os atos que passam a resultar na revisão de acordos e ajustes complementares e encargos que acarretem compromissos gravosos ao patrimônio nacional cabem a esta Casa.

Então, eu queria agradecer, Senador, mais uma vez, e fico à disposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dr. Nelson Ananias Filho.

A OCB começou e a CNA terminou.

Chegou a hora de os Parlamentares acrescentarem os seus questionamentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para interpelar.) – É rapidamente. Eu só quero me desculpar com os expositores. Foram exposições muito pertinentes, boas, esclarecedoras, porém eu tenho que me dirigir ao Plenário. Então, por favor, não levem para o lado da falta de consideração.

Eu só queria dizer que eu penso que está tudo apontado para haver um entendimento entre os ministérios, a Ocepar, também a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, não é? Está tudo apontado. Quer dizer: "Nada sobre nós sem nós". Que nada aconteça sem Ocepar, sem Confederação Nacional chegarem a uma convergência, a um acordo, para que isso possa refletir as expectativas, os desafios e os anseios da área também.

Eu penso que o diálogo, nesse sentido, o entendimento... Está tudo tão claro para mim: que basta as partes... Já que é Conferência das Partes, que as partes se sentem aqui, também, para darem – vamos dizer – o modelo, a referência para o Brasil de diálogo, de entendimento, o que é um desafio do Brasil. Ninguém pode negar a importância da área que foi o sustentáculo do Plano Real e que tem, atualmente, uma importância extrema. Então, a aproximação é necessária.

Desculpem-me por tomar o tempo, mas eu só queria dizer que gostei muito das apresentações.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Por uma boa causa, a gente permite, mas vamos sentir sua falta. Como se diz na Azul: "O voo não será o mesmo sem a sua presença". (*Risos.*) Quero chamar agora, para fazer os seus questionamentos e considerações, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Zequinha Marinho, por esta audiência pública.

Quero cumprimentar todos aqui, os nossos convidados – o Aloisio, o Pedro, o Nelson, da CNA, o Leonardo, representando a OCB – e quero cumprimentar também o Marcelo, da Embrapa, e os demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador, um parêntese. Permita-me: eu não orientei direitinho. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria solicitar aos nossos expositores que anotassem. Eu acho que todo mundo já percebeu aqui, a OCB, a CNA...

Agora é V. Exa. e depois a nossa Senadora – são os dois inscritos para falar aqui.

Depois dos questionamentos, levando em conta também aquilo que foi feito aqui pelas duas exposições últimas, que os expositores possam responder, e aí cada um se manifeste para responder aquilo que achar por bem.

Por favor, continue.

Obrigado.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Presidente.

Eu quero dizer para vocês aqui, principalmente ao Aloisio, pela sua colocação, que é mais um peso e uma divergência muito grande que nós temos com a agropecuária, considerando o setor de energia.

Vejam bem, na década de 70, no final da década de 70, aliás, na primeira crise do petróleo, nós nem falávamos em biocombustíveis e se implantou a produção de etanol no Brasil, de álcool – nem se falava em etanol, era álcool. Então, a primeira situação que o Brasil começou... É pioneiro nisso, nessa situação de biocombustíveis. Depois fomos evoluindo, evoluindo e chegamos aos biocombustíveis. Nós sabemos que, para termos a geração de biocombustíveis, nós dependemos do setor produtivo, do agro, da agropecuária, no Brasil. O que está havendo aqui é a mesma coisa que há com um time de futebol. O técnico vai responsabilizar só o atacante, ou só o meio de campo, ou só a defesa, mas são 11 jogadores em campo. Então, aqui, o que nós temos? Nós temos o setor da agropecuária, mas o setor energético está sendo menos impactado, muito menos impactado do que o setor do agronegócio, da agropecuária.

Aí vocês vejam o quanto o petróleo é poluidor, que significado tem a poluição do petróleo no Brasil, no mundo. Aí nós deparamos com três tipos de acordo: o Acordo de Paris, agora a NDC e, junto com essa situação, chegamos ao Plano Clima. Parece-me que só o Brasil, que só nós, no Brasil, temos que arrumar um peso para a nossa sociedade pagar. Nós já sabemos a grande responsabilidade que nós temos, que o agronegócio tem, dentro do setor produtivo.

Hoje mesmo recebi matérias de produtores, Zequinha Marinho, com 2 mil hectares. Esse produtor preservou, abriu só 10% da sua propriedade. A Justiça, hoje, tomou a propriedade, porque ele abriu só 10%. Ele comprou e pagou para a União, foi licitação pública. Então, quem preserva está errado, quem não preserva está errado, todo mundo está errado. Parece-me que as coisas não vieram para, realmente, respeitar o setor produtivo no Brasil.

Quando nós vemos que na Amazônia nós já temos uma situação de preservar 80%... Aí eu ouço o Aloisio falando que, no setor da agropecuária, nós temos que, realmente, parar com o desmatamento. Temos que parar, sim. Então, vamos parar com o desmatamento, mas vamos obedecer ao nosso Código Florestal. Só isto eu lhe peço: nós obedecermos ao nosso Código Florestal. Caso não queiram... Quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não queira obedecer ao Código Florestal... E que a pessoa, o produtor que não queira exercer o seu direito seja só remunerado por isso. Nós temos aí o nosso crédito de carbono aprovado. Ouvi você falando que nós temos que fazer, inclusive, com que até áreas indígenas sejam beneficiadas dentro do crédito de carbono, para beneficiar os nossos indígenas, porque é isto que o Congresso Nacional espera: que sejam beneficiados os nossos indígenas, os nossos povos indígenas, para dar dignidade a eles.

O que me deixa assim pensando: por que só nós... Será que só nós, só o setor da agropecuária está causando tanto esse problema do efeito estufa? Só o setor da agropecuária?

Quando o Nelson falou aqui sobre aquilo com que o agronegócio tem contribuído – e está fora tudo do Plano Clima –, você nem citou naquela hora o Plantio Direto. No Plantio Direto, o Brasil é pioneiro nisso – não é, Ministra Tereza Cristina? No Brasil, nós temos duas, com pivô... Temos condições de fazer três safras, como o Nelson falou aqui agora.

Nós sabemos, ninguém quer... Nós só queremos, o produtor rural hoje só quer exercer o direito dele, porque nós hoje já temos um plano, ou melhor, nós já temos um Código Florestal, o mais rígido do planeta.

Então, nós precisamos que o nosso produtor também não seja tão penalizado quanto é hoje. E, quando você vê essa divergência aqui, jogando no ombro, no colo só do setor produtivo, não dá para o setor produtivo aceitar toda essa situação.

Por isso, eu quero fazer duas perguntas aqui. Eu tenho duas perguntas importantes. Uma é para o Aloisio – o Aloisio ou outra pessoa aí do pessoal do meio ambiente que queira responder –: por que o Plano Clima impõe ao setor pecuário a maior carga de redução de emissões – até 54% –, enquanto permite que o setor de energia aumente suas emissões em até 44%?

E eu quero fazer uma pergunta para o Marcelo, da Embrapa. Marcelo, depois, se você puder nos responder...

Hoje nós estamos plantando aí próximo de 47 milhões de hectares de soja no Brasil e nós sabemos que a soja capta carbono. Então, eu quero fazer a seguinte pergunta para você. A produção de soja no Brasil na safra 2024-2025 foi em torno de 47 milhões de hectares. Em relação ao sequestro de carbono em sistemas de produção de soja, milho e outras culturas, a Embrapa tem alguma metodologia para mensurar essa captação? Vocês têm estudos para isso, eu sei que vocês têm já estudo para isso. E tem algum comparativo entre o sequestro do carbono em relação a uma floresta nativa? Tem essa comparação com uma floresta nativa?

Eu não estou dizendo aqui que é para derrubar as matas todas para plantar soja, não; eu só estou dizendo para nós termos um comparativo.

E, de mais a mais, quero dizer para vocês que esse Plano Clima tem que ser muito mais discutido com todos os setores, com o setor produtivo, com o setor de geração de energia, com a indústria, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todas as pessoas, porque nós precisamos encontrar um mecanismo, mas não penalizar tanto o nosso setor produtivo no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Jaime.

Com a palavra a Senadora Tereza Cristina, por favor.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Boa tarde.

Quero parabenizar todos os que vieram aqui trazer essas informações e metodologias com que o nosso Plano Clima está sendo construído.

Quero dizer que, realmente, depois de ouvir a todos, a gente fica um pouco perplexo.

Pedro, que é do Ministério da Agricultura: por que essa distorção de jogar em cima do desmatamento, enfim, da agropecuária toda essa carga de emissões? E você... Acho que foi o Nelson que falou, cada vez nós precisamos fazer NDCs mais ambiciosas. Então, se nós já vamos para quarenta e tantos por cento, como nós vamos reagir nas próximas NDCs? Nós vamos ficar sem um espaço de mobilidade em cima das emissões.

Então, o Governo reconhece, Aloisio, essa assimetria que coloca em risco a competitividade da agropecuária brasileira com outros setores da economia? Essa é uma pergunta que eu acho que todos nós devemos fazer. Não é aqui defendendo a agropecuária nem fazendo aqui nenhuma apologia. Nossa agropecuária é muito boa, é tecnificada; ela representa para o mundo o que há de moderno, de sustentável. Ninguém faz uma agricultura tropical como a nossa. Acho que tudo isso nós já estamos cansados de falar, de ouvir, enfim, mas eu queria saber se o Governo reconhece essa assimetria, porque isso é uma questão de imagem também.

Quando alguém colocou aqui que o Plano Clima, além de técnico, é político, porque você consegue alocar nas diversas caixinhas o que é que você quer para o país, porque somos nós que fazemos... O Plano Clima é voluntário, é o país que coloca à disposição de todos os outros países, enfim, para o resto do mundo. Então, como a agropecuária brasileira fica em comparação com outros setores da economia? Eu queria saber se isso é justo sob o ponto de vista da narrativa da imagem do nosso país, que é um grande provedor de alimentos e de segurança alimentar não só para o nosso país, mas para o resto do mundo.

Nesse Plano Setorial da Agricultura, que transfere para o agro mais da metade das emissões de desmatamento, mesmo quando se trata de áreas públicas, que a agropecuária não consegue... Vocês já disseram, como a gente consegue interferir em áreas públicas, em áreas tradicionais, em terras indígenas, quilombolas, mesmo nos assentamentos, que são uma atribuição do Governo, do Estado brasileiro? Por que o Plano Setorial da Agricultura e Pecuária atribui essas emissões – mais da metade – para o agro? Inclusive, como é que a gente pode justificar isso para o setor? Se também o plano é não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só técnico, mas também político, como é que a gente consegue colocar isso para o setor agropecuário, que vem passando, neste momento, por problemas complicadíssimos?

Nós temos aí problemas climáticos que aconteceram no Sul do país e em outras regiões do país. Nós todos sabemos que o Código Florestal brasileiro veio, demorou dez anos nesta Casa, sendo discutido, sendo construído. E fizemos um plano, porque o Brasil quis fazer isso.

Deputados e Senadores votaram isso, e nós representamos aqui a vontade do povo brasileiro. Nós fizemos um plano, um Código Florestal robusto, e pouca gente no mundo tem um igual ao nosso, mas isso foi uma vontade nossa, do povo brasileiro, e nós temos que cumprir o Código Florestal.

Agora, cumprir o Código Florestal não quer dizer penalizar o setor que hoje é quem mais tem contribuído com a economia brasileira. Então, eu acho que precisa, nós precisamos, como disse o nosso Senador Flávio Arns, sentar, ter um entendimento e ver se a metodologia usada é realmente a metodologia de que o Brasil precisa levar para o resto do mundo. É isso que nós queremos? É isso que o Brasil quer mostrar para o mundo?

Eu acho que essa metodologia distorce a realidade e transfere a responsabilidade do Estado para o produtor rural. E eu gostaria de pedir aos ministérios envolvidos, Agricultura, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, que nós pudéssemos sentar e fazer um olhar interno para aquilo que nós queremos mostrar para o mundo. É tempo ainda dessa mudança, é tempo ainda dessa mudança.

Quando você coloca mudança de uso de solo e agropecuária separados, como já se faz no Inventário Nacional de Emissões, eu acho que isso precisava ter um olhar diferenciado para saber se é isso que nós queremos passar para o resto do mundo: que a nossa agropecuária é moderna, que a nossa ...

Nós temos muita coisa boa para mostrar para o resto do mundo, em termos de biocombustíveis, em termos de inovação. Alguém falou aqui de plantio direto, que nós já fazemos isso há muitos anos. Nós não temos o problema com nitrogênio, que muita gente no mundo, para produzir comida, tem.

Nós temos a Embrapa, Marcelo. Há quantos anos nós fizemos o Sistema de Uso de Fixação Biológica de Nitrogênio? Cadê o PronaSolos, Pedro? O PronaSolos tem lá, quanto... Nós precisamos incentivar o PronaSolos para mostrar o que nós temos de captação de carbono no subsolo brasileiro. Esse é um programa em que precisa ser colocado recurso.

Se a gente resolveu: "Olha, o Brasil não vai mais desmatar a partir de 2030", eu ando ouvindo muito isso por aí, já faz algum tempo – está bom. Brasil, o que nós vamos fazer? Como nós vamos colocar isso para o produtor rural que tem direito ao desmatamento pelo Código Florestal? Então, nós temos alguma coisa para oferecer para ele ou isso é para o futuro? Está bom, não quer desmatar, mas eu vou pagar para que você mantenha... É melhor você manter em pé a sua área, a sua reserva, além daquilo que você pode desmatar. Qual o pagamento por esse serviço ambiental?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, nós fazemos várias políticas, tem muita coisa feita, inclusive na legislação já aqui neste Congresso. Só que aí nós temos a judicialização de uma série dessas medidas, e por isso essas coisas não avançam.

Então, para você convencer alguém de que é melhor ele não desmatar os 20% a que tem direito, ou 35%, ou 50%, ele tem que receber alguma coisa por isso, e aí ele faz a opção: "não, eu prefiro produzir", ou "eu prefiro manter em pé a vegetação nativa". Mas isso tem que andar junto, não pode andar em separado.

Então, eu gostaria muito de deixar aqui para vocês um pedido, como brasileira, como uma pessoa que olha pela agricultura brasileira e sabe o tamanho que é esse negócio para o nosso país: que vocês olhem para dentro e façam uma revisão e vejam se isso é correto, essa divisão que vocês estão fazendo. Tudo bem que, no contexto geral, não muda nada, mas para a imagem do Brasil lá fora muda muito, e aqui dentro também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora.

Só aproveitando o embalo aqui – todo mundo está muito ligado nesse negócio – vamos distribuir um percentual. Por exemplo, o agro é responsável por 68%, é por aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Que mais? Energia, transporte, resíduos, cidades. Como é que é feita essa distribuição de percentual de emissão? Vocês já têm isso na tabela? Devem ter já, não é? Porque quando pensaram o plano, com certeza, mapearam tudo isso. Se for possível, eu gostaria de ter acesso a essa tabela.

Quem é que se habilita a querer responder os questionamentos tanto feito pelos Senadores quanto aqui pela OCB e pela CNA?

Começa com – vamos lá – o Pedro.

O SR. PEDRO NETO (Para expor.) – Tá, vamos lá.

Primeiro, quero agradecer pelas contribuições de todos, de todos que fizeram uso da palavra, especialmente do Nelson e do Leonardo – a gente já vem dialogando há algum tempo, essa conversa é comum aqui entre quem está, entre aspas, "do lado do agro" – também dos Senadores que fizeram as suas colocações.

Só quero reforçar assim: quando eu citei o posicionamento do Ministério da Agricultura, os pontos que eu coloquei têm a ver exatamente com a derivação do diálogo que a gente teve aqui com as representações do agro, esse agro que é muito representativo e muito amplo. Então, ali já se aborda a questão dos pagamentos por serviços ambientais, do financiamento, etc., para concluir, com uma posição exatamente da necessidade, da sensibilidade de nossa parte, que já foi colocada para os colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Governo – e está em processamento – de se organizar melhor a questão das alocações. Então, esse é um ponto em que a gente segue avançando.

Eu acho que o convite para o diálogo é fundamental aqui nesta Casa. Como a gente começa hoje, Senador, sob a sua provocação e coordenação, e aí da forma como acharem melhor que isso se proceda, a gente segue à disposição. E eu falo em nome do Ministério da Agricultura e também em nome da Embrapa – o Marcelo Morandi está aqui, é um grande mestre nesse jogo, um especialista de alta patente nesse contexto.

Senadora Tereza Cristina, a distorção, a aparente distorção vem de um primeiro critério de alocação, daí a necessidade mesmo de fazer essa avaliação, de olhar para dentro disso. A nota técnica que o Papp citou traz a questão da imagem, acolhe tudo isso e tem o papel principal não de causar uma divergência ou de uma crise aqui no âmbito de um diálogo governamental, mas de fazer os apontamentos necessários e os alertas para que uma decisão ministerial... E aí o componente ministerial – vou arriscar falar uma coisa errada, mas a senhora me corrija, porque a senhora já esteve nos dois lugares –: o diálogo ministerial e o político são muito próximos, não é? Então, nesse nível... Não é o meu nível, não é o nível do Aloisio. Então, acho que a gente chega ainda na necessidade desse patamar, sendo que já foi reconhecido aqui que a matéria ainda segue no nível técnico, não foi apresentada ainda em nível ministerial.

Há uma notícia boa para a senhora. A gente conseguiu lançar, há cerca de dois meses, *O novo de solos do Brasil.* A Embrapa Solos, por ocasião dos seus 52 anos, no seu aniversário de 52 anos, fez-se esse lançamento. Seria uma boa oportunidade também, no momento oportuno, compartilhar isso, na maneira como acharem mais interessante. É um primeiro levantamento, mas já traz muita informação importante, que pode ser aprimorada. A necessidade de investimento para interpretação dos solos do Brasil segue muito grande, mas os passos estão sendo dados.

Quero chamar a atenção para a sofisticação do olhar sobre a agricultura e a pecuária brasileiras que vem acontecendo ao longo do tempo. Eu citei que a gente teve um plano setorial na sua primeira etapa, de 2010 a 2020, que tinha foco na adoção de práticas sustentáveis de produção, de sete práticas sustentáveis, com esforço de assistência técnica e extensão rural e transferência de tecnologia, com o time da Embrapa trabalhando dia e noite para produzir as metodologias e qualificá-las com o rigor científico que esse tipo de construção tem que ter.

Em 2020, a gente lançou o segundo ciclo do Plano ABC, o ABC+, que, além de olhar somente para o esforço de adoção, passou a ter um olhar para a abordagem integrada da paisagem rural. Ali eu trouxe componentes de regularização fundiária, de regularização ambiental, de serviços ambientais ou ecossistêmicos. Isso trouxe mais robustez para esse plano. E agora já nos preparamos para uma terceira revisão, aí com outros mecanismos, mas especialmente com os mecanismos de financiamento para esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégia de estimular quem produz a tomar uma decisão muito importante, que é a de abrir mão, eventualmente, do direito de desmatar, e possa parar em pé.

O que falta, Nelson? Falta o elemento que permita ao produtor rural auferir senso de oportunidade. Não tem ainda. Estão apontados aqui. A gente tem uma tendência forte e o Aloisio mostrou isso aqui. E eu tenho certeza de que essa é a tendência, que esse é um caminho irreversível. Então, a minha provocação e a minha disposição aqui, como Ministério da Agricultura, é acelerar este debate e promover essa consolidação o quanto antes, para que esses mecanismos de financiamento possam começar a ser tangibilizados, porque quem está no dia a dia dessa discussão sabe que o cenário é esse, mas a gente precisa chegar a um ponto prático.

Então, são essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pedro Neto.

Dr. Aloisio Lopes.

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO (Para expor.) – Pois não, Senador Zequinha Marinho, muito obrigado.

Obrigado a todos os expositores aqui e às suas questões. Agradeço os comentários dos Srs. Senadores e da Sra. Senadora.

Eu vou colocar alguns elementos aqui desse processo: de onde estamos, do diálogo e dos passos seguintes. Acho que é um tema realmente denso, que tem lá a sua complexidade, mas que a gente pode também tratar de forma bem objetiva.

Primeiro é isso, não é? Acho que é importante essa visão de NDC do Brasil. Não é uma novidade que a gente tem uma NDC agora. A gente tem lá de 2015, de 2016. Lá foi o primeiro momento em que a gente traçou a nossa trajetória, já com metas para 2025, para 2030.

Outro passo dessa trajetória foi em 2020 ou 2021, quando se estabeleceu a meta de ser um país neutro em carbono em 2060, que é um outro ponto dessa trajetória. A gente sai daqui, chega lá no zero neutro em 2060, que foi depois, acho que em 2021, antecipado para a neutralidade em 2050, com um detalhe que não é menor, uma neutralidade em todos os gases de efeito estufa, não só em CO_2. Significa aqui em metano e outros gases de muito difícil abatimento, que também teriam que ser considerados nessa conta da neutralidade.

Qual é o caminho para a neutralidade? Em qualquer um isso pode rodar Blues, mas tem outros modelos nacionais que rodaram também. Ele passa por quê? Por reduzir onde for possível, ao máximo possível lá, olhando para 2050, e por aumentar muito as remoções, quer dizer, como que a gente tira carbono da atmosfera. E o que é remoção, essa emissão negativa? A principal tecnologia é a biomassa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou biomassa agropecuária ou florestal. Tem remoção no setor industrial? Tem. Tem Beccs na produção de biocombustível tem, mas todas são tecnologias novas e de altíssimo custo.

Moral da história: só para dizer que, em qualquer simulação que a gente fizer para essa trajetória que a gente já tem, a gente fez o ponto em 2035, mas ela começou lá atrás e já tinha travado a trajetória em 2050, qualquer trajetória passa por soluções que vêm do uso da terra. Então, reduzir desmatamento e aumentar a remoção por meio de restauração florestal, por meio dos sistemas agropecuários, é um caminho que o Brasil necessariamente tem que seguir.

A questão é: quais são os passos e como a gente pode avançar nessa trajetória dentro desse compromisso que o Brasil já firmou? E aí esse balanço entre os setores mais uma vez. Esse trabalho de trazer um exercício de modelagem, com o CTI proporcionando essa possibilidade de fazer isso por meio do modelo Blues, coloca na mesa essas várias opções e possibilidades.

Olhando aí para o resultado e aqueles números que a gente viu ali. Quando a gente olha a energia com aquele valor relativamente baixo e aumentando, aquele número – e, mais uma vez, olhando para o que está lá no documento, para toda a descrição – é o número de emissões na produção de energia, significa geração elétrica e produção de combustíveis.

O uso da energia vai aparecer onde? No plano cidades, que é quem consome combustível para mobilidade urbana; no plano transportes, que é quem usa combustível para fazer o transporte de carga, aéreo, aquaviário, de passageiro interestadual; e no plano indústria, que é um importante usuário de energia. Então, aquele número e o aumento dos 44%, que na prática estão falando de aumentar uns 40 milhões de toneladas de CO_2, é a necessidade que tem de produzir mais eletricidade e mais combustíveis para atender ao crescimento econômico do país.

Agora, se olhar para o plano cidades e para o plano transportes, ali tem redução de emissão de energia por meio do uso de biocombustíveis, da entrada da maior participação de eletrificação, dos novos combustíveis sintéticos entrando lá na frente, sempre pensando que a gente está falando até 2035, que é daqui a dez anos.

Então, só para dizer que aquele número pequeno de energia não reflete toda a vida dos combustíveis. Estamos falando da produção de combustíveis, e a ideia é que, na produção de combustíveis, a oferta aumente, lembrando que a gente tem o setor elétrico que já é 85% renovável. Esses foram debates e debates, aqui eu estou traduzindo falas que vêm lá do pessoal de energia, sem talvez ter o mandato e toda a competência para isso, mas, partir de uma matriz que já é 85% renovável na eletricidade e querer que ela reduza mais ainda a emissão, é algo muito desafiador. Pode até ter o hidrogênio e as baterias lá na frente, mas, daqui para 2035, o desafio colocado ali é vamos manter a renovabilidade, sendo que temos a necessidade de ter uma energia firme de base.

Então, é um pouco isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi feito esse olhar e essa ponderação de qual é o tamanho, o espaço realmente viável de investimento em nova tecnologia que, de fato, chegue em redução de emissão.

Então, a gente olha, no setor energético, produção de energia, setor industrial, investimentos de médio e longo prazo, de alto custo, tecnologias que estão em maturação e que vão começar a entregar resultados novos nesse horizonte, começando em 2030.

Todo o desenho e essa distribuição foram feitos com base nesse tipo de análise e muito diálogo entre os órgãos, os ministérios. Nessa questão da distribuição de energia, foram várias reuniões entre Minas e Energia, Transportes, Cidades, Indústria, para ver qual é a minha parte. "Não, eu faço a regulação da adição de etanol, de biodiesel"; "não, eu faço a regulação de modal etc."; "eu faço a ampliação de mobilidade urbana e eletrificação". Essa foi a divisão feita e as ações estão lá. Um pedaço está aqui, outro pedaço lá.

Só para dizer que esse trabalho foi feito de forma bastante exaustiva. É possível aprimorar? Sim. É possível tirar uma coisa dessa caixinha e colocar na outra caixinha? Eventualmente, sim. Mas a questão é realmente a gente conseguir ter uma base sólida do que é possível e de como é possível avançar mais uma vez.

Para todos os setores, e acho que é uma visão importante, é importante reafirmar aqui, é uma visão de crescimento um país que cresce a uma taxa de 2,6% ao ano em todos os setores. A demanda de todos os produtos energéticos, agropecuários etc. vai crescer ao longo do tempo e vai ser atendida. E os setores vão ter a capacidade de crescer e atender a demanda com base nas tecnologias.

E é justamente porque tem um histórico de ABC, que, 15 anos atrás, desenhou essa estratégia, identificou as tecnologias que a gente tem base que, sim, o setor tem condição de responder com base na expansão dessa tecnologia, no aproveitamento dos 680 milhões de hectares de áreas degradadas, que permite responder a essa demanda a partir da disseminação ainda maior do que existe dessas tecnologias.

Eu fico bem tranquilo para falar sobre isso porque, estando no Ministério da Fazenda, eu ajudei a escrever a primeira versão do Plano ABC com a equipe da Embrapa, ajudei a criar a primeira linha do Programa ABC+, que, depois, virou o Renovagro. É um pouco esse balanço.

Mais uma vez, nesse olhar, energia tem esse desempenho; transportes tem uma redução; cidades, o uso de combustível tem uma redução. E, no setor agropecuário, projetou-se até 2035 uma estabilidade das emissões da atividade agropecuária: menos 1%, em 2030; menos 2% a 6%, em 2035. Isso é o que se espera da performance da atividade agropecuária em si.

Agora, a questão é as florestas e como fazer. Há, de fato, o plano nas áreas públicas. É importante, mais uma vez, separar o que tem de desmatamento em unidades de conservação e terra Indígena e nas áreas públicas não destinadas, que é onde está um grande problema do desmatamento e que está sob a responsabilidade do Plano Conservação da Natureza lá no MMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que se propôs aqui é, nessa ótica de quem tem os instrumentos e de quem toma as decisões, que a parte do desmatamento que é legal, que ocorre nas propriedades rurais esteja alocada ali do mesmo jeito que a indústria decide que combustível que ela vai usar, e ali está a emissão de energia na indústria. Essa foi a lógica adotada, mas, mais uma vez, é um processo, é uma discussão.

Eu acho que tem uma questão, de fato, que é relevante. A gente colocou no mesmo bolo assentamento, porque é uma área pública, porém destinada a uma atividade agropecuária assim. Essa foi a lógica. Quilombola é bem um pouquinho assim, mas é uma área de natureza privada e também passível de autorização de supressão e tal.

Então, foi um pouco esse o desenho feito. É possível alterar? É a discussão que a gente tem que fazer, e eu acho que esse é o processo de revisão.

Mais um pouco, só para deixar claro quais foram a lógica e a abordagem utilizadas nessa distribuição. Aí, depois, eu posso falar um pouco mais sobre os dados.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Desculpe-me, mas eu queria só fazer uma pergunta, só para me atualizar de um dado.

Eu me lembro, lá no passado, quando conversávamos sobre terras públicas não destinadas, de um número, tipo, 34 milhões de hectares. Então, você vê que é quase o que nós... Se nós plantamos 47 milhões de hectares de soja, 34 milhões eram só áreas ainda não destinadas. É ainda esse número? É mais ou menos isso?

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO – Perfeito, Senadora. Está nesta Casa.

E ainda tem uma outra categoria – essas são as terras arrecadadas pela União e que ainda não foram destinadas –, mas tem uma outra categoria de áreas cuja dominialidade é indefinida. E aí também, é nessas duas em que tem muita atividade ilegal, etc., cuja ação é controle de legalidade que está sob a responsabilidade do Plano de Conservação da Natureza.

No caso do Plano Setorial de Agricultura, quando se colocou as emissões de supressão ali, não é controle de legalidade. Reafirmo isto – não é, Pedro? –: em momento nenhum, fala-se em mudar qualquer regra de autorização de supressão de vegetação nativa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Tem hora que pesa...

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO – Exato.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – ... e vem para dentro.

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO – E também, nessa conta, a gente sabe que, no caso do desmatamento, a participação, a proporção do desmatamento que ocorre em áreas de assentamento é bem significativa, principalmente na Amazônia, aí na ordem de uns 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – São 90 milhões de hectares para assentamentos.

O SR. ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO – É, são áreas significativas, têm uma proporção significativa.

Então, assim, dá para quebrar esse número; ele já está, na verdade, desagregado. A gente viu um número geral ali, mas é a discussão de como... Mas a questão principal é: qual é a forma mais efetiva, do ponto de vista da ação pública, de caminhar no sentido de acabar com a ilegalidade, de oferecer – mais uma vez, eu acho que é um passo importante, é um tema que paira desde a discussão do Código Florestal –, e ter uma política, uma estratégia que, de fato, incentive e entregue valor para a floresta e faça com que ela não seja um problema?

É importante: no debate climático, não só no Brasil, mas no mundo, floresta é solução, floresta é a melhor tecnologia para remover carbono da atmosfera, e a gente tem que ser proativo e propositivo, no sentido de ter medidas efetivas que interessem e entreguem esse valor. É um pouco essa abordagem. Mais uma vez, podemos revisar, realocar, mas é importante que a gente dê passos no sentido de transformar isso numa estratégia de ação, numa política pública, em instrumentos concretos. Eu acho que esse é o esforço.

Finalmente, é um processo, e aí, como o Pedro falou, participação nunca é suficiente mesmo, a gente admite. A gente participou de dezenas e dezenas de reuniões, de seminários, de *webinars* e tal. É um tema denso essa discussão da modelagem. A gente fez rodadas de discussão com representantes dos setores, trouxe a equipe de modelagem para discutir. Ela apresentou os parâmetros de entrada no modelo; entregou os resultados que saíram; depois, por solicitação, entregou ao Mapa a lista de todas as tecnologias – várias dessas mencionadas aqui estão lá no modelo: qual o nível de custo associado e as metas para cada uma delas –; e, depois, uma coisa mais densa e complexa que é a metodologia mesmo: quais são as equações que estão dentro do modelo, e aí tem que ir lá ver na literatura.

Assim, trata-se de um processo de tentar fazer isso mais dialogado. Mais uma vez: o modelo não diz o que a gente tem que fazer, ele dá uma base para tomar a decisão de qual é o caminho mais razoável. Então, foi com esse olhar, e não dizer que saiu dali e a gente trouxe para dentro do plano. Não, se vocês olharem, inclusive, entre o resultado e a meta do plano, tem uma boa distância porque a gente falou: "Não, tem que tomar cuidado porque o mundo não funciona, não é uma maquininha que funciona como um modelo"; há muitas incertezas, e aí a gente distribuiu essas incertezas.

Mas, mais uma vez, eu acho que é importante reafirmar o compromisso de refazer e fazer novas discussões, dialogar e olhar – e aí é importante – para os outros setores, todo mundo em conjunto, para ver onde estão os espaços e as possibilidades.

Eu acho que eu faria, principalmente, esses comentários aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus colegas da Casa Civil e do MCTI, principalmente, que estão aí junto com a gente na coordenação desse processo, podem complementar, mas é isso: quero reafirmar o compromisso de que é um processo que foi e está sendo dialogado, que tem um trabalho de casa.

Por exemplo, para essas caixinhas e o que entra em cada plano setorial, foram rodadas e rodadas de discussão, entre os órgãos governamentais, de quem fica com cada linha de emissão do inventário, mas é um processo em que, agora, a gente tem uma etapa final de ajustamento e de acolher este debate, com os 2 mil comentários lá, e tentar chegar a uma versão que seja, de fato, equilibrada e representativa, mas que nos mostre que estamos, sim, endereçando os desafios corretos e olhando para as possibilidades que a gente tem de avançar, considerando isto: que é uma agenda, como o Marcelo falou, de desenvolvimento, é um olhar de desenvolvimento para o país, numa economia de que, cada vez mais, o mundo afora quer saber e olha para a descarbonização; e o Brasil tem o potencial de ser líder na descarbonização em vários setores.

Esse é o intuito do processo como um todo, e a gente vai seguir. É um processo técnico-político, e a gente espera ter a melhor informação, qualidade de informação e processamento de informação para que a tomada de decisão seja, de fato, orientada para os melhores caminhos que a gente tem, para avançar nesta jornada.

Eu paro aqui e agradeço, e meus colegas podem complementar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem!

Antes de passar a palavra para os demais da primeira mesa – e precisamos ser rápido aqui, porque no Plenário já começou –, eu queria perguntar à OCB e à CNA se têm alguma coisa a acrescentar, rapidamente.

Está tudo bem?

O SR. NELSON ANANIAS FILHO (Para expor.) – Sim, só quero, rapidamente, chamar a atenção, Senadores e Senadoras, para essa questão de que, hoje, a CNA e o setor entendem que o plano e as propostas, principalmente, de inclusão e realocação das emissões do desmatamento não estão maduras ou não estão suficientemente confiáveis, para que a gente assuma isso dentro do setor agropecuário brasileiro.

E, segundo, bem rapidamente, que a questão das NDCs venha para ser discutida aqui, dentro desta Casa, para que a gente tenha a real dimensão desses impactos, do impacto regulatório e de como isso vai afetar todos os setores econômicos, principalmente o setor agro brasileiro.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu só quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma colocação sobre distribuição do percentual atribuído a cada setor, em termos de emissão de CO_2. Bom, se alguém puder, me ajude depois.

Segundo, é importante que o Governo tenha em mente a vida real. O que é a vida real? O Governo, ao longo dos anos, assentou quase 1 milhão de famílias – novecentas e oitenta e tantas mil famílias –, praticamente em 80 milhões de hectares. E eu não vejo, aqui, se levar em consideração a preocupação do Governo. Com essa enorme quantidade de pequenas propriedades, não há um programa que o agricultor familiar possa acessar para trabalhar de forma mais sustentável a produção; e é preciso que a gente pense. O Governo, no meu ponto de vista, pensa a coisa completa, pelo tamanho da sua responsabilidade. Nós queremos isso; então, temos que fazer isso. Então, não é só cobrar do setor. O Governo tem uma parcela enorme de responsabilidade.

A área utilizada pelo assentamento do Incra é maior do que a área utilizada pelo agro de produção de escala – é muito maior. O que o Governo está fazendo para que o Incra, para que a agricultura familiar tenha acesso à tecnologia e diminua um pouco dessa ação? Eu precisava passar isso a limpo. Se não puder hoje, depois a gente pode voltar a falar.

Depois, esse negócio de você assumir um compromisso... É aquela história do Garrincha. Os mais coroas aqui se lembram dessa história, em que o Brasil ia jogar com a Rússia, e, na palestra do técnico brasileiro, disseram: "Olha, fulano vai lançar, o Garrincha é que vai até a linha de fundo, cruza, o fulano aqui cabeceia e faz o gol. Fechado?". "Fechado". E o Garrincha perguntou: "Vocês combinaram com os russos, para que pudéssemos fazer isso?". Como eu assumo uma responsabilidade em nome de um setor bem diverso, de um país? Porque vocês conhecem melhor do que eu, "Vamos reduzir de 59% a 67%", e às vezes não chamam ninguém da representação do setor produtivo para se fazer, pelo menos, um debate esclarecedor sobre isso. Então, nós não queremos ficar aqui apenas recebendo ordens para cumprir, nós queremos participar disso, e esta Comissão aqui vai trabalhar nessa direção. E eu quero contar com a compreensão dos senhores. O negócio é bom, então vamos combinar com todo mundo para fazer. Temos que fazer acordo? Temos. Então, quem vai cumprir? "Ah, somos nós". Alguém assume e nem dá bola – não é assim também.

Então, meus queridos convidados aqui: muito obrigado.

Rapidamente, passo a palavra aos senhores. Parece que o Adriano quer iniciar.

O SR. ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA – Obrigado, Senador Zequinha Marinho, mais uma vez. Eu agradeço aqui as intervenções e as perguntas da Senadora Tereza Cristina, do Senador Jaime Bagattoli e do Senador Flávio Arns.

Eu queria começar aqui pelo final. Em relação ao pedido da Senadora Tereza Cristina sobre a gente olhar e revisar o que foi feito, quero reforçar o que o Secretário Pedro e o Secretário Aloisio já trouxeram: o Governo – aqui falando pela Casa Civil – está abertíssimo a estreitar o diálogo, a revisarmos, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversarmos, sim. Acho que esta audiência pública aqui hoje é parte desse diálogo qualificado, e a gente está totalmente à disposição.

Eu queria pegar um... Também fazendo coro com o Senador Flávio Arns, acho que a gente está muito próximo aqui do entendimento e de procurar acordos para a gente se sentar junto e reforçar esse sentimento do Senador Arns.

Em relação à questão do Senador Jaime – que também a Senadora Tereza Cristina colocou sobre a sobrecarga do peso agropecuário –, a gente vai rever isso, sim, Senador. Não é intenção alguma colocar peso maior para um setor em relação ao outro. Acho que todos têm que estar juntos nessa busca de redução de emissões de gás de efeito de estufa pelo país. Os setores têm que ser responsáveis, mas, de uma maneira que a gente consiga que seja equilibrada e justa. Mas, pegando os números do inventário nacional, Senador, como o Morandi lembrou, a gente tem o setor de uso da terra, mudança do uso da terra e florestas, em que, de alguma maneira, apesar de ser esse setor específico do inventário, ele tem relação com a agropecuária também, e temos o setor de agropecuária.

O último dado do MCT é em relação ao 2022. Esses números vão variar porque o desmatamento no Brasil caiu muito, mas em 2022 nós tínhamos 40% das emissões de uso da terra, mudança da terra e florestas, e a agropecuária 30%. Se a gente considerar esses dois setores, a gente está falando de 70% das emissões do Brasil. O setor de energia, que também tem que ter responsabilidade, representa 20%. De novo, a gente pode ver essa alocação do Plano Clima, sim, mas em termos das emissões proporcionais que o país tem, a discussão está bem embasada.

Em relação à melhoria de imagem, eu queria retomar mais uma vez esse ponto. A Senadora Tereza Cristina falou de qual a imagem que a gente quer levar do país. Em 2009, a gente teve a última taxa de desmatamento acima dos cinco dígitos de quilômetros quadrados. Passamos de 2009 até 2019 abaixo dos 10 mil km^2 de taxa de desmatamento. No período de 2019 a 2022, a gente aumentou de novo, pela primeira vez desde 2009, a taxa para cinco dígitos e passou de 10 mil km^2. De 2023 para cá, a gente conseguiu reduzir muito a taxa de desmatamento.

Então, a nossa imagem como Brasil melhorou muito nesse período. Eu concordo com a Senadora Tereza Cristina, acho que a gente pode agregar a parte positiva da agropecuária, e aí o Plano ABC+ – citado por vários aqui, o Secretário Pedro, o Secretário Aloisio –, que começou no primeiro Governo Lula, passou por todos os Governos até este atual, é um plano de trazer resultados positivos para a agropecuária. Eu acho que a gente pode atrelar para a imagem do país, sim, a brutal queda de desmatamento que a gente alcançou nesses últimos anos, agora nessa gestão atual, junto ao que o Plano ABC+ entrega de redução de emissões importantes pelo lado da produção.

Com esses comentários, gostaria de agradecer mais uma vez o convite à Casa Civil para participar aqui da audiência pública, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Adriano, valeu.

Senador Jaime, espere um minuto.

Marcelo, tudo bem?

O SR. MARCELO MORANDI – Sim. Eu vou tentar ser bastante rápido aqui.

Foi citada aqui muitas vezes essa questão do Plano ABC, ABC+. O Plano ABC surgiu ainda antes das NDCs, lá na COP 15, em 2009, em Copenhague, como um NAMA, e foi o primeiro plano setorial no mundo a colocar metas voluntárias em agricultura. Então, o Plano ABC eu acho que é muito bem-sucedido nesse sentido de trazer a agricultura brasileira para um modelo de produção com características de sustentabilidade muito palpáveis e adequadas. Obviamente, isso aparece de certa forma no inventário, mas precisa ser muito melhorado, e aí entra toda essa questão da melhoria da contabilidade do inventário, mas isso tudo está dentro da agropecuária em si, dos sistemas de produção em si.

É para lembrar também que isso surgiu junto com o PPC-DAM. Foi a mesma Nama que trouxe a agricultura e trouxe a questão da redução do desmatamento, então, são duas atividades paralelas que, de fato, têm uma importância imensa em termos de captura de carbono – eu vou tentar chegar à resposta que o Senador Jaime solicitou aqui –, porque são duas atividades importantíssimas para o país que precisam ser trabalhadas dentro desse equilíbrio. Aquilo que a gente tem dentro da agricultura, no aprimoramento da agricultura para a redução de emissões e sequestro de carbono, que vai ser computado no índice global, no índice total de emissões ou no inventário global do país, como redução significativa de emissões.

Dentro da agropecuária em si, a pergunta foi sobre a questão: os sistemas de produção capturam carbono? Sim, capturam carbono, especialmente no solo. Capturam carbono no solo. Isso hoje aparece em algum lugar? Aparece no inventário, lá em LULUCF. Pode ser melhorada essa contabilidade? Deve ser melhorada, precisa ser melhorada, porque ela ainda representa muito pouco, ou a gente ainda tem uma granularidade pequena.

Aí entra a questão de que nós temos que ter um esforço imenso de aquisição de dados, de investimento em ciência, de investimento em pesquisa, para que a gente possa avançar nesses modelos de captura disso, dentro do inventário nacional.

Bom, o sistema de produção, seguindo todas as boas práticas de Plano ABC, Plano ABC+ e tudo mais que a gente tem, de fato, tem um potencial imenso de redução de emissões, captura de carbono, sim, no solo. Isso pode ser um balanço positivo? Pode, se a gente falar no balanço de carbono dentro de uma propriedade ou no ciclo de vida de um produto, a gente pode ter produtos de baixo carbono no Brasil, como a gente já tem até modelos de certificação acontecendo, a gente pode ter produtos, até em algumas propriedades, algumas situações, até mesmo um balanço positivo, sequestrar mais do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emitir no conjunto da produção dentro de uma propriedade específica. Mas aqui o que a gente está discutindo é uma granulometria um pouco diferente, a gente está discutindo o inventário, que foge um pouco disso, mas a agricultura tem esse papel fundamental.

A questão de comparar esse carbono sequestrado em agricultura com vegetação nativa, não dá para comparar, não é comparável, em termos de quantidade de emissões, etc., no total. Isso reduz o papel de cada um? Não, pelo contrário. A agricultura tem um papel fundamental, eu já falei lá atrás nos princípios do Acordo de Paris e, antes ainda, nos princípios da Convenção do Clima. Segurança alimentar é um critério básico. Nós precisamos produzir alimento, nós vamos continuar produzindo alimento, né? Então, a agricultura tem que ser olhada dentro desse critério. Então a gente tem que ter esse balanço entre a preservação e a produção agropecuária, nós temos aí legislação para isso, Código Florestal e tudo isso daí que já foi dito aqui. E a nossa questão, que nós estamos discutindo aqui, é: como que a gente atribui responsabilidades a cada setor dentro daquilo que ele pode contribuir para o desenvolvimento do país?, que foi a minha fala inicial.

Então, realmente, acho que a gente avançou muito nesse diálogo aqui, tem um desbalanço hoje nessa distribuição de responsabilidades, acho que isso precisa ser melhorado, precisa ser avançado, precisa ser discutido mais profundamente, e a agricultura tem que continuar fazendo o seu papel, que é usar tecnologia, aprimorar essas tecnologias, reduzir consumo de nitrogênio, por exemplo, com a fixação biológica, melhorar o plantio direto, melhorar todos os sistemas, porque isso tanto conta para a melhor qualidade dos nossos produtos, para a melhor imagem do nosso produto, quando a gente está falando de pegada de carbono e de venda desses produtos no exterior, ou seja, no comércio local, e a questão climática. E, ao mesmo tempo, a questão da eliminação do desmatamento ilegal e da redução do desmatamento ilegal, por meio de incentivos, é o caminho para a gente fazer esse balanço e ter uma compensação também para o produtor rural, que vai estar deixando de utilizar determinadas áreas para produção, mas vai estar sendo remunerado por isso, por esses outros elementos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Doutor.

Item extra...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só para concluir, todos os convidados que estão aqui, Aloisio, Pedro, todos que tem, Embrapa, CNA, nós precisamos discutir essa questão do Plano Clima. Ela tem que ser discutida no Congresso Nacional, precisa ser analisada e validada pelo Congresso Nacional. Então, nós temos que nos debruçar em cima disso. Sabemos da importância que nós temos com a nossa preservação, mas também não podemos colocar um peso absurdo, mais uma vez, nos ombros do setor produtivo.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Item extrapauta.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 33, DE 2025
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a criação, pelo ICMbio, da Área de Proteção Ambiental(APA) do Paleocanal do Rio Tocantins, que gera impactos negativos à atividade econômica nos municípios paraenses de Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga, assim como a criação da APA do Bico do Papagaio, que atinge os municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia e mais três municípios do estado do Tocantins, além de dois do estado do Maranhão. Considerando a grandiosidade da área impactada e o alto número de famílias de produtores rurais atingidas nessa região, faz-se necessário e urgente a promoção desta Audiência Pública para dar voz aos produtores rurais impactados e garantir o espaço para que se posicionem sobre o tema.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Senhor Mauro Oliveira Pires, Presidente do ICMBio;
• o Senhor Prefeito Toni Cunha, Prefeitura de Marabá;
• o Senhor Prefeito de Wagno Godoy, Prefeitura de Itupiranga;
• a Senhora Prefeita Marcellane Cristina, Prefeitura de São João do Araguaia;
• o Senhor Prefeito Jeilson dos Santos Reis, Prefeitura de Bom Jesus do Tocantins;
• o Senhor Prefeito Everton Macias Freitas, Prefeitura de Nova Ipixuna;
• o Senhor Marcelo Norkey Duarte Pereira, Membro do Conselho Gestor da APA Trunfo do Xingu e Estação Ecológica Terra do Meio;
• representante Sindicato Rural de Marabá;
• representante Sindicato Rural de Itupiranga;
• representante Sindicato Rural de São João do Araguaia;
• representante Sindicato Rural de Nova Ipixuna;
• representante Sindicato Rural de Bom Jesus do Tocantins.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria desse requerimento é desta Presidência.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero aqui agradecer a presença e a colaboração, a exposição dos Srs. Adriano Santhiago de Oliveira, Aloisio Lopes Pereira de Melo, Antônio Marcos Mendonça, Marcelo Morandi, Pedro Neto, Nelson Ananias Filho, Leonardo Papp.

Muito, muito grato pela presença de todos os senhores e pela colaboração que cada um trouxe aqui.

Nós precisamos avançar, como já foi dito, e essa é uma opinião comum nesta Comissão. O Plano Clima precisa ser analisado pelo Senado Federal. Nós vamos ter que cumprir, vamos ter que montar isso aí, para fazer acontecer, porque, se não fizer de forma conjunta, não há cumplicidade, não há como avançar. Entendemos isso, mas queremos aqui agradecê-los, porque aqui vieram, cumpriram sua missão, esclareceram, tiraram dúvidas...

Quero aqui agradecer à OCB e agradecer à CNA, porque representam o setor produtivo e são muito importantes neste debate. Obrigado pelas colocações, pelos esclarecimentos e até pelas críticas que fizeram, porque isso nos ajuda também a enxergar melhor aquilo que tem que ser melhorado no plano.

Portanto, gratidão a todos os senhores assessores, à imprensa, enfim, a quem pôde aqui comparecer.

Encerrados os debates, eu agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Styvenson Valentim, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Beto Faro e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Lucas Barreto e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, atendendo ao requerimento número 11/2025 - CRA, de autoria Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Finalidade: Primeira Audiência Pública para avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Raio X do PNRA - diagnóstico, análises e propostas de melhoria. Participantes: Ronald da Silva Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU); Maria Gabriela Nascimento Aleixo Freire, Diretora de Fiscalização do Desenvolvimento, Territórios, Regularização e Reforma Agrária do Tribunal de Contas da União (TCU); João Pedro Gonçalves da Costa, Diretor de Governança da Terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Gustavo Souto de Noronha, Diretor de Gestão Estratégica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Carlos Henrique Naegeli Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e Thaís Brito de Oliveira, Diretora de Caracterização e Incorporação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item Extrapauta 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 34, de 2025: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o processo de regularização ambiental e análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), no contexto dos editais de embargo geral preventivo de notificação exarados pelo IBAMA. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Senhor Mauren Lazzaretti, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso; Senhor Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos, Secretário de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia; Senhor Raul Protazio Romão, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará; Senhor Eduardo Costa Taveira, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amazonas; Senhor Gustavo Picanço Feitoza, Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; Senhor Leonardo Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente do Acre." Autoria: Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS), Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaime Bagattoli e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização da primeira audiência pública para avaliação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a finalidade de debater sobre diagnóstico, análises e propostas de melhoria do programa, nos termos do plano de trabalho do Sr. Senador Jaime Bagattoli.

Convidamos as pessoas aqui relacionadas, que, à medida em que eu for mencionando os nomes aqui, gostaria de receber – nós temos quatro convidados no modelo presencial e dois no modelo remoto, à distância –: Carlos Henrique Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) – bem-vindo, procure um lugarzinho aqui, do meu lado –; Sr. Gustavo Souto de Noronha, Diretor de Gestão Estratégica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – bem-vindo –; Ronald da Silva Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União – bem-vindo, sente aqui do meu lado direito –; ainda a Sra. Maria Gabriela Nascimento Aleixo Freire, Diretora de Fiscalização do Desenvolvimento, Territórios, Regularização e Reforma Agrária do Tribunal de Contas da União (TCU)... A Maria Gabriela veio? (*Pausa.*)

Está bom, vamos aguardar.

Gostaria de mencionar que vão participar, através da internet, aqui: o Dr. João Pedro Gonçalves da Costa, Diretor de Governança da Terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); e, pelo Zoom também, a Dra. Thaís Brito de Oliveira, Diretora de Caracterização e Incorporação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Os dois participarão remotamente. (*Pausa.*)

A Advocacia-Geral da União não pôde comparecer, mas justificou a ausência.

Convido o primeiro orador, expositor aqui, o Dr. Ronald da Silva Balbe, que é Secretário Federal de Controle Interno da CGU.

Antes, porém, quero aqui convidar para assumir a Presidência desta Comissão e tocar a audiência pública o nosso colega Senador Jaime Bagattoli. Por favor, meu Senador, chegue para cá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu preciso me retirar um pouquinho, depois eu venho rendê-lo... Como é que fala no Exército lá? Quando um tem que sair, tem que ir outro lá render o cara aí e depois... Não é, Pedro? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde a todos.

Com a palavra, por dez minutos, o primeiro orador, Ronald da Silva Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU).

Com a palavra.

O SR. RONALD DA SILVA BALBE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Uma boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento aqui todos os componentes da mesa. Faço uma saudação também a todos os outros Parlamentares aqui presentes.

É uma enorme satisfação poder representar a CGU, liderada pelo Ministro Vinícius Marques de Carvalho.

Hoje eu venho falar sobre um dos trabalhos que nós realizamos ao longo dos últimos anos, tratando da reforma agrária. É uma enorme satisfação, porque a CGU tem uma história já com mais de 20 anos e, nessa história, está sempre dedicada a avaliar e analisar as políticas públicas mais relevantes dentro do Governo Federal e seus impactos junto à população brasileira, o que em geral acontece por meio da atuação de estados e municípios, já que estamos diante de um Estado brasileiro descentralizado, um Estado que tem nas políticas públicas um importante instrumento de desenvolvimento social e econômico.

Nesse sentido, a CGU, ao longo dos últimos dois anos, realizou diversos trabalhos envolvendo as temáticas do Bolsa Família, envolvendo também outros aspectos da atuação do Governo Federal, seja a merenda escolar... São diversas atividades. E uma das ações cuidou especificamente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, especificamente da atuação desse instituto na consolidação de assentamentos de reforma agrária. Esse relatório foi publicado em meados do ano passado – ele foi publicado em maio do ano passado, de maio a junho – e esse relatório trata, então, como eu disse, da política de reforma agrária de uma forma geral e, mais especificamente, da atuação do Incra junto aos assentamentos.

Para a realização desse trabalho, a CGU esteve, por meio dos seus servidores, em mais de 57 assentamentos, em 23 municípios do país, em nove diferentes estados da Federação.

Para a realização desse trabalho, nós verificamos... Tínhamos como propósito fazer uma captação da percepção dessas famílias a respeito do assentamento em que elas vivem, sobretudo de que forma esse assentamento está estruturado, de que forma ele foi constituído e de que maneira eles conseguem hoje sobreviver diante dos desafios que são inerentes a todas as pessoas, especialmente às pessoas que vivem no campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse trabalho, durante esse tipo de verificação, nós fizemos uma avaliação junto a essas pessoas – como eu disse, mais de 500 famílias –, estivemos perguntando sobre as habitações que eles hoje possuem e também a infraestrutura e demarcação dos lotes que eles detêm. Um dos questionamentos foi sobre as melhorias da qualidade das suas moradias, se essas melhorias vêm acontecendo, de que forma também que eles acessam a energia elétrica, como é o acesso à água e ao saneamento. Então, todas essas questões foram apresentadas a essas pessoas.

E, de uma forma geral, a avaliação foi positiva. No que diz respeito à energia elétrica, por exemplo, nesses nove estados, a avaliação, a resposta foi positiva. Eles hoje detêm esse direito a esse tipo de infraestrutura, da mesma maneira ao acesso à água, seja a água encanada, sejam os poços artesianos. Então, também foi uma avaliação bastante positiva. E, no que diz respeito especificamente tanto ao saneamento como à coleta e ao descarte apropriado do lixo, nesse ponto, sim, houve algum tipo de reclamação, algum tipo de dificuldade, mas há de se reconhecer que são dificuldades inerentes aos moradores da área urbana também. Então, o que o relatório traz? Ele traz algumas observações sobre esse aspecto e é por isso que vale a pena contextualizar também de que forma que isso funciona, não só no campo, mas também nas cidades.

Estivemos perguntando também sobre uma avaliação dos moradores a respeito das associações de moradores: se elas têm acesso a esse tipo de dispositivo, a algum tipo de participação dessas associações. Da mesma maneira, a resposta foi sim, positiva.

No que diz respeito à comunicação, à capacidade que o Incra tem de se relacionar com essas pessoas ou com essas associações, nesse particular especificamente, aí, sim, houve uma observação de que havia a necessidade de uma maior comunicação, uma melhor comunicação dessas pessoas com a instituição Incra.

Enfim, esses são alguns dos resultados encontrados ao longo dessas visitas, como eu disse, a mais de 500 famílias, a 57 assentamentos distribuídos por esses nove estados da Federação.

Diante desses resultados, o que a CGU fez ao final, de forma muito articulada com o próprio Incra? O que a CGU fez foi trazer recomendações para que esse processo fosse aprimorado. Eu falo dessa maneira, porque não há outra forma de atuar. A CGU tem um papel, uma atribuição bem definida e, dentro dessa atribuição, sempre persegue fazer uma avaliação de todos esses processos, como eu disse, e, ao final desse processo, a gente traz recomendações para que esses processos sejam aprimorados. Hoje eu posso dizer que, um ano depois da conclusão desse trabalho, nós já temos algumas melhorias, que alguns procedimentos já foram adotados para o aprimoramento desse processo.

Entre as recomendações, houve a recomendação para revisar as condicionantes e os critérios de consolidação definidos na IN nº 106, de 2021, com o objetivo de torná-los mais específicos e detalhados. Então, o Incra constituiu um grupo de trabalho para promover a revisão dessa instrução normativa. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa instrução normativa deve ser divulgada nos próximos meses, já com alguma contribuição também da CGU para superar esse desafio.

Entre outras recomendações, eu posso destacar também a de que o Incra apresentasse um plano, um plano contendo etapas, prazos, responsabilidades e forma de coordenar e supervisionar melhor as superintendências. Por quê? Como eu disse, existe uma fragilidade, uma fragilidade de comunicação entre as famílias, as associações e também o Incra. Nesse sentido, o Incra também já trouxe respostas. No que diz respeito a essa recomendação, encontra-se em fase de construção uma atualização do sistema capaz de tornar essa comunicação e esses dados disponíveis de forma mais transparente e efetiva.

Enfim, são essas as considerações que eu gostaria de fazer em caráter inicial para trazer um pouco do panorama sobre como funciona o trabalho da CGU, o que nós fizemos especificamente nesse trabalho, nessa avaliação.

Eu fico à disposição para poder prestar algum outro tipo de esclarecimento se for necessário.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pelas considerações, Ronald, da CGU.

Eu quero fazer um esclarecimento. Quero dizer que, desde quando começaram os assentamentos ou começou a colonização de reforma agrária, através do Incra, de 1975... Eu quero deixar uma pergunta para que você possa depois me responder, no final, porque nós temos uma situação bem difícil nos assentamentos. No relatório de auditoria da CGU, foram apontadas graves deficiências na política de reforma agrária, como baixa taxa de consolidação dos assentamentos. Menos de 10%, desde 1975, foram consolidados, ou seja, essas pessoas já têm o seu título, o seu documento, cumpriram todas aquelas cláusulas resolutivas que tinha já na época dos assentamentos, desde 1975... Há essa falta de governança informacional no Incra e um orçamento para consolidação considerado irrisório. Com base em recomendações apontadas pelo relatório, qual o balanço que a CGU faz sobre o nível de implementação, por parte do MDA e do Incra, das recomendações expedidas nos últimos anos para sanar esses outros problemas identificados? Esses são graves problemas que não foram sanados durante esses anos. Depois, se você puder, me responda no final.

Eu queria chamar agora para estar com a palavra por dez minutos o nosso segundo orador – que chegou agora, não é? – que é a Maria Gabriela Nascimento Aleixo Freire, Diretora de Fiscalização do Desenvolvimento, Territórios, Regularização e Reforma Agrária do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com a palavra.

A SRA. MARIA GABRIELA NASCIMENTO ALEIXO FREIRE (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Senador Jaime Bagattoli. Boa tarde, Senadoras. Boa tarde, Senadores. Boa tarde, demais presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra estar aqui representando o TCU para apresentar nossos trabalhos, nossa missão constitucional de auxiliar o controle externo do Congresso Nacional.

Vou aqui apresentar nossas fiscalizações e deliberações no assunto.

Eu sou a Maria Gabriela, Diretora da AudSustentabilidade. Trabalho com a AudSustentabilidade, no assunto da reforma agrária. A nossa clientela envolve MDA, Incra, Anater, MPI e Funai.

Primeiramente, vou fazer uma introdução e um histórico. Vou tratar do Acordão 1.976, dos monitoramentos decorrentes do Acordão 1.976 e das últimas fiscalizações sobre o assunto da reforma agrária.

Inicialmente, eu queria só explicar rapidamente sobre o nosso trabalho. Nós fazemos fiscalizações que normalmente são contas, são auditorias operacionais ou de conformidade ou algumas representações e denúncias. Ao final da fiscalização, a gente elabora um relatório ou uma instrução que vai para o gabinete do relator. Este também elabora seu voto, e o voto, junto com a nossa instrução ou o nosso relatório, vai para o colegiado, e este, sim, elabora um acórdão. Esse acórdão vem com deliberações, que podem ser determinações, recomendações ou ciências. De acordo com a nossa Resolução 315, essas determinações e recomendações devem ser monitoradas, então, elas voltam para a unidade técnica para que a gente abra um novo processo chamado monitoramento. Então, a gente vai verificar, nesse monitoramento, o cumprimento dessas determinações e recomendações.

Com relação à reforma agrária, o TCU vem atuando, desde 2015 – há muitos anos, mas mais entre 2015 e 2021 –, com relação a algumas auditorias focadas, algumas FOCs, auditorias de fiscalização nas unidades regionais do TCU sobre o tema da relação de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. A gente verificou que, de todos esses acórdãos, algumas irregularidades eram recorrentes. Com irregularidades detectadas, algumas multas foram aplicadas, inabilitações e algumas ciências das irregularidades ao Incra.

Juntando essas irregularidades, algumas fragilidades sistêmicas na formação da relação de beneficiários, as irregularidades apontadas em fiscalizações realizadas nos estados e alguns indícios de irregularidades nos cruzamentos de dados públicos do Sipra com outras bases públicas, a unidade técnica fez e formou um outro processo de fiscalização, que foi uma representação. Então, ela resultou no Acórdão 1.976.

E esse Acórdão 1.976, que é apreciado no mérito, julgou parcialmente procedente a representação, estipulou um prazo de anulação para os processos de seleção irregulares, fez algumas determinações, revogou a medida cautelar e fez um processo apartado da análise de alegação de defesa dos responsáveis.

O Acórdão 1.976 tem três questões essenciais. Ele é um acórdão extenso, são dez páginas de determinações e recomendações, mas elas giram em torno, principalmente, do processo de seleção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficiários, da gestão estratégica da supervisão ocupacional e do encaminhamento de índices de irregularidade detectados nesses cruzamentos de dados.

As principais recomendações que foram feitas ao Incra com relação a esse acórdão estão relacionadas a fazer um cruzamento de dados ele mesmo, a estabelecimento de prioridade para apuração desses indícios de irregularidade e a alternativas para viabilizar os meios de recursos para apurar os indícios de irregularidade apontados.

Esse Acórdão 1.976 é de 2017. Desde então, foram elaborados mais dois processos de monitoramento: primeiro, o Acórdão 3.155; segundo, o Acórdão 169. No primeiro monitoramento, que resultou no Acórdão 3.155, de 2019, verificamos que, dos 27 itens, cerca de 20 itens ainda estavam em cumprimento. Então, são determinações e recomendações que o TCU avaliou e concluiu pelo "em cumprimento". Sete foram cumpridos. Foram cumpridos: entrega de planos de apuração, canal de recebimento para denúncia, plano de providências através do Sipra, plano de supervisão ocupacional. Foram determinadas, nesse Acórdão 3.155, novas determinações: novos estabelecimentos de indicadores, planos de ação, período de recurso e acesso a um sistema chamado SNSO.

Dos cerca de 859 mil indícios de irregularidade detectados no Acórdão 1.976, quando a gente fez o primeiro monitoramento, que resultou no Acórdão 3.155, verificamos que o Incra havia analisado 101 mil indícios de irregularidade, cerca de 12% do total.

Do segundo monitoramento, verificamos que, de novo, só houve o cumprimento de um item, que foi o acesso ao sistema SNSO, e uma atualização com relação à apuração dos indícios de irregularidade de 101 mil para 142 mil.

Essas aqui são as nossas últimas fiscalizações relacionadas à reforma agrária. Vocês vão ver que tem cinco aqui. Essas três primeiras são representações, com a última girando em torno de lotes vagos, porque no final o Acórdão 438 deu ciência ao Incra, para que fosse verificada a ocorrência de lotes vagos nas supervisões ocupacionais e que as informações fossem entregues nos monitoramentos do Acórdão 1.976.

Aqui nós temos dois últimos acórdãos do tribunal relacionados à reforma agrária que giram em torno da PGT. Lá no TCU, a gente fez um levantamento, uma fiscalização chamada Levantamento, em 2022, e a gente levantou todos os principais riscos do Incra. O risco de maior criticidade, maior impacto e maior relevância era o dos sistemas de tecnologia de informação. Por isso, o TCU fez um trabalho em 2022 e outro em 2024 com esse escopo, com a Plataforma de Governança Territorial.

No primeiro trabalho, a gente fez um trabalho relacionado à gestão e governança da PGT; e, no segundo trabalho, à aderência da PGT às normas, tanto a LGPD quanto as normas da política da reforma agrária. A gente verificou que existia um grande risco em 2022 de descontinuidade da PGT, então a gente recomendou o fortalecimento da PGT e a tentativa de resolver as carências de recursos com relação à PGT. E, com relação à aderência às normas, a gente verificou algumas com baixo grau de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maturidade no controle de acesso, o uso do *login* único do Gov.br na Sala da Cidadania, uma baixa interoperabilidade entre os sistemas, a não obrigatoriedade da utilização da PGT, a anonimização de dados sensíveis, o uso concomitante de sistemas obsoletos com a PGT. Então, a gente determinou algumas revisões de normas e planejamento para divulgação e testes dos serviços digitais.

Com isso, eu finalizo a apresentação, me deixando à disposição para dúvidas e esclarecimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pelas suas colocações, Maria Gabriela, mas a gente sabe desses milhares de irregularidades que nós temos nesses assentamentos. E o que houve muito... Eu vi principalmente essas questões que nós tínhamos lá no Norte, especificamente no Estado de Rondônia, do Pará, do Acre, de Roraima, em todos, principalmente nos estados da Amazônia, onde há muitas irregularidades. E até porque muitos desses assentamentos não cumpriram... Não é que o produtor não quis cumprir, teve muitos casos em que eles não tiveram assistência técnica. Houve falta de assistência técnica, houve falta de recurso, houve falta de infraestrutura através do município, do estado e da União. Então, tivemos diversos... Quando eu falo sobre esses assentamentos, eu falo até quatro módulos só, é só do pequeno produtor, só da agricultura familiar.

Eu quero deixar uma pergunta para você, Gabriela, que é uma coisa que nos preocupa muito nesses acórdãos que foram feitos. Quais foram os encaminhamentos e os resultados do monitoramento das determinações expedidas nos Acórdãos 775, de 2016, e 1.976, de 2017, que trataram das irregularidades na concessão de lotes da reforma agrária? Em especial, a existência de mais de 580 mil beneficiários com indícios de irregularidades, ocupando irregularmente uma área de mais de 39 milhões de hectares em objetos de assentamento. Então, você vê a gravidade que nós temos hoje nesses assentamentos.

Então, nesses acórdãos, nós precisamos definir e ter uma solução para isso. Se nós voltamos lá atrás e vemos que, de 1 milhão de famílias assentadas, nós não temos uma determinação e temos um efetivo final de documentação de menos de 10%, é porque algo de errado há. E digo mais para vocês: quanto aos assentamentos que foram feitos entre 1975 e 1985, esses dez anos são os anos que têm maior titularidade de documento. Depois não sei o que aconteceu.

Nesses dez anos, principalmente – eu falo do meu Estado de Rondônia, e conheço aquela história há 50 anos –, em tudo daquilo que foi feito entre 1975 e 1985, não existem 10% de problema de documento e mais de 90% foram efetivados. Se existiu algum problema, é por efeito de não terem cumprido algumas cláusulas resolutivas, inclusive por um erro talvez lá do início, até pela cultura que o cara fosse plantar no momento: era destinado aquele assentamento para café, para plantio de arroz, e, quando foi feita a vistoria pelo Incra, quando ele chegou lá, ele estava com a área para pastagem e tal. Mas ele cumpriu pelo menos a resolução, o que hoje seria totalmente o contrário: hoje se pediria para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservar 100% da área. Na época, ele tinha os dez anos para cumprir uma cláusula que era fazer abertura de pelo menos 50%. Então, eu deixo essa pergunta para você responder para nós no final.

Com a palavra, agora, por dez minutos, o nosso terceiro orador, João Pedro Gonçalves da Costa, Diretor de Governança da Terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senadores e Senador Jaime Bagattoli, de Rondônia. Boa tarde a todos que compõem a mesa dessa discussão, desse debate importante na Comissão de Agricultura do Senado da República e ao meu companheiro de Incra, que vai dividir comigo a fala, que é o Diretor Gustavo, servidor do Incra, Diretor de Gestão Estratégica.

Então, a satisfação é grande de o Incra participar deste debate, de o Incra falar em um Poder importante da nossa República, que é o Senado. Faz algum tempo que o Incra não trava esse diálogo com o Senado da República. Então, é grande a nossa satisfação.

Deixo aqui um abraço do nosso Ministro Paulo Teixeira, um abraço do nosso Presidente, que é servidor do Incra, o engenheiro agrônomo César Aldrighi, que está chegando, neste exato momento, a Teresina, no Piauí, para participar de um seminário com os institutos de terra de 21 estados da nossa Federação.

O debate é bem atual, é um debate que fala da realidade de uma parcela expressiva do povo brasileiro.

Eu tenho aqui uma fala organizada, mas eu vou fazer uma fala daquilo que vivo dentro do Incra.

Eu sempre fui servidor do Incra. Comecei minha vida profissional no Incra aqui em Manaus, no Estado do Amazonas, como técnico agrícola. Passei um tempo no Incra, depois saí do Incra, tive mandatos parlamentares, passei por esta Casa, pelo Senado, de 2007 a 2011, representando o povo do Estado do Amazonas, e hoje componho a diretoria atual do Incra, que faz um debate muito forte sobre a destinação, sobre a regularização, sobre a reforma agrária no Brasil – reforma agrária no Brasil. Então, eu voltei para o Incra na condição de Diretor de Governança da Terra.

Então, eu quero chamar a atenção para a minha primeira tela aqui no debate, que é sobre a concentração de terras no Brasil. Eu quero contextualizar essa situação porque...

Opa... (*Pausa.*)

Eu quero mostrar – e chamar a atenção, para a gente contextualizar – a questão da terra no nosso país, e, evidentemente, passando por este grande bioma que é o bioma amazônico.

Eu quero chamar a atenção para um número ou para alguns números.

Os imóveis com mais de 50 mil hectares no nosso país ocupam 0,01% dos imóveis, mas ocupam um território de 27% do território nacional.

Eu tenho outros números de imóveis: os de 10 mil a 50 mil hectares, 0,04%, que ocupam praticamente 7% do território nacional; os de 5 mil a 10 mil hectares, 0,1%, que ocupam também em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

torno de 7% – precisamente 6,11% – do território; os de mil a 5 mil hectares, 1,22%, que ocupam 20% do território nacional; os de 500 a mil hectares, nós temos 1,39%, que ocupam 8% do território; os de 100 a 500ha, nós temos 9,35% de imóveis, que ocupam uma área de 16%; os de 10 a 50ha, você tem 38,56% dos imóveis, quase 40% dos nossos imóveis, que ocupam apenas 7,62% – ou 7% – do nosso território; os de 5 a 10ha, 15% dos imóveis, que ocupam menos de 1% do território; e os de 0 a 5ha, nós temos aqui 23% dos nossos imóveis – vejam só que é uma fatia grande de imóveis –, que ocupam menos de 1% do território.

Então, é importante destacar essa concentração histórica no Brasil. E é por isso que, hoje, 70% dos nossos assentamentos estão no Norte e no Nordeste. Nós temos 9.917 assentamentos rurais, 11% do território nacional já são assentamentos, com 1 milhão de famílias assentadas. Nesses dois anos, nós já assentamos: 50 mil famílias, em 2023; 75 mil famílias, em 2024. E temos uma meta de 100 mil famílias para este ano de 2025, de novas famílias assentadas, e de mais 100 mil em 2026.

Então, nós temos feito um esforço grande. Temos políticas públicas importantes.

Eu quero chamar a atenção para alguns valores que estão dentro dos assentamentos.

Uma família assentada, hoje, tem um fomento de R$16 mil para cada família. A política de habitação nossa é no valor de R$75 mil. A mulher tem um crédito inicial de R$8 mil também, com abatimentos de 80% a 90%. O abatimento de habitação, para quem recebe um crédito de habitação, é de 96%. Ou seja, nós estamos fazendo um esforço, parcerias de retomar, olhar essas famílias assentadas, porque nós também temos um número expressivo, Senadores e membros deste debate, nós temos 130 mil famílias acampadas, produto das mobilizações, resultado das mobilizações, dos movimentos. Nós temos muitas, muitas famílias, 130 mil famílias, brasileiros, mulheres, crianças sem-terra. São dois Maracanãs lotados de famílias sem-terra. Daí a pressão, daí a necessidade de ter orçamentos robustos para atender essa, vou chamar assim, com muita fraternidade, injustiça social de anos e anos no nosso Brasil, que exclui famílias que poderiam ter a terra.

Chamo a atenção para o fato de que a agricultura familiar é responsável pela mandioca, pelo tomate, pelas verduras nas mesas brasileiras.

Nós acabamos de fazer um concurso dentro do Incra, o que compõe também a retomada de fazer com que o Incra atenda essas demandas, enfrente esses desafios com mais servidores. O Incra já teve, estimado Senador Jaime, de Rondônia, 10 mil servidores. Nós temos hoje 2,4 mil. Nesses últimos dias, nós recebemos em torno de 450 servidores, 500 servidores, ou seja, é um Incra de 3 mil servidores em todo o Brasil e em vários municípios onde tem nossas unidades, construindo, fazendo, indo a campo para fazer a reforma agrária.

É uma reforma agrária com desafios do nosso século, do nosso tempo. Como fazer reforma agrária com floresta em pé? Como fazer a reforma agrária respeitando populações tradicionais, os povos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas, os quilombolas? Como ter um olhar compromissado com a geração de renda, com a cidadania, com o respeito a famílias que vivem de forma secular?

Então, essa estada no Senado, com o meu companheiro de diretoria, é para dizer que este encontro chegou numa boa hora. É hora de nós mudarmos para maior, para mais o orçamento do Incra. É hora de nós olharmos o Brasil com mais solidariedade, enxergando esses direitos que compõem a população brasileira, como o povo quilombola, os povos indígenas e as populações tradicionais, aqueles que trabalham com o camarão, aqueles que trabalham com o peixe, aquelas mulheres que trabalham com o babaçu.

Enfim, é grande o desafio para o Incra enfrentar e fazer mais e melhor. Nós podemos fazer mais e melhor por essa parcela do povo brasileiro. Aqui, no Senado, é um momento desse encontro.

Nós somos auditados, nós somos fiscalizados. Eu penso que a presença do TCU é muito importante, as opiniões da CGU também são importantes.

Eu não tenho nenhuma dúvida de que nós temos um compromisso de trabalhar com um padrão alto do ponto de vista ético e compromissado com aquilo que reza a nossa Constituição. Quem fala da reforma agrária é a Constituição de 1988. E o Incra continua sendo uma instituição importante, atual.

Gostaria muito de finalizar a minha fala para destacar o apoiamento de muitos Deputados Federais e de muitos Senadores que destinam as suas emendas parlamentares para o fortalecimento da reforma agrária em seus estados.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado. Agradeço as suas colocações, João Pedro, Diretor de Governança da Terra.

Eu preciso falar algo para você, depois, se puder, me responder. Você falou que dá dois campos de futebol do Maracanã de pessoas que o MDA fala que estão na fila dos assentamentos. Você fala em 115, praticamente 116 mil famílias, mas o CadÚnico só fala em 35 mil, apresenta 35 mil. Depois, eu queria que você explicasse para nós por que esta divergência de 35 mil para 115 mil. É uma divergência muito grande entre o CadÚnico e o que o Incra nos está mostrando junto ao MDA.

Eu quero perguntar outra coisa: de todos esses assentamentos que você colocou, o que foi feito efetivamente nos anos de 2023, 2024 e, agora, 2025? O que foi realmente entregue de títulos para os assentamentos? E nós não falamos só desses assentamentos que foram feitos de 2023 para cá; eu falo dos assentamentos que já existiam, porque é a esses que também nós precisamos dar uma grande preferência para titularizar essas propriedades, porque já estão, há anos, há décadas, sem o título das suas propriedades.

E eu quero deixar uma pergunta para você também, João Pedro: por que a funcionalidade do pré-cadastro no Programa Nacional de Reforma Agrária, lançado em novembro de 2022 para dar transparência ao processo de seleção de famílias, foi retirada do ar e agora só se vincula a editais já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertos? Não era uma forma de acabar com as listas físicas e fazer uma seleção realmente imparcial e impessoal do beneficiário? Depois, se você puder me responder... Responda no final, mas, se você quiser responder agora... Eu já ficaria agradecido se você pudesse me responder essas perguntas agora.

Obrigado.

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu vou responder agora, mas eu quero pedir para dividir as respostas, porque tem toda uma reflexão junto com o meu companheiro Gustavo, que está compondo a mesa.

Assim: o CadÚnico é elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento, pelo MDS do Ministro Wellington Dias. Na nossa diretoria de obtenção, que é uma diretoria que foi reestruturada agora, no final de 2024, nós vamos a campo. Então, no nosso cadastro, são os servidores do Incra indo a campo – indo a campo.

Então, nós temos um cadastro e, evidentemente, trabalhamos com a maior transparência no sentido de definir as famílias selecionadas, obedecendo a critérios. Isso aí não é da cabeça deste ou daquele técnico, nem da minha, mas de critérios transparentes, rigorosamente feitos em campo.

Então, quando eu falo de 126 mil – e eu estou arredondando que são 130 mil famílias acampadas –, é porque nós fomos a campo – nós fomos a campo. Para se ter uma ideia, ali na Superintendência de Marabá, no Estado do Pará, nós temos em torno de 28 mil, 30 mil famílias acampadas. Então, esses são os números, e eu posso precisar melhor essa diferença que V. Exa. apresentou entre o nosso cadastro com o do MDS.

Então, essa é a primeira questão.

Quanto à seleção de famílias, eu vou dividir aí – V. Exa. levantou essa questão – com o Gustavo, para ele entrar no debate, chamando a atenção para isso, para os critérios que adotamos de forma republicana, tem pesos diferenciados, mas é com muita transparência, com editais publicados, em espaços importantes de cada município – de cada município. Então, eu poderia chamar o Gustavo para ele entrar no debate, falando um pouco sobre essas questões que V. Exa. levantou.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pela colocação, João Pedro.

Uma outra coisa que eu quero falar – e que ele fala – é sobre as propriedades: que a maioria das propriedades são de pequenos produtores rurais. Isso é verdade. Isso é real. E eu sei a importância que o nosso pequeno produtor tem, principalmente no Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, pelo Brasil todo.

Depois eu já vou dar a palavra ao Senador Zequinha Marinho, mas eu quero dizer, Senador, no Estado de Rondônia – quando eu falo, é porque eu conheço o Estado de Rondônia e sei como foi a colonização, quando começou, ainda como território –, que a maioria das propriedades, que representam mais de 70%, são de pequeno produtor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E lá, quando foi feito, no início, para quem não conhecia, o Incra distribuía 100ha para cada pessoa, depois diminuiu para 50ha, depois diminuiu para 20ha. Então, ele veio fazendo... Começou, lá em 1975, com 100ha; na década de 70, começou a diminuir para 50ha, diminuiu 50%, mas foi entregando terras para esses pequenos produtores.

Vocês vejam a suma importância que nós temos da agricultura familiar, do pequeno produtor no campo. Rondônia hoje é o único estado do Norte e Nordeste – vocês podem pesquisar – em que nós temos o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família. Nada contra o Bolsa Família, mas nós temos o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família.

O Estado de Rondônia deve muito a esses programas que foram feitos de reforma agrária e de terras para o pequeno produtor. E essas áreas grandes, igual ele mostrou, acima de 50 mil hectares, não existem no Estado de Rondônia. No Estado de Rondônia, quando houve a licitação pública na década de 70, os lotes maiores, que eram até 2 mil hectares – no máximo, no documento, eram 2 mil hectares... Era uma terra licitada pelo Incra, e cada cidadão brasileiro que morasse no Brasil podia licitar um lote em seu nome – um único lote. Então, ele comprava essa área numa licitação pública e entregava para a União.

E essas áreas pequenas eram áreas que o Incra distribuía para o nosso pequeno produtor. E o produtor ainda tinha lá x anos para cumprir as regras que ele tinha que cumprir e ele pagava simplesmente uma taxa simbólica, que era praticamente a taxa da medição da propriedade dele, das divisas da propriedade, que hoje seria o georreferenciamento – na época, eram os agrimensores que faziam a divisa das suas propriedades.

Zequinha Marinho, Senador, você queria fazer alguma colocação aí, antes de nós chamarmos o nosso quarto orador?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, eu prefiro esperar quando terminar e iniciar o processo de arguição. Teria algumas contribuições a trazer, está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador.

Agora, com a palavra, por dez minutos, o nosso quarto orador, Gustavo Souto de Noronha, Diretor de Gestão Estratégica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O SR. GUSTAVO SOUTO DE NORONHA (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Queria começar cumprimentando o Senador Jaime Bagattoli, que está presidindo esta sessão. Queria cumprimentar o Senador Zequinha Marinho e, nas pessoas deles, cumprimentar todos os demais presentes aqui nesta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho importante a gente começar a nossa discussão aqui. Se a gente vai discutir a reforma agrária, a gente tem que começar a discussão pelo seu grande pano de fundo, que é o próprio papel da agricultura no desenvolvimento brasileiro.

Eu acho que esse, talvez, seja um pano de fundo para que a gente tem que olhar para poder entender o que é a reforma agrária, o porquê da reforma agrária e a importância de ter um programa de reforma agrária num país de dimensões continentais como o Brasil.

A gente tem uma agricultura que tem que garantir a segurança alimentar do nosso povo, tem que combater a inflação com uma produção ampla de alimentos, tem que gerar emprego e renda, diante dos desafios colocados pelas mudanças climáticas a que a gente tem que ser capaz de responder, porque, se não formos capazes de responder, não haverá futuro para nós. Então, é nesse cenário que a gente discute a reforma agrária.

Eu aprendi muito sobre a reforma agrária a partir da doutrina social da igreja, a partir da discussão da função social da propriedade rural.

A discussão começa na Encíclica Populorum Progressio, do Papa Paulo VI, e depois atravessa as encíclicas papais de todos os papas que o sucedem na discussão da propriedade da terra, na discussão em que a propriedade tem que cumprir a sua função social. E isso aparece na legislação brasileira, no Estatuto da Terra, e se consolida na Constituição Federal. Muito do nosso trabalho de fazer a reforma agrária é fazer valer o princípio da função social que está insculpido na nossa Constituição Federal.

E é importante dizer que, para avaliar a reforma agrária, você não pode avaliar um assentamento rural descolado do seu contexto. Quando a gente olha para um assentamento rural e olha para o seu entorno – normalmente a gente tem um estudo feito por um servidor do Incra, o Vicente, a partir dos dados do Censo Agro –, percebemos que não tem grande diferença. Aliás, os assentamentos, em média, estão até um pouquinho melhores do que os seus entornos, as pequenas propriedades nos seus entornos. Então, você avaliar como se fosse um mundo isolado da realidade do meio rural brasileiro é também uma forma equivocada de fazer ciência, de estudar o tema e de procurar entender a realidade.

Também queria dizer que, quanto à reforma agrária, quando se fala em consolidação de assentamentos, primeiro, a consolidação está na Lei 8.629. Se você pegar a letra fria da lei, na verdade, mais de 95% dos assentamentos estão consolidados, porque a letra fria da lei diz que o assentamento está consolidado quando completa mais de 15 anos; então, para não estar consolidado, a gente tem que justificar tecnicamente a sua não consolidação. Então, tecnicamente falando, a consolidação de um assentamento se estabelece com os 15 anos de idade do assentamento e, a partir daí, a gente trata.

E temos que entender também que o assentamento não é uma responsabilidade exclusiva do Governo Federal. O assentamento é uma responsabilidade do nosso pacto federativo. A gente tem responsabilidades que são, sim, do Governo Federal, mas tem responsabilidades que são dos municípios, dos governos estaduais. Não é um território... Não podemos assumir que um assentamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rural é um território federal, no qual os entes da Federação não se intrometerão e não farão política pública ali dentro. Então, as políticas públicas que têm que chegar ao território dos assentamentos têm que chegar pela mão do Governo Federal? Sim, mas tem que chegar pela mão dos governos estaduais e dos governos municipais também. Um assentamento vai se desenvolver nessa parceria entre todos os entes da Federação. Então, acho que esse é um ponto muito importante de ser colocado.

Outro ponto importante, os indícios de irregularidades aqui mencionados pelo TCU, assim, a gente vem tratando, já tratamos mais de 50% dos 800 mil indícios – mais de 50% já foram tratados –, mas eu queria dizer que a gente tem identificado que, nesses indícios de irregularidade, em menos de 2% se constata de fato uma irregularidade. Então, é um indício, a gente apura, mas a gente dificilmente encontra irregularidade.

Agora, eu queria agradecer também muito ao TCU, porque as provocações do TCU têm feito a gente avançar cada vez mais na nossa transformação digital. A gente tem avançado sobremaneira, a PGT está completamente internalizada no Incra, e a gente tem uma visão de que a PGT tem que se colocar como grande portal do produtor rural brasileiro, não só do assentado. A gente está por um processo de atualização do nosso cadastro, que vai ser mais um item na PGT. O cadastro hoje, que é o SNCR, o Sigef, que são o cadastro literal, o cadastro espacial, a gente vai juntar num cadastro só. Ainda este ano, a gente vai lançar o produto mínimo viável disso, e isso indica que a gente está apostando na PGT como a nossa grande ferramenta. E o TCU é um grande parceiro nosso nesse processo de transformação digital.

Tanto o relatório do TCU quanto o relatório da CGU apontam problemas, por exemplo, na questão dos tratamentos dos dados. A gente apresentou um projeto ao MGI, então a gente tem um *squad* do MGI fazendo o trabalho de dados dentro do Incra, com projeto específico para tratamento, saneamento, para resolver as nossas bases de dados dentro daquele Dama *framework*, que é a referência básica para tratamento de dados.

A gente está trabalhando em construir um lago de dados para resolver todas essas inconsistências de dados. A gente já tem interoperabilidade com praticamente todos os sistemas do Governo Federal.

Então, a gente está num processo de transformação digital, Senador, que é impressionante e é um processo institucional do Incra, que independerá de qualquer gestão que esteja à frente do Incra, esse processo está internalizado de tal forma que vai continuar.

Queria colocar, aproveitando e já respondendo a uma pergunta que o Senador fez ao Diretor João Pedro, dentro do processo de seleção de famílias, etc.: primeiro, o CadÚnico tem um cadastro lá em que as pessoas se identificam como acampados. A gente fez um trabalho a partir da nossa Câmara de Conciliação Agrária para identificar o conflito no campo, porque a pessoa que está numa situação de conflito no campo não necessariamente vai procurar o CadÚnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um país que mata muita gente no campo, e um dos nossos papéis, através da política de reforma agrária, é resolver esse conflito. Resolver o conflito não é tomar o lado de A ou B, mas é procurar a política pública que pacifique o campo, que gere emprego, gere renda, gere paz e prosperidade no campo brasileiro. Então, a gente tem que, sim, identificar essas pessoas que estão nessas situações de conflito, cadastrá-las e colocá-las.

Agora, o processo de seleção é diferente. O processo de seleção é por meio de edital público, num processo de alteração da Lei 8.629 que foi conduzido aqui pelo Congresso Nacional e que tornou essa coisa publicizada. A gente segue exatamente as normas que foram estabelecidas pelo Congresso. E diria mais: quando a gente coloca a demanda por reforma agrária só olhando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO SOUTO DE NORONHA – E já vou encerrar aqui.

... as famílias acampadas, é um erro da nossa parte, porque o Estatuto da Terra prevê que a reforma agrária é para acabar com o latifúndio e com o minifúndio. A gente tem mais, pelo Censo Agro, de 2 milhões de minifundiários neste Brasil, então a gente não tinha que estar falando em reforma agrária para 120 mil famílias. Se a gente quisesse levar a sério os comandos constitucionais e legais deste país, a gente tinha que estar falando em reforma agrária para 2 milhões, 2,5 milhões de famílias. Era esse o tamanho do desafio que a gente deveria estar se colocando.

E, obviamente, a gente precisa de mais orçamento, não vou negar isso. A gente tem as CIDEs, que são receitas vinculadas, receitas próprias do Incra, de que a gente recebe bem menos do que deveria; embora, em nossas receitas vinculadas, por exemplo, pela previsão de arrecadação do ano que vem, elas ultrapassem R$3 bilhões, nenhuma fração disso vem para o Incra.

Eu acho que seria muito... Eu ousaria pedir o apoio desta Comissão para garantir que esse orçamento dessas despesas que deveriam estar vindo para gente, a receita própria do Incra... Pode descontar os 20% da DRU, mas que a Comissão nos ajudasse a trazer esse orçamento para dentro do Incra, que ajudasse a construir junto, até porque o orçamento é uma peça do Congresso Nacional. Então, eu queria encerrar a minha fala inclusive com esse pedido encarecido aqui à Comissão, mas é isso.

Muito obrigado, Senador, por ter a oportunidade de estar aqui.

Estou à disposição.

Vamos ficar aqui debatendo e tirar todas as dúvidas que forem possíveis. Aquilo que eu conseguir responder eu respondo, e o que eu não conseguir responder a gente encaminha formalmente por escrito, se eu não tiver alguma resposta na ponta da língua.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Gustavo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gustavo, eu fiquei atento às suas colocações, falando sobre a preocupação que o Incra tem dentro da área social na distribuição de terra, mas eu preciso deixar uma pergunta, porque o Incra vai ter que se empenhar. Eu quero que o Incra, independente de quem... Eu não estou falando aqui de Governo A, Governo B, Governo C, porque isso já tinha que ser um empenho de muitos anos. Porque quando o Incra foi sinalizar assentamentos e cadastrar lá esses pequenos produtores, ele tinha que ter uma negativa que não tinha problema de indício de que podiam ser áreas indígenas, nem áreas de conservação ou áreas de reservas que sejam. E o que vem acontecendo? Em Rondônia, no Pará, no Acre, em Roraima, em todos os estados, principalmente do Norte, no Amazonas, o que tem acontecido?

Por exemplo, no meu estado, o Estado de Rondônia, foram 11 reservas decretadas no ano de 2017. Decretaram 11 reservas pelo Governo do Estado. Decretaram 11 reservas. Tem até títulos dentro de algumas reservas dessas, assentamentos do Incra dentro dessas áreas. Como fazer? Nós precisamos encontrar uma saída para essas pessoas, porque hoje o que está acontecendo... Vocês estão vendo, pelo Brasil afora, principalmente na Região Norte: destruindo as casas, destruindo o curral, destruindo a propriedade, expulsando essas pessoas do campo.

E a União... Tem diversas áreas que são terras da União. Poderiam ser feitas essas trocas de reserva, mas está lá o Ministério Público cumprindo uma ação da Justiça, mandando que sejam retiradas essas pessoas. O que vamos fazer com esses pequenos produtores? Para onde vamos levá-los? Qual a atitude social que nós tomaremos? Nisso tem que se empenhar. É o Incra? O MDA, o Governo, o Congresso Nacional, a Justiça? Nós temos que nos empenhar para resolver o problema dessas pessoas, porque não adianta nós falarmos que vamos fazer novos assentamentos e vamos tirar essas pessoas. Muitos foram sinalizados nesses assentamentos pelo Incra.

Para se ter uma ideia, teve produtor que não pagou o seu financiamento, ele perdeu a propriedade, perdeu a propriedade pelo banco, o banco tomou a propriedade. O banco vendeu sua propriedade para outro, quer dizer, o que arrematou a propriedade, e hoje essa propriedade está dentro de uma reserva, ou de uma reserva indígena ou, nesse caso aqui, área de conservação.

Por isso, a gente luta tanto para que se seja demarcado o marco temporal, que seja um denominador final, para se entender dentro disso, porque não tem nem explicação. Eu, inclusive, estive – não falo mais isso... Eu sou de Santa Catarina, e lá existe uma reserva indígena onde eu nasci, que, depois de anos... As escrituras têm mais de cem anos, são centenárias, e hoje se decreta uma reserva indígena dentro dessas propriedades. Lá não foi nem o Incra, lá foi colonizadora, porque são poucos estados do Brasil... Rondônia, até onde eu sei, é 100% Incra, não existiu colonizadora. Na maioria dos estados brasileiros, existiram colonizadoras que fizeram a divisão e as vendas de terra, ou que passaram as terras para os pequenos produtores. É uma situação bem complexa, e nós precisamos chegar a um denominador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que você citou a própria igreja, você falou da Igreja Católica – não falou? –, que tem a Pastoral da Terra e tal, mas nós precisamos também pensar muito bem e distribuir terras para o pequeno produtor, para aquelas pessoas que têm aptidão, que sabem o que vão fazer e que querem realmente produzir. Eu sou a favor da agricultura familiar, do pequeno produtor, mas que ele tenha aptidão para aquilo que ele vai fazer. Eu sou contra a situação de invasão de terra.

Tem diversas perguntas aqui, e quero agradecer as perguntas do e-Cidadania.

Maria, do Rio de Janeiro: "Uma das formas de auxiliar as famílias assentadas não seria a incorporação de suas produções às demandas do Estado?".

Paulo, de São Paulo: "Há previsão de aumentar os investimentos em infraestrutura básica nos assentamentos: estradas, energia elétrica, saneamento, escolas e postos [de saúde]?". Não adianta só fazer os assentamentos e não dar essas estruturas.

Anísio, do Ceará: "Quais falhas foram identificadas na implantação e na gestão dos assentamentos do [...] [Programa Nacional de Reforma Agrária]?".

Priscila, de São Paulo: "Como o PNRA pode romper com a concentração fundiária e fortalecer assentamentos coletivos voltados às necessidades do povo?".

Nós temos muitas divergências e diversas situações. Nós sabemos que isso já vêm se arrastando há anos, e esta audiência pública é para dar um esclarecimento maior às pessoas que estão na fila dos assentamentos e, principalmente, às pessoas que já estão assentadas lá na propriedade, com dificuldades de receber o seu título, o seu documento. Isso é o que um cidadão...

Eu coloquei lá no Estado de Rondônia R$4,5 milhões no Incra para ajudar o Incra a titular essas terras só do pequeno produtor. Eu não coloquei... Só para o pequeno produtor, menos de quatro módulos, para que... É uma emenda parlamentar para ajudar dentro do Incra, porque vocês sabem também a situação de recurso que nós temos no Incra; lá não tem braço, não tem gente. Está difícil a situação, pelo menos lá no estado; e eu vejo que todos os estados do Norte estão com dificuldade – o Brasil inteiro.

Eu quero dar agora a palavra, por dez minutos, ao nosso quinto orador, Carlos Henrique... É Naegeli?

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM (*Fora do microfone.*) – Fala-se "négli".

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – "Négli"? "Negligeli"? Ou "neguéli"?

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM – "Négli".

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Carlos Henrique Naegeli Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa tarde a todas e a todos.

Queria saudar o Presidente Senador Jaime Bagattoli, saudar o Senador Zequinha Marinho.

Eu sou Carlos Henrique Gondim, trabalho na consultoria jurídica do MDA, sob a liderança do Ministro Paulo Teixeira. Sou Procurador Federal da AGU, cedido ao MDA.

Senador Jaime Bagattoli, quando eu tinha 15, 16 anos – era moleque –, eu jogava bola depois da aula. Estudava de manhã e jogava bola à tarde, mas, nos dias em que não tinha a pelada depois da aula, eu ia correndo para casa para assistir à TV Senado, para acompanhar o trabalho dos Senadores. Então, tenho uma enorme admiração pelo trabalho de V. Exas. e é uma honra para mim estar aqui hoje colaborando com os trabalhos do Senado Federal. Por isso eu agradeço, Senador Zequinha Marinho e Senador Jaime Bagattoli, pelo convite.

Eu queria iniciar minha fala dizendo que a reforma agrária é um mandamento constitucional. A reforma agrária não está na discricionariedade do gestor de fazer ou de não fazer. A Constituição Federal de 1988 impõe ao Estado a desapropriação das terras que não cumpram sua função social para destiná-las à reforma agrária.

Como o Gustavo colocou, nós, hoje, temos cerca de 120 mil, 135 mil acampados já identificados, e são 135 mil pessoas com potencial de conflito. Então, a reforma agrária tem uma urgência, para que a gente possa reduzir os conflitos através do assentamento dessas famílias, mas, mais do que isso, a reforma agrária é uma política econômica. Ela não é uma política social apenas. O mais importante é que ela é uma política econômica, para a produção de alimentos e para trazer as terras que não estejam produzindo para a produção, principalmente de alimentos.

Então, se aquela terra não está cumprindo a função social, algum problema ela tem. Então, se ela é improdutiva, provavelmente ela tem algum problema em relação à localização, em relação à fertilidade do solo – o solo já pode estar desgastado –, de maneira que, para o produtor, fazer um investimento tão grande de capital não compensa. E aí, então, a terra acaba ficando improdutiva. Aquela terra boa, com bom acesso ao mercado, está produzindo bens e colocando esses bens no mercado.

O que a reforma agrária faz, Senador Jaime Bagattoli, é devolver essas terras que estão improdutivas para a produção de alimentos. Então, a reforma agrária é importante para o agronegócio, inclusive. Se a gente considerar que o agronegócio é produção, industrialização e comercialização de bens produzidos na agricultura, a reforma agrária é fundamental, porque a reforma agrária vai recuperar essas terras que estavam improdutivas e fazer com que elas produzam novamente mercadorias para serem colocadas na indústria e, depois, no comércio. Então, sem reforma agrária, não há agronegócio. O agronegócio também se prejudica se a reforma agrária for parada.

E, como o Senador Jaime Bagattoli colocou, a reforma agrária é importante para o próprio desenvolvimento humano, não é, Senador? O senhor colocou sobre Rondônia. É para que as pessoas possam prosperar, possam ter uma condição de vida melhor. E, com a produção de alimentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente a gente reduz a inflação, combate a inflação. A inflação de alimentos é combatida com a produção de alimentos, via reforma agrária.

Agora, como essa terra que entra na reforma agrária tem problemas, é preciso, então, que a gente faça uma estruturação desses assentamentos, e é a isso que o Ministério do Desenvolvimento Agrário está muito atento: poder recuperar e estruturar esses assentamentos que são criados. Então, são políticas públicas concomitantes: a criação e o desenvolvimento dos assentamentos.

Então, eu queria rapidamente trazer o que o MDA tem desenvolvido, em termos de política pública, para a estruturação de assentamentos, para fazer o que a gente ouve sempre o Ministro Paulo Teixeira falar, que é a criação de assentamentos "em berço de ouro", para que esses assentamentos já nasçam com estrutura, com possibilidade de investimentos públicos, para que ele possa prosperar mais rapidamente.

Então, a primeira política pública é o Crédito Instalação. A gente tem hoje dez modalidades de Crédito Instalação para os assentamentos da reforma agrária: o Crédito Apoio Inicial, o Crédito Fomento, o Fomento Jovem, o Fomento Mulher, o Crédito Semiárido, o Crédito Florestal, o Crédito Recuperação Ambiental, um crédito específico para o cacau, o Crédito Habitacional, para a construção de casas, e, anos depois, essas casas são reformadas pelo crédito de reforma da habitação.

Então, hoje são dez modalidades de crédito que o assentado da reforma agrária recebe, com destaque para o Apoio Inicial, para que ele compre sementes, maquinário ou instrumentos, de R$16 mil, e o Habitacional, de R$75 mil. Esses créditos têm bônus de adimplência, que podem chegar a 96%. Os valores de 2024 e 2025 chegam a R$1,3 bilhão, com destaque, então, para o crédito Habitação e o Apoio Inicial.

A outra linha de crédito que o Governo Federal tem para a agricultura familiar é o Pronaf, nas modalidades A, B e C. O Pronaf A e o C, destinados a assentados da reforma agrária, quilombolas, povos tradicionais e também àqueles beneficiários do crédito fundiário. Ele tem uma taxa de juros de 0,5% ao ano, com dez anos para pagamento, e um bônus de adimplência que pode chegar a 40%. O Pronaf B é para famílias um pouco mais estruturadas, que já têm uma renda um pouco maior, com taxa de juros de 0,5% ao ano, três anos para pagamento e bônus de adimplência de 25% a 40%.

Uma outra política pública que o MDA lançou recentemente, cerca de dois anos atrás, é o Mais Alimentos. O Mais Alimentos é a ideia de você trazer a mecanização adequada à agricultura familiar. A gente vê muito o maquinário voltado mais para a agricultura empresarial. Então, a ideia do Mais Alimentos é financiar a compra de maquinário específico para a agricultura familiar, em geral máquinas menores que se adequam e melhoram a produção familiar. Nessa linha, são cerca de R$12 bilhões em máquinas e equipamentos voltados para a agricultura familiar.

O MDA também tem incentivado o melhoramento genético do gado, para que as vacas deem mais leite, aumentando a renda daqueles agricultores familiares que trabalham com leite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O MDA melhorou muito o CAF, o Cadastro da Agricultura Familiar, e colocou diretamente os assentados da reforma agrária: são 400 mil assentados da reforma agrária que já entraram no CAF, e o CAF é a porta de entrada de políticas públicas e de financiamento bancário para a agricultura familiar. Então, houve um cuidado, desde o início de 2023, para aperfeiçoamento do CAF.

Uma outra questão que foi citada também pelo Senador Jaime Bagattoli é a questão do endividamento do agricultor familiar. O MDA promoveu o programa Desenrola Rural, que foi um programa de muito sucesso, que fez com que agricultores familiares que estavam inadimplentes e, por isso, não tinham acesso a crédito, pudessem, então, sair da lista de inadimplentes, limpar o nome com desconto de até 85%, para que possam tomar novos financiamentos para a produção. Foram beneficiados até agora 112 mil agricultores pelo Desenrola Rural.

Outro programa que o MDA também criou é o ProforEXT, que é a integração com a universidade. A universidade é ensino, pesquisa e extensão, extensão entendida como o retorno que a universidade dá para a sociedade. O conhecimento gerado na universidade através do ensino e pesquisa tem que voltar para a sociedade, a universidade interessa a toda a sociedade, e tem que voltar para as famílias do campo. Então, a ideia é formar pessoas que possam ajudar os assentados da reforma agrária com assistência técnica, com apoio, com estruturação, nos assentamentos da reforma agrária, através de parcerias entre o Governo Federal e as universidades. Hoje são 6 mil famílias beneficiadas, com 16 instituições de ensino que estão participando, e é uma iniciativa que tem sido bem-sucedida e que será então escalada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM – Outra política pública importante, já caminhando aqui para o final, para a estruturação dos assentamentos é a assistência técnica: a gente tem a Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica), que presta assistência técnica através de convênios e contratos, a gente está buscando parceria com o Senar, para beneficiar cerca de 100 mil famílias, e tem uma modalidade específica que é o Florestas Produtivas. Florestas Produtivas é uma assistência técnica voltada para a floresta em agricultura familiar de até um hectare, para que o agricultor familiar possa ter um reflorestamento com produtos como cacau, babaçu, cupuaçu, açaí, e possa então tirar renda das florestas. Ele vai ser o maior programa de agroflorestas do mundo. Já está com financiamento do próprio MDA, também da Caixa Econômica Federal e do BNDES.

A gente tem outras políticas públicas, falando aqui rapidamente: os editais Da Terra à Mesa, que são parcerias com organizações da sociedade civil, em várias linhas, vários eixos, eixo de sistema agroflorestal, eixo de sementes, de bioinsumos, produção animal, manejo agroecológico do solo e da água, máquinas, e os Quintais Produtivos. Os Quintais Produtivos merecem até um destaque, é uma política pública muito interessante, mais voltada para as mulheres rurais, para que o entorno da casa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultor familiar possa ser também produtivo, através de hortaliças. Então, os Quintais Produtivos têm sido também uma política pública para incremento da renda do agricultor familiar.

E, por fim, o Senador Jaime Bagattoli leu a pergunta da Maria, do Rio de Janeiro, que fala sobre as compras públicas, as necessidades do Estado, comprando da agricultura familiar. Nós temos hoje basicamente três programas para compras públicas: o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), e as Compras Institucionais. São programas em que o Governo Federal, através da Conab, compra a produção do agricultor familiar, para que ele já tenha garantida a compra, o mercado, quando vai plantar.

Por fim, o programa de incentivo ao cooperativismo. O Estatuto da Terra, quando desenhou a política pública da reforma agrária, ele se lastreou muito nas cooperativas. Na época, o assentado era até obrigado a se associar a uma cooperativa integrada da reforma agrária. Hoje, com a Constituição de 1988, ninguém é obrigado a se associar, mas existe um incentivo para que essas cooperativas possam tomar financiamentos e auxiliar os assentados para que eles possam produzir e comercializar em conjunto. É o Programa Coopera Mais Brasil, para fortalecimento das cooperativas, e um programa de apoio à implementação de agroindústrias.

E aí, finalizando a minha fala, o Senador Jaime Bagattoli colocou a questão das cláusulas resolutivas. Aqueles agricultores que compraram terras na década de 70, 80 e até hoje não tiveram suas cláusulas resolutivas liberadas. Há pouco tempo, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.757 para liberação das cláusulas resolutivas. Eu trabalhei junto com a equipe do MDA, com a equipe da Procuradoria Federal junto ao Incra, com os colegas do Incra no decreto que regulamentou essa lei, o Decreto 12.585. Fomos a Rondônia, onde o Presidente Lula assinou esse decreto. Então, o Incra vai automatizar essa liberação de cláusulas resolutivas para que esse problema, de décadas, possa ser, então, resolvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Carlos Henrique Gondim.

Consulto o Senador Jaime se ele... Parece que ele está querendo sair, está pressionado por outro compromisso. V. Exa. gostaria de fazer mais algum questionamento?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – É porque eu tenho que ir lá no... Vou ao Ministro da Assistência Social para nós discutirmos agora, daqui a pouco, aquela situação do emprego de safrista. Não temos mais mão de obra. Nós temos que resolver essa situação.

Mas quero dizer, Carlos Henrique, você, que é do MDA, eu quero dizer para você que a grande preocupação nossa, do pequeno produtor, é o crédito, é a assistência técnica, a infraestrutura para ele, porque não adianta nós entrarmos com assentamento... E como funciona: o que ele pode produzir, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele pode comercializar, não deixar que ele fique em monocultura. O pequeno produtor, principalmente, tem que trabalhar com o café, com o cacau, que hoje até são as duas *commodities* que estão melhores, o cacau e o café, que são da agricultura familiar. A vocação da agricultura familiar é o café, é o cacau, é o açaí, como você falou. Então, para isso, nós precisamos de recurso e de assistência técnica.

Mas eu quero deixar aqui um convite a todos os nossos oradores, ao nosso Senador Zequinha Marinho, a todos os que estão presentes hoje aqui, aos amigos de vocês que quiserem comparecer. Devido a essa reforma agrária que aconteceu em Rondônia, tem uma pessoa muito importante que vai receber uma honra ao mérito aqui no Senado. O nome dele é Assis Canuto. Ele é muito conhecido no Incra, da década de 70. Ele foi o grande idealizador do processo de colonização e reforma agrária que, na verdade, moldou o futuro do Estado de Rondônia.

Ele já... Como se diz, a velocidade já passou dos 80. É uma pessoa íntegra. Já foi Deputado Federal, foi Vice-Governador do Estado de Rondônia. Foi um homem que deu uma contribuição... Se tem alguém que deu uma contribuição para o Estado de Rondônia na questão de reforma agrária foi Assis Canuto. Então, estão todos convidados, segunda-feira, a partir das 10h da manhã. Eu gostaria que o pessoal do Incra... Muita gente do Incra o conhece, e vai ser aqui no Plenário do Senado.

Senador Zequinha Marinho, tenho que ir porque o compromisso me espera e preciso ir lá, senão eu não consigo falar com o Ministro hoje.

Muito obrigado, obrigado a todos os convidados que participaram e fizeram as suas colocações. E vamos resolver esse problema da nossa reforma agrária, para resolver o nosso problema do nosso pequeno produtor rural.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu, Senador.

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM – Senador Jaime Bagattoli, o MDA fica, então, à disposição para colaborar com esse grupo de trabalho no que for necessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Do pessoal que acompanha pelo e-Cidadania, nós temos aqui o Josué, de São Paulo, que pergunta: "Por que o cidadão que está no programa de auxílio do Governo e se declara agricultor não pode receber uma quantidade de terras para plantar?".

Renato, do Rio de Janeiro: "Como disseminar na população o procedimento correto e legal de denunciar a existência de um [...] [terreno improdutivo]?".

Luan, da Bahia: "Gostaria de saber o porquê de o Brasil não ter uma reforma agrária até hoje [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ivan, do Paraná: "Por que estados, como Pará, doam terras para grandes grileiros de forma ágil e o Governo é tão lento para destinar terras para famílias?". Interessante isso aqui, né? Doa terra para grileiro...

Alguns comentários.

Clemente, de Santa Catarina, comenta o seguinte: "Em havendo área para assentamento, o lote do assentamento deverá ter o título de propriedade ao assentado com registro em cartório".

Jacques, de São Paulo, comenta: "Reforma Agrária é dignidade: 1% concentra a terra, mas é a agricultura familiar que garante comida na mesa do Brasil".

Victor, do Rio de Janeiro, comenta também: "Os programas de reforma agrária devem também contemplar a reforma urbana", gostei, "levando habitação", já aí enrola aqui o negócio, "de especulação imobiliária para a população". Estão erradas aqui as colocações, com certeza a pessoa não copiou direito.

Nós vamos ouvir agora a última exposição, pela Dra. Thaís Brito de Oliveira, que é Diretora de Caracterização e Incorporação de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), ligada ao MGI.

Dra. Thaís Brito, por favor.

A SRA. THAÍS BRITO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Zequinha Marinho. Cumprimento os demais presentes. Trago aqui os cumprimentos da Ministra Esther Dweck e da Secretária do Patrimônio da União, Carolina Stuchi, agradecendo a oportunidade de estar expondo aqui o trabalho da SPU, neste debate, e trazendo um pouco também do nosso programa, que é o Programa Imóvel da Gente.

Rapidamente aqui os números da SPU: é uma instituição de mais de 170 anos, e a gente tem cadastrados em nossa base mais de 700 mil imóveis, e imóveis de diversas naturezas.

Então, dentro da nossa base, ainda que a gente não faça gestão direta disso, a gente tem as terras indígenas, os territórios de fronteira, os sítios arqueológicos e outros sobre os quais a gente faz gestão direta, como os terrenos de marinha. A gente também faz gestão territorial das praias marítimas e fluviais. Fazemos gestão dos bens de uso comum do povo e de outros imóveis previstos no art. 20 da Constituição Federal.

Nesse Governo, nessa nova gestão, o Presidente Lula encomendou à Ministra Esther que, então, fizesse o levantamento do nosso patrimônio com o objetivo de destinar melhor esses imóveis, sobretudo aqueles que estavam abandonados, para transformá-los em moradia decente, em imóveis para as políticas públicas que dessem retorno direto para a sociedade.

Então, toda a nossa equipe está priorizando as destinações de imóveis para as políticas públicas. E aí é que entra o nosso Programa Imóvel da Gente, lançado em fevereiro de 2024.

Nós já trouxemos números aqui de janeiro de 2023 a julho de 2025, alguns números interessantes: nesse período, nós já destinamos mais de mil imóveis, 1.192 imóveis, o que beneficiou mais de 400 mil famílias, com 469 municípios beneficiados. Eu trouxe aqui alguns destaques, mas, também, dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse número, a gente tem escola, postos de saúde, vários tipos de infraestrutura para municípios e estados.

E aqui são alguns números de habitação de interesse social: a gente destinou mais de 43 imóveis em parceria com o Minha Casa, Minha Vida para atendimento a mais de 7 mil famílias.

O maior número dessas 400 mil famílias beneficiadas é de regularização fundiária em núcleos urbanos.

A gente também atendeu à política de reforma agrária com 16 imóveis para 720 famílias beneficiadas e também para povos e comunidades tradicionais, abrangendo mais de 3 mil famílias com 147 imóveis.

E a gente tem, de uma forma pública, em nossos *sites*, uma forma de requerer imóvel da União, que é o Sisrei, um sistema nosso – deixo aqui as formas de conexão, além, é claro, dos contatos das nossas superintendências. A gente tem superintendência em todas as capitais da Federação. E temos nossa forma de entrada controlada, inclusive com filas controladas e datas dos imóveis da União.

Falando rapidamente aqui do nosso fluxo de trabalho no Incra-SPU, a gente tem um acordo de cooperação técnica para melhorar os nossos fluxos de trabalho. A política de reforma agrária é mais um dos pedidos dos requerentes junto ao nosso Programa Imóvel da Gente para políticas públicas, então, a gente tem um fluxo aqui: o Incra estrutura um pedido para a SPU com toda a viabilidade de criação de um assentamento naquela região, então a gente já recebe toda a documentação de viabilidade, dados ambientais, a avaliação desse imóvel, tudo o que pode ser analisado pela nossa equipe também, de que realmente aquela terra é viável para virar um assentamento, para se fazer reforma agrária naquela terra nossa. As nossas superintendências recepcionam esses pedidos, e a gente tem uma certa governança sobre a destinação dessa área.

A gente tem um instrumento específico para o Incra, que é o termo de transferência de domínio, em que a gente destina essas áreas, então, para a reforma agrária. Eu só trouxe esses números, de 2023 para cá, não trouxe números anteriores a esses, mas a gente faz um acompanhamento dessas destinações para que elas realmente atinjam o objetivo delas.

A gente tem melhorado esses nossos fluxos de trabalho com o Incra, a gente vem buscando celeridade nas nossas destinações, o que já resulta em alguns números interessantes.

Então, rapidamente, nosso recado aqui principal é que a gente tem esse programa, nossas equipes aqui estão focadas em atender às políticas públicas e dar retorno dos nossos imóveis à sociedade.

E nós nos colocamos à disposição para maiores detalhes e outras informações que sejam necessárias.

Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, doutora.

Assim, nós encerramos as exposições.

Como a gente está aqui bem reduzido, eu gostaria de fazer... Vou contar aqui com a compreensão de todo mundo da mesa, rapidamente; também do Dr. João Pedro, que está remoto, que fez uma boa exposição.

Na minha família, meu pai era agricultor familiar, não nos modelos modernos, mas lá atrás, quando o Brasil era outro. Então, eu sou de dentro da convivência, enfim, por muitos anos trabalhando com eles lá.

Eu queria só fazer algumas perguntinhas para melhorar conhecimento.

João Pedro colocou ali na exposição, numa das lâminas, dando um resumo: 9.917 assentamentos... Pronto, acabou o celular aqui. São 9.917 assentamentos no Brasil, 93,5 milhões de hectares, nesses projetos todos, o que corresponde a 11% do território nacional.

Quantos por cento desse um milhão de famílias assentadas no Brasil todo têm documento da terra? Essa terra já está documentada em nome do assentado? Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer.

Uma outra coisa, e aí eu preciso da sua ajuda efetivamente, é no Mais Alimentos. O Mais Alimentos não funciona no meu estado, e o meu estado é significativo nesse contexto ali. Nós temos lá 1.138 projetos de assentamento, até um tempo desse, e quase 250 mil famílias assentadas. Lá não funciona o Mais Alimentos.

No começo, fez-se alguma coisa, depois parou, e eu não sei qual é o problema, se é no Banco do Brasil... Tem uma burocracia que travou isso lá. E eu preciso de ajuda, porque o cara que faz hoje a política de aquisição de máquina para agricultura familiar sou eu e mais alguns poucos Deputados Federais lá do estado que fazem isso, senão o cara não tem acesso.

Aí eu aproveito o assunto para acrescentar mais alguma coisa. Um tratorzinho agrícola, uns implementos básicos – não estou falando de todos, mas uns três aí que funcionam – estão custando aí em torno de quase R$400 mil. Um carro bom, sempre eu falo aqui, um carro de luxo, talvez não custe isso. Não é tão luxo assim, mas é um carro que talvez não custe isso. Quem é que usa o trator e quem é que usa o carro de luxo? Por que um trator agrícola, primeira necessidade para alguém pobre, custa um tanto desse? É mais caro do que um carro de luxo. Esse negócio está errado. Se o Governo tem vontade de ajudar, por que não tira aí a carga tributária desses equipamentos destinados estritamente à agricultura familiar, para que esse preço caia e esse pessoal tenha acesso a uma agricultura mais tecnificada? É uma sugestão aqui que eu estou deixando para os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse negócio do Mais Alimentos lá não deu certo, pode dar certo em alguns outros lugares, mas lá no Pará não deu. Se você reduzir o imposto da máquina e dos implementos, é natural, vai cair, e aí o pessoal vai começar a ter acesso à agricultura.

Qual é o problema lá também? Nós estamos no coração da Amazônia. Há problema de emissão de CO_2, problema de queimadas, problema de tanta coisa... Com equipamento, você reutiliza a terra a vida toda. É claro que não é só equipamento, porque, na medida em que eu não queimo, eu vou ter que ter acesso também a fertilizantes, porque, lamentavelmente, a queimada traz o potássio, e o negócio vai embora. Aqui, se eu fico sem potássio, ou eu tenho fertilizante ou não produzo nada, porque a terra não responde – pelo menos, lá no meu estado é assim. Então, é outra sugestão que eu quero deixar.

O Governo Federal ampliou significativamente os polos dos institutos federais no Brasil todo, incluindo no meu estado. Vários polos do IF (instituto federal) estão lá, formando meninas e meninos, garotos, em técnicos em agropecuária. Eu queria ver – eu acho que é até natural – aqueles meninos se envolvendo na agricultura familiar dos projetos de assentamento que nós temos lá. São mais de mil, há uma grande população lá.

Nesses dias, eu visitei um polo do IF, e a diretora estava quase desesperada, coitada, em função da questão alimentar, porque o dinheiro era pouco. E eu fiquei assim: "Não dá para esses meninos produzirem aqui a verdura, essas coisas que se produzem em hortas, até como forma de dar aula prática para quem está fazendo um curso técnico em agropecuária?". Eu achei um pouco estranho uma escola técnica em agricultura e pecuária não produzir o "basicão", que eu posso tirar da horta, para ajudar na própria alimentação.

Esses meninos estão sendo formados muito teoricamente, no meu ponto de vista – é claro que não mergulhei mais, mas a impressão, a percepção é essa. O assentamento está logo ali do lado, e esses meninos, à medida que vão avançando no curso, precisam aprender na prática como é que isso funciona.

Fica aqui mais uma vez a deixa, a sugestão para que, de repente, os polos – que são muitos lá no Pará – contribuam, porque uma das coisas que a gente vê muito dentro do assentamento é que o pequeno agricultor lá – desculpe, estou meio de costas – não sabe ainda transformar o limão em limonada. O que eu quero dizer com esse negócio? Eu tenho terra, um bocado de coisa, mas não sei fazer aquilo virar resultado, então eu preciso aprender a empreender.

Os nossos projetos de assentamento poderiam trazer um estrondo de produção lá no Pará, no entanto... Eu vou dar aqui um dado: por exemplo, 97% da banana consumida no Pará vem de fora; todo tomate consumido no Pará, que tem quase 9 milhões de habitantes, vem de fora. Junto com isso, chega também o quiabo... Aquela amarga? Como que é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... o jiló – obrigado! – e tantas outras coisas.

Nós estamos lá cheios de escola técnica, cheios de assentamento, e a gente não produz nada disso. A sociedade investiu no assentamento e quer retorno desse assentamento. A gente compra tudo isso aqui do Centro-Oeste, daqui perto, Anápolis, Goiânia, Goianápolis, sei lá, vai alguma coisa do Nordeste, pouca coisa do Sudeste, o caminhão roda dois dias para chegar no Pará e entrar no Pará, que é um país, e nós temos lá escolas, nós temos lá assentamento, nós temos lá tudo. Quando é que nós vamos começar a produzir alguma coisa que realmente ajude não só na renda aqui, mas também na mudança das coisas na questão da alimentação? Esse é um questionamento que eu gostaria de fazer, porque a minha realidade lá não é fácil.

Se não tiver daqui para lá alguma coisa que possa orientar, e vocês estão aqui muito bem estruturados, com o organograma das funções e tal, fazendo um esforço para isso chegar um pouco perto desses assentamentos, como é que... Eu sei que o Senar, que é um grande parceiro, tem dois cursos lá. Um é para quem tem ensino médio, chamado Empreendedor Rural. É gestão e empreendedorismo. O cara faz o diagnóstico da própria terra, não interessa o tamanho dela, e, em cima daquilo, faz o curso e sai dali um gestor. O outro é o programa, parece-me, Negócio Certo Rural – faz tanto tempo que eu vi isso –, de 40 horas, para qualquer pessoa que sabe pegar uma calculadorazinha ou o celular. Assim aprende, em 40 horas, e sai dali um cara bem melhor.

Se o Incra fizesse uma parceria forte com o Senar para ajudar nossos assentados, eu tenho certeza de que a gente melhoraria a vida de muita gente no estado, muita gente, e também a produção. Porque muitas vezes o assentado está lá, ele morava numa periferia, não produzia nada, foi para lá para ganhar aquela terra e tentar sobreviver daquela terra ali, mas se não tiver uma ajuda para clarear o caminho para ele, é muito difícil. Ele fica ali dando uma diária para um, ganha um dinheirinho aqui, ganha um dinheirinho ali, corre lá na cidade, na vila, e compra coisa que ele mesmo produziu ou poderia produzir. Compra farinha, nós consumimos muita farinha lá, compra ovos de galinha – por que ele não pode criar galinhas? –, compra óleo de soja, e pode aqui ter um porquinho, que tem a gordura, a proteína. Então, com um bocado de coisa simples, de repente, você pode mudar a vida desses caras que moram ali mesmo sem muita zoada.

Rapidinho aqui.

Quando você fala na questão ambiental, eu vejo o Ibama fazendo umas coisas lá no meu estado, na Amazônia toda, que são coisas de louco. Não se faz aquilo em lugar nenhum do mundo, mas se faz lá na Amazônia. A gente não ensina nada. A gente vai lá, o Ibama vai lá, cobra multa, e tem gente lá que, se viver dez vezes e nessas dez vezes vender tudo que tem, a mulher com os meninos, não paga as multas que já recebeu do Ibama. É uma coisa, assim, fora do comum. Eu acho até... "Meu Deus, que cabeça é essa?". Não paga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o Incra também, já que o negócio é sustentabilidade e todos nós precisamos aprender, não dá uma mãozinha nisso para o cara saber utilizar melhor e de forma sustentável a sua terra, para que amanhã ele não seja uma pessoa cujo CPF nunca mais vai sair do pau por causa de uma multa que ele jamais vai dar conta de pagar na vida? É um negócio que a gente não consegue entender, sabe?

Eu quero aproveitar para sugerir isso aqui também. Tenho certeza de que a boa vontade dos senhores de fazer a coisa rodar lá na base é muito grande, não é? Fazer uma pessoa que está num assentamento do Incra, porque cometeu um crime ali, achando que ele tinha direito... Até um tempo desse, parece que desmatar três hectares por ano sem licença... Isso não é mais permitido. Agora ele vai lá e desmata, o cara chega lá e o manda embora, com a mulher e os meninos. Se não tirar os cachorros, fica... Não é assim a vida, não é? Não é assim. Então, ensinar o que é sustentabilidade para que ele viva na terra e tente trabalhar dentro daquilo que é correto do ponto de vista ambiental, social e econômico, porque sustentabilidade tem que ter esse tripé, eu acho que é muito importante.

Por último, o documento da terra. Lá no meu estado, que tem esse tanto de assentamentos que eu acabei de falar, o objeto de desejo... Se quiser ver um monte de gente se matando aqui, fala que vai conseguir arrumar o documento da terra dele. O objeto de desejo não só do agricultor familiar, mas no caso aqui eu estou me referindo apenas ao agricultor familiar, é o documento da terra. Certo? Fala assim: "Olhe, tem na lua". Ele vai dar um jeito de ir lá buscar na lua, porque ele precisa disso. É uma necessidade que nasce nas entranhas do coração dele, porque ele se sente seguro, e ele tem, digamos, aquilo ali para deixar para o filho, para a esposa, caso ele venha a falhar amanhã.

Então, do apelo que eu quero fazer aqui, dentro de tantas coisas, o mais importante de todos é essa questão. Você não pode ter um assentamento antigo, com 30, 40 anos e ainda não ter entregado esse documentozinho para ele, não é? A gente pode fazer parceria? Pode. Eu vou caprichar nas emendas de Comissão aqui para tentar ajudar o Incra. Se o Incra quiser, nós vamos botar dinheiro para ir fazendo todo ano, regularizando, arrumando a terrinha. Quando eu arrumo o documento da terra, além do ânimo que eu vou dar para essa pessoa, a terra dele valoriza, ele pode ir ao banco fazer o financiamento. Enfim, muda tudo. E para o nosso estado...

Para vocês terem uma noção, todo mundo, até um tempo desse, quando eu falava ou a gente falava em Mapa da Fome no Brasil, dizia: "Ah, coitado do Nordeste. Ah, coitado do Nordeste, onde não chove". O Mapa da Fome no Brasil não está mais no Nordeste. Esqueçam. O Mapa da Fome no Brasil está no Norte. E o estado campeão da Região Norte em insegurança alimentar, que é o nome bonito que o Governo dá para a fome, é lá o meu estado, tanto na insegurança alimentar grave, que é a fome brava mesmo, quanto na moderada, que é, como diziam minhas filhas quando adolescentes, o mais ou menos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí você tem que buscar as causas disso. As causas estão ligadas à questão ambiental e ao problema fundiário. Há uma migração do interior para vir para a periferia. E na cidade, se você não tiver dinheiro, você não compra. Se você não compra, você não come, né? É fácil identificar isso.

Eu comecei a andar no interior, quando eu vi esses dados do IBGE, do Banco Mundial, do Pnad, eu digo, "não é possível um negócio desses". Eu digo, "eu vou atrás disso, eu vou começar", né? Achei. O cara é expulso de algum lugar, vem para a cidade tentar sobreviver ali... Por exemplo, nós tínhamos uma reserva, uma terra indígena que não tinha índio, mas virou terra indígena, que tinha 2,5 mil famílias. Foi feita a desintrusão. O cara não tem para onde ir, né? Fica na beira, no meio da estrada, com a trouxa na cabeça, a mulher e os meninos. No primeiro pau de arara que passa, ele pega uma carona e acaba por chegar em algum lugar. E ali vão-se criando naquela cidade os bolsões de pobreza e de miséria nas periferias. Um dia trabalha, come; outro dia, dois dias não acha trabalho. E aí o IBGE termina tendo razão, né? A gente precisa combater isso.

O Obama – como se diz, foi o cara lá dos Estados Unidos – disse que o melhor investimento que um governo pode fazer para atacar a pobreza e a miséria é em agricultura, porque na agricultura eu resolvo o meu problema básico: alimentação. E aquilo que sobra, o excedente, eu vendo e faço dinheiro. Então, a agricultura familiar é a chave para a gente tirar, sabe, esmagar essa peste que ronda um país maravilhoso como esse, que é a pobreza e a miséria.

Muito obrigado aqui, minhas considerações eram essas. Eu passo rapidamente para em três minutos, os senhores fazerem as suas considerações, começando... Vamos pegar o João Pedro, que está remotamente, nosso Diretor do Incra. Está no Amazonas ou está aqui em Brasília? Está em Manaus. Dr. João Pedro, Senador João Pedro, suas considerações finais, por favor.

O SR. JOÃO PEDRO GONÇALVES DA COSTA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Mais uma vez, boa tarde a todos e a todas. E, assim, quero agradecer ao Senador Zequinha, que é da Amazônia, que conhece a nossa realidade.

Digo da relevância deste momento de estarmos fazendo essa discussão num espaço de poder que é o Senado, né? E nós aqui fazendo esses esclarecimentos, chamando a atenção para a relevância da pauta da reforma agrária.

Eu quero, nesses minutos finais, chamar a atenção para a queda da violência no campo. São dados da CPT, neste ano, de que a violência no campo caiu em 72%. Em 72%! Isso é importante registrar. Evidentemente que o resultado dessa queda é por conta das políticas públicas que estão sendo executadas, tratadas. E de forma muito transparente.

Nós podemos fazer mais. Nós podemos fazer melhor. Mas nós retomamos com muita vontade – o Incra, e não só o Incra, não só o Incra; nós temos muitos parceiros comprometidos – a pauta da reforma agrária. Só na pauta quilombola, mais de 140 territórios quilombolas foram assistidos, atendidos nesses últimos dois anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado pelo espaço.

Continue sendo este parceiro, Senador Zequinha, da reforma agrária, da reforma agrária aí no Estado do Pará, um estado em que nós temos três superintendências. Justamente isso reflete a pressão, a necessidade de políticas públicas, da destinação comprometida em enxergar essas populações que precisam da terra. Então, assim, continue sendo parceiro, faça as emendas para o Incra. E este debate é tão importante! Por exemplo, os recursos no Orçamento para infraestrutura foram diminuídos nesses últimos anos. Então, foram retiradas do Incra competências, como, por exemplo, a de construir poços artesianos.

Então, muito obrigado, um abraço a todos e todas que participaram, de forma direta ou indiretamente, desta discussão no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, meu sempre Senador João Pedro.

A Dra. Thaís Brito está nos ouvindo ainda?

A SRA. THAÍS BRITO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Estou, sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Rapidamente, para as suas considerações finais, Thaís.

A SRA. THAÍS BRITO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Só quero agradecer realmente o convite para estar aqui neste debate, dizer que ele é de grande relevância para o desenvolvimento deste país – a agricultura familiar tem um peso importante aqui na nossa formação como país – e colocar a SPU à disposição sempre.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos ouvir agora o Dr. Gustavo Souto de Noronha.

O SR. GUSTAVO SOUTO DE NORONHA (Para expor.) – Mais uma vez quero agradecer, Senador Zequinha, o convite para a gente debater aqui a questão da reforma agrária. Acho muito importante a gente estar pautando isso.

Queria só fazer alguns comentários a partir... Depois, sobre os números exatos, vocês pedem que a gente informa os números em que tiverem alguma questão de dúvida.

Mas eu queria dizer que a gente já titulou, desde o início do Governo, assim, mais de 150 mil... Quase 150 mil títulos já foram emitidos, e não são títulos que ficam nas gavetas, como andaram ficando em tempos anteriores no Incra, não são CROs, que não servem para nada. Então, são quase 150 mil documentos titulatórios emitidos desde que a gente veio à gestão, que são documentos que têm validade, que não são documentos de ficção, como se andou fazendo por aí durante um período. Então, acho que esse é um ponto importante de a gente destacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queria colocar que a gente está sempre aberto a todas as parcerias. Vamos procurar o Senar, vamos construir alguma estratégia com os IFs. Lá no Pará mesmo, ali em Marabá, tem um IF que é dentro de um assentamento, ali na região de Marabá.

Aliás, Senador, eu passei as últimas duas semanas, a maior parte dos dias, lá no Pará, andei pelas três superintendências, fazendo reuniões, articulando e fazendo com que nas nossas metas lá para o Estado do Pará, seja inclusão de famílias no PNRA, seja de titulação, a gente avance, Senador.

Então, você tenha a certeza também, aproveitando que o senhor é do Pará, que o Pará é uma das nossas principais prioridades. E conte conosco lá no Estado do Pará.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO SOUTO DE NORONHA – O recado final que eu queria deixar aqui é entender que a reforma agrária é uma necessidade do povo brasileiro, ela não só está na Constituição, mas ela está na história da luta do povo brasileiro. A primeira pessoa que falou em reforma agrária na história do Brasil, eu não sei se vocês sabem, foi o nosso patriarca da Independência, José Bonifácio. Então, os ideais que promoveram a Independência do Brasil estão intrinsecamente relacionados à questão da reforma agrária.

Queria encerrar a minha fala, lembrando o saudoso Papa Francisco, que colocava para a gente: "Nenhuma família sem [...] [teto], nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos". Então, eu queria deixar as palavras do Papa Francisco como nossa reflexão final.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

Quero convidar agora o Dr. Ronald Balbe, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (CGU).

Vamos lá.

O SR. RONALD DA SILVA BALBE (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Só tenho a agradecer a oportunidade de poder falar sobre o trabalho que a CGU desempenha. Nesse contexto, a CGU desempenha oferecendo avaliações para que os ministérios, especialmente, aqui no caso, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, possam prestar melhores serviços, possam aplicar melhor os recursos. Participar de um evento aqui, de uma audiência como essa aqui no Senado é também uma oportunidade para poder colaborar também com o Parlamento na sua função de fiscalização e na sua função também de produção legislativa. Por isso que a gente traz as informações e fica à disposição para poder colaborar naquilo que for necessário.

Muito obrigado, uma saudação.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Doutor.

Quero convidar agora a Dra. Maria Gabriela Nascimento Aleixo Freire, do TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA GABRIELA NASCIMENTO ALEIXO FREIRE (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade desse debate sobre esse assunto tão relevante que é a justiça social e a agricultura familiar e dizer que o TCU está sempre à disposição para apresentar nossos trabalhos, nossos resultados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Doutora.

Agora, por último, o Dr. Carlos Henrique, por favor.

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Zequinha Marinho. Vou responder rapidamente às indagações de V. Exa.

V. Exa. colocou sobre assistência técnica para questões ambientais: eu acho que isso é uma questão cada vez mais necessária. E quero noticiar que o Incra, a Procuradoria do Incra tem trabalhado junto com o Ibama, MDA, MMA e a Advocacia-Geral da União para fazer desembargo de assentamentos, justamente para que a gente possa fazer a regularização ambiental dos assentamentos que foram embargados pelo Ibama. Então, eu acho que é uma boa oportunidade de a gente ampliar também para experiências no Estado do Pará.

Sobre os institutos federais de educação no Pará, eu acho que a ideia de expandir o ProfoREX para esses institutos é bem interessante, porque a extensão vai se adequar à realidade local, a gente fazendo a parceria com a instituição de ensino local. É claro que a realidade no Pará é completamente diferente da realidade no Centro-Oeste e no Sul, então acho que é importante.

Sobre o Mais Alimentos, eu vou passar pessoalmente a sua demanda, Senador, para o Superintendente do MDA no Pará, para ver o que travou ali no Mais Alimentos, para que a gente possa resolver.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Tem que conversar com o Banco do Brasil também.

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM – Perfeito, perfeito. Eu vou encaminhar essa demanda pessoalmente, assim como a ideia da parceria com o Senar – também falar com o Superintendente no Pará.

Sobre o custo dos tratores, que ainda é muito alto, acho que a gente pode pensar também na aquisição por cooperativas nesses casos, porque aí se dilui o custo.

Em relação à titulação, a gente tem vários desafios da titulação, né? Aquele modelo tradicional de reforma agrária, num processo de desapropriação que dura dez, vinte anos, acaba dificultando a titulação, porque a titulação só pode ser feita quando o Incra adquire a propriedade para poder passá-la, então, para os assentados, né?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM – O decreto do Terra da Gente, o 11.995, trouxe várias modalidades de obtenção diversas da desapropriação para fins de reforma agrária, né? Então, a gente acredita... Inclusive a gente conta com o apoio de V. Exa. para que o Decreto 11.995 permaneça hígido. Ele é objeto de alguns projetos de decretos legislativos que talvez não tenham compreendido a importância de a gente diversificar os modos de obtenção, justamente para acelerar o processo de obtenção e de titulação, né?

Agradeço ao Senador pelas emendas que virão para titulação. São muito bem-vindas! Eu espero que a gente possa estar junto com o Ministro Paulo Teixeira e o Senador Zequinha Marinho, no Pará, entregando títulos da reforma agrária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Amém.

Muito obrigado a todos.

Eu quero neste momento trazer um item extrapauta, que é um requerimento.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 34, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o processo de regularização ambiental e análise do Cadastro Ambiental Rural - CAR, no contexto dos editais de embargo geral preventivo de notificação exarados pelo IBAMA.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Senhor MAUREN LAZZARETTI, Secretário de Estado de Meio Ambiente do MATO GROSSO;

• o Senhor MARCO ANTONIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS, Secretário de Estado de Desenvolvimento Ambiental de RONDÔNIA;

• o Senhor RAUL PROTAZIO ROMÃO, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do PARÁ;

• o Senhor EDUARDO COSTA TAVEIRA, Secretário de Estado de Meio Ambiente do AMAZONAS;

• o Senhor GUSTAVO PICANÇO FEITOZA, Diretor-Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do AMAZONAS;

• o Senhor LEONARDO CARVALHO, Secretário de Estado de Meio Ambiente do ACRE.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão CRATERRAS.

E aqui tem uma relação de convidados.

A autoria é do Senador Hamilton Mourão, subscrita por esta Presidência.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Comunicado da Presidência, orçamento da CRA.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal divulga novo cronograma.

Emenda RP 8/LOA 2025. O segundo momento de liberação das indicações para as programações decorrentes da emenda RP 8 desta Comissão à LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006.

As sugestões de indicação deverão ser encaminhadas pelo Sistema de Indicação de Emendas de Comissão (Sinec).

Novo prazo: até dia 16 de setembro, terça-feira.

Nova data de deliberação: 24 de setembro, quarta-feira, às 14h.

É papel aqui que não termina mais.

Quero aqui agradecer a presença de todos os senhores, de todos os nossos expositores que, tão bondosamente, puderam comparecer, assim como os demais que, remotamente, também trouxeram sua contribuição. Estamos aqui sempre querendo melhorar o Brasil, não é? E nessa área, então, a gente precisa começar tudo.

Um dia eu quero ver paz e prosperidade no campo, com a regularização fundiária, e todo mundo trabalhando tranquilo e fazendo o alimento chegar cada vez mais barato à mesa do brasileiro.

Agradeço mais uma vez a presença de todos os Srs. Senadores que aqui estiveram.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e três minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Beto Faro, Augusta Brito, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, atendendo ao Requerimento número 33/2025 - CRA, de autoria Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Debater a criação pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) da: Área de Proteção Ambiental do Paleocanal do Rio Tocantins, que gera impactos negativos à atividade econômica nos municípios paraenses de Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga; e da Área de Proteção Ambiental do Bico do Papagaio, que atinge os municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia e mais três municípios do Estado do Tocantins, além de dois do Estado do Maranhão. Participantes: Kelen Luciana Leite, Coordenadora-Geral de Criação e Planejamento de Unidades de Conservação da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); André Luis Macedo Vieira, Chefe do Núcleo de Gestão Integrada de Carajás (NGI Carajás) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Luís Gustavo Trovo Garcia, Advogado e representante do Sindicato Rural de Marabá/PA e do Sindicato dos Produtores Rurais de Itupiranga/PA; Marcelo Norkey Duarte Pereira, membro do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu; Jeilson dos Reis Santos, Prefeito municipal de Bom Jesus do Tocantins/PA; Rogério Romão, Presidente do Sindicato Rural de Bom Jesus do Tocantins/PA; Antônio Carlos Cunha Sá, Prefeito municipal de Marabá/PA; Antônio Nanô de Freitas, Vice-Prefeito de Bom Jesus do Tocantins/PA; Fernando Henrique Pereira da Silva, Vereador do município de Marabá/PA; e Deputado Federal Delegado Caveira, PL/PA. Resultado: Audiência Pública realizada. A presidência registra a presença de José Roberto Barbosa, do Grupo Petrocity. Comunicado da Presidência sobre o Orçamento CRA, emenda RP8, LOA 2025: Esta Presidência ratifica o seguinte cronograma - segundo momento para apresentação de indicações à emenda RP8 desta Comissão pelo sistema Sinec e apresentação de alterações das indicações aprovadas no primeiro momento, em 26 de agosto do corrente. As alterações deverão ser oficiadas a esta Presidência pelo sistema Sedol. Encerramento do prazo: dia 16 de setembro; a deliberação será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia 23. 2ª Parte - Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 1282, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para modificar disposições relativas ao Fundo Garantia-Safra e ao Benefício Garantia-Safra.". Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Augusta Brito. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto. Aprovada minuta de requerimento da urgência a ser apresentado perante o Plenário do Senado Federal, o Requerimento número 35/2025-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. Item Extrapauta 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 35, de 2025: "Nos termos do artigo 336 combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a apresentação de minuta de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o PL 1282/2024, que 'altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para modificar disposições relativas ao Fundo Garantia-Safra e ao Benefício Garantia-Safra'." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Usam da palavra: a Senadora Augusta Brito, o Senador Jaime Bagattoli e o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Zequinha Marinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Quero, desde já, agradecer a presença de cada um e convidar os que estão lá atrás para chegarem para cá.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a criação, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): de Área de Proteção Ambiental (APA) do Paleocanal do Rio Tocantins, que gera impactos negativos à atividade econômica dos municípios paraenses de Nova Ipixuna, Marabá e Itupiranga; e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Bico do Papagaio, que atinge os municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins, São João do Araguaia e mais três municípios do Estado do Tocantins, além de dois municípios do Estado do Maranhão, em atendimento ao Requerimento 33, de 2025, da CRA, iniciativa desta Presidência.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de pedir a inversão da pauta da reunião, se for necessário. Já também quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa da audiência pública e pelos trabalhos que vem fazendo à frente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senadora.

Então, vamos à inversão de pauta.

Na parte deliberativa, item único.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI Nº 1282, DE 2024
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para modificar disposições relativas ao Fundo Garantia-Safra e ao Benefício Garantia-Safra.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Augusta Brito

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Votação simbólica

> CAE (NT) > Plenário (T)

Autoria: Deputado Federal Carlos Veras, do PT do Pernambuco.

Concedo a palavra à Senadora Augusta Brito para proferir a leitura do seu relatório.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero já pedir permissão para começar a leitura do relatório pela análise, se o Presidente permitir. (*Pausa.*)

Começar a leitura pela análise, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode ser, sim.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos e todas aqui presentes, todos os convidados da audiência pública, que aqui estão, o nosso Presidente Zequinha Marinho.

Vou começar a leitura pela análise.

Compete à CRA, nos termos do Regimento Interno, opinar sobre proposições que tratam de política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural. Na oportunidade, por não ser terminativo, analisam-se principalmente aspectos de mérito do PL nº 1.282, de 2024.

Entendemos que a proposta é meritória e merece prosperar, pois as medidas elencadas pelo projeto podem melhorar as condições atuais do Garantia-Safra, mantendo o objetivo central de assegurar uma renda mínima para a manutenção da agricultura familiar nos municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico.

Cumpre lembrar que o Garantia-Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e tem como objetivo garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico.

Entre as medidas previstas no projeto em análise, destaca-se a diminuição de 50% para 40%, o mínimo de perda de safra para o agricultor familiar acessar o benefício Garantia-Safra. Só fazendo aqui um parêntese, essa é uma das reivindicações, de tantos agricultores da agricultura familiar, sobretudo também dos Prefeitos, sobre essa comprovação dessa perda, diminuindo de 50% para 40%, o que vai facilitar muito para que eles possam realmente acessar o Garantia-Safra.

E o Garantia-Safra deve ser destacado como uma proposta também que contribui para melhorar os critérios para os municípios, assim como eu já comentei, acessarem esse fundo. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra vantagem que eu diria aqui também é exatamente o parcelamento, que vai passar de seis parcelas para três. Então, vai diminuir... Tanto vai aumentar a parcela – vai ser um valor maior –, como o tempo que esses agricultores vão poder acessar esses créditos. Tais medidas são fundamentais para aprimorar as estratégias de seguro para nossos pequenos produtores rurais, razão pela qual devem ser apoiadas no âmbito desta Comissão.

Vou ao voto.

Diante do exposto, nós somos pela aprovação do PL 1.282, de 2024.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo alguém para discuti-la, eu encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação.

Quero aqui parabenizar...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer mais um, se fosse possível, pedido de urgência, também, para que a gente pudesse levar o mais rápido possível para o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O.k. Com requerimento de urgência, quero parabenizar o autor, assim como o relatório de V. Exa.

Muito obrigado.

Nós vamos, então, à segunda... (*Pausa.*)

Nós vamos à segunda parte desta reunião.

Quero convidar para se sentar aqui, à minha esquerda, a Dra. Kelen Luciana Leite, Coordenadora-Geral de Criação e Planejamento de Unidades de Conservação da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (*Pausa.*)

Quero convidar para se sentar à mesa, também, o Dr. Antônio Carlos Cunha Sá, Prefeito municipal da Cidade de Marabá.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ (*Fora do microfone.*) – Só errou o doutor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Venha, Antônio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido ainda para se sentar à mesa conosco aqui o Prefeito Jeilson dos Santos Reis, Prefeito municipal de Bom Jesus do Tocantins.

(*Intervenções fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Prefeito Wagno Godoy... Não chegou ainda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ausente.

Prefeito, se o senhor puder se sentar bem aqui desse outro lado seria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Wagno Godoy, Prefeito municipal de Itupiranga, ainda não chegou.

Convido aqui também o Dr. Luís Gustavo Trovo Garcia, advogado, representante do Sindicato Rural de Marabá e do Sindicato dos Produtores Rurais de Itupiranga. (*Pausa.*)

Quero registrar aqui a presença do Deputado Federal Lenildo Caveira. (*Risos.*)

Muito obrigado, Deputado Caveira.

Registro, de igual forma, a presença do Fernando Henrique, Vereador de Marabá.

Registro, também, a presença do nosso querido amigo Antonio Nanô, Vice-Prefeito da Cidade de Bom Jesus do Tocantins.

Registro, ainda, a presença do nosso amigo, empresário, José Roberto Barbosa, do Grupo Petrocity.

E, todos os demais, sintam-se muito bem-vindos a esta Casa, nesta oportunidade. (*Pausa.*)

Quero dizer aos senhores que participarão, pelo Zoom, remotamente André Luis Macedo Vieira, Chefe do Núcleo de Gestão Integrada de Carajás, lá do ICMBio, não é, doutora? Também vai participar conosco, pelo Zoom, o Dr. Maurício Emerenciano, Secretário de Agricultura do Município de São João do Araguaia. Vai estar conosco também o Rogério Romão, Presidente do Sindicato Rural de Bom Jesus do Tocantins. Bom Jesus está completa aqui, não é? Está o Prefeito, está o Vice, está o Presidente do Sindicato Rural e assim por diante. Vai estar conosco também, via Zoom, Gilson de Freitas Siqueira, Presidente do Sindicato Rural de Nova Ipixuna. E ainda, Marcelo Norkey Duarte Pereira, membro do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu. Marcelão deve morar já depois do Xingu, lá em Altamira, na Vila Canopus. Bem no miolo. Altamira.

Dra. Kelen, esta audiência pública atende a uma demanda dos produtores rurais daquela região de Marabá. Marabá, São João do Araguaia, também Itupiranga, Nova Ipixuna, e entra também no Tocantins. Teria algumas pessoas do Tocantins aqui, mas não vieram.

Bem, ao solicitar a realização desta audiência pública, buscamos trazer para dentro do Senado Federal, que tem a legitimidade da representação política, os debates a respeito dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impactos provocados com a criação de unidade de conservação no país, especialmente, neste caso, lá no Estado do Pará.

Quero dizer a V.Sa. que é preocupante a forma como estão sendo conduzidas as propostas de criação de áreas de proteção ambiental, a do Paleocanal do Rio Tocantins e a do Bico do Papagaio, além do monumento histórico que ali também está sendo trabalhado.

Embora todos nós reconheçamos a importância da preservação ambiental, não podemos ignorar que essas propostas, da maneira como estão sendo apresentadas, levantam sérias dúvidas. A APA Paleocanal, por exemplo, pode comprometer obras estratégicas para o desenvolvimento do Pará e do Brasil, como o derrocamento do Pedral do Lourenço, já em plena operação da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Essas unidades de conservação abrangem áreas produtivas e habitadas há décadas, e os riscos são reais. Por exemplo, a insegurança jurídica; a insegurança fundiária, agravada pela ausência de regulamentação prévia; as restrições produtivas, que ameaçam atividades essenciais, como a pecuária e a agricultura; a falta de diálogo com as comunidades diretamente afetadas; e a burocracia excessiva, que pode levar à perda de terra, mesmo por quem cumpre rigorosamente a legislação ambiental.

Não somos contra a conservação; pelo contrário, defendemos um modelo sustentável, que respeite quem vive e produz na região. E foi pensando nesses produtores e nas nossas famílias que solicitei a realização desta audiência pública, para a gente conversar, dialogar e se entender sobre esse tema.

É urgente ampliar a participação social nesse processo. É preciso ouvir os diversos setores da sociedade brasileira: produtores rurais; comunidades tradicionais; pesquisadores; gestores públicos; sindicatos; e associações locais. Só com transparência e diálogo podemos ou poderemos construir soluções equilibradas que protejam o meio ambiente sem sacrificar o desenvolvimento e a dignidade de quem vive nessas terras.

Correto?

Eu convido agora V. Sa. para trazer a sua apresentação, a sua exposição, por dez minutos.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE (Para expor.) – Obrigada, boa tarde a todos.

Eles colocam a apresentação. (*Pausa.*)

Boa tarde, novamente.

Obrigada, Presidente.

Queria agradecer o convite, em nome do nosso Presidente, o Dr. Mauro Pires, e vou apresentar rapidamente para vocês a proposta.

São três propostas ainda de criação dessas três unidades de conservação: a APA do Paleocanal do Rio Tocantins; a APA do Bico do Papagaio; e o Mona do Bico do Papagaio.

Então, o ICMBio é uma autarquia federal que trabalha tanto com a criação quanto com a gestão de unidades de conservação federais no Brasil todo. A gente, hoje, é responsável pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão de 344 unidades de conservação. Temos como compromisso do país proteger alguns biomas estratégicos, entre eles o bioma Amazônia. Aqui está a localização das propostas.

Nós temos dois grupos principais de unidades de conservação: tem um grande grupo de uso sustentável, onde estão as APAs, esse grupo, como o próprio nome já diz, tem o objetivo de regular os usos no território, basicamente ordenar os usos; e o grupo de proteção integral, onde está o Mona, com objetivos mais voltados à conservação da biodiversidade ou de recursos e valores fundamentais, como é o caso ali do potencial turístico do Bico do Papagaio, pelo qual foi proposto o Mona.

O processo de criação é regulado por essa Portaria 1.145, é uma portaria conjunta do ICMBio e do MMA, por o processo passar pelas duas instâncias. A gente tem uma fase preliminar em que a gente recebe as propostas, analisa a viabilidade técnica dessas propostas e uma fase analítica de realização de estudos.

Essas três propostas estão na fase consultiva. A fase consultiva é um processo consultivo e a consulta pública que foi realizada, tanto em Marabá quanto em Esperantina, é uma parte desse processo, mas a gente tem um longo trabalho de consulta com as comunidades, consultas sociais e também consultas setoriais, então, podemos entender que esse momento aqui também é uma parte importante desse processo consultivo.

Terminada a etapa consultiva, a gente faz uma consolidação da proposta e a envia para o Ministério do Meio Ambiente para que sejam tomadas ali as devidas providências para a assinatura do decreto pelo Presidente da República.

O histórico da proposta.

Ela tem mais de 50 anos. O Paleocanal do Tocantins foi estudado pelo Aziz Ab'Saber, então é uma região com uma importância histórica, cultural, ambiental.

Os estudos aconteceram desde 1982, e foi uma demanda muito puxada pela Fundação da Casa da Cultura de Marabá e pela Unifesspa do Pará.

Não está passando... Ah, foi.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Só volta um pouquinho.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quem foi que puxou? A Unifesspa?

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE – A Unifesspa e a Casa da Cultura de Marabá.

E a gente teve também uma etapa que foi coordenada pelo ICMBio, de um processo participativo ali, com as comunidades, o levantamento das comunidades e alguns dados socioambientais da proposta.

Falando da Paleocanal do Tocantins, ela está em três municípios. É uma unidade de uso sustentável. Basicamente, o que foi identificado como principais recursos e valores para essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta foram os lagos, a questão do modo de vida das comunidades. E aí a gente ressalta comunidades de produtores rurais, pescadores e vazanteiros – foram os principais usos identificados ali. Dentro da APA, pode-se ter terras públicas e terras privadas e o desenvolvimento de atividades econômicas é garantido por essa categoria. Não existe nenhuma restrição, o objetivo aqui é o ordenamento da ocupação e o zoneamento das áreas conforme os usos já consolidados.

Esse é um desenho da APA do Paleocanal do Tocantins. Ela faz limite com uma outra APA aqui, que é uma APA estadual – do Estado do Pará –, a Lago do Tucuruí. E aí eu vou dar um zoom aqui nesta parte de cima...

Não aparece, né, a ponta?

... nessa parte de cima aqui da APA, para explicar a questão do Pedral do Lourenção. O Pedral do Lourenção, hoje, está fora da nossa proposta. Ele está dentro de uma APA estadual, que é gerida pelo Governo do Pará. Então, não está dentro da APA, da proposta que nós estamos apresentando aqui.

Aqui no mapa, do lado esquerdo, a gente tem um *zoom*, em azul está a APA Lago do Tucuruí, e, em verde, a APA de que nós estamos apresentando a proposta. Então, Pedral do Lourenção está fora da proposta e dentro da APA estadual.

Agora falando um pouquinho da APA do Bico do Papagaio – mesma categoria. Ela abrange os municípios de Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, São Pedro da Água Branca, Esperantina, São Sebastião do Tocantins e Araguatins. É também de uso sustentável. Abrange terras públicas e privadas. Foram identificados 460 lagos nessa na área de ocorrência dessa APA. Também tem bastante uso por comunidades de produtores rurais, pescadores, quebradoras de coco babaçu e quilombolas e o desenvolvimento das atividades econômicas... Assim, o principal objetivo da APA é a continuidade das atividades econômicas, seguindo as regras, muito amparadas nas regras já estabelecidas, como o Código Florestal e outras, para ordenamento e zoneamento dessas áreas e compatibilização de usos também.

Aqui está um mapa da APA Bico do Papagaio. No centro da APA Bico do Papagaio, a gente tem a proposta do Mona Bico do Papagaio, uma...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Onde é o Mona?

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE – O Mona é aquela área em vermelho aqui no meio.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Cadê o bichinho?

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE – Ele não está apontando porque ele não aponta. Mas eu tenho um mapa da APA do Monumento.

O Monumento é uma categoria de proteção integral que tem por objetivo proteger paisagens ou atrativos de grande beleza cênica. Só que ele tem uma questão: permite a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compatibilidade com propriedades privadas também e usos que não afetem o principal objetivo de conservação.

No caso desse Mona, foi identificada, ali no Bico do Papagaio, uma das áreas mais belas dos rios, do encontro dos rios, que já é uma área usada para turismo e bastante valorizada por isso. Então, a princípio tem esse objetivo, só que não traz nenhuma incompatibilidade de uso com criação de animais domésticos, cultivos e as atividades econômicas já mapeadas ali, porque já foram mapeados os usos. Todas essas áreas têm já usos consolidados.

Essa área em vermelho, aqui bem no Bico do Papagaio mesmo, é a área do Mona. Ela está dentro da APA do Rio Tocantins.

Regularização fundiária e ambiental. As APAs e o Mona permitem as propriedades privadas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE – ... não têm nenhum conflito com propriedade privada.

Os títulos emitidos não perdem a validade. A regularização fundiária é feita pelo órgão competente, não é pelo ICMBio. Os CARs e Sigefs não caducam nem perdem a validade e não alteram e não têm nenhum impacto no processo de obtenção de crédito rural.

Aqui é um resumo da biodiversidade. É uma área bastante relevante, como eu falei.

Sobre a caracterização social. A gente fez um intenso trabalho com as comunidades e são essas as principais comunidades.

Houve um diálogo com dezesseis comunidades para o Bico do Papagaio e com nove comunidades para o Paleocanal do Tocantins, prévio às consultas públicas. Então, a equipe percorreu todas as comunidades fazendo o esclarecimento da proposta. Foram essas as comunidades que foram percorridas para as duas APAs.

Algumas fotos.

A parte da gestão. A gente tem uma gestão que é feita pelo ICMBio com um conselho que se cria depois com representantes setoriais.

Oportunidades: a gente tem o endereçamento das políticas públicas já consolidadas e as oportunidades de desenvolvimento do turismo local.

Bom, é isso. Eu agradeço aqui aos parceiros que tocaram a proposta até o momento junto com o ICMBio.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dra. Kelen.

Eu convido agora, através do Zoom, o André Luis Macedo Vieira, que é Chefe do Núcleo de Gestão Integrada. Deve ser de alguma APA lá do Carajás? (*Pausa.*)

É. Aqui vem Carajás. Vem do ICMBio lá.

Cadê o André? André Luis Macedo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Vocês estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Olá, André! Bem-vindo!

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador.

Inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Aumenta o som.

Quem pode aumentar esse som? É lá ou é cá?

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Eu acho que é aí.

Alô, alô! Estão me ouvindo bem? (*Pausa.*)

Oi! Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Espera só um pouquinho aí, André, por favor.

Vamos ver se conseguem... (*Pausa.*)

André, por favor, mande um alô para cá.

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Alô, alô! Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tá. Dá, dá para ir.

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tá. Dá para tocar. Pode falar.

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Quero agradecer ao Senador Zequinha Marinho e, na pessoa do Senador, também cumprimentar os demais Congressistas e autoridades presentes, os Prefeitos municipais aqui da região que estão aí presentes, agradecer a todos.

Eu estou contemplado aí na apresentação da Kelen.

Estou aqui à disposição mais para contribuir também no debate e no esclarecimento de algumas dúvidas. Mas estou aqui na gestão do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Carajás, que responde pela gestão de seis áreas protegidas aqui na região sudeste do Pará, o seis federais, que formam esse complexo aqui de Carajás. São seis federais, incluindo uma APA federal, a APA do Igarapé Gelado.

Então, a gente tem uma experiência já aqui da gestão de uma APA que foi criada em 1989. A gente participou ativamente dos estudos técnicos. A gente teve, pelo menos, dois anos aí mais intensos de estudos técnicos na região, levantando as comunidades, as características

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeconômicas e ambientais dessa região. Foi um trabalho realmente muito qualificado tecnicamente.

Nesse trabalho, foi identificado muito dessa característica que a Kelen trouxe na apresentação: a presença das comunidades ribeirinhas, dos pescadores, das vazanteiros, que são essas famílias produtivas que produzem ali nessas áreas da vazante do rio. Foi identificada a presença de propriedades médias, pequenas e grandes propriedades também. E foram mapeadas essas demandas também vinculadas a infraestruturas logísticas e operacionais. E a área de proteção ambiental foi sugerida justamente reconhecendo-se esse histórico de ocupação e de atividades econômicas que já existem na região.

A APA, como a Kelen colocou, é uma categoria compatível com a propriedade privada, é compatível com as atividades produtivas. Então, quando a equipe técnica sugeriu a APA, foi justamente em função desse diagnóstico socioeconômico, buscando compatibilizar as atividades de conservação com as atividades econômicas que já estão estabelecidas no local, tendo como exemplo e como referência, inclusive, a APA do Igarapé Gelado, aqui no Município de Parauapebas, onde essa APA é muito importante e tem várias atividades produtivas da pecuária, da produção leiteira, tem laticínio estabelecido dentro, inclusive, da APA, tem obras de infraestruturas grandes também.

Então, essa sugestão surgiu muito a partir dessa experiência aqui local e que a gente considera exitosa, essa aliança entre a conservação e o setor produtivo que já existe aqui na APA do Igarapé Gelado.

Então, é isso, Senador.

Agradeço pela oportunidade. Estou aqui à disposição para qualquer esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, André. Permaneça aí, para a gente continuar com o diálogo daqui a pouco mais.

Bom, vamos trazer para cá agora o Dr. Luís Gustavo Trovo Garcia, que representa dois sindicatos rurais, Marabá e Itupiranga.

Marabá é citado nas duas APAs: a APA do Paleocanal e a APA do Bico do Papagaio.

Por favor, Doutor.

V. Sa. dispõe de pelo menos dez minutos para sua exposição.

O SR. LUÍS GUSTAVO TROVO GARCIA (Para expor.) – Obrigado, Senador. Na sua pessoa, cumprimento toda a mesa, os demais presentes e os já citados anteriormente.

Senador, a discussão é muito oportuna. Os sindicatos dos produtores rurais de Marabá e de Itupiranga, assim como toda a classe produtora, não desconhecem a importância da conservação, de forma alguma – muito pelo contrário. Inclusive, o produtor rural é reconhecidamente aquele que mais contribui com a preservação do meio ambiente: ele tem não só o ônus da produção, mas também, e muito, o da conservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para objetivar a nossa discussão, nós levantamos alguns pontos, inclusive na audiência pública que aconteceu em Marabá, e eu a consolidei aqui, através de um pequeno resumo. Eu vou fazer a leitura, porque a questão é técnica, e eu acho que eu fazer apenas uma breve síntese, sem adentrar em questões que eu entendo que são importantes... Porque o trabalho do ICMBio é eminentemente técnico, mas eu entendo que não podemos nos fixar apenas na técnica pura daquilo, porque o procedimento de criação da área de preservação está ali delineado, né? E justifico o porquê desta fala.

Nós tomamos conhecimento da audiência pública praticamente na véspera do seu acontecimento; então, fomos ao sindicato. O sindicato, imediatamente, através do Presidente e demais associados, se mobilizou, e fomos tomar conhecimento da quantidade enorme de documentos que precisa ser analisada. É uma quantidade grande, expressiva, que foi produzida. E não foi só isso: fiz contato com alguns produtores rurais da região, do Município de São João do Araguaia, especificamente, e recebi um CAR de um deles que mencionava a proposta de criação de uma unidade de conservação de proteção integral.

Essa proposta é de 26 de novembro de 2024 – a Dra. Kelen estava presente no dia –, e a resposta foi que isto aqui não teria nada a ver com as áreas que eram objeto da audiência pública que estava sendo realizada. Ao invés de isso me tranquilizar, isso me preocupou, porque eu já havia feito um contato em fevereiro com o ICMBio, a respeito de criação de unidade de conservação, e tive a resposta de que só poderiam dar informações depois que passasse essa fase consultiva; então, antes dessa fase, eles não informam nada para ninguém.

Eu tratar da criação de uma única unidade de conservação tem uma conotação, tanto para o procedimento, mas principalmente para a região que vai ser afetada pela criação dessa unidade. Se eu estou tratando de uma, eu acredito que tenha um impacto. Agora, se existem outras áreas de interesse, elas também têm que ser contempladas nesse estudo. Eu não posso criar uma agora, depois eu crio outra, depois eu crio outra, sem que a gente tenha um planejamento daquilo que se pretende para a região. Então, fica muito fácil.

E aí a gente vai, inclusive, utilizando por analogia aquilo que um procedimento de licenciamento veda, que seria o fracionamento do licenciamento de qualquer atividade que tenha uma expressividade na sua atuação, assim como tem a criação das áreas de preservação e das unidades de conservação.

Elas trazem consigo, ainda que não tenham essa restrição, como foi colocada na apresentação, mas acaba que atraem responsabilidades além daquilo a que naturalmente o produtor rural já está vinculado.

Então, essas considerações trazem assim consigo uma preocupação grande, que não é só do produtor rural. O produtor rural é o primeiro que é afetado diretamente por essas restrições, ainda que o modelo de criação dessas áreas de preservação não traga consigo as restrições na sua integralidade... Mas eu tenho um CAR aqui com a informação, e que essa informação vem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ICMBio, embora esteja no CAR que é da Semas, mas no cruzamento de informações, essa informação vem para o CAR desse imóvel.

E também, Excelência, essa responsabilização recai também sobre os municípios, sobre toda a atividade comercial, não é só o produtor rural que é afetado. Os municípios também – onde tem aprovada a criação de áreas de preservação, de unidades de conservação – são afetados por isso. Tanto é que está aqui o Prefeito, esteve também representado na audiência pública, preocupado com essa situação.

Então, a sociedade como um todo manifesta sua preocupação com relação a essa forma de procedimento, de ser convocada, de ser comunicada à sociedade que é a mais interessada, próxima da audiência pública. Eu entendo que isso tem que ser revisto, para ter tempo de se manifestar de maneira válida, porque são estudos técnicos bastante complexos e com uma quantidade relevante de informações.

A sociedade tem que ter não só aquele prazo de 15 dias após a audiência pública. Senão nós vamos participar da audiência pública única e simplesmente para validar o processo, porque a audiência pública se presta a isso, principalmente, é um dos requisitos técnicos que têm que ser preenchidos.

E aí, se nós vamos para uma audiência pública para participar sem ter conhecimento do que está sendo debatido tecnicamente... A apresentação do ICMBio é muito bonita, muito didática, fácil de compreender. Agora, as partes estarem presentes apenas para validar o procedimento, eu não acho que isso seja correto. Acho que todos que estiveram lá não se sentiram bem, se tiveram essa percepção, porque a audiência pública acontece ali apenas para cumprir tabela. Depois de 15 dias, você vem, se manifesta e diz alguma coisa.

Como já falei parte do que estava aqui escrito, eu vou só sintetizar aqui, Excelência, e senhores e senhoras, nas ponderações que precisam ser um pouco mais pensadas. E o ICMBio precisa também compreender essa demanda, essa necessidade, sensibilizar-se com a situação em que se encontra não só o produtor rural, mas os municípios afetados.

Então, nesse ponto é importante... para que sejam subsidiadas as decisões, as deliberações públicas e para que sejam equilibradas é importante o seguinte, no nosso entendimento: como o ICMBio avalia os impactos cumulativos da criação de múltiplas unidades de conservação na região, especialmente considerada a possibilidade de implementação pelos diferentes entes federativos, tanto no presente quanto em planejamentos futuros, haja vista o encontro ali já de duas, aquela que vai até o início do Pedral do Lourenção e depois... Então, já temos ali uma que é gerida pelo Estado e agora essa que está sendo proposta pelo ICMBio. Então, está exemplificado aqui, inclusive.

Existem estudos que avaliam especificamente a contiguidade ou sobreposição entre unidades de conservação compatíveis com o uso econômico, como as APAs, e unidades de proteção integral, como os MONAs, e seus impactos sobre a produção agropecuária e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economia regional? Na apresentação que foi realizada na audiência pública, isso foi tido como irrelevante, foi o que eu compreendi.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS GUSTAVO TROVO GARCIA – Que medidas estão previstas para garantir que as restrições de uma unidade de conservação não inviabilizem atividades produtivas que seriam permitidas em outras? E isso, Dra. Kelen – permita-me fazer referência à sua fala –, como você bem disse lá: "Ah, não tem restrições", mas determinadas atividades, eventualmente, vão ter que ser cientificadas ao ICMBio, ainda que o ICMBio não tenha que validamente ter que se manifestar. Mas, no simples fato de você ter que comunicar ao ICMBio e, eventualmente, ele entender que tem que falar alguma coisa, você já está impondo uma restrição.

Há mecanismos previstos para identificar conflitos de uso ou sobreposição de restrições e propor soluções equilibradas? Mais: quais são os objetivos de manejo e as restrições previstas para cada unidade e como isso afetará o uso do solo e as atividades produtivas locais? Então, são muitos questionamentos que precisam ser enfrentados na audiência pública.

Há planejamento para integração com unidades já existentes, considerando a proximidade e sobreposição de restrições? Quais indicadores serão usados para monitorar os impactos socioeconômicos e ambientais da criação das unidades? Existe previsão de revisão periódica do plano de manejo, considerando ajustes baseados em experiências práticas e estudos técnicos complementares?

Então, essas são as considerações que nós entendemos que são importantes. Esse trabalho foi desenvolvido por mim e pela colega do nosso escritório, Dra. Ludmilla Sarmento Leite, o qual eu passo aqui às mãos do Senador Zequinha Marinho, junto com esse CAR que nos colocou essa preocupação, no sentido de que, embora tenhamos a informação de que esse imóvel não esteja incidindo nas áreas de preservação que são objeto da audiência pública, mas sobre ele incida a sobreposição de 100% da área, como unidade de preservação integral, o que implica dizer que não se pode fazer nada nesse imóvel. E ele está distante da área de preservação que está sendo criada.

Então, assim, bastante resumidamente, é isso.

Eu agradeço a oportunidade e ressalto aqui a importância de o senhor estar encampando este debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Gustavo Trovo.

Eu quero convidar agora, Dra. Kelen, um morador de APA. É o Marcelo Norkey. Parece que ele é conselheiro também da APA Triunfo do Xingu, que é uma APA estadual, mas também mantém relações e conhecimentos com outra APA, uma APA federal, parece que no Tapajós, ou alguma coisa assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes que o Marcelo se agasalhe aí para entrar, via Zoom, eu quero só colocar aqui algumas perguntas dos internautas:

A primeira é da Jakeline, do Estado do Pará, que pergunta: "Quais impactos econômicos imediatos das APAs para agricultores e pecuaristas locais?".

Do Estado de Goiás, o Paulo pergunta: "Como o plano de manejo das APAs pode ser construído com as comunidades locais para aliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico?".

Do Estado do Tocantins, o Lucas pergunta: "No plano de manejo das APAs quais as medidas de ações imediatas para ajudar a população local e os produtos e a agricultura familiar?".

Do Estado do Maranhão, o Alex pergunta: "Quais medidas concretas de compensação socioeconômica estão previstas para evitar que a medida se torne apenas um instrumento de restrição?".

Temos dois comentários até agora.

Também do Estado do Pará: "Eu, como morador de área afetada, não me sinto contemplado pelas reuniões realizadas sem a chamada pública." O nome dele aqui não é fácil falar, mas, vamos lá: é Clesianu.

Adriana, de Pernambuco, comenta: "É necessário a consulta das comunidades locais que serão afetadas com a criação das áreas de proteção e buscar integrar sua participação".

Bom, eu acho que o Marcelo está no ponto.

Então quero chamar Marcelo Norkey Duarte Pereira, Conselheiro e gestor da APA Triunfo do Xingu.

Marcelo, diga para a gente como é uma APA estadual, como é na APA federal. Traga para a gente este comentário, este testemunho de como funciona isso.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Estão me ouvindo bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem, Marcelo.

Estamos ouvindo muito bem.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Ah, que bom!

Primeiro eu quero agradecer aí ao Senador Zequinha Marinho por mais esta oportunidade, para que a gente possa debater um tema tão importante que é a política ambiental, a gestão ambiental, a gestão do território do nosso país.

Quero cumprimentar a Dra. Kelen, como representante do ICMBio, do órgão, o meu amigo Prefeito Toni Cunha, também o nosso Deputado e amigo Delegado Caveira, e todos os que estão na reunião e os que estão também, de forma virtual, assistindo a esta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo à primeira pergunta, Senador, não é nada fácil.

Eu acho que eu tenho uma apresentação para mostrar. Eu não sei se vou conseguir fazer daqui, porque eu nunca fiz isso. É mais didático e vou tentar fazer aqui.

Vocês estão vendo a apresentação ou não?

Vocês estão conseguindo ver, Senador? (*Pausa.*)

Oi!?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Marcelo, se não der...

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Não conseguiram ver, né? Mas aí tem...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Se não der para você mostrar o material, pode explicar, pode falar; não tem problema. Dá para a gente...

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Tá, mas é muito didático as pessoas conhecerem esses dados. Eles têm aí. (*Pausa.*)

É para fazer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ele disse que tem um ícone no seu computador, que, basta você compartilhar, e ela vai aparecer.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Deixe-me ver aqui. Será que é isso?

Ah, tá, acho que é isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Opa!

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Pronto. Acho que é isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Aí, melhorou!

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Agora vai.

Pronto, Senador, eu acho que agora...

Pronto, vamos lá.

Pronto, vocês estão conseguindo ver aí, né?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – A criação de novas APAs na Amazônia. E por que avançar sem instrumentos de gestão consolidados?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, é muito triste. Eu sou formado em Gestão Ambiental e sou conselheiro de duas unidades de conservação, uma de uso sustentável, que é a APA Triunfo do Xingu, que é no Estado do Pará, e outra unidade de conservação federal, que é gerida pelo ICMBio, a Estação Ecológica Terra do Meio.

Então, eu moro, produzo, trabalho e vivo dentro de unidade de conservação e sofro também o problema e as influências de outra unidade de conservação, essa de proteção integral.

E o que é que não se fala? O que é que o ICMBio não vai falar, o Governo Federal não vai falar, as entidades que apoiam essas unidades de conservação, as criações não falam? Como é feita? Para que serve uma APA, primeiramente? A APA é uma categoria de uso sustentável. Ela permite domínio público e privado, como a Dra. Kelen e o Dr. André falaram; agora, as regras têm que ser definidas por um plano de manejo e pelo zoneamento. Como funciona o processo de criação de unidade de conservação?

Primeiro, tem que haver uma necessidade. Essa necessidade tem que ser definida pelo órgão que a propõe, através de um estudo técnico-científico. Analisando essas propostas, de cara, eu vi que aí já tem um problema, porque eu não vi aqui um documento específico do ICMBio. Isso fere o Snuc, que é a lei que regulamenta a criação e a gestão de unidades de conservação, no Decreto 4.340, que regulamenta a lei.

Ela diz que o órgão que propõe a criação da unidade de conservação é que tem que fazer o estudo técnico-científico. Então, você não pode deixar para entidades, ONGs, produtores rurais, quaisquer terceiros ou até entidades internacionais, com recursos, com dinheiro vindo de fora, criarem unidade de conservação no Brasil, Senador, até porque o ordenamento territorial do Brasil deve ser definido pelo povo brasileiro, principalmente pelo Congresso Nacional.

Então, assim, perdoem-me a Doutora e o pessoal do ICMBio que está aqui, mas eu não vi, de cara, essa obrigação ser cumprida. "Ah, os estudos são antigos". Tá, mas quem é que fez os estudos?

Essas entidades, como a Fundação Casa da Cultura, a... (*Pausa.*) ... foram essas que fizeram os estudos? Se foi isso, isso está errado. Quem deve fazer os estudos é o ICMBio.

Agora, vamos... Para que serve uma APA? Na APA, como o pessoal do ICMBio falou, você pode praticamente fazer de tudo. Aqui, na APA Triunfo do Xingu, foi a mesma coisa. Quando, em 2005 ou 2006, o Governo veio aqui falar de criação de uma APA, falaram também que a gente poderia fazer tudo, que nós íamos viver num paraíso, iríamos ter estradas melhores, uma propaganda... A gente não concordou, nas audiências, com a criação da unidade de conservação, porém, o órgão falou assim para a gente: "Ou vocês aceitam uma APA, ou vai vir uma estação ecológica. Aí é pior, vocês que sabem. Se a comunidade não aceitar essa APA, vai vir uma unidade de conservação ainda pior". Então, nós concordamos com esse tipo de unidade de conservação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois de tudo isso, como é que vai ser a ressaca? O que vem depois? Porque, para o que serve uma APA, se ela é tão permissiva? Você pode ter propriedade privada, você pode ter atividades econômicas. Ela serve para zonear o território, definir também os usos e a ocupação, organizar a ocupação daquele território.

Vou passar aqui. Então, quais são os instrumentos utilizados para isso? O que as pessoas têm que conhecer? Muitos internautas falaram sobre isto: o plano de manejo, mas esse não é o primeiro dos documentos, dos instrumentos de gestão. Primeiro, vem o conselho gestor. Cria-se um conselho gestor, reúne-se – isso depois da criação, seguindo todos os ritos legais. E, geralmente, Senador, infelizmente, a maioria das unidades de conservação são criadas por decreto, elas não passam pelo Congresso Nacional, o que, para mim, é uma inconstitucionalidade. Se é o Congresso Nacional que deve definir a gestão territorial e os usos do nosso país, por que sempre é o Executivo que cria a unidade de conservação? E isso fere o pacto federativo, isso fere a nossa Constituição, porque isso deveria passar pelo Congresso Nacional, porque aí a sociedade realmente estaria contemplada.

Criou-se a unidade de conservação, o que é que deve ser feito? Você tem dois anos para criar o conselho gestor, para unir as pessoas. Esse conselho gestor, no caso de uma APA, o que também eu considero uma insanidade... Você cria uma APA, e a APA pode ter propriedade privada, Senador. Aí em Brasília, nós temos APA. Só que o conselho é consultivo, e qual é o problema? Nós temos, na criação de unidades de conservação, dois tipos de conselho: o consultivo e o deliberativo. O consultivo serve apenas como órgão consultivo, para consultar as decisões que vão ser feitas dentro da unidade de conservação. O deliberativo é diferente: você decide alguma coisa dentro da gestão – não é tudo, mas você tem uma voz ativa. E quais são as unidades de conservação que têm o conselho deliberativo? Só tem dois tipos. A RDS, que é o quê? A Reserva de Desenvolvimento Sustentável. E as Resex, que são as Reservas Extrativistas. Esses conselhos são formados metade por órgãos federais, órgãos estaduais, órgãos públicos e a outra metade deve ser pela sociedade civil, que pode ter ONGs, sindicatos, associações, o público em geral, que tenha alguma relevância dentro do território.

Então, quando se cria uma APA... Olhe só, a APA tem propriedade privada, você cria um conselho consultivo; já na RDS e na Resex, cuja propriedade não é privada – você apenas tem o direito de uso, você não é dono da terra porque a Resex e a RDS não podem ter propriedade privada dentro –, o conselho é deliberativo: você decide. Então, você decide como é que vai ser feito o plano de manejo. Você aprova o plano de manejo. Já na APA, não. Na APA, apesar de ter propriedade privada, títulos e domínio privado, o conselho é consultivo. Aí já é uma loucura do Snuc: a APA também deveria ter um conselho deliberativo. Por quê? Porque, se a RDS e a Resex, que são de uso sustentável, que têm atividades econômicas e as pessoas nem são donas da terra, por que nelas o conselho decide e na APA, que tem propriedade privada, o conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não decide? Inclusive, tem APA que engloba cidades inteiras, até sedes de municípios, como ali no Marajó. Então, é muito complicada essa questão, mas vamos lá.

É até dois anos para se criar um conselho gestor; agora, usualmente, quanto tempo o ICMBio usa para criar um conselho gestor? De 10 a 15 anos.

Eu analisei quatro APAs aqui na Amazônia: estudei a APA do Tapajós, a APA dos Meandros do Araguaia, a APA do Igarapé Gelado, que o Dr. André citou, e a APA dos Campos de Manicoré. São quatro APAs na Amazônia que são federais. Por quê? São APAs federais que ficam com o Pará. Essas unidades de conservação, essas APAs, ficam de 10 a 15 anos, Senador, sem o primeiro instrumento de gestão, que é o conselho gestor. Depois que você cria o conselho gestor – está aí na figura –, vem o plano de manejo. Para que serve o plano de manejo? O plano de manejo é o manual de instrução da unidade de conservação, nele você define o zoneamento e os usos.

O Dr. André e a Dra. Kelen falaram: "Podem ter propriedade privada". Pode. Então, para que serve uma APA, se pode tudo, se é só para organizar um território que já está organizado? Como disse o advogado do sindicato, a área já é ocupada, já tem uso, já tem fazendas, a população já se organizou socialmente e ocupa a área e tem suas atividades econômicas: o pescador está lá, os vazanteiros estão lá. O.k. Então, por que uma APA? Uma coisa que o ICMBio não fala: é porque tem o zoneamento, Senador. Existem áreas que não vão poder ser utilizadas. Quando você zoneia uma área, dentro do zoneamento... Eu, que já participei da criação de dois planos de manejo, oficinas e tenho 20 anos de experiência... A gente sabe. Quando você chega lá para reunir, para decidir os usos do zoneamento, tem áreas lá que não podem ser utilizadas.

Então, como é que um produtor rural vai investir numa fazenda, numa fábrica ou numa produção de cacau, que é a longo prazo, se você está dentro de uma unidade de conservação? Geralmente, um plano de manejo e um conselho gestor demoram de 10 a 15 anos, que é o caso que o Dr. André falou do Igarapé Gelado. A APA do Igarapé Gelado foi criada em 1989, Senador, e, se não me engano, o Dr. André sabe disso, o plano de manejo foi aprovado, vai estar aí, em 2016, ou seja, 26 anos, né?

Vinte e seis anos depois da criação dessa unidade de conservação que foi aprovado o plano de manejo. O senhor já imaginou um produtor rural ter que esperar 26 anos para saber se, na área dele, ele vai poder ter aquela atividade ou não? Como é que o banco vai financiar esse cidadão? Que segurança o banco tem? Que segurança um frigorífico tem de comprar o gado de uma área que ele não sabe se vai poder ser utilizado ou não? Porque isso depende do zoneamento.

O TCU... Eu vou mostrar para frente aqui, eu vou passar aqui um pouco, outra imagem.

Então, aqui. Eu falei sobre o conselho, o conselho gestor deliberativo e consultivo, a gente já falou sobre isso. A APA é consultiva, a Resex é deliberativa e a RDS também. A crítica: por que é que tem propriedade privada na APA? Tem menos poder decisório, o que é um erro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui o risco quando falta o plano de manejo, aí é que vem o risco. Como a gente tem uma média de 10 a 15 anos para que os primeiros instrumentos de gestão da unidade de conservação sejam realmente criados pelo ICMBio, aquele produtor fica no limbo. O banco fica no limbo, as empresas ficam no limbo. Você não sabe se você, dentro do zoneamento, vai poder exercer aquela sua atividade. Porque não é verdade que pode tudo dentro de uma APA. "Ah, que a produção, vamos organizar." Se você vai organizar a área, então por que criar uma APA? Se a área já está ocupada e já tem atividades econômicas, e se toda a atividade econômica vai continuar sem ser modificada, então por que criar uma APA?

Nós já temos o Código Florestal, que já é muito rígido. Nós já temos a Lei de Licenciamento Ambiental, que é muito rígida. Para que criar uma APA? Para quê?

E o que é que o ICMBio está fazendo hoje? Por que, em vez de ficar querendo criar mais unidade de conservação, mais APA, mais parques de papel, por que simplesmente o ICMBio não vem cuidar das que estão faltando? Olha, a APA dos Campos de Manicoré foi criada em 2016, Senador. Tem nove anos. E ainda não tem sequer o conselho gestor. Nove anos. A Tapajós foi criada em 2006, APA do Tapajós. Agora, acho que em 2021, 2023, foi criado o conselho gestor. E até hoje não tem plano de manejo. Como é que essas atividades, como é que essas pessoas, como é que produtores rurais vão ter segurança? Vão poder viver em paz, se eles ficam nesse limbo? São 10, 15, 20 anos.

E eu arrisco a dizer que a do Igarapé Gelado só tem plano de manejo porque ali é vizinho da Vale, das empresas de mineração mais ricas do país. Então, lógico que tem recurso, não é? Ali tem uma boa vontade da Vale.

Mas e lá nos Campos de Manicoré, que foi criada em 2016? Como é que vai ser? E essa APA já tem recurso para fazer tudo isso? Ou ela vai cair nesse limbo dessas unidades de conservação criadas e abandonadas, que hoje são conhecidas como os "parques de papel"? Quem quiser entender um pouquinho, olha isso, o que é "parques de papel".

Então o ICMBio, olha aqui a tabela. Aqui vocês podem analisar a tabela. A APA do Tapajós foi criada em 2006. A Campos de Manicoré, em 2016. O Igarapé Gelado, em 1989. Os Meandros do Araguaia, em 1989. Delas, só a que tem plano de manejo, Senador, é a Igarapé Gelado. Será que é por causa da Vale? Porque a APA Tapajós não tem, Campos de Manicoré não tem, e a de 1996, que é dos Meandros do Araguaia, próximo aí de vocês, também não tem.

Então, para as ferramentas principais de uma APA, passa de 10, 15, 20 anos. Isso não é razoável, não tem necessidade, vamos cuidar primeiro do que já existe.

Acho que o ICMBio deveria concentrar esforços. A sua equipe é escassa, a gente sabe a dificuldade que o ICMBio tem. E eu não vou nem aqui entrar no mérito da criação dessa unidade de conservação, porque nós precisamos ter cuidado com o meio ambiente, como o Dr. Luís falou, mas o produtor rural, além de querer, é obrigado a ter sua reserva legal, a sua APP. Então, é um absurdo o que acontece no plano ambiental no Brasil, na unidade de conservação, Senador. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem sentido você criar mais unidades de conservação sem resolver o passivo que tem para trás. Isso é uma loucura!

Aí a gente tem os frigoríficos, como é que ficam? Você tem uma propriedade pequena dentro da APA lá do Bico do Papagaio ou do Paleocanal, o frigorífico, na hora em que você é inserido dentro de uma unidade de conservação, já tem uma restrição. Eu estou falando isso porque eu peguei dados do Boi na Linha do Ministério Público, do frigorífico JBS e aqui também do frigorífico FriGol. Eu não estou falando aqui aleatoriamente, isso são documentos públicos oficiais, qualquer pessoa pode consultar.

A partir do momento em que você é morador de uma unidade de conservação, você já tem uma restrição para vender gado no frigorífico. Você já tem para exportar, para vender gado, para vender peixe, o que você for fazer dentro da unidade de conservação, se você for no território, você já vai ter problema. Por quê? Porque você não tem plano de manejo.

Quando você tem uma APA, igual aqui na região da APA dentro do Xingu, para a gente poder vender gado, pegar financiamento, Senador, nós precisamos primeiro apresentar o plano de manejo para a instituição financeira ou para o frigorífico para dizer: "Olha, essa APA é passível, nesse local aqui, nessa fazenda, dessa atividade econômica". Aí você consegue vender o gado. Então, existe uma dificuldade a mais.

A ferramenta utilizada para que você possa vender gado e pegar financiamento é o plano de manejo. Só que, como eu mostrei para vocês aqui, um plano de manejo federal, feito pelo ICMBio ou até pelo Governo do estado, passa de 10 a 15 anos.

E o meio ambiente tem alguma vantagem? Olhem aqui, eu vou mostrar gráficos aqui para vocês de desmatamentos. Depois da criação de unidade de conservação, você tem muito desmatamento.

Aqui nós estamos vendo. Vou mostrar para vocês aqui na APA Tapajós. Essa figura, pessoal, é a APA Tapajós. Do lado esquerdo aqui é, em 2006, uma imagem de satélite da área, antes da criação da APA Tapajós. Depois que ela foi criada, a partir de 2006 até 2022, você vê, no lado direito, a quantidade de desmatamentos que ocorreu.

Então, como não tem ferramenta de gestão? Você não tem a consolidação territorial da área, não existe nada praticamente. Agora, em 2023, que criou... Acho que em 2021, 2022, criaram o conselho gestor, então, ninguém nem sabia que estava dentro de uma APA.

Mas serve ao meio ambiente isso? Não serve! Nós já temos leis ambientais demais, nós já temos restrições para o produtor rural, para o morador, quer seja ele produtor, seja madeireiro, minerador, garimpeiro, pescador. Você já tem restrições...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência.*) – ... demais no Brasil, principalmente na Amazônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por que você criar uma unidade de conservação, uma ferramenta de gestão que é uma APA? O ICMBio não tem condições financeiras, de pessoal e nem estrutural para cuidar disso tudo.

Em nossa região lá, que é a Estação Ecológica Terra do Meio, são acho que oito ou nove unidades de conservação.

Nós estamos tendo agora um problema seriíssimo lá na vicinal Transiriri, na vicinal do Leão, porque há as pessoas, Senador, que chegaram lá há muitos anos, e houve uma dinâmica de terra, de gente comprando, de gente vendendo uma área que é do Estado do Pará, o que é outro problema nessas unidades de conservação federais.

E o senhor, como Senador, a gente podia até pedir outra audiência pública para tratar desse assunto. Por quê? Porque o Governo Federal foi lá, usurpou uma área, ou seja, grilou uma área que era do estado e criou uma unidade de conservação. Só que ele disse: "Olha, essa área é do estado, mas eu vou regularizar, para a frente, eu vou dar alguma coisa em troca para o estado, eu vou compensar o Estado do Pará".

Isso foi em 2005, nós estamos em 2025. Vinte anos depois, o ICMBio ainda não deu nenhuma contrapartida para o estado e agora está expulsando mais de 50 famílias de moradores e pequenos produtores rurais de lá. Deu um prazo de 60 dias para pessoas... Entregou um documento para pessoas que, na maioria, não sabem ler, não têm advogado, não têm recurso. Ficam lá na vicinal.... Acho que o Senador já foi na Vila Canopus e sabe muito bem a dificuldade que é morar lá. Essas pessoas vão ser expulsas agora. Já começou a vencer o prazo de... (*Falha no áudio.*) ...pessoas. De uma área que é do estado, nem do Governo Federal é.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Marcelo, vamos caminhar para concluir, porque tem muita gente ainda aqui na fila.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (*Por videoconferência*.) – Tá.

Então, basicamente, aqui eu estou colocando nesse quadro... Esse documento, Senador, eu enviei para a sua assessoria, tá? Ele está aí, para quem quiser verificar.

Então, é essa a situação atual das unidades de conservação, pessoal. Morar numa unidade de conservação não é fácil, são muitas restrições. Não se enganem com essas palavras do ICMBio. Infelizmente... Não é culpa da Dra. Kelen, do Dr. André, é um problema caótico, um problema antigo do ICMBio. Não tem pessoal, não tem recurso. A boa vontade dos agentes é muito grande, mas, infelizmente, a realidade se impõe. É só olhar dados oficiais. Estão aqui, para quem quiser ver. O ICMBio não tem condições de criar mais APAs.

Eu peço, encarecidamente: não façam isso, até pelo bem do ICMBio. Vamos cuidar do que já existe. Isso que é, sim, fazer gestão: é cuidar das pessoas, é ter empatia, porque resolver um problema pessoal... Eu não sei qual é a necessidade dessa APA, não analisei – como eu falei – o mérito, mas eu digo: vocês não têm condições de cuidar do que já existe para ainda criar mais dificuldade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa a minha colocação.

Qualquer coisa eu fico aqui para responder algumas dúvidas depois – se alguém tiver dúvida.

E muito obrigado, Senador, pelo espaço para esclarecer essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Marcelo.

Obrigado pelo seu esforço e a sua colaboração.

Lá em Bom Jesus do Tocantins, tem um grupo liderado pelos nossos Vereadores Luciano e Ottomá... Aqui está o Vice-Prefeito, está o Prefeito Jeilson. Enfim, está todo mundo aqui, mas eles também estão ligados lá, porque Bom Jesus parece que já tem 30% de terras indígenas, né? (*Pausa.*)

É por aí?

E aí a APA...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não é fácil a vida.

Então, estão lá o Luciano e o Ottomá, que são Vereadores; o Presidente do Sindicato Rural, que também está na reunião, acompanhando a gente aqui; representantes dos moradores das áreas impactadas – está todo mundo ligado –; os comerciantes lá da cidade e produtores rurais diversos estão lá, muito apreensivos, porque o medo não é pequeno, dessa questão ambiental.

O pessoal no Pará... Não é só esse caso aí, nós temos problema para tudo quanto é lado. Coisas que deveriam ter feito no começo deixam para fazer depois, e aí termina não funcionando.

Eu quero, aproveitando que falaram aqui de Bom Jesus do Tocantins, chamar então para trazer a sua colaboração o Prefeito Jeilson Reis.

O SR. JEILSON DOS REIS SANTOS (Para expor.) – Quero saudar o nosso Senador e dizer que é com muita alegria que estamos aqui.

Você retratou bem: hoje Bom Jesus está parada. A nossa cidade hoje se mobilizou e está cobrando dos seus representantes uma postura, porque todos sabem muito bem, na prática, o que vai acontecer a médio e longo prazos com a nossa cidade.

O nosso amigo que acabou de falar foi muito preciso e objetivo na fala. É com profundo respeito e também com firmeza que hoje me coloco diante desta audiência para falar em nome do povo de Bom Jesus do Tocantins. Nossa posição é clara, objetiva e inegociável: somos contrários à criação das Áreas de Proteção Ambiental (APA) no Paleocanal do Tocantins e no Bico do Papagaio, em nosso território municipal. Nós, como município, não podemos aceitar que decisões dessa magnitude sejam tomadas de forma unilateral, sem respeito ao princípio constitucional da gestão democrática e participativa – Constituição Federal de 1988.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ofício nº 379, de 2025, que encaminhamos ao ICMBio, já deixou registrado: exigimos transparência, mapas georreferenciados, delimitações claras, objetivos específicos, regras de uso, cronogramas e estudo de impacto socioeconômico. Até hoje não recebemos respostas adequadas. O que se pretende impor aqui não é um processo de gestão compartilhada, mas uma medida arbitrária que fere a autonomia municipal e a soberania das famílias que vivem da terra.

O projeto de criação de novas Áreas de Proteção Ambiental, da forma como está concebido, é um ato de afronta e de violência, é um confisco disfarçado, uma artimanha jurídica que visa a mascarar uma desapropriação indireta, sem qualquer consideração com os povos que habitam a região e ainda sem a previsão de uma justa e prévia indenização. Esse processo que envolve a criação de Área de Proteção Ambiental (APA) no Paleocanal do Rio Tocantins, na Área de Proteção Ambiental Bico do Papagaio, e do Monumento Natural (Mona) do Bico do Papagaio, violam de forma frontal e imperdoável o art. 5º da Constituição Federal, que garante a proteção ao direito de propriedade, sua função social e o dever do Estado de indenizar quando houver esvaziamento econômico do bem.

O relatório do ICMBio e a proposta da Unifesspa falam em conservação, biodiversidade e proteção turística. Reconhecemos a importância da preservação ambiental. Ninguém aqui é contra a natureza, muito pelo contrário. Mas observem: a própria proposta admite que mais de 40% da área da APA do Bico do Papagaio já é ocupada por pastagens agropecuárias. Isso significa que as famílias já consolidaram o uso produtivo há décadas.

Criar uma unidade de conservação sobre áreas produtivas é, na prática, criminalizar agricultores, pecuaristas, pescadores, extrativistas que sustentam nossa economia. E o que mais impressiona: não há estudo socioambiental específico sobre Bom Jesus do Tocantins.

Como pedir, formalmente, como decidir sobre o futuro sem nem sequer ouvir e estudar a realidade local?

Dados técnicos da Associação de Produtores Rurais mostram que só no Município de Bom Jesus do Tocantins 395 imóveis rurais estão sobrepostos às áreas propostas. Centenas de famílias terão sua produção limitada ou inviabilizada. Vinte e dois projetos de assentamento do Incra estão sobrepostos, atingindo agricultores assentados legalmente.

Atividades tradicionais, como a pecuária de corte e leite, a agricultura familiar, a pesca e o extrativismo estarão sob risco de restrições severas. Pergunto: quem sustentará essas famílias? Onde estão os programas de compensação? Onde estão os fundos de apoio prometidos? Nenhum foi apresentado de forma clara.

A lei que rege a unidade de conservação, a Lei 9.985, de 2000, exige participação ampla, prévia e informada. Além disso, a Convenção 169 garante às comunidades tradicionais o direito de serem consultadas antes de qualquer decisão que afete seus modos de vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que vimos, porém, foi uma consulta pública realizada em Marabá, longe da sede do nosso Município, no dia 16 de agosto de 2025. Nossos agricultores, pescadores e ribeirinhos não tiveram meios de dela participar. As respostas dadas pelo ICMBio foram genéricas e não esclareceram as preocupações centrais.

A população de Bom Jesus do Tocantins foi mais uma vez tratada como figurante em um processo que atinge diretamente a sua sobrevivência. Isso não é consulta pública, é uma violação de direitos.

Resumindo, meu Senador, nós vivemos em um Município onde nós temos praticamente 35% da área já preservada. Hoje nós temos 48 aldeias indígenas. O nosso povo faz exatamente o seu papel. A proteção hoje não depende do ICMBio. Onde estava o ICMBio no ano passado quando as aldeias indígenas queimaram e a nossa fauna e a nossa flora foram por água abaixo? Trinta e cinco por cento, 40% da aldeia foi queimada, os animais mortos e ninguém viu o ICMBio lá em Bom Jesus. Ninguém viu o Ibama em Bom Jesus do Tocantins. Se não fosse a participação, a mobilização do nosso povo, talvez hoje nós não teríamos a nossa fauna e a nossa flora de pé lá em Bom Jesus.

Onde estava o ICMBio três anos atrás, quando recebemos uma das maiores enchentes no nosso município, quando quase 100% dos animais foram mortos? Não se viu o ICMBio lá em Bom Jesus. Estava lá a iniciativa privada, o nosso povo, com barcos, embarcações, salvando vidas de animais.

Então, a pergunta que eu faço é: é a melhor opção para o nosso município a criação de novas APAs? Creio que não. Este gestor aqui falará sempre em nome do povo, e o povo do meu município está desesperado, porque eu sei que isso, a médio e longo prazo, afetará diretamente a economia deles, a forma de viver deles, que é um direito constitucional que eles têm.

E eu sei o que é que vai acontecer... A porta da prefeitura não aguenta mais receber demanda de emprego. Eu não vou... Eu, como gestor, não tenho mais condições de fomentar a mão de obra, porque meu município não tem emprego! As empresas correm direto para o meu primo rico, aqui: vão lá para Marabá, mas não adentram o nosso município, automaticamente.

Eu não estou suportando mais. Estou pensando em falar em demissões. Como é que um Prefeito que pensa na família pode pensar, um dia, em demitir pais de família? Mas a gente está pensando nisso, porque a minha receita está muito inferior às minhas despesas. Então, eu tenho que trabalhar, porque o Ministério Público, o Tribunal de Contas estão de olho em nós; nós temos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu não posso gastar mais do que a obrigação que a lei me rege, eu tenho que gastar de acordo com o que eu posso gastar.

E eu sei o que é que vai acontecer: as nossas famílias vão ficar desempregadas. Até criar um formato legal para que eles possam vender o seu produto, eu sei o que é que vai acontecer: eles vão adentrar a minha cidade, e a cidade não suporta mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este gestor é totalmente contra. Não fomos consultados; nós fomos informados! Uma vez, chegaram à minha casa e informaram que ia acontecer, mas em nenhum momento a nossa população foi consultada.

Minha cidade, conte sempre conosco! Nós vamos estar aqui, juntos, enquanto tiver força deste humilde Prefeito e do Vice-Prefeito. Quero agradecer a todos os 11 Vereadores: estão todos mobilizados para defender as nossas famílias. E assim a gente vai seguir até o final. Se depender de uma força nossa, até quando tiver a última força, nós vamos brigar para que não aconteçam essas APPs no nosso município, porque eu acredito, eu não tenho dúvida nenhuma de que isso vai inviabilizar a nossa atividade econômica lá, tanto daqueles que são envolvidos diretamente como do nosso comércio local.

Muito obrigado, Zequinha. Foi uma audiência muito produtiva. O nosso povo está desesperado lá na nossa cidade. Estão lá todos, hoje, debaixo de umas árvores; todo mundo, a população toda preocupada, porque uma coisa é falar na prática... Porque é muito bonito na teoria – na teoria! –, mas, quando vai para a prática, a gente sabe que acontece exatamente o que o nosso palestrante falou ali, com experiência própria.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe o nosso município e os municípios envolvidos, afetados diretamente com a criação dessas APAs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Jeilson. A Doutora está anotando aqui todos os posicionamentos.

Eu quero pedir ao Prefeito de Marabá, como ele é o maior município lá e é impactado duas vezes, para falar por último aqui, porque eu tenho uns sindicatos rapidinho aqui para ouvir.

Através do Zoom, o Mauricio Emerenciano, Secretário de Agricultura do Município de São João do Araguaia.

Por favor, Mauricio, bote a cara aqui no telão. (*Pausa.*)

Mauricio foi dar uma voltinha?

Rogério Romão, Presidente do Sindicato Rural de Bom Jesus de Tocantins. Aproveite o embalo de Bom Jesus que está firme e forte.

Cadê o Maurício? Está por aí? Opa! Muito bom.

Vamos lá, Maurício. Cinco minutos aí, Maurício, para tu soltar o verbo. (*Pausa.*)

É o Rogério Romão, desculpe.

O Maurício é Secretário de Agricultura de São João.

Perdão, nós vamos agora ouvir o Rogério Romão, que é o Presidente do Sindicato de Bom Jesus de Tocantins.

O SR. ROGÉRIO ROMÃO (*Por videoconferência.*) – Oi, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Boa tarde.

O SR. ROGÉRIO ROMÃO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na pessoa do Senador Zequinha Marinho, gostaria de parabenizar a todos pela audiência pública. Quero agradecer ao nosso Prefeito Jeilson Reis a força que tem nesse propósito de ser contrário à criação das APAs; ao nosso Vice-Prefeito Nanô, que tem dado esse apoio total também; e a todos os Vereadores do nosso município.

Quero dizer que, aqui, todo mundo, a parte política, a parte de produtor rural, todo mundo é totalmente contrário à criação das APAs, por entender que trazem para gente um grande prejuízo. E aqui eu falo como produtor rural. Às vezes, eu fico me perguntando: essas pessoas que estão lá no escritório, será que pensam na realidade de cada produtor rural? Será que pensam como a gente pensa, no que é acordar de manhã para tirar o leite, para cuidar do seu gato, tratar das suas galinhas, tratar da sua produção da agricultura?

E, de repente, chega uma notícia dessa, e essas pessoas ficam totalmente desesperadas – como é o caso do nosso município agora. Estão todos ali embaixo de uma árvore, morrendo de apreensão sem saber exatamente o que vai ser das suas propriedades.

A gente tem visto, Senador, proprietários aqui do nosso município que estavam com suas terras palavreadas, ou seja, comercializadas com outros produtores, aí, de repente, vem uma notícia dessa, e acabou seu negócio, acabou sua negociação, porque o valor patrimonial dos bens simplesmente não existe mais.

Então, a gente está nessa missão aqui de pedir socorro para vocês, até porque o nosso município é uma das partes aí que vai ser muito mais impactada, provavelmente um dos maiores municípios impactados. A gente já tem aqui uma grande área de preservação, que é a nossa Reserva Indígena Mãe Maria, que ocupa aqui aproximadamente 63 mil hectares de reserva. E temos todos os produtores, 90% dos nossos produtores, já têm suas áreas de reserva legal em suas propriedades, inclusive na área pretendida para serem criadas as áreas de preservação.

Então, fica aqui o nosso repúdio, o nosso município não merece perder essa produção, são aproximadamente 500 produtores rurais que estarão dentro, com os CARs em sobreposição dentro dessas áreas de preservação. É inaceitável para gente, o Município de Bom Jesus não pode perder de maneira nenhuma essa produção, até sem saber o que esses produtores vão fazer.

Quando se fala que o principal motivo da criação das APAs é a questão do turismo, será que estão pensando em como esses produtores vão sobreviver? Não tem um produtor rural nessa área de pretensão das APAs que sabe o que é isso, não tem um produtor aí que sabe lidar com turismo. O que eles vão desenvolver para conseguir o seu sustento baseado em turismo? Essas pessoas sabem o que é tirar o leite, sabem o que é criar o porco, criar a galinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não podemos perder esse apoio – jamais. E o nosso produtor não vai permitir que sejam criadas essas APAs no nosso município. Falo aqui como produtor rural, às vezes com conhecimento técnico menor, mas vendo o que cada produtor rural sofre, nós não podemos permitir jamais que possam ser criadas essas áreas de preservação permanentes para todos esses municípios que são nossos vizinhos aqui.

Temos área do município que não é Bom Jesus, mas o impacto é nosso, da cidade, por uma questão de proximidade também.

Então a gente pede aí o apoio de vocês, pede a sensibilidade de toda a parte política, que nos ajudem e que não nos deixem desamparados, com toda essa situação da criação dessas áreas de preservação permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Rogério. Muito obrigado, Rogério.

Nós vamos avançando agora, vamos chamar o Gilson de Freitas Siqueira – Sindicato Rural de Nova Ipixuna.

Está por aí, Gilson? (*Pausa.*)

Não entrou?

Vamos voltar para o Maurício. (*Pausa.*)

Não voltou.

Então, está ótimo.

Agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos conceder mais um minutinho ao Jeilson.

O SR. JEILSON DOS REIS SANTOS (Para expor.) – Pessoal, eu tenho que relatar aqui, eu esqueci, e é importante relatar nesta audiência. Nós temos no nosso município cerca de 12 praias. Nós estamos trabalhando fortemente para que a gente possa fazer com que o turismo seja também uma atividade muito rica em nossa cidade.

Nós temos um TAC assinado com a nossa promotora de Marabá e a gente respeita rigorosamente os TACs. Lá nós temos uma área de preservação ambiental. Lá não entra uma moto, não entra um carro, não entra nada na praia.

Então, essas áreas... A nossa população já respeita rigorosamente os TACs assinados. Então, eu vejo hoje, neste momento... não existe possibilidade nenhuma, porque a nossa população respeita, Senador, rigorosamente os TACs que a gente assina com a nossa promotora.

Nós temos agora asfalto rural previsto para essa comunidade rural em que moram quase 2 mil pessoas, 700 famílias. Eu já estou agora empenhado, o Ministério da Agricultura... asfalto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para essa comunidade. Criadas essas APAs, será que eu vou poder fazer asfalto na zona rural, nessas áreas de proteção?

Então, é um ponto que eu queria relatar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Agora, sim, Dr. Toni Cunha, Prefeito municipal de Marabá, município duas vezes impactado, em cada uma delas parte do município é citado.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ (Para expor.) – Primeiramente, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, Senador Zequinha Marinho, um homem sempre preocupado com essa questão, com a questão da defesa do produtor rural, no combate a essas intromissões constantes e, muitas das vezes, draconianas em face dos produtores rurais que historicamente têm sido perseguidos de todas as formas no Estado do Pará.

Parabéns, Senador, por esta audiência, por esse colóquio, por trazer esse tema ao Senado Federal e, evidentemente, com repercussões para o nosso Estado do Pará.

Quero cumprimentar o Dr. Gustavo. Vou aproveitar aqui para registrar o Dr. Gustavo, juntamente com o seu pai, que faleceu recentemente, aproveitando para fazer essa homenagem – o Dr. Antônio Joaquim – sem sombra de dúvida, um dos maiores especialistas em direito agrário da nossa região, quiçá um dos únicos, e agora passou esse legado certamente para o Dr. Gustavo, que é marabaense. É um prazer tê-lo aqui nesta mesa.

Quero cumprimentar o nosso colega, Prefeito de Bom Jesus, o Jeilson dos Reis.

O perigo que está aí, Jeilson, é você virar cacique em vez de Prefeito, em breve, porque já tem tanta... Com todo o respeito aos nossos amigos indígenas, com quem a gente tem o maior carinho, o maior apreço e uma excelente relação, com muitas dessas intervenções nem mesmo os índios concordam. Então, vamos debater esses temas a fundo.

Quero cumprimentar o meu amigo, parceiro de luta, Deputado Federal Delegado Caveira, que também conhece de muito perto essas questões, porque tem origem política em São Félix do Xingu, que sofre bastante com esse tipo de intervenção desarrazoada e abrupta dos órgãos federais, notadamente quando essas questões recebem a interferência indevida de ideologias políticas.

Quero cumprimentar o nosso amigo Vereador Fernando Henrique, o Vice-Prefeito Nanô, o Senador Jaime... lá de Rondônia ou Roraima?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Rondônia.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ – De Rondônia; um grande produtor rural e, evidentemente, um grande lutador, para que a gente possa permitir que o nosso povo trabalhe no Pará, em Rondônia, em Roraima, onde quer que seja, porque, no Brasil, no Pará, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia, não basta ter vontade de trabalhar, é preciso lutar para que deixem as pessoas trabalhar.

Quero cumprimentar a Kelen, e tudo isso que a gente fala aqui, Kelen... Eu sei que você é uma técnica de absoluta capacidade. Não está em questão este fato; o que está em questão são algumas posturas que às vezes até vão além da técnica, que são posturas de governo. E, evidentemente, os órgãos ambientais, seja o Ibama, seja o ICMBio, recebem orientações de política de governo que fogem às possibilidades de vocês.

E quero dizer, Senador, que estou com medo de Marabá inteira virar uma APA. E nós, do fundo do coração, não temos nenhuma dificuldade em perceber a importância de preservar o meio ambiente, de defender o meio ambiente e de preservar os nossos patrimônios naturais, que fazem parte da nossa essência, fazem parte da nossa cultura e fazem parte do modo de viver da nossa região.

Minha cidade de Marabá nasceu na confluência de dois grandes rios, os Rios Tocantins e Itacaiúnas; e eles são extremamente importantes para a nossa cidade e para a nossa vida, em todos os aspectos.

Agora, o Pará, Marabá, a nossa região precisa ser deixada em paz, no sentido de que nós não queremos mais ser palco para experiências do Governo Federal. O Pará é transformado em experiências, em palco de experiência do Governo Federal. Essa questão não é atinente ao ICMBio, mas, a todo momento, quer se criar uma reserva indígena em cima e na cabeça de pessoas que estão lá há décadas trabalhando e que foram, inclusive, assentadas pelo Governo Federal, algumas delas, inclusive, com títulos fornecidos pelo próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Então, é um terror. São pessoas que cometem suicídio, são pessoas que entram em depressão, são famílias atingidas por toda sorte de agruras decorrentes dessas intervenções do Governo Federal sob o pretexto, sob o manto da preservação ambiental.

Agora, cumprimento aqui o Marcelo Norkey, que fez uma interessantíssima exposição; o André Macedo, que é nosso parceiro em Marabá; enfim, todos que estejam virtualmente, mas a gente precisa debater melhor essas questões.

Esse estudo da Fundação Casa da Cultura de Marabá, que é surpreendente, foi originário de 2023, e eu já informei claramente, transparentemente, via redes sociais, inclusive – porque dizem que o diário oficial de Marabá é a rede social, que assim seja, é transparência –, eu já disse que qualquer secretário, enquanto eu for Prefeito, que propuser algo do gênero ou interferir nessas questões, sem a decisão do comando do Executivo municipal, será imediatamente exonerado.

Então, essa proposta ocorreu em 2023, talvez por conta da qualificação técnica que existe entre os membros da Fundação Casa da Cultura. Estudar não é problema, mas oferecer uma proposta, um órgão que é uma autarquia – embora a personalidade jurídica própria esteja sob o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comando do Executivo –, sem que ninguém saiba disso? Em 2023, eu não era Prefeito, eu particularmente desconhecia isso. Não sei se o senhor sabia disso, acho que ninguém em Marabá sabia disso. Por que não propuseram isso, por exemplo, via Secretaria de Meio Ambiente? Então, é muito estranho, inadequado e está absolutamente vedado, enquanto eu for Prefeito de Marabá.

E a fala do Marcelo, a fala do Dr. Gustavo foram muito importantes, porque não é verdade que não existem consequências. Embora não sejam áreas de proteção integral, é evidente que existem consequências. Tanto existem consequências que vai ser criado algo, porque senão não precisava criar. Se vai tudo continuar como antes, não precisava existir uma área de proteção.

Nós não sabemos também, Dra. Kelen – e aí isso foge à parte técnica –, as consequências de mercado. Nós não temos como interferir nas decisões de mercado sobre a criação dessas APAs, não temos como interferir nas análises dos bancos sobre eventuais financiamentos, não temos como interferir na decisão de investidores que podem se sentir afugentados por conta dessas unidades...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – E dos frigoríficos.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ – Frigoríficos que compram, que querem eventualmente instalar mais unidades.

Então, definitivamente... E aí não é o ICMBio, é o Governo de plantão, porque sempre, quando é o PT que está no Governo, começam essas intervenções opressoras, malignas, mortíferas, porque muitas famílias perdem parentes que se suicidam, esfacelam-se apenas pelo sofrimento psicológico que causam essas intervenções. Então, nós precisamos entender que não é só a questão técnica. Alguém tem dúvida de que é importante preservar o Rio Tocantins, a fauna, o paleocanal? A Promotora, bastante diligente, falou para mim: "Precisamos conversar sobre o paleocanal".

Eu, evidentemente – a gente precisa ter humildade para falar quando desconhece as questões –, nunca tinha ouvido falar disso na minha vida. Eu falei: "Olha, quando eu estudava História, eu ouvia falar de Paleolítico, vai que tem algo a ver... Acharam algum fóssil aí, escavando uma caverna? 'Paleo', de repente, tem a ver com dinossauro. Vamos pegar esse fóssil, vamos colocar na Casa de Cultura", mas depois eu fui ver que era mais uma unidade de conservação e, cientificamente, algo belíssimo, interessante, algo que, se de fato for como se prega, pode ser interessante, mas nós sabemos que muitas das vezes não é isso, e foge, inclusive, ao conhecimento técnico do próprio órgão.

No final do estudo da Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará), com sede em Marabá, fizeram uma conexão infeliz, que, inclusive, atrapalha esse projeto, uma conexão com o derrocamento do Pedral. O Pedral não está imediatamente nesta APA, mas está muito próximo, e podem começar a falar: "A hidrovia vai interferir no fim a que se destina a tal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

APA do Paleocanal", e isso vira mote de intervenções na Justiça Federal, de ações do Ministério Público Federal, tergiversando sobre esses estudos, muitas das vezes sem uma conexão lógica, mas que servem de fundamentos jurídicos, ou seja, é muito ruim tudo isso dessa forma.

E fizeram lá uma audiência, como bem disse... Inclusive, eu nem fui porque foi a toque de caixa – pedi para um representante apenas assistir, mas não fui. E é assim, a toque de caixa, Senador: "Amanhã...", e parece que com um propósito não de discutir, Senador Jaime, mas apenas de cumprir um regramento formal previsto em lei. E fizeram uma audiência. E aí, o que ficou decidido? O povo, os produtores, vão ter poder de inferir nessa decisão? Escuta-se e, o povo gostando ou não, cria-se a unidade de conservação? As consequências disso vão ser consideradas ou não?

Então, eu acho que, como bem disse o Marcelo, nós temos uma legislação – e tem que ser assim – ambiental bastante rígida. Nós temos o Pará tomado por operações de todas as ordens em face dos produtores rurais. Nós temos legislações ambientais que precisam, antes de mais nada, ser cumpridas. O ICMBio – e o André faz um grande trabalho lá em Marabá – não tem condições estruturais, não consegue sequer dar andamento à criação, como disse o Marcelo, de um conselho gestor de uma APA que já foi criada. Depois que se criar isso, vão dizer que se precisa agora de um manejo. E, se não tem o manejo, ninguém pode fazer nada enquanto não tiver o manejo.

Então, isso cria um ambiente de terror, de desespero, muito grande, e o Governo Federal precisa, de uma vez por todas, entender que o Pará, o Norte, seja onde for, não querem mais ser palco para experiências do Governo Federal. A questão ambiental precisa, de uma vez por todas, parar de ser ideologizada. Chega de ideologia na questão ambiental, seja de direita, seja de esquerda. É hora de acabar com a utilização, por parte de setores da esquerda, de questão ambiental como pauta ideológica.

Isso precisa ser tratado, sim, com seriedade, para que a gente preserve o meio ambiente, preserve os nossos recursos naturais, consiga explorar da melhor forma possível, mas é preciso que isso seja feito de maneira correta, de maneira técnica e antevendo, ou pelo menos tentando – porque só a prática mostra todas as consequências – antever as questões de mercado e econômicas que giram em torno dessas questões.

Por exemplo, nós temos, Senador, e aí, uma outra questão desse palco de experiências que o Pará se torna para o Governo. Nós temos, eu sou Prefeito da cidade onde tem o maior número de assentamentos do país. Já são 91. Um dia desses, eu fui falar que eram 83, nem eu sabia que já tinha virado 91.

E esses ambientes, por exemplo, são os ambientes de maior devastação ambiental do nosso estado. Por quê? Porque depositam as pessoas lá de maneira insalubre, sem acesso a nada. Quando tinha o Pronaf, roubavam o dinheiro do Pronaf inteiro, em crédito habitação, em tudo o mais. Eu sou Delegado de Polícia Federal e operei diversas vezes nessas questões, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria cidade de Itupiranga, onde vai ser, onde supostamente vão fazer o pedral, espero que o façam. Então as maiores devastações ambientais estão em mecanismos entronizados pelo Governo Federal.

Os assentamentos do Incra, Senador Jaime, viraram favelões e berço da destruição, da derrubada de árvores, da plantação de drogas, pelo abandono das pessoas que ficam lá dentro, pela ausência de estradas, de vicinais, de tudo que é necessário para que a gente possa ter um ambiente produtivo e de desenvolvimento.

Então, minha querida Kelen, com todo o respeito, tenho certeza de que você é uma técnica, o seu poder de decisão passa ao largo dessa questão política, de orientação governamental, mas dessa forma, sem essa análise, a cidade de Marabá é absolutamente contra a criação dessas unidades de conservação.

Por que não, por exemplo, Senador, aparelhar os órgãos? Os órgãos não têm um carro para andar, não têm gasolina e querem criar APA. Não conseguem proteger nem o que já tem, imagine criar outras unidades que...

E tem mais, Dr. Gustavo, você cria, "olha aqui, não impede a produção". Não impede agora. Mas aí, olha, com o tempo, nós vimos aqui que isso precisa ser mais protegido, porque nós achamos um berçário, não sei do quê, não sei das quantas, lá onde que nós não tínhamos visto. Agora vai ser uma área de proteção integral. E as famílias entram em desespero.

Qual é o quantitativo da sua cidade que pode ser abarcado por isso aí?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ – Trinta e cinco por cento. Isso é muito sério, isso é grave. Nós não temos como aceitar, em nome também aqui do meu amigo, que vai sofrer ainda mais.

Tem duas APAs passando, essas propostas passando pela cidade de Marabá. Marabá tem uma lei que é uma região metropolitana, que envolve a cidade de Bom Jesus, envolve as cidades circunvizinhas, que precisam de Marabá. Nós não aceitaremos a criação dessas unidades dessa forma e tomaremos todo tipo de medidas necessárias, inclusive judiciais, para impedir que essas unidades, dessa forma...

Outra coisa, muito bem, para encerrar, Senador, que falou o Dr. Gustavo, é bem isso. Onde, no Estado democrático de direito, um órgão público pode esconder um plano de criar outras unidades? Nós não temos a completude das propostas de criação de outras unidades, como o senhor bem disse. Cria-se essa, e falam, "vamos ficar em segredo aqui, porque tem outra vindo aí, mas nós não vamos falar agora". Não estou falando que é o caso. Mas "nós não vamos falar agora, porque vai vir outra. Se falar agora, não sai essa". Então o sigilo dessas informações, que são, que têm que ser de domínio do povo brasileiro, principalmente do povo que está lá, não podem ser guardadas como se fosse decisão única e exclusiva de quem está propondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tem que ser transformado, tem que ser publicizado, justamente para a gente saber... Quem sabe, se essa publicização não fosse feita, nós não poderíamos até falar assim: "Não, tudo bem; esta aqui tudo bem, mas essa outra não, por isso...". Então, você abre mão de algo aqui para depois receber mais. E, daqui a pouco, com todo o respeito... Eu não teria nem problema, de repente seria até melhor. Daqui a uns dias nós vamos virar... E aí é outra questão: nós vamos virar caciques, porque tudo vai virar...

Lá, agora, deixando de lado um pouco essa questão, temos essa confusão na área de capoeiras do Patauá. Toda hora é uma reserva indígena. O Caveira estava lá comigo, e a moça chorando: há 30 anos assentada pelo Incra, com título – título do Incra – e, de repente, dizem que aquilo vai ser uma aldeia indígena. Nem os índios que estão lá querem isso.

Então, nós não aguentamos mais ser palco de experiências indevidas, sabe-se lá para quê. De repente é para vender para o exterior, porque a pauta ambiental tem repercussão principalmente no exterior, para os países que já destruíram todo o seu meio ambiente. E a gente vira mote, de repente, para jogar em bolsa de valores, para dizer que nós estamos aqui protegendo, quando, na verdade, o objetivo é outro – o objetivo é político, é ideológico, ou é sabe-se lá de quê.

Mas eu peço que levem essa mensagem.

E o Presidente do ICMBio é esperto. Ele manda uma mulher – porque geralmente as mulheres são muito mais competentes que todos nós – e aí a gente fala até mais manso com a mulher, porque a gente não pode ofender uma mulher nem triscando com uma flor. Então, a gente fala até mais manso. De repente, o Presidente do ICMBio passaria mais aperto aqui, né, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ – Então, leve essa mensagem, Coordenadora Kelen, de modo que nós queremos toda a parceria com os órgãos de proteção ao meio ambiente, porque precisamos proteger o meio ambiente – o André é testemunha disso, está lá com a gente, dentro da secretaria, sempre atuando em absoluta harmonia –, temos que cumprir a lei, mas temos também que aprofundar as discussões e, principalmente, saber de todas as consequências, imaginar as consequências, principalmente, e inclusive, de mercado, que podem advir com a decisão de criação de uma unidade dessas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Prefeito Toni Cunha. (*Palmas.*)

Não é fácil, Kelen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero, rapidinho, primeiro, cumprimentar o João Ricardo, jovem amigo, irmão lá de Belém.

E eu queria, rapidamente, passar ali para a bancada, começando pelo nosso querido Senador de Rondônia. Ele é catarinense...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É rapidinho: três minutos para cada um, para a gente passar rápido aqui, para poder fechar na mesa aqui.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Pode ser cinco?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode. É um relógio maior um pouquinho o seu, porque é membro da Casa, dono da Casa.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer para você, Zequinha Marinho, Presidente aqui da nossa Comissão, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária: excelente audiência pública.

Fico triste. Sabe o que é? Aqui nós temos nove estados que pertencem à Amazônia Legal. São 27 Senadores. Nós tínhamos que ter aqui pelo menos oito Senadores. Nós teríamos que ter isso aqui... O problema... Sei que o Mato Grosso tem parte que pertence à Amazônia, como o Maranhão, mas os outros sete são 100% Amazônia – Amazônia Legal, 60% do território nacional.

Quero dizer para você, Kelen: eu sei que você está aqui pelo ICMBio, mas quem está por trás disso tudo do ICMBio é para se criar uma indústria de um povo miserável na Amazônia.

Eu não sei o porquê, qual o motivo de se querer ver que as pessoas realmente vão para a miséria. Eu não consigo entender, porque se nós analisarmos um produtor com 50 hectares na Amazônia que ele pegue hoje, ele só pode abrir 10. Ele já é... Ele já tem um parque dentro da área dele, ele já tem 80% de reserva.

Eu trouxe aqui esta semana sobre um prêmio de honra ao mérito para um cidadão chamado Assis Canuto. Para quem não conhece, o Estado de Rondônia era um território onde foi feito o melhor programa de reforma agrária constituído neste país, principalmente na Amazônia. Por isso, Kelen, aquele estado onde eu estou é o único do Norte e Nordeste que tem o dobro de carteira assinada contra o Bolsa Família. Todos os demais do Norte e Nordeste têm mais Bolsa Família do que carteira assinada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – E ainda assim temos centenas de problemas. Temos 11 reservas demarcadas lá. Quando eu vejo o ICMBio... eu fui lá naquela Reserva Chico Mendes. Cem mil hectares – cem mil hectares são 100km por 100km, se fosse bem um quadrado aí. O povo vive em extrema miséria, mas miséria! Denunciamos isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o Ministério Público Federal; não foi para frente. Eles vivem na miséria! Querem que as pessoas vão viver com agricultura de subsistência – não tem condição.

Deputado Caveira, você sabe a luta que a gente tem, que nós temos, todos os problemas da Amazônia, todos os problemas. Criamos aqui até uma Subcomissão para nós discutirmos o problema dos embargos na Amazônia, das propriedades, entendeu? E cada vez, cada vez que eu vejo aí, nós temos mais dificuldades.

Isso aí que se mostrou agora, a JBS não vai comprar nenhum boi, esqueça! Nem JBS, nem Minerva, nem Marfrig. Eu vim aqui... eu estou morrendo dia a dia como Senador – Zequinha Marinho está aí, é a prova disso. Cada dia que passa, eu não sei se eu vou resistir até 2030, e, olha, eu sou médio para grande produtor. Não tenho um problema de terra em 28 mil hectares. Todas áreas que eu comprei, são áreas de 1,5 mil, 2 mil hectares, menos de produtores pequenos. Estão 100% regularizadas, senão essa imprensa viria com 25 marretas para cima de mim (*Risos.*) para bater em mim o tempo inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É verdade.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... não seriam 24 horas, seriam 48 horas e ia arrumar mais horas para bater.

Então, veja bem, eu fico tão triste que eu vim aqui para defender esses pequenos produtores – eu conheço. Eu tenho o meu irmão, que é sócio, ele falou: "Vou embora, não quero mais". Ele entrou numa depressão tão grande, tão grande... Ele falou: "Como que vocês querem? Vocês são uma tropa de vagabundo aí em Brasília". Falou para mim junto.

Ele disse: "Porque não é possível! Os nossos pequenos produtores rurais estão morrendo, morrendo; e se criando reserva e criando embargo, querendo arrancar as pessoas do campo".

Desculpe-me, Kelen, eu sei que você... talvez você trabalhe lá, mas talvez você não conheça o que é a dificuldade de um pequeno produtor rural. Agora, se cria aqui, ó... eu estava olhando aqui entre os três lugares, uma reserva 31, mais 96, mais 4 – fiz um cálculo por cima aqui –, 132 mil hectares, mais 132 mil hectares.

No meu estado, 500 mil hectares, tirando os caras todos das propriedades. E aí, eu vejo assim... E nós lutamos, lutamos, lutamos, lutamos.

E é isso que o Prefeito, que o Antonio falou. Está guardado já na manga. Daqui a pouco, vai vir mais uma, vai vir mais uma, vai vir mais uma. E daí, aonde é que vai chegar isso?

Então quero terminar aqui minhas palavras e dizer para vocês que eu fico triste, olha, um município igual ao do Geilson, perguntei para o Vice-Prefeito aqui, são 20 mil habitantes, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Dezenove, 20 mil habitantes. Você vê as dificuldades que os municípios estão tendo. Às vezes, o município não tem uma indústria, não tem outra coisa, só existe agricultura primária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como é que nós vamos fazer? E ainda tirando mais essas áreas, afetando 30%, que vai afetar o município, entendeu?

E para terminar, quero dizer o seguinte: ninguém respeita mais nada neste país, até porque votamos até inclusive o marco temporal. Falou-se aqui sobre reservas indígenas. Nós já temos 14% do território nacional de reservas indígenas. O meu município, um município de 1,150 milhão de hectares, 670 mil é reserva indígena, ou seja, 58%. E nada assim, nunca está conformado.

E nós temos um respeito, uma admiração muito grande pelos nossos indígenas, mas o que está acontecendo com os nossos indígenas é o que está acontecendo com o nosso pequeno produtor rural. Querem ver o nosso indígena na miséria com 120 milhões de hectares. Querem ver o nosso produtor, o nosso pequeno produtor na miséria e arrancando-os aos poucos.

Colocaram trinta e poucos milhões de pessoas, nós temos na Amazônia, mas só queremos ser respeitados na Amazônia. Nós temos que dar um basta, chegarmos a um ponto final. Sabemos da nossa responsabilidade pela preservação ambiental, sabemos que nós temos que cuidar da água, dos rios, de tudo, mas nós temos que ver que o homem tem que ter valor neste país.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador.

Gostaria de que o Vice-Prefeito de Bom Jesus, Nanô, pudesse se manifestar também. Ele foi quem nos procurou inicialmente, juntamente com o Vereador Luciano, que está de prontidão, lá em Bom Jesus, com a turma. Por favor, por favor, Nanô.

O SR. ANTÔNIO NANÔ DE FREITAS (Para expor.) – Obrigado, Senador. Gostaria de cumprimentá-lo e agradecer pelo senhor ter se disponibilizado a nos ajudar. Cerca de 15 dias atrás, eu o procurei, de fato, e o senhor, por coincidência, estava em Marabá e prontamente nos atendeu. E no mesmo dia, eu e o Vereador Luciano conversamos com o senhor e já saímos de lá com uma agenda pré-definida para esta audiência pública que acontece hoje.

Agradeço ao meu Prefeito Jeilson, por dar tamanha importância a essa pauta, igualmente ao Prefeito Toni Cunha, enfim, a todos que aqui estão.

Senador e todos os presentes, na verdade, a gente se preocupa muito. A cidade de Bom Jesus hoje está praticamente parada, acompanhando esta audiência pública, preocupada, e com razão, por tudo que tem acontecido.

Nós estivemos lá, Dra. Kelen, na audiência pública em Marabá. E uma coisa que ficou bem evidenciada é que realmente não houve uma consulta prévia às populações das áreas atingidas, que seriam atingidas em razão da criação dessas APAs. Isso inclusive causou até certo transtorno para nós, Senador, enquanto representantes da população de Bom Jesus.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já há quem culpe o Prefeito Jeilson, achando que ele também agiu de forma sorrateira, na surdina, já tinha conhecimento da criação dessas APAs e omitiu isso da população, o que não aconteceu.

Na verdade, o André esteve lá conosco há cerca de 30, 40 dias, praticamente, para dizer que essas áreas estavam em estudo e que seriam criadas. E, uma semana depois, já tinha essa audiência pública em Marabá.

Só para finalizar, Senador, só a possibilidade de criação dessas APAs já está causando um prejuízo enorme para a nossa população. Os cerca de quase 400 produtores que têm nessas áreas do Município de Bom Jesus, hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO NANÔ DE FREITAS – ... já perderam cerca de 70%, 80% do valor de suas propriedades, só em razão da possibilidade de criação dessas APAs.

Então, é urgente que nós e os senhores aqui, que todos nós façamos algo realmente para impedir isso que seria uma verdadeira catástrofe, não só para o Município de Bom Jesus, mas para todos os municípios atingidos nesses três estados vizinhos aí: Pará, Maranhão e Estado do Tocantins.

Muito obrigado.

Agradeço à minha população de Bom Jesus que está lá assistindo e a todos os companheiros que estão mobilizados nessa corrente para que a gente possa realmente defender com firmeza, de forma enfática, a não criação dessas APAs, porque nós entendemos que é um prejuízo irreparável para todas essas populações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Vice-Prefeito Antônio Nanô, de Bom Jesus do Tocantins.

Vereador Fernando, de Marabá, fale aí também.

O SR. FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA (Para expor.) – Senador, boa tarde.

Eu quero, na sua pessoa, cumprimentar todos e parabenizar pela condução aqui desta reunião; quero cumprimentar aqui o nosso Prefeito de Marabá, Prefeito Toni Cunha; quero cumprimentar aqui o nosso Deputado Delegado Caveira, todos os participantes aqui e o Prefeito de Bom Jesus.

Nós, que somos de Marabá e eu, Vereador, estou aqui representando a Câmara Municipal de Marabá, nos preocupamos muito com essa região, com essas criações dessas APAs, o que vai prejudicar muito principalmente a economia da nossa região e a dos municípios vizinhos: Itupiranga, Bom Jesus, São João do Araguaia.

Nós estamos aqui para dizer que somos contra essa criação dessas APAs e nós precisamos defender o produtor rural, aquele que trabalha, aquele que planta, aquele que gera a economia em nossa região. Então, nós somos também a favor da preservação, mas nós não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos colocar na conta daquele que trabalha, daquele que planta, então, nós estamos aqui hoje para nos unir junto com todos vocês, junto com o nosso Prefeito de Marabá, que já deu uma explanação aqui muito boa, e viemos aqui só para dizer que estamos juntos por esta causa.

Cumprimentamos aqui a Kelen, e como o Toni Cunha falou, é uma mulher e respeitamos, e aqui também cumprimento o advogado.

Então, é uma pauta importante. Nós queremos parabenizar o senhor por defender essa pauta e cumprimentar também, porque temos muitos amigos ali em Bom Jesus assistindo, mandaram o vídeo aqui, o Landão, Vereador lá de Ipixuna e que está em Bom Jesus. Quero cumprimentar todos os Vereadores também de Marabá e os Vereadores ali de Bom Jesus do Araguaia.

Que Deus abençoe a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Fernando Henrique, Vereador de Marabá.

Deputado Federal Lenildo Caveira.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Para expor.) – Sr. Senador, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, primeiramente gostaria de parabenizá-lo pelas assinaturas importantes que o senhor fez agora há pouco na esperança de um Brasil melhor, que foi a assinatura do pedido de *impeachment* do ditador da toga Alexandre de Moraes e também a assinatura na CPMI da "vaza toga".

Gostaria de parabenizá-lo pela coragem e pela firmeza nessas pautas de desenvolvimento e de não aceitação de que a nossa Constituição continue sendo queimada pelo STF.

Cumprimento o Prefeito Toni Cunha, o Prefeito Jeilson, a Dra. Kelen, o Dr. Luís Gustavo Trovo. Aproveito para cumprimentar o Senador Jaime Bagattoli; o Fernando Henrique, Vereador; João Ricardo e todos.

Olha, o país está indo de mal a pior. Já quebraram a Petrobras, os Correios, e agora esse desgoverno, junto com o careca da cara gorda e o Careca do INSS, estão roubando até os aposentados e os velhinhos. Isso é um absurdo. A CPMI do INSS deve desmascarar e colocar na cadeia esse tanto de bandido. O Brasil precisa ser passado a limpo. Não está dando certo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – Nós estamos percebendo. Enquanto nós temos um Presidente descondenado e ex-presidiário, comunista, que fala em alto e bom tom que o agro é fascista e direitista, ele fortalece estes órgãos de controle: ICMBio, Incra, Semas lá no Estado do Pará, junto com outro Governador canalha e comunista, Helder Barbalho, querendo de todas as formas acabar com produtores rurais, garimpeiros, madeireiros e qualquer um outro que queira trabalhar na Amazônia. Eles querem transformar a nossa Amazônia numa aldeia. Não é nada diferente disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas unidades de conservação são muito mal vindas no Estado do Pará. Fechem o ICMBio, o Incra, o Ibama e vários outros órgãos. Façam uma junção de todos vocês – falo em nome desse Mauro Oliveira, covarde que não teve coragem de vir aqui, o Presidente do ICMBio. Ele deveria estar aqui ouvindo isso, mas ele deve ouvir, porque os covardes ficam atrás, e ele deve estar ouvindo agora o que nós estamos falando. Ficam por trás das câmeras ouvindo. Fechem esses órgãos, tentem regulamentar as propriedades rurais, os títulos do Incra que já que foram entregues a diversos produtores rurais, que já estão lá há 10, 20, 30 anos, há décadas, devidamente regulamentados, para que não tenham essas desapropriações indevidas sem a devida indenização, o que está acontecendo em toda a Amazônia. Eles querem ficar pautando essas pautas verdes para dar um aceno à COP 30, para falar que está tudo bem. Mentira, descondenado e ex-presidiário Lula! Mentira, Governador Helder Barbalho, seu canalha! Isso tem que mudar.

Quando o Senador Jaime disse que aqui a maioria dos Deputados e Senadores são covardes, eu acredito que sim! Nós estamos com 41 assinaturas para impichar o ditador da toga que está queimando a Constituição Federal e ninguém nada faz!

O que precisa para impichar, primeiramente, o covarde do Davi Alcolumbre? Esse fanfarrão dançarino, que só sabe dançar, esse bundão, que nada tem feito pelo povo.

Muita coisa tem que mudar, começando pelo cabeça. O ex-presidiário Lula, ele, sim, que está fomentando essas pautas verdes que querem acabar com o agro e, de herança, Helder Barbalho está lá brincando os semoventes, bois, colocando brinco nos semoventes, vacas e bois do Estado do Pará. Essa é a herança que ele deixa!

Isso, com certeza, vai trazer taxação para aquele povo que tanto sofre, não existe benefício, não existe facilidade para quem trabalha no campo.

Presidiário, ex-presidiário Lula, deixa o povo trabalhar, é só isso que quem está no campo, no Estado do Pará, precisa. Não quer saber de nada de incentivo seu não, mas deixa o povo trabalhar. O povo está desesperado.

Marcelo, lá de São Félix do Xingu, Marcelo Norkey, estava agora, fez uma belíssima explanação, ele liga e se preocupa 24 horas. Não basta somente as pessoas que morreram lá na Apyterewa, que foram retiradas, o Senador Jaime estava lá também, o Senador Zequinha Marinho, foram retiradas à força, destruíram casas, igrejas, escolas, passaram a patrola por cima, a Força Nacional.

Eu não vejo essa mesma Força Nacional, Polícia Federal, combatendo a corrupção que está endêmica e sistêmica neste Governo do ex-presidiário e no Governo do Pará, vejo uma ou outra operação. Vários desmascarados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) – ... mas nós vamos lutar, Senador Zequinha Marinho, para que o país tome rumo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu imagino que para ter o mínimo de pacificação é retirar o ex-presidiário daquela cadeira e o ditador da toga, que rasga, que queima a Constituição Federal, Alexandre de Moraes.

Fora Lula, fora Alexandre de Moraes!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Deputado Caveira.

Dra. Kelen, rapidamente aqui.

De repente, se puxa... O pessoal do Pará tem trauma nessa questão, nós temos problemas imensos todo dia.

Nós temos, hoje, mais de 2 mil fazendas notificadas para as pessoas saírem e levarem o gado, fazendas embargadas.

Sair para onde? Onde é que você vai levar 2 mil proprietários? Cada um tem um pouco de gado, uns tem mais, outros tem menos. Não tem noção isso, é uma coisa sem noção!

Nós temos, hoje, tramitando, colocado aqui pela Funai, 46 novas terras indígenas. O Pará já separou 25%, já homologou e já entregou. Mais 46 terras é quase que mais de 25%, quer dizer, metade. E, o pior, você não tem índio para colocar. A nossa população indígena em relação ao tamanho do estado é muito pequena, muito pequena.

Então, o Município de Marabá aqui, parece que tem duas ou três reservas sendo criadas. O Município de Bom Jesus...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, não.

De Nova Ipixuna, tem mais umas três que emendam ali com Marabá e com Nova Ipixuna. E está o Vereador Landão, que deve estar acompanhando a gente neste momento, foi o articulador de uma reunião que fizemos lá para conversar com os produtores. Começamos e instruímos a maneira de contestar isso; tem fases de preparação.

Quando a Funai joga no Sigef, ela joga a gleba toda. Na verdade, ela não quer toda aquela gleba, ela quer um pedaço dela. A gente precisa saber disso. Então, não dá para a gente cochilar mais diante da formação de novas... Ou é reserva indígena ou é reserva ambiental.

Depois, vem uma questão do histórico, que, como já foi dito, a gente sabe que não é seu problema; é um problema de Governo, de instituição, somente. A estrutura que tem para cuidar daquelas que já estão lá é insignificante. E aí o mapa do Marcelo Norkey, nosso gestor da APA Triunfo do Xingu, que é estadual, termina sendo verdade. Ele chega e joga na nossa cara: "Por que você vai criar mais uma APA, se você não tem condição de tratar bem essa aqui?".

Depois, nos assombra essa questão do zoneamento dessa área. Vai que o produtor rural está num lugar que, no zoneamento, não pode ser usado, Toni. E aí ele vai ter que se mandar de lá e buscar outra localização para produzir e para sobreviver – é como mandar embora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa é aquele negócio: nós vivemos do gadinho que temos. Vendemos de ovos de galinha caipira à própria galinha e ao frango, ao leitão, ao porquinho, ao bezerro, à vaca; enfim, é o que a gente tem na terra. E aí? Enquanto não tiver um plano de manejo, primeiro, enquanto não criar um conselho gestor, esse conselho gestor trabalhar e trabalhar e todo mundo fazer um plano, nós não vamos vender mais nada?

Então, há uma preocupação que, na prática, nos inviabiliza, como produtores rurais morando numa região dessa. Eu não sei se vocês levantaram – eu acho que teria que ser feito isso – quantos produtores rurais essas figuras todas aí, a Bico do Papagaio, a Paleocanal e mais o Mona impactaram. Quantas pessoas?

O pescador até que nada mais; isso não altera, absolutamente, a vida dele para nada. O ribeirinho, o pescador, aquele pessoal que vive ali não tem preocupações com isso, porque ele não usa a terra para fins produtivos. Ele é, digamos assim, um extrativista daquilo que ele já encontra na natureza; mas pelo produtor rural, que investiu toda a sua vida ali dentro, a gente tem que botar a mão na consciência.

Os Prefeitos – faltou um Prefeito aqui, que é o Prefeito de Itupiranga – não, e o de Nova Ipixuna também não pôde vir – vão ter que tomar algum encaminhamento. E nós não queremos fazer briga com vocês, nós queremos dialogar com vocês. Só que eu não posso deixar uma população de produtores rurais tão grande esquecida no debate de uma construção como esta.

Esta aqui é a Comissão de Agricultura, e a Comissão de Agricultura tem a responsabilidade de conversar isso cara a cara. Não sei se é o caminho do Judiciário, não sei se é o caminho do diálogo, conversando com o Presidente ou com o próprio Governo. Eu não sei qual é a autoridade da fundação municipal.

Há a questão da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que deveria estar cuidando de coisas importantes e úteis daquela região. Nós criamos aquela universidade para desenvolver a região, não foi para atrasar a região.

E, lamentavelmente, a figura dessas unidades de conservação, hoje, no nosso estado, significa atraso, pobreza, abandono e miséria, por final.

Então, V. Sa. tem o tempo que quiser para fazer os comentários sobre tudo aquilo que foi dito aqui pelos nossos expositores.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Não sei se eu vou lembrar todos os pontos. Então, se passar por algum, faço complementação.

O primeiro ponto, que acho que foi trazido aqui pelo Luís Gustavo, a questão de outras unidades, a gente não tem, neste momento, a proposta de criação de outras unidades ali na região, isso dentro do ICMBio. Acho que é o que podemos responder, mas a gente tem o Sistema Nacional de Meio Ambiente, de que também fazem parte os estados e os municípios. Pelo ICMBio, a gente não tem essas novas propostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao processo de consulta, Senador, acho que nós estamos aqui exatamente fazendo isso, ouvindo um dos importantes setores que foram mapeados, que é o setor dos produtores rurais.

É importante receber esse *feedback* de vocês numa lógica de a gente melhorar o processo, melhorar a proposta, e acho que tranquilizá-los de que é uma proposta. Esse processo de diálogo, esse processo de consulta é uma proposta com essa intenção de ouvir todos os setores.

Nós recebemos o pedido, na audiência pública, de dilação de prazo. Esse pedido foi dado.

Então, nós estamos com mais 15 dias além do previsto recebendo essas contribuições, justamente porque a região é uma região grande. Entendemos isso na consulta e estamos à disposição para receber essas contribuições.

Com relação às manifestações que chegaram das prefeituras, o que a gente faz, geralmente, nos processos? Nós recebemos as manifestações, e, depois que fecha o período de consulta, a gente faz as respostas. Elas não foram feitas ainda porque esse período de consulta vai até o dia 16/09. Ele está aberto ainda no momento.

Então, fechado o período de consulta, a gente faz as respostas oficiais para aquelas contribuições que recebemos no processo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Doutora, me permita um parentesezinho bem rapidinho.

Por exemplo, o nosso foco aqui hoje é o produtor rural, até porque os outros não são impactados. Eles vivem já em outro processo produtivo.

Como é que eu crio uma área de preservação ambiental, uma APA, em cima de uma fazenda, para preservar o quê ali? O braquiarão?

Ali, já tem uma área de reserva da fazenda. O resto é capim.

Não é incoerente esse princípio de eu estar fazendo uma área de preservação onde já está impactado, aberto, sendo utilizado.

Eu queria que vocês nos explicassem melhor isso. Como é que como é que funciona isso? Não é?

Quando eu falo de preservação, eu estou falando de floresta, de mata, como a gente fala lá.

Por que eu estendo uma APA sobre terras produtivas, abertas há décadas, produzindo o tempo todo?

Explique-me o que essa preservação busca.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE – A categoria que está sendo proposta a APA não necessariamente propõe restrições adicionais às que já existem consolidadas, Código Florestal, APP, mas ela tem uma outra função que é endereçar políticas públicas.

Então, o ordenamento do próprio território, a questão de incentivos e outros projetos estão previstos nesse projeto da categoria, e muito voltado para a questão de proteção do principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atributo da APA, que são os recursos hídricos ali. Os lagos foram muito valorizados, e a gente teve relato das comunidades de que a gente tem uma crise hídrica na região. Então, é endereçar políticas públicas para enfrentar alguns problemas que a princípio atingem todos que estão ali naquela região, sem necessariamente trazer novas restrições além das que já estão previstas nas legislações maiores.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A senhora permite o André voltar à tela?

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – André Luis Macedo Vieira, por favor.

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Obrigado, Kelen. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tranquilo.

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Senador, você fez uma pergunta muito pertinente, muito importante. De fato, ali, como o senhor citou, a braquiária, a área de pastagem não é alvo de conservação, então não nos interessa do ponto de vista da agenda de conservação.

E é importante destacar que, no desenho dessa área, foi feito todo um esforço para tirar áreas de pastagem, áreas produtivas, em respeito a essas áreas serem áreas já consolidadas, áreas produtivas e também porque, como o senhor muito bem falou, são áreas que não são alvos de conservação. Se a gente olhar bem o limite das áreas, elas pegam praticamente a área de vazante – a área de vazante é a área onde o rio alaga. Essas áreas de vazante, de modo geral, já não são ocupadas, na maior parte, pela pastagem, até porque não são áreas produtivas. E o foco, o objeto de conservação dessas áreas são essas áreas de vazante, porque elas têm uma dinâmica hídrica ali que é importante inclusive para manutenção do estoque pesqueiro, e os lagos. Nessa área de vazante, a gente tem cerca de mil lagos. Esses lagos têm uma importância histórica, geológica fantástica. Essas áreas são berçários onde, quando o rio baixa, os peixes ficam, eles se reproduzem; quando o rio sobe, conecta tudo. Eles realimentam, retroalimentam o rio. Então, são áreas que têm uma importância muito grande para pesca, que é uma atividade econômica importante dessas regiões, e os lagos têm esse papel. Então, são esses dois alvos de conservação.

Aí é importante dizer – e é uma coisa que eu acho até bonita assim de se dizer – que o alvo de conservação, então, é o lago – essa área de vazante, onde o rio alaga – e são também, como o senhor muito bem falou, os vazanteiros, as pessoas que estão nessas áreas de vazante produzindo, e essas áreas têm uma importância de produção para abastecimento alimentar do município muito importante, são objetos de conservação também. Não é só o rio, os peixes, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lagos, mas os vazanteiros, os agricultores familiares que estão ali estabelecidos são alvos de conservação. Pelas áreas, não é só o lago não que tem que cuidar; é cuidar ali de tudo e cuidar dessas pessoas que estão ali também.

Só respondendo a sua pergunta, Senador, a gente fez esse esforço de tirar o máximo possível essas áreas produtivas de interesse da pecuária.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Obrigado, André.

Marcelo Norkey, você teria alguma coisa a considerar?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, Senador.

Com relação ao que foi falado pela Dra. Kelen e à pergunta do senhor, realmente a categoria da unidade de conservação, APA, no caso, como o Dr. André falou e a Dra. Kelen, então, devia ser outra unidade de conservação.

Se pegar especificamente essas comunidades que têm interesse, uma Resex, uma RDS, mas, como o senhor falou, o problema central, gente, não adianta a gente ir contra a realidade, contra o que está posto. Dra. Kelen sabe muito bem disso, o Seu André sabe disso. Nós não cuidamos nem das que estão criadas. É esse o ponto focal.

O Senador Jaime Bagattoli falou aí, lá em Rondônia, o caos que são essas unidades de conservação que são criadas depois. Olha, a multa, quando alguém recebe algum tipo de infração, é dobrada porque você está numa unidade de conservação. Geralmente o produtor, Senador, só sabe que está numa unidade de conservação quando ele recebe uma multa, porque aumenta mais a pena.

Então, contra a realidade... Isso não pode ir contra a realidade, não tem como. Vamos pensar melhor, o ICMBio não consegue cuidar das que tem. Quinze, vinte anos para fazer um conselho gestor. Então, assim, realmente, é como o senhor falou. Você quer fazer unidade de conservação, faz pequenas RPPNs, faz Resex, faz RDS, mas naquele local, naquele lago, então... Agora, isso aí é um absurdo. Realmente, para mim falar isso, eu que moro numa unidade de conservação, que conheço essas realidades, realmente é surreal a gente ainda estar discutindo isso na situação que estão hoje as unidades de conservação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Marcelo.

Doutora, por favor, retorne.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE (Para expor.) – Então, estava falando da questão do processo, né? A gente tem até o dia 16 para as manifestações, para receber as contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os estudos estão disponíveis no *site*, né? Acho que uma questão de esclarecimento com relação aos estudos é como é que a gente trabalha no ICMBio: a gente recebe esses estudos, e aí eles podem ser estudos externos que têm uma validação técnica pelo nosso corpo de analistas. Ele passa ali por uma validação, esse foi considerado válido, né? E ele foi complementado também com esses estudos sociais, que a própria equipe do André fez desde janeiro, tem sido promovido esse diálogo com as comunidades, as comunidades mais afetadas ali das duas propostas.

A consulta pública é realmente um momento de ouvir os outros setores, mas previamente a gente ouvia as comunidades tentando cumprir a previsão da OIT 169, que é da consulta livre, prévia e informada, na linguagem das comunidades, sendo acessível, então, indo até essas comunidades. Alguns comunitários estiveram na consulta pública, mas realmente teve um trabalho diferenciado com as comunidades.

Com relação ao conselho e ao plano de manejo, ele entra ali depois da etapa da unidade criada, como já um processo de gestão, para estabelecimento dessa unidade. Então, como já foi falado aqui, o primeiro passo é o conselho, e o conselho depois discute o plano de manejo, mas muito em cima dos diagnósticos que foram feitos.

Então, assim, é muito difícil a gente ter regramento de atividades produtivas já consolidadas, como é o caso da APA. Isso é praticamente impossível, porque a gente passa por um diagnóstico desse território e depois faz um planejamento em cima desse diagnóstico. Então, acho que essa é a lógica geral da gestão que a gente tem adotado para as unidades de conservação, e aí cada plano de manejo é específico para atender aquela realidade local. Ela vai ter ali os seus objetos de conservação, seus valores e vai ter um planejamento em cima disso.

E um ponto importante é a governança que se estabelece nesse território. Muitas dessas comunidades não têm acesso à informação, não tem acesso à discussão de política pública. Quando você estabelece um conselho, você permite que essas pessoas comecem a entender esses processos de governança, e isso tem efeitos diretos e indiretos na gestão do território, que são a princípio benéficos para todos que estão ali, em cima dos objetivos que foram traçados, né?

Como o André ressaltou, nesse caso, é bem importante a gente lembrar que um dos objetivos de conservação é o modo de vida dessas comunidades. Elas têm uma relação muito próxima com o rio, com esse sistema de subida e descida do rio, das vazantes e dos lagos, e muitas delas dependem exclusivamente dessa pesca ou desses recursos que o rio traz. Então, esse é um dos pontos, talvez um dos pontos centrais da proposta: possibilitar e ali prever meios de continuidade do modo de vida dessas comunidades, melhorando a condição de vida e todas as questões.

Então, assim, não tem muita relação com a questão dos produtores rurais, mas com o modo de vida das comunidades, associado a esse regime do rio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pronto, chegamos no lugar certinho. Se o negócio não tem nada a ver com a questão do produtor rural, por que quer impactar o produtor rural? Cria reserva só onde o modo de vida é naquele modelo. Então, está na hora de retirar toda a margem que está sendo utilizada pelos fazendeiros, pelos produtores rurais, não é? Se a APA – estou seguindo teu raciocínio – tem a ver exatamente com proteger essas comunidades, que precisam do lago, precisam pescar um peixinho... O rio ninguém afeta, o rio passa lá tranquilo, né? Mas precisa do rio, precisa disso. Por que, para protegê-los ali, aquele espaço ali, eu tenho que arruinar a vida de... Quantos são? Quatrocentos produtores rurais?

O SR. ANTÔNIO NANÔ DE FREITAS (*Fora do microfone*.) – Cerca de 380...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É, entre 380 e 400 produtores rurais. Por que para ajudar um eu tenho que prejudicar esse tanto? Vamos fazer a reserva, então, em cima daqueles lugares em que essas pessoas sobrevivem daquele modo de produção. Não é? Então, já fica aqui uma sugestão.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tira fora produção rural. Agropecuária tem outro modo de operar, né?

Por isso que eu digo, vai fazer proteção ambiental em cima de braquiarão? Por quê? Qual é o sentido que tem? Mesma coisa é criar reserva indígena em cima de fazenda. Índio é fazendeiro? Não. O índio sobrevive de recursos naturais da floresta, da caça, da pesca etc. Aí eu meto uma reserva indígena, impacto milhares de famílias que não têm nada a ver, não tem lugar para índio produzir. Acho que não podemos repetir um erro que está acontecendo na Funai dentro do ICMBio aqui.

O Dr. Gustavo quer fazer uma colocação rápida.

O SR. LUÍS GUSTAVO TROVO GARCIA (Para expor.) – Sim.

Senador, a fala do Marcelo, anteriormente, e agora ele repetiu novamente o que me chamou atenção... E me chamou mais atenção porque eu fui questionado a respeito disso pela minha filha, uma adolescente de 15 anos de idade, quando ela ouvia, esta semana, eu conversando com a minha mulher a respeito desses assuntos. Ela se virou para nós e falou: "Mas esses assuntos de vocês parecem umas fofocas infinitas, né? Nunca chegam numa conclusão". E aí, ouvindo o Marcelo, com essa forma de atuação do ICMBio, chega-se à conclusão de que o ICMBio está colecionando pendências infinitas, porque é criada a APA, mas não se chega a instrumentalizar os demais procedimentos, e olhando para o cenário onde se criam entraves para o produtor rural.

Esse é um ponto de atuação do ICMBio, é legítimo, está na legislação, mas acaba que isso não chega ao final, com a criação do conselho e tudo mais, zoneamento, plano de manejo, isso tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, outro ponto importante é aquilo que traz que o ICMBio poderia contribuir para trazer soluções para o produtor rural, que é uma das atribuições também do ICMBio e diz respeito à análise dos procedimentos e pedido de compensação de passivo ambiental. Esses procedimentos – e aí eu acho que é um requerimento para uma outra audiência, tá? Acho que não é o momento –, eles são protocolados no ICMBio, onde o produtor rural está ali buscando a sua regularização do seu passivo, e esses procedimentos não vão adiante. Ficam lá adormecidos, a gente corre atrás para ter um despacho por ano, quando tem.

Então, o produtor que está buscando a solução, que está correndo atrás de se regularizar ambientalmente, também não recebe essa guarida do ICMBio, não é? E aí é muita energia colocada para se criar problema. Então, não se resolve nem desse lado, porque não leva a cabo a criação das áreas de preservação com implementação de tudo que se faz necessário; e, do outro lado também, não atende o produtor rural que está buscando a sua regularização ambiental.

Então, acho que é um requerimento para uma outra discussão, tá?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tranquilo.

O SR. LUÍS GUSTAVO TROVO GARCIA – Mas acho que é uma observação a que o Marcelo me chamou aqui, à responsabilidade dos fatos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jaime, que quer fazer uma conclusão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Só um minuto, Presidente.

Kelen, eu sei que vocês têm uma ligação muito forte, muito próxima do meio ambiente, claro – com o Ministério do Meio Ambiente. Mas vocês já se sentaram alguma vez, vocês junto com o MDA? Vocês já chegaram a se sentarem alguma vez?

O MDA fala o seguinte: que tem 115 mil acampados esperando terra; o CadÚnico fala em 35 mil. Nem vou discutir isso aqui, que isso aqui nós já discutimos. Não existem os 115 mil, e vamos dizer que sejam os 35 mil, 40 mil. Eu quero deixar para você refletir e estudar, porque vocês estão dentro de um Governo que fala.... Eu não sou contra o Governo, eu não sou. Naquilo que for de bom, eu quero ajudar o Governo também. Eu não posso olhar porque é para o outro lado? Eu quero ajudar o Governo. Agora, como é que nós vamos fazer? Onde nós vamos assentar essas pessoas? Para que mentir para essas pessoas? Mande essas pessoas para casa, fale para essas pessoas que não existe mais terra para essas pessoas.

Outra coisa, vamos levantar no Brasil, na Amazônia, principalmente na Amazônia, o que é que já tem de mata ainda e são terras da União e do estado. O que tem de terra lá? O que vamos criar de parque? Para dar um basta nisso. O que precisa aumentar de reserva indígena dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas matas? – igual falou o Presidente Zequinha Marinho. Agora, não obedeceu ao marco temporal, tirar pessoas que estão lá produzindo e sempre falando, mentindo para a sociedade, ao dizer que vai dar terra, para quê? Não minta mais para a sociedade, não tem como dar terra, se você não quer... Para dizer... Na Amazônia, já está se falando em desmatamento zero a partir de 2030, o que ninguém aceita, nós temos o Código Florestal, que vai ter que ser obedecido, é os 20%, quanto 80% de preservação, e nós não estamos mais discutindo sobre isso.

Agora, temos que chegar num denominador e acertar isso. Falar que vai dar terra e falar que tem que preservar, e quem está lá não dá documento e tira essas pessoas da terra? Estamos indo com tudo na contramão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Marcelo Norkey, você quer voltar rapidinho aí?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Rapidinho, Senador, só para complementar o que foi falado até pela Dra. Kelen. Eu participei da criação de dois planos de manejo, zoneamentos e tal, e não funciona assim, infelizmente, né? Realmente, no conselho gestor, a gente até discute, mas, como é um conselho consultivo, no final as nossas decisões têm que ir para Brasília, aí isso vai para a Procuradoria do ICMBio, que vai analisar, vai passar por várias e várias diretorias, para chegar a um final e, às vezes – geralmente –, as nossas decisões não são validadas. Então, é muito complicado. Quem conhece, quem participa dessas unidades de conservação, como eu, quem está lá no dia a dia e participou dessas construções sabe que não é assim. Infelizmente, a gente não tem muita possibilidade. No caso do Igarapé Gelado pode até ser, porque tem a Vale por trás ali, mas em outras unidades de conservação, o que aconteceu é que, no final, as nossas decisões, as grandes decisões nossas não foram transformadas em alguma norma dentro da área de conservação.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Marcelo.

Rapidamente... (*Pausa.*)

André, quer voltar? Bem rapidinho, que nós vamos encerrar. A Ordem do Dia já começou no Plenário grande ali. Vamos lá.

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – É bem breve, Senador.

Primeiro, só para dar uma experiência local minha: o plano de manejo aqui dos campos rupestres ferruginosos é o mais recente, nós levamos um ano e meio nesse processo todo, né? Isso que o Marcelo traz é bem importante e é um alerta desse problema histórico, de coisas que a gente tem que melhorar, mas a gente tem que reconhecer que o ICMBio e esse procedimento amadureceram muito nesse período, né? Hoje, a gente tem uma metodologia de construção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manejo compacta, enxuta, que a gente consegue fazer em tempo hábil. E aí, só colocando assim, dentro da realidade local, porque realmente às vezes varia de uma realidade para outra, aqui... E eu afirmo isso aqui com toda segurança, porque eu sou de Marabá, então eu vou estar aqui com o Prefeito de Marabá, com o pessoal dos outros municípios me encontrando direto e posso ser cobrado disso. Se eventualmente forem criadas essas áreas, a gente já tem condições de, concomitantemente à criação, de imediato, iniciar, sim, o procedimento para a criação do conselho consultivo e, uma vez criado o conselho consultivo, iniciar prontamente os planos de manejo. No contexto local aqui, eu já posso afirmar com segurança, estou aqui falando em público, que a gente tem condições de fazer isso.

Aproveitando, Senador, como já está indo para o encerramento, só quero fazer uma fala aqui de reconhecimento também. Nesse processo de construção, a gente teve oportunidade de estar aqui com todos os Prefeitos municipais que estão aí presentes, dialogando, e eu queria fazer essa fala de reconhecimento: sempre a gente foi recebido de forma muito respeitosa, educada e tivemos a oportunidade de travar um diálogo muito qualificado. Os Prefeitos colocaram as preocupações, mas sempre de uma maneira muito receptiva, então é importante reconhecer isso, essa abertura. Teve um ponto em comum aqui na fala de todos os Prefeitos, que falam que reiteram o compromisso com a conservação, e a gente vê isso aqui na região, né?

E o que os Prefeitos têm colocado são eventuais preocupações com a questão da APA, com os produtores, né?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, André!

Tem uma pergunta de Bom Jesus do Tocantins. Vamos lá?

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (*Por videoconferência*.) – Ótimo.

O SR. JEILSON DOS REIS SANTOS (Para interpelar.) – O Adonias, Presidente da Associação do Lago Camarão, que envolve ali próximo de São João do Araguaia, no Município de Bom Jesus, está perguntando aqui: estava em tramitação em fase final a documentação, a titularização dos 28 alqueires dele lá em torno do Lago Camarão. Já estava em fase final. Recentemente, há 15 dias, ele foi procurado e foi negado o direito de ele ter o título da sua terra. E ainda nem foi ainda criada a área APA; só porque a informação que chegou até ele do ICMBio Brasília que era a área de interesse do ICMBio e está bloqueado o título daquela terra. Tu tens conhecimento disso?

O SR. ANDRÉ LUIS MACEDO VIEIRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Prefeito, vou pedir desculpa porque um pouco do seu áudio teve alguma interferência, mas eu acho que eu entendi – vou pedir para a Kelen me complementar, mas eu acho que eu entendi.

De fato, a gente teve um agricultor dessa região que nos procurou, ele nos informou... Porque essas áreas que o senhor está citando são glebas públicas federais; então elas entraram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no processo que é chamado de disponibilidade. E, em determinado momento, isso coincidiu com essa demanda de criação das UCs e teve o bloqueio – a Kelen vai poder explicar melhor – dessas áreas. Quando a gente teve essa informação, prontamente a gente acionou aí a Kelen, que acionou a Presidência do ICMBio, e o ICMBio, de imediato, solicitou o desbloqueio dessa área. Não é o ICMBio que bloqueia, mas a gente pode, quando o Governo Federal solicita, solicitar o desbloqueio. Então a gente solicitou e estamos fazendo gestão junto ao MDA para esse processo ser concluído, porque a gente tem o mesmo interesse, Prefeito. Se forem criadas as áreas, é nosso interesse essa área esteja regularizada com o registro fundiário e ambiental. Então o interesse é do produtor e o nosso também que essas áreas estejam regularizadas. Então a gente ficou ciente, sim, e tomamos essas medidas.

Só para complementar e para fechar meu raciocínio anterior, eu queria agradecer aos Prefeitos que nos receberam muito bem e reiterar a nossa disponibilidade àquele local para atender às demandas e esclarecer todas as dúvidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Valeu, André!

Comunicado da Presidência.

Orçamento CRA, emenda RP 8, LOA 2025.

Esta Presidência ratifica o seguinte cronograma: segundo momento para apresentação de indicações à emenda RP 8 desta Comissão pelo sistema Sinec e apresentação de alterações das indicações aprovadas no primeiro momento, em 26 de agosto do corrente. As alterações deverão ser oficiadas a esta Presidência pelo sistema Sedol. Encerramento do prazo: dia 16 de setembro; a deliberação será dia 23.

Vamos para as considerações finais.

Eu queria dar um minutinho aqui para o João Ricardo trazer uma palavra. Depois, ao Prefeito Jeilson, ao Prefeito Toni, ao Dr. Gustavo e à Doutora para fazerem o encerramento.

Vamos lá.

O SR. JOÃO RICARDO SILVA DA CONCEIÇÃO (Para expor.) – Boa tarde a todos os membros da mesa.

Queria cumprimentar V. Exa., Senador Zequinha Marinho, o nosso Deputado Federal Delegado Caveira e o Prefeito eleito de Marabá, Toni Cunha.

Queria deixar aqui uma ressalva muito importante a V. Exa., Presidente, que é o paladino a favor na luta do pequeno, do médio e grande produtor rural. Quero parabenizá-lo, porque acompanho o seu trabalho e vejo o trabalho excelente que o senhor está fazendo em prol dessa pauta.

Quero deixar claro aqui também a minha homenagem ao Prefeito de Marabá, Toni Cunha. Estive em Marabá recentemente, e ele está revolucionando aquela cidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo seu trabalho e empenho.

No mais, muito obrigado também ao Deputado Federal Delegado Caveira, que é um paladino da justiça, que luta a favor das causas da direita.

Muito obrigado pela palavra. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Prefeito Jeilson, considerações finais.

O SR. JEILSON DOS REIS SANTOS (Para expor.) – Quero aqui dizer da satisfação, meu Senador, nosso amigo Zequinha, e dizer que admiro a tua luta.

No mais, eu tenho que contradizer aqui a fala do meu amigo Caveira quando ele cita o Governador Helder. O Governador Helder nos recebeu muito bem, uma comitiva – recentemente, tivemos uma audiência com ele em Belém –, que foi o primeiro também que se posicionou favorável aos produtores rurais de Bom Jesus, tanto do ponto de vista da intervenção dele... Então eu tenho que enfatizar a postura do Governador em relação ao apoio às famílias envolvidas diretamente de Bom Jesus do Tocantins. Então eu quero agradecer ao Helder por isso, porque ele foi um dos primeiros que me chamou lá em Belém: "Traga os Vereadores, que eu sou totalmente a favor, contra a criação das APAs". Está certo?

No mais, quero dizer que nós vamos continuar firmes. A gente precisa muito das pessoas que querem o bem da nossa região, sobretudo as regiões sul e sudeste do Pará. Nós já sofremos muito. Nós precisamos, hoje, dar condições para quem realmente move a nossa economia, dar condições aos trabalhadores para continuarem trabalhando na sua terra, porque eles têm aquilo como uma fonte de vida, que é vital para a sobrevivência deles e da sua família na terra. É isso que a gente vai proteger. A gente vai lutar para que eles se mantenham na terra, garantindo o direito de fomentar os seus filhos, tanto na escola, como na produção que ele sempre ensinou, porque ali é uma questão cultural que nós temos que respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Prefeito Toni.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ (Para expor.) – Só quero agradecer a oportunidade de representar o povo de Marabá, os produtores rurais.

É extremamente importante que essas audiências públicas aconteçam, Senador. Quero parabenizá-lo por essa realização, porque, além de colocar as questões que afligem os produtores rurais, a população, a gente também precisa colocar os pingos nos "i", tanto o órgão que está por detrás dessa demanda, como nós também.

Então, às vezes, há excessos de parte a parte. E, às vezes, há, digamos assim, sementes políticas colocadas em determinados debates que o próprio órgão, por uma análise apenas técnica, desconhece. Há a possibilidade, por exemplo, de utilização desses instrumentos para outros fins, como, por exemplo, a conexão com o derrocamento, com a possibilidade, inclusive,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que esses estudos forneçam subsídios fáticos, jurídicos para ações judiciais, para atrapalhar um outro empreendimento. E, às vezes, essa questão passa ao largo do objetivo do próprio órgão, que não está acompanhando isso. Então, é importante que a gente coloque todos esses fatos.

Quero parabenizar mais uma vez o Senado Federal e a Comissão de Agricultura. Que a gente possa trazer sempre esses esclarecimentos para o nosso povo, para melhorar os projetos, enfim, para deixar claro o que realmente seja cada ação de governo das instituições.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Prefeito Toni Cunha.

Dr. Gustavo.

O SR. LUÍS GUSTAVO TROVO GARCIA (Para expor.) – Senador Zequinha Marinho, eu quero aqui apenas me louvar aqui na fala do Senador Jaime, que já se retirou, no sentido de que ele se ressentiu aqui da ausência de outras pessoas, pois seria importante que estivessem aqui também encorpando esse movimento.

E a fala dele faz muito sentido na medida em que a criação de áreas de preservação e unidades de conservação traz restrição de uso, restrição comercial para comercialização dos produtos, restrição de negócio para os imóveis rurais. E isso nos convida a um exercício: imaginar que, nessas regiões onde é suprimida a atividade do produtor rural, naturalmente, isso atraia um impacto para o município, porque tudo aquilo que é comercializado no município, que o produtor rural adquire para executar a sua atividade dentro do seu imóvel rural é adquirido na cidade. Então, basta fazermos um exercício simples. Um município menor é muito mais impactado do que Marabá, mas todos são igualmente impactados. E não só essa região. O que está se discutindo aqui é do Estado do Pará e da Amazônia como um todo. A união de esforços é indispensável para levar essa conscientização não apenas para o produtor rural, mas também para o cidadão do município que também vai ser afetado por isso.

E esta oportunidade que o senhor está trazendo aqui de iniciarmos esse diálogo – isso é um início, pois tem que ser mais aprofundado – é de grande importância para disseminar o conhecimento com relação a isso não só entre a classe produtora rural, mas também dentro das cidades.

Parabéns.

E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Dra. Kelen, rapidinho antes de a senhora falar, o Paulo Carneiro é o Presidente da Faet (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins). Ele diz o seguinte: "Estamos acompanhando de perto os debates sobre as APAs, buscando sempre a defesa do produtor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rural". E mandou um abraço para todos nós. A gente aproveita e cumprimenta o Paulo e todos os produtores do Estado do Tocantins, tem vários municípios por lá, assim como tem no Maranhão também...

Por gentileza, suas considerações finais.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE (Para expor.) – Senador, eu só queria agradecer a oportunidade de estarmos aqui em mais um momento importante para ouvir o setor e parabenizar o próprio setor, os Prefeitos, as articulações que foram feitas para que a gente consiga realmente melhorar e receber essas contribuições. Esse é o objetivo da proposta.

Pessoal de Bom Jesus, se vocês quiserem mandar complementações dessas propriedades, fiquem à total vontade, a gente está lá disponível para receber, para tirar eventuais dúvidas também. Então, se vocês precisarem de uma reunião específica no município, nós estamos nesse processo, neste momento, de oitivas mesmo, com o objetivo de melhorar a proposta, para que ela seja adequada à realidade local.

Eu quero só tranquilizá-los, pois esse é um processo de oitiva que não garante a criação da unidade, não é porque fizemos a consulta pública que a unidade está criada, ela tem aí um longo processo de discussão que termina no ICMBio, mas que vem para o ministério e que vai passar por oitiva de todos os outros ministérios – com certeza, o Ministério da Agricultura também. Então, tem um longo caminho pela frente. Enfim, a gente não tem ainda nenhuma sinalização de criação garantida e de não ouvir os setores interessados.

No mais, é só agradecer a vocês pelo ambiente democrático de discussão e pela oportunidade de estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dra. Kelen.

Eu quero agradecer aqui ao João Ricardo, agradecer ao Deputado Caveira, agradecer ao Vereador, futuro Deputado, Fernando Henrique, agradecer ao meu querido Vice-Prefeito, irmãozão, Nanô, agradecer ao Prefeito Jeilson, com a mobilização de Bom Jesus, que está sendo muito impactada, quero agradecer ao Prefeito, o Prefeito de uma cidade grande... Uma cidade menor já dá trabalho, você calcula uma cidade como Marabá.

O SR. ANTÔNIO CARLOS CUNHA SÁ (*Fora do microfone*.) – Quem procura acha.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quem procura acha, não é?

Muito obrigado pela sua presença e pela brilhante defesa que fez aqui.

Vamos avançando.

Obrigado, Dr. Gustavo, pela sua presença, representando aqui os sindicatos de Itupiranga e Marabá, transmita o nosso abraço à turma toda lá.

E à senhora, que veio aqui com toda a disposição e com toda essa simpatia para nos ouvir.

A SRA. KELEN LUCIANA LEITE (*Fora do microfone*.) – Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Como disse, lá no Pará, a gente tem trauma disso, nós estamos lá enfrentando seriamente a criação de 46 novas terras indígenas.

Você já pensou você botar aí 300 a 400 famílias, por baixo, em cada terra, quantas mil famílias vão estar impactadas, tendo que ir embora amanhã ou depois, deixando tudo para trás?

Então, a gente já está, sabe, num clima de muita apreensão com relação a tudo isso.

Obrigado pela sua participação, leve a nossa mensagem ao Presidente e à apreciação do Ministério do Meio Ambiente.

A ata foi lavrada e, com certeza, pegarei uma cópia dessa ata, formulando um documento, explicando o posicionamento de todo mundo que aqui está e principalmente dos nossos Prefeitos que são os primeiros a serem abordados e pressionados pelos seus munícipes, para que vocês possam levar em consideração isso. Enquanto isso, estudamos outras alternativas com os nossos advogados, mas a gente conta com a sensibilidade e a compreensão de vocês todos.

Eu quero aqui dizer que esta reunião não tem mais nada a tratar, agradecendo aqui a presença de cada um e de todos, eu a declaro encerrada.

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Luis Carlos Heinze, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Teresa Leitão e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 3663, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a prioridade de compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais para prosseguimento da tramitação. Item 2 - Projeto de Lei n° 2282, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para incentivar a utilização de espécies frutíferas lenhosas na recomposição de áreas rurais consolidadas situadas em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais." Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO). Relatoria: Senador Jorge Seif. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. Item 3 - Projeto de Lei n° 2093, de 2025 - Não Terminativo - que: "Reconhece como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro a castanha-do-pará, fruto típico da cultura dos Estados Amazônicos." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*ad hoc*), substituiu Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei n° 658, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta-se o artigo 5°A a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei n° 4402, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 36, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art.216 do Regimento Interno do Senado Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre gastos do Tesouro Nacional com renegociação de dívidas rurais desde 2004, por ano e em moeda constante. Entenda-se, por "gastos" do Governo Federal, o somatório, ano a ano, das despesas orçamentárias, renúncia fiscal e subsídios concedidos (diferença entre juros calculados sobre a Selic e os juros efetivamente cobrados) em todas as operações de renegociação de dívidas rurais nesse período, lembrando, uma vez mais, que os valores devem ser fornecidos em moeda constante." Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS). Resultado: Retirado de pauta a pedido da autora. Item Extrapauta 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 37, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SBCE. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados, ou seus representantes: Excelentíssimo Senhor Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República; o Excelentíssimo Senhor Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária; a Excelentíssima Senhora Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Excelentíssimo Senhor Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; a Excelentíssima Senhora Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 38, de 2025 que: "Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere pela expedição de ofício ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e ao Ministério da Agricultura e Pecuária, para que sejam disponibilizadas, de forma imediata e atualizada, em seus respectivos portais eletrônicos, as informações previstas no § 2º do inciso I do art. 1º da Resolução CMN nº 5.247, de 19 de setembro de 2025, relativas à identificação dos municípios que: decretaram estado de calamidade pública ou situação de emergência, no mínimo em dois anos do período compreendido entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2024, em decorrência de fenômenos climáticos reconhecidos pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; e registraram perdas mínimas de 20% do rendimento médio da produção em pelo menos duas das três principais atividades agrícolas, conforme dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, apurados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Resultado: Aprovado. Item Extrapauta 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 39, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com o atual e ex-presidentes e coordenadores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a percepção destes sobre a Política Nacional da Reforma Agrária e colher propostas de melhorias na gestão do programa. Para o debate, sugerimos que sejam convidados: Senhor César Aldrighi (Atual Presidente do Incra); Senhor Geraldo Melo (Ex-Presidente do Incra); Senhor Xico Graziano (Ex-Presidente do Incra); Senhor Assis Canuto (ex - Coordenador regional do Incra para a Amazônia Ocidental nos anos 1970, engenheiro-agrônomo e ex-deputado federal)." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Usam da palavra a Senadora Tereza Cristina, os Senadores Flávio Arns, Luis Carlos Heinze, Jorge Seif, Jaime Bagattoli e o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Zequinha Marinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior ou das reuniões anteriores.

Os Senadores e as Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições conforme pauta previamente divulgada.

Esse aqui já é o primeiro? É que está aqui meio diferente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA)

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3663, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a prioridade de compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica

> CAS (NT) > Plenário (T)

Autoria: Deputada Federal Professora Dayane Pimentel.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Flávio Arns para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Passo, se permitir, diretamente à análise.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O.k.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – O PL em questão replica para integrantes do SUS uma estratégia de fomento e de fortalecimento da agricultura familiar já adotada pelo Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de ampliação das aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar às unidades públicas integrantes do SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ilustre Deputada Professora Dayane Pimentel apresentou o PL no contexto de pandemia mundial de covid-19, mas as premissas de seu projeto são estruturantes de três eixos de desenvolvimento no meio rural: produção agropecuária, sobretudo artesanal; comercialização eficiente; e consumo inteligente, com otimização de uso de recursos públicos pelo SUS.

Nesse contexto, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados também entendeu que fortalecer as ações já comprovadamente bem-sucedidas que promovem a aquisição de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) representa um avanço na ação do Estado nas políticas públicas para o setor rural e de segurança alimentar.

Portanto, no mérito, somos favoráveis à iniciativa por acreditarmos que a prioridade de compra de alimentos da agricultura familiar e da pesca artesanal pelo SUS fortalecerá a atuação do Estado brasileiro ao trazer benefícios para os produtores e pescadores familiares do país.

No entanto, identificamos uma antinomia no PL ao determinar, ao mesmo tempo, a priorização da compra direta de gêneros alimentícios e a exigência de observância do menor preço obtido em processo licitatório.

Nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), compra direta representa uma forma de contratação pública sem a realização de um processo licitatório tradicional, ao passo que a utilização do critério – entre aspas – "menor preço em licitação" remete ao procedimento competitivo.

Para sanar essa contradição, que inviabilizaria a aplicação do objetivo, do desiderato do PL, propomos uma emenda para alterar a exigência de – abrem-se aspas – "menor preço obtido", em processo licitatório clássico, pelo critério de – abrem-se aspas – "preços compatíveis com os vigentes no mercado local" aplicável à compra direta.

Dessarte, opinamos pela aprovação do PL nº 3.663, de 2020, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRA

No *caput* do art. 53-B a ser inserido na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), na forma do art. 1º do PL nº 3.663, de 2020, onde se lê [abrem-se aspas]: "observado o menor preço obtido em processo licitatório", [fecham-se aspas] leia-se [abrem-se aspas]: "desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local e os alimentos atendam às exigências de controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o relatório, com essa observação no voto também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Parabéns pelo trabalho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, quero encerrar a discussão e colocar em votação o relatório apresentado pelo Senador Flávio.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto de lei, com a Emenda da CRA nº 3.663, de 2020.

O item 2 está na frente. Está faltando o Relator, não é?

Então, enquanto não chega o Relator, a gente vai fazendo outras coisas aqui. (*Pausa.*)

Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 37, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SBCE.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados, ou seus representantes: Exmo. Sr. Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República; o Exmo. Sr. Carlos Henrique Baqueta Fávaro, Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária; a Exma. Sra. Luciana Barbosa de Oliveira Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Exmo. Sr. Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; a Exma. Sra. Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) e outros

Nome grande, não é? Lembrei-me da Princesa Isabel.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Luis Carlos Heinze, vulgo Tchê.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, estamos apresentando esse requerimento, em conjunto com V. Exa., sobre a questão do crédito de carbono.

Senador Mourão, está visto hoje, Senador Arns, que temos crédito na agricultura brasileira. E, aqui, o que queremos é que possamos debater com o Governo, porque nós temos as leis, Mourão, mas falta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a regulamentação da lei. Então, a gente quer saber dos Ministros, que a gente convidou aqui para que falem sobre as leis, sobre a regulamentação, porque a gente quer trabalhar sobre esse assunto.

Senador Flávio Arns, conversei hoje, no seu estado, com Eloi Darci Podkowa – deve ser um polaco –, que é Presidente da Copagril, de Marechal Cândido Rondon.

Essa cooperativa, Senador, já está fazendo um balanço e está vendendo crédito, mostra que os agricultores têm a ver, têm crédito, não têm débito. Com isso, já podem ser remunerados. Então, a cooperativa do estado de V. Exa. já está trabalhando esse assunto. Na sequência, Senador Zequinha, a gente quer fazer, daqui a uma ou duas semanas, uma conversa com os privados, para que eles nos orientem como nós fazemos. Então, já é essa questão, e quero usar o exemplo do seu estado.

Mourão, nós estivemos lá com Caio Vianna, na Cotrijuc, que já está fazendo... Pelo primeiro ano, uma cooperativa do Rio Grande Sul está fazendo esse balanço, e também é positivo. Então, acho que esse é um ponto importante.

Senadora Tereza, aproveitando a nossa Líder aí...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – E professora, sempre.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – E professora.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ministra, Senadora e nossa professora. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ela foi com o Esperidião Amin, viu... Senadora, ela foi com o Esperidião Amin aos Estados Unidos, e mais uma comitiva de Senadores. Ela mostrou um jardim de infância, que, quando criança, ela estudou nos Estados Unidos. Não foi? (*Risos.*)

Tereza, eu estou falando aqui sobre a questão dos créditos de carbono, que nós já debatemos esse assunto aqui na Casa. Estou lendo o requerimento para fazer o convite para os Ministros das respectivas áreas, porque não tem ainda regulamentação da lei. Então, a gente quer apressar a regulamentação, e já falei agora ao Senador Flávio Arns que eu descobri que a Copagril, do Paraná, Marechal Cândido Rondon, já está há três anos fazendo esse balanço e já está creditando para os seus agricultores no balanço, entre crédito e débito.

Então, depois, na sequência, a gente quer trazer os privados que já estão fazendo esse trabalho; mas o primeiro requerimento é para discutir com o Governo.

Obrigado, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Em votação o requerimento...

Ah, só um minutinho. (*Pausa.*)

Tá. Então, está em tempo, sim.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Não, não, era só para... Ele lembrou Marechal Cândido Rondon, e quero dizer – a Senadora Tereza sabe, todos sabem – que o sistema cooperativo do Paraná é extremamente organizado e competente. E lá no oeste, Marechal Cândido Rondon, na região de Cascavel, Toledo, oeste do nosso estado, já se faz isso, conforme o Heinze colocou.

Seria interessante até eles dizerem como é que eles fazem.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, eu já convidei a cooperativa.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Já convidou?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Vai vir aqui um técnico...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, está bom.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – ... para fazer a exposição de como é o projeto que eles fazem lá.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Exatamente, só para eles já dizerem: "Olhe, nós já estamos fazendo, a nossa experiência é essa" e compartilharem a experiência com o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem, então?

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Um outro requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 38, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais do Senado Federal, que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere pela expedição de ofício ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Ministério da Agricultura e Pecuária, para que sejam disponibilizadas, de forma imediata e atualizada, em seus respectivos portais eletrônicos, as informações previstas no § 2º do inciso I do art. 1º da Resolução CMN nº 5.247, de 19 de setembro de 2025, relativas à identificação dos municípios que: 1 - decretaram estado de calamidade pública ou situação de emergência, no mínimo em dois anos do período compreendido entre 1º de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2024, em decorrência de fenômenos climáticos reconhecidos pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; e 2 - registraram perdas mínimas de 20% do rendimento médio da produção em pelo menos duas das três principais atividades agrícolas, conforme dados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, apurados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Bom, tem uma bela justificativa aqui, mas eu quero conceder a palavra ao autor deste requerimento, também o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, Bagattoli – que agora que vem de Santa Catarina para cá, não é, Bagattoli? –, primeiro gostaria de agradecer, Presidente, a V. Exa. e aos colegas Parlamentares que nos ajudaram, como o Mourão e a Tereza também. Nós conseguimos, com uma medida provisória que já saiu na semana passada, a liberação do recurso inclusive. Saiu a MP na Expointer e saiu a questão do recurso, Tereza, na semana passada: R$12 bilhões para atender principalmente o Rio Grande do Sul, mas entra o seu estado também.

O que eu estou pedindo aqui, colegas, é que a gente possa agilizar. O que saiu na MP é que o produtor tem que apresentar o decreto de emergência. Imagina cada produtor chegar na sua prefeitura e pedir... Então, o que eu estou pedindo aqui é que o Mapa forneça – o Mapa já tem os dados do IBGE, já tem os municípios listados – aos bancos, e cada agência terá já nos municípios, não precisa o agricultor levar o decreto de emergência do seu município.

Tem o Prefeito Gilnei aqui, que é de Unistalda, município que também que foi afetado pela estiagem. Imagina a prefeitura fornecer para cada produtor... Então, o que nós queremos é que o próprio Mapa faça e facilite para os produtores. Esse é o requerimento que nós vamos encaminhar para o Ministério da Agricultura.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Posso pedir um pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu concordo plenamente. Isso aí a Defesa Civil tem – do estado e a nacional –, dependendo tem aqui também, a União tem isso. Isso é para não dar o dinheiro, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Só para complicar.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... cada um pedir é uma burocracia intolerável.

Bom, mas eu queria aqui dizer duas coisas. Uma é que eu concordo plenamente com esse negócio do carbono. Nós fizemos aqui uma votação já lá atrás em que foi pedida urgência, enfim, agora precisa regulamentar, e essa regulamentação não sai. Precisa ser feito. E outra coisa, a Embrapa tem que construir as métricas, Senador Zequinha Marinho, porque as nossas métricas não são as mesmas da Europa.

E, na hora em que a gente tiver isso, tenho certeza de que o Brasil tem muito crédito de carbono já para colocar no mercado, mas nós precisamos de alguém que dê a chancela de credibilidade para esses créditos de carbono, para que todo mundo tenha acesso a esse serviço, que tenho certeza de que é uma terceira renda para o produtor rural, na hora em que estiver implementado.

Mas eu gostaria, Senador Zequinha, de pedir... Eu tenho que abrir agora, porque sou Presidente da Comissão da Medida Provisória 303, e preciso fazer a abertura. Eu tinha feito um requerimento para esta Comissão pedindo para o Sr. Ministro da Fazenda Fernando Haddad informações sobre gastos do Tesouro Nacional com renegociação de dívidas rurais desde 2004, para que a gente possa fazer um balanço do que o Governo já pagou nessas renegociações e mostrar que o seguro rural é muito mais efetivo do que ficar renegociando dívida...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O tempo todo.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... o tempo todo e toda essa coisa de medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Parabéns!

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, para levantar e dizer: "Olha, o Governo já gastou tanto". "No seguro rural, nós precisamos colocar tanto". Será que é tão difícil para o Governo resolver esse problema de uma vez por todas?

E aí o Ministério da Fazenda me pediu uma conversa para fornecer esses dados. Então, eu, na confiança do que o Ministro me mandou, vou marcar uma reunião para essa conversa, para esses dados, mas depois eu venho aqui prestar contas a esta Comissão, para que todos tenham acesso a esses números tão importantes para a gente ver se consegue caminhar com o seguro rural.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A senhora está solicitando que retire de pauta o item 6 aqui, né?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deferido verbalmente.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 36, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art.216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre gastos do Tesouro Nacional com renegociação de dívidas rurais desde 2004, por ano e em moeda constante.

Entenda-se, por "gastos" do Governo Federal, o somatório, ano a ano, das despesas orçamentárias, renúncia fiscal e subsídios concedidos (diferença entre juros calculados sobre a Selic e os juros efetivamente cobrados) em todas as operações de renegociação de dívidas rurais nesse período, lembrando, uma vez mais, que os valores devem ser fornecidos em moeda constante.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

- Votação simbólica

Alguém quer discutir um pouco mais sobre o requerimento do Heinze? Não, tudo bem?

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, o segundo extrapauta do Senador Luis Carlos Heinze.

Esse aqui é extrapauta também? (*Pausa.*)

Quero aqui agradecer de coração a presença dos colegas, Senador Flávio Arns, Senadora Tereza, Senador Hamilton Mourão – olha, Rondônia, eu quero ir lá, tem que dar um jeito –, Senador Jaime Bagattoli, Senador Luis Carlos Heinze e nosso Senador de Santa Catarina.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Santa Catarina saúda o Pará.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois é, o Pará sempre foi campeão na pesca; Santa Catarina, um pouco em segundo, mas nós somos amigos.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Olha, não podemos começar de *fake news* aqui, senão a gente já manda para o Xandão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Depois nós vamos pesar esses peixes direitinho para conferir.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2282, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5950FDA90072F1AB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para incentivar a utilização de espécies frutíferas lenhosas na recomposição de áreas rurais consolidadas situadas em Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, vedada a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO)

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações: - *Votação simbólica.*

- > CMA (T)

Concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, querido Zequinha Marinho, meu amigo, quero agradecer ao senhor e, se o senhor me permitir, eu fiz um resumo do nosso voto, porque também estou na mesma Comissão que a Tereza, que vai iniciar agora, a da MP 1.303, mas este projeto é muito meritório, tá?

Eu apresentei, Sr. Presidente, um parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.282, de 2024, por compreender que ele representa um avanço importante na conciliação entre preservação ambiental e geração de renda ao produtor rural. E explico: a proposta, Sr. Presidente, incentiva o uso de árvores frutíferas na recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal, sem jamais flexibilizar a proibição de mudança do uso do solo para fins agropecuários ou industriais, ou seja, trata-se de recompor a vegetação nativa com espécies que, além de cumprir função ecológica, também contribuem para a economia de famílias no campo.

Para fortalecer a segurança ambiental, incluí, no meu relatório, Sr. Presidente, ajustes fundamentais: a vedação de uso de defensivos na recomposição, a preservação da vegetação herbácea espontânea e a fixação de prazo definido para autorizações de manejo sustentável com possibilidade de prorrogação mediante justificativa plausível. Essas medidas, Sr. Presidente, asseguram o equilíbrio entre proteção dos recursos naturais, sustentabilidade da produção e apoio ao pequeno e médio produtor que encontra, na fruticultura, uma oportunidade concreta de recomposição florestal associada à geração de renda.

Trata-se, portanto, de um projeto que alinha responsabilidade ambiental, estabilidade do solo, prevenção de erosão, aumento de infiltração de água e alimento para a fauna silvestre, sempre em sintonia com a preservação de vegetação nativa. Por essa razão, eu peço apoio aos nobres colegas pela aprovação do relatório, do qual eu leio o voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.282, de 2024, com a seguinte emenda:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CRA

Dê-se nova redação ao inciso VI do § 13 do art. 61- A; e acrescentem-se os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 22, bem como os incisos III e IV ao § 3º do art. 66, todos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, na forma proposta pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 2282, de 2024, nos termos a seguir – [só o voto já são 580 páginas]:

"Art. 22 .....

.....

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica ao cultivo de espécies frutíferas lenhosas utilizadas para recomposição da cobertura vegetal em áreas rurais consolidadas, nos termos do inciso VI do § 13 do art. 61-A e do inciso III do § 3º do art. 66.

§ 2º A autorização para a exploração madeireira em unidades de produção sujeitas a manejo sustentável de florestas nativas e suas formas de sucessão terá prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogada por 12 (doze) meses, desde que devidamente justificada.

§ 3º No inventário florestal previsto no § 2º, a árvore será identificada por nome vulgar e por nome científico, este composto pelo nome do gênero seguido da abreviatura da espécie ("sp.") ou das espécies ("spp."), quando o gênero botânico for o mesmo e da mesma família."

"Art. 61-A. .....

.....

§ 13. .....

.....

VI – plantio de espécies frutíferas lenhosas, exóticas ou nativas, perenes ou não, vedados a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais, exceto os usos previstos nesta Lei, e o uso de agrotóxicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023.

....." (NR)

"Art. 66. .....

.....

§ 3º .....

.....

III – a área poderá ser recomposta em sua totalidade com espécies frutíferas lenhosas, exóticas ou nativas, perene ou não, vedados a conversão de novas áreas para uso alternativo do solo nesses locais, exceto os usos previstos nesta Lei, e o uso de agrotóxicos, conforme definidos no art. 2º da Lei nº 14.785, de 27 de dezembro de 2023;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – na recomposição vegetal de que trata o inciso III deverá ser mantida a vegetação herbácea espontânea entre as plantas frutíferas lenhosas, a fim de conservar o solo e de contribuir para a retenção da água.

....."

Esse era o voto, Sr. Presidente, meu amigo Zequinha Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador Jorge.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerrada a discussão.

Coloco a matéria em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a emenda.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Parabéns ao nosso Senador Marcos Rogério, autor. Parabéns aqui ao nosso Relator, rápido no gatilho.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Deus o abençoe.

Vamos lá.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 39, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater com o atual e ex-presidentes e coordenadores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a percepção destes sobre a Política Nacional da Reforma Agrária e colher propostas de melhorias na gestão do programa. Para o debate, sugerimos que sejam convidados: Sr. César Aldrighi (Atual Presidente do Incra); Sr. Geraldo Melo (Ex-Presidente do Incra); Sr. Xico Graziano (Ex-Presidente do Incra); Sr. Assis Canuto (ex-Coordenador regional do Incra para a Amazônia Ocidental nos anos 1970, engenheiro-agrônomo e ex-deputado federal).

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero conceder a palavra ao autor do requerimento para seus comentários e defesa.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer para você, Presidente, e para os demais colegas, Hamilton Mourão, Luis Carlos Heinze, que estão aqui, demais Senadores e quem estiver nos acompanhando pela TV Senado que essa situação hoje que nós temos, principalmente na Região Norte, Centro-Oeste e Norte, do Incra da regularização fundiária é uma situação muito caótica. E sabemos que o Incra hoje não tem mais funcionário, o Incra não tem mais amparo legal hoje para poder... Amparo legal ele tem; ele não tem é braço para chegar e fazer a tal regularização fundiária, sendo que nós temos, inclusive, em muitos estados do Norte, projeto em andamento, PL, para que essas terras da União passem para os estados, principalmente Rondônia, Roraima e Amapá.

E quero dizer para vocês por que estamos convidando aqui o atual Presidente do Incra, o César, e o ex-Presidente, o Sr. Geraldo Melo; o Xico Graziano e também o Sr. Assis Canuto.

Ao Assis Canuto, inclusive, eu fiz uma homenagem aqui no Senado, para ele, pelo trabalho que ele prestou no Estado de Rondônia junto ao Incra, na década de 70.

Então, nosso Presidente Senador Zequinha Marinho, nós precisamos fazer essa audiência pública e procurar entender, com o atual Presidente do Incra e com os demais que já passaram por aqui, e ver quais são os problemas e o que podemos fazer para resolvermos essa situação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Senador Bagattoli.

Alguém mais quer discutir o requerimento? Se não, em votação. (*Pausa.*)

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Aprovado o requerimento.

Bem, senhores, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e convoco imediatamente uma segunda reunião da CRA neste momento.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o segundo momento de deliberação das indicações dos Senadores às programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2025, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 210, de 2024, e do artigo 45-A da Resolução 01, de 2006-CN. Registram presença os Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Luis Carlos Heinze, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Teresa Leitão e Paulo Paim, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício 893/2025/CAPO/AEAPF/MAPA da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos do Ministério da Agricultura e Pecuária e Ofício 96/2025/ ASSESSORIA-CGPI/CGPI-SPOA/SPOA-MAPA/SE/MAPA da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio dos quais encaminharam apontamentos de impedimentos técnicos nas indicações aprovadas no primeiro momento. Coordenação/relatoria das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das 126 indicações substitutas constantes do Anexo I; pela aprovação das 86 novas indicações constantes do Anexo II; pela consolidação no Anexo III de todas as indicações aprovadas pela Comissão até o presente momento e pela rejeição das demais indicações. Por unanimidade, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou os anexos e aprovou, no total, 706 (setecentos e seis) indicações. Rejeitadas as demais indicações no sistema Sinec. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da vigésima oitava Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e seis minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das 126 indicações substitutas

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substituí?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
1	Alessandro Vieira	18720	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
2	Alessandro Vieira	18728	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
3	Alessandro Vieira	18732	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18712	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18723	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18716	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18713	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Cariria	Cariira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18725	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Gloria	Nossa Senhora da Gloria	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18721	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18711	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
11	Alessandro Vieira	18715	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
12	Alessandro Vieira	18729	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
13	Alessandro Vieira	18726	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	18731	11273	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
15	Alexandre Luiz Giordano	18596	9599	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no município de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
16	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	9986	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
17	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	9988	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
18	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	9991	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	9992	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	9995	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	9996	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	9997	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
23	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	10174	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
24	Cid Ferreira Gomes	18610	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 344.850,00
25	Cid Ferreira Gomes	18628	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
26	Cid Ferreira Gomes	18622	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$ 198.000,00
27	Cid Ferreira Gomes	18624	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São José do Torto, CNPJ 06.580.963/0001-98	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
28	Cid Ferreira Gomes	18620	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
29	Cid Ferreira Gomes	18602	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
30	Cid Ferreira Gomes	18632	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
31	Cid Ferreira Gomes	18638	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$ 78.375,00
32	Cid Ferreira Gomes	18605	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
33	Cid Ferreira Gomes	18641	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$ 21.945,00
34	Cid Ferreira Gomes	18626	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 99.484,00
35	Cid Ferreira Gomes	18612	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção À Maternidade e à Infância De Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 172.425,00
36	Cid Ferreira Gomes	18645	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
37	Cid Ferreira Gomes	18633	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu, CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
38	Cid Ferreira Gomes	18619	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
39	Cid Ferreira Gomes	18707	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
40	Cid Ferreira Gomes	18750	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 1.681.134,00
41	Cid Ferreira Gomes	18608	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$ 283.838,00
42	Cid Ferreira Gomes	18636	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
43	Cid Ferreira Gomes	18597	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sussuarana, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
44	Cid Ferreira Gomes	18625	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 28.215,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

45	Cid Ferreira Gomes	18634	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu , CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit LF. 03 – Irrigação Familiar por Microaspersão - 1 há	R$	26.125,00
46	Cid Ferreira Gomes	18642	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	28.215,00
47	Cid Ferreira Gomes	18643	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit LF. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$	18.810,00
48	Cid Ferreira Gomes	18615	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Ruzy - Caracaraí, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
49	Cid Ferreira Gomes	18629	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracaraí, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
50	Cid Ferreira Gomes	18603	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
51	Cid Ferreira Gomes	18630	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
52	Cid Ferreira Gomes	18614	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$	407.547,00
53	Cid Ferreira Gomes	18639	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	11.495,00
54	Cid Ferreira Gomes	18646	12799	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Deus no Brasil, CNPJ 17.987.680/0001-81	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
55	Elziane Pereira Gama Melo	18674	11770	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.500.000,00
56	Elziane Pereira Gama Melo	18676	11726	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailandia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.000.000,00
57	Elziane Pereira Gama Melo	18675	11773	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
58	Elziane Pereira Gama Melo	18673	11775	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
59	Elziane Pereira Gama Melo	18672	11724	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.500.000,00
60	Elziane Pereira Gama Melo	18668	11728	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.130.434,00
61	Fabiano Contarato	18601	8813	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
62	Fabiano Contarato	18604	8816	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$	650.000,00
63	Fabiano Contarato	18631	/8807/8808	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
64	Fabiano Contarato	18623	8811	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$	376.000,00
65	Fabiano Contarato	18609	/8807/8808	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
66	Fabiano Contarato	18644	8803	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	500.400,00
67	Fabiano Contarato	18606	8810	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$	500.400,00
68	Fabiano Contarato	18627	8823	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
69	Fabiano Contarato	18647	/8807/8808	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$	624.600,00
70	Fabiano Contarato	18598	8800	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
71	Fabiano Contarato	18657	8827	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Cooperativa Agroindustrial de Guarrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
72	Fabiano Contarato	18654	/8807/8808	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$	721.834,00
73	Fabiano Contarato	18640	8821	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
74	Fabiano Contarato	18651	8824	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
75	Fabiano Contarato	18635	8815	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
76	Fabiano Contarato	18653	8822	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	628.000,00
77	Fabiano Contarato	18613	/8807/8808	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CÓRREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
78	Fabiano Contarato	18656	8805	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
79	Fabiano Contarato	18600	8802	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
80	Fabiano Contarato	18617	8812	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
81	Fernando Antonio Caminha Dueire	18740	10954	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$	1.130.434,00
82	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	10906	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$	200.000,00
83	Jayme Verissimo de Campos	18589	7978	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$	7.032.000,00
84	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	12341	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ -AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
85	José Roberto Oliveira Faro	18588	7564	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
86	José Roberto Oliveira Faro	18587	7569	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
87	José Roberto Oliveira Faro	18586	7557	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$	617.500,00
88	José Roberto Oliveira Faro	18585	7550	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$	517.500,00
89	Marcelo Costa e Castro	18556	14100	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Campo Maior		09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de Estrada Vicinal	R$	1.600.869,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

90	Marcelo Costa e Castro	18554	14086	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
91	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
92	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
93	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
94	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
95	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
96	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
97	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
98	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18560	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	34.257.578/0001-40	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
99	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
100	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	13735	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
101	Pedro Pinheiro Chaves	18565	13884	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
102	Pedro Pinheiro Chaves	18567	13877	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
103	Pedro Pinheiro Chaves	18568	13753	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
104	Pedro Pinheiro Chaves	18569	13764	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
105	Pedro Pinheiro Chaves	18570	13881	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
106	Pedro Pinheiro Chaves	18571	13871	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
107	Pedro Pinheiro Chaves	18572	13759	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
108	Pedro Pinheiro Chaves	18573	13876	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
109	Pedro Pinheiro Chaves	18574	13865	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
110	Pedro Pinheiro Chaves	18575	13757	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
111	Pedro Pinheiro Chaves	18576	13761	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
112	Pedro Pinheiro Chaves	18577	13879	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
113	Pedro Pinheiro Chaves	18578	13869	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
114	Pedro Pinheiro Chaves	18579	13875	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
115	Pedro Pinheiro Chaves	18580	13880	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
116	Pedro Pinheiro Chaves	18581	13885	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
117	Pedro Pinheiro Chaves	18582	13867	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
118	Pedro Pinheiro Chaves	18583	13887	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
119	Sérgio de Oliveira Cunha	18659	13985	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municipios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$	9.130.434,00
120	Tereza Cristina Corrêa	18594	13218	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	400.000,00
121	Tereza Cristina Corrêa	18595	13219	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	378.260,00
122	Venezíano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	11364	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Municipio de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agricola	R$	415.019,00
123	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	9623	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$	917.278,00
124	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	9637	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	698.997,00
125	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	9632	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	600.000,00
126	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	9621	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$	567.540,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem das 86 novas indicações

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
1	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
2	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM- MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
3	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 605.911,00
4	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 437.627,00
5	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 744.127,00
6	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
7	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
8	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
9	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.000.000,00
10	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE PAU D"ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.200.000,00
11	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$ 630.434,00
12	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 700.000,00
13	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
14	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 400.000,00
15	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
16	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R$ 1.000.000,00
17	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$ 800.000,00
18	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	UISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CAI	R$ 1.000.000,00
19	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
20	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
21	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
22	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
23	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
24	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$ 766.000,00
25	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$ 730.000,00
26	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 580.000,00
27	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 565.000,00
28	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$ 640.000,00
29	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
30	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
31	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
32	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 5.000.000,00
33	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
34	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPORÓROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 679.870,00
35	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
36	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPORÓROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
37	Hiran Manoel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	202V	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorais de Estrada Vicinais	R$ 5.478.000,00
38	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	202V	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$ 544.000,00
39	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
40	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	A DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORAD	R$ 1.500.000,00
41	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$ 400.000,00
42	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.693/0001-36	PALHANO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
43	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINARIO - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
44	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$ 200.000,00
45	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	UISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICO	R$ 215.803,00
46	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR - CNPJ 02.821.225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	SIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVA	R$ 443.000,00
47	Mara Cristina Gabrilli	18845	60120002	4094	22000	22101	202V	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
48	Mara Cristina Gabrilli	18844	60120002	4094	22000	22101	202V	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 613.434,00
49	Mara Cristina Gabrilli	18843	60120002	4094	22000	22101	202V	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
50	Mara Cristina Gabrilli	18842	60120002	4094	22000	22101	202V	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

51	Mara Cristina Gabrilli	18841	60120002	4094	22000	22101	202V	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
52	Mara Cristina Gabrilli	18840	60120002	4094	22000	22101	202V	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
53	Mara Cristina Gabrilli	18839	60120002	4094	22000	22101	202V	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
54	Mara Cristina Gabrilli	18838	60120002	4094	22000	22101	202V	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
55	Mara Cristina Gabrilli	18837	60120002	4094	22000	22101	202V	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
56	Mara Cristina Gabrilli	18836	60120002	4094	22000	22101	202V	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
57	Mara Cristina Gabrilli	18835	60120002	4094	22000	22101	202V	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
58	Mara Cristina Gabrilli	18834	60120002	4094	22000	22101	202V	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
59	Mara Cristina Gabrilli	18833	60120002	4094	22000	22101	202V	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
60	Mara Cristina Gabrilli	18830	60120002	4094	22000	22101	202V	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
61	Mara Cristina Gabrilli	18829	60120002	4094	22000	22101	202V	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
62	Mara Cristina Gabrilli	18828	60120002	4094	22000	22101	202V	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
63	Mara Cristina Gabrilli	18827	60120002	4094	22000	22101	202V	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
64	Mara Cristina Gabrilli	18826	60120002	4094	22000	22101	202V	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
65	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	20.000.000,00
66	Omar José Abdel Aziz	16797	60120002	3794	22000	22101	202V	Município de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO INFORMAL - SEMACC		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	para o suporte hídrico à produção - construção e ampliação de t	R$	1.000.000,00
67	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	6.391.305,00
68	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$	1.000.000,00
69	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$	3.000.000,00
70	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
71	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$	10.260.869,00
72	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R$	1.500.000,00
73	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	202V	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	sio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agríc	R$	728.000,00
74	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	202V	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê – PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	sio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agríc	R$	554.173,00
75	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	202V	Município de São Jorge D'Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	sio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agríc	R$	470.000,00
76	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	202V	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	sio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agríc	R$	700.000,00
77	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	202V	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	sio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agríc	R$	1.200.000,00
78	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
79	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$	1.000.000,00
80	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	478.260,00
81	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
82	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
83	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
84	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	202V	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
85	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	1.000.000,00
86	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	2.652.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo III: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
1	Alan Rick Miranda	9631	60120002	4394	22000	22101	202V	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação e aquisição de equipamentos apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 3.652.173,00
2	Alessandro Vieira	18720	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
3	Alessandro Vieira	18728	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18732	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18712	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18723	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18716	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18713	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18725	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18721	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
11	Alessandro Vieira	18711	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
12	Alessandro Vieira	18715	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
13	Alessandro Vieira	18729	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	11270	60120002	4144	22000	22101	202V	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
15	Alessandro Vieira	18726	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
16	Alessandro Vieira	18731	60120002	4144	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
17	Alexandre Luiz Giordano	18596	60120002	4221	22000	22101	202V	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no município de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
18	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	60120002	4283	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	60120002	4283	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	60120002	4283	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	60120002	4283	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	60120002	4283	22000	22101	202V	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	60120002	4283	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	60120002	4283	22000	22101	202V	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	60120002	4283	22000	22101	202V	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	60120002	4283	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	60120002	4283	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
28	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	60120002	4179	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
29	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	60120002	4496	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Simplício Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
37	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Áurea	Prefeitura Municipal de Áurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	60120002	4271	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
43	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	60120002	4093	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$ 3.652.173,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6939	60120002	4093	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Apoio à execução de serviços de preparação de solo para o plantio, com destoca, para atender produtores rurais	R$ 2.700.000,00
45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	60120002	4093	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.778.260,00
46	Augusta Brito de Paula	9665	60120002	4281	22000	22101	202V	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 2.282.608,00
47	Augusta Brito de Paula	9676	60120002	4281	22000	22101	202V	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.609,00
48	Augusta Brito de Paula	14322	60120002	4281	22000	22101	202V	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
49	Augusta Brito de Paula	14327	60120002	4281	22000	22101	202V	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.565.217,00
50	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM- MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
51	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 437.627,00
53	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 744.127,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 605.911,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
57	Carlos Eduardo de Souza Braga	11995	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
58	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	12003	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.260.869,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	60120002	2909	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
64	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
65	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.000.000,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE PAU D"ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.200.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$ 630.434,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 700.000,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 400.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R$ 1.000.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	202V	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$ 800.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CARGA	R$ 1.000.000,00
75	Carlos Francisco Portinho	9908	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
76	Cid Ferreira Gomes	18610	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 344.850,00
77	Cid Ferreira Gomes	18628	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
78	Cid Ferreira Gomes	18622	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olimpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$ 198.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	18624	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São José do Torto, CNPJ 06.580.963/0001-98	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
80	Cid Ferreira Gomes	18620	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olimpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
81	Cid Ferreira Gomes	18602	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
82	Cid Ferreira Gomes	18632	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
83	Cid Ferreira Gomes	18638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$ 78.375,00
84	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
85	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$ 21.945,00
86	Cid Ferreira Gomes	18626	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 99.484,00
87	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção À Maternidade e à Infância De Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 172.425,00
88	Cid Ferreira Gomes	18645	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
89	Cid Ferreira Gomes	18633	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu, CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
90	Cid Ferreira Gomes	18619	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sitio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
91	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
92	Cid Ferreira Gomes	18750	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 1.681.134,00
93	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$ 283.838,00
94	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.700.000,00
95	Cid Ferreira Gomes	18636	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
96	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sussuarana, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
97	Cid Ferreira Gomes	18625	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 28.215,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

98	Cid Ferreira Gomes	18634	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu , CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 03 – Irrigação Familiar por Microaspersão - 1 há	R$ 26.125,00
99	Cid Ferreira Gomes	18642	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 28.215,00
100	Cid Ferreira Gomes	18643	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
101	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Ruzy - Caracará, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
102	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracará, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$ 283.838,00
103	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
104	Cid Ferreira Gomes	18630	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
105	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	202V	Municipio de Caninde/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$ 875.863,00
106	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$ 407.547,00
107	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 11.495,00
108	Cid Ferreira Gomes	18646	60120002	4081	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Deus no Brasil, CNPJ 17.987.680/0001-81	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
109	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	202V	Municipio de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
110	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
111	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
112	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
113	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
114	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
115	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
116	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
117	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
118	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 452.173,00
119	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 452.173,00
120	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cláudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
121	Cleiton Gontijo de Azevedo	7887	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
122	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
123	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 1.000.000,00
124	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
125	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
126	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
127	Confúcio Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	202V	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
128	Confúcio Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	202V	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
129	Confúcio Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	202V	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
130	Confúcio Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	202V	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

131	Confúcio Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
132	Confúcio Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.260.434,00
133	Confúcio Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.270.000,00
134	Damares Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.652.173,00
135	Damares Regina Alves	7913	60120002	4268	22000	22101	20ZV	EMBRAPA			00.348.003/0017-88	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias	R$ 1.700.000,00
136	Damares Regina Alves	7912	60120002	4268	22000	22101	20ZV	EMBRAPA			00.348.003/0017-88	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
137	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
138	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
139	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
140	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 452.173,00
142	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
143	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
144	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
145	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
146	Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
147	Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
148	Eann Styvenson Valentim Mendes	14070	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		08.095.473/0001-21	RN	OURO BRANCO	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
149	Eann Styvenson Valentim Mendes	13839	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Caraubas	Prefeitura de Caraubas		08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
150	Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Canguaretama	Prefeitura de Canguaretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agricola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
151	Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agricola e uma retroescavadeira	R$ 914.000,00
152	Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
153	Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$ 700.000,00
154	Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
155	Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
156	Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agricola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
157	Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$ 438.000,00
158	Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$ 438.000,00
159	Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agricolas	R$ 642.000,00
160	Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
161	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
162	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 580.000,00
163	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
164	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
165	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
166	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$ 730.000,00
167	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
168	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$ 640.000,00
169	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 565.000,00
170	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
171	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 5.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

172	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
173	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$	679.870,00
174	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
175	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
176	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
177	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
178	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$	766.000,00
179	Eliziane Pereira Gama Melo	18674	60120002	4139	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.500.000,00
180	Eliziane Pereira Gama Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailândia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.000.000,00
181	Eliziane Pereira Gama Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
182	Eliziane Pereira Gama Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
183	Eliziane Pereira Gama Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.500.000,00
184	Eliziane Pereira Gama Melo	18668	60120002	4139	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.130.434,00
185	Esperidião Amin Helou Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$	627.325,00
186	Esperidião Amin Helou Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$	320.000,00
187	Esperidião Amin Helou Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R$	300.000,00
188	Esperidião Amin Helou Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$	600.000,00
189	Esperidião Amin Helou Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$	635.000,00
190	Esperidião Amin Helou Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$	600.000,00
191	Esperidião Amin Helou Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R$	300.000,00
192	Esperidião Amin Helou Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$	269.000,00
193	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	250.000,00
194	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	702.173,00
195	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
196	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
197	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
198	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
199	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
200	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
201	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
202	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$	650.000,00
203	Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
204	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$	376.000,00
205	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
206	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	500.400,00
207	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$	500.400,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

208	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
209	Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$	624.600,00
210	Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
211	Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
212	Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$	721.834,00
213	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
214	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
215	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
216	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	628.000,00
217	Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CÓRREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
218	Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
219	Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
220	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	202V	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
221	Fernando Antonio Caminha Dueire	10957	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$	500.000,00
222	Fernando Antonio Caminha Dueire	11195	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$	1.000.000,00
223	Fernando Antonio Caminha Dueire	10939	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
224	Fernando Antonio Caminha Dueire	10938	60120002	4252	22000	22101	202V	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$	500.000,00
225	Fernando Antonio Caminha Dueire	10935	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
226	Fernando Antonio Caminha Dueire	10929	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
227	Fernando Antonio Caminha Dueire	18740	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$	1.130.434,00
228	Fernando Antonio Caminha Dueire	10945	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$	1.000.000,00
229	Fernando Antonio Caminha Dueire	10943	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$	1.000.000,00
230	Fernando Antonio Caminha Dueire	10946	60120002	4252	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
231	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	202V	Município de Coruripe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
232	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	202V	Município de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
233	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	202V	Município de Olho D'Água das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
234	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	202V	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
235	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	202V	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.330.434,00
236	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	202V	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
237	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	202V	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$	1.000.000,00
238	Flávio José Arns	10812	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
239	Flávio José Arns	10827	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
240	Flávio José Arns	10843	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
241	Flávio José Arns	10828	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
242	Flávio José Arns	10836	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
243	Flávio José Arns	10818	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.282.714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
244	Flávio José Arns	10833	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
245	Flávio José Arns	10847	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	500.000,00
246	Flávio José Arns	10835	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
247	Flávio José Arns	10814	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
248	Flávio José Arns	10838	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
249	Flávio José Arns	10841	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
250	Flávio José Arns	10821	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
251	Flávio José Arns	10816	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.339.688/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
252	Flávio José Arns	10832	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
253	Flávio José Arns	10820	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
254	Flávio José Arns	10822	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
255	Flávio José Arns	10819	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
256	Flávio José Arns	10830	60120002	2038	22000	22101	202V	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
257	Flávio José Arns	10825	60120002	2038	22000	22101	202V	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
258	Flávio Nantes Bolsonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.800.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

259	Flávio Nantes Bolsonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.852.173,00
260	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	202V	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$	9.130.434,00
261	Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
262	Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
263	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
264	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
265	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	2.130.433,00
266	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
267	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	202V	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
268	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	202V	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorais de Estrada Vicinais	R$	5.478.000,00
269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	202V	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$	3.652.173,00
270	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
271	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sairé			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	600.000,00
272	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
273	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
274	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	230.434,00
275	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
276	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
277	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
278	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
279	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
280	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
281	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
282	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
283	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
284	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
285	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
286	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
287	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
288	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
289	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
290	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
291	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
292	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
293	Irajá Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	202V	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$	9.130.434,00
294	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$	330.000,00
295	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
296	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$	200.000,00
297	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
298	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
299	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
300	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$	300.000,00
301	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
302	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$	500.000,00
303	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
304	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$	400.000,00
305	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
306	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$	400.434,00
307	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
308	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
309	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
310	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
311	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R$	400.000,00
312	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
313	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
314	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
315	Izalci Lucas Ferreira	10506	60120002	4136	22000	22101	202V	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Implementação de estrategias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$	3.652.174,00
316	Jader Fontenelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
317	Jader Fontenelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
318	Jader Fontenelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
319	Jader Fontenelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.630.434,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

320	Jaime Maximino Bagattoli	10321	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ESPIGÃO D'OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
321	Jaime Maximino Bagattoli	10326	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
322	Jaime Maximino Bagattoli	10323	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 502.173,00
323	Jaime Maximino Bagattoli	10316	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 650.000,00
324	Jaime Maximino Bagattoli	10320	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
325	Jaime Maximino Bagattoli	10324	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
326	Jaime Maximino Bagattoli	10325	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
327	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
328	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 2.000.000,00
329	Jaques Wagner	14223	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 1.680.434,00
330	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 400.000,00
331	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 500.000,00
332	Jaques Wagner	14210	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 650.000,00
333	Jaques Wagner	14205	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
334	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 1.000.000,00
335	Jaques Wagner	14202	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
336	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 400.000,00
337	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
338	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
339	Jayme Verissimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$ 7.032.000,00
340	Jayme Verissimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$ 2.098.434,00
341	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 771.900,00
342	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
343	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
344	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 528.665,00
345	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
346	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 699.565,00
347	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 480.700,00
348	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 699.565,00
349	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 574.750,00
350	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
351	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 568.693,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

352	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
353	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.000,00
354	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.350,00
355	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
356	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.350,00
357	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	202V	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
358	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	202V	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
359	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	202V	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
360	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	202V	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 230.000,00
361	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	202V	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
362	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	202V	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 230.000,00
363	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	202V	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 262.152,00
364	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	202V	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
365	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	202V	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
366	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	202V	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
367	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	202V	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
368	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	202V	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 230.000,00
369	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	202V	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
370	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	202V	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Agorpecuário.	R$ 230.000,00
371	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	202V	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
372	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	202V	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$ 544.000,00
373	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
374	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 500.000,00
375	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
376	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	202V	Centro social e de produção pesqueira e aquicola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquicola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
377	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
378	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.758.434,00
379	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
380	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.000.000,00
381	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$ 570.000,00
382	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 1.152.173,00
383	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
384	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 600.000,00
385	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	202V	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$ 730.000,00
386	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	202V	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$ 1.732.000,00
387	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	202V	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
388	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	202V	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 292.000,00
389	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
390	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 530.434,00
391	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 800.000,00
392	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.500.000,00
393	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
394	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	202V	Cooperativa de Agricultores Qualificados-COOPAQ -AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados-COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	202V - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
395	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	202V - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 4.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

396	José Roberto Oliveira Faro	18588	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
397	José Roberto Oliveira Faro	7523	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.100.000,00
398	José Roberto Oliveira Faro	7527	60120002	4266	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	4.618.434,00
399	José Roberto Oliveira Faro	18587	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
400	José Roberto Oliveira Faro	18586	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$	617.500,00
401	José Roberto Oliveira Faro	18585	60120002	4266	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$	517.500,00
402	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	5.478.260,00
403	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	202V	Prefeitura MunPropriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	3.652.173,00
404	Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	60120002	4082	22000	22101	202V	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
405	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	202V	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	400.000,00
406	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	202V	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
407	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	202V	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
408	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	202V	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa – CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
409	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	202V	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
410	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	202V	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	300.000,00
411	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$	2.000.000,00
412	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	202V	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
413	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	202V	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	300.130,00
414	Leila Gomes de Barros Rêgo	9594	60120002	4082	22000	22101	202V	Associação dos Tratadores de Animais de Tração e Esporte de Planaltina DF - ATRATE		Brasília	18.816.340/0001-50	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
415	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	202V	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	600.000,00
416	Luis Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	202V	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
417	Luis Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	202V	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
418	Luis Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	202V	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
419	Luis Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	202V	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	817.173,00
420	Luis Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	202V	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
421	Luis Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	202V	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$	405.000,00
422	Luis Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	202V	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
423	Luis Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	202V	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
424	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	202V	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$	225.185,00
425	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R$	1.500.000,00
426	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	202V	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$	400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

427	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.693/0001-36	PALHAMO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
428	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINÁRIO - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
429	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$ 200.000,00
430	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	R$ 215.803,00
431	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR - CNPJ 02.821.225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
432	Luiz Cantuária Barreto	10020	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Aquisição de Máquinas	R$ 9.130.434,00
433	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
434	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 750.000,00
435	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
436	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
437	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 652.173,00
438	Mara Cristina Gabrilli	18840	60120002	4094	22000	22101	20ZV	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
439	Mara Cristina Gabrilli	18842	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
440	Mara Cristina Gabrilli	18826	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
441	Mara Cristina Gabrilli	18830	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
442	Mara Cristina Gabrilli	18843	60120002	4094	22000	22101	20ZV	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
443	Mara Cristina Gabrilli	18839	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
444	Mara Cristina Gabrilli	18834	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
445	Mara Cristina Gabrilli	18836	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
446	Mara Cristina Gabrilli	18835	60120002	4094	22000	22101	20ZV	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
447	Mara Cristina Gabrilli	18828	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
448	Mara Cristina Gabrilli	18837	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
449	Mara Cristina Gabrilli	18827	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
450	Mara Cristina Gabrilli	18838	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
451	Mara Cristina Gabrilli	18833	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
452	Mara Cristina Gabrilli	18844	60120002	4094	22000	22101	20ZV	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 613.434,00
453	Mara Cristina Gabrilli	18845	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
454	Mara Cristina Gabrilli	18841	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
455	Mara Cristina Gabrilli	18829	60120002	4094	22000	22101	20ZV	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
456	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$ 400.000,00
457	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 400.000,00
458	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
459	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$ 1.660.000,00
460	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
461	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$ 400.000,00
462	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
463	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
464	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
465	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$ 1.450.000,00
466	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 800.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

467	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.450.000,00
468	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$	400.000,00
469	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$	400.000,00
470	Marcelo Costa e Castro	14109	60120002	4183	22000	22101	202V	Município de Barras			09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$	400.000,00
471	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$	400.000,00
472	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$	400.000,00
473	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$	1.300.000,00
474	Marcelo Costa e Castro	18556	60120002	4183	22000	22101	202V	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Campo Maior		09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de Estrada Vicinal	R$	1.600.869,00
475	Márcio Miguel Bittar	14394	60120002	4078	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$	1.000.000,00
476	Márcio Miguel Bittar	14326	60120002	4078	22000	22101	202V	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$	2.652.173,00
477	Marcos Cesar Pontes	10130	60120002	4265	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São Paulo	Prefeitura Municipal de São Paulo		46.395.000/0001-39	SP	SAO PAULO	4	40	Equipamento	R$	3.652.173,00
478	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.040.000,00
479	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$	502.174,00
480	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	2.050.000,00
481	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.850.000,00
482	Marcos Rogério da Silva Brito	10482	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	4	40	Aduelas de concreto	R$	308.260,00
483	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$	1.040.000,00
484	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.040.000,00
485	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$	1.300.000,00
486	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	60120002	4275	22000	22101	202V	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
487	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	60120002	4275	22000	22101	202V	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$	660.869,00
488	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	60120002	4275	22000	22101	202V	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.500.000,00
489	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	60120002	4275	22000	22101	202V	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
490	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	60120002	4275	22000	22101	202V	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
491	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	60120002	4275	22000	22101	202V	Sítio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
492	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	60120002	4275	22000	22101	202V	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
493	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	60120002	4275	22000	22101	202V	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
494	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	60120002	4275	22000	22101	202V	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
495	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	60120002	4275	22000	22101	202V	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
496	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	60120002	4275	22000	22101	202V	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
497	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	60120002	4275	22000	22101	202V	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
498	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	60120002	4275	22000	22101	202V	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
499	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	60120002	4275	22000	22101	202V	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
500	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	60120002	4275	22000	22101	202V	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
501	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	60120002	4275	22000	22101	202V	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$	800.000,00
502	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	60120002	4275	22000	22101	202V	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
503	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	60120002	4275	22000	22101	202V	Araguacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
504	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	60120002	4275	22000	22101	202V	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
505	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	60120002	4275	22000	22101	202V	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
506	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	60120002	4275	22000	22101	202V	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
507	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	60120002	4275	22000	22101	202V	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
508	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	60120002	4275	22000	22101	202V	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
509	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	60120002	4275	22000	22101	202V	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
510	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	60120002	4275	22000	22101	202V	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
511	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$	1.000.000,00
512	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$	1.000.000,00
513	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$	1.000.000,00
514	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$	1.000.000,00
515	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$	1.500.000,00
516	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$	1.000.000,00
517	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$	1.130.434,00
518	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	202V	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Duda no município de Granito	R$	1.500.000,00
519	Nelson Trad Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	202V	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
520	Nelson Trad Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	202V	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.130.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

521	Nelson Trad Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.000.434,00
522	Nelson Trad Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Deodápolis	PM de Deodápoli		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$ 700.000,00
523	Nelson Trad Filho	9239	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de placas solares	R$ 300.000,00
524	Nelson Trad Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
525	Nelson Trad Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
526	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$ 20.000.000,00
527	Omar José Abdel Aziz	16797	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Município de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO INFORMAL - SEMACC		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Obras para o suporte hídrico à produção - construção e ampliação de tanques.	R$ 1.000.000,00
528	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$ 6.391.305,00
529	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 1.130.434,00
530	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
531	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
532	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
533	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
534	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
535	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
536	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
537	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
538	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
539	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
540	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
541	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18560	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	34.257.578/0001-40	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
542	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
543	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
544	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
545	Paulo Renato Paim	6675	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
546	Paulo Renato Paim	6651	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
547	Paulo Renato Paim	6652	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
548	Paulo Renato Paim	6699	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
549	Paulo Renato Paim	6658	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
550	Paulo Renato Paim	6696	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
551	Paulo Renato Paim	6698	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
552	Paulo Renato Paim	6640	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
553	Paulo Renato Paim	6710	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
554	Paulo Renato Paim	6711	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
555	Paulo Renato Paim	6642	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
556	Paulo Renato Paim	6638	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
557	Paulo Renato Paim	6671	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
558	Paulo Renato Paim	6701	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
559	Paulo Renato Paim	6694	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

560	Paulo Renato Paim	6645	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
561	Paulo Renato Paim	6641	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
562	Paulo Renato Paim	6712	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
563	Paulo Renato Paim	6709	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
564	Paulo Renato Paim	7935	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 430.434,00
565	Paulo Renato Paim	6655	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
566	Paulo Renato Paim	12950	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
567	Paulo Renato Paim	6643	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
568	Paulo Renato Paim	6659	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
569	Paulo Renato Paim	10474	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
570	Paulo Renato Paim	6707	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
571	Paulo Renato Paim	6704	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
572	Paulo Renato Paim	10487	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
573	Paulo Renato Paim	6708	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
574	Paulo Renato Paim	6639	60120002	2023	22000	22101	202V	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
575	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
576	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
577	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
578	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
579	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
580	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
581	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
582	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
583	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
584	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
585	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
586	Pedro Pinheiro Chaves	18577	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
587	Pedro Pinheiro Chaves	18582	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
588	Pedro Pinheiro Chaves	18583	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
589	Pedro Pinheiro Chaves	18575	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$ 460.000,00
590	Pedro Pinheiro Chaves	18568	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$ 460.000,00
591	Pedro Pinheiro Chaves	18565	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
592	Pedro Pinheiro Chaves	18576	60120002	4555	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
593	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	60120002	2919	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pracuúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$ 9.130.434,00
594	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
595	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
596	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
597	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
598	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
599	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$ 950.000,00
600	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
601	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
602	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
603	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Álvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
604	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$ 630.434,00
605	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
606	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
607	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$ 800.000,00
608	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$ 1.000.000,00
609	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	60120002	4140	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
610	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$ 1.000.000,00
611	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$ 3.000.000,00
612	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 2.500.000,00
613	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 10.260.869,00
614	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	202V	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R$ 1.500.000,00
615	Rogério Simonetti Marinho	10622	60120002	4276	22000	22101	202V	Espirito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$ 877.000,00
616	Rogério Simonetti Marinho	12828	60120002	4276	22000	22101	202V	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$ 700.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

617	Rogério Simonetti Marinho	12836	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
618	Rogério Simonetti Marinho	10619	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Taipu/RN	R$ 500.000,00
619	Rogério Simonetti Marinho	14569	60120002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 677.800,00
620	Rogério Simonetti Marinho	12847	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 490.000,00
621	Rogério Simonetti Marinho	10615	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Município de Caraúbas/RN.	R$ 700.000,00
622	Rogério Simonetti Marinho	12843	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$ 1.000.000,00
623	Rogério Simonetti Marinho	12833	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 700.000,00
624	Rogério Simonetti Marinho	10670	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
625	Rogério Simonetti Marinho	12859	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
626	Rogério Simonetti Marinho	12831	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
627	Rogério Simonetti Marinho	10669	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
628	Rogério Simonetti Marinho	12839	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$ 750.000,00
629	Rogério Simonetti Marinho	10624	60120002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$ 800.000,00
630	Romario de Souza Faria	10343	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARAIBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$ 5.478.260,00
631	Romario de Souza Faria	10252	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$ 3.652.173,00
632	Sérgio de Oliveira Cunha	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municípios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$ 9.130.434,00
633	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 728.000,00
634	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê – PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 554.173,00
635	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D'Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 470.000,00
636	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 700.000,00
637	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 1.200.000,00
638	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
639	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$ 1.000.000,00
640	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 478.260,00
641	Soraya Vieira Thronicke	15107	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$ 1.200.000,00
642	Soraya Vieira Thronicke	15106	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$ 900.000,00
643	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
644	Soraya Vieira Thronicke	15109	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$ 442.173,00
645	Soraya Vieira Thronicke	15110	60120002	4086	22000	22101	20ZV	EMBRAPA CENTRO-OESTE			00.348.003/0066-66	MS	DOURADOS	4	90	Évento de Tecnologia da Agricultura	R$ 500.000,00
646	Soraya Vieira Thronicke	15108	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$ 610.000,00
647	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
648	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
649	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
650	Tereza Cristina Corrêa	13492	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 350.000,00
651	Tereza Cristina Corrêa	13215	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 700.000,00
652	Tereza Cristina Corrêa	13487	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 500.000,00
653	Tereza Cristina Corrêa	13491	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 252.173,00
654	Tereza Cristina Corrêa	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$ 4.000.000,00
655	Tereza Cristina Corrêa	18594	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 400.000,00
656	Tereza Cristina Corrêa	13489	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 800.000,00
657	Tereza Cristina Corrêa	13490	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 550.000,00
658	Tereza Cristina Corrêa	13485	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
659	Tereza Cristina Corrêa	13488	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

660	Tereza Cristina Corrêa	18595	60120002	4279	22000	22101	202V	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 378.260,00
661	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
662	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
663	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
664	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 425.494,00
665	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
666	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
667	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Matureia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
668	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
669	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 404.560,00
670	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
671	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
672	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
673	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
674	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
675	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
676	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
677	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
678	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
679	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
680	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
681	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
682	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	202V	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
683	Wellington Antonio Fagundes	14898	60120002	3805	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	Custeio GND 3 - Equipamentos	R$ 3.652.173,00
684	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$ 917.278,00
685	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 3.000.000,00
686	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$ 698.997,00
687	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$ 1.617.188,00
688	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$ 600.000,00
689	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$ 1.760.869,00
690	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	202V	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$ 567.540,00
691	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 4.000.000,00
692	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	202V	Município de Parnarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 5.000.000,00
693	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$ 1.000.000,00
694	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	202V	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$ 2.652.173,00
695	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$ 1.100.000,00
696	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$ 450.000,00
697	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 400.000,00
698	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$ 449.109,00
699	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$ 500.000,00
700	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$ 700.000,00
701	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$ 300.000,00
702	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

703	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perimetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulunguzinho no valor de R$ 100.000,00; no Disrito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$ 3.000.000,00
704	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$ 400.000,00
705	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISICÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$ 731.325,00
706	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	202V	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$ 500.000,00
																	R$ 660.976.432,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1301007254

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e treze minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência comunica o recebimento de decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que determinou o fim da "Moratória da Soja" a partir de 1º de janeiro de 2026. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei nº 2093, de 2025 - Não Terminativo - que: "Reconhece como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro a castanha-do-pará, fruto típico da cultura dos Estados Amazônicos." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Relatoria: Senador Jaime Bagattoli (*ad hoc*), substituiu Senador Hamilton Mourão. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável com a Emenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa. Item 2 - Projeto de Lei nº 1217, de 2025 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 15.040, de 2024, para instituir a concessão de crédito emergencial aos produtores rurais que tiveram negada a indenização do seguro rural por eventos climáticos adversos." Autoria: Senador Mecias de Jesus (Republicanos/RR). Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para aguardar realização de Audiência Pública (Requerimento nº 41, de 2025-CRA). Item 3 - Projeto de Lei nº 658, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta-se o artigo 5ºA a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei nº 2743, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional do Dendê ao Município de Moju, no Estado do Pará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei nº 4402, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 40, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 3037/2023, que confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Bernardo Peron, Prefeito Mirim Doce e o Senhor Elesio Gregório Borghesan, Presidente cooperativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores de arroz Voltapinho." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC). Resultado: Aprovado. Item 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 41, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1217/2025, que "altera a Lei nº 15.040, de 2024, para instituir a concessão de crédito emergencial aos produtores rurais que tiveram negada a indenização do seguro rural por eventos climáticos adversos". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); representante da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg; representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); representante da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); representante do Ministério da Fazenda (MF)." Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. Observação: Aprovada a adição de quatro oradores: Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg); Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ); Sociedade Rural Brasileira (SRB); Aprosoja Brasil. A tramitação do PL 1217/2025 fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, parágrafo 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Item Extrapauta 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 42, de 2025 que: "Nos termos dos artigos 90, inciso XIII, 104-B e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa, via Subcomissão CRATERRAS da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALERO) e em propriedades rurais em Porto Velho/RO que foram embargadas de forma preventiva por meio de editais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a fim de averiguar a grave situação de produtores rurais com propriedades embargadas de forma geral e preventiva pelo Ibama na região. A diligência será realizada no município de Porto Velho, preferencialmente nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, no Estado de Rondônia. Primeiro dia: a partir das 7h30: visita/inspeção *in loco* de Suas Excelências os Senhores Senadores, devidamente assessorados por equipe técnica (assessores parlamentares e consultores legislativos) e acompanhados de entidades representativas dos produtores rurais, em propriedades locais embargadas. Segundo dia: encontro na Assembleia Legislativa de Porto Velho/ RO para debate temático entre parlamentares, prefeitos, entidades empresariais, líderes de entidades de produtores rurais e autoridades do governo do Estado. Proponho para esta diligência a presença dos seguintes convidados: 1) Deputado Estadual Alex Redano - Presidente da Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO; 2) Deputado Estadual Ismael Crispin - Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO; 3) Deputado Estadual Delegado Lucas Torres; 4) Deputado Estadual Delegado Rodrigo Camargo; 5)Deputado Estadual Pedro Fernandes; 6) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); 7) representante da Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia - Aprosoja/RO; 8) Hélio Dias, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon); 9) Adelio Rovema, presidente da Associação de Pecuaristas de Rondônia (Aprom); 10) Gabriel de Amorim Ferreira, procurador do Ministério Público Federal em Rondônia; 11) representante do Ministério Público Estadual de Rondônia; 12) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam); 13) Raduan Miguel Filho, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO); 14) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. Prejudicado o REQ 3/2025-CRATERRAS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substituído pelo Req 42/2025-CRA. Usam da palavra os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif e o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Zequinha Marinho Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos. Bem-vindos. Vamos tomar assento.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições, conforme nossa pauta, composta aqui pelo menos de sete itens.

Antes, porém, gostaria de deixar uma mensagem que eu considero importante neste momento, sobre a questão da moratória da soja.

Sras. e Srs. Senadores, recebemos, com responsabilidade e senso de dever, a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que determinou o fim da moratória da soja a partir de 1º de janeiro de 2026. Trata-se de um marco relevante para o setor agropecuário brasileiro, especialmente para os milhares de produtores que, há anos, enfrentam barreiras comerciais impostas por um acordo privado, sem respaldo legal, que limitava a comercialização de safras cultivadas em áreas regulares e licenciadas. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária acompanha esse debate desde o início e sempre defendeu que a sustentabilidade e a legalidade devem caminhar juntas.

O fim da moratória não significa abrir mão da proteção ambiental, mas, sim, garantir que os produtores que respeitam o Código Florestal e as leis ambientais brasileiras tenham o direito de produzir, prosperar e contribuir com o desenvolvimento do país.

Celebramos, sim, mas com cautela. Sabemos que o Cade concedeu prazo até o fim do ano para que se construa um entendimento entre os setores envolvidos. É hora do diálogo, de buscar soluções que conciliem a preservação da Amazônia com a valorização da produção legal e da livre concorrência. O Brasil precisa de segurança jurídica, previsibilidade e respeito às instituições.

Seguiremos vigilantes, atuando para que qualquer novo protocolo ou acordo respeite os princípios da legalidade, da transparência e da inclusão dos produtores rurais em todas as etapas da negociação. O campo brasileiro é forte, é justo e está pronto para continuar alimentando o mundo com responsabilidade.

Era isso.

Muito obrigado.

Vamos lá! Nós já temos aqui nosso colega Jaime Bagattoli presencialmente; muitos outros por acesso remoto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 2093, DE 2025

- Não terminativo -

Reconhece como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro a castanha-do-pará, fruto típico da cultura dos Estados Amazônicos.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação simbólica

> CE (T)

É de nossa autoria. E eu quero designar com o Relator *ad hoc* S. Exa. o Senador Jaime Bagattoli.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Jaime Bagattoli para a leitura do seu relatório.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Quero cumprimentar aqui o Presidente Zequinha Marinho, Presidente da CRA.

Presidente, vou direto para a análise.

A matéria em análise, ao tratar da castanha-do-pará, um produto extrativista vital para a agricultura familiar, a segurança alimentar, a economia rural e a conservação de recursos naturais na Amazônia, enquadra-se nas competências desta Comissão, nos termos dos incisos IV, IX, XVI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Nesta ocasião, por não se tratar de matéria em apreciação terminativa nesta Comissão, a análise ater-se-á ao seu mérito.

A iniciativa é crucial para a conservação ambiental, a sustentabilidade socioeconômica e a preservação da rica herança cultural amazônica.

Conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a castanha-do-pará é um alimento essencial na Amazônia, valorizada por seu sabor e seu excepcional valor nutricional e energético. É rica em proteínas e, notavelmente, em lipídios totais. A proteína da amêndoa contém todos os aminoácidos essenciais.

Um dos componentes mais notáveis da castanha é o selênio, sendo essa uma das fontes alimentares mais citadas desse mineral. O selênio é associado ao combate ao envelhecimento celular, radicais livres, proteção cerebral contra doenças neurodegenerativas, prevenção de alguns tipos de câncer, e ao fortalecimento do sistema imunológico.

O PL nº 2.093, de 2025, destaca a centralidade da castanha-do-pará na cultura alimentar amazônica e sua presença em práticas coletivas e familiares. A coleta da castanha é fundamental para a segurança socioeconômica de milhares de famílias agroextrativistas, incluindo populações tradicionais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e indígenas. Após o colapso da economia da borracha na década de 1980, a castanha tornou-se um suporte econômico fundamental para as famílias seringueiras.

Ainda conforme dados da Embrapa, estima-se que o extrativismo da castanha no Brasil movimente cerca de R$130 milhões por ano, com uma produção de aproximadamente 33 mil toneladas em 2019. A valorização da castanha-do-pará é uma estratégia comprovada para a diminuição da pobreza e o estímulo ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A importância ecológica da castanheira é inegável para a conservação da floresta. É uma espécie de grande porte, atingindo até 50m de altura e 3m de diâmetro, podendo viver por mais de mil anos. Essas grandes árvores são verdadeiros fósseis vivos, armazenando uma quantidade substancial de carbono e contribuindo significativamente para a biomassa, o ciclo hidrológico, a ciclagem de nutrientes e a manutenção da biodiversidade. É a terceira espécie arbórea que mais contribui com o estoque de carbono na Amazônia.

A coleta sustentável da castanha-do-pará contribui para a conservação das florestas e a manutenção dos ecossistemas devido a uma complexa rede de serviços ecossistêmicos relacionados à polinização, à dispersão de sementes, à regulação climática local e regional, bem como à saúde do solo.

O reconhecimento do modo de vida agroextrativista de castanheiros, caboclos e indígenas é fundamental, pois eles não apenas coletam a castanha, mas também contribuíram e continuam contribuindo para o estabelecimento e a dominância da espécie na paisagem. Sua participação na criação e gestão de unidades de conservação de uso sustentável, como as reservas extrativistas, demonstra seu papel vital como guardiões e cogestores dos recursos naturais.

A aprovação da matéria, ao reconhecer a castanha-do-pará como patrimônio cultural imaterial, reforça a importância de políticas públicas que incentivem: práticas sustentáveis de extração e conscientização ambiental; capacitação e formação de extrativistas para melhoria da qualidade e sustentabilidade da produção; garantia de infraestrutura para processamento, comercialização e valorização do produto; participação ativa das comunidades locais na formulação de políticas.

Em resumo, a castanha-do-pará é um símbolo multifacetado da cultura, economia e meio ambiente amazônicos. Seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial é um passo decisivo para valorizar a identidade nacional, proteger as tradições culturais e promover um modelo de desenvolvimento que integra a prosperidade humana com a saúde do ecossistema. Portanto, a aprovação do Projeto de Lei nº 2.093, de 2025, é não apenas meritória, mas necessária para assegurar que a riqueza e a diversidade da cultura amazônica sejam devidamente valorizadas e protegidas para as futuras gerações.

Todavia, considerando que a competência para o reconhecimento de bens como patrimônio cultural é atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, recomenda-se que o projeto, em vez de reconhecer a castanha-do-pará como "patrimônio cultural brasileiro", a qualifique

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como "manifestação da cultura nacional". Além disso, observa-se que o art. 3º pode ensejar a criação de despesas ao determinar que o poder público deverá adotar medidas para garantir infraestrutura e condições adequadas ao processamento, comercialização e valorização da castanha. Nesse ponto, sugere-se a inclusão da expressão "observada a disponibilidade orçamentária", de modo a adequar o texto às exigências fiscais.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.093, de 2025, com as demais emendas apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Não havendo...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... eu sei que a castanha é do Pará. Aqui fala só do Pará, né? Mas a castanha, para quem não conhece, Rondônia tem muita castanheira, Mato Grosso do Norte, boa parte – não é, Wellington Fagundes? – tem muita castanheira...

Eu tenho uma propriedade que planta soja, de 700, 800, uns 700 hectares, Senador Wellington, e ficaram umas 20 castanheiras dentro da roça. Essa área eu comprei, era área de pequenos produtores, e as castanheira estão lá. E, de fato, é impressionante. Quem conhece a árvore da castanheira, tem árvore dessa que dá 50m de altura.

Costumo falar que tem duas – costumo não, nós temos duas árvores que dão frutos: uma no Sul e uma no Norte. São muito idênticas. No Sul é o pinheiro araucária; e no Norte é a castanheira, que realmente tem que ser preservada. Hoje tem... Inclusive, até a própria Embrapa desenvolveu... A Embrapa, em Porto Velho, fez um plantio de castanha há 45 anos. Vocês têm que ver. Lá em Porto Velho, eu vou lá para lhes mostrar essas castanheiras. Vai lá, não, você vai. Nós vamos passar lá, é pertinho. Você vai ver, lá na Embrapa, o que é um reflorestamento. Não são muitas árvores. Deve ter lá umas 180 árvores que eles plantaram em sequência para fazer um teste, uma experiência.

Quero dizer para vocês que esse fruto da castanha, além de tudo, gera emprego e renda, porque ele vem com a industrialização.

E, hoje, acredito até que já se deve estar fazendo exportação de castanha para outros países.

Então, parabéns pelo projeto, parabéns a esse projeto.

Quero dizer para vocês que ela tem que ser, realmente, considerada nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Lido o relatório, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-la, além do próprio Relator, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que, daqui para a frente, passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, aqui da Comissão.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Só acrescentando, Senador Jaime, que, antes de Rondônia, o Pará foi pioneiro ali, e batizaram-na com esse nome. Então, em Rondônia e no Acre, continua sendo do Pará, porque nós chegamos primeiro. (*Risos.*)

Lá no Pará, o pessoal costuma vender a amendoazinha no quebra-molas, fica ali vendendo aquelas coisinhas, biscoitinho, não sei o quê, aí eu compro saquinhos: um para o motorista, outro para mim, outro para quem estiver no carro. A recomendação do médico, do nutricionista é sempre que você consuma três, tem dia em que eu consumo mais de três saquinhos, e só três amêndoas é o suficiente por dia, pela recomendação do nutricionista. O negócio é você segurar consumindo só três, porque é muito gostosa. A árvore, então, é alguma coisa fantástica. Eu tenho algumas, preservo algumas lá numa pequena propriedade.

A gente anda muito pelo interior e vê como no passado as pessoas cometeram algumas besteiras na vida. Uma árvore daquela em pé produzindo não há nem comparação com algumas que foram derrubadas para virar pasto. Não dá. O retorno é insignificante diante do retorno que ela daria como se fosse árvore produzindo, sendo colhido, beneficiado, agregando valor, exportando. Lá no Pará, ainda tem muita gente que exporta castanha.

Vamos passar para a frente.

Muito obrigado ao senhor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Já que V. Exa. olhou para mim aqui com a insinuação de que eu pudesse falar, eu vou pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com a palavra V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Tratar desse tema, Senador Bagattoli, para mim hoje é extremamente oportuno, porque hoje nós tivemos a sanção de um projeto de lei que apresentei – e quero agradecer, inclusive, a V. Exas. por terem me ajudado –, que é o Estatuto do Pantanal.

O Estatuto do Pantanal visa a exatamente normatizar o desenvolvimento sustentável do nosso Pantanal, e, quando eu falo sustentável, é socioeconômico, porque muitos entendem, Senadores Bagattoli e Zequinha Marinho, que nós temos que preservar de uma forma absoluta, mas, quando você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai falar de uma preservação de forma absoluta, tem que se esquecer, então, do ser humano. E Deus fez o mundo para a convivência harmônica entre a fauna, a flora e nós humanos, que temos a capacidade de raciocinar, mas claro que, às vezes, se fazem algumas coisas sem o raciocínio completo, como V. Exa. está colocando. Quem desmatou, às vezes, não tinha outra alternativa, como o indígena que tem que botar fogo para fazer a caça, é a questão de sobrevivência humana. E o desenvolvimento, às vezes, vem com uma consequência que o estado, enquanto estado, não está preparado para aquele desenvolvimento.

Por exemplo, hoje, fala-se que o que mais emperra o desenvolvimento do Brasil são as licenças ambientais. Tudo o que você vai discutir tem um fundo de verdade, tem o positivo e o negativo.

No caso do Mato Grosso, eu, como Presidente da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura, atuo para levar estrada, ferrovia, hidrovias, enfim, para promover o desenvolvimento.

No caso do Mato Grosso, chegou a ferrovia, adentrando o estado. A primeira cidade é Alto Taquari, uma pequena cidade; depois, Alto Araguaia; depois, Itiquira. E chegou finalmente à minha cidade, Rondonópolis, com o maior terminal ferroviário da América Latina, mas o estado está promovendo aquela obra com uma concessão e não cuida das pessoas, ou seja, do desenvolvimento social e econômico sustentável.

O que acontece? Numa cidadezinha pequena, em que chegam 2 mil homens para trabalhar, aquilo, o impacto social para o Prefeito cuidar da saúde, da educação e de todos os rastros maléficos, se não estão bem-cuidados antes, é um problema seriíssimo.

Então, Senador Bagattoli, quando o senhor fala das nossas castanheiras, é a mesma situação que eu quero trazer aqui, porque esse assunto é pertinente à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O nosso Pantanal foi abandonado, Senador Zequinha, à própria sorte por falta de lei e porque não tivemos uma política de Estado para cuidar do nosso Pantanal. E o nosso pantaneiro foi expulso porque foi empobrecendo. E a legislação foi impedindo que ele pudesse, Senador Bagattoli, fazer qualquer atividade, inclusive proibindo a pecuária praticamente, expulsando, expulsando a cultura, a tradição de uma região extremamente rica que, na Segunda Guerra Mundial, forneceu o charque, a proteína nobre para sustentar os soldados que estavam lá na guerra.

O homem pantaneiro hoje tem, no Estatuto do Pantanal, talvez um alento com a possibilidade de ele poder ter uma visão de governo para promover o desenvolvimento social e econômico.

O que nós estamos comemorando aqui? Eu, como autor do projeto, estava agora em duas horas de reunião com a área técnica, porque o estatuto foi sancionado, mas temos um veto no estatuto.

O que ele vetou? Exatamente um dos itens que previa a recuperação e a utilização prioritária de áreas desmatadas e degradadas. Olhem só: a utilização, prioritariamente, de áreas desmatadas e degradadas, incorporando-as ao processo produtivo, respeitada a obrigação da manutenção da vegetação nativa, de acordo com a legislação florestal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós, os legisladores, queríamos com isso?

Antes disso, eu vou dar aqui as razões do veto:

> Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição legislativa contraria o interesse público e apresenta inconstitucionalidade material ao estabelecer como diretriz a incorporação de áreas desmatadas ilegalmente ao processo produtivo, em vez da sua recuperação ambiental, como estabelece o art. [...].

Senador Bagattoli, a intenção nossa, do legislador, foi exatamente fazer com que áreas que foram desmatadas, inclusive ilegalmente, possam ser recuperadas, mas de forma racional – e até prioritária –, para conviver com o ecossistema que é o Pantanal, porque, sem – como a Tereza Cristina disse – o boi bombeiro, o Pantanal...

Hoje, em 93% da área, quem cuida, Senador Bagattoli, é a iniciativa privada, e, se não tiver ali o ecossistema com todo o seu controle – e aí entra o gado com o pisoteio e tal –, aquilo que vira uma RPPN... Uma área grande, de 100 mil hectares, em que você tira completamente o gado dali, sabe o que acontece? No Pantanal, é seca e chuva; é um mar, e seco, porque ele volta – quando dá a seca, o rio vai para suas caixas, como tem muitas situações. O que acontece? Vem o fogo e dizima tudo.

Então, o controle – oi, meu mestre – dessas áreas tem que respeitar o ecossistema, tem que respeitar a vida secular que ali existe.

Portanto, nessa discussão – e V. Exa. levanta aqui a atenção –, nós temos que cuidar para que... Às vezes as ideias extremamente radicais – seja de lá ou de cá – não são a melhor solução.

Então, eu quero aqui terminar.

Eu vim aqui antes porque eu queria falar. Eu ia falar ao final, mas V. Exa. me permitiu, e eu quero aqui agradecer, mas chamar exatamente a atenção de que não pode alguém que pense só com a cabeça, sem conviver e viver lá a realidade, fazer... Nem nós fazermos a legislação e nem quem está no Executivo não discutir a realidade que...

Senador Bagattoli, V. Exa. conhece o que é a produção, sabe o que é a realidade.

Então eu vim aqui para comemorar o Estatuto do Pantanal – porque o homem pantaneiro está precisando de um apoio numa política de Estado verdadeira –, mas também para fazer essa advertência de que, ao fazer um veto, se tem que dialogar também. E, por isso, nós temos o direito a derrubar o veto e vamos discutir... Não só esse, eu digo outras situações. E aqui para a nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é fundamental, porque nós precisamos produzir alimento.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós precisamos trazer riqueza e o desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Quero dar a inversão de pauta para o Item nº 7, Requerimento da Senadora Tereza Cristina e do Senador Jaime Bagattoli.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1217/2025, que "altera a Lei nº 15.040, de 2024, para instituir a concessão de crédito emergencial aos produtores rurais que tiveram negada a indenização do seguro rural por eventos climáticos adversos". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

• representante da Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg;

• representante do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA;

• representante da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

• representante do Ministério da Fazenda - MF.

Autoria: Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jaime Bagattoli

Observações:

- Votação simbólica.

Como já disse da autoria, eu quero colocar em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, dizendo já da aprovação do requerimento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para encaminhar.) – Presidente Zequinha Marinho, nós queríamos acrescentar também mais quatro entidades: a FenSeg (Federação Nacional de Seguros Gerais); a ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu); a SRB (Sociedade Rural Brasileira); e também a Aprosoja. Nós queríamos que as incluísse.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, está deferido o requerimento verbal de V. Exa. Só procure aqui o Pedro, Secretário, para fazer a devida inclusão.

Bom, assim fica retirado de pauta o Item 2, para atender ao Requerimento nº 41, de 2025. A tramitação do PL 1.217, de 2025, fica suspensa na Comissão, nos termos do art. 118, §4º do Regimento, aguardando a realização da audiência pública em data a ser marcada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como Relator, pela ordem, eu só quero aqui dizer o seguinte: o meu relatório está pronto. Esse projeto do Senador Mecias de Jesus acho fundamental, mas também acho fundamental discutirmos muito. Então, quando vem de uma Senadora referência como a Tereza Cristina, eu também concordo com o requerimento. Acho que é importante, porque, quando aqui vamos fazer qualquer lei, quanto mais discutido, melhor, mas eu quero registrar que o meu relatório está pronto. Então, concordo perfeitamente que possamos ter uma audiência.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador.

Mais uma inversão de pauta agora para o Item 6.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 40, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL 3037/2023, que confere o título de Capital Nacional do Melhor Arroz ao Município de Mirim Doce, no Estado de Santa Catarina. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Senhor Bernardo Peron, Prefeito Mirim Doce e o Senhor Elesio Gregório Borghesan, Presidente cooperativa produtores de arroz Voltapinho.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

Observações:

- Votação simbólica.

Aquela turma dali tem uns nomes difíceis, Senador... (*Risos.*)

Concedo a palavra ao autor para o encaminhamento.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, o senhor sabe que um dos grandes orgulhos da nossa nação é o agronegócio. O Estado de Santa Catarina aqui nesta Comissão hoje tem dois catarinenses e um paraense pelo menos, porque Santa Catarina tem quatro Senadores, não é? No mínimo. Jaime Bagattoli está emprestado lá para Rondônia, porque ele é Catarina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Chega junto. É parceiro.

Então, o agronegócio é um dos grandes orgulhos nacionais, é o que toca este Brasil para a frente, a grande vocação da nossa nação. Em Santa Catarina não é diferente. Nós temos várias questões do agro muito importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão do arroz, nós queremos conferir ao Município de Mirim Doce o título de Capital Nacional do Melhor Arroz. E isso merece um debate público. Pode ter outros municípios brasileiros também querendo esse título, mas Mirim Doce tem tradição reconhecida na produção de arroz de alta qualidade, que é fruto de condições naturais favoráveis e, logicamente, do trabalho de gerações de agricultores e da aplicação de tecnologia no campo. A concessão desse título nacional, Sr. Presidente, representa não apenas o reconhecimento de um setor produtivo estratégico para a segurança alimentar, mas também o incentivo ao turismo, a valorização da agricultura familiar e o fortalecimento da identidade local.

Por essas razões, eu peço o apoio dos nobres pares para que possamos juntos reconhecer o valor de Mirim Doce, lá no nosso Alto Vale do Itajaí, e de seus produtores, conferindo-lhe esse importante título. E trata-se, Sr. Presidente, de uma justa homenagem a uma comunidade que, com dedicação e excelência, contribui para a segurança alimentar, para o desenvolvimento da Santa – e bela – Catarina e para o fortalecimento do agronegócio brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador. Quero dizer a V. Exa. que o Município de Cachoeira do Arari, no Arquipélago do Marajó, também está concorrendo a esse título.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Olha só!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está vendo? Lá no Marajó, no Pará.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento extrapauta.

Nos termos dos arts. 90, inciso XIII, 104-B e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência de diligência externa, via Subcomissão CRATERRAS, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE-RO) e em propriedades rurais em Porto Velho, Rondônia, que foram embargadas de forma preventiva por meio de editais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a fim de averiguar a grave situação de produtores rurais com propriedades embargadas de forma geral e preventiva pelo Ibama naquela região. A diligência será realizada no Município de Porto Velho, preferencialmente nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, lá no Estado de Rondônia.

O requerimento tem como autor o Senador Jaime Bagattoli.

Em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 42, DE 2025

- Não terminativo -

Nos termos dos artigos 90, inciso XIII, 104-B e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa, via Subcomissão CRATERRAS da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALERO) e em propriedades rurais em Porto Velho/RO que foram embargadas de forma preventiva por meio de editais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a fim de averiguar a grave situação de produtores rurais com propriedades embargadas de forma geral e preventiva pelo Ibama na região.

A diligência será realizada no município de Porto Velho, preferencialmente nos dias 30 e 31 de outubro de 2025, no Estado de Rondônia.

I. Primeiro dia: a partir das 7h30: visita/inspeção in loco de Suas Excelências os Senhores Senadores, devidamente assessorados por equipe técnica (assessores parlamentares e consultores legislativos) e acompanhados de entidades representativas dos produtores rurais, em propriedades locais embargadas.

II. Segundo dia: - encontro na Assembleia Legislativa de Porto Velho/ RO para debate temático entre parlamentares, prefeitos, entidades empresariais, líderes de entidades de produtores rurais e autoridades do governo do Estado.

Proponho para esta diligência a presença dos seguintes convidados:

1) Deputado Estadual Alex Redano - Presidente da Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO;

2) Deputado Estadual Ismael Crispin - Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO;

3) Deputado Estadual Delegado Lucas Torres;

4) Deputado Estadual Delegado Rodrigo Camargo;

5)Deputado Estadual Pedro Fernandes;

6) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

7) representante da Associação de produtores de soja e milho do Estado de Rondônia - Aprosoja/RO;

8) Hélio Dias, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – FAPERON;

9) Adelio Rovema, presidente da Associação de Pecuaristas de Rondônia - APROM

10) Gabriel de Amorim Ferreira, procurador do Ministério Público Federal de Rondônia;

11) representante do Ministério Público Estadual de Rondônia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM);

13) Raduan Miguel Filho, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO);

14) representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

(*Pausa.*)

Como ninguém quer debater...

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica prejudicado o Requerimento nº 3, de 2025, da Subcomissão CRATERRAS, doravante substituído por esse requerimento da CRA aprovado neste momento.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o terceiro momento de deliberação das indicações dos Senadores às programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2025, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 210, de 2024, e do artigo 45-A da Resolução 01, de 2006-CN. Registram presença os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento do Ofício 397/2025/ASSESSORIA-CGPI/CGPI-SPOA/SPOA-MAPA/SE/MAPA da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio do qual são apontados impedimentos técnicos em indicações aprovadas. Coordenação/relatoria das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das 12 indicações substitutas constantes do Anexo I; pela consolidação no Anexo II de todas as indicações aprovadas pela Comissão até o presente momento e pela rejeição das demais indicações. Por unanimidade, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou os anexos e aprovou, no total, 707 (setecentos e sete) indicações. Rejeitadas as demais indicações no sistema Sinec. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da trigésima Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das 12 indicações de emendas alteradas

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
1	Alan Rick Miranda	18704	9631	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	9631	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municípios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 1.095.660,00
3	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	6939	60120002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTOCA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R$ 2.700.000,00
4	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	11995	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R$ 2.000.000,00
5	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	12003	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Urini			04.647.079/0001-06	AM	URINI	4	40	Obras	R$ 2.260.869,00
6	Damares Regina Alves	19344	7912	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
7	Damares Regina Alves	19342	7913	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias.	R$ 1.700.000,00
8	Eann Styvenson Valentim Mendes	19317	13839	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL		08.348.963/0001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
9	Izalci Lucas Ferreira	19308	10506	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estrategias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$ 3.652.174,00
10	Luiz Cantuária Barreto	19314	10020	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estadas Vicinais	R$ 9.130.434,00
11	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	10482	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R$ 308.260,00
12	Wellington Antonio Fagundes	19318	14898	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R$ 3.652.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta / Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
1	Alan Rick Miranda	18704	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municípios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 1.095.660,00
3	Alessandro Vieira	18720	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18728	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18732	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18712	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18723	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18716	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18713	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18725	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
11	Alessandro Vieira	18721	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
12	Alessandro Vieira	18711	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
13	Alessandro Vieira	18715	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	18729	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
15	Alessandro Vieira	11270	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
16	Alessandro Vieira	18726	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
17	Alessandro Vieira	18731	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
18	Alexandre Luiz Giordano	18596	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no município de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
28	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Currralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
37	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Simplicio Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Áurea	Prefeitura Municipal de Áurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00
42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
43	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$ 3.652.173,00
45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	60120002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTOCA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R$ 2.700.000,00
46	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.778.260,00
47	Augusta Brito de Paula	9665	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 2.282.608,00
48	Augusta Brito de Paula	9676	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.609,00
49	Augusta Brito de Paula	14322	60120002	4281	22000	22101	20ZV	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
50	Augusta Brito de Paula	14327	60120002	4281	22000	22101	20ZV	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.565.217,00
51	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM- MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

53	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 437.627,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 744.127,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 605.911,00
57	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
58	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R$ 2.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Obras	R$ 2.260.869,00
65	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.000.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PAU D'ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.200.000,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$ 630.434,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 700.000,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 400.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R$ 1.000.000,00
74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$ 800.000,00
75	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CARGA	R$ 1.000.000,00
76	Carlos Francisco Portinho	9908	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
77	Cid Ferreira Gomes	18610	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 344.850,00
78	Cid Ferreira Gomes	18628	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
79	Cid Ferreira Gomes	18622	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$ 198.000,00
80	Cid Ferreira Gomes	18624	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São José do Torto, CNPJ 06.580.963/0001-98	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
81	Cid Ferreira Gomes	18620	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
82	Cid Ferreira Gomes	18602	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Baixa Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
83	Cid Ferreira Gomes	18632	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
84	Cid Ferreira Gomes	18638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$ 78.375,00
85	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
86	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$ 21.945,00
87	Cid Ferreira Gomes	18626	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 99.484,00
88	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção À Maternidade e à Infância De Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 172.425,00
89	Cid Ferreira Gomes	18645	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
90	Cid Ferreira Gomes	18633	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu, CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit LF. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
91	Cid Ferreira Gomes	18619	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
92	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
93	Cid Ferreira Gomes	18750	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 1.681.134,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

94	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$ 283.838,00
95	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.700.000,00
96	Cid Ferreira Gomes	18636	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
97	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sussuarana, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
98	Cid Ferreira Gomes	18625	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 28.215,00
99	Cid Ferreira Gomes	18634	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiaca , CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit LF. 03 – Irrigação Familiar por Microaspersão - 1 há	R$ 26.125,00
100	Cid Ferreira Gomes	18642	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 28.215,00
101	Cid Ferreira Gomes	18643	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit LF. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
102	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Ruzy - Caracará, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
103	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracará, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$ 283.838,00
104	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
105	Cid Ferreira Gomes	18630	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Merrueca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
106	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Caninde/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$ 875.863,00
107	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$ 407.547,00
108	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 11.495,00
109	Cid Ferreira Gomes	18646	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Deus no Brasil, CNPJ 17.987.680/0001-81	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
110	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
111	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BFI.EM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
112	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
113	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
114	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
115	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
116	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
117	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
118	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
119	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 452.173,00
120	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 452.173,00
121	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cláudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
122	Cleiton Gontijo de Azevedo	7887	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
123	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
124	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 1.000.000,00
125	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
126	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
127	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
128	Confúcio Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
129	Confúcio Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
130	Confúcio Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
131	Confúcio Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
132	Confúcio Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
133	Confúcio Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.260.434,00
134	Confúcio Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.270.000,00
135	Damares Regina Alves	19344	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
136	Damares Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.652.173,00
137	Damares Regina Alves	19342	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias.	R$ 1.700.000,00
138	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

139	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
140	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
141	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
142	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 452.173,00
143	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
144	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
145	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
146	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
147	Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
148	Eann Styvenson Valentim Mendes	19317	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL		08.348.963/0001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
149	Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
150	Eann Styvenson Valentim Mendes	14070	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		08.095.473/0001-21	RN	OURO BRANCO	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
151	Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cangueretama	Prefeitura de Cangueretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
152	Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 914.000,00
153	Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
154	Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$ 700.000,00
155	Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
156	Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
157	Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
158	Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$ 438.000,00
159	Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$ 438.000,00
160	Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R$ 642.000,00
161	Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
162	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
163	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 580.000,00
164	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
165	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
166	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
167	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$ 730.000,00
168	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
169	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$ 640.000,00
170	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 565.000,00
171	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
172	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 5.000.000,00
173	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
174	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 679.870,00
175	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
176	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
177	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
178	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
179	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$ 766.000,00
180	Eliziane Pereira Gama Melo	18674	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.500.000,00
181	Eliziane Pereira Gama Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailândia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.000.000,00
182	Eliziane Pereira Gama Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.000.000,00
183	Eliziane Pereira Gama Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.000.000,00
184	Eliziane Pereira Gama Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.500.000,00
185	Eliziane Pereira Gama Melo	18668	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.130.434,00
186	Esperidião Amin Helou Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$ 627.325,00
187	Esperidião Amin Helou Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$ 320.000,00
188	Esperidião Amin Helou Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R$ 300.000,00
189	Esperidião Amin Helou Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
190	Esperidião Amin Helou Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$ 635.000,00
191	Esperidião Amin Helou Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
192	Esperidião Amin Helou Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R$ 300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

193	Esperidião Amin Helou Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$ 269.000,00
194	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 250.000,00
195	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 702.173,00
196	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
197	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
198	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
199	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
200	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
201	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
202	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
203	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$ 650.000,00
204	Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
205	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$ 376.000,00
206	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
207	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 500.400,00
208	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$ 500.400,00
209	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
210	Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$ 624.600,00
211	Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
212	Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
213	Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$ 721.834,00
214	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
215	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
216	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
217	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 628.000,00
218	Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CÓRREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
219	Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
220	Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
221	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
222	Fernando Antonio Caminha Dueire	10957	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$ 500.000,00
223	Fernando Antonio Caminha Dueire	11195	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.000.000,00
224	Fernando Antonio Caminha Dueire	10939	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
225	Fernando Antonio Caminha Dueire	10938	60120002	4252	22000	22101	20ZV	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00
226	Fernando Antonio Caminha Dueire	10935	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
227	Fernando Antonio Caminha Dueire	10929	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
228	Fernando Antonio Caminha Dueire	18740	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.130.434,00
229	Fernando Antonio Caminha Dueire	10945	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$ 1.000.000,00
230	Fernando Antonio Caminha Dueire	10943	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$ 1.000.000,00
231	Fernando Antonio Caminha Dueire	10946	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
232	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Coruripe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$ 2.500.000,00
233	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
234	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Olho D'Água das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
235	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
236	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.330.434,00
237	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$ 2.500.000,00
238	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$ 1.000.000,00
239	Flávio José Arns	10812	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 400.000,00
240	Flávio José Arns	10827	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
241	Flávio José Arns	10843	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
242	Flávio José Arns	10828	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
243	Flávio José Arns	10836	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
244	Flávio José Arns	10818	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
245	Flávio José Arns	10833	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 530.000,00
246	Flávio José Arns	10847	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 500.000,00
247	Flávio José Arns	10835	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
248	Flávio José Arns	10814	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

249	Flávio José Arns	10838	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
250	Flávio José Arns	10841	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
251	Flávio José Arns	10821	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
252	Flávio José Arns	10816	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.339.688/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
253	Flávio José Arns	10832	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
254	Flávio José Arns	10820	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
255	Flávio José Arns	10822	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
256	Flávio José Arns	10819	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
257	Flávio José Arns	10830	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
258	Flávio José Arns	10825	60120002	2038	22000	22101	20ZV	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
259	Flávio Nantes Bolsonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.800.000,00
260	Flávio Nantes Bolsonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.852.173,00
261	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$	9.130.434,00
262	Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
263	Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
264	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
265	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
266	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	2.130.433,00
267	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
268	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
269	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorais de Estrada Vicinais	R$	5.478.000,00
270	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$	3.652.173,00
271	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
272	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sairé			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	600.000,00
273	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
274	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
275	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	230.434,00
276	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
277	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
278	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
279	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
280	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
281	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
282	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
283	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
284	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
285	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
286	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
287	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
288	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
289	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
290	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
291	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
292	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
293	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
294	Irajá Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	20ZV	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$	9.130.434,00
295	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$	330.000,00
296	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
297	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$	200.000,00
298	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
299	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
300	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
301	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$	300.000,00
302	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
303	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$	500.000,00
304	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
305	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$	400.000,00
306	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
307	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$	400.434,00
308	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
309	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
310	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
311	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
312	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R$	400.000,00
313	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
314	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
315	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
316	Izalci Lucas Ferreira	19308	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estrategias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$	3.652.174,00
317	Jader Fontenelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
318	Jader Fontenelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
319	Jader Fontenelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
320	Jader Fontenelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.630.434,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

321	Jaime Maximino Bagattoli	10321	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ESPIGÃO D'OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
322	Jaime Maximino Bagattoli	10326	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
323	Jaime Maximino Bagattoli	10323	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	502.173,00
324	Jaime Maximino Bagattoli	10316	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	650.000,00
325	Jaime Maximino Bagattoli	10320	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
326	Jaime Maximino Bagattoli	10324	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
327	Jaime Maximino Bagattoli	10325	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
328	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
329	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	2.000.000,00
330	Jaques Wagner	14223	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	1.680.434,00
331	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
332	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	500.000,00
333	Jaques Wagner	14210	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	650.000,00
334	Jaques Wagner	14205	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
335	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	1.000.000,00
336	Jaques Wagner	14202	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
337	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
338	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
339	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
340	Jayme Verissimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	26ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$	7.032.000,00
341	Jayme Verissimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$	2.098.434,00
342	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	771.900,00
343	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
344	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
345	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	528.665,00
346	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
347	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
348	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	480.700,00
349	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
350	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	574.750,00
351	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
352	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	568.693,00
353	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
354	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.000,00
355	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
356	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
357	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
358	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
359	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
360	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
361	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
362	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
363	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
364	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	262.152,00
365	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
366	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
367	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
368	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
369	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	20ZV	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
370	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
371	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
372	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
373	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$	544.000,00
374	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
375	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	500.000,00
376	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

377	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
378	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
379	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.758.434,00
380	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
381	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.000.000,00
382	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$ 570.000,00
383	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 1.152.173,00
384	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
385	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 600.000,00
386	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$ 730.000,00
387	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$ 1.732.000,00
388	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
389	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 292.000,00
390	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
391	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 530.434,00
392	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 800.000,00
393	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.500.000,00
394	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
395	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ -AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
396	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 4.000.000,00
397	José Roberto Oliveira Faro	18588	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$ 638.500,00
398	José Roberto Oliveira Faro	7523	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 2.100.000,00
399	José Roberto Oliveira Faro	7527	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 4.618.434,00
400	José Roberto Oliveira Faro	18587	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$ 638.500,00
401	José Roberto Oliveira Faro	18586	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$ 617.500,00
402	José Roberto Oliveira Faro	18585	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$ 517.500,00
403	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$ 5.478.260,00
404	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura MunPropriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$ 3.652.173,00
405	Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
406	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 400.000,00
407	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
408	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	20ZV	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
409	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa – CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
410	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	20ZV	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
411	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.000,00
412	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$ 2.000.000,00
413	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
414	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.130,00
415	Leila Gomes de Barros Rêgo	9594	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Tratadores de Animais de Tração e Esporte de Planaltina DF - ATRATE		Brasília	18.816.340/0001-50	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
416	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
417	Luis Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
418	Luis Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
419	Luis Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
420	Luis Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 817.173,00
421	Luis Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
422	Luis Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$ 405.000,00
423	Luis Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
424	Luis Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

425	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
426	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R$ 1.500.000,00
427	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$ 400.000,00
428	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.693/0001-36	PALHAMO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
429	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Sacu Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINARIO - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
430	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$ 200.000,00
431	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	R$ 215.803,00
432	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR - CNPJ 02.821 .225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
433	Luiz Cantuária Barreto	19314	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estadas Vicinais	R$ 9.130.434,00
434	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
435	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 750.000,00
436	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
437	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
438	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 652.173,00
439	Mara Cristina Gabrilli	18840	60120002	4094	22000	22101	20ZV	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
440	Mara Cristina Gabrilli	18842	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
441	Mara Cristina Gabrilli	18826	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
442	Mara Cristina Gabrilli	18830	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
443	Mara Cristina Gabrilli	18843	60120002	4094	22000	22101	20ZV	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
444	Mara Cristina Gabrilli	18839	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
445	Mara Cristina Gabrilli	18834	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
446	Mara Cristina Gabrilli	18836	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
447	Mara Cristina Gabrilli	18835	60120002	4094	22000	22101	20ZV	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
448	Mara Cristina Gabrilli	18828	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
449	Mara Cristina Gabrilli	18837	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
450	Mara Cristina Gabrilli	18827	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
451	Mara Cristina Gabrilli	18838	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
452	Mara Cristina Gabrilli	18833	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
453	Mara Cristina Gabrilli	18844	60120002	4094	22000	22101	20ZV	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 613.434,00
454	Mara Cristina Gabrilli	18845	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
455	Mara Cristina Gabrilli	18841	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
456	Mara Cristina Gabrilli	18829	60120002	4094	22000	22101	20ZV	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
457	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$ 400.000,00
458	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 400.000,00
459	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
460	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$ 1.660.000,00
461	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
462	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$ 400.000,00
463	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
464	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
465	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
466	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$ 1.450.000,00
467	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 800.000,00
468	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
469	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$ 400.000,00
470	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
471	Marcelo Costa e Castro	14109	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Município de Barras			09.034.960/0001-47	PI	TERESINA	4	30	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
472	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
473	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
474	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.300.000,00
475	Marcelo Costa e Castro	18556	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Campo Maior		09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de Estrada Vicinal	R$ 1.600.869,00
476	Márcio Miguel Bittar	14394	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$ 1.000.000,00
477	Márcio Miguel Bittar	14326	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$ 2.652.173,00
478	Marcos Cesar Pontes	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Paulo	Prefeitura Municipal de São Paulo		46.395.000/0001-39	SP	SAO PAULO	4	40	Equipamento	R$ 3.652.173,00
479	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
480	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$ 502.174,00
481	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 2.050.000,00
482	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.850.000,00
483	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$ 1.040.000,00
484	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
485	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.300.000,00
486	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R$ 308.260,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

487	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
488	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$	660.869,00
489	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.500.000,00
490	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
491	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
492	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sitio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
493	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
494	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
495	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
496	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
497	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
498	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
499	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
500	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
501	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
502	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$	800.000,00
503	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
504	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
505	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
506	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
507	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
508	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
509	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
510	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
511	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
512	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$	1.000.000,00
513	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$	1.000.000,00
514	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$	1.000.000,00
515	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$	1.000.000,00
516	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$	1.500.000,00
517	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$	1.000.000,00
518	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$	1.130.434,00
519	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Duda no município de Granito	R$	1.500.000,00
520	Nelson Trad Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
521	Nelson Trad Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.130.000,00
522	Nelson Trad Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.434,00
523	Nelson Trad Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Deodápolis	PM de Deodápoli		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$	700.000,00
524	Nelson Trad Filho	9239	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de placas solares	R$	300.000,00
525	Nelson Trad Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
526	Nelson Trad Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
527	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	20.000.000,00
528	Omar José Abdel Aziz	16797	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Município de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO INFORMAL - SEMACC		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Obras para o suporte hídrico à produção - construção e ampliação de tanques.	R$	1.000.000,00
529	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	6.391.305,00
530	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	1.130.434,00
531	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	2.000.000,00
532	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
533	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
534	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
535	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	2.000.000,00
536	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
537	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
538	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
539	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
540	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
541	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$	500.000,00
542	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18560	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	34.257.578/0001-40	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
543	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
544	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
545	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

546	Paulo Renato Paim	6675	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
547	Paulo Renato Paim	6651	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
548	Paulo Renato Paim	6652	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
549	Paulo Renato Paim	6699	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
550	Paulo Renato Paim	6658	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
551	Paulo Renato Paim	6696	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
552	Paulo Renato Paim	6698	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
553	Paulo Renato Paim	6640	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
554	Paulo Renato Paim	6710	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
555	Paulo Renato Paim	6711	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
556	Paulo Renato Paim	6642	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
557	Paulo Renato Paim	6638	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
558	Paulo Renato Paim	6671	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
559	Paulo Renato Paim	6701	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
560	Paulo Renato Paim	6694	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
561	Paulo Renato Paim	6645	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
562	Paulo Renato Paim	6641	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
563	Paulo Renato Paim	6712	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
564	Paulo Renato Paim	6709	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
565	Paulo Renato Paim	7935	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 430.434,00
566	Paulo Renato Paim	6655	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
567	Paulo Renato Paim	12950	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
568	Paulo Renato Paim	6643	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
569	Paulo Renato Paim	6659	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
570	Paulo Renato Paim	10474	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
571	Paulo Renato Paim	6707	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
572	Paulo Renato Paim	6704	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
573	Paulo Renato Paim	10487	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
574	Paulo Renato Paim	6708	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
575	Paulo Renato Paim	6639	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
576	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
577	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
578	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
579	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
580	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
581	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
582	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
583	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
584	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
585	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
586	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
587	Pedro Pinheiro Chaves	18577	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
588	Pedro Pinheiro Chaves	18582	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
589	Pedro Pinheiro Chaves	18583	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
590	Pedro Pinheiro Chaves	18575	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$ 460.000,00
591	Pedro Pinheiro Chaves	18568	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$ 460.000,00
592	Pedro Pinheiro Chaves	18565	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
593	Pedro Pinheiro Chaves	18576	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
594	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	60120002	2919	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Prauúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$ 9.130.434,00
595	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
596	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
597	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
598	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
599	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
600	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$ 950.000,00
601	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
602	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
603	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
604	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
605	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$ 630.434,00
606	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
607	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
608	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$ 800.000,00
609	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$ 1.000.000,00
610	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
611	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$ 1.000.000,00
612	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$ 3.000.000,00
613	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 2.500.000,00
614	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 10.260.869,00
615	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R$ 1.500.000,00
616	Rogério Simonetti Marinho	10622	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Espirito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$ 877.000,00
617	Rogério Simonetti Marinho	12828	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$ 700.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

618	Rogério Simonetti Marinho	12836	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
619	Rogério Simonetti Marinho	10619	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Taipu/RN	R$	500.000,00
620	Rogério Simonetti Marinho	14569	60120002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$	677.800,00
621	Rogério Simonetti Marinho	12847	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	490.000,00
622	Rogério Simonetti Marinho	10615	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Município de Caraúbas/RN.	R$	700.000,00
623	Rogério Simonetti Marinho	12843	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$	1.000.000,00
624	Rogério Simonetti Marinho	12833	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	700.000,00
625	Rogério Simonetti Marinho	10670	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
626	Rogério Simonetti Marinho	12859	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
627	Rogério Simonetti Marinho	12831	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
628	Rogério Simonetti Marinho	10669	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
629	Rogério Simonetti Marinho	12839	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$	750.000,00
630	Rogério Simonetti Marinho	10624	60120002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$	800.000,00
631	Romario de Souza Faria	10343	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARAIBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$	5.478.260,00
632	Romario de Souza Faria	10252	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$	3.652.173,00
633	Sérgio de Oliveira Cunha	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municípios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$	9.130.434,00
634	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	728.000,00
635	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê - PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	554.173,00
636	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D'Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	470.000,00
637	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	700.000,00
638	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	1.200.000,00
639	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
640	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$	1.000.000,00
641	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	478.260,00
642	Soraya Vieira Thronicke	15107	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$	1.200.000,00
643	Soraya Vieira Thronicke	15106	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$	900.000,00
644	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
645	Soraya Vieira Thronicke	15109	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$	442.173,00
646	Soraya Vieira Thronicke	15110	60120002	4086	22000	22101	20ZV	EMBRAPA CENTRO-OESTE			00.348.003/0066-66	MS	DOURADOS	4	90	Evento de Tecnologia da Agricultura	R$	500.000,00
647	Soraya Vieira Thronicke	15108	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$	610.000,00
648	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
649	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
650	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
651	Tereza Cristina Corrêa	13492	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	350.000,00
652	Tereza Cristina Corrêa	13215	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	700.000,00
653	Tereza Cristina Corrêa	13487	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	500.000,00
654	Tereza Cristina Corrêa	13491	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	252.173,00
655	Tereza Cristina Corrêa	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$	4.000.000,00
656	Tereza Cristina Corrêa	18594	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	400.000,00
657	Tereza Cristina Corrêa	13489	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	800.000,00
658	Tereza Cristina Corrêa	13490	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	550.000,00
659	Tereza Cristina Corrêa	13485	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	600.000,00
660	Tereza Cristina Corrêa	13488	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	600.000,00
661	Tereza Cristina Corrêa	18595	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	378.260,00
662	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
663	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
664	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
665	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$	425.494,00
666	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
667	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
668	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Matureia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
669	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
670	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	404.560,00
671	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
672	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
673	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
674	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
675	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
676	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
677	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
678	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
679	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
680	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
681	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
682	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
683	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

684	Wellington Antonio Fagundes	19318	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R$	3.652.173,00
685	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$	917.278,00
686	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	3.000.000,00
687	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	698.997,00
688	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$	1.617.188,00
689	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	600.000,00
690	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$	1.760.869,00
691	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$	567.540,00
692	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	4.000.000,00
693	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Parnarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	5.000.000,00
694	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	1.000.000,00
695	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	2.652.173,00
696	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$	1.100.000,00
697	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$	450.000,00
698	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	400.000,00
699	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$	449.109,00
700	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$	500.000,00
701	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$	700.000,00
702	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$	300.000,00
703	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$	600.000,00
704	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perimetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulunguzinho no valor de R$ 100.000,00; no Disrito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$	3.000.000,00
705	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$	400.000,00
706	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$	731.325,00
707	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$	500.000,00
																	R$	660.976.431,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5257424456

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Wilder Morais, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, atendendo ao Requerimento 37/2025 - CRA, de autoria Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Debater a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Participantes: Beatriz Soares da Silva, Gerente de Projetos do Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ana Elsa Munarini, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Antônio Marcos Mendonça, Coordenador-Geral Substituto de Ciência do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária; Julio Romano Meneghini, Professor da Universidade de São Paulo (USP); e Rita Ferrão, Presidente da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e Metano (Abcarbon). Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item Extrapauta 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 43, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, com o setor privado, a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados, ou seus representantes: Júlio Romano Meneghini, professor da Universidade de São Paulo (USP); Cecílio Perez Júnior, diretor-executivo da RCGI Carbon; Odair Vinícius Carrel, diretor-executivo da RCGI Carbon; Rita Ferrão, presidente da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e Metano (Abcarbon); Eloi Darci Podkowa, presidente da Cooperativa Agroindustrial Copagril; Caio Cezar Fernandes Vianna, presidente da Cooperativa Central Gaúcha Ltda (CCGL); Afonso Bertucci, diretor de tecnologia da Braspell Bioenergia; Almir Rebello, engenheiro agrônomo e presidente do Clube Amigos da Terra." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Hamilton Mourão, Flávio Arns, Luis Carlos Heinze e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde.

Invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a regulamentação da Lei 15.042, de 2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), em atendimento ao Requerimento nº 37, de 2025, aqui da CRA, de iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze e desta Presidência.

Para esta audiência pública, foram convidados: a Sra. Ana Elsa Munarini, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do MDA. A Ana está aqui? Já chegou? Não?

Antônio Marcos Mendonça, Coordenador-Geral Substituto de Ciência do Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que já chegou está aqui conosco. Bem-vindo.

É a Ana?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Oi, Ana. Seja bem-vinda. Vamos sentar do lado de cá.

Jorge Caetano Junior, Coordenador-Geral de Mudanças do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária). Está ali o Jorge. Bem-vindo, Jorge. Obrigado. Sente-se aqui do lado da esquerda.

Beatriz Soares da Silva, Gerente de Projetos do Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Já aqui? Bem-vinda. Todo mundo.

Deixe-me só ver um negócio aqui. (*Pausa.*)

Muito bem. Os senhores expositores terão dez minutos para trazer sua exposição. Depois, nós vamos fazer o debate com os Senadores presentes, ou remotamente, respondendo a cada questão.

Quero registrar a presença do Senador Hamilton Mourão e do Senador Flávio Arns – muito obrigado, Senadores. Estamos aguardando os demais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, portanto, por dez minutos, a primeira expositora desta audiência pública, Beatriz Soares da Silva, Gerente de Projetos do Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Por favor, Doutora.

A SRA. BEATRIZ SOARES DA SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Boa tarde a todos e todas. É um prazer estar aqui com vocês, falando sobre a regulamentação da Lei nº 15.042.

No momento, o Governo está na fase de organização, que tem duas dimensões: a dimensão institucional, das estruturas institucionais que a gente precisa montar, e a da regulamentação, dos textos regulamentares que têm que sair.

Na dimensão da estruturação dos órgãos que vão fazê-la, a gente tem que lembrar que a Lei nº 15.042 institui o SBCE, mas também traz algumas orientações para outras abordagens de mercado, em especial a relacionada aos resultados de mitigação transferidos internacionalmente, os famosos ITMOs, que são aqueles resultados que o Brasil transfere da sua NDC (contribuição nacionalmente determinada) para a NDC de outros países.

Então, o Ministério do Meio Ambiente é indicado como a autoridade nacional designada para fins do Artigo 6º do Acordo de Paris, e agora a gente está montando um departamento lá dentro do Ministério do Meio Ambiente, dentro da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, que vai fazer as vezes, porque o Ministério do Meio Ambiente é uma coisa muito ampla, alguém tem que cuidar do dia a dia da regulamentação, e a gente está criando esse departamento para fazer isso.

E a outra abordagem de mercado, além do SBCE e dos ITMOs, é o uso das iniciativas de redução de emissões por desmatamento, degradação, aumento de estoques, de manejo, o Redd+. Hoje o Redd+ está sendo coordenado dentro da Secretaria de Combate ao Desmatamento, e esse departamento que a gente está criando, dentro da Secretaria Nacional de Mudança do Clima, essa Coordenação-Geral, que hoje está sob a coordenação da Secretaria de Combate ao Desmatamento, vai vir para dentro da Secretaria Nacional de Mudança do Clima. Então, a gente vai ter um órgão só coordenando tanto as ações relativas ao Artigo 6º do Acordo de Paris quanto às iniciativas de Redd, que vão estar sob uma mesma guarida, num mesmo departamento, e isso ajuda a gente a ter mais celeridade, coordenação na implementação desses instrumentos.

Também, lá dentro do Ministério do Meio Ambiente, dentro desse novo departamento que a gente está criando, a gente vai ter uma coordenação de carbono florestal. E o que é essa coordenação de carbono florestal? É essa coordenação que vai fazer a ponte com a regulamentação do SBCE de fato, que está no âmbito do Ministério da Fazenda.

Nessa coordenação de carbono florestal, a gente vai estudar metodologias que vão ser credenciadas para o SBCE, as metodologias que vão ser credenciadas para o CRVE e para os ITMOs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. A gente tem uma ponte na regulamentação do SBCE, que é atuar também nas metodologias de quem está regulado sob o sistema.

Notadamente, para o setor de papel e celulose e de siderurgia, que tem florestas plantadas, a gente vai precisar emitir as metodologias de como que se medem remoções e emissões desses regulados. E aí a gente vai atuar mais juntamente com o órgão gestor do SBCE.

Então, tudo isso que eu falei é na parte da lei referente às competências que são atribuídas ao MMA. Mas a competência para regulamentar o mercado regulado, o SBCE, é do órgão gestor, porque a lei diz que é o órgão gestor. E, enquanto a gente não cria esse órgão gestor, o Ministério da Fazenda está criando uma secretaria interina para começar a fazer a regulamentação do SBCE de fato.

Então, na verdade, a regulamentação da lei é um composto de instrumentos e de estruturas institucionais para dar conta de tudo que a gente tem que fazer. E, no momento, a gente está estruturando isso tudo, com a articulação entre a AND, a Comissão Nacional para Redd+ (Conaredd+), que está sob o MMA, e essa nova secretaria interina que o MF está criando lá para começar a regulamentação do SBCE de fato. Então, essa é mais ou menos a estrutura institucional que nós estamos montando.

Em termos de regulamentação, a gente também, dentro do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, está trabalhando na publicação de uma resolução que vai criar os critérios, as condições, os trâmites para fazer as autorizações de ITMOs. Então, como é que está nesse processo? Ela está sendo elaborada dentro do grupo de trabalho do SBCE, dentro do CIM. Então, a gente tinha uma minuta, que a gente levou, depois de acordar com todos os ministérios do GT, para o Subcomitê-Executivo do CIM, que é um nível abaixo dos ministros, um comitê de secretários. A gente levou a proposta da resolução, ela foi aprovada, e a gente teve um aval para ir conversar com especialistas.

Então, a gente fez também uma rodada, foi conversar sobre qual é a proposta do Governo para ITMOs, com vários atores, o pessoal da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, o pessoal da indústria, o setor elétrico, de resíduos, Laclima, Leta, Anac e todos os atores que também têm algum interesse nisso, mas não especificamente setoriais. Então, a gente conversou com eles também.

E agora a gente fechou essa rodada de conversas informais e vai voltar para dentro do grupo, para processar o que foi tudo que a gente escutou e como é que a gente vai caminhar, se a gente muda, o que a gente muda, como é que muda a redação da resolução, lembrando que essa não é uma resolução do MMA. Quando sair, vai ser uma resolução do CIM, que é o comitê de ministros. Então, é nessa fase que a gente está no momento.

Acho que eu fico por aqui, fico à disposição para perguntas e esclarecer melhor algum ponto que ficou mal explicado.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Doutora.

Nós vamos, antes de chamar o segundo expositor, que será também uma mulher, Dra. Ana Elsa, eu gostaria de ler para os senhores aqui, disponibilizar perguntas e comentários dos internautas que acompanham a audiência, através da internet.

A Maria, do Estado de São Paulo, diz o seguinte: "O que falta para regulamentar o SBCE e garantir um mercado de carbono efetivo e seguro no Brasil [...] [até o final] de 2025?".

O Volmar, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Como vão ser consideradas as usinas solares fotovoltaicas com relação aos créditos de carbono?".

Aqui do Estado de Goiás, o Gabriel pergunta: "A lei está alinhada com a Política Nacional de Mudança do Clima e os compromissos do Brasil com o Acordo de Paris?".

Frederico, do Estado de São Paulo: "Quais são os principais entraves que ainda impedem a regulamentação do mercado de carbono no Brasil?".

O Thiago, também do Estado de São Paulo: "Como garantir um mercado de carbono real e benéfico para o planeta e evitar *greenwashing* por empresas e bancos de carbono?".

Vamos lá.

Outra pergunta, do Luiz, lá do Estado do Paraná: "O Brasil pode se tornar líder latino-americano no mercado de carbono?".

O Fábio, também do Rio Grande do Sul: "Como o Brasil poderá se beneficiar da regulamentação do SBCE?".

O Roberto, do Estado de São Paulo, também: "Como [...] [vai se dar] o comércio de créditos de carbono para o pequeno produtor com área de 20 a 100 [...] [hectares] de floresta?". Aqui ele falou alqueires, se for traduzir em hectares é só multiplicar por 4,84 – dependendo da região, o alqueire tem uma medida diferente. É "de 20 a 100 alqueires".

Os comentários.

Maurício, de São Paulo, comenta: "Fico preocupado [...] [que] o mercado de carbono sirva apenas para países ricos poderem continuar poluindo enquanto pagam por isso [...]".

Mais comentários aqui.

A Ana, do Rio de Janeiro: "Regulamentação justa e que gere a efetividade do comércio de carbono".

O Márcio, lá do Ceará, comenta: "Somente a organização das populações envolvidas e a gestão efetiva dos créditos de carbono podem impedir a 'grilagem de carbono'" – interessante.

Bom, então a Dra. Ana com a palavra neste momento.

A Dra. Ana é Diretora do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do MDA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA ELSA MUNARINI (Para expor.) – Boa tarde a todos que nos acompanham nesta audiência pública.

Primeiramente, quero parabenizar o Senado por estar trazendo este debate, cumprimentar o Senador Zequinha também, que está conduzindo, assim como os demais membros aqui da mesa.

Quero dizer que, enquanto Governo Federal, a gente não está deixando de fazer todas as tarefas necessárias para essa regulamentação. Inclusive, os grupos de trabalho estão ouvindo todos os setores envolvidos, porque é uma regulamentação complexa.

Não existe um caminho único para isso. Então, é preciso ouvir todos os setores, e nós da agricultura familiar temos contribuído também nesse diálogo, junto com o Ministério da Fazenda, que está com essa prerrogativa, e os demais ministérios envolvidos, fazendo audiências públicas, participando de processos de estudo, aprofundando essa questão para que a regulamentação acolha a diversidade que se exige para a questão do mercado de carbono também, para que não fique ninguém de fora e nenhum setor também, para que todos sejam contemplados por uma regulamentação, haja vista que o nosso país tem essa dimensão continental e tem uma contribuição gigantesca para a questão do mercado de carbono mundial, mas que também sirva para gerar renda, em especial – aqui nós falando enquanto o MDA – para a agricultura e para os agricultores familiares, desde que sua produção seja de baixo impacto para a questão de gases de efeito estufa.

Então, além de nós estarmos construindo a regulamentação e contribuindo – a Beatriz já trouxe como está todo esse processo de diálogo –, também estamos já implementando questões importantes para que a agricultura familiar se adapte também a esse modelo e que seja contemplada nessa regulamentação, que, para nós, é muito importante.

Então, o MDA tem feito, a partir deste debate, a construção do Programa Nacional de Florestas Produtivas, para que essas florestas também produzam alimento, ao passo que restaurem a questão ambiental, mas uma restauração que não faça com que os agricultores vendam seus lotes ou que façam a opção pelo desmatamento.

O programa tem um ano de efetiva aplicação. Principalmente, começamos pela região que a gente chama de arco do desmatamento, e a gente quer fazer o arco da restauração – esse é o nosso objetivo – para que o Brasil cumpra suas metas do Plano Clima. Inclusive, a regulamentação também é uma meta muito importante para nós e, por isso, é preciso ouvir toda a sociedade.

O nosso objetivo é que, até o fim deste ano, que é o nosso prazo, seja efetivado. Enquanto Governo Federal, a gente está trabalhando para isso. Sabemos que os desafios são gigantes nesse sentido, mas, até que nós consigamos efetivar essa regulamentação, o Ministério da Fazenda está buscando alternativas para que nenhum agricultor, nenhum setor seja prejudicado e para que não exista um mercado de carbono paralelo no Brasil. Enquanto Governo, a gente está muito atento a isso e fazendo as construções necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso reafirmar o nosso compromisso enquanto agricultura familiar neste debate, mas também pensar em como que a agricultura familiar, os extrativistas, os povos e comunidades tradicionais sejam beneficiados com esses créditos de carbono também, porque eles são os protetores da floresta e do meio ambiente e fazem uma produção de baixo impacto também. Isso tem que estar previsto nessa regulamentação, e nós não estamos medindo esforços para que isso seja efetivado.

Então, é um pouco da contribuição nossa, do MDA.

Até a gente ficou com uma dúvida aqui, Sr. Senador: essas perguntas são para toda a mesa? É para nós dialogarmos? Não precisa fazer uma resposta direta para cada uma?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Não.

A SRA. ANA ELSA MUNARINI – Tá o.k.

Então, agradeço a oportunidade.

A gente se coloca à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Dra. Ana.

Bom, vamos chamar agora o Antônio Marcos Mendonça, Coordenador-Geral Substituto de Ciência do Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Por favor, Doutor.

O SR. ANTÔNIO MARCOS MENDONÇA (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas.

Obrigado, Senador Zequinha Marinho, a quem eu agradeço.

Cumprimento todos os membros aqui da mesa e todos os presentes também.

Bom, eu vou falar aqui em nome do Ministério da Ciência e Tecnologia sobre o que a gente tem contribuído para a questão da regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE).

Eu vou fazer uma fala que eu escrevi para não fugir muito do *script*. Então, me perdoem, mas é só para não improvisar.

Em nome da Ministra Luciana Santos, do MCTI, gostaria de agradecer o convite para participar da presente audiência.

Gostaria de me apresentar. Como foi informado, sou Coordenador-Geral Substituto de Ciência do Clima, onde a gente tem trabalhado para contribuir com a melhor ciência disponível para oferecer subsídios à elaboração de planejamento de políticas públicas relacionadas ao enfrentamento das mudanças do clima e da emergência climática.

Gostaria de também destacar que a aprovação da Lei 15.042, de 2024, criando o SBCE, representou um grande avanço para a agenda climática, no sentido de avançarmos nas políticas de redução de emissões de gases de efeito estufa no Brasil. Entendemos que o SBCE é um dos instrumentos que contribuem para avançarmos na descarbonização do sistema produtivo e econômico do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, a implementação do SBCE enfrenta uma série de desafios, que já foram abordados de certa forma pela Beatriz e pela Ana Elsa – acho que depois a gente vai poder comentar um pouquinho mais sobre esses desafios, talvez possamos trazer alguns elementos para aprofundar um pouquinho mais a discussão –, sendo que um desses desafios é justamente a definição de metodologias confiáveis e seguras para a realização dos inventários corporativos. Nesse sentido, o Ministério de Ciência e Tecnologia tem apoiado, dentro de suas competências, os estudos para identificação de metodologias que possam ser credenciadas e aceitas no âmbito do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões.

Também nessa linha de apoiar a implementação do mercado de carbono no país, o MCTI, em parceria com o Ministério de Minas e Energia e o Operador Nacional do Sistema Elétrico, tem disponibilizado mensalmente os fatores de emissão do Sistema Interligado Nacional, para que as empresas possam estimar suas emissões de CO_2 devidas ao uso de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional.

Uma outra iniciativa relevante em que o MCTI tem atuado é no sentido de contribuir para uma das etapas da operação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões que envolve o recebimento dos inventários corporativos. O MCTI desenvolveu um sistema chamado de Sistema de Registro Nacional de Emissões Corporativas (Sirene Organizacionais), que é capaz de receber os relatos das emissões dos gases de efeito estufa das empresas.

Atualmente, esse sistema funciona com o recebimento dos relatos voluntários, mas pode ser aprimorado, aperfeiçoado para que, pelo menos no início da implementação do sistema do SBCE, o Sirene Organizacionais possa receber os relatos obrigatórios das empresas que estiverem obrigadas a realizar os inventários.

Bom, a minha fala é bem breve. Então, era isso que eu queria trazer neste momento, ressaltando que a regulamentação e a implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões representam um grande avanço na direção da descarbonização; porém, ainda há muitos desafios a serem superados. Mas tenho a certeza de que as equipes que estão coordenando os trabalhos, seja no Ministério da Fazenda, seja no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, são equipes muito competentes e estão bastante empenhadas para estabelecer o melhor sistema possível.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

Eu quero convidar o Senador Luis Carlos Heinze para assumir a Presidência da audiência. O Senador é o autor do requerimento e é quem gostaria de fazer um bom debate sobre o tema.

O próximo expositor é o Dr. Jorge Caetano Junior, viu, Presidente?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Com a palavra Jorge Caetano Junior, Mapa, por favor.

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Senador Heinze, Senadores e Senadoras presentes, muito obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui, representando o Ministério da Agricultura e Pecuária nesta audiência pública.

Eu iniciaria dizendo que o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) é um marco regulatório com potencial para impulsionar fortemente políticas de baixo carbono em escala nacional e, ao mesmo tempo, abrir novas oportunidades de desenvolvimento econômico, equilibrando ambição ambiental e segurança econômica.

Em relação à agropecuária, a Lei 15.042, de 2024, traz dispositivos de grande relevância ao definir limites claros entre a produção primária, a agroindústria e as demais cadeias emissoras. O art. 6º, §4º, estabelece que a produção primária agropecuária, suas benfeitorias e infraestruturas associadas não são consideradas atividades reguladas. Isso significa que produtores rurais, agricultores, pecuaristas, silvicultores e aquicultores, entre outros, não estão sujeitos à entrega de cotas brasileiras de emissão (CBEs) nem à aquisição compulsória de créditos de carbono.

A lei também resguarda a produção primária ao dispor que as emissões indiretas relacionadas à fabricação de insumos agropecuários, como fertilizantes, rações, corretivos e defensivos, não são atribuídas aos produtores rurais. Essa medida assegura que o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões incida exclusivamente sobre as atividades efetivamente mensuráveis e passíveis de controle, preservando a racionalidade econômica e ambiental do sistema. É importante destacar que essa exclusão não afasta a agropecuária do SBCE. Ao contrário, cria condições para uma participação ativa e construtiva dentro do sistema.

O setor poderá gerar créditos de redução ou Remoção Verificadas de Emissões (CRVEs, como são conhecidas), oriundos de práticas agropecuárias de baixa emissão, como a recuperação de pastagens degradadas, os sistemas integrados de produção, o uso de bioinsumos, a fixação biológica de nitrogênio, o manejo adequado de dejetos animais, a restauração florestal, entre outros. Esses créditos poderão ser adquiridos por setores sujeitos a metas ou negociados livremente no mercado, transformando práticas sustentáveis em ativos econômicos valorizados.

A agropecuária brasileira é heterogênea e exposta a elevados riscos de mercado e climáticos, operando com margens de subsídios menores do que a de seus concorrentes internacionais. Imputar-lhe obrigações diretas, no âmbito do SBCE, poderia ampliar desigualdades regionais, reduzir competitividade e, em alguns casos, comprometer a viabilidade econômica desse setor em grande medida, com reflexos sociais e impactos diretos sobre a segurança alimentar.

Além disso, o setor já cumpre obrigações ambientais singulares no cenário mundial, como as previstas no Código Florestal, que exige a preservação de vegetação nativa em reservas legais e áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de preservação permanente, contribuindo de forma expressiva para as metas nacionais de clima e biodiversidade.

A opção adotada pela lei, em relação ao setor agropecuário, está em linha, por outro lado, com práticas internacionais. Nos principais mercados regulados de carbono, como a União Europeia; como o Estado da Califórnia, nos Estados Unidos; como a Coreia do Sul e a Nova Zelândia, a agropecuária não é submetida a metas obrigatórias. Esses países preferem estimulá-la, como parte da solução, promovendo sua inserção voluntária como fornecedora de créditos e tecnologias climáticas.

A lei também cria os Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões, os CRVEs, que poderão ser gerados por projetos agropecuários que promovam o sequestro ou a redução de gases de efeito estufa. Iniciativas como a recuperação de pastagens, sistemas integrados, florestas plantadas, aproveitamento de biogás, em crescimento no Brasil, quando proveniente de dejetos animais, e a redução de metano entérico, poderão gerar CRVEs, desde que sigam metodologias reconhecidas e sejam registradas no sistema. Essas certificações poderão ser comercializadas, criando nova fonte de receita e de valorização econômica para produtores e agroindústrias que adotem práticas de baixa emissão.

Por fim, a lei institui um marco de segurança jurídica ao tratar os ativos do SBCE – os CBEs e CRVEs –, como valores mobiliários sujeitos à regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Essa definição confere credibilidade ao mercado e oferece garantias para investidores e empresas do agro, interessadas em participar dele. O SBCE também se conecta ao mercado voluntário de carbono, com regras de integridade que evitam dupla contagem e asseguram transparência, fortalecendo a confiança dos agentes econômicos.

O engajamento amplo na adoção de tecnologias de produção menos emissoras exige que atores com visões e interesses diversos encontrem objetivos comuns e contribuam de forma concreta para alcançá-los.

No caso da agropecuária, esse engajamento depende de soluções tecnicamente sólidas e economicamente viáveis.

Os produtores rurais buscam tecnologias que aumentem produtividade, reduzam custos ou permitam o seu acesso a mercados mais vantajosos.

Com essa percepção, o Plano ABC e o próprio SBCE ensejam a criação de instrumentos econômicos e financeiros capazes de conciliar esses objetivos, estimulando o uso de tecnologias tropicais que unam produtividade, competitividade e mitigação de emissões.

Entre os instrumentos econômicos que podem acelerar essa transição, destaca-se o comércio voluntário de emissões, que já se apresenta como via concreta de valorização de práticas agrícolas e pecuárias de baixa emissão.

De forma complementar, o financiamento tem papel essencial nesse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativas como o Eco Invest, coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, ampliam o acesso do produtor a recursos destinados à recuperação de áreas degradadas, à adoção de tecnologias de baixa emissão e à inovação.

É importante lembrar que o Ministério da Agricultura e Pecuária carrega uma responsabilidade singular. Por um lado, promover a adaptação e a mitigação das emissões na produção agropecuária, sem perder de vista sua função essencial de garantir também a segurança alimentar do Brasil e de dezenas de países que importam nossos produtos.

Esse equilíbrio serve de referência para as políticas do setor, inclusive para a sua inserção no mercado de carbono.

A regulamentação da Lei nº 15.042 vem sendo discutida no âmbito do grupo técnico interministerial, mencionado pela Dra. Beatriz, aqui presente, e coordenado pelo Ministério da Fazenda, com participação do Mapa, do MMA e do MCTI, entre outros órgãos do Governo Federal.

O grupo tem avançado na análise de propostas e diretrizes técnicas atinentes ao Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões; e esse processo é decisivo para oferecer segurança jurídica e previsibilidade aos setores produtivos, consolidando um ambiente propício à inovação, aos investimentos e à ampliação de práticas agropecuárias eficientes e de baixa emissão.

Regras claras e estáveis permitirão que o mercado de carbono opere com transparência e confiança, estimulando o engajamento de empresas, produtores e investidores. Além de reforçar a credibilidade internacional do país, uma regulamentação bem estruturada ampliará, por outro lado, as oportunidades de geração de valor em toda a economia, inclusive na agropecuária, em que práticas de baixa emissão já demonstram grande potencial de contribuição para as metas climáticas nacionais.

Na sequência desse esforço, o processo regulatório deverá avançar por etapas, com a criação de sistemas de monitoramento e relato das emissões e, posteriormente, com a elaboração de relatórios setoriais. Entre os pontos em discussão estão a definição do órgão gestor do SBCE, também já comentado nesta oportunidade, as metodologias de mensuração, relato e verificação – igualmente comentadas –, especialmente no que se refere aos créditos agropecuários, os limiares de obrigação, as regras de interoperabilidade e a integração com políticas já existentes, como o crédito rural verde e os mecanismos de rastreabilidade, que estão presentes.

Para que o SBCE se consolide como um mercado íntegro e confiável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR – ... será indispensável contar com mecanismos robustos de mensuração, relato e verificação, que assegurem transparência e credibilidade. No caso da agropecuária, significa metodologias ajustadas às condições tropicais, como plantio direto, recuperação de pastagens, sistemas integrados, já mencionados antes, uso de bioinsumos, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério da Agricultura e Pecuária possui experiência consolidada em certificação, inspeção e rastreabilidade de produtos agropecuários, o que pode ser um diferencial para conferir credibilidade e transparência ao SBCE em sua área de competência.

Concluindo, a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões representa um avanço significativo para o Brasil. Trata-se de uma oportunidade estratégica para fortalecer a liderança do país no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, na qual o setor agropecuário é parte da solução.

O caminho adiante será o de considerar um sistema que una integridade ambiental, eficiência econômica e segurança jurídica, capaz de oferecer confiança aos investidores e oportunidades concretas aos produtores rurais e demais agentes econômicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Jorge.

Quero agradecer à Ana Elsa Munarini, do MDA, ao Antônio Marcos Mendonça, do Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Jorge Caetano Junior, que acabou de falar, do Mapa, e à Beatriz Soares da Silva, também do Ministério do Meio Ambiente.

Senador Zequinha, nós conversamos – eu e V. Exa. – alguns dias atrás, para que nós pudéssemos fazer uma audiência pública sobre a questão da regulamentação da Lei 15.042, que tem interesse do Brasil. Então, já ouvimos aqui os ministérios.

Senador Arns e também Senador Mourão, o Brasil, como sempre, aqui, tem a bola da vez. Nós temos explorado, com pastagens nativas, 8%; plantadas, 13%; lavouras e florestas plantadas, 9%. O Brasil, Senadores Arns e Mourão, só explora 30% com agricultura, enquanto, na Europa, hoje, vários países já têm 70%, 80% – os Estados Unidos têm também quase 80% explorados –, nós temos apenas 30%, com agropecuária e floresta. Temos 66% de área preservada: dentro das propriedades rurais, 20%; unidades de conservação, 13%; vegetação nativa em reservas indígenas, 13%; vegetação nativa e terras devolutas não cadastradas, 18%. São 66%.

Quero agradecer aqui, Zequinha, à sua secretária, à sua assessora – como é? –, à Bárbara, que me levou esse assunto. Conversamos com o Cláudio, do meu gabinete, e estamos fazendo hoje esta audiência a partir da provocação que a Bárbara nos trouxe. Quero agradecer também aqui ao pessoal da USP: Julio Meneghini, Cecílio Perez, Odair Vinícius, Ruy Rede – pode ser?

Tem uma moça aqui também. Como é o seu nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Camila, que não botou o nome aqui. Camila, obrigado também pela presença de vocês.

Em cima de uma registradora... É a RCGI-USP Carbon Registry – acho que deve ser assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que esse assunto... E o objetivo que eu e o Zequinha estamos tratando com os colegas desta Comissão é fazermos um debate – hoje foi com o Governo –, e queremos intensificar essa conversação, para que vocês dos ministérios entendam... Depois disso... Zequinha, eu já fui atrás: o Rio Grande do Sul, hoje, tem uma cooperativa ligada à CCGL que já tem um trabalho lá, Mourão, sobre crédito de carbono, já estão comercializando crédito de carbono. Aí, eu fui saber que lá no seu estado, em Marechal Cândido Rondon, já tem uma cooperativa que está mais à frente do Rio Grande do Sul. E é essa cooperativa que eu quero também trazer aqui, Zequinha. Eles estão há três ou quatro anos com um trabalho com os produtores lá daquela região, ligados à cooperativa, Senador Arns, que já estão produzindo resultado positivo para os agricultores, sócios daquela cooperativa.

Então, acho que esse é um ponto importante; e eu chamo a atenção dos ministérios, porque nós temos que nos debruçar sobre isso. O Brasil tem um ativo muito grande. Nisto aqui, eu acho que nós somos credores, certo? Então, é importante que os ministérios se liguem também a esse assunto, e a ideia é que, depois desta reunião – não é, Zequinha? –, nós possamos trazer os privados – e já temos aqui hoje o pessoal ligado à USP –, para que a gente possa debater o que está funcionando.

O próprio Banco Central já quer fazer reuniões sobre como fazer essa comercialização. Então, acho que nós temos que avançar e evoluir, porque – vamos dizer assim – o Brasil é rico nessa nossa agricultura, e eu acho que nós temos que tirar proveito. Tem um colega meu, agrônomo, do Rio Grande do Sul, também um professor – não sei se é da USP ou da Unicamp – e mais outra figura, outro professor – professor não, um técnico da Embrapa –, que fizeram um mapa do Rio Grande do Sul, dos campos nativos do Rio Grande do Sul, Mourão, da sua região de Bagé, onde tem bastante campo nativo, das nossas lavouras de soja, de arroz, de milho, enfim, e das próprias áreas de reserva legal e de APP nas propriedades, e do que isso pode gerar de receita para os produtores.

Então, eu acho que esse é um debate importante, Zequinha, porque esta Comissão é um fórum; e, daqui a pouco, a própria Comissão de Meio Ambiente se junta, sei lá, para nós fazermos um trabalho junto ao Governo, que está aqui, os quatro ministérios, e intensificarmos esse processo, que é importante para o Brasil.

Aqui nós temos um ativo importante que nós temos que explorar, entendeu? Então, esse é o objetivo desta reunião, Zequinha.

Agradeço ali à Bárbara que nos levantou essa questão.

E, hoje, o meu gabinete e o seu gabinete estão trazendo esse tema em pauta, que, para nós, é positivo, não é apenas para mais dívida para os agricultores, para mais problemas para os agricultores.

Eu sou engenheiro agrônomo, sou produtor rural, e nós estamos hoje sendo explorados pelas multinacionais, Arns, dos fertilizantes, das peças, das máquinas, dos defensivos, das sementes. Tudo é meia dúzia de empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conheço esse assunto há muitos anos, porque eu estou há 52 anos na atividade, Mourão, e se eu pegar isso hoje, talvez não dê 50 empresas no mundo, não é no Brasil, no mundo, que fabricam máquinas e insumos que nós consumimos. E sempre o produtor pergunta assim: "Quanto é que você me vende? Qual é o preço, Arns?".

Agora, quando eu quero vender uma soja, um arroz: "Quanto é que você me paga, Arns?". É o inverso, eu não posso botar preço nas minhas mercadorias. Agora, eu tenho que pagar o preço que o mercado me coloca.

Então, eu acho que aqui tem um ativo que é importante, Zequinha, para que nós, nesta Comissão, façamos esse debate de como transformar esse ativo em realidade, com uma lei que nós já aprovamos aqui nesta Casa. E se, daqui a pouco, tivermos que acrescentar algumas outras coisas, nós também possamos melhorar essas leis que já existem na Casa. Então, esse é o objetivo.

Eu agradeço os quatro ministérios que se fizeram presentes aqui.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k., sim.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Nós temos o mercado regulado, mas temos o mercado voluntário.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Isso aí é importante.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O voluntário, do meu ponto de vista, já dobrou a esquina; agora, o regulado está patinando.

O Governo precisa realmente definir as coisas, até para a gente tornar isso muito simples, muito popular, o que gera e o que captura, e todo mundo poder entender.

A agricultura tem uma fase também que é importante. De repente, a gente só ouve o lado negativo do cultivo da soja, do milho, mas, quando você está preparando a terra, você está também colaborando com essa questão. Então, a gente precisa... Está meio embaçado e é para todo mundo, não é só para alguns não. É para todo mundo que quer operar no mercado regulado que a coisa ainda não está 100% clara, capaz de ser fácil de entender.

Acho que é preciso criar um sistema, um órgão que vai, a partir dali, popularizar esse conhecimento para que a gente possa se posicionar.

No mercado voluntário, a coisa é muito simples, por enquanto só se usa floresta. E aí, via satélite, vai lá, calcula a biomassa daquilo, é uma matemática um tanto complexa, mas sai no final. E ali, em cima disso, sai uma certidão, uma certificadora, e aquele certificado vale dinheiro para quem quer tentar empatar o que gera com o que captura aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia, no meu ponto de vista, é muito boa. Você tem uma turma que tem potencial para capturar aqui e tal, tem outra turma que emite ali do outro lado e que a necessidade é pelo menos tentar empatar a emissão com a captura aqui do outro lado, o débito com o crédito.

Se isso for para a frente, não é? E essa questão de o mundo entender, porque tem muita gente que tem teses diferentes. Eu já vi muita gente falando, mas a de cá tem mais gente, tem a maioria dizendo do mesmo jeito, mas precisa avançar, porque essas coisas que mexem muito e que, às vezes, não só mexem, mas também assustam, de uma certa forma, como o problema do clima para lá, para cá. Precisa-se definir isso, não pode ficar empurrando, empurrando, joga para a frente, protela para lá, protela para cá. Vamos, é para resolver? O negócio é sério? Tem que ser feito? Então tem que ser feito, vamos para cima. Eu estou aqui pronto para participar, para aprender e para, também, socializar esse conhecimento.

Por exemplo, no meu estado... Na Amazônia, são sete estados, mas um pedaço de dois, nove estados, digamos assim, você tem um problema sério: você tem que deixar 80% da área de reserva, utilizar apenas 20%,né? Como é que você vai sobreviver? Essa conta não vai fechar nunca. Você engessa 80% da sua área apenas para... Poxa, seria uma oportunidade de esses 80%, que só geraram passivo, em termos de dinheiro, começarem a dar para o dono dessa terra algum retorno, por menor que seja, mas que desse algum retorno. Você começa a viabilizar, na nossa região, na Amazônia, a atividade rural.

Calcule: você tem um apartamento de 100m², você isola 80m² e vai morar em 20 m², o aperto que é para sobreviver em 20m², porque o resto você não pode usar. E aquilo não colabora em nada, você pagou por aquilo, mas não tem retorno absolutamente de nada.

Então, eu vejo, na questão do crédito de carbono, a possibilidade de o produtor rural na Amazônia – no resto do Brasil também, mas principalmente lá –, com essa regra de 80/20, começar a levantar a cabeça. Quer dizer, vale a pena o cara deixar os 80%, porque eles serão remunerados de alguma forma pela política de carbono.

Então, o que a gente precisa, meu colega Heinze, é realmente apertar. Diz que Governo só vai na base da pressão. Sem pressão, o feijão não cozinha. Então, vamos botar pressão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado.

Senador Arns...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu quero cumprimentar os colegas Senadores, também o Heinze e os expositores.

Eu penso que o assunto, pela apresentação, ainda está muito incipiente, embrionário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Não, eu até me surpreendi porque eu achava que seria mais contundente, já levando para aquilo que o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Zequinha Marinho acabou de colocar, até popularizando, porque o tema é complexo para o povo entender. Como é que o agricultor vai entender? Então, é já ter regras: olhe, se você fizer isso, se você fizer aquilo, como é que pode acontecer e tal. Eu me surpreendi um pouco também, porque o departamento ainda vai ser criado, o setor vai ser criado e tal.

Eu penso, assim, que isso aqui já deveria, na hora da aprovação da lei, estar tudo pronto também, quer dizer, o pequeno agricultor saber de maneira clara. Se eu produzir, fizer, preservar, conservar, quanto que isso significa? Qual é o valor? E tudo isso.

Eu penso que a agricultura já está mais determinada nesse processo também, mas eu penso que o Brasil está perdendo uma oportunidade enorme de ser credor de tanta coisa importante, que é feita em nosso país, e que poderia ser uma forma de apoio para a população.

Houve um debate tão grande aqui, no Congresso Nacional, no Senado, em relação à aprovação desta lei. Eu penso que realmente a gente deveria chamar a iniciativa privada para ver como é que já vem sendo feito. Por exemplo, a Copagril é uma grande cooperativa lá no Paraná, o sistema cooperativo em nosso estado é uma referência para o Brasil. A Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná) tem uma estrutura, uma organização de fazer inveja para qualquer país.

Se a Copagril já vem fazendo há três anos, quatro anos, então vamos olhar como é que fazem, como é que acontece e tal e ver como é que isso pode ser feito.

A lei prevê um ano de aplicação?

A SRA. BEATRIZ SOARES DA SILVA (*Fora do microfone.*) – Dois anos para regulamentar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dois anos?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Dois anos para regulamentar, falta mais um.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, dois anos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – E um já foi.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pois é, então dois anos para regulamentar, já é um prazo grande.

Eu acho que a coisa é tão importante, tão necessária, um anseio tão grande da sociedade que deveríamos fazer de uma maneira mais célere também. Pena que a gente tenha colocado na lei dois anos, já deveria ser alguns meses, porque é um assunto tão debatido, tão discutido e tão necessário, que a gente já poderia ter uma regulamentação quase imediata.

Eu acho que alguma alternativa deve ser tomada pelo Congresso Nacional para ver o que pode ser feito, talvez com a sugestão do Zequinha Marinho, com a sugestão de V. Exa., o Heinze, mas, da minha parte, eu acho que a gente tem que tornar a coisa mais célere também.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Senador Arns.

Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Heinze, companheiros aqui, Zequinha e Prof. Flávio Arns, agradeço as exposições dos quatro representantes do ministério, que vieram aqui cumprir uma missão.

Vejo isso claramente, porque a lei foi sancionada em 11 de dezembro do ano passado, o prazo de um ano inicial cairia em 11 de dezembro deste ano e hoje é dia 8 de outubro. Não vejo muitas condições de que alguma coisa aconteça, e aí nós vamos começar o segundo ano do prazo de regulamentação.

Temos outras fases posteriores, mas, se a lentidão prosseguir, vamos dizer, o sistema regulado não vai funcionar; vai continuar, e teremos apenas um mercado voluntário e, o mercado voluntário pode gerar várias incongruências.

Então, é uma situação complicada, o Zequinha colocou muito bem, o Governo tem que ser pressionado, e pressionado no bom sentido, porque se esse é um Governo que tem um interesse muito grande na questão climática, que se apresenta como defensor dessa causa, principalmente de todas as medidas que têm que ser tomadas para evitar as consequências graves do aumento da temperatura na Terra, ele tem que tomar essa providência para regulamentar esse mercado, que vai propiciar ganhos para uma grande maioria das pessoas aqui no Brasil e vai obrigar, também, aquelas empresas que hoje emitem muito além daquilo que é, vamos dizer, o recomendado, que elas tenham uma válvula de escape para comprar os créditos que precisam para compensar a sua emissão. Então, nós estamos atrasados.

Estamos atrasados e, obviamente, depois a gente tem que conversar para ver o que nós podemos fazer, conversar... E ver o que é que a gente pode levar seja aos Líderes do Governo, que estão aqui dentro da Casa, para que sensibilizem o Governo com o assunto, seja conversando com os próprios ministros responsáveis pela área.

Mas eu vejo que um que está faltando aqui, que foi convidado, que é o da Casa Civil, que é o peão do jogo, não mandou nem representante, e ele é o peão desse jogo. Os outros ministérios trabalham dentro dessa coordenação feita pela Casa Civil. Então, cada um tem uma parcela da responsabilidade, mas a coordenação e o controle são da Casa Civil.

É isso aí, Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado.

Eu consulto os colegas Senadores e o Plenário, pois nós temos aqui o pessoal da USP, que se vocês fizessem uma "brifadinha" de alguns minutos, já poderiam nos dar uma orientação.

Se concordarem, eu chamaria o Dr. Julio Meneghini, que poderia nos dar uma "brifada" sobre como é que eles já estão pensando esse assunto, até serviria para o Governo, para os quatro ministérios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão aqui. E tenho também a Rita Ferrão, que já está operando em campo, também uma técnica lá do Rio Grande do Sul, de uma associação de carbono ali.

Se me permitem, eu deixaria uns cinco minutos para cada um dos dois falar, acho que nos dá uma abrangência, pois já estão convidados no requerimento do Zequinha, que eu estou apresentando para votarmos na sequência, para os dos privados que a gente quer trazer daqui a alguns dias.

O.k.? Pode ser? (*Pausa.*)

Prof. Julio.

O SR. JULIO ROMANO MENEGHINI (Para expor.) – Boa tarde a todos, Senador Heinze, Senador Mourão, Senador Zequinha, Senador Arns, é um prazer estar aqui, eu já participei de outras audiências, no caso do hidrogênio ano passado, se não me engano, hidrogênio verde e hidrogênio sustentável.

Eu, atualmente, sou Diretor Científico de um dos maiores centros da USP, o Centro de Pesquisa para Inovação em Gases de Efeito Estufa. Nós estamos agora produzindo hidrogênio a partir do etanol, estamos também em vias de começar a produzir metanol verde para uso em descarbonização de transporte marítimo, um dos maiores potenciais aí, e temos trabalhado muito com NBS (Programa Soluções Baseadas na Natureza) e, sem dúvida alguma, o Senador Mourão acabou de colocar o papel, e nós temos que, acho, correr, porque existe um potencial enorme para o Brasil liderar, de fato, a questão do mercado de créditos de carbono.

E aí entra a iniciativa que tivemos: nós estamos criando a primeira registradora de créditos de carbono do Brasil, que se chama RCGI Carbon Registry, que é uma registradora que vai ter o papel... Como um crédito de carbono é gerado? Você tem que ter, você tem que fazer alguma mudança no processo – no caso, por exemplo, o industrial – que vá fazer com que você emita menos gases de efeito estufa, e, para você validar isso, você tem que desenvolver um projeto. Esse projeto, depois, tem que ser auditado e certificado por uma certificadora, e, depois, no último passo, você teria o crédito sendo registrado.

No caso de florestas, para você manter uma floresta em pé, você tem que fazer essencialmente a mesma coisa. Para a floresta, o crédito tem um período de duração, desde a sua criação até a aposentadoria, muito mais longo – são 20 a 30 anos –, e você tem que ficar continuamente auditando e fazendo com que seja provado que aquele crédito continua válido até a sua aposentadoria.

A registradora entra no... Você tem a proponente, você tem o desenvolvedor do projeto, a auditoria certificadora, e, depois, você tem a registradora. A registradora vai manter um banco de dados público em que você vai poder ver todas as etapas do projeto. Desde o início do projeto até a certificação e a auditoria, você vai ter condições de levantar naquela registradora, e todas as negociações, também, que foram feitas com dado crédito vai ser possível você verificar na registradora.

O que nós estamos fazendo aqui de diferente? A primeira do Brasil, e ela tem o DNA da Universidade de São Paulo. O centro nosso, o centro de pesquisa, o RCGI, tem mais de 800 pesquisadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualmente: são 120 professores e os demais são doutorandos, pós-doutorandos e mestrandos que fazem parte desse grupo de 800 pessoas, trabalhando em diferentes tópicos. Um deles é a NBS, e aí entra a questão de florestas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JULIO ROMANO MENEGHINI – O segundo seria a CCU, que é a parte de captura e reutilização de carbono, por exemplo, para fazer o metanol verde para o transporte marítimo. Um outro seria o Beccs, um outro programa que temos, que é o programa de captura e armazenamento de CO_2 originário da produção de biocombustíveis, gases de efeito estufa, que é a parte de mitigar, por exemplo, emissão de metano em grandes compressores – por exemplo, na própria produção de óleo e gás você tem emissão fugitiva; esse é um problema seriíssimo, porque o metano contribui 20 vezes mais para mudanças climáticas do que o CO_2 ; então, é importantíssimo nós mitigarmos vazamentos e principalmente aqueles grandes vazamentos fugitivos de metano – e, finalmente, um programa chamado, em inglês, Advocacy, que é a parte de percepção pública, licença para operar e estandardização. Então, todo esse grupo enorme aí de pesquisadores da USP dará o suporte científico para essa registradora.

Então, fazendo um apanhado geral, é isso que eu tinha, e estou aberto a dúvidas ou a qualquer pergunta que seja pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Prof. Julio.

Deixo aos colegas, se tiverem um questionamento – até os membros dos ministérios também, se quiserem fazer algum questionamento – ao Prof. Julio, a palavra. Está ali, aberta. (*Pausa.*)

Não tem?

Obrigado, Julio.

A Ana Ferrão já está mais a campo, tem um processo também – a Rita Ferrão, né?

Então, também uma palavrinha ali, Rita. (*Pausa.*)

Está desligado aí. (*Pausa.*)

A SRA. RITA FERRÃO (Para expor.) – Então, boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui hoje podendo contribuir com vocês. Quero agradecer o convite ao Senador. Cumprimento a mesa, cumprimento todos.

Eu sou a Rita Ferrão, sou a Presidente da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e Metano. A associação já existe há três anos. A associação hoje é uma certificadora de créditos de carbono no Brasil.

Como que a gente faz esse trabalho? A gente desenvolveu uma tecnologia com que a gente consegue medir esses créditos de carbono por imagem de satélite com inteligência artificial. Então, a gente consegue fazer uma varredura nas propriedades, metro a metro, acima do solo e até 60m abaixo do solo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago o que o Senador Zequinha comentou, das áreas, por exemplo, que têm... Cada estado tem as áreas de preservação. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem 20%. A Amazônia tem 80%. A gente consegue fazer a medição dessas áreas, a medição de agricultura, a medição de mata. E quando a gente triangula uma área, se ela tiver uma área de campo nativo, ela vai dar um resultado; se ela tiver a área de mata, ela vai dar outro resultado. Quando a gente triangula a área como um todo, já se faz a varredura e dá o quanto tem de crédito de carbono efetivo.

Então, com esse processo, a gente conseguiu otimizar, reduzir custo e incluir as pequenas propriedades, as pequenas áreas, levar um impacto, gerar um impacto no campo para o pequeno produtor também, incluindo-o nesse mercado, que é quem está na terra, quem cuida das áreas, quem geralmente cuida e gera o crédito de carbono. Então, o homem do campo é o principal potencial gerador desse crédito de carbono no Brasil.

O Brasil hoje está à frente de muitos outros países. Por quê? Porque nós temos um ativo, que é o crédito de carbono, nas nossas áreas verdes, e a gente tem que saber valorizar isso, tem que investir em quem está no campo, poder certificar.

Hoje a gente certifica na associação... A gente utiliza *blockchain* para subir esses certificados, para não ter problema de duplicidade, porque um dos grandes fatores desse mercado é a transparência, a segurança e a rastreabilidade desses créditos. Então, unindo tecnologia, a gente hoje consegue fazer todo esse processo do início ao fim. Todo o crédito é rastreável, ele fica disponível no sistema para consulta pública. Qualquer pessoa que acessar o sistema consegue consultar os certificados. Quando uma empresa adquire um crédito de carbono e usa-o para compensar a sua pegada de carbono, basta digitar o CNPJ da empresa no sistema e vai ver lá se ela compensou, para que ela compensou, a data em que ela compensou. Digamos que uma empresa poluiu no ano de 2025 e quer compensar a pegada de carbono dela. Basta colocar lá o CNPJ dela e, se ela compensou, vocês vão conseguir ver e saber de qual certificado saiu esse crédito.

Então, é um trabalho que a gente já vem fazendo, trabalhando bastante nesse mercado. A gente acredita no potencial desse mercado e no potencial do Brasil nesse mercado. A gente se reúne com muitas empresas de fora do país, e eles não têm áreas para gerar crédito de carbono como nós temos. Então, o Brasil é um país muito rico, a gente precisa investir aqui, olhar para quem está na terra, cuida da terra e gera realmente esse crédito.

Quando, por exemplo, a gente também faz a certificação, a gente não faz projeção futura, a gente certifica da data da medição um ano para trás. Por quê? Com isso a gente garante que a empresa, quando adquire esse crédito, seja um crédito efetivo, ela não está adquirindo uma projeção de geração. No ano seguinte, a gente mede de novo e, digamos que esse cara diminuiu; se ele diminuir, a gente não o recertifica, ele fica em *standby*. É como uma punição para que ele mantenha, a ideia é que sempre ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantenha, cuide da propriedade, tenha um manejo mais adequado da propriedade, plante mais árvores para que ele tenha mais créditos, que é a adicionalidade que o mercado pede.

Então...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RITA FERRÃO – ... a gente está disponível para questionamentos.

Estamos dispostos a trabalhar juntos. Tendo dúvidas, nos procurem.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Rita.

Alguma pergunta para a Rita? (*Pausa.*)

Os colegas Senadores, os da mesa...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Pode ser contratada pelo Senado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bom (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu quero o cartão da Dra. Rita.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bom.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ela sabe do trem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado.

Depois da fala dos Senadores, as considerações finais dos oradores.

Então, vamos começar pela Dra. Beatriz, pode ser? (*Pausa.*)

As damas primeiro, os rapazes ficam para depois.

A SRA. BEATRIZ SOARES DA SILVA (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu tenho dois pontos sobre os quais eu gostaria de ponderar e refletir. O primeiro é que a gente entende que não está atrasado ainda, porque a lei dá um ano mais um, então, a gente ainda está dentro do prazo.

E eu acho que também não fui muito clara em relação ao grupo de trabalho do CIM, o GTT SBCE, que continua funcionando. Esse grupo escreveu a lei, acompanhou a tramitação e tudo, e a gente continua debatendo no grupo, discutindo. A gente já discutiu a questão do registro, já discutiu a questão das CRVEs, discutiu metodologias. A gente já conta com recursos do Banco Mundial para a implementação, já tem um trabalho que está sendo feito, e, na hora em que a secretaria interina lá no MF for criada, já tem um acúmulo de coisas que ela vai receber, e vai continuar, com o apoio agora de recursos do Banco Mundial para a gente fazer as contratações, entender melhor aquilo que a gente elaborou e tudo. Então, a gente entende que esse primeiro processo de um ano foi isso e a gente tem mais um ano para criar o órgão gestor, porque a lei diz que quem regula é o órgão gestor, então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem que criar esse órgão. E, enquanto isso, a Fazenda já vai preparando toda a regulamentação para que, na hora em que o órgão gestor estiver criado, só baixemos a norma.

Eu esqueci de falar também que a gente está trabalhando, no GTT, a criação do Comitê Técnico Consultivo Permanente, que é esse grupo externo ao Governo, que tem participação do Governo, mas tem participação de várias pessoas da sociedade, do Senado, se não me engano, enfim, tem esse CTCP que a gente também vai criar, é uma coisa que o grupo de trabalho também já está orientando. Então, tem todo um trabalho... Eu até peço desculpas porque eu acho que não fui muito clara e acabei focando só no que o MMA está fazendo, mas tem todo um trabalho sendo feito e a gente entende que a gente ainda está dentro do prazo legal dado pela lei. É isso.

E a outra coisa que eu queria lembrar é o que o Senador Zequinha falou, que é assim: o SBCE ainda não existe, mas o mercado voluntário está aí e pode ser, sim, um instrumento para começar a gerar crédito. Toda essa coisa das certificadoras... Acho ótimo criarem certificadoras no Brasil. Todo esse processo é muito importante para tropicalizar as metodologias e tudo, mas, para qualquer um que queira fazer um crédito de carbono e vender, já existe um mercado para isso, que é o mercado voluntário. Assim, é uma questão do preço então. As pessoas acham que o SBCE vai ter um preço maior do que no voluntário. Possivelmente sim, mas isso não impede as pessoas de já estarem fazendo os seus projetos, já estarem os agricultores entendendo.

É porque uma das grandes dificuldades da agricultura... Por que a floresta sai? Porque as certificadoras – as poucas no Brasil, mas as que existem – só têm metodologias para projetos de floresta ou, se têm metodologias de agricultura, é uma metodologia que está adaptada a culturas e a agriculturas do Norte, que não têm safra, não têm safrinha. Existe um monte de coisa da nossa agricultura que essas metodologias não trazem. Então, não tem projeto sobre isso porque a certificadora não dá metodologia para que os projetos aconteçam.

Então, adorei escutar as iniciativas aqui, porque eu acho que, enquanto o SBCE não vem, e não vem porque a gente está dentro do prazo legal... Só recordando: a gente tinha um ano mais um para fazer a regulamentação. Depois, fica um ano parado para as empresas terem um prazo para se adaptar às regras. Depois a gente passa dois anos só coletando dados. E, aí sim, depois que a gente tiver os dados, o mercado começa a acontecer. Então, assim, o SBCE tem um prazo legal para acontecer – e a gente entende que está dentro desse prazo –, mas o mercado voluntário está aí, gente. É certificadora, é metodologia tropicalizada e garantia de integridade desses créditos. É toda essa discussão de integridade, que você falou, da adicionalidade e tudo, tudo isso é muito importante.

E eu concordo que é tudo muito complexo. E eu acho que aquilo em que o Governo está mais pecando é talvez em ter alguma coisa de comunicação, para explicar um pouco melhor e tudo. Mas isso eu acho que é coisa simples de se resolver e o Congresso até pode nos ajudar, as certificadoras podem nos ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse trabalho de comunicação e até de educação ou de capacitação para participar no mercado de carbono eu acho que a gente não pode botar também só no colo do Governo. Não que o Governo não tenha um papel, mas eu acho que a sociedade como um todo precisa capacitar para que as pessoas entendam – entendam – o que é o crédito.

A gente tem recebido muita demanda lá no MMA de pequeno agricultor querendo fazer projeto e pedindo para a gente orientá-lo. E a gente fala: "Olha, a orientação que a gente tem é: vá atrás de uma metodologia, vá atrás de uma certificadora". A gente não tem como ser uma consultoria para cada produtor que vai até o ministério. Então, acho que talvez este seja um serviço que esteja faltando também, o de alguém para capacitar essas pessoas para participarem do mercado voluntário, pois ele está na mesa, está aí. Eu, particularmente, acredito muito que vai ser o instrumento, até a gente ter o regulado em pé, o mercado voluntário que está aí.

Obrigada.

Desculpe se me alonguei muito.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ana Elsa, por favor.

A SRA. ANA ELSA MUNARINI (Para expor.) – Então, acho que todas as contribuições são muito importantes para a gente aprimorar essa construção da regulamentação e dizer que o Governo não fará isso sozinho. Acho que é nossa a tarefa de coordenar esse processo, mas é com o diálogo feito com a sociedade civil organizada e também com a iniciativa privada, que já tem atuado nesse setor – essa escuta é muito importante –, com pesquisadores, estudiosos que estão dedicando sua vida a esse processo. E esse grupo de trabalho, o CIM (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima), que acompanha essa pauta tem também criado grupos de trabalho para a gente fazer essa escuta. Não é que nós estejamos parados, né? A gente está dentro do nosso prazo, como muito bem a Beatriz coloca, e fazendo essas construções necessárias para que, assim que a regulamentação seja feita, a gente tenha os instrumentos também para trabalhar.

Quero dizer que a gente também tem que levar em consideração que nós, nesse processo climático e de produção de alimentos, de cultivo na agricultura, seja familiar, seja agricultura empresarial, temos que contribuir não só para que quem produz com emissão de gás tenha compensação em outro espaço, mas para que se crie mecanismo para ele produzir com baixo impacto. Essa produção com baixo impacto da agricultura – e eu falo principalmente da agricultura familiar, que é o nosso foco de atenção – passa por um processo de assistência técnica adaptada e qualificada para a produção de alimentos de baixo impacto com a floresta em pé. Isso também gera um movimento, com a própria indústria, de nós criarmos máquinas adaptadas para, por exemplo, a colheita de frutos da sociobiodiversidade sem o impacto à floresta. Então, o MDA também está se debruçando nessa construção de inovação tecnológica para que o agricultor que tem a opção de produzir, de forma diversificada, com baixo impacto ao meio ambiente tenha máquinas adaptadas para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está fazendo esse processo, criando programas específicos também no sistema agroflorestal. Daí vem o desafio muito grande de as certificadoras olharem para esse modo de produção como algo que também gere crédito de carbono para a agricultura familiar, para que ele não precise derrubar o mato para produzir alimento e que ele consiga produzir alimento consorciado com a floresta, de forma que venha a garantir sua subsistência ou sua renda, quando vem comercializando o excedente, preservando o meio ambiente. Isso tudo vem sendo feito de forma conjunta, e não dá para a gente desconsiderar que o Governo, nesse compromisso climático, também freou o processo de desmatamento que o Brasil vinha tendo com essas iniciativas e, ao mesmo tempo, vem trabalhando em cima da regulamentação dessa legislação dentro do prazo que a própria lei estabelece.

Quero dizer que a gente está à disposição, sim. E é importante o Congresso contribuir conosco, seja na pressão, seja nestas audiências públicas, para que a gente venha aprimorar a regulamentação também. Eu acho que é uma força-tarefa que a gente constrói, enquanto Governo, sociedade civil, Congresso, para que a regulamentação saia mais adaptada à nossa diversidade brasileira, seja no modo das florestas, dos biomas que nós temos no Brasil, para que todos eles estejam incluídos nesse processo de regulamentação, mas também que todas as formas de produção estejam inclusas, sejam aqueles que vão creditar, sejam aqueles também que estão produzindo com baixo impacto. Então, é sobre isso que a gente está se debruçando neste momento, e estamos comprometidos, enquanto Governo, em especial enquanto Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Ana.

Jorge, por favor.

O SR. JORGE CAETANO JUNIOR (Para expor.) – Senador, obrigado.

As minhas considerações seriam, basicamente, em dois aspectos diferentes. Um é o aspecto da produção de conhecimento, aproveitando a presença do Prof. Julio aqui, sobre como isso é fundamental para que nós possamos ter viabilizado esse mercado de carbono ativo no Brasil mais tarde. Por que eu digo isso? Porque ele só será um mercado efetivo, que nos permita, inclusive, comercializar com outros países, quando houver reconhecimento da qualidade desse conhecimento produzido. Nós temos muito conhecimento produzido, excelente no Brasil, mas, às vezes, não ainda reconhecido lá fora. Então, o apoio para que esse reconhecimento aconteça é fundamental. Esse é o primeiro aspecto, importantíssimo. A pujança da agropecuária brasileira se dá com base em uma tríade: recursos naturais... Às vezes, a sociedade pensa que é só por isso que a nossa agricultura é pujante, mas, na verdade, ela é fruto do conhecimento – de um enorme volume de conhecimento produzido, mais recentemente, científico, mas foi empírico durante muitos séculos – e também as políticas públicas e privadas que fazem com que esses dois fatores se articulem e produzam resultados. Então, o conhecimento reconhecido é a base para que a gente possa, mais tarde, ter esses créditos comercializados dentro do Brasil e fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo aspecto que eu queria mencionar é sobre a certificação. Enquanto a certificação for uma relação entre privados, e o Governo não precisa estar presente, basta que o privado que compra reconheça a validade daquela metodologia, e esse comércio se dá. Quando houver necessidade de certificação de Governo, isso é diferente: o Governo precisa articular uma metodologia para que possa aferir o trabalho feito por certificadoras privadas, retirar o conflito de interesse dessa relação e poder, ele próprio, certificar isso a outros países internamente. Esse é um trabalho importante que precisa ser feito e depende da estrutura que está sendo criada, depende também de que os ministérios que vão participar desse processo se adequem para poderem fazer isso em novas bases. Não precisa ser necessariamente uma certificação direta, mas uma verificação indireta daquilo que está sendo produzido por entidades que possam ser, mais tarde, atores nesse processo.

Outra questão que eu gostaria de mencionar aqui é a questão da floresta em pé. A floresta em pé no Brasil... Eu não sei, Secretário... O senhor está com muitos números aqui que já foram apresentados para a gente, e eu queria trazer mais um, que é o seguinte: o Brasil hoje tem um excedente de reserva legal daquilo que é floresta em propriedade privada que poderia ser desmatada legalmente e não foi da ordem de 75 milhões de hectares. Isso é uma França e meia! Isso é um ativo enorme e precisa ser realmente remunerado, como foi dito aqui. Mas, para que isso aconteça, a agricultura tem trilhado um caminho árduo de produzir mais no mesmo espaço que já está reservado à prática agropecuária. Se ela não conseguir fazer isso, haverá uma pressão enorme para que novas áreas sejam utilizadas – áreas florestadas, eventualmente – para essa produção agrícola. Então, esse caminho já está em curso. O Brasil foi muito exitoso nisso. Ele trabalhou, durante décadas, com apoio das universidades federais, estaduais e da Embrapa, para que houvesse tecnologia tropical – que não é aquela de fora, de clima temperado; ela tem que ser produzida aqui –, para que nós pudéssemos produzir mais intensamente nesse mesmo espaço. É isso que gera a condição de que nós não precisemos utilizar mais áreas florestadas para a produção agrícola e pecuária, e possamos produzir intensamente nas áreas já dedicadas, como mencionei anteriormente. Isso é uma ciência própria, um volume enorme de conhecimento. Hoje, ele é tão importante que a própria atividade agrícola já vem sequestrando o carbono – e nós precisamos mostrar isso, efetivamente, internamente e fora do país. A agricultura é solução, não precisa ser considerada problema mais, ela é solução nesse processo. E isso, como eu disse antes, é fruto de conhecimento, de muita produção de conhecimento. Isso não pode parar, precisa ser apoiado fortemente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Jorge.

Com a palavra, então, o Antônio Marcos, para arrematar.

O SR. ANTÔNIO MARCOS MENDONÇA (Para expor.) – Bom, obrigado, Senador. Obrigado a todos também que trouxeram contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria só reforçar o que os outros palestrantes aqui já comentaram e dizer, como o Jorge comentou, de fato, quando o Governo tem que estruturar essa questão do mercado de carbono, ele tem que olhar para as metodologias que são realmente confiáveis. Inclusive, menciono uma questão aqui que alguém da comunidade trouxe na internet: porque é importante essas metodologias serem credenciadas, serem realmente íntegras. É exatamente para evitar essa questão do *greenwashing*, para evitar que seja uma metodologia que não traga realmente benefícios ambientais, como a gente gostaria.

Quero reforçar a questão também de que, além de a gente olhar para a integridade das metodologias, a gente tem que olhar para aquilo que é feito lá fora, a gente tem compromissos internacionais. Então, existe a expectativa de que créditos de carbono sejam negociados no âmbito internacional e, para serem negociados em âmbito internacional, tem que ser metodologias que sejam aceitas lá fora também. É por conta disso que tem que haver todo esse cuidado na questão do que a gente aceita como crédito de carbono dentro do mercado de carbono, dentro do SBCE.

Além disso, queria trazer também a questão de que tem se dado muita atenção à questão da implementação do mercado de carbono por conta de que isso pode causar algum impacto econômico também no setor produtivo nacional. A ideia de fazer uma implementação gradativa e paulatina é a de que seja estudada a melhor forma de implementação, justamente para que se evite o impacto, claro, negativo que a gente não quer que aconteça no sistema produtivo brasileiro. Então, a ideia de ter esse cuidado com a implementação do mercado de carbono também tem este viés de evitar qualquer impacto negativo também no nosso sistema produtivo.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim, Sr. Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Eu só quero, em primeiro lugar, dizer que essa segunda rodada, vamos chamar assim, foi bastante assertiva também. Realmente, ficou demonstrada a necessidade, a importância, o trabalho que vem sendo feito com mais detalhamento, até como foi colocado, e isso é muito bom.

Agora, de qualquer forma, fica o apelo para que a gente utilize, de uma maneira rápida, eficaz, consciente, aceita nacionalmente, internacionalmente, aquilo que pode ser feito, já, inclusive, com essa articulação com a iniciativa privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu só quero também complementar aquela parte a que eu me referi no início, depois da primeira rodada, que, na segunda rodada, já ficou mais clara, levando esse apelo aos ministérios também.

Agora, eu quero só me desculpar, porque eu estou saindo. Estão me chamando para presidir a Comissão de Educação, e gostaria só de justificar porque estou saindo também.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Fique um minutinho – um minuto. Um minuto só.

Deliberação do requerimento extrapauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 43, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, com o setor privado, a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SBCE.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados, ou seus representantes:

• Júlio Romano Meneghini, professor da Universidade de São Paulo - USP;

• Cecílio Perez Júnior, diretor-executivo da RCGI Carbon;

• Odair Vinícius Carrel, diretor-executivo da RCGI Carbon;

• Rita Ferrão, presidente da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e Metano - Abcarbon;

• Eloi Darci Podkowa, presidente da Cooperativa Agroindustrial Copagril;

• Caio Cezar Fernandes Vianna, presidente da Cooperativa Central Gaúcha Ltda - CCGL;

• Afonso Bertucci, diretor de tecnologia da Braspell Bioenergia;

• Almir Rebello, engenheiro agrônomo e presidente do Clube Amigos da Terra.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze e Senador Zequinha Marinho

Se algum colega quiser discutir... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, requerimento em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado este nosso requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, colega Arns, nós teremos esse outro debate. Aqui vimos esta primeira parte, para nós darmos continuidade.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores e dos nossos convidados, oradores participantes e de todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dez minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, José Lacerda, Pedro Chaves, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Paulo Paim, e a Senadora Zenaide Maia não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei nº 658, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta-se o artigo 5ºA a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). Resultado: Aprovado Parecer pela prejudicialidade. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. Item 2 - Projeto de Lei nº 2743, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional do Dendê ao Município de Moju, no Estado do Pará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei nº 3062, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional do Boi Gordo ao Município de Xinguara, no Estado do Pará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei nº 4402, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei nº 4497, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. Item 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 44, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as despesas do Governo Federal com subvenções decorrentes das renegociações de dívidas rurais ao amparo do art. 8º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, do art. 3º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016." Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Aprovado. Usaram da palavra: as Senadoras Tereza Cristina e Augusta Brito, os Senadores Mecias de Jesus, Jaime Bagattoli, José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lacerda, Marcos Rogério, Hamilton Mourão e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições, conforme pauta previamente divulgada.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 658, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta-se o artigo 5°A a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.

Observações: *Votação simbólica.*

Relatoria: Senador Mecias de Jesus, do Republicanos, de Roraima.

A votação será simbólica em virtude do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Mecias de Jesus, para proferir a leitura de seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador e amigo Zequinha Marinho, caros colegas Senadores e Senadoras, peço vênia para irmos direto à análise.

Compete à CRA opinar sobre proposições pertinentes à tributação da atividade rural, nos termos do inciso XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Por se tratar de deliberação em caráter terminativo, a presente análise abordará, além do mérito, a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade e a técnica legislativa do PL 658, de 2019.

Inicialmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a competência legislativa da União sobre direito tributário se encontra albergada pelo inciso I do art. 24 da Constituição Federal e que a competência para instituir contribuições sociais e, por consequência, para dispor sobre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o referido tributo está amparada no *caput* do art. 149 da Constituição Federal. É observada a competência do Congresso Nacional para dispor sobre as matérias de competência da União, conforme dispõe o *caput* do art. 48 da Constituição Federal. A espécie legislativa eleita para veicular a matéria, lei ordinária, não fere a Constituição, uma vez que não se trata de conteúdo reservado à lei complementar. Ademais, não vislumbramos óbices no que concerne à constitucionalidade material das disposições que compõem o projeto.

A proposição não merece reparos no que tange à juridicidade e à regimentalidade, pois a matéria inova a legislação vigente, mediante proposição parlamentar que imprime generalidade e coercitividade aos comandos que define, com obediência aos princípios gerais do direito; e, além disso, tramita de acordo com o que preconiza o Regimento Interno do Senado Federal.

Superados os aspectos formais, é importante registrar que a proposição é meritória, pois busca mitigar a defasagem no tratamento dispensado à agricultura familiar no âmbito das políticas públicas voltadas ao setor rural.

A agricultura familiar é responsável por absorver 67% do total de pessoas que trabalham na agropecuária, mesmo ocupando apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país, conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas, apesar de sua importância estratégica, o volume do crédito rural direcionado à agricultura familiar tem se situado em, aproximadamente, 15% dos recursos destinados à agricultura empresarial. Da mesma forma, a não incidência do ICMS sobre operações que destinem produtos primários ao exterior, prevista na Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), beneficia majoritariamente a agricultura empresarial, cujos produtos têm maior saída para o mercado externo.

No entanto, apesar do inegável mérito da proposição, cabe-nos considerar que o PL 658, de 2019, foi apresentado anteriormente à reforma tributária, promovida pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

Mais recentemente, inclusive, foi publicada a Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS); cria o Comitê Gestor do IBS e altera a legislação tributária.

A reforma tributária prevê a substituição do ICMS e do ISS pelo IBS e a substituição da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep pela CBS. Com isso, passou a ser prevista, a partir de 2027, a extinção da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, nos termos do inciso II do art. 126 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023.

Além disso, cumpre-nos registrar que a Lei Complementar 214, de 2025, que instituiu o IBS e a CBS, estabeleceu, nos termos do seu art. 164, que o produtor rural pessoa física ou jurídica que auferir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receita inferior a R$3,6 milhões no ano calendário e o produtor rural integrado não serão contribuintes desses impostos.

O *caput* do art. 168 determinou ainda que o contribuinte do IBS e da CBS sujeito ao regime regular poderá apropriar créditos presumidos dos referidos tributos relativos às aquisições de bens e serviços de produtor rural ou de produtor rural integrado não contribuintes.

Dessa forma, em virtude da extinção, a partir de 2027, das contribuições para as quais o PL ora em análise buscava estabelecer, a isenção para a agricultura familiar, entendemos que a matéria resta prejudicada, pela perda de oportunidade, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Por fim, é importante registrar que, com a aprovação da Lei Complementar 214, de 2025, que estabelece que os produtores rurais que faturam até R$3,6 milhões não são contribuintes da CBS e do IBS, com aproveitamento de crédito presumido pelos agentes econômicos que adquiram a sua produção, as alterações promovidas pela reforma tributária corrigem as distorções tributárias causadas por incoerências das regras atualmente vigentes, desonerando os produtos da agricultura familiar em relação aos impostos incidentes sobre o consumo.

Portanto, Sr. Presidente, como o que o projeto propõe já está previsto na reforma tributária, na Emenda Constitucional 132 e na Lei Complementar 214, o nosso voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei 658, de 2019, inclusive já conversado com o autor, o Senador Weverton Rocha, que concorda plenamente com a prejudicialidade.

É o parecer e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Mecias.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e informo que a matéria está em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, pela prejudicialidade do projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da sua tramitação. (*Pausa.*)

Senadora Tereza, V. Exa. não gostaria de pedir inversão de pauta para o item 6, do requerimento de sua autoria?

Se a senhora quiser, é agora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Vamos lá, então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Antes que a senhora use a palavra, eu quero aqui fazer um registro importante da presença do Senador José Lacerda Filho, do Mato Grosso, da turma da produção, que veio para o lugar da Senadora Margareth Buzetti, ambos suplentes do Senador Ministro Carlos Fávaro, não é isso?

Esta Casa é sua também. Sinta-se muito à vontade. Nessa turma aqui, há mais um monte de outros que não vieram hoje, mas tem muita gente presente virtualmente. Seja muito bem-vindo. Estamos aqui sempre às ordens, contando com a sua colaboração, com a sua participação efetiva aqui na CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária).

Senadora Augusta Brito, Senadora Tereza, Senador Jaime Bagattoli, Senador Hamilton Mourão, Senador Mecias de Jesus – todos presentes –, vamos avançar? (*Pausa.*)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 44, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, por Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre as despesas do Governo Federal com subvenções decorrentes das renegociações de dívidas rurais ao amparo do art. 8º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, do art. 3º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Observações: *Votação simbólica.*

Autoria: Senadora Tereza Cristina.

Eu concedo a palavra à Senadora autora do requerimento para fazer o encaminhamento.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para encaminhar.) – Muito obrigada, Senador Zequinha Marinho. Agradeço a inversão de pauta para que a gente possa caminhar mais rapidamente.

Eu tinha retirado esse requerimento porque o Governo nos procurou para que sentássemos à mesa para ver essas informações, e tivemos aí uma boa conversa sobre esses dados, essas informações.

E aqui eu quero explicar o porquê de estar pedindo informações sobre as dívidas rurais com subvenções decorrentes dessas renegociações. É porque eu pretendo... Eu tenho batido muito no assunto do seguro rural. E a gente vê o tamanho dos números que vêm quando se faz renegociação de dívida, quando se conversa sobre essas dívidas rurais que às vezes precisam ser prorrogadas, e agora, com os problemas climáticos no Rio Grande do Sul, estamos vendo toda esta polêmica: securitização, tem recurso, não tem recurso, Plano Safra, enfim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha pedido essa conversa com o Ministério da Fazenda, e os técnicos vieram aqui demonstrar a dificuldade que é para fazer a segregação desses dados, dessas informações, mas nós vamos seguir conversando, porque eu acho que é muito importante mostrar o tamanho dos recursos que acabam sendo alocados na agricultura para renegociação de dívidas *vis-à-vis* o que se coloca em seguro rural. Se a gente tivesse o seguro rural, muito certamente nós não teríamos esse gasto em renegociações, em prorrogações.

É por isso que eu tinha retirado de pauta, mas agora nós vamos seguir com o requerimento para que eles já possam trazer alguns dados. Nós vamos continuar fazendo esse trabalho para ver se a gente chega a um número pelo qual o Governo realmente se convença de que é importante colocar recursos no seguro rural, porque cada vez a gente diminuirá mais essa quantidade de recursos que é posta para prorrogar, que não resolve a vida do produtor, porque ele acaba tendo que pagar mais juros e, às vezes, ele não consegue sair daquele buraco em que ele se meteu, tendo que pagar a renegociação e ainda pagar o novo custeio.

Então, é por isso que nós voltamos agora com o requerimento, para receber essas informações do Ministério da Fazenda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senadora Tereza.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 4497, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 14.10.2025, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-CRE (Substitutivo).

- Em 15.10.2025, Senador José Lacerda e Senadora Augusta Brito apresentaram a Emenda nº 2.

- Votação simbólica.

Autoria: Tião Medeiros, do PP, do Paraná.

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli, do PL, de Rondônia.

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli para proferir a leitura do seu relatório, análise e voto.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da CRA, Senador Zequinha Marinho, e o nosso Senador que está chegando, José Lacerda. O "Lacerda" tem alguma coisa a ver com o Lacerda?

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Com o Carlos Lacerda? (*Risos.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – Márcio.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parente?

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. *Fora do microfone.*) – É. O Márcio Lacerda foi Senador constituinte aqui.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Viu, Zequinha? Lá tem uma cidade chamada Pontes e Lacerda, e Cáceres foi privilegiada na época da construção da BR-174, que depois se liga novamente, em cima, à BR-364. Os militares, quando fizeram a rodovia... Porque não existia, em cima da área – naquela área de produção, Campo Novo, Sapezal –, nada daquilo. Então, foi construída a rodovia para não deixar abandonada Pontes e Lacerda e, principalmente, Cáceres, porque já vem... Cáceres teve a imigração lá desde a época que... ainda dentro da escravidão, antes da Proclamação da República.

Presidente, essa história da ratificação aqui desses imóveis, das áreas de fronteira, isso já estamos discutindo praticamente, já vinha se discutindo há quase um século, não é, Tereza? Então, nós temos que chegar a um ponto final nisso, porque nós precisamos dar dignidade para essas pessoas que têm essas propriedades lá. Sabemos que tem muitas propriedades lá e, na maioria das propriedades, principalmente no Pantanal, a viabilidade econômica é muito pequena – é muito pequena. Então, aquilo lá é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porque é pantaneiro. Então, você coloca uma cabeça de gado lá em 3ha, 4ha. Então, a gente sabe o que é, como é que funciona a produção no Brasil, principalmente na área do Pantanal.

Então, Sr. Presidente, eu queria ir direto para a análise.

Desde o século XIX, os produtores rurais das faixas de fronteira sujeitam-se a uma grande insegurança jurídica.

Apesar de terem pagado pelas terras, ficam constantemente sob a ameaça de perderem a propriedade por eventual declaração de nulidade ou de ineficácia do registro imobiliário. Isso porque as terras foram vendidas ou concedidas pelos estados federativos em um tempo em que havia dúvida jurídica sobre se a propriedade era deles ou da União. Houve o que se conhece como venda a *non domino*, ou seja, venda por quem não era dono.

Também houve casos de terras que, apesar de serem dos estados federativos, foram vendidas ou concedidas sem o consentimento do Conselho de Segurança Nacional.

O fato é que já temos mais de um século de insegurança jurídica, o que é péssimo ao país. Os produtores rurais não conseguem obter financiamentos, porque os bancos não aceitam os imóveis como garantias por conta dessa insegurança jurídica. O Brasil deixa de produzir na escala que seria desejável, o que prejudica a própria economia brasileira e a balança comercial.

E a verdade é que a União, desde o século XIX, sabia das ocupações na faixa de fronteira e sempre manteve silêncio. Tratava-se de um silêncio oportunista: a União se beneficiava com a ocupação das faixas de fronteira por conta da proteção da integridade do território nacional, mas queria resguardar a possibilidade de reclamar as terras a qualquer tempo.

Não podemos mais tolerar a continuidade dessa insegurança jurídica.

As experiências legislativas anteriores para ratificação dos registros imobiliários foram desastrosas. Isso porque a burocracia imposta pelas leis representaram, na prática, um boicote silencioso aos produtores rurais, com exigências que inviabilizam a ratificação.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) conseguiu uma solução que, de vez, resolverá esse problema centenário de insegurança jurídica. E fez isso com equilíbrio e sensatez.

De um lado, desburocratizou o procedimento. O produtor rural poderá pedir a ratificação diretamente no cartório, apresentando apenas o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR). O registrador limitar-se-á a examinar a cadeia dominial filiatória, a fim de averiguar se a área registrada realmente procede de um título de venda ou concessão do Estado.

De outro lado, a solução da CRE dá altíssimo prestígio à exigência feita pelo Supremo Tribunal Federal quanto ao cumprimento da função social. No lugar de radicar a prova da função social em papeladas (como certidões), valoriza uma análise substancial, entregando ao Incra a incumbência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliar, em cada caso concreto, se a função social está ou não sendo observada. O Incra deverá fazer isso no prazo de cinco anos.

Além disso, o texto é expresso em restringir a ratificação à solução do vício da venda a *non domino*, em alguns casos, e à convalidação das transferências efetivadas sem o consentimento do Conselho de Segurança Nacional exigível à época, em outras hipóteses.

A solução da CRE é a espada salomônica do problema: resolve, com equilíbrio, o problema fundiário nas faixas de fronteira.

Aderimos, pois, ao substitutivo da CRE.

É, porém, necessário fazer apenas dois ajustes nos incisos V e VI do art. 1º do Substitutivo da CRE.

O primeiro é deixar claro que o prazo de cinco anos para o Incra avaliar se a terra ratificada cumpre ou não a função social começa da data em que a autarquia receber a comunicação a ser feita pelo registrador acerca da averbação.

O segundo é especificar que, na verdade, os cincos anos dados ao Incra é para declarar ineficaz a ratificação por meio do procedimento de desapropriação por interesse social.

Além disso, é aprimorado o texto da alínea "c" do inciso III do art. 1º da Lei nº 13.178, de 2015, na forma do art. 2º do Substitutivo, para deixar mais clara a presunção relativa de prova da cadeia dominial filiatória.

Por fim, fizemos poucos ajustes meramente redacionais em nome da boa técnica redacional.

Após isso, Sr. Presidente, nós temos aqui uma emenda do Senador José Lacerda e da Senadora Augusta Brito.

Em 15 de outubro de 2025 às 7h59, apresentamos relatório com emenda substitutiva.

Horas depois da nossa apresentação, o Senador José Lacerda e a Senadora Augusta Brito apresentaram a Emenda nº 2, sugerindo a inserção de dispositivos com estes objetivos:

(1) estabelecer que, no caso de imóvel rural abaixo de 15 módulos fiscais, bastaria o interessado apresentar o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) perante o cartório de imóveis;

(2) fixar que, no caso de imóveis maiores, seria exigido do interessado, além do cumprimento da função social, a apresentação de vários documentos, especificamente certidões negativas de litígios judiciais ou administrativos, certidão negativa relativa à submissão de empregados a condições análogas à escravidão, certificado de georreferenciamento e atualização da inscrição no Sistema Nacional de Cadastro de Imóvel Rural.

Complementamos, assim, nosso voto para a análise da referida emenda dos supracitados Senadores.

Infelizmente, não há como acolher a referida emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que ela desvirtua a finalidade da ratificação, que é apenas sanar um vício na cadeia dominial filiatória. Ela impõe burocracias desnecessárias, exigindo providências que o próprio Incra, após ser notificado da averbação da ratificação, poderá facilmente realizar consultando sua base de dados.

Não podemos submeter o cidadão a ter de tentar obter certidões perante o poder público e sujeitar-se a transtornos por morosidades na prestação do serviço público. E isso é mais grave ainda quando, na verdade, o próprio Incra terá cinco anos para, após ser cientificado da averbação de ratificação, fazer a consulta em suas bases da dados – então, nós temos cinco anos; é um prazo longo para se poder fazer isso.

Não faz sentido sobrecarregar a máquina pública com pedidos de certidões quando o próprio Governo haverá de fazer essa consulta posteriormente. É contra a eficiência administrativa impor duplicidades de procedimentos.

Acresça-se que a obrigatoriedade de georreferenciamento está sendo adiada para todos os imóveis rurais, de modo que não faz sentido impor um obstáculo desconexo à ratificação.

Reiteramos: a finalidade da ratificação é sanar um vício específico na cadeia dominial filiatório, e não ser uma panaceia, um remédio para todos os males. Para os outros males, valem as regras aplicáveis a qualquer outro imóvel rural.

Não podemos nos esquecer de que, na solução do substitutivo, o Incra terá cinco anos para avaliar se o imóvel cumpre ou não a função social. Se a autarquia já estiver com algum processo judicial ou administrativo no qual tenha comprovado o descumprimento da função social, bastará ela declarar a ineficácia da ratificação na forma prevista no substitutivo.

Enfim, o substitutivo prestigia uma avaliação substancial, e não meramente formal da função social, entregando ao Incra o papel de realizar essa função no prazo de cinco anos. E isso é feito sem impor burocracias vazias e desconexas como muros de difícil superação aos cidadãos.

Em face de todo o exposto, mantemos o voto externado no relatório anterior e rejeitamos a Emenda nº 2, da CRA.

Sr. Presidente, só para finalizar, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, membros deste Colegiado, quero destacar que nosso relatório respeita integralmente a questão do cumprimento da função social da terra, em conformidade com o julgamento da ADI 5.623, de 28 de novembro de 2022, em que o STF estabeleceu que é requisito da ratificação que os imóveis rurais se submetam à política agrícola da reforma agrária prevista no art. 188 da Constituição da República e dos demais dispositivos constitucionais que protegem os bens e imóveis que atendam a sua função social.

O Supremo não detalhou como se daria essa comprovação, mas deixou essa tarefa à instância vocacionada para ouvir todos os setores da sociedade: o Parlamento. E é exatamente o que estamos fazendo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores membros desta Comissão, não é objeto sobre perdoar ilegalidades; é sobre reconhecer a legalidade e a legitimidade de quem produz e ocupa nossas fronteiras há gerações, é sobre trocar a burocracia ineficiente pela segurança jurídica eficiente, é dar ao produtor o que ele tem de mais sagrado depois de sua família: a segurança de sua propriedade.

Por todo o exposto e certo de que esta Comissão compreende a profundidade e a urgência da matéria, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação do relatório que eu apresentei na CRA, favorável ao Substitutivo do Projeto de Lei 4.497, de 2024, com a emenda de redação.

Sr. Presidente, a gente entende essa preocupação dessa emenda do Senador Lacerda e da Senadora Augusta, mas nós não podemos mais criar burocracia, porque nós precisamos fazer isso que nós aprovamos com muita clareza. Mas, Senadora Augusta, Senador Lacerda, tem cinco anos para que o Incra faça a sua vistoria nessas propriedades, tem cinco anos para o Incra estar lá presente, vendo a função social dessas propriedades.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli. (*Pausa.*)

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria aqui só confirmar uma conversa que a gente está tendo, porque a gente... Pelo menos eu estava determinada a pedir vista para que eu pudesse discutir melhor sobre acatar ou não alguma parte da emenda, a gente conseguir um consenso, a gente queria pedir isso para que a gente pudesse conversar, para ver se a gente entra em um consenso, em algum acordo aqui. Há essa possibilidade hoje? É isso? Eu não estava entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tempo aberto para os entendimentos. (*Risos.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu pediria cinco minutos para a gente conversar, porque a Senadora e o Senador pediram... Enfim, porque eles queriam entender, dada a limitação que nós temos de tempo, porque nós temos um prazo exíguo para votar aqui no Senado.

Hoje vai para o Plenário – temos que pedir para o Senador Davi pautar e isso pode demorar um pouco mais – e depois vai para a Câmara para que seja votado lá. E nós temos o prazo de estar tudo votado até dia 20 de novembro.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Hã? Sancionado até 20 de novembro. Então, a gente acha que tem um mês, mas isso voa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Aí tem feriado no meio, enfim.

Então, eu gostaria de pedir cinco minutos, porque eu acho que nós...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu posso suspender a sessão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... temos dois caminhos, Senador: conversar com o Senador Jaime e ver se existe a possibilidade de acolher parcialmente essa emenda, e ver se isso satisfaz os Senadores, aqui, que fizeram essa emenda; ou se nós deixaríamos, continuaríamos, fecharíamos aqui hoje, mas discutiríamos a possibilidade, um acordo, de fazer no Plenário, um acordo de uma emenda no Plenário para votação na outra semana.

Então, é para isso que seriam os cinco minutos.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Se a gente não conseguir parcialmente aqui, eu acho melhor a gente pedir vista, para a gente ter um tempo mais.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mas vista vai... Não muda nada.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – É, não muda nada; é só uma forma de a gente discutir...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Porque terça-feira...

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Na terça-feira.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – É, porque terça-feira é o prazo que, se pedir vista hoje, vai dar 24 horas, vai ser terça-feira. Na terça-feira a gente tem aqui o debate final, vota, e aí tem que ir para o Plenário. Perderia um dia, que seria na quarta ou na outra semana.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Mas, aí, se a gente conseguir o acordo, a gente faz de tudo para ir... (*Pausa.*)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – V. Exa. concederia cinco minutos de prazo para...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sim, eu posso suspender a sessão. Dou até liberdade para (*Fora do microfone.*) se sentarem ali na secretariazinha, tem uma mesa, tem água, cafezinho. Enquanto isso, a gente avança aqui com outros assuntos. (*Pausa.*)

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Pela ordem.) – Eu venho requerer a V. Exa., baseado no art. 132, vista desse processo para ganhar um tempo para poder... Eu estou chegando agora e gostaria de... Como homem da fronteira, eu conheço bem essa realidade e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peço vista, porque, na realidade, o que nós estamos tratando aqui é de uma falta de harmonia entre o Estado e a nação e entre o poder e a sociedade. Eu acho que nós temos condições de achar uma saída muito interessante, que vai resolver a vida do homem da fronteira.

Nós estamos tratando de um processo de uma relevância muito grande, porque estamos tratando de 16,7 mil quilômetros de extensão, de uma população de 11 milhões de pessoas e de 588 municípios. Então é uma questão de muita relevância.

Eu acho que até terça-feira a gente devolve com uma... E vamos nos sentar com a Senadora agora – e com o Senador também, com a Senadora –, para a gente discutir isso agora por alguns minutos, mas eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu concedo vista, atendendo ao requerimento verbal de V. Exa., informando que, na terça-feira, dia 21 de outubro, teremos sessão deliberativa desta Comissão, e este item certamente estará em pauta em razão da urgência do tema aqui para a Casa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Se V. Exa., dada a urgência deste tema e respeitando, obviamente, o pedido regimental de vista... Mas o pedido de vista pode ser dado em horas ou em dias. Não se pretende, obviamente, fazer vista em horas neste momento, mas...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Senador Renan Calheiros já...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não. Há precedentes na CCJ, na CAE e em outras Comissões também; na CI também já fizemos isso.

Mas, considerando a importância do tema e a exiguidade do prazo, pergunto se não seria o caso, como item único, de V. Exa. dar vista no dia de hoje, manter o painel da Comissão e fazermos amanhã a deliberação desse tema. O prazo seria até amanhã para fazer as análises que tiver e, na quinta-feira... Porque, na quinta-feira, a gente pode fazer remotamente. A sessão de quinta pode ser remota. Caso V. Exa. queira, pode até chamar outra sessão, caso seja o entendimento de V. Exa.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Pela ordem.) – Eu quero dizer que eu sei que tem um prazo, que a gente está respeitando, obviamente, aqui, tanto o Relator quanto todos nós que somos interessados. Só que eu acho que é exatamente isso que o Senador acabou de falar: é muito importante que a gente possa, talvez, conseguir – ou ser convencido, ou convencer, eis a intenção, ou entrar num acordo, porque o acordo vai acontecer de qualquer forma, seja para um lado ou para o outro – que seja mediado em pouco tempo.

Eu gostaria muito, agora, já de pedir, realmente, que fosse dada vista.

Até terça-feira eu acho que não tem prejuízo, até porque a gente vai se comprometer em fazer a conversa, em fazer, possivelmente, o acordo e também defender que seja pautado no tempo, que tem que ser até novembro, enfim, que não haja nenhum prejuízo quanto ao tempo. Eu acho que seria um pouco mais prudente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas eu só quero a parceria de V. Exas. (*Fora do microfone.*) ... porque é uma questão do Plenário grande ali, não é? A gente aqui vai ... A gente cede normalmente, é regimental, mas nós precisamos também do apoio na urgência, para que, ao sair daqui, o projeto vá para a Mesa e seja votado no mesmo dia. E não pode ser só um pedido nosso; tem que ser um pedido aprovado pela Comissão, para que a gente possa fluir.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Correto? (*Pausa.*)

Estamos combinados, então.

Vista coletiva concedida, lembrando que, na terça-feira, nós teremos, então, a reunião deliberativa, em que esse item estará na cabeça. E, certamente, estaremos votando o requerimento de urgência para a sua apreciação lá no Plenário grande no mesmo dia. Está bom?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu encerro...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Presidente, só precisamos deixar claro que é concedido o pedido de vista, mas que na próxima terça feira seja feita a definição sobre esse tema e que não haja novo pedido de vista na terça-feira.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone.*) – Nem pode.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Foi declarada vista coletiva.

Pois não, Senador Hamilton.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria fazer uma observação para todos os colegas.

Eu acho que é importante que a gente comece a derrubar essa visão retrógrada e atrasada, que existe aqui no Brasil, de que nós é que temos que provar para o Estado que estamos certos. É ao contrário, o Estado é que tem que provar que nós estamos errados, e continua essa visão atrasada.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu concordo em gênero, número e grau com o Senador Mourão. Aqui no Brasil você é réu até prova em contrário, é diferente do resto do mundo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – A não ser que seja o 8 de janeiro, aí o povo é condenado *a priori*.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Mas eu queria colocar aqui também que houve um acordo, lá na CRE, com o Senador Rogério Carvalho. Nós tínhamos vista lá de 24 horas, e aí ele pediu uma semana, vista de uma semana, para poder vir para esta Comissão já com o projeto pronto, com acordo ou não acordo, enfim, com essa conversa resolvida.

Só que, agora, hoje, nós chegamos aqui, e eu entendo a Senadora Augusta Brito e o Senador Lacerda, que trouxeram uma emenda, mas não houve o sentar para fazer esse entendimento e para ver se era possível um acordo ou não.

Então, eu espero, realmente, na terça-feira, assim, acolhida ou não acolhida, parcial ou não parcial, que o acordo seja mantido e que não venham com outro pedido de vista, porque aí vai ficar complicado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Com certeza. Muito obrigado, Senadora.

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, encerro a presente reunião.

Nós teremos outra sessão em seguida, que tratará sobre emendas ao Orçamento através da Comissão.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o quarto momento de deliberação das indicações dos Senadores às programações decorrentes da Emenda RP8 desta Comissão à Lei Orçamentária Anual de 2025, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 210, de 2024, e do artigo 45-A da Resolução 01, de 2006-CN. Registram presença os Senadores Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, José Lacerda, Pedro Chaves, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, os Senadores Fabiano Contarato, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Izalci Lucas e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos Ofícios nºs 188/2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA e 190/2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA, ambos da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio do qual são apontados impedimentos técnicos em indicações aprovadas. Coordenação/relatoria das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das 2 (duas) indicações substitutas constantes do Anexo I; pela aprovação das 51 (cinquenta e uma) novas indicações constantes do Anexo II; pela consolidação no Anexo III de todas as indicações aprovadas pela Comissão até o presente momento e pela rejeição das demais indicações. Por unanimidade, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou os anexos e aprovou, no total, 758 (setecentos e cinquenta e oito) indicações. Rejeitadas as demais indicações no sistema Sinec. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da trigésima terceira Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quinze horas.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4620554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das 2 indicações de emendas alteradas

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4620554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
Marcelo Costa e Castro	20122	14109	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Barras		09.034.960/0001-47	PI	BARRAS	4	30	Estrada vicinal	R$ 400.000,00
Soraya Vieira Thronicke	20245	15110	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária.	EMBRAPA CENTRO-OESTE		00.396.895/0001-25	MS	DOURADOS	3	90	Evento de Tecnologia da Agricultura - TECSAN	R$ 500.000,00

assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825556.6275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem das 51 novas indicações aprovadas pela CRA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4620554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
1	Antônio Mecias Pereira de Jesus	20205	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ABERTURA DE LINHAS DE BUEIRO EM MANILHAS DE CONCRETO	R$ 4.260.870,00
2	Cid Ferreira Gomes	19649	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
3	Cid Ferreira Gomes	19583	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Caninde/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
4	Cid Ferreira Gomes	19587	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Vicosa do Ceará/CE			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
5	Cid Ferreira Gomes	19586	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota/CE			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
6	Cid Ferreira Gomes	19679	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Milhã/CE			06.741.565/0001-06	CE	MILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
7	Cid Ferreira Gomes	19650	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu/CE			07.910.730/0001-79	CE	MULUNGU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação em pedra tosca	R$ 1.000.000,00
8	Cid Ferreira Gomes	19584	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Piquet Carneiro/CE			07.738.057/0001-31	CE	PIQUET CARNEIRO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
9	Cid Ferreira Gomes	19589	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE			08.898.124/0001-48	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
10	Cid Ferreira Gomes	19585	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Ibiapina/CE			07.523.186/0001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
11	Cid Ferreira Gomes	19680	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.130.434,00
12	Cid Ferreira Gomes	19588	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Camocim/CE			07.660.350/0001-23	CE	CAMOCIM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
13	Cid Ferreira Gomes	19651	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Acaraú/CE			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Custrução de Mercado	R$ 1.000.000,00
14	Ciro Nogueira Lima Filho	19838	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PAULISTANA			06.553.796/0001-96	PI	PAULISTANA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
15	Ciro Nogueira Lima Filho	19846	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE			01.612.623/0001-88	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
16	Ciro Nogueira Lima Filho	19834	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
17	Ciro Nogueira Lima Filho	19836	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COCAL DE TELHA			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
18	Ciro Nogueira Lima Filho	19841	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORTO			06.554.414/0001-49	PI	PORTO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
19	Ciro Nogueira Lima Filho	19833	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
20	Ciro Nogueira Lima Filho	19845	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO			41.522.111/0001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
21	Ciro Nogueira Lima Filho	19843	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE REGENERACAO			06.554.943/0001-42	PI	REGENERACAO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
22	Ciro Nogueira Lima Filho	19844	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
23	Ciro Nogueira Lima Filho	19837	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES			06.554.208/0001-39	PI	JOAQUIM PIRES	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
24	Ciro Nogueira Lima Filho	19840	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PEDRO II			06.553.929/0001-24	PI	PEDRO II	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 600.000,00
25	Ciro Nogueira Lima Filho	19847	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUCUI			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 478.260,00
26	Ciro Nogueira Lima Filho	19835	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
27	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20086	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	ITABAIANA	09.072.430/0001-93	PB	ITABAIANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 878.260,00
28	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20088	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	SERRA REDONDA	08.868.937/0001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
29	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20087	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PAULISTA	08.945.727/0001-53	PB	PAULISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
30	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20082	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	BOA VISTA	01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
31	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20085	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	INGÁ	08.810.350/0001-25	PB	INGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
32	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20084	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	CONCEIÇÃO	08.943.227/0001-82	PB	CONCEICAO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
33	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20089	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	VISTA SERRANA	09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
34	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20135	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Satuba			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
35	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20139	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pindoba			12.335.436/0001-10	AL	PINDOBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
36	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20133	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Branca			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
37	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20140	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inhapi			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
38	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20130	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
39	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20137	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Igaci			12.228.375/0001-92	AL	IGACI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
40	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20136	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.356.879/0001-98	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
41	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20138	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D´Água do Casado			13.890.745/0001-15	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
42	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coité do Noia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
43	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20132	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jequiá de Praia			02.917.132/0001-08	AL	JEQUIA DA PRAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
44	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	19729	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Governo do Estado			84.012.012/0001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	R$ 5.478.260,00
45	Pedro Pinheiro Chaves	20276	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Jesúpolis		00.396.895/0001-25	GO	JESUPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
46	Pedro Pinheiro Chaves	20279	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
47	Pedro Pinheiro Chaves	20278	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Orizona		00.396.895/0001-25	GO	ORIZONA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
48	Pedro Pinheiro Chaves	20274	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	São Domingos		00.396.895/0001-25	GO	SAO DOMINGOS	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$ 449.350,00
49	Pedro Pinheiro Chaves	20277	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cabeceiras		00.396.895/0001-25	GO	CABECEIRAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
50	Pedro Pinheiro Chaves	20275	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cachoeira Alta		00.396.895/0001-25	GO	CACHOEIRA ALTA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
51	Pedro Pinheiro Chaves	20273	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Carmo do Rio Verde		00.396.895/0001-25	GO	CARMO DO RIO VERDE	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$ 449.350,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825/554.4279

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo III: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4620554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
1	Alan Rick Miranda	18704	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municipios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 1.095.660,00
3	Alessandro Vieira	18720	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18728	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18732	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18712	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18723	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18716	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18713	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18725	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
11	Alessandro Vieira	18721	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
12	Alessandro Vieira	18711	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
13	Alessandro Vieira	18715	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	18729	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
15	Alessandro Vieira	11270	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
16	Alessandro Vieira	18726	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
17	Alessandro Vieira	18731	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
18	Alexandre Luiz Giordano	18596	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no município de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
28	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
37	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Simplício Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Áurea	Prefeitura Municipal de Áurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00
42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
43	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$ 3.652.173,00
45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	60120002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTOCA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R$ 2.700.000,00
46	Antônio Mecias Pereira de Jesus	20205	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ABERTURA DE LINHAS DE BUEIRO EM MANILHAS DE CONCRETO	R$ 4.260.870,00
47	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.778.260,00
48	Augusta Brito de Paula	9665	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 2.282.608,00
49	Augusta Brito de Paula	9676	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.609,00
50	Augusta Brito de Paula	14322	60120002	4281	22000	22101	20ZV	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
51	Augusta Brito de Paula	14327	60120002	4281	22000	22101	20ZV	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.565.217,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM-MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
53	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 437.627,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 744.127,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
57	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 605.911,00
58	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R$ 2.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
65	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Obras	R$ 2.260.869,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.000.000,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PAU D'ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.200.000,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$ 630.434,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 700.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 400.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOUIRO	R$ 1.000.000,00
75	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$ 800.000,00
76	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEICULOS DE CARGA	R$ 1.000.000,00
77	Carlos Francisco Portinho	9908	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
78	Cid Ferreira Gomes	19649	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	18610	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 344.850,00
80	Cid Ferreira Gomes	19583	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Caninde/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	19587	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará/CE			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	19586	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota/CE			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	18628	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
84	Cid Ferreira Gomes	19679	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Milhã/CE			06.741.565/0001-06	CE	MILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	18622	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$ 198.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/80259/6776

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

86	Cid Ferreira Gomes	18624	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São José do Torto, CNPJ 06.580.963/0001-98	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	49.742,00
87	Cid Ferreira Gomes	18620	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olimpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
88	Cid Ferreira Gomes	18602	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
89	Cid Ferreira Gomes	18632	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
90	Cid Ferreira Gomes	19650	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu/CE			07.910.730/0001-79	CE	MULUNGU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação em pedra tosca	R$	1.000.000,00
91	Cid Ferreira Gomes	18638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$	78.375,00
92	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
93	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$	21.945,00
94	Cid Ferreira Gomes	18626	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	99.484,00
95	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção A Maternidade e à Infância De Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	172.425,00
96	Cid Ferreira Gomes	18645	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
97	Cid Ferreira Gomes	18633	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu, CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$	18.810,00
98	Cid Ferreira Gomes	18619	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	49.742,00
99	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
100	Cid Ferreira Gomes	18750	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$	1.681.134,00
101	Cid Ferreira Gomes	19584	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Piquet Carneiro/CE			07.738.057/0001-31	CE	PIQUET CARNEIRO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
102	Cid Ferreira Gomes	19589	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE			08.898.124/0001-48	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
103	Cid Ferreira Gomes	19585	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Ibiapina/CE			07.523.186/0001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
104	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
105	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.700.000,00
106	Cid Ferreira Gomes	18636	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
107	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sussuranna, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
108	Cid Ferreira Gomes	18625	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) C.C. 01 – Corte e Costura	R$	28.215,00
109	Cid Ferreira Gomes	18634	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu , CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 03 – Irrigação Familiar por Microaspersão - 1 há	R$	26.125,00
110	Cid Ferreira Gomes	19680	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.130.434,00
111	Cid Ferreira Gomes	18642	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	28.215,00
112	Cid Ferreira Gomes	18643	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$	18.810,00
113	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Ruzy - Caracará, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
114	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracará, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00

assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

115	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
116	Cid Ferreira Gomes	18630	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
117	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Caninde/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$	875.863,00
118	Cid Ferreira Gomes	19588	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Camocim/CE			07.660.350/0001-23	CE	CAMOCIM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
119	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$	407.547,00
120	Cid Ferreira Gomes	19651	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Acaraú/CE			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Custrução de Mercado	R$	1.000.000,00
121	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	11.495,00
122	Cid Ferreira Gomes	18646	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Deus no Brasil, CNPJ 17.987.680/0001-81	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
123	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
124	Ciro Nogueira Lima Filho	19838	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PAULISTANA			06.553.796/0001-96	PI	PAULISTANA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
125	Ciro Nogueira Lima Filho	19846	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE			01.612.623/0001-88	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
126	Ciro Nogueira Lima Filho	19834	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
127	Ciro Nogueira Lima Filho	19836	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COCAL DE TELHA			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
128	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
129	Ciro Nogueira Lima Filho	19841	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORTO			06.554.414/0001-49	PI	PORTO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
130	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
131	Ciro Nogueira Lima Filho	19833	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
132	Ciro Nogueira Lima Filho	19845	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO			41.522.111/0001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
133	Ciro Nogueira Lima Filho	19843	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE REGENERACAO			06.554.943/0001-42	PI	REGENERACAO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
134	Ciro Nogueira Lima Filho	19844	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
135	Ciro Nogueira Lima Filho	19837	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES			06.554.208/0001-39	PI	JOAQUIM PIRES	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
136	Ciro Nogueira Lima Filho	19840	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PEDRO II			06.553.929/0001-24	PI	PEDRO II	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	600.000,00
137	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
138	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
139	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
140	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
141	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
142	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
143	Ciro Nogueira Lima Filho	19847	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUCUI			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	478.260,00
144	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	452.173,00
145	Ciro Nogueira Lima Filho	19835	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
146	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	452.173,00
147	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Claudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
148	Cleiton Gontijo de Azevedo	7887	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
149	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$	300.000,00
150	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	1.000.000,00
151	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
152	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
153	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$	300.000,00
154	Confúcio Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
155	Confúcio Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8825556.6275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

156	Confúcio Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
157	Confúcio Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
158	Confúcio Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
159	Confúcio Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.260.434,00
160	Confúcio Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.270.000,00
161	Damares Regina Alves	19344	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
162	Damares Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.652.173,00
163	Damares Regina Alves	19342	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias.	R$ 1.700.000,00
164	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20086	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	ITABAIANA	09.072.430/0001-93	PB	ITABAIANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 878.260,00
165	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
166	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
167	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20088	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	SERRA REDONDA	08.868.937/0001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
168	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
169	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20087	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PAULISTA	08.945.727/0001-53	PB	PAULISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
170	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
171	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 452.173,00
172	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
173	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
174	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
175	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20082	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	BOA VISTA	01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
176	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
177	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20085	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	INGÁ	08.810.350/0001-25	PB	INGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
178	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20084	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	CONCEIÇÃO	08.943.227/0001-82	PB	CONCEICAO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
179	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20089	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	VISTA SERRANA	09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
180	Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
181	Eann Styvenson Valentim Mendes	19317	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL		08.348.963/0001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
182	Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
183	Eann Styvenson Valentim Mendes	14070	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		08.095.473/0001-21	RN	OURO BRANCO	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
184	Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Canguaretama	Prefeitura de Canguaretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
185	Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 914.000,00
186	Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
187	Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$ 700.000,00
188	Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
189	Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
190	Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
191	Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$ 438.000,00
192	Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$ 438.000,00
193	Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R$ 642.000,00
194	Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
195	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
196	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 580.000,00
197	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
198	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
199	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
200	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$ 730.000,00
201	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825/55.4275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

202	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$ 640.000,00
203	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 565.000,00
204	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
205	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 5.000.000,00
206	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
207	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 679.870,00
208	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
209	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
210	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
211	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
212	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$ 766.000,00
213	Eliziane Pereira Gama Melo	18674	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.500.000,00
214	Eliziane Pereira Gama Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailândia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.000.000,00
215	Eliziane Pereira Gama Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.000.000,00
216	Eliziane Pereira Gama Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio dc aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.000.000,00
217	Eliziane Pereira Gama Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio dc aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.500.000,00
218	Eliziane Pereira Gama Melo	18668	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio dc aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.130.434,00
219	Esperidião Amin Helou Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$ 627.325,00
220	Esperidião Amin Helou Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$ 320.000,00
221	Esperidião Amin Helou Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agricola 110 cv	R$ 300.000,00
222	Esperidião Amin Helou Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
223	Esperidião Amin Helou Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$ 635.000,00
224	Esperidião Amin Helou Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
225	Esperidião Amin Helou Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agricola 110 cv	R$ 300.000,00
226	Esperidião Amin Helou Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$ 269.000,00
227	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20135	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Satuba			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
228	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20139	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pindoba			12.335.436/0001-10	AL	PINDOBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
229	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20133	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Branca			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
230	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 250.000,00
231	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 702.173,00
232	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
233	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
234	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20140	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inhapi			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
235	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20130	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
236	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20137	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Igaci			12.228.375/0001-92	AL	IGACI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
237	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20136	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.356.879/0001-98	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
238	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20138	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D´Água do Casado			13.890.745/0001-15	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
240	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
241	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coité do Noia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
242	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
243	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825/55.6275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

244	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20132	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jequiá de Praia			02.917.132/0001-08	AL	JEQUIA DA PRAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
245	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
246	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$	650.000,00
247	Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
248	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$	376.000,00
249	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
250	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	500.400,00
251	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$	500.400,00
252	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
253	Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$	624.600,00
254	Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
255	Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
256	Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$	721.834,00
257	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
258	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
259	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
260	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	628.000,00
261	Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CÓRREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
262	Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
263	Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
264	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
265	Fernando Antonio Caminha Daeire	10957	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$	500.000,00
266	Fernando Antonio Caminha Daeire	11195	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$	1.000.000,00
267	Fernando Antonio Caminha Daeire	10939	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
268	Fernando Antonio Caminha Daeire	10938	60120002	4252	22000	22101	20ZV	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$	500.000,00
269	Fernando Antonio Caminha Daeire	10935	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
270	Fernando Antonio Caminha Daeire	10929	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
271	Fernando Antonio Caminha Daeire	18740	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$	1.130.434,00
272	Fernando Antonio Caminha Daeire	10945	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$	1.000.000,00
273	Fernando Antonio Caminha Daeire	10943	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$	1.000.000,00
274	Fernando Antonio Caminha Daeire	10946	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
275	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Coruripe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
276	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
277	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Olho D'Água das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
278	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
279	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.330.434,00
280	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
281	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$	1.000.000,00
282	Flávio José Arns	10812	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
283	Flávio José Arns	10827	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
284	Flávio José Arns	10843	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
285	Flávio José Arns	10828	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
286	Flávio José Arns	10836	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
287	Flávio José Arns	10818	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
288	Flávio José Arns	10833	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
289	Flávio José Arns	10847	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	500.000,00
290	Flávio José Arns	10835	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
291	Flávio José Arns	10814	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
292	Flávio José Arns	10838	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
293	Flávio José Arns	10841	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
294	Flávio José Arns	10821	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
295	Flávio José Arns	10816	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.339.688/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
296	Flávio José Arns	10832	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
297	Flávio José Arns	10820	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
298	Flávio José Arns	10822	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
299	Flávio José Arns	10819	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
300	Flávio José Arns	10830	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
301	Flávio José Arns	10825	60120002	2038	22000	22101	20ZV	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

302	Flávio Nantes Bolsonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 1.800.000,00
303	Flávio Nantes Bolsonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 1.852.173,00
304	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$ 9.130.434,00
305	Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
306	Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
307	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
308	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
309	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.130.433,00
310	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
311	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
312	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorais de Estrada Vicinais	R$ 5.478.000,00
313	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
314	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	19729	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Governo do Estado			84.012.012/0001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	R$ 5.478.260,00
315	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 800.000,00
316	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sairé			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 600.000,00
317	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
318	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
319	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$ 230.434,00
320	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
321	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
322	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
323	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
324	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
325	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$ 600.000,00
326	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$ 250.000,00
327	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
328	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
329	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
330	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
331	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$ 250.000,00
332	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
333	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 800.000,00
334	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
335	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
336	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$ 200.000,00
337	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 400.000,00
338	Irajá Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	20ZV	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$ 9.130.434,00
339	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$ 330.000,00
340	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$ 450.000,00
341	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$ 200.000,00
342	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
343	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$ 250.000,00
344	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
345	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$ 300.000,00
346	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$ 600.000,00
347	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$ 500.000,00
348	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$ 500.000,00
349	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$ 400.000,00
350	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
351	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$ 400.434,00
352	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$ 500.000,00
353	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
354	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$ 250.000,00
355	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$ 500.000,00
356	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R$ 400.000,00
357	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$ 600.000,00
358	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$ 450.000,00
359	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$ 500.000,00
360	Izalci Lucas Ferreira	19308	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estrategias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$ 3.652.174,00
361	Jader Fontenelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.500.000,00
362	Jader Fontenelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
363	Jader Fontenelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.000.000,00
364	Jader Fontenelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$ 2.630.434,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

365	Jaime Maximino Bagattoli	10321	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ESPIGÃO D´OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
366	Jaime Maximino Bagattoli	10326	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
367	Jaime Maximino Bagattoli	10323	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 502.173,00
368	Jaime Maximino Bagattoli	10316	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 650.000,00
369	Jaime Maximino Bagattoli	10320	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
370	Jaime Maximino Bagattoli	10324	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
371	Jaime Maximino Bagattoli	10325	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$ 500.000,00
372	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
373	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 2.000.000,00
374	Jaques Wagner	14223	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 1.680.434,00
375	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 400.000,00
376	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 500.000,00
377	Jaques Wagner	14210	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 650.000,00
378	Jaques Wagner	14205	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
379	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$ 1.000.000,00
380	Jaques Wagner	14202	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
381	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 400.000,00
382	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
383	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$ 500.000,00
384	Jayme Verissimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$ 7.032.000,00
385	Jayme Verissimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Município de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$ 2.098.434,00
386	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 771.900,00
387	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
388	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
389	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 528.665,00
390	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
391	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 699.565,00
392	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 480.700,00
393	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 699.565,00
394	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 574.750,00
395	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
396	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 568.693,00
397	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 602.965,00
398	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.000,00
399	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.350,00
400	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 550.000,00
401	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$ 449.350,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825/55.4275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

402	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
403	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
404	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
405	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 230.000,00
406	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
407	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 230.000,00
408	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 262.152,00
409	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
410	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
411	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
412	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
413	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	20ZV	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agorpecuário.	R$ 230.000,00
414	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
415	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Agorpecuário.	R$ 230.000,00
416	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 230.000,00
417	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$ 544.000,00
418	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
419	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 500.000,00
420	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
421	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
422	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
423	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.758.434,00
424	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
425	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.000.000,00
426	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$ 570.000,00
427	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 1.152.173,00
428	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
429	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 600.000,00
430	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$ 730.000,00
431	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$ 1.732.000,00
432	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 272.000,00
433	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$ 292.000,00
434	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
435	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 530.434,00
436	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 800.000,00
437	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.500.000,00
438	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 1.000.000,00
439	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ -AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 300.000,00
440	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$ 4.000.000,00
441	José Roberto Oliveira Faro	18588	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$ 638.500,00
442	José Roberto Oliveira Faro	7523	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 2.100.000,00
443	José Roberto Oliveira Faro	7527	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$ 4.618.434,00
444	José Roberto Oliveira Faro	18587	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$ 638.500,00
445	José Roberto Oliveira Faro	18586	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$ 617.500,00
446	José Roberto Oliveira Faro	18585	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$ 517.500,00
447	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$ 5.478.260,00
448	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura MunPropriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$ 3.652.173,00
449	Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
450	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 400.000,00
451	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

452	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	20ZV	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
453	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa – CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
454	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	20ZV	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
455	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.000,00
456	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$ 2.000.000,00
457	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
458	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.130,00
459	Leila Gomes de Barros Rêgo	9594	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Tratadores de Animais de Tração e Esporte de Planaltina DF - ATRATE		Brasília	18.816.340/0001-50	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
460	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
461	Luis Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
462	Luis Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
463	Luis Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
464	Luis Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 817.173,00
465	Luis Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
466	Luis Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$ 405.000,00
467	Luis Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
468	Luis Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
469	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
470	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R$ 1.500.000,00
471	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$ 400.000,00
472	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.693/0001-36	PALHANO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
473	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINARIO - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
474	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$ 200.000,00
475	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	R$ 215.803,00
476	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR - CNPJ 02.821.225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
477	Luiz Cantuária Barreto	19314	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estadas Vicinais	R$ 9.130.434,00
478	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
479	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 750.000,00
480	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
481	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
482	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 652.173,00
483	Mara Cristina Gabrilli	18840	60120002	4094	22000	22101	20ZV	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
484	Mara Cristina Gabrilli	18842	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
485	Mara Cristina Gabrilli	18826	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
486	Mara Cristina Gabrilli	18830	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
487	Mara Cristina Gabrilli	18843	60120002	4094	22000	22101	20ZV	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
488	Mara Cristina Gabrilli	18839	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

489	Mara Cristina Gabrilli	18834	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
490	Mara Cristina Gabrilli	18836	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
491	Mara Cristina Gabrilli	18835	60120002	4094	22000	22101	20ZV	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
492	Mara Cristina Gabrilli	18828	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
493	Mara Cristina Gabrilli	18837	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
494	Mara Cristina Gabrilli	18827	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
495	Mara Cristina Gabrilli	18838	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
496	Mara Cristina Gabrilli	18833	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
497	Mara Cristina Gabrilli	18844	60120002	4094	22000	22101	20ZV	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 613.434,00
498	Mara Cristina Gabrilli	18845	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
499	Mara Cristina Gabrilli	18841	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
500	Mara Cristina Gabrilli	18829	60120002	4094	22000	22101	20ZV	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
501	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$ 400.000,00
502	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 400.000,00
503	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
504	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$ 1.660.000,00
505	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
506	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$ 400.000,00
507	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
508	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
509	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
510	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$ 1.450.000,00
511	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 800.000,00
512	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
513	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$ 400.000,00
514	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
515	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
516	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
517	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.300.000,00
518	Marcelo Costa e Castro	18556	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Campo Maior		09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de Estrada Vicinal	R$ 1.600.869,00
519	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Barras		09.034.960/0001-47	PI	BARRAS	4	30	Estrada vicinal	R$ 400.000,00
520	Márcio Miguel Bittar	14394	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$ 1.000.000,00
521	Márcio Miguel Bittar	14326	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$ 2.652.173,00
522	Marcos Cesar Pontes	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Paulo	Prefeitura Municipal de São Paulo		46.395.000/0001-39	SP	SAO PAULO	4	40	Equipamento	R$ 3.652.173,00
523	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
524	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$ 502.174,00
525	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 2.050.000,00
526	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.850.000,00
527	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$ 1.040.000,00
528	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
529	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.300.000,00
530	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R$ 308.260,00
531	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
532	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 660.869,00
533	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.500.000,00
534	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
535	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
536	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sitio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
537	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
538	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
539	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
540	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
541	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
542	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
543	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
544	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

545	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
546	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 800.000,00
547	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
548	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
549	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
550	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 600.000,00
551	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
552	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
553	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
554	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
555	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$ 600.000,00
556	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$ 1.000.000,00
557	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$ 1.000.000,00
558	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$ 1.000.000,00
559	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$ 1.000.000,00
560	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
561	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$ 1.000.000,00
562	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$ 1.130.434,00
563	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Dada no município de Granito	R$ 1.500.000,00
564	Nelson Trad Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.000.000,00
565	Nelson Trad Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.130.000,00
566	Nelson Trad Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.000.434,00
567	Nelson Trad Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Deodápolis	PM de Deodápoli		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$ 700.000,00
568	Nelson Trad Filho	9239	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de placas solares	R$ 300.000,00
569	Nelson Trad Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
570	Nelson Trad Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
571	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$ 20.000.000,00
572	Omar José Abdel Aziz	16797	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Município de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO INFORMAL - SEMACC		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Obras para o suporte hídrico à produção - construção e ampliação de tanques.	R$ 1.000.000,00
573	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$ 6.391.305,00
574	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 1.130.434,00
575	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
576	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
577	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
578	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
579	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
580	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
581	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
582	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
583	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
584	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
585	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
586	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18560	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	Associação dos Agricultores do Vale da Água	34.257.578/0001-40	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
587	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
588	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
589	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
590	Paulo Renato Paim	6675	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
591	Paulo Renato Paim	6651	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
592	Paulo Renato Paim	6652	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
593	Paulo Renato Paim	6699	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

594	Paulo Renato Paim	6658	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
595	Paulo Renato Paim	6696	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
596	Paulo Renato Paim	6698	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
597	Paulo Renato Paim	6640	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
598	Paulo Renato Paim	6710	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
599	Paulo Renato Paim	6711	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
600	Paulo Renato Paim	6642	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$	300.000,00
601	Paulo Renato Paim	6638	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
602	Paulo Renato Paim	6671	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
603	Paulo Renato Paim	6701	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
604	Paulo Renato Paim	6694	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
605	Paulo Renato Paim	6645	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
606	Paulo Renato Paim	6641	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$	300.000,00
607	Paulo Renato Paim	6712	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
608	Paulo Renato Paim	6709	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
609	Paulo Renato Paim	7935	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	430.434,00
610	Paulo Renato Paim	6655	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
611	Paulo Renato Paim	12950	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
612	Paulo Renato Paim	6643	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
613	Paulo Renato Paim	6659	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
614	Paulo Renato Paim	10474	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
615	Paulo Renato Paim	6707	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
616	Paulo Renato Paim	6704	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
617	Paulo Renato Paim	10487	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
618	Paulo Renato Paim	6708	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
619	Paulo Renato Paim	6639	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$	300.000,00
620	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
621	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
622	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
623	Pedro Pinheiro Chaves	20276	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Jesúpolis		00.396.895/0001-25	GO	JESUPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
624	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
625	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
626	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
627	Pedro Pinheiro Chaves	20279	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
628	Pedro Pinheiro Chaves	20278	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Orizona		00.396.895/0001-25	GO	ORIZONA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
629	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
630	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
631	Pedro Pinheiro Chaves	20274	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	São Domingos		00.396.895/0001-25	GO	SAO DOMINGOS	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
632	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
633	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
634	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
635	Pedro Pinheiro Chaves	20277	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cabeceiras		00.396.895/0001-25	GO	CABECEIRAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
636	Pedro Pinheiro Chaves	18577	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
637	Pedro Pinheiro Chaves	20275	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cachoeira Alta		00.396.895/0001-25	GO	CACHOEIRA ALTA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
638	Pedro Pinheiro Chaves	18582	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
639	Pedro Pinheiro Chaves	20273	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Carmo do Rio Verde		00.396.895/0001-25	GO	CARMO DO RIO VERDE	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
640	Pedro Pinheiro Chaves	18583	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
641	Pedro Pinheiro Chaves	18575	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
642	Pedro Pinheiro Chaves	18568	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
643	Pedro Pinheiro Chaves	18565	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
644	Pedro Pinheiro Chaves	18576	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
645	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	60120002	2919	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pratúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$	9.130.434,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/85255/5775

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

646	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
647	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
648	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
649	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
650	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
651	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$ 950.000,00
652	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
653	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
654	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
655	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$ 450.000,00
656	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$ 630.434,00
657	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$ 500.000,00
658	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
659	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Goiana			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$ 800.000,00
660	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$ 1.000.000,00
661	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$ 500.000,00
662	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$ 1.000.000,00
663	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$ 3.000.000,00
664	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$ 2.500.000,00
665	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 10.260.869,00
666	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R$ 1.500.000,00
667	Rogério Simonetti Marinho	10622	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Espirito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$ 877.000,00
668	Rogério Simonetti Marinho	12828	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$ 700.000,00
669	Rogério Simonetti Marinho	12836	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
670	Rogério Simonetti Marinho	10619	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Taipu/RN	R$ 500.000,00
671	Rogério Simonetti Marinho	14569	60120002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$ 677.800,00
672	Rogério Simonetti Marinho	12847	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 490.000,00
673	Rogério Simonetti Marinho	10615	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Município de Caraúbas/RN.	R$ 700.000,00
674	Rogério Simonetti Marinho	12843	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$ 1.000.000,00
675	Rogério Simonetti Marinho	12833	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 700.000,00
676	Rogério Simonetti Marinho	10670	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
677	Rogério Simonetti Marinho	12859	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
678	Rogério Simonetti Marinho	12831	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
679	Rogério Simonetti Marinho	10669	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$ 387.000,00
680	Rogério Simonetti Marinho	12839	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$ 750.000,00
681	Rogério Simonetti Marinho	10624	60120002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$ 800.000,00
682	Romario de Souza Faria	10343	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARAIBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$ 5.478.260,00
683	Romario de Souza Faria	10252	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$ 3.652.173,00
684	Sérgio de Oliveira Cunha	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municípios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$ 9.130.434,00
685	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 728.000,00
686	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê – PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 554.173,00
687	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D'Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 470.000,00
688	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 700.000,00
689	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 1.200.000,00
690	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
691	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$ 1.000.000,00
692	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 478.260,00
693	Soraya Vieira Thronicke	15107	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$ 1.200.000,00
694	Soraya Vieira Thronicke	15106	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$ 900.000,00
695	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
696	Soraya Vieira Thronicke	15109	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$ 442.173,00
697	Soraya Vieira Thronicke	15108	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$ 610.000,00
698	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
699	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
700	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
701	Soraya Vieira Thronicke	20245	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária.	EMBRAPA CENTRO-OESTE		00.396.895/0001-25	MS	DOURADOS	3	90	Evento de Tecnologia da Agricultura - TECSAN	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825/55.4275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

702	Tereza Cristina Corrêa	13492	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 350.000,00
703	Tereza Cristina Corrêa	13215	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 700.000,00
704	Tereza Cristina Corrêa	13487	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 500.000,00
705	Tereza Cristina Corrêa	13491	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 252.173,00
706	Tereza Cristina Corrêa	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$ 4.000.000,00
707	Tereza Cristina Corrêa	18594	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 400.000,00
708	Tereza Cristina Corrêa	13489	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 800.000,00
709	Tereza Cristina Corrêa	13490	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 550.000,00
710	Tereza Cristina Corrêa	13485	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
711	Tereza Cristina Corrêa	13488	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
712	Tereza Cristina Corrêa	18595	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 378.260,00
713	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
714	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
715	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
716	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 425.494,00
717	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
718	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
719	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Matureia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
720	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
721	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 404.560,00
722	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
723	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
724	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
725	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
726	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
727	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
728	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
729	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
730	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
731	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
732	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
733	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
734	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
735	Wellington Antonio Fagundes	19318	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R$ 3.652.173,00
736	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$ 917.278,00
737	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 3.000.000,00
738	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$ 698.997,00
739	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$ 1.617.188,00
740	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$ 600.000,00
741	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$ 1.760.869,00
742	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$ 567.540,00
743	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 4.000.000,00
744	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Parnarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 5.000.000,00
745	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$ 1.000.000,00
746	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$ 2.652.173,00
747	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS: R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$ 1.100.000,00
748	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do município	R$ 450.000,00
749	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 400.000,00
750	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$ 449.109,00
751	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$ 500.000,00
752	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$ 700.000,00
753	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$ 300.000,00
754	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do município	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825554275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

755	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perimetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulunguzinho no valor de R$ 100.000,00; no Disrito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$ 3.000.000,00
756	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$ 400.000,00
757	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$ 731.325,00
758	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$ 500.000,00
																	R$ 699.893.620,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticador-legis/8825556.6275

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezoito minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Dr. Hiran, Zenaide Maia, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei nº 4497, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jaime Bagattoli. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 3-CRA (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 2. Vota vencido o Senador Beto Faro. Aprovada minuta de Requerimento de urgência a ser apresentada perante o Plenário do Senado Federal - Requerimento nº 45/2025-CRA. Item 2 - Projeto de Lei nº 3100, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste (FCO), para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Relatoria: Senador Pedro Chaves. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo), com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Usam da palavra: a Senadora Tereza Cristina, os Senadores Beto Faro, José Lacerda, Jaime Bagattoli, Jayme Campos e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar o nosso trabalho, proponho a dispensa e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A reunião está destinada à deliberação de proposições conforme pauta previamente já divulgada. Começamos aqui com inversão de pauta para o item nº 2, que foi retirado a pedido do Relator.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 3100, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste – FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo), com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T.

Observações:

- Em 28.05.2024, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo), com acolhimento parcial da Emenda nº 1T.

- Votação simbólica.

> CAE (T)

Item nº 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4497, DE 2024

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaime Bagattoli

Relatório: Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 2.

Observações:

- Em 15/10/2025, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

- Votação simbólica.

> Plenário (T)

A autoria é do Deputado Federal Tião Medeiros, do PP, do Paraná; a relatoria é do Senador Jaime Bagattoli, do PL, de Rondônia.

Observações:

- Em 14/10/2025, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o parecer, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CRE (Substitutivo).

- Em 15/10/2025, os Senadores José Lacerda e Augusta Brito apresentaram a Emenda nº 2.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre se há manifestação decorrente do pedido de vista. (Pausa.)

Bom, não havendo, a matéria está em discussão.

Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, demais Senadores e Senadoras, primeiro, a gente entende que, em determinados aspectos, o projeto e o relatório avançam daquilo que estava sendo colocado num primeiro momento, mas há ainda muitas pendências e problemas que, na nossa avaliação, são graves no projeto. A gente precisaria de um tempo para poder dialogar mais sobre isso, sob pena, inclusive, na nossa leitura, de questionamento da constitucionalidade daquilo que está sendo estabelecido em algumas questões.

Uma delas – na nossa avaliação, mais grave – é essa questão da ratificação das áreas acima dos 15 módulos fiscais sem uma devida vistoria do órgão responsável por esse procedimento; no caso, seria o Incra. "Ah, não existe funcionário, não existe...". Pode ser feito de forma remota, via satélite; hoje tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tantos instrumentos com que nós podemos fazer, e, pelo número de propriedades, nós daríamos conta efetivamente de fazer, na nossa avaliação.

Só fazer a ratificação por um ato declaratório, na nossa avaliação, não é correto; é abrir espaços. Nós já temos esse debate sendo feito há muitos anos, e oportunidade para que essas pessoas que estão requerendo a ratificação dessas áreas... Desde o Governo do Fernando Henrique o Governo tem dado oportunidade, o Congresso tem dado oportunidade para que essas pessoas possam fazer, e ninguém procura, ninguém faz. Agora, numa canetada única, fazer a ratificação de todas essas áreas nós avaliamos que é ruim. É muito ruim o projeto nesse aspecto.

Fizemos tratativas no sentido de garantir que, para a ratificação, fosse feita uma emenda que garantisse ao órgão Incra fazer a fiscalização, e não só fazer por ato declaratório – infelizmente, não está aceito neste relatório final.

Nós avaliamos que, com isso, a gente teria como trabalhar um acordo para a aprovação do projeto, para garantir esse processo. Sem isso, não há acordo. Nós vamos encaminhar, pela Bancada do PT, contrariamente à aprovação do projeto – sem isso – e fazer todos os questionamentos, porque, na nossa avaliação, o Supremo, inclusive, já trabalhou isso.

Não dá para fazer ratificação apenas com um ato declaratório ao CCIR. O CCIR é um passo inicial no Incra para poder se fazer esse processo da regularização. No processo de regularização, o CCIR é uma das primeiras etapas que as pessoas fazem. Nós temos uma série de demandas que nem estão sendo exigidas na nossa avaliação aqui – nós nem estamos colocando isso como condição –, mas era necessário que o Incra tivesse, para poder ratificar, o mínimo de condições efetivas de ver a situação dessas áreas e se elas, efetivamente, estão cumprindo a função social.

Portanto, sem esse entendimento e sem o acatamento dessa posição, a nossa bancada vai encaminhar contrariamente à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – O Senador José Lacerda solicitou um pouco antes.

Então, eu concedo a palavra ao Senador José Lacerda, por favor.

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadores, eu tenho algumas ponderações para fazer, as quais eu gostaria de trazer ao Plenário, especialmente porque a gente vive na área da fronteira do Brasil com a Bolívia, numa cidade extremamente afastada do centro do país.

Esse projeto vai ter um impacto em 588 municípios, aos quais pertencem, aproximadamente, 11 milhões de habitantes, que serão atingidos. E a primeira lei de terras do Brasil, a Lei 601, já trata, na época do Império, exatamente no art. 1º, que essas terras, naquele período imperial, poderiam ser vendidas pelo Império e que poderiam ser feitas concessões de terras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma confusão muito grande entre concessão de terra e venda de terra. Depois, veio a Constituição de 1891, com o art. 64. O art. 64 da Constituição de 1891 é bem claro, quando diz que pertencem aos estados as terras que estiverem dentro dos seus limites territoriais, e à União apenas as áreas para fortificação. Isso foi regulado pelo Decreto 1.164, de 1971, e, depois, vieram as Constituições de 1934, de 1937 e de 1946, e todas elas mantiveram isso como propriedade do Estado. A primeira lei que regulamentou a faixa de fronteira é a 2.597, de 12 de setembro de 1955, e lá, no §2º do art. 10, está muito claro que reconhece como legítimos todos os títulos de terras emitidos naquele período.

Depois começam as leis de ratificação. Nós já temos hoje um volume muito grande de leis que permitem a ratificação: a Lei 4.947, de 1966; o Decreto Lei 1.414, de 1975; o Decreto Lei 76.694, de 1975; a Lei 6.925, de 1981; a Lei 9.871, de 1999; a Instrução Normativa 42, de 2000; a Lei 6.634, de 1979. Todas essas leis tratam da ratificação, e agora nós estamos discutindo mais uma lei de ratificação.

Mas eu gostaria que V. Exas. verificassem o que diz o art. 51 da Constituição de 1988, do ADCT. O art. 51 da ADCT diz que serão revistos pelo Congresso Nacional todos os imóveis que foram titulados acima de três mil hectares dentro da faixa de fronteira, no período de 1º de janeiro de 1962 até 31 de dezembro de 1987. Bom, se serão revistas as áreas superiores a 3 mil hectares, significa que o Constituinte de 1988 ratificou como matéria constitucional todos os títulos emitidos até 31 de dezembro de 1961 e seriam revistos pelo Congresso Nacional aqueles de 1º de janeiro de 1962 até 1987 em três anos. Como o Congresso Nacional não fez a revisão desses títulos – já se passaram 37 anos o que deveria ser feito em três anos –, eu, particularmente, entendo, como advogado e como constitucionalista, que esses títulos todos foram convalidados pelo Constituinte de 1988 e que não haveria mais necessidade de fazer no Brasil as ratificações desses títulos.

É claro que a primeira lei – desde a Lei nº 601, de 1500, até a Lei nº 2.597, de 12 de setembro de 1955 – foi a primeira vez em que se estabeleceu a questão da regulamentação da faixa de fronteira. Por quê? Desde o Império, a faixa de fronteira tinha a finalidade estratégica de segurança nacional. O art. 1º da Lei nº 601 é muito claro quando declinou dez léguas, que seriam 66km. Só no Estado Novo, na Lei de 1934, é que passou para 100km. E, depois, na Constituição de 1937, passou para 150km. Por que eram 150km? Porque na época era o alcance dos canhões, dos canhoneiros, e hoje nós estamos num outro mundo, num outro século, num outro momento.

Então, eu entendo que a faixa de fronteira tem que ser estratégica, como foi desde a época do Império, antes, e que seja para a segurança nacional e não para a transferência de patrimônio dos estados para a União.

Tem um outro fato que é muito grave para os estados da Amazônia, é o Decreto 1.164, de 1971, que estabeleceu a faixa de 100km de largura nas áreas da Amazônia. Isso tirou dos estados mais 62 milhões de hectares passando para a União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que seria um momento próprio para este projeto de lei que está tramitando, Senadora, para se resolver essa questão definitivamente, porque senão daqui a mais uns dias terá, novamente, um pedido de ratificação, uma nova lei – nós já estamos na décima lei de ratificação desde 1955.

Eu só queria chamar atenção nesse sentido. Eu sou favorável às ratificações, eu acho que isso é uma necessidade. Quem vive na fronteira sabe como é. Eu convivi com muitos e muitos conflitos, assisti a vários conflitos violentos na fronteira, especialmente no meu estado, que tem 28 municípios na faixa de fronteira, e eu sei o que aconteceu lá. É digno tomar-se conhecimento do que aconteceu e quantas vidas se foram nesses conflitos.

Então, eu só queria chamar atenção para esse art. 51 da ADCT para ver qual seria o encaminhamento, Presidente, em relação a essa questão, que eu acho que é uma questão muito grave para a fronteira, e é muito importante que seja uma fronteira estratégica para a segurança nacional.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Sobre essa questão da Lei 4.497, Senador José Lacerda, a gente conversou hoje de manhã, mas eu queria ler aqui uma simplificação do nosso relatório e alguns dos incisos também que a gente acatou, a pedido do Governo, para nós resolvermos definitivamente essa situação.

E quero dizer a V. Exa., Senador Beto Faro, que V. Exa. pode ficar tranquilo de que o Governo, a União, o Incra, terá cinco anos para ver se aquelas pessoas, que estão lá há anos, estão fazendo a parte social da terra, se está sendo cumprida a parte social da terra. Então, terá cinco anos ainda.

Na sessão de 15 de outubro de 2025, nesta Comissão, apresentamos o relatório com emenda substitutiva, acompanhado de complementação de voto.

Foram concedidas vistas coletivas.

Em tratativa com os demais Parlamentares, com o Governo e com a sociedade civil, evoluímos alguns aspectos do texto substitutivo que havíamos apresentado.

Basicamente, ajustamos o texto do caput do art. 1º da Lei nº 13.178, de 2015, para utilizarmos a expressão "registro" no lugar de "inscrito" por conta da maior abrangência do termo à luz do art. 168 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Além disso, acrescemos dois incisos ao caput do supracitado art. 1º. Um deles é para deixar claro que casos anteriores de desapropriação por interesse social não serão alcançados, e que ações anteriores fundadas... O outro é para esclarecer que obviamente ações anteriores fundadas apenas nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vícios ora sanados são alcançadas pela nova lei, pois não seria justo prejudicar um particular por um problema jurídico que ora é corrigido.

Diante disso, complementando o voto, mantemos nosso voto pela rejeição da Emenda nº 2 e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, na forma do substitutivo abaixo.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, que também acatamos em concordância dois incisos:

VIII – naqueles casos em que houver procedimento administrativo ou judicial no âmbito da União ou de ente federal referente à desapropriação por descumprimento da função social, antes da entrada em vigor do presente inciso, a ratificação dos registros imobiliários será declarada sem efeito, conforme inciso V deste artigo, desde que assegurado o contraditório e ampla defesa ao interessado;

IX – a ratificação de que trata esta Lei estende-se àqueles que, antes da entrada em vigor do presente inciso, sejam parte em litígio administrativo ou judicial no qual a União ou outro ente federal competente reivindique o imóvel em razão de qualquer dos vícios previstos no art. 3º desta Lei.

Portanto, Srs. Parlamentares, se tiver uma propriedade que já não está cumprindo a função social, e ela já não está cumprindo, então ela já não entraria aqui. E aí é uma discussão entre a pessoa que está lá, e ela não entraria dentro da ratificação.

Agora, o que nós deixamos claro aqui, Presidente, é que tanto o Incra, quanto a União, quanto os órgãos competentes terão cinco anos para rever se essas áreas estão cumprindo ou não a função social. Eu não vejo aqui nenhum problema de nós fazermos a ratificação dessas áreas, e isso já vem se discutindo há anos, essa situação, para fazer essa ratificação dessas áreas. E a gente sabe... Hoje, inclusive, o Governo publicou um decreto sobre o georreferenciamento, colocando um prazo até 2029 – não é, Tereza, 2029? –, mas isso não muda nada. Nós agradecemos ao Governo pela colaboração, por ter antecipado e visto, principalmente, que os pequenos produtores não tinham, era uma missão do Governo, obrigação do Governo Federal ter feito o georreferenciamento dessas propriedades até quatro módulos, mas nós não podemos deixar de continuar, verificarmos e podermos fazer a ratificação dessas áreas de fronteira. Isso vai dar muito mais segurança ao produtor, à União e a todos nós.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jaime.

Com a palavra, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Zequinha, caros colegas, Senador José Lacerda, sinceramente, eu gostaria que esses títulos estivessem realmente como o senhor fez, a cronologia, a sua explicação detalhada sobre a legislação, que vem desde 1500 até agora, e que a gente já pudesse ter resolvido esse problema do Brasil, mas, infelizmente, de tempos em tempos, isso surge e os títulos, as pessoas que estão nessa faixa de 150km da fronteira, são obrigadas a ratificar e ficam numa posição de insegurança jurídica. Mas acho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós temos tempo para caminhar com as duas coisas, porque esse projeto, passando aqui hoje, indo para o Plenário do Senado, volta para a Câmara dos Deputados e, enquanto isso, acho que podemos ter um parecer e ver se esse parecer para de pé, porque hoje nem sempre o que a Constituição diz vale, então nós temos que ter essa garantia para que os nossos produtores tenham tranquilidade, depois de tantos anos, de poder ter os seus títulos definitivamente ratificados, convalidados.

Eu queria também falar aqui com o Senador Beto Faro. Senador, nós fizemos esse projeto, está aqui no Senado e nós estamos trabalhando nele há meses – há meses. Nós demos toda oportunidade de discussão para que o Governo pudesse se manifestar. O que nós não podemos é postergar mais e dar mais tempo para essa discussão. Tem tempo, ele vai para o Plenário, depois vai para a Câmara, ainda há tempo de uma discussão, mas nós não podemos chegar à véspera... Primeiro, nós demos uma semana de vista na CRE. Isso foi combinado no Plenário desta Casa, que iria para duas Comissões. Na CRE, foi duas, três semanas atrás, quando abrimos vista de uma semana, aguardamos. Aí, ontem, na véspera da votação, vamos fazer um decreto. Ótimo, decreto resolve, resolve sim, resolve um pedaço, porque é só o georreferenciamento, não quer dizer nada, não tem nada a ver com a ratificação definitiva desses títulos ao longo de toda a fronteira do Brasil. Ontem, nós fizemos uma conta de padeiro, uma conta de pão. Quanto custaria? O Governo tem a obrigação de fazer o geo desses pequenos produtores até quatro módulos. Isso custa em torno de 1, 5 bilhão, conta de padeiro, pode ser mais, pode ser menos.

A conta feita rapidamente com o número de propriedades; 40% dessas propriedades são de até quatro módulos.

Nós precisamos caminhar, Senador. Além do mais, esse projeto de lei trouxe uma inovação: mesmo com a ratificação, o Incra, a Funai, enfim, as instituições que possam vir a ter algum problema em alguma dessas terras têm cinco anos para poder tomar as providências devidas.

Eu acho que o projeto é muito razoável, é um projeto bom, é um projeto que traz segurança jurídica. Vai ser votado aqui, vai para o Plenário do Senado e depois volta para a Câmara ainda, para que a gente possa resolver definitivamente um assunto que nós falamos que é de cem anos, mas não é, Senador José Lacerda: é um assunto de quinhentos e tantos anos.

Então, esse assunto precisa, como outros que nós temos nesta Casa, que ficam aí defuntos insepultos por muito tempo, porque a gente não consegue caminhar com eles... Eu acho que esse é um projeto que tem que andar, tem que ser resolvido de uma vez por todas.

Muito obrigada.

Parabéns, Zequinha... Não; parabéns, Bagattoli, pelo seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jayme Campos.

(Intervenções fora do microfone.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Para discutir.) – Senadora, quando eu citei o art. 51 do ADCT da Constituição de 1988, foi porque, à época, Marcio Lacerda, meu irmão, era Senador Constituinte, e nós estivemos aqui com o Senador Relator Bernardo Cabral e com o Dr. Ulysses Guimarães também para discutir sobre essa faixa de fronteira, porque na época a gente já enfrentava essas dificuldades com a Lei 2.597, de 1955.

Então, foi por isto que foi apresentado esse dispositivo, que foi aprovado na Constituição de 1988 exatamente como sendo uma solução definitiva para os títulos da faixa de fronteira: era para dar segurança na questão nacional, porque a orientação era a ocupação da terra, a expansão territorial nossa. Desde o Tratado de Tordesilhas até o Tratado de Madri, nós ampliamos a nossa terra pela ocupação da terra, pela posse da terra, e foi exatamente por isso que foi aprovado, na época, como sendo uma solução, pelo Constituinte de 1988, esse art. 51 do ADCT.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Presidente...

Tudo bom?

Presidente Zequinha Marinho, colegas Senadores, é bom que se esclareça aqui que o querido amigo Senador Zezinho Lacerda é da faixa de fronteira – né, Zezinho? Cacerense, lá da região oeste de Mato Grosso, conhecedor profundo, com certeza, até porque também foi Deputado Estadual, já foi Secretário de Meio Ambiente, já foi tudo! Faltava ser Senador, e está aqui já, agora, como Senador, né?

Resumo da ópera: nós aprovamos, pouco tempo atrás, diante de um esforço coletivo, em que todos nós fomos nos sentar, a prorrogação, porque havia lá uma intranquilidade. Todos os dias isso era abordado, porque muitas pessoas acham que é só ali, naquela região oeste, onde se atravessa pelo Pantanal, sobretudo Poconé, que vai até a faixa de fronteira, Corumbá também, Campo Grande, etc., etc...

O SR. JOSÉ LACERDA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MT. Fora do microfone.) – Dezesseis mil quilômetros...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É. De fronteira seca, de fato e de direito, pelo que eu tenho de informação, são 700km no território mato-grossense.

Entretanto, aqui nós estamos criando um novo procedimento através desse projeto de lei, que é muito importante.

São regiões que, infelizmente, estão na faixa de fronteira, e o narcotráfico – é bom que se esclarece aqui, Senadora Tereza – tomou conta. Não é privilégio nosso do Mato Grosso, mas de todo o território nacional, nós estamos sabendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Feito isso aí, gera uma intranquilidade, não só de segurança pública, mas, sobretudo, o que acontece? Alguns investimentos que têm que ser feitos nessa região são extremamente complicados, há uma dificuldade muito grande por ter sido faixa de fronteira.

Lá na década, bem atrás, na década de 70, 80 e tatareco ali, os Prefeitos da região, inclusive, eram nomeados – para você ter noção –, de Vila Bela, Mirassol d'Oeste, eram nomeados por força do regime da época, que era muito bom, que dava a oportunidade para que os Governadores não só nomeassem os Prefeitos de capitais, mas, sobretudo, também da faixa de fronteira, o que ocorreu lá.

Pois bem, e cada dia que passa, com certeza, assim, aquele produtor que está lá, seja ele pequeno, médio, grande, está vivendo dramas todos os dias, não só em relação à faixa de fronteira, como nós temos um problema também grave lá, que é lá na Serra lá da...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Na Serra Ricardo Franco, que é outra problemática, que é uma área grande, é da extensão rural gigantesca da Ricardo Franco lá.

Então, de maneira que eu acho que isso aqui é muito oportuno, e nós temos que votar, querido amigo, Senador Beto, nós temos que votar essa matéria que é de extrema relevância, e não é para o Mato Grosso, é para o Brasil – em toda essa faixa nós temos essas dificuldades.

Eu, particularmente, quando fui Governador, eram inúmeros, inúmeros problemas que surgiam, e todo dia tinha que ter a presença do Estado lá, até porque ainda é uma população rarefeita que mora nessa faixa ali, você pode reparar, é uma população rarefeita, então, é o que causa problema.

E este projeto aqui vai gerar, com certeza, mais tranquilidade, sobretudo, na questão também da regularização. O maior problema nosso, Ministro, a senhora é conhecedora, é a questão da regularização fundiária.

Todos os dias estamos convivendo com uma série enorme de problemas. O assentamento é, como se fala aqui, geo, o pior lá no Mato Grosso, com todo o respeito que eu tenho, é a questão do CAR.

No Mato Grosso, para você ter noção, se nós trabalharmos numa velocidade... Porque hoje a velocidade do CAR lá anda na faixa de 1.8/dia, quase 2.

Nós temos 110 mil propriedades. Quanto tempo nós vamos demorar para fazer essa regularização? Ou seja, dar o CAR para o cara. Sem o CAR você não vale nada, o cidadão não tem acesso a linha de financiamento, decreto de impacto nenhum.

Então, o Estado é moroso demais, o Estado não anda, é travado nas quatro. Aí fala em geo, é outro problema. O Incra também no Mato Grosso, ainda bem que hoje ia rolar isso para fazer, mas também é um problema seríssimo. Todo dia, muitas vezes você faz lá, já com concordância do vizinho da esquerda, da direita, do fundo, da frente e, mesmo assim, nós temos problemas, todos os dias lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E até porque o Incra, nesses últimos anos, ficou sucateado. Lá no Mato Grosso, para você ter noção, até tempos atrás, não tinha nem sede, porque o telhado da sede caiu, e estava ocupando o espaço da associação matogrossense do município lá de favor.

Aí você imagina, envelheceu o Incra do Brasil, de uma maneira geral, envelheceu. Hoje, com certeza, com uma idade média lá dos 60 anos para a frente, 70 anos, já não tem nenhuma disposição até para trabalhar.

Eu quero cumprimentar aqui o Senador Jaime Bagattoli, que foi o Relator da matéria, da mesma forma o Deputado Federal Tião, que promoveu, de maneira que é um assunto, quando se fala da necessidade... É verdade, nós tínhamos que defender o interesse das pessoas que estão lá, até porque são pessoas sofridas.

Ninguém sabe, talvez, o sofrimento dessa população que mora ali, inclusive nos dando a segurança para preservar a nossa segurança nacional, essas pessoas que estão ali, muitos sem apoio nenhum, sem incentivo nenhum. Quando existe bagunça, ele vai lá derrubar um pé de árvore lá, já vai lá o Ibama, já vai a Sema, já foi a Força Nacional.

E é assim, é pauleira mesmo lá. Eu sei por que os caras me procuram: "Senador, pelo amor de Deus, nos socorre lá".

E não é um. Quando chegam ao escritório é de Kombi cheia. Sei lá, é de micro-ônibus lotado. É o pessoal pedindo socorro, porque não sabe o que faz. E não é pouca gente, é muita gente. Então, este é o Brasil, infelizmente.

Conseguimos agora, depois de um esforço gigantesco, a questão da APA. Agora um procurador do MPF deu, o juiz catou. É gente que está há 60 anos lá. São 450 mil hectares de terra produzindo. E agora: "Olha, aqui é uma APA, a Cabeceira do Rio Cuiabá". E onde vai ficar essa galera? Setecentas pessoas moram lá.

Com muito custo, nós recorremos ao Supremo Tribunal Federal que, num gesto de lucidez... E aqui eu quero agradecer de público ao Ministro Zanin, que despachou e cassou a decisão do juiz federal de Mato Grosso que estava inviabilizando o cidadão com a soja para vender, com o milho, com boi. Não podiam vender nada. E como é que nós íamos fazer? Esse é o Brasil. Infelizmente, vivemos num momento, ainda, de insegurança jurídica. Isso traz sérios transtornos e prejuízos a alguns cidadãos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Zequinha, Senadora Tereza e, sobretudo, aqui, o nosso Relator, companheiro, amigo e xará, Jaime Bagattoli.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Cumprimento o Senador Jayme Campos. Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para discutir.) – Bom, primeiro, nós não estamos impedindo nenhuma votação. Estamos externando aqui uma posição com referência a isso. Primeiro, tenho que deixar bem claro que é essa questão.

Que há um problema fundiário grave no Brasil, nós temos consenso, não é só nas áreas de fronteiras, nas outras áreas nós temos um problema grave. A Ministra Tereza, nossa companheira Senadora, sabe disso. Ela foi Ministra há pouco tempo. O Incra, inclusive, que hoje é, vamos dizer, tutelado pelo MDA, era tutelado pelo Ministério de que V. Exa. era Ministra. E sabe que nós não conseguimos resolver essa situação, porque não é uma situação simples, não é uma situação fácil de trabalhar.

Nós estamos fazendo um processo aqui... Porque para os pequenos, Senador, já estão resolvidos. Nesse aspecto, os pequenos estão resolvidos. Nós estamos tratando aqui das propriedades acima dos 15, não estamos mais tratando dos pequenos. Então, é de um determinado número de pessoas.

Aqui quero só reestabelecer uma coisa. Não pode parecer que o Governo não está discutindo isso aqui, o Governo estava discutindo. Tanto é que o decreto que está sendo estabelecido não foi anunciado ontem. As pessoas sabiam já que o Governo estava trabalhando isso antes, não foi dito só ontem. Então, o Governo também está fazendo.

O que nós estamos levantando é a necessidade de um maior debate, até para evitar mais judicialização sobre isso, que o tema se enrole mais ainda, para que efetivamente a gente resolva. Mas eu estou compreendendo – compreendo – que na Comissão, inclusive pelas falas dos Senadores e das Senadoras, há uma maioria para se consolidar a matéria. Então, nós fazemos isso, nós vamos nos posicionar contrários e vamos continuar debatendo nas Comissões, no Plenário e na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Beto.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, coloco em votação o relatório do Sr. Senador Jaime Bagattoli com a nova complementação de voto desta data.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Contra o voto do Senador Beto Faro.

O projeto está aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 3 – CRA (substitutivo).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Informo: está rejeitada a Emenda nº 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Parabenizo a autoria do Senador e a relatoria do Senador Jaime Bagattoli.

Senadora Tereza Cristina, com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador.

Eu gostaria de pedir urgência...

(Soa a campainha.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... para o Plenário dessa matéria, conforme acordo firmado lá atrás de que passaria por duas Comissões e iria imediatamente para o Plenário do Senado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu quero subscrever também ao requerimento proposto pela Senadora Tereza Cristina em regime de urgência urgentíssima. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Aprovada a minuta de requerimento de urgência a ser apresentada perante o Plenário do Senado Federal. (Pausa.)

Quero agradecer a presença de todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião está encerrada.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Giordano, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim e Astronauta Marcos Pontes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública atendendo ao Requerimento 43/2025 - CRA, de autoria Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Debater com o setor privado a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Participantes: Eduardo Brito Bastos, CEO do Instituto Equilíbrio e Diretor do CCARBON/USP; Cecílio Perez Júnior, Diretor-Executivo do RCGI-USP Carbon Registry; Odair Vinícius Carrel, Diretor-Executivo do RCGI-USP Carbon Registry; Afonso Bertucci, Diretor de Tecnologia da Braspell Bioenergia; Eloi Darci Podkowa, Diretor-Presidente da Cooperativa Agroindustrial - Copagril; Marcos Ferronato, Doutor em Engenharia Agrícola (Unioeste) e CEO da Network; Almir Rebelo de Oliveira, Engenheiro agrônomo e Presidente do Clube Amigos da Terra; e Rita Ferrão, Presidente da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e Metano - Abcarbon. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para debater com o setor privado a regulamentação da Lei nº 15.042, de 2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), em atendimento ao Requerimento nº 43, de 2025, aqui da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze e desta Presidência.

Esta audiência pública nós vamos dividir em duas mesas.

Eu quero convidar aqui, com muita honra, os convidados para compor esta primeira mesa.

Dr. Eduardo Brito Bastos, CEO do Instituto Equilíbrio e Diretor do RCGI da USP – Dr. Eduardo, por favor, bem-vindo!

Também quero convidar o Dr. Cecílio Perez Júnior, Diretor-Executivo do RCGI-USP também.

Convido o Dr. Afonso Bertucci, Diretor de Tecnologia da Braspell Bioenergia.

Por último, convido o Dr. Odair Vinícius Carrel, Diretor-Executivo do RCGI-USP.

A USP está mandando nesta mesa, não é? É a maioria. (*Pausa.*)

Muito bem, eu quero dar a palavra inicialmente ao Senador Luis Carlos Heinze, autor do requerimento que nos traz esta audiência pública muito importante para o setor do crédito de carbono. Por gentileza, Senador. Nós temos já também a presença do Senador Jaime Bagattoli, do PL, de Rondônia. Esperamos que os nossos colegas...

Não falha, né? O Senador General Hamilton Mourão presente também.

Por gentileza, com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Bem, boa tarde, Senador Zequinha, amigos da mesa, colegas Senadores Mourão e Bagattoli. Eu liguei para o Bagattoli, viu, Zequinha? "Tem assunto de dinheiro para ti, para o teu estado e para o Brasil". Em dois minutos, o homem estava aqui, ó. Fala em dinheiro, o homem está junto.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Sem poder falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sem poder falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nós já iniciamos uma discussão, Senador.

Quero cumprimentar aqui a Bárbara, sua assessora, que nos tonteia falando nas coisas aí, junto com o Claudio. Nós temos conversado sobre a questão do crédito de carbono. Já fizemos aqui um debate com o Governo sobre a regulamentação da Lei 15.042, que para nós é muito importante. E havíamos proposto também uma conversa com os privados, né?

Então, hoje aqui está a USP, cuja presença eu quero agradecer, e também o Afonso Bertucci, com quem nós já temos tratativas há bastante tempo com relação à questão do setor florestal, em que estão investindo lá no Rio Grande do Sul. Aqui também está Almir Rebelo, que nos acompanha muito sobre o transgênico e sobre o Código Florestal. É um parceiro que nós temos de muitos anos – é agrônomo, produtor rural do Rio Grande do Sul. A Rita Ferrão também, que trabalha com a questão... Viu, Bagattoli? Essa moça tem um programa de certificação. Depois, em tempo real, ela mostra a tua propriedade, para tu saberes qual é o ativo que tu tens nas mãos lá, que talvez nem tu conheças. E aqui quero também agradecer ao Eloi e também ao Marcos, que têm uma iniciativa pioneira.

Não sei se tem mais alguém fazendo – viu, Eduardo? – no Brasil o que a cooperativa Copagril, lá de Marechal Cândido Rondon, está fazendo. São 65 mil produtores, Eloi?

O SR. ELOI DARCI PODKOWA (*Fora do microfone.*) – Hectares.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ah, 65 mil hectares na área de abrangência da cooperativa. Então, é um caso real. Já há vários anos, a cooperativa vem operando. Isso, para nós, é um modelo do que pode ser para os milhões de hectares de soja, de milho, de arroz, de trigo, de pastagens, de florestas que nós temos no Brasil. Então, o exemplo da Copagril, para nós, é importante.

Por isso, quero agradecer ao Eloi, que é o Presidente da cooperativa, e também ao Marcos, que trabalha nesse assunto, pós-graduado, doutor, e conhece bem o assunto.

Já tivemos a oportunidade, de manhã, de fazer uma conversa prévia, Senador Zequinha. E já deixo o convite a todos... Na conversa de hoje de manhã, já para avançar o processo, foi falado aqui com a Dra. Cristina Reis, do Ministério da Fazenda, que está hoje à frente desse assunto no Ministério da Fazenda, afinal, isso interessa também a eles.

Como está fora, nós já temos um convite para agora, às 17h, estarmos no Ministério da Fazenda – na sequência dessa conversa aqui, nós iremos lá. E eu pedi que ele convidasse também o MDA e o Mapa, certo? Então, alguém do Mapa e do MDA, juntos, para conversarmos com a Fazenda sobre um assunto que é do interesse do Brasil, entendeu, Bagattoli? Acho que é um assunto importante.

O General Mourão também vem da zona da produção. Aí nós temos que desmistificar também que o arroto do boi, que as fezes de uma vaca estão causando aquecimento global. Nós vamos discutir esse assunto hoje aqui também, que é a região de Bagé, de onde é oriundo o nosso General Mourão. Então, é importante. Temos um trabalho também lá sobre esse assunto.

Obrigado, Senador Zequinha. Vamos adiante nesse tema, porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A preocupação, Zequinha, que nós temos hoje, Mourão e também Bagattoli, é com relação à COP, que nós teremos nos próximos dias no Brasil. Como nós temos um ativo importante, que isso não seja um desestímulo à produção. O Brasil tem esse ativo nas mãos. Não podemos jogar fora esse ativo que nós temos por questões ideológicas, para vender o... Aqui é um Brasil positivo para o mundo e não um Brasil, como algumas pessoas pensam, diferente do que ele realmente é.

O agro, hoje, é a sustentação do Brasil. Graças ao agro brasileiro, que sustenta este país hoje, da importação, da exportação... O PIB, enfim, vem do nosso setor, os empregos... O Eloi conhece pela cooperativa dele, e nós conhecemos pelo Brasil, pela nossa condição de agrônomo e de produtor rural também. Aqui temos mais um ativo que nós temos que explorar e explorá-lo bem, porque o mundo nos deve.

O Afonso também vai fazer uma colocação sobre a questão do setor do carvão, das nossas indústrias de cimento, de aço, enfim, com o que o agro pode contribuir para aqueles que estão, efetivamente, poluindo a humanidade.

Obrigado, Presidente.

Bola para a frente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Zequinha, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Senador Hamilton.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Só para complementar, viu, meu amigo Heinze, na quinta-feira passada, estive lá em Bagé, na Embrapa Pecuária, e uma das pesquisas que eles conduzem ali é exatamente em relação a essa questão dos dejetos do boi, sobre qual é realmente a emissão que isso causa. Na realidade, muito pelo contrário, isso fixa nitrato no solo. Tem uma pesquisa muito bem conduzida lá. Então, é um lugar que quem tiver a oportunidade de visitar... As pesquisas que eles estão fazendo, inclusive, de genética da carne, são sensacionais.

Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador.

Quero só informar aos nossos expositores aqui que esta reunião é transmitida pela internet e que os internautas têm a oportunidade de fazer considerações ou perguntas.

Eu já tenho aqui várias perguntas e queria pedir ao Secretário que depois as distribuísse para cada expositor, para que eles possam dar uma olhada.

Antes, porém, eu gostaria de ler rapidamente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Rayanne, da Bahia, pergunta o seguinte: "De que forma o SBCE pode garantir avanços reais na sustentabilidade ambiental sem comprometer sua efetividade regulatória?".

O Luiz, do Estado do Paraná, pergunta: "Há equilíbrio entre metas ambientais e custos produtivos?".

A Helena, de São Paulo, pergunta: "O mercado de carbono no Brasil será um instrumento real de transição ecológica ou apenas um novo espaço de especulação econômica?".

A Beatriz, também do Estado de São Paulo, pergunta: "Quais os desafios jurídicos e institucionais para a efetiva regulamentação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Carbono?".

O Anísio, do Estado do Ceará, pergunta "Como o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões pode conciliar redução de gases de efeito estufa e competitividade econômica?".

A Renata, aqui do Distrito Federal: "Como a regulamentação tratará setores estratégicos como o agronegócio, incentivando práticas de baixo carbono sem perdas [...] [de produtividade]?".

Tem dois comentários aqui.

O Oswaldo, do Rio de Janeiro, comenta: "As mudanças climáticas são cíclicas como o planeta, com eras mais quentes e eras mais frias. Temos que deixar de lado essa paranoia." Esse aqui é bravo. (*Risos.*)

A Renata, do Distrito Federal, também faz um comentário, dizendo o seguinte: "O sucesso do sistema depende do equilíbrio entre a ambição climática e a competitividade da indústria nacional. Previsibilidade é a chave".

Queria que o Pedro tirasse uma cópia disso aqui para cada expositor.

Então, senhores e senhoras, vamos para o nosso primeiro expositor – nós vamos ter dez minutos para o senhor fazer um balanço geral. Dr. Eduardo Brito Bastos, CEO do Instituto Equilíbrio e Diretor do RCGI, da USP.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor.) – Obrigado, muito obrigado, Senador. É bom estar aqui mais uma vez com o senhor, a gente que já... Eu já militei bastante no cacau, e tivemos muitas boas conversas...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ah, é verdade.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – ... sobre cacau. Quero agradecer aqui ao Senador Heinze, pela excelente prosa que a gente teve hoje cedo; ao Senador Bagattoli; ao Senador Mourão. É bom demais estar aqui.

Eu quero fazer três recortes: o primeiro é da lógica do mercado de carbono e como o agro se insere nesse desafio, um pouco do que é o Brasil nisso, a importância, e, no final, alguns pontos – na verdade, pedidos, recados importantes – que a gente precisa despachar para que esse mercado dê certo dentro do setor agro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu presido o Instituto Equilíbrio, que é um instituto focado em buscar trazer a agenda ambiental mais próxima do agro, e estou também no CCarbon, que pertence à USP, fica lá na Esalq – não é o RCGI. Eu brinquei aqui com o Cecílio, que a gente está tão junto que eu já estou quase como Diretor do RCGI, mas, na verdade, sou Presidente do Conselho do CCarbon, que é o irmão do RCGI, também da USP, mas que fica lá em Piracicaba, dentro da Esalq. A gente é o maior centro, hoje, de pesquisa de carbono na agricultura do Hemisfério Sul e o segundo maior centro do mundo dedicado para isso. São oitenta doutores ali trabalhando justamente para viabilizar essa agenda de carbono no agronegócio.

E o que é essa agenda? O ponto importante aqui é: tudo começa com boas práticas agrícolas. No Brasil, as principais estão debaixo do que a gente chama de Plano ABC, o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono). O ABC+ é o plano para a gente implementar boas práticas. E o que é implementar boa prática? É eu pegar uma área de pastagem degradada e converter num sistema, por exemplo, de cacau com açaí; é converter uma área de pastagem degradada lá no Pampa, aplicar fósforo – o Pampa, geralmente, é pobre em fósforo –, eu jogo fósforo, recupero aquela pastagem, e aquela pastagem, que emitia, passa a capturar CO_2 equivalente, o gás carbônico equivalente, que é, para a agricultura, gás carbônico, metano e óxido nitroso – metano: as duas principais emissões do mundo vêm de bovinos e do arroz, no Brasil, de longe, bovinos; óxido nitroso: principalmente na aplicação de fertilizantes nitrogenados, como ureia, sulfato de amônia, que têm uma emissão, mas a principal emissão vem de CO_2, que é gás carbônico mesmo, direto.

Então, boas práticas podem ajudar a capturar carbono ou reduzir a emissão. Então, quando eu troco, quando eu produzo etanol, seja de milho, seja de cana, e troco a gasolina por etanol, eu reduzo a emissão, eu não zero, mas eu reduzo essa emissão. Mas eu posso também capturar, se eu faço, por exemplo, um sistema agroflorestal, uma parte daquele carbono vai ficar lá na planta do cacau, ela vai fazer a fotossíntese, eu colho o cacau, mas o pé do cacau está lá, e isso é captura. Então, essa combinação aqui é que para o mundo é importante.

Agora, se a gente quiser converter isso em dinheiro, eu uso uma metodologia, existem mais de 170 metodologias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – ... e praticamente nenhuma feita ou aplicada aqui no Brasil. Vocês vão ver alguns casos de metodologias desenvolvidas aqui, e é o que a gente entende que é superimportante que aconteça. Hoje, praticamente todas as metodologias... a principal metodologia usada no agro, no mundo e no Brasil é da Verra, VM0042 versão 2, que foi desenvolvida no Hemisfério Norte e aplicada aqui. Então, a gente entende que o Brasil tem um potencial...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É uma certificadora?

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – É uma certificadora internacional, é a maior do mundo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – ... é uma registradora, a gente vai explicar também melhor; deixo o Cecílio explicar melhor essa diferença, que é um defeito pequeno, mas é um defeito da lei de não ter deixado claras essas diferenças: o que é registradora, certificadora, mas, no geral, a lei é excelente, o desafio agora é regulamentar o decreto.

Bom, esses créditos, então, essas boas práticas, se a gente aplica um projeto, esse projeto é implementado, é validado, é medido, reportado e verificado, isso se chama MRV – por sorte, MRV em inglês e MRV em português – (medição, reporte e verificação), eu posso converter essas boas práticas em crédito.

Então, ter um excedente de floresta, ter uma área restaurada, ter um novilho precoce, não gera crédito de carbono, isso gera redução de emissão, que pode gerar crédito de carbono. O que a Lei do SBCE disse, aprovada em dezembro do ano passado? Ela disse o seguinte: olha, no agro, o agro primário está fora, mas ele é desobrigado a isso. Agora, se eu gerar esse crédito, eu posso passar pelo sistema, pelo Executivo, hoje na secretaria, na recém-criada – semana passada – secretaria dentro do Ministério da Fazenda, com a secretária Cristina Reis, vai autorizar ou não que esse crédito de um mercado voluntário vire um crédito regulado e aí eu posso, então, fazer uma compensação dentro do país de indústrias que são emissoras.

Então, uma indústria de cimento, uma indústria química, uma indústria de petróleo que emite e não consegue compensar dentro de casa poderia comprar crédito do agro, mas ela só pode comprar crédito do agro se o Executivo brasileiro aprovar, porque é assim que está escrito na lei. Esse é um ponto importante de a gente lembrar: ter o excedente em si não gera crédito, o que gera crédito é essa permissão.

E aí eu quero exportar esses créditos, eu ainda tenho que converter esse crédito que por lei chama CVRE (Certificado Verificado de Redução de Emissão), eu converto, então, esse CVRE num Itmo e esse Itmo, que é esse crédito transacionável, eu posso vender na Europa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – E a CPR verde?

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Ela está fora. Cbio está fora, CPR verde está fora, não entrou nessa regulação e esse é um ponto importante.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – É o sistema voluntário, né?

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Exatamente. Ela está separada.

Então, esse é o primeiro comentário que eu queria fazer.

O segundo comentário: qual é a importância do setor no Brasil?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor é o segundo maior emissor do Brasil. Se a gente olhar o dado referência de 2005, que é a base de que parte o país para zerar em 2050 – promessa que a gente fez na última COP, a COP 29. Esta é a trigésima, COP 30 – COP é Conferência das Partes, *Conference of the Parties,* daí o acrônimo COP. Essa é a 30ª, em Belém do Pará. Mas, na COP 29, no ano passado, o Brasil foi lá e falou: "Olha, a gente vai zerar até 2050".

Então, eu parto de uma base de 2,4 bilhões de emissão e, desses 2,4 bilhões, 1,2 bilhões, mais ou menos, 50%, vem de desmatamento – 600 milhões de agricultura e 600 milhões de todos os outros setores brasileiros.

O que é importante aqui? Desmatamento, eu consigo zerar. O ilegal, com comando e controle, e o legal, com pagamento de serviços ambientais.

A indústria tem um plano de redução de emissão. É tudo reduzir emissão.

Onde está a beleza do setor agrícola, agropecuário? O agro pode não só reduzir emissão – quando eu troco, por exemplo, uma ureia comum por uma ureia verde; quando eu faço um sistema agroflorestal; quando eu faço plantio direto... Mas eu também posso remover. E remover só a gente consegue fazer. Mas a ONU e, portanto, o Governo brasileiro, seguindo uma regra da ONU, não consideram a remoção no agro.

Então, essa é uma briga que a gente precisa brigar – e que a gente briga numa arena internacional, representada, no caso, anualmente, pela COP. A COP é um evento – na verdade, a COP é um processo... A gente tem o evento, que são as duas semanas, neste ano em Belém. Mas a gente tem que trabalhar para incluir remoção. Por quê? Porque um produtor, quando faz plantio direto na palha, se ele fizer bem feito, aquele sistema está capturando e aquela captura não é contabilizada, nem pelo Governo brasileiro – na verdade, pela ONU, nenhum país faz essa contabilidade, mas não faz aqui também para nós...

Então, esse é o segundo recado que eu quero dar, a importância do agro, não só na redução de emissão, mas também no aumento de captura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Encerro aqui, deu o tempo, mas com três pedidos para esta Casa. O primeiro, que a gente acelere a implementação do decreto.

Esta Casa aprovou, de maneira muito célere e muito responsável, a gente teve várias discussões aqui sobre a lei do SBCE, e a gente precisa do decreto regulamentador, porque, sem o decreto, a gente não consegue implementar isso. O prazo que a lei dá é até 2030 e, obviamente, a gente tem pressa em fazer o que é certo e em trazer recurso para o agro, que tanto precisa.

Então, esse é o primeiro pedido.

Agradeço o Senador Heinze por já organizar a reunião, logo depois aqui. Isso vai ser muito importante para que a gente ajude o Ministério da Fazenda a implementar isso de maneira célere.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto é que a gente continue reforçando a não necessidade de publicação do Plano Clima para a COP. Existe um movimento para que a gente apresente esse orçamento de carbono – o Plano Clima é um orçamento de carbono, na COP, e isso será desastroso para o agro. O agro emite 600 milhões e existe uma alocação que foi feita, que penaliza o agro pelas emissões de desmatamento.

Então, a nossa emissão sai de 600 milhões para 1,4 bilhões. Nós entendemos como setor, eu presido o Comitê de Sustentabilidade da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio) há 15 anos, e, como Abag, a gente é membro do IPA, a gente é muito parceiro da FPA, de muito tempo. Sou cofundador lá atrás, estou ficando velho já. Mas a gente tem pedido com muita, muita, muita, muita atenção que a gente não faça essa loucura de apresentar o Plano Clima na COP. Isso seria desastroso ao setor, e é um pedido enfático que eu faço aqui a esta Casa, que nos ajude na interlocução com o Executivo brasileiro para que isso não aconteça.

O terceiro e último ponto é o fortalecimento do sistema de pesquisa agropecuária. Muito do que a gente falou – agradeço ao Senador Mourão aqui pelo comentário da Embrapa Bagé –, eu estava outro dia na Expointer e aproveitei para conversar com os meus amigos, tanto lá da Embrapa Bagé como da Embrapa Passo Fundo. A gente tem o programa 365, que é manter o solo coberto o ano todo, e a gente quer transformar isso em um projeto de lei.

É muito importante que a gente fortaleça o sistema de pesquisa. Quando a gente fala que uma cabeça de boi emite 90kg de carbono equivalente por quilo de carne e que, se a gente recuperar a pastagem, esse número pode ir para -10, ou seja, não é uma segunda sem carne, é mais segundas com carne, porque a gente pode mudar esse jogo.

É isto o que a gente precisa fazer como país: investir mais, para trazer mais dados robustos, para contrapor uma narrativa do Hemisfério Norte, não por maldade, na minha opinião, porque a gente faz parte de um centro de pesquisa e tem conversado muito, mas por desconhecimento. Quem está no Hemisfério Norte tem neve, tem um outro jeito de fazer as coisas que não é o nosso. O mundo foi feito, as regras foram feitas no Hemisfério Norte, não nós... Nós temos que criar as nossas regras e garantir que o mundo entenda que, cientificamente, o que a gente está fazendo é correto. A partir daí, que a gente possa pôr uma régua que também é nossa e não apenas uma régua do Hemisfério Norte.

É isso o que eu encarecidamente peço. Mais uma vez, agradeço aqui a gentileza e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Dr. Eduardo.

O nosso próximo expositor é o Dr. Cecílio Perez Júnior, também Diretor-Executivo do RCGI, da USP.

Eu gostaria que o Senador Luis Carlos Heinze depois, então, viesse a assumir a Presidência. Eu vou ficar dali, porque acho que eu vou ter que aprender um bocado hoje, viu? Bastante, para tirar algumas dúvidas. Senador Heinze, vamos assumir aqui? Vamos lá. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR (Para expor.) – Bom, muito obrigado pelo convite, Senador Heinze, Senador Zequinha e Senador Mourão.

O ponto aqui, até pegando um gancho do Senador Zequinha, qual a confusão que se faz em relação aos atores desse processo? Nós temos aí, dentro do cenário de carbono, até falando um pouquinho do que o Eduardo comentou, nós temos ali o proponente. O proponente é o proprietário da terra, aquele que quer desenvolver o projeto. Depois disso, nós temos o desenvolvedor de projeto, que é uma empresa, uma entidade, um consultor que pode atuar para facilitar o entendimento e a adoção daquela metodologia. De onde vem essa metodologia? Essa metodologia vem de uma registradora.

Então, quando você tem um desenvolvedor de projeto, dependendo do tipo do bioma, da área, da atuação daquele possível crédito de carbono, é escolhida uma metodologia de alguma registradora nacional ou internacional. Agora nós temos o RCGI-USP que tem essas possibilidades.

Dentro da registradora internacional, é parte do seu escopo uma homologação de empresas certificadoras, que são as auditorias. Então, tem grandes empresas de auditoria internacional e nacional que fazem essa verificação, que é o famoso VVB. Quando esse projeto de crédito de carbono começa, na mão do desenvolvedor, utilizando metodologia de uma registradora, o próximo passo natural é passar por uma auditoria. Essa auditoria, que é a certificação, valida que toda aquela documentação está em *compliance* com a metodologia da registradora, seguindo os cálculos, algoritmos, todas as estruturas de adicionalidade, tudo que envolve aquela estrutura de projeto, e aí sim é submetido à registradora.

A função da registradora neste momento é registrar e nascer o crédito. O crédito nasce dentro dessa plataforma. Então, a registradora é a salvaguarda, tem a detenção dos créditos de carbono durante o período do projeto, 20, 30 anos, e todas as transações são registradas e públicas. Então, o princípio de uma registradora é ter a sua metodologia aprovada por um comitê internacional, ela fica para o escrutínio científico, ela é *science-based*, tem que estar efetivamente em acordo principalmente com o UNFCCC, com o IPCC, com as regras internacionais. E, saindo desse ponto, toda transação ou aposentadoria é registrada dentro dessa plataforma, que é uma registradora. Aí temos Verra, Gold Standard, ACR, essas são as principais internacionais, e não existe uma...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone*.) – Que são registradoras?

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – Registradoras, isso.

As empresas de desenvolvimento de projetos são as empresas que ajudam o proponente a desenvolver o projeto. E a certificadora é a empresa de auditoria, então uma TUV, uma KPMG, uma Price, várias auditorias que sabem fazer o processo de validação de um registro de carbono. Então ela pega a metodologia, pega o projeto e diz: está o.k., pode submeter a registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Bateu.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – Bateu, está tudo certo. E a registradora não aceita um projeto a não ser que esteja já com o *stamp* de uma auditoria. Então é o mesmo passo que nós estamos fazendo agora no RCGI-USP Carbon Registry.

E aí, pegando um gancho no que o Eduardo falou, que é o papa no assunto do agro aqui para nós, não existiam, de fato, metodologias muito aplicáveis ao bioma nacional. E aí o Odair vai explicar um pouquinho mais os detalhes sobre isso, mas qual é a grande importância e a grande oportunidade desse processo? Existem diversas oportunidades de geração de crédito e as metodologias não estão aderentes ao escopo nacional, tanto no agro, como na siderurgia, como num projeto Redd. Então tem diversas características de biomas nacionais, como o Eduardo falou, que são muito voltadas para o Hemisfério Norte. O nosso bioma é diferente, a captura que nós temos, com base até nos estudos que nós temos, é também diferente, então a volumetria e a quantificação também vão ter uma distorção. Então este é o nosso propósito: trazer uma plataforma e um rigor científico extremamente elevado para dar oportunidade, principalmente ao setor do agro brasileiro, de registro de crédito de carbono dentro do nosso país.

Então, dentro desse tema, acho que é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Afonso Bertucci. Não? Tem o Odair. Vou deixar o pessoal da USP falar.

O SR. ODAIR VINÍCIUS CARREL (Para expor.) – Boa tarde. Agradeço o convite.

O que a RCGI-USP está trazendo de diferente do mercado atuante? Nós temos hoje mais de 800 doc e pós-doc e mais de 30 laboratórios de pesquisa que vão aprofundar dentro do mercado de carbono. Nós estamos falando tanto da parte florestal, quanto da parte industrial. O que a USP está trazendo de diferente? A USP está pegando toda a metodologia que tem com base internacional no IPCC ou NFCC e fazendo adaptação para o mercado brasileiro. O que isso quer dizer? Nós temos hoje Caatinga, Pantanal, Cerrado e nós não temos uma metodologia que seja fidedigna a isso, internacional. Hoje, nós pegamos, por exemplo, de uma Verra, que é uma registradora internacional, uma das mais importantes, uma metodologia que pode ser aplicada em qualquer lugar do mundo. E o que acontece? Muitas vezes se perde parte desse carbono que poderia ser aplicado. O que a USP está trazendo? Está trazendo uma metodologia para que todo esse estudo seja composto e todo o carbono seja aproveitado. É basicamente isso que nós propomos para a Casa aqui.

Uma coisa que o Cecílio falou aqui que eu acho bastante importante também é a linha que a USP está trazendo, que é poder trazer o crédito tanto no mercado voluntário, quanto estar pronto para o mercado regulado. Isso eu acho que vem bem de frente com aquilo de que nós precisamos aqui no Brasil, porque nós estamos hoje a pé com relação a isso. Os custos, hoje, internacionais são muito altos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que acontece? O pequeno agricultor acaba ficando de fora, porque o projeto não para de pé por questão de custo. Isso é um problema muito sério. A USP está trazendo essa metodologia com um custo muito baixo, eu diria pelo menos um terço do valor mercadológico, em real, para que a gente possa fazer para o médio e o grande produtor ou para as indústrias coligadas que precisam fazer as suas compensações.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Cooperativas.

O SR. ODAIR VINÍCIUS CARREL – As cooperativas, exatamente. As cooperativas também são um ponto bastante importante aqui de ser tratado.

Acho que basicamente da USP seria mais ou menos isso que a gente propõe aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Carrel. Justamente, nesse assunto, está aqui a Copagril, que já está implementando esse processo lá no Paraná, em mais de 100 mil hectares. Já vão falar nesse assunto também, depois o nosso Presidente vai colocar esse assunto.

Afonso Bertucci, por favor.

O SR. AFONSO BERTUCCI (Para expor.) – Primeiro, queria falar da minha satisfação. Obrigado aos Senadores. Obrigado, Heinze. O Heinze é amigo nosso já há mais de 10 anos, batalhando.

Eu vou, por causa do tempo, já direto ali para uma apresentação. Pode passar a próxima tela. Ah, está aqui? Como é que eu faço?

Rapidamente, nós temos que ver quem são os vilões do aquecimento global. Os vilões do aquecimento global chamam-se: carvão mineral, petróleo e gás. Esses são os vilões. Então, o esforço do mundo é para substituir isso, mas não é fácil: são 6 bilhões de toneladas de carvão por ano; são 80 milhões de barris de petróleo por dia. O que acontece? A concentração do CO_2 vai aumentando assustadoramente.

Só para um efeito de equalização do raciocínio – para a gente estar numa mesma página, como dizem os americanos – é muito importante... O gás do efeito estufa tem um efeito importante na atmosfera, porque, se ele não existisse... A energia solar que aquece a superfície do planeta esta devolve na forma de radiação infravermelha. E, se essa radiação infravermelha for direto para o espaço, nós vamos viver um período glacial constante, com uma temperatura de menos -33°C – basta ver as composições. Ora, a natureza sábia fez o CO_2 e os gás do efeito estufa. Para quê? Para reter parte dessa radiação. E, dessa forma, na troposfera, que são os primeiros 12km, ela retém ali e controla o clima do planeta nesse ponto.

Qual é o problema? O problema é: se nós aumentarmos essa concentração, vai reter mais calor e vai casar todo esse sistema. Nós podemos falar que nós somos o planeta Terra, mas também nós podemos falar que nós somos o planeta água. A água é que regula tudo; ela é que é o desastre. Chuva excessiva: água. Seca: falta de chuva. Pressão: ventos fortes, evaporação de um lado, diferença de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressão para o outro e tudo mais. Existe uma faixa ideal de temperatura, com a temperatura da água, que você equilibra isso. Então, o mundo está sofrendo bastante com isso.

E, se nós voltarmos lá na atmosfera, no tempo passado, o que aconteceu com a natureza? Lá, na época dos dinossauros, um pouco antes, a temperatura era altíssima. Aí, o que a natureza fez? Criou a árvore. E a árvore criou a lignina, que é o elemento colante da celulose e hemicelulose. Então, as árvores foram ficando frondosas e foram tirando o CO_2 da atmosfera até o ajuste da situação ideal da vida como nós conhecemos. Só que, com os movimentos sísmicos e todos os movimentos, essa matéria orgânica foi para debaixo da terra. Fóssil virou carvão mineral, virou petróleo e virou gás. Então, a natureza, nesses 400 milhões de anos, trouxe a concentração de mais de 600ppm para 270ppm. Ela trouxe para isso, que é uma situação agradável, com que a gente consegue conviver. Só que, na Revolução Industrial, o mundo apoiou-se totalmente no pilar de energia fóssil. E o que está acontecendo com a concentração hoje? De 270ppm foi para 410ppm, e nós estamos voltando para os 600ppm da época dos dinossauros.

Então, o objetivo, o foco – vamos deixar bem claro – é o carvão mineral, o petróleo e o gás.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Os vilões.

O SR. AFONSO BERTUCCI – Os vilões.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos lá. Como é? Carvão...

O SR. AFONSO BERTUCCI – Carvão...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Petróleo e gás.

O SR. AFONSO BERTUCCI – Isso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – CPG. (*Risos.*)

O SR. AFONSO BERTUCCI – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Não é CTG. (*Risos.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não é CTG; é CPG. (*Risos.*)

O SR. AFONSO BERTUCCI – CTG, tinha que ter um chimarrão aqui. (*Risos.*)

Agora, vamos ver mundialmente quem são os vilões.

Bom, o setor de energia... Por exemplo, se você pegar um país como a Polônia, 100% da energia deles é carvão mineral; se você pegar hoje o crescimento da China, é em cima de carvão mineral; da Índia, é em cima de carvão mineral. Então, a energia responde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – E a Alemanha hoje? Está pegando pesado também, não é?

O SR. AFONSO BERTUCCI – A Alemanha fez um esforço muito grande para entrar com a eólica e a solar, mas ela é fichinha perante o carvão. Eles tiveram um erro estratégico de se basear muito no gás da Rússia, então...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – E deixaram desativadas as nucleares deles.

O SR. AFONSO BERTUCCI – E deixaram desativada a nuclear. A nuclear não emite CO_2, vamos deixar bem claro.

Então, a Alemanha, hoje, está numa situação assim... O discurso, Senador Zequinha, dela de ir para a eólica e a solar... Ela viu que essas energias são importantíssimas, mas são insuficientes e intermitentes: solar não tem à noite, e no inverno mesmo não venta, então, os ventos são instáveis; precisa de complementação.

A Alemanha, por causa do gás da Rússia, está sendo forçada a voltar para o carvão, porque são posições... A Alemanha, hoje, tem um consumo, mais ou menos, de 250 milhões de toneladas de carvão mineral nas termelétricas. É um consumo razoável.

A indústria representa 24%, principalmente o aquecimento térmico e o setor de mobilidade, aviões, navios, carros, etc., e, principalmente, o cimento, a construção civil, porque o cimento, para a formação do cimento, você joga fogo direto na queima da argila e da sílica para formar o silicato tricálcico, e, pior ainda, você tem a calcinação, em que o carbonato de cálcio é transformado em cal e libera o CO_2 para a atmosfera, além desses pontos.

O que acontece? O mundo precisa disso, está certo? Então, nós temos que achar substituto, não temos que parar: nós temos que dar uma opção ao mundo de substituição, porque você só vai trocar se tiver substituição – isso é muito claro.

Agora, lá no caso brasileiro... Eu não vou comentar o desmatamento, a agropecuária, porque eu acho um pouco injusto aqui, mas depois eu digo por quê, até porque não tem muito tempo, mas o setor de energia nosso é 23%, principalmente o petróleo. A nossa matriz elétrica é muito boa, baseada em hidrelétrica e as expansões estão em solar. Depois, nós temos a indústria com 6%. Resíduos são os aterros sanitários, etc., em que nós temos a geração de metano.

O que é importante no sistema? Como é que funciona? O Brasil assume o NDC (Nationally Determined Contributions). Então, de 2030 a 2035, ele tem um compromisso, de 2035 a 2040... E ele vai diminuindo até zerar. Então, se o Brasil emitir mais do que isso, ele tem que comprar o crédito... Se ele emitiu abaixo, ele gera o crédito. E o Brasil, o que ele faz? O que o SBCE fez? Uma lei muito boa, por sinal: ela transfere essa meta para as empresas privadas aqui no Brasil, para as entidades. Então, aqui a briga vai ser o seguinte: colocar metas, a cada período de cinco anos, para os setores da economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí nós já vamos fazer a proposição, atacando os principais emissores aqui no Brasil. O desmatamento... Quer dizer, o Eduardo já falou bem, eu não vou dizer aqui, mas nós temos que atacar a indústria de cimento e o carvão importado, mas nós não podemos colocar meta para a indústria de cimento que ela não possa cumprir, porque a solução para os fornos de cimento vai ser ter um substituto; agora, o substituto qual é? É biomassa na calcinação, biomassa carbonizada ou hidrogênio verde na clinquerização.

Então, o que acontece? Nós não podemos falar para a indústria de cimento que ela tem que cumprir a meta este ano, ano que vem ou daqui a cinco anos. Nós temos que falar que ela vai cumprir daqui a dez anos. Por quê?

Porque é o tempo que nós temos de fazer a formação florestal, porque o ciclo é de sete, oito anos, para chegar lá à frente e atender. Então nós temos que chegar para a indústria de sementes e dizer o seguinte, olha, em 2035, você vai ter uma meta; porém, agora você vai ter que começar hoje, em parceria com o agro. Porque me parece que aqui no Brasil, muitas pessoas, a grande maioria, acho que não, mas muitas pessoas...

(*Soa a campainha.*)

... falam exatamente do agro. Mas o agro é a solução, é o que vai dar a alternativa dessas fontes renováveis.

Pode passar para a próxima.

Por exemplo, siderurgia. Nós estamos dando 2045. Por quê? São 20 anos para eles trocarem o alto forno em que o carvão mineral tem a sustentação, para eles trocarem o alto forno e passarem para o hidrogênio verde de base florestal.

Bom, aí eu vou pegar carona, eu acho que eu vou falar a mesma coisa que o Cecílio falou e o Odair. Como é que funcionaria o sistema, cópia do mundial que está funcionando? Em primeiro lugar, nós temos que ter as metodologias aprovadas, rigorosamente públicas. Todo mundo pode usar. Quem quiser fazer um projeto pega uma metodologia, e aquela metodologia tem que ser adequada ao projeto que ele está fazendo. Então ele faz o projeto e tudo mais.

Aí nós estamos criando os verificadores, que já existem, a ONU chama de EOD (Entidade Operacional Designada), que são empresas, Imaflora, Bureau Veritas, Deloitte, são essas empresas que já fazem a auditoria de balanço das grandes empresas. Então essas empresas que vão pegar o projeto e vão checar. Vão checar se está de acordo.

Aí o que é que nós fazemos? Nós criamos aquela estrutura ali, copiando da ONU, que a gente faz a câmara setorial, que tem a sua especialização. Então nós temos a Câmara Setorial da Energia Elétrica, do Aquecimento, da Siderurgia, da Mineração, da Agropecuária, do Reflorestamento, de Florestas Nativas, certo? Então o projeto cai nessa câmara setorial que é aprovada. Quando você faz o projeto, quando se faz o projeto, o projeto não gerou crédito; ele pode gerar, porque a pessoa implanta o projeto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

começa a produção, começa a fazer, e aí a própria EOD vai anualmente, com a metodologia de baixo do braço, vai checar e avisar para a câmara setorial. O.k., esse projeto gerou crédito. Aí o que é que ele faz? Ele vai registrar numa base de dados, num *data center*, numa base única.

Aí pode passar, por favor. Mais uma. Essa aí. Volta. Mais uma, mais uma, mais uma. Eu vou pular essa por causa do tempo. Mais uma. Não, para a frente, para a frente. Ah, eu tenho aqui. Aqui, essa aqui.

Então essa base de dados, esse *data center*, essa base de dados é o rigor do sistema. É o rigor do sistema, porque lá a câmara setorial, que vocês estão vendo ali à esquerda, o crédito é gerado, ela registra lá. Então, ela vai registrar o crédito, os dados dele, o que permite uma rastreabilidade, a pessoa pode checar a metodologia, os dados vão estar lá.

Mas tem duas informações ali que são sigilosas. Aquele ativo vale dinheiro. Então você sempre tem um banco ou uma corretora atrelada e você tem o titular do título, está certo? Então, se alguém quiser vender, digamos que o Senador Mourão tenha um crédito junto com o Bradesco. Ele quer vender para o Heinze, que tem no Santander e tudo mais. Combinam-se, os bancos se combinam, trocam o banco de um para o outro, na base de dados, sigilosos, e troca-se a titularidade. E aí você começa a estabelecer o mercado eletrônico. O preço do crédito de carbono quem vai dizer é o mercado, é a relação de oferta e procura.

Ali nós vamos ter a figura do escriturador, pela CVM – autorizado pela CVM, que é por lei, para virar um ativo internacional –, opera-se com o ativo lá, o Banco Central acompanha todas as operações, há informações negociais para o mercado, mas o principal, tem um ponto ali também, é o International Transaction Log. Hoje você já tem um mercado muito efluente na Europa e um embrionário na Coreia, são os dois mais organizados.

Então, o que você permite? Como a atmosfera do mundo é única, tanto faz se eu reduzo aqui ou reduzo na Europa, o que vale... Equipara-se tudo. Então, alguns créditos você pode permitir que sejam negociados internacionalmente, quer dizer, o órgão gestor possibilita isso, porque, alguém lá da Alemanha, para cumprir lá, pode entrar aqui, comprar e cumprir lá aquela posição dele.

Então...

Pode passar mais um?

Eu passo aqui, pode deixar.

Bom, a lei foi muito sábia, então, como ela está organizada? Já tem o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – já existe há mais de 20 anos. O.k.. Qual a função no mercado que ele tem? Estabelecer as metas do Brasil e, depois, ele estabelece, em conjunto com o Congresso e com a ONU, as metas de cada setor e de cada empresa. Esse é o básico do mercado, é a referência do mercado.

Agora, aqui embaixo tem o Comitê Técnico Consultivo Permanente, que vai propor o PNA para cada empresa. E ali a lei foi muito interessante, porque diz que tem que ser um comitê formado pelo Governo, pela sociedade civil e pelo setor produtivo, ou seja, usando a palavra: o pau vai quebrar é ali,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eles vão discutir entre eles para ver... Um não vai querer a meta, o outro vai, o outro quer que o outro cumpra, etc. Então, é ali que eles vão se sentar, vão ter um debate e eles vão distribuir a meta para aquilo lá, para dar a sugestão para o CIM, para fazer as metas lá para aquele ponto.

E o outro ponto também é o credenciamento dos participantes. Eu estava até conversando com o pessoal da USP aqui agora. Nós já temos... Tanto aos desenvolvedores quanto aos verificadores quanto ao pessoal da câmara setorial, temos que dar credenciamento para eles, através de cursos, cursos de extensão pelos quais eles têm que passar para serem creditados para aquilo, porque a credibilidade vai ser justamente em cima dessa análise.

E nós temos lá o órgão gestor. Dentro do órgão gestor vão estar as câmaras setoriais, o processamento de dados, jurídico e informações negociais.

Então, nós estamos propondo essa estrutura, basicamente, que acompanha a tendência mundial. É uma coisa, assim, que procura dar essa credibilidade ao ativo, e, a partir daí, o dinheiro, os fundos de investimento vão realmente ser interessados em fazer esses processos.

O que eu acho interessante é que esse crédito é muito importante, pelo seguinte: se você pegar uma empresa siderúrgica, por exemplo, e ela quer trocar de carvão mineral para biomassa carbonizada ou hidrogênio verde, certamente o hidrogênio verde vai ser mais caro do que o que ela faz hoje – provavelmente. Aí é que entra o crédito de CO_2, porque o crédito de CO_2 vai penalizar aqui e vai favorecer aqui, para tentar igualar e tornar econômica essa substituição, porque a única forma que faz com que as pessoas realmente troquem é o bolso.

Então, a partir do momento que nós temos essa questão, nós estaremos: "O.k, eu estou emitindo acima da meta, então você tem que comprar". Comprar de quem? De quem emitiu abaixo da meta. E aí a gente consegue fazer com que as fontes renováveis de energia passem a ser competitivas com as fontes fósseis. Então é através desse mercado regulado.

Agora, a solução, como eu estava dizendo... Tudo o você for pensar hoje, quer dizer, "eu vou substituir o petróleo, eu vou substituir o carvão nas termoelétricas e na siderurgia, eu vou substituir o gás no aquecimento", passa por quê? *Pellets* de madeira, etanol, metanol, hidrogênio verde. Isso tudo vem de onde? Base florestal e base agrícola. Então, o vilão, nós temos que realmente colocar, são justamente as fontes fósseis, e nós temos que achar alternativa. E a alternativa, necessariamente, passa pelo setor rural. Ele é que vai dar a solução. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Entendeu, Zequinha?

O Bagattoli gostou. Não é, Bagattoli? Vai aumentar a renda do Bagattoli. (*Risos.*)

Obrigado, Afonso.

O Odair quer fazer uma complementação.

Com a palavra, Odair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ODAIR VINÍCIUS CARREL (Para expor.) – Pessoal, uma coisa também que nós estamos trazendo e eu acho que é muito importante é o CCBSS, é o primeiro no mundo. Eu vou deixar o Cecílio explicar um pouco do que é, mas é uma ideologia nova e muito diferente do mercado. Vai precaver, principalmente, os *greenwashing* que a gente tem hoje no Brasil.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR (Para expor.) – Então, a gente estava conversando, não é, Eduardo? O que acontece? O crédito de carbono tem uma variação de preço muito grande, falando um pouquinho do mercado voluntário. Então, o Afonso demonstrou ali uma proposição para o mercado regulado, mas, até a implementação do regulado, a gente tem um ativo muito grande hoje que é o voluntário. O mercado voluntário está aí, já está pronto, não é, Eduardo? A gente tem uma série de pesquisas até em manguezal, como a gente estava conversando. Mas o que, hoje, o comprador internacional, quando você vai escolher um crédito de carbono.... Ele olha, principalmente, o que é que houve de alteração na socioeconomia daquele projeto. Então, em que ele melhorou a comunidade? O que ele trouxe de alteração para aquela área em que houve o projeto de crédito de carbono?

Isso não é uma obrigação, em algumas registradoras, é uma questão opcional. Isso tem um nome, chama CCB Label, que é Clima, Comunidade e Biodiversidade. Então, em inglês, é *Climate, Community & Biodiversity*. Esse *label*, esse *stamp* no crédito de carbono faz com que o crédito tenha um valor de mercado um pouco maior. Por quê? Porque ele traz uma melhoria para aquela situação degradada que tem ali, uma situação ali, às vezes, de uma comunidade passando por muitas dificuldades, e o projeto de crédito de carbono tem também essa função. Então, dentro da registradora, do RCGI-USP Carbon Registry, a gente colocou isso como uma obrigação. Então, todo projeto gerado tem que ter um co-benefício, que pode ser social, no caso do NBS, ou científico, no caso, por exemplo, do industrial, como o Afonso bem falou. E aí o Eduardo também comentou que a maior dificuldade é o investimento em pesquisa.

Então, o crédito de carbono pode ser uma fonte, sim, de financiamento em pesquisa, em diversos institutos que nós temos, trazendo, aí, uma melhoria, a médio e longo prazo, de toda essa questão dos gases de efeito estufa. Então, se a gente conseguir trazer projetos nacionais com os co-benefícios – que são o social e o científico –, a gente vai ter, a médio prazo, um *booster* de pesquisadores e retenção de talentos, o que hoje é um problema.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Posso, Presidente, perguntar?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Claro.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Como é que o senhor considera, por exemplo, essa questão do social. Como é que, na prática, o projeto poderia beneficiar?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR (Para expor.) – Os projetos de crédito de carbono, quando são feitos, dentro dessa verificação do CCB, existe uma auditoria específica e existe um desenvolvimento de um projeto, tendo como principal elemento a escuta da comunidade. Então, tem um protocolo que se chama Fpic, que é um...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Fpic?

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – Fpic: F-p-i-c.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Repete.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – F.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – F.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – P-i-c.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – P-i-c.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – É um acrônimo em inglês, mas que quer dizer que é uma escuta da comunidade. Então, é uma equipe de pessoas que vai à comunidade e vai entender qual a dificuldade, quais são as necessidades daquela comunidade em que o projeto vai ser gerado. Então, isso também está na legislação.

Pode complementar, por favor, claro.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor.) – Não, só para dar um exemplo real, por exemplo, Senador. Estive lá em Tomé-Açu. "Ah, falta um posto de saúde". O gerenciador do projeto monta um posto de saúde e diz assim: "Olha, não tinha um posto de saúde. Este posto de saúde aqui custou R$5 milhões".

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – X.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – O.k., você coloca isso no preço do carbono. Então, em vez de vender um carbono de US$5 a tonelada, que seria um carbono florestal de Floresta Amazônica, você diz: "Olha, esse carbono vale US$6". Por que ele vale US$6 e não US$5? Porque tem um posto de saúde na comunidade que não tinha antes.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – E por que alguém quer comprar esse crédito?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Já que o senhor focou lá na nossa terrinha... Em Marajó, por exemplo, o projeto está acontecendo em uma área que tem comunidades, então, o gerenciador detecta as dificuldades e vai ajudando a comunidade a melhorar.

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – Essa interação com a comunidade é muito importante, porque não é uma coisa *top-down*, não é o desenvolvedor ou o investidor dizendo: "Ah, eu acho que aqui precisa de uma escola e de uma ponte". Ele fala: "Não, eu preciso de saneamento básico e eu preciso de água tratada". Então, a percepção é o que a comunidade sente que precisa melhorar naquela região, e aí o desenvolvedor aplica o recurso nessa melhoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Odair falou, os casos de *greenwashing*, que são projetos *fakes*, falsos, e que não atingem aquele objetivo do crédito carbono, caem por terra quando você traz um CCB muito forte. Ou seja, quando você traz a comunidade, você traz um co-benefício e esse benefício é aplicado e mensurável, você consegue mensurar o IDH daquela região, a melhoria no projeto de 10, 15, 30 anos. Isso é a maior evidência, e isso também é uma base muito forte da geração de crédito carbono. O comprador internacional vai olhar aquele projeto, vai querer entender: "Por que eu vou comprar esse e não aquele, né?".

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – E esse projeto pode ser gerado tanto pelo público quanto pelo privado. O estado pode fazer isso também, que é o crédito jurisdicional.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, todo projeto com a comunidade que melhore a sua qualidade de vida...

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – Ele é um valorado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Consolida o projeto e aumenta o valor do...

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR – Do crédito.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... do crédito.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Aumenta o valor do crédito.

Hoje, estados como Tocantins, Pará, Acre, Mato Grosso do Sul estão começando um projeto, e a lógica é esta: você vai à comunidade, "poxa, o que está faltando aqui?", e você coloca, vende, e, para um crédito que valeria 5, 6, você, de repente, consegue um comprador de 7, 8, porque tem... Se a pessoa for lá, e o auditor falar: "Está bom, mas eu quero ir lá ver onde está esse posto de saúde". Em São Félix do Xingu a gente foi uma vez lá conversar, e as pessoas falaram: "Olha, a gente queria posto de saúde...", um monte de coisa. E uma pessoa falou: "Não, eu só queria uma palafita, porque eu vou tomar banho no rio e quando eu volto eu piso na terra".

Para nós foi um choque – eu como alguém de Ribeirão Preto, que mora em São Paulo...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Jamais vai compreender.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Eu jamais compreenderia se eu não tivesse ido lá entender com a comunidade. "O que vocês querem?" Ele falou: "Não, eu quero uma palafita, para eu poder ir e voltar, pisando no lugar que não é barro, para tomar o banho".

Opa! E aí, o.k., põe a palafita dentro do projeto...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sabe como é que chamam lá?

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – O deque? Tem um nome bonito, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lá a gente chama, quando é um negócio mais popular, ponte molhada.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Ponte molhada.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas tem também... como é que eles chamam lá aquele negócio que liga lá fora? (*Pausa.*)

Eu esqueci. Tem um outro nomezinho lá. Mas esse tipo de estiva a gente chama de ponte molhada: suspende um pouco, forra...

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Exatamente.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... para o cara. Aí realmente...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Dá um mergulho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Dá um mergulho e volta com os pés limpinhos. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – É isso aí.

Então, isso pode ser feito tanto por um desenvolvedor privado quanto por um desenvolvedor público. O estado pode fazer isso, tanto o estado...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pode botar uma emenda lá? Pode botar uma emenda?

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Vamos. (*Risos.*)

Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Mourão, em Jaguari, entre Santiago e Jaguari, as mulheres hoje da sociedade, que eram filhas de agricultor, colonas, Bagattoli, iam para o baile, no interior de Jaguari, que o Almir conhece, entre Santiago e Jaguari. E tinha uma sanguinha, chamava lava-pés. A mulher lavava o pé para ir para o baile, para festa, entendeu? De noite. Será que... (*Risos.*)

Ali, iam de pé descalço para não sujar o sapato, chegavam no lava-pés e lavavam os pés. Então, então é o lava-pés, que está falando o...

O.k., obrigado a vocês, vamos para próxima mesa, está bom?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Depois a gente paga a consultoria... (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É só fazer o conteúdo... Tem como?

O SR. CECÍLIO PEREZ JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Tem. Isso que eu falei, tem um texto que nós escrevemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Se tiver como pegar...

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – E só um convite aos assessores – e claro que é estendido a todos os Parlamentares –, amanhã de manhã a gente vai fazer um treinamento. Nós, junto com a Embrapa e a FGV Agro, no Auditório Freitas Nobre, na parte da manhã.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está escalada a assessora Bárbara.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – Exatamente, Bárbara está lá, já vai estar lá com a gente. (*Risos.*)

Já temos uns 35 confirmados, mas só tomando aqui a liberdade de estender o convite: quem tiver interesse, quem estiver na assessoria parlamentar, por favor, são mais que bem-vindos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Eloi Darci Podkowa – pode ser? Está certo o nome, Podkowa? –; Marcos Ferronato; Rita Ferrão; e, por último, o colorado ali, Almir Rebelo. (*Pausa.*)

Mourão, quer...

O.k.

Hein, Mourão, foi a aula teórica e agora vem a aula prática.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Aula prática...

Eu fiz muita pergunta aqui hoje...

Ele está com um negócio nesse sentido aí... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Bem, na sequência...

Estava brincando agora aqui, Senador Zequinha e Bagattoli: vamos para a aula prática, porque aqui eu quero saudar... Eu não conhecia o Eloi e o Caio Vianna.

Quando eu falei: Caio... Ele falou um dia, numa reunião, sobre crédito de carbono e disse que já estava fazendo no Rio Grande do Sul, o.k.? Ele disse: "Não, mas tem um professor lá que está nos orientando, que é a Cooperativa Copagril, lá do Paraná, que já está operacionalizando o que foi falado aqui pelo pessoal da USP".

O Afonso também fez algumas colocações.

Então, seria muito importante nós ouvirmos também – viu, Zequinha? – o Marcos, que é o Presidente da Cooperativa... Não, o Eloi e o Marcos, que já estão implementando lá, Bagattoli, mais de 100 mil hectares. Isto é, na prática, o que nós estávamos ouvindo agora: como é que pode ser montado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o processo? Eles já fazem lá no Paraná. Então, para nós, é uma escola. E a experiência deles, seguramente, vai servir para que nós possamos implementar esse processo no Brasil.

Isso é o que nos interessa, porque é um ativo importante, como a gente disse, que nós temos na agropecuária.

Então, com a palavra o Eloi, para abrir os trabalhos aí, e depois, na sequência, o Marcos, que vai ler a complementação do trabalho que a Copagril já está fazendo no Paraná.

Obrigado, Eloi.

O SR. ELOI DARCI PODKOWA (Para expor.) – Bem, boa tarde a todos.

Para nós, é uma satisfação muito grande, Senador Heinze, ter recebido o convite, por parte do Senado. Ao Zequinha também, que está conduzindo os trabalhos, obrigado pelo convite. Aos demais Senadores que estão presentes, enfim, a todos que já se manifestaram, que estão agora... Vamos conversar também. E a todos os presentes.

Para nós, somos uma cooperativa de médio porte, lá do extremo oeste do Paraná. Nós fizemos a nossa Costa Eco-Paraguai, que o Lago de Itaipu separa.

Nós temos hoje 7,8 mil associados, e grande parte deles, mais de 60%, são associados produtores, com menos de 50 hectares de terra.

Temos também médios e grandes, mas a grande maioria são da economia familiar.

Nós temos um problema, que já acontece há muitos anos, climático, quando o produtor tem perdido uma parte da safra. Diante disso, também, nós temos a preocupação da sustentabilidade dele no campo. Então, nós temos uma diversificação bastante grande.

Hoje a pecuária é o maior negócio nosso. Além do cereal, nós temos o suíno, o frango, o peixe e o leite. A cooperativa, então, diversifica com esses setores.

Mas aí a preocupação nossa é produzir mais no mesmo espaço de terra e ter uma renda a mais. Como fazer isso? Então, uma é investir no perfil do solo, melhorar o solo, e outra é procurar uma outra forma de renda. Aí, dentro desse cenário que nós enfrentamos, também conhecemos o Marcos. O Marcos, da NetWord, estava vindo com um trabalho bastante forte, e daí começou a existir a conversa também do crédito de carbono. Nós fomos então atrás, para entender um pouco mais sobre isso, e vimos uma possibilidade de trazer uma renda diferente, uma renda a mais, independentemente se chovesse ou não chovesse, se fizesse frio, calor, porque ele mesmo assim já teria, dentro da metodologia que ele vai estar depois expondo, condições de produzir e de ter mais uma renda com os créditos de carbono que já existem lá no solo.

Aí nós abrimos as portas, para que ele pudesse fazer o trabalho. No início, foi apenas em torno de 5 mil hectares, porque alguns produtores, então, abriram as suas portas para fazer esse trabalho, para a coleta de dados, enfim, para validar se realmente fazia sentido aquilo que estava sendo proposto. Então, deu certo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, em 2023, já fizemos, então, o primeiro pagamento aos nossos produtores. No ano seguinte, aí nós ampliamos isso e já fomos para 17 mil hectares.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Quantos hectares?

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Dezessete mil hectares.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Sete mil?

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Dezessete mil.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Ah, 17 mil.

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Dezessete mil hectares.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Eram cinquenta, não é?

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, eram 6 mil hectares.

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – No primeiro ano, foi em torno de 5 mil hectares.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Cinco mil hectares, no primeiro ano, em 2023. Em 2024, 17 mil hectares...

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Então, no ano de 2023, foram 5 mil hectares. Em 2024, então... É porque nós temos o seguinte: tem a safra e tem a safrinha. Então, são duas coletas que são feitas e dois pagamentos que são feitos, porque, a cada seis meses, você efetivou a produção, colheu, entra outra, e daí é feita outra medição. Até o Marcos depois vai explicar como que, na prática, isso funciona.

Então nós pagamos já um primeiro valor. Depois pagamos outro. Este ano já efetivamos mais um pagamento em junho e agora, no final do ano, em novembro, faremos um novo pagamento.

Então nós tínhamos, no caso, 221 produtores que nós pagamos agora, esses dias atrás, e agora, então, no final do ano, vamos pagar de novo. E daí vai ter 67 mil hectares que nós já contratamos para o ano que vem, porque são 630 produtores. Então, se fizer a média, nós temos produtor lá que tem três hectares.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Varia de três hectares até quantos, mais ou menos?

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Ah até, dependendo, podem ser 3 mil, 4 mil, 5 mil. Depende aí até da área que tem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós encontramos o maior entrave hoje, quando você vai fazer todo esse processo, é na documentação. Então, hoje, tem que estar totalmente legal. Tanto o CAR como o CCIR têm que estar batendo, os dois.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Título da terra ou escritura?

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Escritura, tudo certinho, porque quem vai depois fazer a auditagem vai olhar, mas nós já antes fizemos uma filtragem, porque tem que estar toda ela, a documentação, em âmbito federal, correta, certinha, para ter direito a isso, senão nós temos muitos produtores que acabam não recebendo porque já acabam tendo problemas na hora de efetivar isso.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Só um minutinho.

Fabrício, preste atenção aqui, Fabrício. Você, que é o Diretor Executivo da Aprosoja, pega uma aula aqui do que a Copagril está fazendo hoje no Paraná e vai servir de modelo para toda a Aprosoja Brasil. Então, preste atenção na conversa aqui, você vai ver o serviço que eles estão fazendo aqui.

Continue, Eloi.

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Então, o objetivo nosso foi o de estar trabalhando dessa forma, mas eu venho trazer uma preocupação, como já foi comentado pelos amigos que me antecederam, referente à parte da regulamentação, porque nós trabalhamos com crédito regulado e nós sabemos que vai ter que ser criada uma agência reguladora.

Nós temos uma preocupação, porque temos que ter a nossa representatividade lá dentro também para podermos discutir, porque o que nós queremos dizer é o seguinte: a gente está trazendo a voz do cooperativismo do Paraná, a voz do produtor brasileiro no sentido de que nós possamos trazer uma renda a mais, em que não só empresas brasileiras mas grupos internacionais possam ajudar a trazer, comprando o nosso crédito de carbono e trazendo receita para os nossos municípios, para os nossos produtores, e, com certeza, são volumes muito grandes que a gente vislumbrou fazendo um estudo em cima disso.

Então, o que nós queremos realmente? Que nós possamos participar desse processo para que a lei que hoje existe realmente seja cumprida na íntegra, como foi constituída, para que nós possamos ter tranquilidade para continuar fazendo esse trabalho, pois, com certeza, o que nós estamos fazendo é uma metodologia que está sendo aplicada com viés e aderência total à lei que foi criada e sancionada no final do ano passado.

Então, com certeza, se nós pudermos fazer dessa forma, se nós pudermos acelerar esse processo no sentido de estar cada vez mais fazendo por mais produtores, porque nós até agora só temos esse volume porque nós asseguramos um pouco, porque a vinda está muito... O produtor está vindo, buscando, porque, se nós fizermos um cálculo, ele tem de 15% a 18% de custo a menos para implantar o hectare de terra com essa renda que ele está tendo a mais, então, ele fica competitivo com isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós queremos realmente é fazer com que esse projeto possa tramitar, mas que cada um de nós, dos segmentos que estão hoje aqui, tanto do cooperativismo, como a própria FPA, enfim, todas as lideranças que fazem parte hoje da Frente Parlamentar da Agricultura ou das empresas ou das entidades que participam possam contribuir com suas sugestões, porque nós, hoje, estamos trabalhando mais fortemente no Paraná, porém, nós temos alguns produtores no MS, porque a Copagril hoje, a sua área de ação é no Paraná e no Mato Grosso do Sul. Nós estamos tendo uma expansão para lá e também estamos levando, com isso, todo esse projeto junto.

Então, o que nós queremos ali é participar e poder contribuir junto à Comissão para que nós possamos fazer com que os produtores brasileiros possam ter uma oportunidade de uma renda que já está lá, na propriedade dele. A única coisa que faz com que ele tenha mais crédito, o que é? Quanto mais ele cuidar da conservação do meio ambiente, das nossas reservas, das nossas matas ciliares, dos rios, mais crédito se cria. Nós temos produtores que hoje estão cuidando mais das matas ciliares, estão fazendo uma conservação melhor, estão fazendo um perfil melhor de solo para que, assim, eles possam, com isso, conseguir também um crédito ou dois a mais por hectare, que isso também tem ajudado para eles.

Nós temos um produtor lá com 22 alqueires – que, transformando, o nosso alqueire lá é 2,4ha. Ele, num ano, tirou R$70 mil livre, limpo, porque está contribuindo para que ele possa fazer frente às necessidades dele para continuar na atividade. Então, para nós, é uma forma de contribuir para o nosso produtor, e a gente viu uma coisa: a agricultura gera créditos de carbono.

Então, fica o nosso recado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Eloi.

Eu, Eloi, estou olhando para o Almir aqui e o Bagattoli me pergunta, Zequinha: "Como é que foi a lavoura de vocês?". O pessoal perdeu o dinheiro com a soja, perdeu o dinheiro com o arroz, ele pode ganhar agora aqui com crédito de carbono. O cara teve receita negativa na soja pela colheita de 10, 15, 20 sacos por hectare, o arroz vai pelo preço, e pode compensar no crédito de carbono.

Marcos, com a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Uma área que não produzia nada começou a produzir alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Sim.

O SR. MARCOS FERRONATO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu queria parabenizar o Senado pela aprovação da lei como ela está, porque essa legislação trouxe segurança para que as propriedades rurais possam, efetivamente, ser remuneradas pelo ativo ambiental que elas estão gerando.

Dentro da legislação, existem nove premissas que garantem um crédito de carbono válido no contexto do mercado regulado. Várias delas foram faladas aqui antes, mas a mais importante delas é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma transformação que a lei faz quando cria o conceito de emissões líquidas. Aqueles números que nós vimos aqui de emissões brutas é que colocam o agro nessa situação de ser um dos maiores emissores no Brasil. A legislação corrige essa distorção horrível e transforma o conceito para emissões líquidas, no qual eu tenho uma relação entre retenção e emissões, e o agro brasileiro retém muito mais do que emite.

Então, uma das coisas fundamentais é que a gente precisa fazer com que a legislação seja cumprida à risca por todos os órgãos do Governo Federal, inclusive o Ministério do Meio Ambiente.

Eles não podem virar as costas para a legislação, que está aprovada e está valendo, e o que tem que ser computado são emissões líquidas negativas. Isso vai demonstrar que essas propriedades rurais é que mantêm a saúde do nosso planeta. O Brasil hoje detém 65% do seu território – dados do IBGE – com florestas nativas em todos os biomas. Não existe isso em lugar nenhum do mundo. Então, as propriedades rurais são fonte de geração de carbono.

Uma outra coisa que a lei traz e é importantíssimo é que créditos de mercado voluntário só poderão ser convertidos em CRVEs se, e somente se, seguirem as nove premissas que estão previstas lá na lei. Então, não há possibilidade de um crédito de mercado voluntário ser usado na compensação de emissões caso ele não siga as nove premissas do mercado regulado. Aí entram análise socioambiental, medição sensoriada, entram várias questões que já estão lá e que trazem a segurança necessária para esse mercado de crédito.

Esses números que a gente ouve e que o Governo Federal, através do Meio Ambiente, está querendo publicar não levam em conta o conceito de emissões líquidas, e esse é um problema seriíssimo que a gente precisa realmente combater e fazer com que eles sigam a lei! É só seguir a lei, quando eu não posso mais tratar as emissões como emissões brutas, agora, só emissões líquidas.

Cada propriedade rural, em média, dessas áreas em que a gente atua hoje em quase todos os estados do Brasil, retém de 4 a 12 toneladas de carbono por hectare. O que faz variar de 4 a 12? O bioma da floresta, o tipo de solo, o tipo de manejo e a cultura que eu estou implantando, esses fatores é que vão fazer variar de 4 a 12. Quanto mais sustentável for o manejo, mais créditos eu vou ter. Isso só é possível por causa do conceito de emissões líquidas. É por isso que eu digo que é a premissa mais importante disso tudo.

E aí, um ponto – eu não estou aqui fazendo juízo de valor, é só um comentário da realidade –, Verra e Gold operam nos mercados voluntários no mundo inteiro, não é só aqui no Brasil. Em lugar nenhum do mundo, eles operam como certificadora de mercado regulado, está bom? Eles operam única e exclusivamente no mercado voluntário, no mundo inteiro.

É por isso que é importante que o Brasil siga a sua legislação e crie empresas ou credencie empresas que tenham as diretrizes de mercado regulado, Aitmos, UNFCCC, ISO 14064, que são regras, GHG Protocol, que são regras que baseiam o que tem na legislação hoje. Então, não esperem que esses créditos sejam certificados Verra porque eles não operam nesse segmento, eles operam única e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivamente nos mercados voluntários. Mercado regulado tem outro conjunto de regras que têm que ser seguidas, dentre elas as que eu falei aqui, ISO 14064, o UNFCCC, Aitmos e GHG Protocol. Então, todas as certificadoras devem ser credenciadas nesses protocolos. Isso traz segurança para todos: para a propriedade rural, para o originador, para a certificadora, para o Governo e para a empresa que, lá na ponta, vai ter que comprar esse crédito para compensar suas emissões.

O crédito de carbono é um instrumento temporário de atingimento de metas. A partir de 2050, ele não vai ser mais o instrumento de atingimento de metas, mas até lá os segmentos econômicos, obrigatoriamente, passarão por compra de crédito. Não existe tecnologia viável hoje para se atingir meta somente com redução de emissões. Vou dar um exemplo aqui que é bem didático: uma transportadora, com certeza, vai estar acima de 25 mil toneladas/ano de emissões, uma transportadora média para grande. Para essa transportadora cumprir suas metas somente com redução, ela teria que transformar sua frota em elétrica. Sabe o que vai acontecer? O caminhão roda duas horas e fica quatro parado para recarregar. Economicamente, isso é inviável. É por isso que o crédito, e a lei traz isso, é um instrumento temporário de cumprimento dessas metas, para que essas empresas possam cumprir suas metas provisoriamente com crédito, até que existam tecnologias economicamente viáveis que permitam o atingimento por redução de emissões.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FERRONATO – Isso é um ponto fundamental dessa história e o que a gente faz na Copagril e em outros clientes é garantir que a originação atenda 100% das premissas previstas na legislação.

Qualquer tecnologia e metodologia que for implementada tem que passar pelo crivo das nove premissas da legislação, que traz toda a segurança necessária para que se gere crédito de forma segura e se evite *greenwashing*, como a gente tem visto aí – esse é o mecanismo –, e remunerando quem efetivamente está fazendo um bem a este planeta, que são as propriedades rurais brasileiras.

Seria isso, Senadores. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Marcos.

É importante, porque aqui a gente está vendo, na prática, o que já está ocorrendo no Brasil. Acho que esse é um ponto para nós, para o Bagattoli – onde está o Bagattoli? –, que é produtor também, o Zequinha, que conhece o assunto lá no seu estado, Zequinha... Essa ferramenta, que nós estamos discutindo aqui, acho que é importante para mostrarmos o que pode ser feito no Brasil e mostrarmos até na COP, nós vamos ter tempo para mostrar lá que nós não somos os bandidos, nós somos os mocinhos da história, entendeu? Acho que esse é um ponto importante, porque, a partir de duas semanas atrás, Zequinha, e de hoje, nós teremos um norte para poder trabalhar esse tema junto ao Governo, junto às próprias empresas privadas.

Na sequência, Almir Rebelo, por favor, meu conterrâneo gaúcho lá em Colorado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALMIR REBELO DE OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todos. Quero agradecer aqui ao Senador Marinho, ao Senador Heinze pela honra do convite e também quero agradecer à Aprosoja, aos sindicatos e aos produtores que me apoiaram para vir aqui.

E eu vim aqui, Senador Zequinha Marinho, trazer a posição do produtor rural. Eu estou aqui carregando o recado do produtor rural, que é o maior removedor de CO_2 da atmosfera, transformando em bioenergia, biomassa e alimentos. Vou provar isso para o senhor. Depois de trabalhar com o Senador Heinze, eu aprendi que a gente tem que falar e provar. Então, eu vim aqui falar e provar. Vamos ver se a gente consegue dar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Mate a cobra e mostre o pau.

O SR. ALMIR REBELO DE OLIVEIRA – A gente está fazendo um trabalho com os jovens, com as crianças, principalmente porque o jovem não quer mais ficar no meio rural. O produtor rural é uma espécie ameaçada de extinção no Brasil por causa da legislação ambiental. Tem mais de 16 mil normas ambientais no pescoço do produtor rural, está um desastre ambiental contra o produtor rural. E o produtor rural é o maior ambientalista que existe, eu vou provar isso para vocês, porque nós entendíamos que a Lei aprovada, a 15.042, tinha deixado a atividade agropecuária de fora, mas não deixou, porque colocou aquela palavra ali, no crédito do carbono; além da redução da emissão, colocou "remoção". Então, essa remoção do CO_2 da atmosfera pelas plantas é que vai fazer a diferença a favor do Brasil, nós viemos aqui para isto, para mostrar isto: o que é uma remoção, o que é uma absorção ou sequestro de carbono; emissões líquidas de que foi falado aqui, a importância que é esse saldo entre as emissões brutas por fontes, subtraídas as remoções. Só que as emissões são menores, Senador Marinho, as emissões são pequenas e as remoções são imensas, é por isso que o nosso país é o campeão do mundo em remoção de CO_2 da atmosfera, e a gente prova isso de que forma?

Vou passar aqui, porque aqui eu tenho muitos eslaides para mostrar. Por exemplo, em 2007 surgiu uma dúvida, a Embrapa publicou: quem sequestra mais carbono, as plantas ou a floresta? Isso em 2007, ali as plantas sequestram 30 toneladas por hectare ao ano e as florestas sequestrariam 15.

Nós achamos que isso aí poderia ser melhorado. Fizemos um estudo como ninguém no mundo sobre esse assunto, em que a gente estudou até quantos átomos de carbono tem na molécula da clorofila, que dá cor verde às plantas, e por isso ela sequestra carbono, e descobrimos que a molécula de clorofila tem a mesma molécula da hemoglobina; a diferença é o magnésio, que dá cor verde, e o ferro, que dá cor vermelha.

E, aí, este processo aqui é o que todo engenheiro agrônomo tem que saber. Se não entender isto aqui, o cara não entende nada de agronomia e nem da veterinária. Isto aqui é que vai fazer a diferença no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é o campeão do mundo no processo fotossintético. Por quê? Quando a gente ouviu dizer, pelo IPCC, que existe um aquecimento global causado pela queima dos combustíveis fósseis dos tratores, das colheitadeiras dos produtores rurais, e por isso a agricultura é a maior culpada, nós desconfiamos que isso não era verdade e resolvemos enfrentar essa realidade. Então, se nós temos um aquecimento global, se é que existe, quais são as formas de resolver o problema, uma vez que...

Qual é o principal gás de efeito estufa? CO_2. E dizem que saiu da queima do combustível fóssil. Então, nós entendemos que ou tu resolves o problema... O problema é o CO_2? Então, tu resolves diminuindo a emissão ou removendo o excesso que está na atmosfera. De que forma? Vou mostrar para vocês aqui: processo fotossintético.

Vejam vocês que o processo fotossintético tem duas fases. Na fase um, que é a fotoquímica, aparece o Sol, com a energia solar, e a molécula H_2O, da água; a energia solar energiza a água, quebra a molécula da água, libera o oxigênio, para nós respirarmos – o que vocês estão respirando aqui vem da água –; e o H_2 da água se energiza com a energia solar e, aí, sequestra o carbono, na fase bioquímica, na fase dois, transformando em alimento, bioenergia e biomassa, que é o primeiro composto... A primeira composição química de tudo que é alimento é o carbono, o H_2 e o O.

E, aí, a gente descobriu que carbono, hidrogênio e oxigênio são trigêmeos siameses no processo fotossintético; não tem como separar. A fisiologia vegetal vai ter que estudar isso.

A gente continua estudando isso para mostrar o potencial do agro. E, aí, eu fui buscar trabalhos científicos.

O Prof. Mário Guimarães Ferri, da USP, fez esse trabalho com uma lavoura. Ele colheu 50 sacos de soja por hectare; somou mais 5 toneladas de matéria seca vegetal; das 8 toneladas, 7.250kg, ou seja, 90% da matéria seca vegetal chama-se carbono, hidrogênio e oxigênio – de toda a matéria seca vegetal.

Quando a gente viu isso, nós resolvemos continuar as pesquisas, para ver se mais algum cientista dizia isso.

Vocês estão vendo ali: carbono, 43,75%; hidrogênio, 5,6%; e oxigênio, 41%. Esses números aqui a gente foi checar para ver se tinha mais gente falando isso.

A maior que nós conhecemos... Tivemos a honra de conhecer uma das mentes mais brilhantes da Embrapa, chamada Dirceu Gassen. Ele fez esse trabalho com mil quilos de soja e mostrou que 890kg eram carbono, hidrogênio e oxigênio, ou seja, 89%.

Hoje, uma das maiores autoridades da fisiologia vegetal do Brasil, chamado Prof. Elmar Floss, também constatou que 90% é carbono, hidrogênio e oxigênio.

Portanto, matéria seca vegetal é CO_2 sequestrado junto com o hidrogênio da água.

E, aí, pegamos um dos melhores trabalhos do mundo em carbono no solo.

De onde é que vai o carbono? Toda a biomassa para o solo vem do processo fotossintético, e as entradas do carbono no solo estão ali: biomassa, resíduos culturais – parte aérea e raiz –, e aí nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluímos nesse estudo também grãos, todo tipo de alimento. Por quê? Porque carbono sequestrado transforma tudo. Transforma em matéria seca vegetal inclusive grãos.

E, aí, o que é que o IPCC mandou de recado para nós? Disse que, para cada litro de diesel consumido pelas máquinas, há uma emissão de 2,67kg de CO_2 para a atmosfera. Aí, o que é que o nosso imortal Dirceu Gassen disse? Que cada quilo de carbono transformado em biomassa, em bioenergia ou alimento, na forma de matéria seca vegetal, cada quilo de carbono sequestra 3,66kg de CO_2 da atmosfera.

Com esses números, os 90% da matéria seca, os 2,67kg da queima do diesel emitido, o CO_2, e dos 3,66kg de carbono, de CO_2 sequestrado, nós fomos para as lavouras medir, lá com os produtores, quanto combustível se queima: para a lavoura da soja, 38 litros em média; trigo, 42; milho, 46; cana-de-açúcar, 70. E transformamos isso tudo em consumo de combustível por hectare e transformamos isso em área; a gente checou umas duas ou três vezes e transformamos na área brasileira.

Vejam vocês que a gente tem, para essa acusação de que o diesel é que é o maior emissor de CO_2, que um hectare de soja, que as máquinas utilizam 38 litros, vezes 2,67 dá 102kg por hectare. E, num processo fotossintético, em que a gente pega a matéria seca, 90% é carbono, hidrogênio e oxigênio, multiplicado por 3,66, para cada quilo, isso dá 58 toneladas, e, na produção de 60 sacos de grãos, também 90% é matéria seca, para sequestrar, transformar isso... Em 3,66 dá 11 toneladas. Soma tudo isso pelo processo fotossintético, pelo sequestro de carbono, pela remoção do CO_2 da atmosfera, por todas as plantas verdes...

A soja, por exemplo, no nosso cálculo, com essa metodologia da fisiologia vegetal e do princípio da matéria seca, sequestra 70 créditos de carbono por hectare, 70 toneladas.

Muito bem.

Fomos para o milho, porque o milho é uma planta C4, as plantas C4 são diferentes das C3, a planta C4 sequestra mais carbono. O milho, por exemplo, já passa para 101 toneladas.

A cana-de-açúcar é a rainha do sequestro de carbono, já sequestra 160 toneladas.

O arroz sequestra 99.

Fiz um estudo aqui com árvores e descobri uma informação que me assustou. Quando me disseram que uma árvore nativa sequestra...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALMIR REBELO DE OLIVEIRA – ... 4,3kg de CO_2 por árvore/ano, isso é ridículo.

Eucalipto, 7kg – a gente sabe que o eucalipto é uma máquina de sequestrar carbono.

Aí eu fiz um estudo com o gado, consultei os veterinários, e eles me disseram que tem que calcular a emissão pelos bovinos pelo consumo de matéria seca. É outra metodologia para a gente medir o crédito de carbono pelo consumo de matéria seca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um dado extraordinário, e a gente descobriu que o gado, o gado de corte, pode sequestrar através do pasto... Não tem como separar o animal do pasto, isso não existe; tem que ser pasto, e o animal transforma isso.

O bovino de corte sequestra 12 toneladas, o bovino de leite sequestra 25 toneladas, porque a vaca de leite come muito mais do que a vaca de corte.

Uma das maiores autoridades do mundo disse que as métricas para medir metanos no Brasil estão ultrapassadas e equivocadas, porque já foi dito aqui que o metano, em 10 ou 12 anos, vira CO_2, isso é verdade, depois vira um empasse de novo.

Precisa alterar essas métricas, e já tem um trabalho com o confinamento, em que os restos dos animais são transformados em biometano, e um boi, por dia, pode produzir dois quilowatts de energia por dia, por causa da bioenergia que ele produz através do gerador de energia.

E, aí, eu fiz isso aí porque teve aquela COP, em que o SIG foi lá à COP e disse que o Brasil, as emissões brasileiras eram de 2,42 bilhões de toneladas de CO2 por ano.

Ninguém contestou, e eu achei bem lindo isso, porque daí nós fizemos esse processo com as culturas.

Olhe as culturas ali, trigo, soja, milho, cana-de-açúcar, fumo, café, pecuária.

Olhe a coluna vermelha ali, que está dizendo quanto se emite por hectare com a queima do combustível fóssil. Olhe o que sequestra na segunda coluna verde, olhe multiplicado pela área brasileira, olhe lá o total de CO2 emitido.

No total, 283.692.852 toneladas para essas culturas.

Aí eu calculei o sequestro.

Vejam vocês que ali tem um saldo de crédito de carbono, por essas atividades aí, de 9 bilhões de toneladas de CO_2 sequestrado. Só a soja, que é odiada pelo ambientalismo mundial contra a soja brasileira, só a soja sequestra 3.164.670.000 mil toneladas. Neutraliza todas as emissões de todos os setores da economia brasileira.

É um *show* essa soja brasileira. Por isso, é uma pena que eu tenha pouco tempo para mostrar que a soja, por exemplo, emite apenas 0,15% do que ela sequestra,

Acordo de Paris, com as NDCs que estão aí.

A NDC do Plano Clima vem para arrebentar com a atividade agropecuária. Nós não podemos deixar. Estamos estudando isso, e é impressionante dizer que a NDC para 2035, que tem que diminuir a emissão em 59% a 67%, mas o Plano Clima está dizendo que a agricultura tem que diminuir para atingir aquela meta, tem que diminuir em 54% as emissões – imagine a agricultura, que é a que menos emite. E os setores que mais emitem, energia, transporte, indústria, podem aumentar 34% a 44%.

Isso é um escárnio contra a agricultura brasileira. Ainda bem que, apesar de tudo, a gente neutraliza tudo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudo carne de baixo carbono. Olha a soja de baixo carbono aqui, em que tem que misturar todas as emissões de toda a cadeia produtiva.

Isso vai dar uma discussão muito grande, mas eu reforço que a soja, todas as plantas brasileiras neutralizam todas as emissões do custo da sua implantação.

Olhe aqui um crédito de carbono que prova que para cada saco de soja produzido o produtor tem direito a um crédito de carbono.

Aqui nós criamos o crédito de carbono verde, porque todo o hidrogênio verde do processo fotossintético é verde, o oxigênio é verde, o carbono é verde, tudo é verde. Estão falando tanta coisa verde aí, e não valorizam o verde que é produzido pelo processo fotossintético em todas as culturas do Brasil.

Olhe aqui, a gente mostra o Rio Grande do Sul com a seca.

O Rio Grande do Sul ficou quatro, cinco anos com seca, e, nessa seca, não faltou água no processo fotossintético para sequestrar o carbono e transformar em grão. A gente enxergou, a gente pesa isso.

O crédito de carbono que eu estou mostrando para vocês eu pesei. Eu pesei raiz, pesei caule, folhas, flores e frutos, e olha aqui, ó: eu descobri que, se o produtor conseguir sequestrar carbono e transformar em grão, ele paga o frigorífico, paga o transporte, paga o supermercado, paga o insumo, paga pesquisa, máquina, fertilizante, cerealistas, entidades, cooperativas, bancos, paga toda a conta; mas, se não remover o CO_2 da atmosfera e transformar em grão, ele não paga nada.

Nós temos quatro anos, infelizmente é um desastre que ocorreu, e, aí, a gente descobriu: quando se fala tanto em sustentabilidade, o conceito de sustentabilidade é que há produtividade na utilização dos recursos ambientais, transformando energia luminosa, do Sol, através do processo fotossintético, em energia química, que são alimentos, garantindo a vida para as presentes e futuras gerações, já que o ambientalismo fala muito em cumprir o art. 225 da Constituição.

Aqui, a CNA está dizendo que, para a COP agora, a inclusão das ações da agropecuária brasileira, demonstrando os esforços da mitigação e adaptação e a participação ativa dos produtores rurais brasileiros no fornecimento de soluções climáticas, a solução climática que tem que ser apresentada pela CNA é o sequestro de carbono e a remoção pelo processo facilitado pela atividade agropecuária, e a gente prova isso para quem quiser.

E, com certeza, o Brasil será o campeão do mundo na COP. Na COP, o Brasil vai ser o campeão do mundo, se deixarem mostrar o poder que nós temos de remover CO_2 da atmosfera e transformar em bioenergia, biomassa e bioalimentos, com certeza.

Tenho aqui uma sugestão, Senador, que depois vou entregar aqui para o senhor.

E eu termino aqui, dizendo que, em 1650, Antonio Vieira disse o seguinte: "A omissão é um pecado que se faz não fazendo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós estamos fazendo hoje para defender o nosso setor rural, que é essa máquina de sequestrar carbono, transformando-o em bioenergia, biomassa e alimento? Precisamos fazer alguma coisa.

E os africanos já disseram que uma árvore que cai faz mais barulho que uma floresta que cresce. Eu espero que eu tenha vindo aqui e feito de vocês a floresta da consciência nacional, que deve crescer e mostrar para o mundo que precisa respeitar a nossa atividade agropecuária brasileira, e eu espero que os negacionistas contra o produtor rural sejam a árvore que está caindo no Brasil.

Foi um privilégio. Obrigado pela atenção de vocês e pela oportunidade de me deixarem vir aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Almir.

Rita Ferrão, Presidente da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e Metano, com a palavra.

A SRA. RITA FERRÃO (Para expor.) – Então, boa tarde a todos.

Antes de começar minha fala, quero até parabenizar o Almir, aqui, pela excelente fala, pelos dados que ele trouxe, e parabenizar os outros colegas que fizeram as falas.

Eu sou Presidente da Associação Brasileira de Crédito de Carbono e eu defendo que o agro não é o vilão; ele é a solução para o mercado de carbono.

O que gera crédito de carbono? Tudo que é verde e faz fotossíntese. Então, toda a área rural sequestra carbono, ou seja, ela tem um ativo ali, na plantação, na agricultura, na mata que a gente preserva, que, por lei, a gente tem que preservar.

Então, realmente, o agro é um pioneiro na geração de crédito de carbono, e a gente precisa comunicar isso para o mundo e desmistificar a função de que o agro é o vilão. Ele não é o vilão; ele é a solução. A gente precisa levar isso para o mundo.

Eu acho que a gente precisa investir em mais estudos que tragam dados, robustez para esse mercado, porque ele ainda é novo, tem alguns estudos, mas não são muitos ainda. Eu acho que a gente precisa de mais estudos e investimentos nessa parte, para a gente poder mostrar para o mundo o que a gente tem aqui de valioso no Brasil, que são as nossas áreas verdes, os nossos campos. A gente tem que brigar por isso.

Por exemplo, eu faço muita reunião com o pessoal de fora, da Europa, de fora do Brasil. Agora, no ano passado mesmo, a gente assinou três acordos internacionais, graças ao desenvolvimento da nossa tecnologia. Assinamos com a China, com Angola e com o Paraguai para desenvolvimento do mercado de carbono. Por quê? Porque a gente vê as áreas verdes como um ativo – as pequenas, as médias e as grandes.

Hoje, nós atuamos nas áreas a partir de 10ha. Então, nós certificamos, registramos esses créditos e os custodiamos. Por quê? Porque esse mercado depende principalmente de segurança, rastreabilidade desses créditos. É a credibilidade que garante esse mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi trazido aqui sobre *greenwashing*. Realmente, é um assunto que ultimamente a gente andou escutando bastante. Aconteceu com a Verra, que é uma certificadora, aconteceu de ter que cancelar projeto.

Foi falado também na questão social. Houve projetos que tinham questão sociais, e a questão social não vinha sendo feita.

Então, cancelaram esses projetos.

Então, a gente precisa olhar para quem efetivamente gera esse crédito.

Quem é que gera esse crédito? O produtor rural. Quem está lá no campo. O cara que está lá na terra, que cuida da terra. Ele planta e necessita daquilo ali. Então, no momento que ele está plantando uma cultura, também está gerando crédito de carbono, que é uma outra fonte de renda da área dele. Então, é mais uma oportunidade.

E a gente precisa, do meu ponto de vista, trago aqui que a gente precisa investir em estudos. Por quê? Porque a gente precisa trabalhar a questão de conscientização do produtor rural e comunicar isso para o mundo, porque a gente tem um setor produtivo muito qualificado e muito bom, mas pouco difundido, pouco falado.

Sempre falam mal do agro. A gente tem que mudar essa retórica.

Então, deixo aqui o meu apelo. A minha contribuição.

Hoje eu não vou falar de novo o que a gente faz., porque eu já falei aquele dia, na outra semana.

O Heinze me desafiou aqui, porque ele gosta de quem mata cobra e mostra o pau. Então, acho que dá para a gente matar a cobra e mostrar a cobra.

Ele pediu para medir a área do Zequinha. Eu acho que estava com a Bárbara, não sei se eles vão conseguir colocar ali a medição. Ele me desafiou aqui para medir a área do Zequinha. Ele queria saber quanto que o Zequinha tem de crédito de carbono na área dele.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Do Bagattoli.

A SRA. RITA FERRÃO – Para quem não estava aqui na outra semana, a gente desenvolveu uma tecnologia...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Do Bagattoli.

A SRA. RITA FERRÃO – Do Bagattoli. Isso. Desculpe-me.

A gente desenvolveu uma tecnologia em que a gente mede crédito de carbono, por imagem de satélite, com inteligência artificial. Então, essa tecnologia faz uma varredura, metro a metro, na propriedade, tanto acima do solo quanto 60 metros abaixo do solo. Pega exatamente o carbono que o Almir trouxe aqui, em que ele pesou a raiz, pesou o caule, pesou tudo.

Essa tecnologia faz esse balanço e traz esse resultado em questão de segundos, na palma da mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, a gente mediu ali a área do Bagattoli. Agora eu acho que o Heinze está querendo usar os créditos ou querendo vender os créditos dele.

Só para constar, o Bagattoli já está me devendo essas medições.

Pode mostrar as três.

Dessa daí a gente mediu a área de mata, que está para baixo ali, na esquerda, junto com a área que, acredito, seja de cultura. Não sei bem o que o Bagattoli tem ali.

Volte um pouquinho lá na outra ou mostra essa.

Pode mostrar a próxima também.

Põe a outra também junto, que daí dá bem para vocês verem.

Põe a terceira imagem.

Está aí.

O Heinze me desafiou: quem mata a cobra mostra o pau. Mostramos a cobra e o pau juntos.

Acho que reduz um pouquinho a imagem, para poder ver.

Ali a gente pegou 235ha de uma área, acredito eu, de agricultura, algo do tipo.

Deu 136 créditos de carbono por hectare nessa área.

Passe para a outra imagem. A do meio, eu acho.

Ali nós medimos uma área de mata. Medimos 314ha, deu 214 créditos de carbono. Ou seja, uma área verde de mata sequestra mais carbono. Realmente.

Aí, na próxima imagem, a gente triangulou ambas as áreas juntas. A tecnologia já fez uma varredura e fez uma média do que tem de carbono naquela área, tanto na de mata quanto na de agricultura. Deu 167 créditos de carbono por hectare.

Então, pode ver o horário lá, né? Fiz agora aqui... Ele me desafiou. O Bagattoli veio aqui, já achou a área dele lá... Ainda bem que ele sabe se localizar, e a gente conseguiu medir.

Então, acho que era isso.

Acho que a gente tem que buscar, né? Não vou nem dizer brigar, mas a gente tem que batalhar para desmistificar isso de que o agro é o vilão.

O agro não é o vilão; o agro é a solução para o mercado de carbono. É ali que vai ser gerado o crédito para compensar as emissões das indústrias, que nunca vão conseguir zerar suas emissões – é impossível. Nenhuma cadeia de indústria consegue zerar; ela consegue reduzir, e o.k., ela precisa reduzir, mas ainda assim vai precisar compensar.

Quem tem esse crédito é o agricultor, é o cara do campo, que está lá na terra.

Então, meu muito obrigado. Espero que tenha sido breve.

Sobraram três minutos do que tu... Deixei para ti.

O SR. ALMIR REBELO DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Vou usar.

A SRA. RITA FERRÃO – Não, você já usou. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Obrigado, Rita.

Bom, para a exposição, Zequinha, por favor.

Bagattoli, quer contestar o teu cálculo ali, Bagattoli?

Hein, Bagattoli... Quer contestar o teu cálculo ali? (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Prof. Marcos, como é que o senhor analisa, assim, de forma bem informal, bem tranquila, a questão do futuro do mercado voluntário? Já está andando, já tem gente trabalhando, acho que um pouco mais do que o regulado, não é? O regulado ainda está em processo.

Como é que o senhor avalia isso? Tem futuro? O mundo realmente vai caminhar por aí? Como é que fica essa situação da China, que não quer embarca? Os Estados Unidos não querem embarcar, a agenda, na Alemanha, também não está muito sendo levada a sério... Mas o caminho é esse?

O SR. MARCOS FERRONATO (Para expor.) – A lei brasileira, como a lei europeia, diz lá: olha, mercados voluntários... Isso está no art. 2º, inciso XIX, da lei.

Existem mercados voluntários que servem para compensação voluntária de emissões entre pares – gerador e empresas – e que servem para *marketing*. Ponto. E, no mesmo inciso, ele complementa: esses créditos não poderão ser utilizados na compensação nacional de emissões.

Então, assim, os créditos de mercado voluntário vão continuar existindo para o que eles nasceram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS FERRONATO – ... para *marketing*. Somente.

Todos os países e blocos – União Europeia, China, alguns estados dos Estados Unidos –, todos estão com as suas legislações de mercado regulado já aprovadas, como é o caso da União Europeia, Reino Unido, Singapura, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Colômbia, Brasil, ou em vias de aprovação, como é o caso da China, como é o caso de outros estados americanos que estão entrando nesses mercados.

Então, a tendência – tem um relatório do Itaú BBA que trata disso de uma forma muito legal – é que o crédito de mercado regulado troque de lugar com o crédito de mercado voluntário.

Então, hoje a gente está falando de 85% no voluntário, 15% no regulado. Daqui a cinco anos, a previsão é 15% no voluntário e 85% no regulado.

A previsão do Itaú BBA é que isso troque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS FERRONATO – Isso. E o crédito de voluntário vai continuar sendo usado para o que ele nasceu, para fazer *marketing*.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Marcos, só para...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – A empresa tem uma boa imagem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS FERRONATO – Mas ela não tem segurança de que aquele crédito seguiu regras rígidas de geração.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mesmo com essas famosas – como é que fala? – certificadoras e registradoras?

O SR. MARCOS FERRONATO – Todos os eventos de problema de *greenwashing* passaram pela Verra e pela Gold. Isso não garante nada, Senador.

O que garante é o cumprimento das nove premissas que existem tanto nas legislações aqui no Brasil quanto em todos os mercados regulados no mundo inteiro – as mesmas nove premissas.

Depois eu posso mandar para vocês detalhadamente quais são essas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Marcos, a pergunta que eu queria fazer: mercado regulado, o.k., mas nós, não tendo ainda a nossa regulamentação da lei, como é que funcionaria?

O SR. MARCOS FERRONATO – A lei já está em vigor desde dezembro de 2024.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bom.

O SR. MARCOS FERRONATO – O que o SBCE vai regulamentar não passa pelas nove premissas. Nisso o SBCE não tem poder de mexer, porque já está na lei. O que o SBCE vai ter que regulamentar é: onde vai ser o balcão de negociação? Isso ele pode. Qual a meta de cada segmento por tamanho de empresa? Isso ele pode. Agora, as nove premissas que já estão na lei, o SBCE não tem poder de regulamentar.

Todos que geram crédito seguindo as nove premissas já estão dando a segurança que a legislação exige.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – O.k. Então, a pergunta: os 100 mil hectares, mais ou menos, que a Copagril já está fazendo estão dentro das nove premissas?

O SR. MARCOS FERRONATO – Dentro das nove premissas, 100% desses créditos gerados.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Entendeu, Zequinha? Aí nos dá tranquilidade. Quem partir para esse rumo... É o que nós temos que fazer.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só uma perguntinha, antes de dizer o "amém", para o Presidente, o Eloi: por exemplo, o cara tem lá uns 50ha de reserva, de floresta na terrinha dele. No modelo regulado, o que é que isso renderia por ano para ele?

Pode ir no chutômetro, não precisa...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Não, não, não. Ele tem certinho lá. Ele consegue ver o que é que tem de planta e o que tem...

Não são 50 hectares. As áreas são menores aqui. Não é o caso de vocês lá em cima. Mas, se ele tem lá 50 hectares, pode pegar a PP dele, a PP é uma reserva legal dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS FERRONATO – É obrigação de quem está originando o crédito separar as áreas dentro da propriedade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Faz um zoneamento?

O SR. MARCOS FERRONATO – Isso. Eu tenho que dizer: "Olha, esse pedaço aqui da propriedade é de floresta, e o bioma é tal. Essa área da propriedade é lavoura, e é tal lavoura", porque a lei determina quatro sumidouros de retenção: solo da lavoura, solo da floresta, floresta e lavoura.

Então...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Analisa tudo isso?

O SR. MARCOS FERRONATO – Tudo isso. E todas as emissões.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – No caso, não pegaria só floresta?

O SR. MARCOS FERRONATO – Não.

E outra... A lei determina que...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vamos lá para a Região Norte, Marcos.

Lá pouca gente planta. Tem uns caras que plantam... O Pará, aquele enorme estado, a metade do Brasil quase lá, só 1 milhão...

O SR. MARCOS FERRONATO – O bioma amazônico.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É. Só quem planta soja, grãos lá, 1,300 milhão de hectares, o resto...

A gente pode chegar a 9 milhões sem derrubar uma árvore, só reutilizar...

O SR. MARCOS FERRONATO – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Mas está bem. Eu, pequeno produtor, planto capim para criar um gadinho e tal. Nós temos lá uma reserva, não é? Quanto eu, só com isso, ganharia para manter essa área lá?

O SR. MARCOS FERRONATO – Vou dar um exemplo real aqui.

O Sr. Eloi tem uma propriedade que é 100% floresta no CAR, e esse é um ponto importante. O CAR da propriedade tem que ser 100% de floresta averbada – lá no CAR. Então, ele tem uma lá e isso rendeu a ele...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Nativa ou plantada?

O SR. MARCOS FERRONATO – Nativa, nativa.

Isso rendeu a ele, no ciclo, 19 créditos por hectare.

É um bioma Mata Atlântica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Levando em conta todas as emissões que esse bioma faz, durante o seu processo de planta, o crédito resultante disso foi de 19 créditos por hectare. Créditos ALM, que é o crédito em propriedade rural, preço mundial hoje, de US$25 a US$35 por crédito.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – US$25 a US$35?

O SR. MARCOS FERRONATO – Dólares por crédito, que é o crédito ALM.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Ele teve 19... A quanto?

O SR. MARCOS FERRONATO – Teve 19 créditos por hectare.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está certo. Que é de US$ 25 a US$ 35?

O SR. MARCOS FERRONATO – Por crédito.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está rico – não está não, esse cara?

O SR. MARCOS FERRONATO – Não sei. Está aqui do lado.

Só perguntar para ele aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Está bem, obrigado.

O SR. MARCOS FERRONATO – Sim, Eloi.

O Eloi diz que não é tudo isso.

Não vamos pedir dinheiro agora aqui, Eloi...

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Não; acho que o importante, assim, é...

Nós, como eu comentei, lá, a maioria são pequenos produtores. Eu até estou incluído nesse caso, porque nós plantamos lá em torno de 150 hectares. E uma parte lá foi deixada, não foi mexida, então por isso que o Marcos está dizendo quanto que ela teve de geração de crédito.

Mas acho que o importante, assim, o que nós queremos nessa discussão toda, a gente não quer levar pelo viés político, viés qualquer coisa. O que nós queremos, realmente, é que se reflita o que, realmente, esse crédito de carbono vai trazer para o país, para os produtores... Porque quanto mais nós cuidarmos das nossas terras, das nossas florestas, do nosso meio ambiente, com certeza todos saem ganhando.

E quando nós falamos de crédito de carbono, o que nós temos sentido, agora, nesse período que estamos trabalhando, é que quem está cuidando melhor e fazendo mais, em termos de preservação e conservação, está tendo mais créditos.

Isso, realmente, faz o quê? Dessa forma, aquele produtor que fala: Não, mas por que eu vou deixar essa área ali que não me gera nada? Eu tenho uma área ali de 20%, 30%, aquilo está lá ocioso, e eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estar contribuindo, porém... Hoje você tem uma ferramenta, tem um crédito de carbono que vai estar compensando. Para que eu vou mexer naquilo lá, se eu tenho uma renda? Para muitos hoje não vale a pena nem mexer na área.

Apenas cuidando dela e tal, ele vai ter uma renda e vai estar contribuindo com a sociedade como um todo.

A SRA. RITA FERRÃO – Eloi, só fazendo um complemento na tua fala, hoje a nossa lei, graças a Deus, a 15.042 possibilita o crédito de carbono de agricultura também. Então, hoje ela não precisa necessariamente estar com a terra parada e ser só floresta. Então hoje é agricultura, é campo nativo e floresta, e isso está na lei. Então, remoção de crédito de carbono por campo nativo, floresta e agricultura – entra pastagem também – é possível ter crédito de carbono. Então não precisa só ter a mata parada.

O SR. ELOI DARCI PODKOWA – Bem complementado, Rita, porque muitas vezes nós temos alguns produtores que têm pastagem, têm a sua lavoura, e outros acabam fazendo uma área de lavoura, mas eles estão ganhando em cima disso. É lógico que todo o cuidado, toda a preservação é necessária. É como foi falado: acho que tudo converge para que nós possamos ter, se nós fizermos direitinho tudo isso aí, um novo momento para o Brasil também.

O SR. MARCOS FERRONATO – Eu tenho dois minutinhos só? É só um ponto.

Outro dia eu estava num evento em São Paulo, onde me chamaram para falar sobre crédito de carbono pelo artigo que eu publiquei na PLOS, que é uma revista bem legal, ambiental, e dentro do evento tinha muito ambientalista.

Eu fiz a seguinte pergunta a eles – havia umas 150 pessoas na plateia: "Quem de vocês aqui tira 20% da sua renda bruta, antes de qualquer coisa, tira 20% da sua renda bruta, e deposita na conta da ONU para o bem da humanidade? O silêncio foi o mesmo aqui, catacúmbico, ninguém abriu a boca.

As propriedades rurais no Brasil fazem isso por força de lei: 20% da sua capacidade produtiva, em bioma Mata Atlântica, pode chegar a 80% da sua capacidade produtiva no Bioma Amazônico, e obrigatoriamente tem que estar com a floresta em pé. Eu estou abrindo mão da minha capacidade de geração de renda, em 80%, em até 80%, pelo bem da humanidade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Como é que você falou? Deposita na ONU pelo bem?

O SR. MARCOS FERRONATO – Da humanidade. E é isso que as propriedades rurais brasileiras fazem.

Então, o Hemisfério Norte, que é o grande responsável pela situação climática que nós estamos vivendo hoje, tem que pagar essa conta. E o mecanismo para se pagar essa conta é a Lei 15.042, que traz toda a segurança necessária para que isso aconteça.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Pode falar, Bagattoli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pena que eu não estou podendo falar. Estou muito ruim, mas... Eu fiz tudo isso aí com o Banco Itaú, BBA, tudo. Quase 30 mil hectares. Uma área maior num local só, confinamento de larga escala, compostagem de esterco, jogando o resíduo de volta na adubação; lavoura, a mata, soja, milho, plantio direto, tudo, pastagem, mas está travado na certificação.

O SR. MARCOS FERRONATO – Sabe o porquê disso, Senador?

Tem uma explicação simples: não seguiram as nove premissas previstas na Lei 15.042 para a geração do crédito.

É só isso!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, eles fizeram.

Agora nós temos que caminhar para a certificação, mas não sei como.

O SR. MARCOS FERRONATO – Se não seguiram as nove premissas, Senador, não vai virar valor isso aí, posso garantir ao senhor. Tem que seguir as nove premissas previstas na Lei 15.042.

Teve outros bancos que fizeram a mesma coisa e estão com uma dificuldade terrível de virar dinheiro nesse crédito em função disso, não tem segurança no que foi feito porque não seguiram as nove premissas previstas.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Vou deixar para arrematar aqui o Eduardo.

Não está mais aí? (*Pausa.*)

O Eduardo, o Cecílio, o Afonso Bertucci, o Odair, o Eloi, que está aqui, que já deu a resposta, o Almir não, o Marcos Ferronato...

Marcos, vou fazer uma pergunta para vocês.

Bagattoli, a sua região... Você é de Santa Catarina, então, você está no Norte do país. Se nós pegarmos essa grande Floresta Amazônica, quase 500 milhões de hectares, eu só pergunto, faço a minha conta aqui do seguinte, se eu tenho 300 milhões de hectares intactos, e acho que no Brasil nós temos, quanto valeria isso hoje em valor? Na conta que você fez com o Eloi aqui?

O SR. MARCOS FERRONATO – Eu não vou nem dizer a minha conta não, eu vou dizer o que o Itaú BBA divulgou nesse último relatório: US$150 bilhões até 2030.

Esse é o número.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – US$150 bilhões por ano?

O SR. MARCOS FERRONATO – Não, até 2030.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Vinte e cinco anos.

O SR. MARCOS FERRONATO – Não, agora, cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Ah, sim, o.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS FERRONATO – US$150 bilhões.

É isso o que vale isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Agora, o seguinte, para quem está nos assistindo através da TV Senado e na internet, enfim, quando dizem que essas ONGs – o Zequinha já saiu daqui, Zequinha – que vão lá vão dar, desse fundo do clima, 10 milhões, 20 milhões. Isso é troco!

Isso é mil réis perto do que vale a nossa Floresta Amazônica e a nossa área de preservação, dos 20%, 80% que nós preservamos no Brasil inteiro, o que vocês começaram a fazer lá no Paraná inteiro.

Acho que esse é um ponto importante para mostrar essa potência.

Aí vem o Príncipe Filipe, o rei não sei das quantas, que vem lá da Noruega, enfim, dizer o que nós temos que fazer na Amazônia. Que me paguem, porque aquilo é meu, eu sou brasileiro. Os meus antepassados, Eloi, vieram da Alemanha, os seus vieram da Polônia, mas nós somos hoje brasileiros, Bagattoli é italiano, mas nós somos todos brasileiros hoje. Isso é do Brasil, patrimônio nosso!

Nós não podemos aceitar que alguém venha, alienígenas, dizer o que nós temos que fazer aqui no Brasil com um patrimônio nosso. Nós não entramos nos Estados Unidos, na China, na Alemanha, em qualquer país para dizer o que eles têm que fazer e agora eles querem dizer o que nós temos que fazer aqui no Brasil.

O.k.

Bom, não havendo mais quem queira falar, agradeço a presença dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, dos nossos oradores, dos participantes e de todos os presentes.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Soraya Thronicke, Flávio Arns, José Lacerda, Pedro Chaves, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Damares Alves, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Izalci Lucas e Eduardo Gomes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência registra a presença do Senhor Geraldo Borges, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei n° 4718, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária." Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 do Senador Alan Rick e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 2 - Projeto de Lei n° 2648, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para criar a Subclasse Rural por Autogestão na classificação de consumidores de energia elétrica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 3 - Projeto de Lei n° 3100, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro–Oeste (FCO), para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Relatoria: Senador Pedro Chaves. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, na forma da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo) com a Subemenda que apresenta. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com acolhimento parcial da Emenda 1-T, na forma da Emenda 2-CDR-CRA (Substitutivo) com a Subemenda 1-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de tramitação. Item 4 - Projeto de Lei n° 4402, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5 - Projeto de Lei n° 1348, de 2024 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, e a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para incluir o estímulo à utilização de bioinsumos na atividade agrícola entre os objetivos da política agrícola e da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senadora Janaína Farias (PT/CE). Relatoria: Senador Beto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 6 - Projeto de Lei n° 3761, de 2025 - Terminativo - que: "Cria o Selo Verde Café Amazônia." Autoria: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 7 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 46, de 2025 que: "Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a minuta de resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que propõe a publicação das listas nacionais de espécies exóticas invasoras (EEIs)." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. O colegiado decidiu pela conversão da convocação em convite à autoridade. Item Extrapauta 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 47, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as Propostas de Fortalecimento das Políticas Públicas para o Setor Agropecuário Brasileiro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Fazenda (MF); representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Senhor Deputado Federal Isnaldo Bulhões Jr, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 (PLOA 2026)." Autoria: Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. A Presidência comunica a realização, pela Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama (Craterras), de Diligência Externa no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. A Presidência comunica que o prazo de apresentação emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2026) é 2 de novembro de 2025. Usam da palavra o Senador Pedro Chaves e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos!

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições, conforme pauta já distribuída previamente aos Srs. Senadores.

Bom, trazendo aqui uma inversão de pauta, item nº 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 3100, DE 2023

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro – Oeste – FCO, para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Relatoria: Senador Pedro Chaves

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, na forma da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo) com a Subemenda que apresenta.

Observações:

- Em 04.07.2023 o Senador Mecias de Jesus apresentou a Emenda nº 1-T.

- Em 28.05.2024, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo), com acolhimento parcial da Emenda nº 1T.

- Votação simbólica.

> CAE (T)

Concedo a palavra ao Senador Pedro Chaves para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, encontra-se sob análise desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) o Projeto de Lei nº 3.100, de 2023, de iniciativa do Senador Jaime Bagattoli.

A proposição altera a Lei nº 7.827, de 29 de setembro 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), para autorizar a utilização de percentual de recursos no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição propõe alterações na Lei nº 7.827, de 1989, com o objetivo de ampliar seu alcance social e produtivo. Para tanto, inclui como beneficiários diretos dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional os participantes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, previsto na Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, e estabelece que, no mínimo 10% dos recursos dos fundos constitucionais sejam destinados a investimentos no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O texto também prevê que o regulamento defina, por município ou estado, os projetos fundiários prioritários a serem financiados pelos agentes financeiros, garantindo articulação entre a política de crédito fundiário e os instrumentos de desenvolvimento regional.

Por fim, a lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas seus efeitos financeiros serão aplicados a partir de 1º de janeiro do segundo exercício subsequente, em conformidade com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na justificação do projeto, o autor esclarece que a finalidade principal é fortalecer os instrumentos voltados ao assentamento de brasileiros, evitando conflitos fundiários e assegurando a preservação do Estado democrático de direito. Para tanto, propõe que pelo menos 10% das receitas do FNO, FNE e FCO sejam aplicadas no Programa Nacional de Crédito Fundiário, voltadas especificamente ao atendimento de famílias de baixa renda, de trabalhadores rurais sem acesso à terra e daquelas que, embora possuam vocação para a atividade agrícola, hoje residem em áreas urbanas carentes e buscam oportunidade de se estabelecer no campo.

Durante o prazo regimental para apresentação de emendas, conforme previsto no art. 122, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, o Senador Mecias de Jesus apresentou a Emenda nº 1-T, com o objetivo enfatizar que os beneficiários contemplados deverão estar necessariamente localizados dentro das áreas de atuação dos respectivos fundos constitucionais de financiamento regional.

A proposição foi analisada inicialmente pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), que aprovou, em 28 de maio de 2024, parecer proposto pelo Relator Senador Rogerio Marinho, pela aprovação nos termos do substitutivo – Emenda nº 2-CDR (Substitutivo) –, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, apresentada pelo Senador Mecias de Jesus.

A matéria veio para exame na CRA e, posteriormente, será remetida à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

Do ponto de vista regimental, a matéria insere-se no campo de competência desta Comissão, conforme o art. 104-B, incisos II e XIV, do RISF (Regimento Interno do Senado Federal), uma vez que trata de planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária e de colonização e reforma agrária.

Quanto à constitucionalidade formal, não se observam vícios, pois a União detém competência para formular e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, nos termos do art. 21, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil. Também não se trata de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, o que afasta qualquer restrição quanto à iniciativa parlamentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a proposta harmoniza-se com as diretrizes constitucionais em vigor, representando um esforço relevante para a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais (art. 3º, III, da Constituição da República Federativa do Brasil), ao mesmo tempo em que promove a compatibilização entre a política agrícola e a reforma agrária (art. 187, §2º, da Constituição).

No mérito, a proposta fortalece o crédito fundiário e amplia o alcance dessa política, ao possibilitar a entrada de novos agentes financeiros, a criação de linhas adicionais de financiamento e a ampliação da oferta de recursos.

A literatura especializada destaca que a aquisição de imóveis rurais e a regularização da propriedade ampliam o acesso ao crédito, uma vez que permitem oferecer garantias em novos contratos e, consequentemente, impulsionar os investimentos produtivos. Nesse cenário, o aumento dos recursos destinados à aquisição de terras e ao financiamento de infraestrutura básica e produtiva configura-se como uma política pública estratégica, capaz de consolidar e expandir os impactos positivos já verificados.

Cumpre destacar, Sr. Presidente, que o substitutivo aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove aperfeiçoamentos em relação ao texto original. Enquanto a redação inicial do projeto de lei previa a destinação mínima de 10% dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, o substitutivo buscou manter o objetivo de ampliar os recursos disponíveis para o crédito fundiário, mas sem comprometer outras linhas de financiamento já consolidadas.

Essa opção legislativa responde a duas preocupações centrais: (i) a imobilização de percentuais fixos poderia retirar recursos expressivos de outros setores estratégicos, com risco de reduzir a eficácia global dos fundos; e (ii) a execução orçamentária recente do Programa Terra Brasil demonstra que nem sempre os valores disponíveis para o crédito fundiário são plenamente utilizados, revelando gargalos burocráticos e dificuldades de acesso para o público-alvo.

O substitutivo aprovado, portanto, ampliou o rol de beneficiários, incluindo expressamente os trabalhadores rurais não proprietários e os agricultores de minifúndios como destinatários potenciais do crédito fundiário, de modo a alinhar a proposta à Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 (Banco da Terra) e ao Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964). Ao mesmo tempo, evitou a vinculação de percentuais rígidos, optando por conferir maior flexibilidade ao gestor público e às superintendências regionais de desenvolvimento (Sudeco, Sudene e Sudam) para avaliar, em cada exercício orçamentário, os volumes adequados de destinação ao crédito fundiário, dentro das prioridades regionais.

Destaca-se, ainda, que a redação do substitutivo da CDR mantém plena consonância com o marco jurídico que regula o crédito fundiário no Brasil e amplia o rol de beneficiários. Movimento semelhante já havia ocorrido com a Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, que possibilitou a concessão de crédito a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional não gratuitos situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Desde então, os bancos regionais instituíram programas específicos de financiamento estudantil e expandiram, com êxito, essa modalidade de crédito.

Dessa forma, a Emenda nº 2-CDR (Substitutivo) preserva os objetivos da proposição original e a aperfeiçoa para contemplar, entre os beneficiários dos fundos constitucionais, tanto os trabalhadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rurais sem propriedade quanto os proprietários de minifúndios, sem restringir a discricionariedade dos gestores públicos na definição dos montantes destinados a cada linha de financiamento. Ademais, as alterações introduzidas eliminam quaisquer dúvidas acerca da abrangência geográfica dos beneficiários dos financiamentos oriundos dos fundos constitucionais regionais.

Adicionalmente, o substitutivo da CDR acolheu parcialmente a Emenda nº 1-T, apresentada pelo Senador Mecias de Jesus, para reforçar a vinculação geográfica dos recursos, de modo que estes sejam obrigatoriamente aplicados nas regiões abrangidas pelos fundos constitucionais. A medida visa a evitar dubiedades quanto à utilização dos recursos em áreas fora das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, preservando a lógica da desconcentração regional estabelecida pelo art. 159, I, "c", da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em síntese, o substitutivo aprovado equilibra três objetivos centrais: (i) preservar a ideia original de ampliar o crédito fundiário e fortalecer a agricultura familiar; (ii) proteger o equilíbrio das demais linhas de financiamento dos fundos constitucionais, assegurando flexibilidade na destinação dos recursos; e (iii) garantir segurança jurídica e respeito à finalidade regional dos fundos, mediante acolhimento parcial da emenda apresentada.

Entretanto, a proposição pode ser aprimorada. Considerando que o PL pretende incluir, entre os beneficiários dos fundos constitucionais de desenvolvimento regional, os trabalhadores rurais sem propriedade e os proprietários de minifúndios, é ainda necessário reforçar instrumentos de inclusão produtiva e de equidade territorial, assegurando que esses segmentos mais vulneráveis recebam, além do crédito, o apoio técnico necessário para o uso eficiente dos recursos e o fortalecimento de suas atividades produtivas.

Desse modo, a ampliação do escopo dos beneficiários e o financiamento de serviços de assistência técnica e de extensão rural são medidas complementares e coerentes. Ambas promovem uma política de crédito mais justa e efetiva, voltada à redução das desigualdades regionais e à valorização da agricultura familiar. Além disso, a proposta mantém a discricionariedade dos gestores públicos na definição dos montantes destinados a cada linha de financiamento, respeitando a flexibilidade operacional dos fundos constitucionais e garantindo que a alocação de recursos observe critérios técnicos e regionais. Trata-se, portanto, de aprimoramento que reforça os objetivos do PL 3.100, de 2023, ampliando seu alcance social e assegurando maior efetividade às políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 3.100, de 2023, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, na forma da Emenda nº 2-CDR (Substitutivo), com a subemenda apresentada, anexa a este relatório.

Este é o nosso relatório e o nosso voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Pedro Chaves.

Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Nós temos remotamente 15 Senadores presentes na reunião. Àquele que quiser a palavra está aberta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Pedro Chaves.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, na forma da Emenda nº 2-CDR-CRA (Substitutivo), com a Subemenda nº 1-CRA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação, em decisão terminativa.

Quero aqui cumprimentar e parabenizar tanto o autor da matéria como também o seu Relator.

Parabéns, Pedro Chaves.

Antes de passar ao próximo item, também numa inversão de pauta, eu quero aqui abrir um parêntese para cumprimentar o senhor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Geraldo! Fugiu aqui, Geraldo, o teu nome.

O Geraldo Borges é Presidente da Abraleite.

Tem leite lá em Goiás? (*Pausa.*)

Muito leite? Que bom!

Ele é Presidente da Abraleite (Associação Brasileira dos Produtores de Leite), que está convocado e convidado para estar no Estado do Pará, dia 15 de novembro, participando do encontro que vai discutir e debater a questão do preço do leite, que está ruim lá no Pará, com a Embrapa, a OCB e assim por diante.

Vou mandar meu jato te buscar lá. (*Risos.*)

Bem-vindo, Geraldo! Deus te abençoe!

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 46, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação da Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a minuta de resolução da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), que propõe a publicação das listas nacionais de espécies exóticas invasoras (EEIs).

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Observações:

- Votação simbólica.

A autoria é do Senador Jorge Seif e nossa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aqui já me antecipar: tivemos a confirmação do Secretário André Ceciliano, da Secretaria de Relações Institucionais, pedindo que a convocação fosse transformada em convite, porque ele garante, assim como a própria Ministra consultada, que estarão aqui na primeira oportunidade para poder fazer os esclarecimentos, mas temos que levar em conta que a Ministra vai estar no Pará para a COP 30, que começa nos próximos dias.

Bom, em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Requerimento extrapauta.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 47, DE 2025
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as Propostas de Fortalecimento das Políticas Públicas para o Setor Agropecuário Brasileiro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério da Fazenda (MF);

- representante do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA);

- representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

- o Senhor Deputado Federal Isnaldo Bulhões Jr, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2026 (PLOA 2026).

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Meus queridos, como Presidente desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, venho comunicar à sociedade brasileira e, em especial, aos produtores rurais da Região Norte que nos dias 30 e 31 de outubro, quinta e sexta-feira desta semana, será realizada uma diligência externa da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama – essa Subcomissão chama-se Crateras – no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Essa diligência tem como objetivo apurar *in loco* a grave situação enfrentada por produtores rurais, que vêm sendo impactados por embargos realizados pelo Ibama, especialmente na região da Amazônia Legal. Somente no ano de 2025, foram publicados 67 editais, totalizando mais de 7 mil notificações e embargos de áreas rurais, o que tem gerado insegurança jurídica, prejuízos econômicos e sociais, além de comprometer a produção agropecuária e o sustento de milhares de famílias na Amazônia.

A Comissão reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, com o respeito à legislação ambiental e com a defesa dos direitos dos produtores que atuam de forma responsável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diligência buscará ouvir os afetados, reunir informações técnicas e propor encaminhamentos que promovam o equilíbrio entre a produção ambiental e a atividade produtiva.

Contamos com o apoio das autoridades locais, lá no Estado de Rondônia, e entidades representativas da sociedade civil, para que essa ação contribua efetivamente para a construção de soluções justas e duradouras. (*Pausa.*)

Comunicado do Orçamento PLOA 2026.

Aqui é "prazo"? (*Pausa.*)

O prazo para os Srs. Senadores apresentarem suas propostas, exclusivamente pelo Lexor, é até o dia 2 de novembro.

Isso quer dizer, traduzindo, que os Senadores da Comissão devem apresentar sugestão ao Ploa até dia 2, fechado? Então, está bom.

Hoje foi curto aqui o negócio. Eu quero aqui, neste momento, agradecer aos senhores e senhoras que compareceram aqui – meu querido Senador Pedro Chaves, como amanhã tem sessão do Congresso, depois da sessão, um bom retorno lá para o Estado de Goiás – e a todos que não vieram, mas botaram presença pelo sistema.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião, agradecendo a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberação de alteração em indicações aprovadas à Emenda RP8/LOA 2025 desta Comissão, para superação de impedimentos de ordem técnica apontados pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos da Lei Complementar 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN. Registram presença os Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Soraya Thronicke, Flávio Arns, José Lacerda, Pedro Chaves, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, a Senadora Ana Paula Lobato e os Senadores Paulo Paim, Izalci Lucas e Lucas Barreto, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento dos Ofícios 207/2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA e 208/2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA, ambos da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária, por meio do qual são apontados impedimentos técnicos nas indicações 10130 e 18560 (numeração no sistema Sinec). Coordenação/relatoria das indicações da CRA: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação das alterações constantes do Anexo I e pela consolidação no Anexo II de todas as indicações aprovadas pela Comissão até o presente momento. Por unanimidade, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou o anexo e aprovou, no total, 766 (setecentos e sessenta e seis) indicações. O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da trigésima sétima Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Listagem das 2 indicações de emendas alteradas

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar (Senador)	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
Marcos Cesar Pontes	20055	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20034	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	45.160.173/0001-05	SP	AMERICO DE CAMPOS	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20061	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	49.345.911/0001-40	SP	IEPE	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20040	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	66.831.959/0001-87	SP	SALTINHO	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20035	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	45.323.698/0001-14	SP	BURITIZAL	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20048	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	01.612.848/0001-34	SP	FERNAO	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20036	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	44.723.765/0001-25	SP	MOMBUCA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20044	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Marcos Cesar Pontes	20059	10130	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	45.167.111/0001-25	SP	LAGOINHA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
Otto Roberto Mendonça de Alencar	20840	18560	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	44.147.542/0001-67	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar (Senador)	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Aprovado
1	Alan Rick Miranda	18704	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municipios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 1.095.660,00
3	Alessandro Vieira	18720	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18728	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18732	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18712	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18723	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18716	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18713	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18725	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
11	Alessandro Vieira	18721	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
12	Alessandro Vieira	18711	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
13	Alessandro Vieira	18715	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	18729	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
15	Alessandro Vieira	11270	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
16	Alessandro Vieira	18726	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
17	Alessandro Vieira	18731	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
18	Alexandre Luiz Giordano	18596	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no município de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
28	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
37	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Simplício Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Áurea	Prefeitura Municipal de Áurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	600.000,00
43	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$	600.000,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$	3.652.173,00
45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	60120002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTOCA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R$	2.700.000,00
46	Antônio Mecias Pereira de Jesus	20205	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ABERTURA DE LINHAS DE BUEIRO EM MANILHAS DE CONCRETO	R$	4.260.870,00
47	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.778.260,00
48	Augusta Brito de Paula	9665	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	2.282.608,00
49	Augusta Brito de Paula	9676	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$	2.282.609,00
50	Augusta Brito de Paula	14322	60120002	4281	22000	22101	20ZV	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	3.000.000,00
51	Augusta Brito de Paula	14327	60120002	4281	22000	22101	20ZV	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$	1.565.217,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM- MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	466.127,00
53	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	466.127,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	437.627,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	744.127,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	466.127,00
57	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	605.911,00
58	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$	466.127,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	2.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$	5.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	1.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R$	2.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$	5.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	1.000.000,00
65	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Obras	R$	2.260.869,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	800.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	1.000.000,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PAU D"ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	1.200.000,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$	630.434,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	700.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	800.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	400.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$	800.000,00
74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R$	1.000.000,00
75	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$	800.000,00
76	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CARGA	R$	1.000.000,00
77	Carlos Francisco Portinho	9908	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$	3.652.173,00
78	Cid Ferreira Gomes	19649	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
79	Cid Ferreira Gomes	18610	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	344.850,00
80	Cid Ferreira Gomes	19583	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	19587	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará/CE			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	19586	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota/CE			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	18628	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
84	Cid Ferreira Gomes	19679	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Milhã/CE			06.741.565/0001-06	CE	MILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	18622	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$	198.000,00
86	Cid Ferreira Gomes	18624	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São José do Torto, CNPJ 06.580.963/0001-98	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	49.742,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

87	Cid Ferreira Gomes	18620	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olimpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
88	Cid Ferreira Gomes	18602	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
89	Cid Ferreira Gomes	18632	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
90	Cid Ferreira Gomes	19650	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Municipio de Mulungu/CE			07.910.730/0001-79	CE	MULUNGU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação em pedra tosca	R$	1.000.000,00
91	Cid Ferreira Gomes	18638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$	78.375,00
92	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
93	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$	21.945,00
94	Cid Ferreira Gomes	18626	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	99.484,00
95	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção À Maternidade e à Infância De Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	172.425,00
96	Cid Ferreira Gomes	18645	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
97	Cid Ferreira Gomes	18633	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu, CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$	18.810,00
98	Cid Ferreira Gomes	18619	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sitio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$	49.742,00
99	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
100	Cid Ferreira Gomes	18750	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$	1.681.134,00
101	Cid Ferreira Gomes	19584	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Piquet Carneiro/CE			07.738.057/0001-31	CE	PIQUET CARNEIRO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
102	Cid Ferreira Gomes	19589	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE			08.898.124/0001-48	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
103	Cid Ferreira Gomes	19585	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Ibiapina/CE			07.523.186/0001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
104	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
105	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.700.000,00
106	Cid Ferreira Gomes	18636	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
107	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sítios Cachoeirinha e Sussuarana, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
108	Cid Ferreira Gomes	18625	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) C.C. 01 – Corte e Costura	R$	28.215,00
109	Cid Ferreira Gomes	18634	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu , CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 03 – Irrigação Familiar por Microaspersão - 1 há	R$	26.125,00
110	Cid Ferreira Gomes	19680	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.130.434,00
111	Cid Ferreira Gomes	18642	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	28.215,00
112	Cid Ferreira Gomes	18643	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$	18.810,00
113	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Ruzy - Caracará, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

114	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracará, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
115	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
116	Cid Ferreira Gomes	18630	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
117	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$	875.863,00
118	Cid Ferreira Gomes	19588	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Camocim/CE			07.660.350/0001-23	CE	CAMOCIM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
119	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$	407.547,00
120	Cid Ferreira Gomes	19651	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Acaraú/CE			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Custrução de Mercado	R$	1.000.000,00
121	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	11.495,00
122	Cid Ferreira Gomes	18646	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Deus no Brasil, CNPJ 17.987.680/0001-81	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
123	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
124	Ciro Nogueira Lima Filho	19838	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PAULISTANA			06.553.796/0001-96	PI	PAULISTANA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
125	Ciro Nogueira Lima Filho	19846	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE			01.612.623/0001-88	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
126	Ciro Nogueira Lima Filho	19834	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
127	Ciro Nogueira Lima Filho	19836	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COCAL DE TELHA			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
128	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
129	Ciro Nogueira Lima Filho	19841	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORTO			06.554.414/0001-49	PI	PORTO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
130	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
131	Ciro Nogueira Lima Filho	19833	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
132	Ciro Nogueira Lima Filho	19845	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO			41.522.111/0001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
133	Ciro Nogueira Lima Filho	19843	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE REGENERACAO			06.554.943/0001-42	PI	REGENERACAO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
134	Ciro Nogueira Lima Filho	19844	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
135	Ciro Nogueira Lima Filho	19837	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES			06.554.208/0001-39	PI	JOAQUIM PIRES	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
136	Ciro Nogueira Lima Filho	19840	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PEDRO II			06.553.929/0001-24	PI	PEDRO II	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	600.000,00
137	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
138	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
139	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
140	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
141	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
142	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
143	Ciro Nogueira Lima Filho	19847	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUCUI			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	478.260,00
144	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	452.173,00
145	Ciro Nogueira Lima Filho	19835	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
146	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	452.173,00
147	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cláudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
148	Cleiton Gontijo de Azevedo	7887	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
149	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$	300.000,00
150	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	1.000.000,00
151	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
152	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$	400.000,00
153	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$	300.000,00
154	Confúcio Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
155	Confúcio Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
156	Confúcio Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00
157	Confúcio Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$	1.320.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

158	Confúcio Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
159	Confúcio Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.260.434,00
160	Confúcio Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.270.000,00
161	Damares Regina Alves	19344	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
162	Damares Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.652.173,00
163	Damares Regina Alves	19342	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias.	R$ 1.700.000,00
164	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20086	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	ITABAIANA	09.072.430/0001-93	PB	ITABAIANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 878.260,00
165	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
166	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
167	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20088	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	SERRA REDONDA	08.868.937/0001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
168	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
169	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20087	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PAULISTA	08.945.727/0001-53	PB	PAULISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
170	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
171	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 452.173,00
172	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
173	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
174	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
175	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20082	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	BOA VISTA	01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
176	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
177	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20085	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	INGÁ	08.810.350/0001-25	PB	INGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
178	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20084	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	CONCEIÇÃO	08.943.227/0001-82	PB	CONCEICAO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
179	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20089	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	VISTA SERRANA	09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
180	Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
181	Eann Styvenson Valentim Mendes	19317	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL		08.348.963/0001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
182	Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
183	Eann Styvenson Valentim Mendes	14070	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		08.095.473/0001-21	RN	OURO BRANCO	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
184	Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Canguaretama	Prefeitura de Canguaretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
185	Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 914.000,00
186	Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
187	Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$ 700.000,00
188	Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
189	Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
190	Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
191	Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$ 438.000,00
192	Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$ 438.000,00
193	Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R$ 642.000,00
194	Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
195	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
196	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 580.000,00
197	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
198	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
199	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
200	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$ 730.000,00
201	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
202	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$ 640.000,00
203	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 565.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

204	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
205	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$	5.000.000,00
206	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
207	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$	679.870,00
208	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
209	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$	1.000.000,00
210	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$	500.000,00
211	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$	600.000,00
212	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$	766.000,00
213	Eliziane Pereira Gama Melo	18674	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.500.000,00
214	Eliziane Pereira Gama Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailândia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.000.000,00
215	Eliziane Pereira Gama Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
216	Eliziane Pereira Gama Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.000.000,00
217	Eliziane Pereira Gama Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	2.500.000,00
218	Eliziane Pereira Gama Melo	18668	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$	1.130.434,00
219	Esperidião Amin Helou Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$	627.325,00
220	Esperidião Amin Helou Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$	320.000,00
221	Esperidião Amin Helou Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R$	300.000,00
222	Esperidião Amin Helou Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$	600.000,00
223	Esperidião Amin Helou Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$	635.000,00
224	Esperidião Amin Helou Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$	600.000,00
225	Esperidião Amin Helou Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R$	300.000,00
226	Esperidião Amin Helou Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$	269.000,00
227	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20135	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Satuba			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
228	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20139	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pindoba			12.335.436/0001-10	AL	PINDOBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
229	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20133	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Branca			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
230	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	250.000,00
231	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	702.173,00
232	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
233	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
234	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20140	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inhapi			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
235	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20130	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
236	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20137	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Igaci			12.228.375/0001-92	AL	IGACI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
237	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20136	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.356.879/0001-98	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
238	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20138	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D´Agua do Casado			13.890.745/0001-15	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
240	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	500.000,00
241	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coité do Noia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
242	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
243	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	600.000,00
244	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20132	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jequiá de Praia			02.917.132/0001-08	AL	JEQUIA DA PRAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	547.826,00
245	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

246	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$	650.000,00
247	Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
248	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$	376.000,00
249	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
250	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$	500.400,00
251	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$	500.400,00
252	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAÇU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
253	Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$	624.600,00
254	Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
255	Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$	453.600,00
256	Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$	721.834,00
257	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
258	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$	422.000,00
259	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
260	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$	628.000,00
261	Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CÓRREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$	165.000,00
262	Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
263	Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$	550.000,00
264	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$	368.000,00
265	Fernando Antonio Caminha Dueire	10957	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$	500.000,00
266	Fernando Antonio Caminha Dueire	11195	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$	1.000.000,00
267	Fernando Antonio Caminha Dueire	10939	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
268	Fernando Antonio Caminha Dueire	10938	60120002	4252	22000	22101	20ZV	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$	500.000,00
269	Fernando Antonio Caminha Dueire	10935	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
270	Fernando Antonio Caminha Dueire	10929	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
271	Fernando Antonio Caminha Dueire	18740	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$	1.130.434,00
272	Fernando Antonio Caminha Dueire	10945	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$	1.000.000,00
273	Fernando Antonio Caminha Dueire	10943	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$	1.000.000,00
274	Fernando Antonio Caminha Dueire	10946	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$	1.000.000,00
275	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Coruripe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
276	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
277	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Olho D'Água das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
278	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$	600.000,00
279	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.330.434,00
280	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$	2.500.000,00
281	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$	1.000.000,00
282	Flávio José Arns	10812	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
283	Flávio José Arns	10827	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
284	Flávio José Arns	10843	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
285	Flávio José Arns	10828	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
286	Flávio José Arns	10836	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
287	Flávio José Arns	10818	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
288	Flávio José Arns	10833	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
289	Flávio José Arns	10847	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	500.000,00
290	Flávio José Arns	10835	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
291	Flávio José Arns	10814	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
292	Flávio José Arns	10838	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
293	Flávio José Arns	10841	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	400.000,00
294	Flávio José Arns	10821	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
295	Flávio José Arns	10816	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.339.688/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	460.217,00
296	Flávio José Arns	10832	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
297	Flávio José Arns	10820	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
298	Flávio José Arns	10822	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

299	Flávio José Arns	10819	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
300	Flávio José Arns	10830	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$	530.000,00
301	Flávio José Arns	10825	60120002	2038	22000	22101	20ZV	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$	450.000,00
302	Flávio Nantes Bolsonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.800.000,00
303	Flávio Nantes Bolsonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$	1.852.173,00
304	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$	9.130.434,00
305	Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
306	Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
307	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.500.000,00
308	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
309	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	2.130.433,00
310	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
311	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	1.000.000,00
312	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorais de Estrada Vicinais	R$	5.478.000,00
313	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$	3.652.173,00
314	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	19729	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Governo do Estado			84.012.012/0001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	R$	5.478.260,00
315	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
316	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sairé			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	600.000,00
317	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
318	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
319	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	230.434,00
320	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
321	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
322	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
323	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
324	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
325	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
326	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
327	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
328	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
329	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
330	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
331	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
332	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
333	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
334	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
335	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
336	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
337	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
338	Irajá Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	20ZV	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$	9.130.434,00
339	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$	330.000,00
340	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
341	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$	200.000,00
342	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
343	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
344	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
345	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$	300.000,00
346	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
347	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$	500.000,00
348	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
349	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$	400.000,00
350	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
351	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$	400.434,00
352	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
353	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
354	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
355	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
356	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R$	400.000,00
357	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
358	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
359	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
360	Izalci Lucas Ferreira	19308	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estrategias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$	3.652.174,00
361	Jader Fontenelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

362	Jader Fontenelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
363	Jader Fontenelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
364	Jader Fontenelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.630.434,00
365	Jaime Maximino Bagattoli	10321	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ESPIGÃO D´OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
366	Jaime Maximino Bagattoli	10326	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
367	Jaime Maximino Bagattoli	10323	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	502.173,00
368	Jaime Maximino Bagattoli	10316	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	650.000,00
369	Jaime Maximino Bagattoli	10320	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
370	Jaime Maximino Bagattoli	10324	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
371	Jaime Maximino Bagattoli	10325	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
372	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
373	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	2.000.000,00
374	Jaques Wagner	14223	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	1.680.434,00
375	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
376	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	500.000,00
377	Jaques Wagner	14210	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	650.000,00
378	Jaques Wagner	14205	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
379	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	1.000.000,00
380	Jaques Wagner	14202	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
381	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
382	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
383	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
384	Jayme Verissimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$	7.032.000,00
385	Jayme Verissimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Municipio de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$	2.098.434,00
386	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	771.900,00
387	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
388	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
389	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	528.665,00
390	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
391	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
392	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	480.700,00
393	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
394	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	574.750,00
395	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
396	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	568.693,00
397	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
398	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.000,00
399	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
400	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
401	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
402	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
403	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

404	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
405	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
406	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
407	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
408	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	262.152,00
409	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
410	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
411	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
412	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
413	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	20ZV	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
414	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
415	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
416	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
417	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$	544.000,00
418	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
419	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	500.000,00
420	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
421	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
422	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
423	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.758.434,00
424	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
425	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
426	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$	570.000,00
427	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	1.152.173,00
428	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
429	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	600.000,00
430	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$	730.000,00
431	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$	1.732.000,00
432	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
433	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Iracema - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	292.000,00
434	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
435	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	530.434,00
436	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	800.000,00
437	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.500.000,00
438	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
439	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ -AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados- COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
440	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	4.000.000,00
441	José Roberto Oliveira Faro	18588	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
442	José Roberto Oliveira Faro	7523	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.100.000,00
443	José Roberto Oliveira Faro	7527	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	4.618.434,00
444	José Roberto Oliveira Faro	18587	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
445	José Roberto Oliveira Faro	18586	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$	617.500,00
446	José Roberto Oliveira Faro	18585	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$	517.500,00
447	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	5.478.260,00
448	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura MunPropriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	3.652.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

449	Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJÁS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
450	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	400.000,00
451	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
452	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	20ZV	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
453	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa – CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
454	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	20ZV	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
455	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	300.000,00
456	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$	2.000.000,00
457	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
458	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	300.130,00
459	Leila Gomes de Barros Rêgo	9594	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Tratadores de Animais de Tração e Esporte de Planaltina DF - ATRATE		Brasília	18.816.340/0001-50	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
460	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	600.000,00
461	Luis Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
462	Luis Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
463	Luis Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
464	Luis Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	817.173,00
465	Luis Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
466	Luis Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$	405.000,00
467	Luis Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
468	Luis Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$	405.000,00
469	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$	225.185,00
470	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R$	1.500.000,00
471	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$	400.000,00
472	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.693/0001-36	PALHAMO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$	225.185,00
473	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINARIO - RETROESCAVADEIRA	R$	443.000,00
474	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$	200.000,00
475	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	R$	215.803,00
476	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR - CNPJ 02.821.225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVADEIRA	R$	443.000,00
477	Luiz Cantuária Barreto	19314	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estadas Vicinais	R$	9.130.434,00
478	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	750.000,00
479	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	750.000,00
480	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	750.000,00
481	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	750.000,00
482	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$	652.173,00
483	Mara Cristina Gabrilli	18840	60120002	4094	22000	22101	20ZV	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
484	Mara Cristina Gabrilli	18842	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
485	Mara Cristina Gabrilli	18826	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
486	Mara Cristina Gabrilli	18830	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
487	Mara Cristina Gabrilli	18843	60120002	4094	22000	22101	20ZV	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
488	Mara Cristina Gabrilli	18839	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00
489	Mara Cristina Gabrilli	18834	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$	500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

490	Mara Cristina Gabrilli	18836	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
491	Mara Cristina Gabrilli	18835	60120002	4094	22000	22101	20ZV	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
492	Mara Cristina Gabrilli	18828	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
493	Mara Cristina Gabrilli	18837	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
494	Mara Cristina Gabrilli	18827	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
495	Mara Cristina Gabrilli	18838	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
496	Mara Cristina Gabrilli	18833	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
497	Mara Cristina Gabrilli	18844	60120002	4094	22000	22101	20ZV	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 613.434,00
498	Mara Cristina Gabrilli	18845	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
499	Mara Cristina Gabrilli	18841	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
500	Mara Cristina Gabrilli	18829	60120002	4094	22000	22101	20ZV	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
501	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$ 400.000,00
502	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 400.000,00
503	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
504	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$ 1.660.000,00
505	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
506	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$ 400.000,00
507	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
508	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
509	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
510	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$ 1.450.000,00
511	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 800.000,00
512	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
513	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$ 400.000,00
514	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
515	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
516	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
517	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.300.000,00
518	Marcelo Costa e Castro	18556	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Campo Maior		09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de Estrada Vicinal	R$ 1.600.869,00
519	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Barras		09.034.960/0001-47	PI	BARRAS	4	30	Estrada vicinal	R$ 400.000,00
520	Márcio Miguel Bittar	14394	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$ 1.000.000,00
521	Márcio Miguel Bittar	14326	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$ 2.652.173,00
522	Marcos Cesar Pontes	20055	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
523	Marcos Cesar Pontes	20034	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	45.160.173/0001-05	SP	AMERICO DE CAMPOS	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
524	Marcos Cesar Pontes	20061	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	49.345.911/0001-40	SP	IEPE	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
525	Marcos Cesar Pontes	20040	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	66.831.959/0001-87	SP	SALTINHO	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
526	Marcos Cesar Pontes	20035	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	45.323.698/0001-14	SP	BURITIZAL	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
527	Marcos Cesar Pontes	20048	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	01.612.848/0001-34	SP	FERNAO	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
528	Marcos Cesar Pontes	20036	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	44.723.765/0001-25	SP	MOMBUCA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
529	Marcos Cesar Pontes	20044	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
530	Marcos Cesar Pontes	20059	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	45.167.111/0001-25	SP	LAGOINHA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
531	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
532	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$ 502.174,00
533	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 2.050.000,00
534	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.850.000,00
535	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$ 1.040.000,00
536	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
537	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.300.000,00
538	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R$ 308.260,00
539	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
540	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 660.869,00
541	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.500.000,00
542	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

543	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
544	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sitio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
545	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
546	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
547	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
548	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
549	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
550	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
551	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
552	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
553	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
554	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$	800.000,00
555	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
556	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
557	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
558	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
559	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$	700.000,00
560	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
561	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$	500.000,00
562	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$	1.000.000,00
563	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$	600.000,00
564	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$	1.000.000,00
565	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$	1.000.000,00
566	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Municipio Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$	1.000.000,00
567	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$	1.000.000,00
568	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$	1.500.000,00
569	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$	1.000.000,00
570	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$	1.130.434,00
571	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Duda no município de Granito	R$	1.500.000,00
572	Nelson Trad Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
573	Nelson Trad Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.130.000,00
574	Nelson Trad Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$	2.000.434,00
575	Nelson Trad Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Deodápolis	PM de Deodápoli		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$	700.000,00
576	Nelson Trad Filho	9239	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de placas solares	R$	300.000,00
577	Nelson Trad Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
578	Nelson Trad Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$	1.000.000,00
579	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	20.000.000,00
580	Omar José Abdel Aziz	16797	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Município de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO INFORMAL - SEMACC		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Obras para o suporte hídrico à produção - construção e ampliação de tanques.	R$	1.000.000,00
581	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$	6.391.305,00
582	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	1.130.434,00
583	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	2.000.000,00
584	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
585	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
586	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
587	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	2.000.000,00
588	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
589	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
590	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

591	Otto Roberto Mendonça de Alencar	20840	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	44.147.542/0001-67	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
592	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
593	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
594	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$	500.000,00
595	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00
596	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
597	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$	250.000,00
598	Paulo Renato Paim	6675	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
599	Paulo Renato Paim	6651	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$	300.000,00
600	Paulo Renato Paim	6652	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
601	Paulo Renato Paim	6699	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
602	Paulo Renato Paim	6658	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
603	Paulo Renato Paim	6696	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
604	Paulo Renato Paim	6698	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
605	Paulo Renato Paim	6640	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
606	Paulo Renato Paim	6710	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
607	Paulo Renato Paim	6711	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
608	Paulo Renato Paim	6642	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$	300.000,00
609	Paulo Renato Paim	6638	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
610	Paulo Renato Paim	6671	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
611	Paulo Renato Paim	6701	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
612	Paulo Renato Paim	6694	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
613	Paulo Renato Paim	6645	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
614	Paulo Renato Paim	6641	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$	300.000,00
615	Paulo Renato Paim	6712	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
616	Paulo Renato Paim	6709	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
617	Paulo Renato Paim	7935	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$	430.434,00
618	Paulo Renato Paim	6655	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$	300.000,00
619	Paulo Renato Paim	12950	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
620	Paulo Renato Paim	6643	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
621	Paulo Renato Paim	6659	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
622	Paulo Renato Paim	10474	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
623	Paulo Renato Paim	6707	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
624	Paulo Renato Paim	6704	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
625	Paulo Renato Paim	10487	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
626	Paulo Renato Paim	6708	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Miraguaí			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$	300.000,00
627	Paulo Renato Paim	6639	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$	300.000,00
628	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
629	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
630	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
631	Pedro Pinheiro Chaves	20276	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Jesúpolis		00.396.895/0001-25	GO	JESUPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
632	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
633	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
634	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
635	Pedro Pinheiro Chaves	20279	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
636	Pedro Pinheiro Chaves	20278	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Orizona		00.396.895/0001-25	GO	ORIZONA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
637	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
638	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
639	Pedro Pinheiro Chaves	20274	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	São Domingos		00.396.895/0001-25	GO	SAO DOMINGOS	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
640	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
641	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
642	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
643	Pedro Pinheiro Chaves	20277	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cabeceiras		00.396.895/0001-25	GO	CABECEIRAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
644	Pedro Pinheiro Chaves	18577	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
645	Pedro Pinheiro Chaves	20275	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cachoeira Alta		00.396.895/0001-25	GO	CACHOEIRA ALTA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
646	Pedro Pinheiro Chaves	18582	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
647	Pedro Pinheiro Chaves	20273	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Carmo do Rio Verde		00.396.895/0001-25	GO	CARMO DO RIO VERDE	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
648	Pedro Pinheiro Chaves	18583	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
649	Pedro Pinheiro Chaves	18575	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

650	Pedro Pinheiro Chaves	18568	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
651	Pedro Pinheiro Chaves	18565	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
652	Pedro Pinheiro Chaves	18576	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
653	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	60120002	2919	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Prauúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$	9.130.434,00
654	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
655	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
656	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$	500.000,00
657	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
658	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
659	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$	950.000,00
660	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$	500.000,00
661	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$	450.000,00
662	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$	450.000,00
663	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Álvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$	450.000,00
664	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$	630.434,00
665	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
666	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$	500.000,00
667	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$	800.000,00
668	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$	1.000.000,00
669	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
670	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$	1.000.000,00
671	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$	3.000.000,00
672	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
673	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$	10.260.869,00
674	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Áreas Rurais	R$	1.500.000,00
675	Rogério Simonetti Marinho	10622	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Espirito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$	877.000,00
676	Rogério Simonetti Marinho	12828	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$	700.000,00
677	Rogério Simonetti Marinho	12836	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
678	Rogério Simonetti Marinho	10619	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no município de Taipu/RN	R$	500.000,00
679	Rogério Simonetti Marinho	14569	60120002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$	677.800,00
680	Rogério Simonetti Marinho	12847	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	490.000,00
681	Rogério Simonetti Marinho	10615	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Município de Caraúbas/RN.	R$	700.000,00
682	Rogério Simonetti Marinho	12843	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$	1.000.000,00
683	Rogério Simonetti Marinho	12833	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	700.000,00
684	Rogério Simonetti Marinho	10670	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
685	Rogério Simonetti Marinho	12859	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
686	Rogério Simonetti Marinho	12831	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
687	Rogério Simonetti Marinho	10669	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
688	Rogério Simonetti Marinho	12839	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$	750.000,00
689	Rogério Simonetti Marinho	10624	60120002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$	800.000,00
690	Romario de Souza Faria	10343	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARAÍBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$	5.478.260,00
691	Romario de Souza Faria	10252	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$	3.652.173,00
692	Sérgio de Oliveira Cunha	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municípios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$	9.130.434,00
693	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	728.000,00
694	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê – PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	554.173,00
695	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D'Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	470.000,00
696	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	700.000,00
697	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	1.200.000,00
698	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
699	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$	1.000.000,00
700	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	478.260,00
701	Soraya Vieira Thronicke	15107	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$	1.200.000,00
702	Soraya Vieira Thronicke	15106	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$	900.000,00
703	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
704	Soraya Vieira Thronicke	15109	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$	442.173,00
705	Soraya Vieira Thronicke	15108	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$	610.000,00
706	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	500.000,00
707	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

708	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$	1.000.000,00
709	Soraya Vieira Thronicke	20245	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária.	EMBRAPA CENTRO-OESTE		00.396.895/0001-25	MS	DOURADOS	3	90	Evento de Tecnologia da Agricultura - TECSAN	R$	500.000,00
710	Tereza Cristina Corrêa	13492	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	350.000,00
711	Tereza Cristina Corrêa	13215	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	700.000,00
712	Tereza Cristina Corrêa	13487	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	500.000,00
713	Tereza Cristina Corrêa	13491	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	252.173,00
714	Tereza Cristina Corrêa	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$	4.000.000,00
715	Tereza Cristina Corrêa	18594	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	400.000,00
716	Tereza Cristina Corrêa	13489	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	800.000,00
717	Tereza Cristina Corrêa	13490	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	550.000,00
718	Tereza Cristina Corrêa	13485	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	600.000,00
719	Tereza Cristina Corrêa	13488	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$	600.000,00
720	Tereza Cristina Corrêa	18595	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$	378.260,00
721	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
722	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
723	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
724	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$	425.494,00
725	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
726	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
727	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Matureia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
728	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
729	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	404.560,00
730	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
731	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
732	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
733	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
734	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
735	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
736	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
737	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Bernadino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
738	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
739	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
740	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
741	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
742	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$	415.019,00
743	Wellington Antonio Fagundes	19318	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R$	3.652.173,00
744	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$	917.278,00
745	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	3.000.000,00
746	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	698.997,00
747	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$	1.617.188,00
748	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$	600.000,00
749	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$	1.760.869,00
750	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$	567.540,00
751	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	4.000.000,00
752	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Parnarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$	5.000.000,00
753	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	1.000.000,00
754	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$	2.652.173,00
755	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$	1.100.000,00
756	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$	450.000,00
757	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$	400.000,00
758	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$	449.109,00
759	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$	500.000,00
760	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$	700.000,00
761	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$	300.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

762	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do município	R$ 600.000,00
763	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perimetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulungu zinho no valor de R$ 100.000,00; no Distrito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$ 3.000.000,00
764	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$ 400.000,00
765	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$ 731.325,00
766	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$ 500.000,00
																	R$ 699.893.620,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3478235600

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dezessete horas e cinquenta e nove minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberação de alteração de Grupo Natureza de Despesa (GND), nos termos da alínea "a" do inciso I do § 1º do artigo 49 da Lei 15.080/2024 (LDO 2025), para possibilitar a adequada operacionalização dos recursos e viabilizar a execução das indicações dos Senadores à Emenda RP8/LOA 2025 (nº 60120002) desta Comissão. Registram presença os Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Jussara Lima, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Wilder Morais, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, os Senadores Irajá, Eduardo Gomes e Marcelo Castro, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento do Ofício 216/2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA. Coordenação/relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação da alteração parcial no GND da Emenda nº 60120002, de modo a serem realocados R$ 172.504.105,00 (cento e setenta e dois milhões quinhentos e quatro mil e cento e cinco reais) do GND 3 (custeio) para o GND 4 (investimento). Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou e aprovou a seguinte alteração no Grupo Natureza de Despesa:

DE:

EMENDA	CÓD. ÓRGÃO	CÓD. UO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR DA EMENDA
60120002	22000	22101	20.608.1144.20ZV.0001 – Fomento ao Setor Agropecuário – Nacional	4	R$ 490.000.000,00
60120002	22000	22101	20.608.1144.20ZV.0001 – Fomento ao Setor Agropecuário – Nacional	3	R$ 210.000.000,00

PARA:

EMENDA	CÓD. ÓRGÃO	CÓD. UO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	GND	VALOR DA EMENDA
60120002	22000	22101	20.608.1144.20ZV.0001 – Fomento ao Setor Agropecuário – Nacional	4	R$ 662.504.105,00
60120002	22000	22101	20.608.1144.20ZV.0001 – Fomento ao Setor Agropecuário – Nacional	3	R$ 37.495.895,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7425393796

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da trigésima oitava Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às dezoito horas e quatro minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7425393796

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Flávio Arns, José Lacerda, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Esperidião Amin, Paulo Paim, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da Pauta: Emendas da CRA ao PLOA 2026. Relator das Emendas da CRA: Senador Zequinha Marinho. A Presidência comunica terem sido apresentadas 86 (oitenta e seis) Propostas válidas de Emenda ao PLOA 2026, isto é, de Senador membro da Comissão. Não foi apresentada nenhuma proposta de Emenda ao Texto da Lei. Resultado: A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova 6 (seis) Emendas de Apropriação ao PLOA 2026, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, conforme a tabela que segue:

	Unidade Orçamentária	Código da Ação	Descritor da Ação	Subtítulo	Valor (R$)
1-CRA	22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	20Y6	Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência de Tecnologias para a Agropecuária	Nacional	800.000.000,00
Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item: SF_CRA0001, SF_CRA0016, SF_CRA0020, SF_CRA0024, SF_CRA0025, SF_CRA0037, SF_CRA0042, SF_CRA0043, SF_CRA0046, SF_CRA0066, SF_CRA0067, SF_CRA0072, SF_CRA0073, SF_CRA0075, SF_CRA0076, SF_CRA0078, SF_CRA0082, SF_CRA0086. Senadores solicitantes: Wellington Fagundes, Flávio Arns, Chico Rodrigues, Profª Dorinha Seabra, Alan Rick, Soraya Thronicke, Mecias de Jesus, Zequinha Marinho, Fernando Farias, Hamilton Mourão, Augusta Brito, Vanderlan Cardoso, Luiz Carlos Heinze e Tereza Cristina.					

	Unidade Orçamentária	Código da Ação	Descritor da Ação	Subtítulo	Valor (R$)
2-CRA	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário	Nacional	2.000.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5514461524

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item: SF_CRA0004, SF_CRA0010, SF_CRA0011, SF_CRA0013, SF_CRA0015, SF_CRA0026, SF_CRA0031, SF_CRA0032, SF_CRA0034, SF_CRA0036, SF_CRA0038, SF_CRA0047, SF_CRA0056. Senadores solicitantes: Tereza Cristina, Chico Rodrigues, Rogério Marinho, Flávio Arns, Wilder Morais, Profª Dorinha Seabra, Angelo Coronel, Alan Rick, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Jader Barbalho, Fernando Farias e Hamilton Mourão.

	Unidade Orçamentária	Código da Ação	Descritor da Ação	Subtítulo	Valor (R$)
3-CRA	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003)	Nacional	3.000.000.000,00
Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item: SF_CRA0003, SF_CRA0007, SF_CRA0008, SF_CRA0029, SF_CRA0061, SF_CRA0068, SF_CRA0074, SF_CRA0080. Senadores solicitantes: Wellington Fagundes, Mecias de Jesus, Luiz Carlos Heinze, Alan Rick, Jayme Campos, Hamilton Mourão, Vanderlan Cardoso, Tereza Cristina e Zequinha Marinho.					

	Unidade Orçamentária	Código da Ação	Descritor da Ação	Subtítulo	Valor (R$)
4-CRA	22101 - Ministério da Agricultura e Pecuária - Administração Direta	214Y	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA	Nacional	200.000.000,00
Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item: SF_CRA0002, SF_CRA0009, SF_CRA0023, SF_CRA0044, SF_CRA0058, SF_CRA0059, SF_CRA0085. Senadores solicitantes: Wellington Fagundes, Luiz Carlos Heinze, Alan Rick, Mecias de Jesus, Jayme Campos, Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Zequinha Marinho.					

	Unidade Orçamentária	Código da Ação	Descritor da Ação	Subtítulo	Valor (R$)
5-CRA	49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	21GD	Reforma Agrária e Governança Fundiária	Nacional	10.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5514461524

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sugestões atendidas por meio da mencionada programação do item: SF_CRA0041, SF_CRA0052, SF_CRA0065.
Senadores solicitantes: Zequinha Marinho, Beto Faro e Augusta Brito.

	Unidade Orçamentária	Código da Ação	Descritor da Ação	Subtítulo	Valor (R$)
6-CRA	58101- Ministério da Pesca e Aquicultura-Administração Direta	20Y0	Desenvolvimento da Aquicultura	Nacional	100.000.000,00

Sugestão atendida por meio da mencionada programação do item: SF_CRA0040. Senador solicitante: Zequinha Marinho.

O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta trigésima nona Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PRESIDENTE

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5514461524

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para deliberação de alteração em indicação aprovada à Emenda RP8/LOA 2025 (nº 60120002) desta Comissão, para superação de impedimento de ordem técnica apontado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária. Registram presença os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, José Lacerda, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Augusta Brito, Weverton, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Registram presença, ainda, os Senadores Espiridião Amin, Izalci Lucas e Marcos do Val, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senhor Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 218, de 2025/SPOA-MAPA/SE/MAPA, da Subsecretaria de Orçamento, Planejamento e Administração do Ministério da Agricultura e Pecuária. Coordenação/relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: pela aprovação da alteração indicada. Sem objeção, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deliberou e aprovou a alteração da indicação (Anexo 1). Até o presente momento, foram aprovadas 766 indicações (Anexo 2) totalizando R$ 699.893.620,00 (seiscentos e noventa e nove milhões, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e vinte reais). O Senhor Presidente submete aos membros a dispensa da leitura e a aprovação desta Ata da trigésima oitava Reunião, que é aprovada. Encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta minutos.

SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo I: Detalhamento da indicação de emenda alterada

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	Substitui?	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Cadeval)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor aprovado
Cid Ferreira Gomes	21107	19589	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE	Município de Maranguape/CE		07.963.051/0001-68	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Anexo II: Listagem de todas as indicações aprovadas pela CRA até o presente momento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

	Parlamentar Solicitante	Número da Indicação	EMENDA	Cod. Parlamentar	Cod. Órgão	Cod. UO	Cod. Ação	Favorecido	Beneficiário Final (Execução Direta/Codevasf)	Município Indicação Vinculadas	CNPJ	UF	Município	GND	Mod	Objeto	Valor Indicado
1	Alan Rick Miranda	18704	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Municípios do Estado do Acre	Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	4	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através da aquisição de equipamentos para apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 2.556.512,00
2	Alan Rick Miranda	19305	60120002	4394	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL - IDS	Estado do Acre	Municípios do Estado do Acre	01.832.903/0001-00	AC	RIO BRANCO	3	50	Promoção e Fortalecimento da agricultura familiar através de ações de formação, produção e transferência de conhecimento, tecnologias e inovação para o apoio a produção no Estado do Acre.	R$ 1.095.660,00
3	Alessandro Vieira	18720	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Gararu	Gararu	13.112.669/0001-17	SE	GARARU	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
4	Alessandro Vieira	18728	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Porto da Folha	Porto da Folha	13.131.982/0001-00	SE	PORTO DA FOLHA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
5	Alessandro Vieira	18732	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Tobias Barreto	Tobias Barreto	13.119.300/0001-36	SE	TOBIAS BARRETO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
6	Alessandro Vieira	18712	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco	Canindé de São Francisco	13.120.225/0001-23	SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
7	Alessandro Vieira	18723	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe	Monte Alegre de Sergipe	13.113.287/0001-08	SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
8	Alessandro Vieira	18716	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Frei Paulo	Frei Paulo	13.100.102/0001-20	SE	FREI PAULO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
9	Alessandro Vieira	18713	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Carira	Carira	13.099.882/0001-36	SE	CARIRA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
10	Alessandro Vieira	18725	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória	Nossa Senhora da Glória	13.113.626/0001-56	SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
11	Alessandro Vieira	18721	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Itabi	Itabi	13.113.063/0001-04	SE	ITABI	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
12	Alessandro Vieira	18711	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Boquim	Boquim	13.097.068/0001-82	SE	BOQUIM	4	90	Trator + Implementos	R$ 347.100,00
13	Alessandro Vieira	18715	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Feira Nova	Feira Nova	13.112.511/0001-47	SE	FEIRA NOVA	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
14	Alessandro Vieira	18729	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy	Santa Luzia do Itanhy	13.098.942/0001-04	SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
15	Alessandro Vieira	11270	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres de Sergipe			54.127.680/0001-38	SE	ARACAJU	4	30	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.630.434,00
16	Alessandro Vieira	18726	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Poço Redondo	Poço Redondo	13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
17	Alessandro Vieira	18731	60120002	4144	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Prefeitura Municipal de Simão Dias	Simão Dias	13.108.089/0001-56	SE	SIMAO DIAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000 litros	R$ 473.300,00
18	Alexandre Luiz Giordano	18596	60120002	4221	22000	22101	20ZV	Guarulhos	Guarulhos	Guarulhos	46.319.000/0001-50	SP	GUARULHOS	4	40	Fomento ao setor agropecuário no município de Guarulhos/SP.	R$ 9.130.434,00
19	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18543	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	VARGEM GRANDE - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
20	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18536	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PINHEIRO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 02 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 1.140.000,00
21	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18539	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PEDRO DO ROSÁRIO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
22	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18548	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SANTA HELENA - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
23	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10001	60120002	4283	22000	22101	20ZV	PINHEIRO	PINHEIRO	PINHEIRO	06.200.745/0001-80	MA	PINHEIRO	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 3.000.000,00
24	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18545	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	CODO - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
25	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10009	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	VARGEM GRANDE	05.648.738/0001-83	MA	VARGEM GRANDE	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.170.434,00
26	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	10011	60120002	4283	22000	22101	20ZV	VIANA	VIANA	VIANA	06.439.988/0001-76	MA	VIANA	4	40	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 400.000,00
27	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18547	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	SÃO VICENTE DE FERRER - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
28	Ana Paula Dias Lobato Nova Alves	18544	60120002	4283	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PAULINO NEVES - MA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO 6X2, 286CV, PIPA DE 20.000 MIL LITROS.	R$ 570.000,00
29	Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins	14145	60120002	4179	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tucano	Prefeitura Municipal de Tucano		13.810.312/0001-02	BA	TUCANO	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais e revestimento de pavimento com Tratamento Superficial Duplo (TSD).	R$ 9.130.434,00
30	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9948	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Curralinhos			01.612.579/0001-06	PI	CURRALINHOS	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
31	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9946	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João da Fronteira			01.612.608/0001-30	PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.130.474,00
32	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	10374	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paquetá			01.612.601/0001-18	PI	PAQUETA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
33	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	18738	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 500.000,00
34	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9944	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Piripiri			06.553.861/0001-83	PI	PIRIPIRI	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00
35	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	9939	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Geminiano			01.499.149/0001-20	PI	GEMINIANO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

36	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11661	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de João Costa			01.612.580/0001-30	PI	JOAO COSTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
37	Antônia Jussara Gomes Alves Sousa Lima	11595	60120002	4496	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Simplício Mendes			06.553.952/0001-19	PI	SIMPLICIO MENDES	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 1.000.000,00
38	Antonio Hamilton Martins Mourão	8104	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Áurea	Prefeitura Municipal de Áurea		92.453.802/0001-75	RS	AUREA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
39	Antonio Hamilton Martins Mourão	8100	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes	Prefeitura Municipal de Carlos Gomes		93.539.187/0001-87	RS	CARLOS GOMES	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
40	Antonio Hamilton Martins Mourão	8102	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito	Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito		87.613.204/0001-86	RS	RODEIO BONITO	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
41	Antonio Hamilton Martins Mourão	8107	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanciretã	Prefeitura Municipal de Tupanciretã		88.227.764/0001-65	RS	TUPANCIRETA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 652.173,00
42	Antonio Hamilton Martins Mourão	8101	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jacutinga	Prefeitura Municipal de Jacutinga		87.613.394/0001-31	RS	JACUTINGA	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
43	Antonio Hamilton Martins Mourão	8105	60120002	4271	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toropi	Prefeitura Municipal de Toropi		01.539.271/0001-82	RS	TOROPI	4	40	Aquisição de maquinário agrícola	R$ 600.000,00
44	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6937	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Obra de irrigação para o suporte hídrico à produção	R$ 3.652.173,00
45	Antônio Mecias Pereira de Jesus	19301	60120002	4093	22000	22101	20ZV	04.056.206/0001-94 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	3	40	APOIO À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE SOLO PARA O PLANTIO, COM DESTOCA, PARA ATENDER PRODUTORES RURAIS	R$ 2.700.000,00
46	Antônio Mecias Pereira de Jesus	20205	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ	MUNICÍPIO DE CANTÁ		01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS COM ABERTURA DE LINHAS DE BUEIRO EM MANILHAS DE CONCRETO	R$ 4.260.870,00
47	Antônio Mecias Pereira de Jesus	6940	60120002	4093	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE	MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE		04.056.206/0001-94	RR	ALTO ALEGRE	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$ 2.778.260,00
48	Augusta Brito de Paula	9665	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATO			07.587.975/0001-07	CE	CRATO	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 2.282.608,00
49	Augusta Brito de Paula	9676	60120002	4281	22000	22101	20ZV	CRATEUS			07.982.036/0001-67	CE	CRATEUS	4	40	PAVIMENTAÇÃO	R$ 2.282.609,00
50	Augusta Brito de Paula	14322	60120002	4281	22000	22101	20ZV	INDEPENDENCIA			07.982.028/0001-10	CE	INDEPENDENCIA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$ 3.000.000,00
51	Augusta Brito de Paula	14327	60120002	4281	22000	22101	20ZV	VARJOTA			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	EXECUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	R$ 1.565.217,00
52	Carlos Alberto Dias Viana	18298	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE LAMIM- MG CNPJ 24.179.426/0001-12		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
53	Carlos Alberto Dias Viana	18303	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE JURUAIA - MG - CNPJ 18.668.368/0001-98		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
54	Carlos Alberto Dias Viana	18300	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CALDAS - MG CNPJ 17.857.442/0001-51		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 437.627,00
55	Carlos Alberto Dias Viana	18301	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE HELIODORA - MG CNPJ 18.712.133/0001-56		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 744.127,00
56	Carlos Alberto Dias Viana	18296	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CAETÉ - MG - CNPJ 18.302.299/0001-02		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
57	Carlos Alberto Dias Viana	18299	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE FREI LAGONEGRO - MG CNPJ 01.615.008/0001-25		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 605.911,00
58	Carlos Alberto Dias Viana	18304	60120002	4087	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DOURADA - MG - CNPJ 18.457.267/0001-78		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de equipamento	R$ 466.127,00
59	Carlos Eduardo de Souza Braga	11981	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carauari			04.530.044/0001-84	AM	CARAUARI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 2.000.000,00
60	Carlos Eduardo de Souza Braga	11983	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Eirunepé			04.190.765/0001-92	AM	EIRUNEPE	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
61	Carlos Eduardo de Souza Braga	11952	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
62	Carlos Eduardo de Souza Braga	19306	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Parintins			04.329.736/0001-69	AM	PARINTINS	4	40	Obras	R$ 2.000.000,00
63	Carlos Eduardo de Souza Braga	11987	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fonte Boa			04.530.101/0001-25	AM	FONTE BOA	4	40	Obras	R$ 5.000.000,00
64	Carlos Eduardo de Souza Braga	11979	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canutama			04.247.441/0001-43	AM	CANUTAMA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 1.000.000,00
65	Carlos Eduardo de Souza Braga	19307	60120002	2909	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	Obras	R$ 2.260.869,00
66	Carlos Eduardo Torres Gomes	17559	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SUCUPIRA			37.344.439/0001-41	TO	SUCUPIRA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
67	Carlos Eduardo Torres Gomes	17556	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRESIDENTE KENNEDY			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.000.000,00
68	Carlos Eduardo Torres Gomes	17555	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PAU D'ARCO			25.063.991/0001-82	TO	PAU D'ARCO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 1.200.000,00
69	Carlos Eduardo Torres Gomes	17554	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PARAISO DO TOCANTINS			00.299.180/0001-54	TO	PARAISO DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PIPA	R$ 630.434,00
70	Carlos Eduardo Torres Gomes	17546	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ALMAS			01.138.551/0001-89	TO	ALMAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 700.000,00
71	Carlos Eduardo Torres Gomes	17547	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ARAGOMINAS			25.063.884/0001-54	TO	ARAGOMINAS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
72	Carlos Eduardo Torres Gomes	17549	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRIXAS DO TOCANTINS			01.612.821/0001-41	TO	CRIXAS DO TOCANTINS	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 400.000,00
73	Carlos Eduardo Torres Gomes	17551	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE DO CARMO			01.067.891/0001-66	TO	MONTE DO CARMO	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS	R$ 800.000,00
74	Carlos Eduardo Torres Gomes	17558	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SAO SEBASTIÃO DO TOCANTINS			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE MATADOURO	R$ 1.000.000,00
75	Carlos Eduardo Torres Gomes	17552	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE MONTE SANTO DO TOCANTINS			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	CONSTRUÇÃO DE PONTES	R$ 800.000,00
76	Carlos Eduardo Torres Gomes	17548	60120002	4186	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CRISTALANDIA			01.067.156/0001-52	TO	CRISTALANDIA	4	40	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS E VEÍCULOS DE CARGA	R$ 1.000.000,00
77	Carlos Francisco Portinho	9908	60120002	4210	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO			28.606.630/0001-23	RJ	NOVA FRIBURGO	4	40	Obra - Pavimentação de estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
78	Cid Ferreira Gomes	19649	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

79	Cid Ferreira Gomes	18610	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Instituto Povos, CNPJ 10.469.645/0001-21	FORTALEZA	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (30 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 344.850,00
80	Cid Ferreira Gomes	19583	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
81	Cid Ferreira Gomes	19587	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Viçosa do Ceará/CE			10.462.497/0001-13	CE	VICOSA DO CEARA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
82	Cid Ferreira Gomes	19586	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Varjota/CE			07.673.114/0001-41	CE	VARJOTA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
83	Cid Ferreira Gomes	18628	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
84	Cid Ferreira Gomes	19679	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Milhã/CE			06.741.565/0001-06	CE	MILHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.000.000,00
85	Cid Ferreira Gomes	18622	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Poço tubular com motobomba	R$ 198.000,00
86	Cid Ferreira Gomes	18624	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São José do Torto, CNPJ 06.580.963/0001-98	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
87	Cid Ferreira Gomes	18620	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação do Bairro Domingos Olímpio, CNPJ 59.575.972/0001-57	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
88	Cid Ferreira Gomes	18602	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade Barro Branco e Adjacências, CNPJ 48.531.630/0001-19	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
89	Cid Ferreira Gomes	18632	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$ 14.107,00
90	Cid Ferreira Gomes	19650	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu/CE			07.910.730/0001-79	CE	MULUNGU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação em pedra tosca	R$ 1.000.000,00
91	Cid Ferreira Gomes	18638	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 01 – Tanques-rede - 6 m³	R$ 78.375,00
92	Cid Ferreira Gomes	18605	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de Boa Vista dos Vicentes, CNPJ 41.336.876/0001-90	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
93	Cid Ferreira Gomes	21107	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Maranguape/CE	Município de Maranguape/CE		07.963.051/0001-68	CE	MARANGUAPE	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
94	Cid Ferreira Gomes	18641	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos,CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 05 – Pesca	R$ 21.945,00
95	Cid Ferreira Gomes	18626	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 99.484,00
96	Cid Ferreira Gomes	18612	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Liga de Proteção À Maternidade e à Infância De Cariré, CNPJ 07.598.436/0001-73	CARIRÉ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (15 Kits) A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$ 172.425,00
97	Cid Ferreira Gomes	18645	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$ 42.845,00
98	Cid Ferreira Gomes	18633	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu, CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$ 18.810,00
99	Cid Ferreira Gomes	18619	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária dos Moradores do Sítio Contendas, CNPJ 18.516.213/0001-18	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M. 01 – Equipamentos Casa de Farinha	R$ 49.742,00
100	Cid Ferreira Gomes	18707	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos criadores do município de deputado Irapuan Pinheiro – CE, CNPJ 07.190.169/0001-09	Deputado Irapuan Pinheiro	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$ 256.380,00
101	Cid Ferreira Gomes	18750	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	R$ 1.681.134,00
102	Cid Ferreira Gomes	19584	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Piquet Carneiro/CE			07.738.057/0001-31	CE	PIQUET CARNEIRO	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
103	Cid Ferreira Gomes	19585	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Ibiapina/CE			07.523.186/0001-02	CE	IBIAPINA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
104	Cid Ferreira Gomes	18608	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação comunitária do sítio Queimados, CNPJ	SENADOR POMPEU - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$ 283.838,00
105	Cid Ferreira Gomes	10057	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Madalena/CE			10.508.935/0001-37	CE	MADALENA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.700.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

106	Cid Ferreira Gomes	18636	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
107	Cid Ferreira Gomes	18597	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação dos Moradores e Agricultores Rurais dos Sitios Cachoeirinha e Sussuarana, CNPJ 34.021.271/0001-45	JUAZEIRO DO NORTE - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
108	Cid Ferreira Gomes	18625	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Monteiro, CNPJ 09.182.920/0001-42	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - (2 Kits) C.C. 01 – Corte e Costura	R$	28.215,00
109	Cid Ferreira Gomes	18634	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associacao Dos Moradores Do Distrito De Aracatiacu , CNPJ 13.301.511/0001-95	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 03 – Irrigação Familiar por Microaspersão - 1 há	R$	26.125,00
110	Cid Ferreira Gomes	19680	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Barreira/CE			12.459.632/0001-05	CE	BARREIRA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.130.434,00
111	Cid Ferreira Gomes	18642	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	28.215,00
112	Cid Ferreira Gomes	18643	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Capoeira Liberdade, CNPJ 05.219.336/0001-63	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit I.F. 02 – Irrigação Familiar por Aspersão - 1 há	R$	18.810,00
113	Cid Ferreira Gomes	18615	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária do PA Pica Rury - Caracará, CNPJ 69.726.933/0001-67	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
114	Cid Ferreira Gomes	18629	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária Dos Pequenos Produtores Rurais Da Comunidade Campo Grande Caracará, CNPJ 04.186.117/0001-62	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 02 – Patrulha Agrícola Pesada	R$	283.838,00
115	Cid Ferreira Gomes	18603	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária José Paz Neto, CNPJ 12.464.046/0001-40	MILHÃ - CE	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit M.A. 01 – Patrulha Agrícola Leve	R$	256.380,00
116	Cid Ferreira Gomes	18630	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Dos Moradores Do Residencial Meruoca, CNPJ 14.587.363/0001-80	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit P.F. 01 – Processamento de Frutos	R$	42.845,00
117	Cid Ferreira Gomes	12829	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Canindé/CE			07.963.259/0001-87	CE	CANINDE	4	40	Aquisição de Equipamentos	R$	875.863,00
118	Cid Ferreira Gomes	19588	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Camocim/CE			07.660.350/0001-23	CE	CAMOCIM	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	500.000,00
119	Cid Ferreira Gomes	18614	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Penaforte, CNPJ 07.414.931/0001-85	Penaforte	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Pá carregadeira	R$	407.547,00
120	Cid Ferreira Gomes	19651	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Acaraú/CE			07.547.821/0001-91	CE	ACARAU	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Custeação de Mercado	R$	1.000.000,00
121	Cid Ferreira Gomes	18639	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação Comunitária de São Domingos, CNPJ 02.312.953/0001-10	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit A.Q. 04 – Comercialização do Pescado	R$	11.495,00
122	Cid Ferreira Gomes	18646	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	CODEVASF - Associação de Deus no Brasil, CNPJ 17.987.680/0001-81	SOBRAL	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas - Kit C.C. 01 – Corte e Costura	R$	14.107,00
123	Cid Ferreira Gomes	10188	60120002	4081	22000	22101	20ZV	Município de Frecheirinha/CE			07.598.592/0001-34	CE	FRECHEIRINHA	4	40	Obras e Serviços de Engenharia - Pavimentação de Estradas Vicinais	R$	1.000.000,00
124	Ciro Nogueira Lima Filho	19838	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PAULISTANA			06.553.796/0001-96	PI	PAULISTANA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
125	Ciro Nogueira Lima Filho	19846	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE			01.612.623/0001-88	PI	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
126	Ciro Nogueira Lima Filho	19834	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BREJO DO PIAUI			01.612.567/0001-81	PI	BREJO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
127	Ciro Nogueira Lima Filho	19836	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE COCAL DE TELHA			01.612.574/0001-83	PI	COCAL DE TELHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
128	Ciro Nogueira Lima Filho	12206	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BELEM DO PIAUI			01.612.560/0001-60	PI	BELEM DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
129	Ciro Nogueira Lima Filho	19841	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PORTO			06.554.414/0001-49	PI	PORTO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
130	Ciro Nogueira Lima Filho	12205	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ANISIO DE ABREU			06.553.630/0001-70	PI	ANISIO DE ABREU	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
131	Ciro Nogueira Lima Filho	19833	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE BATALHA			06.553.903/0001-86	PI	BATALHA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
132	Ciro Nogueira Lima Filho	19845	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO JOSE DO DIVINO			41.522.111/0001-45	PI	SAO JOSE DO DIVINO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
133	Ciro Nogueira Lima Filho	19843	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE REGENERACAO			06.554.943/0001-42	PI	REGENERACAO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
134	Ciro Nogueira Lima Filho	19844	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO GURGUEIA			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00
135	Ciro Nogueira Lima Filho	19837	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES			06.554.208/0001-39	PI	JOAQUIM PIRES	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$	400.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

136	Ciro Nogueira Lima Filho	19840	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PEDRO II			06.553.929/0001-24	PI	PEDRO II	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 600.000,00
137	Ciro Nogueira Lima Filho	12215	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE SEBASTIAO BARROS			01.612.805/0001-59	PI	SEBASTIAO BARROS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
138	Ciro Nogueira Lima Filho	12209	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE DIRCEU ARCOVERDE			07.102.106/0001-45	PI	DIRCEU ARCOVERDE	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
139	Ciro Nogueira Lima Filho	12212	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MADEIRO			01.612.586/0001-08	PI	MADEIRO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
140	Ciro Nogueira Lima Filho	12216	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE WALL FERRAZ			01.612.612/0001-06	PI	WALL FERRAZ	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
141	Ciro Nogueira Lima Filho	12210	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE FARTURA DO PIAUI			41.522.384/0001-90	PI	FARTURA DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
142	Ciro Nogueira Lima Filho	12208	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO LARGO DO PIAUI			01.612.754/0001-65	PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
143	Ciro Nogueira Lima Filho	19847	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE URUCUI			06.985.832/0001-90	PI	URUCUI	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 478.260,00
144	Ciro Nogueira Lima Filho	12214	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PIMENTEIRAS			06.554.893/0001-01	PI	PIMENTEIRAS	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 452.173,00
145	Ciro Nogueira Lima Filho	19835	60120002	2900	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE DO FIDALGO			01.612.564/0001-48	PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	4	40	Execução de Obras ou Serviços de Engenharia em Estradas Vicinais	R$ 400.000,00
146	Cleiton Gontijo de Azevedo	7552	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jenipapo de Minas - MG			01.613.376/0001-34	MG	JENIPAPO DE MINAS	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 452.173,00
147	Cleiton Gontijo de Azevedo	7886	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cláudio			18.308.775/0001-94	MG	CLAUDIO	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
148	Cleiton Gontijo de Azevedo	7887	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu -MG			18.691.766/0001-25	MG	ITATIAIUCU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
149	Cleiton Gontijo de Azevedo	7888	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aguas Formosas			18.404.749/0001-60	MG	AGUAS FORMOSAS	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
150	Cleiton Gontijo de Azevedo	7536	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru -MG			18.291.377/0001-02	MG	CARMO DO CAJURU	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 1.000.000,00
151	Cleiton Gontijo de Azevedo	7542	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - MG			18.291.369/0001-66	MG	SAO GONCALO DO PARA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
152	Cleiton Gontijo de Azevedo	7885	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ninheira			01.612.495/0001-72	MG	NINHEIRA	4	40	Infra -estrutura Rural	R$ 400.000,00
153	Cleiton Gontijo de Azevedo	7575	60120002	4267	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Matias Cardoso -MG			25.209.115/0001-11	MG	MATIAS CARDOSO	4	40	Maquinário e equipamentos	R$ 300.000,00
154	Confúcio Aires Moura	10207	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CORUMBIARA	CORUMBIARA		63.762.041/0001-35	RO	CORUMBIARA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
155	Confúcio Aires Moura	10200	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CABIXI	CABIXI		22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
156	Confúcio Aires Moura	10206	60120002	4092	22000	22101	20ZV	COLORADO DO OESTE	COLORADO DO OESTE		04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
157	Confúcio Aires Moura	10201	60120002	4092	22000	22101	20ZV	CEREJEIRAS	CEREJEIRAS		04.914.925/0001-07	RO	CEREJEIRAS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
158	Confúcio Aires Moura	10210	60120002	4092	22000	22101	20ZV	JARU	JARU		04.279.238/0001-59	RO	JARU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.320.000,00
159	Confúcio Aires Moura	10211	60120002	4092	22000	22101	20ZV	MACHADINHO D'OESTE	MACHADINHO D'OESTE		22.855.142/0001-73	RO	MACHADINHO D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.260.434,00
160	Confúcio Aires Moura	10212	60120002	4092	22000	22101	20ZV	VALE DO ANARI	VALE DO ANARI		84.722.917/0001-90	RO	VALE DO ANARI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agropecuários.	R$ 1.270.000,00
161	Damares Regina Alves	19344	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Investimento na aquisição de equipamentos de informática, ambientação e sinalização visual	R$ 300.000,00
162	Damares Regina Alves	7910	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado de Agricultura do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	4	30	Investimento para a construção de estrutura de apoio e galpões com baias para albergamento de equinos, muares e asininos apreendidos ou recolhidos das ruas pela SEAGRI	R$ 1.652.173,00
163	Damares Regina Alves	19342	60120002	4268	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA		00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	3	90	Reforma e adequação do espaço físico - infraestrutura elétrica, hidráulica, climatização, rede lógica, e aquisição de mobiliário modernos e divisórias.	R$ 1.700.000,00
164	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20086	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA	ITABAIANA	09.072.430/0001-93	PB	ITABAIANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 878.260,00
165	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11275	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA		08.999.674/0001-53	PB	SOUSA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
166	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11269	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA		08.940.694/0001-59	PB	ITAPORANGA	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
167	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20088	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA REDONDA	SERRA REDONDA	08.868.937/0001-95	PB	SERRA REDONDA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
168	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11237	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ		08.732.174/0001-50	PB	CUITE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
169	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20087	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTA	PAULISTA	08.945.727/0001-53	PB	PAULISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
170	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11280	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ DE MAMANGUAPE		01.612.341/0001-80	PB	CUITE DE MAMANGUAPE	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
171	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11229	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE		08.753.204/0001-05	PB	ALAGOA GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 452.173,00
172	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11257	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DOS CAVALOS	08.921.876/0001-82	PB	RIACHO DOS CAVALOS	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
173	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11263	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO		08.702.573/0001-79	PB	BOQUEIRAO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
174	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11245	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO	PREFEITURA MUNICIPAL DE REMIGIO		09.048.976/0001-09	PB	REMIGIO	4	40	FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO	R$ 400.000,00
175	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20082	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA	BOA VISTA	01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

176	Daniella Velloso Borges Ribeiro	11233	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE DENTRO		08.929.648/0001-59	PB	CACIMBA DE DENTRO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
177	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20085	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	PREFEITURA MUNICIPAL DE INGÁ	INGÁ	08.810.350/0001-25	PB	INGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
178	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20084	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO	CONCEIÇÃO	08.943.227/0001-82	PB	CONCEICAO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
179	Daniella Velloso Borges Ribeiro	20089	60120002	4141	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE VISTA SERRANA	VISTA SERRANA	09.151.598/0001-94	PB	VISTA SERRANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
180	Eann Styvenson Valentim Mendes	13851	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Tenente Ananias	Prefeitura de Tenente Ananias		08.357.667/0001-58	RN	TENENTE ANANIAS	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
181	Eann Styvenson Valentim Mendes	19317	60120002	4142	22000	22101	20ZV	UMARIZAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL		08.348.963/0001-92	RN	UMARIZAL	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
182	Eann Styvenson Valentim Mendes	13849	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de São Miguel	Prefeitura de São Miguel		08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
183	Eann Styvenson Valentim Mendes	14070	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO	PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO		08.095.473/0001-21	RN	OURO BRANCO	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
184	Eann Styvenson Valentim Mendes	13836	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Canguaretama	Prefeitura de Canguaretama		08.365.017/0001-54	RN	CANGUARETAMA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
185	Eann Styvenson Valentim Mendes	13840	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruzeta	Prefeitura de Cruzeta		08.106.510/0001-50	RN	CRUZETA	4	40	EQUIPAMENTOS - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 914.000,00
186	Eann Styvenson Valentim Mendes	13820	60120002	4142	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS	PREFEITURA DE ANTONIO MARTINS		08.348.989/0001-30	RN	ANTONIO MARTINS	4	40	EQUIPAMENTO - CARRO PIPA	R$ 620.000,00
187	Eann Styvenson Valentim Mendes	13842	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itau	Prefeitura de Itau		08.148.553/0001-06	RN	ITAU	4	40	Equipamento - Caminhão Caçamba	R$ 700.000,00
188	Eann Styvenson Valentim Mendes	13841	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Extremoz	Prefeitura de Extremoz		08.204.497/0001-71	RN	EXTREMOZ	4	40	EQUIPAMENTO - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
189	Eann Styvenson Valentim Mendes	13848	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rafael Godeiro	Prefeitura de Rafael Godeiro		08.349.037/0001-31	RN	RAFAEL GODEIRO	4	40	Equipamento - Carro Pipa	R$ 620.000,00
190	Eann Styvenson Valentim Mendes	13856	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Varzea	Prefeitura de Varzea		08.168.940/0001-04	RN	VARZEA	4	40	Equipamentos - Aquisição de um trator agrícola e uma retroescavadeira	R$ 652.000,00
191	Eann Styvenson Valentim Mendes	13843	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaçanã	Prefeitura de Jaçanã		08.158.800/0001-47	RN	JACANA	4	40	Equipamento - Retroescavadeira	R$ 438.000,00
192	Eann Styvenson Valentim Mendes	13833	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Areia Branca	Prefeitura de Areia Branca		08.077.265/0001-08	RN	AREIA BRANCA	4	40	EQUIPAMENTO - RETROESCAVADEIRA	R$ 438.000,00
193	Eann Styvenson Valentim Mendes	13853	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Serra Caiada	Prefeitura de Serra Caiada		08.078.412/0001-56	RN	PRESIDENTE JUSCELINO	4	40	Equipamento - Aquisição de 3 Tratores Agrícolas	R$ 642.000,00
194	Eann Styvenson Valentim Mendes	13846	60120002	4142	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Portalegre	Prefeitura de Portalegre		08.358.053/0001-90	RN	PORTALEGRE	4	40	Equipamentos - Aquisição de 2 Caminhões Caçamba	R$ 1.400.000,00
195	Efraim de Araújo Morais Filho	16380	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Joao do Cariri			09.074.345/0001-64	PB	SAO JOAO DO CARIRI	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
196	Efraim de Araújo Morais Filho	16688	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 580.000,00
197	Efraim de Araújo Morais Filho	15926	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ouro Velho			08.872.459/0001-97	PB	OURO VELHO	4	40	Execução de Obras	R$ 1.500.000,00
198	Efraim de Araújo Morais Filho	18670	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Marizópolis			01.612.941/0001-49	PB	MARIZOPOLIS	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
199	Efraim de Araújo Morais Filho	18430	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pirpirituba			08.789.299/0001-17	PB	PIRPIRITUBA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
200	Efraim de Araújo Morais Filho	16686	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Campina Grande			08.993.917/0001-46	PB	CAMPINA GRANDE	4	40	Aquisição de Maquinários (Escavadeira Hidráulica)	R$ 730.000,00
201	Efraim de Araújo Morais Filho	16366	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
202	Efraim de Araújo Morais Filho	16706	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Basculante Trucado)	R$ 640.000,00
203	Efraim de Araújo Morais Filho	16694	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pombal			08.948.697/0001-39	PB	POMBAL	4	40	Aquisição de Maquinários (Caminhão Pipa)	R$ 565.000,00
204	Efraim de Araújo Morais Filho	18695	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
205	Efraim de Araújo Morais Filho	18431	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Execução de Obras	R$ 5.000.000,00
206	Efraim de Araújo Morais Filho	18428	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caiçara			09.070.624/0001-50	PB	CAICARA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
207	Efraim de Araújo Morais Filho	18669	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itapororoca			09.165.176/0001-78	PB	ITAPOROROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 679.870,00
208	Efraim de Araújo Morais Filho	18429	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coxixola			01.612.757/0001-07	PB	COXIXOLA	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
209	Efraim de Araújo Morais Filho	16378	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sume			08.874.935/0001-09	PB	SUME	4	40	Execução de Obras	R$ 1.000.000,00
210	Efraim de Araújo Morais Filho	18432	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Ines			01.612.693/0001-36	PB	SANTA INES	4	40	Execução de Obras	R$ 500.000,00
211	Efraim de Araújo Morais Filho	16379	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Sebastiao de Lagoa de Roça			08.742.439/0001-00	PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	4	40	Execução de Obras	R$ 600.000,00
212	Efraim de Araújo Morais Filho	16381	60120002	4270	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sao Bento			09.069.709/0001-18	PB	SAO BENTO	4	40	Aquisição de Maquinários (Motoniveladora)	R$ 766.000,00
213	Eliziane Pereira Gama Melo	18674	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria	Prefeitura Municipal de Santa Quitéria		07.725.138/0001-05	MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.500.000,00
214	Eliziane Pereira Gama Melo	18676	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Açailandia	Prefeitura Municipal de Açailândia		07.000.268/0001-72	MA	ACAILANDIA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.000.000,00
215	Eliziane Pereira Gama Melo	18675	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anajatuba	Prefeitura Municipal de Anajatuba		06.002.372/0001-33	MA	ANAJATUBA	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.000.000,00
216	Eliziane Pereira Gama Melo	18673	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Riachão	Prefeitura Municipal de Riachão		05.282.801/0001-00	MA	RIACHAO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.000.000,00
217	Eliziane Pereira Gama Melo	18672	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário	Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário		01.614.946/0001-00	MA	PEDRO DO ROSARIO	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 2.500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

218	Eliziane Pereira Gama Melo	18668	60120002	4139	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Araioses	Prefeitura Municipal de Araioses		06.450.191/0001-70	MA	ARAIOSES	4	40	Fomento ao setor agropecuário, especialmente por meio de aquisição de máquinas e equipamentos, para fortalecer a infraestrutura e a produção rural.	R$ 1.130.434,00
219	Esperidião Amin Helou Filho	12305	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Doce	Prefeitura Municipal de Água Doce	Água Doce	82.939.398/0001-90	SC	AGUA DOCE	4	40	uma escavadeira hidráulica de esteira	R$ 627.325,00
220	Esperidião Amin Helou Filho	14555	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista	Alto Bela Vista	01.614.374/0001-60	SC	ALTO BELA VISTA	4	41	11 Carretas basculantes 6 toneladas e 2 distribuidores de adubos de 4 mil Lt	R$ 320.000,00
221	Esperidião Amin Helou Filho	14564	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Prefeitura Municipal de Pescaria Brava	Pescaria Brava	16.780.795/0001-38	SC	PESCARIA BRAVA	4	41	Um trator agrícola 110 cv	R$ 300.000,00
222	Esperidião Amin Helou Filho	12330	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Prefeitura Municipal de Grão Pará	Grão Pará	82.558.149/0001-55	SC	GRAO PARA	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
223	Esperidião Amin Helou Filho	12308	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paial	Prefeitura Municipal de Paial	Paial	01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	um caminhão plataforma tração 8x2	R$ 635.000,00
224	Esperidião Amin Helou Filho	12303	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Capinzal	Prefeitura Municipal de Capinzal	Capinzal	82.939.406/0001-07	SC	CAPINZAL	4	40	um caminhão basculante tração 6x4	R$ 600.000,00
225	Esperidião Amin Helou Filho	12321	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Prefeitura Municipal de Monte Castelo	Monte castelo	83.102.525/0001-65	SC	MONTE CASTELO	4	40	Um trator agrícola 110 cv	R$ 300.000,00
226	Esperidião Amin Helou Filho	12325	60120002	2210	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Prefeitura Municipal de Canoinhas	Canoinhas	83.102.384/0001-80	SC	CANOINHAS	4	40	Uma mini-carregadeira	R$ 269.000,00
227	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20135	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Satuba			12.200.333/0001-43	AL	SATUBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
228	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20139	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pindoba			12.335.436/0001-10	AL	PINDOBA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
229	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20133	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Água Branca			12.350.153/0001-48	AL	AGUA BRANCA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
230	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9885	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Messias			12.200.283/0001-02	AL	MESSIAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 250.000,00
231	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9882	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Japaratinga			12.247.946/0001-36	AL	JAPARATINGA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 702.173,00
232	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9883	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mar Vermelho			12.333.761/0001-44	AL	MAR VERMELHO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
233	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9886	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Porto de Pedras			08.629.446/0001-91	AL	PORTO DE PEDRAS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
234	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20140	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inhapi			12.226.197/0001-60	AL	INHAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
235	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20130	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
236	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20137	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Igaci			12.228.375/0001-92	AL	IGACI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
237	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20136	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colônia Leopoldina			12.356.879/0001-98	AL	COLONIA LEOPOLDINA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
238	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20138	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Olho D´Água do Casado			13.890.745/0001-15	AL	OLHO D'AGUA DO CASADO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
239	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9881	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São José da Laje			12.330.916/0001-99	AL	SAO JOSE DA LAJE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
240	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9888	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Taquarana			12.207.445/0001-26	AL	TAQUARANA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 500.000,00
241	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20131	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Coité do Noia			12.198.719/0001-68	AL	COITE DO NOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
242	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9880	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Canapi			12.367.892/0001-42	AL	CANAPI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 400.000,00
243	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	9884	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Maribondo			12.236.873/0001-87	AL	MARIBONDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 600.000,00
244	Eudocia Maria Holanda de Araujo Caldas	20132	60120002	4239	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jequiá de Praia			02.917.132/0001-08	AL	JEQUIA DA PRAIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 547.826,00
245	Fabiano Contarato	18601	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
246	Fabiano Contarato	18604	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES		00.396.895/0001-25	ES	ALFREDO CHAVES	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA	R$ 650.000,00
247	Fabiano Contarato	18631	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES E MORADORES DE ALTO PARAJU - AMALPAR		00.396.895/0001-25	ES	DOMINGOS MARTINS	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
248	Fabiano Contarato	18623	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE VILA PAULISTA		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO CARGA SECA	R$ 376.000,00
249	Fabiano Contarato	18609	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
250	Fabiano Contarato	18644	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA		00.396.895/0001-25	ES	BOA ESPERANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO CAÇAMBA	R$ 500.400,00
251	Fabiano Contarato	18606	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE		00.396.895/0001-25	ES	BOM JESUS DO NORTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TOCO COM CAÇAMBA	R$ 500.400,00
252	Fabiano Contarato	18627	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU		00.396.895/0001-25	ES	IBIRACU	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
253	Fabiano Contarato	18647	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO 02 CAMINHÕES CAÇAMBA	R$ 624.600,00
254	Fabiano Contarato	18598	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	Cooperativa da Agricultura Familiar de Venda Nova do Imigrante (CAF-VNI)		00.396.895/0001-25	ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ - ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
255	Fabiano Contarato	18657	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT		00.396.895/0001-25	ES	SANTA MARIA DE JETIBA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO BAÚ ISOTÉRMICO	R$ 453.600,00
256	Fabiano Contarato	18654	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		00.396.895/0001-25	ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 MOTONIVELADORA	R$ 721.834,00
257	Fabiano Contarato	18640	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO		00.396.895/0001-25	ES	PEDRO CANARIO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
258	Fabiano Contarato	18651	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IÚNA		00.396.895/0001-25	ES	IUNA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA	R$ 422.000,00
259	Fabiano Contarato	18635	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA		00.396.895/0001-25	ES	AGUIA BRANCA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
260	Fabiano Contarato	18653	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA		00.396.895/0001-25	ES	PIUMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	R$ 628.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

261	Fabiano Contarato	18613	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CÓRREGO ALEGRE		00.396.895/0001-25	ES	NOVA VENECIA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 TRATOR AGRÍCOLA 75cv	R$ 165.000,00
262	Fabiano Contarato	18656	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IBITIRAMA		00.396.895/0001-25	ES	IBITIRAMA	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
263	Fabiano Contarato	18600	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO		00.396.895/0001-25	ES	ALTO RIO NOVO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO TRUCK CAÇAMBA	R$ 550.000,00
264	Fabiano Contarato	18617	60120002	4180	22000	22101	20ZV	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação de Produtores Rurais e Amigos do Córrego Rio do Campo		00.396.895/0001-25	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	90	AQUISIÇÃO DE 01 RETROESCAVADEIRA	R$ 368.000,00
265	Fernando Antonio Caminha Dueire	10957	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.106.227/0001-70	PE	PEDRA	4	40	Aquisição de caçamba basculante	R$ 500.000,00
266	Fernando Antonio Caminha Dueire	11195	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.000.000,00
267	Fernando Antonio Caminha Dueire	10939	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.114.502/0001-05	PE	ITACURUBA	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
268	Fernando Antonio Caminha Dueire	10938	60120002	4252	22000	22101	20ZV	ASSOCIACAO DE CRIADORES DE ANIMAIS DE IBITIRANGA E ADJACENTES			52.695.097/0001-06	PE	CARNAIBA	4	50	Aquisição de caminhão pipa	R$ 500.000,00
269	Fernando Antonio Caminha Dueire	10935	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			10.165.165/0001-77	PE	BUENOS AIRES	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
270	Fernando Antonio Caminha Dueire	10929	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura municipal			10.091.510/0001-75	PE	BEZERROS	4	40	Máquinas e equipamentos	R$ 1.000.000,00
271	Fernando Antonio Caminha Dueire	18740	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			12.888.517/0001-48	PE	XEXEU	4	40	Obras e serviços de engenharia	R$ 1.130.434,00
272	Fernando Antonio Caminha Dueire	10945	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.361.227/0001-89	PE	MOREILANDIA	4	40	Aquisição de motoniveladora	R$ 1.000.000,00
273	Fernando Antonio Caminha Dueire	10943	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de patrol	R$ 1.000.000,00
274	Fernando Antonio Caminha Dueire	10946	60120002	4252	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.596.018/0001-60	PE	TAMANDARE	4	40	Construção, manutenção e conservação de estradas vicinais	R$ 1.000.000,00
275	Fernando Lopes de Farias	10573	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Coruripe			12.264.230/0001-47	AL	CORURIPE	4	40	Construção de feira coberta	R$ 2.500.000,00
276	Fernando Lopes de Farias	10737	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Ibateguara			12.332.961/0001-82	AL	IBATEGUARA	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
277	Fernando Lopes de Farias	10740	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Olho D'Agua das Flores			12.251.468/0001-38	AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
278	Fernando Lopes de Farias	10743	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Carneiros			12.250.684/0001-69	AL	CARNEIROS	4	40	Aquisição de caminhão caçamba	R$ 600.000,00
279	Fernando Lopes de Farias	10850	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Santana do Ipanema			12.250.916/0001-89	AL	SANTANA DO IPANEMA	4	40	Pavimentação de Estradas Vicinais	R$ 1.330.434,00
280	Fernando Lopes de Farias	10577	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Piranhas			12.225.546/0001-20	AL	PIRANHAS	4	40	Construção de feira coberta	R$ 2.500.000,00
281	Fernando Lopes de Farias	10724	60120002	4285	22000	22101	20ZV	Município de Cajueiro			12.333.738/0001-50	AL	CAJUEIRO	4	40	Construção de Feira	R$ 1.000.000,00
282	Flávio José Arns	10812	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			78.121.878/0001-72	PR	CAFELANDIA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 400.000,00
283	Flávio José Arns	10827	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.639.472/0001-03	PR	NOVO ITACOLOMI	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
284	Flávio José Arns	10843	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.911.676/0001-07	PR	SENGES	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
285	Flávio José Arns	10828	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			77.721.363/0001-40	PR	ORTIGUEIRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
286	Flávio José Arns	10836	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.771.212/0001-71	PR	RIO BOM	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
287	Flávio José Arns	10818	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.714/0001-00	PR	DOUTOR CAMARGO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
288	Flávio José Arns	10833	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.002.666/0001-40	PR	PIEN	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 530.000,00
289	Flávio José Arns	10847	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.707/0001-04	PR	SALTO DO LONTRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 500.000,00
290	Flávio José Arns	10835	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.205.962/0001-49	PR	QUEDAS DO IGUACU	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
291	Flávio José Arns	10814	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.845.503/0001-67	PR	CENTENARIO DO SUL	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
292	Flávio José Arns	10838	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.684.544/0001-26	PR	SANTA MARIA DO OESTE	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
293	Flávio José Arns	10841	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.995.422/0001-06	PR	SAO JOAO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 400.000,00
294	Flávio José Arns	10821	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.247.386/0001-00	PR	MARIA HELENA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 460.217,00
295	Flávio José Arns	10816	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.339.688/0001-09	PR	CRUZ MACHADO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 460.217,00
296	Flávio José Arns	10832	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.970.334/0001-50	PR	PARANACITY	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
297	Flávio José Arns	10820	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			75.789.552/0001-20	PR	JUSSARA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
298	Flávio José Arns	10822	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			95.548.400/0001-42	PR	MAUA DA SERRA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
299	Flávio José Arns	10819	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			01.616.255/0001-46	PR	GUAMIRANGA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
300	Flávio José Arns	10830	60120002	2038	22000	22101	20ZV	Prefeitura			76.282.672/0001-07	PR	OURIZONA	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 530.000,00
301	Flávio José Arns	10825	60120002	2038	22000	22101	20ZV	prefeitura			75.352.062/0001-61	PR	MUNHOZ DE MELO	4	40	Maquinários agrícolas	R$ 450.000,00
302	Flávio Nantes Bolsonaro	9588	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itatiaia			31.846.892/0001-70	RJ	ITATIAIA	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 1.800.000,00
303	Flávio Nantes Bolsonaro	9587	60120002	9219	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Resende			29.178.233/0001-60	RJ	RESENDE	4	40	Aquisição de equipamentos agrícolas	R$ 1.852.173,00
304	Francisco de Assis Rodrigues	10885	60120002	4143	22000	22101	20ZV	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Roraima - IATER	Estado de Roraima		45.386.905/0001-80	RR	BOA VISTA	4	30	Máquinas e implementos agrícolas	R$ 9.130.434,00
305	Francisco Plínio Valério Tomaz	13529	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Alvarães			04.628.335/0001-00	AM	ALVARAES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
306	Francisco Plínio Valério Tomaz	13535	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Amaturá			04.628.723/0001-90	AM	AMATURA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
307	Francisco Plínio Valério Tomaz	13533	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de São Paulo de Olivença			05.829.577/0001-24	AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.500.000,00
308	Francisco Plínio Valério Tomaz	13531	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Maués			04.282.869/0001-27	AM	MAUES	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
309	Francisco Plínio Valério Tomaz	13525	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Itacoatiara			04.241.980/0001-75	AM	ITACOATIARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 2.130.433,00
310	Francisco Plínio Valério Tomaz	13534	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Apuí			22.812.960/0001-99	AM	APUI	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
311	Francisco Plínio Valério Tomaz	13526	60120002	4137	22000	22101	20ZV	Município de Guajará			22.812.242/0001-12	AM	GUAJARA	4	40	Investimentos - Fomento ao Setor Agropecuário	R$ 1.000.000,00
312	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	18178	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município do Cantá			01.612.682/0001-56	RR	CANTA	4	40	Melhorias de Estrada Vicinais	R$ 5.478.000,00
313	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	11768	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Município de Caroebe			01.614.606/0001-80	RR	CAROEBE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e execução de melhorias em estradas vicinais	R$ 3.652.173,00
314	Hiran Manuel Gonçalves da Silva	19729	60120002	4269	22000	22101	20ZV	Governo do Estado			84.012.012/0001-26	RR	BOA VISTA	4	30	Aquisição de máquinas e implementos agrícolas	R$ 5.478.260,00
315	Humberto Sérgio Costa Lima	9820	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bom Conselho			11.285.954/0001-04	PE	BOM CONSELHO	4	40	Aquisição de Patrol	R$ 800.000,00
316	Humberto Sérgio Costa Lima	9844	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sairé			10.122.307/0001-19	PE	SAIRE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$ 600.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

317	Humberto Sérgio Costa Lima	9848	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tupanatinga			10.106.250/0001-64	PE	TUPANATINGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
318	Humberto Sérgio Costa Lima	9823	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cumaru			11.097.391/0001-20	PE	CUMARU	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
319	Humberto Sérgio Costa Lima	9847	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Toritama			11.256.054/0001-39	PE	TORITAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	230.434,00
320	Humberto Sérgio Costa Lima	9825	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Inajá			10.106.219/0001-23	PE	INAJA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
321	Humberto Sérgio Costa Lima	9839	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata			10.166.817/0001-98	PE	NAZARE DA MATA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
322	Humberto Sérgio Costa Lima	9822	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cedro			11.361.219/0001-32	PE	CEDRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
323	Humberto Sérgio Costa Lima	9834	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro			11.286.267/0001-03	PE	LAGOA DO OURO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
324	Humberto Sérgio Costa Lima	9846	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Terezinha			11.286.366/0001-95	PE	TEREZINHA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
325	Humberto Sérgio Costa Lima	9828	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itambé			10.150.050/0001-09	PE	ITAMBE	4	40	Aquisição de Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
326	Humberto Sérgio Costa Lima	9830	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro			40.893.778/0001-91	PE	LAGOA DO CARRO	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
327	Humberto Sérgio Costa Lima	9818	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Belém de Maria			10.184.703/0001-70	PE	BELEM DE MARIA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
328	Humberto Sérgio Costa Lima	9842	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Passira			11.097.300/0001-57	PE	PASSIRA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
329	Humberto Sérgio Costa Lima	9835	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lajedo			10.143.246/0001-76	PE	LAJEDO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
330	Humberto Sérgio Costa Lima	9845	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Salgueiro			11.361.243/0001-71	PE	SALGUEIRO	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
331	Humberto Sérgio Costa Lima	9832	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoa do Itaenga			11.097.250/0001-08	PE	LAGOA DO ITAENGA	4	40	Aquisição de Trator	R$	250.000,00
332	Humberto Sérgio Costa Lima	9821	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Catende			10.186.138/0001-80	PE	CATENDE	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
333	Humberto Sérgio Costa Lima	9837	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Moreno			11.049.822/0001-83	PE	MORENO	4	40	Aquisição de Patrol	R$	800.000,00
334	Humberto Sérgio Costa Lima	9824	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Escada			11.294.303/0001-80	PE	ESCADA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
335	Humberto Sérgio Costa Lima	9840	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Paranatama			10.144.426/0001-72	PE	PARANATAMA	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
336	Humberto Sérgio Costa Lima	9817	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Barreiros			10.110.989/0001-40	PE	BARREIROS	4	40	Aquisição de Trator	R$	200.000,00
337	Humberto Sérgio Costa Lima	9836	60120002	2885	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mirandiba			11.043.312/0001-07	PE	MIRANDIBA	4	40	Aquisição de Retroescavadeira	R$	400.000,00
338	Irajá Silvestre Filho	14085	60120002	4096	22000	22101	20ZV	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	PRAIA NORTE	25.061.789/0001-11	TO	PRAIA NORTE	4	40	Obras e serviços de engenharia e construção, manutenção e conservação em estradas vicinais de Praia Norte/TO	R$	9.130.434,00
339	Ivete Marli Appel da Silveira	10899	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.028.639/0001-02	SC	PALMA SOLA	4	40	Equipamentos	R$	330.000,00
340	Ivete Marli Appel da Silveira	11144	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.780.441/0001-60	SC	CAPIVARI DE BAIXO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
341	Ivete Marli Appel da Silveira	16895	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			95.991.071/0001-00	SC	RIO RUFINO	4	40	Equipamentos	R$	200.000,00
342	Ivete Marli Appel da Silveira	10882	60120002	4251	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL			78.511.052/0001-10	SC	ABDON BATISTA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
343	Ivete Marli Appel da Silveira	11154	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.538.851/0001-57	SC	IMARUI	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
344	Ivete Marli Appel da Silveira	11156	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.485.554/0001-13	SC	IPORA DO OESTE	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
345	Ivete Marli Appel da Silveira	11163	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.009.894/0001-08	SC	SAO DOMINGOS	4	40	Caminhão Caçamba	R$	300.000,00
346	Ivete Marli Appel da Silveira	11161	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			80.912.009/0001-08	SC	PARAISO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
347	Ivete Marli Appel da Silveira	11149	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			75.438.655/0001-45	SC	CORREIA PINTO	4	40	Rolo Compactador	R$	500.000,00
348	Ivete Marli Appel da Silveira	11151	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.745/0001-74	SC	IBIAM	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
349	Ivete Marli Appel da Silveira	10897	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.319/0001-55	SC	LUIZ ALVES	4	40	Retro Escavadeira	R$	400.000,00
350	Ivete Marli Appel da Silveira	11140	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.332/0001-92	SC	ANITAPOLIS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
351	Ivete Marli Appel da Silveira	10909	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			83.102.723/0001-29	SC	SALETE	4	40	Equipamentos	R$	400.434,00
352	Ivete Marli Appel da Silveira	11136	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.951.195/0001-10	SC	ANGELINA	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
353	Ivete Marli Appel da Silveira	11133	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.892.266/0001-50	SC	AGUAS MORNAS	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
354	Ivete Marli Appel da Silveira	10893	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.909.409/0001-90	SC	IMBITUBA	4	40	Equipamentos	R$	250.000,00
355	Ivete Marli Appel da Silveira	11160	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.845.744/0001-71	SC	MAJOR GERCINO	4	40	Retro Escavadeira	R$	500.000,00
356	Ivete Marli Appel da Silveira	11146	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Trator Agrícola	R$	400.000,00
357	Ivete Marli Appel da Silveira	11162	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.612.812/0001-50	SC	SAO BERNARDINO	4	40	Caminhão Caçamba	R$	600.000,00
358	Ivete Marli Appel da Silveira	10916	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			82.836.818/0001-03	SC	SAO MARTINHO	4	40	Equipamentos	R$	450.000,00
359	Ivete Marli Appel da Silveira	10902	60120002	4251	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal			01.610.566/0001-06	SC	PALMEIRA	4	40	Equipamentos	R$	500.000,00
360	Izalci Lucas Ferreira	19308	60120002	4136	22000	22101	20ZV	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal			03.318.233/0001-25	DF	BRASILIA	3	30	Implementação de estratégias de transformação digital, governança de dados e recursos computacionais para o agronegócio desenvolvimento rural do Distrito Federal	R$	3.652.174,00
361	Jader Fontenelle Barbalho	9737	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Breves			04.876.389/0001-94	PA	BREVES	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
362	Jader Fontenelle Barbalho	9740	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Bonito			05.149.083/0001-07	PA	BONITO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
363	Jader Fontenelle Barbalho	9735	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tailândia			22.941.355/0001-18	PA	TAILANDIA	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.000.000,00
364	Jader Fontenelle Barbalho	10396	60120002	2263	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Repartimento			34.626.416/0001-31	PA	NOVO REPARTIMENTO	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais	R$	2.630.434,00
365	Jaime Maximino Bagattoli	10321	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE ESPIGÃO D'OESTE			04.695.284/0001-39	RO	ESPIGAO D'OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
366	Jaime Maximino Bagattoli	10326	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SERINGUEIRAS			63.761.993/0001-34	RO	SERINGUEIRAS	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
367	Jaime Maximino Bagattoli	10323	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE			04.380.507/0001-79	RO	OURO PRETO DO OESTE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	502.173,00
368	Jaime Maximino Bagattoli	10316	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CABIXI			22.855.159/0001-20	RO	CABIXI	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	650.000,00
369	Jaime Maximino Bagattoli	10320	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE CHUPINGUAIA			01.587.887/0001-29	RO	CHUPINGUAIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
370	Jaime Maximino Bagattoli	10324	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA			84.723.030/0001-16	RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
371	Jaime Maximino Bagattoli	10325	60120002	4272	22000	22101	20ZV	PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ			01.254.422/0001-56	RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	4	40	Maquinários, Implementos, Equipamentos e/ou Insumos Agrícolas	R$	500.000,00
372	Jaques Wagner	11552	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Rio de Contas			14.263.859/0001-06	BA	RIO DE CONTAS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
373	Jaques Wagner	11409	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Itaguaçu da Bahia			16.445.843/0001-31	BA	ITAGUACU DA BAHIA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	2.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

374	Jaques Wagner	14223	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Governo do Estado da Bahia	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura		13.937.032/0001-60	BA	SALVADOR	4	30	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	1.680.434,00
375	Jaques Wagner	11429	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Barro Alto			13.234.349/0001-30	BA	BARRO ALTO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
376	Jaques Wagner	12279	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Curaçá			13.915.640/0001-73	BA	CURACA	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	500.000,00
377	Jaques Wagner	14210	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Antônio Cardoso			13.607.494/0001-19	BA	ANTONIO CARDOSO	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	650.000,00
378	Jaques Wagner	14205	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Jânio Quadros			14.120.539/0001-99	BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
379	Jaques Wagner	11424	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Angical			13.654.421/0001-88	BA	ANGICAL	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem.	R$	1.000.000,00
380	Jaques Wagner	14202	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Souto Soares			13.922.554/0001-98	BA	SOUTO SOARES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
381	Jaques Wagner	14090	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Santa Inês			14.199.921/0001-30	BA	SANTA INES	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	400.000,00
382	Jaques Wagner	14179	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Tanhaçu			13.676.309/0001-48	BA	TANHACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
383	Jaques Wagner	14204	60120002	4080	22000	22101	20ZV	Município de Ituaçu			14.106.280/0001-21	BA	ITUACU	4	40	Estradas Vicinais e obras: Construção, manutenção, pavimentação asfáltica/poliédrica e drenagem	R$	500.000,00
384	Jayme Verissimo de Campos	18589	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Estado de Mato Grosso			03.507.415/0001-44	MT	CUIABA	4	30	aquisições de caminhões truck.	R$	7.032.000,00
385	Jayme Verissimo de Campos	7738	60120002	2376	22000	22101	20ZV	Municipio de Barra do Garças			03.439.239/0001-50	MT	BARRA DO GARCAS	4	40	Construção/recuperação de estradas vicinais.	R$	2.098.434,00
386	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9392	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE VIANÓPOLIS (GO)		01.299.692/0001-83	GO	VIANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	771.900,00
387	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9383	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)	MUNICÍPIO DE CALDAZINHA (GO)		37.622.149/0001-12	GO	CALDAZINHA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
388	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9391	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)	MUNICÍPIO DE ITAJÁ (GO)		02.186.757/0001-47	GO	ITAJA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
389	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9393	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS	MUNICÍPIO DE PETROLINA DE GOIÁS		01.825.413/0001-78	GO	PETROLINA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	528.665,00
390	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9388	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS (GO)		01.067.073/0001-63	GO	AMORINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
391	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9378	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)	MUNICÍPIO DE GUARINOS (GO)		01.494.178/0001-07	GO	GUARINOS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
392	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9379	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)	MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA (GO)		01.123.678/0001-24	GO	NOVA VENEZA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	480.700,00
393	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9382	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)	MUNICÍPIO DE CORUMBAÍBA (GO)		01.302.603/0001-00	GO	CORUMBAIBA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	699.565,00
394	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9385	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)	MUNICÍPIO DE GAMELEIRA DE GOIÁS (GO)		04.223.461/0001-84	GO	GAMELEIRA DE GOIAS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	574.750,00
395	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9384	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS (GO)		24.857.096/0001-77	GO	BONFINOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
396	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9390	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)	MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO CÉU (GO)		24.859.332/0001-94	GO	CHAPADAO DO CEU	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	568.693,00
397	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9386	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)	MUNICÍPIO DE GUARAITA (GO)		26.873.059/0001-88	GO	GUARAITA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	602.965,00
398	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9389	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)	MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS (GO)		01.343.086/0001-18	GO	SERRANOPOLIS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.000,00
399	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9381	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE MOZARLÂNDIA (GO)		01.135.227/0001-07	GO	MOZARLANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
400	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9387	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)	MUNICÍPIO DE GOUVELÂNDIA (GO)		25.040.122/0001-32	GO	GOUVELANDIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	550.000,00
401	Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser	9380	60120002	9206	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)	MUNICÍPIO DE ARUANÃ (GO)		01.067.081/0001-00	GO	ARUANA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos	R$	449.350,00
402	Jorge Seif Júnior	10122	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Presidente Nereu			83.102.699/0001-28	SC	PRESIDENTE NEREU	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
403	Jorge Seif Júnior	10116	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Pomerode			83.102.251/0001-04	SC	POMERODE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
404	Jorge Seif Júnior	10117	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Aurora			83.102.624/0001-47	SC	AURORA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
405	Jorge Seif Júnior	10131	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Imbuia			83.102.632/0001-93	SC	IMBUIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
406	Jorge Seif Júnior	10123	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Itá			83.024.240/0001-53	SC	ITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
407	Jorge Seif Júnior	10133	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Braço do Trombudo			95.952.230/0001-67	SC	BRACO DO TROMBUDO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
408	Jorge Seif Júnior	10119	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Ibirama			83.102.418/0001-37	SC	IBIRAMA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	262.152,00
409	Jorge Seif Júnior	10126	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Paial			01.614.376/0001-59	SC	PAIAL	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
410	Jorge Seif Júnior	10118	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Celso Ramos			78.493.343/0001-22	SC	CELSO RAMOS	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
411	Jorge Seif Júnior	10128	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Morro Grande			95.782.785/0001-08	SC	MORRO GRANDE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
412	Jorge Seif Júnior	10127	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Serra Alta			80.622.319/0001-98	SC	SERRA ALTA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
413	Jorge Seif Júnior	10132	60120002	4273	22000	22101	20ZV	São José do Cedro			83.026.781/0001-10	SC	SAO JOSE DO CEDRO	4	40	Fomento ao Setor Agorpecuário.	R$	230.000,00
414	Jorge Seif Júnior	10120	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Faxinal dos Guedes			83.009.910/0001-62	SC	FAXINAL DOS GUEDES	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	400.000,00
415	Jorge Seif Júnior	10129	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Armazem			82.928.664/0001-80	SC	ARMAZEM	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	230.000,00
416	Jorge Seif Júnior	10124	60120002	4273	22000	22101	20ZV	Agronômica			83.102.590/0001-90	SC	AGRONOMICA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário	R$	230.000,00
417	José da Cruz Marinho	18718	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Potiritá	Associação dos pequenos produtores rurais da colônia potiritá	Município de Paragominas	09.614.952/0001-70	PA	PARAGOMINAS	4	50	Aquisição de 2 Patrulhas agrícolas com implementos	R$	544.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

418	José da Cruz Marinho	13234	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	Município de Itaituba (05.138.730/0001-77)	05.138.730/0001-77	PA	ITAITUBA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
419	José da Cruz Marinho	12265	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de São Miguel do Guamá	Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Município de São Miguel do Guamá - COOPASMIG (29.359.372/0001-90)	São Miguel do Guamá	05.193.073/0001-60	PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	500.000,00
420	José da Cruz Marinho	13238	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	Município de Prainha (04.860.854/0001-07)	04.860.854/0001-07	PA	PRAINHA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
421	José da Cruz Marinho	13231	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Centro social e de produção pesqueira e aquícola do Sul e Sudeste do Pará - CESPPA - (35.683.185/0001-60)	Município de Nova Ipixuna	35.683.185/0001-60	PA	NOVA IPIXUNA	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
422	José da Cruz Marinho	13235	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	Município de Altamira (05.263.116/0001-37)	05.263.116/0001-37	PA	ALTAMIRA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
423	José da Cruz Marinho	13243	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	Município de Terra Alta (34.823.518/0001-47)	34.823.518/0001-47	PA	TERRA ALTA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.758.434,00
424	José da Cruz Marinho	13232	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	Município de Marabá (05.853.163/0001-30)	05.853.163/0001-30	PA	MARABA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
425	José da Cruz Marinho	12262	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Belterra	Município de Belterra	Belterra	01.614.112/0001-03	PA	BELTERRA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	2.000.000,00
426	José da Cruz Marinho	13229	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Equipamentos para produção leiteira	R$	570.000,00
427	José da Cruz Marinho	12264	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Itupiranga	Município de Itupiranga	Itupiranga	05.077.102/0001-29	PA	ITUPIRANGA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	1.152.173,00
428	José da Cruz Marinho	13242	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	Município de Novo Progresso (10.221.786/0001-20)	10.221.786/0001-20	PA	NOVO PROGRESSO	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
429	José da Cruz Marinho	13224	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	Município de Nova Ipixuna (01.612.215/0001-26)	01.612.215/0001-26	PA	NOVA IPIXUNA	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	600.000,00
430	José da Cruz Marinho	13221	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Cooperativa Amazônia Agroindustrial - AMAZONCOOP (14.359.146/0001-32)	Município de Castanhal	14.359.146/0001-32	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos e caminhão frigorífico	R$	730.000,00
431	José da Cruz Marinho	13220	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Cooperativa Mista de Agricultores e Pescadores do Estado do Pará - COOPAGRI (19.323.899/0001-01)	Município de Santa Maria das Barreiras	19.323.899/0001-01	PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	4	50	Aquisição de caminhão caçamba, patrulha mecanizada e pá carregadeira	R$	1.732.000,00
432	José da Cruz Marinho	13241	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	Município de Uruará (34.593.541/0001-92)	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	272.000,00
433	José da Cruz Marinho	13222	60120002	4182	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores da Agrovila de Inacerna - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Associação dos Produtores da Agrovila de Inacerna - APAGRI (34.823.625/0001-75)	Município de Castanhal	34.823.625/0001-75	PA	CASTANHAL	4	50	Aquisição de Patrulha agrícola com implementos	R$	292.000,00
434	José Renan Vasconcelos Calheiros	13094	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO	MUNICÍPIO DE OURO BRANCO		12.258.141/0001-98	AL	OURO BRANCO	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
435	José Renan Vasconcelos Calheiros	12311	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA	MUNICÍPIO DE BRANQUINHA		12.332.995/0001-77	AL	BRANQUINHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	530.434,00
436	José Renan Vasconcelos Calheiros	12261	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE PARICONHA	MUNICÍPIO DE PARICONHA		35.634.435/0001-72	AL	PARICONHA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	800.000,00
437	José Renan Vasconcelos Calheiros	12462	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ATALAIA	MUNICÍPIO DE ATALAIA		12.200.143/0001-26	AL	ATALAIA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.500.000,00
438	José Renan Vasconcelos Calheiros	12348	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE VICOSA	MUNICÍPIO DE VICOSA		12.333.746/0001-04	AL	VICOSA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	1.000.000,00
439	José Renan Vasconcelos Calheiros	18036	60120002	2289	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Agricultores Qualificados-COOPAQ -AL	Cooperativa de Agricultores Qualificados-COOPAQ - AL		14.793.555/0001-42	AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	4	50	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário	R$	300.000,00
440	José Renan Vasconcelos Calheiros	11315	60120002	2289	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA	MUNICÍPIO DE ARAPIRACA		12.198.693/0001-58	AL	ARAPIRACA	4	40	20ZV - Fomento ao Setor Agropecuário.	R$	4.000.000,00
441	José Roberto Oliveira Faro	18588	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
442	José Roberto Oliveira Faro	7523	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Anapu	Prefeitura Municipal de Anapu	Anapu	01.613.194/0001-63	PA	ANAPU	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	2.100.000,00
443	José Roberto Oliveira Faro	7527	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uruará	Prefeitura Municipal de Uruará	Uruará	34.593.541/0001-92	PA	URUARA	4	40	Execução de obras de estradas vicinais.	R$	4.618.434,00
444	José Roberto Oliveira Faro	18587	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia	Floresta do Araguaia	00.396.895/0001-25	PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	4	90	Caçamba.	R$	638.500,00
445	José Roberto Oliveira Faro	18586	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Caminhão pipa.	R$	617.500,00
446	José Roberto Oliveira Faro	18585	60120002	4266	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Prefeitura Municipal de Castanhal	Castanhal	00.396.895/0001-25	PA	CASTANHAL	4	90	Rolo Compactador.	R$	517.500,00
447	Laércio José de Oliveira	8873	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Propriá			13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	5.478.260,00
448	Laércio José de Oliveira	8870	60120002	4274	22000	22101	20ZV	Prefeitura MunPropriá	Prefeitura Municipal de Propriá		13.117.320/0001-78	SE	PROPRIA	4	40	- Aquisição de equipamentos. - Estradas vicinais. - Suporte hídrico.	R$	3.652.173,00
449	Leila Gomes de Barros Rêgo	9593	60120002	4082	22000	22101	20ZV	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO AGROECOLÓGICA CARAJAS - Cooper Carajás		Brasília	24.525.574/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
450	Leila Gomes de Barros Rêgo	9596	60120002	4082	22000	22101	20ZV	INSTITUTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, ESPORTE E EDUCACAO - GIRASSOL		Brasília	41.254.796/0001-96	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	400.000,00
451	Leila Gomes de Barros Rêgo	9592	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Agricultores Familiares e Artesãos do Assentamento Oziel Alves - III		Brasília	14.799.950/0001-32	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
452	Leila Gomes de Barros Rêgo	9555	60120002	4082	22000	22101	20ZV	FEPRORURAL - FEDERACAO DAS ASSOCIACOES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO DISTRITO FEDERAL E DO Entorno		Brasília	03.720.020/0001-25	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
453	Leila Gomes de Barros Rêgo	9601	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Cooperativa de Trabalho e Desenvolvimento da Agricultura Camponesa – CODESTAC		Brasília	21.805.310/0001-53	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	1.000.000,00
454	Leila Gomes de Barros Rêgo	9600	60120002	4082	22000	22101	20ZV	ASPAF - Associação dos Produtores da Agricultura Familiar		Brasília	28.736.722/0001-28	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$	500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

455	Leila Gomes de Barros Rêgo	10412	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Trabalhadores Rurais de Três Conquistas-ASTRAC		Brasília	02.552.783/0001-41	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.000,00
456	Leila Gomes de Barros Rêgo	10353	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	EMBRAPA	Brasília	00.396.895/0001-25	DF	BRASILIA	4	90	Aquisição de maquinas e equipamentos para a Embrapa DF	R$ 2.000.000,00
457	Leila Gomes de Barros Rêgo	9595	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Larga - APROFAL		Brasília	11.586.539/0001-90	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
458	Leila Gomes de Barros Rêgo	11223	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação das Mulheres Rurais e Agricultoras Familiares do Distrito Federal e Entorno		Brasília	19.930.951/0001-98	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 300.130,00
459	Leila Gomes de Barros Rêgo	9594	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação dos Tratadores de Animais de Tração e Esporte de Planaltina DF - ATRATE		Brasília	18.816.340/0001-50	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
460	Leila Gomes de Barros Rêgo	9598	60120002	4082	22000	22101	20ZV	Associação Mista de Agricultores Familiares, Orgânicos e Produtores Rurais do Distrito Federal e Entorno		Brasília	16.619.631/0001-23	DF	BRASILIA	4	50	Apoio ao setor agropecuário por meio de máquinas e equipamentos	R$ 600.000,00
461	Luis Carlos Heinze	10261	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Nonoai			91.567.974/0001-07	RS	NONOAI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
462	Luis Carlos Heinze	10257	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cerro Branco			92.000.223/0001-77	RS	CERRO BRANCO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
463	Luis Carlos Heinze	10251	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Capão do Cipó			04.213.779/0001-84	RS	CAPAO DO CIPO	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
464	Luis Carlos Heinze	10258	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Ibirapuitã			92.406.263/0001-13	RS	IBIRAPUITA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 817.173,00
465	Luis Carlos Heinze	7890	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Cândido Godoi	Cândido Godoi		87.612.842/0001-82	RS	CANDIDO GODOI	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
466	Luis Carlos Heinze	10716	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Júlio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de equipamentos para apoio a infraestrutura produtiva	R$ 405.000,00
467	Luis Carlos Heinze	10255	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Catuipe			87.613.063/0001-00	RS	CATUIPE	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
468	Luis Carlos Heinze	10260	60120002	4184	22000	22101	20ZV	Jóia			89.650.121/0001-92	RS	JOIA	4	40	Fomento ao Setor Agropecuário - Máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 405.000,00
469	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18198	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DE MORADORES DO SETOR NH 5 - CNPJ 12.461.323/0001-61	LIMOEIRO DO NORTE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
470	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16098	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE	MUNICÍPIO DE MORADA NOVA - CE		07.782.840/0001-00	CE	MORADA NOVA	4	40	REFORMA DO MERCADO CENTRAL DO MUNICÍPIO DE MORADA NOVA	R$ 1.500.000,00
471	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18200	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	CONSTRUÇÃO DE CASA DE MEL	R$ 400.000,00
472	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16096	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO COMUNITARIA E HABITACIONAL DOS MORADORES DE CEDRO DE SANTANA - 04.459.693/0001-36	PALHAMO/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - TRATOR	R$ 225.185,00
473	Luis Eduardo Grangeiro Girão	16097	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	Associação Comunitária de Saco Verde ASCOV 19.065.498/0001-07	MARANGUAPE/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	EQUIPAMENTO E MAQUINARIO - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
474	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18201	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE ARACATI	MUNICIPIO DE ARACATI		07.684.756/0001-46	CE	ARACATI	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS	R$ 200.000,00
475	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18199	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE CARNAUBAL	MUNICIPIO DE CARNAUBAL		07.732.670/0001-41	CE	CARNAUBAL	4	40	AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS	R$ 215.803,00
476	Luis Eduardo Grangeiro Girão	18196	60120002	4138	22000	22101	20ZV	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA	ASSOCIACAO DO ASSENTAMENTO RENASCER LONGAR - CNPJ 02.821.225/0001-34	MUNICIPIO DE IBICUITINGA/CE	00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	4	90	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA - RETROESCAVADEIRA	R$ 443.000,00
477	Luiz Cantuária Barreto	19314	60120002	4079	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Macapá - AP	Prefeitura Municipal de Macapá - AP		05.995.766/0001-77	AP	MACAPA	4	40	Recuperação e Adequação de Estadas Vicinais	R$ 9.130.434,00
478	Magno Pereira Malta	9957	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Jaguaré/ES			27.744.184/0001-50	ES	JAGUARE	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
479	Magno Pereira Malta	9950	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Rio Novo do Sul/ES			27.165.711/0001-72	ES	RIO NOVO DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 750.000,00
480	Magno Pereira Malta	9955	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Mantenópolis/ES			27.167.345/0001-90	ES	MANTENOPOLIS	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
481	Magno Pereira Malta	9954	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Irupi/ES			36.403.954/0001-92	ES	IRUPI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 750.000,00
482	Magno Pereira Malta	9959	60120002	2029	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Francisco/ES			27.165.745/0001-67	ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	R$ 652.173,00
483	Mara Cristina Gabrilli	18840	60120002	4094	22000	22101	20ZV	LUIZIANIA	LUIZIANIA	LUIZIANIA	44.441.558/0001-88	SP	LUIZIANIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
484	Mara Cristina Gabrilli	18842	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PANORAMA	PANORAMA	PANORAMA	44.918.712/0001-60	SP	PANORAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
485	Mara Cristina Gabrilli	18826	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
486	Mara Cristina Gabrilli	18830	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
487	Mara Cristina Gabrilli	18843	60120002	4094	22000	22101	20ZV	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	ESTRELA D'OESTE	45.112.224/0001-23	SP	ESTRELA D'OESTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
488	Mara Cristina Gabrilli	18839	60120002	4094	22000	22101	20ZV	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	45.116.712/0001-09	SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
489	Mara Cristina Gabrilli	18834	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	PIRAPOZINHO	54.801.121/0001-61	SP	PIRAPOZINHO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

490	Mara Cristina Gabrilli	18836	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	MIRANDOPOLIS	44.438.968/0001-70	SP	MIRANDOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
491	Mara Cristina Gabrilli	18835	60120002	4094	22000	22101	20ZV	OURO VERDE	OURO VERDE	OURO VERDE	44.882.637/0001-24	SP	OURO VERDE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
492	Mara Cristina Gabrilli	18828	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	PRADOPOLIS	48.664.296/0001-71	SP	PRADOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
493	Mara Cristina Gabrilli	18837	60120002	4094	22000	22101	20ZV	MOCOCA	MOCOCA	MOCOCA	44.763.928/0001-01	SP	MOCOCA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
494	Mara Cristina Gabrilli	18827	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TARABAI	TARABAI	TARABAI	44.873.396/0001-57	SP	TARABAI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
495	Mara Cristina Gabrilli	18838	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	FLORIDA PAULISTA	44.925.691/0001-00	SP	FLORIDA PAULISTA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
496	Mara Cristina Gabrilli	18833	60120002	4094	22000	22101	20ZV	FLORA RICA	FLORA RICA	FLORA RICA	44.925.279/0001-90	SP	FLORA RICA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
497	Mara Cristina Gabrilli	18844	60120002	4094	22000	22101	20ZV	RUBINEIA	RUBINEIA	RUBINEIA	45.135.043/0001-12	SP	RUBINEIA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 613.434,00
498	Mara Cristina Gabrilli	18845	60120002	4094	22000	22101	20ZV	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	PEDRANOPOLIS	63.893.929/0001-07	SP	PEDRANOPOLIS	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
499	Mara Cristina Gabrilli	18841	60120002	4094	22000	22101	20ZV	TURMALINA	TURMALINA	TURMALINA	45.139.482/0001-01	SP	TURMALINA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
500	Mara Cristina Gabrilli	18829	60120002	4094	22000	22101	20ZV	VALPARAISO	VALPARAISO	VALPARAISO	72.836.588/0001-29	SP	VALPARAISO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	R$ 500.000,00
501	Marcelo Costa e Castro	11460	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Murici dos Portelas			01.612.596/0001-43	PI	MURICI DOS PORTELAS	4	40	Construção de Matadouro Público	R$ 400.000,00
502	Marcelo Costa e Castro	13560	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria da Irrigação e Infraestrutura Hídrica do Piauí	Município de Brejo do Piauí		22.911.207/0001-50	PI	TERESINA	4	30	Aquisição de uma retroescavadeira	R$ 400.000,00
503	Marcelo Costa e Castro	13574	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buriti dos Montes			41.522.251/0001-13	PI	BURITI DOS MONTES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
504	Marcelo Costa e Castro	14112	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Secretaria de Estado do Agronegócio e Empreendedorismo Rural do Piauí			33.691.623/0001-07	PI	TERESINA	4	30	Fomento ao setor agropecuário	R$ 1.660.000,00
505	Marcelo Costa e Castro	18554	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Caraúbas do Piauí			01.612.617/0001-20	PI	CARAUBAS DO PIAUI	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
506	Marcelo Costa e Castro	11490	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Esperantina			06.554.174/0001-82	PI	ESPERANTINA	4	40	Construção de um matadouro público.	R$ 400.000,00
507	Marcelo Costa e Castro	13570	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Isaias Coelho			06.553.986/0001-03	PI	ISAIAS COELHO	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
508	Marcelo Costa e Castro	13565	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
509	Marcelo Costa e Castro	13573	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Vera Mendes			01.612.615/0001-31	PI	VERA MENDES	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
510	Marcelo Costa e Castro	13568	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pedro Laurentino			01.612.600/0001-73	PI	PEDRO LAURENTINO	4	40	Adequação de estradas vicinais.	R$ 1.450.000,00
511	Marcelo Costa e Castro	11410	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 800.000,00
512	Marcelo Costa e Castro	13576	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Itainópolis			06.553.754/0001-55	PI	ITAINOPOLIS	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.450.000,00
513	Marcelo Costa e Castro	13550	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Gurguéia			01.612.607/0001-95	PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	4	40	Construção de acesso à ponte na zona rural	R$ 400.000,00
514	Marcelo Costa e Castro	13549	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Floresta do Piauí			01.612.578/0001-61	PI	FLORESTA DO PIAUI	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
515	Marcelo Costa e Castro	13546	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Aroeiras do Itaim			07.165.549/0001-85	PI	AROEIRAS DO ITAIM	4	40	Construção de passagem molhada	R$ 400.000,00
516	Marcelo Costa e Castro	13547	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Assunção do Piauí			01.612.561/0001-04	PI	ASSUNCAO DO PIAUI	4	40	Adequação de estrada vicinal	R$ 400.000,00
517	Marcelo Costa e Castro	13578	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Inácio do Piauí			06.553.945/0001-17	PI	SANTO INACIO DO PIAUI	4	40	Adequação de estradas vicinais	R$ 1.300.000,00
518	Marcelo Costa e Castro	18556	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Campo Maior		09.034.960/0001-47	PI	CAMPO MAIOR	4	30	Adequação de Estrada Vicinal	R$ 1.600.869,00
519	Marcelo Costa e Castro	20122	60120002	4183	22000	22101	20ZV	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Piauí	Município de Barras		09.034.960/0001-47	PI	BARRAS	4	30	Estrada vicinal	R$ 400.000,00
520	Márcio Miguel Bittar	14394	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC			34.693.564/0001-79	AC	TARAUACA	4	40	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento do município de Tarauacá/AC.	R$ 1.000.000,00
521	Márcio Miguel Bittar	14326	60120002	4078	22000	22101	20ZV	Governo do Estado do Acre			63.606.479/0001-24	AC	RIO BRANCO	4	30	Aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas para atendimento de municípios do Estado do Acre.	R$ 2.652.173,00
522	Marcos Cesar Pontes	20055	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Aracanguá	59.764.399/0001-20	SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
523	Marcos Cesar Pontes	20034	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	Prefeitura Municipal de Américo Campos	45.160.173/0001-05	SP	AMERICO DE CAMPOS	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
524	Marcos Cesar Pontes	20061	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	Prefeitura Municipal de Iepê	49.345.911/0001-40	SP	IEPE	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
525	Marcos Cesar Pontes	20040	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	Prefeitura Municipal de Saltinho	66.831.959/0001-87	SP	SALTINHO	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
526	Marcos Cesar Pontes	20035	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	Prefeitura Municipal de Buritizal	45.323.698/0001-14	SP	BURITIZAL	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
527	Marcos Cesar Pontes	20048	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	Prefeitura Municipal de Fernão	01.612.848/0001-34	SP	FERNAO	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
528	Marcos Cesar Pontes	20036	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	Prefeitura Municipal de Mombuca	44.723.765/0001-25	SP	MOMBUCA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
529	Marcos Cesar Pontes	20044	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues	45.374.261/0001-00	SP	CANDIDO RODRIGUES	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
530	Marcos Cesar Pontes	20059	60120002	4265	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	Prefeitura Municipal de Lagoinha	45.167.111/0001-25	SP	LAGOINHA	4	40	Equipamento	R$ 405.797,00
531	Marcos Rogério da Silva Brito	10477	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
532	Marcos Rogério da Silva Brito	10549	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste			04.391.512/0001-87	RO	COLORADO DO OESTE	4	40	maquinário	R$ 502.174,00
533	Marcos Rogério da Silva Brito	10480	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Theobroma			84.727.601/0001-90	RO	THEOBROMA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 2.050.000,00
534	Marcos Rogério da Silva Brito	10546	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ariquemes			04.104.816/0001-16	RO	ARIQUEMES	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.850.000,00
535	Marcos Rogério da Silva Brito	10479	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste			63.762.009/0001-50	RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	4	40	Aduelas de concreto	R$ 1.040.000,00
536	Marcos Rogério da Silva Brito	10473	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Buritis			01.266.058/0001-44	RO	BURITIS	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.040.000,00
537	Marcos Rogério da Silva Brito	10542	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Ji Paraná			04.092.672/0001-25	RO	JI-PARANA	4	40	Construção de ponte de concreto	R$ 1.300.000,00
538	Marcos Rogério da Silva Brito	19302	60120002	9224	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Presidente Medici			04.632.212/0001-42	RO	PRESIDENTE MEDICI	3	40	Aduelas de concreto	R$ 308.260,00
539	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14301	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Sebastião do Tocantins			00.766.733/0001-31	TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
540	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14760	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Luzinópolis			01.631.059/0001-40	TO	LUZINOPOLIS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 660.869,00
541	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14273	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Formoso do Araguaia			02.075.216/0001-41	TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.500.000,00
542	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14270	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Axixá do Tocantins			00.766.725/0001-95	TO	AXIXA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

543	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14291	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ponte Alta do Tocantins			01.067.974/0001-55	TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
544	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14303	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sitio Novo do Tocantins			00.766.717/0001-49	TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
545	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14280	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Lagoa da Confusão			26.753.137/0001-00	TO	LAGOA DA CONFUSAO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
546	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14284	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Maurilândia do Tocantins			25.064.015/0001-44	TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
547	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14289	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Palmeiras do Tocantins			25.064.056/0001-30	TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
548	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14276	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Goianorte			25.086.612/0001-70	TO	GOIANORTE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
549	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14295	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Presidente Kennedy			01.785.492/0001-30	TO	PRESIDENTE KENNEDY	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
550	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14297	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Santa Fé do Araguaia			25.063.918/0001-00	TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
551	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14272	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Cachoeirinha			25.064.064/0001-87	TO	CACHOEIRINHA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
552	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14288	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Novo Alegre			33.266.248/0001-58	TO	NOVO ALEGRE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
553	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14302	60120002	4275	22000	22101	20ZV	São Valério			25.043.449/0001-68	TO	SAO VALERIO DA NATIVIDADE	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
554	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14282	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Mateiros			26.753.129/0001-64	TO	MATEIROS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 800.000,00
555	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14296	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Sandolândia			37.344.355/0001-08	TO	SANDOLANDIA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
556	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14269	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguacema			02.070.621/0001-77	TO	ARAGUACEMA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
557	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14267	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Aliança do Tocantins			25.042.219/0001-84	TO	ALIANCA DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
558	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14286	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Monte Santo do Tocantins			01.613.093/0001-92	TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 600.000,00
559	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14287	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Nova Olinda			00.001.602/0001-63	TO	NOVA OLINDA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 700.000,00
560	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14268	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Ananás			00.237.362/0001-09	TO	ANANAS	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
561	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14279	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Juarina			37.426.509/0001-00	TO	JUARINA	4	40	Estrada Vicinal	R$ 500.000,00
562	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14290	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Pequizeiro			25.086.604/0001-23	TO	PEQUIZEIRO	4	40	Estrada Vicinal	R$ 1.000.000,00
563	Maria Auxiliadora Seabra Rezende	14271	60120002	4275	22000	22101	20ZV	Araguaçu			02.391.407/0001-12	TO	ARAGUACU	4	40	Estrada Vicinal	R$ 600.000,00
564	Maria Teresa Leitão de Melo	14003	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Jurema	Agricultores, moradores e produtores rurais		10.141.489/0001-75	PE	JUREMA	4	40	Recuperação e construção de estradas vicinais do município de Jurema	R$ 1.000.000,00
565	Maria Teresa Leitão de Melo	10494	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Exu	População rural do município de Exu		11.040.870/0001-00	PE	EXU	4	40	Recuperação e drenagem da estrada vicinal da Serra da Inveja	R$ 1.000.000,00
566	Maria Teresa Leitão de Melo	13620	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Araçoiaba	Aproximadamente 1.350 pequenos e médios agricultores, diretamente e, indiretamente, toda população do Município Araçoiaba.		01.613.860/0001-63	PE	ARACOIABA	4	40	Pavimentação de vias no Município de Araçoiaba-PE	R$ 1.000.000,00
567	Maria Teresa Leitão de Melo	10171	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Feira Nova	Pequenos e médios produtores agrícolas		11.097.243/0001-06	PE	FEIRA NOVA	4	40	Aquisição de Motoniveladora	R$ 1.000.000,00
568	Maria Teresa Leitão de Melo	10521	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Primavera	Município de Primavera		11.294.378/0001-61	PE	PRIMAVERA	4	40	Recuperação de Estradas Vicinais	R$ 1.500.000,00
569	Maria Teresa Leitão de Melo	13999	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de São João	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO		10.146.371/0001-30	PE	SAO JOAO	4	40	Recuperação e Pavimentação de Estradas Vicinais; Ampliação e Abastecimento de Água na Zona Rural	R$ 1.000.000,00
570	Maria Teresa Leitão de Melo	11636	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Vitória de Santo Antão	População rural do município de Vitória de Santo Antão		11.049.855/0001-23	PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	4	40	Estradas Vicinais e Obras	R$ 1.130.434,00
571	Maria Teresa Leitão de Melo	10484	60120002	4278	22000	22101	20ZV	Município de Granito	População rural do município de Granito		11.040.888/0001-02	PE	GRANITO	4	40	Recuperação da estrada vicinal que liga o distrito de Rancharia ao Angical de Dada no município de Granito	R$ 1.500.000,00
572	Nelson Trad Filho	9238	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Nioaque	PM de Nioaque		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.000.000,00
573	Nelson Trad Filho	9237	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Jaraguari	PM de Jaraguari		03.501.533/0001-45	MS	JARAGUARI	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.130.000,00
574	Nelson Trad Filho	9235	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Camapuã	PM de Camapuã		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	Construção de estradas vicinais	R$ 2.000.434,00
575	Nelson Trad Filho	9236	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Deodápolis	PM de Deodápoli		03.903.176/0001-41	MS	DEODAPOLIS	4	40	Construção de pontes	R$ 700.000,00
576	Nelson Trad Filho	9239	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Novo Horizonte do Sul	PM de Novo Horizonte do Sul		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de placas solares	R$ 300.000,00
577	Nelson Trad Filho	9240	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Rio Verde de Mato Grosso	PM de Rio Verde de Mato Grosso		03.354.560/0001-32	MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
578	Nelson Trad Filho	9241	60120002	4181	22000	22101	20ZV	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	PM de Sidrolândia	03.501.574/0001-31	MS	SIDROLANDIA	4	40	Construção de estrada vicinal	R$ 1.000.000,00
579	Omar José Abdel Aziz	16796	60120002	3794	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MANACAPURU			04.274.064/0001-31	AM	MANACAPURU	4	40	obra de estrada vicinal.	R$ 20.000.000,00
580	Omar José Abdel Aziz	16797	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Município de Manaus	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMERCIO INFORMAL - SEMACC		04.365.326/0001-73	AM	MANAUS	4	40	Obras para o suporte hídrico à produção - construção e ampliação de tanques.	R$ 1.000.000,00
581	Omar José Abdel Aziz	16795	60120002	3794	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Uarini			04.647.079/0001-06	AM	UARINI	4	40	obra de estrada vicinal.	R$ 6.391.305,00
582	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14065	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 1.130.434,00
583	Otto Roberto Mendonça de Alencar	13882	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipirá	Prefeitura Municipal de Ipirá	IPIRÁ / BA	14.042.659/0001-15	BA	IPIRA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
584	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18546	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Macajuba	Prefeitura Municipal de Macajuba	Município de Macajuba	13.810.841/0001-06	BA	MACAJUBA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
585	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18559	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Caturama	Prefeitura de caturama	Caturama	16.257.719/0001-42	BA	CATURAMA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
586	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18558	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte	Prefeitura de Novo Horizonte	Novo Horizonte	16.255.077/0001-42	BA	NOVO HORIZONTE	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
587	Otto Roberto Mendonça de Alencar	10006	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Lapão - BA	Fundo Municipal de Lapão-BA	Lapão - BA	13.891.528/0001-40	BA	LAPAO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 2.000.000,00
588	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18557	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Palmas de Monte Alto	Prefeitura de Palmas de Monte Alto	Palmas de Monte Alto	13.982.590/0001-47	BA	PALMAS DE MONTE ALTO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
589	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14063	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guajeru/BA	Prefeitura de Guajerú-BA	GUAJERU/BA	13.284.658/0001-14	BA	GUAJERU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
590	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18555	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Guanambi	Prefeitura de Guanambi	Guanambi	13.982.640/0001-96	BA	GUANAMBI	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
591	Otto Roberto Mendonça de Alencar	20840	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais das Comunidades do Melento, São Joaquim, Baixa da Aroeira, São Lourenço, Riacho e Baixa da Areia	44.147.542/0001-67	BA	SANTA MARIA DA VITORIA	4	50	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
592	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18549	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de ITAPICURU	Prefeitura Municipal de ITAPICURU	ITAPICURU	13.647.557/0001-60	BA	ITAPICURU	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

593	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18541	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Rio Real	Prefeitura Municipal de Rio Real	Municipal de Rio Real	15.088.800/0001-83	BA	RIO REAL	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
594	Otto Roberto Mendonça de Alencar	14054	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Esplanada/BA	Prefeitura Municipal de ESPLANADA	ESPLANADA	13.885.231/0001-71	BA	ESPLANADA	4	40	Estradas Vicinais	R$ 500.000,00
595	Otto Roberto Mendonça de Alencar	9989	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Ipecaetá	Prefeitura de Ipecaetá	Município de Ipecaetá	13.621.735/0001-84	BA	IPECAETA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos	R$ 500.000,00
596	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18552	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Bonito	Prefeitura de Bonito	BONITO	16.245.375/0001-51	BA	BONITO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
597	Otto Roberto Mendonça de Alencar	18537	60120002	3795	22000	22101	20ZV	Município de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	Prefeitura Municipal de Mundo Novo	13.795.380/0001-40	BA	MUNDO NOVO	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos (Trator)	R$ 250.000,00
598	Paulo Renato Paim	6675	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Gaurama			87.613.428/0001-98	RS	GAURAMA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
599	Paulo Renato Paim	6651	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Picada Café			92.871.466/0001-80	RS	PICADA CAFE	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
600	Paulo Renato Paim	6652	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Cruz Alta			88.775.390/0001-12	RS	CRUZ ALTA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
601	Paulo Renato Paim	6699	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Liberato Salzano			89.030.639/0001-23	RS	LIBERATO SALZANO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
602	Paulo Renato Paim	6658	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmitinho			87.612.909/0001-89	RS	PALMITINHO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
603	Paulo Renato Paim	6696	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Jaguari			87.572.046/0001-63	RS	JAGUARI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
604	Paulo Renato Paim	6698	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Julio de Castilhos			88.227.756/0001-19	RS	JULIO DE CASTILHOS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
605	Paulo Renato Paim	6640	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Bom Progresso			94.726.353/0001-17	RS	BOM PROGRESSO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
606	Paulo Renato Paim	6710	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nicolau Vergueiro			92.411.974/0001-86	RS	NICOLAU VERGUEIRO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
607	Paulo Renato Paim	6711	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Nova Pádua			92.871.532/0001-12	RS	NOVA PADUA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
608	Paulo Renato Paim	6642	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Pontão			92.451.152/0001-29	RS	PONTAO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
609	Paulo Renato Paim	6638	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Barros Cassal			87.612.735/0001-54	RS	BARROS CASSAL	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
610	Paulo Renato Paim	6671	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Fagundes Varela			91.566.893/0001-92	RS	FAGUNDES VARELA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
611	Paulo Renato Paim	6701	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Machadinho			87.613.576/0001-02	RS	MACHADINHO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
612	Paulo Renato Paim	6694	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Itapuca			93.856.862/0001-00	RS	ITAPUCA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
613	Paulo Renato Paim	6645	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Planalto			87.612.891/0001-15	RS	PLANALTO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
614	Paulo Renato Paim	6641	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Relvado			92.402.510/0001-03	RS	RELVADO	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinário agrícola	R$ 300.000,00
615	Paulo Renato Paim	6712	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Novo Machado			94.187.341/0001-61	RS	NOVO MACHADO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
616	Paulo Renato Paim	6709	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Morrinhos do Sul			93.317.980/0001-31	RS	MORRINHOS DO SUL	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
617	Paulo Renato Paim	7935	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Igrejinha			88.379.763/0001-36	RS	IGREJINHA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 430.434,00
618	Paulo Renato Paim	6655	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Passo do Sobrado			94.577.616/0001-73	RS	PASSO DO SOBRADO	4	40	Aquisição de maquinário e equipamentos agrícolas	R$ 300.000,00
619	Paulo Renato Paim	12950	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Forquetinha			04.214.401/0001-03	RS	FORQUETINHA	4	40	Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
620	Paulo Renato Paim	6643	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Caseiros			90.483.058/0001-26	RS	CASEIROS	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
621	Paulo Renato Paim	6659	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Doutor Ricardo			01.613.360/0001-21	RS	DOUTOR RICARDO	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
622	Paulo Renato Paim	10474	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Independência			87.612.826/0001-90	RS	INDEPENDENCIA	4	40	Aquisição de maquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
623	Paulo Renato Paim	6707	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Mao Leitão			94.577.590/0001-63	RS	MATO LEITAO	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
624	Paulo Renato Paim	6704	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Maratá			93.235.943/0001-84	RS	MARATA	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
625	Paulo Renato Paim	10487	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Colinas			94.706.140/0001-23	RS	COLINAS	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
626	Paulo Renato Paim	6708	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Miraguai			87.613.121/0001-97	RS	MIRAGUAI	4	40	Aquisição de máquinários e equipamentos agrícolas.	R$ 300.000,00
627	Paulo Renato Paim	6639	60120002	2023	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Rio dos Índios			94.704.103/0001-86	RS	RIO DOS INDIOS	4	40	Aquisição de equipamentos e maquinários agrícolas	R$ 300.000,00
628	Pedro Pinheiro Chaves	18581	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Terezópolis de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$ 362.000,00
629	Pedro Pinheiro Chaves	18573	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Pirenópolis		00.396.895/0001-25	GO	PIRENOPOLIS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
630	Pedro Pinheiro Chaves	18571	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Porangatu		00.396.895/0001-25	GO	PORANGATU	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00
631	Pedro Pinheiro Chaves	20276	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Jesúpolis		00.396.895/0001-25	GO	JESUPOLIS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$ 542.829,00
632	Pedro Pinheiro Chaves	18567	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Silvania		00.396.895/0001-25	GO	SILVANIA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
633	Pedro Pinheiro Chaves	18579	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Aguas Lindas de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$ 660.000,00
634	Pedro Pinheiro Chaves	18574	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Nova Crixás		00.396.895/0001-25	GO	NOVA CRIXAS	4	90	Caminhão Pipa	R$ 492.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

635	Pedro Pinheiro Chaves	20279	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
636	Pedro Pinheiro Chaves	20278	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Orizona		00.396.895/0001-25	GO	ORIZONA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
637	Pedro Pinheiro Chaves	18580	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Formosa		00.396.895/0001-25	GO	FORMOSA	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
638	Pedro Pinheiro Chaves	18572	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Brazabrantes		00.396.895/0001-25	GO	BRAZABRANTES	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
639	Pedro Pinheiro Chaves	20274	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	São Domingos		00.396.895/0001-25	GO	SAO DOMINGOS	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
640	Pedro Pinheiro Chaves	18570	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santa Bárbara de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
641	Pedro Pinheiro Chaves	18578	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Santo Antônio do Descoberto		00.396.895/0001-25	GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
642	Pedro Pinheiro Chaves	18569	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Castelândia		00.396.895/0001-25	GO	CASTELANDIA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
643	Pedro Pinheiro Chaves	20277	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cabeceiras		00.396.895/0001-25	GO	CABECEIRAS	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
644	Pedro Pinheiro Chaves	18577	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Palmeiras de Goiás		00.396.895/0001-25	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	90	Escavadeira Hidráulica	R$	660.000,00
645	Pedro Pinheiro Chaves	20275	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cachoeira Alta		00.396.895/0001-25	GO	CACHOEIRA ALTA	4	90	Caminhão Pipa 10.000L	R$	542.829,00
646	Pedro Pinheiro Chaves	18582	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cezarina		00.396.895/0001-25	GO	CEZARINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
647	Pedro Pinheiro Chaves	20273	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Carmo do Rio Verde		00.396.895/0001-25	GO	CARMO DO RIO VERDE	4	90	Caminhão Basculante 16.000kg	R$	449.350,00
648	Pedro Pinheiro Chaves	18583	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Panama		00.396.895/0001-25	GO	PANAMA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
649	Pedro Pinheiro Chaves	18575	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Cidade Ocidental		00.396.895/0001-25	GO	CIDADE OCIDENTAL	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
650	Pedro Pinheiro Chaves	18568	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Niquelândia		00.396.895/0001-25	GO	NIQUELANDIA	4	90	Caminhão Basculante	R$	460.000,00
651	Pedro Pinheiro Chaves	18565	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Itapirapuã		00.396.895/0001-25	GO	ITAPIRAPUA	4	90	Retroescavadeira	R$	362.000,00
652	Pedro Pinheiro Chaves	18576	60120002	4555	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura	Faina		00.396.895/0001-25	GO	FAINA	4	90	Caminhão Pipa	R$	492.000,00
653	Randolph Frederich Rodrigues Alves	14864	60120002	2919	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Praiúba			34.925.222/0001-37	AP	PRACUUBA	4	40	Pavimentação em Estrada Vicinal	R$	9.130.434,00
654	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14170	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Medina			18.414.607/0001-83	MG	MEDINA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
655	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14160	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha			01.612.489/0001-15	MG	CHAPADA GAUCHA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
656	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14167	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Sacramento			18.140.764/0001-48	MG	SACRAMENTO	4	40	Máquina	R$	500.000,00
657	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14129	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de São João Evangelista			18.307.488/0001-60	MG	SAO JOAO EVANGELISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
658	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14127	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Guaraciama			01.612.549/0001-08	MG	GUARACIAMA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
659	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14141	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Cajuri			18.132.456/0001-70	MG	CAJURI	4	40	Obra Rural.	R$	950.000,00
660	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14164	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Raul Soares			18.836.965/0001-84	MG	RAUL SOARES	4	40	Máquina	R$	500.000,00
661	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14177	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Pimenta			16.725.962/0001-48	MG	PIMENTA	4	40	Máquina	R$	450.000,00
662	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14173	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé			18.303.222/0001-49	MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	4	40	Máquina	R$	450.000,00
663	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14175	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas			18.303.164/0001-53	MG	ALVORADA DE MINAS	4	40	Máquina	R$	450.000,00
664	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14140	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Jesuânia			18.188.227/0001-78	MG	JESUANIA	4	40	Máquina	R$	630.434,00
665	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14133	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa			18.348.730/0001-43	MG	VIRGEM DA LAPA	4	40	Obra Rural.	R$	500.000,00
666	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14137	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Três Marias			17.695.008/0001-12	MG	TRES MARIAS	4	40	Máquina	R$	500.000,00
667	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14158	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Goianá			01.611.137/0001-45	MG	GOIANA	4	40	Máquina	R$	800.000,00
668	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14153	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas			18.414.581/0001-73	MG	AGUAS VERMELHAS	4	40	Obra Rural.	R$	1.000.000,00
669	Rodrigo Otavio Soares Pacheco	14165	60120002	4140	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Conquista			18.428.888/0001-23	MG	CONQUISTA	4	40	Máquina	R$	500.000,00
670	Rogério Carvalho Santos	16110	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Lagarto			13.124.052/0001-11	SE	LAGARTO	4	40	Obra	R$	1.000.000,00
671	Rogério Carvalho Santos	16113	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Estradas Vicinais	R$	3.000.000,00
672	Rogério Carvalho Santos	16111	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Verde			13.106.935/0001-07	SE	POCO VERDE	4	40	Estradas Vicinais	R$	2.500.000,00
673	Rogério Carvalho Santos	16114	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Estância			13.097.050/0001-80	SE	ESTANCIA	4	40	Estradas Vicinais	R$	10.260.869,00
674	Rogério Carvalho Santos	16116	60120002	4095	22000	22101	20ZV	Município de Poço Redondo			13.114.004/0001-42	SE	POCO REDONDO	4	40	Pavimentação de Areas Rurais	R$	1.500.000,00
675	Rogério Simonetti Marinho	10622	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Espirito Santo			08.362.287/0001-01	RN	ESPIRITO SANTO	4	40	Construção/reforma de Mercado Público	R$	877.000,00
676	Rogério Simonetti Marinho	12828	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Lagoa de Velhos			08.159.162/0001-89	RN	LAGOA DE VELHOS	4	40	IMPLANTAÃO DE QUEIJEIRA NO MUNICIPIO DE LAGOA DE VELHOS	R$	700.000,00
677	Rogério Simonetti Marinho	12836	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRO VELHO			08.354.896/0001-19	RN	PEDRO VELHO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
678	Rogério Simonetti Marinho	10619	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Taipu			08.114.753/0001-30	RN	TAIPU	4	40	Pavimentação de estradas vicinais no municipio de Taipu/RN	R$	500.000,00
679	Rogério Simonetti Marinho	14569	60120002	4276	22000	22101	20ZV	RODOLFO FERNANDES			08.153.819/0001-09	RN	RODOLFO FERNANDES	4	40	aquisição de uma MOTONIVELADORA via ata do ministério da agricultura	R$	677.800,00
680	Rogério Simonetti Marinho	12847	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SERRA DO MEL			12.755.971/0001-20	RN	SERRA DO MEL	4	40	Recuperação de estradas vicinais	R$	490.000,00
681	Rogério Simonetti Marinho	10615	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Caraúbas			08.349.102/0001-29	RN	CARAUBAS	4	40	Manutenção de Estradas Vicinais localizadas no Municipio de Caraúbas/RN.	R$	700.000,00
682	Rogério Simonetti Marinho	12843	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	reforma de mercado público municipal	R$	1.000.000,00
683	Rogério Simonetti Marinho	12833	60120002	4276	22000	22101	20ZV	PEDRA GRANDE			08.113.896/0001-27	RN	PEDRA GRANDE	4	40	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	R$	700.000,00
684	Rogério Simonetti Marinho	10670	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Santana do Seridó			08.088.247/0001-13	RN	SANTANA DO SERIDO	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
685	Rogério Simonetti Marinho	12859	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Ceara-Mirim			08.004.061/0001-39	RN	CEARA-MIRIM	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
686	Rogério Simonetti Marinho	12831	60120002	4276	22000	22101	20ZV	MAXARANGUAPE			08.170.540/0001-25	RN	MAXARANGUAPE	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
687	Rogério Simonetti Marinho	10669	60120002	4276	22000	22101	20ZV	Parelhas			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	aquisição de uma retroescavadeira via ata do ministério da agricultura	R$	387.000,00
688	Rogério Simonetti Marinho	12839	60120002	4276	22000	22101	20ZV	SANTO ANTÔNIO			08.144.800/0001-98	RN	SANTO ANTONIO	4	40	recuperação de estradas vicinais	R$	750.000,00
689	Rogério Simonetti Marinho	10624	60120002	4276	22000	22101	20ZV	São José do Campestre			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma de matadouro Público Municipal	R$	800.000,00
690	Romario de Souza Faria	10343	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE PARAIBA DO SUL - RJ			29.138.385/0001-30	RJ	PARAIBA DO SUL	4	40	Obras	R$	5.478.260,00
691	Romario de Souza Faria	10252	60120002	3799	22000	22101	20ZV	MUNICIPIO DE MIRACEMA-RJ			29.114.121/0001-46	RJ	MIRACEMA	4	40	Obras	R$	3.652.173,00
692	Sérgio de Oliveira Cunha	18659	60120002	2914	22000	22101	20ZV	Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa	Municípios do Estado do Acre		07.105.443/0001-96	AC	RIO BRANCO	4	50	Fomento ao Setor Agropecuário no estado do Acre	R$	9.130.434,00
693	Sergio Fernando Moro	16061	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Realeza - PR	Município de Realeza - PR		76.205.673/0001-40	PR	REALEZA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	728.000,00
694	Sergio Fernando Moro	16059	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Mamborê – PR	Município de Mamborê – PR		75.368.928/0001-22	PR	MAMBORE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$	554.173,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

695	Sergio Fernando Moro	16072	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de São Jorge D´Oeste - PR			76.995.380/0001-03	PR	SAO JORGE D'OESTE	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 470.000,00
696	Sergio Fernando Moro	16057	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Jacarezinho - PR			76.966.860/0001-46	PR	JACAREZINHO	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 700.000,00
697	Sergio Fernando Moro	16055	60120002	4277	22000	22101	20ZV	Município de Nova Santa Rosa - PR			77.116.663/0001-09	PR	NOVA SANTA ROSA	4	40	Apoio financeiro para aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas.	R$ 1.200.000,00
698	Soraya Vieira Thronicke	16884	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Iguatemi/MS			03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
699	Soraya Vieira Thronicke	16885	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Alcinópolis /MS			37.226.651/0001-04	MS	ALCINOPOLIS	4	40	Cascalhamento de Estradas.	R$ 1.000.000,00
700	Soraya Vieira Thronicke	16887	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Coronel Sapucaia/MS			01.988.914/0001-75	MS	CORONEL SAPUCAIA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 478.260,00
701	Soraya Vieira Thronicke	15107	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Figueirão	Comunidade Santa Teresa Quilombola		07.158.578/0001-10	MS	FIGUEIRAO	4	40	Asfalto na comunidade Santa Teresa Quilombola.	R$ 1.200.000,00
702	Soraya Vieira Thronicke	15106	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Bela Vista			03.217.916/0001-96	MS	BELA VISTA	4	40	Cascalhamento de estrada Vicinais.	R$ 900.000,00
703	Soraya Vieira Thronicke	16883	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Douradina /MS			15.479.751/0001-00	MS	DOURADINA	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
704	Soraya Vieira Thronicke	15109	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Rio Negro			03.501.558/0001-49	MS	RIO NEGRO	4	40	Aquisição de um trator.	R$ 442.173,00
705	Soraya Vieira Thronicke	15108	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Brasilândia			03.184.058/0001-20	MS	BRASILANDIA	4	40	Aquisição de um caminhão plataforma.	R$ 610.000,00
706	Soraya Vieira Thronicke	16881	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Dois Irmãos do Buriti /MS			24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 500.000,00
707	Soraya Vieira Thronicke	16882	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Ribas do Rio Pardo /MS			03.501.541/0001-91	MS	RIBAS DO RIO PARDO	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
708	Soraya Vieira Thronicke	16876	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Município de Novo Horizonte do Sul/MS			37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	Aquisição de Máquinas e Equipamentos.	R$ 1.000.000,00
709	Soraya Vieira Thronicke	20245	60120002	4086	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária.	EMBRAPA CENTRO-OESTE		00.396.895/0001-25	MS	DOURADOS	3	90	Evento de Tecnologia da Agricultura - TECSAN	R$ 500.000,00
710	Tereza Cristina Corrêa	13492	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS	TRÊS LAGOAS/MS		03.184.041/0001-73	MS	TRES LAGOAS	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 350.000,00
711	Tereza Cristina Corrêa	13215	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAPUÃ/MS	CAMAPUÃ/MS		03.501.517/0001-52	MS	CAMAPUA	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 700.000,00
712	Tereza Cristina Corrêa	13487	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS	FÁTIMA DO SUL/MS		03.155.751/0001-75	MS	FATIMA DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 500.000,00
713	Tereza Cristina Corrêa	13491	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL/MS	NOVO HORIZONTE DO SUL/MS		37.226.644/0001-02	MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 252.173,00
714	Tereza Cristina Corrêa	13217	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE/MS	CAMPO GRANDE/MS		03.501.509/0001-06	MS	CAMPO GRANDE	4	40	ADUELAS	R$ 4.000.000,00
715	Tereza Cristina Corrêa	18594	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Corumbá/MS	Corumbá/MS		03.330.461/0001-10	MS	CORUMBA	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 400.000,00
716	Tereza Cristina Corrêa	13489	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM/MS	JARDIM/MS		03.162.047/0001-40	MS	JARDIM	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 800.000,00
717	Tereza Cristina Corrêa	13490	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE/MS	NIOAQUE/MS		03.073.699/0001-08	MS	NIOAQUE	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 550.000,00
718	Tereza Cristina Corrêa	13485	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS	BATAGUASSU/MS		03.576.220/0001-56	MS	BATAGUASSU	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
719	Tereza Cristina Corrêa	13488	60120002	4279	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI/MS	IGUATEMI/MS		03.568.318/0001-61	MS	IGUATEMI	4	40	MÁQUINAS E/OU EQUIPAMENTOS	R$ 600.000,00
720	Tereza Cristina Corrêa	18595	60120002	4279	22000	22101	20ZV	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti/MS	Dois Irmãos do Buriti/MS		24.616.187/0001-10	MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	4	40	Máquinas e/ou Equipamentos	R$ 378.260,00
721	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13918	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São José do Brejo do Cruz			01.612.692/0001-91	PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
722	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	18204	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Juru			08.888.950/0001-06	PB	JURU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
723	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11348	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Alcantil			01.612.470/0001-79	PB	ALCANTIL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
724	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11383	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de São Mamede			08.922.718/0001-47	PB	SAO MAMEDE	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 425.494,00
725	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11357	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cubati			08.732.182/0001-05	PB	CUBATI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
726	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11369	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Passagem			08.876.104/0001-76	PB	PASSAGEM	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
727	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11366	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Maturéia			01.612.689/0001-78	PB	MATUREIA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
728	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11367	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Mulungu			08.786.865/0001-37	PB	MULUNGU	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
729	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11760	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Poço de José de Moura			01.615.784/0001-25	PB	POCO DE JOSE DE MOURA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 404.560,00
730	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11360	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Gado Bravo			01.612.651/0001-03	PB	GADO BRAVO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
731	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11358	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Desterro			08.925.968/0001-30	PB	DESTERRO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
732	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11346	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Água Branca			09.145.368/0001-12	PB	AGUA BRANCA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
733	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11351	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de Santa Rosa			08.993.925/0001-92	PB	BARRA DE SANTA ROSA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
734	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11355	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Cacimbas			01.612.686/0001-34	PB	CACIMBAS	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
735	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	13964	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Igaracy			08.885.139/0001-71	PB	IGARACY	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
736	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11354	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Boa Vista			01.612.538/0001-10	PB	BOA VISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
737	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11353	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Bernardino Batista			01.621.539/0001-20	PB	BERNARDINO BATISTA	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
738	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11352	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Barra de São Miguel			08.701.708/0001-81	PB	BARRA DE SAO MIGUEL	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
739	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11359	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Frei Martinho			08.737.785/0001-91	PB	FREI MARTINHO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
740	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11365	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Livramento			08.738.916/0001-55	PB	LIVRAMENTO	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
741	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11350	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Araçagi			08.778.029/0001-00	PB	ARACAGI	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
742	Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	11347	60120002	4088	22000	22101	20ZV	Município de Aguiar			08.939.944/0001-30	PB	AGUIAR	4	40	Equipamento Agrícola	R$ 415.019,00
743	Wellington Antonio Fagundes	19318	60120002	3805	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso		00.396.895/0011-05	DF	BRASILIA	3	90	custeio na GND 3	R$ 3.652.173,00
744	Weverton Rocha Marques de Sousa	18531	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Carolina	Carolina	00.396.895/0001-25	MA	CAROLINA	4	90	Aquisição de uma Motoniveladora	R$ 917.278,00
745	Weverton Rocha Marques de Sousa	9723	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões			06.114.631/0001-18	MA	MATOES	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 3.000.000,00
746	Weverton Rocha Marques de Sousa	18534	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Vitorino Freire	Vitorino Freire	00.396.895/0001-25	MA	VITORINO FREIRE	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$ 698.997,00
747	Weverton Rocha Marques de Sousa	9641	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Presidente Vargas			06.124.739/0001-91	MA	PRESIDENTE VARGAS	4	40	Construção do Mercado para a comercialização de Produtos Agropecuários	R$ 1.617.188,00
748	Weverton Rocha Marques de Sousa	18532	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Olinda Nova do Maranhão	Olinda Nova do Maranhão	00.396.895/0001-25	MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	4	90	Aquisição de um Caminhão Pipa	R$ 600.000,00
749	Weverton Rocha Marques de Sousa	10086	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Matões do Norte			01.612.831/0001-87	MA	MATOES DO NORTE	4	40	Implantação de Estradas Vicinais	R$ 1.760.869,00
750	Weverton Rocha Marques de Sousa	18533	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Ministério da Agricultura e Pecuária	Santa Inês	Santa Inês	00.396.895/0001-25	MA	SANTA INES	4	90	Aquisição de uma Pá Carregadeira	R$ 567.540,00
751	Weverton Rocha Marques de Sousa	9725	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de São João do Soter			01.612.628/0001-00	MA	SAO JOAO DO SOTER	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 4.000.000,00
752	Weverton Rocha Marques de Sousa	9898	60120002	4084	22000	22101	20ZV	Município de Pamarama			06.115.117/0001-05	MA	PARNARAMA	4	40	Implantação de estradas vicinais	R$ 5.000.000,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

753	Wilder Pedro de Morais	9455	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Santa Tereza de Goiás			02.073.484/0001-24	GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	4	40	Ampliação do Parque de Exposições Agropecuárias	R$ 1.000.000,00
754	Wilder Pedro de Morais	9456	60120002	2969	22000	22101	20ZV	Prefeitura de Palmeiras de Goiás			02.394.757/0001-32	GO	PALMEIRAS DE GOIAS	4	40	Modernização do Parque de Exposições Agropecuárias	R$ 2.652.173,00
755	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12134	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAIBA			08.234.148/0001-00	RN	MACAIBA	4	40	PASSAGEM MOLHADA LAGOA DO BOI R$ 150.000,00. PASSAGEM MOLHADA COMUNIDADE TRAIRAS R$ 500.000,00; RETROESCADEIRA R$ 400.000,00	R$ 1.100.000,00
756	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10303	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS			08.096.604/0001-95	RN	JARDIM DE PIRANHAS	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$ 450.000,00
757	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10306	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS			08.153.462/0001-50	RN	MARTINS	4	40	MÁQUINAS IMPLEMENTOS AGRICOLAS	R$ 400.000,00
758	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12821	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL			08.355.463/0001-88	RN	SAO MIGUEL	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO ESTIVAS, SITIO CALUMBI, SITIO BONITO E SITIO GUARDADO. COMUNIDADES DA ZONA RURAL	R$ 449.109,00
759	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10309	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO			08.364.655/0001-50	RN	RIACHUELO	4	40	IMPLEMENTOS AGRICOLAS E PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE JARDIM - ZONA RURAL	R$ 500.000,00
760	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10307	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA E FICA			08.144.982/0001-05	RN	PASSA E FICA	4	40	AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA DE 12.000 LITROS	R$ 700.000,00
761	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10690	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS			08.087.561/0001-81	RN	PARELHAS	4	40	Instalação de Poços Artesianos	R$ 300.000,00
762	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	10312	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO CAMPESTRE			08.146.425/0001-15	RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	4	40	Reforma do abatedouro do municipio	R$ 600.000,00
763	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	11395	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ			08.096.570/0001-39	RN	CAICO	4	40	Aquisição de duas Retroescadeiras R$ 768.358,40; Aquisição de uma Caminhao pipa 12000 litros R$ 624.399,24; pavimentação de estradas carroçaveis da zona rural, no Perimetro Irrigado do Sabugi, comunidade Mulunguzinho no valor de R$ 100.000,00; no Distrito Laginhas no valor de R$ 550.000,00, no Sitio Barbosa de Baixo no valor de R$ 850.000,00	R$ 3.000.000,00
764	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13245	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE			08.365.900/0001-44	RN	MONTE ALEGRE	4	40	PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS , SITIO SANTA LUZIA	R$ 400.000,00
765	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	13247	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE NISIA FLORESTA			08.167.306/0001-49	RN	NISIA FLORESTA	4	40	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	R$ 731.325,00
766	Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos	12132	60120002	4091	22000	22101	20ZV	PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS			08.349.003/0001-47	RN	JANDUIS	4	40	PASSAGEM MOLHADA NA COMUNIDADE SITIO CLARÃO	R$ 500.000,00
																	R$ 699.893.620,00

Assinado eletronicamente, por Sen. Zequinha Marinho

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/4819465768

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.

CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e sete minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências eventuais dos Senadores Hamilton Mourão, Tereza Cristina e Jaime Bagattoli, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Jussara Lima, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Lucas Barreto, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A presidência comunica o recebimento do Ofício nº 766, de 2025, de Sua Excelência Senhor Valder Ribeiro de Moura, Ministro de Estado substituto da Integração e do Desenvolvimento Regional, que encaminha a Nota Técnica nº 83/2025, em resposta ao Requerimento nº 38, de 2025, desta Comissão. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública, atendendo ao requerimento 41/2025 - CRA, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Finalidade: Instruir o PL 1217/2025, que "altera a Lei nº 15.040, de 2024, para instituir a concessão de crédito emergencial aos produtores rurais que tiveram negada a indenização do seguro rural por eventos climáticos adversos". Participantes: Wilson Vaz de Araújo, Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária; Sérgio Ferrão, Assessor da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Gláucio Nogueira Toyama, Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) e Representante da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg); Sérgio Luís Bortolozzo, Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB); Guilherme Augusto Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Romildo Antônio da Costa, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ); Fabrício Morais Rosa, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja - Aprosoja Brasil; e Ricardo Amadeu Sassi, Conselheiro da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item Extrapauta 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 48, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater as providências do Governo Federal diante da gravidade da situação de endividamento dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, afetados por eventos adversos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério Público Federal (MPF); representante do Tribunal de Contas da União (TCU); representante do Banco Central (Bacen); representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); representante do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); representante do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi); representante do Sistema Financeiro Cooperativo do Brasil (SICOOB);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul); representante da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS); representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul; representante da Associação Brasileira de Defesa do Agronegócio (ABDAGRO); representante do SOS AGro; representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater - RS)." Autoria: Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS). Resultado: Aprovado. Usam da palavra a Senadora Tereza Cristina, os Senadores Hamilton Mourão, Mecias de Jesus e Jaime Bagattoli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte comunicação: Ofício nº 766, de 2025, de S. Exa. o Sr. Valder Ribeiro de Moura, Ministro de Estado substituto da Integração e do Desenvolvimento Regional, que encaminha a Nota Técnica nº 83/2025, do CNO, em resposta ao Requerimento nº 38, de 2025, desta Comissão.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PL 1.217/2025, que altera a Lei nº 15.040, de 2024, para instituir a concessão de crédito emergencial aos produtores rurais que tiveram negada a indenização do seguro rural por eventos climáticos adversos, em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2025, desta Comissão, de iniciativa da Senadora Tereza Cristina e do Senador Jaime Bagattoli.

Eu convido, inicialmente, para compor a mesa os seguintes oradores: o Sr. Wilson Vaz de Araújo, Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária; o Sr. Sérgio Ferrão, Assessor da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; o Sr. Gláucio Nogueira Toyama, Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais e representante da Confederação Nacional das Seguradoras; o Sr. Sérgio Luís Bortolozzo, Presidente da Sociedade Rural Brasileira; o Sr. Guilherme Augusto Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e o Sr. Romildo Antônio da Costa, Diretor de Relações Governamentais da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. Permanece em *standby* o Sr. Fabrício Morais Rosa, Diretor-Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), face à falta de espaço no momento aqui na mesa.

Antes de iniciarmos a reunião, eu gostaria de deliberar sobre o seguinte requerimento extrapauta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 48, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater as providências do Governo Federal diante da gravidade da situação de endividamento dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, afetados por eventos adversos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• representante do Ministério Público Federal (MPF);

• representante do Tribunal de Contas da União (TCU);

• representante do Banco Central (BACEN);

• representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

• representante do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL);

• representante do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI);

• representante do Sistema Financeiro Cooperativo do Brasil (SICOOB);

• representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA);

• representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL);

• representante da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS);

• representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

• representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul;

• representante da Associação Brasileira de Defesa do Agronegócio (ABDAGRO);

• representante do SOS AGro;

• representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER - RS).

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)

O presente requerimento baseia-se na difícil situação que os agricultores do Rio Grande do Sul vêm enfrentando. Já tivemos até o presente momento 25 pessoas que tiraram a sua própria vida face a essa situação de dívidas. Então, é importante que a gente discuta esse assunto e consiga chegar a um bom termo para socorrer essas pessoas.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Senhoras e senhores, colegas Senadores, representantes do Governo Federal, das entidades do setor produtivo e das cooperativas rurais, ao declarar aberta esta audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, convocada para instruir o Projeto de Lei nº 1.217, de 2025, que institui a concessão de crédito emergencial destinado aos produtores rurais afetados por eventos climáticos adversos, que, por razões técnicas ou contratuais, tiveram negada a indenização de seus seguros agrícolas, saliento que, nos últimos anos, o Brasil tem assistido a uma escalada sem precedentes de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventos extremos, secas prolongadas, enchentes devastadoras e fenômenos como o El Niño, que atingem diretamente a base produtiva nacional.

No caso do meu estado, o Rio Grande do Sul, em especial, a perda de lavouras, de rebanhos e da infraestrutura rural tem significado, para milhares de famílias, a quebra de um ciclo inteiro de trabalho e de dignidade. Muitos desses produtores, mesmo cumprindo com todas as exigências técnicas e contratuais, foram surpreendidos pela negativa da cobertura do seguro rural, ficando à margem da política pública de proteção ao setor. É nesse contexto que o presente PL surge como medida de justiça emergencial e de equilíbrio econômico.

O crédito proposto não é um favor do Estado, é um instrumento de recomposição da capacidade produtiva e da renda agrícola, condição essencial para que o país mantenha o seu papel de potência agroalimentar e para que milhares de famílias não sejam empurradas para a insolvência.

Ao amparar quem fica desassistido, o projeto fortalece o princípio da equidade no campo, dando tratamento igual aos desiguais, na medida de sua vulnerabilidade.

O Senado Federal, em especial esta Comissão, tem tradição em ouvir o produtor rural e agir com equilíbrio fiscal e sensibilidade social. Ao discutir este projeto, reafirmamos a ideia de que a segurança alimentar do país começa na segurança financeira de quem planta, colhe e produz.

O crédito emergencial que ora defendemos é uma ponte entre um presente de perdas e um futuro de reconstrução, sem comprometer a responsabilidade fiscal, mas também sem ignorar a urgência humanitária e econômica de quem sustenta o Brasil real.

Também é oportuno reconhecer que o seguro rural, embora vital, ainda enfrenta desafios estruturais. Há falhas de regulação, lacunas de cobertura e desequilíbrios técnicos entre seguradoras e produtores.

Por isso, além do crédito emergencial, esta audiência serve para provocar reflexão sobre a necessidade de modernizar o sistema de seguro rural com maior transparência, agilidade e justiça contratual. O objetivo é que o crédito de hoje seja apenas o remédio de transição para um seguro robusto e confiável amanhã.

O crédito emergencial previsto no presente PL não se destina a premiar a ineficiência, mas a socorrer os que provaram sua boa-fé e resiliência. É um investimento no reerguimento do campo, no emprego, na renda e na autoestima de quem produz. Cada real alocado nesse crédito retorna multiplicado em alimento, exportação e estabilidade social. A agricultura não é o problema, é a solução para a recuperação econômica e moral de vastas regiões do nosso Brasil.

Concluo, reafirmando que esta Comissão está atenta, solidária e pronta para cumprir o seu papel. Que o debate de hoje produza um texto equilibrado, fiscalmente responsável, socialmente justo. Este Senado, ao aprovar este crédito emergencial, reafirmará a sua missão histórica de defender quem trabalha, quem produz e quem não desiste do Brasil mesmo diante das tempestades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando início aos nossos oradores, passo a palavra, pelo tempo de até dez minutos, ao Sr. Wilson Vaz de Araújo, Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Sr. Wilson Vaz.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Primeiro, cumprimento o Senador Hamilton Mourão pelo convite e pela oportunidade de estar aqui para discutir este assunto de tamanha relevância. Na pessoa do Senador, eu cumprimento os outros Parlamentares presentes, os meus colegas aqui de mesa, de Governo, de iniciativa privada, e todos os presentes.

É claro que este tema é uma constante preocupação no âmbito do Ministério da Agricultura. E, é claro, a gente não faz ação ou viabiliza ação sozinho, nós temos a contraparte econômica que nos ajuda ou que responde por viabilizar quaisquer ações nossas que envolvam recursos públicos. Na medida em que.... Quando você tem condições diferenciadas de financiamento às condições de mercado, os agentes financeiros não assumem esse custo por si sós, eles assumem uma redução de custo se alguém assumir esse custo. E esse alguém, em geral, é o Tesouro Nacional.

Pelo menos nestes últimos anos aí, de 2023 para cá, a questão de você criar ações, ou políticas, ou linhas de crédito para conviver melhor com essas perdas por adversidades climáticas tem sido muito frequente. O estado do Senador aqui foi bastante judiado nestes últimos dois, três anos – ou até mais, em algumas regiões.

E, em nenhum momento, a gente deixou de tentar viabilizar linhas de financiamento, prorrogações, renegociações que alcançassem grande parte dos produtores. Inclusive, neste momento, nós estamos com uma linha, a partir da MP 1.314 e das Resoluções 5.247 e 5.257, do Banco Central. Temos uma negociação recém-começada, aquela que foi aprovada nesta Casa relacionada à Medida Provisória 1.314, envolvendo R$12 bilhões de recursos públicos, para financiar, em condições diferenciadas, as renegociações de dívidas no país inteiro, mas, claro, a maior concentração foi no Rio Grande do Sul, onde foram envolvidos mais de 550 municípios – 566 municípios, se não me falha a memória; ficaram 26 municípios que não conseguiram, não foi possível serem atingidos por meio dessa normativa, por causa das condições que foram estabelecidas para se beneficiarem dessa medida.

E, junto a isso, nós estamos também com um Plano Safra em curso. E esse Plano Safra tanto da agricultura empresarial quanto da agricultura familiar – nesse caso, conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – está em franca liberação de crédito e de custeio e nas diferentes linhas de investimento. E o que nós temos, assim, avaliado, nesses três meses, quatro meses de Plano Safra, é que está havendo uma certa prudência seja por parte do agente financeiro na concessão dos créditos, seja por parte dos tomadores de crédito também, em função da sua realidade, seja por questões de liquidez, seja por dificuldades como essa que está nesse PL: eventualmente tinha uma operação de seguro, uma cobertura, uma apólice de seguro, e esse seguro não foi coberto. Daí a motivação da linha de crédito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que se sugere que sejam prioritariamente alcançados pequenos produtores e médios produtores rurais.

Eu acho que, assim, o que nos cabe – e eu acho que a todos – é dar uma esmiuçada na real situação que está por trás dessa situação do produtor rural – e tem as seguradoras aqui que também vão comentar –: por que esses produtores que tinham uma apólice de seguro deixaram de ser atendidos? Porque a rigor, se ele fez uma apólice, ele tem as condições da apólice, tem as regras ali a serem cumpridas; se foi tudo dentro da regularidade, deveria ter a cobertura do seguro. E aí fez o seguro, recebeu essa indenização e está apto a assumir outros créditos. E é claro que a assunção de outros créditos depende também da situação dele junto ao agente financeiro, porque hoje, diferentemente de antigamente, o Tesouro não assume risco cliente. Em qualquer operação de crédito, o risco da operação é do agente financeiro. Então, em sendo do agente financeiro, é claro, cada agente financeiro também vai se cercar das suas devidas análises de risco. Inclusive, no momento desse PL, ele menciona inclusive que essa linha de financiamento não teria como limitação se um produtor rural estivesse com cadastro negativo junto à instituição financeira ou uma inadimplência, isso não seria limitante para acessar o crédito. Ora, essa decisão é de quem vai conceder o crédito. O Estado poderia puxar para ele se ele estivesse puxando o risco dessa operação, o que não é o caso.

E a discussão é boa, mas, no sentido, nós estamos com duas coisas: é seguro rural e crédito rural. Realmente a pauta do dia hoje é esta: seguro rural e crédito, a harmonia entre esses dois mecanismos. E nesse seguro ainda tem também o Proagro, que é genuinamente para pequenos produtores. E esse instrumento tem...

O PL 2.951, que está também na Comissão de Constituição e Justiça, tem um imbróglio a ser superado, que é a questão de recursos orçamentários, onde estaria essa rubrica orçamentária. Hoje ela é um recurso discricionário dentro do Ministério da Agricultura, para subvenção do prêmio do seguro rural. Há um entendimento nosso – e nesta Casa também – de que esses recursos deveriam ser obrigatórios, portanto, sem possibilidade de contingenciamento ou de bloqueio. Eu acho que, neste momento, essa discussão desse PL está travada na superação dessa decisão de onde colocar esse dinheiro.

Dentro dele também tem a questão do Fundo de Catástrofe, enfim, e a obrigatoriedade de que quem faz uma operação de crédito com recursos controlados – portanto, a taxa de juros subsidiada – também tivesse obrigatoriamente a adesão de uma apólice de seguro. Faz todo o sentido, já que você tem recurso público por trás.

E devemos buscar um equilíbrio também entre o Proagro, que tem um orçamento que supera, em um ano, R$5 bilhões, R$8 bilhões, já chegou a R$10 bilhões por ano, e o PSR, em que nós continuamos patinando num orçamento de R$1,06 bilhão e, mesmo assim, sujeitos a contingenciamento e a bloqueios, como está acontecendo neste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente tem realmente aí um esforço tanto do Executivo como do Legislativo quanto também das forças das seguradoras, dos produtores rurais, para tentar melhorar esse mecanismo.

Agora, voltando à linha de crédito que está sendo proposta, realmente a gente tem, assim, algumas questões a serem avaliadas, porque, neste momento, se esse produtor não teve a indenização coberta, ele tem a possibilidade de fazer uma prorrogação dentro do que já está autorizado no Manual de Crédito Rural, portanto, nas mesmas condições em que ele contratou a operação que estava segurada.

E outra – como mencionei no começo –: todo o crédito 2023 e 2024... 2025 e 2026, que começou em 1º de julho, está ainda em 60%, 70% para ser contratado. Os recursos estão nos diferentes agentes financeiros. No mínimo, você tem 25 bancos que estão operando com recursos do crédito rural. Os principais, como sempre, que estão à frente: Banco do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – ... Sicredi, Bancoob, Caixa Econômica Federal, Cresol e Bradesco. Enfim, todos os bancos estão lá operando, seja com recursos a taxas controladas, seja com recursos a taxa livre, que vão alcançar os grandes produtores.

Então, o que eu acho que a gente tem que avaliar é o melhor: onde se encaixaria uma linha emergencial frente ao que você tem de regulação hoje para prorrogação de dívidas, as linhas de custeio que estão em curso, porque, a princípio, o produtor, se não tiver restrição, pode acessar essas linhas também.

Enfim, o nosso ponto é que, do jeito que está aqui, a gente teria que ter uma caracterização melhor da motivação dessa linha – o que tem, por que esse seguro não aconteceu – e aí continuar discutindo, ver se precisa de algo adicional ao que já existe, para atender essas categorias de produtores.

Eu paro por aqui, Senador. Fico à disposição. Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade de estar aqui e esclarecer o que nos cabe.

Enfim, se tiver que construir alguma coisa, estamos à disposição para construir, mas aqui só um lembrete: como se frisou bastante o agricultor familiar e o que está na competência da agricultura familiar, não estamos nos furtando, que é do MDA, eu acho que não tem representante aqui para dizer que tem inclusive linhas muito mais diferenciadas do que os demais públicos da agricultura.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sr. Wilson Vaz.

Eu anuncio aqui a presença do Senador Mecias de Jesus, Líder do Republicanos, que é o autor do presente projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anuncio o próximo orador, que é o Sr. Sérgio Ferrão, Assessor da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

O senhor tem a palavra.

O SR. SÉRGIO FERRÃO (Para expor.) – Obrigado.

Saúdo o Presidente, Senador Hamilton Mourão, os demais membros da Comissão, os Parlamentares presentes, meus colegas aqui de mesa e os demais presentes.

Vou focar bem especificamente no PL e só fazer um breve enquadramento, que seguro visa a reduzir riscos de uma atividade extremamente imprevisível, porque a agricultura, diferentemente de serviços e de indústria, está sujeita ao clima, ao sol, em que não há absoluta segurança da produção. Mesmo com o melhor cuidado, trato cultural, experiência e capacidade, o produtor não tem garantia de que vai ter um resultado esperado, satisfatório. Não é exato.

Nesse sentido, o seguro permite mitigar essa imprevisibilidade, tanto com relação a preços, como, principalmente, com relação a eventos climáticos, que, ultimamente, nas últimas décadas, têm se tornado cada vez mais voláteis, com as mudanças climáticas e tudo mais, as quais, é de conhecimento geral, têm se agravado, dando maior volatilidade, tornando aquela incerteza da produção ainda mais premente, mais presente e dando um maior custo para o produtor. Nesse sentido, o seguro visa a mitigar esse risco, e é superimportante, como já comentou o Wilson, nas suas várias formas.

Tem o seguro rural, tem o Proagro, tem o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que é uma forma de reduzir o custo de contratação do seguro, e tem elementos, outros itens que não são, necessariamente, instrumentos financeiros como o seguro, mas a assistência técnica, zoneamento agrícola, enfim, boas práticas que estão sendo difundidas, para os produtores poderem aplicar e, assim, mitigar o seu risco.

No caso presente, do PL, ele é, obviamente, com essa intenção de reduzir o impacto de uma perda decorrente de clima sobre o produtor, a sua capacidade, a sua renda, a sua capacidade de se manter na atividade. No entanto, tem alguns tópicos... Apesar do mérito, ele tem alguns pontos que merecem uma maior reflexão, uma maior discussão, como justamente a questão de por que foi negada a cobertura do seguro. Teve um problema, obviamente, um evento climático, e a seguradora, ao analisar, entendeu que não era adequado o pagamento da cobertura, da indenização.

Nesse sentido, essa motivação ou essa desculpa é que deve ser realmente analisada e entendida, porque, se ela é um problema da seguradora, digamos assim, então tem que ser revisto e, para isso, tem critérios ao acesso ao Judiciário, que permitiria discutir isso e resolver, inclusive, eventualmente, com o ressarcimento além do necessário pelo tempo e custo que isso vai envolver. Porém, se a motivação para a não indenização veio do produtor, então aí seria justificado o não pagamento. E aí, obviamente, tem que ser analisado se foi ou não motivado pelo produtor, que pode não ter utilizado as melhores técnicas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disponíveis, pode não ter dado os tratos culturais necessários, pode não ter se precavido ou pode não ter seguido as cláusulas contratuais previstas antes do evento.

Então, esse é um ponto muito importante para ser analisado no projeto, para ser, talvez, mais bem detalhado, mais discutido, para que ele possa atingir a finalidade que é a de proteger o produtor rural, particularmente aquele que realmente está se dedicando e buscando as melhores formas de produção, separando-o daquele que não buscou o melhor trato cultural, a melhor forma de se manter na atividade. É importante aí separar um de outro. A grande maioria, a quase totalidade realmente sofre, trabalha, dá o melhor de si, procura ampliar o seu conhecimento e a sua capacidade de produção, mas ele não pode ter o mesmo tratamento daquele que não o fez, não seguiu essas boas práticas e, nesse caso, poderia ser premiado.

O outro ponto fundamental nesse sentido é que há um impacto sobre as contas públicas, porque os encargos, os juros que estão no PL vão ser subsidiados. Isso significa direcionar recursos do Tesouro Nacional, da sociedade – da sociedade como um todo – para esse grupo, esse segmento. Como os recursos são limitados, isso envolve uma escolha. Em geral, é uma escolha de Sofia, de você ter que direcionar para um ou para outro. Se forem alocados recursos para esses produtores que tiveram negada a indenização por um motivo não justificado, estaria se premiando aquele que não atuou corretamente, e esse recurso viria em detrimento de um outro produtor que precisaria de crédito. E, na verdade, os recursos são direcionados, dentro do setor rural, para vários itens, desde financiamento de assistência técnica, PSR e crédito com encargos equalizados, então é retirar daquele que é meritório para um cujo merecimento, eventualmente, está em discussão ainda. Então, este é um ponto muito importante e tem que ficar bem claro: que o recurso vá para aquele que realmente merece.

Basicamente, um outro ponto que talvez convenha citar agora é que, dentro dessa linha, a Susep já está tratando de rever as questões normativas. Já estão em estudo as questões normativas de contrato, para dar maior segurança para aquele que foi negado poder tratar desse assunto e rever os seus direitos.

Presidente, eu fui bem preciso e vou dar tempo para os meus colegas, inclusive os que não estão na mesa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço ao Sr. Sérgio Ferrão.

Temos a presença da nossa Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente da Comissão.

O Sr. Sérgio Ferrão menciona muito claramente o dilema que vem desde Adam Smith: é canhão ou manteiga, né? É o ponto focal.

Eu passo a palavra ao Sr. Gláucio Toyama, Presidente da Comissão de Seguro Rural da Federação Nacional de Seguros Gerais e representante da Confederação Nacional de Seguradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem até dez minutos.

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA (Para expor.) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão. Obrigado pela oportunidade, demais Senadores aqui à mesa, para a gente debater sobre essa situação por que a gente está passando.

E, antes de entrar no mérito da questão em relação ao projeto de lei, acho que vale a pena a gente ter um cenário de toda a situação envolvendo a agricultura brasileira.

Essa relação, falando de políticas de mitigação de riscos que a gente tem no Brasil, tem sido silenciosa desde a crise da covid, porque a gente teve preços altos na safra de 2021 e 2022, trouxe diversas tomadas de decisão por parte dos produtores, e a gente acaba culminando, neste ano que passou, caminhando para 2025 e 2026, com uma conjuntura bastante complexa no cenário brasileiro: taxa de juros alta, bloqueio do programa de subvenção aos produtores, aperto das margens dos produtores das *commodities* e tudo mais. Esse processo é silencioso, não acontece do dia para a noite.

Sobre o mérito que a gente está discutindo das apólices não indenizadas, a gente precisava entender com profundidade de onde ela se origina: se ela se origina de safra anterior, das safras passadas, se ela se origina de quais cultivos e qual profundidade de recusas que a gente tem. Esse é o primeiro ponto que eu queria trazer, no sentido de que as coisas não acontecem sem nenhum tipo de previsão, sem nenhum tipo de análise, mas por conta de situações que vão apertando a situação que o produtor rural tem na ponta, sob o ponto de vista de investimento em tecnologia, recurso de dinheiro e compra de proteção.

Para quem não sabe – isso é bastante importante –, comprar seguro hoje, na maioria dos produtores, é a última linha ou quiçá nem aparece na linha do produtor de comprar seguro, porque a proposta de compra de uma apólice de seguro não está devidamente instalada no Brasil. A gente precisa reorganizar isso tudo, e essa reorganização deve caminhar em cima de bases estruturais. A gente tem o Projeto de Lei 2.951, da Senadora Tereza Cristina, que trata de três temas importantes – subvenção, crédito e fundo catastrófico –, que é um grande passo já para a gente avançar em termos de estruturação.

O segundo ponto que eu queria trazer para vocês é que toda a operação de seguros agrícolas no mercado brasileiro é dividida por grupos de negócios. De 60% a 70% tradicionalmente do modelo de negócio de seguros agrícolas estão instalados na operação de grãos, verão e inverno. A operação de verão e de inverno, considerando o modelo de negócio que a gente tem no Brasil, considerando as oportunidades logísticas que os produtores têm, tem um pré-custeio instalado. Então, o produtor toma crédito, negocia seus insumos e faz a compra do seguro muitos meses antes de plantar. Por que eu estou trazendo isso? Porque a gente compra um risco dado pelo produtor, dado pelas instituições financeiras de que aquela situação, do ponto de vista técnico e arranjo operacional, vai acontecer da melhor forma possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí tem os pontos que o Sérgio Ferrão trouxe aqui. A gente pode dividir os pontos de que ele fala do que é devido do ponto de vista técnico e do que não é devido do ponto de vista técnico.

O que é devido do ponto de vista técnico, então, o que é estabelecido no contrato de seguros? Ele vai seguir algumas normas contratuais estabelecidas. Plantar conforme o zoneamento agrícola é uma delas. Respeitar as exclusões da apólice, plantar em áreas que não têm primeiro ano de plantio, área de pós-pastagem, pós-cana, que tem riscos diferentes para serem analisados em produtos tradicionais, também é outra condição. Plantar em área que não foi devidamente contratada é outro ponto, e assim por diante. Tem uma série de quesitos técnicos analisados pelo mercado segurador ao longo dos últimos anos que foram estabelecidos para que a gente caminhasse com produtos melhores, gerasse para o produtor uma cobertura adequada e transformasse a ferramenta de seguro em indução tecnológica, para que ele pudesse seguir ritos específicos, conforme as instituições de pesquisa, como a Embrapa e outras instituições que a gente tem nos estados, e pudesse dar tranquilidade para o mercado segurador, para o produtor em si e para que o ambiente rodasse de uma forma adequada. Então, esse é um ponto.

E a gente pode falar de recusas instaladas nesse projeto de lei, que tem mérito pelas recusas. Se o produtor não estiver confortável, se a instituição que teve a operação instalada não estiver confortável, tem todo o processo regido pela autarquia, que é a Susep, que pode dar tranquilidade para o produtor fazer uma demanda judicial e caminhar por ali.

O segundo ponto, que é o que a gente precisa entender e que passa pela nossa análise... E aqui é importante só uma ressalva: a gente não tem todo o detalhamento das bases de apólices recusadas de forma única no mercado segurador. Cada um sabe da sua companhia de seguro, então a gente não tem uma base única para saber por que foi recusado e o que está acontecendo do ponto de vista judicial. Então, um quesito é o técnico devidamente amparado por uma análise técnica do nosso time de sinistros em cada uma das instituições. O outro pode ser por uma decorrência do ponto de vista sistêmico. Então, o que vale aqui em termos de apontamento e merece uma análise nessa organização que a gente está começando a fazer no modelo de proteção de riscos do mercado brasileiro é que a gente tem seguradoras e seguradoras, tem processos e processos.

Trabalhar com o mercado brasileiro de seguros agrícolas – parêntese aqui também – é uma operação catastrófica. Quando você tem uma seca, você não atinge um produtor; você atinge uma região, você pode atingir um estado ou vários estados. E, quando você tem uma necessidade de trabalho, você precisa ter organização suficiente para colocar peritos na ponta, fazer o serviço de satélite de forma adequada para que você possa operar aquela massificação de apuração de perdas da melhor forma possível. Se você não tem isso, você vai cometer falhas, você vai ter um problema que pode trazer para você pagamentos superiores. E isso pode levar a um problema para uma seguradora mais nova no processo, uma seguradora com menos solidez no processo, que não consiga dar tranquilidade para sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base de clientes e seu portfólio em momentos como esse. Por que eu estou falando isso? Porque eu não sei se esse negócio remete a 2024, se remete a 2023 ou se remete a 2021, quando a gente teve a grande seca aqui no Sul do país, que trouxe para as seguradoras 400%, 500%, 800% de sinistralidade, ou seja, para cada R$1 arrecadado de um prêmio de seguro, a seguradora pagou R$4, R$5, R$6, R$7, R$8 de prejuízo naquele ano. Isso traz um impacto financeiro bastante grande.

Nesse aspecto, eu acho que posso dizer que a Susep faz todo o seu processo de aprovação de uma companhia de seguro, mas a questão operacional talvez a gente devesse discutir no Comitê Gestor Interministerial, para que o processo pudesse ser escalado de uma outra forma, para não permitir que seguradoras entrantes tivessem tamanhos de operação que não fossem capazes de operacionalizar ou sustentar financeiramente num evento como esse de catástrofe que vai acontecer.

Então, esse é um ponto que a gente traz aqui, em relação ao mérito da questão.

Análise pessoal, um pouco da discussão interna da Comissão de Seguro Rural lá na FenSeg. O projeto de lei é um projeto, obviamente, interessante e traz para a base dos produtores a necessidade de estar reinstalado do ponto de vista financeiro em crédito rural, mas, se ele for tratado para produtores que entraram em desconformidade de como deveriam plantar, pode ser um desvio de comportamento que a gente estaria premiando. É nossa análise em relação a isso, só para a gente também discutir.

Eu acho que aqui vale a pena a gente trazer os pontos, né? O ano está sendo bastante duro. De fato, a gente está com menos de 2,1 milhões, 2,2 milhões de hectares na área segurada pelo PSR. A gente já atingiu 14 milhões de hectares; atingimos 7 milhões de hectares nos últimos anos. Neste ano, infelizmente, a gente não tem aplicação para operação de subvenção federal ao prêmio do seguro pelo produtor para toda a safra de verão. Um pedacinho da operação para um piloto superexcelente do Ministério da Agricultura é o Zarc Manejo, mas a grande maioria foi bloqueada, sumiu esse dinheiro e a gente não consegue dar tranquilidade hoje aos produtores caminharem num ano que as margens estão apertadas.

Neste último final de semana, quem acompanhou os noticiários de clima em todo o país, principalmente na Região Sul do país – Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná –, sul do Mato Grosso do Sul e São Paulo, viu que houve fortes chuvas de granizo, bastante pesadas, afetando as lavouras de soja em plantio, afetando lavouras de café e de frutas no Rio Grande do Sul. E a gente está falando de mais de 1,7 mil sinistros em um final de semana, afetando a seguradora, sem contar os eventos que atingiram as granjas dos produtores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLAUCIO NOGUEIRA TOYAMA – ... e outros estabelecimentos rurais.

Então, o que eu posso dizer aqui é que precisamos mergulhar na análise do que está sendo referendado do ponto de vista de não indenização. É um caráter técnico ou não técnico tratar situações, como a gente reformula o processo estrutural de seguro agrícola, que é tão importante para o Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a data marcada para o próximo evento já está dada, a gente só não sabe quando vai ser, mas vai acontecer nos próximos meses, e a gente precisa repensar o modelo de crédito, com seguro de uma forma um pouquinho mais estrutural.

Não faz sentido, num estado que sofreu, nas últimas seis safras, como o Estado do Rio Grande do Sul, a gente liberar uma operação de crédito de R$12 bilhões sem ter uma proposta de proteção de riscos nos próximos anos. Então, a gente precisa casar o modelo de negócio para que dê tranquilidade ao produtor. A gente não é contra liberar recurso. A gente é a favor de montar um processo estrutural e sustentável para que a coisa caminhe.

Então, nos nossos pontos aqui do ponto de vista do mercado segurador, a gente precisa fazer rearranjos de forma estrutural e comprometimentos com o modelo de negócio para proteger os pequenos e médios produtores, que são os mais vulneráveis e mais afetados pela volatilidade climática que a gente vai ter no país, daqui para a frente, de forma bastante frequente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Sr. Glaucio Toyama, apresentando a visão aí das seguradoras.

É óbvio e todos nós sabemos que a atividade rural envolve um risco extraordinário, porque, como nós costumamos dizer, é uma indústria a céu aberto. Então, com todas as intempéries e as mudanças climáticas que vêm ocorrendo... E o senhor citou a questão que ocorreu, em 2021 e 2022, na alavancagem naquele período; e agora, como diz um grande amigo meu, as consequências sempre vêm depois, né? É uma grande realidade isso.

Eu passo a palavra ao próximo orador, que é o Sr. Sérgio Luís Bortolozzo, Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

Sr. Sérgio, o senhor tem até dez minutos.

O SR. SÉRGIO LUÍS BORTOLOZZO (Para expor.) – Bem, muito boa tarde, Sr. Senador Hamilton Mourão, Presidente eventual desta Comissão; Sra. Senadora Tereza Cristina; Sr. Senador Flávio Arns; Sr. Senador Mecias de Jesus, que teve a responsabilidade e a ousadia de propor ser autor desse projeto tão importante; Senador Bagattoli, que nos acompanha e sabe das dificuldades, sendo agricultor, e sabe principalmente por que o agricultor passa.

Eu tenho uma apresentaçãozinha rápida, mas eu acho que eu não vou me ater muito a ela. Primeiro, por onde a gente... Aqui. Passa aqui do lado, ó, para cá. Volta aqui.

Bem, primeiro, o diagnóstico atual é muito rápido: a escassez de crédito e o alto custo têm que se tornado um gargalo crescente. Todos nós sabemos dessa enorme dificuldade. É insuficiente hoje... É insuficiente, tanto em nível de recurso como também em encargos, a possibilidade de atender produtores que já vêm enfrentando perdas de safra. Infelizmente, nós temos hoje um nível de endividamento brasileiro decorrente de perdas de safras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os produtores têm uma alta dependência, principalmente porque estão descapitalizados em sua maioria absoluta. E eles... Já estamos operando em margens negativas, até pelos custos de produção, os preços internacionais e tal. E principalmente pela ausência de um seguro que cubra as regiões de uma forma regional.

Nós entendemos que os problemas enfrentados por algumas regiões são diferentes das outras e, logicamente, esse é um assunto que hoje a sociedade rural brasileira tem discutido muito com as seguradoras, no sentido de oferecer produtos que atendam nesse sentido.

Mas qual é o fato, Senador Hamilton Mourão? É que se tentou fazer algumas formas... A MP 1.314 foi uma forma de amenizar essa dificuldade do produtor que acabou não funcionando. Você vê que além do... A maior parte dos produtores... Tem produtores, principalmente no seu estado, Senador, que já vêm acumulando perdas. Chega num momento em que ele torna... ele está arrastando uma corrente. Quando chegar na hora em que o banco vai analisar o risco desse crédito, ele já está excluído. É uma forma em que... E aí os bancos, o que fazem? Demoram, não operacionalizam.

Recentemente, o Ministro da Agricultura, com a maior boa vontade, foi lá levar recursos – hoje o Rio Grande do Sul estava lá na Expointer – que ainda não foram operacionalizados. E isso tudo que vem acontecendo ao longo do tempo é por quê? Por falta de seguro. Eu acho que se tivéssemos um seguro que pudesse atender essa necessidade da segurança ao produtor, não teríamos esse problema agora.

A Sociedade Rural Brasileira está trabalhando muito firme com isso, em parceria com as seguradoras, com a OCB, CNA, Abag, e também com o Governo Federal, para a gente conseguir fazer alguma coisa em cima do que já está sendo proposto pelo Legislativo, principalmente na autoria da Senadora Tereza Cristina, que, como já foi dito, está hoje na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas de uma forma que se solucione, primeiro, porque nós entendemos, Senador Hamilton, que essa questão do seguro agrícola... Em todas as discussões que se tem com relação aos custos da produção, a gente entende até que o Governo faz um trabalho, tenta se arrumar, mas a gente acha que existe uma questão quanto ao que são as prioridades. E, infelizmente, a gente tem percebido que isso não é a prioridade.

Hoje, quando você percebe que, até como Coordenador da Comissão de Política Agrícola do IPA, que é um posto hoje da Sociedade Rural Brasileira, quando você vai discutir isso com os órgãos do Governo e, principalmente, com o Ministério da Fazenda, alguém de lá de dentro disse que uma pessoa que teve três ou quatro safras frustradas tem que trocar de ramo... Isso é uma clara demonstração do desconhecimento da causa do produtor, de o que é ser produtor rural. O produtor rural é aquele que está lá, que vive daquilo. A partir do momento em que você espera, no momento de dificuldade, que vai ter um suporte, e nos vem até essa discussão...

E também outras, como essa questão dos seguros, a questão do seguro agrícola que nós... Até recentemente teve uma abordagem catastrófica também de alguém do Governo, de que uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

causas da ineficiência do seguro ou de não ter recursos... Para este ano, Senador Hamilton, a safra de verão está praticamente descoberta de seguro agrícola. Nós estamos plantando a maior safra da história brasileira sem seguro agrícola. Isso é inadmissível. E o senhor percebe que, com o seguro agrícola para este ano, os produtores já começaram a receber boletos agora do que não foi pago de recursos do ano passado por conta disso.

E outra coisa: quando a gente... Nós vivemos tentando já, via nossa frente parlamentar, pautar a derrubada do veto da blindagem, vamos dizer assim, do contingenciamento de recursos na LDO passada, e o Governo sempre se opôs. E, quando chegou ontem, ouvimos uma catastrófica declaração de que a FPA também é responsável por isso porque não derrubou o veto; um veto que já foi bloqueado, vem sendo bloqueado constantemente pela bancada do Governo.

Então, eu percebo que, aos poucos, a necessidade de se tornar pública essa falta de opção prioritária para o agro tem que ser hoje constante. Eu acho que as entidades estão trabalhando nesse sentido.

Eu acho que as dificuldades são grandes, agora, não se pode culpar o produtor rural, em hipótese nenhuma, por não estar recebendo o seguro. Quem pagou um seguro tem direito de receber, a não ser que ele não esteja cumprindo, a não ser que ele tenha fraudado o seguro. E, se ele fraudou o seguro, é caso de polícia. Não é questão de irresponsabilidade do produtor rural. O produtor rural que as entidades defendem é aquele que, de fato, teve problema e encontra-se em dificuldade.

E é por isso que é muito pertinente uma iniciativa como essa, do Senador Mecias, de provocar essa discussão, e a responsabilidade até da Senadora Tereza Cristina e do Senador Bagattoli de fazerem esse requerimento para que esse projeto seja apreciado. Nós precisamos muito dele. E isso é uma forma de considerar e colocar a agricultura brasileira e, principalmente, os agricultores brasileiros na condição que lhes é devida.

Nós é que movimentamos isso; isso não é só um discurso. Eu acho que, como agricultor, eu penso dessa forma e eu vejo que, aos poucos, a gente está caminhando para isso. O mundo percebe isso.

Estávamos, agora, numa reunião na CNA, do fórum empresarial do agronegócio, e nós percebemos: o mundo está sabendo disso. E o Brasil que se destaca é o menos amparado, principalmente com relação a quê? A essa questão do seguro agrícola e, principalmente, ao apoio dos órgãos governamentais e, principalmente, do Ministério da Fazenda, com relação à nossa atividade, que é uma atividade de sobrevivência para o país, uma atividade de sobrevivência para a cadeia produtiva como um todo.

Nós não somos o setor primário da economia; nós somos o setor primeiro: tudo começa na agricultura. A indústria industrializa o que nós produzimos.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO LUÍS BORTOLOZZO – O comércio comercializa o que nós produzimos e a indústria industrializou. Então, aos poucos você percebe que interromper essa cadeia é um tiro no pé.

E, quando a gente percebe que, infelizmente, nós não somos prioridade... E eu fico muito feliz e muito honrado de a Sociedade Rural Brasileira estar podendo demonstrar isso aqui, na Comissão adequada e muito oportuna a tratar dessa situação do momento e, principalmente, dessa iniciativa do Senado nacional.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Queria agradecer ao Sr. Sérgio Bortolozzo.

Em virtude de eu ter que passar para uma outra Comissão agora, eu vou pedir que a Senadora Tereza Cristina, que é a nossa Presidente, passe a conduzir os trabalhos que ainda restam. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Agradeço aqui a gentileza do Senador Mourão, e vamos continuar a nossa audiência pública, porque muitas coisas e muitas falas importantes estão sendo feitas aqui, de um assunto tão relevante para o agro brasileiro.

Então, eu vou passar a palavra agora para o Guilherme Augusto Costa Rios, Assessor Técnico da CNA.

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Cristina; cumprimento os demais na sua pessoa. Quero agradecer o convite para participar desta audiência pública em nome do Presidente da CNA.

Eu trouxe uma apresentação aqui, se o pessoal puder colocar, por favor...

Senadora, antes de entrar no mérito do projeto de lei, eu gostaria de trazer aqui um cenário sobre o seguro rural e todos os problemas que o produtor tem enfrentado, principalmente na ausência do seguro rural.

Os modelos climáticos mais recentes apontam a probabilidade de um La Niña agora, no final do ano. E nós sabemos que o La Niña traz problemas como falta de chuvas na Região Sul e excesso de chuvas na região Centro-Norte. Essa previsão de La Niña aqui é para o período de outubro a dezembro, justamente numa época bem crítica para as lavouras de verão, principalmente a soja. E como citaram aqui – eu vou trazer, um pouco mais para a frente também –, nós estamos, basicamente, com essa safra de verão descoberta das ferramentas de gestão de riscos. Então, isso é bem preocupante para o produtor rural.

Todo esse cenário dos problemas climáticos, que não são recentes, acaba trazendo grandes problemas para o produtor rural, principalmente no acesso ao crédito e demais políticas. Na ausência desse seguro rural, por anos seguidos de problemas com o clima, a gente teve um aumento considerável da inadimplência do crédito rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós olharmos aquele gráfico ali, na parte direita do eslaide, na linha em verde está a inadimplência do crédito rural com taxas de mercado, aquelas taxas livres. Agora, em setembro de 2025, nós atingimos o maior índice dessa série desde seu início, desde 2011, que foi de 10%, justamente no momento em que nós estamos com as ferramentas de gestão de riscos enfraquecidas. Em setembro de 2024, essa mesma carteira de crédito rural com taxas livres tinha inadimplência de 3,37%. Em janeiro de 2023, essa mesma série aqui tinha uma inadimplência de 0,59%. Então, foi um aumento considerável num curto período de tempo.

Com tudo isso, todo esse aumento da inadimplência e também problemas relacionados à questão da recuperação judicial, a recuperação judicial foi utilizada, em muitos momentos, de forma indevida. Muitos utilizaram de forma justa, mas a gente também teve um uso indevido. Isso criou um grande temor no mercado de crédito, que acabou endurecendo as liberações de crédito, exigindo também maiores garantias do produtor rural para acessar esse crédito.

E também, coincidentemente, agora em janeiro de 2025, entrou em vigência a Resolução CMN 4.966, que muda o modo como as instituições financeiras fazem o provisionamento de perdas de suas carteiras. Até então era provisionamento de perdas ocorridas, e agora passa a ser por perdas esperadas. Então, as instituições financeiras vão ter que fazer ali uma certa previsão das possíveis perdas que terão. Essa resolução entrou em vigência justamente nos momentos em que o setor está com a sua saúde financeira mais debilitada. Tudo isso culminou numa grande dificuldade para o produtor rural acessar o crédito. O seguro rural, que deveria ser o nosso parceiro para mitigar esse risco e abrir portas no sistema financeiro, não está disponível para o produtor.

Nesse gráfico aqui eu trago a área coberta com o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural. Agora em 2025, até o começo de novembro, nós cobrimos apenas 2,19 milhões de hectares. Caso esse quadro aqui não seja revertido, neste ano nós teremos o pior desempenho dessa ferramenta, desde 2007. Então, a gente teve um grande retrocesso nessa ferramenta por conta da falta do suplemento de orçamento e também de previsibilidade.

Esse cenário de 2025 se dá por quê? Do enxuto orçamento que nós tínhamos para este ano – nós tínhamos em torno de R$1 bilhão aprovado, longe da necessidade do setor –, 42%, em algum momento deste ano, foi bloqueado e contingenciado. Então, esse recurso acabou não chegando às mãos dos produtores rurais, e agora a safra de verão, como já citaram, está praticamente descoberta.

Se o La Niña, que eu citei no começo da apresentação, de fato se confirmar, com certeza, em 2026, aqueles índices de inadimplência que nós vimos vão aumentar consideravelmente, porque esse produtor está desprotegido.

E essa falta de investimento no seguro rural tem levado a outros custos. Nós tivemos, recentemente, a MP 1.314, que aprovou R$12 bilhões para renegociação de dívidas. É um volume

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substancial, porém ainda é longe da necessidade do setor. A gente sabe que apenas o Rio Grande do Sul precisa de mais de R$30 bilhões para poder reorganizar as suas finanças.

E a gente vê que o que não foi investido no ano passado está levando o Governo a gastar, agora, muito mais. Se nós tivéssemos aplicado mais R$1 bilhão no orçamento do PSR no ano passado, mais R$1 bilhão neste agora de 2025, será que nós precisaríamos arcar com todos esses custos para renegociações? E, quanto já foi gasto no passado, também, com renegociações e repactuações de dívidas?

Então, nós temos tido que direcionar nossa política para remediar os problemas e não para prevenir. Se a gente tivesse trabalhado para prevenir, com certeza, os custos seriam bem menores e os impactos para o produtor também seriam bem menores.

Já em relação ao PL 1.217, do Senador Mecias – eu até o parabenizo, Senador –, é uma proposta muito importante. Ela vem como resposta a muitos problemas que alguns produtores tiveram, mas nós precisamos entender qual é o motivo dessa negativa da indenização. Por que o produtor não está sendo indenizado? Nós não podemos trabalhar com a hipótese de não acontecer indenização. Se o produtor contratar o seguro rural, ele tem que ser, sim, indenizado.

Nós precisamos entender: essa negativa de indenização foi porque a seguradora não tinha capacidade de cobertura daquele risco que ela assumiu? Foi o produtor que conduziu a sua lavoura de forma errada, que não estava prevista na apólice que ele contratou? Ou o produtor contratou um seguro rural, uma apólice para um risco que não estava coberto? O corretor vendeu para ele esse seguro, ele achou que estava coberto, porém quando foi acionar o sinistro, acabou não acontecendo. Então, nós precisamos entender qual é o motivo dessa negativa, para trabalhar nisso, melhorar esse ambiente de negócios para não deixar que a negativa da indenização aconteça.

Nós precisamos ter produtos adequados ao produtor rural, o produtor precisa contratar o produto que, de fato, atenda a sua necessidade; precisamos também levar maior conhecimento ao produtor rural, o produtor precisa saber aquilo que ele está comprando, ele precisa entender da apólice; e a gente também precisa de uma simplificação da apólice, são muitos termos ali, muito complicados, que fazem parte do dia a dia do pessoal de seguro, mas não do produtor rural. Então, a gente precisa traduzir esses termos, para o produtor também entender aquilo que ele está comprando.

Nós precisamos de uma padronização da atuação das seguradoras. Existem muitas críticas de que o processo de acionamento de sinistros e de toda a perícia, também, que acontece no campo, não é padronizado. Então, a gente precisa ter uma padronização, até para o produtor se sentir mais confortável com aquilo que vai ser levantado, aquilo que vai ser calculado de perdas.

E também precisamos de uma maior atuação da Susep. É papel da Susep garantir esse meio de campo, esse ambiente de negócio para os produtores e para as seguradoras. A gente precisa ter essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança de que os normativos da Susep vão, de fato, atender e fazer com que o seguro cumpra a sua função.

Hoje, a Susep publicou uma resolução que praticamente copia aquela resolução que está no Manual de Crédito Rural, que trata dos impedimentos socioambientais. Inclusive o Senador Jaime Bagattoli tem o Projeto de Lei 205, de 2025, que tenta corrigir esses problemas para o seguro rural. Porém, agora, Senador, a gente teve mais um complicador, porque levaram aquelas mesmas regras para o seguro rural. Vai complicar também a vida do produtor. Então, nós precisamos da Susep facilitando a vida do produtor e das seguradoras, e não dificultando.

Então, a proposta é, sim, muito importante, mas nós precisamos, Senador Mecias, de também corrigir esse meio de campo para essa linha de crédito ser o último caso. E, principalmente como ela é subsidiada, quanto menos a gente utilizá-la, mais recurso sobra para outras ações, como o próprio crédito rural e também o seguro rural.

Aqui, só trazendo um panorama daquilo que a gente conversa com os produtores de quais são os principais problemas relacionados ao seguro, primeiro, eles argumentam que faltam produtos adequados, muitos produtores argumentam que a cobertura é inadequada. Em alguns lugares, utilizam a média do IBGE, e é longe da média produtiva real desse produtor. Isso acaba não atendendo, de fato, o produtor. Os custos do seguro rural são muito elevados, principalmente na ausência do PSR. Em momentos como este agora, em que o produtor está com a margem mais achatada, ele acaba sacrificando o seguro rural por considerar esse custo muito elevado. Também burocracia nos sinistros. E pouca oferta de produtos. Hoje algumas regiões já consolidadas na produção agropecuária, como Matopiba, por exemplo, têm quase nenhuma oferta de ferramentas de seguro rural. E a gente sabe que ali as atividades já estão consolidadas, os produtores já estão há anos produzindo, possuem boas médias de produtividade, porém o seguro ainda não chegou para esses produtores. Então, essas são as principais reclamações.

E, como caminhos – aqui já finalizando, Senadora –, nós enxergamos, para poder melhorar esse ambiente, o que não resolveria tudo, mas melhoraria esse ambiente do seguro rural, a questão da gestão de riscos, primeiro, relacionado ao PSR, nós precisamos suplementar o orçamento do PSR e também garantir previsibilidade. Neste ano nós tivemos apenas 1 bilhão, porém nem mesmo esse 1 bilhão foi aplicado. Então, a gente precisa de previsibilidade. Esse orçamento tem que estar blindado para ficar disponível ao produtor rural.

O Proagro tem gastado um volume muito superior do que o seguro rural e coberto uma área muito menor. Então, a gente precisa fortalecer o Proagro, garantindo que ele cumpra seu papel com a agricultura familiar e migrando aqueles produtores que possuem melhores condições, no seguro rural, no PSR, para esse programa. Então, a gente teria um melhor aproveitamento desse orçamento. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proagro tem neste ano R$6 bilhões e o seguro rural deveria ter R$1 bilhão. Então, a gente vê que tem uma diferença no aproveitamento desses recursos com essas duas políticas agrícolas.

Temos o Zarc Níveis de Manejo. Esse é um programa da Embrapa que classifica o produtor com base em seus níveis de manejo, de práticas conservacionistas. Esse programa, com certeza, vai estimular o produtor a lançar mão dessas práticas e ficar mais resiliente contra esses problemas climáticos. Também é uma maneira que a gente poderia utilizar para reduzir os riscos do seguro rural e também reduzir os custos do produtor rural, uma vez que ele teria um risco menor do que outros produtores que não estão fazendo o uso dessas práticas.

Também a gente reclama que as seguradoras não ofertam produtos adequados em todas as regiões. Porém, a gente entende que, para que elas façam isso, nós precisamos de dados. Nós temos muitos dados hoje, no Brasil, mas não estão consolidados. Então, a gente precisa de uma base de dados única para que as seguradoras consigam formular produtos adequados a todo o Brasil, todas as culturas, atendendo os mais diversos riscos.

Por fim, e não menos importante, como já citaram aqui, o Projeto de Lei 2.951, da Senadora Tereza Cristina, é fundamental em todo esse cenário. Nós consideramos que ele é o alicerce para a gente continuar com essas mudanças. Primeiro, ele blinda o orçamento do seguro rural. Esse corte que aconteceu este ano e que fez com que a área coberta ficasse bem baixa não aconteceria se esse projeto de lei já estivesse aprovado. Ele possibilita a operacionalização do fundo catástrofe para dar um socorro aí em momentos como aqueles que ocorreram no Rio Grande do Sul; e também traz alguns benefícios para o produtor rural que contrata o crédito rural e tem o seguro, como rebates de taxa, por exemplo.

Então, esses caminhos aqui nós consideramos que sejam fundamentais para ajudar o produtor rural, para ajudar na gestão de riscos do Brasil. Se a gente tivesse boa parte disso aqui, com certeza, essa inadimplência, esse endividamento a que nós estamos assistindo não aconteceria, nesse caso.

Senadora, era isso que a gente tinha aqui para apresentar.

Eu fico à disposição.

E agradeço a oportunidade novamente. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu é que agradeço. Muito obrigada, Guilherme, pelas suas explicações.

E quero dizer que no seguro rural nós ainda estamos engatinhando no Brasil, porque, na verdade, a gente tem um seguro de crédito, não tem um seguro de renda, que é o próximo passo de que o produtor precisa. Então, hoje, tão somente por isso eu acho que o Ministro... Nas minhas conversas com o Ministro Haddad lá atrás, eu dizia para ele que isso era muito melhor para os bancos, para as cooperativas de crédito do que até para o produtor, mas para o produtor dava tranquilidade, segurança de ele não estar de pires na mão quando ele tivesse um evento climático que o deixasse completamente sem ter o que fazer. E aí, no caso do Rio Grande do Sul, um ano, dois anos, três anos, quatro anos, cinco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos... O crédito agora acabou. Nem com dinheiro os bancos querem emprestar. Então, esse é o grande problema que nós temos hoje. Mas o seguro está só começando no Brasil. Se a gente aprovar, enfim, as várias leis que nós temos aí, a gente vai ter ainda que trabalhar por muito tempo para chegar naquilo que é ideal para o produtor rural.

Eu passo agora a palavra para o Romildo Antônio da Costa, Diretor de Relações Governamentais da ABCZ.

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Muito obrigado pelo convite, Senadora Tereza Cristina, para que eu possa expor os pontos de vista da ABCZ aqui. Na sua pessoa, eu cumprimento a todos os demais Senadores aqui presentes.

Não tem como começar a falar de seguro rural sem falar em endividamento, até mesmo porque uma coisa está diretamente relacionada à outra. E o endividamento só chegou a esse nível pela falta do seguro. Como o Sérgio Ferrão, do Ministério da Fazenda, disse, no Brasil, a gente não tem seguro para mitigar risco; porque, se fosse para mitigar risco, a gente teria um seguro de renda e não um seguro para segurar banco – e não segura, porque a seguradora nega, no sinistro há uma infinidade de exigência de documento, de prazo... Então, enquanto ela está analisando os seus documentos, seu custeio já venceu no banco, e você já está negativado.

Achei a fala do Wilson bem interessante quando ele disse da prudência dos bancos em liberar crédito e dos produtores em tomar. Os produtores pelo nível de endividamento não têm prudência, eles têm necessidade. Então, independentemente da taxa de juro, ele precisa de tentar pedalar a bicicleta a todo custo. Agora, os bancos é que não estão liberando, mesmo com reforço de garantias e tudo mais.

Quando a gente faz uma análise da Medida Provisória 1.314 – e, quando o Governo a editou, meio que adormeceu o Projeto de Lei 5.122, esse, sim, vem para resolver o problema do endividamento de uma forma geral –, ela foi extremamente ineficiente, porque, quando a gente pega os três principais produtores de grãos do país, quando a gente considera os cinco, seis maiores – um é o estado da Senadora –, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, nós tivemos Mato Grosso do Sul e Goiás com dois municípios contemplados pela famigerada Medida 1.314 e Mato Grosso com nenhum. Então, ela não foi feita para resolver o problema do endividamento do setor; ela foi feita para resolver o problema do endividamento do Rio Grande do Sul, e nem isso resolveu – e nem isso resolveu.

Aí, o colega da CNA falou em recuperação judicial. Realmente, é um problema, o setor está endividado, não tem saída, tem banco pedindo reforço de garantia. E é a primeira crise por que nós estamos passando do agronegócio, que, por ironia do destino, é a maior até então, com o mecanismo da recuperação judicial em vigor para o produtor rural, que foi o último a ter acesso a ela. Todos os demais setores da economia têm direito. E, numa audiência pública na Câmara Federal, o Sr. Marcelo Pimenta, do Serasa, já adiantou que de bate-pronto 80% das recuperações judiciais são necessárias sem ele analisar nenhum tipo de outro documento. Aí, a gente tem que analisar os 20% que ele deixou fora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se houver recuperações judiciais que são fraudulentas – em regras, existem exceções –, elas devem ser tratadas na esfera criminal, e não na civilista.

E aí eu faço uma pergunta ao Gláucio e ao Ministério da Agricultura: por que as seguradoras utilizam dados do IBGE para garantir cobertura para os produtores, sendo que a Conab, até pouco tempo atrás, era um braço do Ministério da Agricultura e hoje é do MDA? Então, deveriam ser utilizados os dados da Conab, e não do IBGE. Essa é uma primeira colocação.

Se a gente considerar as recuperações judiciais – só o Banco do Brasil divulgou na semana passada que ele tem R$5,4 bilhões em recuperações judiciais –, isso eleva um pouquinho mais aqueles 10% da inadimplência, porque eles usam a recuperação judicial para ter encarecido o crédito, mas ela está fora da inadimplência, porque a obrigação está suspensa.

E aí eu faço uma outra pergunta: se existe algum padrão dos laudos de vistoria. Porque, até onde me consta – você me corrija se eu estiver errado, Gláucio –, a seguradora que mais vende seguro agrícola no Brasil é a do BB Seguros, que é braço do Banco do Brasil. E, nesta seguradora, quando os peritos dela vão ao campo fazer a vistoria de sinistro, os laudos são feitos por instrumentos eletrônicos, e o produtor rural não fica com a segunda via. Você vai subindo nas esferas da seguradora, vai pedindo reanálise, e, quando chega na Justiça, a seguradora fala que não tem acesso, que ela não tem o áudio que o perito dela gravou, sendo que, no final dessa vistoria, você é obrigado a pegar um documento com a foto e falar, afirmar que você reconhece que tudo que o perito falou é verdadeiro, mas ela diz que não tem. Então, isso é um tanto quanto interessante.

E a outra coisa é adequar, porque aí você diz que o problema do seguro no Brasil é que, quando você tem uma sinistralidade, você não tem número de apólices o suficiente para cobrir. Só que quando nós vamos para o Centro-Oeste, nós temos uma realidade em que não existe cobertura por não germinação, mas existe cobertura por geada, para Goiás e para Mato Grosso. Interessante, deve ter mais probabilidade de acontecer.

Eu finalizo com três perguntas. Primeiro, o que explica a alta na negativa de indenização do seguro rural por eventos climáticos adversos? Qual a porcentagem dessas negativas que virará ação judicial? E a segunda: se aprovada – o que eu espero que seja – essa linha de crédito que está sendo discutida, com taxas subsidiadas, se serviria para mitigar os riscos das futuras operações de crédito.

E aí, Senadora, eu confesso que o projeto de lei da senhora já revoluciona o seguro, mas quais medidas estruturais seriam necessárias para a gente – aí não é nem ampliar – criar um seguro de renda para o produtor rural? Porque a securitização que foi feita no Governo do Fernando Henrique foi para resolver um problema de endividamento. Salvo a minha falha de memória, na época em que foi feita, no final dos anos da década de 90, início da década de 2000, a inadimplência era algo próximo a 2%. Hoje nós já estamos em 10%. Então, eu acho que é inevitável a gente falar numa securitização; é só "quando", não é nem "se".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que aí, no Fernando Henrique, foi feita a securitização, resolveu-se o problema, porque nós só estamos voltando a conversar sobre endividamento em 2025, só que nós não fizemos um seguro de renda. Então, assim, quais são as exigências para que a gente crie um seguro de renda?

O nível de endividamento do setor está tão grande, e nós ainda sofremos de uma outra realidade: a imensa maioria... a imensa maioria não, mas a maioria dos produtores são arrendatários, eles não são proprietários de terra. Então eles vão esbarrar nas exigências bancárias de alienação fiduciária. O seguro de renda não serviria para mitigar o risco dos bancos – evidentemente, porque eles têm risco nisso aí – e dar uma sobrevida ao setor, que, segundo dados da CNA, é responsável por 23,2% do PIB, emprega 28 milhões de pessoas, o que representa 26% do que é empregado no país?

Então o setor é eficiente; ele só precisa de uma ajuda para voltar para os trilhos, porque o setor já está à beira do colapso, haja vista – o Fabrício vai reforçar – a queda do desembolso do Plano Safra, que já está em vinte e tantos por cento, quase 30%, e isso é sinal de que vai entrar em colapso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Romildo. Depois eu te respondo, tá? Depois que todos os especialistas aqui falarem, eu vejo se consigo te responder.

Agora vamos passar a palavra para o Fabrício Morais Rosa, Diretor-Executivo da Aprosoja Brasil.

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA (Para expor.) – Bem, boa tarde a todos.

Quero, primeiramente, agradecer o convite para a audiência pública, em nome do nosso Presidente Mauricio Buffon, cumprimentar nossa Senadora Tereza – também autora do requerimento da audiência –, nosso Senador Flávio Arns, Senador Mecias – autor do PL – e o nosso amigo Senador Jaime Bagattoli também.

Bom, meu nome é Fabrício Rosa, sou Diretor-Executivo da Aprosoja Brasil e vou focar, evidentemente, no nosso PL 1.217, mas vou ser forçado também a entrar em algumas questões conjunturais e medidas adicionais também estruturantes – e urgentes, inclusive – que nós precisamos.

O contexto do nosso projeto: ele fala da lei de seguros, que é a Lei 15.040, de 2024. E qual que é o espírito dessa lei – e por isso que eu gostaria de trazer aqui para nós?

O espírito da lei é que os contratos de seguro, incluindo o seguro rural, serão sempre de boa-fé objetiva entre as partes; a interpretação sempre pró-segurado, ou seja, em caso de ambiguidade nas cláusulas, a interpretação será favorável ao segurado; e a obrigatoriedade – este ponto é muito importante – de clareza nas cláusulas de cobertura e exclusão. Esse é o espírito da lei que o Senador Mecias propõe aqui, o ajuste e criação de uma linha especial para socorrer os produtores que tiverem negado esse pedido no caso de sinistro.

E quais são as principais reclamações, em oposição a isso que eu acabei de falar, quais são as principais reclamações dos produtores?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São justamente cláusulas genéricas e abusivas, ou seja, contratos com termos vagos, como "falta de manejo adequado" ou "evento não coberto", e sem especificar claramente para o segurado exatamente qual foi o problema. Evidentemente, como o Romildo já destacou, isso acaba em judicializações. Se o produtor for pequeno, ele fica lascado mesmo, infelizmente.

Há falta de transparência e comunicação na negativa; ou seja, há casos em que o sinistro é negado sem vistoria adequada e com base num laudo que diverge da realidade da cultura. O laudo diz uma coisa, e a cultura, na prática, está mostrando que existe um sinistro.

E há interpretações desfavoráveis das cláusulas, em oposição àquilo que seria previsão da legislação, da 15.040. Como os contratos de seguro rural são de adesão, tanto a lei do seguro, essa 15.040, quanto o próprio Código de Defesa do Consumidor vão dizer que a interpretação precisa ser pró-segurado, ou seja, em favor, nesse caso aqui, do produtor. No entanto, sobram denúncias, em especial no Rio Grande do Sul, que é onde nós temos mais problemas, de seguradoras aplicando interpretações restritivas, para evitar o pagamento no acionamento de sinistro.

Então, as minhas conclusões iniciais seriam de que, sem dúvida, há indícios claros de abusos por parte das seguradoras, contrariando a legislação.

Há também aumento do número de importância do sinistro, o que é uma conjuntura totalmente desfavorável. Evidentemente, se se está acionando mais e a importância está aumentando, a tendência é que a seguradora também tente, de alguma forma, negativar esses pedidos.

E, infelizmente, num cenário macroeconômico muito complicado. Infelizmente, como destacado aí, temos margens negativas, problemas também de inadimplência – depois, no final, vou trazer novamente –, um contexto macroeconômico também de taxas de juros horrorosas e que toma, sem dúvida nenhuma, um cenário já com diagnóstico... Por exemplo, do ano passado para este ano, caiu a liberação de recursos para o setor em 40% – em 40%. Não estou nem falando do crédito rural do Plano Safra não; é para o setor agrícola mesmo. Caiu em 40% a contratação de crédito, o que demonstra claramente que estamos numa situação periclitante. Isso nos leva à necessidade de medidas não só estruturantes, mas também excepcionais, urgentes.

Quando a gente olha para o projeto, para a proposta do nosso Senador Mecias, nós estamos falando de uma linha especial nessa ocasião em que o produtor pediu a apólice, foi negada, porém esse produtor tem uma comprovação de que, na verdade, ele tem um sinistro, um prejuízo, mas infelizmente a seguradora negou, por algum motivo, a liberação do recurso no sinistro. Então, temos uma linha de crédito que vai socorrer esse agricultor com juro subsidiado; carência não inferior a 12 meses; um prazo de amortização também que tem que ser compatível com a atividade e não inferior a cinco anos; uma renegociação possível em caso de novos eventos climáticos; uma prioridade para agricultores, o grande foco é o agricultor familiar pequeno; acesso permitido mesmo com restrições cadastrais e inadimplência, mas nesse caso, evidentemente, com comprovação do prejuízo que o produtor teve; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também uma assistência técnica e extensão rural gratuita a esse agricultor, novamente com foco no pequeno.

E aí, a nossa conclusão, sem dúvida, é que é meritório o projeto de lei. Ele contribui para evitar o colapso financeiro dos agricultores, em especial do Rio Grande do Sul, onde nós temos mais produtores afetados. A linha é muito bem desenhada, do nosso ponto de vista, mas só teria um breve reparo de que ela deveria se adequar ao Manual de Crédito Rural, e não propor uma renegociação baseada no ciclo ou na característica da atividade, mas sim na capacidade de pagamento do agricultor, porque cinco anos pode ser pouco. Embora mínimo, cinco anos pode ser pouco. Pode ser impossível de esse agricultor conseguir renegociar. Então, essa migração da linguagem para uma linguagem que já é conhecida do sistema financeiro e do Manual de Crédito Rural nos favorece e também evita a discricionariedade das gestões financeiras ao fazer a amortização também numa renegociação.

O diagnóstico recente, então, nos demonstra que a linha é extremamente importante, especialmente porque hoje as renegociações já estão estourando no Rio Grande do Sul – há bancos que, por exemplo, mesmo com os recursos liberados pelo Governo Federal na MP 1.314, já estouraram o limite. E nós precisamos também – reforço – de medidas estruturais.

Já caminhando aqui para o final, Senadora, este aqui é o quadro de julho – eu não tenho esse quadro aqui atualizado, é bem provável que ele tenha superado já esse valor. No quadro de julho, nós tínhamos inadimplência... inadimplência não, atraso nas operações de 5%, ali no final, e lá também, à direita embaixo, 14% se eu somar com as parcelas que estão atrasadas. Perdão, as atrasadas, somando as parcelas que estão renegociadas. De 5% para 14%, a diferença é 8%. Então nós teríamos mais ou menos aqui o MCR, que é o 8% que é possível de renegociação com base na carteira. Então nós já estouramos isso; no meio do ano, já estourou o limite da carteira de renegociação das operações financeiras.

E quero destacar, em especial, aqui já um quadro – ninguém consegue enxergar aquilo, mas aqui eu trouxe para nós conseguirmos enxergar – juntando as parcelas em atrasos com as parcelas renegociadas. Nós estamos falando aí de um gradiente que vai, por exemplo, do Paraná, 9% de parcelas, até o Rio Grande do Sul, que é o caso mais grave, 33%, ou seja, já estourou bastante o limite; e, no caso aqui do estado do nosso Presidente da Casa, 42%, do Amapá. Então o caso mais grave é o caso do estado do nosso Presidente Davi Alcolumbre. O estado da nossa Senadora, Mato Grosso do Sul, tem 17%. E, repito, isso é dado de julho, não temos o dado atualizado, mas a probabilidade é muito alta de que esteja muito pior do que isso. O Maranhão também, um estado importante, produtor, 19%. O nosso estado, só para não deixar de citar aqui... Em Rondônia, nós estamos com 18%, Senador – dado do Banco Central. O dado é do Banco Central, não é meu, não. E, no caso de Roraima, estamos chegando já aos 10%, Senador Mecias, o que também é um dado grave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando agora, então, em termos de medidas, proposições, nós estamos falando de questão de renegociação. Eu diria que, hoje, a medida urgente e excepcional que precisamos trabalhar é a MP 1.314, porque ela saiu para resolver o problema do Rio Grande do Sul, mas, infelizmente, os demais estados ficaram de fora. Inclusive, a Senadora está liderando um processo já de negociação para ver medidas alternativas.

Nós temos, como espelho, o PL 5.122, que veio aprovado da Câmara e que seria um espelho daquilo que falta na MP 1.314, e que hoje nós consideramos excepcional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA – ... para que a gente consiga trazer os outros estados que estão naquela situação difícil que eu apontei no eslaide anterior, mas que também precisam, de uma forma ou de outra, fazer essa renegociação.

E uma medida estruturante, que é o PL 8.676, originário aqui do Senado, da Senadora Ana Amélia, basicamente, estabelece o rito administrativo para que os bancos e os produtores tenham prazos e processos claros de que forma vai ser processada a renegociação de dívida, algo que hoje não existe. A coisa mais fácil é você ter um engavetamento de um pedido de renegociação. O projeto estabelece o rito, prazo e responsabilidades também. Ele está na Câmara dos Deputados e é um projeto também estruturante nesse sentido.

Olhando para o seguro rural, em matérias estruturantes, eu acho que não tem nada melhor e mais bem-elaborado, com a maestria aqui da nossa Senadora Tereza Cristina, que é o PL 2.951. Em termos de todas as medidas que nós podemos propor, ele está bem completo: criação de um fundo privado de seguro; fortalecimento da base de dados, como foi destacado também pelo Guilherme; previsibilidade orçamentária; integração com o seguro rural... Enfim, todas as medidas estruturantes estão bem claras, e acho que, aprovando-se o PL da Senadora Tereza, nós estaríamos já dando um passo muito importante em direção da solução.

Mas, evidentemente, temos sempre o problema orçamentário, não é verdade, Senador? O papel pode aceitar todas as nossas propostas, mas depois vamos continuar com a limitação orçamentária, seja do ponto de vista do seguro... Segundo a CNA, só para esse Plano Safra, seriam R$4 bilhões, né? E olha que seria para cobrir e mesmo assim continuar com o que a gente já tem, que é uma base baixa. Nós não temos 30% de cobertura, gente, no seguro rural no Brasil. Nós não temos 30%. Se fosse para soja, o número que eu calculei, já tem uns dez anos, acho que dava uns R$5 bilhões só para soja – para cobrir 30%.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Hoje é 7%. Hoje é 7%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA – Pois é, 7%. Então, só para soja, se fosse para cobrir a soja, um número antigo meu era uns R$5 bilhões, R$6 bilhões, só para dar 30% de apoio às apólices de soja. Então, vejam que nós realmente estamos muito distantes.

Já finalizando, Senadora, quando a gente olha para a questão do fundo, especialmente quando a gente fala de fundo de catástrofes, quanto se precisa de dinheiro para esse fundo de catástrofe? Vamos dizer que fosse 1% do valor bruto da produção – R$1,5 trilhão –, que é o nosso VBP hoje, estaríamos falando de R$15 bilhões, porque 1% do VBP seria R$15 bilhões. Tinha que estar lá pelo menos 1% só para garantir o seguro rural. Nós não temos isso, de onde é que vai vir isso, Senadora? Mas nós precisaríamos... Não tem R$1 bilhão, né? Nós precisaríamos, no meu ponto de vista, pelo menos de 1% do VBP, nesse fundo. Mas não temos nem para o seguro, quanto mais para o fundo.

Mas enquanto a gente fica elucubrando, a gente precisa, no mínimo, definir algumas propostas e agendas. Para mim, teria que ser, em termos de metas, 1% do VBP alocado nesse fundo e também a medida que o Roberto... o Adilson colocou, se não me engano, que foi de 5%, 6%, também para o seguro rural. Então, eu acho que a gente deveria começar a trabalhar de forma mais clara e objetiva em cima dessas metas aí, porque senão a gente não chega a lugar nenhum.

Então, a conclusão: parabéns, Senador Mecias. É muito importante. Eu acho que o caminho é esse mesmo. Precisamos de uma medida alternativa, porque é real, o produtor tem problema sim, ele não consegue, muitas vezes, acionar e ter o sinistro reconhecido pela seguradora.

Temos esta proposta adicional de que fosse alterado o projeto para que a renegociação seja baseada na capacidade de pagamento do produtor e não na característica da atividade.

E aí eu só destaco que todos os focos nossos até o momento foram para pequenos e médios. Só que o montante da operação não dá 20% do total de que nós estamos falando; 81,6% são os demais, médios e grandes produtores. Esses estão numa situação periclitante, como eu mostrei aqui atrás, numa situação periclitante. Com isso, eu quero dizer que, se a gente tapar o sol com a peneira, esse problema vai vir bem ali na frente. Precisamos realmente olhar com muito cuidado, Senadora, a MP 1.314, a instalação dela, avançar com negociações, porque esse assunto está vindo junto com o crescimento da inadimplência e junto com a explosão de RJs que está aí.

Então, eu encerro por aqui, só demonstrando novamente esse dado que eu mostrei ali. A maior parte da operação não é pequena e média, a maior parte da operação é média e grande – quer dizer, não é pequena, é média e grande –, e está aqui, no final: quase 82% do total do custeio do Plano Safra, nem estou falando do total dos recursos do crédito rural bancário, mas 80%, quase 82% aí são médio e grande produtor, que também estão com uma situação difícil e não estão contemplados aqui perfeitamente ainda no nosso PL.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Fabrício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Sra. Presidente, eu agradeço a gentileza de V. Exa. Eu estou com uma reunião marcada com a diretoria da Aesbe no meu gabinete desde as 15h. Eu irei lá, mas retornarei aqui para a audiência.

Estou muito feliz aqui com o debate, que foi, logicamente, propiciado a todos nós por V. Exa., que pediu esta audiência pública. E tenho certeza absoluta de que, depois disso aqui, o Relator terá muito mais argumentos e condições de fazer, de modificar algo no projeto que ele considere necessário, de fazer um substitutivo, enfim.

Eu já poderia me dar por satisfeito pelo que eu ouvi aqui do Sérgio Bortolozzo, do Romildo, do Fabrício e até do Guilherme, mas eu vou falar muito pouco, porque vou retornar aqui. Eu fiz, Dr. Sérgio Ferrão, apresentei o Projeto de Lei 397, em 2024, que prorrogava a dívida dos produtores rurais afetados por questões climáticas. Naquele momento, nós estávamos tendo um problema sério no Rio Grande do Sul, no Estado de Roraima e no Acre. No Acre, era a cheia, águas torrenciais; em Roraima, era a seca. O Senado e a Câmara dos Deputados aprovaram o projeto de lei com urgência – projeto de minha autoria –, vetado integralmente, infelizmente, pelo Presidente Lula. E o projeto não anistiava ninguém. O projeto só prorrogava a dívida dos pequenos e médios produtores, daqueles que tiveram prejuízos e não tinham condições de quitar suas dívidas naquele momento, como estão até hoje.

Infelizmente vetado pelo Presidente, o projeto está na fila do Congresso para ter o veto analisado, mas os produtores, pelo menos os que eu conheço no meu estado, não tiveram condições de pagar suas dívidas, estão com juros e mais juros, seus nomes inadimplentes. Então nos veio uma ideia, de várias outras pessoas, para criar um crédito emergencial. Foi aí que nós apresentamos esse projeto de lei. E, como diz o Senador Seif, ninguém entende mais aqui do que nossa "mami" poderosa: Tereza Cristina. (*Risos.*)

Então, eu lamento profundamente, porque parece que tudo que é feito para o homem do campo, seja pequeno, médio ou grande, é difícil – é difícil. E me parece até que tem algumas pessoas que não comem nada que vem do campo, elas se alimentam não sei do quê. Não sei se eles estão à mesa, fazem lá alguma coisa e a comida aparece sem eles precisarem trazer lá do campo.

O campo precisa plantar. Se o campo não plantar, a cidade não vai comer. E a gente... Foi dito aqui, ficou muito claro e todo mundo sabe disso no Brasil, principalmente quem tem uma ligação de fato com o homem do campo, como eu, que nasci na roça e trabalhei literalmente na roça com o meu pai, dos seis aos dezesseis anos de idade. E o nosso trabalho, aqui no Senado Federal, é em função dessas pessoas, dos pequenos, dos médios e dos grandes, porque todos trabalham e merecem ser reconhecidos por isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os inadimplentes são muito mais que 10% lá no nosso estado. Pode ter certeza, Fabrício, muito mais que 10%. E eles precisam de algo que possa, não só lá em Roraima, mas em todo o Brasil, ajudá-los. E é uma obrigação nossa, do Congresso Nacional, fazer isso.

As intempéries climáticas não são providas pelo produtor, não é ele que diz: "Eu vou plantar errado para chegar aqui, no tempo da chuva, destruir minha lavoura, ir lá e pegar o seguro". Não existe isso. Não existe ninguém que plante de forma errada para pegar o seguro, até porque o seguro faz de tudo para não pagar. Quais são as causas que as pessoas têm me dito que o seguro cria para não pagar? Eles dizem que é descumprimento de critérios técnicos, com laudos divergentes, interpretações restritivas das apólices, alegações genéricas de má conduta da lavoura, negativa por seca na fase inicial, acusações de plantio no pó, demora excessiva na regulação dos sinistros, solicitação extemporânea dos documentos e atendimento omisso das seguradoras, indenizações parciais ou indeferimento total.

Eu tive um problema de sinistro. A minha família tem alguns postos de gasolina lá no estado, e um dos nossos postos de gasolina pegou fogo.

E, olha, foi uma loucura para fazer com que a nossa seguradora fosse lá para verificar isso. Eles fizeram o possível e o impossível para não pagar absolutamente nada. Com muita luta pagaram 50% do sinistro. E o nosso sinistro era para cobertura total. E aí você vai para Justiça, e quanto tempo na Justiça você vai esperar?

Agora eu vi que os produtores do Paraná, mesmo perdendo 82% das lavouras, tiveram que ir para a Justiça, quando o contrato é claro com as seguradoras. O que nós estamos pedindo aqui é um crédito emergencial para esses casos – para o pequeno produtor, para o médio, e que é justo para o grande também. Esse é o nosso sentimento.

Eu sei que, ao concluirmos aqui esta audiência pública, certamente... Vocês todos, os senhores, trouxeram aqui conhecimentos que serão usados para melhorar o projeto, para que o Senado possa, juntamente com a Câmara, encontrar um caminho de aprovar com rapidez. E rezemos para não ser vetado pelo Presidente da República, assim como eu já estou orando para que ele não vete o seu, minha querida "mami" poderosa. (*Risos.*)

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muita obrigada, Senador.

Eu acabei de ter uma notícia aqui. Eu até cheguei atrasada porque estava trabalhando na Comissão, para que a Comissão de Orçamentos lá aceitasse a solicitação que nós fizemos do seguro rural, de ter a rubrica para o seguro rural, e também o não contingenciamento para o valor colocado no Orçamento. Foi aceito pelo Colégio de Líderes. Antes nós tínhamos tido um problema, mas o Governo disse que não podia aceitar; pediu uma semana para poder ver se, enfim, a decisão do Colégio de Líderes... Eu acho que o Colégio de Líderes vai ter que aceitar sem a decisão do Governo, porque não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível acontecer o que este ano aconteceu. Foi colocado R$1 bilhão, sem a cláusula do não contingenciamento, e ele foi contingenciado.

E aí alguém falou – acho que foi você, Guilherme – que o produtor – um de vocês aqui falou – já está recebendo o boleto do seguro que não foi pago pelo Governo, o seguro sobre o R$1 bilhão com que o Ministério da Agricultura trabalhou, já que tinha esse valor, que é ínfimo.

Então, só para ter uma ideia aqui, alguém falou aí de seguro de renda. Nos Estados Unidos, o seguro rural não é obrigatório, mas é como se fosse, porque o banco só empresta se o produtor pagar o seguro. E hoje, no Brasil, nós não temos isso. Então, é um complicador, porque a base fica menor. Aí só o Rio Grande do Sul, que tem sinistro, o Paraná, o sul do Mato Grosso do Sul querem pegar seguro. O seguro tem que ser para todos, para essa base ficar maior.

Depois, nos Estados Unidos, o USDA coloca... Acho que quando nós fomos lá, no começo deste ano, tinha 60 bilhões nesse fundo, de dólares – não são 60 bilhões de reais, mas de dólares. Então, vamos multiplicar aí por cinco. E aí, o que acontece? Lá, se o sinistro for maior, se ultrapassar esse valor – você me corrija, Gláucio –, o Governo é obrigado a colocar o recurso. Então, não tem um teto. O seguro lá... Tudo bem que os Estados Unidos são outra economia, mas a gente fala de coisas muito diferentes.

Então nós estamos engatinhando. É por isso que eu digo: nós estamos começando. E aí nós temos que aprender, para ter esse seguro, Romildo, primeiro de crédito bem-feito, não ter recusa de apólice, o produtor saber o que está assinando, para depois a gente... Tem 30 tipos de seguro com que nós temos que trabalhar: o de renda, o paramétrico, enfim, uma série de seguros, e não só para soja, milho, trigo, arroz, etc.; tem seguro para beterraba, para boi, para... Entendeu?

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA (*Fora do microfone.*) – Para apicultura...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Para apicultura, enfim, para tudo. Então, nós estamos só engatinhando.

E eu fico muito frustrada, Sérgio – e você leve este recado ao Ministro Haddad: hoje, esses R$12 bilhões, se estivessem num fundo trabalhando para o seguro rural, a gente talvez não estivesse aqui mostrando essa situação que hoje nós temos na agricultura brasileira, de prorrogação em cima de prorrogação.

Então, nós temos que ter a cultura do seguro – é a primeira coisa –; nós temos que ter dinheiro para o seguro; e nós temos que ter um fundo de catástrofe. Senão, não adianta. Nenhuma seguradora vai ficar no Brasil trabalhando com prejuízo. Não faz parte do negócio, está certo? Então, nós temos que saber o que nós queremos para a agricultura brasileira; se nós queremos continuar prorrogando dívida...

E nós temos um momento aí de problemas climáticos. A gente tem uma adaptação a ser feita. Não estou aqui discutindo se isso é eterno, se não é – não vamos aqui entrar no mérito dessa questão –, mas nós estamos passando por um momento, um período de problemas climáticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi isso quando eu era criança. Meu pai cavando poço... poço, não; tanque para chuva, para dar água para o boi beber no Pantanal. Isso lá nos anos sessenta e poucos, aliás, setenta e poucos – em sessenta e poucos eu ainda não era nascida. (*Risos.*)

O SR. SÉRGIO LUÍS BORTOLOZZO (*Fora do microfone.*) – Nem eu!

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone.*) – Fala que é noventa e poucos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, a gente tem que olhar com muito cuidado isso.

Eu agradeço aqui a participação de todos – acho que vai ser muito importante – e vou abrir para as perguntas do Senador Bagattoli.

Quero dizer para vocês que nós vamos continuar lutando, porque a gente acredita nisso. Isto é uma realidade: no Brasil, que tem a agricultura do tamanho que ela é, que é o motor da nossa economia, infelizmente nós somos deixados de lado. Eu sei de todos os problemas – não estou dizendo que é só deste Governo, não –, mas a agricultura brasileira tem que ser mais prestigiada. Infelizmente, hoje a gente sente esse descaso do Governo com esse setor, que vem puxando, alavancando. De repente, os agricultores precisam pensar o que eles querem fazer. Qual é o nosso modelo? O que nós precisamos pensar para frente?

Obrigada.

Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Senadora Tereza.

Quero cumprimentar aqui o Senador Mecias por esse PL 1.217, de 2025.

Antes de começar as minhas palavras, eu queria que se levantasse aqui quem está um terço inadimplente, do Rio Grande do Sul; as produtoras que estão aí do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

Obrigado.

É muito lamentável o que está acontecendo hoje no Brasil. A agricultura, do jeito que está indo, está igual ao avião da Chapecoense. O piloto sabia que tinha combustível para voar só mais 100 milhas, mas tinha 120, 130 para andar. Então, era um precipício, não tinha outra saída, só um milagre para o que ia acontecer. A agricultura, hoje, no Brasil...

O que a Senadora Tereza Cristina quer e o que está fazendo nesse PL do seguro, nós temos que aceitar. Nós precisamos, Sérgio... Nós temos que ter um apoio da Fazenda para que isso venha a acontecer.

Eu sou de um estado que não tem problema climático, mas, quando pegamos dinheiro a juro com subvenção, juro subsidiado, todos têm que pagar o seguro. Agora, se você tem um caminhão, um veículo que roda só 12 horas por dia, das 6h da manhã às 6h da tarde, você vai pagar um valor de seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você tem um veículo que vai rodar 24 horas sem parar, é outro valor de seguro, porque nós temos outro risco. A mesma coisa nós temos em todos os estados do Brasil, nós sabemos. Agora, cada produtor da agricultura, o pequeno, o médio, o grande, todos têm que entender que precisam pagar ou não dão o recurso, então. Não tem outra alternativa. E olhem que eu não sou pequeno produtor. Então, essa é uma das alternativas que nós temos.

Sobre o mercado, olhem a situação do arroz, hoje, no Rio Grande do Sul, menos do que o valor do milho. É impossível se pagar hoje. Como é que se vai conseguir pagar? Quando falamos do Banco do Brasil... Lutamos aqui para não taxarem as LCAs e tal. Eu sou conhecedor. Eram 98,99% da taxa. Você vai aplicar hoje 80%. Então, quer dizer, o próprio Banco do Brasil não tem mais interesse em colocar valor no agronegócio. Eu entendo isto: que ele não está tendo... Por quê? Porque nós sabemos – não precisamos tampar o sol com a peneira – que uma taxa de juros de 15%, 16% ao ano, 18% é impossível. Qualquer desvio que der, qualquer fator climático, qualquer problema, o produtor não vai conseguir pagar com essas taxas de juro.

E aí você pega uma situação dessa como a do Rio Grande do Sul. Um terço... São 33%. É isso, não é? Então, nós temos um terço dos produtores endividados – endividados não, inadimplentes. Não é endividado, é inadimplente. Eu nem sabia que saíam fora disso aí as recuperações judiciais, que saem fora disso aí. No meu estado... Aqui ele falou 18%, mas são 10%. Fomos ver de novo, porque até eu me assustei. Mas são 10%. Não sei quanto tem no Pronaf. Entendeu? Não sei se isso interfere mais no Pronaf. Quando o Sérgio fala aqui... Foi você – não é, Sérgio? – que falou que a base fundamental é a produção primária. Você que falou, né? Nós estamos vendo o que está acontecendo.

Hoje, para vocês entenderem, um caminhão zero custa menos que há dois anos – custa menos. É só você ter o dinheiro. Custa menos do que há dois anos. Por quê? Porque, na Volvo – conversei com eles ontem, comprei uns caminhões, porque sou transportador também, e aí fui ver –, eles vão parar a produção agora em dezembro. Eles vão parar a produção, vão parar, não vão fabricar, Senadora Tereza, porque não sabem como está a situação do nosso país, como está andando o Brasil.

Então, quando você falou, Senadora Tereza, além do problema do seguro, do seguro do custeio, do custeio de financiamento, tem que haver um seguro de renda, tem que haver algum modelo que nós precisamos fazer. Quem é de um pouquinho mais de uma era para trás aí sabe: uma vez, houve um programa "Plante que o João garante!" – "Plante que o João garante!". Aquilo encheu tulha para tudo que foi lado, porque daí teve-se que ficar com o produto. Entendeu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É.

E aí o que aconteceu? Aí foi isso.

A situação hoje, se não puder, pelo menos, o pequeno produtor – no dia em que ele pegar o valor do dinheiro e, na hora em que houver o valor, o recurso lá no banco, taxa de juro – saber por quanto vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vender, será difícil; cada vez, nós vamos ter um problema maior de inadimplência. E isso não está pior – está aqui a Aprosoja, que sabe disso –, porque as *tradings* ainda têm feito muita negociação com produtores à base troca. Então, o produtor sabe que – se vai produzir, vamos dizer, uma média de 60 sacos por hectare, tem 30, 32 sacos para entregar de volta, entre adubo, defensivo, semente – acaba fazendo, porque pelo menos já tem parte daquilo como garantia, só que não tem o seguro. Aí, numa catástrofe de seca, num problema de um fator climático, ele também não consegue honrar os compromissos.

E, assim, quero dizer para vocês que nós precisamos encontrar um mecanismo para ajudarmos. Agora, a grande preocupação que há é quando o Fabrício mostra a situação por estado, e eu vejo aqui se falar que, na época da securitização, eram 2%. Eram só 2%?

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (*Fora do microfone.*) – O Nelsinho está ali no fundo. Pergunte para ele...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (*Fora do microfone.*) – Qual era a taxa de inadimplência na securitização do Governo Fernando Henrique?

O SR. NELSON VIERA FRAGA FILHO (*Fora do microfone.*) – Na securitização?

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (*Fora do microfone.*) – É. Qual era a inadimplência quando o Fernando Henrique fez?

O SR. NELSON VIERA FRAGA FILHO (*Fora do microfone.*) – No início, ela não teve muita inadimplência, porque ela teve carência até 1997...

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (*Fora do microfone.*) – Não, no momento do Governo Fernando Henrique...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Fale no microfone, para o senhor ser gravado.

O SR. NELSON VIERA FRAGA FILHO (*Fora do microfone.*) – Ah, era menos de 5%.

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (*Fora do microfone.*) – Menos de 5%.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu acompanhei aquilo, a grande inadimplência daquela situação se iniciou no Governo Collor, com aquela situação, por exemplo, o produtor... Você teve uma inflação no mês de oitenta e poucos por cento, e a correção só foi 47% para aquilo que ele produzia. Ali, acabou-se com o produtor; ali, matou-se o produtor. Então, foram anos – eu acompanhei; eu não deveria, mas eu acompanhei tudo isso –, foram anos, foram anos de negociação!

Mas, enfim, Senadora Tereza, você está ainda feliz, porque não está com esse pepino neste momento à frente do Ministério da Agricultura, porque eu vou dizer assim... Claro, essa situação já vem há tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero dizer a você, Sérgio, que é uma questão... Nisto aqui, nós não temos que olhar para situação de partido, de centro, de direita... Nós temos que tentar salvar o nosso produtor rural, nós precisamos salvar o nosso produtor rural. E me desculpem os meus colegas aqui, pois isto aqui tinha que ter, no mínimo, numa tarde desta, 15, 18 Senadores, porque isto aqui é um assunto muito importante, não porque nós... Eu sou ligado ao agronegócio, assim como a Tereza e outros aí, mas isto aqui é um interesse de todos.

E, para finalizar, eu quero dizer para vocês: o que me deixa mais triste ainda é saber que nós temos 1 bilhão para o seguro rural...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – R$1 bilhão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – R$1 bilhão para o seguro rural, e nós vamos ter em torno de R$5 bilhões para o fundo partidário, em que todo mundo vai concordar, porque daí isso aí está tudo dez.

Eu acho que está na hora de a política neste Brasil, de os políticos... Nós temos que pensar no futuro do Brasil. Eu, como produtor rural, entendo essa situação, vivo um momento em que eu não tenho nenhum problema, mas fico triste... Tive uma audiência pública lá em Porto Velho... Fomos eu e o Hamilton Mourão. A gente tem o problema dos embargos hoje das propriedades, o que está envolvido nos sete estados da Amazônia, até em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso, na Região Centro-Oeste... E a gente vê o produtor de joelhos no chão. Ele tem problema de documento, tem problema de reservas que foram colocadas, temos problema do marco temporal, temos... Um grande problema que nós temos hoje é o desses embargos coletivos que são feitos pelo Ibama por foto de satélite. Enfim, parece que tudo virou um massacre em cima do produtor rural.

Nós temos que encontrar um mecanismo. Sabemos está aí a COP 30 agora. O produtor brasileiro é... Eu acho que não tem mais responsável do que o produtor brasileiro com a questão ambiental. Todos têm que ter a sua preservação. No Sul, são 20; no outro lugar, são 40; no Norte hoje, são 80 – eram 50, viraram 80. Enfim, nós precisamos arrumar algo para ajudar esse pequeno produtor, porque eu quero que vocês entendam o seguinte: que 70% ou mais, 75% da produção brasileira vêm dos pequenos produtores – vêm dos pequenos produtores.

E aí os estados também estão em deficiência, os estados também – a maioria – não têm condição de ajudar o nosso produtor. Então, nós precisamos, junto ao Governo Federal...

Senadora Tereza, não sei o que nós temos que fazer para esse seguro rural andar...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Eu tenho uma ideia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não sei o que nós temos que fazer para esse seguro rural andar, mas nós temos que fazer... Este é o primeiro, como a Tereza falou... Estamos engatinhando para começar a ver se dá certo o seguro.

E, agora, esse seguro nessas áreas onde houve catástrofe, por exemplo, como no Paraná... Eu vi uns vídeos de uns produtores de soja e, acho, produtores de milho também que perderam... Teve um produtor lá que eu vi que perdeu 100% da safra em um lugar chamado Sarandi – não tem esse lugar no Paraná? Tem um produtor lá no meu estado que planta mil e poucos hectares. Ele mandou para mim, ele falou: "Você vê, ó, eu estou aqui num lugar abençoado, e olhe lá o que aconteceu com meus parentes lá e tal, e coisa". Ele disse: "Eu sou dali". Acho que ele tem até um pouquinho de terra lá, um pedaço de terra lá.

Então, assim, para isso, o seguro tem que vir. E, sem haver esse seguro rural e sem haver um seguro sobre a renda do produtor, eu falo para você: para o futuro da agricultura no Brasil, a tendência é de falência.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

Alguém quer fazer alguma pergunta? Quer responder alguma pergunta? Alguém aqui?

O SR. SÉRGIO FERRÃO (*Fora do microfone.*) – Eu gostaria.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, vamos começar pelo Wilson, o mais novo da mesa. (*Risos.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom, enfim, essa questão...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Só uma pergunta: essa situação do Rio Grande do Sul, que é uma situação em que eles falam em que era para ser 12 bilhões, mas era para todos os estados, né? Que daí se colocaram outros, né?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Mas eu acho que é só para o Rio Grande do Sul.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É só para o Rio Grande do Sul... Não, não é só.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não, na verdade, no início, o quando começamos a discutir o assunto do Rio Grande do Sul, tinha um pedido, se não me engano, de 20 bilhões. Era isso?

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (*Fora do microfone.*) – Trinta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eram 30 bilhões para o Rio Grande do Sul. Aí na Câmara foi feito um projeto de lei em que abriram para outros estados. E aí esse dinheiro, que era suficiente só para o Rio Grande do Sul, passou a ter uma concorrência de outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados: do Mato Grosso do Sul, até do Nordeste – abriram até para o Nordeste. Quando chegou... Esse projeto está parado aqui.

Então, foi discutida uma medida provisória, e foi feita essa medida com 12,5 bilhões, que eram para atender não só o Rio Grande do Sul; abriram com parâmetros – perda de duas safras, enfim, tinha que cumprir alguns requisitos. Por isso é que só tem dois municípios no meu estado e dois no seu.

Então, ela basicamente era para atender o Rio Grande do Sul, mas nós não conseguimos nem atender o Rio Grande do Sul, porque eles não estão conseguindo pegar o dinheiro. Estão aqui as nossas agricultoras, que têm feito aqui... Está afundando o caminho do Rio Grande do Sul para Brasília; coitadas, vêm aqui praticamente todo mês, e as coisas não têm caminhado.

Então, são dois problemas: o crédito e a prorrogação dessas dívidas, ou o pagamento, na verdade, com o dinheiro da medida provisória, mas o seguro rural não vai adiantar nada se a gente não tiver o seguro, porque, daqui a pouco, vamos dizer que isso tivesse suprindo a necessidade do Rio Grande do Sul. Já seria um começo, mas nem isso nós estamos conseguindo, porque muitos não estão conseguindo pegar os recursos, e, quando pegam, querem alienação fiduciária, e aí muitos produtores rurais são arrendatários, a grande maioria, não têm para dar, e quando ele é dono, ele está com tudo penhorado já por dívidas anteriores.

Então, nós estamos nesse impasse para resolver aí o problema hoje do Rio Grande do Sul, basicamente, com esses dois municípios, esses quatro municípios fora do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu sei que o meu estado... O meu estado não, os sete estados da Amazônia vão ficar tristes com o que eu vou falar, mas eu acho que os fundos constitucionais poderiam, talvez...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Está na lei.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está na lei.

Nós temos... Não está, né?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Não entrou, né?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Entrou um fundo do pré-sal. É isso?

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, esse é um impasse que nós temos.

Eu vou passar para o Wilson. Depois, para o Gláucio, que é o segundo mais velho... (*Risos.*) ... depois você, o terceiro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Então, está bom.

Ficou... Você quer ser o último, né? Então, está bom.

Vamos lá, Wilson.

Desculpem-me. Eu brinco com o Wilson, porque ele foi... Eu conheço o Wilson desde que eu comecei a trabalhar como produtora rural. Depois eu tive a honra de ele ser o meu professor no Ministério da Agricultura, porque conhecia tudo. Volta e meia eu ia lá, para ele vir aqui cochichar as coisas que a gente tinha ideias para trocar... Brigamos muito, mas eu acho que fiz um bom trabalho lá com você, Wilson.

Obrigada.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (Para expor.) – Agora vocês vejam de quem é a honra, né? É minha, Ministra; é minha, Senadora. Eu estava perguntando para ela: "Como é que eu chamo a senhora? Ministra ou Senadora?". Mas, enfim, foi muito bom trabalhar com a senhora e continuar, ainda, trabalhando assim.

Mas eu acho que nós estamos aí... A pauta, mesmo, é a questão do seguro rural. Bem rapidinho, tá?

Eu acho que é uma coisa cíclica. Nós tivemos, num primeiro momento... Sempre foi o crédito rural. Lá da década de 70, princípio de 80, o crédito rural era o protagonista dos mecanismos de política agrícola. O Célio também acompanhou muito bem isso aí. Somos meio que contemporâneos nisso, tá? E, aí, teve uma crise na economia, e, nos anos 80, princípio de 90, a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos) passou a ser o grande protagonista de apoio à produção agrícola. Aí, depois, com o passar dos anos, vieram os novos títulos do agronegócio, CPR, tudinho, e o crédito foi voltando a ser o protagonista. Em 2009, os preços de mercado... Eles tiveram, até 2021, 2022, bastante remuneração. Então, você não precisou acionar mecanismo de comercialização. Então, o crédito foi tomando um corpo, sobretudo o crédito livre. Vieram os recursos do mercado de capitais, vieram outras fontes de recursos livres, vieram LCAs, CDCA, CRA, CPE, que é de 1994, dando sustentação, lastro para isso, os contratos... Então, voltou o crédito, e a PGPM também ficou recuada.

Eu penso que, agora, está mais do que evidente que o mecanismo da vez é o seguro rural. Não tem como se recuar. É o seguro rural, e eu acho que aí que a gente tem que avançar mesmo.

Mas eu, particularmente, e a Ministra sabe muito bem disso, a Senadora, defendo que, enquanto nós não tivermos taxas de juros decentes na economia brasileira – decentes, que eu digo, é na casa de um dígito pelo menos –, não tem como você prescindir do crédito rural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Não é verdade? Com subvenção, que seja para pequenos, para médios produtores rurais, e programas de investimento que o mercado financeiro não alcança, em condições satisfatórias, ao tomador de crédito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, isso eu acho que, então... Não tem como, Ministra. Eu acho que... O seguro é prioridade para todo mundo, mas não é prioridade quase nada, porque não acontece. Ele sempre está travando, travando... Nós estamos patinando nesse 1 bilhão aí. Este ano, então, está um desastre... Vai ficar aí... Se a gente chegar a 3 milhões de hectares cobertos, vai ser, assim, difícil até de chegar, do jeito que está hoje. Mas pelo menos há um entendimento das pessoas que estão nesse meio de que o seguro tem que avançar. Certo?

Agora, respondendo a uma questão sua, Romildo – duas.

Vou falar um pouquinho mais. (*Risos.*)

Desculpe-me a ousadia, tá?

Mas, assim, eu falei da prudência. Tem prudência, sim, do lado do produtor rural, porque, se ele tem um investimento que ele faria e, na conjuntura atual, se ele puder retardar esse investimento, ele pode deixar para fazer mais para a frente. O custeio, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – Tá. Então, é prudência dele também.

Eu estou falando: o custeio, sim; ele tem que plantar, não tem jeito. Aí você fez uma pergunta: por que não usar os dados da Conab como referência para aquele nível de perda de 20% ou coisa assim?

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA – Por que as seguradoras utilizam o dado do IBGE, sendo que a Conab, até o início desse Governo, era subordinada ao Ministério da Agricultura, e hoje ela continua sendo subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário?

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – É que nós usamos... No caso da 1.314, em que o Ministério da Fazenda e o Conselho Monetário estabeleceram as condições para você eleger quem poderia se beneficiar dessas prorrogações que foram agora autorizadas dentro dos R$12 bilhões aí, nós usamos os dados do IBGE, por quê? Porque a Conab não tem dado municipal. O dado da Conab é regional. Eu trabalhei na Conab, coordenei essa área, inclusive, na Conab. Então, a informação da Conab é regional, não pega município, como tem o IBGE. Então, os dados que nós utilizamos, no caso da 1.314, foram os do IBGE. Quanto às seguradoras, aí eu não sei qual o procedimento delas.

Mas, enfim, gente, eu acho que nós estamos aí para trabalhar juntos. E as dificuldades estão aí. A gente tenta superá-las. Sabem que nós temos duas coisas lá no ministério em que nós trabalhamos. Primeiro, é o Banco Central em relação ao direcionamento de recursos, das fontes – depósito à vista, poupança e LCA. A gente está sempre brigando por um pouquinho mais de direcionamento – a Ministra já brigou por isso também –, e o Banco Central quer cada vez menos porque diz que afeta os outros segmentos da economia quando você direciona para ser aplicado numa taxa menor. E, por outro lado, no Ministério da Fazenda, há a questão orçamentária. Então, se nós não conseguimos um direcionamento, nós vamos buscar no orçamento do Tesouro Nacional, da Fazenda, que também tem restrição de toda a ordem, por tudo que vocês estão vendo aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é aquilo: o papel nosso é tentar chegar a um equilíbrio, pelo menos o mínimo possível. E vamos continuar brigando por isso, podem ter certeza disso, viu, Ministra?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Wilson.

Vou passar agora para o Glaucio.

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Três colocações bastante rápidas e pontuais.

Acho que primeiro, em relação ao PL que a gente está discutindo hoje, ele merece, do nosso lado, um aprofundamento do que está sendo negado para a gente fazer um trabalho em cima disso, entender o que deve ser feito e apoiar, de certa forma, a situação como um todo. Então, se existe falta de pagamento de indenizações por algum motivo que está sendo judicializado, técnico ou não técnico, talvez a gente devesse entender todo o escopo desse negócio para a gente avaliar e caminhar. Então, acho que esse é um trabalho que a gente poderia fazer e apresentar aqui para vocês e trazer uma análise do mercado segurador sobre essas apólices, do que aconteceu, para a gente ter uma discussão com um pouquinho mais de profundidade, e não ficar com percepções das coisas em situações pontuais ou de uma ou outra seguradora.

Segundo ponto. Aproveitando o gancho do Wilson, o ano para a gente é o pior ano possível. A gente tem feito muito investimento sob a ótica do mercado de seguros; então, a gente investe em pessoas, investe em estrutura, investe em desenvolvimento tecnológico. E trabalhar com 2,1 milhões de hectares no PSR... Não vai ser só isso, tá, Senadora? A gente está com cabeça de fazer quase 5 milhões de hectares hoje, sem o PSR e com o PSR, a somatória das duas coisas. O ponto é que onera o produtor. Então, a nossa expectativa é: em relação ao que foi feito em 2024 para 2025, a gente vai ter uma queda ao redor de 30 pontos percentuais das contratações da safra de verão.

No ano passado, foram 45 bilhões segurados na safra de verão, e 30% a mais, vai-se chegar a 30 bilhões – 30 bilhões. Então, uma grande parte dos produtores que contrataram no passado vão deixar de ter contratação.

O segundo ponto. No ano passado, nós tivemos mais de 115 mil apólices. Neste ano, com 30 pontos percentuais, que sejam 70 mil, 75 mil apólices. Então, são 70 mil, 75 mil produtores e suas famílias, que são pequenos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GLÁUCIO NOGUEIRA TOYAMA – ... e médios produtores, os compradores de seguros agrícolas, que vão ter impacto na sua receita, porque vão ter que pagar o prêmio da subvenção federal que não têm.

Então, o apelo para este momento agora... Apesar de a negociação da dívida do PL ser um fato crucial para que as famílias possam se restabelecer, essa situação, sob a ótica de não retornar o valor da subvenção para 2025, que não seja de 1 bilhão o total, mas o suficiente para que não cheguem de fato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os boletos de cobrança dos produtores, que vão chegar daqui para a frente e fazem parte do modelo que a gente tem em termos de cobrança... Então, um apelo para que a gente consiga restabelecer valor e ter também, no ano de 2025, o pagamento da subvenção da safra de inverno, o que não foi feito até agora – 100% do valor da safra de inverno está pendente pelo Governo Federal para as seguradoras, o que afeta os corretores, afeta as nossas indenizações e afeta o nosso modelo de negócio. Isso tudo tem impacto, ele acumula, né? A partir do momento em que você fica seis meses, sete meses, oito meses sem receber dinheiro para fazer os pagamentos da subvenção, esse negócio vai começar a compor preço de risco lá na frente.

Terceiro ponto. Em resposta ao Romildo, em resposta à análise, eu não consigo te afirmar quanto, mas a gente não acredita em modelos de seguros que tratam com médias municipais. A gente precisa dar o próximo avanço. Nos últimos dois anos, no Estado do Mato Grosso, em especial, a gente começou a usar o Imea, a contragosto, porque a gente não estava conseguindo trabalhar com informação individualizada. Mas a gente prefere trabalhar com informação individualizada do produtor para definir nível tecnológico. A gente já faz isso. A carteira da seguradora em que eu trabalho representa 50% dos nossos negócios, trabalha com informação individual, com preço individual para o produtor. A ideia é que todo o mercado trabalhe dessa forma, e é uma vergonha hoje para a gente aqui no Brasil – o Guilherme falou de base de dados... A gente tem tecnologia suficiente hoje para analisar produtor com imagem de satélite, com desenvolvimento de informação para dar uma condição diferenciada.

O fato é: o que vale a pena investir nesse negócio. Quando a gente fala de um programa comparado com o mercado norte-americano, eu acho que o principal ponto aqui, seja em políticas de proteção de risco, seguros ou crédito, em um ano em que a taxa está 15%, se a gente tivesse um programa trienal, quinquenal, talvez a gente pudesse gerar gordura em anos com taxa de juros Selic mais baratas para acumular fundos, para que, em momentos como esse, a gente pudesse diminuir a despesa do Tesouro e caminhar na história toda.

Só para efeito de conta, com 12 bilhões para essa operação de renegociação de dívidas que está sendo feita, com uma taxa Selic a 15%, com uma taxa de piso ou de teto a 10%, 5% de 12 bilhões são 600 milhões de despesa do Governo que poderia estar sendo paga hoje com uma proteção de seguro se fosse feito lá atrás. Então, a gente precisa pensar melhor em como a gente calcula a despesa do Tesouro para gerar mais tranquilidade para as coisas.

E a gente realmente aqui no mercado de seguros está muito preocupado, porque capital de risco global voa para onde tem mais oportunidade de risco e retorno. Falar de agricultura hoje em qualquer parte do mundo, a volatilidade é alta. Ou a gente atrai e retém, ou a gente começa a perder e vira um projeto totalmente falido em termos de seguro, como a gente tem percebido nos últimos anos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Prof. Gláucio. (*Fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você quer...

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, é só uma conclusão.

Isso sem considerar que hoje, com a foto de satélite, a seguradora pode ver se aquela cultura que está sendo plantada, se é milho safrinha e tudo, se está dentro da janela ou não. Porque, é óbvio, se ele está plantando lá 15, 20, 30 dias depois da janela, ou seja, depois do período que era para plantar, o risco é maior. Hoje tudo isso é fácil para a seguradora verificar.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Passo a palavra para o Sérgio.

O SR. SÉRGIO FERRÃO (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Como comentou o Senador, o avanço da tecnologia, que permite identificar plantio, etc, graças às mudanças, ao mundo digital, não impediu de precisarmos ainda de comida, roupa e energia, de que a agricultura é o grande fornecedor, né? Aliás, em alguns casos, é o único. Essa discussão que está havendo aqui é muito importante e mostra que o projeto que está em análise é fundamental, mas tem que se aprofundar. Vários critérios têm que ser debatidos ainda mais e, enfim, detalhados para aprimoramento.

Questões gerais que foram colocadas: o ponto de por que são usados dados do IBGE e não da Conab pelas seguradoras, isso é uma questão das seguradoras; e, se for um problema normativo, cabe ser encaminhado pela Susep. Sobre o acesso aos laudos também – isso aí, no Proagro, é muito claro, e as seguradoras também devem ter isso –, o produtor deve ter acesso, deve acompanhar, e isso aí é fundamental para poder questionar e depois fazer prova legal.

A alta nas negativas de indenização cai na questão dos dados. A gente... Enfim, não tem a Susep, mas eu acho que ela está aprofundando esse tipo de análise, e temos que saber o quanto está aumentando. Qual é o percentual de cobertura sobre o total das operações de seguro? Qual é o percentual de negativas e o porquê dessas negativas, não é? Isso é uma coisa de que não se tem informação, e é preciso ter até para poder analisar que região, que produtor, que local, que cultura, e aí poder tomar alguma decisão.

Outro ponto. Concordamos nessa questão do seguro de renda. É uma coisa que deve... Como a Senadora colocou, ainda está engatinhando o seguro no país. E, depois de resolver o problema do crédito, também se deve enquadrar essa questão da renda, que já é contemplada no Proagro Mais, que é para o agricultor familiar. Com todos os eventuais ajustes que sejam necessários, lá já existe.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO FERRÃO – Eu fico bastante feliz de ver o Senador Bagattoli se disponibilizando a ampliar o seguro; e que aqueles que não pagam passem a pagar. Seguro tem uma característica que é muito pouco entendida. Na verdade, eu preciso ampliar muito os mutuários, os beneficiários para que, se eles têm um risco menor, eu acabe diluindo aqueles que têm o risco maior, ou seja, tornando lucrativo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para as seguradoras operarem. É uma coisa que parece até conflitante, mas é da natureza dessa indústria. E é ótimo que isso ocorra. Na verdade, o problema é que hoje pouca gente faz seguro. Quem tem baixo risco não quer fazê-lo; e quem tem alto risco, obviamente, o quer para poder depois ter indenização

Comentou-se sobre a taxa de juros, os 15%. Não é essa a taxa de juros média praticada. Na verdade, o crédito, no Brasil, é muito menor. Nós temos taxas de 3%, 6%, 8%. A média é bem abaixo dos 15%. Os 15% são uma taxa já de recursos livres.

Um outro ponto é sobre os dados de inadimplência apresentados. Há que se considerar que uma operação renegociada é uma operação que está em curso normal; ela não está mais em atraso. Então, para fazer o cálculo de forma adequada, eu tenho que considerar apenas os dados de atraso, operações de crédito em atraso. Eu não posso somá-los com as renegociadas. As renegociadas são para um critério do Sicor, base de dados, análise, mas elas não servem para essa análise da inadimplência, porque elas estão em curso normal, mas a hora em que eu somo, elas sobem, né?

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA (*Fora do microfone.*) – Mas se considera como ativo problemático. Quem trouxe, inclusive, foi o Banco Central, que é problemático.

O SR. SÉRGIO FERRÃO – Mas ela não está em atraso para efeitos do mutuário, né?

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA (*Fora do microfone.*) – Não disse que é inadimplente; é um ativo problemático.

O SR. SÉRGIO FERRÃO – É um ponto assim: tem vários recortes de enfoque da questão do crédito, do seguro, se misturam muitos conceitos. Então, a gente tem sempre que olhar com cautela e ver, porque, às vezes, em nome de se fazer o bem, acaba-se fazendo um remendo que fica pior depois, né?

Bom, seria basicamente isso.

Lembro também que os 12 bilhões são com taxas de juros subsidiadas, subvencionadas. Os recursos livres, as operações com recursos livres dos bancos são livres, né? Não há restrição na MP.

O Ministério da Fazenda estará sempre disponível para debater, escutar e tentar encontrar um caminho, porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO FERRÃO – ... é só assim que a gente chega a uma solução que seja boa para o setor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pelas considerações, Sérgio.

Quero dizer para vocês que, se o Brasil e nós do setor produtivo não ajudarmos de verdade mesmo, se nós não conseguirmos encontrar um mecanismo para tirar essas pessoas hoje que estão em dificuldade, principalmente esses produtores que tiveram catástrofes, nós vamos encontrar muita dificuldade e nós vamos ter... Essas pessoas, para onde vão? E outra coisa: a grande preocupação que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem hoje é aquele ainda que tem condição. Muitos deles não tem condição de dar mais nem a terra, porque tem muitos que são arrendatários.

Então, nós chegamos agora a um momento em que isso, depois que foi explanado pelo Fabrício aqui, que eu vi que o próprio Paraná – no Paraná, numa agricultura consolidada, que é a do Paraná há anos – está com 9% de inadimplência, é preocupante. Isso é preocupante. E o Rio Grande do Sul, nós só sabemos que está nessa situação por causa do fator climático.

Com a palavra, Sérgio.

O SR. SÉRGIO LUÍS BORTOLOZZO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Jaime Bagattoli, por quem eu tenho uma grande admiração – o senhor sabe disso.

Eu queria dizer que – primeira coisa – eu me solidarizo com as agricultoras que estão aqui, que estão numa situação de inadimplência. Eu quero dizer que eu estou inadimplente desde a época da securitização – inadimplente não; devo desde aquela época. Lembro-me de que, quando eu fiz um contrato, eu fiz um contrato em que eu estava devendo 10 mil sacas de soja em 1990; quando foi 1999, eu já tinha pagado os 10 e estava devendo 100. E, naquilo, fiz a securitização, fiz o Pesa. Nessa decadência, nunca consegui sair desse endividamento, mesmo com... Hoje eu estou devendo, hoje eu estou inadimplente, hoje eu estou negociando com os bancos; os bancos pegando a minha propriedade em alienação fiduciária a 50% do valor que ela deve. Essa é a opção que eu tenho. Por isso, eu me solidarizo com vocês, principalmente... Não tive os mesmos problemas que, infelizmente, o Rio Grande do Sul teve, mas é uma forma de mostrar que essa situação não é exclusiva de vocês. Hoje tem muita gente nessa situação.

Segundo, depois eu queria dizer que, com relação a essa questão do seguro, a Sociedade Rural Brasileira está trabalhando nisso e firme nisso. Está trabalhando o nosso time – o Ricardo Sassi, a Patrícia, junto com o Alexandre – para tentar fazer alguma coisa e tentar mudar e fazer alguma coisa que seja interessante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO LUÍS BORTOLOZZO – Mas, para falar a respeito das ações da Sociedade Rural Brasileira com relação ao seguro, eu gostaria de passar rapidinho a palavra para o Ricardo Sassi, porque ele tem organizado tudo isso, que também fica uma forma de sugestão – de sugestão para que já saia daqui alguns encaminhamentos nesse sentido.

Obrigado, Senador Bagattoli.

O SR. RICARDO AMADEU SASSI (Para expor.) – Senador, obrigado. Obrigado pela palavra, Sérgio.

Eu fico muito satisfeito em ver essa conversa, porque a gente só via em dois momentos até dois anos atrás, que era quando se falava do valor da subvenção e quando acabava a subvenção. Hoje, pelo menos este ano, nós já estamos falando pela 25ª vez sobre o seguro agrícola. Parabéns pelo projeto de lei, parabéns pelo amadurecimento que está acontecendo do seguro agrícola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho conversado muito com a CNA, muito com a OCB. E a Sociedade Rural Brasileira comprou essa briga para que a gente ponha o seguro agrícola em pé. É uma necessidade o seguro rural. Não existe garantia, em lugar nenhum do mundo, que seja melhor que o seguro agrícola para garantir um financiamento, garantir uma renda, garantir um patrimônio. Não tem nada igual.

E outra coisa: não adianta a gente discutir aqui 1 bilhão, Senadora; a gente tem que discutir 10 bilhões, 20 bilhões. A gente hoje fala em 4 bilhões, porque o mercado é pequeno. A gente fez uma conta: dois anos atrás, eram 12 bilhões, que faziam 90% de toda a necessidade do seguro agrícola, com os percentuais de subvenções que existem.

Então, hoje a Sociedade Rural Brasileira está construindo um comitê sobre seguro agrícola, em conjunto com a CNA, em conjunto com a OCB, para que a gente discuta e traga melhoramentos, discussões maduras, junto com a FenSeg, junto com a CNseg, para que a gente traga essa ferramenta realmente para a realidade que ela precisa ser. Ela é uma ferramenta necessária.

Os bancos também têm que entender que o seguro agrícola é uma ferramenta e uma grande garantia. Não existe produtor que não queira pagar sua conta. Ele só não paga quando realmente não produz. E a única ferramenta que garante que, quando ele não produz, ele vai pagar a conta é o seguro agrícola. Então, eu acho que não tem outra opção.

A Sociedade Rural realmente comprou essa briga, e nós vamos cada dia mais profundo nisso aí. Estamos montando esse comitê lá, conversando com os bancos, para que eles aceitem isso como uma parte da garantia; estamos conversando com a seguradora para melhorar os produtos que as seguradoras oferecem, como oferecer para o mercado inteiro; e também, logicamente, com a CNA e com a OCB, porque acho que esses são os grandes representantes dos produtores em conjunto com a Sociedade Rural Brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO AMADEU SASSI – Temos que conseguir resolver esse problema, espero que até o final do próximo ano, porque este ano já acabou.

Obrigado, Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pela colocação.

Nós queríamos que fossem um pouco mais rápidos agora, porque já abriu o Plenário.

Guilherme, com a palavra.

O SR. GUILHERME AUGUSTO COSTA RIOS (Para expor.) – Senador, vou ser sucinto, mas a gente pôde perceber dessa conversa hoje aqui que a gente tem diferentes tipos de problemas, alguns mais urgentes, que a gente precisa resolver, principalmente a questão do endividamento, e alguns que nós vamos precisar construir num prazo maior. A questão do seguro rural é a estruturação de todas essas estruturas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, além do endividamento – a gente até pede um apoio aqui do Parlamento –, como a Senadora citou aqui, há a questão da LDO. A gente precisa focar nisto, na LDO e também no orçamento para o próximo ano, para que esse cenário não se repita e que, pelo menos em 2026, a gente consiga pensar no futuro e não nos problemas momentâneos.

Então, é isso, Senador.

Agradeço novamente o convite, e a gente fica à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Guilherme.

Com a palavra Romildo da Costa.

O SR. ROMILDO ANTÔNIO DA COSTA (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Para finalizar, acho que nós tivemos alguns avanços importantes, principalmente no reconhecimento do nível do endividamento, que é do país inteiro – talvez seja um pouco mais sério no Rio Grande do Sul, mas no restante do país é preocupante. E é um alento que a conversa do seguro esteja evoluindo, porque ele é a única garantia de que nós não vamos voltar a ter essa conversa de endividamento novamente.

E agora, como o Diretor da SRB falou, tomara que seja resolvido o seguro no ano que vem. E, diante do que nós ouvimos aqui, já que não se aprecia a utilização dos dados do IBGE, que, no ano que vem, também, eles não sejam utilizados; que se usem dados mais próximos ao que condiz, porque aí o seguro, pelo menos, segura o banco.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Romildo.

Fabrício, da Aprosoja, para as considerações finais.

O SR. FABRÍCIO MORAIS ROSA (Para expor.) – Bom, Senador, eu queria agradecer novamente o convite e dizer que a Aprosoja deixou aqui as suas contribuições. Deixamos ali vários pedidos, especialmente em relação à MP 1.314. Reforcei há pouco aqui com a nossa Senadora a necessidade realmente de instalação nesta Casa dessa MP. E paralelamente, se não andar, pelo menos que a gente volte a discutir o PL 5.122, que realmente hoje é uma solução não só para o Rio Grande do Sul, mas para todos os pequenos, médios, grandes produtores que estão numa situação difícil no Brasil, seja de inadimplência, seja de operações renegociadas, porque hoje, se não houver uma solução, nós teremos uma virada de ano muito conturbada.

Como eu comentava há pouco aqui com o Senador Jaime, os produtores estão bastante apertados em termos de margens. Quando você coloca na conta hoje investimento e, principalmente, o arrendamento, isso não paga a conta no Brasil todo – soja, milho. Então, se nós não tivermos uma medida emergencial, nós só estaremos adiando o problema. Vamos virar o ano com o problema e vamos ter que encará-lo no início de 2026. Então, reforço aqui esse pedido, esse apelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Um minuto.

A SRA. GRAZIELE DE CAMARGO (Para expor.) – É bem rapidinho.

A gente só gostaria de dizer...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. GRAZIELE DE CAMARGO – ... que, se nós tivéssemos seguro agrícola, o Rio Grande do Sul, no ano passado, na enchente, não teria ficado devendo tanto quanto está. Então, com certeza, o seguro agrícola é o caminho para a solução.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

Quero agradecer aqui a todos os participantes, aos Senadores que participaram desta audiência pública.

Agradeço a presença de todos os Srs. Senadores, dos nossos oradores participantes e de todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Alan Rick, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Flávio Arns, José Lacerda, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Jussara Lima, Jorge Seif, Beto Faro, Augusta Brito, Weverton, Luís Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Lucas Barreto, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Romário, Nelsinho Trad, Plínio Valério e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. Item 1 - Projeto de Lei nº 4718, de 2020 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária." Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 do Senador Alan Rick e das 3 (três) Emendas que apresenta. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede vista Coletiva nos termos Regimentais. Aprovado o Requerimento nº 49/2025-CRA de Audiência Pública para instruir o Projeto. A tramitação do PL 4718/2020 fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização da referida Audiência Pública em data oportuna. Item 2 - Projeto de Lei nº 2648, de 2022 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para criar a Subclasse Rural por Autogestão na classificação de consumidores de energia elétrica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Beto Faro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Item 3 - Projeto de Lei nº 3784, de 2024 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990, para caracterizar a provisão de serviços ambientais como atividade rural para fins de apuração do Imposto sobre a Renda." Autoria: Senador Bene Camacho (PSD/MA). Relatoria: Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 4 - Projeto de Lei nº 4402, de 2023 - Terminativo - que: "Confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto por unanimidade. Item Extrapauta 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 49, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4718/2020, que "altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Advocacia-Geral da União (AGU), representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), representante do Ministério Público da União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(MPU), representante do Ministério da Justiça (MJ), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), representante do Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Resultado: Aprovado. Observação: Aprovada a adição de dois oradores: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). A tramitação do PL 4718/2020 fica suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º do Regimento, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna. Item Extrapauta 6 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 50, de 2025 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, de forma técnica e jurídica, a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Senhora Cristina Reis, Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda, o Senhor Renato Buranello, sócio de Agronegócio do VBSO Advogados, especialista em contratos e regulação de mercados ambientais, o Senhor Leonardo Garcia da Silva Munhoz, Doutor (SJD) e Master of Law (LL.M.) em Direito Ambiental pela Pace University School of Law, Mestre em Direito dos Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGVLaw), advogado e pesquisador do FGV Agro, a Senhora Natascha Trennepohl, especialista em políticas climáticas e energias renováveis, com experiência em projetos internacionais na Alemanha financiados pela Comissão Europeia (DG Clima), pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e pela Associação da Indústria Solar Alemã (BSW)." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Resultado: Aprovado. Usam da palavra: os Senadores Beto Faro, Jorge Seif, Jayme Campos, Angelo Coronel, Luis Carlos Heinze e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/12

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

A presente reunião está destinada à deliberação de proposições conforme a pauta previamente divulgada.

Item de nº 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 4718, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1 do Senador Alan Rick e das 3 (três) Emendas que apresenta.

Observações: Em 16.07.2024, o Senador Alan Rick apresentou a Emenda nº 1.

- Votação simbólica.

> CCJ (T)

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu relatório. (Pausa.)

Pois não, Senador Beto, com a palavra.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Pela ordem.) – Pela ordem.

Eu estou fazendo um requerimento de uma audiência pública sobre esse tema.

Gostaria, inclusive, de pedir isso ao Relator, sei que está avançando, mas é um tema muito complexo. Eu gostaria de ver se a Comissão poderia nos dar a oportunidade de fazer uma audiência pública trazendo pessoas especialistas e gente que conhece desse tema para que a gente pudesse fazer uma audiência pública.

Como, em tese, não foi pedida vista, eu posso também usar desse termo, eu queria ver, para não atropelar o processo, para não demorar demais a vontade dos Senadores aqui, que a gente pudesse fazer as duas coisas mais ou menos próximas, em uma semana fazer a audiência pública e, na outra, já poder fazer a solicitação, senão vou ter que usar todas as questões regimentais para poder protelar a votação e aí fica mais complicado. Eu não quero tratar desse tema dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem.

Senador Jayme...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu só queria contribuir, com todo o respeito ao Senador Beto Faro... Esta é uma questão fundamental: nós estamos falando de regularização fundiária. Não pode, não há quem seja contra a regularização fundiária. Pessoas que estão vivendo em insegurança jurídica, estão vivendo com processo, não sabem se a terra é sua ou se não é, ou seja, as pessoas estão vivendo numa insegurança jurídica por conta de terras da União por serem na Amazônia.

Nós sabemos da importância desse projeto para a Região Norte. Isso aí foi amplamente discutido e solicitado por diversos produtores rurais, nós estamos falando de agricultura familiar. As pessoas querem saber, querem entender, querem ter segurança jurídica – não há quem seja contra. Não há quem seja contra a regularização fundiária, nem a União, nem os proprietários, nem o Governo do estado; as pessoas querem segurança jurídica.

Então, com todo o respeito ao Senador Beto Faro, é o Relator Jayme Campos que vai decidir, mas eu acho que é um tema praticamente resoluto. Logicamente, existem as ferramentas aqui para pedir vista, vista coletiva, etc., etc., mas nós precisamos aprovar isso com celeridade. Nós já estamos atrasados demais sobre a regularização fundiária na área da Amazônia Legal, que tem sido solicitada a diversos Parlamentares há muitos anos.

Então, os proprietários, os produtores rurais querem segurança jurídica. Não há como vir especialista, professor, indigenista, que seja contra uma ação de tanta relevância para aqueles que produzem trabalho no nosso Brasil, especialmente no agronegócio.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

O Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, ilustre e querido amigo Senador Zequinha Marinho, naturalmente, é quase constitucional, é regimental, naturalmente, o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tem um requerimento, né?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É, na verdade, é o seguinte. Tem duas situações.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – E ainda tem uma outra questão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – É uma outra questão. V. Exa., eu imagino, já tem conhecimento do nosso relatório...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... e já está disponibilizado. Neste caso, Senador Presidente, ele está pedindo, nesse caso, vista coletiva, isso?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, não é vista, ele quer uma audiência pública.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Não, mas ele tem que pedir primeiro vista nesse processo, nesse relatório.

Após isso aí...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Aí, vota-se, vota...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Aí ele vai votar o requerimento...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Então, está tudo bem...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... pedindo...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Tudo bem...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Naturalmente que é o Plenário que vota esse...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – E o debate...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... requerimento no seu pedido de audiência pública...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Tudo bem...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A posteriori, são marcados dia e data. Feito isso, após essa audiência pública, se houver alguma inserção que ele queira fazer dentro do projeto aqui, me cabe como Relator, acatar ou não acatar. Feito isso, dentro da forma regimental, com certeza, como...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Perfeito. Inclusive, o debate que o Senador está levantando aqui...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Senador Jorge.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – ... Jorge Seif, eu quero fazer, porque eu também sou defensor, eu moro na Amazônia, eu sou produtor na Amazônia – e tenho terra, inclusive, para regularizar.

Então, aqui pode até ter alguém que conheça o tanto que eu conheço; mas, mais do que eu, eu aposto. Está entendendo?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode ter igual, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Pode ter igual, mais do que eu, duvido. Está certo?

O problema não é só tratar de regularização, é como se faz isso, é quem faz isso aqui. Esse é o debate que nós queremos fazer, mas eu não vou entrar no debate aqui agora. Eu quero debater na audiência pública, se for permitido pela Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Lógico.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – E não é para protelar, não. Acho que em 15 dias a gente fecha isso aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – A gente fecha isso aqui e delibera.

Eu só quero ter a oportunidade de a gente fazer uma audiência, em que quem está defendendo possa trazer pessoas que falem também do tema, né...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Lógico.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Porque, para ter uma justificativa, a gente traz, faz o debate e depois vota. É só esse processo.

E para não dizerem que eu estou protelando é que eu estou pedindo vista, para poder não ter primeiro audiência pública, depois ter o direito ao pedido de vista...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A autoridade é o nosso Presidente, não é?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – ... porque assim vê-se o processo de uma vez só.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Diante do seu pleito de vista aqui, eu imagino... Só quero me associar ao Senador Jorge Seif para que seja de forma coletiva, na medida em que, daqui a pouco...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fora do microfone.) – Sim, sim...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... só pede vista ele, e, se não for a coletiva, poderá vir outro também e pedir.

Eu imagino que o Senador Jorge Seif também concorde em pedir vista coletiva, não é isso?

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, vista coletiva, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem.

Então, para dar vista coletiva, eu preciso que se leia o relatório.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Jayme Campos, para a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Como Relator.) – Ótimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exa. se concorda em entrar na fase de análise, tendo em vista que esse é um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tranquilo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Então está bom.

O art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CRA para opinar em assuntos correlatos ao direito agrário, à política fundiária e à regularização dominial de terras rurais e de sua ocupação.

A proposição não encontra óbice constitucional, estando de acordo com o art. 188, que determina que a destinação de terras públicas e devolutas seja compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. A proposição, ademais, respeita o limite fixado pelo Constituinte, no §1º do art. 188, de 2,5 mil hectares, os quais podem ser alienados sem a necessidade de prévia aprovação pelo Congresso Nacional. Também se verifica atendimento ao parágrafo único do art. 191, que veda a aquisição de imóveis públicos por usucapião. Ainda há de se mencionar que não se trata de matéria vedada à iniciativa parlamentar.

Ademais, a proposição apresenta abstratividade, coercitividade, generalidade e imperatividade, bem como inova no ordenamento jurídico.

No mérito, a proposição tem aspectos positivos que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, é importante louvar a iniciativa do autor de criar uma alternativa para efetivar a regularização fundiária prevista pela Lei nº 11.952, de 2009, a qual depende, até o presente momento, da capacidade de ação do Incra e da União. O que temos visto é que a via administrativa para efetivação desse direito básico do cidadão não tem sido

suficiente para a demanda existente, havendo milhares de famílias que cultivam a terra, que produzem alimentos, fibras e energia, mas que ainda não receberam a devida titulação da área que ocupam.

É preciso lembrar que o acesso à terra é uma das formas mais nobres de efetivação da justiça social, isso porque a titulação da terra é fundamental para que o trabalhador rural possa ter a segurança jurídica devida, obtendo, assim, acesso aos mecanismos de financiamento e a uma série de serviços especializados. Trata-se de um instrumento para efetivação de direitos de cidadania plena, ampliando a distribuição de renda, sendo uma política social da qual o beneficiário é ele mesmo o principal provedor da solução, bastando que o Estado não o atrapalhe e lhe dê as garantias necessárias para que ele possa exercer seus direitos.

Assim, ao propor a possibilidade da ação judicial àquele que muitas vezes não vê sua solicitação administrativa prosperar, o autor acerta e dá mais ferramentas para acesso à cidadania a quem trabalha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na terra. A proposição, neste caso, já prevê que, iniciando-se a ação judicial, haverá a desistência da pretensão administrativa, evitando-se, assim, eventuais confusões no andamento dos processos.

Outro aspecto do mérito da proposição que merece destaque são os dispositivos que cuidam do acesso à Justiça para pleitear a regularização fundiária pelos agricultores mais pobres. Neste caso, a proposição valoriza o papel da Defensoria Pública, da Justiça gratuita e facilita a questão do georreferenciamento da propriedade, entregando ao perito judicial, durante o andamento do processo, certas responsabilidades que, na maioria dos casos, seria de responsabilidade prévia do pleiteante.

Temos que esclarecer que a proposição não prevê uma usurpação de competência do Poder Executivo Federal, o que, se ocorresse, poderia criar uma confusão no registro das terras, uma vez que compete ao Incra manter a base de dados atualizada. Ao contrário, esta proposição que examinamos agora inclui o Incra e a União no processo judicial, sempre ouvindo o posicionamento destes para a formação da convicção do magistrado e para posterior registro e execução. Assim, não há risco de se perder o bom registro e governança fundiária que se pretende construir doravante.

Deste modo, podemos atestar que a proposição cumpre os requisitos constitucionais bem como os de juridicidade e tem mérito evidente, de modo que sua aprovação pode fortalecer a efetivação dos direitos de cidadania, especialmente na Amazônia Legal, contribuindo para a fixação do homem na terra, para a regularização fundiária e para o desenvolvimento sustentável.

Já a Emenda nº 1, apresentada pelo Senador Alan Rick perante esta CRA, em julho de 2024, representa proposta que ajuda a aperfeiçoar a proposição original, ampliando a possibilidade de o agricultor que quer regularizar a sua terra ter acesso a mais uma opção de planta e memorial descritivo do imóvel. Neste sentido, podemos constatar que a emenda busca ampliar o número de profissionais habilitados a elaborar a planta e o memorial descritivo dos imóveis rurais, o que acelera e facilita o processo de regularização fundiária, especialmente em regiões com menor disponibilidade de engenheiros e tecnólogos habilitados.

Ademais, observa-se que a exigência da Anotação de Responsabilidade Técnica, ou do Termo de Responsabilidade Técnica, assegura a qualidade e a precisão dos documentos técnicos, garantindo a confiabilidade das informações apresentadas, com coordenadas georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, bem como maior segurança jurídica na instrução processual. Assim, a inclusão dos técnicos agrícolas abre mais possibilidades para os pequenos produtores rurais acessarem os serviços técnicos

necessários ao processo, o que torna mais eficiente a regularização fundiária e consequentemente a titulação das terras.

Portanto, Sr. Presidente, está evidente o mérito da Emenda nº 1, bem como o da proposição ora relatada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, nesta proposição só merece reparo um mero detalhe, meramente redacional, para a qual apresentamos aqui emendas, inserindo a proposta de acréscimo em um local mais apropriado da lei, uma vez que tais dispositivos tratam tão somente de áreas rurais.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020, nos termos da Emenda nº 1, de 16 de julho de 2024, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CRA

O caput do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os dispositivos incluídos pelo artigo:

"Art. 1º A Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo II-A:"

EMENDA Nº – CRA

Dê-se a seguinte redação ao art. 30-J da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020:

"Art. 30-J. Julgado procedente o pedido da ação de regularização, o juiz decidirá a preferência na ocupação, os limites do imóvel a regularizar e determinará a expedição do título de domínio ou do termo de concessão de direito real de uso, com as cláusulas resolutivas e as condições de pagamento e de alienação ou concessão previstos na lei e nos regulamentos.

§ 1º Julgado improcedente o pedido da ação de regularização, o juiz poderá, a pedido da parte interessada, determinar a reintegração de posse por parte da União ou do Incra, para a destinação adequada das áreas.

§ 2º Verificada, durante a instrução, a existência de indícios da ocorrência de crimes, o juiz deverá, se for o caso, dar ciência ao Ministério Público dos indícios da prática do crime."

EMENDA Nº – CRA

Renumerem-se os artigos a serem acrescentados à Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 4.718, de 2020, para passarem a ser os arts. 20-A, 20-B, 20-C e assim sucessivamente.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Lido o relatório, concedo vista coletiva, nos termos regimentais, até terça-feira da semana que vem. (Pausa.)

Terça-feira é audiência pública; deliberativa é na quarta, normal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Que dia vai ser a audiência...?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Deixa para daqui 15 dias, a COP termina na semana que vem...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Pode ser.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – ... e estaremos lá.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Ótimo, não tem problema. Feito isso aí, V. Exa. vai propor um requerimento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Já propôs.

O requerimento tem que ser aprovado, Excelência, Sr. Presidente Zequinha Marinho, para que o Plenário, com certeza, aprove. E, aguardando, naturalmente, a marca...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – E aí marca...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – A audiência pública...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – ... a audiência pública logo, rápido.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – ... porque o mais importante, Presidente – permita-me, pela ordem –, é que o Senador Beto Faro está propondo que, talvez, na próxima semana, possa acontecer já a audiência pública.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – Já a audiência pública e na outra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – E, na outra semana, nós votamos esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Então, vamos logo para o requerimento...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... para ganhar tempo. (Pausa.)

Requerimento extrapauta...

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, pela ordem, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu queria reforçar com o senhor, com a nossa Comissão, com os servidores da nossa Comissão: nós temos aí um pedido que, inclusive, a pedido do Senador Jaques Wagner, da Senadora Eliziane Gama e de outros membros governistas, nós transformamos de convocação para convite à Ministra Marina Silva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está acontecendo? Veja, inicialmente, o Ministro da Pesca, André de Paula, esteve nesta Comissão e se comprometeu com setores da tilapicultura, da piscicultura brasileira. Hoje, nós somos, se não o quarto, o quinto maior produtor mundial, que não haveria moedas de troca com a tilápia brasileira, com outros produtos.

O Presidente Lula foi ao Vietnã e, agora, para a nossa surpresa, não sei se 20, 30 ou 40 contêineres de tilápia estão vindo para o Brasil, importados pela JBS, o que já nos causa espécie. Primeiro, porque foi um compromisso do Ministro frente a todos nós Senadores. Não é o Senador Jorge Seif, é o Parlamento brasileiro, é o Senado Federal. Falou que não haveria importação de tilápia porque a produção, o Serviço de Inspeção Federal, os custos da ração, os custos de produção do produtor brasileiro já são altíssimos devido à nossa carga de impostos, etc, etc, etc. Perfeito.

No momento seguinte, nós soubemos, pela imprensa e pelas instituições que representam a piscicultura brasileira que – e, no Vietnã, a produção é muito menos exigente com os produtores e logicamente eles têm muito menos custos para produzirem lá – nós estamos trazendo, descumprindo a palavra de um Ministro de Lula. E o pior é a agravante disso: além de trazerem tilápia de lá, estão trazendo pela JBS. Nós já sabemos de um love, de muito tempo atrás, dos proprietários da JBS, que estiveram envolvidos com uma série de escândalos de corrupção no Brasil, com o Governo Lula. São justamente eles que estão trazendo essas tilápias.

Ato contínuo, a Conabio (Comissão Nacional da Biodiversidade) chegou a uma conclusão impressionante: agora, no Brasil, o pínus é uma ameaça nuclear ao meio ambiente; o eucalipto é outra ameaça, neurotóxica; a tilápia, que eu conheço, fui Ministro da Pesca e trabalho com isso desde os 11 anos de idade, que é uma espécie passiva, pacífica, e é presa, não é predadora, segundo a Conabio, virou piranha, virou um bicho violento que vai destruir tudo. Calma que não acabou. O tambaqui, um peixe nosso, amazônico, também virou uma ameaça, uma ameaça de invasão. Calma, não terminou: manga, jaca, goiaba. Então, esse pessoal é contra o agronegócio, eles perseguem, inventam, querem destruir a maior riqueza.

Se este país está de pé depois de 20 anos de Partido dos Trabalhadores é graças ao agronegócio que se sustenta, Deus sabe como, com tanta perseguição (Ibama, ICMBio, Conabio, Marina Silva).

Então, Sr. Presidente, a Ministra Marina... Porque os especialistas de cabelo laranja desse pessoal eu conheço, eu fui Ministro. Esses "ongueiros" que são os amiguinhos, a Marina Silva é a musa das ONGs, eu conheço.

Eu quero saber com que base a Conabio chegou à conclusão de que pínus, eucalipto, manga, jaca, goiaba, tambaqui e tilápia viraram uma ameaça nuclear ao Brasil, à nossa biodiversidade. Cadeias produtivas, Sr. Presidente, com 20, 30, 40, 50 anos de existência no Brasil! Eles querem inventar um problema. E a Marina Silva, como representante da Conabio, precisa vir aqui se explicar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso é para pedir: reforcem com o Ministério do Meio Ambiente quando essa senhora vai vir aqui nos explicar que resolução doida é essa que está colocando o mercado em pânico. Que resolução é essa? Que base de estudo que os especialistas de cabelo laranja chegaram para dizer agora, depois de 20, 30, 40 anos de cadeias produtivas, que essas espécies vão devastar o nosso Brasil?

Com essas palavras, eu peço, reitero à nossa Comissão, que peça definitivamente a data em que Marina Silva vai comparecer, frente aos Senadores, para responder. Não, de novo, ao Senador Jorge Seif, Senador Zequinha Marinho, mas ao agro brasileiro, à FPA, aos Senadores. Que nova invenção é essa que esse desgoverno está metendo no lombo do nosso agronegócio?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Senador Jorge, realmente é muito preocupante.

O ofício-convite foi para o 3 de dezembro, ainda sem resposta. A Ministra está lá para Belém, na COP, mas estará aqui em 3 de dezembro. O Secretário André Ceciliano nos garantiu que ela virá, falta só a confirmação do Ministério.

Com a palavra o Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Pela ordem.) – Primeiro, isso aqui já é fruto de um requerimento, já foi aprovado na Comissão. Portanto, o debate nós vamos fazer e esclarecer com a Ministra Marina e com quem mais vier para

o debate nesse dia. Posso inclusive ajudar, me propor a ajudar e reforçar que a Ministra esteja aqui no dia 3 de dezembro, para que a gente possa fazer.

No restante, o debate, é... Eu vejo o Senador Jorge com tanta ênfase aqui para colocar a culpa no Governo Lula. Há dois, três anos, o Governo era de Bolsonaro, ele era Ministro, o Incra foi colocado – inclusive é o outro tema de regularização fundiária – dentro do Ministério da Agricultura. A Ministra era a nossa companheira e parceira aqui, a Ministra Tereza. E não se resolveu nada sobre esse aspecto, porque é um tema muito complexo essa regulamentação ambiental, essa regularização fundiária. Não é simples.

O Governo Bolsonaro tinha o apoio de quantos por cento do Congresso Nacional, no Senado e na Câmara, de quantos por cento? Todo o Governo era dele, todos os órgãos. E não conseguiu resolver. Fez muitos discursos, discursos: "Não, pode passar boiada, pode fazer isso". Isso era feito, agora, ações concretas... Nós mesmos, que viemos lá da Amazônia... O senhor sabe disso, a única coisa que foi dada de regularização fundiária foi um documento que não era nem título, que hoje não serve nem como base para o cidadão poder pegar um financiamento. Nós temos que refazer tudo de novo e fazer a regularização fundiária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não é um tema simples. Mas isto nós vamos fazer no dia do debate e vamos apresentar justificativas. Tem questões de que eu discordo totalmente do que é feito dentro do Ministério. E nós vamos debater.

Eu acho que está bom, a gente fez o convite e vamos fazer a audiência, se Deus quiser, se der tudo certo, no dia 3 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem, Senador.

Deliberação de requerimento extrapauta

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4718/2020, que "altera a Lei nº 11.952, 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União na Amazônia Legal, para instituir o processo judicial de regularização fundiária".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- Representante da Advocacia-Geral da União - AGU;
- Representante do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- Representante do Ministério Público da União – MPU;
- Representante do Ministério da Justiça – MJ;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima- MMA;
- Representante do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI;
- Representante do Ministério dos Povos Indígenas – MPI.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Com a palavra o autor, Senador Beto Faro, para encaminhar a votação.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Para encaminhar.) – Só para reforçar, nós já fizemos um entendimento, tentar fazer essa audiência o mais rápido possível para que a gente possa, sem protelação, deliberar, daqui a uns 15 dias, a matéria final.

Essa questão dos convites é totalmente aberta, inclusive. Fiz a relação dos convidados, mas, se tiver outras pessoas que tenham que ser convidadas ou, dependendo do número, até se tiver que tirar um ou outro, nós não temos problema, a gente se senta com a Mesa e organiza essa questão das falas que tem que ter nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, por conta disso e do entendimento aqui, eu peço aos demais pares que a gente possa aprovar esse requerimento de fazer audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Em votação.

Para encaminhar, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Para encaminhar.) – Eu acho louvável a iniciativa do Senador Beto Faro, propondo essa audiência pública, até para que nós possamos dirimir qualquer dúvida que eventualmente haja em relação não só à autoria do projeto, ao projeto na sua essência, mas sobretudo também à questão do nosso relatório, que foi feito de forma muito zelosa, foi feito, com certeza, por várias mãos, até foi ouvido antes de eu fechar o meu relatório.

Todavia, só concluindo, quero dizer ao Senador Beto Faro que tem uma matéria aqui, também, no site nosso, dizendo que a pretensão... A proposta da Ministra Marina Silva é de que a tilápia seja também condenada como invasora. Aí é para matar, né, amigo? Vamos ser honestos aqui. É para quebrar o setor da pesca do Brasil, que já não vem bem das pernas. Não é possível querer classificar a tilápia, Senador Angelo Coronel, como invasora. Aí não vai, né, amigo?

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fora do microfone.) – O camarão também...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Camarão também? Esse não estava no radar ainda.

Goiaba... Você imagina, goiaba não vai poder mais aqui, manga não vai... Meu Deus do céu, neste país aqui é difícil numa casa não existir um pé de manga, né? (Risos.)

No Mato Grosso, onde você passar, o que vocês vão achar de pé de manga lá...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Lá no Pará, então, vamos ter problema.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Também, né? (Risos.)

Então, você imagina, né? Uma grande base da alimentação de muita gente humilde é a manga. Por incrível que pareça, lá tem um pé de manga alto, cai a manga, logo vai no pé, tira a manga... Até ela verde ainda, se você passa o sal dentro, você sabe que se come, né? Passa um salzinho...

Eu não sei se na Bahia existe isso, Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dá para tomar até uma pinga. (Risos.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT) – Uma pinga por cima, ou uma cerveja, né?

Feito isso aí, então, ninguém pode tirar a devida razão do Senador Jorge Sei if aqui, quando ele faz essa observação; ela é preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançar em hipótese alguma, nem um centímetro.

Então, eu quero dizer ao Senador Faro que nós estamos com toda a boa vontade de construir um projeto. V. Exa., que é da Amazônia, como nós somos aqui... Eu sou do Centro-Oeste, mas também estamos no bioma da Amazônia – né, Senador Zequinha, que é o expert no assunto? –, nós somos da região também, parte da Amazônia. Isso é o mínimo que nós podemos fazer, tendo em vista que o maior problema que temos, ainda hoje, por incrível que pareça, é a questão da regulação fundiária, e, enquanto não tiver uma política decente, com agilidade, em relação à questão da regulação fundiária, o senhor sabe mais do que eu, Zequinha, vai continuar o desmatamento ilegal, e outras coisas acontecerão: os focos de incêndio... Infelizmente, é porque não tem regulação.

Mato Grosso tem 500 assentamentos; dos 500 assentamentos, 250 ou 300 não têm acesso até hoje a documentos, por incrível que pareça. Se ele derruba um hectare lá, chega a Força Nacional, o Ibama em cima e taca uma multa nele. Fica bichado o CPF dele para o resto da vida, enquanto não acertar a multa, que não tem tamanho! A terra vale R$30 mil, tacam multa de R$300 mil – inviabilizaram a vida do cidadão, a ele ter futuro. Ele fica sem direito a comprar uma geladeira em qualquer loja a prazo, porque ele está no Serasa, está não sei lá onde, está no Cadin, está um inferno.

Então, nós temos que nos preocupar. Eu vejo e reclamo por onde eu ando. Estive neste fim de semana numa região de Mato Grosso, e lá me pediram: "Pelo amor de Deus, Senador, veja o que o senhor pode fazer para nos ajudar a fazer o nosso documento da terra aqui". Dói até o coração. O cidadão está há 30 anos lá e até hoje não teve acesso à terra. Infelizmente, ele não tem documento hoje e não pode acessar nenhuma linha de crédito que preste... Agora, o Governo do estado criou o fundo de aval, que está até facilitando. Entretanto, mesmo assim, é muito difícil em relação a essa política agrária do nosso Brasil. Eu acho que nós temos que mudar e mudar para melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze. (Pausa.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Fora do microfone.) – Sr. Presidente... É apenas uma sugestão: incluir, além do Governo, a CNA e a Contag, que são entidades...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É para acrescentar? Você falou baixinho aí.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – É para acrescentar Contag e CNA.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Isso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tá. Tudo bem.

Em votação o requerimento.

A votação será simbólica.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Aprovado.

A tramitação do PL 4.718/2020 fica suspensa na Comissão, nos termos do art. 118, §4º, do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização da referida audiência pública, em data oportuna. (Pausa.)

Eu solicito aos colegas que permaneçam no Plenário, porque nós temos agora a votação do item 4, que é um projeto terminativo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Fora do microfone.) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pois não, Senador.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA) – No item 2, tem um projeto do Deputado José Guimarães, cujo Relator sou eu. Eu fiz um relatório já, inclusive, favorável ao projeto, mas tem pedidos para que a gente análise umas questões. Aí eu estou pedindo, então, que a gente o retire de pauta agora e o traga numa próxima reunião. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Tudo bem.

Está retirado de pauta, então, Senador, de acordo com a sua solicitação.

É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 2648, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para criar a Subclasse Rural por Autogestão na classificação de consumidores de energia elétrica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Beto Faro

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação simbólica.

> CI (NT)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu tenho um pedido de audiência pública, mas V. Exa. poderia me liberar? É porque eu sou Relator de uma medida provisória cuja sessão está começando agora, e eu estou atrasado aqui. É sobre a questão do crédito carbono ainda. É a terceira reunião com o Governo e com mais algumas entidades, para nós fecharmos aquele assunto do crédito carbono. Se puder, então...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A gente aprova isso hoje.

Vamos lá.

Item número 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 4402, DE 2023

- Terminativo -

Confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal.

Autoria: Deputada Federal Lídice da Mata, do PSD-BA.

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei 4.402, de 2023, da Deputada Federal Lídice da Mata, que confere o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate ao Município de Ilhéus, no Estado da Bahia.

Permita-me, Sr. Presidente, eu vou direto à análise.

Nos termos do disposto no inciso III do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem, entre outros temas, de agricultura, pecuária e abastecimento.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CRA competência para decidir terminativamente sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideramos atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 23, inciso VIII, da Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar, neste caso, ampla e não reservada (art. 61, caput, da Constituição Federal), bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria. Tampouco foram observadas falhas de natureza regimental.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Município de Ilhéus faz jus à esta outorga por representar muito bem a síntese da rota do cacau e do chocolate, seja por sua produção econômica, seja por sua representatividade cultural. O Município de Ilhéus é o maior produtor de cacau na Bahia, com mais de 8,9 mil toneladas na safra de 2023, contribuindo sobremaneira para que a Bahia alcançasse o primeiro lugar nacional na produção da fruta.

Além disso, a cidade de Ilhéus concentra uma grande produção de chocolate, tornando-se um importante polo para toda a cadeia produtiva cacaueira. Segundo dados do Governo do Estado da Bahia, em 2024, eram mais de 100 marcas de chocolate de origem produzidas no sul da Bahia, grande parte sediada em Ilhéus e com 70% da produção vindo da agricultura familiar. Some-se a este volume, Presidente, a fábrica solidária da ChocoSol, também em Ilhéus, inaugurada em 2023 e responsável por beneficiar o cacau da região e produzir até 1,2 mil quilos de chocolate em um espaço de 300m^2. Além da produção comercial, a iniciativa da fábrica solidária promove cursos em parceria com a Universidade Estadual de Santa Cruz.

Como é possível perceber, a produção cacaueira e seu beneficiamento em Ilhéus e no sul da Bahia agrega interesse social por meio da valorização da agricultura familiar e da geração de perspectivas econômicas para a população da região, seja na agricultura, no beneficiamento, no comércio ou no turismo.

Graças a esta vocação que se inicia nos milhões de pés de cacau, o turismo vem sendo impulsionado com iniciativas como o Festival Internacional do Chocolate e Cacau de Ilhéus e da criação da Rota Turística do Cacau e do Chocolate. São mais de 300 mil turistas anualmente em Ilhéus, que buscam, além do belo litoral da região, conhecer a produção do cacau e dos chocolates finos. A rota turística dá aos visitantes o contato direto também com as histórias de Jorge Amado, unindo os aspectos econômicos, históricos e literários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para corroborar a concessão do título previsto neste PL ao Município de Ilhéus, temos o fato de que a Assembleia Legislativa da Bahia analisa um projeto de lei que reconhece o município como a Capital Estadual do Cacau. O reconhecimento estadual e nacional dará ainda mais impulso ao desenvolvimento econômico de Ilhéus e de todo o sul da Bahia, que vive intensamente a produção do cacau e se beneficia dos resultados econômicos e sociais. Essa produção, Sr. Presidente, sofreu graves danos com a praga da vassoura de bruxa nos anos 90 e hoje mostra sua força e resiliência com uma recuperação que orgulha a todos nós baianos e brasileiros. Designar Ilhéus como Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate é uma homenagem justa, ainda que singela.

Por essas razões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é que concordamos que a cidade de Ilhéus merece o título de Capital Nacional da Rota do Cacau e do Chocolate.

Quero salientar, Presidente, que a cidade de Ilhéus, hoje tão bem administrada pelo Prefeito Valderico, é uma cidade realmente marcante, que orgulha todos nós, baianos, pela sua história, pelos livros de Jorge Amado Ilhéus tem um litoral bastante aprazível, além das cidades vizinhas a Ilhéus, como Itacaré, como Maraú, com praias realmente renomadas internacionalmente. Tem praias na região que já foram colocadas no ranking como as praias mais bonitas do mundo na cidade de Maraú. Com isso, Ilhéus, que compõe essa rota do litoral do sul da Bahia, com muito louvor, merece esse título. Apesar de ser uma das cidades mais antigas do Estado da Bahia, mas é uma cidade que realmente nos orgulha muito, que é a cidade de Ilhéus.

Então, vamos ao voto, Sr. Presidente.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.402, de 2023, procedente da nossa querida Deputada Federal Lídice da Mata, que eu tive o prazer de relatar nesta tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Angelo Coronel.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, eu encerro a discussão.

Aqui coloco em votação o projeto.

Solicito que se prepare a votação para que eu possa iniciá-la.

Por favor, quem vota com o Relator vai votar "sim". Eu solicitaria também à assessoria da Mesa e ao próprio Relator, Senador Angelo Coronel, para mobilizar os colegas a fim de que possam votar remotamente.

(Procede-se à votação.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Vai continuar a votação e vamos trabalhando aqui enquanto se ganha um tempinho.

Deliberação de requerimento extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 50, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, de forma técnica e jurídica, a regulamentação da Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SBCE.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- A Senhora Cristina Reis, Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda;

- O Senhor Renato Buranello, sócio de Agronegócio do VBSO Advogados, especialista em contratos e regulação de mercados ambientais;

- O Senhor Leonardo Garcia da Silva Munhoz, Doutor (SJD) e Master of Law (LL.M.) em Direito Ambiental pela Pace University School of Law, Mestre em Direito dos Negócios pela Fundação Getúlio Vargas (FGVLaw), advogado e pesquisador do FGV Agro;

- A Senhora Natascha Trennepohl, especialista em políticas climáticas e energias renováveis, com experiência em projetos internacionais na Alemanha financiados pela Comissão Europeia (DG Clima), pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e pela Associação da Indústria Solar Alemã (BSW).

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS) e outros

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu sou autor com V. Exa., então o senhor tem coautoria nesse requerimento também.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Eu assino embaixo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pronto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Senador Lacerda e também Senador Angelo Coronel, essa já é a terceira reunião sobre esse tema.

Aqui veio o Governo, os ministérios, tratando sobre a regulamentação da Lei 15.042, que para nós é importante.

Depois, trouxemos a iniciativa privada, numa segunda audiência, em que foi muito importante a participação da USP, que já tem um trabalho nessa direção no Brasil inteiro. E o que me chamou muita atenção naquele dia, para que os colegas possam entender, quem está presencial ou virtualmente nos acompanhando, a cooperativa Copagril, do Município de Marechal Cândido Rondon, no Paraná, já está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vendendo crédito de carbono em 105 mil hectares de produtores rurais que plantam, pequenos, médios, poucos grandes produtores, soja, trigo, milho, pastagens em áreas de reserva legal, de APP, e já estão recebendo e vendendo o crédito em 105 mil hectares com mais de 2 mil produtores rurais. Isso é importante, isso aqui é um ativo importante que o Brasil tem. E, para quem é da Região Amazônica, só para colocarem, nós tivemos também uma informação, naquele dia, prestada pelo pessoal, de que o valor da nossa Floresta Amazônica hoje, segundo dados do Banco Itaú, é US$130 bilhões, isso é o que vale a nossa Floresta Amazônica. Então, a gente tem que aceitar, e a sua competente assessora, vou negociar com V. Exa. o passe dela, se puder me ceder, já fez um cálculo aqui, Zequinha, a D. Bárbara, que, no mercado regulado, Senador Coronel, preste atenção porque Ilhéus, na Bahia e o seu estado, com o cacau, só na Amazônia, no mercado regulado, vale US$2 trilhões. Isso é patrimônio que é nosso, brasileiro, nós somos brasileiros.

Então, aqui tem um assunto muito importante, por isso já foi criada, no Ministério da Fazenda, com a Secretária Cristina Reis, Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono do Ministério da Fazenda, para nós discutirmos aqui, para o Governo entender, isso é interessante. Depois daquela audiência que nós tivemos aqui, Senador Zequinha, nós fomos ao Ministério da Fazenda, fomos recebidos lá, com o pessoal do Ministério da Agricultura presente, conversamos com o substituto da Dra. Cristina, e o pessoal ficou maravilhado com o que nós levamos, ouviu o setor florestal, que também, vamos dizer assim, tem um grande desempenho no setor e pode também capturar carbono e trazer recursos, divisas para o Brasil. Então as nossas lavouras de soja, de arroz, de trigo, de milho, do Brasil inteiro, no caso do cacau, especificamente – o Senador Angelo Coronel agora justamente homenageou a cidade de Ilhéus, que é extremamente importante –, aqui tem um ativo para a agricultura brasileira. Por isso, a gente quer debater, pela terceira vez, nesta Comissão, para agilizarmos o processo, para que o Governo entenda, e já entendeu a importância, tanto que criou essa Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono para o Ministério da Fazenda. Então, nós queremos discutir com a Dra. Cristina, com a sua equipe e também com esses especialistas. Nós estamos dando mais um passo apenas para mostrar que isso é extremamente importante.

E esta Comissão, Sr. Presidente, com V. Exa., está puxando a ponta desse assunto porque é importante para o Brasil, neste momento em que temos tantos problemas climáticos, lavouras perdidas, principalmente no Rio Grande do Sul, quatro secas e uma enchente em seis anos. Então, isso é importante. Outros estados também têm problemas, e aqui é um ativo que nós temos na agricultura brasileira. Dessa forma, sugerimos aos colegas que nos apoiem para nós podermos fazer este debate proximamente aqui na Comissão da Agricultura.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. (Pausa.)

Vamos voltar ao item 4? (Pausa.)

Bom, não havendo mais quem queira votar, eu quero encerrar a votação do item 4.

Vamos lá para o resultado no painel.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Onze compareceram e votaram. O mínimo necessário seriam nove.

Unanimidade. Então, votos SIM, 10.

Nenhuma abstenção.

Total: 11, com o Presidente.

Muito bem.

Aprovado o projeto, será encaminhada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

Quero parabenizar a autora e Senadora Lídice da Mata e o nosso Relator aqui, na Casa, Senador Angelo Coronel. (Pausa.)

Bem, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos os senhores que aqui estiveram conosco, nossos Senadores, assessores, a imprensa e os demais.

(Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaime Bagattoli, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama com a presença dos Senadores Alan Rick, Hamilton Mourão e Zequinha Marinho, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Chico Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Augusta Brito, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Pedro Chaves, Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama n° 2, de 2025 que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o marco legal dos embargos e conhecer a visão dos órgãos de controle e fiscalização, no contexto dos editais de notificação exarados pelo IBAMA, nos embargos de terras nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia." Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão; Senador Jaime Bagattoli, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar os Embargos de Terras por parte do Ibama; e o Senador Zequinha Marinho, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente da Subcomissão Temporária
para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama - CRATERRAS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sobre a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária CRATERRAS, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de proposição, conforme pauta previamente divulgada, e está sendo realizada de forma semipresencial.

Sras. e Srs. Parlamentares, autoridades presentes e todos que nos acompanham, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama (CRATERRAS).

A reunião de hoje marca um passo decisivo em nossos trabalhos: vamos deliberar o Requerimento nº 2, de 2025, de autoria do Senador Hamilton Mourão, que solicita a realização de uma audiência pública para debater a questão legal dos embargos preventivos e coletivos impostos pelo Ibama por meio de editais – uma iniciativa fundamental para compreender a lógica por trás das recentes ações do Ibama, que embargou previamente milhares de propriedades rurais no Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia.

A crescente insegurança jurídica no campo gerada por essas medidas exige uma resposta firme e articulada deste Senado. Não podemos permitir que o produtor rural, que trabalha e produz, seja penalizado por processos que em muitos casos carecem de transparência e do devido processo legal.

Para garantir que nossa futura audiência pública seja produtiva e baseada em dados concretos, informo aos nobres colegas que já demos um passo importante. Expedimos, via meu gabinete, ofício aos secretários do meio ambiente dos cinco estados mais afetados por estes embargos. O objetivo é claro: construir um diagnóstico preciso da situação. Para isso, solicitamos diversas informações, como: i) o número total de áreas rurais embargadas em cada estado; ii) as principais causas que geram esses embargos; iii) o tamanho exato em hectares das áreas produtivas que hoje se encontram embargadas; entre outras informações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas respostas em mãos, teremos um panorama real e detalhado que nos permitirá questionar, debater e, acima de tudo, propor soluções legislativas que devolvam a segurança jurídica no campo e garantam que a legislação ambiental seja aplicada de forma justa, racional e equilibrada.

Agradeço a presença de todos.

Vamos aos trabalhos.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o marco legal dos embargos e conhecer a visão dos órgãos de controle e fiscalização, no contexto dos editais de notificação exarados pelo IBAMA, nos embargos de terras nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia.

Autoria: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS).

Com a palavra o Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, boa tarde.

Esta audiência, para que seja extremamente objetiva, vai seguir os eixos de abordagem aqui mencionados, que são, e vamos cobrar: dados fidedignos sobre o número de embargos em áreas rurais no Brasil (total e parcial); principais causas e maior recorrência para incidência de embargos de áreas rurais no Brasil; estimativa do tamanho das áreas embargadas atualmente, em hectares, por ente federado estadual; causas da morosidade excessiva do procedimento de desembargo após a devida comprovação de regularidade ambiental da área rural; restrição de acesso ao crédito rural decorrente da ausência do levantamento do embargo, que é a Resolução nº 5.193, do ano passado, do Conselho Monetário Nacional. Também vamos levantar as dificuldades ao exercício lícito do direito de supressão de vegetação nativa, por meio de instrumento autorizativo, nos limites estabelecidos na Lei Federal nº 12.651, de 2012, Lei de Proteção de Vegetação Nativa, e na Instrução Normativa nº 19, de 2024, do Ibama; previsão constitucional do art. 5º, LIV e LXXVIII, que assegura o respeito ao rito do devido processo legal – o devido processo legal é uma coisa que anda meio em desuso aqui neste país, Senador Bagattoli –, a razoável duração do processo e a celeridade em sua tramitação, de modo a não acarretar prejuízos às partes do processo; e o arcabouço legislativo e normativo para embargos e desembargo e a aplicabilidade da IN nº 8, de 2024, do Ibama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ibama; representante da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); representante da Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado do Mato Grosso (Aprosoja-MT); e representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Quanto à justificação, V. Exa. já abordou vários dos aspectos, e apenas quero complementar, dizendo que, havendo indícios de que as medidas que estão sendo tomadas apresentam evidências de inconstitucionalidade, é mister convidar os entes implicados ao debate e discussão, a fim de que se possa compreender a lógica dessas operações e que, como via de consequência, sejam adotadas as providências necessárias de tal forma que o interesse público seja ressalvado.

Então, nós temos dois problemas muito claros: se embarga por vídeo, aí o produtor vai lá e demonstra que está correto, e isso leva uma eternidade, ou seja, a punição é rápida, e a soltura é lenta.

Então, eu acho que, nessa audiência pública, nós teremos condições de esclarecer muitos desses assuntos, e é o objetivo da Comissão que V. Exa. tão bem preside e de que fui o proponente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pelas suas colocações, nosso Relator, Senador Mourão.

Eu quero dizer a todos que estão nos acompanhando neste momento que esse é um assunto gravíssimo que nós temos no país dentro do setor produtivo. Nós temos a obrigação, o Senado tem a obrigação de resolver, o Congresso Nacional, essa situação.

Nós temos que chamar todas as entidades, inclusive os órgãos ambientais dos estados, o Ibama e a CNA.

Quero dizer que nós precisamos resolver essa situação, porque tem uma situação gravíssima, Senador Mourão. Tem propriedades em que o produtor tem lá seus 80ha, 100ha e talvez ele tenha só 10ha ou 5ha em que ele cometeu uma infração; aí 100% da área dele acaba ficando embargada e, muitas vezes, entra no próprio CPF dele até em outra área, se porventura ele tiver, que também fica embargada, como V. Exa. já falou aqui.

O pior de tudo isso é que estão sendo feitos todos esses autos através de uma foto de satélite, e o Ibama está notificando essas pessoas. E digo mais, tem muitos pequenos produtores rurais que estão sendo notificados e nem sabem que a sua área já está embargada. Então, essa é uma missão nossa. Por isso, foi criada esta Subcomissão aqui.

Nós temos o compromisso de ajudar o nosso setor produtivo. O nosso pequeno produtor rural não pode ser sacrificado e massacrado da forma que vem acontecendo no nosso país.

Parabéns pela sua colocação!

Vamos em frente e vamos fazer o máximo possível para que, nesta Subcomissão, aqui no Senado, dentro da CRA, nós consigamos resolver essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votação simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento nº 2, de 2025, CRATERRAS.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Jaime Bagattoli, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama com a presença dos Senadores Alan Rick, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Giordano, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Weverton, Jorge Seif, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública, atendendo ao Requerimento 2/2025 - CRATERRAS, de autoria Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS). Finalidade: Discutir o marco legal dos embargos e conhecer a visão dos órgãos de controle e de fiscalização, no contexto dos editais de notificação exarados pelo Ibama nos embargos de terras nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Participantes: Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Alex Sandro Antônio Marega, Secretário Executivo na Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso em representação à Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); Rodrigo Justus de Brito, Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Anaximandro Almeida, Consultor jurídico da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja/MT); e Thiago Rocha, Consultor da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia (Aprosoja/RO. Resultado: Audiência Pública realizada. Usam da palavra os Senadores: Hamilton Mourão, Alan Rick e o Senador Jaime Bagattoli, Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/08/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 4ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária CRATERRAS, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir um marco legal dos embargos e conhecer a visão dos órgãos de controle e de fiscalização no contexto dos editais de notificação exarados pelo Ibama nos embargos de terras no Acre, Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia.

A criação da CRATERRAS foi uma proposta direta e crescente em segurança jurídica no campo, gerada por recentes ações do Ibama que resultam no embargo coletivo de mais de 4 mil propriedades rurais na região. Essa medida apresenta indícios de inconstitucionalidade, e é o nosso dever, como Senadores, analisar a fundo essa questão. É fundamental garantir o respeito ao rito do devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa antes da efetivação de medidas que restrinjam o uso da propriedade.

Os embargos têm sido aplicados de forma massiva e via edital, sem notificação individualizada que permita aos produtores rurais o exercício prévio de sua defesa. Além disso, muitas vezes os embargos foram impostos com base em dados de sensoriamento remoto, sem a devida verificação em campo ou comprovação do nexo de causalidade entre a conduta e a autoria.

A problemática do embargo indiscriminado e desproporcional também merece nossa atenção. Em muitos casos, os atos do Ibama resultaram no embargo da totalidade dos imóveis rurais e não apenas da área onde a suposta infração ocorreu. Essa prática contraria o próprio Decreto nº 6.514, de 2008, que determina que o embargo deve se restringir ao polígono da infração. Essa ação configura, na prática, um confisco da propriedade, inviabilizando a atividade produtiva e o sustento de milhares de famílias de pequenos e médios produtores.

Para o desembargo da área, a regularização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um pré-requisito. No entanto, a morosidade da análise do CAR, com apenas 3% das análises concluídas em nível nacional, agrava a situação, deixando os produtores em um limbo jurídico e impedindo seu acesso a crédito e financiamentos.

A CRATERRAS tem como seus objetivos propor soluções que garantam o devido processo legal e a razoável duração do processo, de modo a não causar prejuízo aos produtores rurais. Enviamos ofício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às secretarias de meio ambiente dos estados afetados com o objetivo de coletar informações sobre o processo de regularização ambiental no estado, bem como buscar aplicação adequada dos instrumentos de comando e controle, pautada estritamente na legislação ambiental vigente, além de garantir o devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Para que tenhamos uma ideia da dimensão do problema, recebemos a resposta da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre ao ofício que enviamos. A secretaria informou que, em seu estado, o Ibama já embargou um total de 160.287 hectares em 22 municípios. Apenas 5% dos CARs com análises concluídas no estado estão aptos a seguir para a regularização. E a própria Secretaria do Meio Ambiente sugere que o tempo médio para um processo administrativo de regularização ambiental é de 30 a 45 dias – isso se toda a documentação estiver correta. Além disso, a secretaria informou que pode se ter uma análise prioritária do CAR desses imóveis que foram embargados preventivamente desde que haja requerimento do interessado. Isso demonstra a urgência de trabalharmos em conjunto.

E a situação pode ser agravar ainda mais. A Subcomissão CRATERRAS manifesta sua preocupação com os vetos ao projeto de licenciamento ambiental feito pelo Governo Federal, em especial o veto ao dispositivo que dispensava o licenciamento ambiental para os imóveis com o Cadastro Ambiental Rural pendente de homologação. Isso poderá levar à restrição do crédito e da comercialização de produtos agropecuários, à criminalização dos produtores que não possuem o CAR validado à apresentação de animais e produtos em larga escala, além de embargo e interdição de todos os imóveis pendentes em análise. Nossa Subcomissão irá prever e buscar caminhos para o desembargo dessas áreas.

Agradeço a presença de todos os convidados, em especial dos representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), da Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O diálogo entre produtores rurais, suas entidades e os órgãos ambientais é crucial para buscar soluções para os atuais embargos. Com o trabalho desta Subcomissão, pretendemos identificar falhas nos procedimentos de embargo cautelar, aprimorar a atuação do Ibama e propor legislações que concluam proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, garantindo a pacificação no campo e o progresso do agronegócio brasileiro.

Convido para compor a mesa os seguintes oradores: Anaximandro Almeida, Consultor Jurídico da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja); Alex Sandro Antônio Marega, Secretário-Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, em representação à Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), por videoconferência; Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Thiago Rocha, Consultor da Aprosoja Rondônia; Rodrigo Justus de Brito, Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o nosso Relator da CRATERRAS, o Senador Mourão. Quero dizer a você, Senador, e a todos que estão nos acompanhando pela TV Senado, que essa situação desses embargos no Brasil é uma situação gravíssima que nós temos, prejudicando a nossa produção no campo, principalmente os nossos pequenos e médios produtores. E quero dizer a vocês que é uma missão nossa, do Congresso Nacional, do Senado, encontrarmos juntos alternativas para resolvermos essa situação, porque o que tem acontecido nos últimos tempos é que nós tivemos mais de 4 mil propriedades com embargos, por foto de satélite, em que muitos desses produtores, ficaram sabendo que as suas áreas já estavam embargadas há um bocado de tempo. E o pior disso tudo é que, talvez em uma propriedade de 100ha, por causa de 5ha houve a infração. Muitas dessas propriedades estão com 100% da sua área embargada e, hoje, com dificuldades de linha de crédito, com dificuldades de poder vender a sua produção e ainda, fora essas restrições, ficam impedidos de produzir dentro dessas propriedades.

Com a palavra, por dez minutos, Anaximandro Almeida, Consultor Jurídico da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja).

O SR. ANAXIMANDRO ALMEIDA (Para expor.) – Gostaria de inicialmente cumprimentar o Senador Jaime Bagattoli e o Senador Hamilton Mourão, nas pessoas de quem eu cumprimento os demais presentes nesta audiência pública.

A audiência visa discutir, debater o marco legal dos embargos e obter a visão dos órgãos de controle e fiscalização nos contextos das notificações exaradas pelo Ibama, especialmente nos estados do Norte do país.

A avaliação da alteração do Decreto 6.514 começa com a questão dos incêndios florestais. Então, na primeira... Lá em 2014, setembro de 2014, em função dessa temática, houve a introdução dos chamados, então, editais de embargo geral preventivo. Está claro aí. Essa é uma página do Governo.

Quais são os objetivos com esse embargo em função da decorrência da infração do tipo ambiental? O objetivo seria cessar a infração, o que normalmente é esperado de um embargo; impedir que qualquer pessoa aufira lucro ou obtenha vantagem econômica com o cometimento da infração ambiental; prevenir a ocorrência de novas infrações; resguardar a recuperação ambiental; promover a recuperação dos danos ambientais; e garantir o resultado prático de processos de responsabilização administrativa.

Acontece que... Então, veio o Decreto 12.189, porque a questão é muito mais complexa do que esse objetivo em si, com o que eu acho que a maioria da sociedade concorda.

Aqui eu trouxe, para balizar os trabalhos, sem entrar em detalhes... Nós estamos aqui com o Dr. Rodrigo ao lado, que é representante da CNA. A ação que foi proposta pela CNA questiona a constitucionalidade logo dos dispositivos que foram alterados, os dispositivos trazidos aí pelo Decreto 12.189, de 2024. E entende-se, daí a razão do tipo de ação, a ADPF, que houve a violação dos seguintes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

princípios: a individualização da pena, pelos embargos coletivos; não se obedece ao devido processo legal; o contraditório; a ampla defesa; o direito de propriedade; a presunção de inocência; a legalidade; a eficiência administrativa; e a proporcionalidade.

Como consequência disso, nós vamos ver aqui, também de forma sucinta, os impactos: alguns prejuízos são imediatos; restrições e sanções desproporcionais que ferem direitos e garantias fundamentais dos produtores rurais; insegurança jurídica. Da forma como está proposta, talvez a execução seja um pouco diferente, mas o que está escrito nos editais e na alteração que foi feita no decreto resulta nesses impactos. E também: impossibilidade de produzir alimentos, restrição à obtenção de crédito e até mesmo, em casos mais graves, a desapropriação-sanção.

Aqui a primeira alteração, grande alteração, que seria logo no §2º do art. 16, em que a redação anterior falava em penalidade de embargo e não incluía a questão de queima, né? A nova redação muda: "Não se aplicará a medida administrativa cautelar de embargo de obra, de atividade, ou de área, nos casos em que a infração de que trata o *caput* se der fora da preservação permanente ou reserva legal, salvo quando se tratar de desmatamento ou queima não autorizada [...]". Entende-se que, quanto ao "queima não autorizada", nós não temos uma definição em lei e decreto para queima. Tem queimada, tem incêndio... Então, eventualmente, algum produtor que sofra um incêndio, não causado por ele, mas por terceiro, ou um incêndio involuntário, estaria sujeito, então, a essa sanção, e se enquadraria nesse dispositivo.

Então, aqui nós temos alguns extratos lá da petição da CNA. Então, "a expressão 'queima não autorizada' traz completa insegurança jurídica e possibilita que produtores rurais, vítimas de incêndios, tenham sua propriedade embargada". Impor, então, "uma sanção de embargo, sem a devida análise prévia de autoria e materialidade, apenas pela identificação da ocorrência de uma 'queima', é desrespeitar o devido processo legal"; ou seja, não se tem aí uma verificação do nexo de causalidade do delito e a necessidade da medida cautelar – pelo menos ela não aparece de forma expressa. Em síntese, não diferencia adequadamente incêndios involuntários e queimadas controladas legalmente permitidas. "Ah, não, mas só estamos autuando queimada não autorizada." Mas fica um pouco nebulosa a ideia de... Não se previne a questão de eventuais ocorrências com incêndios involuntários ou causados por terceiros.

Aqui é da inserção de um art. 16-A, *caput* e seus parágrafos, né? Em síntese, o embargo coletivo, então, permite que se coloque um conjunto de polígonos relativos ao mesmo tipo de infração ambiental, sem um auto de infração definidor claro da autoria e materialidade. Então, você tem um conjunto, esse conjunto não define quem realmente cometeu e qual foi a materialidade. Principalmente nos primeiros editais, isso está bem patente. Em um único termo de embargo, admitem-se sanções amplas e genéricas – nós vamos visualizar isso –, mediante embargos por bioma, estado, gleba ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região, sem a comprovação de autoria e materialidade de cada propriedade, o que pode punir produtores que ou são inocentes ou não ensejaram a situação.

Em síntese, você tem essa situação em que nesse dispositivo, o 16-A, não se observa o princípio da individualização da pena. Não disponibiliza... não se possibilita, melhor dizendo, assegurar a delimitação exata da conduta, com a identificação do possível infrator, do efetivo infrator.

Não se contempla também a questão da demonstração do nexo de causalidade entre a suposta autoria e a conduta. Isso fica muito vago, muito amplo. E não se fixa adequadamente, como em alguns casos que a gente vai verificar aqui, o restrito local da possível punição.

Por fim, a gente pode resumir que se coloca o produtor numa situação de completa insegurança jurídica, pois viabiliza que os embargos sejam lavrados sem a existência prévia de auto de infração ou do exercício de contraditório ou da ampla defesa. Viola, então, o devido processo legal, inviabiliza a continuidade de atividades econômicas, compromete a renda não só do produtor e também prejudica aí os trabalhadores, além da produção de alimentos em geral.

Também é inserido o dispositivo 83-A, que é um dispositivo... O que está em negrito lá seria o que afeta a ação, a tipificação do produtor rural de vender, utilizar, produzir, armazenar e transportar sua produção. As multas foram aumentadas. O que ocorre com esse dispositivo é que ele não afeta só o produtor rural: é toda a cadeia produtiva. Então, quem, por algum motivo, financiar, importar, exportar também será atingido. Pelo dispositivo, a infração, no caso, é muito ampla e sem especificação. A norma ignora a realidade da morosidade dos órgãos ambientais – eu acho que esse aí é um dos principais problemas desse dispositivo –, penalizando, então, os agricultores de boa-fé, os produtores, que aguardam decisões em processo de licenciamento. E poderá, então, penalizar o produtor pela ineficiência administrativa – enquadramento aí no art. 37 da Constituição Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANAXIMANDRO ALMEIDA – Resumidamente, aí a petição. Ela traz este fato: a espada de Dâmocles – outro grego. E a questão é que você tem a seguinte situação: de um lado, ele precisa produzir, porque, se ele não produzir, ele está passível de uma sanção, a desapropriação, pois ele tem que cumprir o grau de utilização da terra; mas, se ele ficar esperando também a licença ser aprovada, ele perde aquela área, pode ser desapropriado; ou, então, ele vai receber a multa se ele não esperar, quando, então, ele recebe a multa. Então, essa é a situação. Ele fica ali no meio-termo, mas o grande problema, volto a dizer, é a questão da morosidade. O dispositivo, a princípio, com exceção de ser muito amplo, de que as penas foram majoradas e tal... Mas a questão é a da morosidade, porque fica o produtor esperando uma definição da licença, que não vem, e, por outro lado, ele está com aquela área sem utilizar e passível de uma desapropriação, uma sanção.

Aqui, está um dos editais, e foi um dos primeiros. Esse edital é o Edital nº 3/2025. Ali se observa... Basicamente, ele trazia no início um padrão e já determina que o produtor deixe a área lá, tire os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animais... No caso, esse aí é na região de Altamira, no Pará. E vocês vão ver que está aí o edital que... Ele não individualiza ninguém. O anexo eu não trouxe, mas ele não tem a área que é efetivamente afetada.

Isso foi passível de um processo na vara federal. E aqui o juiz destaca o seguinte:

> [...] Edital de Notificação n. 3/2025 [...] alcançou 544 (quinhentos e quarenta e quatro) áreas, compelindo a desocupação imediata das áreas num prazo de 30 (trinta) dias, fundado no [...] embargo preventivo.

O juiz, no caso, disse:

> Todavia [...], não consigo vislumbrar uma devida observância ao devido processo legal no procedimento adotado pelo IBAMA. Pelo que depreendo do Edital de Notificação [...], o exame para o embargo preventivo decorreu de imagens de satélites, o qual indicava a presença de desmatamento nas áreas arroladas no Anexo I do instrumento convocatório.

E mais:

> Contudo, deste cenário, é de se destacar não foram individualizadas as condutas de cada um dos proprietários, tampouco eventuais autorizações legais que chancelassem certos desmatamentos.

Vocês vejam que essa decisão, de certa forma, traz a mesma mensagem da ADPF sobre a qual nós comentamos há pouco.

> E, mais grave, [...] o embargo generalizado sob o fundamento de que, não obstante estejam incluídos no Anexo ao Edital [...], não estão enquadradas nos polígonos utilizados pelo IBAMA para o bloqueio das atividades.

Então, houve falha aí na identificação.

> Os embargos aqui questionados, embora travestidos de providências de cunho cautelar, em verdade, revestem-se de uma punição indiscriminada e generalizada, desprovida de elementos concretos que individualizem condutas ou examinem a autoria ou alinhamento com os parâmetros do devido processo legal.

Então, o juiz entendeu que isso é uma punição coletiva!

Aqui está a decisão: ele deferiu a tutela de urgência, manda suspender os efeitos do Edital nº 3/2025 e coloca que nada impede, claro, que o Ibama faça os devidos editais, desde que, no caso, mantenha o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, individualizando as condutas. Esse é o ponto principal.

Aqui, o Ibama, em função da decisão, edita uma nova notificação, suspendendo a notificação anterior.

Um dos prejuízos que a gente coloca... "Ah, o embargo é preventivo." A gente tem observado o Governo se manifestar dizendo: "Não, mas o contraditório vem no final, é deferido, é adiado". E enquanto isso? Com essa proposta, você tem aplicação direta da Resolução 5.193, que impede o financiamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os produtores. Então, já começam os impactos de imediato, os prejuízos de imediato. Ele já deixa de pegar qualquer tipo de financiamento, mesmo tendo algum erro. Mesmo tendo legalmente desmatado aquela área com licença e tudo ou naqueles casos de incêndio, por um equívoco ou um erro, ele é prejudicado por algo que ele não cometeu. Então, já tem a primeira sanção que começa. Não é aí o princípio do poluidor pagador... Ele já paga, às vezes, sem mesmo ter causado qualquer dano ambiental.

Aqui, outro ponto que merece destaque desta Comissão é a questão da análise do desembargo ambiental. É outra coisa difícil. Você tem uma velocidade muito grande para embargar, mas desembargar é muito difícil.

Aqui é um processo de três anos. E aqui é lá da Justiça de Mato Grosso. Aqui, o juiz coloca que:

> A omissão administrativa, consubstanciada na inércia da autoridade coatora em apreciar o pedido protocolado [...] [no caso, agora em fevereiro deste ano], ultrapassando o prazo legal, caracteriza [sim] violação ao princípio da legalidade, da eficiência e da razoável duração do processo [...].

Então, é mais só para destacar esses pontos de que a jurisprudência lá do TJMT tem sido firme no sentido de que essa morosidade excessiva é danosa e tem dado ganho de causa ao produtor, mas vejam a dificuldade do produtor. Primeiro, aí um processo, como a gente colocou, de três anos para conseguir e, depois de estar todo municiado, instruído, ainda o órgão ambiental atrasa. Então, é difícil para o produtor. Uma vez embargado, ele sofre essas sanções da mora, vai demorar a produzir e tem todo esse impacto negativo para ele.

Aqui, só um comentário. A Aprosoja defende a sustentabilidade. E aí a importância de você ter marcos, segurança jurídica, marcos legais bem definidos e objetivos, e não coisas vagas ou muito amplas, generalizadas, que cabem em qualquer situação. Então, o apelo é esse.

Nós temos lá esse projeto Guardião das Águas, que cuida de mais de 100 mil nascentes.

Além do mais, nós temos o programa Soja Legal, com adesão de 1,2 mil propriedades, mais de mil produtores. Ali, está a área de soja, a área já cadastrada no programa Soja Legal, que cuida dos aspectos jurídicos em geral com que a propriedade tem que se preocupar: aspectos trabalhistas, fundiários, do meio ambiente, a questão da reserva legal, as licenças, CAR, outorgas de registros de água, de EPI, etc., etc. Então, é um trabalho que atua nestas frentes – ambiental, trabalhista, fundiária –, além de nos aspectos de produção propriamente ditos.

Aí, é um certificado, é um termo de reconhecimento desse trabalho com o Ministério da Agricultura e também com a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Por fim, a gente caracteriza que nós temos a campanha de prevenção e combate a incêndios rurais e florestais, como iniciativa da associação e de seus produtores. Não é como alguns entendem lá o art. 41 da lei – quatorze e alguma coisa, eu esqueci agora o restante do número da lei –, de que só o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtor é responsável. Não, lá tem um comitê, ele é responsável, mas também, se ele não for responsável por aquele fogo, ele não vai responder. Então, o dispositivo tem que ser lido de forma sistêmica e não isolada. Então, são essas ações. Há essa preocupação, mas há dificuldades. Há muita burocracia também com relação ao corpo de bombeiros, que tem suas normas. Se a gente chamar, aí o corpo de bombeiros pede: "Não, mas eu preciso de tais e tais coisas, ou comprovações e tal, ou alguma outra informação". Se passam cinco minutos, o dano já é muito grande. Então, são medidas que precisam ser melhoradas e adotadas para diminuir a burocracia desses procedimentos.

Obrigado.

Estou aqui à disposição para os debates e perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Anaximandro, obrigado pelas suas colocações.

Quero dizer para vocês que – você colocou muito bem – essa situação dos embargos preventivos por imagem de satélite acaba penalizando na totalidade a área. Esse que é o grande fator. E, muitas vezes – como você acabou de falar –, nós temos um problema seriíssimo: para fazer o embargo, é na hora; para fazer o desembargo, aí que é que começa a grande complicação.

Eu sei que nós temos, representando o Ibama, o Jair Schmitt, que está aqui hoje, que vai falar depois conosco também, mas nós precisamos encontrar também um bom senso, porque o produtor não pode ficar à mercê de ficar com a sua produção lá...

Outra coisa. Vocês já imaginam um embargo de uma área... É porque este ano foi um ano que não teve nem comparação com o ano passado, com a seca que nós tivemos em 2024. Agora, em 2025, é um caso atípico. Este ano praticamente estamos até passando despercebido, quase que nem seca está dando. Lá em Rondônia, está chovendo, choveu todos os meses, choveu em junho, choveu em julho e já choveu em agosto. Impressionante! Olhe, Senador Mourão, eu estou lá há 50 anos; eu nunca tinha visto isso, porque lá é normal três meses de seca: junho, julho e agosto. Começa a chover em setembro. Neste ano, choveu em junho, choveu em julho, já deu uma chuva agora em agosto. Impressionante. Então, nenhum produtor quer ir lá e queimar sua resteva de milho. Qual produtor quer fazer isso? E aí imagine pegar fogo numa resteva dessa de milho, e esse produtor ser multado, muitas vezes, por uma foto de satélite. É impressionante.

E nós temos que respeitar o polígono. De qualquer maneira, quem cometeu qualquer erro, se há qualquer situação mesmo de um desmatamento sem autorização, ou se ele entrou... Tem que ser feito o embargo somente daquela área, como são feitas as *tradings* que compram soja. A Aprosoja sabe disso. As empresas todas que compram soja, desde que o produtor comprove que ele não está plantando naquela área, naquele polígono lá ele não está plantando, a outra área fica liberado normalmente.

Convido, para ter a palavra por dez minutos, o segundo orador, Alex Sandro Antônio... É Marega?

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA (*Por videoconferência.*) – Marega.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Marega, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, em representação à Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente (Abema).

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Na pessoa do Presidente Jaime e também do Relator Mourão, cumprimento a todos os componentes da mesa e os demais presentes nesta audiência, tanto presencial quanto virtualmente.

Vou falar aqui em nome dos estados da Abema, mas principalmente dos estados que foram instados a se manifestar – então, os Estados do Acre, do Amazonas, de Mato Grosso e do Pará – para que possamos falar sobre a questão dos embargos.

Esses estados, há algum tempo, vêm fazendo grandes investimentos para combater os ilícitos ambientais, mas também para agir de forma justa. Então, quando a gente fala dos nossos licenciamentos, nós temos que produzir uma prova técnica que seja a mais robusta e precisa possível. O Estado de Mato Grosso foi o primeiro estado a investir nessas metodologias. Então, nós, sim, usamos imagens de satélite há mais de seis anos. Antes, essas imagens eram adquiridas pelo estado, hoje a Polícia Federal adquiriu isso através do Programa Brasil Mais. E nós temos imagens de satélite de alta resolução. E o que essas imagens propiciam? Que a gente consiga identificar onde estão acontecendo os ilícitos ambientais, principalmente com relação ao desmatamento ilegal. Com relação aos incêndios, não é tão simples assim você fazer essa identificação. Você pode até identificar a cicatriz onde ocorreu aquele incêndio, mas chegar à conclusão sobre qual é a causa ou quem é o causador daquele ilícito é muito mais difícil. Com relação ao desmatamento, você tem, sim, uma foto do antes e uma foto do depois. Hoje, com diferença de até um dia, dois dias, você consegue identificar uma área que estava vegetada e uma área que está desmatada posteriormente. Então, isso propicia que você tenha qualidade na informação, na prova técnica e que você consiga, então, fazer essa autuação.

Os estados... Inclusive, nós estivemos reunidos ontem com esses estados em que foram instados para verificar como que cada estado funciona. Então, hoje os estados não têm embargos preventivos. Não é só identificar lá alguma questão de incêndios, principalmente, e embargar sem ter feito a perícia para fazer o laudo de causalidade, mas, com relação ao desmatamento, sim. Com relação ao desmatamento, se você tem uma foto do antes e depois, usa com o Cadastro Ambiental Rural e identifica quem é o proprietário, quem seria o responsável por fazer aquela manutenção, então, é feito o auto de infração e, a partir do auto de infração, é lavrado o auto de embargo. Então, o embargo não é lavrado sozinho, o embargo é lavrado em conjunto, já com o auto de infração. Depois, há a possibilidade para que o produtor possa fazer a sua defesa junto ao órgão ambiental ou junto a outros órgãos. Então, os estados têm já...

Inclusive, o Estado do Acre já encaminhou essa informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar aqui sobre o Estado do Amazonas, que também já encaminhou essa informação. Acho que não chegou a tempo de ter sido feita a leitura, mas os embargos do Amazonas, até junho de 2025: tem ali 206 mil hectares, total de 1.850 áreas com embargos até junho de 2025, o que totaliza 133 mil hectares. Até julho de 2025, *online*, são 1.080 áreas com 150 mil hectares. Então, esses são os dados do Amazonas.

Eu vou falar agora os dados do Mato Grosso. O Mato Grosso possui hoje – deixe-me só puxar aqui – um total de embargos válidos de áreas, de polígonos... Essa é uma diferença, porque nós também fazemos embargos de empreendimentos, mas a gente fala de polígonos, que são áreas que foram embargadas ou por ilícitos com relação ao desmatamento ilegal, ou por descumprimento de próprio embargo ou também por incêndios. O Mato Grosso tem 8.111 embargos válidos, que são ativos dentro do Estado de Mato Grosso. Isso é só com relação ao estado. Aqui eu não estou computando os do Ibama, mas o Ibama vai poder falar os dados realmente deles.

Seguindo aqui a lógica, quais são os principais tipos de embargos? Quando a gente fala aqui em embargos de propriedades rurais, geralmente é por desmatamento ilegal ou exploração florestal ilegal, que seria uma exploração seletiva, em que não há o corte raso, mas é retirada a madeira das áreas, e por incêndios, desde que tenha a perícia que faça a identificação da causalidade, onde começou e o tamanho da área que foi queimada em decorrência daquele ilícito que foi praticado. Então, esses são os principais (*Falha no áudio.*) ... com os embargos que são ativos.

Qual é a forma de o produtor, então, sair desse tipo de irregularidade? Como é que ele pode regularizar sua propriedade? É através do Cadastro Ambiental Rural. E, conforme já vem sendo falado nas audiências da Comissão, o CAR ainda enfrenta alguns desafios para que possa ser consolidado e possa ter uma análise mais rápida, para que o produtor, a partir do momento em que foi autuado, possa ser desembargado, dentro daquilo que ele se compromete a fazer quanto à regularização e quitação dos seus débitos ambientais. Os estados hoje têm investido para que o CAR possa ser validado de forma mais célere.

Vou falar um pouquinho sobre Mato Grosso. O Mato Grosso hoje é um estado que avançou bastante no seu Programa de Regularização Ambiental. Hoje, dentro do nosso sistema, que é um sistema próprio mas que é integrado ao sistema federal, nós temos 161 mil cadastros – ou seja, são 161 mil propriedades cadastradas –, dos quais 26 mil CARs foram validados, ou seja, 16%; nós temos aqui analisados e aguardando o produtor cumprir as suas pendências, ou seja, corrigir os erros que foram identificados, 21 mil cadastros; e nós temos aqui cadastros que foram suspensos, ou seja, por falta de regularização, nós temos um total de 20 mil cadastros suspensos por o produtor não ter cumprido essas solicitações, as pendências para que o CAR pudesse ser validado. O estado hoje criou o CAR Digital, que é feito de uma forma mais célere, então, nós cruzamos, nós construímos uma base municipal com todas as feições, pegamos aquele CAR que foi declarado pelo produtor rural, e nós conseguimos, então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir disso, aumentar... Nos últimos três meses, que foi quando a gente lançou essa ferramenta, nós conseguimos sair de 10 mil CARs validados para 26 mil CARs validados. Então, nós conseguimos aumentar isso de forma significativa. Cada vez que um município é lançado nessa base, fica possível para o produtor ir lá e aceitar. Então, não tem mais análise manual, o produtor pode entrar lá e, caso concorde com aquela análise que foi feita pelo estado, tem o seu CAR validado. Ele pode assinar o termo de compromisso ali, no próprio CAR Digital, se ele concordar com aquele débito que o estado apontou. E ele pode, então, com esse termo de compromisso, solicitar o desembargo, tanto no Ibama quanto no órgão ambiental.

Uma das coisas que tem acontecido muito é que muitos não concordam com a análise que foi feita pelo estado, e aí tem que seguir para uma análise manual, em que ele vai poder contestar, fazer sua justificativa, e aí pode ser que demore um pouquinho mais. Após ele assinar o termo de compromisso, o desembargo tem que ser feito imediatamente. Por isso, o investimento em sistemas automatizados... Nós conseguimos hoje criar o sistema de autuação e o sistema de responsabilização, pelos quais, após ter tido uma decisão administrativa, tanto no julgamento do auto de infração quanto na regularização do Cadastro Ambiental Rural, pelo menos com relação ao estado, a gente consegue desembargar isso de uma forma bem rápida. Com relação ao Ibama, ele precisa pegar esse termo de compromisso, ir até o Ibama e fazer a sua defesa, dizendo que aquela área que foi autuada, que foi embargada pode estar sendo regularizada.

Só para deixar bem claro, quando os estados, vamos dizer, os estados amazônicos, na Amazônia, principalmente esses que foram relatados, identificam lá um ilícito ambiental, principalmente com relação ao desmatamento ilegal, e é feito o auto de infração usando aquela imagem, caso aquele produtor já tenha cessado o desmatamento... É porque, quando esse desmatamento está em andamento, a fiscalização *in loco* é obrigatória, a gente tem que ir lá *in loco* para que aquele desmatamento seja freado. Quanto aos embargos com relação a áreas de incêndios, é necessário um laudo pericial que demonstre quem é o causador, de onde iniciou, como iniciou e quem é o responsável por aquela degradação.

Bom, dentro dos dez minutos, eu acho que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEX SANDRO ANTÔNIO MAREGA (*Por videoconferência.*) – ... é isso, mas eu estou à disposição aqui para responder as perguntas da Comissão ou de qualquer outra pessoa que esteja presente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado pela sua explanação, Alex.

Quero dizer para vocês que o maior problema hoje que nós temos não está no médio e no grande produtor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jair Schmitt, quero dizer para você que antes de eu passar a palavra para você... Nós temos que analisar essa situação, principalmente, dos nossos pequenos produtores, porque muitas vezes nem é que eles queiram cometer algum crime ambiental. Eles, lá atrás, quando pegaram essas propriedades, tiveram as suas propriedades... Muitas vezes, o Incra sinalizou para eles uma reforma agrária para colocar essas pessoas, para fazer esses assentamentos. E essas pessoas foram indo e muitas vezes derrubaram até sem a licença prévia. Então, nós temos um problema muito grande nas propriedades até quatro módulos – e quatro módulos seriam 240 hectares – e precisamos analisar com mais carinho essas propriedades. Nós precisamos nos debruçar sobre essa situação desses pequenos produtores, porque, senão, nós vamos ter um êxodo muito grande no campo – mas muito grande! E nós já estamos com problema, porque nós temos problema de comercialização, nós estamos vivendo uma crise hoje, no campo, dos produtos dentro da própria comercialização. Então, nós precisamos arrumar ferramenta para que nós possamos resolver o problema dessa questão ambiental.

Muitas vezes, esses incêndios são provocados, e o próprio produtor rural tem que se defender até de incêndios que vêm das beiras das rodovias e que entram nas propriedades. E, muitas vezes, o produtor rural vai ter que se defender e é muitas vezes autuado por um crime por algo do incêndio que ele não cometeu, quando ele tem que se defender.

Eu passo agora a palavra, por dez minutos, ao Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Antes de eu passar a palavra, Jair, eu queria deixar uma pergunta já no ar para você, que é uma aclamação de muitos produtores, de milhares de produtores no Brasil, que eu queria que depois você pudesse responder para nós: qual o fundamento legal para a aplicação de embargos coletivos e preventivos – conhecidos por embargão – por meio de editais sem a devida individualização da conduta, sem possibilitar a garantia do contraditório e da ampla defesa de forma plena e sem a comprovação do nexo de causalidade entre a suposta infração e o produtor rural?

Com a palavra.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Senador Jaime, muito boa tarde. Boa tarde, também ao Rodrigo Justus; ao Anaximandro, da Aprosoja; também ao meu colega Thiago, aqui presente; e ao representante aqui da Abema, Alex Marega, que nos acompanha *online*.

Senador, agradeço a oportunidade de trazer esclarecimentos em relação ao trabalho do Ibama no combate ao desmatamento, trabalho esse que, em alguma medida, também é realizado e enfrentado pelos órgãos estaduais do meio ambiente, pelas polícias militares ambientais, pelo Ministério Público e pelas polícias judiciárias. E todos, como cidadãos brasileiros, estamos imbuídos de enfrentar a ilegalidade, ilegalidade essa que, no contexto, inclusive, amazônico, é bastante abrangente e profunda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma apresentação aqui com breves eslaides. Eu não sei onde está o passador aqui... Eu não quero me estender em pontos muito profundos, mas dar alguns elementos básicos que nos auxiliarão aqui no debate, na conversa, nesses esclarecimentos.

Eu acho que o primeiro ponto essencial é que o trabalho do Ibama, assim como o de outros órgãos, é o combate ao desmatamento ilegal e a outras infrações associadas aí à flora brasileira. Em particular, isso é regido por um plano do Brasil que é o PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia). Existem outros planos de ação em atendimento à lei que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima para a proteção de outros biomas. Também as ações do Ibama estão em linha, além de com toda a legislação ambiental – mais adiante eu terei a oportunidade de apresentar –, com as ações do Supremo Tribunal Federal, em particular a ADPF 743 e a ADPF 760, instauradas aí no ano de 2020 e 2021. E o Ibama, assim como outros órgãos, tem a obrigação de cumprir as ações assim determinadas pela Justiça Federal.

Também, só num breve contexto do desmatamento, apesar dos esforços de várias instituições na redução desse desmatamento nos últimos anos – nós tivemos redução de 7%, 23%, 31% –, no atual ciclo, 2025, nós temos ali a última coluna em rosa. Esses são os indicativos de alerta do desmatamento fornecidos pelo Inpe, pelo sistema Deter. Não é a taxa de desmatamento, mas é um parâmetro que baliza diariamente o nosso trabalho, onde estão essas infrações, onde estão ocorrendo essas infrações. E nós percebemos ali uma leve elevação de 3% no atual período, o que exige aí dos órgãos do Estado a atuação contínua e forte no combate a essa ilegalidade.

No gráfico aqui à esquerda, nessa *pizza*, nós temos os estados onde tem maior ocorrência desse desmatamento ilegal. Então, nós temos aqui Pará, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Maranhão e outros, na proporção ali, mais bem estabelecidos.

Quando nós comparamos a ocorrência desse desmatamento, nós temos essa sobreposição com alguns municípios mais críticos. No passado, a gente chamou isso de arco do desmatamento. Eu não sei se hoje o termo é mais apropriado, dado o próprio desenho com que isso vem ocorrendo na Região Amazônica, mas nós temos aí pelo menos em torno de 50 municípios que são os mais críticos, aqui no mapa representado aí em torno de uns 15, 20, mas que pega ali o sul do Estado do Amazonas, Rondônia, Porto Velho em particular, Pará, Altamira, e o próprio Mato Grosso, que tem um desmatamento que não é nem tão concentrado em um ou outro município, que é um pouco mais difuso, mas que, no seu quantitativo, é bastante significativo.

E a atuação do Ibama é muito pautada por isto: onde estão as regiões mais críticas de desmatamento, com maior ocorrência. E, em decorrência disso, a forma de otimizar a capacidade instalada e a força de trabalho da instituição é olhando para essas áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, já contribuindo aqui com algumas respostas, qual é a base legal que dá sustentação à atuação do Ibama como órgão de fiscalização e, em grande medida também, dos outros órgãos estaduais, de órgãos que têm atuação na responsabilização administrativa?

Um dos marcos legais é a Lei de Crimes e Infrações Ambientais, a Lei 9.605, de 1998. Aqui eu destaquei dois dispositivos dela. Há o art. 70, que consolida o conceito do que é infração: toda ação ou omissão. Então, não é só o agir, mas é o omitir também, muitas vezes. E aí o art. 72 estabelece lá tanto as medidas sancionatórias quanto as medidas cautelares. Existem medidas que têm natureza cautelar, preventiva, e tem outras que têm natureza punitiva, as de natureza punitiva, efetivamente, são aplicadas após a conclusão do rito do processo sancionador, entre as quais a gente vê multa, embargo, apreensão e assim por diante.

Trazendo um pouco, especificamente, para o contexto do desmatamento, a Lei 12.651, que trata da proteção da vegetação nativa, aquilo que nós também chamamos de Código Florestal, traz no art. 26, especificamente, que a supressão da vegetação nativa para uso alternativo do solo poderá ser realizada mediante prévia autorização do órgão ambiental competente. A legislação é muito taxativa: prévia autorização naquelas áreas passíveis de autorização.

Em geral, sem entrar em especificidades, quem tem o poder de autorizar a supressão da vegetação é o órgão estadual de meio ambiente. Tanto o Código Florestal quanto a Lei Complementar 140 e outros atos que antecederam essas leis distribuíram essa competência aos órgãos estaduais, no espírito republicano, federativo, de descentralizar competências dos órgãos federais para os órgãos estaduais e, em algumas circunstâncias, até mesmo municipais. O art. 51 dessa mesma lei, que é o que também nos baliza, diz que o órgão ambiental – eu não vou lê-lo na íntegra aqui, mas simplificando – que tomar conhecimento de um desmatamento ilegal tem o dever de fazer o embargo da área. Ele tem que embargar com uma medida cautelar, justamente visando evitar a continuidade do dano, a reparação desse dano e as subsequentes medidas práticas, fáticas no rito administrativo, mas até mesmo penal criminal, quando couber.

A lei é muito taxativa. E aí eu já trago, Senador, se me permite também, o primeiro esclarecimento. Isso é importante nós frisarmos. A lei é muito clara: o embargo, no caso de desmatamento – existem outras circunstâncias de embargo – é específico, porque é área desmatada ilegalmente, ela não é da propriedade.

E aí eu antecipo: os embargos mencionados aqui, por edital, os mais recentes, são específicos da área desmatada ilegalmente, para casos de desmatamento.

Existem outras situações que não foram objeto de embargo por edital. Por exemplo, você tem uma propriedade que está inteiramente desmatada, e lá se tem uma atividade para a qual teve o licenciamento ambiental. Aí, sim, podem ocorrer, em algumas circunstâncias, situações... Acho que até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Alex, inicialmente, na fala dele, comentou isso. Então, o embargo é do polígono. E todos esses que ocorreram recentemente são assim efetivados.

Agora, o que a gente vê? Às vezes, a gente vê, infelizmente, Senador, Senadores aqui também presentes... Tem o produtor, o produtor de boa-fé, bem-intencionado, querendo produzir legalmente, muitas vezes contornando os obstáculos do próprio Estado brasileiro em não prover soluções de desburocratização. O que ele faz? Ele faz uma retificação do seu imóvel rural lá no CAR e aí dimensiona o CAR para caber certinho em cima daquele embargo. Às vezes, ele até faz um desmembramento – a gente vê isso sistematicamente lá no histórico das alterações do CAR –, ele faz um desmembramento daquela área embargada, cria uma única propriedade em cima daquele CAR, porque o resto do imóvel dele vai virar um outro CAR, e aí ele dá continuidade às suas práticas ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR SCHMITT – ... seja de financiamento, seja de aquisição de produtos ali... E aí as pessoas apresentam: "Mas aqui tem um embargo em cima de todo o meu imóvel". Então, tem contextos, e a gente sempre tem que analisar caso a caso.

E, da mesma forma como existem pessoas muito bem-intencionadas, que têm se valido da sua boa-fé para o trabalho, a gente também deve considerar que na Amazônia tem muita gente, infelizmente, mal-intencionado. E o exemplo disso é que a gente tem propriedades com três, quatro CARs em cima. É uma situação bastante crítica.

Por último, aqui neste eslaide, a atividade de subsistência não é embargada, isso já é por preceito. Você pode embargar a área, mas, se ali tem uma atividade de subsistência, o embargo não tem efeitos. E a gente tem que lembrar: atividade de subsistência é alimentação própria, consumo... Aí tem uns conceitos jurídicos de subsistência. Então, o embargo não tem efeito sobre a atividade de subsistência.

Adiante.

Eu não vou me estender muito, Senador, mas peço a sua compreensão em relação, às vezes, aos esclarecimentos, dado o tempo também.

O embargo é justamente isto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAIR SCHMITT – ... é uma atividade preventiva a um conjunto de indícios e provas robustas que demonstram que aquele desmatamento ocorreu de maneira ilegal. E, por essa razão, a instituição, na data, adota medida de embargo como medida preventiva, para evitar que continue com o dano, é instaurado um processo administrativo e, depois, subsequentemente, esse processo, esse embargo é individualizado, com auto de infração e embargo específico para aquela área.

No caso de Altamira, é isso que ocorreu recentemente. Todas aquelas áreas lá que foram embargadas pelo Ibama foram autuadas e há processo individualizado, com comunicação individual para as pessoas. Aí, a partir do momento em que é feito o auto de infração, abre-se um prazo: a pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem 20 dias para apresentar defesa. Enquanto só está o embargo preventivo, caso ela queira se antecipar e apresentar elementos ali, ela não tem um prazo definido, ela não tem um limite de prazo... A partir do momento da autuação, ela passa a tê-lo.

Como que o Ibama faz isso de maneira geral? Nós pegamos os dados mais recentes de desmatamento. Não há nenhum embargo desses antigões ali, de décadas passadas ou tempos passados, são embargos aqui dos anos recentes que foram... São áreas desmatadas que foram identificadas pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Essas imagens e os dados são públicos também, para qualquer um que queira auditá-las. São cruzados com autorizações de desmatamento. Então, existe uma prévia verificação sobre se houve autorização daquela área. Inclusive, decisão recente do Supremo Tribunal Federal determinou, até para facilitar a vida do cidadão, das instituições públicas, dos bancos, até mesmo no intento de agilizar operações de crédito financeiro, que todas as autorizações sejam informadas no Sistema Nacional de Controle dos Produtos Florestais (Sinaflor), num único local, para que a gente tenha uma única base consolidada; e essa mesma base alimenta lá o sistema do Cadastro Ambiental Rural. Então, o próprio cidadão consegue observar, no seu registro de CAR, se houve ali algum embargo na sua área. E essas informações também são públicas para que qualquer pessoa possa acessar. Enfim, então, caracterizadas essas irregularidades, é feito o embargo, o edital, e, na sequência, a equipe começa a trabalhar gradativamente nos processos, na individualização, a exemplo do que já foi feito – citei o caso de Altamira, mas tem outros casos, como Porto Velho mesmo. Nós temos já vários casos aí individualizados, mas se trata da medida cautelar para evitar a continuidade do dano.

Aqui eu vou passar brevemente algumas imagens. Não vou entrar no caso do município, mas aqui é o perímetro do município. São várias áreas desmatadas – em vermelho –, desmatadas ilegalmente, sem autorização, sem observar o art. 26 do Código Florestal, e onde foram aplicadas as medidas administrativas. O que está em azul são as áreas autorizadas, é aquilo que foi autorizado pelo órgão estadual competente – cada estado é um estado –, e aí é feito esse cotejamento. As áreas em azul não têm nenhuma medida de responsabilização.

Aqui é um outro detalhamento. Inclusive, a gente pode observar que, talvez, caso seja a situação daquela unidade ali, tem aquele polígono azul mais acima lá, possivelmente tenha mais de 80% da área autorizada para desmatamento, salvo alguma particularidade ali que autorizou isso, mas, em tese, até estaria extrapolando a reserva legal.

Aqui é a posição geográfica desses embargos recentes aqui, o que é objeto da nossa conversa. Eles estão direcionados para os municípios críticos, são 23 municípios mais críticos de desmatamento. Ao todo aí, mais de 50% do desmatamento está em torno de 32 municípios.

E aqui são alguns exemplos. Eu não sei se todos talvez tenham, pela resolução e tamanho da tela aqui... Mas nós temos aqui que as áreas em vermelho são as áreas desmatadas ilegalmente, tanto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem uma imagem de satélite em cima que demonstra fatidicamente isso, e embaixo é onde foi feito o desmatamento; e a área meio verde ali é o que foi delimitado da reserva legal, declarado no Cadastro Ambiental Rural.

Observem aqui que, em vários dos casos, esse desmatamento ilegal ocorreu na reserva legal, agora, recentemente, pós-2008. Então, ele não consegue nem ser objeto do PRA; ele não é contemplado pelas regras do PRA.

Aqui, neste caso, são 143ha. Se nós analisarmos o custo médio de desmatamento na Amazônia – isso é variável, com trator, sem trator, motosserrista e tudo mais –, isso vai de R$1 mil a R$2 mil, em algumas regiões. Vamos pegar R$1 mil aqui para ser um dado conservador. Então, um investimento em desmatar 143ha são R$143 mil, nesses casos aqui.

A imagem aqui é uma imagem de satélite daquele momento, é uma fotografia. Muitas vezes, o polígono ainda avançaria, ele seria maior. Por essas razões, às vezes, é que se identifica desmatamento de 10ha, 15ha, 20ha, porque é a imagem daquele momento.

Esse é um outro exemplo, a mesma lógica, desmatamento em reserva legal, na grande maioria, 120ha.

Eu vou passar rapidinho aqui, Senador, só para eu adiantar aqui com o tempo.

Outros exemplos aqui: de 84ha, 25ha, 21ha, enfim...

Só para concluir a fala, a atuação do Ibama é estrita sobre desmatamento ilegal.

Para tranquilizar e antecipar aqui, não existe nenhum embargo envolvendo área queimada, por incêndio ou qualquer outra queima não autorizada. Não há, nesse caso aqui tratado, nenhum deles. O Ibama, quanto a 2024 – dados, é claro, os grandes incêndios que acometeram o país –, tem 284 processos que envolvem apuração da responsabilidade em áreas com uso de fogo, em situações diversas. E todos os processos, dada a particularidade daquela infração, precisam de caracterização em materialidade, autoria, nexo causal, que são elementos que são construídos a partir de prova pericial. É a prova que o agente de fiscalização tem que fazer, constatar, coletar amostra no campo. Então, não existe nenhum caso de embargo, nessa situação aqui, envolvendo incêndios florestais.

E também não há nenhum caso de embargo envolvendo assentamentos especificamente. Inclusive, todo o contexto de Cadastro Ambiental Rural de assentamento tem uma regra específica lá, em que o Incra tem algumas obrigações da poligonal, depois ele tem um tratamento específico que ele vem fazendo em relação à individualização de assentados. Tem alguns assentamentos com um problema muito grave de invasão de grupos armados, criminosos, que estão atuando nessa área. O Ibama recentemente identificou grilagem de terra em mais de 20 mil hectares em áreas de reserva legal – é a reserva legal coletiva do assentamento, que às vezes afeta todos os assentados quando ela é invadida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, Senador, eu gostaria de trazer essas informações aqui e me coloco à disposição do senhor e dos Parlamentares todos, para outros esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero agradecer aqui as palavras do Jair Schmitt, do Ibama, mas eu queria que, depois, se você pudesse nos dar uma resposta... De todas essas propriedades que nós temos de embargos hoje, principalmente na Amazônia, nós acreditamos que a maioria desses embargos são em áreas que não têm o documento devido da sua propriedade, não existe a regularização fundiária na maioria dessas propriedades. O grande fator pelo qual o nosso produtor, principalmente o pequeno produtor, clama por muitos anos na Amazônia, em Rondônia, no Acre, no Amazonas, no Pará, em todos os estados da Amazônia, é pelo título da sua propriedade.

E o grande fator é o seguinte: quando a pessoa tem o título da sua propriedade, tem a propriedade legítima daquilo, com documento, com escritura pública, com título público, ela também toma mais precaução. Então, a gente sabe que muitas propriedades hoje que estão sendo autuadas não têm o documento, que não existe. Muitas áreas não têm a regularização fundiária, que é o caso do Município de Porto Velho. O Município de Porto Velho corresponde praticamente a quase 15% de todo o Estado de Rondônia. Ele é o maior município que nós temos hoje no Estado de Rondônia. E o Município de Porto Velho, se não me falha a memória, é do tamanho – ou é um pouco maior do que eles – de um ou dois estados do Brasil. Então, é um dos grandes fatores que nós temos... Boa parte da ilegalidade também é pela regularização fundiária que não avança.

O nosso próximo orador é Thiago Rocha, quarto orador.

Com a palavra o Thiago, por dez minutos aí. Se precisar um pouquinho mais, nós daremos aí.

Obrigado.

O SR. THIAGO ROCHA (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde. Boa tarde, Senador Hamilton Mourão. Boa tarde, Dr. Anaximandro, Rodrigo Justus, nossos colegas aí, Dr. Jair Schmitt, também muito sucinto nas suas palavras, e Senador Jaime Bagattoli, produtor rural, Presidente desta Subcomissão Temporária.

Quero aqui até elogiar, parabenizá-lo, Senador, porque eu conheço um pouco da sua história. E, para quem não conhece, o Senador Jaime Bagattoli é produtor rural, pecuarista, empresário em Rondônia, é daquelas histórias de quem realmente começa de baixo mesmo. Hoje é uma pessoa de sucesso empresarial, mas muito perfeccionista também com seus negócios. Tem que ter muita coragem para debater esses assuntos que são envoltos em algumas narrativas dominantes, como a gente fala, mas o Senador Jaime Bagattoli tem cancha, como se fala, para tocar neste assunto, porque ele conduz os seus negócios com muita maestria. Ele não tem problema de embargo, ele não tem problema de moratória. Mesmo assim, a sua sensibilidade com os pequenos produtores é algo realmente admirável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que todos nós estamos pensando – e a gente se sensibiliza quando a gente está representando o setor produtivo – naquelas pessoas, naquelas famílias que estão tentando conduzir a vida legalmente. É muito ruim estar à margem da legalidade, seja porque você não conhecia a lei... E a gente parte de um pressuposto – quem tem um certificado ou dois certificados de graduação, de pós-graduação – de que todo mundo conhece a legislação ambiental, mas não é assim que funciona. Existe uma cultura que você não tira da sociedade de uma hora para outra. "Ah, eu aprovei o Código Florestal, logo está todo mundo sabendo". Não, não é assim que funciona. Tem que ter um trabalho educacional. Que as organizações façam esse trabalho, que cabe também ao poder público. Eu tenho certeza de que todos aqui...

Até, Dr. Jair Schmitt, tenho certeza de que a maioria dos servidores do Ibama, funcionários públicos que são funcionários em cargos de confiança, todos estão... Ninguém quer prejudicar a vida de famílias que estão lá instaladas numa região já que é bastante complicada, mas nós precisamos entender o seguinte, que o grande problema na questão ambiental, no Brasil, é que a gente coa os mosquitos e engole os besouros. Nós temos uma série de embargos anteriores a 2008 de áreas que estão lá já regeneradas ou já têm um projeto de compensação, o CAR não está analisado e, enquanto isso, esse produtor está marginalizado. Essa é a primeira questão. Quando o poder público só pune e não orienta, passa a percepção de perseguição.

O segundo fator que leva a essa sensação de perseguição – e não estou dizendo que é uma perseguição; uma sensação de perseguição, assim como uma sensação de estar seguro, a questão de segurança pública também usa esses conceitos – é quando conceitos legais são defenestrados em razão de uma crença de servidores ou de profissionais que estão em determinadas posições.

Eu cito a questão do Conselho Monetário Nacional. Nós tivemos a Resolução 5.081, muito debatida, que deixou, por quase um ano – por quase um ano –, produtores rurais que tinham sequer 2ha, 5ha embargados, por todo esse tempo, sem conseguir acessar crédito rural – 5.081, tá? Essa não foi uma medida do Banco Central, essa foi uma medida do Conselho Monetário Nacional com voto do Ministério da Fazenda, com manifestação do Ministério do Meio Ambiente, em que nós já discutimos o conceito de embargo, o conceito, suas limitações. Aquilo que eu entendo – e que os doutores que representam também as entidades entendem, que o Dr. Jair Schmitt entende – é que o objetivo do embargo é interromper o dano e propiciar a regeneração. Ele deve se restringir à área em que efetivamente houve o dano, porque senão ele prejudica até a capacidade econômica desse sujeito de promover essa reparação ou de fazer a sua defesa, porque ninguém consegue fazer a defesa no âmbito ambiental sozinho. Ele precisa de um advogado especialista. E você ir lá e dizer: "Não, eu vou embargar, porque essa é uma área de soja, ele não come soja, então não é subsistência"... Não, mas, se ele não tiver essa atividade econômica, ele não consegue pagar um profissional para ir representá-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa resolução do Conselho Monetário Nacional deixou por um ano, praticamente um ano, esses produtores sem crédito rural. Aí, Senador Mourão, não é crédito rural com subvenção, equalização de taxa de juros, desembolso do Tesouro. Não, quando vem essa resolução e vai para o Manual de Crédito Rural, é finalidade rural, é crédito rural, é recurso privado. Então, se eu vou ao Itaú, Bradesco, Banco do Brasil e eu vou pegar um crédito com juro livre, eu não posso, porque eu tenho um embargo na minha propriedade. Certo? Também não está relacionado aqui se há uma análise. Não, ao banco não cabe a análise ambiental, o banco só vai olhar: tem ou não tem embargo.

Aí, nós começamos a degenerar o conceito, porque o conceito do embargo, de novo, é preventivo. Por isso que nós estamos discutindo o embargo sem parar, porque, dentro do próprio Governo, há uma ala que entende o que é o embargo, entende que tem que se respeitar a ampla defesa, o contraditório, o devido ao processo legal, que o objetivo do embargo é preventivo, e há uma outra ala que quer transformar o embargo numa punição. Essa falta de comunicação leva a um tensionamento que só vai chegar a uma conclusão: a de que nós precisamos mudar o arcabouço legal. Nós não podemos deixar essa liberdade desse poder de polícia com esses departamentos, porque eles não sabem utilizar esse poder de polícia. Eles acabam extrapolando e avançando sobre garantias constitucionais. É a isso que nós vamos chegar. É ali que nós vamos chegar.

Então, eu espero que a gente consiga entender tudo aquilo que a gente consegue melhorar dessa legislação, para que, de novo, a gente consiga chegar ali em quem é o contraventor de verdade, contumaz, aquela pessoa que vai lá, faz uma supressão vegetal, faz um incêndio, sai dali, vai para outra área, vende aquela área – que é o grileiro efetivamente –, e não naquele que realmente tem um embaraço agora e não consegue sair do lugar.

Foi até citada aqui a questão dos assentamentos. Olha que absurdo, assentamento da década de 70, quando lá atrás se criou um modelo em que a reserva legal era em condomínio. Então, eu tenho uma reserva grande, eu sou um assentado, a minha área, onde eu produzia, está lá na matrícula, tudo. Eu poderia utilizá-la toda, porque tinha uma reserva legal minha lá. Bom, essa reserva legal foi invadida. Agora, o banco não concede crédito para esses produtores, por quê? Porque: "Cadê o CAR da sua reserva? Sua reserva está desmatada". Bom, aí vai falar sobre desapropriação, não, mas são pequenas famílias também que estão lá. Quando entra na parte, na discussão de desapropriação, aí alas ligadas ao Governo são contrárias à desapropriação dessa invasão.

Então, olha o imbróglio em que a gente fica. O Incra diz: "Essa área não é minha, essa reserva legal não é minha; então, eu não tenho que fazer o CAR dessa reserva legal". O órgão ambiental estadual fala: "Não tem como resolver, também não é do estado". O produtor rural não tem como resolver, porque na matrícula dele diz que as duas matrículas são indivisíveis. Espera aí, mas não vamos resolver então? É insolúvel isso? Não é possível, né? E a gente continua tocando isso para frente, tocando e aumentando as tensões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se não bastasse isso, nós temos órgãos... E, novamente, eu repito, a resolução do Conselho Monetário Nacional que ignorou que o embargo não é uma punição saiu de uma manifestação do Ministério do Meio Ambiente. Eu sei as pessoas, os nomes das pessoas, os cargos, as funções. Se o Ibama não foi consultado, tem alguma coisa errada, porque o Ibama é o órgão que trabalha hoje o embargo em nível federal. Então, deveria ter sido consultado, e eu espero, assim sendo consultado, que diga: "Não, não podemos associar uma punição, que é a retirada do crédito". Retirando o crédito desse indivíduo, desse produtor rural, desse posseiro, eu vou transformar esse embargo numa punição e aí eu começo a ter problemas, porque a ideia do embargo é ele ser ágil, é ele ser preventivo. E aí eu não vou preservar aquilo que traz o art. 5º da Constituição, que é a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal, que alcançam também os processos administrativos.

Então, infelizmente, nós enxergamos que, se o conceito para o qual foi criado o ato administrativo fosse respeitado, talvez nós não estivéssemos discutindo isso.

O outro ponto a que eu queria chamar a atenção é o seguinte: esse decreto que possibilitou esses embargos gerais preventivos diz que o produtor rural deve tomar todas as cautelas para evitar o incêndio. Ele deixa muito vaga a responsabilização, não entrando aqui no caso concreto – ele deixa muito vaga essa responsabilização –, e, em nenhum momento, o poder público assume a sua responsabilidade.

Então, há áreas que não são aquelas áreas de domínio da beira das rodovias; todo mundo sabe que é entrada de fogo – todo mundo sabe. Para o produtor assumir a responsabilidade daquela área ali, o senhor sabe como é, é extremamente burocrático, extremamente burocrático. Então, nem o estado assume, nem passa para o produtor, para ele poder ir lá e fazer os tratos culturais ali. Pode até plantar uma graminha, pode plantar soja; não pode plantar milho, porque com o milho entra fogo também.

As áreas indígenas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO ROCHA – Muito incêndio começa em área indígena, seja culturalmente, Senador, porque ainda tem a questão cultural, ou não, seja por questões diversas. Qual é a assunção de responsabilidade do poder público em relação a instruir essas comunidades indígenas, em relação a averiguar?

O Estado de Mato Grosso, numa reunião que eu tive com o corpo de bombeiros, dizia que o aparato do Estado de Mato Grosso é utilizado muitas vezes para apagar incêndios em áreas federais. Então, toda responsabilidade para os privados, nenhuma responsabilidade para o poder público.

Não há uma norma dizendo que um agente público que deveria tomar uma conduta e não a tomou deve ser responsabilizado; deveria ter feito um plano nacional de prevenção de incêndios e não o fez, deveria ser responsabilizado. Não. Mas o privado, a pessoa lá que tem até 5ª série, que está a uma distância de 300km de uma cidade é obrigada a saber que tem um embargo geral preventivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse desequilíbrio, essa falta de sensibilidade vão nos fazer chegar a uma manutenção, a uma alteração do Código Florestal, a uma alteração da Lei de Crimes Ambientais. Nós vamos precisar ter muita maturidade, mas nós temos que debater isso, porque hoje não há maturidade dentro do poder público e do conjunto de órgãos do Executivo para se saber qual é o limite da sua atuação. Infelizmente, não há essa maturidade para saber onde é o seu limite de atuação. A lista de embargo parece um prêmio quanto mais ela aumenta. Parece que nós vamos chegar à COP com 130 mil imóveis bloqueados, e o Brasil vai ganhar um prêmio. Nós vamos ser chamados lá na frente e vão dizer: "Parabéns, Brasil! Aumentou sua lista de embargos". Isso nunca vai acontecer, porque não há uma medida, um trabalho efetivo para reduzir a lista de embargo. Não há. E deveria ser isso, nós deveríamos trabalhar para, paulatinamente, reduzir e trazer esses produtores para a legalidade, para a regularização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. THIAGO ROCHA – Então é isso. Eu acho que nós precisamos entender que nós temos que ajudar as pessoas a se regularizarem. São humanos, são indivíduos. A dignidade da pessoa humana, que é o princípio que deveria desempatar os conflitos entre princípios na Constituição, simplesmente está sendo ignorada – a dignidade da pessoa humana.

E também precisamos entender que, quando a gente fala para fora, nós estamos representando o Brasil. Se você está numa posição de representar o Brasil numa COP, você está lá para vender o Brasil e não para dizer que o Brasil não presta. Eu acho que nós estamos chegando a um momento em que isso vai ser testado. Nós vamos começar a entender, através das manifestações do Ministério do Meio Ambiente, se realmente nós viramos a chave e sacamos que estamos todos do mesmo lado ou se ainda nós estamos trazendo a rivalidade ideológica para o campo ambiental, onde ninguém vai ganhar nada com isso, muito menos o meio ambiente.

Obrigado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado ao Thiago Rocha, consultor da Aprosoja.

Quero dizer para você, Thiago, que não é que eu defendo só... Sou médio, grande produtor, mas eu vejo, Jair, as grandes dificuldades que nós temos com o nosso pequeno produtor rural no campo. São muitas dificuldades que nós temos hoje para manter o nosso pequeno produtor rural. Quando eu olho para a rastreabilidade do gado, que vai começar aí, daqui a pouco começa aí, e a gente vê a pressão que isso tem feito, isso é o que leva a gente a defender o nosso pequeno produtor. O nosso pequeno produtor rural está de joelhos no chão há muito tempo – há muito tempo. Aqueles que conseguiram, que pegaram seus documentos na década de 70, entre 1975 e 1985, em Rondônia, que conseguiram legalizar suas propriedades, que fizeram o desmatamento antes de 2008, quando tiveram que preservar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só os remanescentes da mata ciliar dos rios, essas pessoas conseguiram regularizar suas propriedades. Agora, nos últimos 20 anos, nós temos o maior problema no campo, que é a regularização fundiária.

Eu quero também cumprimentar o nosso Senador Alan Rick, que está aqui, que é do Acre. Nós vamos só ouvir o nosso último orador, depois já vou dar a palavra aos nossos Senadores. E digo para você, Senador Alan, que as mesmas dificuldades que nós temos em Rondônia eu sei que os produtores lá do Acre estão sofrendo também – você vai fazer a sua explanação aí. Nós precisamos resolver essa situação, senão, como disse o Thiago, à frente nós teremos que rever essa situação do Código Florestal, porque senão nós não vamos chegar a dar dignidade a esses pequenos produtores rurais, milhares de produtores que estão com problema no nosso Brasil, principalmente na Região Norte.

Eu quero aqui passar a palavra ao nosso quinto e último orador, Rodrigo Justus de Brito, que é Consultor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Quero dizer para você, Rodrigo, que nós tivemos uma grande vitória... Vitória não quero dizer, eu quero dizer assim, uma grande dignidade a todos os produtores rurais, principalmente da Amazônia, naquela decisão do Cade sobre a moratória da soja, porque você veja, Thiago, nem os produtores com maior... Nós temos no Brasil o Código Florestal mais rígido do planeta, e mesmo para as pessoas que fizeram as suas derrubadas, preservaram 80%, abriram os 20%, dentro da lei, após o Código Florestal de 2008, mesmo assim veio a moratória da soja, a moratória do boi. Assinaram um acordo sem consultar os produtores rurais, e esses produtores acabaram tendo problema para vender soja, para vender algodão, para vender boi; foi uma coisa absurda que aconteceu no nosso país com os nossos produtores rurais. E agora, pelo menos, com essa situação que o Cade sinalizou, nós estamos vendo que nós vamos conseguir resolver essa situação da moratória da soja, da moratória do boi.

Com a palavra o Rodrigo Justus.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Senador Jaime Bagattoli, Senador Hamilton Mourão, Senador Alan Rick, demais membros da mesa aqui – Jair Schmitt, do Ibama, Thiago e Anaximandro –, eu não vou repetir coisas que foram ditas aqui pelos antecessores, mas eu quero comentar alguns pontos. A começar, o senhor trouxe um tema sobre aqueles que não têm a regularização fundiária do seu lote, da sua área, da sua posse e não conseguem fazer uma supressão legalmente, por mais que conservem aquele percentual todo que a lei assim determina.

Quando nós vamos lá no nosso Código Florestal, a Lei 12.651, nós achamos 30 vezes a palavra posse – é posse e é posse. Veja que o Código Florestal transferiu a então averbação da reserva legal na matrícula, que não existe mais, para o CAR, por quê? Porque ela precisa existir, precisa estar comprovado que existe aquele percentual lá de área na propriedade. Então, a comprovação de quanto você ocupa e quanto você usa é o que separa o legal do ilegal, mas aquele que está lá e que, por mais que cumpra esse percentual, não tem o seu documento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até na semana passada, estivemos numa audiência, dessa vez na Câmara, né, Jair? Nós já somos amigos de audiência sobre embargos, é Câmara e Senado. Em todas elas nós estamos lá. E daí falou-se lá sobre o Amazonas, o próprio superintendente do Incra dizendo que o Amazonas tem 126 assentamentos e até hoje não existe nenhum emancipado. Não existe ninguém que esteja lá nesses 126 assentamentos já antigos do Amazonas e que tenha lá o seu título definitivo de terra.

Então, nós vivemos uma confusão, principalmente nas últimas fronteiras do Brasil, que é a parte da Amazônia e esse Cerrado, Matopiba, etc., um apagão de regularização fundiária que gera um clima que gera uma fumaça que mistura ilegalidade de ordem ambiental com irregularidade daqueles que teriam o direito de fazer sua supressão, mas, por força da falta da regularização fundiária, da ausência de Estado, essas pessoas acabam cometendo a irregularidade e muitas vezes ilegalidade no sentido que ultrapassa os limites que a lei determina.

Então, nós temos essa questão e nós temos também a questão relacionada aos estados. Por quê? Porque nós estamos discutindo, aqui nesta Subcomissão, a questão dos embargos. E os embargos dependem de uma – entre aspas – "anuência do Estado", no sentido de que o estado diga que essas áreas a serem desembargadas não estão na área de preservação permanente e reserva legal, o que se faz através da análise do CAR.

E, na última reunião desta Comissão, quando ela foi instituída aqui, o senhor foi eleito o Presidente e foi criada a CRATERRAS, foi oficiado a todos os secretários estaduais de meio ambiente para que eles indicassem o que eles estão fazendo em relação à análise do CAR.

Vamos lembrar – eu não sei, o Jair pode ter esse número – quanto significa o número de polígonos de embargo remoto. Talvez, pelo que me falaram, 3 mil, 4 mil, mas, naquele *site* de áreas embargadas, quando nós selecionamos os estados da Amazônia, dá mais ou menos 48 mil embargos, mas ali tem de tudo – tem a PCH embargada, tem tudo quanto é coisa embargada, na verdade. Mas a maior parte eu acredito que seja relacionada à supressão ilegal de vegetação.

E os estados não responderam. O próprio Estado do Acre depois respondeu que tem 56 mil imóveis e que tem 5 mil aptos a serem regularizados. Na verdade, tem 900 regularizados. Isso significa uma taxa de 0,5% ao ano. Significa que, em 200 anos, o Estado do Acre vai terminar a análise do CAR. Significa que os produtores vão esperar 200 anos para serem desembargados? Vão esperar 200 anos para ter o seu CAR analisado e ter autorização de supressão aqueles que têm lá um pedaço de terra que pode ser usado?

Aqui, o Secretário Alex, de Mato Grosso, mostrou: Mato Grosso tem uma conduta exemplar porque ele montou um time para analisar CAR. Tem lá 50, 60 pessoas... Eu não sei exatamente, depois o Secretário Alex pode até, se quiser, complementar. Mas existem pessoas que só fazem isso. Nós temos estados que não têm ninguém lá analisando o CAR, como se isso não fosse uma obrigação deles. E os estados não responderam aos ofícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Subcomissão aqui visa – não é, Senador? – buscar construir uma solução que tenha uma arquitetura que resolva a questão do embargo e da ilegalidade das atividades rurais, trazendo o cidadão para a linha da dignidade.

Na semana passada, na Câmara, tinha produtores lá do Estado de Rondônia, acho que da região de Extrema, um município lá, que vieram de carro, 3 mil quilômetros. E mais: eles não têm quem cuide das coisas lá no sítio deles. Eles não vieram passear aqui; eles vieram aqui representar um conjunto de pessoas na audiência lá na Câmara. Então, não é possível que... Se quem cometeu um ilícito precisa reparar o seu dano e deve fazê-lo, não sou eu, tomando tudo que ele tem, caçando o crédito dele, caçando o Pronaf dele, indiciando-o criminalmente, etc., que vou fazer com que ele consiga produzir naquele percentual de área que a lei lhe faculta e ainda recupere o seu dano. Nós estamos decretando a morte civil das pessoas, é isso que nós estamos fazendo. Nós estamos empobrecendo.

Aí ficamos assistindo a discussões: "Ah, por que o tráfico tomou conta? Por que as pessoas estão buscando atividades garimpo ilegal, etc.?". Nós precisamos ter uma linha de corte e ter o engajamento dos estados com a União na questão da regularização fundiária e ambiental, porque senão as coisas continuarão como elas estão. E é esse o aspecto aqui que nos preocupa, porque a discussão de alterações do Código Florestal está cada dia mais presente. Por outro lado, nós não temos um plano de desenvolvimento econômico da Amazônia que pare de pé hoje, porque muito nós escutamos em todo evento de que a gente participa: a economia da restauração. Vamos trabalhar nisso, plantar mudas, etc., tá, mas qual é o aspecto de base que o Estado dá, principalmente econômico, para essas coisas?

Então, o que eu vejo é que nós precisamos ponderar tudo isso que está acontecendo, ter um projeto, regularizar as pessoas, trazê-las para a base da dignidade e da legalidade, porque senão nós não vamos chegar a lugar nenhum. Nós vamos ter um monte de pessoas que, na verdade, perderam tudo, nem sempre tinham algo, porque estavam ocupando uma terra lá tentando produzir, estão alijadas do setor econômico, porque estão alijadas do crédito, da comercialização de produto e tal... Nós estamos arremessando uma massa de pessoas que, na verdade, deveriam ter um processo em que nós trouxéssemos para a margem da legalidade... nós estamos jogando essas pessoas na ilegalidade de uma vez por todas. É isso que nós estamos fazendo.

Então, eu vejo que nós precisaríamos concluir primeiro a análise estrutural também dos estados, sobre quais estados precisam de apoio. Quando nós vemos, no Fundo Amazônia, bilhões e bilhões de reais em projeto disso ou daquilo, qual é o resultado prático, em matéria de resultado, para trazer para a legalidade? Então, eu prefiro que pegue todo esse dinheiro e gaste na regularização fundiária e ambiental. E mais: que nós separemos o joio do trigo, porque tem gente ruim? Tem. Tem gente que está lá incitando prática de atividades criminosas? Também tem. E aqui todo o nosso repúdio a esse tipo de circunstância.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Agora, a mão do Estado não pode chegar lá só através do embargo remoto, do auto de infração e do bloqueio do CPF do cidadão.

Então, é nesse ponto, Senador, que nós entendemos que, como continuidade dos trabalhos desta Comissão, nós temos que exigir que os estados apresentem aqueles dados solicitados, nem que seja através de convocação, porque a própria Deputada lá da audiência da Câmara que tratou desse assunto, que é lá do Estado de Rondônia, mostrou requerimentos e requerimentos em que o Estado de Rondônia faz cara de paisagem, não apresenta nada, não responde nada, diferentemente das satisfações dadas aqui pelo Estado de Mato Grosso. No resto, nós precisamos exigir que essas pessoas apresentem esses dados aqui, porque senão nós não teremos uma avaliação objetiva do que precisa ser feito.

Então, é isso, agradeço e me desculpa o excesso do tempo aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Rodrigo, da CNA.

Quero dizer que não é só a Sedam. Os outros órgãos ambientais dos outros estados, nós temos que trazê-los realmente aqui, nesta Comissão, viu, Jair Schmitt? E, junto com o Ibama, nós precisamos encontrar um caminho para resolver o problema dessas pessoas, porque nós não podemos deixar essas pessoas vulneráveis e, a cada dia mais adiante, nós estamos vendo a Amazônia ir realmente para uma miséria. Nós temos o nosso povo da Amazônia, nós temos hoje lá em torno de 35 milhões, 38 milhões de pessoas na Amazônia. E a gente foi para a Amazônia com o intuito de integrar para não entregar. Essa foi a situação da década de 70, de 1970. Então, nós temos... O povo da Amazônia precisa ser respeitado, os nossos produtores rurais precisam ser respeitados.

E quero dizer para vocês que muitas daquelas pessoas, Rodrigo, que têm realmente o seu título da terra – vocês podem ter certeza – têm até medo de andar com a motosserra em cima de um carro, de uma caminhonete, porque sabem que aquela propriedade é delas.

E o pior disso tudo que eu vejo é que são centenas de assentamentos que foram feitos na Amazônia, essas pessoas foram jogadas lá, e, muitas vezes, em muitos assentamentos, hoje ainda, até com problema de suposta demarcação ainda de áreas indígenas. Temos esses problemas. É mais um caminho que nós temos, é mais um passo, é mais um problema para nós resolvermos no nosso Brasil e na nossa Amazônia.

Eu quero agora dar a palavra ao nosso Relator, o Senador Hamilton Mourão, para ele fazer as suas colocações, porque nós precisamos achar um caminho para nós resolvermos esses problemas dos nossos embargos da Amazônia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Bem, Presidente, eu vou ser breve, até porque as exposições de todos os painelistas aí foram extremamente objetivas, mas eu tenho alguns comentários para colocar aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira coisa é que a Amazônia continua a ser uma grande desconhecida para a imensa maioria do Brasil. Apesar de a Amazônia significar 60% do nosso território, o ecúmeno estatal brasileiro se encontra no centro-sul do país, e essas pessoas desconhecem o que é a Amazônia.

O Sr. Jair Schmitt se referiu àquilo que um tempo atrás foi chamado de arco do desmatamento, depois de arco do fogo, e hoje eu prefiro chamar de arco da humanização. É onde houve o avanço da população e da ocupação dos espaços no território da Amazônia.

É um território mal dividido. Nós herdamos uma divisão espacial péssima aqui no Brasil. Nós temos dois estados dentro da Amazônia, que são o Amazonas e o Pará, que, somados, dão meia dúzia, sete Alemanhas. Como um Governador consegue controlar isso?

Temos um município, que ali apareceu no mapa do Schmitt como o mais vermelho de todos, que é Altamira, que tem 160 mil quilômetros quadrados, é maior que Portugal. Como é que o Prefeito controla isso aí? Então, nós temos toda essa herança que temos que resolver.

Temos um problema sério do Estado brasileiro. O Estado brasileiro tem a seguinte visão... Não é você, produtor rural, que precisa provar que está certo; o Estado brasileiro é que tem que provar que você está errado. É o contrário do que aqui a gente está fazendo, né? Por isso essa complicação toda que nós estamos vivendo. Parte-se sempre do princípio de que o produtor rural está irregular, ilegal e é sempre considerado alguém que está fora, vamos dizer assim, do que prevê a nossa legislação.

Há também um problema de continuidade no nosso país. Ações que foram feitas no passado e que deram certo são pura e simplesmente abandonadas. Eu vou citar uma coisa aqui agora. O nosso Governo, tão criticado na questão da Amazônia por aqueles mesmos hoje aqui que aplaudem o Presidente dos Estados Unidos pelas ações que vêm sendo colocadas em cima do Presidente Bolsonaro, em relação ao Presidente Bolsonaro... Essas mesmas pessoas que nos criticaram tanto esquecem que nós entregamos um planejamento para a Amazônia com três eixos: de proteção, de preservação e de desenvolvimento. Onde está isso? Deve estar escondido em alguma gaveta lá no fundo de algum ministério. Então, essa falta da continuidade termina por prejudicar a nossa Amazônia.

Nós temos que buscar uma solução. A solução passa por força de trabalho mais qualificada, porque esses processos não podem se arrastar eternamente. Isso foi muito bem colocado aqui pelo nosso representante da CNA. Nós vemos que tem um estado que está trabalhando de uma forma mais, vamos dizer assim, objetiva e profissional em relação a esse assunto. Há, nitidamente, uma falta de diálogo entre o órgão principal, vamos botar aqui como órgão central, que é o Ibama, e os órgãos de meio ambiente estaduais, não é? Tem que ter uma plataforma em que todo mundo fale. Isso é uma questão de inteligência, é uma questão de uso de inteligência artificial, de todas as ferramentas que nós temos hoje.

Então, são, acredito, os grandes desafios que a nossa Comissão tem aqui, para apresentar uma solução para esse problema. O que não pode é continuar a pessoa, por anos e anos, tentando colocar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua terra na legalidade, ter capacidade de produzir, ter capacidade de se desenvolver como ser humano, ter capacidade de criar seus filhos, e o Estado brasileiro ser o grande empecilho para que isso aconteça.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Mourão, nosso Relator.

Com a palavra o Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Cumprimento o Presidente desta Subcomissão, Senador Jaime Bagattoli. Cumprimento o Thiago Rocha, consultor da Aprosoja Rondônia, e o Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama. Cumprimento o Sr. Rodrigo Justos, consultor da CNA; o Sr. Anaximandro Almeida, consultor jurídico da Aprosoja Mato Grosso; meu amigo Hamilton Mourão; todos aqueles que compõem esta Comissão e que nos assistem pela TV Senado.

Os embargos de áreas produtivas no Brasil – em sua maioria, áreas de pequenos produtores rurais – é um drama que vivem hoje os moradores da Amazônia, e eu falo da minha realidade. Lá no Acre, nós temos cerca de 6 mil áreas embargadas hoje – 6 mil –, quase mil áreas dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.

Senador Hamilton Mourão, o senhor sabe como foi criada a Reserva Chico Mendes? Em 1990, num decreto do então Presidente José Sarney, de forma atabalhoada, apressada, para dar uma resposta ao mundo sobre o assassinato do ambientalista, do líder seringueiro Chico Mendes, lá no Acre, em Xapuri, dezembro de 1988. A toque de caixa, um ano e pouco depois, se cria a Reserva Chico Mendes numa área de quase 1 milhão de hectares, 970 mil hectares, abrangendo sete municípios acrianos. Estimava-se que inicialmente aqueles moradores seriam 2,8 mil moradores, para trabalharem na exploração extrativista da castanha, do látex para produção de borracha, do açaí, entre outros.

De lá para cá – nós estamos falando de 1990 e estamos em 2025 –, muita coisa mudou. Hoje são mais de 10 mil moradores naquela reserva. Agora imagine se V. Exa. estivesse dentro de uma área, Senador Jaime Bagattoli, antes da criação da reserva, e V. Exa. fosse produtor rural, pequeno pecuarista, e tivesse lá as suas 80 cabeças de gado... De repente, sua área se transforma numa reserva. Delimitaram a área e o senhor acaba ficando dentro da reserva. Qual a vocação que o senhor aprendeu com a sua família? Criação de gado – o senhor tem que se readaptar.

Na Amazônia, nós já temos uma área de reserva legal, pelo nosso bioma amazônico, de 80% de área que deve ser preservada – a legislação já é bastante rígida com os povos da Amazônia. E, quando você cria um plano de uso e manejo da reserva, senhores e senhoras, se estabelece nesse plano de uso que apenas 10% da área de cada pequena propriedade dentro da reserva pode ser utilizado para outro tipo de atividade que não seja extrativista. Pela lei ambiental brasileira, pelo Código Florestal, você pode utilizar 20% da sua área, mas, dentro da reserva, você só pode utilizar 10% se não for para o extrativismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se for pecuária, tem que ser de subsistência e só 5%. O que vai acontecer com aquele pequeno pecuarista que acabou se vendo dentro de uma reserva? Ou ele se adapta a esse modelo, ou ele vende a terra dele, como muitos venderam a preço de banana, a troco de banana – não quero nem falar de banana, porque banana está tão cara hoje, né, Hamilton? Já está cara, né?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Veio o Presidente do Equador aqui, um grande produtor de banana.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pois é, de banana.

E aí você se vê numa realidade completamente absurda.

E aí eu faço outra pergunta: onde estava o Estado brasileiro para garantir assistência técnica rural, estradas vicinais, acesso ao crédito e insumos como calcário? Cadê o poder público para ajudar o produtor?

Fizeram-se alguns planos no passado. Entregava-se: "Toma aí muda de seringueira, vamos plantar! Toma muda de açaí, vamos plantar!". Mas não tinha assistência técnica, ninguém ensinava, ninguém orientava. Acesso ao crédito? Vá perguntar ao produtor se ele tem. Então, a ausência do Estado, a incapacidade de o poder público estar presente na vida desses pequenos produtores, desses extrativistas... E hoje nós vemos o quê? Operações do ICMBio embargando áreas dentro da reserva, capturando gado, 80 cabeças de gado de um produtor, 60 cabeças de gado do outro, 50 do outro.

Isso se trata de grandes produtores, Senador Hamilton? Minúsculos! Está aqui o Senador Jaime Bagattoli, que tem suas 10 mil cabeças de gado. Quando ele vê um cara com 80 cabeças de gado, ele fica pensando: "Meu Deus, é uma maldade com um cidadão desse!". Esse cidadão está querendo o quê? Sobreviver, garantir o sustento da sua família. E sabem o que é que nós vimos nas áreas de alguns dos nossos produtores? O ICMBio chegando com um aparato policial que eu nunca vi na minha vida, nem em operação de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas, que hoje permeia o nosso Estado do Acre! Nunca vi na minha vida! Helicóptero, homens da Polícia Federal, homens da Polícia Rodoviária Federal, homens da polícia militar, homens de metralhadora, fuzil! E o coitado do produtor sozinho, numa moto, com a família dele aterrorizada, vendo o gado dele sendo tomado e o curral dele sendo destruído com motosserra, a tão malfadada motosserra, a que se referia o Senador Bagattoli. É tratado como criminoso o cidadão que quer apenas sobreviver.

Esse é o Brasil dos contrastes, esse é o Brasil da injustiça, esse é o Brasil que pune um pequeno produtor rural, que herda aquela terra de seus antepassados, cuja vocação era a produção agropecuária, que, por não ter a condição de muitas vezes fazer um CAR apropriado... Foram ditas aqui – acho pelo Thiago e depois pelo Dr. Rodrigo – as dificuldades que nós temos para fazer um PRA, uma recuperação ambiental, Senador Hamilton Mourão. As áreas sobrepostas... Quantos produtores já não foram ao meu gabinete, Senador Bagattoli – tenho certeza de que foram ao seu e ao do Senador Mourão –, dizendo: "Senador, fui atrás do Banco da Amazônia em busca de um recurso para comprar um implemento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agrícola, só que deu sobreposição de área quando fizeram imagem de satélite, e eu não tive acesso, o banco negou". Eu acho que os senhores estão acostumados a ver isso. Esse é o Brasil dos contrastes, da injustiça, da crueldade com o nosso produtor.

Aí eu pergunto: essa resolução... O que está acontecendo com esses embargos nada mais é do que uma antecipação de tutela – uma antecipação de tutela! –, porque esses produtores que foram embargados respondem na Justiça, têm o direito ao contraditório e à ampla defesa e de apresentar seus argumentos. Sabem o que acontece? Quando um decreto está acima da lei, vejam só... Eu até fiz esta anotação aqui. A Lei 9.605, de 1998, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências – é a Lei dos Crimes Ambientais. Fazendo aqui a leitura do cabeçalho, mas simplificando para aqueles que nos assistem, ela prevê algumas sanções, sanções administrativas. Estamos falando aqui de sanções e não de antecipação de tutela. Entre as sanções estão: multa simples, multa diária, apreensão de animais, destruição ou inutilização de produto, suspensão de venda e tal... Bem, no caso lá do Estado do Acre, dentro da reserva, o embargo e essas sanções foram aplicadas de forma cautelar.

Ora, a lei não fala de forma cautelar, mas a redação dada pelo famigerado Decreto 12.189, do ano passado – que, inclusive, está sendo questionado por um PDL apresentado pelo Senador Marcos Rogério, acatado numa reunião da nossa Comissão de Agricultura, no ano passado, quando eu a presidia –, trata exatamente do alcance dessas medidas de maneira cautelar. Quando você apreende o gado desse produtor, quando você destrói o curral dele, quando você inviabiliza o sustento dele, você já está cumprindo a sentença sem que ela tenha transitado em julgado; você, de maneira cautelar, já resolveu o problema, você já acabou com o problema, você já destruiu a vida daquele cidadão.

Então, a minha pergunta ao Sr. Jair Schmitt, do Ibama, é a seguinte: diante desse quadro de miséria, de falta de assistência técnica, de falta da presença do Estado, são todos pequenos produtores – não estou falando de nem um latifundiário, nem um grande fazendeiro, nem um grileiro, são pequenos produtores... Sabe o que esses homens fizeram? Ajoelharam-se e choraram, vendo seus bens sendo destruídos, seu gado apreendido. E sabe o que mais me doeu, Senador Hamilton? Foi a fala de um fiscal do ICMBio, dizendo: "Não, esse gado, inclusive, vai ser morto, e a carne nós vamos mandar para o Pará". Quer dizer que não tem ninguém passando fome lá no Acre, então, para entregar a carne lá? Ou é para humilhar mais ainda o nosso produtor? Então, isso nos fere.

A solução para isso está numa regularização fundiária de verdade neste país, na alteração dos planos de uso dessas reservas, numa revisão do nosso Código Florestal. Que se respeitem os 20% que se podem utilizar para agricultura e pecuária na Amazônia! Ou vocês vão manter na miséria 28 milhões de brasileiros?

Tem gente que acha que a Amazônia... Nós moramos na Amazônia, Senador Bagattoli. Aquilo ali não é um oásis onde as pessoas têm que morrer de fome: "Não, vamos matá-los de fome, porque não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem produzir, não podem plantar, não podem criar gado...". Não se pode ter essa visão. Tem gente que tem essa visão até hoje. Tem gente que acha que nós estamos ali, morando no meio da floresta, e nós é que somos... enquanto lá no Estado do Acre 86% são preservados; no Amazonas, mais de 90%. Não há incompatibilidade entre a preservação ambiental, que é necessária, e a produção rural, a agricultura, a pecuária. Agora, é preciso encontrar – e aí eu digo – a humanidade, o respeito ao ser humano, porque o que nós vemos são atitudes em que o ser humano é tratado como nada, como lixo!

Eu quero encerrar dizendo: o Ibama vai rever essas atitudes, Sr. Jair? O Ibama vai... Olha, eu anotei algumas coisas. Eu fui lá à reserva, eu me reuni com os produtores, eu conversei com eles, eu me reuni com eles e disse: "Olha, os senhores têm nas mãos a possibilidade, as associações dos produtores rurais, dos extrativistas, o órgão diretor, o órgão gestor, vocês têm nas mãos a possibilidade de alterar esse plano de uso. Coloquem em votação e alterem, para que vocês possam utilizar pelo menos os 20% a que vocês têm direito e para que a pecuária não seja vista como atividade criminosa, que não é". Criar 80 cabeças de gado?

A demarcação da reserva, que, como já falei, começou equivocada. As multas são aplicadas com base em imagens de satélite; não fazem a vistoria *in loco*, que é obrigatória. A notificação pessoal, obrigatória, não é realizada. Um canal simplificado para defesa prévia, não existe um canal de defesa prévia para o pequeno produtor levar seus documentos; muitas vezes, é um cidadão que tem pouca instrução. Um tratamento que seja humanizado para esse pequeno produtor rural. Conversão dessas multas numa recuperação ambiental, num PRA. Análise individualizada, caso a caso. E, acima de tudo, regularização fundiária, correição, acesso ao crédito, assistência técnica, o Estado presente.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Alan Rick.

Com a palavra, para responder a pergunta do nosso Senador Alan Rick, o Jair Schmitt.

Mas, antes de o Jair Schmitt responder, o nosso Senador falou... Eu quero dizer que eu estive lá na Reserva Chico Mendes, naquela CPI das ONGs. Aquilo é uma covardia, o jeito que aquelas pessoas vivem lá dentro. Nós estivemos lá; para as pessoas entenderem, aquilo tem 1 milhão de hectare, é praticamente 100km por 100km. Entendeu? As pessoas vivem em plena miséria. É uma coisa inexplicável aquilo lá. Quem vai tirar látex de borracha? Eu conheço de mato. Eu sei o que é mato, eu sou do ramo madeireiro, nós fizemos exploração de madeira nativa. Aquilo é a coisa mais injusta. Nós fizemos denúncia ao Ministério Público Federal sobre aquilo, e nada foi feito para aquelas pessoas.

A mesma coisa, Senador, aconteceu lá: nós tivemos a infelicidade de ter um Governador no Estado de Rondônia, que decretou não foi uma, decretou 11 reservas. Essa que foi pior, onde já tinha os assentamentos do Incra com 11 reservas – 11. Uma é a Soldado da Borracha, que é no Município de Cujubim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu digo para vocês: por que uma crueldade tão grande assim? Por que fazer essas pessoas sofrerem? Qual o motivo que tem para fazer essas pessoas sofrerem tanto?

Quando eu falo para quem está nos acompanhando aqui, eu não estou pedindo nada para o Senador Jaime Bagattoli – nada, nada. Eu até desacreditei de terra no Brasil, porque nós temos uma insegurança jurídica muito grande no campo. A insegurança jurídica chegou ao extremo; se, neste país aqui, nós não colocarmos, dermos um basta nisso, eu não sei aonde que isso vai parar.

Então, é tanta injustiça que está acontecendo no campo, e eu peço, eu sempre pedi para que fosse revisto. E é aquilo que V. Exa. falou: lá são pequenos produtores, praticamente tudo pessoas da agricultura familiar. Então, para que viver numa situação daquela? Parece que é um prazer, tem gente que parece que tem um prazer de ver o povo vivendo na miséria, de levar o povo para a miséria.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Senador Bagattoli, o senhor me permite só uma contribuição à fala de V. Exa.?

Um dos pequenos produtores teve sua área embargada, sua propriedade destruída, seu curral e seu gado apreendidos. Os fiscais do ICMBio foram para dentro da sua casa, comeram sua comida, usaram a sua luz, e ele ainda teve que pagar a conta. Parece brincadeira. E ele ainda teve que pagar a conta!

É o que V. Exa. falou: é uma crueldade. Esses pequenos produtores, quando migram ou quando permanecem na agricultura e na pecuária, é porque precisam sustentar suas famílias. Sustentar suas famílias, o mínimo da dignidade humana. E passam por esse tipo de crueldade, de violência, pelo simples fato de estarem produzindo. E são os mesmos que também preservam, porque eles cuidam de suas áreas.

Obrigado, Sr. Presidente, Senador Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para terminarmos, com a palavra, nosso representante do Ibama, Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Senador Alan Rick, pelas contribuições, pela indagação.

Só um questionamento, por questão de ordem: são as palavras finais ou ainda haverá o espaço para as palavras finais?

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não. Logo após nós vamos fazer a conclusão final.

O SR. JAIR SCHMITT – Obrigado, Senador. É porque, depois, eu tenho, talvez, algumas contribuições adicionais à própria Subcomissão aqui em relação à resolução de alguns problemas.

Senador, em particular, a Reserva Chico Mendes é gerida pelo Instituto Chico Mendes. Então, o Ibama, nesse caso concreto que o senhor relacionou, não tem atuação, seja nos embargos, nas apreensões, nas medidas administrativas. Então, por essa razão, eu fico impedido de lhe dar os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhamentos, porque que se trata de ações de uma outra instituição. Inclusive, do que nós temos conhecimento, os casos relacionados lá que afetam tanto as infrações ambientais são objeto também de investigação policial. E, do que foi relatado, trazido a público, a conhecimento, algumas dessas pessoas são pessoas que já tiveram algumas condenações junto à Justiça em relação à ocupação de área e tudo mais.

Então, eu fico impedido de lhe dar esse detalhe, justamente por não se tratar de ato específico do Ibama, mas, se tiver outra coisa em que eu possa lhe ajudar, eu estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Para finalizar essa nossa audiência de hoje, Senador Mourão, nosso Relator, nós precisamos, urgentemente, de convocar uma reunião para nós trazermos os secretários de meio ambiente desses estados, de todos os estados, porque é no Acre, é no Amazonas, é no Pará, é em Rondônia, é no Mato Grosso do norte que nós temos problemas, principalmente nesses cinco estados. E nós temos que achar um caminho para nós resolvermos essa situação de milhares de pessoas, de famílias que estão no campo hoje em dificuldade. Eu não encontro outro caminho para nós resolvermos essa situação.

Eu quero aqui agradecer a presença dos nossos oradores que participaram: o Anaximandro; o Alex Sandro; o Jair Schmidt, do Ibama; o Thiago Rocha, que conhece Rondônia, já esteve diversas vezes lá e conhece tão bem Rondônia, quase quanto eu; o Rodrigo Justus, da CNA; os nossos Senadores Hamilton Mourão e Alan Rick. Quero agradecer a todos os presentes e dizer para vocês que precisamos encontrar realmente um caminho para nós resolvermos essa situação desses nossos embargos e também dessas reservas que foram decretadas.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores, dos nossos oradores participantes e de todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Jaime Bagattoli, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama com a presença dos Senadores Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Ciro Nogueira, Weverton, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Audiência Pública atendendo ao Requerimento 34/2025 - CRA, de autoria Senador Hamilton Mourão (Republicanos/RS), Senador Zequinha Marinho (Podemos/PA). Finalidade: Debater o processo de regularização ambiental e a análise do Cadastro Ambiental Rural no contexto dos editais de embargo geral preventivo de notificação exarados pelo Ibama. Participantes: Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso; Leonardo das Neves Carvalho, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Acre; Adriana Aparecida Barbosa, Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM (representante de: Gustavo Picanço Feitoza, Diretor-Presidente do IPAAM); Gilmar Oliveira de Souza, Secretário Adjunto de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia; e Hueriqui Charles Lopes Pereira, Secretário Executivo de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia. Resultado: Audiência Pública realizada. 2ª Parte - Deliberativa. Item Extrapauta 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama nº 3, de 2025 que: "Requeiro, nos termos dos artigos 90, inciso XIII, 104-B e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência externa, via Subcomissão CRATERRAS da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALERO) e em propriedades rurais em Porto Velho/RO que foram embargadas de forma preventiva por meio de editais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a fim de averiguar a grave situação de produtores rurais com propriedades embargadas de forma geral e preventiva pelo Ibama na região. A diligência será realizada no município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, nos dias 16 e 17 de outubro de 2025. I. 16 de outubro de 2025: A partir das 7h30: visita/inspeção *in loco* de Suas Excelências os Senhores Senadores membros da CRATERRAS, devidamente assessorados por equipe técnica (assessores parlamentares e consultores legislativos) e acompanhados de entidades representativas dos produtores rurais, em propriedades locais embargadas. II. 17 de outubro de 2025: A partir das 9h: encontro na Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO para debate temático entre parlamentares, prefeitos, entidades empresariais, líderes de entidades de produtores rurais e autoridades do governo do Estado. Proponho para esta diligência a presença dos seguintes convidados: 1) Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa de Porto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Velho/RO; 2) Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Porto Velho/RO 3) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); 4) representante da Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia (Aprosoja/RO); 5) Hélio Dias, presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon); 6) Adelio Rovema, presidente da Associação de Pecuaristas de Rondônia (Apron); 7) Gabriel de Amorim Ferreira, procurador do Ministério Público Federal de Rondônia; 8) Antônio Gomes, procurador do Ministério Pública Estadual de Rondônia; 9) representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam); 10) Raduan Miguel Filho, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO)." Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). Resultado: Aprovado. Usam da palavra: o Senador Hamilton Mourão e o Senador Jaime Bagattoli, Presidente da CRATERRAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaime Bagattoli
Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhar os embargos de terras por parte do Ibama

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária CRATERRAS, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

O objetivo da audiência pública de hoje, solicitada pelo Relator, Senador Hamilton Mourão, é debater um tema de extrema urgência: o processo de regularização ambiental e a análise de Cadastro Ambiental (CAR) no contexto dos editais de embargo geral preventivo de notificação que vêm sendo exarados pelo Ibama.

Estamos diante de uma situação que gera enorme insegurança jurídica para os produtores rurais da Amazônia Legal. Produtores estão tendo suas áreas embargadas de forma preventiva, muitas vezes por meio de editais coletivos, o que dificulta o levantamento desses embargos ambientais.

O cerne da gestão que nos traz aqui é um verdadeiro impasse, conforme previsto na Instrução Normativa nº 8, de 2024, do Ibama. Sem a análise e a validação do CAR, não é possível desembargar as áreas. Ora, como o produtor pode resolver suas pendências se depende de uma análise que não acontece? Ele fica preso em um limbo, muitas vezes com suas atividades bloqueadas, multas sendo aplicadas e sua subsistência comprometida, sem o devido processo legal.

Para atender à dimensão desse gargalo, esta Subcomissão solicitou informações, via ofício, dos cinco estados mais afetados por esses editais de embargos cautelares: Rondônia, Pará, Amazonas, Acre e Mato Grosso.

As respostas que recebemos demonstram a clara incapacidade atual de atendimento e demanda de análise do CAR. Vejamos alguns números de Cadastro Ambiental: no Acre, por exemplo, dos 26%, só 5% foram analisados; no Amazonas, de 21.566 CARs, apenas 437 foram concluídos; no Mato Grosso, de 161.299 imóveis inscritos, apenas 16% dos CARs foram analisados; os números, no Pará, são ainda mais baixos: dos 1.565 CARs analisados, só 178 foram concluídos. Infelizmente, do meu Estado de Rondônia – depois eu queria perguntar isso ao Gilmar Oliveira de Souza, se ele puder me responder – não tivemos respostas.

Os dados falam por si. Exigir o CAR analisado para o desembargo quando os próprios estados não conseguem analisar é penalizar o produtor rural por uma morosidade que não é dele. A situação é especialmente grave em meu estado, Rondônia. Recentemente, o Ibama expediu mais de 800

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notificações contra produtores rurais de Porto Velho, determinando a retirada de animais e proibição de atividades.

Por isso, na qualidade de Presidente desta Subcomissão, requisitei a realização de uma diligência externa. Informo aos senhores que, nos dias 16 e 17 de outubro, esta Subcomissão estará presencialmente em Porto Velho, Rondônia. Realizaremos uma audiência pública na Assembleia Legislativa e diligências externas em propriedades rurais. O objetivo é apurar a grave situação dos produtores cujas propriedades sofreram embargos gerais e preventivos, promovidos pelo Ibama. Vamos ouvir os produtores e ver de perto a realidade.

A situação é tão grave que expõe uma falha clara no processo. É exatamente para corrigir essa distorção, garantindo o direito de defesa do produtor, que apresentei nesta Casa o PL 4.554, de 2025. O objetivo é claro: garantir o contraditório e a ampla defesa antes do procedimento do embargo cautelar, instituindo um procedimento prévio de notificação de advertência.

O que este PL propõe, senhores, é algo básico em um Estado de direito: vedar a aplicação de embargos de forma preventiva e coletiva, via editais, baseada apenas em alertas de sensoriamento remoto, sem o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Não podemos aceitar uma punição coletiva ao produtor rural, principalmente aos pequenos.

Para concluir, reitero a necessidade de diálogo, debate e intercâmbio de informações. Precisamos buscar o fortalecimento de políticas públicas para a regularização ambiental nos estados. Acima de tudo, precisamos buscar a aplicação adequada dos instrumentos de comando e controle, que deve ser pautada estritamente na legislação ambiental vigente.

É imperativo garantir o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa a todos os produtores rurais.

Agradeço a presença de todos e declaro iniciados os debates.

Esta reunião destina-se à realização de audiências públicas para debater o processo de regularização ambiental e análise do Cadastro Ambiental no contexto dos editais de embargo geral preventivo de notificação exarados pelo Ibama, em atendimento ao Requerimento 34, de 2025, da CRA, de iniciativa dos Senadores Hamilton Mourão e Zequinha Marinho. (*Pausa.*)

Quero agradecer aqui a presença, primeiramente, do nosso Senador Hamilton Mourão, nosso Relator aqui desta Subcomissão da CRA; e dizer, Senador Mourão, que essa situação que nós estamos tendo hoje é muito caótica, muito grave, principalmente nos estados da Amazônia, nos cinco principais estados que estão sofrendo com esses embargos: Rondônia, o Acre, Mato Grosso, o Pará, o Amazonas. Temos a nossa missão de nós procurarmos ter um diálogo com os nossos Secretários de Meio Ambiente de todos esses estados, juntamente com o Ibama, para encontrarmos uma solução, porque é impossível essas pessoas terem esses embargos coletivos.

Vamos ouvir aqui, eu chamaria os nossos oradores... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria ouvir o nosso primeiro orador, a Mauren...

É a Mauren, né? (*Pausa.*)

... Mauren Lazzaretti, Secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso.

Com a palavra a Mauren Lazzaretti, por dez minutos.

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos. Vocês me ouvem? Senador Jaime?

O.k. Então, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ouvimos, ouvimos.

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (*Por videoconferência.*) – Muito bem.

Mais uma vez, obrigada pela oportunidade.

Quero cumprimentar também o Senador Hamilton Mourão e todos que estão presentes, os colegas secretários e representantes dos estados que estão conosco.

Senador, o tema é bastante relevante; ele tem ocupado boa parte do tempo do Fórum de Secretários da Amazônia, dos secretários que compõem a Abema (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente). Somos muito sensíveis ao tema e, para colaborar com a construção de soluções, eu vou destacar, no âmbito do Estado de Mato Grosso, já que o senhor citou alguns números, iniciativas que visam, no âmbito do Governo do estado, construir soluções e alternativas para essa demanda.

Obviamente, nós não temos nenhuma interferência, ingerência ou, de certa forma, poder de alterar o procedimento adotado pelo Ibama. No âmbito do Estado de Mato Grosso, em audiência anterior, o Secretário-Executivo demonstrou quais são os procedimentos preliminares que orientam a autuação aqui no estado. Nós temos cautela: nós fazemos conferências de dados com todas as bases que nós temos; antes de elaborar e de enviar um auto de infração, é encaminhada uma notificação por *e-mail* ao responsável técnico e ao produtor rural; há um primeiro contato; e só depois, na sequência, é adotada a medida sancionatória pelo estado. Mas essas cautelas não se esgotam aí, há todo um procedimento de ampla defesa e contraditório aos infratores.

No Estado de Mato Grosso, a legislação estadual possibilita a priorização de qualquer Cadastro Ambiental Rural ou licenciamento ambiental quando há embargo da atividade rural ou de um empreendimento. Com que objetivo? Nós, obviamente, não podemos pactuar com o ilícito ambiental. No entanto, o ilícito ambiental não pode configurar pena de morte a um empresário ou a um produtor rural; ele precisa ter mecanismos para regularizar a sua atividade. É sob essa ótica que nós conduzimos os procedimentos sancionatórios no âmbito do estado.

Então, um Cadastro Ambiental Rural que esteja no sistema mato-grossense é priorizado havendo autuação e embargo daquele imóvel, o que significa que, entre aqueles processos que foram analisados, uma grande parte está relacionada a processos e propriedades com embargos lavrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa priorização é automática pelo sistema e, quando ocorre posteriormente ao processamento, é feita de forma manual, assim que individualizado o embargo da propriedade.

Mas não apenas a priorização do cadastro: nós temos em Mato Grosso, e inclusive ocorre durante esta semana, a conciliação ambiental, um procedimento que foi excluído do decreto federal, mas que existe no Estado de Mato Grosso, na legislação estadual, e ocorre em parceria com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com a polícia judiciária civil, em que nós realizamos audiências conciliatórias envolvendo todos os entes. E, nessa oportunidade, nós resolvemos a infração administrativa, eventualmente o dano ambiental de uma ação civil pública e ação penal, e o infrator sai da audiência com os termos assinados e com as medidas cautelares já levantadas, quando é possível – embargos, apreensões –, sempre pensando que não podemos pactuar com o ilícito, mas deve haver mecanismos que promovam o retorno desse cidadão à legalidade. É sob essa ótica que nós temos conduzido no Estado de Mato Grosso.

Mas não é apenas para os infratores. Pensando agora na regularização ambiental dos imóveis rurais, que é o foco principal desta audiência, desta reunião, nós lançamos, em 4 de junho de 2025, o nosso Cadastro Ambiental Rural Digital, com análise automática para validar os cadastros. Nós partimos dessa premissa para ampliar a escala de validação e apoiar a regularização no estado, e, de certa forma, superarmos os entraves, porque existem técnicos entre os prestadores de serviço e a própria interpretação do órgão ambiental. E com isso nós fechamos agora, na data de hoje, com mais de 25 mil cadastros validados, o que amplia de forma expressiva, passando de 20% o número de imóveis que foram validados no Estado de Mato Grosso, já alcançando 48 dos 142 municípios do estado. Esse Cadastro Ambiental Digital é validado e realizado por município, porque nós precisamos preparar as bases de referência para a automação.

São estratégias, Senadores, que visam, primeiro, permitir que o produtor rural exerça a sua atividade dentro da legalidade e também, num segundo momento, que seja mais célere o procedimento para que ele possa retornar para a legalidade, em caso, obviamente, de ter sido cometida uma infração administrativa. E para os pequenos imóveis, os imóveis de até quatro módulos, para aqueles que exercem atividade de subsistência, quando há identificação dessa situação, o embargo é levantado pelo órgão ambiental, no caso do Estado de Mato Grosso, das nossas autuações, e efetivamente nós procuramos simplificar e facilitar a forma de pagamento das multas para esses pequenos produtores; eles têm condições diferenciadas para firmar um termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental ou com o Ministério Público.

Eu não quero me alongar, acho que já ocupei os meus dez minutos, mas essas eram as colaborações, que ampliam um pouquinho as informações que foram prestadas em resposta ao ofício, mas que também podem colaborar para a criação de soluções nos outros estados ou até mesmo numa normativa federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero agradecer aqui a colaboração e as palavras da Mauren Lazzaretti, Secretária de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso.

Depois, eu queria deixar perguntas, Mauren, para você me responder depois, mais tarde, após nós ouvirmos os secretários dos outros estados. Como é que está a situação aí no Mato Grosso? Como é que está esse canal de comunicação entre o órgão ambiental do estado e o Ibama? Porque tem alguns estados em que o órgão ambiental dá uma licença, ou para um desmatamento ou para a construção de alguma indústria, e, depois, o Ibama vem e acaba fazendo os embargos, inclusive até em planos de manejo florestal.

Depois, eu queria que a Mauren pudesse me responder de que maneira está sendo atuado dentro do Mato Grosso, como é que está havendo esse diálogo entre a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso e o Ibama, que é o órgão federal que controla pelo Brasil afora.

Eu quero aqui também selecionar alguns internautas do e-Cidadania.

A Raissa, do Mato Grosso, faz a seguinte pergunta: "Como garantir transparência e agilidade na regularização ambiental diante dos embargos do Ibama e da demora na análise do CAR?".

Temos o Fernando, do Rio Grande do Sul: "Até que ponto a morosidade das análises é causada pela falta de tecnologia, de procedimentos simplificados ou de pessoal?".

Temos o Fábio também, de São Paulo: "Como evitar abusos nos embargos preventivos aplicados pelo Ibama?".

Então, vocês veem, são diversas perguntas, muito importantes, a que, depois, eu queria que os nossos Secretários de Meio Ambiente pudessem nos responder.

Eu quero agora convidar o nosso segundo orador, o Leonardo das Neves Carvalho, Secretário do Meio Ambiente do Estado do Acre.

Por dez minutos, com a palavra, Leonardo das Neves Carvalho.

O SR. LEONARDO DAS NEVES CARVALHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá. Boa tarde a todos. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui contribuindo hoje na Comissão.

Quero também saudar todos os Senadores presentes, na figura do Presidente, e também os nossos colegas, a Secretária de Meio Ambiente Mauren, que nos sucedeu muito bem, fazendo uma análise sobre a situação dos embargos.

Essa situação também nos preocupa no Estado do Acre. Estamos muito atentos a como poder responder a essas demandas de uma forma mais ágil. Na verdade, é uma pauta que é uma das principais pautas que nós temos hoje. Acho que todos os secretários, na verdade, têm gastado muito tempo na tentativa de buscar soluções para essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos temos um diálogo muito profícuo e muito integrativo entre os estados da Amazônia. Um exemplo disso é que temos participado de grupos intergovernamentais – inclusive existe uma ação no Supremo que tem colocado esse assunto como pauta, uma ADPF –, e a gente tem feito reuniões sistemáticas para poder melhorar a integração dessas bases de dados entre os estados e o Governo Federal, principalmente para acelerar essa análise dos Cadastros Ambientais Rurais.

Então, existem gargalos que precisam ser superados, do ponto de vista da tramitação, das bases de referência, para que essas análises se tornem mais automatizadas e a gente consiga dar essa resposta mais rápido ao produtor que está sendo embargado.

No caso do Acre, não sei se posso fazer uma apresentação rápida aqui de alguns dados nossos, para poder guiar... Seria importante. (*Pausa.*)

Então, deixe-me apresentar rapidamente aqui.

Dentro do Cadastro Ambiental Rural, o Estado do Acre tem uma base legal instituída por um decreto estadual, que trata de como vamos ter o trâmite do Cadastro Ambiental, no Estado do Acre, através de um escritório próprio, que é uma parceria entre a Sema e o Instituto de Meio Ambiente do Acre. E hoje nós temos 14.173 CARs analisados no Estado do Acre, dando uma média de em torno de 800 a mil CARs analisados. Dentro desse contexto, temos aqui uma distribuição por categorias fundiárias: a grande maioria dos CARs são de áreas de até 100ha – na verdade, a grande maioria dos 53 mil CARs no Estado do Acre.

Quanto aos embargos, hoje, do ponto de vista do Ibama, nós estamos com 3.366 embargos. Além disso, temos também do Instituto de Meio Ambiente do Acre, totalizando mais ou menos 5 mil áreas embargadas. E isso causa muita apreensão aqui para o setor produtivo, que tem procurado muito a Sema para a gente buscar.

O que nós temos colocado, evidentemente, é que a gente tem um fluxo muito bem estabelecido para essa regularização ambiental. Então, tem uma lei que institui o Programa de Regularização Ambiental no Estado do Acre e temos uma média de entre 40 e 45 dias para poder fazer esse processo de regularização. Mas a gente sempre fala que a regularização ambiental é uma via de mão dupla. Não é só um processo que está na mão das secretarias de meio ambiente, a gente depende também de que o dono da área traga informações, evidentemente, sobre a gestão ambiental na sua área; a questão fundiária é muito importante e é um problema sério na Amazônia. Então a gente tenta acelerar.

Aqui, então, mostro um pouco do fluxo de como essa regularização ambiental ocorre e que ela vai desaguar – evidentemente, depois da regularização, da assinatura de um termo de compromisso ambiental – no encaminhamento dessas informações ao Ibama para pedir esse desembargo.

Temos hoje, no Estado do Acre, uma regularização de mais de 900 áreas com TCAs firmados; e, desses 900, 407 eram de áreas que já tinham embargos. Então, mais da metade dessas áreas que têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos de compromisso firmados já foram para realizar o desembargo, para a gente poder ter essa regularização a contento.

E nós temos feito um trabalho muito forte de incentivo à regularização ambiental através de mutirões ambientais. É uma constante. Neste ano de 2025, nós já estamos com 17 mutirões, e a gente focou – foi um pedido do Governador do estado que se desse esse foco – as regiões que sofreram mais embargos, como a região nossa aqui de Feijó, Tarauacá, Manoel Urbano, que têm tido muitos eventos de embargos. E a gente tem atuado prioritariamente nessas regiões do Estado do Acre.

Aqui também temos imagens de como funciona essa relação com o pequeno produtor. E uma coisa muito importante é que, no Estado do Acre, a gente tem programas de fomento a essa regularização. Quando a gente identifica produtores que têm áreas que são de até quatro módulos fiscais, a gente apoia na implantação de sistemas agroflorestais de até 2ha, com a doação de mudas e o acompanhamento técnico por mais de um ano, para que esses sistemas agroflorestais sejam uma alternativa de regularização ambiental, mas também com uma produção.

Há duas novidades que a gente tem também feito para poder buscar essa regularização: a gente regulamentou recentemente a compensação da reserva legal – tem uma lei de 2024 –, também a gente publicou uma instrução normativa, e a gente tem entendido e procurado fomentar também o instrumento da compensação para poder resolver alguns problemas dessa regularização ambiental; e recentemente também estamos discutindo – e vamos lançar agora em outubro – uma plataforma que a gente chama de Selo Verde Acre, que é uma iniciativa em conjunto com a UFMG, em que a gente busca dar uma conformidade ambiental e ter um processo de transparência para que o produtor consiga já, colocando o dado do CAR ou sabendo onde está a sua propriedade no território, identificar se aquela área tem embargo, quanto que tem remanescente de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO DAS NEVES CARVALHO (*Por videoconferência.*) – ... de APP, quanto de reserva legal de que é possível fazer a recuperação. Então, a gente está tentando...

Já fizemos um diálogo também com os setores aqui para explicar que é mais uma ferramenta para ajudar o pequeno produtor ou o técnico, para evitar aquelas dificuldades que são chegar a um escritório do cara aqui na capital ou a lugares mais distantes que não têm acesso. Então, esse é um panorama da atuação do Estado do Acre na questão do CAR.

Temos feito um diálogo também muito importante com a Assembleia Legislativa do Estado do Acre – e temos buscado alternativas –, que tem sido também um grande parceiro, um interlocutor com os proprietários, também para que a gente encontre soluções para atender e para ser mais célere o nosso atendimento a partir da Secretaria de Meio Ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre costumo dizer que a gente tem que abrir mais essas portas de entrada para a regularização ambiental e, consequentemente também, a saída de mais produtores para que eles possam ter essa conformidade e atender essas demandas de uma forma mais rápida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Leonardo.

Leonardo, depois eu já queria dizer para... Uma grande preocupação que a gente tem aí em toda a Região Norte e pelo Brasil afora também, pelos demais estados da Federação, é principalmente essa situação dos embargos na nossa Região Norte. Você falou que tem 14.173 CARs analisados. Depois, eu queria que você... Se você pudesse mencionar, para nós, qual a quantidade de áreas que estão embargadas aí no Estado do Acre dentro de onde já foram analisados os CARs; e quantas propriedades tem onde não foram analisados ainda os CARs, porque, sem a análise do CAR, você sabe que a dificuldade de fazer o desembargo é muito maior, até porque existe uma normativa do próprio Ibama dizendo que tinha que ser feita a análise do CAR, e há uma demora muito grande na maioria dos estados dentro dessas análises.

Então, vocês veem que é uma situação muito preocupante, e, quando você fala que a gente precisa dar uma prioridade, primeiramente... Não que aos médios e grandes também não se tenha que dar uma prioridade, mas principalmente até essa situação de quatro módulos, que é até 240 hectares. Além disso, hoje até já foi discutida hoje, lá na CRE, aquela situação sobre as áreas de fronteiras, em que nós já temos um problema. O Estado do Acre pertence também à área de fronteira, está incluído também dentro dos 11 estados da Federação que participam de praticamente 130 milhões de hectares nessa faixa de fronteira, que tem a outra situação que precisamos resolver, essa vida do produtor rural, porque senão, daqui a pouco, vai até perder os seus títulos, os documentos de suas propriedades devido a essa não regularização nas áreas de fronteira.

Eu queria conceder agora a palavra também, por dez minutos, à Adriana Aparecida Barbosa, Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam); e também a representante de Gustavo Picanço Feitoza, Diretor-Presidente do Ipaam.

Com a palavra Adriana, por dez minutos.

A SRA. ADRIANA APARECIDA BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde.

A SRA. ADRIANA APARECIDA BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Srs. Senadores; boa tarde, Srs. Secretários; boa tarde colegas.

Eu vou colocar aqui um pouco da situação do Estado do Amazonas em relação à análise de Cadastro Ambiental Rural e a áreas embargadas, tanto pelo estado quanto pelo Ibama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me compartilhar aqui.

Então, vocês estão conseguindo enxergar?

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sim.

A SRA. ADRIANA APARECIDA BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Então, em relação à análise de CAR, aqui no estado a gente tem a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas. Quem faz a gestão do CAR é o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas.

Em relação aos dados que foram repassados, eu tenho impressão de que foram dados defasados que foram repassados, eu não sei se é porque eu sou da gerência da gestão do CAR, e os dados atualizados são esses na tela.

A gente tem hoje já analisados mais de 30... Com algum ciclo de análise, são quase 35 mil cadastros de um total de 93 mil cadastros do banco de dados do estado. O grande destaque para esses números aqui são esses 21 mil cadastros que estão aguardando atendimento de notificação. Esses cadastros estão principalmente na região sul do Amazonas, que é a região onde a gente tem também a maior incidência de embargos de áreas, maior incidência de desmatamento, é o chamado arco do desmatamento, e também onde tem o maior esforço do órgão em relação a analisar cadastro, em relação a ações de mutirões de regularização, de palestras, de treinamentos, enfim, há um esforço muito grande, mas o gargalo não é a análise de CAR em si, é a finalização da análise, que, por sua vez, depende do proprietário possuidor, que tem que sanar as inconsistências detectadas na análise. Aí a gente tem um número expressivo de cadastros analisados que não atenderam a essas notificações, e com tempo razoável, ou seja, a maioria desses cadastros já tem em média um ano de análise sem respostas de notificação.

Em relação a embargos, aqui no estado a gente tem embargos efetuados pelo Ipaam. São 8.352 hoje, na base do estado, que foram realizados de 2023 a 2025, são embargos emergenciais, e 3.091 são de ações de fiscalização, operações de fiscalização.

Já em relação aos embargos do Ibama, a gente tem aqui 8.683 embargos. O processo de desembargo no Ibama é um processo deles, e o processo aqui no Ipaam é outro, mas ambos são realizados com base no que está no Decreto 6.514, em relação à regularização dessa área, para suspender esse embargo.

No caso aqui do órgão, a gente utiliza, para passivos anteriores a 2008, o Programa de Regularização Ambiental (PRA), e pós-2008 o que está na Lei de Crimes Ambientais, o termo de ajustamento de conduta. Recentemente, a gente passou a adotar também a conciliação, que foi regulamentada no estado, para tentar dar vazão a esses embargos, mas a gente não tem muitos pedidos de desembargo, esse é um dado importante a se falar, pelo menos aqui no órgão, no Ipaam,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no estadual. Eu acho que a maioria é relacionada ao processo do Ibama. Aqui não tem muitos pedidos, porque os pedidos são atendidos, desde que cumpridos os requisitos, de forma bem rápida.

Em relação à IN do Ibama, ela tem algumas exigências que resvalam na ação do órgão estadual – quando exige a licença, quando exige termo de serviço –, aí é nesse sentido que se fala que tem que ter o CAR analisado, mas não é uma questão de ter o CAR analisado, é uma questão de ter uma proposta de recomposição aprovada, é uma questão de ter uma pactuação do proprietário possuidor com o órgão a fim de sanar esse passivo ambiental. É aí que está o gargalo, porque a gente tem um grande número de análise, mas a gente não tem essa proposta e essa assinatura desse termo e compromisso de regularização.

Para concluir, a gente tem um número de cadastros analisados muito bom em relação ao cenário nacional. A gente tem dois projetos em andamento que vão dar mais vazão ainda de análise. Para o número de cadastros que a gente tem, a gente vai atingir um percentual altíssimo, mas vai continuar tendo esse problema da questão das notificações que não são respondidas, das inconsistências que não são sanadas; então, a gente não consegue chegar principalmente na proposta de regularização desse imóvel rural e assinatura do termo de compromisso.

A gente tem um número significativo de polígonos embargados, somando o órgão estadual e o órgão federal, mas, do ponto de vista do órgão estadual, são polígonos pequenos que muitas vezes estão dentro de um mesmo imóvel grande. É por isto – somam vários polígonos –, mas não é que são vários imóveis, pois muitas vezes estão dentro do mesmo imóvel.

A causa recorrente é a detecção de desmatamento irregular em reserva legal, preservação permanente e uso restrito, e o processo aqui para desembargo é rápido, desde que cumpridos os requisitos. Como o Secretário do Acre falou, a gente tem também toda uma legislação, toda uma forma de regularizar o imóvel, toda uma forma de regularizar o passivo, que, se for seguido, vai ser célere esse desembargo.

A gente tem aqui também no estado muitas ações no sentido de ajudar o pequeno produtor: a gente tem balcão de atendimento aqui no órgão, para ajudar a retificar, dar orientações; a gente tem esses contratos de análise, essas empresas têm que oferecer o *shape* com a proposta toda pronta para ele regularizar o CAR; a gente tem vários mutirões junto com o Pnud, junto com outros órgãos; a gente tem várias tratativas junto ao Incra, porque a questão fundiária é gravíssima aqui, mas, infelizmente, a gente tem muita dificuldade em obter resposta do produtor, e isso, infelizmente também, culmina nessa situação de irregularidade e de dificuldade de desembargar áreas, porque a resistência a apresentar uma proposta de recomposição de uma área irregularmente desmatada também é bem importante, é um fator significativo.

Então, a gente trabalha no sentido de tentar auxiliar o produtor, de fazer o nosso papel, de oferecer os cadastros analisados, é o caso da área do sul do Amazonas. O Senador até perguntou onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão os embargos que têm cadastro analisado. Aqui no Amazonas já adianto que o sul do Amazonas, que é onde estão os embargos, os cadastros estão analisados, 100% praticamente.

É isso, muito obrigada pela oportunidade, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Adriana, pela sua participação.

Só para entender, você veja como é preocupante essa situação dos embargos: de 35 mil CARs analisados, só aí no Amazonas, tem praticamente quase 8,7 mil embargos. E eu quero dizer para você, Adriana, que muitos desses pequenos produtores que às vezes não estão procurando o órgão ambiental para fazer esses desembargos, o produtor rural hoje está com medo, lá na sua propriedade, principalmente o pequeno produtor, e isso se deve muito, Senador Hamilton Mourão, à fragilidade do Estado brasileiro de não fazer essa regularização fundiária. Se nós tivéssemos uma regularização fundiária que realmente tivesse funcionado, o que se vem debatendo há anos no Brasil, eu garanto aos senhores que nós teríamos muito menos áreas com problema. Mas hoje nós temos muitas áreas em que foram feitos o CAR, e muitas áreas, muitas, não, são milhares de propriedades em que as pessoas não têm o documento da sua propriedade.

Então é uma situação muito difícil. Principalmente, eu conheço aquela região ali do sul do Amazonas, na boca do Acre, onde é uma situação caótica, e a maioria daquelas propriedades não tem o documento da sua propriedade.

É uma coisa inexplicável, e cabe às autoridades, ao Congresso Nacional, cabe ao Governo Federal, nós tomarmos atitudes mais sérias e darmos mais segurança ao nosso produtor rural, porque também não adianta só o Incra sinalizar que vai entregar uma propriedade, vai dar uma propriedade ao pequeno produtor rural, e depois ele não dar seguimento a essa regularização fundiária.

Eu quero aqui também justificar a ausência do Eduardo Costa Taveira, Secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, e do Raul Protázio Romão, Secretário de Estado do Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará. Eles justificaram a ausência porque não puderam comparecer a esta audiência.

Eu queria, neste momento, passar a palavra ao nosso orador do Estado de Rondônia, o Secretário Adjunto de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, Gilmar Oliveira de Souza, junto ao Sr. Hueriqui Charles, Secretário Executivo.

Com a palavra Gilmar Oliveira de Souza, Secretário Adjunto de Estado do Desenvolvimento de Rondônia – Secretário do meio ambiente –, por dez minutos.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Boa tarde.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador Mourão, colegas secretários e demais membros.

Eu quero pedir desculpa referente àquela... Inicialmente, na fala do senhor, o senhor tinha questionado sobre um pedido de informações repassado à secretaria. Eu peço desculpas, mas eu vou tomar tento de onde está, do que aconteceu, de por que não foram enviadas essas informações, e me comprometo, dentro de três dias, cinco dias, a enviar-lhe essas informações, o.k? Peço desculpa aqui. Eu não sei o que aconteceu, mas vou verificar.

Em relação ao nosso sistema do CAR aqui do Estado de Rondônia, da Secretaria do Meio Ambiente, a gente está fazendo várias implantações de tecnologia e sistemas para a gente poder fazer uma análise mais dinamizada. Com isso, a gente necessita de bases de referência, e a gente está indo atrás para adquirir e, ao mesmo tempo, também ver se o próprio Serviço Florestal Brasileiro – não é, Hueriqui? –, da União, tem essas bases para a gente poder colocar aqui.

Quanto a essa demanda do CAR, quem está mais à frente dessa situação é o Hueriqui, que é o Secretário Executivo. Eu vou passar a palavra para o Hueriqui, porque ele vai poder passar mais informações de como está essa situação hoje no Estado de Rondônia, o.k.?

Agradeço a todos.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Na pessoa do Sr. Presidente, Senador Jaime, eu cumprimento a todos os presentes e os que estão em vídeo.

Complementando a fala do meu colega e dos demais colegas que nos antecederam, quanto às medidas que vêm sendo implementadas e discutidas, tanto no âmbito do Fórum de Governadores da Amazônia Legal quanto no âmbito da Abema, a nossa associação, todas essas políticas públicas apresentadas estão sendo discutidas amplamente e sendo executadas amplamente em todos os estados, seja na parte de conciliação, seja na parte de aprimoramento, seja na parte de necessidade de editar atos normativos visando à priorização.

O Estado de Rondônia também não fica atrás. Nós temos o nosso próprio ato normativo que prioriza a análise de Cadastro Ambiental Rural (CAR) de áreas embargadas ou com auto de infração ou com demanda judicial. Então eles têm prioridade zero para entrar, para passar a fila, nesse sentido.

Complementando a fala do colega, eu não sei o que aconteceu com o requerimento, o ofício, mas de pronto, nós vamos atender, vamos rastreá-lo aqui, vamos atendê-lo o mais breve possível.

Mas eu trago algumas informações aqui que eu vi que muitas pessoas e os outros colegas questionaram ou informaram. Então hoje, Senador Jaime, o Estado de Rondônia possui, em sua base, cerca de 181 mil cadastros lançados na sua base, incluindo os ativos, os cancelados, os pendentes. O estado já realizou 105 mil análises de CAR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o nosso problema, o nosso maior gargalo aqui em relação ao nosso Cadastro Ambiental Rural no âmbito do Estado de Rondônia? É a média de recorrência de análise. Nós tínhamos uma média de recorrência de análise de 18 análises para chegar à aprovação de um CAR, ou seja, ele não chegou ainda à fase de regularidade, ele não está ambientalmente regular, mas ele já chegou com a sua aprovação do uso do solo, definição de reserva legal, servidão administrativa, APP, certo? Então nós temos, nessa faixa etária, esse montante de análise, mas por conta da recorrência das análises, você não consegue chegar a finalizar.

Mas o senhor vai me perguntar: Estado de Rondônia, Sedam, por que isso? O senhor falou, na sua fala, e foi muito perfeito: em sua grande maioria, grande maioria, regularização fundiária é problema entre inconsistência do documento apresentado com o perímetro declarado. Então essa é a maior problemática em relação à aprovação do Cadastro Ambiental Rural no âmbito do Estado de Rondônia, e eu acredito também que no âmbito dos demais estados aqui correlacionados.

O que é que o Estado de Rondônia tem feito para aprimorar isso? Implementação de tecnologia, que está a cargo do Secretário Adjunto, que está buscando implementar, atualizar, implementar um integrador no nosso CAR de Rondônia. Implementação do analista parceiro. O que é o analista parceiro? O pequeno produtor rural do Estado de Rondônia, se não tiver, a Sedam faz a análise e a vetorização do seu cadastro. Ele tem que dar o o.k. O problema é que também isso ocorre nos demais estados. Na maioria dos processos, o produtor não quer dar o o.k. Por quê?

Vamos para o segundo problema: a vetorização de cobertura, a inconsistência na cobertura do solo e hidrografia. A declaração de área consolidada conforme a 12.651, área aberta até 22 de junho de 2008, APP consolidada, servidão administrativa, isso também, em seu maior número aqui, paralelo com a de regularização fundiária, parte documental, é um dos nossos maiores entraves. E, quando a gente aciona o técnico parceiro, se a pessoa não acatar ou não aceitar, nós não podemos forçá-lo. Então isso também acaba prejudicando o andamento da aprovação desse Cadastro Ambiental Rural.

Eu queria aqui compartilhar com os colegas dois pontos. Um, que já foi até suscitado aqui, que está em andamento um plano em âmbito da Amazônia Legal e do Pantanal – que é da ADPF 743, da implementação e melhoria do cadastro ambiental rural, que foi criado e está sob concordância do MGI junto com o Ministério do Meio Ambiente – e ele tem fases de execução e tem diretrizes.

Então, seria muito bom a Comissão solicitar esse plano que foi apresentado na ADPF junto ao Governo Federal, para trazer auxílio, ferramentas, opções ou trazer quais são os gargalos do nosso usuário, do nosso produtor rural. Qual é o problema que ele está tendo na ponta? Será que esse plano está atendendo? É o suficiente? Ouvi-los, fazê-los serem ouvidos.

Um outro ponto aqui no Estado de Rondônia que está dando muito certo, Senador Jaime e demais membros da Comissão, o estado assinou um ACT (Acordo de Cooperação Técnica) junto com o Incra, em que nós estamos andando lado a lado com o Incra para regularizar cerca de 206 projetos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de assentamento – sejam eles assentamentos consolidados ou em andamento, em regularização –, ou seja, a parte de titulação vai andar casada com a parte de regularização ambiental.

Isso, em números...

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Cinquenta e seis mil, viu, Hueriqui?

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Isso.

Isso, em números... Nós iniciamos agora, recentemente, em junho. Dos 734 imóveis, já no primeiro lote de cadastrados, nós tivemos aqui um dado muito legal: de 734 imóveis cadastrados no primeiro módulo: 342 já, em menos de dois meses, aguardando validação; 22 analisados sem pendência, ou seja, não possuem nenhum passivo; 197 aprovados com passivo; 173 com algum tipo de pendência técnica, aguardando cumprimento.

Então, com isso aqui, a gente vê, em números, que uma parceria do órgão ambiental com órgão de regularização fundiária é um avanço significativo. Parece pouco, 734 imóveis, mas, em menos de dois meses, um resultado desse, a meu ver, é muito. Então, cabe, como uma sugestão, essa parceria.

Um outro ponto que nós temos aqui em relação ao que está sendo instituído, que já tem em alguns outros estados, é um acordo de cooperação técnica também com a Faperon (Federação de Agricultura e Pecuária de Rondônia), no sentido de trazer a regularidade àqueles imóveis que ainda não possuem nenhum tipo de embargo, mas que possuem uma detecção de desmatamento ou um Prodes, que não foi ainda embargado: fazer esse acordo e trazê-lo para a regularidade, visando voltar com ele para o mercado consumidor – que seja aceito em linha de crédito frigorífico... Então, nós estamos com isso em andamento.

Essa é uma política, salvo engano, que já tem dado certo no Mato Grosso e no Estado do Pará. Então, estou citando isso, porque todas as políticas boas nós temos que copiar e implementar.

Em relação aos editais, Senador Jaime, do Ibama, a esse edital coletivo: infelizmente, fica um pouco complexo o estado se manifestar em relação à atividade a ser executada por outro ente, a Sedam se retratar em relação a essa situação do Ibama. O que eu posso dizer: o Estado de Rondônia faz o embargo remoto? Nós já fizemos. A Sedam já fez em área pública estadual. Em área que está em processo de regularização – você tem o seu devido processo legal, você tem análise do CAR, vetorização, aprovação –, se tiver cometido um crime ambiental, é dirigido ao setor competente, e eles fazem as diligências necessárias à identificação e entrega do auto. Mas, em área pública estadual, descoberta ou detectada... O auto de infração, em qualquer base, se vetorizada e encontrada aquela pessoa infratora que ele consiga enxergar e identificá-la de forma precisa, ele também é feito.

Eu acredito que são essas as nossas contribuições.

E estou à disposição aqui, bem como o colega Gilmar, à disposição da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero agradecer a contribuição do Gilmar, mas preciso fazer uma conclusão de algumas situações que estão acontecendo aí no estado.

Agradeço também ao Charles.

Mas eu quero mandar um recado – por uma situação dessa tão importante – ao Secretário do Meio Ambiente do meu Estado de Rondônia, o Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lagos.

Quero dizer a você, Secretário, que a gente mandou, com muito tempo, esse envio sobre esta audiência pública que nós íamos ter hoje aqui. Ontem... O Gilmar só está nos atendendo, porque eu liguei para o Gilmar, senão eu nem estaria atendendo ao meu estado, que é o Estado de Rondônia.

Então, eu acho o seguinte: é muita falta de consideração do Secretário do Meio Ambiente do Estado de Rondônia, do meu estado, com aquela dificuldade de milhares de pequenos produtores. Agora, eu vejo, em todas as propriedades, principalmente nas médias e grandes propriedades, a Sedam está lá dentro, o tempo inteiro, e nas pequenas também.

São duas mãos, uma é para autuar e a outra que é para salvar. É muito difícil. Uma tem um peso; da outra, não precisamos nem falar qual o peso dela.

Assim, eu quero dizer ao Secretário do Meio Ambiente do Estado de Rondônia que o senhor tinha que estar participando desta audiência pública. Isso aqui é muito importante. Nós temos, além de tudo, eu vejo aí 181 mil CARs que já estão cadastrados. Já foram analisados 105 mil. Sabe por que foram analisados 105 mil? Porque o Estado de Rondônia é um estado ainda em que foi feita uma reforma agrária lá na década de 70, e em que nós temos milhares de propriedades rurais.

Eu dei aqui, Senador Hamilton Mourão, o Assis Canuto recebeu, na semana passada, um título de honra ao mérito, aqui no Senado Federal. Eu presidi a sessão e dei esse título para ele, através do Senado Federal, uma pessoa que foi importante lá na década de 70. Na década de 70, começou em 1970, aquele programa de reforma agrária.

E quero dizer para você, Marco Antonio, que, de todos os estados da Amazônia, o que menos tem problema é o Estado de Rondônia. É um dos que ainda teria menos problema. Mas temos milhares de problemas, porque a regularização fundiária não andou mais depois de 1986 para cá. Não andou, não funcionou a regularização fundiária.

E digo mais: no meio ambiente do meu Estado de Rondônia, foram criadas 11 reservas. Nós temos o problema de 11 reservas, sobre o que eu já tenho conversado com o setor público, tenho conversado com o Ministério Público, com desembargadores, com juízes, para que nós encontremos uma saída para essa população de 11 reservas que foram colocadas lá dentro essas pessoas porque o Incra sinalizou que ia entregar essas propriedades, e hoje essas pessoas estão embargadas, essas pessoas estão dentro dessas reservas. Então, é uma situação muito crítica que nós temos no Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso fazer mais uma pergunta ao Gilmar. Preciso dizer: Gilmar, você veja bem, está tendo um desencontro muito grande nas liberações de licença entre a Sedam, que é o órgão ambiental do Estado de Rondônia, e o Ibama. Tem uma situação, inclusive, da Fertipar, que era uma indústria de adubo, que já era! Ia se instalar no Estado de Rondônia e está indo embora; foi embora e daqui a pouco não volta mais. Comprou a propriedade, comprou tudo, a Sedam deu a licença para que fizesse o desmatamento, lá na costa do Rio Madeira, lá próximo da margem da Cargill, para que se construísse essa indústria de fertilizante. Infelizmente, o Ibama foi lá e fez o embargo. Então, como é que está essa situação, Gilmar, de comunicação entre a Sedam e o Ibama?

Porque nós precisamos... E não é só isso, não! Projetos de manejo estão suspensos: são liberados pela Sedam e depois o Ibama vem e contradiz. A licença de desmatamento também, a dos 20%: a Sedam dá a licença, depois o Ibama vem e faz os embargos dessas propriedades.

Então, nós precisamos, Gilmar... Você que é técnico, você que é uma pessoa que entende essa situação, compreende essa situação, eu queria que esclarecesse para nós o porquê de não haver esse canal de comunicação. Eu acredito que os outros estados do Norte estejam na mesma situação, mas principalmente aí no Estado de Rondônia... Se você pudesse me responder, eu ficaria grato.

Obrigado.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sr. Senador, em referência à aquisição da Fertipar, a gente tem uma situação das OEPs. Foi feita uma expansão pelas OEPs, pelo município, porque é de competência do município legislar sobre assunto referente à área portuária. Conforme legislação do Conama, para qualquer empreendimento que seja no município, a gente tem que pegar uma certidão, o empreendedor tem que pegar uma certidão da viabilidade do empreendimento, da atividade. E, quanto a essa expansão, o MP entrou com a ADI, ação direta de inconstitucionalidade, e aí voltou, o espaço das OEPs diminuiu. A Fertipar não ficou dentro das OEPs.

Quem deu o licenciamento para fazer a limpeza? A limpeza foi a Sema, foi o município. Assim que a Fertipar me procurou aqui, a gente já fez todos os procedimentos para a gente fazer a devida regularização. Posteriormente a isso, eu chamei o pessoal da prefeitura, que são o secretário de meio ambiente mais os técnicos e o procurador. Eles estão fazendo uma alteração da legislação, alterando – expandindo, no caso – a área das OEPs, e até o mês de novembro eles já estarão com essa legislação aprovada. E, com isso, a gente vai emitir o licenciamento, porque, para a gente emitir o licenciamento da Fertipar, a gente precisa dessa certidão da viabilidade junto à prefeitura.

Agora, quanto a essa situação da limpeza de pastagem, o Hueriqui acompanhou bem essa situação. Inclusive...

Eu vou passar para você, Hueriqui, daí você explica melhor.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, vamos lá, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao processo autorizativo, isso ocorreu mesmo. Eu mesmo aqui recebi seis reclamações de área devidamente autorizada, com o plano de uso alternativo do solo emitido dentro do Sinaflor, e que houve a autuação do Ibama.

Geralmente, nesses casos, Senador, não é com o Ibama local. Nós temos um bom relacionamento em relação ao superintendente local de Rondônia, como eu acredito que todos os estados tenham também esse bom relacionamento com cada superintendência local.

Ocorre que a parte de fiscalização do Ibama vem de fora, de um setor chamado Dipro. E eu levei especificamente essa reclamação desses processos ao Diretor da Dipro, o Jair Schmitt. Comuniquei a ele desse tipo de autuação e orientei as pessoas a entrar com a defesa ambiental no prazo estabelecido em lei. Infelizmente, uma vez autuado pelo órgão ambiental federal, ele tem que seguir o processo do rito administrativo. A gente não pode... Mas, realmente, isso aconteceu. Eu acredito que possa ser isso.

Com a tentativa de você uniformizar um ato em nível nacional, você acaba tirando as peculiaridades regionais de cada estado. E, com isso, acaba a pessoa não conhecendo – quem vem de fora, num processo de fiscalização – o zoneamento do estado, o método e procedimento de processo autorizativo do Oema e pode acabar ocorrendo isso.

Isso também foi um ponto discutido na ADPF 743 quanto à necessidade dessa adequação regional na implementação do CAR. Os estados precisam ser ouvidos, são os estados que detêm o processo de licenciamento, os estados que detêm o conhecimento local. Então, eu acredito que esteja um pouco relacionado a isso.

Espero ter ajudado aí na compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado aí pela sua colocação, mas... Eu digo assim: é uma situação muito difícil para o nosso produtor rural. Parece que, a cada tempo que passa, assim... E outra coisa: desde a hora em que você só não soube também me responder sobre os planos de manejo florestal, isso está de competência hoje da Sedam ou está de competência do Ibama? Ou o Ibama chega e também está fazendo... desqualificando esses projetos de manejo onde o Sedam deu a licença?

Só me fala sobre isso, porque é uma cobrança muito grande do setor madeireiro aí do Estado de Rondônia e dos demais estados aí do Norte do Brasil.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Perfeito, Senador.

A competência no âmbito do licenciamento é do órgão ambiental estadual, definido pela Lei Complementar 140, e os termos de cooperação técnica que nós temos com o Ibama para uso das suas ferramentas, seja ela Sinaflor ou seja ela DOF, que nós utilizamos. Porém, nessa própria lei que eu passei para o senhor, a Lei Complementar 140, o órgão federal tem o poder de fiscalização concorrente. Então, o que eu sei até é sobre esse ponto. Eles avaliam se há alguma discrepância no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbito da execução do projeto, não é no âmbito da liberação ou do licenciamento do projeto até a sua autorização.

Recentemente, nós tivemos algumas conversas em relação ao setor do Ibama e nós estamos pedindo aqui, nós estamos participando, quando há um bloqueio desse, mandando a nossa equipe em conjunto para realizar as vistorias, para tentar ajudar o setor madeireiro nas liberações.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Quero fazer um adendo, Senador.

No ano passado, acho, em janeiro, foi editada uma instrução normativa do Ibama referente às análises do CAR para aprovação dos projetos de manejo. Nós criamos a instrução normativa flexibilizando essa situação das análises do CAR.

A outra situação... Eu já estou em contato com o Presidente do Ibama, com o Rodrigo Agostinho, para a gente fazer uma instrução normativa conjunta entre a Sedam e o Ibama. Eu acho que vai ser o primeiro estado que vai ter essa instrução normativa, que é de procedimentos de fiscalização e requisitos.

Eu acho que, com essa instrução normativa, Senador, a gente vai dizer o que é... Se o estado tem a competência para poder fazer o licenciamento, para emitir a Autex de manejo e também de licença ambiental, eu acho que vai ter que ter essa normativa na instrução normativa. Eu já estou elaborando essa minuta e vou enviar para o Ibama, para apreciação.

O Presidente do Ibama já deu positivo, que seria um avanço para a gente, porque aí você até limita, porque, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal faz um procedimento de fiscalização; vem o Ibama faz outro; e vem a ambiental faz outro – ambiental e estadual, no caso.

Então, a gente quer formalizar os procedimentos. Eu acho que, com isso, a gente pode trazer essa situação também para dentro da instrução normativa, Senador.

Estamos à disposição.

Quer falar uma coisa, Hueriqui? (*Pausa.*)

Então, Gilmar, só para concluir, eu quero dizer para você que, nessa situação, nesse ajuste entre a Sedam e o Ibama, poderia justamente a Sedam ajudar muito mais no desembargo dessas propriedades aí, porque o Ibama nós sabemos que não tem braço, não tem gente, não tem recurso para chegar, e é muito mais difícil.

E, quando se aprovou também o PL 2.159, não era para simplificar, não; era para agilizar os estados, os municípios, onde entrariam o estado, o município e a própria União. O Ibama participaria, mas nessas licenças ambientais principalmente...

Até, hoje, para se instalar uma oficina, vai lá o Ibama, posto de gasolina, enfim, a gente sabe que a burocracia é muito grande e pesa no custo Brasil. Isso pesa demais no custo Brasil.

Mas a Mauren parece que queria falar alguma coisa aí.

Com a palavra, Mauren.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Eu queria contribuir nessa situação do Ibama, até porque o senhor fez a pergunta no início, mas eu quero fazer dois destaques.

Eu faço minhas as palavras dos colegas de Rondônia em relação à competência do Ibama, mas quero destacar que existe invariavelmente uma diferença de posicionamento técnico entre os órgãos estaduais e o Ibama. E isso se materializa até em definições de procedimentos no âmbito de manejos florestais sustentáveis, das autorizações de supressão de vegetação.

E eu quero fazer um destaque não só em relação aos embargos, que acontecem ainda por parte do Ibama, em empreendimentos licenciados, na sua grande maioria, em razão da execução. Mas temos casos em que há divergência do Ibama a respeito da interpretação dada pelo órgão estadual sobre tipologia de vegetação – aqui, no caso de Mato Grosso, nós temos Cerrado e Amazônia – e temos situações em que o Ibama diverge da forma como o estado regulariza o imóvel.

Mas quero fazer um destaque especial, já que estamos falando de CAR, de regularização dos imóveis, do exercício de atividade lícita, para chamar a atenção para uma instrução normativa do Ibama, que foi publicada em novembro do ano passado, a Instrução Normativa nº 21.

No âmbito dos estados, por meio da Abema, oficializamos o Ibama; oficializamos, inclusive, o Senado; oficializamos o Ministro Rui Costa – e a Senadora Tereza Cristina nos atendeu muito em relação a esse tema –, porque o Ibama está exigindo o CAR validado para manejo, e não há, do ponto de vista ecológico, nenhuma justificativa para isso, uma vez que o manejo florestal só ocorre em floresta preservada, e não necessariamente tem que ser reserva legal ou área passiva – isso é de menor importância.

E, no âmbito do licenciamento, eventuais áreas de preservação permanente são excluídas do manejo. Isso é uma exigência que torna burocrático o processo, não se justifica do ponto de vista ambiental e pode ser equalizada, como foi, por meio da Resolução Conama, a própria situação da ASV.

Então, são situações que complicam o processo de licenciamento e colocam em situação de fragilidade o empreendedor, que busca os órgãos ambientais, consegue a sua autorização, mas tem, após esse processo, dificuldade de empreender e pode ter cargas apreendidas por interpretação das normas. Mesmo que a interlocução aconteça, temos dificuldade de resolver situações como essa. Desde o início do ano de 2025, temos buscado solução, Senador.

Então, se puder incluir, na pauta de temas a serem tratados, a revisão da Instrução Normativa 19, de 2024, que alterou a Instrução Normativa 21, de 2014, do Ibama, é um tema que vai apoiar o manejo florestal sustentável na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Olha só o que a Mauren traz para nós aí: a divergência entre o órgão ambiental do estado e o Ibama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para se ter uma ideia, e a Mauren tem conhecimento disso, na Chapada dos Parecis, nós temos os quatro tipos de vegetação, Senador Mourão. Temos o campo nativo, o Cerrado, o Cerrado de transição – quando falamos em Cerrado de transição, já é indo para a mata – e a mata pesada. Essas quatro vegetações nós temos na Chapada dos Parecis, que pertence a Rondônia, pega o Município de Vilhena, onde resido, Campos de Júlio, Sapezal, Comodoro, Campo Novo e parte do Brasnorte.

Então, você vê que tem que ter um conhecimento técnico e tem que haver esse diálogo entre os órgãos ambientais do estado, do município e o Ibama, que é o órgão federal.

Queria, primeiramente, passar a palavra ao nosso Senador Hamilton Mourão, e depois fazer mais umas perguntas aqui, também, aos nossos convidados, aos nossos Secretários de Meio Ambiente.

Com a palavra, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para expor.) – Presidente, boa tarde.

Boa tarde a todos os Secretários e Secretárias Adjuntos que participaram e estão participando ainda dessa nossa audiência pública, agradeço as exposições que fizeram.

Uma coisa se encaminha muito clara, Presidente: gira, gira, gira, e tudo tem ponto focal na chamada regularização fundiária. É algo que está sendo discutido neste país há 40 anos, 40 anos que vem se arrastando, e a gente não consegue colocar uma legislação que discipline essa questão.

Nós temos a velha questão da centralização administrativa existente no Brasil. Somos uma Federação às avessas, então se coloca um órgão federal – no caso aqui, o Ibama –, que quer dar a última palavra nas ações que são empreendidas pelas Secretarias de Meio Ambiente dos diferentes estados da Federação, e não pode ser assim.

Então, todos esses aspectos vão terminar por fazer parte do nosso relatório, para a gente buscar um caminho.

O senhor veja que hoje, pela manhã, nós tivemos uma audiência pública extensa para tratar de problemas similares que ocorrem em área de fronteira, e continuamos debatendo o mesmo assunto; no caso específico, salta aos olhos que, no momento em que a tecnologia avançou de forma avassaladora, que o camarada de um satélite lá no espaço fotografa o rosto de uma pessoa numa rua e determina que aquilo é um alvo a ser batido por um míssil de uma aeronave que está circulando a 3 mil ou 4 mil metros de altitude, e executa essa tarefa, nós temos que avançar nesse sentido, porque, se temos pouca gente, tem que ser a tecnologia que vai dar capacidade. O uso da inteligência artificial entra também nisso, para que todas essas análises de CAR que estão atrasadas sejam efetuadas. Basta estabelecer aquilo que a gente chama de barema, de parâmetro. Está aqui dentro do parâmetro? O.k., visto bom e segue o baile. Enquanto a gente não avançar para isso, nós vamos continuar nessa briga aqui. Essa é a realidade.

É isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Quero dizer para vocês que a Amazônia tem praticamente 60% – 56%, 57% – do território nacional. É uma situação que foi colocada na Amazônia. Temos hoje lá praticamente 35 milhões de pessoas na Amazônia. Onde nós temos os maiores problemas de regularização fundiária de embargos do país está na Amazônia Legal, à qual pertence também boa parte do Mato Grosso, Amazônia Legal, parte do Maranhão, Amazônia Legal, e os demais estados, que compreendem Tocantins, Rondônia, Pará, Amazônia, Acre, enfim.

Quero dizer a vocês que é uma região que o Brasil tem que olhar com bons olhos, para aquela população que está lá, porque hoje, o que eu sinto... Eu estou lá há 50 anos, na Amazônia; minha família está lá há mais de 50, passando já de 50 anos, e parece que os programas que são feitos para a Amazônia são para ver o futuro daquelas pessoas padecerem, para cada ano que passa irem mais para a miséria, viverem de assistência social, de Bolsa Família. Já repeti isso diversas vezes, como um programa bom para reforma agrária, de documentação da terra...

Quando eu falo aqui sobre o Estado de Rondônia, foi um que teve um dos melhores programas de reforma agrária já feita neste país – é por isso que lá tem o dobro de carteira assinada –, contra o Bolsa Família. Isso se refere à distribuição de terra no campo, e o nosso pequeno produtor rural precisa da regularização fundiária, ele precisa de um acesso, porque, quando faz, muitas vezes, se cometeu alguma ilegalidade ambiental, ele não tem as mesmas condições que tem o médio e o grande produtor. O médio e o grande produtor já têm problemas seriíssimos, agora imaginem o pequeno produtor...

Muitas vezes, essa questão, Senador Hamilton Mourão, de o Estado ser moroso para dar uma licença para o desmatamento dentro daquilo de que se tem direito... Porque hoje ele só tem o direito de ter 20% de abertura da propriedade – se ele tem cem hectares, só pode abrir 20%, e ainda tem que preservar os remanescentes das águas, das nascentes – isso eu acho que tem que realmente ter –, ele já tem que preservar 80% da sua propriedade. Quando ele chega lá ao órgão ambiental – pode ser no estadual, no municipal ou no federal –, a maioria dos estados tem grandes dificuldades de elaborar essa licença, não sei se é por causa de não ter gente efetiva para isso – o que acontece? –, mas essas são as grandes dificuldades que nós temos na Amazônia. Nós precisamos resolver essa parte ou boa parte dessa situação, porque, senão, é muito triste o que está acontecendo com nossos produtores rurais na Amazônia – não é só em Rondônia, não; são em todos os estados da Amazônia, em todos os estados.

Eu queria fazer aqui uma pergunta aos nossos Secretários de Meio Ambiente, aos que estão representando os Secretários de Meio Ambiente dos nossos estados da Amazônia. Eu vou fazer três perguntas principais aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O gargalo estadual de vossa exigência federal, a Instrução Normativa nº 8, de 2024 do Ibama, é clara: sem análise e validação do CAR, não é possível desembargar as áreas, diante dos percentuais de análise que acabamos de citar. Como os senhores avaliam essa exigência? Ela é factível? Queria que, depois, vocês me respondessem.

Outra pergunta seria a seguinte: sobre desafios operacionais, gostaria que os senhores detalhassem qual é o principal gargalo hoje. Qual é o principal gargalo que nós temos hoje? É a falta de orçamento? É falta de pessoal técnico? Ou sistemas de tecnologia são inadequados para a demanda de informações?

Outra pergunta seria o seguinte: existe um diálogo ou câmara de articulação entre as secretarias estaduais e o Ibama para tentar compatibilizar a exigência da IN 8, de 2024, com a realidade da capacidade de análise dos estados?

Quem poderia responder ali? Fiquem à vontade. Qual dos secretários ou representantes dos secretários de meio ambiente poderia nos responder?

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, eu vou fazer talvez a primeira resposta, depois compartilho, e os colegas podem colaborar, certo?

Eu vou lhe ser franca. Nós temos um canal permanente de diálogo com o Ibama, mas que em todas as tentativas não foi capaz de superar esses posicionamentos, como eu lhe disse. Já há algum tempo, nós nos manifestamos ao Ibama em relação às exigências inviáveis que são incluídas em instruções normativas do órgão, que não são construídas em conjunto com estados ou ouvindo a realidade dos estados. Então, eu vou ser-lhe franca: mesmo que exista o diálogo, nós não conseguimos superar de forma eficiente com o Ibama essas diferenças, divergências de posicionamento.

Quando tratamos desse tema em nível estadual, todos os estados da Amazônia e dos demais biomas compõem a Abema, e essas discussões são travadas no âmbito da Abema. Quando falamos de quais as maiores dificuldades para a regularização ambiental, a Abema tem um plano de implementação do CAR no país, que em linhas gerais reúne aqueles elementos que são comuns. Para cada estado brasileiro, a realidade é distinta.

Há um consenso de que nós precisamos automatizar a análise do CAR, porque podemos ter milhares de pessoas fazendo análise, e a interpretação individual vai trazer morosidade para o processo e um embate entre o posicionamento técnico externo, do interessado, e o interno, do órgão ambiental. As experiências que nós temos mais exitosas trazem o componente da automação da análise, mas para isso nós precisamos investir em bases de referências temáticas mais acuradas em todo o país, e os estados estão em fases diferentes de implementação disso. E, para aqueles casos que sejam mais complexos, nós vamos precisar ter um corpo técnico. Tudo isso está no plano da Abema,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi apresentado inclusive ao STF e tem sido alvo de discussões com o comitê interinstitucional do Governo Federal que trata do tema.

Eu faço aqui o compromisso dos secretários de encaminhar ao seu gabinete esse planejamento que nós temos. Ele elenca essas atividades. Ficaria mais claro para o senhor visualizar todos os desafios que estão relacionados ao CAR.

No entanto, isso não impede, Senador, que nós possamos criar mecanismos para trazer a regularização paralela à condução do CAR, como nós temos feito, na medida da realidade de cada estado, priorizando cadastros mais sensíveis, criando, como aqui no estado, filas de análises por tamanho de imóvel, o que qualifica essas análises e as torna mais céleres.

Eu acho que esse planejamento pode trazer um pouco mais de clareza ao Senado sobre o tema.

Não sei se os demais secretários querem complementar algo que eu tenha esquecido.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Parece que o Hueriqui quer usar da palavra. (*Pausa.*)

O Hueriqui é de Rondônia. Ele não está ouvindo. Está ouvindo? (*Pausa.*)

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Abriram o áudio, Gilmar. Você quer...? Abriram o áudio para cá.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Para cá?

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Abriram. Está aberto o áudio.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está o.k.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Quer complementar a fala da Mauren? Eu acredito que a Mauren está pedindo a fala ainda. Fecharam o áudio dela. Ela não está escutando.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ô Mauren... Mauren?

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Ela está escutando o Senador, porque está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, está ligado.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – O áudio é do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, está ligado.

A SRA. MAUREN LAZZARETTI (*Por videoconferência.*) – Eu não estava ouvindo o Senador Jaime. Eu não ouvi a fala do Senador Jaime.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Você terminou? Completou? Quer...?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Senador, o áudio do senhor está fechado.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Oi, oi.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Agora, agora está. Estamos ouvindo agora, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Hueriqui, você poderia fazer a complementação aí?

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Podemos.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Podemos.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, a Mauren destacou os dois pontos, e foi perfeita a fala em relação a quais são os principais pontos. Isso já foi concentrado, em âmbito nacional, pela Abema.

Sobre o último ponto, Senador, em relação à objetividade do CAR aprovado para o desembargo, isso está na norma. Então se poderiam criar outros critérios, outras metodologias, mas teria que se alterar a norma federal. Isso está no art. 15-B, salvo engano, do...

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Da 12.651, não é?

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Não.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Não, não é, não...

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Do 6.514.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Do 6.514? O que é que consta lá na 12.651?

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Para levantar o embargo, tem que ter a regularidade ambiental do imóvel.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Tem que ter a regularidade ambiental do imóvel.

Porque aí, pelo que eu penso, teria que se fazer uma alteração na legislação, que tem que contemplar as áreas que foram desmatadas após 2008, que forem objeto de PRA, certo? Assim que ele assinar o termo, teria que suspender o embargo. E da forma como está a legislação, não suspende. Só suspende depois que ele... Suspende, não, baixa o embargo depois que ele concluir a recuperação, ou seja, ele vai ficar *ad eternum* com esse embargo? Então não justifica ele assinar um termo. E a legislação está amarrada nisso.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Mas, para assinar o termo, você precisa estar com o CAR aprovado.

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Ter o CAR aprovado.

O SR. HUERIQUI CHARLES LOPES PEREIRA (*Por videoconferência.*) – Está amarrado então.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GILMAR OLIVEIRA DE SOUZA (*Por videoconferência.*) – Mas aí, para suspender o embargo depois de 2008, não tem a previsão. Só depois que ele for concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu até entendo...

A SRA. ADRIANA APARECIDA BARBOSA (*Por videoconferência.*) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Adriana?

A SRA. ADRIANA APARECIDA BARBOSA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, é sobre a questão do decreto. Essa exigência do Ibama vem do Decreto 6.514, que fala que tem que estar regularizada a área ou a atividade. Quando a gente está falando da atividade, a gente está falando do licenciamento daquela atividade que foi embargada, ou seja, ela está regularizada.

Quando a gente fala de uma área de reserva legal ou APP, o Código Florestal coloca que a regularização vem através do CAR. Vem através da assinatura do termo de compromisso do PRA, nos passivos anteriores a 2008.

E quando são passivos posteriores, pelo menos aqui no estado, a legislação estadual diz que tem que ser assinado o termo de compromisso no âmbito da Lei de Crimes Ambientais, então vai para um TCA, mas de alguma forma ele tem que ter esses passivos quantificados e assinar um termo com uma proposta de regularização aprovada pelo órgão. No caso, aqui, a partir desse momento a gente já dá andamento ao desembargo, no caso do órgão estadual.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Então, desde a hora... Só para concluir aí: na hora que o produtor assina aquele termo de ajuste de conduta, o Prada, ele já assume ali o compromisso de regularizar a sua propriedade dentro da questão ambiental. Agora, quando... Acho que foi o Gilmar que colocou aí a situação, realmente, de quem desmatou após 2008. Nós temos uma situação de um distrito de Porto Velho, União Bandeirantes, em que eu acredito que 50%, 60% das propriedades fizeram esse desmatamento após 2008.

Nós precisamos encontrar uma saída, precisamos encontrar aqueles... Aqui no Congresso Nacional nós temos que debater isso, porque isso aí são milhares de propriedade que estão hoje no Norte do Brasil e sabemos que eles vão ter que fazer a compensação dos 80%, vai ter que ter os 80% de compensação e assinar esse termo de conduta, e aí nós resolvemos essa situação desses produtores. Porque a gente entende que, após 2008 – igual ele falou aí, não sei se foi o Gilmar ou o Hueriqui que falou –, eles vão continuar ficando eternamente lá dentro, com o mesmo problema sem solução. Nós precisamos encontrar uma solução, e a solução que eu vejo é eles entregarem 80% da propriedade de reserva, porque após 2008, com o novo Código Florestal, todo produtor rural só tem o direito de abrir 20% da sua propriedade.

Então, é um caso em que nós temos que nos aprofundar. Nós precisamos debater essa situação e encontrar uma saída para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que eu vejo também é que nós precisamos, para resolver esse problema dos embargos, nós temos que ter uma compreensão maior e estarmos mais próximos, o Ibama e as secretarias de meio ambiente desses estados, estarmos juntos, numa operação conjunta, para poder fazer essa situação desses desembargos.

A questão das licenças, tanto para construção de uma indústria quanto licença de desmatamento, licença para a liberação de projetos de manejo... Isso tem que ser feito através das secretarias de meio ambiente dos estados, e o Ibama não pode... Dado que o meio ambiente estadual já deu aquele licenciamento, ele sofrer um embargo pelo meio ambiente e pelo Ibama é praticamente inadmissível!

Senador Hamilton Mourão, queria fazer mais alguma colocação?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, estou satisfeito com todas as informações que foram colocadas.

Como comentei anteriormente, é uma sucessão de problemas. Para destravá-los, necessita vontade, determinação, tecnologia e um ajuste entre as ações do Governo Federal e dos governos estaduais.

Podemos pensar até numa anistia. A gente fala tanto em anistia, e talvez tenha que ter uma anistia ambiental no final das contas também.

O SR. PRESIDENTE (Jaime Bagattoli. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Você fez uma colocação aí, Senador Hamilton Mourão. Parece que crime neste país é só para quem produz mesmo. Crime realmente que não tem nenhuma anistia é só para quem produz neste país. Além de não ter anistia, tem a dificuldade para ele poder resolver o problema da situação ambiental dele e dos produtores.

Eu queria fazer uma deliberação de requerimento, de autoria desta Presidência.

Requeiro, nos termos dos arts. 90, inciso XIII, 104-B e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa, via Subcomissão CRATERRAS da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e em propriedades rurais em Porto Velho que foram embargadas de forma preventiva por meio de editais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a fim de averiguar a grave situação de produtores rurais com propriedades embargadas de forma geral e preventiva pelo Ibama na região.

A diligência será realizada no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia, nos dias 16 e 17 de outubro de 2025.

Em 16 de outubro de 2025, a partir das 7h30: visita/inspeção *in loco* de S. Exas. os Srs. Senadores membros da CRATERRAS, devidamente assessorados por equipe técnica – assessores parlamentares e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consultores legislativos – e acompanhados de entidades representativas dos produtores rurais em propriedades locais embargadas.

Em 17 de outubro de 2025, a partir das 9h: encontro na Assembleia Legislativa de Porto Velho, Rondônia, para debate temático entre Parlamentares, Prefeitos, entidades empresariais, líderes de entidades de produtores rurais e autoridades do Governo do estado.

Proponho para essa diligência a presença dos seguintes convidados:

- Deputado Estadual Alex Redano, Presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, em Porto Velho;

- Deputado Estadual Ismael Crispin, Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Rondônia, em Porto Velho;

- representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

- representante da Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado de Rondônia (Aprosoja/RO);

- Hélio Dias, Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon);

- Adelio, do Rovema, Presidente da Associação dos Pecuaristas de Rondônia (Apron);

- Gabriel de Amorim Ferreira, Procurador do Ministério Público Federal de Rondônia;

- Antônio Gomes, Procurador do Ministério Público Estadual de Rondônia;

- representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) – esperamos que o nosso Secretário de meio ambiente compareça lá também;

- Raduan Miguel Filho, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Eu queria ver também se os demais secretários do estado...

Primeiramente, eu quero encaminhar a votação.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria deixar um convite também para essa audiência dos dias 16 e 17, que é uma audiência muito importante para essa situação desses embargos lá no meu estado, no Estado de Rondônia, eu queria deixar esse convite estendido aos demais secretários dos outros estados que quisessem comparecer.

Também queria falar para a Mauren que eu vi que ela tem uma influência muito grande dentro da Secretaria ambiental. Além de Secretária de Estado de Meio Ambiente, ela tem um conhecimento muito grande dos problemas do Mato Grosso. Se você, Mauren, pudesse também comparecer, e os demais secretários dos outros estados também, se quisessem comparecer, seriam bem-vindos. Porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse é um debate não só do Estado de Rondônia, mas principalmente de todos os estados da Amazônia, que têm o mesmo problema, a mesma demanda de resolvermos esse problema dos embargos.

E também queria dizer, Mauren, que se você, mais à frente, se o pessoal do Mato Grosso quiser fazer também uma audiência – uma diligência, melhor dizendo – dessas lá, para conversarmos com nossos produtores rurais lá e nós vermos essa situação dos embargos, das dificuldades que tem aí no Mato Grosso, serão bem-vindos. Porque nesta nossa Comissão – aqui eu sou o Presidente da CRATERRAS, o Hamilton Mourão é nosso Relator –, nós estamos dispostos para ajudar e ver aquilo que nós podemos fazer para resolvermos essa situação tão grave, que prejudica tanto o setor produtivo lá do nosso Norte do Brasil.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores, dos nossos oradores e de todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 59 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e um minuto do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Beto Faro e Hamilton Mourão, e dos Senadores Angelo Coronel, Wilder Morais, Augusta Brito, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Eduardo Braga, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Oriovisto Guimarães, Daniella Ribeiro, Dra. Eudócia e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Astronauta Marcos Pontes, Teresa Leitão, conforme os Requerimentos 533, 511, 503/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. O senhor presidente comunica às Senadoras e aos Senadores o recebimento do convite do Comandante de Defesa Cibernética General de Divisão Ivan de Souza Corrêa Filho, para participar da visita ao exercício Guardião Cibernético 7.0, no dia 17 de setembro de 2025, das 13h30 às 15h, na Escola Superior de Defesa, localizada no Setor de Mansões Dom Bosco 4, Jardim Botânico, nesta capital. A presença poderá ser confirmada até o dia 12 de setembro de 2025. A Presidência comunica o recebimento Aviso nº 901-GP/TCU, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 1.986/2025, proferido no processo que trata de relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de analisar o processo de prestação de contas dos instrumentos definidos pelo marco legal de ciência, tecnologia e inovação (MLCTI), identificando desafios, dificuldades e oportunidades de melhoria presentes em sua implementação. O expediente lido será publicado na página desta Comissão da CCT pelo prazo de 15 dias para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. A Presidência comunica também o arquivamento do Aviso nº 778-GP/TCU, lido na 17ª Reunião da Comissão, realizada no dia 20 de agosto do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 23, de 2025-CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), e ao Requerimento nº 26, de 2025-CCT, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras raras no Brasil, com a participação de Mariano Laio de Oliveira, Chefe da Divisão de Minerais Críticos e Estratégicos da Agência Nacional de Mineração (ANM); Francisco Valdir Silveira, Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB); Ysrael Marrero Vera, Pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); e Fernando José Gomes Landgraf, Professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Nada mais havendo a tratar, encerra-se

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica às Senadoras e aos Senadores o recebimento do convite do Comandante de Defesa Cibernética General de Divisão Ivan de Souza Corrêa Filho, para participar da visita ao exercício Guardião Cibernético 7.0, no dia 17 de setembro de 2025, das 13h30 às 15h, na Escola Superior de Defesa, localizada no Setor de Mansões Dom Bosco 4, Jardim Botânico, nesta capital. A presença poderá ser confirmada até o dia 12 de setembro de 2025, portanto, esta próxima sexta-feira.

A Presidência também comunica o recebimento Aviso nº 901-GP/TCU, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 1.986/2025, proferido no processo que trata de relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de analisar o processo de prestação de contas dos instrumentos definidos pelo marco legal de ciência, tecnologia e inovação (MLCTI), identificando desafios, dificuldades e oportunidades de melhoria presentes em sua implementação.

O expediente lido será publicado na página desta Comissão da CCT pelo prazo de 15 dias para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A Presidência comunica também o arquivamento do Aviso nº 778-GP/TCU, lido na 17ª Reunião da Comissão, realizada no dia 20 de agosto do corrente, sem que tenha havido manifestação de Senador membro da CCT para análise da matéria por este Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras-raras no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2025, CCT – quando eu falo CCT é sempre Comissão de Ciência e Tecnologia –, de minha autoria e ao Requerimento nº 26, de 2025, CCT, da Senadora Teresa Leitão.

Lembro, recomendo e incentivo o público que nos acompanha pelos meios de comunicação do Senado Federal a participar desta audiência, podendo enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211, não só durante a audiência, mas mesmo depois, em função das apresentações e do material, que sempre ficam à disposição na página da Comissão, de acesso a todas as pessoas para que possam continuar fazendo perguntas, comentários e sugestões.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por que nós estamos falando do estado da arte? O estado da arte significa – para o pessoal da academia já é uma expressão comum – saber onde estamos, como estamos, o que aconteceu, o que deve acontecer, quer dizer, a discussão do cenário todo de terras-raras no Brasil.

Quero saudar os expositores também. Aqui presente à minha direita está o Francisco. Seja muito bem-vindo, Francisco Valdir, do Rio Grande do Norte. Que bom saudar todo o povo nordestino na sua pessoa! É Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

Também se encontram presentes – e quero saudar também todos, remotamente, por meio do sistema de videoconferência – Mariano Laio de Oliveira, Chefe da Divisão de Minerais Críticos e Estratégicos da Agência Nacional de Mineração (ANM). Seja muito bem-vindo, Dr. Mariano.

Dr. Ysrael Marrero Vera, pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem). Também as boas-vindas ao Dr. Ysrael.

Dr. Fernando José Gomes Landgraf, Professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). É também muito bem-vindo o Dr. Fernando.

Precisamos, inclusive, agendar uma reunião com a USP para que a gente possa, em reconhecimento à liderança da universidade no Brasil, na América e no mundo, nos aproximar em termos de iniciativas na área da ciência, tecnologia e inovação.

Eu quero, antes de passar a palavra aos expositores, fazer uma pequena leitura da justificação do requerimento para que o público que nos acompanha também possa compreender um pouco mais, nesta abertura, o objetivo, o que se pretende.

O presente requerimento da audiência pública tem por objetivo discutir a crescente relevância estratégica das terras-raras no cenário internacional e a necessidade de o Senado Federal dispor de informações técnicas qualificadas sobre o estágio atual da arte dessa cadeia produtiva. Por isso temos convidados muito categorizados para essa finalidade: os pesquisadores.

Os minerais encontrados nas terras-raras são matérias-primas indispensáveis para setores considerados críticos, como energia renovável, mobilidade, defesa eletrônica avançada e, sobretudo, para a transição energética.

Ao trazer o debate para o âmbito desta Comissão, pretende-se reunir especialistas, hoje, e representantes do Governo, na próxima semana, para esclarecer as tecnologias envolvidas, os gargalos existentes e as oportunidades de aproveitamento desses recursos no contexto nacional.

O Brasil figura entre os principais países com mais potencial geológico para a exploração de terras-raras, chamando a atenção de grandes potências, notadamente dos Estados Unidos – a gente viu isso, muito claramente, pelos meios de comunicação nos últimos tempos. O contato vinha acontecendo anteriormente, só que sofreu um impacto com o Presidente Trump; havia uma negociação também com o Governo Biden anteriormente –, que vêm adotando políticas para assegurar o suprimento de terras-raras.

O Brasil ainda carece de uma indústria integrada que permita transformar seu potencial em liderança tecnológica e econômica. Por isso que nós estamos discutindo hoje o que fazer, como fazer, quais são os desafios, o que os especialistas apontam como prioridades.

Avaliar do ponto de vista quantitativo os custos, benefícios, implicações econômicas da exploração e beneficiamento das terras-raras, incluindo investimentos, geração de empregos, desenvolvimento e inovação, é passo essencial para orientar decisões estratégicas de médio e longo prazos. Esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática é espaço privilegiado para esta

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

discussão, por envolver diretamente temas de pesquisa científica, transformação tecnológica e inovação industrial.

Diante disso, eu conto com o apoio – o requerimento coloca isso – para aprovação do requerimento.

O requerimento foi aprovado por unanimidade também por esta Comissão.

Inclusive, lembro que os meios de comunicação do Brasil têm abordado este assunto com bastante regularidade e, nesta semana, *O Estado de S. Paulo* também publicou uma reportagem bastante ampla – só leio dois parágrafos: "Escondida sob camadas de argila e rocha, o Brasil possui uma riqueza que grande parte do mundo cobiça: milhões de toneladas de minerais chamados de terras-raras, necessários para construir de *drones* a robôs, de carros elétricos a mísseis guiados". E em outro parágrafo: "Acredita-se que o Brasil possua entre 19% e 23% das reservas globais de terras-raras [portanto, praticamente um quarto], um grupo de 17 elementos necessários para fabricar ímãs potentes, usados em uma variedade de produtos, desde carros elétricos e turbinas eólicas até mísseis e caças".

Então, é mais uma reportagem muito boa. Quero parabenizar *O Estado de S. Paulo* pela abordagem do tema.

Antes de passar a palavra para os expositores, já leio perguntas que serão repassadas também aos expositores, vindas das pessoas que nos acompanham.

Passo a lê-las, para orientar também um pouco, em função da exposição de cada um.

Benjamin, do Paraná: "Como minimizar o impacto ambiental [importante] da mineração e garantir o acesso ao mercado global quando a legislação ambiental está sendo enfraquecida?".

Paula, do Rio Grande do Norte – essa você tem que responder, Francisco; me permita chamá-lo de você, com todo o respeito: "O Governo quer minerar terras-raras apenas para exportação [...]? Ou vai investir no desenvolvimento tecnológico da indústria?".

Antonio, do Acre: "A mineração de metais estratégicos por economias globais não tem atentado contra a nossa soberania? Até quando seremos uma mísera colônia?".

Está certo, Antonio. É isso mesmo.

Matheus, de Minas Gerais: "[...] Há estudos sobre o particulado dos rejeitos de terras-raras e seus impactos na água e saúde locais?"

Eu só quero dizer para a Paula, do Rio Grande do Norte, que o Governo quer minerar. Na próxima semana, teremos aqui a presença do Governo também; então, talvez a gente possa repetir essa pergunta da Paula na semana que vem.

Há dois comentários.

Helena, do Rio de Janeiro: "A mineração deve ser regulamentada para exploração e proveito de brasileiros, não para ONGs e países estrangeiros".

Nestor, do Rio de Janeiro: "Acho importante que o Brasil desenvolva ferramentas de refino para estes minérios e não seja um mero exportador de *commodities*".

Todas as perguntas e os comentários, sem dúvida, são muito importantes. Continua em aberto a possibilidade de se fazer perguntas e comentários.

Então, saúdo novamente a presença dos expositores, agradeço-os por estarem participando e já os convido para participarem dos desdobramentos desta audiência, naquilo que os senhores pensem que seja importante o Senado fazer, desenvolver – o Congresso –, porque esta Comissão estará atenta a esse tema.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Cada convidado poderá fazer uso da palavra, eu penso, por até 15 minutos, está bom? Não vou cortar a palavra caso a pessoa chegue nos 15 minutos, mas não falar meia hora também, não é? Então, são 15 minutos com uma tolerância também.

Concedo, em primeiro lugar então, a palavra, conforme já combinado anteriormente, ao Dr. Mariano Laio de Oliveira – bem-vindo novamente – Chefe da Divisão de Minerais Críticos e Estratégicos da Agência Nacional de Mineração, remotamente.

Com a palavra, Dr. Mariano.

O SR. MARIANO LAIO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos.

Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Perfeitamente. Estamos vendo o senhor e escutando; não só ouvindo, mas escutando, como se diz, prestando atenção. (*Risos.*)

O SR. MARIANO LAIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Está joia.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar V. Exa., Senador Flávio Arns. Estendo o cumprimento também aos colegas de mesa Dr. Valdir, Dr. Ysrael e Dr. Fernando Landgraf, e aos demais espectadores da nossa audiência pública.

Bem, sem mais delongas.

Eu fiz uma apresentação um pouco grande. Eu vou tentar me pautar nos 15 minutos, talvez um pouquinho mais. Vamos lá.

Eu sou Chefe da Divisão de Minerais Críticos da ANM. Minha formação: eu sou geólogo e economista. Preparei um material abordando bastante questões de mercado, principalmente, para a gente poder explorar esse estado atual da arte.

Então, por favor, o próximo eslaide.

Aqui eu fiz um breve roteiro dos temas que serão abordados. Vamos começar inicialmente com uma introdução sobre os elementos terras-raras.

Pode passar, por favor.

Como já foi colocado pelo Senador Arns, os terras-raras compreendem 17 elementos químicos, sendo 15 deles pertencentes à família dos lantanídeos; os outros dois são o ítrio e o escândio. Eles se dividem basicamente em três subgrupos: terras-raras leves, médios e pesados.

Aqui é interessante a gente pontuar que, apesar deste nome "terras-raras", esses elementos não são tão raros assim. Entre os 17 elementos, o mais abundante deles é o cério. Se a gente for considerar os atuais 118 elementos que temos na tabela periódica, o cério é o que ocorre na posição de 25º em relação à abundância dele no planeta Terra, 25º dos 118.

Os outros quatro elementos para que eu chamo bastante atenção aqui também são: dois leves, o praseodímio e o neodímio; e dois pesados, o térbio e o disprósio. Esses quatro elementos são os mais utilizados pelas tecnologias de energia renováveis mediante os desafios que a transição energética impõe para o planeta. Então, eles são, hoje em dia, os quatro mais desejados, vamos chamar assim.

E as principais características desses elementos são o magnetismo intenso e permanente que eles oferecem, principalmente voltado para o fazimento de ímãs permanentes; questão de absorção e emissão de luzes – isso aí já é bastante do cério –; e resistência a altas temperaturas, que é basicamente de quase todos eles.

O próximo, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, a gente tem as diversas aplicações de terras-raras. Vocês podem ver aí uma vasta gama de aplicações. Como eu havia dito, hoje em dia, a principal demanda é, para a questão da transição energética, pelos ímãs permanentes, que são bastante utilizados em motores de elétricos de carros elétricos e também no fazimento desses ímãs permanentes.

Então, pode seguir, por favor.

Aqui, eu trago algumas aplicações específicas para ver o quanto de elementos terras-raras estão embutidos nessas tecnologias desses aparelhos modernos. Então, primeiramente, no *smartphone*, uma grande quantidade de elementos químicos. Tem quase a tabela periódica inteira aí dentro de um *smartphone*, que a gente carrega nos nossos bolsos.

Há as aplicações também para uso de defesa, de equipamentos bélicos. A gente traz o exemplo do F-15, de um *destroyer,* de um submarino de classe nuclear, também todos com um grande consumo de elementos terras-raras, e, por fim, do carro elétrico híbrido, que também tem uma grande demanda por esses elementos.

Próximo, por favor.

Aqui, como eu havia dito, a principal aplicação, hoje, do neodímio, que é um dos quatro que eu citei como um dos principais... Na verdade, esses quatro, 90% da demanda deles é para o fazimento de ímãs permanentes.

Aí a gente tem a participação da composição desses elementos nesse que é um dos principais ímãs que utilizam terras-raras, que são os de neodímio-ferro-boro. Então, só para se ter uma ideia de participação na composição do ímã permanente.

Pode passar, por favor.

Agora, já entrando na parte mais de geologia, eu fiz essa apresentação e fiz uma divisão em dois tipos de ocorrência, e todo o resto da apresentação está baseado nessa divisão.

A gente tem, do lado esquerdo aqui, o que a gente chama das jazidas primárias, que contêm minerais e elementos terras-raras, geralmente em rocha dura. É muito comum a presença da monazita.

E também ocorre em areias. Aqui, no Brasil, bastante, desde o litoral do sul da Bahia descendo até o Rio de Janeiro, é muito comum essas areias com a presença de monazita.

Então, esse é um grupo que a gente vai trabalhar separado. O outro grupo, a gente vai lidar com as argilas iônicas. Essas são as que, hoje em dia, estão mais em voga. Teve até uma das perguntas aí dos espectadores sobre a questão do impacto ambiental. Essas argilas oferecem um impacto ambiental bem menor do que o das rochas duras, por exemplo. Elas não necessitam de explosivo para remover a rocha. Também elas estão disponíveis quase que em superfície, no regolito.

Essa parte geológica, provavelmente o Dr. Valdir, do Serviço Geológico brasileiro, vai abordar melhor. Eu vou deixar, para não me alongar muito aqui.

Geralmente, na rocha primária, na rocha dura, esses elementos terras-raras, os minerais vêm também com a presença de elementos radioativos, o que já é um complicador da própria legislação.

A exploração de elementos radioativos é um monopólio da União. Esse monopólio, hoje em dia, vem sendo flexibilizado para poder também ter a participação de capital privado na exploração. Também há empresas privadas colaborando nessa exploração, mas ela ainda é um monopólio, o que torna bastante burocrático o processo de aproveitamento dessas jazidas.

Já no lado das argilas iônicas, esses elementos radioativos são muito incipientes. Então, são elementos "traço", que a gente chama, e já não têm esse mesmo problema burocrático, vamos colocar assim, que teriam as rochas primárias, as jazidas primárias.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Aqui, eu já venho com os números, então, que a gente tem dentro da Agência Nacional de Mineração. A gente tem uma perspectiva, diante da série histórica, do grande aumento da procura, do interesse das empresas de mineração por elementos terras-raras.

O primeiro dado que eu trago aqui é este de autorização de pesquisas. Vocês podem ver que, desde 2020, vem havendo um aumento abrupto das autorizações, com um pico aí em 2024, quando foram concedidos mais de 1,3 mil alvarás de pesquisa exclusivamente para terras-raras.

Na tabela à direita aqui, a gente pode ver a distribuição territorial nos estados brasileiros desses requerimentos, dessas autorizações. A gente vê uma concentração no Estado da Bahia, também nos Estados de Goiás e de Minas Gerais. Pernambuco, também já com alguma relevância, se destacando.

Temos também outros dados referentes aos relatórios finais de pesquisa aprovada. A gente vê que, a partir de 2022, começa a haver um maior número de relatórios de pesquisas aprovadas.

Aqui, é importante dizer também que cada um desses números não necessariamente é uma empresa. Uma empresa pode requerer mais de uma área.

Então, quando eu digo 1.361 autorizações de pesquisas em 2024, não significa que são 1.361 empresas. Tem muitas empresas que requerem várias áreas simultaneamente, o.k.?

Temos outra informação importante também, que são os requerimentos de lavra. Na hora que a pesquisa for aprovada, a empresa já faz esse requerimento para conseguir obter a autorização da portaria de lavra, a outorga da portaria, para dar início aos trabalhos de extração mineral, da mineração em si.

Então, a gente vê que as últimas portarias de lavras foram concedidas em 2020 – essas sete aí. Todas elas são de uma mesma empresa, da Mineração Serra Verde – mais à frente, a gente vai abordá-la um pouco melhor –, e a gente vê que, nos outros anos, não houve nenhuma portaria de lavra ainda outorgada. Por que isso? Porque a maioria dos trabalhos ainda estão muito concentrados na etapa de pesquisa. Este ano já foram aprovados 24 relatórios finais de pesquisa, e alguns deles já deram entrada em requerimentos de lavra, porém ainda não houve nenhuma outorga de portaria até os dados de setembro deste ano.

Próximo, por favor.

Aqui nós temos as reservas de terras-raras que temos aprovadas nos relatórios anuais de lavra do Brasil.

Aqui é importante dizer que, até o ano de 2021, no Brasil a gente trabalhava com uma metodologia de mensuração dessas jazidas que foi alterada a partir de 2022, quando a gente aderiu às metodologias internacionais de aferição, de mensuração das jazidas.

Então, a partir de 2022, a gente vê um certo crescimento. Até 2021 a gente tem as chamadas reservas lavráveis, em 2022 a gente já tem essa mudança, porque agora são consideradas as reservas provadas mais as prováveis, e aqui a gente já tem incluídas as reservas dessa Mineração Serra Verde.

Anteriormente aqui eram basicamente as reservas da empresa que se chama Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que é uma empresa estatal. O foco dela é urânio, o mineral radioativo urânio, mas os terras-raras acontecem, às vezes, dependendo da quantidade, como coproduto ou subproduto nessas jazidas de urânio. Então eles faziam também a exploração, mas eles encerraram a produção de terras-raras no ano de 2021, se não me engano. Para a frente tem esse dado certinho para eu comprovar.

Próximo, por favor.

Aqui há a parte de investimentos. (*Falha no áudio.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

... a Agência Nacional de Mineração. A gente tem os investimentos em pesquisa mineral, que são da Dipem (*Falha no áudio.*) ... a gente vê que, ao longo dos anos de 2014 e 2015 ali, esses investimentos – R$25 milhões em 2015 e quase R$12 milhões em 2014 – são dessa Mineração Serra Verde.

Em 2020, ela começa a investir na mina. Foi um período em que ela estava já conseguindo aprovar os relatórios de pesquisa e dando início aos investimentos em minas, para dar início à extração assim que obtivesse a outorga da portaria de lavra.

Ela também começa, em 2021, a investir em usina. A gente vê um investimento intenso em 2023 – quase R$1 bilhão –, que é justamente o ano em que ela deu início às operações de produção, no final de 2023.

Aqui, para vocês terem ideia: pegando essa série histórica, de 2012 a 2024, o total investido foi de quase R$2 bilhões, sendo que 92% foi investimento desta empresa, Mineração Serra Verde.

Próximo, por favor.

Aqui a gente tem um portfólio dos diversos projetos; aqui já está aquela divisão de que eu falei lá no início, a gente dividindo os projetos de terras-raras em argilas iônicas, dos outros, das jazidas duras e de areia com monazita.

Então, aqui nesse primeiro eslaide, a gente tem uma grande quantidade de projetos que estão pesquisando, por enquanto, as terras-raras em argilas iônicas. Podemos observar uma grande distribuição territorial no Brasil, uma grande concentração na Bahia, em Minas Gerais, Goiás também tem reservas bastante significativas, e espalhada em outros estados, como Paraíba, Piauí, Tocantins, Rio Grande do Norte, Mato Grosso (*Falha no áudio.*)...

Podemos ver aí que a sequência é sempre: primeiro, vem o nome da empresa responsável pelo projeto; segundo, o nome do projeto; e, terceiro, o município e também os elementos que possui a jazida que está sendo pesquisada. Geralmente, as terras-raras não vêm sozinhas, elas estão associadas com alguns outros minerais; dependendo do local, da geologia local, esses outros minerais variam bastante: temos nióbio, temos casos de titânio...

O próximo, por favor.

Aqui, a gente tem os projetos nas rochas duras, também com uma grande distribuição no Brasil.

Vou acelerar um pouquinho aqui porque tem bastante coisa.

Nesses diversos estados é o mesmo esquema dali.

O próximo, por favor.

Aqui eu fiz alguns eslaides, principalmente das empresas que atuam nas argilas iônicas, para mostrar que a maioria delas é empresa estrangeira. Elas são empresas de capital estrangeiro, mas elas têm que abrir uma filial no Brasil, sediada nacionalmente, que respeite as leis e as diretrizes normativas exigidas na legislação nacional, mas o capital delas, a maioria é de capital estrangeiro, várias delas de capital aberto com ações negociadas em bolsas de valores estrangeiras.

A gente tem duas bolsas internacionais principais que têm, já, esta prática de comercializar ativos, ações de empresas, que estão na fase de exploração da pesquisa mineral, que são a Bolsa de Toronto, essa TSX, e a Bolsa da Austrália também, a ASX.

Então, aqui, inicialmente, a gente tem cinco empresas canadenses com capital aberto na TSX, que estão com projetos de terras-raras, pesquisando terras-raras no Brasil.

O próximo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dr. Mariano, desculpe, até, estar interrompendo...

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIANO LAIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... é que o prazo de 15 minutos já se esgotou.

Se você pudesse... Desculpe por chamá-lo de você, mas, se pudesse dar só um encaminhamento do que o pessoal pode encontrar nos próximos eslaides...

O SR. MARIANO LAIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... porque todo o material vai ficar disponível na Comissão.

Então, eu daria...

O SR. MARIANO LAIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... mais dois minutos só para o senhor conseguir encerrar o pensamento.

O SR. MARIANO LAIO DE OLIVEIRA (*Por videoconferência.*) – O.k., perfeito. Desculpe. Vamos seguir então.

Então, pode ir seguindo.

Aí são as várias canadenses, tem 16 empresas canadenses.

Aqui, a gente traz a produção; aqui, é interessante falar que em 2023 houve o descomissionamento da empresa INB. Em 2024, começou a produção da Serra Grande em argila iônica.

Próximo, por favor.

Aqui a gente tem as arrecadações dos *royalties* da mineração dessas empresas.

O próximo.

Aqui é um pouco sobre a Serra Verde.

O próximo.

Aqui também. Apesar de a Serra Verde não ter capital aberto, os maiores investidores internacionais são todos americanos.

O próximo, por favor.

Aqui é o tempo de maturação do empreendimento. Então, de 2010, quando foram iniciadas as pesquisas, as primeiras ocorrências, até o início da produção comercial da Serra Verde, foram 15 anos. Então, é para ter uma ideia do tempo, da longevidade da maturação de um empreendimento de mineração desde o início das pesquisas até o início da produção.

Próximo, por favor.

Aqui é uma sequência da cadeia produtiva. A Serra Grande vai até o item 4, tá? Ela produz até o óxido de terras-raras, que é o que ela exporta.

O próximo, por favor.

Aqui é um laboratório que tem em Minas, que está montando toda a cadeia produtiva até chegar à produção dos ímãs e das ligas.

O próximo, por favor.

Aqui é a pauta de exportação. Aqui eu chamo a atenção: no ano de 2024 e de 2025, tem aí mais ou menos no meio da tabela, 2,1 milhões e 9,9 milhões, são as exportações dos óxidos de terras-raras da Serra Grande. Todos vão praticamente para a China.

O próximo, por favor.

Aqui é um detalhe mensal das remessas dessa terra grande para o exterior.

O próximo, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a pauta de importação. Aqui eu chamo a atenção. Como os senhores podem ver aqui, é uma tabela com muito mais números, ou seja, atualmente o Brasil importa mais terras-raras do que exporta. A gente tem uma balança comercial deficitária de terras-raras, então.

Próximo, por favor.

Aqui é só uma comparação, dados de 2024. A gente vê, aqui em cima, que as exportações foram USD FOB 3,6 milhões e as importações, USD FOB 9,9 milhões. Então, são deficitários.

O próximo, por favor.

Em 2025, que já concentra as maiores importações do óxido de terras-raras da Serra Grande, a gente já começa a mudar o cenário para ter um superávit comercial.

Próximo, por favor.

Aqui são as várias políticas que tem para incentivar não só as terras-raras, mas a mineração como um todo, principalmente a de minerais críticos e estratégicos.

Próximo, por favor.

E aqui as diversas ações que a ANM tem feito para tentar também dar celeridade aos processos para diminuir esse longo prazo de maturação dos empreendimentos.

Era basicamente isso que eu tinha para apresentar.

Agradeço e fico à disposição para a sequência do debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço sobremaneira. Desculpe-me, inclusive, por tê-lo interrompido anteriormente, Dr. Mariano Laio de Oliveira.

É um conjunto de dados importantes e relacionados às perguntas e aos comentários. Até eu pediria para a Consultoria depois se debruçar sobre esses dados para que a gente possa extrair daí, quer dizer, exatamente o estado da arte para se saber os caminhos que o Congresso Nacional pode tomar.

Eu quero solicitar ao Dr. Mariano e aos demais expositores que enviem para o Congresso as preocupações em relação ao quadro todo ou o apontamento para novas perspectivas, problemas, desafios, legislação adequada, o que deve ser feito para que o Congresso Nacional possa tomar as medidas pertinentes a partir daquilo que vem sendo estudado, pesquisado e feito pelo Brasil.

Antes de passar ao amigo Dr. Francisco, aqui presente presencialmente, leio mais perguntas que vieram do Rômulo de Goiás: "Como avanço no beneficiamento de [...] [terras-raras] no Brasil pode impulsionar pesquisas e [...] inovações tecnológicas [...] [nas universidades]?". Fazemos essa ligação com a Comissão de Educação.

Simone, de São Paulo: "[...] como as empresas que receberão as licenças de exploração das terras-raras serão escolhidas?".

Jorge, do Amazonas: "Considerando a baixa concentração por tonelada [...] como mitigar os impactos ambientais, sociais e econômicos [da extração de terras-raras]?".

Daniel, de Pernambuco: "Como o Brasil pode garantir estabilidade econômica e [...] de preços dos [...] [elementos de terras-raras], diante da dependência global da China?".

Comentário do Isaac, de São Paulo: "Devemos incentivar a exploração e, em conjunto, garantir a segurança estratégica dos nossos recursos com contratos feitos com inteligência".

Até sugiro que, para o trabalho da Consultoria, essas perguntas sejam endereçadas também à Consultoria, porque sempre a gente tem o acompanhamento. É um quadro muito qualificado, além da Secretaria da própria Comissão, também muito qualificada no Senado Federal.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra ao nosso amigo Francisco Valdir Silveira, do Rio Grande do Norte, mas morando em Brasília, né?

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ele é Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA (Para expor.) – Primeiro, bom dia a todos e todas.

Quero cumprimentar o Senador Flávio, agradecer pela oportunidade de estar aqui mostrando o que o Serviço Geológico faz, o que fez nos últimos 56 anos de sua existência, o que está fazendo atualmente e o que poderá vir a fazer.

Quero cumprimentar as mulheres presentes e os colegas. Vejo colegas aqui do Serviço Geológico do Brasil, colegas da Polícia Federal; é um cumprimento todo especial a todos vocês.

Aproveito também para cumprimentar os colegas debatedores daqui, desta audiência – o Ysrael, o Mariano, o Fernando –, pelas explanações.

Eu acho que esse tema, Senador, vem muito a calhar. O setor mineral é algo bem maior do que a mineração. O setor mineral está dividido em uma área que a gente poderia dizer que é inicial, a área da pesquisa, a área da avaliação da pesquisa, e, sim, depois se instala o empreendimento mineiro. Então, para se chegar a processo, existe um longo caminho a se trilhar. Esse caminho passa por pesquisa, e ela é longa, demorada, com muitas incertezas e cara. E é nessa linha que eu vou avançar, em nossa explanação, pedindo a permissão para minha apresentação ser um pouco mais abrangente e tratar de minerais críticos como um todo, e depois eu dou um *flash* em minerais terras-raras.

Eu não poderia deixar de falar um pouco da nossa instituição. A nossa instituição, nós somos uma empresa pública de pesquisa geocientífica, vinculada ao Ministério de Minas e Energia que, a partir da Constituição de 1988, assumiu as atribuições do Serviço Geológico do Brasil.

É importante frisar que o Serviço Geológico do Brasil tem uma grande capilaridade. Nós estamos presentes em todos os estados da Federação, ou seja, podemos chegar a qualquer canto do país em um curto espaço de tempo. Nós somos uma instituição com 1.411 empregados, dos quais 576 são pesquisadores da área de geologia e recursos hídricos. Desse total, apenas 277 geólogos estão voltados para recursos minerais e geologia deste país.

Aqui eu quero falar de desafio. O primeiro desafio que a gente tem é ter um país...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – São quinhentos, aliás, trezentos e poucos com PhD, ou seja, nós somos um time muito qualificado.

E o grande desafio começa com o nosso grande território. Ou seja, nós somos um país, um continente, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados mais 5,7 milhões de área marinha – esse país chama-se Brasil –, com 14,2 milhões de quilômetros quadrados. E quem cuida da geologia, quem cuida dos recursos minerais, quem traz dados primários, conhecimento geológico primário é o Serviço Geológico do Brasil, na mão desses 277 pesquisadores.

Mas esse grande desafio também traz vantagens. Nós somos um país de muita sorte. Deste país de dimensões continentais – e aqui só está refletido o continente –, nós possuímos uma geologia muito diferenciada, uma geologia que tem todos os ambientes geológicos capazes de produzir minerais, sejam eles estratégicos, críticos ou até minerais para o uso comum, do dia a dia da nossa sociedade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador, o nosso país é um país de muita sorte. Ele foi agraciado com todos os terrenos geológicos com fertilidade para possuir bens minerais. (*Pausa.*)

Toda instituição tem que se balizar em alguma coisa para fazer o seu trabalho. O Serviço Geológico do Brasil também assim o faz. Então, a gente tem o Plano Nacional de Mineração, lançado lá em 2011, que já trazia todas essas premissas de minerais estratégicos, minerais considerados, naquele momento, importantes para uma economia verde. Além disso, a gente tem neste momento o Plano Plurianual de Trabalho 2024-2027, que é um documento que a gente tem que seguir, e o Plano Decenal de Mapeamento Geológico 2025-2034, estabelecido com regras muito claras, para ser executado até lá. E lá em 2011...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone.*) – Se você quiser, eles vão passando...

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – Eu vou preferir.

Lá em 2011, o Plano Nacional de Mineração já fazia esta classificação: minerais de que o Brasil tinha grande dependência. Quais são eles? Os mesmos de hoje: fosfato e potássio são os grandes gargalos do Brasil, ou seja, eles são críticos para nós. Qual eram os minerais importantes para tecnologia? Lá estão: cobalto, cobre, estanho, grafite, platina, lítio – que hoje todo mundo fala –, níquel, terras-raras, tântalo, tungstênio, que são os minerais considerados críticos para o mundo.

Aqueles minerais que o país tem em abundância têm suas vantagens econômicas. No Brasil, os exemplos que a gente poderia dizer: o ferro, o ouro, o nióbio – o Brasil tem ele de quantidade abundante e se aproveita disso dentro da sua economia.

O próximo, por favor.

E dentro do cenário global? Onde está ali a bandeirinha da China é o que a China diz que é crítico para ela; o que está em azul é o que os Estados Unidos dizem que é crítico para eles; o que está em amarelo é o que a Comunidade Europeia diz que é crítico.

Se você olhar tudo o que tiver circulado, o que é crítico para todos eles está naquele meio ali. O que está circulado em verde o Brasil produz; do que está circulado em azul nós temos recursos conhecidos, ou seja, a gente precisa transformar em reservas minerais; e, do que está em vermelho – os domínios geológicos dizem que a gente tem potencial –, pode haver esses tipos de depósito. Ou seja, é tudo aquilo que o mundo quer hoje, tudo aquilo que o mundo diz que é crítico, tudo o que o mundo quer hoje para defesa, para transição energética, para segurança alimentar, para corrida espacial. Nós não estamos no momento só de transição energética; nós estamos no momento de transição energética, de defesa, corrida espacial e segurança alimentar, e o Brasil, pelo menos hoje, tem um grande depósito de classe mundial desses elementos.

O próximo, por favor.

E eu quero trazer para vocês também que, dentro desse cenário, se você olhar esse mapa do Brasil, é onde o Brasil produz minerais. Nós somos o quinto maior produtor global de *commodities* minerais, ou seja, vendemos matéria-prima para o mundo. Nós produzimos mais de 90 *commodities* minerais. Este país produz mais de 90 e podemos produzir muito mais.

Nós temos uma legislação sólida; nunca se viu um processo ou que uma empresa deste país fosse confiscada pelo Estado.

Nós temos uma matriz energética limpa, ou seja, nós podemos produzir aqui metais, material manufaturado proveniente do setor mineral de forma limpa, porque nós temos energia limpa. Nós

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

podemos produzir tungstênio limpo, podemos produzir alumínio limpo, ou seja, podemos produzir ferro limpo.

E temos dados pré-competitivos gerados ao longo do tempo de forma gratuita, produzida pelo Estado brasileiro a cargo do Serviço Geológico do Brasil.

Além disso, temos mão de obra qualificada. Nós temos várias universidades formadoras de geólogos, engenheiros, cientistas dentro do setor da mineração, dentro do setor da metalurgia.

O próximo, por favor.

E eu queria trazer para vocês quais os impactos econômicos sobre isso. Nióbio: nós produzimos mais de 94% do nióbio do mundo, ou seja, a gente pode simplesmente usar isso como moeda de barganha, por que não? O lítio, temos a maior oitava reserva e somos o quinto maior produtor; grafita, a segunda maior reserva; níquel, a terceira maior reserva; cobre, a décima, e podemos aumentar; manganês, a quarta maior reserva do planeta; terras-raras, a segunda maior reserva do planeta.

E não tenham dúvida, com os dados que a gente tem a gente pode muito, muito, muito em breve ser o primeiro, do mesmo jeito que o nióbio. Por quê? A gente tem vários grandes depósitos que não foram medidos. O maior complexo carbonatítico que tem no Brasil chama-se Seis Lagos, lá no Amazonas, ele tem uma das maiores reservas de terras-raras do planeta.

Lá na região do Amapá, próximo à região da Renca (Reserva Nacional de Cobre e Associados), nós temos dois complexos carbonatíticos que não foram avaliados ainda, que são portadores de terras-raras, ou seja, nós poderemos chegar muito, muito, muito fácil a ter a primeira posição em reservas de terras-raras.

Próximo, por favor.

E aqui eu quero trazer para vocês que isto não é um assunto que começou agora. Para vocês olharem, lá em 2014, está ali o Senador Eduardo Braga e o Senador Gim Argello, e eu estava defendendo esse tema, lá em 2014, sobre terras-raras, no país.

Naquele mesmo momento, teve uma segunda audiência pública, estava eu, o colega lá do Cetem, Fernando Lins, e o Senador Anibal Diniz tratando desse assunto.

Essa primeira figura que tem ali, que está aqui, é uma publicação do Senado Federal na qual existe um capítulo de que eu e uma colega somos autores sobre terras-raras no Brasil, feito lá em 2014.

Aqui à direita, é uma publicação do livro feito pela *Elsevier*, uma grande revista renomada internacionalmente, que tem o capítulo quatro, também meu e da colega Lucy, sobre o tema de terras-raras. O capítulo quatro desse livro é sobre isso.

E, naquele momento, a gente desenvolvia o Projeto Avaliação de Terras-Raras no Brasil, ou seja, um documento onde está feita uma síntese da situação de terras-raras do país, desde o início do Serviço Geológico do Brasil, lá nos anos 70.

Próximo, por favor.

Isso não é um assunto novo para nós, é um assunto que está intrínseco dentro de nossas atividades. E poderia aqui trazer alguns projetos.

Está lá, 1983, Seis Lagos, que eu falei para você, lá na Cabeça do Cachorro, o maior complexo carbonatítico do nióbio e terras-raras.

Também na região, lá em Roraima, Região do Repartimento, 1997, são projetos que estão disponíveis e disponíveis para serem baixados, feitos *download,* para os pesquisadores que têm interesse.

Suíte Ouro Fino, lá na região de Costa Marques, em Rondônia também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Serra Dourada, nos granitos aqui da região de Goiás.

E, no Bloco Jequié, lá nos anos 90, lá embaixo, no sul da Bahia, a gente tinha projeto terras-raras, que é uma das grandes áreas promissoras para argilas iônicas atualmente sendo trabalhadas.

Próximo, por favor.

E, aqui, novamente, é uma lista dos locais onde geralmente são depósitos para outros bens minerais e que têm como subprodutos terras-raras.

Então, além desses vários depósitos que estão aí mostrados para vocês, a gente tem, em todo o litoral do Brasil, portadores de minerais pesados, entre os quais a gente tem terras-raras.

E, com relação a terras-raras, acredite, até os anos 1995, o Brasil tinha a cadeia de terras-raras mais desenvolvida do planeta, e ela foi descontinuada. Este é um problema do nosso país, é descontinuidade de pesquisa – de pesquisa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – Próximo, por favor.

E aqui também eu trago desafios para vocês, é conhecimento geológico.

O Brasil é dividido em quadrículas, quadrículas de 1 para 250 mil, que dividem o país em quadradinhos.

Próximo, por favor.

Cada quadradinho desses tem 18 mil km^2. E esse é o nível de conhecimento do que a gente fez. Até hoje, nós só cobrimos 296 folhas, de um total de mais de 500 folhas; ou seja, falta pesquisa para a gente avançar no conhecimento. É 1 para 250 mil, tá?

Próximo, por favor.

O Serviço Geológico do Brasil entende que a escala adequada para pesquisa é a escala 1 para 100 mil. E este país é dividido em 3.049 quadradinhos de 55km por 55km.

Próximo, por favor.

E até hoje, nesses 55 anos, nós só fizemos 90 folhas dessas, só fizemos 90 quadradinhos; ou seja, nós temos 30%, em torno de 30% do país conhecido com um potencial desses. Faltam 70% para a gente conhecer.

Próximo, por favor.

Está aí, é isso que eu falei, para vocês entenderem, botando a parte de conhecimento na escala 1 para 250 mil e 1 para 100 mil. E 1 para 100 mil é a escala mínima que o empreendedor pode chegar e investir numa determinada área.

Próximo, por favor.

Mas a gente vem para cá e a gente sabe que, com esse contingente de pessoas, com essa força de trabalho que o Serviço Geológico tem e com os recursos que são destinados para a gente, que são muito pequenos, porque nós disputamos recursos com saúde, com educação, com todas as outras áreas do Governo Federal nós disputamos... Então, toda a vida em que tem contingenciamento, a gente está na linha de frente. E a gente tem uma saída, que seria utilizar ferramentas modernas para avançar no conhecimento do país usando aerogeofísica. Então, abre-se uma janela de oportunidade, e isso é feito através de equipamentos montados em aeronaves. E a gente tem, na aerogeofísica terrestre, várias metodologias que a gente quer utilizar no país para entender este país em profundidade. Porque tudo aquilo que era fácil já foi descoberto, a gente precisa entrar no subsolo.

Próximo, por favor.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui está a nossa proposta: seria concluir aquilo que a gente parou lá em 2016, que seriam os levantamentos geofísicos com magnetometria e gama do país; dar continuidade nessas áreas amarelas, que são as áreas das bacias sedimentares, áreas com grande potencial que estão totalmente sem nenhum tipo de pesquisa, seja ela por ferramentas modernas, aerotransportadas, seja no nosso rol de projetos do dia a dia.

Próximo, por favor.

Já está terminando, Senador. E aqui é para as pessoas que têm interesse de entrar no Serviço Geológico para observar. Lá está o estado da arte, tudo que nós fizemos até hoje está lá e disponível para qualquer pessoa baixar: o que a gente está fazendo este ano, quando o projeto começou, quando ele vai terminar; e nos próximos dez anos, que é o plano decenal de mapeamento. E isso foi feito apoiado em uma consulta pública, na qual se ouviu toda a sociedade brasileira.

Próximo, por favor.

E está aí, essa plataforma é muito amigável, pode ser acessada por qualquer cidadão. Ela é interativa e você pode buscar nas várias escalas de trabalho. Cada um desses produtos você baixa, faz *download*, tá?

Próximo, por favor.

E aqui, só para...

Agradeço a oportunidade. E ali está o novo mapa do Brasil que nós lançamos esse mês passado, nesse nível de conhecimento que nós temos atualmente no país, ou seja, nós somos um país muito grande, tratado como um país muito grande, cobrado como um país muito grande, com um serviço geológico muito pequeno para os desafios que temos – porém, com um grupo de pessoas abnegadas, profissionais altamente qualificados, que tiram leite de pedra, Senador.

Então esse é o Serviço Geológico do Brasil, e precisa muito, muito que esta Casa olhe para uma instituição do Estado brasileiro, não é uma instituição de Governo, com outro olhar.

E aqui eu trago que a gente tem que olhar para os minerais críticos como um todo. Acho que escolher um bem mineral, nós vamos criar muito mais problemas do que... Porque a gente começa... Eu vou pedir também que o senhor olhe para o tungstênio lá, que é um mineral crítico; eu posso pedir que o senhor olhe para o lítio, que é um mineral crítico; eu posso pedir que esta Casa olhe para o ouro, porque é um mineral crítico. O ouro vai em tudo. O ouro vai em naves espaciais, vai em satélites, vai no seu celular, vai no seu computador. O ouro é extremamente importante dentro dessa cadeia.

Então é isso que eu tinha para apresentar para vocês, e fico muito agradecido pela oportunidade de estar aqui falando em nome do Serviço Geológico do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Olha, parabéns! Parabéns pela didática, pelo entusiasmo, pelo conhecimento e pela apresentação também!

E, quando chegar ao final, a palavra vai ser dada novamente, e pense assim, só lembre – inclusive perguntas que vieram – sobre como é que vem sendo essa articulação com as universidades. Isso é importante. Quantos cursos de Geologia e áreas relacionadas no Brasil? São 30% conhecidos. Quanto é que isso rende para o Brasil ou poderia render economicamente? – pensando no vil metal que norteia também o trabalho. E pense um pouco também sobre como é que todo esse conhecimento pode chegar à educação básica, para a gente começar a mostrar para crianças, adolescentes como é que é esse debate e transformar esse conhecimento numa linguagem bastante popular, desmistificar até, porque todo mundo fala terras-raras e tal, quer dizer, já vem acontecendo, estado da arte foi colocado, mas abordar um pouco isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os demais também podem, porque há tanto conhecimento. A gente pede, pediu isso para o Inpe, para o Cemaden, para a educação digital, para chegar lá à educação básica, ao ensino superior e à pós-graduação, porque tudo é educação – não é? –, mestrado, doutorado, pós-doutorado, pesquisa. Pesquisa faz parte, quer dizer, qual é a encomenda que poderia ser feita para as instituições de ensino superior?

Muito bem. Parabéns, viu?!

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Gostei, gostei muito, Dr. Francisco.

Passo, em seguida, a palavra para Ysrael Marrero Vera. Seja muito bem-vindo! Ele é Pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem). Com a palavra remotamente.

O SR. YSRAEL MARRERO VERA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim, perfeitamente.

O SR. YSRAEL MARRERO VERA (*Por videoconferência.*) – Aguardando a apresentação ser colocada.

Pode passar o próximo eslaide.

Então, novamente, obrigado, Senador, pelo...

O anterior, por favor.

Obrigado, Senador Flávio Arns, pela introdução.

Em nome da Diretora do Centro de Tecnologia Mineral, Silvia França, agradeço o convite feito ao Cetem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado, para participar.

Bom dia a todos, aos Senadores e Senadoras, aos colegas da mesa e também aos que nos acompanham.

Um pouco da minha apresentação. Eu sou Ysrael Marrero Vera. Na minha formação sou Químico, Engenheiro Químico, Doutor em Metalurgia Extrativa e sou Pesquisador do Centro de Tecnologia Mineral desde 2013, atuando na área de metalurgia extrativa dos elementos terras-raras.

Com essa apresentação, eu gostaria de trazer informações relevantes sobre terras-raras no Brasil, na visão do Cetem.

O tema da (*Falha no áudio.*) ... soberania nacional, o papel do Cetem na consolidação de uma cadeia produtiva estratégica.

Próximo eslaide.

Falando um pouco sobre o nosso centro, o Cetem é uma das unidades de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele atua no desenvolvimento de tecnologias para o uso sustentável de recursos minerais brasileiros, com foco em inovação tecnológica para o setor mineral. É importante destacar que é a única instituição pública de pesquisa especialmente dedicada à tecnologia mineral e às questões ambientais que estão associadas a ela. Conta com um corpo técnico altamente especializado. Quase todos são doutores.

Próximo eslaide.

A sede do Cetem está localizada na Cidade Universitária, no Rio de Janeiro, onde também está localizado um dos *campi* da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Cetem possui uma infraestrutura com vinte e dois laboratórios, cinco usinas-piloto e também tem um núcleo regional avançado no Espírito Santo. A sua fundação foi no ano de 1978, no dia 18 de abril. Então, são 47 anos contribuindo para a inovação no setor mineral e promovendo uma produção sustentável e tecnologicamente avançada para o Brasil.

Próximo eslaide.

Falando um pouco sobre o contexto das terras-raras, global e no Brasil. É bem conhecida, já foi um pouco comentada antes, a importância estratégica das terras-raras. Elas são usadas na indústria de alta tecnologia, com um papel fundamental na transição energética, embora não seja a única aplicação importante – mas é, hoje em dia, a mais importante –, já que podem ser usadas para a fabricação de ímãs permanentes, ímãs permanentes que, hoje em dia, são os mais potentes que existem. Esses ímãs permanentes são usados para fabricar tanto aerogeradores, que convertem energia eólica em energia elétrica, quanto também motores elétricos, que podem ser usados em veículos elétricos, que estão ligados à mobilidade elétrica. Hoje em dia, também, isso é realmente importante na questão da transição energética.

O Brasil, já foi dito também, possui a segunda maior reserva de terras-raras; 23% das terras-raras globais são brasileiras, portanto tem um grande potencial de se tornar um produtor de terras-raras, com uma capacidade de substituir importações e de reduzir a dependência internacional, que é uma questão sumamente importante, assim como também de se tornar um exportador estratégico – por que não? – de terras-raras.

A situação atual da produção no Brasil: a produção no Brasil hoje é baixa, muito baixa, extremamente baixa, quase não se produz nada. A única empresa produtora de terras-raras no Brasil é a Serra Verde Mineração e Pesquisa, que fica localizada em Minaçu, em Goiás, com uma capacidade planejada de produção de 5 mil toneladas por ano, mas, na verdade, até hoje teve uma produção entre 2024 e 2005, em torno de 500 toneladas. Foram 500 toneladas de um carbonato misto de terras-raras, que é um produto, vamos dizer assim, de um menor valor agregado do que os óxidos que estão separados individualmente, ou de ligas, ou de imã de terras-raras. Então, basicamente, foi exportado uma *commodity*, vamos dizer assim.

Num cenário global, a gente observa que a China tem um domínio desse mercado com folga. A China possui 48% das reservas. Em 2024, para dar um exemplo, 69% da produção mineral foi chinesa. O processo de refino é ainda mais dominado, porque eles refinam 85% de todas as terras-raras, ou seja, eles importam terras-raras do mundo para refinar, porque refinar é a mesma coisa que separar. A dependência ainda é maior quando a gente sabe que 90% ou mais de 90% dos ímãs produzidos no mundo são chineses, ou seja, ela domina a cadeia quase completamente, principalmente a partir da etapa de refino para os produtos de maior valor agregado. Aí surge uma pergunta central: por que produzir terras-raras no Brasil? A resposta seria porque explorar reservas nacionais... Se a gente explorasse as reservas nacionais, levaria a garantir os insumos para a produção nacional de ímãs e terras-raras, a reduzir uma dependência externa dos ímãs e demais produtos de terras-raras, assim como agregar valor à nossa indústria brasileira.

A gente observa que o Brasil hoje em dia tem uma capacidade instalada de energia elétrica em que 13% é energia eólica. Essa energia eólica... Em quase todos os aerogeradores ou em uma boa parte deles leva–se ou precisa-se de um ímã de terras-raras, e essa perspectiva para essa produção de energia eólica tende a aumentar. Então, há uma demanda interna que poderia ser satisfeita se fossem produzidas, aqui no Brasil, as terras-raras.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar ao próximo, por favor.

Então, é aí que o Cetem tem tido um papel fundamental quando se fala em terras-raras no Brasil. A nossa atuação começou nos anos 1990, e se interrompeu por uns anos. Depois, ela foi retomada nos anos 2012 e 2013, tendo sido contínua até hoje. No plano diretor da unidade, existem programas estruturantes, um programa estruturante dedicado a minerais críticos e estratégicos, e um dos subprogramas é o subprograma de terras-raras.

Aí a gente observa a importância que o Cetem já dá, há anos, a essa questão das terras-raras e o objetivo, como a gente vê aqui, desse subprograma é retomar a produção nacional de terras raras, de forma competitiva e sustentável.

As linhas abordadas nesse subprograma, eu listei aqui, são caracterização tecnológica das amostras minerais; análise química; processamento mineral, que aborda a pesquisa na área de britagem, moagem, separação físico-química de minerais de interesse; metalurgia extrativa, que inclui a lixiviação, purificação, separação ou refino de terras-raras; estudos dos indicadores de ecoeficiência de processos industriais da produção de terras-raras, e a gente pode incluir aqui as análises de ciclo de vida; modelagem molecular; assim como ecotoxicidade das terras-raras; e recuperação de terras-raras, a partir de fontes secundárias, também uma das nossas temáticas.

Próximo, por favor.

Eu trouxe aqui, de forma ilustrativa, a cadeia produtiva dos ímãs de terras-raras. As etapas estão colocadas de maneira simplificada e são as etapas de produção desde a mina até o ímã, né? A primeira etapa é a lavra, que é a extração do minério da jazida; depois, a segunda etapa é o processamento mineral, de que já falei um pouco, trata sobre a britagem, moagem e beneficiamento mineral, por meio de métodos físico-químicos; lixiviação, em que se coloca em contato o minério com uma solução geralmente ácida, mas pode ser alcalina também, para transferir as terras-raras da fase do minério para uma solução ácida ou alcalina; etapa da purificação, etapa em que se separam todos os elementos que não são terras-raras das terras-raras.

É importante assinalar aqui que a planta industrial da Serra Verde finaliza nesta etapa de purificação, a empresa comercializa um concentrado químico de terras-raras misturado, que já está livre de impurezas, mas para por aqui. Ela chega até a etapa de purificação, não continua, por enquanto, a Serra Verde está nesse estágio. A próxima etapa, que é a etapa de separação, é uma etapa em que as terras-raras são separadas ou isoladas individualmente. É uma etapa, é um processo tecnológico muito complexo, desafiador, dominado por poucos países. A China responde, como eu já disse, ao redor de 85% do refino ou da separação mundial de terras-raras. É importante também destacar que o Cetem vem avançando nessa área e já domina algumas dessas separações necessárias para essa purificação. Em 2023, também é importante mostrar que o INPI concedeu uma patente ao Cetem relacionada com a separação de terras-raras. Então, o Cetem possui uma patente por conta desses estudos já realizados, ao longo de vários anos.

Continuando com a cadeia, vem a etapa de redução, em que os óxidos são reduzidos, geralmente, eletroquimicamente, do óxido para o metal, depois se produz uma liga em que se misturam as terras-raras com os outros metais ou elementos químicos que compõem a liga, como ferro-boro, por exemplo; e, por último, se faz uma etapa de magnetização para produzir o ímã. Essas são as sete etapas, de maneira resumida, de como é produzido o ímã, desde a mina até o ímã.

Eu deixei destacadas aqui as etapas em que o Cetem desenvolve a pesquisa nessa cadeia produtiva toda.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também é importante mostrar que, na última década, as instituições parceiras têm trabalhado com o Cetem também desenvolvendo projetos de pesquisa em rede e multi-institucionais. Entre eles, posso citar o CDTN, o IPT, a USP, a Federal de Santa Catarina e o Senai, que também tratam de algumas etapas de que o Cetem já participa ou etapas à frente da separação.

Próximo, por favor.

Eu trago uma lista dos projetos mais relevantes de que o Cetem tem participado, na última década, e participa também atualmente. São projetos, como eu já disse, multi-institucionais, isso é, em redes. O primeiro projeto que eu gostaria de comentar é o projeto Proterraras, que foi realizado totalmente no Cetem e significou a retomada nos investimentos de atividades de PD&I em terras-raras no Brasil. Ele foi financiado pelo MCTI, pelo Cetem Mineral; o projeto INCT-Patria, Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia-Patria, coordenado pela USP, financiado pelo CNPq; projeto INCT Materia, que vai ser coordenado agora, foi aprovado, pela Universidade Federal do Amazonas, também financiado pelo CNPq (*Falha no áudio.*) ... Federal de Santa Catarina, com foco na cooperação internacional, o primeiro foi financiado pela Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI e o segundo está sendo financiado totalmente pela Finep; e o projeto MagBras, que foi iniciado este ano, 2025, e está sendo financiado pelo Senai, pela Fundep e pelo programa Mover, e também por uma aliança de empresas que participam do projeto.

Próximo eslaide.

Eu venho trazer aqui, falar um pouco sobre, até agora, mais ou menos eu falei sobre o estado da arte, do que a gente visualiza com relação às terras-raras, agora quero falar um pouco sobre oportunidades e desafios que a gente vê pela frente, começando pelas oportunidades. A demanda nacional e global por imã de terras-raras vem crescendo, e essa demanda já foi mapeada e vai crescer de 8% a 9% por ano, até 2030. Isso é uma oportunidade que a indústria pode enxergar.

O Brasil tem grandes reservas de terras raras, principalmente em argila iônica, cujo custo de produção é menor, rocha dura. Existem, é extremamente importante, centros de pesquisa, principalmente instituições públicas, altamente capacitadas no Brasil, que podem ajudar nesse desenvolvimento. E também temos um cenário internacional favorável ao surgimento de novos produtores fora da China, motivado por segurança de suprimento e decisões comerciais, as grandes empresas consumidoras estão procurando diversificar suas fontes de abastecimento. Então, o contexto representa uma oportunidade estratégica para o Brasil se posicionar como fornecedor alternativo, principalmente ao mercado chinês.

Próximo eslaide.

Também a gente tem desafios. A gente precisa dominar completamente a etapa de separação nas escalas laboratoriais, piloto, industrial, o que requer investimento em PD&I. Falo dominar totalmente porque é importante dizer que algumas etapas já são dominadas, de separação, já são dominadas pelo Cetem.

Também tornar o custo de produção das empresas competitivo, o que também requer investimento em PD&I. Empresas que exploram recursos minerais no Brasil enfrentam desafios de competitividade frente a companhias chinesas, isso todo mundo sabe. A China controla fortemente a cadeia produtiva de minerais estratégicos, especialmente as terras-raras. Esse domínio permite que a China influencie preços internacionais. Como consequência, o mercado se torna volátil e muito arriscado para as empresas, o que já foi dito também. Também é importante produzir insumos químicos, como extratantes no país, para evitar dependência externa. Mais uma vez, precisamente em

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa e desenvolvimento, ampliar a cooperação entre empresas e centros de pesquisas brasileiros. As empresas e os centros de pesquisa deveriam ampliar essa cooperação, embora tenha aumentado nos últimos anos, mas pode incrementar mais.

Como obstáculo, o alto custo do capital para desenvolver a cadeia de terras-raras é um problema, ou seja, exigem-se investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento, plantas-piloto, infraestrutura, qualificação técnica. E o Brasil enfrenta o risco da baixa competitividade em face da China, porque ela subsidia fortemente o setor.

Próximo, por favor.

Esse gráfico é importante.

Foi realizada uma comparação orçamentária de instituições similares ao Cetem, no mundo com Cetem. No Brasil, o orçamento dá apenas 3,3 milhões, o menor entre todas as instituições pares internacionais que foram comparadas. O Canadá, que é o segundo menor, são 30 milhões, o que é quase dez vezes o que se investe por ano no Cetem. Existe uma faixa ainda acima de países como Noruega, Austrália, Japão, que são já, em média, 150 milhões investidos cada ano no Cetem. E existem também instituições nos Estados Unidos, Japão, ainda com valores um pouquinho mais expressivos, ou seja, a gente observa uma assimetria crítica: o Brasil investe de 40 a 70 vezes menos do que os líderes globais na área. Então, se o Brasil quiser competir e melhorar a estratégia, precisa elevar investimentos da casa dos milhões para centenas de milhões, como a gente está vendo.

E para finalizar eu quero destacar uma conquista importante em 2017.

O Congresso Nacional aprovou uma lei que garante ao Cetem receber 1,8% dos *royalties* da mineração. No entanto, até hoje, o Cetem não recebe esse recurso ou recebe uma parcela muito baixa. Esse gráfico mostra que, desde quando a lei foi aprovada, há sete anos, ao redor de R$1 bilhão deveria ter sido recebido pelo Cetem, se a lei fosse cumprida. Em média, o valor anual a ser recebido seriam R$30 milhões por ano, de dólares, por ano, na verdade, ou seja, dez vezes ou cinquenta vezes maior do que o orçamento atual do Cetem. Então, a gente se pergunta: o que poderia ter sido feito, nesses sete anos, se o Cetem tivesse recebido esses recursos? Grande parte desses recursos poderiam ter sido empregados em PD&I de terras-raras e também em outros minerais estratégicos, essenciais para a transição energética, como lítio, grafite, etc. O Cetem poderia se tornar, no setor da mineração, uma Embrapa, como a Embrapa é para agricultura e o Cenpes é para o setor de óleo e gás. Então, o futuro pode ser bem diferente nos próximos anos, desde que a lei seja realmente aplicada, Senador Arns, a Lei 13.540/2017, que aprovou 1,8% dos *royalties* da mineração para o Cetem.

Então, por último, em considerações finais, o Brasil deve e pode desenvolver a cadeia completa de terras-raras, desde o minério, passando pelos óxidos separados, até os ímãs. Assim como o petróleo foi decisivo no século XX, as terras-raras serão decisivas no século XXI. E o Brasil tem todas as condições de ser protagonista geopolítico.

Investir em terras-raras é investir na soberania nacional, na segurança energética e no futuro das próximas gerações.

Próximo eslaide.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu acho que poderia concluir isso.

Grato pela atenção.

Desculpe!

O SR. YSRAEL MARRERO VERA (*Por videoconferência.*) – Esse é a...

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Imagine.

Esse é o meu penúltimo eslaide, e o próximo eslaide, para quem quiser conhecer, tem o QR *code*. Para conhecer o Cetem, os *sites* do Cetem e as mídias sociais, tem esse QR *code* aí.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradeço, Dr. Ysrael Marrero Vera também, pela exposição, muito clara e muito didática.

Parabéns pelo trabalho!

O Cetem foi mencionado no início da apresentação e está localizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eu quero parabenizar a Universidade Federal do Rio de Janeiro – já fiz isso semana passada –, porque uma das prioridades desta Comissão é a área de doenças raras também. E discutimos, semana passada, a amiloidose hereditária, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem pesquisa das mais atuais nessa área pelos últimos 40 anos. Então, é uma contribuição expressiva.

E, nesse sentido, inclusive, se pudesse, no final, abordar como vem sendo feita esta articulação, para que o Brasil saiba o que cada um está fazendo, em termos de pesquisa, na área de terras-raras. Tentamos fazer isso, sem sucesso até o momento, na área de doenças raras, porque a amiloidose está lá, glicogenose hepática no Rio Grande do Sul, ELA lá na Federal de Goiás, e como é que a gente poderia ter essa... Não para recursos, mas saber o que cada um está fazendo e como é que podemos aproximar as pessoas, dialogar com as universidades todas, até para desmistificar a ideia que se tem em relação às universidades, porque muitos acham que não fazem pesquisa. Fazem pesquisa e das mais qualificadas, com pessoal com mestrado, doutorado – praticamente doutorado todos –, Ph.D. e pós-doutorados também.

Agradeço, Dr. Ysrael.

Passo, em seguida, a palavra ao último expositor, Dr. Fernando José Gomes Landgraf, que é Professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), a quem a gente, já de imediato, presta toda homenagem e reconhecimento também.

Com a palavra, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Senador!

É uma honra e uma satisfação estar aqui, apresentando este assunto e apresentando nossas opiniões sobre isso; e um desafio também de falar sobre este assunto, depois de a gente ter ouvido as aulas do Ysrael, do Mariano e do Francisco; as coisas estão muito bem colocadas. Mas tenho algo de diferente a contar, pelo menos.

Eu queria, então... Se pudessem colocar a minha apresentação...

Isto.

Então, nós vamos falar das oportunidades e dos desafios para as terras-raras no Brasil. E o próximo eslaide, então, já começa colocando a situação mundial.

Aqui está em gráfico alguma coisa que o Ysrael já falou.

Em termos de produção mineral, dá para ver que a China tem mais de 50% dessa esfera do lado esquerdo, o da cor-de-laranja é a China. Então, a China minera mais de 50% das terras-raras do mundo. A gente vê, em segundo lugar ou em terceiro... A gente vê, em segundo lugar, os Estados Unidos. Os Estados Unidos têm uma grande mineração de terras-raras hoje. A Austrália, em segundo lugar, é o

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

azulzinho ali. Depois, nos outros países é bem menor, e o Brasil nem aparece ali ainda. Nossa participação é muito pequena.

Agora, se a gente olhar a próxima etapa da cadeia produtiva... Ali, do lado esquerdo, é essa produção do concentrado de terras-raras, tudo misturado; as terras-raras separadas do que é ganga, do que não é terra-rara, mas os 17 elementos todos misturados. Quando a gente vai para o refino, olhem o mundo como está do lado direito. Então, a gente vê a China com 80% da produção dos elementos químicos separados, ou seja, dos óxidos de terras-raras separados, e alguns outros países ali com pequenas coisas, chamando a atenção, em segundo lugar, para a Malásia.

A Malásia está ali, porque é uma mineração da Austrália, que tem uma planta na Malásia, que faz separação de terras-raras para o Japão – basicamente para o Japão. Por quê? O próximo eslaide vai mostrar isso. Neste eslaide aqui, meio esquisitinho, vamos direto para o último círculo que vocês estão vendo ali. Então, nesse último círculo, mostra-se a produção mundial de ímãs. E ali dá para ver, então, que a China produz 90% dos ímãs que o mundo usa. Em segundo lugar, vem o Japão, com 9%; e o resto do mundo, com 1%, pequenas produções de ímã espalhadas pelo mundo. Então, a coisa é superconcentrada na China, com esse segundo lugar japonês, justamente de quem financiou a Austrália e a Malásia a fazerem aquilo que a gente viu nos dois eslaides anteriores. Então, essa é a situação mundial hoje.

Próximo eslaide.

Aqui mostra o consumo mundial de ímãs de terras-raras. Se a gente pegar ali, em 2025, nós estamos falando de 150 mil toneladas por ano. Isso não é muita coisa, dá para ver aí quais são as aplicações. Desde as nuvens, a gente fala: "Estou fazendo computação na nuvem, estou guardando minha memória na nuvem"... Bom, na tal da nuvem, tem um monte de discos rígidos que têm ímãs de terras-raras. Vocês estão vendo ali que a expectativa de crescimento muito grande é no que a gente chama de *Power Drive Train* – que não tem nada a ver com trem –, que são os motores dos automóveis. Isso é a tradução de *Power Drive Train*, ou seja, os motores dos automóveis.

As turbinas eólicas têm um papel importante, mesmo no ar-condicionado de velocidade variável se utilizam ímãs. Então, tem um monte de aplicações, mas o próximo eslaide coloca isso em perspectiva. Posso dar um próximo clique, para mostrar quanto vale isso no mundo.

Então, se a gente pegar 2020, que é a fonte dessa informação aqui, tem um pouco de otimismo nesse crescimento que a gente está vendo, mas, enfim, em 2020 o mundo consumiu 120 mil toneladas de ímãs de terras-raras. Se a gente pegar um valor médio de US$100 o quilo desse ímã, dá US$12 bilhões em 2020. Isso, na verdade, não é muita coisa. Se você comparar, por exemplo, só o mercado da indústria automobilística mundial é um mercado de US$3 trilhões, então, nós estamos vendo que o mercado de ímãs é 0,3% do mercado mundial de automóveis. É um nicho, é um negócio, e o Brasil tem uma oportunidade dentro desse negócio.

Vamos ao próximo eslaide.

Então, se não é um grande negócio, por que o Presidente americano está falando desse assunto e gerando tantos *tsunamis* pelo mundo? É uma estratégia militar. As terras-raras, como o Francisco já mostrou, são usadas em submarinos, em mísseis, em aviões, em *drones* militares, e a China domina 90% da produção, então tem aviões de guerra americanos que devem estar usando ímã chinês. Imagina a hora que o chinês falar: "Eu não vou entregar..." Isso é uma razão para os Estados Unidos se moverem como estão se movendo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A outra é uma questão estratégica quanto ao futuro, como já foi falado por todos, o papel desses superímãs nas máquinas fundamentais para redução do CO_2 e do aquecimento global, os carros elétricos e os geradores eólicos. O Brasil tem essa segunda maior reserva do planeta; então, nós vamos conseguir aproveitá-la?

Próximo.

Em particular, o que o Brasil tem de especial é justamente o disprósio e o térbio. Nas nossas minas, a tal da argila iônica tem uma quantidade um pouco maior de disprósio de titânio – de térbio, aliás –, que são dois elementos fundamentais para que os ímãs possam trabalhar em temperatura mais alta, coisa que é importante para os motores dos automóveis. Você quer o motor do automóvel o menor possível, para ele pesar o menos possível, para que a autonomia do veículo seja a maior possível, então a gente quer um motor pequenininho, mas um motor pequenininho esquenta muito. Aí o ímã, se não tiver disprósio e térbio, fracassa, o ímã desmagnetiza. Então, disprósio e térbio, que o Brasil tem bastante, em particular, são uma ferramenta fundamental.

Vamos para o próximo eslaide.

Como já foi falado, a gente tem a reserva. Os projetos em andamento no Brasil têm como objetivo a exportação do concentrado de terras-raras. É importante entendermos isso, porque nós não estamos exportando minério, não é assim. Tem toda uma operação de tirar da terra isso e tem aquela operação de concentração porque, de cada mil quilos de minério, sai 1kg de terra-rara. Então, tem uma agregação de valor aqui, mas é pequena, com certeza é pequena.

Próximo eslaide.

Então, a gente precisava, seria interessante, se a gente quiser agregar mais valor, pelo menos dar o próximo passo, fazer a separação dos elementos químicos, para termos separadamente o óxido de nióbio, o óxido de disprósio, para depois fazermos o ímã com essas duas coisas. Então, essa etapa, que o Ysrael investiga lá no Cetem, é superimportante, é o nosso grande desafio aqui para frente.

Próximo eslaide.

Então, é ali que a gente vai agregar valor, porque o tal do concentrado, aquilo que as nossas minerações estão vendendo, estão vendendo por US$5 o quilo, ou no caso lá da Serra Verde, está vendendo bem, está vendendo por US$15 o quilo, porque tem disprósio e térbio lá. Então a Serra Verde está conseguindo vender mais alto. Mas, se a gente conseguisse separar os óxidos, o óxido de neodímio chega a US$60 o quilo, o óxido de disprósio é US$500 o quilo. Então, tem uma oportunidade aí, mas, para isso, é necessário investir numa fábrica de separação de terras-raras.

Próximo eslaide.

A tecnologia a gente está dominando, como o Cetem já mostrou, e é fabricado nessa sequência aqui, né? Então, o material passa por um frasco desse, vai para o próximo, vai para o próximo, separando cada um. Isso está em laboratório assim, mas o próximo eslaide mostra que na indústria é assim também.

Próximo.

Então, isso aqui é uma planta-piloto com alguns poucos desses reatores. Na prática, são centenas de reatores numa indústria já operando.

Próximo eslaide.

Então, a questão é quem vai investir US$500 milhões, que é o custo aproximado de uma usina dessa, quem vai investir? As incertezas do mercado hoje são grandes porque, veja só, os americanos, o Governo americano está fazendo investimentos enormes exatamente na separação. Será que os

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projetos americanos vão criar uma oferta maior do que a demanda americana ou a demanda ocidental? E aí, como é que vai ficar uma usina brasileira produzindo isso aí, se não tiver comprador, certo? Então, isso deve estar na cabeça de (*Falha no áudio.*) ... se esses riscos são grandes, cabe o investimento do Governo, como o Governo americano está fazendo. Mas o Governo americano está fazendo isso porque está desesperado, porque senão, as suas forças armadas correm o risco de estar na mão da China. Então, eles estão colocando uma quantidade de dinheiro dessa ordem de grandeza, US$500 milhões, US$1 bilhão, em várias iniciativas. Será que uma "TerrasRarasBras" ou uma *joint venture* governo-empresa privada poderia fazer isso? Afinal, a gente tem experiências de sucesso de coisas que começam na mão do Governo e depois se desenvolvem, como a Embraer, a Petrobras, a Vale. Então a gente tem exemplos de sucesso. Mas tem um risco aí, porque a questão é se a gente vai ter compradores disso que a gente vai desenvolver.

Próximo eslaide.

Quem poderia comprar os óxidos produzidos no Brasil? Os fabricantes de ímãs. Quem compra o óxido é o fabricante de ímã. E, hoje, 90% dos fabricantes de ímã estão na China. Eles não vão querer comprar do Brasil, eu acho. Tem vários projetos de produção de ímã nos Estados Unidos, mas, como eu já disse, eles também têm projetos de separação de terras-raras enormes. Então, eles podem vir a ser concorrentes do Brasil, como eu já falei. Na Alemanha, tem um fabricante de ímã que já foi grande, mas, hoje, está muito pequeno, e onde ele está fazendo um novo investimento? Nos Estados Unidos. Tem uma empresa canadense, a Neo Materials, que, na semana que vem, inaugura uma fábrica de ímãs na Europa, na Estônia, e pode ser um comprador do Brasil. Já tem até um certo contrato entre essa Neo Materials e uma das mineradoras de Poços de Caldas.

Agora, e o Japão? O Japão tem potencial para parcerias. Hoje, ele compra da Lynas, aquela empresa australiana que eu já comentei, mas a Lynas está ameaçando mudar-se para os Estados Unidos, porque está com complicações lá na Malásia. Então, será que isso aumenta a nossa chance? Então, eu acho que essa é uma oportunidade importante para a gente trabalhar. Nós temos que buscar contato com as agências japonesas que possam considerar um projeto conjunto com o Brasil, nessa linha de separação de terras-raras, seria uma grande oportunidade de a gente agregar valor e o Brasil ganhar dinheiro com isso. É claro, a gente pode ter uma fábrica de ímãs no Brasil, mas isso vai ser mais complicado. Avançar mais na cadeia produtiva não é fácil. Não é impossível, a Embraer é uma prova de que a gente pode ir longe, mas não são muitos os exemplos das indústrias brasileiras que foram tão longe.

Então, isso – próximo slide – mostra que o Governo tem feito grandes investimentos nos ímãs de terras-raras. Tanto a Capes, do Ministério da Educação, quanto o CNPq, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e a Fapesp, em São Paulo, investiram na constituição de uma rede de pesquisas, o INCT-Patria, para desenvolver todas essas etapas de fabricação – coisa que o Ysrael já comentou. A Finep apoiou um projeto de parceria Brasil-Alemanha, o Projeto Regina. O BNDES apoiou, junto com a Embrapii, a Fapesp e com as empresas WEG, de Santa Catarina, e CBMM, de Minas Gerais, vários projetos ligados à fabricação de ímãs. Em 2025, o projeto INCT foi aprovado, o INCT Materia, e foi lançado o LabFabITR, em Lagoa Santa. Então, isso é a ideia de produzir... É uma pequena fábrica de ímãs, uma fábrica de ímã que tem como objetivo fazer 10 toneladas por ano. E acaba de ser apoiado um projeto para apoiar essa fabricação, porque vai custar caro fazer isso, que é o Programa Mover, o MagBras, em 2025.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Próximo slide. Então, a gente tem mineração com alto potencial, meus antecessores já falaram; nós temos usuários finais, a WEG, por exemplo, a fabricante de motor e gerador; a gente tem competência e potencial para estabelecer uma fábrica de ímãs, mas falta uma peça essencial: empresas interessadas em investir na separação de terras-raras.

O BNDES está oferecendo incentivos importantes para alguém se arriscar nisso aí. A nova Política Nacional de Materiais Críticos e Estratégicos pode incluir vantagens fiscais para quem investir nisso, porque, olhem só que engraçado: a mineração tem vantagens fiscais – resumindo, paga menos imposto –; agora, a próxima etapa é uma industrialização, que vai pagar um monte de impostos.

Então, precisamos... (*Falha no áudio.*)

Se a gente quiser ter uma indústria de separação de terras-raras no Brasil, a gente tem que dar, garantir, algumas vantagens. O risco é altíssimo. Então, por tudo isso que eu falei, há os riscos de os americanos inundarem o mercado de terras-raras. Então, existe um risco, existe oportunidade, e temos que decidir por onde a gente vai.

Muito agradecido pela oportunidade e estamos aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Nós que agradecemos, Dr. Fernando José Gomes Landgraf.

Parabéns também pela fala, como pesquisador, como docente, estabelecendo esse contexto em que o Brasil pode se posicionar também. Muito interessante, muito bom! Parabéns pelo trabalho, pela apresentação também, como aos demais expositores.

Nós temos também, assim, a oportunidade agora... O tempo nosso já está quase se encerrando, mas, na semana que vem, eu quero lembrar, nós teremos a participação do Governo, com vários ministérios também participando aqui de uma audiência pública. Vamos até enviar aos expositores da semana que vem – solicito aqui à Secretaria da Comissão – as apresentações do dia de hoje, que são muito importantes nessa análise de todas as alternativas do Estado na arte de terras-raras.

Muito bem.

Então nós voltamos aos expositores para alguma consideração que desejem ainda fazer, consideração final.

Passamos em primeiro lugar ao Dr. Mariano Laio de Oliveira, que é Chefe da Divisão de Minerais Críticos e Estratégicos da Agência Nacional de Mineração.

Com a palavra, Dr. Mariano.

O SR. MARIANO LAIO DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Mediante tudo que foi colocado, falando mais da parte da mineração, eu acho que é muito importante agora essa nova legislação que saiu sobre os licenciamentos ambientais, que podem colaborar para ter uma maior celeridade no processo de liberação das licenças prévia, de instalação e de operação, para poder ter início a lavra das mineradoras.

Como o exemplo que eu dei na apresentação, a Serra Grande demorou 15 anos para poder ter esse início, o *startup* das operações. A gente viu que a grande concentração das empresas está ainda em fase de pesquisa. Então, são justamente essas etapas que ficam... É esta parte: precisa-se de uma licença ambiental, geralmente de secretarias estaduais; em cada estado você tem ritos um pouco diferentes; *times* diferentes também das secretarias estaduais de meio ambiente. Isso tudo tem que ser mais bem articulado. A ANM vem fazendo uma aproximação com as secretarias estaduais de meio ambiente também nesse sentido de tentar dar celeridade nesses processos, para poder ter disponível,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

num tempo menor, não esses 15 anos, esses minérios já sendo produzidos nessa primeira etapa da mineração.

Eu acho que, como minha consideração final, seria nessa primeira etapa a gente tentar reduzir esse *timing* de pesquisa, de licenciamento, para poder ter disponível mediante as projeções que nós temos de atingir metas em 2030, 2050. Como ainda estamos em fase de pesquisa, e já estamos em 2025, muita coisa para 2030 já não vai ser mais possível.

Então, acho que era isso que eu tinha para colocar como consideração final.

Quero agradecer a oportunidade de ter participado deste debate muito rico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Dr. Mariano.

Vamos continuar dialogando, conversando e pensando nos desdobramentos desta audiência pública, inclusive em função das sugestões que o senhor está apresentando e apresentou antes também, todo o quadro será analisado com cuidado aqui pela consultoria do Senado também e pelos próprios Senadores e Senadoras.

Passo, em seguida, a palavra ao colega aqui à minha direita, Francisco Valdir Silveira, Diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA (Para expor.) – Mais uma vez, muito obrigado, Senador Flávio, por esta oportunidade de estar aqui falando do Serviço Geológico do Brasil.

Quero dizer para vocês que eu me apresento como Diretor de Geologia e Recursos Minerais, mas primeiro de tudo eu sou geólogo. Sou geólogo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e tenho Mestrado em Exploração Mineral e Doutorado em Geodinâmica e Geofísica.

Há 24 anos eu milito no banco do Serviço Geológico do Brasil, depois de ter passado um bom tempo da minha vida profissional trabalhando no setor privado. Trabalhei em empresas como a Anglo American, a De Beers, entre outras.

Eu queria trazer, primeiro, que o Serviço Geológico é uma instituição muito aberta à pesquisa em todas as camadas. Então, a gente hoje tem parceria com várias universidades, ACTs. Temos uma ACT inclusive com a Polícia Federal, nós trabalhamos juntos no Ouro Alvo. Então, nós temos projetos conjuntos, temos projetos com os IFs, os Institutos Federais também, com a USP, com a Universidade Federal de Ouro Preto, com a Universidade Federal Fluminense, lá do Rio de Janeiro. A gente tem um programa que se chama programa do geólogo visitante, no qual a gente treina, tem bolsas para geólogos que estão terminando nessa academia, além das universidades.

A gente também tem acordos de cooperação com os estados, porque a gente, geralmente, tem profissionais da área de geologia e a gente quer que o estado também seja um parceiro para conhecimento do seu estado e possa nos ajudar dentro do país.

Posso citar também o Cetem. A gente tem um acordo de cooperação com o Cetem em várias áreas, principalmente na área de laboratórios, em que a gente utiliza os laboratórios do Cetem e o Cetem utiliza o conhecimento geológico do Serviço Geológico do Brasil.

E, mais importante ainda, que a gente, nesses últimos anos, tem trabalhado para tornar a geologia, as geociências, de certa forma, mais clara, mais palatável para toda a sociedade.

A gente tem um programa, na Diretoria de Infraestrutura Geocientífica (DIG), lá do Serviço Geológico do Brasil – que é comandada pela Diretora Sabrina Góis – que se chama SGBeduca. É um programa voltado para o ensino fundamental em que a gente leva as geociências às crianças, a esse

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nicho, porque entende que é de extrema importância a gente se fazer presente, sair de nossa caixinha, sair do nosso quadrado, e mostrar aos outros o que o Serviço Geológico faz, o que é geociência.

Até respondendo a algumas das questões que estão aqui, eu queria dizer que a parte do setor mineral – se é *commodity*, se é para vender, se extraem para vender, como é que é esse mercado –, esse modelo de negócio é uma decisão política. E essa decisão política passa por você produzir, exportar e vender a matéria-prima. É uma decisão política do país. Também é uma decisão política você atender a indústria e exportar o excedente, é uma decisão que o Estado tem que tomar. E a outra, que seria a mais adequada, seria você exportar e atender a indústria 100%, ou seja, você verticalizar toda a cadeia e nunca vender matéria-prima bruta. Esse seria o sonho de todo o país. Então, essa é uma das questões que eu queria trazer, até respondendo a algumas das perguntas. Queria dizer a essas pessoas que é uma decisão política.

A outra questão que eu vejo aqui é muito relacionada a meio ambiente. Hoje não se estabelecem empresas que não se adequarem a um modelo de sustentabilidade ESG – não se estabelecem. O mau empresário, o mau agricultor, o mau, seja ele qual for, não vai se estabelecer porque o mundo, na hora, exige que tenha atestado de procedência. Então, nós estamos em um outro momento. Eu acho que o Brasil tem uma legislação muito avançada para proteger.

Outra questão importante, que também está em algumas questões, Senador. A mineração, o setor mineral, a sociedade moderna não vive sem ele. A nossa casa, por mais simples que seja, tem pelo menos 25 minerais embutidos. Todos os celulares que nós temos, todos os computadores, têm uma gama de minerais. A sociedade moderna não vive sem os minerais. O que é preciso é que a gente faça uma mineração segura, sustentável para todos. Além disso, nos empreendimentos de mineração, a gente não vai pensar só no ambiente, a gente tem que pensar nas pessoas. As pessoas têm que estar inseridas nessa equação. O ambiente tem que estar inserido nessa equação, mas as pessoas também. Muitas vezes, a gente se esquece das pessoas e essa equação não fecha quando nos esquecemos das pessoas.

Então, era essa a mensagem do Serviço Geológico. E digo mais aqui, só para fechar, permita-me: hoje, a gente disputa dinheiro com escolas, com todas essas demandas do Estado brasileiro.

Se a gente tem um setor pujante que produz, que paga pelo menos em torno de R$10 bilhões por ano de Cfem, por que é que essa própria arrecadação não financia a pesquisa mineral deste país?

Isso aqui é um questionamento para o Senador. Por que é que a mineração ela própria não se beneficia? Ou ela própria não se financia? Seja na pesquisa acadêmica, da universidade, voltada para isso, seja nos institutos de pesquisa, no Cetem, seja no serviço geológico do país, seja, inclusive, nos serviços geológicos dos estados, porque vai Cfem ali. Por que os estados não ajudam o conhecimento deste país?

Então, são questionamentos assim sobre os quais a gente tem que refletir, porque, com o nível de conhecimento e a força de trabalho que a gente tem hoje e os recursos que a gente recebe, nós vamos passar – pasmem! – mais 100 anos para a gente chegar aos 100% do nosso país na escala um para 100 mil, que é a escala mínima adequada para se ter empreendimentos de mineração.

Então, era essa a mensagem do Serviço Geológico do Brasil a esta Comissão.

E agradeço, principalmente às pessoas da comunicação, porque eu acho que a gente precisa melhorar a comunicação do setor mineral com a sociedade e, principalmente, com aquelas pessoas que estão lá na ponta, lá onde o empreendimento acontece.

Agradeço pela oportunidade.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Dr. Francisco, agradeço também.

Novamente, parabéns pela exposição!

E o desafio está lançado. Só que eu gostaria que o senhor fizesse parte da construção da solução.

Então, será chamado aqui, convidado. (*Risos.*)

Convidado, sempre convidado.

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – Será um prazer em nome do Serviço Geológico do Brasil contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Vamos pensar juntos, como Comissão, em ciência, tecnologia, inovação, e com a experiência do cotidiano, que o serviço tem também, e vamos achar o caminho.

Por isso que é o estado da arte.

Até o senhor usou uma expressão, na apresentação... O que já foi feito, o que está sendo feito e o que será feito, não é?

Vamos juntos nessa caminhada!

O SR. FRANCISCO VALDIR SILVEIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Ysrael Marrero Vera, que é Pesquisador do Cetem (Centro de Tecnologia Mineral), agradecendo, novamente, Dr. Ysrael, pela participação.

O SR. YSRAEL MARRERO VERA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado. A gente é que agradece, Senador.

Então, só para dois pontos, um ou dois pontos que eu acho importante a gente levar em consideração.

A gente tem observado que o Brasil tem se desindustrializado ao longo do tempo. A gente tem se tornado um país que parece que abriu mão de produzir produtos de maior valor agregado, cada vez mais se tornando um país mais exportador de *commodities* e de serviços. Isso a gente observa na agricultura, na mineração.

Eu acho que o exemplo dos terras-raras é um... Focar nos terras-raras é uma oportunidade ímpar para a gente tentar reverter essa situação. Por quê? Porque a gente tem as reservas. Eu acho que isso é o mais importante, não é?

Então, temos essa sorte de termos as reservas. A gente possui uma demanda, se a gente olhar, tem uma demanda por ímã de terras-raras, porque há uma indústria, uma produção de energia elétrica a partir de energia eólica que vem crescendo e com potencial gigante.

Então, a gente já tem uma força motriz para isso acontecer.

A gente vem importando ímãs e gastando milhões de dólares em ímãs quando é algo que a gente pode produzir aqui. Então, o que a gente precisa para reverter essa situação? Se a gente já gasta dinheiro importando esses insumos com valor agregado, por que não produzi-los aqui?

A gente precisa, com certeza, de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e apoio aos centros de pesquisa para que possam ser desenvolvidos todos os processos, toda essa cadeia tecnológica. Precisamos disso para poder reverter essa situação. Na empresa, a gente precisa de um plano, de um apoio que, com certeza, não é simples. A gente precisa de um plano, algum guia a seguir com tudo o que a gente está fazendo aqui, que com certeza vai ajudar que isso aconteça.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu acho que era isto o que eu gostaria de dizer: a gente tem uma oportunidade diferente, agora, de a gente poder fazer com que o Brasil pelo menos consiga produzir produtos de maior valor agregado na cadeia dos terras-raras. E uma coisa muito importante: a gente precisa ter soberania, porque quando... Soberania no sentido de não ter uma dependência externa nesses produtos críticos, que são importantes para a nossa economia.

Quando a China, por exemplo, em 2012, 2010, colocou cotas de exportação de terras-raras para o mundo, o Brasil não ficou imune, né? O Brasil tem a Fábrica Carioca de Catalisadores, que importava lantânio e cério da China, e ela se viu com dificuldades para importar esses catalisadores, que são usados na indústria do petróleo, que são colocados nas zeólitas, que são os catalisadores para fazer o craqueamento do petróleo. A gente vê que ficou refém de um país externo. Então, a gente precisa ter esses *suministros*, esses materiais críticos de uma certa maneira garantidos e produzidos aqui. Isso é extremamente importante para a nossa economia.

É isso, eu acho que é mais ou menos essa a minha mensagem. Não é apenas a gente focar na questão econômica; a gente precisa deter esses materiais, o Brasil precisa produzir certos materiais que são críticos para ter soberania nacional, não pode depender de uma importação chinesa, de uma guerra geopolítica. Então, eu acho que é importante a gente olhar para isso e não apenas pensar na questão econômica: "É caro, é mais fácil comprar lá fora, então não vale a pena" – não! A gente precisa olhar que tem coisas que são extremamente críticas para nós e a gente não pode ficar refém disso.

O Brasil é o maior país da América Latina. O potencial que tem, o papel que o Brasil tem na América Latina é indubitável. Então, a gente precisa ter esse protagonismo, o Brasil precisa e pode ter esse protagonismo na América Latina, e isso passa muito por essas questões de conhecimento, de pesquisa, de produção, de voltar a produzir produtos de maior valor agregado, como acontecia 30 anos atrás, de aumentar a industrialização do Brasil e não deixar que isso continue acontecendo.

Para isso, estamos aqui, todos nós, centros de pesquisa, envolvidos, que somos os que trazemos e avançamos nas cadeias de tecnologia dos produtos, tornando-os de menor para maior valor agregado.

É isso. Agradeço muito pelo convite e pela participação aqui. Estou disposto ao que precisar, a minha opinião pode estar aí, quando precisar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Dr. Ysrael Marrero Vera, pesquisador do Cetem. Muito importantes as observações feitas na apresentação e agora também, nas considerações finais. Parabéns pelo trabalho.

Vamos trabalhar juntos também.

Dr. Fernando José Gomes Landgraf, que é Professor Titular da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo).

Com a palavra, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO JOSÉ GOMES LANDGRAF (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Senador.

O que a gente pode acrescentar aqui neste final, a meu ver, é uma outra coisa que eu acho muito importante, que é a necessidade de aumentar a parceria entre as empresas brasileiras e os institutos de pesquisa. Isso é um desafio importante. Nós precisamos criar alguma ferramenta que incentive essa conexão, porque – você vê – o Cetem está aí, desenvolvendo tecnologia para fazer a separação de terras-raras e as mineradoras não entregaram ainda para o Cetem o concentrado que elas produzem.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, tudo bem, isso é algum detalhe, vai melhorar e tal, mas – sabe? – a gente está indo muito devagar nisso, e eu tenho certeza de que o Cetem está superinteressado nisso. Mas, por alguma razão, temos aí dificuldades nesse relacionamento. Então, isso é mais uma coisa para gente melhorar, para gente avançar mais rápido, no caminho de sermos um país produtor de tecnologia, gerador de tecnologia.

E agradeço o seu convite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos também novamente – muito importante a observação.

E eu quero apontar novamente para a questão dos desdobramentos porque esperamos, como Comissão do Senado, contar na sequência com a participação dos expositores de hoje, da semana que vem, e, certamente, haverá mais debates, porque é um assunto do momento também, candente, já há muito tempo. Mas, para continuar também com os rumos definidos na política nacional, isso tudo também passa pelo Congresso Nacional, como já foi apontado; pelo Executivo, obviamente, como política pública também – os planos decenais todos que foram apresentados –, e também pela legislação, pela regulamentação desse assunto.

Muito bem.

Agradeço sobremaneira a participação dos expositores, novamente.

As perguntas e comentários que foram feitos no decorrer das exposições e antes também... Certamente, há mais perguntas, mais comentários e, como já disse, a Comissão receberá todos os comentários e perguntas com o máximo prazer. Basta entrar em contato pelos meios de comunicação, pela página, apresentar as perguntas.

Aqui, para a Secretaria, sempre o agradecimento pela organização; aos meios de comunicação do Senado, também o agradecimento, porque o importante é que a gente está fazendo aqui uma audiência, mas o meio de comunicação do Senado transmite isso para o Brasil todo. Então, o Brasil todo tem a oportunidade de escutar, pensar e tudo isso. E não só isso, como, quer dizer... Há tanto conhecimento, ou seja, como fazer com que isso chegue ao ensino fundamental, ao ensino médio, à criança, ao adolescente, porque daqui a uns anos eles estarão aí já, com quatro, com cinco anos, fazendo isso, para já se acostumarem com esse debate, que foi o que o Dr. Francisco, inclusive colocou muito bem. Vamos conhecer melhor também o que vem sendo feito, e nos colocando à disposição, porque aqui é uma Comissão de Ciência e Tecnologia. Muitas das respostas estão, muitas vezes, num trabalho articulado com educação, por exemplo, pesquisa em universidade, recursos para essa finalidade também estão lá na Comissão de Educação. Digo lá, porque eu tive a honra de presidir a Comissão de Educação e Cultura nos últimos dois anos. Então, essa articulação tem que acontecer, e com a saúde também. Há tantos produtos, insumos farmacêuticos básicos, de que o Brasil depende da China também para fazer as medicações mais comezinhas do dia a dia, muitas vezes, e não pode acontecer isso.

A gente sabe que é preocupação do Governo Federal em estabelecer essa soberania a que o Dr. Ysrael se referiu. É uma questão econômica, obviamente, mas não só econômica, a gente pensa em termos de pesquisa, de conhecimento; uma nação que não detém o conhecimento, perde a soberania também. Então, temos que deter conhecimentos, pesquisa, valorizar essa área, valorizar a educação para nos tornarmos soberanos. Soberanos em relação a tudo, donos do nosso nariz, como nação brasileira. Isso é muito importante.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns, gostei muito, pessoalmente, também das exposições e do conteúdo que foi trazido.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos e todas.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9865718365

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Ivete da Silveira, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Teresa Leitão, Beto Faro, Paulo Paim, Weverton, Hamilton Mourão e Ciro Nogueira, e dos Senadores Fabiano Contarato, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães e Daniella Ribeiro. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Dr. Hiran, conforme os Requerimentos 533, 511, 560 e 547/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 931-GP/TCU, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 2004/2025, proferido no processo que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar os programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) dos setores de petróleo, gás natural e mineração, regulamentados, geridos e fiscalizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O expediente lido será publicado na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 23, de 2025-CCT, de autoria Senador Flávio Arns (PSB/PR), e ao Requerimento nº 26, de 2025-CCT, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e beneficiamento das terras raras no Brasil, com a participação de Carlos Omildo dos Santos Colombo, Coordenador-Geral de Energia e Mineração da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda (MF); Tássia Arraes, Coordenadora de Inovação em Tecnologias Setoriais da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Anderson Barreto Arruda, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME); e Tólio Edeo Ribeiro, Coordenador-Geral das Indústrias de Metalurgia e de Base Florestal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Os Senadores Flávio Arns, Teresa Leitão e Pedro Chaves fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 931-GP/TCU, encaminhando, para ciência, cópia do Acórdão nº 2004/2025, proferido no processo que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar os programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI) dos setores de petróleo, gás natural e mineração, regulamentados, geridos e fiscalizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O expediente lido será publicado na página da CCT pelo prazo de 15 dias, para que as Senadoras e os Senadores membros possam manifestar interesse na análise da matéria por esta Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de debater o atual estado da arte, os desafios e o impacto econômico da mineração e do beneficiamento das terras-raras no Brasil, em cumprimento ao Requerimento nº 23, de 2025, da CCT, de minha autoria, e ao Requerimento nº 26, de 2025, da CCT também, da Senadora Teresa Leitão.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211. Incentivamos, inclusive, que as pessoas participem, mandem comentários, mandem perguntas, não só no decorrer desta audiência pública, mas poderão fazê-lo a qualquer momento, e nós teremos o máximo prazer em encaminhar as perguntas para os expositores, expositora, participantes deste momento aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Quero lembrar também que tivemos, na semana passada, a participação de inúmeros órgãos públicos e universitários, acadêmicos, sociais, em uma audiência pública sobre o mesmo tema. Preferimos dividir a audiência, neste momento, em dois momentos, para que não tivéssemos oito convidados numa audiência. Assim, cada expositor e expositora poderá falar um pouquinho mais de tempo também, trazendo os pontos principais.

A gente sempre coloca 15 minutos, mas, é claro, podendo eventualmente ser prorrogado um pouco também.

Então, sugiro às pessoas que nos acompanham que, inclusive, caso desejem, verifiquem, acompanhem a audiência da semana passada também, que está disponível no portal da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Hoje também quero dar as boas-vindas, em primeiro lugar, a vocês – permitam-me chamá-los assim –, que participam desta audiência pública. Inclusive, cito os que se encontram presentes no Plenário desta Comissão.

O Sr. Carlos Omildo dos Santos Colombo – aqui, à minha esquerda. Seja muito bem-vindo, Dr. Carlos –, Coordenador-Geral de Energia e Mineração da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda. Seja muito bem-vindo!

Aqui, à minha direita, Dra. Tássia Arraes, Coordenadora de Inovação em Tecnologias Setoriais da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Seja também, Dra. Tássia, muito bem-vinda!

Aqui à minha direita, o Dr. Anderson Barreto Arruda, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia. Da mesma forma, Dr. Anderson.

E também o Dr. Tólio Edeo Ribeiro, Coordenador-Geral das Indústrias de Metalurgia e de Base Florestal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Também seja muito bem-vindo, Dr. Tólio.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, eu quero, então, dizer que é um assunto que vem recebendo muita atenção de todos os países este debate sobre terras-raras. É um assunto que merece, obviamente, por tudo isso, uma atenção especial do Congresso Nacional também. É por isso que nós estamos com estas duas audiências, por enquanto, mas nós gostaríamos de que houvesse, após a realização dessas audiências, com a ajuda também dos expositores, o encaminhamento para eventuais iniciativas que o Congresso deva tomar em relação a essa área. É uma área importante, necessária, do futuro, difícil também, com muita pesquisa sendo necessária, seja aqui, seja em outros países. Então, é um momento necessário. Mesmo os meios de comunicação vêm destinando um espaço bastante importante para o debate desse tema das terras-raras e dos minerais também, para tantas iniciativas, seja na defesa, seja na indústria, no desenvolvimento de tecnologias, submarinos e tudo mais.

Nesse sentido, é uma honra ter a presença de vocês, expositores, e do público que nos acompanha.

Quero destacar aqui a presença da Senadora Teresa Leitão, Presidente da Comissão de Educação e Cultura e uma das requerentes da realização desta audiência pública.

Eu penso assim... Podemos seguir na mesma ordem da leitura dos nomes? (*Pausa.*)

Então, está ótimo.

Em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Dr. Carlos Omildo dos Santos Colombo, Coordenador-Geral de Energia e Mineração da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda – quer dizer, terras-raras sob a ótica do Ministério da Fazenda.

Seja bem-vindo, Dr. Omildo.

O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO (Para expor.) – Obrigado, Senador Flávio.

Bom dia a todos, bom dia a todas.

É com muito orgulho que eu venho aqui hoje à Comissão de Ciência e Tecnologia apresentar um pouco do trabalho que o Ministério da Fazenda tem conduzido em relação aos minerais críticos, em que as terras-raras têm um papel central. Então, muito me orgulha estar aqui hoje, e quero agradecer esta oportunidade de debater o tema.

O tema tem sido, como o Senador comentou, bastante trabalhado nos últimos dias, em função de uma pressão internacional, mas a discussão do tema é bastante antiga. Nós vemos esse tema como uma prioridade muito grande no Plano de Transformação Ecológica que o Ministério da Fazenda tem trabalhado e temos feito esses diálogos com o Ministério de Minas e Energia, com o Ministério de Ciência e Tecnologia, com o Ministério de Desenvolvimento. Então, esse é um tema que nos agrada bastante.

Eu gostaria de apresentar ou focar o Plano de Transformação Ecológica, porque é nele que o Ministério da Fazenda tem dado prioridade para o tema dos minerais críticos e estratégicos e, portanto, das terras-raras, mas de comentar um pouco, de uma forma geral, a agenda que o Ministério da Fazenda tem trabalhado e que se torna essencial para que a gente consiga atrair esses investimentos, porque, no final, o que a gente está buscando aqui é a atração de investimentos, principalmente para que a gente possa avançar nas cadeias de valor aqui, no Brasil, né? Nós estamos na Comissão de Ciência e Tecnologia, e este tem sido o nosso foco: promover a transformação mineral, gerar valor e agregar valor para o Brasil. Então, vou passar bem rapidamente em como cada uma dessas iniciativas, ou cada um desses vetores do Ministério da Fazenda pode contribuir para a atração de investimentos, para a melhoria do ambiente de negócios e para o desenvolvimento sustentável da mineração.

Do ponto de vista macroeconômico, o Ministério da Fazenda tem uma agenda muito forte de sustentabilidade macroeconômica, e a gente tem visto grandes indicadores que vão demonstrar como que essa estabilidade macroeconômica passa a ser fundamental para a atração desses

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

investimentos. E hoje nós temos oportunidades enormes em energias renováveis, que, como o Senador comentou, é um dos motores para que a gente possa utilizar e aplicar todos os minerais críticos e as terras-raras. Então, a gente tem uma clareza muito grande e temos feito iniciativas para esse setor.

As oportunidades em hidrogênio de baixo carbono também vão ser uma demanda, um foco central para a aplicação das terras-raras e dos minerais críticos. Então, são muitas oportunidades de atração de investimentos no Brasil. E aqui, em relação à mineração, um destaque muito grande para as reservas de minerais terras-raras. Nós já tivemos um destaque no passado em relação à produção, e hoje a gente está com esse desafio de voltar a produzir, voltar a beneficiar esse mineral aqui. E esse tem sido um dos trabalhos que o Ministério da Fazenda tem feito.

Diante de toda essa estabilidade macroeconômica que o Ministério da Fazenda tem buscado com indicadores bastante fortes, a gente tem visto, e para isso a gente tem estabelecido algumas iniciativas, a atração de muitos investidores. E aqui, na BIP, a gente pode perceber até uma certa predominância de projetos relacionados aos minerais críticos. Então, a gente tem alguns projetos já habilitados na BIP, e aqui nós estamos falando de quatro projetos de mineração. O projeto Serra Verde é um dos projetos que está aqui, é um dos projetos que hoje tem produzido terras-raras. Então, são iniciativas como essa que têm buscado mudar um pouco a realidade do setor mineral. E a BIP é uma iniciativa muito importante, em parceria com o Ministério de Minas e Energia e com o Mdic, o BNDES como o seu gestor. Então, acho que essa é uma iniciativa importante, e a gente faz o convite para que possam acessar e conhecer um pouco mais.

Uma segunda agenda é uma agenda de melhoria do ambiente de negócios. O Ministério da Fazenda tem buscado promover várias reformas, desde reformas para fins de melhorar o ambiente em relação a garantias e diversas outras microrreformas que têm proporcionado um ambiente de negócios que vai facilitar a atração desses investimentos, mas o que a gente gostaria de destacar é a reforma tributária. A reforma tributária realmente se transforma numa mudança absoluta da realidade nacional, principalmente a partir do momento em que ela estiver totalmente implementada, né?

A gente gosta de citar um estudo do Banco Mundial que, infelizmente, coloca o Brasil entre os países com a maior dificuldade para o entendimento e, enfim, a aplicação das leis tributárias. A partir da reforma, o mesmo banco indica que a gente estará entre os melhores.

Então, isso realmente transforma o ambiente de negócios e facilita. E o que a gente entende é que, mais do que quaisquer outras iniciativas de benefícios, subsídios que a gente possa dar, essa estabilidade econômica, esse quadro e esse ambiente de negócios favoráveis vão, com certeza, ser os maiores responsáveis pela atração desses investimentos. E a reforma tributária faz exatamente a simplificação e traz alguns princípios que vão ser fundamentais para os investimentos na mineração. Não só isso, mas ela também vai trazer renda, ganho de renda para as pessoas. Então, se essa reforma tivesse sido aplicada há alguns anos, a gente já teria quase R$500 a mais de renda para cada um dos brasileiros. Então, a transformação que a reforma tributária vai trazer é significativa.

E aqui seria importante comentar rapidamente alguns dos benefícios que essa reforma traz. Dado que ela, como eu estava dizendo, é um vetor essencial para a transformação desse ambiente de negócios e consegue atrair esses investimentos, dada a sua simplificação, ela também trabalha com dois eixos centrais: a desoneração dos investimentos de bens de capital e a desoneração das exportações. Então, hoje a gente tem discutido bastante, e muitas vezes se fala em benefícios do Reidi para a mineração, já é um projeto na Câmara dos Deputados tratando disso, mas a gente entende que a reforma acaba trazendo a solução para isso, e não só para o Reidi, como para vários outros regimes especiais, exatamente em função desses dois princípios de desoneração dos investimentos de bens de capital e a desoneração da exportação.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é um primeiro passo de como as reformas, como as medidas fiscais estão apoiando a mineração, e a gente continua trabalhando para que a gente possa trazer outros instrumentos nessa linha e promover o desenvolvimento sustentável da mineração e mais a transformação mineral.

E feita essa abertura, no sentido de que a agenda de melhoria do ambiente de negócios e a agenda de estabilidade macroeconômica são as principais agendas, ou as agendas mais clássicas do Ministério da Fazenda, eu passo a comentar um pouco sobre o plano de transformação ecológica, que é a agenda onde o Ministério da Fazenda tem buscado promover iniciativas para o desenvolvimento do país e para que seja um desenvolvimento mais justo e mais sustentável. E é aqui no eixo da transição energética que a gente tem trabalhado com alguns instrumentos voltados para a mineração, mas não só o eixo da transição energética. A gente tem instrumentos em cada um desses eixos que irão impactar o setor mineral e, com certeza, trazer incentivos para o desenvolvimento desses projetos.

Então, só para falar um pouquinho do plano, o Plano de Transformação Ecológica tem três objetivos muito claros, que são a promoção de emprego, produtividade, justiça social e uma nova forma de lidar com o meio ambiente, promovendo a sustentabilidade ambiental. Dentro desses três objetivos, o Ministério da Fazenda dividiu o plano em seis eixos. O eixo central do nosso plano é o eixo das finanças sustentáveis, é onde o Ministério da Fazenda tem a sua maior competência e aqui são desenvolvidas diversas iniciativas, como o mercado de carbono, taxonomia sustentável brasileira, a emissão de títulos soberanos sustentáveis e, enfim, diversos outros, como Eco Invest, de que a gente vai falar um pouquinho também.

Mas tem outros eixos que a gente poderia dizer, sendo que o mais central para o nosso plano de desenvolvimento sustentável, que é o Plano de Transformação Ecológica, é o eixo do adensamento tecnológico. Está muito alinhado aqui com os trabalhos desta Comissão, dado que é a partir disso, é a partir de inovação, é a partir de tecnologia, de avanços nas cadeias que a gente vai conseguir entregar produtos mais verdes, mas produtos de maior valor agregado.

Há alguns outros eixos que também vão trazer impacto para o setor mineral, como o eixo de bioeconomia e sistemas agroalimentares; o eixo da economia circular, temos desenvolvido uma estratégia nacional para economia circular, com certeza um impacto relevante para o setor mineral; um eixo de novas infraestruturas, sendo verdes e mais resilientes; e o eixo da transição energética, que a gente vai passar um pouquinho mais em detalhes. E a partir desses eixos, o Ministério da Fazenda trabalha com diferentes instrumentos, sejam eles instrumentos financeiros, instrumentos fiscais, instrumentos creditícios, instrumentos regulatórios, para que a gente de uma certa forma possa estimular cada um desses eixos.

O Plano de Transformação Ecológica é um plano que é tocado com diversas parcerias, né? Então, o eixo da transição energética, a gente o tem apoiado bastante, desde iniciativas que estão mais relacionadas com o MME, mas também com o Mdic. Um exemplo de um resultado é o Programa Mover, com impacto claro para o setor mineral. Então, foi uma iniciativa, um resultado muito expressivo. As debêntures de infraestruturas sustentáveis, a gente conseguiu regulamentá-las no início de 2024.

E vou comentar um pouquinho sobre o desafio e a oportunidade que a gente encontrou para incluir a mineração, principalmente a mineração voltada para a transformação mineral. E, como eu estava dizendo, o Plano de Transformação Ecológica tem esse foco na inovação e na tecnologia, e a gente tem trabalhado para fazer parceria com institutos internacionais. Aqui a gente traz um exemplo do instituto voltado para hidrogênio de baixo carbono, um instituto referência na Alemanha, e outras iniciativas relacionadas a universidades sustentáveis. Então, são iniciativas que conversam com o tema e com a Comissão.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, no eixo da transição energética, a gente precisa não só ressaltar o grande trabalho feito pelo Governo, em cooperação com diversos ministérios, mas o trabalho feito por esta Casa e, na verdade, pelo Congresso, tanto pelo Senado como pela Câmara, para aprovação desses quatro projetos. Foram projetos todos eles relacionados ao eixo da transição energética e aprovados no ano de 2024. O marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono, o Combustível do Futuro, o Plano de Aceleração da Transição Energética (Paten), com o seu Fundo Verde, e o marco legal das eólicas *offshore*. Então, todas são medidas que buscam promover a transição energética e que se alinham absolutamente com o desenvolvimento do setor mineral e das terras-raras.

E aqui queria fazer mais alguns comentários específicos e, de uma certa forma, situar as terras-raras ou os minerais críticos dentro desses novos instrumentos sustentáveis que, a partir do Plano de Transformação Ecológica, nós temos trabalhado. O mercado regulado de carbono também foi uma vitória enorme no ano passado. O projeto foi aprovado, depois de muita discussão. Vai ser iniciada a sua regulamentação, e isso vai com certeza transformar o setor mineral, principalmente diante de alguns desafios internacionais como o Cbam. Então, isso vai certamente ajudar o setor mineral, como também o setor de transformação, indústrias siderúrgicas, por exemplo, que vão estar bastante envolvidos com esse novo mercado e com as oportunidades que ele gera.

A taxonomia sustentável brasileira foi um processo enorme, com participação de centenas de pessoas de todos os setores – público, privado, academia –, e concluiu que, dentro dos seus eixos de atuação, tem um eixo específico para a indústria extrativa. Nesse trabalho de definição de metas e indicadores para que a gente possa promover investimentos sustentáveis para a mineração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO – ... e fazer da mineração uma iniciativa sustentável, a gente tem as terras-raras ali incluídas – e foi uma batalha muito forte junto com o MME para que isso pudesse acontecer.

Como o meu tempo já acabou, vou passar um pouquinho mais rápido aqui.

A gente tem instrumentos, como eu comentei, debêntures para transformação mineral. A gente tem o Eco Invest, que tem trabalhado com créditos competitivos, com *hedge* cambial. A gente tem algumas iniciativas que estão sendo implementadas via BNDES, como o financiamento de atividades da mineração. A Gerdau recebeu um primeiro financiamento para construção de mineroduto e outras iniciativas, já no âmbito do Fundo do Clima, a partir de uma injeção de capital muito grande realizada pelo Ministério da Fazenda após a emissão de títulos soberanos.

Então, temos trabalhado, seja com instrumentos creditícios, seja com instrumentos de dívida, seja com instrumentos de *equity*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO – ... e principalmente com avanços em relação ao mercado de capital. O regime Fácil é um exemplo disso.

E, para concluir, quero falar bem rapidamente sobre a nossa atuação específica em relação aos minerais críticos estratégicos e às terras-raras.

Nós temos dividido e promovido essa discussão interna em diferentes eixos: do ponto de vista estratégico, do ponto de vista de governança, do ponto de vista institucional e do ponto de vista dos novos instrumentos. Temos claramente alguns desafios que devem ser endereçados. Para isso, a gente tem feito diálogos internos no Governo, e estamos buscando avançar em alguns instrumentos específicos, como, por exemplo, instrumento de garantia, que é um elemento que a gente entende muito importante para o desenvolvimento dessas cadeias. É isso.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o Brasil tem se transformado, tem sido fonte de novos investimentos, e a gente precisa adotar esses instrumentos e avançar com eles, com uma governança climática...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO – ... bastante robusta, com responsabilidade fiscal e com um ambiente regulatório aprimorado para que a gente possa entregar tudo isso de que o Brasil precisa.

Muito obrigado a todos, e desculpem o atraso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A gente até se desculpa pela campainha, porque ela é automática, não sou eu que aperto aqui nada. Sempre tem o relógio lá, e, quando falta um minuto, a campainha toca, mas também dá para terminar o pensamento tranquilamente.

Mas eu quero saudar também – já tinha feito isso em relação à Senadora Teresa Leitão – o nosso colega, Senador Pedro Chaves, do MDB de Goiás, que é suplente do Senador Vanderlan Cardoso. Seja muito bem-vindo. O Senador Vanderlan é membro desta Comissão, e acho que V. Exa. continua sendo membro também. Que bom! Seja muito bem-vindo.

Já foram distribuídas as perguntas para os membros desta audiência pública, expositores, expositora, mas eu quero ler também para que todas as pessoas que nos acompanham tenham conhecimento das perguntas.

Felipe, do Paraná: "Existe a possibilidade de fomentar *startups* em parceria com universidades para exploração, processamento e uso de terras-raras?".

Ana, do Ceará: "Como serão tratados os impactos ambientais? Já [...] [existem] estudos técnicos de viabilidade ambiental dos órgãos competentes específicos [...] [para o] caso?". Temos que chamar, Senadora Teresa e Senador Pedro, o Ministério do Meio Ambiente também para fazer este debate.

Estephanye, do Espírito Santo: "Como o Senado [...] [pode garantir] que a exploração das terras-raras não comprometa a soberania nacional?".

Eduardo, de Minas Gerais: "Como pensar a mineração no Brasil hoje, levando em conta o cenário ambiental do planeta e seguindo as metas de ODS [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável] e da COP 30?".

Alguns comentários.

Igor, de São Paulo: "Gostaria de ressaltar a necessidade de essa exploração não parar na mineração, mas [...] [criar uma cadeia produtiva]". Também, Dr. Carlos, toda nacional, como eu acho que foi colocado aqui. "Indústria, já" – ele coloca.

Solange, do Rio Grande do Sul: "Eu penso que tudo pode ser feito com fiscalização e cuidado. Não podemos permitir rompimentos em nenhum lugar, nem destruição". Comentário, né?

Max, de São Paulo: "A exploração, a mineração e o comércio dessas terras-raras devem ser feitas exclusivamente por empresas brasileiras ou pelo Governo". Um comentário também.

Helen, de Minas Gerais, com uma pergunta: "Como será feita a proteção imperiosa aos cursos d'água e nascentes existentes na região de mineração de terras-raras?".

Ana, de São Paulo: "Quais os efeitos das terras-raras na saúde dos trabalhadores? Há estudos [...] para avaliar o risco antes de iniciar a mineração?".

Eu acho que, inclusive, fazendo um comentário meu, as perguntas mostram que esse debate tem que acontecer em relação a um conjunto de áreas: do meio ambiente, da saúde, da mineração, da indústria, do comércio, mas esse debate tem que acontecer e ir afunilando para aquilo que o Congresso possa realizar em termos de iniciativa.

As perguntas estão muito boas, e os comentários também.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Malena, do Rio de Janeiro: "Como o Brasil pretende se posicionar na disputa global pelas terras-raras e estimular o desenvolvimento de tecnologia nacional nesse setor?".

Virgínia, do Distrito Federal: "[...] considera a consulta livre, prévia e informada a povos e comunidades tradicionais como elemento parte do processo [...]?".

Mais um comentário: Waldinei, do Pará: "Temos que fomentar a produção de produtos acabados e tecnologias envolvendo terras-raras em solo brasileiro"

Muito bom.

Então, agradeço, inicialmente, Dr. Carlos, pela apresentação e passo, em seguida, a palavra para a Dra. Tássia Arraes, que é Coordenadora de Inovação em Tecnologias Setoriais da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Com a palavra, então, Tássia.

A SRA. TÁSSIA ARRAES (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns e, na sua pessoa, os demais Senadores aqui presentes e agradecer o convite que foi feito ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para participar deste debate.

A minha intenção aqui é trazer um pouco do histórico da atuação do ministério, nesse tema terras-raras, que já tem sido considerado prioritário há muitos anos lá no ministério.

Fazendo aqui um breve histórico de como o tema chegou ao ministério, ele chegou em 2010, quando um grupo de pesquisadores, reunidos no Encontro Nacional sobre Terras Raras, em Aracaju, elaborou uma carta e encaminhou aos Ministros da Ciência, Tecnologia e de Minas e Energia da época, ressaltando a importância e a necessidade de se retomar a produção de terras-raras no país.

Como uma resposta a essa provocação, na época, os Ministros da Ciência, Tecnologia e de Minas e Energia criaram o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Minerais Estratégicos, que se debruçou sobre terras-raras, lítio e silício, à época – os agrominerais já faziam parte de outro debate que estava acontecendo paralelamente; então, não ficaram como foco das discussões do grupo –, e foram convidados diversos especialistas e realizadas várias reuniões.

O trabalho do grupo resultou num relatório, com uma série de recomendações para o Governo, para os dois ministérios, e, a partir dessas recomendações, o tema foi priorizado no Plano Nacional de Mineração 2030, em que foi incluído a definição de minerais estratégicos.

Na sequência, foram realizados alguns estudos bastante importantes, como o do BNDES, que falava sobre a situação atual e as perspectivas da exploração de terras-raras no Brasil. Destaco também o estudo elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, a partir de uma encomenda do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação de usos e aplicações de terras-raras.

Esse estudo foi bastante importante, porque ele priorizou as aplicações de terras-raras, indicando, como aplicação prioritária, ímãs de terras-raras.

O tema foi, então, priorizado na nossa Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que é a política de CTI, na Encti de 2012 a 2015; foi também objeto de discussão aqui no Congresso, fez parte de uma publicação da revista *Em discussão!*, do Senado, e também da elaboração de um estudo do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara.

Destaco também a realização desse estudo da CPRM, que tratou, na época, do potencial de minerais estratégicos no país, incluindo, obviamente, as terras-raras.

A temática foi novamente priorizada na nossa próxima estratégia, que foi a de 2012 a 2015, que previa, inclusive, o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para Minerais Estratégicos, que foi elaborado e publicado em 2018.

Destaco também a criação da Política de Materiais Avançados, que é o Decreto 10.746, de 2021, e a Política Pró-Minerais Estratégicos, a partir do Decreto 10.657, de 2021, que instituiu o Comitê

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Interministerial de Avaliação de Projetos de Minerais Estratégicos, que publicou duas resoluções, sendo que a nº 2 traz o rol, a lista de minerais considerados estratégicos para o país.

Destaco também o PlanGeo, que foi publicado recentemente, que é o Plano Decenal de Mapeamento Geológico, que vai priorizar os minerais para transição energética e descarbonização; o Plano Nacional de Mineração, que está em fase de consolidação, uma atualização do Plano Nacional de Mineração 2030; e também ressalto aqui que o tema dos minerais estratégicos deve ser incluído também como prioritário na nossa próxima Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, que está em fase de consolidação final e que foi elaborada a partir de um amplo debate com a sociedade que foi realizado em julho de 2024, por meio da 5ª Conferência Nacional de CT&I, em que vários painéis destacaram e discutiram os minerais estratégicos, incluindo as terras-raras.

Destaco aqui a priorização do tema nas políticas atuais.

O tema dos minerais estratégicos está diretamente ou indiretamente citado em diversas das políticas, como o novo PAC, quando a gente fala ali da transição e segurança energética; o Plano de Transformação Ecológica, como bem colocou o colega do Ministério da Fazenda, quando a gente trata ali de adensamento tecnológico, também de transição energética e economia circular; a Nova Indústria Brasil, também, na descarbonização, transição e segurança energética; da mesma forma o Plano Nacional de Transição Energética também, na descarbonização, transição e segurança energética; e o Plano Clima, obviamente, quando a gente fala de descarbonização e também naquele item da pesquisa e desenvolvimento.

Entre outras iniciativas importantes que eu destaquei ali embaixo está o FIP Minerais Estratégicos, que é o fundo de investimento – acredito que o colega do Ministério de Minas e Energia deva abordar em mais detalhes, mas ele é um fundo de investimento para novos empreendimentos de minerais estratégicos.

E eu destaco também propostas que estão em andamento aqui no Congresso, projetos de lei envolvendo minerais críticos e estratégicos: o PL 2.780, de 2024, que fala de minerais críticos e estratégicos, e esses outros dois PLs que são focados em terras-raras, o 3.659, de 2025, e o 3.829, de 2025.

Aqui eu listei, desde 2010, algumas iniciativas do ministério envolvendo chamadas públicas e encomendas. Eu não vou ler, obviamente, todas elas, mas eu deixei ali para ressaltar a importância dessas ações, que essas ações tiveram, para a retomada da pesquisa, para a formação e capacitação de recursos humanos na área.

E agora eu vou destacar algumas das iniciativas que eu julguei que foram mais estruturantes, como, por exemplo, o Programa Inova Mineral, que foi lançado... Teve duas seleções, uma em 2016 e outra em 2017.

Ele foi construído a partir de uma articulação ampla, com participação de Finep, BNDES, MCTI, MME, Cetem, ABDI, Mdic, empresas e instituições de ciência e tecnologia, com o objetivo de fomentar planos de negócio com foco em inovação e sustentabilidade.

Então, era uma composição de instrumentos da Finep e do CNPq, que chegaram a um volume de recursos de R$1,2 bilhões, com o objetivo de alavancar investimentos privados em PD&I.

Eram cinco linhas temáticas na seleção pública. Eu destaquei ali uma das linhas, a Linha 1, que era voltada para minerais estratégicos portadores de futuro.

Uma outra ação importante do ministério, que é importante ressaltar, é o Granioter.

O Granioter é um *hub* tecnológico de materiais avançados em minerais estratégicos; tem um foco em grafeno, nióbio e terras-raras; tem atuado também em lítio, mas tem o objetivo de ampliar esse rol de minerais estratégicos.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi criado a partir de uma encomenda da Finep, no valor de R$40 milhões, tanto para a adaptação de uma infraestrutura física que fica no Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, em Belo Horizonte, como para a capacitação de infraestrutura e recursos humanos.

Outra seleção pública importante da Finep foi o Programa Mineração e Desenvolvimento, lançado em 2022. Eram várias linhas temáticas, no valor de R$60 milhões – o valor da chamada –, seis linhas temáticas, e eu destaquei ali a linha Desenvolvimento das Cadeias Produtivas de Minerais para Utilização em Tecnologias Avançadas e Transição Energética.

Essa chamada teve uma demanda bruta de 102 propostas, tendo sido habilitadas 72 propostas.

Um outro projeto importante que foi aprovado, no âmbito da chamada pública de centros temáticos da Finep, foi o projeto Transforma – Materiais Sustentáveis para Transição Energética, que visa a agregar as competências existentes na UFMG, no CDTN e parceiros, aí destacando parceiros públicos e privados, conforme consta na imagem ali à direita, para criar uma estrutura multiusuária voltada para toda a cadeia de produção de materiais para a transição energética. Esse projeto tem um valor de R$15 milhões.

Em 2024, foram lançadas 13 chamadas públicas após a recomposição dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é o nosso principal instrumento de apoio à pesquisa e à inovação, e eu destaco ali quatro chamadas que tiveram linhas que eram voltadas para minerais estratégicos: a chamada de resíduos, saneamento e moradia, que teve valor de R$80 milhões; a de energias renováveis, R$250 milhões; a de mobilidade urbana, R$150 milhões; e a de aviação sustentável, R$120 milhões. Eu destaquei ali as linhas temáticas que eu estou mencionando.

É importante ressaltar que essas chamadas são de subvenção econômica em fluxo contínuo, envolvendo recursos não reembolsáveis para empresas.

Houve também a publicação da seleção pública Finep-BNDES para apoio a planos de negócio para transformação de minerais estratégicos para transição energética e descarbonização, lançada no início deste ano, que tinha esse objetivo de apoiar planos de negócio para investimentos em capacidade produtiva de PD&I para transformação de minerais estratégicos e obtenção de materiais transformados ou produtos manufaturados para transição energética e descarbonização.

Essa chamada envolveu recursos de R$5 bilhões, mais uma vez uma composição de recursos e esforços da Finep e do BNDES.

Teve uma demanda bruta de 124 propostas, que corresponderam a R$85,4 bilhões, tendo sido habilitadas 56 propostas, sendo 10 delas relacionadas ao tema terras-raras.

Lá, no ministério, nós temos também a Embrapii, que é uma organização social que tem contrato de gestão com o MCTI. O MCTI é supervisor, e o MEC, o Ministério da Saúde e o Mdic são intervenientes. Ela tem a missão de apoiar projetos de PD&I em parceria com instituições, promovendo a parceria entre ICTs e empresas. Então, atua no modelo da tríplice hélice, em que a Embrapii aporta recursos junto com a empresa, e a ICT entra com uma contrapartida não financeira. Atua por meio de unidades Embrapii, que são ICTs credenciadas na Embrapii para desenvolver soluções tecnológicas por demanda das empresas.

Atualmente, são 93 unidades Embrapii, sendo 4 voltadas especificamente para o setor mineral, que são; o Ufop; o CTM ligado ao IFRN; o Cetem (Centro de Tecnologia Mineral), que é uma unidade de pesquisa do ministério; e o ISI Tecnologias Minerais, do Senai, no Pará.

E a Embrapii atua no desenvolvimento da tecnologia e também no desenvolvimento do produto, ou seja, na fase pré-competitiva e competitiva.

Aqui, eu destaco alguns projetos Embrapii que envolveram o tema de terras-raras e que foram apoiados ao longo dos anos: tecnologia de obtenção de neodímio metálico – a unidade Embrapii era o IPT, e a empresa, a CBMM; produção da liga de didímio-ferro-boro – mais uma vez, um projeto

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvido entre o IPT e a CBMM; e nova rota de processo para beneficiamento de minerais portadores de terras-raras, em que a unidade Embrapii era o CTM do IFRN, e a empresa, Borborema Mineração Ltda.

Com relação à cooperação internacional, a gente tem um projeto já bastante estruturado e antigo: é o Projeto Regina, que está no âmbito do acordo de cooperação Brasil-Alemanha que foi firmado em 2015.

Esse projeto foi apoiado, no período de 2016 até 2022, por recursos orçamentários do ministério para as instituições de pesquisa que faziam parte do projeto.

Ele foi contemplado no Edital Client II Alemão e, então, previu uma contrapartida brasileira.

E, em 2022, por meio de uma encomenda da Finep, nós conseguimos aprovar o valor de R$5 milhões para continuidade desse projeto, que agora também prevê a ampliação da cooperação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TÁSSIA ARRAES – E tivemos também um apoio inicial ao Projeto MoCa-CaMona, que também foi aprovado no âmbito do Client II e que seguiu junto com o Projeto Regina no âmbito dessa cooperação.

Outra ação importante do ministério é a criação de institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCTs). Eles são criados a partir de recursos concedidos via chamada CNPq.

Em 2017, tivemos aprovado o INCT Patria, que era voltado para processamento e aplicação de ímãs de terras-raras para indústria de alta tecnologia. Esteve vigente até 2024 e era coordenado pela USP, com um valor total de R$7 milhões.

E, agora, recentemente, na chamada de 2024, tivemos o projeto do INCT Materia aprovado, que vai dar continuidade ao INCT Patria, voltado agora para materiais avançados à base de terras-raras, visando a inovações e aplicações. Tem um conjunto de 14 instituições, é coordenado pela Universidade Federal do Amazonas e foi contemplado com recursos da ordem de R$10,7 milhões.

Aproveito a oportunidade para destacar que o MCTI, junto com a Finep, estão trabalhando para o lançamento de uma nova seleção pública, dentro do programa Mais Inovação – Transformação Mineral. É uma chamada no valor total de R$200 milhões...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. TÁSSIA ARRAES – ... e ela tem como público-alvo empresas de todos os portes, e a participação de ICTs é obrigatória.

São recursos de subvenção econômica, e as linhas temáticas vão envolver materiais para transição energética e descarbonização, mineração urbana, tecnologias sustentáveis para mineração e descarbonização da transformação mineral.

Aqui eu ressalto só alguns eventos que foram realizados ao longo dos anos, envolvendo o tema terras-raras, que são importantes para reunir a comunidade científica e os principais atores que discutem o tema.

E, como considerações finais, eu destaco a necessidade de: se ampliarem investimentos públicos e privados em PD&I, pois, se a gente quer avançar nas cadeias produtivas, se a gente quer buscar o desenvolvimento integral da cadeia produtiva de terras-raras e de minerais estratégicos como um todo, a gente precisa ampliar os investimentos públicos e privados em PD&I; fomentar a capacitação e a formação de recursos humanos especializados, aí no sentido de se estruturar um programa de formação e capacitação de recursos humanos em graduação e pós-graduação, envolvendo também a capacitação de recursos humanos no exterior; fortalecer a infraestrutura de pesquisa das instituições de ciência e tecnologia e universidades, que precisam ter condições

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

suficientes para desenvolver as pesquisas e desenvolver novas tecnologias... E aqui ressalto o que o colega Ysrael, do Cetem, colocou na primeira audiência, com relação ao descontingenciamento dos recursos da Cfem previstos em lei para o Cetem, pois acredito que esses recursos poderiam elevar o Cetem, que é o único centro de tecnologia mineral que desenvolve tecnologias sustentáveis para mineração no país, a um outro patamar, inclusive podendo contribuir ainda muito mais com relação ao desenvolvimento de tecnologias para minerais estratégicos.

É importante também a gente buscar realizar estudos prospectivos tecnológicos, para definir desafios e prioridades das cadeias, inclusive de outros minerais estratégicos.

A gente precisa definir o que é estratégico para o país – aonde, em cada cadeia, a gente tem a intenção de chegar – e quais as tecnologias que a gente precisa desenvolver para chegar a esse ponto da cadeia.

E há a importância, a necessidade de se articularem e de se coordenarem ações, programas, iniciativas, políticas implementadas no país voltadas para o desenvolvimento integral da cadeia produtiva de terras-raras e de outros minerais críticos e estratégicos.

Na segunda-feira, no dia 15, o Ministro Alexandre Silveira anunciou que o Conselho Nacional de Política Mineral deve entrar em funcionamento, e eu acredito que o CNPM possa desempenhar esse papel de congregar as instituições, os órgãos envolvidos e discutir estratégias e políticas importantes e necessárias para o país nesse sentido.

Muito obrigada.

Deixo aí os meus contatos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem.

Muito obrigado, Dra. Tássia Arraes, que é do MCTI, da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Muito bom.

Agradecemos também, neste momento... Já dá para ir olhando as perguntas, porque depois, no final, também pode reforçar algum ponto que deseje.

Passo a palavra, em seguida, ao Dr. Anderson Barreto Arruda, aqui à minha direita, que é Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral, do Ministério de Minas e Energia.

Com a palavra, Dr. Anderson.

O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, gostaria de agradecer o convite ao Presidente, Senador Flávio Arns, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Comissão.

Nós, do Ministério de Minas e Energia, estamos muito felizes em participar deste debate, que é um assunto muito relevante para a nossa Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, e ficamos felizes em ver a proporção que o tema tomou, o que nos permite, abre-nos uma oportunidade, Presidente, de trazer o debate para todos os níveis de esfera do Governo, do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, que, sem dúvida nenhuma, devem participar da formulação de políticas públicas de longo prazo.

Eu inicialmente começo a minha apresentação, que está bastante focada na oportunidade que o Brasil enfrenta para a exploração e a transformação dos minerais críticos no Brasil.

Quanto aos minerais críticos, esse conceito surgiu a partir lá do Acordo de Paris, em que os países se comprometeram a reduzir a emissão de CO_2, e, para isso, determinaram, a mudança tecnológica da indústria automotiva, da produção de energia, e perceberam que havia um *gap* entre a demanda futura projetada e a oferta desses minerais no mercado. E aí entra o Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil é um país que tem uma das maiores matrizes energéticas limpas e renováveis do mundo – hoje, cerca de 90% da matriz energética do Brasil é limpa e renovável –, e esse ponto eu destaco, principalmente porque, se nós formos comparar com alguns países da Ásia, que dominam a produção e a cadeia mineral de processamento de minerais críticos no mundo e que, por exemplo, produzem ímãs para motores elétricos, esses países normalmente utilizam, como fonte de energia, o carvão, e um carvão de baixa qualidade, que inclusive reduz o custo de produção, o que permite que eles tenham um preço, muitas vezes, não atingível. Mas o Brasil, não: o Brasil pretende produzir esses minerais aqui à base de energia limpa e renovável.

A gente precisa lembrar, assim como a minha colega do MCTI falou, que o Brasil tem capacidade de inovação e de profissionais, tanto na parte de energia como na de mineração, e a gente precisa de incentivos para transformar essa capacidade e esse potencial em realidade.

Nosso mercado consumidor é um mercado bastante relevante, que inclusive demanda esses minerais para a nossa indústria.

E há um ponto específico que eu trago aqui sobre a questão ambiental.

É importante dizer que o Brasil detém, se não a maior, uma das minerações mais sustentáveis do mundo. Isso por quê? Porque existe, no Brasil, todo um arcabouço legal rígido, rigoroso, com instituições de controle bastante firmes, atuantes, desde os órgãos ambientais até os órgãos de controle, como o Ministério Público, Defensoria Pública. Então, a gente pode dizer que o Brasil é, sim, um país sustentável, inclusive na mineração.

E, aí, o ponto da oportunidade que a gente vai debater aqui é justamente as reservas.

O Brasil, hoje, é um país minerador, só que de determinadas *commodities* – como, por exemplo, minério de ferro, de que eu vou falar um pouco mais à frente –, e nós queremos, sim, e temos o potencial para nos tornarmos um grande *player* mundial em minerais críticos estratégicos para transição energética. E eu repito que não há transição energética sem minerais críticos.

Trago aqui um pouco da demanda projetada sobre minerais para transição energética, o que nos torna um país com potencial mundial para atender a essa demanda mundial.

Como se pode ver, o mundo caminha para uma mudança de matriz energética – principalmente eólica e solar –, o que demanda um nível de minerais muito alto. Dependendo do mineral, a gente pode ter uma demanda futura, até 2040, de oito a dez vezes esse crescimento da demanda.

Com isso, existe uma oferta limitada, à qual, hoje, o mundo não consegue atender.

A gente sabe que a Ásia é um grande produtor de minerais críticos, tanto na produção quanto no processamento deles, e o resto do mundo ocidental busca alternativas para esse suprimento, e o Brasil pode, sim, ser esse *player* mundial para atender a esses mercados que querem e que buscam a diversificação de fornecedor de minerais críticos.

Aqui é só um exemplo sobre essa demanda para transição energética.

Só para título de conhecimento, um carro elétrico demanda seis vezes mais minerais que um carro a combustão. Então, só a título de exemplo, o cobre, que é um dos minerais críticos e que tem uma das maiores demandas projetadas até 2040 e uma oferta ainda baixa, o carro elétrico tem o dobro da quantidade de quilos de cobre do que carro a combustão, assim como de manganês. Então, como se pode ver, o carro elétrico, que é uma das fontes de descarbonização do mundo, por si só demanda uma fonte de minerais críticos, uma quantidade de minerais críticos enormes, e o mundo pretende fazer essa alteração entre automobilismo a combustão para eletrificado.

A esse ponto eu gostaria de chamar a atenção, principalmente por conta do nosso potencial.

Esse gráfico demonstra as nossas reservas minerais, e o outro, a produção.

Como a gente pode observar no gráfico à esquerda, o Brasil tem a segunda maior reserva de terras-raras do mundo; é o sexto maior em lítio; é o segundo maior em grafita; é o maior em nióbio,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como todos devem saber; em manganês, é o quarto. E, se nós formos ver a produção mineral no Brasil desses minerais, ela é irrisória, comparada com os outros países do mundo, o que demonstra o potencial absurdo que o Brasil tem em produzir esses minerais para atender a essa demanda futura para transição energética.

Em especial, aqui, eu destaco as terras-raras, das quais o Brasil detém a segunda maior reserva, mas uma produção ainda não muito significativa – infelizmente, uma única empresa, a Serra Verde, tem feito a produção –, e o nosso objetivo aqui é criar a política pública que permita que esse cenário mude no médio prazo.

Continuando nessa temática de oportunidade e fazendo uma correlação nas nossas reservas que eu apresentei anteriormente, essa estimativa de reserva que nós temos está limitada a um trabalho do Serviço Geológico do Brasil, que é uma importante instituição do país, estratégica para o país, para permitir que nós possamos conhecer o nosso subsolo, as nossas riquezas, mas, infelizmente, até hoje, o Brasil só conseguiu desenvolver cerca de 27% a 30% do nosso mapeamento geológico, a nível de 1 para 100 mil.

Essa escala de 1 para 100 mil é a escala ideal para atração de investimento, em que o conhecimento geológico permite que as empresas venham e tomem risco para investir em pesquisa mineral.

Então, considerando o nosso número de quantidade de reserva já estimado e considerando um pouco o mapeamento geológico que nós temos no país, isso nos permite presumir que o aumento do mapeamento geológico nos permite conhecer mais o subsolo e atrair mais investimento.

Então, nós, do ministério, pela liderança do Ministro Alexandre Silveira, temos desenvolvido políticas públicas para aumentar o mapeamento geológico no país, inclusive para permitir que, possamos atrair mais investimento; não só para conhecer as riquezas do país, que é o nosso foco, sem dúvida nenhuma – a gente precisa conhecer o nosso subsolo –, mas também para permitir uma atração de investimento maior para o setor mineral.

E aí eu entro um pouco na temática de terras-raras e destaco aqui a parte mais geológica. Por que terras-raras? Terras-raras são 17 elementos que não são raros na natureza, mas são de difícil separação. Desses 17, a gente pode destacar quatro, que são o neodímio e o praseodímio, que são utilizados para produção de ímãs permanentes, que são os que compõem motores elétricos, e o disprósio e o térbio, que, associados aos ímãs permanentes, permitem uma maior eficiência pelo controle térmico desses equipamentos. Então, imagine que turbinas eólicas, motores elétricos, painéis solares, defesa, instrumentos de defesa, todos utilizam terras-raras e precisam, principalmente, fazer a separação desses quatro elementos que têm um maior valor agregado, um maior valor econômico.

Um panorama sobre as reservas de terras-raras no mundo. Como eu já destaquei, o Brasil tem a segunda maior reserva de terras-raras do mundo: cerca de 23%. Isso é, obviamente, estimado, até porque nós temos apenas 30% do nosso território mapeado, mas já permite presumir o potencial que o Brasil tem, podendo ter uma reserva muito maior do que é essa. Mas hoje, como você pode observar, as reservas conhecidas estão praticamente na Ásia e principalmente no sul da China, onde há a maior extração de terras-raras; a maior produção de terras-raras do mundo vem do sul da China, que é o maior produtor, o maior país produtor de terras-raras do mundo.

Aqui eu destaco o mercado de terras-raras para, justamente, podermos fazer um comparativo com o nosso potencial. Hoje a China produz cerca de 60% de todas as terras-raras do mundo e processa 90%. Então, se percebe facilmente que há uma concentração desses minerais na Ásia, o que demandou, passa a demandar dos países ocidentais uma outra fonte de suprimento, justamente para evitar essa dependência asiática. E aí eu destaco aqui que as principais reservas no Brasil hoje

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conhecidas estão no Estado de Goiás, Minas Gerais, Amazonas e Bahia, e a produção no Estado de Goiás é da empresa Serra Verde.

É apenas um destaque geopolítico e, provavelmente, um grande motivador desse debate e de outros que nós vimos fazendo no Ministério: como os minerais de terras-raras têm sido tratados no mundo. Obviamente, tanto pela transição energética, que demanda minerais críticos como terras-raras, lítio, cobre, grafita, zinco... Mas, quanto às terras-raras, a China, desde a década de 90, passou a desenvolver uma tecnologia de separação de terras-raras e passou a ser o fornecedor do mundo dessa tecnologia de ímãs permanentes. Com todos esses desafios geopolíticos que o mundo tem enfrentado, a China tem utilizado esse mineral como forma de instrumento geopolítico, inclusive nos conflitos entre China e Estados Unidos.

Então, nós percebemos terras-raras não só pela oportunidade econômica, mas pela oportunidade geopolítica que o Brasil tem de se posicionar, de ser um grande *player* mundial, fornecedor de elementos terras-raras para o mundo e, principalmente, de ímãs permanentes, que é o objetivo da política industrial mineral do país.

Aqui eu trago apenas um eslaide sobre um potencial do Brasil em relação a esse potencial de ser um *player* mundial na transição energética.

Aqui eu destaco um exemplo muito significativo para o país, e isso associado principalmente a um trabalho feito pelo Serviço Geológico do Brasil, lá na região do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Em 2015, o Serviço Geológico fez um estudo de levantamentos aerogeofísicos e de outras atividades, tentando mapear possíveis depósitos de lítio naquela região. Apenas para título de demonstração, esse estudo custou cerca de R$4 milhões. No primeiro leilão da ANM, após a divulgação desse estudo, houve lances para adquirir esses títulos que arrecadaram cerca de R$50 milhões. Então, a gente percebe, naturalmente, que o investimento em serviço, em mapeamento geológico diretamente atrai investimento para o país.

Queria reforçar aqui também uma frase que não é minha, não é do ministério, mas isso das próprias empresas de terras-raras do Brasil, de que o Brasil detém os melhores depósitos de terras-raras do mundo. Isso por quê? Por conta da geologia. Os principais depósitos do Brasil têm um depósito de argila iônica, que, diferentemente do depósito de rocha, demanda um custo menor de produção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA – ... e um impacto ambiental muito menor do que os outros. Isso permite que o Brasil tenha depósitos significativos, com custo baixo e sustentáveis.

Só a título de exemplo, se nós pegarmos duas daquelas quatro empresas que estão listadas, a Meteoric e a Viridis, se as duas entrarem em produção, elas têm a capacidade de atender até 30% da demanda mundial de terras-raras. Então, isso demonstra o quanto é significativo o potencial do Brasil de atender essa demanda mundial.

Gostaria de destacar – e isso é algo que a gente, no ministério, sempre usa como referência para o setor mineral brasileiro – que a Deloitte, este ano, publicou um estudo em que ela buscou identificar a atratividade do país, do Brasil, para desenvolvimento de projetos de minerais críticos, comparado a outros países. Nós fomos comparados, por exemplo, ao Canadá e à Austrália, que são países mineradores, que têm tradição em mineração – boa parte do PIB desses países advém da mineração –, juntamente com Chile e Argentina, que são nossos vizinhos aqui, na América Latina, e foram selecionados cinco minerais críticos: cobre, lítio, níquel, terras-raras e grafita. Esse estudo teve como base métricas econômicas, como custo de produção, o tipo de depósito, a variação de preço do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mercado, porque um dos riscos do mercado de minerais críticos é essa volatilidade de preço, que, muitas vezes, impede um investimento de longo prazo.

E aí eu trago uma informação apenas a título de conhecimento: se nós trouxermos, se imaginarmos aqueles quatro projetos que estão ali, da Meteoric, Aclara, Viridis e Serra Verde, os quatro juntos demandam um investimento de cerca de US$2 bilhões. Então, a gente consegue imaginar que quatro projetos, apenas quatro projetos demandam um capital, um Capex bastante robusto, e, de certa forma, a gente precisa, de alguma forma, mitigar o risco desse investimento para atrair, para nos permitir que sejamos atrativos.

E, aí, eu destaco o resultado desse estudo da Deloitte, que demonstrou que o Brasil é, em todos os cenários, em todos os minerais, o país mais atrativo, se comparado com esses outros países que são mineradores e que são *players* mundiais em mineração. Em todos os cenários, inclusive os de preços abaixo, os cenários de preço de histórico de mercado e futuros preços comparados à futura demanda, em todos esses cenários, o Brasil foi o país mais atrativo para investimento.

Quero destacar também um outro ponto que esse estudo trouxe, e nós, até então, não tínhamos essa informação de comparação: o Brasil é o país que menos arrecada, se comparado a esses países. Então, somos atrativos e arrecadamos menos que esses... Arrecadação, digo, o que a atividade minerária paga de imposto e encargos para o Estado, para o governo, o país. O Brasil, segundo a Deloitte, é o que menos arrecada, se comparado a esses quatro países.

Estou terminando, Presidente.

Aqui, eu vou falar um pouco da parte geológica, e aí, enfim, vou passar bem rápido por esse eslaide, mas é justamente onde estão as empresas brasileiras com tipos de depósito.

Aqui, no lado esquerdo, nós temos terras-raras de argila iônica, que são depósitos com custo de produção mais baixo, com impactos ambientais menores, e as empresas internacionais, como a MP Mature, que é a empresa americana que recebeu aportes financeiros do Governo americano, que detêm um depósito geológico de natureza de rocha e que demanda um custo de operação muito maior e um impacto ambiental muito maior, por conta do processo químico, que é de separação.

Aqui, para finalizar, Presidente, apenas quero destacar a iniciativa do LabFab, do Instituto de Terras Raras, que é a primeira fábrica industrial de ímãs permanentes no Hemisfério Sul, é uma tecnologia brasileira, que ainda está em escala piloto, mas, a partir do Projeto MagBras, fez a associação de várias empresas, participou do Programa Mover, do Ministério da Fazenda, arrecadou R$73 milhões, e estamos aqui desenvolvendo uma tecnologia nacional de produção de ímãs permanentes que poderá, no futuro, com investimento, se transformar numa escala industrial, para permitir que o Brasil seja um grande *player* mundial na produção de ímãs permanentes.

E aqui é só uma mensagem final, Presidente – e peço desculpa pelo meu tempo: é importante frisar que não há indústria mineral sem produção. Não adianta a gente pensar em adensamento de cadeia, transformação mineral, se nós não incentivarmos a produção mineral, porque não virá a indústria para cá se não houver oferta de minério no país, e isso é muito importante, porque nós precisamos pensar em políticas públicas que sejam aderentes tanto à mineração quanto à transformação mineral.

Enfim, deixo aqui a....

Finalizo a minha fala, agradeço e peço desculpa pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos muito, Dr. Anderson Barreto Arruda, que é do Ministério de Minas e Energia, do Departamento de Transformação e Tecnologia.

Muito didático também, mas pena que o tempo também seja menor, mas – permita-me dizer – será requisitado depois, para nos ajudar aqui também. (*Risos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA – Muito obrigado.

Estamos aqui à disposição para participar desse debate.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então está bem.

Aqui é o levantamento da situação também, e, naturalmente, tem que haver o detalhamento depois, não é?

Muito bem.

Passamos, em seguida, a palavra ao Dr. Tólio Edeo Ribeiro, Coordenador-Geral das Indústrias de Metalurgia e de Base Florestal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), do nosso Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, cujo Ministro é o nosso Vice-Presidente.

Com a palavra.

O SR. TÓLIO EDEO RIBEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Primeiramente, quero agradecer o convite enviado ao Mdic para participar desta audiência pública, cumprimentar os meus colegas de mesa aqui do Ministério da Fazenda, MCTI e Ministério de Minas e Energia, e, em sua pessoa, cumprimentar os demais Parlamentares que estão aqui presentes.

Bom, deixe-me pegar o meu controle aqui...

A gente vai fazer uma apresentação, eu vou tentar percorrer rápido, mas o nosso foco, desde o início, eu queria deixar registrado. Até trouxe uma cola aqui, para não perder: nós não queremos só ser produtor e exportador de minerais críticos; nós queremos agregar valor no Brasil.

Bom, aqui é só um panorama geral. Eu acho que quase todos os colegas já mencionaram um pouco sobre isso.

O Brasil tem a segunda maior reserva de terras-raras do mundo, sem todo o mapeamento geológico ter sido concluído, então, poderemos ter mais do que essa quantidade de reservas provadas e prováveis.

A produção mundial é realmente da China. Nós vamos mostrar no próximo eslaide como ela domina esse mercado.

Os ímãs permanentes são o vetor da demanda. Quer dizer, realmente são os ímãs permanentes para motores elétricos, usados em automóveis, usados em aerogeradores e outras utilidades, que puxam a demanda mundial de terras-raras.

Quanto à produção, no Brasil – o colega Anderson já mencionou –, apesar de determos a segunda maior reserva mundial, nós estamos produzindo muito pouco, e talvez a gente possa debater isso depois, nas conclusões, o porquê disso.

No *pipeline* da Agência Nacional de Mineração... A gente acompanhou a audiência da semana passada, Senador, e ali tem os números que estão no *pipeline*.

Quanto ao comércio exterior, também algum dos colegas – não sei se foi o da Agência Nacional de Mineração ou se foi o do Serviço Geológico mineral – mostrou que a gente tinha um déficit, e esse déficit está se transformando em superávit, ainda pequeno, mas nós temos um potencial muito grande.

O que a gente fala é o seguinte: o Brasil talvez tenha um bilhete premiado de loteria. Nós temos que saber transformar isso em coisas boas para o país.

Ali, um pouco da escala de valor dos produtos. Nós temos o concentrado – e a Mineração Serra Verde talvez esteja nesse estágio –, vendendo o concentrado a US$5, US$15. Quando você faz a separação dos elementos terras-raras, você parte para o óxido de neodímio, na casa de US$60 por quilo, e o óxido de disprósio, na faixa de até US$500 por quilo.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é a previsão de demanda. Esse dado é da Agência Internacional de Energia, de um estudo, de um relatório deste ano de 2025, então ele está atualizado. Ali tem a previsão de demanda estimada para os anos de 2030, 2040. Eu não vou me deter aqui porque eu estou imaginando que as apresentações ficarão aqui e a gente pode avançar, para não estourar o meu tempo ali – né, Senador? –, mas é só o que mostra ali o estudo da Agência Internacional de Energia: a projeção da demanda de ímãs até 2030 deve atingir 120 mil toneladas, podendo chegar a 180 mil toneladas em 2050. Então, este é o vetor, é aí que a gente tem que tentar... Eu sou mineiro, e lá em Minas a gente fala que o cavalo às vezes passa arreado na frente da gente, a gente tem que saber montar no cavalo, entendeu? A gente precisa saber transformar a nossa potencialidade dessas reservas em geração de investimento e de empregos e de *catch-up* tecnológico para o Brasil.

Aqui, também desse relatório que eu mencionei, da Agência Internacional de Energia, a parte da mineração, do lado esquerdo, e a parte do refino. A parte da coluna vermelha é a China, quer dizer, a China hoje domina parte da mineração, mas quando você vai para o refino, que é saber separar, dos concentrados, os elementos de terras-raras, a China está com 91% do refino. Nos ímãs permanentes, a China domina 94% e, como alguns dos colegas aqui mencionou, isso virou uma arma geopolítica, né? Quando os Estados Unidos foram elevando a tarifa, o tarifaço, sobre a China e ali apostando, como se fosse um jogo de pôquer, "eu pago, eu pago", a China falou assim: "Não, eu não vou elevar acima de cento e tantos por cento". E aí ela tomou a decisão: "Vou restringir as exportações de elementos de terras-raras, de ímãs permanentes de terras-raras". E o fato é que os Estados Unidos tiveram que renegociar com a China e já fizeram dois adiamentos de colocar em prática a alíquota de cento e tantos por cento, então você vê o quão estratégico é hoje esse tema de terras-raras.

Aqui é um pouco da cadeia de valor. A gente tentou... Eu até brinquei com o Anderson antes de começar a audiência. A gente, lá no Mdic gosta de separar a parte da mineração do que é a indústria, por quê? Porque a mineração, na estrutura governamental, é uma competência, assim, muito exclusiva do MME, mas, lá no Mdic, a gente gosta de estudar um pouco os potenciais para saber como transformar valor nesses minérios. Então a gente tenta... A mineração, o processamento mineral, a lixiviação e a purificação talvez estejam dentro do *site* mineral, agora, quando você parte para a separação dos elementos de terras-raras, refino, então é uma parte industrial. Nós temos até uma zona de sombreamento com o MME, porque a secretaria em que o Anderson trabalha, de que ele é Diretor, é a Secretaria de Geologia e Transformação Mineral, então a gente tem que ter um olhar próximo para buscar consensos no tema da agregação e do adensamento da cadeia produtiva. Nosso foco é: separação, a redução dos óxidos desses elementos de terras-raras, produção de ligas e, por fim, a produção de ímãs permanentes de terras-raras. É nisso que o Mdic tem um olhar muito crítico e muito focado.

Aqui eu não vou me ater muito, porque o MCTI focou muito nas questões de P&D, mas a gente não poderia deixar de mencionar a capacidade de algumas agências governamentais, e a gente cita o Cetem como uma delas, que inclusive já tem uma patente depositada no INPI. Hoje, o que a gente percebe que tem acompanhado bastante são essas redes de pesquisa e desenvolvimento interligadas, quer dizer, a Universidade Federal de Santa Catarina com o pessoal da UFMG, com o pessoal da Universidade Federal do Amazonas, o IPT, que é ligado à USP, né? Ontem nós tivemos uma conversa com uma determinada empresa que está em parceria com a Universidade Federal de São Carlos, que também é um polo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico no Brasil. Então, isso aqui é um pouco um ambiente do MCTI que a gente tenta entender e aproximar para poder canalizar os esforços para um objetivo comum de país.

Aqui o nosso cenário, que é o que eu mencionei no início: o nosso desafio central é realmente transformar o potencial geológico em agregação de valor, em adensamento de cadeias produtivas, e

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tentando... A gente sabe que numa primeira etapa talvez até a opção seja exportar o concentrado – a Mineração Serra Verde está fazendo isso –, mas a gente precisa construir essa cadeia de transformação no Brasil, para tentar não replicar alguns modelos do passado, e aí nós temos essa meta de tentar dominar a lacuna, primeiro, que é a separação e o refino dos elementos de terras-raras, transformando-os em ligas metálicas, sabendo fazer essas composições de neodímio com ferro boro e outros tipos de elementos terras-raras. O Anderson mencionou e nós concordamos: talvez os principais elementos sejam o praseodímio, o neodímio, o disprósio e o térbio, como potencial no Brasil. É este o desafio: o concentrado que essas empresas mineradoras produzem, como o Governo, como a gente fazer uma ação toda em rede articulada com o objetivo de "olha, nós precisamos dominar o processo de separação desses elementos de forma competitiva e precisamos avançar na cadeia da metalização e, por fim, na produção dos ímãs permanentes de terras-raras".

Foi mencionado ali, no último – só voltando aqui –, e a gente concorda com o que o Anderson falou: as argilas iônicas nos oferecem esse bilhete de loteria premiado, porque o custo de extração é baixo e a gente pode, o Brasil poderia ser um ator muito relevante nesse mercado de terras-raras.

Aqui, falando um pouco de políticas, o mundo está envolvido nessa questão de terras-raras. A China, a gente já falou que domina a cadeia produtiva desses elementos, e os Estados Unidos tentando correr atrás, junto com a União Europeia e alguns outros países como Japão, Coreia e Austrália, que também está alocando muito recurso no desenvolvimento de elementos de terras-raras, Canadá, Índia, Reino Unido, Suécia, África do Sul, Vietnã e Chile. Não vou me deter em cada um aqui, a apresentação vai ficar com os senhores.

E aqui a gente entra num programa que é um programa de Governo, coordenado pelo Mdic, mas com a participação de todos os órgãos de Governo, todos os ministérios estão envolvidos, têm cadeira no conselho da Nova Indústria Brasil.

A Nova Indústria tem o objetivo de... Nós perdemos uma participação, a indústria perdeu uma participação muito grande no PIB nos últimos anos, e o objetivo é tentar reindustrializar o país, que é o que a gente chama de neoindústria, pensando num formato novo de cadeias globais de valor, nunca deixando de lado o olhar para a sustentabilidade da indústria e a competitividade, que é fundamental. Eu acho que o Brasil tem que depositar mais esforços naquele setor industrial em que a gente tem muita competitividade, porque você vai conseguir exportar, você vai conseguir escalar as unidades industriais no Brasil e gerar emprego de qualidade.

Então, a Nova Indústria Brasil está estruturada em seis missões estratégicas. Ela se apoia em alguns tipos de instrumentos, como financiamento do BNDES, da Finep, incentivos fiscais, debêntures que foram mencionadas aqui também e até compras governamentais. Ela busca articular a ciência, a tecnologia, o meio ambiente, o que eu acabei de comentar, para que tenhamos uma indústria realmente sustentável.

A gente percebe alguns movimentos recentes contra os projetos de lítio lá na região do Vale do Jequitinhonha e talvez a gente tenha que refletir um pouco sobre a questão desse ambiente ESG. Talvez tenha faltado uma conversa prévia com as comunidades locais, e agora o Ministério Público está tentando parar atividades de mineração que estão em operação.

Aqui, as missões. Eu não vou ler todas, porque eu vou concentrar nesta missão um, que é a descarbonização, porque está lá uma menção aos ímãs permanentes; na missão dois, que é a transformação digital da indústria, em que os elementos terras-raras também estão presentes...

(*Soa a campainha.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÓLIO EDEO RIBEIRO – ... na missão cinco, que é a defesa, e aí a gente sabe que os elementos terras-raras são utilizados também em elementos, em equipamentos de defesa e militar; e nas missões 3 e 4, em menor escala, também com potencial de utilizar as terras-raras.

Aqui, alguns instrumentos que poderiam ajudar a fomentar essa cadeia no Brasil. Nós temos as zonas de processamento de exportação, instrumento administrado pelo Mdic. Ele suspende questões tributárias de investimento, tanto no âmbito do Capex quanto no Opex, então, é um instrumento que está disponível para apoiar esses projetos.

Nós temos a questão de créditos e garantias, que foi mencionada aqui, a questão da chamada pública lá do Finep, de 5 bilhões, 56 projetos selecionados e dez focados em terras-raras.

Eu vou percorrer aqui de forma mais rápida para não extrapolar muito o tempo.

Tem possibilidades de contratos, de encomendas tecnológicas, o FIP, que também é um instrumento desenhado pelo BNDES, com o apoio da Vale, para suportar, apoiar esses investimentos em minerais estratégicos e, aqui, P&D aplicado e insumos.

Aqui, talvez, fazendo uma menção, aumentando o coro dos palestrantes da semana passada e da Tássia, existe uma previsão orçamentária de 1,8% da CFEM, que deveria ser destinado ao Cetem – esse recurso, ao que parece, está sendo contingenciado, e é importante canalizar esforços de pesquisa e desenvolvimento para os elementos de terras raras –, o programa Pró-Minerais, que foi lançado lá atrás, em 2021 ainda, e o Conselho Nacional de Política Mineral, que está sendo estabelecido, e a primeira reunião, salvo engano, ocorreu ontem – não foi mesmo, Anderson, a primeira reunião, ou vai ocorrer nos próximos dias do Conselho Nacional de Política Mineral?

Aqui, a linha do tempo. Também não vou percorrê-la, vocês depois podem olhar, ressaltando que o Senado criou a Frente Parlamentar em Defesa das Terras Raras, não é, Senador?

Financiamento de P&D. Também não vou me ater a isso porque a Tássia já mencionou.

O projeto MagBras é um projeto que surgiu de recursos do Programa Mover, administrado pelo Mdic, que contou com o apoio do Ministério da Fazenda para renovar o antigo Rota 2030. Foram alocados 73 milhões para o Senai e para a Fundep, a fundação de apoio da UFMG. E a gente pretende, com esse projeto, demonstrar o ciclo industrial completo da produção de ímãs permanentes desde os elementos das terras raras. Aí, são 28 empresas e seis ICTs, estão todas aqui já anunciadas lá embaixo.

E o que falta, talvez, voltando um pouco, é algo que alguns outros colegas da mesa também mencionaram: a gente percebe que tem muitas ações no âmbito do Governo, tem muito dinheiro alocado. Talvez a gente tenha que tentar consolidar, articular isso tudo para tentar apertar e somar os esforços para um objetivo comum. Qual objetivo comum? Nós precisamos agregar valor a esses elementos de terras raras no Brasil. E a gente percebe que há muita pesquisa sendo feita e é preciso não sei se um comitê, mas o Governo precisa se organizar para fazer a leitura disso e transformar a pesquisa em produto de prateleira, talvez seja isso.

Muito obrigado.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sim. Vou passar a palavra a V. Exa., mas quero agradecer ao Dr. Tólio Edeo Ribeiro. Foi uma explanação muito importante, interessante, desafiadora, assim como as demais apresentações também. As quatro apresentações realmente foram inspiradoras e desafiadoras ao mesmo tempo.

Senadora Teresa Leitão com a palavra, que é uma das requerentes, inclusive, da audiência pública.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Desculpe a minha pressa. É porque eu estou com um grupo da Fineduca me aguardando aqui no Plenário ao lado. Seria às 11h30, e eles chegaram pontualmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Queremos saudar o grupo e dizer que a Teresa Leitão está numa missão estratégica, assim como o Fineduca também.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Eu também não queria deixar de fazer breves considerações. Infelizmente, depois de fazê-las, vou ter que me retirar.

Primeiro, parabenizo o Presidente pelo convite e pelo acerto das pessoas que aqui vieram.

O que me chamou a atenção, na exposição? Quatro ministérios estão nesta mesa e quatro ministérios envolvidos no debate e nos encaminhamentos pertinentes às terras-raras e minerais críticos. Isso requer, evidentemente, por parte do Governo – acho que a fala final do Sr. Tólio nos indicou isto –, uma necessidade imperiosa de articulação, para não haver desperdício de energias, para não haver superposição de ações. As ações têm que ser integradas, evidentemente. Não sei que espaço seria esse ou quem o coordenaria. Ocorre-me perguntar se seria o Conselho Nacional de Política Mineral esse espaço de reflexão e de articulação das ações.

Segundo, vejo também com muito bons olhos a tarefa estratégica de agregar valores no bom direcionamento e aproveitamento desse potencial ainda parcialmente explorado. Ainda há muito o que explorar e, evidentemente, pesquisar, analisar e recolocar nesse mundo.

E não poderia deixar de também concordar com o destaque feito pelo Sr. Anderson e pelo Sr. Tólio, da disputa geopolítica. A China fez o que tinha que ser feito. Os Estados Unidos impuseram um tarifaço e, para o Brasil, esse tarifaço teve condicionantes políticos, ideológicos, vinculados à queda da nossa soberania, com intervenções evidentes do Governo americano sobre as escolhas que democraticamente o Brasil fez. Se Haddad, se o Ministro Haddad não tivesse tido cancelada horas antes a reunião que tinha pedido ao Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, essa questão iria ser colocada. A China teve a oportunidade de colocar, o Brasil, nem isso.

Então, é uma riqueza. É uma riqueza energética, é uma riqueza que responde à necessidade das energias renováveis, mas é também uma riqueza política. É uma riqueza política que pode recolocar o Brasil na sua balança comercial, nos seus interesses de desenvolvimento sustentável, muito bem equilibrado.

Eu espero que a gente consiga chegar a esse patamar e que a riqueza que é nossa nos sirva para o desenvolvimento, mas também nos sirva para a afirmação da nossa soberania.

Muito obrigada pela presença de todos.

Eu me desculpo com o Presidente, com todos vocês, com o Senador, mas eu tenho que ir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos, Senadora Teresa Leitão.

Inclusive, eu considero importante a gente sempre articular bem minerais, minerais raros, terras-raras, minerais estratégicos com a educação, desde o ensino fundamental, para que as crianças comecem a pensar nisso, olhar, bem como os adolescentes e as universidades. Então, a nossa Comissão de Educação é estratégica nesse desafio.

Caro Senador Pedro Chaves, com a palavra.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo, e a nossa Senadora, pela iniciativa em promover esta audiência pública. É um tema de grande importância hoje no mundo, não só aqui no Brasil e em Goiás, mas no mundo. E o que me traz aqui é justamente o meu estado, o Estado de Goiás.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu tive a oportunidade, em 2018, de visitar o projeto da Serra Verde, em Minaçu. Hoje me parece que é o único em escala comercial no Brasil, em Minaçu. E tem um projeto novo, o projeto da Aclara, aqui na cidade de Nova Roma, que é o projeto Carina. Lá eles vão iniciar também a exploração e, segundo eles me informaram, são terras-raras pesadas, justamente com esses elementos: térbio, disprósio, neodímio, praseodímio. E eles instalaram a planta-piloto aqui na cidade de Aparecida de Goiânia. Eu tive a oportunidade de também visitar a planta-piloto e o que achei interessante é que de cada tonelada de terra trazida para transformação, eles aproveitam apenas 1kg e 999kg retornam para a natureza, também sem agressão ao meio ambiente, porque ela é de argila e única, então não traz grandes impactos para a natureza.

Resumindo, Goiás tem essa posição, tem estas duas empresas explorando: Minaçu, já em escala comercial, e Nova Roma, já iniciando. E há outras reservas, me parece, na cidade de Catalão e em regiões de Iporá e Montes Claros também.

E qual a nossa preocupação com isso? É com a riqueza que isso possa trazer para o estado e para o país. O que o Dr. Anderson falou aqui agora há pouco que, dos países maiores produtores de minerais, o Brasil é o que menos arrecada – é isso mesmo, né? Então, a gente tem que chamar a atenção para isso. Nós temos a riqueza e é preciso que isso seja traduzido em riqueza para o povo brasileiro, tecnologia para o povo brasileiro, para que a gente não deixe a nossa riqueza sair do país sem trazer os frutos para a nossa pátria. Então, essa é a grande preocupação.

Eu vejo que a nossa Comissão, o trabalho feito nesses debates pode se traduzir em projetos de lei, para que a arrecadação possa melhorar e também para que seja um motivo de transformação para o nosso povo, gerando emprego, gerando renda e gerando riqueza.

Essas são minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É muito importante. E parabéns pela visita a todos os locais também. Conhecer a realidade é essencial. Parabéns! V. Exa. pode contribuir muito aí com este debate.

Para o Brasil dominar todo o ciclo, foi mencionada aqui a necessidade, até pelo Dr. Tólio, de os recursos serem destinados para o Cetem também, porque o Cetem participou da audiência pública na semana passada, e eles estão num processo importante e interessante de domínio do ciclo todo, da separação, que é uma das etapas essenciais nesse processo. Então, têm 40 a 70 vezes menos recursos, pelo que foi apontado lá, numa das exposições de congêneres do Cetem, isso é importante, e do Senai também, eu achei interessante. Se alguém pudesse depois explicar melhor o papel do Senai nesse processo... Em Santa Catarina, não é?

A SRA. TÁSSIA ARRAES (*Fora do microfone.*) – O Senai é em Lagoa Santa, Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Em Minas Gerais, não em Santa Catarina.

Muito bem, eu penso que as observações da Senadora Teresa Leitão são importantes, muito importantes nessa questão de soberania inclusive: "Eu vou taxar em 200% os produtos da China". "Pode taxar, eu só seguro aqui o ímã". (*Risos.*) "Não, então não são 200%, é 0%, vamos adiar e tal para ver o que pode ser feito".

O importante, no fundo, é o domínio do conhecimento: se nós dominamos o conhecimento e, por consequência, transformamos esse conhecimento em tecnologia, inovação, indústria, tudo aquilo que foi apontado, nós nos tornamos protagonistas também, isso que é importante. E nós temos toda a riqueza, no Brasil, colocada à disposição, só que precisamos de fato de... E temos capacidade e competência: nossas universidades, os institutos de pesquisa, os grupos de pesquisa são muito bons em todas as áreas e precisam ser, na verdade, bem apoiados, para que desenvolvam aquilo a que se propõem do ponto de vista de minas e energia, do ponto de vista da indústria, do ponto de vista do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

meio ambiente também, ou seja, como pode ser feito. Eu acho que hoje em dia não é mais a discussão se pode ou não pode, mas como fazer, porque ninguém quer destruir o meio ambiente ao mesmo tempo. Esse debate tem que acontecer, lógico, na ciência e tecnologia também.

Nós queremos nos aprofundar, sabe, Senador Pedro Chaves? Foram trazidas essas informações, as pessoas estão participando pelos meios de comunicação, incentivamos que continuem participando, mas temos que afunilar, ou seja, pensar como nós, Congresso, dentro desse cenário, podemos atuar para que essa nova realidade seja construída em nosso país.

Muito bom. Eu até passo... É que nós estamos já no adiantado da hora, mas foi muito bom. Eu quero dizer que vou passar a palavra a todos para as considerações que desejem fazer, mas foi muito interessante, muito bom. O material todo estará disponível aqui no *site*, na página da CCT (Comissão de Ciência e Tecnologia). Incentivamos, como já falamos, que as pessoas olhem, estudem. Às vezes, alguma coisa não ficou clara na audiência, ou ficou clara e depois, lendo o material, não fica muito clara, então, dá para, eventualmente, essa interação acontecer também adiante. O Léo aqui, o Leomar, e toda a Secretaria sempre estão à disposição, bem como a Consultoria do Senado – muito qualificada, aliás, sempre ressalto isso.

Voltamos ao primeiro, então, para as considerações que julgue pertinentes diante do que foi dito, falado, mas agradeço já a participação, faço isso de novo, antecipadamente.

Carlos Omildo dos Santos Colombo, Coordenador-Geral de Energia e Mineração da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda.

Já levaram a mensagem para não contingenciar, lá principalmente. (*Risos.*) Então, você já leve esta mensagem para o Ministro Haddad: "Foi discutido e tal, e querem pegar você pelo pescoço aqui". Brincadeira!

Com a palavra, então.

O SR. CARLOS OMILDO DOS SANTOS COLOMBO (Para expor.) – Senador Flávio Arns, muito obrigado. Mais uma vez, aproveito para agradecer e cumprimentá-lo e para cumprimentar os demais, que estão aqui nos acompanhando neste rico debate, e todos que também estão nos acompanhando pelo YouTube, pelos canais do Senado.

Acho que é importante ressaltar que o Ministério da Fazenda tem se colocado à disposição para discutir e promover novos instrumentos para incentivar a mineração e a transformação mineral, e vários desses pontos que foram levantados aqui estão no nosso radar.

Acho que um ponto muito interessante que foi apresentado aqui, pelo nosso colega Anderson, é a nossa divergência em relação à arrecadação com os principais países que trabalham a mineração. Acho que esse é um ponto importante para que a gente possa pensar não só em arrecadação, mas em desenvolver novos instrumentos que possam trazer esses incentivos de que a mineração precisa e, para isso, a gente precisa de novas fontes de recursos ou compensações. Todo mundo sabe a situação fiscal que o país tem vivido, isso não tem sido novidade para ninguém.

Em relação ao Cetem, acho que a gente tem olhado muito, como eu disse, em relação ao Plano de Transformação Ecológica, e o nosso foco é a promoção de inovação e adensamento tecnológico. E a gente tem uma clareza muito grande, principalmente em função do projeto de lei que está tramitando na Câmara, o 2.780, da oportunidade de a gente fazer um alinhamento do setor mineral com o que acontece no setor de petróleo, gás e de energia, em que nós temos ali investimentos de P&D, que são realizados e aplicados de forma, digamos, direta pelas próprias empresas. Nós temos 1%, e isso não acontece no setor mineral. A gente tem uma parcela desse investimento que deriva da Cfem que poderia ser aplicado no Cetem ou em outros setores. Então, essa reforma ou essa transformação no setor poderia efetivamente trazer recursos, não só recursos dependentes do Orçamento, mas sim, colocando todos para pesquisar em prol do benefício da mineração e do

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns.
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento do país. Então, acho que é nesse sentido que a gente tem olhado para alguns instrumentos, e gostaríamos de continuar contribuindo para esta discussão.

Um ponto muito claro para o Ministério da Fazenda é a questão do adensamento, da agregação de valor. Então, isso é muito importante.

Um outro tema muito relevante para a gente é a integração federativa, é a participação social – houve alguns comentários aqui nesse sentido. Acho que esse é um tema central.

Na questão da governança, o Ministério de Minas e Energia tem avançado com o conselho, e isso é muito importante. E, do ponto de vista de instrumentos econômicos e financeiros, nós estamos à disposição para continuar trabalhando com o Ministério de Minas e Energia, o BNDES, enfim, com diversos outros agentes que podem nos ajudar a promover o desenvolvimento sustentável da mineração e avançar com a transformação mineral.

Então, quero agradecer, mais uma vez. E sigo à disposição para que a gente possa aprofundar o debate e contribuir para as soluções legislativas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Obrigado, Dr. Carlos Omildo dos Santos Colombo.

Passo, em seguida, a palavra à Dra. Tássia Arraes, Coordenadora de Inovação em Tecnologias Setoriais da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com a palavra.

A SRA. TÁSSIA ARRAES (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Agradeço, mais uma vez, pela oportunidade de participar aqui deste debate e trazer um pouco da experiência do MCTI com relação ao apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação, voltado para minerais estratégicos, especialmente terras-raras. O objetivo do Ministério é sempre buscar o desenvolvimento integral das cadeias produtivas minerais. Então, a gente busca apoiar a agregação de valor, o desenvolvimento de novas tecnologias para o processamento dos minerais, de forma que a gente possa avançar na cadeia produtiva, deixar de ser produtor de *commodities* e passar a produzir produtos com maior valor agregado e também tecnologias.

Nesse sentido, é muito importante que a gente possa fortalecer as nossas instituições de pesquisa, inclusive com infraestrutura, capacitação laboratorial, para que essas instituições tenham condições de desenvolver tecnologias competitivas e que, assim, a gente possa alcançar também a nossa soberania tecnológica.

Eu acho que foram mencionados aqui diversos programas e iniciativas. Eu mencionei o Projeto Regina, os INCTs, agora o INCT Materia, vigente, o Projeto MagBras. Eles são todos projetos complementares que buscam desenvolver toda a cadeia e superar todos os desafios tecnológicos. A gente já avançou bastante, o que falta, de fato, é a gente buscar industrialização – o Projeto MagBras tem um papel bastante importante nesse contexto –, e eu entendo que, até o Tólio destacou bem, falta também a gente fechar a cadeia: tanto chegar ao final, quanto ter o produto mineral nacional para que a gente produza um ímã a partir do minério nacional.

Com relação à atuação do ministério, a gente busca sempre, também, apoiar, fomentar e estimular a interação entre as instituições de pesquisa e as universidades em várias escalas e temos vários programas multissetoriais inclusive, que podem ser utilizados para estimular essa interação. Eu acredito que o Ministério tem essa experiência acumulada e está bastante disponível para contribuir com as discussões e aprofundar, para que a gente consiga, de fato, avançar nessa cadeia, agregar valor e trazer competitividade para a nossa indústria nacional.

Agradeço mais uma vez.

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Nós que agradecemos novamente, Dr. Carlos, Dra. Tássia.

Vamos nos aprofundar nisso que a Senadora Teresa Leitão colocou e que o Dr. Tólio também colocou sobre essa articulação: como fazer com que, realmente, esse trabalho possa ser articulado, convergente, até pactuado, às vezes, em um sistema nacional, sem burocracias também, mas a gente gostaria de pensar junto, e no financiamento também, como o Dr. Carlos colocou, em formas, inclusive, que fujam do orçamento, como em outros recursos que... Por exemplo, ver bem essa questão do fundo de investimento que você mencionou durante a apresentação também. Mas que bom!

Passo a palavra, em seguida, ao Dr. Anderson Barreto Arruda, Diretor do Departamento de Transformação e Tecnologia Mineral do Ministério de Minas e Energia. Inclusive, o Ministro já foi Senador também; então, já tem uma experiência boa do que acontece aqui, no Senado.

O SR. ANDERSON BARRETO ARRUDA (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Complementando a minha apresentação, gostaria de informar que – isso o próprio Ministro Alexandre Silveira já divulgou –, ainda no mês de outubro, será realizada a reunião do Conselho Nacional de Política Mineral, que, sem dúvida, será a esfera de debate da política de minerais críticos. Nós do ministério já temos trabalhado e desenvolvido uma política de minerais críticos para transformar o Brasil em realidade, transformar esse potencial em realidade. Nós acreditamos que a mineração brasileira pode entrar numa nova era. Os minerais críticos podem transformar e resgatar o prestígio da mineração brasileira, pela capacidade e pelo compromisso das empresas com os compromissos sociais e ambientais.

A gente sabe que, muitas vezes – e o Senador Pedro, visitando as minas, deve ter visto isso –, a mineradora é o único empreendimento, é a única alternativa que comunidades no interior do país têm para melhorar de vida. E nós queremos trazer esse conceito da mineração sustentável para os minerais críticos, para que a mineração de minerais críticos possa avançar nesses ganhos sociais e eles possam trazer ganhos sociais para as comunidades do país.

Obviamente, a política de transformação mineral é o foco do país – o Presidente Lula já falou isso e o Ministro Alexandre Silveira já repetiu. Nosso foco é avançar na cadeia, e precisamos criar condições para isso. Este é um desafio do Governo: como entender e fazer o diagnóstico do cenário mundial e como fazer com que os projetos brasileiros realmente se tornem realidade.

E quero deixar a mensagem de que nós do ministério estamos à disposição e estamos muito felizes em participar deste debate. Sempre que precisar, estamos à disposição e queremos contribuir com um debate qualificado, aqui, no Congresso Nacional, e dentro do Governo, para permitir que essa nossa política de minerais críticos seja realmente efetiva e traga ganhos sociais para o país.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Agradecemos também, de novo, ao Dr. Anderson.

Acho que todas as apresentações foram muito didáticas, como eu já falei antes, assim, muito compreensíveis para todos nós.

E só lembrando, já que vai haver todo esse esforço também no ministério, esse anúncio, que é muito importante, vamos sempre olhar essas áreas de sombreamento, porque a pesquisa nas universidades brasileiras e nos centros de pesquisa, para que isso aconteça, é algo fundamental, com o apoio da ciência, da tecnologia, do desenvolvimento da inovação, pensando na indústria, como foi colocado pelo Dr. Tólio também; quer dizer, há uma interface, um sombreamento entre um e outro, mas há também um espaço na área da indústria para pensarmos como é que tudo isso, em conjunto, pode levar ao ciclo completo, desde a exploração até toda a cadeia de agregação de valor, tecnologia,

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento, saúde e meio ambiente necessária. Então, essa articulação é fundamental, como foi ressaltado aqui.

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Tólio Edeo Ribeiro. Agradecemos também ao Dr. Tólio, que é Coordenador-Geral das Indústrias de Metarlugia e de Base Florestal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Com a palavra o Dr. Tólio.

O SR. TÓLIO EDEO RIBEIRO (Para expor.) – Primeiro, quero agradecer novamente o convite para o Mdic participar deste debate muito importante para o país.

O Senador Flávio Arns leu duas questões que foram enviadas pelo portal e-Cidadania. Eu gostaria de ler as duas aqui.

A do Sr. Igor, de São Paulo, que mandou: "Gostaria de ressaltar a necessidade dessa exploração não parar na mineração, mas que a cadeia produtiva seja toda nacional". E ele colocou, ao final: "Indústria já!".

Do Sr. Waldinei, do Pará, que mencionou: "Temos que fomentar a produção de produtos acabados e tecnologias envolvendo terras-raras em solo brasileiro.".

Então, assim, para todos os que estão acompanhando pelo portal e-Cidadania e para todos aqui presentes, eu volto a insistir: na visão do Mdic, nós não queremos ser só produtor e exportador de minerais críticos e estratégicos, nós queremos agregar valor e gerar emprego no país. Nós queremos transformar isso. É a indústria da transformação gerando empregos qualificados no país, gerando renda e bem-estar para a sociedade brasileira. Dominar isso, ou procurar dominar, é muito importante na visão, eu acho, de todos os debatedores.

Eu acho que nós temos um objetivo comum. Ao que me parece, existem muitas ações sendo feitas em âmbito governamental, por algumas agências. Talvez isso precise ser articulado melhor e ter algo que o colega Carlos Omildo mencionou em um dos eslaides dele: uma governança melhor. Eu acho que esse é o nosso desafio para a gente tentar não perder a oportunidade do bilhete premiado, do cavalo passando arreado em nossas frentes, e a gente desperdiçar essa oportunidade. A gente já viu vários cavalos passando na nossa frente, selados, e a gente não conseguiu montar neles de forma adequada.

A gente vê, só dando um exemplo aqui, que a China hoje produz mais de 50% do aço mundial, boa parte com minério brasileiro e minério australiano. Será que não poderíamos, lá atrás, ter enxergado que esse cavalo estava passando em nossa frente e tentar, pelo menos, construir usinas siderúrgicas para exportar a placa de aço, que é um produto semiacabado? A gente não pode perder essas oportunidades. Envolve negociação de alto nível mesmo, envolve o Presidente do país ir lá negociar grandes acordos. "China, tenho interesse de fornecer parte do minério para você, mas eu tenho interesse também em vender aço, porque eu preciso gerar emprego no país".

Hoje o Brasil exporta, sei lá, 300 milhões de toneladas de aço, boa parte é de uma grande mineradora e uma parte talvez até relevante de uma empresa que era siderúrgica, que tinha os seus ativos de minério de ferro e se transformou também em uma empresa de mineração. Por quê? Porque é mais fácil vender minério do que você fazer o investimento, gastar dinheiro em Capex para produzir, para transformar esse minério em aço.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TÓLIO EDEO RIBEIRO – E está tendo uma outra oportunidade, que alguém mencionou aqui, relacionada à transição ecológica, que o Carlos Omildo colocou em um dos eslaides dele: projetos de você poder fazer a redução do minério de ferro em um produto chamado DRI/HBI – *direct reduced iron e hot briquetted iron* – à base não de gás natural – talvez no primeiro momento tenha

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gás natural –, mas talvez de hidrogênio verde, porque a Vale já está em conversas com um investidor que enxerga o Brasil como oportunidade. Então, o cavalo...

Saindo fora um pouco das terras-raras, dos minerais críticos e estratégicos, tem aqui, novamente, na questão do aço, do minério de ferro, uma oportunidade passando na nossa frente. Não podemos perder essa oportunidade, mas criar esses esforços de Governo de forma articulada, uma governança bem desenhada, para que possamos caminhar com objetivo comum. Todo mundo que está na mesa aqui, todo mundo que estava na mesa na semana passada, todos os Senadores, toda a sociedade brasileira quer isso. Então, nós temos que tentar perseguir dessa forma.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Muito bem. Só quero dizer que concordo inteiramente com as observações. Esse é o grande desafio e aquilo que tem que ser buscado.

Só queria fazer uma observação, passando o cavalo guiado? Não é encilhado? (*Risos.*)

O SR. TÓLIO EDEO RIBEIRO – Lá em Minas a gente chama cavalo arreado...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Ah, arreado...

O SR. TÓLIO EDEO RIBEIRO – ... ele está com o arreio em cima dele, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, está certo, mas concordo inteiramente com as observações e é um grande desafio para o Governo, para a sociedade. Inclusive, aceitamos sugestões também do que o senhor pensa que o Congresso pode realizar nesse sentido, inclusive enaltecendo o trabalho do nosso Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que sempre tem essa perspectiva em mente – sempre tem.

Muito bom. Agradeço novamente a participação dos expositores e da Tássia, expositora. Da semana passada, foram feitas várias menções às pessoas que estiveram aqui. Foram duas audiências públicas, certamente não vamos encerrar este debate nas duas audiências públicas.

Quero agradecer, Leomar, à Secretaria toda, por todo o trabalho de organização; aos meios de comunicação do Senado, que permitem que este debate seja estendido e levado para o Brasil todo e que as pessoas tenham a oportunidade de participar; à Consultoria do Senado; às pessoas que estão aqui presentes; e, particularmente, ao Pedro Chaves, Senador do nosso querido Estado de Goiás também, MDB do Goiás, e membro desta Comissão.

Então, agradecendo a todos, penso assim que a informação foi trazida sob vários pontos de vista. É muito interessante, tudo muito didático, muito desafiador. Todos nós temos a responsabilidade, agora, de dar o tratamento para os desdobramentos necessários, a favor do Brasil.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 08 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Flávio Arns

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6426196292

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática com a presença dos Senadores Efraim Filho, Alessandro Vieira, Esperidião Amin, Flávio Arns, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Beto Faro, Paulo Paim e Hamilton Mourão, e dos Senadores Zenaide Maia, Veneziano Vital do Rêgo, Augusta Brito, Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Ivete da Silveira, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas e Dr. Hiran. Deixam, ainda, de comparecer os Senadores Marcos do Val, Daniella Ribeiro, Astronauta Marcos Pontes e Dr. Hiran, conforme os Requerimentos 533, 562, 590 e 547/2025-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. Passa-se à **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Requerimento nº 25, de 2025-CCT, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PL/DF), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 330, de 2022, que "altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica", com a participação de Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Secretário de Políticas e Programas Estratégicos Substituto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Olival Freire Junior, Presidente Substituto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Denise Pires de Carvalho, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); Márcia Teixeira, Vice-presidente Adjunta de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Renata Aquino, Decana de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília (UnB); Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Samuel Goldenberg, Diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Natália Trindade, Diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); e André Cabral de Souza, Gerente do Departamento de Infraestrutura de Pesquisa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Teresa Leitão
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/24

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas. Desculpem-me pelo atraso, eu estava numa reunião rápida ali na Câmara. Mas, sem mais delongas, podemos começar, senhoras e senhores?

Declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião se destina à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 330, de 2022, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor sobre o crime de má conduta científica, em cumprimento ao Requerimento nº 25, de 2025, da CCT, de nossa autoria.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar perguntas ou comentários pelo endereço senado.leg.br/ecidadania ou ligar para o 0800 0612211.

Encontram-se presentes no Plenário... E eu vou chamar à mesa quatro pessoas, depois mais duas que serão presenciais, aí a gente troca as plaquinhas, e mais dois participantes que o farão de forma remota.

Então, quero já convidar o Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Secretário de Políticas e Programas Estratégicos, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, já agradecendo a sua presença.

Chamo o Sr. Olival Freire Junior, Presidente substituto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o CNPq. Muito obrigada pela presença.

Chamo a Profa. Denise Pires de Carvalho, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes.

Chamo a Sra. Renata Aquino, Decana de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília (UnB).

Informo que também será chamado, após a fala dos que já estão à mesa, o Sr. Samuel Goldenberg, Diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Através de videoconferência, irão participar a Sra. Márcia Teixeira, Vice-Presidente Adjunta de Pesquisas e Coleções Biológicas da Fundação Oswaldo Cruz; a Sra. Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências; a Sra. Natália Trindade, Diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); o Sr. André Cabral de Souza, Gerente do Departamento de Infraestrutura de Pesquisa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Agradeço muito a presença de todos e de todas.

Nós solicitamos esta audiência pública dada a complexidade do projeto.

Em pauta, além de mexer com a lei do século passado, de 1940, traz alguns componentes que precisam de uma reflexão e de um olhar de quem está nessas instituições representando a ciência. Tocar em código de ética requer realmente posicionamentos muito nítidos, posicionamentos que não deixem nem sejam retrocessos. Por isso que eu fiz o requerimento, que foi tão logo aprovado pelo Presidente desta Comissão, Senador Flávio Arns, e também por todos os nossos pares.

Quando a gente tem um projeto assim, polêmico, complexo e de ampla abrangência, a gente procura instruí-lo, ouvindo a sociedade, compilando esses diversos olhares para que a gente possa ter um parecer mais tranquilo, mais consistente e que contribua para a gente avançar.

Nós passamos recentemente por um período de muita negação da ciência. Isso trouxe prejuízos ao próprio conceito de ciência no Brasil. Então, nós não podemos negar a validade, o trabalho que essas instituições fazem, o que têm produzido positivamente para o Brasil. E, portanto, desejamos e temos certeza – eu já posso adiantar e dizer – de que receberemos excelentes e profícuas contribuições.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a mesa não se opuser, a Sra. Helena Nader, da Academia Brasileira de Ciência, que vai participar de forma remota, está pedindo prevalência, porque tem um compromisso.

Pode ser? (*Pausa.*)

Então, vamos começar pela Sra. Helena Nader. A gente sempre destina dez minutos de fala inicial. O relógio toca. É um toque automático, um pouco estridente. Não se assustem. Quando ele toca, os senhores têm ainda um minuto para concluir o pensamento, e a gente vai modulando as necessidades. Depois a gente lê as perguntas, os comentários do e-Cidadania e volta a palavra para quem precisar fazer alguma complementação.

Então, com a palavra, de forma remota, a Sra. Helena Bonciani Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então, gostaria de, na sua pessoa, agradecer à Comissão, a CCT, e aos demais signatários do pedido desta reunião.

Também quero lhe agradecer profundamente por eu poder fazer minha fala antes, porque infelizmente eu tenho um outro compromisso, que já estava agendado há alguns dias.

Exma. Presidenta, Senadoras, Senadores, colegas, gostaria de registrar minha preocupação em relação ao Projeto de Lei nº 330, de 2022, que propõe criminalizar a má conduta científica, estabelecendo pena de prisão de três a cinco anos e multa para pesquisadores que violem protocolos, manipulem dados ou apresentem seletivamente resultados.

A motivação do projeto é legítima: episódios graves como o da proxalutamida no Amazonas mostraram falhas sérias no cumprimento de protocolos de pesquisa e impactaram a vida de centenas de pessoas. Esses casos precisam, sim, de investigação rigorosa e responsabilização, mas, no nosso entender, a solução apresentada pelo PL 330 não é a mais adequada nem a mais eficaz.

Primeiro, é porque a ciência é uma atividade baseada em incertezas. Hipóteses são testadas, resultados podem divergir, análises estatísticas podem ser interpretadas de diferentes formas. Erros metodológicos ou discordâncias entre grupos não podem ser tratados como crimes. O risco é criminalizar a própria prática científica, inibindo a inovação e a criatividade.

Segundo, é porque o Brasil já possui mecanismos – acredito eu – robustos de fiscalização e punição. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), é o órgão responsável por avaliar os aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Formada por especialistas de diferentes áreas, incluindo usuários, a Conep elabora e atualiza normas de proteção aos participantes de pesquisa e coordena o sistema CEP/Conep, o qual reúne comitês locais, pesquisadores, instituições de ensino e centros de pesquisa em todo o país. No sistema, os Comitês de Ética em Pesquisa, que são os CEPs, analisam estudos de baixa e média complexidade, funcionando como porta de entrada para qualquer projeto com seres humanos. Já a Conep examina pesquisas de maior complexidade ou em áreas sensíveis, como genética, reprodução humana, povos indígenas e cooperação internacional, além de projetos do próprio Ministério da Saúde. Protocolos que exigem essa avaliação são encaminhados pelos CEPs para a instância nacional. Para ser considerada ética, a pesquisa deve respeitar a dignidade e a autonomia dos participantes, reconhecendo sua vulnerabilidade; equilibrar riscos e benefícios, priorizando a minimização de danos; prevenir prejuízos previsíveis; e demonstrar relevância social, garantindo que o conhecimento produzido tenha valor humano e coletivo.

Ainda, a Lei Arouca refere-se à Lei nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, que regula no Brasil o uso científico de animais em atividades de ensino e pesquisa, estabelecendo o Conselho Nacional de

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Controle de Experimentação Animal (Concea) e as Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs), que fiscalizam a aplicação de normas éticas e o bem-estar animal, além de promover a utilização de métodos alternativos sempre que possível. O sistema estabelece normas para a criação, manutenção e utilização de animais em laboratórios, exige a adoção dos princípios dos 3Rs (que vêm do inglês), reduzir, refinar e substituir (em português), e credencia as Comissões de Ética no Uso de Animais (CEUAs), responsáveis por avaliar e aprovar projetos em nível institucional. Dessa forma, busca equilibrar o avanço da ciência e da inovação com a proteção do bem-estar animal, promovendo práticas mais responsáveis, transparentes e alinhadas aos padrões internacionais.

Assim, no nosso entender, os sistemas CEP/Conep, CEUAs/Concea, os comitês de ética em pesquisa, as agências de fomento, as universidades, os hospitais e demais ICTs aplicam sanções que vão desde advertências até a cassação de financiamentos e desligamento de pesquisadores. Esses instrumentos administrativos, na nossa opinião, são mais proporcionais e eficazes. Criar sanções penais gera sobreposição, insegurança jurídica e risco de punições arbitrárias.

Terceiro, é preciso lembrar que a Constituição Federal protege a liberdade acadêmica. O art. 207 assegura a autonomia universitária, e o art. 218 garante prioridade à pesquisa científica, com o texto da Emenda Constitucional 85, de 2015, que explicita que o Estado deve promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a inovação. Ele prioriza a pesquisa científica básica em prol do bem público, a pesquisa tecnológica voltada para os problemas brasileiros e o desenvolvimento do sistema produtivo, além de apoiar a formação de recursos humanos nessas áreas. Criminalizar condutas científicas ameaça esses princípios, podendo gerar autocensura, afastar jovens pesquisadores e dificultar colaborações internacionais.

O projeto, no nosso entender, também fere o princípio da proporcionalidade. Práticas como "usar inadequadamente dados estatísticos" ou "apresentar seletivamente resultados" podem decorrer de má-fé, mas também de erros técnicos ou de interpretações divergentes. Transformá-las em crime de reclusão é um excesso, no nosso entender, que não se observa nem em países com tradição de controle rigoroso da integridade científica.

O que precisamos não é de prisão para cientistas, mas, sim, de fortalecimento institucional. Propomos que avancemos em medidas como: ampliar a capacidade e os recursos da Conep e dos comitês de ética; tornar obrigatória a formação em integridade científica em todos os níveis da educação, educação básica, ensino médio, graduação, pós-graduação; criar repositórios nacionais de dados para aumentar a transparência; incentivar boas práticas com programas de integridade e auditorias regulares.

Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, não se trata de relativizar a gravidade da má conduta científica, mas de encontrar o caminho correto para combatê-la. O direito penal deve ser reservado a situações extremas de dolo e dano comprovado. Para os demais casos, os mecanismos já existentes são suficientes, desde que fortalecidos.

A ciência brasileira vive um momento crucial, recuperando investimentos, buscando atrair talentos e aumentando sua presença internacional. Aprovar um projeto que criminaliza a pesquisa significará, no nosso entender, seguir na direção oposta, instalando o medo e a desconfiança dentro da própria comunidade científica.

Por isso, manifesto nossa posição contrária ao PL 330, de 2022, e recomendo que esta Casa busque alternativas que preservem a integridade sem comprometer a liberdade acadêmica e o avanço da ciência no Brasil.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós é que agradecemos, Sra. Renata, pelos esclarecimentos... Helena, desculpe. Helena Bonciani Nader. Agradecemos pela precisão dos seus argumentos, pelas apresentações de todo o respaldo legal, administrativo também, que já existe na preservação da ética na ciência e na pesquisa.

Vamos voltar à mesa. Nós distribuímos...

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (*Por videoconferência.*) – Se a senhora permitir, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (*Por videoconferência.*) – ... o texto vai ser encaminhado para vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Ótimo. Agradeço muito. Na minha condição de Relatora, será ótimo.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (*Por videoconferência.*) – Muito obrigada à senhora por ter feito esta audiência pública muito relevante.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também pela presença.

A SRA. HELENA BONCIANI NADER (*Por videoconferência.*) – Peço desculpa aos demais, mas vou me retirar para outra reunião.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vamos dar sequência, pela ordem de chamada, já informando aos nossos queridos convidados e convidadas que a assessoria distribuiu as perguntas que chegaram pelo e-Cidadania. Se alguém quiser incorporar alguma dessas questões nas suas falas, fiquem à vontade.

Passo a palavra agora para o Sr. Osvaldo Luiz Leal de Moraes, Secretário de Políticas e Programas Estratégicos substituto do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O SR. OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES (Para expor.) – Bom dia, colegas. Bom dia, Senadora. Bom dia, pessoas presentes aqui.

Bem, depois da manifestação da Presidente da Academia Brasileira de Ciências, a Helena, fica, digamos assim, mais fácil a nossa manifestação.

Eu gostaria, antes de fazer alguns comentários sobre o porquê a ética em pesquisa é importante, de fazer uma pequena reflexão sobre um livro que eu uso sempre como um livro de cabeceira que é *O mundo assombrado pelos demônios*, do Carl Sagan. Nesse livro, ele faz uma defesa intransigente da ciência, e uma das coisas que ele coloca no livro é qual foi a maior contribuição que a ciência deu para a humanidade. Nós podemos pegar diferentes exemplos, e, talvez, a área da saúde seja uma das áreas pelas quais o avanço da ciência propiciou que, hoje, nós estejamos nos aproximando de uma vida quase centenária. No século XVII, a pessoa mais importante do planeta, que era a Rainha da Inglaterra, teve 11 filhos, e apenas um dele passou de dois anos de idade – hoje em dia, isso é quase que impensável, não é? Mas qual foi a maior contribuição que a ciência deu para a humanidade, de acordo com Carl Sagan? E eu uso daquilo que o Caetano Veloso diz que é a cultura generalizada de que as pessoas se apropriam como se fosse delas, porque alguém foi mais brilhante em colocar inicialmente. A contribuição mais importante que a ciência deu para a humanidade foi o método científico. Por que é que o método científico é importante? Porque o método científico permite nós diferenciarmos quem é charlatão de

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quem usa um procedimento padrão para poder fazer as afirmações que faz. E isso tem muito a ver com esta audiência de hoje.

E, muitas vezes, não é o cientista que é o responsável pelo mau uso da informação. Ontem, na Assembleia Geral das Nações Unidas, nós vimos uma pessoa defender que as mudanças climáticas são um charlatanismo. Nós tivemos, durante a pandemia, a defesa da cloroquina. Muitas vezes, quem faz inapropriadamente o uso da informação científica talvez tenha que ser mais responsabilizado do que o próprio cientista.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que a ética em ciência é importante. Não se discute quanto a isso.

E eu lembro que, quando eu estava fazendo meu doutorado, o meu orientador dizia para mim uma coisa muito simples: "Lembre-se de que, quando você for escrever a sua tese, ela tem que ser tão clara que, daqui a 40 anos, quando você não estiver presente para falar sobre o que você escreveu, quem ler vai ter que entender o que você escreveu, e quem fizer uso dos mesmos dados que você usou vai ter que chegar ao mesmo resultado". Todos nós aprendemos, ao longo de nossa vida de formação para sermos pesquisadores, a seguir algumas coisas que são muito caras para quem é cientista.

Eu vou fazer algumas considerações rapidamente aqui, considerando meu tempo, não é?

Há várias razões pelas quais é importante aderir às normas éticas em pesquisas.

Primeiro: as normas promovem os objetivos da pesquisa, como conhecimento, verdade e prevenção de erros. Por exemplo: proibições contra fabricar, falsificar ou deturpar dados de pesquisas promovem a verdade e minimizam erros.

Em segundo lugar, como a pesquisa frequentemente envolve muita cooperação e coordenação entre muitas pessoas diferentes, em diferentes disciplinas e instituições, os padrões éticos promovem os valores essenciais ao trabalho colaborativo, como confiança, responsabilidade, respeito mútuo e justiça.

Em terceiro lugar, muitas das normas éticas ajudam a garantir que os pesquisadores possam ser responsabilizados perante o público. Por exemplo, políticas federais sobre má conduta em pesquisa, conflitos de interesse, proteção de seres humanos e cuidados e uso de animais são necessárias para garantir que pesquisadores financiados com recursos públicos possam ser responsabilizados perante o público.

Em quarto lugar, as normas éticas em pesquisas também ajudam a construir apoio público para a pesquisa. As pessoas têm maior probabilidade de financiar um projeto de pesquisa se puderem confiar na qualidade e integridade da pesquisa.

E uma última questão é que muitas das normas de pesquisa promovem uma variedade de outros valores sociais e morais importantes, como responsabilidade social, direitos humanos, bem-estar animal, cumprimento da lei e saúde e segurança pública.

Falhas éticas em pesquisas podem causar danos significativos em seres humanos e animais. Por exemplo, pesquisador que fabrica dados em um ensaio clínico pode causar danos ou até mesmo a morte de pacientes. E um pesquisador que não cumpre os regulamentos e diretrizes relativos à radiação, por exemplo, pode colocar em risco a sua própria saúde.

Assim, há valores que, para nós pesquisadores, são importantíssimos.

A questão de honestidade. O que é honestidade para nós? Honestidade significa: relate dados, resultados, métodos e procedimentos e um *status* de publicação que não engane colegas, patrocinadores de pesquisas ou o público.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que ser objetivos, não é? Buscar evitar vieses em delineamentos experimentais, análise de dados, interpretação de dados que facilitem a revisão por pares.

Outra questão importantíssima para nós é o cuidado. O que é cuidado para um cientista? Evitar erros e negligência.

Nós temos que examinar cuidadosamente e criteriosamente o nosso próprio trabalho para podermos avaliar o trabalho dos pares.

Nós temos que manter bons registros de como nós fazemos pesquisas, como os dados são armazenados, como os dados são compartilhados.

Outra questão importantíssima é a abertura. O que significa abertura? Os dados que eu coleto não são meus, nós temos que compartilhar dados, nós temos que compartilhar ideias, ferramentas, recursos. Nós temos que estar abertos a ouvir críticas, nós temos que ser transparentes, nós temos que divulgar como a gente faz a nossa pesquisa, quais são as nossas premissas, quais são as nossas análises.

E responsabilidade. Nós temos que assumir as nossas responsabilidades na participação de pesquisa e temos que estar preparados para prestar contas.

Quando a Capes ou o CNPq, por exemplo, financia a nossa pesquisa e nos pede os relatórios, é exatamente isso que está pedindo. Quando eu faço um relatório para a Capes ou para o CNPq, eu não estou apenas cumprindo a regra do jogo, eu estou tentando demonstrar como eu fiz a minha pesquisa, qual foi a transparência que eu usei, quais foram os dados que eu usei. E muitas vezes os pesquisadores são negligentes com isso, mas nós não podemos esquecer que nós somos financiados no Brasil, principalmente, com recursos públicos. Então, ser transparente, ser responsável com os recursos que nos financiam é essencial.

A ética é alguma coisa intrínseca para nós, mas isso não significa que nós não tenhamos também pessoas que se passam por cientistas e que não tenham o cuidado que a imensa maioria dos cientistas tem.

Por isso, eu acho que a este projeto de lei a que a Academia Brasileira de Ciências expõe de uma maneira muito clara a sua contrariedade... De alguma maneira, nós cientistas temos que estar sempre atentos para essas questões de normas e de ética.

Muito obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. A cada intervenção a gente vai juntando a realidade do que já se faz com a pesquisa e com o cuidado ético.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Olival Freire Junior, Presidente substituto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Em seguida, vamos ouvir a Capes.

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR (Para expor.) – Senadora Teresa Leitão, me permita inicialmente estender a saudação ao autor da proposta, o Senador Mecias de Jesus, que não está aqui presente, também ao Relator, o Senador Hamilton Mourão, e ao próprio Presidente da Comissão, a CCT, o Senador Arns, pela importante iniciativa desta audiência e, eu diria, a importante iniciativa de se preocupar com a legislação que diga respeito à conduta ética e à integridade na produção da pesquisa. Então, eu inicialmente queria saudar a iniciativa do Senado.

E eu creio que, nesse sentido, essas iniciativas estão dentro de uma tradição importante, eu diria, historicamente. Nós sabemos que a ciência moderna, quando se afirma, particularmente na obra do Galileu, aqui reportado pelo colega Osvaldo, um valor absolutamente fundamental era a autonomia da

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comunidade científica. Eu diria que naquela altura não havia uma preocupação com controles éticos da comunidade científica, porque tratava-se da emergência de uma forma de saber, uma forma de cultura que conflitava com outras formas estabelecidas e sancionadas na sociedade. De fato, a pesquisa, por exemplo, com a busca pela limitação, pelo controle, por exemplo, na vivissecção de animais em pesquisa... Isso é algo que emerge na metade do século XIX por iniciativa do Parlamento britânico. Então, nesse sentido, eu acho que o Senado, eu diria, está em boa companhia ao se preocupar com essa medida.

Quero dizer também... E, se eu citei aqui o exemplo do Galileu, foi porque – àquela altura, havia a preocupação da autonomia diante do saber científico, diante de uma outra forma de saber que era a teologia – essa ênfase da autonomia era datada historicamente, aquilo era a emergência de uma forma de saber, uma forma de cultura no século XVII. Com o passar do tempo, a própria comunidade científica aprimorou suas preocupações buscando combinar a defesa da autonomia com a adoção de procedimentos éticos.

E eu cito já, apenas a título de exemplo, duas situações, no século XX, que foram iniciativas da comunidade científica para restrição ao modo como a pesquisa científica deveria ser conduzida. O episódio mais famoso é da década de 70, quando o avanço nos métodos de manipulação genética gerou uma preocupação na comunidade científica e uma declaração de moratória adotada pela própria comunidade científica, moratória quanto ao avanço dessas pesquisas, enquanto a sociedade preparava normas éticas para a condução dessas pesquisas. Todos aqui devem se lembrar do nome Antinori, um médico italiano que – para escapar desse controle social sobre a pesquisa – realizou pesquisas, por exemplo, em ilhas no Mediterrâneo, coisas desse tipo. Nós temos um antecedente também importante na fissão nuclear, quando foram percebidos e descobertos os impactos que ela poderia trazer na produção de armas. Foi a atitude dos cientistas – não do conjunto dos cientistas, mas os cientistas que estavam alinhados com as potências aliadas – de também proceder a uma moratória na publicação de dados científicos, naquele momento, para evitar que os cientistas que estavam trabalhando para as potências do Eixo pudessem se beneficiar daquela produção de conhecimento.

Eu estou colocando esses elementos para dizer que não é nenhuma novidade que a própria comunidade científica e a própria sociedade, representada pelos seus órgãos legislativos, se preocupem com a questão dos procedimentos éticos e procedimentos de integridade, mesmo porque esses procedimentos têm evoluído historicamente.

Agora, falando pelo CNPq, eu cito como exemplo que, em 2024, nós estabelecemos, criamos um código de conduta ética, de procedimentos éticos, para os processos de avaliação de projetos de pesquisa que eram submetidos ao CNPq. Se nós criamos isso em 2024, é porque antes isso não era considerado necessário. Dez anos antes, em 2012, foi quando o CNPq criou a Comissão de Integridade na Atividade Científica. Então, portanto, antes não era absolutamente necessário. Existe, portanto, uma evolução, um amadurecimento da sociedade, da comunidade científica quanto a quais são os padrões, quais são as condutas aceitáveis ou não aceitáveis.

Dito tudo isso, eu creio que o problema com este projeto de lei se restringe a uma discussão de outra natureza. Eu diria que é... E aqui eu vou muito na linha do que a Profa. Helena Nader aqui nos apresentou. Nem todo remédio... As pessoas que trabalham em geral com a sociedade sabem. Nem todo medicamento é remédio, ou seja, tudo depende, pode ser medicamento, pode ser veneno, dependendo da dose, dependendo das circunstâncias. Toda essa discussão hoje na sociedade brasileira sobre dosimetria também mostra isso. O problema é saber se este projeto de lei, como está redigido,

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ajuda, se ele vai nessa direção do aprimoramento ou se ele tem limitações. E aí as limitações já foram, na nossa apreciação, bem apresentadas pela Profa. Helena Nader. Permitam-me aqui só acrescentar um ou outro elemento.

Particularmente, a referência, por exemplo, à má-fé na seletividade do tratamento estatístico... E, de novo, a Profa. Helena Nader já fez referência a isso, mas eu queria enfatizar. Aqui, o conceito de má-fé não tem como ser materializado no momento da eventual judicialização. Portanto, se adotarmos esse conceito do que é má-fé, como distinguir a má-fé do erro, erro que é inerente à atividade científica, nós estaremos abrindo um espaço para uma excessiva judicialização da atividade científica.

Há referência também a métodos, e aqui me permita discordar um pouco do meu colega Osvaldo. Eu tenho muita identidade com a ideia de que a ciência tem métodos, no plural, porque o método da antropologia não pode ser o mesmo método de um laboratório, de ciências biomédicas. E como que você vai... Vejam nós aprendemos muito sobre a nossa condição humana graças à antropologia. Todo mundo conhece aqui a frase da Margaret Mead que diz que o primeiro traço de humanidade que os arqueólogos identificaram é um osso curado, porque é aquele momento em que seres humanos, em vez de deixarem para trás aquele que teve um fragmento, cuidaram dele e o alimentaram, milhares de anos atrás. É evidente que esse tipo de método é diferente, digamos assim, de um método estatístico num ensaio clínico. Portanto, há dificuldade aqui de utilizar termos genéricos como estão aqui. Por exemplo: violar protocolos de pesquisa... Quais são os protocolos? Se existem métodos, existem protocolos no plural. E, portanto, esta legislação, se aprovada nesses termos, vai abrir um espaço para uma excessiva judicialização da atividade científica e, portanto, pode se converter no oposto do que o legislador teve como intenção. Em vez de resguardar a sociedade e a atividade científica...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OLIVAL FREIRE JUNIOR – ... nós poderemos ter um efeito contrário: um efeito de freio à atividade científica.

Em nome do CNPq, eu gostaria, por final, de dizer que, nos termos em que a proposição está feita, ela não nos parece adequada, mas, pelo espírito que presidiu a proposição, o Senado deveria encontrar, com apoio das entidades, formas de valorizar, eu diria assim, a educação e o valor da ética e da integridade na produção científica. Aqui, sim, nós temos limitações. Eu diria que nossas instituições de pesquisa, nossas agências, nossas universidades não têm feito um trabalho de educação desde os primeiros momentos em que a pessoa começa uma atividade de iniciação científica para que ela aprenda que o domínio da técnica que ela utiliza no é tão importante quanto a preocupação com padrões éticos. Então, certamente, uma atividade educativa é de extrema importância, mas volto a dizer – é a opinião do CNPq – que, nos termos em que a proposta está feita, ela cria mais problemas do que resolve.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sr. Olival, representante do CNPq, que deve ter avaliado também muitos projetos que lá chegam, conforme foi colocado pelo Sr. Osvaldo.

Passo a palavra agora para a Profa. Denise Pires, Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora Teresa Leitão. Eu a parabenizo pela organização desta audiência pública da maior relevância para discutir um projeto de

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

lei, o Projeto de Lei 330, de 2022 – que aguarda votação no Plenário do Senado –, tornando crime a má conduta científica que atenta contra a integridade científica.

Inicialmente, eu gostaria de falar não como Presidente da Capes, mas como cientista que sou desde a época da minha iniciação científica, quando fui treinada nos laboratórios da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e digo que, quando defendi a minha tese em 1994, o Brasil não tinha ainda as instituições que tem hoje.

Quero agradecer o posicionamento da Profa. Helena Nader, a primeira mulher a assumir a cadeira da Presidência da Academia Brasileira de Ciências, que merece todo o nosso respeito por toda a sua atuação como uma cientista de renome não apenas nacional, mas também internacional. Faço minhas as palavras da Profa. Helena Nader e também as dos meus colegas Prof. Osvaldo e Prof. Olival.

Como cientistas, nós sabemos que somos humanos, e toda atividade humana é falível – não temos dúvida disso –, mas precisamos tomar muito cuidado com um projeto de lei ou uma lei que tenta ou tentará criminalizar a atividade científica por pessoas que nem sequer cientistas são. E nós sabemos – nós todos que somos cientistas – que, com a redemocratização do nosso país a partir de 1985, 1986, várias instituições foram criadas, fortalecidas, e a democracia tem feito com que o Brasil avance muito no sentido daquilo que o mundo todo vinha fazendo há muito tempo.

Para falar especificamente da motivação, da justificação para este projeto de lei, que é a questão ligada a projetos de pesquisa com seres humanos, eu gostaria de lembrar que existe a Declaração de Helsinque, que data de 1964. Essa declaração, a qual o Brasil atende, define princípios éticos para a pesquisa médica envolvendo seres humanos, como eu disse, desde 1964. Ela vem sendo ratificada – a última, se não me engano, foi em 2013 – através de conferências de associações médicas mundiais, e o Brasil faz parte dessa associação.

Nós temos um sistema com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa(Conep), que é diretamente ligado ao Conselho Nacional de Educação, e nós o chamamos de sistema CEP/Conep, que foi instituído há quase 30 anos no nosso país e que vem trabalhando com muita seriedade e fazendo com que a pesquisa na área clínica tenha avançado muito, de forma que o Brasil hoje é um país que é o 13º, 14º produtor de ciência no mundo.

A área na qual o Brasil mais produz é a área da saúde. Entre as produções científicas nacionais com empresas, a chamada inovação, a interação da pesquisa com as empresas, entre as dez empresas com as quais os pesquisadores brasileiros mais produzem, oito delas são indústrias farmacêuticas multinacionais, obviamente, através de estudos clínicos, que não teriam sido publicados, que não estariam fazendo o Brasil brilhar nessa área do mundo se não fossem feitos de maneira muito criteriosa e baseada nos princípios da integridade em pesquisa.

Por falar em integridade em pesquisa – porque o projeto de lei trata disso –, eu não sei se os Senadores e as Senadoras conhecem, mas nós, há muitos anos, participamos de congressos sobre integridade em pesquisa. O último deles foi realizado em dezembro de 2024: o VII Brispe. Não é a primeira vez que o Brasil discute essa questão.

Eu vou falar um pouco agora de como a Capes se envolve nessa questão. É absolutamente necessário, porque a maior parte da produção científica parte dos programas de pós-graduação, das teses e dissertações que sempre têm a análise das CEUAs, quando estão envolvidas pesquisas em animais de experimentação, como bem ressaltou nossa Presidente da Academia Brasileira de Ciências. Então, há o sistema CEP/Conep, CEUAs, todos os comitês de ética em pesquisa que existem nas nossas

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

universidades, que existem nas pró-reitorias de pesquisa e de pós-graduação, que existem nas unidades de pesquisa do nosso país.

Eu enviei uma carta aos organizadores do VII Brispe, no ano passado, como Presidente, e eu vou ler o início dessa carta:

> 1. A CAPES foi uma das principais apoiadoras da 4ª Conferência Mundial sobre Integridade em Pesquisa [...], realizada [...] em 2015.
>
> 2. O Brasil ocupa hoje uma posição destacada [e ressalto que isso ocorre após a redemocratização do nosso país], em termos de ações e políticas educacionais para fomentar uma cultura de integridade científica no cenário regional da América Latina e mundial. Além disso, a CAPES, em consonância com o CNPq, [...] [as fundações de amparo à pesquisa dos estados] e outras agências de fomento internacionais [assim como indústrias, como a indústria farmacêutica, que eu já exemplifiquei], tem a convicção de que a qualidade da pesquisa está diretamente conectada à integridade na sua proposição, execução, comunicação e revisão. Anteriormente à organização da conferência mundial, em 2013, o Brasil, por meio do CNPq, e a Alemanha, por meio da Fundação Alemã para a Pesquisa (DFG), lideraram a organização do Global Research Council, [...] [realizado] em Berlim, tendo a integridade em pesquisa como tema catalisador das discussões e acordos firmados.

Por isso tudo que eu ressaltei até agora, foi surpreendente que, no nosso país, durante a pandemia, nós tivéssemos pessoas que preconizavam o uso não simplesmente de medicamentos *off-label*, mas que preconizavam o uso de medicamentos sem escutar a comunidade científica brasileira. O Prof. Osvaldo citou a cloroquina; ele poderia ter citado a ivermectina ou a nitazoxanida ou qualquer outro medicamento que não estava indicado para o tratamento para virose respiratória. Mais do que isso, não perguntaram aos cientistas, porque, se há uma coisa que cientista sabe fazer com base no método científico é elaborar as perguntas, é observar. Com relação à cloroquina, como cientista – eu disse que inicialmente falaria como cientista –, perguntei a uma amiga especialista que usa cloroquina nos seus pacientes cronicamente, e a minha pergunta científica foi: os seus pacientes que usam cloroquina diariamente, uso crônico, estão sendo acometidos pela covid-19? E a resposta dela foi "sim". Imediatamente, obviamente, não haveria nenhuma indicação para o uso da cloroquina, a não ser por interesses particulares, interesses de que nós não sabemos definitivamente os motivos.

Mas a metodologia científica serve para isto, para que as falhas humanas sejam mitigadas, para que nós...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DENISE PIRES DE CARVALHO – ... quando escutamos especialistas, quando escutamos aqueles que são os cientistas, baseados em evidências científicas, na metodologia científica iniciada por Francis Bacon lá no século XVI... Ressalto o século XVI, porque foi após a Idade Média, na época do Renascimento, quando o mundo sai daquele período de trevas, inquisição e perseguição dos cientistas. Preocupa-me muito um projeto de lei que criminaliza os cientistas e a ciência em um país que é referência mundial em integridade científica, que nós possamos ter aqui exemplos de perseguição de cientistas como aquela perseguição feita ao Galileu Galilei.

Galileu Galilei – já citado aqui – foi perseguido. Ele foi na verdade perseguido e preso. Galileu Galilei foi preso porque defendia que a Terra girava em torno do Sol, defendia o heliocentrismo, mas

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós vimos uma parte da sociedade brasileira, aquela que não conhece o método científico, aquela que não conhece a história da ciência, recentemente ainda questionar se a Terra é ou não redonda.

Portanto, eu termino a minha fala dizendo que a Capes, assim como o CNPq, o sistema CEP/Conep, todas as comissões de ética em pesquisa, a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Sociedade Brasileira de Bioética, todos os organizadores dos congressos de integridade em pesquisa no Brasil, estamos todos de parabéns. A sociedade científica brasileira avançou muito nas últimas décadas e nós somos referência em várias áreas para o mundo. Que continuemos assim, entre os melhores cientistas do mundo, e que o Brasil possa avançar cada vez mais com critérios éticos e de integridade.

Eu queria, por último, parabenizar as perguntas que foram feitas aqui através do e-Cidadania e dizer especificamente para o Nicolas, do Rio Grande do Sul, que pergunta: "Como podemos criminalizar a má conduta cientifica sem ameaçar a liberdade de pesquisas? Como tomar medidas legais que não sejam arbitrárias?". Eu respondo ao Nicolas que a história nos mostra ser impossível que haja cada vez mais estruturação de comissões de ética em pesquisa, como o Sistema CEP/Conep, que deve ser fortalecido.

E eu conclamo, por último, Senadora, demais autoridades aqui presentes, toda a sociedade brasileira – toda a sociedade –, que estude a história da ciência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Profa. Denise, em especial pelo seu resgate histórico, indo ao Renascimento, e nos mostrando como temos ainda o que defender e o que afirmar.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Renata Aquino, Decana de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília, e, em seguida, para a Márcia Teixeira, de forma remota, representante da Fiocruz.

A SRA. RENATA AQUINO (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas.

Muito obrigada pelo convite, em nome da Universidade de Brasília. Gostaria de cumprimentar a Senadora Teresa pela iniciativa de conseguir, com o Senador Flávio, esta audiência extremamente importante.

Coloco inicialmente uma das realidades da questão da pesquisa e do resultado científico, que é a análise dos pares e o uso do método científico. E uma das coisas mais importantes nesse processo é que a gente trabalha a partir dessa ciência, que conversa entre os cientistas muitas vezes de maneira aberta, e, a partir dessa conversa, nós conseguimos avançar nas conclusões. Esta manhã é um exemplo. Nós temos um acumulado de argumentos, de referências, que vêm nesse contexto do olhar do método científico, uma convergência de argumentos que, ao serem somados, vai fazer esse embasamento possível a esta Comissão de tomar uma decisão confortável, conclusiva, sobre o PL. Mais do que isso, nós vemos a convergência de argumentos a partir de diferentes olhares ou propostas metodológicas de abordagem para o problema, o que é importante na ciência e que está no cerne da existência do método.

Eu gostaria de começar dizendo da nossa preocupação com o PL, é um PL que, ao nosso olhar, criminaliza, cria o crime do cientista, em vez de olhar para todos os mecanismos e todos os processos de acompanhamento da ética na pesquisa e no fortalecimento desses mecanismos. A gente coloca... É bom lembrar que a motivação colocada para o PL é o caso da proxalutamida, que foi utilizada em testes no Amazonas e resultou em mais de 200 mortes, e quero dizer que nós só conhecemos esse resultado

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pelo correto funcionamento do Sistema CEP/Conep, que identificou, denunciou e gerou os mecanismos de acompanhamento e punição, então, mostrando a fortaleza do mecanismo de autorregulação da ciência já instalado e que conta com o Sistema CEP/Conep, com as comissões de ética do CNPq e da Capes, com os mecanismos de avaliação, de cumprimento do objeto e acompanhamento em todas as universidades.

Nós, na Universidade de Brasília, temos cinco CEPs instalados, com essa atuação. Nós temos uma Comissão de Ética no Uso de Animais instalada e apoiada. O mecanismo precisa muito mais de um olhar de fortalecimento e apoio.

Hoje, o sistema CEP/Conep está em discussão na Câmara. Existem tentativas de mudança, de enfraquecimento dos mecanismos de acompanhamento dessa ética, via desconstrução do mecanismo CEP/Conep, que talvez seja o mais importante, como um olhar para esta Casa. Mais do que isso, a autorregulação da pesquisa trabalha com mecanismos somatórios, do ponto de vista estatístico.

Nós temos o sistema CEP/Conep que tem característica administrativa e jurídica. Nós temos todos os mecanismos de avaliação por pares, que é acadêmica, que identifica as fraudes, que aponta. Foi possível, a partir do mecanismo de identificação por pares, identificar o caso de um pesquisador que teve 34 artigos retratados, despublicados, respondeu a processo e foi exonerado do serviço público. Existem os mecanismos de retratação de artigos que são levados, publicamente, para toda a sociedade da pesquisa.

As instâncias administrativas têm processos disciplinares instalados, mas, principalmente, nós trabalhamos continuamente para a formação ética dos estudantes, para a formação desde do Pibic, desde a iniciação científica.

Eu também. Na minha iniciação científica, o meu orientador: "Se você escreveu, qualquer um precisa pegar a sua tese e ser capaz de reproduzir o todo e encontrar o mesmo resultado". Essa é a premissa, desde o ano 2003, quando eu defendi a minha tese, em cotutela com a Universidade Pierre e Marie Curie. A minha orientadora foi muito rígida também nisso. E isso é muito importante e previne. Nessa formação você trabalha o lado positivo de que a ciência vai contribuir para formar uma sociedade capaz de fazer, de fazer a reflexão e de saber quando ela deve aceitar um medicamento *off label*, quando ela deve usar o chá de limão para deixar básico o sangue, num erro científico básico. Então, é muito importante a valorização da formação em ética dentro das universidades e o reforço desses mecanismos que já temos, que fazem com que a gente tenha uma pesquisa autorregulada.

Mais ainda... Eu vou pegar aqui a lista de algumas preocupações. Primeiro, a gente vê uma certa redundância perigosa no projeto. Já existem – na nossa Constituição Cidadã, no nosso arcabouço legal – mecanismos legais instalados para averiguações criminais quando da má conduta profissional, em qualquer área de atuação. Nós não precisamos de uma lei específica para o crime do cientista. Nós precisamos de reforço aos mecanismos de acompanhamento de ética em pesquisa. Mais do que isso, nos preocupa a subjetividade e a seletividade de alguns termos, como a ideia de apresentação seletiva, o uso inadequado de dados estatísticos... Porque isso pode confundir o erro científico, que é genuíno, que faz parte, com uma fraude deliberada. Mas ainda temos preocupação com o caráter ideológico do entendimento do que é uma pesquisa, a interpretação arbitrária.

O medo dessa criminalização pode nos fazer regredir no que diz respeito ao caráter inovador das nossas pesquisas.

Ontem, ou esta semana, saiu o resultado da Wipo, da OCDE, do *ranking* global de inovação, e o Brasil, nos últimos dez anos, subiu da posição 66 mundial para a posição 52.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Somos referência em inovação, principalmente em pesquisa de saúde, como a própria professora Denise já vem destacando. Muita dessa pesquisa, utilizando, inclusive, a biodiversidade brasileira, as possibilidades de interação com essa capacidade, com esse patrimônio.

Então, trazer uma ciência que não vai inovar, criminalizando, é um problema e é uma posição muito difícil para a ciência.

Mas, de modo final, estou olhando ali, tenho um minuto e meio apenas, a percepção é de que esse PL precisa ser efetivamente rejeitado. Temos que reafirmar o compromisso com a ciência livre, autônoma, autorregulada, capaz de se desenvolver em bases éticas e de confiança mútua, e como capaz de gerar progresso científico, defendendo a inovação no Brasil, mas, principalmente, que esta Câmara encontre mecanismos de apoio e reforço aos instrumentos já existentes, e estruturação, porque o sistema CEP/Conep precisa de apoio, precisa de estrutura e precisa ser valorizado e reconhecido.

Mais do que isso, a gente tem muita preocupação com segurança jurídica, e com possibilidade do espaço da perseguição ideológica aos resultados ou aos temas de pesquisa.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RENATA AQUINO – Mas, destacando que o acumulado desta mesa, é a ideia de que a ciência brasileira, sobretudo, funciona muito bem, inova, tem mecanismos de autorregulação robustos, e pode contribuir para que tenhamos mais visibilidade.

Obrigada, gente.

Desculpa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada.

Muito obrigada, Profa. Renata.

Esclarecimentos também muito nítidos.

Quero anunciar a presença aqui, na nossa audiência pública, de Tiago Emmanuel Braga, Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Seja muito bem-vindo.

Vou passar a palavra agora para a Sra. Márcia Teixeira, de forma remota, Vice-Presidenta adjunta de Pesquisa e Coleções Biológicas da Fundação Oswaldo Cruz.

Em seguida, já na mesa, pelo rodízio que nós fizemos, Samuel Goldenberg, Diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Então, vamos conectar, Dra. Márcia Teixeira, para a sua apresentação, de maneira remota.

A SRA. MÁRCIA TEIXEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e todas que nos acompanham presencialmente na sala do Senado e a todos aqueles que nos assistem através da transmissão remota.

Eu também gostaria de parabenizar a Senadora Teresa Leitão pela oportunidade de termos esta audiência pública em torno de um tema tão relevante e, na figura da Dra. Denise Pires, que nos antecedeu, quero saudar todos aqueles que estão convidados e que farão uma contribuição aos trabalhos da Comissão. Eu faço também uma saudação especial à Dra. Helena Nader, que é bastante importante não só na trajetória e na história do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, mas pela qual a Fundação Oswaldo Cruz, que represento nesta sessão, tem um apreço bastante profundo.

Eu vou compartilhar agora a minha apresentação. (*Pausa.*)

Ela já está no modo de apresentação? Se não, descompartilho.

Vocês me ouvem e assistem? Posso começar? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Agora ajustou.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MÁRCIA TEIXEIRA (*Por videoconferência.*) – Eu vou começar a passar a apresentação. Vocês estão assistindo adequadamente? Porque eu parei de vê-los infelizmente, mas vou começar a apresentação.

Bem, antes de começar a apresentação, eu gostaria de deixar claro que a Fundação Oswaldo Cruz, a exemplo de outras instituições que me antecederam, manifesta-se contrária à aprovação do PL, por uma série de motivos que já foram apresentados sobretudo pela Dra. Helena Nader e pela Dra. Denise Pires, mais por algumas outras razões e argumentos que eu espero poder discorrer na minha apresentação.

Eu vou perguntar novamente: vocês estão vendo bem a apresentação? (*Pausa.*)

Acho que o primeiro ponto que eu gostaria de salientar é traçar um painel bastante sucinto das atividades da Fiocruz que têm uma relação imediata com o sistema de integridade e de garantia da ética na pesquisa. Então, a Fiocruz tem um número bastante elevado, desde a década de 90 e em pleno processo de crescimento, de pós-graduações *stricto* e *lato sensu*, mestrados e doutorados acadêmicos e profissionais. Temos um número bastante expressivo de projetos de pesquisa aprovado e também de cooperações internacionais e grupos de pesquisa. Um pouco mais à frente, voltarei a chamar atenção para os instrumentos de cooperação e para o volume. Esses dados são de abril de 2025, e, na realidade, em relação à cooperação internacional, nós já temos um número bastante expressivo de acordos e, neste momento, em avaliação e possível assinatura. Eu acho que isso traduz em números e materializa o que nós estamos falando, em termos de atividades.

Gente, está tendo um pequeno problema aqui. Desculpe, não estou conseguindo passar aqui a apresentação. Acho que, enquanto resolvo aqui esse pequeno problema informático, eu vou falando.

Na realidade, desde o final dos anos 90, a Fiocruz, a exemplo de outras instituições de pesquisa, se dedicou à constituição de um aparato dedicado à integridade à pesquisa e também à ética em pesquisa, aparato esse que é ligado à Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas e à Vice-Presidência de Educação, que, como vocês viram, têm uma participação hoje bastante relevante.

Eu estou deixando um pouco de fora, obviamente, da minha fala toda a questão da produção, que é muito ligada e depende, na verdade, da pesquisa clínica e dos ensaios clínicos; estou me prendendo apenas a alguns aspectos.

Esse sistema, obviamente, embora tenha uma ligação com as Vice-Presidências, com as coordenações, tem a independência e a autonomia. Eu acho que é bastante importante frisar, embora a Dra. Denise já tenha dito isto: a preservação da independência e da autonomia, tanto dos CEPs, quanto do Fórum de CEPs, como da própria Comissão de Integridade em Pesquisa; autonomia e independência, que são necessárias para a concepção das suas atividades. É exatamente sobre isto que nós estamos discutindo: a independência e o fortalecimento desse aparato institucional, que já existe, a exemplo da Fiocruz, em todas as instituições, pelo menos as públicas de ensino e pesquisa nacionais.

Eu trouxe uma tela – e não vou me prender muito aos tecnicismos, mas acho importante complementar as falas dos que me sucederam – de que as Comissões de Ética e de Integridade, todas elas seguem um fluxo de investigação que pode ou não resultar na aplicação de sanções ou medidas apenas educativas que não só guardam relação com a legislação vigente, mas também guardam relação e uma reciprocidade com as próprias instituições internacionais e organismos internacionais que atuam tanto na garantia da integridade à pesquisa, quanto na ética. Então, é importante entendermos que já existe o fluxo e já existe um conjunto de sanções que são seguidas pelas instituições que possuem um

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sistema estabelecido de integridade e de ética da pesquisa – é o caso da Fiocruz, é o caso da UnB, é o caso da UFRJ, da Unicamp e de várias outras instituições públicas de pesquisa e ensino nacionais.

Eu trouxe esta tela, e não vou, evidentemente, ficar discorrendo sobre cada um desses sistemas, mas esta tela tem duas intencionalidades: a primeira intencionalidade é marcar que a Fiocruz mais uma grande parte das instituições públicas de pesquisa e ensino, sejam os institutos vinculados ao CNPq, sejam as universidades, possuem acordos de cooperação e colaboração, já de várias décadas, com instituições ligadas a esses países.

Todos esses países e regiões, no caso da União Europeia, possuem um sistema sólido de garantia da integridade e de ética em pesquisa. Todos eles também se caracterizam – essa é a segunda intencionalidade dessa tela – e se irmanam no fato de que a investigação de possíveis problemas no conhecimento científico produzido é investigada no interior do próprio sistema de integridade de ética na pesquisa. Acho isso bastante importante. E, no âmbito das cooperações internacionais que a Fiocruz e outras instituições brasileiras mantêm com instituições desses países, algo que deve ser observado é que há uma confiança das instituições internacionais no sistema de integridade e de ética na pesquisa.

Acho que isso é bastante importante, porque modificações do nosso marco legal ou alterações na forma como essas instituições trabalham nos seus fluxos, nos seus ritos podem, de fato, trazer uma quebra de confiança dessas instituições parceiras no nosso sistema e na nossa sistemática de apuração de possíveis problemas.

Eu trago agora, rapidamente, alguns elementos – vou passar rápido essa tela – que nós destacamos na apreciação do PL. São elementos que consideramos fundamentais, evidentemente, para a apuração de possíveis problemas em artigos ou em conhecimento científico produzido, mas a tela é para observar que todos eles já possuem o seu possível encaminhamento de apuração na legislação existente, tanto na Lei 14.810, de 2024, quanto na Lei – é a tela seguinte – 6.437, de 1977. A própria LGPD, no tocante à proteção de dados sensíveis, também pode ser utilizada por comitês de éticas e comissões de integridade à pesquisa.

Vou passar rapidamente para as considerações finais porque acho que nós levantamos alguns riscos, mas esses riscos já foram contemplados pelas falas anteriores. Então, vou direto para algumas recomendações que a Fiocruz faz à Comissão: a primeira é o fortalecimento de uma cultura de responsabilidade do pesquisador e das instituições de pesquisa sobre o conhecimento produzido; a segunda é a necessidade de investimento na estruturação, na capacitação permanente e num fomento de comitês de ética e de integridade à pesquisa. Ela está diretamente relacionada à necessidade de investimento público na educação permanente para a conduta responsável em pesquisa. Acho que esses dois pontos são muito importantes, porque as mudanças tecnológicas pelas quais todas as áreas da pesquisa em saúde – e mesmo aquelas que não estão contempladas pela pesquisa em saúde – passam exigem que os comitês de ética e as comissões de integridade à pesquisa permanentemente se qualifiquem para desempenhar as suas atividades da melhor forma possível, para que possam fazer análises baseadas em conhecimento científico robusto; a quarta é a adoção de instrumentos corretivos proporcionais – isso também já foi salientado pelo representante do CNPq –, que podem ir de uma gradação, desde medidas educativas até a retratação, a suspensão de bolsas e financiamentos, até, de fato, a sanções administrativas e disciplinares.

Por fim, nós gostaríamos de deixar como mensagem a necessidade do fortalecimento dos instrumentos administrativos e disciplinares, a investigação especializada e, novamente, as sanções proporcionais.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro a minha fala, também chamando a atenção para a necessidade de que a educação permanente e a formação não se restrinjam aos pesquisadores, mas, no caso principalmente dos ensaios clínicos, que elas se estendam aos médicos e à equipe de enfermagem; que as associações de pacientes e principalmente os pacientes e a sua rede de apoio também possam encontrar, de uma forma fácil, com uma linguagem fácil, apoio nas Comissões de Ética e nas Comissões de Integridade em Pesquisa nas respectivas instituições, porque um aspecto importante para assegurarmos a boa ciência é o fortalecimento do controle social. O controle social não será fortalecido com o punitivismo; ele será fortalecido com acesso à informação e à educação permanente de todos aqueles envolvidos com a produção de conhecimento.

Eu agradeço, mais uma vez, ao Senado, a oportunidade de participar e coloco à disposição dos Senadores, das Senadoras a Fundação Oswaldo Cruz para continuarmos com este debate.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós que agradecemos, Dra. Márcia, pela rica exposição.

Quero destacar, nesse ponto final, um procedimento que deve ser muito caro a nós Parlamentares que é a valorização do controle social. Nós estamos aqui discutindo punição, criminalização... A CCJ, aqui junto, está discutindo a PEC da blindagem. Vejam como nós somos plurais e diversos, não é? (*Risos.*)

Eu espero que tenha um elo comunicante entre aqui e a CCJ, que ainda está ocorrendo.

Muito obrigada.

Registro a presença do Dr. Diego Menezes, Presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação.

Passo a palavra, já aqui na mesa, ao Dr. Samuel Goldenberg, Diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que este ano sediou o encontro na minha cidade.

O SR. SAMUEL GOLDENBERG (Para expor.) – Isso, exatamente.

Bom dia a todas as pessoas.

Eu gostaria de agradecer, inicialmente, à Senadora Teresa Leitão pela organização desta sessão da CCJ, desculpa (*Risos.*)... da Comissão de Ciência e Tecnologia – a senhora falou de CCJ aqui, e eu me confundi –, que é extremamente importante.

E eu fiquei muito feliz que esta sessão foi aberta pela Profa. Helena Nader, Presidente da Academia Brasileira de Ciências, mas, sobretudo, porque a Profa. Helena Nader é Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que eu aqui estou representando.

Em benefício da objetividade e devido ao tempo, eu vou ler esta manifestação.

Essa discussão sobre conduta científica transcende o círculo restrito do meio acadêmico e ganha alta relevância diante do impacto e da importância da ciência para a sociedade.

Essa questão tem ocupado o dia a dia da maioria dos pesquisadores, e os principais periódicos científicos vêm discutindo intensamente os problemas relacionados à integridade científica. Felizmente, as instituições de fomento têm buscado mecanismos que priorizem critérios mais qualitativos na análise de projetos de pesquisa. Além disso, as melhores universidades e centros de pesquisa vêm fortalecendo suas políticas internas de controle, através da criação de comitês de integridade em pesquisa.

Algumas ações de pesquisa têm efeitos quase imediatos na sociedade devido ao seu impacto, o que exige uma atenção especial aos riscos e benefícios. Por exemplo, o desenvolvimento de um novo

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inseticida pode afetar toda uma cadeia biológica, envolvendo não só a saúde animal e o meio ambiente, mas também a saúde humana. Da mesma forma, pesquisas envolvendo medicamentos ou vacinas devem seguir protocolos rigorosos e bem estabelecidos, com diferentes fases de testes e avaliações, garantindo que todas as etapas sejam passíveis de verificação.

Desde os horrores da Segunda Guerra Mundial, com os experimentos em humanos nos campos de concentração e o estabelecimento do Código de Nuremberg, diversas reuniões internacionais foram realizadas com a participação da comunidade científica para regulamentar a pesquisa com seres humanos. Como resultado disso, tivemos as Declarações de Helsinque, como mencionado pela Profa. Denise, em vários anos sucessivos, e o importante Relatório Belmont, de 1978. Este relatório balizou a Resolução nº 196, de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa clínica no Brasil.

Nesse sistema, os protocolos são submetidos à Plataforma Brasil e devem passar pelo parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, para eventuais ajustes e aprovação – é o sistema CEP/Conep, também mencionado pela Profa. Denise.

Assim, temos um sistema bem estabelecido, robusto e em pleno funcionamento, baseado nos princípios de respeito, que é o termo de consentimento livre e esclarecido; beneficência, segurança e bem-estar dos participantes; e justiça, que é a igualdade no acesso às informações e aos benefícios.

A nossa discussão nesta sessão é sobre a criminalização da conduta científica. A criminalização da ciência pode gerar consequências nefastas; exemplos históricos incluem a condenação de Galileu, como já foi discutido aqui por vários de nós, bem como a repressão da genética durante o stalinismo, impulsionada pela ideologia de Trofim Lysenko, que causou o atraso de várias áreas do conhecimento na antiga União Soviética e o desterro de vários cientistas para a Sibéria na época.

A condenação de cientistas, além de contribuir para a distorção do debate público, pode reforçar discursos de negação e antagonismo à própria ciência. O negacionismo foi particularmente perverso durante a pandemia de covid-19, quando protocolos sem comprovação científica de eficácia foram adotados – como o uso de ivermectina, hidroxicloroquina e a recusa vacinal –, resultando na perda de milhares de vidas, como já foi mencionado aqui.

No Brasil, recentes exemplos de pesquisadores que enfrentaram ataques e ameaças incluem Marcus Lacerda, que estudou a cloroquina, mostrando que era sem efeito para a covid; Larissa Bombardi, sobre os impactos de agrotóxicos; e Ricardo Galvão, Presidente do CNPq, com a questão do desmatamento da Amazônia. Essas ações demonstram o quanto o negacionismo pode colocar em risco a saúde pública, a ciência e a democracia.

O Projeto de Lei 330, de 2022, segundo seu enunciado, é para punir criminalmente as graves violações éticas na pesquisa, a fim de proteger a integridade científica. O exemplo citado pelo PL – o estudo com proxalutamida para covid-19 conduzido pelo Médico Flavio Adsuara Cadegiani – repercutiu internacionalmente devido à suspeita de dados inconsistentes.

Importa mencionar que o Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia à época, o Dr. Clovis Arns da Cunha, afirmou: "Não podemos colocar a saúde da população brasileira em risco com diretrizes sem evidência científica", referindo-se ao uso dessas drogas antiandrogênicas e antiprostáticas, entre elas a proxalutamida, no contexto do tratamento de covid. É de triste lembrança mencionar que muitas pessoas receberam medicamentos sem respaldo científico para seu uso, como ficou evidente na CPI da covid conduzida por este Parlamento.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Importa destacar que o médico responsável pelo estudo a que se refere a justificativa do PL ora em discussão foi patrocinado por um laboratório interessado na droga e não atuou vinculado a nenhuma instituição pública. Para fins de informação adicional, o Médico Flavio Cadegiani possui diversos estudos defendendo o uso de ivermectina para profilaxia da covid.

Assim, o exemplo apresentado pelo Senador Mecias para justificar o PL está muito distante da realidade da pesquisa clínica no Brasil – para usarmos o termo específico ao qual esse PL deveria se referir. Um fruto podre fora do cesto não pode servir de exemplo para uma argumentação que almeja criminalizar toda a pesquisa científica.

É importante ressalvar que, dentro da comunidade científica, nas agências de fomento e nas instituições de pesquisa, existem mecanismos sólidos capazes de detectar e punir fraudes. Esses mecanismos podem levar ao cancelamento dos recursos investidos, à demissão do infrator, sem contar o reconhecimento negativo dos responsáveis pelos seus pares.

Do ponto de vista regulatório, o Sistema CEP/Conep é bastante rigoroso. Como prova disso, o Conep apresentou denúncia à Procuradoria-Geral da República envolvendo o estudo da proxalutamida, tendo sido providenciado o devido encaminhamento judicial.

Para concluir nossa intervenção, a Lei nº 14.874, de 2024 – mencionada aqui pela minha colega Márcia Teixeira –, promulgada em 28 de maio de 2024, dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa. A referida lei é bastante completa e abrange nos seus termos diversas orientações éticas na condução de estudos.

Em seu art. 59, ela, explicitamente, dispõe que: "Conduzir pesquisa com seres humanos em desconformidade com o disposto nesta Lei constitui infração ética e sujeita o infrator às sanções disciplinares previstas na legislação do conselho profissional ao qual [...] [seja] vinculado, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis."

Portanto, diante da exposição apresentada e da existência de dispositivos legais adequados, a SBPC manifesta-se contrária ao...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAMUEL GOLDENBERG – ... PL 330, de 2022.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Eu vou pedir ao Dr. Samuel e aos demais que deram o seu posicionamento sistematizado e por escrito que deixem aqui para a Comissão, para que eu mesma também possa conversar com o Relator, oportunamente.

Passo a palavra agora, em forma remota, para a Natália Trindade, Diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)

Em seguida, o Sr. André Cabral de Souza, da Finep.

A SRA. NATÁLIA TRINDADE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia. Ouvem-me bem?

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim.

A SRA. NATÁLIA TRINDADE (*Por videoconferência.*) – Maravilha!

Bem, bom dia a todas as pessoas presentes. Saúdo aqui a mesa, e quem está de modo remoto, como eu, na pessoa da Senadora Teresa Leitão, que preside esta audiência pública.

Chamo-me Natália Trindade, sou doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretora da ANPG e da Associação de Pós-Graduandos da minha universidade, e trago aqui,

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão
Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070
ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

senhoras e senhores, a opinião da nossa entidade, a Associação Nacional de Pós-Graduandos, com muita preocupação, acerca do PL 330, de 2022, que visa criar o tipo penal de má conduta científica, seguindo aqui a reflexão trazida, sobretudo pela Presidenta da ABC, a Sra. Helena Nader, e pelos demais aqui, a quem, mais uma vez, saúdo pela pelas apresentações.

Venho aqui cumprir três papéis que se condensam no que eu vou expor no que tange a essa preocupação.

Aqui falo primeiro enquanto representante dos pós-graduandos do Brasil, sujeitos que são responsáveis pela ampla maioria das pesquisas realizadas no nosso país, e é importante ressaltar que o ser pós-graduando no Brasil consiste em ser estudante, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e ser trabalhador, conforme a gente observa no cotidiano da produção científica, com as nossas publicações, nossas apresentações, o processo de escrita, de leitura, enfim.

Ser estudante é estar em pleno processo de formação. E nós, pós-graduandos, estamos justamente em formação enquanto pesquisadores. O processo pedagógico não combina com medo. O processo pedagógico é composto não só por acertos, mas por erros e falhas ao longo desse processo de aprendizado. Por isso, a gente observa, quando nós entramos na pós-graduação, dois institutos muito interessantes, que são o nosso direito a ter orientação individualizada ao longo dos nossos cursos e o instituto do estágio. Isso configura, para nós, perfeitamente, o que é ser estudante e configura justamente a importância da formação pedagógica ao longo do nosso ser pós-graduando, nessa construção.

Isso precisa ser resguardado, inclusive sob o risco de o Estado brasileiro seguir um caminho contrário ao que dispõe a Constituição Federal, acerca da ciência e da tecnologia, se tornando um agente desmobilizador do ofício de cientista. Isso, para nós, já caracteriza essa preocupação que apontei aqui no início.

No que se refere a ser trabalhador, quando eu falo nessa composição do sujeito pós-graduando, nós estamos imersos num eclipse de ausência de direitos, que é produzido, também, pelas ausências do Estado brasileiro. Nós acreditamos que não precisamos de mais um peso nesse processo de formação e de trabalho em pesquisa, que é o controle policial e judicial proposto pelo referido projeto de lei.

Quando nós criamos um tipo penal específico, como já foi falado aqui, não é apenas um trabalho em torno da produção legislativa, mas aponta a necessidade de o Estado brasileiro passar a investigar e judicializar, tomar posição através do Poder Judiciário, acerca da conduta, aqui se referindo à má conduta.

Nós acreditamos que, quando a gente fala de ser trabalhador dentro da perspectiva de ser pós-graduando, nós precisamos que o Estado brasileiro esteja mais interessado na garantia dos direitos previdenciários, do reajuste anual e dessa valorização do fazer científico. Nada disso combina com o que vem sendo proposto pelo projeto de lei que nós estamos aqui debatendo.

É importante aqui também, senhoras e senhores, salientar o tamanho da diversidade e da complexidade de que falamos aqui quando nos referimos à ciência. Eu, como me apresentei, estou doutoranda em Direito, que é uma área completamente diferente da saúde, das ciências humanas, das engenharias, das agrárias. Enfim, o debate acerca da ética, da integridade científica, essa construção, deve garantir e valorizar essa diversidade e essa complexidade, que são uma riqueza no campo científico.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aqui falo, já me posicionando enquanto jurista formada em um dos maiores centros de excelência do nosso país, a Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para refletir com as senhoras e os senhores alguns pontos do projeto de lei que é alvo aqui da discussão da audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado.

O projeto de lei, como foi falado, objetiva justamente essa criação de um tipo penal, alterando o Código Penal de 1940. Mas tem um ponto anterior sobre o qual a gente aprende ali nas cadeiras da graduação que é a teoria geral do delito. O que é um crime? O que é tornar uma conduta crime? O crime é um comportamento em separado, ou seja, distinto dos demais. A gente organiza essa separação a partir de uma avaliação social negativa acerca daquela conduta, ou seja, quando o legislador produz um tipo penal, ele vai apontar que a sociedade não deseja aquele comportamento e, por isso, constatado esse comportamento indesejado, estabelece uma sanção. Esse é um debate importantíssimo. Por isso que é importante valorizar, mais uma vez, esse espaço de discussão.

Contudo, é importante que o legislador se atenha a que é necessário separar com mais atenção esse comportamento. E aqui volto ao que falei anteriormente sobre a prática pedagógica, sobre o processo de formação e a importância de resguardar esse processo.

Existe o erro honesto, e o erro honesto não pode ser confundido com fraude. Essas são duas condutas completamente distintas e, para que a gente possa distingui-las, você precisa... Se você entrega todas as condutas de uma forma pouco criteriosa, você entrega à autoridade policial o dever e essa competência de dizer o que é fraude e o que é erro honesto. Isso fere a autorregulação, como já foi falado aqui, da comunidade científica, esse entendimento entre os pares justamente do que é um erro honesto e do que é uma fraude.

O projeto de lei, na reflexão trazida pela Prof. Olival, não distingue os diferentes níveis de formação e de responsabilidades que existem no campo científico, equiparando todos os agentes que se encontram nesse campo. E aqui quero reforçar o que a Profa. Renata Aquino bem trouxe. O projeto de lei não pondera a existência de tipos penais – que já contemplam a preocupação do legislador –, ao se escrever esse projeto de lei e sua justificativa, como, por exemplo, aqui posso elencar alguns, o crime de estelionato, os crimes em torno do falso, sobretudo a falsidade ideológica, o crime de plágio, entre outros tipos penais existentes no Código Penal. Ou seja, a sociedade já se preocupa com práticas que visam enganar, prejudicar o outro, porque essas condutas são passíveis de ocorrer em qualquer lugar. Isso não é uma prática exclusiva do campo científico. Acredito que é equivocado acreditar e indicar através de uma lei que essa má conduta apenas ocorre no campo científico.

Além disso, quero refletir com as senhoras e os senhores aqui presentes que o tornar crime, o criminalizar incorre em judicializar, em onerar o poder estatal para investigar, para julgar externamente o que a comunidade científica já faz historicamente – como a Profa. Denise Pires de Carvalho trouxe aqui –, essa reflexão histórica da ciência que institui a sua autorregulação através de mecanismos de correção e retratação, e aqui, no Brasil, de reforço à importância do Sistema CEP/Conep.

Por isso, senhoras e senhores, brevemente, nessa reflexão que escrevi e venho aqui apresentar às senhoras e aos senhores, a Associação Nacional de Pós-Graduandos vem, de forma enfática, defender a rejeição ao Projeto de Lei 330, de 2022, considerando tudo que apresentei aqui, pela não criminalização do fazer científico, pelo fortalecimento do Sistema CEP/Conep, com mais recursos, a fim de que a gente possa aprofundar a implementação e a difusão nos locais de pesquisa das práticas internacionais com relação à temática de ética e integridade em pesquisa, com comissões específicas sobre esse tema, para ampliar a pesquisa e a formação em boas práticas e em cultura de prevenção.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, vem a Associação Nacional de Pós-Graduandos dar ênfase à sua pauta histórica sobre a valorização dos pós-graduandos e dos pesquisadores como uma ação em prol do desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Desse modo, eu encerro e agradeço, mais uma vez, o espaço disponibilizado para que possamos discutir esse tema que para nós é muito caro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós que agradecemos, Natália, a sua presença e por trazer esse aspecto mais vinculado ao Código Penal e às suas decorrências relacionadas com o PL.

Passo a palavra para o nosso último convidado, Dr. André Cabral de Souza, Gerente do Departamento de Infraestrutura de Pesquisa da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Ele vai se apresentar de forma remota.

O SR. ANDRÉ CABRAL DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

Parabenizo o Senado, a Comissão de Ciência por essa iniciativa. Senadora Teresa Leitão e demais membros da mesa, muito obrigado por essa oportunidade, por esse convite.

Confesso que é um tema um pouco delicado, até como eu já ouvi os demais colegas falando, mas foi uma grande oportunidade para a Finep estar presente nisso. Então, eu agradeço em nome do Presidente, Luiz Antonio Elias; do Diretor da área de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Diretor Carlos Aragão; do Superintendente da área, que é o Prof. Ricardo Gattass.

Falo aqui na visão de um economista, não de um jurista, com 40 anos de experiência na Finep, já tendo passado por vários momentos, em várias formas de financiamento à pesquisa, não só para empresas, como também para *startups*, como também para universidades e outras ICTs.

É um tema delicado, na minha visão, porque ciência é um processo contínuo, em desenvolvimento constante, conforme falou Thomas Denny, da Duke University. E nós temos que ter uma visão de que, para você desenvolver uma pesquisa, você tem uma metodologia que é apresentada, que é escrita no momento em que o projeto é submetido à Finep.

Só que, como é uma situação que se movimenta a todo momento, pode haver mudanças durante o processo nessa metodologia. E isso não representa erro, não representa má conduta e nem fraude. Isso é uma questão normal num projeto de pesquisa. E nós da Finep temos mecanismos para tratar disso tudo durante a avaliação do projeto, durante a execução do projeto, durante a contratação do projeto.

Então, eu já vi muitos projetos aqui que tiveram uma obra abandonada, e não foi por responsabilidade da universidade, não foi por responsabilidade da coordenação, não foi por responsabilidade da equipe; foi simplesmente porque o empresário que foi contratado para fazer aquela obra, através de um processo de licitação, abandonou a obra no meio do caminho. Como é que nós vamos punir um projeto dessa natureza?

E, no entanto, se fossemos seguir *ipsis litteris* ali o que determina, nós teríamos que punir; e a universidade, devolver o recurso liberado. Entretanto, nós tivemos as iniciativas de dar uma oportunidade, de acompanhar, verificar *in loco* o que estava acontecendo, e demos essa oportunidade para essa universidade continuar com esse projeto. E ela hoje tem 2,5 mil metros quadrados com 31 laboratórios, que já vêm apresentando resultados satisfatórios, inclusive em pesquisas de combate ao câncer – esse projeto está sob a coordenação da Dra. Kely de Picoli. E nós vemos isso como uma grande

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vitória para a Finep, para o sistema de ciência e tecnologia e para o Brasil. Então, essa questão de você tratar esses três pontos que esse projeto de lei traz merece uma reflexão maior.

Eu senti falta de uma distinção clara do que seria erro, do que seria má conduta, do que seria fraude científica. E nós temos que ter cuidado porque, se isso for aprovado, se isso for implantado, nós podemos inibir o desenvolvimento da pesquisa no Brasil, contribuindo dessa forma para aumentar o atraso tecnológico de aproximadamente 40 anos que nós já vivemos. Será que é esse o nosso objetivo? Não, não é.

Então, eu penso que isso carece de uma maior reflexão, carece de uma maior discussão. Eu acho que foi fundamental essa iniciativa de trazer lideranças do setor de CTI para essa discussão, ouvir as opiniões e, pelo que eu assisti, essas opiniões convergem num mesmo ponto, que é uma reflexão maior, que é uma discussão maior, de modo que a gente não iniba o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil, principalmente agora que nós temos uma disponibilidade de recurso que o Presidente Lula conseguiu – agora, em 2025 –, um aumento da disponibilidade de recursos, que com isso vai beneficiar o desenvolvimento dessa pesquisa; vai tentar tirar o Brasil desse atraso tecnológico. Então, nós temos que pensar muito nisso.

Quando você verifica as instituições existentes no Brasil que se dedicam à ciência, tecnologia e inovação, nós vemos um verdadeiro parque com uma defasagem tecnológica, num estado de deterioração. Então, foi o que eu falei na abertura da avaliação de projetos de pesquisa de um dos fundos de que a gente cuida aqui, o CT-Infra: "Pesquisa é importante, mas não esqueçam que tudo começa com a infraestrutura, com a disponibilidade de equipamentos, com a disponibilidade de estruturas, infraestruturas coerentes com a realidade para que essa pesquisa avance no Brasil". Então, isso é um ponto importante, de que a gente tem que ter consciência.

Quando a gente chega a um momento de avaliação desses projetos, nós contamos com membros da comunidade científica que são convidados para virem participar do debate desses projetos e selecionarem os que realmente estiverem bem elaborados, os que tiverem uma equipe adequada à execução daquele projeto, uma metodologia adequada. Com isso, a gente já minimiza, na avaliação e na seleção dos projetos, qualquer erro. Podem ocorrer erros? Podem. Mas aí nós já temos o processo de contratação.

Quando o projeto é contratado, existem, no convênio da Finep, no contrato da Finep com as instituições, cláusulas padrões que exigem parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, registrado na Comissão Nacional de Ética em Processos ou na Comissão de Ética no Uso de Animais, e Credenciamento Institucional para Atividades com Animais em Ensino ou Pesquisa. Então, já existem essas leis, já existe uma declaração de atendimento às leis do Concea, certidões negativas. E há a questão de também mostrar se aquele projeto, se aquela pesquisa vai causar algum impacto no meio ambiente. A Finep já tem esse mecanismo.

Quando esses projetos são contratados e nós começamos a acompanhar esses projetos, o que acontece? Você acompanha através de documentos que essas instituições apresentam com relação ao desenvolvimento científico e tecnológico do processo e às avaliações feitas *in loco*. Eu acho que a Finep e o sistema têm uma interligação para facilitar o desenvolvimento de bons projetos e a obtenção de resultados que favoreçam a sociedade. Esse é o meu ponto de vista.

Agradeço imensamente o convite e espero ter contribuído, em nome da Finep e da DRCT, com as colocações.

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Somos nós quem agradecemos, Dr. André Cabral.

Já fiz consultas aqui à mesa, não há mais nada até o momento a declarar. O momento é sempre de transição. Amanhã, quem sabe; depois de amanhã, quem sabe.

No momento, inclusive, as perguntas e comentários do e-Cidadania, sobre os quais eu passei uma vista, foram todos já integrados nas exposições dos nossos convidados e das nossas convidadas.

Quero dizer que foi uma manhã riquíssima, de muito conteúdo, o que nos dará, certamente, muita tranquilidade na observância e na tomada de posição em relação ao PL 330. Esse é um movimento que sempre é feito pelas Comissões. Instruir um projeto significa exatamente isto: ouvir quem é da área. Nós, legisladores, temos ampla liberdade de legislar. As restrições são limitadas. Quem nos limita, muitas vezes, é a Constituição e o vício de iniciativa, mas a criatividade e as necessidades, ou o olhar sobre os movimentos e a dinâmica da sociedade, sempre nos ensejam a apresentar uma lei ou um projeto de lei. Mas a gente precisa ouvir quem já lida com o objeto, daquele projeto.

Acho que aqui nós tivemos visões importantes, complementares, evidentemente muito profundas, olhando sobre vários ângulos. E o que me deixa muito tranquila é que já existem procedimentos, já existem mecanismos que salvaguardam a sociedade. E o que a gente precisa, pela palavra de todos, é reforçar, estruturar, fomentar, apoiar o que já existe para o seu aperfeiçoamento rumo à inovação científica, à pesquisa, que muda vidas, que muda a sociedade e que faz com que o Brasil se insira no mundo a fazer suas próprias pesquisas e a dialogar com as pesquisas internacionais.

Gostei muito quando a Renata disse: "Aproveitar tanto a nossa biodiversidade para o bem". Alguns vêm explorar essa biodiversidade, levam uma folhinha, levam uma plantinha, levam um pedaço para pesquisar lá fora, aí, depois, vem um remédio que a gente termina comprando, em vez de nós próprios podermos produzi-lo.

Então, quero agradecer muito a leitura, as exposições de cada um de vocês, e dizer que vamos fazer toda a transcrição, todo o repasse, para os autores.

Estamos com dois momentos muito tensos aqui hoje, no Senado: a votação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco salários mínimos, que acabou de ser aprovada, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos... (*Palmas.*)

Tive o prazer de registrar meu voto pelo celular, vocês devem ter visto.

E também há o debate que ainda está acontecendo na Comissão de Constituição e Justiça sobre a PEC da blindagem.

Então, é um grande dia: inserir esse debate, aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, em meio a debates também tão importantes para a autonomia e para a democracia do nosso país. (*Palmas.*)

Muito obrigada a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

Assinado eletronicamente, por Sen. Teresa Leitão

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7350372070

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dois minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Zequinha Marinho, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Augusta Brito, Mecias de Jesus e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Plínio Valério, Eliziane Gama, José Lacerda, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Beto Faro e Tereza Cristina. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 18, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4789/2024, que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009", com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Acrescido entre os convidados Sr. Gilberto Sales - Diretor de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 19, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CMA seja incluído o convidado que apresenta." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 20, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CMA seja incluído como convidado o Senhor Francisco da Chagas Medeiros, Presidente da Associação Brasileira de Piscicultura - PEIXE-BR." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 24, de 2025** que: "Requer a realização de diligência externa na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 20 de outubro de 2025, com o objetivo de acompanhar in loco o evento Pré - COP30." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 25, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de instruir o PL 4789/2024, que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009"." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela Senadora Leila Barros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Mensagem eletrônica do Ministério da Igualdade Racial, que encaminha a cartilha de emendas parlamentares do ministério para as indicações ao PLOA 2026, com as cinco ações orçamentárias indicadas para as emendas. Esta mensagem, que será encaminhada aos gabinetes de todos os membros desta Comissão, destaca as ações: 21FE - apoio à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementação de políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e ciganos; 21HN - gestão de políticas de ações afirmativas e de combate à superação do racismo, como mais relacionadas às atividades da Comissão de Meio Ambiente;

- Aviso nº 864 GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.708, de 2025, proferido pelo plenário da Corte de Contas, ao apreciar o Processo do Tribunal 020.665/2023-7, da relatoria do Ministro Augusto Nardes, que trata de auditoria operacional para avaliar as ações do Governo Federal para a efetiva implementação das contas econômicas ambientais no Brasil, analisando as estruturas de governança, a atuação dos principais atores envolvidos e o arcabouço legal vigente a partir do ano de 2017;

- Aviso nº 858 GP/TCU, que encaminha a cópia do Acórdão nº 1.916, de 2025, proferido pelo plenário da Corte de Contas, ao apreciar os atos do Processo 006059/2021, da relatoria do Ministro Benjamin Zymler, que trata de acompanhamento das ações dos órgãos responsáveis pelos trâmites referentes às mudanças do hidrograma da Usina Hidrelétrica Belo Monte, respectivo à vazão do Trecho de Vazão Reduzida na Volta Grande do Xingu, em especial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)e do Ministério de Minas e Energia (MME), e suas consequências no setor elétrico brasileiro.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 18, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4789/2024, que "institui a Política Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009", com os convidados que apresenta.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

São os seguintes convidados: Sr. Cristiano Quaresma, Coordenador-Geral de Gestão Participativa Continental do Ministério da Pesca e Aquicultura; representante da Oceana; Sr. José Alberto de Lima Ribeiro, Vice-Coordenador da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (Confrem); Sr. Elizeu Augusto de Brito, da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA); Sr. Edivando Soares de Araújo, da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA); Sr. Eduardo Lobo, da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados; Sr. Carlos Eduardo de Arruda Villaça, do Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (Conepe); Sr. Apoliano Oliveira do Nascimento, da Associação Nacional dos Armadores e Proprietários de Embarcações Pesqueiras (Pesca-BR).

Vou incluir também o Sr. Gilberto Sales, Diretor de Gestão de Recursos Pesqueiros do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Contribuindo com a lista de convidados, também temos os seguintes requerimentos. (*Pausa.*)

Peço desculpas. Eu tenho falado pouco esses dias. (*Risos.*)

Contribuindo com a lista de convidados, temos também os seguintes requerimentos.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 19, DE 2025

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CMA seja incluído o convidado que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Para incluir um representante do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí e Região.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 20, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2025 - CMA seja incluído como convidado o Senhor Francisco da Chagas Medeiros, Presidente da Associação Brasileira de Piscicultura - PEIXE-BR.

Autoria: Senador Marcos Rogério (PL/RO) e outros

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 25, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4789/2024, que "institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, altera dispositivos da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009".

Autoria: Senador Alessandro Vieira (MDB/SE) e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para incluir o Dr. Paulo Heimar Souto, Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UFS, e a Sra. Josana Pinto da Costa, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP).

Eu também subscrevo todos os requerimentos e coloco-os em votação, em globo.

A votação, queridos e queridas, será simbólica.

Em votação os requerimentos.

A Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Como eu já anunciei, eu estou subscrevendo os demais requerimentos.

Eu vou, agora, para o Requerimento nº 4, porque inclui de forma global o dois e o três.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em 20 de outubro de 2025, com o objetivo de acompanhar in loco o evento Pré - COP30.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, inicialmente a pauta deliberativa... Já agradecendo ao Senador Fabiano Contarato o pedido e a disposição para indicar meu nome aqui para comandar esta reunião deliberativa.

Nós vamos ao encerramento e, na sequência, para a audiência pública já programada aqui para tratar da COP 30. Então, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatro minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, José Lacerda, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CMA ao PLOA 2026**. **Finalidade:** Deliberar sobre as sugestões emendas apresentadas perante a CMA ao Projeto de Lei Orçamentária para 2026 (PLN 15/2025). **Relator**: Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado o relatório do senador Confúcio Moura, lido "ad hoc" pelo senador Paulo Paim, que passa a constituir parecer favorável à apresentação de 6 (seis) emendas de apropriação e 1 (uma) emenda de remanejamento ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026: NÚMERO: **60080001** | UO: 44201 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 700.000.000 | SOLICITANTES: Senadores Irajá, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Confúcio Moura, Hamilton Mourão, Leila Barros, Wellington Fagundes e Nelsinho Trad; NÚMERO: **60080002** | UO: 44201 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental - Nacional | ACRÉSCIMO: 600.000.000 | SOLICITANTES: Senadores Zequinha Marinho, Irajá, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Confúcio Moura, Paulo Paim, Hamilton Mourão e Augusta Brito; NÚMERO: **60080003** | UO: 44101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental e Conservação de Água e Solo – Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 1.200.000.000 | SOLICITANTES: Senadores Leila Barros, Irajá, Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Confúcio Moura e Eliziane Gama; NÚMERO: **60080004** | UO: 44101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima - Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 600.000.000 | SOLICITANTES: Senadores Marcio Bittar, Irajá, Confúcio Moura, Paulo Paim, Leila Barros, Nelsinho Trad e Augusta Brito; NÚMERO: **60080005** | UO: 44101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Formulação e Implementação de Políticas, Estratégias e Iniciativas para o Controle do Desmatamento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Incêndios Florestais e o Ordenamento Ambiental Territorial – Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 200.000.000 | SOLICITANTES: Senadores Marcio Bittar, Zequinha Marinho, Confúcio Moura, Hamilton Mourão e Wellington Fagundes; e NÚMERO: **60080006** | UO: 44101 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Gestão Territorial e Socioambiental de Paisagens Rurais e dos Recursos Naturais em Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares – Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 100.000.000 | SOLICITANTE: Senador Jaques Wagner; e NÚMERO: **60080007** | UO: 53210 | AÇÃO + SUBTÍTULO: Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens – Nacional | ACRÉSCIMO: R$ 10.000.000 | SOLICITANTE: Senador Davi Alcolumbre. A Presidência determina à Secretaria da Comissão o registro em ata das propostas de emendas aprovadas, com a identificação nominal dos respectivos proponentes, além de, juntamente com a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, que faça os ajustes técnicos necessários no Sistema Lexor para envio do lote de emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Antes de encerrar, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A Ata será assinada pela Senhora Presidente, encaminhada à CMO juntamente com as Emendas sugeridas ao PLOA 2026 e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quinze minutos.

Senadora Leila Barros
Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Efraim Filho, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Fabiano Contarato, Tereza Cristina e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Weverton, Marcos do Val e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Zequinha Marinho, Eliziane Gama, José Lacerda, Otto Alencar, Cid Gomes, Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 67, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23, da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Medeiros de Andrade." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Indicação pronta para deliberação. **Resultado:** Vista coletiva concedida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidiu a 25ª reunião da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 4 de novembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Ofício CFBio nº 294/2025/ADMIN/CFBIO do Conselho Federal de Biologia, que encaminha Carta Oficial do Sistema CFBio/CRBios para a COP-30, em Belém/PA. A carta apresenta o manifesto intitulado "O papel estratégico dos biólogos na implementação da NDC Brasileira e no enfrentamento da crise climática global", formaliza o posicionamento e o compromisso do Sistema CFBio/CRBios com a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira e com o enfrentamento da crise climática global, reconhece a crise climática como uma emergência global e destaca o papel estratégico dos biólogos em diversas áreas, como a conservação e restauração de ecossistemas, o desenvolvimento de Soluções Baseadas na Natureza e o assessoramento técnico-científico.

Foi recebido com o mesmo teor o Ofício CFBio nº 295/2025/CFBio na Comissão da COP 30, que presido. Informo que declaro recebido o documento, que será compartilhado com os Senadores da Subcomissão ainda no início da COP 30.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Para prosseguir com a pauta deliberativa, eu peço que assuma a Presidência para a condução do restante da nossa reunião o Senador Paulo Paim.

Bom dia, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia!

Muito obrigado, sempre Presidente Leila Barros! É com satisfação que neste momento eu assumo o seu lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos direto para o item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2025

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23, da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, o nome da Senhora RENATA LÚCIA MEDEIROS DE ALBUQUERQUE EMERENCIANO, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, na vaga decorrente do término do mandato de Ricardo Medeiros de Andrade.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Indicação pronta para deliberação

Observações:

1. Nesta reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Vou passar a palavra neste momento à nossa querida Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Como Relatora.) – Grata, Senador Paulo Paim.

Vem ao exame desta Comissão de Meio Ambiente a Mensagem nº 67, de 2025, em que o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome da Sra. Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque Emerenciano, para exercer o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), na vaga decorrente do final do mandato do Sr. Ricardo Medeiros de Andrade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O objeto da mensagem cumpre o que determina a Constituição Federal, que atribui ao Senado Federal a competência privativa para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determina.

Segundo a mensagem, a indicada

> atende aos requisitos dispostos no art. 15 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, quais sejam:
> I - idoneidade moral e reputação ilibada;
> II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo ou a função; e
> III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei.
> (...) atende aos requisitos do art. 23, da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Acompanham a mensagem os documentos e informações especificados no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), que trata da escolha de autoridades.

A Sra. Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque Emerenciano é graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e pós-graduada em Direito Público pelo Centro Universitário Funcesi e pela Fundação da Escola Superior do Ministério Público.

A indicada tem vasta experiência profissional nos setores público e privado. De 1997 a 1999, atuou como Agente Pública do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Entre 2000 e 2001, exerceu advocacia e coordenação jurídica no Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Rio Grande do Norte, órgão delegado do Inmetro.

Trabalhou como Professora Substituta da UFRN, de 2003 a 2004, nas matérias de Direito Processual Civil, Direito Penal e Direito Financeiro.

Exerceu o cargo efetivo de Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, na área de Direito, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de 2006 a 2008, em funções de fiscal, parecerista e análise recursal.

Atuou na Comissão de Ética Pública da Presidência da República, de 2008 a 2016, como Coordenadora da área de análise processual e como Secretária-Executiva da Comissão. Nessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funções, realizou diversos cursos de atualização em gestão pública, combate à corrupção, ética, filosofia e direito do Estado.

De 2016 a 2019, desempenhou a função de Assessora do Gabinete da Casa Civil da Presidência da República.

Desde janeiro de 2019, atua na ANA, tendo ocupado diversos cargos e funções, como: Coordenadora na Secretaria-Geral; Coordenadora da Área de Gestão; e Coordenadora de Relações com Setores Usuários e Regulados. Atualmente, exerce a função de Coordenadora de Ouvidoria, sendo atualmente a Substituta do Ouvidor.

Além da vasta experiência profissional na área de Direito Público, ética, na administração pública e ouvidoria, a Sra. Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque Emerenciano tem diversas publicações científicas nessas áreas.

Na argumentação escrita pela indicada, ressalta-se sua larga experiência como servidora pública em funções que a capacitam para o exercício de Ouvidora da ANA. Nos demais documentos anexados, constam as declarações exigidas: não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional; não tem participação societária na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais; não possui pendência fiscal regular no âmbito das fazendas distrital e federal, conforme certidões e relatórios anexados; não figura como autor ou réu em nenhuma ação judicial. Exerceu, nos últimos cinco anos, as seguintes funções na ANA: Coordenadora, na Secretaria-Geral; Coordenadora da Área de Gestão; Coordenadora de Relações com Setores Usuários e Regulados; e Coordenadora de Ouvidoria.

Assim, tendo em vista o histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, porque ele é bem vasto – parabéns, Dra. Renata –, comprovado pela documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão de informações para deliberar sobre a nomeação da Sra. Renata Lúcia Medeiros de Albuquerque Emerenciano para o cargo de Ouvidora da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Belo histórico o da Dra. Renata Lúcia Medeiros, que está aqui presente, aquela que está ali, desde cedo, de amarelo. Eu ainda perguntava se a senhora não vinha para a mesa, e ele dizia: "Não, Senador [o assessor aqui], ela virá no dia em que ela for aqui por todos nós questionada". E ela responderá com a competência do seu relatório, minha querida Senadora Leila Barros. Estaremos aqui, com certeza, junto com você, para apoiá-la.

Então, mediante os fatos, muito bem encaminhados pela Relatora, eu sou obrigado a pedir vista. Por mim, eu não pediria, já votava hoje. (*Risos.*)

Fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal; e, assim, encerramos.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 com a presença dos Senadores Beto Faro, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Weverton, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Wellington Fagundes e Augusta Brito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belém, do Pará, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da COP 30 - CMACOP30, de forma a integrar oficialmente a diligência externa aprovada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), por meio do Requerimento nº 5, de 2025 – CMA, com o objetivo de acompanhar in loco os preparativos para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 30." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 n° 2, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no âmbito da Subcomissão Temporária da COP30 (CMACOP30), os preparativos da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), a ser realizada em Belém, Pará, em novembro de 2025." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/05/27

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 27 de maio de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada no dia 7 de maio de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A primeira parte da reunião será deliberativa.

Vou proceder à leitura rapidamente e já ir para o segundo item.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30 Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belém, do Pará, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da COP 30 - CMACOP30, de forma a integrar oficialmente a diligência externa aprovada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), por meio do Requerimento nº 5, de 2025 – CMA, com o objetivo de acompanhar in loco os preparativos para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 30.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Essa votação será simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Sobre a diligência, a Presidência da CMA emitiu os convites aos membros para integrar a comitiva que vai a Belém, por meio do Ofício Circular nº 31, de 2025/CMA, que é por esta Presidência reforçado aos membros da Subcomissão.

Inclusive, eu estarei presente nessa diligência, com certeza. Eu e o Relator, com certeza, não é, Senador Beto Faro?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Sim, eu já moro lá...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois é. Não, você mora, mas você está aqui em Brasília direto. Vai ter que ir e voltar.

Do ofício, constam os procedimentos, prazos e informações necessárias para as providências de deslocamento dos Senadores e a programação preliminar da diligência.

Os interessados devem manifestar seu interesse à secretaria até hoje, às 14h.

Item 2.

Requerimento nº 2, de minha autoria.

Vou fazer a leitura.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30 N° 2, DE 2025

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, no âmbito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da Subcomissão Temporária da COP 30 (CMACOP30), os preparativos da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), a ser realizada em Belém, Pará, em novembro de 2025.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 3.

ITEM 3

PLANO DE TRABALHO - SF255484489401

- Não terminativo -

Plano de trabalho da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

Eu concedo a palavra ao nosso Relator para a leitura do seu plano de trabalho.

Bom dia, Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PA. Como Relator.) – Bom dia, Presidenta e demais membros da Comissão, da Subcomissão.

Apresentamos aqui, então, uma proposta de plano de trabalho.

O Brasil sediará a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, marcada para novembro de 2025, na cidade de Belém, Estado do Pará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O evento terá importância decisiva nos esforços multilaterais para o enfrentamento da crise climática e suas repercussões vitais para a humanidade.

A decisão da ONU pela realização dessa COP no Brasil e na Amazônia refletiu o reconhecimento do resgate do protagonismo internacional do Governo brasileiro nos temas do clima e do meio ambiente, e da relevância da preservação do bioma amazônico e de suas diversidades étnica e biológica para as ações de restabelecimento da estabilidade do clima.

Ao criar esta Subcomissão, proposta pela Senadora Leila Barros, o Senado Federal, por meio da sua Comissão de Meio Ambiente, chancela o significado estratégico da COP 30 para o Brasil e o mundo, e oferece a disposição de atuar pela convergência das ações desta Casa na contribuição com o Governo brasileiro e com as Nações Unidas, para o pleno êxito da COP 30.

2. Finalidade da Subcomissão.

Acompanhar, no prazo de 300 dias – já são menos –, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

3. Composição da Subcomissão.

Aí tem todos os nossos Senadores que compõem.

4. Assessoria administrativa, técnica e de imprensa.

5. Os objetivos específicos da Subcomissão.

São objetivos específicos da Comissão:

1. Atuar politicamente pela sinergia e potencialização das iniciativas do Senado e, idealmente, também da Câmara dos Deputados, que visem propor, debater, acompanhar e resolver aspectos críticos da organização e mérito do evento, nas esferas do Governo brasileiro e suas interações com as Nações Unidas;

2. Consistente com o ponto anterior, atuar politicamente pela convergência às seguintes ações em curso no Senado:

a) REQ 203/2025, do Senador Beto Faro, propondo a constituição de Comissão Temporária Externa para acompanhar e participar do processo de organização e realização da COP 30;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

b) REQ 04/2025, do Senador Beto Faro, propondo a realização de audiência pública CMA/CRE para debater os investimentos do Governo Federal para a realização da COP 30;

c) REQ 01/2025, da Senadora Leila, para a participação dos membros da Subcomissão na diligência proposta pelo Senador Contarato por meio do REQ 05/2025, com o objetivo de acompanhar *in loco* os preparativos para a realização da COP 30;

d) REQ 07/2025, do Senador Fabiano Contarato, com o objeto de realização de audiência pública para debater o papel do cooperativismo da agricultura familiar na COP 30;

3. Acompanhar e fiscalizar as ações do Governo Federal, especialmente daquelas encaminhadas pela Presidência brasileira da COP, MRE e Casa Civil da Presidência da República;

4. Acompanhar e contribuir com o Governo do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém pela identificação e resolução dos pontos críticos que ainda restam para dotar Belém de plena capacidade logística, de infraestrutura e de organização para a plena realização do evento, incluindo a recepção adequada das delegações, chefes de Estado e governo, e do público em geral, nacional e estrangeiro;

5. Contribuir com as iniciativas do Governo Federal nos seus esforços para encontrar alternativas viáveis para o financiamento climático compatível com as políticas recomendadas pelo IPCC para a manutenção da elevação da temperatura da Terra no limite máximo de 1,5ºC;

6. Em relação ao ponto anterior, especificamente tendo em vista a saída formal dos EUA do Acordo de Paris, avaliar a possibilidade de diálogo com governos de estados daquele país, sensíveis ao tema, via Embaixada americana no Brasil, para eventuais adesões aos esforços de financiamento;

7. Atuar politicamente pelo fortalecimento da participação em todas as esferas da COP 30, das organizações da sociedade civil internacionais e nacionais;

8. Relacionado ao ponto anterior, atuar politicamente por maiores espaços de participação efetiva na COP 30, de representantes de grupos étnicos, comunidades tradicionais e pequenos agricultores com relevância para os propósitos de preservação da Floresta Amazônica;

9. Indicações de ajustes nas legislações federais atinentes aos temas socioambientais que as coloquem em conformidade com os desafios multilaterais de contenção do processo de aumento da temperatura da Terra e seus efeitos no clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

6. Produtos

Na impossibilidade de um cronograma de atividades pré-determinado para as atividades da Subcomissão em razão das imprevisibilidades das agendas do Senado e do Congresso, bem assim da imprevisibilidade da própria dinâmica das intercorrências nos trabalhos de organização da COP, propomos as seguintes rotinas e instrumentos de ação a serem realizadas conforme as circunstâncias e oportunidades avaliadas pela direção da Subcomissão:

a) Reuniões da Subcomissão com as autoridades do Governo, das Nações Unidas, comunidade científica e organização da sociedade civil envolvidas com o tema e a organização da COP 30 com vistas aos objetivos específicos antes mencionados. Inclui REQ 02/2025, da Senadora Leila, que é o Requerimento 2, que nós aprovamos ainda há pouco;

b) Diligências em Belém para o acompanhamento e fiscalização das atividades e investimentos do Governo Federal na logística da COP 30;

c) Visitas técnicas a Belém para audiências com o Governador, Prefeito, Legislativo e outras autoridades locais, além de representantes da sociedade civil, para acompanhar e contribuir na superação dos gargalos na organização evento;

d) Reuniões informais da Subcomissão com autoridades estrangeiras com vista aos objetivos específicos, no que couber;

e) Relatórios tópicos sobre as atividades;

f) Relatório final da Subcomissão no prazo estabelecido;

g) Ato político para a divulgação do relatório.

Brasília, em 26 de maio de 2025.

Senador Beto Faro.

Nós já tínhamos feito a proposta, já tínhamos repassado, os Senadores já têm conhecimento; portanto, já foi amplamente divulgado. Eu peço, então, se tiver algum reparo, para que a gente possa aprovar esse requerimento, Sra. Presidenta, já estabelecendo que, na próxima semana, a gente tem essa visita a Belém, a diligência em Belém, e me propondo, inclusive, para a coordenação da Comissão, para, se for necessário, ajudar lá na articulação das audiências em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Belém, na ida a Belém, pela minha própria relação lá com o Governo do estado, com a prefeitura, com o Legislativo local.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Filho da terra, não é, Beto Faro? É isso aí. (*Risos.*)

Grande representante da terra.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

Parabéns pelo plano de trabalho! Bem interessante essa sua proposta das audiências públicas no próprio estado para a gente conversar com as prefeituras, enfim, o Governo local. Então, parabéns pela iniciativa!

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

Antes de finalizar, eu só gostaria de reforçar aqui, Senador Beto Faro – já deixando o senhor bem tranquilo, porque sei que está todo mundo correndo –, que, na audiência pública que eu pedi, nós vamos fazer dois painéis temáticos. O Tema 1 – A preparação da COP 30: cúpula, agenda de ação, negociação e mobilização. Os convidados propostos são: o Embaixador André Corrêa do Lago, Presidente da COP 30; a Sra. Ana Toni, Diretora-Executiva (CEO) da COP 30. O Tema 2 – Os temas em negociação na COP 30: o papel da Presidência na construção de consensos e o interesse nacional, como já reforçado pelo senhor no seu plano, não é? Os convidados propostos são: o Embaixador Mauricio Lyrio, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores; a Embaixadora Liliam Chagas, Diretora do Departamento de Clima e Negociadora-Chefe do Brasil no Ministério das Relações Exteriores. Então, é só para reforçar os convidados da nossa primeira audiência para tratar do tema da nossa Subcomissão.

Bom, quero agradecer a participação na nossa breve reunião aqui. Nós teremos muito trabalho até a COP 30.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa tarde... boa tarde, não, bom dia e boa terça para todos!

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dezenove minutos do dia quinze de julho de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 com a presença dos Senadores Beto Faro, Hamilton Mourão, Wellington Fagundes e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2025 - CMACOP30, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Debater os preparativos da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), a ser realizada em Belém, Pará, em novembro de 2025. **Participantes:** Sr. Valter Correia, Secretário Extraordinário para a COP30; e Sra. Liliam Chagas, Embaixadora e Diretora de Clima e Negociadora-Chefe do Brasil no Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belém, do Pará, nos dias 18 e 19 de agosto próximo, com a participação de parlamentares membros da "Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 - CMACOP30", com o objetivo de acompanhar os preparativos logísticos, a organização espacial e o planejamento das programações para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima- COP 30." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Leila Barros
Presidente da Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/07/15

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento dos Preparativos para a Realização da COP 30 da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de julho de 2025, no modo semipresencial, o que faculta aos membros registrar presença e participar remotamente da reunião.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª Reunião, realizada em 27 de maio de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião está dividida em duas partes: uma para a audiência pública e outra para deliberar sobre requerimento.

Na audiência pública de hoje, vamos debater sobre os preparativos para a 30ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP 30, a ser realizada em Belém, Pará, em novembro de 2025.

Em atenção ao Requerimento nº 2, da CMACOP30, de minha autoria, Senadora Leila Barros.

Eu convido para tomar lugar à mesa o Sr. Valter Correia, Secretário Extraordinário da COP 30. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Sra. Embaixadora e Diretora de Clima e Negociadora-Chefe do Brasil no Ministério das Relações Exteriores, a Sra. Liliam Chagas. (*Palmas.*)

Agradeço aqui a presença dos dois.

Muito obrigada.

Também foi convidado o Sr. Embaixador Maurício Lyrio, Secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, que não pôde comparecer devido à agenda.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no nosso portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Ao final das exposições, será concedido tempo aos nossos colegas Parlamentares inscritos para fazerem alguma pergunta ou comentário.

A exposição para cada convidado... Está aqui o uso da palavra por até 15 minutos, mas, por favor, fiquem à vontade! É um prazer tê-los aqui conosco na nossa Subcomissão!

Eu vou passar a palavra primeiramente para o Sr. Valter Correia, que é o Secretário Extraordinário para a COP 30.

Seja muito bem-vindo, Dr. Valter!

O SR. VALTER CORREIA (Para expor.) – Muito bom dia, Senadora Leila Barros.

É um prazer estar aqui com vocês, estar aqui numa audiência pública. É sempre importante termos esses espaços para dialogar com esta Casa, com as pessoas que estão nos assistindo, mesmo remotamente.

Queria cumprimentar Senadores e Senadoras que estejam também de forma remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar minha colega, a Embaixadora Liliam, com quem a gente tem conversado bastante, juntamente com o Presidente André Corrêa do Lago.

Então, muito obrigado pelo convite.

Muito bom dia a todas; muito bom dia a todos. Eu vou reproduzir aqui um *briefing* que eu fiz em Bonn, de balanço da parte de logística. Talvez, Senadora, passe um pouquinho dos 15 minutos, mas peço já desculpas, porque a gente está fazendo bastante coisa. (*Risos.*)

Então, eu gostaria de mostrar um pouquinho mais.

Vou tentar ser ágil. Vou tentar ser rápido, na medida do possível, para poder esclarecer o máximo possível, trazer o máximo de informação também aqui para esta Casa.

É essa aqui mesmo? (*Pausa.*)

É.

Só está tendo um *delay*, né? (*Pausa.*)

Mas enfim...

É para falar um pouquinho sobre a COP, a importância que tem essa conferência. (*Pausa.*)

Não, pode ir. Pode ir. Obrigado.

Falar da importância que tem essa convenção para o planeta e, obviamente, a embaixadora vai falar bastante sobre isso também.

Nós temos 198 Partes, países – são 197 países, mais a União Europeia –, e se tornou a maior reunião anual do sistema das Nações Unidas, com milhares de participantes. São representantes globais que se reúnem para avaliar o progresso no combate às mudanças climáticas e para negociar as ações conjuntas para mitigar seus impactos e promover a sustentabilidade.

As negociações formais são complementadas por uma grande variedade de eventos, representada por essas Partes, que são esses 197 países mais a União Europeia; as organizações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

observadoras; os secretariados do órgão da ONU que organizam a COP, que é esse monte de letrinhas aqui; o UNFCCC; e o país anfitrião.

Reúne uma vasta gama de participantes, desde chefes de Estado... Nós teremos a nossa cúpula de chefes de Estado; depois, eu vou passar aqui as datas mais importantes e o momento em que teremos a participação dos chefes de Estado desses 197 países. Esperamos que venha uma quantidade bastante representativa para Belém.

Essa aqui é só para a gente ter uma clareza do que são essas COPs. Como nós estamos falando da COP 30, já tivemos 29 outras COPs já realizadas.

Desde 1995... Aliás, começou um pouco antes, na Eco 92, no Rio 92, quando a gente fez a primeira iniciativa nesse sentido e que depois se transformou nas COPs a partir de 1995. Esses são todos os anos e os países nos quais foram realizadas essas COPs como países anfitriões. A última foi em Baku, no Azerbaijão, que foi em novembro, exatamente em novembro do ano passado.

Os principais resultados anteriores: na Eco 92, foi a largada para essa conscientização ambiental e ecológica; a COP 3, em que nós tivemos o Protocolo de Kyoto, com o primeiramente tratado internacional para controle da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera; a COP 7, em que foi criado o Fundo Especial para Mudança do Clima; a COP 12, projeto de redução de emissões por desmatamento e degradação; a COP 15, em que foi estabelecida a meta inicial de elevação de 2ºC na temperatura média do planeta, e no Acordo de Paris, esses dois foram reduzidos a 1,5ºC.

Aqui, os organizadores: então, tem a Presidência da COP; tem a Casa Civil, a Secop, que é a minha secretaria, através da Casa Civil; o Ministério do Meio Ambiente; o Ministério das Relações Exteriores e vários outros ministérios que se envolvem de acordo com a temática a ser desenvolvida; os órgãos da ONU, que são o UNFCCC e a UNDSS, que trata das questões de segurança – são dois órgãos diferentes dentro da ONU; o Governo do Estado do Pará; o Governo municipal, a Prefeitura de Belém; e aí os fornecedores. Do outro lado, os participantes: Chefes de Estado, delegados, empresariado, sociedade civil, imprensa, e outros não registrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é essa minha Secretaria? Para que todos possam ter noção um pouco mais clara: ela foi criada em março do ano passado e é um órgão vinculado à Casa Civil da Presidência da República. Foi criada para fazer a coordenação nacional e a preparação da COP 30. Atua com forma de organização interministerial e interfederativa, articulando ações com os ministérios, o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura de Belém – mas não só – e outras prefeituras também da região metropolitana, a sociedade civil, o setor privado e organismos internacionais. Serve como um ponto focal entre o Governo Federal e as Nações Unidas.

A COP representa uma oportunidade muito estratégica para o país para reforçar a imagem internacional do Brasil e destacar seu papel nas negociações climáticas, o que tem sido importantíssimo nas últimas COPs. Realizada em Belém, a conferência colocou a Amazônia no centro do debate global, através da decisão do Presidente Lula de levá-la para o centro da Amazônia, lá em Belém, no Pará.

O evento também já impulsionou... Isto é uma realidade que já tem acontecido em Belém e nos outros municípios, nas outras regiões do Norte: já teve um impulsionamento muito forte do turismo, fortalecendo já a economia local como um grande legado e tem gerado benefícios diretos para os setores de serviços, como hospedagem, alimentação e transporte, conectando o desenvolvimento sustentável. Várias obras que estão em andamento hoje, que estão em curso, vão deixar um legado muito forte, não só para a cidade de Belém, mas para toda a Região Norte.

Para isso, obviamente, todos nós estamos trabalhando muito intensamente. A Senadora teve a oportunidade de estar em Belém, numa missão...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Infelizmente, não...

O SR. VALTER CORREIA – Não foi? Mas vocês estiveram lá, vocês puderam observar que está um movimento bastante intenso. Sei que estão programando uma próxima visita...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – 18 e 19 de agosto.

O SR. VALTER CORREIA – Estarei junto para acompanhá-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou falar aqui, rapidamente, das datas mais importantes: dos vistos, de logística e alfândega, aeroporto e voos, mobilidade, segurança e proteção, saúde, escritórios e pavilhões, alimentação, tradução e interpretação, acessibilidade e hospedagem. Como a gente vê, tem muitas frentes nessa área de logística em que a gente tem atuado fortemente, cada uma delas com os nossos análogos na ONU, discutindo isso lá com eles também.

Nas datas mais importantes, temos a Pré-COP, que vai ser realizada aqui em Brasília, nos dias 13 e 14 de outubro; a Cúpula de Líderes Mundiais, dias 6 e 7 de novembro, em Belém, onde vão juntar todos os Chefes de Estado que poderão estar disponíveis para esse evento; as pré-sessões, que começam no dia 4 e vão até o dia 9 de novembro; e a COP 30 propriamente dita, de 10 a 21, também – todos em Belém, com exceção da Pré-COP, que será em Brasília.

Uma das coisas que tem preocupado bastante os países é a questão do visto para entrada aqui no Brasil. Eles têm muita preocupação de como conseguir esses vistos, se é de forma eletrônica ou não, porque o Brasil nunca teve visto eletrônico, mas foi desenvolvida já uma plataforma pelo MRE para disponibilizar o visto para todos que quiserem vir, de forma gratuita.

Um e-Visa especial para a COP 30 está sendo implementado gratuitamente com base no credenciamento deste órgão da ONU, a UNFCCC. O portal oficial será lançado nas próximas semanas e poderá ser acessado por esse sítio cop30.br. Os participantes já isentos de visto, obviamente, não precisam solicitá-lo. Todos os participantes credenciados estarão isentos de pagamento de taxas de visto. Os participantes devem iniciar o processo tão logo sejam feitos seus credenciamentos. E uma coisa importante é que não será feita nenhuma emissão de visto na chegada aos aeroportos em território brasileiro; portanto, todos os que necessitam precisam solicitar e emitir esse visto pela internet, gratuitamente.

A logística e a alfândega. Nós temos já a estatal, os Correios, que vão servir como operador logístico oficial do evento. Vai ter um centro logístico dedicado para isso; então, vai estar à disposição dos países também que quiserem fazer transporte de lá, dos seus países para cá, e, daqui, de volta para os seus respectivos países. Os pedidos e solicitações desse serviço poderão ser feitos através do *site* oficial. Teremos aí uma central de vendas e relacionamento dedicada. Então, é uma das nossas obrigações que entrará no acordo de país-sede disponibilizar algumas empresas para prestação de serviços para os países. Aliás, é o acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que será também homologado aqui nesta Casa, aqui no Congresso, porque tem uma série de coisas importantes nesse acordo de país-sede que necessita da autorização legislativa.

O aeroporto, quem esteve lá recentemente viu que está em obra já há mais de um ano, através da concessionária. E os voos internacionais diretos para Belém já existem a partir de Lisboa, Fort Lauderdale, Miami, Caiena e Paramaribo. O número de voos, nós estamos em negociação, em tratativas através do Ministério de Portos e Aeroportos para ampliação desse número de voos. De qualquer maneira, nós teremos as opções de conexões internacionais nas nossas principais capitais: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Manaus, Recife, Guarulhos, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte e Campinas.

A hospedagem, que é um dos maiores assuntos que a gente tem tratado diariamente, quase que diuturnamente...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. VALTER CORREIA – Diuturnamente, não é? Às vezes, eu acordo com pesadelo sobre hospedagem, mas vamos tratando.

Nós estamos com três novos hotéis em fase final de construção. Esse daqui é o que a gente está chamando de Vila Líderes vai ser em frente onde vai ser realizada a COP, vai ser bem em frente! São 406 apartamentos que serão disponibilizados para os chefes de Estado, ministros, enfim, a alta delegação da ONU. Nós temos hoje mais de 28 mil quartos já em estágio bastante avançado de negociação e discussão, o que representa mais de 55 mil leitos.

Temos vários tipos de soluções distintas, não é uma única solução. A rede hoteleira, normalmente nos outros países onde foi desenvolvida a COP, é o principal fator de hospedagem, mas aqui em Belém nós tivemos que achar uma série de outras soluções para além da rede hoteleira.

Então, nós temos a rede hoteleira. Temos os aluguéis de curto prazo, que são aqueles tipo de temporada feito pelos Airbnbs e Bookings da vida. Temos dois navios com que acabamos de assinar o contrato, são navios de cruzeiro que vão aportar ali em Outeiro, que estão em ampla construção, ampla reforma. E há outras soluções que passam desde leitos em áreas militares,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das forças militares, da defesa, até outras alternativas em outras situações que nós estamos também disponibilizando.

Segurança e proteção é uma das áreas em que a gente mais tem avançado desde o início, desde o ano passado. O Brasil vai implementar uma operação integrada de segurança, que foi muito bem planejada e projetada para garantir um ambiente seguro para todas as autoridades e participantes e para toda a população não só de Belém, mas de toda a região metropolitana. E essa operação abrangerá não só a Zona Azul e a Zona Verde, como eu acabei de falar, mas também toda a região, incluindo hotéis, condomínios residenciais e áreas turísticas.

Nós fizemos uma série de oficinas com todas as forças de segurança do país, não só a nacional, mas também estadual e municipal, garantindo segurança aérea, segurança marítima e segurança cibernética, além da territorial. Então, estão envolvidos nisso Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará e cidade de Belém, que estão envolvidos em todos os planos de segurança. Foram mais de dez oficinas com todas essas forças presentes para poder estabelecer a matriz de responsabilidade. Agora estão detalhando os planos operacionais.

Na saúde, todos os participantes também terão acesso à estrutura pública de saúde, que é um dos sistemas mais avançados do mundo, que é o nosso SUS, em situações de urgência e emergência. Belém ainda possui uma ampla rede privada de saúde através de seguro-saúde. Será disponibilizado um aplicativo com contatos úteis e localização dos serviços de saúde. E o Ministério da Saúde também, obviamente, recomenda algumas vacinas, que as pessoas se vacinem principalmente contra febre amarela e sarampo. Sarampo, obviamente, já está erradicado, mas pedimos também que não tragam para nós sarampos alheios. (*Risos.*) Então, que venham vacinados também para nos ajudar.

O local do evento é este aqui. Para quem não conhece ainda, este aqui é o Parque da Cidade, o que está de fundo, é um antigo aeródromo que foi cedido pelo Governo do estado. Estão fazendo um parque na cidade com 500 mil metros quadrados de área verde. É ali que nós vamos estruturar as duas áreas principais. Há a Blue Zone, que é a Zona Azul, que é onde se dão as negociações e onde o território é considerado da ONU. Está isto também no acordo de país-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sede: a gente transfere esse espaço para a ONU. Toda a segurança, toda a logística, toda a articulação lá dentro é deles. E há a área verde, onde teremos também a parte não institucional da COP, onde teremos vários pavilhões e várias representações da sociedade civil.

Essa aqui é a estrutura que está sendo... Começou já a montagem disso, começou já na semana passada. São, na Zona Azul, 240 mil metros quadrados de área, com 160 mil metros quadrados de área total coberta. Então, é uma estrutura gigantesca, enorme, com muitos pavilhões, com plenárias, com mais de 1,8 mil pessoas; são muitos pavilhões, muitos escritórios para os países; enfim, é uma grande estrutura que já começamos a implementar.

Isso aqui é só para ter uma ideia do que vai ficar de legado também e que já faz parte do Parque da Cidade, que é um centro gastronômico que vai ser utilizado como restaurantes e como área de alimentação para a Blue Zone. Vai ser uma das áreas. São várias outras áreas que estão sendo construídas nessa área.

Aqui é o parque, é uma vista aérea do parque, a parte que vai ser, em especial, da área verde. Isso aqui tudo vai compor a Green Zone, a Zona Verde. Vai ter também várias... São mais de 40 mil metros quadrados de área coberta, e nós vamos aproveitar toda essa parte maravilhosa que está sendo construída, para fazer de fato uma área verde diferenciada das outras COPs.

Alimentação. O Brasil vai garantir uma alimentação saudável, inclusiva e culturalmente diversa, com cardápios que respeitam diferentes dietas e tradições alimentares, inclusive as religiosas, uma série de culturas, enfim, vamos ter que respeitar todas essas tradições. Serão adotados rígidos protocolos de segurança alimentar, com controle de qualidade e treinamento das equipes. Além disso, alimentos, bebidas e água estarão disponíveis continuamente em locais acessíveis. Então, nós vamos ter vários locais com bebedouros, com quiosques, enfim.

Alimentação ainda. Restaurantes com cozinha internacional e brasileira, cafés e máquinas de autoatendimento. E importante: 40% das opções de alimentação serão vegetarianas ou veganas; e 30% desses alimentos, provenientes da agricultura familiar e agroecologia. Então, nós teremos vários tipos de opções sem glúten, sem lactose etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sustentabilidade em alimentos. Pequenos agricultores, já estamos em discussão bastante avançada com todos eles; agroecologia e sociobiodiversidade; alimentos com baixa pegada de carbono; utensílios compostáveis e recicláveis; separação de resíduos e gestão; e rastreabilidade da origem dos gêneros alimentícios. Tudo isso aqui, gente, envolve uma série de organismos, envolve uma série de órgãos estaduais, federais e municipais, envolve sociedade civil, envolve organizações sociais, enfim, toda uma cadeia de debate e discussão.

Para a questão da tradução e interpretação, também uma das obrigações de uma das empresas é a gente disponibilizar tradução para as reuniões bilaterais, e isso em seis línguas oficiais, mais o português. Tradução multilíngue, numa base comercial – obviamente isso vai ser ofertado para contratação. Teremos intérpretes de sinais internacionais. E a contratação pode ser feita também via plataforma ou presencialmente. Estará disponível para todos os países.

Acessibilidade. O Brasil é um dos países do mundo que tem um protocolo de maior acessibilidade. Nós teremos lá uma infraestrutura física acessível e tecnologias assistivas.

Aliás, os participantes quando fizerem as suas inscrições, podem também indicar determinadas necessidades específicas para darmos um tratamento também personalizado.

Compensação voluntária de carbono. Vamos buscar a neutralidade de carbono com a certificação PAS 2060. Os participantes também poderão compensar as suas emissões por meio de mecanismo que vamos disponibilizar para compensação voluntária.

Um compromisso climático do Brasil para a COP 30 é que será um evento neutro em carbono, segundo as normas internacionais. Todas as emissões serão cuidadosamente calculadas, reduzidas sempre que possível e de forma transparente, e afirmando o compromisso com a ação climática global. Teremos uma metodologia de cálculo adotada, que é esse Protocolo GHG, um padrão reconhecido internacionalmente para dar maior transparência nessa compensação.

Escritórios e pavilhões, nós já colocamos à disposição para inscrição através do nosso *site*. Manifestações de interesse, tanto para os pavilhões da Zona Azul quanto da Verde, também já estão disponíveis. As partes interessadas vão receber todo o suporte técnico e logístico, e teremos três pacotes diferentes de pavilhões, de tamanhos e tipologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu dei uma acelerada aqui, no final, Senadora, porque eu sei que já estava gastando bastante do tempo, mas fico aqui agora à disposição para as questões, para dúvidas, enfim.

Muito obrigado, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Secretário Valter.

Inclusive, a gente vai ter umas perguntas, o e-Cidadania já está começando a dar uma bombada, digamos assim. Eu vou passar a palavra, então, para a Sra. Embaixadora Liliam Chagas, que, enfim, poderá nos atualizar sobre as principais frentes diplomáticas, e como é que... As frentes diplomáticas, os desafios e as oportunidades que o Brasil pode ter com a vinda da COP 30 para o nosso país. Eu acho que é uma oportunidade única.

É um prazer tê-la de novo aqui conosco, Embaixadora. Seja muito bem-vinda!

A SRA. LILIAM CHAGAS (Para expor.) – Bom dia. Senadora Leila, muito obrigada pelo convite. É sempre uma grande satisfação participar dessas audiências e ouvir tanto os Parlamentares como a sociedade, por meio do e-Cidadania.

Em relação à última vez em que eu estive aqui, em que nós tínhamos planos, agora nós temos planos na rua, planos em ação. Eles estão sendo muito bem recebidos pela comunidade internacional, que tem grande expectativa com essa COP do Brasil. Por quê? Um pouco em função da tradição brasileira nas negociações em política ambiental e nas negociações de mudança do clima. Faz parte da história do país ter lançado conceitos que são válidos até hoje, 30 anos depois.

A Rio 92 foi uma conferência chave, que lançou o conceito de desenvolvimento sustentável, que é um conceito que pegou e que significa que o crescimento econômico, que é necessário para que as sociedades do mundo tenham bem-estar, não pode se dar à custa da destruição dos recursos naturais. Então, o crescimento econômico tem que ser feito de uma maneira responsável, sustentável, daí o nome "desenvolvimento sustentável", que baliza todas as conversas, todas as ações e as normas internacionais que foram se conformando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso nasceu no Brasil. O mundo, os governos têm muito premente essa questão, e isso só dá mais importância e relevância para a COP que a gente vai fazer agora, em 2025, 33 anos após a conferência do Rio.

Outra brasilidade, digamos assim, outro vínculo que essas discussões têm com o Brasil foi que a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas teve sua assinatura aberta em 1992, no Rio de Janeiro. Então, ela tem o seu berço também muito vinculado ao Brasil, e, desde então, o país tem sido uma ativa voz nessas negociações, portanto, um ativo construtor de todo esse arcabouço jurídico que existe, hoje, após 33 anos, e três acordos internacionais, que são a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima –, o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris, que é o mais recente – o acordo de 2015 – e é o acordo que, digamos assim, internacionalizou a ação climática. Por conta desse acordo, todos os países, hoje, são obrigados – eles se comprometeram – a ter políticas para o enfrentamento do aquecimento global, para o enfrentamento da mudança do clima.

Bom, por que essa COP também é única? Porque, diferentemente de anos anteriores, como o Secretário mostrou na apresentação dele, nós não temos, assim, um grande tema a resolver este ano, como a COP de Baku, a COP 29, que teve a questão do financiamento, de qual seria a meta global de financiamento climático anual. Esse foi o grande assunto da COP 29.

Na COP 28 foi a primeira vez que os países fizeram uma avaliação do Acordo de Paris. O acordo diz que seria preciso ter um balanço global dez anos depois, e isso foi feito na COP 28, o que resultou em recomendações inéditas para os países sobre qual é a direção que as políticas climáticas domésticas devem tomar para, seriamente, enfrentar a mudança do clima.

Foi desse balanço geral que saíram recomendações para a área de energia, de triplicar o uso de renováveis, de duplicar a eficiência energética e de afastar os combustíveis fósseis dos sistemas energéticos nacionais.

Então, dois anos depois, nós chegamos à COP 30, que não tem um grande tema, mas tem vários mandatos em todos os pilares do regime do clima. Quais são eles? Os esforços de mitigação: como reduzir as emissões de gases de efeito estufa, que são a causa desse problema; adaptação – é o segundo objetivo do Acordo de Paris, em que os países precisam estruturar formas de adaptar as suas estruturas, suas infraestruturas, as suas sociedades aos impactos da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança do clima –; e o terceiro pilar é a questão do financiamento – como se financia essa transição para energias limpas, transição para economias de baixo carbono e transição para sociedades mais resilientes.

Então, nós temos, para a COP 30, mandatos substantivos em todas essas áreas, e, na totalidade deles, o que eles vão conseguir é reforçar esse regime do clima em um momento em que há questionamentos por parte de alguns governos sobre a validade disso, se isso não está emperrando a liberdade dos países de crescerem da forma que eles acharem melhor... Há esses questionamentos até por parte de sociedades que temem que essas medidas de descarbonização da economia resultem em contas de luz mais altas. Há essas discussões, essas pressões no mundo inteiro, mas esse sistema é baseado nos países – é um sistema intergovernamental – que são partes – todos membros da ONU – e em mais alguns não membros da ONU – inclusive a União Europeia, que é um agrupamento de países –, que dão a totalidade de 198 partes, e é o único sistema que envolve todo o mundo. As decisões tomadas nessas COPs se tornam compromisso jurídico internacional para esses países – daí a importância delas –, que se comprometem a atuar. Então, o que nós temos na COP 30 é um mapa bem amplo de decisões que, na sua totalidade, vão fortalecer esse regime do clima, esse regime global; vão fortalecer as ferramentas, os programas que já existem. São essas as decisões que estão à frente de nós.

A Presidência da COP, o Embaixador André Corrêa do Lago, deixou já claro que esta COP tem três objetivos: reforçar o multilateralismo nesse momento de desafios geopolíticos; fazer com que as decisões tomadas sejam mais próximas da realidade das pessoas, que os povos do mundo entendam o que essas COPs estão decidindo e o que tem lá para eles, o que é, basicamente, ajudar o mundo a não sofrer um impacto devastador, que pode decorrer de eventos climáticos extremos. Então, basicamente, é um futuro saudável, é um planeta saudável que está em jogo – decisões que sejam mais impactantes na vida das pessoas. E o terceiro objetivo é que a gente chegou a um ponto em que a implementação desses acordos, dessas decisões que são tomadas precisam ir além da convenção do clima. O clima precisa entrar no seio das políticas globais de todos os setores: do sistema financeiro internacional, dos bancos multilaterais de desenvolvimento, das políticas domésticas dos países, dos bancos centrais, da regulação financeira, dos sistemas de seguros, ou seja, a implementação desses compromissos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ser – no jargão, se configurou dizer – da totalidade da sociedade, da totalidade dos governos. Há muito, deixou de ser assunto de um país, de um ministério, de uma área do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Agora todas as áreas de governo têm que dar alguma contribuição para que essas políticas sejam efetivas para a vida real.

Quais são os meios que se tem à disposição de uma COP? E a COP 30 está até ampliando esses meios. Então, a COP 30 está se organizando, está se propondo a ter quatro diferentes dimensões: a dimensão das negociações formais, de que eu e o meu ministério, o Ministério das Relações Exteriores, estamos mais à frente; a dimensão das negociações multilaterais; a dimensão da agenda de ação...

A agenda de ação são eventos paralelos à COP, que acontecerão ali no esquema que o Secretário mostrou, tanto na Zona Azul como na Zona Verde, que traz para a COP todos aqueles entes não Estados – grandes corporações, *big techs*, bancos, Parlamentos, academias, universidades. Esses atores também têm políticas de longo prazo de descarbonização e eles vão a esses espaços aprender e informar, se informar e intercambiar metodologias, tecnologias, coisas que estão acontecendo já no mundo e que precisam de ser ampliadas para que a luta contra o combate à mudança do clima seja mais efetiva, mais ágil e mais rápida.

Essa agenda de ação é o que acabou um pouco, para preocupação do Secretário Valter, trazendo milhares de pessoas para essa COP, porque as delegações são os Governos e elas levam 50, 100, 200 pessoas – o Brasil costuma levar muito mais. As negociações são entre os Governos. Essa agenda de ação é para todos os atores e ela se tornou, ao longo dos anos, muito importante. As empresas têm áreas, setores de sustentabilidade, diretorias de sustentabilidade; os Parlamentos estão preocupados, estão legislando. Então, essas pessoas se encontram nesses espaços para um grande intercâmbio de soluções: soluções na área financeira, soluções na área de legislação, soluções sociais de todo o conjunto da sociedade. Então, essa agenda de ação, que vai estar acontecendo lá, é a que acaba trazendo 50 mil pessoas que são esperadas em Belém.

Uma terceira dimensão da COP é a Cúpula de Chefes de Estado, que o Brasil decidiu fazer antes, um pouco antes da abertura da COP, nos dias 6 e 7 de novembro, quando os líderes dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais altos escalões dos países vêm discutir questões que dizem respeito ao estado atual do problema e ao estado atual da solução.

Nós queremos fazer com que esta COP seja um celeiro de soluções. Há soluções para a mudança do clima – os estudos científicos têm mostrado vários caminhos – e elas precisam também ganhar uma vitrine importante para que se acredite nessas soluções e se busquem os meios de fazê-las tornar realidade.

Essas quatro dimensões ficam muito claras nas cartas que o Presidente da COP escreveu ou emitiu dirigidas à comunidade internacional. Para quem ainda não leu, elas estão disponíveis em inglês e em português, no *site* da COP 30, cop30.br, e elas deixam muito claro essas quatro dimensões e como será possível tirar vantagem de todas elas em novembro.

Uma palavrinha aqui sobre as negociações em si: nós temos vários mandatos. É importante entender que a agenda da COP 30 já está feita. Ela vem de decisões anteriores, de COPs anteriores, que foram tomando decisões e que encomendam, para novembro de 2025, a avaliação de um programa de trabalho, o relançamento de uma ferramenta financeira... Essa agenda já existe e, como é um processo multilateral, envolve 198 partes, é muito difícil transformá-la. Então, a gente não tem de ter expectativa de que nós vamos trazer da nossa manga assuntos, colocar novos assuntos na agenda, porque a agenda já está feita. Qualquer outro novo assunto precisa do consenso dessas 198 partes. É possível? É. É difícil? É. Então, a gente pretende trabalhar com os mandatos que existem.

Desses mandatos, que são mais ou menos uns 15, um pouco mais de 15 mandatos substantivos, as estrelas, os mais importantes são, primeiro, uma decisão sobre transição justa, em que está em jogo, também, talvez criar um mecanismo ou alguma instituição nova no sistema em que os países possam ter ajuda para que a transição para economias de baixo carbono se dê da forma justa. O que isso significa? O retreinamento de mãos de obra, né? Trabalhadores que trabalhavam num setor que vai, paulatinamente, fechar ou passar para outra área, áreas menos poluidoras do meio ambiente, essas pessoas precisam ser recolocadas no mercado de trabalho. Isso é uma transição justa, não deixar ninguém para trás, levar em conta a necessidade real dos grupos vulneráveis. Então, algumas partes, algumas opiniões dizem que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande legado da COP 30 para a negociação é dar sentido a uma transição justa para economias de baixo carbono.

Um segundo tema é a implementação do balanço global do Acordo de Paris, que foi resultado da COP 28 e que dá uma série de recomendações para os países na área de energia, na área florestal – tem lá uma recomendação de que o desmatamento florestal deve ser terminado até 2030. Para que se faça isso, tem uma série de recomendações também de como apoiar os países para conseguirem fazer essas metas. Então, como implementar o balanço do Acordo de Paris é uma das questões que está em jogo, e ela vai ser definida na COP 30.

Além disso, há a preparação também, precisam ser acordadas as regras do próximo balanço global, que vai ser feito em 2028.

Um quarto elemento é uma decisão sobre adaptação. Adaptação é o segundo objetivo do Acordo de Paris – o primeiro objetivo é o de temperatura –, e tem um mandato para tomar uma decisão muito importante, que é aprovar indicadores para adaptação, para os países poderem medir o quanto eles estão conseguindo e o quanto eles precisam de apoio em determinada área, como área da saúde, área de infraestrutura urbana, área de resíduos, em qual eles precisam melhorar as suas políticas de adaptação para conseguir tanto apoio financeiro como ter políticas que protejam as sociedades de eventos climáticos.

Além disso, tem outras coisas no radar, como decisões para reforçar as ferramentas de transferência de tecnologia, o que é um dos pilares do acordo também, um novo plano de trabalho para gênero e clima e uma série de outras, como perdas e danos, revisões do mecanismo de perdas e danos para ganhar maior efetividade. Então, estes seriam os principais temas da negociação: transição justa, adaptação, implementação do balanço global do Acordo de Paris e tecnologia.

Sobre as negociações, a gente está em plena atividade. Nós tivemos uma boa notícia na reunião de junho, a reunião dos órgãos técnicos da convenção do clima que aconteceu em Bonn durante duas semanas. A secretaria extraordinária esteve lá também, dando essas informações, fornecendo essas informações sobre a organização da COP, mas, nessas duas semanas, o resultado foi muito positivo, porque houve acordo para que todos esses assuntos – todos esses assuntos – para os quais existe um mandato para serem negociados, houve acordo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preliminar, minutas de decisão, minutas de conclusão, e tudo foi encaminhado para a COP 30. Então, no pilar negociação, a gente pode dizer que nós estamos no caminho. Há pontos de divergência importantes que precisam ser equacionados até novembro. Nós temos planos para equacioná-los, ajudar as partes a chegarem a um acordo, mas a sessão de Bonn foi muito, muito positiva para nós, porque nenhum assunto ficou para trás. Houve acordo e textos-bases para encaminhar todos os assuntos para a COP 30.

Além disso, dentro dessas minutas, entraram questões que são importantes para o Brasil em particular, como reconhecimento de populações de descendência africana, afrodescendentes, reconhecimento da contribuição que povos indígenas e comunidades locais dão ao conhecimento de como se adaptar, que o conhecimento deles seja levado em conta em políticas de adaptação, e também entrou, pela primeira vez, nas negociações do clima um ponto sobre a sinergia entre as convenções do Rio, as três grandes convenções multilaterais, que são a do clima, a da biodiversidade e a da desertificação. Então, além de conseguirmos elevar todos os temas que a gente precisa que estejam na COP para que as negociações avancem rumo a fortalecer esse multilateralismo climático, nós ainda conseguimos colocar temas que eram de especial interesse do Brasil. Então, no pilar negociação, estamos bem, temos muito trabalho pela frente, mas o mapa está dado para um pacote importante de decisões a serem tomadas em Belém.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Embaixadora Liliam.

Eu tenho algumas perguntas aqui que foram feitas até pela nossa assessoria, pela consultoria, mas que batem muito com as que foram feitas até pelo e-Cidadania. Eu tenho algumas... Eu acho que as perguntas estão muito em volta de dois temas, e cabem aos dois aqui. Um é o financiamento, o outro é a hospedagem. Então, assim, eu vou fazer... Apesar de que nas falas vocês responderam, acho importante fazer a pergunta e reforçar a resposta dos nossos dois expositores aqui, o Secretário Valter e a Embaixadora Liliam.

Pegando a questão da hospedagem, como país-sede da COP 30, o Brasil tem buscado exercer uma liderança propositiva nas negociações climáticas e na mobilização internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, têm se intensificado os alertas sobre a infraestrutura de Belém, especialmente quanto à escassez e aos altos custos da hospedagem. Há relatos de que diversas delegações planejam reduzir o número de representantes enviados à conferência devido aos valores elevados de aluguel e diárias, o que pode comprometer a representatividade e a pluralidade de vozes, especialmente de países em desenvolvimento e da sociedade civil – a gente sabe que tem muita gente se mobilizando dentro do nosso próprio país para participar desse incrível evento –, pontos fundamentais para o êxito, inclusive, da COP.

Diante disso, Sr. Secretário, eu gostaria de saber quais as medidas concretas o Governo Federal, em articulação com o Governo do Pará... Inclusive, nós vamos tentar chamar o Governador Helder Barbalho para vir à nossa Subcomissão aqui. Vai ser um prazer receber o nosso Governador. Eu queria saber, nessa articulação entre o Governo Federal, o Governo do Pará e organismos internacionais, o que está sendo adotado para garantir que a questão da hospedagem e a logística em Belém não comprometa a participação plena das delegações estrangeiras e da sociedade civil na COP 30.

O SR. VALTER CORREIA (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, Senadora, que nos dá a oportunidade de falar um pouquinho mais do que na apresentação.

Nós temos feito um esforço muito grande, tanto o Governo Federal quanto o Governo do estado, de dialogar com toda a rede hoteleira, com os proprietários de imóveis privados que estão colocando seus imóveis também na plataforma. E, com isso, a gente tem conseguido alguns bons resultados. Inicialmente, eu, pessoalmente, fiz umas quatro, cinco reuniões com todos os empresários da rede de hotéis, junto com a associação representativa, com o sindicato. E depois, mais recentemente, o Governador e a Vice-Governadora também têm feito um trabalho intenso com cada um desses empresários na tentativa de baixar os valores, baixar os custos e disponibilizar os apartamentos, porque, às vezes, não tem sequer disponibilidade para que as pessoas possam adquirir as estadias para poder se alojarem durante a COP. Então, a gente tem conseguido fazer esse diálogo.

Apesar de a gente, enquanto autoridade federal, ter tido que tomar algumas atitudes em relação a isso também do ponto de vista legal, de pedir informações para os hotéis, não foi como foi divulgado que houve uma ingerência ou intervenção nos hotéis, mas, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridade, nós somos obrigados a intervir em determinados momentos, principalmente quando há algum tipo de prenúncio, algum tipo de suspeita de abuso contra a economia popular. Então, nós não fizemos nada além do que pedir informações para os hotéis. Foi apenas isso e depois a gente conseguiu retomar todo o diálogo. A gente tem conversado muito, tem dialogado bastante. Eu estive lá, na semana passada, conversei com vários empresários do setor, conversei com todas as imobiliárias da região, não só de Belém, mas de toda a região metropolitana e até fora da região metropolitana, nessa tentativa de buscar os preços mais razoáveis – vamos dizer assim – para que se possam contemplar todos os países.

Com esse esforço, nós fizemos também um acordo com a própria UNFCCC do que seria razoável para a gente poder ofertar para todos os países poderem ter essa representatividade, poderem estar presentes. E nós hoje temos uma reunião com o secretário executivo da UNFCCC, na parte da tarde, com o Ministro Rui Costa também, para que a gente sele definitivamente esses acordos que a gente tem feito, esses esforços.

Então, nós já temos uma oferta de leitos a preços razoáveis, conquistados com as negociações com essas redes de hotéis, com esses imóveis privados, com os próprios navios com que a gente conseguiu fechar os contratos recentemente, para poder ofertar um número de quartos para todos os países, em especial os países menores em desenvolvimento e os países insulares, os países considerados países ilhas, que são, na verdade, os mais fragilizados com o aquecimento global, por verem os seus respectivos países literalmente desaparecerem com a subida do nível do mar. Então, com isso, a gente garante a participação de todos os países.

Nós estamos oferecendo um número de quartos pactuados anteriormente com a própria UNFCCC, para todos esses países pequenos insulares e também para os países em desenvolvimento e países ricos também. Todos eles podem participar a preços razoáveis.

É óbvio que a gente não pode ofertar os 24 mil quartos que são solicitados para um evento como esse, todos eles a preços razoáveis ou preços populares, porque em nenhuma COP isso aconteceu. Em todas as COPs nós tivemos preços de vários tipos, mas tivemos preços também muito mais elevados do que o que está sendo exigido nesse momento em Belém.

Óbvio que tem alguns abusos, mas os abusos estão sendo contidos e estão sendo colocados num patamar bastante razoável. O que eu chamo de razoável? Para países menores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países insulares, quartos até US$200 a diária, coisa que é bem diferente do que estava sendo praticado, de milhares de dólares cada uma das diárias. E os valores para os países em desenvolvimento e países ricos, que vão de US$200 a US$500 a diária.

Então, nós estamos ofertando isso na rede hoteleira, com os imóveis privados, no navio. Com isso, a gente garante a participação de todos os países que assim desejarem participar desse evento, em condições suficientes para poderem participar das negociações e todos esses países estarem presentes nessa discussão, nesses debates.

Continuamos nesse esforço. Nós vamos continuar ofertando mais imóveis e mais hotéis. Em relação a isso, vamos continuar buscando isso. Por que nós não colocamos na plataforma ainda? Porque a gente quer reduzir, nós estamos numa negociação permanente com todos eles, com toda a rede imobiliária, para trazer a patamares bastante razoáveis, para aí sim colocar nas plataformas.

Esses 2,5 mil quartos que nós estamos oferecendo hoje para essas delegações todas nós faremos isso diretamente via plataforma, mas não publicizada, junto com a UNFCCC, diretamente com as nações dessas 198 partes.

Então, acho que nós tomamos aí algumas iniciativas, algumas decisões práticas e reais para viabilizar a participação de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, Secretário.

Só uma pergunta: no início, eu ouvi que a estimativa era receber 100 mil pessoas. Hoje a Embaixadora falou 50. O que a gente já tem de concreto disponível hoje? Eu sei que a gente ainda tem meses aí.

Eu lembro até que... bom, não sei se vocês acompanham, quando a gente fala de Olimpíadas, tem muitos países e, dependendo do país, o próprio Presidente... por exemplo, o Macron fez isso na França, pedindo à sociedade civil, aos moradores de Paris que saíssem, que fossem, enfim, passar férias em outro país ou desocupassem, inclusive, a casa por um período, enquanto acontecesse o evento – claro, eu estou simplesmente dando um exemplo. Mas, assim, é pensado isso também com relação à sociedade civil, de se fazer um apelo aos moradores da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região para que possam, de alguma forma, disponibilizar por um período – claro, pagando aluguel e tudo, as diárias –, a sua casa, suas moradas para que esses turistas, os visitantes, aqueles que viessem acompanhar e participar da COP?

O SR. VALTER CORREIA – Nós temos feito isso desde que foi indicada Belém para sediar a COP. Então, tanto o Governo do estado já decretou férias escolares nesse período; incentivo a... Todos os órgãos governamentais, estaduais, federais ou municipais, vão estar em trabalho remoto; estamos estimulando mesmo o pessoal a ir para suas casas de veraneio, enfim, que possam viajar e colocar a disponibilidade das suas residências para isso.

Aumentou muito a quantidade de imóveis privados colocados à disposição – muito, muito mesmo. Algo, assim, em torno de... Saiu de 500 imóveis para quase 5 mil imóveis já, e crescendo, semanalmente crescendo isso. Até do Enem nós conseguimos alterar a data e fazer isso ou em outras regiões ou colocando uma data específica para esvaziar mesmo a cidade.

E estamos incentivando também as empresas, o comércio, enfim, quem puder trabalhar de forma remota, estamos incentivando isso nesse período.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente iniciativa, importantíssima.

E o povo brasileiro é empático, é solidário. A importância de um evento desse para o nosso país é fundamental. Então, é importante a compreensão, a participação, o envolvimento da população do Estado do Pará, principalmente da capital Belém, para acontecer a COP. Muito legal!

O SR. VALTER CORREIA – Eles têm abraçado muito isso, viu, Senadora? Eles têm abraçado muito a COP, a importância dessa COP. Então, a gente tem tido um diálogo muito importante não só com a sociedade organizada, mas também com a desorganizada. Você sente isso quando você vai para a rua para conversar com as pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente.

Bom, além da hospedagem, há preocupações com conectividade, mobilidade urbana, infraestrutura para eventos paralelos e espaços para a sociedade civil em Belém.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está sendo consolidado em termos de parcerias e contratos para garantir que todos esses pontos sejam atendidos?

O SR. VALTER CORREIA – Bom, são coisas, assim, um pouco distintas.

Na mobilidade urbana, nós estamos trabalhando agora um projeto, um plano diretor para isso. Assim como nós trabalhamos para a saúde, assim como nós trabalhamos para a segurança, nós estamos trabalhando um projeto mesmo de mobilidade urbana, inclusive de inversões de vias, enfim, uma série de... Vias exclusivas. Vamos disponibilizar ônibus gratuitos que vão percorrer toda a cidade até o local do evento, passando pelos setores hoteleiros, pelo centro, por alguns lugares mais turísticos, por onde tiver um volume maior de pessoas hospedadas, para poder fazer isso durante todo o dia.

Então, nós teremos vários ônibus disponibilizados gratuitamente para todos os credenciados.

Na questão da conectividade, nós temos que fornecer essa conectividade. Então, estamos com um contrato sendo finalizado agora com a Telebras, para que a gente possa não só colocar conectividade na zona azul e na zona verde, mas também em toda a cidade, em todas as áreas, chegando até os navios inclusive.

Então, vai ter sinal para que se possa fazer o trabalho, para que se possa comunicar de uma forma bastante eficiente. Isso já está no nosso projeto. É o nosso plano e está em plena execução.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente.

Bom, então, nós vamos estar juntos lá, não é? Em agosto, dias 18 e 19...

O SR. VALTER CORREIA – Certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – ... porque, além da Subcomissão do Senado, também vai a da Câmara. Vamos numa força-tarefa para lá.

Acho que vai ser muito bacana, pelo trabalho que foi apresentado até o momento.

Está trabalhando pouco, hein, Secretário? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALTER CORREIA – Será um prazer acompanhá-los.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Muito bom.

Agora, a Embaixadora Liliam.

Um tema crucial para a COP 30 é o financiamento climático – isso já foi falado pela senhora, mas é importante reforçar. Apesar do consenso sobre a necessidade urgente de recursos para ações de mitigação, adaptação e transição justa, as promessas dos países desenvolvidos permanecem aquém do necessário. O valor proposto é de um trilhão, mais de um trilhão, anual, até 2035, defendido por países em desenvolvimento, que ainda enfrenta forte resistência e o fantasma de Baku, como ficou conhecido o impasse da COP 29 e que ronda as expectativas para Belém, como a senhora falou.

Nesse cenário, o Brasil tem buscado alternativas como o Fundo Florestas Tropicais para Sempre e articula a sua liderança também em espaços de negociação.

E aí eu quero parabenizar o nosso Ministério, os nossos embaixadores, que realmente fazem um trabalho primoroso nessa questão diplomática, nessa representação dentro do evento.

Diante disso, de que forma o Brasil pretende conduzir as negociações da COP para romper o impasse histórico sobre o financiamento climático, garantir maior comprometimento dos países desenvolvidos e fortalecer os mecanismos inovadores?

A SRA. LILIAM CHAGAS (Para expor.) – Sim, obrigada pela pergunta.

Eu deixei para mencionar isso depois, mas as reuniões em Bonn, agora em junho, de 16 a 26 de junho, que foram muito positivas para a pauta da COP 30, também tornaram a agenda um pouco mais desafiadora, porque dois pontos que não estão na agenda foram levados de uma forma muito assertiva por delegações de países em desenvolvimento para a reunião de Bonn.

Uma é o art. 9.1, do Acordo de Paris, que é o artigo que diz que financiamento climático são recursos de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, que se entende como recursos públicos de forma concessional, que não são na forma de empréstimos. Os países em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento não têm que se endividar ainda mais para conseguir colocar em prática suas políticas climáticas.

Então, isso é um compromisso do Acordo de Paris, e esses recursos, na visão de muitos países em desenvolvimento, não estão chegando. Mais de 90% da ação climática no mundo, no Sul Global, é feita por meio de empréstimos. Os países precisam buscar recursos internacionais, pagando os juros de mercado, para conseguirem fazer os seus planos de transição energética, energia solar, energia eólica, alternativas para os combustíveis...

Então, a gente achou que o *quantum* de Baku, os US$300 bilhões por ano, seriam suficientes, eles não viraram a página do financiamento climático. O assunto voltou com muita força na sessão de Bonn. Não houve consenso para colocar isso como um ponto de agenda específico. Os países que têm a obrigação de dar esse dinheiro não querem ficar prestando contas assim.

Então, a reunião de Bonn atrasou dois dias. A gente demorou dois dias numa luta de agenda, e um dos pontos era esse, o 9.1. E uma delegação do Sul Global – a Índia – já informou que vai trazer isso de novo para a COP 30. É um ponto que não está na agenda e que nós, a presidência, com a ajuda das Partes, vamos ter que equacionar como tratar disso.

Então, ele continua, né... Assim, os países que devem receber esses recursos estão cobrando; eles estão cobrando. E eles estão inconformados, porque as informações, os estudos, estudos de economistas, mostram que o mundo tem recursos. Esses trilhões de dólares existem, eles só não estão sendo canalizados para as melhores causas.

Então, a questão do financiamento público concessional, de países do Norte para os países do Sul Global, voltará a ser um assunto da COP.

O que também, paralelamente, está se armando? Um dos grandes resultados da COP vai ser o chamado mapa do caminho para se conseguir US$1,3 trilhão por ano até 2030.

O que aconteceu? Em Baku, os US$300 bilhões foram considerados muito insuficientes para fazer frente às necessidades do mundo inteiro – US$300 bilhões por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para vocês terem uma ideia – eu estava lendo ontem, num jornal britânico –, que o orçamento de defesa da Alemanha, um país europeu, até 2029, vai ser de US$162 bilhões. Ou seja, o orçamento de defesa de uma Parte, uma daquelas 198, será metade do total global de todos os países, de todo o financiamento climático para países em desenvolvimento.

Então, esse mapa do caminho, ou esse roteiro de coisas, de medidas, de iniciativas que deveriam acontecer no mundo para que o dinheiro necessário para a transição apareça – e que ele não leve ao endividamento crescente de país pequeno – é um dos grandes resultados da COP. Mas ele não será uma negociação. Ele foi uma encomenda das Partes às duas presidências, ao Azerbaijão, que é a atual, e ao Brasil, que é a próxima, de indicar que tipo de medida, como lidar com a dívida dos países, troca de dívida por ação climática, novas taxas internacionais...

As duas presidências estão trabalhando: foi criado o Círculo de Ministros de Finanças, foi criado um grupo de economistas internacionais para recomendar essas medidas de curto e médio prazo que possam fazer esse valor acontecer.

Esta é uma tensão do regime: são acordados esses compromissos, mas esses compromissos devem ser acompanhados de meios de implementação. Então, os países que devem receber ajuda para fazer essa transição não estão esperneando, eles estão gritando que eles só vão conseguir fazer... E eles querem fazer, porque todo mundo precisa reduzir emissões, mas todo mundo precisa se adaptar.

Vocês vejam o que está acontecendo no Brasil: secas extremas; mudanças no regime de chuva; o preço do café, que está muito mais caro porque a safra foi muito menor devido a questões climáticas. Isso está acontecendo em todas as partes... Ondas de calor na Europa, não é? Isso está acontecendo em todas as partes! As pessoas querem viver bem, querem poder sair à rua e não viver dentro de ar-condicionado.

Enfim, essa é uma das tensões atuais, e a COP 30 vai ser uma oportunidade para dar vazão ao que precisa acontecer no mundo para que esse financiamento surja e ele facilite que os países possam implementar, no terreno, as suas políticas climáticas.

Então, além do financiamento, tem um outro complicador para a agenda da nossa COP, que são as medidas unilaterais que afetam o comércio. Trata-se de medidas que alguns países

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão adotando em nome da ação climática, em nome de políticas ambientais, mas que limitam a capacidade de outros países de exportarem para aqueles mercados do Norte. Esse é também um assunto que não está na pauta, mas ele surgiu muito forte na sessão intermediária de Bonn, e a gente vai ter que lidar com ele. Financiamento vai ser via esse roteiro, esse mapa do caminho do US$1,3 trilhão, um dos grandes resultados de Belém.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelente, Embaixadora. Então, o desafio é grande para a nossa COP.

Bom, a gente sabe, como você falou, das enchentes, da seca; da enchente que teve agora nos Estados Unidos que matou não sei quantas crianças. Enfim, todo mundo, independentemente de ser mais rico ou mais pobre, está já sentindo as ações – e são irreversíveis muitas delas. A gente vai ter que se adaptar a tudo isso, então, o trabalho nosso, aqui, enquanto país, vai ser desafiador, principalmente para a nossa área diplomática.

Quero desejar muita sorte a todos os envolvidos na COP aqui em Belém, no Brasil.

O Vitor Sion, que é da Embaixada da Finlândia – seja muito bem-vindo – está fazendo... Eu vou fazer a pergunta aqui ao Secretário, porque eu achei muito interessantes as perguntas. É sobre hospedagem, é claro: "Há alguma data concreta do lançamento da plataforma oficial para as hospedagens? Como os leitos serão ofertados aos países, via embaixadas ou diretamente para as capitais dos 197 países envolvidos?".

O SR. VALTER CORREIA (Para expor.) – Obrigado, Vitor. Acho que a gente tem conversado um pouco via algumas outras diretorias da Secretaria, mas o que nós estamos fazendo hoje é o lançamento oficial da plataforma. Só não vai estar pública, porque nós queremos resolver isso de forma bilateral com esses países que eu citei aqui hoje. São todos os países, mas tem os países de um bloco, vamos dizer assim, do bloco 1, que são os LDCs e os países insulares, porque nós estamos tratando isso. Vamos resolver a acomodação pelo menos para todos os países, para que tenha delegado de todos os países e, na sequência, ainda entre hoje e amanhã, com os outros países em desenvolvimento e os países mais desenvolvidos. Então, de uma forma oficial, está sendo lançado mesmo hoje, nós estamos discutindo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse, vou discutir isso com o Secretário-Executivo da UNFCCC, que está aqui no Brasil, está aqui com a gente hoje. Estaremos à tarde, no Palácio do Planalto e, lá, nós vamos estabelecer o formato de como fazer esses contatos. Eu já vou solicitar a ele que mande um ofício, hoje ainda, para todos os países, para os representantes dos países que estão em diálogo constante com a UNFCCC e, na sequência, nós estabeleceremos a metodologia da oferta desses imóveis para cada um desses países. Na sequência, a gente vai subir publicamente os outros imóveis para que outros setores da sociedade, outros setores possam também ser contemplados, mas vocês vão receber um comunicado oficial da UNFCCC e depois um comunicado do Governo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu vou fazer as perguntas para as considerações finais, para nós irmos para a segunda parte da nossa sessão aqui, e aí eu vou passar para as considerações finais dos nossos expositores. Enfim, fiquem à vontade também para responder qualquer uma das perguntas que eu vou ler aqui ou comentários. Vou passar para vocês no final.

Alana, do Pará: "Existe um plano de legado para a cidade de Belém após a realização da COP 30 [garantindo que as melhorias realizadas sejam permanentes]?".

Sílvia, do Pará: "Quais ações [...] previstas para garantir a participação real dos cidadãos locais na construção e nos resultados da COP 30?".

Ronald, do Pará... Tem bastante gente do Pará. Foram mais de cem comentários, mas, enfim, nós pegamos alguns.

Alana, do Pará, novamente: "Como o Governo pretende articular a participação de povos indígenas e comunidades tradicionais nas discussões sobre [as] mudanças climáticas?".

Raíssa, do Mato Grosso: "A COP 30 em Belém é [uma] chance histórica para o Brasil liderar o debate climático; é preciso planejamento, consenso e ação parlamentar efetiva". São os comentários.

Luzia, do Pará: "A COP [30] é uma oportunidade única para [...] [que os olhares se voltem] para o Norte [e] para a cultura paraense [...]".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thiago, do Rio de Janeiro: "Poderia ser criado um *site* [...] que organizasse todas as instituições que financiam projetos na área de sustentabilidade!".

Mariana, do Distrito Federal: "O que o Brasil está fazendo para se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas e o que tem feito para mitigar [...] [esses] efeitos [...]?".

Lucas, do Pará: "Como o Brasil pretende abordar os efeitos das mudanças climáticas sobre doenças tropicais e surtos em áreas vulneráveis?".

Raphael, do Espírito Santo: "Quais compensações ambientais serão feitas para a cidade de Belém diante de tamanha intervenção humana gerando resíduos durante o evento?".

Jhonnil, do Pará: "Quais contribuições pesquisadores e estudantes podem oferecer para a COP 30 em Belém, considerando os desafios ambientais da Região Amazônica?".

Pergunta de Wendyo, de Pernambuco: "Como a organização do evento assegurará a participação de populações tradicionais e indígenas?".

Comentários finais.

Marize, do Rio de Janeiro: "Os [...] [povos indígenas] e a população ribeirinha devem estar incluídos nesse debate e ser os primeiros a opinar".

Rosemeire, do Pará: "É necessário [...] [abordar] [...] as mudanças [...] [climáticas] e os problemas enfrentados por pequenos produtores de alimentos".

Thiago, do Rio de Janeiro: "Diante de um sistema econômico tão perverso ([baseado no] consumo desenfreado), é preciso criar regras internacionais de comércio [...] [aliadas] à causa ambiental".

Gente, eu quero agradecer muito a participação dos nossos internautas. Não deu para ler todos, mas todos constam no nosso *site* ali da nossa reunião. Quero agradecer demais a participação.

Vou passar para as considerações finais aos nossos expositores.

Vou passar a palavra – *ladies first*, o.k.? – para a Embaixadora Liliam Chagas, a nossa Embaixadora Diretora de Clima e Negociadora-Chefe do Brasil do Ministério das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores, mais uma vez, agradecendo a sua participação, mais uma vez, aqui conosco, Embaixadora.

A SRA. LILIAM CHAGAS (Para expor.) – É sempre uma satisfação. Podem me convidar que eu virei sempre, se não estiver em alguma negociação fora de Brasília.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Por sinal, estamos muito bem representados. Obrigada!

A SRA. LILIAM CHAGAS – Muito obrigada, muita generosidade sua.

Eu vou usar o meu tempo aqui para responder três das perguntas que chegaram pelo Portal e-Cidadania, mas, antes, eu quero dizer também, em apoio aqui ao trabalho do Secretário Valter, da Secretaria Extraordinária para a COP 30 e da equipe dele, que a questão logística não é uma questão fácil, porque, como a COP evoluiu de uma negociação entre governos para um megaevento, para um grande evento, realmente, fazer frente a todas essas necessidades das pessoas, não só as delegações governamentais, mas esses outros atores que também participam e que têm legitimamente interesse nessas causas, porque é a vida de todos que está em jogo... As pessoas precisam chegar à cidade, precisam se hospedar, precisam chegar ao local da reunião e precisam entrar para o local da reunião. Nós sabemos que, no histórico daquelas COPs, quem não conseguiu garantir isso prejudicou o resultado final. Teve COPs em que as pessoas demoravam quatro horas para entrar, porque, se os planos não são feitos adequadamente para população credenciada, isso acontece. Então, teve COPs aí em que negociadores, equipes ficavam esperando na neve até conseguir entrar no *venue*. Aí fica muito difícil você conseguir um resultado. Ou se falta comida, ou se não tem água... Então, isso é uma parte muito importante da conferência. E o Governo brasileiro está dando a devida importância para isso, levou uma boa equipe lá para Bonn, acalmou os ânimos. As pessoas estão assustadas, porque elas já queriam ter as suas reservas, e, pelos preços praticados, nem todos ainda conseguiram ter. A gente entende que a participação lá de todas as informações numa grande sessão informativa acalmou um pouco. E estão à espera, então, de esses quartos e esses preços normais ou mais normais se materializarem.

Eu vou responder aqui uma pergunta da Alana, do Pará, entre tantas que ela fez: "Como o Governo pretende articular a participação [..] [dos] povos indígenas [...]?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O regime tem uma plataforma para comunidades locais e povos indígenas. Eles se reúnem uma semana antes da COP, durante uma semana, e encaminham todas as suas demandas para a COP. E o Brasil tem uma representação nessa plataforma, participa com uma delegação bastante numerosa – inclusive, agora, na delegação brasileira, em Bonn, o pessoal do Ministério dos Povos Indígenas foi mais numeroso do que o do MRE. Eles, então, têm esse espaço dedicado no qual eles encaminham as suas demandas para o regime do clima.

Além disso, por uma iniciativa do MPI (Ministério dos Povos Indígenas), da Ministra Sonia, foi criado um curso sobre as negociações do clima para representantes de povos indígenas, para eles colocarem as demandas deles dentro da negociação. O Brasil está sendo vanguarda também nesse movimento, então eles estão muito mais habilitados a colocar dentro da discussão de redução de emissões, de conservação de florestas, de financiamento. Eles demandam, por exemplo, que os mecanismos financeiros sejam abertos a acesso direto de comunidades, isso também está sendo trabalhado. Então, é uma forma de eles levarem as demandas para dentro do sistema. Na COP 30, a questão... Os povos indígenas vivem na Floresta Amazônica, são guardiões dessa floresta, a integridade dessas florestas é fundamental para o meio de vida deles. Então, eles têm total interesse nessas discussões e estão cada vez mais capacitados a influenciarem-nas.

Em Belém, tem uma iniciativa política, que é o Unidos por Nossas Florestas, que é a primeira iniciativa que só reúne países em desenvolvimento donos de floresta tropical, sem a presença de países que só são doadores, por exemplo. Então, são as demandas dos países donos de florestas e como organizar essas demandas. E essa iniciativa está ganhando um braço financeiro, que é a TFFF, que é um novo mecanismo pelo qual os países florestais poderão ter recurso para conservação de floresta. É também um mecanismo inédito que se espera estar pronto e lançar na COP 30.

Segunda pergunta, da Mariana, do Distrito Federal: "O que o Brasil está fazendo para se adaptar aos efeitos das mudanças climáticas e o que tem feito para mitigar [...] [esses] efeitos [...]?".

O Brasil, pela política climática que ele apresentou recentemente, na sua NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), que é o nome da política climática... É uma das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NDCs mais ambiciosas apresentadas até agora. O prazo era fevereiro. O Brasil, por ser Presidente de COP, quis liderar pelo exemplo; apresentou em dezembro, na Cúpula de Baku; o Vice-Presidente da República foi à COP 29 apresentar essa política; e ela tem uma meta de redução de emissões de gases de efeito estufa, todos os gases, de 59% a 67% menos emissões até 2035, com relação aos números base de 2005. Isso é uma meta muito ambiciosa, o que faz com que, dentro dos dez anos, o Brasil tenha que mais que reduzir as emissões atuais.

Então, Mariana, do Distrito Federal, convido que você procure na internet a NDC brasileira, e ela não só tem essa meta, como ela tem todas as políticas existentes para que essa meta seja atingível.

Mais uma pergunta do Thiago, do Rio de Janeiro, que é sobre a necessidade, a sugestão de fazer uma plataforma onde se organizem todas as instituições que financiam projetos na área de sustentabilidade. É uma excelente recomendação. Existem muitas plataformas no regime do clima, como uma de agricultura, onde se colocam projetos de redução de emissão de agricultura, de adaptação de agricultura resiliente ao clima. Existem várias, mas eu acho que não existe uma congregando todas as instituições financeiras, e vou sugerir aqui que essa plataforma seja criada. Quem sabe, pode ser mais um resultado aí da COP.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Vamos registrar aí. Parabéns ao Thiago e a todos que participaram.

Obrigada – viu, Embaixadora? –, mais uma vez pela sua participação conosco aqui, na CMA.

Eu vou passar a palavra agora para o Secretário Valter Correia, Secretário Extraordinário para a COP 30.

O SR. VALTER CORREIA (Para expor.) – Muito obrigado. Só quero agradecer, mais uma vez, o convite. Como disse a nossa Embaixadora, estarei presente sempre que for convidado. Com certeza, farei questão de acompanhá-la juntamente com a sua equipe nessa visita a Belém, quantas vezes forem fazer a visita. Quero estar acompanhando isso de perto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a participação de tanta gente nesse evento, porque isso é bastante gratificante. As pessoas se interessarem por esse debate, nessa discussão e participarem de forma ativa, isso é bastante gratificante para a gente.

Como a Embaixadora respondeu, acho que a maior parte das questões que foram apresentadas, acho que tem duas questões de que eu quero tratar, mas, antes disso, eu queria só fazer um comentário sobre essa questão da logística. Eu costumo compará-la a um juiz de futebol: quanto menos ele aparecer, melhor está sendo a sua eficiência. Então, quanto menos aspectos de logística as pessoas notarem que existem... É igual à energia elétrica: a gente só sabe que ela falta quando ela acaba, não é? Aí dá um problema danado. Sistemas, essas coisas todas, quanto mais aparecem, pior é. A gente tem que passar batido nisso, porque o que interessa nisso, de fato, são discussões que a Embaixadora traz, as negociações, os debates, as discussões; é nisso que a gente precisa focar, é isso que a gente precisa ter como clareza.

E acho, concordando com a Senadora, que estamos muito bem representados aqui, com a Embaixadora Liliam. Eu acho que ela tem, junto com o Embaixador André Corrêa do Lago e a Diretora Ana Toni, feito um excelente trabalho na condução dessa COP.

Em relação à COP como evento, a gente tem discutido bastante isso também no interior do Governo. Nós, assim, achamos e consideramos que a COP não pode ser um evento social intenso ou uma coisa mais turística. Ela tem muito foco, ela tem que ser, como diz a Ministra Marina, sóbria. Ela não pode ser *shows*, ela tem uma intensidade, como disse aqui a nossa Embaixadora, muito pesada de negociações e discussões. As pessoas passam a noite discutindo e negociando.

Muitas vezes, lá em Baku, eu chegava muito cedo às salas de negociação. Muitas vezes, eu abria uma porta, uma sala, tinha gente literalmente dormindo em cima da mesa, porque passou a noite negociando e sequer foi para o seu hotel. Então, nesse caso, a hospedagem não fez tanta falta. (*Risos.*)

Acho que a gente pode colocar umas redes em alguns lugares estratégicos, para as pessoas poderem descansar. Nós vamos ser um pouco criativos.

Mas, enfim...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui tem a Alana, do Pará, que fez uma questão sobre o legado para Belém após a COP 30.

Eu não tenho a menor dúvida de que tudo que está sendo feito, com raríssimas exceções, como a estrutura provisória, por exemplo, que nós estamos construindo, que não ficará de legado, mas todas as obras, todo o investimento que o Governo Federal está fazendo, que não é pouco... São quase R$5 bilhões que estão sendo investidos, que o Governo do estado está investindo, que o município está investindo, ficarão de legado na veia. São novas infraestruturas fundamentais.

Só para se ter uma ideia, o turismo já aumentou demais lá, no contexto da minha apresentação, não só turismo de passeio, mas turismo de negócio, muitos evento. Os hotéis praticamente lotados, todos os dias.

Muitas vezes, quando eu quero ir para Belém, eu tenho que ficar em alguma instalação militar, porque não tem mais áreas nem hotéis também. Eu tenho ficado, em vários momentos, nessas instalações militares, que, aliás, são muito boas e fazem parte da nossa oferta também para a hospedagem, que nós vamos oferecer também.

Então, como fazem isso aqui, realmente a COP é muita intensa, é muita negociação, para que a gente possa sair com os resultados que a Embaixadora aqui colocou.

Então, os legados que nós vamos deixar são todos de infraestrutura, bastante importantes não só para Belém, mas para toda a Região Norte do país.

Só essa estrutura que nós estamos fazendo no Porto de Outeiro, para acomodar dois navios de cruzeiro, isso vai representar um processo de desenvolvimento local muito forte. Se puderem atracar outros navios de cruzeiro, para poderem fazer o desenvolvimento local...

Enfim, são várias obras, são várias frentes que estão sendo trabalhadas que vão ficar de legado muito forte.

E todas as obras estão no cronograma, estão dentro daquilo que estava sendo previsto, e todas serão entregues até o início da COP. Não ficará nada para depois, não ficará nada para ser entregue posteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Raphael, do Espírito Santo, que pergunta sobre compensações ambientais que são feitas diante de tamanha intervenção humana e da geração de resíduos durante o evento.

Aqui, o Brasil tem um compromisso de carbono zero. Nós vamos fazer todas as compensações, vamos ter, depois, auditoria externa em relação a isso. Estamos contratando uma empresa para fazer auditoria, para fazer o acompanhamento, para fazer o registro de tudo que está sendo compensado, tudo que é necessário fazer. Então, fiquem tranquilos, que nós não deixaremos resíduos, como foi dito aqui, durante o evento. Geração de resíduos e a intervenção humana não vão ser algo que não esteja sob controle, que não esteja sob compensação de forma adequada e correta.

Mais uma vez quero agradecer então a paciência de vocês todos, dos senhores e das senhoras, a paciência e a compreensão, em especial, da Senadora Leila Barros, da qual, de novo, a gente está à disposição. O Governo, como um todo, está à disposição desta Comissão para a hora em que bem entender.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Em nome da CMA, em nome do nosso Presidente Fabiano Contarato e no de todos os membros, agradecemos aqui a presença da Embaixadora Liliam Chagas e do nosso querido Secretário Valter Correia.

A gente tem uma expectativa muito grande, né? O mundo tem pressa, a gente não tem plano B, eu sempre falo isso. Então, realmente, a expectativa é muito grande. Os olhares, o mundo vai estar muito ali de olhos fixos, naquela expectativa de que a gente saia com um resultado positivo dessa COP.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Exatamente. Não é a logística. O maior desafio nosso é justamente essas negociações, porque o mundo já está sofrendo. Vidas estão sendo perdidas, há insegurança alimentar... Temos, realmente, de frente para nós uma realidade que nos preocupa, que nos entristece. E aí vale muito a capacidade não só de nós brasileiros, mas o mundo ter a capacidade de dialogar e enxergar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade que está na nossa frente aqui, que é terrível. Então, depende muito desse trabalho de todos vocês, aliás, de todos nós.

Em agosto, dia 18, estou lá – vou estar na COP.

E, no que depender deste Parlamento aqui e dos membros desta Comissão de Meio Ambiente, nós iremos juntos avançar.

Mais uma vez, agradeço.

Gente, uma salva de palmas para os dois aqui, que estão trabalhando muito. (*Palmas.*)

Obrigada.

Vamos para a segunda parte aqui da nossa sessão da Comissão. (*Pausa.*)

Bom, agora vamos para a segunda parte da nossa reunião – aprovação de requerimento.

É apenas um requerimento para darmos celeridade ao encerramento da nossa sessão.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30 Nº 3, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Belém, do Pará, nos dias 18 e 19 de agosto próximo, com a participação de parlamentares membros da "Subcomissão Temporária para acompanhamento dos preparativos para realização da COP 30 - CMACOP30", com o objetivo de acompanhar os preparativos logísticos, a organização espacial e o planejamento das programações para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima- COP 30.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Eu quero agradecer mais uma vez a participação de todos que estiveram conosco nessa excelente audiência, com dois grandes expositores que sanaram grandes dúvidas sobre a realização da COP 30. Mas vamos ter mais, vamos acompanhar, vamos ter diligência e teremos a participação ainda de outros expositores em outras audiências até o evento em novembro.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta-feira para todo mundo! Até mais.

(Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e oito minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Jorge Seif, Magno Malta, Wilder Morais, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Damares Alves, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Rogerio Marinho, Ana Paula Lobato e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de providências da Comissão, a partir de documentos recebidos na 24ª Reunião**. **Finalidade:** Deliberação sobre encaminhamento de ofícios, medidas judiciais e outras providências cabíveis, a partir dos desdobramentos e documentos fornecidos pelo Sr. Eduardo Tagliaferro, em audiência pública, na 24ª Reunião, realizada em 2/9/2025. **Resultado:** A Comissão deliberou, de forma unânime, por acolher a recomendação da Advocacia do Senado Federal, por meio do Parecer nº 655/2025 – NASSEM/ADVOSF, no sentido de oficiar entidades que detenham interesse legítimo na defesa dos afetados pela documentação, comunicando-as da existência do material, sua natureza e demais fatos apurados na Comissão, sem o envio do material, para que tomem as medidas judiciais cabíveis à sua obtenção. A Comissão deliberou, também, por unanimidade, no sentido de conceder acesso aos senadores membros interessados da atual composição, mediante assinatura de termo de confidencialidade e responsabilidade, a fim de resguardar a segurança das informações pessoais ou classificadas em qualquer grau de sigilo e materiais de acesso restrito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/16

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª Reunião, realizada no dia 9 de setembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação do procedimento a ser adotado por esta Comissão com relação aos documentos recebidos na 24ª Reunião, realizada em 2 de setembro.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Questão de ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não, questão de ordem, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para questão de ordem.) – Na forma do disposto no art. 89, inciso V, art. 403 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal e com base no que estabelece os seus arts. 48, inciso XXIX, 54, inciso III, 90, 96, 138, 143, §3º, 104-F e 412, incisos IV, IX e XI, submeto a V. Exa. a presente questão de ordem sobre a nulidade, em face do Regimento Interno do Senado Federal, do relatório preliminar, apresentado no âmbito do Requerimento da CSP nº 18/2025 e da deliberação de encaminhá-lo a outros órgãos do poder público.

Consta, na tramitação do Requerimento 18/2025, da CSP, que, em 11/09/2025, esta Comissão recebeu do Senador Flávio Bolsonaro relatório preliminar acerca dos fatos e documentos revelados durante a audiência pública realizada na 24ª Reunião, Extraordinária, da CSP, realizada em 02/09/2025.

No mesmo registro de tramitação da matéria, informa-se que, conforme deliberação na reunião citada, o relatório será encaminhado aos Presidentes do STF, TSE, CNJ, CNMP e OAB.

Sobre a nulidade do relatório preliminar e da deliberação de providências tomadas na reunião de 02/05/2025, segundo o art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão pode receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública sobre assunto de sua competência.

Existe um rito regimental para o tratamento desse expediente, disciplinado nos §§1º e 2º do art. 96. O material deve ser distribuído a um Relator, que apreciará a documentação recebida e apresentará relatório com sugestões quanto às providências a serem tomadas pela Comissão.

Esse relatório deve ser discutido e votado na Comissão, conforme preceitua o §2º, que foi ignorado no presente caso.

Ademais, eventuais providências que a Comissão entenda necessárias só serão efetivadas pela própria Comissão quando se tratar de solicitação de audiência de outra Comissão, reunião conjunta com outra Comissão ou diligência interna de qualquer natureza, conforme preceitua o art. 138, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos demais casos, o parecer que concluir por pedido de providências deverá ser encaminhado à Mesa Diretora do Senado para despacho da Presidência ou deliberação do Plenário, a teor do art. 138, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, é nulo qualquer relatório ou parecer que não seja pautado em reunião deliberativa da Comissão e que não seja devidamente discutido e votado. Qualquer procedimento que não observe esse rito regimental implica nulidade absoluta do documento, por violação do princípio da colegialidade, art. 402, inciso IX, e da publicidade da pauta deliberativa, art. 412, inciso XI.

No mesmo sentido, é nula a deliberação de providências tomadas na reunião do dia 02/09/2025, que se destina apenas à audiência pública sem pauta deliberativa previamente divulgada.

Sobre o encaminhamento do denominado relatório preliminar a outros órgãos do poder público, as competências da CSP encontram-se definidas no art. 104-F do Regimento Interno do Senado Federal. Além disso, a CSP pode exercer as competências genéricas atribuídas a todas as Comissões previstas no art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal. Nenhuma dessas competências inclui o encaminhamento, por meio de ofício, a instâncias externas ao Senado Federal de documentos que a Comissão tenha recebido, tampouco a solicitação da adoção de medidas judiciais.

Relativamente ao envio de documentos recebidos pela Comissão, o art. 143, §3º, do Regimento Interno, é claro ao estipular que a Comissão não poderá encaminhar à Câmara dos Deputados ou a outro órgão do poder público qualquer documento que lhe tenha sido enviado. A remessa a órgãos externos ao Senado de documentos recebidos pela Comissão, ressalvados os casos com disciplina própria, como ocorre com as Comissões Parlamentares de Inquérito, por força do art. 6º-A da Lei 1.579, de 18 de março de 1952, só pode ser feita por intermédio da Mesa do Senado, inclusive em obediência às competências do Presidente da Casa e do Primeiro-Secretário, no tocante à correspondência com autoridades.

Ante o exposto, impõe-se a declaração de nulidade do relatório preliminar divulgado no âmbito do Requerimento 18/2025, da CSP, bem como a deliberação de providências ocorridas na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência pública de 02/09/2025, e ainda das comunicações externas formalizadas por meio de ofício da CSP a respeito de conteúdo tratado naquela data.

É isso, Sr. Presidente.

É essa a questão de ordem formulada a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

Em resposta à questão de ordem de V. Exa., esta Presidência, com fundamento no art. 89, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, declara intempestiva a presente questão de ordem, uma vez que versa sobre matéria já alcançada pela preclusão.

O Regimento Interno do Senado Federal esclarece mecanismos regimentais específicos que permitem aos Parlamentares, dentro dos prazos previstos, manifestar oposição às deliberações das Comissões.

No presente caso, tais instrumentos não foram oportunamente acionados, o que inviabiliza qualquer medida de impugnação posterior.

Diante disso, em respeito ao princípio da segurança jurídica e da estabilidade dos atos administrativos, esta Presidência reafirma que não é possível reabrir discussão sobre deliberações pretéritas, sob pena de comprometimento da ordem procedimental e da autoridade das decisões colegiadas.

Como consagrado no brocardo jurídico, o direito não socorre os que dormem. E essa matéria foi deliberada ainda durante a audiência pública e aprovada por unanimidade.

E, com relação ao envio dos ofícios, nobre Senador, esta Presidência, com fundamento também no art. 89, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, indefere a presente questão de ordem, por entender que a norma prevista no art. 48, inciso XXIX, do Regimento Interno do Senado Federal, possui natureza protocolar, não configurando vedação à comunicação direta entre Presidentes de Comissões e as autoridades nela mencionadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, é prática consolidada, no âmbito desta Casa, o envio de ofícios às autoridades listadas no referido dispositivo, com o objetivo de convidá-las a participar de audiências públicas promovidas pelos Colegiados, sem que haja exigência de chancela pelo Presidente do Senado Federal. Tal procedimento, além de respeitar a autonomia funcional das Comissões, encontra respaldo na tradição legislativa e na interpretação sistemática do Regimento Interno.

Dessa forma, não se vislumbra qualquer irregularidade ou afronta ao ordenamento regimental que justifique a acolhida da presente emenda.

E também V. Exa. não usou o artigo correto que trata aí da matéria que nós estamos tratando hoje, que é o art. 144 do Regimento Interno, já que o que está sendo deliberado hoje não é mais envio de relatório preliminar ou nada disso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É matéria de ordem pública, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o que se faz com o material que chegou ao conhecimento desta Comissão, que tem caráter, que tem natureza sigilosa. É sobre isso que nós vamos deliberar aqui hoje.

É só para dar ciência a V. Exa. e a todos os que acompanham esta audiência.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, é só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deixe-me só acabar de falar aqui, e eu passo a palavra a V. Exa. de novo.

Porque o que foi encaminhado foi basicamente um resumo do que aconteceu numa audiência pública. E, como já demonstrado aqui no Regimento, não há uma formalidade que proíba uma Comissão de enviar ofícios, como foi feito.

Então, foram enviados ofícios ao Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, o Sr. Luís Roberto Barroso; à Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a Ministra Cármen Lúcia; ao Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, o Sr. Paulo Gonet; ao Presidente do Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Beto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Simonetti; ao Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, o Sr. Gabriel Escobar; ao Embaixador da Argentina no Brasil, o Sr. Guillermo Daniel Raimondi; ao Embaixador da Itália no Brasil, Alessandro Cortese; ao Embaixador do Paraguai no Brasil, Juan Ángel Delgadillo; à Embaixadora da Espanha no Brasil, Mar Fernández-Palacios; ao Embaixador da Polônia no Brasil, Andrzej Cieszkowski – acho que é assim que fala –; ao Secretário da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Sr. Albert Ramdin; e à Presidente do Parlamento Europeu, a Sra. Roberta Metsola.

Além do encaminhamento desses ofícios, foi solicitado ao Governador do Estado de São Paulo, o Sr. Tarcísio de Freitas, a concessão de medidas cabíveis para assegurar a vida e a integridade física da família do Sr. Eduardo Tagliaferro.

E, por último, informo que solicitamos ao Embaixador da Itália no Brasil, o Sr. Alessandro Cortese, a concessão de medidas ao próprio Sr. Eduardo Tagliaferro, uma vez que se encontra exilado nesse país – no caso, a Itália.

Então, o que nós estamos deliberando aqui hoje é sobre o que fazer com esse material qualificado, de natureza sigilosa, e lembrando – quem esteve aqui presente em mais de oito horas de audiência pública – que a própria Advocacia do Senado foi chamada aqui, em tempo real, para que elaborasse um parecer e nos desse aqui todo o embasamento técnico-jurídico, para que as providências fossem tomadas, obviamente respeitando sempre o Regimento Interno e a legislação.

Então, essa é a resposta à questão de ordem de V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu entendo que o senhor respondeu à questão de ordem. No entanto, matéria de ordem pública não é abrangida pela preclusão. Portanto, V. Exa., como Presidente, pode não aceitar a questão de ordem, mas abre o precedente para que a gente possa encaminhar um questionamento à Presidência do Senado.

Outra questão é que a própria Advosf fala que a manipulação ou divulgação indevida de informações protegidas por sigilo pode ser interpretada como forma de obstrução da justiça e como violação grave do dever de responsabilidade política e penal, sendo importante considerar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Sr. Tagliaferro é indiciado por suposta obstrução de justiça e coação do curso do processo, acusações que, em tese, podem ser estendidas a quem mais divulgue os documentos que teriam sido ilegalmente obtidos, agravando a situação delituosa.

Portanto, nós vamos encaminhar à Presidência do Senado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – A matéria está sob sigilo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, na verdade, acho que essa é a confusão que está havendo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Assim decretado por quem?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é porque, na verdade, muita coisa que ele mandou à própria Advocacia do Senado e à assessoria daqui, da Comissão, já vem classificada como sigilosa. São partes de inquéritos sigilosos, ou processos sigilosos, ou informações de quebra de sigilo.

Então, exatamente por isso que foi convocada esta reunião aqui, hoje, para tratar dessa parte, do material que foi enviado por ele. O que ele mostrou aqui, em público, numa audiência pública, é de conhecimento de todos logo que nós façamos... Por isso a precaução de fazer essa deliberação hoje, que é o encaminhamento que eu vou dar aqui, para que nós possamos deliberar o que fazer com esse material que, em sua grande parte, é sigiloso.

Então, vou colocar aqui em deliberação. São duas partes, na verdade.

Em decorrência da audiência pública realizada no dia 2 de setembro, a Comissão de Segurança Pública tomou providências para verificar a viabilidade de disponibilização dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos enviados pelo Sr. Eduardo Tagliaferro a esta Comissão, de modo a cumprir a legislação vigente e não incorrer em infrações legais e regimentais.

Como já é de conhecimento de V. Exas., a Advocacia do Senado emitiu o Parecer nº 655, de 2025 – Nassem/Advosf, com recomendações. Portanto, com base no referido parecer, a Comissão acata a recomendação de oficiar as entidades que detenham interesse legítimo na defesa dos afetados pela documentação, comunicando-as da existência do material, sua natureza e demais fatos apurados na Comissão, sem o envio do material, para que tomem as medidas judiciais cabíveis à sua obtenção; ou seja, as entidades ou interessados em ter acesso a esse documento terão que ter uma autorização judicial para que esta Comissão disponibilize este conteúdo que está aqui, porque, é verdade, caso esta Comissão disponibilizasse esse material, que é de natureza sigilosa, sim, há um grande risco de que não só o Presidente desta Comissão, como o próprio Parlamentar que tem acessado esse material e o divulgado, possam sofrer alguma repercussão legal em função disso.

Então, eu quero colocar primeiro essa parte aqui em discussão, sobre esse encaminhamento de nós mantermos aqui, em domínio da Comissão de Segurança Pública, esse material em caráter sigiloso, permitindo que essas entidades que tenham interesse possam, mediante autorização judicial, ter acesso a essa documentação.

Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria fazer uma pergunta: esse material vai ficar sigiloso para os membros da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é a segunda parte.

Eu já posso colocar a fala da segunda parte e botar tudo em votação junto?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que fica mais claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eu tenho as minhas preocupações com a exposição de pessoas. Com certeza, nesses arquivos do Eduardo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Por exemplo, nós já temos um colega que perdeu o casamento por causa disso. Vocês sabem que o Senador Marcos do Val... As imagens íntimas da esposa vazaram.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, essa é a preocupação.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – E vocês precisam ter ideia do que aconteceu com essa mulher e com ele.

Então, a troca de mensagem entre marido e mulher, a intimidade do casal...

E eu tenho muito medo de que, nessas mensagens todas do Eduardo, tenha mulheres que serão expostas.

Então, como esse material sigiloso ficará guardado nesta Comissão, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. E a ideia, Senadora Damares, é permitir o acesso por parte dos membros da Comissão, com o rigor aqui que já é tratado com relação às CPIs que recebem materiais sigilosos.

Eu vou fazer aqui a leitura do segundo encaminhamento, para que possamos votar tudo em conjunto.

No que diz respeito ao acesso pelos membros desta Comissão aos documentos disponibilizados pelo Sr. Eduardo Tagliaferro, faz-se necessário, conforme orientação constante do parecer da Advocacia do Senado, manter o dever de preservação do sigilo, com observância das normas regimentais do Código de Ética e Decoro Parlamentar e das responsabilidades políticas e penais associadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, esta Comissão preservará a sua atuação dentro dos limites constitucionais, legais e regimentais, evitando riscos de responsabilização institucional ou individual de seus membros em virtude de eventual divulgação indevida.

Além dessa orientação da Advocacia do Senado, também se faz necessário observar o parágrafo único do art. 144 do Regimento Interno do Senado, segundo o qual à Comissão, em relação à documentação de natureza sigilosa, não será lícito transcrevê-la no todo ou em parte nos pareceres e expedientes de curso ostensivo.

Feitas essas considerações, nossa sugestão é a adoção do seguinte procedimento: esta Comissão coloca em votação o acesso aos Senadores membros interessados da atual composição, mediante assinatura de termo de confidencialidade e responsabilidade, a fim de resguardar a segurança das informações pessoais ou classificadas em qualquer grau de sigilo e materiais de acesso restrito.

Então, coloco essas duas questões em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, um esclarecimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – É o rito que é usado na CCAI?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Um esclarecimento, Sr. Presidente, só para ficar claro: qualquer órgão externo tem que pedir autorização judicial?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito.

Vai ter uma sala-cofre para guardar este material, como a gente tem nas CPIs, que registra...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Tudo bem, mas precisa ter o sigilo protegido e o registro de quem acessa, para saber se houve violação ou não violação deste material.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A CCAI...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Oi?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A CCAI tem esse procedimento. (*Fora do microfone.*) A Comissão de Controle das Atividades...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Baseado aqui nas preocupações da...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A assessoria me informa aqui, Senador Rogério Carvalho, que fica cada Senador... Vai ser criado ou gerado um *login* e senha específicos para cada Senador, e é possível rastrear, dependendo, se isso vazar, em algum momento, de onde foi que isso partiu, segundo aqui a segurança da assessoria da Mesa.

Então, coloco em votação esses dois encaminhamentos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Se vazar, vou usar a sua senha.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência.

Uma boa tarde a todos.

(*Iniciada* às *14 horas e 08 minutos, a reunião* é *encerrada* às *14 horas e 28 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e nove minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Wilder Morais, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Augusta Brito, Nelsinho Trad, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Magno Malta, Rogerio Marinho, Ana Paula Lobato, Randolfe Rodrigues e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 314, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Susta a Portaria nº 340, de 22 de junho de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Fernando Collor (PROS/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Contrário ao projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão, contrário ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos do Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 29, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 10, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao PDL nº 1 de 2025 e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 2, 10 e 29 de 2025. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 839, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.850, de 2 de agosto de 2013, 7.210, de 11 de julho de 1984, 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tratamento penal dos líderes das organizações criminosas armadas que reconhecidamente se valham de violência e grave ameaça para cometer crimes." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1169, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes em aplicativos de navegação e mapas." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 21, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 25/2024 - CSP seja incluído o convidado Sr. Alexandre Magno Neves, Assessor da Coordenação da COOVANT/GSI-RJ." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública n° 24, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2024 - CSP seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Fernando Cezar Jorge Hakme, Assessor Especial do Governador do Estado do Rio de Janeiro/RJ." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião, realizada em 16 de setembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Segurança Pública o seguinte documento: Documento nº 32, de 2025, do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, que manifesta apoio a propostas legislativas prioritárias para o pacote anticrime no setor de combustíveis.

O documento será disponibilizado na página desta Comissão, no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para que membro desta Comissão se manifeste no sentido de o autuarmos, para que seja analisado por este Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo a retirada de pauta dos itens 2, que é o PDL nº 1, de 2025, que tramita em conjunto com os PDLs 2, 10 e 29, de 2025; e item 4, PL 1.169, de 2025, a pedido do Senador Hamilton Mourão, que é Relator das matérias e está em viagem oficial fora do país.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 2

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2025

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao PDL nº 1 de 2025 e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 2, 10 e 29 de 2025.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 1169, DE 2025

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes em aplicativos de navegação e mapas.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal.)

Como o Relator do primeiro item não está presente ainda, eu vou fazer uma inversão da pauta e passar direto ao item 3.

Anuncio aqui, então, o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 839, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.850, de 2 de agosto de 2013, 7.210, de 11 de julho de 1984, 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tratamento penal dos líderes das organizações criminosas armadas que reconhecidamente se valham de violência e grave ameaça para cometer crimes.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pendente de relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente... Presidente... Presidente... Presidente... Vista, Presidente.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É porque ele é muito ligeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, só que fazendo uma retificação aqui, na verdade, o relatório é favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Aí as observações: a matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar, para leitura de seu relatório, mas com um pedido de vista aqui. Concede-se antes ou depois? (*Pausa.*)

Tá. Então, com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Desculpa, achei que o senhor já estava muito ligeiro hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não sou ligeiro, não; eu só cumpro o horário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Chama-se ataque preventivo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro só um comentário. Eu sempre sou a favor das campanhas de esclarecimento, Outubro Rosa, todas essas campanhas, né? Só que elas sozinhas não significam nada. O meu estado passou mais de 20 anos governado por uma turma que o que fizeram de seminário, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha, foi uma coisa de maluco. E o feminicídio no Acre vive batendo recorde, vive estando nas piores colocações do Brasil.

Então, acima de qualquer campanha – não estou dizendo que não vale a campanha, mas acima de qualquer campanha –, o que vale mesmo é punição, e é disso que esse projeto trata, no caso, principalmente, dos líderes de facções criminosas.

Vamos ao relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 839, de 2024, da Senadora Margareth Buzetti, que altera as Leis nºs 12.850, de 2 de agosto de 2013, 7.210, de 11 de julho de 1984, 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tratamento penal dos líderes das organizações criminosas armadas que reconhecidamente se valham de violência e grave ameaça para cometer crimes.

Em síntese, o projeto promove as seguintes inovações legislativas.

A autorização para os Poderes Executivos federal, estadual e distrital editarem decreto para nomear as organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição que reconhecidamente se valham de violência ou grave ameaça para cometer crimes;

A pena para o crime de promover, constituir, financiar ou integrar essas organizações criminosas passa a ser de 8 (oito) a 20 (vinte) anos;

Os líderes das organizações criminosas nomeadas nos termos mencionados poderão cumprir pena em regime integralmente fechado, inicialmente em presídios de segurança máxima, e se beneficiarão de livramento condicional após cumprida 75% da pena (desde que deixem de apresentar risco à sociedade);

O condenado expressamente em sentença por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo;

A aplicação de medidas socioeducativas é estendida até os 24 anos de idade, com internação de até 6 anos, se o adolescente integrar organização criminosa armada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação da proposição, a ilustre autora recorda que os tribunais pátrios consideram inconstitucional a vedação à progressão de regime prisional, por violar o princípio da individualização da pena. Considera, contudo, que esse entendimento não leva em conta a gravidade do crime praticado. Registra que as modificações operadas pela Lei nº 13.694, de 2019, no art. 112 da Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 1984, não foram consideradas inconstitucionais, em que pese terem estabelecido, para casos específicos, o requisito de cumprimento de 70% da pena para o condenado ter direito a progressão de regime prisional.

Assevera que o projeto busca punir mais severamente os integrantes – ainda que adolescentes – dessas organizações criminosas, isolar seus líderes e endurecer o regime de cumprimento de pena dos crimes por meio delas praticados.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Após, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que decidirá terminativamente.

Análise.

A análise concernente à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição incumbirá à CCJ, cabendo a esta Comissão de Segurança Pública pronunciar-se, nesta oportunidade, quanto ao mérito, nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas "a", "g" e "l", do Regimento Interno.

Medidas legislativas para o isolamento dos líderes de organizações criminosas armadas e perigosas são recomendadas por especialistas em segurança pública para, ao menos, dificultar que eles continuem a atuar ilicitamente a partir do sistema prisional.

É conveniente, então, que os líderes de organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição iniciem o cumprimento da pena em estabelecimentos penais de segurança máxima. Da mesma forma – afigura-se adequada –, a previsão de que cumprirão pena integralmente em regime fechado. Somente com essas medidas é que se conseguirá desconstituir o elo entre os líderes presos e os demais integrantes da organização criminosa que, a mando dos primeiros, continuam cometendo crimes bárbaros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nosso sentir, o líder de organização criminosa armada não deveria ser agraciado nem mesmo com livramento condicional, ainda que na forma proposta pelo PL, ou seja, após o cumprimento de 75 % da pena. Veja-se que esses líderes são pouco numerosos, mas têm enorme poder de gestão dentro da organização. Assim, dado o perigo que representam à sociedade, devem ser mesmo isolados pelo maior tempo possível de cumprimento de pena.

Discordamos também da previsão de "nomeação" da organização criminosa em decretos editados pelos Poderes Executivos federal, estadual e distrital, como requisito para incidência dessas regras mais duras.

Com efeito, a necessidade de edição de decretos dos Poderes Executivos condiciona a produção de efeitos penais a um ato administrativo – o que, se não é inédito no direito penal, deve ser evitado, por produzir insegurança jurídica. Questionar-se-á, por exemplo, se o Poder Judiciário de um estado poderá aplicar as regras mais rigorosas nos casos em que o decreto que nomeou a organização criminosa for oriundo do Poder Executivo de outro estado.

Além disso, não parece haver ganho algum nesse condicionamento da aplicação das regras à edição de um decreto: é mais simples e efetivo que a regra penal se refira diretamente a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à sua disposição.

Concordamos, por sua vez, com o aumento da pena abstratamente cominada para quem promove, constitui, financia ou integra organização criminosa armada ou que tenha armas à disposição e se utilize de violência ou grave ameaça para cometer crimes.

Com relação às modificações promovidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, consideramos que as disposições relacionadas às medidas socioeducativas permanecem muito brandas para os que cometem ato infracional com violência ou grave ameaça a pessoa ou análogo a crime hediondo ou equiparado.

Sendo assim, a emenda substitutiva que apresentamos a seguir tem por objetivo aprimorar o texto e a técnica legislativa da proposição.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 839, de 2024, na forma da seguinte emenda substitutiva apresentada.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Esse é o voto do Relator.

Ressalto que o Brasil inteiro percebe que, mesmo detidos, mesmo presos, os líderes de facções criminosas continuam a atuar dentro dos presídios. Portanto, o endurecimento da pena para esses líderes, conforme está escrito aqui no projeto de lei, é fundamental, como também é fundamental aumentarmos o tempo daqueles menores de idade, porque as facções criminosas – e todos nós sabemos disso, o Brasil inteiro sabe disso – acabam se utilizando dessa mão de obra exatamente pela facilidade de entrarem e saírem rapidamente do sistema socioeducativo.

Era o que tinha por hoje, parabenizando a nossa Senadora.

Esse é o voto do Relator.

Obrigado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Concordo com o mérito do projeto.

Tem alguns detalhes que eu gostaria de discutir com o Relator na sequência.

Eu quero pedir vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só, antes de conceder vista, quero anunciar que existe um requerimento de V. Exa. também para realização de audiência pública sobre esse projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Se tiver concordância, a gente poderia fazer a audiência, mas eu creio que é melhor irmos direto à conversa para encontrar um termo para esse projeto, por isso peço vista.

Obrigado.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senadora Margareth Buzetti.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Olha, respeitando sempre a opinião dos que divergem da gente, Senador Rogério Carvalho, me estranha muito, depois de ficar um ano esse projeto com o Relator para apresentar um relatório, não apresentou, aí, vem mais um integrante do Governo e pede vista de um projeto que ficou mais de ano parado.

Nós temos... Esta semana a gente viu – nós não podemos mais comungar com o que está acontecendo no país – um chefe do Comando Vermelho de Mato Grosso, que foi preso tomando *whisky* em Niterói. Ele estava com o pé na areia, tomando *whisky*, porque, numa progressão de pena, ele saiu do regime. Ele já tinha sido identificado como um líder de facção, deveria estar preso, mas, com essas progressões absurdas que acontecem, ele saiu, estava na praia, sendo procurado, e foi preso pelos integrantes da polícia de Mato Grosso.

Agora, eu pergunto: esse policial que o prendeu, esse delegado que o prendeu expôs sua vida para, daqui a pouco, ele estar solto novamente? Outra coisa, um menor que comete um roubo vai ter a mesma pena que um menor que pega um fuzil e sai metralhando? Está tudo errado! Enquanto a gente tem projetos, como este, parados, nós temos uma PEC do Governo que não anda, que não sai do papel... Não tem lógica a PEC – não tem lógica –, porque eu estou trabalhando com o CNJ para implantar um cadastro nacional de pedófilos e estupradores, e eles não conseguem implantar com agilidade, imagine você integrar a polícia de todos os estados?

Então, Rogério Carvalho, é regimental, você está no seu direito, mas eu fico muito chateada com o Governo, com essas atitudes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria só fazer uma ressalva. Primeiro, houve uma alteração no relatório, e esse relatório foi apresentado na semana passada, Senadora. Portanto, cabe vista regimental e cabe, inclusive, o direito de a gente analisar algo novo.

Então, não é uma questão de Governo e de oposição. Acho que a gente não precisa partir para esse tipo de confronto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Pela ordem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... desnecessário num momento como este. A gente está só discutindo uma matéria sobre a qual eu pedi, inclusive, para não fazer audiência pública – certo? –, o que demonstra toda a boa vontade de fazer essa discussão, porque eu, particularmente, considero-a relevante. Agora, é fundamental que a gente faça determinadas discussões, porque algumas coisas podem ser vetadas, se a gente não observar detalhes do projeto. É muito mais uma questão de procedimento do que mesmo de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, só por oportunidade, compartilhando com a Senadora Margareth Buzetti, ontem, na Câmara de Vereadores de Palhoça, presentes três Vereadores que são da área de segurança, foi comentada a situação de um bairro que merecia uma atenção especial. Há um grande esforço para reduzir a criminalidade na cidade. Exitoso. Hoje de manhã, a polícia bateu naquele bairro e prendeu alguém ligado ao Comando Vermelho do norte do país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador... Senador Rogério Carvalho, só para entender, V. Exa. está retirando o seu pedido de audiência pública, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele retirou o pedido, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu queria dizer que o assunto é dramaticamente importante – dramaticamente. E eu até me conforto com a decisão do Senador Rogério Carvalho de ter retirado o pedido de audiência. Acho que o pedido de vista... Tomara que ele seja proveitoso, tomara que o Governo ajude a construir, porque realmente é uma proposta meritória e atualizada para mim – ontem e hoje, com ocorrência policial, com reação, tiro e morte, nesse caso que eu mencionei. Então, eu acho que o pedido de vista... Eu peço também para que seja coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu concedo vista coletiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas sem audiências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou conceder vista coletiva a esse projeto de lei que volta na próxima sessão. Parabenizo a autora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Nós combinamos duas semanas, para poder... Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não consegue resolver em uma semana, não?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – (*Fora do microfone.*) na quarta, e eu não vou estar aqui nesta semana e não vou ter tempo de sentar para...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tente as assessorias aí, vê se não conseguem falar e, enfim, tudo bem...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Podem falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É uma semana a mais, é uma semana a mais. Só isso.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – Olha ...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, já que o Relator também está de acordo, esperamos aí duas sessões para voltar à pauta, e o pedido, o requerimento para realização de audiência pública foi retirado.

Então, agora com a presença aqui do meu amigo Senador Jorge Seif, anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 314, DE 2020

- Não terminativo -

Susta a Portaria nº 340, de 22 de junho de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN) e outros

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Contrário ao projeto.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.

Autoria: Senadora Zenaide Maia, Senadora Leila Barros, Senadora Rose de Freitas, Senador Jaques Wagner, Senador Paulo Rocha, Senador Paulo Paim, Senador Fernando Collor, Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra o Relator, Senador Jorge Seif.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, bom dia ao senhor, aos demais colegas Parlamentares. Permita-me aí direto para análise.

Inicialmente, cabe à CSP se pronunciar a respeito do mérito de matérias atinentes à segurança pública e às políticas públicas de prevenção à violência e de promoção da paz social, com espeque no art. 104-F, inciso I, "a" e "k", do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Entendemos que, apesar do intuito valoroso da proposição, não há vícios na Portaria desafiada de modo a justificar a edição de um decreto legislativo para sustar seus efeitos, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal (CF).

Isso porque a edição da Portaria nº 340, de 2020, encontra-se dentro das competências privativas do Poder Executivo – respeitadas as demais normas a respeito no ordenamento jurídico brasileiro. Para que se utilize o decreto legislativo, é necessário que o ato do Executivo efetivamente exorbite do seu poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa, hipóteses que não se encaixam no presente quadro fático.

A portaria em questão foi editada apenas como previsão genérica ao Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio, sem qualquer aprofundamento e detalhamento a respeito do tema. Lembramos que esse tipo de atribuição da União – exercida neste caso por meio do Ministério da Justiça – encontra respaldo na lei de regência, qual seja, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (Lei do Sistema Único de Segurança Pública). Esta lei prevê que a União editará diretrizes gerais de observância obrigatória pelos demais entes federados a respeito do tema de segurança pública – caso que parece se amoldar à Portaria nº 340, de 2020, sem que haja qualquer violação aos limites regulamentares.

Vale ressaltar ainda, Sr. Presidente, que o sigilo que diz respeito ao protocolo, trazido pela Portaria nº 340, de 2020, foi abolido posteriormente pela Portaria nº 596, de 2024, que publicizou o documento. Nesse sentido, parece inclusive ter perdido o objeto a presente proposição – ainda que se considere que tal instrumento fosse constitucionalmente viável para o caso.

Em suma, entendemos que a presente proposição não é juridicamente viável para o fim visado, seja pela perda do objeto a ser atacado, seja pela inviabilidade do instrumento utilizado.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela rejeição do PDL nº 314, de 2020.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Antes de colocar em discussão, só para deixar a par os integrantes desta Comissão do que se trata essa votação, na verdade é um projeto de decreto legislativo visando sustar os efeitos da Portaria 340, de 22 de junho de 2020. O que diz essa portaria? Ela cria o protocolo nacional de investigação e perícia nos crimes de feminicídio. O protocolo determina a instauração imediata de inquérito policial nos casos de mortes violentas com vítimas mulheres.

Além disso, o texto estabelece que os atendimentos relacionados às ocorrências de feminicídio devem ter prioridade na realização das perícias.

E eu trago aqui uma fala da Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres, a Cristiane Britto.

Ela fala o seguinte:

> Em todo o país existem casos de feminicídio que são investigados como homicídio. A nossa expectativa é garantir que isso não aconteça mais. Por meio da implementação do protocolo, que foi pensando para corrigir esses gargalos, esperamos obter dados reais sobre os casos de feminicídio no Brasil, ampliar a punição e inibir o surgimento de novos casos. Nosso próximo passo é realizar uma reunião com todas as polícias do país, para garantir efetiva aplicação do protocolo.

Aí também tem aqui umas aspas interessante do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Sr. André Mendonça, que, ao assinar a portaria, fala: "Nós esperamos trazer uma nova perspectiva de prevenção [prevenção], mas também de repressão à criminalidade contra a mulher. A apuração mais profissionalizada, rápida, eficiente e que traga para aquele agressor a perspectiva de que ele, de fato, pode ser punido."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu optei por pautar esse projeto, e não é muito comum pautarmos projetos que venham com pareceres contrários, mas eu achava que isso aqui era uma coisa que estava incomodando e que eu senti a necessidade de trazer ao Plenário desta Comissão, porque nós estamos falando de um protocolo que foi assinado em proteção às mulheres, para corrigir algumas falhas que existiam nas polícias e nas perícias de todo o Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E de subnotificação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E de subnotificação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... fazendo com que se trate como homicídio...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Assim, e me impressiona muito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... o seu desejo de cadastro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E me impressiona muito, Senador Amin, porque, assim, esse PDL é assinado por mulheres e é o tempo inteiro criando-se narrativas de que o Governo Bolsonaro era contra as mulheres. E aí vem um PDL como esse para revogar protocolo, exatamente para diminuir a impunidade em relação aos feminicídios, de priorizar as perícias, de dar uma uniformidade nas polícias de todo o Brasil, para que se investigue prioritariamente esse tipo de crime, e vem um projeto de decreto legislativo de uma mulher, de uma Senadora, a meu ver muito mais preocupada com quem assinou o decreto do que com o conteúdo e a efetividade dessa portaria, melhor dizendo.

Então, vem o parecer do Senador Jorge Seif contrário ao PDL, obviamente. E eu faço esse esclarecimento para que a Comissão, obviamente, se pronuncie na sua maioria quanto a esse parecer.

Coloco em discussão o projeto.

Senadora Margareth Buzetti.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT. Para discutir.) – Olha, eu achei até estranha a proposição da Senadora Zenaide, porque dar prioridade a qualquer perícia, a qualquer investigação nos crimes de feminicídio hoje já até está na lei e não precisa ser revogado, não. Não tem nada disso. Não vejo qual é o objetivo de se fazer isso.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É narrativa.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MT) – E hoje o crime de feminicídio é autônomo, não é mais uma qualificadora; então não tem como subnotificar, e também se pede que sejam prioridade as investigações e que as perícias sejam feitas com prioridade. Então, sinceramente, eu não entendi o porquê do PDL.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, o Senador Jorge Seif cantou alto aqui: narrativa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2020.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Antes de terminar, quero só colocar em votação um último item.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 21, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, ° 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do REQ 25/2024 - CSP seja incluído o convidado Sr. Alexandre Magno Neves, Assessor da Coordenação da COOVANT/GSI-RJ.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

Faço aqui também um aditamento para incluir nessa audiência pública o nome do Sr. Fernando Cezar Jorge Hakme, Policial Civil e Assessor Especial do Governador do Rio de Janeiro, que é também um especialista nessa área de *drones*. Esse projeto de lei que vai ser fruto dessa audiência pública, na verdade, é sobre a regulamentação do uso de *drones*, em especial pelas forças de segurança. Então, são alguns especialistas que tem aqui.

Em breve, vou passar qual é a data mais adequada para a gente fazer a audiência pública – talvez na próxima semana, mas vou comunicar aos membros.

Então, coloco em votação esses dois requerimentos de aditamentos de nomes para a realização dessa audiência pública.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA Nº 24, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, ° 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2024 - CSP seja incluído o seguinte convidado: o Senhor Fernando Cezar Jorge Hakme, Assessor Especial do Governador do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ))

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, desejando um bom dia.

(*Iniciada* às *11 horas e 09 minutos, a reunião* é *encerrada* às *11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e treze minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, José Lacerda, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Wilder Morais, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1469, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a fim de estabelecer, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Durante a reunião, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato. Matéria retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4305, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências., para dispor sobre a veiculação pelas emissoras de radiodifusão de campanhas educativas destinadas a prevenir e a combater o uso de drogas." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Magno Malta. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Antes da reunião, é apresentado novo relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta. Durante a reunião, é designado relator “ad hoc” o Senador Esperidião Amin. Colocado em votação, é aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CSP. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos do Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta o uso da força e dos instrumentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 29, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 10, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao PDL nº 1 de 2025 e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 2, 10 e 29 de 2025. **Resultado:** Vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 49, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para possibilitar a incidência da causa de aumento de pena disposta no inciso IV do referido dispositivo quando houver a utilização de qualquer tipo de arma, bem como para estabelecer que ela será aplicável sem prejuízo das penas correspondentes à violência, à ameaça, à posse ou ao porte ilegal de arma de fogo ou ao emprego de qualquer outro meio, decorrentes da prática, no mesmo contexto, de infração penal diversa." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 522, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a causa de aumento prevista no inciso IV do referido artigo é aplicável independentemente da existência de nexo finalístico entre o uso da arma de fogo e o tráfico de drogas, bem como sem prejuízo da cominação das penas correspondentes aos crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao PL nº 522 de 2025, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 49 de 2025. **Resultado:** Durante a reunião, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato, ao PL 49/2025. Matéria retirada de pauta, a pedido do relator. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1169, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes em aplicativos de navegação e mapas." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 1-CSP (substitutivo) oferecida ao PL 1169 de 2025. O substitutivo será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **Observação:** Conforme dispõe o art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas, no turno suplementar, sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/07

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 27ª Reunião, realizada em 30 de setembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Antes de passar aqui à pauta, eu queria só fazer uma nota desta Comissão, com a aquiescência dos membros.

É com profunda preocupação que iniciamos esta reunião, destacando os graves problemas enfrentados pelo Brasil em decorrência das mortes de vítimas causadas pelo consumo de bebidas adulteradas com metanol, prática criminosa que tem ceifado vítimas e gerado imenso sofrimento às famílias.

Diante dessa realidade alarmante, informo que apresentei o Projeto de Lei 4.963, de 2025, que altera o art. 272 do Código Penal e inclui na Lei dos Crimes Hediondos as hipóteses qualificadas de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substâncias, produtos alimentícios ou bebidas destinadas ao consumo humano quando o resultado for lesão grave ou morte.

Trata-se de uma resposta firme e necessária do Parlamento para coibir práticas criminosas que atentam contra a saúde pública e contra a vida, reafirmando nosso compromisso em proteger os brasileiros de condutas tão graves e inaceitáveis.

Feito o registro, eu vou passar aqui aos projetos que estão na nossa pauta, começando pelos de relatoria do Senador Hamilton Mourão, porque os demais relatores ainda não se encontram aqui na Comissão.

Nós vamos passar direto ao item 3.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 2025

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2025

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2025

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Favorável ao PDL nº 1 de 2025 e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 2, 10 e 29 de 2025.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para a leitura do seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Sr. Presidente, bom dia.

Conforme V. Exa. anunciou, este PDL busca sustar o Decreto 12.341, em que o Governo buscou, de forma centralizada, regulamentar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública, aquilo que nós comumente chamamos de regras de engajamento.

De acordo com o art. 104-F, inciso I, alíneas "a" a "e", do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes à matéria desta natureza.

O objetivo dos PDLs, conforme já coloquei, é sustar os efeitos do Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024.

Em relação ao decreto:

- no art. 1º, enuncia seu objeto e remete a classificação dos instrumentos de menor potencial ofensivo a alguns dispositivos legais;

- no art. 2º, enumera os princípios e as diretrizes gerais do uso da força na segurança pública;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- no art. 3º, trata do uso diferenciado da força;

- no art. 4º, traz diretrizes para a capacitação de agentes de segurança pública;

- no art. 5º, lista 12 competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a implementação da lei e do decreto;

- no art. 6º, relaciona dez diretrizes a serem observadas pelos órgãos de segurança pública na implementação da lei e do decreto;

- no art. 7º, dispõe sobre as diretrizes para atuação dos mecanismos de fiscalização e de controle interno dos órgãos de segurança pública na supervisão do uso da força e sobre o registro das ocorrências relacionadas ao uso da força;

- no art. 8º, prevê a instituição do Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força;

- no art. 9º, condiciona o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional, para ações que envolvam o uso da força pelos órgãos de segurança pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, à observância do disposto na lei e no decreto;

- no art. 10, autoriza o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública a editar normas complementares necessárias à sua execução; e

- no art. 11, prevê sua vigência imediata.

Presidente, concordamos com os argumentos dos autores dos PDLs de que o decreto:

- é unilateral (não houve conversas com estados e municípios);

- carece de debate público;

- invade a competência do Congresso Nacional para legislar sobre segurança pública;

- extrapola o escopo do uso de instrumentos de menor potencial ofensivo para tratar do uso da força genericamente;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- ignora as especificidades de cada estado e município (vamos lembrar: o policial que opera na área rural da Amazônia brasileira tem um tipo de ameaça, o policial que opera na área urbana do Rio de Janeiro, o seu estado natal, tem outro tipo de ameaça);

- interfere nas políticas de segurança pública a cargo de cada unidade da Federação; e

- prejudica a segurança pública como um todo, ao condicionar, sem fundamento legal, repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional (aqui buscando usar o poder de coerção pelo dinheiro. Então, quem reclama do Trump não pode reclamar disso aqui também).

Assim, Presidente, o voto, diante do exposto, é pela aprovação do PDL nº 1, de 2025, restando prejudicados os PDLs 2, 10 e 29, de 2025.

Regras de engajamento, Presidente, têm que ser, vamos dizer assim, colocadas de acordo com cada tipo de operação que nós vamos realizar, e cada estado e cada município têm suas especificidades.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Em discussão o projeto de lei.

Para discutir, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar a V. Exa. pela fala inicial sobre a preocupação. Tem meu total apoio com relação à aprovação desse projeto...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... prevendo a possibilidade inclusive nos casos de lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

Com relação a esse projeto, eu pediria, humildemente, ao querido Senador Hamilton Mourão... Eu tenho algumas divergências, porque esse decreto está partindo da premissa do que foi estabelecido na Lei 13.060, e ele não fere a Constituição Federal, porque a própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, no art. 84, IV e VI, estabelece que compete ao Presidente da República regulamentar leis e organizar a administração federal. Então, se nós já temos uma lei federal, e ele está regulamentando, esse decreto ele está regulamentando.

E, quando se fala também dessa negociação para quem está condicionando, eu tenho que ressuscitar aqui alguns pontos. Por exemplo, a lei do SUS estabelece repasses condicionados a diretrizes nacionais; na Lei do Fundeb, o repasse é vinculado a metas educacionais.

Então, eu tenho as minhas ressalvas e eu quero me debruçar de forma mais detalhada, Senador Hamilton Mourão, e, por esse motivo, eu prefiro pedir vista, que aí eu votaria de uma forma mais coerente, mesmo que seja para que o voto seja favorável ao voto do Relator, mas eu ainda não me sinto à vontade de votar favoravelmente nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Só para responder ao meu amigo Fabiano: não vemos inconstitucionalidade; apenas é uma questão de invasão de competência, na nossa visão. Só isso, Senador Contarato, mas não consideramos inconstitucional.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Eu só volto a falar que a própria Constituição estabelece que a competência do Presidente é regulamentar lei, e a regulamentação se dá por decreto. Isso já existe aqui, por isso que foi feito o decreto objeto desse PDL.

Mas obrigado.

E peço vista, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, invasão de competência...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Que seja uma vista coletiva, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, eu concedo vista coletiva aí, só fazendo a ressalva de que, na minha percepção, invasão de competência é inconstitucionalidade. (*Risos.*)

Mas vista concedida, então, por uma sessão, a esse projeto de lei.

O Senador Hamilton Mourão tem um outro projeto para relatar aqui. Então, já vou também colocar em pauta o item 5, de relatoria do Senador Hamilton Mourão.

ITEM 5

PROJETO DE LEI Nº 1169, DE 2025

- Terminativo -

Dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes em aplicativos de navegação e mapas.

Autoria: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A votação será nominal.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para a leitura de seu relatório.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, o Senador Wilder Morais apresenta um projeto extremamente meritório, porque nós sabemos que têm sido recorrente pessoas que se utilizam desses aplicativos de navegação e de mapas, e terminam por ingressar em áreas consideradas de elevado risco nas nossas grandes cidades. Tivemos casos ocorridos no Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza, na própria cidade lá, a capital do meu estado, em Porto Alegre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é um problema real, e a ideia de criar um mecanismo eficiente de identificação das áreas de risco é altamente meritória.

Em linhas gerais, a proposição prevê que os provedores de aplicativos se valerão das informações repassadas pelas autoridades de segurança pública para identificar as áreas de alto risco de ocorrência de crimes. Além disso, devem impedir a geração de rotas que tenham esses locais como destinos ou parte do trajeto e emitir um alerta no caso de definição de destino situado nessas áreas.

Essas medidas seriam compulsórias e, no caso de não atendimento, o aplicativo seria considerado defeituoso e o respectivo provedor responderia por eventuais danos causados na forma prevista pela Lei de Defesa do Consumidor, independentemente de outras sanções penais, civis ou administrativas previstas em lei.

A despeito dessa inequívoca intenção de se protegerem os usuários dos referidos aplicativos, ao obrigar os provedores a configurarem seus sistemas de forma a impedir a geração de rotas que tenham como destino, ou parte dele, áreas de alto risco de ocorrência de crimes, o PL transfere a particulares um dever que é do Estado, no caso, a segurança pública.

Também não há como responsabilizar o provedor do aplicativo por eventuais danos causados durante o percurso percorrido, pois não existe qualquer relação de causalidade do serviço de navegação ou mapa oferecido aos usuários e a ocorrência de uma infração penal ou outro ato ilício durante o trajeto.

Feitas essas considerações, nossa ideia é prover um instrumento eficaz para impedir o ataque a motoristas por criminosos.

Nessa linha, na forma da emenda substitutiva apresentada ao final, e sem nos afastar da ideia central do PL, estamos propondo que as secretarias de segurança pública dos estados, em cooperação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, disponibilizem à população em geral informações sobre as áreas de alto risco de ocorrência de crimes, informações essas que poderão ser repassadas aos desenvolvedores de aplicativos de navegação e mapas e também de transporte passageiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A incorporação dessas informações nos referidos aplicativos não seria obrigatória, pois estamos falando de uma inovação que pode, em alguma medida, interferir nos respectivos custos de produção e valores de venda do produto. Além disso, a opção por aperfeiçoar o aplicativo se insere na liberdade que o fabricante ou o prestador de serviço tem para exercer sua atividade econômica.

Então, podemos ter uma concorrência entre um fabricante que não insere esse dado e outro que insere. Então, esse terá, vamos dizer, as pessoas irão preferir comprar esse aplicativo.

De qualquer forma, não temos dúvidas de que os desenvolvedores de aplicativos terão grande interesse em receber essas informações, haja vista que poderão prestar um serviço diferenciado, com maior qualidade e, sobretudo, assegurarão maior segurança aos usuários.

Nosso voto, Presidente, é pela aprovação do PL nº 1.169/2025, na forma do substitutivo apresentado a seguir.

Então, o substitutivo diz o seguinte:

> (...)
> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes e a disponibilização dessas informações à população em geral e aos provedores de aplicativos de navegação, mapas e transporte de passageiros.
> Art. 2º Para os fins desta lei, consideram-se áreas de alto risco de ocorrência de crimes as localidades, regiões, bairros ou logradouros, situados em área rural ou urbana, com elevada incidência de crimes, assim identificadas pelas autoridades competentes de segurança pública a partir de critérios estatísticos.
> Art. 3º As Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, em cooperação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, poderão disponibilizar à população pela rede mundial de computadores ou por qualquer outro meio informações não sigilosas atualizadas sobre áreas de alto risco de ocorrência de crimes.
> Parágrafo único. As informações de que trata o *caput* deste artigo poderão ser disponibilizadas diretamente aos provedores de aplicativos de navegação, mapas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte de passageiros, de preferência em acesso aberto, em formatos interoperáveis e legíveis por máquina.

Art. 4º Os provedores de aplicativos de navegação, mapas e transporte de passageiros, no âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, poderão configurar seus sistemas de forma a impedir a geração de rotas que tenham como destino ou parte do trajeto as áreas que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º Caso seja definido um destino situado em área de alto risco de ocorrência de crimes, o aplicativo deve emitir um alerta com essa informação.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, o motorista de aplicativo de transporte de passageiros poderá recusar a viagem.

Art. 5º Será facultativa a incorporação das informações sobre as áreas de alto risco de ocorrência de crimes disponibilizadas pelos aplicativos de navegação, mapas e transporte de passageiros.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Registrando a presença aqui do autor do projeto, meu amigo Senador Wilder Morais, ao tempo em que coloco a matéria em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Para discutir, Sr. Presidente.

Quero, aqui, parabenizar, tanto o autor como o Relator, pela proposição. E claro que meu voto vai ser favorável a esse projeto.

Mas só queria, Senador Hamilton, fazer uma simples reflexão. Às vezes, sou mal interpretado por alguns colegas quando falo que o Estado criminaliza a pobreza e a cor da pele, mas essa é uma constatação que presenciei, durante 27 anos da minha vida, enquanto Delegado de Polícia. Nas cadeias, basta você traçar o perfil socioeconômico de quem está preso, a grande maioria são pobres, pretos e pardos. Então, você não vê ali uma população carcerária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crimes condenados por corrupção... E vocês estão cansados de me ouvir falar isso, nesse sentido.

Acho muito louvável a iniciativa, por isso que, volto a afirmar, vou votar favorável, mas fico preocupado porque, mais uma vez, a população menos favorecida vai ter a possibilidade de não ter acesso a um meio de locomoção. Não sei vocês, mas eu ando de Uber, e, às vezes, quando você pede uma corrida para determinado local – pelo menos no Espírito Santo, que é um local de vulnerabilidade social, mas também de alto índice de criminalidade –, elas são recusadas a todo momento. Isso já acontece.

Então, eu só queria fazer um pouco essa reflexão de que nós devemos sempre estar lutando aqui no Senado para reduzir as desigualdades para que a população tenha a segurança pública como direito de todos e dever do Estado, que é uma determinação prevista no art. 144.

Parabenizo o autor e parabenizo o Senador Hamilton Mourão.

Só fiz essa ponderação como reflexão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o nobre Relator aqui, o Senador Hamilton Mourão, e também fazer uma colocação para o nosso colega Contarato aqui. Ele tem toda a razão, mas o que a gente está presenciando no nosso país e, principalmente, na sua cidade... Talvez, fazendo uma reflexão aqui bem precisa, a cidade do Rio de Janeiro, que tem ali caminhos, quando você cai na Linha Amarela, na Linha Vermelha... Normalmente chega turista do mundo inteiro lá, e a gente acaba vendo que a pessoa, por não conhecer... E talvez poderia ter outros caminhos para chegar ao mesmo objetivo, mas a gente acaba colocando aí em risco...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só uma ressalva aqui, porque o Senador Fabiano Contarato coloca uma preocupação e é óbvio que todos nós temos a mesma preocupação, mas o projeto não está tratando da questão do Uber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou táxi, trata dos aplicativos de navegação que são usados por motoristas, como o exemplo que o Senador Wilder está dando, que não conhecem determinada localidade, acabam tendo ali sugerido um trajeto que passa por uma área de risco sem saber que é e acabam sendo vítimas. Então, não é algo com relação aos motoristas de aplicativos em si, é em relação a quem usa um Waze da vida, um Google Maps, ou algo do gênero, né?

Corrija-me se eu estiver errado, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Exatamente, Presidente.

Eu queria dizer que, infelizmente, temos visto situações trágicas em que cidadãos, muitas vezes motoristas de aplicativo ou turistas, são conduzidos, por rotas de GPS, para áreas dominadas pelo crime e acabam sendo vítimas da violência, que é o que o senhor falou agora. Essas mortes poderiam ser evitadas se houvesse informações e prevenções.

Temos o compromisso com a segurança pública e, por isso, é que chegou ao nosso gabinete para que a gente pudesse fazer esse projeto, que eu tenho certeza de que vai ajudar muitas pessoas, principalmente nessas regiões que nós temos aí pelo Brasil afora, porque a maioria das pessoas hoje não chega ou não vai a nenhum endereço sem usar um aplicativo.

Eu queria também, mais uma vez, cumprimentar o Relator Hamilton Mourão pelo seu relatório e cumprimentar também aqui... Nós estamos com a visita aqui dos Vereadores da nossa capital, o Coronel Urzêda e o Willian Veloso, que se fazem aqui presentes. Não sei quem mais do meu estado está aqui nos visitando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Também estão aqui. Eu queria agradecer a presença dos dois, dos Vereadores Coronel Urzêda e William Veloso, de Goiânia, e também do suplente Luiz Bitoka. É isso?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bem-vindos aqui a esta Comissão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Eles vão ter uma missão com a gente hoje à tarde aqui. Então, obrigado pela presença desses colegas Parlamentares também do nosso Estado de Goiás.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu só quero fazer uma ressalva aqui, porque V. Exa. fez um alerta.

O substitutivo, no art. 1º, fala: "Esta Lei dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes e a disponibilização dessas informações à população em geral e aos provedores de aplicativos de navegação, mapas e transporte de passageiros".

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É quem usa o aplicativo também, né?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É, transporte de passageiros. Então, também vai ter. É só para fazer... Para não ficar, porque a minha dúvida é se quem vai interpretar isso vai falar assim: "Olha, a operadora de uma plataforma de Uber vai poder usar? Fazer o mesmo tipo? Vai utilizar essa lei?". Eu confesso – eu humildemente estou falando –, eu tenho minha dúvida. Quando falam assim: "e transporte de passageiro", eu já fico... um motorista de aplicativo é um transporte de passageiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O ponto é que... Não, eu acho que não seria por causa... Se essa lei entrasse em vigor hoje, não seria por causa disso que nós iríamos evitar que as corridas fossem canceladas, em função de estar passando por numa área de risco. É, por isso que o senhor... O motorista de Uber usa aplicativo, eu acho que vale ter o alerta, pelo menos, aí fica a critério dele se aceita a corrida ou não.

Porque ainda tem mais duas situações que eu queria aqui trazer, que eu acho que até seriam legais no debate. A primeira é que várias vezes... Não é uma lei que vai resolver esse problema desses assaltos durante essas viagens, já que a gente está falando de motorista de aplicativo. Porque, muitas vezes, um passageiro entra em algum local onde não é área de risco e pratica o roubo ali, ou a extorsão, no banco de trás do motorista e não necessariamente numa área de risco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro ponto que eu acho que também caberia aqui nesse projeto, Senador Hamilton Mourão, já que a gente está criando a possibilidade, e esse mecanismo de critério das autoridades na área de segurança pública de informar quais são as áreas de risco, eu acho que tinha que ter alguma habitualidade na atualização desses dados. Porque o que hoje é uma área de risco, amanhã pode passar a não ser, e pode ficar desatualizado nesse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está prevista atualização. Então...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – E quem vai orientar também no projeto, a orientação, exatamente, é de agentes de segurança pública. Não é uma definição. Então, quem vai passar essa informação para os aplicativos é exatamente o setor de segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É que hoje existem aplicativos que já fazem isso, não são de navegação. Lá no Rio, a gente tem o famoso Fogo Cruzado, que, inclusive, mostra ali, em tempo real, áreas onde estão acontecendo tiroteios – infelizmente o Rio de Janeiro chegou a esse padrão triste de realidade – e são alimentadas, as fontes, exatamente pelas pessoas que informam ao aplicativo onde está acontecendo, e a pessoa desvia o caminho para, porventura, não ser vítima de uma bala perdida ou algo que o valha.

Senador Hamilton Mourão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, antes, só quero deixar aqui, mais uma vez, a minha alegria na aprovação desse projeto. Eu acho que todo o mecanismo que você dá para a segurança do usuário... Principalmente, você vai botar ali um GPS que vai te informar se aquele local é ou não. É óbvio que nós temos que ter essa ferramenta.

Então, por isso que eu quero aqui, mais uma vez, confirmar e falar da minha alegria de estar votando favoravelmente, tanto parabenizando o autor, como a relatoria do Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Hamilton Mourão. Na sequência, Senador Esperidião Amin.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Apenas, Presidente, a gente tem que olhar o mundo real, né?

Então, o meu colega, o Senador Contarato, mencionou essa questão do aplicativo de transporte. A gente sabe que o motorista, muitas vezes, vai recusar aquela corrida. Mas tem motorista que tem salvo-conduto para atuar em determinada região, essa é a realidade, é o mundo real, e ele vai acertar a corrida, né? E a gente tem que entender isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Que o diga o Ministro da Justiça, o ex-Ministro da Justiça.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Eu apenas retifico, faço minhas as palavras de todos os que falaram.

Quanto à única retificação que eu fiz, talvez um pouco provocativa, para o meu amigo Senador Fabiano Contarato, eu me rendo, eu me considero um derrotado ao votar esse projeto, mas é o reconhecimento da nossa derrota, por admitir que nós tenhamos zonas de exclusão – isso aí é zona de exclusão.

Vocês se lembram do tempo do Iraque, em que o norte do Iraque, por causa dos curdos e da perseguição aos curdos, era uma zona de exclusão? O Saddam Hussein não podia ir lá e, ao sul, por causa da forte maioria de xiitas, também não podia ir. Então, o Bill Clinton botou zona de exclusão do sul e zona de exclusão do norte. Isso aí, claro que numa escala muito menor, é o reconhecimento do nosso fracasso, mas sem alegria – isso é a única retificação.

Eu acho que, em termos práticos, estamos nos rendendo à realidade. Eu apenas estimularia que, com o projeto ou depois do projeto, nós tivéssemos uma forma de a política de segurança pública do país... Assim como a própria programação das secretarias de segurança considera, pela estatística, qual a região mais perigosa... E que nós não desistamos. O perigo disso aí é reconhecer. Não vai lá nem para cobrar a conta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É verdade, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Isso é que me deixa triste. Mas eu voto a favor, porque reconheço. Se eu estou sentado num táxi ou num Uber, é bom saber, né?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só para dizer a V. Exa. que nós realmente falhamos, porque a segurança pública é direito de todos, é dever do Estado, mas, infelizmente, alguns... Eu vejo a movimentação de alguns Parlamentares querendo dividir até o Brasil, né? Brasil do norte e Brasil do sul, criando zonas de exclusão também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, no Rio de Janeiro, em especial, as zonas de exclusão foram potencializadas ainda com o Brizola, que proibiu a polícia de entrar em determinadas comunidades. Aí, com o passar do tempo, os criminosos que se abrigavam nesses locais acabaram se fortalecendo, e hoje o que nós temos são diversas áreas de exclusão.

Reconheço que é triste a gente fazer isso aqui de público, mas é um fato de que existem esses locais onde, eu não digo que a polícia não entra, a população vive ali sob uma lei de um estado paralelo, que não é a lei do Estado. E vou além: a gente tem que ter, sim, esse pacto a favor de se evitar isso, senão daqui a pouco nós vamos ter as zonas de segurança, que são as zonas menores, as ilhas de segurança. A criminalidade vai chegar a um ponto de tanta generalização que nós teremos zonas de segurança, e não mais apenas as zonas de exclusão. Então é muito preocupante.

Este debate é altamente válido e quero convidar todos a estarem no Plenário hoje, porque está na pauta do Plenário do Senado o Projeto de Lei, se não me engano, 4.809, que exatamente trata de um pacote anticrimes violentos, e, entrando em vigor, eu tenho a convicção de que marginais violentos – especialmente aqueles que usam os fuzis para garantir essas zonas de exclusão, o poderio deles sobre determinadas áreas em todo o país – fiquem mais tempo presos, assim como aqueles que reiteradamente cometem crimes e são presos em flagrante. Na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência de custódia, obrigatoriamente, o juiz vai analisar a sua habitualidade criminosa, na hora de tomar a decisão de se concede a liberdade provisória ou se mantém esse preso em flagrante, na condição de preso. Então acho que é uma resposta importante que o Senado pode dar já nessa discussão que nós estamos travando aqui hoje na Comissão de Segurança Pública.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação a emenda substitutiva, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Eu peço à mesa que abra o painel de votação.

Está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E quero pedir aqui aos Senadores que estão nos acompanhando virtualmente que possam fazer a votação aí pelo aplicativo, caso já tenham dado presença em algum local físico aqui no Senado Federal. Então, Senadores que deram presença aqui, peço, por gentileza, que votem aí pelo aplicativo ou compareçam aqui na Comissão para votarem.

Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro – fui informado aqui que só voto em caso de desempate, por isso não estou constando como votante –, Senador Carlos Portinho, Marcos Rogério, José Lacerda, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, por favor, votem aí pelo aplicativo.

Está em votação nominal, em caráter terminativo, o Projeto de Lei 1.169, de 2025, de autoria do Senador Wilder Morais, que dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes em aplicativos de navegação e mapas. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto os Senadores estão votando, eu só informo que estou retirando de pauta os itens 1 e 4, a pedido dos Relatores, para analisar as emendas do diligente Senador Fabiano Contarato, o emendador da Comissão. Tem comendador, desembargador, e tem o emendador.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1469, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a fim de estabelecer, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para possibilitar a incidência da causa de aumento de pena disposta no inciso IV do referido dispositivo quando houver a utilização de qualquer tipo de arma, bem como para estabelecer que ela será aplicável sem prejuízo das penas correspondentes à violência, à ameaça, à posse ou ao porte ilegal de arma de fogo ou ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego de qualquer outro meio, decorrentes da prática, no mesmo contexto, de infração penal diversa.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)) (*Pausa.*)

Como já temos dez votantes, já temos o quórum, eu vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Votaram SIM 8; NÃO, 1.

O projeto...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aprovada a Emenda nº 1-CSP (Substitutivo), oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 1.169, de 2025. Fica prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado o substitutivo integral ao projeto.

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação. (*Pausa.*)

Passamos ao restante da pauta, ao item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 4305, DE 2021

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, para dispor sobre a veiculação pelas emissoras de radiodifusão de campanhas educativas destinadas a prevenir e a combater o uso de drogas.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Relatoria: Senador Magno Malta

Relatoria Ad hoc: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

Observação: em 07 de outubro de 2025, foi recebido novo relatório do Senador Magno Malta.

Na ausência do Senador Magno Malta, o Relator, solicito ao Senador Esperidião Amin que faça a leitura de seu relatório, *ad hoc*.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Eu o faço, Presidente, agradecendo a honra e esclarecendo apenas que não tenho o embasamento e o mérito do Senador Magno Malta, que dedica sua vida, em boa parte, ao estudo do problema e à formulação de soluções. Então, peço desculpas por não ter os talentos nem do Senador Girão nem do Senador Magno Malta a respeito ao assunto. Trata-se, portanto, de cumprir uma obrigação, e o faço com muito afinco.

A ementa V. Exa. já leu, eu não preciso repetir.

O projeto acrescenta um artigo – o art. 19-B – à Lei Antidrogas. O *caput* do art. 19-B prescreve que, durante a Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, as emissoras de radiodifusão sonora e de sons e imagens veicularão campanhas educativas destinadas a prevenir e a combater o uso de drogas – o que parece uma providência útil em face da comunicação social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O §1º do art. 19-B dispõe que essas campanhas educativas serão veiculadas em espaços e conteúdos recomendados.

O §2º prevê que, alternativamente às campanhas educativas, as emissoras de radiodifusão poderão transmitir matérias de cunho jornalístico sobre o tema.

O §3º estabelece que as campanhas educativas e matérias previstas serão produzidas sob a responsabilidade das emissoras e serão transmitidas das 6h às 22h.

O art. 2º do projeto define a vigência da lei.

Portanto, é uma lei eminentemente educativa, socioeducativa. E, por isso, só pode receber encômios, e foi isso que eu deduzi da leitura do parecer agora apresentado pelo Senador Magno Malta.

A luta contra a disseminação de drogas é uma luta ingente, com grandes percalços. Não posso dizer que nós estejamos ganhando, pelo contrário. Se os Estados Unidos estão usando Exército, Marinha e Aeronáutica para atender o caso marítimo da Venezuela, é porque o caso terrestre, selva, vai ficar conosco. Na impossibilidade de ir ao mar, viremos a leste. Isso demonstra que as campanhas são necessárias, especialmente para alcançar os jovens, para alcançar os incautos e aqueles que são mais ou menos vulneráveis.

De sorte que, Presidente, creditando o mérito desta apresentação do texto ao próprio Senador Magno Malta, e fazendo minhas as suas ponderações, eu concluo dizendo que, além de reforçar o dever social dos meios de comunicação, a proposta dialoga com a dimensão humana do problema, ao promover conscientização, valorização da vida e a crença na possibilidade de recomeço.

Eu acho que esta parte final, que é eminentemente cristã... Eu estou tentando cobrar aqui a p. 4.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Começa com: "O Estado precisa agir com firmeza contra o crime."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Exatamente. E, concordando que o Estado precisa agir com firmeza, mas também com sensibilidade, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

paixão e com educação, enfim, faço meu o voto do Senador Magno Malta, para votar pela aprovação do projeto de lei com a seguinte emenda – vou ler apenas a modificação –:

> [...] [alínea "a" do inciso II do §1º do art. 19-B]:
> a) danos e riscos decorrentes do uso de drogas lícitas e ilícitas;
> .....
> c) ações preventivas ao uso de álcool e outras drogas e sua correlação com a diminuição de violência, acidentes e outros desfechos negativos;
> d) vulnerabilidades sociais decorrentes ou que levam ao uso de álcool e outras drogas e os serviços públicos e territoriais de cuidado e atenção psicossocial;
> e) a importância do vínculo afetivo e da participação da família e da sociedade para a reinserção social de pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
> § 2º Alternativamente às campanhas educativas de que trata o caput, as emissoras de radiodifusão poderão transmitir matérias de cunho jornalístico que abordem os temas previstos no inciso II do § 1º deste artigo, observado o número mínimo de três matérias diárias com três minutos cada.
> .....”

Portanto, o projeto é irrepreensível e o esforço socioeducativo dele é merecedor do nosso aplauso e da nossa aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Relator *ad hoc*, Senador Esperidião Amin.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 4.305, de 2021, com a Emenda nº1-CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

Antes de encerrar esta sessão, queria só fazer uma lembrança que na próxima terça-feira a nossa reunião da Comissão de Segurança Pública será uma audiência pública, na verdade, sobre um tema em que eu particularmente tenho muito interesse e curiosidade de ouvir especialistas, já que é uma novidade que a gente tem que trazer para a legislação, que é o uso dos *drones*. É para instruir o Projeto de Lei nº 3.611/2021, que "Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou 'drones' pelos órgãos de segurança pública".

Vai ser uma reunião interativa, com participação de todos. E algumas autoridades que estão aqui convidadas e que vão participar vão compartilhar conosco a experiência prática das forças policiais, em especial, na manipulação dessa tecnologia.

O que nós estamos vendo hoje na guerra da Ucrânia com a Rússia é muito o uso desse tipo de ferramenta, que são os *drones*, para, enfim, bombardear, para uso, para atacar seus inimigos. E, mais uma vez, eu tenho que dar esta triste constatação aqui: o Rio de Janeiro está sendo pioneiro no uso de *drones* por parte de traficantes de drogas, que já estão usando *drones* não só para monitorar a atuação policial, o policiamento ostensivo, mas também com o uso de *drones* bomba – por enquanto, contra facções rivais, contra milícias, né?

Mas, obviamente, as forças policiais também lançam mão desse tipo de equipamento, que é a tecnologia, e eu acho que a gente tem que dar todo o suporte para que o Estado a utilize sem burocracias. É importante, porque nesse projeto de lei, por exemplo – é um tema que a gente vai ter que discutir aqui –, está se proibindo o uso de *drones* que portem armas – *drone* armado –, o que, no meu ponto de vista, é um equívoco, porque a gente tem que ter...

Por favor, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Você tem um que carrega... (*Fora do microfone.*) Só para completar aí o teu raciocínio,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você tem um que carrega uma granada, por exemplo. Ele vai sobrevoar, vai olhar o que está lá embaixo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o Talibã, é o Talibã.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Não, ele larga a granada. E tem aquele que se chama de *loitering munition*, que é aquele sem pino, que fica circulando. Quando ele detecta o alvo, ele se atira sobre o alvo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ainda tem aqueles hoje que realmente portam armas com mira a *laser*, que eu já vi na última LAAD, no Rio de Janeiro, de uma fabricante de armas, inclusive brasileira, com um *drone* com uma arma, uma pistola adaptada, que é com precisão.

E essa vai ser uma discussão interessante, porque é uma maneira muito mais segura de você neutralizar alguém que está portando um fuzil, ameaçando tirar a vida de outra pessoa, na iminência de cometer algum crime contra a vida de outra pessoa. A chance de haver um dano colateral de um uso dessa ferramenta é muito menor do que um ser humano usando-a.

E aí isso é uma outra discussão, sobre a responsabilização criminal de quem está pilotando um *drone* como esse.

Então, vejam que é um tema novo que a gente vai ter que enfrentar. E eu acho que vai ser muito produtivo nós ouvirmos aqui, por exemplo, algumas pessoas que já trabalham nessa área: o Coordenador de Operações com Veículos Aéreos Não Tripulados do Gabinete de Segurança Institucional do Rio de Janeiro (GSI); o Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol). Estão convidados aqui o Assessor da Coordenadoria de Operações com Veículos Aéreos Não Tripulados (Covant) e o Assessor Especial do Governador, que, na verdade, é o responsável pelo GSI e vai poder compartilhar comigo já quais são as experiências e os problemas legais que eles já começam a enfrentar pelo uso dessas ferramentas. Como a lei não é clara, acaba ficando para o Judiciário – muitas vezes de uma forma subjetiva, muitas vezes até contaminado de alguma influência ideológica – tomar decisões, já que há hoje essa brecha legal que a gente precisa ocupar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, conforme aqui o que a maioria de nós, representantes do povo, decidir, é o que o Judiciário tem que seguir, e não o contrário. Eu sempre defendo isso. A gente tem que fazer uma legislação muito clara, objetiva, para reduzir essa subjetividade nas tomadas de decisões, que muitas vezes acontecem porque nós não legislamos bem.

O Senador Esperidião Amin quer fazer uso da palavra também? (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só queria oportunizar que nós temos também uma legislação correndo, mas é sobre eVTOL.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sobre o quê?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sobre eVTOL, os veículos não tripulados de decolagem e aterrissagem verticais. Com um detalhe: dois aeroportos do Brasil já estão se credenciando para operá-los para transporte de carga, sem piloto, Congonhas e Navegantes, Santa Catarina.

Tínhamos que estar lá, dando uma beliscada nisso. (*Risos.*) Ou seja, isso é uma forma de mobilidade urbana.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – E para transporte de passageiros...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E, em Balneário Camboriú, eu fiquei sabendo num encontro internacional, já temos uma empresa instalada para dar o passo seguinte, que é o transporte de pessoas a partir dos aeroportos habilitados...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Para nós que somos do mesmo tempo, é o carro dos Jetsons.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu também peguei essa época do carro dos Jetsons.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O dos Jetsons era tamanho família já, não é? Então, aquilo que a gente achava que ia acontecer lá adiante...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, nós achávamos que isso aconteceria a partir dos anos 2000. Já estamos em 2025, estamos atrasados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Com algum atraso.

Então, realmente, o dispositivo legal para manter isso sob controle, porque hoje eu acho que estão já em absoluto descontrole, os *drones*... O que impede que alguém faça uma maluquice, e o *drone* invada o cone de aproximação do aeroporto? Só estou falando de baixa altitude. E, consequentemente, a aplicação econômica, a possibilidade de... Tanto é que este projeto do eVTOL é aplicado à legislação sobre mobilidade urbana, quer dizer, o foco dele é favorecer uma alternativa de mobilidade urbana nos centros urbanos que têm o trânsito, especialmente rodoviário ou terrestre, como queira, congestionado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Controle do espaço aéreo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, o espaço aéreo vai ter que exigir uma legislação muito coordenada em face dos múltiplos usos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, estão convidados aqui também representantes do Decea (Departamento de Controle do Espaço Aéreo), da Anac (Agência Nacional de Aviação de Aviação Civil) e também o representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Então, assim, eu acho que é um tema importante, que vai ser a pauta da nossa próxima reunião, na terça-feira, às 11h da manhã aqui, essa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos pela presença, desejando uma boa semana.

(*Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, José Lacerda, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Izalci Lucas, Weverton, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Sergio Moro, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 25/2024 - CSP, de autoria do Senador Weverton (PDT/MA) e da Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT), REQ 21/2025 - CSP, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), REQ 24/2025 - CSP, de autoria do Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ), e PL 3611/2021, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 3611/2021, que "Dispõe sobre o uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP) ou 'drones' pelos órgãos de segurança pública". **Participantes:** Sr. Márcio Duarte Teixeira, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sr. Felipe Moreira Faulhaber, Coronel Aviador, Comandante do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (representante de: Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)); Sr. Conrado Klein de Freitas, Gerente Técnico de Vigilância Continuada (GTVC) da Superintendência de Padrões Operacionais (SPO) (representante de: Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)); Sr. Bruno Palmieri Buonicore, Representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim); Sr. Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação de Delegados das Polícias do Brasil - ADEPOL; Sr. Fernando Cezar Jorge Hakme, Policial Civil e Assessor Especial do Governador do Rio de Janeiro; Sr. Jeter Gonçalves Quaresma, Coordenador da Coordenadoria de Veículos Aéreos não Tripulados - COOVANT - GSI/RJ; e Sr. Alexandre Magno Neves, Assessor da Coordenadoria de Veículos Aéreos não Tripulados - COOVANT - GSI/RJ. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.236874/2025-31-2 (ANEXO: 002)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e um de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Plínio Valério, Jorge Kajuru, José Lacerda, Chico Rodrigues, Jorge Seif, Wilder Morais, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Magno Malta, Rogerio Marinho e Ana Paula Lobato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A reunião é suspensa às onze horas e nove minutos e reaberta às onze horas e treze minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1469, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a fim de estabelecer, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 3-CSP, 4-CSP e 5-CSP. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 28, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Autoriza, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões específicas em matéria penal e processual penal." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 839, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 12.850, de 2 de agosto de 2013, 7.210, de 11 de julho de 1984, 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tratamento penal dos líderes das organizações criminosas armadas que reconhecidamente se valham de violência e grave ameaça para cometer crimes." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CSP (substitutivo). **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 1, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 29, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 10, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Jorge Seif (PL/SC). **Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Favorável ao PDL nº 1 de 2025 e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 2, 10 e 29 de 2025. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao PDL nº 1 de 2025, e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 2, 10 e 29 de 2025. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 49, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para possibilitar a incidência da causa de aumento de pena disposta no inciso IV do referido dispositivo quando houver a utilização de qualquer tipo de arma, bem como para estabelecer que ela será aplicável sem prejuízo das penas correspondentes à violência, à ameaça, à posse ou ao porte ilegal de arma de fogo ou ao emprego de qualquer outro meio, decorrentes da prática, no mesmo contexto, de infração penal diversa." **Autoria:** Senador Magno Malta (PL/ES). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 522, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a causa de aumento prevista no inciso IV do referido artigo é aplicável independentemente da existência de nexo finalístico entre o uso da arma de fogo e o tráfico de drogas, bem como sem prejuízo da cominação das penas correspondentes aos crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR). **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Favorável ao Projeto de Lei nº 522 de 2025, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2 oferecidas ao Projeto de Lei nº 49 de 2025, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 49 de 2025. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 522/2025, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2 oferecidas ao PL 49/2025, nos termos da Emenda nº 1-CSP (substitutivo) oferecida ao PL 522/2025, e pela prejudicialidade do PL 49/2025. **Observação:** Em 29/10/2025, foi retificada a numeração da Emenda nº 3-CSP para Emenda nº 1-CSP, com republicação do resultado e retificação do Parecer nº 51/2025. **ITEM 6 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei n° 1169, de 2025 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes em aplicativos de navegação e mapas." **Autoria do Projeto:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria do Projeto:** Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do RISF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Bolsonaro
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/21

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 28ª e 29ª Reuniões, realizadas, respectivamente, em 7 e 14 de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado a presença pessoalmente na Casa.

Enquanto aguardamos os Relatores chegarem, eu vou passar direto ao item 6 da pauta, invertendo a pauta.

ITEM 6

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI Nº 1169, DE 2025

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe sobre a identificação de áreas de alto risco de ocorrência de crimes em aplicativos de navegação e mapas.*

Autoria do Projeto: Senador Wilder Morais (PL/GO)

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório:

Observações:

1. Poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar, por ocasião da discussão da matéria, vedada a apresentação de novo substitutivo integral;

2. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram apresentadas emendas na discussão suplementar.

Assim sendo, é definitivamente adotado o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.169, de 2025, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu vou suspender a sessão até que chegue um Senador para relatar as matérias dos projetos constantes da pauta.

Está suspensa da sessão.

(*Suspensa às 11 horas e 09 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 13 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a presença dos Relatores, está reaberta a reunião.

Vou passar ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1469, DE 2020

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, a fim de estabelecer, em âmbito nacional, a idade-limite para o ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Seif

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1.Em 07/10/2025, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 08/10/2025, foi apresentado requerimento, de autoria do Senador Fabiano Contarato, que solicita a retirada das Emendas nºs 1 e 2, nos termos do artigo 256 do Regimento Interno do Senado Federal;

3. Em 14/10/2025, foi recebido novo relatório do Senador Jorge Seif;

4. A matéria seguirá à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou, se o senhor me permitir, direto à análise.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A análise concernente à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição incumbirá à CCJ, cabendo a esta Comissão de Segurança Pública pronunciar-se, nesta oportunidade, quanto ao mérito, nos termos do art. 104-F, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno.

Consideramos que não se justificam as discrepâncias de requisitos para ingresso nas carreiras da polícia militar e do corpo de bombeiros militar dos estados e do Distrito Federal.

Embora, Sr. Presidente, o Brasil seja um Estado federado, certo é que a União concentra diversos poderes, entre os quais o de uniformizar as regras gerais. Tanto assim, que recentemente foi editada a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, que "institui a Lei Orgânica Nacional das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios, nos termos do inciso XXI do *caput* do art. 22 da Constituição Federal, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do nosso ponto de vista, é conveniente e oportuna a uniformização patrocinada pelo projeto de lei do Capitão Derrite, Deputado Federal, colega nosso, hoje Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, desempenhando um excelente serviço. Além disso, afiguram-se adequadas as idades máximas propostas para ingresso nas carreiras da polícia militar e do corpo de bombeiros militar dos estados e do DF.

Não obstante, a modificação legislativa deveria operar-se na mencionada Lei Orgânica, cujo art. 13 estabelece as condições básicas para ingresso nas corporações.

Por fim, deixamos de nos manifestar a respeito das Emendas nº 1 e nº 2, em razão de sua retirada pelo autor, Senador Fabiano Contarato, do Espírito Santo.

Meu voto.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CSP

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para estabelecer, em âmbito nacional, as idades máximas para ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal.

EMENDA Nº - CSP

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, a seguinte redação:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, para estabelecer, em âmbito nacional, as idades máximas para ingresso nas carreiras das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal.

EMENDA Nº - CSP

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 1.469, de 2020, a seguinte redação:

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023, passa a viger acrescido do seguinte inciso:

Art.13. .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XI – ter, na data da publicação do edital do concurso público, no máximo trinta e cinco anos, ou no caso dos oficiais médicos, de saúde ou de outras especializações eventualmente existentes em âmbito estadual ou distrital, quarenta anos.

..... (NR)

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em discussão.

Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Relator, meu querido Jorge Seif, pela sensibilidade e falar para vocês que esse é um avanço muito importante para as pessoas que querem ingressar nas carreiras de segurança pública.

Essa limitação de idade, cada estado da Federação impondo uma data, isso gerava uma insegurança jurídica, uma desigualdade muito forte. Hoje, a gente tem que entender que a expectativa de vida de um brasileiro passou a ser 76 anos de idade. As pessoas...

A gente não pode ter um comportamento etarista de limitar ou impedir que uma pessoa que tenha, por exemplo, 35 anos de idade ou 40 não possa participar de um pleito, de um concurso público na área de segurança pública.

Eu retirei a minha emenda, inclusive, porque você vê como a gente vai aprendendo... Eu faço aceno, no sentido de estar ajudando, e, às vezes, você acaba não ajudando.

Quando eu fiz, querendo ampliar, é porque eu fiquei preocupado, Senador Mourão, é com os guardas municipais. Eu falei: "Poxa, coitado do guarda municipal; ele está no Estado do Espírito Santo ou uma prefeitura coloca uma idade pequena e ele não pode participar". Então, quando eu fiz isso, era para abranger também as guardas municipais, no sentido de que você estaria ali ajudando e beneficiando as categorias.

Como eu vi que, realmente, não era o momento adequado e que talvez a realidade da guarda municipal fosse diferenciada, de acordo com cada município do país, eu entendi, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem, que o meu objetivo aqui é ajudar, para aprovar o mais rápido possível esse projeto. Então, eu retirei a emenda.

Agradeço e falo que hoje é um passo importante.

A gente normatiza isso, padroniza, garantindo segurança jurídica e dando oportunidade para que essas pessoas de até 35 anos de idade possam ingressar na polícia militar, no bombeiro ou, no caso de 40 anos, no corpo médico. Eu acho que é um passo importante.

Parabéns, Senador Jorge Seif, e parabéns aqui a todos os Senadores envolvidos: Marcio Bittar, o Mourão... Saiba que eu tenho um carinho muito grande por todos vocês, um respeito e admiração. Eu acho que isso que move estar dentro da política.

Parabéns, Flávio, pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Eu também queria só comentar sobre a emenda.

Veja também, Senador Fabiano: o que acontece é que, por vezes, os estados da Federação demoram a chamar aqueles que passaram no concurso. Então, a pessoa tem a idade permitida quando é aprovada, aí o estado demora um, dois, três anos, e, lá na frente, ele é excluído por idade.

Então, a nossa emenda foi no seguinte sentido: se a pessoa passou, foi publicado, e o estado vai demorar um pouco para se organizar, para buscar recursos, etc. – os problemas administrativos de um estado –, o que importa é a data da publicação, para que ele não seja preterido de realizar o sonho de ingressar em uma das carreiras militares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só queria dar essa explicação também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas não é em causa própria que V. Exa. está colocando 35 anos de idade, não, porque esse seu cavanhaque branco já está entregando a sua idade. (*Risos.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 1.469, de 2020, com as Emendas nºs 3, 4 e 5, da CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, poderia só fazer aqui um breve relato e deixar registrado aqui na CSP?

Presidente, acabamos de aprovar, nesta Comissão de Segurança, o Projeto de Lei 1.469, de 2020, de autoria do meu amigo Guilherme Derrite, que estabelece critérios uniformes de idade para o ingresso nas carreiras de policiais militares e corpos de bombeiros militares em todo o país, carreiras as quais nós aqui, nesta Comissão, defendemos com unhas e dentes e com muita incisividade.

O projeto corrige distorções históricas, traz isonomia entre os estados e adéqua a legislação à realidade atual da expectativa de vida e das exigências físicas e profissionais das corporações, como bem ressaltou o Senador Fabiano Contarato.

Sr. Presidente, quero enfatizar que a emenda que apresentamos define com precisão o momento em que a idade máxima deve ser considerada: será a data da publicação do edital do concurso público.

Isso é uma expectativa desse público, Sr. Presidente, e essa alteração é fundamental para garantir segurança jurídica, igualdade de condições e oportunidades entre todos os candidatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na prática, evita que pessoas sejam eliminadas por completar a idade limite durante o andamento do certame, algo que, muitas vezes, ocorre por atrasos administrativos ou prorrogações de cronograma, como usualmente ocorre nos estados da Federação.

Com essa regra clara, asseguramos transparência, previsibilidade e justiça ao acesso às carreiras militares, valorizando o esforço de quem se prepara, e garantimos que o processo seletivo respeite critérios objetivos desde o seu início.

Após aprovação unânime nesta Comissão, pela qual agradeço a todos os membros da Comissão de Segurança Pública, o projeto seguirá à análise da CCJ, na qual conto com o apoio dos colegas.

Desde já, registro o meu pedido ao Presidente Senador Otto Alencar para que me designe Relator também naquela Comissão, de modo que possamos dar continuidade a essa pauta justa e vencer mais essa etapa em favor dos concurseiros e da segurança pública brasileira.

Seguiremos trabalhando, Sr. Presidente, com seriedade e compromisso, para que esse projeto se torne lei e traga segurança jurídica, igualdade de oportunidades e previsibilidade a todos que desejam servir ao Brasil nas honrosas carreiras militares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senador Jorge Seif, pelo relatório. Parabéns ao Deputado Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo, pela iniciativa de uniformizar essa matéria em âmbito nacional e dar segurança jurídica a todos os que estão buscando uma carreira pública nesses setores da segurança.

Bom, o item 2 é do Senador Carlos Portinho, e ele acabou de me avisar que o voo dele atrasou e não vai chegar a tempo nesta Comissão. Então, fica para a próxima reunião desta Comissão a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 28, de 2024.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 2024

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Autoriza, nos termos do parágrafo único do art. 22 da Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal a legislarem sobre questões específicas em matéria penal e processual penal.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1.A matéria seguirá à CCJ.)

Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 839, DE 2024

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 12.850, de 2 de agosto de 2013, 7.210, de 11 de julho de 1984, 8.069, de 13 de julho de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer o tratamento penal dos líderes das organizações criminosas armadas que reconhecidamente se valham de violência e grave ameaça para cometer crimes.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PSD/MT)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. Em 30/09/2025, foi apresentado o Requerimento nº 23/2025, posteriormente retirado a pedido de seu autor, Senador Rogério Carvalho;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 30/09/2025, lido o relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

3. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa

Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar para as suas considerações.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, caros colegas, como a própria fala do nosso Presidente, Flávio, já está dizendo, na última reunião que tratamos desse assunto, nosso querido colega, Senador Rogério, pediu vista coletiva e foi concedida, como deveria ser. De lá para cá, não se ofereceu nenhuma emenda ao projeto, de forma que ele já foi lido. Só quero aqui lastimar que a nossa Senadora pediu... Era o último dia, a última semana dela aqui, como Senadora, enfim, mas ela está atenta, e acho que hoje nós podemos dar a ela a boa notícia de ter esse projeto aprovado.

Como V. Exa. já disse, trata-se de um endurecimento de pena para os líderes de facções criminosas.

Como já foi lido, eu peço a anuência do Presidente para que a gente vá direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns pelo seu relatório, Senador Marcio Bittar, parabéns à autora, Senadora Margareth Buzetti, uma Parlamentar incansável, em especial nessa pauta também segurança pública, com projetos arrojados, polêmicos, mas que esta Casa tem que enfrentar em algum momento.

Então, eu coloco em votação o relatório apresentado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Eu só queria aqui parabenizar a Senadora Margareth Buzetti pela sensibilidade de sempre estar enfrentando temas, às vezes, delicados, porque não é fácil nesta Casa, mas eu quero também aqui fazer um agradecimento especial ao Senador Marcio Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele fez uma correção nesse projeto que eu reputo de fundamental importância, porque o conceito de organização criminosa já está na lei federal. Então, mudar isso dentro das unidades da Federação seria um conflito de normas entre uma lei federal e uma possível lei estadual, e você, sabiamente, foi lá e retirou isso e foi aprovando com endurecimento, aumentando a pena das organizações criminosas, que eu acho que é neste tipo de crime que a gente tem que combater mesmo. Tráfico de entorpecente, a gente não tem meio-termo para isso.

É claro que existem alguns pontos em que a gente também tem que ter cautela, com relação a assuntos que já foram debruçados perante o Supremo Tribunal Federal. Por exemplo: eu lembro que, na Lei 8.072/1990, Lei dos Crimes Hediondos, falava que o condenado por crime previsto nessa lei cumprirá a pena integralmente em regime fechado. Esse assunto chegou até o Supremo, e ele falou: "Olha, isso fere a individualização da pena", etc., etc. Então, qual é o caminho jurídico que a gente tem? Endurecer a forma... dificultar a forma de progressão. Aí, sim, nós teríamos a possibilidade de ela ser uma lei lícita, jurídica e constitucional, e não teria vício de inconstitucionalidade.

Parabéns, Senador Marcio Bittar, pela sensibilidade por estar atento. Esse era um ponto que me preocupava, porque eu falava: "Meu Deus! Mas o conceito de organização criminosa já existe na lei federal". Se você transfere isso para definir esse conceito para os estados da Federação, você tem um conflito aparente de normas entre uma lei federal e uma lei estadual, e, na hierarquização do processo legislativo, prevalece a lei federal. Parabéns pela sensibilidade!

E parabéns à Senadora Margareth Buzetti pelo período que esteve aqui nesta Casa, que marcou a sua digital em pautas importantes com relação ao combate à criminalidade, à redução do crime como fenômeno social.

Parabéns, Senador, mais uma vez, por estar pautando temas de tamanha relevância para o país.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Eu comecei a ficar preocupado com tantos elogios na manhã de hoje, Senador. Devo me preocupar? Não? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É porque o Senador Contarato hoje está com um visual britânico, com essa elegância, de colete...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o frio na sala. Ele está no clima de montanha, né?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 839, de 2024, nos termos da Emenda Substitutiva nº 1 - CSP.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Já que o Senador Marcio Bittar está quente ali na relatoria, eu faço uma inversão aqui para votar o item 5 e depois passo a palavra ao Senador Mourão para fazer a relatoria dos projetos sob sua relatoria.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Item 5.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para possibilitar a incidência da causa de aumento de pena disposta no inciso IV do referido dispositivo quando houver a utilização de qualquer tipo de arma, bem como para estabelecer que ela será aplicável sem prejuízo das penas correspondentes à violência, à ameaça, à posse ou ao porte ilegal de arma de fogo ou ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego de qualquer outro meio, decorrentes da prática, no mesmo contexto, de infração penal diversa.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI Nº 522, DE 2025

- Não terminativo -

Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a causa de aumento prevista no inciso IV do referido artigo é aplicável independentemente da existência de nexo finalístico entre o uso da arma de fogo e o tráfico de drogas, bem como sem prejuízo da cominação das penas correspondentes aos crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei nº 522 de 2025, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2 oferecidas ao Projeto de Lei nº 49/2025, nos termos da emenda substitutiva que apresenta, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 49 de 2025.

Observações:

1.Em 07/10/2025, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Fabiano Contarato;

2. Em 08/10/2025, foi recebido novo relatório do Senador Marcio Bittar;

3. A matéria seguirá à CCJ, em decisão terminativa.

As matérias seguirão, posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.

Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar para a leitura do seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, o Senador Magno Malta está se submetendo ou já deve ter concluído outra cirurgia na manhã de hoje. Então, quero aqui desejar toda sorte a ele e que o mais breve possível ele possa voltar ao nosso convívio.

Vamos passar, então, à análise.

Nos termos do art. 104-F, inciso I, alíneas “a” e “m”, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições pertinentes à segurança pública e prevenção, fiscalização e combate ao tráfico ilícito de drogas.

No mérito, entendemos que ambas as propostas são acertadas e vêm ao encontro do clamor da sociedade brasileira por mais rigor no enfrentamento ao tráfico de drogas e à escalada da violência.

A atual redação do art. 40, IV, da Lei de Drogas restringe a majorante aos casos em que há “emprego de arma de fogo”, excluindo injustificadamente o uso de armas brancas. Assim, a legislação atual acaba sendo insuficiente diante da realidade do crime organizado, que frequentemente utiliza armas brancas, facões, simulacros e artefatos improvisados para intimidar, coagir e manter o controle sobre territórios.

O PL nº 49, de 2025, corrige essa distorção ao substituir a expressão “arma de fogo” por apenas “arma”, o que amplia o alcance da norma e garante a inclusão de qualquer instrumento com potencial lesivo no escopo da causa de aumento de pena.

No que se refere ao parágrafo único acrescido pelos projetos, não somente cremos ser necessário clarear sua interpretação ao operador da norma, como o faz o PL nº 49, de 2025, mas também imprescindível se opor ao entendimento citado do STJ, na forma imposta pelo PL nº 522, de 2025.

Como se sabe, em dezembro de 2024, a Terceira Seção da Corte, ao julgar o Tema 1.259 dos recursos repetitivos, fixou a tese de que a causa de aumento prevista no art. 40, IV, da Lei nº 11.343, de 2006, absorve os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo, desde que fique comprovado que a arma de fogo era usada no contexto do tráfico de drogas, ou seja, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assegurar o sucesso deste segundo delito. Apenas quando esse vínculo não for demonstrado é que o agente poderia ser punido separadamente pelas duas infrações.

Defendemos que esse entendimento jurisprudencial, embora consolidado, reflete uma visão permissiva que fragiliza o enfrentamento ao crime. Ao permitir que crimes de posse ou porte ilegal de arma sejam absorvidos automaticamente pelo crime de tráfico, ainda que praticados de forma autônoma e deliberada, perde-se a oportunidade de responder de forma proporcional à gravidade real da conduta.

É preciso lembrar que cada uma das condutas listadas no parágrafo único tutela bens jurídicos distintos e igualmente relevantes, ou seja, o tráfico de drogas atinge a saúde pública; já a prática de violência, de grave ameaça, o porte ou uso ilegal de arma, ou qualquer forma de intimidação coletiva, representa uma afronta direta à integridade física das pessoas, à liberdade individual, à tranquilidade social e à própria autoridade do Estado.

Tratar tudo isso como um só crime, com base em conexões circunstanciais, favorece a impunidade e encoraja o uso sistemático da força e do medo por parte de organizações criminosas. Portanto, o PL nº 522, de 2025, corrige essa distorção ao deixar claro que o agente deve responder, sim, por todas as infrações praticadas no mesmo contexto fático, aplicando uma resposta firme, proporcional e necessária diante da escalada da criminalidade que o país enfrenta.

Aproveitaremos, nesse sentido, a amplitude dada ao dispositivo pelo PL nº 49, de 2025, conjugando ambas as alterações, mas dando preferência à aprovação do PL nº 522, de 2025, por ser mais preciso em suas modificações ao parágrafo único do art. 40 da Lei 11.343, de 2006.

Quanto às duas emendas apresentadas pelo Senador Fabiano Contarato, também merecem serem acolhidas, e foram incorporadas ao meu substitutivo que apresentamos. Como visto, elas têm por finalidade incluir, nas causas de aumento de pena dos crimes de roubo, extorsão e tráfico de drogas, as hipóteses em que o agente utiliza brinquedos, réplicas ou simulacros de arma de fogo, porque o efeito acaba sendo o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos de acordo com a opinião de que delitos praticados com o emprego desses objetos, embora não possuam potencial lesivo à integridade física, produzem o mesmo temor e o constrangimento da arma verdadeira.

Ademais, não há razão para a mudança no texto apenas na Lei nº 11.343, de 2006, Lei de Drogas, olvidando-se da mesma inserção no Código Penal, visto que ambas convergem para o mesmo propósito.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 522, de 2025, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 49, de 2025, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> EMENDA Nº - (CSP) (Substitutivo)
> PROJETO DE LEI Nº , DE 2025
> Altera o art. 40 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer que a causa de aumento prevista no inciso IV do referido artigo abrange o emprego de qualquer arma, bem como tornar aplicável a causa de aumento de pena independentemente da existência [...].

Então, esse é o voto, Sr. Presidente.

Aproveito para parabenizar os autores e o Senador Fabiano Contarato, que tem... Eu considero, Senador Fabiano, com toda franqueza, que há de sua parte um entendimento que não é o mesmo da maior parte dos colegas que compõem o quadro, vamos dizer assim, ideológico da esquerda. E isso me alegra muito, porque, a meu ver, o principal – não o único, mas o principal – motivo de violência grave, crime organizado tomando conta de parte da economia no país, estupro, feminicídio, homicídio, para mim o principal motivo é a sensação de impunidade. E V. Exa. vem contribuindo com iniciativas próprias, com emendas a projetos que visam corrigir essa falha. Então, quero aproveitar a ocasião para parabenizá-lo.

Era esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado. Parabéns pelo relatório, Senador Marcio Bittar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria.

O "emendador-geral" da CSP, Senador Fabiano Contarato. (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um depoimento pessoal, Senador Mourão. Eu fui Delegado, como os colegas sabem. Era comum eu pegar uma vítima de um roubo: eu fazia autuação em flagrante no 157, §2º, num inciso que fala que a pena aumenta de um terço até metade se ameaça foi exercida com emprego de arma. E, aí, hoje nós temos réplicas de armas verdadeiras, de brinquedo, idênticas, até no peso, a uma arma real. E o que eu tinha que fazer? Apreender aquela "arma", entre aspas, e mandar para o departamento de criminalísticas para fazer um exame de constatação e eficiência.

Aí vinha um laudo oficial da perícia, falando: "Olha, ela não é arma; é um brinquedo". Conclusão: caía o aumento de pena. Ele era condenado apenas pelo roubo simples do *caput* do 157, como se fosse uma extorsão, a extorsão do 158. Aquilo é extremamente contraproducente, porque, se você perguntasse à vítima se, no momento em que ela foi subjugada, ela tinha capacidade intelecto-volitiva de entender que aquilo era um brinquedo, e não arma, é claro que ela falava que não, para ela era uma arma.

Então hoje, quando a gente amplia... E aí eu agradeço mais uma vez, não porque eu tenha apresentado isso, mas é porque isso me inquietava desde quando eu era delegado e quando eu era professor. Quando eu ensinava, ia para dentro da sala de aula para explicar um roubo com causa especial de aumento de pena e que a arma ali tem que ser uma arma própria, que é aquela que foi construída para o ataque e para a defesa, e que, às vezes, até mesmo a arma imprestável – por exemplo, sem o cão –, desqualificava a causa de aumento de pena. Não pode. Nós temos que entender que ali foi violado o patrimônio como bem jurídico, mas também a tranquilidade psicológica daquela vítima que foi subjugada naquele contexto. Essa é a realidade.

Eu agradeço as palavras e eu acho que essa reflexão, o campo progressista como um todo... Eu sempre falo isso. Olha, eu tenho a minha consciência tranquila com relação à postura com relação à segurança pública. Os colegas sabem, o Senador Flávio Bolsonaro, a quem eu quero mais uma vez render...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Terceira vez já. Cuidado... (*Risos.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Sim, mas porque, poxa, teve a sensibilidade de aprovar o período de internação. Eu sei que esse é um tema extremamente complicado dentro de um campo progressista, em que você não pode debater esse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É verdade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, eu tenho que tratar igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem... Eu não posso achar razoável, para uma mãe que perdeu uma filha, que foi vítima de estupro, um homicídio qualificado, teve ocultação de cadáver, que o rapaz que praticou, com 17 anos de idade, vá ficar no máximo internado três anos. Isso não é razoável. Então, a gente tem que corrigir.

É claro que eu tenho total interesse em que haja políticas públicas para tirar o jovem da criminalidade, para que ele não entre, para que ele não seja cooptado pelas milícias, mas, se uma vez ele tiver o livre-arbítrio de assim o fazer, dependendo da gravidade do ato infracional que ele praticar, ele tem que ter de acordo com a reprovabilidade da lesividade que ele praticou...

Então, hoje, mais uma vez, esta Comissão de Segurança Pública está corrigindo um ponto que é de fundamental importância. Porque todo legislador... Às vezes, ficam nos gabinetes, nos órgãos superiores, e eles fazem uma interpretação literalmente gramatical, falando: "Arma de fogo. Era arma de fogo?". "Não." "Não se sustenta a causa de aumento de pena." Hoje, corrigimos. Arma de fogo, simulacro de arma ou qualquer instrumento capaz de atemorizar a vítima: incide o aumento de pena, incide a pena maior.

Parabéns, parabéns por ter acolhido, não porque eu tenha feito, mas porque o senhor está corrigindo um comportamento extremamente injusto, porque não é razoável. Quer dizer, eu pegava a vítima e falava: "Mas não é arma de fogo". E outra coisa, você tem outros pontos. Às vezes, o cara simula que está com a arma com o dedo – com o dedo –, e a vítima vai falar o quê? Ela vai saber que o que está embaixo da blusa dele não é uma arma, é o dedo? Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem que entender o seguinte: qual foi a intenção dele? Foi subjugar a vítima? Foi tirar a condição dela para que ela não tivesse o livre-arbítrio, e aí ele despojá-la do patrimônio? Então, impõe-se o aumento de pena.

Obrigado, mais uma vez, e parabéns, Senador Flávio Bolsonaro. Quarta vez. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Contarato. Parabéns ao Relator.

Tem um ponto importante nessa discussão, porque além de... V. Exa. começa o seu relatório falando sobre esse precedente do STJ, que é horroroso, ao entender que um traficante de drogas, quando usa uma arma de fogo para garantir a sua atividade criminosa de traficar drogas, esse crime é absorvido pelo tráfico de drogas, o crime de porte ilegal de armas é absorvido pelo tráfico de drogas. É um equívoco gigantesco. Estamos tratando de crimes violentos.

E outro ponto importante que a gente corrige nesse projeto é criminalizar a atividade criminosa, criminalizar a pessoa que usa um simulacro para cometer um assalto, um tráfico de drogas ou, enfim, qualquer outro tipo de crime, porque tem uma vertente no campo progressista, inclusive, que prefere criminalizar o instrumento, proibir a venda de arminha de brinquedo, proibir a venda em loja de simulacros.

Eu acho que esse é um caminho completamente ineficaz, porque a pessoa que compra aquilo que não vai usar para um fim criminoso, não tem problema nenhum; agora, a pessoa que usa, nós estamos na lei garantindo que ela vai ter, sim, o aumento da sua pena, em função de ter ou usar esse simulacro ou esse brinquedo, seja lá o que for que ele utilize.

Então, não havendo mais quem queira discutir...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, só me permite mais uma complementação?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não, Senador Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para discutir.) – Porque o senhor falou uma coisa que é importantíssima.

Por exemplo, eu tinha muitas hipóteses em que eu estava, por exemplo, apurando homicídio por disparo de arma de fogo. Na hora do interrogatório, eu perguntava: "Quando você adquiriu a arma?". "Ah, três, seis meses atrás". "Onde a arma estava hoje quando você acordou?". "Em cima do guarda-roupa". "E aí você fez o quê?". "Peguei a arma". "E a arma foi para onde?". "Ah, fiquei andando, andando, andando...", até que encontrou a vítima e resolveu ali, discutiu e matou.

Ali você tem momentos consumativos de crimes diferentes. Então, eu indiciava por porte de arma mais o homicídio qualificado, que ele praticou em concurso material, por força do art. 69: "Art. 69. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas".

Então, acho que essa forma de você também dar autoridade e inquirir, você configura o momento consumativo do crime de porte de arma antes. Então, por exemplo, você está lá, num local de tráfico de entorpecentes, mas que tem a arma, esse crime já se consumou e é um crime permanente, porque, enquanto ele está portando a arma, assim como a droga, o estado flagrancial se protrai no tempo, passível de autuação em flagrante.

Agora, eu acho um absurdo falar que, no crime de homicídio por disparo de arma de fogo, o porte de arma fica absorvido pelo homicídio. Não, são momentos consumativos diferentes! Ele tinha desígnios autônomos, é a autonomia de desígnios que ele tinha. Antes, ele já tinha cometido o crime de porte de arma. Se depois ele resolve praticar o homicídio utilizando a arma, é outra coisa. Ele vai responder pelo homicídio mais o porte.

Só fazendo esse parênteses de que eu também concordo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se V. Exa. fosse magistrado, sua decisão seria reformada hoje pelos tribunais superiores, por causa desse entendimento equivocado, no nosso ponto de vista.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 522, de 2025, acolhendo as Emendas nºs 1 e 2, oferecidas ao PL 49, de 2025, nos termos da Emenda Substitutiva nº 3-CSP; e pela prejudicialidade do PL 49, de 2025.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parabéns, mais uma vez, ao Relator, Marcio Bittar, e ao autor, o nobre Senador Magno Malta.

Vamos aqui ao último projeto da pauta, de relatoria do Senador Hamilton Mourão...

Bem-vindo, Senador Amin.

Só dou ciência também à Comissão e a V. Exa., Senador Mourão, que, a pedido do Deputado Marcos Pereira, já está sendo designada a relatoria para V. Exa. do Projeto de Lei Complementar, o PLP nº 128, de 2022, que trata da utilização do Fundo Nacional Penitenciário, para que os recursos também sejam utilizados na formação, aperfeiçoamento, especialização e capacitação dos servidores do sistema penitenciário, bem como dos policiais penais. Então, já está à disposição de V. Exa. Assim que estiver pronto o seu relatório, nós pautamos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, parabenizando o autor do projeto, Deputado Marcos Pereira.

ITEM 4

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 2025

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 12.341, de 23 de dezembro de 2024, que regulamenta o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.

Autoria: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Tramitam em conjunto os Projetos de Decreto Legislativo nº 29, de 2025, nº 10, de 2025, e nº 2, de 2025, respectivamente, de autoria dos Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Magno Malta.

Relatoria: Senador Hamilton Mourão.

Relatório favorável ao PDL nº 1, de 2025, e pela prejudicialidade dos PDLs nºs 2, 10 e 29, de 2025.

Observações: Em 7 de outubro de 2025, lido o relatório, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

As matérias seguirão posteriormente à CCJ.

Passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão, para as suas considerações.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, Senador Amin, duas semanas atrás, nós lemos o relatório, recordando que o Governo, no apagar das luzes de 2024, já estando o Congresso Nacional em recesso, emitiu esse decreto, que nada mais é do que uma tentativa de regular aquilo que nós chamamos de regras de engajamento, que são adotadas de acordo com cada situação. Então, o Governo buscou colocar, numa forma única, algo que tem que ser adaptado ao estado, ao município e às diferentes, vamos dizer assim, organizações policiais que são responsáveis pela segurança pública.

Além disso, há um outro ponto, que é importante destacar, que é o art. 9º, onde ele busca utilizar o Fundo Nacional de Segurança Pública como instrumento de coerção, ou seja, "eu só libero o dinheiro se você seguir a minha regra".

Aí não pode reclamar do Trump, pô. Cada um usa a coerção que tem a seu favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É o calibre que puder. Essa é a realidade.

Então, não tenho a mínima dúvida de que nós devemos trabalhar para sustar esse decreto. Ele atenta contra o federalismo e impede uma melhor execução da atividade policial.

Na própria semana passada, lá na Câmara de Vereadores, da minha cidade natal, em Porto Alegre, tivemos um incidente, uma tentativa de invasão, que foi contida pela Polícia da Câmara, à base de tiro de elastômero e gás lacrimogêneo.

Então, é uma regra de engajamento que está colocada ali para o momento.

E, aí, outra coisa importante era a criação de um Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força. Isso aí tem toda a leitura do PT – é PT puro isso aí. Isso é o estado da arte, vamos colocar assim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não quer resolver alguma coisa, cria um comitê.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Então, vamos sustar esse decreto.

É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senador Hamilton Mourão.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2025, e pela prejudicialidade dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 2, 10 e 29, de 2025.

As matérias vão à Comissão de Constituição e Justiça.

Só antes de encerrar a nossa reunião de hoje, quero só fazer um registro de um fato lamentável que aconteceu ontem aqui em Brasília.

Nota de pesar pelo falecimento do Isaac.

O falecimento do jovem Isaac Augusto de Brito Vilhena de Moraes, de apenas 16 anos, em Brasília, impõe ao Parlamento...

Isso, semana passada.

Impõe ao Parlamento e à sociedade o dever de revisitar temas sensíveis, como a maioridade penal e o tempo de internação de menores infratores.

Só para contextualizar, esse menor tinha acabado de ser solto, estava com liberdade provisória, por ter cometido o crime de tráfico de drogas, e, pouquíssimo tempo depois, ele já comete um homicídio.

A atual legislação, a Lei nº 8.069, de 1990, o ECA, estabelece o limite máximo de três anos para internação, independentemente da gravidade do ato infracional. Tal limite, concebido há mais de três décadas, mostra-se hoje desproporcional, frente à complexidade dos crimes contemporâneos.

O PL 2.169, de 2019, de minha autoria, propõe ampliar o tempo de internação, para permitir processos mais longos de reeducação e reduzir a reincidência.

Já o PL 1.473, de 2025, de minha relatoria e de autoria do Senador Fabiano Contarato, busca ajustar a responsabilização penal e o tratamento dos crimes graves cometidos por adolescentes, atualizando o Código Penal e o ECA em favor da segurança coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que o ordenamento jurídico já reconhece a capacidade eleitoral aos 16 anos, é coerente que se reexamine a impunidade penal na mesma faixa etária, com salvaguardas constitucionais e foco em medidas proporcionais e ressocializadoras.

A memória de Isaac deve servir de ponto de inflexão para um debate responsável, não de vingança, mas de responsabilidade, coerência e justiça social.

E vejam que isso não é... Aqui a nossa nota de pesar, em memória ao Isaac.

E não é algo que a gente está fazendo no calor da emoção, porque, há várias décadas, esse é um problema que a gente vai empurrando com a barriga, e o Congresso acaba não se posicionando.

Nós vamos buscando alternativas para ampliar o tempo de internação dos menores, dar um tratamento mais próximo possível, como se fosse um adulto, e a realidade é que eles se escudam na sua idade cronológica, para cometer esse tipo de crime.

O mesmo artifício é usado por organizações criminosas, quando colocam, tentam responsabilizar menores de idade por crimes que eles, maiores de idade, arquitetaram.

Pelo menos... Eu não sei qual foi o ano exato daquele caso bárbaro de assassinato da Liana Friedenbach e do seu namorado pelo Champinha e outros menores de idade. Sempre que a gente aprova algum projeto ou apresenta algum projeto ou discute redução da maioridade penal, quem é contra traz exatamente esse falso argumento de que a gente não pode discutir determinada matéria, em função do calor da emoção, do impacto que a sociedade está enfrentando, de revolta perante mais um crime bárbaro cometido por menores de idade.

Então, não é algo novo e é algo que, enquanto nós não enfrentarmos, a sociedade vai continuar cobrando do Congresso Nacional algo, no sentido que caminhe para a efetivação de punição de adolescentes que cometem crimes que chocam a sociedade sempre que eles cometem. Isso vem acontecendo nas últimas décadas.

Senador Hamilton Mourão, quer fazer uso da palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – É só para complementar, Senador Flávio Bolsonaro. A gente estava até tratando, há pouco, de assunto similar aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E esse caso é bem emblemático, porque o rapaz, o Isaac, era aluno do Colégio Militar de Brasília, morador ali da 112, o pai dele é um coronel veterinário, estava na quadra jogando voleibol com um amigo, e chegaram esses marginais, garotos, roubaram o celular do rapaz, e o rapaz, talvez pelo seu porte físico, achou que poderia encarar, e o sujeito enfia-lhe uma faca e o mata.

E, se continuar a ser observada a legislação, da forma como se encontra hoje, ele vai estar livre daqui a pouco, e a família que perdeu o filho vai chorar o resto da vida isso aí.

Não é vingança, mas é justiça. A justiça tem que ser feita. Vingança é outro tipo de justiça que vem acontecendo no nosso país, e o senhor sabe qual é.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É verdade.

Obrigado, Senador Mourão.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Eu só queria lembrar que aquele projeto em que houve a primeira e muito eloquente convergência do seu ponto de vista com o do Senador Fabiano Contarato abriu uma luz nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, o tipo de crime proíbe que seja aplicada a literalidade do...

Faltam três meses para ele completar 18 anos, solta. Ali já se vislumbra um prolongamento desse prazo de contenção do menor, em face da natureza do crime.

Eu lembrei até, naquela ocasião, que é o preceito de Santo Agostinho: pune-se o pecado muito mais do que o pecador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pecador é um agente, pode ser até que uma pessoa, que um de nós aqui, possa ser levado a isso, mas o pecado é que força, obriga a que a gente procure uma solução não apenas intimidatória, mas também de reeducação, de realinhamento, de redirecionamento de quem o praticou. Mas é o crime, a natureza do crime, do delito, é que tem que orientar a política, no caso, penitenciária.

Se esse caminho for trilhado por nós repetidas e reiteradas vezes, eu acho que isso produzirá um bom efeito. E, como estaremos sempre lastreados por um fato, o fato é o grande argumento que vai viabilizar, digamos, essa sequência lógica de procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Amin.

Veja que muitos dos países reconhecidos como desenvolvidos, na legislação penal, sequer têm uma idade cronológica. Se a pessoa tem capacidade de compreender o que estava fazendo, ela vai ser responsabilizada por isso. Eu acho que é o mundo ideal, mas, na impossibilidade aqui de avançarmos na redução da maioridade pelo menos a partir dos 16 anos de idade, esse caminho que você coloca, no projeto de lei que nós discutimos aqui, que é a possibilidade de até dez anos de internação de um menor, porque dependendo do crime é pouco ainda...

Como o senhor falou, se tivesse cometido o crime com 17 anos, 11 meses e 29 dias de vida, em vez de pegar 30 anos de cadeia, o cara pode pegar no máximo 10. Se for aprovado esse nosso projeto de lei... Aqui minha assessoria me socorre, dizendo do caso do assassinato da Liana Friedenbach e do seu namorado, em 2003 – portanto, há 22 anos –, crime que chocou o Brasil e o mundo, e até hoje a gente ainda está aqui discutindo se reduz ou não reduz a maioridade penal.

Então, obrigado pela presença de todos.

Declaro encerrada esta reunião, desejando uma boa semana a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às treze horas e trinta e quatro minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Pedro Chaves, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Teresa Leitão, Leila Barros e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jaques Wagner, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Weverton, Izalci Lucas, Paulo Paim, Magno Malta e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Romário, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 40/2025 - CEsp, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Finalidade:** Debater o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como parte da avaliação da política pública da Comissão de Esporte aprovada no Requerimento n° 6/2025, em 26/03/2025, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. O referido Programa é uma iniciativa do Governo Federal voltada à democratização do acesso ao esporte para pessoas com deficiência, especialmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Participantes:** Sr. Rodrigo Abreu de Freitas Machado, Coordenador-Geral de Planejamento e Monitoramento da Política Pública Paradesportiva (representante de: Fabio Augusto Lima de Araujo - Secretário Nacional de Paradesporto - SNPAR); Sra. Andressa da Silva de Mello, Professora Adjunta no Departamento de Esportes da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Sra. Ialuska Guerra, Professora titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE); Sr. Mário Sérgio Vaz da Silva, Professor Titular do Curso de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Sra. Marília Passos Magno e Silva, Professora na Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (FFTO) e no Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) da Universidade Federal do Pará (UFPA); Sra. Maria Furtado de Souza, Beneficiária do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR); e Sra. Rosenilda Aoyama, Beneficiária do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR). **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 41, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização da 2ª audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunir e compreender as avaliações qualificadas sobre a execução e os impactos do Programa Segundo Tempo (PST)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Ao anunciar a matéria para deliberação, a Senadora Mara Gabrilli, que presidiu a reunião, subscreveu o requerimento. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 42, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os desafios do atleta estudante." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Ao anunciar a matéria para deliberação, a Senadora Mara Gabrilli, que presidiu a reunião, subscreveu o requerimento. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Mara Gabrilli
Presidente Eventual da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/14

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

26ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 25ª reunião, realizada em 8 de outubro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovarem, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Objetivos e diretrizes desta reunião.

Esta reunião está dividida em duas partes. Primeiro, uma audiência pública interativa e, depois, uma reunião deliberativa.

A primeira parte, que é a audiência pública interativa, destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), como parte da avaliação da política pública da Comissão de Esporte, em atenção ao Requerimento nº 6, de 2025, da Comissão de Esporte, e ao Requerimento nº 40, de 2025, da Comissão de Esporte, os dois de minha autoria.

A seguir, apresento os nossos convidados, com muita honra. E todos participarão por videoconferência.

Estou aqui já agradecendo à intérprete de libras.

Sr. Rodrigo Abreu de Freitas Machado, Coordenador-Geral de Planejamento e Monitoramento da Política Pública Paradesportiva.

Muito bem-vindo.

Sra. Andressa da Silva de Mello, Professora Adjunta no Departamento de Esportes da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais.

Muito bem-vinda, Andressa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sra. Ialuska Guerra, Professora Titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Seja muito bem-vinda.

Sr. Mário Sérgio Vaz da Silva, Docente no Curso de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Bem-vindo.

A Sra. Marília Passos Magno e Silva, Professora na Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Seja bem-vinda.

Seja bem-vinda, também, a Sra. Maria Furtado de Souza, Beneficiária do Programa Paradesporto Brasil em Rede.

Que bom tê-la aqui.

E também seja muito bem-vinda, Sra. Rosenilda Aoyama, beneficiária do Programa Paradesporto Brasil em Rede. É muito bom você estar, Sra. Rosenilda.

Eu informo, ainda, que foi convidada a Sra. Angelina Jamily Braga Oliveira, que também é beneficiária do Programa Paradesporto Brasil em Rede, que não pôde comparecer, pois está participando do Campeonato Brasileiro Loterias Caixas Jovens de Atletismo; e também a Sra. Jéssica Pedro Francisco, beneficiária do programa, que não pôde comparecer.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. E o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Agora eu quero agradecer mais uma vez a presença de todas as nossas convidadas e dos nossos convidados para esta audiência pública, que faz parte do nosso trabalho, aqui na Comissão de Esporte, da avaliação de política pública.

Fazendo aqui minha descrição, eu sou uma mulher branca, de cabelos castanho-claros, nos ombros; visto um vestido azul, estou numa sala iluminada, que tem um quadro e um espelho ao fundo, e estou sorrindo de felicidade nesta audiência.

O nosso foco é o Programa Paradesporto Brasil em Rede, que teve início no ano passado, uma iniciativa muito importante do Ministério do Esporte. E o meu principal objetivo aqui sempre foi tirar as pessoas com deficiência de casa, para que elas pudessem exercer cidadania. Primeiro, como Presidente de uma ONG, o Instituto Mara Gabrilli, que eu fundei em 1997, há 28 anos, e depois na vida pública, nessas duas décadas de trabalho em prol da inclusão social.

Eu costumo dizer que não há ferramenta mais poderosa de inclusão do que a educação e o esporte. E, quando a gente combina em um mesmo programa a educação e o esporte, como o é no Paradesporto Brasil em Rede, a política pública se torna muito mais eficiente. Tanto que a primeiras Paralimpíadas foram promovidas em 1960, em Roma, como uma forma de valorizar e reabilitar as diversas pessoas feridas na Segunda Guerra Mundial. Foram 400 atletas inscritos, de 23 países, na primeira edição dos jogos, e o lema adotado foi "Espírito em movimento". E, depois de Roma, em pouco tempo, 40 países já integravam o movimento paralímpico e ofereceram às pessoas com deficiência a possibilidade de praticar esportes em alto nível.

Os Jogos de Barcelona, em 1992, representaram um marco, porque, pela primeira vez, os Comitês Organizadores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos trabalharam juntos, e vem sendo assim desde então. Tivemos as Paralimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, quando recebemos atletas de 165 países, celebrando a paz, a amizade, a solidariedade por meio do esporte e, sobretudo, inspirando cada vez mais pessoas. (*Manifestação de emoção.*) Eu me emocionei porque eu estive lá e... Ah, eu vi até crianças sem deficiência assistindo aos jogos e falando:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Mãe, eu quero jogar basquete numa cadeira de rodas". Então, é muito encantador todo esse processo e o quanto isso consegue chegar tão longe para incluir as pessoas.

Agora a gente tem a oportunidade que a nossa querida Presidente da Comissão de Esporte, a Senadora Leila Barros, nos deu de acompanhar e avaliar o primeiro ano de atividades do Programa Paradesporto Brasil em Rede (PPBR), do Ministério do Esporte.

O PPBR busca democratizar o acesso de pessoas com deficiência ao paradesporto em todo o Brasil, mas também tem como objetivo criar uma rede colaborativa entre universidades e institutos federais para fomentar pesquisas científicas e trocas de experiências e para a formação de profissionais para a gestão esportiva e para o atendimento da população com deficiência.

O nosso trabalho de avaliação quer contribuir com o PPBR, ajudando a identificar os sucessos e os desafios encontrados nesse primeiro ano, possibilitando ajustes, aprimoramentos e sempre com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e de promover sua inclusão por meio do esporte.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da qual eu tive a honra de ser a Relatora na Câmara dos Deputados, está completando dez anos da sanção. A lei garantiu, entre outras coisas, acessibilidade nos estádios, ginásios, assim como o incentivo da prática do paradesporto nas escolas, para crianças e jovens. Conseguimos também triplicar os recursos destinados ao esporte paraolímpico, advindos da arrecadação bruta das loterias federais.

O resultado desses investimentos que vêm acontecendo ao longo dos últimos anos é que os atletas brasileiros subiram ao pódio 89 vezes nas últimas Paralimpíadas, em Paris, 2024. (*Manifestação de emoção.*)

O Brasil terminou em quinto lugar no quadro geral de medalhas e conquistou 25 ouros! Dá orgulho demais nos nossos atletas com deficiência!

Por isso, é muito gratificante estar aqui, com profissionais gestores e atletas que batalharam e batalham para ampliar o acesso ao esporte e dar a oportunidade de mais atletas virarem campeões. Aproveito até para parabenizar o trabalho do então Presidente Mizael

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conrado, do CPB, durante as Paralimpíadas e os anos que as antecederam, porque deu um salto no nosso Paradesporto brasileiro.

Eu quero agradecer mais uma vez a presença de vocês, dos nossos queridos convidados, que irão nos contar como o PPBR acontece na prática.

Então, vamos dar início às falas dos nossos convidados. E peço a licença ao representante do Ministério do Esporte, aos professores e pesquisadores, para começar com as nossas atletas, as estrelas do Programa Paradesporto Brasil em Rede.

Então, com a palavra, a Sra. Maria Furtado de Souza, que faz parte do PPBR no *campus* de Juazeiro do Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Com você, Maria Furtado.

A SRA. MARIA FURTADO DE SOUZA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Sou Maria Furtado de Souza, tenho o apelido de Leliz. Tenho uma deficiência física, desde os nove meses, por conta de uma poliomielite. Estou nesse Programa Paradesporto Brasil em Rede desde agosto do ano passado. Ele tem me ajudado muito em participar de campeonato; eles estão me orientando sobre a questão de campeonatos nacionais oficiais. E, enfim, eu estou muito feliz com esse programa, participando desse projeto. (*Pausa*.)

Então, a natação, para mim, trouxe qualidade de vida. Ela tem me ajudado na minha mobilidade, na minha autoestima, na autonomia. E o motivo de ter participado da natação era ter essa qualidade de vida melhor, né? E desde 2006 que eu pratico natação, mas só o ano passado, através do Programa Paradesporto Brasil em Rede, o PPBR, que eu tive a oportunidade de participar de campeonatos oficiais.

Sobre melhorias do projeto, como eu não moro na mesma cidade em que existe o projeto... Eu moro numa cidade distante, eu não tenho transporte, eu não tenho ajuda de custo para transporte, eu vou sozinha...

Na minha cidade tem outras pessoas com deficiências que são atletas, mas elas não podem se deslocar do Crato ao Juazeiro por conta de custos financeiros. Eu estou indo sozinha,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegando Uber, moto Uber, entendeu? E como a minha deficiência é nos membros inferiores, eu sinto dores também na coluna. Ontem foi o dia em que eu mais senti dores, entendeu? Porque eu não posso pagar o carro Uber. Eu estou indo de moto.

E outra coisa também: eu gostaria de saber se teria alguma ajuda nesse sentido, na questão do transporte e sobre fisioterapia. Eu tenho a maior dificuldade para conseguir fisioterapia. Na cidade em que eu moro, só disponibilizam em um instituto, que é bem distante da minha casa. Eles só liberam dez sessões de fisioterapia. Você coloca lá no sistema, vai ao médico, pede a solicitação e passa seis meses, sete meses para saírem essas dez sessões de fisioterapia.

Em 2002, eu tive a chikungunya, passei muito mal, me senti mal. O médico prescreveu 60 sessões. Só foram solicitadas 20: dez em 2003 e dez em 2004. Entendeu? Então, eu gostaria de me ampliar mais no esporte, de participar de mais outras atividades, tênis de mesa, arremesso de peso. Mas, infelizmente, não está muito ao meu alcance. Eu faço o maior sacrifício para me deslocar da minha cidade ao Juazeiro, que é onde dá esse suporte de me orientar melhor para questões de campeonatos. Então são essas.

E na minha cidade, como eu falei agora há pouco, tem muitos atletas que gostam, que participam. Eu sou também usuária do Sesc, e no Sesc tem. Só que no Sesc eles não são mais voltados para o paradesporto, são só atividades educativas, de lazer.

Mais alguma coisa? Acho que só isso, né?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ô, Maria Furtado, superimportante seu depoimento para a gente. Dessas informações a gente precisa para poder aprimorar o projeto. Obrigada pelo seu testemunho e sinceridade.

Eu queria passar a palavra também para nossa outra atleta, Rosenilda Aoyama, que também é beneficiária do PPBR lá na Universidade Federal da Grande Dourados. Está com a palavra, Rosenilda.

A SRA. ROSENILDA AOYAMA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Dá para ouvir? Dá para ouvir? Está ouvindo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estou te ouvindo.

A SRA. ROSENILDA AOYAMA (*Por videoconferência*.) – Meu nome é Rosenilda Aoyama, eu sou de Dourados, Mato Grosso do Sul. Eu sofri um acidente de trânsito em 2011, tive amputação de perna esquerda. Uso uma prótese. E aí, em 2011, eu sofri um acidente; em 2012, eu entrei no esporte. Entrei primeiro no basquete em cadeira de rodas, em que estou até hoje. Depois, em 2014, eu entrei no atletismo, arremesso de peso, lançamento de dardo e disco. E participei de outras modalidades também, handebol... E fui conhecendo outros esportes, mas eu fiquei mesmo foi no basquete e no atletismo. E acho que dois anos atrás, algum tempo atrás, eu conheci o projeto que é o Brasil em Rede, que é do *crossfit* aqui na minha cidade, que me ajudou bastante em relação ao arremesso do peso, lançamento do dardo, do disco.

Eu fui muito bem acolhida lá. E eu encontro outras pessoas também – mesmo que não sejam atletas, elas querem participar –, e a gente já formou um grupo bem grande aqui na minha cidade, no meu estado. O projeto também atende o escolar, e me beneficia muito bem.

Em relação ao transporte, de que a Maria falou, a gente aqui um ajuda o outro, um dá carona para um, outro dá carona. Eu tenho carro, e aí eu passo na casa de um, passo na casa de outro. Aí quem vai de ônibus, na hora de ir embora, na hora que acaba os treinos, um dá carona, outro dá carona, então a gente vai se ajudando dessa forma aqui.

Que mais? É muito bom esse projeto, a gente tem muito apoio dos professores, dos estagiários, que acabam (*Falha no áudio.*)... também, tem lesão medular no nosso grupo, tem outras pessoas que precisam muito do apoio dos estagiários, e a gente tem esse apoio dos estagiários aqui.

E esse programa chegou na hora certa na minha vida, na vida de muitos aqui, eu acredito também, porque tem uns que já, dia de semana... "ó, tal dia e tal dia tem *crossfit*". E aí a gente já se programa para não faltar, para estar sempre ali junto, todo mundo junto. Nós temos um grupo onde ficam cobrando, "ó, hoje tem treino, bora, bora". Tem apoiado muito bem a gente aqui. Eu estou muito grata. Gratidão a esse programa, a vocês que estão apoiando a gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente precisa, assim, sei lá, no meu modo de ver, a melhoria mais material mesmo, assim, de uso de atleta mesmo. A gente precisa. Eu, que sou atleta, que preciso do peso, do dardo, do disco, eu ganhei um patrocínio do Sicredi, um tempo atrás, e comprei um dardo, R$2 mil um dardo. Eu precisava do dardo, aí eu fui lá e comprei para mim, porque a gente não tinha, mas não tinha o programa ainda também, né? A gente foi se virando.

E acho que é só. Muito bom, muito bom. Estou muito satisfeita com o programa.

Quem estiver começando...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ai, Rosenilda, você me deixou morrendo de curiosidade de assistir você no *crossfit*.

A SRA. ROSENILDA AOYAMA (*Por videoconferência*.) – É muito bom. A Profa. Josi montou esse projeto um tempo atrás, e ninguém ia, e não encontrava ninguém. Aí, um amigo dela, que é professor de atletismo também, falou: "Ô, Rose, você não quer entrar lá no *crossfit*?". "Quero." Aí já fui, já levei um cadeirante, dois cadeirantes e um amputado. E aí eu vejo os outros na rua, os deficientes na rua: "Ô, vamos fazer *crossfit*?". "Ah, não, *crossfit* nós não dá conta." "Não, lá é muito bom, tem estagiário que ajuda a gente, e é *crossfit adaptive*, a professora falou". Você faz do seu jeito, no seu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Então, você vai ter que mandar um vídeo.

A SRA. ROSENILDA AOYAMA (*Por videoconferência*.) – Oi?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Você vai ter que mandar um vídeo de vocês, porque eu fiquei doida para ver.

A SRA. ROSENILDA AOYAMA (*Por videoconferência*.) – Mando sim, mando.

A gente tem muito vídeo não só meu, de amputada, mas tem outros deficientes também. Tem amputado de braço, amputado de perna, cadeirante, lesão medular, má formação congênita, PC, DI... Vixe! Tudo. Nós abraçamos todo mundo que quiser chegar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ai, Rosenilda, super obrigada pela sua fala.

A SRA. ROSENILDA AOYAMA (*Por videoconferência*.) – De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Maravilhosa! Mas o vídeo é sério, viu? Você me deixou curiosa. Quero ver a galera toda.

A SRA. ROSENILDA AOYAMA (*Por videoconferência*.) – Eu vou mandar para você. Vou entrar no seu Instagram e vou mandar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está bom. Eu vou adorar.

Eu queria aproveitar também, porque tem pessoas que estão assistindo a gente fazer essa discussão... Por exemplo, a Irina, de São Paulo, está perguntando: "Quais medidas específicas pretendem adotar para garantir a efetiva participação de pessoas autistas que podem ter desafios sensoriais?"

Até estou fazendo as perguntas para os nossos professores já poderem responder.

E o Felipe, do Paraná, perguntou: "Para descobrir e formar grandes atletas, é fundamental treinadores de igual nível. Esse programa tem alguma ação nesse sentido?"

Então, ficam aí as perguntas.

Quero passar a palavra agora para a Sra. Ialuska Guerra, que é professora titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

Obrigada, Sra. Ialuska.

A SRA. IALUSKA GUERRA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui para a gente falar sobre esse nosso projeto. Eu chamo de nosso, porque ele é uma rede de colaboração entre o ministério, entre as instituições, entre nós que fazemos o projeto e os participantes. Por isso que a gente diz que esse é o nosso projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma pequena apresentação, que vou tentar compartilhar aqui com vocês.

Está me pedindo para enviar uma solicitação para que eu possa fazer a apresentação.

Vocês estão me ouvindo? Conseguem me ouvir? (*Pausa.*)

Pronto, estou tentando compartilhar aqui a apresentação.

Conseguem ver a apresentação? (*Pausa.*)

Está apresentando?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Dá para ver.

A SRA. IALUSKA GUERRA (*Por videoconferência.*) – Está em modo apresentação agora?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Está. Núcleo de atendimento...

A SRA. IALUSKA GUERRA (*Por videoconferência.*) – Pronto, perfeito.

Eu gostaria de cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores desta Comissão e todos os participantes. Cumprimento também o Rodrigo, na pessoa de quem eu cumprimento toda a Secretaria Nacional de Paradesporto e todos os meus colegas coordenadores e professores também. E cumprimento a Maria Furtado, na pessoa de quem cumprimento todos os beneficiários desse programa.

A gente vai falar um pouco agora sobre o Núcleo de Atendimento do PPBR (Programa Paradesporto Brasil em Rede), que acontece no Instituto Federal do Ceará, *campus* Juazeiro do Norte.

O Instituto Federal do Ceará, campus Juazeiro do Norte, fica na região do Cariri, na região metropolitana do Cariri, no Estado do Ceará, é bem distante aqui, mais de 500km da capital, então nós estamos realmente bem no interiorzão, na região do Cariri. E, como ele faz parte de uma região metropolitana, esse projeto acaba abrangendo outras cidades, né? Como o caso do Crato, nós temos beneficiários como a Leliz, do Crato, a gente tem beneficiários também em Brejo Santo e em outras localidades também aqui próximas à cidade de Juazeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a nossa equipe técnica é composta por mim e por mais cinco acadêmicos do curso de Educação Física, Acsa, Alexsander, Amália, Cássio e Thiago, além de outros alunos que eventualmente colaboram com o projeto em forma de voluntariado.

O nosso público atendido, a nossa meta inicial do programa era de 40 atendimentos, e a gente fechou o ano, de 2024, um pouco acima, com 44; em 2025, essa meta subiu para 50 pessoas a serem atendidas, nós já estamos com 56, e ainda temos uma lista de espera para podermos atender a esse público.

Então, a gente atende hoje as deficiências visuais, a deficiência física, a deficiência auditiva, a deficiência intelectual, o transtorno do espectro autista, então, para quem perguntou como é que a gente faz para atender pessoas com TEA, com essa sensibilidade sensorial, a gente tem aqui também no nosso núcleo esse atendimento. E também é uma pessoa que tem deficiência múltipla, tem síndrome de DiGeorge, que é uma deficiência que traz deficiência física, deficiência intelectual. E a nossa meta: nós estamos buscando aqui alcançar 50% de atendimento feminino, nós estamos atualmente com 21,4% desse atendimento sendo realizado para meninas e mulheres.

Então, o que é que a gente faz no Programa Paradesporto Brasil em Rede? O que é que a gente faz aqui? A gente trabalha na tríade do ensino superior: a gente trabalha com a extensão, com a pesquisa e com o ensino. Com a extensão, a gente tem a participação da comunidade, tanto da comunidade interna do IFCE, quanto da comunidade externa, através da oferta de modalidades paradesportivas, também de apoio técnico na realização de eventos paradesportivos, ofertas de oficinas e vivências de modalidades paradesportivas.

Na questão da pesquisa, a gente tem a produção e a disseminação científica, a gente tem um grupo de pesquisa, a gente faz publicações em periódicos e anais de Congresso e também participa de eventos científicos. E, no ensino, a gente tem um acesso, uma articulação, através do curso de graduação em Educação Física, com a perspectiva da curricularização da extensão no ensino superior; e a gente tem a formação continuada. Então, para quem perguntou também sobre a questão de formar técnicos qualificados, os nossos bolsistas fazem formação continuada específica, fazem cursos do CPB, fazem outras formações, a gente tem as sessões de estudo, e nós temos também o que a gente chama de formação flexível, que são alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seminários, principalmente, os ministrados pelo Centro de Referência Paralímpico do Ceará (CRP), onde a gente tem vários seminários sobre as modalidades paradesportivas.

E aí, falando das nossas modalidades, a gente, aqui no núcleo, trabalha com a bocha paralímpica, com o halterofilismo paralímpico, com a natação – natação para pessoas surdas, natação para pessoas com transtorno de neurodesenvolvimento, como autismo, TDAH, TOD –, o voleibol para pessoas surdas e com deficiência intelectual; o atletismo também para pessoas com deficiência intelectual; e o futsal também para pessoas com deficiência intelectual e surdas.

E há alguns destaques. Na bocha, aqui, a gente conseguiu, através do Programa Paradesporto Brasil em Rede, ter o primeiro atleta juazeirense a participar de um Campeonato Regional Nordeste de Bocha Paralímpica, né? Esse atleta foi o primeiro colocado. Ele é um atleta BC1 e fez a classificação funcional. Ele foi o primeiro colocado no Campeonato Aliança Nordeste de Bocha Paralímpica, na etapa de Fortaleza. É um evento que tem o apoio da Ande.

No halterofilismo paralímpico – a gente também trabalha com essa modalidade aqui –, a gente também tem alguns destaques. A gente conseguiu medalha de prata nas Paralimpíadas Escolares de 2024; conseguimos recentemente uma medalha de prata no Meeting Paralímpico também, a etapa que aconteceu em Natal, na categoria até 54kg; medalha de bronze na categoria até 49kg; e tivemos dois atletas convocados a participar do Camping Paralímpico neste ano de 2025, que é o Itamar e o Vítor, que são atletas ainda em idade escolar, mas que já estão competindo aí nos *meetings* abertos. Todos os dois começaram o halterofilismo aqui no PPBR – eles nunca tinham praticado, começaram aqui com a gente – e já estão conseguindo aí resultados incríveis.

Mas a gente também tem alguns desafios: principalmente com relação ao transporte adaptado, porque as pessoas com bocha têm um comprometimento elevado; também a questão do material oficial, porque a gente trabalha aqui com halterofilismo na academia do instituto, que a gente tem aqui, no laboratório que a gente tem no curso de Educação Física, mas a gente não tem um banco de para-halterofilismo oficial, as barras e as anilhas oficiais; e também a questão de conseguir mais recursos aí para participar desses campeonatos, porque são vários campeonatos durante o ano e aí a gente tem buscar alternativas para conseguir levar esse pessoal para competição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à natação, a gente tem natação para jovens e adultos pessoas surdas, pessoas com deficiência intelectual. A gente também teve alguns destaques nessa modalidade, a gente conseguiu alguns resultados. O resultado mais expressivo a gente conseguiu em maio deste ano, com a nossa atleta Klarissa, que conseguiu a terceira colocação no Campeonato Brasileiro de Natação de Surdos da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos. Ela conseguiu na prova de 50 livre uma terceira colocação. É uma atleta que iniciou nadando aqui com a gente também e que já está conseguindo aí esses resultados em decorrência do trabalho que é feito aqui no programa.

Com relação ao futsal de surdos, a gente também tem alguns destaques. A gente conseguiu a terceira colocação na Copa Cearense de Futsal de Surdos e a segunda colocação no Campeonato Cearense também, já este ano.

E os desafios ainda continuam: conseguir mais recursos para ampliar a possibilidade de participação em campeonatos. Como o futsal é uma modalidade coletiva, a gente tem alguma dificuldade com relação a transporte, hospedagem desses atletas para participar dessas competições, alimentação, tudo.

A natação, o nosso principal... A gente tem uma natação que a gente chama de natação infantil. Essa natação infantil é com pessoas com transtornos do neurodesenvolvimento, com TEA. E o nosso principal resultado é a evolução desses meninos.

Com relação ao futsal DI, ao voleibol e ao atletismo, o nosso destaque é para a participação, para o lazer e para a saúde, porque, através dessas modalidades, eles estão conseguindo interagir, estão conseguindo socializar, estão conseguindo também melhorar a sua condição de saúde.

Uma outra coisa que a gente faz aqui é o apoio técnico para a realização de eventos paradesportivos. O nosso principal evento são os jogos escolares na modalidade paradesportiva, que é o Parajejunos. É um evento organizado pela prefeitura municipal, pela Secretaria de Esporte e Juventude, mas que a gente faz, a assessoria técnica aqui. Inclusive, este ano, pela primeira vez, ele foi realizado aqui no instituto, junto com todo o suporte do Programa Paradesporto Brasil em Rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a gente, na perspectiva de formação profissional, oferece oficinas e vivências, falando sobre paradesporto, fazendo as vivências das modalidades em escolas, também junto à Seduc, que é a Secretaria de Educação, junto à Sejuv, que é a Secretaria de Esportes e Juventude, para ajudar na formação dos profissionais e para disseminar a prática paradesportiva, conscientizar as pessoas de que, sim, as pessoas com deficiência têm o direito social de fazer paradesporto. Então, a gente trabalha junto com essas escolas e com essas instituições na nossa cidade, fazendo essa disseminação.

Com relação à produção científica, estamos produzindo os manuais das modalidades, que estão em andamento; temos capítulos de livro: três já publicados e um em andamento; artigos submetidos; apresentamos vários resumos em eventos; também trabalhamos em consonância com o ensino nos trabalhos de conclusão de curso: temos dois concluídos e dois em andamento – esses são alguns exemplos –; e a gente tem o Grupo de Pesquisa em Atividade Motora Adaptada e Paradesporto, vinculado ao CNPq e certificado aqui pela nossa instituição. Além disso, com a formação regular, a gente tem, como eu já falei, a curricularização da extensão através das disciplinas do curso de graduação em Educação Física e a formação dos nossos bolsistas através da formação continuada específica e da formação flexível. Então, tudo isso é o que a gente faz aqui no nosso núcleo do Programa Paradesporto Brasil em Rede, do Instituto Federal.

Eu gostaria de agradecer ao Ministério do Esporte pelo fomento a esse programa, que consegue nos proporcionar que a gente execute esse programa aqui. Quero agradecer ao Instituto Federal na pessoa do Reitor Wally Menezes, na pessoa do Diretor do *campus*, Prof. Alex Jussileno, à Pró-Reitora de Extensão, Profa. Uchoa, e quero agradecer também à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, que também sempre nos ajuda aí com relação às passagens para levar os meninos. Quero agradecer também à secretaria estadual, que também nos ajuda quando a gente vai participar dos campeonatos, nessa logística. Enfim, quero agradecer principalmente a todos os beneficiários do programa, que acreditam no nosso trabalho, que confiam nesse programa, confiam na nossa instituição, confiam no ministério, para que a gente possa estar, cada vez mais, contribuindo para o paradesporto no nosso país. E faço um agradecimento muito especial às mães das crianças com transtorno no neurodesenvolvimento, porque elas trazem as crianças para cá. A gente hoje tem fila de espera, porque a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue atender todas, já que esse atendimento é individualizado. Embora seja feito de forma coletiva, cada criança fica como bolsista, é um trabalho que a gente faz no meio aquático, então a gente realmente precisa de que cada criança tenha um bolsista naquele momento para fazer esse atendimento.

Então quero deixar esse agradecimento todo especial. E agradecer aos meus alunos bolsistas e aos meus alunos de curso de Educação Física, que também nos ajudam a realizar esse trabalho.

Enfim, esse é o nosso programa, é assim que ele acontece aqui em Juazeiro do Norte, e eu estou à disposição para quaisquer dúvidas que vocês possam ter e quaisquer perguntas. A gente está aqui para responder.

Muito obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Obrigada a você, Profa. Ialuska. Obrigada por todas as informações.

Eu queria dizer para vocês que está presente, na nossa sala da Comissão, a querida Rosinha, Roseane Estrela – nem consigo falar esse nome, porque para mim é Rosinha, para sempre Rosinha. A Rosinha foi Deputada comigo, e hoje a Rosinha é Diretora do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, Diretora Institucional. E quero te dar um beijo, Rosinha. E ainda quero agradecer à Rosinha, porque fui eu, a Rosinha e, na época, o Walter Tosta, que juntos conseguimos criar a Comissão permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência na Câmara. Então, a gente sempre tem que agradecer a participação da Rosinha. Um beijo, minha amiga, fica com Deus!

Ah, estou vendo você aí! A Rosinha faz muito pelo esporte, sempre!

Bom, agora com a palavra o Sr. Mário Sérgio Vaz da Silva, Professor Titular, docente no curso de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor, com o senhor está a palavra.

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde.

Vou compartilhar também a minha apresentação. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão visualizando ou eu caí?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Você não caiu, mas...

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Ah, tá.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Você está aí, mas não estamos visualizando.

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – É, eu estou tentando compartilhar a minha tela aqui.

Só um pouquinho então.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Tá.

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Não estou localizando a minha apresentação aqui, só um momentinho, tá?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Claro. (*Pausa.*)

Ah, apareceu, Professor!

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Apareceu, né?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – É.

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – O.k.? Está certo a apresentação aí, está em exposição para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Está.

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência*.) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro quero cumprimentar a Sra. Senadora Mara Gabrilli, que está coordenando esta sessão, bem como a Presidente desta Comissão, a Senadora Leila Barros, os demais Senadores que compõem esta Comissão de Esporte, as autoridades presentes e as pessoas que estão nos assistindo.

É muito prazer estar nesta sessão, podendo apresentar os nossos trabalhos, bem como representar também os outros núcleos que compõem o Programa Paradesporto Brasil em Rede da Região Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Eu sou o Prof. Mário Sérgio Vaz da Silva, e nós atendemos o núcleo da Universidade Federal da Grande Dourados.

Quero agradecer imensamente também ao Ministério do Esporte em relação à Secretaria Nacional de Paradesporto (SNPar), a todas as pessoas envolvidas no Programa Paradesporto Brasil em Rede e à Coordenação do nosso núcleo gestor.

Vou comentar e fazer a apresentação do nosso núcleo.

Dentro de uma linha temporal, nós começamos as nossas atividades em 2023, realizamos todos os aspectos administrativos e, quando foi efetuado o TED 05, demos início às atividades no mês de junho, fazendo a seleção dos estagiários bolsistas através de edital, juntamente com a nossa fundação que administra todo esse recurso, e realizamos a compra dos materiais esportivos.

Em 2024, ocorreu o primeiro termo aditivo. Dando sequência aos nossos trabalhos, realizamos novos editais para selecionar os nossos acadêmicos, bem como as capacitações. Então, todos os acadêmicos que participam do nosso projeto recebem capacitações de forma direta e indireta, além da formação que tem com as disciplinas dos cursos. Em 2024, o programa se tornou política pública, e, em 2025, foi realizado o segundo termo aditivo em relação a recursos financeiros para o nosso programa.

Dourados está localizada na região centro-sul do Estado do Mato Grosso do Sul – chama-se Grande Dourados porque abarca vários municípios – e serve de apoio para esses outros municípios menores. Dourados tem uma população em torno de 250 mil habitantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma característica que eu quis expor... A UFGD, a nossa universidade, se localiza a 15km do centro da cidade. Então, nós temos esta dificuldade de deslocamento até as estruturas da universidade, e isso fez com que nós, para atender à demanda do nosso projeto, realizássemos parcerias por conta da questão da estrutura física. Nós temos duas parcerias, dois atendimentos, que são: a Academia Newin CrossFit, que está no centro da cidade, e a Associação Esportiva Dourados Paralímpico, que está localizada no estádio municipal. No ano passado, também firmamos uma parceria com uma professora da universidade que realiza uma atividade de jiu-jítsu no Município de Naviraí, a 130km de Dourados. Então, atualmente nós estamos com esses três polos de atendimento: o *crossfit*, o atletismo e o jiu-jítsu.

Essa é toda a nossa equipe. Então, na equipe do *crossfit*, nós temos a Profa. Josiane como a grande responsável pela atividade do *crossfit*, junto com os nossos estagiários.

A Profa. Juliana está vinculada ao curso Letras Libras, que dá o apoio de Libras em relação aos nossos beneficiários com deficiências auditivas.

Os Profs. Leandro e Rafael são professores vinculados à Associação Esportiva Dourados Paralímpico, e lá nós temos os nossos estagiários que dão suporte aos professores.

A Profa. Mariana Dezinha, que eu falei, é Professora da UFGD e desenvolve esse projeto de extensão lá em Naviraí, junto com o Prof. Rafael e os seus estagiários. Realizamos todo o atendimento e o suporte nas atividades físicas.

Também temos parceria com o curso de Nutrição, cujo núcleo de pesquisa, o Neepan, dá esse apoio e também dá orientação alimentar para os nossos beneficiários do *crossfit* e jiu-jítsu, e aí compõe também a comissão nossa de pesquisa, que está dando o direcionamento dos nossos trabalhos, e o curso de Letra Libras, com a Profa. Juliana e com a Profa. Mariana Dezinha.

Então, no *crossfit*, realizamos essa parceria com a Academia Newin. Eles disponibilizaram um horário à tarde, nas terças e quintas-feiras. Não tem nenhum ganho, nenhum retorno financeiro, foi cedido esse espaço para que possamos desenvolver as nossas atividades do PPBR.

O atletismo já é uma modalidade paralímpica realizada no estádio municipal de Dourados. Então, é uma parceria junto com a Associação Esportiva Dourados Paralímpico, e aí nossos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acadêmicos participam junto aos treinamentos desses escolares. Então, é um atendimento aos escolares e esses escolares participam das competições em nível nacional e também em nível internacional.

O jiu-jítsu, como eu comentei, inicialmente, era um atendimento às pessoas com deficiências auditivas, mas aí o projeto deu certo, começaram a fazer todo um atendimento às outras deficiências. Recentemente, fizeram um convênio com a prefeitura municipal e hoje o atendimento está com fila de espera em relação ao jiu-jítsu.

Então, aqui é o momento em que nós fomos fazer as avaliações físicas e os momentos dos treinamentos físicos durante a semana.

Aqui são os materiais que foram adquiridos em 2023. A aquisição desses materiais, bem como os outros materiais que utilizamos são das estruturas tanto da academia, quanto da associação, quanto da escola de jiu-jítsu. Então, nós tivemos um recurso com o qual fizemos a compra desses equipamentos e materiais de consumo para atender a essa demanda.

Em relação aos beneficiários, nós estamos com seis deficientes visuais, 28 com deficiência física, 35 com deficiência intelectual, 14 com deficiência auditiva e surdez, 22 com TEA e quatro com deficiências múltiplas.

No primeiro momento, a nossa meta era de 60 beneficiários, e nós atingimos 62 beneficiários. No segundo termo aditivo, a nossa meta passou para cem beneficiários, e hoje nós estamos atendendo 109 beneficiários.

Acabamos de fechar uma parceria com a Apae de Dourados, em que vamos utilizar a estrutura da escola da Apae; e aí também vai aumentar esse número de beneficiários do nosso núcleo, porque nós vamos entrar com outras modalidades, como natação, futsal, que vão ser incluídas no nosso núcleo.

Dentro desses 109 beneficiários, 49 são do sexo feminino, e 60 do sexo masculino.

Só repetindo, em relação às vagas abertas e preenchidas, nós estamos acima da meta proposta pelo nosso plano de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da nossa organização, já passaram conosco dez alunos, que já concluíram o curso. Em andamento, nós estamos com 20 alunos estagiários – nós estamos também trabalhando com a curricularização da extensão; então, esses alunos são voluntários. Desenvolvemos seis trabalhos de conclusão de curso desses alunos, e, atualmente, nós estamos com sete alunos desenvolvendo trabalho de conclusão de curso. Nós não temos nenhum aluno de pós-graduação, mas participamos de congressos regionais, nacionais e internacionais e temos incentivado que os nossos acadêmicos apresentem os seus trabalhos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Então, dos nossos treinos participa o grupo com todas as deficiências; os exercícios são direcionados de acordo com a deficiência do beneficiário, e a intensidade do exercício ou a prescrição é de acordo também com aquilo, com a capacidade de desenvolvimento do beneficiário. Então, a orientação... Existe um circuito, o *crossfit* tem uma dinâmica, mas essa dinâmica é adaptada em relação ao que o aluno, ao que o beneficiário consegue realizar. E também realizamos adaptações de baixo custo, como as que vocês podem ter observado no vídeo.

Está aqui a Rose.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Então, Sra. Senadora Mara Gabrilli, a Rose realizando aqui o seu treino de *crossfit*.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Nós temos dois momentos neste vídeo: um é a gente realizando a avaliação física do *crossfit,* e a Profa. Juliana fazendo todo o trabalho de comunicação de intérprete com os beneficiários, com as pessoas com deficiência auditiva.

E nesse outro vídeo, no jiu-jítsu, tem a acadêmica Daniela, que é do curso Letras Libras, que faz uma capacitação, ela ensina Libras às outras crianças do jiu-jítsu com as outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiências para fazer a comunicação em Libras. Então, existe também todo esse trabalho de aprendizagem e de formação dos nossos beneficiários.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. MÁRIO SÉRGIO VAZ DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Eu faço um destaque aqui para esse beneficiário que tem mielomeningocele. Quando nós fizemos a avaliação física dele em outubro de 2024, ele não conseguiu realizar o teste de seis minutos, que é caminhar por seis minutos – ele não conseguiu realizar. E já agora, em junho de 2025, ele conseguiu caminhar 70m e, na última avaliação, neste mês de outubro, um ano, ele já conseguiu caminhar 325m no teste de seis minutos.

Aqui nós temos alguns certificados das nossas publicações, incentivando os trabalhos de TCC dos nossos acadêmicos, os congressos regionais, publicamos dois capítulos de livro, participamos de congressos nacionais e internacionais. Está em construção manual em Libras do *crossfit*, tem um artigo submetido, e estamos também trabalhando com outros artigos com os dados do nosso núcleo.

Em fevereiro de 2024, os nossos acadêmicos participaram do processo de formação pedagógica junto aos professores do Município de Dourados e ministraram palestra aos professores do Município de Dourados falando sobre o paradesporto.

As barreiras que nós temos encontrado, que os alunos têm relatado. Até um acadêmico nosso, o Wesley, vai desenvolver o TCC dele em relação às barreiras dos nossos beneficiários em participar do programa. A grande questão é a dificuldade do transporte: por mais que seja uma região centralizada dos nossos polos, eles têm dificuldade nesse deslocamento. No caso específico do *crossfit*, devido ao horário que foi disponibilizado, que é no início da tarde, no período vespertino, terça e quinta, os alunos começam a treinar, mas acabam conseguindo um emprego, uma lotação e abandonam o treino por conta de incompatibilidade dos horários.

Outra situação é a dependência do acompanhante: às vezes, o acompanhante tem dificuldade em levar o beneficiário aos treinos, por questão de compromissos.

E tem a questão do horário que nós oferecemos a atividade. Como nós não temos estrutura nossa da universidade, para que possamos ofertar em outros horários, no horário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noturno, por exemplo, que fica com maior acesso, maior disponibilidade para o aluno poder frequentar, esse é o grande empecilho do nosso núcleo em relação à participação nas atividades.

Também tenho participado dos eventos. O estado criou o Festival Surdolímpico, nós fomos parceiros desse evento e, desde 2018, nós participamos também como parceiro do Festival Paralímpico. Isso acabou nos credenciando a participar do PPBR.

Então, eu só tenho a agradecer ao PPBR, aos núcleos envolvidos, ao compartilhamento de experiências, à gestão, ao Ministério do Esporte, à universidade pelo apoio, e aos beneficiários que acabam se desdobrando para participar dos três polos.

Uma coisa que seria interessante é que, como agora se tornou uma política pública, fica mais tranquilo para que a gente possa realizar um planejamento maior das atividades, porque, até então, a gente dependia da renovação dos TEDs, dependia do termo aditivo.

Então, a gente também necessita desse planejamento a longo prazo, por meio do qual nós possamos planejar e melhorar o nosso trabalho, o que também requer uma melhoria das estruturas. Como eu relatei, se a universidade tivesse uma estrutura adequada no centro de Dourados, o trabalho seria muito mais rico. Não que as parcerias não sejam importantes, mas daí teria mais disponibilidade de horário.

Aqui o nosso endereço nas redes sociais.

Eu agradeço e termino a minha apresentação. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Nossa, Professor, muito, muito obrigada! Eu pude ver até o *crossfit*, fiquei feliz. Parabéns, parabéns pela extensão do projeto, de conseguir não deixar ninguém para trás.

Eu quero passar a palavra para a Marília Passos Magno e Silva, que é professora na Faculdade de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Movimento Humano da UFPA (Universidade Federal do Pará).

Marília, você está com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARÍLIA PASSOS MAGNO E SILVA (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos os presentes. Saúdo a todos na pessoa da Presidente Leila Barros e também na da Senadora Mara Gabrilli.

É uma honra, Senadora, poder participar deste momento e principalmente conhecê-la não presencialmente, mas ao vivo aqui, por meio da nossa tecnologia. Saúdo também todos os meus colegas, a Profa. Andressa e os beneficiários que fazem parte do programa.

Eu vou tentar fazer um compartilhamento aqui da apresentação, mas está bloqueado, ainda não consegui. Acho que precisa liberar o acesso. (*Pausa.*)

Já está aparecendo para vocês?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Começou. Apareceu, Marília.

A SRA. MARÍLIA PASSOS MAGNO E SILVA (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada.

Vou arrastar aqui ao lado. Bom, então, vou iniciar aqui a minha fala.

Eu coordeno atualmente o PPBR, o núcleo que ocorre na UFPA, e vou fazer uma breve apresentação aqui sobre as nossas atividades.

Um breve histórico. Nós iniciamos, ainda em 2019, como um projeto de extensão universitária, em parceria com o próprio Comitê Paralímpico Brasileiro, e, ao longo desses anos até hoje, nós já tivemos aí um crescimento tanto da extensão do nosso projeto quanto das ações e número de participantes.

No período da pandemia, nós tivemos a suspensão desse projeto, e a retomada, em 2022, quando atualizamos o projeto para um programa de extensão, porque hoje tem vários projetos dentro desse programa universitário. E, depois, a partir de 2023, no final de dezembro, nós iniciamos a integração na rede do PPBR. Em 2024, tivemos recursos disponíveis para iniciar os nossos objetivos do projeto. E, em 2025, neste ano, nós nos tornamos também centro de referência junto ao Comitê Paralímpico Brasileiro. Então, acho muito interessante mostrar aqui que a integração de projetos institucionais, de projetos junto ao Ministério do Esporte e também ao Comitê Paralímpico Brasileiro, a integração dessa rede é muito importante para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente construa e consiga perpetuar as atividades para pessoas com deficiência na nossa região.

Em referência às produções na área de ensino e pesquisa, a gente tem tido um crescente número de produções, porque nós envolvemos tanto alunos de graduação de diferentes cursos, como Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, assim como também estamos vinculados a um programa de pós-graduação que permite que a gente faça um desenvolvimento de apresentação de trabalhos em congressos, assim como também submissão de artigos, e manuais e capítulos de livros, outras produções acadêmicas que estão no nosso objetivo de projeto.

Dentro das atividades de ensino, a gente tem as aulas de graduação, então, atualmente, alunos de graduação do curso de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional realizam atividades práticas da graduação dentro do projeto do PPBR, dentro das práticas das modalidades que são ofertadas. Temos ainda também o estágio obrigatório em Fisioterapia na área esportiva e também em Educação Física. Os alunos de estágio, já em nível de formação final, precisam passar por essa área tanto para o atendimento de atletas com deficiência, como também os alunos do curso de Educação Física, na formação e na oferta dessas modalidades.

Temos ainda a participação de alunos de pós-graduação que estão vinculados ao PPBR para o desenvolvimento das pesquisas, mas, atualmente, como parte integrante da disciplina que eu ministro, os alunos têm a obrigatoriedade de participar e vivenciar também as modalidades paralímpicas, mesmo que os projetos iniciais de mestrado deles não sejam na área do paradesporto. Então, tem sido uma construção muito interessante, porque nós temos alunos dos cursos de Fisioterapia, por exemplo, que fazem mestrado em Fisioterapia, mas na área de respiratória, que não entendiam como a fisioterapia respiratória poderia auxiliar também no desenvolvimento de pesquisas na área do paradesporto. A gente começa a criar essa nova visão, esse novo olhar com relação a outras áreas que podem integrar também desenvolvimento de pesquisas nessa área.

Outra ação que nós fazemos são as oficinas – como a gente já viu também, há outros núcleos que as realizam – de modalidades adaptadas, em que a gente recebe alunos de escolas de ensino médio e fundamental – nós fazemos visitas nessas escolas ou também os recebemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na própria UFPA para que eles vivenciem essas modalidades paradesportivas – e também alunos de outras instituições de ensino superior tanto públicas quanto privadas. Nós recebemos esses alunos para as apresentações dessas modalidades e vivência.

Também nós realizamos, em parceria com a Educação Paralímpica do Comitê Paralímpico Brasileiro, diversos cursos de formação, formatos de seminário, para que a gente traga novas modalidades e a possibilidade de estabelecer novas práticas dentro do projeto.

Aqui são algumas imagens dessas dez oficinas que a gente realiza com alunos de outras instituições externas. Essa da imagem de baixo foi realizada hoje de manhã, então, com uma turma bem grande de uma instituição externa particular. Nós realizamos atendimento em fisioterapia, cujo foco é na fisioterapia para atletas com deficiência.

Com relação à pesquisa, a gente tem uma vinculação com o Laboratório de Atividade Física Adaptada, que até então é coordenado pelo Prof. Anselmo de Athayde Costa e Silva, e também com o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Atualmente nós temos três TCCs com temáticas de paradesporto, seis dissertações de mestrado sendo produzidas também com temáticas variadas no paradesporto e uma tese de doutorado em parceria com um outro programa na UFPA – atualmente nós ainda não temos doutorado no PPGCMH –, além de artigos publicados e trabalhos científicos.

Esse aqui é um quadro que apresenta as modalidades que nós ofertamos, de forma geral, na estrutura. No PPBR, nós iniciamos com o atletismo, a bocha, paraesgrima, paradança e o tiro com arco. Porém, com o crescimento e a vinculação ao centro de referência e a outras associações, clubes e equipes locais, hoje a gente também consegue ofertar outras atividades, como musculação, pararremo, a paracanoagem, o golbol, o rúgbi em cadeira de rodas, *badminton*, vôlei sentado e também tênis de mesa. E essas ações só acontecem, porque a gente realmente consegue integrar diferentes estruturas e clubes locais.

Aqui nós temos a paradança, que é realizada em parceria com a Cia. do Nosso Jeito. E o foco desse grupo na paradança são crianças com deficiência. Eles já são uma equipe de paradança muito reconhecida, com participação em competições inclusive internacionais de paradança e têm o foco na UFPA de fazer a iniciação. Então, trabalhar com as crianças é essa parte da iniciação na paradança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A equipe de atletismo é muito forte também dentro do programa, porque a gente integra tanto o nível escolar quanto atletas universitários, e eles realizam esse treinamento em conjunto. Então, a gente tem uma parceria muito grande da própria UFPA também com alunos com deficiência que são estudantes da UFPA. Eles recebem auxílio da universidade para poder participar das competições e poder representar o programa, o PPBR, nessas competições nacionais. Temos participado desde 2023 e 2024, e neste ano também já estamos com a equipe toda formada para disputar as Paralimpíadas Universitárias.

Aqui é uma imagem dos atletas na canoagem, com canoa havaiana. Nós temos aqui uma parceria com a Marear Canoagem, e quem coordena é o Prof. Ricardo. Temos também uma parceria com a Associação de Remo Guajará, para a gente realizar a prática do pararremo.

Temos ocorrendo dentro da universidade também a própria bocha paralímpica, em que nós temos atletas com um comprometimento maior. Aqui, no caso, ela também é aluna da instituição, da UFPA.

Temos também a oferta do vôlei sentado e do tiro com arco. Aqui na imagem, com o arco na mão é o Gabriel, que inclusive participou, em setembro, de uma competição em São Paulo, no Centro de Referência Paralímpico do Camping Militar e conseguiu conquistar uma medalha de ouro nessa competição. A gente ficou muito orgulhoso dele.

Temos aqui o projeto também que inclui a paraesgrima, com a Profa. Eunice, que já está com a gente. Ela é bolsista do PPBR, aluna de mestrado e está com a gente desde a graduação, quando iniciamos os projetos na UFPA, na área do paradesporto. O Otávio é um dos nossos beneficiários do projeto também, realizando a prática da paraesgrima.

Aqui é a sala de musculação, disponibilizada dentro do prédio da Educação Física, que tem sido uma parceria muito importante para o desenvolvimento do projeto. Integrando ações com diferentes faculdades e laboratórios, nós conseguimos juntar esses equipamentos para que eles pudessem ser utilizados também pelo projeto.

E aqui também é a equipe de atletismo, com a Profa. Kátia Tadaiesky.

A equipe de rúgbi, e nós temos uma parceria também com a ABRC, que disponibilizou as cadeiras esportivas. O Pablo, aqui com a roupa preta, realiza o treinamento dessa equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante ressaltar também que a prática da paraesgrima acontece também em parceria com a Confederação Brasileira de Esgrima, que disponibilizou um *kit* de prática e iniciação da modalidade. E a gente tem vários atletas também da paraesgrima que já participaram de competições desde 2024, participando das etapas nacionais da modalidade.

Outra ação interessante que nós tivemos foi a realização das oficinas na Ilha de Marajó. Foi um convite que nós recebemos da Prefeitura de Ponta de Pedras, para que nós levássemos essa vivência da oficina de modalidades paralímpicas até uma escola pública no Município de Ponta de Pedras, e nós tivemos a participação de 381 estudantes dentro dessa rede de escola. Eles vivenciaram as modalidades de paraesgrima e também atletismo. Foi uma experiência muito interessante para os alunos, porque a gente sempre acredita que, por mais que a atividade em si, a oficina não esteja sendo realizada apenas com grupos de pessoas com deficiência, essas pessoas vão sempre conhecer alguém, vão poder indicar, vão poder falar e estimular para que essa pessoa possa realizar a sua atividade.

Essa aqui é a Angelina, e eu vou deixá-la falar, porque ela não pôde participar.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. MARÍLIA PASSOS MAGNO E SILVA (*Por videoconferência.*) – Aquela imagem ao lado da Angelina é hoje na competição de que ela está participando. Ela já ganhou uma medalha hoje na competição e mandou o vídeo, que coloquei aqui para que a gente pudesse visualizar a participação dela na competição.

Essa atividade de extensão que a gente tem aqui no projeto a gente só consegue pela integração dessas diferentes organizações: o próprio PPBR; os projetos internos da universidade e do comitê; as confederações esportivas, os clubes e associações nos quais nós temos locais também.

Para mostrar quem são os alunos que fazem parte, que são bolsistas do programa PPBR, esses são nossos alunos de mestrado: a Eunice e o Reyel, que atuam diretamente no Atletismo; a Bruna, que também atua em várias modalidades e tem feito uma pesquisa na área do *parabadminton*. E alunos de graduação, nós temos atualmente estes três: o Lucas é aluno do curso de Fisioterapia e é um aluno com baixa visão também. Então, além de ser bolsista e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver projetos de pesquisa, ele é um aluno com baixa visão, treina e compete no atletismo, em provas, e já ganhou várias medalhas também no universitário. Esse é o Daniel, um aluno do curso de Educação Física, que também é um aluno com deficiência – tem uma amputação de membro superior –, é bolsista do programa, tinha parado de competir no tênis de mesa e agora começou a treinar atletismo. Então, também vai para a competição, agora, da paraolimpíada universitária. A gente fica muito orgulhoso de ter todos participando do projeto. E esse é o Eric, que é um aluno do curso de Educação Física e que atua em diversas modalidades envolvidas no PPBR, na UFPA.

E há todos os outros que trabalham com a gente, são muitas pessoas, Profa. Suellen, Prof. Anselmo, nossos alunos que já não estão mais vinculados diretamente, mas continuam como voluntários. Mesmo depois que o trabalho se encerra, eles têm interesse em continuar como voluntários. Hoje nós temos, entre bolsistas e voluntários, em torno de 20 pessoas atuando no projeto, e professores... É um grupo muito forte, muito grande, do qual eu tenho orgulho enorme de poder participar e trabalhar com eles.

Atualmente, vejo como um ponto muito forte do PPBR, dentro da nossa questão do trabalho desenvolvido, o fato de que conseguimos ampliar o uso dos espaços esportivos da universidade para pessoas com deficiência. Quando nós iniciamos o projeto, nós ficávamos numa sala de em torno de 70m², e tudo funcionava ali: o nosso laboratório de pesquisa... Os alunos escreviam a dissertação de mestrado, ao mesmo tempo em que estava tendo treinamento do tênis de mesa, havia barulho do treino da esgrima... Tudo acontecia naquele mesmo espaço. E hoje, com a parceria com a Faculdade de Educação Física, nós estamos fazendo uso do espaço que é chamado Campus 3, aqui na Universidade Federal do Pará, que tem duas quadras esportivas, um prédio com a sala de musculação, espaço de sala de lutas, e nós estamos auxiliando na estruturação e no uso desses espaços.

Temos também um grande reconhecimento institucional, e o PPBR, por parte do Ministério do Esporte é muito importante, porque, quando nós falamos que nós integramos o PPBR, que nós fazemos parte desse projeto do Ministério do Esporte, a gente recebe um reconhecimento e uma urgência da instituição para tentar ao máximo solucionar os problemas que a gente enfrenta. E, hoje, outro ponto positivo é que nós ofertamos várias modalidades dentro de um único espaço. O beneficiário chega e pode iniciar uma aula de rúgbi, depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar para uma aula de paraesgrima. Então, no mesmo espaço, ele pode realizar mais de uma modalidade.

E há integração de diferentes áreas da ciência. Além dos alunos de educação física, fisioterapia e terapia ocupacional, nós também temos alunos de comunicação da UFPA trabalhando em como comunicar, em como criar estratégias de divulgação dentro da ciência da comunicação. Temos também uma parceria recente com a Faculdade de Arquitetura, em que temos uma aluna realizando TCC sobre acessibilidade e em como tornar os espaços esportivos mais acessíveis. Essa rede só cresce, só aumenta, e a gente fica muito feliz de ver isso tomando corpo e fazendo parte desse processo na universidade e também em outras áreas que saem um pouco daquele critério apenas de profissões que trabalham com saúde e reabilitação. A gente vai para outras áreas das engenharias e ciências sociais que são muito importantes.

E um dos pontos fracos nos quais a gente precisa de um apoio ainda para melhoria é o transporte. Acho que isto foi falado aqui por todos: a acessibilidade, o transporte público. Por mais que os locais da prática das modalidades do PPBR sejam bem próximos ao terminal de ônibus, que recebe linhas de várias regiões do entorno de Belém, região metropolitana, a gente tem muita dificuldade com o transporte público com acessibilidade, calçamento, acessibilidade de vias. São pontos que precisam ser melhorados. A gente já tentou junto à instituição solicitar à Prefeitura de Belém melhorias dessas estruturas.

Outro ponto fraco para nós é a localização atualmente do *campus*, porque nós ficamos em um dos bairros mais perigosos da cidade de Belém, que é Guamá, Terra Firme. Então, a gente tem problemas sucessivos de furtos de cabeamento, furtos, às vezes, de material, e isso gera uma certa insegurança. Temos, inclusive, beneficiários que gostariam de poder praticar alguma atividade no horário da noite porque trabalham durante o dia, gostariam de ter atividades, mas a gente não consegue ofertar pela falta de segurança.

Temos ainda uma situação de animais abandonados no *campus*, que estamos tentando resolver também com envio de ofício à prefeitura, à Zoonoses; e uma demanda de investimento na estrutura esportiva do *campus* da UFPA, porque a gente sabe da questão de recursos que vêm sendo repassados para universidades. De uma forma geral, eles têm sido reduzidos ao longo dos anos, e o custo dessas manutenções e reformas de estruturas esportivas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente porque a universidade é uma universidade antiga, de uma época em que não se via tanto o acesso da pessoa com deficiência na universidade... Isso mudou muito nos últimos anos, a gente tem um ingresso altíssimo de pessoas com deficiência dentro da universidade. Os recursos para essas demandas de infraestrutura são muito necessários ainda.

Essa foi uma breve apresentação das nossas atividades aqui na UFPA, e essa foi uma parte da nossa festa junina, em junho, com a apresentação das crianças. Elas fizeram uma apresentação de carimbó, uma música típica, cultural daqui da nossa região.

Agradeço a participação.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ai, Marília, superemocionante! Nossa! Obrigada pela apresentação, parabéns!

Eu queria falar que tem mais mensagens aqui de pessoas que estão assistindo à nossa audiência.

Priscila, de Minas Gerais: "Como as práticas esportivas e os valores de inclusão e equidade do programa poderiam ser integrados com a educação física escolar?". Muitos já estão falando disso, né?

E a Edilma, de Pernambuco, pergunta: "[...] [Como] o programa será implementado[?] [...] [E] as pessoas com deficiência terão apoio especializado [...] [?]". Fica aí aos nossos palestrantes.

E agora eu vou passar a palavra para Andressa da Silva de Mello, que é Professora Adjunta no Departamento de Esportes da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Está com a palavra, Andressa.

A SRA. ANDRESSA DA SILVA DE MELLO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Mara Gabrilli. Para mim, é uma honra e uma alegria estar aqui presente nesta Comissão, no dia de hoje, para a gente falar e discutir mais sobre esse programa brilhante, que é o Programa Paradesporto Brasil em Rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sua pessoa, Senadora, eu cumprimento os demais Senadores e a Presidente desta Comissão, Leila Barros.

Sem dúvida é uma oportunidade incrível para nós todos mostrarmos o potencial e alavancarmos cada vez mais o paradesporto no Brasil.

Estou expondo aqui minha apresentação e gostaria de saber se já está em modo apresentação.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Andressa, já está no modo apresentação.

A SRA. ANDRESSA DA SILVA DE MELLO (*Por videoconferência*.) – Vou fazer minha autodescrição: sou uma mulher morena, de cabelos escuros, estou com o cabelo preso, usando uma camisa branca e estou em um quarto de fundo branco.

Cumprimento também os demais colegas do Programa Paradesporto Brasil em Rede; cumprimento o Sr. Rodrigo, da Secretaria de Paradesporto. Sem dúvida, estar aqui discutindo política pública mostra que estamos avançando. E me emocionou muito durante a sua fala, Mara, quando você reporta do nosso início, na Segunda Guerra Mundial, o quanto o esporte adaptado vem sendo usado para várias frentes.

Destaco aqui a importância desse programa não somente no alto rendimento, mas também destaco que a prática esportiva é um instrumento de inclusão, de saúde, de educação e de cidadania. Esse Programa Paradesporto Brasil em Rede tem esta grande missão de oferecer práticas esportivas adaptadas para pessoas com deficiência em todo o território nacional. Essa democratização, essa capilarização de levar o esporte para os locais mais distantes deste Brasil é muito importante.

Desde já agradeço a oportunidade da Comissão, enquanto núcleo gestor na UFMG, e destaco também que o Programa Paradesporto Brasil em Rede é um dos programas da Secretaria Nacional de Paradesporto. Hoje, esse programa é institucionalizado, regulamentado pela portaria de março de 2024, que tem como público-alvo atender pessoas com deficiência a partir de seis anos de idade, priorizando também o atendimento para meninas e mulheres com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência. Esse programa caracteriza-se também pela mensuração de produtividade e resultados que os núcleos de atendimento têm realizado.

Compete ao núcleo gestor, então compete a nós, o núcleo gestor: acompanhar, monitorar e apoiar a execução dos núcleos de atendimento; gerir o conhecimento produzido por esses núcleos de atendimento; estabelecer a padronização de materiais pedagógicos e relatórios produzidos pelos núcleos; direcionar a realização de pesquisas desses núcleos de atendimento; organizar e coordenar eventos, criando uma rede de conhecimento; apoiar a gestão administrativa do Programa Paradesporto Brasil em Rede, e prestar contas à Secretaria Nacional de Paradesporto.

Nós, enquanto núcleo gestor na UFMG, iniciamos o nosso trabalho em janeiro de 2025, e foi uma grande alegria conhecer novos colegas que estão nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, nós temos já dez núcleos em atendimento no Brasil. É importante destacar o trabalho brilhante de todos esses dez núcleos. Fomos aqui representados pela Profa. Marília, Profa. Ialuska, pelo Prof. Mário Sérgio, mas nós temos outros sete núcleos também já em atendimento, fazendo trabalhos brilhantes no Brasil. Esses núcleos de atendimento do Programa Paradesporto Brasil em Rede têm como objetivo oferecer atividades paradesportivas, incluindo modalidades paralímpicas e não paralímpicas, e nós, no núcleo gestor, fazer o acompanhamento e monitoramento desses núcleos de atendimento.

Gostaria de destacar a importância do pilar da instituição de ensino superior. Nós, dentro das universidades de ensino superior, trabalhamos com ensino, pesquisa e extensão. Esse programa também tem este objetivo de, além de fazer a extensão, unir a educação e o esporte, porque só por meio dos dois a gente consegue alavancar a importância de formar novos profissionais para atuarem com pessoas com deficiência, bem como ter evidências científicas do que a gente faz, que pode ser replicado em outros locais, em outras frentes da pessoa com deficiência.

Em relação, então, ao número de pessoas atendidas pelo programa, esses são os números do relatório do mês de agosto. Nossa meta neste ano é atingir o atendimento de 622 pessoas nesses dez núcleos de atendimento. Já estamos atendendo 558 pessoas com deficiência de maneira regular, com destaque para as pessoas com deficiência intelectual, que é o nosso maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

público atendido. Na sequência, nós temos o transtorno do espectro autista, seguido pela deficiência física, mas é um programa que está aberto para todas as manifestações da pessoa com deficiência após seis anos de idade. Não tem idade limite de atendimento.

Importante destacar também que nós estamos em busca, com estratégias já estabelecidas nos núcleos, de atingirmos a meta de 50% de atendimento para meninas e mulheres. Nós já atingimos 31% no mês de agosto e já estamos com estratégias para captação de mais meninas e mulheres para a prática esportiva.

Gostaria de deixar claro também o quanto o paradesporto é uma atividade ampla, nós temos um guarda-chuva, uma representatividade de uma imagem do Programa Paradesporto Brasil + Acessível. Dentro do paradesporto, nós temos diversas manifestações e possibilidades de prática esportiva adaptada e, nessas manifestações, no nosso programa hoje, nós temos dez modalidades paralímpicas representadas e dez modalidades não paralímpicas representadas, e o quanto isso nos mostra a diversidade de possibilidades de trabalhar com as pessoas com deficiência.

Também gostaria de destacar que o programa não tem o objetivo fim de ter um atleta de alto rendimento, mas que tudo é tempo e processo, e a gente precisa dar a oportunidade na base de essas pessoas conhecerem a prática adaptada, conhecerem o esporte paralímpico, e o tempo e o processo o levarão para o caminho do alto rendimento, o caminho do atleta, e esse caminho é natural. Nem todo mundo chega ao alto rendimento, mas nós precisamos, sim, como política pública, democratizar o acesso. E que eles possam conhecer, que eles tenham essa possibilidade um dia de se tornarem atletas de alto rendimento.

Em relação, então, aos nossos resultados de ensino e pesquisa, que é uma área forte também nossa nas universidades de ensino superior, da educação, o quanto nós, professores, também precisamos ensinar os nossos alunos a trabalhar com essa população. Já passaram pelo programa 60 alunos de graduação, e isso para nós é muito importante. Atualmente, nós temos vinculados ao programa, aos núcleos de atendimento, 92 alunos. Somam-se aí em torno de 164 alunos de graduação que tiveram oportunidade de ter experiência de como trabalhar com uma pessoa com deficiência. Essas pessoas, após formadas, vão para o mercado de trabalho mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparadas e abertas também, com uma empatia maior para receber essas pessoas no dia a dia da sua prática profissional.

Nós falamos em prática profissional dos profissionais de Educação Física, que são a nossa linha de frente; nós falamos também de fisioterapeutas que passam pelo programa; de profissionais da Terapia Ocupacional. O Programa Paradesporto Brasil em Rede cria essa rede. O fomento de bolsas que o programa recebe para manter esses alunos conosco, sem dúvida, é um incentivo importante.

Além disso, nós tivemos já inúmeros trabalhos de conclusão de curso e de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, concluídos e em andamento; resumos apresentados em eventos científicos nacionais, locais, regionais, internacionais... Essa popularização de falar mais sobre as ações, de falar mais sobre o paradesporto é muito importante também. E a parte científica anda em conjunto com o atendimento de extensão.

Gostaria de destacar a importância da organização e da produção de materiais pedagógicos. Estão sendo feitos diversos manuais que serão, em breve, institucionalizados pela Secretaria de Paradesporto para serem divulgados em nível nacional. Aqui temos alguns exemplos: manual de atletismo; Manual Pedagógico em Lutas Adaptadas; o Manual de Avaliações físicas que são realizadas no nosso núcleo, para que elas possam ser disseminadas em outros programas, em outros locais também.

Além disso, gostaria de destacar a produção científica desses núcleos de atendimento. No total, nós temos 12 artigos produzidos com essa população, por esses núcleos de atendimento, sendo que três artigos já estão publicados, o que mostra a importância e também, sem dúvida, o potencial desses núcleos de atendimento para a gente avançar nessa área científica.

Outras ações realizadas na formação, por meio do núcleo gestor, são cursos e palestras para os bolsistas, para os seus coordenadores, para os colaboradores dos núcleos de atendimento. Nós realizamos, neste ano, duas palestras sobre redação científica na prática, tivemos mais de 80 ouvintes, alunos participantes dos núcleos de atendimento. Também realizamos uma palestra com a Teresa, da Special Olympics, mostrando o potencial das Olimpíadas Especiais no Brasil e o quanto os núcleos do Programa Paradesporto podem estar integrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Destaco aqui também alguns modelos de captação de alunos nos seus núcleos e de captação de monitores para trabalharem no núcleo. Estamos já com ações futuras previstas, que são: uma palestra do Prof. Ciro Winckler, ainda neste mês, sobre o modelo de desenvolvimento paradesportivo; e também, como estamos no mês de outubro, o Outubro Rosa, uma campanha de chamar mais meninas e mulheres com deficiência para conhecerem o paradesporto, conhecerem o Programa Paradesporto Brasil em Rede.

Aqui, algumas imagens dos nossos núcleos de atendimento, tanto do atendimento direto à pessoa com deficiência, por meio do esporte, como também dos seus coordenadores realizando atividades de ensino e pesquisa.

Toda essa rede faz com que esse programa seja brilhante, essencial e, sem dúvida, vital para que a gente tenha, cada vez mais, a possibilidade de trazer mais pessoas com deficiência para esse programa.

Nosso Núcleo Gestor da UFMG trabalha com atividades e reuniões individuais e coletivas. Nós temos reuniões todas as semanas com os coordenadores. Quando necessário, temos reuniões individuais com os coordenadores e suas equipes. São realizadas já duas avaliações padronizadas por ano nos beneficiários. Temos relatórios padronizados, então, temos um relatório que a gente chama de frequência mensal, por meio do qual a gente consegue levantar os dados mensais desses núcleos de atendimento; e também o relatório técnico trimestral, por meio do que é realizado nos núcleos de atendimento.

Então, faz parte da nossa gestão esse levantamento, essa coleta de dados, tanto de dados quantitativos quanto qualitativos, a oferta de cursos de formação e o incentivo à produção científica. Estamos com a previsão de um encontro nacional do Programa Paradesporto, para março de 2026.

E destaco aqui o trabalho essencial realizado pelos núcleos de atendimento, a importância de um trabalho em rede, porque esse trabalho em rede alavanca o papel das instituições de ensino superior. A gente se destaca, sim, pela tríade de ensino, pesquisa e extensão. Essas funções são cruciais para a formação de profissionais qualificados, porque a produção do conhecimento e o desenvolvimento social e econômico do Brasil passam por essas instituições de ensino superior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A instituição de ensino superior tem o papel fundamental de mudar a realidade social. E o Programa Paradesporto Brasil em Rede, neste ano, revela o real progresso de uma rede colaborativa entre instituições de ensino superior, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, por meio da oferta de programas paradesportivos gratuitos e a promoção da inclusão social. Então, assegurar o alcance dos objetivos de política pública, promovendo a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência no Brasil.

Gostaria de agradecer a todos os nossos dez núcleos de atendimento e parabenizá-los. Aqui tem a representatividade dos seus coordenadores, Profa. Marília; Profa. Elisabete, do Maranhão; Prof. Tiago, da UFC; Profa. Ialuska; Prof. Sérgio; Prof. Mário Simim; Prof. Rafael; Profa. Cristiane; Profa. Juliana; e Prof. Mário Sérgio. São esses coordenadores que fazem o programa rodar, juntamente com as suas equipes.

Sem dúvida, o financiamento eu falo que não é um gasto, é um investimento na educação, é um investimento no esporte e é um investimento na visibilidade dessas pessoas com deficiência.

Precisamos, sim, cada vez mais, de um olhar importante e sensível para o esporte e para as pessoas com deficiência, porque o esporte tem um poder transformador na vida dessas pessoas.

Aqui, gostaria de deixar um agradecimento ao nosso núcleo gestor, nós temos uma aluna de pós-doutorado trabalhando, a Elke, dois alunos de mestrado, Gustavo e Artur, dois alunos de graduação em Educação Física, o Silas e a Luísa. O Silas é um aluno com lesão medular, nosso aluno de graduação em Educação Física. Também temos uma aluna bolsista de ensino médio. A Manu é nossa atleta no nosso Centro de Referência Paralímpico, também da UFMG, é uma aluna de ensino médio que tem uma deficiência congênita, e nós conseguimos uma bolsa na UFMG para ela estar integrada também nesse modelo nacional de entender a política pública.

Que essa política pública siga lá desde a escola, passe pela graduação, pela profissionalização de futuros profissionais para ensino e extensão, e também que tudo isso seja um destaque a nível de política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de agradecer imensamente a oportunidade de a Secretaria Nacional do Paradesporto de estar à frente enquanto núcleo gestor desse programa, que me emociona, me honra e me traz muito orgulho e força para trabalhar por essas pessoas com deficiência.

Quero agradecer ao Ministro do Esporte, André Fufuca, ao nosso Secretário Fábio Augusto Lima de Araújo, e agradecer a oportunidade, mais uma vez, Senadora Mara Gabrilli, da Comissão de Esporte, pelo olhar sensível de vocês em trazer esse programa à tona para a gente discutir e seguir em frente. A gente sabe que temos muitos avanços, mas também temos desafios e barreiras a serem quebrados.

Ficamos à disposição também, sempre que possível, para fornecer informações.

Meu muito obrigada e encerro a minha fala.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Andressa, super obrigada! Eu fiquei também emocionada de assistir a todo esse engajamento. Nossa! Muito obrigada.

Quero cumprimentar também, como você cumprimentou, o nosso Ministro Fufuca, que foi meu companheiro de Câmara Federal. Fui Deputada com ele e fico muito orgulhosa de a gente ter um Ministro que olha para o paradesporto com esse olhar para sempre trazer prosperidade e engradecer o nosso movimento.

Para a gente finalizar nossa audiência pública, vamos ouvir as considerações do Sr. Rodrigo Abreu de Freitas Machado, que é Coordenador-Geral de Planejamento e Monitoramento da Política Pública Paradesportiva do Ministério do Esporte.

Muito obrigada pela presença, Sr. Rodrigo. Está com a palavra, e parabéns já pelo PPBR, está bom?

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS MACHADO (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora Mara. Quero parabenizá-la também pelo requerimento para fazer esta audiência pública sobre o PPBR. É uma oportunidade de a gente estar demonstrando o programa e também vendo as dificuldades e mostrando tudo o que a gente ainda precisa percorrer para ter uma política pública robusta, que é o nosso desejo aqui no ministério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero trazer o abraço do Secretário Fábio, ele não pôde participar porque está de férias, mas já me mandou mensagem aqui querendo saber de tudo como é que está. Então, ele...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, manda um abração para o Fábio, ele é nosso parceiro!

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS MACHADO (*Por videoconferência*.) – Mando, sim, pode deixar, vou mandar.

E eu também fiquei feliz também em saber que a Rosinha está aí. Rosinha foi minha chefe lá na Secretaria da Pessoa com Deficiência. Eu trabalhei dez anos na Secretaria da Pessoa com Deficiência e agora estou aqui na Secretaria de Paradesporto, e a Rosinha, quando passou por lá, foi minha chefe.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ah, que legal, Rodrigo!

Rodrigo, agora que eu estou reconhecendo você.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS MACHADO (*Por videoconferência*.) – Sim, já trabalhamos juntos nessa pauta da pessoa com deficiência. (*Risos*.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Agora que eu vi que você é você. Ah, que legal que é você, fiquei muito feliz.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS MACHADO (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senadora. Eu também estou muito feliz que você fez esse requerimento, porque sei do seu trabalho, tenho muita admiração pelo seu trabalho. Eu uso os vídeos do Instituto Mara Gabrilli nas minhas palestras. Então, eu gosto muito do seu trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Que honra, Rodrigo. Nossa, que legal!

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS MACHADO (*Por videoconferência*.) – E também quero parabenizar a Senadora Leila Barros, Presidente da Comissão do Esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, feitas essas partes iniciais, eu vou compartilhar a minha tela. (*Pausa.*)

Vocês já estão vendo a minha apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Já, já está aparecendo.

O SR. RODRIGO ABREU DE FREITAS MACHADO (*Por videoconferência.*) – Ótimo.

Então, deixe-me fazer minha descrição.

Sou um homem branco, alto, magro, olhos castanhos, cabelos castanhos, também, partidos de lado, uso óculos de armação fina (*Falha no áudio.*) ... preto com a camisa azul, e atrás de mim tem um *banner* do programa PPBR.

A missão da Secretaria Nacional de Paradesporto é democratizar o acesso à atividade física regular e ao esporte como um vetor de vida saudável, de inclusão social, da diversidade e da cidadania plena.

Então, aqui, a gente foca mais nessa parte do esporte, como esporte de formação, esporte para toda a vida. A gente não foca tanto na excelência esportiva, no alto rendimento, até porque já temos o CPB, que faz esse trabalho muito bem, e o CBCP, que também tem feito esse trabalho. Os dois são comitês que recebem recursos da Lei das Loterias. Então, a gente entende que a secretaria, ao focar mais nessa parte, em que a gente vê que tem um vazio, vai ser mais útil à população, porque nós temos, no Brasil, de acordo com o último Censo de 2022, mais de 14 milhões de pessoas com deficiência, com dois anos ou mais de idade, sendo 8,1% mulheres e 6,4% homens. E essa população está concentrada, principalmente, nos estados do Nordeste, principalmente Alagoas e Piauí, que são os dois estados com maior percentual de pessoas com deficiência.

Também foi a primeira vez que a pesquisa fez uma pergunta sobre o autismo, o transtorno do espectro autista, e descobriu-se que 2,4 milhões de pessoas no Brasil, ou 1,2% da população, tem o diagnóstico de autismo, sendo 1,5% homens e 0,9% mulheres.

E aí, tendo toda essa quantidade de pessoas com deficiência no Brasil, nós vemos que apenas 20% dos municípios têm ações esportivas específicas destinadas a pessoas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiência: 23% disseram que têm (*Falha no áudio.*) ... para toda a vida, e 13% de excelência esportiva. Isso eu estou falando dos municípios, não estou falando do trabalho que fazem os comitês, como já mencionei antes.

Ao mesmo tempo, a Secretaria de Paradesporto é uma secretaria também muito recente. Ela foi criada em 2020 e teve a sua primeira ação orçamentária, a Ação 21CK, que começou em 2021. Então, nos últimos três anos, essa Secretaria teve como orçamento... Para você ter uma ideia, em 2023, o orçamento da Secretaria foi de R$1,840 milhão e, em 2024, R$3,740 milhões. Este ano também seria R$3,740 milhões, mas nós tivemos um aporte de mais R$4 milhões aí, que chegou... Então, este ano nós estamos com R$7,740 milhões de orçamento, que foi algo inédito.

A Secretaria também, quando começou, lá em 2020, 2021, eram pouquíssimas pessoas aqui, né? Quando eu cheguei aqui, acho que tinham 12 pessoas; depois, em 2024, passou para 16 e hoje estamos com 25 pessoas. Ainda assim, é uma estrutura pequena para uma secretaria nacional, né? Não estou falando de uma coordenação geral, eu estou falando da secretaria, contando com o Secretário – 25 pessoas, né? Então, é uma secretaria realmente pequena e com esse orçamento.

E aqui em cima, nós vemos também as emendas parlamentares. Então, em 2023, nós tivemos R$7 milhões de emendas, e hoje, este ano, nós tivemos R$11,120 milhões. E, aqui, quero também agradecer à Senadora Mara, que tem destinado bastante emendas para o paradesporto. Obrigado, Senadora.

E o que a Snpar faz com esse recurso? Então, se você fosse pensar, 7,7 milhões só para uso do PPBR? Não, nós não temos só o PPBR; nós apoiamos eventos nacionais e internacionais de alto rendimento que não recebem apoio do CPB e do CBCP, porque, como a Profa. Andressa falou, o paradesporto é um grande guarda-chuva em que tenho as modalidades olímpicas e paralímpicas. E essas modalidades são 23 agora, 23 modalidades de verão e 6 de inverno. E nós temos aí quase 200 modalidades de que as pessoas com deficiência podem participar, como a gente viu: *crossfit*, tem o parasurfe, tem o paraskate, todas as modalidade para surdos, que não estão dentro das Paralimpíadas. Então, todo esse campeonato, essas coisas a gente também apoia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então aqui há presença da Snpar com emendas parlamentares também, você vê que nós estamos presentes muito aqui agora já no Nordeste, no Sudeste, no Centro-Oeste tem um pouquinho, mas o Norte ainda continua um grande vazio e o Sul também. O nosso grande desafio agora é começar a crescer, tanto que o nosso programa TEAtivo agora vai atingir todas as capitais do Norte. Nós vamos fazer sete núcleos do TEAtivo com apoio da Apae Brasil, financiado com recursos da Lei de Incentivo ao Esporte. Então, nós estamos começando já a ampliar aqui para o Norte, nós temos aqui, do PPBR, um núcleo já no Pará, mas já estamos querendo também fazer outro núcleo em Manaus. Eu vou falar disso mais para frente.

Nós temos aqui o programa Semear Paradesporto, que tem dois eixos, o Semear Paradesporto e o Semear para Toda a Vida. Ele vai focar aqui na parte mais da formação mesmo paradesportiva e, no caso do Semear para Toda a Vida, o esporte como saúde, como reabilitação. Temos o TEAtivo, que é voltado para o público com autismo. A gente viu, pela primeira vez, temos dados sobre esse público no Brasil, que tem crescido exponencialmente no mundo, então a gente começou a criar um programa específico para esse público também. O Maré Inclusiva, que é um programa voltado ao parasurfe, que é uma modalidade que o Brasil tem que aproveitar, com essa costa gigante que nós temos, para a gente fazer programas de parasurfe. A água e os esportes aquáticos são muito terapêuticos e fazem muito para o bem-estar físico, social e emocional das pessoas com deficiência, aliás, de todas as pessoas como um todo. E, por último nós temos esse programa que se chama Paradesporto Brasil + Acessível, que é um programa voltado para a catalogação, produção e catalogação de conhecimento. É um repositório em que temos diversos livros, manuais, pesquisas, inclusive tem certa ligação com o Paradesporto Brasil em Rede, porque o que é produzido no Paradesporto Brasil em Rede pode vir para cá, para esse repositório.

Agora, sim, vou falar do PPBR. É só para vocês verem as ações que a Snpar faz e aí como a gente chega aqui nesse programa. Esse programa, como já foi falado aí pela Profa. Andressa e pelos demais professores que participaram, é formado por núcleos de atendimento e um núcleo gestor. Então os núcleos de atendimento fazem essa parte de extensão da universidade, que é atender a população, as pessoas com deficiência, nas mais diversas deficiências e nas mais diversas modalidades paradesportivas. E o público-alvo é qualquer pessoa com deficiência, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é restrito. A gente colocou como meta a partir dos seis anos, mas vocês vão ver que existem também pessoas com menos de seis anos.

E a gente tem essa diretriz no programa, por isso que foi visto, todas as pessoas que apresentaram falaram: "Ah, nós estamos conseguindo tantos por cento de participação de mulheres e meninas com deficiência". Por quê? Porque essa é uma diretriz do programa. A diretriz do programa é garantir que 50% das vagas sejam reservadas ao público feminino. Então, isso também é uma coisa por que a gente preza aqui, por causa da questão da própria vulnerabilidade aumentada, da interseccionalidade entre a deficiência e o sexo, o gênero.

E a metodologia do programa. Então, os núcleos de atendimento devem ofertar pelo menos duas modalidades. Como vocês viram, os núcleos ofertam bem mais do que duas, mas esse é o mínimo que a gente tem na nossa diretriz, sendo uma paralímpica e uma não paralímpica. E essas modalidades podem ser tanto individuais como coletivas. E, aí, o que vai definir o contexto de qual modalidade será escolhida é realmente o contexto regional ali do núcleo.

E isso aqui é uma coisa muito importante, porque fala do tripé das instituições federais de ensino superior, o que já foi falado também por todos os núcleos, que o grande diferencial do Paradesporto Brasil em Rede é isso aqui, porque todos os nossos programas fazem essa parte da extensão. Todos os nossos programas atendem beneficiários com deficiência, mas nenhum programa faz o que o PPBR faz, que é formar professores nessa área. Você tem ali também discentes, alunos de pós-graduação que estão sendo formados aqui no paradesporto, como bem falou também a Profa. Marília, a pesquisa, com a grande produção que vocês viram, porque nossos núcleos já estão produzindo muitos livros, participando de congressos, participando de encontros, fazendo divulgação do paradesporto no Brasil. Então, nenhum outro programa do nosso ministério consegue fazer o que o PPBR faz.

Eu vou trazer um pouquinho do histórico, porque a Profa. Andressa entrou aqui em 2025, iniciou o serviço em 2025, então, ela trouxe um pouco do que atualmente é o PPBR, mas eu queria que vocês conhecessem um pouquinho do passado do PPBR. Antes mesmo de eu chegar aqui – eu cheguei aqui, nessa secretaria, em julho de 2023 –, em 2022, a gente já tinha esse programa com outro nome, ele se chamava Rede de Apoio ao Paradesporto, por uma portaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de dezembro de 2022. Naquela época, foi descentralizado R$1 milhão, um pouco mais de R$1 milhão, para fazer seis núcleos de atendimento e um núcleo gestor, o que dava uma média de R$142 mil por núcleo, ou seja, um valor bem baixo, inclusive, para os programas paradesportivos que a gente vê, e isso por ano, né? E o que acontece? Quando você descentraliza o recurso no ano, as atividades começam no ano seguinte. Então, em 2023, começaram as atividades desses seis núcleos e desse núcleo gestor e nós também já aportamos mais quase 800 mil para mais quatro novos núcleos. Então, em 2023, nós já estávamos com dez núcleos do PPBR – aqui é uma média de 200 mil já por núcleo, a gente melhorou um pouquinho. E aí foi quando a gente viu que a gente precisava fazer melhorias no programa e nós criamos esse novo programa, que é o que está hoje aqui, que é o Paradesporto Brasil em Rede. Nós fizemos essa portaria de 2024 e revogamos a portaria anterior.

Então, hoje o programa tem essa marca. Inclusive, deixe-me fazer a marca dele em libras aqui. O programa é assim, a marca dele em libras: uma pessoa e o mapa do Brasil do lado. Então, esse é o Programa Paradesporto Brasil em Rede.

Em 2024, nós já investimos 900 mil no programa para manter esses seis núcleos que estavam aqui e também fazer o contrato com o novo núcleo gestor. Então, depois que a gente fez essa portaria, a gente mudou o núcleo gestor, porque a gente precisava fazer algumas alterações mesmo por conta da metodologia do programa, que mudou. Então, a gente alterou o núcleo gestor, que foi para a UFMG, que a Profa. Andressa acabou de apresentar. E, para manter, a gente gastou em torno de R$115 mil por núcleo, tá?

E, agora em 2025, o que nós já fizemos? Nós estamos mantendo, de novo, mais seis núcleos e iremos adicionar mais R$863 mil aqui, para mais quatro núcleos, o que vai dar uma média de R$215 mil por núcleo adicionado e R$100 mil por núcleo para manter, tá? Então, isso é o que nós estamos fazendo com o programa.

Agora, eu vou aproveitar esse gancho que eu falei do histórico e vou falar um pouquinho do que o programa já fez até agora para vocês entenderem um pouquinho também que esse programa já existe há um tempinho. Então, nós fizemos, em agosto de 2023 – embora seja muito novo, 2023 –, o Encontro de Coordenadores do Programa Paradesporto Brasil em Rede, e agora a Profa. Andressa está organizando o próximo encontro, que será em março de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos atrás de financiamento para isso aí. Nós fizemos a apresentação da proposta para captar o recurso para esse encontro e fizemos algumas *lives* também, que eu acho interessantes.

Se vocês buscarem no YouTube e colocarem assim: *lives* do Programa Paradesporto Brasil em Rede, olhem o tanto de temas que nós já falamos nessas *lives*. Em cada *live* dessa aqui, em cerca de 40 minutos, é possível a gente ver sobre natação para pessoas surdas, capoeira para adolescentes com TEA, esgrima para pessoas em cadeira de rodas, judô e jiu-jítsu inclusivo, atletismo para pessoas com TEA, atletismo para crianças com deficiência intelectual, natação, transtorno do espectro autista e qualidade de vida, *crossfit* para pessoa com deficiência, ginástica e circo para crianças com TEA, futebol feminino de amputadas. Todas essas aqui foram *lives* que nós fizemos do programa, que já tiveram mais de 3 mil visualizações no canal do Ministério do Esporte no YouTube.

E aí também foi feita uma pesquisa no relatório final do último núcleo gestor. Eles fizeram uma pesquisa, em que, na época, eles estavam atendendo... Só fizeram com seis núcleos, que foram os seis núcleos iniciais. Tinham ali, na época, então, 287 participantes e 156 participaram dessa pesquisa, 54% dos participantes responderam a essa pesquisa; a faixa etária variava de 3 a 53 anos. Então, a gente vê que é um público bem diverso. Ainda era uma predominância masculina como hoje, mas nós queremos mudar isso. Aqui nós trazemos cor e etnia, a maioria era parda e negra e quase metade estava desempregada. Então, esses são alguns dados que nós temos, mas uma coisa que chamou a atenção é que 77% das pessoas que responderam deram nota 10 para o programa, mesmo a gente sabendo de todas as dificuldades que a gente encontra, como foi falado.

Eu quero até agradecer a presença das nossas beneficiárias Maria Furtado e Rosenilda Aoyama, que falaram dos problemas e também das coisas boas do programa. Então, fiquei muito feliz de ouvi-las, tá? Essa também foi uma resposta do nosso programa até hoje.

E o que a gente planeja, então, para o futuro? Nós temos dez núcleos, como já falamos, e estamos colocando mais quatro, inclusive um aqui na Região Norte, dois na Região Sul, que a gente não tinha, e mais um no Nordeste. Então, nós teremos 14 núcleos até o final de 2025, um total de investimento de R$4,182 milhões, mas, para a gente ampliar isso, por exemplo, para todas as unidades federativas, a gente precisaria adicionar mais 13 núcleos. Para adicionar cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um, seria em torno de R$220 mil. Então, a gente precisaria desse valor de R$2,860 milhões para a gente ampliar isso para todos os nossos estados, para todas as unidades federativas; e, para manter esses 27 núcleos, com uma média de R$115 mil por ano para manter, a gente precisaria de R$3,1 milhões por ano, né?

É claro que isso pode variar um pouco para mais, porque às vezes você tem que comprar mais material, material que perdeu, material de consumo que precisa, que está vendo que vai necessitar, uniforme... Então, essas coisas podem variar esse valor aqui um pouco para cima, e o núcleo gestor ou núcleos gestores, porque a gente não sabe se um núcleo gestor só... Aí isso a gente vai ver, vai depender... Por exemplo, quando a gente incluir esses quatro núcleos aqui agora, Profa. Andressa, a gente vai ver como vai ser esse monitoramento, né? Então, a gente prevê aqui que vai precisar aumentar o valor também para o núcleo gestor ou núcleos gestores, para que a gente possa também monitorar uma rede de 27 núcleos de atendimento, que é o que a gente planeja, pelo menos, para um futuro mais recente.

Então, eu quero agradecer muito pela disponibilidade, pelo convite e essa oportunidade de estar falando aqui em nome do secretário e do Ministro Fufuca.

Muito obrigado, Senadora Mara.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Ai, Rodrigo, muito obrigada eu. Nossa, foi uma grata surpresa poder encerrar a audiência com a sua fala, matar saudades por aqui.

Eu quero agradecer todo mundo, vocês não têm noção da importância da fala de vocês, para a gente conseguir aprimorar cada vez mais um projeto que já é muito bacana, muito transformador e que pode ser cada vez mais.

Eu vou agradecer as imensas contribuições de todos vocês, nossos convidados, nossas convidadas, que nos trouxeram nesse espaço de discussão, para que a gente pudesse obter dados e informações aprofundadas sobre os avanços e os desafios do Programa Paradesporto Brasil em Rede. E como eu já disse, a nossa avaliação aqui na Comissão de Esporte quer trazer contribuições e fortalecer o programa, já que os resultados do PPBR podem servir como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo para futuras políticas públicas de inclusão social, porque é um modelo que está dando certo.

E passaremos agora à segunda fase da reunião, que é destinada à deliberação de requerimentos apresentados à Comissão.

Eu vou subscrever oralmente os requerimentos para que a gente possa deliberá-los.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 41, DE 2025

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização da 2ª audiência pública, com o objetivo de reunir e compreender as avaliações qualificadas sobre a execução e os impactos do Programa Segundo Tempo (PST).

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE) e outros.

A votação será simbólica.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

2ª PARTE

ITEM 2

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 42, DE 2025

- Não terminativo -

Requer , nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os desafios do atleta estudante.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF) e outros.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Agora vou ter que falar tchau para vocês. Foi um prazer enorme! Muito obrigada.

Obrigada, Marília; obrigada, Andressa; obrigada, Rodrigo; obrigada, Maria Furtado.

Obrigada a todos. Obrigada, professor. Obrigada aos intérpretes de libras.

Rosenilda está me devendo um vídeo.

Obrigada a todo mundo, e, se eu deixei de falar alguém...

Ialuska, muito obrigada. Eu queria te perguntar até a origem do seu nome.

A SRA. IALUSKA GUERRA (*Por videoconferência.*) – Então, Senadora, a origem do meu nome é a cabecinha do meu pai. Meu pai tem essa... Tinha, porque ele faleceu neste ano, infelizmente, mas ele tem essa característica de criatividade e queria colocar o nome da última filha dele referente à iluminação. Então, ele colocou Ialuska.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência.*) – Nossa! Mas eu ia falar isso, porque, na hora em que você fala Ialuska, vem uma luz na cabeça. Parabéns para o seu falecido pai.

Então, um beijo para todo mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Beijo no coração de vocês.

Obrigada.

(*Iniciada às 13 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e doze minutos do dia cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Plínio Valério, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Romário, Wellington Fagundes e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Weverton, Paulo Paim, Marcos do Val, Zenaide Maia, Angelo Coronel e Professora Dorinha Seabra, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Sérgio Petecão, Eduardo Girão, Teresa Leitão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Emendas ao PLOA 2026 (PLN 15/2025)**. **Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Esporte à CMO, referentes ao PLOA 2026 (PLN 15/2025), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026". Relator: Senador Chico Rodrigues. Antes de conceder a palavra ao Senador Chico Rodrigues para leitura do relatório, a presidente, Senadora Leila Barros, manifestou sua subscrição às sugestões de emendas referentes às ações 20YA - Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento - Nacional e 216T - Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira – Nacional. **Resultado:** Aprovado o relatório do Senador Chico Rodrigues, favorável à apresentação das seguintes emendas ao PLOA 2026: **Número: 50540001** - unidade orçamentária: 51101 - Ministério do Esporte – ação: 00SL (Apoio à Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Amador, Educacional, Recreativo e de Lazer - Nacional) - valor: R$ 1.700.000.000,00 - solicitantes: Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Leila Barros, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Teresa Leitão e Wellington Fagundes; **Número: 50540002** - unidade orçamentária: 51101 - Ministério do Esporte - ação: 20JP (Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Programas, eventos e Projetos de Esporte Amador, Educação, Lazer e Inclusão Social - Nacional) - valor: R$ 2.750.000.000,00 - solicitantes: Chico Rodrigues, Efraim Filho, Jorge Kajuru, Leila Barros, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Teresa Leitão e Wellington Fagundes; **Número: 50540003** - unidade orçamentária: 51101 - Ministério do Esporte - ação: 20YA (Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Especialização e Aperfeiçoamento - Nacional) - valor: R$ 2.900.000.000,00 - solicitantes: Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Jorge Kajuru, Leila Barros e Mara Gabrilli; **Número: 50540004** - unidade orçamentária: 51101 - Ministério do Esporte - ação: 21CK (Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional - Nacional) - valor: R$

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2.550.000.000,00 - solicitantes: Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Jorge Kajuru, Leila Barros, Mara Gabrilli e Wellington Fagundes; **Número: 50540005** - unidade orçamentária: 51101 - Ministério do Esporte - ação: 20JO (Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Feminino e Masculino e à Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional) - valor: R$ 1.800.000.000,00 - solicitantes: Chico Rodrigues, Jorge Kajuru e Leila Barros; **Número: 50540006** - unidade orçamentária: 51101 - Ministério do Esporte - ação: 216T (Apoio a Projetos de Excelência Esportiva nas Fases de Alto Rendimento e Transição de Carreira - Nacional) - valor: R$ 2.650.000.000,00 - solicitantes: Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Jorge Kajuru, Leila Barros e Mara Gabrilli. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 398FD16F0072F1BD.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D528C1280072F1AA.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.